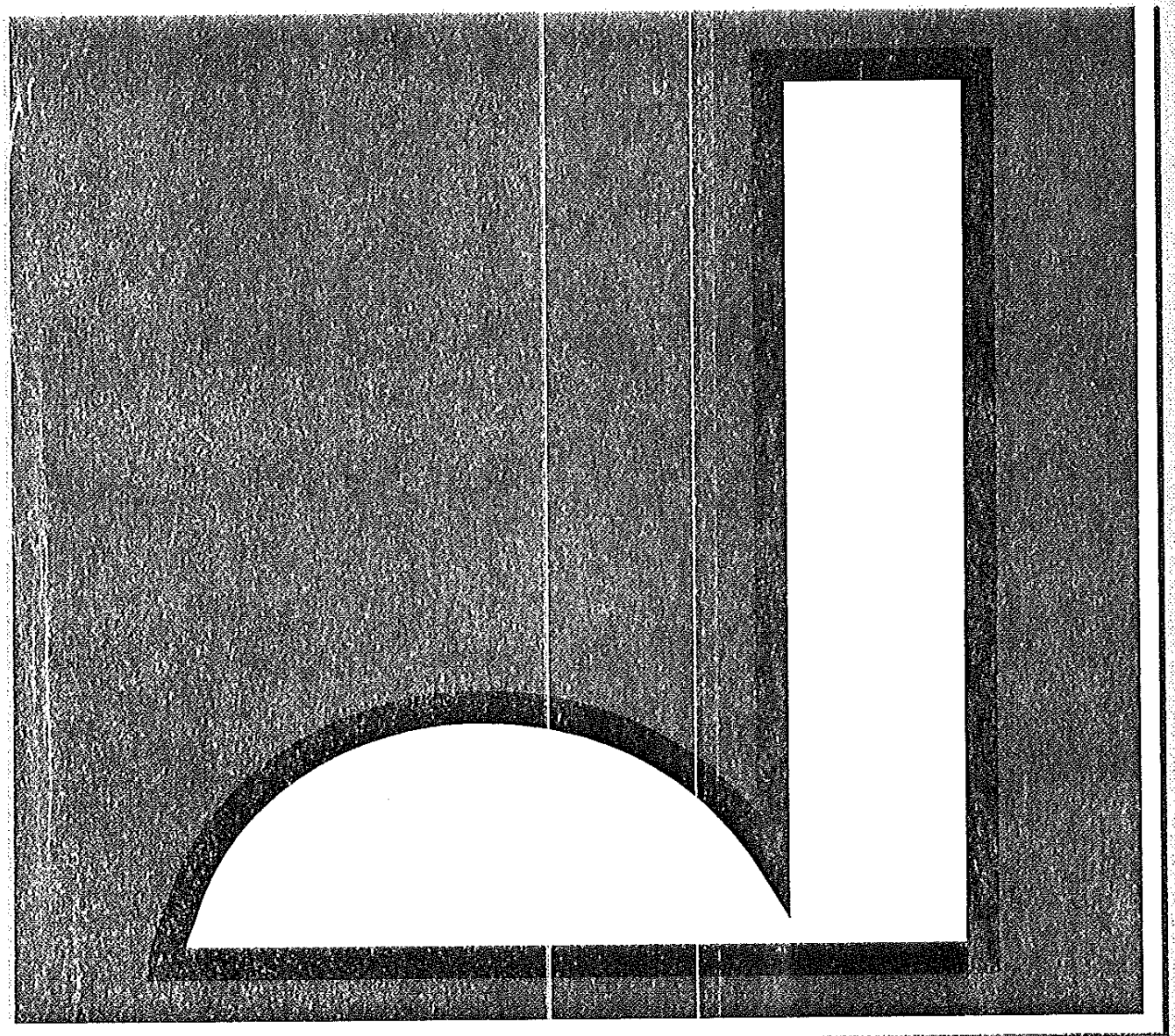
SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Arquivo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – SUP. AO Nº 017 – SÁBADO, 8 DE MARÇO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente	3º Secretário
José Sarney – PMDB – AP	*Heráclito Fortes– PFL – PI*
1º Vice-Presidente	4º Secretário
Paulo Paim – PT – RS	*Sérgio Zambiasi – PTB – RS*
2º Vice-Presidente	
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO	Suplentes de Secretário
1º Secretário	*1º João Alberto Souza – PMDB – MA*
Romeu Tuma – PFL - SP	*2º Serys Slhessarenko – PT – MT*
2º Secretário	*3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC*
Alberto Silva – PMDB –PI	*4º Marcelo Crivella – PL – RJ*

CORREGEDORIA PARLAMENTAR	PROCURADORIA PARLAMENTAR

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PSB, PTB, PL)	LIDERANÇA DO PMDB - 20	LIDERANÇA DO PSDB – 12
Líder	Líder	Líder
Tião Viana	*Renan Calheiros*	*Arthur Virgílio*
Vice-Líderes	Vice-Líderes	*Vice-Líderes*
Antonio Carlos Valadares		*Romero Jucá*
Magno Malta	LIDERANÇA DO PFL - 18	*Antero Paes de Barros*
Fernando Bezerra	Líder	*Lúcia Vânia*
Roberto Saturnino	*José Agripino*	*Leonel Pavan*
Ana Júlia Carepa	Vice-Líderes	LIDERANÇA DO PDT - 4
Flávio Arns	*Leomar Quintanilha*	Líder
Ideli Salvatti	*Paulo Octávio*	*Jefferson Péres*
Geraldo Mesquita Júnior	*Demóstenes Torres*	Vice-Líderes
LIDERANÇA DO GOVERNO	*Efraim Morais*	*Almeida Lima*
Líder	*Rodolpho Tourinho*	*Álvaro Dias (1)*
Aloizio Mercadante		LIDERANÇA DO PPS – 3
Vice-Líder		Líder
João Capiberibe		*Mozarildo Cavalcanti*
		Vice-Líder
		Patrícia Saboya Gomes

(1) licenciado

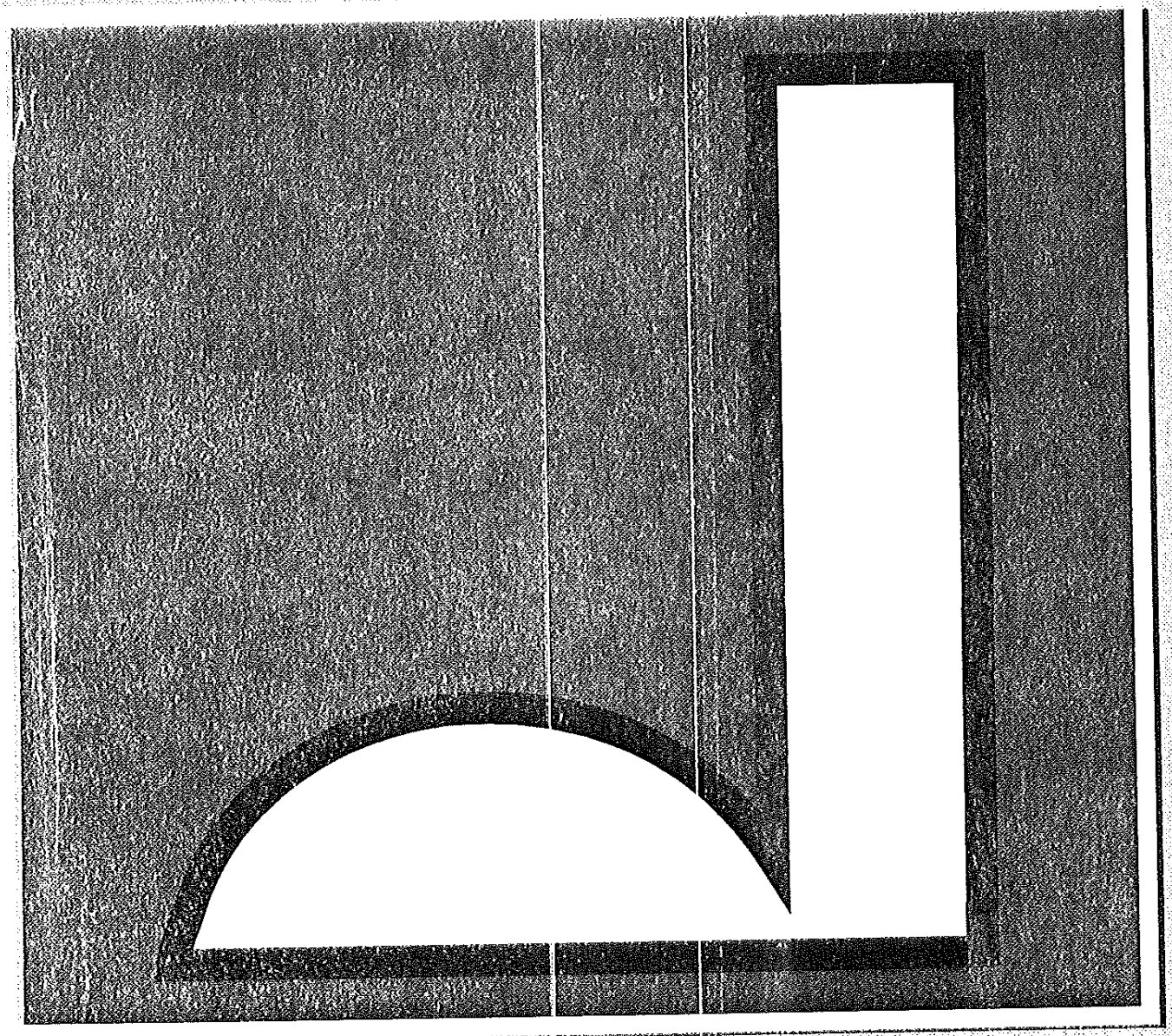
EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia	*Raimundo Carreiro Silva*
Diretor-Geral do Senado Federal	Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa	*Sérgio Castro*
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	Diretor da Subsecretaria de Ata
José Farias Maranhão	*Denise Ortega de Baere*
Diretor da Subsecretaria Industrial	Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 26. 02. 2003

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Arquivo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – SUP. AO Nº 017 – SÁBADO, 8 DE MARÇO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL - SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB –PI

3º Secretário
Heráclito Fortes– PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC
4º Marcelo Crivella – PL – RJ

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

PROCURADORIA PARLAMENTAR

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24
(PT, PSB, PTB, PL)

Líder

Tião Viana

Vice-Líderes

Antonio Cartos Valadares
Magno Malta
Fernando Bezerra
Roberto Saturnino
Ana Júlia Carepa
Flávio Arns
Idelt Salvatti
Geraldo Mesquita Júnior

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Aloizio Mercadante

Vice-Líder
João Capiberibe

LIDERANÇA DO PMDB - 20

Líder

Renan Calheiros

Vice-Líderes

LIDERANÇA DO PFL - 18

Líder

José Agripino

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
Efraim Morais
Rodolpho Tourinho

LIDERANÇA DO PSDB – 12

Líder

Arthur Virgílio

Vice-Líderes

Romero Jucá
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan

LIDERANÇA DO PDT - 4

Líder

Jefferson Péres

Vice-Líderes

Almeida Lima
Álvaro Dias (I)

LIDERANÇA DO PPS – 3

Líder
Mozarildo Cavalcanti

Vice-Líder

Patrícia Saboya Gomes

(I) licenciado

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Sérgio Castro
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 26. 02. 2003

SUPLEMENTO AO DSF Nº 17, DE 8 DE MARÇO DE 2003, ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCEDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE À LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DE ROUBO DE CARGAS

15 ª Reunião, realizada em 17 de outubro de 2001.....

16 ª Reunião, realizada em 24 de outubro de 2001.....

17 ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2001.....

18 ª Reunião, realizada em 12 de novembro de 2001 .....

19 ª Reunião, realizada em 13 de novembro de 2001 .....

20 ª Reunião, realizada em 14 de novembro de 2001 .....

1 ª Reunião, realizada em 27 de fevereiro de 2002.....

2 ª Reunião, realizada em 13 de março de 2002.....

3 ª Reunião, realizada em 14 de março de 2002.....

4 ª Reunião, realizada em 9 de maio de 2002.....

5 ª Reunião, realizada em 9 de maio de 2002.....

6 ª Reunião, realizada em 10 de maio de 2002.....

7 ª Reunião, realizada em 6 de junho de 2002.....

8 ª Reunião, realizada em 7 de junho de 2002.....

9 ª Reunião, realizada em 9 de setembro de 2002.....

10 ª Reunião, realizada em 10 de setembro de 2002.....

11 ª Reunião, realizada em 20 de novembro de 2002 .....

12 ª Reunião, realizada em 21 de novembro de 2002 .....

13 ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 2002 .....

14 ª Reunião, realizada em 11 de dezembro de 2002 .....

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 15ª Reunião Realizada em 17/10/2001

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano dois mil e um, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senhores Senadores Moreira Mendes e Geraldo Cândido e dos Deputados Carlos Dunga, Alberto Fraga, Oscar Andrade, Pompeo de Mattos, Gervásio Silva e Gonzaga Patriota. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir as seguintes pessoas: José Fuscaldi Cesílio, Francisco Alexandre de Menezes, Joaquim Gomes da Silva e José Gomes da Silva, foram feitas acareações entre os depoentes e Pedro Evaristo. A Presidência concedeu a palavra ao senhor. José Fuscaldi, vulgo Tatico, para apresentar suas cosiderações sobre os fatos que dizem respeito a acusações imposta a sua pessoa sobre a compra de cargas roubadas, após, a Presidência foi exercida pelo Deputado Pompeo de Mattos que deu continuidade aos trabalhos. Havendo divergências entre o senhor Tatico, sobre o que estava sendo lhe imposto, foi necessária uma acareação mais rigorosa entre o mesmo e Pedro Evaristo, prosseguindo foi ouvido o senhor Francisco Alexandre de Menezes havendo várias contradições entre ele e Pedrinho. A seguir, foram ouvidos Joaquim Gomes da Silva e José Gomes da Silva, sendo feita uma acareação entre Pedrinho e eles havendo várias contradições. Não havendo nada mais a tratar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião do ano de 2001 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar em todo o País o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e ao desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de carga.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir os Srs. Francisco Alexandre de Menezes, Jorge Alberto Brum Rodrigues Júnior, José Fuscaldi Cesílio e José de Tal, vulgo Zezão, cuja identidade já foi esclarecida aqui. Trata-se do Sr. Joaquim Gomes da Silva e José Gomes da Silva. Peço à Secretaria que corrija os dados.

Eu gostaria apenas de, antes de iniciar os trabalhos, fazer um voto de solidariedade aos funcionários e assessores da CPI do Futebol, que estão sendo vítimas de ameaças físicas em razão do trabalho sério e correto que desenvolvem na apuração dos crimes praticados em nome do futebol.

Assim, esta CPI do Roubo de Cargas se solidariza com todos os funcionários da Casa que têm colaborado principalmente com as Comissões Parlamentares de Inquérito, porque as ameaças são fruto da covardia e do temor de enfrentar o Poder Judiciário, em decorrência das apurações das CPIs, com os esclarecimentos feitos nos relatórios que serão encaminhados ao Ministério Público.

Os funcionários não se acovardaram, mas, através da sua representatividade associativa, comunicaram o fato ao Presidente da CPI, Senador Álvaro Dias, e ao Relator, Senador Geraldo Althoff. S. Exªs comunicaram, então, à Presidência da Casa e levaram ao conhecimento do Plenário.

Os covardes tentam agredir aqueles que trabalham nas CPIs, buscando a verdade, através de investigações sérias. Nenhum fato da CPI do Futebol foi apresentado aos convidados ou convocados dos clubes esportivos, nenhuma acusação foi feita sem estar materializada através provas e documentos, como lavagem de dinheiro, cheques e outros tipos de falcatruas que estão sendo apuradas.

Apresento, portanto, a nossa solidariedade aos funcionários e aos dirigentes da CPI do Futebol.

Dito isso, peço que se convide o Sr. José Fuscaldi Cesílio para que compareça perante esta Comissão.(Pausa.)

Quero, preliminarmente, agradecer a V. Exª por ter atendido ao nosso convite, visto que V. Exª tem prerrogativas de Deputado e poderia se negar, inclusive marcando hora e dia para o depoimento. V. Exª irá colaborar no esclarecimento das acusações que foram feitas por um indiciado no roubo de cargas.

Pergunto – e isso fica a seu critério – se V. Exª quer assinar o termo de compromisso de dizer a verdade, somente a verdade.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Só a verdade, sempre a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faça o compromisso então. (Pausa.)

Sr. José, não sei se V. Exª sabe a razão desse convite.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não sei, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Existe um depoente, cujo nome estamos mantendo em sigilo. Vamos usar um pseudonome para que seja protegido, pois também foi ameaçado de morte. De forma que esse nome não é correto. Foi batizado vulgo Pedrinho, Pedro Evaristo. Foi para protegê-lo. Assim que for necessário, sua identidade será esclarecida.

No depoimento colhido por esta CPI, juntamente com a autoridade da Polícia Federal, ele traz algumas informações de ter vendido mercadoria roubada ao seu Supermercado Tatico.

V. Exª confirma o nome Tatico?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Tatico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele faz referência. O Relator vai, sem dúvida alguma, esclarecer melhor V. Exª.

Diz aqui que em várias oportunidades o declarante acompanhou entrega de mercadoria a Raul e soube que este as revendeu ao Supermercado Tatico. Nesse caso, o declarante presenciou Raul receber, no Tatico da Ceilândia, dinheiro proveniente das cargas roubadas que foram entregues ao citado supermercado.

V. Exª não gostaria de fazer um preâmbulo sobre o seu supermercado, a forma de trabalho, as compras, a recepção de mercadorias, como o estoque é controlado, etc.?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É coisa difícil o que está acontecendo, mas não sou eu que sou o comprador. Só pagamos duplicatas no banco, ninguém vai buscar dinheiro na porta. V. Exª pode mandar investigar como trabalhamos. Acho que está tendo um engano muito grande. Pode investigar, pôr a Polícia Federal para ver o que está acontecendo, acompanhar. Está em aberto. Estou pronto para atender. Quero que V. Exª investigue o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a nossa obrigação.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – V. Exª pode contar comigo para o que der e vier.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como funciona? V. Exª tem interesse de esclarecer algo?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Posso esclarecer que só compramos e pagamos nossas duplicatas no banco. Não pagamos nada em dinheiro, à vista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – À vista não?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, Excelência. Quando nós paga, nós compra boi à vista, mas dá ordem para quem nós compra. Todo pagamento nosso é através de banco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passarei a palavra ao Sr. Relator para que faça seus questionamentos. Assim, V. Exª ficará mais à vontade para esclarecer.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Podem fazer-me perguntas que estou tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª está bem acomodado?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Estou bem. A mesa é pequena, mas estou bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu nome é José Fuscaldi Cesílio?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Cesílio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o nome parlamentar de V. Exª?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – José Tatico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Assim podemos tratá-lo?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Pode. Da maneira como V. Exª vir que fica mais fácil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado José Tatico, V. Exª pode nos informar desde quando exerce essa atividade comercial?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Há 15 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui em Brasília?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Na Ceilândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sempre na Ceilândia?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Sempre na Ceilândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. Exª é natural de onde?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Teixeiras, Minas Gerais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está há quantos anos em Brasília?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Há 15 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o patrimônio de V. Exª hoje? Quantos supermercados V. Exª tem? Quantas casas de carne?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Tenho cinco casas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem fazendas?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Tenho uns pedacinhos de terra. Estão todos penhorados, mas tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Supermercado é o Tatico. O Tatiboi, que é a casa de carne?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – O Tatiboi não é meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é seu?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É de algum parente?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – É coincidência apenas o nome?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – O cara vai pondo. Você tem que registrar. Até que você consiga parar o nome!

O SR. OSCAR ANDRADE – V. Exª tem casa de carne também?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só interno?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª conhece o proprietário da Tatiboi?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Nem sei de quem é. Eu tinha duas casinhas de carne, mas acabei com elas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agora só interno, dentro dos supermercados?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Só nos mercados.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. Exª tem ou já teve uma funcionária chamada Ana?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Ana? No meio de tantos funcionários, é difícil falar. Ana?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ana. Trabalhava na administração junto com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais próxima ao seu escritório.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Ana junto comigo? Acho que não. Não sou homem de escritório. Vivo na roça.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. Exª conhece a Drª Imaculada?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Drª Imaculada? Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Advogada.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já comprou mercadoria de um senhor com nome de Raul?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Também, para mim comprar uma mercadoria, o cara tem que ser empresário. Se ele não for, nós não compra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o seu comprador?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É o Renilton.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Renilton, meu sócio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Renilton, seu sócio?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nas cinco casas?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, só na casa da Ceilândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só na casa da Ceilândia. Lá é a central de compras do senhor?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É, compro quase tudo lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Normalmente, quais os dias que são recebidas as cargas que o senhor compra?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Toda hora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Toda hora, todo dia?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Das sete da manhã às seis da tarde.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está sempre entrando carga?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Sempre.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem um dia que é mais do que o outro, em função de alguma coisa?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Quando tem movimento, é. Isso a gente não consegue controlar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem um dia específico da semana que o senhor recebe mais carga?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, não. O povo, no dia que chega, precisa de comprar, recebe.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não conhece a Drª Imaculada, a advogada?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, não conheço. A nossa advogada é a Drª Cleide.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. As compras das cargas do seu supermercado são feitas de maneira centralizada?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Direto das empresas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso. Mas é centralizada, um local de compra para os cinco supermercados?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, os outros mercados também recebem mercadorias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cada um tem individualidade de compra? Cada um compra separado?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Tem, tem.

O SR. OSCAR ANDRADE – O supermercado da Ceilândia é o maior?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É o maior.

O SR. OSCAR ANDRADE – E é lá onde se compra a maioria das cargas?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É, é lá que se compra.

O SR. OSCAR ANDRADE – E lá não repassa para as outras?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não. Pouca coisa. Quando falta em uma, pode repassar, mas é difícil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para salvar, não é?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor tem a dizer a respeito do nosso informante, que estamos apelidando aqui de Pedro, como já explicou o Senador, nosso Presidente, para resguardar alguns atentados, algumas ameaças que ele está sofrendo, ter dito que já participou, já foi com o Raul dentro do seu supermercado e recebeu do senhor – ele dá inclusive detalhes – uma nota de R$308 mil de secos e molhados, recebeu R$150 mil, ou seja, quase 50% do valor, da mão do senhor? Ele foi testemunha, viu isso acontecendo uma vez e sabe de várias outras cargas que foram levadas ao seu supermercado, carga roubada, a ponto de ele dizer: às sextas-feiras, pode ir lá na Ceilândia, na central dele lá, que é o maior supermercado, que tem uma fila de vinte ou trinta caminhões, três ou quatro são roubados...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Posso garantir ao senhor que isso é mentira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que o senhor paga em dinheiro. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Posso garantir ao senhor que isso é mentira, que eu nunca paguei R$150 mil a ninguém. Posso garantir ao senhor que isso é mentira. Pode investigar, porque isso é mentira. É mentira desse safado.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por que isso seria mentira?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É mentira, porque nós não faz isso. Nós não recebe quatro caminhão. Tenho meus funcionários que recebem. Estou aqui. Pode mandar lá e leva esse cara lá para ver se alguém conhece. Ao menos vocês tiram isso da cabeça. Eu tô aqui. Pega esse safado, leva lá onde meu povo que recebe, que tem dez anos que eles recebe as mercadorias e vê se eles conhecem esse cara. Isso é mentira e das maiores que tem.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por que ele estaria falando mentira?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Uai, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – À toa, assim, sem nenhum sentido?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Uai, eu não fiz, nós não fizemos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor acha que ele é um desafeto do senhor?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, não sei. Um cara que rouba uma carga pode fazer qualquer outra coisa, mata um motorista. Eu mesmo tenho uma carreta roubada, o meu filho tem uma carreta roubada. Prendeu o motorista três dias e sumiu com ela, até hoje não vimos. Um homem que faz isso pode fazer qualquer outra coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode fazer acusação falsa, por exemplo?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Pode, pode fazer tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas sem nenhum motivo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ué, para roubar uma carreta tem algum motivo, de uma pessoa que está trabalhando para pagar ela?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ganhar dinheiro.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Eu tô aqui. Manda esse Raul lá em casa, ou não sei quem é, para ver se os meus recebedores... Porque eu não recebo mercadoria, quem recebe mercadoria, tenho lá o pessoal que recebe. Ele deve conhecer.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor, antes de possuir o Supermercado Tatico, fazia o quê?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Ah, minha vida, se eu te contar, nós fica o dia todo aqui, falando a tarde toda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas temos tempo, Deputado.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Mas começamos aqui na Ceilândia com um botequim, comprando no Carrefour e vendendo na Ceilândia. É o começo da minha vida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes do Tatico?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Já era Tatico, comecei com o Tatico. Tatico era meu sogro, herdei dele um pedacinho de terra e estou tocando até hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. Hoje o patrimônio que o senhor tem é um patrimônio grande, está certo?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não é nada. Você deve muita coisa. Hoje o povo só perde dinheiro. Ninguém faz mais nada não. Quem tá podendo manter em pé é pouca gente.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem um cadastro geral dos seus fornecedores? O senhor só compra desses?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Tenho, uai, é só empresas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se aparecer uma mercadoria lá mais barata, com nota, visivelmente legal, o senhor não compraria?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Se ela tiver procedência, nós compramos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é procedência?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Procedência é saber direto de onde ela veio, qual a indústria, nota fiscal. Qual a indústria que ela veio. Nós compramos, 95% é direto da indústria.

O SR. OSCAR ANDRADE – E em caso nenhum o senhor admite a possibilidade...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, isso é coisa que não há.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até porque nós precisamos esclarecer alguns pontos, e nós vamos tentar esclarecer e temos certeza de que o senhor vai ajudar. Isso é uma forma de ajudar. De repente alguém seu comprou. Tinha nota fiscal, aparentemente é tudo legal, porque é assim que é feito o roubo de carga.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Uai, se for um empresário e comprar roubado e vender para nós, nós não tem nada com o que passou lá para trás. Nós tem é do empresário e tem que ser um empresário bem sucedido. Se for gente fraca, a gente não compra dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse Raul é bem sucedido?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não sei, ué.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não sabe?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Eu não conheço. Eu estou pronto para ajudar 'ocês no que for.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tenho certeza.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Pronto. Tudo. A hora que precisar de mim, de qualquer maneira, por telefone, porque nós mesmos precisamos acabar com isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe que roubo de carga hoje no Brasil representa quase R$1 bilhão por ano. Por isso esta CPI.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Eu sou assaltado na Ceilândia direto. Até eu mesmo o povo já me assaltou, com segurança e tudo. Mas chega 15 e 20 homens. O que adianta dois, três segurança? Tem que ficar quieto e dar o dinheiro, se tiver, se não tiver ainda apanha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos voltar aqui na Ana. O senhor não lembra da Ana que trabalhou com o senhor, que...?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, não tem essa pessoa. No escritório, primeiro que eu não sou homem de escritório. Leio pouco, não tomo tempo com escritório.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela é uma mulher em torno de trinta anos, morena, estatura baixa, de físico forte.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, nem conheço, não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não se lembra de ninguém?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não tem essa pessoa junto com nós, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E, segundo as informações, ela trabalhava ao lado da sua sala.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Nem sala eu tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Será o seu sócio que tem a sala?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Nem ele. Nós trabalha no meio do povo lá no mercado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Tatico, essa forma de administrar é pelo menos inusitada, diferente, trabalhar no meio do povo, com cinco casas desse tamanho.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Cada casa tem um que toma conta.

O SR. OSCAR ANDRADE – E tem escritório, não tem?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Tem a menina que toma conta.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem é a menina?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – A menina que nós tem hoje é a Edna, minha filha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela é que paga?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Ela é que paga.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem compra é o Renilton?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Renilton.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a Ana nunca trabalhou lá?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, nós não conhece essa pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não trabalha nem nunca trabalhou lá?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não. Mas para chegar a esse ponto que eu vim aqui já era para a Polícia Federal ter feito um levantamento lá na minha casa, uai. O senhor ia me perguntar com muito mais informação. Levasse esse Raul lá no meio do povo pra o povo conhecer o Raul, essa Ana, se trabalha lá em casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é Deputado e sabe que não é feito dessa forma, não é?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Uai, o senhor hoje ia me perguntar com muito mais tranqüilidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas eu pergunto tranqüilo e o senhor também pode me responder tranqüilo.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – E eu estou respondendo ao senhor tranqüilo e pronto para responder muito mais coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado não vale a pena fazer desafio aqui. Nós queremos apurar a verdade e...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não eu não estou fazendo desafio. Eu estou só falando a verdade, porque nós temos polícia para levantar isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso compete à investigação, que vai ser feita.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, pediria a palavra pela ordem, se o Relator permite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado.

O SR. ALBERTO FRAGA – Eu estou, na verdade, até me sentindo um pouco inquieto com o que eu estou vendo aqui. Eu conheço o trabalho de V. Exª, tanto do Relator quanto ao Presidente, a sensibilidade de policial que V. Exª, Presidente, tem e nós estamos vendo uma coisa que eu acho que... estou falando até mesmo como um policial que V. Exª também é, mas eu acho que falar de uma pessoa como o Tatico, que eu conheço, posso dizer que tenho laços de amizade com esse homem, que já mostrou aqui a sua simplicidade, é um homem correto, um homem ingênuo que às vezes paga um preço muito alto pela sua ingenuidade. Perdoe-me, Deputado Oscar Andrade, queria dizer isso apenas para que V. Exª possa conhecer um pouco desse homem, dessa simplicidade.

Ele realmente tem os supermercados. Fui comandante durante muito tempo nessa cidade em que ele é estabelecido. Esse homem é assaltado na rua, quase que semanalmente, pela sua simplicidade. É bem verdade que, hoje, a qualquer dia e hora que V. Exª for aos supermercados dele, vai ver um supermercado cheio, lotado, abarrotado de gente; pessoas pedindo e ele fazendo o bem a essas pessoas. Então a gente percebe que houve uma denúncia anônima.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é anônima.

O SR. ALBERTO FRAGA – Não é anônima? Está aqui o nome, perdão. Houve uma denúncia. Esse som está ligado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está sim.

O SR. ALBERTO FRAGA – Houve essa acusação, vamos mudar então o termo. Eu acho, pela ingenuidade do Deputado Tatico, que está aqui prestes a esclarecer qualquer tipo de coisa, que a gente teria, então, que fazer a pergunta direta, realmente, porque eu do jeito que está, nós conhecemos a mídia. Daqui a pouco vão massacrar esse homem...

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Alberto Fraga, em momento nenhum deixei-o, absolutamente, em situação difícil.

O SR. ALBERTO FRAGA – Mas nós vamos chegar numa situação que, daqui a pouco, ele sai daqui como acusado de uma coisa que nós tínhamos primeiro que provar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é acusado. Ele vai provar que é inocente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá licença um instante. Eu acho que ingenuidade não é atestado de antecedentes. O senhor é policial e sabe disso, como Policial Militar, deve ter andado pela rua, com gente humilde e de classe social pouco afeita à cultura e que são marginais de alta periculosidade. Não estou generalizando, mas V. Exª deve ter trabalhado. Então, não é atestado de antecedentes.

Em nem uma vez ele foi acusado. Antes do senhor chegar, eu agradeci a presença dele, pela importância de esclarecer; e há um depoimento assinado e já confirmado perante o Poder Judiciário. Não foi apenas alguém que procurou esta CPI para fazer uma denúncia, mas um Delegado Federal, cujas investigações o levaram a isso.

Então, não estou acusando. O senhor recebeu alguma acusação aqui? Nós estamos pedindo esclarecimentos, até porque já assisti, na **Rede Globo**, críticas a ele por uma postura que ele teve no supermercado. Não quero nem me referir a isso, porque não interessa à CPI, mas eu assisti. Eu nem o conhecia. Fiquei conhecendo por uma notícia da mídia.

O SR. ALBERTO FRAGA – Seria a respeito de lotação de funcionários, seria essa a acusação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eu vi... Eu não estou... Então, eu não estou discutindo.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Ainda é mentira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu não estou discutindo. Se o senhor quiser discutir isso aqui, eu abro...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, só estou falando o que é.

O SR. ALBERTO FRAGA – Não é o objeto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então eu acho que o senhor tem que defender por conhecê-lo, mas não pode trazer, sobre a relatoria, nenhuma dúvida sobre a conduta que está sendo tomada, os critérios...

O SR. ALBERTO FRAGA – Eu concordo, Sr. Presidente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós estamos tomando todos os cuidados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Primeiro, a acusação foi feita, o Delegado Federal trouxe, foi ouvido em depoimento, depois nós pedimos ao Dr. Paulo Lacerda que fizesse as diligências para identificar se realmente era aquele local, porque eu tenho um zelo tremendo. Acho que injustiça não se faz nem com o pior inimigo.

O SR. ALBERTO FRAGA – Eu conheço o senso de responsabilidade de V. Exª. É por isso exatamente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu sou incapaz de fazer uma injustiça ou uma injúria, que possa ofender a dignidade de uma pessoa.

O SR. ALBERTO FRAGA – Mas a minha postura em pedir a palavra à V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas se você conduz uma CPI desta, você tem que trazer o esclarecimento. Pior é se desse para a imprensa: Olha o cara está sendo acusado. E ele viesse depois aqui.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, exatamente por conhecer esse senso de responsabilidade de V. Exª que eu pedi a palavra para falar com o Deputado Oscar Andrade... A minha preocupação, na colocação das coisas, e eu não sou advogado de ninguém, não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o que ele está pedindo pode ser concedido, é a acareação. Nós podemos fazer a acareação, Deputado.

O SR. ALBERTO FRAGA – Eu só gostaria de algumas coisas, porque a preocupação é que não seja feito aqui algum tipo de induzimento nas perguntas que o coloque numa situação que eu sei que ele não tem a malícia suficiente de responder.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado, muito obrigado, eu até agradeço a V. Exª a interferência. Com certeza não houve de minha parte nenhuma intenção. Então, você pode ficar tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. José Tatico, dê uma lida no depoimento do acusador, por favor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agora, nasceu de um depoimento aqui, de uma informação... As informações que temos remontam a mais de quinze cidades, mais de 100 pessoas envolvidas nisso tudo, de que estamos hoje pegando essa pontinha aqui, e até por deferência chamamos primeiro um Deputado. Acho importante que ele venha aqui se defender.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – O senhor vê bem. Deixa eu falar alguma coisa. Eu tenho oito anos que não compro nada para o mercado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não é o comprador?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não sou o comprador. E ele está falando aqui direto do Tatico. Oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o supermercado compra. O supermercado, para funcionar, tem que fazer compras.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – O supermercado compra e não compra assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, Deputado Tatico, exatamente por isso...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – ... a Ana que fizesse respectivo pagamento". Pode ler até de... Todo mundo pode ouvir. Eu estou tranqüilo com isso aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso é que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu li para o senhor.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Lê pra mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu já li no começo, pedi que o senhor quiser... É o porquê do senhor estar aqui.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Ana. Nós nem sabe quem é Ana. Ana. O senhor pode ir lá agora e perguntar quem é Ana, há cinco anos atrás ou seis anos atrás. Não tem. Isso aí está mais... Mentira de todo tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prossiga, Senador. O senhor terminou?

O SR. ALBERTO FRAGA – Vou aguardar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois dessa inscrição, o senhor volta a falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se houve, no seu entendimento, alguma intenção de distorcer alguma coisa, absolutamente. A minha única opinião foi de que é um modo estranho de administrar cinco supermercados, estando no meio do povo. Quer dizer, não admitir que tem escritório, que tem todo um aparato...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Tem.

O SR. ALBERTO FRAGA – Tem, escritório tem.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Mas eu não fico no escritório. E falar que faz negócio direto com o Tatico. Tatico... O senhor sabe que tem cinco anos ou seis que nos conhece, eu não sou comprador do Tatico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor se importa de trazermos o rapaz aqui para...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não senhor, não importo não, pode trazer ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou trazer, aí já é mais...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Traz ele aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Peço a presença, então, do Pedrinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O relator está pedindo que se faça um **vis-à-vis**.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Pode trazer, traz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não vou ferir a sua prerrogativa de Parlamentar, então deixo o senhor à vontade para recusar ou não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes até que chegue, Deputado Tatico, o Pedro, que é um nome de código que colocamos aqui para proteção, informo ao senhor, por exemplo: quando ele estava preso, apareceu, lá na prisão, lá na cadeia – ele estava numa cadeia especial – essa Drª Imaculada, em seu nome.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Imaculada, eu não tenho...

O SR. OSCAR ANDRADE – Em seu nome.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Mas eu não tenho...

O SR. OSCAR ANDRADE – Dizendo que recebeu do senhor R$30 mil, que estava lá para ajudá-lo, para tirá-lo de lá, essa coisa toda.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – O senhor vê, isso aí...

O SR. OSCAR ANDRADE – Exatamente. Quer dizer, então, a trama pode ser muito maior. A Drª Imaculada também é conhecida do coronel comandante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já procuraram saber essa Ana quem é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, isso tudo é informação dele.

Estamos – conforme ficou estabelecido pelo Presidente – chamando-o de Pedro em função de

preservar a sua identidade para evitar problemas futuros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem o direito de recusar qualquer resposta, qualquer procedimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então nós vamos chamá-lo de Pedro. Pedro, o senhor conhece?

O SR. PEDRO – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é?

O SR. PEDRO – José Tatico.

O SR. OSCAR ANDRADE – José Tatico. De onde o senhor conhece ele?

O SR. PEDRO – Da vida mesmo aí, no... quando eles me comprou o... muitas cargas já.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo atrás?

O SR. PEDRO – Dois, três anos para cá já comprou bastante.

O SR. OSCAR ANDRADE – De três anos para cá. Quantas cargas, mais ou menos?

O SR. PEDRO – Só eu já vendi umas seis cargas para ele.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Para mim?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espere um pouquinho, o senhor vai ter oportunidade.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Está bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só você?

O SR. PEDRO – Só eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seis cargas. Você lembra dessas cargas o que eram?

O SR. PEDRO – Lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que era?

O SR. PEDRO – Era tudo secos e molhados, coisas de supermercado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todas.

O SR. PEDRO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – As seis?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A origem de onde era, Pedro?

O SR. PEDRO – Hã?

O SR. OSCAR ANDRADE – A origem dessas cargas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A origem dessas cargas.

O SR. PEDRO – Nós pegou aqui no caminho... Já entregamos carga de Minas para cá, Uberlândia e Minas Gerais, e dali de Cristalina para cá também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eram roubadas?

O SR. PEDRO – Era tudo roubada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você participou do roubo ou recebeu só para condução da carga?

O SR. PEDRO – Eu fui... Eu muitas vezes eu intrujei pra... Em outras eu mesmo participei do roubo também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Intrujou?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Intrujar é pôr no meio.

O SR. PEDRO – É assim, outros colegas meu trabalhou e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um roubou e outro participa. Intrujar é...

O SR. PEDRO – E eu peguei só... Apenas conhecia o outro comprador, com nome de Raul.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Intrujar é envolver a...

Havia intermediário nessas negociações ou você fazia direto?

O SR. PEDRO – Eu já recebi direto com ele. A menina com o nome de Ana me pagou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas e a negociação?

O SR. PEDRO – Minha negociação minha era com o Raul.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E quando você fazia a entrega o Raul estava junto, trabalha com o Sr. Tatico, segundo o seu depoimento, ou é uma pessoa estranha?

O SR. PEDRO – Não, ele é tipo um cara que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que só intermediava?

O SR. PEDRO – É. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Terceirizava a operação de compra e venda de mercadoria roubada?

O SR. PEDRO – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele fazia a intermediação?

O SR. PEDRO – Fazia a intermediação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para esses casos e outros ou apenas para esse?

O SR. PEDRO – Não. Para muitas coisas. Para muitas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não era funcionário do Tatico?

O SR. PEDRO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tinha nada, nenhuma relação?

O SR. PEDRO – Não. Ele não é funcionário dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já levou carga diretamente lá e recebeu?

O SR. PEDRO – Já levei lá. Só não ajudei a descarregar. Mas já levei o caminhão até lá. Inclusive, havia mais caminhões na fila para descarregar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Descreva como você fazia. Qual era o seu itinerário?

O SR. PEDRO – Eu chegava por trás ali...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por trás de onde?

O SR. PEDRO – Por trás do Tatico. Tem as duas pistas grandes...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aonde?

O SR. PEDRO – Lá na Ceilândia, depois da Ceilândia centro, da feira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você vinha de onde, de que cidade?

O SR. PEDRO – Eu vinha de Minas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entrava por onde?

O SR. PEDRO – Eu vinha por trás da Ceilândia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é por trás que se diz. Fala por onde você vinha, que estrada pegava, qual era a entrada em Brasília.

O SR. PEDRO – Os nomes da entrada eu não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas tem uma entrada: sul, norte, leste. Por onde você entrava?

O SR. PEDRO – Às vezes, eu vinha por Taguatinga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por Taguatinga?

O SR. PEDRO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ia até a Ceilândia direto?

O SR. PEDRO – Ia até a Ceilândia. Inclusive, já descarreguei uma carga de frigorífico metade lá e a outra metade num açougue dele chamado Tatiboi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Tatiboi é dele? Você tem certeza?

O SR. PEDRO – Eu não tenho certeza se é dele não, mas eu descarreguei lá a metade e a outra metade ele mandou para lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele mandou para lá?

O SR. PEDRO – Ele mandou para lá. Eu não tenho certeza se é dele não. Só descarreguei lá uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E quando você descarregou a outra metade?

O SR. PEDRO – Eu descarreguei a metade no supermercado e a outra mandou passar para lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era um caminhão de frigorífico?

O SR. PEDRO – Caminhão de frigorífico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi uma metade para o Tatico e uma metade para o Tatiboi. É isso?

O SR. PEDRO – Para o Tatiboi. Só não sei se é do mesmo dono.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas foi ele que pediu?

O SR. PEDRO – Foi. O Raul que mandou levar para lá, mas depois eu fui recebido lá por uma tal de Ana.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Ana era lá...

O SR. PEDRO – Lá no supermercado dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – No supermercado de qual cidade?

O SR. PEDRO – Da Ceilândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da Ceilândia?

O SR. PEDRO – Da Ceilândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – E trabalhava junto lá?

O SR. PEDRO – Trabalhava junto lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode descrever um pouquinho esse supermercado? Como era o local de recepção da mercadoria?

O SR. PEDRO – Que tipo de mercadoria eu vendia?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, o local. O local era um porta aberta, era uma garagem, era ...

O SR. PEDRO – Não era uma garagem. É aberto por trás. Tem uma porta de correr. O caminhão ficava de ré e descarregava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Descarregava o caminhão?

O SR. PEDRO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tinha ajudante ou eram os próprios funcionários?

O SR. PEDRO – Não. Eram eles lá. Eu não pegava em nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eram os próprios funcionários?

O SR. PEDRO – Os próprios funcionários.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa carga que você levou lá – é preciso que ele ouça isso – essa carga que o senhor levou lá com o Raul, que o senhor negociou e recebeu o dinheiro, como foi? Você recebeu da mão dele?

O SR. PEDRO – Recebi... Ele estava junto, mas mandou a Ana pagar para nós.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Ana. Tem certeza de que o nome é Ana?

O SR. PEDRO – Certeza absoluta. Ela falou para mim que era Ana; eu ainda conversei com ela bastante.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como é que era? Quais os outros contatos que o senhor teve com o Tatico?

O SR. PEDRO – Já tive vários contatos com ele. Inclusive, tenho fotos junto com ele. Não tem como ele falar que não sou eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem foto?

O SR. PEDRO – Tenho foto junto com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tirou onde a fotografia?

O SR. PEDRO – Foi tirada numa chácara perto de Luziânia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chácara?

O SR. PEDRO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – A chácara era de quem?

O SR. PEDRO – Não sei, não, senhor. Nós descarregamos uma carga e eles passaram lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi descarregada uma carga nesse dia da foto?

O SR. PEDRO – Foi descarregada uma carga lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carga de quê?

O SR. PEDRO – Carga de secos e molhados. Ele foi lá conferir a nota.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi lá conferir a nota e a mercadoria?

O SR. PEDRO – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra da nota, qual o valor?

O SR. PEDRO – Era cento e poucos reais. Cento e poucos mil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Secos e molhados. O que era o produto mesmo?

O SR. PEDRO – Vem de tudo o que o senhor pensar que há num supermercado. De cada coisa vem um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o que é: feijão, batata, fruta?

O SR. PEDRO – Não, frutas e essas coisas não. Às vezes, vem arroz, macarrão, bolacha, panelas. Vem de tudo. De tudo o que o senhor pensar que tem em supermercado, vem de tudo. É coisa da Martins, da União, da Mar Transportadora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Martins é uma transportadora?

O SR. PEDRO – É uma transportadora de Uberlândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Atacadista.

O SR. PEDRO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – A nota fiscal que era a apresentada era a verdadeira do produto do roubo?

O SR. PEDRO – Para eles conferirem, mas essa nota não ia ficar guardada. Ele só confere.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só para olhar, não é?

O SR. PEDRO – Ele paga 50% para gente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cinqüenta por cento do preço da nota?

O SR. PEDRO – Do preço da nota. E o restante, aí paga metade para gente à vista e dá um prazo e paga depois.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essa chácara era na Ceilândia mesmo?

O SR. PEDRO – Não. Essa chácara fica no Goiás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual cidade? Você se lembra?

O SR. PEDRO – Lembro, inclusive andei lá com o delegado, mostrei para ele já.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mostrou o local para o delegado, Dr. Celso?

O SR. PEDRO – Já. Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E lá você teve oportunidade de tirar foto com o Deputado Tatico? Ele já era Deputado?

O SR. PEDRO – Já era Deputado. Eu já até acompanhei uma campanha dele lá uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem a foto? Isso realmente não incrimina. Não é relevante.

O SR. PEDRO – O senhor pode ter certeza também de que tudo que estou falando vou ter como provar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como que você prova?

O SR. PEDRO – Vamos aguardar que ele vai ver. Vai ter prova.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Pergunta quem recebe essa mercadoria dele?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem recebe a mercadoria, Pedro?

O SR. PEDRO – Eu não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá?

O SR. PEDRO – Lá, com a pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, na hora em que está descarregando.

O SR. PEDRO – Tem muita gente descarregando lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – São carregadores?

O SR. PEDRO – São carregadores.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não tem um conferente?

O SR. PEDRO – Isso é Raul com ele lá. Meu negócio mais era com o Raul.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Raul era quem falava com a pessoa responsável?

O SR. OSCAR ANDRADE –O Raul era o intermediário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Falava com o responsável pelo supermercado?

O SR. PEDRO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era administrador, alguma coisa assim? Você ouviu falar alguma coisa?

O SR. PEDRO – Não, não cheguei a falar com essa pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Renilton?

O SR. PEDRO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está vendo Deputado? Tinha que ouvir, não é?

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, eu ouvi, mas realmente o que ele está falando aí qualquer pessoa pode chegar aqui e falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não dá para eu desprezar, nem a comissão pode desprezar.

O SR. ALBERTO FRAGA – Ele é morador de Brasília?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não pode ser

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. É de Goiânia, não é?

O SR. ALBERTO FRAGA – Porque quem chegar na Ceilândia, Sr. Presidente, e disser que não conhece o Tatico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde você mora?

O SR. PEDRO – Na cidade de Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De Goiânia?

O SR. PEDRO – Isso.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, qualquer pessoa que chega no supermercado sabe que quem compra mercadoria lá no Tatico é o Renilton. Se ele não conhece o Renilton... Qualquer pessoa sabe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A origem boa pode ser o Renilton, agora não se pode dizer que está mentindo porque não comprova.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – E quem recebe essa mercadoria? Nós tem que ver. Essa mercadoria alguém tem que receber. Eu não vou pegar essa... Eu não...

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado, o senhor está liberado para fazer as perguntas que quiser.

O SR. ALBERTO FRAGA – Gostaria de saber: ele falou que tem uma fotografia. Essa fotografia foi tirada na época da campanha?

O SR. PEDRO – Não.

O SR. ALBERTO FRAGA – Você falou que ajudou na campanha. Você trabalhou na campanha do Deputado Tatico?

O SR. PEDRO – Não, não trabalhei na campanha não. Já fui lá no comício dele uma vez, na campanha, por causa da amizade que tinha por outras pessoas e fui lá e até cheguei a subir, mas a fotografia não tem nada haver com isso.

O SR. ALBERTO FRAGA – A pessoa que negociava com o Raul, você já falou o nome? Você falou Ana.

O SR. PEDRO – Não, a Ana, apenas fomos lá e foi o que ele mandou passar em dinheiro pra nós. Pagou, fez o pagamento.

O SR. ALBERTO FRAGA – Como você diz que é o Tatico? Por quê? Você negociou com alguém do supermercado? Foi no supermercado mesmo? Como foi a negociação?

O SR. PEDRO – Eu negociei com o Raul, mas fui receber lá e entregava as cargas lá. Como que não é dele?

O SR. ALBERTO FRAGA – Negociava lá? Aonde você negociava?

O SR. PEDRO – Negociava lá. Entregava a carga para o José Tatico.

O SR. ALBERTO FRAGA – Aonde?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, somente para esclarecer: o que ele descreveu aqui, é o que entendi, é que o Raul já dava a encomenda para ele para entregar na Tatico.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Mas quem recebia?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espere só um momento. Ele está esclarecendo. Ele trazia, e o Raul já devia ter tratado a entrega, pelo que estou entendo. Não estou fazendo acusação, estou somente esclarecendo o depoimento dele aqui, perante V. Exª e perante o Deputado. A entrega era feita sem ele, vamos dizer, fazer a negociação, porque a mercadoria não era sua. Era sua?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Ele não entregou isso em local errado e não está equivocado não?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A mercadoria era sua?

O SR. PEDRO – A mercadoria era minha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você roubava para você ou para dividir...

O SR. PEDRO – Era para dividir para...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Raul era apenas um comprador?

O SR. PEDRO – Às vezes...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto você dava para o Raul ou se não dava nada...

O SR. PEDRO – Não, dava. Ele ganhava 10%. A gente recebia a mercadoria a 40%. Diz ele vendia a 50%.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você nunca fez negociação com ninguém da Tatico direto?

O SR. PEDRO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só fazia entrega e aguardava o pagamento. Quem trazia o dinheiro na sua mão? Era a Ana ou o Raul?

O SR. PEDRO – Não. A Ana me pagou uma vez só. As outras vez, toda vez era o Raul. Uma vez nós entregou lá, nós já fomos lá direto no escritório e já recebeu o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode perguntar, Deputado. Só queria esclarecimento.

O SR. ALBERTO FRAGA – Essa é uma resposta que V. Exª, com seu tino policial, fez muito bem: se ele já negociou com alguém do Tatico. Realmente, ele confirmou que nunca negociou com ninguém de lá do Tatico. Tinha um intermediário.

Sr. Presidente, vou esbarrar em tudo aquilo que eu venho sempre acompanhando. Acho que não podemos esquecer de um preceito básico no processo penal: cabe a quem acusa o ônus da prova. E todos nós, principalmente homens públicos, podemos sofrer qualquer tipo de acusação. Ninguém está isento de qualquer coisa nesse sentido. Só fico preocupado porque as acusações, neste País, a gente sabe como é que funciona. Então, uma pessoa que vem aqui, que presta depoimentos numa delegacia da Polícia Federal, e há acusação, ele tem que provar porque está se tratando de uma pessoa pública. Ele tem que provar. E ele disse aqui que vai provar. E eu quero que fique bem claro que não estou aqui fazendo papel de advogado. Só acho que esse tipo de acusação, esta CPI tem coisas muito importantes para ver e eu nunca dei crédito. Já aconteceu fatos semelhantes dessa mesma natureza, aonde tivemos a presença de bandidos condenados ali acusando um Deputado de Minas Gerais e que se chegou à conclusão também que não tem nada de idôneo nas declarações. Essa é a minha preocupação. Eu, realmente, me ausentei um pouco da CPI porque não acredito nesse tipo de coisa. Se ele apresentar provas documentais, testemunhais, aí sim, mas, chegar aqui, mascarado, acusar um homem público, eu acho que realmente é muito complicado isso, é muito complicado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado, preste atenção. O senhor tinha o direito de acompanhar todos os depoimentos à CPI. Foram feitos dois depoimentos já, sigilosos, exatamente porque não queremos mostrá-lo ainda à imprensa. Ele vai ser incluído no programa de proteção à testemunha em função da ajuda que está dando à CPI...

O SR. ALBERTO FRAGA – Essas ameaças ele recebe de quem? É do Tatico?

O SR. OSCAR ANDRADE – ...envolve muito mais do que o Deputado Tatico, muito mais pessoas. A questão dele pode até... Acho que o senhor tem todo o direito de defender, mas ele está aqui, sob a proteção da CPI, está encapuzado exatamente por isso, porque ele precisa dessa proteção, porque ele já colaborou muito com a CPI, apesar de ter o passado aí que...

O SR. ALBERTO FRAGA – Essas acusações...

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, não podemos desmerecer isso. Agora se ele estiver errado, vamos provar. A Polícia Federal está averiguando todas as informações. Até agora, em todas as informações

que ele deu, 100% delas, ele não titubeou em nenhuma, em nenhum local, em nenhum detalhe, em nada. Espero, Deputado Tatico, que ele esteja enganado na sua, mas, se não estiver, não podemos agora prejulgar. Deputado Alberto Fraga, nós estamos dando todo o direito. Aqui não está a CPI acusando, mas precisamos trazer isso a público, você sabe que precisamos. É nossa obrigação.

O SR. ALBERTO FRAGA – Eu sei, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Eu não conheço ele. Ele deve ter vendido isso para outro. Para mim ele não vendeu.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Relator, quero que V. Exª compreenda que não estou aqui tampouco a querer obstruir os trabalhos da CPI. Não é isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tenho certeza de que não.

O SR. ALBERTO FRAGA – Só estou querendo dizer que temos que tomar um pouco de cuidado com determinados tipos de acusações que são feitas durante uma CPI, porque nós conhecemos as conseqüências disso, e V. Exª bem sabe do que estou falando. O que digo é o seguinte... Estou tentando perguntar se, já que a acusação é em torno do Deputado Tatico, essas ameaças que ele recebeu de morte foram provenientes de onde? Foi do Tatico?

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe, então, eu te ajudar aqui. Quem é a Dr. Imaculada, Pedro?

O SR. PEDRO – É uma advogada. Eu não conheço ela não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ela se apresentou e onde a você?

O SR. PEDRO – Lá no Bope.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava preso no Bope?

O SR. PEDRO – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Me dá detalhes de como ela chegou e o que ela disse?

O SR. PEDRO – Não, eu estava lá, eu tenho meu advogado, que é lá de Minas. Ela primeiro foi lá no condomínio e conversou com a minha esposa, lá onde a minha mulher estava parando porque eu estava preso. Ela foi lá, mais o Raul e outro cara, numa Ranger preta – a minha mulher pegou até a placa dela e passou para o Dr. Celso –, e foi lá oferecer se precisava de alguma coisa, inclusive oferecendo até lugar para ficar. Aí falaram que ia um advogado conversar comigo no Bope. Mandou recado se eu estava precisando de advogado, de alguma coisa. Quando passou mais ou menos uns dois dias – isso foi numa sexta-feira –, quando foi num domingo à tarde, chegaram duas advogadas lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Duas?

O SR. PEDRO – Duas advogadas. Depois, foi outro advogado, Dr. Norberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem é a Drª Imaculada? É uma das duas?

O SR. PEDRO – É uma das duas. E ela é quem ficou indo direto e falou que já tinha recebido R$15 mil do Tatico e ainda ia receber mais R$15 mil do Raul.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo. Para quê?

O SR. PEDRO – Pra advogar para mim. E disse que era para mim ficar com a boca calada porque, senão, ficava pior pra mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor considera ficar com a boca calada, senão era pior, uma ameaça?

O SR. ALBERTO FRAGA – Eu quero fazer a seguinte pergunta: a Drª Imaculada disse que foi lá a mando do Deputado Tatico. Se tivesse dito que foi a mando do Presidente da República seria a mesma coisa, não? Como é que você pode imaginar, ter consciência ou certeza de que foi o Tatico que mandou essa mulher lá?

O SR. PEDRO – Não sei. Não tenho certeza.

O SR. ALBERTO FRAGA – Mas, então, meu filho, como é que você pode acusar?

O SR. PEDRO – Mas eu tenho certeza. Por que essa mulher foi lá se eu não chamei ela?

O SR. ALBERTO FRAGA – E se fosse então o nome do Deputado Fraga, do Deputado Oscar, quer dizer, teriam aqui o nome na lama por causa de uma acusação sua, uma dedução sua?

O SR. PEDRO – Ele é acostumado a comprar coisas não é só minha não. Tem mais gente aqui que pode vir aqui falar.

O SR. ALBERTO FRAGA – Então pegue as provas. O senhor tem de trazer as provas.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Você deve trazer todas. Se o Tatico compra, você tem de trazer todas.

O SR. PEDRO – Tem mais gente acostumada a negociar direto com você.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Deixe de mentirada.

O SR. OSCAR ANDRADE – A CPI vai trazer.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Você já está mentindo muito, porque eu não compro. Quem compra lá é outro, não é eu. Eu provo isso com todo vendedor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Deputado Tatico, por favor, só um pouquinho.

O SR. PEDRO – Mas já participou disso.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Engano seu. Você está enganado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só um pouquinho. Deputado Fraga, permita-me. Na verdade, estou chegando agora, e o Presidente, Deputado Romeu Tuma, incumbiu-me da tarefa de intermediar os trabalhos, de presidir os trabalhos momentaneamente, pois ele foi a uma votação. Quero só fazer uma afirmação. Vínhamos trabalhando na CPI – pelo menos eu e o Deputado Oscar Andrade temos estado sempre na CPI, não faltei a nenhuma reunião da CPI, pode até atrasar um pouquinho, mas estamos sempre aqui. Busco aqui, na experiência acumulada na CPI do Narcotráfico: nenhum que veio depor aqui era anjo. Nenhum era anjo. Todos eram, como ele, acusados de ser bandidos e admitiam que roubaram carga, que faziam o narcotráfico. Lembro-me de que todos que chegavam na frente – foi assim no caso do Hildebrando Pascoal, no caso do Zé Gerardo, do Chico Caíca, que eram dois deputados estaduais do Maranhão...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – O meu é diferente. O senhor pode estar convencido de que ele não vai provar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor me permita. Só quero repor alguma coisa até para dizer que não vamos trazer aqui...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – O senhor está falando aí que todos eram ladrão. Agora eu vou ser diferente. O senhor pode ficar tranqüilo disso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Por favor, o senhor só me permita dizer que é difícil trazer um anjo para dar um depoimento, porque um anjo não estava fazendo isso que ele estava fazendo. Quer dizer, só um lobo que estava no covil pode contar as coisas que aconteceram lá. Então, para nós não interessa de quem ele está falando, mas o que ele está falando. Depois vamos ver de quem ele está falando, à medida que os fatos tiverem fundamento, tiverem elementos.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, é exatamente isso que estamos querendo evitar, porque, depois que o nome for para a lama, recuperá-lo é muito difícil. É exatamente esta a questão que estou levantando: na acusação, não podemos esquecer que cabe a quem acusa o ônus da prova. A minha preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E é isso que queremos. Não podemos, a pretexto do nome do acusado ser importante, silenciar-nos sobre a acusação. Vamos averiguar e se o senhor não dever, como outros que já estiveram na CPI do Narcotráfico e não deviam, e a CPI teve a grandeza de demonstrar isso e eles saíram de cara limpa. Nesta Casa, na CPI dos Anões, alguns Deputados foram apontados e saíram limpos, de cara limpa. Agora, a pretexto de que alguns sejam inocentes, não podemos deixar investigar, não acusar.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Estamos fazendo uma investigação, não uma acusação formal ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a CPI tem a obrigação de fazer isso publicamente, senão não tem jeito.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente e Sr. Relator, a minha preocupação é a seguinte: quando abordei, logo no início, essa questão, foi com a seguinte proposta: se existe um depoimento dele à Polícia Federal, ela já deve ter algum tipo de prova ou indício.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem.

O SR. ALBERTO FRAGA – E nós teríamos de trazer o Deputado Tatico, já que é o acusado – vamos dizer assim –, depois que já tivéssemos prova. Aí ele não estaria aqui como convidado, abrindo mão de prerrogativa a que ele tem direito. Ele viria aqui na condição de indiciado ou acusado.

Agora, o que não se pode... E me perdoe, que eu realmente não tenho participado da CPI, porque discordo de alguns pontos que foram colocados na CPI, mas admiro o seu trabalho na CPI do Narcotráfico, do Oscar aqui. Admiro, mas não tenho comparecido, porque vi algumas coisas que eu, durante os meus 25 anos de policial, não concordo. Creio que temos que acusar, tirar tudo o que ele tiver, mas quando tiver provas materiais...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Concretas...

O SR. ALBERTO FRAGA – ...provas testemunhais, e não apenas... nem o contraditório está havendo. Estamos fazendo aqui, o quê? Tentando ver quem está falando a verdade? É ele, ou é o Tatico? Creio que não é isso o que estamos fazendo.

Então, a minha proposta é: depois das declarações dele, no dia, na hora em que a Polícia Federal tiver reunido todas as provas, aí esta CPI tem poder para isso, convocar e acusar. Mas trazer aqui uma pessoa humilde, ingênua e fazer perguntas dessa natureza, amanhã V. Exªs vão ver o que estará no jornal.

Amanhã, V. Exªs vão ver o que estará no jornal. É isso o que me preocupa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não estamos acusando. Ele foi convidado a vir e veio.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele podia até não ter vindo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até a entrada...

O SR. ALBERTO FRAGA – Mas é por isso que ele veio.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Queremos é buscar a verdade. E olhe: está aqui a imprensa, é uma coisa aberta. Vamos ouvir o que ele diz...

O SR. OSCAR ANDRADE – E acho que a imprensa deve noticiar isso, que veio por vontade própria.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pelo menos na CPI sempre foi assim, uma coisa aberta, clara, e a verdade vai florescer. O que queremos é tão-somente a verdade, seja do lado que estiver. Não estamos aqui caçando bruxa. Queremos esclarecer os fatos e as denúncias. No outro depoimento em que ele esteve aqui, passamos uma tarde inteira aqui...

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Alberto Fraga, preste atenção: é por ser exatamente o Deputado Tatico que há essa preocupação maior. Agora, preste atenção: V. Exª vai ouvir – quero a sua presença mais constante na CPI, está convidado, sei de muitos compromissos que V. Exª tem, mas, por favor, venha – algumas gravações que serão passadas depois, na hora certa, do Pedro com dois ou três outros receptadores, empresários de Uberlândia, funcionário público importante que negociava nota fiscal. Os dois conversando e negociando caixas de cigarros. A voz dele e do outro do lado de lá. Quer dizer, a Polícia Federal já rastreou, já fez diligências, teve 15 dias ou mais com ele, rodando, fotografando, filmando locais e ações que foram feitas. Tudo isso já foi feito. Nós só trouxemos aqui o Deputado Tatico exatamente para ele ter ...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Mas não é lá no Tatico.

O SR. OSCAR ANDRADE – ... condição de se defender, porque eu poderia simplesmente jogar isso na imprensa com todo o material que temos. E não fizemos assim. Está certo?

O SR. ALBERTO FRAGA – Não, creio que, se há provas, é preciso acusar.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a CPI não está absolutamente acusando: está dando a ele o direito de se defender. Agora, ela trabalha publicamente. É assim e V. Exª sabe disso. E trouxemos o Pedro aqui com a aprovação dele, para ouvir dele. E isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E há outro aspecto: quando o Pedro foi ouvido aqui, na outra vez – e isso já faz mais de um mês -, a CPI não vazou nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A CPI guardou para si. Se V. Exª estivesse aqui estaria sabendo. A CPI guardou e foi fazer as diligências. Foram destacados os delegados especiais da Polícia Federal...

O SR. OSCAR ANDRADE – Inclusive, quem ficou sabendo fora da CPI foi apenas – e não sei como – essa Drª Imaculada, que foi lá para ajudar a tirar ele em nome do Tatico.

O SR. ALBERTO FRAGA – O que defendo, Sr. Relator, é que, se já houve todo esse trabalho, tínhamos que ter o Tatico aqui era como acusado, e não como convidado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas ele pode se declarar, se ele quiser.

O SR. ALBERTO FRAGA – Não. Bom, aí é...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Se ele se sentir acusado...

O SR. ALBERTO FRAGA – Então tragam ele como acusado, como indiciado, agora, trazer para fazer uma acareação. Isso, realmente, é complicado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, mas não estamos no fim do processo, Deputado Alberto Fraga, estamos no começo. Se ele se sentir acusado, ele tem o direito... Aliás, quero conferir a ele esse direito, se não lhe conferido, de se calar sobre qualquer questionamento. É o direito que S. Exª tem de se manter calado.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Por que vou me calar se não devo nada?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pois então não vejo por que qualquer temeridade...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Esse cara está enganado, ele não vendeu nada...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito, perfeito. Então, vamos ouvi-lo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele veio como convidado; aceitou ser depoente, assinar termo de compromisso. Então, não há nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, só me permita. Vou então refazer um procedimento aqui: o senhor foi nosso convidado e o senhor

aceitou o convite. Eis a razão por que o senhor está aí. O senhor assinou o compromisso, comprometendo-se a falar a verdade, tão-somente a verdade, sobre o que lhe for perguntado. Em função disso, o senhor se sente constrangido?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Nada. Não estou constrangido, não. Eu quero que ponha a verdade. Não tem nada, pois eu não devo nada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, o senhor quer continuar o depoimento?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Quero continuar tudo. Eu quero que o senhor, como nosso Presidente, veja quem recebia dele essa carga, quem descarregava, quem ele entregou, nota fiscal de quem. Ele vai fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É isso que nós vamos perquirir.

Então, o senhor reafirma que está disposto a prestar o depoimento e aceitar os questionamentos, sob pena da responsabilidade que o senhor assinou, sem problema nenhum?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor não está se sentindo acusado?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Acusado de quê? Um cara desse falando uma mentira dessa!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito. Então eu não vejo por que a preocupação, uma vez que o senhor está disposto a abrir essa discussão. O relator pode continuar.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Eu quero é que venha a Polícia Federal, ponha atrás disso, vê quem pagava a ele, aonde entrava essa mercadoria, quem recebia...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas temos bastante coisa, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso tudo, nós estamos fazendo. Não só, Deputado, em função de denúncia sobre V. Exª. Há muito mais coisa que a Polícia Federal está investigando.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, a colocação, aí sim, veja que é uma outra conotação. Se viesse aqui o Pedro, fizesse uma declaração que vende cargas roubadas para o Supermercado Tatico e que quem faz essa negociação são funcionários do Supermercado, aí, sim, teríamos de trazer o Deputado aqui para perguntar: O senhor, como proprietário, tem conhecimento disso? Aí a coisa é diferente. Mas ele mesmo confirmou aqui que nunca negociou com ninguém do Tatico. Acabou de dizer isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E, sim, com ele diretamente. É muito mais grave.

O SR. PEDRO – Não. Ele falou que é direto com ele? Eu não ouvi isso. Pedro, você já negociou diretamente com ele?

O SR. OSCAR ANDRADE – Como foi a negociação sua e do Raul com o Tatico? Explique novamente aqui.

O SR. PEDRO – A minha com o Raul e com o Tatico foi já o Raul negociava direto com ele e passava o dinheiro para mim. Inclusive, no dia que nós...

O SR. ALBERTO FRAGA – O Raul negociava com ele? Não era você?

O SR. PEDRO – Não eu. O Raul negociava com ele. Mas uma vez eu recebi junto com ele. Ele mandou a Ana pagar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma vez.

O SR. PEDRO – Uma vez. Ele mandou a Ana pagar. Inclusive, essa Ana teve comentando que trabalhava no Senado, não sei aonde. Pra ele. E trabalhava no Supermercado.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, o que eu quero dizer a V. Exª é o seguinte: V. Exª me conhece há 3 anos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É verdade.

O SR. ALBERTO FRAGA – Jamais, na minha vida pública, V. Exª me verá defendendo quem não presta. Jamais.

O SR. PEDRO – É claro que ele tem que se defender.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só um pouquinho. Deixe o Deputado falar, por favor.

O SR. ALBERTO FRAGA – Então, eu não quero atrapalhar serviço de nada, ao contrário. O meu objetivo de vida sempre foi esse. Bandido tem que estar na cadeia, preso. Eu não defendo bandido. Eu não defendo marginal. Quero que V. Exª e o Deputado Relator entendam isso.

Eu conheço o Deputado Tatico. Não temos um laço de amizade muito íntimo, mas eu o conheço ao ponto de dizer que nessa situação acho que as coisas estão sendo conduzidas de uma maneira equivocada. Se fizesse dessa maneira, que ele negociou com funcionários dele, e se ele tem conhecimento disso, e se ele, aqui, confirmasse que não tinha conhecimento, e lá adiante ficasse provado, ele assinou o compromisso, aí nós tínhamos como pegá-lo. Mas não dessa forma, Sr. Presidente. Só estou discordando dessa maneira como está sendo feita. Foi isso que eu falei com o De-

putado Oscar, porque quando o Deputado Oscar começou a falar com ele percebeu claramente que é uma pessoa ingênua, simples e que não está ainda percebendo a conseqüência disso aqui.

Então, o que eu pedi, e acho que V. Exª, com a experiência que já tem em condução de CPI, é nesse sentido. Infelizmente, se queremos, a mídia acaba com um homem em três dias. É essa a minha preocupação. Vamos ouvir, dar seqüência ao depoimento dele. Agora, acusar o Deputado Tatico depois das provas. E aí, sim: Deputado, V. Exª tinha conhecimento de que o funcionário seu faz isso, isso e isso? Porque ele não tem.

No momento, o que eu sei é que a negociação lá foi feita por funcionário. Se ele admitir que não tinha essa possibilidade, nós temos, depois, como pegá-lo pela mentira. Isso é quebra de decoro.

Sr. Presidente, é disso que eu estou falando. Não tenho nenhum interesse em obstruir nada aqui. Só quero que as coisas sejam conduzidas de uma maneira clara, transparente e sem tendências. Essa é a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Deputado Alberto, eu o conheço. Aliás, a Casa o conhece. O Brasil o conhece e sabe a respeitabilidade que V. Exª tem, pela sua postura, pelo seu comportamento, pela sua história de vida. Nós, absolutamente, não temos interesse nenhum em execrá-lo. Eu não conhecia o Deputado Tatico, aliás fiquei sabendo da existência do Deputado Tatico, em que pese a representação política que ele tem, não tenho convivência mais intensa aqui em Brasília, pelo menos política, fora do Congresso Nacional, não o conhecia. Então absolutamente não tenho nada contra ele, não tenho nada no sentido de apontar contra ele; o que temos são fatos que queremos apurar. E queremos ter, sim, o cuidado, enquanto tivermos na Presidência e pudermos atuar na CPI, de zelar pelo nome político, pelo prestígio construído pelo Deputado Tatico ao longo dos anos. Agora, há de compreender que nós, com esse zelo, com esse cuidado, temos que apurar, porque muito pior do que a mentira é a meia verdade, porque ela prospera pelo que é mentira e engana pelo que é verdade, ou pelo menos ela prospera pelo que é verdade e engana pelo que é mentira. Quer dizer, ficaria muito mal para o Deputado não podermos esclarecer isso. Vai pesar sobre ele uma coisa que não foi esclarecida e daqui a pouco ele vai pagar pelo que não deve. Então mais do que nunca se faz necessário que esclareçamos isso tudo. E é possível. Ele não se sente acusado, nós não o estamos acusando, ele não sentou aqui como acusado, temos um depoimento, estamos ouvindo, vamos ver os fundamentos desse depoimento, vamos evoluir nesse sentido. O senhor pode ter certeza de que a nossa preocupação é a sua preocupação também.

O SR. ALBERTO FRAGA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Gostaria que o Relator pudesse continuar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você começava a falar, Pedro, sobre prova. O que você fala sobre prova?

O SR. PEDRO – Pois é, o que falei: e depois que provar isso tudo, ele vai falar o quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – E como você vai poder provar?

O SR. PEDRO – Com a verdade. Como vou poder provar? Depois que começar a cair mais gente e mais gente vai vir aqui e vai falar a mesma coisa que conhece gente, e eu conheço alguém que já negociou direto com ele também, que já trabalhou comigo, que já foi lá e já recebeu direto com ele.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Eu não pago ninguém há mais de oito anos.

O SR. PEDRO – Não queria lançar o nome dele aqui, dessa pessoa, por enquanto.

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma pessoa que você não quer revelar ainda?

O SR. PEDRO – Exatamente. É porque depois fica difícil...

O SR. OSCAR ANDRADE – Reservadamente, você pode revelar?

O SR. PEDRO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você não quer revelar? Você quer protegê-lo? É seu amigo?

O SR. PEDRO – Não, não é bem por isso. Depois ele vai entrar em contato com ele e ele pode até...

O SR. OSCAR ANDRADE – Está certo. Para ele não ficar sabendo antes.

O SR. PEDRO – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você já falou sobre o Raul, por exemplo.

O SR. PEDRO – Mas não é o Raul essa pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Raul nós estamos atrás dele.

O SR. PEDRO – É uma pessoa que já pegou carga junto comigo e já negociou direto com ele, inclusive ele já negociou mais carga do que eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o Tatico?

O SR. PEDRO – É, com o Tatico. E ele já negociava direto com ele também.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Mas é eu aqui mesmo que você vendeu esse "trem"?

O SR. PEDRO – É, você usa até um chapeuzão, não sei nem porque estou vendo você hoje desse jeito.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Que eu uso um chapéu todo mundo sabe.

O SR. PEDRO – Pois é, eu nunca tinha-te visto sem chapéu.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Você sabe por que está falando mentira? Porque tenho oito anos que não compro nada no mercado.

O SR. PEDRO – Eu sei que estou participando de uma CPI, não estou aqui para estar mentindo.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – CPI e você está falando mentira.

O SR. PEDRO – Não estou mentindo, eu te provo que não estou mentindo.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Eu vou provar aqui que não compro nada lá para o Tatico há mais de oito anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Raul, por exemplo, a gente vai achar ele. Não é isso?

O SR. PEDRO – Ele já está até vazado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já deve ter vazado.

O SR. PEDRO – Estou sabendo que ele está vazado, porque inclusive já andei lá na casa dele com o Dr. Celso, e ele vazou.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Correu?

O SR. PEDRO – Correu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos voltar ali na Drª Imaculada. Quantas vezes ela esteve com você lá no BOPE?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Várias vezes, até no dia lá que era mim sair, o Dr. Celso saiu comigo escondido de lá. Ela pegava e ficava direto do lado de fora com o carro, ficava dentro do carro lá fora, esperando para ver se eu ia sair pra CPI. Aí a gente saía, às vezes saía e não falava, que era para um reconhecimento de foto, essas coisas, e ela na cola direto, era 24 horas. E ela me ameaçou muitas vezes, ela já sabia da vida daquele outro rapaz que estava lá preso junto comigo – não sei se está ainda –, ela sabia da vida dele inteira, falou que no dia que ele saísse ele ia morrer, então essa é a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ajude-me aqui para esclarecermos uma coisa: quando ela teve lá a última vez?

O SR. PEDRO – No dia que fui transferido para Minas.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Isso faz quantos dias?

O SR. PEDRO – Deve ter uns quinze dias, um mês.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quinze dias, um mês. Ela esteve lá. O BOPE é na carceragem, não é?

O SR. PEDRO – Exatamente, e ela entrava...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E ela entrava e...

O SR. PEDRO – Ela entrava qualquer hora da noite lá, ela entrava de noite lá. Lá diziam que era seguro, mas ela entrava de noite lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas ela registrava a presença dela lá? Aliás, quero fazer um requerimento.

O SR. ALBERTO FRAGA – Aonde? No BOPE? No BOPE, ela entrava a qualquer hora da noite?

O SR. PEDRO – Ela chegou lá e entrou oito horas da noite. Pode perguntar lá, o outro preso falou.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quero pedir para a Assessoria fazer um requerimento ao Coronel Cerqueira, que é o Diretor do BOPE, para relacionar todas as visitas feitas para ele e para ... qual é o outro?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sálvio.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E para o Sálvio. Todas as visitas feitas nos últimos... Quantos dias ficaste lá? Quarenta dias?

O SR. PEDRO – É, foi uns quarenta dias.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nos últimos 40 dias. Quem são as pessoas e especialmente se existe uma Drª Imaculada. Às vezes, ela pode ter dito um nome para ele e, na verdade, ter um outro nome.

Então, a relação de todos e ver quais são as mulheres que lá estiveram. Então, um requerimento nesse sentido para votarmos hoje ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, quero dar um testemunho aqui. Eu estive com o Coronel Cerqueira para conversar sobre a Drª Imaculada e ele me confirmou que ela foi lá várias vezes. Numa das vezes, inclusive, ele a chamou, porque havia chegado a acusação do Sálvio de que ela estava levando lá umas conversas de ameaça e tudo o mais. Ele a chamou para tirar isso a limpo, conversando com ela.

Agora, creio que com o requerimento se poderá saber quantas vezes foram, mas o coronel confirmou para mim.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, seria importante constar no requerimento o horário, porque sabemos que, horário de visita, em quartel pelo menos, há horário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim.

O SR. ALBERTO FRAGA – E a partir de 10 horas não entra ninguém. Então, seria conveniente pedir o horário de visita.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito.

O SR. ALBERTO FRAGA – Mesmo porque lá já existe uma relação. É só requerer que será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É, deve ter.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Sr. Presidente, pergunte a ele quantas cargas ele vendeu lá.

O SR. PEDRO – Seis.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele falou seis cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você, diretamente, quantas cargas?

O SR. PEDRO – Eu? Foram umas seis cargas, mas esse outro amigo meu já vendeu várias.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Raul, não, o outro, não é?

O SR. PEDRO – É, esse outro colega meu. Inclusive, foi através dele que fiquei conhecendo o Raul, desse outro colega meu.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Sr. Presidente, ele falou aí que vendeu uma carga de boi: meia lá, meia no outro lugar. Tenho uns caminhão que puxa boi. É capaz de ter seis anos que não compro boi de ninguém, a não ser meus caminhão que puxa boi.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, eu queria fazer essa pergunta exatamente ao...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É, eu tenho os caminhão. Está lá meus motorista, pode chamar todos. É mais de 20 pessoa. Eu nunca comprei boi.

O SR. PEDRO – A carga que foi acusada pelo Pedro é que foi vendida carne. Eu gostaria que o nosso Deputado Tatico dissesse para Presidente e para o Relator quantos bois S. Exª possui, porque vai comprar a carne... Quantos bois V. Exª possui?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – E boi eu só puxo com os caminhão nosso. Eu mato boi no frigorífico do Quito e meu caminhão que puxa. Nunca comprei um caminhão de carne. Isso deve ter uns cinco anos.

O SR. PEDRO – O senhor tem mais de mil bois?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Isso aí é uma mentira dele. Pode mandar ele ver que isso aí é uma grande...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Explica para nós, Pedro...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – E eu provo isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pois não. Deixe ele falar agora.

O SR. PEDRO – E se eu te falar que tem um fazendeiro amigo dele, lá em Luziânia, que tem uma fazenda lá, que é acostumado a comprar carga minha e do Moisés, de boi, e seus caminhão estão acostumados a ir buscar lá e levar para uma fazenda do Nordeste? Caminhão de boi roubado. É um tal de Hermes, em Luziânia, que é muito amigo dele.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Isso nunca...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quem?

O SR. PEDRO – Hermes Vagues.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor o conhece?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Nem conheço.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não o conhece?

O SR. PEDRO – É, agora não conhece...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não existe essa pessoa. Não conheço

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sabes onde é a fazenda dele?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – O depoimento desse cara está completamente doidão.

O SR. PEDRO – Eu já fui lá, mas quem vendeu mais foi o Moisés. Inclusive, o Dr. Celso está na cola dele, que ele vai levar lá.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Chamem esse fazendeiro pra nós ver isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, é isso o que queremos, Deputado Tatico.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Eu quero ajudar vocês, porque isso aí, tenho certeza que não tenho nada com isso e vamos descobrir para aonde isso vai.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É Moisés...

O SR. PEDRO – Não, o Moisés é ladrão de carga.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, não, o fazendeiro.

O SR. PEDRO – Hermes Vagues.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E tu sabes ir à fazenda dele?

O SR. PEDRO – Não, eu nunca cheguei nessa fazenda; já vendi boi para ele. Mas ele descarrega numa fazenda em Luziânia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Hermes...

O SR. PEDRO – Hermes Vagues. É um fazendeirão muito rico lá; leva boi para o Nordeste. O Tatico mandou umas quatro cargas de boi para o Nordeste, inclusive foi o Moisés quem comentou comigo. Eles entregavam para esse Hermes Vagues, que é sócio dele nos bois.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor mandou, o senhor vendeu, enfim, encaminhou ou carregou carga de boi para o Nordeste?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Nunca, para o Nordeste, nunca vendi.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Está bom. Pois não, Deputado...

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, eu gostaria, depois, já ouvi várias denúncias feitas por ele... Sou um dos membros da CPI e, para que eu possa deduzir alguma coisa, tenho também de fazer minhas perguntas. Gostaria de perguntar ao depoente...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pois não, V. Exª pode perguntar diretamente.

O SR. CARLOS DUNGA – Se ele sabe o endereço correto do mercado do Tatico e do frigorífico, do Tatiboi.

O SR. PEDRO – Não, endereço de cor eu não sei, mas sei chegar até lá, inclusive, fui eu que levei o delegado lá.

O SR. CARLOS DUNGA – O senhor não sabe o endereço de cor.

O SR. PEDRO – De cor eu não sei. Sei que o Tatico fica lá depois da feira, o supermercado, e o Tatiboi fica lá na 19, 21.

O SR. CARLOS DUNGA – Se ele conhece o endereço CNN-01 BL. G/H e o endereço KNM 21, conjunto D, loja 46.

O SR. PEDRO – De cor não me lembro. Sei chegar lá.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, isso está exatamente no depoimento dele, ele foi quem declinou o endereço. Agora ele se esquece.

O SR. PEDRO – Foi o Sr. delegado que anotou quando chegou lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só para esclarecer nesse aspecto, até para daqui a pouco não dar a impressão de que foi a CPI que botou. Quem disse foi ele, mas só que na ocasião esse endereço foi levantado por ele e o delegado, e ele tinha anotado esse endereço, então ele não tem na cabeça. E ele leu e foi traduzido pela taquigrafia para que tivéssemos como documento. Mas não que ele tenha na cabeça.

O SR. CARLOS DUNGA – Mas no depoimento aqui dá como ele é que esteja informando?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, ele sabe, foi levantado o endereço e confirmado. Mas não é uma coisa que esteja na cabeça dele. É como dizer assim. Tem um monte de lugar que sei ir, mas de cor não sei o endereço. Então é o caso específico dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foram feitas diligências já.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Várias diligências a Polícia Federal já fez, com ele inclusive.

O SR. CARLOS DUNGA – A segunda pergunta, Sr. Presidente, é se em momento algum das vendas, se ele vendeu diretamente ao Deputado que aqui está?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Explique bem, a pedido do Deputado Dunga, um procedimento, um processo de negociação que o senhor tenha feito que tenha contatado pessoalmente com o Deputado Tatico.

O SR. PEDRO – Uma carga de leite que nós carregou em Cristalina, da Nestlé, inclusive essa foi da vez que tirou as fotos. Nós tava descarregando. Inclusive nessas fotos vai ter um caminhão do lado, que é um caminhão da PHD.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Foi batida foto?

O SR. PEDRO – Foi batido foto. Inclusive o Dr. Celso já conseguiu, porque essa foto foi presa. Dr. Celso está conseguindo com a Polícia Civil .

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E essa foto foi batida aonde?

O SR. PEDRO – Lá em Cristalina, lá no Goiás, na Fazenda. A fazenda é de um tal de Neguinho, que

é traficante. E lá a Federal já pulou até na casa dele, já sabe da vida dele inteira lá em Cristalina

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Essa carga de leite o senhor vendeu ...

O SR. PEDRO – Ele, sabia que era ele, porque ele chegou com o Raul, o Raul também tava junto. Ele chegou com o Raul lá e nós estava descarregando a mercadoria, depois foi os caminhão buscar.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Onde é que entra o Deputado Tatico?

O SR. PEDRO – O Deputado Tatico tava do lado. E ele ainda falou bem assim: – Tenho que comprar essas carga aqui porque isso ajuda o povo demais.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele estava junto?

O SR. PEDRO – Ele estava junto.

O SR. ALBERTO FRAGA – Qual era o carro que ele estava? Quem conhece o Tatico sabe que ele usa um carro há dez anos. Qual era o carro que ele estava?

O SR. PEDRO – Ele tava mais o Raul, numa mercedes.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, a minha pergunta é se ele fez a negociação direta com o Deputado. Até o momento ele não respondeu minha pergunta, se sim ou não.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – O Raul tem mercedes?

O SR. PEDRO – Não sei se o Raul tem a mercedes. Ele tem vários carros. Já peguei muitos carros em negócio com ele.

O SR. ALBERTO FRAGA – O Tatico estava junto com o Raul dentro de uma mercedes. Uma mercedes caminhão? Ou era um carro?

O SR. PEDRO – Um carro importado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Deputado Dunga está insistindo... Entendemos essa negociação aí, mas o Deputado Dunga está insistindo em saber se o senhor fez uma negociação específica, se comprou ou vendeu direto com o Tatico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um momento, me dá detalhes do imóvel, do local onde você estava com o Raul e o Tatico mandou a Ana te pagar. Como é que foi? Neste momento estava junto o Tatico?

O SR. PEDRO – Estava. Foi no escritório do supermercado dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como era o escritório? Você lembra? A sala?

O SR. PEDRO – Do jeito que tem a entrada aqui, você corre num corredor para cá, fica do lado... onde fica o escritório. Entramos lá, ficamos sentando lá, eu e o Raul e o Raul entrou para outra sala. Quando foi conversar com ele, o Raul saiu, ele falou com a Ana e mandou a Ana passar. Ela pegou e passou R$75mil pra nós.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como veio esse dinheiro? Em notas grandes?

O SR. PEDRO – Não, veio nos fardos, coisa de supermercado. Notas de 50 e 100.

O SR. OSCAR ANDRADE – Veio numa pasta, sacola?

O SR. PEDRO – Veio numa sacola de supermercado. Pacote de supermercado, aqueles pacote mesmo de colocar pão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nsse dia então, para responder a pergunta, você acompanhou o início da descarga até o recebimento?

O SR. PEDRO – Eu ajudei a descarregar o caminhão do frigorífico.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E qual era o produto?

O SR. PEDRO – Carne.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É essa que foi descarregada metade no...

O SR. PEDRO – Foi um tanto lá e outro tanto no Tatiboi.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, a minha resposta ainda não foi satisfeita. Gostaria que ele apenas respondesse sim ou não. Fiz negociação direta com o Deputado Tatico ou não.

O SR. PEDRO – Negociar diretamente com ele eu nunca negociei. Se eu falar que negociei direto com ele eu tô mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então o senhor viu o seu parceiro, o Raul, negociando com o Deputado Tatico?

O SR. PEDRO – Via negociando com ele direto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o senhor estava junto?

O SR. PEDRO – Eu tava junto. Inclusive conferiram as notas, somaram ainda, dá tanto, e ficaram discutiram tanto lá...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quer dizer que não foi o senhor quem fez a negociação, mas testemunhou a negociação?

O SR. PEDRO – Exatamente.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Sr. Presidente, ele mesmo não falou que eu paguei R$70mil? Eu mesmo?

O SR. CARLOS DUNGA – Continuando com as minhas perguntas, gostaria que ele dissesse quem é Hermes e Moisés.

O SR. PEDRO – O Hermes é um fazendeiro e inclusive ele tem um que chama Hermes, que é segurança. Ele falou pra mim que é segurança.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Tem dois Hermes então?

O SR. PEDRO – Tem.

O SR. CARLOS DUNGA – Mas o Hermes que você se referiu há poucos instantes é o Hermes segurança dele ou o fazendeiro?

O SR. PEDRO – É o fazendeiro Hermes Vagues, lá de Luziânia.

O SR. CARLOS DUNGA – E o Moisés?

O SR. PEDRO – O Moisés é ladrão de carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem um funcionário que se chama Hermes?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nunca teve?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não tem quem chama Hermes nem tem quem chama Ana...

O SR. CARLOS DUNGA – A minha última pergunta é se ele se lembra para quem o gado seria vendido no Nordeste.

O SR. PEDRO – Não sei para quem. Só sei que para a fazenda de lá.

O SR. CARLOS DUNGA – Qual Estado?

O SR. PEDRO – Não sei também. Só sei que é no Nordeste.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, era somente isso. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como você ficou sabendo dessa história do gado para o Nordeste?

O SR. PEDRO – Eu peguei uma carga junto como o Moisés pra vender pra esse Hermes e ele falou que não era dele, era pro Tatico. Aí ele falou para mim que as carreta do Tatico estavam indo para lá para levar para o Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Estava indo para onde?

O SR. PEDRO – Para a fazenda. Disse que ele tinha não sei quantos mil bois nessa fazenda lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Desse Hermes?

O SR. PEDRO – Desse Hermes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) –O senhor sabe ir na fazenda onde estava o Hermes?

O SR. PEDRO – Não sei ir lá, mas o Moisés sabe.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Moisés sabe?

O SR. PEDRO – Sim. Inclusive ele vai ajudar na CPI também.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, qual a última data da negociação feita no Tatiboi ou no próprio mercado? Qual foi o mês e o ano?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor se lembra de quando aconteceu essa negociação?

O SR. PEDRO – Um ano atrás mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Em que mês?

O SR. PEDRO – O mês eu não me lembro. A gente faz muitas coisas e não me lembro do mês.

O SR. OSCAR ANDRADE – Final do ano passado mais ou menos?

O SR. PEDRO – Exatamente.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, gostaria que ficasse confirmado que duas perguntas foram feitas baseadas exatamente nas declarações dele e o depoente não confirmou. A primeira foi de que ele não... é o caso do... a segunda agora foi esse caso da negociação direta.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Nunca fez.

O SR. ALBERTO FRAGA – Nas declarações aqui está dizendo que negociou direto e ele confirmou agora que nunca negociou direto. A primeira está me fugindo... E a outra foi sobre o endereço, que é até aceitável porque essas letrinhas podem confundir.

Essa é a minha preocupação. Temos que ter bom senso e entender que devemos apurar, mas não podemos dar o que está sendo dito aqui como a verdade real, temos que buscar a verdade real.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou ler, então, o pedaço do depoimento, só para não ter dúvida:

"Que, em várias oportunidades, o declarante acompanhou a entrega de mercadorias a Raul e soube que este revendeu ao Supermercado Tatico; que, neste caso, o declarante presenciou Raul receber no Tatico da Ceilândia dinheiro proveniente das cargas roubadas que foram entregues ao citado Supermercado; que, nos anos de 99 e 2000, o declarante participou das entregas de mercadorias no Supermercado Tatico de Ceilândia, sendo que sempre se tratavam

de cargas de secos e molhados e produtos frigoríficos.

Então...

O SR. ALBERTO FRAGA – Não é, aí, não.

"Que diversas negociações de carga roubada era feita diretamente com a pessoa de Tatico, inclusive era o mesmo quem determinava a Ana que fizesse o respectivo pagamento das cargas adquiridas."

Isso, para mim, é uma relação direta, Sr. Relator, e ele acabou de confirmar que nunca negociou diretamente com o Tatico e botou isso na declaração. Isso mostra a idoneidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde está isso?

O SR. ALBERTO FRAGA – Na terceira folha, oitava linha, mais ou menos.

O SR. CARLOS DUNGA – Onde cita o nome do Deputado.

O SR. ALBERTO FRAGA – Onde está o nome do Tatico.

O SR. OSCAR ANDRADE – "Que diversas negociações de carga roubada era feita diretamente com a pessoa do Tatico."

O SR. ALBERTO FRAGA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era feita.

O SR. ALBERTO FRAGA – "Inclusive era o mesmo quem determinava..."

O SR. OSCAR ANDRADE – "Inclusive era o mesmo quem determinava a Ana que fizesse o respectivo pagamento das cargas adquiridas."

O SR. ALBERTO FRAGA – Então, ele declara que negociava diretamente, e o Deputado Carlos Dunga perguntou, e ele disse que nunca fez isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não, ele não declara que é ele aqui não; ele declara que era feita diretamente, não que ele fazia diretamente.

O SR. ALBERTO FRAGA – A declaração é dele, Sr. Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas ele não está dizendo que ele negociava, não. Ele vem o tempo inteiro aqui falando que era o Raul, que ele participou do pagamento de uma.

O SR. ALBERTO FRAGA – Aqui, ele diz, claramente, em seu depoimento, que quem negociava diretamente...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Ele falou aí, falou que recebeu dinheiro meu.

O SR. ALBERTO FRAGA – Ainda continua dizendo: "Eram descarregadas no próprio estabelecimento comercial". Aí, vêm as letrinhas: "CNN 1, Bloco G/H, Ceilândia Norte. Isto, quando se tratava de secos e molhados, porque, quando a mercadoria era de frigorífico, a carga era entregue metade no Supermercado Tatico, e a outra no Tatiboi".

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Permita-me uma intervenção. O que ele está dizendo aqui, mais importante do que o que ele está dizendo, são os elementos que vamos ter que reunir, porque não basta só ele dizer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, vamos seguir.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só um pouquinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não pode perder isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Eu sei. Mas o que ele está dizendo aqui... todos estamos sabendo que ele está apontando o Deputado Tatico como se fosse envolvido no negócio do roubo de carga. Ele está apontando claramente isso. Agora, a CPI está buscando esses dados, esses elementos, e as circunstâncias probatórias a CPI está reunindo. Agora, não existe uma formalização de culpa, não existe uma coisa aqui já definida e definitiva em relação ao Deputado Tatico. O que existe é um indício a partir das palavras dele. É claro, é muito claro. E essas eventuais controvérsias não desmerecem nem concluem. Temos que avançar, não se encerra aqui, hoje.

O SR. ALBERTO FRAGA – Este é o objetivo.

Sr. Presidente, outra coisa que me chama bastante atenção, e espero que chame também de todos os presentes, é que conheço Tatico há pelo menos cinco anos, e não eu sabia o nome, José Fuscald Cesílio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso foi a CPI que trouxe.

O SR. ALBERTO FRAGA – Pensei que era também o Pedro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, cujo nome, agora, sabe tratar-se...

O SR. ALBERTO FRAGA – Desculpe, realmente, perdoe-me.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também não sabíamos.

O SR. ALBERTO FRAGA – Nem eu sabia, também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é.

O SR. ALBERTO FRAGA – Fuscaldi é um nome bastante difícil.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É a mesma situação do endereço, ele sabe onde é, mas

não sabe dizer. Então, vamos buscar onde é, e a CPI, então, que reuniu os elementos para dizer corretamente o endereço. A mesma coisa o nome. É o Tatico. Mas quem é Tatico?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Pode ser outro Tatico, outra pessoa, porque eu não é.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, mas ele diz que Tatico é esse do mercado. Vamos ver esse do mercado. Tatico é fulano de tal, então a CPI traduziu isso porque não podemos ter uma pessoa sem nome.

O SR. ALBERTO FRAGA – Eu estou satisfeito com ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, também estou satisfeito a presença do Pedro. Pediria que ele pudesse esperar porque nos outros depoimentos pode ser importante a presença dele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Deputado Tatico, o senhor tem alguma coisa a acrescentar.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Eu tinha uma...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só um pouquinho. Pode retirar o Pedro. A Segurança o leva. O senhor só aguarda um pouquinho. Mas ele fica aí no aguardo.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Esse rapaz parece aquele que me assaltou.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, ele me lembrou a pergunta. Gostaria que ele me dissesse quantas vezes ele já foi assaltado.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Parece que ele me assaltou.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantas vezes o senhor foi assaltado?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não tem conta. Direto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Para consolo seu, não é só o senhor, tem um monte de gente assaltada.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Pois é, é direto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Um parente meu foi assaltado num supermercado pequeno dez vezes. Agora, você imagina, lá no Sul, não é?

Mas eu quero lhe franquear a palavra para que o senhor possa se manifestar em derradeiro, até porque acho que ficou claro aqui que nós temos uma denúncia.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E considerando os fatos levantados por ele, os nomes, os dados e aquilo que a CPI já apurou a partir dos levantamentos e acompanhamentos feitos com a Polícia Federal, muita coisa vai encaixando. E nós não queremos pegar ninguém de surpresa. Nós queremos que o senhor fique sabendo que pesa isso sobre o senhor, para que o senhor possa ter o mais amplo direito de defesa. Absolutamente, não seríamos nós que íamos deixar de franquear ao senhor o direito que tem de defesa. Então, esta é uma oportunidade primeira e preliminar que o senhor tem; outras vezes, se necessário, terá. Mas é a oportunidade também de o senhor se manifestar.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Sr. Presidente, seria uma coisa tranqüila. Esse cara só está falando mentira. Nunca vendi boi pro Nordeste, nunca comprei boi pra lá, roubado, o que for. Eu tenho o meu gado, mato nos frigoríficos. Isso é uma grande mentira dele. Vender boi pro Nordeste nunca vendi. Eu tenho quinze anos que tô na Ceilândia, nunca vendi. E mal, mal, meu boi dá pro meu mercado. Eu não tenho boi para vender para ninguém. E carga em Luziânia, coisa, eu não conheço ninguém pro lado de Luziânia, nem ando por lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Os seus caminhões – desculpe eu lhe atalhar –, nos últimos cincos anos, nenhum deles viajou para o Nordeste?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Nenhum. Pode olhar eles, pode ver passagem deles, se tiver meio de ver, pode olhar.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nenhum foi para o Nordeste?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, ainda mais levando carga de boi.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor tem quantos caminhões?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Carreta eu tenho quatro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quatro carretas. São essas boadeiras?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito. O senhor pode continuar.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Nunca levei.

E vê com ele como é que ele vai provar quem recebeu dessa mercadoria. Porque pra nós receber uma carreta de mercadoria tem que ter chapa, tem que ter gente, tem que ter tudo. Ele tem que saber

esse povo que foi lá, uai: fiscalização, vim sem nota, como é que vem. Ele tem que vê, uai! Não é assim que vem acusar uma pessoa, igual esse homem que está fazendo isso aí, não. Pode ser que está fazendo isso pra uma outra pessoa. Deve ser uma das pessoas que não tem muita força para resolver, deve ter o cabeça dele, deve estar fazendo isso para uma outra pessoa e falando que é o Tatico. Vocês podem olhar isso. Eu tenho certeza que estou fora disso.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito. O senhor concluiu?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Pode atender.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, para melhor esclarecimento eu gostaria de perguntar ao depoente se ele confirma esses endereços das suas lojas à CNN 01, Bl. G/H, na Ceilândia Norte, e o outro, Tatiboi Comércio Ltda., na KNM 21, Conjunto D, Loja 46, Ceilândia Sul.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Tatiboi não é meu. Não tem Tatiboi.

O SR. CARLOS DUNGA – É isso que eu gostaria de colocar nos nossos Anais, Sr. Presidente. Se confirma ou não esses endereços como propriedade deles.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Esse Tatiboi, não existe este endereço? O que o senhor sabe?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Tatiboi não é meu.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – De quem é?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Eu não sei nem de quem é.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas é nesse endereço? O senhor não sabe?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não sei também.

O SR. CARLOS DUNGA – O senhor não tem nenhuma loja nesse endereço nem confirma nenhuma loja sua?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, Tatiboi não tem.

O SR. CARLOS DUNGA – Não, Tatiboi é a primeira do supermercado do primeiro endereço...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Primeiro, pode estar certo o mercado.

O SR. CARLOS DUNGA – Não, eu queria que o senhor confirmasse se existe loja sua na CNN 01, Bl. G/H, Ceilândia Norte e uma outra loja na QNM 21, Bloco D, Loja 46, Ceilândia Sul. Se ele confirma ou não que existe loja dele nesses dois endereços.

O SR. ALBERTO FRAGA – CNN 01.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – CNN 01. Onde é que é isso?

O SR. ALBERTO FRAGA – É o mercado.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Isso eu tenho; tenho o mercado.

O SR. CARLOS DUNGA – E a outra?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – O Tatiboi não tem Tatiboi.

O SR. CARLOS DUNGA – Eu gostaria que o senhor confirmasse se é nesse endereço.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Mas eu não tenho. Eu só tenho um mercado na Ceilêndia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor tem um mercado na Ceilândia e não sabe qual é o endereço do seu mercado lá?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Sei ir lá nesse que ele está falando aí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É esse que ele está falando?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor confirma o endereço?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Geraldo, qual é o endereço do mercado? Tem oito anos que eu não mexo no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nós chegamos à mesma constatação: ele também não sabia de cor.

O SR. CARLOS DUNGA – E a segunda loja ele não confirma que é nesse endereço e nem existe? O endereço dessa segunda loja, se há qualquer loja dele, se não há...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Esse segundo endereço não é seu?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Tatiboi não tem.

O SR. CARLOS DUNGA – Nem nunca existiu loja nesse endereço?

O SR. ALBERTO FRAGA – Ele não tem vinculação com Tatiboi. Ele não sabe quem é o dono.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não sei.

O SR. CARLOS DUNGA – Deputado, eu queria que o senhor confirmasse ou não se nunca teve loja sua nesse endereço, no segundo endereço.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Nós tivemos Taticarne.

O SR. CARLOS DUNGA – Nesse endereço?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É esse endereço?

O SR. ALBERTO FRAGA – Não, ele está falando do primeiro.

O SR. CARLOS DUNGA – Não, é o segundo endereço. O primeiro ele já confirmou.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Nós tivemos duas casas de carne que há mais de ano nós fechamos. É a Taticarne, não é Tatiboi. Endereço assim a gente nem sabe.

O SR. CARLOS DUNGA – Mas neste endereço da QNM 21, Conj. D, Loja 46, Ceilândia Sul, Tatiboi ou Taticarne, o senhor já teve essa loja?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Tive Taticarne.

O SR. CARLOS DUNGA – Nesse endereço?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não sei se é esse endereço.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não sabe se é esse endereço?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não sei se é esse endereço.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então o senhor me diga o endereço, diga onde era a Taticarne.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Eu tive duas Taticarnes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas onde era isso?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Uma na Ceilândia Sul e outra na QNQ, Expansão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor não sabe o endereço da Ceilândia Sul.?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Há oito anos que eu não mexo com isso?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Tatiboi é na Ceilândia Sul?

O SR. CARLOS DUNGA – O Tatiboi está na QNM 21...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Eu não entendo essas letras...

O SR. CARLOS DUNGA -...21, Conj. D. Loja 46, Ceilândia Sul. Aqui está como Tatiboi. Ele diz que não tem a loja Tatiboi, mas que no passado teve uma loja chamada Taticarne e que não sabe se é nesse endereço.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor fica com o compromisso, perante a CPI, de trazer o endereço e o tempo que funcionou...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Nós paramos com isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – ...começo e fim, já que elas não existem mais, das duas empresas. Os dois endereços. O senhor teve duas Taticarnes, uma na Ceilândia Sul e outra...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Na Expansão. Não sei nem como é o endereço lá.

O SR. CARLOS DUNGA – A outra é o supermercado, é a primeira loja. Ele já confirmou. Minha última pergunta ao depoente, Sr. Presidente é se na vida comercial do depoente – ele disse que tem vários anos – já houve alguma substituição de funcionário em razão de alguma conseqüência comercial duvidosa.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não.

O SR. CARLOS DUNGA – O senhor nunca teve?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, nunca tive. A menina que trabalhou com nós está lá desde que começou e está lá firme até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A Ana...

O SR. OSCAR ANDRADE –Qual é o nome dessa moça?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Eu não conheço a Ana.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, refiro-me à outra...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Edna Márcia Cesílio.

O SR. ALBERTO FRAGA – É filha dele.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É minha filha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos anos ela tem?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Tem uns trinta e cinco anos mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela trabalha desde o início?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Quem pagava era a Cleonice.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Vou dar os nomes todos para vocês acompanharem: Cleonice do Carmo Batista.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ela pagava o quê?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Ela fazia o pagamento. Agora é a minha menina que faz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela é que assinava os cheques?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É ela que assinava os cheques.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Cleonice é sócia?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – A Cleonice é sócia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Junto com o Renilton?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Junto com o Renilton e comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eram os três?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Era.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quanto tempo faz que sua filha se encarregou dos pagamentos?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – De um ano para cá.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Ana nunca fez pagamentos?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não existe Ana?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Isso é relativo porque a pessoa, se fosse o caso, poderia dar outro nome. A descrição que ele deu da Ana: uma mulher em torno de trinta anos de idade. Como é a sua filha?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Minha filha é uma baixinha, branquinha.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o cabelo?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Cabelo bom.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, mas ela devia usar xampu, era um cabelo bom. Era preto ou loiro?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Preto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele diz aqui que quem pagava era a funcionária do Tatico chamada Ana, que era uma mulher em torno de 30 anos de idade, de cor morena, estatura baixa, de compleição física forte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua filha é forte?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É baixinha, não é forte.

O SR. OSCAR ANDRADE – É forte? É mais gordinha ou magrinha?

O SR. ALBERTO FRAGA – É gordinha?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É baixinha. O senhor conhece ela.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas é mais magrinha ou mais gordinha?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Um meio termo. Parece com aquela menina ali.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Está bem. E a Cleonice, como era?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – A Cleonice é uma mulher comprida. Não tem nada a ver com ele. Ela pode vir aqui pra vocês verem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Loira ou morena?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Morena.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pelo que ele está descrevendo aqui, ele identifica alguém que tenha as características da sua filha.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Se vocês quiserem, vou trazer todo o povo aqui pra vocês ver, mas vamos procurar um meio de resolver isso, não vamos ficar esperando tanta coisa. Quero ajudar a polícia, a Polícia Federal. Vamos ajudar, vamos resolver isso, porque a CPI fica aí dois, três anos, cinco anos. Isso nós pode resolver em um mês. Tomo conta disso e quero acompanhar, ver aonde esse povo pegou, ver o fazendeiro, ver a carga que foi para o Nordeste, ver como é lá o mercado, ver como ele entregou essa mercadoria...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Por que o senhor fechou a loja Taticarne?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Pequena, não compensava.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Fechou só essa? A outra não?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Fechei as duas.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E concentrou no mercado as duas lojas?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quanto tempo faz que o senhor fechou?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Mais de ano, um ano parece.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Fechou no mesmo dia as duas ou uma primeiro e a outra depois?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Fechou uma e depois fechou a outra.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, mas qual fechou primeiro?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Fechei primeiro a da QNQ, a da Expansão. E a da Ceilândia Sul fechei no começo deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então não faz um ano, faz uns sete ou oito meses.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como era o nome dessa empresa, a Taticarne? A razão social? Esse deve ser um nome fantasia.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor pode nos mandar todos os contratos sociais de que o senhor participa?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O contrato social das duas Taticarne que o senhor fechou. O senhor deu baixa na Junta Comercial, não é?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor vai nos trazer também, o senhor vai ter que anotar.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, não seria melhor a Comissão fazer um requerimento solicitando a ele? Fazer um pedido a ele por escrito, para ficar formalizado, pedindo a razão social dessas empresas?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pode ser. E o prazo em que vigorou o seu estabelecimento, o período em que ele esteve aberto. Ele está dizendo que esse estabelecimento estava aberto no final do ano passado. Estava, realmente?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Estava aberto. Só que nós não comprou o boi.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O que ele está dizendo não é um despropósito. Se ele dissesse que naquela época estava fechado, matávamos a charada. Não. Estava aberto, disso o senhor tem consciência. Não existe uma prova, um cidadão com a faca na mão, o morto sangrando, a faca pingando e o DNA do lado. Vamos reunir indícios e esses indícios vão formando o elemento probatório. É isso o que a CPI busca ou até o elemento probatório no sentido de que não se consumam aqueles indícios. Daqui a pouco tem um álibi. O nosso propósito, Deputado, é tão-somente esse. Não sei nem o seu partido, não tenho pressão política, não tenho nenhum interesse.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não vamos pensar nisso. Vamos pensar em resolver esse problema. Vocês chamam o pessoal da CPI. Vou ser um companheiro. Venha a Polícia Federal, vamos ver como nós tem que resolver, vamos acompanhar isso, vamos ver onde é que está, vamos ver quem está mentindo. Lá em casa é tranqüilo, nós não faz esse tipo de negócio.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Acho, inclusive, que teríamos que fazer um reconhecimento, ver se ele reconhece quem é a suposta Ana. Vamos ter que fazer esse reconhecimento, diligência e até, se for o caso, um reconhecimento público, para saber quem é a Ana, se ele identifica quem é essa Ana.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, inclusive para constar que no dia que se fosse fazer o reconhecimento que de imediato mandasse ele apontar o escritório, porque o escritório lá fica no andar superior, o escritório que eu digo, o local onde... Ele falou aqui numa porta ao lado, quer dizer, coisas totalmente absurdas que poderia, na hora, pedir a ele para dizer onde fica o escritório. E V. Exªs vão ver que não tem escritório na parte baixa do supermercado. Existe uma escada lá que quem subiu conhece e não esquece.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Há quanto tempo o escritório é no segundo piso?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Há uns dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) –Sempre foi?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – É, sempre foi.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Embaixo não tem escritório. Embora não tenha ouvido ele dizer que era...

O SR. ALBERTO FRAGA – Não, ele falou que a porta de correr ao lado, é só pegar as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, só que ele não falou se era no primeiro ou no segundo piso. É uma pergunta que poderíamos ter feito para ele.

O SR. ALBERTO FRAGA – Não, ele declarou que foi no térreo.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Falou.

O SR. ALBERTO FRAGA – Ele falou numa porta ao lado. É só ver a nota taquigráfica.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então vamos ver as notas taquigráficas. E outra, ainda assim eu acho um pouco irrelevante tanto como prova positiva como quanto prova negativa, porque no escritório ele poderia ter ido numa outra oportunidade, quer dizer, poderia ter ido lá...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Lá todo mundo entra.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Eu acho que até eles voltaram lá. Não voltaram? Ele esteve lá há poucos dias com a polícia. Então isso é irrelevante. Ainda que ele não fosse, se ele quisesse, digamos, ele poderia dizer: não o escritório é lá, porque ele esteve lá com a polícia. Eu acho que isso é irrelevante como prova e também como negativa de prova. Acho que existem outros elementos que temos que perquirir e aprofundar com muito mais intensidade, porque interessa muito mais. O senhor faz então a sua conclusão.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Sr. Presidente, essas cargas que ele entrega lá, ele não falou que entregou uma no mato, mas outras recebia lá. Então, ver se ele vai reconhecer quem recebe, como foi que chegou essa mercadoria sem nota, porque lá não recebe sem nota. Eu estou tranqüilo, eu estou falando tranqüilo. Eu não quero que... igual... ele aí é Deputado, não é?

O SR. ALBERTO FRAGA – É.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Igual ele está pensando aí, as perguntas dele é tudo contra mim, mas quero que o senhor mude isso aí. O senhor vai ver que vou provar que não tem nada disso que o senhor está pensando. O senhor só dá corda a um moleque daquele.....

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós não somos contra você. Todas as informações...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – ...ladrão, que o senhor sabe que é safado.

O SR. OSCAR ANDRADE – ...contra V. Exª...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Eu sou um homem que vive trabalhando. Só quero que o senhor mude. O senhor só veio pra cima de mim, perdoou ele tudo lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Então eu quero que o senhor leva a coisa a sério.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, V. Exª está entendendo errado.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Não estou entendendo errado, eu vi como o senhor dirigiu tudo aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu tenho o depoimento.

O SR. ALBERTO FRAGA – É o papel do Relator, Tatico, o Relator tem essa função de...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu tenho depoimento dele, eu ouvi várias fitas de ele negociando cargas de cigarro e tantas outras coisas que eu sei que é verdade.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – De mim o senhor não ouviu fita nenhuma com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, então não tem motivo para eu achar que ele estaria agora mentindo com relação ao senhor. Realmente eu entendo que ele falou várias verdades e precisava fazer essa...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Comigo ele não falou verdade nenhuma aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada pessoal contra o senhor não. Absolutamente, pode ter certeza.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Ele não falou uma verdade aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se Deus quiser nós vamos provar isso para deixar o senhor livre.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Vai ser rápido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se depender da minha ajuda...

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – O senhor vai ver essa imprensa aí. Se ela publicar alguma coisa hoje, ela desmentir tudo, porque a imprensa o senhor sabe como é. Coisa ruim ela gosta de falar, mas o dia que eu vier aqui e sair daqui limpo, às vezes ela não vai querer falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos falar então, em seu nome.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Então eu vou esperar que a CPI vai falar. Eu estou contando com vocês.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se Deus quiser. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quero agradecer e deixar bem claro aqui que absolutamente não há um prejulgamento, nós não queremos prejulgamentos, mas existem fatos e a CPI vai apurá-los com toda a intensidade, tim-tim, por tim-tim. O senhor pode ter certeza disso, esse é o nosso propó-

sito, se não nós não chamaríamos o senhor aqui. CPI já cassou Deputado Federal, já ajudou a cassar Deputado Estadual, já interpelou questões no Judiciário, já interpelou Senador. Para nós isso não é problema. O que nós queremos é tão-somente a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, quero fazer um pedido final, Deputado Tatico, até para demonstrar a boa vontade nossa e a credibilidade que temos no senhor. Nós vamos achar o Raul, vamos achar os outros indicados. O senhor voltaria aqui a convite nosso? Sem nenhum problema?

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Na hora. O senhor pode ligar para mim, não precisa mandar ninguém lá. O senhor me avisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso vai ser muito bom para o senhor.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Ás vezes eu estou viajando, mas me avisa com uns três dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso vai ser muito bom para o senhor.

O SR. JOSÉ FUSCALDI CESÍLIO – Até em outras coisas eu estou pronto para ajudar. Vê a polícia, vê o que vai fazer. Estou pronto para nós resolvermos o problema.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito. Agradecemos a sua presença. Ficamos nesse acordo. Qualquer coisa a CPI o chama. O senhor está dispensado. Muito obrigado.

Queremos pedir à Assessoria que seja trazido o Sr. Francisco Alexandre de Menezes.(Pausa)

Sr. Francisco Alexandre de Menezes?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Trinta e dois anos, estado civil casado. Quadra 47, loja 6, Apart. 2, Setor Leste, Gama, comerciante?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor tem atividade no Novo Gama?

O senhor se compromete, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade, no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Comprometo-me.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então o senhor vai assinar o documento.

O senhor não tem nenhum parentesco com ninguém envolvido no roubo de cargas? O senhor não conhece ninguém envolvido em roubo de cargas que seja seu parente?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Alguém que esteja atuando na CPI, deputado, enfim, assessor, ninguém é seu parente?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então o senhor presta compromisso e está compromissado a dizer a verdade.

Sr. Francisco Alexandre Menezes, o senhor foi convidado a comparecer à CPI porque existem alguns questionamentos que a CPI quer fazer ao senhor a respeito de roubo de cargas, de receptação de carga. Estamos provisoriamente presidindo esta CPI, sou Deputado Federal. O Deputado Oscar Andrade é o nosso Relator, Deputado Alberto Fraga e outros deputados que também pertencem à CPI, e o Senador Romeu Tuma, Presidente desta CPI.

Como é de praxe, vamos lhe franquear um tempo caso o senhor queira declarar sobre o que o senhor sabe a respeito de roubo de cargas. Se o senhor tem algum envolvimento, se conhece alguém que rouba carga, alguém que lhe vendeu carga e o senhor descobriu depois ser carga roubada, se o senhor foi vítima nesse processo de roubo de carga, coisa dessa natureza. E se o senhor não quiser, não tiver nada a declarar, vamos passar a inquiri-lo a partir das manifestações do Relator.

O senhor está com a palavra.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não sei nem por que estou aqui, entendeu? Eu mexo com comércio, é panificadora. Tudo que compro é com nota. Eu mexo com transporte também. Eu mexo com caminhões. Eu tenho uma frota de caminhões, mas eu faço é fretar para a Só Frango, carga perecível. Só transporto carga perecível. Mas nem caminhão meu nunca foi roubado, nenhuma carga, nada. Faço carga para São Paulo, para todo lado. Graças a Deus nunca um caminhão meu foi roubado, nem nada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nem nunca foi vítima de ter comprado, por engano, uma carga roubada? Às vezes, com nota, tudo, mas foi constatar que era roubada, depois?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu não compro carga. Eu compro pouca coisa, é panificadora. É só o giro mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor nunca transportou, eventualmente, uma carga que depois ficou-se sabendo que aquela carga era roubada?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Que eu saiba não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nunca teve problema algum?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Até agora não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor tem algum inquérito contra o senhor tramitando?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Em nenhuma delegacia de polícia?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor já respondeu a processo? O senhor nunca foi processado?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nunca foi ouvido por um juiz, por um delegado de polícia?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nem preso?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nunca teve envolvimento algum?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ficha limpa.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Que eu saiba sim.

Teve um caso de uma indenização que um cidadão me comprou um caminhão, não me pagou, me deu um cheque sem fundos, eu tomei o caminhão, na época. Guardei os cheques todos e depois de um certo tempo ele entrou com uma indenização que queria, porque tinha arrumado o caminhão, e ficou correndo na Justiça de Taguatinga. Mas eu acho que não deu em nada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas aí é processo cível, não é processo crime. O senhor não teve nenhum envolvimento num processo crime?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, com a palavra o Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Francisco, o senhor é comerciante?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do ramo de...?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Panificadora.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem quantas empresas?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu tenho uma empresa de panificação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma empresa. Só uma loja?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Só uma loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde é?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – No Novo Gama.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor só tem a panificadora lá?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a transportadora funciona onde?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – A transportadora... Sou autônomo. Não sou registrado na transportadora não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos caminhões o senhor tem?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu tenho cinco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cinco caminhões?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Cinco caminhões.

O SR. OSCAR ANDRADE – E não tem registro de transportadora?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Ainda não, porque antes eu mexia só com mudancinha, agora que estou...

O SR. OSCAR ANDRADE – Todos os caminhões no seu nome?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, não estão todos no meu nome. Uns ainda devo um bocado, estou pagando ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a panificadora o senhor tem há quantos anos?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tem nove anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já teve outro negócio além da panificadora?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Já.

O SR. OSCAR ANDRADE – O quê?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Já mexi com açougue, casa de carne, e revendia farinha de trigo. Comprava no Paraná, em Muarama, e vendia nessa área de Goiás, de Novo Gama até Cristalina.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por conta própria ou era representante?

O SR. FRANCISCO – Não era representante, não. Eu comprava do representante de Brasília e revendia. Colocava nos caminhões pequenos e saía vendendo nas panificadoras.

O SR. OSCAR ANDRADE – Saía vendendo. O senhor teve algum outro negócio?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor nunca teve...

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Já mexi com compra e venda de carro também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Compra e venda de veículos. Supermercado o senhor nunca teve?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem pequeno?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nem pequeno, nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 1997, 1998, o senhor tinha o quê?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Panificadora. E mexia com farinha. Tinha uns caminhões pequenos que fazia entrega de farinha e nos intervalos esses caminhões faziam mudança. Estava escrito mudança no baú e faziam mudança interestadual e local também.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem apelido?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual é o seu apelido?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Cabelo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cabelo?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Desculpe-me, mas de onde se origina esse apelido?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nem eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não sabe? O senhor tinha o cabelo cumprido?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, não. Cabelo fino, eu acho. Meu apelido é cabelo fino.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Faz anos que o senhor tem esse apelido?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Desde criança.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Desde moço? Perfeito. Todo mundo o conhece por esse apelido?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, todo mundo me conhece como Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, mas as pessoas que o conhecem como Alexandre sabem que Alexandre é o Cabelo?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem algum galpão?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, tenho não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua panificadora é no Novo Gama?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela deve ter... ela é grande. O senhor não tem galpão junto com ela não?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, superapertada. Não tem nem depósito para colocar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Melo?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Melo?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Melo é colega meu, mexe com oficina de pintura e lanternagem no Novo Gama.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é padrinho do filho dele ou ele é padrinho do seu filho?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não tenho filho e nem sou padrinho do filho dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é compadre seu não?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – É só amigo?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Só amigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só conhecido seu?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a sua relação com o Melo?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Relação normal. Somos colegas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já teve alguma relação comercial?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES –Não, nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe do Melo?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Sei, acho que está na oficina dele. Tem dias que não vejo, mas acho que ele está na oficina dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele tem oficina?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tem.

O SR. OSCAR ANDRADE – De veículos?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mecânica?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, lanternagem e pintura.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lanternagem e pintura. O senhor sabe do envolvimento dele com carga roubada?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já teve alguma informação a respeito?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já teve algum envolvimento com carga roubada?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhum?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – No ano de 1997 o senhor não comprou uma carga de leite em pó...

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nestlé?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós temos uma informação, não há acusação contra o senhor, de que no ano de 1997 o senhor comprou essa carga de leite em pó que foi roubada de uma firma exportadora de nome PHD. O senhor comprou a carga, o senhor não roubou.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Em 1997, eu mexi com...

O SR. OSCAR ANDRADE – E a testemunha que nos informou isso teve um contato diretamente com o senhor, o Cabelo, que, juntamente com o Melo, foi até Cristalina e apanhou a carga em dois caminhões.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Cristalina.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) –O senhor nunca comprou produtos da Nestlé?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nunca comprou?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu compro produtos da Nestlé até hoje, mas é para a panificadora.

O SR. ALBERTO FRAGA – Queria dizer que em 1997 mexia com o quê?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Mexia com distribuição de farinha normal, tinha uns caminhões, igual tenho hoje. Eu compro produto da Nestlé normal, mas para o meu comércio.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Melo tem caminhão?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nunca teve?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Que eu saiba não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua panificadora chama-se Nossa Senhora do Carmo?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Chama.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor só tem uma panificadora?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Só.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual é o endereço? Esse que é no Novo Gama?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É. Avenida Central, no Novo Gama.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o senhor nunca teve outra, em outro lugar?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Já tive. Onde eu moro já tive, há muitos anos, acho que parei em 1994, 1995.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quer dizer, o senhor teve uma no Gama e uma no Novo Gama?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tive uma no Gama.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah! você teve uma no Gama?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tive, há muitos anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu tinha perguntado, o senhor disse que não.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, já tive. Você falou em Ramos, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Até que ano que foi?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – A do Gama foi em 1991 que parei, 1992, por aí. Fui para o Novo Gama em 1993.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E daí o senhor se instalou no Novo Gama.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Foi. Não, do Gama ainda fui para Santa Maria, depois que fui para o Novo Gama. Parei a do Gama acho que em 1991, em 1992 tive em Santa Maria e depois que fui para o Novo Gama, em 1993.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor conhece...

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, não seria melhor chamar a pessoa que o acusa para pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É exatamente isso que vamos providenciar. Favor chamar, então, a nossa testemunha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Francisco, vamos ouvir aqui uma pessoa, juntamente com o senhor, que está auxiliando a CPI, trazendo algumas informações, que rebatizamos com o nome de Pedro. O nome verdadeiro dele não é Pedro e ele tem algumas coisas a dizer aqui, precisamos que o senhor ouça e o contradiga, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E ele diz ser um velho conhecido seu.

Pedro, conhece esse cidadão, esse senhor?

O SR. PEDRO – Conheço, é o cabelo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Esse é o cabelo? Onde é que o senhor conheceu ele?

O SR. PEDRO – Uma vez ele comprou uma carga nossa lá em Cristalina. Foi ele mais três colegas.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quem eram os colegas?

O SR. PEDRO – Não dá para falar o nome deles aqui.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Três colegas. Tudo bem. Onde que foi essa compra?

O SR. PEDRO – Foi lá em Cristalina. Vim aqui em Brasília e negociei com ele, ficaram os dois colegas meus lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor conversou com ele?

O SR. PEDRO – Com ele e outro amigo dele que é lá de Cristalina.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com ele, Cabelo?

O SR. PEDRO – Exatamente, com ele direto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você conheceu o Cabelo? Me fala como foi.

O SR. PEDRO – Como conheci o Cabelo? Conheci ele através do Melo, que era amigo meu e outro amigo dele lá de Cristalina, que é o Neguinho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Amigo de quem? Amigo do Melo ou amigo dele?

O SR. PEDRO – Amigo do Melo mais do Cabelo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quem é o Melo?

O SR. PEDRO – É um que mexe com oficina de carro, inclusive ele até arrumou o carro de um colega meu também.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E você conhece bem o Melo?

O SR. PEDRO – Conheço bem também.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o que é que o Melo é dele?

O SR. PEDRO – Compadre dele, um batizou o filho do outro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E daí, nesse dia lá em Cristalina, ele foi lá em Cristalina?

O SR. PEDRO – Foi, eu ainda fui dirigindo um caminhão dele, daqui para lá, junto com ele. Ele voltou com o caminhão dele e o Melo voltou com o outro caminhão carregado com a carga de leite...

O SR. OSCAR ANDRADE – O outro caminhão era de quem?

O SR. PEDRO – Dele também, dois caminhões do Cabelo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que tipo de caminhão que era?

O SR. PEDRO – Era um Ford Cargo e um caminhão pequeno.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carroceria?

O SR. PEDRO – Não, Tudo baú, frigorífico

O SR. OSCAR ANDRADE – Lembra a cor?

O SR. PEDRO – Cor branca

O SR. OSCAR ANDRADE – Os dois?

O SR. PEDRO – Não. O outro...

O SR. OSCAR ANDRADE – Um era cargo da Ford?

O SR. PEDRO – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o outro?

O SR. PEDRO – O outroera... o outro eu não lembro a cor.

O SR. OSCAR ANDRADE – 3/4, pequeno?

O SR. PEDRO – 3/4, pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sr. Francisco, o senhor teve um caminhão cargo?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tive.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Com a descrição que ele faz?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tive não, tenho caminhão cargo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Na descrição que ele diz, branco?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Branco. Tenho três brancos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Frigorífico?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Frigorífico

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor foi alguma vez a Cristalina?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Já. Muitas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Comprou alguma coisa?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tira a coisas lá pra mim ver ele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, ele não vai tirar.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Se ele me conhece, eu tenho que conhecer ele também.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pois é, mas ele...

O SR. OSCAR ANDRADE – Com certeza o senhor conhece, mas ele está sendo protegido pela CPI em função da...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Em função do risco que ele corre e das coisas que ele sabe, não é nem só em reação ao senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem muito mais coisa

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas, obviamente, é alguém que lhe conhece, porque ele está dizendo...

O SR. PEDRO – Inclusive, ele pagou um pouco para nós, ficou devendo ao outro e eu fiquei preso,

veio um outro colega meu, ainda recebeu o dinheiro com ele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor ficou preso onde?

O SR. PEDRO – Fiquei peso lá em Minas.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ah! Sim. Nesse período?

O SR. PEDRO – É. Nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quando foi...

O SR. PEDRO – Caí por outra coisa lá, fiquei preso e veio um colega meu, cadê o dinheiro ainda, e nós ficou ainda na...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quanto tempo faz que aconteceu isso?

O SR. PEDRO – Ah! Deve ter sido em 97, 98.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uns quatro anos?

O SR. PEDRO – É. Há uns quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Que foi feita essa transação?

O SR. PEDRO – Exatamente. Ele mesmo foi buscar, ajudou nós a carregar e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele ajudou carregar?

O SR. PEDRO – Ajudou carregar.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele e o Melo?

O SR. PEDRO – Ele e o Melo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Foram em dois caminhões?

O SR. PEDRO – Foram em dois caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Um ele foi dirigindo, o outro, o Melo?

O SR. PEDRO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o senhor foi na carona com quem? Com o Melo ou com ele?

O SR. PEDRO – Com o Melo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual é que o senhor foi na carona?

O SR. PEDRO – Não, eu fui com o Melo e ainda dirigi o caminhão um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor dirigiu inclusive?

O SR. PEDRO – Dirigi o caminhão dele ainda.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E ele foi com outro caminhão?

O SR. PEDRO – Foi junto, tudo junto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como?

O SR. PEDRO – Foi tudo junto, os dois caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, mas eram dois caminhões?

O SR. PEDRO – Dois caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quem estava dirigindo esses caminhões?

O SR. PEDRO – Um era ele mesmo que estava dirigindo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o outro Melo?

O SR. PEDRO – O outro Melo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sendo que aquele que o Melo estava dirigindo o senhor estava dentro?

O SR. PEDRO – Eu estava dentro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o senhor chegou a dirigir um pouco o caminhão?

O SR. PEDRO – Dirigi o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Correto. Aí chegaram lá...

O SR. PEDRO – O caminhão pequenininho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Vamos bem para o detalhe: chegaram lá e daí?

O SR. PEDRO – Chegamos lá, beleza e carregamos a carga...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que lugar foi em Cristalina?

O SR. PEDRO – Foi depois de Cristalina, entrando à esquerda, inclusive eu estive lá no local, mostrei o local onde foi carregado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O que é lá? Uma granja, uma fazenda?

O SR. PEDRO – Era fazenda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Entrou dentro da fazenda?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – De quem era a fazenda?

O SR. PEDRO – A fazenda é do Neguinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah! A fazenda é do Neguinho.

O SR. PEDRO – Neguinho traficante, lá em Cristalina.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E ele conhece o Neguinho? O Neguinho conhece ele?

O SR. PEDRO – Conhece e ele conhece Neguinho também.

O SR. OSCAR ANDRADE – A fazenda foi emprestada para isso?

O SR. PEDRO – Foi. A fazenda nós pagou pro Neguinho. Paguemo os 10% dele, pra guardar mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pagou depósito.

O SR. PEDRO – É. Já guardemo várias mercadorias lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim. Quando o senhor veio aqui, ele já estava morando no Novo Gama?

O SR. PEDRO – É. Ele já estava morando no Novo Gama; ele tinha outra panificadora no Gama e outra no Novo Gama, e ele mora no Novo Gama, inclusive foi descarregada a mercadoria, ele mora em cima, e a mercadoria foi descarregada em baixo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A mercadoria foi descarregada embaixo. Mas quando o senhor veio aqui na casa dele, quem foi que lhe orientou? O senhor não conhecia ele, conheceu quando veio aqui?

O SR. PEDRO – Não. Conheci ele através do Neguinho, do Raul.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor já veio acertado, encomendado?

O SR. PEDRO – Já vim acertado já.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi você que negociou com ele?

O SR. PEDRO – Foi. Eu mesmo negociei com ele direto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não lembra do preço do pagamento?

O SR. PEDRO – Não lembro mais do preço mais não. Tem muito tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era uma carga de carreta?

O SR. PEDRO – Era uma carga de caminhão, só que era aquele caminhão alongado, não cabia num caminhão só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Teve que dividir em dois.

O SR. PEDRO – É. Teve que dividir em dois. E foi cheio.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E quando vocês chegaram lá na fazenda descarregaram, tiraram do caminhão e colocaram...

O SR. PEDRO – É. Nós já tinha descarregado, ele foi buscar já tinha um dia lá, de um dia pro outro. Aí ele foi buscar no outro dia com os caminhão dele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Já estava descarregado do outro caminhão.

O SR. PEDRO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Aí carregaram nos dois caminhões baú?

O SR. PEDRO – Carreguemo nos dois caminhões baú, ficou cheio mesmo, quase não dá pra levar tudo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E aí o senhor veio junto ou não?

O SR. PEDRO – Não, não vim junto não. Ele mandou dinheiro pra nós depois, em Uberlândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas então como é que o senhor diz que foi descarregado embaixo?

O SR. PEDRO – Foi descarregado embaixo, porque depois eu tive lá pra receber de novo e a mercadoria tava embaixo. Ele tava vendendo, né? Ele tinha vendido um pouco. Não sei como é a negociação. Ele mexia com farinha antes. Ele vendia pro lado de Goiás aí... Ele começou parceiro meu, sei um monte de coisa da vida dele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – De quem?

O SR. PEDRO – Dele aí, do Cabelo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Do Cabelo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então vai falando para nós.

O SR. PEDRO – E ele sabe que eu não estou mentindo.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Pode falar. O que o senhor souber da minha vida pode falar ai.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, vai falando, vai falando para nós, para ver se ele reconhece, se ele aceita esse tipo de...

O SR. PEDRO – Não. Eu só quero saber se ele confirma se comprou essa carga ou não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor comprou essa carga?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu nunca comprei. Se foi caminhão meu que combinou com o Melo, foi frete.

O SR. PEDRO – Vai vir mais gente aqui.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Foi você que foi feita uma mudança de Uberlândia?

O SR. PEDRO – Não.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Uma mudança de...

O SR. PEDRO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – De quem foi, tu sabes?

O SR. PEDRO – De outro amigo meu.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quer dizer, vocês já estão chegando perto.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, porque está falando em Minas aí. Eu fiz um frete de mudança uma vez de Uberlândia para cá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – De quem é que o senhor fez essa mudança?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não lembro do nome do homem não. Sei que foi feita mudança. O Melo que agilizou lá e combinou e tal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o senhor acha que poderia ser ele?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, porque ele está falando em Minas aí. Falando em Minas Gerais.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essa mudança foi você que fez? Dentro do seu caminhão?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Foi feita de Uberlândia para cá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor que foi dirigindo?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Fui dirigindo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor foi lá buscar e voltou?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Fui. Fui lá buscar e trouxe uma mudança de móveis.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor diz que tem quantos caminhões?

O SR. OSCAR ANDRADE – E onde você entregou esses móveis?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Esses móveis foi... Quem já foi entregar não fui eu não. Ele colocou no meu depósito, aonde eu moro, e de lá...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu perguntei se o senhor tinha depósito, você falou que não tinha!?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você falou na panificadora. Aonde eu moro tem. Aonde eu moro não tem a garagem do carro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas tem um depósito?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, tem a garagem do carro que eu uso como depósito.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, quantos carros cabem na garagem?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Cabe... Carro pequeno?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Lá fininho e comprido. Cabem três carros pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Cabem três carros pequenos, não é tão pequeno assim.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É fino que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mesmo que seja, mas não é tão pequeno assim. E aí, é como ele diz, o senhor mora em cima mesmo?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Lá onde eu moro é. Até hoje moro em cima.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E embaixo tem esse depósito aí?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o senhor não guardava carro. Era para carro, mas guardava...

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não. Eu guardava o carro, o meu...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E as coisas, onde é que o senhor colocava?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não. As coisas da panificadora descarrega lá mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não. Mas essas aí que ele está falando.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Que essa daí?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Essa que ele disse que o senhor descarregou lá.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não. Nunca descarreguei nada lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim. Mas o senhor disse que tinha depósito, que deixou no depósito lá os móveis.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – A mudancinha que foi feita ficou lá. Depois foi para Ceilândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pois é, então não é só garagem. Quer dizer, é um depósito que dá para colocar coisa lá dentro.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não. Ele ficou de vir acompanhar, esse cidadão ficou de vir junto para poder levar. E lá eu descarreguei e depois foi para Ceilândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas por que essa relação aí que você está criando da...

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu ganho frete.

O SR. OSCAR ANDRADE -...da mudança?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim. Mas descarregar na sua casa?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Porque ficou de acompanhar junto num carro pequeno e não acompanhou. De lá descarreguei porque eu tinha que desocupar o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por que então estaria aqui – eu só quero entender – uma pessoa para quem você fez uma mudança?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Porque ficou de vir buscar a mudança. Essa mudança foi para Ceilândia e nunca mais... Até ficou devendo e não pagou. Ficou devendo quinhentos reais na época.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi para Ceilândia a mudança?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Foi para Ceilândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor sabe para onde é que foi?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não sei, mas o motorista sabe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ceilândia, casa de quem?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não. O motorista sabe o endereço que foi.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor não sabe?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo tem?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Ah! Rapaz, pergunta aí... Tem muitos anos isso. Uns três anos, por aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a mudança foi toda entregue?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não ficou nada com o senhor?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Deixa eu só perguntar. Tu sabes da história dessa mudança, Pedro?

O SR. PEDRO – Ouvi só falar.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas tu sabes para quem ele fez?

O SR. PEDRO – Sei. Sei pra quem ele fez. Essa pessoa pode vir aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quero inclusive, depois, em reservado, pegar o nome dessa pessoa que o Pedro sabe e eu quero fazer um requerimento, já formalizado, para nós trazermos essa pessoa aqui também...

O SR. PEDRO – Essa pessoa estava junto na carga também.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim. Deixa que nós sabemos como fazer. Nós vamos trazer essa pessoa aqui também, essa com a qual o senhor fez a mudança, se ela quiser, até sem se identificar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pedro, você sabe de alguma outra compra dele, de receptação de carga roubada, alguma outra...

O SR. PEDRO – Ele é acostumado a negociar direto. Ele também já negociou carga com o Tatico, ele já intrujava também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele também intrujava?

O SR. PEDRO – Intrujava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em outras cargas?

O SR. PEDRO – Em outras cargas também.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Intermediava?

O SR. PEDRO – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você diz a respeito disto?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Isto não existe. Não tem a menor possi-

bilidade. O que é isto? Quero que ele prove isto que ele está falando.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantos anos o senhor tem?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu tenho 32.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Há quantos anos o senhor está no ramo da panificadora?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu estou desde 1990.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Desde 1990. Então, desde 1990, o senhor tinha 22 anos.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tinha 22.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor tem mais irmãos?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantos?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Somos 12.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Doze irmãos. Igual lá em casa, 12 também. E o seu pai é vivo?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E a sua mãe?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Faz tempo que o seu pai morreu?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – O meu pai morreu em 1996.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele era um senhor de posses ou não?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Um senhor o quê?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele tinha posses? O senhor recebeu uma herança grande ou não?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nem recebi. Até hoje está enrolada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não recebeu? Não pôde...

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – O senhor quer saber porque eu tenho o caminhão?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, não. O senhor é que está na frente.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Devagar. Eu só quero saber se o senhor recebeu herança.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor começou a trabalhar com quantos anos?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Com 12 anos. Eu cheguei em Brasília com 12 anos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Com 12 anos. O senhor veio de onde?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu vim do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Veio do Piauí com 12 anos e começou a trabalhar em 1992. Antes o senhor fazia o quê?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Antes eu tinha 12 anos de idade e morava com os meus pais no Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, antes da panificadora?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu mexia com açougue. Eu comecei com açougue em 1987.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Trabalhou com quem?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu trabalhei pra mim mesmo. Eu trabalhava com o meu irmão e ele pegou e me arrendou o açougue em 1987.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor tinha quantos anos?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Na época, eu era menor, eu fui até emancipado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas como é que o senhor iria ter o açougue no seu nome se o senhor era menor?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu fui emancipado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor se emancipou com quantos anos?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Na época – em 1987 – eu acho que tinha 16 anos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Com 16 anos e montou o açougue. O açougue era do seu irmão e passou para o senhor. Aonde era o açougue?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Era lá na X-Norte, no Gama.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Na X-Norte, depois o senhor desistiu do açougue?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, esse açougue eu parei... Desde 1983 que eu mexia com meus irmão. Em 1990 eu parei com o açougue, arrendei o açougue e fui mexer com panificadora. O açougue mesmo eu fui vendê ele em 1997. Ele ficou arrendado até 1997.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor vendeu o açougue por quanto?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Na época foi feito troca com carro. Foi na média de uns 30 mil.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Um açougue por 30 mil?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – O açougue tá lá até hoje. É um açougue grande. Um dos melhor açougue que tem no Gama é esse.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, mas quanto o senhor pagou pelo açougue quando o senhor o comprou?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Quando eu comprei, eu trabalhava com o meu irmão e ele me arrendou. Eu comecei arrendado. Aí, depois de arrendado, eu fui comprando as máquinas dele até virar meu.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E aí vendeu por 30 mil?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É. Na época, eu recebi o aluguel uns 7 anos e vendi. Troquei por alguns carro na época...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor disse que vendeu por 30 mil?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Mais ou menos eu apurei.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o senhor tem documentos do negócio?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, não tenho. Na época, eu vendi até para um funcionário meu que trabalhou muito tempo comigo. Ele está lá até hoje com ele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas era funcionário seu. Ele pagou à vista?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não. Eu peguei uns carros no negócio, peguei fiado...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como é que foi o negócio?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Rapaz, eu peguei carro e o restante foi para pagar me pagar por mês. Eu sei que o açougue é dele, ele me pagou tudo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E aí o senhor montou a panificadora?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – A panificadora já tinha montado em 1990.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Já tinha montado em 1990. Quanto vale a sua panificadora?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu não tenho nem idéia. Hoje está tudo ruim, o comércio está ruim demais.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, mas tão ruim assim como está quanto é que vale?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu acredito que deva valer uma média de uns 50, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Cinqüenta mil uma panificadora. O prédio é seu?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Lá aonde eu estou?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O da panificadora.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Lá aonde eu estou hoje, não. É alugado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor alugou o prédio e colocou a panificadora?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não. Em 1990 eu fui pra Santa Maria.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não. Eu estou falando da panificadora que o senhor tem agora. O prédio é seu?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não é não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É arrendado?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É alugado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Está bem. E o equipamento é seu?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É meu.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E quanto o senhor paga de aluguel?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Quatro salários.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor paga quatro salários de aluguel. Há quantos anos o senhor está alugando esse prédio?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Desde 1993.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Desde 1993, paga quatro salários e vale, então, 50 mil com os equipamentos.

E a sua casa? O senhor tem uma casa de dois pisos.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Minha casa no Gama? Vale mais ou menos uns 60 mil, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sessenta mil?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Barato!

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Mas no Gama...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantos metros quadrados?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – São 320.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – 320 metros quadrados. Vale 60 mil? Vou comprá-la.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Vai lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Barato!

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu tô falando, não sei o preço real, nunca fui vender. Lá fui eu que construí, comecei...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor é quem construiu?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Em que ano o senhor terminou a construção?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Quando eu terminei essa construção? Eu acho que terminei de 90 pra 91.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – De 90 pra 91?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor tem carro?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantos?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu tenho uma saveiro e um golzinho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só dois carros?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Só.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Teve outros carros?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Já, já tive. Eu mexia com compra e venda. Eu comprava e vendia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, sim. Mas está no seu nome? O senhor tem algum que não esteja no seu nome?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tenho não. A saveiro tá no meu nome, é alienada, financiada. E o golzinho, é um golzinho 92, não tá no meu nome não, mas é meu.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E os caminhões, quantos o senhor tem?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu tenho cinco.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Cinco caminhões?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Que caminhões que são?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Três Ford e dois Mercedes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Três Ford... Ford Cargo?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E Mercedes?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Dois Mercedes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Que Mercedes?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Esse Mercedes velho, 2013 e 1313.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quanto é que vale cada caminhão cargo?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Uma média de 25 mil, mas tem uns que é financiado, eu devo todinho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – 25 cada um?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E os caminhões?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Na média de um por um.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Na média de uns 25 um pelo outro. Quando é que o senhor comprou o último caminhão?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Quando eu comprei o último?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – O último caminhão já tem mais de um ano que eu comprei.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Faz mais de um ano?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Faz.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o primeiro?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – O primeiro, quando eu mexia com farinha, eu tinha só caminhão pequeno e fui trocando pra truck.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, mas quando é que o senhor comprou o primeiro caminhão?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – O primeiro... deve ter sido em 96.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – 96.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – O maiorzinho, né?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então de 96...

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Mas eu já tinha os caminhão pequeno. Na época que eu mexia com farinha, eu tinha uns seis ou era sete pequenininhos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, mas quando é que o senhor comprou o primeiro caminhão, ué? É isso que eu estou lhe perguntando?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – O primeiro? Esse caminhão quando eu comprei eu ainda mexia com açougue, em 87. Eu tinha uma F-4000 gaiolinha, que eu puxava boi.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Uma 4000?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – É.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Tá. E aí?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Aí, na época eu comprei a primeira F-4000, depois eu comprei a segunda. Eu tinha três F-4000 quando eu mexia com açougue. Tudo gaiolinha de eu puxar boi.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, quantos anos o senhor tinha quando mexia com açougue? 21, 22 anos?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Quando eu comecei com açougue?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu tinha 16.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, eu sei. Mas quando comprou os caminhões tinha açougue?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, logo depois que eu montei o açougue eu comecei... Lá eu vendia... Na época eu era sozinho na quadra e vendia muito.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É... eu estou falando para o senhor porque estou achando curioso, assim... Quer dizer, o senhor começou, já tem um açougue, já tem uma panificadora, já tem um caminhão, dois caminhões, três caminhões, quatro caminhões...

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não tenho açougue, não. Tenho uma panificadora. Eu tive açougue.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Hum?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu tive açougue. Não tenho açougue mais não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Eu sei. Mas o que eu quero dizer é que seu patrimônio foi... hoje o seu patrimônio está avaliado em quanto?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Rapaz... se tirar as dívidas aí, sobra pouco, viu?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Tem um patrimônio de quê? Uns 300 mil?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tá é pior... Hum?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Tem um patrimônio de uns 300 mil?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não dá isso tudo não. Tirando as dívidas, não. Se botar o bruto, né? Mas no líquido não dá isso não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É, porque o rapaz está lhe fazendo uma acusação séria. Só para o senhor ter... é uma acusação séria, muita séria, e o senhor há de convir comigo que não é assim de um dia para outro que alguém ia... e estou fazendo... essa é uma das análises que a CPI faz. De um dia para outro... o senhor começou com 16 anos, ainda que seja. De um dia para outro tem um açougue, tem uma panificadora...

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu comecei com 12 anos de idade porque eu cheguei a trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas 12 anos... Eu comecei com 13, estagiário do Banco do Brasil, não...

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tá certo. Mas eu tô com 20 anos trabalhando direto. Eu tenho 20 anos de Brasília trabalhando direto. Direto, direto, direto, não tem férias, não tem...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Com 12 anos o senhor não ganhava mais que R$300 por mês!

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não... com 12 anos eu trabalhei com meu irmão, trabalhei só uns dois anos e ele já me arrendou o açougue. Com 16 pra 17 ele já passou pro meu nome e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Bastante precoce... Em todo caso é uma coisa que a CPI vai analisar. O senhor disponibiliza o seu Imposto de Renda? Faz Imposto de Renda?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Rapaz, eu faço, mas não faço certo não. Isso aí não é porque...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas se o senhor tem um patrimônio, tem casa, tem comércio, tem transportadora, tem cinco caminhões, o senhor não declara Imposto de Renda?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Mas é tudo financiada...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não importa se é financiada. Os caminhões estão no seu nome, não estão?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, não... não fiz, não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Hum?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, Imposto de Renda não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E os caminhões estão no seu nome?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Só tem um ou é dois. Dois em meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) –E os outros são em nome de quem?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Os outros é financiado no nome dos outros. Eu comprei pra mim assumir as prestações. Tô pagando as prestações.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então o senhor tem "laranja".

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, não tem "laranja". Eu comprei e não pude botar no meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor não quis botar no seu nome?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não pude, não pude. Tinha que fazer um cadastro danado e talvez não passasse.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor disponibiliza, então, o Imposto de Renda? O senhor traz a sua declaração de Imposto de Renda?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Trago, mas a minha declaração de Imposto de Renda eu declarei com o comércio estando no meu nome, porque, na época, era o açougue

que estava no meu nome, o comércio era no nome da minha esposa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – No ano passado, o senhor não declarou Imposto de Renda?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Declarei. Acho que declarei. Tenho que ir lá no contador, mas declarou.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E no ano anterior?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Devo estar devendo uns anos lá... Eu devo estar devendo uns anos lá de Imposto de Renda que eu não declarei.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor não declara? Então, queremos pedir que o senhor traga, senão vamos quebrar o seu sigilo bancário. O senhor traga aqui as suas declarações, as últimas declarações do seu Imposto de Renda. O senhor traz até semana que vem, aqui?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Trago. Vou lá no...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Todas que o senhor tiver. Inclusive, depois, quero que – Sr. Naurides, pessoal da Assessoria – se faça por escrito, que ele se comprometa por escrito, que assine um documento, um compromisso por escrito, de trazer aqui, na semana que vem, as declarações de Imposto de Renda que ele tem, dos últimos cinco anos, para que a CPI possa analisar.

Pedro, o que mais tu sabes dele?

O SR. PEDRO – Não. O que eu sei dele é só isso mesmo: que ele já negociou várias cargas. Com um amigo meu mesmo ele já negociou várias mesmo. Com... Não dá para falar o nome dele aqui.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Peça para o Sr. Pedro trazer o amigo dele que negociou várias cargas. Peça para ele trazer, aí fica bom.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É isso que a CPI vai fazer. E aí?

O SR. PEDRO – E ele pagava tudo certinho. Isso aí eu sei que ele pagava...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ele pagava, Pedro?

O SR. PEDRO – Pagava em dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em dinheiro?

O SR. PEDRO – Em dinheiro. Pagou a metade para nós, depois veio um amigo meu e recebeu a outra metade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é esse que você não quer revelar, não é?

O SR. PEDRO – É, exatamente. Mas ele vai vir aqui, que ele está preso. Ele vai acabar vindo, vão acabar trazendo ele aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor já viu o Sr. Francisco e o Deputado Tatico juntos, ou não?

O SR. PEDRO – Já.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Já os viu juntos? Ou o senhor sabe que eles têm relação? Como é?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Ele quem? Eu com quem?

O SR. PEDRO – Ele com o Raul. Ele tem negociação com o Raul. Com o Tatico eu nunca vi ele junto não. Se falar que eu vi, eu estou mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Tem negociação com o Raul?

O SR. PEDRO – Com o Raul. Com o Raul é direto.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Raul?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nunca nem ouvi falar. O outro que ele falou é Tatico?

O SR. OSCAR ANDRADE – É. Tatico é o Deputado, mas é o Raul que...

O SR. PEDRO – Mas o Tatico ele conhece também.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu conheço?

O SR. PEDRO – Tem negociação, também, com ele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Conhece o Tatico também?

O SR. PEDRO – Conhece também.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já vendeu carga para o Tatico?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Rapaz, eu nunca nem... O Tatico que conheço é o supermercado. Quando tem promoção, o povo vai e compra alguma coisa para me revender.

O SR. PEDRO – E o caminhão dele também já entregou... Agora que eu lembrei: o caminhão dele aí também já entregou carga nossa no Carrefour. Carga dos caminhão dele aí, dois caminhão dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O caminhão dele?

O SR. PEDRO – Dois caminhão dele já entregou carga no Carrefour.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual carga que foi?

O SR. PEDRO – Uma carga de elétricos e uma carga de secos e molhados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor entregou algumas cargas...

O SR. PEDRO – Frete, frete.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – O Carrefour compra mercadoria sem nota? Porque transporto direto para o Carrefour, quando vem...

O SR. PEDRO – Está vendo aí?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Não, porque tu está falando que transportou para o Carrefour. O Carrefour compra sem nota? Nunca vi esse negócio.

O SR. PEDRO – Pois é, transportou. Mas a nota faz... A nota é de menos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Compra. O Carrefour compra. O senhor não pode dizer que não, porque eu estou lhe dizendo: compra.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor nunca viu, mas nós já vimos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já vimos alguns...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Já vimos. A CPI já tem prova, está processado, vimos. Não precisa o senhor dizer que não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os responsáveis pelo Carrefour virão aqui também.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nossa Senhora!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É para ver como as coisas estão feias.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – A burocracia lá para descarregar, o senhor precisa ver...

O SR. PEDRO – Inclusive, da vez que o caminhão dele entrou para descarregar por um lado, nós entrou no outro lado para receber. Eu e o Moisés, um colega meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – No Carrefour?

O SR. PEDRO – No Carrefour.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dê-me detalhes dessa venda. Como é que foi?

O SR. PEDRO – Como é que foi a transação?

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi venda de...

O SR. PEDRO – Quem fez esse negócio foi o Moisés e o Raul...

O SR. OSCAR ANDRADE – Só um minutinho.

O SR. PEDRO – O Moisés e o Raul que negociou com o Ricardo, no Carrefour.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Moisés e o Raul...

O SR. PEDRO – E eu entrei lá para receber, junto com... Só que ele não pagou diretamente para mim...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas vamos voltar lá atrás. Era uma carga de quê?

O SR. PEDRO – Uma carga de elétricos e outra carga de secos e molhados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essas duas cargas foram usadas no caminhão dele?

O SR. PEDRO – No caminhão dele. O caminhão dele é que fez o frete.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. PEDRO – Veio lá de Goiânia para cá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O caminhão dele foi a Goiânia?

O SR. PEDRO – Foi. Lá de Goiânia para cá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Buscar a carga que estava derrubada lá?

O SR. PEDRO – Carga roubada.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ela estava no chão, lá?

O SR. PEDRO – Foi um magrinho que foi dirigindo... Um cara com o cabelinho meio enrolado, no caminhão dele. E eu conhecia o caminhão dele, porque o caminhão dele já tinha feito frete pra nós e já tinha buscado mercadoria nossa.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, nisso aí, você só sabe do transporte dele? Não do envolvimento?

O SR. PEDRO – Do transporte no caminhão dele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor pode até estar transportando sem saber!

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nunca, mas nem... Que é isso? O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor nunca pegou carga para o Carrefour?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Nunca. Ave Maria! Já entreguei no Carrefour... Carrego o caminhão em Gurupi, lá no frigorífi-

co, mas é tudo com nota, tudo certinho. Nunca entreguei no Tatico. No Tatico também já... Carregou na Só Frango, descarregou no Tatico. O que é isso? Nunca!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Para mim, está bom.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para mim está bom também. Vamos aguardar e, depois, vamos chamá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sr. Francisco, como o senhor está vendo, há acusações contra o senhor e queremos esclarecê-las. Nosso objetivo é esse. Queremos esclarecer essas acusações para que a verdade floresça, até para que a imagem do senhor fique limpa.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tudo bem. Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A Polícia Federal está fazendo algumas diligências e iremos ouvir outras pessoas. Estamos lhe informando isso para que o senhor saiba que está sendo investigado, embora não exista uma acusação formal contra o senhor.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tudo bem. Moro há doze anos no mesmo endereço, meu telefone é antigo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor ainda não é o acusado, mas alguém que está colaborando no sentido de esclarecer a situação.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Isso não existe. Nunca, jamais...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Gostaríamos de lhe perguntar se o senhor se coloca à disposição desta CPI.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Eu virei na mesma hora todas as vezes. Até agora, eu nem sabia por que estava aqui e fiquei esperando por três horas.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito. Gostaríamos que o senhor assumisse o compromisso de nos trazer as suas cinco últimas declarações de renda.

Não sei se já elaboraram o documento, mas depois o senhor pode assiná-lo e trazer as declarações na próxima semana para que esta CPI possa analisar sua evolução patrimonial.

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – Tudo começa com a minha primeira firma.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito. Depois, vamos examinar a situação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe-me fazer apenas mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pois, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na época dessa carga da Nestlé, a negociação com ele foi feita por telefone inicialmente?

O SR. PEDRO – Muitas vezes conversamos com ele por telefone. Inclusive, esse meu colega tem todos os telefones, da casa, do celular...

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES –Se existe isso, dou autorização para pegar todos os meus telefones e fica fácil pegar.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual é o número do seu telefone, por favor?

O SR. FRANCISCO ALEXANDRE DE MENEZES – O residencial é (061) 385 – 0718. O comercial, (061) 628 – 5939, e o celular é (061) 9974 – 4170. Desde quando saíram os telefones celulares, tenho esse número.

Se negociava por telefone, dou autorização para quebrar meu sigilo telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito. Agradecemos ao senhor por ter colaborado. O senhor, por favor, se dirija à Secretaria para assinar o documento e, depois, voltaremos a lhe chamar.

Muito obrigado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sr. Pedro também pode sair.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Por favor, o próximo a depor será o Sr. Joaquim Gomes da Silva.

Por favor, diga qual é o seu nome.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Joaquim Gomes da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor tem apelido?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Quinho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só esse?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Só esse.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Zezão não é seu apelido também?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu irmão é o Zezão?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não. Tenho um irmão que se chama José Gomes da Silva.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele está presente?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Está.

O SR. OSCAR ANDRADE – O apelido dele é Zezão?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – A gente chama ele de Zé.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pois não.

Só para o senhor conferir os seus dados aqui: tem 36 anos, é casado, mora na Ceilândia, QNM 21, Conjunto L, Casa 15. O senhor é comerciante?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Sou comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Exerce atividade em Sobradinho?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Em Sobradinho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O que o senhor tem?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Supermercado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Vou fazer uma referência aqui para o senhor prestar um compromisso.

O senhor se compromete, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Fica advertido que o senhor não é obrigado a depor contra o senhor mesmo, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal. O senhor pode se manter calado quando sentir que o seu depoimento está contra o senhor mesmo. Perfeito?

Sr. Joaquim, aqui é uma CPI, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga as questões de roubo e receptação de cargas.

Por favor, o senhor assina aqui antes. O senhor prestou compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado.

O senhor sabe alguma coisa que envolve roubo de cargas, comprou alguma carga roubada no seu estabelecimento comercial? Foi vítima de roubo de carga ou até comprou uma carga sem saber que era carga roubada, coisa dessa natureza?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Eu compro com nota fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Há quanto tempo o senhor está na atividade comercial?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Lá em Sobradinho?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não em toda a sua atividade, antes mesmo.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Doze a quinze anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome do seu supermercado?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Supermercado Frangão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Frangão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Sobradinho?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Em Sobradinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor falou quantos anos?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Que eu estou na atividade uns doze, quinze anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o Frangão tem quanto tempo?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Lá em Sobradinho?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Vai fazer três anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor em irmão que trabalha com o senhor?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Tenho o José Gomes da Silva.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só ele?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – É seu sócio?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trabalha com o senhor?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Trabalha comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Raul?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Conheço um Raul.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o Raul é seu?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – É meu fornecedor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É seu fornecedor? Fornece o que para você?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Já me vendeu farinha, fósforo, se for o Raul que eu estou falando, Raul Jericó.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse Raul mora onde? Esse que você conhece?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Acho que mora na W3.

O SR. OSCAR ANDRADE – W3, aqui?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Ele mora no Plano Piloto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então você já comprou mercadoria dele?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Do Raul já.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais são os tipos de mercadorias que ele te vendeu?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Farinha de mandioca, Fósforo Guarani, que eu me lembre esses dois produtos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) -- O que mais? Tem mais produtos.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Dele que eu me lembre foi só.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual eram os outros produtos?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Que eu me lembre eram só esses dois produtos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só farinha de mandioca e...

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Porque o comprador do meu mercado não sou eu não. É o José.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É o seu irmão?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – É o meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele que compra?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Ele que compra.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele pode ter vendido outras mercadorias que o José tenha comprado e o senhor não ficou sabendo?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Pode ser que sim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pode ser que sim? É grande o seu mercado?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – 480 metros. Maior que esse plenário aqui.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não é tão grande. É uma empresa familiar. Tem quantos empregados?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Trinta empregados, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Trinta empregados. E o comprador é o José?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – É na maioria das partes é ele, quando não é ele, eu compro também.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quem é que paga?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Só eu quem pago.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele que compra e o senhor que paga?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Ele que compra e eu que pago.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor se lembra de ter feito algum pagamento para o Raul?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Diretamente para o Raul, não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Para quem o senhor pagava?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Eu pago via banco, via duplicata.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Raul é representante de alguma...

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Esse Raul que eu conheço é representante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Representante de quê?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Representante da Fósforo Guarani, Farinha Mafil. Há muito tempo, ele era representante também de um arroz do Sul. Esse Raul tem um irmão que, antigamente, era representante do Arroz Doura.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse Raul não mora em Taguatinga, não?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não! Esse Raul que conheço, não!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele mora onde?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Asa Sul ou Asa Norte. O sobrenome dele Raul Jericó. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sr. Joaquim, vamos trazer outra testemunha que sabe de alguns produtos que o senhor teria comprado e que teriam sido produtos roubados. Ele vai tentar esclarecer. O senhor vai ouvir e vai poder contrapor. Queremos esclarecer colocações que envolvem seu nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor só tem um irmão?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não!

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem outros irmãos que trabalham lá também?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não! Tinha em outro supermercado na Ceilândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha ou o outro irmão?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não, meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – São quantos irmãos?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Sete irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Todos têm mercado?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não. No ramo de supermercados, são quatro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O supermercado é na 19 da Ceilândia Sul?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Na 19 da Ceilândia Sul.

O SR. OSCAR ANDRADE – Supermercado Tóquio?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – O Tóquio não é do meu irmão, não. É onde é o Supermercado Tóquio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era do seu irmão?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Era o Supermercado Frangão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Supermercado Frangão era do seu irmão?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Era. O José trabalhava lá, na época.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse seu irmão é o que trabalha com você atualmente?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Um deles é.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pedro, o senhor conhece esse cidadão?

O SR. PEDRO – Conheço. É o Joaquim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Conhece ele?

O SR. PEDRO – Conheço, mas nunca negociei direto com ele não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é o Zezão?

O SR. PEDRO – Não, não é o Zezão, não! O Zezão é outro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse é o Joaquim?

O SR. PEDRO – É o Joaquim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor fez alguma negociação com ele? Comprou alguma coisa, vendeu alguma coisa para ele?

O SR. PEDRO – Já. Eu negociava com o Raul, mas já entreguei lá. Eu mesmo já entreguei lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Lá onde?

O SR. PEDRO – Entreguei no supermercado dele na Ceilândia e já entreguei em Sobradinho. Já recebi em Sobradinho. O escritório dele é lá em cima? Não é? Recebi lá em cima com ele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Subiu junto com ele?

O SR. PEDRO – Não. Recebi lá em cima e o Raul dele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor recebeu o pagamento dele?

O SR. PEDRO – Recebi dele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas o senhor vendeu por meio do Zezão?

O SR. PEDRO – Através do Zezão. Negociamos direto com o Zezão, mas foi ele quem estava lá e fez o pagamento. Por isso estou reconhecendo ele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele fez o pagamento em dinheiro ou cheque?

O SR. PEDRO – Dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Zezão é o irmão dele?

O SR. PEDRO – É o irmão dele. Falaram para mim que é irmão dele. São quatro irmãos que fiquei conhecendo lá no dia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos detalhar essa transação de que você participou. Quantas vezes você vendeu carga para ele?

O SR. PEDRO – Umas seis vezes que entreguei para ele. Lá, na Ceilândia, foi só uma vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na Ceilândia, no antigo Frangão?

O SR. PEDRO – Na Ceilândia, na 19, perto do Sesi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na 19 Sul?

O SR. PEDRO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Lá era o Frangão?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Era.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É o seu estabelecimento?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – De quem é?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – O meu estabelecimento é em Sobradinho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – De quem é esse Frangão?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Era do Rolemberg. Meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Do seu irmão?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Meu irmão. Qual é o produto?

O SR. OSCAR ANDRADE – Secos e molhados.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Mas que produto especificamente?

O SR. PEDRO – Vem de tudo de supermercado.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Recebem em dinheiro? Não faço pagamento em dinheiro.

O SR. PEDRO – Mas no dia fez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Naquele dia fez?

O SR. PEDRO – No dia fez lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra o valor?

O SR. PEDRO – Cento e poucos mil. Não lembro da quantia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi uma carga fechada?

O SR. PEDRO – Foi uma carga fechada, a carreta da Martins.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi roubada da Martins?

O SR. PEDRO – Foi roubada da Martins.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isso?

O SR. PEDRO – Tem muito tempo já. Uns quatro anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quatro anos?

O SR. PEDRO – Quatro anos, nessa faixa, ou três anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa carga que você está dizendo foi entregue na Ceilândia ou em Sobradinho?

O SR. PEDRO – Essa foi na Ceilândia, mas essa lá eu fui lá receber uma vez. O escritório de lá tinha uma grade assim. Até no dia que nós entrou tinha um cara lá com uma 12, que tava de tardezinha, já de noite. Tava com uma 12 lá. Na hora de subir, o cara freiou nós, aí que mandaram nós subir lá pra cima, e o Zezão pagou pro Raul. Eu e o Moisés tava esperando o pagamento e nós só queria ir depois, com a metade do dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe onde o Raul mora?

O SR. PEDRO – Sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. PEDRO – Lá em Taguatinga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Taguatinga?

O SR. PEDRO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra o sobrenome dele?

O SR. PEDRO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se falar, você lembra?

O SR. PEDRO – Não me lembro do sobrenome dele, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Continue.

O SR. PEDRO – Ele negocia as cargas direto. Através que eu vendi essas mercadoria pro pessoal aqui foi tudo através do Raul.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Raul está preso?

O SR. PEDRO – Não, não sei. O Raul não está preso, não. O Raul está vazado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está fugido?

O SR. PEDRO – Parece que ele está vazado. O Raul negocia com um monte de coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então vamos falar a respeito da carga que ele lhe pagou. Ele estava na Ceilândia?

O SR. PEDRO – Ele não pagou direto pra mim. Ele pagou pro Raul, só que eu fui junto. Tem uma coisinha assim e sobe lá em cima assim. Na entrada do supermercado, tem uma portinha, entra numa escadinha e sobe lá em cima.

O SR. OSCAR ANDRADE – No sobrado?

O SR. PEDRO – O Frangão fica embaixo. Lá em Sobradinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – É escritório ou casa?

O SR. PEDRO – É um escritoriozinho que tem lá em cima. Não é desse jeito?

O SR. OSCAR ANDRADE – É desse jeito?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Essa carga que ele diz ter vendido faz quanto tempo?

O SR. PEDRO – Essa tem pouco tempo. Tem um ano mais ou menos.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Um ano?

O SR. PEDRO – Isso. Você não pegou carga dele também num ano?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Nunca comprei nada roubado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E seu irmão, o Zezão?

O SR. PEDRO – Ele negociava não era com ele, era com o Zezão, mas quem fez o pagamento no dia lá, ele tava junto, foi ele que fez o pagamento pro Raul.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Qual foi o valor?

O SR. PEDRO – Cento e poucos mil. Era de 300 mil a carga, 315 mil.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Olha, eu não tenho condições de pagar cento e poucos mil. Não tenho condições pra isso não. Meu mercado não tem porte para isso não.

O SR. PEDRO – Só que não pagou tudo de uma vez. Pagou metade...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ao começar a falar dessa carga, parece-me que você estava lembrando alguma coisa.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não, não. Era só pra saber os valores e a época. Em Sobradinho, antes de ser o dono, comprei a loja já de outra pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Comprou de quem?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Comprei do João Santana. A loja foi inaugurada há uns quatro anos.

O SR. PEDRO – Inclusive eles tinham outro supermercado. Chegou ao meu conhecimento também, que era nas QNL. Era do irmão dele também. Chegou ao meu conhecimento também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o supermercado?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Na QNL? Era Supermercado Frangão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Também eu era proprietário lá.

O SR. PEDRO – Não sei se era dele. Já não sabia também se era dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos Supermercados Frangão havia?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Tinha ou que já teve?

O SR. OSCAR ANDRADE – Já houve.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – No total, quatro lojas em datas alternadas.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantas existiram ao mesmo tempo?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Duas lojas.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Depois, vendeu uma, comprou outra, vendeu e comprou outra?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Hoje, existem quantas?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Hoje tem uma.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Apenas uma?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Só uma loja.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Que é a sua?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Com o nome de Frangão é. Minha loja.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Essas quatro foram suas?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Eu fui sócio de uma.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – De uma delas?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – De uma delas.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o Zezão?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – O Zezão não foi sócio de nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas ele trabalhava com o senhor?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não. Trabalha comigo agora.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Há quanto tempo ele trabalha com o senhor?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Se não me falha a memória, não tem um ano não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Zezão é seu irmão?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – O Zezão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas antes eu perguntei se era Zezão o apelido dele e o senhor disse que não.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Zezão, não; José.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas por que o senhor está falando Zezão agora?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E com naturalidade.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – José.

O SR. OSCAR ANDRADE – José, não é Zezão.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não, eu não conheço ele como Zezão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ninguém conhece.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não posso afirmar não.

O SR. PEDRO – Todo mundo chama ele de Zezão lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele é maior do que o senhor?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Maior do que eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o José que está lá fora?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – É.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Zezão tem carteira assinada com o senhor?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Há um mês e pouco a carteira dele foi assinada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só um mês?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Só.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, ele trabalhava sem vínculo empregatício? Antes de trabalhar com o senhor, o Zezão trabalhava onde?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Trabalhava com o meu irmão lá na Ceilândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Carteira assinada?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não sei informar, não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Há quanto o Zezão estava com ele lá?

O SR. PEDRO – Não sei. O Raul negociava com ele era na Ceilândia. Quando a gente foi receber o dinheiro lá, que tem mais ou menos um ano, no final do ano passado, mais ou menos isso, foi o tempo que a gente foi lá e recebeu o dinheiro. Mas aqui é acostumado a negociar com ele. Negociamos com ele várias vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Zezão?

O SR. PEDRO – O Zezão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É freguês antigo?

O SR. PEDRO – O Zezão é freguês velho já.

O SR. OSCAR ANDRADE – Diga-me como é o Zezão.

O SR. PEDRO – O Zezão é alto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alto?

O SR. PEDRO – Altão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais alto do que ele?

O SR. PEDRO – Mais ou menos, mais alto de que ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Parece com ele?

O SR. PEDRO – Parece.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É mais gordo ou mais magro?

O SR. PEDRO – Nem sei. Ele é grande. Não dá para ver direito, mas eu conheço ele. É mais ou menos igual a ele, careca também.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É meio calvo também?

O SR. PEDRO – É.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então o Zezão trabalha com o senhor faz apenas um ano, mas não tem carteira assinada. Ele podia estar com o senhor lá há dois, três, quatro anos. Ele já não trabalhou com o senhor no passado?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Este tempo – dois, três, quatro anos atrás – não tem condições de ele estar comigo, não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não faz um ano que ele trabalha comigo, não.

O SR. PEDRO – E quando o senhor era sócio na Ceilândia?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Ele nunca foi sócio na Ceilândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E ele nunca trabalhou com o senhor antes? Só passou a trabalhar com o senhor agora?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Só foi trabalhar comigo agora.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E se ele vier aqui e disser o contrário?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Que ele trabalhou comigo?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Ele não vai dizer o contrário, porque não aconteceu o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele não trabalhou com o senhor?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Antes, não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele só começou a trabalhar este ano.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não, este ano, não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quando?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quando?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não faz um ano que ele trabalha comigo. Final do ano passado. Quando o meu irmão vendeu a loja da Ceilândia, ele foi trabalhar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Que mês: agosto, julho?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, mas quando – 31 de dezembro?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não, não lembro a data.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Outubro, novembro? Quando você viu o Zezão lá pela última vez?

O SR. PEDRO – O mês eu não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas foi no final do ano passado?

O SR. PEDRO – Final do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, é provável que o Zezão estivesse lá no final do ano passado. É possível?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Onde?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Lá, na loja.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Na minha loja?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não é possível, não. Ele ter ido lá, na minha loja, não é possível, não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele disse que foi lá. Se ele estava encapuzado, como é que o senhor pode saber?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – É. No final do ano, o José estava na minha loja.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – No final do ano ele estava lá?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quer dizer, se ele foi lá, ele viu o Zé.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Se ele foi lá, ele viu o Zé lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É isso o que quero dizer. O senhor não pode dizer que ele não foi lá, pois não viu a cara dele. É curioso o senhor já dizer que ele não foi lá.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não, porque... a respeito de... Esse valor, produto roubado não me vendeu. Por isso que estou dizendo que não.

O SR. PEDRO – Ele vendeu uma carga de R$300 mil, que vendemos por mais de R$100 mil. Você pagou metade. Metade recebemos em oito dias – não em dez dias – do Raul. A gente não foi lá, porque o Raul nos passou o dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas a metade foi à vista?

O SR. PEDRO – A metade foi à vista. Recebemos no escritório que estou falando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em dinheiro?

O SR. PEDRO – Em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Em torno de cinqüenta mil?

O SR. PEDRO – Foi mais. Quase uns setenta conto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Senhor Joaquim...

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Pois não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou ler para o senhor um pequeno trecho da Lei nº 1.579, art. 4º: "Constitui crime

II – Fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Pena do art. 342 do Código Penal." Cadeia.

Nós queríamos esclarecê-lo disso, porque o senhor não pode mentir aqui, conforme o seu compromisso, e porque o senhor está incorrendo em crime.

Talvez o senhor tenha comprado sem saber, talvez possa até nos ajudar a esclarecer. O senhor tem o tempo para pensar nisso e resolver...

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não, não preciso pensar não.

O SR. OSCAR ANDRADE – ... porque nós vamos chegar lá.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Vamos chegar lá. Mas que eu comprei mercadoria, nesse ponto aí não vai chegar não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Tem alguma mercadoria que o Zezão comprou e que o senhor não ficou sabendo?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Tudo o que ele comprou o senhor sabe?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Tudo o que comprou eu sei. A compra maior que passou na minha loja são R$20 mil. E essa compra quem fez fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual é seu patrimônio hoje?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Meu patrimônio hoje? Ele vale uns R$300 mil.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O que é que o senhor tem?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não, acho que não dá nem R$300 mil. Tenho dois lotes, essa casa em que eu moro, um lote na Ceilândia, tenho dois carros...

O SR. PEDRO – Tem um importado, não é?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não tenho nenhum carro importado. Tenho dois Vectras.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não teve?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Tive um importado sim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quando tu viste, qual era o carro que era?

O SR. PEDRO – Não lembro que carro que era. Era um carro bonito, importado. Lá na Ceilândia. Eu não lembro o nome do carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era, Joaquim?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Que jeito era esse carro?

O SR. PEDRO – Era parecido com o Eclipse. Mas eu não tenho certeza se era um Eclipse. Eu acho que não era um Eclipse.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Eu tive um Jeep Cherokee* e vendi ele no mês passado, 95. Comprado do meu irmão.

O SR. PEDRO – Então foi do irmão dele então.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esportivo você nunca teve não?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Esportivo, tive sim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Vectra.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Importado? E seu irmão? Até porque é fácil, depois nós vamos conferir tudo, você está sob juramento. Nós vamos conferir tudo.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não. Meu irmão teve uma BMW.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Seu irmão teve uma BMW. Qual é? O Zezão?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não. O Zezão, o carro que ele teve foi um...

O SR. PEDRO – É um do cabelinho meio enrolado o irmão dele, o que teve, eu acho, que esse carro importado que eu vi. Você tem um irmão do cabelinho meio enrolado, né?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Bom, enrolado...

O SR. PEDRO – Assim, maior, sei lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E aí? Qual é o carro que o Zezão teve?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Um Escort ou um Kadet, coisa assim. Mas isso tem muito tempo: tem uns seis anos, cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele não tem mais carro?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Ele não tem mais carro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele está a pé?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não, ditamente a pé, não. A gente tem uns caminhão, que ele anda no caminhão, mas carro dele, ele está a pé.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E quanto é que ele ganha por mês lá no supermercado?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – R$1.200.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É o salário dele?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – O salário dele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Tá bom.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu escritório, as pessoas têm acesso a ele fácil? Todo mundo entra?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Tem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem acesso? Qualquer pessoa?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Tem acesso. Não está tendo acesso agora, porque a dois meses atrás eu fui assaltado. Aí eu estou desmanchando um escritório que eu tenho e montando um outro com menos acesso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor tem segurança lá?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Teve?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não, nunca tive segurança não.

O SR. PEDRO – Mas lá na Ceilândia tem um rapaz que ficava com uma doze 24 horas direto lá na porta lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na porta?

O SR. PEDRO – Na porta. Uma doze.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você consegue descrever esse escritório dele?

O SR. PEDRO – De onde?

O SR. OSCAR ANDRADE – Dar detalhes lá de Sobradinho?

O SR. PEDRO – De Sobradinho eu sei. Na entradinha, tem uma portinha assim, ele sobe uma escadinha, fica assim em cima, tem uma mesa, computador, não é? Assim, pequenininho lá em cima.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É isso?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não é bem assim do jeito que ele está falando não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então como é que é?

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Eu preferia que ele descrevesse mais dentro como é que é meu escritório. Aí eu falo como é que é.

O SR. PEDRO – Eu estive lá rapidinho, não prestei detalhes.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Se ele esteve no meu escritório, ele conhece o escritório. Se o senhor vai num local para...

O SR. PEDRO – Tem uma banca do lado, tipo uma banca de um lado, que fica, não sei se é o gerente que fica lá, assim do lado, e aí tem a portinha, que sobe, lá em cima, sobe uma escadinha, fica lá em cima assim, ó. Não é grande. Onde eu subi não é grande.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem uma banca do lado?

O SR. PEDRO – Tem uma banca do lado, tipo uma bancada, na entrada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em baixo?

O SR. PEDRO – Em baixo. Na entrada, perto do caixa, ao lado.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Esse local que ele está falando é onde tem o acesso do público. Ele descrever meu escritório por dentro. Se ele esteve no meu escritório, pode descrever ele por dentro.

O SR. PEDRO – Eu estive dentro do seu escritório. É possível que se eu chegar assim, entro lá e subo direto no local.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É um indício. Não é uma coisa cabal, não é final. Mas deu para ver que ele lhe conhece bem, não é? O que não é nenhum crime, mas ele lhe conhece e está fazendo essas afirmações de que conhece o irmão, sabe das historias, enfim, tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos buscar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Vamos perquirir, aprofundar isso porque eu não lhe conheço. Não tenho nada contra o senhor e acredito que nem o senhor contra mim ou contra nós.

O SR. PEDRO – Sr. Deputado, confirmo que peguei, no dia em que entregou o dinheiro para o Raul foi ele quem entregou o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Foi ele mesmo quem entregou o dinheiro?

O SR. PEDRO – Foi ele mesmo quem entregou o dinheiro. Foi ele quem pagou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Setenta e cinco mil?

O SR. PEDRO – Não tenho certeza, mas parece que foi setenta e quatro mil ou setenta e três mil e peguei vinte e nove mil desse dinheiro. O outro foi dividido uns setenta e poucos mil. Pegamos vinte e nove e, depois, ele passou o restante. Em oito ou nove dias, que o Raul passou o dinheiro para nós. O Moisés veio

aqui e buscou – não vim junto – mas a gente recebeu e dividimos de novo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Está bom. Para encerrarmos, Sr. Joaquim, o senhor está vendo que existe aqui uma suspeita em relação a sua participação no crime de receptação de carga.

O que está ocorrendo? No Brasil inteiro estão deixando de assaltar banco, carro-forte, para seqüestrar e roubar carga porque é como tirar doce de criança. Pega-se um motorista na rua, assalta, toma a carga e leva o próprio caminhão do assaltado e isso está ocorrendo porque tem gente que compra.

Temos que combater a receptação. Quem compra não é um coitadinho, mas quem tem um mercado, um supermercado, um magazine, tem um depósito, tem uma rede, não que todos sejam suspeitos. A imensa maioria é gente boa que está no mercado, mas há alguns cujas suspeitas chegam aqui, com indícios, com alguém declarando nome, endereço, rua, local, enfim, e temos o dever de perquirir, até porque a CPMI é formada por Deputados e Senadores, é uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que vai investigar. Então queremos exatamente aprofundar isso.

Qualquer coisa votaremos a lhe chamar. A Polícia Federal está acompanhando de perto, está investigando, fazendo diligências e o senhor pode ter certeza de que vamos checar tudo o que o senhor disse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se em qualquer momento o senhor tiver alguma informação, a CPI está à disposição e quer lhe ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Se o senhor quer contribuir, sabe de alguma coisa, de alguma carga que foi roubada ou o senhor comprou alguma carga roubada e não sabia e ficou sabendo disso.

O SR. JOAQUIM GOMES DA SILVA – Não, não sei, nunca comprei.

Quero fazer somente uma colocação aqui. Para eu juntar setenta mil em dinheiro na minha loja não é muito fácil. Nunca peguei esse valor em minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito. Por enquanto, o senhor está dispensado.

Convidamos o José Gomes da Silva, o Zezão.(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como é o seu nome?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – José Gomes da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor tem apelido?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não, senhor. Todo mundo me chama por Zé, por Gomes, Zé Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Zezinho?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Zezão?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não, algumas pessoas chamam, mas outras não. A maioria me chama de Zé ou Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Zé ou Gomes e alguns lhe chamam de Zezão.

O senhor tem quantos anos?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Trinta anos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor é casado?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – QNM 19, casa 15?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Conjunto L, casa 15.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Conjunto L, casa 15. Comerciante?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Trabalho em comércio.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então o senhor é comerciário?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Isso. Do comércio, comerciário...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor é dono do estabelecimento ou é empregado?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Sou empregado. Até hoje, sempre fui. Tenho fé em Deus que ainda consigo sair.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim. O senhor tem carteira assinada?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Carteira assinada tenho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Há quantos anos?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Rapaz, o tempo que trabalhei na Ceilândia, cinco anos. E tem agora um mês que levei minha certeira para fichar em Sobradinho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A atividade que o senhor exerce... O senhor trabalha onde?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Comprador.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ahn?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Comprador. O senhor perguntou a função que eu exerço?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não. Onde o senhor trabalha?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Eu trabalho no supermercado Frangão de Sobradinho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Supermercado Frangão de Sobradinho. De quem é esse supermercado?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Do meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Do seu irmão. Então eu vou ler aqui, fazer uma afirmação, para que o senhor preste o compromisso de responder a verdade, somente a verdade, sobre os questionamentos que fizermos ao senhor. O senhor se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Na hora.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Na hora. Eu vou lhe advertir que o senhor não está obrigado a depor contra si, ou seja, dizer coisas que possam lhe incriminar. O senhor pode se calar se assim entender, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal. Então, o senhor presta o compromisso.

Sr. José, o senhor trabalha então no Supermercado Frangão. Há quanto tempo?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Rapaz, vai fazer quase um ano.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – De quem é o supermercado?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Do meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Há quanto tempo ele tem esse supermercado.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – De dois para três anos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O que ele tinha antes?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Rapaz, ele trabalhava com meu outro irmão, que era dono.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ahn?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Ele trabalhava com meu outro irmão, que era dono na Ceilândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O seu irmão tinha um outro supermercado?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o Joaquim trabalhava com ele?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E agora o Joaquim tem o mercado dele?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Tem o mercado dele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o senhor trabalha com o Joaquim?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E antes de trabalhar com o Joaquim o senhor trabalhava onde?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Lá no mercado da Ceilândia, com o Rolemberg e o Lindberg.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Com o seu irmão? Por quanto tempo?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Meus dois irmãos. Uma média de uns oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Oito anos?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Que tarefa o senhor desempenha no mercado?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Hoje?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Hoje, ontem, enfim, no tempo que o senhor está lá.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Hoje, comprador.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor é comprador?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Compro, dirijo, faço qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E no outro mercado em que o senhor trabalhava?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – No outro mercado eu só tomava conta da frente. Quem comprava era meu outro irmão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Seu outro irmão?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor passou a ser comprador da... E antes? Há quanto tempo o senhor saiu lá do primeiro, desse do Rolemberg, seu outro irmão?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Tem mais ou menos... Vai fazer um ano.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Um ano.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Vai fazer um ano.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E nesse período o senhor trabalhou onde?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Lá com meu irmão em Sobradinho. Até agora. Já fui saindo de lá e fui direto para Sobradinho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então o senhor não está lá há um mês e pouco. Está há um ano e pouco.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – É.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas o senhor disse antes que era um mês e pouco.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não senhor. Falei quase um ano. Onze meses, quase um ano.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quase um ano. Carteira assinada?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não. Carteira assinada veio agora, que precisei fichar minha carteira. Mas eu não trabalhava fichado não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E lá o senhor estava com a carteira assinada? No seu irmão?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Isso aí. Cinco anos. Depois ele deu baixa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quando ele deu baixa?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Em 1999. Foi.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Em 1999? Sim. Mas então, em 1999 quando, que mês de 1999?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Rapaz, aí eu não lembro. Tenho que ver nos meus documentos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, há dois anos. O senhor saiu de um e entrou no outro. Então faz...

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não. Aí eu fiquei com ele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, há dois anos que o senhor está com o Joaquim?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não. Vai fazer um ano. E eu trabalhei na Ceilândia. Depois que eu dei baixa, continuei trabalhando na Ceilândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor deu baixa na carteira e continuou trabalhando...

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Continuei trabalhando na Ceilândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor foi demitido no papel. Mas na prática...

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Fiquei com meu irmão ainda.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Bem curioso. Em todo caso... Aí o senhor foi trabalhar com o Joaquim?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Fui trabalhar com o Joaquim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor tem conhecimento de que tinha comprado alguma carga roubada, enfim, coisas do gênero?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Que eu saiba não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Raul?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Conheço o Raul Jericó.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só o Raul Jericó?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Só o Raul.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por isso você falou: eu conheço o Raul Jericó?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu não perguntei do Jericó.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Mas o único Raul que eu conheço é o Raul Jericó. O único. Pode ser que eu venha a conhecer algum, mas que eu não tenha lembrado. Mas que veio agora na mente, o único que eu conheço é o Raul Jericó.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que ele faz?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Ele é vendedor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele vende fósforo Guarani, palmito, queijo ralado e farinha Nerial. É isso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já comprou muito dele?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Eu comecei a comprar agora. Quem comprava mais era o meu irmão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando o senhor começou a comprar?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Depois que eu fui para Sobradinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo faz? Um ano e pouco?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – De onze meses a um ano.

O SR. OSCAR ANDRADE – De onze meses a um ano?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual é o salário que o senhor recebe no mercado?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Tem uns três meses que eu acertei com o meu irmão R$1 mil, mas tem três eu não recebo, porque eu venho fazendo vale demais. Aí eu deixei para acertar só daqui a um pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos falar de outro Raul aqui, o de Taguatinga, aquele que tem uma banquinha lá na feira do Paraguai. Sabe? O Raul...

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Eu não conheço, porque eu quase não ando na feira do Paraguai. A única vez que eu fui na feira do Paraguai foi aqui do SIA.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei. Eu estou dizendo que ele tem uma banca lá, não estou dizendo que você o conhece, não. Mas é sobre esse Raul que eu quero falar. Quantas vezes você já conversou com ele, já esteve com ele?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Até agora, nenhuma, porque eu não sei qual Raul. Se eu vê, posso falar, mas, se eu não vê ele, não tem como. Eu converso com muita gente e não tem como eu falar se conheço ou não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você não é comprador?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – De Sobradinho, eu sou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há menos de um ano, ele vendeu lá.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Lá em Sobradinho?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim, lá no Frangão.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – O único que eu conheço é esse Raul aí, um alto. É o único.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Vocês são quantos irmãos?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Sete da primeira e três da segunda.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – São dez?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Dez.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o senhor trabalhou com quantos deles?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Com três: o Rolemberg, o Lindemberg e o Joaquim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Todos eles têm supermercado?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não. Agora, só o Joaquim tem, o Rolemberg, não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O que eles estão fazendo?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – O Rolemberg agora está só descansando, porque ele vendeu o mercado da Ceilândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E esse supermercado é secos e molhados? Tem de tudo um pouco?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Tudo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É sortido?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Sortido.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o senhor é quem faz as compras?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – De Sobradinho, sou eu mesmo. Algumas coisas. Tem outras que o meu irmão compra...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o pagamento, quem é que faz?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – O pagamento quem faz é o Joaquim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Joaquim que faz? O senhor nunca fez pagamento?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como é feito o pagamento?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Aí eu não posso falar, porque eu quase não fico no escritório, mas a maioria é banco, porque eu vou ao banco para ele. É boleto bancário. É raridade ele pagar em cheque. A única coisa que ele paga em cheque é a Ceasa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Em **cash**? Em dinheiro?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não. Em dinheiro, ele não paga, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem paga é o Joaquim?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Quem paga é o Joaquim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você compra e ele paga?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, você nunca comprou carga roubada?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não, senhor, tudo com nota.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nós vamos chamar uma testemunha que conhece o senhor. Nós o estamos nominando de Pedro, mas o nome dele não é Pedro. Mas ele o conhece e já lhe vendeu, várias vezes, carga roubada. O senhor comprou e o Sr. Joaquim pagou. Nós já ouvimos o Sr. Joaquim sobre isso e agora queremos ouvir o senhor. Então, nós vamos aguardar a chegada dele e queremos que o senhor esclareça. Só para o senhor ter uma idéia, o grave problema do roubo de carga tomou conta do País, e tomou conta em função de que há gente que compra, porque sempre roubaram, mas o problema é que estão comprando muita carga roubada; é a receptação de carga. É o mercado, o supermercado, as redes de lojas, enfim, os depósitos. É gente de médio para grande que está comprando essa carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a Lei nº 1.579, no art. 4º, diz que constitui crime fazer afirmações falsas, negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. São penas do art. 342, que é cadeia. Eu quero esclarecer ao senhor, porque nós vamos chegar à verdade. Tomara que o senhor esteja com ela, senão o senhor pode ser indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pedro, o senhor conhece esse cidadão?

O SR. PEDRO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quem é ele?

O SR. PEDRO – Zezão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como?

O SR. PEDRO – Zezão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Zezão? Onde o senhor o conheceu?

O SR. PEDRO – Na Ceilândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Dê-me as circunstâncias.

O SR. PEDRO – Não, eu conheci ele através do Raul, lá da Ceilândia, quando nós entregou a mercadoria. Na Ceilândia, eu entreguei várias vezes. Eu conheci ele quando ele trabalhava lá com os outros irmãos dele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Há quanto tempo?

O SR. PEDRO – Conheci ele desde uns três ou quatro anos atrás, lá da Ceilândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá da Ceilândia, não é ?

O SR. PEDRO – Da Ceilândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas a carga que você entregou e de que ele participou é lá da Ceilândia ou de Sobradinho?

O SR. PEDRO – Lá da Ceilândia e de Sobradinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dos dois?

O SR. PEDRO – Só que eu mesmo não negociei, nunca negociei com ele. Quem negociou com ele era o Raul, só que ele estava junto na hora que nós chegou com o caminhão, ele estava lá, então vi a negociação dele mais o Raul.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor acompanhou a negociação do Raul com ele?

O SR. PEDRO – Eu acompanhei a negociação só, mas eu mesmo nunca negociei com ele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quero que o senhor descreva um caso. Esse último, por exemplo, que foi em Sobradinho. Como foi? O que o senhor vendeu para ele? Quanto custou? Quanto valeu? Enfim.

O SR. PEDRO – Foi secos e molhados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E aí?

O SR. PEDRO – Nós levou direto para lá, ele entrou com o Raul para outro lugar, e nós ficou cá fora, eu mais outro colega meu, que é o Moisés, e outro rapaz que é primo do Moisés, o Josiel. Nós ficou ali e o Raul veio...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Moisés?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PEDRO – O Raul veio, chamou nós, nós subiu no escritoriozinho lá em cima, que é do lado de onde eu falei aquela hora, que é do irmão dele, e lá nós recebeu o dinheiro, a metade, e a outra metade o Raul passou para nós depois.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quem fez o pagamento?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – O irmão dele, o Joaquim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E quem acertou com o Raul foi ele?

O SR. PEDRO – Foi ele quem acertou com o Raul. É esse aí mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E aí, Sr. José Gomes da Silva?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Eu não acertei nada, nada de nada carga roubada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O que o senhor acertou?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Nada, nada, nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabia que era roubada?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Até agora que eu saiba nunca comprei nada roubado não. E tenho graças a Deus que nunca vou comprar.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantas vezes você vendeu carga de que ele participou da negociação?

O SR. PEDRO – Várias, umas cinco ou seis vezes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E qual era o produto dessas cargas?

O SR. PEDRO – Sortido, coisa de mercado, tinha de tudo, de tudo tinha um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E de onde eram roubadas essas cargas?

O SR. PEDRO – De Minas. Tudo da Transportadora Martins, Arcon, União, essas transportadoras.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E quem roubava a carga?

O SR. PEDRO – Nós mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor? O Raul?

O SR. PEDRO – Não, o Raul não, o Raul só intermediava, o Raul só vende. Ele não tem nada a ver. Ele ganha 10% para vender a mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Raul é uma espécie de...

O SR. PEDRO – Intermediário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – ...de representante.

O SR. PEDRO – Inclusive essas que estou falando foram que a gente vendeu, fora as dos outros, tenho um monte de colega que vendeu um monte na Ceilândia. Esse menino vendeu sem eu várias na Ceilândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Raul era como se fosse um representante comercial ou ele é um bandido descarado?

O SR. PEDRO – Não, ele é bandido também. Ele compra de tudo, de tudo que o senhor pensar ele compra.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como é o nome desse Raul que o senhor disse que conhece?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Raul Jericó.

O SR. PEDRO – Ele é um alto, moreno.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como ele é?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Alto, branco, ele é da minha altura, cabelo liso.

O SR. PEDRO – Não bate com esse, mas ele conhece muito bem, ele foi junto comigo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O que achei curioso é que o senhor rapidamente disse: não, eu conheço o Raul Jericó.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – É o único que conheço.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Chamou a atenção, mas não vem ao caso.

O SR. PEDRO – E o irmão dele falou que nunca trabalhou na Ceilândia, e o irmão dele estou acostumado a ver na Ceilândia, lá com o outro irmão dele que trabalha num supermercado na Ceilândia. Esse aí eu confirmo, que é o Joaquim, ficava na Ceilândia, não saía de lá, do supermercado.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ultimamente estava em Sobradinho.

O SR. PEDRO – Ele até mesmo ficava com uma 12 lá direto lá embaixo, a gente subindo para o escritório. O outro rapaz ficava, o irmão dele ficava com uma 12.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde está a sua 12?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Minha 12?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Nunca tive 12.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, lá no supermercado não tem?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Tinha uma no da Ceilândia, mas quem ficava era um policial, o segurança.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor não ficava com a 12?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nem com a 13?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Nem com a 13 nem com a 14.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então ficava um policial como segurança lá, na Ceilândia?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Ficava uma policial lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como é o nome do policial?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Ah, isso aí nem lembro porque é coisa que quem tratava era meu irmão. Eu só cuidava da frente de caixa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E como é que o senhor sabe que era policial?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Porque de vez em quando ele passava na viatura.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas não sabia o nome dele.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele fazia uns extras lá?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E depois que ele saiu quem ficou com a 12?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Para onde foi a 12?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Aí não sei falar para o senhor, porque era do meu irmão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual irmão?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Do Rollemberg.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde o Rollemberg está?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Na casa dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agora?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele mora onde?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Ceilândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, quero fazer um requerimento convocando o Rollemberg. E qual o nome do outro irmão?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Lindemberg.

O SR. OSCAR ANDRADE – Rollemberg e Lindemberg.

O SR. OSCAR ANDRADE – Gomes da Silva todos?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Todos os dois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Rollemberg Gomes da Silva e Lindemberg Gomes da Silva. Gostaria de fazer esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual é a marca da espingarda?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Ah, isso aí não sei não, não é minha área. Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, mas o senhor conhecia a espingarda. Era cano cerrado, cano comprido. Como ela era?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não, cano comprido, normal.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Cano comprido? Normal?

O SR. OSCAR ANDRADE – Dois tiros?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como era a arma?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Ah, isso aí não sei falar.

O SR. PEDRO – Não era daquela nove tiros. Eu conheço arma, fui armeiro. Era uma 12 de repetição.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – De repetição? É essa aí, uma 12 de repetição.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Rapaz, não posso falar porque não mexo, de arma não entendo. Entendo de mercado, de arma... não posso falar para o senhor que é de 9, de 10 ou de 11, porque não sei.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas sabe que é de uns quantos tiros? Não era de um tiro só.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não posso falar para o senhor porque não sei.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor já manuseou aquela arma?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só viu ele com a arma, o policial com a arma, e o seu irmão tinha ela em casa?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Em casa, não, no mercado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor nunca pegava na arma?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Peguei umas duas vezes..

O SR. OSCAR ANDRADE – Então deve ter sido coincidência, nessa hora ele chegou.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não na hora que eu peguei foi à noite, depois que fechou, para guardar.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Vai ver que ele chegou naquela hora e pode ter visto.

O SR. OSCAR ANDRADE – É, pode ter sido.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Rapaz, tenho quase certeza que não.

O SR. PEDRO – Uma vez a gente descarregou lá, era umas sete horas da noite e ele estava com uma 12 lá na frente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, era do irmão. Ele falou que era do irmão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o que mais?

O SR. PEDRO – Não, o que sei falar. Lá na Ceilândia entreguei muitas cargas lá, umas cinco cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um dia ele estava presente?

O SR. PEDRO – Ele estava presente direto. Em todas elas ele estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Deixa eu me lembrar, o Raul está preso? Não, esse que fugiu. Ou está preso?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, está sumido.

O SR. PEDRO – Só se prendeu agora, né?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, ele fugiu? Então vamos pegar o Raul.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Tenho fé em Deus que o senhor pega para passar tudo a limpo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que não é o Jericó, é outro Raul.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pode ter fugido para Jericó, mas não é.

Só para o senhor ver, Sr. José, que pesa contra o senhor uma acusação muito forte, muito grave, e a CPI está exatamente caminhando nessa direção de que o senhor faz a intermediação, compra carga roubada para o seu irmão, no mercado do seu irmão, cujo pagamento é feito pelo seu irmão. Quer dizer, essa é a acusação.

Descreva para nós como é o escritório onde são feitos os pagamentos do supermercado do irmão e onde ele estava trabalhando.

O SR. PEDRO – O de Sobradinho é o que tem uma banquinha de lado, uma escadinha que sobe e fica lá em cima. Na entrada do Frangão em Sobradinho fica nesse canto e sobe a escadinha em cima.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – O do Frangão é. E o da Ceilândia, como é?

O SR. PEDRO – O da Ceilândia na entrada tem um portão, uma escada, lá em cima também. Um portão com grade, fica com cadeado direto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Confere?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Você me desculpa, mas você errou, porque o escritório do mercado da Ceilândia fica atrás do mercado. Você tem que entrar por dentro do mercado...

O SR. PEDRO – Mas é por dentro do mercado mesmo...

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – ...passar pelo fundo do mercado, entrar pela verdura e subir lá em cima.

O SR. PEDRO – Só se mudou.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA -....em cima, na parte da frente, é apartamento.

O SR. PEDRO – Só se mudou, mas então, eu subia lá em cima. O Raul foi lá em cima.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Pode ir lá que já tem anos que o depósito é lá, o escritório.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O escritório tem lá?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – É. O da Ceilândia é. Por isso tem alguma coisa de errado.

O SR. PEDRO – Não existe esse portão com uma escadinha lá em cima?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Tem uns apartamentos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só um pouquinho. Só que não foi o que o seu irmão disse.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Aí eu..... pelo meu irmão não posso falar nada. Posso falar por mim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só que não foi o que ele disse.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Posso falar por mim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele disse que mudou até porque foi assaltado. Mas não vamos entrar.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não estou falando de Sobradinho. Estou falando da Ceilândia. O escritório de Sobradinho é na hora que você entrar no mercado, bem no cantinho, você já entra para dentro do escritório.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele já descreveu isso bem certinho, já está...

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Agora, o da Ceilândia, você tem que entrar por dentro do merca-

do, entrar na verdura, ir pelo fundo, passa pela porta do açougue, aí sobe.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito. Vamos voltar a falar com o senhor. Qual é o seu patrimônio? O senhor tem carro?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Teve?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Já.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Kadete.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Vendeu o carro?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Vendi para construir a casa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O que o senhor agora?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – A única coisa que tenho na minha vida é uma casa que é no nome da minha mulher, que eu comprei a metade e ela comprou a metade.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E está no nome dela?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – No nome dela.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual é o carro que o seu irmão tem?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – O Joaquim?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Tem dois Vectras, dois caminhões, uma Kombi e só.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E que carro ele tinha antes dos Vectras?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Ele possuía uma F-250, um Jeep, que ele comprou do meu irmão da Ceilândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Que Jeep?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Um Cheroki.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Que mais?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Só.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual é o outro carro importado?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O outro que o seu irmão tinha? Não tinha também?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Tinha e já teve. Já possuiu um Calibra, já possuiu uma BMW.

O SR. PEDRO – Um bonito. Conheci esse carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem teve o Calibra?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – O Lindberg. Mas acho que já deve ter uns sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sr. José, para concluirmos, o senhor está sendo investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor não está sendo indiciado ainda, mas está sendo perquirido sobre o seu envolvimento com receptação e intermediação de carga roubada para o seu irmão receptar e revender aos supermercados. Ele tem declarado isso muito enfaticamente. O seu irmão já foi ouvido. A Polícia Federal está checando, fazendo diligências e investigações. A CPI está aprofundando. Queremos, então, a sua disponibilidade. Assim que a CPI chamar, queremos que o senhor compareça para aprofundarmos as investigações. Assim que tivermos também a presença do Raul – a CPI está à procura dele -, o senhor pode ser chamado novamente.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Por enquanto, o senhor está dispensado.

Já foram ouvidos todos os convocados e mais alguns: o Zezão, o Deputado José Fuscaldi Cesílio, Tatico, o Sr. Francisco Alexandre de Menezes e o Sr. Joaquim Gomes da Silva.

Em função de já estarmos em processo de votação no plenário, estão encerrados os depoimentos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h05min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS

Ata da 16ª Reunião Realizada em 24/10/2001

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano dois mil e um, às dezesseis horas e cinqüenta e cinco minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do

Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senhores Senadores Antero Paes de Barros, Geraldo Cândido e dos Deputados Carlos Dunga, Alberto Fraga, Oscar Andrade, Domiciano Cabral, Robson Tuma, Gonzaga Patriota e Cabo Júlio. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir as seguintes pessoas: Doutora Imaculada Conceição Pereira Oliveira e Sebastião Brum Filho. A Presidência concedeu a palavra a senhora Imaculada para apresentar suas cosiderações sobre os fatos que dizem respeito a suas idas ao BOPE em visita ao preso Cleverson. Havendo divergências entre a Dra. Imaculada e o preso, sobre o que estava sendo questionado foram feitas acareações entre a depoente e o mesmo e ainda com o preso Salvio, o que caracterizou várias contradições. Após, a Presidência foi exercida pelo Senador Geraldo Cândido que deu continuidade aos trabalhos e logo a seguir foi ouvido o senhor Sebastião Brum que foi questionado pelos Senhores Parlamentares presentes. Foi feita uma nova acareação entre Sebastião Brum e Cleverson, havendo várias controvérsias entre ambos. A Relatoria chegou à conclusão de que a Comissão tinha como solução decretar a prisão do senhor Sebastião por infringir o artigo 342, do C. P. combinado com o art.4º, item II, da Lei nº '1579, de 18 de março de 1952, sendo assim foi requerida a prisão e em consequência a Presidência deu voz de prisão, ao depoente que deixou o recinto preso. Foi apresentado o verbalmente, pelo Relator um requerimento solicitando a convocação do senhor Moacir de Abreu Filho, por estar envolvido com roubo de cargas. E não havendo nada mais a tratar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro aberta esta reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 23, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento do roubo de cargas conduzidas pelas empresas de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião se destina a ouvir a Drª Imaculada Conceição Pereira Oliveira e o Sr. Sebastião Brum Filho.

Indago à Secretaria se existem expedientes recebidos ou expedidos. (Pausa)

Há aqui documento recebido do Batalhão de Operações Especiais, relatando as visitas feitas ao detento Cleverson Pereira da Cruz, que fica à disposição dos Srs. Parlamentares.

Seguindo a pauta de hoje, convido a Drª Imaculada Conceição Pereira Oliveira a depor a pedido desta Comissão.

Drª Imaculada Conceição Pereira Oliveira, V. Sª compromete-se a dizer somente a verdade perante a CPI?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Depende, Excelência, porque não sei o que estou fazendo aqui. Não fui informada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Explicarei a V. Sª.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Daquilo que tiver conhecimento e se a lei me permitir, sim. Comprometo-me.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. É o que queremos.

V. Sª deve conhecer, mas, em todo caso, repetirei. De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, V. Sª compromete-se a dizer a verdade, dentro do que a senhora colocou, do que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigada a depor contra si mesma, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Ou acerca de fatos de que eu tive conhecimento em virtude do exercício da minha profissão também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Se assim não fizesse, pensaria que V. Sª não era boa advogada.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço ao Relator, que requereu a sua presença, para esclarecer-lhe os motivos do convite. Agradeço, desde já, a V. Sª por ter compreendido e comparecido a esta Comissão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Drª Imaculada, farei algumas perguntas a V. Sª a respeito do Sr. Cleverson.

Inicialmente, indago: há quanto tempo V. Sª advoga?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Desde 1991.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. Sª é advogada do Sr. Cleverson Pereira de Souza?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – De acordo com a lei, ainda sim. Tenho um fax enviado pela Polícia Federal que não revoga o mandato que ele me outorgou. Ainda não está revogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando ele lhe outorgou esse mandato?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Alguns dias atrás.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. Sª não lembra a data?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – O dia, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O local V. Sª lembra?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a forma em que foi cedido esse documento?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Foi de acordo com a lei – mandato assinado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – No interior do BOPE.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele telefonou para V. Sª, a senhora foi apresentada por alguém?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Ele telefonou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para V. Sª?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Pessoalmente, não. Ele mandou ligarem para mim, pedindo que eu fosse até o BOPE para vê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª recorda-se de quem ligou?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Foi meu filho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – – Meu filho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele trabalha lá?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, meu filho não trabalha lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tem alguma relação com o Batalhão, para ter acesso ao preso?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não. Meu filho não esteve lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não sei de que forma o meu filho... O meu filho viveu maritalmente com uma prima do Cleverson. O meu filho não tem nenhuma amizade com ele de nenhuma natureza. só o conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome do filho da senhora?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Daniel.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Daniel pediu à senhora que representasse o Cleverson?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Que o Cleverson queria falar comigo no BOPE, como advogada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já conhecia o Cleverson, então?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Já. Não é amigo do Cleverson. Ele nunca esteve junto com o Cleverson em lugar nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele só conhecia.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – É. Porque ele viveu maritalmente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Relação de parentesco?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – É. Poderíamos dizer isso. Mas ele vivia maritalmente com a Denise.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora conhece a D. Graziela?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Graziela...

O SR. OSCAR ANDRADE – Graziela.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Penso que é uma menininha que esteve lá no BOPE, dizendo-se companheira ou namorada do Cleverson.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora não esteve com ela em nenhum momento?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Estive duas vezes, dentro da cela.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá dentro da cela. Quantas vezes a senhora lembra que foi lá?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Quantas vezes? Diversas.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora pode dizer os honorários que tratou com ele ou é sigilo?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não. É um direito meu. Não tenho que dizer. Mas foi pactuado, sim, embora ele não tenha pago. Honorários. Embora eu pudesse advogar gratuitamente, não foi gratuito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele acertou um preço com a senhora?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Acertou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele mesmo?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – O Cleverson mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ninguém fez isso por ele?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora recebeu a procuração lá mesmo, no BOPE?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na primeira visita da senhora?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Segunda ou terceira. A primeira não seria possível, porque eu não tinha a qualificação dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, sei! A senhora não tinha a qualificação. A senhora fez uma visita no dia 14 de setembro, às 16h. Tenho aqui um documento do Batalhão de Operações Especiais, Bope.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Estive diversas vezes lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso. Então, em virtude do controle que há no local, eles têm relacionadas todas as visitas da senhora lá. A senhora esteve lá no dia 14 de setembro, de 16h7min até 17h5min, no dia 15, das 9h às 9h53min, e também no dia 15, das 11h40min às 12h. Deve ter sido, então, na terceira visita que a senhora pegou o documento.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não posso precisar qual foi o dia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com certeza, não é?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu estive diversas vezes lá, com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora conhece o Deputado Distrital José Tatico?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Da forma com que o senhor está-me falando, conheço... Penso que o vi aqui na televisão e já vi o nome em supermercado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pessoalmente, a senhora não esteve com ele?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem depois?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Nunca estive com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca esteve.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora mora em Brasília mesmo, doutora?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Sim. Taguatinga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Inscrita na Ordem dos Advogados daqui?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – É, sou inscrita na Ordem da Seção Brasília.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só um minuto, doutora.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Pois não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr.ª Imaculada, o preso Cléverson Pereira da Cruz, em depoimento dado aqui a nossa CPI, afirma categoricamente, inclusive algumas vezes, que a senhora teria informado que a sua ida lá se deu em função do...

A SR.ª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu não entendi o último...

O SR. OSCAR ANDRADE – ... que a ida da senhora ao BOPE (Batalhão de Operações Especiais) para contactar com ele se deu em função de o Deputado José Tatico ter contratado a senhora para defendê-lo. Fala inclusive em números. Que a senhora teria recebido R$15 mil e que receberia outros R$15 mil. É uma afirmação dele, que está gravada, e nós temos documento disso, que ele deverá afirmar isso aqui na frente da senhora. O que a senhora tem a dizer a respeito disso?

A SR.ª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Olha, embora eu possa advogar em favor do Senhor... Tatico, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso, lógico.

A SR.ª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – ... do Sr. Tatico ou de quem quer que seja, porque eu sou profissional, eu não recebi mandato, nem verbal, de Tatico. Se tivesse recebido e estivesse no limite da minha consciência e da lei, eu iria, sim, fazer tudo o que a minha consciência mandasse e a lei permitisse, mas não advoguei nem advogo para Tatico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso não é verdade?

A SR.ª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não é, até por falta de oportunidade. Seria para mim uma honra e um privilégio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu vou pedir então, Sr. Presidente, que seja conduzido...

A SR.ª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Portanto, não recebi dinheiro nenhum. Se ele quiser me constituir, para mim vai ser uma honra, mas eu advogo para qualquer pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora não pode advogar em casos conflitantes, de alguém que acusa que vendeu mercadoria roubada para o Sr. Tatico e a senhora advogar para ambos. Eu acho que isso é antiético.

A SR.ª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Desde que não haja conflito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É claro que tem.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Se houver, então, não posso. E como eu não sou advogada de Tatico, embora não tenha nenhuma ação penal que eu conheça ambos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eu acho até... A senhora me desculpe, com todo o respeito, na área ética não se levanta hipótese. A senhora me desculpe.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – A hipótese é sua, Senador, não é minha. Eu não estou trazendo hipótese, eu não advogo para Tatico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É sua, não foi minha. A hipótese é sua, que disse que ia advogar para ele se ele a constituísse e ficaria muito satisfeita com isso.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Antes disso eu disse: "Se a lei me permitisse".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é um problema de lei, eu estou falando de um problema de ética. Não é o problema da lei. A lei é uma coisa que se interpreta na hora em que for necessário.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – A minha ética profissional está dentro do estatuto da Ordem, que é a lei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu acho que a senhora não entendeu bem a minha colocação. Eu não vou discutir com a senhora, estou lhe respeitando.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Nem eu. Eu estou aqui para prestar um serviço à sociedade, não para discutir com V. Exª. Não tem razão de ser.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espero que sim e agradeço sua boa vontade.

O Deputado Oscar Andrade vai continuar?

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou continuar.

Drª Imaculada, a senhora responde a algum processo, de crime, algum...?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – A qual processo a senhora responde?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Faz diferença? Eu estou sendo julgada aqui?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não, de jeito nenhum. Só para efeito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora diz que se recusa a responder.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora diz que se recusa a responder. Se a senhora não concordar com a pergunta, simplesmente se recusa a responder. A senhora já nos disse que vai colaborar, mas não é obrigada a prestar depoimento contra a sua pessoa.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode fazer as perguntas, se quiser...

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora responde a um processo por coação no curso de algum processo (art. 344)?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Se eu estiver na condição aqui de acusada também, eu me reservo o direito...

O SR. OSCAR ANDRADE – Está na condição de depoente.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Então não estou depondo contra mim? Eu nem sei para que eu fui chamada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora diz que não responde, doutora, a senhora diz que não responde, que se recusa a responder à pergunta, não precisa interpelar.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora foi chamada porque... eu acho que já era para a senhora ter entendido.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu acho que mais ou menos eu entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na verdade, eu tentei explicar, mas vou explicar então mais claro para a senhora agora.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Por favor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pesa sobre o Deputado Distrital José Tatico a acusação do Cléverson, seu cliente, de que teria entregado seis cargas no seu supermercado e uma das vezes ele, inclusive, recebeu dinheiro dessas cargas, todas roubadas. E também contra a senhora, de que teria ido procurá-lo no BOPE, dizendo que era contratada pelo Sr. Tatico para defendê-lo e teria recebido aqueles valores a que me referi. Acho que é uma acusação grave. Assim, estamos lhe dando a oportunidade de esclarecer isso e é lógico que também temos outras informações.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Tenho certeza disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou entrando nisso até porque estamos preparando o preso para vir até aqui conversar conosco em sua presença.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Disse e reitero: não sou, não fui jamais advogada de Tatico, não o conheço pessoalmente nem tenho mandato dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Talvez tenha sido alguém que até sem se informar...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Exatamente. Não tenho mandato dele nem verbal, nem por terceiros. Nunca recebi nenhum recado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu filho foi quem fez esse contato?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Mas do Cleverson e não do Tatico. Sou advogada do Cleverson, tenho procuração dele que não foi revogada, embora eu tenha um fax da Polícia Federal revogando, mas o Cleverson não a revogou.

Do Tatico, não. Nunca fui advogada dele e nem sei quem é essa pessoa. Vi na televisão rapidamente aquele dia e conheço o nome do supermercado.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora foi julgada, em 1996, art. 304 pelo uso de documento falso?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não fui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não foi? Este processo está em curso?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não está.

O SR. OSCAR ANDRADE – Julgado pela 2ª Vara Criminal da Ceilândia, arquivado.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não é julgado. Tenho problemas com a polícia porque algumas coisas... acho que não virão ao caso. O Delegado resolveu instaurar um inquérito que foi arquivado antes de ser iniciada a ação penal.

O SR. OSCAR ANDRADE – E no art. 356, sonegação de papel ou objeto de valor probatório?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Fui absolvida porque o processo estava na mão de um cliente e eu estava internada em uma clínica.

O senhor vai continuar. É o Tatico ou sou eu aqui?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, é a senhora, tanto que estou falando de processos da senhora.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu não gostaria de responder porque não sou obrigada a responder nada contra minha pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lógico e o Presidente disse isso à senhora.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Então, agradeço.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora pode não responder.

Assim, Sr. Presidente, peço que seja trazido ao Plenário o preso Cleverson assim que ficar pronto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero comunicar que a demora do rapaz em vir aqui se dá

porque ele foi preso em Minas Gerais e alegou que foi torturado, violentado. Pedi atendimento médico, ele virá depor e, em seguida, será levado ao Instituto Médico Legal para fazer o exame de corpo de delito, que não foi feito.

A nossa responsabilidade é em ouvi-lo. O fato de ele comunicar isso aos membros da CPI nos obriga a tomarmos providência de ordem legal. Ele está se alimentando porque disse que ficou sem alimentação alguma durante dois, três ou quatro dias. Tomamos as providências para que ele comesse, tomasse um medicamento, o médico do Senado o atendeu. Em seguida ele virá aqui, mas não posso acelerar o processo sem a ordem médica.

Terminado o depoimento dele e esta audiência, ele será levado ao Instituto Médico Legal de Brasília para que não paire dúvida sobre as queixas que apresentou sobre a forma violenta com que foi tratado em razão de um flagrante, segundo ele, preparado para evitar que continuasse a colaborar com a CPI.

Conversei com a juíza que está examinando o auto de prisão. Não estou dizendo que é inocente, apenas o Delegado ouviu, fez uma investigação preliminar e verifica que não há coincidência nos autos do flagrante com os fatos que ele conseguiu apurar na cidade de Uberlândia.

Se realmente foi um esquema montado para evitar que ele comparecesse e continuasse a colaborar, esperamos que o Governador e o Secretário de Segurança de Minas Gerais tomem as devidas providências para que isso não se repita. A CPI tem que ser respeitada e faremos tudo para que isso aconteça.

Então estou apenas pedindo desculpas por essa demora em razão dos fatos que chegaram ao nosso conhecimento no momento em que o preso aqui se apresentou, escoltado por policiais da Polícia Federal que o conduziram de Uberlândia a esta cidade.

Já estamos com a cópia do flagrante e vamos examinar, verificar os dados. E a Juíza gentilmente está em contato conosco para nos apoiar no que for possível.

É a explicação que gostaria de dar. Não suspenderei a audiência porque ela é muito importante, uma vez que o temor do preso é grande. Chorou muito durante as explicações que nos deu. Assim, acredito que devemos manter esta audiência a fim de esclarecer alguns fatos importantes.

Suspendo os trabalhos por quinze minutos até que a situação se resolva.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria licença à senhora para que ele possa explicar.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não entendi.

O SR. ROMEU TUMA (Presidente) – Vou pedir a ele que explique o que ocorreu para depois, se a senhora quiser...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Gostaria de conversar com ele, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois vou permitir.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Ainda sou advogada dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois vou permitir. Você conhece essa senhora?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – É. Já vi lá, quando ela foi no Bope.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No Bope? Ela é sua advogada?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não. Ela foi advogada minha uns dias, quando chegou lá. Ninguém aparecia e depois eu desisti, porque eu tinha outro advogado lá em Minas. Então eu fui para lá e o outro advogado conseguiu me soltar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você assinou a procuração?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Assinei uma procuração para ela, porque não tinha advogado, não tinha ninguém, então tive um oferecimento, eu estava desesperado. É claro que eu precisava de um advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você cassou a procuração ou ela continua sendo sua advogada?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você suspendeu a procuração que deu para ela ou ela continua sendo sua advogada?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não. Meu advogado fez uma outra procuração, mas eu estava tirando a advogada fora. Não é mais minha advogada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é mais?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não é advogada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Daniel?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Conheço o Daniel.

O SR. OSCAR ANDRADE – E qual o grau de parentesco que ele tem com ela?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. ROMEU TUMA (Presidente) – Quando você conheceu o Daniel e onde?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, o Daniel eu conheço faz um tempo já.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como PM?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não. Há muito tempo, ele disse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há muito tempo?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era parente da sua senhora?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não. Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então deve ser outro Daniel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Será que não é outro Daniel? Como você chegou à Doutora para...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você mandou chamar a Drª Imaculada?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu não mandei chamar ela não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não mandou chamar?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não mandei chamar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como aconteceu então o fato de ela chegar até você?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ela chegou onde eu estava e falou que alguém ligou para ela... No dia que ela chegou alguém ligou para ela e ela foi para trabalhar para mim como advogada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso lá no Bope?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Lá no Bope.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela que se apresentou, dizendo...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – ...que alguém ligou para ela?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E não identificou quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não disse quem?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não. Não identificou quem tinha mandado ela chegar até eu. Por enquanto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. E você acertou honorários com ela?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não. Eu não tinha nada a ver. Não fui eu que mandei ela ir lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então conta um pouco da história.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ela estava recebendo como? Como ela ia...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – E depois, no outro dia, ela falou que estava indo mandada pelo Tatico. Depois. No outro dia já quando ela foi lá. Primeiro foi ela e outra e falou que estava sendo mandada pelo Tatico e inclusive já tinha recebido R$15 mil e mais R$15 ia ficar pelo outro rapaz que mandou ela lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E tinha recebido quinze mil, segundo você...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente. Inclusive teve mais gente na cela lá que ouviu ela falar, que estava preso junto comigo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Teve mais gente. Quem foi que ouviu?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – O outro preso que estava junto comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você estava com a sua senhora em alguma das visitas que a Doutora te fez lá no xadrez?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não. Uma vez minha esposa chegou, inclusive ela quis entrar lá, e eu falei: "Não, deixa eu ficar com a minha esposa, porque você é advogada e advogada pode entrar a hora que quer, né. E minha esposa tenho só aquele período para ficar com ela". Ela falou que queria conversar comigo e com a minha esposa. A minha esposa ficou lá junto com a gente. Aí ela ofereceu lugar para a minha esposa ficar porque a minha

esposa estava correndo risco de vida, então não era bom ficar onde estava. E eu falei que a minha esposa não ia ficar aqui mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela disse que a sua esposa estava correndo risco de vida?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi. Aí, então, era para a minha esposa ficar na casa dela. Aí eu não quis e mandei a minha esposa embora para Minas. Aí ela ficou em Minas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Drª Imaculada, é o Cleverson. Ele está com o capuz porque nós precisamos proteger a imagem dele, em função de tudo que tem acontecido e de ele estar contribuindo com a CPI. Ele vem agora de Uberlândia, depois de passar por uma sessão de torturas lá. Conseguimos relaxar a prisão dele, mas ele acabou voltando para Uberlândia, onde temos muitas ações a acontecer ainda. E a senhora está ouvindo dele aqui essas posições.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em razão disso é que a senhora foi convidada, por esse depoimento que ele fez, anterior ao convite que lhe dirigimos, para esclarecer esse fato, porque o nosso problema é saber até que ponto o empresário Tatico está tentando influenciar no depoimento, se é que ele tem realmente a responsabilidade por receptação de carga roubada.

A senhora fique à vontade, se quiser contestar ou algo assim.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – O Cleverson constituiu-me, como eu disse, através do meu filho. Ele é primo da Denise, que viveu cinco anos com o meu filho, viveu cinco anos com meu filho. Eles moram em Barreiras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu filho é o Daniel?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Ele sabe quem é o meu filho.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não tem parentesco nenhum a mulher dele comigo. Pode levantar. Se tiver, eu me disponho...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – – Não, o Daniel não tem parentesco com ele, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, com a Denise.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não tenho parentesco. Eu fiquei conhecendo ela, mas não tem parentesco nenhum comigo. Eu conheço a ex-esposa dele, mas não tem parentesco nenhum comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você já a conhecia antes?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A esposa do Daniel?

O SR. CLEVERSON – Não, eu conhecia ela antes, e ela nem sabe que eu já fui preso. Ela é ex-mulher dele e eu já conhecia antes, lá da Bahia. Não tem nada a ver e não tem parentesco comigo.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Realmente, como ele disse, quando eu cheguei ao Bope, ele estava realmente muito angustiado, muito descontrolado, cheio de fantasias de que teria sido prometido a ele que ele iria receber uma plástica.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Inclusive ela falou isso para mim.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Que o estado assegurou a ele uma plástica no rosto, para mudar a imagem; que iria receber um salário para o resto da vida; que iria receber uma nova identidade, se ele viesse ou fosse a algum lugar falar a respeito desses fatos. E eu dei a ele as orientações que a minha consciência e a lei me permitiram. Eu o visitei dias seguidos, porque ele realmente estava muito angustiado. Ele me disse realmente que tinha um outro advogado, mas que ele iria revogar o mandato ao outro e que o outro não estava constituído para esse fato aqui. Eu sou advogada e fui lá. Eu nunca disse a ele... Eu respeito o que o Cleverson está fazendo, porque eu advogo no crime há dez anos e sei da gravidade, dos riscos que ele está correndo e respeito o que ele está me dizendo, embora não seja verdade. Eu não faria isso com ele. Não é nem comigo nem com ética nem com nada, é com ele, com a vida dele. Eu não faria isso de advogar pelos dois ao mesmo tempo, por proteção a ele, por respeito a minha profissão. E o Cleverson sabe que está correndo risco de vida; eu avisei a ele.

A companheirinha dele, a mocinha, estava lá no dia, como eu já disse e ele confirmou, na cela com ele. Eu cheguei, ela estava, e ele falou: "Doutora, espera, deixa eu falar com ela". Eu falei: "Não, eu preciso conversar com vocês dois". Aí ela me disse que tinha sido acusada por familiares de estar fazendo tráfico de entorpecentes e que não era verdade. Eu acredito nele e nela que não era verdade. E ela não tinha para onde ir, antes de ir para Uberlândia, e eu falei: "Não, fica lá em casa. Não tem nenhum problema". Mas não é verdade.

Eu respeito o que o Cleverson está falando. Eu acho que ele está sofrendo alguma forma, algum medo, terror, porque o que ele confessou é muito grave para ele. Eu já disse a ele, lá na cela, que ninguém vai ficar nem um segundo na cela, no lugar dele, por essas confissões que ele tem feito, se são confissões ou se são fantasias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora está alertando? Não está ameaçando?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, eu estou repetindo o que eu disse a ele: que ele tomasse cuidado com o que fosse falar, porque tudo que ele dissesse poderia ser usado contra ele. Isso eu fiz na condição de advogada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só uma pergunta: a senhora o orientou que é um erro ele colaborar com as autoridades na hora em que se precisa esclarecer?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não. Confessar, excelência; é um erro confessar, porque é um direito dele ficar calado, e não deixar de falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não está confessando, está colaborando.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Sim, até o limite, a medida que ele foi orientado – estou repetindo o que eu disse a ele. Na medida que ele falar que alguém receptou alguma coisa dele e ele assumir que roubou alguma coisa, roubo qualificado, a pena é alta, está se comprometendo. Na medida em que ele diz "eu roubei, fulano me comprou", ele está se comprometendo, sim. E essa colaboração implica ele ser apenado pela quantidade, não li o jornal, mas é uma quantidade imensa de roubos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora conhece a lei e sabe que há o benefício para aqueles que colaboram com as autoridades no esclarecimento de crimes organizados. Dos benefícios a senhora deve saber.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não conheço. Trata-se da lei de proteção a testemunhas?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Além desta, há benefícios para aqueles que colaboram...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – A confissão espontânea reduz a pena, mas, de 50 assaltos, a redução da pena não altera em nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...aqueles que colaboram com as autoridades no esclarecimento principalmente do crime organizado.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Desconheço essa lei. Conheço a lei no limite de que a confissão espontânea reduz a pena, em juízo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a consciência é uma coisa importante também. E provavelmente acho que...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Na medida em que ele não fosse cumprir pena por confessar 50 assaltos, acho muito importante o que ele está fazendo, contribuindo para a ética desta Casa, mas o que me preocupou, como advogada dele, não foi o Congresso, não foi o País. Preocupou-me, como advogada dele, a pessoa dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma pergunta: durante o período em que ele esteve preso, a senhora interferiu no processo em defesa dele de alguma forma?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, estávamos no limite desses fatos que se está trabalhando aqui agora, ficamos nesse limite. Liguei para Uberlândia, falei com o Juiz Titular da 2ª Vara Criminal de Uberlândia, onde ele tinha uma prisão preventiva decretada, mas não cheguei a juntar mandato dentro dos processos que ele tinha lá, não.

Mas vou repetir, inclusive não só para Vossas Excelências, mas para o próprio Cleverson: respeito o que ele está fazendo aqui, dizendo coisas que não são verdadeiras, porque acho que ele tem uma razão importante, que deve ser a vida dele. Qualquer outra razão não teria para ele falar uma bobagem dessa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele está pondo em risco mais ainda a vida dele, segundo as próprias palavras da senhora.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – O que estou dizendo é o fato de ele usar essa história de que eu teria ido lá sem ele me contratar. Inclusive, quando cheguei lá, ele subiu na janela, quando me viu pela grade, subiu na janela e disse: "Oi, Doutora! A senhora não se lembra de mim? Já estive na sua casa". Realmente não me lembrei. E tinha e tenho muito carinho por ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É verdade isso?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, senhor. Nunca estive.

O SR. OSCAR ANDRADE – Drª Imaculada, o fato é que há uma acusação aqui, uma afirmação de que a senhora teria dito que recebeu R$15 mil do Tatico e receberia outros R$15 mil. Por que o Cleveson, uma pessoa que a senhora parece que foi ajudar, porque...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não fui ajudar, fui trabalhar.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora foi trabalhar.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Sou advogada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cleveson, quanto você iria pagar a ela?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu não ia pagar, porque eu não tinha com o que pagar. Ela queria que eu assinasse uma procuração. Como era meu irmão que estava...

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ele faria isso com a senhora? Porque mesmo que ele tenha acertado um... O que a senhora fez de mal contra ele?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Nada, nem ele contra mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se a senhora estava tentando tirá-lo da cadeia, por que ele faria isso aqui?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Também não compreendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o motivo dessa loucura? Porque, se a senhora estava lá ajudando ele! Mesmo recebendo, a senhora estava lá ajudando, tentando tirar ele da cadeia, não é isso? Não é essa a função do advogado? A senhora esteve, do dia 14 ao dia 24, dez vezes com o cliente.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Provavelmente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todas as vezes, aproximadamente uma hora. Em dez vezes que a senhora foi lá, só conversou? A senhora não entrou com nenhuma petição, com nenhuma tentativa legal? Só conversava? O que a senhora conversava, se em dez vezes a senhora foi lá? Aqui há um documento do Batalhão de Operações da Polícia, com os horários de entrada e saída da senhora. Não entendo. Não sou advogado como a senhora, mas acho que, em dez idas lá, nenhuma medida, nenhum pedido, nada, nenhuma ação legal foi tomada, e só conversa! E aí vem o Cleveson e diz para nós que a senhora afirmou ter sido contratada pelo Tatico e recebido R$15 mil e outros R$15 mil seriam pagos depois.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Pelo Raul.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os outros R$15 mil seriam pagos pelo Raul?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Quem é Raul? Não sei quem é Raul, não. O Tatico, como eu disse...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Deve saber melhor do que eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Raul é um dos intermediários que vendiam a carga para o Tatico, segundo a história toda.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Olha, eu não gostaria de colocar isso aqui. Vou colocar um fato, até porque acho que fica uma coisa mais clara: esse Tatico nunca vi, já disse e reafirmo quantas vezes forem necessárias ou, mesmo que for desnecessário, reafirmo. Nunca vi esse...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Como a senhora disse que ele estava envolvido em vários processos? A senhora disse para mim que ele estava cheio de processos, que estava lascado, que mais isso na cabeça dele ia ficar mais difícil.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não sei se ele está cheio de processo, porque não conheço a vida dele, não sei nem no nome dessa pessoa.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi o que a senhora comentou comigo.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Alguém me disse, a minha irmã, que parece conhecer alguma coisa, me disse, coisa de fofoca de televisão, que esse Tatico, nem esse nome é dele. Não sei quem é essa pessoa, nunca vi. Vi aquele dia na televisão e tenho visto o nome do supermercado. Mas nunca vi a pessoa, nunca conversei. Esse Tatico inclusive tem um problema...

O senhor me permite só terminar de responder a pergunta do Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – O fato de eu estar lá dez vezes, vinte vezes, ele estava muito angustiado e eu disse a ele: Cleverson... porque ele estava me contratando para isso aqui. Ele falou que tem um advogado lá e depois disse: "Doutora, vou tirar esse advogado". Porque o advogado disse que ia tirá-lo cadeia. Eu falei: Cleverson,

você tem essa prisão preventiva, segundo a informação do cartório da Vara...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – A senhora disse para mim tirar ele, o advogado.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Falei.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Que não ia trabalhar com o advogado...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Disse que não poderia, eticamente, advogar com dois... ele com outro advogado e eu.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Levou até a revogação para eu assinar, porque era para tirar ele e não era para sair em diligência.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não era mesmo, disse para ele não sair.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu disse que não estava usando a diligência, ela só estava indo para ver um álbum de fotos, igual o Dr. Celso me entregou, para ir a um reconhecimento.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Essa questão de ele não sair em diligência, eu fiz por escrito ao comando do BOPE.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora pediu que não saísse em diligência?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora conhecia o Comandante do BOPE? O Coronel Cerqueira? A senhora tem alguma amizade com ele?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Conheci. Até conversei com ele, acho que já o tinha visto numa seção na Ordem, não tenho certeza de se era ele. Agora lá eu o conheci e fiz uma petição porque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem amizade com ele?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, nenhuma. Fiz uma petição porque o Cleverson estava saindo e essas diligências, de que não fui informadas quais eram, poderiam se transformar em um problema grave para o Cleverson em termos processuais, porque ele estaria confessando e essas confissões iriam ser usadas contra ele. Então fiz uma petição ao comando do BOPE.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora é contra a colaboração dele?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, o senhor está colocando palavras e eu não estou colocando nem a idéia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não sou contra nada, desde que não implique ele responder processo e ser condenado em 50 processos.

Se considerarmos o roubo dele, qualificado, a pena mínima cinco anos e quatro meses multiplicados por 50, ele vai passar o resto da vida e ainda vai nascer de novo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você praticou algum roubo com vítima?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Como é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você praticou algum roubo com vítima?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Como assim? Se eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela falou em roubo qualificado, roubo indica que houve vítima.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Todo mundo que rouba tem uma vítima, agora, não precisa ser fatal. Ele não me disse que roubou nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Furto qualificado...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Roubo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Roubo, você chegou a ferir alguém?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não senhor, nunca. Pode olhar meus processos, nunca existiu isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Usou arma pesada?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, usei arma de fogo. Isso não vou negar porque já trabalhei nisso, mas arma pesada não.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Roubo qualificado não precisa só de vítima fatal; o roubo qualificado pode ser por concurso e por emprego de arma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu não disse vítima fatal, eu perguntei se houve vítima.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu disse a ele que não fizesse isso, não saísse em diligência, porque a confissão dele iria implicar graves conseqüências para ele, como vai implicar com o que já fez. Agora, ser contra o que ele faz, não, desde que ele não...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele vai ser beneficiado pelo que está fazendo aqui também, doutora. Te-

mos um programa de proteção à testemunha, ele está ajudando muito o País com o que está fazendo aqui.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não li o jornal, mas se o benefício for ele não ser condenado em 50 assaltos, como advogada dele, estou de pleno acordo que ele faça.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo o que for possível vamos fazer por ele pelo que ele está fazendo pela CPI.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Só se mudar a lei. Se V. Exªs mudarem a lei...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ela não conversava comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero esclarecer, tenho certeza de que o advogado dele vai negociar com o procurador e o juiz para trazer os benefícios da lei para quem colabora com o esclarecimento do crime organizado.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu acho que quando fiz essa petição ao BOPE, para que ele tivesse conhecimento, de que não fosse levado nessas tais diligências, eu não conhecia essa lei que o absolve ou deixa de processá-lo por 50 assaltos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vai negociar com ele e terá os benefícios da lei, disso não tenha dúvida.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – O benefício é a absolvição?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode chegar até a absolvição.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Se chegar, retiro toda a minha orientação e digo para ele: continue confessando, você não vai ser processado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Cabo Júlio, com a palavra.

O SR. CABO JÚLIO – Drª Imaculada, qualquer pessoa tem direito a um advogado, a lei...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu não entendi.

O SR. CABO JÚLIO – Qualquer pessoa tem direito a um advogado, e não há problema nenhum em a Drª Imaculada defender o Cleverson, muito pelo contrário, há uma necessidade de que ele tenha um advogado.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – O advogado é essencial à administração da Justiça.

O SR. CABO JÚLIO – O que se discute aqui é se a defesa da Drª Imaculada é simplesmente a defesa por parte de um profissional ou se existe alguma coisa mais por detrás dessa defesa. Essa é a discussão.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Sim.

O SR. CABO JÚLIO – Eu queria voltar um pouquinho. Ele disse que não contratou a Drª Imaculada, e a senhora afirmou que foi contactada através do filho da senhora, que viveu com uma prima do Cléverson, ok?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Sim.

O SR. CABO JÚLIO – Então ele disse que não contratou, não é isso?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente. Inclusive eu pedi... pode puxar todos os telefonemas que não tem nenhum telefonema meu do Bope para ela.

O SR. CABO JÚLIO – Então ele diz que não contratou a Drª Imaculada, e a senhora disse que foi contactada por uma pessoa ligada a seu filho, que viveu maritalmente com a prima dele.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Meu filho viveu com a prima dele.

O SR. CABO JÚLIO – Maritalmente com uma prima do Cléverson, não é isso, que seria a Denise. Ele disse: "Olha eu não contratei a Doutora."

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Pode chamar alguém da minha família que tenho certeza que ninguém vai provar isso também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Calma um pouquinho, deixa ele concluir. Depois ele te pergunta.

O SR. CABO JÚLIO – O ponto dois é que ele diz: "Eu não paguei a Drª Imaculada."

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não pagou mesmo.

O SR. CABO JÚLIO – E a senhora diz: "Ele não pagou, eu poderia – e pode – advogar gratuitamente e me reservo o direito de dizer, se pagou, qual foi a quantia. Não foi isso que a senhora disse no início?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, quanto. Se pagou? Não, ele não pagou. No dia, ele me disse numa segunda-feira, a última vez que eu o vi de manhã, antes de ele ser tirado pelo delegado da cela, eu estava lá quando ele saiu, só que eu vi o camburão e não vi que ele estava dentro, porque fui chamada numa seção – uma tal de se-

ção 2 do Bope. Eu presumo que tenha sido para tirá-lo.

Ele me disse que naquele dia, o mais tardar... Eu falei com ele: "Cléverson, não tem condição; já estou aqui há dez dias, você já está mais calmo, está mais tranqüilo, agora vamos acertar os honorários." Ele disse: "Não, o meu irmão está vindo para pagar a senhora. A senhora pode ficar tranqüila, de hoje à tarde até amanhã de manhã a senhora recebe".

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Isso não existe.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Mas isso não impede.

O SR. CABO JÚLIO – Não impede. Não é a isso que eu quero chegar. Eu não concluí. Então, a senhora disse, no início, que se negaria a afirmar se teria acontecido, negociado um valor, e agora a senhora diz que ele não pagou.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não eu disse que não diria quanto.

O SR. CABO JÚLIO – No início a senhora disse que não diria quanto.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não vou.

O SR. CABO JÚLIO – Não vai dizer quanto então é porque um valor.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Houve e ele não pagou.

O SR. CABO JÚLIO – Deixe-me concluir, doutora. Então a senhora diz que ele não pagou...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Combinar e não pagar é uma coisa; não combinar é outra.

O SR. CABO JÚLIO – A senhora disse agora: "Depois da décima vez que eu estive lá, eu disse: "Olha, Cléverson, já estou aqui há dez vezes, temos que conversar a respeito – e é extremamente legal. Ele diz que não houve essa conversa. Ele diz que quando alguém teria dito que a senhora receberia R$15 mil e mais R$15mil, então seria o pagamento pelo trabalho por defendê-lo, que outro preso teria ouvido. Não foi isso que você disse, Cléverson?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente. Outro preso ouviu e ouviu várias outras conversas. Ela não conversava comigo nem perto da parede porque dizia que tinha escuta, alguém podia escutar alguma coisa. Sentava no meio da sala.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Sim.

O SR. CABO JÚLIO – O que eu quero entender é o seguinte: é extremamente legal a senhora, se quiser, defender gratuitamente centenas de pessoas. Não há ilegalidade nisso. O que queremos descobrir é o seguinte: a Drª Imaculada não tratou... porque geralmente quando os advogados quando defender alguém não chegam até a décima prestação de serviço para negociar...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Já tinha sido negociado antes.

O SR. CABO JÚLIO – Até porque a senhora não teria a garantia de que receberia. Já que atendeu dez vezes, ele podia falar que não tinha dinheiro para pagar, então o seu trabalho foi de graça.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Até agora, foi. Não de graça; eu não recebi.

O SR. CABO JÚLIO – Então a senhora combinou um valor?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA – Combinei. Claro.

O SR. CABO JÚLIO – Com ele?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA – Na segunda ou terceira que estive lá, que eu levei a procuração. O mandado de preventiva tem a qualificação dele. Com esse mandado levei para o meu escritório, digitei a procuração levei de volta e combinei os honorários com ele.

O SR. CABO JÚLIO – Qual o valor que a senhora combinou com ele?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Prefiro não colocar até por ética social, não é profissional, porque posso falar. Não acho uma coisa salutar. Ele não me pagou. Não foi na décima vez. Na décima vez, já não tinha mais nada, ele já estava calmo, eu não poderia...

O SR. CABO JÚLIO – Em qual dessas vezes houve essa conversa a respeito...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – O acerto dos honorários? No dia que ele assinou a procuração.

O SR. CABO JÚLIO – Na primeira vez?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, ele não assinou na primeira vez porque eu não tinha a qualificação dele.

O SR. CABO JÚLIO – Segunda, terceira?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Segunda ou terceira vez.

O SR. CABO JÚLIO – É verdade, Cléverson?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Pela segunda ou terceira vez, na hora que ela chegou ainda liguei, entrei em contato com o pessoal da CPI, com o Dr. Celso, que tinha advogado indo lá e eles estavam esquecendo de mim e eu ia aceitar uma advogada porque eu não tinha dinheiro para pagar, não tinha e estava tendo advogada de graça. Ele disse: "Não, amanhã nós resolve..." Aí ela foi lá e eu assinei a procuração para ela. Isso é verdade.

O SR. CABO JÚLIO – A procuração, ok. No momento em que você assinou a procuração, houve alguma combinação... isso é muito importante, embora não seja ilegal.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Houve negociação e ela me perguntou...

O SR. CABO JÚLIO – Ela negociou honorários com você?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Comigo, não. Eu é que perguntei para ela quanto o pessoal estava pagando, quem estava pagando. Ela dizia que era melhor não contar quem que era a pessoa. Pela terceira vez, foi que ela me contou quem era que estava bancando.

O SR. CABO JÚLIO – Isso é verdade?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ela pode falar o que ela quiser, mas estou falando a real... o que outras pessoas ouviram...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, pelo seguinte: por respeito ao Cleverson, eu não faria isso com ele, porque respeito a vida dele. Eu trabalho somente no crime, desde 1991. Acho que qualquer lugar, qualquer delegacia, qualquer vara criminal de Brasília, qualquer promotor sabe o quanto respeito meus clientes. Eu respeito o Cleverson, respeito o que ele está fazendo aqui, ele deve ter as razões dele, mas não é verdade que alguém ou outra pessoa fosse me pagar. Quando a mulher dele estava lá, foi justamente, mais uma vez...

O SR. CABO JÚLIO – Ela que foi o elo de contato para a senhora?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não, eu não conhecia essa moça. Eu conheci lá dentro da cela.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Minha mulher nunca teve contato com ela.

O SR. CABO JÚLIO – Quem foi o elo de contato? Quem foi que disse: "Olha, Drª Imaculada, tem uma pessoa presa no Bope, precisando de um advogado e gostaríamos que a senhora fosse defendê-lo." Quem foi a pessoa que fez essa iniciação?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não foi assim. O meu filho me ligou: "Mãe, a senhora lembra do primo da Denise?" Eu falei: "Que primo da Denise?". Ele disse: "Um que é lá de Uberlândia. Ele ligou e pediu que eu falasse para a senhora ir lá vê-lo, porque ele está preso no Bope". Só. Ninguém disse "gostaríamos" ou essas expressões, porque meu filho não me chama de doutora, ele me chama de mãe. Eu fui ao Bope.

Continuo com o mesmo respeito ao Cleverson. Não importa o que aconteça aqui, continuo respeitando o Cleverson. Tudo o que ele está dizendo, ele tem as razões dele. Não são verdadeiras, mas ele tem as razões dele e eu respeito, porque é a vida dele que está em jogo, não é a minha.

O SR. CABO JÚLIO – Deixe-me fazer uma pergunta para a senhora, então. Também não tem muito a ver. A senhora está afirmando que ele está dizendo algumas coisas que são inverdades. Não é isso?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – – É verdade.

O SR. CABO JÚLIO – E que ele teria as suas razões. Que razões seriam essas?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Acho que a razão está nele, não é?

O SR. CABO JÚLIO – Por que ele diria para a CPI...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Basta V. Exª olhar para ele com o capuz ali, que deve ter as razões para ele estar com o capuz.

O SR. CABO JÚLIO – Ele está com o capuz pela segurança dele.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – A mesma razão deve ser para ele estar me dizendo. Deve ser a mesma razão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós que quisemos para protegê-lo.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Excelência, essa proteção... Ele não me disse que cometeu crime nenhum. Pelo contrário, acho que ele é inocente. Fui advogada dele até o momento em que ele revogou isso aqui verbalmente. Para mim, ele jamais cometeu algum crime. Mas ele está aqui. Esse capuz aí... Se alguém cometeu o crime, quer tenha sido em co-autoria com ele ou não, se essa pessoa quiser fazer algum mal a ele, não vai alterar o fato de ele estar com capuz, porque a pessoa

conhece ele. O resto, ninguém vai fazer mal nenhum a ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela conhece-o, mas ele está protegido pela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doutora, essas afirmações que a senhora faz começam a soar como ameaça, como mensagem. Eu não quero entender isso.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não há.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso soa como mensagem da pessoa que possa, em tese, pelo que ele falou, ter contratado a senhora. A senhora está transmitindo mensagens que podem apavorá-lo.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – O senhor acabou de me dizer que ele colocar o capuz foi idéia dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para proteção dele.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Exatamente. A minha preocupação é a proteção dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, as mensagens que a senhora está trazendo me preocupam.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não estou trazendo nenhuma mensagem cifrada. Não há por quê. Respeito o Cleverson, gosto do Cleverson. Tenho muita pena do que está acontecendo com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ainda assim, a senhora gosta dele, Drª Imaculada?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Claro. Conheço, trabalho no crime há dez anos, sei o que é passar pelo que ele está passando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele fala mentira a respeito da senhora, acusando a senhora. Ainda assim, a senhora gosta dele, não tem problemas, está certo, a senhora compreende.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não é que não tem problema. Ele me trouxe um problema, porque estou sendo acusada aqui. Isso é um problema. Mas não quer dizer que eu deixo de respeitá-lo. Ele tem as razões dele. Gratuito não é, que ele está fazendo isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Peço a presença do preso Sálvio Barbosa Vilar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É testemunha? Estava com você no xadrez?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Isso. Estava junto comigo.

O SR. CABO JÚLIO – Ele que ouviu?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele ouviu.

O SR. CABO JÚLIO – Ele ouviu ela dizer isso?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Preso Sálvio Barbosa Vilar.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Acho que ele ouviu, porque ele estava assistindo tudo.

(Pausa.)

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Senador, Deputado, eu só queria dizer uma coisa. O senhor, que foi delegado... Os senhores gostariam que nós ficássemos nos debatendo aqui, fazendo acusações mútuas. Eu não caio nisso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, nem eu. A senhora respeite, por favor.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu respeito o Cleverson.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu não estou provocando nada. Absolutamente não aceito.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu não vou me debater com o Cleverson.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sei que a senhora é fria.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não sou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sei que a senhora é fria e está se mostrando fria.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Bem, o senhor me conhece mais do que se mostra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, não me desafie não, porque eu estou tratando a senhora com respeito

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não o estou desafiando, não tenho porquê.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...com dignidade. Ninguém está querendo provocar uma cilada para a senhora. A senhora está respondendo do jeito que quiser.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não é cilada, é debate entre mim é o Cle-

verson. eu não vou me debater com ele. Ele está passando por uma situação muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ninguém está provocando nada. A senhora está fria, militante na atividade policial, de delegacia. Sabe como se comportar e não vai cair em uma cilada. E eu não sou trouxa de provocar alguém que sabe como se comportar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com a sua permissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não. Tem a palavra V. Exª.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu nome é Salvio Barbosa Vilar?

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece essa senhora?

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Sim, lá do Bope.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lembra o nome dela?

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Sim, Drª Imaculada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que situação o senhor a conheceu?

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Eu conheci ela... Ela foi visitar o Cleverson várias vezes e houve algumas coisas que eu tive até de falar com o comandante da unidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pode nos contar essas coisas?

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Posso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só para ficar claro, o senhor relatou para o comandante da unidade o que vai nos falar agora?

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pode falar, por favor.

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Das primeiras vezes em que ela foi lá, ela procurava sempre falar com o Cleverson para ele não falar nada. Aí ela falou: "Esse daí já está morto. Esse que está com você aí já está morto".

O SR. OSCAR ANDRADE – Referindo-se a você?

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Se referindo a mim, porque da minha vida ela já sabia tudo. Como eu não sei.

"Esse aí está morto. Assim que ele colocar o pé dessa cela ali fora, ele vai estar morto do mesmo jeito".

O SR. OSCAR ANDRADE – E ela explicava porquê?

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Para mim não explicou porquê. Falou desse jeito e falou para o Cleverson: "Se você falar, vai acontecer a mesma coisa com você! Outra coisa, aqui dentro eu tenho amigos – aqui dentro do Bope. Inclusive o Coronel aqui é muito meu amigo. Tudo o que vocês conversarem aqui, tudo o que vocês falarem a gente fica sabendo na mesma hora".

Passaram-se uns dois ou três dias que a Doutora estava indo lá apareceu um outro rapaz – Cleverson diz que ele é malandro. Eu não sei, não conheço ele. Esse rapaz chegou lá e fez as mesmas, vamos dizer, ameaças. Ele fez as mesmas ameaças, queria deixar um telefone celular lá dentro da cela...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse rapaz foi com a Drª Imaculada ou não?

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Não. Ela foi de manhã ou ela foi de tarde. Um negócio assim.

O SR. CABO JÚLIO – Ele chegou preso ou só visitando?

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Não. Chegou como visita. E queria deixar um telefone celular para que o Cleverson atendesse o telefone, supostamente, porque ele falou – não posso afirmar -, que seria do Deputado Tatico. Que o telefone ficaria para o Tatico entrar em contato com ele, e depois a Doutora retiraria o celular.

Ele entrou lá dizendo que era filho da Doutora, depois ficou-se sabendo que não era filho da Doutora, certo? Agora, a Doutora entrava lá a qualquer hora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com relação ao contratante dela, o que você sabe a respeito? Segundo...

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Segundo, não. O que eu ouvi ela conversar com o Cleverson lá, ela mesma. Que o Tatico teria dado quinze mil reais para ela, um outro rapaz...Deixe-me ver se me lembro do nome dele agora...

O SR. OSCAR ANDRADE – Raul.

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Raul daria mais quinze. Depois ela voltou e falou para o Clever-

son que não seria suficiente, que ela queria mais quinze.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Porque eu tinha vários processos.

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Que ele tinha vários processos. E falava sempre para o Cleverson: "Você não vai participar da CPI porque esse daí já está enganado, você também vai ser enganado, não existe esse negócio de redução de pena".

Eu até discuti um pouco com ela e falei: Doutora, existe uma lei feita na época da CPI do Narcotráfico que a pessoa que colaborar com a CPI tem direito à redução de 1/3 a 2/3 da pena". "Ah, isso aí não existe. É ilusão, não vai na onda dele, não, Cleverson. Isso não existe. Vou provar para você que não existe."

Também não falei mais nada.

Depois, os policiais foram lá e me ameaçaram de morte, por duas vezes. Chegou um pessoal lá dizendo que morreu um pessoal do Piauí. Eu até vi a outra sessão na televisão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Policial do Bope?

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Do Bope. Eu chego lá, Doutor. Um momento só.

O Cleverson saiu de lá numa noite. O Dr. Celso tirou ele de lá. Aliás, a Doutora estava lá. Assim que o Dr. Celso tirou ele de lá – tirou até escondido. Teve de tirar até escondido. Quando foi à noite, no outro dia, à noite, foram três policiais, porque a cela lá tem um lugar que dá para ver por dentro. Queria saber dele: " Cadê o loirinho, cadê o loirinho?" Falei: o loirinho não está mais aqui. "A gente quer o loirinho". Falei: o loirinho não está mais aqui, já foi embora. "O que você sabe a respeito do Piauí, do Manuel do Piauí?" Falei: do Piauí não sei nada, meu negócio é com São Paulo, com Recife. "Você sabe sim, ele é seu amigo e você sabe. Já morreram dois por causa das denúncias dele. Estamos sabendo que você também está envolvido".

No outro dia, fui tirado para o banho de sol e fui jurado de morte pelo Sargento Portela. Não sei o nome dos três policiais porque subiram e não dava para ver o nome. No dia do banho de sol, deu para ver claramente o nome do Sargento Portela, que me ameaçou de morte duas vezes.

Desse dia para cá, já liguei para o Dr. Oscar várias vezes porque não está dando mais para segurar. Todo dia é ameaça de morte, é comida podre, não tenho mais direito a banho de sol. São dez minutos que me tiram, assim mesmo quando não quero comer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já fui lá duas ou três vezes com você. Conversei com o Coronel. São dificuldades pelas quais estamos passando. Primeiramente, vamos nos ater à nossa questão. Depois, gostaria de tomar o depoimento sobre a Drª Imaculada.

Você testemunha, então, que a ouviu falando a respeito do recurso que teria recebido do Deputado José Tatico?

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Repita como foi.

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Ela falou para o Cleverson. Eu estava sentado na porta da cela e o Cleverson na outra sala, sentado com ela. Ela falou: "Já recebi R$15 mil do Tatico. Vou receber mais R$15 mil do Raul ainda hoje. Vou sair daqui direto e pegar os outros R$15 mil com o Raul". No outro dia voltou e falou que R$30 mil não eram suficientes e que queria mais R$15 mil. Falou até do carro dele. Disse: "Você tem um carro, se vendê-lo dá para pagar".

O SR. OSCAR ANDRADE – Drª Imaculada?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Primeiramente, não vou falar o que estou pensando sobre o que foi dito a respeito do meu filho. Meu filho não é malandro, não anda com nenhum dos dois. Meu filho nunca praticou ilícitos e não vou permitir que usem seu nome, que o desrespeitem. Façam o que quiserem, mas respeitem o meu filho.

Nunca falei para o Cleverson ou para quem quer que fosse que sou amiga de comandante, pois não sou, que sou amiga de policial, pois não sou. Não sou amiga de nenhum deles, não os conheço pessoalmente fora do Bope. Qualquer um que veja hoje não sei mais que é.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – A senhora falou para mim que era conhecida do Comandante Cerqueira.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Que o conheci.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não sei o que ele é ou quem é.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Ele me chamou e perguntou se o conhecia. Disse-lhe: creio que conheço o senhor, não tenho certeza. Mas não sou amiga, pois minhas amizades mantenho fora de minha profissão. No dia em que for amiga da polícia contra um cliente, estarei desrespeitando um e outro. Respeito a polícia. Não creio que seja verdade. Não tenho procuração de soldado ou PM para defendê-los, mas não creio que seja verdade que algum policial...

O SR. OSCAR ANDRADE – Em alguma ocasião o Coronel Cerqueira, Comandante do Bope, conversou com a senhora?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Conversarmos. Estive no gabinete dele. Essa petição escrevi na mesa dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele chamou a senhora, em alguma ocasião, para falar a respeito dessa acusação, para conversar sobre isso?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Ele nunca me chamou. Uma vez cheguei lá e os militares me disseram: " Vamos até ali para a senhora ir ao P-2". Cheguei lá e queriam minha qualificação. Cedi sem qualquer problema. Não sou obrigada a mostrar minha carteira da OAB para ninguém, mas a mostrei, pois não havia qualquer problema. Depois, fui falar com o comandante porque o Cleverson tinha sido tirado da cela. Tinha dito ao Cleverson: tome muito cuidado com o que você vai falar, porque será usado contra você.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com relação a essa acusação que estou dizendo?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Procurei o comandante e disse para ele que queria ver a autorização do juiz permitindo que ele saísse da cela, pois está preso à disposição da Justiça. O comandante me disse: " A senhora faça por escrito". Disse-lhe: pois, não. Dê-me um papel e uma caneta. Fiz uma petição manuscrita, requerendo vista do documento que autorizou Cleverson a sair.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo, Drª Imaculada. Vou perguntar de novo.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Pois não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O comandante, em alguma situação, chamou-a para conversar sobre o fato de a senhora ter dito que era amiga do coronel, que acertaria a situação se precisasse? Em alguma oportunidade chamou-a para conversar sobre isso?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Chamou. Chamou não. Quando estive no gabinete, ele me perguntou: "A senhora me conhece de algum lugar?". Disse-lhe: creio que sim, que o vi em uma sessão da OAB. Não tenho certeza, mas penso que o conheço o senhor de outra ocasião, no Comando-Geral da PM. Ele disse-me: "Não estive lá". Falei: então, é um equívoco. Ficou só nisso. Em seguida fiz a petição.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não teria dito nada sobre a senhora ter afirmado que era amiga dele.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu não disse a ninguém. Então, ele não falou isso, nem eu responderia, porque eu teria dito não. O senhor não é meu amigo, nem fora daqui, porque não o conheço. Aqui dentro, o senhor é um profissional e eu sou outra, e nós não nos podemos aliar, porque estaríamos contra o Cléverson.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, estive conversando com o Coronel Cerqueira, e vou querer o testemunho dele, Sr. Presidente, que possa ser requerida a presença dele, e ouvi o testemunho dele de que ele chamou a senhora para conversar sobre a acusação que foi feita a senhora de que teria dito que era amiga dele e de alguns policiais lá e que poderia dar um jeitinho de acertar a situação deles. Ouvi isso do Coronel Cerqueira, estou afirmando isso aqui para a senhora e vou querer, Sr. Presidente, um testemunho do Coronel Cerqueira com relação a isso. Perguntei três vezes à senhora se o Coronel Cerqueira a teria chamado para conversar sobre essa acusação que foi feita. A senhora, nas três vezes, negou que teria chamado.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Continuo negando, jamais. Estive no gabinete dele por interesse do Cléverson, e ele me perguntou: "A senhora me conhece?" Eu disse: "Acho que sim, nessas duas circunstâncias." Eu falei: "Não, para mim, está bom." Morreu o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cabo Júlio, por favor.

O SR. CABO JÚLIO – Drª Imaculada, a senhora tem conhecimento se o filho da senhora visitou o Cléverson.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Tenho, o Cléverson, de alguma forma, ligou para ele. Ele foi lá tentar visitar o Cléverson, ao que, aliás, fui contrária, porque meu filho nunca esteve no lugar em que trabalho. Foi lá, porque é primo da Denise. Não gostei. Meu filho foi uma vez, não entrou, porque tinha que ter uma xerox da identidade. Depois, ele foi. E, para visitar preso, o preso tem que autorizar, querer receber a visita em dia de visita. O Cléverson quis recebê-lo. Conversaram. O meu filho é ingênuo, o meu filho tem retardo mental, não sei o que falaram, nem me interessa.

O SR. CABO JÚLIO – Qual a idade do filho da senhora?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Ele tem 24 anos e faz tratamento no Instituto de Saúde Mental.

O SR. CABO JÚLIO – Então, deixe-me fazer uma pergunta para a senhora. A senhora afirma que não recebeu os quinze mil e que, quando ele fala de 15 mil, não é verdade?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não é verdade.

O SR. CABO JÚLIO – Então, deixe-me fazer uma pergunta para a senhora: a partir do momento que a senhora disse que não recebeu os 15 mil, a senhora estaria disposta a abrir o seu sigilo e do filho da senhora?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Já está aberto agora. O meu, de todos os meus filhos e quaisquer contas que tenha, de algum lugar, a minha casa, o meu escritório. Não sou obrigada, mas abro o meu escritório, desde que não peguem documento de cliente meu. Está aberto tudo, a minha vida toda, para qualquer autoridade.

O SR. CABO JÚLIO – Só mais uma coisa. Quando o Cléverson somente estava aqui, ele afirmou sobre os 15 mil e sobre o Deputado. E ele disse: "Olha, o meu companheiro de cela também ouviu." Chamamos o Sálvio, e ele repetiu a mesma coisa. Aqui: "Esse Jair já está morto. Se você falar, vai acontecer a mesma coisa."

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Quem é Jair, não sei quem é Jair?

O SR. CABO JÚLIO – Não, ele disse: "Esse aí." Estou repetindo exatamente da mesma forma como o Sálvio disse, não é isso? Não vai falar nada, para ele não falar nada. Esse Jair, foi como a palavra que ele usou, já está morto. Se você falar, vai acontecer a mesma coisa. E isso ele afirmou aqui que a senhora teria dito para o Cléverson e que ele teria escutado. "O Coronel é meu amigo. Você não vai participar da CPI. É uma ilusão." São palavras que o Sálvio disse que a senhora disse para o Cléverson.

Quero entender uma coisa: quando estavam somente o Cléverson e a Doutora, ele repetiu a mesma coisa, e disse que o companheiro de cela confirmaria. O Sálvio veio e confirmou. Pergunto à doutora: "Qual seria o interesse do Cléverson e do Sálvio de fazer uma acusação tão grave contra a doutora, sendo que a doutora, até pouco tempo, estava-o defendendo?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Até pouco tempo, não. Para o Cléverson, até agora que ele estava aqui.

O SR. CABO JÚLIO – Por quê?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Por quê? As razões são deles. Eles não me deram as razões, portanto, não sei quais são as razões deles. Agora, esse moço aí, eu não disse esse aí já está morto, porque ele estava vivo e continua vivo aqui.

O SR. CABO JÚLIO – A senhora não disse isso?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não tem razão para isso. A única conversa que tive com ele, que foi quando ele me chamou, por meio da grade de uma cela de dois compartimentos, quando eu estava saindo, depois de conversar com o Cléverson, ele falou: "Doutora, mas o Cléverson devia cooperar, porque eu vou receber uma plástica, vou receber um monte de coisa." Eu falei: "Isso não existe. Isso não tem condição, Cleverson, não cai nessa conversa, isso não tem condição".

O SR. CABO JÚLIO – Então é verdade. A senhora já disse isso, porém neste sentido?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, já era não, já morreu qualquer coisa disso aí, não, porque eu não conheço ele.

O SR. CABO JÚLIO – A senhora pode repetir o que disse, por favor, a respeito disso?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Que não eram verdade as fantasias dele e nem do Cleverson.

Só complementando. Eu disse ao Cleverson e não a ele, eu complementei ao Cleverson lá fora, no pátio, a gente sentado: "Não é possível, mesmo com o programa de proteção a testemunha, que eles não estariam dentro do programa por estarem sendo processados... Eu não falei com ele, falei com o Cleverson, lá fora, que ele não teria segurança porque ninguém vai ficar vigiando ele o dia inteiro. Eu disse ao Cleverson que ele tomasse cuidado.

O SR. CABO JÚLIO – A senhora está afirmando ou está supondo?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Supondo o quê?

O SR. CABO JÚLIO – A senhora está afirmando isso ou está supondo o que a senhora acabou de dizer?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Que ele não vai ter proteção o resto da vida? Não, eu estou afirmando porque isso é a presunção verdadeira, porque não há meios legais para uma pessoa ser protegida vinte e quatro horas no dia e ter liberdade.

O que nós conhecemos da televisão, do programa de proteção às testemunhas não é uma coisa boa. E é só até onde eu conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Drª Imaculada, o Presidente já intercedeu quando a senhora colocou dessa forma as coisas. A senhora, assim, atrapalha o trabalho da CPI.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu vou tentar me controlar.

O SR. CABO JÚLIO – Ponto um. A senhora vê as acusações deles como graves contra a senhora?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu não conheço...

O SR. CABO JÚLIO – Não, o que ele afirmou aqui na sua frente agora? Que a senhora teria recebido quinze mil de um, que teria recebido de outro. São graves? Não estou dizendo que são verdadeiras. São graves as acusações?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – As acusações contra mim são graves no limite da ética. Da legalidade eu ainda não vi o que eu teria dito para ele que eu estaria cometendo um crime, mas eticamente...

O SR. CABO JÚLIO – São graves?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – São, é uma coisa séria. Eu estaria traindo Cleverson.

O SR. CABO JÚLIO – Então, deixa eu concluir a minha pergunta. Eu quero entender, porque não entendi ainda, porque a senhora está dando uma versão e agora os dois estão dando uma versão de que a senhora teria dito algo lá na cela. Eu não consigo entender, e queria que a senhora me ajudasse, por que o Cleverson disse uma coisa que foi ratificada aqui pelo Sálvio, por que estão fazendo "essas acusações" tão graves contra a senhora. São graves, senão a senhora estaria mentindo aqui na CPI. Confirma? Por quê? Se até momento atrás, como a senhora bem disse, a senhora ainda era defensora dele, do Cleverson, se ele estiver mentindo, como a senhora disse que ele está mentindo, não é verdade, ele estaria fazendo uma acusação grave contra a senhora. Então eu quero entender por que ele estaria ou está, esta é a discussão, fazendo uma acusação tão grave contra a senhora. Se for mentira, é uma acusação, e a senhora, no mínimo, tem que se defender desta acusação.

Eu quero que a senhora me ajude a entender por que ambos estão fazendo uma acusação contra a senhora se até bem pouco tempo atrás a senhora o defendia. Por que a senhora acha isso?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – O senhor é Deputado ou Senador?

O SR. CABO JÚLIO – Sou Deputado.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Deputado, eu ficaria no nível das conjecturas. O porquê eu não sei, eles sabem. O Cleverson, o outro eu não o conheço.

O SR. CABO JÚLIO – Mas o outro ratificou o que o Cleverson disse.

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Cabo Júlio, deixe eu falar um minuto?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Esse moço eu posso processar pelo que ele está dizendo.

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – A primeira vez que vi a Doutora, uma coisa que eu me lembrei aqui agora, eu não tinha a notícia de que a minha ex-mulher tinha sido morta me São Paulo, juntamente com o meu primo. A Doutora sabia primeiro do que eu. Quando ela chegou no Bope, ela já falou logo: a mulher dele e o primo dele já morreu.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu não estou sabendo disso, agora que ele está me dizendo. Não sei nem se ele tem família, se ele tem neto ou se ele tem primo.

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Ela falou isso ou não falou?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Falou que já tinha morrido muita gente e que se falasse também ia acontecer a mesma coisa comigo...***(inaudível. Intervenção fora do microfone)***

O SR. SALVIO BARBOSA VILAR – Eu não sabia que a minha ex-mulher tinha morrido e nem o meu primo, ela já sabia.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Nem eu sei. Até agora não sei nem se ele tem mulher, se tem primo, mãe, filho. Até agora eu não sei e nem me diz respeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois que Cleverson foi solto, a senhora ligou para a casa da sogra do Cleverson?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu liguei procurando o Cleverson porque ele tinha desaparecido da cela e ninguém me deu informação. O Comandante não me deu, ninguém me deu informação.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora conversou com quem?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu fiquei preocupada. Procurei o Juiz, liguei para o Juiz, liguei para a sogra dele, que ele me deu o telefone, ele tinha me dado antes, perguntando onde estava o Cleverson, porque ele tinha desaparecido.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Nunca dei o meu telefone para ela.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Aí eu fui à Polícia Federal...

O SR. OSCAR ANDRADE – Com quem a senhora conversou?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não sei, falei uma vez com uma menininha, com uma mocinha, não sei se era namorada ou companheira dele, e uma outra vez com a mãe dela, que disse: Olha, ela saiu; foi para a padaria. Quando eu liguei pra ela, o Cleverson tinha sumido, e eu liguei para pedir a ela que fosse ao fórum tirar cópia do processo, ou dos processos, e que mandasse pra mim por fax, porque só com a cópia eu poderia me inteirar da situação do Cleverson para peticionar ao Juiz, porque eu já tinha conversado com o Juiz, por telefone. Depois, eu voltei a ligar para o Juiz. Acho que um ou dois dias depois, o Juiz disse: "Não, eu estou revogando a prisão dele". E eu recebi um fax da Polícia Federal revogando o mandato. A partir daí, eu não deixei de ser a advogada dele legalmente, mas não fiz mais nada porque ele estava com outro advogado, portanto ele estaria protegido e estaria exercendo os direitos dele. Então eu deixei pra lá. Falei com a sogra dele. Mas não falei em questão de quinze mil ou de Tatico com ninguém, porque isso não é verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cleverson, quando ela ligou para a casa da sua sogra, quem atendeu?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu não sei, porque eu estava aqui em Brasília quando ela começou a ligar lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ela conversou com quem?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – A única pessoa que eu sei que conversou com ela foi a minha esposa, porque a minha esposa comentou comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o teor da conversa, você sabe?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, se teve outra conversa eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, o teor da conversa; você sabe o que foi que conversou? O que sua esposa falou com você?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Elas só falaram que eu tinha sumido, queria saber onde é que eu estava. O que eu sei é isso. E também falou várias coisas pra minha mulher, que a vida da minha mulher estava correndo perigo, queira que a minha esposa viesse de lá e ficasse aqui em Brasília na casa dela. Isso ela quis várias vezes.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu ofereci para ela ficar na minha casa no dia em que ele me disse que ela estaria sendo acusada por familiares de fazer tráfico. Eu disse: "Não, ela fica lá em casa até amanhã, para ela ir embora". Mas ligar pra Uberlândia pra ela vir não faz sentido, já que o Cleverson não estava aqui. Não seria lógico chamá-la aqui, se o Cleverson não estava aqui mais.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Mas a senhora ligou lá várias vezes. Desde quando eu estava preso a senhora ligou lá, que a minha esposa falou que você ligava lá e conversava com ela.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – A sua esposa estava aqui em Brasília. Como é que eu liguei pra Uberlândia pra falar com ela?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ela foi embora pra lá; a senhora sabe disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, requeiro, então, e peço à Secretaria que seja oficiado, por favor, a presença, para o testemunho, do Coronel Cerqueira, Comandante do BOPE.

Drª Imaculada, a senhora conhece leis, mas é minha obrigação ler para a senhora o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, que reza sobre CPI:

"Fazer afirmações falsas, ou negar, ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Pena: art. 342 do Código Penal."

Nós vamos ouvir o Coronel Cerqueira. Há uma afirmação e um testemunho contra a senhora. A senhora teve todo o direito de nos contar. Temos aqui aceitar a verdade da senhora, mas vamos também ouvir o Coronel Cerqueira e, se necessário for, a CPI vai propor o seu indiciamento.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – À vontade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu gostaria, Sr. Presidente, de requerer que fosse enviada cópia do depoimento da Drª Imaculada à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, no sentido de apurar a conduta ética da mesma.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Sr. Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – V. Exª será atendido. Vou solicitar à nossa assessoria que providencie a solicitação do Deputado Oscar Andrade, nosso Relator.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Sr. Deputado, não sei por que a execra-

ção pública passou para mim, porque eu estava exercendo a minha profissão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não senhora. A senhora não cometeu nenhum crime. No nosso entender...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Reitero que nunca advoguei pra Tatico. Nem por interposta pessoa advoguei para ele, ou tomei qualquer atitude em defesa dele, mesmo que pessoalmente, nem profissionalmente.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o depoimento da senhora, está claro.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – E mantenho.

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Com a palavra o Deputado Cabo Júlio.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Se eu tivesse advogado para ele, eu poderia dizer; nada me impede.

O SR. CABO JÚLIO – Doutora, então, por todo esse trabalho que a senhora fez pelo Cleverson, até agora a senhora não recebeu nada de ninguém?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu espero que ele me pague pelo que eu já fiz. Se ele não me pagar, não vai ser a primeira vez que eu faço gratuito.

O SR. CABO JÚLIO – A senhora não está sendo execrada. O que a CPI está fazendo é apurar uma denúncia, e a denúncia é de que a Drª Imaculada Conceição teria defendido, e isso aí não há problema nenhum, até então...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhum crime.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Qual crime, Deputado?

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhum crime.

O SR. CABO JÚLIO – Nenhum crime. Mas que a pessoa que teria pago à Drª Imaculada seria uma pessoa a ser investigada. Ponto um.

Ponto dois: o que a CPI está investigando? Que a Drª Imaculada da Conceição...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Sem o "da". Imaculada Conceição.

O SR. CABO JÚLIO – Que a Drª Imaculada Conceição – perdão – teria – e aí a senhora há de me permitir, que inclusive o Presidente pediu que a senhora fosse clara em seu depoimento, porque o depoimento da senhora em algum momento soou para a CPI como ameaça...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Não, não houve...

O SR. CABO JÚLIO – Esse foi o entendimento – um momentinho – do próprio Presidente, ele pediu que a senhora fosse bem clara e objetiva nesse sentido. Ponto dois.

Terceiro ponto: queremos apurar se a senhora teria dito para o Cléverson Pereira da Cruz não cooperar com a CPI ou se teria dito para o Cléverson para não se incriminar...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO – ... perante a CPI. Então essas...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Nem na CPI nem em lugar nenhum; para ele não se incriminar.

O SR. CABO JÚLIO – Sim. Essas são as motivações da CPI para ouvir a Drª Imaculada. Da mesma forma que a senhora tem todo o direito de dizer "eu não quero falar nada" – a senhora tem esse direito –, nós temos o direito de convidá-la, convocá-la...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Eu estou aqui.

O SR. CABO JÚLIO – ... e, se necessário for, quebrar o sigilo da senhora, que não vai ser necessário. Certo? Então, essa é a finalidade da CPI: apurar uma denúncia. Para nós pouco importa se é a Drª Imaculada ou se é um outro advogado. Nós queremos apurar se as denúncias contra a senhora são verdadeiras. Certo?

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – A denúncia de crime?

O SR. CABO JÚLIO – A denúncia de que a senhora...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – De que eu teria cometido crime? Qual a natureza do crime?

O SR. CABO JÚLIO – A denúncia de que a Drª Imaculada estaria advogando para o Cléverson – não é crime nenhum, a senhora é advogada –, mas que a pessoa que teria pago seria um Deputado – não há problema nenhum porque ele pode pagar quem ele quiser...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Quem ele quiser.

O SR. CABO JÚLIO – ... mas que a motivação de ele pagar à Drª Imaculada seria para encobrir um crime. Aí é que vamos saber, no final da apuração, se há crime ou não. Por enquanto estamos investigando.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Só repetindo: não, eu não fiz isso. Quando eu disse para ele tomar cuidado e fiz uma petição ao Bope (Batalhão de Operações Especiais) para ele não sair em diligência, é para ele não fazer acusações contra si próprio porque ninguém iria ficar na cadeia no lugar dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem, a senhora já explicou...

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – A minha preocupação é com o Cléverson.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Somente com o Cléverson.

O SR. OSCAR ANDRADE – A senhora já explicou isso.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Então, não havendo mais nada a tratar, está encerrada...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, temos outro depoente para ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Mas a advogada está dispensada, então. Desculpe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pede para retirar o Cléverson, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Drª Imaculada, a senhora está liberada.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Agora eu compreendo por que não deixaram eu falar com o Cléverson desde o dia em que ele foi tirado da cela.

O SR. OSCAR ANDRADE – O depoimento da senhora já está encerrado. Muito obrigado, Dona Imaculada.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Estou à disposição.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sálvio...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Então, o Sálvio Barbosa Vilar está liberado, ou ele permanece? Você quer perguntar a ele ainda?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, porque não se refere mais à questão do...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Está bem. Então, a Drª Imaculada está liberada, pode... Esteja à vontade.

A SRª IMACULADA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA – Posso falar um pouquinho com o Cléverson ali?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, senhora. Peço a retirada do Cléverson.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – O Cléverson também pode se retirar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas eu gostaria, Sr. Presidente, até em consideração ao preso Sálvio, que tem ajudado muito a CPI, de saber se ele quer continuar dando aquele depoimento, apesar de que já sei de tudo e tenho procurado informar isso ao Presidente. Se Deus quiser, está por pouco tempo nossa solução. Se você fizer questão de gravar as acusações, que já são de conhecimento da CPI, Sálvio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não quero gravar, não. Não é do meu interesse falar nada de mal do lugar onde estou, mas realmente estou sendo pressionado, ainda mais depois da...

O SR. OSCAR ANDRADE – Estive com o Coronel, você sabe disso. Na sua frente, pedi a ele que resolvesse esse problema. Achei que tinha sido resolvido. Se não, voltarei lá. Aguarde, por favor. Estaremos lá, solucionando.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Aguardo. Mas quero falar com o senhor depois em **off**. Falei com o Senador Romeu Tuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode retirar-se. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – O Sr. Sávio está liberado. Pode retirar-se.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, requeiro a presença do Sr. Sebastião Brum Filho.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Próximo depoente o Sr. Sebastião Brum Filho.

Decline seu nome completo.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sebastião Brum Filho.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Diga o número da sua identidade.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Número 884.256, SSP-DF.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Sua idade, por favor.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Trinta e cinco anos. Nasci em 18 de outubro de 1966.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – E o número do CPF?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É 343.564.791-49.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Estado civil.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sou desquitado, mas tenho outra família.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Sua residência?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Quadra 22, casa 30, Etapa C, Valparaíso I, Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Profissão?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sou Técnico de Administração Pública/Motorista.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – O depoente compromete-se, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade do que souber ou lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Gostaria de saber o nome do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Sou o Senador Geraldo Cândido.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Senador, com certeza será dita, não só para o senhor, mas para os demais, a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Sebastião Bruno, que cargo V.Sa. exerce?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sou Técnico de Administração Pública/Motorista, ou seja, minha especialidade é motorista.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é contratado?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sou do Governo do Distrito Federal

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Distrito Federal.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que local o senhor exerce sua função?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Na Secretaria de Fazenda Pública.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nos últimos cinco anos, onde o senhor trabalhou? Há quanto tempo está na Secretaria?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – De junho de 1997 até hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE – Anteriormente o senhor trabalhou onde?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Na Secretaria de Segurança Pública.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Distrito Federal?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Do Distrito Federal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – De 1993 até abril de 1997.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que cargo?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Técnico de Administração Pública.

O SR. CABO JÚLIO – Como motorista?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Motorista.

O SR. CABO JÚLIO – E na Secretaria de Segurança Pública?

O SR. OSCAR ANDRADE – Também motorista, ou seja, entrei no serviço público desde 1993, certo?

O SR. CABO JÚLIO – O senhor é concursado?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sou concursado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem telefone?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Tenho telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor pode dizer o número do seu telefone?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É 629-7114.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o celular?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – 9962-5022.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem outro?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, 9998-0048.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem conhecimento da existência de fornecimento de notas fiscais frias a quadrilhas envolvidas com roubo de carga na Secretaria?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Negativo. Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em nenhuma situação?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Em nenhuma situação. Eu desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem conhecimento de quais os procedimentos para a confecção de notas fiscais?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Negativo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessas condições?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Isso não cabe. Pelo serviço que exerço com certeza, isso não tem nada haver comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alguma vez você já forneceu notas fiscais frias para calçar carga roubada?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Negativo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em nenhuma situação?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Em nenhuma situação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece Cleverson Pereira da Cruz?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Conheço sim esse cidadão. Qual o nome do senhor mesmo, porque não está dando para ver?

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Oscar Andrade.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Deputado, conheço ele através de um conhecido meu, que trabalhou comigo até na Polícia Civil na época, agente de polícia, Moacir. Não sei se foi felizmente ou infelizmente conheci essa pessoa.

O SR. CABO JÚLIO – Como?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É uma pessoa com nome Cleverson, Paulinho, um negócio assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome, além de Cleverson, você conhecia ele?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Paulinho que ele falou, Paulinho.

O SR. CABO JÚLIO – Você conheceu ele como? Em que situação?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Por intermédio do Moacir, junto com o Moacir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é Moacir? Moacir é o que?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É funcionário público. Ele trabalhou na Polícia Civil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é policial?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Tem muito tempo que não tenho mais contato com ele. Estou morando longe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conheceu ele por acaso?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Por acaso. Foi por acaso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava preso?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Quem estava preso?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Cleverson, quando você conheceu?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não. Disso não me lembro. Não me recordo disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi na rua?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Foi na rua.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi aonde? Você se lembra?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Foi em Taguatinga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Ah, agora, foi mais ou menos, devia ter, vou dar uma base, um ano para cá, alguma coisa assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você mantinha contatos com o Cleverson ou Paulinho?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não. O Moacir, eu sempre tive contato com Moacir. Mas veja bem, Excelência, fiquei até transtornado – a verdade está sendo dita – que ele jamais ele teve meu telefone. Aí procurei saber com o Moacir quem é que tinha dado o número do meu telefone.

O SR. CABO JÚLIO – Ele tinha o seu número?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Quem?

O SR. CABO JÚLIO – O Paulinho?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, o Moacir. Moacir quem passou para ele, está entendendo? Poxa, ligou para mim umas três, quatro vezes, está certo? O meu telefone, inclusive, já para CPI, deixo tudo à disposição.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos requerer a quebra do sigilo telefônico seu. Quando ele ligou para você, ligou para quê?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Ligou para falar: "Oba, tudo bem?" E eu: "Tudo." E desliguei o telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Porque pensei: "Quem é esse cara?" E o telefone era de longe. Foi uma espécie de interurbano. Aí desliguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi a cobrar?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É. Aí desliguei.

O SR. CABO JÚLIO – As quatro vezes, foi para falar isso?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não. A primeira vez ele ligou para mim. A segunda vez ligou, eu

atendi: "É com você mesmo que quero falar." E eu: "Quem está falando?" Ele: "É o Paulinho." Eu falei: "Depois você me liga." Foi desse jeito. Passaram-se uns dias, e ele ligou de novo.

O SR. CABO JÚLIO – Falou o quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você falou com ele para depois ligar, para quê?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Porque não estava...

O SR. CABO JÚLIO – Qual o assunto? Isso é importante.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – O assunto era para procurar saber como eu estava. Só isso. Não tem nada que desabone a minha conduta.

O SR. CABO JÚLIO – As quatro vezes ligou para saber como você estava?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É com certeza.

O SR. CABO JÚLIO – Você é muito amigo dele então para ele ligar quatro vezes?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não sou amigo dele. É porque meu telefone tem que ficar ligado.

O SR. CABO JÚLIO – As quatro vezes que ele ligou...

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você não quis conversar com ele?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Porque eu jamais tive intimidade para poder passar o telefone para ele. Não fui eu que passei o telefone, foi o Moacir. Foi o Moacir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele não tem intimidade e liga para saber como você está?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Foi, ou seja, poderia ser alguma coisa a mais. Mas, graças a Deus, não tenho nada.

O SR. CABO JÚLIO – Não falou que coisa mais era?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não.

O SR. CABO JÚLIO – Você que está supondo?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu que estou supondo, está certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor responde a algum inquérito?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu respondi, respondi um em 1997, mas foi arquivado.

O SR. CABO JÚLIO – Por quê?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Foi já uma corrupção em mim, na Polícia Civil, né, e, graças a Deus, esse eu superei e estou até...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso em flagrante?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Armaram, forjaram, eu já fui até... extinto esse processo, está certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Já foi arquivado?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É, já foi arquivado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi preso em flagrante?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – E eu estou entrando com danos morais, está certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi por extorsão?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, corrupção, está certo? Eu junto com a vítima na época.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu acho que não tem nada a ver.

O SR. CABO JÚLIO – Mais algum?

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos voltar no telefonema aqui.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor falou em quatro ligações, é isso, apenas?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, estou supondo. Pode ser, no mínimo, duas, está certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isso?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Ah, tem um mês e pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só? Antes nunca tinha conversado com ele? Só foi apresentado em 97?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não. Para ele? Em 97?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, que é isso, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi quando que foi apresentado?

O SR. CABO JÚLIO – Um ano, né?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, tem um ano e pouco.

O SR. CABO JÚLIO – 2000.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, desculpe. Então, foi em 2000 que você foi apresentado para ele.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É, mais ou menos isso, 2000.

O SR. OSCAR ANDRADE – E, agora, um ano depois, um ano e meio depois, ele ligou para o senhor?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, eu já encontrei com ele e tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos tentar... Ah, já tinha encontrado?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, com o Moacir, os dois, entendeu?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, os dois estavam sempre juntos?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Estavam sempre juntos. É, estavam sempre juntos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor encontrou algumas vezes com ele?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, eu acho que foi uma vez pessoalmente só. Só uma vez pessoalmente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só uma vez?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – E vocês trataram sobre o quê?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Nada, nada. Eu não tive nenhum trato com ele não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só papo informal?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Por sinal, era até sobre umas meninas. Falamos sobre menina, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Namorada e tal?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É, namorada e tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. Então, vamos voltar lá no telefone. Ele ligou a primeira vez, aí você disse...

O SR. CABO JÚLIO – O quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando ele ligou a primeira vez.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Então, tudo bem. Quando ele ligou a primeira vez, era a cobrar e eu desliguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, tá. Não chegou nem a falar?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu não quis atender. Depois que ele ligou foi quando eu fiquei chateado por ter dado o telefone para ele. Eu procurei saber quem foi que deu o número do meu telefone para ele. E foi o Moacir.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quando ligou e era a cobrar e que você desligou, você já sabia que era ele?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não. Desliguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – A segunda vez você já sabia que era ele?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não. Quando eu atendi, ele falou: é com você mesmo que eu quero falar, entendeu? Aí eu fiquei assustado. Eu falei: quem é que está falando? Aí falou assim: Paulinho. Desse jeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. O Paulinho, tá. E aí o que você perguntou? Você quer alguma coisa?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Me conta, me lembra aí.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Ele falou assim: e aí, tá tudo bem aí? O senhor tá entendendo? Eu falei assim: tá tudo tranqüilo, pô. Falei: tá tudo tranqüilo. Aí foi quando eu peguei o telefone meu, liguei pro Moacir, chateado. Depois de ter desligado o telefone, o senhor tá entendendo, foi que eu procurei saber.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chateado por quê?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Porque não tinha que dar o telefone pra ele porque ele não é um amigo meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele não falou nada com você. Ele só te cumprimentou, perguntou se estava tudo bem.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Mas mesmo assim. Eu não conheço a pessoa. Conheço, assim, de vista, mas eu não tenho intimidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a terceira ligação?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, eu estou citando de duas a quatro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, você não lembra. De duas a quatro. Está certo. E vocês não trataram nada, então?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sobre nada? Não houve nenhuma conversa?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Nada, nada, nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não pediu ele pra ligar noutra situação, noutro horário, noutra situação, outro telefone, nada? Não teve...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não. Eu agora não estou lembrado, tá, quanto a isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não está lembrado?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não estou lembrado quanto a isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, requeiro a presença, de novo, do preso Cleverson.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor sabe por que o senhor está aqui?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu gostaria até de saber.

O SR. CABO JÚLIO – Não sabe não?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não. Gostaria de saber.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece ele apenas de vista?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, só assim: oi, tudo bem? Porque eu conhecia duas vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem intimidade com ele, não?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não. Intimidade, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trata ele formalmente?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, normal. Não tenho nada contra a pessoa dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Normal, sem... Quer dizer, não tem intimidade, não tem, assim, nenhuma...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não, não.

O SR. CABO JÚLIO – As quatro vezes que ele ligou pro senhor, o senhor disse que ele ligou para saber como é que o senhor estava.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, sim.

O SR. CABO JÚLIO – Mais nada? O senhor sabe que se o senhor mentir aqui...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não. Eu estou falando a verdade, tá, e eu estou de acordo para contribuir com vocês e quero ser penalizado se eu estiver mentindo, tá certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Se o senhor vai contribuir, então, eu vou ler a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – No seu art. 4º, estabelece que: "Constitui crime: II, fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Pena do art. 342, do Código Penal". É importante que o senhor esteja avisado disso.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor. Viu, Deputado, então, como eu citei, até foi de uma a quatro vezes, como foi citado aí...

O SR. CABO JÚLIO – Isso.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – ...o senhor tá entendendo, o que mais me transtornou, tá certo, pela gravação telefônica que vocês... Assino qualquer coisa e quero que vocês, a partir do momento... a quebra de sigilo estou autorizando. Ele virou para mim e disse assim: "Você consegue nota fiscal?" "Eu não sou fiscal não; sou motorista, está certo"? Está prestando atenção?

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou prestando atenção. Pode falar, por favor.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Então, está certo. "Eu sou motorista. Agora, posso me informar e fazer contato com você. Me liga depois".

O SR. CABO JÚLIO – Deixe-me entender.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor lembrou, então?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Lembrei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer, então chegou a conversar sobre nota fiscal?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor?

O SR. CABO JÚLIO – Deixe-me entender uma coisa: perguntamos ao senhor, no início, quantas vezes ele ligou para o senhor, e o senhor nos disse: "Umas quatro vezes".

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Foi, foi.

O SR. CABO JÚLIO – Para que ele ligou para o senhor? "Não, ligou para mim para saber como eu estava". O senhor disse isso.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Foi, foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então o Deputado leu a lei, dizendo que, se o senhor estiver mentindo, a situação se agrava.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Mas não precisava falar isso, não, viu, companheiro?

O SR. CABO JÚLIO – O que acontece? O senhor me disse: "Olha, teve uma dessas vezes, que ele ligou para mim" – o senhor lembrou, não é? Acho que é uma coisa grave...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É verdade.

O SR. CABO JÚLIO – Espere um momentinho. É uma coisa grave demais, Sr. Relator, é muito grave o cidadão ligar e dizer: "Você consegue nota falsa?" Vir depor numa CPI que investiga roubo de carga e não lembrar, quando o Deputado perguntou para que ele ligou, que ele ligou perguntando se o senhor conseguia nota falsa é grave. O Deputado leu para o senhor e o senhor disse: "Não, olha, ele uma vez me ligou e perguntou se eu conseguiria". A resposta do senhor foi a seguinte: "Eu sou motorista" – não foi isso o que o senhor disse? – "Eu sou motorista, mas posso olhar." A minha pergunta é: o senhor olhou?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não, não.

O SR. CABO JÚLIO – Então, responda, por favor.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – O senhor é advogado de defesa?

O SR. CABO JÚLIO – Eu sou Deputado.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Porque não há nada que o identifique. Então, veja bem: estou a fim de ajudar, estou querendo ajudar vocês, estou falando a verdade, está certo? São coisas que eu não esperava de estar aqui. Estou desde ontem sem dormir, de plantão, e agora que eu tive oportunidade de estar aqui, na presença de vocês, e de falar a verdade. Então, estou avisando a verdade para o senhor, Deputado, e V. Sª até me desculpe porque eu perguntei quem era o senhor.

O SR. CABO JÚLIO – Sim. Não tem problema algum.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É o seguinte: quando ele perguntou, provavelmente na terceira vez – não é em contradição que estou caindo, nem nada, não –, ele virou e perguntou se eu tinha acesso à nota fiscal...

O SR. CABO JÚLIO – Na terceira vez?

O SR. SEBASTIÃO BRUM – ... se eu conseguia a nota fiscal. Aí, eu procurei e disse para ele: sobre o quê, para quê? E ele disse: "Para mercadoria." Daí, fui me informar e falei assim: "Você me liga então à tarde ou amanhã" – mais ou menos assim. E o que aconteceu? Eu ia pegar a informação porque nota fiscal existe, sim, no Fisco. Mas isso não é acesso para motorista, mas para fiscal e auditor. Então, você tem de pegar uma informação e para saber, para poder passar a informação para a pessoa de quantos porcento que tem de ser recolhido, alguma coisa assim, o senhor está entendendo? Então, graças a Deus, não chegou a esse ponto, está certo?

O SR. CABO JÚLIO – Repetirei a pergunta: todo mundo sabe que a pessoa consegue uma nota fiscal quando compra alguma coisa. Quando ele ligou para o senhor e lhe disse: "Você consegue uma nota fiscal?", o senhor respondeu-lhe: "Eu vou ver; me liga amanhã" – ou sei lá quando o senhor disse. Mas o senhor me diz: "Não, Deputado, eu disse para ele que era para ele me ligar amanhã que eu veria quantos porcento"...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Quantos porcento, não. Aí o senhor está aumentando, Sr. Deputado.

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Sebastião, um momentinho. Quando chamamos o senhor aqui, já sabíamos tudo o que o senhor responderia. Temos todas as condições de contradizer o senhor e de dizer-lhe que a conversa que o senhor teve por telefone não foi nada disso. O senhor, daqui a pouco, verá que não foi nada disso. Então, ou o senhor coopera, ou mostraremos que o senhor não disse nada disso e que essa conversa de que "eu vou ver" é conversa fiada. Vamos mostrar isso para o senhor. Portanto, ou o senhor coopera, porque não escolhemos aleatoriamente: "Vamos escolher um. Ah, chegou no Sr. Sebastião!" Não é isso, mas é porque sabemos a informação.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Mas o senhor está querendo me condenar injustamente, Sr. Deputado.

O SR. CABO JÚLIO – Um momento, um momento. Eu não estou condenando o senhor. Um momento. Estamos apurando, está certo?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim senhor.

O SR. CABO JÚLIO – A memória do senhor está voltando.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim senhor.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor já disse que ele fez uma pergunta. O que o senhor entendeu? Então, explique-me o seguinte: o que o senhor entendeu quando ele lhe perguntou se o senhor conseguiria nota fiscal. O que o senhor entendeu com essa pergunta?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Ah, eu não... estou entendendo mais ou menos. Gostaria que o senhor me ajudasse.

O SR. CABO JÚLIO – Eu ajudarei o senhor.

O SR. SEBASTIÃO BRUM – Ajude.

O SR. CABO JÚLIO – Quando alguém, pelo telefone, diz assim para o senhor – que foi a pergunta

dele: "O senhor consegue nota fiscal?" Foi essa a pergunta?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim.

O SR. CABO JÚLIO – Aí, o que o senhor respondeu?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu procurei saber para quê. Ele falou assim....

O SR. CABO JÚLIO – Eu quero que o senhor seja categórico no que o senhor disse para ele.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu perguntei para quê.

O SR. CABO JÚLIO – O que ele lhe disse?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Ele disse – deixe-me tentar lembrar – "é que eu estou com um caminhão que tem de ir para Goiânia." Aí, já não me lembro mais do resto, o senhor me entende? Tem um calafrio tremendo.

O SR. CABO JÚLIO – Aí, o que o senhor respondeu para ele?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu não me lembro de mais nada, está certo?

O SR. CABO JÚLIO – Mas, o senhor não me disse, agora há pouco "eu vou ver. Me liga amanhã"?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, tudo bem. É porque a nota, Deputado, veja bem, a nota fiscal avulsa... se o senhor paga para ir no posto – eu peguei essa informação – o senhor paga para transportar um gado e tudo, o senhor paga lá, então o senhor, por livre e espontânea vontade, está querendo fazer um recolhimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor me disse que a sua função dentro do Departamento era de motorista...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu sou motorista.

O SR. OSCAR ANDRADE -....e o senhor trata de nota fiscal avulsa?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não é a informação. Eu pedi essa informação.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor pediu essa informação.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É pedi a informação. Tenho acesso a ela. Aí, o que acontece? É pago, está certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com quem o senhor tem acesso a essa informação?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Isso aí, qualquer fiscal pode dar essa informação.

O SR. CABO JÚLIO – Aí, o senhor disse "eu vou ver". Continuemos para o senhor se lembrar. Aí o senhor disse "eu vou ver", não é isso? Aí, o que o senhor viu, o que o senhor respondeu para ele?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu não vi nada que eu desse um retorno para ele.

O SR. CABO JÚLIO – Ele não ligou para o senhor depois?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Ligou e eu disse: "olha, bicho, deixa isso de lado, porque eu não quero saber de nada não". Foi mais ou menos assim que eu falei.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor disse isso "deixa isso de lado, que eu não quero saber."

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É, foi mais ou menos isso aí.

O SR. CABO JÚLIO – Nesse sentido, não é?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, foi mais ou menos isso aí. Eu não posso afirmar que foi assim, entendeu?

O SR. CABO JÚLIO – Quando foi isso?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Ah, deve ter um mês e pouco.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor não se lembra?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Um mês e pouco. Não, não, não. Eu cheguei aqui agora e fui pego de surpresa, senhor Deputado.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu não tive acesso, eu não tenho advogado.

O SR. CABO JÚLIO – O cidadão liga para o senhor, perguntando se o senhor consegue uma nota...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É porque eu não tomei isso...

O SR. CABO JÚLIO -...isso há um mês.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa é uma pergunta natural que é feita?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não é que seja natural, é que eu não tenho nada que vá me complicar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem apelido?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, o meu nome é Sebastião Brum.

O SR. OSCAR ANDRADE – E Dr. Jorge?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, o meu nome é Sebastião Brum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? Ninguém te chama de Dr. Jorge?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – É normal alguém ligar para o senhor e lhe perguntar sobre nota fiscal?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Acho que andou me chamando, algumas vezes, de Jorge.

O SR. CABO JÚLIO – Quem andou te chamando?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – A pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – É? O senhor atendia?

O SR. SEBASTIÃO BRUM – Eu falei quem é que era. Eu fiquei meio assustado, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, é possível chamá-lo de Antônio?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não. O meu nome é Sebastião Brum. O senhor pode me chamar de Tião, de Brum.

O SR. CABO JÚLIO – Espere um momento. Deixe-me entender. Ele falou com o senhor quatro vezes, por telefone e, dessas quatro vezes, quantas ele chamou o senhor de Jorge?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu não prestei atenção.

O SR. CABO JÚLIO – Mas ele lhe chamou algumas vezes de Jorge?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Que eu me lembre, não. Eu não estou lembrado.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor acabou de dizer que "algumas vezes me chamou de Jorge."

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Que eu me lembre, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu vou salientar que o senhor está dificultando o nosso trabalho. O senhor está se enrolando. É preciso que o senhor seja firme. Acredito que dizer algo e, depois, dar uma nova versão e retirar a primeira seja até factível. Mas acredito que o senhor esteja realmente querendo embolar o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Sr. Sebastião, não se esqueça de que o senhor está depondo sob juramento. Não se pode esquecer disso.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não. Estou assumindo, estou assumindo. É porque são muitas coisas. Quero que vocês entendam o seguinte, Srs. Deputados e Srs. Senadores.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não há muita coisa aqui não. É somente uma coisa que queremos do senhor.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É uma coisa simples, mas, veja bem. Estou desde ontem sem dormir. Fui pego de surpresa. Até então eu não sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que dia o senhor foi intimado?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Na segunda-feira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, hoje é quarta-feira.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Mas, eu não tive acesso. Estive aqui na segunda-feira. Falei com aquele senhor que está lá ponta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei, é o Secretário.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Ele falou que era sigiloso e que não tinha acesso ao documento, entendeu. Eu quero que vocês levem isso em consideração.

O SR. CABO JÚLIO – Eu vou ajudá-lo. Perguntarei de forma mais tranqüila. O senhor disse aqui que conversou com ele por telefone somente quatro vezes, ok?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim.

O SR. CABO JÚLIO – O deputado lhe perguntou se, em algumas das vezes, ele chamou o senhor de Jorge ou de Dr. Jorge. Aí, o senhor disse "sim, eu acho que algumas vezes, sim, de Jorge." Não é isso que o senhor disse?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, veja bem. Eu não me lembro quanto a isso. Estou sendo sincero. Não é que eu quero atrapalhar, não. O que eu quero é uma solução nessa situação, V. Exª está entendendo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós também queremos.

O SR. CABO JÚLIO – Tudo o que o senhor está falando aí está sendo gravado. Depois, nós transformamos isso em notas. Se eu pedisse a nota agora, eu iria mostrar-lhe que o senhor disse: não, algumas vezes me chamou de Jorge, sim.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não. Eu creio que sim.

O SR. CABO JÚLIO – Não, ou sim?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu não posso falar que não nem sim, tá, Sr. Deputado? Eu não posso, eu não posso. Estou sendo sincero com vocês. Eu quero ajudar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não pode, ou não quer?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu estou querendo ajudar vocês.

O SR. CABO JÚLIO – Então, ele não o chamou de Jorge?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não! Mas já me chamou já de Jorge, já.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, ele já chamou?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Já me chamou de Jorge.

O SR. CABO JÚLIO – No telefone?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Já. Já, ué.

O SR. CABO JÚLIO – Então, isso, para nós, basta.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cleverson, você conhece esse cidadão?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome dele? Você lembra?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – O nome dele é Brum. Agora, a gente já chamou ele várias vezes por Dr. Jorge.

O SR. OSCAR ANDRADE – A gente, quem?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu. Outras pessoas. O Moacir, o Moisés. Várias pessoas. Vou falar o nome aqui, passando a tarde toda falando.

O SR. CABO JÚLIO – Antes de ele continuar, deixa eu só fazer uma pergunta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não.

O SR. CABO JÚLIO – Como é que o senhor era conhecido quando estava lotado na Polícia Civil?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Brum. Meu nome é Brum.

O SR. CABO JÚLIO – Pois não. Pode continuar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece ele de onde, Cleveson?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu conheci ele a primeira vez foi através do Moacir, que a gente precisou de umas notas fiscal e o Moacir já tinha informado que ele arrumava as nota fiscal pra gente transportar a carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Moacir é funcionário da...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele era da Polícia Civil. Ele foi preso em Água Fria, também já, e...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele está preso?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Diz ele que continua, mas eu acho que ele não continuou mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Moacir apresentou ele a você?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Apresentou ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isso?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – E ele também, eu já fiquei conhecendo ele desde a vez que ele disse que trabalhava na CIC, pela CPE. Na CPE, na CIC, na Polícia Civil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem disse?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele mesmo, o Dr. Jorge.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que já tinha trabalhado na Polícia Civil também?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – É. Na Polícia Civil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você conheceu ele?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Tem uns... Desde 94, por aí assim; 94, mais ou menos; 94, 95.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sete anos, mais ou menos.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – É. Por aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que circunstâncias você o conheceu? Como foi? Foi o Moacir que o apresentou na rua? Ou na casa de alguém?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi. Não foi na rua. Já fomos direto nele, a pessoa certa que podia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Já com um objetivo.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com qual objetivo?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – De fazer nota fiscal. Assim, arrumar nota fiscal desviada pra gente, uma nota que podia ser quente. Pra gente é uma nota quente que vai carimbando, tudo certinho. Ele faz pra gente. Mas ele faz sabendo do que se trata.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para calçar carga roubada?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente. Sabia pra que carga roubada, pra...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele tinha conhecimento disso?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele tinha conhecimento disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes ele lhe forneceu? Ele forneceu alguma vez?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Forneceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas? Você se lembra?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Há! Não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Mas, várias vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muitas?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Várias vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais de cinco?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já. Por aí. Umas cinco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por aí.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Cinco, seis vezes.

O SR. CABO JÚLIO – A primeira vez que ele forneceu, vamos dizer, a primeira nota, foi há quanto tempo?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi lá em Taguatinga.

O SR. CABO JÚLIO – Quanto tempo, mais ou menos?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Deve ter uns 5, 6 anos, lá em Taguatinga, que foi para transportar uns trator que não era nem pra mim, era pra o Pedrinho mais o Moisés, que transportou lá pra divisa de Corumbá, pra lá, que ia pra Bolívia. Inclusive, o dono que comprou esses trator, ele veio num carro dum cara que é cunhado do juiz de lá, naqueles carro que tem a placa preta, ali. Escura atrás, né? Foi num desses carro que veio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa foi a primeira vez?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi a primeira vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu contato com ele foi pessoalmente?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Inclusive, foi lá no Fórum de Taguatinga. Ele até fez a nota. Eu já era meio pongol, fiz a nota no meu nome, como é eu tava transportando os trator pra lá. Inclusive, pode fazer até esse levantamento, que tem no Cartório de Taguatinga. Foi reconhecido firma lá, direitinho, no Cartório.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já esteve com o Brum em situação mais íntima, por exemplo, no seu carro?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já. Ele já dormiu na minha casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já dormiu na sua casa?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já dormiu na minha casa. Namorou com uma empregada minha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Namorou com sua empregada?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Namorou.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – São amigos íntimos.

Cleverson, essas notas, quanto custava cada uma? O valor da nota, em dinheiro? O senhor pagava quanto por cada nota?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Tinha vários preços, né? Depende do valor da mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – É de acordo com a mercadoria, não é?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – É. Depende do valor da mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dependia do valor da mercadoria?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em média, assim... Tinha média, ou, por exemplo, variava em preços...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Variava em 3 mil, 500 contos acima, né? Depende do valor da mercadoria e o que era.

O SR. CABO JÚLIO – Sr. relator, S. Exª me permite pegar metade da fala dele, aqui?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não.

O SR. CABO JÚLIO – Como é o nome da empregada do senhor?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Elaine.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor já namorou com a Elaine?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sr. Deputado, veja bem... Não. Eu vou chegar nesse acordo. Eu vou chegar nesse acordo, tá?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem acordo, não. O senhor tem que responder, por favor.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Deixa eu só finalizar. Então, tudo bem. Eu quero que V. Exªs me condenem, está certo, a uma investigação profunda porque esse elemento está-me condenando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não te está condenando em nada.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Agora, quero que vocês... Conta bancária, sigilo telefônico, tudo isso, está certo? O senhor me desculpe. É uma revolta.

O SR. CABO JÚLIO – Primeira coisa: o senhor não pode querer e nem deixar de querer nada. O senhor está na condição de testemunha, o senhor responda a pergunta. Vou repetir a pergunta: o senhor namorou Elaine? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não namorei, tive só assim...

O SR. CABO JÚLIO – Teve um caso com ela?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, um dia.

O SR. CABO JÚLIO – Então o senhor esteve um dia. O senhor disse no início que não tinha intimidade com ele. O senhor não disse isso?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Mas isso não é intimidade não, Sr. Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já dormiu na casa dele?

O SR. CABO JÚLIO – Agora o senhor dormiu na casa dele e namorou ou ficou – o nome que o senhor quiser dar – com Elaine?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não dormi na casa desse cidadão, não. Não dormi na casa desse cidadão, não.

O SR. CABO JÚLIO – Tá bom.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não dormi na casa dele.

O SR. CABO JÚLIO – Só quero mostrar para o senhor, quando eu disse para o senhor que nós não o chamamos aqui aleatoriamente, nós já sabíamos essa informação, por isso demos a chance, antes do Cleverson entrar, de o senhor dizer isso, e o senhor disse: "Não, não tenho intimidade com ele, ou seja, não tenho nenhum envolvimento com ele, não é meu amigo". Agora, o Cleverson disse – e ele falou de uma maneira natural –, que não tinha nem muito a ver com o caso: "Não, não é bem assim, não; ele namorou com a minha empregada, com a Elaine". Aí o senhor diz: "Não, não namorei com ela, tive um caso com ela". Então o senhor teve um caso, como o senhor ia dizer, com uma pessoa ligada a ele. Então quer dizer que a relação do senhor com ele não é essa relaçãozinha que o senhor quis dizer quando começou, não. "Não, nunca tive intimidade nem nada disso não". Só estou mostrando para o senhor que o senhor está-se contradizendo.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Estou não. Estou tranqüilo aqui. A justiça será feita.

O SR. CABO JÚLIO – Espero que o senhor esteja. O senhor disse no início que conheceu ele através do Moacir.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Do Moacir, falei.

O SR. CABO JÚLIO – Ele disse que conheceu o senhor através do Moacir.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor disse que já trabalhou na Polícia Civil, ele disse que conhecia o senhor como policial civil.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim.

O SR. CABO JÚLIO – Nós perguntamos: como ele conhecia o senhor? Ora era Brum, e outrora era Dr. Jorge. Eu interrompi o Relator para perguntar para o senhor: qual era o nome do senhor na Polícia Civil? O senhor disse: "Brum".

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É Brum.

O SR. CABO JÚLIO – Aí depois ele disse que o senhor já namorou com Elaine, aí o senhor disse: "Não, tive um caso com ela". Estou vendo que o que o senhor disse e o que ele disse é exatamente a mesma coisa.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Mas veja bem, Sr. Deputado, como não tenho nada a temer, não tenho nada a temer, estou tentando contribuir com vocês, está certo? Agora, como cidadão, estou inocente nisso e vou provar para vocês. Não tenho medo. Vou provar, estou aqui, cansado e tudo. Agora, é uma revolta tão grande, Sr. Deputado, você sendo achicotado, eu sozinho, sendo achicotado por quatro, cinco pessoas. É um membro aí que, poxa! Não vim preparado para nada. A verdade estou falando para o senhor. O senhor tem que levar em consideração que estou completamente cansado, estou cansado, estou cansado. Estou tentando ajudar, mas, poxa, tenha paciência comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então não faça a gente perder a paciência. Vamos falar a verdade?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – A verdade está sendo dita.

O SR. OSCAR ANDRADE – Preste atenção. Vou-te dar mais uma chance.

O SR. CABO JÚLIO – Você, que já trabalhou na polícia, conhece a expressão que vou-te dizer.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor.

O SR. CABO JÚLIO – Está derrubado.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Está derrubado o quê?

O SR. CABO JÚLIO – Vou-te mostrar daqui a pouco...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Está me condenando o senhor?

O SR. CABO JÚLIO – Não estou te condenando.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Você está me condenando.

O SR. CABO JÚLIO – Um minutinho, estou te perguntando e, depois, vou dizer para você, o senhor sabe o que estou dizendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já ajudou o Cleverson em alguma situação quando ele estava fugindo da polícia?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Em nenhum momento, em nenhum momento. Não tenho a temer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou pedir... Nauri-des, o áudio lá está pronto?

O SR. CABO JÚLIO – Põe aqui mesmo, põe ali no microfone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode rodar a fita, por favor.

O SR. CABO JÚLIO – Vê se o senhor reconhece esta voz.

Oi?

Quem?

Elaine.

E aí, filha?

E aí?

Beleza?

Ah, é você, cachorro?

E eu, como você está?

E aí, uai? Estou beleza.

Escuta aqui: me passa o telefone do Dr. Jorge para mim, Elaine.

É 9962-5022.

E o outro?

Você espera um pouquinho?

Espero. Rapidinho.

Deixa eu ver aqui o outro telefone que eu tenho. É. Jorge.É 9618-9724.

– 9618-9724.

– E tem um outro aqui.

– Então, me passe o outro.

– 9959-1892.

– 9959-1892?

– Isso.

– Daqui a um pouco, eu te ligo, então, que o meu cartão está acabando.

– Então, tá.

– Falou.

– Tá, tiau.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem é a voz? Você a reconhece?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Qual voz?

O SR. CABO JÚLIO – Da moça.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não reconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. CABO JÚLIO – Não é da Elaine?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não reconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a do homem?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – A que procurou saber...

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso.

O SR. CABO JÚLIO – As duas vozes.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Parece que a voz é dele. A voz masculina, está certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode soltar. Solte a outra.

– Alô?...

– Fala, chefia.

– Alô?

– Alô.

– Gostaria de falar com quem, amigo?

– É com 'cê mesmo, Brum.

– Quem 'tá falando?

– É o Paulinho, moço.

– Ô meu filho, tudo bem?

– Como é que 'cê tá?

– Tranqüilo.

– Ô, bicho, eu 'tava querendo falar com 'cê tem é tempo. Desde ontem, 'tô tentando falar com 'cê aí para conseguir um negócio. Dá para falar agora?

– Rapaz, liga amanhã. Anote aí. Naquele outro, que é melhor.

– Agora não tem jeito de falar, não?

– Ter, tem, né? Mas o negócio é que é de conta...

– É porque eu 'tô precisando muito falar com 'cê, pra arrumar uma nota aí para mim, moço. E eu passo dinheiro pra ocê na hora.

– É de quê, lá?

– É mercado.

– É?

– É só uma moto pra nós transportar daqui para Goiânia.

– Péra aí, faz o seguinte: anota aí o ...

– Pode falar, que eu anoto aqui.

– Mas à noite 'cê vai me ligar, nesse telefone, hein?

– Ham?

– Sete horas da noite, 'cê me liga.

– Sete horas da noite é para te ligar nesse telefone?

– Isso.

– Fala.

– Falou?

– Fala.

– 9998-0048.

– 9998-0048?

– É, que eu vou botar para carregar ele.

– ê vai botar para carregar?

– á jóia, meu filho?

– Então, 'tá beleza. Um abração então.

– Tem visto o Moacir?

– O Moacir? Eu falei com ele 'inda agora para conseguir o seu telefone, só que eu não consegui, aí, liguei lá na Elaine e consegui.

– Ah, então 'tá bom. Um abraço para você.

– Então, 'tá beleza. Está tudo tranqüilo, falou?

– Então, 'tá bom. Sete horas da noite.

– Sete horas da noite eu te ligo, então.

– Um abraço.

– Tiau.

– Tiau.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você reconhece essa voz?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – A voz é minha.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a outra?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – A outra é dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vai explicar para a CPI como você consegue nota fiscal para calçar carga roubada?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou te dando a última chance, senão vou pedir voz de prisão para você.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Então, eu desde já ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vai explicar agora para a CPI como você consegue as notas?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor. Pode falar.

O SR. CABO JÚLIO – Ou quer ouvir o resto da fita?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Então, tá.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Então, eu quero, tá, que até hoje eu não mexo com nota. Nunca mexi com nota fiscal fria. Eu falo isso para vocês e assumo, está certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, baseado...

O SR. CABO JÚLIO – Deixe ele falar. Deixe ele se enrolar mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você quer ouvir mais? Você quer explicar para nós...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não, eu não tenho... eu não mexo com nota.

O SR. CABO JÚLIO – Explica essa fita...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando ele lhe pediu para olhar a nota fiscal, você deu outro número para ele ligar para você mais tarde.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu falei para o senhor: o meu número de telefone... os dois números do telefone eu falei para o senhor, não menti, não. E quero agora prova material da pessoa que comprei, que me pagou alguma coisa. Assim, Sr. Deputado, pelo amor de Deus...

O SR. CABO JÚLIO – Vamos por partes...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu falo para o senhor, se o senhor vai me prender, não 'tô desacatando vocês, não. Pôxa, me prende inocente, me prende inocente.

O SR. CABO JÚLIO – Vamos por partes...

O SR. OSCAR ANDRADE – Precisamos, apenas, descobrir quem te fornece nota fiscal...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor. Não existe isso. Não existe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você aceitou...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Mas não existe nota. Pelo amor de Deus, não existe nota.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não existe nota, rapaz? Ele falou...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Cadê a nota? Então, o senhor me prova a nota... Pelo amor de Deus, não me condene assim injustamente, não.

O SR. CABO JÚLIO – Vamos por partes. Sr. Relator, o senhor me permite?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu sou uma pessoa qualificada, Sr. Senador. Eu sou uma pessoa qualificada. O senhor me desculpa.

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Sebastião, o senhor fique calmo, fale baixo.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor.

O SR. CABO JÚLIO – Fique calmo. Vamos continuar o tratamento respeitoso, ok?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor.

O SR. CABO JÚLIO – Vamos por partes. De quem era aquela voz que ligou para o senhor? Era dele. Não é isso que o senhor disse?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Foi, foi, a voz.

O SR. CABO JÚLIO – Então a voz é dele?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É.

O SR. CABO JÚLIO – Aí ele disse assim: "Ô, rapaz, eu tô te procurando desde ontem. Aí eu liguei pra Elaine pra conseguir o seu telefone". Não foi isso que está dizendo na fita?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Que ele estava querendo falar comigo há muito tempo e tudo...

O SR. CABO JÚLIO – Estou querendo falar com você desde ontem, não consegui, liguei pra Elaine pra pegar o seu número, ok? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Acho que eu ouvi isso mesmo na fita.

O SR. CABO JÚLIO – Depois ele fala assim: "Olha, eu tô precisando de uma nota".

Se ele ligar para mim e falar que está precisando de uma nota, vou falar para ele: Você está louco?

E o senhor disse assim: "Nota para quê?" "Ah! É para seguir com uma carga para Goiás". Não foi isso, Sr. Relator?

Aí o senhor fala assim: "Olha, você liga para mim às sete horas, liga lá no outro telefone".

Esse outro telefone que o senhor mandou ele ligar qual é o número?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É o meu telefone, 99980048.

O SR. CABO JÚLIO – É de cartão?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É de cartão.

O SR. CABO JÚLIO – E esse outro que ele ligou, de quem é?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu uso, mas ele não é meu.

O SR. CABO JÚLIO – Vamos por partes e o senhor se acalme.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Só quero que vocês percebam que a verdade está sendo dita.

O SR. CABO JÚLIO – Só se acalme, porque nós temos mais umas duas horas de fita ainda.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não tem problema.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor tem um telefone celular, e todo mundo sabe que existe uma dificuldade maior para rastrear, ou propriamente para identificar, para gravar, degravar o telefone celular que é de cartão. E o senhor sabe disso, trabalhou na polícia muito tempo?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Desconheço. E eu não fui policial.

O SR. CABO JÚLIO – Então vamos lá. O senhor diz assim: "Liga para mim às sete horas, porque às sete horas nós vamos tornar a nos falar; mas você liga no outro número".

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim senhor.

O SR. CABO JÚLIO – Agora quero perguntar para o senhor seguinte: o senhor trabalha na Receita Estadual?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim senhor.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor trabalha lá como técnico de administração pública, motorista, num lugar "onde se mexe com nota fiscal".

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Negativo.

O SR. CABO JÚLIO – Tá, não mexe com nota fiscal. Vamos tirar isso.

Aí uma pessoa acusada de ter envolvimento com roubo de carga liga para o senhor, dizendo que precisa de uma nota para ir para Goiás. Quero entender o seguinte: primeiro, por partes, para ser bem tranqüilo, por que ele ligou para o senhor à procura de uma nota?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Na certa por saber que trabalho na Secretaria da Fazenda... Até fiz o seguinte: procurei a informação, que nem eu falei pro senhor, quanto a nota fiscal. Não existe nota fiscal assim não, Sr. Deputado. Nota fiscal é avulsa.

Só para finalizar a conversa, está certo, assumo embaixo, tem várias testemunhas aqui, não tenho nada a temer. A verdade está sendo dita.

O SR. CABO JÚLIO – Vou repetir: por que, entre tantas pessoas que trabalham lá na Receita Estadual, ele ligou para o senhor para perguntar, para dizer que precisa de uma nota fiscal para ir para Goiás?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Na certa porque ele sabe.... Porque tudo partiu, infelizmente, do Moacir ter dado o telefone para ele. Então, por saber que trabalho na Secretaria de Fazenda, não é contradição não... O senhor continua fazendo levantamento dos telefones que uso. Pelo amor de Deus. Verifica se eu passei alguma nota. Isso não existe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sebastião, nós já vamos requerer a quebra de sigilo de todos telefones seus. Vamos fazer isso, vamos requerer também a quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo bancário, tudo isso.

Agora, a CPI tem essa prerrogativa de tentar... mesmo que o senhor tenha cometido algum crime, se o senhor quiser auxiliar a CPI, porque hoje o roubo de carga no Brasil está chegando a quase R$ 1 bilhão por ano, o senhor está ajudando ou quem esteja dando nota... Se o senhor quiser auxiliar a CPI e se redimir das culpas que porventura tenham sido imputadas ao senhor, poderemos conversar. Se o senhor quiser, podemos fechar a sessão, tornando-a sigilosa, para que o senhor nos orientar. Caso contrário, continuaremos nessa lengalenga... Se o senhor acha que é assim que deve se comportar na CPI, podemos continuar assim.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Já expliquei para vocês a situação.

O SR. CABO JÚLIO– Vou tornar a perguntar...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Prove que arrumei nota fiscal e me prende, pelo amor de Deus, Sr. Deputado.

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Sebastião, vou perguntar pela terceira vez: Por que ele, com tantas pessoas na Secretaria, ligou para o senhor para indagá-lo a respeito de nota fiscal?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Através do Moacir sabe que trabalho na Secretaria de Fazenda. Jamais falei com um cidadão desse. Jamais passei o telefone para uma pessoa dessa.

Só para finalizar, estou tentando ajudar a CPI, agora vocês têm todo o direito de provar e assino o sigilo bancário, porque não tenho nada a temer, Sr. Deputado.

O SR. CABO JÚLIO – Gostaria que o senhor nos dissesse por que ligou para ele para que providenciasse uma nota fiscal e se era a primeira vez que ligava para ele ou o procurava a respeito de nota fiscal.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Se eu liguei para ele era porque não era a primeira vez, a gente já tinha negociado várias vezes. Foi ele mesmo que me passou todos os telefones, inclusive eu tinha um monte de telefones que estão na Polícia Federal. E se eu liguei para a Elaine para pedir novamente os telefones dele era porque os outros telefones meus já estavam apreendidos na Polícia Federal, porque eu tinha anotado no local.

O SR. CABO JÚLIO – Quando o senhor ligava para ele, era do telefone do senhor, de um telefone de rua, de um celular seu?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já liguei de vários celulares meus para ele, de orelhão...

O SR. CABO JÚLIO – O senhor ligou para ele algumas vezes do seu celular?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já liguei do meu celular.

O SR. CABO JÚLIO – Então deixe-me perguntar-lhe: o senhor disse que falou com ele quatro vezes.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim. Eu falei: mais ou menos umas quatro vezes.

O SR. CABO JÚLIO – Então, se fizermos um cruzamento dos telefones dele, que já devem estar apreendidos pela Polícia Federal, com os telefones do senhor, não iremos encontrar mais do que quatro ligações dele para o senhor?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já recebi várias ligações dele quando eu morava no Condomínio Vila Verde.

O SR. CABO JÚLIO – A pergunta é fácil de ser respondida. Se cruzarmos – e a Polícia Federal com certeza o fará – as ligações do celular dele com a do senhor, só iremos encontrar quatro ligações. Se pegarmos as ligações do senhor com o celular dele, não vamos encontrar ligações. O senhor nunca ligou para ele?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não me lembro. Não me lembro se liguei para ele.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor disse que não tinha intimidade com ele, não é isso? Depois o senhor disse que conheceu ele através do Moacir, está certo?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor.

O SR. CABO JÚLIO – E ele ligou para o senhor: "Como vai, tudo bem?". Da segunda vez: "Como vai, tudo bem?"

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já estive na casa da mãe dele também.

O SR. CABO JÚLIO – Já esteve na casa da sua mãe?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é completo do Moacir?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Moacir de Abreu Filho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Requeiro que seja intimado o Sr. Moacir de Abreu Filho para que possa depor na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – V. Exª será atendido no seu requerimento.

O SR. CABO JÚLIO – Ligou a primeira vez para ver como o senhor estava, ligou a segunda vez para perguntar como o senhor estava, na terceira vez, ligou e foi essa gravação? Então, não tem intimidade quatro vezes? Perguntei para o senhor se alguma vez o senhor ligou para ele. Se cruzarmos esses telefones, vamos encontrar? A resposta é bem simples: não ou sim. Não vamos encontrar ligações de nenhum dos celulares do senhor para os telefones dele?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não me lembro. Gostaria, se for o caso, de falar em juízo, porque...

O SR. CABO JÚLIO – O senhor está em juízo na CPI.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Só perante o juiz, porque eu vou falar... É um negócio tão revoltado, é uma revolta tão grande. Quero que vocês, Parlamentares, V. Sas. provem que dei nota fiscal. É isso que eu quero, pelo amor de Deus.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, você fique calado aí. Solta a outra fita, por favor.

– Oi, meu filho.

– Tô ligando outro aí, não tô conseguindo...

– Não, não, você tem que me ligar é amanhã, pô.

– Hoje não tem jeito, não?

– Não, porque eu tenho que falar com o rapaz, é isso. Amanhã que eu vou ter que falar com ele, porque tava longe, quando eu falei com você.

– Ah é, cê tava longe?

– É, isso. Tá bom? Aí a gente conversa melhor no outro já e amanhã, durante o dia, eu vou atrás. Entendeu, meu filho?

– Mas você arruma essa nota para mim amanhã?

– Não, vou. Fala não.

– Então, tá bom, não falo não.

– Falou, meu camarada? Estou com saudade de você, pô.

– É?

– É, tu sumiu. Você vai voltar quando para cá, independente...?

– Vou estar aí lá para o final da semana, quer dizer, se você arrumar esse negócio para mim, amanhã eu vou estar por aí.

– Tá e você conversa no outro comigo. Um abraço, tá?

– Eu converso no outro, então, com você.

– Amanhã, hein, tchau, meu filho.

– Então, falou, tchau.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que, quando ele fala nota, você fala: "Não, não fala não, não fala não, só no outro, só no outro"? Só no a cartão, no telefone a cartão.

O SR. CABO JÚLIO – O que o senhor quer dizer quando o senhor diz que está na mão.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu só quero que prova que eu vendi nota fiscal, eu mexo com nota fiscal.

O SR. CABO JÚLIO – Vamos provar.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Só quero isso só, eu quero isso aí. Vocês podem tomar, tá certo?

O SR. CABO JÚLIO – Deixe-me falar uma coisa para o senhor.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor não quer nem deixa de querer nada. O senhor está aqui como testemunha...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu estou tentando ajudar vocês, pô.

O SR. CABO JÚLIO – Deixe-me falar. O senhor está aqui como testemunha...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor.

O SR. CABO JÚLIO – E esta conversa: "Quero que prove" o senhor quer dizer assim: tem fita de vídeo mostrando eu entregar para outro? O senhor pode ser indiciado por indícios de que o senhor vendia nota fiscal.

O SR. OSCAR ANDRADE – E será indiciado.

O SR. CABO JÚLIO – Então, o senhor...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Veja bem, eu quero que vocês provem que eu vendia nota. É isso.

O SR. CABO JÚLIO – Então, o senhor espere.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor não tem que querer ou deixar de querer não; o senhor tem que responder.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu...

O SR. CABO JÚLIO – Aguarde. O senhor está sendo acusado, é uma acusação grave...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor está sendo acusado de estar vendendo nota fiscal, o senhor tem o direito de se defender...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu estou me defendendo.

O SR. CABO JÚLIO – E o senhor tem que se defender respondendo: olha, quando eu estava dizendo que tá na mão, quer dizer o quê?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Vocês querem que eu vá contra mim, Deputado?

O SR. CABO JÚLIO – Não, não quero, eu quero que o senhor me explique.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Você quer que eu vá contra mim?

O SR. CABO JÚLIO – Não, não quero, eu quero que o senhor me explique. Quando o senhor diz: Tá na mão, olha, independente... Independente de quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Cabo Júlio, preciso dar uma informação que foi lembrada pela Secretaria.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – O senhor poderia me dar um tempo de cinco minutos, poderia?

O SR. OSCAR ANDRADE – Aguarde, por favor. Quero apenas informar a V. Exª e à imprensa que essas fitas foram autorizadas, a gravação, e temos autorização judicial para que pudéssemos gravar essas conversas.

Dr. Sebastião Brum Filho.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou, pela última vez, fazer um apelo em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE– As nossas prerrogativas são muito fortes e já li aqui a parte importante que é preciso que o senhor saiba.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO– Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE– Mais uma vez, vou perguntar.

O SR. CABO JÚLIO – Vamos fazer uma proposta aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor quer deixar de tergiversar e nos informar a questão das notas fiscais que são calçadas às cargas roubadas? O senhor que ajudar a CPI?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu não sei de nada de nota, Sr. Deputado, pelo amor de Deus, eu não sei de nada de nota.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que é a conversa de nota que está gravada ali com a sua voz?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu não mexo com nota, eu não mexo com nota, eu não mexo.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Por que, então, o senhor afirma que vai ver. Depois, tá na mão.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu entendia que fosse nota fiscal avulsa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Sebastião, por favor, fale baixo.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor. Procurei saber sobre nota fiscal avulsa, como que era o procedimento. Mas a nota fiscal avulsa, Sr. Deputado, Senadores, vejam bem, a nota fiscal avulsa é lá no guichê com o fiscal, é isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Cabo Júlio, acho que...

O SR. CABO JÚLIO – Então, vamos bem devagarinho, vamos devagar. Este é o fórum.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Seja justo comigo, pelo amor de Deus. Ele ali não tem nada a perder, eu tenho a perder.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Sebastião, limite-se a responder as perguntas, por favor.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Se eu não tenho nada a perder, eu tenho filho também.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor tem a condição de se defender.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu estou me defendendo.

O SR. CABO JÚLIO – Só que a defesa do senhor tem que ser consistente. Não conheço o senhor, nunca vi o senhor, não lhe quero mal...

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, que é isso.

O SR. CABO JÚLIO – Não lhe queremos mal não. Só queremos que o senhor nos explique e nos convença do que o senhor quer dizer... Deixe-me melhorar para o senhor se defender.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não tem como a gente, só a gente aqui conversar longe de tudo, não?

O SR. CABO JÚLIO – Tem, tem. O senhor tem algo diferente para falar?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Não, não, não.

O SR. CABO JÚLIO –Então, deixe-me só explicar. É o fórum que o senhor tem. Aqui, o senhor está dizendo que não tem a perder, o senhor tem. Então o senhor explique de uma maneira convincente o que o senhor está dizendo quando diz assim: "Tá na mão".

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Cabo Júlio, eu vou reafirmar aqui a proposta da CPI: nós podemos, se você quiser cooperar com a CPI, transformar essa reunião em secreta. Se você quiser colaborar com a CPI.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Sim, senhor. Poxa, eu queria falar com mais tranqüilidade perto de vocês, assim, tranqüilo. Entendeu? Porque eu me sinto constrangido completamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com qual objetivo o senhor quer conversar?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – É porque a verdade está sendo dita. Então, se eu tiver que assinar alguma coisa, o senhor pode pegar a testemunha...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não vai assinar nada.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu vou assinar. Não veja bem, eu sou leigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós precisamos das informações. O senhor sabe muito bem o que que a CPI quer. Não sabe?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Um policial não é leigo.

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Nunca fui policial, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – O senhor não foi da Polícia Civil?

O SR. SEBASTIÃO BRUM FILHO – Eu nunca fui policial na minha vida, senhor Senador, na minha vida. Eu trabalhei na Polícia Civil, mas nunca fui policial civil. Está certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, com base no inciso II do art. 4° da Lei n° 1.547, eu requeiro que seja dada voz de prisão ao Sr. Sebastião Brum Filho.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Então, Sr. Sebastião, vou ler os termos da voz de prisão:

Decreto a prisão da testemunha, que é V. Sª, por infração ao art. 342 do Código Penal, combinado com o art. 4°, inciso II, da Lei n° 1.579, de 18 de março de 1952.

Designo o Deputado Cabo Júlio para acompanhar a lavratura do flagrante.

Portanto, V. Sª está preso. Será conduzido à delegacia.

Não havendo mais expediente a tratar, damos por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h22min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO N° 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 17ª Reunião Realizada em 31/10/2001

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e um, às quatorze horas e vinte e cinco minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senhores Senadores Marluce Pinto, Fernando Matusalém, Geraldo Cândido, Leomar Quitanilha, Jonas Pinheiro e dos Deputados Carlos Dunga, Alberto Fraga, Jaime Martins, Oscar Andrade, Nelson Pellegrino, Pompeo de Mattos, Robson Tuma e Gonzaga Patriota. reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento n° 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e

aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a votação e aprovação de requerimentos e ouvir as seguintes pessoas: Carlos Roberto Gomes de Oliveira (Raul), João Rocha Galhardo e Miguel Rocha Galhardo. A Presidência coloca em discussão os requerimentos que foram aprovados a saber: nº **67**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, requerendo a convocação do jogador de futebol, Carlos Roberto, atleta do Clube Santo André; nº **68**, de autoria do Dep. Robson Tuma requerendo à Secretaria da Receita Federal a abertura do competente processo fiscal contra a empresa Industria e Comercio Rei Ltda; nº **69**, de autoria do Dep. Robson Tuma, requerendo informações sobre mercadorias roubadas na rede de Supermercados CARREFOUR na França; nº **70**, de autoria do Dep. Oscar Andrade, requerendo a criação de uma Força Tarefa composta por representantes dos Ministérios da Justiça e da Fazenda, da Receita Federal do Banco Central do Brasil e da Agência Nacional de Petróleo, para apurar fatos de natureza grave envolvendo as empresas do Grupo Petroforte, do Senhor Ari Natalino da Silva; nº **71**; de autoria do Dep. Mário Negromonte, requerendo as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico das seguintes pessoas: Gilberto Luiz Hidalgo, Claudionor Santos, José Hidalgo Ruiz e Vanda Marta Hidalgo da Silva;nº **72**, de autoria do Dep. Pompeo de Mattos, requerendo a convocação dos Senhores Paulo Frozza e Celso Frozza, sócios proprietários das empresas TRANSPIL Transportadora da Grãos Ltda. e BRASGRÃOS Ltda; nº **73**, de autoria do Dep. Pompeo de Mattos, requerendo as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos Senhores Paulo Frozza, Celso Frozza e das empresas TRANSPIL Transportadora de Grãos Ltda. e BRASGRÃOS Ltda.; nº **74**, de autoria do Dep. Pompeo de Mattos, requerendo a convocação do Senhor Paulo Cezar Santiago, para prestar depoimento nesta Comissão; nº **75**, de autoria do Dep. Pompeo de Mattos, requerendo a convocação do Senhor Jorge Luiz Alves da Silva, Policial de São Paulo para prestar depoimento nesta Comissão; nº **76**, de autoria do Dep. Pompeo de Mattos, requerendo a convocação do Senhor Valdenir Bueno, detido atualmente na Colônia Penal de Uberlândia; nº **77**, de autoria dos Deputados Nelson Pellegrino, Valter Pinheiro, Robson Tuma e do Senador Geraldo Cândido, requerendo a convocação do Senhor Alexandre Paes dos Santos, proprietário da APS Consultoria; nº **78**, de autoria dos Deputados Nelson Pellegrino, Valter Pinheiro, Robson Tuma e do Senador Geraldo Cândido, requerendo a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do Senhores Alexandre Paes dos Santos e Hugo Braga; nº **79**, de autoria dos Deputados, Nelson Pellegrino, Valter Pinheiro, Robson Tuma e do Senador Geraldo Cândido requerendo a convocação do senhor Hugo Braga, ex – assessor parlamentar do Ministério da Fazenda para prestar esclarecimentos perante esta CPMI e a seguir é concedida a palavra ao senhor Carlos Gomes para apresentar suas considerações sobre os fatos que dizem respeito a seus envolvimentos com cargas roubadas, a seguir o Presidente nomeia Relator ad-hoc o Deputado Nelson Pellegrino, para questionar o depoente aonde foi feito uma acareação entre o depoente e o senhor Cleverson Pereira da Cruz, foi requerida a quebra do sigilo fiscal bancário e telefônico do senhor Carlos Roberto Gomes (Raul). O Deputado Pompeo de Mattos solicitou verbalmente a convocação do senhor Marcos Branco para prestar esclarecimentos perante a Comissão. A relatoria foi assumida pelo titular que deu continuidade aos trabalhos a seguir foi ouvido o senhor João Rocha, que foi questionado pelos senhores parlamentares presentes, foi feita uma acareação entre João Rocha e Cleverson em razão de haver várias contradições foi solicitada a presença do senhor Miguel Rocha para continuar a acareação, a Relatoria solicitou cópia do RG, do senhor Paolo Roberto Gomes de Oliveira. A Presidência avisa que a Comissão irá realizar audiências Nos próximos dias **12**, **13** e **14** de novembro, na cidade de Uberlândia. E não havendo nada mais a tratar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro aberta a 17ª Reunião do ano de 2001 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 23, de 2000, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar em todo o País o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à votação e aprovação de requerimentos e ouvir as seguintes pessoas: Carlos Roberto Gomes de Oliveira, vulgo Raul, João Rocha Galhardo e Mi-

guel Rocha Galhardo. Pergunto ao Plenário se é necessária a leitura das Atas das reuniões anteriores...

O SR. ROBSON TUMA – Peço a dispensa da leitura das Atas, Sr. Presidente, por terem sido distribuídas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Pergunto à Secretaria se há expedientes recebidos ou expedidos.

Há vários requerimentos de convocação, de quebra de sigilo, de quebra de sigilo telefônico, ainda paralisados na CPMI. Gostaria de dar uma velocidade maior. Faria uma leitura da relação e, se algum deles trouxer qualquer dúvida aos Srs. Senadores, colocaríamos em discussão.

Há um, do Deputado Pompeo de Mattos, que convoca o jogador de futebol Carlos Roberto para prestar depoimento. Segundo a solicitação, S. Exª se baseia num jogador de futebol preso em maio último, acusado de receptação de mercadoria roubada e formação de quadrilha. É o primeiro.

Outro, do Deputado Robson Tuma, solicitando à Receita Federal a abertura de competente processo fiscal contra a empresa Indústria e Comércio Rei Ltda., bem como a falsificação de selos da Receita Federal em cigarros das marcas KA e 21. É de Ari Natalino também?

Também de Robson Tuma, solicita informações sobre mercadorias roubadas na rede de supermercados Carrefour, na França. Ofício para ser enviado à Interpol. Já conversei com a Interpol, estão aguardando nosso ofício para fazer um levantamento real de ocorrências ou não com essa empresa de origem francesa.

Outro, do Deputado Oscar Andrade, que solicita ao Secretário da Receita Federal, ao Presidente do Banco Central e ao Gerente da Agência Nacional do Petróleo a criação de uma força tarefa composta por representantes dos referidos órgãos, visando apurar a extensão dos inúmeros fatos graves envolvendo as empresas do grupo Petroforte e o Sr. Ari Natalino da Silva. Já foram feitas algumas operações conjuntas, principalmente na área de Paulínia, chefiadas pelo Delegado da Polícia Civil, com bons resultados. Então, a importância da formação dessa força tarefa.

Do Deputado Mário Negromonte, requerendo, nos termos regimentais, a quebra de sigilo fiscal e telefônico dos Srs. Gilberto Luiz Hidalgo, Claudionor Santos, Vanda Hidalgo da Silva e José Hidalgo Ruiz. Foi aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 72, solicita a convocação dos Srs. Paulo Froza e Celso Luiz Froza, sócios proprietários das empresas Transpil, Transportadora de Grãos Ltda. e Brasgrão Ltda., em razão de suspeita com respeito ao desvio de carga.

Também para as mesmas pessoas, Paulo Froza e Celso Luiz Froza, Transpil e Brasgrão, a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Do Deputado Pompeo de Mattos, requerendo a convocação do Sr. Paulo César Santiago para prestar depoimento perante a Comissão.

Também do Deputado Pompeo de Mattos, requerendo a convocação do Sr. Jorge Luís Alves da Silva, policial de São Paulo, para prestar depoimento a esta Comissão.

Do Deputado Pompeo de Mattos, a convocação de Valdenir Bueno, detido atualmente na Colônia Penal de Uberlândia, Minas Gerais, para prestar esclarecimento a esta CPMI sobre sua atuação no roubo de carga.

Alerto sobre a importância da aprovação também desse requerimento, porque a próxima audiência desta Comissão será na cidade de Uberlândia, onde há vários casos a serem esclarecidos.

Requerimento assinado pelos Deputados Nelson Pellegrino, Walter Pinheiro e Robson Tuma, e pelo Senador Geraldo Cândido, pedindo depoimento, nesta Comissão, do Sr. Alexandre Paes dos Santos, proprietário da APS Consultoria, a fim de esclarecer fatos a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Idem. Requerimento assinado pelos mesmos Srs. Parlamentares, solicitando a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal dos Srs. Alexandre Paes dos Santos e Hugo Braga.

Idem. Requerimento dos Srs. Parlamentares, solicitando seja convocado a prestar depoimento o Sr. Hugo Braga, ex-assessor parlamentar do Ministério da Fazenda, a fim de esclarecer fatos envolvendo esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

São os requerimentos.

O Deputado Nelson Pellegrino está funcionando como Relator **ad hoc**, para que, até a chegada do Deputado Oscar, possamos dar continuidade.

Pergunto se alguém deseja discutir os requerimentos ou se podemos colocá-los em votação.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, eu quero discutir os requerimentos, obviamente. Inclusive, houve um manifesto de minha pessoa numa sessão, que, posteriormente, fiquei sabendo que era reservada, onde havia uma falta de votação dos requerimentos da Comissão; naquele momento, eu fiz um

protesto. Porém, não é isso que quero discutir. Nesse momento, quero discutir que ontem estava entrando com um requerimento, pedindo a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico e mais o depoimento do Sr. Alexandre Santos, quando me deparei com a mesma intenção dos Deputados Nelson Pellegrino e Walter Pinheiro, e pelo Senador Geraldo Cândido, e, juntos, então, apresentamos esse requerimento. Ele é de extrema importância para esclarecer esses fatos, apesar de a própria revista já ter esclarecido que as investigações a respeito do Carrefour tinham sido contínuas. Não houve nenhum ato que atrapalhasse essas investigações, ao contrário. Inclusive, o Dr. Paulo Lacerda fez um relatório, a nosso pedido, que penso que deve ter sido distribuído já aos membros, o que dá absoluta tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já foi distribuído aos membros.

O SR. ROBSON TUMA – Porém, peço que se aprove esse requerimento, como uma demonstração não só desta Comissão, mas desta Casa, da intenção de trazer esse citado pelas revistas, Sr. Alexandre dos Santos, de apurar a verdade, ou seja, que realmente eu o conhecia, eu tinha um relacionamento, porém, não havia relacionamento comercial, e de esclarecer por que eu tinha aqueles dados de situação naquela agenda que foi apreendida pela Polícia Federal. Por isso, apelo a todos os Parlamentares, para que votem na quebra do sigilo e na convocação do Sr. Alexandre dos Santos.

Obviamente, nós – e penso que o próprio País –, nesse momento, aguardamos um esclarecimento a respeito desses fatos publicados, que causaram estranheza em todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só esclareço que essa é a segunda acusação de depoentes com respeito à empresa Carrefour. A primeira, na cidade de Recife, já está sob inquérito policial. Nós faremos uma das audiências públicas em Recife, porque lá também há vários casos de roubo de carga, onde será intimada a direção do Carrefour.

Surpreendentemente, também na acusação feita à empresa aqui em Brasília, o responsável foi transferido para Recife, o que nos impediu de intimá-lo para esta audiência, de forma que o faremos também, provavelmente, na audiência de Recife, que será a seguinte à da cidade de Uberlândia, em razão de haver presos com prazo. Para que a Justiça decida, então, há premência na diligência a Uberlândia. O Dr. Naurides e o Dr. Paulo Lacerda amanhã se dirigirão à cidade para fazer aquelas investigações que temos feito cuidadosamente antes da audiência pública, a fim de se confirmarem ou não as acusações que partem daqueles que, ao se arrependerem dos crimes praticados, têm procurado colaborar com esta Comissão.

Pergunto se o Deputado Nelson Pellegrino tem alguma posição sobre os requerimentos, para que eu possa colocá-los em votação.

O SR. NELSON PELLEGRINO – Sr. Presidente, eu gostaria de reiterar a importância dos requerimentos, haja vista a divulgação do tema por órgãos importantes de imprensa de nosso País. Acredito que as medidas solicitadas nos três requerimentos são fundamentais para precisar a dimensão do problema e para que não restem dúvidas sobre o assunto, até porque nomes de Parlamentares foram arrolados. É muito importante que tudo fique claro, para afastar qualquer dúvida quanto a essa relação. Com a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal e com a convocação de ambos, teremos a oportunidade de afastar as dúvidas e obter subsídios importantes para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E é bom para o País. Há uma dúvida muito grande no Congresso, em virtude de várias citações que surpreenderam alguns Parlamentares, por conseguinte interessados nessas apurações. Esta Comissão, em boa hora, graças aos requerimentos de V. Exª's, toma esta providência.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo quem seja contrário, considero aprovados os requerimentos lidos inicialmente na pauta de hoje.

Nas próximas semanas, tomaremos as providências administrativas para acelerar todos eles, para que as autoridades possam providenciar o que foi requerido.

Tem a palavra o Deputado Luiz Antônio Fleury.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY – Sr. Presidente, sou Relator da CPI do Banespa e tenho que me ausentar. Só estive presente aqui para demonstrar que, se existia uma relação de conhecimento – ligações foram trocadas, nunca neguei isso –, a quebra do sigilo bancário é muito importante para mim, para que fique demonstrado que nunca houve nenhum tipo de relação comercial entre mim e essa pessoa. Até gostaria de deixar consignado que hoje falei com a Procuradoria da Câmara dos Deputados, pedindo que analisasse a possibilidade de interpelar o Sr. Alexandre para que ele esclareça isso juridicamente.

Não sei a maneira de se fazer isso, mas a Procuradoria está analisando o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trata-se de interpelação judicial, mas creio que esta Comissão terá um papel importantíssimo na convocação dele.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FLEURY – O depoimento será extremamente importante para sabermos porque aquelas notícias foram veiculadas na imprensa em relação a sua agenda.

Estive presente somente para demonstrar absoluta tranqüilidade. Se fosse o contrário, se não tivesse minha vida absolutamente tranqüila, não faria parte de tantas investigações em CPIs, não brigaria com tantos criminosos, com tantos poderosos. Foi só por esse motivo que me fiz presente. Obviamente, apresentando o requerimento, não me senti satisfeito e quis estar presente na votação.

Peço escusas a V. Exªs, pois tenho que me retirar para voltar aos trabalhos de que sou Relator e dos quais me ausentei por alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cuide bem daquela CPI, para não haver dúvidas também sobre o andamento dela, que é importante para o Estado de São Paulo e para o sistema financeiro.

Suspenderei a reunião por 15 minutos, porque os outros integrantes da Comissão estão pedindo para aguardar, para assistirem ao depoimento. Pergunto se não há inconveniência em suspendermos temporariamente a Comissão, por uns 20 minutos. (Pausa.)

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Reabro a reunião e peço que a Secretaria apresente o Sr. Carlos de Oliveira, vulgo Raul, para o depoimento.

O senhor está sendo processado?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, estou vindo aqui pela primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi o senhor quem preencheu a folha de compromisso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Preenchi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então estão certos os dados que foram fornecidos. Só vou ler para o senhor: o senhor se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si mesmo, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal.

É só o senhor não mentir, por favor; dizer sempre a verdade. Se houver algo que possa incriminá-lo, o senhor tem o direito de se recusar a responder.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe por que está aqui?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Liguei para o Secretário da Comissão ontem e ele me falou que era por causa de negócio de intermediação de roubo de cargas. Mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem um elemento que atuava no furto e roubo de cargas que está colaborando com a CPI. No seu depoimento, apontou o senhor como intermediário de venda de cargas para alguns supermercados, principalmente da região de Brasília. Por isso o senhor está aqui hoje, para podermos esclarecer o fundamento ou não desta acusação de que o senhor colaborou na intermediação da venda de mercadorias roubadas. Qual é a sua atividade? Qual o nome que o senhor é conhecido?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Meu nome é Carlos Roberto Gomes de Oliveira, sou conhecido como Raul.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual a sua atividade?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Mexo com o ramo de acessórios para celular na Feira de Importados de Taguatinga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem empresa aberta?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Tenho. CR Celulares.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Funciona em Taguatinga?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Taguatinga, na Feira dos Importados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou passar ao Relator para que possa dar início.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Carlos Roberto Gomes de Oliveira. Por que o senhor é conhecido como Raul?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Porque quando vim para Brasília, eu tinha um fusquinha e gostava de ouvir música do Raul Seixas. Aí o pessoal começou a colocar apelido e ficou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a sua profissão atualmente?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Comerciante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Comerciante. O senhor tem uma barraca na Feira de Importados?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor responde a algum inquérito, processo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor nunca respondeu?

O SR. CARLOS DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem alguma passagem?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando o senhor é comerciante?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Desde que me entendo por gente. Por volta dos 18 anos, perdi meu pai e comecei a trabalhar pequeno.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é dono dessa barraca?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sozinho?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Tem eu e meu irmão como sócio.

O SR. OSCAR ANDRADE – E do que mais que o senhor é sócio?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, é só disso mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só isso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Tenho só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca teve mais nada também, ou já teve outras empresas e fechou?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, nunca tive empresa nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Supermercado Frangão, de Sobradinho?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era na Ceilândia.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não conheço não. Por sinal, tenho muito pouco conhecimento naquela área. Frangão. Não lembro. No momento não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Zezão, você conhece?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Zezão? Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já negociou algum outro tipo de mercadoria além das que o senhor vende na sua barraca?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Acessórios? Quando comecei a viajar para o Paraguai, puxava muito cigarro, trazia cigarro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cigarro?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que o senhor quer dizer com "puxava"?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É porque a gente que viaja para o Paraguai o pessoal fala que puxa mercadoria para cá. É um ditado que tem entre o pessoal que viaja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trazia cigarro contrabandeado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem a documentação?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – É contrabandeado, aquele cigarro que vem...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Para falar a verdade, né?...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Cléverson?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Como é o nome da pessoa?

O SR. OSCAR ANDRADE – Cléverson.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, por nome não. Posso até conhecer, mas não por nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Paulinho?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Paulinho? Conheço vários Paulinhos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais? Paulinho o quê?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Conheço o que mexe com carro. Conhe-

ço o que mexe com negócio de celular também. Conheço o Paulinho que tem agência de carro em Taguatinga. Tem uns três ou quatro Paulinhos que conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Paulinho Severino?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Por nome assim, não conheço, não. Todo, não. Posso até conhecer a pessoa, se eu ver a pessoa.

Eu queria acrescentar uma coisa. Recebi esse telefonema ontem. Ligaram para mim, me ameaçando, para eu não vir aqui. Ligaram para mim desse telefone, me ameaçando para eu não vir aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode chegar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe quem é?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, tentei ligar para a Telebrasília, mas eles falaram que o telefone é sigiloso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conseguiu identificar? O senhor tem Bina?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Tenho Bina no telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é daqui mesmo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É daqui, de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quais foram os termos da ameaça?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Falou que não era para eu comparecer aqui, não, porque, se eu comparecesse aqui, eu ia ser preso e, quando eu saísse, eles iam me pegar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa anotação que tem em cima aqui?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Essa aí foi que eu peguei naqueles Bank Fones.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse número corresponde a esse instituto?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse endereço aí?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É, esse endereço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse endereço é um orelhão?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, a pessoa que ligou falou que era de um orelhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um instituto de beleza aqui, mas não citarei o nome, porque pode ser que alguém tenha...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – A pessoa falou que o telefone estava acabando o cartão e que não era para eu comparecer aqui não, que o cartão telefônico estava acabando. Depois, ele ligou de novo e falou: "Não comparece lá, não, porque você vai ficar lá preso lá. Se você sair de lá, eu vou te pegar". Aí, eu peguei o número e trouxe para mostrar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fez muito bem. Vamos investigar e o senhor será informado sobre isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Deputado José Tatico?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Conheço como todo mundo conhece, como Deputado Distrital.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pessoalmente, não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Pessoalmente, nunca tive contato com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já negociou mercadorias com o Supermercado Tatico?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em nenhuma ocasião?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, em nenhuma ocasião.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em nenhuma situação?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E com Tatiboi, na Ceilândia Sul?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Pior ainda. Nem conheço, nunca entrei lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabe o que é Tatiboi?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Conheço. Passo em frente, para entregar mercadoria na Ceilândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não conhece o dono? Nada?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não, não tenho vínculo nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor só conhece o Deputado Tatico por televisão?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Só por televisão. Nunca tive vínculo, nem com ele nem com qualquer empresa dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já negociou algum tipo de mercadoria no Carrefour?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sul?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabe onde é o Carrefour Sul?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece algum gerente de lá?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não tenho contato com esse pessoal de supermercado, porque não é minha área.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Ricardo lá?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não conheço.

O pessoal que conheço de supermercado é do Supermercado Polar, na QNG, em Taguatinga, porque já morei lá perto; do Comper, nas QNHs, em Taguatinga também; o Extra, Pão de Açúcar. Esses são os supermercados que freqüento e que faço compras.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlos Alberto, sou obrigado a salientar que você fez um juramento. Não estou absolutamente discordando nem entendendo que você está dizendo mentiras, mas quero relembrá-lo de dizer só a verdade. Com base na Lei nº 1.579, art. 2º, inciso IV, você não pode mentir numa CPI...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não estou mentindo.

O SR. OSCAR ANDRADE – ... sob pena de estar infringindo a lei, com penas do art. 342 do Código Penal.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu não estou mentindo. Estou falando a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Moisés? Você conhece?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Conheço um Moisés lá da Feira de Importados de Taguatinga. Ele mexe com acessórios eletrônicos também.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor mexe com eletrônico também?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Com eletrônico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe da distribuição dele, da negociação com cargas de secos e molhados?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, esse mexe com produtos importados lá da Feira do Paraguai.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse Moisés?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Moisés, é. Por sinal, ele é até uma pessoa cristã, religiosa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não mexe com mercadorias de supermercado, não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não tem conhecimento, não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Na feira, que eu saiba, pessoa nenhuma mexe com isso, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo. Você mora em Taguatinga?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É. QSC 01, Casa 14.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você confirma ter recebido, em Taguatinga, no setor industrial, perto do Sesi... Você conhece o lugar de que estou falando, não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ter recebido uma carga de cigarros?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Numa época, comprei quarenta caixas de cigarros de uma pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não sei. Tem mais ou menos três ou quatro anos. Não lembro bem a data. Foi justamente na época em que eu trabalhava com cigarro também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cigarro da Souza Cruz?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eles me falaram que o cigarro era importado, mas era da Souza-Cruz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roubado?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabia disso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não. Depois fiquei sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe quem te vendeu isso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Essa mercadoria vem de uma transportadora de Uberlândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual transportadora?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não me lembro bem. Agora me lembrei do Paulinho. Esse Paulinho sabe desse produto.

O SR. OSCAR ANDRADE – É esse Paulinho aí. Achou, não é? Foi ele quem te passou isso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, eu comprei...o Carlos foi quem intermediou a compra.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Paulinho Severino mesmo?

O SR CARLOS ALBERTO – Não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi ele quem intermediou?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não. Esse Paulinho, o pessoal está falando aí, eu conheci ele através de um outro rapaz chamado Branco, um tal de Branco, que mora na Ceilândia. Por sinal, ele já esteve até preso várias vezes. Conheci ele através disso aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Branco ou o Paulinho?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O Branco já esteve preso várias vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você pagou esses cigarros? Não foram só quarenta caixas, não é? Sabemos, temos algumas informações, Carlos Alberto. Então é preciso que você realmente relembre bem. Até dizer que não lembra, tudo bem. Mas temos informações diferentes. Estamos chegando lá. E é importante para nós...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O que eu puder falar a verdade, vou falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já demonstrou, trazendo esse número de telefone, que tem boas intenções com a CPI. Então é preciso que você realmente busque na memória e tente ajudar a Comissão, porque os números são maiores aqui.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você pagou essa carga de cigarro? Vamos esquecer a quantidade e falar em como você pagou.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Essa carga de cigarro ficou confiada por um Tempra, ano 94, azul pérola.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está aqui.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – ...que ficou depositado como "fiatório", porque eu não tinha o dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como garantia?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Como garantia, porque eu não tinha o dinheiro pra pagar...

O SR. OSCAR ANDRADE – O que mais além do Tempra?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Ficaram os cheques.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos cheques?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O valor dos cheques eu não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu vou te ajudar a lembrar aqui. Trezentos mil reais.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Ave Maria!

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E cento e oitenta mil em dinheiro vivo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não. Eu desconheço isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Devem ser 300 mil...

O SR PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cruzeiros...

O SR. OSCAR ANDRADE – Reais. Foi uma carga. Houve, além de você, outras pessoas comprando junto?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Quando esse Carlos chegou...

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque você disse que comprou quarenta caixas.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu falei que havia quarenta caixas, se eu tivesse comprado mil eu teria falado também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lógico.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se está errado é o mesmo erro.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É o mesmo, eu não vou mentir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas outros compraram juntos, porque era uma carga inteira, não era?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Vou começar do início.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O Carlos... Nessa época eu tinha também um escritório de compra de ouro em Taguatinga. Funcionava na C-08, Lote 10, sala 202.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha isso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu te perguntei se você tinha outra empresa e você falou que não.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Mas não era empresa. Lá só era escritório, não era registrado, então não era empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, vamos seguir.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – E era CR também. Depois a CR passou a ser somente celulares. O que ocorreu? Chegou o Carlos, um magrinho que mora em Taguatinga nas QNA, e deve morar até hoje porque parece que é própria...

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlos?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – É só o primeiro nome que você sabe?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Só o primeiro nome. Ele foi lá e perguntou se eu queria comprar umas caixas de cigarro. Eu digo: eu não tenho o dinheiro para comprar o cigarro. De onde é esse cigarro? "É de Uberlândia".

Nessa época não sei se existia a feira em Taguatinga. Não me lembro bem. Mas nós, os camelôs trabalhávamos embaixo, na Comercial.

Ele chegou e fez a proposta. Vou lá ver o cigarro, entendeu? Aí ele foi lá, olhou o cigarro e o cara falou que não tinha. Falei: não tenho o dinheiro para comprar o cigarro, que, parece, foi 28 mil, um negócio desse.

Deixei o carro como garantia e passei para ele os cheques que, parece, foi de 12 mil, entendeu? Até no nome do Paolo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso foi direto para o Carlos?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso o Carlos intermediou, e o dono da empresa lá em Uberlândia foi quem... Uma transportadora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra o nome dele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não lembro o nome dele não, mas esse Paulinho deve conhecer, entendeu? O meu único vínculo com esse...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Carlos conhece?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só para esclarecer, a própria transportadora é que estava fornecendo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Foi quem forneceu. O cigarro estava dentro dele lá, as quarenta e poucas caixas de cigarro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixe-me entender: havia quarenta e poucas caixas. Estavam dentro do caminhão?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Estava dentro da transportadora. Aí encostou um caminhão vazio e eles trouxeram a mercadoria aqui para Taguatinga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o volume que dão as quarenta e poucas caixas?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu acredito...

O SR PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando você fala em caixa, qual é a quantidade?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Cada caixa contém cinqüenta pacotes de cigarro...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É uma caixa grande, então?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso, é uma caixa grande.

O SR. POMPEO DE MATTOS – São 40 caixas. Então, 4x5, são 20.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O cigarro era Hollywood e LS.

O SR. OSCAR ANDRADE – Enchem um caminhão ¾ as 40 caixas?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não. Tiveram o cuidado de trazer os cigarros com a carroceria baixa. Teve esse detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não era carro fechado? Era de carroceria comum.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não. O caminhão que encostou...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi nessa época que você conheceu o Paulinho?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, o Paulinho conheci depois. Eu me lembrei de outro nome. Esse Carlos fez contato com um tal de Aldair.

O SR. OSCAR ANDRADE – Altair?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Aldair.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aldair.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso. O Aldair conhecia o dono da transportadora de Uberlândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi Carlos que o levou ao Aldair? É isso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não. O Carlos me levou direto ao dono da transportadora, mas quem fez contato com o Carlos foi um rapaz chamado Aldair.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi a Uberlândia ou o dono estava aqui?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Cheguei a Uberlândia com o carro, pra ele ver os carros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor se lembra do endereço, de algum coisa?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O rapaz que está aí lembra. Ele sabe direitinho ir lá. Não me lembro porque só fui uma vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual rapaz?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que rapaz?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Esse tal desse Paulinho que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Paulinho sabe.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Ele sabe tudinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o dono da carga era o dono da transportadora?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Mais ou menos por aí. O caminhão foi carregado dentro da transportadora deles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E você não se lembra do nome da transportadora?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Essa transportadora era a de Uberlândia?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – De Uberlândia. Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tinha um depósito em Taguatinga?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele foi a Uberlândia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você foi a Uberlândia?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu fui a Uberlândia para ele verem o carro. Vim embora, eles ficaram com o carro lá e mandaram a mercadoria. O Carlos foi quem trouxe a mercadoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em qual carro trouxe a mercadoria?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Um caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Da própria transportadora?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, parece-me que alugaram um caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você sabe localizar onde seria a transportadora?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Se eu for a Uberlândia, localizo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ótimo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você confirma, Carlos Roberto, que já tenha recebido várias cargas roubadas e repassado a alguns comerciantes de Brasília?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não. Por sinal, esse cigarro que adquiri passei para um rapaz chamado Branco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você comprou para ganhar o dinheiro?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vendeu rápido?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Para dizer a verdade, fui passado para trás, porque até hoje não recebi. Ele me deu uma S–10 como garantia. Era ágio.

O SR. OSCAR ANDRADE – A que você reputa, então, uma informação que tem a CPI, proveniente de um depoimento prestado à Comissão, de que você teria recebido várias cargas, que teria comprado várias mercadorias roubadas e, ainda, intermediado essa ou outras quadrilhas também, arranjando compradores para os produtos roubados. Por que estaria acontecendo isso com você?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Sinceramente não sei. Estou aqui para tentar ajudar e provar minha inocência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conte-me como você conheceu o Paulinho.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Esse Paulinho, conheci ele através do Branco. O Branco, que me comprou o cigarro, já conhecia o tal de Aldair, que era amigo do Paulinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Narre-me como você o conheceu. O Branco chegou com ele? Aonde? De que forma foi?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Branco se encontra ainda em Brasília? Em Taguatinga?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continua trabalhando?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Trabalhando não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele é contumaz?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o nome do Branco?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Marcos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor saberia localizá-lo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – A família dele mora em frente à 17ª, os pais dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos convocá-lo para ser ouvido. O Sr. Naurides, da Secretaria, irá fazer um requerimento para convocar Marcos, Branco, cujo endereço o Raul irá nos passar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou interessado em saber como você conheceu o Paulinho.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Esse Paulinho eu conheci através do Branco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Na Feira dos Importados mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Branco checou com ele lá?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Chegaram o Branco, o Paulinho e outro cara moreno. Do outro não sei bem o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um terceiro.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Ficaram lá para arrumar o celular. Arrumamos tudo direitinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Apresentou-se?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É. A gente pegou conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ficou amigo dele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Fiquei cuidando do meu trabalho, como até hoje eu cuido do meu trabalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você o via de vez em quando?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Ele sempre chegava lá para arrumar celular, para o negócio todinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual negócio todinho?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Foi pegando mais contato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Arrumava celular e o que mais?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Só celular mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só ia arrumar celular?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Quando quebrava ou precisava de uma bateria. Qualquer coisa assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca propôs nada? Nunca negociou nada com você?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA –Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você brigou com ele alguma vez?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Com o Branco, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não estou falando do Branco, mas do Paulinho.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Nunca briguei com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca teve nenhuma desavença?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca o chateou?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Que eu saiba, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que, no depoimento, ele disse que você comprava carga roubada dele? Ele pode estar querendo fazer mal a você em alguma situação, por algum motivo? Ele tem motivo para isso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, acredito que não. Não tenho vínculo nenhum com ele. Nunca tive vínculo nenhum com ele. Sou uma pessoa que anda sozinha, cuido do meu trabalho, caí nessa tentação desse negócio, mas... Se eu tivesse comprado cem cargas, chegava aqui e falava, porque o crime é um só. Acho que é isso. Hoje me arrependi do que realmente aconteceu comigo. Nunca comprei carga roubada, não conheço o Tatico, não tenho vínculo nenhum com o supermercado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só me ajude a esclarecer uma coisinha que não ficou clara. Tu foste lá em Uberlândia, olhou o cigarro, gostou, comprou, deixou o carro, veio e vendeu para o Branco o cigarro.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Recebeu do Branco uma camionete?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Uma camionete. Essa foi repassada para o proprietário. E até hoje está enrolado isso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a camionete era roubada?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, era alienada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Alienada. E o teu carro?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O meu carro também era alienado. Também ficou lá. Com o tempo, a financeira foi e readquiriu o carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, você também deu prejuízo para o outro?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, tu também deste prejuízo para ele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, porque na época passei um lote para eles aqui, no setor de mansões de Taguatinga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pagou com o terreno?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pagou com o terreno?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É, porque eles começaram também a me ligar e a ameaçar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem te ameaçava?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O próprio Aldair, esse tal de Aldair, que o Branco tinha contato com ele, e o homem lá da transportadora também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não lembra o nome?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, mas esse rapaz aí deve lembrar muito bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem deve lembrar? O Altair?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O Paulinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Paulinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você só conserta telefone ou vende?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Conserto e vendo também aparelho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe o nome verdadeiro do Paulinho?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou a vender para introduzir em presídio telefone, ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Se cheguei a vender para ele telefone?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vender telefone para introduzir para preso, em algum presídio, alguma coisa?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, jamais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, estou perguntando para você se alguém comprou com essa finalidade.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não, não, isso desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o Paulinho tem apelido de Paulinho, se o nome dele não é Paulinho?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não sei. Conheço como Paulinho. É como estou falando para o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabe que o nome dele é Cléverson?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não tenho vínculo nenhum com ele. É como estou falando para o senhor, não tenho vínculo nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Interessante, ele também não sabia que seu nome era Carlos Roberto, não! Era só Raul.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Pois é, mas somos conhecidos em Taguatinga todinha. E o senhor pode mandar averiguar, todo o mundo me conhece como Raul, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Normalmente você é conhecido pelo apelido no seu meio.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – E, quando a pessoa procura o meu nome, não nego, meu nome é Carlos Roberto Gomes de Oliveira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, tenta-me responder, Carlos Roberto, por que você está sendo acusado aqui. O que teriam o Cléverson ou o Paulinho Severino contra você para fazerem isso com você, se você nada de mal fez a eles? Você não tem nenhuma...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Nenhum vínculo com ele, nunca tive, nunca comprei mercadoria dele, não tenho vínculo nenhum com ele. Conheci através desse Marcos, como já falei, e não tenho vínculo nenhum com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Amizade você nunca chegou a ter? Nada de intimidade?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não. Nunca saí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece a casa dele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não conhece a sua?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – A minha casa ele conhece, ele sabe onde é, porque é perto da feira lá, onde trabalho, onde moro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele nunca entrou na sua casa?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, que eu saiba, não. Que eu tenha conhecimento, não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é casado?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Sou...tenho família.

O SR. OSCAR ANDRADE – Amasiado?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua esposa conhece o Paulinho?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Deve conhecer, porque ele ia lá na banca, e ela trabalha junto comigo. Mas não tem vínculo nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Amizade não tem? Intimidade não tem?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca saíram juntos? Nunca passearam juntos? Não tem relação alguma?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se o senhor o vir, reconhece-o?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Reconheço. Ele é um magrinho, meio esquisito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não precisa dizer. O senhor o reconhece?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Na hora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Embora ele tenha um outro nome, o senhor diz: "Esse é o Paulinho!" O nome dele pode ser outro, mas esse é o Paulinho.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como ele vai chegar para o senhor: "Olha, esse é o Raul. Se ele tem um outro nome, não sei. Mas que é o Raul é o Raul. É isso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem que deixar claro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Requeiro, Sr. Presidente, a presença do Cléverson.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que nós queremos, Sr. Raul – o Cléverson está aí – é que ele diga o que sabe do senhor e que o senhor diga o que sabe dele. Porque o que queremos, agora, é esclarecer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Solicito ao Sr. Secretário que faça adentrar na sala o Cléverson.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o seu patrimônio hoje?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu tenho só as minhas bancas na feira dos importados de Taguatinga e moro de aluguel em Taguatinga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem mais de uma?

O SR. POMPEO DE MATTOS. – O senhor tem quantas bancas?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – São duas pegadas. Uma banca com 2,20m por 1,90m.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem fiscalização lá?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem duas bancas?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Duas bancas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que cuida das bancas?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA –Atualmente, a minha esposa está lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A sua esposa. E o senhor faz o quê?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu, a minha esposa e o meu filho, que é técnico.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, os três cuidam da banca? E o que essa banca opera, o que ela negocia?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA –Acessório para celular.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só isso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Só isso. E o meu filho dá assistência técnica.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A origem é sempre da região de Foz do Iguaçu? Você vai lá, viaja e compra?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – De Foz de Iguaçu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que compra?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu mesmo compro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor tem de patrimônio fora disso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu não tenho nada, só isso mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Carro?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Carro não tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Casa?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu não tenho casa, moro de aluguel em Taguatinga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto o senhor paga de aluguel por mês?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu pago R$ 600,00.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Seiscentos reais. O senhor contou aí o negócio do cigarro? Qual é outro negócio parecido que o senhor acabou se enrolando?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Nenhum negócio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca mais comprou cigarro?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor. Como eu falei aqui para o senhor, eu parei do ramo de cigarros e fui mexer com assessórios.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está. E celular, o senhor comprou algum celular que depois...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – De procedência duvidosa, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas mesmo que o senhor não soubesse?.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, eu nunca tive problema com polícia. Graças a Deus.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse que vendeu para o Branco a carga das 40 caixas de cigarro. E, pelo que o senhor sabe, para quem o Branco vendeu?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu não sei. Acho que ele vendeu a retalho pelos botecos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas para quem?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Pelos bares aí. Eu acho que ele vendeu nos bares. Eu não sei, só ele é que pode esclarecer isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas é que o senhor diz assim: "Eu dei um carro e mais doze mil pelas quarenta caixas e recebi uma camionete". Aí eles o pressionaram para pagar a carga. O senhor deixou o carro lá, porque ele era alienado e a empresa, a proprietária verdadeira do veículo, acabou retirando...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Exato, a GM.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor foi pressionado a pagar. E por que não pressionou o Branco a pagar o senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Porque ele simplesmente sumiu e passou para mim um lote desses de invasão, de mansão, e, quando eu fui correr atrás da documentação, ela era fria, ela não existia. Entendeu, então, o lote não existiu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer, ele lhe pagou com a camionete que era alienada?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Certo. Depois pegou a camionete e me deu um lote.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E lhe deu um lote que era ilegal.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É, daqueles tipo assim cessão de direito, mas quando você vai ver não tem nada. Entendeu?

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Aí, ele sumiu, simplesmente sumiu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor perdeu tudo, daí?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não perdi tudo porque ele me deu uma parte. Mas nunca cheguei a perder tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto o senhor perdeu? Quanto o senhor ganhou?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu perdi na faixa de uns treze a quatorze mil reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perdeu a metade, seria isso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por quanto o senhor vendeu para ele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu não lembro porque foi rolo nesse negócio. Eu sei que se margem de lucro, se eu pagasse para o pessoal e recebesse, eu ganharia na faixa de R$ 2 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É um negócio tipo 28 a 30? Comprou por R$ 28 mil?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É mais ou menos por aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E, na verdade, o senhor recebeu, desses 30, só uns quinze ou dezesseis, dezessete?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, em dinheiro mesmo eu não recebi isso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor recebeu de que forma?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Recebi... Ele passou para mim um outro carro, e esse carro era quitado. Passei o carro para frente, vendi o carro por R$ 10 mil para um sargento da Polícia Militar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que carro que era?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Era um Tempra, também, 94.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor entregou um Tempra e pegou outro Tempra?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, entreguei a S-10 e peguei um Tempra. E o outro ele passou um lote para mim, um lote que não existe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah! Então ele passou três bens patrimoniais?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Na verdade, ele passou três bens, mas o que constava mesmo só foi um porque foi o único que tinha direito legal, porque os outros não tinham procedência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor depois nunca mais? O senhor sabe onde o Alemão mora, não sabe? O senhor disse aqui.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu sei onde os pais dele moram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde os pais dele moram?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Lá em frente a 17ª Delegacia de Polícia, em Taguatinga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que é o nome do pai dele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não sei o nome do pai dele. Eu sei que ele é conhecido como Branco, mas o nome dele é Marcão, chama Marcos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O nome dele é Marcos. O senhor não sabe o nome do pai dele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não sei o nome dele completo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas sabe indicar?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu não tive vínculo com ele, o meu vínculo foi só pra mim tentar ganhar os R$10 mil, eu não tive vínculo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas aí me explica uma outra coisa que eu não consegui entender: o senhor não tinha vínculo com o Branco, mas o senhor foi procurar o Branco para vender as caixas de cigarro? Porque o Branco não sabia que o senhor tinha cigarro, ou sabia?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não, não sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor que procurou ele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, teve uma pessoa que freqüentava lá o escritório, chamado Carlinhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O escritório de ouro?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso. Certo? Ele fabricava peças, esses negócios, então ele... Foi ele... Eu falei pra ele que tinha um pessoal que estava com um... Ele falou: "Tem um cara que compra". Aí ele foi e me apresentou esse Branco; o Carlinhos, esse Carlinhos, ele mora aqui no Guará.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome do Carlinhos?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu não sei também, sei ir lá na casa dele, mas o...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bem, então eu também requeiro que nós...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois pediremos uma diligência, ele poderá indicar os endereços.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para localizarmos o Carlinhos e chamarmos o Carlinhos também para ser ouvido aqui. O Carlinhos lhe apresentou o Branco?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Apresentou o Branco, exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que o senhor não conhecia até então?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não conhecia nem o Branco, nem o Paulinho, nem o... Por sinal, esse Carlinhos eu não conheci não foi nem no meu escritório, eu conheci ele através do meu irmão.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Aldair, você conhece como?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O Aldair eu não tive vínculo nenhum com ele, só através de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Telefone.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – De telefone, não sei nem quem é essa pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, não conhece, não.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não tive vínculo nenhum, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só telefone.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Só telefone.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Raul, só para esclarecer, como foi feita a ameaça a sua pessoa por telefone?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Hoje?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que telefone o senhor atendeu? Foi na sua casa?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, foi o celular.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No seu celular?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Meu celular.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então provavelmente ele era pessoa sua conhecida?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não sei, porque o telefone...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o tipo de voz, o timbre?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Olha, ele falou assim, tipo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era homem ou era mulher?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Homem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Homem.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Tipo assim bandido, como se tivesse muito nervoso: "Meu irmão, meu irmão, tu não vai lá não, não vai lá não que tu vai ficar preso lá". Eu falei... "Meu cartão tá acabando, tchau", aí desligou o telefone.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele te ligou de um telefone público, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Aí em seguida tornou a me ligar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Te ligou de um telefone público?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Me ligou de novo desse número aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E esse número, pelo que o senhor sabe, é público?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Telefone público.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Aí eu peguei o...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Telefone público.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É público esse aí?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi checado?

O SR. OSCAR ANDRADE – É público, já checou.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Mas aí eu liguei na Telebrasília, e a Telebrasília falou que o telefone é de residência. Esse telefone aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse aqui é na 703 sul.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Esse aí?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O telefone de que ligaram para mim é 223-2435.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso, ele é na 703 sul.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu liguei na Telebrasília, falou que esse telefone não estava...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem você conhece na 703 sul?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Conheço ninguém, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ninguém?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso aí o cara pega o primeiro telefone e "manda bala".

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece ninguém, não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Numa área desconhecida. Vou deixar com você para...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, acho que podíamos também quebrar o sigilo desse telefone. Até para nós...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É telefone público.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não vai saber nem quem...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Podemos fazer uma investigação na área para saber se tem alguém ligado às pessoas...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Porque eu achei meio duvidoso pelo seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero deixar claro para você inclusive colaborar conosco: temos sentido que tem gente tentando obstruir o trabalho da CPI com ameaças diretas e indiretas àqueles que resolvem colaborar. Então qualquer indício é

bom que o senhor avise para não ficar sob ameaça e amanhã ela se tornar real.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Porque eu estranhei pelo seguinte, porque os agentes que me entregaram a intimação, eles me entregaram a intimação por volta de umas duas e meia pra três horas. Eu não comentei isso com ninguém, só com minha esposa, que estava presente. Aí, quando foi na terça-feira, eu chamei meus dois compadres e comentei com ele por volta assim de umas nove e meia para dez horas. Quando eu termino, quando eu estou comentando com ele o telefone toca, o pessoal me ameaçando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi bem, logo em seguida ao senhor receber a intimação?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, eu recebi a intimação na segunda, os telefonemas foram na terça-feira, pela manhã, e ninguém estava sabendo que eu tinha recebido a intimação. Então quem ligou para mim sabia que eu tinha recebido a intimação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É, isso aí é uma...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Entendeu? E aí me ameaçou dizendo que não era para eu vir aqui não porque eu ia ficar preso se eu viesse aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aliás, Sr. Presidente, eu só quero registrar aqui que o que ele está dizendo é preocupante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bastante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Daqui a pouco... Quer dizer, está vazando de onde essas informações? Quer dizer, como é que as pessoas ficaram sabendo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, mas foi público o meu requerimento para convocar o Raul. Foi público, eu convoquei na outra reunião. Então, tinha imprensa, tinha tudo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E quando dos outros depoimentos se falou muito sobre o Raul.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não foi sigiloso, então é fácil, todo mundo fica sabendo, não tem... Parece que saiu até em jornal.

Cléverson, conhece esse senhor?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é ele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Raul.

O SR. OSCAR ANDRADE – Raul. Sabe o nome todo dele ou não?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, o verdadeiro eu não sei não, eu conheço ele por Raul.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece ele como Raul.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da onde?

O SR. OSCAR ANDRADE – De onde você conhece ele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Conheço ele daqui mesmo, de Brasília.

O SR. OSCAR ANDRADE – É? Como você conheceu ele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Conheci ele através do Moacir, do Renato, de várias pessoas aqui em Brasília.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe o que ele faz?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Sei que ele tem uma loja de celular e compra carga roubada. O que eu sei dele é isso. Intruja, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Intruja. Intruja é quem faz a intermediação.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O intermediário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que circunstâncias você já esteve com ele, quantas vezes e em quantas situações?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Inclusive em compra de cigarros, de mercado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é a história do cigarro que você vendeu, ou arrumou, para vender para ele? Como ele o conhece, com que nome?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Por vários nomes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vários?

O SR. CLEVERSON – Ele me conhece... Se quer saber, pelo meu nome ele não me conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cleverson é o seu nome. Quero saber como ele te chama.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Paulinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Paulinho?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Paulinho Severino.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é a história dos cigarros? Conta para nós.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um pouquinho. Ele está de capuz.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu conheço ele. Eu sei quem é ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe quem é ele pela voz e fisicamente?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Fisicamente eu sei quem é, eu conheço ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E pela voz o senhor reconhece que é ele mesmo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Conheço. Sei quem é. Só que ele nunca me vendeu nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um pouquinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos perguntar ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor vai ter liberdade de esclarecer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conta para nós como é a história do cigarro.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse cigarro é um cigarro que eles foram buscar lá em Uberlândia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em Goiânia?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Em Uberlândia, Minas Gerais. Inclusive, desse cigarro ele ainda me deve dinheiro, porque eu falei que tinha cheque que não é nesse nome que ele tem. Vários cheques dele têm voltado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem cheque dele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Tenho cheque dele com outro nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) — Em que lugar de Uberlândia ele foi buscar o cigarro, você lembra?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Numa transportadora. Num lugar que é uma transportadora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como chama a transportadora?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu não me lembro. Não me recordo do nome da transportadora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas sabe chegar lá?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Sei chegar lá na transportadora.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem é a transportadora?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Inclusive, o dono da transportadora estava envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele foi com você lá?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Até fui cobrar dele depois e ele falou que não, que já tinha pago para o rapaz...

O SR. OSCAR ANDRADE – É aquele mesmo da fita, da gravação?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não. É outro. Até falei dele para o Dr. Celso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele foi com você lá, o Raul?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, ele não foi comigo. Ele foi sozinho, com outro amigo meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é o amigo?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O Renato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele foi com o Renato?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual foi, me conta, seu contato com ele? Quantas vezes já esteve com ele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Várias vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é sua relação com ele? Sua relação com ele é de amizade, de intimidade, como é?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Só para negociação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só para negociação?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Só para negociação de carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como funcionava? Você chegava, fazia o contato, ligava para ele, alguma coisa assim?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – É. Eu ligava para ele quando tinha mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra o telefone dele, ou não?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ah, a gente esquece. Vai indo, vai esquecendo, porque usa muitos telefones, vários telefones.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já teve telefone "capeta" dele? O celular "capeta"?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já, já tive vários.

O SR. OSCAR ANDRADE – "Capeta" é...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – É daqueles que não pagam conta. Já tive vários.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já teve? Ele te forneceu?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já. Ele mesmo já me vendeu telefone também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também nessa situação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É comum ele fazer esse tipo de telefone, de celular "capeta"?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ah, comum não é, certo não é.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas lá no negócio dele, ele faz para muitas pessoas?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Faz. Ele arruma para muita gente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem é que arruma?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele arruma. Não sei através de quem, mas ele arruma para várias pessoas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele sabe fazer a...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Usa documentos de outras pessoas. A conta vai, mas não vai para a pessoa certa que está usando o telefone. Aí a pessoa usa dois, três meses o telefone, estoura a conta, aí cortam o telefone.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É uma espécie de clone?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Isso. Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – A questão desses cigarros lá de Uberlândia, como se deu isso? Ele foi a Uberlândia chamado por quem, quem apareceu com isso?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Nós tínhamos cigarros para vender, eu, o Pedrinho, o Renato...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você, o Pedrinho...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu, o Pedrinho e o Renato e mais o Moisés e quem intermediou. Foi a primeira vez que eu fiquei conhecendo ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto de cigarros era?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ah, era muito. Não me lembro mais, mas era muito cigarro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muito quanto: uma carreta, um caminhão três quartos?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Um caminhão. Foi até um caminhão que trouxe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais ou menos quantas caixas, não sabe? Quatrocentas, quinhentas caixas?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Nessa faixa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto custou, você lembra?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu não me lembro mais o preço, mas ele ficou me devendo R$12 mil e me passou mais um Tempra que era "cabrito", ficou lá em Uberlândia e está preso até hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Tempra era "cabrito"?

O SR. CLEVERSON – Era. Ele me passou o Tempra como sendo quitado.

O SR. OSCAR ANDRADE – "Cabrito" é ilegal?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não. O carro era financiado e foi quebrado o financiamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. Além do Tempra, quanto mais de dinheiro envolvia? Ele deu algum dinheiro?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Deu. Deu um pouco em dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não me lembro mais. Não recordo mais o valor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem cheque também você lembra quanto?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Cheque eu não lembro. Sei que eu tenho R$12 mil de cheque dele, eu tenho como comprovar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele afirma que comprou quarenta caixas. É isso mesmo? É só isso?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não é só isso. Ele pode falar que comprou duas, três, mas comprou bastante. Foi um caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi um caminhão de cigarros? Ele teria comprado junto com outro?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Teria como?

O SR. OSCAR ANDRADE – Comprado junto com outras pessoas, não? Dividido?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, não chegou ao meu conhecimento outras pessoas, a do cigarro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com relação a cargas para o supermercado Frangão, o que você lembra?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Isso agora, para outros supermercados, tenho mais conhecimento, que é sobre mercado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos falar de supermercado, que você tem mais conhecimento. Aí era você mesmo que trazia a carga?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu, Moisés, e eu tinha meus colegas. Era nós mesmo quem trazia. Trazia e ele só intermediava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conte a sua participação nisso junto com ele, a sua presença junto com ele. Em quais circunstâncias se deu? No Frangão, nos outros supermercados.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Só na hora que vai receber. Na hora que vai receber, vai somar nota para saber o valor que deu, ele é quem soma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas aí você estava com a carga roubada, você quer vender, é você quem fazia contato com Raul?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu fazia contato com Raul. Várias vezes fiz contato com ele. Muitas vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ligava para o celular dele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ligava para o celular dele. Então, o celular dele tenho marcado. Não sei de cor, mas tenho marcado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acompanhava?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já acompanhei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde você já acompanhou?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já acompanhei no Frangão, no Tatico.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o recebimento, como era feito?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Uma vez já recebi, como falei da outra vez, lá mesmo dentro do supermercado, e já recebi o dinheiro que ele mandava para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aquela senhora que pagava você era de que supermercado?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Uma que pagou para mim, nem pagou para mim, pagou para ele. Ele me passou depois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava junto?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu estava junto e vi na hora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como ela se chamava?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu não tenho certeza do nome dela para falar, mas se vê ela pessoalmente, como ele falou que vai trazer, eu reconheço. Pode trazer o pessoal que reconheço. Eu não me lembro o nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nessa ocasião o Tatico estava junto?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele só passou e pediu para a pessoa pagar, essa menina pagar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você viu o Tatico?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Vi o Tatico.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele viu também?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele viu também. Ele negociava direto com ele por telefone.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por telefone?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele com Tatico?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Junto conosco. A carga, o valor, ele olhava a nota, a carga, o valor é tanto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele mesmo conversava com vocês?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele mesmo conversava. Várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que telefone?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Do telefone dele não me lembro. Tenho o telefone do Tatico marcado. Inclusive, falei para o Dr. Celso se quisesse, antes, para a gente conversar. Já conversei

com ele por telefone também. Inclusive, tenho mais prova que viam negociar com Raul. Conversei com o rapaz por telefone e tenho mais prova. Não sei se ele já conversou com Dr. Celso, mas ele ia conversar com o Dr. Celso, que vai ter mais prova. Prova que viu eu já negociando com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa outra pessoa? Você não quer declinar o nome?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não quero falar o nome, por enquanto, aqui, que ele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É preferível manter mesmo o sigilo para que não haja ameaças como houve com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor ouviu aí o Paulinho falando...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Ouvi.

O SR. OSCAR ANDRADE – ... que você negociou com o Tatico, que algumas vezes você ligou, conversou, que ele esteve presente junto com você e com o Tatico, que ele mandou uma funcionária te pagar. Isso ele presenciou uma vez. E aí?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Vou lembrar aos senhores o seguinte: estou sob juramento, certo? Então, não tenho interesse nenhum em mentir. Não sei por que o Paulinho está fazendo isso comigo, porque eu nunca fiz nada para ele. O cigarro que comprei, como já falei para os senhores aqui, foi quarenta e poucas caixas. Eu levo o senhor na transportadora junto com a equipe de vocês. Levo lá, sei onde é, a gente localiza a pessoa, e a pessoa vai falar realmente quantas caixas me vendeu. Nunca comprei nada de mercado dele. Estou sob juramento, e juro pela minha filha, que tem um ano e três meses. Nunca comprei nada de mercado dele. Vendi um celular para ele. Isso eu vendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o Paulinho estaria fazendo isso com você?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não sei. Estou desconhecendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu lhe perguntei se você fez algum mal ao Paulinho.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não sei. Deve ser pelo fato de os R$12mil ele não ter recebido. Porque não fui eu que negociei. Foi como falei para vocês: o Carlos entrou em contato com ele, o Carlos, certo? Um tal de Odair, que ele sabe muito bem quem é. Meu carro que eu passei para ele...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Tem essa pessoa mesmo.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Meu carro que passei para ele, o Tempra, para eles lá, para ele, não, porque nunca tive vínculo nenhum com ele, nunca negociei com ele. Acho um absurdo ele estar falando isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você passou o Tempra para quem?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Passei o Tempra para o homem da transportadora. Eu levo você lá. Tenho como provar isso. Eu nunca tive vínculo com o Tatico, gente. Não conheço Tatico de lugar nenhum. Nunca fui a um mercado dele nem para comprar nada.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele já vendeu várias vezes para o Tatico. Agora pode até defender, falar que não conhece o Tatico, porque deve estar recebendo uma boa grana do Tatico também, mas eu tenho certeza...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu posso continuar?

O SR. OSCAR ANDRADE – Espera.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – ...que ele tem envolvimento com o Tatico. Isso eu tenho certeza e eu tenho certeza que nós vai provar isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um pouquinho. Qual é o telefone que o senhor usava?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O meu telefone é esse aqui: é 928312... O senhor pode rastrear ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sempre foi esse?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Sempre esse aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto tempo faz que o senhor tem esse telefone?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Tem, mais ou menos, três anos.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu conheço ele tem uns, no máximo, uns seis meses que eu conheço esse telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – 928...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Você não me conhece há uns seis meses. Você foi o cara que você foi lá do lado com o Marcão... Você estava devendo para o Marcão. O Marcão te apresentou. Você não me conhece há seis meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seis meses que você conhece ele ou o telefone dele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Então, como é que você me vendeu carga roubada, se você me conhece há seis meses?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse telefone eu só conheço tem uns seis meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – O telefone que ele tá dizendo, 928...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – 921-8312. Faça isso não, rapaz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o telefone da sua casa?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É 351-1872.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 351...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Tá até bloqueado o telefone...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um pouquinho.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – ... por falta de pagamento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 351... Por favor, 351...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – 1872.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 1872. Quanto tempo o senhor tem esse telefone, o 351?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Esse, assim que eu mudei para Taguatinga, ele foi instalado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto tempo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Tem, mais ou menos, um ano e pouco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E antes?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Antes como?

O SR. OSCAR ANDRADE – E o 942-8246?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Esse foi roubado, esse aparelho. Era meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra desse número?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu tenho ele anotado. Está com o Dr. Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – 921-8312?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – 921... Esse é o meu atual.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, esse é o que você falou agora?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso, atual, é.

O SR. OSCAR ANDRADE – 563-7008.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – 563-70...

O SR. OSCAR ANDRADE – 08.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Esse é orelhão, fica em frente à feira da loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – É orelhão?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É orelhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – E 351-5991?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – 5991. Esse também é orelhão também. Fica em frente à administração da feira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os dois são orelhão?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso, é, porque a Telebrasília não instalou telefone, não abriu exceção para botar telefone nas bancas. Então, a gente fazia...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, me esclarece. Quando que foi roubado o 942...

O SR. OSCAR ANDRADE – 8246?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Esse aí deve ter, mais ou menos, uns... deve ter mais de ano. Não sei a...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu quero que você me explique bem agora, porque é importante. Quando roubaram o 942-8246, o senhor deu queixa na polícia?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não dei queixa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como? O senhor não registrou ocorrência?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não foi registrada ocorrência?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não registrei ocorrência. Tanto que eu perdi o número porque esse número é número de linha, e a conta...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas, então, o senhor cancelou na...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É, foi cancelado o número.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor mesmo foi lá?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, a operadora foi quem cancelou por falta de pagamento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por falta de pagamento?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas eles não cobraram do senhor a... porque estava no seu nome?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Hã?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não cobraram não. Passaram para cartão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ninguém pagou?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A operadora tomou prejuízo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, esses telefones, eu acho que estou fazendo confusão... esse telefone eu acho que ele é cartão. Ele foi roubado, mas é cartão. Pode ligar para a operadora para confirmar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 942-8246?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse é cartão?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Cartão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto tempo o senhor teve esse telefone?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu tive ele, aproximadamente, quase um ano. Um ano e pouco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um ano e pouco?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, vamos estabelecer os períodos. Esse que o senhor tem agora, o 9218312, quando é que o senhor pegou ele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Tenho quase dois anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quase dois anos. Então, significa que o senhor pegou lá no final do ano...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Em 99, por aí assim, ou 2000, eu não sei. Pode ligar para a operadora, o telefone é velho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em 99. Daí esse 942, o senhor ficou por quanto tempo com ele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Quase um ano também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quase um ano. E antes desse?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Antes desse, eu não sei não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Porque me parece... Voltando no tempo, que ano teria sido a negociação desse cigarro?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Desse cigarro, tem muito tempo já. Deve ter o quê? Uns cinco, seis anos, nessa faixa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quatro, cinco anos. Aí os telefones não eram esses.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Então, tem que ver que tipo de telefone foi que é para ver... porque, se for meu, eu garanto para os senhores que eu falo que é meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá. Deixa eu buscar uma coisa. Quando é que foi a última vez que o senhor fez negócio com ele? Quanto tempo faz?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Deve ter um ano.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Fala a verdade, pô. Eu não quero que você me prejudique, cara. Fala a verdade. Por que você está fazendo isso comigo?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O que eu tô falando é verdade.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Você não está falando a verdade. Você nunca me vendeu carga, cara. Que que é isso? Não faça isso comigo não, meu amigo. Eu tenho minha família para criar.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ah, agora você pode...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Você nunca me vendeu nada, cara. Seja homem, faça isso, pelo amor de Deus.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Você tem mais é que se defender mesmo.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Tá sob juramento, moço. Que que é isso?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu estou aqui para falar a verdade.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Você está sob juramento. Você tá mentindo, cara.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Se fosse para mentir, eu podia falar o que você pedir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu quero que o senhor me explique então...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabia que o Cleverson... o Paulinho era envolvido com roubo de carga?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É como eu estou falando para os senhores aqui: eu não tive nunca... nunca negociei com o Paulinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei. Que nunca negociou você já falou.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Só que essa carga, essa carga desse cigarro, eu assumi... Eu estou falando para vocês que eu comprei, porque eu comprei. Eu fui lá em Uberlândia lá, deixei meu tempra como garantia e trouxe o cigarro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabia que ele era envolvido com o roubo de cargas?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu não conhecia o Paulinho nessa época. Nem ele eu conhecia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois que o senhor ficou conhecendo, o senhor sabia?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Quem me apresentou a ele foi o Branco. Mandem chamar esse pessoal que estou falando, que vocês vão ver quem está falando a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos chamar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Raul, só um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conhece o Branco?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O Marcão ele conhece.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ah, o Marcão eu conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é o Branco?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse Marcão negocia também, é um dos intermediários do Tatico. Se chamar ele aqui, ele vai...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Foi para esse que eu vendi o cigarro, as 40 caixas de cigarro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é que tem o Marcão?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O Marcão é um dos intermediários do Tatico também. Se chamar ele aqui, ele é um covarde e, com certeza, ele vai contar tudo e desmascarar ele também.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Marcão?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele também intermediava?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um pouquinho. Raul, quero repor algumas coisas: o senhor chegou aqui e está muito certinho: "Não, assumo, realmente fiz isso aqui."

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Mas não adianta eu mentir...

O SR. POMPEO DE MATTOS – A CPI sabia tudo o que senhor disse e sabe muito mais coisa que o senhor não está dizendo. E, se sabíamos e o senhor confirmou isso, obviamente dá para fazermos uma leitura daquilo que nós sabemos, decorrente disso, que o senhor está negando, até porque há a clara intenção de o senhor assumir a questão do cigarro, mas não assumir as outras questões, porque chegam a alguém maior que o senhor, que o está pressionando, ou ameaçando-o, ou protegendo-o. Queremos que o senhor abra o jogo, senão vai sobrar para o senhor e, aí, o grande ficará protegido. Assim como descobriu a história das caixas de cigarro, a CPI sabe muito mais e vai a fundo e provará muito mais, o senhor pode ter certeza. E, então, vai sobrar só para o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos chamar o Moisés, o Marcão, todo mundo, o senhor sabe que vamos chamar. Então, preste atenção: o senhor está tendo uma chance aqui. Sabemos dos erros que podem ser cometidos e acho que é possível tentar apagar isso de uma forma mais amena, está certo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O depoimento é claro, já ouvimos outros envolvidos, sabemos de tudo o que está acontecendo e de seu envolvimento. Essa questão do cigarro não é só isto: nem foram só 40 caixas, nem morreu nisso aí. É claro, já temos o mapa de tudo e vamos buscar todas essas figuras envolvidas.

Não tem jeito mais. Se o senhor quiser, proporei ao Presidente, agora, neste minuto, que se feche a reunião e se abra uma reunião reservada, sem público, sem imprensa, para ouvirmos do senhor verdades. Dessa forma, poderemos até ajudá-lo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vai sobrar só para o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso é prerrogativa da CPI e estou dizendo em público isso. Se o senhor quiser atuar dessa forma, faremos isso, porque o senhor tem esse direito, se assim for concedido pelo Presidente.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Vou falar para os senhores de novo: eu não...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou, então, o senhor mantenha a sua posição porque vamos, depois...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Vou falar para o senhor: não tenho vínculo nenhum. Digo aqui, estou sob juramento, e juro pela minha filha, que tem 1 ano e 3 meses: não tenho vínculo nenhum com esse cidadão, nunca comprei carga dele. Vou falar para o senhor: quem sou eu para querer mentir para vocês? Quem sou eu? Vocês têm a inteligência toda do lado de vocês.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – E esse computador aí?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É só querer...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – E a carga de computador?

O SR. OSCAR ANDRADE – Cleverson, fale, por favor.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – E uma carga de computador que você comprou tem pouco tempo, que eu fui preso por causa dessa carga sem eu estar junto?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Você forneceu para quem essa carga?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O Neném que vendeu para você, você mesmo comentou comigo.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Então, você traz o Neném para provar para mim, meu filho!

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Você mesmo falou para mim que foi você que comprou a carga.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Você está doido, rapaz? Você está doido? Pelo amor de Deus, não faça isso comigo não!

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele falou quando?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele falou tem mais ou menos 6 meses. Ele falou que comprou a carga de computador do Neném, um cara que já...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Sr. Presidente...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Neném?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O nome dele é Santana, só que chamam de Neném, é conhecido por Neném. Eu estava preso em Uberlândia por causa dessa carga, sem eu estar junto com ela. Quando cheguei aqui em Brasília...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vinha de onde?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Lá de Uberlândia. Quando cheguei aqui em Brasília, ele comentou comigo que comprou essa carga. Quem comprou foi ele a carga de computador. Ele comprou a metade e o César, lá de Franca, comprou a outra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece o Neném?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Santana?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na sua barraca, há peças de computador ou só telefone?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor. Podem passar lá, podem mandar uma pessoa lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou só perguntando. O senhor tem qualquer componente de computador ou só telefone?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor. Só acessório, não é telefone, não. Só acessório para celular: carregador, bateria, fone de ouvido, essas coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor forneceu quantos telefones para o Cleverson, para o Paulinho?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Vendi um para ele e um para a esposa dele, um telefone habilitado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vendeu? Por quanto?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Vendi um por R$170,00 e um telefone sem fio que ele pegou lá na minha loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, foram dois?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não. Dois aparelhos celulares...

O SR. OSCAR ANDRADE – E um telefone sem fio. Os seus celulares eram "capeta"?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é telefone "capeta'?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu não sei o que é telefone "capeta".

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não sabe?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu fui habilitar um e constou que ele havia sido roubado. Eu fui habilitar ele novamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se você não sabe, como você falou que não é?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Porque eu não mexo com telefone "capeta".

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu perguntei: "O telefone era capeta"? Você falou "não, senhor".

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não. "Capeta", como?

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu não sei. Eu estou perguntando.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O senhor me fez a pergunta. Repita, por favor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Explique para ele o que é telefone "capeta", por favor.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, o senhor pode falar que eu converso com o senhor mesmo, por favor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não. Eu somente peço a ele que explique o que é "capeta", por favor, já que você não sabe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele perguntou se os telefones, cujas linhas o senhor vendeu para o Paulinho, são "capeta".

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu não conheço telefone "capeta". Eu conheço o que é telefone "cabrito". É o telefone que a pessoa rouba e vai lá para habilitar. É um exemplo, entendeu?

O SR. OSCAR ANDRADE – Telefone "cabrito" é a mesma coisa que telefone "capeta"?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. "Cabrito" é de carro.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não. É porque no "capeta", eu uso a sua identidade, o seu CPF para habilitar. Então, vai ser em um outro nome. Eu vou usar o telefone, mas ele não está no meu nome. A conta, em vez de vir para mim que estou usando o telefone, vai para outro endereço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi esse tipo de telefone que ele te concedeu?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele me vendeu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele vendeu para você?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele me vendeu. Ele me entregou os telefones: três telefones para abater no dinheiro que ele me devia. Para ir abatendo. Ele me devia R$12 mil e iria abatendo.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Esse dinheiro é o que eu devo para ele do negócio do cigarro.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Isso. Foi desse jeito. Nisso ele está falando a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí, você deu os três telefones para pagar parte desta dívida?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não. O telefone celular não vale R$12 mil. Foi para pagar uma parte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso, para pagar uma parte. Viu? Estamos encontrando o caminho.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Foi um telefone para ele e outro para a esposa dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esses telefones eram "capetas"?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não eram "capetas". Eram celulares habilitados pela linha Americel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já eram habilitados?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eram "cabritos".

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não. Não faça isso...Por que você está fazendo isso comigo?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu ainda tenho um aparelho que fui habilitar ele novamente e ele estava com queixa de roubado.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não faça isso não, cara. Eu não te conheço. Nunca te fiz mal.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu tenho a nota.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vende celular já habilitado?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu compro celular de jornal, entendeu? A pessoa anuncia, e eu compro. Eu repasso celular. Não há mal nisso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não há não.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Por que você está fazendo isso comigo?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Porque eu estou falando a verdade. Eu não estou aqui para mentir, porque eu estou na CPI.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Você não está falando a verdade. Você sabe que não está falando a verdade. Não faça isso comigo, não. Você quer destruir a minha vida, a de um pai de família?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só que é muambeiro.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Exato, sou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você havia comprado os telefones que você concedeu para ele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu não comprei, gente. Se eu tivesse comprado eu falaria aqui. Poderiam ser cem, duzentos, trezentos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem a prova de que eram roubados?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O telefone? Sim. Eu tenho a prova de que era roubado. Eu fui habilitar... Eu tenho a prova. Posso trazer o aparelho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tem as provas de que o telefone é roubado.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu tenho o aparelho ainda.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Então, traga o aparelho, mostre para a Comissão, mostre para o pessoal então e prove o que você está falando. Não adianta. Para que você está fazendo isso?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu mando que, diante da CPI, façam uma ligação para Minas, onde está o aparelho, na casa do meu cunhado...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Mas não é roubado. Não é isso que você quer. O aparelho não é roubado

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu fui habilitar ele lá em Minas, novamente. O telefone está com queixa de roubo. Ele está usando pré-pago daqui de Brasília. Mas, está com queixa de roubo para habilitar em outro lugar.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu tenho aqui... da Anatel para qualquer pessoa ligar.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu mando você ligar diante da CPI, em Minas, na casa da minha sogra, onde o aparelho está. Passo, então, a serial, vocês puxam e dá queixa de roubado.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Aparelho roubado não habilita, rapaz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vendeu para ele esses dois aparelhos?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Vendi dois celulares.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você vende aparelho que você comprou...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu compro aparelho por R$120, R$130 e vendo por R$170, R$180 e até por R$200.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para ganhar um dinheirinho. Você dá a nota fiscal?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – A nota fiscal do cliente.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele tira a nota fiscal na hora.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – A nota fiscal do cliente. As pessoas compram o celular e eu compro o celular com a nota e passo para o pessoal.

Vocês querem ver quem está com a verdade? Mandem chamar o Marcos, esse pessoal que ele falou que eu comprei carga de celular, de computador, apurem esse pessoal. Vocês vão ver quem está com a verdade. Eu não estou mentindo. Não estou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você vai me contar agora. Eu perguntei antes, mas você começou e não evoluiu. O último negócio que você fez com ele, do qual você participou, no qual estiveram juntos, o que vocês fizeram, quanto foi pago, que material era,

o que ele comprou, qual o produto, enfim, conte-nos agora.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O meu último negócio foi carga de secos e molhados.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por favor, vá devagar. De onde era essa carga de secos e molhados.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Essa veio de Cristalina. Veio de Uberlândia, mas foi guardada em Cristalina.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi guardada lá?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Veio de Uberlândia e estava guardada em Cristalina? Como ocorreu?

O SR. OSCAR ANDRADE – Nos dê detalhes. Vocês chegaram com a carga, você roubou, como é que foi?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu não cheguei com a carga. Nós guardamos a carga em Cristalina. Eu vim até Brasília, comuniquei com ele e ele vendeu...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que você se comunicou com ele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu liguei para ele e falei que tinha a carga para vender.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que mês era?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu não me lembro do mês. Se eu falar o mês, estou mentindo, porque eu não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi neste ano?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não. Não foi neste ano mais. Foi no ano passado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No final do ano, no meio do ano?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Mais ou menos no final do ano. Essa carga foi vendida para o Frangão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa foi do Frangão?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Essa foi. Aí eu fui receber lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi vendida para quem?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Para o Frangão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para o Frangão. Por quanto?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi secos e molhados. Eu não me lembro o preço mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você chegou na cidade e ligou para ele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi carga de cento e poucos mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele intermediou?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele que intermediou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com o Frangão?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Com o Frangão. Mas só que eu recebi... No dia lá, fui receber junto, mas passa para ele, e é ele quem me paga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor e ele foram juntos lá?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Fomos juntos. Eu, ele e o Moisés.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor, ele e o Moisés?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – E o Moisés.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí foi pago em dinheiro ou em cheque?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi pago em dinheiro. Eles não pagam em cheque. Quem me pagou em cheque só foi ele que me pagou uma vez, porque passaram o cheque deles, que era pré-datado. Desse tempo pra cá, nunca mais eu peguei cheque, só pego se for dinheiro. Só pegava se fosse dinheiro. Hoje, eu não faço mais isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do valor da carga, você não se lembra?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não sei se foi de R$300 mil. Mas só que foi vendida pela metade do preço, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Em torno de R$150 mil?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Em torno de cento e poucos mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele pagou em dinheiro?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Pagou em dinheiro. Pagou a metade. Pagou a metade: a metade da metade à vista, e a outra metade pagou não foi nem em oito dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pagou um quarto?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do valor total?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ficou faltando um quarto, que era o acordo do...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente. Foram setenta e poucos mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi entregue no Frangão?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi entregue no Frangão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da Ceilândia ou do...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Lá de Sobradinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sobradinho?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Isso. Eu não me lembro o endereço de lá, mas eu sei chegar lá. Inclusive, eu levei o delegado lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Raul, o que o senhor tem a dizer do que ele está falando? Faz um ano e pouco, e é bom o senhor refrescar a memória, porque o Moisés virá aqui também.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos trazer todo mundo. Depois, não adianta o senhor chorar o leite derramado, porque vai estourar. Não é porque há um grande por trás que vamos parar as investigações. A CPI não quer pegar lambari; queremos pegar os tubarões mesmo! Queremos pegar os grandes.

Então, não adianta o senhor ficar aqui servindo somente de isca, porque os tubarões o engolem. Vamos pegar os tubarões, e o senhor precisa falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você, ajudando a CPI, está ajudando a si próprio.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Sr. Senador, vou falar aqui, como já falei, e vou continuar repetindo: traz o pessoal do Frangão. Tudo que ele está falando... A que vendi, a que intermediei... Traz o pessoal, coloca de frente comigo. Manda o pessoal falar que eu comprei, sem ele presente, e me apresenta ao pessoal. Pode falar assim: "O senhor conhece o Carlos Roberto ou Raul?". Faz isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Moisés, vindo aqui, não vai dizer?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Pode mandar todos que ele falou aí. Eu faço questão de me chamar numa sala e perguntar: "O senhor conhece aquele rapaz? Já negociou com ele?". Faz isso, sem ele presente, para o senhor ver. Eu não estou mentindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que o senhor diz "sem ele presente"? O senhor acha que ele convence os outros?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, eu não estou falando isso. Porque ele simplesmente está mentindo descaradamente, para todos nós aqui.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu não quero nem ver os outros. Eu estou sob proteção deles, e eles vão vir aqui e vão falar.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Ele está mentindo. Eu não sei porque você está fazendo isso. Se você vendeu alguma coisa para o Tatico, assuma que vendeu! O da mulher lá, assuma você mesmo! Não me envolva.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele já assumiu. Ele já assumiu.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu já assumi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele já assumiu.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Mas por que você está me envolvendo? Só porque eu lhe devo R$12 mil, cara?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não. Não é por isso.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É por causa disso, porque não existe outro motivo.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu não estou te envolvendo. Você é envolvido. Eu não estou aqui para mentir.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu não sou envolvido. Eu servi de quê?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu estou aqui para falar a verdade, e tudo o que eu estou falando está sendo aprovado. E, com certeza, vão aprovar isso também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cleverson, você conhece a família dele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu conheço só de vista, de chegar lá, negociar. Conheço a esposa dele e conheço um filho dele, que é maior do

que eu. Isso eu conheço. Esse menorzinho que ele está falando, eu não cheguei a ver.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lembra-se do nome dele ou não?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, não lembro o nome dele. Mas eu conheço ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem um filho?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O meu filho está ali no plenário, ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já é adulto?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não. Ele tem 18 anos. É ele que é técnico em celular. Eu não sei nem pra que lado vai celular. Se eu pegar um celular para aumentar essa campanhia do senhor, eu não sei aumentar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cleverson, você sabe onde ele mora?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Sei onde ele mora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde ele mora?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu só não sei o endereço de cor, mas sei chegar lá. É lá do lado da feira, lá em...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é a casa dele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – É uma casinha rosa, assim, no Sobradinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É dele ou é alugada?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não chegou ao meu conhecimento. Não sei. Sei que ele mora ali.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí, Sr. Raul?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu simplesmente quero que os senhores apurem os fatos. Quem sou eu para querer mentir para vocês?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu somente vou dizer para o senhor: é muita coincidência ele saber tudo do senhor. Contou a do cigarro, que termina no senhor e no Alemão, no Branco.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Exato. No Marcos, chamado Branco.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse Marcos Branco tem várias passagens pela Polícia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Termina no senhor e no Branco, ou seja, dá em ninguém. O senhor está vendo que dá em ninguém, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perguntei para o senhor o que o Branco fez com o produto? Muito rapidamente, disse: "O Branco deve ter vendido picado nos bares". Ou seja, não responsabiliza ninguém.

O que queremos pegar é o receptador, o grande. O que intermedia, o seu trabalho em si, isso não vamos vencer nunca. Há um monte de pessoas que faz isso, que rouba. Se não roubar, vai assaltar, narcotraficar, fazer sei lá o quê, porque é ladrão, bandido. Agora, o grande aproveita a ocasião. O receptador, temos que atacar no atacado. É isso que queremos, e o senhor está tendo o cuidado, mas o cuidado assim de medir as palavras para que não dê em nada para a frente. Até diz: "Até admito que comprei a carga roubada, fui lá, vi, sei o que é", mas o senhor está protegendo quem comprou a carga, está protegendo o receptador da carga, o senhor está tendo esse cuidado, e isso está explícito nas suas palavras.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não está, não, senhor. Sinceramente, não está, gente.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Posso falar?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode falar, Cleverson.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Agora, eu gostaria de saber dele também por que ele e o Tatico mandaram uma advogada lá no BOPE e por que ele foi ameaçar a minha esposa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto você pagou à advogada?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Que advogada?

O SR. OSCAR ANDRADE – A Drª Imaculada. Você conhece.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não conheço, não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca viu?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Drª Imaculada?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome dela? Qual é a Imaculada que o senhor conhece?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Conheço um advogado, o Dr. Eustáquio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Advogada.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, advogada não conheço nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Nenhuma. Conheço um advogado, Dr. Eustáquio, ele é ex-delegado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Drª Imaculada, o senhor não conhece?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ela disse que você pagou a ela?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Dr. Eustáquio era seu advogado em alguma causa?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não. Estou falando assim porque é o advogado que eu conheço. E a advogada do filho do dono da casa onde moro, uma senhora já de idade também, já bastante de idade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que a Drª Imaculada teria dito que você pagou 15 mil a ela para ajudar ele na cadeia?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Senhores, se eu tivesse R$15 mil eu comprava um barraco para eu morar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está dizendo que ele te acusou, que ele deve estar te acusando porque você deve a ele R$12 mil.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E à Drª Imaculada você deve alguma coisa?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Nem conheço essa Drª Imaculada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ela te acusaria?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe o porquê?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não sei, não. Sinceramente, não sei, senhores.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com certeza, o senhor mistura a verdade com a mentira, o que é pior do que a mentira, porque a meia verdade prospera pelo que é verdade e engana pelo que é mentira. Veja bem: o senhor diz: "Da onde vou ter R$15 mil?" Sabemos que o senhor não tem R$15 mil. Pelo que dá aqui, pelas informações que a CPI tem, o senhor não tem R$15 mil. Mas, nesse processo, não é dinheiro seu que está. Essas questões que estão aí não são os R$15 mil seu, patrimônio seu; o senhor está servindo de laranja para esse processo. Alguém está por trás do senhor dando apoio, dando proteção, dando as dicas, e é esse alguém que queremos saber. E é gente grande, e é gente, sim, que tem condições de botar em seu nome R$15 mil na mão de uma advogada. Bota no seu nome. Não é que seja dinheiro seu, é em seu nome; é isso que está acontecendo. Por isso que estou dizendo que o que o senhor está fazendo é protegendo alguém maior para que não cheguemos nos receptadores das cargas que o senhor intermedia.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Se eu tivesse algum vínculo, se eu tivesse vendido alguma coisa para o Tatico, eu chegava aqui e falava para os senhores.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sei se é só o Tatico, pode ser outro.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Esse cara do Frangão, que ele está falando, chama o dono do Frangão, manda esse cara vir e falar assim: "Você já negociou comigo..."

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos chamar. Ele já veio aqui. Vamos chamar de novo, vamos chamar um punhado de gente aí.

Cleverson, com calma, tente, por favor, descrever para mim como é a casa dele e onde é, perto de que fica. Quero só mostrar essa intimidade aí.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Fica na... Sabe onde é a Feira do Paraguai ali?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. Lá em Taguatinga.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Pois é, na Feira do Paraguai, ela fica nos fundos da Feira, para lá, assim do lado esquerdo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Próximo à feira?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Próximo à feira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é a casa? Lembra como é? É térrea?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – A casa tem um portão de grade, um sobradinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – É um sobradinho?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – É um sobradinho. Não cheguei a entrar lá dentro. Inclu-

sive no dia em que levei o Dr. Celso lá, eu tinha falado para ele, não fui lá dentro da casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está conferindo mais ou menos a descrição?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Está. Eu moro na QSC 01, casa 14.

O SR. OSCAR ANDRADE – É isso mesmo. É perto da feira?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É perto.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – De lado da feira dá para ver a casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – A esposa dele, como ela é? O senhor lembra?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – É forte, do cabelo bom.

O SR. OSCAR ANDRADE – Morena?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – É morena clara, é até mais clara que eu um pouquinho. Conheço a esposa dele também.

O SR. OSCAR ANDRADE – É isso mesmo? Mais ou menos por aí?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O filho dele, o senhor lembra dele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Diz que ele está aqui, mas eu não cheguei nem a olhar para trás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas você lembra?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele é alto, lembro dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pode localizar ele aqui?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Posso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conseguiria? (Pausa)

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Lá do outro lado, lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual? O que está com a mão no rosto?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – É aquele mesmo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É meu filho, é.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quais os carros que você conhece do Raul? Você lembra?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já vi vários, né? Se eu for falar tudo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Por exemplo?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Um Gol, um Pointer, Inclusive eu o vi até num Pointer esses dias na rua. Ainda liguei para o Dr. Celso dizendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um Pointer?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – É, um Pointer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Teve Pointer ou tem?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O Pointer é de um amigo meu chamado Leonardo, mora na Ceilândia, um Pointer vermelho.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Está vendo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Um Pointer vermelho. O Pointer existe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um Pointer vermelho?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como ele sabe tanto, não é? É sabido ele, né?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não sei, porque...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas eu sei.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Só garanto para os senhores que não estou mentindo, isso eu garanto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, para quem você mal conhece, ele sabe muita coisa, não é?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Tempra também. Ele já andou na minha casa com um Tempra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já foi num condomínio próximo a Sobradinho ali?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Já fui, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você 'teve lá com quem?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – 'Tive lá com esse Leonardo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Leonardo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É, o do Pointer.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que você foi fazer lá?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Ele ligou pra mim, lá, pra gente acertar sobre esse negócio do dinheiro que eu 'tava devendo pra ele. Aí, eu fui lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sobre?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O dinheiro que eu 'tava devendo para ele, os R$12 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pra quem? Para o Leonardo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, para o ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Paulinho Severino?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Faz mais ou menos 06 ou 07 meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seis a sete meses. Você 'teve com quem, lá?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – 'Tive com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com ele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só com ele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Com ele, e tinha um pessoal trabalhando lá na obra onde ele estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – É?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais ninguém?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Mais ninguém. E o Leonardo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esposa dele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – A esposa dele ele levou ela lá na feira para depois... Foi quando eu 'tive conhecimento dele. Ele 'teve em um pálio branco lá na feira.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – E por que ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe-me te falar, Raul, o condomínio, você conhece, você foi lá, né?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que tem um registro de entrada e saída, não tem? Depois disso, quantas vezes você foi lá e quando?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Ah, eu voltei lá mais uma vez, ou foram duas vezes, não me lembro bem ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo tem?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Foi na mesma ocasião...

O SR. OSCAR ANDRADE – Agora, mais próximo, quanto tempo faz?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não, na mesma ocasião que...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós temos o registro de lá.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Foi na mesma ocasião. Agora, o senhor pode ver...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos dias depois?

O SR. OSCAR ANDRADE – Agora, mais próximo...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Ah, não lembro, deve ser uns sete ou oito dias mais ou menos... após a primeira visita.

O SR. OSCAR ANDRADE – Hã, hã. Quer dizer, isso tem uns seis meses?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Mais ou menos, aproximadamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agora, dois meses, mais ou menos, você não foi lá, não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não 'teve com a mulher dele lá?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, de jeito nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós temos o registro...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Pois podem verificar pela minha identidade que não fui eu, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – É?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Hã, hã.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não 'teve lá com a esposa dele, não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Pode ser que não tenha da identidade dele, mas tenha do carro que ele entrou, porque quando identifica lá no condomínio, só identifica a placa do carro e a identidade do motorista.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Então, pode mandar averiguar isso aí, porque não estive lá no condomínio. Podem puxar a placa do carro...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não 'teve lá com a mulher dele, não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, não, senhor.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Tem prova que você 'teve lá, e eu 'tava preso ...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É como você mesmo falou: é o pessoal verificar a entrada na portaria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos buscar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você 'teve, então, lá, duas vezes, há seis meses atrás?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi fazer o quê, lá?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Fui acertar com ele o negócio do dinheiro que eu 'tava devendo pra ele, porque eu 'tava com um ágio ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Acertou?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu 'tava com um ágio de um apartamento, lá no Gama, que eu tinha pegado de uma senhora que 'tava me devendo um dinheiro, no valor de R$4 mil. Aí, eu fui passar pra ele o ágio. Aí, eles não gostaram do ágio, ele chegou a ficar com as chaves uns dias. Aí, chegou, não gostou do apartamento, aí ele sumiu, foi embora. E nunca mais o vi. Estou vendo ele aqui, agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, requeiro que seja oficiado ao Condomínio Bela Vista, em Sobradinho, que seja mandado para a CPI o controle de entrada e saída nos últimos sete meses.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nos últimos sete meses? Só para a Assessoria formular o requerimento para que possamos aprová-lo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Condomínio Bela Vista, em Sobradinho.

Você tem conta em banco?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Tenho uma no Mercantil, 'tô devendo o limite; e tenho uma no Santander, 'tô devendo o limite também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem três contas?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Duas contas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Duas contas?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em seu nome?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – E aquela do Banco do Brasil que você me deu o cheque?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Aquela conta está encerrada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Encerrou?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Está encerrada.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como é que ele sabe?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Porque os cheques foram para as mãos dele, os cheques do cigarro.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – E tenho os cheques ainda.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Os cheques foram ... Foi pra ele que foram passados os cheques...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Esse cheque que tu tem é do cigarro?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – É, esse é do cigarro ainda.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E tem algum outro cheque?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Tem...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantos cheques tu tem dele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Quatro cheques.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E onde estão esses cheques?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eles estão num lugar, e vou comunicar depois ao Dr. Celso, não quero nem falar onde estão aqui, agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você manda para a CPI.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Passo...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Vamos pegar esses cheques.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlos Roberto, o ....

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Espere só um pouquinho. E o senhor deu quatro cheques pra ele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, passei os cheques...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, só um pouquinho, calma, lá: o senhor deu quatro cheques pra ele, ou deu só um cheque.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, os cheques... eu não dei pra ele os cheques; os cheques foram dados na transportadora, onde o rapaz ficou com o tempra. O dono da transportadora ficou com o tempra e colocou os cigarros. Então, ele ficou com o tempra ...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantos cheques?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – No valor de R$12 mil os cheques.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantos?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Se não me engano, ele 'tá certo: acho que eram uns três ou quatro cheques. Não sei dizer qual a quantidade...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Três ou quatro cheques?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Todos do Banco do Brasil?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Todos do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Os cheques são todos do Banco do Brasil?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – São do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Todos eles?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu não tenho certeza se são todos eles, pelo menos dois tenho certeza de que são do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Tá. E são todos desse negócio, lá? Porque é bem fácil: vamos ter o cheque na mão. São todos desse negócio do cigarro?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – É, todos eles são desse negócio do cigarro. Não adianta falar que é de outro, porque não é de outro. Todos são do negócio do cigarro. Só que tem datas diferentes das outras.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o nome da sua empresa?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – CR Celular.

O SR. OSCAR ANDRADE – Razão social?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – CR.

O SR. OSCAR ANDRADE – CR?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celulares?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – CR – Assessórios para celulares.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ltda?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Ltda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem o CGC, ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – É porque a feira, lá, como ela não 'tava sendo regularizada, então, essa empresa 'tava parada, mas funcionava com a razão social.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você tem nota fiscal?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não tenho, porque o contador deu entrada na empresa...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem conta bancária em nome da empresa?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não senhor. Só em meu nome pessoal.

O SR. OSCAR ANDRADE – São essas duas contas?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Banco Santander e Banco Mercantil.

O SR. OSCAR ANDRADE – E Banco do Brasil?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, e Banco Mercantil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Peço à Secretaria que faça...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Essa do Banco do Brasil é em outro nome também, não é nesse mesmo nome, inclusive fui atrás dele e ele falou que não era o nome que ele estava usando e estourou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é no nome dele pessoal?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, não é no nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Esse cheque que o senhor entregou para ele era no seu nome?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Os cheques eram no meu nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlos Roberto...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, aí houve um...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Calma lá. Como era o nome?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Perdi meus documentos na Bahia. Fui tirar outro documento só que a identidade veio errada. Veio Paolo Roberto Gomes de Oliveira. Em lugar do Carlos eles botaram...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Para o senhor ver como a mentira tem perna curta, as coisas vão aparecendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor pediu a segunda via sem ir lá?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, eu estava na Bahia nesta época.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando o senhor pegou o senhor não viu não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Estava errada, mas, como eu precisava do documento para viajar, vim embora.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas de Carlos para Paolo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Paolo Roberto Gomes de Oliveira. Meu nome é Carlos, então veio trocado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí o senhor abriu uma conta com esse nome?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu estava com problema no SPC, aproveitei e abri uma conta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí começa a explicar. O peixe morre pela boca e o homem, pela palavra. Sua palavra aí. Então esse é o nome do cheque que o senhor deu para ele? Emitiu o cheque nesse nome?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E as contas desse outro banco: Mercantil e Santander?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – No meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual o seu nome?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Carlos Roberto Gomes de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor já tem dois nomes.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Meu nome é Carlos Roberto Gomes de Oliveira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Três, tem Raul também. O senhor não tem conta com o nome de Raul não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Raul é apelido. Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Oficialmente, pode ter conta em bancos como Carlos Roberto Gomes de Oliveira e Paolo Roberto Gomes de Oliveira. Então, o senhor tinha CPF também? Tirou CPF também?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais os números do CPF?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não tem eles aí não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não. Tenho o meu CPF.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, o senhor tem dois CPFs.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não; só tenho um. O outro foi dado baixa. Só tenho um CPF.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como dado baixa?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – No recadastramento, vim aqui no setor

de autarquia eles pegaram a minha identidade e deram baixa no outro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Onde é que está a identidade do Paolo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Dei fim nisso aí; não tinha como usar dois nomes.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Onde é que o senhor botou a identidade?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela existe ainda, a identidade do Paolo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas o registro está lá na Bahia, não está?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O registro está na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, quero pedir para a assessoria requerer a cópia do prontuário do RG de Paolo Roberto Gomes de Oliveira.

O senhor não sabe o número da identidade?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não tem anotado em algum lugar?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – No banco vai ter.

Quero que requeira a quebra de sigilo bancário das duas contas, tanto do Paolo quanto do Carlos Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Acho que vai ter que ampliar esse pedido, porque são três contas: uma no Banco do Brasil, uma no Santander e a outra no Banco Mercantil do Brasil.

O SR. OSCAR ANDRADE – No Banco Mercantil do Brasil era Paolo ou Carlos?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – No meu nome, Carlos Roberto.

Só usei esta identidade porque já estava vindo embora...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não vem ao caso. Nós já começamos a entender bem agora.

Alguém que tira uma carteira de identidade; que mente para tirar essa carteira de identidade; que mente para tirar um CPF; que mente para abrir uma conta no banco e que vai lá e mente para tirar um talão de cheque é um anjo. Só falou a verdade.

Se o senhor falar a verdade para nós aqui, como senhor falou a verdade ao tirar a identidade, o CPF, no abrir a conta no banco e no emitir cheque, imagine onde vamos parar. Se essa é a sua verdade, começamos a descobrir quem o senhor é. Aí é ruim.

Quem o senhor está protegendo?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não estou protegendo ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quem é que compra as cargas roubas que o senhor intermedia?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não intermediei carga; ele sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Tudo que ele está dizendo do senhor, que ele sabe, que dá para provar, já agora está provado. Ele provou para o senhor que comprou a carga roubada em cigarro e o senhor admitiu...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Mas não comprei dele essa carga.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas ele provou aqui que comprou. O senhor já confessou e os cheques estão com ele.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não neguei isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Agora ele acabou de revelar para nós que o senhor tem carteira de identidade falsa, que o senhor nunca admitiu. Está aí a carteira de identidade falsa. À medida que vão descobrindo o senhor confessa ser verdade e dá uma explicação.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Mas o que ele fala e é verdade, que está dentro da verdade, eu confirmo para os senhores. Não vou mentir, gente! É isso que eu quero que vocês entendam.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sabe por que o senhor não mente? É porque ele tem a prova na mão. Agora, sobre o que ele ainda não tem e vão mostrar, o senhor não confirma. Aquilo que ele tem prova na mão... Ele tem o seu cheque na mão, como é que o senhor vai dizer que não?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Mas ele também está falando que viu o Tatico comprar mercadoria na minha mão, que ele viu o cara do Frangão. Então, traz esse pessoal aqui...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos trazer.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Essa Advogada para ela vir aqui, gente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aguarde um minuto aí. Cleverson, dê-me todos os nomes que você lembrar das pessoas ligadas a ele que você já negociou ou sabe.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Muita gente, eu não quero lançar o nome porque eles me pediram e vão ajudar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem uns que vão ajudar e você não pode dar o nome. Fora esses, Moacir é um.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O Brum, que o Dr. Jorge conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Brum?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Jorge?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor viu no jornal?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não. Não assisti no dia que passou essa matéria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor sabe que no dia que passou a matéria o senhor não assistiu?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Porque no outro dia o meu compadre brincou comigo na feira: "Só faltava agora ser você o Raul". Eu digo: de que? Ele falou: "Tu não assistiu o jornal ontem não?" Falei: não, não assisti. Ele falou: "Então procura saber do pessoal lá". Aí me falou que tinha um cara encapuzado que estava acusando o Tatico, mas metido com o Raul, que era o receptador de roubo de carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem falou isso?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O meu compadre.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual compadre?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Francisco Clarestes Borges. Ele tem um box na feira dos importados de Taguatinga, Stop Games.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor conhece o Renato?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele conhece o Renato também. O Renato está preso em Jundiaí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Temos que chamar o Renato, que está preso em Jundiaí. O Renato o senhor conhece?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não senhor.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Fiquei sabendo há uns quatro ou cinco meses. O Renato veio aqui escoltando a carga até aqui, no Tempra, e o dono do caminhão que trouxe a carga eu conheço e sei onde ele mora em Uberlândia. Chama M. Caminhão. Ele transportou várias cargas roubadas e não foi só uma ou duas. Conheço ele como M. Caminhão ou é End Caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas sabe onde ele mora?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Mora perto da caso do meu sogro em Uberlândia. Esse cara que trouxe a carga é compadre do Renato.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o Renato está preso em...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Chegou ao meu conhecimento há uns quatro ou cinco meses que ele estava preso em Jundiaí, São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que mais você pode dizer, Cleverson?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O Josiel conhece ele também.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – O senhor sabe quem é o Josiel?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não senhor. O pessoal que eu conheço desse pessoal que ele está falando aí é o dono da transportadora, que não sei o nome, onde estava o cigarro, o Aldair, que fiz contato por telefone, um cara que tinha um carro importado que não sei bem qual era o nome dele...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O Moacir já levou ele na feira.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Ele deve saber. Um cara que tem um carro importado, lá de Uberlândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Moacir levou ele de carona?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele me levou na feira pra negociar com ele umas três ou quatro vezes.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não vou discutir com você não, cara. Vou falar a minha versão pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Moacir o senhor não conhece?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não conheço. O dono do posto onde ele foi... Além do cara da transportadora...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O Moacir não entrou lá mesmo. Ele só me deixou lá, mas pode chamar que ele confirmo.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Além do cara da transportadora, tinha uma pessoa que, dizendo eles, era dona de um posto de gasolina. Esse Aldair é quem sabe desse pessoal que é vinculado ao roubo de carga de Uberlândia.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse dono desse posto é o cara que mandou matar o prefeito de Itapuciguara, lá em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Gostaria que ficasse registrado que ele está falando que o dono do posto...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu saí daqui...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele já comprou várias cargas roubadas. É comprador de carga.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só fazer uma última afirmação, porque não quero perder o que ele falou. O senhor disse que junto lá com o dono da transportadora estava um senhor que é dono de posto.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O nome dele é Ricardo.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Vamos começar, para o senhor entender melhor. Foi o seguinte: o Carlos, que foi o intermediário que conversou com esse Aldair a respeito desse cigarro e que me chamou para eu ir lá fazer esse negócio... O que ocorreu? O Carlos foi e, como é que se diz, entrou em contato com esse Aldair. Aí, eles marcaram um encontro no posto...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Aí, apareceu o carro lá, não sei se era uma mercedes ou que carro era, apareceu esse cara lá, dizendo que era o dono do posto. Aí, ele conduziu a gente até onde estava a transportadora.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito. Quem é o dono do posto?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O dono do posto é o Ricardo, lá de Itapociguara, ele tem vários postos em Uberlândia, em Itapociguara, e ele é comprador de carga roubada também, e ele foi quem mandou matar, quer dizer, chegou ao meu conhecimento que ele mandou matar o Prefeito de Itapociguara, e ele ficou preso uma temporada por causa disso, foi provado que ele mesmo mandou matar o Prefeito. Não sei se ele mesmo assumiu, lá em Uberlândia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito. Vamos suspender os trabalhos por cinco minutos; vamos buscar mais uma testemunha que vai vir aqui, que talvez cause um pouco mais de surpresa para o senhor.

Muito obrigado.

Está suspensa a reunião por cinco minutos.

(Suspensa a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Estão reabertos os trabalhos da CPMI. Só queremos esclarecer, até para conhecimento da opinião pública, que pretendíamos ouvir uma testemunha que está à disposição da CPI e que tem informações importantes para revelar, mas, em reunião com o Relator, entendemos que ainda não era momento de ouvi-la, em função do sigilo da identidade da testemunha e até em função das ameaças que estão ocorrendo – e sabemos que as ameaças começam a vir, começam a pesar, inclusive, não sei se, daqui a pouco, não virão até para o lado da própria CPI –, então, para preservar a identidade dessa testemunha e para que possamos confirmar mais informações, arrecadar mais informações de que ela dispõe, vamos adiar o depoimento dessa testemunha, que, inclusive, poderá confrontar com as afirmações feitas pelo Sr. Carlos Alberto Gomes de Oliveira ou o Sr. Paolo Roberto Gomes de Oliveira, porque, agora, são dois numa só pessoa, cujo apelido é Raul.

Então, só para informar, não vamos ouvir essa testemunha, para preservar-lhe a identidade, as informações e deixar a cargo da Polícia Federal, do Dr. Celso, checar e buscar mais informações ainda, porque, se trouxermos a público essas informações de que já dispusemos, talvez tenhamos dificuldade de acessar outras complementares. E queremos ter todas elas, para, no momento oportuno, chamar o Sr. Carlos Alberto Gomes de Oliveira ou Sr. Paolo, para fazermos o confronto com essa testemunha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, quero fazer a última pergunta.(Pausa)

Pois não, pode falar.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Se vocês quiserem, posso levantar o en-

dereço desse pessoal todinho que eu falei, o Marcão...

O SR. OSCAR ANDRADE – Queremos, sim.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Levanto o endereço e o telefone da casa do pai dele, do Marcão, desse Carlos, que foi quem me apresentou para o homem lá que eu comprei o cigarro em Uberlândia, e todos os contatos que eu puder fazer para ajudar, para vocês verem que eu tenho interesse em ajudar vocês. Isso aí, até amanhã mesmo, eu posso passar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agradecemos as informações que o senhor quiser trazer, mas a Polícia também está fazendo isso.

Quero fazer a última pergunta. O senhor quer retificar algum dos seus depoimentos? Quer mudar algum dos seus depoimentos? O senhor está sob juramento, esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Já falei sobre a Lei 1.579, art. 4º, II, segundo a qual constitui crime: penas do art. 302 do Código Penal.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Mas eu não menti naquilo que eu falei, e a verdade vai vir à tona, e os senhores vão ver que, realmente, não estou mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos)– O senhor veio acompanhado de algum advogado?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos)– Não?

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pois não.

O SR. ALBERTO FRAGA – Eu queria fazer só essas duas perguntas, fundamentadas exatamente no que o Relator acabou de dizer para o Sr. Raul, se ele, realmente, não ouvi o início do depoimento, mas eu gostaria de saber, conhece, se tem relação de amizade com o Deputado Tatico e se já fez algum negócio envolvendo o Deputado Tatico.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor. Conheço o Deputado José Tatico como todo cidadão brasiliense conhece – através de televisão – e sabe que ele é um Deputado. Nunca estive em contato com ele pessoalmente. Nunca tive contato com nenhum empregado dele, nunca comprei nada na mão dele, nunca vendi nada para o Deputado Tatico.

O SR. ALBERTO FRAGA – Você, então, nega o que o Clebson disse: que você...

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Absolutamente, os senhores vão ver que a verdade vai vir à tona. Eu não menti. Eu falei do documento que foi da Bahia, porque é uma coisa que eu fiz, entendeu? Aconteceu. Então eu não tenho por que proteger uma pessoa e estar me prejudicando.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sim. Você respondeu que conhece o Deputado Tatico, porque é uma pessoa pública.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Pública. Isso.

O SR. ALBERTO FRAGA – Quero saber se você tem relacionamento de amizade com ele.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, nunca tive vínculo nenhum com o Tatico.

O SR. ALBERTO FRAGA – Nunca conversou com ele?

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor, pessoalmente, não.

O SR. ALBERTO FRAGA – Era só para constar, Sr. Presidente. Que fique aí essa observação. Você então ratifica que não conhece e nunca fez negócio com o Deputado Tatico.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. ALBERTO FRAGA – Estou satisfeito, Presidente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bom para mim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Está bom, Sr. Raul. O senhor está dispensado e, a qualquer momento que a CPI entender necessário, vai convocá-lo novamente.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Então, está bom. Como eu falei, o que eu puder ajudar em relação ao pessoal de Uberlândia, se puder até checar telefone desse pessoal, vou checar.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então o senhor checa e passa para a CPI.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Eu falo com quem, no caso, ligando para aqui?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor pode ligar para o Sr. Naurides mesmo. O senhor está dispensado.

O SR. CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Favor entrar o Sr. João Rocha Galhado ou Galhardo.(Pausa)

Por favor, o seu nome é João Rocha Galhardo?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Galhardo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Galhardo ou Galhado?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Galhardo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Com erre?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Com erre.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor tem 44 anos?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Casado?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – RUA 1, QZ, Lote 36, Cristalina, Goiás?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sua profissão?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Lá, em Cristalina mesmo?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Lá em Cristalina mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor, com base no art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, se compromete a dizer a verdade sobre o que lhe for perguntado?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Somente a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor fica advertido que o senhor não é obrigado a depor contra o senhor. Se o senhor achar que alguma coisa possa incriminá-lo nas suas palavras, o senhor tem direito de calar, conforme o art. 5°, inciso LXIII da Constituição Federal.

Então o senhor presta compromisso e assina para nós o documento.

Sr. João, só para explicar-lhe: esta Comissão é uma CPMI, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que investiga a questão do roubo e receptação de cargas. Nós temos interesse em algumas informações que talvez o senhor saiba. Nosso Relator vai questioná-lo a respeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. João Rocha, qual a sua profissão?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Comerciante.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor faz? Faz comércio de quê?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Secos e molhados.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem alguma empresa?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Tenho empresa de secos e molhados, Mercearia Galhardo, Cristalina.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é dono dela sozinho?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Não, senhor, eu e meu irmão.

O SR. OSCAR ANDRADE– Qual é o nome dele?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Miguel Alves Galhardo.

O SR. OSCAR ANDRADE – É lá em Cristalina?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Cristalina.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já foi dono de alguma outra empresa?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo o senhor reside em Cristalina?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Eu resido desde que nasci, há 44 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor responde a algum processo?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem algum inquérito aberto contra o senhor?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Cléverson?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Paulinho Severino?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece? Nunca viu?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor alguma vez negociou carga sem nota fiscal?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca chegou para o senhor nenhum tipo de carga de secos e molhados, carga de supermercado, que é o seu ramo, sem nota fiscal?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Não, senhor. Eu compro de firmas idôneas. Lá dentro do Estado tem a Elo, tem várias firmas. Inclusive de Brasília eu compro da Acros.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual é o seu patrimônio hoje?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – A avaliação do patrimônio?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim.

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Eu tenho um mercado montado...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantos metros de mercado?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – São 450 metros quadrados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O prédio é seu?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – O prédio é meu.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual o valor do prédio?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Uns cento e poucos mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E a mercadoria?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – A mercadoria é mais ou menos este estoque: uns cento e poucos mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor tem casa?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Tenho casa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantas?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Uma casa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantos metros?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – A minha casa tem uns cento e vinte metros quadrados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Carro?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO –Tenho um carro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quantos?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Um carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual carro?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Um monza.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o seu irmão? Vocês são sócios?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Somos sócios.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O que ele tem?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Ele tem uma caminhonete.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual caminhonete?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – A caminhonete é F-250.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Que ano?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Eu não sei o ano.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas é nova?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – É nova, é seminova.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Deve ser 2000 ou 2001?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Não, não é 2001.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Wanderley?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Wanderley? Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece nenhum Wanderley?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O patrimônio do seu irmão é parecido com o seu?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Nós temos o mercado e ele tem uma casa também.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E essa caminhonete. Só essa caminhonete? Não tem outra?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Nós temos o caminhão da firma.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O caminhão é do mercado?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – O caminhão é do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Que caminhão é esse?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Eu tenho três caminhões. Um deles nós estamos terminando de pagar....

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Que caminhões são esses?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – São desses caminhões pequenos para entrega, Volks, um maior e dois pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – São três caminhões para o mercado mesmo?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Sim, caminhão-baú.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. João, um depoente nesta Comissão informou-nos que vendeu uma carga de secos e molhados para o senhor, uma carga roubada. O senhor tem oportunidade aqui, por se tratar de uma CPI, de esclarecer esses fatos sem que a culpa seja imposta ao senhor. De repente o senhor nem sabia. Precisamos ir a fundo nisso porque é nossa obrigação, aliás estamos indo e vamos cada vez mais. De repente, o senhor se lembra de alguma coisa e quer cooperar, que nos ajudar.

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Não me recordo, não senhor. A compra que nós faz é como lhe falei: sempre legal, com notas fiscais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sempre legal, com notas fiscais. Paga em dinheiro ou paga em cheque, com boleto bancário?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Pagamos com cheque da empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não compra nada em dinheiro.

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Dificilmente, coisinha pequena, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, peço que retorne o Cléverson.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Por favor, peço à assessoria que traga o Cléverson.(Pausa)

O SR. OSCAR ANDRADE – Cléverson, você conhece esse senhor?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não sei, tenho que ver o outro, não tenho certeza, porque é parecido um com o outro, mas sei que era da mercearia lá em Cristalina, não sei o nome da mercearia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor conhece os dois ou só um deles?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu conheço um deles. Quer dizer, eu não conheço ele pessoalmente. Eu já vi ele negociar com outro amigo meu. Não fui eu mesmo que negociei com ele. Se eu falar que eu mesmo negociei com ele, eu estou mentindo. Foi outro colega meu que...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi que negociou?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O Wanderley. Não tenho certeza com qual que foi dos dois.

O SR. OSCAR ANDRADE – E onde foi isso?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Lá em Cristalina, uma carga da União.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma carga?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Uma carga da Transportadora União.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que era a carga?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Mercado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Diversos...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Mercado de secos e molhados. Tudo de mercado que você pensar tem dentro.

O SR. OSCAR ANDRADE – De supermercado?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isso?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Isso tem bastante tempo, não me recordo mais da data.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Dois, três anos?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Nessa faixa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, acho que devemos pedir que entre o irmão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Vou chamar aqui o Miguel Rocha Galhardo. (Pausa.)

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Inclusive, um dos dois comentaram que um dos irmãos não podia saber o que estava acontecendo. (Pausa.)

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Isso é uma acareação? Ele vai continuar encapuzado?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É uma acareação. É que mais importante que as palavras é a vida e ele tem que preservar a vida dele.

O SR. ALBERTO FRAGA – Mas aí não é acareação. Um acusa mascarado e o outro não sabe quem o está acusando... Ele teria que, pelo menos, vir aqui. Ele não foi solto recentemente?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Deputado, se o Presidente quiser e se for a requerimento de V. Exª, podemos transformar a reunião em secreta, fechada, porque precisamos preservar quem está ajudando a CPI. Temos depoimentos dele gravados, temos diligências várias, temos todos os indícios e tudo que ele diz comprova, indo, mostrando. Então, precisamos protegê-lo.

O SR. ALBERTO FRAGA – Estou presenciando, mas acho que não é produtivo ele, mascarado, acusar duas pessoas que ele conhece, enquanto essas pessoas nem sabem quem os está acusando. Se há acareação, no meu modo de ver, é quando duas pessoas se defrontam e há o contraditório.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. Exª viu a anterior a essa? Não atrapalhou em nada. Ele sabia com quem estava falando, ele sabia tudo. Não podemos mostrá-lo em público, porque ele está sendo colocado no Programa de Proteção à Testemunha. Então, nós temos que...

O SR. ALBERTO FRAGA – Nesse ponto, concordo com V. Exª. O público eu concordo, mas acho que os dois ali precisam ver o rosto dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos ver, porque o Raul não precisou, sabia muito bem com quem estava falando.

O SR. ALBERTO FRAGA – Mas o Raul sabia. Não sei se eles sabem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos aguardar aqui para ver.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Deputado Alberto Fraga, para esclarecer. Na acareação necessariamente pode até estar encapuzado. O que não pode ser feito é o reconhecimento das pessoas, porque tem que olhar a face das pessoas. Agora a acareação é feita de palavras, não de face.

O SR. ALBERTO FRAGA – Não, é de palavra, mas as pessoas se conhecendo. Uma acareação surgida num processo ou num inquérito tem a finalidade de levantar pontos discordantes e identificar quem está mentindo. Uma das formas de identificar quem está mentindo é exatamente no olho, nas suas feições, pela sua palidez... e ali não temos como identificar isso. Aqui vamos ter, lá não. Só estou querendo um critério justo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – V. Exª está enganado, porque senão a acareação vai virar um estudo psicológico das pessoas. A acareação se faz não pela expressão facial, mas pela expressão da palavra. O senhor desculpe-me, mas não é assim, se a pessoa diz uma coisa e está fazendo uma careta, ela está falando a verdade, se diz outra coisa e fica vermelha, está mentindo. Não. É a palavra, porque a pessoa pode ficar vermelha e sustentar a palavra. É característica de cada um.

O SR. OSCAR ANDRADE – De toda sorte vamos continuar assim.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, não vou polemizar essa questão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agradecemos a sua contribuição.

O SR. ALBERTO FRAGA – Acho que é um direito deles saber quem o está acusando. Isso é ampla defesa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos fazer isso então reservadamente. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas, ainda para deixar claro, a acareação são as palavras da pessoa; reconhecimento é a face.

O senhor Miguel Alves Galhardo?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Esse é o seu nome?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor é separado?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mora na rua Niterói 10, Cristalina?.

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É comerciante?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor compromete-se a dizer a verdade, com base no art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, sobre tudo o que souber e lhe for perguntado?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Compromete-se?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Advirto ainda que com base no art. 5°, inciso LXIII, da Constituição Federal, o senhor não é obrigado a depor contra o senhor.

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Se o senhor achar que está sendo acusado o senhor tem direito de silenciar sobre qualquer termo dessa natureza.

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, o senhor presta compromisso? Assine o documento para nós.

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor está numa CPMI, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e nós queremos algumas informações sobre o que a CPI apura, roubo e receptação de carga. O Deputado Relator vai fazer alguns questionamentos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é sócio do seu irmão, não é?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na mercearia Galhardo?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Cristalina.

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi-nos dada uma informação, no depoimento do Cleverson, de que os senhores compraram uma carga de secos e molhados, carga de supermercado, que é o que os senhores comercializam, roubada, e ele participou, segundo ele, dessa negociação. Então, o senhor tem alguma coisa a dizer a respeito disso?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Não sei de nada, não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor nega?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há possibilidade de o senhor ter comprado sem saber que era roubada?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Não, nós sabemos muito bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor só compra de ...

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Só de firmas, firmas idôneas igual a Elo, Martins.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor paga?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Pago em cheque.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sempre?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Sempre em cheque.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sempre em cheque?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Sempre em cheque. Se o senhor quiser fazer um levantamento direitinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se necessário for.

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Se for necessário o senhor pode... as portas estão abertas, a gente tem a consciência supertranqüila.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agradecemos muito. Se necessário for, a CPI pode pedir isso.

Cleverson, algum dos dois se reconhece?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O que eu tenho para falar... eu não me recordo, não tenho certeza, não vou acusar eles diretamente porque eu não tenho certeza. Eu não fui lá, inclusive a pessoa que negociou com o meu colega, que era o Wanderlei, ele não queria que levasse alguém que estava naquela fita, no trabalho que ajudou a roubar junto, que estava junto na hora. Eu fiquei no carro e ele foi. Eu tenho quase certeza de que é o dali, mas eu não confirmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ali, qual?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse do.....

O SR. OSCAR ANDRADE – Da esquerda?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – É, mas eu não me confirmo. Não vou chegar a acusar diretamente sem ter certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas e o local?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O local eu sei onde é, a mercearia lá, onde nós guardamos a carga ...

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí você esteve presente?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu estive presente, fiquei dentro do carro, dentro de um Escort vermelho, ele foi lá negociar com ele, dentro do mercado, com as notas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi? Foi o Wanderlei?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O Wanderlei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não conhece Wanderlei?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Não. Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem um dos dois?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Não, não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem sabe quem é?

O SR. MIGUEL ALVES GALHARDO – Não, não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse Wanderlei é nome.....

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O Wanderlei já caiu várias vezes por carga roubada, inclusive tem foto dele lá na Polícia Federal. Mostrei quem é ele e ele pode vir aqui. Ele foi um dos que roubaram as armas do Exército também.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Dr. Paulo Lacerda está presente?

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Relator, não existe uma foto desse Wanderlei?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Tem, não sei se o Dr. Paulo está com a foto.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O Wanderlei ficava num hotel perto da mercearia deles lá, eu fiquei no hotel também. O Wanderlei foi lá no supermercado dele uma vez, junto comigo, que era um Mazda MX3, placa de Jaguariúna, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E qual é o nome desse hotel?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu não me lembro o nome do hotel, sei chegar nele, é de uma senhora lá, amiga do Wanderlei.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É perto? Quantas quadras da mercearia deles?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não sei quantas quadras, mas eu sei chegar lá. Sei chegar lá como eu soube chegar à mercearia dele e mostrei para o doutor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Para eu entender bem. O senhor tem certeza de que a mercearia é deles?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Tenho. Tenho certeza de que a mercearia é deles.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sabe identificar?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Sei até desenhar lá uma escadinha, um escritório. Lá em cima tem um depósito.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A carga roubada foi vendida lá?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi vendida lá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não tinha nota?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Tinha nota porque foi roubada também junto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A nota também era roubada? Roubaram tudo junto?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – A nota que é o valor da mercadoria, ele pagou 50%, pagou...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você se lembra do valor?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não me lembro do valor mais. Ele pagou a metade, como o Senador Romeu Tuma falou, um quarto. E depois, dentro de uma semana, pagou o restante. Três, quatro dias, ele pagou o restante.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E quem comprou foram os donos do mercado?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi o dono do mercado, um deles comprou e o outro não podia saber o que estava acontecendo ali, foi o que chegou ao meu conhecimento. E eu fiquei dentro do carro, parece-me que era um senhor de mais idade.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas o senhor não tem certeza?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não tenho certeza, antes de acusá-lo diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Está bom.

O depoimento dele deixa claro que lá na mercearia foi comprada carga roubada. O senhor não sabe quem dos dois comprou, mas que compraram, compraram. Então, o que precisamos agora é ouvir o Wanderley. Não sei se já há um requerimento nesse sentido?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Wanderley está preso?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – O Wanderley não está preso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Qual é o nome completo do Wanderley?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Mas sei onde ele mora lá, em Uberlândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Uberlândia?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Temos a ficha dele. Vou fazer um requerimento para que o Wanderley venha à CPI prestar depoimento e esclarecer essa questão.

O SR. ALBERTO FRAGA – Não entendi bem, ele falou que ficou dentro do carro, do caminhão?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – E eu vi ele saindo do balcão.

O SR. ALBERTO FRAGA – E ele estava dentro do caminhão com você, de dia ou à noite?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, não estava dentro do caminhão, estava dentro do carro meu. E o Wanderley desceu com as notas para prestar conta com ele lá, somar as notas para ver o valor que deu. A carga nós deixou num mato de eucaliptos, perto de Cristalina. Passou um dia, no outro dias, à noite, é que foi buscar.

O SR. OSCAR ANDRADE – A carga ficou com o caminhão?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, ficou no chão. Nós descarregamos e soltamos o caminhão próximo de Catalão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem estava nessa operação com você?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Estava eu, o Wanderley e mais dois caras. Eu esqueci o nome deles, mas se eu chegar à casa deles... Não quero falar o nome deles aqui, por enquanto.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, eu não entendi: você estava no carro...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi feita essa carga num Escort.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só um minutinho, deixa o Deputado falar.

O SR. ALBERTO FRAGA – Você foi ao encontro deste aqui num carro, não era o caminhão, é isso?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não era o caminhão.

O SR. ALBERTO FRAGA – A carga estava num caminhão e ficou escondida?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já estava no chão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Já tinha descarregado o caminhão?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já tinha descarregado o caminhão, estava no mato.

O SR. ALBERTO FRAGO – Então, o senhor fez a negociação num veículo pequeno, juntamente com ele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Nós fomos num veículo pequeno. Ele estava dentro do mercado. Nós parou na frente do mercado e o colega meu foi lá dentro, porque ele não quis que eu entrasse junto. A pessoa que estava negociando com ele não queria que tivesse um dos cara que tinham participado pra não saber que se estava vendendo para ele.

O SR. ALBERTO FRAGA – Quanto tempo durou essa negociação?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele ficou uma meia hora lá dentro.

O SR. ALBERTO FRAGA – Ele também, junto com você, uma meia hora?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu fiquei no carro, esperando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era de dia ou de noite?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – De dia.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a carga foi passada...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi buscada à noite.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem buscou?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Quem buscou foram eles, eu não estava mais lá. Na hora que foi buscada a carga, eu não estava mais. Eu fui andando para Uberlândia, e ele levou o meu dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, o senhor só o viu de longe?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Foi, eu o vi de longe.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor se lembra do valor?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não lembro o valor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto você ganhou, você se lembra?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Se não me engano, parece que a minha parte foi R$13 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, passa de R$150 mil. Por que vocês eram quantos?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – E era um caminhão **truck** da União.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Transportadora União.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Transportadora União. Isso eu me lembro, porque foi eu que dirigi o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isso?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Uns dois, três anos. Uns dois anos, não me recordo bem da data.

E depois disso o Wanderley já vendeu várias para ele. Inclusive, seria bom que chamasse o Wanderley, porque ele sabe explicar melhor do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Wanderley teria vendido mais cargas para ele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Tinha vendido mais carga para ele. Eu estava junto, só que não vim na negociação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você entrou alguma vez lá no mercado.?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já entrei lá outra vez, e ele foi para dentro. Outra vez, depois de uma semana, que veio receber o restante do dinheiro, eu entrei e sei mais ou menos como era o mercado, tinha uns rapazes levavam umas caixas para cima.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá dentro?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Numa escadinha do lado.

O SR. ALBERTO FRAGA – Vou perguntar, qualquer um dos dois pode responder: Qual é o movimento do supermercado de vocês, do caixa mensal? Quanto vocês vendem por mês?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – R$120 mil.

O SR. ALBERTO FRAGA – Quantas compras vocês fazem por mês?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Compramos na Santa Terezinha, depende do mês.

O SR. ALBERTO FRAGA – Vocês têm o cadastro de fornecedores?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Temos, sim senhor. O que vocês quiserem nós temos. Se quiserem o sigilo bancário, a nota fiscal de toda mercadoria, se quiserem fazer o levantamento do mercado, o que os senhores quiserem. Nós não deve. Tenho a consciência supertranqüila, não estou mentindo, sou um cara supertranqüilo, não devo nada, tenho um passado superlimpo, nunca passei por polícia nem nada. A primeira vez que fui convocado para uma CPI foi aqui. Pode ir em Cristalina, perguntar lá em Cristalina. Todo mundo me conhece, eu não tenho passagem em Polícia Civil, PM e nem nada. Sou uma pessoa idônea, não tenho nada a temer.

O SR. ALBERTO FRAGA – O senhor pode ficar despreocupado, a nossa intenção não é crucificar.

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Eu sei. Eu entendo a parte do senhor.

O SR. ALBERTO FRAGA – Estamos querendo apenas investigar, porque existe uma denúncia e o senhor vai ter condições de...

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Eu sei. Mas vocês quiserem aprofundar, podem aprofundar.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, seria interessante requerer os balancetes, vamos dizer, o movimento dele, para termos um conhecimento do tamanho do mercado.

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Certo, certo.

O SR. ALBERTO FRAGA – Acho que, para se comprar uma carga roubada, um caminhão truck, tem-se que ter um lastro financeiro, para ver se justifica alguma coisa, seria conveniente fazer esse casamento de informações, ver o tamanho do negócio para podermos, a partir daí, tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Diante da manifestação do Deputado, o senhor traz à CPI o balanço dos quatro últimos anos.

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Tudo bem, o que o senhor quiser eu trago.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Com o balanço vamos ter, mais ou menos, uma apuração.

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – O que o senhor quiser, eu trago. Se o senhor quiser, trago livro de ICM.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só o balanço.

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Tudo bem. O que o senhor quiser, eu trago para o senhor, porque eu não tenho...

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Queria falar para o Dr. Celso que o Josiel também estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na verdade, carga roubada ninguém contabiliza, mas vamos lá.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu queria falar também para o Dr. Celso que o Josiel estava também nessa fita, ele é um cara que está preso e pode confirmar alguma coisa. O Josiel está preso em Uberlândia e pode até me ajudar a confirmar alguma coisa. Está preso em Uberlândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Josiel.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Josiel participou das negociações com ele?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, não participou das negociações. Estava na carga junto comigo e sabe que o Wanderley vendeu lá em Cristalina, e ele nos pagou na casa do Josiel. O Josiel foi embora junto comigo para Uberlândia. Pagou nós na casa do Josiel.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Wanderley pagou?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente.

Tem um rapaz – agora me lembrei o nome dele – chamado Marquinhos, que tem passagem por carga também em Uberlândia, e está lá. Eu sei chegar na casa dele também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também sabe disso?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Sabe também disso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então o Josiel, o Marquinhos e o Wanderley.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – E tem outro cara que não lembro do nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Queria só finalizar com o Sr. João Rocha e o Sr. Miguel... (Pausa)

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Se quiser trazer aqui, mostro quem é ele. É esse aqui.

(Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor conhece ou não?

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não reconhece a foto do Wanderley? Perfeito, Acho que deu para os senhores compreenderem o que está ocorrendo. Existe uma acusação de que o supermercado dos senhores, uma mercearia, teria comprado carga roubada. Ele diz que esteve lá, que quem negociou foi o Wanderley e estiveram presentes lá outros que ele deu o nome. Obviamente não há absolutamente nenhuma conclusão, não há nenhuma condenação, há uma suspeita, uma forte suspeita, a CPI vai aprofundar as investigações. Os senhores já estão sabendo agora.

Vamos ouvir o Wanderley, vamos ouvir outras pessoas exatamente para avançarmos no esclarecimento dessa questão. Até porque ele diz que esteve lá, mas não sabe qual dos dois fez a negociação, mas tem certeza de que foi na mercearia dos senhores. Pelo menos é o que ele está alegando.

Então vamos aprofundar as investigações para tentar esclarecer isso, para um ou para outro lado. Nós não conhecemos nenhum dos senhores. O que queremos é a verdade, porque o que está acontecendo no País é que assaltavam banco, assaltavam residência, narcotráfico, seqüestro e, hoje, enveredaram para o roubo de carga. Diminuíram um pouco os outros, mas como bandido não se aposenta nem muda de profissão, viraram para cá, para roubo de carga. E só aumentou roubo de carga porque tem gente boa comprando, empresas boas, estabelecimentos conceituados comprando carga roubada. E nós temos que atacar no atacado, ou seja, atacando quem compra no atacado, que são exatamente os receptadores, os comerciantes.

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Concordo com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O que, aliás, se alguém comprar carga roubada, concorrente seu vai levar o senhor à falência, assim como se o senhor comprar carga roubada, além de estar cometendo um crime, vai levar à falência o seu concorrente.

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Concordo com o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, pelo depoimento e pela posição do Cléverson, um dos senhores só teria comprado e até escondido, porque o outro não poderia saber, mas espero até que não seja verdade mesmo.

Tudo o que o Cléverson falou, as diligências comprovaram a possibilidade de ser verdade. Os indícios são muito grandes, e vamos buscar, porque é nossa obrigação, e vamos chegar até lá. Se necessário for, vamos convocá-los novamente.

Para mim está bem, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO ROCHA GALHARDO – Estou à disposição do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Muito obrigado, os senhores estão dispensados.

O SR. OSCAR ANDRADE – – Sr. Presidente, quero aproveitar a presença do Cléverson e mostrar algumas fotos para identificar.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Apenas um instante. Até a pedido do Deputado, em respeito ao nosso colega Deputado, como foi feita uma acareação, os senhores têm interesse em fazer uma reunião secreta para ver se o reconhecem? Creio que não, até porque ele também disse que não os conhece. Viu um apenas de longe.

Portanto, só para esclarecer que não há esse problema.

Muito obrigado. Os senhores estão dispensados.

Bom, retomando os trabalhos, temos aqui um dossiê de fotos em que aparecem membros, Cléverson, da quadrilha a qual você integrava. Então, gostaríamos que você viesse até aqui para identificar quem é quem, se você conhece essas pessoas. Aqui estão os nomes.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse cara é conhecido, mas não me lembro o nome dele. Parece que ele é de Goiânia.

Esse aqui é o Cabral, lá de Divinópolis, parece. É comprador de carga.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Reconheceu o Cabral e realmente esse é o sobrenome dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fala alguma coisa dele.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele é comprador de carga, inclusive já comprou carga de tecido minha. Ele é dono de uma fábrica de tecido em Divinópolis.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele é comprador ou intermedia?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, ele é comprador mesmo, e já negociei diretamente com ele; eu, o Moisés, o Josiel, o Marquinhos, o Marcos Paulo. Mora em Divinópolis, sei chegar à casa dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E esse aqui?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse aí, não tenho certeza. Parece com o Marcos Paulo, mas não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Está bom.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse aqui é o Paulinho, de Uberlândia. Ele trabalhava na Arcom, na Pancare. Ele trabalhava para dirigir carretas. Nós pegava a carreta, e ele era o motorista.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, você conheceu o Paulo Divino da Silva.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse aí é o Marquinho, de Centralina, mas mora em Uberlândia também. É ladrão de carga.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Reconheceu o Marcos Antônio Marques de Miranda, o Marquinhos.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Toda a vez que esses caras foram presos, em Belo Horizonte, foi por uma carga de tecido. Inclusive havia uma carga de tecido minha também nesse mesmo galpão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Tua? Quer dizer que tu tinhas roubado também?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente. Na chácara do Cabral, que eu tinha vendido.

Esse aqui é o Josiel.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Josiel que você mencionou ainda há pouco?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ainda há pouco. Está preso em Uberlândia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Josiel Rodrigues da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É Jasiel Rodrigues da Silva. Reconheceu também. Ele também rouba carga?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Rouba carga.

Com esse aqui fiquei meio confuso. Esse aqui é o Marcos Paulo, também foi preso em Belo Horizonte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcos Paulo Arantes de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Reconheceu o Marcos Paulo Arantes de Freitas. O que ele faz?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – É ladrão de carga também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está solto, está preso?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse cara, acho que está solto. Ele foi quem roubou as armas do Exército junto com o Wanderlei.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ajudou a roubar as armas do Exército junto com o Wanderlei.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse aqui é o Sebastião, cunhado do Josiel.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sebastião de Oliveira Silva, cunhado do Josiel, também ladrão de carga.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não sei o sobrenome dele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Todos integravam a sua quadrilha, a quadrilha de que você participava?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse aqui nunca roubou comigo não, mas é da quadrilha, já que participou; é do roubo de carga também.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Até para que haja conhecimento público, está sendo exposta a fotografia e consta o nome embaixo, mas o nome embaixo está sendo tampado, ele não enxerga o nome, faz o reconhecimento pela fotografia, até porque quase todas essas pessoas integravam a sua quadrilha, você convivia com elas nesse esquema todo do roubo de cargas?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente. Inclusive tem gente que eu já morei na casa deles, em Uberlândia, outro que já morou junto comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é esse aqui?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse aqui eu não me lembro o nome dele. Não sei se é Neguinho, conhecido por Neguinho, não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É o Neguinho. Reconheceu o Neguinho mesmo.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Conhecido por Neguinho. Não tenho certeza...

O SR. OSCAR ANDRADE – Reconheceu o Neguinho. O nome dele é Wender Souza Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Todos esses aqui praticamente já foram presos.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já. Todos eles já foram presos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Por roubo de carga?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Por roubo de carga.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Tu reconheces esse aqui?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu conheço esse outro, mas não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Esse outro?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não estou lembrando também, mas não é estranho o rosto. Não estou lembrando o nome. Eu conheço esse aqui, que é o Wanderley. Esse outro aí eu não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Esse é José Wanderley da Silva?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse aqui é o que falei que vendeu a carga para o rapaz ali da mercearia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas são muito parecidos um com o outro, não é?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele caiu... Agora eu vi essa carga aqui, uma carga de sabão, caiu em Itumbiara. Pode dar esse flagrante, porque foi caída em Itumbiara. Ele caiu com uma carga de sabão. Tem sabão, parece, nessas caixas aqui atrás. Foi preso em Itumbiara. Ele foi preso com um Tempra. Pode o senhor conferir aí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então bateu, então reconheceu José Wanderley da Silva e Washington Ferreira de Oliveira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Reconhece essas fotos aqui?

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – É lá do sítio do Cabral. Não tenho certeza de qual é desses, é parecido. Foi um dos caminhão roubado, o de tecido.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele viu o caminhão e já contou que o caminhão foi roubado com tecido. A próxima foto era do tecido. Tu estás sabendo tudo, hein? Sabe por quê? Porque tu estavas por perto, estavas sempre no meio e quem é do meio sabe aonde acontecem as coisas.

O Sr. Relator tem algum requerimento?(Pausa)

Então, sem ser na próxima semana, na outra, vamos a Uberlândia, onde vai ser formada a pauta da oitiva... Três dias em Uberlândia, inclusive com a oitiva de Waldenir Bueno, a nosso requerimento, que temos informações de que é um dos grandes recepta-

dores de herbicida do País. Tem um caso no Rio Grande do Sul, tem caso em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, enfim, Minas Gerais, no Brasil inteiro ele atua como o grande receptador, chefe de uma quadrilha que rouba e compra carga roubada.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a reunião. Muito obrigado.

O SR. CLÉVERSON PEREIRA DA CRUZ – Esse que está na grade aí é o Waldenir Bueno. Lembrei o nome dele.

(Levanta-se a reunião às 17h25min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 18ª Reunião Realizada em 12/11/2001

Aos doze dias do mês de novembro do ano dois mil e um, às quatorze horas e quarenta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Uberlândia, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Deputados Oscar Andrade, Carlos Dunga, Pompeo de Mattos e Cabo Júlio, reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a Instalação da CPMI e ouvir as seguintes pessoas, Dr. Rogério Santos, Delegado da Delegacia de Roubo de Cargas de Belo Horizonte e Presidência passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia Dr. Geraldo Jabbur para suas considerações e agradece a presença da Comissão nesta cidade onde sem nenhuma duvida irá contribuir muito no combate ao Roubo de Cargas, o Presidente declara um voto de louvor a Policia Federal pela passagem de aniversário de criação. A seguir passa a palavra aos Delegados, Dr. Ramon Tadeu Carvalho Bucci, da Delegacia Regional da Policia Civil de Uberlândia, Dr. Hamilton Tadeu de Lima, Delegado de Furtos e Roubos de Cargas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaiba e o preso Jaaziel Rodrigues da Silva para prestar esclarecimentos a CPMI, sendo questionados pelo Relator e demais parlamentares presentes solicitou ainda que fosse expedido um ofício intimando os seguintes policiais: José Aparecido Alves da Silva, Mariovan Pereira da Silva, Clayton Donizete dos Reis, João Geraldo Soares e Jaelson Elias Serafim. A Presidência informa que o preso Waldenir Bueno não comparecerá por ter fugido da cadeia de Patos de Minas, em razão dessa fuga a Relatoria solicitou que fosse intimado a depor o Delegado de Patos de Minas. Ailton Pereira bem como o seu carcereiro Anderson Luiz Chaves. E não havendo nada mais a tratar eu, Francisco Nauri des Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

18ª Reunião dia 12/11/01

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Boa-tarde, senhores, em primeiro lugar, ao instalar a reunião da CPMI que tem a responsabilidade de apurar em todo o País o elevado crescimento de roubos de cargas transportadas pelas empresas de transporte rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo e carga, eu queria agradecer ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. Geraldo Jabur (?), agradecer os Srs. Vereadores pela presença. A Câmara Municipal está prestando um serviço à Nação, porque ficou muito claro, pelas investigações feitas pela CPI do Narcotráfico e posteriormente com a instalação da CPI do Roubo de Cargas, o crescimento da violência, do poder econômico do crime organizado, visto que o roubo de carga resultou aproximadamente, no ano passado, num prejuízo de R$1bilhão. Em razão dos levantamentos feitos pelo Sr. Relator, Deputado Oscar, que tem dirigido as investigações, tem ficado clara a importância do deslocamento da CPI para as áreas indicadas, para as áreas suspeitas de envolvimento de empresários e quadrilheiros presos pelas autoridades locais.

Antes de dar início aos trabalhos, eu passaria a palavra ao Dr. Geraldo Jabur, para que ele possa se referir à importância dessa audiência.

O SR. GERALDO JABUR – Digno Senador Romeu Tuma, Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Deputado Federal Oscar Andrade, Relator desta douta Comissão, demais membros des-

ta mesa de trabalho, Srªs e Srs. vereadores, Srs. juízes, Srs. promotores, Srs. defensores públicos, Srs. delegados da Polícia Civil, Srs. representantes da Polícia Militar, Srs. integrantes do Exército brasileiro, Srs. integrantes da Polícia Federal, demais autoridades presentes, inicialmente a Câmara Municipal quer agradecer pelo apoio recebido, agradecer por todas as manifestações recebidas para o início dos trabalhos da CPI

Portanto, queremos registrar aqui o apoio recebido de todas as autoridades, principalmente no que tange à segurança, para a realização deste ato.

O Poder Legislativo de Uberlândia, ao receber em sua Casa os componentes do Senado da República e da Câmara Federal que integram esta CPI, se sente integrado na luta pela elucidação dos fatos delituosos que atormentam nossa população. Há indícios de que no Triângulo mineiro, especificamente em nossa região, o crime organizado se estrutura e age de maneira aterrorizante, desencadeando intranqüilidade em nossas famílias. O anseio de toda a população e também nosso é de que esta CPI faça um trabalho dantes nunca visto neste país, e temos certeza, Senador, de que talvez isso já esteja ocorrendo no sentido de elucidar esses crimes hediondos que nos atordoam. Por outro lado, esta presidência quer deixar registrado que estaremos ao dispor do Senado da República, da Câmara Federal e de quaisquer outras autoridades constituídas ou outras instituições públicas para que, em parceria, possamos combater o crime organizado, dando a colaboração que nos for requisitada. Dito isso, esta presidência agradece esta oportunidade e deseja sucesso nos trabalhos e temos certeza de que esse é o desejo do povo de Uberlândia e da sociedade brasileira. Obrigado, Sr. Senador, obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, Dr. Jabur pela gentileza da sua oferta e do seu pronunciamento. Queria agradecer a presença dos Srs. Promotores de Justiça, Dr. Fabrício Ferragini e do Dr. Fábio Guedes de Paula Machado. Obrigado pela presença dos Senhores e tenho certeza de que assim que as informações chegarem ninguém vai escapar de uma denúncia, claro, dependendo das investigações que forem feitas. Quero agradecer ao Dr. Ramon Tadeu Carvalho Gut, delegado regional de Uberlândia, e ao Dr. Hamílton Tadeu de Lima, delegado de furtos e roubos de cargas do Triângulo Mineiro de Alto Paranaíba. Antes de iniciar, queria também pedir licença ao nosso relator para prestar uma homenagem à Polícia Federal, que hoje comemora em Brasília, por antecipação, o 37ª aniversário de sua criação. A Polícia Federal vem, durante esses longos anos, buscando se aprimorar na busca de melhores procedimentos na apuração do crime organizado, do narcotráfico, do tráfico de drogas e agora, inclusive, do terrorismo. O General Serra, que aqui se encontra, foi Secretário Nacional de Segurança Pública e sabe de tudo aquilo que a Polícia Federal tem procurado, buscado, através do seu efetivo, da sua academia, preparando policiais para outros estados, na busca de um aprimoramento, para que se dê um pouco mais de tranqüilidade à sofrida sociedade brasileira, tão temerosa do crescimento da violência e do crime organizado. Portanto, em meu nome e em nome da Comissão levamos à Polícia Federal os nossos cumprimentos, apelando para que o governo possa realmente aumentar o seu efetivo e aumentar o seu orçamento em razão das missões permanentes que tem que desenvolver, em razão do próprio crescimento do crime transnacional e organizadamente com uma estrutura bastante forte financeira. Queria registrar a presença do Deputado Federal Gilmar Machado, a quem convido para ter assento à mesa, e informar aos Senhores presentes que, em razão de problema de vôo, vão chegar esta noite três deputados federais e mais um senador do Rio de Janeiro. Estarão presentes, sem dúvida, no dia de amanhã. No dia de hoje tínhamos uma agenda. Infelizmente, o delegado de Ribeirão Preto só poderá chegar amanhã e, estranhamente, o preso Valdenir Bueno foi transferido para outra cidade, mas a Polícia Militar, de pronto, ofereceu-se para buscá-lo na outra cidade. Esperamos que ele esteja aqui presente na audiência de amanhã. De forma que passo a palavra ao nosso relator para que se pronuncie.

O SR. – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma; Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, Dr. Geraldo Jabur Filho, em nome do qual cumprimento todos os vereadores presentes, sociedade uberlandense, meu caro amigo Deputado que se faz presente. Gostaria de dizer da alegria de poder estar aqui em Uberlândia, lógico que gostaria de estar mas em outras condições, no entanto é sempre bom voltar a Uberlândia, cidade progressista do meu Estado de nascença, Minas Gerais, apesar de estar há 20 anos em Rondônia. Meu coração e minhas raízes são daqui, da nossa terra. Então, para mim é motivo de muita satisfação estar em Uberlândia.

Vou falar um pouco da CPI para dar um quadro geral às pessoas que têm pouca informação sobre a mesma. Em maio de 2000 requeri a criação da CPI do Roubo de Carga, em função, primeiro, do acompanhamento que venho fazendo há alguns anos, seis

anos mais ou menos, do crescente número do roubo de cargas no Brasil.

Para que os senhores tenham uma idéia, no ano de 1992 o prejuízo com roubo de carga atingiu a cifra de R$25 milhões. No ano de 2000, chegou-se a mais de R$650 milhões. É um absurdo o que cresceu. Aliado a isso, a inter-relação muito grande – acho que todos devem ser lembrado – quando da CPI do Narcotráfico, o número de roubo de cargas que aparecia de quadrilhas que atuavam em narcotráfico e roubo de cargas. Ela era uma CPI determinada ao narcotráfico, ela não poderia ficar entrando sempre sobre roubo de cargas.

Senti a necessidade solicitei a CPI, mais de 300 assinaturas colhemos na Câmara, conseguimos então criar, com um acordo de Liderança, uma CPI Mista, da qual participam 11 Senadores e 11 Deputados Federais. Nesses quase 18 meses, infelizmente tivemos dois recessos, no meio do ano e no do final de ano e um recesso branco da campanha municipal do ano passado, tivemos efetivamente nove meses de trabalho realizado. Nos nove meses de trabalho, tivemos realizadas 38 audiências públicas, mais de 150 depoimentos. Chegamos realmente a poder hoje ter a malha do roubo de carga no Brasil já bem visualizada com muita quebra de sigilo bancário e telefônico. A nossa Comissão trabalha com técnicos do Banco Central, do Judiciário e outros, buscando fazer o cruzamento e trazendo a nós, da Comissão.

A nossa vinda a Uberlândia se dá em função de termos informações concretas, fortes, e não apenas informações verbais. Depois dessas informações e diligências – duas ou três, feitas aqui na região – sobre envolvimento muito pesado de quadrilhas da região e de receptadores, na verdade, hoje o alvo principal da nossa Comissão. Entendemos, depois de estudarmos muito e debruçarmos sobre o roubo de carga no Brasil, que o grande responsável, o principal responsável, pelo roubo de carga crescente no Brasil são os receptadores.

Hoje o roubo de carga não é mais como há dez anos, que roubavam a carga, guardavam a carga de um motorista, matavam-no, às vezes, e iam procurar uma maneira de desovar, dois, três meses depois, vendendo para camelôs e pequenas lojas. Era assim o roubo de carga no Brasil. Hoje roubam de tudo, e já roubam depois de vendido. Ou seja, hoje é feita a encomenda, roubam um caminhão cheio de mercadorias de supermercado, às vezes duas ou três horas depois já existe a nota fiscal nova, acompanhando e descarregando no supermercado pela metade do preço, o que é lastimável. Empresários, grandes empresas no Brasil estão agindo dessa maneira. Temos ainda informações, algumas incipientes, outras muito fortes, estamos buscando provar isso, concatenar com dados que temos, com depoimentos e algumas acareações.

Espero que possamos sair daqui de Uberlândia com um trabalho desenvolvido, podendo dar resultado à nossa Comissão para o bem da região toda, principalmente da cidade de Uberlândia.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom, ainda temos uma informação que queria passar aos membros da CPI e mais aos senhores presentes, inclusive aos Srs. Promotores, não referentes a Uberlândia, mas a uns fatos ocorridos em Santa Catarina, só para se ter uma noção exata de como estão agindo as quadrilhas do roubo de cargas. Na região de Blumenau, Joinville, tem uma empresa de seguro, a Apisul, ela tem, depois do desaparecimento de cargas roubadas, tido uma estrutura de investigação e tem nos informado a ocorrência e identificado as quadrilhas, mas, como resultado, pouca ação policial. Então, há um desentrosamento, não sei se ocasional ou proposital, em que as informações não são bem gerenciadas para uma investigação e, sem dúvida nenhuma, a localização e prisão dos seus responsáveis. Já se localizou mercadoria e não efetuou nenhum tipo de pedido à Justiça par prisão preventiva ou qualquer outro tipo de ação da polícia. Acho que isso tem que ser aprimorado através dos governadores e secretarias de segurança.

Então, eles nos mandaram um roubo de carga nessa região, em que o motorista apresentou a queixa, com uma história que os investigadores não acharam muito lógica, investigaram o roteiro, reperguntaram, e ele acabou confessando que recebeu uma certa importância para entregar o caminhão com a carga num posto previamente acertado, e os ladrões foram e levaram essa carga. E eles nos encaminham, inclusive, Dr. Oscar, o nome daqueles que têm, qual a responsabilidade de cada um dentro da quadrilha. Marcos Antonio Pereira é o aliciador de motorista para entrega de carga, atua em São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Trabalha(?) os motoristas em postos de gasolina, na Rua Regis Bitencourt e em outras áreas, principalmente no Sul, Curitiba e em Santa Catarina. Tem um outro, Nelson Cardoso, que pega o caminhão roubado, adultera e entrega para motorista para desviar carga, vai como terceirizado o transporte, vai, apanha a mercadoria e já rouba de cara, já leva com o caminhão roubado e tudo. Então, a estrutura das empresas também não tem acompanhado um antece-

dência dos motoristas quando é terceirizada a carga. O transportador tem que ter um zelo maior nessa terceirização.

Vou passar tudo para o senhor, agora.

São informações com tanto dado, com tanta segurança que acho estranho não se ter nenhum tipo de procedimento de ordem legal, ficar apenas na informação da companhia de seguro... Temos que diligenciar com urgência para podermos alcançar de pronto essa quadrilha, porque ela está prontinha, está no forno, é só tirar.

Outra coisa que, aí alerto o nosso secretário, foi pedida uma certidão da empresa Bifarma, uma empresa que trabalha com produtos médicos e pediu uma certidão que não estava sob investigação da CPMI, de Roubo de Cargas, e apresentou essa certidão na Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. O diretor, inteligentemente, devolveu o xerox dessa certidão, informando-nos os processos que ela responde, não por roubo, mas leio aqui: "Esclareço que esta encontra-se sob investigação de infração sanitária, por apresentarem informações contraditórias, conflitantes, referente à empresa fornecedora de medicamentos, psicotrópicos e entorpecente". Então, para mim, é grave. Usar uma certidão da CPI para dizer que não estava sob investigação, para tentar encobrir um outro delito, temos que chamar esse cara aqui para prestar depoimento. Não se pode aceitar que ele venha buscar, através do advogado, uma certidão e faça uso para tentar encobrir um delito que é tão grave como roubo de cargas e informação de psicotrópicos.

Então, a CPI está atenta. Agradeço as autoridades que tomando conhecimento de fatos nos comuniquem de imediato, para que não se deixe à vontade aqueles que tentam ludibriar a lei, através de estratégias enganosas, como se nós fôssemos otários. Então, isto nós vamos dar um ponto final.

Eu chamaria primeiramente, por favor,... Ah! Antes de iniciar a chamada, pergunto aos Srs. Membros se posso dar como aprovada a Ata da última reunião. (Pausa)

Aprovada.

Então aprovada a Ata, que assino e coloco à disposição dos Srs. Membros CPMI.

Convido o Dr. Rogério Santos, Delegado da Delegacia de Roubos e Cargas de Belo Horizonte, em colaboração com esta CPI, podemos prestar informações dos andamentos das investigações a respeito desse delito.

Muito obrigado, Doutor. Por favor.

O SR. ROGÉRIO SANTOS – Boa tarde, Srs. Senadores e Deputados! Meu nome é Rogério Santos, sou Delegado de Classe Especial da Polícia Civil de Minas Gerais e desde 1991, outubro de 1991, sou Delegado Titular da Delegacia Especializada de Roubo de Cargas. E por ser Delegacia especializada a nossa área abrange todo o Estado de Minas Gerais.

Hoje, sou Chefe de Operações Especiais do Departamento de Operações Especiais, que nós estendemos, de 1999, à área de seqüestro também. Então, nós estamos em roubo de carga por ser a Delegacia Especializada subordinada à minha Divisão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Rogério, o senhor poderia nos esclarecer como está se desenvolvendo as atividades na Divisão de Roubos de Cargas e se tem conseguido sucesso, tem recebido apoio do Governo, do Secretário de Segurança?

O SR. ROGÉRIO SANTOS – Pois não, Sr. Senador.

É, realmente, a Delegacia Especializada, que abrange todo o Estado, hoje nós diminuímos aquele aperto serviço, tendo em vista que o índice maior, que se concentra no Triângulo Mineiro, de 1999 foi criada a Delegacia Especializada aqui nessa cidade, abrangendo toda a região e que aliviou de certa parte a nossa área. Por conseguinte, nós temos as nossas fronteiras, no Estado de Minas Gerais, nós temos cidades que estão a 800 quilômetros, 750 quilômetros de Belo Horizonte onde que, assim que somos certificados do roubo de cargas nas divisas, principalmente da Bahia, mesmo da região do Triângulo, nós teríamos uma grande dificuldade de deslocar, mesmo porque quando se tem ciência do roubo de carga passou-se um grande espaço de tempo para iniciarmos as investigações. Realmente não é fácil. Hoje, nós temos, assim que tomamos conhecimento, nós ao deslocarmos precisamos de condições. Condições de transporte, de hospedagem. E, realmente, mesmo a Secretaria tendo essas condições de diárias há essa dificuldade do tempo para o pagamento dessas diárias. Então muitas vezes, mesmo contrário as nossas vontades, nós temos que contar com a participação da vítima. A vítima mais uma vez, ela tem que colaborar para deslocarmos.

Diante de um certo tempo para cá aumentaram as nossas condições, quando a Secretaria nos ofereceu condições de aeronave para esses deslocamentos. Contamos, sim, com a Secretaria todo esse momento, como também, sempre envidado pelos bons relacionamentos, com a Polícia Militar. Os deslocamentos são feitos constantemente também com as

suas aeronaves e com a colaboração daqueles oficiais da instituição.

Temos que esclarecer, é bom e já se disse, mas, no Sudeste, Minas Gerais tem uma situação tranqüila. Nós temos a maior malha rodoviária do País e, conseqüentemente, se nós olharmos, proporcionalmente, nós temos o menor índice de roubos e cargas do País. Na Região Sudeste, temos 67% de ocorrência no Estado de São Paulo, 26% no Rio de Janeiro, 3% no Espírito Santo e 4% em Minas, sendo que, em Minas, a concentração maior – por volta de 63% – se concentra no Triângulo Mineiro. Hoje, então, nós já temos essa Delegacia que poderá, posteriormente, fornecer maiores dados a esta Comissão.

O SR. – Essa Delegacia que o senhor diz é a de Roubo de Cargas?

O SR. – A Delegacia – a minha é especializada de Roubo de Cargas.

O SR. – Quantas Delegacias, hoje, tem no Estado de Minas?

O SR. – Na área – nós temos uma, aqui, em Uberlândia; uma Delegacia em Varginha e essa, especializada, em Belo Horizonte, que responde pelo restante do Estado.

O SR. – Que é a central.

O SR. – Nós estamos com um projeto para criar. Nós, hoje, obrigatoriamente, temos o segundo tronco rodoviário de Minas Gerais que é em Montes Claros em que já é galopante o aumento do roubo de cargas na área. Então, devido à distância, é necessária a criação, com urgência, de uma Delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doutor, tem alguma força tarefa entre vocês e a Polícia Militar e a Receita, fazendo algum trabalho nas estradas para poder identificar a carga roubada ou o trabalho é isolado e a investigação vem depois da queixa?

O SR. – Infelizmente, Excelência, nós temos a dizer que tem não. Era necessário e nós já apresentamos um Projeto. Há um estudo entre a Polícia Civil e a Polícia Militar . E foi apresentada por nós uma força tarefa ou um grupo que trabalharia em conjunto. Mas, lamentavelmente, um dos grandes fatores que podemos creditar ao crescimento do roubo de cargas é o desentrosamento entre as instituições policiais e isto tanto no estadual como no nacional. O roubo de cargas não tem fronteiras mas, infelizmente, a Polícia tem fronteira. Não vamos dizer que, aqui, é a Casa em que poderíamos solucionar vários problemas e iríamos dizer que vive em lua de mel com a polícia de Minas com a polícia do Rio e de São Paulo – não existe. Não existe um tratamento dessas apurações. Já deveria existir uma política para um maior entrosamento. V. Exª, mesmo, sabendo como é ser policial, o senhor que já lida há muitos anos, sabe das dificuldades que se tem de um Estado para outro e não há legislação específica. Fica apenas o entrosamento entre os membros da corporação. Se dão bem – aqueles dois se entendem. Pelo contrário, só o crime é que se entende. Nós não entendemos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que o senhor acha que um crime praticado num determinado lugar – como há um entrosamento entre o caminho dessa carga roubada e entregue em outros setores, com o entrosamento das polícias, com troca de informações, teria uma eficácia maior.

O SR. – Sr. Senador, há tempos, nós já apresentamos nesses encontros – que existe até pelo Ministério da Justiça – e uma das nossas principais propostas era sobre esse entrosamento que deveria existir. Não existe. Até 1994, na minha Delegacia, nós tínhamos 100% de apuração mas 100% era levado para o Estado do Rio e São Paulo. Nós não tínhamos aquelas quadrilhas baseadas no Estado de Minas Gerais. Após 1994, aumentaram consideravelmente. Tendo em vista que, hoje, o operador de rua – aquele marginal contratado apenas para fazer um assalto, ao conhecer um receptador e, primeiro, ao ter contato com ele – automaticamente, ele largava e deixava de ser mão-de-obra de assalto para ser um dos membros, chefe de quadrilha. É por isto que nós vemos crescente e galopante essa situação do roubo de carga. Quanto a esses entrosamentos, eu acredito, com certeza – e eu tenho 11 anos em roubo de carga – trabalho no combate ao roubo de carga – nós notamos essa falta de entrosamento, essa falta de conhecimento. O assaltante, hoje, praticamente, faz o seu próprio território – eles se deslocam com facilidade e, a cada dia, surgem mais condições deles assaltarem hoje. Nós notamos que têm agências de carros que simulam um contrato de locação – de venda – com cheque casado, apenas para entregar esse carro. Se der errado e houver a apreensão desse veículo, ele, posteriormente, se desloca à Delegacia e fala que o contrato não foi cumprido e pede a restituição. E nós, sabendo de tudo isso, temos que entregar. Isso ocorre ... O que inicia hoje em São Paulo, amanhã está em todos os Estados da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem algum caso que envolva receptador de vulto, de nome, supermercado, empresa... em algumas das suas investigações, já que o senhor está há onze anos nessa...

O SR. – Com certeza, temos fatos interessantes. Recentemente...não tão recente, mas nós fizemos trabalho conjunto com a Polícia Federal aqui em Uberlândia e sofisticaram tanto esse crime que um dos elementos... ele jamais pôs a mão em uma carga roubada. Ele montou uma central telefônica em sua residência e recebia as informações de São Paulo, Rio, do Norte da referida carga, posteriormente ele a vendia, recebia uma pequena comissão, mas ele fazia sem nenhum contato com a carga. Foram preso, porém, devido a dificuldades de investigação, ele foi condenado apenas com base no art. 12.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A dificuldade é caracterizar a receptação, não é?

O SR. – Exatamente. A dificuldade é caracterizar a receptação. Ele usava um sistema telefônico e nós até mesmo temos dificuldade hoje de conseguir uma quebra do sistema de telefonia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pode citar a empresa que o senhor...?

O SR. – Não, não é uma empresa. Esse é uma pessoa, um marginal, Aldejar Cardoso da Silva, foi preso, foi condenado pelo art. 12, por tráfico. Porém nós temos recentemente, como eu disse... um cerealista no norte de Minas... em que foram preso Osvaldo Saldanha, Vander Saldanha da Fonseca, José James Saldanha – pai e filhos – com uma quantidade apreendida de mais de dez carretas de um cerealista. Ele foi preso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Montes Claros...

O SR. – Montes Claros. Cerealista Norte de Minas. O galpão consistia praticamente em 80% da mercadoria que ele transacionava, a mercadoria toda, produto de roubo em todos os locais do País: norte, sul, não tinha essa discriminação. Recentemente também, em Divinópolis...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Divinópolis tem dois relacionados aqui que teriam sido indicados como receptadores. Até vou pedir para ver se o senhor confere.

O SR. – É José Francisco Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – José Francisco Cabral e Alexandre Gontijo da Silva.

O SR. – Não, são oito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Oito?

O SR. – São: Sebastião de Oliveira Silva, Jaziel Rodrigues da Silva ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sebastião?

O SR. – Jaziel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem José Francisco Cabral, é isso?

O SR. – Alexandre Gontijo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alexandre Gontijo.

O SR. – Marcos Paulo Arantes de Freitas, Marco Antonio Marques de Miranda...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Marquinho, vulgo Marquinho?

O SR. – Paulo Divino da Silva, José Francisco Cabral e Wender Sousa Pereira. Esses oito elementos foram presos em circunstâncias das mais difíceis que a polícia pode conseguir, que nós prendemos do operador, da mão-de-obra barata, do assaltante da estrada ao tomador de conta do cativeiro, até o receptador que encomendava a carga. Foram todos presos em flagrante. Foram autuados pelo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O receptador de Blumenau, o senhor falou?

O SR. – Não. O receptador é o José Francisco Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – José Francisco e o Alexandre também?

O SR. – Não. Nós chegamos até José Francisco Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Alexandre tem ação na quadrilha?

O SR. – O Alexandre era membro da equipe integral de assalto... assalto e... Eles foram autuados por assalto, por cárcere privado e formação de quadrilha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estão presos, né?

O SR. – Nenhum 'estão' preso. O José Francisco Cabral é influente comerciante em Divinopólis, presidente do Lions e ele ficou preso só oito dias. Foi posto em liberdade provisória no dia 24/02. Preso dia 16/02. O restante ficou um tempo mais...a mão-de-obra ficou um tempo mais, inclusive...

O SR. – O Alexandre Gontijo é quem? Empresário, não?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma)– Não.

O SR. – O Alexandre Gontijo é um membro da quadrilha. Eles foram transferidos para Oliveira.

O SR. – O José Francisco Cabral é empresário?

O SR. – O José Francisco Cabral era aquele que a mercadoria se destinava ao ponto final.

O SR. – Ele é que era o receptador final?

O SR. – Ele encomendava e ele recebia, mas...

O SR. – É ele que teve problema?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é ele. É quem o senhor falou, Jaziel Rodrigues da Silva já está aqui na cidade para vir depor. O senhor fez referência ao Jaziel.

O SR. – Jaziel Rodrigues da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A juíza já o colocou à disposição da CPI, se o senhor tiver algum questionamento também.

O SR. – Esses eles tinham grandes indústrias de confecção e esse foi um trabalho... Realmente, a polícia, muitas vezes também, conta com a sorte. Nós estávamos sob informação. O índice de roubo de carga de tecido estava crescendo muito e conseguimos informação e montamos um ponto de observação próximo à fazenda Casa de Campo, que ele tinha na cidade e ...

O SR. – Qual a cidade?

O SR. – Divinópolis. E ocorreu, nesse dia que estávamos já de observação, um assalto próximo a Curvelo, onde está em outro sentido de região, e um dos policiais notou a presença do veículo. Até então não tínhamos informação.

Posteriormente, o motorista foi levado para a cidade de Oliveira, já é outro sentido, mantido em cativeiro, num cafezal, e, ao tentarem fazer a desova do caminhão, foram presos. Nós fomos acionados. Imediatamente deslocamos de helicóptero para a região, conseguimos resgatar o motorista vítima no cativeiro, que nos levou até a residência, onde encontramos a mercadoria do dia. Outra mercadoria tomada a uma semana atrás e, em dois prédios da cidade onde eles tinham confecção, encontramos carga roubada de várias regiões. Todas de tecido.

Tivemos uma diminuição, por um longo tempo, de 100% sobre tecido, matéria já final, mas o Zé Francisco, o principal, ficou apenas oito dias. Foi posto em liberdade provisória na rua, os outros elementos, posteriormente, descobriram, apesar que já estavam do outro lado do estado, mas eles tinham praticado um assalto aqui, em Uberlândia, no triângulo. Assaltaram um ônibus que tinha vários oficiais do Exército, e eles foram transferidos para responder por esse crime também.

O SR. – Dr. Rogério, há um ponto que nos preocupa muito na CPI. Como disse, estamos há mais de um ano e meio acompanhando essa questão do roubo de carga no Brasil e, onde vamos, não raras vezes há um envolvimento muito grande de policiais. Às vezes, até dentro da quadrilha e, às vezes, no acobertamento dessas quadrilhas e ali vem as vantagens.

E nós temos informações. Vamos colocá-las a público aqui, no momento certo, nos depoimentos e nas acareações que vamos fazer. Qual que é a sua preocupação e que dado que o senhor tem sobre o Estado de Minas Gerais, sobre essa terrível participação de policiais?

O SR. – Sr. Deputado, nossa área restringe, como disse, à área da capital, grande BH e à região norte, nordeste e oeste do Estado. Nessa região, comentava ontem com o Secretário, felizmente, talvez seja o grande fator do controle de roubo de cargas no Estado, devido a esse controle maciço em cima de policiais.

Nós, até agora, detectamos uma condição muito pequena a respeito desse envolvimento, devido, talvez, à aproximação.

Essas diligências envolvendo delegacia de roubo só mesmo se não tiver condições, nós não acompanhamos o delegado. Tendo condições, nas nossas diligências, nós acompanhamos pessoalmente.

É tanto que a área que nós respondemos hoje, que é a grande BH, enquanto nós temos na área do Rio de Janeiro quatrocentos casos, São Paulo, mil e quatrocentos casos, nós temos sessenta casos.

Então, eu acredito que quando há a participação de policiais nas quadrilhas, o poder aumenta até mesmo porque eles sabem os nossos passos, as nossas formas de trabalhar.

Realmente, um dos fatores de crescimento é o envolvimento, é a facilidade que tem com a aproximação de um marginal com um policial.

O SR. – O senhor considera, também, que o crescimento, quer dizer, nós estamos falando em uma década, 2.500% de aumento no roubo de carga no Brasil. Também consideramos, nos estudos que chegaram à CPI, da migração muito grande que existiu de delitos como roubo a banco e seqüestros para o roubo de cargas, em função dessa facilidade.

O SR. – Há de notar-se que detectamos a passagem de marginais de outros crimes para o roubo de cargas. Não notamos a saída de marginais do roubo no sentido contrário. Há facilidade para se roubar o alto valor transportado. É fácil dominar um motorista em uma estrada erma, sem armamento, sem condições, e há total falta de policiamento em nossas malhas rodoviárias. Falo isso, praticamente, de cadeira. Fui, durante 14 anos, policial rodoviário federal. Infelizmente, a Polícia Rodoviária Federal, por mais que esforce, não tem estrutura para combater esse crime. Hoje, a malha rodoviária de Minas Gerais tem 600 quilômetros dos 8 mil quilômetros da malha rodoviária

nacional. Então, diante disso, a tendência é o crescimento. As condições só favorecem ao criminoso, como a nossa legislação, que se dirige à ação de crime em que o receptador deixa tudo à vontade do criminoso.

Hoje, no caso de um assalto a banco, imediatamente, as polícias militar e civil fazem cerco. No crime de roubo de cargas, isso não é bem verdade. A polícia só toma conhecimento do roubo quando mais nada tem a fazer, porque o motorista é levado ao cativeiro e a carga desovada em local distante de onde foi tomada de assalto. Só quando é desovado o caminhão, é acionada a polícia. É muito raro a polícia saber do roubo desde seu início, mesmo com o sistema de rastreamento, devido à necessidade de darmos condições às empresas assumirem aparelhagem sofisticada para informar onde está ocorrendo o roubo. Não adianta termos a informação de que está ocorrendo, em um rincão distante, um roubo de carga, sem que não as polícias militar e civil tenham condições de chegar ao local.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor puder permanecer aqui conosco, vou chamar seu colega, o Delegado Regional de Uberlândia, para ver se ele nos acrescenta alguma informação.

Tenho uma informação um pouco desagradável. O Sr. Valdenir Bueno, que estávamos esperando para depor hoje, foi transferido para Patos de Minas. A Polícia Militar está nos informando que ele chegou lá e fugiu. Considero isso muito estranho.

O SR. – O senhor prendeu o Valdenir?

O SR. – Prendemos o Valdenir em 1998. É estranho esse fato.

Ele ficou preso em Belo Horizonte até quando acabou sua prisão provisória. A última prisão foi feita pelo delegado de Ribeirão Preto, em Montes Claros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tenho aqui o recibo dado pelo Dr. Roberto José Souto, detetive policial. Eu queria a confirmação de que ele, realmente, ao ser transferido para Patos de Minas e lá chegando, fugiu da prisão. O oficial que deu essa informação está presente?

O senhor poderia confirmar a fuga?

O SR. – O contato feito na cadeia de Patos de Minas foi o de que ele, no dia em que lá chegou, fugiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é profundamente lamentável. Profundamente lamentável! Informado da necessidade da sua presença aqui, foi transferido para Patos de Minas, provavelmente, com um esquema de fuga já preparado.

Penso que se tem que apurar, com rigor, a responsabilidade por esse ato.

O SR. – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a juíza alerta que ele não deverá ser solto. Passarei isso ao Ministério Público para que nos ajude a tomar algumas providências a respeito.

Verifiquem os senhores a grande dificuldade e a estrutura que têm essas quadrilhas.

O SR. – Acontecem sempre essas coincidências com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sempre tem um caso em que a pessoa foge, é morta.

O SR. – Quando chegamos a Campinas, aconteceu a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hoje, penso que temos de fazer diligência secreta. A CPI chegará, buscará os presos e, depois, comunicar que está presente na cidade.

O SR. – Sr. Presidente, V. Exª permite que ele conte um pouco da história do Valdenir para a gente, as circunstâncias e o que ele era.

O SR. – A especialidade do Valdenir é agrotóxico. Então, quando chega a época da safra, ele realmente se agiganta. Nós prendemos Valdenir Bueno, após selecionar ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tem processo em todos os Estados, pelo que tenho aqui. É o principal receptador de defensivos agrícolas, dando prejuízo de alguns milhões aos transportadores.

O SR. – Ele estava preso, há pouco tempo, em São Paulo, e uma equipe do Mato Grosso, se não me engano, foi buscá-lo. Assim que ele desceu do aeroporto de Mato Grosso, ele fugiu também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelos transportadores, foi-nos dada a informação de que ele é um dos principais receptadores e revendedores de defensivos agrícolas. É um período do plantio, que são milhões de reais, que tem prejuízo. Cada carga dá mais de um milhão de reais.

O SR. – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... uma carga de defensivo agrícola. Então, poucos transportadores querem transportar esse tipo de carga, e seguradores não querem mais fazer seguro. A pessoa que faz isso está preso e foge.

O SR. – Inclusive, a Transporte Mira é praticamente a única que transporta. Não existe mais seguro, ninguém quer mais fazer seguro, e as outras transportadoras já pararam de transportar defensivos agrí-

colas. Ficou praticamente a Mira como grande vítima. Foi preso em 13/03/98 por nós, quando estouramos dois galpões aqui em Uberlândia para a apreensão de duas carretas de defensivos agrícolas, mas, para nossa surpresa, encontramos uma grande carga de mais de um milhão de remédios, tomados de assalto, dentro do ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dele também?

O SR. – Estava lá dentro. Ele alegava que era de uma outra quadrilha. Era de remédios do Teuto brasileiro, em Anapólis, Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há um empresário de remédio de Goiás que está sendo vítima já de assaltos não só de caminhões, como dentro da própria empresa. Localizou-se uma quadrilha no Recife, mas se estão tentando localizar outras, porque a carga de remédio, hoje, exerce uma atração muito grande para as quadrilhas.

O SR. – Caríssimo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está envolvido com roubo de carga de remédio também. Então, se o Senhor puder ficar conosco, agradeço, assim como agradeço também a colaboração. Chamo o Dr. Ramon Tadeu, por favor, Delegado Regional de Uberlândia, que concordou em colaborar conosco. Gostaria que o Senhor pudesse dar explicações de como é que estão sendo feitas as investigações, se há alguma operação preventiva, o que se consegue fazer dentro da Regional, visto que o Delegado de roubo de cargas também está aqui – acho que é subordinado ao Senhor – e poderá ajudar-nos também. Então, concedo a palavra ao Senhor.

O SR. RAMON TADEU – Meu nome é Ramon Tadeu Carvalho Gutti(?), Delegado de Classe Especial da Polícia Civil de Minas Gerais, Delegado Regional de Segurança Pública em Uberlândia, desde 29/12/2000.

Posso responder a V. Exª que a Delegacia de Furtos e Roubos de Desvios de Cargas de Uberlândia foi criada por uma determinação do Secretário de Segurança Pública, em 1999, subordinada operacionalmente à Delegacia de Furtos e Roubos de Desvios de Cargas de Belo Horizonte e, administrativamente, à 16ª Regional de Uberlândia.

Dentro das limitações que temos, em número de pessoal, posso dizer que temos 145 policiais civis em Uberlândia, dentro das mais diversas áreas de atividade de delegacias, todas as especializadas – furtos e roubos, crimes contra a pessoa, acidentes de trânsito, falsificações e defraudações, tóxicos e entorpecentes – e damos um suporte administrativo à Delegacia de Furtos e Roubos de Carga, que não tem também número de policiais suficiente para fazer o policiamento e as investigações de todas as ocorrências do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaí. Ela tem uma abrangência bastante grande, sendo que as delegacias regionais desta área reportam as ocorrências para cá, iniciando-se uma investigação. Embora tenha uma estrutura, ela não tem condições de atender à demanda de todas as ocorrências que temos nesta região.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor sabe quantos inquéritos por crime de roubo de cargas ou assemelhado existem?

O SR. – Eu gostaria que V. Exª, quando fizesse a inquirição ao Dr. Amilton, titular da Delegacia de Furtos e Roubos de Cargas, peça a ele esses dados.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor acha melhor falar com ele, então?

O SR. – Os dados são mais concretos com relação à atividade diária dele. Minha parte é a administração de todo o aspecto operacional.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor administra toda a região, não é? Outras cidades, no Triângulo, além de Uberlândia, têm algumas ocorrências sobre roubo de cargas?

O SR. – Sim.

O SR. ROMEU TUMA – O Triângulo é do senhor?

O SR. – Não. Eu só respondo pela regional de Uberlândia, que tem as cidades de Uberlândia, Monte Alegre, Araporã, Tupaciguara. Essa área é da minha circunscrição.

O SR. ROMEU TUMA – Tupaciguara?

O SR. – Tupaciguara também é da área da circunscrição de Uberlândia.

O SR. ROMEU TUMA – A maior incidência desse crime é aqui em Uberlândia?

O SR. – Não. É na área toda. Podemos dizer para o senhor que, às vezes, não acontece dentro do Município de Uberlândia. Ocorre em outras regiões. Temos as regiões de Ituiutaba, Patos de Minas, Uberaba, Araxá, Paracatu, a seccional de Iturama e a regional de Frutal*. São todas da mesma área de circunscrição, dentro do aspecto de operacionalidade da Delegacia de Furtos, Roubos e Desvios de Cargas.

O SR. ROMEU TUMA – Obrigado pela atenção e pela presença.

Dr. Amilton, por favor. (Pausa.)

(Interrupção na gravação.)

O SR. ROMEU TUMA – Lima, é isso?

O SR. AMILTON – Exato.

O SR. ROMEU TUMA – Delegado de Furtos e Roubos de Cargas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Confere?

Dr. Amilton, o senhor poderia expor um quadro geral do que está sendo investigado, a forma de agir de algumas quadrilhas, se há receptadores e o que senhor tem apurado nos seus inquéritos a respeito desse crime?

O SR. AMILTON – A Delegacia Especializada de Roubo, Desvio e Furtos de Cargas foi criada a pedido do Dr. Aluízio. O Sr. Secretário resolveu, então, criar essa extensão em Uberlândia, em maio de 1999, porque o índice de roubo de cargas era muito grande aqui, como continua sendo. Naquele momento, a delegacia recebeu um primeiro apoio da classe empresarial de dotar a delegacia das necessidades mínimas de uma delegacia, como V. Exª, ex-Delegado, sabe. Criou-se a delegacia. De maio a dezembro de 1999, foram registradas 267 ocorrências referentes a roubo, furto e desvio de carga.

Em 2000, o registro de ocorrências caiu para 222. Em fevereiro deste ano, assumi a delegacia e, até o dia 31 de outubro, houve o registro de 110 ocorrências policiais.

Naquela época, quando a delegacia foi criada, ela tinha a estrutura de 22 ou 23 policiais e quatro delegados. A partir do momento em que foi reduzido o índice de criminalidade, as delegacias foram sendo desprezadas. Hoje, eu sou o único delegado titular. Há somente seis policiais. Nossa internet foi cortada. Temos três viaturas compradas de segunda mão pela classe empresarial. Elas continuam velhas e hoje sucateadas. Porém, estamos tendo um bom resultado. Neste ano, já encaminhamos à Justiça 47 inquéritos policiais com materialidade, autoria e a maioria com os presos.

A nossa delegacia abrange as regionais de Patos de Minas, Uberaba, Araguari, Uberlândia, Ituiutaba, Uberaba e Araxá. Portanto, a malha rodoviária é muito grande. O número de flagrantes realizados pelas Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal – em que existe um maior índice de ocorrência – caiu muito. Reforçarei aquilo que o Dr. Rogério falou: é necessário um entrosamento maior. Recentemente, tive o prazer de estar com o comandante da Polícia Militar, que se propôs a fazer esse entrosamento. Eu nem conheço o recém-chegado Comandante da Polícia Rodoviária Federal.

Na realidade, precisamos unir nossos esforços. É importante que a classe empresarial, que, quando da criação prometeu uma ajuda, nos procure, porque apenas o fazem para registrar a ocorrência e pegar o BO a fim de receberem o seguro. Embora seja dever do Estado – a Secretaria tem realizado aquilo que pode –, não fizemos ainda a somatória.

Aproveito a ocasião de estar perante V. Exªs para realmente agradecer essa oportunidade de falar sobre o assunto – é a primeira vez nesses oito meses.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a V. Sª a presença, além de cumprimentá-lo pela coragem de mostrar a realidade das possibilidades de trabalho que tem um delegado de polícia à frente de um órgão tão importante como esse. Praticamente nenhum empresário tem a obrigação de oferecer colaboração por pagar os impostos. Recorre-se mais à própria estrutura de Governo para que dê atenção à prioridade dos crimes. Esse é um crime que deve ser prioritário, como o tráfico de drogas, de entorpecentes e de armas, porque é um processo econômico grave que alimenta vários outros tipos de delitos.

V. Sª falou em desvio de carga. Esse desvio tem predominância sobre o furto e o roubo ou é menor?

O SR. HAMILTON?? – O roubo, hoje, é muito maior do que o furto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do que o desvio?

O SR. HAMILTON?? – Exatamente. O **modus operandi** ocorre porque a malha rodoviária é grande. Geralmente, abordam um motorista e colocam-no num cativeiro na beirada da estrada até que se descarregue a carga em algum depósito.

O SR. ?? – Dr. Hamilton, V. Sª se lembra das quadrilhas, nesse período de quase um ano – nove meses?

O SR. HAMILTON?? – Nove meses.

O SR. ?? – À frente da delegacia, qual a quadrilha que V. Sª desbaratou e ajudou nesse processo de ???

O SR. HAMILTON?? – Várias. Não trouxe os dados com os nomes, mas quero citar uma: a conexão Leme e Uberlândia.

O SR. ?? – Leme?

O SR. HAMILTON?? – Leme é uma cidade de São Paulo. Trata-se de uma carga de polietileno que era roubada entre Patrocínio e Uberlândia. Fazia-se a entrega em um posto de gasolina próximo ao trevo. O intermediário era de Leme. Os ladrões que faziam o roubo também eram de Leme e estão presos. O receptador daqui, já com prisão preventiva, está foragido.

O SR. ?? – Qual o nome dele?

O SR. HAMILTON ?? – Silvio – não lembro o sobrenome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço a V. Sª que, posteriormente, forneça esse dado à CPI, por favor.

O SR. HAMILTON?? – Pois não. Agradecemos, inclusive, à Polícia Rodoviária Federal de São Paulo, porque o Juiz concedeu-nos o mandado de prisão preventiva, e a Polícia Rodoviária Federal foi fazer a incursão no local. Chegando lá, usaram dois helicópteros – estou dizendo isso porque não teríamos condições de fazê-lo –, quatro ou cinco promotores foram solicitados, vinte viaturas e mais de 50 homens para prender esse pessoal lá.

A nossa delegacia especializada não teria condições de realizar essa operação, porque não há estrutura. Além disso – não sei se ainda virá a esta Comissão o Sr. Gesiel –, pegamos alguns outros elementos que agem com ele. Na região, a maioria dos ladrões estão identificados por nós. Esse é um trabalho feito por mim e também por meus antecessores. Não é a partir de fevereiro. Esse levantamento que eu vinha fazendo foi em continuidade ao trabalho dos colegas.

O SR. ?? – V. Sª conhece o Sr. Cléverson Cruz?

O SR. ?? – Conheço. Eu o prendi em maio – parece-me que cumpriu o mandado em seu desfavor em maio. Tão logo eu cheguei à carga. Não posso precisar o mês. Conheço-o mais como Paulinho ou Severino.

O SR. ?? – Paulinho ou Severino. ?? Sabe se ele foi preso há uns 20 ou 30 dias?

O SR. ?? – Não por nós. Nós só o prendemos tão logo eu cheguei lá – em maio.

O SR. ?? – Mas V. Sª tem notícia de que ele foi preso?

O SR. ?? – Depois, tive conhecimento de que ele esteve preso na Regional há cerca de um mês. Não posso precisar.

O SR. ?? – Foi na Regional?

O SR. ?? – Não sei quem o prendeu. Só cumpri o mandado em desfavor dele em maio.

O SR. ?? – O Dr. Ramon ainda está presente? Quero levantar uma questão. O ex-preso Cléverson Cruz, conhecido como Paulinho ou Severino em algumas situações, está auxiliando a CPI. Realmente, ele tem muitas informações. Com base nos dados dele, inclusive, estamos em Uberlândia. Segundo ele, há um envolvimento muito forte de policiais – que se tornará público com a sua presença quando o trouxermos. Inclusive, quando esteve aqui há aproximadamente 20 ou 30 dias, antes do seu último depoimento em Brasília, foi preso e espancado. Alguns presos bateram dele na cela em razão de o Delegado na época – essa é informação dele – ter dito aos detentos que ele era um dedo-duro e que estaria entregando os outros.

Posteriormente, quando a televisão estava noticiando os trabalhos da CPI, os presos foram tirados das celas para assistirem ao programa. Ele estava encapuzado e os policias diziam: "É ele que está falando". O pessoal não sabia se era ele, porque estava usando capuz. Conforme o seu relato – teremos oportunidade de esclarecer esse fato –, havia uma pressão muito forte de policiais e ele também apanhou de policias aqui, segundo relatou.

V. Sª tem algo a dizer a esse respeito?

O SR. ?? – Posso afirmar que ele foi preso numa ação da Polícia Militar em cumprimento a um mandado de busca e apreensão expedido pela Justiça pública local e foi levado à delegacia de plantão, em que foi autuado (inaudível) e também pelo fato de que, enquanto estava com ela, teria usado as mãos para fazer um gesto, como ele disse.

O SR. ?? – Molestou.

O SR. ?? – Molestou, foi autuado em flagrante e levado à cela. Na delegacia de Uberlândia, não há cadeia pública. Em 1998, houve a inauguração nesta cidade de um presídio da Secretaria de Justiça, chamado Colônia Penal Professor Jacy de Assis*, administrado pela referida Secretaria.

Quando da instalação desse estabelecimento prisional, os presos da 16ª Vara Criminal, em que existia a cadeia antiga, foram todos removidos e todas as celas do pavilhão interior foram desativadas. Deixamos apenas três celas no pavimento superior em que teríamos condições de abrigar os presos autuados em flagrante no período noturno para serem levados, no outro dia, para a colônia penal.

Entretanto, o número de presos foi aumentando gradativamente. Conseqüentemente, a colônia penal ficou superlotada. Nessas três celas, ficaram até 164 presos recolhidos – quando poderiam ser destinados seis detentos em cada cela. Hoje, há 110 presos recolhidos nessas três celas. Estamos num período de reforma do pavimento inferior justamente para abrigar esses presos. A maioria foi autuada em flagrante e fica à disposição da Justiça pública local.

Gostaria que todas as informações nos fossem passadas para que possamos apurá-las. Não queremos passar a mão na cabeça de ninguém. Cada um é

responsável pelos seus atos. Se houve excesso policial, posso dizer para o senhor que não houve, justamente porque sabíamos das informações que eles haviam prestado aos senhores e tivemos o maior cuidado, tanto que eu pessoalmente procurei o delegado da Polícia Federal no mesmo dia, antes de ele ser autuado e comuniquei a ele: "Olha, nós estamos com uma situação, o preso diz que está colaborando com a CPI de Cargas e que, diante desse fato, eu pediria a sua intervenção para que ele não ficasse sob nossa responsabilidade, porque qualquer fato que ocorresse com ele seria de nossa responsabilidade. Nós procuramos o Dr. Júlio César na noite de sexta-feira, eram onze horas da noite, na Delegacia da Polícia Federal, aqui em Uberlândia. Ele foi comunicado e foi pedido a ele que interviesse justamente no sentido de que ele fosse removido para o estabelecimento prisional. Então esse é um fato que temos recentemente com relação a ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado pelo esclarecimento, doutor, mas já tem lá os documentos, nós vamos enviar para que seja apurado...

O SR. – Eu gostaria ... o máximo que puder acompanhar, porque na hora que ele for falar sobre isso, ele fala, por exemplo, na Drª Márcia (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma delegada, não é?

O SR. – Porque se ela puder estar presente também...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi a delegada de plantão que o autuou em flagrante, não é?

O SR. – É, foi a delegada de plantão que o autuou em flagrante.

O SR. – Vamos tentar trazer ? isso ainda hoje, o senhor vai ficar por aí, não é, doutor?

O SR. – Eu tenho um compromisso já marcado...

O SR. – Lógico...

O SR. – Eu pediria licença ao senhor, o Dr. Hamilton ficaria nos representando. Eu agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Qualquer coisa a gente procura o senhor.

O SR. – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A não ser que o senhor tenha alguma mais informação para nos ajudar.

O SR. – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, muito obrigado, esperamos que reforcem a sua delegacia e lhe dêem meios para poder trabalhar.

Vamos suspender por quinze minutos, para condução do preso até a Câmara e pediria um pouco de paciência. Os trabalhos serão suspensos por cerca de quinze minutos.

Muito obrigado por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou dar reaberta a sessão da CPI e gostaria, antes de iniciar, informar, para que conste em ata dois ofícios que estou enviando ao Dr. Márcio Barroso Domingues*, digno Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, com quem mantive contato telefônico, informando do perigo dessas providências. O primeiro é que, na qualidade de Presidente da Comissão, solicito a V. Exª a abertura de sindicância no sentido de apurar a circunstância de transferência e fuga do preso Valdemir Bueno, em Patos de Minas, arrolado como depoente por esta CPMI na cidade de Uberlândia. Então estou assinando e encaminhando ao Sr. Secretário de Segurança Pública.

Solicitei, e agora estou confirmando por escrito, que amanhã, durante o dia, seja apresentado o delegado Ailton Pereira, da cidade de Patos de Minas, no dia 13, às 14 horas, para prestar esclarecimentos, por ser ele o responsável pelo preso que foi transferido de Uberlândia a Patos de Minas pela Drª juíza, que comunicou, através do promotor, pelo Dr. Procurador, Dr. Fábio Guedes de Paula Machado, que vai preparar um relatório informando a essa CPMI que ela autorizou a transferência e colocou sob a responsabilidade do delegado, não sabia que ele não havia voltado ao presídio onde se encontrava e muito menos lhe foi comunicada a fuga. Quer dizer, se por mais nada valesse, a presença da CPI mostrou a vulnerabilidade do sistema, visto que ninguém sabia da fuga do preso. Com a convocação pela CPMI, o ofício foi encaminhado, a juíza autorizou a presença e ele escafedeu, desapareceu como se fantasma fosse. Eu acho que esse elemento, se não se cuidar, poderá ser morto pela quadrilha, pela gama de informações que deverá ter em razão da especialidade dele no roubo de cargas de defensivos agrícolas, que cada carga, segundo as informações obtidas pela CPMI, ascende a mais de R$1 milhão cada uma das cargas, e ele é um dos principais responsáveis, respondendo a processos em mais de seis Estados. De forma que também estou assinando para constar de ata encaminhando via faz ao Sr. Secretário de Segurança Pública.

O senhor é Jasiel Rodrigues da Silva?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Sim.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor lembra o número de sua identidade?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – M4764217.

O SR. ROMEU TUMA – M4? O que quer dizer M4?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – É de Minas, com M de mineiro?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Isto.

O SR. ROMEU TUMA – Idade?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – 29 anos.

O SR. ROMEU TUMA – Estado civil?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Casado.

O SR. ROMEU TUMA – Residência atual?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Avenida Misael Rodrigues de Castro, 2793 – Sersmundo (??) Pereira.

O SR. ROMEU TUMA – Profissão?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Conferente.

O SR. ROMEU TUMA – Onde exerce a atividade hoje?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Eu estava trabalhando em Centralina, em funilaria mecânica.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor é parente, em algum grau, de parte envolvida nessas apurações da CPMI sobre o roubo de carga? O senhor tem algum parente envolvido.

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor, de acordo com o Art. 203, do Código de Processo Penal se compromete a dizer somente a verdade e a ela ser fiel?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. ROMEU TUMA – Peço, assim, que assine o compromisso de dizer somente a verdade.

(Pausa)

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Jasiel, a expectativa é a de que o senhor possa colaborar com a CPMI e, dentro do quadro de possibilidade de sua colaboração, podemos oferecer tudo o que a lei beneficia àquelas que resolvam colaborar nas apurações de um crime dessa gravidade?

O SR. ROMEU TUMA – O senhor está preso?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Estou preso.

O SR. ROMEU TUMA – Por qual motivo?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Me envolveram em um roubo de carro. A própria vítima já foi...

O SR. ROMEU TUMA – De carro ou de carga?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – De carro. Os policiais.

A própria vítima já foi ao fórum e falou que não, que foram os policiais que mostraram uma foto toda danificada e falaram que era eu. Como ela não pôde fazer nada, assinou o depoimento.

Ela também já foi à juíza, Dr.ª Maria das Graças, e disse que não era eu. Que eu estava preso...

O SR. ROMEU TUMA – Quem foi?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – A vítima.

O SR. ROMEU TUMA – E você continua preso?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Continuo preso.

O SR. ROMEU TUMA – O que a Dr.ª Maria das Graças disse?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – No dia em que os policiais me pegaram em Centralina com o mandado desse veículo me bateram demais, me espancaram, tem o laudo médico, tenho ainda a marca no corpo e disseram para eu assinar quatro folhas de papel envolvendo outros tipos de pessoas que não conheço, falando nomes que eu não conheço, de outros tipos de pessoas, me bateram e fizeram eu assinar.

Daí por diante, colocaram na Primeira Vara na mão do Faleiras o depoimento que assinei.

O SR. ROMEU TUMA – Quem mandou você ir ao IML fazer o exame de corpo de delito? Tem um laudo médico?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Tem um laudo médico.

O SR. ROMEU TUMA – Quem te mandou para lá?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Foi a minha advogada. Eu não estava nem andando na cela, me soltaram na cela todo machucado.

O SR. ROMEU TUMA – Ele requisitou e a Dr.ª Maria da Graça autorizou?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Ela autorizou.

O SR. ROMEU TUMA – Esse laudo médico está no processo?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Está no processo.

O SR. ROMEU TUMA – Tomaram algum outro tipo de providência?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Vai entrar com as medidas cabíveis no fórum. A advogada está trabalhando.

O SR. ROMEU TUMA – Você tem algum outro tipo de crime que reconheça tenha sido praticado por você com envolvimento de outras pessoas ou acha que é inocente em tudo?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Eu tenho um envolvimento em desvio de carga em Belo Horizonte?

O SR. ROMEU TUMA – Você era motorista?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Não. Eu tive um envolvimento em que ia ficar com parte da mercadoria.

O SR. ROMEU TUMA – Mas como é que foi essa operação?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Essa operação?

O SR. ROMEU TUMA – Em desvio de carga não tem assalto, não tem roubo.

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Isso, não teve assalto.

O SR. ROMEU TUMA – Você acertou com o motorista?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – O motorista acertou com o Alexandre e com o Cabral de Divinópolis. Eles não davam conta de ficar com todo o tecido...

O SR. ROMEU TUMA – Mas eles eram compradores?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Eram compradores incluído o motorista que era deles. Eles iam carregar o motorista até a fábrica para entregar para ele.

O SR. ROMEU TUMA – Onde vocês carregaram?

O SR. – Alexandre o quê?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Na Cedro Cachoeira, em Belo Horizonte(??)?

O SR. ROMEU TUMA – Onde?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – Em Belo Horizonte, na Cedro Cachoeira.

O SR. ROMEU TUMA – Vocês carregaram na firma?

O SR. JASIEL RODRIGUES DA SILVA – O motorista carregou lá na firma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não estava com ele?

O SR. – Não estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era terceirizado ou era de alguma empresa de transportes?

O SR. – Terceirizado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E quem terceirizou? Foi uma empresa de transportes ou ele foi buscar a carga porque acertou com o empresário?

O SR. – Aí eu não fiquei sabendo, que eu cheguei no outro dia que ele já tinha carregado, que o caminhão já estava lá na chácara dele em Divinópolis. Eu não fiquei sabendo como conseguiram carregar o caminhão. Só sei que o tecido... E logo após também de ter sido...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De que cidade vocês saíram com a carga?

O SR. – De Divinópolis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Divinópolis mesmo?

O SR. – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entregou em Divinópolis mesmo?

O SR. – Não. Carregou em Belo Horizonte e descarregou em Divinópolis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carregou em Belo Horizonte e descarregou em Divinópolis.

O SR. – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com o Alexandre. Vou passar para o Relator para ele poder...

O SR. RELATOR ( ) – O Alexandre foi quem articulou? Ele é que fazia essa negociação com os compradores?

O SR. – Eu creio que deve ser o Cabral e o Alexandre. Eu também...

O SR. RELATOR ( ) – O Cabral, qual é o nome dele?

O SR. – Ele é de Divinópolis. Mexe com roupas. Fabricante de roupas lá.

O SR. RELATOR ( ) – É empresário?

O SR. – Isso. É empresário em Divinópolis.

O SR. RELATOR ( ) – José Francisco Cabral?

O SR. – Isso.

O SR. RELATOR ( ) – É esse mesmo?

O SR. – Isso.

O SR. RELATOR ( ) – Você disse para o Presidente, Senador Tuma, que você tem esse envolvimento. O que mais que você tem?

O SR. – Daí por diante eu não estou tendo...

O SR. RELATOR ( ) – Há quanto tempo você atua em roubo de carga?

O SR. – Só essa vez que eu participei e uma vez numa carga com o Paulinho Severino também, que também não conheço o comprador. Que eu só ajudei a fazer também.

O SR. RELATOR ( ) – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá licença. Vou interromper porque eu recebi, por gentileza, da Drª Maria das Graças Rocha Santos, um ofício. Quero agradecer a pronta providência da informação que ela nos presta. E nos comunica, a mim, que: "tendo requisitado escolta para o preso Valdenir Bueno apresentar-se para depor na CPI do Roubo de Cargas, atendendo solicitação de V. Exª, recebi notícias de que ainda não havia retornado da cidade de Patos de Minas, para onde fora reencaminhado em 22.10.01, a pedido do Dr. Vinícius de Ávila Leite, Juiz Criminal daquela Comarca. Em contato telefônico com o Delegado, Dr. Airton Pereira, este comunicou que o preso, na mesma noite em que chegou a Patos de Minas empreendeu fuga da delegacia, sendo certo que até a presente data nenhuma comunicação oficial foi feita a esse juízo sobre a referida fuga. Seguem em anexo cópias constantes dos autos referentes ao reencaminhamento do preso." Então, a gentileza da Doutora, que está anexado, vai ser anexado à CPI, através do nosso Relator, as providências que ela tomou em manter informada a CPI sobre a ocorrência dessa fuga. Prossiga.

O SR. RELATOR ( ) – **(Falha na gravação.)** ...desvio, que funcionou assim: acertou com o motorista, é isso?

O SR. – Isso.

O SR. RELATOR ( ) – Não teve nenhuma dificuldade, pegou a carga e levou para Divinópolis.

O SR. – Foi desvio de carga lá.

O SR. RELATOR ( ) – E essa carga foi entregue a...

O SR. – Ao Cabral.

O SR. RELATOR ( ) – Ao Cabral. Você participou da entrega?

O SR. – Participei.

O SR. RELATOR ( ) – E o pagamento disso como era feito?

O SR. – Não. Não chegou nem a pagar porque a polícia já estava em andamento com o Vitinha Mas(?) ter sido envolvido, que não era eu, com outro tipo de pessoa, que ele já vinha comprando, fazendo esse desvio, e vinha sendo investigado.

O SR. RELATOR ( ) – Sei.

O SR. – Aí, quando descarregou o caminhão, a polícia já chegou também. No ato do descarregamento do caminhão.

O SR. RELATOR ( ) – E vocês foram presos?

O SR. – Sim.

O SR. RELATOR ( ) – Quantas pessoas foram presas?

O SR. – Sete pessoas.

O SR. RELATOR ( ) – Os que participavam do desvio...

O SR. – Que tinha gente que descarregou, outras pessoas estavam envolvidas não sei por que também, através do Alexandre.

O SR. RELATOR ( ) – E o Cabral foi preso nessa, não?

O SR. – Foi preso.

O SR. RELATOR ( ) – Também?

O SR. – Foi preso.

O SR. RELATOR ( ) – Ele saiu já?

O SR. – Saiu. Ficou uma semana preso.

O SR. RELATOR ( ) – Só uma semana?

O SR. – Só uma semana.

O SR. RELATOR ( ) – Estranho, não é? Você está preso até hoje?

O SR. – Não. Eu fiquei 86 dias em Belo Horizonte. Em Oliveira. Oitenta e seis dias.

O SR. RELATOR ( ) – E depois foi solto?

O SR. – Solto.

O SR. RELATOR ( ) – Hoje você está preso por quê?

O SR. – Daí por diante eu não tenho paz mais. Depois dessa carga em Belo Horizonte eu não estou tendo paz mais. As policias civis de Uberlândia não podem me ver na rua. Ou arrumam mandato de prisão para mim a torto e a direito.

O SR. RELATOR ( ) – Os policiais civis de Uberlândia?

O SR. – Isso.

O SR. RELATOR ( ) – Quais policiais?

O SR. – O João Zebu...

O SR. RELATOR ( ) – Quem?

O SR. – O João Zebu.

O SR. RELATOR ( ) – João Zebu?

O SR. – Isso. Mariovam, Serafim, enfim, toda a carga, não pode me ver na rua que já quer dar um pulo e me espancar para mim assinar coisas que eu não devo.

O SR. – João Zebu. Repete os outros nomes devagar.

O SR. – Mariovam, Serafim.

O SR. – Serafim. O outro nome eu perdi.

O SR. – Mariovam.

O SR. – Mariovam?

O SR. – Isto. Enfim, toda a carga, até o próprio delegado.

O SR. – Qual delegado?

O SR. – Na época aí que eles arrumaram o mandado de prisão para mim era o Adeovaldo.

O SR. – Adevaldo?

O SR. – Adevaldo.

O SR. – E aí essa sua prisão, então, foi armada?

O SR. – Foi armada.

O SR. – Essa que você está agora?

O SR. – Isto. Foi por causa do carro.

O SR. – E como foi feito isso?

O SR. – Me pegaram lá em Centralina, que eu estava trabalhando numa oficina de funilaria, pintura, me pegaram por causa de um mandado desse carro. Logo após, eu sem advogado, pedi advogado e tal, porque eu não sabia desse carro, eles me penduraram num cavalete e me deram uma sessão de pau lá, que fiquei com medo de morrer e tive que assinar essas folhas que eles me deram para assinar.

O SR. – Que são esses que você citou aqui?

O SR. – Isto.

O SR. – Que te bateram?

O SR. – Isto. Falta o inspetor Zezinho também, que me pendurou lá num cavalete e enrolou uns cobertores no meu braço e nas minhas pernas, e me deram choque e borrachada nos pé e afogamento.

O SR. – Zezinho?

O SR. – Isto.

O SR. – E com relação ao caminhão carregado de Campari, de aproximadamente um ano atrás? Lembra desse roubo?

O SR. – Lembro, sim.

O SR. – Lembra?

O SR. – Lembro

O SR. – Você participou?

O SR. – Não, não participei, indiretamente, apenas ajudei eles a negociar esse negócio aí.

O SR. – Ajudou a negociar?

O SR. – Isto, estava com o Severino.

O SR. – Você lembra com quem?

O SR. – Foi o Paulinho Severino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você mesmo intermediou a negociação?

O SR. – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você intermediou a negociação?

O SR. – Não, não intermediei diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem era o responsável pelo roubo da carga?

O SR. – É porque eu estava andando com o Paulinho Severino...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hein?

O SR. – Eu estava andando com o Paulinho Severino e ele me pediu que era para ajudar ele. Fui na chácara carregar o caminhão também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Descarregou na chácara.

O SR. – Ajudei a carregar o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A carregar o caminhão.

O SR. – Esse Campari que estamos falando?

O SR. – Isto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas sabia que era roubado?

O SR. – Sabia.

O SR. – Não sabia. Indiretamente, eles falaram para mim...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desconfiava.

O SR. – Desconfiava. Só que, diretamente, eles falaram para mim que o motorista também estava envolvido. Com certeza devia estar também, porque o motorista chegou a ir na chácara.

O SR. – Deve ter sido desvio, então, também.

O SR. – Isto.

O SR. – E o caminhão da empresa rodoviária Tocantins, em 1999, com carga variada, de salão de beleza, roupas, tênis, etc.?

O SR. – Não tenho participação.

O SR. – Nenhuma?

O SR. – Nenhuma.

O SR. – Você conhece José Garcia?

O SR. – Não conheço.

O SR. – E uma carreta da empresa Martins, um Romeu e Julieta, entre 1998 e 1999?

O SR. – Não tenho participação.

O SR. – Secos e molhados?

O SR. – Também não tenho participação.

O SR. – Próximo a Patrocínio?

O SR. – Não tenho participação.

O SR. – Não?

O SR. – Não.

O SR. – E da Rodoviária Uberaba, carregado de pneus, perto de Patrocínio?

O SR. – Também não tenho participação nessa carga.

O SR. – Não?

O SR. – Não.

O SR. – E da empresa Mercúrio Peças de Veículos?

O SR. – Não conheço ninguém.

O SR. – Não lembra também?

O SR. – Não tenho participação.

O SR. – Você só tem participação nessas que falamos agora?

O SR. – Isto.

O SR. – As duas e mais a outra que te lembrei aí, do Campari?

O SR. – Isto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou pedir ao delegado para mostrar umas fotos, para você ver se reconhece esses presos aí, por favor. Ele vai lhe exibir umas fotografias para ver se você lembra de fatos relacionados com ele e com você. (Pausa)

O SR. – Este é o Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se você reconhece, vai informando.

O SR. – Pode falar no microfone quem é.

O SR. – Este é o Cabral.

(Pausa)

O SR. – Alexandre.

(Pausa)

O SR. – Este aqui é Wendel.

O SR. – Wendel?

O SR. – Isto.

(Pausa)

O SR. – Sebastião.

(falha na gravação)

...Marcos Paulo, conheço também, estava lá. Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Reconheceu-se aí?

O SR. – Marcos Antônio. (Pausa)

Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Este local aqui.

O SR. – Está é a chácara do Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde estava a carga de (???)

O SR. – Onde descarregou a mercadoria.

O SR. – O tecido?

O SR. – Isso.

O SR. – E essas pessoas são todas envolvidas nesse desvio?

O SR. – Nesse desvio só está o Cabral e o Alexandre, porque eles organizaram tudo. Alguém foi para descarregar...

O SR. – Esses outros que você reconhece são quem? O Wendel, o Paulo?

O SR. – Foi chamado pelo Alexandre, porque eu fui mais o Marcos Paulo, ele foi dirigindo para mim e ajudou a descarregar o caminhão também, o Marcos Paulo. E o Marquinho foi convidado pelo Alexandre também porque era muito tecido e precisava de muita gente para ficar com esse tecido, porque era para fabricação de calças.

O SR. – E vamos falar da carga que você teve participação junto com o Paulinho Severino, que foi para Cristalina, que foi descarregada no meio do mato. Como foi essa carga?

O SR. – Não, essa não estou envolvido.

O SR. – Não?

O SR. – Não, não esto envolvido.

O SR. – A sua participação com ele foi onde?

O SR. – A minha participação com o Severino, é porque nós andávamos juntos e...

O SR. – Dos compradores de Brasília, quando você negociou com algum?

O SR. – Não conheço.

O SR. – Policial de Brasília?

O SR. – Não conheço.

O SR. – Você conhece.

O SR. – Não, tem um tal de Márcio.

O SR. – Moisés, não?

O SR. – Márcio e....

O SR. – Moacir.

O SR. – Moacir.

O SR. – E a participação dele nessa história?

O SR. – A participação que ele tem é com o Paulinho Severino, comigo, só conheci ele, me apresentou ele.

O SR. – Mas você sabia o que ele fazia?

O SR. – Não sabia.

O SR. – No processo.

O SR. – Quando conheci ele não sabia.

O SR. – Os policiais civis que vocês arrolou ainda há pouco, João Zebu, Serafin, Máriovam(??), Zezinho, que te espancaram, que te torturaram, o que eles queriam?

O SR. – É o seguinte, me pegaram lá, falaram que para deixar quieto queriam R$15.000,00

O SR. – Quinze mil reais.

O SR. – E eu falei que não devia nada, que tinha parado, estava trabalhando para cuidar da minha família, que eu não estava mexendo com isso mais. Desde quando fiz esse desvio de carga que fui envolvido em Divinópolis eu não tenho paz de andar na rua. Tive de sair daqui de Uberlândia, mudar para Centralina, morei Quirinópolis, trabalhei numa oficina em Quirinópolis, Goiás, nesse tempo. Porque aqui não.....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles estavam querendo te extorquir ou queriam te calar por causa de envolvimento com algum roubo de carga, alguma coisa assim?

O SR. – É muito fácil para a polícia civil hoje pegar um mandado. Eles vão para cabeça do cara, jogam lá, dão um pau no cara....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esqueça, estou te perguntando uma outra coisa, por favor, não é para dar pau nem..... Só queria saber qual era o objetivo desse interrogatório.

O SR. – Com certeza extorquir, querer dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como?

O SR. – Com certeza querer dinheiro, não?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tinha nada para te calar por causa de alguma informação sobre roubo de carga, nada?

O SR. – Nadinha, nadinha.

O SR. – Conte-me, eles queriam R$15.000,00. Eles chegaram na oficina e te pegaram? É isso?

O SR. – Isso.

O SR. – Armaram para cima de você?

O SR. – Armaram o negócio do carro.

O SR. – Já com documento, já com ordem de prisão? Essa coisa toda?

O SR. – Quem me pegou foi a polícia militar, porque estava com o mandado do carro, que eu não sabia, a polícia militar que me pegou e logo após, dentro da viatura mesmo, os policiais de Centralina já ligaram para João Zebu e disseram: já peguei a sua criança aqui. Aí ele falou: segura ele que eu já estou indo buscar. Ainda o policia perguntou se ele tinha mandado, ele falou que na hora, no momento ele não tinha, mas que podia arrumar qualquer hora. Já para mim retornar para cá, para Uberlândia.

O SR. – Ai ele foi te buscar?

O SR. – Foram me buscar.

O SR. – Trouxe você para cá?

O SR. – Chegou na Especializada de Carga eles falaram o seguinte: tem uma parada sua derrubada e quero nomes. Falou nomes de pessoas que eu nunca tinha conhecido e tive de falar nomes de colegas meus também para parar de apanhar, senão ia morrer.

O SR. – Então vamos por partes. Chegou na Especializada de Carga? Na Delegacia Especializada de Roubo de Cargas?

O SR. – Isso.

O SR. – Isso foi quando?

O SR. _ vai fazer 30 dias.

O SR. – Vinte dias?

O SR. – Vai fazer 30 dias que estou preso.

O SR. – Pode continuar.

O SR. – Chegando lá, eles falaram que era para eu assinar aqueles documentos, envolver pessoas que eu não conheço, falar nome de pessoas que não conheço e, para deixar quieto, queriam R$15 mil. Eu falei que não devia nada e que não tinha dinheiro para dar para a polícia, quando me espancaram e me levaram para a delegacia.

O SR. – Além do João Zebu foram aqueles outros que você citou. Todos participaram?

O SR. – Todos participaram.

O SR. – Fale os nomes novamente.

O SR. – Estava o João Zebu, o Mariovan, o Serafim e o inspetor "Zezinho".

O SR. – E o delegado?

O SR. – E o Cleiton.

O SR. – Cleiton?

O SR. – Isso.

O SR. – Policial também?

O SR. – Policial também.

O SR. – Havia delegado ou não?

O SR. – Não havia delegado.

O SR. – Nem quando você chegou.

O SR. – Não, só os policiais.

O SR. – Não houve participação de nenhum?

O SR. – Nenhum.

O SR. – Você disse que não tinha o dinheiro?

O SR. – Eu falei que não tinha dinheiro para dar para a polícia porque eu não devo nada, não estava devendo nada.

O SR. – Não chegou nem a combinar o pagamento, tentar acertar de uma forma?

O SR. – Não tentei. Por isso que eles me penduraram lá, porque eu falei que não devia nada. Eles falaram que iriam dar-me choque e me torturar. Eu disse que podiam me pendurar, porque eu não devia nada daquilo.

O SR. – Você tomou choque?

O SR. – Tomei choque.

O SR. – Lá na delegacia?

O SR. – Isso.

O SR. – Como eles dão choque lá.

O SR. – Há um ferro lá, no primeiro andar, na parte de baixo. Eles penduram lá e uma máquina dá choque na pessoa. Fazem afogamentos e dão com borrachas nos pés.

O SR. – Não conseguiram acertar nada e você foi então flagranteado?

O SR. – Isso. Levaram-me para a 16ª e me colocaram lá. Todo dia me tiraram e me bateram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se você ficou preso, havia um mandado.

O SR. – Por causa do carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havia um mandado de prisão para você ficar preso.

O SR. – Em outras circunstâncias você já pagou ou gastou algum dinheiro com esses policiais?

O SR. – Em outra circunstância sim. Envolveram-me juntamente com o Paulinho Severino. Sem eu ter envolvimento, envolveram-me num processo, fui condenado, à revelia, a sete anos e quatro meses de cadeia fechada, porque eu não sabia que estava em andamento esse processo. Quanto a esse processo, para eles me liberarem e pararem de me bater, porque eles estavam apontando uma arma para mim perto da Cagil(??) e mandando eu correr para atirar, eles me pediram R$10 mil para eles me soltarem na hora. Eu estava com medo demais e nunca tinha visto algo tão horrível, vendi um carro que eu tinha e dei R$5 mil para os policiais. Era para dar R$5 mil dentro de quinze dias. Por isso fui a Belo Horizonte tentar levantar esse dinheiro para pagá-los.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu advogado, segundo V. Sª explicou no início, solicitou exame de corpo de delito?

O SR. – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E fez a comunicação ao juiz da suspeita de maus tratos que você sofreu.

O SR. – Fez a comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então a apuração está sendo feita por lá sobre esse caso. A CPI não vai poder apurar esse caso. Como você já comunicou, por meio de um advogado, ao juiz competente, acredito que está sendo apurado lá, por meio da comunicação ao juiz.

O SR. – Dessa vez foram R$5.400,00. O que mais você já pagou?

O SR. – Só dessa vez.

O SR. – Não houve uma vez em que você pagou com carro?

O SR. – Não, foi nessa vez em que vendi o carro na garagem do Júnior para dar R$5 mil para eles. Fiquei devendo R$5 mil e fui preso em Belo Horizonte, não deu tempo nem de pagar os R$5 mil.

O SR. – Onde é a garagem do Júnior?

O SR. – Era na avenida do Brasil, agora é na João Pinheiro.

O SR. – Aqui?

O SR. – Em Uberlândia.

O SR. – E o Júnior sabia a origem do carro?

O SR. – Sabia, o carro era quente. Fui lá para vender para ele. E falei para ele o que eu tinha que pagar também. Ele já sabia. **(Falha na gravação.)**

O SR. – O pessoal que mexe com roubo de carro?

O SR. – Não, não sei.

O SR. – Não sabe?

O SR. – Não sei.

O SR. – Mas ele tinha conhecimento que a venda desse carro era para isso.

O SR. – Sabia porque a minha esposa tinha falado pra ele, que eu estava na mão deles e que eu precisava desses R$5 mil.

O SR. – Como se chama sua esposa?

O SR. – Simônia(?) Barbosa Moreira da Silva.

O SR. – **(Falha na gravação)** Roubo de cargas?

O SR. – De Júnior?

O SR. – Roubo, receptação, está aí no meio.

O SR. – Não tenho conhecimento das coisas do Júnior.

O SR. – Não.

O SR. – Não tenho conhecimento.

O SR. – Você não era amigo dele?

O SR. – Namorei com a irmã dele.

O SR. – É? E não tinha nenhum negócio com ele?

O SR. – Não tinha negócios com eles.

O SR. – Nenhum desse que você citou?

O SR. – Nenhum.

O SR. – Por que aquela relação toda que eu li para você aqui... Oito acusações de roubo de cargas contra você.

O SR. – São todas armadas, com certeza.

O SR. – Mas a do Campari você disse não é armada.

O SR. – Essa do Campari também participei não diretamente com o Severino, do lado do Severino, porque eu era amigo dele e participei, ajudei a carregar caminhão, tudo, com ele...

O SR. – E mais o do tecido?

O SR. – Do tecido.

O SR. – E mais a outra em Brasília. São três, então, que você reconhece.

O SR. – Isso.

O SR. – A de Brasília, qual foi?

O SR. – A de Brasília eu nem me lembro porque foi o Severino quem tomou conta lá. Eu vim embora e ele ficou para lá.

O SR. – **(Falha)** Coisa que possa.... Esto vendo que você com boa vontade em colaborar para receber uma proteção e ver se a gente consegue junto ao Ministério da Justiça a proteção à testemunha. Não é isso que você quer?

O SR. – Isso, porque eu fui até ameaçado na porta da cela pelo policial da carga.

O SR. – Então você alguma outra coisa que pudesse nos ajudar a aprofundar o esclarecimento dessas ações do roubo de cargas?

O SR. – Não, senhor; não conheço os 180.

O SR. – Só aqueles que você reconheceu, você sabe que são envolvidos nesse tipo de crime? Estão todos presos?

O SR. – Não, não estão.

O SR. – Quem não está preso?

O SR. – Tem o Marcos Paulo e o Wendel(?) que não estão presos. O Paulinho e o Sebastião também não estão presos. O Alexandre não; o Cabral não.

O SR. – Mas porque estão foragidos ou não foram envolvidos no processo?

O SR. – Está sendo... Nós está em liberdade provisória...

O SR. – Eles conseguiram o **habeas corpus**.

O SR. – Isso.

O SR. – Vamos falar um pouco mais daquele tecido lá. Desde quando você conhece o José Francisco Cabral?

O SR. – Fiquei conhecendo lá no dia.

O SR. – Naquele dia?

O SR. – Isso.

O SR. – Conheceu lá, chegando com a carga.

O SR. – Fiquei conhecendo lá.

O SR. – O contato com ele era de quem?

O SR. – O contato dele era o Alexandre.

O SR. – O Alexandre você conhece há quanto tempo?

O SR. – O Alexandre, fiquei conhecendo ele há oito meses antes desse desvio, porque ele vendia roupas. Inclusive ele ficou até na minha casa.

O SR. – Era amigo dele?

O SR. – Os dois são sócios.

O SR. – Quantas vezes aconteceu venda de mercadoria roubada pro José Francisco Cabral?

O SR. – Os policiais de Belo Horizonte falou que ele havia fazendo esse tipos de desvio há muito tempo, porque ele só mexia, ele tem loja de roupa...

O SR. – Não, do seu conhecimento.

O SR. – No meu conhecimento, não. Não sabia.

O SR. – Como... E armas? Quantas armas você tinha?

O SR. – Não tem armas.

O SR. – Não?

O SR. – Não tem armas.

O SR. – Você não tinha arma?

O SR. – Não tinha.

O SR. – Não precisou usar arma em situação nenhuma?

O SR. – Nenhuma. Não precisei.

O SR. – Quais veículos vocês usaram?

O SR. – Os veículos? Na época, tinha um Ômega. Foi esse carro que eu tive de vender para acertar com os policiais aqui.

O SR. – Qual o preço que foi acertado na carga?

O SR. – Eles pediram R$15 mil mas caiu para R$10 mil na hora, porque fiquei com medo de apanhar demais porque eu estava apanhando e ofereci R$5 mil para liberar na hora até a venda do carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, estou falando o preço da carga.

O SR. JASIEL (?) – O valor da carga? Cento e sessenta mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Preço total ou o preço combinado?

O SR. JASIEL (?) – O preço combinado, eu não sabia do preço, porque eu ia pegar em mercadoria. Eu ia ficar com um pouco de mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dos tecidos?

O SR. JASIEL (?)– Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cento e sessenta mil era o que iria receber a quadrilha?

O SR. JASIEL (?)– Isso. O valor da mercadoria era de cento e sessenta mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas tem valor de nota e o valor combinado que, normalmente, é a metade do preço.

O SR. JASIEL (?)– Lá não tinha combinação, porque eu, o Alexandre e o Cabral íamos pegar em mercadorias. Não tinha divisão de dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, era R$160 mil?

O SR. JASIEL (?)– Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE– Como ia ser pago? Dinheiro?

O SR. JASIEL (?)– Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Normalmente, é pago em dinheiro.

O SR. JASIEL (?) – Não, senhor. Lá ia dividir em três partes. O tecido, em três partes. Não tinha o valor concreto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você está dizendo que é cento e sessenta mil?

O SR. JASIEL (?)– Cento e sessenta mil é o valor da mercadoria. Preço de nota.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo.

O SR. JASIEL (?) – Aí, ia dividir entre mim, o Cabral e o Alexandre. Eu ia dar o carro no negócio e ficar devendo mais alguma coisa para eles, para o Cabral.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ia dar?

O SR. JASIEL (?) – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE– Mas você não tinha era que receber?

O SR. JASIEL (?) – Não, porque eu ia ficar com um pouco de mercadoria...

O SR. OSCAR ANDRADE – Com mais mercadorias?

O SR. JASIEL (?) – Isso. Porque tinha de dar para o motorista vinte e cinco mil. Aí, quem ia pagar isso eram eu, o Cabral e o Alexandre.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando você conhece o Marcos Paulo(?)?

O SR. JASIEL (?)– Marcos Paulo? Tem uns cinco anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu amigo?

O SR. JASIEL (?)– Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a participação dele em roubo de carga?

O SR. JASIEL (?)– Não tem participação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabia, não? Quem é o Marcos Paulo?

O SR. JASIEL (?)– Marcos Paulo mora em Centralina, numa chácara.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a relação dele nessa história?

O SR. JASIEL (?)– Não tem relação nenhuma, o Marcos Paulo. Ele foi para mim, porque, na época, eu não tinha carteira. Ele foi dirigindo o carro para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava lá na hora e foi preso. Ele nem sabia o que estava acontecendo?

O SR. JASIEL (?)– Ele nem sabia o que estava acontecendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Sebastião?

O SR. JASIEL (?)– O Sebastião foi para dirigir o caminhão para o Cabral.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também não sabia?

O SR. JASIEL (?)– Não sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Wendel(?)?

O SR. JASIEL (?)– Também não sabia. Foi para descarregar o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Paulo Divino(?)?

O SR. JASIEL (?)– Também para descarregar o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Marquinho?

O SR. JASIEL (?)– O Marquinho foi para levar o motorista. Parece que ia soltar o motorista no Estado de São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E não sabia também?

O SR. JASIEL (?) – O Marquinho não sabia também. Sabia que era desvio de carga. Mais ou menos, sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os outros não sabiam?

O SR. JASIEL (?) – Os outros não sabiam.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Clevérson(?)? Você o conhece desde quando? (?) Paulinho Severino(?).

O SR. JASIEL (?) – Fiquei conhecendo o Clevérson por meio do meu primo, que o levou em casa. Eu conversei com ele em casa. Tem mais ou menos cinco anos e pouco também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cinco anos?

O SR. JASIEL (?)– Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – De minha parte, está bem atendida a oitiva do Jasiel(?). Peço que ele seja mantido à disposição, se necessário for um retorno à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço a escolta. Onde ele está custodiado? O senhor poderia me informar, por favor?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, que ele seja bem protegido para não sofrer nenhuma represália e que ele fique à disposição da CPI. Provavelmente amanhã, ele terá de retornar. É só o resguardo. Que ele seja protegido para não sofrer nenhum tipo de ameaça, nem física nem psicológica. Ele está à disposição da CPI e, amanhã, se necessário, nós o convocaremos. Agradeço muito a atenção.

Então, pedi à escolta que o proteja e o mantenha distante de qualquer tipo de ameaça.

Tem mais alguma solicitação ou mais alguma informação a nos prestar?

O SR. JASIEL (?)– Agora para frente, só quero viver bem, em paz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tenha a consciência tranqüila. Nesta noite, faça suas orações e, se se lembrar de algum fato, comunique-nos imediatamente. O Dr. Laurides(?) lhe dará o telefone da comissão e você pode pedir ao diretor do presídio para comunicar, nós receberemos o seu recado. Está bem?

O SR. – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) –Os senhores podem, por favor, conduzi-lo.

O SR. – Sr. Presidente, também vou requerer também que seja requerido ao Dr. Hamilton Tadeu de Lima(?), Delegado de Furtos e Roubos de Cargas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a presença, à disposição da CPI, quando pudermos encaixar, dos policiais João Zebu(?), Serafim(?), Mariovan(?), Zezinho(?) e Cleiton(?).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos ver se a Secretaria consegue identificar para providenciar.

O SR. – O Dr. Hamilton está presente ainda?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já saiu. Mas ele entra em contato com a Secretaria. São daqui?

O SR. – São todos policiais daqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, é de se providenciar para fazer os ofícios.

Há mais alguma coisa? (...) Há mais alguma comunicação? (Pausa.) Então, vamos dar por encerrada a reunião de hoje, marcando para amanhã, às 09h, quando estaremos reabrindo a audiência pública, renovando os agradecimentos ao Presidente da Câmara Municipal por ter nos cedido não só o local como toda a infra-estrutura e apoio necessários, inclusive alimentação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. O senhor quer encerrar os trabalhos? (Pausa.)

Dou por encerrada a presente reunião.

(Encerrados os trabalhos)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS

Ata da 19ª Reunião Realizada em 13/11/2001

Aos treze dias do mês de novembro do ano dois mil e um, às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Uberlândia, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com a presença do Senador Geraldo Cândido, e dos Deputados Oscar Andrade, Pompeo de Mattos, Cabo Júlio e Carlos Dunga, reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir as seguintes pessoas: Dr. Paulo Pereira de Souza Delegado de Ribeirão Preto, Dr. Ailton Pereira, Delegado de Patos de Minas, Marcos Antonio Marques Miranda, José Francisco Cabral, Alexandre Gontijo da Silva, Davi Stanley, José Aparecido Alves da Silva, Mário-Vam Pereira da Silva, Clayton Donizete dos Reis, João Geraldo Soares, Jaelson Elias Serafim, Justino de Souza Vieira, o Presidente passa a Presidência para o Senador Geraldo Cândido que reinicia os trabalhos ouvindo o Coman-

dante da Polícia Militar Coronel Lobato a seguir o Promotor Público Dr. Breno Linharez Lintz, foram ouvidos os policiais acima mencionados que foram acareados com preso Jaaziel e Cleverson como colaborador da CPMI, a Relatoria solicitou o afastamento dos policiais acima nominados, foram ouvidos o Delegado Dr. Adeuvaldo Ribeiro Neris, e o carcereiro Anderson Luiz Chaves, que foi acareado com o delegado Dr. Ailton Pereira de Patos de Minas. Sendo requerido pela Relatoria os afastamentos do Delegado e Carcereiro daquela cidade. E não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

19ª Reunião dia 13/11/01

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...ficará à disposição dos Srs. membros da Comissão.

A Secretaria nos apresenta um fax assinado pelo Dr. Francisco Antônio de Carvalho, advogado inscrito sob o nº(...)656, informando que o seu cliente José Francisco Cabral, domiciliado e residente em Divinópolis, exerce a profissão de comerciante. Se V. Exªs se lembram, essa pessoa foi confirmada, pelo depoente, como um dos receptadores de carga. Alega o advogado que não teve contato com ele e que não conseguiu entregar-lhe a citação para que comparecesse. Alega, ainda, a impossibilidade financeira de o cliente aqui comparecer.

A Polícia Militar, a quem agradeço, se dispôs imediatamente a conduzir, por helicóptero, os dois depoentes de Divinópolis. Até a tarde, temos certeza de que os 2 estarão aqui atendendo ao causídico Dr. José Francisco Cabral que alegou que seu cliente não possui dinheiro para deslocar-se de Divinópolis para Uberlândia. A carona será dada. Não podemos procrastinar a apuração dos fatos. Uberlândia, uma cidade tão importante na economia nacional, não pode ficar à mercê de quadrilhas de marginais que agem independentemente de uma ação mais rigorosa das autoridades competentes para coibir esse tipo de ação nesse setor do triângulo mineiro.

Ontem, por gentileza, o Dr. Fábio Guedes de Paula Machado, Diretor da Coordenadoria de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Uberlândia, sugeriu a oitiva dos 2 promotores da 1ª e da 2ª Vara Criminal, Dr. Sílvio Fasto de Oliveira Neto e Dr. Breno Linhares Lintz que, consultados pelo Dr. Fábio, aquiesceram a comparecer a esta CPI para colaborar expondo fatos que são da alçada da CPI. Amanhã, pela manhã, estarão presentes para fazer seus depoimentos. Também sugere a oitiva do antecessor do Dr. Hamilton. Estamos tentando identificar a pessoa para convidá-la a comparecer hoje ou amanhã.

Haverá a oitiva do comandante do 9º Comando Regional da Polícia Militar, Coronel Flávio Luiz de Lobato(?). S. Sª poderá ter importantes informações para colaborar com a apuração da CPMI.

Teremos a oitiva do Inspetor da Polícia Rodoviária Federal também no mesmo sentido. Também faremos a oitiva dos representantes legais dos armazéns Martins, Arcom e Peixoto para que possam prestar informações acerca do roubo de cargas.

S. Sª expõe os motivos das sugestões. Peço para sejam transformadas em requerimento. Acredito que os Srs. membros desta Comissão o aprovam.

O SR. – Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª e agradecer a deferência. No entanto, ainda não sou Senador. Não tenho a honra de ocupar um cargo tão importante quanto o que V. Exª ocupa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O futuro é promissor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – De qualquer sorte, quero cumprimentar V. Exª, nossos colegas, o Relator e o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Uberlândia. Estou chegando hoje à CPI e não tive a honra de estar ontem acompanhando e participando ativamente dos trabalhos, como é do meu gosto e do meu feitio, mas quero constatar duas coisas: primeiro, sobre o que V. Exª já se manifestou, a respeito do Sr. José Francisco Cabral. Quero citar o exemplo ocorrido com ele para, desde logo, firmar, fixar, uma posição, que foi corriqueira na CPI do Narcotráfico, da qual tive a honra de ser o sub-relator, e que começa a acontecer com mais intensidade na nossa CPI; ou seja, a testemunha é convocada para depor, é comunicada, o Advogado interfere e, ao invés de intermediar a presença da testemunha, intermediamos a ausência da testemunha, de tal maneira que ele não venha a criar dificuldades, obstáculos, enfim, que não dificulte a presença da testemunha à CPI, exatamente porque a CPI passa aqui de forma intinerária, é intinerante aqui, ou seja, ela não está aqui de forma permanente. Ela vem aqui um, dois, ou três dias e vai embora. Então, eles se escondem nesse tempo, a CPI vai embora, eles não são ouvidos e fica tudo por isso mesmo; corre um mês, por trinta dias, e as coisas não acontecem.

Foi nessa mesma linha de raciocínio que V. Exª muito apropriadamente tomou a posição de mandar a Polícia buscar. Espero que ele não se esconda agora. Antes não podia vir porque não tinha dinheiro. O problema não é dinheiro agora, então vamos buscá-lo. Eu espero que ele não se esconda e venha até o final da tarde. Mas nessa linha de raciocínio, Sr. Presidente, e faço esse enfoque, exatamente, para citar o Sr. Valdenir Bueno... Aliás, há bastante tempo, temos conhecimento do envolvimento dele em roubo de carga, em roubo de inseticida, em roubo de produtos agrícolas e do que possa ser roubado em termos de carga. Esse Sr. Valdenir Bueno é campeão, rouba de Sul ao Norte, de Leste a Oeste, rouba no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Minas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, enfim, é o temor das transportadoras, é o maior ladrão de carga que existe, eu acredito, neste País, neste momento.

E para a nossa satisfação, Sr. Presidente, nós vimos a Justiça, que tinha decretado a sua prisão, lograr êxito no sentido de conseguir a sua prisão. Antes tinha sido apenas decretada; depois, ela foi consumada. Aliás, é uma das razões por que a CPI veio à Uberlândia; destacadamente, uma das razões. Eu diria que ele é o maior "peixe", aquele que sabe mais, pelo menos o que mais interessava a mim, enquanto integrante da CPI, pelo tanto que sei, pelas coisas que conheço; porque ele andou pelo País inteiro, inclusive no meu Estado, roubando. E foi preso e estava preso aqui em Minas.

Mas eu recebo aqui, Sr. Presidente, e V.Exª tem em mãos, um ofício da Drª Maria das Graças Rocha Santos, Juíza de Direito; uma correspondência datada de 12 de novembro de 2001, ontem, endereçada a V.Exª: Tendo requisitado escolta para o preso Valdenir Bueno, apresentar-se para depor na CPI do Roubo de Cargas, atendendo solicitação de V.Exª, recebi notícias de que ainda não havia retornado à cidade de Patos de Minas, para onde foi recambiado em 22/02/2001, a pedido do Dr. Vinícius de Ávila Leite, Juiz Criminal daquela comarca. Em contato telefônico, o Delegado Dr. Ailton Pereira, comunicou-me que o preso, na mesma noite em que chegou a Patos de Minas, empreendeu fuga da Delegacia, sendo que, até a presente data, nenhuma comunicação oficial foi feita a esse juízo sobre a referida fuga. Segue em anexo cópia constantes nos autos referentes ao recambiamento do preso. Ao ensejo, envio os meus protestos de estima e consideração.

Talvez eu não esteja dizendo, Presidente, nenhuma novidade, mas, para mim, é uma novidade que me indigna, porque isso foi o que mais ocorreu na CPI do Narcotráfico. A CPI entrava na cidade e o preso, que era a razão de ser de irmos à cidade, saía pela porta dos fundos da cadeia, exatamente naquele dia, na noite anterior, isso quando não era morto na própria cadeia. E várias cidades... Lembro-me que em São Luiz do Maranhão, nas duas vezes em que fomos, nas duas vezes mataram o preso e não pudemos ouvir.

Nós chegávamos lá de noite e o preso não amanhecia vivo. Aqui, claro, todo mundo sabia, a imprensa sabia, o mundo sabia que a CPI vinha, e era o interesse, e esse foi o nosso requerimento de ouvir o Valdenir Bueno. E, no entanto, o delegado o chama para Patos de Minas e simplesmente o preso some.

O SR. OSCAR ANDRADE (PL – RO) – No dia que chega.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – No dia que chega. Quer dizer, a cadeia o estava esperando aberta, para ele soltar. Na verdade, não era a cadeia, era a porta da cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aliás, nem chegou a ir à cadeia, fugiu da própria delegacia, segundo a informação que temos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E mais, Sr. Presidente, a Juíza endereça uma correspondência à CPI, dizendo que isso ocorreu dia 22/10, e hoje estamos em 13/11, ou seja, lá se vão 21 dias, e a Juíza, sob cuja responsabilidade está o preso, não sabia. Quer dizer, ficou sabendo por dizer, não tem uma comunicação oficial.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só soube porque a CPI estava aqui e requisitou, aí foi que S. Exª soube da fuga.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tem fundamento isso? Onde estamos? Então, Sr. Presidente, tomei conhecimento de que V. Exª já tomou providências no sentido de trazer aqui o Dr. Ailton Pereira, o delegado. Quer dizer, esses eram os procedimentos que havia na CPI do Narcotráfico, e qualquer semelhança é mera coincidência, e, via de regra, isso acontecia fruto de um conluio de alguns maus policiais com os presos, era uma coisa casada, acertada, combinada.

Isso, Sr. Presidente, é um achaque, é uma coisa para diminuir a CPI, para simplesmente anular o trabalho que a CPI está fazendo. Não pode, Sr. Presidente, ficar por isso, temos que tomar uma atitude muito forte, porque senão perde a razão de ser do exercício da atividade que viemos fazer em Uberlândia.

Então, quero lavrar esse protesto. Sei que tem gente boa na polícia, é claro que sim, a grande maio-

ria das pessoas, dos policiais, é gente boa, graças a Deus. Agora, gente boa e gente ruim tem em tudo que é lugar. Uma laranja podre apodrece um cento e apodrece no cesto. Não é porque tem uma laranja podre no cesto que vamos jogar o cesto de laranja fora, mas o que é preciso é separar o joio do trigo.

Como alguém, sabendo que a CPI vem para cá – e faz dias que a CPI decidiu isso – requisita o preso para ir para Patos de Minas? Na verdade não é para ir para lá, é para soltar o preso. Quer dizer, o caminho para Patos de Minas era a porta da cadeia para o preso sair dela. Qual é o compromisso da delegacia de polícia, onde estamos? Não pode ficar assim, Sr. Presidente. E espero que o delegado, o Dr. Ailton Pereira, esteja aqui, e não só ele. Tinha que alertar para ele vir acompanhado daqueles que estavam fazendo a escolta do preso porque não sei, sou um pouco como São Tomé, sou desconfiado, quero ver para crer. Aí me sugere "maracutaia", tem boi na linha, alguma coisa aconteceu, e não por acaso, alguma coisa combinada, marcada. Por isso o preso foi solto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado, Deputado.

Tomamos as providências, o delegado foi intimado para hoje, falei com o secretário de segurança, que imediatamente aquiesceu à nossa solicitação, com um detalhe: a primeira informação que recebemos é que o preso ficou somente com um carcereiro na delegacia, não teria nem escolta, o que é mais suspeito ainda.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Um preso perigosíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria, se fosse possível, a entrada do Cleverson Pereira da Cruz, para fazer uma exposição rápida sobre todos os fatos relacionados com a necessidade da vinda da CPMI a Uberlândia, e assim termos um quadro real para podermos continuar com os depoimentos.

Bom dia, Cleverson.

O SR. OSCAR ANDRADE (PL – RO) – Sr. Presidente, antes de começarmos a ouvir o Cleverson, pela ordem, eu gostaria de pedir a V. Exª que confirmasse a convocação dos cinco agentes de polícia que requeri ontem e foi aprovado. Por favor, o Dr. Amilton, o delegado responsável, trazer os cinco agentes, que vamos precisar ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ontem o Secretário, Dr. Naurides Barros, foi pessoalmente à divisão de polícia fazer as intimações e o ofício foi recebido ontem à noite, e a cópia foi exibida a esta Presidência.

O SR. OSCAR ANDRADE (PL – RO) – São os agentes João Zebu, Zezinho, Mário Evan...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São os que V. Exª citou ontem. V. Sª poderia trazer a cópia do ofício por favor, Sr. Naurides Barros?

O SR. OSCAR ANDRADE (PL – RO) – Requeiro que seja confirmado então, Sr. Presidente, e exigida a presença dos mesmos agora, na parte da manhã, na CPI.

Sr. Presidente, enquanto vem a confirmação, peço vênia a V. Exª para citar o número do telefone do Disque Denúncia da CPMI do Roubo de Cargas. Telefone do Senado: 0800 61 2211. Contamos ainda com a colaboração do Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, que disponibilizou um número para o Disque Denúncia da Câmara Municipal de Uberlândia: 3239 11 77.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está aqui o recibo assinado pelo Dr. Carlos Roberto Campos, Delegado de Polícia, de 12 de novembro, 19h, sobre a intimação dos policiais citados durante o depoimento de um dos presos, requerida pelo Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. – Sr. Presidente, gostaria de que V. Exª reforçasse o pedido, exigisse a presença dos mesmos aqui. Não é possível que não estejam presentes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foram convocados para as 14h.

Cléverson, você poderia colaborar conosco informando-nos qual foi realmente a razão da necessidade da vinda da CPMI aqui, de acordo com seu depoimento anterior?

O SR. – Gostaríamos, Cléverson, que você pudesse relatar em público todo o histórico da sua vida na prática do roubo de carga, tudo o que lembrar, falando principalmente sobre esta região.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Vim a Uberlândia há três ou quatro anos, através do Pedrinho, hoje falecido...

O SR. PRESIDENTE ( ) – Era um policial?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, era ladrão de cargas também. Por intermédio dele, fui conhecendo algumas pessoas como o José, o Moisés, e vários outros e comecei essa vida de roubar carga. Peguei bastante carga aqui, no Estado de São Paulo, em Goiânia, em Brasília e em vários lugares. E vendi para vários compradores como o Jorjão Corintiano; o Luiz do Paraguai; o Carlinhos; o Júnior, de Goiânia; o Jonas, de São Paulo; o Juca; o Célio; o Mário, de Ribeirão Preto; o Chiro, lá de São Paulo; o

Zé Tatico, em Brasília; o Cabelo; e várias outras pessoas cujo nome esqueci agora.

O SR. – Faça um relatório das operações da quadrilha nesta região, mesmo levando a carga para outro lado.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Como assim? Onde o senhor quer chegar?

O SR. – Por exemplo, o senhor falou que está aqui há três ou quatro anos. Comece seu relatório lá de trás. Fale dos roubos que praticou junto com a sua quadrilha, como funcionava.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Você lembra daquela acareação feita na última reunião, quando aquele elemento rejeitou a idéia de ter vindo a Uberlândia buscar carga?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente. O senhor quer que eu explico...

O SR. PRESIDENTE ( ) – Ligue a operação da estrutura do crime de roubo de cargas a Uberlândia.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Aqui em Uberlândia?

O SR. PRESIDENTE ( ) – Na região, no Triângulo Mineiro.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já vendi várias cargas para o Jorjão. O Luiz do Paraguai compra mais cigarro e o Corintiano produtos de mercado, eletrodomésticos. Já roubei cargas com várias pessoas. A gente tem uma quadrilha, e não é só uma. Um dia rouba com um, outro dia com outro, com várias pessoas. Se eu for falar o nome de todo o mundo aqui em Uberlândia, nem darei conta.

O SR. – Aquela transportadora que pegava carga para transportar, e depois as cargas eram roubadas e levadas para Brasília. Como é o nome da transportadora? Você sabia onde era?

O SR. – A transportadora que era roubada, que era daqui é a União, a Arcon, Martins

O SR. – Transportadora?

O SR. – União.

O SR. – Quem é o dono dela?

O SR. – Não sei o nome do dono dela.

O SR. – Qual o nome da outra transportadora?

O SR. – Martins.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Martins é ligado aos armazéns?

O SR. – Exatamente. E a Arcon também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe-me explicar aqui, Deputado Pompeo, por que de ele estar usando a proteção de máscara. Não é para esconder nenhuma razão menos importante da CPI. É porque ele está sob ameaça de morte, já sofreu constrangimento. A sua proteção física obrigou-o a aqui comparecer de forma a não ser identificado pelas imagens de televisão que constantemente aparecem. Explico para mostrar que não é covardia sua.

O SR. – Inclusive estou de máscara, mas todo mundo me conhece. Não tem nem como esconder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É obrigação da CPI protegê-lo.

O SR. – É importante. Bem, quero que você explique. Comece a lembrar as cargas que você roubou. Quem participava com você. A quadrilha.

O SR. – A quadrilha. Várias vezes já fiz com Moisés, com Josuel.

O SR. – Moisés, Jesiel.

O SR. – Já peguei também com Marquinho, Marcos Paulo, que é um dos cara...

O SR. – Com Marquinho, com Marcos Paulo. Como funcionava? Vocês tinham estrutura, carro essa coisa toda? Por exemplo, o carro era de quem, era dado de alguém, era emprestado ou de vocês mesmos?

O SR. – A gente já pegou com vários carros nossos. Carro do Moisés, carro do Josiel. Carro de outras pessoas, inclusive já fiz carga com Júnior da garagem, que não fui eu que peguei, mas quem pegou foi o Moisés.

O SR. – O Júnior da garagem, aqui?

O SR. – Isso. Exatamente. Ele emprestava o carro. Se tivesse algum problema com o carro, a gente ia ter que pagar, se por acaso desse errado. Aí ele falava que vender o carro não tinha nada a ver.

O SR. – Ele emprestava sabendo para quê?

O SR. – Emprestava sabendo. Ele sabia que emprestava o carro para nós ou vendia fiado. Sabia que nós ia pagar, porque nós ganhava muito dinheiro. Ganhava dinheiro com carga. Então hoje a gente estava sem dinheiro, amanhã podia estar com bolso cheio. Quem mexe nessa vida é desse jeito.

O SR. – Ele emprestava correndo o risco de ele vender bem depois, ou de perder o carro?

O SR. – (?) mesmo, dar errado, porque quem está na chuva, molha. Um dia molha.

O SR. – E a relação desse Júnior com os policiais aqui?

O SR. – A relação deles, todos os carros que a polícia toma da gente vende para ele. Lá só vende carro para bandido, só compra carro de bandido.

O SR. – Carro que a polícia tomava?

O SR. – É, a polícia tomava. Inclusive meu já tomaram 3, 4 carros, só que eu lembro, só aqui em Uberlândia.

O SR. – Quem já tomou?

O SR. – A equipe do Maurivam, do Zezinho, João Zé Burro, Maurivam, Serafim. Tem outros que eu esqueço os nomes deles. Inclusive esses caras já fizeram muito de tortura comigo. Já sofri muito na mão deles.

O SR. – E eles já faziam casado? Recebiam o carro ia lá fazia dinheiro?

O SR. – Ia lá e fazia dinheiro. Inclusive caí com duas carretas de cigarro, que foi feita em Patrocínio. Caí no dia, no outro dia, duas horas da tarde, estava na rua, para o Sr. ver. Com acerto de R$60 mil.

O SR. – Quanto?

O SR. – R$60 mil.

O SR. – Você gastou?

O SR. – R$60 mil para sair.

O SR. – Qual é o valor?

O SR. – O valor da carga?

O SR. – Não, o que você gastou.

O SR. – R$60 mil o valor para mim sair. O valor da carga era um milhão e pouco cada carreta.

O SR. – Esse R$60 mil era dinheiro?

O SR. – Eu caí depois de um mês. Fui na casa da minha sogra, deu tiro lá, não sei para que aquilo. Me trouxeram, eu chamei para negociar. Foi na hora que ele falou: Você tem a terra para chegar no nosso pé, né? Na hora que cheguei lá, ele já bateu no homem, do Delegado, Dr. Cândido. Ele falou: Esse é do nosso...

O SR. – Qual Delegado?

O SR. – Dr. Cândido.

O SR. – Cândido?

O SR. – É. Falou: o Paulinho aqui é do nosso, fala nossa língua. Eu ia pagar para eles. Falou que na hora que o dinheiro caísse na conta, me liberava.

O SR. – Isso foi quando?

O SR. – Deve ter uns dois anos, dois anos e pouco.

O SR. – Como é todo o nome do Dr. Cândido?

O SR. – O nome de quem?

O SR. – Era o delegado responsável na época?

O SR. – Sei que ele chama Dr. Cândido. Não sei o nome dele todo.

O SR. – É delegado da onde?

O SR. – Da roubo de carga. Da Delegacia Roubo de Carga. Hoje não é da Roubo de Carga mais. Não sei nem qual delegacia.

O SR. – Da Roubo de carga da onde? Daqui de Uberlândia?

O SR. – Daqui de Uberlândia. Então, nesse tempo, eu dei o carro para eles.

O SR. – E você fazia negócio com esse delegado?

O SR. – Fazia.

O SR. – Fazia negócios com ele?

O SR. – Eles me levaram para o mato, já vem...

O SR. – Fala devagarinho porque não consigo ouvir direito. Fala devagar.

O SR. – Está ruim a audição.

O SR. – Não estou entendendo.

O SR. – Fala um pouquinho mais devagar. Como é que é?

O SR. – Eu estou falando assim: quando eles me levaram para o cerrado, a gente negociou no mato, eu negociei com os policiais sobre o acerto. Aí quando eu cheguei na delegacia, já tinha feito o acerto.

O SR. – Quem tinha feito o acerto?

O SR. – Eu já tinha feito o acerto com eles, com os policiais. Eles só passou para o delegado que eu era gente boa e falava a língua deles.

O SR. – Só foi lá dar uma satisfação?

O SR. – Exatamente. Aí dessa hora para cá eu não fiquei algemado mais, já tinha cafezinho, desse jeito. Falou em dinheiro, né?

O SR. – Até cafezinho toma?

O SR. – Até cafezinho toma. Não é só comigo não. Várias outras pessoas. Inclusive o Josiel já fez acerto com ele, o Moisés, o Pedrinho já fez várias. Eu caí com a carga da Arcon, eu não cheguei a ser preso, nem eu nem o Pedrinho, aqui no caminho do Prata. Nós pegou três caminhão da Arcon e, à noite, nós fomos fazer o transbordo e aí caiu uma turma nossa, caiu seis. Inclusive até a mulher que era a dona da transportadora caiu. Eu vazei, fui embora para São Paulo, eu e o Pedrinho. Aí de lá nós mandou R$50 mil para ele, foi da vez que eu mandei o tempra preto e o resto nós mandou em dinheiro, o tempra no valor de 17 mil e o resto em dinheiro. Então, aí, chegou aqui, fizeram outro ofício e mandaram para o juiz e liberaram todos os presos nossos que estava lá e participava da quadrilha, né, seis pessoas. E eu voltei para Uberlândia, voltei tranqüilo. Ninguém me abusou mais. Só que daqui para cá, eles não podiam me ver na rua, eles já me paravam na rua, mostrando: Paulinho, cadê o di-

nheiro? Eu falava: vocês não deixam eu trabalhar, como é que vocês querem dinheiro?

O SR. – Fazendo achaque, querendo pedágio.

O SR. – É. Eles chegavam em mim, nem me (?) e parava assim na rua: Paulinho, cadê o dinheiro? Eu falava: vocês não deixam eu trabalhar. Tô parado. Aqui, em Uberlândia, ninguém rouba se não botar os homens na fita não.

O SR. – Tá. Se o senhor, se o Dr. Cândido, esse Dr. Cândido, delegado de polícia, viesse aqui, tu faria uma acareação com ele?

O SR. – Eu falo na cara dele o que foi que falou. Eu não tenho medo de polícia, não tenho medo de nada. Então, eu já entrei foi nisso aqui. É porque eu quero parar.

O SR. – Quantas vezes tu negociaste com ele?

O SR. – Eu negociei com ele só foi uma vez.

O SR. – Só uma vez?

O SR. – Se eu falar que foi duas, eu tô mentindo.

O SR. – Só uma vez?

O SR. – Só essa vez. Aí eu caí as outras vezes, mas não era ele que era o delegado e os outros delegados não fez comigo. Quem fez foi os policiais. Então, essa vez, eu sabia que ele estava por dentro é porque o Mauro Ivan chegou e falou com ele, bateu no ombro dele: olha, doutor, esse aqui é dos nossos, fala a nossa língua.

O SR. – E os outros policiais que o senhor tá falando é esses que o Deputado Oscar Andrade citou e que estão sendo intimados para depor.

O SR. – Exatamente. Inclusive, eles me ameaçaram. Falaram que iam me matar muitas vezes.

O SR. – O senhor saberia repetir o nome deles todos aí?

O SR. – É o Mauro Ivan, Sarafim, João Zebu, Zezinho; tem mais dois que eu não me lembro o nome, mas se trouxer eles eu os reconheço.

O SR. – Sim. Esses são os nomes?

O SR. – Foram os que pegaram dinheiro meu. Inclusive o João Zebu me ameaçou várias vezes que ia me matar, inclusive daquela vez que o Dr. Celso me pegou aqui sobre aquele negócio do ouro, lá em Brasília, eles falou que era (?) da Polícia Federal, era não sei o quê, e falaram que ia me matar. Uma vez me pegaram eu dentro do carro da polícia PM, da Polícia Militar, do cabo Silva, e eles queriam jogar que o cabo Silva estava até envolvido com roubo de carga comigo, sendo que eu estava indo mostrar um carro que o pessoal tinha roubado dentro de uma garagem para ele, e ele não tinha nada a ver. Isso eu falo na frente dele, na frente de qualquer lugar.

O SR. – Perfeito. Agora, deixando os policiais de lado, porque ficou bem claro aí a denúncia que o senhor tá fazendo, nessa questão da transportadora União, gostaria que o senhor... O senhor tá citando: olha, transportadora União. Mas me cita especificamente o que que aconteceu, o que que o senhor sabe, qual é a carga que foi pego, enfim, a carga que eles desviaram, a carga que eles roubaram, me explica como é que funcionava lá na transportadora União.

O SR. – Não, da transportadora União, a gente não tinha muito gente, não tinha ninguém lá de dentro. Essa nós pegava na tora. Agora, da Arcon, nós tinha um rapaz conhecido.

O SR. – Só um pouquinho. Na transportadora União, não tinha ninguém de dentro...

O SR. – Não tinha ninguém que prestava informação. Nós pegava era na tora mesmo, na raça.

O SR. – Os donos da transportadora não estavam no meio?

O SR. – Não tinha nada a ver. Agora, já teve várias transportadoras lá de São Paulo, que nem a Arcon aqui nós já teve gente lá de dentro, da Martins...

O SR. – Tá. Só um pouquinho. Vamos por parte. Na União não tinha?

O SR. – Não, não tinha.

O SR. – Eram roubadas as cargas da União, mas a União não estava no esquema?

O SR. – Não estava no esquema.

O SR. – Perfeito. É bom esclarecer porque acho que as coisas têm que ser certas – a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus –, senão fica enlameado o nome de quem não tem nada a ver. Então, a direção da União, funcionários da União não tinham nada que ver com as cargas que eram roubadas da União, é isso?

O SR. – Exatamente.

O SR. – E na Transportadora Arcon, como funcionava?

O SR. – Tinha um rapaz que passava a fita para nós, ele é conhecido...

O SR. – Está ruim o som, a gente...

O SR. – Eu não consigo ouvir direito.

O SR. – É bom mudar o microfone dele, porque realmente está ruim.

O SR. – É bom falar compassado, um pouco mais longe do microfone.

O SR. – Levante o microfone um pouco...

O SR. – E fale mais perto...

O SR. – Não, acho que mais longe...

O SR. – Ficar mais longe?

O SR. – Isso, mais longe. E fale mais devagar, sem pressa. Temos o dia todo aqui e a noite. Então, descreva-me a Transportadora Arcon. Vamos falar bem devagar.

O SR. – Na Transportadora Arcon, a gente tinha um rapaz que passava a fita para a gente, conhecido como "Arara". O nome dele...

O SR. – Passava a fita?

O SR. – Exatamente.

O SR. – É o que dava as informações?

O SR. – Falava o valor que saía nas notas, saía para fora, numa ida para São Paulo.

O SR. – Como é que ele se chama?

O SR. – É conhecido por "Arara". Eu já fui na casa dele uma vez. Ele mora no parece que Alvorada. Eu sei onde chegar até na casa desse cara.

O SR. – E esse Arara é que dava, que passava a fita?

O SR. – Passava a fita. Ele tinha um contato lá de dentro, que não chegou ao meu conhecimento.

O SR. – Sei. Ele dava as dicas?

O SR. – Ele dava tudo certinho. Falava: "Vai sair 2 caminhões para o Nordeste, vai sair 3 para São Paulo."

O SR. – E ele era funcionário da Arcon ou não?

O SR. – Ele já trabalhou na Nacional Cargas e estava querendo entrar na Arcon. Agora, ele tinha bastante conhecimento lá dentro, não sei como.

O SR. – Ele tinha conhecimento?

O SR. – Exatamente.

O SR. – E ele informava ao senhor e a quem mais?

O SR. – Ele informava muitos ladrões, que ele mesmo não fazia. Às vezes, ele chegou até a ir com a gente, e ele só ia para dirigir o caminhão. Para catar mesmo, ele não tinha coragem para isso não.

O SR. – E o que ele ganhava com isso?

O SR. – Ele ganhava igual a gente.

O SR. – Ganhava uma parte?

O SR. – Se a gente estava em 4, rachava em 5.

O SR. – E ele nunca foi preso?

O SR. – Nunca foi preso. Não, ele caiu lá em Goiânia, com o Pedrinho, sobre uma carga de veneno, mas só que o Pedrinho pagou R$80 mil sobre esse acerto lá em Goiânia... ***(Falha na gravação)***... E o homem estava esperando eles por isso.

O SR. – Ou seja: tinha gente dentro da Arcon que dava a fita, passava os esquemas para o pessoal roubar as cargas?

O SR. – Tinha gente lá dentro.

O SR. – É importante que o senhor explique isso para nós, e até para quem está acompanhando os trabalhos...

O SR. – Na Martins também.

O SR. – Só para que fique claro, para que as pessoas entendam como funciona o esquema do roubo de cargas. Não é por acaso, não está passando uma carga, passa um caminhão carregado, o bandido olha e diz: "Ah, um caminhão, eu vou pegar". Não é assim, mas é uma coisa combinada, não é isso?

O SR. – Exatamente.

O SR. – Então, agora descreva-me, na Martins...

O SR. – Não é desfazendo da cidade, não, mas é que é contado as pessoas que são honestas aqui em Uberlândia. Não é desfazendo de ninguém, não, mas aqui...

O SR. – Não é desfazer de ninguém, mas...

O SR. – Não é desfazendo, porque, às vezes, tem muitas pessoas que são boas, mas é que a maioria das pessoas são tudo desse jeito, é tudo envolvido.

O SR. – As pessoas com quem o senhor lidava, é lógico.

O SR. – Às vezes, quem não rouba passa adiante.

O SR. – O senhor não pode falar isso da sociedade de Uberlândia. É lógico que é a turma com quem o senhor lida.

O SR. – Aqui, a maioria das pessoas é desse jeito. Já morei aqui. Não nego o que já fiz: já roubei pra caramba, já entrei nessa vida. Hoje, não quero fazer mais, nem posso fazer, porque se eu fizer, se eu cair, sou um homem morto, vocês sabem disso.

O SR. – Sei. Mas o senhor há de convir que quem faz isso é uma minoria, não é? Quem é ladrão de carga, quem é receptador de carga, quem é comprador de carga é uma minoria, não é todo mundo que faz isso. Conheço muita gente, em todo lugar, que vive, tem comércio, enfim, tem a sua atividade lícita e não está envolvida em roubo de carga. Para fazermos a coisa certa, temos de dar o nome da pessoa, o fato que ela fez, quando, como, de que maneira, como ela agia, porque, senão, se atirarmos contra todo mundo, não acertaremos em ninguém.

O SR. – Mas aqui, igual eu: tem muitos nomes aqui que eu não lembro na hora.

O SR. – Perfeito. Mas tem que ser o que o senhor lembra. O que o senhor não lembra não conta,

não adianta. Quero que o senhor me descreva agora a questão da Transportadora Marquinhos.

O SR. – Martins.

O SR. – Quem é que era o contato... É uma Transportadora, a Marquinhos, não é?

O SR. – Do grupo Martins.

O SR. – É Marquinhos ou Martins?

O SR. – É Martins.

O SR. – Ah, Martins, desculpe-me. É que não estou entendendo direito.

O SR. – Está ruim ali. É da própria distribuidora.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – É a transportadora Martins?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Cléverson, quando você falou que a maioria das pessoas estava envolvida em roubos, você quis dizer a maioria das pessoas com as quais você convivia, não é isso?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – É, porque a maioria das pessoas que eu conheço é contada e que não é bandido

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sim, exatamente, mas são as pessoas com as quais você convivia.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu conheço muita gente aqui em Uberlândia.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Não é toda a sociedade que está envolvida com esta questão. Não é isso?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – É, exatamente.

O SR. – Então, descreva-me como funcionava esta transportadora Martins.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Há, inclusive, um rapaz, que mora no Luizote. Ele tem um opala. O nome dele é Paulinho. Ele trabalha dentro da Martins e, de lá de dentro, ele passava as fitas para nós. O valor da nota, se está saindo com remédio, com secos e molhados, com eletrodomésticos. O que saía, ele passava para a gente. Inclusive, aquelas peruazinhas de cigarro da Souza Cruz que saía da cidade, para aqui, logo próximo, ele também passava a fita para a gente. Falava o horário, se estava indo para Araguari, para Monte Carmelo, para Patrocínio, estava indo um caminhãozinho da 608 para Araxá. Ele passava tudo para a gente.

O SR. – Quem passava era esse tal de Paulinho?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Paulinho. Ele é funcionário lá dentro até hoje.

O SR. – Quem é Paulinho? O senhor sabe todo o nome dele?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não sei o nome dele completo. Eu sei chegar na casa dele.

O SR. – O senhor sabe ir a casa dele?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Sei. É lá no Luizote.

O SR. – Ele mora onde?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – No Luizote de Freitas.

O SR. – É um bairro aqui de Uberlândia?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. – Ele está preso, está solto? O que o senhor sabe?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, ele ainda é funcionário.

O SR. – Continua sendo funcionário?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente. Acho que ninguém sabe ainda. Estão sabendo agora, se não estiverem sabendo. Se tiverem de saber, agora é que estão sabendo.

O SR. – Acredito que seja importante, então, Sr. Presidente – e eu faço esse requerimento -, que a polícia federal faça um contato, então, para saber quem é...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Ele é alto, moreno, de cabelo baixinho. Falo até as características dele. Quando ele chegar aqui, vocês verão que é ele.

O SR. – Alto, moreno, cabelo...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Bem baixinho.

O SR. – Cabelo baixinho.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. – Que trabalha na transportadora Martins?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Isso.

O SR. – Aqui em Uberlândia?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Aqui em Uberlândia.

O SR. – Que mora no bairro...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu só não sei o que ele faz lá dentro. Mas, eu sei até o se-

tor que ele trabalha ali. Fiquei muitas na frente, esperando por ele lá, para ele passar a fita.

O SR. – Está bem. Ele mora no bairro...Como é o nome do bairro?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Luizote de Freitas.

O SR. – Alguém me ajude a entender o nome.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Qual é o nome da pessoa?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Martins.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Luiz Martins?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não, o nome da transportadora é Martins. O nome dele é Paulinho. Agora, o resto eu não sei.

O SR. – É o bairro Luizote de Freitas?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Luizote.

O SR. – Luizote de Freitas?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Exatamente.

O SR. – Sr. Cléverson, o senhor se importa que cortemos um pouco o seu capuz para aparecer somente um pouco da sua boca?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – O senhor puxa aqui

O SR. – Porque está muito difícil. Poderia dar um corte aí. Poderia ser providenciado isso. Acredito que essa abafamento é que está impedindo.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. – Poderia pegar a tesoura e cortar apenas um pedaço, para sair o som da sua boca. Está muito difícil.

O SR. – Deve ser de onde está saindo o som.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. – Fica ainda pior.

O SR. – Dr. César, vamos retirar isso aqui e cortar um pedacinho (inaudível)

(intervenções fora do microfone)

O SR. – Enquanto eles estão definindo o corte ali, eu faço o requerimento, Sr. Presidente, para que a CPI, por meio da Polícia Federal, faça um contato com a empresa de transportes, a Transportadora Martins, para que lá localize o Sr. Paulinho, que é moreno, alto, forte...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Magro.

O SR. – Como?

O SR. – Magro. Cabelos...

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Bem baixinho.

O SR. – Baixinho e que mora no Bairro Luizote....

O SR. – de Freitas.

O SR. -...de Freitas, aqui em Uberlândia, para que possamos fazer com que ele venha à CPI, ainda hoje, para fazermos esse contato.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Inclusive, ele não passava não era somente para mim, mas para várias pessoas. Até para pessoas lá de São Paulo, ele já passou várias vezes, que é amigo meu, de cargas que vai para lá de remédios.

O SR. – Cléverson, em algum desses roubos que você praticou, em alguma ocasião, participou com você policial ou ex-policial?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Não. Participar mesmo, diretamente, não. Já houve, como, por exemplo, eu vou pegar uma carga e ele está sabendo que nós vamos pegar uma carga.

Que nem aqui, fomos e pegamos uma carga de cigarro aqui e levamos pra fazenda de um tal de Fernando, em Araguari. Guardamos a carga de cigarro lá na carreta da Dica. Era umas 7 h da manhã. Quando foi 9 h da manhã que nós fomos lá, o pessoal, os polícia já estavam tirando os cigarros todinhos. Apresentaram só 70 caixas pra Justiça, e as outras eles pegaram tudo pra eles e falaram que os ladrões já tinham levado os cigarros embora. Mas quem pegou os cigarros foi os polícia. Inclusive, tinha um polícia lá junto com a gente que o nome dele é Ricardo, lá de Araguari. A gente chamava ele de Garotinho.

E nesse período, e vim no Luiz e o caminhão dele estava chegando carregado de cigarro. Eu falei: Você comprou esse cigarro de quem? Ele falou: Comprei do Cezarino, um polícia daqui de Uberlândia. Aí eles foram lá e... Porque nós fizemos a fita envolvidos os polícia. Eles mesmos já foram lá e engoliram o cigarro e apresentaram para a Justiça só 70 caixas, sendo que tinha quase 2000 caixas lá dentro.

O SR. – Deixe-me fazer uma pergunta para o senhor, aqui: Sabe que nessa questão dos caminhões, a maioria, em função exatamente do perigo da questão do roubo da carga, está usando satélite. O senhor sabe disso. Como é que desligavam o satélite, como era o procedimento e quem é que fazia isso?

O SR. – Assim que eu cheguei aqui pra Uberlândia, era o Pedrinho que desligava, mas demorava bastante. Aí a gente acabou descobrindo um rapaz lá do Luizote, o Emerson...

O SR. – Quem é ele?

O SR. – O Emerson.

O SR. – Emerson?

O SR. – Isso. Aí, que ele trabalhava na Margo, por uma empresa...

O SR. – Ele trabalhava onde?

O SR. – Ele trabalhava na Margo, por uma empresa que prestava serviço na Margo.

O SR. – Na Barbo?

O SR. – Isso. Aí ele quem instalava o satélite. Eles são da Barbo e foram trabalhar com a gente pra desligar o satélite.

O SR. – Quer dizer: Os mesmos que instalavam o satélite eram os mesmos que desinstalavam?

O SR. – Que desligavam pra gente.

O SR. – Muito esperto! E esse Emerson, onde anda?

O SR. – Ele fica no Luizote. É fácil de achar ele.

O SR. – Também no Luizote?

O SR. – É. Inclusive o Dr. Celso já sabe da casa dele. Eu mostrei onde era.

O SR. – Bom, nós vamos tentar localizar o Sr. Emerson. Não sabe o sobrenome dele?

O SR. – Não sei.

O SR. – Emerson. E aqui o nosso assessor da Polícia Federal nos passa o nome completo, porque a Polícia Federal já está no bico dele: Emerson Araújo Fabrício.

O SR. – Eu não sei o sobrenome.

O SR. – Que, aliás...

O SR. – Não tem como eu confirmar, porque eu...

O SR. – Mas a Polícia Federal já checou, pelo endereço dele que o senhor forneceu, lá no Bairro Luizote. Enfim, as características já identificaram ele. Está identificado, só que ele anda...

O SR. – Inclusive, estava lá o Dr. Celso. Se quisessem até que ele viesse aqui antes, podiam conversar com ele porque ele é gente boa. Inclusive, o que ele fez pro pessoal, o pessoal só enrolou ele, não pagaram ele. Ele não ganhou nada. É um coitado, hoje.

O SR. – Pois é. Mas nós vamos localizar...

O SR. – E ele era chamado nesse mundo inteiro pra desligar satélite: pelos ladrões de São Paulo... Ele conhece mais do que eu ainda.

O SR. – Ele é o que mais entende.

O SR. – Ele é...

O SR. – Isso explica porque ele está fugindo da CPI que nem o diabo da cruz. Ele tem razão.

O SR. – É, ele...

O SR. – Ele tem razão. Mas nós vamos pegar ele. Pode ter certeza. A Polícia Federal pega. Vai descobrir ele. Ele pode se esconder. A não ser que ele vá lá com o Bin Laden, daí é difícil pegá-lo.

O SR. – Ele não corre daqui de Uberlândia, não. Toda vida ele esteve aí. Nunca correu daí. Isso é uma coisa que eu confirmo.

O SR. – O senhor tem notícia dele aqui ainda, esses dias?

O SR. – Como é que é?

O SR. – O senhor tem notícia dele aqui em Uberlândia, esses dias?

O SR. – Tenho. Eu tive notícia dele agora, esses dias, mais o Dr. Celso, entendeu? Ele está aí na cidade. Inclusive ele, na sexta-feira, estava aí. Não sei agora, porque não tive contato.

O SR. – Então, eu vou pedir ao Dr. Celso, assim que nós pararmos de ouvir o Cleverson, que V. Exª se dirija, com ele, até à casa do Emerson, porque ele foi visto esses dias por aí.

O SR. – É. Inclusive...

O SR. – Aí convida ele. Mas, vamos prosseguir.

O SR. – Cleverson, nessa questão de venda de roubo de carga, recepção e roubo, teve alguma transação com o Rio de Janeiro? Você conhece o Rio de Janeiro especificamente?

O SR. – Polícia?

O SR. – Não, qualquer transação, ou de compra de carga roubada ou pessoa do Rio de Janeiro envolvida nessa questão?

O SR. – Teve um comprador do Rio.

O SR. – Comprador do Rio?

O SR. – Exatamente, que é o Luciano, já comprou carga minha mais do Pedrinho várias vezes. Carga de cigarro. Ele só compra carga valiosa também, só carga de cigarro, remédio, cartão telefônico, essas cargas mais valiosas. Agora, a carga mais pedida é a de cigarro. Agora têm as outras cargas que é mais barata, que é carga de secos e molhados, que é carga mercado: leite Ninho; essas cargas também são bem pedidas também aqui.

O SR. – E quem eram as pessoas? Quais eram os nomes? Qual era o nome da pessoa?

O SR. – Do Rio Grande do Sul?

O SR. – Do Rio de Janeiro. Qual era o nome da pessoa que comprava carga?

O SR. – No Rio de Janeiro?

O SR. – É.

O SR. – Que eu conheço é só o Luciano. Tinham várias pessoas, mas não fui eu que negociei, então não posso falar.

O SR. – Você conhece o Dr. José Roberto, advogado?

O SR. – Conheço.

O SR. – Conhece? Ele é advogado do Marcos, do Wendel e do Paulo Divino?

O SR. – É.

O SR. – Era seu também?

O SR. – Foi advogado meu também.

O SR. – Já entrou em contato com a CPI e vai trazer os outros três que estão intimados.

O SR. – Fiquei sabendo agora de que a transmissão que está havendo aqui, através das televisões dos canais locais, elas, na verdade, estão fazendo de forma direta, ou seja, aquilo que está acontecendo aqui o telespectador está vendo e ouvindo ao vivo. Em função de que a CPI abriu o jogo no que diz respeito à questão do Emerson Araújo Fabrício, que a polícia federal já tem todos os dados dele: filiação, endereço, telefone, enfim tudo, nós só queremos deixar claro aqui, inclusive para que a opinião pública que também está acompanhando possa-se posicionar, que quem souber do endereço do Emerson Araújo Fabrício, que mora na Rua Esperança Naves de Godoi 185, no bairro Luiz Otti II, com telefone e tudo, ele está-se escondendo, escapando, e daqui a pouco ele pode até lograr êxito por um ou dois dias, enquanto a CPI está aqui. A CPI quer ouvi-lo. Então, quem souber do paradeiro dele – o apelido do Emerson é Noinha e Pocheca, é Emerson Araújo Fabrício. E o que é mais curioso: ele trabalhava na Auto Track...

O SR. – Exatamente, na Auto Track mesmo, agora eu lembrei.

O SR. – E a própria Auto Track já deu uma declaração para a CPI reconhecendo que ele efetivamente trabalhou na Auto Track, e a Auto Track, curiosamente, é exatamente a empresa que liga o sistema, é do Nelson Piquet, que não tem culpa nenhuma – imagino. Estou imaginando que necessariamente não quer dizer que a empresa tenha culpa, mas é curioso que exatamente é quem liga o sistema e, possivelmente, era o funcionário que ligava. Ele conhece o mecanismo e daí, em função de que conhece, quer dizer, se especializou, passou para o outro lado e foi servir para o mal, exatamente para desligar o sistema para propiciar o roubo das cargas, o roubo dos caminhões, enfim, para perpetrar os crimes que ele e a quadrilha dele montava e que, graças ao senhor, agora estamos sabendo. Então, se a opinião pública, que está ouvindo, assistindo, puder acessar a CPI, puder-nos comunicar – o disque-denúncia da CPI já foi revelado o número aqui. Gostaria de repetir o disque-denúncia da CPI.

O SR. – 0800-612211.

O SR. – 0800-612211, Sr. Relator, e aqui, em Uberlândia, 3239-1177, que imediatamente a CPI, através da polícia federal, pode fazer as diligências necessárias para trazer para cá o Emerson.

O SR. – Cleverson, vamos falar aqui das cargas que você roubou e que você entregou na região, os receptadores da região. Quem eram as empresas que compravam as cargas? Por exemplo, carga de mercado, era o que mais roubava, não era isso?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já vendi várias aqui, mas têm uns compradores que comprou uma vezinha só, que nem comprar mais não compra.

O SR. – Não, eu sei. Não compra mais até porque você não está roubando mais também. Quero que você lembre, que você cite nomes de compradores aqui da região. Por exemplo, o Carrefour daqui você tem notícia de ter comprado?

O SR. – O Carrefour? Já vendemos carga pra ele lá em Brasília; aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em Brasília, já; aqui, não?

O SR. – Aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu estou perguntando sobre o Carrefour exatamente por isso, porque há envolvimento em Recife com celulares roubados; o de Brasília, sabemos de suas informações e de outros; o de São José dos Campos, também sabemos...

O SR. – Também...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Carrefour daqui você não tem notícia?

O SR. – Daqui, mesmo, pra quem eu já vendi mesmo foi só pra o Jorjão Corintinano, daqui de Uberlândia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jorjão Corintiano? Ele não era o receptador, o intermediário, ou não? Ele tinha empresa?

O SR. – Eu já entreguei várias vezes no supermercado que ele tinha aqui. Assim, eu cheguei a Uberlândia, eu e o Pedrinho. Então, nós...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tinha um supermercado?

O SR. – Tinha um supermercado lá no Bairro São Jorge e tinha em outro lugar que não me lembro onde era.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual o nome, você lembra?

O SR. – E lá naquela loja dele já entreguei eletrodoméstico também; e já entreguei carga pra ele em São José do Rio Preto, também carga de leite Ninho, carga de pneu, que foi pegado de uma empresa aqui, da Nacional Cargas, que hoje não existe mais; também já vendi direto pra ele, sendo que entreguei em São José do Rio Preto, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jorjão Corintiano?

O SR. – Carreta que veio de Londrina, carregada de pneu, lá do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jorjão Corintiano? Vamos outro.

O SR. – Pra o Luís. Já vendi bastante cigarro para o Luís, para o Carlinhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Luís é da Azulzinha?

O SR. – É. No tempo, ele dizia que era do Papa-Tudo ou Poupa Ganha, sei lá, coisa assim. E aí ele faliu essa empresa, que tinha tomado muito cano, e agora é sócio da Azulzinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Luís?

O SR. – Ele é um dos donos, o Luís.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que você já vendeu pra ele?

O SR. – Já vendi só cigarro. Pra falar a verdade, vendi só cigarro pra ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Azulzinha é distribuidora de cigarro, ou o que é?

O SR. – Não, não é de cigarro, não. Não tem nada a ver, não. Inclusive, já carreguei muito naquelas peruas dele que eram todas desenhadona de amarelo, do Papa Tudo, né? Já carreguei muito cigarro naquelas peruas dele. Descarregava no barracão e depois a gente fazia o transporte pela própria perua.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele 'tá convocado também, pra amanhã, o Luís...

O SR. – Mas quem intermediava pra ele era o Carlinho, o cunhado dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está aqui: Luís Antônio da Silva, dono da Azulzinha. É esse mesmo.

O SR. – Então, está confirmado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o Jorjão Corintiano, o Luís e quem mais?

O SR. – Que eu me lembro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tenta forçar só ...

O SR. – Claudionor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Claudionor?

O SR. – Exatamente, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é o Claudionor? O que 'cê fala dele?

O SR. – Inclusive, eu levei o maior pau por causa de uma carga que eu vendi pra ele, que eu não tinha nada a ver. A carga era do Rodrigo, e eu só ... o Rodrigo chegou aonde 'tá eu: Cê tem algum comprador...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Rodrigues?

O SR. – Não, é Rodrigo. É lá de... diz ele que é de Araguari, mas acho que ele é de Goiânia. Inclusive, esse tempo foi o tempo que o Dr. Celso me buscou aqui sobre o negócio do roubo do ouro. E eu vendi a carga pra ele. E ele é um desenhista da polícia civil aqui. Ele, então, andava nas viaturas falando que era polícia. Então, eu vendia pra ele. Eu não sabia se ele era um dos polícia. Aí, ele pegou, comprou a carga, descarregamos a carga pra ele.

No dia que ele foi pagar nóis aqui no Center Shopping, no shopping aqui do lado do Carrefour, ele trouxe o Zezinho, o Maurivan.

Um dia, eu fui receber na casa dele, cheguei e vi o Golf preto parado na porta da casa dele. E na casa dele tem um barracão nos fundos, onde nóis descarregou.

Aí, eu vi o Golf e falei "Esse negócio está errado. A polícia está na casa do cara!" Virei meu ômega e fui embora.

Liguei pra ele. Aí, ele pegou e falou: "Não, mas o cara é amigo meu, mas não tem nada a ver, não."

Aí, no dia em que ele foi pagar pra nóis, lá no Shopping, nóis vimos o Zezinho de longe. Eu e outro amigo meu. Aí, eu 'tava de moto, peguei o dinheiro e saí vazado.

Aí, no outro dia, os homens me ganhou, que foi da vez que me ganhou junto com o Cabo Silva, que foi aquele outro caso que falei, que o Cabo 'tava a fim de me mostrar um carro puxado do Cabo Silva. Aí, eles me pegaram junto com ele. Aí, pegaram eu, jogaram essa carga em cima de eu, sem eu ter nada a ver. Eu não tinha nada a ver com essa carga, sou apenas .. apresentei o comprador, sabe? Aí, eu ia ganhar uma

mixaria com isso aí, não vou falar que eu não ia ganhar, porque eu ia ganhar uma mixaria, porque eu tinha apresentado, tipo intermediei o comprador, né?

Aí, ele pegou e botou os homens para pular em mim para tomar o dinheiro pra trás. "Pula nele que eu comprei a carga."

Os homens pulou em mim, não prendeu a carga. A carga 'tava toda no barracão dele. Os homens não prendeu a carga. Só queria tomar o dinheiro meu. Eu falei "Não dou, a carga não era minha, não tinha nada a ver." Os cara que eram realmente dono da carga vazaram. E só eu fiquei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Levaram seu dinheiro?

O SR. – Não levaram dessa vez porque não dei. O Dr. Celso veio aqui e me buscou porque estava me investigando no caso do roubo em Brasília. Ele havia me prometido ajudar a sair dessa e chegou e cumpriu o que prometeu e me liberou. Agora, está correndo o processo e inclusive estava com um mandado de prisão nesse tempo e estão me ajudando para sair dessa.

O SR. – Nesse dia que o Sr. foi na casa dele e que a polícia estava lá o Sr. fugiu porque achou que a polícia estava lá.

O SR. – A polícia estava envolvida.

O SR. – Mas a polícia estava lá de bandida.

O SR. – Estava lá de bandida e sabia de tudo. Ele ainda falou que se quiséssemos fazer uma carga ele colocaria a polícia no pente e uma carga grande não se faz sem a polícia estar envolvida. Realmente, se fizermos uma carga sem a polícia civil estar junto cai.

O SR. – Ou seja...

O SR. – A Polícia Civil já fez escolta para retirar carga de dentro de um barracão em Uberlândia. Fez escolta até eu carregar a carga e mandar para São Paulo para evitar da PM ou outra polícia chegar e questionar.

O SR. – Acredito que não posso perder a chance de dizer uma frase que cunhei na CPI do Narcotráfico que diz que não há como ter crime organizado sem ter polícia no meio. Aliás, afirmei que a polícia está para o crime organizado como o cavalo está para o jogo de xadrez, que dizer, o cavalo, no jogo de xadrez, não é a peça mais importante do jogo. Mas, só o cavalo tem condições de pular por cima do peão, do bispo, da torre, da rainha e do rei. A polícia não é a parte mais importante da hierarquia do poder mas só a polícia pode pular por cima do juiz, do promotor, da CPI e até do governador, ou seja, ela tem essa credencial. É claro que sempre dizendo que o mau policial, que é uma minoria. Mas, quando os bons se omitem os maus tomam conta.

Então, mais do que nunca, precisamos dar nome aos bois porque não adianta citarmos apenas a polícia...

O SR. – Até porque a corporação é honrada, tanto a Polícia Civil quanto a Militar.

O SR. – É honrada e tem que ser respeitada e para isso tem que dar o nome de quem não presta. No Congresso também temos parlamentares que não prestam, na política e em todas as atividades. Acontece que a virtude a polícia não é ser uma instituição de anjos mas tendo o demônio saber exorcizá-lo, separar o joio do trigo. Por isso, é importante dizer os nomes para sabermos quem é quem para responsabilizar individualmente e não ficarmos sujando o nome de uma instituição, porque precisamos da Polícia Civil e Militar e queremos que ela seja respeitada e valorizada e os que não prestam sejam extirpados.

O SR. – Alguns policiais são honestos. Tem um que não é meu amigo mas um dia ao chegar preso na Roubos e Furtos ele era o inspetor José Roberto ele falou que se me oferecesse algum dinheiro não faria esse tipo de acerto e daria mais cadeia ainda.

O SR. – Esse é um bom policial.

O SR. – Ele me falou que já sabia que eu havia caído várias vezes e uque cai num dia e sai no outro...

O SR. – Como era o nome dele?

O SR. – Inspetor José Roberto. Ele falou que se eu oferecesse esse tipo de coisa que já o fez sair várias vezes... estou para o lado do que é certo e se não tiver devendo irá embora agora. Como eu estava com um mandado de prisão, me jogaram para o pessoal da carga e depois fiz um acerto e saí no outro dia.

O SR. – Queremos registrar a presença do Coronel Lobato, Comandante da Polícia Militar e alguns oficiais aos quais agradecemos a presença e o apoio que tem sido dado à CPI.

O SR. – Temos que enaltecer. Realmente estamos sendo muito bem tratados pela gloriosa corporação.

O SR. – Nessa questão do esquema do roubo de cargas, tinha o Émerson que fazia o desmonte do sistema eletrônico de rastreamento por satélite. O Sr. tem conhecimento de algum motorista mas que na verdade ele não era assaltado, mas estava no esquema, ele estava na fita também.

O SR. – Várias vezes. Tivemos vários motoristas, muitas cargas que o motorista vai fazer o BO, mas está fazendo, está sabendo de tudo, fala que foi roubado, os caras dão as características diferentes, outro

carro diferente, sendo porque ele já sabia de tudo, ele vai levar o dele também, quem nem um motorista de uma carga de cigarro, ele leva uns R$50 mil, uma escolta, quem nem uma escolta que tinha aí mesmo que era o Albuquerque, ele morreu, ele trabalhava na Moura, esse cara até um Golf que ele tinha foi nós que demos para ele.

O SR. – Esse Albuquerque era motorista?

O SR. – Não, ele era escolta da Moura.

O SR. – Ah! Escolta da Moura.

O SR. – Inclusive tinha mais outros da NSR, uma coisa assim, esqueço o nome da empresa, que, hoje, ele não trabalha mais lá, que era o Marcos que mora ali no Bom Jesus, o Cláudio também, que era tudo escolta que já deu carga para nós, várias vezes. Então, o motorista mesmo já teve vários.

O SR. – O senhor pode me explicar, porque o pessoal rouba carga, ele vai lá desmonta o satélite, ajuda o motorista atar a fita, todo aquele esquema. A carga já é levada diretamente para a pessoa interessada ou é guardada em algum depósito, escondida no mato? Onde é guardada? Onde é escondida? O que é feita com a carga?

O SR. – Não, depende se a gente vai... Assim como tínhamos o rapaz que passava a fita para a gente, está indo uma carga para Goiânia. Eu vou e ligo para o comprador lá de Goiânia e pergunto se tem um lugar, tem um barracão, fala bica. Você tem uma bica aí? Às vezes, ele fala: tem uma bica minha, pode chegar e jogar tudo aqui dentro. Aí, a gente vai e leva direto para a bica dele. E, às vezes, nós já temos o barracão que é totalmente num lugar melhor para catar, sei lá, a gente vai e cata naquele lugar, larga naquele barracão, liga para o comprador e diz: olha aí, acabamos de derrubar. Já manda o caminhão. Carga de cigarro, você derruba hoje, amanhã, não tem mais nada. Se derrubar hoje de manhã, à noite, já não tem mais nada. Os compradores já vêm e já levam tudo embora.

O SR. – É rápido.

O SR. – Carga de cigarro é rápida.

O SR. – A maioria das cargas que eram roubadas aqui em Uberlândia, onde eram vendidas? Qual era o melhor mercado para serem vendidas as cargas roubadas daqui?

O SR. – Cigarro, em todo lugar, o melhor para vender é cigarro.

O SR. – Sim, o melhor produto para vender é cigarro.

O SR. – Exatamente.

O SR. – Mas para onde a maior parte das cargas iam, que eram roubadas aqui em Uberlândia?

O SR. – Vendia muitos aqui e vendia muito para o lado de São Paulo. São Paulo, Goiânia e, às vezes, até Brasília. Então, varia muito.

O SR. – Quem era que comprava em Brasília?

O SR. – Em Brasília, já vendi bastante para o Tatico, eu e o Moisés já vendemos bastante para o Tatico.

O SR. – Quem?

O SR. – Tatico.

O SR. – Ah! O Deputado Tatico.

O SR. – Mas quem intermediava era o Raul.

O SR. – O Tatico que o senhor diz é o Deputado Distrital de Brasília?

O SR. – Exatamente.

O SR. – Aquele que a CPI já ouviu?

O SR. – Exatamente.

O SR. – Tá bom. Qual é o outro?

O SR. – Eu, o Renato também já vendemos. Inclusive, na vez que vendemos o cigarro para aquele Raul que foi intimado em Brasília também, foi o Renato, ele está preso em Jundiaí, e foi ele quem escoltou o cigarro daqui até lá em Brasília.

O SR. – O Renato está preso em Jundiaí?

O SR. – Está preso em Jundiaí.

O SR. – Este Renato foi pedido para ser ouvido na CPI?

O SR. – Até uns dias atrás, ele estava preso em Jundiaí.

O SR. – Eu gostaria...

O SR. – Ele tem uma casa aqui no Jardim das Palmeiras, inclusive, eu passei, ontem, na porta da casa dele com o Dr. Celso e falei: a casa do Renato é esta aqui.

O SR. – Da casa do Renato?

O SR. – No Jardim das Palmeiras.

O SR. – Sr. (?)

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Nesta relação, não está, Deputado.

O SR. – Eu gostaria que, se não for (?) preso em Jundiaí, que a CPI requisitasse para ele ir depor em Brasília, o Renato, que é aqui, de Uberlândia, no endereço que foi fornecido para a CPI, que é um dos que integram a quadrilha.

O SR. – E o caminhão que foi levado daqui é o do Ênio, chama ele Ênio caminhão, inclusive, mora no Jardim das Palmeiras também, já mostrei a casa dele para o Dr. Celso (falha).

O SR. – Falasse com a esposa dele.

O SR. – Eu falei com a esposa dele, ele deixou o telefone ainda, eu passei o telefone dele para o Dr. Celso.

O SR. – Acho que esse também. Como é o nome dele?

O SR. – Foi ele quem levou o cigarro no caminhão dele.

Inclusive ele tem cheque voltado, também, do Raul. Inclusive, ele tem também aqueles mesmos cheques, que eu tenho, também voltados do Raul que nem o frete dele o Raul não pagou; deixou voltar.

O SR. – Cheque sem fundo?

O SR. – Exatamente.

O SR. – O mesmo que o senhor recebeu do Raul?

O SR. – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu quero requerer, Presidente...

Então, como é o nome dele? Ênio?

O SR. – Eu conheço ele por Ene. Ene, de caminhão, nós chamava ele. Eu não tenho muito conhecimento com ele, não. Ele era amigo...Ele é compadre do Renato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá. Ene, do caminhão, que é amigo do Renato, que é o motorista.

O SR. – Ele é o dono do caminhão e era o motorista.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É o dono do caminhão, motorista, que levou a carga roubada para Brasília?

O SR. – Exatamente. E que pegou aquela carga de pneu da Volvo, que foi o Moisés, o José, o pessoal, lá, em... Como é que chama lá...Como é o nome daquela cidade, lá, Dr. Celso?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Goiás, Pouso Alegre?

O SR. – Pouso Alegre. Lá no...Aqui, mesmo, em Uberlândia, o sul de Minas...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Minas, eu sei.

O SR. – Sul de Minas, lá, em Pouso Alegre.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu queria que o senhor viesse aqui para o senhor fazer o reconhecimento...

O SR. – Ele já fez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele já fez o reconhecimento?

O SR. – Fez, ontem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, desculpe!

Esses aqui todos?

O SR. – Foi o Jeziel que fez,não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu acho que ele não fez esse reconhecimento.

O SR. – Foi o Jeziel que fez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Hã.

O SR. – Foi o outro depoente que fez. Pode fazer também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o senhor venha até aqui. Traz o microfone na mão, por favor. O senhor traz o microfone.

O SR. – Esse é o Marquinhos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Marquinhos.

O SR. – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Marco Antonio Marques de Miranda, o Minor? Esse?

O SR. – Josuel.

O SR. – Jaziel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Jaziel Rodrigues da Silva. Esse?

O SR. – Marques Paulo, Sebastião...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um pouquinho.

Marques Paulo Arantes de Freitas.

O SR. – Sebastião, este foi o motorista do caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse é o motorista do caminhão.

O SR. – Motorista do caminhão que caiu lá em Divinópolis, perto de Belo Horizonte.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sebastião de Oliveira Silva.

E ele está preso?

O SR. – Não, eles já saíram tudo. E esse, também, cho ver. Não, esse aqui...Conheci esse Neguinho, que eles chamam. Não, eu não tenho certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Diz que não tem certeza?

O SR. – Eu não tenho certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Neguinho?

O SR. – Neguinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O nome é esse mesmo.

Vander Souza Ferreira, vulgo Neguinho, ou Negão.

O SR. – Wender.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Wender.

E esse?

O SR. – Esse eu não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse não lembra.

O SR. – Não me lembro.

Esse é Paulinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Também da sua quadrilha?

O SR. – Também da quadrilha. Esse cara trabalhava, na Arcon. Ele era o motorista da Arcon. Então, já...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, esse é o Paulinho que tu falou, que, ainda, trabalha, lá!?

O SR. – Não, este não. Esse é outro. Esse, aí, já trabalhou lá como motorista; ele é um bom motorista.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não é o mesmo Paulinho, da Transmartins, não?

O SR. – Não, esse aí, não. Esse cara já trabalhou na M ferreira, puxou cigarro também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Paulo Divino da Silva, o nome dele?

O SR. – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E esse?

O SR. – Conheço esse cara aqui, estou esquecido; é de Goiânia, esse lado aí. Ele é comprador, esse cara. Ah, não esse, aqui, é o lá, de Belo Horizonte, agora, que lembrei, que é muita gente. Esse é o Cabral.

O SR. POMPEO DE MATTOS – José Francisco Cabral. Tá afiado, hein?

Essa propriedade?

O SR. – Essa é a fazenda dele, lá, a chácara dele lá na...Esse tipo aqui, é um tipo...foi o que roubou o tecido lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem roubou o tecido?

O SR. – O Marquinhos, Marques Paulo, José...E eu tinha feito, também, uma carga de tecido e estava lá nesse também nessa mesma chácara.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E essa aqui?

O SR. – Exatamente. Tinha vendido para ele, o irmão Moisés.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E essa?

O SR. – Essa é a mesma. É a mesma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A mesma chácara?

O SR. – Essa é a mesma chácara.

Esse aqui foi o caminhão de tecido que é o que os meninos pegaram, que caiu com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Da onde que foi roubado esse tecido?

O SR. – Lá em Divinópolis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Divinópolis.

O SR. –É na Cedro Cachoeira, a carga.

O SR. –É, ali, no caminho de Belo Horizonte. É aí esse tecido, esse rolo aí. Aí o rolo de tecido. É esse aí mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fazenda?

O SR. – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perfeito.

Pode sentar lá.

Então, só para explicar. É importante esse esclarecimento porque são todas essas pessoas que eu tenho denunciado, que temos as fotografias e que, na verdade, são integrantes da quadrilha dele para mostrar que ele, foi mostrado a fotografia sem nome, sem identificação, absolutamente nenhuma. E que ele identificou o nome certo, conviveu, porque sabe, porque roubou junto, assaltou, cometeu os crimes, enfim, e, agora, está arrependido, está revelando e nós precisamos é desmontar a quadrilha. Não basta pegar um deixar os outros por aí fazendo a mesma coisa porque recompõe a quadrilha. Nós precisamos é desmanchar a quadrilha.

O SR. – Essa pessoa que eu não lembrei o nome dele aí lembrei agora, chama-se Alexandre, é lá de Divinópolis também.

O SR. – Exatamente, nós não vamos nunca dizer o nome, se o senhor não disser antes. O nome dele é Alexandre Gontijo da Silva.

O SR. – São muitas pessoas, às vezes, nos esquecemos.

O SR. – Nascido em São Paulo. Morou no bairro São José, em Divinópolis, em Minas Gerais.

O SR. – Não sei o nome do bairro, só sei chegar na casa dele.

O SR. – É assaltante, foi pego várias vezes. Também pertencia à sua quadrilha, é isso?

O SR. – Foi duas vezes só comigo.

O SR. – Atuou duas vezes com o senhor? Perfeito.

O SR. – Sr. Presidente, queria estabelecer aqui uma estranheza: está marcado para as 9h o Marco Antônio Marques de Miranda – o Marquinho, ele é de Canápolis, Minas Gerais, não está presente, não justificou, não tem nenhuma informação.

O Marcos Paulo Arantes de Freitas é aqui de Uberlândia.

O SR. – Todos eles moram lá em Centralina. Os dois: o Marquinhos e o Marcos Paulo. É isso mesmo.

O SR. – Eles estão aqui?

O SR. – Não, eles moram em Centralina.

O SR. – Centralina?

O SR. – Mas estão todos vazados, porque eles estão com mandado de prisão.

O SR. – Há uma notícia que está sendo confirmada: os dois estão presos em Patrocínio. Vamos aguardar a confirmação.

E para as 11h estava marcado o Sebastião de Oliveira Silva, de Campina Verde.

O SR. – É da mesma quadrilha também. É esse que está na foto, o Sebastião.

O SR. – Pergunto se foi notificado. Para as 12h foi marcado o Neguinho – Hendel Sousa Pereira, que é de Uberlândia.

Depois, às 14h30min, o Paulo Divino da Silva, que também é de Uberlândia.

O Alexandre Gontijo já foi confirmado que virá? O Alexandre e o José Francisco? O José Francisco também não veio não?

O SR. – Deixa eu te perguntar, até para esclarecer. As pessoas estão ligando, em função de que está havendo uma transmissão ao vivo e a comunidade está interessada nos depoimentos. Uma curiosidade que me toca e tenho certeza de que toca muitos telespectadores, alguém morreu em decorrência desses assaltos ou já era uma coisa combinada, não tinha perigo nenhum? Aconteceram algumas mortes? A Polícia matou alguém? Os próprios bandidos se mataram entre si? Houve briga de acerto de contas? Houve alguma morte decorrente desses crimes de que o senhor tomou conhecimento?

O SR. – Junto comigo não, mas já aconteceu com vários amigos meus. Mas junto com o pessoal com quem andei, no tempo em que andamos juntos, nunca houve esse desacerto, graças a Deus. Já houve troca de tiros com a Polícia, várias vezes, eu mesmo já troquei tiros com vários policiais, mas, por sorte, graças a Deus, nunca morreu ninguém.

O SR. – Já houve troca de tiros?

O SR. – Já, isso já houve, com policiais.

O SR. – O senhor participou da troca de tiros?

O SR. – Já participei da troca de tiros.

O SR. – Eram ruins dos dois lados, então?

O SR. – Às vezes, ...

O SR. – Ninguém acertou ninguém, menos mau, não é? E o senhor tem conhecimento de que morreram, em roubos de cargas, outros, mas não de participantes da sua equipe, da sua quadrilha?

O SR. – Exatamente. Já morreram outras pessoas.

O SR. – É curioso, veja bem, acho que a curiosidade é procedente. Quer dizer, é um roubo de carga, é uma coisa perigosa, atravessa o Brasil com a carga roubada, atravessa dois, três Estados ...

O SR. – Mas está com a nota, está tudo bonitinho, não tem perigo.

O SR. – É tudo combinado?

O SR. – Às vezes, tudo combinado com o motorista, às vezes, pega-se para o lado do destino, aquela nota já está no destino, você pára na fiscalização e carimba, não tem nada que identifique o seu nome com a nota. Você pára no posto fiscal, carimba a nota e está Ok. O motorista que era o dono, que estava levando a carga está atrás. Há um pessoal que está segurando a vítima até chegar no local. Às vezes o motorista está combinado também. Como nós vendemos a carga em Brasília e ela está vindo de São Paulo, às vezes já está combinado com o motorista e ele vai dirigindo até Brasília. Mas aí nós voltamos com ele e ele faz o BO em Uberlândia, como se a carga fosse roubada lá. Mas na verdade ela foi vendida lá em Brasília e entregue lá. Ela não foi nem roubada. Ela foi desviada. Ele faz o BO em Uberlândia, como se a carga fosse roubada aqui.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Eu quero anunciar a presença de um membro da CPI, o Deputado Federal por Minas Gerais, Cabo Júlio, que vai tomar assento à mesa.

O SR. – Deputado Pompeo, antigamente um motorista, um profissional do volante andava com a matrícula da empresa junto com a carteira de motorista. Isso era obrigatório. É possível que a CPI passe a estudar a obrigatoriedade disso novamente. Hoje não se exige mais isso. Até porque um desvio de carga não vai ser possível coibir Isso porque no desvio há a participação efetiva do motorista. Mas quando o caminhão é tomado e outro motorista assume o volante, ele passa no posto fiscal, recebe o carimbo sem nenhum problema. Quer dizer, não há mais a exigência dessa matrícula, como se fazia antigamente. Acho necessário que a CPI passe a estudar o retorno dessa matrícula, exigindo esse mecanismo de segurança. Acho que isso é importante. Pelo menos isso impede essa facilidade de se transitar com uma carga de maneira ilegal.

O SR. – Uma coisa curiosa, Sr. Relator, e que é importante constatar aqui é o porque de ter aumentado tanto o roubo de cargas no País. É porque hoje o assaltante de bancos deixou de assaltar. Quem assalta banco é vagabundo. Isso porque o banco já não tem mais dinheiro no cofre. O banco tem lá uma quan-

tia bem insignificante. Por exemplo, se você precisar de uma quantia a mais terá que pedir um dia antes.

O SR. – Está tudo programado nos bancos.

O SR. – Está tudo programado. Por isso o assaltante deixou de assaltar bancos porque o risco é grande e o resultado é pequeno. Eles deixaram também de seqüestrar O seqüestro era muito mais corriqueiro. O seqüestro leva dias para ter resultados. Deixaram de roubar carro-forte, porque hoje o carro-forte fazer uma viagem com bastante dinheiro, eles fazem várias viagens com pouco dinheiro e com mais segurança. Aí os assaltantes passaram a fazer o quê? A roubar carga porque isso é como roubar doce de criança. Como o bandido não se aposenta, não muda de profissão, ele migrou... Vejam, roubaram quantas cargas e ninguém saiu ferido, ninguém saiu machucado, ninguém saiu baleado, ninguém morreu, ninguém foi preso, ficou tudo por isso mesmo. Assim, eles estão enriquecendo, às custas das empresas que trabalham na área de transporte.

O SR. – Há vários compradores também.

O SR. – Tudo isso porque há uma cadeia de receptação de cargas no Brasil: é o Carrefour comprando cargas roubadas, são grandes empresas, grandes magazines, grandes lojas, grandes redes, grandes depósitos, grandes indústrias no meu Estado – a indústria do couro está comprando carga roubada. O Sr. Relator esteve lá no Rio Grande do Sul e viu como roubaram 17 toneladas de couro numa carga só! Roubaram R$1 milhão em couro! Quem comprou? Descobrimos, com o trabalho da Polícia Federal, da Polícia Civil, da CPI, uma grande indústria de couro exportadora de calçados comprou o couro roubado. Quer dizer, isso está acontecendo porque está envolvida a polícia, os bandidos estão mancomunados, o motorista está junto e grandes empresas estão comprando cargas roubadas. Já é hora de se dar um basta nisso. Tudo isso ocorre por conta de um fator, Sr. Relator: a impunidade. Até agora ninguém fazia nada a respeito. Corria um mês por trinta dias, um ano por trezentos e sessenta e cinco dias e as coisas iam acontecendo, e ficava tudo por isso mesmo. Só que agora está na hora de fazer uma espécie de encontro de conta com os bandidos que estão roubando e os maus empresários, bandidos também, que estão receptando carga roubada.

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já vendi bastante couro naquela área de Franca.

O SR. – Para quem?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Para o Cláudio, o Paulinho e o César.

O SR. – A propósito, deixa eu fazer outra pergunta. Quando você negociava com os policiais para ficar limpo, para sair, sempre a negociação era feita direta ou às vezes usavam algum intermediário, como por exemplo advogados, que faziam a negociação com os policiais?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Quando cheguei na delegacia já havia feito o acerto, porque eu estava apanhando demais no mato e já tínhamos negociado.

O SR. – Você está contando de um episódio?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Das outras vezes também. Eles chegam, pegam a gente na rua e levam para o mato e dizem que é tanto. Se você não der nós vamos te meter o cacete. Quando o advogado chega a gente já fez o acerto. Não culpo diretamente o meu advogado, porque ele nunca participou dos meus acertos. Isso eu falo. Já sei de vários acertos dele, mas o meu fui eu quem fez.

O SR. – O seu advogado era o José Roberto Martins?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Já teve o José Roberto... Já tive vários advogados aqui, em Uberlândia.

O SR. – Marcelo Caetano?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Nunca foi advogado meu. Já foi advogado de vários colegas meus.

O SR. – O José Roberto chegou a negociar em alguma situação a sua liberdade com policiais?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Quando eu fui já havia negociado. Tenho que falar o que é certo, porque não posso estar mentindo.

O SR. – Você negociou?

O SR. CLEVERSON PEREIRA DA CRUZ – Eu negociei na hora. Negociei no meio do mato, junto com os policiais.

O SR. – Sr. Presidente, se os membros concordarem, acho que o Cléverson pode ficar aguardando para uma provável acareação com os outros depoentes e poderemos ouvir o Coronel Lobato, já que está prevista a sua oitiva.

O SR. PRESIDENTE ( ) – O Cléverson está liberado. Pode ser conduzido lá para fora. Eu pediria à secretaria que...

O SR. – Gostaria de requisitar também, Sr. Presidente, que seja escoltado o Cléverson com a Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE () – Queremos convidar para prestar depoimento o Coronel Lobato. Coronel

Lobato, o senhor está sendo convidado apenas para prestar uma colaboração, além de já estar nos prestando com a sua ajuda, colocando a PM à disposição da CPI, o senhor e os seus oficiais têm nos dado todo apoio e esperamos mais uma colaboração sua nessa questão de tentar apurar aqui, em Uberlândia, as causas que levam essas quadrilhas de roubo de carga, conforme depoimento do Cléverson e outras coisas mais. Então, o objetivo é que V. Sª também possa dar mais uma colaboração em relação à questão da CPI. Vamos então passar para os Deputados para que possamos fazer as perguntas.

O SR. – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE () – Pela ordem o Sr. (?).

O SR. – Sr. Presidente, antes de iniciar, falar do Coronel Lobato, queria saudar a CPI, Presidente Geraldo Jabour. Estou na minha terra, Minas Gerais, mais uma vez contribuindo em uma CPI. Quero saudar o Coronel Lobato e os companheiros. Sinto-me em casa duas vezes. Primeiro porque estou em Minas Gerais e segundo porque vamos ouvir uma pessoa da minha corporação. Deputado estou; policial sou. Então, queria iniciar a minha saudação aos nossos companheiros da reserva, reformados da polícia também, da ativa, que estão trabalhando, e me justificar. Cheguei ontem porque tinha um compromisso inadiável e mesmo assim fiz questão de vir contribuir com a CPI, afirmando e enviando uma correspondência ao Senador Tuma, dizendo que hoje eu estaria aqui.

Coloco-me à disposição. Fica a minha saudação e agradecimento ao Presidente da Câmara e à Polícia Militar por meio de seu comandante.

O SR. – Coronel, na verdade, ontem procuramos ouvir três delegados aqui. Absolutamente sem nenhuma crítica pesada. As informações foram muito incipientes, vieram despreparados, sem documentação, sem nada. Nos foi proposto a oitiva do senhor, em função de toda a coordenação que faz à PM, de todo o trabalho desenvolvido aqui.

Gostaria de deixar livre às suas considerações no que puder ajudar a nossa Comissão, no que puder contribuir para que continuemos o nosso trabalho, muito especialmente aqui na Região.

O SR. FLÁVIO LUIZ DE LOBATO – Muito bem, Senadores, Deputados, eu gostaria, primeiramente, de agradecer ao Senador Geraldo Cândido e ao Deputado Júlio pelas palavras elogiosas à Polícia Militar de Minas Gerais.

Gostaria também de dizer que julgo de extrema importância a realização desta CPI aqui em Uberlândia, tendo em vista que um dos grandes problemas de segurança pública em nossa região é justamente o roubo de carga.

Quanto à participação da Polícia Militar nesse trabalho, na área de segurança pública, diretamente ao roubo de carga, gostaria de esclarecer que normalmente ela trabalha a partir do momento em que é acionada. Então, a partir do momento em que ela é acionada que houve um roubo, seja de carga ou qualquer, que houve um crime especificamente, ela é acionada, toma as providências de praxe, vai ao local, faz o cerco necessário, dependendo da situação. Fazendo a prisão, a apreensão do material, a prisão dos meliantes todos o matéria e as pessoas presas são entregues à delegacia especializada, que temos aqui em Uberlândia de roubo de carga.

O nosso trabalho é mais preventivo, mas o que eu gostaria de esclarecer é o seguinte: fui cientificado da solicitação para que comparecesse aqui a meia hora, uma hora atrás, então realmente não foi possível que eu trouxesse mais dados sobre o que temos a informar pela Polícia Militar.

Já conversei com o Deputado Júlio e vou catalogar todos os dados que temos, no mínimo tempo possível, e remeterei aos senhores para avaliação.

Queria também comentar o seguinte: normalmente o roubo de carga é feito nas estradas. Na nossa região temos uma malha viária estadual, área de atuação da Polícia Militar, muito pequena, são 500 e poucos quilômetros. O que trabalhamos mais aqui na região, ela toda é pequena, é um local onde existem várias rodovias que cruzam a região, então é um grande entroncamento, é um grande anel viário a região de Uberlândia. Grande parte das rodovias que por aqui passam são da área Federal, são rodovias federais, portanto, a nossa atuação fica um pouco restrita e temos uma certa dificuldade, vou confessar aos senhores. Temos uma certa dificuldade tendo em vista que a própria legislação estabelece que a atuação nas rodovias federais é de responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal. Com isso, temos uma certa dificuldade que muitas vezes, quando precisamos atuar nas rodovias federais, precisamos antes de qualquer coisa fazer um contato com a Polícia Rodoviária para depois atuar, e isso muitas vezes atrapalha muito o nosso trabalho.

Outra coisa também que eu gostaria de dizer, eu não tenho essa informação, mas na nossa região temos um número muito pequeno de policiais rodoviários federais, e uma grande parte das rodovias ficam desguarnecidas. Para os senhores terem uma idéia, para quem não conhece bem a região aqui, temos quase 200 quilômetros que separam Uberlândia de

Araxá que não tem um posto da Polícia Rodoviária Federal e é uma rodovia, um trecho que realmente carece desse policiamento, tendo em vista que existe não só roubo de cargas, mas com roubo a ônibus, roubo a veículos. É a Rodovia 262. Inclusive já fizemos até gestão junto ao alto comando para, em contato com o comando da polícia, porque essa área era da Polícia Militar, depois foi retirada e passou para a Polícia Rodoviária Federal, mas na verdade eles não assumiram de fato, porque realmente ali não tem o policiamento. Vez por outra eles colocam umas patrulhas que eles têm, uns comandos táticos que vêm de Brasília, me parece, e fazem um patrulhamento, mas isso é muito esporadicamente. Não só naquele setor como em outros setores também aqui da região. E um outro que cito também é na rodovia, me falha aqui a memória sobre o nome da rodovia, mas de Ituiutaba a São Simão. Não existe nesse trecho, cerca de 120 quilômetros, nenhum posto da Polícia Rodovia. É rodovia federal. Inclusive já fizemos um documento solicitando que a Polícia Militar assuma esses dois trechos, justamente para combater o roubo, não só de cargas, mas de ônibus e roubo nas rodovias, que é um clamor da sociedade. Porque normalmente o cidadão comum não quer saber se é Polícia Rodoviária Federal, se é Polícia Federal, Militar ou Civil, ele quer é polícia. Então, como a Polícia Militar está mais próxima do cidadão, é mais comunitária porque tem um efetivo maior, está participando, sempre eles nos procuram, solicitam para que assumamos essas rodovias. E, infelizmente, devido a problemas burocráticos, não podemos assumir. Inclusive este ano mesmo fizemos uma documentação e enviamos ao Comando da Polícia Militar, que fez contato com a Polícia Rodoviária Federal, mas, infelizmente, não nos foi, eu não diria autorizado, porque aí é um trabalho de parceria, não foi aberta essa possibilidade de efetivarmos o policiamento nesses locais.

O SR. – O senhor tem conhecimento, Coronel, de em algum local do país acontecer isso, porque é uma questão jurisdicional aí, é rodovia federal, é Polícia Rodoviária Federal. Há essa cessão em algum..

O SR. FLÁVIO LUIZ DE LOBATO – Não, existem, tanto é que a 262, de Uberlândia a Araxá, era, porque cheguei aqui tem três anos...

O SR. – Coronel Lobato, Uberlândia e Araxá é 452, só para retificar.

O SR. FLÁVIO LUIZ DE LOBATO – É 452, exato. Era da Polícia Militar, era um convênio. Tem alguns trechos que têm esse convênio.

O SR. – E aí atua a Polícia Rodoviária Estadual?

O SR. FLÁVIO LUIZ DE LOBATO – Atua a Polícia Rodoviária Estadual.

O SR. – Que é sob o seu comando também.

O SR. FLÁVIO LUIZ DE LOBATO – Exatamente. E só para os senhores....

O SR. – Só para eu ter a compreensão, esse convênio foi feito entre a Polícia Federal e a Polícia Estadual ou entre o Governo do Estado e o Governo Federal?

O SR. FLÁVIO LUIZ DE LOBATO – Parece-me que é entre a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal.

O SR. – Porque lá no Rio Grande do Sul tem caso assim, mas daí a rodovia federal foi concedida para o Estado, e aí o Estado passou a administrar a rodovia, aliás, foi delegada para o Estado que concedeu para pedágio a rodovia. Aí sim, tudo bem, agora, não tenho como compreender a Polícia Militar Estadual com a Polícia Rodoviária Federal...

O SR. FLÁVIO LUIZ DE LOBATO – É um convênio entre as duas polícias. Existem alguns trechos que têm esse convênio.

Então, só para os senhores terem uma idéia, as rodovias estaduais que temos aqui na região, em todas elas temos um posto rodoviário. Terminamos o último, em 1999, de construir. Então, nós temos quatro postos que fazem um verdadeiro "cinturão" de segurança. Mas, infelizmente, nós ficamos com essa brecha que é justamente nas rodovias federais, que nós não temos condições de fazer esse patrulhamento e alguns trechos, inclusive, o efetivo da própria Polícia Rodoviária Federal é muito pequeno e não dá para fazer todo esse patrulhamento.

O SR. – Deixa eu lhe fazer um questionamento. Desculpe, mas a gente tem uma conversa franca aqui, não é uma coisa tão solene. É uma coisa mais aberta, até para nós sermos bem produtivos e o senhor está sendo bem claro no que está colocando. A Polícia Rodoviária Estadual, ela registra aí, nos últimos seis meses, vamos dizer, assim, alguma apreensão significante de carga roubada ou algum episódio que possa ser destacado, que teve visibilidade, que teve repercussão em função do volume, das pessoas envolvidas, enfim, uma atuação na Polícia que o senhor possa destacas que resultou na apreensão de carga roubada?

O SR. FLÁVIO LUIZ DE LOBATO – Não. Na verdade, o que nós verificamos é que o número de roubos de cargas nas rodovias estaduais é muito pequeno.

O SR. – Coronel Lobato, deixa eu melhorar a pergunta do meu amigo ali. O roubos de cargas aqui no Triângulo, na visão da Polícia Militar, é um crime com muita incidência? Estou melhorando a pergunta do meu nobre Deputado. O roubo de cargas aqui no Triângulo, o senhor é o CRP, (Uberaba, Uberlândia... Essa área) o crime roubo de cargas, que especificamente é o tema da nossa CPI, é um crime com muita incidência aqui no Triângulo?

O SR. FLÁVIO LUIZ DE LOBATO – A incidência, posso passar esses dados posteriormente porque, infelizmente, não tenho esses dados aqui.

O SR. – Deputado, Cabo Júlio, eu não quero desviar a minha pergunta. Não quero que minha pergunta mal interpretada. Eu não quero saber do Triângulo Mineiro. Quero saber da Polícia que o senhor responde? Porque, senão o senhor vai dizer: "Não, Aqui, aí tem a Polícia Civil, tem a Polícia Militar, tem a Polícia Rodoviária Estadual, a Polícia Rodoviária Federal". Não. Não quero saber disso. Quero saber, na sua Corporação especificamente, algum fato relevante que o senhor...? Porque o roubo de cargas, Coronel, o roubo de cargas tomou conta do País. Tomou conta do País.

O SR. – Deixa eu só completar...

O SR. – Não, só eu evoluir para eu não ser mal compreendido.

Nós últimos cinco anos, o Deputado Oscar Andrade tem esses números, a gente tem falado, aumentou aí em cinco, seis anos de 20, 25, 30 milhões para meio bilhão ou seiscentos milhões. Está sujeito a chegar este ano a um bilhão de prejuízo de cargas roubadas. Isso é "dinheiro a dar com pau". Aí entra o "Custo Brasil". É uma coisa fantástica. E essa região pelas denúncias do nosso – de que eu chamo – Sr. "X", que depõe encapuçado em função da segurança da vida dele, não pode mostrar o rosto, ele está envolvido em vários crimes, ele contou lá em Brasília. Lá em Brasília tem um Deputado Estadual denunciado, apontado como envolvido na receptação de cargas roubadas. E a maioria das cargas roubadas vendidas lá em Brasília, receptadas em Brasília, são roubadas aqui em Uberlândia. Aí ele citou, aqui, o caso das transportadoras, da Transportadora União, da Transportadora Martins, Transportadora Arcon, de vários nomes de pessoas envolvidas, onde é que moram, o que são, de onde vêm, onde estão. Quer dizer, aqui é um foco. E é exatamente na sua jurisdição, na sua área de atuação, na sua área de abrangência. Por isso, eu gostaria de saber do senhor especificamente: da sua Corporação, nós últimos seis meses, no último ano, uma apreensão significativa de carga roubada? Uma coisa, assim, que ganhasse repercussão, que tivesse eloqüência.

O SR. – Têm algumas, eu não posso citar aqui, agora, mas posso passar esse dado para o senhor. Têm algumas.

O SR. – O senhor não lembra de nenhuma?

O SR. – Não.

O SR. – Especificamente.

O SR. – Especificamente, assim, dados mais detalhados... Mas têm várias. Sempre ocorre isso.

O SR. – O senhor pode nos dar esses dados, essas documentações até quando?

O SR. – Posso passar para o senhor.

O SR. – Esta semana o senhor manda para à CPI?

O SR. – Passo.

O SR. – Está bem.

O SR. – Tranqüilamente.

O SR. – Porque o senhor está entendendo a nossa preocupação. Aonde a gente chega, quem tem que saber de roubo de cargas são as polícias.

O SR. – Exatamente.

O SR. – Quer dizer, aconteceu alguma coisa se comunica à Polícia Civil, à Polícia Militar. Como o senhor, a Polícia Civil, Militar aliás, por estar fardada, devidamente identificada tem mais visibilidade, consequentemente o cidadão tem mais facilidade de acessar, de reclamar, de reivindicar.

O SR. – Exatamente.

O SR. – Então, a gente quer esses dados para alimentar as informações que nos precisamos, para apertarmos o "torniquete" no combate. Porque, olha, hoje nós estamos achando, assim, que no geral – e não quero nem ser específico aqui – estamos perdendo a guerra para os bandidos. A Polícia está perdendo, a CPI, por assim dizer, estaria perdendo se nós não tivéssemos a ação conjunta da Polícia Militar, das Polícias Rodoviária Estadual, Rodoviária Federal e a Polícia Militar como um todo, a Polícia Civil – a Inteligência da Polícia Civil – a Polícia Militar que nos está nos apoiando e a CPI está se esforçando para juntar todos os esforços para agirmos em comum acordo porque, hoje, está assim: uma Polícia não se entende com a outra e que briga com a outra, não se entendem e os políticos viram as costas e o povo não está nem aí e as coisas estão acontecendo. Nós não queremos mais isto. Nós queremos que haja uma ação interativa das Polícias Civis, Militares, Estaduais, Federais – da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Fede-

ral e dos políticos. Foi por isto que foi formada esta CPI. Agora, se nós ficarmos, assim, simplesmente assistindo o trem passar, se nós ficarmos na beira da estrada, com a boca escancarada, cheia de dentes, esperando a morte chegar, a morte vem e nós ficamos aí...

O SR. – É lógico. Eu acho que cada corporação tem que fazer o seu dever de casa e a Polícia Militar procura fazer o seu dever de casa e eu posso passar esses dados para os senhores. Vou até ver se passo amanhã.

O SR. – O senhor já disse isto. O senhor deve ter estatística, deve ter números....

O SR. – Tenho sim.

O SR. – E isto será muito importante para a CPI mas deixe-me fazer um adendo a esta pergunta. Nós temos informações – por exemplo: metade dos roubos do País – 55% – é em São Paulo. A metade dos roubos em São Paulo é urbano e não é mais só em estradas e metade desse roubos já são nos depósitos. Quer dizer, o roubo e cargas está se sofisticando tanto que não está mais esperando o caminhão. Lá em São Paulo isto já está acontecendo, quer dizer, um quarto dos roubos de carga no Brasil estão sendo efetuados nos galpões. E, aqui, na região de Uberlândia, o senhor informações com relação a esse tipo de roubo de cargas – efetuado nos galpões, com a carga parada?

O SR. – Nós temos informações – existem também.

O SR. – Existe também. O senhor deve mandar isto junto...

O SR. – Eu vou passar tudo isto para os senhores.

O SR. – Está certo.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Algum dos senhores deseja fazer mais alguma pergunta ao Coronel Fábio Júnior.

O SR. – Sr. Presidente, eu tenho.

O SR. PRESIDENTE ( ) – V. Exª tem a palavra.

O SR. – Sr. Presidente, em primeiro lugar, permita-me fazer, aqui, uma defesa – cada corporação a sua. Infelizmente, essa bagunça existente é, também, culpa nossa porque nós temos que mudar a Constituição para que essas ações sejam ações únicas e a Polícia Militar faz o seu papel e o faz muito bem. Eu, então, vou entrar dentro da minha pergunta.

A ação de investigação não é uma ação da Polícia – é uma ação da Polícia Civil e não da Polícia Militar – mas quando o crime acontece – e, aí, a fala do Sr. Deputado Oscar Andrade que é o Relator – há um grande percentual muito grande de roubos de cargas nos depósitos, ou seja, nas cidades e quando isto acontece, quem é chamado é a Polícia Militar para o registro e ações a partir daí.

A minha pergunta é a seguinte: a Polícia Militar deve ter um controle dessa incidência de cargas nos depósitos ou de roubos de cargas em locais sobre a sua jurisdição – nas rodovias estaduais. Eu quero voltar para aquela minha pergunta: a incidência desse crime – roubo de cagas – na região do Triângulo é uma alta incidência? É a pergunta número 1.

Ponto 2: a partir dessas informações coletadas – a PM-2 daqui da região – ela começa a montar um quebra-cabeça onde os indivíduos têm sempre as mesmas características ou quando alguém diz que o receptador é fulano e sicrano. Que informações teria a Polícia Militar para nos dar ou que informações o senhor teria conhecimento a respeito dos receptadores daqui da região? Se for uma informação sigilosa, o senhor poderá passar depois ou, talvez, numa sessão reservada mas esses dados são importantes porque embora não seja o papel da Polícia, ela acaba coletando essas informações – esta é a pergunta nº 2.

A pergunta nº 3: quanto a Polícia Rodoviária Estadual, – embora seja um espaço muito pequeno – há algum – nos últimos doze meses – é refazendo uma pergunta – houve algum grande apreensão ou houve alguma quadrilha presa pela Polícia Militar onde se iniciou, aí, puxando um fio e, depois, repassado para a Polícia Civil, é a pergunta número três que eu tenho para o senhor.

O SR. – Quanto a essa pergunta do...

O SR. – A primeira é a incidência.

O SR. – A incidência... nós temos... os dados que eu tenho aqui, comparativamente com outro tipo de crime, a incidência não é tão alta. Porque o grande problema meu aqui, principalmente em Uberlândia, é o assalto à mão armada. Então, a grande preocupação nossa aqui é o assalto à mão armada.

O SR. – A pergunta número 2 é a respeito de roubos de cargas em depósitos.

O SR. – Nós temos ocorrências feitas, levantamentos feitos sobre ???

O SR. – Muitas ocorrências nesse sentido?

O SR. – Algumas. Não muitas, mas algumas.

O SR. – Nos últimos doze meses? Uma por mês, duas por mês? ?? média

O SR. – Esse dado eu posso passar...

O SR. – Sim.

Segundo, o senhor teria informação de qual é o material que as quadrilhas que agem na região preferem: cigarro, combustível... que tipo de mercadoria?

O SR. – Normalmente é mais cigarro, remédios, né? Varia muito. Eu não tenho, assim, de momento agora. Mas esses dados eu posso lhe passar todos.

O SR. – O que o senhor não souber o senhor passa depois.

O SR. – Terceiro ponto que eu queria perguntar: nos últimos doze meses houve alguma grande prisão em flagrante ou algumas, muitas, poucas prisões aconteceram em quadrilhas maiores, menores, que a gente pudesse fechar uma conexão.

O SR. – Algumas. Tem algumas. Eu posso passar para o senhor posteriormente.

O SR. – Para fecharmos, porque de repente aquela quadrilha que cometeu aquele delito menor é a mesma que cometeu o delito maior e vice-versa. Essas informações são importantes. Se o senhor puder, talvez, passar mais rápido, em vez de passar amanhã, passar hoje para nós, talvez, com essas informações...

O SR. – Não, eu vou mandar catalogar isso... porque igual eu disse anteriormente, eu não estava sabendo que eu viria aqui. Então, com isso, vim para cá direto. Então, essas informações eu não trouxe comigo porque se eu tivesse com antecedência sabido que eu seria ouvido aqui, eu já teria preparado essas informações.

O SR. – OK. A última pergunta que eu tenho: receptação. A Polícia Militar tem conhecimento de algum grande receptador aqui? Informação que talvez o senhor queira passar depois, porque, embora não seja nosso papel, nós conhecemos os receptadores da cidade, aqueles que compram a carga. Nós sabemos que no roubo de carga temos a quadrilha que rouba, aquela que é o receptador, aquela que envolve a seguradora, aquela quadrilha de que muitas vezes faz parte o próprio motorista, que sai com a carga, e liga, e entrega e não houve roubo. Mas a Polícia Militar tem essa informação dos grandes receptadores da região? Se tem, pode ser passada depois.

O SR. – Posteriormente passo.

O SR. – Sr. Presidente, encerro por enquanto.

O SR. – Sr. Presidente, até anunciei aqui a presença do nosso promotor Dr. Breno, promotor público, e temos uma informação aqui, eu também recebi algumas informações e algumas preocupações de pessoas amigas da Polícia Rodoviária Federal que ficaram um pouco chateadas dizendo que a Polícia Federal não tinha muita atuação... sentiram isso. E absolutamente não queremos briga de ninguém com ninguém. Ao contrário, queremos é a unidade e sei que o Coronel está se esforçando para construir essa unidade também no sentido de atuar junto Polícia Civil, Militar, Rodoviária Estadual, Rodoviária Federal, mas o Dr. Brener, que nos traz uma informação e que nos foi confirmado também, nos foi alimentado por algumas informações que tivemos junto à Polícia Rodoviária Federal no sentido de que a Polícia Rodoviária Federal teve uma atuação importante na região, nesses últimos dias, inclusive com uma ação dela junto à Justiça estadual decorreu da emissão de mandado de busca e apreensão e que foram presos diversos materiais roubados, inclusive, polipropileno, polietileno, com várias pessoas presas, com envolvimento no Leme, em São Paulo, pessoas presas aqui na região, exatamente em uma ação forte que a Polícia Rodoviária Federal desencadeou e que o Promotor nos dá o seu testemunho, inclusive com prisão de drogas, nove quilos de cocaína, com prisão de carga de remédios.

O SR. – Quem fez a apreensão?

O SR. – A Polícia Rodoviária Federal. E mais do que isso, essas pessoas, inclusive, estão presas, e ouvi o Relator, prontamente, atento buscando os novos dessas pessoas, para algumas delas, se possível, no decorrer, do ínterim, da presença da CPI, aqui, em Uberlândia, hoje e amanhã, podemos ouvir uma ou duas delas, inclusive, me parece que têm duas moças, duas jovens, que eram uma espécie de chamariz das estradas, que atacavam os caminhões e a quadrilha fazia o assalto, enfim, fazia o trabalho.

É importante essa informação, e que pudéssemos juntar todas as informações que o senhor, tem. Possivelmente, à tarde, que esteja alguém da Polícia Rodoviária Federal para nos passar informações também, para desencadearmos uma ação efetiva, forte, uma espécie de força tarefa, uma cruzada contra o roubo de carga, contra o tráfico de drogas que anda junto, uma coisa puxa a outra. Muitas vezes a carga alimenta a droga, a droga alimenta a carga, uma busca a coragem para fazer a outra, porque a droga sempre está no meio desses crimes, com toda a certeza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Queremos agradecer a participação e o apoio do Coronel.

O SR. – Senador, por favor, é rápido. Esse comentário que fiz quanto à Polícia Rodoviária Federal, o que eu queria, talvez pode ser que não ficou bem esclarecido, é que o efetivo da Polícia Rodoviária Federal, pelo menos na nossa região, é muito pequeno.

O entrosamento que existe entre a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal aqui é muito grande em Uberlândia. Nós somos parceiros, nós trabalhamos em conjunto, mas o que eu quis dizer é que, realmente, o efetivo é pequeno e nós pretendemos fazer, para que haja uma cobertura total da região, é necessário que se ocupe também essas rodovias. Porque se nós ocuparmos determinadas rodovias e deixarmos outras vai ser uma linha de fuga para o bandido. Essa é, justamente, a minha colocação. Não fiz nenhum comentário sobre o trabalho da Polícia Rodoviária.

O SR. – De jeito nenhum e ninguém entendeu dessa forma, mas você colocou mais claramente ainda, está claro.

Quero, então, Presidente requerer que seja noticiado ao juiz responsável que possa ser trazido, então, esses bandidos, que estão presos aqui, em Uberlândia, ainda hoje à tarde ou amanhã durante a nossa estada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – E aguardamos que o Coronel nos envie os documentos, o senhor tem o relatório sobre a questão do roubo de carga para a CPI. Muito obrigado.

O SR. – Presidente, antes de o Coronel sair, a título de informação, recebemos da Transportadora Martins o relatório de cargas roubadas no ano de 2000 e no ano de 2001. Para se ter uma idéia: no ano de 2000, ela nos passou, claro, não só no Estado de Minas Gerais, mas em todo o Brasil, tem mais de 110 cargas roubadas e muitas delas em Minas Gerais, inclusive aqui na região, no ano de 2000. No ano de 2001 já tem 60 cargas roubadas. Só de uma transportadora, a Martins e, no Brasil, temos dezenas, centenas de transportadoras. Então, por isso que dá para ter a média. Eles tem aqui a data do sinistro, o dia que foi roubado, a hora, o local onde foi roubado, a BR, a cidade e o Estado. Tem aqui as placas dos caminhões, de onde vinham, para onde iam, o tipo de mercadoria, o valor do prejuízo e se foi recuperada ou não. E a maioria não foi recuperada. Por esses dados dá para se ter a idéia. Se, em um ano, uma empresa tem mais de cem veículos roubados, mais de cem assaltos ocorrem contra ela, como pode essa empresa sobreviver?

O SR. – Esqueci-me de dizer apenas um dado. Nas rodovias estaduais do nosso Estado, de janeiro até hoje, ocorreram dezoito roubos de cargas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quantos caminhões foram recuperados?

O SR. – Posso passar esse dado posteriormente. Apenas me passaram essa informação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aguardaremos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Vamos ouvir também o depoimento do Dr. Breno Linhares, que é promotor de justiça e nos trouxe algumas informações importantes.

Dr. Breno, se V. Sª puder nos ajudar, sente-se, por gentileza.

V. Sª já nos trouxe algumas informações, por escrito, sobre algumas pessoas que foram presas na época pela Polícia Rodoviária Federal. Gostaríamos de ouvir de V. Sª mais algumas informações sobre as quadrilhas que agem nesta região. Se isso for possível, V. Sª estará contribuindo para que a CPI tenha mais condições de avançar no processo de investigação e chegar a esses criminosos.

O SR. BRENO LINHARES – Primeiramente, vou reportar a pergunta do Deputado Cabo Júlio, que foi indagado se, aqui na região, existia uma incidência muito grande de roubo.

Era promotor em Ituitaba e vim para Uberlândia em 1994. Quando aqui cheguei, toda semana aconteciam inúmeros roubos de carga. Toda semana, duas ou três carretas da Souza Cruz, carga de cigarro, eram roubadas. A Souza Cruz fez uma campanha muito grande, colocou pessoas para investigar, advogados para trabalhar no caso dando assistência ao Ministério Público – de acordo com o instituto previsto no Código do Processo Penal, como assistente da acusação – e acabou por controlar o roubo de carga de cigarro, que, praticamente, desapareceu.

Em Uberlândia, estão os maiores atacadistas do País – Martins, Armazém Peixoto e outros -, os quais foram foco de roubos, a partir de 1996. O Grupo Martins, Armazém Peixoto e Arcon também, copiando o que a Souza Cruz havia feito, contrataram advogados para investigar, cumprir precatórios e encaminhar mandados de prisão de forma mais rápida e também acabaram por desaparecer os roubos de cargas desses atacadistas. Eles saíam com as carretas, não andavam 15 quilômetros nas rodovias, e eram pegos.

Agentes da Polícia Rodoviária Federal procurou-nos no Fórum de Uberlândia há três meses e nos relataram que havia uma grande incidência de roubo de cargas de polietileno e remédios. Por coincidência, foi

presa uma quadrilha, na mesma semana em que fomos noticiados, na rodovia que passa em frente o Posto da Matinha. Por isso desencadear interesse na Polícia Rodoviária Federal de investigar o que poderia estar acontecendo na região de Uberlândia, seus representantes solicitaram, no Fórum da 5ª Promotoria e da 2ª Vara Criminal, mandados de apreensão, para ver se eles descobririam algo mais que tivesse ligação com essa carga de polietileno, que era a terceira ou quarta carga roubada em Uberlândia em menos de dois ou três meses.

O que aconteceu? Por intermédio da 2ª Vara Criminal foram expedidos cerca de 11 mandados de busca e apreensão, espalhados no Brasil, porque a ramificação começava em Uberlândia. Apesar da jurisdição da 2ª Vara Criminal de Uberlândia não poder atuar em outra parte do País, considerando que o roubo estava acontecendo em Uberlândia, é possível essa expedição de mandado de busca e apreensão, bastando que o Juiz da cidade de Leme, de Petrolina, de Catalão, tenha ciência do cumprimento daqueles mandados.

Então, foram expedidos. Em Leme, foram presos 11 pessoas, dos quais um era delegado de Polícia e outro, detetive da Polícia.

O SR. – Estão presos?

O SR. BRENO LINHARES – Estão presos. Foi noticiado, inclusive, pelo jornal de São Paulo televisivo. Essa data é ...

O SR. – Mais ou menos de quando?

O SR. BRENO LINHARES – É do mês passado. Não tem mais do que 30 dias. Também foram detidas pessoas lá, inclusive com 9 quilos de cocaína. Foi o informado pela Polícia Rodoviária Federal, no término das investigações. Inclusive, aquele promotor de São Paulo que foi envolvido, ontem, em um incidente, que não tenho maiores detalhes.

O SR. – Que tentaram matá-lo, baleá-lo.

O SR. BRENO LINHARES – Exato. Ele nos telefonou, para saber a veracidade daquela história colocada oficialmente pela Polícia Rodoviária Federal. Foi dada toda a assistência a esta Polícia e, em conseqüência disso, desses oito mandados de prisão, desses onze mandados de busca e apreensão, foram presos esses nove quilos de cocaína, um delegado, um detetive e gerou a expedição de mais 22 mandados de prisão no Estado de São Paulo.

Notícia dada pela divisão do Ministério Público, relativo ao crime organizado, onde aquele promotor faz parte. Também tivemos notícia, pela Polícia Rodoviária Federal, de que, não posso dar certeza, porque posso estar fazendo alguma confusão com o nome da cidade, porque Petrolina é em Pernambuco. Não sei se em Petrolina, ou em uma cidade do Ceará, onde eles foram também cumprir mandados de prisão e conseguiram apreender droga.

Portanto, a Polícia Rodoviária Federal tem muita informação a ser prestada, relativa a roubo de carga nessa região, inclusive não só com roubo de carga, mas também com a receptação de carro roubado, porque, por coincidência, eles foram responsáveis pela apreensão de muitas pessoas que traziam carros do Estado de São Paulo para cá.

O SR. – Quer dizer, há também o envolvimento de roubo de carro.

O SR. BRENO LINHARES – Roubo de carro, roubo de carga.

O SR. – Narcotráfico, tudo.

O SR. – Dr. Breno, o senhor começou a fala a partir da minha pergunta. Então, já vou logo emendar. Entendi que essa incidência desses roubos diminuiu a partir de uma investigação privada?

O SR. BRENO LINHARES – Exatamente.

O SR. – Investigação privada de um grupo?

O SR. BRENO LINHARES – Estou talvez atribuindo essa investigação privada à cessação daquele estado de coisas. Se não puder fazer isso, porque é algo de que não posso dar certeza, foi uma coincidência muito grande, mas aconteceu isso. Inclusive, temos advogados que acompanharam isso, aqui em Uberlândia, para esses grupos. São pessoas que posso relatar e citar o nome para os senhores.

O SR. – Seria importante o senhor nos passar.

O SR. BRENO LINHARES – Sem dúvida nenhuma.

O SR. – É interessante, inclusive, um contato nosso. Como eles fizeram uma investigação privada, com mais tempo e recursos, talvez possam nos dar alguma informação mais consistente a respeito disso.

O SR. BRENO LINHARES – Deixe-me explicar um ponto para o senhores como esclarecimento. Em todo o lugar que se vai, culpam-se muito as instituições públicas pelo estado de insegurança pública que está estacionado no País. Temos de relatar um fato extraordinário que acontece em Uberlândia. Para fazer um comparativo – desculpe-me iniciar pelo Ministério Público, mas entendo que roupa suja se lava em casa –, quanto ao Ministério Público de São Paulo, sei

que a cidade de Jundiaí possui seis promotores criminais e lá há 200 mil habitantes. Uberlândia tem 2 promotores criminais e 500 mil habitantes. A Polícia Civil é completamente desestruturada aqui na cidade. É a menor do Estado. Posso afirmar também, por dados e conversas inoficiosas que tive com a Polícia Militar, que o quadro aqui em Uberlândia fica aquém das demais cidades do Estado.

Há outro problema também – vou dar exemplo de Juiz de Fora, que tem a mesma população de Uberlândia: temos uma cadeia pública para 240 presos, Juiz de Fora tem para 800. Sempre fomos jogados de lado e esquecidos pelo poder responsável administrativamente por melhorar a estrutura, incluindo-se Ministério Público e Poder Judiciário. O Procurador Geral de Justiça é responsável. O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais é responsável. Boa parte também do Comando do Estado Maior da Polícia Militar em Minas Gerais é responsável, assim como o encarregado da segurança pública em Minas Gerais. Uberlândia sempre ficou esquecida. Inicia-se aí a dificuldade.

Concomitantemente, as reportagens em todo o Brasil mostram Uberlândia como uma porcaria, onde há roubo, assassinatos e etc. E sai Uberlândia no cenário nacional. Esclarecemos que não temos prisão. Estão nas nossas prisões estupradores, latrocidas, homicidas e boa parte dos assaltantes. Não há ladrão e estelionatário porque não existe lugar para colocá-los. Quando acontece uma rebelião por excesso de pessoas, a imprensa veicula o Ministério Público ou a Magistratura dizendo o seguinte: "Vamos ter que soltar o ladrão de galinha porque temos de manter esse estuprador, que oferece perigo maior para a sociedade". E a região e o Brasil inteiro ouvem isso. Vem todo o mundo para cá para roubar porque sabe que aqui não há punição. Estamos de pés e mãos atados. Não estou fazendo drama nenhum.

Podemos continuar com as indagações, Deputado. Eu queria fazer essa introdução porque talvez quem esteja fora de Uberlândia não sabe que isso acontece aqui.

O SR. – Doutor, deixe-me fazer um questionamento ao senhor, não sem antes fazer uma afirmação. Não sou daqui e não conhecia Uberlândia. Sou do Rio Grande do Sul. Em Brasília, na CPI, na medida em que o Relator chamava os fatos para a Ordem do Dia da Comissão eram eles: Uberlândia, Uberlândia, Uberlândia, região de Uberlândia, Uberlândia, região de Uberlândia. Realmente, isso despertou nossa atenção. Há tantas outras cidades tão ou mais importantes, economicamente mais significativas, populacionalmente mais expressivas, mas estamos aqui não por acaso. Aliás, o senhor também está falando isso não por acaso. Algo não está certo. Uberlândia está fora da regra e da média. Dou razão às suas palavras que podem ser mais ou menos, mas é assim como V. Sª está dizendo. Não é por acaso que está acontecendo essa incidência elevada de crime, de roubo de cargas, especialmente o que estamos investigando – tanto que voltou a atenção dos olhos da CPI para cá por ser gritante, alarmante.

Nesse aspecto, concordo com V. Sª e acredito que a presença da CPI também possibilita essas afirmações que V. Sª está fazendo, demonstrando para a sociedade, para as autoridades e para os governantes – aqueles que têm responsabilidade – o que está ocorrendo, porque **(falha na gravação)**. Para mim, é o maior ladrão de carga hoje em atividade no País. Há muitas quadrilhas, mas esse, isoladamente, é um perito. Diria até que ele é o Bin Ladem das cargas roubadas, porque ninguém o pega e, quando o pega, solta. Curiosamente, ele foi apanhado.

Uma das razões, inclusive, da vinda da CPI a Uberlândia, entre tantos fatos evidenciados pela testemunha que V. Sª ouviu depor antes, está exatamente o Valdeniro Bueno, que roubou muito no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo – rouba defensivos agrícolas. Ele é o campeão do roubo de defensivos agrícolas no País. Por vários mandados contra ele, a Polícia conseguiu prendê-lo e o trouxe para cá. No entanto, curiosamente, recebemos agora uma carta da Drª Maria das Graças Rocha Santos, nossa Juíza de Direito, informando que o Sr. Valdeniro foi solicitado para depor em Patos de Minas a pedido do Dr. Vinícius de Ávila Leite, Juiz Criminal daquela Comarca, que havia recebido uma solicitação do Dr. Ailton Pereira, Delegado de Polícia, para depor num processo lá. No entanto, ele nem chegou à delegacia – mal chegou lá, curiosamente, um ladrão, um bandido, um assaltante dessa periculosidade simplesmente evadiu-se, sumiu, desapareceu.

Diz a Drª Juíza Maria das Graças Rocha Santos que, hoje, dia 12 de novembro, ela ainda não havia recebido a informação que o bandido havia escapado ou sido solto. Esse fato ocorreu no dia 22 de outubro. Faz 21 dias. Assim, começo a compreender também que, além de ocorrerem os fatos aqui, a impressão é de que as pessoas que analisam os acontecimentos dizem: "Lá é a casa da mãe Joana, está preso lá, tiro e solto aqui". E fica por isso mesmo. É uma pecha muito grande sobre Uberlândia e nós, da CPI, estamos "pagando mico". Viemos aqui para ouvir o maior bandido do roubo de carga. Entretanto, chegamos e não logra-

mos êxito, porque, em virtude do leva-e-traz e do "disse me disse", esse bandido acabou sendo solto.

V. Sª tem conhecimento da prisão dele e de fatos envolvendo a sua pessoa?

O SR. BRENO LINHARES – Tenho conhecimento desses fatos que V. Exª está relatando. Há ainda outros casos relativos a essa Comarca em que foi solicitado esse indivíduo. V. Exª citou Patos de Minas ou Patrocínio?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Patos de Minas.

O SR. – Perdão, então estou falando erradamente.

O SR. – São cidades vizinhas.

O SR. – Tenho notícias de Patrocínio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse cidadão roubou no Brasil inteiro.

O SR. BRENO LINHARES – Exatamente. Quanto a essa questão da solicitação feita para que ele seja transferido, salvo melhor juízo, há uma recomendação – não posso falar em nome do Poder Judiciário, perdoem-me, mas falarei sobre aquilo que tenho conhecimento. Deve ter sido uma solicitação feita pela Magistratura de Patos de Minas para que ele seja ouvido ou responda a um processo naquela cidade. Não é obrigatoriamente necessário. Não sei por que saiu a ordem.

O SR. – Deixe-me fazer um adendo para V. Sª analisar como é estranha a história. Ele está preso em Uberlândia.

O Dr. Airton – essa é a informação que nos chega – pede a prisão temporária dele, uma pessoa que já está presa. V. Sª, que trabalha nesse ramo, pode-me explicar esse fato. É possível isso? É legal? Ele já está preso e outro pede a sua prisão temporária e a transferência dele para lá. Não é muito estranho? E, no mesmo dia em que chega, antes de ir para a prisão – ele ainda estava na delegacia –, já se evadiu.

Há esse mecanismo de um cidadão que já está preso por mandado ter pedido de uma prisão temporária?

O SR. BRENO LINHARES – Jurídica e legalmente falando, é possível que isso ocorra, principalmente naqueles casos...

O SR. – São dois processos?

O SR. BRENO LINHARES – São dois processos distintos, havendo um risco muito grande. Estou falando para o lado do bem. Ele está preso em Uberlândia por causa do furto de um veículo e – vamos supor – há seis meses. Em Patos de Minas, ele responderá por um crime de assalto à mão armada, cuja pena é muito superior. Os seis meses vencem quase a totalidade da pena que ele teria que cumprir em regime fechado em Uberlândia. Então, o outro Juiz que toma conhecimento de que está naquela situação pode decretar a prisão para que garanta a não-saída dele. Não sei se foi isso que aconteceu na relação Patos de Minas. Estou só esclarecendo que, juridicamente, é possível.

Mas não é necessária a transferência de um preso de uma cidade para outra para que ele seja ouvido pelo Judiciário, porque poderia vir inclusive carta precatória tanto da polícia civil quanto do Judiciário para que ele fosse ouvido aqui em Uberlândia. Esse é outro fato que também é verdade.

O SR. – Era desnecessária, também no meu modo de ver, a transferência desse preso.

O SR. – Completamente desnecessária. Ele pode responder por um processo no Rio Grande do Sul estando preso em Uberlândia – sem dúvida nenhuma.

O SR. – Ocorria muito esse fato no Maranhão. Quando chegamos lá em razão da CPI, haviam sido transferidos cinco presos e cinco foram mortos na transferência.

O SR. – Morreram quatro.

O SR. – Sobrou apenas um. Nenhum policial levou tiro – nada aconteceu. Foi uma emboscada que matou quatro presos.

O SR. – Aliás, foi o que se descobriu na CPI do Narcotráfico. Se chegávamos num lugar onde havia um bandido muito perigoso, que sabia muito, em cuja pessoa a CPI já desenvolvia uma forte ação e que era arrancado preso, ou o matavam na noite anterior ou ele sumia. Foi o caso do Maranhão. Havia cinco presos, que foram transferidos para dar um depoimento a 400 Km de distância – na verdade, só se conseguiram transferir quatro, porque um ficou doente no último dia e não foi por acaso: o diabo faz a panela e não sabe fazer a tampa. Saíram os quatro e um caminhão cheio de jagunços os matou. Não se machucou nenhum policial da escolta – ninguém. Então, o bandido que sobrou e que tinha visto a fotografia dos cinco presos uma semana antes viu, no dia seguinte, a foto dos quatro mortos e contou tudo.

Vejam o caso específico: 19 de outubro de 2001. Ele disse à Juíza criminal – ofício do Bacharel Aílton Pereira, Delegado de Polícia da Cidade de Patos de Minas:

"Segue o presente para encaminhar a V. Exª em anexo cópia do mandado de prisão temporária, pelo prazo de cinco dias, expedido pelo Dr. Juiz criminal desta Comarca de Patos de Minas em desfavor de

Valdeniro Bueno, brasileiro (...), que se encontra recolhido na colônia penal desta cidade à disposição desse Juízo.

Solicito que, tão logo seja realizada a audiência em que o mesmo (*sic*) será ouvido por esse douto Juízo na data de hoje, seja autorizado o reencaminhamento do referido detento para esta Delegacia de Polícia, conforme também solicitação do MM. Juiz criminal desta Comarca, Dr. Vinícius de Ávila Leite – Ofício nº 2.273/01, de 4 de outubro passado, cópia anexa –, ocasião em que foi indeferido o pedido de reencaminhamento em face de o mesmo (*sic*) ainda não ter sido ouvido nessa Vara Criminal.

Outrossim, esclareço que o detento acima está sendo indiciado por roubo à mão armada, praticado contra a firma Agrocerrado Produtos Agrícolas e Assistência Técnica Ltda, nesta cidade, ocorrido em 31 de maio de 2000 – Processo nº (...) –, devendo ser o mesmo (*sic*) ouvido acerca dos fatos, além de outras diligências imprescindíveis.

O referido detento acima está envolvido no Processo nº (...), que tramita nessa 3ª Vara Criminal."

O comentário curioso que faço é que eles se esmeraram.

O SR. – A prisão temporária é de seis dias?

O SR. – Não. Existem vários pedidos de prisão contra ele no Brasil inteiro. Ele estava preso aqui por um mandado. Lá, fizeram outro mandado de prisão provisória. Não sei como é possível haver mandado de prisão provisória para quem está preso definitivamente.

O SR. – Deixe-me explicar a V. Sª.

O SR. – Vou apenas para concluir para depois ouvir sua palavra.

Não consigo entender – sou advogado criminalista – como é possível decretar a prisão provisória de quem está preso definitivamente. Não é preciso decretar a prisão provisória. Aproveita a prisão definitiva. Pois bem. Outro aspecto: um bandido dessa periculosidade que inclusive o próprio Delegado diz na carta que está sendo processado por ter feito roubo a mão armada praticado contra a firma Agro Cerrado e Produtos Agrícolas. E o Delegado pede para tirar esse bandido da cadeia, de uma prisão pública, para levar para a cadeia da delegacia, que todos sabemos que não é um presídio, que não tem lá muita segurança. Mas transferir daqui para lá. Por que o Delegado não veio para cá? Outra: a Juíza já tinha indeferido. Aí, o Juiz de lá tinha pedido. A Juíza tinha indeferido. Aí o Delegado, curiosamente, fez mais uma carta. E fez questão de pedir que o preso fosse para lá e que lá fosse preso depois de prestar depoimento na própria delegacia. Um cuidado. Mais um cuidado ainda dizendo: "Olha, o referido detento acima está envolvido, e mais processos que tramitam nesta Comarca". E dá o número do processo. E diz ainda: "devendo o mesmo ser ouvido acerca dos fatos, além de outras diligências". Ou seja, ele envolve no ofício uma série de sugestões tentando mostrar como era importante ter o preso lá. E quais são as diligências? Não diz quais as diligências. Ou seja, ele fala no ofício de tal maneira como que dizendo: "Olha, não tem como irmos lá em Uberlândia. Ele que tem que vir aqui". Está na cara que esse delegado armou. Vou dizer para ele na cara dele aqui. Estou indignado.

O SR. – Vou explicar um negócio para o senhor. Tanto dentro da Polícia Civil como dentro do Judiciário, esse cidadão não tem que ser deslocado para a cidade onde ele responde. O mesmo tempo que se gasta para vir buscá-lo, se é necessária alguma indagação a respeito de algum fato, a pessoa que virá aqui buscar poderá vir aqui pegar o depoimento dele dentro da colônia penal e voltar com o depoimento na mão. E dentro da justiça, caso o promotor faça muita insistência ou o advogado, o juiz poderá pegar as perguntas que o promotor quer e as perguntas que o advogado quer e encaminhar junto à carta precatória para que o juiz daquela comarca faça as indagações que são de interesse daquele processo. Porque nem sempre talvez um juiz e outro tenha a mesma convergência de pensamento para a solução de cada problema que aparece. Então, pode encaminhar inclusive com as perguntas que você quer que faça. Então, é desnecessário o encaminhamento de preso de uma cidade para outra. Completamente desnecessário.

O SR. – É. Nós na CPI já encontramos juiz de São Paulo trocando preso com juiz de Goiás. Juiz do Mato Grosso trocando preso com juiz de Goiás. Aí, estava o preso lá em Mato Grosso ou São Paulo com novecentos quilos de maconha, três toneladas de maconha, novecentos quilos de maconha, duzentos quilos de cocaína, cem quilos de cocaína. Bandido de alta periculosidade. Aí inventavam um contrato de terra, inventavam que tinha parente em Goiás, traziam para Goiás. O juiz de Goiás entendia que havia progressão em crime hediondo, que havia progressão só ele entendia, aliás. E aí, chegava ali, não ficava nem um dia na cadeia. Ganhava liberdade provisória. E quando não podia ganhar liberdade provisória porque não tinha cumprido nem um mês de cadeia, ele ia para a cadeia, assinava que entrou na cadeia, mas não entrava na cadeia. E depois, andava no mundo fazendo crime. Quando chegava no tempo, voltava a

pedir a liberdade provisória. Ah, eu estou cansado disso.

O SR. – Aqui chegamos a assistir, e tenho certeza que esse indivíduo deve estar na rua, e não tem nada a ver com o roubo de carga, um assassino de uma menina da Escola de Veterinária aqui em Uberlândia que ele deu, parece, 170 marteladas na cabeça dela e ficou ouvindo a Quinta Sinfonia de Bethoven, isso às duas horas da manhã. Foi um horror. Foi condenado a 24 anos de prisão. Fizeram inúmeros pedidos de transferência dele para a cidade onde reside a família, que é no Acre. O que aconteceu? A Juíza então, Drª Sandra, negava todo e qualquer pedido. Só que aí recorreram ao Tribunal de Justiça de Minas e, salvo engano, o Tribunal de Justiça de Minas ou o Superior Tribunal de Justiça autorizou a transferência desse indivíduo para uma colônia do Acre. Não sei se chegou lá e não tivemos mais notícia. Mas o interesse da sociedade onde o indivíduo pratica o crime, é que assistamos à prisão dele e à execução da pena, para vermos para onde está indo essas pessoas que causam transtornos na nossa sociedade.

Agora, aqui em Uberlândia, não posso falar que seria exemplo do Brasil, porque inclusive trabalho com um juiz, vamos dizer assim, mão pesada, um juiz que quer o cumprimento da lei, que diariamente vai para o fórum às oito da manhã e sai de lá às oito da noite, sentenciando e dando penas altas, porque é isso que o Brasil está precisando. Então, não posso relatar isso sem fazer referência a ele, porque ele é exceção ao que acontece no Brasil inteiro. A verdade é uma só: juiz nenhum quer ficar com preso na comarca. Então, se o preso é de Vitória da Conquista, na Bahia, e ele está aqui em Uberlândia, o interessante é dispensá-lo para Vitória da Conquista, porque abre-se uma vaga para um preso de Uberlândia. Isso é regra no Brasil. Existem várias exceções e uma delas é o juiz com quem trabalho.

O SR. – Dr. Breno, vamos mudar um pouco o assunto.

O senhor sabe que o roubo de carga é um crime cheio de nuanças e de dificuldades, até porque envolve sempre dois, três, quatro Estados, e aí vem a questão jurisdicional, que realmente atrapalha. E um dos pontos que a CPI elegeu como importante é o estudo para tentarmos federalizar o crime de roubo de carga, não deixando apenas a cargo da Polícia Federal. Vamos tentar essa manobra política – e vamos ter que ouvir muito jurista para conseguirmos isso, o que é idéia e projeto do Deputado Pompeo –, sem ausentar as Polícias Civis e Militares dos Estados, mas quebrando essa questão jurisdicional.

O SR. – Como é a droga hoje.

O SR. – Há uma prática aqui do seu conhecimento de roubo feito perto da divisa, para exatamente o BO ser registrado em outro Estado, dificultando essa apuração dos fatos?

O SR. BRENO LINHARES – Tem. Há quatro anos, temos um processo em tramitação no fórum, o que dificulta também o número de pessoas envolvidas. Mais de vinte pessoas envolvidas em roubos de carro, e, para centralização da quadrilha, optaram por transferi-la de Uberlândia para Itumbiara, Goiás. E lá ficava a chefia dessa quadrilha de roubo de carros. Então, vejo, nesta atitude, que em determinadas regiões do País a fiscalização é menor, e isso facilita ao bandido, faz com que ele transfira para esses locais a administração das quadrilhas.

Isso aconteceu, tem o processo em tramitação no fórum, cerca de vinte pessoas roubando carro, tirando de Uberlândia e levando para Goiás.

Eu queria dar um palpite sobre o que o senhor me disse relativo à federalização do roubo de carga. Eu queria que fosse opinião minha e estudada por vocês do Legislativo, a mesma situação que ocorre com o tráfico internacional de entorpecente: onde não houver sede da Polícia Federal, a Polícia Civil e a Justiça Estadual, que é a comum, são competentes para prosseguirem em investigações e julgarem o caso, para que não fique aquele jogo entre uma instituição e outra.

O SR. – E o aguardo.

O SR. – Aguardando a chegada, a vinda, o despacho de juiz que mora em outra comarca. Por exemplo: a Justiça Federal aqui da nossa região é só em Uberlândia, não existe, por exemplo, em Santa Vitória, aqui em Minas, em Ituiutaba, o que dificultaria.

O SR. – Eu gostaria, Dr. Breno, que o senhor pudesse nos mandar isso por escrito, para a CPI.

O SR. BRENO LINHARES – Sem dúvida nenhuma.

O SR. – E outras idéias que possivelmente o senhor possa mandar, para buscar o melhor termo de assegurar às polícias o bom desempenho no combate a esse crime.

O SR. – Exatamente. O senhor pode verificar, pelo que estou dizendo, que no tráfico de entorpecentes – estou dizendo fora essas situações excepcionais que não têm controle das instituições e do Poder Judiciário –, seja pequeno ou grande, qualquer situação em que ele brota há a fiscalização tanto das polícias rodoviárias estadual e federal, e das polícias militar, civil e federal.

O SR. – Exatamente.

O SR. – Aqui mesmo vejo os delegados federais agindo em conjunto sem que haja nenhum convênio entre as polícias civil e federal.

O SR. – É natural.

O SR. – Naturalmente, eles cooperando entre si e produzindo resultados. A Polícia Federal tem feito grandes e pequenas apreensões que não seriam nem de competência dela, mas para colaborar e cooperar. A polícia militar em Uberlândia também. O tráfico de drogas, excluindo essas excepcionalidade que existem em qualquer lugar, aqui em Uberlândia vejo que as corporações envolvidas na segurança pública estão direcionadas a trabalhar independentemente de acordo no sentido do combate.

O SR. – Júnior, alguma pergunta?

O SR. JÚNIOR – Tenho, várias.

A primeira pergunta que quero fazer ao senhor, na sua avaliação, quem é o maior lesado, seguradoras, os próprias carreteiros, as empresas? Quem é o maior lesado?

Se o senhor quiser responder a essa primeira perguntar depois faço outras.

O SR. – Existem algumas cargas, não posso afirmar categoricamente, ouço falar de pessoas que estão ligadas ao empresariado e advogados das empresas, existem cargas que não são mais seguradas pelas seguradoras, como existem alguns veículos que tem um seguro que custa muito mais, já custa um absurdo para desestimular as pessoas a fazerem esse seguro.

O que acho é que quando a seguradora acaba por compensar aquele que encontra a carga ela está estimulando o combate ao roubo de cargas, sem dúvida. Não consegui compreender porque existem as mudanças, uma hora roubo de cigarro, outra roubo de remédio e outra hora roubo de polietileno. Não sei se há ligação com as negativas das seguradoras em assegurar aquele tipo de carga. Não sei. Agora entendo que os maiores prejudicados não são as seguradoras, porque elas recuperam.

O SR. JÚNIOR – Sim, agora não entendi, a carga que tem a maior incidência de roubo é a segurada ou o material que não é assegurado?

O SR. – É o material que não é assegurado.

O SR. JÚNIOR – O não assegurado. Então quem é o maior prejudicado? É a empresa?

O SR. – No principio sim, depois eles vão e consertam. Aí estão a iniciativa privada e a investigação privada no meio. Poderei, logo que sair daqui, divulgar o nome, só não queria divulgar aqui porque, salvo engano, estou ao vivo, não estou? Não queria passar o nome da pessoa mas passarei e sei que ele terá o maior prazer em vir aqui e esclarecer.

O SR. JÚNIOR – Deixe-me fazer uma outra pergunta. Estou com aqui espelho de uma ocorrência do dia 16 de outubro, uma quadrilha foi presa, uma apreensão que aconteceu num sítio, está aqui o endereço, sítio três marcos, zona rural, Uberlândia, saída para Araxá. Quatro pessoas foram presas em flagrante, foi apreendido um caminhão e a sua carga, um gabarito de letras, lata de tinta, ferramentas, telefone celular, carga aproximada de 15 toneladas de ração para cães, um caminhão Mercedes-Benz e um Gol também. Esses quatro elementos foram presos em flagrante. Conversei agora há pouco com o delegado e pedi que puxasse o prontuário dos quatro. Ele me informou que dos quatro, um deles assumiu a autoria deste roubo e os outros três foram liberados. Inclusive, o delegado está enviando à CPI a cópia desses autos, para que possamos acompanhar.

O senhor tem conhecimento dessa ocorrência, lembra mas ou menos.

O SR. – Ouvi comentários no fórum de que teria ocorrido, mas não chegou às minhas mãos, não veio para vara em que trabalho.

O SR. – Embora tenha sido apreendido muito material, tenho a informação, do próprio delegado, de que essa carga era avaliada em R$8 mil a R$9 mil e de que o interesse maior da quadrilha presa nessa data era remarcar o chassi do caminhão. Podemos dizer que, dentro essas quadrilhas, há uma ramificação da quadrilha, ou seja, a quadrilha se desmembra naquele que vende a mercadoria e há uma subquadrilha que remarca esse caminhão. É assim que funciona?

O SR. – Citei como exemplo a quadrilha que tinha ramificação em Leme, no Estado de São Paulo. Essa não, era especializada em carga de polietileno e não tinha interesse em nada, ela tirava a carga e deixava o caminhão.

O SR. – Abandonava o caminhão.

O SR. – Tive conhecimento aqui em Uberlândia de que, em certas quadrilhas, aquele menor na hierarquia dentro da quadrilha, aproveita para entregar o caminhão para outra quadrilha especializada para ganhar mais. Nem sempre há contato entre uma quadrilha e outra. Às vezes, um ou outro elemento da quadrilha se desvincula um pouco da quadrilha e vende. Há isso também naquelas investigações em que a Polícia Rodoviária Federal daqui de Uberlândia.

O SR. – Há outra pergunta que quero fazer a V. Sª. Poderíamos dizer que existe uma máfia grande

envolvida em toda essa costura e quero explicar como. A máfia composta por aqueles que roubam, aqueles que negociam, aqueles que são os receptadores, composta ainda de donos de empresas para dar golpe em seguradoras. Podemos dizer que há um grande organograma nessa máfia, e que, puxada uma dessas partes, desmontaremos o sistema.

O SR. – Sem dúvida nenhuma, o maior combate que ocorreria no roubo de carga, seria a fiscalização estadual dirigida às empresas nas cidades, para fazer uma limpeza geral. Darei um exemplo: existe um ex-presidiário, que sempre aparece no fórum, tenta esclarecer alguma coisa e sai. Não tenho o nome dele nem o endereço, mas ele sempre conta alguma coisa e sai. Ele não tem mandado de prisão, foi uma pessoa que cumpriu pena na cadeia pública de Uberlândia e hoje mexe com telefone celular. Ele disse que há empresas dentro de Uberlândia que estão bancando o assalto ao telefone celular. Os assaltantes já sabem que aquilo tem destino certo: o comércio de Uberlândia. Há comerciante em Uberlândia bancando o assalto ao celular em Uberlândia, como quanto ao roubo de carga.

O SR. – Mas o senhor fala do assalto à carga de celular ou de particular.

O SR. – Falo do assalto que ocorre nas esquinas de Uberlândia. Como neste caso, não tenho um depoimento, uma certeza de que o mesmo ocorre quanto ao roubo de cargas, mas informações inoficiosas já recebi de que as cargas são vendidas para as próprias empresas que estão no comércio revendendo para nós. Então as próprias empresa, por falta de fiscalização, estão bancando o roubo de cargas no Brasil.

O SR. – Não temos dúvida disso até porque vemos absurdos fenomenais em grandes supermercados com preços muito abaixo do preço de custo.

O SR. – Desproporcionalidade e preço baixo. Custa menos do que a indústria.

O SR. – Dr. Breno, em Uberlândia, existem empresas especializadas em cargas sinistradas? O senhor tem conhecimento?

O SR. – Não, não tenho conhecimento.

O SR. – Empresas que compram cargas sinistradas de seguros e que isso possa ser uma faixada?

O SR. – Olha, eu desconfio muito só que ainda não pedi uma fiscalização maior – vou voltar a me reportar – porque agora são três em Uberlândia, porque eram dois com essa tamanho da cidade. De vez em quando, tem anúncios de brinquedos num carro, sendo vendidos pela metade do preço, porque está próximo de perder, ou não tem isso, não tem aquilo. Eles anunciam nas rádios de Uberlândia. Nesses dias, eu estava ouvindo um anúncio de uma carga de chocolate sendo vendida por 10% do preço. Tenho quase que absoluta certeza de que não houve fiscalização nela, e ela não teria como provar a licitude de estar ali no meio da rua vendendo chocolate.

O SR. – É uma empresa?

O SR. BRENO LINHARES – Não, é um caminhão. Eles chegam e anunciam na televisão algo mais ou menos assim: "Devido à impossibilidade do transporte de mercadoria assim, assim, de bombons para o retorno a sua fábrica, vamos vender parado...."

O SR. – E anuncia o local.

O SR. BRENO LINHARES – Anuncia o local. Isso é o maior golpe que tem, a maior pouca vergonha que tem. Só que é o que estou dizendo para V. Exªs, bombom é uma carga barata, a princípio, comparada a essas outras que estão sendo roubadas, como, por exemplo, remédio. Agora, acredito que se houvesse uma fiscalização maior dessas empresas de telefonia bem como as que vendem o celular em Uberlândia, porque há pessoas sendo beneficiadas com assalto a celular aqui em Uberlândia, como o da carga tem. O roubo de cargas ocorre numa maior proporção e é mais escondido do que essa de celular.

O SR. – Está certo. Sr. Presidente...

O SR. BRENO LINHARES – E com um grave problema:? Para se registrar um celular, pega-se uma nota fiscal, que não tenho a menor dúvida que qualquer pessoa que trabalhe no comércio – hoje em dia com a tecnologia, o tipo de papel usado, computação e tudo isso – não tem mais nenhuma gráfica trabalhando com um papel tão vagabundo como aquele que apresenta naquelas supostas empresas que emitem a nota fiscal de venda de celular e que são mentirosas. Bastaria que a receita estadual entrasse dentro de uma empresa de telefonia de Uberlândia que verificaria na nota fiscal a falsidade, até pelo papel, quanto mais uma pessoa que está diuturnamente ligada ao comércio. E ele está.

Eu estou desviando um pouco a conversa, mas é bom que a inspeção estadual ouça o que estou dizendo para ver se fiscaliza alguma coisa em Uberlândia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Dr. Breno, vou apenas fazer alguns comentários. Quando Deputado Pompeo de Mattos fez o relatório em relação a alguns acontecimentos no Maranhão citou o episódio dos presos que foram transferidos na outra comarca e foram executados durante o trajeto. Quer dizer, parece

que são coisas combinadas, assim como a fuga do tal Valdemir Bueno. Parece que são coisas combinadas e o preso é transferido de uma comarca para outra e durante o trajeto ele foge ou é executado, essas coisas assim. São coisas muito graves que têm envolvimento da polícia e à vezes do Juiz local.

No Maranhão, um indivíduo que prestou depoimento dizendo que muitas vezes as cargas roubadas eram levadas para o norte do País, para Rondônia, Roraima e até para a Bolívia e havia um Juiz que assinava um documento como depositário fiel. Então, a pessoa levava tranqüilamente a carga e, quando era abordado pela Polícia, estava com um documento dado por um juiz.

Percebem a gravidade da situação? Por isso, há a nossa dificuldade, muitas vezes, em conseguir chegar aos verdadeiros criminosos, porque existe o envolvimento de muitas autoridades com as quadrilhas.

Portanto, considero sua contribuição muito importante. Agradecemos a sua presença, o seu depoimento e a indicação para que possamos convocar aquele inspetor da Polícia Rodoviária Federal que virá depor aqui, amanhã.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se o senhor puder permanecer, para nós é uma honra.

O SR. – Tenho mais uma coisa. As coisas vão chegando – têm muitos ouvidos. As informações vão chegando.

Deixe-me fazer uma pergunta para o senhor. Na cidade de Uberlândia, quem é o responsável por nota fiscal fria para esquentar mercadoria? O senhor tem conhecimento?

O SR. – Aqui tem um negócio. Eu não posso afirmar a pessoa, mas que aqui existe existe.

O SR. – Então, se o senhor puder nos passar essa desconfiança em *off*, eu gostaria. Existe, porque, para se deslocar essa carga que é roubada, ela precisa ser esquentada.

O SR. – Também passa por nota fiscal esquentada.

O SR. – Recebi algumas informações de companheiros da Polícia e queremos checar com as informações que o senhor tem, porque, se for o caso, solicitaremos ao relator e à Presidência que essas pessoas venham aqui. Vamos puxar essa linha. Penso que a CPI tem trabalho para ficar uns dois anos aqui.

Então, queremos checar as informações que recebemos com as suas informações e com as informações da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Polícia Civil, para fecharmos. A coisa é séria e essa linha precisa ser puxada, para se desvendar essa máfia.

Embora o senhor não possa afirmar ao vivo, passando-nos suas desconfianças, as informações que o senhor puder nos passar em *off* serão muito importantes para a CPI.

O SR. – Agradeço a presença dos senhores aqui. Entendo que será rico para a nossa cidade alguma solução que saíra daqui.

Deixo esclarecido, para que Uberlândia tome conhecimento, o seguinte: se se fizer uma devassa em empresa de telefonia, descobrem-se as fabricações de notas fiscais e, se se fizer uma devassa nas gráficas de Uberlândia – o que pode ser feito pela inspeção estadual -, encontrará o local onde são carimbados os roubos de cargas em Uberlândia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Vamos suspender a reunião e retornaremos às 14 horas.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – ... pelo depoente.

O nosso relator, Deputado Oscar Andrade, lerá um documento da Juíza Maria das Graças Rocha dos Santos, que nos solicitou que fosse lido o documento que ela enviou para a condução do preso daqui, de Uberlândia, para Patos de Minas.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Tem a palavra V. Exª, Deputado Carlos Dunga.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, eu gostaria de (inaudível) sobre a decisão da ida da nossa comissão às cidades de Recife e de Campina Grande. O requerimento já foi aprovado em outras reuniões já realizadas por esta comissão. Esperamos o cumprimento da decisão da nossa ida ao Nordeste, principalmente nas cidades de Recife e de Campina Grande, onde devemos apurar fatos denunciados naquela região.

Eu gostaria de passar às mãos de V. Exª requerimento de nossa autoria, em que propomos e pedimos e apelamos à comissão que sejam averiguados, no Estado de São Paulo, junto a Guarulhos, dois caminhões que foram roubados no Estado da Paraíba. Peço a esta comissão, por meio de V. Exª e do relator, todo o empenho nessas solicitações dos paraibanos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – V. Exª será atendido. Informo a V. Exª, Deputado Carlos Dunga, que a ida da CPI a Recife e Campina Grande dar-se-á na primeira semana de dezembro. Vamos definir a data. O segundo requerimento de V. Exª será atendido pela Presidência e pelo Relator.

O SR. – Passarei a ler o documento da Drª Maria das Graças Rocha dos Santos que, na realidade, já foi lido. Quero salientar que houve uma preocupação, por parte da Drª Maria das Graças, no sentido de que ficou um mal-entendido em função das colocações do Dr. Breno com relação à lisura do procedimento da referida juíza. No entanto, temos certeza de que S. Exª agiu dentro da lei, com toda a lisura.

Uberlândia, 12 de novembro de 2001.

Sr. Senador, tendo requisitado escolta para o preso Valdenir Bueno apresentar-se para depor na CPI do Roubo de Carga atendendo solicitação de V. Exª recebi notícias de que ainda não havia retornado da cidade de Patos de Minas para onde fora recambiado, em 22.10.2001, a pedido do Dr. Venício de Ávila Leite, Juiz Criminal daquela Comarca.

Em contato telefônico com o Delegado Dr. Airton Pereira, este comunicou-me que o preso, na mesma noite em que chegou a Patos de Minas, empreendeu fuga da delegacia, sendo certo que até a presente data nenhuma comunicação oficial foi feita a este juízo sobre a referida fuga.

Seguem em anexo cópias constantes dos autos referentes ao recambiamento do preso.

Ao ensejo, envio meus protestos de estima e consideração.

Drª Maria das Graças Rocha dos Santos.

Juíza de Direito

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – A leitura do documento de autoria da Juíza está sendo feito em atendimento à solicitação que S. Exª fez à CPI.

Vamos ouvir, inicialmente, o Dr. Paulo Pereira de Souza, Delegado de Ribeirão Preto. A seguir, ouviremos o Dr. Ailton Pereira, Delegado de Patos de Minas.

Em primeiro lugar, gostaria que conduzissem o Dr. Paulo Pereira de Souza.

O SR. – Sr. Presidente, enquanto o depoente não chega, gostaria de aproveitar esse espaço para colocar em nosso vídeo o Disque-Denúncia do Senado Federal. O número é (0800)612211. O Disque-Denúncia da Câmara Municipal de Uberlândia é 32391177. As pessoas podem ligar e fazer suas denúncias. Não é preciso identificar-se. É importante ressaltar que, ano passado durante a CPI do Narcotráfico, recebemos várias denúncias. Checamos cada uma. Muitas das denúncias que recebemos serviram para amplas investigações tanto por parte da Polícia Federal quanto por parte da CPI. Gostaria, apenas, de ressaltar o telefone 32391177.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Boa tarde, Dr. Paulo.

O SR. PAULO PEREIRA DE SOUZA – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – O senhor foi convidado pela CPI para nos prestar esclarecimentos. O senhor está com a palavra para falar o que souber e puder colaborar com a CPI para que possamos esclarecer alguns fatos e denúncias. O senhor foi convidado com essa finalidade e está com a palavra.

O SR. PAULO PEREIRA DE SOUZA – Sou delegado de polícia em Ribeirão Preto, da Delegacia de Investigações Gerais. Trabalho lá há aproximadamente 7 anos. Fui encarregado, inicialmente, pelo Setor de Furto de Automóveis. Posteriormente, fui encarregado pelo Setor de Desvio de Cargas.

Falarei especificamente sobre o que concerne a Valdenir Bueno. Em 1993, foi feito um grande roubo em uma cooperativa próxima a Ribeirão Preto, em Sertãozinho. Homens armados invadiram aquele estabelecimento e subtraíram grande quantidade de defensivo agrícola. Nós investigamos o caso naquele oportunidade e chegamos a um receptador da cidade de Paço Fundo que se chama Maxwell Gonçalves. Fomos até lá, representamos pela prisão temporária, aquele cidadão foi preso, recambiado para Ribeirão Preto, conseguimos apreender alguma quantidade do produto roubado, então, naquela oportunidade, ao ser interrogado, informou que o mandante daquele crime seria Valdenir Bueno. Tentamos a sua localização, inclusive foi ouvido no inquérito e esse inquérito remetido à Justiça. Esse foi o primeiro contato que tive com essa pessoa e tomei conhecimento que se tratava de um receptador, de um Chefe de quadrilha especializado em roubo de veneno, de defensivos agrícolas.

Passaram-se dois anos e novo roubo aconteceu; dessa vez, dentro de Ribeirão Preto, em uma outra cooperativa. Passamos a investigar esse roubo e chegamos a um outro autor, que reside na cidade de Goiânia, que se chama Romildo Rodrigues Martins. O Romildo Rodrigues Mrtins é amigo de Valdenir Bueno e integra a quadrilha de Valdenir Bueno. Foi reconhecido por várias pessoas como sendo um dos integrantes da quadrilha. Na oportunidade, a invasão naquela cooperativa se deu por homens armados, inclusive um deles fazendo uso de fardamento da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Chegamos em alguns receptadores. Quais são? Um deles é da cidade de Toledo, proprietário de uma empresa de venda de defensivo agrícola, chamado Osni Zimmerman. A empresa que ele é proprietário se chama Nutritol. Osni Zimmerman teria sido então o receptador do produto roubado em

Ribeirão Preto, juntamente com outro cidadão da cidade de Leme, que fica a uma distância de 150 Km de Ribeirão Preto, de nome Mário Alberto Marque. Representamos à Justiça local pela prisão temporária de ambos. Nos deslocamos até Toledo e demos cumprimento ao mandado de prisão de Osni, bem como até a cidade de Leme, dando cumprimento também ao mandado de prisão de Mário Alberto Marque.

E novamente surge a figura de Valdenir Bueno, como sendo mandante deste crime. Tentamos a sua prisão, contudo sem sucesso, mas foi indiciado de forma indireta e representamos pela sua prisão preventiva. O tempo passou e houve recentemente um outro roubo grande na cidade de Miguelópolis, que pertence à região administrativa do De Inter III, roubo com reféns, oito pessoas foram vítimas e uma grande quantidade de veneno fora roubado. Novamente, passamos a investigar esse caso e chegamos à pessoa de Valdenir Bueno de forma indireta.

Os autores desse roubo, segundo investigações preliminares, seriam os mesmos que foram presos recentemente numa das cidades da Baixada Santista, se não me falha a memória, no Guarujá. Foi veiculado pela mídia, tendo em vista o fato de um dos integrantes da quadrilha ser ex-Prefeito daquela cidade, ou de uma cidade vizinha ali. Esses foram os homens que teriam roubado a cooperativa, em Miguelópolis com a participação de Valdenir Bueno. Diante desse quadro, envidamos esforços no sentido de dar cumprimento aos mandados de prisão de Valdenir Bueno, até que no dia 24 de agosto, obtive uma informação de que ele estaria na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, onde teria uma distribuidora de veneno. Deslocamo-nos para lá e acreditávamos que a sua identificação seria fácil pois estaria usando um veículo do tipo Mitsubish Pajero, com as placas de Uberlândia. Tivemos sucesso e encontramos Valdenir Bueno, com a mulher, em uma casa noturna, em um restaurante.

Ele foi preso, foi recambiado para Ribeirão Preto, foi interrogado, informou outros crimes que ocorreram naquela região e, posteriormente, tendo em vista um mandado de prisão, pela terceira Vara Criminal desta cidade foi recambiado para cá, à disposição da Justiça desta cidade, e hoje, para minha surpresa, tomei conhecimento de que ele teria fugido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Paulo, há quanto tempo o senhor trabalha com roubo de cargas, especificamente?

O SR. PAULO PEREIRA DE SOUZA – Sete anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sete anos. Em Ribeirão Preto e região?

O SR. PAULO PEREIRA DE SOUZA – Ribeirão Preto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor tem visto essa questão do roubo de cargas crescente no Brasil, principalmente aqui nessa macro região?

O SR. PAULO PEREIRA DE SOUZA – Lamentavelmente temos verificado que a majoração na incidência do roubo de carga tem crescido de forma exasperada. Acredito que seja público e notório que um dos fatos que contribui para essa majoração é a pena muito pífia, muito pequena, no que concerne ao receptador.

O SR. OSCAR ANDRADE – Principalmente o receptador.

O SR. PAULO PEREIRA DE SOUZA – O receptador é o que fomenta o crime de roubo de carga, como qualquer crime contra o patrimônio, e a pena é irrisória. Tenho um exemplo recente, em que apreendemos um contêiner de computadores, produto de furto... Prendemos recentemente um contêiner de computadores que foram furtados do Porto de Santos* identificamos receptadores, e a pena se restringiu a uma cesta básica. Então, esse exemplo é o mais latente de que nesta hipótese o crime compensou.

É um motivo de frustração, é um motivo de tristeza, e muitas vezes nos sentimos pequenos, porque a pena, infelizmente, é irrisória, e se não se coibir o receptador, não coibiremos crime contra o patrimônio, a polícia ficará patinando, e dessa forma o receptador, o crime organizado poderá corromper o Poder Público poderá, e infiltrar e dominará, como vem dominando.

Infelizmente essa, a grosso modo, é a minha visão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Paulo, o que tenho a dizer, de minha parte, relatando essa CPI, e pelas informações que tenho de V. Sª, é que é motivo de orgulho para nós podermos estar há quase um ano e meio labutado nessa CPI, é a oitava vez que saímos de Brasília, mais de 40 audiências públicas, mais de 150 pessoas ouvidas. É motivo de orgulho para nós podermos contar com a sua presença, a sua participação aqui, porque é dessa forma que vamos, realmente, conseguir vencer. Desanimar não adianta.

Mas até para dar um pouco mais de ânimo, essa identificação é muito clara, na questão do crime chega a ser chulo o de receptação, e um dos pontos que elegemos, como relator, para nosso relatório final será o de agravamento do crime de receptação. No

mínimo deve ser igualado ao crime de roubo e furto. No mínimo.

Então, é um projeto que não temos dúvida de que é um dos mais acertados dos resultados que virão da CPI, além dos resultados desse tempo que ela está operando: o Executivo passa a agir mais rápido, até com criação de programas de segurança nas estradas, o Judiciário já prendeu muito mais, soltou muito mais ordens de prisão, quer dizer, são os resultados indiretos da CPI, mas acho que o grande resultado mesmo serão as mudanças de leis que poderemos propor. E, enquanto ela durar – ela não é **ab aeterno**, podemos prorrogá-la até o final do nosso mandato, até o final do ano que vem –, então é buscar, dar essa agilidade que a própria CPI tem em função do seu regulamento, das suas prerrogativas.

Dr. Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Permite-me fazer uma procuração para o senhor?

O SR. – É preciso aumentar o som.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nosso relator já fez boas referências sobre o senhor, e até para que não transite em julgado que tenho sido alguém que com veemência tem batido nessa questão do envolvimento da polícia com o crime, e não abro mão disso, que digo no meu Estado e em todos os Estados, ao ponto que isso evolui na CPI do Narcotráfico, em que surgiu a chamada "banda podre" da polícia. Não sei se devemos usar esse termo, porque "banda" sugere muitas pessoas – em alguns lugares há mais, em outros menos, mas em todos há pessoas assim, sabemos disso.

Ficamos muito contentes e orgulhosos quando encontramos bons policiais – e temos encontrado muitos. As referências que temos do senhor, Dr. Paulo Pereira de Paula, são muito boas. Com certeza, abrangem não apenas o senhor, mas aqueles que estão ao seu lado, seus parceiros da delegacia, seus companheiros de batalha, os inspetores, os investigadores, os assistentes. Naturalmente as realizações são da equipe. Parabenizo sua equipe e reafirmo que nós da CPI nos sentimos contentes por poder citar alguém que é um exemplo para outros.

Ainda pretendo falar sobre o Valdenir Bueno, que elegi como uma referência no roubo de cargas na CPI. Sou um pouco colono, sou da roça, do Rio Grande do Sul, das Missões. Advoguei muito no crime. Na minha terra, havia muito roubo de inseticida, fato considerado curioso aqui, porque nunca haviam visto isso. De minha parte, achava curioso não haver, até o dia em que começamos a descobrir as ações do Valdenir, que se especializou no roubo de herbicida, inseticida, produtos do gênero. É um especialista. Rouba de tudo um pouco, conhece de tudo um pouco, mas desse pouco, o que sabe mesmo é roubar inseticida.

Uma das razões da nossa vinda a Uberlândia foi exatamente a possibilidade de ouvi-lo. Andamos por todo o Brasil atrás dele. Há mandados de prisão para ele esparramados pelo País, no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso do Norte. O que nos deixa estupefato é exatamente o fato de que ele estava preso aqui – por uma ação efetiva e preponderante sua e de um colega seu –, mas, infelizmente, outro delegado o chamou para depor na delegacia, sabendo que é um meliante perigoso, alguém articulado. Deveria ficar lá, mas não esquentou o banco, o que sugere que ele saiu daqui com a porta da cadeia aberta lá. Isso é lamentável. O trabalho do senhor e o nosso foi por água abaixo, o que é deprimente.

Consulto o Relator se o Dr. Ailton Pereira está na sala ou ouvindo o que estamos falando? (Conversa paralela fora do microfone.) Ele esta ouvindo tudo o que estamos falando? Se vai depor, não pode ficar ouvindo depoimentos. Quem vai depor não deve ficar ouvindo o que se está falando aqui. Deve ficar numa sala onde não se tem acesso. Os depoentes devem ser identificados, ficar numa sala reservada, com o conforto e a estrutura necessária, é claro, pois não são presos, mas testemunhas, e não ficar ouvindo. Senão, depois, na conversa, fica tudo arquitetado. A boa técnica jurídica manda – e o sei por minha experiência como advogado do Tribunal do Júri – que quem vai depor não pode ouvir a sessão.

Deixe-me evoluir o assunto para dizer quão perigoso é o Valdemir Bueno. É um bandido de primeira linha. A CPI está perdendo oportunidades. Não sei quando o pegaremos de novo. Ele vai continuar roubando. Acho que não foi na boa que ele saiu, quer dizer, houve uma concorrência para esse fato. Mas queria me inteirar de alguns aspectos. O senhor foi citando aqui diversos crimes que o senhor narrou rapidamente, que aliás imagino se o senhor tem algum documento para depois nos deixar, para a CPI, para que possamos ter nomes, fatos.

O SR. – Temos notícias de crimes, temos pessoas.

O SR. – A quadrilha é bastante grande com receptadores em vários Estados da Federação. Temos receptadores fortes no Mato Grosso, temos em Goiás, no Rio Grande do Sul, esse Maxwell, teve um outro receptador que esteve preso recentemente, de Erexim, que se chama Rudnei José Solico, temos

esse Osnir Zimer, que é de Toledo. Temos umas bolsas, essas bolsas que são chamadas bolsas de insumos, bolsas de negócios. Elas têm a incumbência de colocar o produto, objeto de roubo, defensivo agrícola no mercado. Isso é função da bolsa. Aliás, não há uma fiscalização efetiva sobre elas. Ela surgiu, vem crescendo de uma forma até assustadora. É um mecanismo que o mercado paralelo dispõe para colocar no mercado o defensivo, produto de roubo. Temos prósperos fazendeiros e comerciantes em Rondonópolis que recentemente adquiriram uma carga de R$2,5 milhões roubada em Campinas, cujo o intermediário está no papel, está escrito. Tudo isso que estou falando está no papel, está escrito.

O SR. – E o senhor nos deixará isso?

O SR. PAULO PEREIRA DE SOUZA – Deixo. Cópia de inquérito, se for o caso, de depoimento, de informações.

O SR. – Esse pessoal de Erexim, o senhor tem cópia do processo aí?

O SR. – De Erexim? Ele teve preso recentemente.

O SR. – O Sr. Igor?

O SR. – O Sr. Igor, junto com a Solange, que faz parte da quadrilha. O Sr. é de lá, deve saber o que estou dizendo.

O SR. – Sei.

O SR. – O Maxwell, que...

O SR. – Maxwell de Passo Fundo? O Sr. tem o processo também?

O SR. – O Maxwell...

O SR. – Estão soltos? Estão todos soltos?

O SR. – Eles foram presos por força de prisão temporária. Na realidade, quem prendeu Rudnei José Solico foi a Polícia Federal de Passo Fundo. Identificaram o local onde tinha o produto suspeito, esse produto foi apreendido. A Justiça Federal decretou a prisão dele por 30 dias. E posteriormente, foi suscitado que a competência seria do Polícia Estadual. Esse processo foi remetido à Polícia Estadual. A Polícia Federal deixou de ser competente para prosseguir. Na realidade e naquela oportunidade, o Valdenir ia ser ouvido pela Polícia Federal de Passo Fundo, em razão da competência suscitada pelo advogado deles. Isso foi para a Justiça do Estado. Não sei hoje a que ponto está. Mas sei que Valdenir seria ouvido em razão dessa ramificação lá em Passo Fundo.

O SR. – Só para o senhor ficar sabendo, a CPI vai ao Rio Grande do Sul em início de fevereiro ou março. Já esteve lá. Vai lá e ouvirá o Solico, a Solange, o Maxwell. Vamos ouvir todos eles.

O SR. – Queria que ele repetisse essa questão da bolsa.

O SR. – A bolsa mercadoria.

O SR. – Na realidade o que são as bolsas? Temos bolsas em Campo Grande, em Cascavel, em Goiânia, em Brasília. O que é isso? É uma sala com alguns telefones, fax, e pessoas que ficam o dia todo no telefone recebendo informações de determinados defensivos agrícolas, fazendo a comercialização desses defensivos agrícolas. Isso se resume nas bolsas. Muito dificilmente as bolsas pedem nota fiscal de origem, salvo uma ou outra, e esses produtos são vendidos, sem que o camarada que está comercializando, fazendo a transação na bolsa, põe a mão no veneno. Ele simplesmente trabalha no telefone. Ele manda um veneno de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, para Salvador, Bahia, sem que saiba onde o produto está. Então a facilidade é muito grande para se fazer esse comércio, e não há fiscalização alguma.

(interrupção da fita)

O SR. – A Polícia Militar deslocou até o endereço. O endereço é: Alameda W 20, no Residencial Gramado, aqui em Uberlândia. E naquele local foram apreendidos alguns materiais. E algumas coisas me chamaram a atenção: 77 folhas de papel parecidas com papel-moeda, folhas de cheques variados, um carimbo – e aí entrando a nossa CPI –, um carimbo profissional cromado usado para seqüencial de número de folhas de notas fiscais, um carimbo documento fiscal, um carimbo do cartório do Tabelionato e Registro Civil de Iturama, um carimbo de CGC de artes gráficas, um carimbo "proibido plastificar" e um carimbo de tudo. Tenho aqui o material que foi apreendido, as folhas de papel-moeda, no caso, para nota papel falso, dinheiro falso, vários telefones celulares, várias folhas de cheque, mas o que mais me chamou atenção, Sr. Presidente, nessas apreensões, são duas folhas de materiais apreendidos. O que me chamou a atenção é que nessa apreensão existe esse seqüencial para falsificar notas. E aí uma das nossas áreas de atuação, porque já foi dito aqui que, para esquentar uma carga roubada, ou para deslocar uma carga de uma região para outra, se usa uma nota fiscal falsa para fazer esse deslocamento. Recebi essa ocorrência, onde esse cidadão, e eu já confirmei na delegacia, agora, com o delegado, ele se encontra preso. É o Sr. Benedito Simão de Andrade Maciel. E eu gostaria que a CPI ouvisse, eu quero fazer agora um requerimento para que esse moço seja ouvido, eu quero saber que tipo de nota fiscal que ele falsificava, se era só para celular. Tem papel-moeda, tem dinheiro, tem cheque. Eu quero saber se na mão desse

moço não são feitas notas fiscais falsificadas para esquentar cargas roubadas.

Então, Sr. Presidente, faço esse requerimento e gostaria que a assessoria o fizesse. Benedito Simão de Andrade Maciel está preso, está custodiado, se não me engano, na cadeia pública. Então, tem que ser oficiado ao Sr. Juiz para que ele venha depor. Esse moço tem muita coisa para nos falar. E é importante que a CPI ouça esse moço.

O SR. PRESIDENTE () – Deputado Cabo Júlio, V. Exª será atendido no seu requerimento. A secretaria vai providenciar o requerimento e...

O SR. CABO JÚLIO – Só para continuar, foram apreendidos alguns computadores e, nesses computadores, existem várias notas fiscais de empresas de cargas, ou seja, ele montou a nota fiscal e depois imprimia. Então, eu queria que esse moço fosse ouvido ainda hoje, ainda hoje ele pudesse ser ouvido para que possamos saber que nota fiscal é essa, de onde saiu, para que que saiu e como era usada.

O SR. PRESIDENTE () – Vamos, então, ouvir agora, na seqüência, o próximo depoente é o Dr. Ailton Pereira, Delegado de Patos de Minas. Pediria então à Secretaria que fizesse adentrar o próximo depoente. Vou passar a palavra ao nosso Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Ailton, o senhor é delegado em Patos de Minas?

O SR. AILTON PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Patos de Minas.

O SR. AILTON PEREIRA – Patos de Minas. Sou delegado da delegacia-adjunta de furtos, roubos, tóxicos e entorpecentes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dentre outros que estavam sendo intimados a serem ouvidos aqui, na CPI, constava o nome e foi dada a intimação ao Valdenir Bueno, que, no dia 22 do mês passado, foi conduzido pelo senhor à cidade de Patos de Minas e de lá empreendeu fuga. Foi motivo de muita estranheza da CPI em função da intimação já ter sido feita, em função dessa transferência ter sido feita no dia 22, primeiramente, não autorizada pela Dra. Maria das Graças Rocha Santos, e, num segundo momento, em função da insistência, ela acabou liberando a ida desse preso para Patos de Minas. Foi motivo de estranheza a maneira com que esse preso foi transferido, até porque ele tinha processo em vários Estados do Brasil, e a grande necessidade de ele vir a Patos de Minas ficou aqui em dúvida. Ele não chegou a ir nem para a prisão; na delegacia mesmo, ele empreendeu fuga. O que o senhor diz a respeito disso?

O SR. – Primeiramente, eu gostaria de pedir desculpas a esta egrégia CPI porque eu gostaria de estar aqui em outra situação, recambiando um preso para prestar depoimento, para esclarecer a V. Exªs. Mas, infelizmente, por obra do azar, esse indivíduo veio a conseguir fuga da minha delegacia, conforme V. Exª disse. A bem da verdade, conforme está nos autos de inquérito, instauramos o inquérito policial em junho de 2000. Houve um assalto na empresa Agrocerrado, em Patos de Minas, em que 14 funcionários foram rendidos e colocados dentro do banheiro. Foram todos tomados de surpresa e colocados dentro do banheiro, quando foram roubados vários produtos defensivos agrícolas. Apesar de poucos recursos, mas a empresa nos auxiliou, fizemos várias diligências para tentar chegar à autoria desse roubo. Conseguimos chegar a alguns elementos, entre eles esse indivíduo, Valdenir Bueno. Inclusive, conseguimos, nessas diligências nossas, fotografias dele e de um parceiro dele, um tal de "Midão", conhecido como "Midão". Levamos essas fotografias à empresa, e eles foram reconhecidos, conforme a comunicação que os mesmos investigadores passaram para mim, como um dos prováveis autores do assalto. Tudo bem. Os autos foram encaminhados ao fórum, retornaram e conseguimos a expedição de algumas prisões junto à Justiça, prisões temporárias, entre elas desse "Midão" e desse Valdenir Bueno.

O SR. – Mas ele já não tinha prisão decretada?

O SR. – V. Exª fala antes?

O SR. – O Valdenir.

O SR. – Sim. Ele não estava preso?

O SR. – Não. Depois do reconhecimento, pedimos, junto à Justiça, a prisão temporária dele, conseguimos parecer favorável do Ministério Público e o juiz decretou a prisão dele. Passou, continuamos as investigações e não conseguimos chegar mais a nenhum desses envolvidos. Recentemente, agora no mês de outubro, os investigadores obtiveram informações de que o Valdenir estaria preso aqui em Uberlândia. Solicitei, junto ao juiz criminal de Patos de Minas, autorização para recambiá-lo de Uberlândia para Patos de Minas, no sentido não só da oitiva dele, mas também porque era importante que ele fosse submetido ao auto de reconhecimento, porque ele já tinha sido reconhecido, por fotografia, por vários funcionários que foram rendidos naquele dia, 6 de junho, em que foi instaurado o inquérito, o dia do assalto. Fiz um ofício, encaminhei à juíza, que achou por bem não liberá-lo naquele dia em que fiz o ofício...

O SR. – Doutor, o ofício está aqui?

O SR. – Está aí, sim, senhor.

O SR. – Em que página? Que data e em que página?

O SR. – Só um minutinho. V. Exª quer...

O SR. – Tenho o ofício aqui, Cabo Júnior.

O SR. – V. Exª quer o ofício do juiz de lá?

O SR. – Os dois. Tenho os dois.

O SR. – V. Exª tem?

O SR. – Tenho. A CPI tem os dois.

O SR. – Qual é a página?

O SR. – A página? O ofício dele é o 488 e o ofício do juiz é o 487.

O SR. – Certo. Perfeito.

O SR. – Está correto?

O SR. – Correto.

O SR. – Então, a juíza deu um despacho de que precisava dele, poderia liberá-lo, mas no momento ela indeferia porque ele estava com audiência marcada para o dia 19, aqui em Uberlândia. Após esse dia 19, ele estaria à minha disposição para as diligências necessárias do meu inquérito, que estava parado, aguardando a prisão desse indivíduo. Antes do dia 19, recebemos uma incumbência superior, do nosso chefe, do nosso Delegado Regional, de que a cadeia em Tiro, na cidade de Tiro, estava superlotada, e havia um preso de Uberlândia com mandado de prisão. Aproveitando, que teria de ser recambiado esse preso, para Uberlândia, eu determinei aos meus investigadores que, no dia 19, eles, além de trazerem o preso de Uberlândia, que estava com prisão preventiva decretada pela Justiça de Uberlândia, já aproveitassem e recambiassem o preso Valdemir Bueno. Então, não fizemos somente uma diligência para levá-lo. Nós trouxemos um preso, que foi colocado na colônia penal e levamos o Valdomir Bueno.

O SR. – O senhor participou da operação?

O SR. – Não, inclusive, eu gostaria, apenas, de esclarecer a V. Exª que, se nós soubéssemos, se ao menos se ventilasse que esse indivíduo era testemunha dessa egrégia CPI, em hipótese alguma, nós pensaríamos em transferi-lo para Patos de Minas. Nós jamais faríamos isso. Nós esperaríamos, conforme esperamos a Drª terminar de colher as declarações dele no inquérito dela, em um processo criminal que move a Justiça Criminal de Uberlândia contra ele. Nós faríamos a mesma coisa. Nós iríamos aguardar o trabalho da CPI e, depois, que acabasse o trabalho, aí, sim, poderíamos pedir autorização à Justiça para recambiá-lo. Mas, infelizmente, não era do nosso conhecimento. Nós não sabíamos que esse indivíduo era testemunha dessa egrégia CPI. Então, no dia 19, ele foi recambiado por três investigadores. Está a comunicação deles aqui, sob o número(?) 144. O senhor pode ver.

O SR. – Foi no dia 19 ou no dia 22?

O SR. – Não, foi dia 22. Foi no dia 22 que ele foi recambiado. Certo? Veja bem, a audiência era dia 19.

O SR. – O senhor participou dessa diligência?

O SR. – Da diligência? Não, senhor. Somente determinei aos investigadores que trouxessem um preso para cá..

O SR. – E ele chegou a Patos de Minas?

O SR. – O Valdenir Bueno? Chegou a Patos de Minas.

O SR. – Chegou a entrar na delegacia?

O SR. – Chegou à noitezinha. Entrou na delegacia.

O SR. – Ele ficou preso?

O SR. – Como, senhor?

O SR. – Ele ficou preso na delegacia?

O SR. – Ficou preso na cela. No dia 22 ele ficou preso.

O SR. – Como se deu a fuga dele?

O SR. – Excelência, ocorreu o seguinte: ele chegou à tardezinha, por volta de umas sete horas da noite e foi colocado em uma cela. Era a mais segura que tinha. Temos quatro celas na delegacia. Três de frente e uma no fundo, no corredorzinho. Ele foi colocado nesta cela. No dia seguinte, eu e o meu escrivão começamos a ler o inquérito e começamos a interrogá-lo. Então, na parte da tarde, ele foi ouvido. Ele prestou declarações.

O SR. – No dia 23?

O SR. – No dia 23. Exatamente. Mas, ele negou tudo. Ele é muito esperto. Ele é um bandido esperto. Daí, eu pensei: "o único jeito que eu tenho de derrubar ele é através do reconhecimento.". Então, eu marquei o reconhecimento para o dia seguinte. Logo após esse reconhecimento, sendo reconhecido ou não, ele seria recambiado para cá. Isso é de praxe em delegacia. Já fizemos isso várias vezes e nunca teve problema. Infelizmente, após ele prestar declarações e retornar à cela, à noite, por volta de 20:30horas, conforme a comunicação do carcereiro, ele conseguiu fugir. Segundo o carcereiro...

O SR. – Como ele fugiu?

O SR. – Segundo o carcereiro...Eu não estava lá, eu não era o delegado de plantão. Eu fui acionado pelo carcereiro através do delegado de plantão, que determinou ao carcereiro para se comunicar com o

delegado de plantão para que ele se comunicasse comigo e com a minha equipe, urgente. Foi quando nós tomamos conhecimento da fuga. Segundo o carcereiro, ele começou a se debater e a gritar, porque estaria passando mal. Ele foi à cela e os outros presos também. Havia até testemunhas. Há três presos que são testemunhas. Inclusive, um menor e dois maiores, que estavam em celas separadas. O carcereiro viu. Ele estava com a boca espumando, como se estivesse tendo um ataque epiléptico e tremendo. O carcereiro – não sei porque, inclusive há a minha recomendação. Eu sou delegado da Furtos e Roubos, Tóxicos e Entorpecentes e do plantão. Sou eu que faço as escalas do plantão – abriu a cela de um dos presos que estava com prisão preventiva em frente, conforme eu disse anteriormente para o senhor, pediu auxílio a esse preso, abriu a cela onde estava o Valdenir, puxou ele para fora da cela, colocou ele no corredor e trancou o preso, rapidamente, sem passar o cadeado, trancou o outro preso que estava com a preventiva, correu para buscar um álcool ou acionar a polícia, eu não sei e, quando ele voltou, o Valdonir já não estava mais lá. Essa é a versão do carcereiro.

O SR. – Doutor?

O SR. – Essa é a versão do carcereiro.

O SR. – Doutor, deixa eu falar uma coisa aqui: eu estou aqui com a comunicação do Anderson Luiz Chaves, que é o carcereiro, não é?

O SR. – Sim senhor.

O SR. – Eu estou aqui com a comunicação dele para o Delegado Dr. Antonissa, comunicando esse fato.

O SR. – Certo.

O SR. – Deixa eu falar uma coisa: O senhor sabe me informar quanto tempo de Polícia tem esse carcereiro?

O SR. – Olha, esse carcereiro, se não me falha a memória...

O SR. – Mais ou menos.

O SR. – Por volta de 10 a 12 anos de Polícia.

O SR. – O que eu não consigo entender, Doutor... V. Sª vai me perdoar. Eu não estou aqui para generalizar nem para um lado, nem para outro. Eu não consigo engolir essa palavra, essa fuga. É o conto mais antigo da carochinha. O cidadão passa mal, coloca pra fora, aí, enquanto eu vou pedir socorro, o cara foge.

Eu não estou culpando V. Sª.

O SR. – Eu estou de acordo com V. Exª. Eu...

O SR. – E a pergunta que eu farei, seguindo, é a seguinte: V. Sª checou a ficha do Sr. Valdenir Bruno, o preso...

O SR. – Antes, chequei.

O SR. – Em outros estados? É a primeira pergunta.

O SR. – A Juíza...

O SR. – Só um minutinho. É a primeira pergunta.

O SR. – Certo.

O SR. – Segunda pergunta: O carcereiro estava sozinho, na Delegacia, no momento da fuga? É a segunda pergunta.

E a terceira, não é pergunta. Doutor, eu acho que nem meu filho de 5 anos acredita nisso. A fuga mais comum é alguém fingir que está passando mal. Policiais experientes. E aí, deixa margem para duvidarmos da idoneidade dos policiais.

Olha, o cidadão veio recambiado de tão longe. Então, ele não é um Zé qualquer. Ele veio. Há um interesse de se fazer o reconhecimento; de ele estar aqui. Porque senão V. Sª poderia fazer de outra forma. Existem instrumentos jurídicos para isso.

Agora, eu não consigo, como toda sinceridade... Eu quero ser o mais isento possível. Não quero nem passar a mão na cabeça, porque sou policial; porque bandido é bandido e policial é policial. Nem consigo acreditar nessa história de que o cidadão...

Olha, S Sª disse o seguinte, agora há pouco: Ele tirou um preso de uma cela, pra ajudá-lo.

O SR. – Certo. Isso é a versão dele, não é, Deputado? Eu não estava lá.

O SR. – Tirou pra que o preso o ajudasse a retirar esse moço que estava passando mal.

O SR. – Perfeito.

O SR. – Aí ele colocou o preso no corredor.

O SR. – Perfeito.

O SR. – E o outro preso nem sequer ele trancou, ele só empurrou...

O SR. – Ele trancou.

O SR. – Não passou o cadeado.

O SR. – Ele trancou o preso...

O SR. – Então, ele não trancou. Se quisesse ter fugido, também fugiria, esse segundo.

O SR. – É. A versão... Ele... Isso ele disse.

O SR. – Eu não... Sinceramente, eu não consigo engolir essa fuga. Eu não consigo. V. Sª vai me perdoar.

Aí eu quero fazer a terceira pergunta: Qual a providência que a Polícia Civil tomou quanto a isso?

O SR. – Perfeito.

O SR. – São essas três perguntas que eu queria fazer para V. Sª, diante da minha indignação. O Anderson Luiz terá que explicar isso, e bem direitinho, daqui a pouco.

O SR. – Perfeito. Excelência, a primeira pergunta V. Exª poderia repetir, por gentileza?

O SR. – A minha primeira pergunta é se V. Sª checou, nos outros estados, se existiam... Porque eu tenho informação que ele tem passagem pelo Sul, por lá, por não sei onde... Se foi checado...

Porque nós temos um problema muito sério, no Brasil: Nós temos o sistema de identificação nacional, mas só funciona no papel. O cidadão comete um crime ali em São Paulo, vem em Minas Gerais, tira um outro RG e se puxar pelo RG, dá nada consta.

Então, a primeira pergunta que eu fiz é se V. Sª checou, em outros estados, aqui do lado, em São Paulo, se havia alguma coisa contra esse moço?

A segunda pergunta é se o carcereiro estava sozinho?

O SR. – Vou responder a primeira, senão vou perder. Por gentileza.

Excelência, além de nós termos checado Minas Gerais, constava o mandado de prisão de Uberlândia, né? Prisão preventiva.

O SR. – Mandado de prisão. Tá.

O SR. – Tudo bem. A juíza teve o cuidado, inclusive, de nos mandar um mandado de prisão da Comarca de Campo Novo do Parecis, um mandado de prisão, também, de Campo Verde...

O SR. – Ambos temporários?

O SR. – Não. Preventiva.

O SR. – Preventiva. Tá.

O SR. – É preventiva. E tem um mandado de prisão, também, da Justiça Federal. Ela mandou essas três cópias novas. Nós já tínhamos checado. Uma delas estava constando.

O SR. – Ou seja, três.

O SR. – Três. É. Tinha esses três.

O SR. – Então, não é um Zé qualquer.

O SR. – É. Não é, Excelência. Mas, veja bem...

O SR. – Eu estou entendendo...

O SR. – Certo. Tudo bem. Então, foi checado e tinha esses três mandados, além do meu mandado.

Agora, veja bem: por que, além da diligência de ser submetido, de ser ouvido... Ele poderia ser ouvido aqui, mas teria que ser submetido ao auto de reconhecimento, porque ele é muito esperto, ele nega, e sempre acompanhado de advogado. Né?

Então, além do auto de reconhecimento – ele teria que ser submetido ao auto de reconhecimento – por que eu tinha que aproveitar a oportunidade que ele estava aqui em Uberlândia? Porque senão ele poderia ser recambiado para Campo Novo do Parecis. Que dia que nós teríamos condições de ir muito menos eles iriam trazer para nós. Então aproveitei a distância de Patos de Minas a Uberlândia, que são duas horas, para fazer o meu trabalho investigatório. É um trabalho sério que estávamos fazendo e, infelizmente...

O SR. – Ele foi encaminhado para onde?

O SR. – Provavelmente, ele teria que ser recambiado para Campo Novo do Parecis, acho que é Mato Grosso, ou então para Campo Verde, conforme os mandados aqui. Para algum lugar ele teria que ser recambiado; eles iriam buscar ele porque ele tem que responder esse inquérito lá, esse processo lá.

A segunda pergunta...

O SR. – A segunda pergunta é se o carcereiro estava sozinho.

O SR. – O carcereiro estava sozinho.

O SR. – É normal isso?

O SR. – É normal. Lá é uma escala de plantão. São três policiais: um, durante o dia de oito às seis e o plantonista entra de oito horas da noite a oito horas da manhã. São três.

O SR. – Quantos presos o senhor tem lá?

O SR. – Não, preso lá, na minha cadeia... Só para explicar para o senhor: na minha cadeia, é tipo uma triagem: se for autuar, encaminha para a colônia; se for liberar, libera dali mesmo.

O SR. – Nesta noite da fuga, quantos presos existiam lá?

O SR. – Existia, além do Valdenir, um preso com prisão preventiva de furto de camionete, que estamos apurando; existia dois menores por latrocínio, cometeram latrocínio; e uma pessoa que estava na sala ao lado, que era prisão de pensão alimentícia, prisão cível, então ele não pode ser colocado, a prisão cível não pode ser colocada com os demais presos, por isso que ele estava numa sela ao lado, esse da prisão de pensão alimentícia.

O SR. – Eu gostaria, Deputado, de fazer alguns questionamentos, até porque fui um dos que mais criticou tudo isso que o senhor acabou-se envolvendo. Tenho alguns questionamentos que acho importante que o senhor me responda e vou fazendo por parte, e o senhor vai-me respondendo por parte. Não sem primeiro dizer que viemos para Uberlândia com o propósito maior, dentre os vários, mas pelo menos o meu

propósito e tenho certeza de que isso a CPI tinha assimilado bastante, de ouvir exatamente o Ualderir, que é um delinqüente, digamos assim, da primeira hora, por todos os crimes que nós, a CPI, já sabemos que ele cometeu no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas, São Paulo, enfim, e viemos aqui para ver um bandido e senta no lugar onde ia sentar o bandido um delegado. Para mim, é muito curioso isso, mas não é a primeira vez que acontece isso. Começo dizendo assim: não é a primeira vez que acontece. Várias vezes chamamos o bandido, e vem o delegado, várias vezes. Várias vezes chamamos o bandido, ou vem o carcereiro, ou vem o diretor do presídio, ou porque mataram o bandido no presídio, ou porque abriram a porta da cadeia para o bandido sair porque o bandido estava machucado, doente, babando, e abriram a porta e foi embora, aí vem o delegado no lugar do bandido para depor. Começo-lhe dizendo assim e te perguntando o seguinte: quando os seus agentes vieram buscá-lo aqui foram três.

O SR. – Perfeito.

O SR. – Foram três. Esses três agentes entregaram para quem o preso?

O SR. – Levaram para mim, para a delegacia, para minha delegacia.

O SR. – Para o senhor?

O SR. – Perfeitamente.

O SR. – Então o senhor – os agentes ali estão fora – ficou responsável pelos três presos?

O SR. – Perfeitamente, foram encaminhados para sela.

O SR. – Encaminhados para sela?

O SR. – Exatamente.

O SR. – Dormiu na sela?

O SR. – Dormiu na sela.

O SR. – No outro dia, quem é que tirou ele da sela?

O SR. – O detetive, que estava de plantão, tirou ele cela, juntamente com mais um policial meu, da minha equipe, e ele foi levado para o cartório, onde eu estava, o advogado dele estava presente, e nós começamos a interrogá-lo.

O SR. – E o senhor ouviu ele?

O SR. – Ouvi.

O SR. – O senhor disse que viu os dois mandados de prisão contra ele.

O SR. – Perfeito.

O SR. – Mais um terceiro que tinha aqui, que era a razão de ser da prisão dele, mais um quarto que o senhor...

O SR. – O meu mandado de prisão, exatamente.

O SR. – ... que o senhor tinha pedido para o juiz que havia decretado por cinco dias, ou seja, era um bandido, um só, com quatro mandados de prisão que o senhor tinha conhecimento. O senhor não puxou a ficha -- isso são quatro processos – policial dele?

O SR. – Puxei, está aí, está nos autos. Puxei sim.

O SR. – Quantas acusações têm, quantos registros contra ele?

O SR. – Tem justamente o inquérito aqui de Uberlândia.

O SR. – Não, quero perguntar para o senhor: quantos?

O SR. – Quantos inquéritos?

O SR. – É.

O SR. – Pelo que consta na ficha aqui, ele tem um inquérito aqui de Uberlândia. Só.

O SR. – Não, o senhor não está-me entendendo. Quero saber se o senhor puxou a ficha de ocorrências policiais contra ele.

O SR. – Puxei sim, senhor.

O SR. – Quantas ocorrências policiais o senhor encontrou contra ele?

O SR. – Quarenta e quatro.

O SR. – Aqui constam...

O SR. – Quantas ocorrências?

O SR. – O senhor quer a quantidade de folhas, não é? Consta na segunda folha um mandado de prisão, que é o daqui. Consta a abertura do inquérito, que foi em 98, em Uberlândia..

O SR. – Onde?

O SR. – Em Uberlândia.

O SR. – E consta um art. 288 – não sei se é falsidade ideológica.

O SR. – Onde?

O SR. – É, se não me engano, é aqui também.

O SR. – Não é outro? E que mais?

O SR. – Esse. Foi instaurado pelo Dr. Renato Queiroz. É esse mesmo. Aqui tem mais um instaurado pelo Dr. Fernando. É do mandado de prisão, só.

O SR. – São quantos?

O SR. – Seis.

O SR. – Não, senhor, não são seis, não. São um mandado de prisão e dois inquéritos, se não me falha a memória.

O SR. – Um mandado de prisão ...

O SR. – E dois inquéritos.

O SR. – Dois inquéritos, mais o seu inquérito, mais os dois que estavam ali. Então são seis. Só para o senhor ter uma idéia – é a isso que quero chegar – um bandido que tem dois inquéritos, quatro mandados de prisão, inclusive, um seu, está preso numa cadeia que tem segurança. O senhor, em vez de vir aqui para ouvi-lo, o senhor preferiu levar para lá?

O SR. – Para efeito...

O SR. – E aí o cara pergunta: todos os presos que estão presos em outras delegacias, em outras cadeias, o senhor requisita para a sua?

O SR. – Quando tem que ser submetido ao auto de reconhecimento, é necessário.

O SR. – Não foi a pergunta que lhe fiz. Eu quero que o senhor responda só o que eu lhe perguntar. Todos os presos que o senhor precisa ouvir, senhor os requisita para irem para a sua delegacia para o senhor ouvir?

O SR. – Se eu achar necessário e tiver uma autorização judicial, eu requisito.

O SR. – Não me respondeu à pergunta. Acho que não estou falando português. Tem que ser direto. O senhor é delegado de polícia e sabe como são feitos os questionamentos. O senhor não pode me responder o que não lhe perguntei. Eu vou reformular a pergunta: o senhor nunca mandou carta precatória para ouvir noutra delegacia?

O SR. – Já mandei, sim, senhor.

O SR. – Quer dizer que nem todos os presos que precisam ser ouvidos, o senhor chama para a delegacia, é isso?

O SR. – Nem todos. Exatamente. Depende do caso. Então, nem todos o senhor chama? Nesse o senhor entendeu que era importante ?

O SR. – Que era importante por causa do auto de reconhecimento.

O SR. – Mas o senhor sabia que se tratava de um assaltante?

O SR. – Sabia, sim, senhor. Tinha plena consciência disso.

O SR. – Que era perigoso?

O SR. – Um assaltante é perigoso, né? É lógico.

O SR. – O senhor tinha certeza de que era perigoso?

O SR. – Tinha certeza disso.

O SR. – Como o senhor sabia que ele era perigoso?

O SR. – Ora, é perigoso, pois ele é assaltante. É o principal suspeito de ter praticado um assalto. Tinha quatro mandados de prisão contra ele...

O SR. – Era perigoso?

O SR. – Perigoso.

O SR. – Aí, o senhor o deixou sozinho com um carcereiro seu. O senhor não foi lá e avisou o carcereiro?

O SR. – Avisei, sim, senhor. Todos os detetives de plantão e o carcereiro de plantão têm a ordem expressa minha de que, durante a noite, é proibida visita, que não abram cela, que comuniquem ao delegado de plantão. Isso é recomendado. Infelizmente, excelência...

O SR. – Não, tudo bem, aconteceu isso. No outro dia, o senhor tomou conhecimento. O que o senhor fez, o senhor abriu algum procedimento?

O SR. – De imediato, eu compareci. Já havia policiais meus, da minha delegacia também lá no local, fizemos uma varredura...

O SR. – Não, o que eu quero saber....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A delegacia tinha duas entradas ou duas saídas?

O SR. – Não, só tem uma saída.

O SR. – Só uma?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer, o carcereiro largou ele lá no chão, foi para a única saída e, quando voltou, ele não estava mais?

O SR. – Deixou a porta aberta?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele passou por onde, pelo telhado?

O SR. – Ninguém sabe. Ele é que tem que explicar isso aí.

O SR. – O senhor acredita no seu carcereiro?

O SR. – Senhor?

O SR. – O senhor acredita no seu carcereiro?

O SR. – Até hoje, eu não tenho nada contra.

O SR. – O senhor acredita no seu carcereiro?

O SR. – A partir de agora, ficou difícil a situação dele, porque – até voltando à pergunta aqui – foi instaurado um procedimento pelo Delegado Regional e, de imediato, foi instaurado um inquérito. Está sendo feita reconstituição dessa fuga, porque, conforme o Deputado disse, não dá para acreditar...

O SR. – O senhor abriu inquérito em razão?...

O SR. – Foi aberto.

O SR. – Sindicância interna?

O SR. – Inclusive...

O SR. – Ele foi afastado do presídio?

O SR. – Ele está afastado.

O SR. – Não está trabalhando?

O SR. – Não está trabalhando, está à disposição do Delegado Regional, provavelmente vai passar à disposição da Corregedoria, porque, conforme eu disse anteriormente, Excelência – se me permite só um pouquinho –, não tínhamos conhecimento de que esse indivíduo era testemunha da CPI.

O SR. – Não, mas isso não é relevante. Tenho certeza de que se fosse, talvez o senhor pensasse duas vezes, Doutor, porque da forma como o senhor está dando explicações, gaguejando no lugar dele... Se ele estivesse aí ele iria gaguejar como o senhor está fazendo e o senhor não tem que dar explicações. O senhor como chefe deveria ser o primeiro a chegar pela manhã e punir ele, afastando-o. Ouvi a manifestação do senhor tentando explicar como ele agiu, enfim, justificando-se por ele.

O SR. – Jamais faria uma coisa dessa.

O SR. – O senhor entende de lei, é delegado, é formado e sabe o que está fazendo. O Sr. sabe que esse preso não fugiu. O senhor sabe ou não?

O SR. – Através da apuração temos que chegar à verdade e foi instaurado inquérito justamente para isso.

O SR. – O senhor sabe que ele não fugiu e ele não é fantasma e não saiu pelo telhado e saiu por onde o outro passou.

O SR. – Ele vai ter que explicar isso.

O SR. – Ele vai ter que explicar mas deveria estar preso em flagrante. O senhor sabe que deveria ter preso o carcereiro preso em flagrante.

O SR. – Ele foi afastado.

O SR. – Deveria ter prendido em flagrante. O senhor sabe disso.

O SR. – Ele cometeu um crime.

O SR. – E o senhor está aqui defendendo ele.

O SR. – Não senhor, jamais faria uma coisa dessa. Está a cargo da investigação da corregedoria do delegado regional. Ele está à disposição dele.

O SR. – Quantos anos passarão para esse inquérito correr e está lá acontecendo a mesma coisa e mais um bandido está na rua.

O SR. – Parece que está marcado para hoje ou amanhã a reconstituição dessa fuga e ele está afastado.

O SR. – Quanto o policial ganhou?

O SR. – Isso eu não posso informar para o senhor.

O SR. – O senhor comunicou...

O SR. – ... este comunicou-me que o preso, na mesma noite em que chegou a Patos de Minas, empreendeu fuga da delegacia, sendo certo que até a presente data nenhuma comunicação oficial foi feita a este juízo, ou quem sabe a Drª Juíza está mentindo aqui.

O SR. – Eu comuniquei ao juiz imediatamente. A fuga foi à noite e no dia 24, às folhas...

O SR. – O senhor disse que amanhã haverá reconstituição?

O SR. – Parece-me que está marcada uma reconstituição da fuga.

O SR. – Vinte e três dias depois.

O SR. – Inclusive vi alguns presos que estavam no dia da fuga.

O SR. – O senhor acha esse caso grave?

O SR. – Gravíssimo.

O SR. – E espera-se 22 a 23 dias para se fazer a reconstituição!

O SR. – Eu sou o chefe do plantão. As investigações estão a cargo do delegado de plantão no dia da fuga, do delegado regional e da corregedoria. Não é minha essa investigação. Não sou presidente do inquérito contra ele, porque também estou sob suspeita.

O SR. – Sr. Presidente, vou formular um requerimento porque não dá para engolir.

O SR. – Às folhas 159 está a minha comunicação de fuga do elemento ao Dr. Vinícius, que é o Juiz Criminal, que autorizou o recambiamento do preso.

O SR. – Que dia que foi?

O SR. – Dia 24, dia seguinte à fuga. A fuga foi no dia 23 à noite e, no dia 24, tenho ofício...

O SR. – Engraçado, o preso foge no dia 23 de madrugada e que horas o senhor comunicou?

O SR. – Dia 24 de outubro às 17h11min.

O SR. – No final do dia quando o preso já estava bem longe.

O SR. – Estávamos em diligência atrás.

O SR. – O senhor tinha que comunicar na hora para o Juiz, mas não vem ao caso. É por isso que vemos as coisas degringolando dentro da polícia, por este comportamento de delegados assim. Vou pedir que a Corregedoria afaste o delegado também. Um delegado assim não tem condições de ser delegado de polícia. O senhor tem que ser responsabilizado por isso, está brincando com coisa séria. Um preso da periculosidade dessa, sob sua responsabilidade, cujo carcereiro, também sob sua responsabilidade, faz isso e fica por isso mesmo...

O SR. – Não fica por isso não porque foram tomadas as providências. Não por mim mas...

O SR. – O senhor não tomou providência nenhuma porque não fizeram nada até agora. Sequer a reconstituição foi feita até agora.

O SR. – Foram tomadas as providências.

O SR. – Vou subscrever que enquanto não for apurado... não é o carcereiro somente. Não acredito que o carcereiro tenha feito isso sozinho se não estivesse acobertado, as costas quente. Vamos oficiar ao Secretário de Segurança Pública que seja afastado o delegado por falta de condições enquanto não se apurar um inquérito desta natureza. Vamos pedir ao juiz corregedor que examine sob a ótica penal e não apenas sob a ótica administrativa interna sua e do carcereiro, mas, sob a ótica penal, aí está perpetrado um crime que temos que coibir porque as autoridades que tinham obrigação de zelar pela segurança do preso e, ao mesmo tempo, pelo confinamento do preso, são os primeiros a abrir a porta da cadeia. Que polícia é essa que vai lá socorrer o preso que faz lá uma cena de teatro, pega um outro preso para socorrer aquele preso, aliás, não sei como é que não fugiram todos da delegacia. E ainda, depois, sai correndo tipo Maria louca, Chica louca, rua afora, procurar não sei quem, não sei quando, não sei como, volta depois que o preso foi embora, foi embora, sumiu. Nisso, nem a velhinha de Taubaté acredita.

O SR. – Volto a afirmar a V. Exª, com todo respeito, eu não estava lá, eu não era o delegado de plantão, e tomei minhas providências junto com a minha equipe. É o que posso dizer.

O SR. – O senhor sabe que o carcereiro deveria ter recebido voz de prisão em flagrante delito, o senhor sabe disso.

O SR. – Olhe, de imediato, o delegado regional foi comunicado do fato, não sou eu...

O SR. – Que dia o carcereiro foi afastado das funções?

O SR. – No dia seguinte, ele foi afastado, não trabalhou.

O SR. – Desde o dia 24?

O SR. – Desde ao dia 24 ele não trabalhou mais.

O SR. – Não está trabalhando?

O SR. – Não está trabalhando.

O SR. – Quem é quem está presidindo o inquérito?

O SR. – Quem está presidindo o inquérito é o Delegado Regional, era a Delegada de plantão, mas o Delegado regional avocou para acelerar as investigações.

O SR. – Acelerou, daí, só depois de 20 dias, vão fazer a reconstituição.

O SR. – Excelência, neste caso, está com ele, não está comigo.

O SR. – Mas é ligeiro, está que nem passo de tartaruga, de caranguejo, um para a frente, outro para trás.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Deputado Cabo Júlio, só um minutinho.

O Deputado Pompeo vai encaminhar um requerimento solicitando o afastamento do delegado que será subscrito por toda a CPI. Vou subscrever, o nosso Relator.

O SR. – É o mínimo que podemos fazer. Não pode ficar em branco uma coisa dessa. A CPI veio passar um mico aqui, não tem fundamento, nas suas explicações, nem o senhor acredita.

O SR. – Eu simplesmente estou pagando por uma coisa que não fiz.

O SR.PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Deputado Cabo Júnior, V. Exª solicitou a palavra? V. Exª tem a palavra.

O SR. – Quero contraditar.

O SR. – Penso que sou muito pé no chão. Trabalhamos algum tempo juntos, e não sou de passar a mão na cabeça de ninguém. Falo, quando tenho que falar, calo, quando tenho que calar, mas temos que entender que existe uma prática e uma teoria. Na prática, a teoria é diferente. O preso fugiu dia 23.10, a Juíza foi comunicada dia 24, no outro dia. É uma situação O preso veio para ser reconhecido, não existe reconhecimento através de carta precatória, tem que vir para ser reconhecido, quero ser prático porque, na hora que o carcereiro chegar, vou apertá-lo também, como estamos apertando o delegado, porque pau que dá em Chico dá em Francisco. Não consigo entender, daí a minha discordância da CPI nesse sentido. O delegado trouxe o preso e colocou-o na cela. Foi embora, quem fica à noite é o carcereiro. O preso foge, e o Delegado é culpado. Não concordo muito com isso, não. Temos que ser bem práticos. Se deixou sair, pena o triplo porque é policial e fez uma coisa dessa, agora, falar... Vagar é uma coisa, vamos apurar para comprovar. Então, se o carcereiro deixou sair, quero que ele me explique aqui. Ora, que história é essa de que você saiu para buscar o álcool, e o cara andou? Agora, o delegado fez a parte dele. Se conseguirmos, no final da investigação, descobrir que está errado, vamos pedir afastamento, exclusão, prisão,

agora, vagar, não concordo, não. Sou muito prático e quero discordar do depoimento de V. Exª às autoridades. Mas quem é a autoridade? Quem fez errado? Vamos afastar todo mundo? Que seja afastado quem fez errado. Então, quero discordar dessa visão. Estamos aqui para buscar a verdade real e vagar prefiro ir embora. Sou muito prático nas minhas ações. Está errado, vamos provar e cobrar, inclusive, da Secretaria de Segurança que tome atitudes até mais duras. Agora, vamos pedir o afastamento do Delegado porque o carcereiro deixou o preso fugir? Então, vamos provar que o delegado recebeu dinheiro, o carcereiro também e vamos pedir o afastamento e a exclusão de todo mundo.

O SR. – Como você vai provar isso?

O SR. – Deputado Cabo Júlio, me permita...só quero ponderar.

O SR. CABO JÚLIO – Cabe a nós provar. Se nós estamos acusando nós temos que provar, pô.

O SR. – Eu fiz o requerimento, não retiro o requerimento e a CPI sobre ele vai tomar uma definição. E quem quiser se posicionar se posicione do jeito que quiser.

O SR. CABO JÚLIO – Então, a minha posição já está tomada, antecipadamente.

O SR. – Nós respeitamos a posição de cada um. Mas eu firmo em requerimento e busco exatamente na experiência que eu tenho, já estou calejado. Nós chegamos na cidade, a CPI entra pela porta da frente e os bandidos fogem pela portas dos fundos. Hoje, saiu pelas portas da frente.

O SR. CABO JÚLIO – Então, é isso que eu quero falar, Deputado. Então, vamos provar. Vamos prender todo mundo. Agora, vir fazer festa é muito fácil, pô!

O SR. – O senhor me permite. Eu lhe ouvi, Deputado Cabo Júlio, e gostaria de ter a sua compreensão e a sua atenção como respeitosamente lhe ouvi eu merecesse o mesmo respeito.

O SR. CABO JÚLIO – Pois não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E dizer de que, se o delegado realmente tivesse preocupado, ele chegava no outro dia, ainda mais sabendo que foi ele que chamou o preso; o preso era do interesse dele, ele dava voz de prisão para esse carcereiro, tomava uma atitude drástica, uma atitude veemente, que absolutamente não foi tomada.

Outro aspecto. O delegado queria diligência, o senhor queria diligência. O senhor chamou o preso lá. A primeira coisa faz diligência...Não, mas ele foi na delegacia, ele é muito esperto, ele vai com advogado. Todo bandido é esperto, tudo que é bandido vai com advogado – eu sei sou advogado. A razão de ser do porquê da ida dele lá, era diligência. O senhor não fez a diligência no dia que ele estava lá. E antes que pudesse fazê-lo, o preso sumiu.

Quer dizer, eu interpreto muito claramente. Nós não temos aqui que julgar. Nós não temos aqui, absolutamente, que provar. Mas nós temos que levantar. A CPI não é para provar, não. O objetivo da CPI. Nós somos uma Comissão Parlamentar de Inquérito é para inquirir. CPI não prova; CPI faz inquirição e remete os documentos de prova para a Justiça, para o Ministério Público, para o Poder Judiciário. Lá, sim, é onde cabe a prova final, porque lá, sim, tem o contraditório. Aqui, é inquisitório: é Comissão Parlamentar de Inquérito. Aqui, não há contraditório. Aqui, não tem advogado, o senhor não tem o seu lado de advogado. Aqui não tem como fazer prova. Nós temos que começar a entender o que é que é CPI. CPI não é lugar para fazer prova; CPI é lugar para levantar as questões, para apontar indícios, para indiciar as pessoas, para encaminhar para a Justiça; para da Justiça provar e, no indiciamento, quando há indícios.

E eu entendo, sim, há indícios da participação do delegado, até porque ele foi conivente, ele foi silencioso, com alguém que cometeu um ato extremo sob a sua responsabilidade eu acho que por este indício, em razão disso, eu sustento e argumento e dou as razões do requerimento que faço pedindo também o afastamento do delegado. Não cabe a nós, na CPI – e em CPI nenhuma – provar, a prova se dá pelo contraditório. E esse prova final se dá na Justiça, onde há o contraditório. Aqui, há o inquérito: Comissão Parlamentar de Inquérito. E há indícios claros da participação do delegado.

Esta é a minha visão e eu mantenho o requerimento.

O SR. – Deputado Cabo Júlio, com respeito à sua posição, você o tanto da nossa admiração, acompanho o requerimento do Deputado Pompeo de Mattos e remeto ao Presidente. Entendo dessa forma também.

O SR. CABO JÚLIO – Tudo bem!. Eu só quero...

O SR. – A Justiça, depois, vai tomar as providências.

O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO – ...discordar. Eu estou aqui para buscar a verdade real.

O SR. – Mas nós não temos tempo para buscar a verdade.

O SR. CABO JÚLIO – As alegações do Deputado Pompeo, eu não concordo com ela e vou discordar até o fim. Nós temos que provar, senão nós vamos chegar aqui e falar, assim: "Você é bandido" Tudo bem! Ele é bandido? Então, o que nós podemos dizer que ele é bandido? É muito...Eu entendo irresponsável uma afirmação se a gente não tem condição de provar que o cara é bandido, embora seja uma CPI.

Então, o que acontece? Por quê? Porque que a gente sabe que a notícia é desse tamanho para acusar e desse tamanho para defender depois que se chegue no finalmente.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Com a palavra o Deputado Carlos Dunga.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir do depoente em razão já do que ele falou. Ele cita, por diversas vezes, citou por diversas vezes o delegado de plantão e não disse à CPI, que nome tem esse delegado de plantão é qual o procedimento que ele tomou em relação a essa fuga.

O SR. – Bom, o delegado de plantão é a Drª Dinamene. O carcereiro, após a fuga, comunicou com ela os fatos. Ela determinou que ele entrasse em contato comigo para mim... e entrasse em contato com os investigadores para tomar as providências. De imediato, todos compareceram à delegacia e fizeram a diligência.

O SR. CARLOS DUNGA – Mas ela não era a delegada de plantão?

O SR. – Era a delegada, é a Drª Dinamene.

O SR. – A obrigação não era dela.

O SR. CARLOS DUNGA – Qual foi a atitude que ela tomou?

O SR. – Não entendi, Exª

O SR. – A obrigação de tomar as providências não era dela?

O SR. – Seria da delegada de plantão, mas eu fui à frente, porque eu que recambiei o preso, a responsabilidade era minha.

O SR. – Sim, mas, há poucos instantes, o senhor fazia referência à delegada de plantão. Então, quero saber qual o procedimento que ela tomou. O senhor não estava na delegacia. O senhor não sabia nada do que estava ocorrendo. Então, tudo isso era tarefa do delegado de plantão.

O SR. – Certo.

O SR. – Então, o que o senhor tem a dizer sobre o procedimento.

O SR. – A determinação dela, segundo o carcereiro, foi para que ele entrasse em contato comigo e com a minha equipe, inclusive com a equipe de apoio. Há uma equipe de apoio também. Tem a comunicação também.

O SR. – Mas ela não tomou nenhuma atitude quanto ao carcereiro?

O SR. – A atitude que o carcereiro me disse foi essa.

O SR. – Digo, a delegada de plantão não tomou nenhuma atitude quanto ao carcereiro?

O SR. – Quanto ao carcereiro, foi instaurado um inquérito, mas não é ela quem está presidindo.

O SR. – No momento, ela não tomou nenhuma atitude?

O SR. – No momento, creio que não.

O SR. – Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. – Só para concluir: a delegada não tomou providência e mandou o carcereiro falar com o senhor?

O SR. – Mandou o carcereiro tomar a frente.

O SR. – Então, o primeiro delegado que tomou conhecimento pessoalmente do assunto, que conversou, o carcereiro falou por telefone com a delegada?

O SR. – Exatamente.

O SR. – Então, quem teve o contato pessoal com o carcereiro, que recebeu a história, foi o senhor?

O SR. – Fui eu, sim senhor.

O SR. – E o senhor não deu a prisão em flagrante para ele?

O SR. – Na hora não, porque ele saiu também.

O SR. – O senhor não deu a prisão em flagrante para ele?

O SR. – Não.

O SR. – Ele fugiu também?

O SR. – Não dei voz de prisão para ele, porque ele também estava no enclaustro do elemento, não é? Então, não dei voz de prisão para ele. Isso ficou a cargo de um delegado superior.

O SR. – Que horas ele fugiu?

O SR. – Foi por volta das 20h30min.

O SR. – Que horas o senhor ficou sabendo?

O SR. – Dez, quinze minutos após.

O SR. – Rapidinho. Mas aí era só fazer um cerco.

O SR. – Quinze minutos. Foi feito. A Polícia Militar foi comunicada. Segundo o carcereiro, todos foram comunicados, todas as providências foram tomadas. Segundo o carcereiro, não é? Eu fiz a minha parte.

O SR. – Segundo o carcereiro.

O SR. – Eu fiz a minha parte.

O SR. – Qual era a sua parte?

O SR. – Chequei a inteligência, chequei todas as evidências. No outro dia, inclusive, ouvi os detentos que estavam lá, no dia seguinte. Mas na noite ficamos até altas horas nas estradas, nas vizinhanças.

O SR. – E a delegada de plantão a única coisa que fez foi pedir para o carcereiro comunicar ao senhor?

O SR. – Perfeito! Foi isso que o carcereiro me disse.

O SR. – Que seja registrado nos nossos Anais, Sr. Presidente, essa decisão da delegada de plantão.

O SR. – Sr. Presidente, solicito a audição do carcereiro, que está aí, se não me engano, Anderson Luís Chaves, não é isso? Já que ele está aí, gostaria que ele fosse ouvido.

O SR. – Pediria, Dr. Ailton, que o senhor aguardasse lá fora, porque vamos ouvir o carcereiro.

O SR. – É Anderson Chaves, não é?

O SR. – Sr. Presidente, queria que o delegado permanecesse não na sala separada, para podermos fazer uma acareação entre os dois.

O SR. – O senhor aguarda na sala onde estão os outros e o carcereiro vem para cá. Se for o caso, vamos fazer uma acareação entre os dois.

(Fora do microfone)

O SR. – Excelência, por gentileza, queria comunicar a V. Exª que o carcereiro Anderson não se encontra presente, ele não foi convocado para a CPI.

O SR. – Então, ele será convocado para depor em outro momento. Ele não está aqui?

O SR. – Estou comunicando ao Presidente que o Anderson Luís não foi convocado pela CPI.

O SR. – Mas nós estamos convocando agora. Ele não está aí? Está convocado. Ele não está presente?

O SR. – Não. Ele não foi convocado.

O SR. – Eu sei, mas nos foi informado de que ele estava aqui.

O SR. – Ele não se encontra aqui não.

O SR. – O Anderson não está aqui não?

O SR. – Quem disse que o carcereiro estava aqui? Temos que ouvi-lo.

O SR. – Ele não foi convocado, Excelência. Só eu quem fui.

O SR. – Informaram-nos que ele estava aqui. Faço um requerimento convocando-o para amanhã cedo.

O SR. – O depoente fica convocado para amanhã.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu vou fazer um requerimento, Sr. Presidente. O delegado está aí e obviamente as coisas tomaram um contorno mais grave e preocupante. Nós queremos esclarecer as coisas. Ninguém quer ficar fazendo ilações sobre quem não deve. Mas o fato aconteceu e a CPI quer esclarecer, quer dar pelo menos uma luz.

Assim, faz-se necessário que ouçamos, ainda hoje, esse carcereiro. Portanto, faço um requerimento no sentido de que a CPI solicite ao delegado a sua permanência até aqui na sala. Não há problema nenhum, pois não vamos tratar desse assunto por enquanto. Vamos tratar de outro assunto. Enquanto isso, a CPI deve providenciar o deslocamento do carcereiro da cidade de Patos de Minas para cá. A CPI vai trabalhar noite a dentro. Ainda não nem16 horas e, no máximo, até as 20 horas ele tem condição de estar aqui. Se o delegado for para lá ele poderá estabelecer um diálogo desnecessário. A CPI não gostaria que houvesse esse diálogo entre os dois.

Por isso faço esse requerimento. Se o requerimento for aprovado, que esse carcereiro seja imediatamente deslocado para cá.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Deputado Pompeo, nós já estamos fazendo contatos telefônicos com Patos de Minas para que o carcereiro seja trazido para cá. V. Exª será atendido em seu requerimento, pois poderemos ouvir, ainda na noite de hoje, esse carcereiro.

O SR POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, peço a V. Exª que a CPI ligue para o delegado regional, pois ele é o chefe do carcereiro. Esse carcereiro está afastado e está sob as ordens do delegado regional. Assim, o delegado regional é que deve determinar o deslocamento dele para prestar depoimentos à CPI. O Dr. Airton deve aguardar aqui se for o caso de se fazer uma acareação

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Por favor, o senhor está com a palavra. Diga como pode ajudar a CPI com suas informações em relação ao roubo de cargas.

O SR. – Em primeiro lugar, quero dizer que é uma satisfação muito grande, Srs. Senadores e Srs. Deputados, estar aqui e poder contribuir um pouco com esses trabalhos. Acompanhamos atentamente, durante o dia, os trabalhos aqui realizados. Ficamos um tanto quanto surpresos com relação a algumas afirmações que ouvimos aqui.

A Polícia Rodoviário Federal é atuante em todo o País e faz o mesmo em Uberlândia. Trago palavras do Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, Gen. Álvaro Henrique Viana de Morais, que se mostra sensível a essa situação e disposto a cooperar de todas as formas com a CPI. Além das ações que vamos elencar para os Senhores aqui, queremos já declarar de pronto que o nosso general, através da direção geral da Polícia Rodoviária Federal, tem empreendido no sentido de formar 80 policiais por mês, policiais esses especializados. É o grupamento de policiamento especial, citado inclusive pelo Dr. Breno mais cedo aqui, num trabalho empreendido na região, bem como no Estado de São Paulo. Além desses, 70 policiais foram formados, policiais que estão trabalhando na área de investigação interna, como se fosse um P-2, um serviço de investigação, e eles têm nos ajudado muito no sentido de levantar alguns dados e também trabalhar com o objetivo de diminuir o índice de incidência de assaltos e criminalidade nas rodovias. Para que os Senhores tenham conhecimento, assumimos a chefia da delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Uberlândia no dia 4 de setembro e, de lá para cá, podemos declarar que, graças a **Deus**, tivemos alguns pontos positivos no decréscimo em relação aos assaltos na região. A Constituição Federal, no seu art. 144, dá a Polícia Rodoviária Federal como uma polícia que está ligada à área da segurança, bem como as Leis 9.503, editadas no Diário Oficial da União de 1997, a Lei 9.654 e o Decreto presidencial nº1.655, tratando única e exclusivamente do trabalho da Polícia Rodoviária Federal. Alguns ainda tendem a insistir e a achar que a Polícia Rodoviária Federal se prende única e exclusivamente no sentido de fiscalizar documentos de veículos, fiscalizar habilitação. Não só esse trabalho, coibindo o acidente de trânsito, mas a Polícia Rodoviária Federal, de acordo com essas leis que acabei de citar para os Senhores, tem hoje o poder de fiscalizar o veículo, no sentido de buscar armas, buscar contrabandos, buscar tráfico de entorpecentes. Nesse sentido, ela tem realmente empreendido ações com o objetivo de realmente diminuir a ação dos celerados aqui, na nossa região. Queria esclarecer, Sr. Senador, que, quanto ao fato citado pelo nosso querido amigo, Coronel Lobato, no sentido de a polícia militar agir na rodovia federal, talvez tenha havido um equívoco por parte dele, mas nenhuma polícia, nem mesmo o cidadão vai deixar de agir, independente de ofício, no sentido de coibir o crime. Então, não vai ser essa oficialização à Polícia Rodoviária Federal que vai impedir que a Polícia Militar venha e aja num crime em andamento. Há sim o respeito à legislação em vigor, no sentido de que a área federal é coberta pela Polícia Rodoviária Federal, que tem se empenhado nesse sentido, no sentido de diminuir a incidência de crimes nas rodovias. Só não podemos também, de forma alguma, admitir que sejamos aqui atacados ou até mesmo informados de situações em que, vou informar que o seu telhado está quebrado, mas eu entro na sua casa e informo a você que o seu telhado está quebrado enquanto o meu também está. Não adianta nada. Temos que partilhar e compartilhar os nossos problemas. Temos que buscar soluções no sentido de viabilizar essa situação que hoje é freqüente em nosso país. Tenho certeza de que a Polícia Rodoviária Federal, em momento algum, será um tropeço ou um objeto a dificultar esse tipo de trabalho. Temos, sob circunscrição, só concluindo, Deputado, na delegacia de Uberlândia, quatro postos. Esses postos estão distribuídos da seguinte forma: Utuiutaba, que é um (?), temos um outro posto em Araguari, sentido Brasília Catalão, temos um posto em direção a Uberaba e temos um posto, efetivamente, aqui, em Uberlândia. Temos 534 quilômetros de extensão de rodovias. São três rodovias: BR-452, BR-365 e BR-050. Pois não, Deputado.

O SR. – Apenas um aparte, inspetor Davi. Na verdade, sinto-me obrigado a pedir esse aparte, até por que houve um mal entendido por parte de quem o informou. Se o senhor entendeu dessa forma eu gostaria de colocar de outra forma. O Coronel Lobato em hipótese alguma criticou a Polícia Rodoviária Federal. Não entendo dessa forma, inclusive defendeu, disse das dificuldades por que ele também passa e que a Polícia Federal passa, dos 200 quilômetros de um lado e 130 quilômetros de outro, sem nenhum posto, e ainda assim os senhores atuam. Então, não houve absolutamente, de minha parte, eu não entendi nenhuma crítica à Polícia Rodoviária Federal. Ele disse das dificuldades da questão jurisdicional, e é natural, aí é lei. E eu sei que se ele agir você não vai coibir, mas ele não pode agir não é a área dele. Então, talvez tenha tido um mal entendido. Em hipótese alguma eu entendo que ele tenha criticado a Polícia Rodoviária Federal.

O SR. – Nós não temos aqui, muito pelo contrário, temos um bom relacionamento com o Coronel Lobato. A grande vantagem disso é exatamente que o público, devo informar aos senhores que a audiência está muito grande nesse sentido, o cidadão quer que realmente esse crime pare de acontecer, no mínimo chegar a zero. Esclarecemos aos ouvintes como é que a coisa funciona, com ao polícia age. E o nosso objetivo aqui é este.

Hoje a Polícia Rodoviária Federal, como o Coronel Lobato mesmo disse, sofre um problema de toda a corporação militar r civil, problema de efetivo, e isso não pode, de maneira nenhuma ser motivo para que eu desanime nem tampouco que os comandados por mim estejam atuantes nas rodovias.

Trouxe documentos comprobatórios dos trabalhos efetivamente realizados pela Polícia Rodoviária Federal, que serão encaminhados diretamente ao Presidente. Solicito inclusive contra-recibo.

Queria informar a situação atual das rodovias, o que está acontecendo aqui em Uberlândia, no trecho de Uberlândia, e o que a Polícia Rodoviária Federal está fazendo. Nesse sentido trago o seguinte relatório aos senhores: nós tivemos, durante a ano de 2000, dada a rapidez e sei que o Coronel Lobato teve essa dificuldade uma vez que foi muito rápido seu convite a estar presente. Tivemos 22 assaltos a carga, 6 veículos tomados de assalto, 21 ônibus assaltados e 6 assaltos a mão armada. Esse é o levantamento rotativo, o que houve na rodovia no período de um ano. Ale lembrar o seguinte: a Polícia Rodoviária Federal só neste ano recuperou aqui no trecho de Uberlândia 24 veículos, entre caminhões, automóveis, motos, apreendemos veículos por suspeita de nota fiscal, apreendemos veículos com suspeita de chassi adulterado e mais outras situações inerentes ao trabalho da Polícia Rodoviária Federal, com objetivo, com fito único de realmente diminuir.

Qual é a ação da Polícia Rodoviária Federal hoje? Nesse trecho que venhamos e convenhamos é realmente um trecho grande, esse problema enfrentado não é somente pela Polícia Rodoviária, mas a Polícia Militar e a Polícia Civil vêem essa dificuldade quanto ao efetivo. Estamos diuturnamente, principalmente no horário noturno, onde a ação dos bandidos é maior, com a fiscalização, os policiais em várias viaturas rodando todo o trecho, a BR-452 e a 365 onde a incidência e maior. Falo aos senhores, essa estatística só não está maior graças a esse trabalho. Poderiam perguntar o que deu esse trabalho. Ele deu na inibição, ou seja, vários colegas já conseguiram, com a presença lá, às vezes perseguindo veículo na Cidade de ??? os bandidos que foram lá presos, os nomes citados. Trouxe também várias ocorrências de pessoas envolvidas em assaltos de ônibus e caminhão. Essas pessoas estão todas elencadas aqui e eu passarei à disposição da CPI para que sejam tomada as medidas necessárias.

Tivemos há poucos dias uma perseguição a um **Vectra** branco que estava agindo na região. Nossos colegas, Policial Sílvio e Roque estavam empenhados nesse sentido. Infelizmente não conseguiram capturar os bandidos, mas apreenderam o carro que é produto de furto, com adulteração do chassi.

Tivemos na semana passada uma operação integrada. Prendemos quatro elementos que foram reconhecidos e estão presos na delegacia de Araguari, provavelmente envolvidos também em assaltos de ônibus e assalto de carga. Todos os quatro elementos aqui de Uberlândia. E temos também a recuperação feita de caminhões praticamente na porta do posto da Polícia Rodoviária. E, infelizmente, temos que admitir que essas prisões foram feitas em elementos aqui de Uberlândia, as providências da Polícia Rodoviária no sentido de coibir e fazer o trabalho está sendo feita, mesmo com as dificuldades apresentadas, mesmo com os grandes índices que às vezes se apresentam, podemos declarar para os senhores, tivemos seis assaltos à carga em julho, em agosto, três, em setembro, quatro, em outubro, três. Houve um decréscimo, mínimo, mas houve. Se um assalto não é cometido, acho que já é um lucro para a população e para aquelas pessoas que estão esperando um trabalho efetivo da nossa corporação.

E a Polícia Rodoviária Federal, mais uma vez, coloca-se à disposição desta CPI no sentido de trabalhar em conjunto e também apresentando a esta CPI os trabalhos ora elencados aqui nas minhas palavras.

O SR. – Inspetor, só quero, na verdade, lhe cumprimentar e agradecer a sua presença aqui, mas deixar registrado um pedido para o senhor: Sabemos que o crime se organizou no Brasil na medida em que nós nos desorganizamos. Não é que eles são muito bons, nós é que estamos ficando ruins. Eu até, esses dias, comparei o crime organizado, em relação aos poderes de Estado, que é a Polícia Civil, militar, as polícias, enfim, o Poder Judiciário, o Ministério Público, os políticos, enfim, as autoridades constituídas, como se fosse uma corrida de carro onde o poder do Estado é um carro de Fórmula I e o poder dos bandidos é um carro de motor 1000. Quem é que ganha a corrida? O carro de Fórmula I vai ganhar sempre. Só que nessa corrida o carro de Fórmula I anda numa estrada cheia de buracos e quebra-mola, cheia pardal, curva e o guarda atacando, sem contar nas sinaleiras e outras coisas. E o carro, esse dos bandidos, anda numa estrada aberta, sem quebra-mola, sem buraco, sem sinaleira, sem pardal, sem guarda para atacar, livre, leve e solto. Quem é que chega primeiro? Eles, sempre. Ocorre que nós nos desentendemos entre nós mesmos. A Polícia Militar não se entende nem com a própria Polícia Militar, que não se entende com a Civil, que não se entende com a Federal, que não se enten-

de com as autoridades do Judiciário, cujos políticos não estão nem aí, e às vezes o povo se encolhe. Então, o que quero falar para o senhor é que o senhor faça daqui uns dias um contato com o coronel, vamos nos entrosar mais. Porque a CPI do Narcotráfico venceu em muitas partes e nós estamos vencendo porque estamos contando com a sua ajuda, a ajuda da Polícia Rodoviária Estadual, da Polícia Militar, da boa Polícia Civil, da parte boa da Polícia Civil, da Polícia Federal, enfim, os deputados aqui entre nós, nos entendemos, ou seja, em função dessa operação em conjunto é que temos ganhado as paradas para os bandidos. Agora, se nos dispersarmos, vamos perder, se nos unirmos, vamos ganhar deles, porque somos muito mais fortes que eles.

O SR. – Deputado, com certeza, quanto à solicitação do senhor, já afirmo que já há essa integração e reafirmando o que falei no início, assumimos, há dois meses, a Polícia Rodoviária Federal em Uberlândia, cumprindo aqui o papel de chefe da delegacia, e nesse período já tivemos alguns contatos com os comandantes dos dois batalhões, do 17º e 32º, bem como a Polícia Federal e também a Polícia Civil, na pessoa do Dr. Ramon, que é o delegado regional. E digo para o senhor, com certeza, e eles podem confirmar isso, que esse trabalho está sendo feito. E não só a Polícia Rodoviária Federal, mas as outras polícias têm se integrado. Essa aproximação é muito grande, afinal de contas, não queremos que brilhe a estrela da Polícia Rodoviária, nem Polícia Civil, nem Polícia Militar, queremos que brilhe a estrela de um bom serviço da segurança pública federal, estadual ou mesmo municipal, se for o caso. Mas essa operação, inclusive, na semana passada, em que tivemos a apreensão de quatro elementos, foi uma operação integrada, a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal. Esse trabalho tem sido feito, senhores, e já garantindo aos senhores que com esse trabalho realmente conseguiremos diminuir, minimizar no máximo, maximizando a nossa operação junto à sociedade, que urge, realmente, no sentido de querer mais segurança e brigar por essa segurança.

O senhor pode ter certeza, as minhas palavras aqui, em momento algum, quiseram ofender nenhuma corporação. Muito pelo contrário, respeito e admiro, tanto a Polícia Militar, quanto a Polícia Civil.

Quero aqui externar aos senhores e aqueles que estão nos ouvindo que esse trabalho de união e esse trabalho de integração das Polícias haverá, e haverá sempre, principalmente com esse novo método de trabalho, no sentido de um trabalho uníssono, citado inclusive pelo Sr. Breno, o Promotor aqui da cidade de Uberlândia. E nesse sentido, a Polícia Rodoviária Federal apresenta os seus trabalhos e quer apresentar juntamente com as outras corporações. Os senhores podem ter certeza nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Está com a palavra o Deputado Carlos Dunga.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, eu gostaria de me acostar às palavras aqui pronunciadas pela Polícia Rodoviária Federal e registrar a nossa satisfação pelos trabalhos que os senhores têm desenvolvido,...

O SR. – Muito obrigado.

O SR. CARLOS DUNGA – ...principalmente no que diz respeito às solicitações da nossa CPI.

Eu queria registrar, Sr. Presidente, e faço com orgulho em atenção ao que está sendo recebido pelos fatos que eu já procurei. No limite de Tocantins com Goiás onde conseguimos prender um caminhão roubado lá no Estado da Paraíba, na BR-232, lá no Pernambuco, em Petrolina, onde a Polícia Rodoviária tem se prestado atentamente às questões que a CPI tem levantado e na BR-230, lá no meu Estado, Estado da Paraíba.

Então, eu gostaria de fazer esse registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Muito obrigado, Deputado.

Então Inspetor, agradecemos aqui a sua participação, a sua contribuição e sabemos que, com certeza, não faltará o empenho de V. Sª junto aos demais policiais rodoviários federais no sentido de combater o crime organizado.

Muito obrigado e nós vamos manter sempre contato.

O SR. – Muito obrigado, Sr. Senador.

Nós só queremos de registrar que também nós sabemos que é uma solicitação de toda a sociedade. O empenho de V. Exªs. no sentido de viabilizar junto ao Governo, a área executiva a liberação de mais pessoas. Já foi liberado o concurso, nós sabemos, mas que mais pessoas viessem para a região do Triângulo. Porque aqui, com certeza, mesmo com o efetivo um pouco baixo, estamos conseguindo diminuir a quantidade de incidência em relação a crimes. E, com certeza, com um número maior de policiais poderemos prestar mais qualidade nesse serviço. E o senhor pode ter certeza, nossos policiais estão atentos e buscando, Sr. Deputado Pompeo, mesmo esses Golzinhos 1.000, esse veículo "1.000", mesmo com eles nós estamos aí minimizando a ação desses bandidos e vamos enfrentar com muita coragem, muita disposi-

ção, muita vontade. E, com certeza, cada policial que está hoje sob o meu comando tem se empenhado nesse sentido, arriscando a própria, que é o nosso trabalho, mas nós temos que realmente viabilizar essa possibilidade de dar mais segurança à nossa população.

Nós já estamos encerrando a nossa fala e queríamos deixar com o Sr. Presidente os documentos que trouxemos e talvez sejam úteis à CPI, uma vez que existem vários nomes aqui envolvidos.

Nós já tivemos em contato com a sociedade de um modo geral, com empresários, com pessoas ligadas à política, no sentido de realmente viabilizar essa junção das corporações e, muito mais ainda, a aproximação com a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Muito obrigado, Sr. Inspetor. (Pausa)

Eu gostaria que conduzissem até aqui o próximo Depoente, que é o policial José Aparecido Alves da Silva. (Pausa)

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Então, eu vou ler o termo de compromisso.

O seu nome completo.

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – É José Aparecido Alves da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – A sua Identidade.

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – É M1627705.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Sua idade.

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Tenho 41 anos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Seu CPF.

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – É 394872376-15.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – O seu estado civil.

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Residência.

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Rua C-68, 242, nos lotes de frente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Profissão.

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Funcionário público – Policial Civil.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Local onde, atualmente, está exercendo a sua atividade.

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Na Delegacia de Roubos de Cargas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – É aqui em Uberlândia.

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – É na Rua Vieira Gonçalves, nº 1.057.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – É parente, em algum grau, da parte envolvida?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – O Depoente se compromete, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, de dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio mas nos termos do art. 5º, Inciso 66, da Constituição Federal.

O senhor, então, assinará, aqui, o Termo de Compromisso.

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Oscar Andrade, pela ordem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, não sei se por uma falha do meu Requerimento ou da Secretaria – um nome ficou de fora. Foi o do Delegado que eu gostaria de já dar como requerido, também, e quero que seja providenciada a oitiva do mesmo, dentro da seqüência que V. Exª deverá escolher e pedir que ele, por favor, se retire do Plenário – é o Dr. Adevaldo Ribeiro Neves. Por favor, Doutor. O senhor deverá, também, ser ouvido. Eu peço que o senhor aguarde. Agradeço muito a sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Com a palavra, então, o nosso Relator, Sr. Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – José Aparecido da Silva – o seu apelido é Zezinho?

O SR. JOSÉ APARECIDO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo o senhor trabalha na Delegacia de Roubos de Cargas?

O SR. JOSÉ APARECIDO DA SILVA – Desde que fundou a Delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo?

O SR. JOSÉ APARECIDO DA SILVA – Há, aproximadamente, uns dois anos ou dois aos e meio, dois anos e oito meses. Eu não me recordo da data certa. Parece-me que foi em 1999.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 1999. E o senhor já elucidou muitos crimes?

O SR. JOSÉ APARECIDO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos, mais ou menos?

O SR. JOSÉ APARECIDO DA SILVA – Não tenho uma base – foram muitos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quadrilhas?

O SR. JOSÉ APARECIDO DA SILVA – Já, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quantas quadrilhas?

O SR. JOSÉ APARECIDO DA SLVA – Foram várias...

O SR. OSCAR ANDRADE – E quando à prisão dessas quadrilhas, qual é o procedimento tomado?

O SR. JOSÉ APARECIDO DA SILVA – Nós fazemos as investigações e quando nós conseguimos identificar os receptadores, nós fazemos o Relatório, sugerindo à autoridade policial para que peça as prisões preventivas e, aí, desenrolando o serviço, fazendo apreensões de mercadorias, prendendo pessoas envolvidas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes o senhor esteve em contato com o Cleverson?

O SR. JOSÉ APARECIDO DA SILVA – Eu participei de três prisões do Cleverson. Uma, dando apoio para uma outra equipe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dando apoio para outra equipe de policiais?

O SR. JOSÉ APARECIDO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o senhor estava dando apoio?

O SR. JOSÉ APARECIDO DA SILVA – É porque, segundo chegou à Delegacia, na nossa gíria policial, não iria de boa – não se entregaria. E, aí, foi quando todo o pessoal foi para poder dar suporte para a equipe que estava no serviço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isto?

O SR. JOSÉ APARECIDO DA SILVA – Isto tem por volta de um ano e meio – por aí.

O SR. – Na oportunidade foi um roubo de carga?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. – Qual carga?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Eu não me lembro... é... não sei dizer pro senhor a carga porque só 'demo' o apoio.

O SR. – E o que é que aconteceu com ele?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Aí a equipe... a outra equipe que trabalhou no caso, doutor.

O SR. – E junto com ele, qual os outros componentes da quadrilha, você lembra?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Nesse caso não, doutor, porque foi a outra equipe.

O SR. – Então vamos aos outros dois casos.

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – A outra foi no Posto Planalto, quando ele estava em companhia de uma subtenente da PM e um cabo.

O SR. – Ele estava?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Estava sim, senhor.

O SR. – E ele foi preso?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Foi preso porque nós tava com um mandado de prisão pra ele por causa de roubo de uma carga.

O SR. – E ele estava em companhia de uma subtenente e de um cabo?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Isso. Parece que ele tava ajudando a fazer um levantamento numas armas que foram roubadas do Exército.

O SR. – Sei. E ele foi preso nessa época?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Foi sim, senhor.

O SR. – Carga... qual carga que ele tinha roubado?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Eu não me recordo a carga, só que ele vendeu para um tal Billy. Nós fizemos a apreensão da carga.

O SR. – Você não lembra a carga?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Era diversos.

O SR. – Diversos... E a terceira vez?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – A terceira vez foi quando entraram num depósito da Kwikaser, uma empresa que tem aqui de transporte. Aí um meliante, Nenén, citou o nome dele. Aí nós o prendemos, levamos até a Delegacia de Roubo a

Carga, foi feito o reconhecimento. Como ele não foi reconhecido, fechamos nosso relatório e o encaminhamos para a Delegacia Regional, onde ele ficou preso.

O SR. – E você conhece o Jasiel?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Conheço sim, senhor.

O SR. – E com o Jasiel, quais as ações que já empreendeu?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Olha, a prisão que foi feita dele foi em Canapólis, e aí comunicaram à gente aqui que ele estaria preso lá. E como havia ali, em Canapólis, vários roubos de carga, nós o levamos até... nós o recambiamos até aqui a cidade de Uberlândia, onde ele foi entrevistado e nos citou diversos roubos praticados com riqueza de detalhes.

O SR. – E com Jasiel foi só esse caso?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Ele deu vários casos. Nós fizemos um relatório e pedimos ... passamos para o nosso delegado, que pediu as preventivas.

O SR. – Qual delegado foi?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Dr. Hamilton.

O SR. – Vários casos que o senhor diz são quantos? Você lembra?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Roubo de gasolina, de carne, e nós estamos apurando lá também que essa quadrilha de Jesiel é suspeita de ter desaparecido um motorista e ter vitimado um policial militar em Centralina.

O SR. – Das vezes que eles foram presos e foram soltos no mesmo dia, o inquérito nem aberto foi... quantas vezes aconteceu isso?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não. Comigo nunca aconteceu isso.

O SR. – Nunca aconteceu?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. – O senhor nunca teve nenhuma conversa com nenhum dos dois pra facilitar a saída dele?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não, senhor, de maneira alguma.

O SR. – Deixa eu... Só vou lhe fazer uma pergunta: o senhor nunca transacionou com eles?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. – Nunca transacionou?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. – Carro...

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. – Não comprou carro deles?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. – Veículo, nada?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Nada.

O SR. – Nem recebeu sem o documento?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não, senhor, doutor.

O SR. – Dinheiro também não?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Também não, senhor.

O SR. – Eles não têm nenhuma história pra contar envolvendo o senhor?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. – O senhor não se reuniu com eles em lugar separado?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – De maneira alguma.

O SR. – Em hipótese alguma? Nunca esteve?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. – A sua relação com eles?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Só profissional: eu, polícia e ele, bandido.

O SR. – E o senhor já viu ele como polícia, digamos assim, na rua, o senhor já chegou a reconhecer ele?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Já vi várias vezes na rua sim, senhor.

O SR. – Cumprimentou ele?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não é cumprimentar. É olhar, a gente polícia e ele bandido. Vê os movimentos do indivíduo.

O SR. – Hum... hum... Não teve uma conversa em lugar nenhum com ele?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não, já houve caso de ele ligar pra gente tentando passar uma informação.

O SR. – É isso que eu ia dizer. E o senhor nunca ligou pra ele?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não, eu não liguei.

O SR. – Ele ligou para o senhor?

O SR. JOSÉ APARECIDO ALVES DA SILVA – Não, ele ligou, dizendo que um empresário aqui, dono do açougue Boi na Brasa teria comprado uma carga roubada. Nós começamos o levantamento, fomos até lá...

O SR. – E por que ele fez isso?

O SR. – Mas se ele é bandido...veja bem se ele é bandido, o senhor é policial e ele é bandido, como é que o bandido vai ficar conversando com o policial, dando uma de bonzinho?

O SR. – À-toa.

O SR. – Não, Doutor. Ele ligou a título da informação.

O SR. – Por que ele gosta de você?

O SR. – Não, eu acho que não, porque várias vezes eu o prendi por roubo.

O SR. – Qual o motivo que ele faria isso? Ele é bandido, você já prendeu ele três vezes. Na prisão houve força, você teve que usar de força?

O SR. – Nunca.

O SR. – Nunca machucou ele, nada?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Ele ia caladinho?

O SR. – De maneira nenhuma.

O SR. – E ele nunca lhe ofereceu dinheiro? Porque ele poderia dizer: Me solta que dou tanto?

O SR. – Não, senhor, Doutor.

O SR. – Ele nem ofereceu?

O SR. – De maneira alguma.

O SR. – Palavra de polícia?

O SR. – Palavra de polícia e sério.

O SR. – Ele é um bandido honesto.

O SR. – Não sei. Doutor, as vezes que eu prendi ele, prendi por força de mandado de prisão.

O SR. – Por que você acha que o Cléverson ligaria para você para te dar uma dica de uma casa roubada?

O SR. – Qual é a razão?

O SR. – Vamos entender. Quero só entender isso, por quê?

O SR. – Doutor, não entendi o porquê que ele ligou, mas quando ele deu a informação fui checar.

O SR. – Você agradeceu ele?

O SR. – Agradeci e comentei com o meu delegado que foi com a gente até o local.

O SR. – Quantas vezes ele lhe passou informações?

O SR. – Uma vez. Essa ...

O SR. – Do Boi na Brasa.

O SR. – Do Boi na Brasa.

O SR. – Quantas vezes ele lhe procurou e não lhe achou.

O SR. – Não sei se ele me procurou outras vezes.

O SR. – Mas o senhor ficou sabendo que ele lhe procurou e lhe deram recado?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Nunca lhe deram recado que ele lhe havia procurado?

O SR. – E o Jesiel já te ajudou assim nessas circunstâncias?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Em nenhuma situação?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Por que ele lhe deu essa informação ? A troco de quê?

O SR. – Não sei.

O SR. – Ligou e falou: Ó, tenho uma informação assim, assim?

O SR. – Foi de graça?

O SR. – Ele foi carinhoso?

O SR. – Doutor, ele sempre foi bem tratado, o senhor. entendeu, na delegacia. A gente faz o serviço da gente, não tem por que maltratar o indivíduo.

O SR. – Sim, o que não estamos entendendo é o seguinte: ele ligou e lhe deu essa informação?

O SR. – Ligou sim, senhor. Isso.

O SR. – Por quê?

O SR. – Você não achou estranho. não?

O SR. – Não sei. Achei estranho, sim.

O SR. – Então, reproduz, por favor, a fala dele, com o senhor .

O SR. – Ele falou: " É o Paulinho". Aí eu falei: "Ué, mas para que você está me ligando? '"Não, quero te dar uma informação, que o moço, o dono do açougue..

O SR. – O senhor que atendeu o telefone?

O SR. – Atendi sim, senhor.

O SR. – Foi celular ou da delegacia?

O SR. – Foi celular.

O SR. – No seu celular?

O SR. – Foi sim, senhor.

O SR. – Foi a única vez que ele ligou para o senhor?

O SR. – Sim, senhor. .

O SR. – Então, o senhor quer dizer que se a gente quebrar o sigilo do senhor, o senhor não tem nenhuma ligação outra sem ser essa.

O SR. – Não, senhor.

O SR. – E ele ligou do celular dele?

O SR. – Eu não sei de onde ele estava ligando.

O SR. – Mas o senhor não viu no telefone, o senhor recebeu o telefone?

O SR. – Vou dizer uma coisa para o senhor e o senhor pode achar até que estou ironizando e não é verdade. Tenho um problema de diabete e enxergo muito pouco.

O SR. – Mas não teve erro agora há pouco: é um bandido que prendo. Agora um bandido que prendo me liga. Quer dizer, o senhor podia até dizer: " Não, mas ele está me armando uma camanga. Daqui a pouco está me armando para ir lá, vou, e caio num esquema dele e morro." Quer dizer, pelo menos olhar de onde está ligando, se é de um orelhão, se é de um número convencional ou se é de um celular. O senhor não teve essa curiosidade.

O SR. – Talvez essa ligação dele, passando essa informação, foi justamente para isso.

O SR. – O senhor não sabe de onde ele ligou?

O SR. – Não sei não, senhor.

O SR. – E só ligou essa vez?

O SR. – Só, sim, senhor.

O SR. – E nunca mais ele ligou para o seu celular?

O SR. – Não.

O SR. – Nem do celular dele e nem para o seu?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Nós vamos checar tudo isso, viu?

O SR. – Tudo bem.

O SR. – Então reproduza aí, por favor, a fala dele com o senhor.

O SR. – Que o senhor lá da....

O SR. – Não, reproduza do jeito que foi .

O SR. – "Eu vou te passar uma informação que o moço do açougue, Boi na Brasa, comprou uma carga de carne roubada. Entendeu? Fica na Avenida João Naves de Ávila." Aí eu comuniquei ao meu delegado, fomos.... Com quem?

O SR. – Com o Paulinho Severino, que é o Cléverson.

O SR. – Aí o senhor falou o quê? Muito obrigado, tá bom, vou checar? Como é que foi essa fala. Reproduza. Gostaria que o senhor reproduzisse na íntegra a fala.

O SR. – Na verdade, presta atenção. Ele é policial. Eu não sou, mas sei. As polícias, ás vezes, têm informante e então não tem nenhum pecado nisso não. É uma maneira, inclusive, muito boa de checar.

O SR. – Na íntegra.

O SR. – Vou dizer para o senhor, estou com vários informantes e ele não faz parte do rol desses informantes.

O SR. – Ele não é.

O SR. – Não, senhor, foi a única vez.

O SR. – Ele estaria querendo ser seu informante por um acaso? Você acha que pode ser? Não?

O SR. – Não, Doutor, estou falando para o senhor. Quando um indivíduo cai com a gente se ele não tem, por exemplo, se a gente não consegue apurar nada com ele a gente sempre fala: " Se você ficar sabendo de um outro bandido, comunica com a gente". E coisa assim. " Talvez o porquê dele ter me ligado e eu nunca passei telefone meu para ele.

O SR. – Como é que ele conseguiu seu telefone?

O SR. – Não sei dizer, Doutor, apesar de que, na nossa escala de permanência, fica, no quadro, o telefone de todos nós.

O SR. – Ele já era assíduo lá?

O SR. – Então o senhor, por favor, reproduza a fala dele com a o senhor.

O SR. – Doutor, o tempo...

O SR. – Não se lembra?

O SR. – Não me recordo das palavras corretas.

O SR. – Ele falou "Tenho uma informação para dar de um carga assim, assim...". O senhor falou "Tá bom. Vou checar", não estranhou, já que era a única vez, e perguntou por quê?

O SR. – Doutor, eu não dei tanta atenção ao Paulinho e ao Severino, o senhor entendeu? Porque o que ele pensa é em nos prejudicar. Ele chegou a ameaçar um colega nosso, dentro da delegacia, de morte.

O SR. – O senhor checou a informação?

O SR. – Checamos?

O SR. – Checamos. Fui eu, o delegado...

O SR. – Então, deu atenção à fala dele, não é?

O SR. – Doutor, policial tem que acreditar em tudo. O senhor já foi policial e sabe disso.

O SR. – O que o Relator quis dizer é o seguinte: o senhor não tem nenhum envolvimento que não seja o de policial para bandido com o moço, não é isso?

O SR. – É isso.

O SR. – Aí, ele, bandido, liga para o senhor para lhe dar uma informação, e uma informação quente. A pergunta é: por que ele iria lhe dar essa informação? Com que interesse?

O SR. – Não sei dizer, doutor.

O SR. – E por que ele lhe passaria essa informação?

O SR. – Não sei dizer, doutor. Ele não teve nenhum privilégio conosco, em hipótese nenhuma.

O SR. – O Jasiel já te ajudou?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Você o conhece bem?

O SR. – Conheço.

O SR. – Qual é seu nível de relação com ele?

O SR. – Polícia e bandido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É a primeira vez que vejo bandido ligar para polícia para ensiná-la o que fazer para pegar bandido.

O SR. – Doutor, ele não ensinou. Ele me passou a informação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele dá algumas dicas.

O SR. – Ele faz parte do rol de informantes da delegacia?

O SR. – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Peço à secretaria que providencia a vinda do Cleverson ao plenário.

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Cabo Júlio.

O SR. CABO JÚLIO – Como ainda não foi encerrado o depoimento, eu gostaria de ouvir...

O SR.– Zezinho, você está armado?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não está armado.

Zezinho, você conhece Osmar Aparecido de Assis?

O SR. ZEZINHO – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De onde?

O SR. ZEZINHO – Da Delegacia de Roubo a Cargas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é ele?

O SR. ZEZINHO – Faz parte de quadrilha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor já o prendeu?

O SR. ZEZINHO – Eu não o prendi. Ele foi preso em Goiânia e veio para cá. Havíamos expedido o mandado de prisão dele por conta da situação em Centralina e Canápolis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele mora onde?

O SR. ZEZINHO – No bairro Cruzeiro Gramado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é a cidade?

O SR. ZEZINHO –Uberlândia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele foi preso em Patrocínio?

O SR. ZEZINHO – Primeiro, ele foi preso pelo Dr. Lúcio e um equipe daqui, composta pelo Mariovan e o João Geraldo. Foi levado para lá e resgatado em Patrocínio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É verdade que o senhor já tomou cerveja lado a lado com ele?

O SR. ZEZINHO – Nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca?

O SR. ZEZINHO – Nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dizem que o senhor tem uma relação de amizade muito próxima dele.

O SR. ZEZINHO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Chegam aqui informações que dão conta disso. Depois, vamos checar tudo isso.

O SR. ZEZINHO – Tudo bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois não.

O SR. – Cleverson, quem é essa pessoa?

O SR. CLEVERSON – Zezinho.

O SR. – Ele é policial?

O SR. CLEVERSON – É policial civil da Delegacia de Roubo de Cargas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Peço que eles cheguem mais próximos um do outro. Tem que ser perto, olho no olho. Aliás, como manda a lei: "Face a face".

O SR. – O que você tem a dizer para nós, Cleverson, sobre o Zezinho, de tudo o que o Senhor já expôs na CPI. Já o conhecia há muito tempo. Há quanto tempo?

O SR. – Se eu for falar aqui, realmente, já passei por muitos momentos difíceis na frente desses policiais. Não tenho medo de falar. Estou aqui para falar a verdade. E isso eu vou falar com certeza. Então, esses policiais, o Zezinho, o ?, o Maurivan, já me bateram, já me torturaram bastante e já tomaram muitas coisas minhas que ganhei roubando. Não nego o que já fiz.

O SR. – O que já tomaram de você?

O SR. – Já tomaram carro, dinheiro, várias vezes. Não foi só uma vez.

O SR. – Então, vamos começar lá detrás. Qual foi a primeira vez? Vamos buscar lá no fundo da memória.

O SR. – A primeira vez foi aquela que eles me prenderam na casa do meu sogro, lá no Jardim das Palmeiras. Inclusive, havia saído com roubo da carga de cigarro, em que, até hoje, nem me chamaram no fórum. Estava com essa carga, e eles chegaram lá e pegaram um Mazda, um Tempra meu, a minha 1.100, e eu saí no outro dia, porque fizemos um acerto com ele.

(falha na gravação)

O SR. – Qual foi a participação do José Aparecido Silva?

O SR. – Ele estava junto e me levaram para o mato, começaram a me dar choque, penduraram-me num pau-de-arara e me algemaram. Eu sofri muito. Se eu não desse dinheiro, acho iam até me matar. Quando cheguei à Delegacia ...

O SR. – Quando foi isso?

O SR. – Já deve ter uns dois anos.

O SR. – Depois que o Senhor deu o dinheiro, eles liberaram o Senhor?

O SR. – Aí eles me liberaram.

O SR. – Você não foi para o fórum? Então, não teve nem inquérito?

O SR. – Não fui para o fórum, e até hoje não me chamaram.

O SR. – E aí Zezinho?

O SR. – Isso é mentira, Doutor.

O SR. – O Senhor o prendeu nessa data?

O SR. – Há cerca de um ano e meio. Há um ano e oito meses, mais ou menos, dei cobertura a uma equipe que foi fazer a prisão do Cleverson.

O SR. – Tem esse inquérito?

O SR. – Tem. Em Patrocínio.

O SR. – Aonde foi a prisão? Lá no Jardim das Palmeiras?

O SR. – Foi na casa do sogro dele.

O SR. – Estava o Senhor e quem mais?

O SR. – Havia vários policiais. Havia umas três equipes, porque ele disse que não viria numa boa, que a Polícia não o prendia, que ele ia matar e não sei o quê. A outra equipe pediu apoio para a prisão dele.

O SR. – O Senhor o prendeu dentro de casa?

O SR. – Fiquei na parte do fundo da residência e não vi a equipe que entrou para dentro da casa.

O SR. – Vocês o levaram para a delegacia?

O SR. – Foi levado para a delegacia.

O SR. – Quantas armas ele tinha?

O SR. – Quantos dias ele ficou preso?

O SR. – Não sei porque foi outra equipe que trabalhou com ele.

O SR. – Você está contando a mesma história, Cleverson? Que te buscaram na casa do seu sogro?

O SR. – Exatamente. Isso que ele está falando é verdade, mas algumas coisas não. Foi nessa mesma equipe, que ele estava junto, na hora que eles me prenderam, eles falavam que eu era perigoso **(falha na gravação)** a arma em casa comigo. Eu não reagi. Eles entraram sem mandado de prisão, porque a Polícia Civil, aqui de Uberlândia, entra na casa sem mandado. Agora, nessa última vez, entraram sem mandado de busca na minha casa. Toda a vez que eles entram é desse jeito.

O SR. – Deixe-me fazer uma pergunta. O Senhor deu o dinheiro mais os carros, para não ficar preso?

O SR. – Foi. Um Mazda MX-3.

O SR. – Qual o carro que foi?

O SR. – Um Mazda MX-3.

O SR. – Eles fizeram o Senhor assinar o recibo?

O SR. – O recibo já estava assinado no nome de outro. Então, não estava no meu nome.

O SR. – Aonde eles venderam o carro?

O SR. – Venderam na garagem do Júnior.

O SR. – Do Júnior?

O SR. – Exatamente.

O SR. – E levaram no mesmo dia.

O SR. – Inclusive já passei a cópia dos documentos desses carros todos.

O SR. – Como é que foi entregue o carro? Foi lá na hora?

O SR. – Foi lá na Delegacia mesmo. Entreguei para eles, que o levaram e venderam. Só fiquei sabendo que venderam lá na garagem do Júnior.

O SR. – Mas você foi preso com o carro?

O SR. – Não, eu fui preso com mandado de prisão do roubo de carga de ...

O SR. – Como você foi para a delegacia?

O SR. – Fui levado para a delegacia na viatura. Não fui levado para a delegacia. De lá, quando eles me pegaram, fui levado para o mato, na saída de Uberaba e me penduraram no pau-de-arara, bateram-me e me deram choque para caramba.

O SR. – O que o Senhor tem a dizer dessa história dos carros?

O SR. – Desconheço.

O SR. – Então, o Senhor quer dizer o seguinte: se a gente achar esses carros e for no Detran buscar a origem – quem comprou de quem – não vai passar pelo senhor?

O SR. – Graças a Deus, não!

O SR. – Nem por nenhum dos policiais que estava na operação?

O SR. – Não acredito.

O SR. – Você lembra em nome de quem estava o carro?

O SR. – O recibo estava preenchido no nome do Marcos, conhecido como Marcão Robocop, ladrão de carga também. Fazia o mesmo que eu fazia.

O SR. – O Mazda está em nome de quem?

O SR. – Do Marcão.

O SR. – Quem é Marcão?

O SR. – Marcão é o Robocop de Uberaba.

O SR. – Quem é Marcão?

O SR. – Ele é ladrão de carga também.

O SR. – Estava no nome dele?

O SR. – Estava no nome dele o recibo.

O SR. – O recibo era de outra pessoa para ele. É isso?

O SR. – Exatamente.

O SR. – Então, tem de ser transferido para ele?

O SR. – Tinha que transferir para ele.

O SR. – Quem era essa outra pessoa?

O SR. – Esse carro foi o seguinte: eles foram em São Paulo porque ele tinha mil e pouco de multa. O Júnior ainda foi atrás de mim porque estava no nome do Marcão. Ele foi em São Paulo porque esse carro estava no nome de um cara que é chefe do Detran no Estado de São Paulo. Então, passou o documento direto para o nome do Júnior da garagem. E o Júnior da garagem vendeu esse carro para um policial federal que não tem nada a ver com isso, ele apenas comprou o carro na garagem.

O SR. – O Júnior não tem nada a ver?

O SR. – O Júnior tem. Ele comprou o carro dos policiais.

O SR. – Essa é a história do Mazda. E o outro carro?

O SR. – O outro carro também foi vendido. Numa outra vez, também houve uma (inaudível) que eles tentaram pegar. E foi preso um pessoal aí. E mandamos de São Paulo para cá um Tempra escuro. O Renato de Jundiaí foi quem trouxe esse carro para cá e entregou para ele nesse acerto. Então, meu nome nem foi lançado. Ficou como Paulino Severino. Então, meu nome não foi lançado e não me chamaram até hoje também porque fizemos um acerto.

O SR. – Deixe-me esclarecer, Zezinho. O senhor encaminhou esse inquérito para o juiz?

O SR. – O senhor está falando de qual?

O SR. – Desse inquérito que ele está falando que o senhor prendeu ele na casa dele.

O SR. – Foram os meus colegas que trabalharam nesse serviço. Só dei cobertura na hora da prisão.

O SR. – Qual o delegado que estava lá?

O SR. – Dr. Deovaldo?

O SR. – O senhor sabe se o inquérito foi encaminhado à Justiça?

O SR. – Foi. Ele inclusive estava com mandado de prisão. Ele alega que não tinha mandado de prisão, mas tinha.

O SR. – Ele ficou preso ou foi solto?

O SR. – Ficou preso.

O SR. – Fui solto no outro dia.

O SR. – Quando?

O SR. – No outro dia, fui solto porque paguei.

O SR. – Quantos dias?

O SR. – No outro dia, fui solto. Fui preso passando de 9 horas da manhã, e, no outro dia, às 2 horas da tarde, estava em casa. Podem perguntar para todos os vizinhos. Eles me viram chegando com a 1.100. Os outros carros eles tinham apanhado.

O SR. – É verdade? Ele foi preso num dia e solto no dia seguinte?

O SR. – Não, Doutor. Ele foi preso por mandado de prisão. A outra equipe que trabalhou com ele, correto? Mas ele foi preso com mandado de prisão e encaminhado para a cadeia lá em cima.

O SR. – O senhor chegou a ir para a cadeia?

O SR. – Não. Fui, dormi uma noite só e, no outro dia, 2 horas da tarde, saí. Eles falaram para mim: "Na hora que o dinheiro cair na conta, eu solto você". Então, realmente, no outro dia, entreguei o carro e me liberei.

O SR. – Na conta de quem?

O SR. – Não sei. Não sei na conta de quem porque não fui eu que vendi o carro. Foram os policiais. Entreguei o carro. Depois disso, fiquei de pagar a metade. Num dia, estava na garagem do Júnior, o Maurivam, o João Zebu e o Sarafim me acharam dentro da

garagem do Júnior, que eu tinha ido tentar comprar meu Mazda de volta.

O SR. – O senhor sabe quem comprou esse carro dos policiais?

O SR. – Sei. O Júnior da garagem.

O SR. – Garagem de onde?

O SR. – Daqui de Uberlândia mesmo. Parece-me que fica na João Pinheiro 4.000.

O SR. – Sr. Relator, seria importante pedir a algum policial para ir checar essa informação no Júnior da garagem. Está aqui. É Justino de Souza Vieira. (Pausa.)

Sr. Relator, sugiro que, enquanto estamos fazendo essa acareação, alguém que nos assessora tanto da Polícia Federal, como da Polícia Militar possa ir lá agora checar essa informação. Temos algumas informações sobre este Júnior, que se chama Justino de Souza Vieira. Há uma declaração. A cópia do documento do carro está aqui. É um Mazda, placa CHD4520. Não está expresso em nome de quem está o carro – não está dando para ler. Qual é o nome? Está no nome de terceiro. Esse veículo esteve de posse de um policial federal que comprou exatamente do Júnior na revendora dele. Então, o que o depoente fala tem todo o sentido: esse carro foi comprado do Júnior.

Seria importante alguém ir ao local – não sei se o Deputado Pompeo de Mattos e o Senador concordam com essa atitude – para checar essa informação agora, **in loco**, e perguntar ao Júnior de quem ele comprou. Se ele possui uma revenda, é necessário haver um livro que registre de quem ele comprou. Se ele comprou de outro, analisaremos a transação desde o início até obtermos a origem desse carro.

O SR. – O outro carro foi para lá também?

O SR. – O outro também está lá.

O SR. – Qual era o carro?

O SR. – Um tempra. Antigamente, essa garagem era cá embaixo. Depois, ele mudou para perto do João Pinheiro 4000. Mas é o mesmo dono e a mesma pessoa.

O SR. – Qual era o ano e a cor do Tempra?

O SR. – Não me lembro mais do ano do Tempra nem do Mazda.

O SR. – Qual era a cor?

O SR. – Era preto, quase preto; grafite.

O SR. – Tempra petro, grafite preto. E o Mazda era de que cor?

O SR. – Azul escuro.

O SR. – Azul escuro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, permita-me fazer uma constatação. Estamos organizando os trabalhos para registrarmos o depoimento. Sei que aqui se exercita a democracia, e todos têm o direito de manifestar-se e comunicar-se com quem quer que seja. Porém, julguei curioso um fato. Há pessoas que vêm assistir ao depoimento, mas passam o tempo todo fazendo ligações do celular. Parece-me que estão transmitindo pela rádio, mas não são jornalistas nem têm rádio. Não sei se vieram à Comissão como fonte de informação. Tenho ciência de que a reunião é pública, mas registro que essa atitude é, de certo modo, curiosa. Estou notando isso. Não quero, absolutamente, apontar quem está agindo dessa maneira, mas estou percebendo esse procedimento; eu enxergo. Ocorrendo qualquer ato, essa pessoa pega o celular e faz uma ligação. Daqui a pouco, começaremos a identificar essas pessoas.

Advirto que solicitarei à Polícia Federal a identificação das pessoas que vêm aqui para transmitir os acontecimentos da reunião. Fiquem em casa, assistam à reunião pela televisão, já que está sendo transmitida ao vivo. Em meia hora, percebi que a pessoa fez quinze ou vinte ligações. Isso é curioso.

Dr. Naurides, faço essa advertência para que, quem sabe, possamos realizar os trabalhos com mais tranqüilidade. Notei que esse fato já ocorreu outras vezes em reuniões da CPI: alguém permanece na Comissão para transmitir o que está ocorrendo. A CPI é muito dinâmica e os fatos ocorrem muito rapidamente. Quero apenas advertir. Peço às pessoas que desejam transmitir a CPI por telefone aguardarem do lado de fora e assistirem à televisão.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Explicarei com mais detalhes. Na verdade, a CPI é pública. Toda a cidade, toda a região pode acompanhar os nossos trabalhos. Entretanto, pedi que recolhessem os celulares dos policiais e dos outros quatro depoentes que estão aguardando, porque julgamos melhor assim. Esse fato já ocorreu em outras audiências da CPI. Por isso, a advertência do Deputado Pompeo de Mattos.

Sr. Cleverson, gostaria de que V. Sª continuasse a informar-nos, seguindo o raciocínio de todas as suas manifestações gravadas e taquigrafadas na CPI, sobre a participação específica do policial José Aparecido, o Zezinho.

O SR. CLEVERSON – V. Exª deseja que eu fale sobre o quê? Não entendi.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Não sei se sozinho é mais fácil, mas as suas histórias com relação à parti-

cipação, ou seja, a tudo que você passou com o Zezinho e com os outros policiais...

O SR. CLEVERSON – Foi com o Zezinho, o Jonas...

O SR. PRESIDENTE ( ) – Peço-lhe que esclareça melhor os fatos.

O SR. – Gostaria que V.Sª fosse mais claro e incisivo até para podermos fazer a contradita do policial.

O SR. – É uma coisa... Já apanhei tanto na mão desses policiais, não tenho vergonha de falar. É uma coisa tão sofrida...

O SR. – Solicito que coloquem mais volume no microfone do interrogado.

O SR. – Isso não foi só comigo – ocorreu com vários colegas meus, que tenho certeza de que, se vierem à CPI, falarão o mesmo, isto é, que já foram espancados por eles. Sofreram bastante tortura. Isso não é serviço de um policial. Isso é tortura. Inclusive, eles falaram para vários colegas meus que eu só comecei a apanhar e já falei que daria o dinheiro para eles. Eles batem para a pessoa fazer o acerto com eles. Não estou mentindo. Já fiz diretamente com os policiais, que já me penduraram de cabeça para baixo e deram choque. Tenho marca em mim até hoje de tanto eles praticarem tortura – principalmente o Zezinho e o José ??, um dos mais abusados para machucar a gente quando está nesse trabalho. Não tenho vergonha de falar.

O SR. – É mentira.

O SR. – V. Sª é policial há muitos anos?

O SR. – Há 20 anos.

O SR. – Qual é seu patrimônio?

O SR. – Moro numa casa alugada.

O SR. – Alugada?

O SR. – Sim, senhor. Tenho uma pequena chácara no meio do mato, não estou morando lá, porque a condição de vir para cá é que meus filhos trabalham e eu tenho que morar aqui na cidade, que é longe.

O SR. – V.Sª tem carro?

O SR. – Tenho, sim, senhor.

O SR. – Qual carro?

O SR. – Um Kadet financiado.

O SR. – O que mais V. Sª tem?

O SR. – Tenho uma Honda Bizz, que está em meu nome, mas é meu filho quem paga.

O SR. – Seu filho?

O SR. – Para poder-se locomover para o trabalho.

O SR. – A maioria desses policiais estão ricos, cheios de fazenda, de tanto pegar dinheiro de ladrão. É dinheiro de ladrão. Estão ricos, mas não têm nada no nome deles – no nome da mulher, do irmão. Estão todos cheios de dinheiro. São mais bandidos do que os próprios bandidos.

O SR. – Foi confirmado. Para que todos saibam, o Sr. Júnior já foi contactado e disse que está vindo para cá imediatamente. Vamos então aguardar a presença do Sr. Júnior da garagem.

Pode continuar. Qual o tamanho da sua chácara?

O SR. – 2 mil m^2.

O SR. – 2 mil m^2. É perto?

O SR. – Fica a cerca de 20 Km da cidade.

O SR. – Sr. Relator, como membro desta CPI, ouvindo as palavras do depoente, percebo que ele generalizou ao falar que todos os policiais recebem dinheiro dos assaltantes. Ele não pode generalizar. Se ele quiser, deve dizer quais são os acusados e não generalizar todos os policiais que pretender. Essa atitude dele está errada. Ele deve, se quiser ajudar a CPI, citar os policiais que entende que estão errados – e não generalizar todos os policiais deste Estado e do Brasil.

O SR. – Cléverson, quando V. Sª passou os carros dos policiais, como esse fato ocorreu? V. Sª vendeu e deu o dinheiro a eles ou passou para eles, que venderam?

O SR. – Eu passei para eles, e eles mesmos venderam.

O SR. – Quem era o seu advogado na época?

O SR. – Meus advogados na época eram o Dr. André e o Dr. José Roberto.

O SR. – O Dr. André sabia?

O SR. – Não. Eu negociei com eles no cerrado, no meio do mato, porque eu estava apanhando muito. Inclusive, na hora em que eu cheguei à delegacia, o advogado falou que um acerto daqueles não existia. Era muito dinheiro.

O SR. – Não entendi. Fale mais devagar, por favor.

O SR. – Quando eles chegaram comigo à delegacia, meu advogado perguntou por que eu tinha apanhado. Falei que havia apanhado, mas que já tinha feito um acerto e que estava tudo certo.

O SR. – Gostaria que V. Sª falasse um pouco mais devagar para que eu possa entender melhor.

O advogado perguntou se V. Sª estava machucado?

O SR. – Perguntou se eu estava machucado: "O que vocês fizeram com meu cliente?" Eu estava todo arrebentado. Então, eu falei que eles haviam batido em mim, que me tinham chamado para um acerto e que, na hora em que eles começaram a me bater, me pediram R$150 mil. Falei: "Esse dinheiro eu não tenho." Realmente, eu não tinha. Eu disse a ele que já havia feito o acerto com os policiais de R$60 mil e ele me falou que isso não existia.

O SR. – V. Sª conversou com o Dr. André que tinha feito o acerto?

O SR. – Sim, com o meu advogado, o Dr. André.

O SR. – O advogado, então, foi quem intermediou o acerto?

O SR. – Foi. O meu advogado, o Dr. André.

O SR. – O advogado intermediou o acerto?

O SR. – Não. Quem intermediou o acerto realmente fui eu mesmo no cerrado. Não vou prejudicar o advogado num conto desse, porque não foi ele que fez o acerto na hora. Quem fez o acerto fui eu, só que ele sabia do acerto.

O SR. – Quem é que entregou o carro para o Júnior?

O SR. – Para o Júnior não sei se foram os policiais ou se foi o advogado. Isto eu não posso confirmar porque não fui junto à garagem. Só sei que foi passado para o Júnior e, depois, passei o recibo direto para o Júnior que ficou de pegar comigo porque não estava na delegacia na hora.

O SR. – Ele pegou com você?

O SR. – Pegou comigo, o Júnior.

O SR. – Com você?

O SR. – Comigo.

O SR. – Se o Júnior vier aqui ele vai falar que pegou o recibo com você?

O SR. – Tem que falar.

O SR. – Mas o carro estava no teu nome?

O SR. – Não estava no meu nome.

O SR. – E como é que ia dar recibo se não estava no teu nome?

O SR. – Porque o recibo a gente deixa guardado em casa.

O SR. – Tu entregaste o recibo para ele? Tu não assinaste, tu entregaste?

O SR. – Eu só entreguei.

O SR. – Só entregou, mas não assinou?

O SR. – Só entreguei porque não estava no meu nome e eu não tinha procuração.

O SR. – É preciso esclarecer porque dá a impressão que tu terias assinado o recibo.

O SR. – Não.

O SR. – Tu não assinaste o recibo?

O SR. – Não assinei.

O SR. – Tu tinhas guardado o recibo, o documento de transferência e entregou para ele porque quem ia assinar o recibo era o verdadeiro...

O SR. – Exatamente, o verdadeiro Marcos, mas o Marcos **Robocop** era um ladrão de cargas, estava pedido...

O SR. – Como é o nome?

O SR. – Marcos, Marcão, conhecido como Marcão **Robocop**.

O SR. – Ele estava pedido no tempo e não pôde vir para cá para poder transferir o carro para o Júnior da garagem. Então, o Júnior foi direto em São Paulo onde está o verdadeiro dono que é um chefe do Detran e fez a transferência.

O SR. – Quero perguntar para o Zézinho o seguinte. Checamos a informação e os carros foram realmente vendidos para o Júnior.

A informação é a seguinte: o que o senhor está dizendo ele está negando?

O SR. ZÉZINHO – Mas, Doutor, tenho que negar. Não houve...

O SR. – O que quero entender é o seguinte: se a CPI começar a quebrar o sigilo do senhor e das pessoas ligadas ou próximas ao senhor, não acharemos nenhum...Tem alguém rico em sua família?

O SR. ZÉZINHO – Não, senhor.

O SR. – Não acharemos nenhum montante?

O SR. ZÉZINHO – Não, senhor.

O SR. – O senhor tem certeza dessa informação?

O SR. ZÉZINHO – Tenho sim, senhor.

O SR. – O senhor tem ciência de que essas informações que estão sendo faladas aqui estão sendo checadas uma a uma? Se durante e, ainda enquanto a CPI funcionar nessa acareação, descobrirmos que o senhor mentiu, só de mentir em juízo implica em o senhor sair daqui preso? O senhor tem ciência disso?

O SR. ZÉZINHO – Eu tenho plena consciência do que estou dizendo para o senhor.

Não houve nada disso.

O SR. – Sr. Presidente, parece-me importante que trouxéssemos o Jaziel para que também pudesse dizer qual é a relação dele com o Zézinho.

O senhor conhece o Jaziel?

O SR. ZÉZINHO – Conheço sim, senhor.

O SR. – Vamos trazer o Jaziel para ver o que ele tem a dizer sobre a essa relação com o senhor. (Pausa)

O SR. – Umas quatro ou cinco vezes.

O SR. – E quantas vezes ele pediu dinheiro, que tu desses dinheiro para ele?

O SR. – Umas duas vezes. Fiquei preso duas vezes porque não havia jeito para poder ser liberado porque eu estava com mandado de prisão.

O SR. – Não tinha jeito?

O SR. – Realmente, fiquei preso uma vez. A outra vez é para trinta dias da vez em que estava ajudando o pessoal sobre o problema do ouro em Brasília e fui liberado também pela Polícia Federal.

O SR. – Essa vez que tu foste preso na casa do teu sogro.

Qual a outra vez que tu foste preso, entregaste dinheiro para eles e eles te soltaram?

O SR. – Eu entreguei dinheiro para eles duas vezes. Para o Zézinho e para essa turma que estava com ele.

O SR. – Quando foi a segunda vez?

O SR. – Não estou lembrando onde que foi, mas foram duas vezes. Uma vez eu dei dinheiro para ele, agora eu me lembrei, eu consegui fugir daqui, da vez que pegaram o outro pessoal, foram presas seis pessoas, e eu e o Pedrinho fomos os únicos que conseguimos ir embora. Nós fomos embora para São Paulo. Caíram umas cargas nossas. Foram dois ou três caminhões no caminho do Prata. Foram presas seis pessoas. Tinham umas três, quatro pessoas que não tinham nada a ver que tínhamos levado só para ajudar a descarregar a carga e foram presas naquele local. E de lá de São Paulo fizemos um acerto por telefone com eles e...

O SR. – O acerto era para liberar quem?

O SR. – Para liberar os outros seis. E foi liberado... Inclusive foi presa uma mulher da transportadora, coitada, que não tinha nada a ver. Aí, pegou e liberou ela também. Nós pagamos, demos R$50 mil. E foram liberados todos.

O SR. – Cinqüenta mil para liberar...

O SR. – Seis pessoas.

O SR. – Seis pessoas.

O SR. – Seis pessoas e deixar eu e o Pedrinho quietos. Aí eu voltei para Uberlândia novamente e fiquei tranqüilo.

O SR. – Não foi feito processo nenhum aí?

O SR. – Não foi feito processo nenhum. Não indicou o nosso nome, não teve nada disso.

O SR. – Deixa eu te fazer uma pergunta. Quem intermediava o acerto era o Dr. André?

O SR. – É. Essa outra vez foi o Pedrinho que fez com o Dr. André, que mandou os R$50 mil.

O SR. – Não, dessa vez...

O SR. – Dessa vez foi.

O SR. – Dos carros?

O SR. – Essa vez foi.

O SR. – Foi o Dr. André...

O SR. – Foi. Exatamente.

O SR. – ...que intermediou o acerto?

O SR. – Exatamente.

O SR. – Foi ele que levou o carro lá?

O SR. – Essa vez eu confirmo pelo... O Pedrinho fez com o Dr. André e o dinheiro foi entregue, esse Tempra foi entregue na mão do Dr. André, o advogado, para passar para os policiais.

O SR. – Tá. O Dr. André que ficou encarregado de passar os carros para os policiais.

O SR. – Para vender o carro na garagem do Júnior e passar o dinheiro para os policiais.

O SR. – Tá. Então, o Dr. André...

O SR. – Advogado.

O SR. – ...que ia vender para o Júnior...

O SR. – Para passar.

O SR. – ...ia pegar o dinheiro e passar para os policiais.

O SR. – Foi. Nós mandamos o carro. E mandamos o carro no valor de R$17 mil e R$33 mil mandamos mais com **(?)**.

O SR. – Como é que é? Fala mais devagar, por favor. Dezessete mil em dinheiro...

O SR. – Não. Dezessete mil nós mandamos o Tempra no valor de R$17 mil. E mandamos... Faltaram R$33 mil. Nós mandamos vinte e depois treze.

O SR. – Mandou vinte.

O SR. – É.

O SR. – Como é que mandou? Como é que chegaram esses vinte? Você mandava o dinheiro para quem? Para entregar para quem?

O SR. – Esse dinheiro foi entregue na mão do advogado, do Dr. André.

O SR. – Ah, o Dr. André?

O SR. – Exatamente.

O SR. – E os outros treze também?

O SR. – Os outros treze também. Foi tudo pago para o Dr. André. Para o Dr. André passar para os policiais.

O SR. – Eu só quero fazer uma ressalva, Sr. Presidente. Nessa questão quem intermediou foi o Dr.... Como é o nome dele?

O SR. – André.

O SR. – Dr. André. Até porque o advogado, em função da profissão e com base no Estatuto da OAB, tem direito ao sigilo. Então, só para que haja compreensão. Daqui a pouco a pessoa vai dizer: "Não, mas vamos chamar aí o advogado". E o advogado vai vir aqui e vai ter que dizer. Não. Ele não tem que dizer. É um direito dele. A lei lhe ampara em função do sigilo profissional. Ele é inclusive... Não é só um direito, como é um dever dele de manter o sigilo profissional. O senhor está revelando, é da sua responsabilidade. Mas o advogado é obrigado a reter isso. Ele não pode passar essas informações. Então, só para esclarecer para a opinião pública.

O SR. – Josiel, quem é esse que está na sua frente?

O SR. JOSIEL – Como?

O SR. – Conhece esse moço aí? Conhece esse moço? Ahn?

O SR. JOSIEL – Inspetor Zezinho.

O SR. – Aumenta o volume para nós.

O SR. JOSIEL – Inspetor Zezinho.

O SR. – Inspetor Zezinho?

O SR. JOSIEL – Isso.

O SR. – Ele já prendeu você?

O SR. JOSIEL – Já.

O SR. – Quantas vezes?

O SR. JOSIEL – Só essa vez agora.

O SR. – Ahn?

O SR. JOSIEL – Só essa vez agora.

O SR. – Só uma vez? E aí, como é que foi a prisão?

O SR. – Como é que foi? Ele prendeu onde? Levaram você para onde? Lembra?

O SR. JOSIEL – É o seguinte: me prenderam em Centralina, Minas Gerais, e me trouxeram para Uberlândia, onde, na carga, fui espancado.

O SR. – E aí? Mineraram você?

O SR. – Descreve tudo.

O SR. JOSIEL – Oi?

O SR. – Descreve tudo.

O SR. – Conta tudo para a gente.

O SR. JOSIEL – É. Ele me espancou lá na carga, tudo, para eu assinar coisas que eu não devia, que eu não devo. E só. E me bateram. Pronto. Me soltou. Me levou para a 16ª.

O SR. – Você está dizendo: "me bateram". Foi... Quem te bateu?

O SR. JOSIEL – Ele, o Mariuvan... O Mariuvan não. O João Zebu, o Serafim e o Cleiton.

O SR. – E aí? Você ficou quantos dias preso?

O SR. JOSIEL – Estou preso até agora.

O SR. – Desde a época, não é?

O SR. JOSIEL – Vinte e poucos dias.

O SR. – Te pediram algum dinheiro?

O SR. JOSIEL – Ahn?

O SR. – Pediram algum dinheiro?

O SR. JOSIEL – Ele não. O inspetor não.

O SR. – Quem pediu?

O SR. JOSIEL – O João Zebu...

O SR. – Pediu quanto?

O SR. – Eles pediram R$15 mil.

O SR. – O João Zebu?

O SR. – Isso.

O SR. – Sete mil?

O SR. – Quinze mil.

O SR. – E aí, você deu?

O SR. – Não dei, porque eu não devia nada. Falei para eles que eu não devia nada daquilo.

O SR. – Mas, quando o João Zebu pediu, o Zezinho estava perto?

O SR. – Não, não estava perto.

O SR. – Não?

O SR. – Não, não estava perto.

O SR. – Tu tens medo dele? Tem medo do Zezinho?

O SR. – Hã?

O SR. – Tu tens medo?

O SR. – Como?

O SR. – Tu tens medo dele?

O SR. – Se tenho medo?

O SR. – É.

O SR. – Não, não tenho medo.

O SR. – Não tem medo. Mas, então, ele não pediu dinheiro, só te bateu, só te torturou?

O SR. – Só tortura, só.

O SR. – Pedir dinheiro ele não pediu?

O SR. – Não, ele não.

O SR. – E quem ficou com a carga?

O SR. – Como?

O SR. – A carga. Porque te pegaram em função de uma carga roubada, não foi?

O SR. – Isso.

O SR. – E onde está a carga?

O SR. – Não, não pegou carga roubada comigo. Fui preso por causa de um veículo. O senhor entendeu? Arrumaram um mandado para mim de última hora e fui preso por causa de um veículo. A vítima já foi ao fórum, já está resolvido também, que não fui eu. E estou preso agora porque assinei umas folhas lá que não tem nada a ver comigo. Porque tive que falar nomes de pessoas também que não tem nada a ver com esse tipo de coisa.

O SR. – Me diz uma coisa: você tinha um carro?

O SR. – Tinha.

O SR. – Qual era o carro?

O SR. – Um Ômega.

O SR. – Um Ômega?

O SR. – Isso.

O SR. – E quem vendeu seu carro?

O SR. – Quem vendeu? Isso foi na primeira vez que fui preso em Uberlândia. Quem me pegou foi o Mariovam e o João Zebu. Foi vendido na garagem do Júnior da Garagem.

O SR. – Espera aí.

O SR. – O carro foi dado para eles?

O SR. – Deixa eu só puxar uma linha aqui.

Você tinha um carro, de propriedade sua, aí você foi preso...

O SR. – Isso. Me pegaram no seqüestro, foi no meio da rua. Não tinha mandado.

O SR. – Tá. E aí o que acontece? Você tinha um carro seu, vendeu o carro para o Júnior. E o dinheiro foi dado para quem?

O SR. – O dinheiro não sei quem pegou. Foi até minha esposa que levou o carro para a garagem, e de lá não sei quem pegou o dinheiro.

O SR. – O carro estava no seu nome?

O SR. – O carro não, não estava no meu nome.

O SR. – Estava em nome de quem?

O SR. – Hã?

O SR. – Estava em nome de quem?

O SR. – Estava no nome da garagem ainda, porque o recibo estava com o Júnior da Garagem, porque eu estava devendo umas prestações do carro.

O SR. – O senhor tinha comprado dele então?

O SR. – Dele.

O SR. – E o documento estava com ele também?

O SR. – Como?

O SR. – O documento do carro estava com ele também?

O SR. – Estava com ele, ele segurou o recibo até eu pagar as prestações do carro.

O SR. – E quanto o senhor tinha pago e quanto devia?

O SR. – Eu tinha pagado R$14 mil no carro, estava devendo uma prestação de R$2 mil.

O SR. – Eram só R$16 mil?

O SR. – Isso.

O SR. – Só R$16 mil. Então, na verdade, ele já tinha o documento do carro, estava no nome dele, o senhor não pagou, a polícia pegou e ele ficou com o carro de volta?

O SR. – Isto. Porque foi o seguinte: eu estava em poder dos policiais, do João Zebu, Mariovam e Serafim, no meio do mato, perto do Cagil, eles estavam me torturando lá no mato, dando choque e, logo após que eles deixaram eu falar com o advogado, que foi justamente o Dr. André, e eles me pediram os R$15 mil. Só que eu não tinha o dinheiro todo, porque o Júnior não ia liberar o dinheiro todo do carro, os R$15 mil. Assim, então, peguei R$5 mil e mandei entregar para eles, porque eles me deram dez dias de prazo para mim pagar, onde saí daqui para tentar fazer aquele negócio, esse desvio de carga que fui envolvido lá em Belo Horizonte, para resgatar o dinheiro para mim passar para eles.

O SR. – Quem entregou o carro da garagem foi a sua esposa?

O SR. – Minha esposa.

O SR. – Quero saber o seguinte: a sua esposa entregou o carro lá com recibo e não recebeu nada?

O SR. – E falou que eu estava em poder do João Zebu, dos policiais, tinha que passar os R$5 mil, para eles me liberarem; que, portanto, o Ômega chegou a ficar dez dias na carga, apreendido, segurando o negócio.

O SR. – Quero entender o seguinte: a sua esposa passou o carro e o recibo, mas não levou o dinheiro. O dinheiro foi repassado do Júnior diretamente para alguém.

O SR. – Ficou passado para alguém. Aí quem sabe te contar quem...

(Pausa na fita)

O SR. – Eu não torturei ninguém, não, doutor.

O SR. – O quê?

O SR. – Não torturei ninguém, não, senhor.

O SR. – Você nunca bateu nele?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Nem na hora da prisão, ter que pegar à força?

O SR. – Não, senhor. Ele não foi preso por mim.

O SR. – Não?

O SR. – Ele foi preso em Anápolis e, depois, recambiado para cá. Ele não foi preso por mim.

O SR. – O senhor nunca esteve com ... e disse: prendeu ele.?

O SR. – Não foi prendeu, doutor. Ele foi recambiado.

O SR. – Mas você disse para nós que o senhor prendeu ele.

O SR. – A primeira vez que eu vejo Jasiel é essa vez agora, doutor, que ele foi recambiado de Anápolis para cá, o senhor entendeu? Ele foi entrevistado por nós, citou vários nomes, o senhor entendeu? Da oitiva dele, gerou-se vários mandados de prisões.

O SR. – Ele foi entrevistado pelo senhor?

O SR. – Por mim, por...

O SR. – Mas o senhor disse que é a primeira vez que vê ele agora. O senhor disse...

O SR. – Não, doutor, a primeira vez...

O SR. – Que vê ele de capuz?

O SR. – Na delegacia, na situação de ladrão de carga.

O SR. – A primeira vez que o senhor viu ele foi na delegacia ou aqui?

O SR. – Na delegacia, doutor.

O SR. – Então aqui é a segunda vez.

O SR. – É sim, senhor.

O SR. – Então o senhor retifica?

O SR. – É a segunda vez que o vejo.

O SR. – Porque antes o senhor tinha dito que era a primeira.

O SR. – Na verdade ficou na primeira, porque o senhor não está vendo ele, não?

O SR. – O carro que o senhor tem é um Kadett, não? O senhor comprou no Júnior?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – O senhor comprou onde?

O SR. – Comprei de um colega meu.

O SR. – Policial também?

O SR. – É sim, senhor.

O SR. – E ele comprou onde?

O SR. – Não sei não, senhor doutor.

O SR. – Qual é a relação que o senhor tem com o Júnior?

O SR. – Já o vi na delegacia porque ele foi lá para ser ouvido por causa do Sebastião Cavequia, que teria comprado dele uma pampa vermelha que foi usada numa tentativa de assalto.

O SR. – Foi a única vez que o senhor o viu?

O SR. – Não, já o vi várias vezes.

O SR. – Onde?

O SR. – Na rua, já teve na delegacia por outras vezes.

O SR. – Para quê?

O SR. – Na revenda dele?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – O senhor nunca foi lá?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Outras vezes que ele esteve lá foi para quê?

O SR. – Ele foi lá para ser ouvido e já vi ele outras vezes, porque ao lado não funciona só a nossa delegacia, funciona o pátio de apreensão de veículos e a Delegacia de Furto de Veículos.

O SR. – Ele tem um bom relacionamento com o pessoal da polícia aqui da cidade, o Júnior?

O SR. – Eu conheço, a situação que teve foi essa do Sebastião Cavequia, que estou dizendo para o senhor, que me envolveu. Ele tem um bom relacionamento. Ele...

O SR. – O senhor é amigo dele?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Não é amigo dele?

O SR. – Sou conhecido dele e não amigo.

O SR. – Conhecido dele?

O SR. – Vamos ver se o Júnior está aí?

O SR. – Vamos ver se ele já chegou.

Um deles prestou uma informação e disse que foi – vamos usar o termo – minerado, entregou o carro na garagem do Júnior, na agência, depois vem o outro aqui e fala exatamente a mesma coisa, fala que entregou o carro no mesmo lugar e que da mesma forma o dinheiro não foi repassado nem para o Dr. André nem para a esposa dele, foi direto para os policiais. De onde eles tiraram isso então?

O SR. – Doutor, não sei por que, inclusive o Paulo Severino está falando que já peguei dinheiro na mão dele. Gostaria que ele fosse claro, o senhor entendeu? E não prejudicasse um pai de família, porque isso é uma inverdade da parte dele.

O SR. – Vamos checar.

O SR. – (inaudível)

O SR. – Diga.

O SR. – A mesma coisa que ele é pai de família eu também sou. E já pedi para ele por que ele estava me batendo tanto no dia que ele começou a me bater e por que ele estava tirando o meu dinheiro também. Tudo bem, era um dinheiro roubado. Não nego nada que fiz, não. É por isso que estou aqui hoje, por causa que eu era um bandido, eu hoje quero mudar a minha vida. O que quero falar para ele é isso. Ele falou lá no dia que ia me matar, agora porque está aqui na frente, no dia que estava me espancando, que ia até me matar, e por que agora nega tudo? E eu não tenho medo, só porque estou na frente dele, não medo de policiais, não. Porque estou aqui falando a verdade, se eu estivesse falando mentira, e o que estou falando aqui muita gente vai confirmar, como o Josiel está confirmando e outras pessoas vão confirmar também.

O SR. – Doutor, a situação é a seguinte: quem foi ameaçado foi um colega meu dentro da delegacia por você. Você falou para o João Zebu: João Zebu eu vou te matar.

O SR. – Toda vez foi isso aí, o João Zebu falou para todo mundo que eu ia matar ele. Como que nem arma tenho, vou ficar andando armado atrás de policial? A gente não tem a liberdade de andar em Uberlândia, porque enchem a gente de BO, para baixo e para cima, acabando com a vida da minha família.

O SR. – O caso do Paulinho Severino eu assisti, tem mais policiais que ouviram na hora em que você o ameaçou. Você sabe disso.

O SR. – Vocês são todos policias, vocês falam o que quiser, os policiais civis daqui de Uberlândia são todos desse jeito, são contados os que são honestos. Isso eu garanto e falo.

O SR. – Só para saber se já chegou o Júnior. Não está aí o Júnior? (Pausa) Não.

O SR. – Solicita-se que convidemos o outro policial, para que ele aguardasse numa outra sala separada.

O SR. – O senhor aguardará numa outra sala, separado, aguardando à disposição da CPI.

O SR. – Eles podem colocar os dois onde estavam.

O SR. – Acompanhem o Máriovan Pereira da Silva.

O SR. – Josiel, explique porque está preso.

O SR. JOSIEL – Porque arrumaram um mandato de prisão – o que é muito fácil e pelo telefone consegue-se um em Uberlândia – por causa de um carro com o qual não estou envolvido.

O SR. – O que eles dizem que você fez?

O SR. JOSIEL – Que eu assaltei um carro no bairro Planalto. Não tenho envolvimento com roubo de carro.

O SR. – Eles te pegaram com o carro roubado?

O SR. JOSIEL – Pegaram-me por causa do carro. Os policiais militares prenderam-me em Centralina, ligaram na hora para o João e falaram que o passarinho dele estava preso, se havia como buscar na hora.

O SR. – Há quantos dias o senhor está preso?

O SR. JOSIEL – Há mis de 20 dias.

O SR. – Tu tens advogado?

O SR. JOSIEL – Tenho advogado.

O SR. – Teu advogado está trabalhando no caso?

O SR. JOSIEL – Está trabalhando sim.

O SR. – É só para saber.

O SR. JOSIEL – Sr. Senador, estou sendo ameaçado, estou com medo, não dormi essa noite.

O SR. – O senhor está sendo ameaçado por quem?

O SR. JOSIEL – Não sei, minha esposa anda nas ruas com minhas filhas. Estou com medo de ficar aqui. A cadeia está toda acesa, porque ontem apareceu minha foto no jornal. Estou usando isso justamente para não aparecer meu rosto, pois as prisões são muito fracas.

O SR. – O senhor pode citar alguém especificamente por te ameaçar?

O SR. JOSIEL – Não posso.

O SR. – Perigo todos estamos correndo, até nós.

O SR. JOSIEL – Só que não é cabível para mim o tipo de presídio em que estou. Se os presos já disseram que vão balançar a cadeia, é porque já há algo envolvido lá dentro.

O SR. – O senhor está na prisão. Para onde o transferiríamos?

Faço um alerta público à Justiça para que seu advogado peça segurança, oficie ao juiz da sua causa explique as razões das ameaças e o temor que o senhor tem para que, quem sabe, o juiz determine uma prisão separada, uma cela especial ou com um conjunto diferente de presos. Interpreto que um preso preventivo não pode dar ajuda para um preso condenado, é bem diferente um preso com alta periculosidade de um preso de menor periculosidade, ainda mais quando preso preventivamente, há uma diferença fundamental, o senhor não está condenado ainda.

Seu advogado pode questionar junto ao Ministério Público e junto ao Poder Judiciário.

O SR. – Qual é o seu nome completo?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Máriovan Pereira da Silva.

O SR. – Sr. Máriovan Pereira da Silva, o senhor assinará o termo de compromisso, conforme o art. 203, do Código de Processo Penal.

Concedo a palavra ao ilustre Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Máriovan Pereira da Silva, o senhor conhece o Cleberson?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. – Ele está na sua frente?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. – O Josiel?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. – Ele está na sua frente?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. – Quantas vezes você prendeu os dois?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Prendi o Cleverson três vezes. O Josiel, não me recordo.

O SR. – Não se recorda.

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não. O Cléverson?

O SR. – Em que situação...

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – A primeira vez sobre um mando de prisão de setembro de 1999 a respeito de um roubo de cigarro lá em Patrocínio.

O SR. – O senhor o prendeu onde?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Na casa da sogra dele.

O SR. – O senhor e mais quem?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Eu e a equipe toda da carga. Nós pedimos apoio porque ele comentava – a gente não conhecia ele –, soltava boatos que polícia recebia era no tiro. Tipo assim. Então nós nos reunimos para termos mais segurança.

O SR. – Foi difícil prendê-lo?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não, quando ele viu nós, estava na porta da casa dele, na porta da casa da sogra dele. Quando paramos as viaturas, ele correu para dentro. Nós entramos em seguida e conseguimos deter ele.

O SR. – Ele resistiu?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Tentou correr, mas resistir, não.

O SR. – Quantas armas ele tinha?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não, não pegamos armas com ele.

O SR. – Não?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Foi-nos informado que ele andava com pistola.

O SR. – Sei, mas não achou nada não?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não.

O SR. – O senhor o levou para onde?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Nós levamos para a delegacia de roubo a cargas.

O SR. – Abriu inquérito?...

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Foi...

O SR. – Tudo de praxe? Tudo certinho?

O SR. CLÉVERSON – Primeiro me levou pro mato.

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Ele levou...

O SR. – Só um minuto Cléverson. O senhor o levou direto para delegacia?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Isso.

O SR. – E na delegacia ele ficou preso?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Ficou.

O SR. – Ficou quanto tempo preso?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Depois ele foi liberado o pessoal do Exército, que levou ele para apurar um assalto a um ônibus de militares...

O SR. – Quanto tempo depois?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não me recordo.

O SR. – Não? O senhor era da delegacia de cargas?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Isto.

O SR. – Ainda é.

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não, senhor; agora trabalho na furtos e roubos.

O SR. – Mas à época...

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Trabalhava na Delegacia de Roubo a Cargas.

O SR. – Antes de ir para delegacia, o senhor passou com ele onde?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não, senhor; nós fomos com ele direto para a delegacia.

O SR. – Direto para a delegacia. Sei. O senhor recebeu dele alguma coisa?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não, senhor.

O SR. – Nada?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não, senhor.

O SR. – Nunca?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Nunca.

O SR. – Carro?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não, senhor.

O SR. – Dinheiro? Nada?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Nada.

O SR. – O senhor tem carro?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Tenho.

O SR. – Que carro o senhor tem?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Opala.

O SR. – O senhor onde?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Já faz muitos anos. É Opala velho. Comprei na feirinha de carros.

O SR. – Foi o Júnior quem vendeu para o senhor?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não, senhor.

O SR. – O senhor conhece um homem chamado Júnior?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Conheço.

O SR. – O que ele faz?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Mexe com garagem. No caminho da delegacia a gente sempre passa próximo lá.

O SR. – Ele vai muito na delegacia o Júnior?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não, senhor.

O SR. – Ele já foi ouvido alguma vez lá?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Ouvido?

O SR. – É...

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não, senhor; não me recordo.

O SR. – Nunca? Mas o seu colega sai daqui e disse que por umas duas vezes ele foi ouvido lá...

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não me recordo.

O SR. – O senhor já fez algum negócio de carro com ele?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não, senhor.

O SR. – Cléverson, ele também recebeu dinheiro da venda dos carros?

O SR. CLÉVERSON – Recebeu. Foi com eles mesmos a negociação lá no meio do cerrado, e essa vez....

O SR. – A negociação foi no meio cerrado?

O SR. CLÉVERSON – Foi no meio do cerrado. Eles me levaram, me penduraram num pau de arara e a negociação foi no meio do cerrado. E eles me pegaram na casa da minha sogra. Deram tiro na porta. Tem marca de tiro de 12 até hoje lá. Sem mandado para entrar na casa da minha sogra. Pegaram um Tempra no meu apartamento na João Balbino...

O SR. – Só um pouquinho. Quando foi feita a prisão dele, foi dado tiro?

O SR. – Vários.

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Excelência, na entrada do corredor, parece que alguém deu um tiro.

O SR. – Quantos tiros?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Não me recordo.

O SR. – O senhor esquece rápido, né?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Um, foi um.

O SR. – Quando foi isso? Tem quanto tempo?

O SR. – O senhor disse que não tinha dado incidente nenhum, que ele não resistiu, que não houve nada. Agora já houve bala... O que é isso?

O SR. MÁRIOVAN PEREIRA DA SILVA – Teve um tiro..

O SR. – Quantos tiros houve? Agora, já estou começando a acreditar no bandido...

O SR. CLÉVERSON – Deu vários tiros, inclusive tem duas marcas de dois tiros na frente da casa e esse... Lá dentro deu que foi esse do corredor, que ele tá falando... E tem mais uma: não fui liberado para pessoal de Exército. Fui liberado realmente para pessoal de Exército mas isso foi em outra ocasião, em outro mandado de prisão meu. Essa vez fui liberado no outro dia por causa que houve um acerto...

O SR. – Qual o local que eles te levaram, Cléverson?

O SR. CLÉVERSON – No caminho que vai para Uberaba, inclusive o polícia rodoviária no dia parou nós, que disse que ele... Somos policial aqui. Olha bem para ele aqui que é ladrão de carga; no dia que passar aqui....

O SR. – Espera aí. Deixa eu pegar essa.... Vocês estavam indo para o mato?

O SR. CLÉVERSON – Exatamente.

O SR. – E uma viatura da polícia rodoviária federal abordou o carro de vocês?

O SR. CLÉVERSON – Não abordou. Mandou nós parar no posto rodoviária. Ele falou: mas vocês polícia não podem andar na faixa. Ele falou: não, não, vamos levando um preso aqui, é uma diligência. Ele comentou assim. Daí me levaram para o meio do mato. Lá pegaram, amarraram uma corda no meu pescoço. O Rogério, que é um altão, ficou segurando essa corda. Vieram, colaram um monte de pano no meu braço e me amarraram de cabeça para baixo. Colocaram um fio de choque nos meus dedos, nos meus dedos de pé, eles me colocaram de cabeça para baixo e me começaram a me dar choque. Ai, falou que eu tinha de assinar o roubo de Patrocínio, que era o roubo do cigarro. Eu chamei para um acordo e disse: Seu Maurivan, gente boa. Ainda falei assim para ele no dia. Aí, ele pegou e falou: Você tem uma terrinha para chegar no nosso pé, não é? Ele ainda comentou assim. Aí, eu disse: quanto que é? Ele falou: cento e cinqüenta mil reais. Isso foi ele mesmo que falou para mim, o Maurivan. Cento e cinqüenta mil reais. Aí, eu falei: esse dinheiro, eu não tenho.

O SR. – Do local onde ele foi preso para a delegacia, tem de passar por BR?

O SR. – Não precisa.

O SR. – Tem de passar pela BR, Maurivan?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Como é que passaram pela BR?

O SR. – (?) na BR.

O SR. – É inverdade.

O SR. – Não passaram?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Se eu chamar o Policial Rodoviário Federal e ele confirmar que abordou? Ele vai falar só que abordou, não vai falar que viu nada. Se ele falar que abordou o senhor?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Então, se o policial confirmar a abordagem, como o senhor vai explicar a ida lá?

O SR. – Se for possível, eu levo até o local. Lembro do local até hoje, onde eles me levaram para o mato e me penduraram de cabeça para baixo.

O SR. – Maurivan, o senhor não respondeu.

O SR. – Senhor?

O SR. – O Policial Federal não vai dizer que o senhor recebeu dinheiro, vendeu carro, recebeu carro. Ele vai falar se abordou ou não. Se o policial confirmar que abordou o senhor, como o senhor vai explicar sua ida lá?

O SR. – Eu não me recordo de ter sido abordado por policial.

O SR. – Não recorda ou não aconteceu?

O SR. – Não aconteceu.

O SR. – Não aconteceu?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe que mentir para a CPI dá cadeia também.

O SR. – Não aconteceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lei nº 1.579, art. 2º, inciso IV.

O SR. – Não aconteceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Negar, faltar com a verdade...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não passou perto da Polícia Federal?

O SR. – Não levamos esse cidadão para o mato, não fizemos nada com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou falando se o senhor levou ou não para o mato. Não estou dizendo que o senhor levou para o mato. Estou perguntando se, nesse dia em que o senhor estava com ele, foi abordado pela Polícia Rodoviária Federal. Alguém da Polícia Rodoviária Federal abordou o senhor em algum lugar e perguntou :"E daí?". Respondeu: "Não, somos policiais. Estamos fazendo uma diligência". O senhor estava indo para outro lugar, não estou dizendo que o senhor estava indo para o mato. Nesse dia, alguém da Polícia Federal lhe abordou? Vamos chamar a Polícia Federal aqui – aliás já estão aqui dois inspetores da Polícia Federal, um deles, o Inspetor-Chefe Davi. Quero que o senhor pense bem antes do senhor dizer, porque podemos pedir a sua prisão. Fale a verdade.

O SR. – No dia em que o pegamos, nós o levamos direto para a Delegacia. Não lembro de o ter levado para lugar nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, nenhum policial rodoviário federal abordou a sua viatura nesse dia?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Era viatura ou carro particular?

O SR. – Era carro particular, uma Verona quatro portas azul, em que eles estavam comigo dentro.

O SR. – É viatura descaracterizada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pode ser viatura, mas é discreta.

O SR. – É descaracterizada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, quem olha de fora não sabe se é viatura ou não?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Então, se o policial rodoviário federal que estava de serviço nesse dia – não devem ser muitos – confirmar que abordou um carro e que, nesse carro, havia algumas pessoas, e aí?

O SR. – Dr. Júlio, nós o prendemos e levamos para a Delegacia. Eu, sinceramente...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bom. Eu só quero saber. O senhor já disse. Agora, vamos adiante.

Qual foi o dia?

O SR. – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor tem como reconstituir, não é?

O SR. – Não me lembro. Já faz uns dois anos já.

O SR. – Um ano e meio, dois anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tinha o mandado de prisão.

O SR. – Faz uns dois anos, porque...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde está o documento de prisão dele?

O SR. – O mandado de prisão dele foi expedido em 29 de setembro de 1999, pela Comarca de Patrocínio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em que dia se deu a prisão?

O SR. – Não me recordo. Sinceramente, não me recordo.

O SR. – Eu sei que fui preso no dia...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Lembra tão bem do mandado de prisão e não se lembra do dia da prisão?

O SR. – Não, não lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que é mais importante: o dia da expedição ou da execução?

O SR. – Se checarmos, vai (?) que o mandado foi cumprido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde está a cópia do cumprimento do mandado?

O SR. – Deve estar nos autos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não deu uma cópia para ele?

O SR. – Com certeza, foi dado.

O SR. – Foi nada, porque, no dia em que eles me prenderam, foi que ele falou e fizemos o acerto. No outro dia que eles me prenderam ele falou que agente fez o acerto. No outro dia ele falou: "Na hora em que pagar você será liberado." Então, no outro dia, foi o dia que...

O SR. – Mas é fácil descobrir. Você chegou a entrar no presídio, na colônia penal? Pousou uma noite lá?

O SR. – Não. Só pousei uma noite na 16ª. No outro dia, cedinho, já me tiraram. Nem algemado eu ficava dentro da delegacia porque já tinha feito o acordo.

O SR. – Mas você pousou na delegacia?

O SR. – Não. Na delegacia, na 16ª, na regional.

O SR. – Pousou em uma delegacia? Não foi no presídio?

O SR. – Exatamente.

O SR. – Obviamente a delegacia não tem o registro. Está na cara que não tem o registro. A delegacia não vai fazer o registro.

O SR. – Mas se o policial está dizendo que ele foi preso, então tem que constar que o mandado foi cumprido.

O SR. – Até hoje não me chamaram para ir ao **fórum**. Há mais de 2 anos.

O SR. – Quero perguntar para o policial Mariovam: onde está processo da prisão dele?

O SR. MARIOVAM – Dessa prisão deve estar em Patrocínio, Excelência. O mandado de prisão é de lá.

O SR. – O processo tramitava lá?

O SR. MARIOVAM – Tramita lá.

O SR. – Mas o mandado de prisão foi por aqui.

O SR. MARIOVAM – Cumprimos aqui o mandado de prisão porque ele morava aqui. A carga foi roubada nas proximidades.

O SR. – Como é que o senhor cumpriu o mandado de prisão se ele foi solto?

O SR. MARIOVAM – Nós cumprimos o mandado de prisão. Ele ficou preso e liberado para o Exército para apurar o roubo.

O SR. – Digo que não.

O SR. MARIOVAM – É o que estou falando, excelência.

O SR. – Deixe-me fazer uma pergunta para desvendar.

O SR. – Creio que vai ter gente...

O SR. – Vamos localizar o dia da prisão dele.

O SR. MARIOVAM – Correto.

O SR. – Ele disse que foi solto no outro dia. Não é isso? Não foi no outro dia?

O SR. – Exatamente. Realmente tenho certeza de que não fui liberado pelo pessoal do Exército. Fui liberado pelo pessoal do Exército em outra ocasião em que o (?) e o Moreira me prenderam.

O SR. – Quanto tempo depois?

O SR. – Muito tempo depois.

O SR. – Um mês, 2 meses?

O SR. – Mais de 2, 3, 4 meses.

O SR. – Mariovam?

O SR. MARIOVAM – Senhor?

O SR. – Vamos checar o dia da prisão dele.

O SR. MARIOVAM – Correto.

O SR. – No dia da prisão, no dia que ele falou que foi preso, tem que constar nos autos que o mandado foi cumprido. OK? Deixe-me concluir. Tem que constar nos autos que o mandado foi cumprido. Se ele foi liberado, o senhor não tem como dizer que o mandado foi cumprido. E depois? O que aconteceu com ele? O senhor sabe que se formos checar a informação e lá não constar o cumprimento do mandado de prisão, a coisa vai ficar complicada para o senhor.

O SR. MARIOVAM – Deixe-me falar a V. Exª: nós o prendemos por força desse mandado. Agente faz a comunicação de que o mandado foi cumprido em favor de fulano de tal no verso do mandado.

O SR. – Foi feito isso?

O SR. MARIOVAM – Com certeza.

O SR. – O peixe morre pela boca quando conta mentiras. Se o preso não é seu, é da Justiça, quem é o senhor para entregá-lo ao Exército?

O SR. MARIOVAM – Não fomos nós. O pessoal do Exército o pegou lá.

O SR. – Não existe Exército. O Exército não tem autoridade para pegá-lo. A mentira tem perna curta. Se o senhor prendeu deve entregar à Justiça, não tem essa de o Exército pegar.

O SR. – Ele estava à disposição da Justiça.

O SR. – Só a Justiça pode liberar. O Exército não pode chegar lá e pegar. O senhor sabe bem. Está na cara que não tinha mandado de prisão nenhum. Foram lá achacá-lo. Existem as pessoas do Exército lá na frente. Ele foi achacado.

O SR. MARIOVAM – Tenho a cópia do mandado de prisão.

O SR. – O senhor tem a cópia?

O SR. MARIOVAM – Tenho.

O SR. – Onde está?

O SR. MARIOVAM – Está com o colega ali.

O SR. – Qual colega?

O SR. – Vá lá buscar.

O SR. MARIOVAM – Está com o João.

O SR. – Mande buscar.

O SR. – Senhor Mariovam, o senhor sempre efetuou diligências com o senhor Aparecido Alves da Silva?

O SR. MARIOVAM – Senhor?

O SR. – O senhor sempre efetuou diligências com o senhor Zezinho?

O SR. MARIOVAM – Algumas.

O SR. – O senhor se lembra se nessas diligências ele estava com o senhor?

O SR. MARIOVAM – Se ele estava comigo?

O SR. – Na prisão dele?

O SR. MARIOVAM – Estava sim. Estava toda a equipe da Delegacia de Cargas.

O SR. – Conte-me como.

O SR. MARIOVAM – Estavam todos os componentes da Delegacia de Cargas.

O SR. – Estou perguntando o senhor Zezinho?

O SR. MARIOVAM – Estava conosco. Na primeira vez que o prendemos ele estava conosco.

O SR. – Qual foi a atuação do Zezinho na prisão?

O SR. MARIOVAM – Cobertura.

O SR. – Como ele deu cobertura?

O SR. MARIOVAM – Ele foi na cobertura conosco. Foi junto com a gente. Foi dando cobertura para a gente.

O SR. – Ele não era da Delegacia de Cargas?

O SR. MARIOVAM – Era.

O SR. – Foram todas as equipes?

O SR. MARIOVAM – Foram todos os elementos da Delegacia de Cargas.

O SR. – Quantas pessoas foram?

O SR. MARIOVAM – Umas 7 ou 8.

O SR. – E o Zezinho especificamente? Você entrou pela frente?

O SR. MARIOVAM – Entrei pela frente, pela porta da frente.

O SR. – E o Zezinho entrou junto com você?

O SR. MARIOVAM – Não me recordo. A ordem foi entrar...

O SR. – O senhor tem conhecimento...

O SR. MARIOVAM – Não me lembro.

O SR. – O senhor tem conhecimento que houve a negociação de um carro nessa mesma diligência? Foi negociado um carro de propriedade dele?

O SR. – Não senhor.

O SR. – O senhor está falando à CPI.

O SR. – Sim senhor. Nós não negociamos com ele nenhum carro.

O SR. – Cleverson, quem foi que negociou com você?

O SR. CLEVERSON – Foi o Maurivan, o João Zebu e o Zezinho Serafim.

O SR. – Os três conversaram sobre o que queriam, como foi?

O SR. – Como é que é?

O SR. – Dá detalhes pra gente. Lá no meio do mato. O senhor estava amarrado?

O SR. – Foi na hora que a gente negociou lá no mato(?)e eles pediram os 150 mil. Eu falei que eu não tinha os 150 mil reais. A única coisa... Dinheiro também eu não tinha. Tinha o carro.

O SR. – Foi nessa diligência?

O SR. – Foi nessa diligência lá no meio do cerrado.

O SR. – Olha, Sr. Maurivan, o senhor está ouvindo o que ele está acusando. É isso que o senhor negou.

O SR. – Lá no cerrado, nessa diligência.

O SR. – Não houve isso Meritíssimo. Não houve isso.

O SR. – E eu falei que eu só tinha o carro e foi na hora que foi vender o carro. E eles ainda pegaram o carro na Delegacia... Depois que a gente chegou na Delegacia, passou em várias garagens, vendo o preço que o carro valia e depois eles chegou pra mim: Porra, esse carro não vai dar pra pagar nem a metade e você falando que o carro vale trinta mil, não sei o quê. Aí vieram, não achou... Vamos vender pro Júlio mesmo, então. Inclusive, o som do carro ficou pra ele aqui, que ele vendeu pro Júnior separado. Me pediu o som do carro e eu peguei dei o som. Não pode ficar com o som pra você. O som era um som muito bom. Eram uns três mil de som que eu tinha no carro.

O SR. – Sr. Maurivan, o que o senhor fez com o som?

O SR. MAURIVAN – Não senhor; ele não me passou som.

O SR. – Não?

O SR. – Não senhor. Não houve isso.

O SR. – Eu acho que o Júnior deve confirmar isso, porque o Júnior... Depois eu tentei comprar esse Mazda de volta e o Júnior falou que o som também... Eu falei: Eu não tinha vendido o carro com o som? Ele disse: É, mas o Maurivan falou que você vendeu pra ele e me vendeu também. Eu falei: Não, tudo bem; vendeu, tá vendido.

O SR. – No dia dessa negociação o Zezinho estava?

O SR. – Não senhor. Não houve negociação. O senhor fala de qual negociação? Não houve. Quem prendeu ele... Quem levou ele para a Delegacia fomos nós, que levamos ele pra Delegacia.

O SR. – E as outras prisões Maurivan?

O SR. – A outra prisão foi força de mandado de prisão também, provisória. Deixa eu me recordar aqui. Foi uma provisória a respeito de um furto de uns eletrodomésticos, alguma coisa assim, que ele teria passado, ele teria vendido para o Claudionor.

O SR. – E aquele Claudionor era desenhista da Polícia Civil, né?

O SR. – Não, não sei, não tenho conhecimento.

O SR. – O meu conhecimento é que ele era desenhista da Polícia Civil. E até andava na viaturas falando que era Polícia.

O SR. – Essa foi a segunda vez. A terceira vez nós prendemos ele por força de um mandado de prisão da Kwikasair...

O SR. – Que eu não tinha nada a ver.

O SR. – ... um assalto que teve da Kwikasair. Aí nós levamos ele pra Delegacia, foi feito inclusive o reconhecimento. O guarda não reconheceu ele.

O SR. – Reconheceu?

O SR. – Não reconheceu você.

O SR. – Ah, eu estava em Goiânia.

O SR. – Aí ele ficou preso uns dias lá, depois ele fugiu; ele e mais seis. Fugiram lá da Delegacia Regional.

O SR. – Ele fugiu?

O SR. – Fugi; lá da Delegacia.

O SR. – Fugiu. Ele e mais seis elementos furaram...

O SR. – Depois eu me apresentei lá pro...

O SR. – É fácil fugir de uma Delegacia?

O SR. – Não foi fácil não, viu?

O SR. – Como foi?

O SR. – Ah, eu cheguei lá, o pessoal chamou pra fugir, eu estava lá dentro, quem está preso é fugir.

O SR. – Fugiu como? Serrou grade, fez túnel...

O SR. – Não, nós furamos um buraco pelos fundos, descemos numa corda, amarramos uns lençóis, o que eles chamam de "Tereza", subimos o muro e fui embora. Quer dizer, primeiro, passamos as ferramentas pra dentro. Quer dizer, não fui eu, os outros presos que estavam lá, passaram as ferramentas pra dentro, furaram o buraco...

O SR. – Serrou a grade e desceu...

O SR. – Não, não teve grade, não. Foi pelos fundos...

O SR. – Sr. Maurivan, o senhor desejaria dar algum depoimento à CPI em regime secreto?

O SR. – Não senhor, o que eu estou falando aqui é a verdade, é a realidade.

O SR. – Essa pergunta está sendo feita ao senhor. O senhor desejaria expor alguma coisa à CPI, contribuir com a CPI, com mais algum subsídio, secretamente?

O SR. – Ah, Meritíssimo, o que eu puder ajudar...

O SR. – Eu estou perguntando se o senhor deseja.

O SR. – É o que eu puder ajudar... Eu posso.

O SR. – Mas secretamente o senhor desejaria falar com a CPI?

O SR. – O senhor teria alguma coisa a revelar que o senhor gostaria que não fosse público? Nós podemos fechar...

O SR. – Podemos.

O SR. – O senhor teria?

O SR. – Podemos.

O SR. – Podemos, ou o senhor tem alguma coisa?

O SR. – A pergunta está sendo feita ao senhor, se o senhor tem algum detalhe que queira dizer secretamente à CPI, pra ajudar mais a CPI nessa questão?

O SR. – Nessa questão, por exemplo...

O SR. – Em qualquer questão que o senhor queira subsidiar a CPI, sobre mais fatos, mais detalhes, que a CPI pudesse tomar conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vou lhe dar uma dica: essa questão...

O SR. – A respeito deles?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. CARLOS DUNGA – Estou lhe perguntando, dando amplidão ao senhor, dando amplitude ao senhor: tem algum detalhe que o senhor queira fazer em termos secretos à CPI? O senhor goza desse direito.

O SR. – Tenho.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, solicito a V. Exª que tome o termo do depoente e que esta CPI se reúna secretamente com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Antes, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE ( ) – Só um instante, Deputado Carlos Dunga, que o Deputado Pompeo de Mattos pediu uma questão de ordem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, vamos fazer a reunião secreta que o Deputado Carlos Dunga está pedindo, e acho que é oportuna a solicitação de S. Exª e concordo com ela. Só quero publicamente refrescar a memória, porque já estamos indo buscar dados a respeito dessa questão de quando ele foi preso, e que passou pela Polícia Rodoviária Federal, e a Polícia Rodoviária Federal abordou o carro discreto da Polícia Civil

(Corte na gravação.)

Quero só lhe refrescar a memória sobre isso, que depois, na sala secreta, vou lhe perguntar.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, requeiro também a V. Exª que, em respeito ao público que aqui está e em respeito às autoridades que estão na audiência essa retirada do depoente seja feita por membros desta CPI...

O SR. OSCAR ANDRADE – Em outra sala.

O SR. CARLOS DUNGA – ... numa outra sala.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há uma sala pronta para isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há uma sala preparada para isso.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Então solicito à secretaria de apoio que providencie a sala para que possamos ouvir os depoentes em reunião secreta e peço às pessoas que permaneçam aqui, porque voltaremos em poucos minutos para continuar a nossa audiência pública.

(Reunião secreta.)

O SR. PRESIDENTE ( ) – O senhor está dispensado, está liberado. O próximo depoente é o Sr. Clayton Donizete dos Reis.

Sr. Clayton, seu nome completo é Clayton Donizete dos Reis?

O SR. CLAYTON DONIZETE DOS REIS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE ( ) – É isso? O senhor vai depor sob juramento, sob termo de compromisso, conforme art. 203 do Código de Processo Penal*. Então, o senhor vai assinar o termo de compromisso antes de começar o seu depoimento.

O SR. – Há quanto tempo o senhor é policial?

O SR. CLAYTON DONIZETE DOS REIS – Polícia civil há uns quinze anos.

O SR. – Quinze anos. O senhor está aqui na região do Triângulo há quantos anos?

O SR. CLAYTON DONIZETE DOS REIS – Nasci aqui, estou aqui há quinze anos.

O SR. – O senhor sempre trabalhou na região?

O SR. CLAYTON DONIZETE DOS REIS – Morei em São Paulo dez anos e fui PM em São Paulo dois anos.

O SR. – O senhor é lotado em qual delegacia?

O SR. CLAYTON DONIZETE DOS REIS – Furtos e Roubo de Cargas*.

O SR. – Há quanto tempo?

O SR. CLAYTON DONIZETE DOS REIS – Oito meses que eu retornei.

O SR. – Furtos e Roubos de?

O SR. CLAYTON DONIZETE DOS REIS – Cargas.

O SR. – Há quanto tempo o senhor está lá?

O SR. CLAYTON DONIZETE DOS REIS – Aproximadamente uns oito meses.

O SR. – Oito meses. E antes o senhor era lotado onde?

O SR. CLAYTON DONIZETE DOS REIS – Estive na Furtos e Roubos*.

O SR. – E depois na Furtos e Roubos de Cargas?

O SR. CLAYTON DONIZETE DOS REIS – Sim, senhor.

O SR. – O senhor conhece o cidadão de nome Cleverson*?

O SR. CLAYTON DONIZETE DOS REIS – Conheço.

O SR. – O senhor esteve na prisão dele? O senhor já o prendeu?

O SR. CLAYTON DONIZETE DOS REIS – Participei de duas prisões dele.

O SR. – Quais são? Gostaria de que o senhor narrasse essas duas prisões.

O SR. – Foi na casa do sogro dele, no bairro Planalto...

O SR. – A primeira foi na casa do sogro dele?

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – Há quanto tempo?

O SR. – Não me recordo.

O SR. – Mais ou menos?

O SR. – Aproximadamente uns dois anos.

O SR. – E como foi essa prisão?

O SR. – Fomos dar apoio logístico a uma equipe que tinha informações sobre onde ele estava. Chegamos ao local, entramos na residência e o prendemos.

O SR. – O senhor era do roubo de cargas?

O SR. – À época, era.

O SR. – Houve reação?

O SR. – Não.

O SR. – Houve tiros?

O SR. – Parece que houve tiros no corredor, não na casa.

O SR. – Ele estava armado?

O SR. – Não.

O SR. – Ele resistiu?

O SR. – Não. Ele correu.

O SR. – Quem conduziu o preso?

O SR. – Foi a equipe do Maurivan, do João Geraldo.

O SR. – O senhor o acompanhou?

O SR. – Não. Nós não o prendemos naquele momento, quem continuou o serviço foi a equipe do Mário Ivan e do João Geraldo.

O SR. – O senhor não o acompanhou?

O SR. – Não.

O SR. – O senhor sabe para onde o levaram?

O SR. – Para a delegacia.

O SR. – Direto?

O SR. – Para a Delegacia de Furtos e Roubo de Cargas.

O SR. – Como o senhor sabe se o senhor não o acompanhou?

O SR. – Não. Eu acompanhei até a delegacia.

O SR. – Então o senhor acompanhou até a delegacia?

O SR. – Certo.

O SR. – Do local, o senhor acompanhou até a delegacia?

O SR. – Posteriormente nós fomos fazer outro serviço, porque trabalhávamos em outra equipe.

O SR. – Quanto tempo, do momento da prisão...

O SR. – Senhor Clayton, chega um pouco para a frente, por favor. Não, você chega para a frente.

O SR. – De quanto tempo foi o intervalo entre o momento da prisão e a chegada na delegacia? Quanto tempo demorou? O senhor acompanhou todo o trajeto, não foi?

O SR. – Acho que uns vinte ou trinta minutos mais ou menos.

O SR. – Vocês não passaram em lugar nenhum?

O SR. – Nós? Não.

O SR. – O senhor foi abordado por uma viatura da Polícia Rodoviária Federal?

O SR. – Não.

O SR. – Em que carro os senhores estavam?

O SR. – Num Pointer.

O SR. – Pointer?

O SR. – Pointer azul.

O SR. – E a outra equipe, em qual carro?

O SR. – Uma equipe num Verona e outra num Golf.

O SR. – Verona azul quatro portas?

O SR. – Sim, senhor. Todos os carros eram quatro portas.

O SR. – E os três carros saíram da casa do sogro dele e foram em comboio até a delegacia? Foi assim?

O SR. – Não.

O SR. – Como foi?

O SR. – Parece que ficou um veículo. Não saímos todos juntos, não. Não saímos todos juntos. Saímos separados.

O SR. – Quem ficou para trás?

O SR. – Para trás?

O SR. – Eram três carros. Eram três equipes?

O SR. – Três equipes.

O SR. – Três equipes efetuaram a prisão. Minha pergunta é: as três equipes seguiram juntas para a delegacia?

O SR. – Fomos para a delegacia. Uma equipe não entrou, ficou do lado externo.

O SR. – Então, as três foram até a delegacia?

O SR. – Provavelmente, sim. Não recordo exatamente se foram as três.

O SR. – O senhor não recorda se as três seguiram? Durante esse trajeto, do local da prisão até a delegacia, passaram por alguma rodovia federal? Passam por algum trecho?

O SR. – Acho que não. Não há necessidade de passar, não.

O SR. – Por que estou perguntando isso: porque o preso, o Cleverson, estava dentro do Verona azul, não é?

O SR. – Certo.

O SR. – Dos três carros, ele estava dentro do Verona?

O SR. – É. Foi a equipe que tinha a informação.

O SR. – Como é que o carro foi abordado pela Polícia Rodoviária Federal, sendo que não existe um trajeto em rodovia federal?

O SR. – Não sei. Nem sabia que eles foram abordados por uma viatura da Polícia Rodoviária. Eu não sabia desse fato.

O SR. – Vocês não estavam juntos?

O SR. – Não, senhor. Nós voltamos separados.

O SR. – Os três carros não seguiram juntos para a delegacia?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Como é que foi?

O SR. – Teve uma motocicleta que foi apreendida, parece que teve um veículo, teve um detetive que levou uma motocicleta, outro levou um veículo. Nós nos deslocamos separado. Até a senhora sogra dele passou mal, tivemos de acalmá-la, conversar com ela.

O SR. – O senhor voltou com quem?

O SR. – Voltei eu, o Genilton e o França, a nossa equipe.

O SR. – Em qual carro?

O SR. – No Pointer azul.

O SR. – Então, o senhor não o seguiu, o acompanhou. Então, como o senhor pode me dizer que eles foram direto para a delegacia?

O SR. – Na hora em que eu cheguei, eles estavam na delegacia.

O SR. – O senhor chegou e eles estavam lá?

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – Quanto tempo depois?

O SR. – Acho que uma meia hora, no máximo, imagino.

O SR. – Dava tempo deles passarem em outro lugar?

O SR. – Só se foi muito rápido.

O SR. – Deixa eu dizer uma coisa para o senhor: Sr. Clayton Donizete dos Reis, o senhor tem ciência de que está depondo sob juramento?

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – E que se, durante o depoimento do senhor, já ouvimos dois policiais. Ambos participaram da mesma operação, da mesma prisão. Então o mesmo fato. Em tese, os três têm que contar o mesmo fato. Confere? O fato é o mesmo. Se houver discordância dos fatos e a CPI comprovar por essa discordância que o Sr., ou um dos policiais, está mentindo, o Sr. tem ciência de que pode ser preso?

O SR. – Sim.

O SR. – Tem ciência? O Sr. tem ciência das acusações que pesam sobre os Srs.?

O SR. – Não sei qual a acusação.

O SR. – Então vou dizer qual a acusação: de que lá na casa ele foi preso. Dali, ele foi levado para uma mata, num local, ali ele foi espancado, espancado pelos policiais ali. E ali foi feito um acerto. De que no outro dia ele foi solto. De que esse acerto envolvia alguns veículos que foram vendidos, levados pelo advogado do Cleverson até a revendedora. Aliás, o Sr. conhece uma pessoa chamada Júnior?

O SR. – Conheço.

O SR. – O Sr. conhece ele de onde?

O SR. – Ele tem uma garagem em Uberlândia, já vi várias vezes.

O SR. – O Sr. comprou carro lá?

O SR. – Não, Sr.

O SR. – Ele vai muito à delegacia?

O SR. – Já vi duas ou três vezes.

O SR. – Fazendo o quê?

O SR. – Tirar veículo apreendido.

O SR. – Tirar veículo apreendido?

O SR. – Eu vi ele na delegacia movimentando. Eu não conheço. Bom dia, boa tarde, boa noite.

O SR. – Ele já emprestou dinheiro para o Sr.?

O SR. – Não, Sr.

O SR. – Já deu dinheiro para o Sr.?

O SR. – Lógico que não(?)

O SR. – Já vendeu carro para ele?

O SR. – Não.

O SR. – Não.

O SR. – Nem comprei, nem vendi.

O SR. – Então, deixe-me voltar aqui na acusação que pesa sobre os Srs., que cabe-nos apurar se é verdade ou não. Os Srs. então prenderam o Cleverson, e o Sr. vai ouvi-lo falar para o Sr aqui. Os Srs. o prenderam, levaram-no para o mato, espancaram-no. E o espancamento só parou quando houve um acerto. Esse acerto seria o seguinte: dois veículos, sendo um Mazda. Há algum veículo Mazda apreendido na ocorrência?

O SR. – Não lembro. Ele tinha um Mazda branco parece.

O SR. – Um Mazda azul?

O SR. – Azul? Não lembro.

O SR. – Que carro foi apreendido? O Sr. se lembra?

O SR. – Não. Lembro que foi um veículo, um carro e uma moto. Agora não lembro.

O SR. – O Sr. lembra que carro era?

O SR. – Não, Sr.

O SR. – Então, deixe-me continuar a acusação. Os Srs. os espancaram, segundo ele, e esse espancamento só terminou depois que foi feito um acerto, que significava o advogado do Cleverson levar o carro na, se não me engano, Rodão Veículos, para o Sr. Júnior comprar. E que esse dinheiro da venda do carro foi repartido entre os Srs. O que o Sr. tem a dizer disso?

O SR. – Desconheço esse fato, Dr. No momento em que saiu. Saiu só nós três. Não vi para onde ele foi. Posteriormente eu vi na delegacia.

O SR. – Posteriormente, quanto tempo?

O SR. – Se foi para o mato, eu não sei essa história.

O SR. – Posteriormente, quanto tempo?

O SR. – No máximo um meia hora, nós o vimos na delegacia.

O SR. – Então não dava tempo. Qual a distância em minutos do local da prisão até a delegacia? Mais ou menos.

O SR. – Acho que uns quinze, vinte minutos no máximo.

O SR. – Quinze minutos? Então o Sr. confirma que meia hora depois ele estava na delegacia?

O SR. – Eu o vi sentado num banco.

O SR. – Então o Sr., o policial que entrar aqui e falar que demorou duas horas, porque foi feito isso, isso e aquilo, ou foi fazer mais uma diligência, o Sr. vai estar mentindo?

O SR. – A não ser que eles saíram posteriormente. Que no momento eu vi, depois nós saímos.

O SR. – Quais são os bens do senhor?

O SR. – Quanto tempo o Sr. ficou lá? Depois que o você chegou na delegacia?

O SR. – Não entendi a pergunta.

O SR. – Depois que você chegou na delegacia, eles estavam lá, não é isso? Meia hora depois?

O SR. – Provavelmente sim, uma meia hora.

O SR. – Quanto tempo você ficou lá?

O SR. – Não recordo, não, mas nós saímos logo em seguida. Não lembro o tempo, não.

O SR. – Logo em seguida? Quinze minutos?

O SR. – Não recordo o tempo. Foi logo em seguida. Não demoramos muito na delegacia, não.

O SR. – Não demorou muito, foi mais ou menos quinze minutos? Está certo?

O SR. – Provavelmente sim.

O SR. – Eles podem ter saído com ele depois?

O SR. – Não sei.

O SR. – Podem?

O SR. – Podem sair (?)

O SR. – O Sr. tem carro?

O SR. – Tenho.

O SR. – Que carro o Sr. tem?

O SR. – Uma Parati.

O SR. – Que ano?

O SR. – 98.

O SR. – É casado?

O SR. – Sou.

O SR. – A esposa do Sr. tem carro?

O SR. – Não.

O SR. – Não?

O SR. – Não.

O SR. – O Sr. tem filhos maiores?

O SR. – Não. Tenho dois filhos menores.

O SR. – O Sr. mora em casa própria ou alugada?

O SR. – Minha, própria.

O SR. – Vale quanto?

O SR. – O que o Sr. é do Maurivan na estrutura da Polícia? O Sr. é subordinado a ele? O Sr. é da equipe dele?

O SR. – De quem?

O SR. – Maurivan.

O SR. – Maurivan?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Maurivan.

O SR. – Sr. Detetive?

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – O senhor é da equipe dele, ou não?

O SR. – O senhor é de outra equipe?

O SR. – Sim, Senhor.

O SR. – O senhor é chefe da sua equipe?

O SR. – Não era bem chefe, era o mais antigo da equipe naquela época.

O SR. – Ham, ham.

O SR. – E, então, naquele dia que foi lá, o senhor não pertencia à equipe dele?

O SR. – Não, não, fomos só para dar apoio.

O SR. – Não pertencia à equipe do Maurivan?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Tá.

O SR. – Foi dar cobertura, não é?

O SR. – Pra nós recordarmos bem aqui de tudo, estamos checando aqui.

Quando vocês voltaram para a delegacia, vocês foram abordados por viatura da Polícia Rodoviária Federal?

O SR. – Nossa equipe, não, senhor.

O SR. – Alguma vez, o senhor foi abordado por viatura da Polícia Federal com preso junto?

O SR. – Não recordo, não. Acho que nunca.

O SR. – Não recorda? E junto com esse... qual é o nome dele? O Paulinho?

O SR. – Não, nunca o conduzi para a delegacia com ele. Já participei duas prisões, mas não o conduzi, em nenhuma das vezes.

O SR. – Em nenhuma das vezes, você o conduziu?

O SR. – Não, nenhuma das vezes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde foi a outra prisão?

O SR. – Foi no apartamento dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No apartamento?

O SR. – Acho que foi no final do ano?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hem?

O SR. – Agora?

O SR. – Ano de 2000?

O SR. – É. Eu 'tava na outra delegacia. Deu a informação que ele 'tava no outro apartamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando foi?

O SR. – Não lembro. Acho que foi no ano 2000. No apartamento. Não lembro a época certa.

O SR. – E foi por que a prisão?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E só participou dessas duas?

O SR. – Senhor?

O SR. – Só dessas duas?

O SR. – Só as duas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E em um mês atrás, mais ou menos?

O SR. – Um mês atrás, não.

O SR. – Não?

O SR. – O senhor nem ficou sabendo que ele 'tava preso?

O SR. – Eu fiquei sabendo.

O SR. – Ah, você ficou?

O SR. – Fiquei, eu 'tava de plantão na delegacia regional e vi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Jaziel, você conhece?

O SR. – Serafim? Ah, Jaziel. Conheço. Conheci há poucos dias, quando ele foi preso, acho que em Anápolis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor prendeu ele também?

O SR. – Não, quem o prendeu acho que foi a Polícia Militar, em Anápolis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E como foi o seu encontro com ele, a sua relação com ele?

O SR. – Na Delegacia de Roubo de Cargas, que eu o vi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 'Cê o viu lá?

O SR. – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E qual o contato que 'cê teve com ele?

O SR. – Nós conversamos, por volta das 18 horas, parece que ele chegou lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conversaram sobre o quê?

O SR. – Sobre os roubos dele, que ele tinha praticado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 'Cê bateu nele?

O SR. – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nenhuma vez?

O SR. – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E no Cleverson?

O SR. – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Também não?

O SR. – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca bateu?

O SR. – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca bateu?

O SR. – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Te ofereceram alguma coisa?

O SR. – O Cleverson?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. – Já.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já? Ofereceu o quê?

O SR. – Não, ele falou pra ajudar ele uma vez na Furtos e Roubos, mas eu falei que 'tava fora da minha alçada. Uma vez que ele 'teve preso na Furtos e Roubos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, aí, ele te pediu; eu 'tô perguntando se ele ofereceu alguma coisa.

O SR. – É, ele falou se eu o ajudasse, ele me ajudaria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com o quê?

O SR. – Provavelmente, ele não especificou a ajuda, mas se eu o ajudasse, ele me ajudaria. Eu falei que não tinha jeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com quanto?

O SR. – Não falou valores, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não?

O SR. – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 'Cê não quis nem saber?

O SR. – Não, eu falei que não compensava.

O SR. – Qual a ajuda que ele falou que seria? Ajuda pra quê? O senhor tinha que fazer o que pra ele lhe dar o quê?

O SR. – Ele foi preso pela equipe da Furtos e Roubos, e o pessoal não o conhecia. Ele deu um nome falso, falou que era Pauli. Eu o conhecia e falei "Não."

O SR. – Ah, ele deu um nome falso?

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – Tá.

O SR. – Eu, logo que o vi, falei "Não, o nome dele não é Pauli, não. Ele tem mandado de prisão, e o nome dele é Cleverson." Ele falou "Você podia ter me ajudado, que eu te ajudava. Eu falei "Não, não tenho vontade de te ajudar."

O SR. – Ah, tá. Ele queria o seguinte. Deixe-me entender: a ajuda que ele queria é que o senhor não o reconhecesse pelo nome verdadeiro. É isso?

O SR. – Isso.

O SR. – E ele foi reconhecido?

O SR. – Foi, e foi passado para a Delegacia de Furtos e Roubos de Carga, onde ...

O SR. – Ninguém na delegacia sabia o nome dele?

O SR. – Na Furtos e Roubos, não. Sabiam por Pauli, mas não sabiam que aquele era o Pauli. Na Furtos e Roubos, não.

O SR. – E quando ele fez essa proposta, quanto foi que ele ofereceu?

O SR. – Não, ele não falou valores, não; ele falou que se eu ajudasse ele, ele podia me ajudar. Agora, depois, ele conversou com a esquipe que o prendeu e parece-me que foi passado para a Delegacia de Furtos e Roubos de Cargas.

O SR. – E o Jaziel te ofereceu o quê?

O SR. – O Jaziel não ofereceu nada.

O SR. – Nada?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Ele sabia do Pauli. Ele tinha os dois nomes, né?

O SR. – Sim, senhor. Ele não sabia o nome dele completo. Sabia que o nome dele é Cleverson.

O SR. – (?....)

O SR. – O Pauli eu conhecia por Pauli.

O SR. – Ham, ham.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu contato com o Jaziel, como foi?

O SR. – Conversamos uma meia hora, mais ou menos. Depois, voltamos a nos encontrar novamente no outro dia e tornamos a conversar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi uma conversa amistosa?

O SR. – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi tranqüila?

O SR. – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele colaborou?

O SR. – Colaborou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, falou o nome... falou dos cinco roubos que ele 'tava envolvido, as pessoas que 'tavam envolvidas e depois, posteriormente, pediram um mandado de prisão das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele deu os nomes das pessoas?

O SR. – Deu os nomes. Alguns estão presos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já estão presos?

O SR. – Uns oito presos, me parece.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem são?

O SR. – Eu tenho que recordar: Marquinho tem uma mulher. Não lembro o nome no momento, Doutor. Cumprimos o mandado, mas, no momento, não lembro o nome deles, não.

O SR. – Depois o senhor prendeu todos?

O SR. CLAYTON – Não. Fugiu 1, 2 não conseguimos localizar, porque estavam viajando. Acho que tem 3 ou 4 foragidos.

O SR. – Por que o Jaziel foi preso?

O SR. CLAYTON – Parece que havia um mandato de prisão contra ele, parece que de Monte Carmelo.

O SR. – Quem é Rodrigo.

O SR. CLAYTON – Rodrigo? Conheço um Rodrigo que faz 3 anos que não vejo, mas não sei se é ele.

O SR. – O senhor fez alguma diligência em alguma propriedade de um cidadão chamado Rodrigo?

O SR. CLAYTON – Não, senhor. O Rodrigo que conheço não tem propriedade nenhuma.

O SR. – Sr. Presidente, requeiro a acareação com o Cleverson e com o Jaziel.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Solicito à Secretaria que faça adentrar as duas testemunhas para fazer acareação com o depoente.

(Interrupção na gravação)

O SR. CLEVERSON – O Clayton da polícia, da Roubos e Furtos.

O SR. – Ele participou das ações contra o senhor?

O SR. CLEVERSON – Esse aqui, para falar a verdade, não.

O SR. – Não?

O SR. CLEVERSON – Estou aqui para falar a verdade e ele não participou.

O SR. – Lógico. Nenhuma ação?

O SR. CLEVERSON – Não.

O SR. – O Jaziel, cadê o Jaziel?

O SR. – Conhece esse cidadão?

O SR. JAZIEL – Sim, senhor.

O SR. – Conhece?

O SR. JAZIEL – Sim, senhor.

O SR. – Quem é ele?

O SR. JAZIEL – É o Clayton(?).

O SR. – O que o senhor sabe dele?

O SR. JAZIEL – Oi?

O SR. – O que o senhor tem a apontar dele?

O SR. JAZIEL – Eu tenho a apontar dele que, no dia da prisão, ele ajudou a me espancar.

O SR. – Ele ajudou a bater no senhor. Ele abriu negociação com o senhor?

O SR. JAZIEL – Não, não houve negociação com o Clayton.

O SR. – O senhor tentou negociar com ele?

O SR. JAZIEL – Oi?

O SR. – O senhor tentou fazer negócio com ele?

O SR. JAZIEL – Não, não tentei.

O SR. – Da parte do Clayton(?), não houve nenhuma proposta, nem nada?

O SR. JAZIEL – Não. Com o Clayton, não. Só espancamento mesmo.

O SR. – Ele ajudou a bater no senhor?

O SR. JAZIEL – Ele estava lá no meio, no dia em que me prenderam, ele estava me torturando.

O SR. – Onde foi?

O SR. JAZIEL – Na Carga.

O SR. – Lá dentro da delegacia?

O SR. JAZIEL – Isso.

O SR. – O que ele fez ao senhor?

O SR. JAZIEL – Como?

O SR. – O que ele fez ao senhor? Torturou com o (inaudível).

O SR. JAZIEL – Eles me torturaram para assinar umas folhas lá e colocar pessoas que não tinham nada a ver com...

O SR. – Mas como foi a tortura?

O SR. JAZIEL – A tortura?

O SR. – Sim, descreva-a para nós.

O SR. JAZIEL – É um ferro que tem lá na Carga, um ferro alaranjado, e enrolaram uns cobertores no meu braço e na minha perna, amarraram-me e colocaram uns ferros no meio das pernas, borrachadas nos pés, tem o laudo médico para comprovar – até hoje os meus pés estão com marcas pretas e o testículo inchado também, talvez precise até de cirurgia –, choque também e afogamento com água.

O SR. – E o Clayton participou ativamente disso?

O SR. JAZIEL – Sim, senhor.

O SR. – O que o senhor tem a dizer, Sr. Clayton?

O SR. CLAYTON – É mentira.

O SR. – É mentira? Mas ele conta bem os detalhes, não é?

O SR. CLAYTON – Bom, qualquer um pode contar detalhes.

O SR. – É por isso que o Brasil figura entre os países que mais torturam, e quem tortura é a polícia, infelizmente. Alguns maus policiais, não a polícia. Não sei se é o seu caso, não temos como provar, mas é lamentável que... Aliás, o senhor tinha de pedir para o delegado de Cargas que examinasse isso. O delegado tinha de examinar esse ferro cor-de-rosa, ou melhor, laranja, que ele conta em detalhes. A CPI não é a CPI da tortura, veja bem. Quero diferenciar aqui: a CPI é do roubo de cargas. Agora, a tortura é um crime tão odioso e tão hediondo, que nem quem tortura merece ser torturado. É tão horrível a tortura, que nem quem tortura a merece. A consciência de quem tortura deve estar nos pés e não na cabeça. É algo fantástico. Por isso, eu abomino isso. A nossa missão é investigar, não é nosso dever, não é a razão de ser da CPI. Mas, quando eu levanto isso, não há como fugirmos Não tem fundamento que ainda tenhamos a prática de tortura em delegacias de polícia. Não há o que justifique. Eu não sou a favor de bandido. Acredito que lugar de bandido é na cadeia, é na prisão, enfim, lugar de bandido é cumprir as determinações da Justiça. Agora, não pode um policial se arvorar em justiceiro, ainda que, às vezes, até se argumente "não, mas ele aprontou". Justiça para ele e não que o policial chame para si e fique batendo, torturando, fazendo coisas desse tipo. Nós sabemos que não é somente aqui, é no Brasil inteiro, infelizmente. É lamentável.

O SR. – Cleverson, eu gostaria que você nos dissesse o seguinte: no dia em que você foi preso, na casa do seu sogro, esse policial Clayton estava presente?

O SR. CLEVERSON – Eu não me lembro.

O SR. – No momento em que foi para o mato, ele estava presente?

O SR. CLEVERSON – Não estava presente.

O SR. – Não estava?

O SR. CLEVERSON – Não estava presente.

O SR. – Você sabe se ele também recebeu o acerto do dinheiro?

O SR. CLEVERSON – Não sei falar se ele recebeu.

O SR. – Eu sugiro, Sr. Presidente, já que ele disse que não houve negociação... o nosso objetivo não é a tortura. Embora saibamos que a tortura era feita para que ele dissesse não o que a Justiça quer, porque a Justiça sabe o que quer e não precisa de tortura para buscar. Torturar para dizer o que interessava ao torturador saber para achacar o quanto ele queria. O

senhor sabe como funciona. Mas, eles não negociaram com o senhor, não fizeram transação com o senhor.

Parece-me, Sr. Presidente, que seja bom chamar outros policiais. Eu gostaria que trouxessem o Maurivan de volta.

O SR. – Eu gostaria de esclarecer – até porque sociedade está aqui acompanhando – que, na verdade, foram palavras do Deputado Pompeu. Constará do meu relatório da CPI as acusações de tortura sofrida por esses dois e será encaminhada ao Ministério Público. Na verdade, a CPI, por ter as suas prerrogativas, em que temos de nos ater a roubo de carga, não adianta ficar em muitos outros canais, porque acabamos não chegando a lugar nenhum. Mas, acreditamos que seja muito grave e serão encaminhadas ao Ministério Público e à Justiça essas acusações de tortura.

O SR. CABO JÚLIO – Gostaria de fazer um esclarecimento de público. Eu liguei, agora, para a corregedoria, para o Dr. Moraes, que era o corregedor e agora é o Subsecretário de Segurança Pública ou o Secretário Adjunto. Eu pedi a ele que enviasse para cá um delegado da corregedoria. Primeiro, o delegado acompanha esses casos até sabermos se a corregedoria está apurando isso também. Esta é a primeira parte.

Segundo, para que a corregedoria de polícia possa nos auxiliar. De que forma? Temos a informação de que aquele questionamento sobre mandado de prisão, foi cumprido ou não? A polícia federal já está conosco aqui, fazendo tantas coisas. Então, passemos para a corregedoria para que o delegado da corregedoria possa verificar e nos passar imediatamente esta informação.

Eu pedi que o corregedor enviasse para cá um delegado da sua confiança, para que ele ficasse à disposição da CPI, para que essas informações pudessem chegar mais rápido e ainda no momento em que estamos fazendo acareação, porque poderemos desvendar quem está falando mentira ou não. Eu gostaria de passar – já passei extra-oficialmente para a CPI – agora, para o Presidente e para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Eu parabenizo V. Exª pela iniciativa.

O SR. – E pela perspicácia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Exatamente. Pela iniciativa de V. Exª que nos ajudará muito nesta CPI.

O relator está com a palavra.

O SR. – Maurivan, gostaríamos que fosse feita a ratificação de sua parte em relação à questão do contato com a Polícia Rodoviária Federal. Quando da nossa saída(?), aventou-se a possibilidade, até porque se pediu para fechar a reunião para se falar secretamente e não se trouxe nada de novo. A não ser, o que acredito seja muito válido para o seu depoimento, a ratificação daquele contato.

O SR. MAURIVAN – Deixe-me falar com os senhores: nós fizemos uma diligência com ele, várias diligências com ele, em Araguari, pra ver se ele localizava uma fazenda, ou uma chácara, de um tal de Rodrigo, ladrão de carga. E ele nos levou lá, mas não encontrou essa entrada dessa fazenda. Nós só ficamos na BR.

Eu me recordo que nós fomos abordados, realmente, por um pessoal da Polícia Rodoviária. Agora, eu não me recordo a data.

O SR. – Foi no dia da prisão dele?

O SR. – Foi no mesmo dia?

O SR. – Não senhor. Acredito que não sei. Eu não sei se foi no dia.

O SR. – Deve ter, nesse caso?

O SR. – Isso aí foi em outra prisão. Isso foi em outra prisão que ele estava comentando esse caso. Já foi esse nessa da vez que eu vendi, realmente, essa carga pro Claudianor, pro conhecido por Billy. A carga não era minha, era desse Rodrigo. Mas essa já foi outra. Dessa vez que eles me prenderam na casa da minha sogra, foi pra cá no rumo de Uberaba que a Polícia Rodoviária parou nós.

O SR. – Mas é verdade que ele...

O SR. – Dessa outra vez teve abordagem da Polícia Rodoviária também, ou não?

O SR. – Não teve abordagem. Não teve abordagem. Essa outra vez, não teve abordagem, não.

O SR. – E aí, seu Maurivan?

O SR. – Mas pelo menos o senhor reconhece, Maurivan, que houve uma situação na qual existiu a abordagem da polícia?

O SR. – Eu me recordo que teve. É igual eu falei pra V. Exªs, a gente sempre era abordado pelos policiais federais, porque a gente sempre transitava nas BRs aqui, né? Então, é difícil.

O SR. – E essa vez, lá, se não me lembro, dessa vez que eles me pegaram na casa da minha sogra, deve ter sido do dia 10 ao dia 12 de novembro de 1999. É que a minha esposa tinha perdido o neném, estava com 2 meses de resguardo. Deram tiro lá dentro. A minha sogra... Foi muito ruim pra ela. Chorou

bastante. Meu sogro não estava lá. Inclusive, até meu sogro ficou meio chateado comigo por causa que o meu sogro é uma pessoa muito honesta, sabe, muito direita e ficou muito chateado com isso que houve na casa dele. Inclusive, ele só não entrou na Justiça pra saber se aquilo tinha mandado pra eles entrarem lá... Eles entraram lá dentro correndo, não tinha mandado pra entrar dentro da casa e ele só não entrou na Justiça pra não complicar pra mim, depois. Porque houve um acerto com a gente. Depois senão ia levantar e acabar descobrindo e ia acabar me prendendo novamente.

O SR. – Sr. Maurivan, o senhor há de convir comigo que há uma acusação, e a nossa parte é justamente detectar quem está falando a verdade. Nós não queremos prejudicar nem o senhor, nem ele, nem ninguém. Nós queremos a verdade e ela vai ter que aparecer.

O SR. – Ela vai aparecer.

O SR. – Então, o senhor há de convir comigo que é uma acusação pesada, não é verdade?

O SR. – Correto.

O SR. – O senhor já sofreu alguma acusação de corrupção?

O SR. – Não, Excelência.

O SR. – Não? O senhor já foi punido pela Corregedoria, alguma vez?

O SR. – Não, Excelência. Nunca.

O SR. – O senhor tem 15 anos na polícia, não é?

O SR. – É.

O SR. – O senhor é detetive classe?

O SR. – Dois.

O SR. – Classe Dois.

O SR. – Isso.

O SR. – Está certo. A minha parte, Sr. Presidente, é essa.

O SR. – Uma vez feita a ratificação, Sr. Presidente, para mim é isso.

(Pausa.)

O SR. – Sim, Excelência.

O SR. – Então, eu pediria à Secretaria que conduzisse o senhor Júnior.

O SR. – É José Justino de Sousa Vieira.

O SR. – Júnior?

O SR. – José Justino de Sousa Vieira Júnior.

O SR. – Para o senhor Júnior, os rapazes, não há necessidade deles agora. Nós podemos liberá-los se o senhor voltar e quando o outro policial chegar nós chamamos os senhores. Está certo, Sr. Presidente? Porque o que o Júnior vai falar não foi com ele. Talvez tenhamos que acariar o Júnior com os policiais e não com eles.

O SR. – É o Júnior. Não é isso, relator?

O SR. – Hã?

O SR. – Quer aqui? Eu tenho aqui.

O SR. – Não é? Não precisa acariar.

O SR. – Sr. Júnior, o seu nome completo?

O SR. – Justino de Sousa Vieira.

O SR. – O senhor vai assinar Termo de Compromisso, conforme o art.203, do Código de Processo Penal. Você vai depor e vai-se comprometer dizer a verdade, de acordo com a nossa Constituição.

Então, com a palavra o nobre Deputado Cabo Júlio.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor me permite chamá-lo de Júnior, parece-me que é o nome que o senhor é mais conhecido.

O senhor é proprietário da empresa Rodão Veículos. É isso mesmo?

O SR. – Não.

O SR. – Qual é a empresa do senhor?

O SR. – JM Veículos.

O SR. – JM Veículos?

O SR. – Isso.

O SR. – O senhor comercializa carros, compra e vende.

O SR. – Sim.

O SR. – Há quanto tempo o senhor faz esse tipo de negócio?

O SR. – Têm uns oito anos. Eu ficava negociando na rua, depois fui trabalhar numa garagem de um conhecido, depois fui para minha garagem.

O SR. – A empresa funciona há quanto tempo?

O SR. – Acredito que uns dois anos.

O SR. – Para quais policiais civis aqui da cidade o senhor já comercializou veículos?

O SR. – Já comercializei para um par.

O SR. – Para como?

O SR. – Para muitos.

O SR. – Para muitos?

O SR. – Para muitos.

O SR. – O senhor poderia... O senhor já comercializou para o Maurivan?

O SR. – Não.

O SR. – O senhor está sob juramento, só estou-lhe lembrando.

O SR. – Certo.

O SR. – O senhor já vendeu carro para o Zezinho?

O SR. – Não.

O SR. – O senhor já vendeu carro para o Clayton?

O SR. – Não.

O SR. – (?)

O SR. – Não.

O SR. – Para algum delegado?

O SR. – Delegado, não.

O SR. – Também não?

O SR. – Não.

O SR. – Jaelci?

O SR. – Jaelci, tem algum apelido?

O SR. – Serafim?

O SR. – Não.

O SR. – João Geraldo?

O SR. – Quantas vezes o senhor já esteve na delegacia de Uberaba?

O SR. – Qual delegacia?

O SR. – Na 16ª.

O SR. – De Uberlândia?

O SR. – É.

O SR. – Já tive várias vezes.

O SR. – Quantas vezes? Muitas vezes?

O SR. – Já tive várias vezes.

O SR. – Para quê?

O SR. – Já tive para algum negócio que fiz, para algum depoimento.

O SR. – Algum depoimento? Depoimento de quê?

O SR. – Um depoimento de uma retroescavadeira e de uma Pampa.

O SR. – E que mais? O senhor vai muito a delegacia? O senhor faz muito negócio com os policiais daqui?

O SR. – Já vendi carro para policiais.

O SR. – E comprar?

O SR. – Comprar de policial direto?

O SR. – É. Eu fiz troca.

O SR. – O senhor conhece o Cleverson?

O SR. – Cleverson, sim, conheço.

O SR. – O senhor conhece ele de onde?

O SR. – Eu conheço ele de ele ter ido na garagem e identificado como proprietário de um veículo que ele tinha compro.

O SR. – O Mazda?

O SR. – O Mazda.

O SR. – O Mazda azul?

O SR. – O Mazda azul.

O SR. – E que ele disse para o senhor?

O SR. – Ele disse que era o último dono do carro, do veículo.

O SR. – Ele chegou e falou: "Olha, esse carro é meu, eu vendi para fulano". Ele falou que tinha vendido para quem?

O SR. – Não, ele não falou que tinha vendido.

O SR. – Falou que tinha dado para quem?

O SR. – Ele falou que, na verdade... O que ele falou eu não posso provar, mas posso dizer.

O SR. – Não pedi para o senhor provar. Vou repetir, deixe-me reformular. Vou reformular a pergunta. Eu gostaria que o senhor me dissesse, palavra por palavra, daquilo que o senhor lembrar, daquilo que o Cleverson disse quando chegou na garagem do senhor. Ele disse: "Esse carro foi meu", e aí o que ele falou?

O SR. – Eu perdi esse carro.

O SR. – Ele falou: "Eu perdi esse carro"?

O SR. – Eu perdi esse carro.

O SR. – Ele falou que perdeu como?

O SR. – Perdeu num negócio errado para lá.

O SR. – Vamos voltar. Ele disse para o senhor: "Eu perdi esse carro", não foi isso?

O SR. – Júnior, 'cê sabe como é. Como foi que ele disse?

O SR. – Aí, ele disse: "Perdeu como?" Ele falou para o senhor assim? Olha, esse carro eu dei para o policial civil, por que ele me prendeu?

O SR. – Não, ele não disse isso.

O SR. – Sim ou não?

O SR. – Não, ele falou que tinha perdido o carro.

O SR. – Mas por que perder o carro?

O SR. – Perdeu na rua?

O SR. – Não, não, deixe eu explicar.

O SR. – Negócio? Jogo?

O SR. – Ele disse que perdeu o carro. Se perdeu o carro, aí, ele que se explique. Ele disse isso.

O SR. – Deixe eu... Sr. Justino de Souza Vieira?

O SR. – Quanto 'cê pagou pelo carro?

O SR. – Paguei 12.800 mil.

O SR. – A quem?

O SR. – Paguei para o Dr. André.

O SR. – A quem?

O SR. – Para o Dr. André.

O SR. – Dr. André é advogado?

O SR. – Advogado de quem?

O SR. – Era o advogado dele?

O SR. – O advogado, na ocasião, certamente que era, porque ouvi ele dizer, mais pra frente...

O SR. – Foi ele que levou o carro para o senhor?

O SR. – Não, foi o Dr. André.

O SR. – Tá. O Dr. André levou o carro para o senhor?

O SR. – Sim.

O SR. – Aí, o senhor deu o dinheiro para ele?

O SR. – Sim.

O SR. – E o outro carro, o ômega? Do Jaziel.

O SR. – O ômega, do Jaziel, foi a Simone, mulher dele que levou o carro lá...

O SR. – De quem que o Jaziel comprou o ômega?

O SR. – O ômega?

O SR. – O Jaziel comprou o ômega meu.

O SR. – Quanto ele pagou?

O SR. – Pagou, creio que foi 14 ou 15 mil. Não me lembro muito bem.

O SR. – Esse era o valor do preço do automóvel?

O SR. – Quanto é que ele, efetivamente, cumpriu de pagamento?

O SR. – Quanto que ele pagou?

O SR. – É.

O SR. – Ele pagou. Ele deu um tipo. Acho que um tipo que ele deu 94, modelo 5, acho que foi três mil em dinheiro. Acho que ele ficou tendo que pagar uns R$5 mil.

O SR. – Faltou para ele pagar uns R$5 mil?

O SR. – Faltou uns R$5 mil.

O SR. – Tá. Aí, depois, a esposa dele levou o carro lá de volta para o senhor?

O SR. – Sim, levou.

O SR. – Quem foi dirigindo o carro?

O SR. – Não me lembro.

O SR. – Ela não sabe dirigir?

O SR. – Não, é algum conhecido.

O SR. – Tá, mas 'cê costuma vender carro assim? Deixando cinco mil pra trás?

O SR. – Sr. Justino, quando ela – preste atenção na pergunta que vou lhe fazer – o senhor deu para ela R$5 mil? Foi isso? quando ossenhor entregou o dinheiro pra ele, o que foi que ela disse para o senhor?

O SR. – Eu não vou mentir, não.

O SR. – Então, repita, por favor. Vou repetir.

O SR. – Eu não vou mentir, não. Ela falou que 'tava dando o dinheiro para a polícia. Mas ela disse.

O SR. – Ela falou que o dinheiro seria para a Polícia?

O SR. – É, mas eu não posso provar também, não.

O SR. – Tá. Eu não 'tô pedindo o senhor para provar. Ela disse para o senhor...

O SR. – Ela disse. Aí é com ela.

O SR. – Ela podia estar mentindo, mas ela disse.

O SR. – Ela disse.

O SR. – Pra qual polícia?

O SR. – Ela disse que o dinheiro seria pra polícia?

O SR. – É.

O SR. – Ela disse: "Estou vendendo um carro pra pegar esse dinheiro e dar para a polícia? Foi isso?

O SR. – Eu falei: "Vende esse carro pra outro. Estou sem dinheiro. Ela falou: "Não, eu preciso vender o carro."

O SR. – Eu falei, então ...

O SR. – Mas ela vendeu o carro que comprou por 14, que pagou 9, por cinco?

O SR. – Não, ela não vendeu por cinco, não.

O SR. – Vendeu por quanto?

O SR. – Ela devia o dinheiro. Eu dei a diferença pra ela. O negócio foi feito – o senhor pode perguntar pra ela...

O SR. – Mas o senhor disse que ele comprou o carro, deu um tipo e deu três mil.

O SR. – Eu acho que deu três mil. Eu não lembro...

O SR. – Tá, então, o tipo e 3 mil, estou imaginando que seja 10 ou 11?

O SR. – Dez mil. Por aí, uns R$10 ou nove mil.

O SR. – E aí depois o senhor comprou de volta por cinco?

O SR. – Não, ...

O SR. – Quanto o senhor deu a ela?

O SR. – Não, não, eu comprei por cinco, não. eu dei, do que ela ficou me devendo, ele ficou me devendo a diferença. Eu voltei a diferença pra ela. Eu acredito que seja cinco mil, porque eu não lembro o negócio. Eu acredito, mas dei em pagamento – 'cês podem comprovar com ela, que não fiz negócio passando ela pra trás. Eu dei o valor que ela realmente merecia no carro. Agora, ...

O SR. – Deixe eu imaginar. Então, vamos imaginar, porque já falaram isso. O carro custava em torno de 14 mil a 16 mil.

O SR. – Certo.

O SR. – E falou que teria pago onze ou doze. Que faltavam uns 4 mil para liquidar o carro. Dois ou 3 mil para liquidar o carro, ou coisa assim, foi o que ele falou aí. Mas pelo que o senhor disse ele comprou o carro e deu um tipo e 3 mil? E faltava completar o pagamento, obviamente.

O SR. – Faltava completar o pagamento.

O SR. – Depois, ele vendeu o carro para o senhor e recebeu 5 mil. Quer dizer, o tipo e os 3 mil, ficou por cinco? Não é isso? É a leitura que me autoriza a fazer.

O SR. – Não, mas tem um tempo nessa transação de compra e venda. Tinha o tempo para ele pagar, a diferença e esse valor que estou falando ela pode confirmar melhor, porque ela sabe que não a lesei no negócio.

O SR. – Não vou entrar no mérito mas o Sr. só deu R$5mil. Não deu outro valor?

O SR. – Eu dei um valor que não me lembro. Acho que foi cinco mil e ela poderá comprovar melhor o quanto dei para ela. Não me lembro o valor mas não lesei ela no negócio. Eu comprei o carro pelo valor que ela quis vender.

O SR. – Ela disse que o dinheiro era para a polícia.

O SR. – Ela quis o dinheiro em espécie e assim o fiz. Ela disse que o dinheiro seria para isso, mas não posso atestar porque não vi mas apenas disse.

O SR. – E o carro do Jaziel?

O SR. – Qual carro?

O SR. – O Mazda.

O SR. – O Mazda não era do Jaziel.

O SR. – Estamos falando agora do Ômega.

O SR. – O Mazda eu paguei ao Dr. André R$12.800,00.

O SR. – O Sr. pagou em dinheiro ou cheque?

O SR. – Em dinheiro vivo.

O SR. – O Sr. sabe do destino do dinheiro?

O SR. – O destino eu não sei. O Cleverson, como disse, veio na garagem e disse que tinha perdido o carro. Como havia perdido, se perdeu, conclui-se que foi acerto.

O SR. – O Sr. conhece o policial.

O SR. – O Sr. sabe.

O SR. – É o que a gente escuta.

O SR. – O Sr. conhece o policial chamado Paulinho Severino?

O SR. – Conheço.

O SR. – Quem é?

O SR. – É o Cleverson.

O SR. – O Sr. conhece o Jaziel?

O SR. – Conheço.

O SR. – O Sr. conhece o Moisés?

O SR. – Conheço.

O SR. – O Sr. conhece Ronan?

O SR. – Não.

O SR. – O Sr. conhece o Moisés de onde?

O SR. – Da garagem.

O SR. – Já comprou carro com o Sr?

O SR. – Comprou.

O SR. – O Sr. já emprestou algum carro para o Moisés?

O SR. – Não.

O SR. – Para o Cleverson?

O SR. – Não.

O SR. – Para o Jaziel?

O SR. – Não.

O SR. – O Sr. já emprestou algum carro para algum policial civil?

O SR. – Não.

O SR. – O Sr. já emprestou algum carro para algum policial militar?

O SR. – Não.

O SR. – O Sr. conhece o Marquinhos?

O SR. – Não.

O SR. – E o Marcos Paulo Arantes de Freitas?

O SR. – Não.

O SR. – Sebastião?

O SR. – Não.

O SR. – Wendel?

O SR. – Não.

O SR. – Paulo Divino?

O SR. – Não.

O SR. – Acho que o depoimento do Sr. Júnior já foi muito importante.

O SR. – Quando a esposa do Jaziel foi lhe vender o carro o Sr. deu algo em torno de cinco mil e ela disse que iria entregar o dinheiro para policiais.

O SR. – Ela disse.

O SR. – Sr. Presidente, da parte dele basta.

O SR. – ...que são os comerciantes, empresários e receptadores, pelo menos pesa sobre eles as acusações para que possamos ouvi-lo. Só quero, Jú-

lio, fazer um afirmação: não vamos fazer acareação contigo, com as duas testemunhas até porque o que eles dizem é o que tu estás dizendo. Eles dizem que entregaram o Mazda, que foi vendido para ti, e a testemunha diz exatamente que foi por intermédio do Dr. André. E o senhor diz também que foi o Dr. André. Que há uma negociação aí está na cara, a CPI já não tem mais dúvida. Não vamos chamar o Dr. André porque ele é advogado, tem o direito de, em função da ética, preservar os sigilos da profissão dele. Mas o senhor colaborou com a CPI, na medida em que esclareceu isso. Outro aspecto que o senhor esclareceu, ajudou a CPI naquilo que ainda restava um pouco de dúvida, em que o bandido dizia para a polícia e esta dizia que não, que ele vendeu o carro, o Ômega, exatamente para pegar o dinheiro para dar para a polícia. O senhor não sabe se deu para a polícia, mas disse uma coisa importante: que a mulher dele disse para o senhor, naquela vez, faz quanto tempo isso?

O SR. – Um ano, um ano e pouco.

O SR. – Um ano e pouco? Quer dizer, é muito claro, ela disse para o senhor: olhe, esse dinheiro vai para a polícia. Ele diz agora que o dinheiro vai para a polícia. As coisas vão casando, então, interpreto que o senhor está dizendo a verdade, não aumentando nem inventando nem diminuindo, mas traduzindo exatamente aquilo que aconteceu. Por outro lado, quero dizer uma coisa para o senhor, que a CPI tem notícias, e estou dizendo para o senhor, publicamente, não tenho nenhum constrangimento em dizê-lo, de que o senhor empresta carro para bandido.

O SR. – Nunca, nunca

O SR. – Estou dizendo para o senhor que a CPI tem notícia, não inventamos coisa, veja que temos até reconhecido que o senhor nos ajudou, mas o que estou dizendo agora, e digo publicamente, e não estamos atrás de prova aqui, agora, mas o tempo vai se encarregar, se necessário, a CPI vai continuar investigando, então, só para o senhor estar sabendo que sabemos. Aí, o senhor pode dizer assim: eu sei que tu sabes, tu sabes que eu sei, e sabemos daquilo que está acontecendo, para que o senhor ponha as barbas de molho. Se isso estiver acontecendo, o senhor pare porque vai sobrar para o senhor. As notícias que chegam...

O SR. – Não, isso aí é inveja.

O SR. – Então, só para o senhor estar sabendo, as notícias que chegam é de que o senhor empresta carro para bandido, houve, inclusive, denúncias graves neste sentido. Em todo caso, a CPI está de olho, o senhor está liberado hoje, mas o senhor pode ficar sabendo que estamos acompanhando, e a Polícia Federal está acompanhando muito de perto. Se é só fofoca de concorrente, de adversário, que bom! Menos mal, Deus é bom, e é bom que seja só isso, agora, se for mais, o senhor ponha as barbas de molho porque o senhor vai ser pego, ou então pare com isso, no mínimo, pare com isso, se é que isso está acontecendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – O Sr. Júlio está liberado.

O SR. – A sua intimação de amanhã não precisa ser cumprida.

O SR. – Está liberado de hoje e de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Eu pediria à Secretaria que introduzisse o próximo depoente, o Sr. João Geraldo Soares, Policial Civil.

Seu nome completo.

O SR. JOÃO GERALDO SOARES – João Geraldo Soares.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Sr. João, o senhor vai assinar os termos de compromisso, conforme art. 203 do Código de Processo Penal, pelo qual o senhor se compromete a falar a verdade perante a CPI, e de acordo com a nossa Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Com a palavra o nobre Relator deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu João, o seu apelido é?

O SR. – Eu sou conhecido como João Zebu.

O SR. OSCAR ANDRADE – João Zebu?

O SR. JOÃO ZEBU – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem gado?

O SR. JOÃO ZEBU – Não porque eu trabalhei em Uberaba. Eu sou de Uberaba. E a cidade tem zebu e aí os colegas colocaram o apelido João Zebu.

O SR. OSCAR ANDRADE – João Zebu.

O senhor trabalha há quantos anos na Polícia?

O SR. JOÃO ZEBU – Em março, eu vou fazer vinte anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vinte anos.

O SR. JOÃO ZEBU – Fui cinco anos policial militar, servi o Exército e vou fazer quinze na Civil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quinze na Polícia Civil.

Há quanto tempo o senhor está na carga?

O SR. JOÃO ZEBU – Dois anos e oito meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dois anos e oito meses.

Quantas quadrilhas o senhor participou de prisão de roubo de carga?

O SR. JOÃO ZEBU – Várias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muitas?

O SR. JOÃO ZEBU – Muitas. Inclusive eu tenho vários recortes de jornais e todos os relatórios.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na ocasião, de todas.

Com relação ao Cleverson. Conhece o Cleverson?

O SR. JOÃO ZEBU – Conheço. Bandido, covarde.

O SR. OSCAR ANDRADE – É. Covarde?

O SR. JOÃO ZEBU – Covarde.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. JOÃO ZEBU – Porque tem um bandido que, às vezes, ele pratica violência, assim, com emprego da força, no caso da mão armada, mas não usa violência, não agride, entendeu?, só fica na ameaça. Ele, não. Ele, dá tiro e bate. Muitos motoristas já apanharam dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Motorista de caminhão.

O SR. JOÃO ZEBU – Do Cleverson.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muitos motoristas de caminhão já apanharam dele?

O SR. JOÃO ZEBU – Como?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse que muitos motoristas já apanharam dele.

O SR. JOÃO ZEBU – Já.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando dos assaltos?

O SR. JOÃO ZEBU – É. A gente já viu muitas reclamações. E pelas características físicas – muitas que a gente não conseguiu provar – bate com a semelhança dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E é por isso que você bateu nele?

O SR. JOÃO ZEBU – Não bati nele, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. JOÃO ZEBU – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com bandido, covarde, você não bate não?

O SR. JOÃO ZEBU – Se eu bato?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. JOÃO ZEBU – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. JOÃO ZEBU – Não. A justiça divina. Eu meto a caneta nele, não é? O que eu puder por no papel, eu ponho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que foi a prisão dele? Quantas vezes você já prendeu ele?

O SR. JOÃO ZEBU – Prendi ele? Se não me engano, três vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – É?

Relata para mim essas três prisões, por favor.

O SR. JOÃO ZEBU – A primeira, acho que foi em 99, no final de 99. O mandato de prisão de Patrocínio. Ele estava envolvido no roubo de uma carga de cigarro. E a segunda...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, é...Vamos na primeira.

O SR. JOÃO ZEBU – Na primeira?

O SR. OSCAR ANDRADE – É. Eu quero saber detalhes da prisão dele.

O SR. JOÃO ZEBU – Aí, nós, é....

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor pegou a carga?

O SR. JOÃOZEBU – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor recuperou a carga?

O SR. JOÃO ZEBU – Recuperamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – É. Onde estava?

O SR. JOÃO ZEBU – Em Patrocínio. Tem inquérito. Inclusive, a Polícia Militar que conseguiu pegar os assaltantes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a quantidade de cigarro que era?

O SR. JOÃO ZEBU – Eu sei que foram duas carregas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Duas carretas.

O SR. JOÃO ZEBU – Elas não chegaram de, se não me engano, elas não chegaram a ser violadas, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. JOÃO ZEBU – Não. Não deu tempo, não é? A Polícia Militar foi muito rápida. E como as distâncias de Uberlândia e Patrocínio, chegou um pouquinho atrás. Foi feito o inquérito, alguns elementos da quadrilha foi preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos?

O SR. JOÃO ZEBU – Se não me engano, acho que dois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Flagrante?

O SR. JOÃO ZEBU – Flagrante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com a carreta?

O SR. JOÃO ZEBU – Com a carreta e tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Cleverson estava junto?

O SR. JOÃO ZEBU – Não, ele não foi preso em flagrante, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não estava não?

O SR. JOÃO ZEBU – Não, ele participou do assalto, não é? Mas, na hora do flagrante, ele conseguiu fugir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em diligência que vocês ficaram sabendo, depois, investigação.

O SR. JOÃO ZEBU – Investigações.

O SR. OSCAR ANDRADE – E, aí, ele foi preso em que circunstâncias?

O SR. JOÃO ZEBU – Aí, o pessoal lá confessou, não é?, deu os elementos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem que era os dois que foram presos?

O SR. JOÃO ZEBU – Conhecido como João do Araxá e Sérgio Bozó.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí eles abriram o serviço?

O SR. JOÃO ZEBU – Abriram.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deram o nome do Cleverson...

O SR. JOÃO ZEBU – Do Cleverson.

O SR. OSCAR ANDRADE – E de quem mais?

O SR. JOÃO ZEBU – Não tenho lembrança dos outros elementos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, vamos para a prisão do Cleverson. Onde ele foi preso?

O SR. JOÃO ZEBU – Ele foi preso na casa da sogra dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na casa da sogra dele?

O SR. JOÃO ZEBU – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi prender ele?

O SR. JOÃO ZEBU – Quem?

O SR. OSCAR ANDRADE Quem. Além de você.

O SR. JOÃO ZEBU – Ah, a minha equipe: eu, o Serafim, à época, O Maurivan.

O SR. – O Maurivan?

O SR. – ... e os outros elementos da Cargas. Só que a nossa equipe foi que entrou para prendê-lo.

O SR. – Que é o João Zebu, o Serafim e o Maurivan? Três?

O SR. – Tinham outros elementos que eu não me lembro, porque há outros que cercaram o quarteirão.

O SR. – O Zezinho foi?

O SR. – O Zezinho ficou dando apoio.

O SR. – O Clayton?

O SR. – Foi.

O SR. – Foi também?

O SR. – Foi.

O SR. – E quem o prendeu?

O SR. – Nós, não é?

O SR. – Porque teve a equipe de apoio e a equipe que prendeu. Qual a equipe que prendeu?

O SR. – A minha aqui.

O SR. – Está. E aí como é que foi? Vamos chegar lá no assunto.

O SR. – Chegamos e ele tentou fugir, não conseguiu fugir.

O SR. – Ele fugiu para fora da casa, para o meio do mato?

O SR. – Ele tentou pular o muro, aí ele viu que a casa estava cercada e se entregou.

O SR. – Quantos tiros foram dados?

O SR. – A quantidade de tiros não me lembro.

O SR. – Mais de um?

O SR. – Não tenho lembrança. Que teve tiro, teve.

O SR. – Mais de dez?

O SR. – Teve um, porque recebemos informações de que ele é muito perigoso, estava armado e que polícia era na bala.

Aí o elemento correndo, geralmente para poder intimidar a pessoa, não é? damos um tiro para cima.

O SR. – Quantas armas foram apanhadas com ele?

O SR. – Nenhuma.

O SR. – Nenhuma? Ele resistiu?

O SR. – Ele correu, tentou correr, não é?

O SR. – Todo bandido fala assim: polícia é na bala?

O SR. – Costumam falar.

O SR. – É? Porque os policiais todos falam aqui: "Polícia comigo é na bala". Até a frase é a mesma. Acho que ele deve ter falado muitas vezes, não é?

E aí entraram vocês três: você, o Serafim e o Maurivan?

O SR. – Certo.

O SR. – Prenderam-no?

O SR. – Prendemos.

O SR. – Vocês estavam em quais carros?

O SR. – Qual a pergunta?

O SR. – Carros.

O SR. – Não me lembro, os veículos da Carga.

O SR. – Mas era muita gente. Mais de um carro?

O SR. – Era. Lembro-me que a carga ...

O SR. – Tá! Abordou? Algemou?

O SR. – Algemamos.

O SR. – E aí ....

O SR. – Levamos para a delegacia.

O SR. – Com vocês três juntos?

O SR. – Assim, o senhor fala o nome dos policiais que foram juntos, não me lembro. Sei que fomos para a delegacia.

O SR. – Pois é, você foi para a delegacia, você e a sua equipe, que é o Serafim e o Maurivan, está certo?

O SR. – Certo.

O SR. – Eram vocês três da mesma equipe?

Tinham outras equipes dando apoio, não é? o Zezinho, o Clayton, os outros dando apoio, não é isso? Estou falando só da sua equipe. Vocês prenderam e levaram para o seu carro, é isso?

O SR. – Foi.

O SR. – Ele foi junto?

O SR. – Foi.

O SR. – Para onde?

O SR. – Para a delegacia.

O SR. – Qual delegacia?

O SR. – Da Cargas.

O SR. – Do roubo de cargas.

O SR. – A especializada.

O SR. – Quanto tempo demora da casa do sogro do Cleverson até a delegacia.

O SR. – Ah! Deve ser uns 10, 15 minutos.

O SR. – Vocês chegaram lá em quanto tempo?

O SR. – O tempo? Não me lembro! Devem ser uns dez minutos.

O SR. – Vocês passaram por onde antes?

O SR. – Por onde?

O SR. – É!

O SR. – Geralmente, a delegacia fica no bairro (?) ...

O SR. – No caminho vocês encontraram a Polícia Rodoviária Federal?

O SR. – Federal?

O SR. – É.

O SR. – Não, não é rodovia.

O SR. – Não?!

O SR. – Não há motivo para encontrar polícia não. Não é rodovia, é dentro da cidade.

O SR. – Quando que o senhor encontrou e foi abordado pela Polícia Rodoviária Nacional?

O SR. – Com o Cleverson junto.

O SR. – Juntamente com o Cleverson e juntamente com o Maurivan?

O SR. – Abordado?

O SR. – Quando o senhor foi abordado?

O SR. – Não tenho lembrança não. Isso não aconteceu.

O SR. – Que aconteceu nós já sabemos. O senhor não precisa nos dizer que não aconteceu, porque já sabemos que aconteceu. Isso não se aplica para nós. Quero saber quando.

O SR. – Excelência, isso tem dois anos. Não me lembro. Não passamos pela rodovia.

O SR. – Não estou dizendo que o senhor passou. Perguntei quando o senhor foi abordado pela Polícia Rodoviária Federal, que abordou a viatura em que estava o senhor, o Maurivan e mais um outro colega, o Serafim, e estava o Cleverson junto. Quando foi?

O SR. – Não fui abordado pela Polícia Rodoviária Federal.

O SR. – Então, vou ter que fazer uma acareação. Já esclarecemos isso. Já disseram aqui que foram atacados pela viatura da Polícia Rodoviária Federal. Agora, o senhor disse que não foi atacado?

O SR. – Excelência, isso foi há dois anos e não tinha motivo para encontrar com o policial rodoviário não.

O SR. – Não estou dizendo que foi nesse momento aí.

O SR. – Não encontrei.

O SR. – Perguntei se quando o senhor foi encontrado estava fazendo um diligência em que estava junto o Maurivan.

O SR. – Não me lembro.

O SR. – Não se lembra ou atacado?

O SR. – Abordado por policial rodoviário federal?

O SR. – Sim.

O SR. – Não.

O SR. – Nunca foi atacado?

O SR. – Não.

O SR. – Vamos ter que fazer uma acareação. Vamos ter que botar um do lado do outro para vermos que é que está (Gravação interrompida)

O SR. – Você está preparado para fazer com o Cleverson?

O SR. – Preparado? O bandido é ele.

O SR. – Mas o senhor está faltando com a verdade com a CPI.

O SR. – Mentindo?

O SR. – É.

O SR – Faz dois anos. Eu não fui abordado por policial rodoviário federal.

O SR. – Depois de dois anos pode-se mentir.

O SR. – Eu não entendi.

O SR. – Depois de dois anos pode-se mentir.

O SR. – Dois anos?

O SR. – É. O senhor disse que faz dois anos e está mentindo. O senhor não lembra?

O SR. – O meu serviço é investigar e prender. Durante dois anos...

O SR. – Mas o senhor não se lembra...

O SR. – Eu não me lembro. Se eu fui abordado por algum policial eu não me lembro.

O SR. – Vamos para a segunda prisão do Cleverson

O SR. – A segunda?

O SR. – Esqueça essa. Essa está muito distante.

O SR. – A segunda foi no Posto Planalto.

O SR. – Em que circunstância? Por que ele foi preso?

O SR. – Mandado de prisão.

O SR. – De?

O SR. – Não me lembro, doutor. Geralmente quando cumprimos um mandado de prisão nós preenchemos atrás do documento e todos os policiais assinam. É só olhar o inquérito.

O SR. – Eu sei, mas quero ouvir isso de você. Não quero olhar no inquérito. Eu quero que você se lembre por que prende, como foi isso. Isso está mais perto. Tem menos de dois anos, não tem?

O SR. – Da data exata eu não me lembro

O SR. – Isso foi também um mandado de prisão de qual cidade?

O SR. – A cidade? Eu acho que era Uberlândia mesmo.

O SR. – Uberlândia? Roubo de carga? Qual carga?

O SR. – Diversas. Eu tenho até a comunicação de serviço aqui.

O SR. O senhor prendeu a carga onde? Lá no Posto Planalto?

O SR. – Não, foi em uma residência.

O SR. – O senhor disse que foi no Posto Planalto ainda há pouco.

O SR. – No Posto Planalto nós pegamos o Cleverson.

O SR. – Eu estou falando dele.

O SR. – Nós prendemos ele no Posto Planalto.

O SR. – Você o pegou no Posto Planalto ou na residência?

O SR. – No Posto Planalto.

O SR. – Levou-o para onde?

O SR. – Para a delegacia.

O SR. – De novo?

O SR. – Geralmente é.

O SR – E de lá saiu para algum lugar?

O SR. – Não me lembro.

O SR. – E a terceira prisão?

O SR. – A terceira?

O SR. – Essa está mais próxima.

O SR. – Realmente, mas há a comunicação de serviço.

O SR. – Eu sei que tem, mas eu queria ouvir isso.

O SR. – Excelência, eu cumpro muitos mandados de prisão.

O SR. – Eu sei. Você disse que o prendeu três vezes.

O SR. – Três vezes.

O SR. – Você foi enfático, categórico. Quantas vezes você o prendeu? Você respondeu: três. As duas você já contou, e a terceira?

O SR. – Eu vou me lembrar.

Eu estou com sede. Há água .aí.

O SR. – Água, por favor.

Eu não me lembro.

O SR. – Não se lembra da terceira vez? Isso tem uns vinte e poucos dias? Trinta dias? Ou essa foi a quarta?

O SR. –Não, houve uma terceira vez em que nós o levamos para a delegacia. Ele comentou a respeito de um assalto a um ônibus, uns oficiais do Exército. Acho que esse pessoal ia fazer um treinamento em Juiz de Fora. Ele contou quais eram os elementos que participaram do assalto. Eu passei as informações para um colega chamado Átila. Ele é amigo do coronel que à época era comandante do 36º. Ele passou a informação. Averiguamos, vimos se ele tinha o mandado. Não tinha mandado. Se não me falha a memória nós o liberamos. Ele passou as informações, mas como ele conversa muito, passa para os oficiais e dá certo.

O SR. – Isso foi na terceira prisão dele?

O SR. JOÃO– Não foi prisão, foi quando o levaram para a delegacia.

O SR. – Foi um convite. Da primeira vez que o pegaram, na casa do sogro dele, ele ficou preso onde?

O SR. JOÃO – Na delegacia há uma cela. À tardinha, costuma-se levar para a colônia penal ou para a regional.

O SR. – Para onde é que ele foi?

O SR. JOÃO – Não lembro.

O SR. – Como o Senhor não lembra?

O SR. JOÃO – A colônia penal fica no caminho de Uberaba?

O SR. JOÃO – Dá acesso ao trevo de Uberaba, mas em direção à saída de Araxá.

O SR. – Passa na frente da Polícia Federal?

O SR. JOÃO – Não.

O SR. – Rodoviária?

O SR. JOÃO – Não.

O SR. – Mas a Polícia Rodoviária pode estar no caminho para abordar?

O SR. JOÃO – Não.

O SR. – Não passa na rodovia federal?

O SR. JOÃO – Se passa pela João Naves, passa por debaixo do túnel e do viaduto.

O SR. – O Senhor tem certeza de que ele foi para o presídio da colônia penal?

O SR. JOÃO – Se não me falha a memória foi.

O SR. – E qual é a distância, em quilômetros, da delegacia à colônia penal?

O SR. JOÃO – Deve dar uns 10km.

O SR. – Então, é estrada.

O SR. JOÃO – É.

O SR. – No caminho, vocês pararam onde?

O SR. JOÃO – Não paramos.

O SR. – João, conta para a gente onde vocês pararam. Nós sabemos.

O SR. JOÃO – Não paramos em lugar nenhum. Não tenho lembrança disso. Não tenho lembrança se fui eu quem levou ele para a colônia penal.

O SR. – Você está em dúvida?

O SR. JOÃO – Na época, éramos 12 investigadores. Não tenho lembrança de tê-lo levado.

O SR. – Você bateu no Cleverson?

O SR. JOÃO – Não, Senhor.

O SR. – Vamos falar do Jaziel então. Você o conhece?

O SR. JOÃO – Conheço.

O SR. – Quantas vezes você o prendeu?

O SR. JOÃO – Duas.

O SR. – Em que circunstâncias?

O SR. JOÃO – A primeira foi com um mandado de prisão. Todas as duas com mandado de prisão.

O SR. – Como que foi?

O SR. JOÃO – Da primeira eu não lembro.

O SR. – Da primeira você não lembra nada? Como é que você sabe que são duas se você nem lembra da primeira? Foi uma só então.

O SR. JOÃO – Excelência, com todo respeito, nós prendemos muitos elementos.

O SR. – Mas eu perguntei quantas vezes você prendeu o Jaziel e você disse que duas, mas não lembra da primeira. É muito esquisito. Você não quer falar? Vamos para a segunda, que é mais perto e depois a gente volta.

O SR. JOÃO – Vou lembrar. A segunda nós fomos buscar na cidade de Canápolis. Eu não prendi ele. Entramos em contato, porque estava havendo muito assalto naquela região e inclusive o irmão de uma das vítimas, um motorista que se encontra desaparecido e o caminhão foi encontrado num trevo na entrada da cidade de Canápolis, num posto de gasolina, e o motorista desapareceu. O irmão veio até a cargas (?), conversou com o nosso delegado e ele determinou que a gente investigasse alguma pista. Pelas pistas que estavam surgindo, inclusive estou com várias xerox de cheques que foram descontados em Goiânia do elemento que se encontra desaparecido, pode ter sido um latrocínio. Aí estivemos em várias cidades, como Araporã, Centralina, e eu entrei em contato com os policiais militares e com o Sargento Comandante e o Cabo Dias e expliquei a eles a situação e eles disseram que havia um elemento que as pessoas comentavam que era assaltante de cargas, que ele estava envolvido em vários roubos de carga. E eu peguei e deixei o meu número do celular a ele, eu falei: "se for quem eu estou pensando pode ser um elemento que se encontra foragido da Cidade de Uberlândia. E a quadrilha dele é muito grande".

Um dia eu estava de plantão na regional, fui chamado pelo celular era o Cabo Dias, que tinha detido um elemento, e ele estava cobrando um mandado de prisão. E aí como não tinha... estava tudo fechado, já era quase uma hora da manhã, mandou .... pelo gráfico do computador nós mandamos um fax que o elemento tinha um mandado de prisão.

O SR. – Que era o Jaziel?

O SR. – Era o Jaziel. Aí eles pegaram a .....

O SR. – Seu contato com ele foi como?

O SR. – O contato com o Jaziel?

O SR. – É.

O SR. – Nós fomos buscá-lo em Anápolis.

O SR. – Buscou?

O SR. – Senhor?

O SR. – Buscou?

O SR. – Buscamos.

O SR. – Trouxe para cá?

O SR. – Para Cargas.

O SR. – Levou esse para Cargas.

O SR. – Prendeu ele lá?

O SR. – É, nós...

O SR. – O que aconteceu com ele?

O SR. – O que aconteceu?

O SR. – É.

O SR. – Como assim, aconteceu?

O SR. – Aconteceu com ele, foi preso?

O SR. – Foi ouvido, ué!

O SR. – Foi ouvido.

O SR. – Em cartório.

O SR. – Bateu nele?

O SR. – Aí, não senhor.

O SR. – Ele é bandido de carga também?

O SR. – Ele citou vários nomes, nós fizemos comunicação do serviço ao delegado, delegado fez o pedido de prisão ao juiz, decretou a prisão dos outros elementos e fomos cumprir o mandado de prisão.

O SR. – O Cleverson já ligou para você alguma vez depois que ele estava solto?

O SR. – Quem?

O SR. – O Cleverson.

O SR. – O Cleverson?

O SR. – É.

O SR. – Ele me ameaçou dentro da delegacia.

O SR. – Ameaçou você?

O SR. – Me ameaçou de morte e disse que iria me matar em voz alta. Inclusive tem os meus colegas que ...

O SR. – Por quê?

O SR. – Ele não gosta de mim, ué. Porque eu tenho costume de quando a gente entra para cumprir o mandado de prisão, mesmo se está investigando e não encontra elemento eu pegou fotografia dos elementos. Aí eu pego... tem que ter fotografia aqui, eu mando escanear no computador e eles ficam sabendo que a gente está pregando os cartazes e esses elementos ficam com raiva. Entendeu?

O SR. – E isso deu raiva nele suficiente para te jurar de morte?

O SR. – É, ele né...

O SR. – Não foi um carinho que você fez nele, não?

O SR. – Senhor?

O SR. – Você não bateu nele?

O SR. – Se eu bati nele?

O SR. – Para ele ter raiva de você?

O SR. – Não, não bati.

O SR. – Ele te fez alguma proposta para sair da delegacia?

O SR. – Proposta?

O SR. – Doutor, eu detesto o Cleverson, eu não gosto nem de ver ele.

O SR. – Está certo. Eu não estou falando.

O SR. – Mas como assim proposta?

O SR. – Proposta para ele se livrar da...

O SR. – Da Cana? Se eu pudesse, se eu fosse uma autoridade, um juiz, por exemplo, eu daria mil anos de cadeia para ele. Proposta.

O SR. – Nunca te fez nenhuma proposta.

O SR. – Não, desse tipo de conversa ...

O SR. – Não?

O SR. – Não senhor.

O SR. – Nem você fez a ele?

O SR. – Senhor?

O SR. – Nem você fez a ele?

O SR. – Proposta?

O SR. – É.

O SR. – Não tenho lembrança, não.

O SR. – Não tem lembrança?

O SR. – Não.

O SR. – Nunca recebeu nada dele?

O SR. – Não.

O SR. – Inclusive eu afirmo na frente dele...

O SR. – Sr. Presidente. Peço que ele aguarde, vamos chamar o último deles, o João. Aliás, o Jaelson Elias Serafim. Se for o caso vamos colocar os três juntos só para nós vermos as discordâncias dos três, até porque a mentira tem perna curta. Vamos encurtar as pernas da mentira mais ainda.

O SR. – Concordo.

O SR. – Jaelson. E ele aguarda .... mas ele não vai estar junto com o ????

O SR. – Jailson.

O SR. – Pedimos ao senhor para aguardar um pouco aí. Pediria à secretaria para providenciar a vinda do Jaelson Elias Serafim.

O SR. – Jaelson Elias Serafim.

O SR. – Jaelson, o senhor vai assinar o termo de compromisso conforme o art. 203, do Código de Processo Penal. Por favor.

O SR. – O Cleberson e o Jaziel?

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – Conhece os dois?

O SR. – Os dois.

O SR. – O senhor prendeu ele? O senhor prendeu eles alguma vez?

O SR. – Prendemos.

O SR. – Os dois?

O SR. – Os dois.

O SR. – Me conta como foi a prisão.

O SR. – Do Cleverson tem cerca de dois anos, foi a primeira prisão que fizemos dele.

O SR. – Prendeu onde?

O SR. – Lá na casa do sogro dele.

O SR. – Quem é que estava junto?

O SR. – Na ocasião, ele estava sozinho.

O SR. – Não, o senhor, a sua equipe.

O SR. – Estava a equipe.

O SR. – Qual é a sua equipe?

O SR. – Estava eu, o Maurivan, o João Geraldo, Rogério e o outro pessoal que foi dar apoio, outra equipe de apoio.

O SR. – E o senhor pertence a que equipe?

O SR. – À do Maurivan, no caso.

O SR. – Ele era o chefe?

O SR. – Era o chefe de equipe por ser mais antigo.

O SR. – Mas vocês prenderam ele lá. Como é que foi a prisão?

O SR. – Chegamos na casa, estávamos com um mandado de prisão da Comarca de Patrocínio, adentramos na casa e o pegamos no interior da residência.

O SR. – Era mandado de prisão da Comarca de Patrocínio?

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – E executaram o mandado?

O SR. – Cumprimos o mandado e remetemos depois para a Comarca de Patrocínio.

O SR. – Remeteram quem?

O SR. – O mandado de prisão.

O SR. – E o preso?

O SR. – O preso ficou aqui na delegacia.

O SR. – Como na delegacia?

O SR. – Na Delegacia de Roubo de Cargas.

O SR. – O mandado mandava recolher para a delegacia?

O SR. – Não, prendemos e o conduzimos para a delegacia, cumprimos o mandado, que foi enviado para a Comarca de Patrocínio, avisando da prisão dele.

O SR. – Mas levou direto para a delegacia?

O SR. – Correto.

O SR. – E ele ficou quanto tempo preso?

O SR. – Ele ficou, nós o ouvimos a respeito do roubo de cigarro lá em Patrocínio. Ficou um certo tempo, depois veio o pessoal do Exército, fez uma requisição ao Judiciário e o levou para apurar o roubo de umas armas.

O SR. – Não me lembro quanto tempo ele ficou preso a nossa disposição, coisa de uns quatro, cinco dias, porque ele estava de prisão temporária de cinco dias.

O SR. – Sim, mas não consigo entender, alguém, esse mandado. Onde está a cópia do mandado? Alguém tinha a cópia do mandado antes. O senhor não tem a cópia do mandado aí? Empresta, por favor. Era prisão temporária, então, o mandado?

O SR. – De acordo, temporária.

O SR. – Mas por que prender temporariamente, para quê, qual a razão?

O SR. – Não, porque o juiz expediu prisão temporária, porque estava em fase de apuração. Estava sendo investigado um roubo de cigarros lá de Patrocínio.

O SR. – Tá. Eles o prenderam temporariamente e ele ficou na delegacia. Não fizeram nada? Ouviram ele?

O SR. – Não, o inquérito foi feito normalmente e remetido à Comarca de Patrocínio.

O SR. – E foi remetido para lá?

O SR. – É. Na ocasião também ele estava com a identidade falsa. Se não me engano, foi feito um flagrante de falsidade ideológica, alguma coisa assim.

O SR. – E, nessa ocasião, o senhor, a equipe de diligência sua foi atacada pela Polícia Rodoviária habilitada?

O SR. – Polícia Rodoviária? Não senhor.

O SR. – Quando foi que a Polícia Rodoviária atacou o senhor, que estava junto o Cleverson?

O SR. – Não, não houve isso, a Polícia Rodoviária não atacou.

O SR. – Nenhuma abordagem da Polícia?

O SR. – Não, nessa ocasião da prisão dele não.

O SR. – Não estou falando nessa ocasião. Quando estava o senhor, o Maurivan, a sua equipe e o Cleverson junto, e a Polícia Rodoviária atacou o senhor?

O SR. – Na segunda vez que o prendemos foi por um outro roubo, que ele estava de posse, estava fazendo uma investigação de umas armas que foram furtadas do Exército, junto com a Polícia Militar, a P-2, a serviço da Polícia Militar, ele foi preso novamente, prendemos ele na Posto Planalto. E depois disso apuramos um roubo, com um cidadão chamado Claudionor, uma carga que recuperamos, aí mandamos.

O SR. – Qual é a distância de uma prisão para a outra?

O SR. – E aí?

O SR. – Tem umas comunicações, não sei se o meu colega, o João, trouxe umas comunicações aí que têm as datas, mais ou menos.

O SR. – Tá. Quero saber, o senhor não me respondeu a pergunta, quando a Polícia Rodoviária Federal atacou o senhor, o Maurivan e o Cléber? Ou nunca atacou?

O SR. – Não, nunca atacou. Em uma ocasião que fomos a Araguarina ou Araguari, uma diligência lá, que ele ia mostrar uma fazenda para nós de um tal de Rodrigo, que posteriormente teria levado parte da carga lá em Araguari(?), acho que passamos por um posto da Polícia Rodoviária lá, mas não teve abordagem.

O SR. – Ninguém atacou?

O SR. – Não.

O SR. – Pode perguntar, mas enquanto isso eu gostaria que trouxesse o Jaziel e o Cleverson.

O SR. – Dessa primeira prisão, aonde foi executado o mandado de prisão temporária, e essa segunda prisão, em virtude da investigação das armas do Exército, que houve essa abordagem da Polícia Federal, qual é o intervalo? Quanto tempo depois que houve essa segunda prisão?

O SR. – Ele foi preso em 1999. Em 1999, outubro ou novembro, não tenho a data certa, e depois foi em julho de 2000.

O SR. – De 2000. Julho de 2000.

O SR. – Parece que dia 25 de julho.

O SR. – Está bem.

O senhor nessa primeira... Então, essa que ele foi preso na caso do sogro foi em outubro de 1999? A primeira.

O SR. – É. Entre outubro e novembro de 1999. Não sei a data.

O SR. – o senhor lembra quantos dias ele ficou preso?

O SR. – Não. Não me lembro. Ele estava de mandado de prisão temporária de cinco dias.

O SR. – Temporária de cinco dias, não é? Está bem. Então, o senhor não lembra se ele saiu outro dia?

O SR. – Não me lembro se ele ficou, 2, 3 ou 5 dias, porque a prisão era de 5 dias.

O SR. – Quem é que conduziu ele da casa do sogro até à delegacia?

O SR. – Nossa equipe.

O SR. – A equipe do senhor?

O SR. – A nossa equipe.

O SR. – A equipe do senhor estava em qual carro?

O SR. – Estava no Verona.

O SR. – Azul?

O SR. – Isso.

O SR. – Quatro portas?

O SR. – Isso.

O SR. – Então, o senhor que o conduziu. O senhor conduziu dali direto para a Delegacia ou passou em algum lugar?

O SR. – Não. Direto para a Delegacia.

O SR. – Qual é a distância do local da prisão até a Delegacia?

O SR. – Deve dar em torno de seis a sete quilômetros.

O SR. – Perto, não é?

O SR. – Não. Do bairro...

O SR. – É perto, não é?

O SR. – É. Deve dar uns quinze a vinte, não é?

O SR. – Os senhores não passaram em nenhum outro lugar?

O SR. – Não. Nós não.

O SR. – O senhor estava no carro que conduziu.

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – E as outras equipes seguiram?

O SR. – Não. As outras equipes estavam noutros serviços. Eles só deram apoio na hora de efetuar a prisão.

O SR. – O senhor está a quanto tempo na polícia?

O SR. – Tenho dezessete anos e meio.

O SR. – Dezessete anos. Sempre aqui no Triângulo?

O SR. – Não. Eu já trabalhei em outras cidades.

O SR. – Quais cidades?

O SR. – Trabalhei em Estrela do Sul e trabalhei em Frutal.

O SR. – O senhor é Detetive?

O SR. – Sou vistoriador de veículos.

O SR. – Vistoriador.... Mas, se o senhor é Vistoriador por que estava lá no dia?

O SR. – Eu vim lotado da Delegacia de Frutal. Quando montou a Delegacia de Roubo de Cargas veio um representante de cada Delegacia Regional. Então eu fui o indicado lá da Delegacia de Frutal para compor a Delegacia de Roubo de Cargas.

O SR. – Sim, mas o senhor hoje trabalha como Vistoriador ou com funções de Detetive?

O SR. – Eu era Detetive, fiz curso de Vistoriador.

O SR. – Ah! Está bem. O senhor era Detetive concursado da Polícia e fez curso de Vistoriador.

O SR. – Correto.

O SR. – Mas qual é a função do senhor hoje, na Polícia.

O SR. – Atualmente sou Perito Criminal.

O SR. – Então, o senhor não mais trabalha em operações desse tipo.

O SR. – Não mais pertenço... Não mais...

O SR. – O senhor é Perito Criminal desde quando?

O SR. – Desde maio deste ano.

O SR. – Maio deste ano. Exatamente na época da prisão dele na casa do sogro. Outubro de 1999, o senhor era Detetive ou era Vistoriador?

O SR. – Era vistoriador.

O SR. – O senhor participou da prisão?

O SR. – Sim senhor.

O SR. – É da equipe do Mário (Inaudível)?

O SR. – Inclusive Cleverson, conhece esse senhor?

O SR. – (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. – Está sem som aqui.

O SR. – Microfone.

O SR. – Sem som. (Pausa)

O SR. – Vai, fala!

O SR. – É o Serafim.

O SR. – Serafim. Ele também participou.

O SR. – Serafim participou da vez do acerto comigo lá no mato, junto com João Zé Buio e o Maurivan e teve o outro que se chama Rogério.

O SR. – Ele foi lá no mato contigo?

O SR. – Lá no mato, aonde eles me penduraram e me colocaram no pau-de-arara.

O SR. – Eles bateram também.?

O SR. – Bateram em mim também, bastante.

O SR. – Amarrou uma corda no meu pescoço, ficou segurando de lá enquanto os outros me penduraram cá e pegou pau.

O SR. – E ele estava junto quando a Polícia Rodoviária abordou ele, abordou?

O SR. – Estava junto também.

O SR. – Estava junto?

O SR. – Exatamente.

O SR. – E ele negociou?

O SR. – Eles negociaram comigo lá no meio do mato. Foi da vez que eles me pediram cento e cinqüenta mil reais e o acerto ficou por sessenta mil reais.

O SR. – Porquanto?

O SR. – Sessenta mil reais ficou o acerto.

O SR. – Setenta.

Aí que tu deste o carro?

O SR. – Eu dei o carro. E é certo que a gente abateu com trinta e cinco mil reais no primeiro acerto e eles me deram um prazo de 30 dias para eu acertar os outros vinte e cinco mil reais. Inclusive bateram dois e... duas folhas. Uma, me prejudicando. Na Delegacia, assim, bateram duas cópias. Uma me prejudicando se eu não pagasse, até aquela data, eles mandavam aquela folha que estava me prejudicando e bateram outra folha em que eu não tinha nada a ver. Então, como eu paguei a tempo – paguei dentro de oito dias – eles, então, , na minha frente, rasgaram aquela folha no dia em que eu paguei.

O SR. – Como foi que você pagou?

O SR. – Esses outros R$25.000,00 eu paguei lá no Dr. André e, no mesmo dia em que paguei, eu fui tentar comprar o meu Mazda de volta – porque eu tinha feito o negócio e estava com o dinheiro lá na garagem do Júnior. Eu estou dentro da garagem do Júnior e entraram o Sarafim, o João Zebu e o Maurivan lá dentro da garagem – os empregados do Júnior viram tudo e o Júnior, inclusive, estava com um cheque meu lá dentro – que é de um comprador lá de São Paulo – do Jonas – e foi na hora em que eles tentaram me pegar e disseram que estavam com uma ficha derrubada sua e são mais de R$25.000,00 – eles falaram que era mais de R$25.000,00 que eles queriam

de mim. Aí, eu peguei e não tinha esse dinheiro e eles me deram o prazo para pagar até no outro dia. E eu fui e arrumei a minha mudança e vazei para Uberaba – e não tinha mais dinheiro para eles.

O SR. – E aí, Serafim?

O SR. SERAFIM – Eu falo que este rapaz está falando mentira porque quando ele saiu da Delegacia, ele foi direto para as mãos do pessoal do Exército e continuou fazendo a investigação a respeito de algumas armas. Posteriormente, nós só o encontramos, novamente, quando nós descobrimos que teve um roubo numa casa de eletrodomésticos – o encontramos, novamente, com o Oficial da P-II que estavam apurando o roubo das armas. Foi na outra ocasião em que nós o vimos. Na segunda vez, nós prendemos.

O SR. – Por que você acha que eu estaria mentindo na sua frente, aqui, agora?

O SR. – Você está de empinando – não tirou a máscara.

O SR. SARAFIM – Eu estou de máscara mas você está sabendo que eu sou o Paulinho e não nego quem eu sou – não nego pelo que já fiz.

O SR. – Doutor – inclusive, Paulinho é o apelido do documento falso que ele arrumou através de Paulo Severino Muniz – um cidadão que foi roubado os seus documentos no centro da cidade e não foi feita a ocorrência do roubo desses documentos e ele está com documento falso.

O SR. – Na época, o senhor sabia que ele tinha dois nomes?

O SR. – O apelido dele é Paulinho – já estava se apresentando como Paulinho.

O SR. – E por que o senhor não abriu um processo contra ele?

O SR. – Parece que foi feito sim...

O SR. – Parece?

O SR. – Pegaram-me com o documento de Antonio Severino Muniz Júnior – e que eu mesmo coloquei a minha foto, não nego. Coloquei a minha foto e usei esse documento porque ele estava atrás de mim e, então, eu estava usando outro documento e, no dia, por causa do acerto, não foi feito aquele negócio de falsidade ideológica – não colocaram isto no papel.

O SR. – Por que o senhor não abriu processo contra ele?

O SR. SARAFIM – Isto foi feito em comunicação e nós não sabemos aonde está esse papel. São tantas as coisas que o Sr. Paulo falou – são várias as situações. Ele denunciou várias pessoas. Falou sobre várias pessoas mas nada chegava a se confirmar.

O SR. – E uma coisa eu falo de novo: eu não fui liberado pelo pessoal do Exército. Eu fui liberado pelo pessoal do Exército por outra ocasião em que caí com um mandado de prisão de uma carga da Mercúrio. Foi outra prisão e, nessa vez, eles me prendera na casa da minha sogra. E eu fui liberado por causa de um acerto – fui liberado no outro dia. Assim que o dinheiro caiu e eles conseguiram vender o carro, aí, eles me liberaram no outro dia.

O SR. – No Mandado de Segurança não mandaram que ele fosse para a Colônia Penal? Por que ele ficou na Delegacia?

O SR. – Por que, aí, no caso, ele seria remanejado – na ocasião em que ele foi pego. Essa Requisição deve estar dentro dos autos. Essa coisa de Cartório não é com a gente. Nós somos profissionais....

O SR. – Sr. Presidente, por favor, peça para voltar o Sr. João Geraldo.

O SR. – E, também, o Sr. Mário Urvam(?) – os três.

O SR. – E, inclusive, no dia em que eles me liberaram, dois dias depois – porque eu tinha um mandado de prisão para 30 dias. Dois dias depois, e caí com a arma – o pessoal da Polícia Militar pegou a mim e um colega meu – o Moisés – que, também, foi Fuzileiro da Marinha em Brasília. Pegaram-me com a arma – uma pistola 380 – e encaminharam-me para a 16ª. Então, quando e cheguei na 16ª, o meu Advogado chegou e disse: "Rapaz, vai dar problema para você segurarem ele". Porque, para a Justiça, eu era um preso e eu estava com um mandado para 30 dias, sendo que eu só fiquei um dia com outro na Delegacia. Então, tem esse negócio em que eu tive um mandado de prisão depois e o Juiz chamou-me, novamente, por causa desse porte de arma. Três dias depois que eu saí da cadeia, eu caí com a arma. Então, eu paguei a fiança e fui embora.

O SR. – Eu pediria à Secretaria para que conduzisse os policiais Mário Urvam e Joã Geraldo.

O SR. – Esse João Geraldo foi um dos caras que mais me torturou – até fogo no meu pé ele já tacou. Não tenho vergonha de falar isto.

O SR. – Ele não tentou...

O SR. – Esse João Zebu... Esse João Zebu foi o cara que pé esquerdo algemado, pendurado, ele tacou nos meus 'pé'. Eu tenho até a marca 'inté' hoje. Eu não tenho vergonha de falar isso, que eu fui torturado, e bastante.

O SR. – Põe uma cadeira pra ele.

O SR. – Põe duas cadeiras ali, ao lado do Jaelson.

O SR. – ... É esse aqui que é o João Zebu.

O SR. – João Zebu...

O SR. – Esse aqui foi quem mais me torturou.

O SR. – Por favor microfone para ele lá.

O SR. – O que é que ele fez pra ti?

O SR. – Ah, esse aqui foi quem enrolou os negócio no meu braço, me pendurou de cabeça pra baixo, ?? pode perguntar pros outros presos que já passou. Eles colocou o nome no pau-de-arara de Paulinho e Severino. Quem já foi preso lá perguntou: você conhece Severino? Você pode perguntar a ele aqui que eu acho que ele vai confirmar. Inté fogo no meu pé esse cara já tacou. Eu não tenho vergonha de falar isso.

O SR. – Fala, Jaelson.

O SR. – O que é que tu sabe dele?

O SR. – Sim, senhor. Na primeira vez que me pegaram foi os três policial que me pegou num seqüestro. Eu achava que não tinha nem mandato de prisão. Eu perguntei se tinha mandato, perto da minha esposa e dos meus filhos, que tavam dentro do carro. Eles falou que não tinha, mas que podia arrumar a qualquer momento para mim. Me levou perto da Cargill, me penduraram num cavalete e me deram choque. Só que na hora que eu cheguei na carga não tinha advogado perto pra mim, que o negócio de choque e o cavalete tava dentro do carro. Só que eu fui muito bobo, podia ter caído, ter desmaiado de mentira atrás do carro pra eu não dar tempo de chegar uma pessoa lá pra tirar as ferramentas que eles usaram para espendurar a gente no mato.

O SR. – O que o senhor tem a dizer, seu João?

O SR. JOÃO – As acusações são falsas, inclusive esse elemento pertence a uma quadrilha muito grande, ligado no Estado de Goiás, o Delegado de Polícia Dr. Divino esteve aqui, você entendeu, e ele está envolvido até em assalto de ônibus.

E eu tô aqui com uma fotografia do motorista que está desaparecido.

O SR. – Esse motorista que está desaparecido é o motorista do ...

O SR. – Suspeitamos que seja latrocínio. Agora os cheques estão aí. Foram todos descontados...

O SR. – ...fala na presença de todo... Por que você me torturava tanto?

O SR. – Mas por que é que você não fez o auto do corpo de delito, ué? Seu advogado não representou contra nós... larga de ser otário, rapaz. Você é bandido.

O SR. – Eu posso ser otário, mas agora eu tô pelo programa de testemunha...

O SR. – E por que tu não respeita os parlamentares aqui, a testemunha? Não vou te responder mais nada .

O SR. – Você falou que ia me matar. Você falou... o pior bandido que tem aqui é vocês aqui.

O SR. – Quem tem testemunha é os colegas.

O SR. – Excelentíssimo, por favor, essa foto aqui...

O SR. – Eles invadiram a minha casa sem autorização. A minha esposa tá aí e vai falar também. Eles invadiram, pegaram uma foto três por quatro e puseram que eu fui lá resgatar preso em Patrocínio. Inclusive eu tava numa chácara lá em Campina Verde no dia desse seqüestro com cinco advogados do meu lado, que é amigo meu, amigo do meu pai, que meu pai é supervisor de frigorífico de Campina Verde e eles tão dispostos a vir também pra falar. Essa foto foi pegada pra colocar em Campina Verde de resgate de presos. E logo após invocaram um carro aí que foi roubado...

O SR. – Isso é bandido, rapaz. Isso é bandido.

O SR. – ... e colocaram essa foto toda danificada, preto e branco, no fórum, pra ser reconhecido por um carro que tinha sido roubado. A mulher, logo após, foi no fórum e declarou que não era eu.

Aqui é muito fácil pegar o mandato de prisão, pega a gente, espendura, logo após tem mandato já segurando a pessoa.

O SR. – O que eu acho é que eles pegam as pessoas tão fácil e chega pau, pendura, se possível taca fogo, faz o que faz e fica por isso mesmo. Acho que agora nós tamos na presença da CPI, na hora da verdade, eles agora pode negar tudo, mas igual ele tá falando, eu sou bandido, tudo bem, agora que sou bandido com ???

O SR. – Ô, tagarela, deixa eu falar, tagarela. Dá um tempo aí.

O SR. – ...Sou otário como você falou...

O SR. – Tô voltando aí no Jasiel e esse negócio que aqui sai mandado, negativo, o juiz , se não for um relatório caprichado pelos policiais e pelo delegado de polícia eles não decretam prisão, não, meu amigo.

O SR. – Quando vocês me pegaram na frente da minha casa vocês tinham mandato?

O SR. – Você é bandido. Você é bandido.

O SR. – Você tinha mandato pra me levar pra trás da Cargill pra me dar choque? Você tinha mandato ??? a minha esposa tá de prova, tem testemunha que viu vocês me pegando no seqüestro e levando eu pro mato e pedindo R$15 mil pra me liberar.

O SR. – 15 mil... você prova isso? Você prova isso?

O SR. – Eu provo.

O SR. – Prova?

O SR. – Que o carro foi vendido na garagem do Júnior.

O SR. – Chama o Júnior aqui, oh...

O SR. – Comunicou o delegado responsável pela CPI e ele foi, novamente, levado pela Polícia Federal para compor a CPI.

O SR. – Mas dessa vez já há um exame de corpo de delito e ele realmente foi machucado. Você sabe disso não?

O SR. – Sua Excelência, o preso quando quer incriminar o policial, ele bate numa grade, numa parede. Isso já aconteceu comigo várias vezes.

O SR. – Bate tanto que eu estou com o peixinho penteado(?) de um lado, precisando de cirurgia e o meu pé roxo que tenho marca até agora. Eu tiro o sapato e mostro na frente das autoridades.

O SR. – Sua Excelência, esse elemento, vou responder só para o senhor.

O SR. – Você acha que ele se auto-imolou?

O SR. – Senhor?

O SR. – Você acha que ele se auto-imolou? Ele se machucou?

O SR. – Provavelmente. Agora, quem está sorrindo, porque não é policial, porque qualquer PM aqui aposto que não sorriu. Qualquer policial militar ou civil ou federal não ri numa situação dessa.

O SR. – É porque é muito estranho.

O SR. – Então, o que está acontecendo? Eu estou aqui como testemunha, mas eu que estou passando como bandido, porque esse elemento encapuzado aqui, encapuzado. O meu rosto está aqui. Eu não devo. Pode investigar a minha vida.

O SR. – Por que não falo dos PMs, dos militares que me espancou? Por que não falo? Porque eles não me espancou hora nenhuma. Por que não falo dele só estou falando de você?

O SR. – Cleverson, só um pouquinho. Ele está encapuzado porque a CPI quer. Algum problema?

O SR. – Não, Sua Excelência. Com todo o respeito, com o que eu puder contribuir com as investigações de vocês, quero que apura mesmo! Mete ladrão na cadeia e receptador.

O SR. – Só que aqui, vou dizer para o senhor: ele está encapuzado porque a CPI está fazendo assim para proteger ele fora ...

O SR. – Com todo o respeito.

O SR. – Só um pouquinho que estou falando. Dá licença.

O SR. – Sua Excelência..

O SR. – Dá licença que estou falando?

O SR. – Pois não.

O SR. – O senhor tira o microfone da boca, então.

A CPI está aqui para apurar sérias denúncias envolvendo policiais com crime de roubo de carga e não é por acaso – vou dizer para o senhor com toda a sinceridade – não é por acaso que aqui é uma espécie de meca do roubo de carga. E ele sabe e ele diz: "Eu sou um ladrão".

Eles são ladrões. São confesso. Disseram e dizem para o senhor, não precisa o senhor dizer que ele é ladrão. Ele é ladrão. Ele mesmo diz: "Sou ladrão." Admitiu, confessou, está comprando e está dizendo: " Eu sou ladrão, mas fulano, fulano e fulano está no meio. " Ele está contando: "E ainda fui torturado por fulano, sicrano e aonde, como e de que maneira."

Vou dizer mais para o senhor. O senhor disse que ele foi preso e depois foi solto, aliás, foi para o presídio, não foi o que o senhor disse há pouco?

O SR. – Foi.

O SR. – Foi. Eu pergunto para ele? Ele foi preso e para onde é que ele foi depois?

Onde é que ele foi? O senhor responda no microfone. Onde é que ele saiu depois da delegacia para onde é que ele foi?

O SR. – O senhor está perguntando da primeira vez?

O SR. – Sim.

O SR. – Da primeira vez, ele foi na delegacia, prestou depoimento a respeito de um roubo de cigarro e depois foi encaminhado para delegacia regional, o presídio, a cadeia pública.

O SR. – O senhor deve ter duas caras, porque duas palavras já tem. O senhor disse a recém mesmo que entregaram para o exército. O senhor disse aqui.

O SR. – Não, ele estava com a polícia durante cinco dias, ele estava à disposição da polícia e, posteriormente, o exército conseguiu uma autorização judicial e recambiou ele para ele ajudar a apurar o roubo de armas.

O SR. – Então o senhor entrega para ele, para onde é que foi depois que saiu da delegacia para onde é que ele foi?

O SR. – Ele foi... presídio. Tem dois anos.

O SR. – Qual dos dois é mentiroso?

O SR. – Ele foi para cadeia. Agora se ele foi para colônia.

O SR. – Entrega para ele: para onde é que ele foi?

O SR. – A delegacia tem o presídio dela. A delegacia regional tem o presídio dela. Lá na delegacia de roubo de cargas tem uma cela onde os pessoas ficam aguardando. Delegacia de roubo de cargas. Foi na delegacia de roubo de cargas, foi ouvido e foi encaminhado para a delegacia regional onde tem a cadeia, onde ficam os presos.

O SR. – Não, não foi o que o senhor disse até agora. O senhor disse que ele foi entregue para o Exército. Para quem o senhor foi entregue? Como é que aconteceu?

O SR. – Fui liberado no outro dia, fui embora para casa na minha moto, na 1100 Kawasaki, dessa primeira vez, e, depois que eles venderam o carro, que eles pegaram o dinheiro, fui liberado, fui para casa. Até cheguei no outro dia em casa e os vizinhos.....

O SR. – Tem três versões aqui. Ele disse que foi lá e foi para casa. O senhor disse que ele foi preso para o presídio e esse aqui diz que foi preso e foi entregue depois para o Exército. Três versões, e vou dizer para o senhor: fico com a do bandido e não tenho nenhum constrangimento em dizer que fico com a do bandido, e tem gente aí que a gente chama a polícia e vem o bandido. É lamentável. Outra, esteve aqui há pouco o Maurivan que, infelizmente, foi embora, mas o que nós queremos é desmascarar um pouco o que acontecendo aqui, porque não dá para acreditar o tanto que estão roubando de carga e não tem como roubar tanta carga sem ter polícia sabendo o que estão fazendo. Tem polícia no meio, por trás, junto, apoiando, escoltando. Vem, a cada minuto, denúncias contando até como escoltaram as cargas e o nome das pessoas da polícia que estão envolvidas. Então, estamos indignados e precisamos dizer isso para que a sociedade fique sabendo.

O Maurivan chegou aqui e disse que ele falou que a polícia, os senhores, quando o prenderam na casa do sogro, não o levaram para a delegacia, mas para o mato, onde o torturam para negociar dinheiro. O Maurivan disse que era mentira e esse aqui disse que a Polícia Federal atacou, na ocasião, e que os senhores estavam juntos.

O SR. – Era ele quem estava dirigindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A polícia federal atacou os senhores, e ele declarou isso. O Maurivan titubeou, não sabia se era verdade ou se era mentira. Depois, ganhou fôlego e disse "Não. É verdade. A polícia nos atacou, sim." Disse isso publicamente. "Mas só que foi em outro momento que a Polícia nos atacou" e, coincidentemente, ele estava junto. Agora, o senhor já disse que era verdade também, não é?

O SR. – Passamos para Araguari na outra seqüência. Ele foi mostrar a casa do Rodrigo, uma fazenda, uma chácara, onde vende café. Até passamos perto do posto da Polícia Rodoviária Federal, mas não houve, como o senhor quer dizer, ataque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Atacar é força de expressão.

O SR. – Isso foi outra ocasião. Foi a vez da carga do bingo. Foi outra ocasião.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É uma pena que nós dispensamos o Maurivan. Mas muitas coisas vão acontecendo, e a mentira tem pernas curtas. Ele, Maurivan, disse que atacaram, abordaram e disseram para o polícia... Ele disse isso aqui. A população é testemunha. Está gravado. Ele disse "nos atacaram, num outro momento". Ele inventou esse outro momento, mas estou fazendo de conta que é verdade, e o senhor está dizendo que não houve.

Isso é para os senhores verem que um diz um coisa, e outro diz outra porque a mentira tem pernas curtas. Os senhores estão enredados nisso. Parem com isso! Não é isso que esperamos de um bom policial. Quando isso vem de um bandido, sabemos que se trata de bandido, mas de policial, não esperamos isso. Da polícia, esperamos retidão, seriedade, trabalho, e é o que não está havendo.

Os três depoentes têm três versões diferentes. O Maurivan vem aqui e fala coisas diferentes. Alguém está mentindo porque não estão falando a verdade no conjunto dos fatos. A verdade é que ele foi preso, ele é bandido, a polícia o torturou, achacou-o e, depois, devolveu-o, ficando com o dinheiro. Onde estamos? Chegou aqui o Júnior, declarou que um deles vendeu o Ômega e que sua mulher havia recebido R$5 mil, que disse, à época, para o Júnior, que aquele dinheiro era para a polícia soltá-lo, porque tinham que pagar à polícia para soltá-lo. O Júnior disse isso agora mesmo. Não disse?

O SR. – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. POMPEO DE MATTOS – Disse?

O SR. – O Júnior pode ter dito, a mulher pode ter dito, mas a polícia não trabalha para pegar dinheiro de vagabundo, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não deveria. Mas do jeito que está aqui, não é possível que tenha tanto roubo de carga, não é possível que tenha es-

quema! Ninguém descobre nada, ninguém sabe nada e, no entanto, as denúncias estão no ar. E é difícil de provar. Sabe por quê? Quando a polícia está no meio, é difícil de investigar a própria polícia. Só que a CPI está acostumada a isso. Fiquem os senhores sabendo que a Polícia Federal está de olho, está acompanhando tudo isso. Como o peixe morre pela boca, o homem morre pela palavra. Daqui a pouco, terão o telefone grampeado e o bico preso.

O SR. – Se eu estava preso, em poder dos policiais, se tinham mandado realmente no dia em que me levaram na Caju para me torturar, por que não me mandaram para a delegacia, que isso é o que um bom policial faz? Me leva para a delegacia, me encarcera na cadeia. Por que eles pedem 15 mil para me liberar, e eu não vou preso? Saí com duas horas de prazo. Só o dinheiro chegar, eu saí do mato.

O SR. – Excelência, esses dois elementos são velhos conhecidos. Sou o tipo de policial – não só eu, como os outros colegas da Delegacia de Roubo de Carga – que só tem horário para levantar, chegar na delegacia.

O SR. – Então, ...

O SR. – Deixa eu falar. Dá licença.

Temos horário de almoço. Às vezes, nem voltamos para casa. Passamos dias e noites, às vezes, no mato. Quantas vezes passamos no mato! Agora, um elemento desqualificado, bandido, vem e fala uma palhaçadas dessas... Minha vida está pronta para ser investigada, e eu não devo. Estou sincero com o senhor. Agora, ele me jura de morte na frente de seis policiais, que são minhas testemunhas. A palavra deles tem menos valor do que a de um bandido.

O SR. – Você acha que um bandido tem a coragem de, numa delegacia, jurar um policial de morte?

O SR. – Esse aqui tem. Ele é atrevido. Esse elemento é atrevido. Ele dá uma de bonzinho informante e faz aquela maionese. Ele tenta dar uma impressão de ajudante, mas, por trás, ele está aprontando.

O SR. – Por que é que sou bandido? Fui preso com carga de cigarro. Por que é que não estava na cadeia? Por que fui liberado no outro dia? Porque eu paguei. Não nego não.

O SR. – Você pagou, rapaz? Não tenho lembrança disso não. Pagou!

O SR. – Para quem a mulher do Jaziel? entregou dinheiro?

O SR. – Não tenho lembrança não. Não tenho conhecimento disso não.

O SR. – Você não lembra não? Você esqueceu?

O SR. – Estou fazendo papel de palhaço aqui. Tenho 20 anos como policial.

O SR. – Não. Disse que não tem lembrança.

O SR. – Ela vai vir aqui e vai declarar. O Júlio já declarou tudo, que comprou o Ômega no dia em que estava pendurado, atrás da ?, levando surra, torturado atrás da ?. Eu que fui bobo. Devia ter caído atrás daquele carro e chamado todo mundo para ver aquela máquina de cavalete dentro do carro, que não tinha advogado perto.

O SR. – V. Exª, para tudo que está sendo apurado a respeito desses elementos, deles e de outros, há inquérito na Delegacia, vários já foram remetidos à Justiça, com relatório de Delegado e tudo o mais.

O SR. – Não há inquérito de extorsão; não há inquérito de tortura. Não há esses dois.

O SR. – O Senhor abriu inquérito contra a ameaça de morte que ele fez contra o Senhor?

O SR. – Não, Senhor.

O SR. – Gostaria de pedir uma coisa. Dessa vez que fui preso pela primeira vez, se realmente fui liberado pelo pessoal do Exército, ou se fui no outro dia, porque acho que até o advogado deve confirmar de que fui liberado no outro dia. Não fui liberado pelo pessoal do Exército.

O SR. – Setembro de 1999,não é isso?

O SR. – Fui liberado pelo pessoal do Exército na vez em que o ?, o ? e o Moreira me pegaram em um posto de gasolina. Eles me levaram para a delegacia, e o pessoal do Exército sabia que eu tinha as informações, foi lá, falaram com os juízes, com os faleiros, e me liberou. Foi em outra ocasião. Dessa vez, fui preso e saí no outro dia porque paguei, sendo que estava com um mandato para 30 dias.

O SR. – Qual foi essa data, Serafim?

O SR. – A primeira vez que ele foi preso em 1999; e a segunda vez, em julho de 2000.

O SR. – Nós estamos falando de 1999. Você está com o inquérito aí?

O SR. – Não. Estou com as comunicações de julho serviço de 2000. Agora, o inquérito de 1999 foi remetido para Patrocínio. Então, não temos acesso no momento.

O SR. – Até hoje, não me chamaram no Fórum, porque eu paguei.

O SR. – Para a delegacia de Patrocínio?

O SR. – Para o Fórum de Patrocínio.

O SR. – Fórum de Patrocínio. Nós vamos requisitar amanhã, Sr. Presidente, um requerimento que

seja enviado via **fax** para a CPI com relação ao inquérito de setembro de 1999. Você se lembra?

O SR. – Possivelmente, outubro. O mandato de prisão dele está de 29 de setembro de 1999.

O SR. – Então, foi em outubro o inquérito? Sr. Presidente, requeiro que seja pedido ao Fórum de Patrocínio amanhã.

O SR. – De minha parte, vou só comunicar aos Senhores que, na CPI, termina as sessões aqui, mas não termina a investigação. É Polícia investigando Polícia.

O SR. – A CPI volta, não é?

O SR. – Estamos recebendo a informação, hoje, aqui, de pessoas denunciando que os Senhores estão achacando eles e tem encontro marcado com ele amanhã. Hoje, foi gravado aqui.

O SR. – E não é bandido não. O disque-denúncia está cheio, e não é bandido não.

O SR. – É só provar.

O SR. – É incrível, mas é lamentável que tenhamos que vir aqui dizer isso. Graças a Deus, houve um bom policial que depôs aí, mas é lamentável que vejamos essas acusações e que as coisas evoluam nesse sentido. Só para os Senhores ficarem. Por mim, Sr. Presidente, estamos dispensados.

O SR. – Deixe-me fazer uma pergunta: Os Senhores estão sendo alvo de alguma denúncia da Corregedoria? Os Senhores estão sendo alvo de alguma investigação da Corregedoria?

O SR. – Não temos conhecimento.

O SR. – Quero propor, Sr. Presidente, que essas investigações sejam passadas para a Corregedoria, que também vai apurar, ok?

O SR. – Cabo Júlio?

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – Solicito ao Presidente que nos autorize ouvir uma fita que foi gravada hoje, aqui nesta CPI, de uma pessoa acusando outra. Foi gravada pelo Dr. Celso, que colocou uma moça como sendo minha assessora para ouvir da pessoa o que ela tinha a dizer.

Vamos ouvir esta fita.

O SR. – Aumentem bem o volume.

(Gravação de uma fita.)

O SR. – (Inaudível.) foi eu. Não pode me ver na rua que fala que fui eu que fiz essas coisas.

A SRª – Aí fica difícil, não é?

O SR. – É. Tenho carro agora e ele jogou umas coisas em cima de mim aí. E aí me chamou para fazer acerto. Eu falei que a única coisa que tenho é o carro. Ele me pediu R$16 mil.

A SRª – Quem pediu?

O SR. – A polícia.

A SRª – Qual o policial? Tem nome?

O SR. – Tem nome. Está gravado na fita que está com o Dr. Celso.

A SRª – Qual é o nome?

O SR. – Não sei o nome de todos.

A SRª – Fale-me alguns.

O SR. – Ele chama... Qual é o nome dele? De cabeça não lembro. Quem sabe o nome dele certinho mais é minha esposa. Eu não estou com ela agora.

A SRª – A sua esposa também está envolvida?

O SR. – Não. Ela sabe o nome dele certinho porque ela participa das conversas comigo, não é?

A SRª – Falaram-me do caso da advogada também. Qual é o nome da advogada?

O SR. – Joana D'Arc.

A SRª – Joana D'Arc. E aí?

O SR. – Aí é isso. Ele começou a andar atrás de mim. Eu mandei um advogado para ver o que ele queria. Ele falou que eu tinha feito assalto de ônibus, assalto no negócio da Multigram ali, aquela que o Clésio foi preso naquele negócio lá da Multigram, e uma assalto da Losango. Ele falou que fui eu. O que acontece? Se todo o mundo vive em volta de mim... Perto da minha casa mora um cunhado que rouba.

A SRª – Onde você mora?

O SR. – Moro em Jaraguá. O que acontece? Sai sempre o nome da gente no meio, não é? O que acontece? Ele pega e fica andando atrás de mim, querendo fazer acerto...

A SRª – Quem? Os policiais?

O SR. – É. Os policiais.

A SRª – Eles já pegaram dinheiro com você alguma vez?

O SR. – Já.

A SRª – Já pegaram?

O SR. – Já pegaram uma vez.

A SRª – Quem pegou?

O SR. – Quem pegou foi o Átila e aquele que era inspetor, o Cesarino.

A SRª – Pegou quanto?

O SR. – Dessa vez, ele pegou cinco mil e pouco. Foi até o meu pai que pagou. Foi a primeira vez em que fui preso. Isso aconteceu há uns dois ou três anos. Há até um processo meu em aberto nesse negócio. Não fui intimado nem nada. Fiz o acerto e fui embora. E existe um processo meu em aberto no Fórum para ver esse negócio.

A SRª – E o negócio do carro?

O SR. – Ele quer meu carro para ele. Falei para ele que o único dinheiro que tenho é o que está no carro.

A SRª – Qual é a negociação?

O SR. – O negócio é o seguinte: ele queria que eu entregasse o carro pronto para ele. Só que eu devo três mil para poder pegar o recibo do carro e o carro ainda está com o câmbio estragado.

A SRª – Ele quer o carro concertado?

O SR. – Ele quer o carro pronto. E eu não tenho dinheiro para acabar o carro. O prazo que ele me deu foi até ontem.

A SRª – Quem é que quer mesmo?

O SR. – Um deles chama Robson. Acho que é Moreira. É Moreira mesmo. Os nomes dos outros não sei. Há um tal de Robson também. Robson, se não me engano, é o escrivão. Ele até ligou na minha casa ontem, confirmando meu endereço. Lá na casa da minha mãe. E o (inaudível).

A SRª – Quem?

O SR. – Deixe eu explicar uma coisa para a senhora. Eu mexo muito com catira. Eu tinha uma DT nesses dias há trás. Se tivesse com essa moto ainda, já era mais uma prova que ele ia jogar nas minhas costas. Eu tinha uma DT preta e teve um (inaudível) na casa de tinta. Se eu tivesse andando nessa moto até hoje, já era mais uma coisa que ia cair nas minhas costas. Minha sorte foi que eu já tinha vendido essa moto há uns dois meses.

A SRª – Mas você tinha falado que não lembrava o nome dos policiais, mas nesse caso agora, do carro, os nomes...

O SR. – São esses. Existem mais, mas eu não sei o nome do resto. São duas equipes que estão atrás de mim.

A SRª – Duas equipes atrás de você?

O SR. – É. O Maurivan me chamou, conheço o Maurivan pessoalmente, fui à casa dele. Conversei com ele. Ele começou a falar: "Darci, tinha a sua derrubada (?), não sei o quê."

A SRª – Quem falou isso?

O SR. – O Maurivan. Darci tinha as coisas derrubadas (?) – com o Maurivan. Eu não vou à casa dele sozinho. Mas, se tiver alguém para me dar uma cobertura, eu vou à casa dele e você vai ver eu conversar com ele, eu gravo a conversa.

A SRª – O Maurivan é quem? É policial?

O SR. – É polícia civil. Era da carga e agora está na outra delegacia – aqui debaixo. Essa é uma pessoa com quem eu tenho mais contato pessoal, entendeu? É com quem eu tenho mais. Com os outros eu nunca conversei. Mas o Maurivan tentou me pedir dinheiro.

A SRª – Mas você não falou que ele estava atrás de você? Você falou que nunca conversou.

O SR. – Com o Maurivan eu já conversei. O Maurivan eu conheço há muitos anos. Já arrumei até carro para ele.

A SRª – Que tipo de carro?

O SR. – Viatura, carro dele mesmo. Eu trabalhava no Rei dos Faróis, aqui.

A SRª – Sei. Quem vai fazer o pagamento? Quanto e onde vai ser?

O SR. – No caso, eu tinha que fazer o seguinte: passar para a advogada para ela passar para ele.

A SRª – É?

O SR. – É.

A SRª – Então, tem que falar com a advogada onde vai entregar o carro?

O SR. – É, porque, seu eu fosse entregar o carro para ele **(ininteligível)**.

A SRª – Como é que chama mesmo a advogada de que você falou?

O SR. – Joana D'Arc.

A SRª – Sei.

O SR. – A pessoa que fosse entregar o carro para ele iria caçar (??) o carro e transferir para o nome dela.

A SRª – Sei.

O SR. – Depois iria vender o carro e dar o dinheiro para ele. Mas até hoje não dei nada para ele. Já faz três semanas. Ele já está querendo começar a andar atrás de mim de novo, porque está achando que eu não vou pagar a ele.

A SRª – Mas quem está indo atrás de você?

O SR. – Policiais de que eu te falei, mas eu não sei o nome de todos.

A SRª – Mas você falou que não conhecia eles?

O SR. – Eu conheço, mas não sei nome.

A SRª – Sei.

O SR. – Não sei o nome de todo mundo. Eu conheço. Se eu vir qualquer um na rua, falo se é ele.

A SRª – Essa advogada é daqui mesmo?

O SR. – É daqui mesmo.

A SRª – Onde fica o escritório dela?

O SR. – No Jardim Brasília.

A SRª – Você lembra a rua?

O SR. – Não.

A SRª – Ela tem mais sócios ou é só ela?

O SR. – Só ela.

A SRª – A negociação pode ser feita com o sócio dela ou não? Só com ela?

O SR. – É só ela, não existe sócio.

A SRª – Não tem sócio?

O SR. – Não.

A SRª – Então, toda a transação teria que passar pela advogada?

O SR. – Toda a transação teria que passar pela advogada. Mas o Maurivan falou para mim assim, na minha cara: "Preciso falar com você depois, me procure". Ele veio falando: "Você está roubando isso, está roubando aquilo. Vamos ver o que nós faremos. Eu precisava de um dinheirinho para aliviar a sua barra e pelo menos para eu não poder andar atrás de você". Com o Maurivan, vou tentar conversar de novo, porque ele andou atrás de mim nestes dias me procurando. Eu posso conversar com ele de novo e perguntar por que estava andando atrás de mim. Tenho certeza de que ele vai me "cantar" no dinheiro. Isso eu tenho como provar: é só eu ir à casa dele, levar o gravador e gravar a conversa. Eu tenho como provar que ele chegou até mim e me "cantou" o dinheiro.

A SRª – Ele falou o valor? Quanto?

O SR. – Não falou o valor. Só falei: "Rapaz, eu não devo nada, não fui eu que fiz. Vou ficar pagando, dando dinheiro para você, por quê? Não tenho motivo. Mas, como ele andou atrás de mim de novo nestes dias, posso ir à casa dele e perguntar o que ele queria comigo.

A SRª – Esses policiais já tomaram dinheiro de outras pessoas ou não?

O SR. – Já. Um punhado aqui já tomou dinheiro.

A SRª – De quem?

O SR. – Um tal de Paulinho Tanaca é policial civil e mora no Tocantins. Ele pegou um rapaz que mora no Bairro Pacaembu. Eles até parcelaram para o rapaz. Arrancaram R$15 mil do rapaz, o carro da mulher dele está preso. É um Kadet.

A SRª – Mas pegou R$15 mil por causa de um carro preso? Que carro é esse?

O SR. – Por causa de carro preso, não. Por causa de fita. Disse: "Você fez isso, fez aquilo". E pegou outro rapaz.

A SRª – Mas então ele devia, porque ficou com medo.

O SR. – Não. Deixe eu falar. Sabe aquele rapaz que foi preso por causa da carga roubada na rodovia?

A SRª – Sei.

O SR. – O que acontece? Ele vai preso e começa: "Foi fulano, foi ciclano, foi beltrano". Dá o nome de todo mundo. Aí, começam a andar atrás. Se eles vêem que a pessoa tem um pouco de dinheiro, que tem condições de dar dinheiro para ele, ele pede dinheiro e deixa a pessoa ir embora. O negócio que acontece em Uberlândia é isso.

A SRª – O do Paulinho Tanaca foi isso então?

O SR. – Foi.

A SRª – Então foi fita que ele fez?

O SR. – Não, mas esse Paulinho...

A SRª – O que tem a ver com o caso? Foi fita do Paulinho?

O SR. – Não. Esse Paulinho é polícia. Eu conheço ele como Paulo ??. O menino chama Adevir.

A SRª – Foi do Adevir que eles pegaram. Sei. Isso é difícil. Está danado.

O SR. – Como eu não sei ?? até hoje, a qualquer momento, eles podem estar atrás de mim, me caçando na rua e mandando um mandado de prisão para mim por essas broncas. Não tenho nada a ver.

A SRª – Você agora não tem bronca nenhuma?

O SR. – Não tenho. Estou quieto. Estou albergado.

A SRª – Você está albergado?

O SR. – Estou albergado, cumprindo o meu albergue certinho.

A SRª – Agora, então, como ficou? Você marcou outro encontro para resolver isso?

O SR. – Não marquei. Tenho que arrumar dinheiro para levar para ela fazer o acerto com eles.

A SRª – A advogada já ligou, perguntando se você arrumou ou não?

O SR. – Não. Ontem, eu fui à casa dela. Ontem, eu gravei essa conversa com o Dr. Celso. Eu fui à casa dela, conversei com ela, tentei que ela falasse o nome de todos, mas ela não quis, porque já está desconfiada disso por causa de o Paulo ter sido preso lá em casa. Entendeu? Ela já está com medo de eu estar envolvido. Ela não quis falar o nome de todo mundo. Mas, na fita, dá para explicar mais ou menos.

A SRª – Vamos ver seu assunto. Então, você tinha que entregar até ontem, quando venceu o prazo?

O SR. – É. Ela falou que iria conversar com eles para ver se eles não dariam mais um prazo. Eu falei que veria se venderia o carro do jeito que estava, mais barato. Era o dinheiro que eu iria conseguir, era o dinheiro que eu tinha, porque eu não tenho dinheiro. Meu carro vale R$16 mil.

A SRª – Sei.

O SR. – Como eu devo R$3 mil do recibo do carro, que ainda está estragado e tem multas para pagar, falei que estava entregando o carro para eles por R$12 mil.

A SRª – Então, você vai encontrar com ela agora?

O SR. – Não. Não vou encontrar com ela agora. Estou esperando ela me ligar e ver o prazo que ela vai me dar.

A SRª – Então, você está esperando ela ligar para falar o prazo que os policiais deram?

O SR. – É, mas até do prazo ela falou assim: "Você corre atrás, arruma o dinheiro e traz para mim".

A SRª – Então, você iria levar para ela, correr atrás.

O SR. – É.

A SRª – Você está disposto a participar da CPI aqui?

O SR. – Mas eu quero ter segurança para (...)"

O SR. – É o suficiente. Temos a infelicidade de estar em Uberlândia, numa idéia inicial de desenvolver o nosso trabalho na questão de roubo de cargas. Temos andado por todo o Brasil e, infelizmente, mais uma vez, deparamos com essa tristeza de policiais sendo acusados.

Vou cumprir a minha obrigação, requerendo ao Sr. Presidente que oficie à Secretaria de Segurança Pública que determine, a partir de amanhã, o afastamento das funções policiais dos Srs. José Aparecido Alves da Silva, Maurivan Pereira da Silva, Clayton Donizete dos Reis, João Geraldo José, Jaelson Elias Serafim, além de Cesarino e Átila, que não têm o nome completo. Dos sete nomes gostaria que fosse oficiado e determinado o afastamento desses policiais até que seja apurado. Peço também que seja oficiado à Corregedoria da Polícia Civil que instaure processo administrativo.

O SR. – Inclusive, curiosamente, quanto aos Srs. Átila e Cesarino, a denúncia diz respeito a esses mesmos que já investigamos na CPI do Narcotráfico. São os mesmos que estavam citados nominalmente na referida CPI. Não adiantou nada: continuam nesse caminho. Então, é necessário que se faça esse pedido, que referendo, Sr. Relator. Quero subscrevê-lo também, pedindo o afastamento dos policiais e a abertura de um processo administrativo na Corregedoria a fim de realizar uma correição e examinar esse aspecto, que absolutamente não tem fundamento. Eles vão para a cadeia. São réus confessos e criminosos arrependidos. Agora, não pode nós termos aí – a comunidade, a sociedade – policiais sobre os quais pesam denúncias, e graves, sérias, continuar a proteger a sociedade, a investigar o roubo de cargas, a inibir, a coibir, enfim, a estar aí, policiando a questão do roubo de cargas. Na verdade o que a gente está achando, eles estão aí entreverados? no roubo de cargas, por isso é que o roubo de cargas cada vez aumenta e muito mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE () – Então os policiais estão dispensados.

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Presidente, eu queria solicitar...

O SR. PRESIDENTE () – Com a palavra o Cabo Júnior.

O SR. CABO JÚLIO – ... que ouvíssemos o carcereiro, aquele do caso da fuga do cidadão de Patos de Minas, se não me engano, o Anderson, está aí. Que nós o ouvíssemos agora.

O SR. PRESIDENTE () – Vamos ouvir primeiro o delegado, que trata esse tipo de assunto e aí vamos retomar essa questão de Patos de Minas.

O SR. – Estão dispensados. Também o delegado.

(Pausa)

O SR. – Ribeiro, o seu nome completo, por favor.

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES? – Adeovaldo Ribeiro Neves.

O SR. – O senhor vai assinar o termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, certo?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES? – Correto.

O SR. – O senhor conhece a lei, é advogado e é delegado, mas por favor...

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Presidente, pela ordem. Queria que o Relator ouvisse o que vou falar aqui.

O SR. PRESIDENTE () – Com a palavra o Deputado Cabo Júlio.

O SR. CABO JÚLIO – Eu sou cheio de ouvidos. Ouço aqui, aí vou ali, pego mais um pouco de informação, vou ali. Recebi uma informação agora, e queria que fosse checada, que esse Cesarino, o ano passado, foi alvo de uma investigação de um ano da corregedoria da Polícia Civil. O ano passado, pelas denúncias, ele foi investigado pela corregedoria, que é a polícia da polícia. Durante o ano, e a informação – por isso é que precisamos checar – é que no fim dessa investigação, ele foi absolvido. O que quero dizer com isso? Vamos, amanhã ou agora, ligar para o Correge-

dor para ver se essa informação é verdadeira. Se a informação é verdadeira, aí não sou de acordo que ele seja afastado por causa de uma fita. Se a corregedoria – que é a maior interessada, porque tem que ser ela, porque ela tem que limpar o quadro dela, não é problema meu, é problema deles – se a corregedoria investigou o ano passado vamos buscar essa investigação para nós, e não...

Os cinco, concordo plenamente, têm que ser afastados, investigados. Agora investigar, mas se ele foi alvo de uma investigação interna no ano passado a pedido da CPI estadual não há o por que de pedir o afastamento de algo que já foi investigado.

O SR. – Não lembro qual foi o motivo da investigação, mas estou de pleno acordo com V. Ex.ª, Deputado Carlos Gil. Teremos acesso a isso e tomar uma decisão.

O SR. – Era somente isso que queria esclarecer.

O Delegado que ficou de ser enviado da Corregedoria da Polícia Civil já chegou ou não?

O SR. – Parece que não.

O SR. – Era só isso que queria passar.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Até agora não tivemos nenhuma informação de que chegou aqui o Delegado-Corregedor.

O SR. – Como é seu nome, Doutor?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Adeovaldo Ribeiro Neves.

O SR. – Onde é que o senhor trabalha? Em qual delegacia o senhor é titular.

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Inicialmente vou registrar que sou Delegado de furtos e roubos de veículos e vim aqui na condição de representante da 16ª acompanhando os policiais porque o Delegado de cargas, por algum motivo que desconheço, não pôde comparecer.

Vale registrar que quando inaugurou a Delegacia de Roubo a Cargas, em maio de 1999, trabalhei nessa delegacia da inauguração até 31 de dezembro de 1999 quando, então, fui designado pelo Delegado Dr. Aluísio Araújo Porto a trabalhar na Delegacia de Furtos e Roubos, Tóxicos e Entorpecentes, tirei férias e, quando retornei, fui designado para trabalhar na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos que funciona no mesmo prédio da Delegacia de Roubos a Cargas.

O SR. – Quanto tempo o senhor trabalhou da Delegacia?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Parece-me que trabalhei do dia 12, dia da inauguração, ao dia 31 de dezembro de 1999.

O SR. – Então, não chegou a um mês?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Não, trabalhei nove meses.

O SR. – Doze do quê, então?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Doze de maio, da inauguração.

O SR. – O senhor disse de doze a trinta e um.

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – De doze de maio, dia da inauguração, a 31 de dezembro.

(Pausa)

O SR. – O senhor conhece o Cleverson e o Jaziel?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Conheço.

O SR. – O senhor já teve ele preso em sua delegacia?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – O Jaziel ultimamente foi preso pela Delegacia de Roubos a Cargas e eu estava lá, vi a prisão dele.

O SR. – O senhor era o titular?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Não, mas a minha delegacia funciona no mesmo prédio da Delegacia de Roubo a Cargas.

A minha sala fica ao lado da Inspetoria de Detetives da Delegacia de Roubos a Cargas. Ali, estou vendo tudo, embora eu seja Delegado de outra delegacia e o Cleverson, o Paulinho que está famoso, ajudei a prender em uma certa ocasião.

O SR. – E o Jaziel?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – O Jaziel, não. Ele foi preso ultimamente. Esteve preso e pode ocorrer que, em algum inquérito meu, possa ter sido investigado, mas de cabeça não lembro.

O primeiro contato que tive com o Jaziel, de vê-lo, foi agora.

O SR. – O senhor nunca conversou pessoalmente com ele?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Nunca conversei pessoalmente com ele.

O SR. – Nunca conversou?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Não.

O SR. – Nem o prendeu?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – O Jaziel, não.

O SR. – Nem esteve ele na sua delegacia?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Ele pode ter estado na Delegacia de Roubo a Cargas quando eu era Delegado e ter sido ouvido, mas na condição de preso, não.

O SR. – O senhor nunca ouviu ele?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Não.

O SR. – Nem conversou com ele?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Não. De jeito nenhum. Definitivamente.

O SR. – Nenhum tipo de conversa?

Pediria que trouxessem o Jaziel, por favor.

O senhor sabe se o Jaziel está preso ou solto?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Sei que está preso.

O SR. – O senhor sabe por que ele está preso?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Eu que é preso por ordem da justiça, mas os motivos de sua prisão não posso detalhar.

O SR. – O senhor não sabe precisar?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Não.

O SR. – Os policiais Jaelson (?), João Geraldo (?), Claiton (?), Maurivan (?) e José Aparecido (?) trabalharam com o senhor?

O SR. ADEOVALDO RIBEIRO NEVES – Trabalharam quando fui Delegado de roubo a cargas e eles eram lotados na delegacia de...

O SR. – Quando o Cleverson foi preso, quando ele foi preso na casa do sogro dele, era o senhor o titular da delegacia onde foi preso?

O SR. – Não. A prisão dele se deu assim: o Paulinho, conhecido, vulgo Paulinho, acho que andou falando aí, fiquei sabendo através de advogado, que ele não se entregaria para a polícia. E determinado dia, eu estava na delegacia e os policiais ligaram para a delegacia pedindo reforço, alegando que tinham cercado a casa onde estaria o Cleverson. E eu imediatamente, em companhia de onze policiais, me dirigi até lá, porque o delegado que estava presidindo a investigação é um delegado assim mais de gabinete. E eu sou um delegado de rua, vou, enfrento bandido, dou tiro, o que tiver que fazer eu faço. E fui. Eu me lembro que cheguei lá, entrei na casa, cheguei a dar uns dois tiros de escopeta para intimidá-lo. E achei o Paulinho, que se diz corajoso, debaixo da cama. Aí, os detetives algemaram ele, levaram para a delegacia. Daí eu não sei o que aconteceu porque a investigação não era minha.

O SR. – Essa prisão foi quando?

O SR. – Essa prisão eu não lembro. Eu sei que já tem muito...

O SR. – Noventa e nove?

O SR. – Eu não me lembro a época não. Eu sei que...

O SR. – Noventa e nove.

O SR. – ...tem bastante tempo.

O SR. – Interessante. No depoimento de todos aqui ele tentou correr, subiu no muro, viu que tinha polícia do outro lado...

O SR. – Não. Mas eles cercaram a casa. Realmente,...

O SR. – O senhor pegou ele debaixo da cama?

O SR. – A casa foi cercada. A casa, os muros da rua foram cercados, porque acharam que ele ia... Ele tentou realmente correr pelo fundo. Eu entrei pela frente da casa, dei dois tiros de escopeta, eu me lembro bem disso, e fui para pegá-lo mesmo. Porque o cara tinha mandado recado que polícia não prendia, que ele metia bala. Então, vamos ver se mete mesmo. Aí, achei ele debaixo da cama. Achei debaixo da cama...

O SR. – O senhor disse ainda que o senhor é de rua, que vai, prende, dá tiro, troca tiro, faz o que for preciso.

O SR. – Já fiz isso. Com bandido eu faço isso.

O SR. – Faz?

O SR. – Minha função é essa.

O SR. – Inclusive bate neles também?

O SR. – Não. Bater eu não bato não. Mas se o bandido reagir, eu atiro nele. Já atirei aqui. Já fui agredido aqui a tiro, e atirei. E se precisar atirar para defender a sociedade, eu atiro. Porque essa é a minha função. E eu não abro mão disso. Agora, se a sociedade quiser um policial covarde, aí eu não sirvo para ser policial. Porque eu não sou covarde.

O SR. – Não. Ninguém está pedindo policial covarde.

O SR. – Não. Eu não estou falando que... Eu estou falando que eu...

O SR. – Agora, também ninguém quer policial violente. Não queremos policial covarde. Queremos policial.

O SR. – Policial. Dentro da lei, eu acho que o policial tem o legítimo dever de agir com o rigor que a lei lhe confere. Se o policial for agredido, o policial tem o dever de atirar. Isso... Eu penso assim. Eu respeito o bandido. Eu acho que os direitos humanos do bandido hoje são até muito propalados, muito mais do que do policial. Eu não sei até onde vai parar isso. Porque a nossa Constituição na verdade fundamenta muito os direitos do bandido. Mas às vezes do cidadão que está aí como vítima, do cidadão que está aí às vezes trabalhando... Às vezes a palavra do bandido hoje está valendo mais do que a palavra do cidadão. Às vezes com vinte, trinta anos de prisão. Falo isso porque

sou o policial aqui. O senhor pode fazer um levantamento da minha vida aqui com o juiz, com o promotor, com a própria imprensa e a população da cidade. Sou um policial trabalhador. Sou um policial incansável. Trabalho dia e noite e tenho relevantes serviços prestados aqui na cidade. Pode ser levantado. Então, eu acho que os bandidos hoje estão crescendo porque eles podem criar uma situação para quê? Às vezes para intimidar a polícia. Esses dias...

O SR. – Doutor, vou dizer para o senhor, eu tenho uma modesta experiência. O senhor tem uma experiência, eu também tenho.

O SR. – Tenho.

O SR. – E, aliás, uma vivência mediana. Porque andamos em todo o País. E não é nenhuma questão daqui. Onde a polícia é correta, ela não precisa ser violenta.

O SR. – Mas eu não estou falando em violência, não é?

O SR. – O senhor só me escuta. Se ela é correta, não precisa ser violenta. Normalmente, a polícia é violenta onde não é correta. Porque daí os bandidos se sentem injustiçados. Porque a polícia que prender o bandido, e levar o bandido e abrir o processo e mandar para a cadeia e remeter para o juiz, esse bandido respeita o policial. Agora, onde o bandido morder o policial, onde o policial torturar o bandido para tirar dinheiro do bandido, sabendo que o bandido roubou, enfim, que o bandido é muito bandido mesmo, quer dizer, aí o bandido fica mais bandido ainda. Essa é a experiência que tem ensinado para nós. E, via de regra, é o que está acontecendo. Agora, queremos esclarecer algumas denúncias que surgiram, e nós, absolutamente, temos todo o respeito em relação ao senhor, ao seu trabalho. Acredito que o senhor é polícia e deve ser respeitado no seu trabalho, mas nós também temos o dever de investigar aquilo que é apontado.

O SR. – Não, eu confio no trabalho da CPI e espero que o trabalho da CPI, torço pelo trabalho da CPI, dê realmente resultado. Acredito em Vossa Excelência, mas só que existem determinadas circunstâncias, porque, às vezes, o próprio policial ele tem emoção também. Eu tenho emoção. Eu já fui violentamente atirado, eu e minha menina de dez anos, nove horas da manhã. Eu saindo aqui no pronto-socorro, os bandidos me cercaram, meteram o tiro em mim, eu tive que reagir; minha menina, graças a Deus, não morreu. E essas coisas assim vai marcando o policial. Recentemente aqui, não tem dez dias, prendi uma quadrilha aqui. Essa quadrilha assaltou um professor universitário aí, rendeu ele, cinco elementos, atiraram nele, bateram nele, fizeram roleta russa nele, foram embora levando a Blazer dele e todos os objetos dele. Posteriormente, quando os bandidos estavam retornando aqui para Uberlândia, encontraram um casal, dois casais e os filhos adolescentes, inclusive um advogado. O que eles fizeram? Deram um tiro, fizeram a pessoa parar, levaram para o mato, colocaram "emparerado", um falando que ia matar. O que um dos bandidos fez? Simplesmente estuprou a mulher do advogado na frente dos filhos. E isso eu fico indignado com isso mesmo, sabe.

O SR. – Não só o senhor.

O SR. – Acho que um bandido desse não merece complacência, não merece complacência. Porque o pior das coisas é um pai de família ver sua esposa sendo estuprada por um bandido desse.

O SR. – Doutor, doutor... Isso aí...

O SR. – Quando eu falo assim na dureza do bandido, falo nesse bandido insaciável, nesse bandido que não tem escrúpulo.

O SR. – O senhor dá licença? O senhor dá licença? Senão o senhor vai fazer um discurso aqui que não é conveniente, e a CPI não quer o seu discurso. Queremos a sua palavra. Porque também posso fazer um discurso para a opinião pública e dizer assim: tenho horror a estuprador. Todos nós temos e não viemos aqui para isso. Dá a impressão, o seu discurso, que viemos aqui para proteger estuprador, proteger quem é assaltante. Não! Não quero ouvir esse discurso, senão vai causar uma má impressão, nós para o senhor, o senhor para nós e todos nós para a sociedade. Não é esse o objetivo. Queremos aqui esclarecer algumas coisas, e vamos ser objetivos. Porque, senão, fica esse discurso ruim para todos nós.

O SR. – Vamos ao objetivo, então, Pompeu.

O SR. – Por favor.

Jaziel, você conhece o doutor?

O SR. – Conheço sim, senhor.

O SR. – O que o senhor sabe do doutor?

O SR. – Na primeira vez que fui preso, ele estava na carga, sentado na primeira salinha, do lado assim, na entrada, eles me levaram lá para dentro e, logo após, já veio me trazendo de volta, e o João passou perto dele e falou: – Aqui, doutor, esse aqui é o famoso Jaziel. Ele pegou, deu uma olhada para mim, uma risadinha e falou: – Você tem muita coisa para me falar, bacana. Pode ir abrindo desde já e refresca sua memória. E, lá no mato, na hora do acerto de R$15 mil, perguntei a ele se ficava para os três. Ele falou – Não, o Dr. Adebaldo vai entrar nesse acerto, porque ele não vai te liberar fácil assim. E eu tornei a per-

guntar: – Tem mandado de prisão para mim, João? Ele falou: – Não tem ainda, mas arrumo agorinha para você. Você quer quantos?

O SR. – Sim. Mas ele foi junto lá no mato?

O SR. – Não. Ele ficou na carga, esperando. Ele viu eu saindo, e me levaram para tirar para o mato.

O SR. – Tá. Quando tu estavas preso, quem te liberou para sair lá para o mato?

O SR. – Como?

O SR. – Tu estavas preso, estavas na delegacia, não estavas?

O SR. – Eu estava lá preso, lá na carga. Eles me pegaram no seqüestro e me levou para a carga.

O SR. – Ele viu tu saíres de lá?

O SR. – Viu, viu me tirando e levando para o mato. E, logo após, cheguei todo molhado lá, e ele estava lá também. E, na hora, porque fiquei duas horas e pouquinho em poder deles. Depois chegou o dinheiro – não sei quem pegou esse dinheiro – e me liberaram.

O SR. – Quanto tempo o senhor ficou preso?

O SR. – Duas horas e uns quebrados.

O SR. – Duas horas e pouco?

O SR. – Isso.

O SR. – Pagou quanto?

O SR. – Quinze mil reais.

O SR. – Quem recebeu?

O SR. – Esse dinheiro não sei, porque o carro foi entregue na garagem do Júnior.

O SR. – Não, para quem você entregou o dinheiro?

O SR. – Não fui eu que entreguei. O carro foi para a garagem do Júnior e, de lá por diante, não sei quem que entregou o dinheiro para eles me liberar.

O SR. – Entregou para a polícia?

O SR. – Entregou. A minha esposa sabe concreto para quem que ela entregou esse dinheiro.

O SR. – E o que diziam lá? O pessoal que estava lá no mato dizia que era para quem o dinheiro?

O SR. – Para que esse dinheiro?

O SR. – O pessoal que estava lá no mato que acertou contigo o dinheiro.

O SR. – Isso. Eles fizeram o acerto comigo, o João, o Serafim e o Maurivan.

O SR. – Quem eram eles? Diz devagar, devagar.

O SR. – O Serafim, o João e o Maurivan.

O SR. – Maurivan?

O SR. – O Jaelson Elias Serafin?

O SR. – Isso.

O SR. – E o outro?

O SR. – O João Zebu e o Maurivan.

O SR. – João Geraldo e o Maurivan?

O SR. – Ai eles fecharam o acordo comigo e eu tinha perguntado se eram só eles que iam fazer parte do acerto lá, se mais alguém iria saber disso. Ele falou que o doutor tinha também que levar uma ponta, que ele não ia me liberar sem dar um ponta dele lá.

O SR. – Está bom.

Dr. Edevaldo, esse pessoal formava a sua equipe, trabalhou com o senhor?

O SR. EDEVALDO – Não, eles trabalhavam na carga, eram policiais do roubo da carga.

O SR. – Por favor, um pouquinho mais perto do microfone.

O SR. EDEVALDO – Esses policiais trabalhavam no roubo da carga.

O SR. – Trabalhavam com o senhor?

O SR. EDEVALDO – Na época que fui delegado lá. Na época que fui delegado lá parece que tinha quatro equipes de policias.

O SR. – Mas essa equipe trabalhava com o senhor?

O SR. EDEVALDO – As equipes eram divididas em quatro por quatro. Essa equipe trabalhava lá.

O SR. – O senhor lembra de ele ter sido preso pela sua equipe?

O SR. EDEVALDO – Olha, não lembro desse fato, de ele ter sido preso. Porque preso, quando a pessoa é presa, considero que ela presa com uma ordem judicial ou em flagrante não é? Eu desconheço essa prisão em flagrante.

O SR. – Sim, mas os seus funcionários disseram aqui, ele conversou, disseram que prenderam ele, reconheceram.

O SR. EDEVALDO – Sim, eles podem ter, porque o policial de rua tem liberdade de, suspeitando de determinada pessoa que está envolvida num furto, num roubo, levar na delegacia, o delegado de polícia pode mandar ouvir aquela pessoa, se existir mandado de prisão contra aquela pessoa o mandado de prisão é cumprido.

O SR. – O senhor não lembra desse dia que ele está falando, não?

O SR. EDEVALDO – Não senhor.

O SR. – Pois é, mas os seus policiais que estiveram aqui, deram depoimento há pouco e disseram que reconheceram, que prenderam ele e que tinham ordem para prender ele, ele dizia que não tinha, os policiais diziam que não tinham, enfim, pelo sim, pelo

não, prenderam ele. Ele diz que foi torturado e teve que acertar com os policiais e os policiais disseram que não, que prenderam por ordem, tinham um mandado de prisão e levaram ele para a delegacia. E agora o senhor está dizendo que não tem conhecimento de ele ter estado na delegacia?

O SR. EDEVALDO – Ele pode ter estado.

Eu gostaria de esclarecer uma coisa para o senhor, na época que se criou a delegacia ela foi inicialmente, realmente, razoavelmente bem estruturada e tínhamos um inspetor – por sinal um inspetor muito experiente, que é o Carlão –, na época ele trabalhava com a gente, o policial se reportava diretamente, não ao delegado, ao inspetor, porque o detetive faz o levantamento e chegava ao inspetor e após a apuração é que fazia o relatório. Então o detetive não tinha....

O SR. – O senhor tem conhecimento de um relatório envolvendo ele?

O SR. EDEVALDO – Pode ter, porque aí...

O SR. – Não. O senhor tem conhecimento ou não tem conhecimento?

O SR. EDEVALDO – Doutor, eu não posso...

O delegado preside vários inquéritos, ele pode ter sido investigado e pode ter sido ouvido lá, mas isso aí requer a gente fazer um levantamento.

O SR. – Sim, mas não foi isso que perguntei, doutor. Perguntei se o senhor tem conhecimento ou não tem conhecimento de algum relatório envolvendo o nome dele que fora encaminhado para o senhor.

O SR. EDEVALDO – Não lembro.

O SR. – Não lembra.

O SR. EDEVALDO – Não senhor.

O SR. – Doutor, qual é o procedimento quando uma equipe de detetives cumpre um mandado de prisão, no caso da prisão temporária? Qual é o procedimento do delegado?

O SR. EDEVALDO – Imediatamente que a pessoa, que tem contra si um mandado de prisão temporário, é presa, é levada para a delegacia, na inspetoria o detetive faz o relatório da prisão, já cumpre no próprio mandado e passa para o delegado que imediatamente comunica a prisão ao juiz ou à juíza que expediu aquele mandado. O procedimento padrão é esse.

O SR. – O senhor fez esse comunicado ao juiz da prisão desse moço?

O SR. EDEVALDO – Eu não, eu acredito...

O SR. – Não fez, não lembra ou não sabe?

O SR. EDEVALDO – Não lembro, porque prisão desse rapaz, mesmo, efetiva, eu lembro essa última. Agora, ele pode ter sido ouvido lá em condição de suspeito, de investigado. Agora, prisão....

O SR. – Outubro de 99, o senhor estava na Roubo de Carga?

O SR. EDEVALDO – Outubro de 99 eu estava na Roubo de Carga.

O SR. – Foi em outubro de 99 que você foi (???)

O SR. – Isso, foi logo após a prisão do Severino, porque eles penduraram ele e perguntou justamente para o Paulinho onde eu morava. Não foi isso Severino?

O SR. – Paulinho, fala Paulinho.

O SR. – Eles penduraram ele primeiro e depois que me pegaram.

O SR. – Deputado Pompeo, gostaria de ouvir o Cleverson sobre a questão do delegado.

Qual a posição que você tem em relação à proposta que foi feita?

O SR. EDEVALDO – O doutor Edevaldo. Eu, meu, ele nunca pegou dinheiro não. Não posso falar que ele já pegou dinheiro meu, pois estaria mentindo. Outros colegas meus já informaram que ele já pegou.

O SR. – Repita, por favor, mais devagar.

O SR. – As informações são de que ele pega dinheiro, mas ele não pegou dinheiro meu ainda. Para falar a verdade, não pegou.

O SR. – Ele participou da tortura?

O SR. – Ele participou da minha prisão na casa da minha sogra. Ele sabe que eu entrei num dia e no outro dia fui embora. Acho que ele confirma isso. O senhor confirma isso, Dr. Galvão?

O SR. GALVÃO – Não posso confirmar.

O SR. – O senhor ajudou deu tiro de 12 na porta da casa da minha sogra.

O SR. – No dia em que ele foi preso, o senhor estava presente?

O SR. GALVÃO – Eu ajudei a prender, achei-o debaixo da cama.

O SR. – Debaixo da cama?

O SR. GALVÃO – É.

O SR. – Eu estava em pé na porta.

O SR.GALVÃO – Eu fui a título de ajuda. Como o inquérito policial era presidido por um outro colega meu e a prisão dele era pedida por um colega meu, eu simplesmente fui e fiz a minha parte.

O SR. – O senhor sabia que ele saiu no outro dia.

O SR.GALVÃO – Não, senhor. Não acredito nisso porque o delegado Cândido Martins...

O SR. – O senhor não foi trabalhar no outro dia?

O SR.GALVÃO – Eu tenho meus afazeres. Se a prisão dele não diz respeito a uma investigação minha, não vou ficar vigiando.

O SR. – Mas o senhor foi prender.

O SR.GALVÃO – Mas não vou ficar vigiando preso.

O SR. – O senhor não acompanhava?

O SR.GALVÃO – Fui prender, como expliquei no início. Existia uma conversa de que o Paulinho não se entregaria à polícia e meteria bala. Quando os policiais cercaram a casa dele, ficaram com medo mesmo. Disseram que ele era bravo.

O SR. –Acharam alguma arma com ele?

O SR.GALVÃO – Pediram reforço na delegacia. Eu lembro que, na época, eu fui com outros policiais que participavam diretamente daquela investigação. Cercou-se o quarteirão todo, lembro-me muito bem, até que conseguimos prendê-lo. Ele não resistiu à prisão.

O SR. – Sua delegacia é ao lado da delegacia onde ele ficou.

O SR.GALVÃO – A delegacia em que trabalho hoje?

O SR. – Não, naquela época. Era junto ou era ao lado?

O SR.GALVÃO – Na época em que fui prendê-lo, eu era delegado de carga.

O SR. – O senhor era delegado e ele foi preso na as delegacia?

O SR.GALVÃO – Ele foi preso na Delegacia de Roubo de Cargas. Naquela época éramos quatro delegados.

O SR. – Farei uma pergunta bem objetiva, tire da sua memória, pois vi que o senhor é um homem inteligente e guarda as coisas. Aonde ele foi depois da prisão? Dê-me os passos dele.

O SR.GALVÃO – Quando ele foi preso?

O SR. – Depois de preso.

O SR.GALVÃO – Depois de preso, o Delegado Cândido levou-o para ouvi-o no cartório.

O SR. – E depois?

O SR.GALVÃO – Não sei.

O SR. – Não sabe?

O SR.GALVÃO – Não sei, não acompanhei os passos dele, eu não tinha interesse na prisão dele.

O SR. – O senhor não pode subestimar nossa inteligência. Eu não subestimo a sua inteligência, mas você está subestimando a minha.

O senhor fez um discurso contra os bandidos, com toda veemência meteu bala na porta da casa dele. Para meter bala na porta de alguém deve-se estar convicto. Acredito que o senhor estivesse convicto de que se tratava de um bandido poderoso e perigoso, que estava ameaçando e desafiando a Polícia. O senhor meteu bala, prendeu debaixo da cama, levou-o e depois não tomou mais conhecimento. Quando ele saiu da cadeia?

O SR.GALVÃO – Não sei.

O SR. – Mas que engraçado, o senhor não sabe. O senhor está-me subestimando, desculpe-me. Pensei que o senhor fosse um delegado preocupado. Se o senhor teve que meter bala porque o bandido era perigoso, juntou toda a Polícia, tratava-se de um bandido perigoso, que deveria despertar atenção especial. Quando ele saiu da cadeia? Um policial seu disse que dali ele foi para a colônia penal. Outro policial seu disse que ele foi entregue para o Exército e o senhor diz que não sabe de nada.

O SR.GALVÃO – Eu gostaria de esclarecer ao senhor que éramos quatro delegados. Sou um delegado que procura ser ético. O delegado que conduzia essa investigação naquela época era um dos mais experientes de Uberlândia, um sujeito extremamente competente, honrado. Eu fui ajudar a prendê-lo.

O SR. – Ele foi junto na diligência?

O SR. – Agora, por que eu teria que acompanhar ele em todos os passos dele?

O SR. – Ele foi junto na diligência com o senhor?

O SR. – O senhor poderia muito bem saber.

O SR. – Não, eu acho que não sou obrigado a saber, não. Com todo respeito que V. Exª merece, mas eu acho que não sou obrigado a saber não. Por quê?

O SR. – Eu disse que você poderia saber, não disse que é obrigado a saber...

O SR. – Não é obrigado, mas deveria saber.

O SR. – Mas eu não sei.

O SR. – Até porque o senhor demonstra ser muito dedicado. E quem é dedicado, chega e dá um tiro, entra, prende, leva para a cadeia. No outro dia não quer nem saber para onde foi?

O SR. – A minha preocupação era prendê-lo....

O SR. – O senhor não quer saber mais?

O SR. – Se ele está preso, acho que quem esta conduzindo a investigação tem todas as condições...

O SR. – Ó, Cleverson...

O SR. – O delegado que conduziu a investigação foi lá ajudar a prendê-lo?

O SR. – Não.

O SR. – Não foi. Isso é bem engraçado. O senhor, com todo o interesse, foi lá ajudar a prender, meteu bala e aí esqueceu, nunca mais? é muito curioso.

O SR. – O motivo não foi esse. O motivo é que...

O SR. – Só um minuto, doutor.

Cleverson, como foi a conversa com ele sobre a questão das armas do Exército?

O SR. CLEVERSON – O negócio foi o seguinte: eles me deram um pulão na rua depois... depois de outros.... Sem ser essa ocasião, me levaram para a delegacia e o Dr. Adeovaldo falaram que tinha umas fitas derrubadas minha e queria R$5 mil 'com mode' não me entregar para o pessoal do Exército. Eu falei que não tinha fita nenhuma derrubada minha e que eu não estava fazendo nada naquela ocasião.

O SR. – Foi nesse mesma vez?

O SR. CLEVERSON – E o que eu já tinha feito era o negócio do cigarro e eu tinha feito um acerto.

O SR. – Essa foi nessa prisão ou foi outra?

O SR. CLEVERSON – Não, foi outra. Só me levaram na delegacia e me mandaram embora.

O SR. – E ele te pediu isso?

O SR. CLEVERSON – Me pediu R$5 mil. Isso eu confirmo na frente dele. Não tenho vergonha de falar.

O SR. – O que você tem a dizer sobre o Dr. Cândido?

O SR. – Ele falou também que se eu realmente soubesse onde as armas do Exército tivesse era para falar para eles, que eles ia dar o pulão e não ia devolver pro Exército pra ficar pra eles. Isso....

O SR. – Deixa eu te fazer uma pergunta. Primeiro para o doutor. Como funciona? Cada delegado trabalha um dia? É isso?

O SR. – É...

O SR. – Eram 1ª, 2ª, 3ª e 4ª delegacias?

O SR. – É, os delegados na época que construiu a delegacia, então cada delegado ficava de permanência naquele dia. Aquele serviço, aquela investigação que desse naquele dia então o responsável era eu, Dr. Cândido...

O SR. – No dia que ele foi preso, o senhor estava de permanência?

O SR. – Não, no dia... A minha assim participação na prisão foi simplesmente para os detetives localizarem a casa dele....

O SR. – O senhor estava de permanência?

O SR. – Não, eu estava na delegacia. Não me lembro se eu estava de permanência, mas eu estava na delegacia. Ligaram via rádio solicitando reforço policial...

O SR. – O delegado que presidiu o inquérito dele estava na delegacia também?

O SR. – Estava na delegacia.

O SR. – Então tá. O delegado te pediu dinheiro ou não?

O SR. CLEVERSON – Qual, esse aqui?

O SR. – É.

O SR. CLEVERSON – No dia, esse não pediu. Ele pediu em outra ocasião. Esse...

O SR. – Espera aí. Eu quero ir bem devagar... Nesse dia de outubro de 1999 ele não te pediu dinheiro?

O SR. CLEVERSON – Não, esse dia que eu saí no outro dia, não me pediu dinheiro.

O SR. – Ele te pediu no outro?

O SR. CLEVERSON – O outro, em outro detalhe que me pega....

O SR. – Nesse dia tu acertou com os policiais dele, né?

O SR. CLEVERSON – É, nesse dia, acertei com os policiais dele até que na hora que eu cheguei na delegacia o Maurivan bateu a mão no meu ombro e falou bem assim: "Ói, doutor, esse aqui é gente boa, fala a nossa língua. Esse aí é menino bom. Tem um negócio pra nós..."

O SR. – Nessa que pediu R$5 mil, foi o delegado que pediu para você?

O SR. CLEVERSON – Foi. Esse delegado que me pediu.

O SR. – Sabe por que estou perguntando? Porque, no início da sua fala, você disse que ele nunca te pediu dinheiro, que você ouviu dizer de outro que ele pede dinheiro...

O SR. CLEVERSON – Foi realmente o que eu falei. Nessa vez, ele nunca tinha pegado dinheiro. E realmente ele nunca pegou dinheiro meu. Eu ouvi outras conversas em que ele já... Muitos colegas meu já falaram que ele já pegou muito dinheiro deles. Agora, meu ele nunca pegou. Agora, ele já me pediu dinheiro, mas não pegou não. O que eu tenho pra falar é isso. Inclusive eu já tinha até comentado antes, que ele nunca tinha pegado dinheiro meu.

O SR. – Sr. Relator, estamos aqui numa celeuma e penso que precisamos agilizar um pouco o espaço e... Dr. Adeovaldo...

Eu gostaria que retirasse os dos primeiro. O Cleverson e o Jaziel podem se retirar.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Eu pediria ao pessoal que recolham as duas testemunhas. (Pausa)

O SR. – Dr. Adeovaldo, estamos numa situação, no mínimo, inusitada mas não é nova. Talvez inusitada aqui para Uberlândia, nessa questão de envolvimento de policiais. É curioso que, entre os policiais da sua Delegacia e agora o senhor, cada um diga uma coisa sobre a mesma coisa. Ele, bandido, diz sempre a mesma coisa sobre a mesma coisa. Cada um dos policiais que foram ouvidos aqui – a população de Uberlândia está acompanhando e está vendo -, cada um disse uma coisa.

Quando ele denunciou que foi preso e que o levaram para o mato, para torturar e achacá-lo, passaram pela Polícia Federal e a Polícia Federal abordou. Eles se identificaram e, inclusive, o apresentaram, dizendo que era um bandido e que o estavam levando para fazer uma diligência. O Maurivan disse que isso não aconteceu. Depois, apertado, ele admitiu: aconteceu, mas foi numa outra ocasião em que, por acaso, passamos na Polícia Rodoviária Federal. Depois, os companheiros dele disseram que nunca foram abordados pela Polícia Rodoviária Federal.

Depois disso, foi perguntado sobre onde o Cleverson foi depois de preso na casa com todo aquele aparato, onde o senhor chegou com a pompa e metendo fogo, como o senhor mesmo contou aqui. Ele diz categoricamente: eu negociei com os policiais. Deu o nome dos policiais e disse, na frente deles, onde, quando, como, quanto pagou, o carro que deu. O Júnior, que negociou o carro com ele, disse que realmente comprou o carro, o dinheiro ficou com o advogado. Enfim, toda a história vai casando. Só que ele disse que saiu em dois dias. Um policial disse que ele foi preso e foi para a cadeia pública. O outro disse que veio o Exército e o levou. O senhor disse que não lembra. Essa é a história.

É muito curioso. O senhor participou de um aparato, em que lembra muito bem que o encontrou debaixo da cama. Depois, do preso perigoso e poderoso em função do qual a Polícia estava sendo desafiada, o senhor simplesmente não tomou mais conhecimento. Fico com muitas dúvidas.

Para que possamos esclarecer, Sr. Relator, interpreto que também temos de oficiar ao Secretário de Segurança para que ele tome providências, a fim de abrir um processo administrativo. Indico que peça também o afastamento do Dr. Adevaldo. Para que não haja uma incompreensão, registro que a solicitação de afastamento não quer dizer, necessariamente, que o Secretário vá afastar. É uma questão na qual o Secretário tem de tomar uma posição. Que ele analise o quadro, os dados, os elementos, os fatos, e tome uma decisão. O Deputado Cabo Júlio tem dito que não concorda. Não tem problema. Podemos ter essa discordância. Que o Secretário tome uma posição. O que não se pode é virmos aqui, ouvirmos e tudo ficar por isso mesmo. Vamos comunicar o Secretário de Segurança e dar a nossa opinião. Se ele entender que tem de afastar, que ele afaste. Vamos pedir isso. Se ele entender que não tem de afastar, não afaste.

Não vamos abrir mão de algo: que seja aberta uma sindicância interna para apurar como se processou a prisão, em que circunstâncias, dia, hora, local, o que foi feito com o preso, com a ordem de quem e essa negociata ele denuncia, cujas evidências de que houve estão muito claras.

Essa é a minha posição.

O SR. – Não estou aqui para atrapalhar ninguém. Só quero ser malicioso, prático e justo. Penso que, se eu defender o bandido, estou sendo injusto. Se eu acusar, sem ter a certeza da minha consciência, vou ser injusto também.

Da minha parte, concordo em oficiar e até em dar prazo para o Secretário de Segurança apurar, por meio da Corregedoria ou seja lá quem for. Tem 60 dias para apurar, para investigar, para fazer como a Corregedoria faz.

Agora, pedir o afastamento? Considero meio complicado e aí está a razão de eu contraditar. O cidadão disse: ele nunca me pediu dinheiro, mas eu ouvi dizer que ele pega dinheiro de todo mundo. Depois, ele disse: não, ele me pediu cinco mil. Já que os dois não estão aqui, tenho muito medo da palavra de quem não tem nada a perder.

Então, a minha posição é que seja feita uma apuração da Corregedoria e que se dê prazo para que essa apuração aconteça. Agora, pedir afastamento porque falou, sinceramente, Sr. Relator, não concordo. Os 5 são uma coisa. Não vi consistência na situação dele. Sou muito prático. Particularmente...

O SR. – O afastamento faz-se necessário, em meu modo de entender, em função da operação. Não sou polícia como você. Creio que sua posição está clara. A determinação será dada pelo Presidente. No entanto, acompanho o Deputado Pompeo de Mattos respeitando sua posição.

O SR. – Claro, sou voto vencido, mas quero deixar claro. Particularmente, já fui alvo. Já estive sentado ali, em uma situação diferente. Depois que tudo foi apurado, viu-se que o cidadão estava me acusando porque o havia prendido muitas vezes. Então, é preci-

so haver muita cautela. Gato que já foi mordido por cobra tem medo de lingüiça.

O SR. – Foi por corrupção?

O SR. – Não. Claro que não.

O SR. – Realmente, nunca estive nessa situação. Talvez seja por isso.

O SR. – É por corrupção? Estão, vamos mostrar por que há corrupção. Vamos prendê-lo e mandar que ele saia...

O SR. – Quero cumprir nossa obrigação.

O SR. – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. – Creio que é o Secretário de Segurança que vai decidir.

O SR. – Nós vamos encaminhar, então, um requerimento ao Secretário de Segurança. S. Exª decidirá.

O SR. – Sr. Presidente, gostaria de ouvir, ainda, do depoente se ele, em qualquer momento, tomou conhecimento de que o preso – no dia da prisão em que disse que estava presente – teria vendido um veículo de sua propriedade para dar o dinheiro a policiais.

O SR. – Não, senhor. Não tomei conhecimento desse fato.

O SR. – Em nenhum momento?

O SR. – Em nenhum momento.

O SR. – Sr. Presidente, gostaria, também, de que fosse indagado ao depoente se ele ainda tem alguma coisa a acrescentar à CPI.

O SR. – Tenho.

O SR. – Gostaria, Sr. Presidente, que fosse dado tempo ao delegado para que pudesse externar o ponto de vista que entender conveniente.

O SR. – Agradeço a gentileza porque, talvez, não tenha tempo de falar tudo o que quero. Vou procurar ser breve.

Já foi dito aqui que para se combater a criminalidade tem que haver a união de forças. Não adianta a ação isolada da Polícia Civil, Militar ou Federal. Tem que ter recursos para isso. Hoje, no Brasil todo, a questão da violência é muito séria. Sou pai de família, tenho 6 filhas, e estou aqui preocupado. Não sei o que pode estar acontecendo com minhas filhas com um sujeito como aquele que estava aqui. Tudo bem!

Já foi dito aqui, inclusive por outros delegados, que há que se mudar a legislação. Nossa legislação é totalmente ultrapassada. Precisamos revigorar nossa legislação.

Uberlândia é um local próximo a outros Estados. Posso falar da minha área: a de roubos e furtos de veículos. Tem 1 ano e 8 meses que estou nessa delegacia. Os veículos que são furtados aqui vão para Goiás, para São Paulo, para Mato Grosso, para Mato Grosso do Sul e Bahia. Eventualmente, para o Tocantins e para o Pará.

Temos grande dificuldades. Temos até vereadores e juízes que já foram vítimas. Pegamos o ladrão e o prendemos. O ladrão era tão farsante que furtava uma Silverado aqui e a entregava em Goiânia. Voltava de avião para pegar outra Silverado ou outra S – 250. Eram só carros novos. Você descobre o ladrão e o prende.

Gostaria de ressaltar que o trabalho dos juízes criminais e promotores é excelente. Dão total cobertura à Polícia. Se assim não o fosse seria bem pior. De repente, você descobre que o receptador está em Goiânia. Você solicita a prisão do receptador. O juiz a concede. Você o traz para cá. Já chegam 4 ou 5 advogados porque o cara tem dinheiro. O juiz tenta segurá-lo aqui. Vão ao Tribunal de Justiça e entram com **habeas-corpus**. O Tribunal de Justiça concede o **habeas-corpus** porque o fórum competente onde ele deve ser processado é Goiânia. A receptação é um crime autônomo. Nesse ponto, gostaria que fosse, se possível...

O SR. – Dr. Edvaldo, só um minutinho, por favor.

Pela ordem, o Deputado Carlos...

O SR. – Sr. Presidente, quando fiz a pergunta ao depoente, quis fazê-lo de forma que ele pudesse ter o direito de, em querendo, se defender do que foi direcionado à sua pessoa e à sua atividade policial.

No entanto, pelo que foi dito, a deriva da sua palavra foi outra. Então o meu apelo a V. Exª está retirado e V. Exª tome a providência que achar necessária, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Eu só quero propor ao Dr. Adevaldo que seja um pouco mais sintético nas suas conclusões, porque ainda temos outros depoimentos ainda hoje.

O SR. – Defesa, eu não vou fazer, porque eu não vou fazer defesa da palavra de um bandido. Eu só queria registrar que a Constituição garante a honra e a intimidade. Eu tenho 26 anos de serviço prestado à sociedade mineira. E aqui, esse 26 anos de serviço que eu tenho foram jogados por água abaixo, por um ladrão, por um criminoso. Só isso que tenho a dizer. E confio nas estâncias competentes para apurar minha participação, ou não, nisso. E muito obrigado.

O SR. – Muito obrigado. Então o senhor está... e pode... Muito obrigado pela sua presença.

(Pausa.)

O SR. – Poderíamos chamar o carcereiro pra ser ouvido, que veio de Patos de Minas, para posteriormente fazermos uma acareação com o Delegado.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE ( ) – Seu nome completo?

O SR. – Anderson Luiz Chaves.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Você vai assinar o termo de compromisso, conforme o art. 203, do Código de Processo Penal, certo?

O SR. – Sim senhor.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Por favor, Sr. (?), encaminha pra ele assinar o termo de compromisso.

(Pausa.)

O SR. – Anderson? É isso?

O SR. – Sim senhor.

O SR. – Qual é a sua profissão?

O SR. – Carcereiro.

O SR. – Carcereiro. Há quanto tempo o senhor está nessa profissão?

O SR. – Há doze anos.

O SR. – Doze anos. O senhor já teve na sua história, enquanto carcereiro, a fuga de algum preso?

O SR. – Não senhor.

O SR. – Nunca fugiu ninguém?

O SR. – Não senhor.

O SR. – O senhor tem alguma anotação na sua ficha funcional por algum erro, enfim, um deslize na sua função?

O SR. – Tenho. Eu tenho uma punição.

O SR. – Qual é a punição.

O SR. – Disparo de arma.

O SR. – O senhor disparou uma arma de fogo contra quem?

O SR. – Não, pra cima.

O SR. – Pra cima? Onde?

O SR. – Na rua.

O SR. – Na rua?

O SR. – Sim senhor.

O SR. – Motivação?

O SR. – Empolgação.

O SR. – Empolgado? Bebida?

O SR. – Também.

O SR.– O senhor lembra desse caso envolvendo o preso Valdenir Bueno?

O SR. – Sim senhor.

O SR.– O senhor nos relata como aconteceu, quando ele chegou lá, enfim, a hora em que o senhor entrou em serviço, nos dá, começa bem...

O SR. – Eu peguei o plantão às 18 horas.

O SR. – Dezoito horas?

O SR. – Sim senhor. Quando eu peguei o plantão, já recebi com quatro presos da Justiça, que se encontravam na Delegacia.

O SR. – Sim.

O SR. – Por volta de vinte horas, esse preso começou a sentir-se mal.

O SR. – O Valdenir?

O SR. – O Valdenir.

O SR. – Ele dizia que sentia tonturas, estava babando muito e quando eu cheguei na cela ele estava semi-caído, próximo à cela. Preocupado com a situação, pedi a um preso, também da Justiça, o João Gonçalves, que me auxiliasse a retirá-lo da cela.

O SR. – O senhor pediu auxílio de um outro preso?

O SR. – Sim senhor.

O SR. – Mas um preso vai ajudar o senhor numa tarefa?

O SR. – Pelo porte físico avantajado do Valdenir.

O SR. – Sim, mas o senhor tirou um preso da cadeia pra...

O SR. – Não, lá é uma Delegacia, né...

O SR. – Sim, mas é Delegacia, são grades, ele estava atrás das grades, não estava?

O SR. – Estava nas grades; separado.

O SR. – O senhor abriu as grades e tirou o preso?

O SR. – Tirei ele, ele me auxiliou e eu voltei ele pra cela.

O SR. – Mas o senhor não pode regular bem.

O SR. – Senhor?

O SR. – O senhor não pode regular bem. Daí entrou o senhor e ele dentro da cela do Valdenir?

O SR. – Na porta.

O SR. – Aí ele veio, debruçou em cima de mim e do outro preso.

O SR. – Como é que é?

O SR. – Ele debruçou... Não sei se ele forjou um desmaio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava em pé?

O SR. ANDERSON? – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava em pé?

O SR. ANDERSON? – Na hora que fui tirar ele, ele levantou. Levantou e apoiou em mim e no outro preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor abriu a cela dele?

O SR. ANDERSON? – Abri a cela dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí botou ele nas costas?

O SR. ANDERSON? – Não, é... Ele apoiou em mim e no outro preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para levar para onde o senhor pôs ele nas costas?

O SR. ANDERSON? – Coloquei ele na ante-sala, num banco que se encontra lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Botaram ele num banco?

O SR. ANDERSON? – No banco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E daí?

O SR. ANDERSON? – Inclusive a hora que eu coloquei ele até caiu pra trás, bateu a cabeça e ficou quieto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E daí?

O SR. ANDERSON? – Aí corri até cozinha, que fica...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Atrás do quê?

O SR. ANDERSON? – Tem uma cozinha. Tem essa ante-sala, tem a sala que dá entrada para onde é o plantão, onde são feitos os autos de prisão em flagrante, e a cozinha. Corri lá para pegar um álcool para tentar algum primeiro socorro...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pegar o quê?

O SR. ANDERSON? – Um álcool, um vidro de álcool, para tentar fazer algum primeiro socorro nele. Quando retornei ele já não estava. Voltei, perguntei aos presos se ele tinha entrada de volta, disseram eles que não. Corri, desci até lá embaixo, não vi, entrei em contato com a delegada de plantão, a Drª Ginamene...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas a porta da delegacia também estava aberta?

O SR. ANDERSON? – As portas são abertas, lá é 24 horas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a porta por onde os presos saíam também não tinha uma parte fechada?

O SR. ANDERSON? – Não, os presos não. Essa ante-sala fica aberta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Espere aí? O senhor tirou o preso de dentro da cadeia, pôs ele do lado de fora...

O SR. ANDERSON? – E ele ficou deitado no banco, como se estivesse desmaiado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixa eu perguntar uma coisa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Primeiro ele andou junto com você, carregado?

O SR. ANDERSON? – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele andou segurando em você, é isso?

O SR. ANDERSON? – Ele soltou o peso em cima da gente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês dois carregaram ele?

O SR. ANDERSON? – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até sair da grade, e levou para mais... Qual é o espaço, qual é a distância?

O SR. ANDERSON? – É próximo, é uns... Da cela lá é uns dez passos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uns dez passos. Aí lá você deixou ele, quieto.

O SR. ANDERSON? – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para fazer o quê?

O SR. ANDERSON? – Fui pegar um álcool para tentar um primeiro socorro nele, para ver se ele voltava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Álcool?

O SR. ANDERSON? – Álcool.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deixa eu fazer uma pergunta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde você foi buscar o álcool?

O SR. ANDERSON? – Na cozinha da delegacia. Lá tem uma cozinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – E é longe?

O SR. ANDERSON? – Dá uns 30 passos, mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem consciência desse ato que o senhor... Como profissional, faz 12 anos que o senhor está trabalhando, o senhor tem consciência dessa ato que o senhor cometeu?

O SR. ANDERSON? – Olha, Doutor, pensei mais na vida dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como na vida dele?

O SR. ANDERSON? – Pensei que ele estivesse já quase morto, porque houve um fato lá que um...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas morrer do quê?

O SR. ANDERSON? – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Morrer do quê?

O SR. ANDERSON? – Eu pensei que ele estivesse morrendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas por que o senhor não telefonou para alguém, chama um médi-

co, chama um enfermeiro? O senhor é médico, o senhor entende? O senhor é paramédico?

O SR. ANDERSON? – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é carcereiro, não é?

O SR. ANDERSON? – Carcereiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora me responda com sinceridade: o que rolou por trás de tudo isso?

O SR. ANDERSON? – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa é a praxe? Passa mal dentro da cadeia, você abre, tira para fora, é assim?

O SR. ANDERSON? – Olha, Doutor, comigo essa foi a primeira vez que aconteceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi orientado para fazer isso?

O SR. ANDERSON? – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor no outro dia... Aconteceu isso. Aí o senhor ligou para quem?

O SR. ANDERSON? – Liguei para a delegada de plantão, Drª Ginamene.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ela disse?

O SR. ANDERSON? – Ela se encontrava com uma cirurgia na boca e pediu que eu entrasse em contato com o Dr. Ailton, porque o preso estava sob a responsabilidade dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí o que o senhor fez?

O SR. ANDERSON? – Liguei para ele, comuniquei o fato a ele, liguei para a equipe de detetives, que, passados uns quinze minutos, todos eles chegaram na delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Dr. Ailton?

O SR. ANDERSON? – O Dr. Ailton.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele esteve na delegacia?

O SR. ANDERSON? – Esteve na delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí?

O SR. ANDERSON? – Aí saímos em diligência pela cidade no intuito de recapturá-lo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele não perguntou para o senhor o que aconteceu?

O SR. ANDERSON? – Eu expliquei para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ele disse?

O SR. ANDERSON? – Senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ele disse?

O SR. ANDERSON? – Não, aí saímos todos em diligência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor explicou para ele e ele disse que estava tudo bem?

O SR. ANDERSON? – Não, não estava tudo bem, Doutor, a gente saiu em diligência na tentativa de recapturar ele, porque o espaço de tempo da fuga era muito curto ainda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não lhe disse nada?

O SR. ANDERSON? – Senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele não lhe disse nada? O senhor explicou para ele e saíram correndo atrás do preso?

O SR. ANDERSON? – Atrás do preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é carcereiro há 12 anos, é isso?

O SR. ANDERSON? – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há 12 anos o senhor cuida de preso?

O SR. ANDERSON? – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alguma vez um outro preso passou mal nesses 12 anos?

O SR. ANDERSON? – Na época eu trabalhava na cadeia pública, só que ela foi desativada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei.

O SR. ANDERSON? – Só que lá a gente trabalhava junto com a PM, a PM fazia a guarda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Presta atenção no que eu perguntei: alguma outra vez algum outro preso passou mal?

O SR. ANDERSON? – Na cela? Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. ANDERSON? – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca você viu nenhum preso machucado, melancólico, passando mal, vomitando?

O SR. ANDERSON? – Não, geralmente quando a gente recebe, recebe mais é correcionais. Quando há ferimentos neles a própria Polícia Militar já conduz eles ao hospital, já traz eles de volta já medicados.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está afastado das suas funções?

O SR. ANDERSON? – Estou sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde que dia?

O SR. – Um dia após o fato. No outro dia, fui afastado.

O SR. – Continua afastado?

O SR. – Continuo afastado.

O SR. – Deixe-me fazer uma pergunta para o senhor, volto ao assunto: o senhor disse que a porta da delegacia estava aberta, não é isso?

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – Por quê?

O SR. – A delegacia lá é 24 horas.

O SR. – O que quer dizer delegacia 24 horas?

O SR. – É plantão. Então, tudo da cidade é descarregado lá. A gente recebe tudo lá.

O SR. – A gente quem?

O SR. – Eu trabalho sozinho.

O SR. – O senhor recebe ocorrência?

O SR. – Recebo ocorrências, recebo telefonemas, faço ocorrências, recolho presos. Então, é um...

O SR. – Lá é uma delegacia...

O SR. – De plantão.

O SR. – E de plantão só tinha o senhor?

O SR. – Só eu.

O SR. – Esse era o ponto um. Ponto dois: o senhor disse que o preso estava passando mal?

O SR. – Isso.

O SR. – Sabemos que não estava passando mal. O golpe mais bobo que existe no mundo é esse de passar mal. O senhor, então, tirou outro preso para ajudá-lo? Foi isso?

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – O senhor e esse preso o carregaram para fora?

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – O que o senhor fez ao outro preso depois?

O SR. – Recolhi ele. Coloquei ele na cela.

O SR. – O senhor trancou?

O SR. – A cela dele ficava de frente a onde eu ficava.

O SR. – O senhor trancou?

O SR. – Não, não tranquei. Larguei o trinco sem passar o cadeado.

O SR. – Então, quer dizer que se o outro quisesse ir embora, iria também?

O SR. – Não iria, porque não há como a mão dele alcançar a trave.

O SR. – Mas não estava trancado?

O SR. – Com o cadeado, não. Mas a mão não alcança.

O SR. – Então, tenho de lhe dizer que sou, talvez, o Deputado mais resistente a medidas extremas. Quando concordo com uma medida extrema, tenho de estar convicto ao extremo de que não é bem assim como estão dizendo. No caso do senhor, tenho plena convicção de que o senhor merece sair daqui preso, porque não justifica um carcereiro com doze anos de trabalho na polícia cair num golpe desse. Devo acreditar em uma de duas coisas: ou que o senhor foi por demais inocente – no que não acredito, pois os doze anos de polícia que o senhor tem lhe dão condições suficientes para não ser tão inocente – ou algo existe. Há quanto tempo o senhor está afastado?

O SR. – Fui afastado no outro dia, no dia seguinte.

O SR. – Há quanto tempo?

O SR. – Isso foi no dia 24. Há quase um mês.

O SR. – Quando o senhor encontrou de novo com o Valdenir?

O SR. – Nunca mais o vi.

O SR. – O senhor tem notícias dele?

O SR. – Também não.

O SR. – Sabe onde ele está?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Foi atrás?

O SR. – No dia da fuga, rodamos dentro da cidade.

O SR. – A quem senhor comunicou imediatamente o fato?

O SR. – Ao delegado que estava de plantão.

O SR. – Quem?

O SR. – A Dra. Edilamene.

O SR. – E qual foi o procedimento dela?

O SR. – Ela pediu que eu entrassem em contato com o Dr. Ailton, pois o preso estava sob a responsabilidade dele.

O SR. – E qual foi o procedimento dele?

O SR. – Assim que entrei em contato com ele, acionei os outros detetives e ele compareceu na delegacia juntamente com os outros detetives.

O SR. – O senhor conhece essa foto? O senhor já viu alguma vez essa pessoa da foto?

O SR. – Eu o vi na delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na delegacia. Quem é esse cidadão?

O SR. – Senhor? Aqui embaixo está escrito Valdenir Bueno.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse é o seu novo patrão?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – É ele que adoeceu e foi embora? Tem certeza de que foi essa pessoas da foto?

O SR. – Se foi esse?

O SR. – Sim.

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – Esse procedimento de cuidar de preso que passa mal foi o Dr. Ailton que ensinou?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Que orientou?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Senhor Anders, eu queria que o senhor fosse muito claro, sucinto, rápido. O que o senhor tem a nos dizer a respeito da fuga desse moço? Que justificativa o senhor tem para dar para o Brasil, que nos assiste agora, a respeito da fuga desse moço?

O SR. – Excelência, eu não conhecia esse preso, não o conheço, quando recebi o plantão ele já estava lá. Na grade ele estava lançado como estelionatário.

O SR. – O que o senhor vai nos justificar com a fuga desse moço?

O SR. – Eu pensei mais na vida dele.

O SR. – Vou repetir a pergunta:

O SR. – Acho que o Sr. tem razão.

O SR. – Vou repetir a pergunta, Srs.: o preso fugiu. O Sr. tem que ter uma justificativa. Qual a justificativa da fuga desse moço?

O SR. – Houve um fato uma vez que um preso morreu dentro da cela. O Promotor denunciou o detetive de plantão, o delegado, e o outro delegado da delegacia também. O preso morreu dentro da cela.

O SR. – Não é isso. Vou refazer a pergunta.

O SR. – O preso morreu de quê?

O SR. – Vou refazer a pergunta. O Sr. foi convocado para estar na CPI para depor sobre a fuga desse preso, ok?

O SR. – Sim, Sr.

O SR. – Agora, tem que nos apresentar uma justificativa. Ele fugiu por quê? O Sr. vai dizer que foi desatenção ou

(Interrupção da fita)

O SR. – Não tem?

O SR. – Eu nunca tinha visto. Eu quando cheguei para trabalhar, ele estava recolhido lá.

O SR. – Deputado Cabo Júlio, desculpe-me, mas agora sou eu que vou discordar do Sr. O Sr. disse que talvez ele seja inocente, que ele tenha sido muito inocente, muito ingênuo.

O SR. – Eu nunca tive contato com ele, nunca...

O SR. – (?) para me convencer, que não me convenceu.

O SR. – Procurou algum médico para ele?

O SR. – Sr.?

O SR. – Procurou algum médico na hora? Pensou em medicá-lo?

O SR. – Pois é, antes disso, houve a fuga dele, porque eu ia acionar o delegado para eles (?)

O SR. – O que você ia fazer com álcool?

O SR. – Tentar fazer uma massagem nele, um primeiro socorro para ver se ele voltava.

O SR. – Como faz a massagem de primeiro socorro com álcool?

O SR. – A situação dele lá, eu desesperei. Eu nunca havia passado por uma situação dessa.

O SR. – Como faz massagem de primeiros socorros com álcool?

O SR. – Eu ia tentar massagens nos pulsos e próximo ao peito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que coisa maluca. Só para o Sr. ter uma idéia: o Sr. está em uma CPI, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Deputados e Senadores. Aqui ninguém é ingênuo. Aqui quem entende menos disso aí anda bem devagarinho, ele faz 60 por hora em terra lavrada, serro acima, em dia de chuva, de raio, de tamanco. Para ver que todo mundo é ligeiro aqui. Só quem está devagar aqui é o Sr. Pensam alguns, quem sabe o Deputado Cabo Júlio tenha até sugerido isto: que se anda devagar. Vou dizer para o Sr.: nós andamos nessa velocidade, o Sr. anda na frente, o Sr. anda na frente. O Sr. é muito mais ligeiro do que o ingênuo, do que o coitadinho, do que o desinformado, do que o solidário, do que aquele que quer proteger a vida do preso.

O SR. – Humano.

O SR. – Pulmão, pulso, coração. Talvez até o bolso seu o Sr. quis proteger também.

O SR. – Não, Sr.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É? Nós acreditamos em Papai Noel. Nós acreditamos em Papai Noel. Mas quem ganhou Papai Noel foi o Sr. Nós que acreditamos e é o Sr. quem recebe a visita do homenzinho. Não tem fundamento. Ninguém vai acreditar no que o Sr. está dizendo. Isso é uma coisa sem precedentes. Eu me admiro, não é o Sr., porque o Sr. deve ter entrado no esquema. Mas o seu delegado (?)decretado a prisão. Mas começo a compreender. O seu

delegado não deu a prisão em flagrante ao Sr. porque decerto estava na fita também. Que coisa impressionante. Nós arrodeamos e batemos na polícia, batemos no carcereiro. E essa história é velha, o conto da carochinha. O carcereiro: "não eu vou lá". Abre a porta. Ele sai. Quanto é que ganhou para fazer isso?

O SR. – Nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nada?

O SR. – Nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ninguém vai acreditar que o Sr. não ganhou nada, nem que o Sr. jure de pé junto, porque não tem fundamento o que o Sr. fez, nem o Sr. tem uma palavra para dar. Não tem nenhuma explicação. Mas, olha, nenhuma criança de 4 anos vai acreditar no que o Sr. diz. É lamentável. O Sr. devia estar preso no lugar do preso lá. O Sr. abriu a porta para ele, e abriu porque levou vantagem, senão o Sr. não abriria essa porta.

O SR. – Não, Sr.

O SR. – Dr. (?), o Sr. conhece esse moço? O Sr. conhece ele?

O SR. – Conheço, sim Sr.

O SR. – Quem é ele?

O SR. – Carcereiro Anderson.

O SR. – Há quanto tempo conhece ele?

O SR. – Cerca de 5 anos.

O SR. – Cinco anos. O Sr. conheceu ele no trabalho?

O SR. – É, justamente.

O SR. – O Sr. é chefe dele?

O SR. – É, sou chefe dele, porque ele trabalha no plantão, e eu sou o chefe do plantão.

O SR. – Na verdade a função dele é carcereiro ou ele tem uma outra função? Está desviado?

O SR. – Não, ele é carcereiro.

O SR. – Concursado para carcereiro?

O SR. – É, ele trabalha no plantão da delegacia durante a noite, mas exerce o cargo de carcereiro.

O SR. – Quando ele comunicou para o senhor que houve o fato, o senhor compareceu à delegacia?

O SR. – Perfeito.

O SR. – Ele relatou para o senhor como é que as coisas se sucederam?

O SR. – Relatou. Ele me apresentou uma... No outro dia, ele me apresentou uma comunicação.

O SR. – Não, no dia, na hora, o preso fugiu.

O SR. – Ah, relatou. O preso fugiu.

O SR. – O que que o senhor disse para ele?

O SR. – O que que o senhor falou para ele?

O SR. – O que que eu falei para ele? Eu falei: não brinca não, sô. A situação... Não, fugiu sim. Chamou? Chamei todo mundo e tal. Aí saímos, aquele desespero todo, para pegar, tentar recapturar o preso.

O SR. – Pegar o quê?

O SR. – Tentar recapturar o preso, mas, infelizmente, não logramos êxito.

O SR. – Como que foi que ele relatou para o senhor desde o momento lá que ele começou a passar mal até a hora da fuga? Dá o detalhe para nós.

O SR. – Bom, segundo ele, o preso começou a passar mal. Ele e os outros presos começaram a gritar também, falar. Ele chegou na cela, abriu a cela de um preso que estava lá com prisão preventiva, tirou esse preso da cela, pediu para ajudar ele, ele tirou o preso da cela do fugitivo, carregou o preso, trancou o preso, o outro preventivo, na cela.

O SR. – Carregou o preso como?

O SR. – Eles carregaram, segundo ele, puxando ele, arrastando o preso. Os dois arrestando o preso. Inclusive ele falou que o preso é muito pesado.

O SR. – Foi assim que ele falou para o senhor?

Foi isso mesmo. E trancou o outro preso, mas não deu nem tempo de passar o cadeado, passou o trinco. Quando ele correu para pegar acho que é álcool – não sei – na cozinha ou avisar a polícia, avisá-los ou ligar, alguma coisa assim, ele retornou e o preso não se encontrava mais.

O SR. – Explica, então, para nós, Anderson, como é que foi que tu carregou o preso? Como é que tu disse para ele que tu carregou o preso?

O SR. – Na hora lá, ele apoiou sobre mim e sobre o João. Aí eu saí com ele, puxando ele, arrastando.

O SR. – Então, me explique aí. Um dos dois não está falando a verdade.

O SR. – Não, o que aconteceu...

O SR. – Ele carregou nos ombros ou carregou nas mãos?

O SR. – Ele segurou num ombro em mim e no outro nele. Nós saímos arrastando.

O SR. – Como é que ele lhe disse, doutor?

O SR. – Ele me disse que os dois arrastaram ele.

O SR. – Hã?

O SR. – Ele não me disse essa posição não. Ele me disse que os dois arrastaram ele rápido. Ele estava muito...

O SR. – O senhor fez o gesto que ele carregou assim.

O SR. – Isso que ele disse para mim. Ele carregou... Ele e o outro preso carregaram, arrastaram o preso da cela. Foi isso que ele me disse.

O SR. – Mas não foi assim que aconteceu?

O SR. – Senhor?

O SR. – Mas não foi assim que aconteceu?

O SR. – Não. Ele apoiou sobre mim e sobre o outro. Nós arrastamos ele. Ele veio arrastado pelo peso dele.

O SR. – Doutor, eu estou admirado, admirado dele, porque ele é réu confesso. Agora...

O SR. – Quem preside o processo administrativo dele?

O SR. – É o delegado regional e a corregedoria.

O SR. – Como ele chama?

O SR. – O delegado regional? Dr. Antônio Garcia de Freitas.

O SR. – É o Corregedor?

O SR. – É o delegado regional...

O SR. – De Patos?

O SR. –...de Patos de Minas.

O SR. – Ele que tá presidindo?

O SR. – Ele que tá presidindo.

O SR. – O senhor esteve com ele já?

O SR. – Já tive com ele.

O SR. – O senhor deu depoimento?

O SR. – Não. Eu ainda não fui ouvido porque ele vai fazer... Falta eu ser ouvido, já ouviu todos os presos, ouviu quem tinha que ser ouvido. Eu, inclusive, tá marcado uma reconstituição da fuga...

O SR. – O senhor teve acesso ao processo?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – O senhor não viu o depoimento dos presos?

O SR. – Não vi.

O SR. – O senhor não chegou, Dr. Ailton?

O SR. – Não... Desculpa. Deixa eu falar com o senhor...

O SR. – Um preso que o senhor tira daqui, que o senhor leva para Patos de Minas.

O SR. – Deixa eu falar com o senhor: eu ouvi os presos, inclusive. No dia seguinte, eu ouvi os presos, certo?

O SR. – E a história batia?

O SR. – Só que eles ouviram os presos lá em cima de novo, na delegacia regional.

O SR. – E a história batia?

O SR. – Eu não sei o depoimento deles. Eu não tive acesso ao depoimento deles.

O SR. – O senhor colheu o depoimento, o senhor viu o depoimento.

O SR. – Vi o depoimento deles.

O SR. – E o que que eles diziam?

O SR. – Senhor?

O SR. – O que que eles diziam no depoimento?

O SR. – Dos presos? Consistia isso, que eles gritaram mesmo, eles chamaram o carcereiro.

O SR. – Na cela que você tirou o preso... o que que você falou: João...

O SR. – João Gonçalves.

O SR. – ...João Gonçalves, você tirou ele para ajudar.

O SR. – Sim, senhor.

O SR. – Na cela estava só ele?

O SR. – Só ele e mais dois menor, da justiça também, cumprindo...

O SR. – Eles ficaram quietinhos lá dentro?

O SR. – Senhor? Os dois menor?

O SR. – Os dois.

O SR. – Eles estavam quietos. Eles estavam na cela deles.

O SR. – Pois é. Presta atenção: na cela do João Gonçalves, você abriu a cela, pediu ao João para vir socorrer junto com você, não é isso?

O SR. – Isso.

O SR. – Nessa cela...

O SR. – Tinha mais alguém?

O SR. –...o João estava sozinho ou estava mais alguém?

O SR. – Não, estava só o João.

O SR. – Estava só ele. Não tinha mais nenhum?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – E os outros presos? Ah, os que foram ouvidos estavam em outra cela?

O SR. – Estava na outra cela. São dois menores que estavam na outra cela e tinha um rapaz que estava por pensão alimentícia. Então, as três celas... São quatro celas, as três estavam ocupadas. Aí, o rapaz da pensão alimentícia ficou numa sala ao lado, porque o preso da prisão alimentícia não pode se misturar com os demais presos.

O SR. – O senhor teve acesso aos autos do processo e já leu o depoimento desses outros presos?

O SR. – Li o depoimento de 3 presos, de quem colhi as informações para passar para o delegado geral.

O SR. – E batia com o que ele dizia?

O SR. – Batia, batia.

O SR. – Excelência...

O SR. – Quero fazer uma afirmação aqui de que eu mesmo estou impressionado. Olha, já tinha visto quase de tudo na CPI, mas tinha uma coisa que eu não tinha visto ainda. Acho que vou acabar morrendo, dar meus olhos e não verei tudo. Isso aqui que estou vendo, nunca vi alguém, como o Sr. Anderson, dar um depoimento tão verdadeiro e tão sincero. O que o senhor está dizendo assino embaixo. É absolutamente verdade, sincero, correto. O senhor foi lá, o preso se fez de mal, o senhor abriu a cela, todos os presos darão esse testemunho, o senhor abriu a cela do outro preso, foi lá e tirou o preso, foi lá buscar álcool. Tudo isso é absolutamente verdade. Não há como contestar. Agora, tudo isso tem uma razão de ser. O senhor fez a coisa mais infantil, mas não por acaso. O senhor recebeu por isso.

O SR. – Não, senhor.

O SR. – O senhor recebeu, essa é a minha convicção. O seu depoimento é verdadeiro. O senhor só não conta por que fez. E olha, nosso delegado, Dr. Ailton, eu não acredito que ele agiu sozinho porque, se tivesse agido sozinho, o que ele cometeu é um crime. Um preso perigoso, procurado no Brasil inteiro, com 4 mandados de prisão: um pelo senhor, um pelo que estava preso e mais dois que os senhores tinham conhecimento, 4 mandados de prisão, vários outros esparramados pelo Brasil inteiro. Ele soltou, o senhor foi lá e o que me chama mais a atenção, para mostrar exatamente a questão, é que ele oficiou para a delegada plantonista, dizendo o seguinte:

Em cumprimento a sua determinação, acionei o delegado-adjunto, Dr. Ailton Pereira, e também a equipe de prontidão, através do detetive Ademar, chefe da referida equipe. Isto posto, descolou-se até esta Depol a equipe do Dr. Ailton Pereira, mas não compareceu a equipe de prontidão, tendo este plantonista recebido como resposta do Sr. Ademar Ferreira que:"Estou na perícia, se fosse uma bronca maior, eu iria. Como se trata de fuga de preso, eu não vou. Até o momento, é o que me cumpre informar".

O SR. – Quem é Ademar?

O SR. – Ademar é um detetive que presta serviço na perícia.

O SR. – Sabe o que nos deixa estupefatos, Deputado Cabo Júlio? É que ele ligou para a delegada plantonista, que disse não ser com ela, mas com o Dr. Ailton...

O SR. – Ela não estava de plantão, não é?

O SR. – Não estava de plantão, mas ela era a responsável. Mas disse: "Não, é com o Dr. Ailton". Aí, ligou para a equipe do também plantonista Ademar Ferreira, cuja equipe de prontidão disse: "Não, também não é comigo, que estou na perícia. Se fosse uma bronca maior, eu iria." Ou seja, uma coisa toda combinada. Escute, essa é a equipe que tem lá nessa delegacia? Já estou começando a desconfiar do que tem lá nessa delegacia. Mas o que é isso, doutor? O senhor tinha de ter chegado lá e a primeira coisa que o senhor tinha de ter dito era: "Mas o que o senhor fez é muito grave. O senhor soltou um preso com 4 mandados de prisão, cuja advertência a juíza tinha feito para o senhor, escrito numa carta que ela mandou para lá e frisou, dizendo que não era para soltá-lo porque havia mais 2 mandatos de prisão." O senhor tinha de ter chegado lá e decretado a prisão dele...

O SR. – Na hora.

O SR. – Na hora, em flagrante, pelo crime que cometeu. Ou o senhor é conivente? Aliás, acho que o senhor está na fita junto com ele também, pela conivência com que o senhor agiu. Assim não dá para trabalhar, doutor. Assim não há como ser um delegado responsável por uma delegacia de polícia. Não consigo entender e reconhecer o senhor como delegado se comportando dessa maneira.

O SR. AILTON PEREIRA – Eu não tinha como, Excelência...

O SR. – Ah, não tinha? O senhor não quis fazer.

O SR. AILTON PEREIRA – – Eu não tinha como prendê-lo porque, na hora do fato, nossa intenção era recapturar o preso, não prender o carcereiro. Nossa intenção era recapturar o preso. No dia seguinte, imediatamente, o Regional foi comunicado e ele foi afastado. Mas não posso dar... Como iria prendê-lo se eu não tinha elementos para prendê-lo?

O SR. – Dr. Ailton, há quantos anos o senhor é delegado?

O SR. AILTON PEREIRA – Sou delegado há 12 anos.

O SR. – É seu tempo de polícia?

O SR. AILTON PEREIRA – Exatamente.

O SR. – Quantas vezes o senhor viu um preso passar mal e ser retirado?

O SR. AILTON PEREIRA – Ser retirado da cela? Nunca vi um preso ser retirado da cela.

O SR. – O senhor nunca viu, eu nunca vi, ele nunca viu. Ninguém nunca viu.

O SR – Pois, é mas eu deixei claro para...

O SR – Ninguém nunca viu. O homem espuma a boca e, aí, é retirado...

O SR – Mas, eu não estava lá.

O SR – O senhor deveria ter se indignado. O senhor é policial aqui em Uberlândia. Leva ele para lá, um homem...

O SR – Mas, veja bem, como é que eu vou dar voz de prisão para um carcereiro se, na hora do tumulto, daquela confusão toda, de se tentar recuperar o preso, de se tentar recapturar o preso, como é que vou dar voz de prisão? Isso fica a cargo do meu superior. Há uma hierarquia para se seguir. Agora, se ele...

O SR – Deveria mantê-lo algemado, não poderia nem mexer.

O SR – Primeiramente, está preso e vamos atrás do bandido, mas você está preso. Fique aqui, porque está preso. Isso é um mínimo de um policial com dignidade, que o senhor não teve, deveria ter feito. Aliás, eu começo a compreender, agora, como as coisas acontecem. Ele vem e confessa "Pois, é. Eu fiz. Fazer o quê.". Vem o outro e diz "Pois, é. Ele fez, está feito." Fica tudo por isso mesmo e o bandido está dando risada de todos nós.

O SR – Excelência, ele não está, ele não está...o fato de ele não ter recebido voz de prisão não quer dizer que ele esteja impune. Corre um processo, um inquérito, não é nem sindicância. Ele já está afastado. Está correndo o inquérito policial para se provar o fato. Tudo tem de ter prova. Não é assim não.

O SR – O senhor já conhecia antes o Valdomir Bueno?

O SR –Nunca conheci. Somente por fotografia.

O SR – Nunca o viu?

O SR – Não senhor. Somente no dia em que ele chegou lá. Aliás, no dia em que ele foi ouvido.

O SR – Pois, eu vou lhe dizer algo. A CPI tem informações bem detalhadas, que estamos checando, de que o senhor já havia prendido ele em Goiás e, por US$50 mil, o liberou.

O SR – Nunca o prendi.

O SR – E, por US$50 mil, o senhor o liberou.

O SR. – Não, é mentira; mentira.

O SR – A CPI está checando essas informações.

O SR – Pode checar porque é mentira. Não tem nada a ver.

O SR – A CPI está checando essas informações. Mas, vieram informações detalhadas, tim tim por tim tim que o senhor já o havia prendido um tempo antes e que, depois, o soltou.

O SR – Eu nunca o prendi, Excelência.

O SR – Aí começamos a fazer a leitura das coisas, como elas estão acontecendo e começam a vir as explicações.

O SR – Nunca aconteceu isso. Eu nunca prendi esse indivíduo. O senhor pode acreditar nisso. Eu nunca prendi esse indivíduo.

O SR – O senhor sabe que isso virá à tona, porque ele será preso.

O SR – Se Deus quiser. Tomara que ele seja preso.

O SR – Ele será preso e as coisas vão se esclarecer.

O SR – Concordo com V. Exª.

O SR – A propósito, deixe-lhe perguntar. O senhor fez a apreensão, há algum tempo, lá em Patos de Minas, de uma caminhonete que transportava drogas?

O SR – Não, senhor.

O SR – Não fez a apreensão?

O SR – Não senhor, não senhor.

O SR – Qual é o carro que o senhor tem?

O SR – Eu não tenho carro. Na minha casa, tem o carro da minha esposa, que é uma Parati.

O SR – O senhor anda com o carro em carga?

O SR – Não senhor.

O SR – O senhor requisita carro?

O SR – Não, senhor.

O SR – Nunca requisitou?

O SR – Nunca, nunca.

O SR – Carro da delegacia?

O SR – Ah, não. Carros da delegacia, às vezes, eu ando na viatura. Mais na viatura.

O SR – Não há algum carro preso que o senhor requisitou?

O SR – Tem um carro que a Justiça...tem um golzinho prata de um traficante que foi preso e a Justiça confiscou.

O SR – O senhor tem carro?

O SR – Somente temos uma Parati, eu e a minha esposa.

O SR – Sr. Presidente, eu apenas desejo reforçar que eu espero que um processo aponte ele e o exclua da polícia, da função. Alguém que faz um ato desse não está preparado para ser carcereiro. Desculpe-me dizer. Não está preparado. Não há como! O senhor fez algo que não tem fundamento. Eu espero e vamos oficiar nesse sentido. Esta é a proposta que eu faço

O SR – O senhor tem carro?

O SR – Não, senhor.

O SR – O senhor tem casa?

O SR – Não, senhor.

O SR – É esse o requerimento que eu faço, para pedir o afastamento do delegado, exatamente em função, Dr. Aílton, deste seu comportamento de não haver tomado uma atitude pronta e digna de um policial e dessas circunstâncias em que isso aconteceu. É a delegada plantonista, mas cai lá com o senhor. É para ser uma outra equipe que é plantonista para ir lá ver? Não, vai a sua equipe de plantonista ou seja, rodeia, rodeia, rodeia e cai no senhor e termina no senhor. Começa no senhor e termina no senhor. Eu entendo que não possa ficar tudo por isso mesmo. Espero que a Secretaria de Segurança Pública determine também o seu afastamento e que esse inquérito não seja só contra ele, mas que seja contra o senhor, porque eu entendo que o senhor é tão responsável quanto ele. Acho que ele tem menos a perder do que o senhor.

Muito obrigado.

O SR. – Então, o Sr. Anderson e o Dr. Ailton estão dispensados, podem ir.

O próximo é o Sr. Marco Antônio Marques de Miranda.

O SR. – O preso?

O SR. – O preso.

O SR. – ... há pouco. É o Dr. Gilmar Sousa Freitas. Ele, inclusive, veio com a determinação da Secretaria de Segurança Pública para dar todo o aparato, apoio, informação que a CPI precisar a respeito desses atos.

Nós já vamos começar a solicitar do corregedor **ad hoc** uma celeridade, uma pressa nessa apuração desse carcereiro. Que seja feita de uma maneira especial, mais rápida, para colocar esse moço pra rua o mais rápido possível.

O SR. – Obrigado, nobre Deputado Cabo Júlio.

Eu pediria à Secretaria que trouxesse o preso Marco Antônio Marques.

O SR. – Quem colocou o capuz nele? Hã? Ele está como testemunha, aí?

O SR. – O senhor vai contribuir com a CPI? Por isso quer o capuz?

O SR. – Oi?

O SR. – O senhor vai colaborar com a CPI, por isso quer o capuz?

O SR. – Não. Pra mim, tanto faz.

O SR. – Hã?

O SR. – Pra mim pode tirar, ou tanto faz.

O SR. – Não depende do capuz para o senhor dizer o que sabe?

O SR. – Oi?

O SR. – Não depende do capuz para o senhor dizer o que sabe? O senhor diz, com capuz ou sem capuz?

O SR. – Isso.

O SR. – Então, tira o capuz.

O SR. – Marco Antônio, o nome completo é?

O SR. – Marco Antônio Marques Miranda.

O SR. –Marco Antônio, o senhor vai assinar o Termo de Compromisso, conforme o art.203, do Código de Processo Penal. Por favor, assine.

O SR. – ...era um conchavo de motorista, com...

O SR. – Quando o senhor veio a saber que era carga roubada?

O SR. – Eu fiquei sabendo que era carga roubada quando fui preso na casa do rapaz que reside em Divinópolis.

O SR. – O senhor poderia narrar, então, como aconteceu essa...

O SR. – Quer dizer: o senhor estava indo buscar uma mercadoria sem nota?

O SR. – ...como aconteceu isso, para sabermos.

O SR. – Eu. É porque, é tipo assim, uma turma já estava lá fazendo... combinando, organizando. Eu cheguei da metade pra frente. Cheguei, já estava mais, como se diz, já estava mastigado.

O SR. – Qual a turma que estava lá?

O SR. – Era o Jaziel com mais dois. Os primeiros nomes eram Tião – Sebastião – e Paulo, Paulo Divino.

O SR. – Eles já estavam lá junto com o...

O SR. – Junto com o Jaziel.

O SR. – Lá, que o senhor fala, já é no sítio?

O SR. – Não. Até no entanto que eu cheguei, eles estavam num hotel, na cidade.

O SR. – Estavam num hotel. O caminhão estava aonde?

O SR. – No dia que eu cheguei, esse caminhão ainda estava pra ser carregado, pelas conversas.

O SR. – Ainda não tinha sido nem carregado.

Então me conta, com detalhe, como foi essa abordagem, como o senhor participou?

O SR. – Não me lembro bem se foi numa segunda ou numa terça. Nós pegamos a Rodovia Fernão Dias, no posto fiscal que sai de Belo Horizonte, e lá ele ia parar o caminhão pra fazer contato com nós. Aí

ele ligou pro rapaz, e a gente ficava sabendo que ele estava junto. Mas na hora que eu conversava diretamente com o motorista, que no momento não tinha como ele entregar o caminhão porque ele estava viajando com ele e outro companheiro de estrada. Pra disfarçar, que mais na frente, que ele estivesse sozinho, entregava o caminhão. Porque depois disso tudo, ia ser estimulado que ele foi assaltado. Então, diz ele que não tinha como fazer aquilo naquele momento.

O SR. – O motorista estava na fita, então? Estava junto?

O SR. – Foi desvio.

O SR. – De acordo com o meu conhecimento, sim. Aí quando foi na volta...

O SR. – Ele se livrou do companheiro de viagem?

O SR. – Essa conversa foi tipo nove e meia, por aí, dez horas, e ele foi-me entregar o caminhão já era quase cinco da manhã.

O SR. – Aonde?

O SR. – Próximo ao trevo que entra para Oliveira, isso ele transitando na Fernando Dias, faltando dois ou seis quilômetros para entrar para a direita para...

O SR. – Quer dizer, ele passou direto para São Paulo?

O SR. – Não chegou a passar direto.

O SR. – A caminho de São Paulo. Oliveira é caminho de São Paulo, saindo de Belo Horizonte.

O SR. – É, passa a ser caminho.

O SR. – Aí vocês pegaram o caminhão em Oliveira?

O SR. – É, já no Município. Aí, quando chegou lá na chácara...

O SR. – Aí virou para trás e foi para Divinópolis?

O SR. – Aí o rapaz foi na frente, porque eu não conhecia a chácara nem nada.

O SR. – Quem conhecia a chácara?

O SR. – Quem conhecia a chácara era quem já morava em Divinópolis: Alexandre.

O SR. – O Alexandre?

O SR. – É.

O SR. – Ele foi na frente?

O SR. – Aí chegou lá, descarregou esse caminhão, fui para...

O SR. – E a chácara era de quem?

O SR. – Era propriedade do Cabral.

O SR. – Do Cabral?

O SR. – Isso. Quando descarregou esse caminhão, esse motorista, que foi embora nesse caminhão, já foi preso. Ai eu não estava sabendo de nada. Quando eu estava na casa do Alexandre, fui preso também. Fui saber direitinho da história já estava preso e algemado.

O SR. – Como você não sabia de nada, você saiu daqui para quê? Para fazer um turismo?

O SR. – Eu sabia que era mercadoria, mas eu imaginava que era sem nota.

O SR. – Mas tu já sabias que ias cometer um crime, não é?

O SR. – Isso.

O SR. – Mas não tinha conhecimento?

O SR. – Não sabia a gravidade.

O SR. – Não sabia como seria efetivamente, mas sabia que era uma coisa ilícita, que não era coisa certa?

O SR. – Isso eu sabia.

O SR. – Tu chegaste a conhecer o José Francisco Cabral? Contatou com ele?

O SR. – Quando eu estava na casa do Alexandre, ele chegou preso na viatura, quando eu vi ele a primeira vez fisicamente.

O SR. – Tu enxergou ele preso?

O SR. – É, algemado. Aí os policiais: "Esse é o Cabral, já está preso".

O SR. – O que o Alexandre é do Francisco?

O SR. – O Alexandre é da mesma cidade e comercializava roupa.

O SR. – Os dois tinham atividades comerciais?

O SR. – O Alexandre era tipo assim começando o ramo de vender roupa; o Cabral pelo jeito já tem muitos anos.

O SR. – Já era grande?

O SR. – É.

O SR. – E o outro estava começando?

O SR. – Isso.

O SR. – Mas a terra, a chácara lá onde vocês estavam descarregando a mercadoria, descarregaram a mercadoria... Chegaram a descarregar a mercadoria?

O SR. – Descarregou. Nós mesmo carregou o caminhão para trás, de volta.

O SR. – O Alexandre ajudou a descarregar?

O SR. – Se ajudou a carregar o caminhão?

O SR. – É.

O SR. – Ajudou todo mundo, até o Cabral ajudou a carregar ele de volta.

O SR. – Até o Cabral?

O SR. – Todo mundo trabalhou.

O SR. – Ajudou a carregar de volta o caminhão com a polícia.

O SR. – Não, antes.

O SR. – Na hora de descarregar?

O SR. – É.

O SR. – Não, na hora de descarregar, tinha um homem lá no sítio, ajudou, não sabia de nada que estava acontecendo, eu ajudei a descarregar, o Jaziel ajudou, o Alexandre.

O SR. – O Jaziel também ajudou?

O SR. – O Cabral não teve lá na hora.

O SR. – Mas o Alexandre estava lá.

O SR. – Estava. O Cabral, acredito que ele não quis ficar enquanto o caminhão permanecia no sítio, não.

O SR. – O Cabral devia estar na volta ali?

O SR. – Ele não ficou na propriedade dele.

O SR. – Só viu ele depois que a polícia... Como a polícia chegou na hora lá?

O SR. – Eu estava deitado no sofá, chegou, abordou e falou: "Vocês...

O SR. – O caminhão já tinha ido embora.

O SR. – O caminhão já estava preso.

O SR. – Vocês descarregaram o caminhão, não é?

O SR. – É.

O SR. – Aí tu foste lá para o sofá descansar?

O SR. – Isso.

O SR. – Aí o caminhão saiu da chácara?

O SR. – É, o caminhão já tinha umas três horas que tinha ido embora.

O SR. – Aí eles prenderam o caminhão aonde, pelo que tu sabes?

O SR. – Prendeu quase no mesmo rumo que entregou para trás. Prendeu o caminhão chegando na Fernando Dias de novo.

O SR. – Prenderam o caminhão na volta?

O SR. – Isso.

O SR. – Quer dizer, a polícia estava no pé deles?

O SR. – Não sei se foi coincidência numa **blitz**, se era uma coincidência ou se eles estavam a par...

O SR. – O caminhão não foi preso no sítio?

O SR. – Não, no sítio ninguém foi preso; eu estava na casa do Alexandre.

O SR. – Tu já estava na casa do Alexandre?

O SR. – Era porque...

O SR. – Vocês saíram de lá do sítio com o caminhão? Quando o caminhão saiu, vocês saíram também?

O SR. – O caminhão saiu tinha acabado, descarregou, não tinha...

O SR. – Mas daí como é que tu saiu do sítio?

O SR. – Saí, fui para a casa do Alexandre de carro.

O SR. – De carro de quem?

O SR. – Num carro do Jaziel, o Ômega.

O SR. – Carro do Jaziel. Saiu tu, o Jaziel e quem mais?

O SR. – Primeiro o Jaziel saiu mais o Alexandre, antes de nós terminar de descarregar, depois voltou só ele e levou nós.

O SR. – Aí o caminhão foi preso e aí foi voltando e prendendo todo mundo? Quem é que foi preso com o caminhão?

O SR. – Sebastião.

O SR. – Sebastião. Ele era o motorista?

O SR. – Isso.

O SR. – Era o motorista que tinha entrado no esquema?

O SR. – Ele estava incumbido de dirigir o caminhão e deixar numa cidade próxima da divisa de São Paulo.

O SR. – E aí denunciar o roubo.

O SR. – Mas já era acertado que era para o Cabral?

O SR. – Isso era acertado.

O SR. – Só não 'tava acertado o preço?

O SR. – O preço, não.

O SR. – Aí, prenderam o caminhão com o Sebastião, e aí como foi, como tu sabe?

O SR. – Aí, no então que ele foi preso, nós que 'tava em Divinópolis não 'tava tendo conhecimento do que 'tava acontecendo.

O SR. – Aí, no mesmo tempo, prendeu o Cabral. Prendeu, não. foi assim, em seqüência.

O SR. – Em seqüência, foi prendendo, prendendo e prenderam todos.

O SR. – Pegou um, outro, quando é fé pegou o resto.

O SR. – Quantas armas vocês tinham?

O SR. – Só tinha um revólver, calibre 38.

O SR. – Só?

O SR. – Noutras oportunidades, vocês venderam tecidos ao Cabral?

O SR. – Já tinham conhecido?

O SR. – Não.

O SR. – Já tinham vendido tecidos?

O SR. – Não, eu particularmente conheci o Cabral, ele já algemado. Eu fiquei sabendo do Cabral, tipo assim, hoje, quando foi no outro dia, eu já 'tava lá. Ligou para mim, e eu fui. E essa arma foi arrumada lá em Divinópolis. O Alexandre que pegou emprestada, e o menino do motorista, segundo os outros que conversou com ele, pegou que ficasse no meio do mato, ainda era escuro. Falou "Não, pode ficar. Vamos ficar com a arma." Só uma arma mesmo.

O SR. – Então, na verdade, o motorista ficou não preso no meio do mato, ficou escondido no meio do mato. Ele se escondeu.

O SR. – Se escondeu. Foi afirmado isso no depoimento pelos condutores da prisão que, após a polícia chegar – fala – ao cativeiro, ele correu. As polícias estavam categorizadas por polícia civil, colete, tudo certinho?

O SR. – Ele correu e a polícia atirou nele?

O SR. – Não, não sei porque eu não 'tava.

O SR. – Ele se entregou?

O SR. – Correu e depois não tinha por onde correr, né? Foi cercado.

O SR. – Ham, ham.

O SR. – Então, é o tipo do roubo de carga que foi descoberto do primeiro ao quinto?

O SR. – Oi?

O SR. – Foi descoberto tudo, então?

O SR. – Foi muito rápido. Foi um...

(Interrupção da gravação)

O SR. – 'Cê não tinha dinheiro, não tinha nem onde cair morto. Hoje 'cê tem uma loja. Eu falei "Isso não em nada a ver. Eu vendi o ônibus. Estou devendo 70% do que 'tá lá dentro.

O SR. – Quando 'cê comprou o ônibus?

O SR. – Quando eu saí da cadeia, eu tinha uma máquina de perfuração de poços. O primeiro serviço que trabalhei em () foi essa máquina. Com a venda dela, eu comprei o ônibus...

O SR. – Qual ônibus que é?

O SR. – Era um ônibus – é um ônibus, está em Centralina – desses urbanos, com banco de couro e motor atrás. Inclusive...

O SR. – Monobloco?

O SR. – Oi?

O SR. – Monobloco?

O SR. – É. não, ele é de chassi. 'Cê acha que é de monobloco, mas tem chassi.

O SR. – (?)

O SR. – No documento, ele 'tá 1517 o ônibus.

O SR. – E qual carroceria que é?

O SR. – Carroceria?

O SR. – É.

O SR. – É de alumínio lá.

O SR. – Sim, mas qual é a marca?

O SR. – Siferal, polo?...

O SR. – É marco polo.

O SR. – É marco polo?

O SR. – Lá do Rio Grande do Sul, tchê.

O SR. – Que ano?

O SR. – É 77.

O SR. – 77?

O SR. – Quanto 'cê pagou nele?

O SR. – Eu paguei R$7 mil. O rapaz que me vendeu o ônibus deu o prazo. Na época, eu comprei ele...

O SR. – Pagou quanto? Sete?

O SR. – Sete mil.

O SR. – Por um ônibus?

O SR. – Mas o preço dele é esse mesmo. Sabe por quê? Ele não serve para a zona rural. Ele chegou num estado, que é ônibus urbano. Se for para fazer turismo, está velho demais; se for para ir para roça, ele é muito pesado. Aí, o cara que me comprou ele hoje mexe com banda. Ele é um ônibus bom para isso hoje. É um ônibus de excursãozinha perto. Ele já não passa numa vistoria do DNER para trabalhar certinho. Por isso que eu vendi ele, porque na usina eles não...Aceitou no início, depois foi cobrando isso, aquilo, o ônibus não preenchia os pedidos...

O SR. – Bom, eu sou obrigado a dizer com o que tu tá falando aí. Pelo menos, tu tá sendo sincero no que tá dizendo.

Então, eu gostaria, Presidente, que ele aguardasse aí, que pudéssemos ouvir os outros dois, então, o Alexandre e o José Francisco Cabral. E aí 'cê ...

O SR. – Vamos conversar com o Cabral.

O SR. – Acho melhor conversar com o Alexandre, porque o Alexandre é que intermediou a relação dele com o Cabral. Então, vamos daqui pra ele. Ele, depois tu conheceste o Alexandre, e o Alexandre que é o intermediário com o Cabral, não é? o Cabral é o último, não é? o Cabral é o grande. Então, deixa o grande por fim. Então, ele aguarda numa sala separada.

O SR. PRESIDENTE () – Tragam o Alexandre agora, por favor. Seu nome completo?

O SR. – Alexandre Gontijo da Silva.

O SR. – Alexandre, o Sr. assinará um termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, de falar apenas a verdade.

O SR. – Alexandre, qual a sua atividade?

O SR. – Sou vendedor de confecção.

O SR. – O Sr. mora em Divinópolis?

O SR. – Sim.

O SR. – O Sr. está preso?

O SR. – Não.

O SR. – Qual a empresa que o Sr. tem. O Sr. tem empresa em seu nome?

O SR. – Não tenho empresa. Sou autônomo.

O SR. – É avulso?

O SR. – Isso.

O SR. – O Sr. compra e vende sem registro, sem empresa?

O SR. – Às vezes pego em consignação.

O SR. – O Sr. nunca teve uma empresa em seu nome?

O SR. – Não.

O SR. – Por que o Sr. foi preso no dia 16.02.2000?

O SR. – Fui preso porque estava comprando uma mercadoria desviada.

O SR. – Roubada?

O SR. – Não, eles não me falaram que era roubada e sim desviada.

O SR. – O que é desviada?

O SR. – Parece-me que estavam dando um golpe no seguro e o motorista deu a mercadoria para eles revenderem.

O SR. – Isso é a mesma coisa.

O SR. – O Sr. comprou a mercadoria de quem?

O SR. – Do Jaziel.

O SR. – Explica para gente como foi isso. O Jaziel o procurou para comprar?

O SR. – Ele me procurou para oferecer a mercadoria.

O SR. – Lá em Divinópolis.

O SR. – Sim.

O SR. – E te ofereceu a mercadoria?

O SR. – Sim.

O SR. – Onde estava a mercadoria?

O SR. – Ele não falou onde estava mas apenas que iria buscar.

O SR. – E aí ele foi buscar.

O SR. – Chegamos a levar a mercadoria para o sítio, pediu que eu fosse reconhecer a mercadoria e ficou acertado que iria comprar cinco mil reais, que era a quantia que eu tinha...

O SR. – Você iria o quê?

O SR. – Comprar dele cinco mil reais em mercadoria e foi quando fomos presos em flagrante.

O SR. – Quem é José Francisco Cabral?

O SR. – José Francisco Cabral é um amigo meu empresário de Divinópolis, que estava comprando a outra parte da mercadoria.

O SR. – O Sr. estava comprando uma parte, cinco mil reais, e a outra parte o Sr. iria intermediar a venda para o Cabral?

O SR. – Ele compraria o restante.

O SR. – Como foi? O motorista estava combinado também?

O SR. – Pelo que me parece nos fatos, ele estava também, mas não tenho certeza disso.

O SR. – Aí levaram o caminhão para descarregar onde?

O SR. – No sítio do José Cabral.

O SR. – Ele já havia comprado outras cargas antes do Sr.?

O SR. – Pelo que eu saiba não.

O SR. – Foi o Sr. que deu o endereço da transportadora?

O SR. – Não. Acompanhei eles até Belo Horizonte, até uma balança, uma barreira fiscal, um posto mais à frente dela...

O SR. – Na Fernão Dias.

O SR. – Na Fernão Dias.

O SR. – O Sr. acompanhou quem?

O SR. – O Jaziel e outros que não me recordo o nome. Tinha mais gente com ele.

O SR. – O Sr. não lembra o nome dos outros?

O SR. – Não.

O SR. – Deixe-me refrescar a memória do Sr.. Está aqui o depoimento do Sr. Alexandre Gontijo da Silva. Entre outras coisas, o Sr. disse o seguinte: que o Cabral, que este informou que estava interessado mas que tinha apenas cinco mil, mas que Cabral também estava interessado por uma carga e talvez quisesse comprar; que eles então disseram que caso o declarante conseguisse um comprador daria três mil de comissão. Em seguida, o declarante, o senhor telefonou para a empresa Cedro Cachoeira, fábrica de tecidos a fim de se informar qual transportadora fazia o

transporte deles, tendo sido que eram diversas pegando, então, o nome de algumas, que deseja esclarecer que, como trabalha com confecção, tem conhecimento de que aqueles que compram tecidos podem escolher seus transportadores.

Este depoimento é do senhor, não é?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Esse depoimento foi feito na delegacia, não é?

O SR. – É o senhor?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Foi sob pressão esse depoimento.

O SR. – Sob pressão? Então, o que o senhor quer dizer? Que o senhor ligou para as empresas para saber quais as transportadoras que faziam o transporte dos tecidos, para então passar para as pessoas que iam fazer o desvio, é isso?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Não.

O SR. – Então, por que o senhor ligou para lá?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Não cheguei a ligar para lá.

O SR. – Mas o senhor disse aqui. O senhor quer que eu repita? Que, de posse dos nomes das transportadoras, o declarante passou aos mencionados elementos. O senhor disse aqui no depoimento. E o senhor estava acompanhado do seu advogado, aqui, Dr. Helvécio Campos de Paulo e Antônio Aílton Rosas. São advogados do senhor?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – São.

O SR. – Acompanharam o depoimento?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Não acompanharam. Acompanharam do lado de fora.

O SR. – Está aqui. Então, tá. O senhor disse aqui que o senhor de posse do nome das transportadoras passou aos mencionados elementos. Foi ou não foi?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Não.

O SR. – Então, o senhor mentiu no depoimento?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Não é questão de que eu menti no depoimento, fui coagido.

O SR. – O senhor, com dois advogados, foi coagido?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Eles estavam lá fora.

O SR. – O advogado do senhor perguntou assim: leu o depoimento do senhor? O senhor, no fim de tudo, assinou. O senhor não assinou aqui?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Assinei.

O SR. – Seu advogado não...

O SR. – De quem era as armas...

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – O que quisessem que eu falasse lá na hora, eu falava.

O SR. – Se falassem que o senhor era dono de 1 kg de cocaína, o senhor diria que é.

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Do jeito que estava a pressão lá, eu diria.

O SR. – Qual a pressão que você sofreu? Você apanhou?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – De todo jeito, ameaça de morte.

O SR. – Deixe-me ir até aí.

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – De todo jeito que o senhor pensar.

O SR. – A arma de fogo usado para...

O SR. – Qual dessas assinaturas aqui é do senhor?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Esta.

O SR. – Esta assinatura é do senhor?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – É.

O SR. – Então, o senhor assinou aqui?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Assinei.

O SR. – Então, o senhor disse que o que o senhor disse ali não é verdade.

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Algumas coisas são.

O SR. – E o que não é verdade?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Que eu liguei para a transportadora. Eu não liguei.

O SR. – Mas está aqui. O Deputado Pompeo, o Senador... Não estou conseguindo entender: ou o senhor deu um depoimento num ato de flagrância e, depois, falou: olha, falei bobeira demais, me incriminei ou tem alguma coisa errada. O senhor diz aqui: "Alexandre telefonou para o declarante e disse que ia descarregar uma mercadoria num sítio desse." É verdade ou mentira?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Repita, por favor.

O SR. – O senhor disse aqui, o Sr. Alexandre, o senhor ligou para o Cabral e disse que ia descarregar uma mercadoria no sítio dele?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Não, não foi bem assim, o Jaziel ligou para ele que era para ele comprar o restante da mercadoria.

O SR. – O senhor estava junto com ele? O senhor estava com o Jaziel quando ele ligou?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Não.

O SR. – Deputado Cabo Júlio, está escrito aqui e é relevante, o senhor participou de tudo.

O SR. – Está escrito e assinado.

O SR. – Está escrito que o senhor participou de tudo. O senhor é réu confesso. O senhor sabe que a carga foi desviada, o senhor ia comprar do Jaziel R$5 mil, aí, os detalhes são detalhes. O senhor foi lá junto descarregar lá, na chácara, não foi?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Eu fui na chácara.

O SR. – O senhor ajudou a descarregar, não ajudou?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Ajudei.

O SR. – Ajudou a descarregar, então, é bobagem.

O SR. – E a arma usada no assalto? De quem era?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Era de um amigo meu.

O SR. – Mas estava com você?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Não.

O SR. – Que amigo?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Chama Rosimar, tem uma academia lá, em Divinópolis.

O SR. – E esse amigo passou a arma para quem?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Para o Jaziel.

O SR. – Direto para ele?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – É.

O SR. – E o Jaziel o conhecia?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Não, eu estava presente.

O SR. – Ele passou para o Jaziel sem conhecê-lo?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Não, ele passou porque ele me conhecia.

O SR. – Então, passou para o senhor para que o senhor passasse para ele, é isso?

O SR. ALEXANDRE GONTIJO DA SILVA – Praticamente, foi, mas não foi entregue na minha mão, foi entregue na mão dele.

O SR. – Deixe-me continuar no depoimento do senhor. Estou lendo o depoimento do senhor: Alexandre Gontijo da Silva. Que alguns dias atrás, o declarante, o senhor, comentou com Cabral que estava precisando de uns tecidos e que Sávio vendia umas mercadorias baratas. Tendo Cabral dito que também estava precisando e que, caso o declarante, o senhor, soubesse de alguma coisa que falasse com ele.

O SR. – Até aí é verdade?

O SR. – Sim.

O SR. – Então, tá, estamos chegando num acordo.

Eu quero entender o seguinte: o senhor telefonou para a empresa Cedro Cachoeira?

O SR. – Não.

O SR. – Não? Se nós pegarmos, quebrarmos o sigilo da empresa do senhor. O senhor tem celular?

O SR. – Tenho.

O SR. – De cartão ou de linha?

O SR. – De cartão.

O SR. – Se nós pegarmos, então, o telefone celular do senhor, se nós pegarmos, então, a linha da empresa do senhor, da casa do senhor, quebrarmos o sigilo telefônico do senhor, nesse último mês antes desse roubo, nós não vamos encontrar nenhuma ligação para a Cedro Cachoeira?

O SR. – Não.

O SR. – Então, como é que o senhor disse aqui: " que sem seguida o declarante telefonou para a empresa Cedro Cachoeira?

O SR. – Eu expliquei. Eu fui coagido, estava sob pressão, eles queriam que eu falasse.

O SR. – Com dois advogados?

O SR. – Esses advogados estavam lá fora, eles não entraram na sala.

O SR. – Quem contratou os advogados?

O SR. – Me parece que foi minha namorada.

O SR. – O advogado do senhor é o mesmo advogado do Cabral?

O SR. – Não.

O SR. – Não.

O SR. – Mas o senhor passou os advogado? Pagou?

O SR. – Foi paga uma parte, depois, foi mudado o advogado.

O SR. – Não consigo entender. Então, o senhor dispensa os advogados. Imagine os advogados, o senhor agir de mal tempo dentro da delegacia e os advogados, lá fora, fazendo o quê? **Muy amigo,** hein!

O SR. – Não sei.

O SR. – Ou o senhor está passando alguma conversa em nós.

O SR. – Não estou passando conversa, é a verdade.

O SR. – O senhor foi lá no mato onde estava o motorista levar os polícias, mostrar onde o motorista estava escondido, no mato, o senhor foi junto?

O SR. – Não, não fui mostrar porque eu não sabia onde eles estavam. Mas eu fui junto com todo o mundo.

O SR. – Foi junto lá?

O SR. – Todo mundo.

O SR. – E o senhor viu lá onde estava o motorista?

O SR. – Estava preso.

O SR. – O motorista fugiu na hora que vocês chegaram lá?

O SR. – Eu não vi se ele fugiu ou não.

O SR. – Tentou correr?

O SR. – Não, eu não vi porque não dava para ver. O lugar que estava não dava para ver ele.

O SR. – Mas o senhor foi lá, então?

O SR. – Fui.

O SR. – Ah, então, até para a gente ter compreensão. O senhor acompanhou tudo, o senhor acertou com Jaziel, o senhor com a dona da mercadoria, o senhor intermediou negócio com o empresário, lá, o dono da..., Cabral, intermediou negócio com Cabral, o senhor ajudou descarregar a mercadoria lá na chácara do Cabral, o senhor veio para a casa do...para a sua casa...

O SR. – Fui para a minha casa.

O SR. – E o senhor foi preso na sua casa, não é?

O SR. – Na minha casa.

O SR. – Então, tudo isso é verdade?

O SR. – É sim.

O SR. – Qual foi o valor acertado da mercadoria?

O SR. – O valor com Cabral?

O SR. – É.

O SR. – Não, não sei. Isso foi acertado entre ele e o Jaziel. Não foi comigo, não.

O SR. – Direto?

O SR. – É.

O SR. – O valor seu?

O SR. – Cinco mil.

O SR. – Cinco mil ia ser...

O SR. – É o que eu disponho; é o dinheiro que eu tinha.

O SR. – Você ia comprar quanto de tecido com cinco mil?

O SR. – É o que daria os tecidos. Não me lembro na época.

O SR. – Como é o acordo? Tanto por cento para do valor da nota, é?

O SR. – Isso.

O SR. – Como o Cabral disse que a mercadoria já estava para chegar.

O SR. – Não me lembro.

O SR. – Não se lembra.

O SR. – O senhor foi preso por causa disso e não se lembra.

O SR. – Quem me ligou foi o Cabral e falou que os policiais tinham chamado ele para ir na delegacia. Eu já estava na minha casa.

O SR. – Antes disso.

Vamos voltar um pouquinho: "Que imediatamente, o declarante fez contato com o senhor – o senhor fez contato com o Cabral – informando ao mesmo que a mercadoria estava chegando e que iam levar para o sítio...

O SR. – Dele.

O SR. – Então, é verdade?

O SR. – É verdade.

O SR. – Então, o senhor lembrou?

O SR. – Lembrei.

O SR. – Lembrou, agora.

O SR. – Porque você falou.

O SR. – O senhor ligou para o Cabral e disse: "Olha, a mercadoria está chegando e estou levando para o seu sítio. É isso?

O SR. – Isso.

O SR. – Para ajudar a refrescar a memória do senhor.

Então, o senhor já lembrou que o senhor ligou para a transportadora?

O SR. – Não liguei.

O SR. – O senhor já lembrou que o senhor passou o nome...Olha, como é que nós vamos...Nós que-

remos ter sido. Então, como é que nós vamos abordar os caminhões. Abordar um a um antes de escolher qual tecido. Qual a transportadora que carrega tecido: X, e H. Olha, Jeziel é x, y e h que tem essa aí. Ele não podia advinhar, porque quem é do ramo é o senhor. O senhor não passou essa informação para eles?

O SR. – Não.

O SR. – Então, o que o senhor depôs aqui não é verdade?

Eu quero lembrar ao senhor que o senhor está sob juramento.

O SR. – Eu sei disso.

O SR. – Se nós comprovarmos que o senhor mentiu perante essa CPI, o senhor tem conhecimento que o senhor pode sair daqui preso. Tem conhecimento?

O SR. – O senhor está me falando isso.

O SR. – Então, o senhor diga a verdade e somente a verdade.

O SR. – Não foi uma ligação que foi feita.

O SR. – Hã.

O SR. – Eu não liguei.

O SR. – Não ligou?

O SR. – Não.

O SR. – Mas disse que ligou.

O SR. – É, no dia lá, disse que ligou.

O SR. – Quem que é o Sávio?

O SR. – Sávio era um rapaz que me vendia etiqueta, lá, em Divinópolis.

O SR. – Etiqueta de...

O SR. – De confecção de calça. Ele era modelista, ele vendia molde de calças para a gente fabricar as calças.

O SR. – Você comprava etiqueta para quê?

O SR. – Para colocar nas calças.

O SR. – Que marca que era?

O SR. – Geralmente não tinha marca.

O SR. – Etiqueta sem marca?

O SR. – Ele vendia a etiqueta avulsa, ele vendia molde. Eu comprava mais molde. Raras vezes comprei dele a etiqueta. Foi uma vez só.

O SR. – Qual o nome completo dele, você sabe?

O SR. – Não sei.

O SR. – O Jaziel você conhece a quanto tempo?

O SR. – Eu o conheci um pouco antes do fato ocorrido.

O SR. – Conheceu onde?

O SR. – Em Divinópolis, ele me comprou umas confecções, me comprou umas roupas.

O SR. – E o Marquinho.

O SR. – O Marquinho eu conheci na ocasião.

O SR. – Também?

O SR. – O Marcos eu conheci na ocasião, eu não o conhecia.

O SR. – Não o conhecia? Você não tinha negociado com o Jasiel?

O SR. – Não, eu tinha negociado com ele as roupas que ele tinha me comprado. Comprou e me pagou, só.

O SR. – Nada de roubo de carga?

O SR. – Não.

O SR. – E o Euler, o Neguinho?

O SR. – Também conheci na ocasião.

O SR. – E o Marcos Paulo?

O SR. – Também na ocasião.

O SR. – E o Sebastião?

O SR. – Também na ocasião.

O SR. – E o Paulo Divino?

O SR. – Também na ocasião.

O SR. – Tudo na ocasião?

O SR. – Tudo foi na ocasião

O SR. – E o Marcos Paulo?

O SR. – Foi o senhor que pediu o sítio emprestado?

O SR. – O Marcos Paulo você já conhecia antes, não é?

O SR. – Não.

O SR. – Onde você o conheceu?

O SR. – Na ocasião.

O SR. – Onde?

O SR. – Em Divinópolis.

O SR. – Não, pára lá. Olhe o que ele diz aqui, o Marcos Paulo: ele diz que estava com você, que você o convidou para ir lá e que, inclusive, durante o trajeto ele foi junto com você.

O SR. – Pois é, mas eu o conheci na ocasião.

O SR. – Não, ele foi junto com você, está aqui. Durante o trajeto ...

O SR. – Com licença, ele foi de Divinópolis até onde eu disse, que era o posto de gasolina na BR – 040, Fernão Dias.

O SR. – Foi você que o convidou?

O SR. – Não, eu não o convidei. Pediram-me para levá-lo.

O SR. – Sim, mas então você já o conhecia?

O SR. – Não, eu não o conhecia. Conheci-o nesta data, na ocasião.

O SR. – Não, ele diz aqui que houve o caminhão, houve a troca de pessoas dentro dos veículos, quando a abordagem do caminhão o declarante estava num Ômega com o Alexandre, estava junto com você, é isso?

O SR. – Ele está falando que estava junto comigo? Quando eles foram negociar lá com o motorista eu estava dentro do carro, depois veio para dentro do carro, ele estava comigo. Foram fazer a troca dos motoristas.

O SR. – Não era num Tipo que você estava, era num Ômega.

O SR. – Eu estava num Ômega.

O SR. – Num Ômega?

O SR. – Isso.

O SR. – E que, aliás, foi o outro que falou que estava num Tipo, é verdade.

Quem estava dirigindo o Ômega?

O SR. – Eu.

O SR. – Ele disse que ele é quem estava na direção.

O SR. – Então, foi porque trocamos no posto, eu estava bastante cansado.

O SR. – Mas ele pegou a direção do carro também?

O SR. – Não me lembro.

O SR. – Só quero chegar num ponto importante. E aí ele numa certa altura que para fazer a abordagem foi utilizado um revólver 38. De quem era esse revólver?

O SR. – Era o revólver do Rosimar.

O SR. – De quem?

O SR. – Do Rosimar, mas eles não falaram que esse revólver era para fazer a abordagem nem para abordar caminhão nenhum não.

O SR. – Tudo bem, mas era do Rosimar? Agora, quem pegou esse revólver do Rosimar?

O SR. – Eu.

O SR. – Você?

O SR. – Foi.

O SR. – Quanto ele te cobrou para emprestar o revólver?

O SR. – Pelo que eles me passaram, não tinha nada de assalto, seria só para escoltar uma mercadoria, até lá.

O SR. – Tudo bem. Mas quanto ele te cobrou para te alugar o revólver?

O SR. – Ele não me cobrou, nós oferecemos para ele R$50,00.

O SR. – Ele não te cobrou, mas você ofereceu R$50,00. Ele está dizendo aqui que não foi R$50,00. Ele disse que foi conseguido pelo Alexandre e foi alugado, não tem certeza, por R$70,00. Você está dizendo que foi por R$50,00 e que no trevo de Oliveira Paulo e Jaziel desembarcaram do Ômega e o declarante e o Alexandre seguiram direto para o sítio, antes, porém, o Alexandre telefonou para o Cabral e avisou que o caminhão já estava a caminho. Ou seja, a questão que estão colocando aqui é que o senhor era o intermediário, o cabeça pensante, o articulador desse processo todo.

O SR. – Não, não é verdade.

O SR. – O organizador.

O SR. – Não.

O SR. – Não?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – É só nisso que há divergência, porque o senhor disse, eles dizem e só agora o senhor está negando, embora seja réu confesso, não é?

O SR. – Eu não organizei. A questão é que eles falaram que o motorista ia dar a carga.

O SR. – Mas quem organizou então?

O SR. – Quem organizou foi o Jaziel, a turma que veio, que saiu daqui de Uberlândia e foi para lá.

O SR. – Mas o senhor não esteve em Betim?

O SR. – Estive.

O SR. – Vamos esclarecer algumas coisas aqui. O Deputado perguntou por que o senhor está preso, por que o senhor foi preso na ocasião. O senhor falou: não, é porque eu comprei uma carga desviada, não é isso?

O SR. – Foi.

O SR. – Só por isso?

O SR. – O processo a que eu estou respondendo não.

O SR. – Então, deixe-me voltar aqui num depoimento do Jasiel. O senhor conhece, não conhece?

O SR. – Conheço.

O SR. – Ele diz aqui que o senhor falou ao Cabral que já tinha um receptador para a carga. Logo depois...

O SR. ALEXANDRE – Como eu posso ter falado para o Cabral que eu era o receptador se eu não ...

O SR. – Vou ler para o senhor: Que o Alexandre falou com o Jaziel que ia levantar uma carga de tecidos e que o Jaziel organizasse uns meninos para vir com ele. Depois o senhor, que diz que foi preso no dia 16 por ter comprado uma carga desviada, não é bem assim, esteve dois dias antes, segunda-feira, dia 14,

esteve em Betim. O senhor foi lá mostrar a transportadora, visto que o declarante Jaziel não conhece nada em Betim. O senhor mostrou que a transportadora é a Águia Branca E ficaram ali guardando, sendo que apesar de não saberem qual a mercadoria que estava sendo carregada, o senhor, Alexandre, disse que tinha certeza que pelo menos uma parte era tecidos.

O senhor esteve em Betim?

O SR. ALEXANDRE – Eu estive no trevo levei-os até um posto de gasolina.

O SR. – Fazendo o quê?

O SR. ALEXANDRE – Ele saiu do carro e foi lá negociar...

O SR. – Dois dias antes? Dia 14?

O SR. ALEXANDRE – Eu não fui dois dias antes. Eu não estive em Betim.

O SR. – Em que dia o senhor foi?

O SR. ALEXANDRE – Eu fui na segunda-feira.

O SR. – Em que dia o senhor foi preso? Na quarta-feira?

O SR. ALEXANDRE – Na terça-feira, dia 15.

O SR. – Um dia antes?

O SR. – Em que trevo você esteve?

O SR. ALEXANDRE – No trevo que vai da 262 para a Fernão Dias.

O SR. – É o trevão. Então o senhor não está preso porque comprou mercadoria desviada. O senhor participou da articulação do roubo do caminhão.

O SR. ALEXANDRE – Eu não participei de roubo nenhum!

O SR. – O senhor conseguiu o revólver. O senhor disse isso ao Deputado Pompeo. Depois o senhor foi ao trevão mostrar qual era a transportadora, mostrar o local. Como é que o senhor pode dizer que não participou? O senhor arruma o revólver, sai com o Jaziel e vai até quase Betim, que é bem distante, mostra a transportadora. E tem mais, o senhor diz que por volta as 11:30 horas... A que horas o senhor saiu para ir ao trevo?

O SR. ALEXANDRE – Eu não me recordo.

O SR – De tarde? De manhã? O senhor ficou até a que horas em Betim?

O SR. ALEXANDRE – Eu me lembro de que era tarde. Eles demoraram, ficaram esperando o motorista chegar, foram identificar o caminhão. Depois ele desceu do carro e foi lá conversar com ele. Conversou com ele uma meia hora.

O SR. – O senhor estava em qual carro? Um ômega?

O SR. ALEXANDRE – Um ômega.

O SR. – O ômega veio escoltando, batendo o caminhão?

O SR. ALEXANDRE – Não, depois de Oliveira veio.

O SR. – Então eu peguei mais uma coisa. O senhor pegou o revólver emprestado, depois o senhor foi até Betim identificar o caminhão e agora o senhor veio seguindo o caminhão. A partir de que ponto o senhor foi seguindo o caminhão?

O SR. ALEXANDRE – Eu não fui seguindo o caminhão. Eu fui na frente do caminhão para levá-los até o sítio do Cabral.

O SR – Para levá-los até o sítio do Cabral?

O SR. – Desde onde?

O SR. ALEXANDRE – Desde o trevo de Oliveira, porque eles não sabiam o caminho.

O SR. – Desde o trevo de Oliveira? Quando é que foi feita a tomada do caminhão?

O SR.ALEXANDRE – Esse detalhe eu não vi.

O SR. – Não viu? Mas em Oliveira o senhor estava em um ômega...

O SR. ALEXANDRE – Esperei-os.

O SR. -...esperou o caminhão e foi na frente do caminhão?

O SR. ALEXANDRE – Sim.

O SR. – E o senhor estava com um revólver ali?

O SR. ALEXANDRE – Não.

O SR. – Quem é que estava com o revólver?

O SR. – Estava no "tipo".Com quem estava eu não sei.

O SR. – O "tipo" estava atrás do caminhão?

O SR. ALEXANDRE – Sim.

O SR. – Então o senhor estava em um carro na frente, o caminhão no meio e o "tipo" atrás?

O SR. ALEXANDRE – Não numa distância que fosse perceptível.

O SR. – Ou seja, era uma escolta para a carga?

O SR. ALEXANDRE – Não, eu ia indicar o caminho.

O SR. – Só indicar?

O SR. – Isso. Ia levá-los até o sítio.

O SR. – Eu queria sugerir. Para mim ele é réu confesso. Ele já deu o depoimento, está admitindo todo o envolvimento dele, está negando alguns detalhes irrelevantes, porque no fim está tudo comprovado. Acho importante que ele fique à disposição, Deputado Júlio, e que pudéssemos chamar aqui o Cabral e até, se for o caso, fazer uma acareação dele, do Jaziel, do Cabral e desse moço que veio antes, o Marqui-

nhos. Então, que ele ficasse à disposição e que chamássemos o Cabral.

O SR. PRESIDENTE () – Qual é o seu nome?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – José Francisco Cabral.

O SR. PRESIDENTE () – Sr. Cabral, o Senhor vai assinar um termo de compromisso em que se compromete a falar a verdade perante a CPI, conforme o art. 203 (?) do Código de Processo Penal.

O SR. – Sr. Cabral, como é que o Senhor compareceu à CPI?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – O meu advogado foi convocado, passaram um fax para ele e ele me comunicou.

O SR. – Ele ligou para o Senhor e o Senhor veio.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Sim.

O SR. – Como é que o Senhor veio?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Vim de helicóptero.

O SR. – Você não tinha meios próprios para vir?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Não, é que eu estava viajando. Cheguei hoje.

O SR. – Tínhamos recebido a informação de que o Senhor tinha dificuldades financeiras para comparecer.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Também.

O SR. – E aí veio de helicóptero?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Sim.

O SR. – Qual é a sua atividade?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Industrial.

O SR. – O que é que o Senhor tem?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Tenho uma fábrica de roupas, uma indústria, há 25 anos.

O SR. – Como se chama a empresa?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Confecções Cabral.

O SR. – É lá em Divinópolis?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Sim.

O SR. – Essa é a única empresa que o Senhor possui?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Só.

O SR. – Tem filial?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Não.

O SR. – O Senhor já foi dono de alguma outra empresa?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Não.

O SR. – Nenhuma?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Não.

O SR. – Sempre essa empresa?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Sempre.

O SR. – Por que o Senhor foi preso no dia 16 de fevereiro de 2000?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Porque eu tinha emprestado o sítio para eles colocarem tecidos...

O SR. – Emprestou para quem?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Emprestei para o Alexandre.

O SR. – O Senhor foi preso porque emprestou o sítio?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Não, porque eles colocaram, eles pediram o sítio emprestado e deixaram a mercadoria lá. Fiquei sabendo que a mercadoria estava lá...

O SR. – Eles me pediram, o Senhor disse. Eles quem?

O SR. – Eu queria que ele concluísse. O Senhor foi preso por quê? Eles pediram o sítio emprestado.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Ele pediram o sítio emprestado.

O SR. – Eles quem?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – O Alexandre pediu o sítio emprestado. Os outros eu não conheço.

O SR. – Mas quem pediu foi o Alexandre?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Sim.

O SR. – Então, o Senhor foi preso só porque emprestou o sítio? É isso?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Vou concluir. Quando fiquei sabendo que a polícia tinha ido ao meu sítio eu compareci à delegacia para saber o que estava acontecendo. Fui à delegacia. Se eu soubesse de qualquer coisa eu teria fugido. Fui lá para saber o que estava acontecendo.

O SR. – Então, pelo que o Senhor disse, o Senhor foi preso porque emprestou o sítio para o Alexandre?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Sim.

O SR. – Quem é Luiz Cardoso de Oliveira?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Não conheço.

O SR. – Caseiro?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Caseiro.

O SR. – O Senhor foi preso porque emprestou o sítio. O Senhor esteve com ele e disse o seguinte: o Senhor chegou lá e disse que pediu a ele para ajudar a descarregar o caminhão. Disse nas seguintes pala-

vras: "vão chegar uns rapazes aí com um caminhão e você ajuda eles a descarregar porque estou emprestando a garagem a eles". Certo? Exatamente como o senhor disse. Logo depois, na sua fala na delegacia o senhor disse que o Alexandre telefonou para o senhor e perguntou se o senhor estava interessado em uma carga de tecidos. O senhor disse que não, que era mercadoria roubada, que o senhor estava há vinte e dois anos no mercado e que não queria. No outro dia, às 6h, o Alexandre tornou a telefonar para o senhor e disse que iria descarregar uma mercadoria no sítio para o senhor. Aí o senhor autorizou. Logo depois vem o Alexandre e disse o seguinte: há alguns dias atrás o declarante Alexandre comentou com o senhor que estava precisando de uns tecidos e que o Sávio.... Quem é Sávio?

O SR. CABRAL – Sávio eu tive negócios assim.. me comprava roupas, mas eu não conheço ele. Na loja ele ... ele me comprava roupa lá na minha loja.

O SR. – É o que vendia etiquetas?

O SR. CABRAL – Não. No meu negócio ele me comprava roupa.

O SR. – Continuando.

O Alexandre declarou que estava interessado em comprar a carga, essa carga que o senhor só emprestou o sítio, mas só tinha cinco mil e que o senhor também estava interessado em comprar. Que ele então falou para o senhor e que o senhor disse que estava se separando da mulher, que estava passando por dificuldades financeiras, mas que se a carga fosse barata queria. Tendo o senhor falado então com o Jaziel. É verdade?

O SR. CABRAL – Não, eu não tinha nem o dinheiro para comprar, como eu ia comprar?

O SR. – Quanto custava a carga?

O SR. CABRAL – Como é?

O SR. – Quanto custava a carga.

O SR. CABRAL – Eu não sabia, nem procurei saber, porque eu não tinha o dinheiro. Não sabia.

O SR. – Vamos continuar. Que o senhor Cabral aproximou-se do veículo lá no sítio e pegou uma das vias da nota dizendo que queria só o tecido. O senhor falou que queria só o tecido, o restante o senhor não queria não?

O SR. CABRAL – Não, como é que eu ia ficar com o tecido?

O SR. – Então deixa eu esclarecer para o senhor aqui.

O senhor tem ciência e está mais do que comprovado aqui. Vou falar uma por uma das pessoas que confirmaram a informação. Se tivermos a convicção de que o senhor está mentindo pode sair daqui preso.

O SR. CABRAL – Eu sei.

O SR. – Sabe. Então, vamos continuar.

Jaziel, o terceiro conduzido. Ficou esclarecido que o Cabral, que é o senhor, é quem pagaria pela mercadoria. Vamos dizer mais ainda. Que o senhor, que Cabral disse que Alexandre ficaria com um pouco da mercadoria e entregou uma quantia de R$250 para abastecimento dos veículos, quando viesse buscar a carga.

O SR. CABRAL – Não. Não emprestei dinheiro não.

O SR. – Então é mentira dele.

O SR. CABRAL – Não emprestei.

O SR. – Então é mentira dele.

O SR. CABRAL – Não emprestei.

O SR. – Então vamos lá. Vamos esclarecer as mentiras.

O SR. – Você foi um dia antes no seu sítio e falou ao seu caseiro que chegaria um caminhão, que era para ele descarregar.

O SR. CABRAL – Não, eu só falei ao caseiro que o Alexandre me ligou pedindo o sítio emprestado. Inclusive eu saí cedinho, eu fui trabalhar às 6h. Eu emprestei o sítio, eu não sabia...

O SR. – Como é o nome do seu caseiro?

O SR. CABRAL – Luiz Carlos não sei direito.

O SR. – Olha o que ele disse aqui. Que na quarta-feira passada, por volta das 9h chegou um caminhão no sítio, seguido por uma camioneta de cor preta, sendo que em cada veículo havia uma pessoa, que tais pessoas não de identificaram e disseram ao depoente que estavam fazendo aquele transporte para o Cabral. Decorridos dez minutos, Cabral, é o senhor, chegou, sendo que estava de posse da sua camioneta, de cor cinza, e pediu ao depoente para ajudá-los a descarregar o caminhão. O que foi feito. Que o depoente nunca tinha visto aqueles dois elementos bem como não os viu mais até o presente momento. Que na data de ontem, por volta das 9h Cabral chegou ao sítio e falou ao depoente o seguinte: vai chegar uns rapazes aí com um caminhão e você ajuda eles a descarregar, pois eu estou emprestando a garagem para eles.

O SR. CABRAL – Confirmo que eu emprestei a garagem. Emprestei.

O SR. – Eu estou entendendo, mas veja bem, o senhor esteve junto com eles lá com o caminhão, o senhor disse a ele que estava emprestando a garagem a

eles. Cabral estava saindo e chegou um caminhão e um **Tipo** de cor escura, sendo que havia quatro rapazes. E também chegou um outro carro vermelho mais o motorista, conversou apenas com um dos rapazes, sendo um gordinho lourinho, logo em seguida saiu. Que eles começaram a descarregar e depois chamaram o depoente e pediram para descarregar e que dariam R$15. Enfim, daí vai descrevendo cada uma das situações. Ou seja, o senhor esteve lá no sítio antes, avisou o caseiro, pediu ao caseiro para ajudar a descarregar o caminhão, é ele que declarou. Então, não se trata de emprestar o sítio para alguém usar para o que quiser, mas o senhor emprestou o sítio, no que o senhor disse, para o caseiro para guardar uma mercadoria, que era uma mercadoria que o senhor ia comprar deles, que era mercadoria roubada.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Eu não ia comprar, doutor, o senhor pode fazer o levantamento, eu não tinha o dinheiro, como é que eu ia comprar? Moro num sítio.

O SR – Isso é o que o senhor diz para o seu caseiro. E aí o que cada um depois mostra vem bem na linha do que o caseiro disse, ou seja, vão casando as peças, até chegar nas peças de roupa que o senhor ia comprar e mandou depositar lá na sua chácara. E, para completar, vou dizer para o senhor, está aqui o Jaziel, está aqui o Alexandre, está aqui o loirinho, o gordinho, esse, o Marquinho, estão todos eles aqui, e o senhor vai ser acareado com eles. E se o senhor mentir aqui para a CPI, é o final da noite, mas o senhor não sai daqui de lombo liso, o senhor pode ter certeza. Porque não adianta prendermos bandidinho, ladrão de carga, temos que prender os grandes, que compram carga roubada e que têm sempre uma desculpa. Esse negócio de chácara, chegamos, na outra CPI, chegaram a trazer contrato de aluguel de chácara, para dizer que tinham alugado, forjaram o aluguel da chácara para dizer que tinham alugado, quando, na verdade, a chácara era depósito de carga roubada. Mas o grande faz isso e o pequeno assume a culpa porque o grande banca uns trocos para ele. Só que agora vou passar a limpo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Mas eu não estava lá para comprar carga roubada não.

O SR. – Então tá. São duas testemunhas e oito conduzidos. E todos os oito conduzidos e as duas testemunhas falam no nome do senhor.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Não sei porque se está falando assim, porque esse tecido não era para mim.

O SR. – Então, vamos lá. Mais um que está falando do senhor, o Jaziel. "Que Cabral falou que o que não fosse tecido não lhe interessava e que se os tecidos fossem bons, ele pagaria 50% do valor da nota e se não fosse, pagaria 30.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Eu não, não confirmei nada disso, de jeito nenhum.

O SR. – Então, vamos mudar para o próximo. O senhor vê que todo mundo fala no senhor, agora o Marco Antonio. O senhor conhece o Marco Antonio?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Não.

O SR. – O senhor conhece o Jaziel?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Eu o via lá no late.

O SR. – O senhor o via no late, e fazendo o quê?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Ele foi lá no late passear, eu era presidente do late.

O SR. – O senhor sabe que o senhor estava sendo investigado?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Não, não sabia.

O SR. – que essa carga caiu, na maior sorte, com o delegado que acompanhava?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Eu não sabia não.

O SR. – O delegado estava no seu bico, foi lá para investigar o senhor, o delegado deu o depoimento ontem aqui, foi lá para investigar o senhor, e aí, como estava no caminho, já pegou a carga roubada e exatamente a carga roubada estava sendo vendida para o senhor.

O SR. – Sr. Presidente, peço que o Alexandre possa ser conduzido aqui até o plenário, por favor.

O SR. – E o Jaziel também.

O SR. – O senhor conhece o Hotel Central, em Divinópolis?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Não.

O SR. – O senhor é de Divinópolis, não conhece o Hotel Central.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – O Hotel Central eu conheço.

O SR. – O senhor esteve lá, pagou o hotel deles?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Eu, não, de jeito nenhum, pode ir lá no hotel.

O SR. – Então vamos.

O SR. – O Alexandre ligou para o senhor?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – O Alexandre ligou para mim.

O SR. – Que dia ele ligou para o senhor?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Ligou uns dias antes.

O SR. – Quantos dias antes?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Uma semana, dez dias.

O SR. – Para falar o quê?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Perguntando se eu queria tecido, e falei que não queria, porque não tinha dinheiro para comprar.

O SR. –E no dia da prisão?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Ele ligou falando se eu podia levar o tecido lá para guardar para ele. Perfeitamente, pode levar.

SR. – Ele falou para o senhor que tecido era esse?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Não, não falou não.

O SR. – O senhor conhece bem o Alexandre?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Eu o conheço porque ele mexe também com comércio de roupa.

O SR. – A condição financeira dele é boa?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Isso eu não sei.

O SR. – Não sabe?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Não.

O SR. – Então, se ele chegar para o senhor e dizer que tem um caminhão de tecido...

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Mas a minha também não é boa, porque eu também não tinha dinheiro para comprar não.

O SR. – Tá, tudo bem.

O SR. – Então, o senhor não desconfiou que a carga era roubada?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CABRAL – Não, porque não me interessei, não quis comprar.

O SR. – Alexandre, quem é esse cidadão?

O SR. ALEXANDRE – José Francisco Cabral.

O SR. – Qual é a participação dele no negócio do esquema da compra dos tecidos roubados?

O SR. – Receptação.

O SR. – Ele que receptava?

O SR. – Ele também receptou.

O SR. – O senhor comprou a carga para vender para ele, os quinhentos...

O SR. – Eu não comprei a carga para revender para ele. Eu comprei cinco mil reais, que era o dinheiro que eu tinha.

O SR. – E quem comprou a outra parte?

O SR. – Cabral.

O SR. – O Cabral comprou.

O SR. – É.

O SR. – O senhor combinou com ele para colocar lá no sítio? Como é que o senhor combinou ele? Como é que foi a negociação para colocar lá no sítio a carga?

O SR. – Não. Não foi combinado de colocar lá no sítio. É só... Nós combinamos de colocar lá, a negociação foi feita entre ele e o Josiel.

O SR. – Sim, mas como é... Quem indicou para colocar lá no sítio?

O SR. – Quem indicou?

O SR. – É.

O SR. – Eu liguei para ele. Ele falou: "Tem que colocar a carga no meu sítio".

O SR. – Sim.

O SR. – A mim, a parte dele na mercadoria era para colocar lá. A minha eu ia retirar.

O SR. – Pois é. Só um pouquinho. Não. Só um pouquinho. Vou deixar os outros falar primeiro, depois ele.

O senhor combinou com ele. Então, ele que mandou colocar a carga lá.

O SR. – Foi.

O SR. – O senhor não alugou o sítio dele.

O SR. – Não.

O SR. – Nunca alugou o sítio dele?

O SR. – Não.

O SR. – Ele acertou com Jaziel a parte que ele ia comprar lá.

O SR. – É. A parte do pagamento deles.

O SR. – Está bem. Só um pouquinho. O senhor, aguarda um momentinho.

Jaziel,... Empresta para ele. Jaziel,...

O SR. JAZIEL – Senhor.

O SR. – ...o senhor conhece esse cidadão?

O SR. JAZIEL – Conheço, sim senhor.

O SR. – Então, onde é que o senhor conheceu ele?

O SR. JAZIEL – Conheci no clube, que ele era Diretor do clube, através de Alexandre.

O SR. – O Alexandre que apresentou ele.

O SR. JAZIEL – Isto.

O SR. – Está bem. E qual é a relação que o senhor tem com ele?

O SR. JAZIEL – A relação que tenho com ele é a seguinte, que ele ficava ligando no meu celular direto,

ele e o Alexandre. Que eu queria montar umas roupas, comprar umas calças, né!, montar umas calças para mim e entrar na vida de tecelagem também e trabalhar. E justamente o Cabral, eu vim a saber do Alexandre, que ele tinha um tecido mais barato para vender. O senhor entendeu? Que era para eu vender um carro que eu tinha para ajudar a pagar esse tecido.

O SR. – Sim.

O SR. JAZIEL – Aí ele me passou a placa do caminhão. Quando nós chegamos lá ele me deu trezentos reais que era para eu viajar para Contagem. E eu chegando lá em Contagem, era para esperar no primeiro posto na saída de Contagem.

O SR. – Sim.

O SR. JAZIEL – E demorou, demorou, o caminhão não passou, a placa que ele me deu, o nome do motorista, que eu não me lembro mais, tem muito tempo, e passou a placa do caminhão e falou que o caminhão ia passar lá e que era para ficarmos naquele posto parado. E logo após eu liguei para ele, nove e meia mais ou menos da noite, dez horas. Ele falou para mim que o caminhão já estava parado no posto, no primeiro posto após o Posto Fiscal.

O SR. – Sim.

O SR. JAZIEL – Aí eu cheguei lá e o caminhão estava lá. Fui conversar com o motorista. Aí ele falou: 'Tem um amigo meu carregado junto comigo que não posso sair agora, senão dá..." Aí, por aí eu já vi que já tinha rolo. Mas da moda do outro, " eu já estava dentro". Falei, 'tá dentro, deixa". Aí eu já vi que era mais ou menos um rolo. Que já era um desvio – Pensei comigo. Aí tal... Era quatro e meia da manhã quando o motorista saiu. Entrada de Oliveira, foi lá que ele entregou o caminhão. E falou: "Vou levar até ali na frente e lá eu entrego, na entrada de Oliveira, porque o Cabral não quer que eu vá lá. Ele já ligou para mim e falou que não me quer lá na chácara"

E bom, o Sebastião pegou o volante do caminhão e levou até na chácara. Quando eu cheguei na chácara, que nós estávamos descarregando o caminhão, aí por diante eu já estava levando era tapa da Polícia Civil de Belo Horizonte.

O SR. – Sim. Mas o senhor foi na chácara a mando dele.

O SR. JAZIEL – A mando dele. Isso, estava até lá.

O SR. – E ele ia comprar essa carga?

O SR. JAZIEL – É. Um rolo lá que ele inventou. Que ia passar um pouco de mercadoria para mim, que eu tinha que vender um carro para ajudar a ele a pagar essa carga.

O SR. – sim.

O SR. JAZIEL – Que era o motorista que tinha carregado uma carga tal, que era um tecido mais barato. Que ia vender até mais barato para mim.

O SR. – Sim. Mas o senhor alugou a chácara dele?

O SR. JAZIEL – Não aluguei a chácara dele.

O SR. – Não alugou.

O SR. JAZIEL – Simplesmente guardou essa mercadoria lá, inclusive eu estava até ajudando a descarregar esse caminhão. Aí quando eu dei fé eu já estava levando é tapa. Eu perguntei para a Polícia ainda: 'O que está acontecendo? O que está acontecendo?" Ele falou: 'É roubo rapaz! Você está é desviando carga rapaz".

O SR. – Você tinha já feito negócio com ele?

O SR. – Trás o outro.

O SR. – Jaziel,...

O SR. JAZIEL – Nunca. Não conhecia.

O SR. -...foi o Alexandre que disse que ele queria comprar um pedaço da carga?

O SR. JAZIEL – Se foi o Alexandre?

O SR. – É.

O SR. JAZIEL – Foi. Ele me apresentou ele e o Cabral no clube, que...

O SR. – Está bom. Passa para o Alexandre aí.

Alexandre, você falou com ele que ia comprar um pedaço da carga, que você só tinha cinco mil? É isso?

O SR. ALEXANDRE – É. Eu tinha cinco mil reais.

O SR. – Você tinha cinco mil.

O SR. ALEXANDRE – Foi o que eu disse antes.

O SR. – Não tinha dinheiro para tudo, e aí!?

O SR. – O senhor fala, Sr. Cabral

O SR. CABRAL – Doutor, o senhor procura o motorista, vê se eu tive, conversa com ele se eu conheço ele. Se eu conheço ele, se eu...

O SR. – Não. Ninguém está pedindo ao motorista. O senhor vai ter que responder.

O SR. – Não. São duas testemunha...

O SR. CABRAL – Sr. Nestor,...

O SR. – Só um pouquinho, Sr. Cabral. Só um pouquinho.

São duas testemunha, vai ter uma terceira...

O SR. – Pois é. O que eu estou falando... Ele está falando coisa por coisa, porque eu não conheço o motorista. Nunca tive contato com motorista, com nada. Ele me liga de manhã, falou que a carga ia chegar lá, se eu podia emprestar o sítio, porque eles ti-

nham arrumado um lugar em Lagoa da Pata para guardar o tecido. Só que o cara lá não deixou guardar os tecidos. Então, não podia guardar lá.

O SR. – Ele era seu amigo?

O SR. – Quem?

O SR. – O Alexandre.

O SR. – Não. Eu conheço o Alexandre através do comércio de roupas – ele mexe com roupas.

O SR. – Há quanto tempo?

O SR. – Deve ter uns três ou quatro anos.

O SR. – Quer dizer, antes do acontecido, em torno de um ano ou um ano e pouco?

O SR. – É... Ele mexe com roupas e eu, também, mexo.

O SR. – Ele era seu amigo.

O SR. – Era.

O SR. – Você emprestou o sítio – é lógico que é amigo.

O SR. – Emprestei, emprestei.

O SR. – Você emprestou o sítio para ele.

O SR. – Para quem? Emprestei o sítio para o Xandre...

O SR. – Você fez um favor para ele, não é?

O SR. – É o seguinte: como é que nós íamos saber que era o Cabral....

O SR. – Espere um pouco – você emprestou o sítio para o Alexandre?

O SR. – Emprestei.

O SR. – Porque ele está fazendo isto com você agora?

O SR. – Não sei.

O SR. – É com todo mundo, não é?

O SR. – Por favor, passe o microfone para o Marquinho.

Marquinho, me conte como foi o acerto com ele lá – ele emprestou o sítio para o senhor para o senhor levar a mercadoria para lá ou o senhor levou a mercadoria para lá a pedido dele?

O SR. – Eu fui ver o Cabral

O SR. – Fique mais perto do microfone.

O SR. – Eu fui ver o Cabral e ele já estava algemado e não o conheci fisicamente mas como eu estava junto com o José – o Alexandre eu vi antes – e pelo que estava vendo o que estava acontecendo, a carga era para ser descarregar nesse sítio, propriedade do Cabral e a carga era para ele.

O SR. – A carga era para ele.

O SR – Até, no entanto, ele arrumou dinheiro para o José para nós acabarmos....

O SR. – Qual é a sua atividade comercial, seu Cabral?

O SR. CABRAL – Industrial.

O SR. – Industrial de que?

O SR. CABRAL – De roupa.

O SR. – O senhor fabrica roupa?

O SR. CABRAL – Eu fabrico roupa.

O SR. – O senhor compra tecido para fabricar roupa?

O SR. CABRAL – Compro.

O SR. – Qualquer semelhança é mera coincidência?

O SR. CABRAL – Não. Eu compro da Santista, da Vicunha... Tenho todas as notas fiscais.

O SR. – Eu imagino que o senhor deve comprar da Santista e da Vicunha e algumas o senhor compra desse jeito, aí, também.

O SR. CABRAL – Não – perfeitamente, não.

O SR. – Mas são três pessoas dizendo as mesmas coisas e as três estão confessando.

O SR. – Porque ele está falando em negócio de placa de caminhão – chame o motorista – porque ele está falando que eu tive contato com o motorista – e coloque ele aqui para mim para ver se eu conheço o motorista.

O SR. – Mas não tem que chamar mais ninguém não – tem dez ou oito depoimentos, não sei ao certo.

OSR. – Pois é. Mas estão falando de mim. Eu não sabia de nada. Eu não tinha o dinheiro.

O SR. – O senhor não falou com ele por telefone?

O SR. – Com quem?

O SR. – Com o Alexandre.

O SR. – Não. Com o Alexandre – eu falei com ele. Eu falava com ele direto porque ele mexia com roupas. Falava direto.

O SR. – Falou com ele para acertar o negócio do....

O SR. – Não. Ele me ofereceu o negócio do tecido e eu falei que não adiantava ser barato porque eu não tenho dinheiro para comprar – eu não posso comprar.

O SR. – Prestem atenção: o roubo de cargas no Brasil, nessa última década, aumentou em 3.000%. Por que? Porque tem receptador. Tem receptador como o senhor que quer, a todo o momento, ter essas vantagens de 50, 60 e, às vezes, 70% de desconto.

O SR. – Mas eu não receptei de carga roubada não – eu não sabia.

O SR. – Está claro. Todo mundo está falando... Como é que você vai conseguir sustentar isto? Todos os depoimentos são contra você.

O SR. – Como é que o senhor saiu da cadeia – você ficou quantos dias na cadeia?

O SR. – Acho que uns dez dias.

O SR. – Dez dias e, depois, foi solto?

O SR. – É.

O SR. – O Juiz chegou a lhe ouvir?

O SR. – Como é que é?

O SR. – O Juiz chegou a lhe ouvir?

O SR. – O Juiz chegou a me ouvir.

O SR. – E aí?

O SR. – Eu fiz o depoimento ao Juiz.

O SR. – O senhor negou tudo.

O SR. – Negando – eu não estou negando. Eu falei a verdade.

O SR. – É lamentável isto.

O SR. – Está na Justiça lá – está lá...

O SR. – Eu vou falar uma coisa para o senhor: nós vamos acompanhar o caso do senhor....

O SR. – Perfeitamente.

O SR. – "com um olho deste tamanho. Um minuto – vamos acompanhar este caso. Eu faço questão de até largar tudo para ficar por conta de acompanhar este caso até o fim.

O SR. – Até pela proximidade, meu querido Deputado, eu gostaria que o senhor....

O SR. – É um direito meu também...

O SR. – Espere um pouco – o senhor é industrial. A matéria prima que o senhor usa é o tecido.

O SR. – É o tecido.

O SR. – E o caminhão furtado é tecido – ponto 1. Ponto 2: o Alexandre e todas essas pessoas falam o nome do senhor em todos os depoimentos. Ele ia comprar, Alexandre? Alexandre.

O SR. ALEXANDRE – Ia.

O SR. – Ele ia comprar, Jaziel?

O SR. JEZIEL – Ia – porque, portanto, o dinheiro dele não dava e ele pediu para eu vender o meu carro.

O SR. – Só um minutinho – passe-me para o terceiro aqui. Eles falaram para o senhor que ele ia comprar?

O SR. JEZIEL – Diretamente, não. Mas eu fiquei sabendo, através do.....

O SR. – Do Alexandre – tá.

O SR. – Cleverson.

O SR. – Eu vou terminar – eu vou falar.

O SR. – Deixe o Cleverson – Cleverson, conte que tu sabes do seu Cabral.

O SR. CLEVERSON – Pelo que sei, eu participei nas cargas, lá, junto, também, com o Moisés e foi vendido para ele – inclusive, quando se negociou, eu estava presente.

O SR. – Foi vendido o que?

OS SR. CLEVERSON – Uma eu estava presente – uma negociação em que o Moisés negociou direto com ele?

O SR. – Você estava presente com Moisés e ele na negociação de uma carga?

O SR. – De uma carga eu tava presente.

O SR. – Que não é essa que caiu?

O SR. – Uma é dessas que tava lá dentro no dia que caiu a deles, dos meninos, e tinha mais uma carga que era minha mais do Moisés, do pessoal, né? Tava vendida pra ele

O SR. – Hum... Tava presente quando, com o Moisés?

O SR. – Da vez que negociou com ele... com o Cabral. Inclusive tem um monte de cheque dele voltado que tá com Moisés.

O SR. – Moisés...O senhor tem cheque seu nas mãos do Moisés?

O SR. –

O SR. – Moisés... eu comprei dele... Não comprei do Moisés. Comprei do Sávio calça pronta sem etiqueta...

O SR. – Sávio tava junto mesmo.

O SR. – Calça pronta sem etiqueta pra mim colocar na loja pra vender.

Essa mercadoria que eles tão falando eles iam colocar em Lagoa da Prata. Como eles não deixaram lá, me pediram??? Emprestado. Tinha?? Vendida. Que eu falei que não tinha dinheiro pra comprar. Era prum cara do sul de Minas, que vinha pegar essa mercadoria, entendeu? O Alexandre sabe que cidade que é que ele vinha pegar. Pra mim eu não tinha condições de pegar que eu avisei muito a eles: oh, não adianta que eu não tenho o dinheiro. Eu empresto o ??? a vocês aqui mas pra mim... a ?? ia ser colocada em Lagoa da Prata, por Alexandre no sul de Minas porque Alexandre sabe a cidade que é.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem oito testemunhas falando a mesma coisa. Tem três pessoas na sua frente dizendo a mesma coisa e não é verdade?

O SR – A carga não era pra mim.

O SR. – Aliás, eu quero que o senhor reconheça isso aqui. Vê se o senhor reconhece... o senhor reconhece essas fotografias aqui? Uma por uma, por favor.

O SR. – Só me dá aqui.

O SR. – Essa aqui o senhor reconhece? Diz o que é que é.

O SR – Deve ser um...caminhão.

O SR. – Então descreva o que que é.

O SR. – Um caminhão, uél

O SR. – Aonde?

O SR. – Lá no sítio, uél

O SR. – No seu sítio?

O SR. – Aqui não tá dando pra ver se é no sítio, não.

O SR. – Que é que o senhor acha?

O SR. – Aqui não tá dando pra ver se é lá, não. Acho... aqui não é não.

O SR. – O senhor acha que não é?

O SR. – É. Eu acho que não é não.

O SR. – Olha bem.

O SR. – E aqui?

O SR. – Aqui é, sim.

Ah, ah, ah... é a carga...

O SR. – Ficou mais claro. E aqui?

O SR. – Um heliporto?

O SR. – Hum... um heliporto?

O SR. – Não, o senhor pode pegar e ver.

O SR. – No sítio também.

O SR. – No sítio também aqui?

O SR. – É o mesmo caminhão.

O SR. – É o mesmo caminhão?

O SR. – É.

O SR. – O caminhão foi pego lá no seu sítio e não é verdade o que estou dizendo?

O SR. – Não, a carga pra mim não era. A carga pra mim não era.

O SR. – Era para mim?

O SR. – Não, não tô falando que é do senhor não, uél

O SR. – Eu achei que fosse pra mim.

O SR. – Tem três... quatro pessoas dizendo a mesma coisa: que o senhor comprou a carga roubada e o senhor assim...

O SR. – Eu não comprei a carga. Eu não tinha o dinheiro. O senhor faz o levantamento da minha conta se eu tinha o dinheiro pra comprar a carga, uai!

O SR. – O helicóptero é de quem?

O SR. – Hum?

O SR. – O helicóptero também é de quem?

O SR. – Da polícia.

O SR. – Deixe-me tirar uma dúvida aqui: oh, Cleverson, na oportunidade em que você esteve junto com ele e com Moisés da negociação, quem que pagou a mercadoria?

O SR. – Foi o Cabral.

O SR. – Ele?

O SR. – Exatamente.

O SR. – Como que ele pagou? Você lembra?

O SR. – É.. pagou um pouco em dinheiro e o outro foi em cheque. É o cheque que nós 'tem' voltado dele é por causa que uma das cargas tinha caído lá dentro no dia que pegaram a dele.

O SR. – Você tem um cheque sem fundo dele?

O SR. – Tenho um cheque sem fundo. Sem fundo, não. Ele sustou o cheque.

O SR. – Ah, ele sustou?

O SR. – Ele sustou o cheque por causa que a carga tinha caído.

O SR. – Eu comprei do Sávio trezentas calças jeans sem etiqueta pra mim colocar etiqueta.

O SR. – Com nota?

O SR. – Hum?

O SR. – Com nota?

O SR. – Sem nota. Entendeu?

O SR. – (Risos)

O SR. – Ué...

O SR. – Isso é carga roubada.

O SR. – Não é carga roubada.

O SR. – Não é não?

O SR. – Ele pegou as calças... Ele pegava em Jaraguá e eu colocava a etiqueta minha, que na época ???

O SR. – Oh, Cleverson, onde é que essa carga de calça foi roubada?

O SR. – Como é que é?

O SR. – Essa carga de calça?

O SR. – Onde é que foram roubadas as calças?

O SR. – Foi roubada no caminho de São Paulo.

O SR. – Em São Paulo?

O SR. – São Paulo.

O SR. – E aí?

O SR. – Não, mas eu não comprava... eu sabia, ué...

O SR. – Foi levada lá pro sítio.

O SR. – O que é que garante a legalidade ???

O SR. – Essas calças 'foi' comprada em Jaraguá.

O SR. – Sabia que era roubada.

O SR. – E como é que ele sabia?

O SR. – Ele trabalhava na fábrica...

O SR. – Como que ele sabia que era roubada?

O SR. – Porque através disso ele já tinha comprado mais uma de tecido nossa, roubada.

O SR. – Através de quê?

O SR. – Ele já tinha comprado um de tecido, roubada, e ...

O SR. – Então ele sabia com quem estava mexendo?

O SR. – Ele sabia que era roubada por causa que quem vendia pra ele era o Moisés e ele sabia do que se tratava já, inclusive conversava com a gente pelo telefone.

O SR. – As 'calça' 'era' de Jaraguá, da fábrica que ele trabalhava, inclusive eu tinha um telefone lá, que ele era estilista da fábrica e eu cheguei...

O SR. RELATOR () – Seu Cabral, eu vou dar um depoimento aqui como relator da CPI. Tem quase um ano e meio que nós estamos buscando isso, nós encontramos outras vezes já. Nós já encontramos Carrefour, já encontramos Paes Mendonça, tá tudo chegando nos eixos. Aonde nós queremos e é aí que nós queremos o receptador.

O SR. – Mas eu não sou receptador, não.

O SR. – O senhor é receptador.

O SR. – Receptador é Carrefour, que eles têm dinheiro para comprar e eu não tenho dinheiro para comprar.

O SR. – Está claro?

O SR. – Não tenho dinheiro para comprar.

O SR. – Então o senhor compra pela metade do preço.

O SR. – Estou cumprindo a minha obrigação e estou muito feliz de estar aqui.

O SR. – O senhor é o Relator, então o senhor faz um levantamento das minhas contas bancárias se eu tinha condições de comprar um caminhão ....

O SR. – Mas eu vou fazer isso. Daqui a pouco já estou com a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos três.

O SR. – Pode fazer, o senhor vai ver se tive condições de comprar o tecido.

O SR. – Então, vamos lá, vamos continuar. O senhor comprou as calças. O senhor falou que sem a nota.

O SR. – Não, eu comprava do Sávio, eu tinha negócio com ele e vendia para ele também.

O SR. – O senhor comprou sem nota? O senhor disse agora há pouco o seguinte: " Não, ele trabalhava de estilista lá na fábrica."

O SR. – Ele trabalhava de estilista.

O SR. – Então ele comprou de lá para vender para o senhor?

O SR. – Ele trabalhava numa fábrica em Goiânia de estilista, o senhor pode procurar que ele trabalhava lá.

O SR. – Essas trezentas calças vieram de Goiânia?

O SR. – Mandaram ele embora. Liguei e cheguei a falar lá com a fábrica mesmo. O Sávio saiu daí? Saiu daí.

O SR. – O senhor perguntou: "Essa calça veio daí?"

O SR. – "Essa calça saiu daí?"

O SR. – O senhor perguntou: "Essa calça veio daí?"

O SR. – Aí ele falou: " Não, nós acertamos com ele com calça, porque nós não temos condições de acertar com ele em dinheiro." Ele trabalhava, o senhor pode fazer o levantamento, que ele trabalhava de estilista numa fábrica em Goiânia.

O SR. – E veio sem nota?

O SR. – Veio sem nota

O SR. – Então, Sr. Relator e Presidente, uma outra coisa que quero requerer é que seja oficiada à Secretaria de Fazenda Estadual para fazer uma devassa na empresa desse senhor, porque, no mínimo, aqui, houve, no mínimo, uma sonegação.

O SR. – Perfeitamente.

O SR. – Não é verdade? O senhor pode fazer...

O SR. – O senhor confirma que o senhor sonegou? O senhor confirma que o comprou?

O SR. – Eu não confirmo que soneguei, não.

O SR. – O senhor comprou com nota ou sem nota?

O SR. – Ela veio sem nota. Não coloquei ela na fábrica:

O SR. – Isso não é sonegação?

O SR. – Pois é, mas eu não coloquei ela na fábrica, não.

O SR. – Isso não é sonegação?

O SR. – Pode ser sonegação, mas eu não coloquei...

O SR. – Pode ser não. É ou não é? O senhor comprou um mercadoria...

O SR. – Mas aí o seguinte. Eu não coloquei ela na fábrica, não.

O SR. – Sr. José Francisco Cabral, deixe eu falar uma coisa para o senhor. O senhor não é bobo, é comerciante não é de hoje, então, por favor, não me faça de bobo. O senhor é comerciante, o senhor sabe muito bem o que garante a legalidade que foi pago o imposto é a nota fiscal. O senhor comprou uma mercadoria. Quanto que vale trezentas calças?

O SR. – Hoje?

O SR. – Essas trezentas calças, quanto que valem?

O SR. – Deve valer ...

O SR. – Quanto cada uma?

O SR. – Na faixa de R$ 12,00.

O SR. – R$12,00. Então, R$360,00.

O SR. – R$360,00?

O SR. – 12 vezes 300, R$3.600,00.

O SR. – Pois é, mas essas calças eu não coloquei na loja.

O SR. – O senhor fez o que com ela? O que o senhor fez com ela?

O SR. – Eu vendi elas lá no **shopping**. Eu vendi em meu nome, não coloquei ela na loja porque ela não tinha etiqueta.

O SR. – O senhor colocou etiqueta.

O SR. – Ela não tinha etiqueta.

O SR. – O senhor colocou etiqueta. Então, o senhor recebeu...

O SR. – Carga roubada não tenho nota.

O SR. – É isso que estou dizendo.

O SR. – Eu vou fazer. Eu vou levar os papéis.

O SR. – Se ela não é roubada, no mínimo, o senhor tinha que chegar para a CPI e falar assim – não me faça de bobo -: "Essa carga não é roubada. Está aqui a nota fiscal dessa carga".

O SR. – O senhor espera então...

O SR. – Eu não espero, não. O senhor está pensando que alguém é bobo aqui? Ninguém é bobo aqui, não. Como é que o senhor vai levar o papel se o senhor acabou de dizer que não tem nota?

O SR. – A fábrica de Goiânia me dá garantia que ele pagou ...

O SR. – O senhor não comprou da fábrica. O senhor acabou de dizer que comprou dele e que o senhor foi lá e disseram para ele, que tinha pago, feito as contas dele com a calça.

O SR. – Ele foi demitido da fábrica. Eu procuro para o senhor a fábrica que ele trabalhava.

O SR. – Alexandre, quanto tempo você ficou preso por conta dele?

O SR. – Oitenta e três dias.

O SR. – Quanto tempo você ficou preso, Marquinhos?

O SR. – Oitenta e três também.

O SR. – Jaziel, quanto tempo ficou preso?

O SR. – Oitenta e três dias.

O SR. – Quanto tempo o senhor ficou preso, Sr. Cabral?

O SR. – Fiquei dez dias.

O SR. – É só para os senhores verem os pesos e as medidas. E eles estão confessando, estão dizendo. Está confessando, está dizendo. E ali o grande figurão... Porque ele, se não tivesse para quem vender... Se não tivesse um receptador, o grandão para comprar e não tivesse para quem vender, eles não estariam fazendo. Agora, enquanto tiver gente grande como o senhor comprando e ficando na cadeia uma semana, uma semana e meia, e saindo da cadeia leve, livre e solto, com o lombo liso, então vão continuar roubando mesmo. Tem mais é que roubar mesmo, porque o receptador, que é o grande figurão vem com a cara limpa, com a cara enxuta, mente. Não sei porque que eu não peço a prisão do senhor, nem que seja para ficar uma semana na cadeia para compensar isso. Não tem fundamento. A CPI não quer ser arbitrária com o senhor, mas o que o senhor está fazendo...

O SR. – Os outros foram soltos por excesso de prazo.

O SR. – Claro. E ele, na outra semana. Oitenta e um dias é o prazo que tem a Justiça, processualmente, para apurar.

O SR. – Qual o nome da sua empresa? Confecções Cabral Ltda.?

O SR. – É.

O SR. – Sr. Presidente, requeiro a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Confecções Cabral Ltda. e do Sr. José Francisco Cabral.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Inclusive, pedir a quebra dos sigilos da esposa dele e de quem tiver envolvimento na empresa.

O SR. – O senhor tem sócio na empresa?

O SR. – A minha ex-esposa.

O SR. – Quem?

O SR. – Minha ex-esposa. Nos separamos e ela...

(?????)

O SR. – ... pela perna do pato, sendo a perna do pinto. Bem ligeirinho, faceiro e, no entanto, os outros ficam na cadeia. É isso que nos causa indignação. O cidadão aí fora tem que ficar indignado mesmo. Penso que nossa Justiça tem que ficar mais atenta. Que soltassem eles também ou deixassem o senhor preso pelo mesmo tempo. Assim, tenho certeza de que o processo tramitaria mais rapidamente. É lamentável.

Por mim, está encerrado. Mas o senhor deveria sair daqui para a cadeia.

O SR. – Mas ele vai.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Agradeço a presença de todos.

Solicito que as pessoas se retirem.

Agradeço a todos que colaboraram com o eventos, os funcionários, a Polícia, os vereadores.

Amanhã, às 9 horas, retomaremos nossos trabalhos.

Uma boa-noite a todos e nossos agradecimentos.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 20ª Reunião Realizada em 14/11/2001

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano dois mil e um, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Uberlândia, sob a Presidência do Senador Geraldo Cândido e ainda, com a presença dos Deputados Oscar Andrade, Pompeo de Mattos, Cabo Júlio e Carlos Dunga, reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir as seguintes pessoas: José Jorge Skaff, Emerson Araújo, Marcellus Vaz de Souza, Francisco de Assis da Silva, Carlos Carrijo, Elder Nunes, Fábio Magela, Vilmar Neves Martins: e ainda o senhor Benedito Simão de Andrade. o Senador Geraldo Cândido faz seus agradecimentos e passa a Presidência ao Deputado Carlos Dunga para dar continuidade aos trabalhos, ocasião em que foi ouvido o senhor José Jorge Skaff vulgo Jorjão, sendo dado voz de prisão ao mesmo por infringir o Art. 4º, item II, da Lei nº 1,579, de 18 de março de 1952, ao termino dos trabalhos a Presidência agradece a cidade de Uberlândia na pessoa do Presidente da Câmara Municipal, aos Policiais Civil e Militar do Estado de Minas Gerais, à Policia Federal e Policia Rodoviária Federal que colaboraram durante todos os dias que a CPMI esteve na cidade, e ainda agradecimentos à Imprensa, Juizes, Promotores, Estudantes de Direito e ao povo em geral que acompanharam nossos trabalhos. Foi registrada ainda as presenças dos Promotores Fabricio Ferragini e Breno Linhares, Juizes de Direito, Dr. Joemilson Lopes e Defensores Públicos, Drs. Evaldo Gonçalves e Clayton Barbosa: o Relator tece seus agradecimentos, a seguir o Deputado Pompeo de Mattos expressa seus agradecimentos recitando uma poesia de forma expressiva agradecendo o tratamento que foi dispensado a Comissão e para finalizar o Presidente da Câmara Municipal Dr. Geraldo Jabbur, agradece aos parlamentares por terem trazido a CPMI a Uberlândia. E não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

20ª Reunião dia 14/11/01

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (...) No que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubo de cargas.

Essa Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à ouvir as seguintes pessoas: Vilmar Neves, Fábio Magela, Carlos Carrijo, Francisco de Assis, Marcelo Vaz de Souza, Carlinhos, Luís Antônio da Silva, José Jorge, Escarfo.

Indago ao Plenário se é necessário a leitura da ata da reunião anterior, realizada em 13 de novembro de 2001 ou se podemos considerá-la aprovada.

O SR. – Sr. Presidente peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedida a dispensa.

Para iniciarmos, então, peço a secretaria que adentre ao Plenário os seguinte depoentes: Fábio Magela e Carlos Carisma.

O SR.CARLOS JÚLIO – Sr; Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Deputado..., pela ordem.

O SR. CARLOS JÚLIO– Eu só quero fazer uma ressalva aqui, já que nós vamos ouvir os representantes de algumas empresas e quero pedir aos Senhores que neste depoimento não revelasse, pode ser durante as perguntas aconteçam, qualquer coisa que seja ligado ao sistema de segurança da empresa. Nós estamos ao vivo e a gente sabe que as empresas gastaram muito dinheiro para fazer um sistema de segurança para diminuir estes prejuízos. Então, eu gostaria que os Senhores forem muito cautelosos no momento da sua fala para não colocar em risco o sistema de segurança da empresa. OK?!

O SR. PRESIDENTE .(Romeu Tuma) – Então, é acatada a proposta do nobre Deputado Carlos Júlio.

Então, eu gostaria que os Senhores antes de falar dissesse o nome completo e cada um dos Senhores têm cinco minutos para fazer as considerações iniciais e em seguida haverá então algumas perguntas dos senhores membros da CPI.

O SR. VILMAR NEVES MARTINS – Eu sou diretor de esportes da empresa Arcon e estamos aqui contribuindo para a CPI e também prestigiando. Para nós é um prazer muito grande estar aqui, com certeza teremos sucesso com a presença dos Senhores.

O SR. CARLOS ANTÔNIO PAES LEME CARRIJO – Eu sou diretor de logística do Grupo Martins e da mesma forma nós apreciamos os trabalhos aqui da CPI em Urberlândia, principalmente porque isso ajuda e dá mais confiança para que possamos desenvolver um trabalho mais tranqüilo dentro daquilo que é a nossa competência que é fazer a distribuição de mercadorias. Quantas e quantas vezes ficamos envolvidos realmente em resolver problemas que não nos diz respeito e então esperamos que realmente o trabalho desta CPI traga resultados para todo o País na solução do crime roubo de carga.

O SR. FÁBIO MAGELA – Bom dia a todos, o meu nome é Fábio Magela, eu sou gerente logístico do transporte da Empresa Peixoto Atacadista e o nosso objetivo como os demais colegas aqui é simplesmente contribuir com a CPI de modo a observarmos ações sustentáveis aí que contribuam com a nossa operação de transporte e distribuição em todo o País.

Isso é, sem dúvida nenhuma, um fator que vai influenciar e muito positivamente em todas as operações da empresa.

Muito obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Relator Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Carrijo, Fábio Magela e Dr. Vilmar Neves é para a nossa satisfação poder contar a presença dos Senhores aqui.

Entendo que de uma forma direta a CPI trabalha principalmente para os Senhores. É lógico que nós trabalhamos para a sociedade, porque o prejuízo do roubo de carga pode a sociedade não entender isso diretamente., muitas pessoas que vivem com mais dificuldade, que têm um nível cultural menor, mas todos nós pagamos em função dos roubos de carga. Os valores que nós temos hoje, estamos falando em 650, 700 milhões e pode bater a 800 milhões este ano, é lógico que isso é rateado à sociedade. A transportadora, os armazéns são os primeiros que tomam prejuízo, mas é lógico que isso tem que ser repassado à sociedade; mas os primeiros a perder com isso, eu entendo que são exatamente os transportadores e os distribuidores.

A criação da CPI, há um ano e meio atrás, deu-se em função de mais de um ano, quase dois anos, de acompanhamento meu, na questão de roubo de carga no Brasil, principalmente pela grande inter-relação que houve entre roubo de carga e narcotráfico. Todos se lembram da questão da CPI do Narcotráfico. Tudo o que se achava sobre roubo de carga na CPI do Narcotráfico não podia continuar, até porque a prerrogativa e a obrigação da CPI do Narcotráfico era cuidar do narcotráfico.

Depois desses estudos, então, e dessa inter-relação, nós resolvemos criar a CPI. Ela veio com muita dificuldade, se arrastando, nós tivemos muitos recessos atrapalhando, mas estamos realmente levando resultado positivo onde vamos; e não é diferente aqui em Uberlândia. Vamos sair daqui com certeza com o nosso trabalho realizado. Deveremos voltar, pelo que estamos sentindo hoje aqui; e é mais uma contribuição da CPI para nos orgulharmos e realmente sentirmos com a nossa obrigação cumprida.

Da parte dos senhores – na verdade houve uma proposta do Ministério Público, para que pudéssemos ouvir os empresários, que são os que primeiro sofrem –, nós gostaríamos de receber informações sigilosas, ou públicas, se necessário for, e gostaríamos que essas colocações fossem importantes para a CPI, para aumentar o nosso nível de conhecimento **in loco** da

região. Temos um mapa geral do Brasil e onde vamos aprofundamos o nosso conhecimento quanto às questões da região. Gostaríamos de receber essas informações. Estamos aqui, à disposição, exatamente para enriquecermos o nosso trabalho. Pelos trabalhos realizados ontem e anteontem, acho que o acompanhamento dos senhores está sendo constante, sentimos que a nossa vinda à Uberlândia, à região, foi muito importante. Ontem, conseguimos identificar, com muita força, um grande receptador, conseguimos claramente identificar a participação de policiais nesse jogo louco de extorsão, de co-participação, nos crimes, e até a participação de agentes da polícia soltando preso; um preso tão importante como aquele.

Os nossos caminhos... Definimos os quatro pontos principais, e a sugestão dos senhores pode ser muito importante pra nós. Vou tentar relacionar os quatro pontos aqui: Primeiro a federalização do crime de roubo de carga. Isso vai ser um trabalho um pouco grande, porque não se trata, simplesmente, de passar para a Polícia Federal, até porque a Polícia Federal do Brasil não está preparada para receber uma responsabilidade desse tamanho; não por falta de capacidade, mas por falta até de preparo, de aparelhamento, de contingente, essa coisa toda. O que pretendemos com isso, na verdade, é quebrar a questão jurisdicional; principalmente; porque, não raras vezes, o roubo de cargas envolve dois, três, quatro Estados. E aí, realmente, a questão do impedimento das Polícias em ultrapassar os limites atrapalha muito. O segundo ponto, e não menos importante, que elegemos foi um aumento – nós vamos promover estudos, vamos ouvir juristas –, considerável da penalização dos receptadores. Entendemos que a previsão de um a três anos de prisão, no máximo, para o receptador, hoje, com direito a **sursis,** é uma brincadeira.

E são eles, hoje, os grandes mentores que realmente conseguem fazer aumentar esse roubo de carga no Brasil. Então nós temos que, no mínimo, igualar com o delito roubo e furto, e não ficar nessa coisa tênue e tão fraca.

O terceiro ponto que consideramos como muito importante é a identificação individual dos produtos, e explico – até, no nosso modo de ver, já ficou claro que com isso é muito mais fácil. Em Recife, no ano passado, houve um roubo de 500 celulares Ericsson, que acabaram chegando no Carrefour de Recife, e esse roubo foi descoberto com muita facilidade porque era celular, o celular tem o número dele.

O SR. – Número de série.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse aqui tem um número de série único, nenhum outro no Brasil tem o mesmo número. E na hora de tirar a nota, tem que sair o número dele. Então, é muito fácil identificar quando é roubado celular, muito mais fácil, quando é carga, o roubo individual pequeno é outra história, não é o nosso caso.

Pergunto: por que uma televisão, uma geladeira não podem ter um número individual? Por que uma barra de tecido não pode ter, se no cantinho está o nome da empresa? Pode perfeitamente ter, já há um projeto de lei nosso, inclusive, de exigir a numeração individual também do maior número de produtos possível. É lógico que arroz, por exemplo, não tem jeito, algumas coisas não têm jeito, mas acho que em 90% é possível. Então, essa realmente é uma identificação da CPI, depois de caminhar muito, e trabalharemos com muita força nesse sentido.

E o quarto ponto importante também é a questão da localização por satélite dos caminhões. Hoje um localizador por satélite instalado num caminhão custa pouco mais de R$3 mil, R$4 mil, acho que está em torno disso. Quando lançado no Brasil, há alguns anos, custava R$15 mil, R$ 16 mil. É exatamente a produção que faz o preço baixar. Entendemos também que, se todos os caminhões fabricados no País já vierem com ele instalado, o preço cairá muito mais, e é possível se fazer realmente um trabalho muito mais bem feito com os caminhões mais bem controlados.

Elegemos esses quatro pontos e estamos trabalhando em cima deles, além dos outros detalhes que os envolvem. A CPI está prevista para acabar 15 de dezembro, mas já tomamos a decisão, recolheremos assinaturas e prorrogaremos no mínimo até julho do ano que vem para desenvolver em cima desses quatro pontos e dos outros que porventura forem eleitos pelos membros da CPI em função, principalmente, das informações que recebemos dos transportadores, dos empresários, das pessoas que realmente sofrem mais com o roubo de cargas no Brasil.

O que eu tinha a dizer era isso, e deixo a palavra aos senhores para sugestões. Se quiserem trazer sugestões escritas também, ou alguma outra consideração sigilosa, para nós é de muita valia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Carlos Dunga, V. Exª tem alguma pergunta?

O SR. – Acredito que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada. V. Exª pode continuar.

O SR. – A proposta que S. Exªs estão apresentando aqui...

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu microfone. O senhor tem que subir a mão um pouco, acho que pega na antena.

O SR. – Acho que esse aqui fala melhor. Creio que os quatro pontos levantados são fundamentais, realmente, para o processo de redução do roubo do carga. Alguns deles nós mesmos já insistimos várias vezes, através da força política representativa do nosso segmento, das nossas entidades de classe, e aí ressaltando, principalmente, a idéia de a Polícia Federal ser um órgão mais abrangente para tomar conta dessa questão de roubo, porque o que foi mencionado por V. Exª quanto à questão da limitação da polícia dentro do seu próprio Estado realmente é o que tem mais trazido facilidades para o roubo. Então, apoiamos as quatro medidas.

Com relação à penalidade, realmente acho que não só ela, mas também o aspecto da investigação deve ser concentrado realmente no receptador, porque se não houver receptador não há ladrão, então é um ponto que considero muito importante. Na questão de identificação de produtos, a colocação de número de série e tudo o mais, acho que essa obrigatoriedade deveria, sim, existir, principalmente para produtos – digamos assim – cuja durabilidade é maior, como por exemplo telefone, geladeira, televisor. Até hoje – já sabemos – existem algumas empresas trabalhando na pesquisa de códigos de identificação com um sinal eletrônico, pelo qual se poderia imediatamente até localizar onde estaria o produto. Então, acho que a identificação do produto também é muito importante. Sabemos que teríamos dificuldades para fazer esse tipo de controle nas empresas hoje, mas não é nada que não seja factível.

O exemplo da identificação dos lotes de medicamento é claro. Até pouco tempo, os medicamentos não eram identificados na nota fiscal pelo número do lote, mas hoje o são e sem inconvenientes para ninguém. Muito pelo contrário, isso tem facilitado algumas investigações.

Todas as empresas, principalmente as distribuidoras, que não levam o produto diretamente para o consumidor, têm condições de fazer o rastreamento. Penso que estamos prontos para contribuir com sugestões de identificação de produto. Realmente a identificação do produto inibe o roubo, já que as pessoas saberão que o produto é rastreado.

Em relação ao sistema de rastreamento, lembro que tal sistema foi desenvolvimento no mundo para buscar a economia nos processos logísticos, tanto que, quando Nelson Piquet* e a empresa concorrente, a ControlSat, trouxeram esses equipamentos para o Brasil, o objetivo era reduzir os custos da operação. Assim, cada vez mais poderíamos otimizar nossos serviços, fazendo programação de entregas. No entanto, o processo foi deturpado pelo agravamento no roubo de cargas. Conseqüentemente, passamos a usar o equipamento como um sistema de rastreamento da carga, ou seja, para segurança, o que desvirtuou totalmente do objetivo inicial.

Acredito que, para a localização, deveria existir, sim, algum sistema de fábrica. O processo maior de identificação seria realmente pelos produtos e não pelo veículo. O veículo tem sua finalidade, sim, em relação ao roubo de carga, pois além de levar a carga, permite sua identificação. Além disso, hoje, com uma série de inibidores, consegue-se bloqueá-lo. Porém, isso acaba não sendo tão eficaz quanto o rastreamento do produto, dados os custos desses equipamentos e dos sistemas de comunicação, pois apesar do equipamento ser barato, é muito cara a comunicação.

O SR. – Deixe-me fazer um adendo. O senhor fala em identificação eletrônica do produto com possibilidade de localização?

O SR. – Sim.

O SR. – O senhor quer dizer monitoração do produto?

O SR. – Individualmente?

O SR. – Não, necessariamente – desculpe-me a expressão – da latinha de leite. Poderíamos identificar um lote de mercadorias ou mesmo uma caixa, dependendo do valor, por um emissor de sinal. Essa tecnologia ainda está em desenvolvimento, não é muito viável do ponto de vista econômico, mas poderá possivelmente...

O SR. – O senhor já dispõe de estudos sobre isso?

O SR. – Não, mas sabemos de empresas que os estão desenvolvendo, até mesmo com o apoio de fabricantes. Estão trazendo algo para o Brasil. É possível tentar identificar, para repassar para os senhores, onde há algo sendo desenvolvido.

O SR. – Gostaria de receber essas informações para fazer um estudo a esse respeito.

O SR. – Comprometo-me a enviar.

Fora esses quatro pontos, penso ser necessária maior moralização do País em relação à fiscalização tributária, pois, por meio dela, consegue-se localizar o receptador, saber onde está ocorrendo a venda de

produto sem nota. Conseqüentemente, o rastreamento torna-se muito mais fácil. Defendemos esse ponto e acreditamos que realmente trará uma solução, pois representa a divisão, o esforço de várias frentes do Governo para resolver o problema. A fiscalização tributária é fundamental nesse processo.

O SR. – Reforçando os aspectos citados, penso que poderíamos caminhar por dois sentidos: o primeiro, o papel da entidade governamental com relação à coibição do próprio sinistro. Quando falamos em federalização das operações de repressão ao crime de roubo de cargas, é importante ressaltar que isso não vai ser um trabalho, como já foi colocado pelos Srs., feito a passos rápidos. O primeiro passo seria direcionar principalmente para regiões e localidades onde o índice é mais elevado. Como é do conhecimento de todos, existem Estados como São Paulo e Rio de Janeiro, onde a representação é bem mais expressiva nos demais Estados. Então, uma das sugestões que parte da nossa empresa é no sentido de apertar mais o cerco em determinadas localidades, como a própria capital de São Paulo, a grande São Paulo, incluindo a região do ABC, e principalmente o grande Rio, Baixada e capital. São, aos nossos indicadores, regiões que apresentam índices mais elevados, até que daí possamos migrar para uma operação mais conjunta da federalização.

Bem colocada a questão da penalidade. Penso que isso era um fator que preocupava todos nós. Pelo que tenho sentido é um fator de determinação de mudança. O que nos tranqüiliza um pouco.

Quando falamos em papéis distintos, e iniciamos a nossa exposição nesse sentido, percebemos que as empresas têm que contribuir com o trabalho, já que teoricamente elas seriam as mais interessadas. A participação individual de cada corporação, sem dúvida, contribuirá.

Um dos pontos que não foi citado, mas que gostaria de reforçar, uma boa parcela dos roubos de carga tem a cooperação dos profissionais ligados a empresas. Estatisticamente isso é um número que é de conhecimento de todos. No momento de contratar um colaborador, de acompanhar, de direcionar, os trabalhos gerenciais da empresa devem estar direcionados nesse sentido, ou seja, de forma a inibir, de conduzir de uma forma melhor os próprios colaboradores. Os números apontam que em torno de 40% dos roubos de carga de alguma forma tem participação, teoricamente, do motorista ou de algum colaborador interno.

Sobre a questão da rastreabilidade é importante reforçar que parece que o investimento é pequeno, mas a bem da verdade não é. Na medida em que hoje temos um equipamento de rastreamento completo na ordem R$7 mil, ou seja, na medida em se tem uma frota maior, esse número pesa. Envolve uma boa parcela de investimento de capital, o que, querendo ou não, vai contribuir na sua rentabilidade, na sua margem. Não se limita ao equipamento, mas na comunicação de dados que hoje oscila na ordem de R$200,00 a R$300,00 por veículo. Então, sinto que as empresas de modo geral estão fazendo o seu papel. Hoje isso já é uma prática comum, porque há uma necessidade, uma solicitação por parte dos nossos clientes para que isso seja feito, principalmente no ambiente do operador logístico. Deixa de ser um incremento e uma segurança para ser uma exigência do mercado. Volto a reforçar que, nessas duas vertentes, vamos ter resultado. Cada corporação fazendo o seu papel, e obviamente que o Estado fazendo o seu, que é de combate ao crime e ao roubo.

Muito obrigado.

O SR. – Somente para completar uma informação: comentamos a respeito do custo da comunicação nessa transmissão de dados do veículo para o satélite, realmente, hoje se gasta cerca de R$300 por veículo por mês. É um valor muito alto considerando a margem de lucro das empresas.

Uma das idéias que poderiam ser desenvolvidas seria uma maior facilidade de acesso à comunicação, a redução de custo via algum tipo de verba, de incentivo para que as empresas pudessem massificar o uso do sistema de rastreamento. Acho que essa é uma sugestão que temos a dar.

O SR. – Um incentivo fiscal, alguma coisa desse nível

O SR. – Alguma coisa desse tipo de forma que viesse a reduzir o custo para as empresas, e que, no fundo, vai reduzir o custo para o consumidor.

O SR. – Sem dúvida, concordo com os colegas. Os quatro pontos aqui são fundamentais na redução dessa criminalidade, principalmente, aqui, o quarto, que seria a identificação do produto. Com certeza, além de inibir, contribuiria também para a localização desse produto. Concordo com o Dr. Carrijo, a (?) de rastreamentos, o custo é muito elevado. Hoje é quase que inviável, apesar de ter reduzido bem, como o senhor disse, de 15 mil para 3, 4 mil, mas continua ainda muito elevado esse custo.

O principal que eu colocaria aqui seria a parte fiscal que, realmente, tem condições de nos dar uma contribuição muito grande, tanto nas barreiras quanto

também nos estabelecimentos, a fiscalização desses produtos.

O SR. – Deixa eu fazer...

O SR. – Deixa eu criar uma polêmica rapidinho, pode?

O SR. – Pode.

O SR. – Martins, o grupo Martins é atacadista e também transportadora, né? Peixoto é atacadista? Transporte também?

O SR. – A Peixoto, hoje ela já atua há dois anos também como operador logístico, ou seja, também no segmento transportes, não como duas empresas em separado, como é o caso do grupo Martins, mas dentro de um mesmo ambiente, uma razão social que abriga as duas atividades.

O SR. – E a Arcon?

O SR. – A Arcon é atacado distribuidor. Vende e distribui o produto, transporta produto próprio nosso.

O SR. – Vai ser mais fácil. Eu já recebi, de alguns sindicatos e federações de transporte, e ainda vai ser objetivo de estudo nosso, informações de que existe um dispositivo legal, não sei se projeto de lei já aprovado, faltando regulamentar, isso é recente, nós vamos fazer esse estudo ainda, estabelecendo que o pagamento do seguro da carga tem que ser feito pelo embarcador, não mais pelo transportador. A informação que eu tenho, e ainda não estudamos para ver até que ponto isso é legal ou verdadeiro, é de que a lei estabelece dessa forma, faltando apenas a regulamentação. Qual a opinião suas a respeito disso? O que que entendem os transportadores? Deixa eu dar o quadro geral aqui, rapidamente, para vocês entenderem. Entendem os transportadores que o embarcador industrial ou o distribuidor que, ao entregar a carga para o transportador, ele está tranqüilo, porque ele vendeu a carga, ele entregou para o transportador e a responsabilidade é dele. Ele não tem mais nada com isso, porque ele já faturou. O cara lá vai pagar mesmo, não tem conversa. Se roubar o seguro, ou o transportador vai pagar, ele não tem prejuízo nenhum com isso. Às vezes, tem até lucro porque, se roubar, vai ter que comprar de novo. Então, ele vende outra vez.

O SR. – O senhor diz a indústria?

O SR. – A indústria... Eles falam indústria/embarcador, porque, às vezes, não é só indústria. Vocês, por exemplo, não são indústria, mas são embarcadores pesados. Então, eles chamam de embarcador. Então, estabelecem eles, os transportadores, de que a responsabilidade do seguro da carga, passando para o embarcador, vai haver uma preocupação maior e uma ajuda maior aos transportadores e cria mais justiça. Eu queria a opinião suas a respeito disso. Seria até um quinto ponto que nós elencaríamos. Eu achei tão polêmico ainda. Quer dizer, nós vamos fazer um estudo para depois apresentar para todos.

O SR. – Eu vou fazer duas comparações. O Martins, acho que tanto quanto o Peixoto e o Arcon, nós somos atacadistas – vamos dizer assim – por origem e nós sempre fomos os responsáveis pelo seguro das nossas cargas, tanto que posso até dizer que toda vida nós fizemos auto-seguro. Nós preferimos tomar conta da nossa carga ao invés de repassar isso para uma seguradora.

No caso específico nosso, do Martins, nós prestamos serviços para uma série de outras empresas e nós temos clientes que são embarcadores, normalmente indústrias, que optam por elas também fazerem o seguro na responsabilidade delas, o auto-seguro ou contratando uma seguradora, e empresas que repassam para o Martins a responsabilidade do seguro daquelas cargas. Evidentemente que, aí, no papel de transportadora, acabamos fazendo esse seguro porque temos uma proteção a mais, uma forma de reduzir os impactos de custo. Acontece que, na minha opinião, nos dois casos, é um engano muito grande dizer que o embarcador está livre do ônus do roubo da carga. Ele não está, porque também cobramos o seguro dele via frete. Existe uma alíquota de frete para o seguro, o **ad valorem**, exatamente para cobrir o custo que a transportadora tem em contratar um seguro, ou seja, é só um repasse do custo...(Interrupção na gravação)... embarcador como um, vamos dizer assim, risco próprio, a preocupação é muito maior. De fato, ele se preocupa mais. Por quê? Porque tende, cada vez mais, a buscar uma redução de custo para o seu produto e não quer ver também o seu produto distribuído gratuitamente na rua.

Acho que há o lado positivo, sim, de o embarcador ser o responsável pelo seguro, mas temos também clientes que, apesar de serem embarcadores e contratarem seguro de outras empresas, também se esforçam para que o custo seja cada vez menor. Isso porque hoje existem até produtos que não são mais segurados, que as seguradoras não querem fazer seguro. Quer dizer, cada vez mais, o cerco fica mais difícil em função do custo para a seguradora. Isso está aumentando. No ano passado e este ano, houve um movimento muito forte das seguradoras para forçar que o seguro fosse feito pelo embarcador em vez de pela transportadora porque se julgava que a transportadora tinha menos cuidado com as cargas. Não é exatamente esse o nosso caso, porque investimos violentamente na segurança.

A iniciativa de se transformar isso numa obrigatoriedade tem, sim, seu lado positivo, mas só acho que se deveria fazer um trabalho de moralização na fiscalização de transportadoras, que também se utilizam do expediente de seguro para resolverem seus próprios problemas. Acredito que isso também tenha de ser moralizado.

O SR. – Posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É importante lembrar também que não é a questão da seguradora, do seguro em si, mas o compromisso que a gente tem de chegar o produto ao cliente final. Então, não adianta fazermos o seguro, roubarem o caminhão, o seguro nos pagar até um certo ponto, porque depois começará a também nos responsabilizar por aquilo, a dividir conosco o prejuízo, mas o prejuízo maior aí é a chegada até o cliente, a parte logística, a parte de atendimento ao cliente, porque hoje a concorrência no mercado está muito grande.

O SR. – A minha pergunta é a seguinte: podemos dizer que existem empresas que dão o golpe do seguro – a empresa simula o furto, desvia a carga, vende-a para uma outra pessoa e recebe o seguro? Existem empresas no ramo que fazem isso?

O SR. – Não tenho informação disso. Desconheço.

O SR. – Informação a gente não tem. A gente tem suspeitas e, vamos dizer assim, muito comentário no mercado de que determinada mercadoria foi roubada do nosso caminhão e encontrada sendo vendida na feira de Caruaru, por exemplo. Então, acho que sim, existem interessados nisso.

O SR. – O segundo questionamento que tenho é quanto à escolha de motoristas por parte da empresa. Em muitas denúncias que recebemos, o furto, o desvio, o roubo acontece com a participação do motorista. O motorista faz um acordo com os bandidos e, no meio do caminho, entrega a carga e, daqui a "x" minutos, dá queixa do furto da carga.

A minha primeira pergunta é: existe uma fiscalização ou uma investigação, por parte da empresa, no momento da contratação desses motoristas? A outra pergunta que tenho para fazer é a seguinte: qual é a carga preferida, ou seja, a que tem a maior incidência de roubo na região?

O SR. – Bom, é importante reforçar, como eu já tinha dito aqui antes, que, junto com uma contratação em uma apólice de seguro em uma negociação, normalmente, tem-se uma amarração em uma gestão de riscos. Aí, entram vários fatores que vão compor essa gestão de risco, em que um deles é principalmente voltado à constituição de uma equipe que seja confiável. Então, sem dúvida nenhuma, eu posso falar no nosso caso, no momento em que o profissional está sendo contratado, é, sim, feita toda uma avaliação cadastral, visando, obviamente, qual é o histórico profissional e o histórico pessoal do candidato. Isso é parte integrante do processo de contratação.

Dentro do nosso ambiente, quem faz essa avaliação, para que não haja nenhum risco de que isso seja burlado ou facilitado é a própria corretora de seguros, ou seja, um órgão que presta serviços para a empresa, de modo a nos garantir mais confiabilidade. Isso não se limita apenas ao processo de contratação. Dentro de uma periodicidade, essa avaliação é feita com todo o corpo de colaboradores que compõem a equipe de transporte e de distribuição, principalmente.

Então, esse trabalho é feito, sim, com muito cuidado. Além disso, é feito também todo um trabalho de treinamento e de desenvolvimento desses profissionais para que, no momento em que foram abordados ou que forem, teoricamente roubados, saibam como conduzir a situação e como se posicionar diante do fato.

Além disso, um ponto importante a reforçar é o seguinte: o próprio equipamento de rastreamento também inibe, teoricamente, a co-paticipação de colaboradores. Por quê? Dentro de um modelo de rastreamento existem situações que vão se limitar à ação deles, como, por exemplo, a definição de um trecho específico, um rastreamento momentâneo, uma comunicação mais contínua, de modo que isso, digamos assim, dificulta, sim, a parceria.

O SR. – Desculpe-me, mas qual foi a segunda pergunta?

O SR. – Qual a carga preferida?

O SR. – Ah, sim. O que temos percebido é que, dentro de um ambiente normal, as cargas de maior preferência são aquelas de alocação fácil e de alto valor agregado. Dentro do ambiente atacadista, isso é comum por quê? Nós percebemos que, se colocar uma carga de uma carreta de shampoo, especificamente, é mais complicado do que uma carreta que compõe 2.800, 3.000 itens. Por quê? Na medida em que isso seja uma carga mais diversificada, facilita a receptação por parte de algumas empresas. Então, basicamente, está voltado para cargas em que existe um mix de maior número de produtos e de produtos de maior valor agregado e de fácil colocação no mercado. É o que temos percebido.

O SR. – Sabemos que, até há algum tempo, existia uma carga preferida por ela ser mais valiosa, menos volumosa e de fácil venda. Houve uma época em que o ataque aos caminhões que carregavam cigarros eram mais freqüentes. Houve, logo depois, uma época em que o ataque preferido era combustível. Existe, hoje, mais especificamente, uma carga preciosa, de maior risco para a transportadora? Quando a transportadora está carregando tal produto, vamos dizer, esse seja um produto em que os bandidos tenham um interesse maior. Existe isso? Nós podemos dizer que existe um, dois ou três produtos que tenham um interesse maior e, consequentemente, uma insegurança maior, um seguro maior? Existe isso ou não?

O SR. – Historicamente, podemos dizer que isto está mais focado em eletroeletrônicos, no próprio cigarro, em alguns produtos que são interessantes, mas que são muito visados, como o leite condensado e o creme de leite.

O SR. – Ah, sim?!

O SR. – Sim. Inclusive, existe, em alguns momentos, até uma dificuldade por parte das seguradores em cobrir cargas específicas desses produtos. Um outro que percebemos também, que, não é tão comum, mas, que existe uma visão, que seria a parte do café **in natura** e da pimenta do reino.

O SR. – Uma outra coisa: existe uma quadrilha que é especializada em desligar... Isso. Aqui. Acabou de chegar, pra mim, da Polícia Federal, a mesma informação: "Ladrões estão se especializando e são capazes de desligar o rastreamento por satélite." V. Exªs têm essa informação?

O SR. – Bom, desligar o equipamento não é tão complicado, basta que o bandido corte a fiação e está desligado. Tá certo? Se tem uma interrupção do sinal e consequentemente se perde o rastreamento. Agora, isso não precisa ser especializado.

Eu não sei se existe alguma forma de se desviar sinal, que seria, então, uma outra forma de usar o equipamento, quer dizer, dificultar a ação nossa no rastreamento. Isso eu não sei.

O SR. – É claro que a empresa de satélite também não tem apenas um rastreador. Isso aí é óbvio.

O SR. – Então, quer dizer, hoje o que sabemos é que toda vez que existe um roubo, os nossos equipamentos são danificados. Nós nunca recuperamos um caminhão onde o sistema estivesse perfeito, depois do crime, tá? A menos que ele não tenha tido tempo de fazer o roubo.

O SR. – Tá. Agora, a última pergunta: Dentro do Estado de Minas Gerais, qual é o trajeto, a parte da rodovia com maior incidência? Sabemos que daqui pro Nordeste a Rio-Bahia é uma estrada muito... Dentro de Minas Gerais, qual é o trajeto que quando a empresa tem que passar, ela fica mais temerosa? Existe um ponto negro, vamos chamar assim?

O SR. – É um pouco difícil dizer se tem um ponto negro. Eu tenho estatísticas de todos os roubos de carga que nós tivemos, posso deixar à disposição de V. Exªs, onde dá pra se ter uma idéia da distribuição do roubo.

O SR. – Ele é diversificado, o local?

O SR. – É muito diversificado.

O SR. – Por exemplo, o Triângulo Mineiro não é um ponto negro?

O SR. – No nosso caso específico, é, mas não é o ponto mais importante. Sim, nós temos algumas abordagens dentro do Triângulo Mineiro, outras regiões de Minas Gerais, principalmente próximas de Belo Horizonte, mas nada que nos diz que ali é um foco.

Percebemos, também, que muitas vezes há uma mudança de local.

O SR. – De acordo com o combate, se se combater num lado, eles atuam no outro. É isso? Em tese.

O SR. – Eu poderia até deduzir que pode ser por isso.

O SR. – Ainda ontem, uma carga foi roubada, se não me engano na cidade do Prata(?). É isso mesmo? A Polícia Militar pode me dar essa informação?

Se não me engano, na cidade do Prata houve um roubo de carga ainda ontem. Pertencia à empresa de alguns dos senhores?

O SR. – Bom, eu não tomei conhecimento, de ontem pra hoje, porque passei praticamente o tempo aqui e não...

O SR. – O capitão da PM, que está nos assessorando aqui, podia nos dar essa informação. Ainda ontem houve um roubo de uma carga, se eu não me engano, no Prata. O senhor tem notícias? Foi na rodovia. De carga de quê?

Eles vão levantar. Mas ainda ontem houve... Sintam a ousadia. Porque eu vejo o Triângulo como um ponto delicado, até pela sua posição estratégica. Aqui é um ponto onde precisa haver um combate, uns olhos...

Nós temos que olhar melhor pro Triângulo. Por quê? O ponto é muito estratégico. As rotas de fuga, de evasão de mercadorias. Aqui é muito fácil. Pra qualquer lado que se vá existe essa dificuldade.

Então, eu quero entender – e aí nós vamos pegar essas informações dos senhores, até para passar isso pra Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Porque eu vejo aqui como um ponto estrategicamente negro, por essa facilidade de escoar carga roubada.

O SR. – O que eu acho importante reforçar é o seguinte: dentro de uma visão de abordagem, existe vulnerabilidade por praticamente todas as regiões que a gente opera, porque muitas vezes os veículos operam em baixa quilometragem, em horários noturnos, o que, de certa forma, facilita a ação. Mas, com certeza, a parte de receptação não tem essa variabilidade.

O que eu quero dizer é o seguinte: ao se realizar uma ação específica no Triângulo Mineiro, pode-se começar a agir no Alto Mogiana, na entrada do Estado de São Paulo. Mas, sem dúvida nenhuma, o local de receptação não terá essa variabilidade. Então, seria relevante mudar o foco de ação, ou seja, teoricamente, procurar o empregador e não o empregado da ação de roubo.

Em linhas gerais, percebemos – pelo menos em relação à minha empresa – que o maior foco nosso não está no Triângulo Mineiro, especificamente distribuído no País. Mas há uma concentração, como já disse, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O SR. ?? – Quem é o representante da Arcon*?

O SR. ?? – A Arcon possui um mapa estatístico dos roubos ocorridos nos últimos anos?

O SR. ?? – Há regiões em que ele fica mais concentrado, como em São Paulo, Capital.

O SR. ?? – A Martins, a outra empresa, já nos forneceu esse mapa. Seria importante que a Arcon fizesse o mapa dos últimos dois anos.

O SR. ?? – Podemos fazer.

O SR. ?? – É preciso descrever a incidência, o local, o tipo de mercadoria, como ocorreu, o que foi investigado, o que foi recuperado. Portanto, solicito à Arcon, em nome da CPI, que faça esse mapa estatístico e nos envie. Esse procedimento seria muito importante.

O SR. ?? – Aproveitando a oportunidade, na região de Uberlândia, talvez até contrariando um pouco as estatísticas, nos últimos 15 ou 12 meses, não houve nenhum roubo.

O SR. ?? – Seria importante relatar os fatos ocorridos nos últimos dois anos.

O SR. ?? – Vale lembrar também, já que falamos sempre em seguradora e em seguro, que a Arcon banca a sua própria carga.

O SR. ?? – Seria auto-seguro?

O SR. ?? – Auto-seguro.

O SR. ?? – Sr. Presidente, encerro a minha participação.

Farei apenas uma última pergunta. Essas informações da empresa são muito importantes. Em cada 100 roubos de carga, qual o percentual da participação do motorista para o desvio da carga – para ser mais específico, um a cada mil? Podemos dizer que existe um caso a cada mil? Ontem, ouvimos uma quadrilha que me chamou a atenção para um fato: ela disse que saiu de Divinópolis – V. Sªs devem ter acompanhado – e foram até Betim negociar com o motorista o desvio da carga. Não se trata de roubo, o motorista repassou a carga. Em cada mil roubos, poderíamos dizer que existe um, meio ou 10 para cada mil? Existe a possibilidade de as empresas fornecerem esse percentual, essa informação, mesmo que não seja precisa?

O SR. ?? – Oficialmente, não há a confirmação de participação de motoristas nossos envolvidos em roubo de carga. Somente ficamos sabendo quando se realiza uma perícia que realmente informa essa participação.

Creio que, atualmente, há muitos casos de envolvimento de motoristas no roubo de carga, porque o bandido já percebeu que é muito mais fácil roubar com dinheiro do que roubar com arma. Percebemos que existe esse movimento.

O SR. ?? – Nesta semana, estive fazendo um trabalho em São Paulo. Reunimo-nos para tratar da gestão de risco da nossa operação São Paulo. Reforçando o número apresentado – até porque, na qualidade de empresas, não temos a técnica e a habilidade à disposição para fazer o processo de investigação a fim de avaliar se há ou não a participação do nosso profissional no roubo. Mas o que os dados estatísticos, principalmente da Grande São Paulo, demonstram é que, em relação a até aproximadamente 40%, existe a participação de forma ativa – em que, teoricamente, se procura vender – ou de forma passiva – em que se recebe propostas para desviar a carga. Esse número, hipoteticamente, limita-se ao Estado de São Paulo – não sei se podemos considerar esse assunto comum em todo o território nacional.

O SR. – Apenas para esclarecer, esse roubo ocorreu ontem, às 8 horas e 30 minutos, na BR-497, no KM 40, entre Uberlândia e Prata. Foi um roubo de carga de mercadorias diversas, secos e molhados. Houve também um roubo de ônibus de viagem.

O SR. – Talvez seja necessário dar um "baculejo", como se diz na polícia, nessa BR-497 – Uberlân-

dia-Prata –, porque uma carga e três ônibus de viagem foram roubados naquela área.

O SR. – Excelência, respondendo pela Arcon à pergunta anterior, nunca houve um caso confirmado de envolvimento de motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra rapidamente ao Vereador Célio Moreira para falar sobre o que entendeu da fala do Deputado Cabo Júlio quando se referiu a motoristas e aos trabalhadores em transporte. Por ser ele o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Transporte, poderá fazer uma breve consideração.

Concedo a palavra ao Vereador Célio Moreira.

O SR. CÉLIO MOREIRA – Inicialmente, parabenizo os trabalhos dessa CPI, que, com certeza, serão a nossa grande esperança para o fim desse enorme problema – que, a cada dia que passa, está crescendo mais –, atingindo os empresários do segmento e os trabalhadores do setor de transporte de cargas e de passageiros da nossa região. Senti-me na obrigação de fazer algumas considerações pelo fato de ser um dirigente sindical, representante dessa categoria de trabalhadores pela Federação dos Rodoviários do Estado de Minas Gerais.

As empresas, atualmente, fazem, na hora da contratação do empregado, uma grande investigação sobre sua vida e seu comportamento, exigindo um currículo dessa pessoa, além de bons antecedentes. Não temos dúvida de que, assim como em outros segmentos, ocorrem fatos errados. Há informações de que, em alguns casos, pode ter ocorrido a participação do motorista.

Deputado Cabo Júlio, ouvi V. Exª falando sobre o possível envolvimento do motorista nos roubos de carga. Na verdade, o motorista é o primeiro suspeito. Contudo, podemos afirmar, conforme verificamos nos pronunciamentos dos empresários, que não há a confirmação concreta da participação – há a suspeita. O motorista, pelo fato de ser o condutor do veículo, é o primeiro suspeito.

Enfrentamos, hoje, um grande problema por causa dessa desconfiança. Há bandidos disfarçados que se transformam em motoristas para auxiliar nesse crime ou roubar as cargas. Vivemos, assim, um grande transtorno.

Há pouco, estava na porta da empresa Martins, conversando exatamente sobre a reunião da CPI que está ocorrendo em Uberlândia. Os motoristas estavam falando comigo que, quando é preciso carregar uma carga da Souza Cruz, que é hoje o alvo dos bandidos, a pressão do motorista vai a mil. É um estresse constante essa atividade não apenas para os empresários, que têm um prejuízo enorme, mas para o profissional, que depende dessa atividade para sobreviver.

O motorista passa por vários constrangimentos. Primeiramente, precisa enfrentar o bandido e não sabe o que o bandido está pensando em fazer com ele. Além disso, infelizmente, nem toda a polícia está preparada para lidar com as pessoas. Sabemos que, em alguns casos, a polícia está envolvida. O procedimento disponível, às vezes, para apurar o fato de um dos suspeitos, no caso o motorista, é descendo a borracha. Temos, inclusive, alguns trabalhadores, hoje, que ficaram inválidos de tanto apanhar para poderem, às vezes, confessar uma coisa que não cometeram. Então, é gravíssima a situação. Esse é um ponto. Há um outro aspecto mais complicado ainda: a questão da seguradora das cargas. Todo motorista que passa por um roubo de carga fica com o nome registrado nessa seguradora. O que acontece? Vamos tomar como exemplo a Souza Cruz. Ele foi assaltado, não serve mais para transportar para a Souza Cruz. Se ele não serve mais para transportar para a Souza Cruz, está sendo demitido e o pior é que está sendo excluído do mercado de trabalho, porque não consegue emprego em nenhum outro lugar, porque o nome dele está registrado naquela seguradora. Então, são vários os problemas que vivemos hoje, e espero que esta CPI, Srs. Senadores, Srs. Deputados, venha para resolver definitivamente esse problema que está atingindo tanto os empresários quanto a classe trabalhadora do nosso País. E, se há bandido disfarçado de trabalhador no nosso meio, ele tem de pagar pelo erro que cometeu. Não estamos aqui, de forma nenhuma, defendendo bandidos. Defendemos uma categoria de trabalhares, os rodoviários, que tanto têm contribuído também para o desenvolvimento do nosso País. Muito obrigado.

O SR. – Tenho um questionamento a fazer. Considero muito sábia a exposição do colega quando fala da marca, do xis que fica na testa do motorista que dirigiu um caminhão furtado. Quero fazer uma pergunta para os senhores. Sabemos que existem algumas cargas que saem com escolta, o que é notório. Há uns em que está escrito "escolta". Nos últimos 12 meses, qual o número, em cada uma das empresas, de caminhões que foram roubados que estavam com escolta?

O SR. – Não tivemos nenhum roubado com escolta. Nós não temos escolta.

O SR. – Nós não temos escolta. Não tivemos, por conseqüência, nenhum roubado com escolta.

O SR. – No nosso caso, que prestamos serviço para outras empresas, normalmente, a escolta é contratada por elas. A Souza Cruz tem escolta contratada por ela. Quanto a outras empresas do Nordeste de calçados e confecções, por exemplo, a incidência de roubo é menor. Não tenho essa informação.

O SR. – Mas existe?

O SR. – Existe. E quando existe, há tiroteio, morte, um punhado de coisas.

O SR. – Não tenho informação de que possa ter tido algum caso, não. Sei que aconteceu...

O SR. – Nos últimos 12 meses, o senhor de algum caminhão da empresa do senhor que estava com escolta ter sido roubado?

O SR. – Provavelmente, sim. Posso pesquisar essa informação com mais precisão.

O SR. – Gostaria. Se existe uma carga escoltada e, às vezes, um carro com três, quatro seguranças, entendo que, para aquela carga ser roubada, considero difícil render uma escolta, um caminhão. Tem de haver tiroteio, morte; senão, há talvez conivência.

O SR. – Deixe-me dizer algo.

O SR. – Pois não. Quero entender. Sabemos que há quadrilha que invade quartel, delegacia, que existe todo tipo de ousadia dos bandidos. Por isso, essa informação é importante, porque, de repente, podemos inserir no nosso relatório, que a obrigatoriedade é um ponto a ser discutido desde que todos os caminhões de cargas tenham escolta. Isso é uma discussão a ser feita. Esse debate deve ser ampliado. Como o representante da Arcom disse, nos últimos 12 meses, a incidência foi zero em relação aos caminhões com escolta. Então, é um pontapé inicial, uma discussão sobre segurança, tanto dos motoristas, como da própria seguradora, como da empresa. Isso é importante para o nosso relatório.

O SR. OSCAR ANDRADE – Gostaria de tecer uma consideração. Quanto à escolta armada, é preciso analisar a legalidade disso aí, não sei até que ponto isso é legal, andar armado não sendo nos órgãos de segurança, mas temos incidência de roubo muito grande ainda com escolta, às vezes até a escolta ajeitada, e aí o número percentual não posso dizer, e em outros casos até audácia mesmo de bandidos, de quadrilhas que chegam e encaram a escolta, vai no tiro mesmo e leva a carga. Agora, pensar que, como você disse, é um pontapé inicial, se imaginar o custo do transporte com escolta, se algumas pessoas saírem, aí nós vamos dobrar o preço do frete e vamos jogar o preço dos produtos lá para cima. Agora, uma carga, por exemplo, vamos dar um exemplo aqui, uma carga de medicamentos, uma carreta de três eixos com medicamentos, ela vai ter ali um milhão e meio, provavelmente de mercadoria. Uma carreta três eixos com cigarros, ela vai ter ali mais de um milhão de reais. Essa sim. Quer dizer, casos isolados compensam esse custo com a segurança. No geral, não compensa de jeito nenhum. O que temos que trabalhar mesmo é o que...

O SR. – É um debate para ser feito.

O SR. CABO JÚLIO – É lógico. Mas acho que é obrigação do Poder Público de dar a segurança. Nós recolhemos impostos, todos os empresários, todos os cidadãos recolhem impostos, para terem a segurança nas estradas, como a segurança na cidade. O processo está errado é por aí. Eu acho que qualquer outro custo a mais vai inviabilizar o transporte e o preço dos produtos.

O SR. POMPEU DE MATTOS – Deixe-me só fazer uma colocação aqui, primeiro essa questão que o Deputado Cabo Júlio levanta, da escolta, nós, lá em Campinas, estivemos e vimos um caso prático. A escolta parou para almoçar e os bandidos pegaram os da escolta almoçando e almoçaram eles, né? Pronto, está feito o churrasco. Eu acho que a gente tem que fazer alguns enfrentamentos realmente para ter a proteção que o transporte precisa. Agora, se não houver uma cruzada nacional contra o roubo de cargas, ou seja, que os Poderes constituídos, a Polícia Civil, a Polícia Militar, no caso agora, com esse projeto que nós apresentamos, é da minha autoria e tramita em Brasília de transformar o crime de roubo de carga também em crime federal – não é em crime federal, também em crime federal -, onde o crime cometido vai ser investigado pela Polícia Civil, mas que não impede que a Polícia Federal também investigue. Porque em muitos casos que a Polícia Civil está investigando, infelizmente, investiga não para o Poder Público, investiga para o policial – investiga, descobre, achaca e deixa por isso mesmo – e corre um mês por 30 dias.

Mas deixa eu fazer uma pergunta para os senhores, que são três empresas importantes do setor do transporte, de setor de distribuição, enfim, e que vivem a realidade dessa desgraça do roubo de cargas. O senhor tem na estatística, eu recebi me parece que foi da Martins... Quem é da Martins? (Pausa) O senhor é da Martins. Eu recebi ontem acho que foi da Martins uma relação de, no ano de 2000, me parece que 114 roubos que a sua empresa teve, não foi isso? Eu contei rapidamente... (som interrompido)

Tem todo um relatório bem completo. Nesse ano contei ali em torno de 60.

O SR. – Setenta e sete roubos e 32 furtos e 06 tentativas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nesse aspecto, o senhor nunca constatou a participação de funcionários, de motoristas seus, qual é o índice de constatação? Suspeita não conta. Até suspeito, mas suspeita não vale. Quer dizer, alguém que o senhor pudesse ter, digamos, evidências claras, como ontem, por exemplo, nós vimos aqui o caso de Divinópolis, que era o nome do dono da chácara lá, que o motorista estava na fita, quer dizer, o motorista cedeu o caminhão, entregou o caminhão e ele, motorista, foi para o mato e se fingiu de seqüestrado e ficou lá. Ainda bem que caiu tudo e se revelou tudo, enfim, as coisas vieram à tona.

Mas o senhor tem alguma informação para passar para a CPI que envolvesse ou o motorista ou funcionários internos da empresa que pudessem estar na fita, dar as dicas para que acontecesse o roubo da carga?

O SR. – Não, a única coisa que a gente tem são informações que trazem como suspeita o envolvimento de funcionário interno ou de motorista. Mas comprovado, nenhum caso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E os senhores, das outras empresas?

O SR. – Bom, em nosso caso nós tivemos em 2000 vinte e um sinistros com base em roubos. Neste ano, 2001, até o momento somam doze. Em nenhum caso, no momento do roubo, foi constatada, provada a participação do motorista.

O SR. – Também não tivemos nenhum caso comprovado. Não tenho o número de sinistros, mas não tivemos nenhum caso comprovado de funcionário ou motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Parece-me que deu para fazer um levantamento do que é a realidade, embora já tenhamos essa realidade levantada nos diversos Estados onde temos ido, mas o importante era esse levantamento daqui em que mostramos que é gritante, que é algo grave e que não está havendo a ação de quem tinha responsabilidade de agir, de reagir, de interagir que é, em especial, a Polícia Civil, mas também as outras polícias.

Espero que, com a chegada e estada da CPI aqui, com o diagnóstico feito, pelos dados e números que os senhores apresentam, por aquilo que temos notícia dentro da CPI, por aquilo que os bandidos denunciam, por aquilo que a polícia, por vias tortas e por falta de respostas, acabou revelando, possamos ter um prognóstico. E, através do trabalho da CPI as próprias forças públicas reagem com veemência e fazem a assepsia que precisa ser feita na polícia e o contato tão necessário com os empresários estão sendo roubados. Isto tudo vai para o custo da carga.

Sei que do couro saem as correis e normalmente do lombo do mais fraco. Os senhores estão perdendo, mas tem que ser tirado de algum lugar e para onde é que vai? Para o preço do frete. Aumenta o preço do frete, aumenta o preço do produto, aumenta o preço de quem tem que pagar para consumir. Quem vai pagar a última compra somos nós, os trabalhadores, aqueles que consomem o produto. Isto é difícil de alguns entenderem e quem está realmente no meio de tudo isso, que pode, que tem condições e que deve nos ajudar é exatamente a polícia.

O SR. – Sr. Presidente, tenho uma informação que gostaria de repassar para a CPI e com a qual fiquei preocupado.

Ontem durante o dia, um Gol foi tomado de assalto, ou seja, os ladrões roubaram, levaram o carro, estavam armados e levaram o proprietário do carro que está desaparecido até hoje. Esse veículo foi usado para roubar um caminhão carregado com peças ontem a noite e o caminhão já foi abandonado no Posto Chapetuba sem a carga obviamente e foi usado para o assalto o referido Gol. O proprietário do Gol está desaparecido ainda. A Polícia Militar ainda está rastreando, indo atrás mas aconteceu de ontem a noite para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isto demonstra a audácia desse grupo de criminosos e parece até que é uma provocação a nossa presença na região como se dissessem "vocês estão aí e nós estamos aqui também" e continuam assaltando, roubando.

Vocês perceberam a audácia dos grupos organizados. É isso que eles fazem. Desafiam a lei, a polícia, a CPI, todos nós e por isso precisamos organizar, juntar a sociedade toda contra esses criminosos.

Muito obrigado pela presença dos Srs. Wilmar, Fábio e Carlos.

O SR. – Sr. Presidente, antes de V. Ex.ª encerrar com os depoentes, gostaria que perguntasse se, em razão de serem empresários que têm no País todo uma larga experiência quanto a roubo de cargas sendo vítimas por diversas vezes, eles têm mais algum subsídio a fornecer secretamente à CPI, se assim entenderem conveniente.

O SR. – De nossa parte, não. A menos que seja algo que não tenhamos imaginado, mas se houver a necessidade de a CPI saber e quiser nos passar a pergunta ou a necessidade da informação, o que esti-

ver a nosso alcance estamos disponíveis e dispostos a fornecer.

O que temos, posso afirmar de antemão, são apenas as estatísticas do que acontece com nossas empresas e elas já foram passadas com um nível de detalhes bastante grande. Está faltando uma informação que prometi identificar e vou tentar passá-la ainda hoje.

O SR.PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço.

O SR. – No nosso caso também, dados sigilosos não. Ou seja, o que temos são dados estatísticos, históricos dos últimos anos com relação a roubos. Mas nada que seja sigiloso não.

O SR. – No nosso caso também, não tem nada de sigiloso não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, muito obrigado e agradecemos os senhores pela colaboração. Vou submeter à aprovação dos membros da CPI o ofício encaminhado à Presidência por nosso Relator, Deputado Oscar Andrade: "Que seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Procurador-Geral da República no sentido de determinar a apuração da conduta do Delegado Ailton Pereira e do carcereiro Anderson Luiz Chaves, que eram os responsáveis pela custódia do preso Valdenir Bueno, fugitivo da Delegacia de Patos de Minas (MG). Ressalto que a fuga ocorreu poucos dias antes da instalação desta CPMI, nesta cidade de Uberlândia. Há fortes suspeitas de que a fuga ocorreu para prejudicar os trabalhos agendados para as suas sessões. Houve, no caso, infringência do art. 4º, inciso I, da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que diz: 'art. 4º. Constitui crime: 1) impedir ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou **(?)**, o regular funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ou o livre exercício das atribuições de qualquer de seus membros'. Há a necessidade da apuração das condutas dos agentes públicos envolvidos no lamentável episódio da fuga do bandido Valdenir Bueno. Peço a aprovação dos ilustres Pares".

Então, estamos submetendo à aprovação. Subscrevem o ofício o Deputado Pompeo de Mattos e o Senador Geraldo Cândido. Os demais membros, se quiserem, podem subscrever.

Então, submeto à aprovação dos membros da CPI.

Quero registrar aqui a presença e agradecer a presença dos Srs. Promotores de Justiça, Dr. Fabrício Ferragini e Dr. Breno Linhares, do Sr. Juiz de Direito, Dr. Joenilson Lopes e dos Defensores Públicos, Dr. Hervaldo Gonçalves e Dr. Cleiton Barbosa. Muito obrigado pela presença. Quero também registrar a presença dos vereadores membros desta Casa, Antônio Carrijo, Liza Prado, Wellington Prado, Geraldo Rezende, Norberto Nunes, Adicionaldo (dos Reis Cardoso), Jerônimo Carlisso e Célio Moreira. Muito obrigado por terem prestigiado a nossa CPI. Quero ainda informar aos companheiros da Mesa e demais presentes que, por motivo de compromisso no Rio de Janeiro, eu terei que participar hoje de uma solenidade na Câmara de Vereadores, tenho que me retirar, de retorno ao Rio de Janeiro. Passarei então os trabalhos da Presidência ao nobre Deputado Carlos Dunga.

Muito obrigado a todos pelo prestígio que nos deram aqui. Agradeço a presença de todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Dunga) – Agradecendo por esta oportunidade, Sr. Presidente, assumo a Presidência dos trabalhos. E, reiniciando, convido o Sr. Benedito Simão de Andrade Maciel para dar entrada ao recinto e a Assessoria que faça adentrá-lo...(Pausa)

O SR. – Nome do senhor?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Benedito Simão de Andrade Maciel.

O SR. – Identidade?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – 956115 SSP – PA.

O SR. – CPF?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – 049709852 controle 00.

O SR. – Compromete-se, nos termos do Art. 293 do Código de Processo Penal sob as penas da lei dizer a verdade?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Juro.

O SR. – E se depor contra si próprio, art. 3º, Inciso XXIII da Constituição Federal? (Pausa)

O SR. – Sr. Benedito, o senhor encontra-se preso?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Encontro-me, sim senhor.

O SR. – Onde?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Na 16ª.

O SR. – Por que o senhor está preso?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Por ordem de um mandado.

O SR. – Por quê?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Mandado expedido pelo Juiz.

O SR. – Mas ninguém fica preso por nada. O que o senhor cometeu?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Até então eu não sei qual o crime que eu cometi.

O SR. – Então, vamos lá. Vou refrescar a memória do senhor.

No dia 20 de outubro de 2001, foi cumprido um mandado... Foi encontrada... Está aqui, olha! O senhor mora na Alameda W-20?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Alameda W-20.

O SR. – É casa do senhor, não é?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – É minha residência.

O SR. – É "Residencial Gramado"?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – "Residencial Gramado".

O SR. – Então, o senhor mora lá.

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Moro.

O SR. – No dia 20 do 10 o senhor estava lá?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Estava.

O SR. – Então. Não é à toa, não é? Começou a aparecer alguma coisa. O que foi encontrado dentro da casa do senhor?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Eles levaram meu computador,...

O SR. – O que mais?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – ...levaram uns papéis de trabalho gráfico,...

O SR. – O que mais?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – ...levaram meus documentos...

O SR. – O que mais?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – ...e uma série de outras coisas que eu não recordo agora o quê.

O SR. – Então, eu vou ajudar ao senhor a recordar. Setenta e sete folhas de papel parecido com papel-moeda. Para que era isso?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Para confecção de...

O SR. – De...?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – ...convites de casamento e convites formatura.

O SR. – Com papel-moeda?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Não. Não são papéis-moeda, são papéis granito.

O SR. – Está bem. Então, vamos lá. Folhas de cheques variadas. De quem eram esses cheques?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Meus.

O SR. – Seus.

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Os emitidos por mim, que foram devolvidos e posteriormente pagos.

O SR. – Carimbo profissional cromado usado para seqüencial de folhas de notas fiscais.

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Não. Esse carimbo era numerador normal, comum.

O SR. – Então, vamos lá: normal... Por tudo isso," normal", que o senhor está preso, não é? Carimbo do Cartório do Primeiro Tabelionato de Registro Civil de Iturama.

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Esse eu não lembro.

O SR. – Não lembra? Está aqui, foi apreendido.

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Esse eu não lembro.

O SR. – Então, vamos lá. Carimbo do Primeiro Tabelionato de Registro Civil de Iturama. O senhor já falou que não... Arte gráfica Peixoto é do senhor?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – É minha.

O SR. – É do senhor, não é?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – É sim.

O SR. – Um carimbo "proibido plastificar".

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Isso eu não lembro também, não.

O SR. – O senhor também não lembra, não é?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Não senhor.

O SR. – Está bem. Um carimbo Ciretran* Uberlândia.

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Este eu também não lembro.

O SR. – Como o senhor não lembra! O senhor está preso por causa disso e o senhor não lembra!?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Mas eu não lembro.

O SR. – Aqui, "carimbo Ciretran"! Não foi apreendido lá?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Esse eu não lembro de ter sido...

O SR. – O senhor foi para a delegacia no dia?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Fui.

O SR. – Foi ouvido?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Eu não fui ouvido ainda, não.

O SR. – O senhor não foi ouvido.

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Ainda não, senhor.

O SR. – Que dia que o senhor foi preso?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Dia 20.

O SR. – Eu queria pedir à Assessoria para entrar em contato, por favor, com o Delegado, Dr. Gilmar, que é o encarregado da Corregedoria, quero saber por que esse moço não foi ouvido. Coloque-o ao telefone comigo, por favor. Está bem.

Vamos continuar. Vamos lá. Deixe eu pegar mais aqui. Um, dois, três , quatro, cinco, seis, sete, oito, nova, dez, onze, doze, treze, quatorze. Quatorze telefones celulares. De onde são esses telefones?

O SR. BENEDITO SIMÃO DE ANDRADE MACIEL – Do uso do meu filho, um meu, um da minha esposa – um do meu filho mais velho. São três filhos. Cada um tem um telefone e um meu e um da minha esposa e os outros eram telefones que eu vendia – eu comprava e vendia telefone.

O SR. – Roubados?

O SR. BENEDITO ANDRADE MACIEL – Não, senhor.

O SR. – Roubados?

O SR. BENEDITO ANDRADE MACIEL – Não, senhor.

O SR. – Os 14 celulares do senhor.

O SR. BENEDITO ANDRADE MACIEL – Não são roubados não senhor.

O SR. – Quem é Asconte, Assessoria e Consultoria?

O SR. BENEDITO ANDRADE MACIEL – A Asconte é cliente nossa.

O SR. – Foi cliente?

O SR. BENEDITO ANDRADE MACIEL – Foi.

O SR. – E o senhor tinha diversas duplicatas em nome deles.

Quem é Benedito Simão Andrade Maciel?

O SR. BENEDITO ANDRADE MACIEL – Sou eu.

O SR. – É o senhor. Então, vamos: por que o senhor tinha dentro... – pode perguntar. Depois falarei aqui.

O SR. – A sua empresa era o que – era Gráfica?

O SR. BENEDITO ANDRADE MACIEL – É, sim, senhor.

O SR. – Cite-me, aí, três clientes seus – que o senhor fazia serviços gráficos para eles.

O SR. BENEDITO ANDRADE MACIEL – Serviços de gráfica – o Sr. João Medeiros.

O SR. – Quem é João Medeiros – é uma empresa grande, aqui?

O SR. – Não, senhor. Ele tem uma empresa de peças de açougue – chama-se João Neva; Mercearia Uberlândia é o Sérgio Umbelino o dono da Mercearia.

O SR. – Esses equipamentos – carimbos e papéis – que foram encontrados lá no seu estabelecimento – o senhor não reconhece que eles estavam lá?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – O senhor não se lembra, por exemplo, do carimbo do Siretran? Para que o senhor teria o carimbo do Siretran?

O SR. – Eu não me lembro se estava lá em casa.

O SR. – O senhor não lembra?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – É porque a Gráfica já foi desativada há uns quatro meses, não é?

O SR. – Expedição de CNH, Certidão de Óbito e Nascimento – de quem era a Certidão de Óbito e Nascimento?

O SR. – Essa Certidão de Óbito e Nascimento foi um fax que um vizinho meu pediu para que eu passasse para ele.

O SR. – Seu vizinho?

O SR. – É.

O SR. – Como é que chama o seu vizinho?

O SR. – Eu não me lembro do nome dele, não senhor.

O SR. – O senhor lembra que estava com diversas....

O SR. – Ele me pediu para passar o fax para ele e eu passei.

O SR. – O senhor não lembra nem o nome?

O SR. – O senhor já foi preso pela Polícia Federal ?

O SR. – No ano passado, estive.

O SR. – Por que?

O SR. – Sob a acusação de ter confeccionado uma certidão.

O SR. – Certidão – e aí? Documento falso, certidão falsa.

O SR. – Não provaram – não se achou a certidão.

O SR. – Não se achou a certidão. O senhor ficou preso quanto tempo?

O SR. – Eu fiquei preso por 40 dias.

O SR. – Quarenta dias?

O SR. – É e fui liberado.

O SR. – O pessoal aqui não gosta muito do senhor não, não é? Prende o senhor atoa, não é?

Vamos lá. Vamos continuar.

O SR. – O senhor lembra que foi preso com 91 folhas de talões de cheque do Banco Itaú, folhas do Banco do Brasil, Banco Real, Unibanco, Bemge, Banco Econômico.

O SR. – Essas folhas do Banco Itaú foram emitidas por mim e devolvidas e, posteriormente, pagas. As dos outros bancos foram cheques de terceiros – de clientes – que foram devolvidos por alíneas....

O SR. – São todas folhas de talão de cheque em branco que estavam em seu poder.

O SR. – Em branco não tinha nenhuma.

O SR. – Folha de cheque do Banco Itaú, do Banco do Brasil, do Banco Real, do Banco do Nordeste, Unibanco, Bemge e Banco Econômico....

O SR. – Todas preenchidas.

O SR. – "...Banco Meridional, Banco Bradesco, Banco Santana, Banco Mercantil do Brasil.

O SR. – Quanto tempo que o senhor foi preso pela Polícia Federal não foi bem assim como o senhor está dizendo não. O senhor tinha Guias falsas – foi uma operação em que a Receita Estadual e a Receita Federal estavam juntas? Foi?

O SR. – A acusação que eles me fizeram foi de ter falsificado uma certidão que eles não encontram.

O SR. – Deixe-me fazer a pergunta: quando o senhor foi preso pela Polícia Federal, a Receita Federal esta junto. Sim?

O SR. – Errado.

O SR. – E existia, lá, Guias falsas do IEE?

O SR. – Disto eu não lembro.

O SR. – O senhor não se lembra. O senhor foi preso, perdeu a sua liberdade, foi trancafiado e o senhor não se lembra?

O SR. – Não me lembro não, senhor.

O SR. – Então, está bom. Vamos melhorar a memória do senhor.

O senhor, no seu computador, tinha uma matriz de folha de cheques?

O SR. – Tinha.

O SR. – Para quê?

O SR. – Foi uma gozação que fiz com um amigo meu.

O SR. – Uma o que?

O SR. – Uma piada que fiz com um amigo meu. Eu tirei a folha do cheque dele e deixei lá e esqueci disso lá.

O SR. – O senhor fez uma gozação, o senhor falsificou um cheque?

O SR. – Não, não era falsificado não.

O SR. – Sobre uma matriz de uma folha de cheque?

O SR. – Não foi falsificado.

O SR. – Agora eu tô entendendo por que é que o senhor tinha o papel – moeda. Ô, delegado, me esclareça aqui: a folha de cheque é imprimida sobre o papel-moeda? É? Doutor, me esclareça aqui: a folha de cheque é impressa sobre papel-moeda?

O SR. – ???

O SR. – Existem alguns bancos – estão me informando aqui – que usam papel-moeda para impressão da folha de cheque.

O senhor usava esse papel-moeda para imprimir esses cheques?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – O que nós queremos saber é o seguinte. Vamos ser práticos aqui.

O SR. – Obrigado.

O SR. – Tá na cara que o senhor conhece tanto de carimbo, carimbos falsos – vou repetir aqui pro senhor – carimbo de registro civil, carimbo de Siretran, carimbo de nota fiscal. O senhor falsificava notas. Essas notas eram para habilitar esses telefones celulares?

O SR. – Não, senhor. Eu não falsificava nota.

O SR. – Não?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – O senhor é gráfico?

O SR. – Sou.

O SR. – Tinha em sua casa um computador onde existia um espelho de folha de cheque. O senhor tinha carimbos que o senhor não sabe de onde 'veio', não 'é' do senhor?

O SR. – Não, senhor. Desses eu não lembro.

O SR. – Como é foi parar na sua casa esses carimbos, então?

O SR. – Não tenho a mínima idéia.

O SR. – O senhor já foi preso outra vez pela Polícia Federal com acusação semelhante.

O SR. – E não encontraram a certidão.

O SR. – Nós vamos encontrar. Então eu quero entender o seguinte: eu tenho, eu tenho, eu estou convicto com essas informações de que o senhor, já sendo a segunda vez e com toda essa parafernália, o senhor falsificava nota fiscal. Agora nós queremos saber se o senhor também falsificava nota fiscal para "esquentar" mercadoria roubada.

O SR. – Não.

O SR. – Não?

O SR. – Não.

O SR. – O senhor sabe ... o senhor tá preso... é prisão em flagrante, não é? Quantos dias já?

O SR. – Hoje faz 25 dias.

O SR. – 25 dias?

O SR. – É.

O SR. – O senhor sabe que a situação do senhor pode complicar, não sabe?

O SR. – O senhor está depondo à CPI e tem o compromisso de dizer a verdade.

O SR. – Até porque o senhor pode ser indiciado pela CPI. O senhor tem consciência disso?

O SR. – Aí a coisa engrossa um pouquinho.

O SR. – Tem consciência ou não?

O SR. – Eu não entendi a pergunta.

O SR. – O senhor tem consciência que, base nessas informações, no relatório da CPI, que irá para o Ministério Público Federal, o senhor pode ser indiciado também pela CPI?

O SR. – Compromisso que o senhor assumiu de dizer a verdade.

O SR. – Eu estou falando a verdade.

O SR. – Já tá preso. Se falar mentira, vai ser preso??? no preso.

O SR. – O senhor está entendendo o que eu estou falando? Eu vou repetir: quando a CPI findar nós vamos fazer um relatório. O relator, Oscar Andrade, pode propor no relatório final o indiciamento do senhor. Ou seja, há indícios de que o senhor possa estar também falsificando nota fiscal para "esquentar" carga roubada. O senhor tem essa consciência? Sim ou não?

O SR. – Sim.

O SR. – O senhor tem essa consciência, né? Então, eu quero que o senhor me explique essas notas fiscais pra quê, esses carimbos pra quê... o senhor tem que explicar. Isso não cai do céu.

O SR. – O carimbo de numeração só é utilizado quando é pra correção de notas. E quando a gráfica estava autorizada a fazer as notas fiscais legais algumas vezes ???

O SR. – O senhor estava, no momento da prisão, autorizado?

O SR. – Não, senhor. Na época a gráfica já estava desativada.

O SR. – Ó, aqui, ó, papel-moeda é usado para:

1) falsificar documento de veículos;

2) Carteira Nacional – ah, agora tá explicado – de Habilitação.

Então, o senhor tinha que, se o papel-moeda é usado pra carteira de habilitação, o senhor tinha um carimbo "Não plastifique", o carimbo que tem na carteira de habilitação e dois do Siretran. O senhor falsificava carteira?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Então pra que esses carimbos e pra que o papel-moeda?

O SR. – Eu já respondi essa pergunta pro senhor.

O SR. – Não, não respondeu.

O SR. – Eu não lembro de ter esse carimbo...

O SR. – Se o senhor tem... se eu tenho de um lado o papel-moeda, eu tenho aqui o carimbo do Siretran, eu tenho aqui o carimbo de "Não plastifique", o senhor então tá querendo me convencer de que o senhor não usava esse papel, com esses carimbos que o senhor tem, para falsificar carteira?

O SR. – Esse papel que foi encontrado lá em casa ele chama granito, papel-granito. Pode ser provado a qualquer momento. É só pegar o catálogo de venda de papel...

O SR. – Tá bom. Então quem é que passou pro senhor o carimbo do Siretran?

O SR. – Não, desse carimbo já respondi para o senhor. Não lembro dele.

O SR. -Sr. Benedito, o que fazia toda essa documentação lá na sua casa. Toda essa papelada, esses carimbos, esses formulários do Siretran, esses papel-moeda, esses montes de cheque?

O SR. – Esses cheques eram da minha propriedade. Do Itaú foram emitidos por mim.

O SR. – E esse do seu vizinho que o senhor falou? O da brincadeira? Esse?

O SR. – Qual? Não entendi.

O SR. – Que o cheque o senhor fez uma brincadeira lá para o ...

O SR. – Esse é de um amigo meu. Foi o que eu escaniei ele e coloquei no computador e esqueci de apagar depois.

O SR. – Mas se escaneia cheque que vai no computador?

O SR. – Foi uma brincadeira que quis fazer com ele.

O SR. – Está todo mundo vendo, Sr. Benedito, que o senhor, na verdade, é um falsário contumaz. O senhor já foi preso pela Polícia Federal por ser falsário. Agora, de novo, com toda essa documentação lá na sua casa, está na cara que é. O senhor está lá usando papel de gráfica, para imprimir documentos públicos, falsificar certidão de nascimento, certidão que o senhor tinha lá, que diz que é para passar o fax. Para tudo o senhor tem explicação, mas é inexplicável. Explica, mas não justifica o que toda essa documentação estava fazendo lá na sua casa.

O SR. – O senhor tinha autorização da Receita para imprimir nota fiscal?

O SR. – É inabilitada.

O SR. – Ãh?

O SR. – A gráfica, já fazia cinco meses, que estava inabilitada. Não estávamos mais fazendo documentos.

O SR. – Então, o senhor não tinha autorização da Receita para imprimir nota fiscal?

O SR. – Fazia cinco meses que nós estávamos inabilitados.

O SR. – No computador do senhor existia matriz de nota fiscal?

O SR. – Matriz não, senhor.

O SR. – Vou repetir a pergunta: no computador senhor, matriz... Vou mudar a pergunta. Existia alguma nota fiscal em branco para ser impressa?

O SR. – Modelos de notas fiscais...

O SR. – Existia?

O SR. – Existia.

O SR. – Para quê?

O SR. – Na época, a (?) com isso.

O SR. – Então o senhor me responda: o senhor tem aqui um modelo para ser impresso. O senhor poderia pegar aquele modelo e imprimir, bater o carimbo de numeração?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Existia essa condição?

O SR. – Sem autorização não.

O SR. – O senhor estava há cinco meses já sem autorização, por que o senhor foi descredenciado?

O SR. – Até hoje não sei, porque eu pedi ao Artur para ele me informar..

O SR. – A quem?

O SR. – Ao Artur. O Artur é o Diretor da Receita estadual, que autoriza fazer nota fiscal, que autoriza a IDE. Eu tinha pedido para ele e todo dia ele ia me informar por quê e não me informou.

O SR. – Qual é o procedimento para se conseguir um carimbo desse, um carimbo da liberação da nota fiscal?

O SR. – Um carimbo para numerar notas fiscais? Um procedimento é compra de supermercado.

O SR. – Como é que é isso? Manda fazer?

O SR. – Não, compra no mercado. Já vem pronto.

O SR. – Vem pronto. Não precisa de autorização da Receita?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Só mandar fazer.

O SR. – Mandar fazer.

O SR. – Então, o senhor me diz o seguinte: com essa nota fiscal que o senhor tinha no seu computador, diga-me o seguinte: com essa nota fiscal que o senhor tinha em branco, eu poderia sentar no computador.... O computador está apreendido. Posso sentar no computador do senhor e preencher empresa tal e colocar CGC de uma empresa, isso, aquilo e, na discriminação colocar ali: tal mercadoria. Eu poderia fazer isso e imprimir com essa nota que estava lá?

O SR. – Não.

O SR. – Por que não?

O SR. – Porque a sistemática é diferente.

O SR. – Como é que é?

O SR. – Ela tem que ser impressa no papel vegetal. Do papel vegetal passar para uma matriz. Na matriz imprimir em **off set**, numerar e, depois, ser preenchida.

O SR. – O senhor fazia isso?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – O senhor não fazia isso?

O SR. – Não.

O SR. – Mas eu não posso imprimir direto?

O SR. – Não, senhor.

O SR. -Por que não?

O SR. – Não tenho qualidade de computador.

O SR. – Quero saber: o senhor falsificava nota fiscal aqui?

O SR. -Não, senhor.

O SR. – O senhor falsificava habilitação?

O SR. – Não , senhor.

O SR. – Quem lhe deu esses carimbos? O senhor não explicou até agora.

O SR. -Esses carimbos... A gráfica estava desativada.

O SR. – Quem lhe deu esses carimbos.

O SR. – Eu não lembro desses carimbos.

O SR. – Algum policial civil lhe deu esse carimbo do Detran?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Não?

O SR. – Não.

O SR. – Algum policial ... Vou repetir:

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Como é que esse carimbo apareceu na casa do senhor? Essa impressora aqui, impressora a laser marca Lexmarc é de alta resolução?

O SR. -: Não, senhor.

O SR. – E a xerox? O senhor tinha alguma impressora de alta resolução?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – O senhor tinha alguma impressora que poderia imprimir do computador direto... Qual é o papel que é usado para a nota fiscal?

O SR. – Papel sulfite, 16 quilos.

O SR. – O senhor tinha isso, no momento da apreensão?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – O senhor não tinha no momento da apreensão.

O SR. – Não.

O SR. – Sr. Presidente, Sr. Relator, entendo que esse...

O senhor quer falar reservadamente?

O SR. – ... requisitado pela CPI. Estou à disposição da CPI. Se for necessário.

O SR. – Não. Vou repetir a pergunta.

O SR. – Inicialmente, Sr. Relator, quero propor que, no Relatório de V. Exª, esse senhor seja indiciado porque existem indícios de que ele falsificava notas fiscais e de que essas notas fiscais falsificadas poderiam ser usadas para "esquentar" mercadoria roubada. Por isso, proponho a V. Exª que ele seja indiciado.

Estou mostrando para o senhor que seu nome não caiu do céu para que lhe convocássemos. Nós lhe chamamos porque tínhamos indícios.

O senhor disse na delegacia que "esquentou" uma nota para uma carga?

O SR. – No dia em que prestei depoimento na delegacia, estava tão abalado que, realmente, estava sem condição nenhuma de raciocínio. Minha casa foi tomada por um mandado e me trouxeram para a delegacia. Foi uma situação, realmente, muito...

O SR. – Já pedi a oitiva do senhor. Quero que o senhor me responda o seguinte: o senhor declarou que falsificou nota fiscal para uma mercadoria?

O SR. – Não. Para uma mercadoria, não.

O SR. – Para que o senhor "esquentou" a nota fiscal?

O SR. – Foi feita foi uma ... Como é que chama?

O SR. – A nota fria era para quê?

O SR. – Não foi feita nota fria.

O SR. – Então, era para quê? Que nota era essa?

O SR. – Foi feita uma arte final.

O SR. – Em nome de qual empresa?

O SR. – Não me lembro, no momento.

O SR. – Para quem foi?

O SR. – Não me lembro.

O SR. – Vou pegar a oitiva do senhor. O senhor disse na delegacia. O senhor quer que eu prove que está mentindo para se complicar mais ainda? O que o senhor disse na delegacia a respeito de nota fiscal?

O SR. – Nada.

O SR. – O senhor acabou de dizer para mim que a sua casa foi tomada por policiais, estava nervoso e disse isso, isso e isso. Quero que o senhor me diga, novamente, o que disse lá. Vou-lhe mostrar a oitiva daqui a pouco, assim que chegar.

O SR. – Na íntegra, não me lembro direitinho. Não lembro o que falei.

O SR. – Mas, do que o senhor disse lá, lembra-se de quê?

O SR. – Eu não sei o que declarei. Não tenho condições de me lembrar, realmente, o que declarei. Prefiro não declarar.

O SR. – Não tem um mês que o senhor está preso, e não se lembra por que e o que o senhor declarou?

O SR. – Não. Não lembro.

O SR. – O senhor declarou que fez uma nota fiscal que não era autorizada. O senhor lembra disso? O senhor está há cinco meses sem autorização para fazer nota fiscal. Há cinco meses o senhor não faz nota fiscal?

O SR. – Há cinco meses, não faço nota fiscal.

O SR. – Então, o senhor fez nota fiscal para quem?

O SR. – No momento, eu não lembro.

O SR. – Pegarei o depoimento do senhor, e o senhor vai-se complicar mais ainda. Ninguém faz um nota que não é verdadeira e não se para quem. O senhor vai-se complicar mais ainda. Quero saber para quem o senhor fez essa nota.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor está pensando para responder? Está tentando lembrar?

O SR. – Estou tentando lembrar, mas não estou racionando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foram muitas as notas que o senhor fez em nome de outras pessoas?

O SR. – São muitos clientes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas?

O SR. – O senhor esquentou uma carga de botijão de gás para um supermercado?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – O senhor foi preso pela Polícia Civil, antes dessa prisão?

O SR. – Já sim, Senhor.

O SR. – Por que?

O SR. – Porque informei um comprador para uma carga de botijão de gás.

O SR. – Então, o Senhor está achando que ...

O SR. – Não houve nota fiscal a respeito disso.

O SR. – Está bem. O Senhor o quê? Explique-me o que é informar?

O SR. – Eu informei da seguinte forma: conhecia o dono do supermercado e o dono, ambos eram clientes da gráfica.

O SR. – Vamos devagar. O Senhor conhecia o dono do supermercado e o dono do depósito de gás. Aí o dono do supermercado perguntou: "Aonde você conseguiria vender uns botijões de gás?" Falei com eles que poderia ser com fulano. Foi só nisso que me envolvi.

O SR. – Por isso que o Senhor foi preso? Só porque deu essa informaçãozinha.

O SR. – O meu envolvimento foi esse.

O SR. – Está bem. Mas é bom esclarecer: Qual é o supermercado?

O SR. – Supermercado Gramado.

O SR. – Supermercado?

O SR. – Gramadão.

O SR. – Gramadão. Aonde é?

O SR. – Lá no Gramado mesmo.

O SR. – É aqui em Uberlândia?

O SR. – É aqui em Uberlândia.

O SR. – É um bairro?

O SR. – É.

O SR. – Não conhecemos. Quem é o dono?

O SR. – Na época, era o Orlando.

O SR. – Não é mais esse Orlando?

O SR. – Não é mais o proprietário.

O SR. – E a polícia prendeu esse Orlando?

O SR. – Foi preso.

O SR. – E o dono do depósito de gás?

O SR. – Também foi preso.

O SR. – E o Senhor foi preso?

O SR. – Nós todos fomos presos.

O SR. – Quantos botijões ele queria vender?

O SR. – Um caminhão.

O SR. – E era roubado?

O SR. – A origem eu não sabia. Na época, não sabia. Não conhecia.

O SR. – Mas ficou sabendo depois?

O SR. – Depois fiquei sabendo.

O SR. – O que é que era? Era um caminhão de botijão roubado. Mas essa é nova! Não tinha visto ninguém roubar botijão de gás. Para nós, da CPI, é nova. Não tínhamos visto roubar botijão de gás ainda. Parabéns! O Senhor participou. O Senhor fez ou não a nota?

O SR. – Não, Senhor.

O SR. – Qual foi a sua participação?

O SR. – Foi só de informar o dono.

O SR. – Como é que ele chegou no Senhor?

O SR. – Pelo dono do supermercado e pelo dono do depósito de gás. Eles prenderam o dono do depósito de gás, ele me ligou, eu fui lá, e eles me prenderam.

O SR. – Esse dono do supermercado era ladrão de carga, era comprador de carga?

O SR. – Não, Senhor. Nenhum dos dois era. Todo mundo foi envolvido. Nós entramos como laranjas.

O SR. – Mas como a carga chegou até ele?

O SR. – Porque o rapaz ofereceu para o dono do supermercado, e ele não quis. Perguntou-me e eu disse que só quem comprava gás lá era fulano. Aí, informei o outro. Terminou que descobriram tudo, e todo mundo foi envolvido no processo.

O SR. – É a velha tática: "Não, não recepta carga." "Não, eu fui envolvido, estava ali. Eu informei. Eu disse."

O SR. – É a verdade.

O SR. – A verdade é que vocês todos estavam envolvidos na receptação de uma carga roubada. O Senhor é um estelionatário de carteirinha. O Senhor tinha que tirar uma carteira de estelionatário. Imagina! Com a Polícia Federal, com a outra polícia, com a outra polícia, com carga de botijão, fazendo nota falsa, fazendo documentos falsos. Por que o Senhor tinha essa maquininha de carimbo em seqüência?

O SR. – Esses são carimbos utilizados normalmente na gráfica. Na época em que a gráfica trabalhava, era utilizado normalmente na gráfica.

O SR. – Para que serve o carimbo?

O SR. – Serve para corrigir quando há falha no carimbo automático.

O SR. – Para corrigir a nota. Como o Senhor vai corrigir a nota e ter carimbo se o Senhor está impedido de emitir nota por cinco vezes.

O SR. – A gráfica está desativada. Essa documentação de gráfica estava toda desativada lá em casa, não estava trabalhando. A única coisa que fazia lá em casa era calendários e folhinha. Usava o computador para isso. Sempre usei para fazer calendários e folhinha. É o meu mercado. É o meu **metier**.

O SR. – Não é o que consta aqui. Diz que essa maquininha de fazer carimbo estava mais engraxada que faca de açougueiro de tanto usar.

O SR. – Fazia cinco meses que a gráfica não era usada. Então, essa tinta fica até dois anos sem ...

O SR. – O Senhor tinha uma nota "escaneada" no computador. O Senhor tinha uma papel-moeda.

O SR. – Não, não tinha papel-moeda. Tinha papel-granito.

O SR. – Papel o quê?

O SR. – Papel-granito.

O SR. – Mas é papel próprio para moeda. Que pode ser emitido ...

O SR. – Não, Senhor.

O SR. – Mas é o que está escrito aqui, ou eles mentiram.

O SR. – Existe a semelhança em impressão, mas não existe a semelhança em gramatura.

O SR. – O Senhor conhece bem, não é? É perito de carteirinha e de estelionatário. O Senhor é muito esperto.

O SR. – Vou só ajudá-lo a se lembrar que o Senhor está indiciado: 1) por uso de documento falso; 2) falsificação de documento: 3) receptação. O inquérito do Senhor já foi remetido para a 3ª Vara Criminal. O senhor sabe disso?

O SR. – Sei, sim.

O SR. – O senhor conhece Nilson Martins da Silva? Tomara que o senhor minta.

O SR. – Nilson... (Pausa.)

O SR. – O senhor conhece Nilson Martins da Silva?

O SR. – Pelo nome não estou lembrado de quem seja.

O SR. – O senhor conhece Lindolfo José Siqueira? Melhorou agora para lembrar?

O SR. – Lindolfo José Siqueira? Não, senhor. Não lembro.

O SR. – O senhor conhece o Rui Milton Patrício?

O SR. – Não, senhor, não conheço.

O SR. – Algumas das pessoas das quadrilhas que foram presas nos informaram que adquiriam telefone celular com o senhor. O senhor sabe disso? O senhor vendia celular para os outros?

O SR. – Não.

O SR. – O senhor tinha loja de comércio de celular?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Por que o senhor tinha 14 celulares?

O SR. – É um...

O SR. – Um o quê?

O SR. – Um meio de se adquirir dinheiro hoje. Compra-se celular. Se o vendedor trouxer a nota fiscal, compramos ele e o revendemos.

O SR. – Então, o senhor tinha nota fiscal dos 14?

O SR. – A nota fiscal deles está na CTBC.

O SR. – O celular é capeta?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – O senhor fazia, no computador, nota fiscal para o celular ser habilitado? Se isso passar por perícia, é claro que vamos descobrir.

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Não?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – O senhor sabe que, na perícia, se detectarmos que o senhor fazia nota fiscal, o senhor está, mais uma vez, complicado. O senhor imprimiu alguma nota fiscal para habilitar algum celular?

O SR. – Não me lembro.

O SR. – Não se lembra?

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Sr. Presidente, não há mais importância. Ratifico minha proposta de que o Sr. Benedito Simão de Andrade seja também indiciado no relatório final da CPI porque temos todos os indícios de que ele usava as notas fiscais para habilitar os celulares. Ele declarou na delegacia que em uma carga também usou nota fiscal. Há todos os indícios de que essas notas fiscais – já que ele tinha todo esse aparato – poderiam ter sido usadas para esquentar carga roubada. Os três nomes de senhores que perguntei se o senhor conhecia e o senhor parou, pensou e disse não se lembrar – uma forma de dizer nem sim nem não – são ladrões de carga que dizem conhecer o senhor.

O SR. PRESIDENTE () – Indago ao Sr. Relator se tem mais algo a perguntar.

O SR. RELATOR () – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE () – O senhor tem mais algo a acrescentar?

O SR. – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE () – Não havendo depoentes, solicito à assessoria que providencia sua retirada do recinto e faça entrar o Sr. José Jorge Scafi. (Pausa.)

Qual o seu nome completo?

O SR. JOSÉ JORGE SCAFI – José Jorge Scafi.

O SR. PRESIDENTE () – Identidade?

O SR. JOSÉ JORGE SCAFI – Número 3428528.

O SR. PRESIDENTE () – O senhor se compromete, nos termos do art. 234 do Código de Processo Penal, a falar a verdade?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Absoluta verdade.

O SR. PRESIDENTE (????) – Concedo a palavra ao Sr. Relator para fazer os seus questionamentos.

O SR. ?? – O seu apelido é Jorjão Corintiano?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Sim.

O SR. ?? – Qual é o seu ramo de atividade?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Meu ramo de atividades é aquilo que chamam na cidade de "amassadinho": produtos de sinistros, de seguradoras, de salvados em geral.

O SR. ?? – V. Sª trabalha apenas com isso?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Sim, Excelência.

O SR. ?? – V. Sª possui alguma empresa?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Possuo uma empresa, Excelência.

O SR. ?? – Qual é a empresa?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Comercial Scafi (?)(?).

O SR. ?? – A atividade da empresa é comprar salvados e vendê-los?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Sim. Comprar salvados, material de construção usado, móveis usados em geral.

O SR. ?? – Desde quando V. Sª exerce essa atividade?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Há cerca de oito anos.

O SR. ?? – Oito anos?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Sim.

O SR. ?? – Qual é o endereço do seu estabelecimento?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Localiza-se na avenida Floriano Peixoto nº 2000.

O SR. ?? – Há telefone na empresa?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Sim, Excelência.

O SR. ?? – Qual é o telefone?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – 32133561.

O SR. ?? – 61?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Sim.

O SR. ?? – Qual o número do celular de V. Sª?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – 91249022.

O SR. ?? – Há mais?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Como?

O SR. ?? – V. Sª tem outros números de celular?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Não, apenas esse.

O SR. ?? – É celular de cartão?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Não, não é celular de cartão.

O SR. ?? – V. Sª conhece o Cléverson Pereira Cruz?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Não, Excelência. Gostaria até de conhecê-lo.

O SR. ?? – E o Paulinho Severino?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Quem?

O SR. ?? – Paulinho Severino?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Não, Excelência.

O SR. ?? – V. Sª não o conhece?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Não.

O SR. ?? – Nunca ouviu falar dele? Nunca esteve com ele?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Não. Até gostaria de que ver uma fotografia – se ele tirar o capuz – para poder relatar se conheço essa pessoa.

O SR. ?? – E o Jaziel?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Jaziel? Não. O Jaziel que conheço é um ex-funcionário meu.

O SR. ?? – Então, deve ser esse.

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Como?

O SR. ?? – O Jaziel.

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Jaziel é um ex-funcionário meu.

O SR. ?? – É?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – É.

O SR. ?? – E o Moisés?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Quem?

O SR. ?? – Moisés.

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Não, Excelência.

O SR. ?? – E o Pedrinho?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Também não.

O SR. ?? – Também não?

O SR. ?? – V. Sª não conhece o Cléverson?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Não, Excelência.

O SR. ?? – E o Paulo Severino?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Também não, Excelência.

O SR. ?? – Como V. Sª explica o fato de ter sido apontado, por alguns deles, como um dos principais compradores de carga roubada na região de Uberlândia? Por que teria ocorrido essa denúncia?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Sr. Deputado, na minha vida, vêm ocorrendo denúncias anônimas, sem provas concretas.

O SR. ?? – Essa denúncia não é anônima, tem nome.

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Como?

O SR. ?? – Essa não é anônima.

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Falo em denúncia anônima, nas injúrias, no que eles fizeram contra mim, principalmente um processo movido em ?? Araguari, envolvendo corrupção de policiais de Belo Horizonte – esse fato nunca deveria ocorrer. Fizeram uma injúria e disseram que eu morava em Patrocínio, residência não-fixa, uma pessoa foragida da polícia.

V. Exª pode verificar os meus dados no processo. Sempre tive residência fixa em Uberlândia e todos conhecem-me. Comecei trabalhando numa lanchonete. Depois, trabalhei com salvados, montei um supermercado e sempre vendi mercadorias baratas, porque adquiri da empresa Martins.

O SR. ?? – A qual acusação V. Sª se refere?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Essa acusação é de Araguari, onde os policiais...

O SR. ?? – A acusação versa sobre o quê?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Sobre receptação.

O SR. ?? – De carga?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – De carga.

O SR. ?? – Há apenas essa acusação?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Em Araguari.

O SR. ?? – Existem outras acusações?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Não. Há o processo de Araguari, que está nas alegações finais.

O SR. ?? – Existem outros processos ou somente esse?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Não, Excelência.

O SR. ?? – V. Sª nunca foi ouvido em outros processos?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Outros processos? Qual processo? Houve um processo em Monte Alegre que era uma piada.

Explicarei a V. Exª esse processo de Araguari. Os policiais vieram atrás de um rapaz de Iraí de Minas*, procurando um oléo Resende. Eles pegaram um rapaz lá e o extorquiram, porque ele contou. Eles queriam, de qualquer forma,...

O SR. – Sr. Jorge, já que V. Sª está começando um depoimento, lerei um dispositivo legal:

> "Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952.
>
> Art. 4º – Constitui crime:
>
> II – fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante Comissão Parlamentar de Inquérito. Penas do art. 342 do Código Penal."
>
> Alerto V. Sª de que deve dizer a verdade, haja vista que está sob juramento. Há uma lei que regulamenta as CPIs. V. Sª pode estar cometendo um crime aqui.
>
> V. Sª pode continuar.

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Sr. Deputado, eu vim a esta CPI para poder ajudá-la.

O SR. – Há dois processos contra V. Sª. Os dois tratam de receptação?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Num deles, simplesmente, um rapaz falou que encomendei para ele – um tal de Jorge. Ele falou apenas Jorge. Então, os policiais colocaram "Jorge Corintiano". Como eu não estava sabendo de nada, meu advogado, fazendo uma defesa em Monte Alegre, viu esse processo lá – sem eu saber de nada. Mas ele me chamou.

O SR. – V. Sª tem precatório de outro Estado em que já foi ouvido aqui?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Precatórios?

O SR. – Carta precatória?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Eu estive como testemunha.

O SR. – Quantas?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Uma.

O SR. – Umas?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Apenas uma.

O SR. – Como testemunha de quê?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Como testemunha da pessoa que foi presa lá.

O SR. – Por quê?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Como?

O SR. – Por que essa pessoa foi presa?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Fui testemunha, porque esse rapaz comprou uma carga do Martins. Por sinal,...

O SR. – V. Sª nunca roubou?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Como, Excelência?

O SR. – V. Sª nunca roubou carga nem agenciou compra de carga roubada?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Nunca, na minha vida. Se V. Exª conseguir provar uma única vez, poderá imputar-me prisão perpétua agora.

O SR. – Calma, não há prisão perpétua no Brasil.

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Queria afirmar somente isso a V. Exª.

O SR. – Não existe prisão perpétua no Brasil, senão V. Sª iria ganhá-la. Não peça o que V. Sª não pode receber. Solicite apenas o que pode receber: cadeia. V. Sª quer cadeia?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Perdão, Excelência?

O SR. – Se provarmos que V. Sª comprou carga roubada, V. Sª irá para a cadeia.

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Eu queria ir.

O SR. – Sairá daqui ??????

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Sim, Excelência. Tenha certeza absoluta disso, com toda a afirmação minha.

O SR. – V. Sª nunca telefonou para ninguém agenciando carga roubada?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Agenciando carga roubada? Nunca na minha vida.

O SR. – Nunca intermediou?

O SR. – Nunca negociou carga roubada?

O SR. – Nunca intermediou carga roubada?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Não, Excelência, nunca intermediei.

O SR. – Para ninguém?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Para ninguém.

O SR. – Está bom. Daqui a pouco, mostraremos que V. Sª é um belo mentiroso.

O SR. – Solicito que seja reconduzido ao recinto o Sr. Cléverson Pereira da Cruz. Posicionem-no à mesa para realizarmos a acareação, por favor.

O SR. – Qual é o seu patrimônio hoje, Sr. Jorge?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Como, Excelência?

O SR. – Qual é o seu patrimônio hoje?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Atualmente, tenho uma casa e uma caminhonete 1994.

O SR. – Informe-nos o valor.

O SR. – Qual é a caminhonete?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – F-1000, 1994.

O SR. – O que mais?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – E uma Blazer, da minha esposa.

O SR. – Uma Blazer, que é da sua esposa?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Exatamente.

O SR. – O que mais?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Somente.

O SR. – Quanto vale a sua casa hoje?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Minha casa hoje?

O SR. – Sim.

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Cerca de R$200 mil.

O SR. – Qual é a sua profissão?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Minha profissão sempre foi comerciante.

O SR. – Onde está localizado o seu estabelecimento comercial?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Hoje, na Floriano Peixoto nº 2000.

O SR. – O que V. Sª comercializa?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Comércio de salvados em geral.

O SR. – Mas o que V. Sª vende?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Vendo móveis usados, tudo que é usado, de salvados.

O SR. – Há quanto tempo V. Sª está nesse ramo?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Há oito anos.

O SR. – Oito anos?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Sim, Excelência.

O SR. – V. Sª comprou uma casa de R$200 mil?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Eu não comprei uma casa de R$200 mil; demorei sete anos e meio para construí-la. Fui construindo-a aos poucos, conforme o meu ganho.

O SR. – Mas a casa hoje vale R$200 mil?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Hoje, ela vale R$200 mil.

O SR. – E a caminhonete Blazer?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Tenho uma caminhonete Blazer.

O SR. – Quanto vale?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Cerca de R$30 mil.

O SR. – É a gasolina ou a diesel?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – É a diesel.

O SR. – A Blazer?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – É de 1997.

O SR. – V. Sª poderia vendê-la para mim a R$30 mil. Uma Blazer, diesel, por apenas R$30 mil.

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Então, compre.

O SR. – Eu quero comprar. Estou precisando e compro-a agora.

O SR. – Qual o ano da Blazer?

O SR. – Compro a Blazer por R$30 mil. V. Sª é um homem de palavra, não é mesmo?

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Sou um homem de palavra, mas este carro não está à venda.

O SR. – Não está à venda, porque, evidentemente, o preço não está correto.

O SR. – Quanto V. Exª pensa que a Blazer custa hoje? Ano 1997?

O SR. – Uma Blazer vale mais de R$50 mil. Sei o valor, porque estou sonhando em, um dia, comprar uma. Nesta semana, informei-me sobre o preço e constatei que custa mais de R$50 mil.

O SR. JORGE CORINTIANO (??) – Lembro-me de que a comprei por pouco mais de R$30 mil. Isso aí foi negócio ainda com um rapaz dono de uma imobiliária.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se ele não comprou, é algo salvados também?

O SR. – Não, senhor. Há muitas coisas que tenho que comprei de salvados.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vai ver que o senhor salvou os outros e comprou a Blazer?

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Pompeo de Mattos, só um tempinho para que ele posicionar a mesa.

O SR. – Solicito a assessoria para colocar a mesa na posição de ontem...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ficou invertido. Vocês não lembram como foi colocada ontem, não?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com ele mais para trás pouquinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bom. Ficou de costas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vai ficar bem no meio do corredor.

Conhece esse cidadão?

O SR. – Conheço, Jorjão Corintiano.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é ele?

O SR. – Jorjão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ele faz?

O SR. – No tempo em que o conhecia, ele comprava carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Comprava carga?

O SR. – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem?

O SR. – Minha, do Pedrinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos começar lá trás. Cléverson, creio que você lembra. Quantas cargas foram?

O SR. – Quantas? Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muitas?

O SR. – Umas três, quatro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Umas três, quatro. Dê-nos alguns detalhes das que você se recorda.

O SR. – Carga de quê?

O SR. – De secos e molhados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todas?

O SR. – Não, uma de pneu que eu vendi em São José do Rio Preto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando?

O SR. – Não uma só, de pneu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando? Lembra?

O SR. – Não me lembro, não me recordo da data.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muito tempo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mais de dois anos?

O SR. – Nessa faixa de dois, três anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, uma de pneu, secos e molhados. Lembra-se de outra?

O SR. – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem lhe apresentei o Jorge.

O SR. – Conheci-o pelo Joãozinho, da Transportadora, lá no bairro Martins e por intermédio do Pedrinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Joãozinho?

O SR. – Conheço o Joãozinho. Agora que eu lembro deste rapaz aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está lembrando?

O SR. – Estou lembrando. Este rapaz aqui conheci na transportadora. Eu comprei uns fogões amassados e ele, no entanto, queria comprar um fogão desses. Até me perguntou quanto por quanto lhe faria o fogão. Não lembro o valor hoje, mas ele foi até a loja e comprou esse fogão, certo? Mas, veja bem, recordo-me deste rapaz também. Há dois meses no meu estabelecimento, ele me ofereceu uma carga roubada. Ele foi lá e me ofereceu uma carga roubada.

O SR. OSCAR ANDRADE – É verdade, Cléverson.

O SR. – Há dois meses eu estava preso em Brasília.

O SR. – É mais ou menos isso. Ele estava... É isso aí... Cerca de dois... Eu não sei se três meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele lhe ofereceu a carga roubada?

O SR. – Ofereceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carga de quê?

O SR. – Eu não sei o que era. Nem me preocupei, nem nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que você sabia que era roubada? Ele chegou dizendo que era roubada?

O SR. – Ele me disse assim: "Jorjão, não quer pegar uma carguinha tal?"

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já tinha intimidade com você, para chamá-lo do apelido de Jorjão?

O SR. – Isto aqui é uma carguinha?

O SR. – Veja bem. Como ele foi lá e já havia comprado o fogão de mim, ele chegou lá: "Você se lembra lá do Joãozinho, de que comprei um fogão de você? Me diga uma coisa: você não quer comprar uma coisinha aí, não?" Mas só que não falou o que era. Agora, gostaria que o senhor perguntasse para ele se eu comprei essa mercadoria dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava preso em Brasília. Ele já disse.

O SR. – Eu não lembro se há dois, três meses; um negócio assim de meses atrás.

O SR. – Ele disse que continuava preso.

O SR. – Agora eu gostaria que o senhor perguntasse para ele...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o seu último contato com ele, Cléverson?

O SR. – O último contato? Não recordo. Só se foi por telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Faz quanto tempo?

O SR. – Que eu conversei com ele por telefone?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, antes disso.

O SR. – Antes disso, deve fazer mais de ano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais de ano. E por telefone? Faz quanto tempo?

O SR. – Por telefone, faz pouco tempo que conversei com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você se lembra disso?

O SR. – De quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – Do contato por telefone com ele? Preste atenção, vamos quebrar seu sigilo telefônico.

O SR. – Pois não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se você mentir, vamos prendê-lo.

O SR. – Não, pode perguntar. Estou aqui para responder.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem! Então, por favor.

O SR. – Sim?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você se lembra do contato telefônico?

O SR. – Ele me ligou por telefone, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi?

O SR. – É. Insistindo se eu queria comprar essa mercadoria e eu falei para ele que eu não queria.

O SR. – O que o senhor falou para ele?

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que o senhor falou?

O SR. – Então, relate a conversa para eu entender como foi o telefonema.

O SR. – Não lembro. Eu falei para ele que eu não queria... que eu não queria isso aí, que eu não mexia isso aí.

O SR. – O senhor lhe disse: "Não, não posso. A Polícia está em cima de mim"?

O SR. – Como?

O SR. – O senhor não falou: "Não posso, a polícia está em cima de mim"?

O SR. – Não, eu falei... Realmente, não é que a polícia está em cima de mim. Eu peguei e falei: "Moço, eu não mexo com isso aí, porque veja bem, eu tenho processo aí, tramitando aí, e eu não, eu não, eu não, eu não compro isso aí". É isso aí que eu falei para ele.

O SR. – Deixa eu falar uma coisa para o senhor.

O SR. – Pois não.

O SR. – É nossa tarefa e nós vamos fazer. Nós vamos provar, daqui a pouco vamos começar a provar, que o senhor, essa conversa do senhor é papo-furado, que o senhor compra sim, tá certo? Todo bandido que chega aqui, todo mundo fala o nome do senhor. Será que ninguém gosta do senhor? Todo mundo fala que o senhor compra mercadoria roubada. Nós perguntamos: "O senhor conhecia ele?" O senhor falou no início: "não". Aí agora o senhor falou: "Não, já lembrei".

O SR. – Eu não estava lembrando.

O SR. – "O senhor já conversou com ele no telefone?" "Não". "Ah, não, olha, ele já ligou para mim sim".

O SR. – Ele ligou para mim, insistindo no telefone para mim comprar dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas à ? ele disse que o senhor falou com ele que não, não por telefone, falou pessoalmente, ele esteve lá. Agora o senhor disse que é por telefone. Foi pessoalmente ou por...

O SR. – Não, ele veio pessoalmente falar comigo também. Até por sinal ele veio...

O SR. – Jorge.

O SR. – Pois não.

O SR. –Preste atenção.

O SR. – Reproduz ?

O SR.– Vamos para o telefone. Já que você está falando que ele telefonou para você. Como é que foi?

O SR. – Reproduza aí o telefonema.

O SR. – Ele te ligou?

O SR. – Ele me ligou falando: "Ó, cê não quer ficar com essa carga, não sei o quê, não sei o quê?"

O SR. – Carga de quê?

O SR. – Eu não sei do que que era.

O SR. – E aí? Reproduza textualmente, palavra por palavra, aquilo que ele falou para o senhor.

O SR. – O que você lembrar aí.

O SR. – Eu não me lembro. Eu lembro que ele ligou para mim oferecendo isso aí só.

O SR. – Tá, então vai descrevendo. Como é que foi o telefonema?

O SR. – Se o senhor não é comprador de carga roubada...

O SR. – Sim.

O SR. – Não é verdade?

O SR. – Certo.

O SR. – Uma pessoa liga para o senhor para lhe oferecer uma carga roubada. É uma anomalia. O senhor não vai lembrar do que que ele falou com o senhor? (som interrompido.)

O SR. – ... vírgula por vírgula, porque ninguém liga para mim oferecendo carga roubada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, descreve o telefonema. Vamos deixar ele descrever o telefonema. Vamos ver.

O SR. – É isso que eu estou falando. Ele me ligou, oferecendo, insistindo para mim ficar, e eu peguei e falei: "Ó, eu não fico com isso aí, eu tenho até problema na Justiça, eu tô provando, tô provando minha inocência nisso aí", e somente isso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto tempo durou o telefonema?

O SR. – Não me lembro. É um instante, é pouco tempo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O quê? Um minuto?

O SR. – Mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mais ou menos um minuto?

O SR. – É, mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então vamos ver se é um minuto mesmo.

O SR. – Então vamos ouvir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos ver se é um minuto mesmo o teu telefonema.

O SR. – Então vamos ouvir a fala do senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas podia ver se era um minuto mesmo o teu telefonema.

O SR. – Vamos começar a desbancar a palavra do senhor.

O SR. – Nós temos uma fita gravada com autorização da Justiça. Você vai ouvir agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos ver o que tu disseste, vais te lembrar agora o que tu disseste e aí vamos ver se tu...

O SR. – E essa fita é legal...

(som interrompido)

O SR. POMPEO DE MATTOS – ? pediste para ver. Tu disseste que se nós tivéssemos qualquer coisa, tu querias a pena perpétua de cadeia. Não existe pena perpétua. E eu disse: "Não peça a cadeia". "Não, eu quero cadeia".

O SR. – Deputado Pompeo, vamos aguardar a fita.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos ver o que tu disseste na fita, para ver se tu mereces ou não a cadeia que tu pediste.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor tem uma chácara em Morada Nova?

O SR. – Na Morada do Sol.

O SR. CABO JÚLIO – O senhor tem lá uma chácara?

O SR. – Sim.

O SR. CABO JÚLIO – É? O que é que o senhor guarda lá?

O SR. – É minha residência.

O SR. – Deputado Cabo Júlio, nós gostaríamos de ouvir a fita. A assessoria, para colocar a fita. (Reprodução da fita)

O SR. – É o Paulinho.

O SR. – Paulinho.

O SR. – Paulinho ??

O SR. – Paulinho do quê?

O SR. – Paulinho, está esquecendo de mim, moço?

O SR. – Paulinho...

O SR. – Paulinho das cargas.

O SR. – Ô Paulinho, tá bão?

O SR. – Como é que cê tá, rapaz?

O SR. – ? meu filho.

O SR. – E aí, como é que estão as coisas?

O SR. – Estamos aí, igual ao outro.

O SR. – Está beleza?

O SR. – Estamos...

O SR. – Esse telefone seu dá para falar?

O SR. – Oi?

O SR. – Esse telefone seu dá para falar?

O SR. – Dá, pode.

O SR. – Pode?

O SR. – Pode.

O SR. – Tô com uma mercadoria, como é que faz?

O SR. – ? parou daquela época, não é?

O SR. – Cê deu uma parada? I

O SR. – Ixe, daquela época, aqui tá bravo, tem nem jeito de...

O SR. – Está ruim gegê?

O SR. – 24 horas a vigia.

O SR. – 24 horas vigiando aí?

O SR. – Parou mesmo.

O SR. – Eu tô com uma do jeito que você gosta, viu?

O SR. – Pois é, rapaz, está desse jeito, do jeito que eu tô te falando.

O SR. – É, né? Tô com um do mesmo que você vende aí, viu? Só coisa boa, só filé.

O SR. – Então, rapaz? Juro mesmo, está daqueles dias parados, ixe, não está podendo nem respirar.

O SR. – Mas eu, você sabe, para negociar de boa, né? Cê sabe disso.

O SR. – Não, lógico.

O SR. – Você sabe que, daquela vez mesmo, já aconteceu de eu cair não sei quantas vezes, sendo que eu tinha vendido mercadoria para você e nada. Você sabe disso, né?

O SR. – Pois é, foi igual ao outro, né? Com o menino lá?

O SR. – É. Você e o Joãozinho lá. Como é que faz para falar com ele?

O SR. – que João?

O SR. – O João da transportadora.

O SR. – Pois é, não sei, sumiu.

O SR. – Sumiu? Você não arranja uma pessoa para mandar buscar esse negócio aqui não, moço? Aqui está embaçado para passar.

O SR. – Aqui também está.

O SR. – Está brabo, não está? Eu não estou ficando aqui. Aconteceram uns problemas comigo. Você ficou sabendo, né?

O SR. – Não, não fiquei.

O SR. – Eu caí aqui, vazei. Cheguei aqui essa noite e vim só derrubar um negocinho que já estava esquematizado, mas tenho que voltar de novo. Não estou morando aqui dentro mais não.

O SR. – É ruim.

O SR. – É ruim.

O SR. – O que tinha aqui acabou.

O SR. – Acabou né, Jorge?

O SR. – Aqui, nem pensar. Está brabo.

O SR. – É mesmo?

O SR. – Viiiixi.

O SR. – E não tem nenhum colega para quem eu possa passar o negócio aqui ou lá, aquele colega seu de São José?

O SR. – Não, aquilo está morto já.

O SR. – Ah, é?

O SR. – É, está na baquiara. (???)

O SR. – Está na baquiara? Falou, então.

E você não arruma ninguém para eu passar esse trem, não?

O SR. – Não tem. Sinceramente...

O SR. – E aquele amigo seu que comprava? Aquele que trabalhava com você me deu um banho e ainda me entregou para os "homens", você soube?

O SR. – Quem?

O SR. – O Miro (???), moço?

O SR. – Ele estava aqui e não vale nada.

O SR. – O Claudionor.

O SR. – Ele não vale nada.

O SR. – Você soube que eu vendi uma mercadoria, aquela que eu fui te oferecer aí. Vendi para ele e ele me entregou para os homens.

O SR. – Ele é desse jeito mesmo.

O SR. – Fiquei sabendo que ele também entregou você.

O SR. – É, entregou.

O SR. – Entregou, né?

O SR. – Entregou. É, pois é.

O SR. – Aquilo lá não quero nem...

O SR. – Com esse tipo de gente também não mexo. Se for para o trem cair já ando todo enrolado. Para vender uma mercadoria para cair aí embaça, né velho?

O SR. – Eu não vendo.

O SR. – Pensei "vou dar uma ligada no Jorgão que é mais firmeza".

O SR. JORJÃO – Sinceramente, não tem mesmo. Aqui acabou mesmo, aqui parou.

O SR. – Você está parado, então?

O SR. JORJÃO – Está feio mesmo.

O SR. – Está, né?

O SR. JORJÃO – Não podemos nem abrir aqui.

O SR. – É mesmo?

O SR. JORJÃO – Vixi, vinte e quatro horas.

O SR. – Vinte e quatro horas o pessoal aí?

O SR. – O trem embaça.

O SR. – Então, está beleza.

O SR. JORJÃO – Está bom? Você tem algum celular para eu falar com você se precisar?

O SR. JORJÃO – Tenho.

O SR. – Passa para mim que qualquer hora dou uma ligadinha para você.

O SR. JORJÃO – 91249024.

O SR. – Está beleza, Jorgão?

O SR. JORJÃO – Falou.

O SR. – Um abração."

O SR. – E, aí, chefe o que o senhor tem a dizer?

O SR. – O que tenho a dizer é que simplesmente essa conversação é igual ao falei com ele no telefone, igual eu disse.

Que prova que ele tem que me vendeu alguma coisa? Só isso.

O SR. – Vamos reproduzir.

O SR. JORJÃO – Sim.

O SR. – Eu já vendi mercadoria para você umas três vezes. Pois é, você sumiu. E aí?

O SR. JORJÃO – Ele vendeu mercadoria para mim três vezes?

O SR. – Ele falou na fita.

O SR. – Eu repeti as fitas, homem.

O SR. – Apesar de estar ruim, inaudível na sua...Dr. Celso, traga a fita, por favor.

O SR. – Vou repetir. Ele fala para o senhor "depois tal, tal, tal. Eu já vendi mercadoria para você umas três vezes, está lembrado?" "Pois é, você sumiu". E, aí?

O SR. JORJÃO – Sr. Deputado, isso foi coisa no embalo.

Na hora do comércio, da coisa, a gente fala alguma coisa que não tem nada a ver.

O SR. – Ah, tá bom, no embalo.

Se alguém ligar para mim e disser "olha, eu já vendi droga para você". Eu vou dizer "pois é".

O SR. – O senhor lembre que assinou para falar a verdade.

O SR. JORJÃO – Eu falo a verdade.

O SR. – Se o senhor mentir, sairá daqui preso.

(Fora do microfone)

O SR. – O que é "embaçado para passar"?

O SR. – O que é embaçado para passar a carga?

O SR. JORJÃO – Está embaçado?

O SR. – É. O que é embaçado para passar a carga.

O SR. JORJÃO – Não, simplesmente falei para ele que não queria porque...

O SR. – Não, você disse que estava embaçado.

O SR. – Está ruim para passar a carga, está embaçado para passar a carga.

O SR. JORJÃO – Não, nunca passei carga.

O SR. – O senhor não disse?

O SR. JORJÃO – Nunca passei carga.

O SR. – Essa voz é sua? O senhor a reconhece?

O SR. JORJÃO – Sim.

O SR. – Põe na parte do embaçar.

(Fora do microfone)

O SR. -...aqui, nem pensar que está fácil.

O SR. – É mesmo?

O SR. – Vich!

O SR. – E **(?)** um colega aí que eu possa **(?)**. Aquele colega seu lá de São José?

O SR. – Não. Aquele está morto.

O SR. – Ah, é?

O SR. – Está morto?

O SR. – Quem é que está morto?

O SR. – O colega lá de São José. Ele diz: "Não, tem um colega, aquele que tu disseste, que estava difícil para passar, que estava embaçado". E aí, ele disse: "Não, mas o colega, aquele lá de São José?". Ele disse: "Ih, aquele está morto". Quem é que é?

O SR. – Não. Não tem morto.

O SR. – Mas tu disse aqui.

O SR. – Não. Não tem colega morto em São José do Rio Preto. Simplesmente, eu falei para ele "está morto" porque o rapaz...

O SR. – Mas a quem ele se referia?

O SR. – É porque tem um colega lá em São José do Rio Preto que eu passei uma carga de pneu para ele lá através do Jorjão.

O SR. – Agora eu te pergunto, eu te pergunto...

O SR. – Eu e o Pedrinho. Porque ele era amigo mesmo do Pedrinho. E aqui em Uberlândia caiu uma carga nossa também que ia ser passada para ele. Que o dono do caminhão chamava Jorge também. É um caminhão que tem umas faixas falsas da Martins. Ele foi preso no processo. Foi naquele problema que eu falei que paguei os R$50 mil para soltar as seis pessoas. Inclusive a dona dessa transportadora, que é a mulher do Joãozinho, foi presa nessa mesma situação, que intermediava para a gente vender para ele.

O SR. – Sr. Deputado, eu gostaria que ele... Que pedisse a presença desse colega meu e falasse se um dia eu intermediei uma carga de pneu para ele. Só isso.

O SR. – Não. Eu vou te dar... Eu vou te oferecer um benefício. Você quer transformar esta sessão em secreta e quer conversar com a gente verdadeiramente? Falando a verdade? Dos crimes que você cometeu? Das cargas que você passou?

O SR. – Faço sim, senhor.

O SR. – Você faz?

O SR. – Faço sim, senhor.

O SR. – Você quer? Nós vamos fazer isso. Agora, nós não vamos ser enrolados não. Nós vamos conversar sério com você.

O SR. – Não. Assim... Eu falo. O que eu tenho que falar eu vou falar.

O SR. – Você fala?

O SR. – Sim senhor.

O SR. – Você quer falar reservadamente?

O SR. – Sim senhor.

O SR. – Então vamos lá.

O SR. – A sessão está suspensa e solicito à Assessoria...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um pouquinho, Presidente.

O SR. – Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só quero fazer uma pergunta. Olha aqui **(gravação)**: "...o Claudionor...". Quem é o Claudionor?

O SR. – O Claudionor é **(?)**. É desenhista.

O SR. – Ele te entregou, não é?

O SR. – Heim?

O SR. – Ele te entregou, não é?

O SR. – Me entregou?

O SR. – O Billy**(?)**. É.

O SR. – Como?

O SR. – O Claudionor falou assim:...

O SR. – Ele disse...

O SR. – ..."eu não quero nem saber dele. Ele me entregou." E você fala: "É, ele me entregou também".

O SR. – Ele era um desenhista da Polícia Civil que intermediava a carga para ele...

O SR. – E não vale nada.

O SR. – ...uma carga de eletrodomésticos para ele também e ele está respondendo por isso.

O SR. – Diz que o Claudionor entregou ele para a Polícia e ele – bom, tudo bem –, e ele disse: "Não. Esse me entregou também. Não vale nada".

O SR. – Me entregou também?

O SR. – Não. O Claudionor não me entregou nada não.

O SR. – Sr. Presidente, transforme, por favor, a sessão em secreta.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Solicito à Assessoria uma sala para ouvirmos o depoimento do Sr. José Jorge Scaf**(?)**. Estão suspensos os trabalhos.

Solicito à Assessoria para encaminhar o depoente à sala onde será ouvido secretamente.

(Pausa)

O SR. – Deputado Carlos Dunga*, sempre, sempre, nunca vacilamos em respeitar a dignidade e respeitar o cidadão. Propus a sessão num acordo verbal claro perante todos os ouvintes aqui presentes e a televisão buscando a ajuda de quem comete crime em benefício da CPI, ajuda, num acordo absolutamente lícito. Dessa forma foi feito e não adiantou absolutamente nada. Você mantém sua posição, mesmo tergiversando, mesmo mostrando claramente, claramente na fita gravada, nas posições, em todas as informações que nós temos de conduta e de seu trabalho verdadeiro. Pergunto mais uma vez: você quer ratificar e mudar seu depoimento, ou se mantém?

O SR. – Sr. Deputado, é o que eu disse para o senhor e falei para o senhor. Eu até gostaria que o preso viesse aqui e relatasse e mostrasse para mim onde foi que ele entregou para mim essas cargas, provas concretas de que ele fez isso. Igual ele falou por telefone: não sei o quê – falando depressa –, não sei o quê. Eu falei: Pois é, agora nada prova. Agora, eu gostaria que ele provasse, só, mas provasse para mim, por s mais b, que ele entregou essas cargas para mim. Só isso.

O SR. – Além dos crimes que você já cometeu, o senhor está cometendo outro. E esse é passível de prisão. O senhor está tergiversando, está mentindo à CPI, impedindo os trabalhos da CPI. O senhor vai manter?

O SR. – Sr. Deputado, estou mantendo o que eu sei. Igual vocês me perguntaram se eu sabia de alguma coisa. Não sei de nada, não sei de nada.

O SR. – O senhor não reconhece a gravação que diz aqui...

O SR. – Conheço.

O SR. – Ele diz: – Olha, a carga aquela entreguei para fulano, que me indicou... O senhor reconhece que o senhor indicou carga para ele?

O SR. – Sr. Deputado, traga esse rapaz que disse...

O SR. – Não, não vamos fazer nada.

O SR. – Temos a gravação aqui. O senhor reconhece que o senhor intermediou carga, inclusive dizendo para quem ele entregar, e que as pessoas lograram ele inclusive, e o senhor disse: – Ah, esse não vale nada. O senhor reconhece que o senhor disse isso?

O SR. – Esse não vale nada?

O SR. – Esse não vale nada. Ele citou o nome das pessoas, dos bandidos que intermediaram as cargas, que interceptaram cargas, que ele vendeu carga. Ele citou os nomes para o senhor, que respondeu: – Ah, esse não vale nada mesmo. O senhor não reconhece isso?

O SR. – Eu não falei isso.

O SR. – O senhor não falou?

O SR. – Eu não falei isso, de...

O SR. – Bom, está gravado aqui, Sr. Relator.

O SR. – Eu gostaria que o senhor mostrasse para mim esse pedaço aí.

O SR. – Já lhe mostrei, já mostrei para o senhor.

O SR. – Não, o senhor falou que eu falei que não vale nada a pessoa. Não, eu simplesmente falei que não vale a pessoa de Bili(?). Simplesmente o tal de Claudionor(?), de Bili, simplesmente. Mas nunca fiz negócio, nada...

O SR. – Ele disse que o senhor indicou para ele, ele foi lá e vendeu as cargas, e ele disse: – Ele me logrou. E o senhor disse: – Ah, isso não vale nada mesmo. Por quê? O senhor disse isso ou não disse?

O SR. – Eu gostaria que o senhor chamasse...

O SR. – O senhor disse isso ou não disse?

O SR. – Na fita?

O SR. – Sim.

O SR. – Não, eu falei que esse rapaz não vale nada, Sr. Deputado, eu disse que esse rapaz não vale nada porque ele não vale nada. Agora, eu não, de maneira alguma...

O SR. – O senhor está tergiversando e mentindo para a CPI, e isso é crime.

O SR. – Sr. Deputado, chama essa pessoa de Bili(?), e pergunta se eu intermediei alguma coisa.

O SR. – Sr. Jorge, não vamos chamar mais ninguém.

O SR. – Com a palavra o Relator.

O SR. – Essa voz é sua?

O SR. – É.

O SR. – Pronto. Então, está bom.

O SR. – O senhor quer retificar seu depoimento ou manter seu depoimento?

O SR. – Sr. Deputado, vou manter, porque o que estou falando é isso.

O SR. – Sr. Presidente, com base no art. 4º, incisos I e II, da Lei nº 1.579, peço que seja dada voz de prisão ao Sr. José Jorge Scaff(?).

O SR. PRESIDENTE ( ) – A Presidência, atendendo a solicitação de V. Exª, Sr. Relator, e de conformidade com a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, art. 4º, item 2, o depoente, por fazer afirmações falsas, ou negar, ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor, intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, defiro o pedido de V. Exª e entrego ao Cabo Júlio e ao Deputado Federal, para que encaminhem o depoente à Polícia Federal, com prisão em flagrante.

Suspendo a reunião por dez minutos.

(Está suspensa a reunião)

O SR. PRESIDENTE ( ) – Declaro aberta a presente reunião.

Reiniciando os nossos trabalhos, convido a Assessoria para introduzir no recinto o depoente da relação, Sr. Émerson Araújo Fabrício. (Pausa)

Gostaria de agradecer todo o apoio que está sendo dado pelo poder legislativo desta cidade, por meio de seu Presidente, pelos srs. assessores, pela imprensa e por todos que compõem esse poder. É o que faremos, registrar na nossa Câmara Federal e no Senado e nos Anais desta Casa o apoio recebido de V. Exª e do poder legislativo da Uberlândia.

O SR. ( ) – Pela ordem, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE ( ) – Com a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. ( ) – Queria aproveitar a oportunidade e, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente da Câmara que nos deu total apoio e dizer que essa reunião não teria o êxito se não fosse o papel de V. Exª, nosso nobre Vereador e Presidente que nos apoiou irrestritamente, fornecendo material, instalações, e tudo o que fosse necessário para nossos trabalhos.

Agradeço o comparecimento dos srs. vereadores, e tive a informação do próprio Presidente de que todos compareceram, isso é importante para mostrar à sociedade de Uberlândia o interesse e a desenvoltura dos vereadores.

Queremos agradecer também às polícias. A polícia federal, nossa companheira de todas as horas, percorrendo todo o Brasil e sou até suspeito para fazer um agradecimento especial à polícia militar, particularmente ao capitão Eije(???) que com sua tropa, há dois dias, está nos guardando; e fica também nosso agradecimento especial a todos os companheiros. O nome do capitão Eije é um velho conhecido de Belo Horizonte, e talvez um dos oficiais mais competentes que exista na polícia militar; nosso agradecimento ao Dr. Gilmar, o encarregado de atuar como corregedor junto à CPI. Enfim, a todos aqueles que participaram, aos promotores, à imprensa, muito obrigado.

É essencial mostrar à sociedade que o que gera mais crimes é a impunidade, e cada um dos senhores desse mecanismo é importante para que ela deixe de existir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. – Sr. Presidente, V. Exª me permite rapidamente fazer um registro?

O SR. PRESIDENTE ( ) – Com a palavra V. Exª.

O SR. – Quero naturalmente agradecer a (?????), que a Presidente da Câmara de Vereadores de Uberlândia propiciou, à CPMI, às Srªs e aos Srs. Vereadores, à comunidade de Uberlândia, à imprensa, à polícia, enfim, tantos quantos colaboraram.

Outro registro que desejo fazer é que durante esse período de recesso que tivemos recebi uma comitiva de empresários que me relatou uma série de questões que deixa a gente de cabelo em pé. Cada vez nos faz compreender mais porque Uberlândia está nesse foco do roubo de cagas. É um pavor para as empresas, como me relataram as empresas do transporte do óleo de soja. Uma carga de óleo de soja é roubada em minutos, vai como sabugo na corredeira em dia de cheia, ninguém ataca, com polícia no meio e com outros empresários receptando, os bandidos agindo, enfim, é a "casa da mãe Joana". Os empresários não querem nem aparecer, porque têm medo de represália. Não só de serem roubados, mas serem daqui a pouco atacados. Faço esse registro para que a comunidade tome conhecimento de que a CPI está sabendo o que está acontecendo. Mais do

que nunca colocaremos a Polícia Federal para acompanhar de perto o que está ocorrendo, as denúncias e os fatos, grampeando telefone, é claro, sempre por meio de ordens judiciais, para que peguemos os bandidos e os interceptadores, principalmente os receptadores, que são os grandes que estão comprando carga roubada.

Eu gostaria de fazer uma leitura do reconhecimento que a CPMI está tendo por conta do que está levantando, o que é o nosso dever. É verdade que é o dever que fazermos com prazer, pois quem faz o que gosta capricha no jeito de fazer. Hoje de manhã, vindo para cá, Sr. Presidente, (??) num táxi. Viemos comentando com as taxistas, o comentário é muito grande na cidade sobre o que está sendo revelado e o que não está conseguindo ser revelado, porque não há tempo. Relataram-me uma série de fatos e de episódios. Perguntei quanto era a conta, ele disse que não custava nada a corrida por conta do que estamos fazendo. Não estamos fazendo nada, Sr. Presidente, estamos fazendo nosso dever, nossa obrigação. Quero traduzir isso no sentimento que o povo tem daquilo que é a vontade libertária do povo, de se libertar da garra de bandidos, de ladrões, de assaltantes ladrões de carga, de compradores de carga e de muitos policiais envolvidos. A população não tem para quem reclamar. Daqui a pouco chama-se a polícia vem o bandido faceiro, chama-se o bandido e a polícia aparece, os dois são a mesma coisa. Precisamos deixar claro que a CPI vai embora hoje, mas não se esquecerá do carinho e da hospitalidade – que são características do gaúcho, mas que vimos muito em Minas e em Uberlândia, especialmente – principalmente da nossa obrigação de não deixarmos ficar tudo por isso mesmo, seguirmos as investigações, a Polícia Federal ficar no bico de muita gente e, se necessário, levar alguns depoimentos remanescentes que possam sobrar da nossa cruzada para Brasília para continuarmos nas investigações.

O SR. PRESIDENTE (??) – Agradeço as palavras de V. Exª.

Estando presente o depoente, solicito seu nome.

O SR. EMERSON ARAÚJO FABRÍCIO – Emerson Araújo Fabrício.

O SR. PRESIDENTE (??) – Qual é o número da identidade?

O SR. EMERSON ARAÚJO FABRÍCIO – 10408351.

O SR. PRESIDENTE (??) – Qual é o número do seu CPF?

O SR. EMERSON ARAÚJO FABRÍCIO – Não tenho, perdi e não lembro do número.

O SR. PRESIDENTE (??) – O depoente se compromete, nos termos dos art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade?

O SR. EMERSON ARAÚJO FABRÍCIO – Sim.

O SR. – Sr. Presidente, enquanto ele assina, eu gostaria de dizer que recebemos um comunicado do Dr. José Henrique Malmann(??), juiz de Direito da cidade, em que pede à CPI que seja o preso Jasiel Rodrigues da Silva(??) recambiado por estar correndo risco de vida. Ele está pleiteando uma vaga para Belo Horizonte? Vamos entrar em contato agora com a Secretária de Justiça para recambiar o preso para Belo Horizonte para que ele não corra risco de vida aqui na cidade. Querem que eu ligue para a Secretária?

O SR. PRESIDENTE (??) – A Presidência recebe a comunicação de V. Exª e coloca em discussão com os demais membros desta CPI.

O SR. – Sr. Presidente, trata-se de um documento do Dr. José Henrique Malmann(??), juiz de Direito, e do bacharel Vicente Paulo (??), Diretor-Geral. Ele deve estar sabendo perfeitamente os riscos que Jesiel. Por isso penso que não temos de titubear e vamos atender.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Atendido o pedido de S. Exª o Dr. Juiz.

O SR. – Podendo o Deputado Cabo Júlio nos auxiliar nisso por ser aqui de Minas Gerais, aprovamos.

O SR. CABO JÚLIO – É claro.

O SR. –

O SR. PRESIDENTE (...) – A Mesa atende à solicitação do Sr. Dr. José Henrique, Juiz de Direito desta comarca. À assessoria para providências.

Concedo a palavra ao Sr. Relator da CPI, Deputado Oscar Andrade para seus questionamentos ao Sr. Emerson Araújo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o seu apelido?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Pocheca. Tem um pessoal que eu corria junto com eles me chamava Noinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já trabalhou com instalação, manutenção de sistema de rastreamento de caminhão, por satélite?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Na Autotrac.

O SR. OSCAR ANDRADE – Autotrac. Aqui em Uberlância?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Comecei prestando serviço Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização terceiro dentro da manutenção da Marbo??? Mas nessa época minha carteira não era assinada pela Autotrac. Um tempo depois, não tenho certeza de quanto tempo depois, poucos meses depois, eles me contrataram e eu passei a ser funcionário da Autotrac.

O SR. OSCAR ANDRADE – Funcionário da Marbo????

O SR. EMERSON ARAÚJO – Não, da Autotrac; nuca fui funcionário da Marbo???

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isso?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Não tenho lembrança direitinho não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você de lá quando?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Pois é; não lembro a data exata.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, não precisa da data exata não. Tem muito tempo que Você saiu de lá?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Que eu saí? Tem mais ou menos uns.... porque eu não tenho certeza. Acho que ceve ter um ano e meio ou dois anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você trabalhava onde? Em qual cidade?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Não tinha lugar certo. Eu prestava serviço... Prestei serviço a maior parte do tempo, depois que assinou minha carteira foi dentro da Marbo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui?

O SR. EMERSON ARAÚJO – É, porque não tinha filial na época. não tinha filial em Uberlândia, a gente prestava o serviço lá dentro da manutenção.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Cléverson Pereira da Cruz?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Conheço, já moramos juntos na mesma casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Moraram juntos? É o Paulinho Severino, né?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Paulinho Severino. Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando você conhece ele?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Desde quando? Não tem muito tempo não. conheci ele depois que saí da Autotrac. Depois que eu saí que eu conheci ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Jesiel, você conhece?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Jesiel? Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – É seu amigo?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Não, amigo meu, não. Conheci ele através do Paulinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também já tem algum tempo, né? E o Moisés?

O SR. EMERSON ARAÚJO – O Moisés? Conheço também. Conheço assim de vista, não tenho amizade, não, mas conheço de vista.

O SR. OSCAR ANDRADE – É mais ou menos desse tempo aí também, né? Você já participou de roubo com esses...?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Eu já desliguei alguns caminhões.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já "desligou"? Como era esse desligamento? Conta pra gente.

O SR. EMERSON ARAÚJO – Ah, eu usava um pedaço de fio e um alicate. A ferramenta que eu usava era um pedaço de fio, um alicate. Às vezes, dependendo do modelo do caminhão, papel alumínio também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você anulava o sinal.

O SR. EMERSON ARAÚJO – Bloqueava o sinal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso você aprendeu como profissional da...?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Aprendi como profissional.

O SR. OSCAR ANDRADE – Relate alguns casos para nós. Você era contratado pela quadrilha para destravar os caminhões, ou é bloquear o sinal?

O SR. EMERSON ARAÚJO – Eles chegavam... Porque, quando eu saí da Autotrac*, eu pedi contas para me internar, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Se internar? Você estava doente?

O SR. EMERSON ARAÚJO – É, eu estava doente, eu estava dependente químico. Aí eu me internei em Divinópolis...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual era a droga que tu usavas?

O SR. OSCAR ANDRADE – Craque.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Craque?! E não morreu ainda?!

O SR. EMERSON ARAÚJO – Não, graças a Deus, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas, normalmente quem fuma craque são cinco anos só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas já parou, Deputado.

O SR. EMERSON ARAÚJO – Estou tentando parar, não vou falar que parei, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava contando como funcionava...

O SR. EMERSON ARAÚJO – O senhor pode repetir a pergunta para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como funcionava o esquema, a quadrilha te contratava, te chamava?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Chegavam.. Igual conheci o Paulinho, conhecia o Severino. Eu fui morar com ele. A gente ia, sabe...

O SR. – Eles abordavam o caminhão? Como é que era.

O SR EMERSON – Eles abordavam o caminhão, paravam o caminhão, eu subia e desligava.

O SR. – Rapidinho?

O SR EMERSON – Rapidinho. Uns dois minutos.

O SR. – O que você ganhava para isso?

O SR EMERSON – Não ganhei nada. Só a promessa de que iam me pagar.

O SR. – Nunca recebeu nada?

O SR EMERSON – Nunca...

O SR. – Quantos caminhões você desligou?

O SR – Primeiro que eu desliguei foi em Aracaju, Sergipe, certo? O caminhão estava parado no posto, eu fui lá e desliguei.

Não recebi nada. Recebi um carro. Me deram um carro para mim. Eu vim embora nesse carro...

O SR. – Que carro era?

O SR EMERSON – Era um Pálio.

O SR. – Você ganhou esse Pálio?

O SR EMERSON – Me deram ele. Ficou de arrumar os papéis e tudo...(falha na gravação) ...o nome dele é Assis(?).

O SR. – Ele era integrante da quadrilha?

O SR EMERSON – Era integrante.

O SR. – Eram o Assis, o Paulinho, o Jesiel(?)...

O SR EMERSON – Qual os primeiros nomes que (...)

O SR. – Moisés, Jesiel e Paulinho.

O SR EMERSON – Eu nunca roubei carga com eles. Com esses três. Eles nunca roubavam carga comigo.

O SR. – Com quem você roubou?

O SR EMERSON – Das vezes que eu roubei foi com o Cléverson(?), Paulinho, Severino...

O SR. – Paulinho e Severino...

O SR EMERSON – Paulinho, Severino, Cléverson...Esse Assis, também com ele.

O SR. – Com o Jesiel, não?

O SR EMERSON – Com o Jesiel, carga eu nunca roubei com ele.

O SR. – Qual era a sua relação com o Jesiel?

O SR EMERSON – Conhecia ele de vista.

O SR. – Só de amizade. Você não tinha nenhuma relação com ele?

O SR EMERSON – Não tive amizade. Já vi ele junto com o Paulinho.

O SR. – Você participava da abordagem dos caminhões?

O SR EMERSON – Se eu dava voz de assalto? Não. Eles paravam os caminhões. Eu só subia no caminhão para desligar ele...

O SR. – Só entrava para desligar e acompanhava. Qual seria a sua participação no lucro?

O SR EMERSON – Não tem...

O SR. – Qual seria (...) prometido na sua participação no lucro?

O SR EMERSON – Dividir em partes iguais.

O SR. – Você nunca recebeu?

O SR EMERSON – Nunca recebi(...) Nunca recebi.

O SR. – Você falou uma de Sergipe. Qual mais? Quando foi essa de Sergipe? Você lembra?

O SR EMERSON – Eu não lembro certinho a data. Foi ela, um caminhão que a gente tratou em...eu acho que é Pirapora, Minas Gerais, e a outra em que eu participei também, porque eles só me chamava para roubar carga rastreada, só cigarro. Eu nunca roubei outro tipo de carga a não ser o cigarro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Explique como você não recebia nada. Além de ladrão você era bobo?

O SR EMERSON – Como é? Eu não entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você não recebia nada?

O SR EMERSON – Não me pagaram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E você ia de novo?

O SR EMERSON – Só promessa. Eu fui poucas vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas?

O SR EMERSON – Que eu fui, que parou. Eu viajava com eles direto, mas que parou o caminhão e que eu desliguei, foi lá em Pirapora...

O SR. – Sergipe e qual mais?

O SR EMERSON – Sergipe, uma vez eles pararam duas carretas de cigarro acho que da Dica(?). Também eu não lembro o nome da cidade...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles pararam ou eles assaltaram?

O SR EMERSON – Eles pararam, assaltaram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que eu vejo que há um linguajar que tentam amenizar. Não é "receptação" nem "assalto", é "desvio de carga", é "comprar carga sem nota"; não é "assaltar", é "parar o caminhão".

O SR. – Como é esse "parar"?

O SR. POMPEO DE MATTOS – E você nunca recebeu nenhum centavo?

O SR EMERSON – Nem um centavo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então além de ladrão você era bobo.

O SR. – Era bonzinho.

O SR. – O Emerson, conte-me tecnicamente. Você me disse que usava um alicate e um fio.

O SR EMERSON – Isso.

O SR. – O sistema que você destrava era o Autotrac(*)?

O SR EMERSON – Autotrac.

O SR. – E qual o outro similar que existe?

O SR EMERSON – Existe o Rodosat também.

O SR. – Que também era fácil de fazer?

O SR EMERSON –...mais ou menos...

O SR. – O que você fazia com o fio? Ligava o que a quê?

O SR EMERSON – Alimentava a válvula de corte de combustível e cobria a antena.

O SR. – Para não cortar.

O SR EMERSON – Porque senão, se cobrir ele vai travar. Se eu cobrir lá e não alimentar a válvula, cada OBC(?) tem a sua configuração e o seu tempo para rodar. Depende de cada empresa, de cada...

O SR. – Quer dizer que o fio era para alimentar a válvula?

O SR EMERSON – A válvula.

O SR. – Você alimentava a partir da bateria?

O SR. – De qualquer lugar onde tivesse uma corrente.

O SR. – Que tivesse energia?

O SR. – Aí você alimentava a válvula?

O SR. – Isso. E cobria.

O SR. – Cobria com alumínio?

O SR. – Cobria com papel alumínio.

O SR. – (inaudível) podia ir embora?

O SR. – Eles me levaram direto para minha casa.

O SR. – Deixe-me fazer uma pergunta. Na realidade, você desligava o rastreador. Não era isso?

O SR. – Isso. Minha função era desligar o rastreador.

O SR. – O rastreador, quando era desligado, constava na central como desligado?

O SR. – Já não entendo.

O SR. – Ou você colocava um sinal falso?

O SR. – Não.

O SR. – Desligava?

O SR. – Eu cobria e ele perdia o sinal apenas.

O SR. – Perdia o sinal?

O SR. – Isso.

O SR. – E o caminhão não tem mais de um rastreador?

O SR. – Esse aparelho, o Autotrac, quando começou a ser instalado, não tinha corte de combustível. Era só para rastrear.

O SR. – Era só sinal via satélite?

O SR. – Era só sinal.

O SR. – Só sinal via satélite?

O SR. – Quando começaram os roubos de carga foram evoluindo. Desenvolveram o ABC, que é um computador que faz o corte do combustível.

O SR. – Esse você desligava também?

O SR. – Não. Antigamente não precisavam de mim. Era só colocar papel alumínio e perder o sinal. O caminhão não travava. Poderiam colocar onde eles quisessem.

O SR. – Você desbloqueava o corte de combustível?

O SR. – Para desbloquear o corte de combustível.

O SR. – Você tem quantos anos?

O SR. – Vinte e três.

O SR. – Já esteve preso?

O SR. – Não, nunca.

O SR. – Responde a processo?

O SR. – Não respondo a nenhum processo.

O SR. – Você se considera um perito na questão do satélite, do Autotrac?

O SR. – Entendo bastante.

O SR. – Mas se considera um perito?

O SR. – Considero-me.

O SR. – E no outro sistema?

O SR. – No outro não. Do outro sistema não entendo muito.

O SR. – No Autotrac você entra na perna do pato e sai na perna do pinto? Entende de uma ponta para a outra?

O SR. – Não entendi.

O SR. – Você entende de uma ponta à outra? Sabe tudo de Autotrac?

O SR. – Do Autotrac entendo bastante. Tudo não porque depois que saí, já tem um tempo. É como o Touro(?) falou: aquilo se modifica a cada dia. Sempre está entrando alguma coisa nova.

O SR. – Hoje você não é tão especialista quanto era?

O SR. – Não. Como antes não.

O SR. – Quem mais faz o que você fazia?

O SR. – O finado Pedrinho.

O SR. – Finado? Então ele não faz.

O SR. – Como?

O SR. – É finado? Morreu?

O SR. – Ele morreu.

O SR. – Quem mais faz?

O SR. – Não conheço.

O SR. – Pedrinho é Pedro Evaristo da Silva?

O SR. – É.

O SR. – Morreu de quê?

O SR. – Foi morto em São Paulo. Não sei.

O SR. – Quando os meninos caíram não te entregaram?

O SR. – Se ninguém nunca me cagüetou?

O SR. – Quando caíram não o cagüetaram?

O SR. – Creio que não pelo seguinte: nunca foram lá em casa antes.

O SR. – Você está aqui na CPI por quê?

O SR. – Porque fui intimado.

O SR. – Você foi intimado?

O SR. – Ele está aqui porque o Cleverson o denunciou, o entregou.

O SR. – Se ele me denunciou?

O SR. – Imagino que sim.

O SR. – Você era parceiro dele?

O SR. – Morávamos juntos.

O SR. – Andaram juntos atracando carros?

O SR. – Como?

O SR. – Andaram juntos assaltando caminhões?

O SR. – É.

O SR. – Eles assaltavam e você...

O SR. – Eles assaltavam e eu desligava.

O SR. – Nunca a polícia o descobriu?

O SR. – É a primeira vez que meu nome está sendo citado. É a primeira vez que estou tendo problemas.

O SR. – É para isso que quero chamar a atenção, Deputado Cabo Júlio, Sr. Relator. O grande delegado, os bons policiais que estiveram aqui ontem, prenderam quantas vezes o Cleverson? Três vezes. Nunca descobriram nada. Esse moço era parceiro dele. Quer dizer, não prendiam em função dos crimes que eram cometidos, mas para tomar o saldo dos crimes, os bens que ele comprava. Enfim, o patrimônio que ele amealhava por meio dos crimes cometidos. Esse era, tão-somente, o objetivo da polícia e não o de prender o bandido. Se fossem prender o bandido, investigá-lo, como a Polícia Federal está fazendo, tinham chegado nele. Ele mesmo está dizendo: "Nunca ninguém me procurou." Cometia os crimes e ficava tudo por isso mesmo, corria o mês por 30 dias. Que coisa impressionante.

O SR.– Deixe-me perguntar uma coisa: quantas vezes o Senhor foi com eles fazer um assalto e não deu certo?

O SR. – Ah, várias vezes. Nós fomos porque por um motivo ou por outro não deu certo.

O SR. – Qual o motivo mais comum que não dava certo?

O SR. – O motivo mais comum que não dava certo às vezes a gente preparava montava... a gente não porque quem bolava tudo e quem estudava tudo e que ia deixar de ser sempre era alguém para lá, nunca era o que bolova como ia ser. Aí o motivo que não dava certo...

O SR. – Eu vou pedir o senhor só para falar só um pouco mais devagar para entendermos.

O SR. – Tá. O motivo de não ter dado certo algumas vezes, a maioria das vezes é igual estava montado para catar três caminhões, aí na hora que vinha, vinha seis, sete. Então não tinha como carregar...

O SR. – Deixa eu fazer uma outra pergunta para o Senhor. Teve uma carga de cigarro. E o Senhor já fez alguma carga de cigarro?

O SR. – Se eu já fiz alguma carga? Que pegamos mesmo uma vez que deu certo foi a de Aracaju, foi só essa de carreta, o outro foi caminhão.

O SR. – Eu vou fazer uma pergunta para o Senhor e o Senhor vai me dizer se o Senhor estava nesta. Certo?

O SR. – Tinha uma carga de cigarro, o seguinte: Tinham onze caminhões de cigarro, desses onze os cinco primeiro eram Plaza, que é o cigarro mais barato, o do meio era Carlton que é o mais caro e dos outros cinco eram Plaza que era o mais barato. Foram em cima do mais caro. O Senhor estava nessa?

O SR. – Não.

O SR. – Ficou sabendo dessa?

O SR. – Não. Estou sabendo agora também.

O SR. – O Senhor fez algum acerto, participou ou tomou conhecimento de algum acerto do cleverton? Ou dos outros com a polícia. Não posso afirmar com certeza, mas que ele era preso e saia imediatamente e se ele tinha um caro ou alguma coisa ele saia a pé. Isso aí eu tinha conhecimento que eu morei dentro da casa dele.

O SR. – Como é que ele fazia. Ele pagava à Polícia? Eu não posso afirmar que ele pagava. Eu só sei que eles prendiam ele...

O SR. – Tinha acesso...

O SR. – ... e que ele saia, ele saia. Eu não posso falar que ele deu o dinheiro...

O SR. – Ele deu algum carro para a Polícia que o Senhor tenha conhecimento?

O SR. – Ele saia e ele ficava sem os carros dele.

O SR. – Deixava o carro e ia a pé.

O SR. – Ele chegava em caso sem os carros.

O SR. – E os carros ficavam para a polícia.

O SR. – É eu imagino que sim.

O SR. – Alguma dessas que os Senhores saíram para fazer um caminhão mataram o motorista.

O SR. – Nenhuma.

O SR. – Tinha alguma dessas acertos com o motorista.

O SR. – Não eu nunca fui em nenhuma que o motorista participou.

O SR. – Como é que vocês faziam. Vocês que vocês faziam? Vocês batiam no caminhão a hora que ele para ele parava vocês rendiam ele? Como é que era feito?

O SR. – Não. Catava a escolta da frente e a de traz e o outro carro parava o caminhão.

O SR. – Espera aí, vamos devagar, vamos lá. Catava a escolta como?

O SR. – É o caminhão de cigarro é escoltado.

O SR. – E como é que vai fazer um caminhão de cigarro que está escoltado. Como é que é?

O SR. – Ué. Tem que catar a escolta da frente.

O SR. – Como é que cata a escolta?

O SR. – Ah, eles mostram a arma.

O SR. – Rende?

O SR. – É. Rende a escolta da Frente e a de traz e enquadra o caminhão e pede para o caminhão parar.

O SR. – Então, é o seguinte: rende a escolta. Então, vamos lá.

O SR. – Primeiro rende a escolta da frente, depois rende a escolta de traz e rende o caminhão. Então a operação dessa tem que ser muita gente. Não é?

O SR. – É. Na maioria das vezes era muita gente.

O SR. – Eram quantas as pessoas que participavam? Dez, doze, quinze?

O SR. – Ah. Já teve vezes de eu contar na pista uns oito carros.

O SR. – Oito carros de vocês?

O SR. – É oito carros para render um caminhão?

O SR. – Para render duas carretas de cigarros e a mesma escolta.

O SR. – As duas carretas na mesma escolta?

O SR. – Isso. E mais um carro furgão atrás para colocar os motoristas e os escoltas até eles guardarem a carga.

O SR. – Está. Entendi. Aí rendia todo mundo. Colocava dentro de um carro furgão.

O SR. – E aí saia da estrada ou continuava na estrada. Pegava a estrada paralela ou continuava na BR?

O SR. – O destino que o caminhão tomava?

O SR. – É

O SR. – O caminhão não sabia o destino que eu desligava aí ?// embora de volta. Eu nunca tive acesso a nenhum lugar que eles guardavam a mercadoria.

O SR. – Como é que era combinado. O Senhor ganhava quanto para ??/ cada um?

O SR. – A gente dividia em parte igual. Vamos supor que envolvia quatro pessoas, o que era falado que eu ia ganhar é se está quatro pessoas envolvidas eu ia ganhar a parte igual. A gente dividia em quatro mas a minha parte nunca veio.

O SR. – Então está, então vamos lá. Quantas vezes que o senhor desligou...?

O SR. –As vezes que eu desliguei? Eu desliguei lá em Pirapora. Uma.

O SR. – E no Nordeste, em Aracaju, Sergipe.

O SR. – Duas.

O SR. – Dois. E que eu desliguei mesmo foram essas duas cargas. Ah, e três com a Adica(?)

O SR. – Três vezes o senhor desligou. E quantas vezes o senhor foi junto com eles para assaltar?

O SR. – Quantas vezes eu fui?

O SR. – Ah, fui várias vezes. Muitas vezes. Não tenho quantas vezes...

O SR. – E algumas vezes não dava, ou acaso deu, de o caminhão não ter o satélite?

O SR. – Carreta que puxa cigarro, todas são rastreadas. Isso é norma da Souza Cruz.

O SR. – Não teve caso que você foi, que foi feito o assalto e não tinha satélite?

O SR. – Não...

O SR. – Você presenciou algum assalto sem satélite?

O SR. – Não, não participei de nenhum assalto de carga sem satélite. As cargas que eu participei... Eles só me levavam quando era rastreado.

O SR. – O senhor portava qual arma?

O SR. – Eu não usava nenhuma. Eu ia com um pedaço de fio e um alicate.

O SR. – E se o "bicho pegasse" como ficava? Não tinha que render a escolta primeiro?

O SR. – Tinha, mas quem rendia era eles. Não eu. Eu chegava até os caminhões, depois que o caminhão já estava parado, tudo feito. Depois que eles faziam a parte deles, eu chegava atrás em um carro...

O SR. – Você acha que eles não confiavam em você, em função de que eles não levavam você até onde estavam as cargas desviadas, onde eles descarregavam as cargas?

O SR. – Eu penso que sim. Eu penso que era por falta de confiança.

O SR. – E porque eles não confiavam em você. Por que você era viciado?

O SR. – Eu acho que sim.

O SR. – E você parou com o vício?

O SR. – Não, não parei.

O SR. – Continua usando?

O SR. – O que você usa?

O SR. – O craque eu não fumo mais. Só maconha, agora.

O SR. – Mas você tinha que fumar craque, Tchê.

O SR. – Por quê?

O SR. – Morre logo. Aí tu sabes que, né... Até o viciado não é bobo, né, e o traficante muito menos. Se tu continuar fumando craque tu vai morrer em três, quatro anos. E se tu continuar... Está na cocaína, não está?

O SR. – Não, cocaína eu não uso, não; não sou dependente de cocaína, não.

O SR. – Tu é dependente de quê?

O SR. – Sou dependente de craque e maconha.

O SR. – Craque e maconha; quer dizer, do maior e do menor.

O SR. – E tu compra onde, aqui mesmo?

O SR. – Ah, a gente compra em qualquer esquina, né?

O SR. – Qualquer esquina, né?

O SR. – É...

O SR. – A Polícia, só, que não sabe. Você sabe tudo.

O SR. – Eu sei. Se eles não sabem... Eu mesmo sei onde eu encontro, né, porque...

O SR. – E não tem como tu parar isso Tchê?

O SR. – Oi?

O SR. – Por que tu não vais pra uma casa de recuperação?

O SR. – Eu estou pensando, sinceramente, em me internar.

O SR. – Eu tenho uma casa de recuperação. Eu participei da CPI do Narcotráfico e lá perto de Porto Alegre, numa cidade chamada Paraobé, nós temos um grupo de amigos, que formou uma chacarazinha, com dez, doze, hectares de terra, tem de tudo um pouquinho lá, e o pessoal faz labor-terapia. Vão pra lá, tem horário de manhã, de tarde, de noite, enfim, toda uma atividade, não tem remédio, não tem nada, e não tem droga. E desintoxica e sai pro mundo.

O SR. – Eu me internei, fiquei internado dez dias em Divinópolis, mas eu não consegui.

O SR. – E aí? Foi lá e teve uma recaída?

O SR. – Recaí, e voltei.

O SR. – E a tua família não te ajuda?

O SR. – Minha mãe me ajuda. Minha família me apóia muito.

O SR. – O senhor tem pai?

O SR. – Me apóia assim, pra me tirar do vício.

O SR. – Mas não está fácil?

O SR. – Não está. A dependência química do craque é muito forte.

O SR. – O senhor tem pai, meu filho?

O SR. – Tenho. Tenho pai, mãe...

O SR. –Onde eles moram?

O SR. – Moram no Luiz Rocha, Esperança Naves de Godói(?) nº 185.

O SR. – Aqui em Uberlândia?

O SR. – Aqui em Uberlândia.

O SR. – Tu sabe algum desses bandidos que tu trabalha, tu conhece todos eles, quem te contactava?

O SR. – Eu morei um tempo com o Cleverson, certo? Com o Paulinho. Então, eles ligavam pro Paulinho: Paulinho, nós temos um negócio pra gente fazer hoje. Pega o Nóim(?) e traz ele. O Paulinho me levava. Conheci. Conheço assim de ver, sabe, porque não tem como não ver.

O SR. – Eram eles que te levavam. E tu sabe se algum deles continua ainda na atividade. Quem eles usam hoje pra desligar satélite no seu lugar? Tu sabe?

O SR. – Se existe outro que desligue? Eu não conheço. Eu conheci o Pedrinho só. Não conheci mais ninguém que desligue.

O SR. – O que morreu? E esse que assaltavam os caminhões, essas quadrilhas, tu conheces algum deles que ainda está em atividade?

O SR. – Não, porque os que eu conheci, que conheço, que sei que mexe com carga, a maioria, a maioria não, todos estão presos, que são esses que eu falei, os que não estão presos estão mortos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E você não sabe quem comprava as cargas? Não conhece algum...?

O SR. – Não, porque igual não tinha (corte na gravação) nem de onde eles escondiam ela, eles não me levavam, eu desligava...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas você nunca ficou sabendo, nem por dias(?), quem eram os empresários que compravam as cargas roubadas?

O SR. – Eu vi o Paulinho e o Cleverson conversando por telefone com uma pessoa só, que eu sei.

O SR. – Quem é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem?

O SR. – Tenho que lembrar o nome dele, deixe-me pensar só um segundo... Sei que é um que mora em Araraquara*, o Cleverson sabe o nome dele, eu mesmo não tenho lembrança, não sei se é...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mora onde?

O SR. – Deixa eu fazer uma pergunta...

O SR. – Eu esqueci o nome dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mora onde? Em Araraquara?

O SR. – Araraquara.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – São Paulo?

O SR. – É, Araraquara, São Paulo. Mas eu mesmo não conheço ele, esqueci o nome dele agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que era quem comprava carga?

O SR. – É.

O SR. – O senhor conhece esse moço aqui? Vamos lá, deixe-me tirar uma por uma. Conhece esse?

O SR. – Esse primeiro não, não. Não.

O SR. – Conhece esse?

O SR. – Não.

O SR. – Esse aqui o senhor conhece, não? Um gordinho, loirinho.

O SR. – Não, não conheço.

O SR. – Então está, vamos lá. Conhece esse?

O SR. – Também não.

O SR. – Esse?

O SR. – Também não. Não.

O SR. – Esse?

O SR. – Não tem o nome aqui não?

O SR. – Tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não pode olhar o nome, só a fotografia.

O SR. – Estou perguntando se você conhece. Esse você reconhece, não?

O SR. – Não, não conheço. Desses aqui que passaram até agora não conheço nenhum.

O SR. – Então vamos lá. Esse aqui?

O SR. – Não.

O SR. – Já esteve nessa casa aqui?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse é o sítio dos tecidos roubados.

O SR. – Já esteve lá?

O SR. – Não. Não.

O SR. – Hein?

O SR. – Não. Nunca.

O SR. – Deixe-me fazer uma pergunta meio fora do negócio. Nessas cargas, depois que a carga era roubada, embutia alguma droga na carga?

O SR. – Alguma droga?

O SR. – Droga.

O SR. – Não.

O SR. – Por falar nisso, você usa droga?

O SR. – Eu?

O SR. – É.

O SR. – Uso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você é dependente químico, você admite isso?

O SR. – Admito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vou te fazer um pedido: saia disso. Você vai ser vítima sempre do traficante da droga. É coisa do diabo, mas é feita por gente.

O SR. – Feita por gente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Feita por gente, quem faz é você. Tem que parar com isso, até porque senão você será sempre um bandido, porque na hora que falta dinheiro para comprar droga, você faz qualquer coisa para ter o dinheiro para ter a droga que você precisa.

O SR. – A droga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí você rouba, narcotrafica, assalta, mata, faz o diabo do raio que o parta. Quem usa droga acende uma vela para Deus e outra para o diabo, apaga a de Deus e a do diabo deixa queimando todo dia. Você está nessa.

O SR. PRESIDENTE ( ) – O Sr. relator e os Srs. Parlamentares têm mais alguma indagação ao depoente? Não havendo, determino à assessoria a retirada do depoente da sala e que adentre o outro informante, o outro depoente, o Sr. Marcelo Vaz de Souza.

O SR. – Identidade?

O SR. MARCELO VAZ DE SOUZA? – M5798065.

O SR. – CPF?

O SR. MARCELO VAZ DE SOUZA? – 601.265.826 – 53.

Perfeitamente.

O SR. – Qual é seu nome completo?

O SR. – Marcelo Soares de Sousa.

O SR. – Qual o número do seu registro de identidade?

O SR. – M5798065

O SR. – Está inscrito no CPF sob qual número?

O SR. – O número é 601.265.826-53.

O SR. – V. Sª compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob pena da lei, a dizer a verdade?

O SR. – Perfeitamente.

O SR. – Concedo a palavra ao Sr. Relator para fazer as suas indagações.

O SR. – V. Sª faz o quê? É comerciante de automóveis?

O SR. – Sim, Excelência.

O SR. – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Júlio.

O SR. – Há quanto tempo V. Sª trabalha nessa atividade?

O SR. – Há aproximadamente 20 anos.

O SR. – Aqui em Uberlândia mesmo?

O SR. – Sim, Excelência. Sempre aqui.

O SR. – V. Sª conhece o Cléverson?

O SR. – Conheci-o há um ano.

O SR. – Onde e como?

O SR. – Ele esteve na minha garagem querendo comprar um veículo.

O SR. – Qual?

O SR. – Um Prêmio.

O SR. – Ele pagou como?

O SR. – O veículo estava comigo em consignação. Vendi para ele da seguinte forma: ele possuía duas correntes de ouro de braço, dois anéis de ouro, uma corrente de pescoço, mais R$300. E pediu prazo para o resto.

O SR. – Qual o prazo?

O SR. – Vinte dias de prazo para pagar.

O SR. – E quanto foi?

O SR. – O que V. Sª fez?

O SR. – O carro na minha mão estava por R$2.500 de custo. Vendi para ele por R$3.500. Assim, compensou "pegar".

O SR. – O risco?

O SR. – Exatamente. Dei um prazo para ele e segurei o recibo, que estava com o antigo proprietário.

O SR. – V. Sª conhece o Jaziel?

O SR. – Jaziel? Não. Não sei.

O SR. – V. Sª esteve com o Cléverson apenas nessa ocasião?

O SR. – Não. Ele levou o carro. Liguei para ele, porque o vencimento do carro estava próximo e o dono do carro estava cobrando de mim. Então, penhorei as jóias para pagar um pouco o rapaz, dono do carro. Perdi cerca de R$700, porque as jóias não valiam. Depois, ele ligou-me para dizer que não ficaria mais com o carro e que era para eu pegar o carro – inclusive o capô estava todo amassado e tive de arrumar. Em seguida, ele me procuraria para comprar carro de mim. Ele disse: "Depois eu pego o troco com você". Respondi: "Tenho de pagar o dono do carro". Ele falou: "Você me dá o que eu te dei". Eu disse: "Não posso, pois tenho de pagar o rapaz do carro". Ele falou: "Então, depois eu te procuro e você me paga".

Depois, ele ligou para mim. Foi lá umas três vezes, mas eu não tinha o dinheiro para pagá-lo. Então, após dois meses, paguei a ele porque ele chegou lá mais nervoso e julguei melhor pagar.

O SR. – V. Sª já emprestou algum carro para ele?

O SR. – Não, Excelência.

O SR. – Tem certeza?

O SR. – Não, que eu me lembre.

O SR. – V. Sª conhece o Pedrinho?

O SR. – Pedrinho? Não, Excelência.

O SR. – Marquinho?

O SR. – Por nome, não, mas se V. Exª mostrar-me a foto, posso verificar.

O SR. – Onde estão as fotos?

O SR. – V. Sª conhece o Cabral?

O SR. – Não, Excelência.

O SR. – Não?

O SR. – Não.

O SR. – V. Sª sabe que há informações e várias acusações a seu respeito de que V. Sª empresta carro para bandidos para uma série de delitos como tráfico, assalto e carga?

O SR. – Eu não empresto carro.

O SR. – Não?

O SR. – Não, Excelência.

O SR. – No dia 10, agora, um bandido que contou esse fato. V. Sª está sabendo disso?

O SR. – Não. Eu não empresto carro.

O SR. – Estamos apenas aguardando chegar o nome aqui.

O SR. – Permita-me fazer uma pergunta: V. Sª aluga carro para traficante?

O SR. – Não, Excelência.

O SR. – V. Sª conhece alguém que, depois de ter alugado um carro, ficou sabendo que era traficante?

O SR. – Não, fiquei sabendo de um rapaz que foi preso há pouco tempo. Fui à Polícia Federal, que me intimou. Inclusive, vendi um Uno para ele. A esposa dele até já me pagou.

O SR. – Não houve o caso de um traficante que foi apanhado há poucos dias?

O SR. – É esse.

O SR. – Estava em seu poder dois ou três dos seus carros?

O SR. – Vendi um Uno para esse rapaz.

O SR. – Mas quantos carros seus ele tinha lá?

O SR. – Apenas o Uno.

O SR. – Só o Uno?

O SR. – V. Sª havia vendido?

O SR. – Vendi para ele. Inclusive, já vendi carro para o pai dele, para o irmão dele e para ele. Já fiz vários negócios em Uberlândia. Ele sempre comprou e pagou corretamente.

O SR. – Citarei as denúncias que a CPI recebe sobre V. Sª: que V. Sª aluga.

O SR. – Não.

O SR. – Cede, empresta.

O SR. – Não, Excelência.

O SR. – Deixe-me dizer. V. Sª não aluga, não cede, não empresta e não vende?

O SR. – Não, Excelência.

O SR. – O que V. Sª faz?

O SR. – Apenas vendo carro.

O SR. – Estou perguntando se V. Sª aluga, empresta ou vende. O que V. Sª faz?

O SR. – Vendo carro.

(Interferência na gravação)

O SR. POMPEO DE MATTOS – Calma. Escute o que eu estou dizendo, depois responda em relação ao que a CPI recebeu de denúncias sobre a sua pessoa. Diz-se que V. Sª aluga, empresta e cede. Enfim, dá apoio logístico, por meio dos seus carros, para assaltantes, traficantes e ladrões de carga. Eles usam os seus veículos mediante aluguel ou empréstimo e compram de modo facilitado. V. Sª sabe que são bandidos e normalmente teriam dificuldade em comprar carros de outra agência. Compram e fazem negócio com V. Sª, que sabe com quem está negociando. Eles usam esses veículos exatamente para assaltar e roubar carga, para traficar, para narcotraficar, enfim, para cometer crime.

O SR. – O único carro que tenho conhecimento de que foi envolvido – esse que eu vendi, mas que não era meu – era esse Prêmio de que falei para V. Exª.

O SR. – Sr. Marcelo, V. Sª sabe que, no dia 10, foram presos o Wendel e o Tiririca com um carro seu.

O SR. – Não era meu. Eu corretei o carro, comprei o carro de um rapaz.

O SR. – Corretou?

O SR. – Deixe-me explicar a V. Exª. Comprei um carro de um rapaz por R$7 mil. Ele esteve na minha garagem e eu vendi para ele por R$8 mil. O carro era dele. Eu vendi para ele, que me deu R$4 mil e um cheque cruzado de R$4 mil, com prazo.

O SR. – V. Sª tem esse cheque?

O SR. – Falei para o Delegado da Polícia Federal, quando prestei o depoimento, e ele disse: "Marcelo, não quero ver o cheque". Inclusive, devolvi o cheque para a esposa dele. Fui atrás para receber e ela já me pagou.

O SR. – Trata-se do Wendel?

O SR. – Exatamente.

O SR. – V. Sª está falando do Wendel?

O SR. – Correto. Mas não sei se o carro era do Wendel ou se era de mais um rapaz lá.

O SR. – O carro e a moto?

O SR. – Só o carro.

O SR. – E a moto?

O SR. – A moto, não.

O SR. – Ele não comprou a moto de V. Sª? Mas o carro, sim?

O SR. – Comprou de mim.

O SR. – Comprou e pagou?

O SR. – Comprou e pagou.

O SR. – Já pagou?

O SR. – Já pagou.

O SR. – Então, o carro é do Wendel?

O SR. – Não sei se é do Wendel ou do William.

O SR. – Quem lhe pagou?

O SR. – A esposa do Wendel.

O SR. – Do Wendel?

O SR. – É.

O SR. – Então, o carro é do Wendel.

O SR. – Mas eu não sei se ela está tratando de negócios para ele.

O SR. – Qual era carro que a Polícia Federal apreendeu?

O SR. – Um Uno.

O SR. – Então, é do Wendel?

O SR. – Certo.

O SR. – E a Silverado?

O SR. – A Silverado não foi de mim, Excelência.

O SR. – Como?

O SR. – Não foi de mim, Excelência.

O SR. – V. Sª não recebeu uma Silverado dessas pessoas?

O SR. – Não, Excelência.

O SR. – Não?

O SR. – Não.

O SR. – Onde foi parar a Silverado?

O SR. – De qual Silverado V. Exª fala?

O SR. – A Silverado que consta de toda essa história.

O SR. – Não. A Silverado, não. A Silverado é dele. Não sei. Não foi minha.

O SR. – Não é trambiqueiro?

O SR. – É mais ou menos isso.

O SR. – V. Sª já foi preso por porte de moeda falsa?

O SR. – Não, Excelência.

O SR. – O que houve com V. Sª em relação a moeda falsa?

O SR. – Um rapaz, há muito tempo, **(interferência na gravação)** nota de R$100 com ele. Fui lá e fui testemunha dele.

O SR. – É engraçado, pois V. Sª tem azar. V. Sª sempre está por perto. Não está envolvido no negócio, mas está em volta.

O SR. – Não, estava na exposição há muito tempo. O único problema que tive foi esse.

O SR. – V. Sª estava na porta da saída e ele, na porta de entrada. Era a mesma porta.

O SR. – Parece-me que ele havia vendido uma moto e apanhado dinheiro. Parece-me que o único dinheiro que ele pegou era essa nota.

O SR. – V. Sª foi processado?

O SR. – Não, Excelência.

O SR. – O que houve?

O SR. – Eu?

O SR. – O que houve?

O SR. – Foi parar na delegacia?

O SR. – Como?

O SR. – Foi parar na delegacia?

O SR. – Na hora, quem estava na exposição... Fomos lá. Depois, parece que houve uma perícia sobre a moto. Não fiquei sabendo de mais nada.

O SR. – Ficou por isso mesmo. Mas V. Sª está indiciado.

O SR. – Não sei, não tive conhecimento

O SR. – V. Sª não sabe, mas eu sei. Sei mais do que V. Sª. V. Exª é o indiciado e eu que sei dos fatos.

O SR. – Se V. Exª tem o inquérito, V. Exª pode verificar que não foi comigo.

O SR. – Diz respeito a V. Sª, porque foi indiciado – em parceria, V. Sª e o outro; os dois estavam juntos.

O SR. – Havia quatro pessoas lá.

O SR. – Eu sei.

O SR. – Certo.

O SR. – Mas estavam em parceria, em conjunto.

O SR. – Não. É.

O SR. – Isso mesmo.

O SR. – Como V. Sª explica que, há dois anos, nessa referida ocasião, na divisa com a Bolívia, a Polícia de Mato Grosso entrou em contato com a Policia de Uberlândia, identificando os ocupantes do veículo e informando que V. Sª estava no meio?

O SR. – Nunca estive nesse lado.

O SR. – Alguém estava com o seu documento?

O SR. – Não, Excelência. Meus documentos ficam sempre comigo.

O SR. – V. Sª sabe o que ocorreu?

O SR. – Não, Excelência, de maneira nenhuma.

O SR. – V. Sª não conhece a Bolívia?

O SR. – Não, Excelência. Nunca fui lá.

O SR. – V. Sª sabe que, dessas informações que chegaram a seu respeito – muitas pessoas em Uberlândia falam sobre essa questão de emprestar carro

(interrupção na gravação)

O SR. OSCAR ANDRADE – E celular?

O SR. – Tenho um celular. É 91251218.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Cléverson?

O SR. – Cléberson?

O SR. OSCAR ANDRADE – Cléverson.

O SR. – Cléverson?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Paulinho Severino.

O SR. – Ah, o Paulinho, eu conheço, sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você conhece Jaziel?

O SR. – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece o Jaziel?

O SR. – Jozeel?

O SR. OSCAR ANDRADE – Jaziel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Joziel, Joziel.

O SR. – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E Moisés?

O SR. – Também não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E Pedrinho?

O SR. – Pedrinho? Já ouvi falar de nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – É?

O SR. – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando você conhece o Cléverson?

O SR. – Esse segundo que o senhor perguntou eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem. Mas, o Cléverson, o Paulinho?

O SR. – Ah, o Paulinho, tem uns quatro anos mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você o conheceu?

O SR. – Ele morava em um bairro próximo ao meu bairro.

O SR. OSCAR ANDRADE – É?

O SR. – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – E qual a relação que você tinha com ele? Era somente de amizade?

O SR. – Somente de amizade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nunca participou com ele de nada não?

O SR. – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que ele está envolvido em roubo de carga?

O SR. – Estou sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não o ajudou nisso?

O SR. – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor fazia com ele? Qual era a atividade?

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá na transportadora.

O SR. – A gente só tinha amizade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Faziam o quê? Passeavam juntos aos domingos?

O SR. – Não, senhor. Ele frequentava um barzinho próximo a minha casa. A gente tinha amizade do barzinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você trabalhava na Nacional Carga, você não dava fita para eles?

O SR. – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem uma vez?

O SR. – Não, senhor. Muitas vezes...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está sob juramento.

O SR. – Muitas vezes, eles insistiram para mim, mas eu nunca passei nada para eles.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está sob juramento. Você pode cometer crime se você mentir aqui

O SR. – Eu não estou mentindo para o senhor. É igual eu estou falando para o senhor. Eles me procu-

raram várias vezes, mas eu nunca passei nada para eles não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles quem? Você disse: "eles me procuraram". Quem? Eles quem?

O SR. – Esse Paulinho e tinha o outro amigo dele, que eu não sei o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não se lembra do nome?

O SR. – Não senhor.

O SR. – O senhor já teve um Santana?

O SR. – Tive, sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor emprestou a ele?

O SR. – Se eu emprestei? Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? O senhor já foi preso alguma vez?

O SR. – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já foi processado alguma vez?

O SR. – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. – O senhor conhece o Moisés?

O SR. – Moisés?

O SR. – É.

O SR. – Não, senhor.

O SR. – Está bem. O senhor teve um Santana. Quando é que o senhor vendeu o Santana?

O SR. – O Santana foi arrumado – eu estou aqui para falar a verdade, igual eu falei para o senhor.

O SR. – Claro, pois se o senhor falar mentira o senhor estará enrolado.

O SR. – Exatamente. Então, esse Santana foi arrumado através de um cidadão chamado Beto, está certo?

O SR. – O que quer dizer arrumado?

O SR. – Ele foi arrumado é o seguinte: o Beto me pressionou, foi fazendo pressão sobre mim pelo menos uns quatro meses até que eu entregasse uma carga para ele, está certo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Carga do quê?

O SR. – De diversos, de diversas coisas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Carga roubada.

O SR. – O senhor está chegando onde nós queremos

O SR. POMPEO DE MATTOS – Carga roubada?

O SR. – Exatamente.

O SR. – Ele pressionou o senhor...

O SR. – Certo.

O SR. –...para o senhor entregar para ele uma carga. Aí, o senhor entregou a carga?

O SR. – Entreguei a carga.

O SR. – Carga de quê?

O SR. – De diversos, carga diversa.

O SR. – Foi onde?

O SR. – Como?

Foi onde?

O SR. – Lá no Estado de São Paulo.

O SR. – Estado de São Paulo. Exatamente.

O SR. – Aí, ele deu o Santana para o senhor?

O SR. – É. Ele pegou e me deu o carro e sumiu. Nunca mais apareceu.

O SR. – Está bem. Então, o carro que ele deu para o senhor foi em pagamento da carga que o senhor levou para ele?

O SR. – Não. Esse carro ele me deu antes.

O SR. – Esta bem. Mas, como pagamento da carga?

O SR. – Exato. Aí, ele foi me pressionando. Ele falou "Olha, se você não me der essa carga, eu vou pegar de qualquer maneira, e você vai ter de fazer o que eu mandar".

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí, como é que o senhor fez?

O SR. – Quem é que deu o Santana para o senhor?

O SR. – Eu conhecia ele por Beto. Eu não sei...

O SR. – Então, o senhor roubou a carga?

O SR. – Não, senhor. Eu não roubei.

O SR. – É porque eu fui pressionado.

A carga era do senhor? Então, o senhor foi pressionado a roubar?

O SR. – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A carga era sua?

O SR. – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, o senhor roubou sem querer.

O SR. – Não, senhor.

O SR. – A carga era sua?

O SR. – Não, não era minha.

O SR. – De quem era a carga?

O SR. – Era da transportadora.

O SR. – Então, como é que ela...

O SR. – Qual é a transportadora?

O SR. – Nacional Cargas.

O SR. – Então, o senhor desviou?

O SR. – É, infelizmente...

O SR. – Desviar é diferente de roubar?

O SR. – Não, não senhor. Eu concordo com o senhor.

O SR. – Então, o senhor roubou?

O SR. – Agora, veja bem...

O SR. – Escute, o senhor roubou a carga?

O SR. – Eu não posso falar para o senhor que eu roubei, eu desviei.

O SR. – Então, se eu for a casa do senhor e pegar o seu carro eu posso falar que desviei o seu carro?

O SR. – Não, o senhor está certo.

O SR. – Então, o senhor roubou? Não foi?

O SR. – Se for comparar a isso...

O SR. – É roubo, não é?

O SR. – É, ué.

O SR. – O senhor roubou a carga e entregou para ele?

O SR. – É. Através de uma pressão, se o senhor sofrer uma pressão igual eu sofri durante quatro meses, ou você faz, ou nós te pegamos e vamos te consumir.

O SR. – Onde o senhor pegou a carga?

O SR. – Onde eu peguei?

O SR. – Sim.

O SR. – Eu carreguei em São Paulo.

O SR. – O senhor mesmo carregou?

O SR. – Não, eu carreguei na Transportadora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Francisco, foi só essa vez que você está dizendo?

O SR. FRANCISCO – Senhor?

O SR. – Foi só essa vez?

O SR. – Foi só essa vez?

O SR. – De quem era o caminhão que o senhor carregou?

O SR. – O senhor desviou obrigado?

O SR. FRANCISCO – Exatamente. Fui pressionado por eles.

O SR. – Mas recebeu o carro?

O SR. FRANCISCO – Eles me deram o carro.

O SR. – Te pressionaram também?

O SR. FRANCISCO – Ele falou assim: "vou dar o carro para você".

O SR. – Se não aceitar...

O SR. FRANCISCO – Se você não aceitar o carro, se você não quiser, de todo o jeito vamos te pegar e fazer coisa pior com você.

O SR. – Ele é um bandido honesto.

O SR. – Vamos fazer de conta que acreditamos nisso. Me conta como é que foi o roubo da carga.

O senhor foi em São Paulo, na Nacional?

O SR. FRANCISCO – Exato.

O SR. – De quem era o caminhão?

O SR. FRANCISCO – Da Nacional.

O SR. – O senhor era o motorista?

O SR. FRANCISCO – Exato.

O SR. – Carregou para onde?

O SR. – Para Uberlândia.

O SR. – O senhor carregou para cá?

O SR. FRANCISCO – Exato.

O SR. – Desviou a carga onde?

O SR. FRANCISCO – No Estado de São Paulo.

O SR. – Qual a cidade?

O SR. FRANCISCO – Chegando na divisa.

O SR. – O senhor...

O SR. FRANCISCO – Cheguei a um posto para tomar o café, parei e quando vi eles estavam...Eu estava enrolando eles há quatro meses.

O SR. – Eles estavam ali?

O SR. FRANCISCO – Estavam ali e eles falaram "hoje é dia, hoje você não escapa".

O SR. – O senhor entregou a carga para eles?

O SR. FRANCISCO – Peguei e entreguei para eles.

O SR. – E, daí, o que o senhor fez?

O SR. FRANCISCO – Entreguei para eles que me pegaram, me puseram em um carro e falaram para mim "quando chegar lá, você vai falar assim, assim e assim". Falar os detalhes para a polícia.

O SR. – Aonde o senhor foi?

O SR. FRANCISCO – Em Garapava.

O SR. – Na polícia?

O SR. FRANCISCO – Isso.

O SR. – Mas o senhor ficou um tempo escondido até eles sumirem com a carga?

O SR. FRANCISCO – Não, eles me soltaram próximo a Garapava, uns quatro quilômetros, no meio de um canavial.

O SR. – A pé?

O SR. FRANCISCO – Isso.

O SR. – E o senho foi a pé?

O SR. FRANCISCO – Senhor?

O SR. – O senhor foi a pé?

O SR. FRANCISCO – Aí, eu desci a pé até a próxima cidade que era Garapava.

O SR. – O senhor foi lá e fez um B.O?

O SR. FRANCISCO – Exatamente.

O SR. – O senhor sabe o que é B.O?

O SR. FRANCISCO – Sei.

O SR. – O que é?

O SR. FRANCISCO – B. O é quando a pessoa é roubada e faz um B. O? Não é isso?

O SR. – Mas por que B. O? O que quer dizer B. O?

O SR. FRANCISCO – O senhor tem que dar uma explicação para a polícia?

O SR. – O que quer dizer B. O?

O SR. – B.O quer dizer Boletim de Ocorrência, mas na verdade não é Boletim de Ocorrência, é bom para otário que acredita no boletim que acredita nos boletins que você registra.

Tu registraste só para fazer de conta que tinha roubado aquilo que o senhor na verdade tinha entregado a eles porque o senhor era conivente com o roubo e era ladrão também.

O SR. FRANCISCO – O que o senhor disse para a polícia?

O SR. FRANCISCO – Eu cheguei e falei. Fui orientado por eles, pelos dois indivíduos.

O SR. – O que o senhor disse na polícia?

O SR. FRANCISCO – Eles falaram "olha, você vai chegar lá e vai falar para a polícia: olha eu fui assaltado em tal lugar, assim e assim e eles vão fazer o B. O para você".

O SR. – Você vê que eu fiz a pergunta em cima porque sabemos. O senhor emprestou um Santana para o Jasiel?

O SR. FRANCISCO – Se eu emprestei?

O SR. – Se o senhor falar mentira...

O SR. – Aliás, ele está aí para desmascarar o senhor.

O senhor emprestou o seu Santana para o Jasiel. Quando foi?

O SR. FRANCISCO – Deixa eu falar para o senhor. Se eu emprestei para ele, não me lembro.

O SR. – Quando foi? O senhor lembra sim.

O SR. FRANCISCO – Que eu emprestei?

O SR. – É.

O SR. – Está escrito aqui.

O SR. – Quando foi?

O SR. FRANCISCO – Eles podem....

O SR. – Vou repetir. Quando é que foi que o senhor emprestou o Santana para o Jasiel e para o Moisés?

O SR. FRANCISCO – Não, senhor. Para eles eu nunca emprestei.

Se eles acusaram...

O SR. – O senhor emprestou o Santana para o Jasiel.

O senhor quer se complicar mais ainda?

O SR. FRANCISCO – Não, senhor. Eu não emprestei.

O SR. – O senhor deu para eles?

O SR. – O que o senhor fez com o Santana?

O SR. FRANCISCO – O Santana foi apreendido.

O SR. – Foi apreendido? Por quem?

O SR. FRANCISCO – O Santana era financiado pelo banco.

O SR. – Apreendido com quem?

O SR. FRANCISCO – Foi apreendido por falta de pagamento?

O SR. FRANCISCO – Por falta de pagamento.

O SR. – Então, o Jasiel está mentindo.

O SR. FRANCISCO – Se ele falou que eu emprestei o carro para ele está mentindo porque não emprestei o carro para ele não.

O SR. – Vamos voltar no roubo de carga. Então, o senhor desviou a carga, foi à polícia, registrou a ocorrência e, daí?

O SR. FRANCISCO – Aí, fiz a ocorrência, me liberou e fui embora.

O SR. – Embora para onde?

O SR. FRANCISCO – Para Uberlândia.

O SR. – Com o "bom para otário" na mão, oO boletim de ocorrência?

O SR. FRANCISCO – Não. Não me deram o Boletim de Ocorrência.

O SR. – Como é que o senhor comprovou para a empresa.

O caminhão era da empresa.

O SR. FRANCISCO – Certo.

O SR. – E como é que o senhor comprovou para a empresa que a carga era roubada?

O SR. FRANCISCO – Depois eles foram lá e pegaram o boletim.

O SR. – Eles pegaram o boletim?

O SR. FRANCISCO – Exato e não sei.

O SR. – A empresa não chamou o senhor?

O SR. FRANCISCO – Não, senhor.

O SR. – O senhor nunca mais voltou lá?

O SR. FRANCISCO – Não, senhor.

O SR. – Sumiu do mapa?

O SR. FRANCISCO – Sim, senhor. Continuei trabalhando na empresa por mais dois anos.

O SR. – O senhor saiu da empresa?

O SR. FRANCISCO – Não, fiquei trabalhando na empresa.

O SR. – O senhor roubou a empresa e continuou trabalhando para ela?

O SR. FRANCISCO – Continuei trabalhando.

O SR. – Mui amigo, não é? Aliás, isso é bom advertirmos as empresas, Deputado Cabo Júnior, para o que está acontecendo que é exatamente motoristas que vendem a carga, que dão o serviço, que estão na fita. E que depois se faz de coitadinho, de anjinho. Anjinho do pau oco. E aí, o que acontece? Está aí. Quem botou a carga no mato foi o senhor. E registrou a ocorrência. Saiu de santo. E continuou... Agora, fico perguntando para mim: ninguém mais, nenhuma outra vez roubaram carga do senhor? De verdade mesmo, o senhor nunca mais foi assaltado?

O SR. – Não. Uns três anos antes eu fui assaltado.

O SR. – Assaltado ou entregou a carga?

O SR. – E depois?

O SR. – Não. Assaltado.

O SR. – E depois?

O SR. – Esse foi assaltado?

O SR. – Esse foi assaltado.

O SR. – O outro não foi não?

O SR. – Não senhor.

O SR. – E depois?

O SR. – O outro foi roubado?

O SR. – O outro foi roubado. Inclusive, a gente estava em três...

O SR. – Então, vamos lá. Quando é que o Santana foi apreendido?

O SR. – Quando é?

O SR. – É.

O SR. – Ah, deve ter um mês, mais ou menos.

O SR. – Um mês? Está. Um mês. Então, nós estamos em novembro. Foi em outubro.

O SR. – Certo.

O SR. – O senhor assaltou, com esse carro, um caminhão em Goiás?

O SR. – Eu?

O SR. – É.

O SR. – Não senhor.

O SR. – Então, como é que o carro do senhor, esse Santana, foi usado lá em Cristalina, em Goiás, num assalto a dois caminhões de combustível?

O SR. – Não senhor. Tem...

O SR. – O seu carro estava lá no assalto.

O SR. – Não senhor. Só se...

O SR. – Então o senhor emprestou para alguém.

O SR. – Não emprestei, doutor.

O SR. – Então, como é que roubaram o carro sem o senhor saber?

O SR. – Eu tenho a consciência tranqüila. Eu vim aqui para falar a verdade. Tanto é que estou falando a verdade.

O SR. – Então vamos lá. O Jasiel, o senhor conhece o Jasiel, não conhece?

O SR. – É o Paulinho.

O SR. – É.

O SR. – Não. Paulinho é o Cleverson. Jasiel é outro.

O SR. – Vamos lá. Há dois meses atrás, em setembro, o seu carro, um veículo Santana...

O SR. – Certo.

O SR. – ...participou de um assalto...

O SR. – Certo.

O SR. – ...a dois caminhões de combustível...

O SR. – Certo.

O SR. – ...na cidade de Cristalina, Goiás. E...

O SR. – Não senhor, doutor. Isso aí não.

O SR. – Sim senhor.

O SR. – Se alguém está fazendo isso aí, está...

O SR. – Não é alguém não.

O SR. – Doutor, eu tenho...

O SR. – As próximas vítimas... As próprias vítimas identificaram o seu carro. Eu quero saber o seguinte...

O SR. – Eu tenho a consciência tranqüila. Estou falando a verdade para o senhor. Tanto é que eu vim aqui para falar a verdade.

O SR. – Eu quero saber o seguinte: que o carro estava lá,...

O SR. – Certo.

O SR. – ...estava. A Polícia Federal já viu. Estava. Eu quero saber o seguinte: se o carro estava lá porque o senhor estava lá com o carro ou se o carro estava lá porque o senhor emprestou o carro para alguém.

O SR. – Ou porque roubaram. Às vezes roubaram.

O SR. – Roubaram seu carro?

O SR. – Não senhor.

O SR. – Então, ou o senhor estava junto ou o senhor emprestou o carro.

O SR. – E eu não estava lá.

O SR. – O carro estava lá.

O SR. – O único episódio que aconteceu comigo foi essa parte que eu estou contando para vocês.

O SR. – Deputado, vou pedir para rodar uma fita ali, por favor.

O SR. – Está saindo aqui, está não é?

O SR. – Está. Está saindo.

O SR. – Doutor, o negócio é o seguinte: ele me procurou várias vezes. O senhor está entendendo? E eu, para enrolar eles, para poder sair fora deles, eu fazia isso, esse tipo de coisa, entendeu?

O SR. – É. Tipo, por exemplo: "você levou aquela carreta lá para ele, né?" "Foi. Foi. Foi legal."

O SR. – Não senhor. Eu...

O SR. – Eu ouvi. Você não ouviu não?

O SR. – Senhor?

O SR. – Você não ouviu não? "Aquela carga que você não recebeu." "Pois é."

O SR. – Não. A carga foi a que eu estou falando para o senhor.

O SR. – Qual foi essa carga?

O SR. – A que estou falando para o senhor.

O SR. – Qual que você não recebeu?

O SR. – Mas e o carro, que eles te deram a força, que você disse?

O SR. – Essa é outra, não é?

O SR. – Não senhor. É a mesma carga, doutor.

O SR. – Mas você não recebeu o carro?

O SR. – "Estou parado." Estou parado é o quê?

O SR. – Estou desempregado.

O SR. – Não é não.

O SR. – Deixa eu ler aqui: "o Ferreira...

O SR. – "Eu vou começar a trabalhar e a gente ajeita de novo." Ajeita o quê?

O SR. – Doutor, a gente é pressionado por esse tipo de pessoa, está certo? Aí, o que o senhor faz?

O SR. – ...a gente ajeita.

O SR. – Para o senhor sair fora desse tipo de coisa o senhor tem que enrolar eles. Porque se o senhor não enrolar eles é pior.

O SR. – E o senhor está querendo enrolar nós agora.

O SR. – Não senhor. Não estou querendo enrolar o senhor.

O SR. – Será que a maneira certa não é o senhor ir à Polícia não?

O SR. – Senhor?

O SR. – E denunciar?

O SR. – Senhor?

O SR. – Não seria a maneira certa não?

O SR. – E depois, se eu chegasse na porta da minha casa e me dessem um tiro, não era pior para mim?

O SR. – É. Acho que não.

O SR. – É. Está tudo bem. Então continua roubando para eles.

O SR. – Não senhor. Tanto é que eu fiz só essa vez. Não tinha participação em nada mais.

O SR. – Então vamos lá. Não é dessa vez. A gente sabe que tem outras vezes. Vamos lá então. O Ferreira passou uma fita do remédio.

O SR. – Certo.

O SR. – Aí o senhor disse assim: "Ele quer que eu vá lá para ver se dá certo".

O SR. – Certo.

O SR. – Aí o senhor diz assim: "Só que eu não vou gastar do meu dinheiro se ir para aí uma coisa que eu não sei se vai dar certo".

O SR. – Certo.

O SR. – Aí depois o senhor fala assim: "Eu vou gastar mais ou menos uns R$300,00".

O SR. – Certo.

O SR. – "Com hotel, gasolina... E se depois o negócio não der certo? E aí?"

O SR. – Certo.

O SR. – Certo, certo o quê?

O SR. – Teve esse assunto sim senhor. Teve. Só que eu não fui.

O SR. – O senhor não foi porque o senhor tinha de gastar o seu dinheiro.

O SR. – Não senhor. Porque...

O SR. – Foi o que o senhor falou.

O SR. – Não. Eu falei para descartar deles.

O SR. – O senhor falou isso.

O SR. – Para descartar dele.

O SR. – Quem não quer, fala assim: "Não quero mexer mais com isso. Já dei uma carga para vocês, não quero mais".

O SR. – Doutor, eu falei para sair fora deles.

O SR. – Francisco, nós podemos te dar o benefício de fechar esta sessão e de te ouvir.

O SR. – Sim senhor.

O SR. – Se você quiser contribuir com a CPI. Você já se enrolou todo. Você está mentindo. Está claro, para todo mundo que está aqui. Você quer ajudar? Você quer falar a verdade?

O SR. – Eu estou ajudando, doutor.

O SR. – Se não, nós vamos te prender.

O SR. – Eu estou ajudando, doutor.

O SR. – Você quer ou não?

O SR. – Eu quero falar a verdade. Tanto é que eu estou falando.

O SR. – Então vamos consertar. Então vamos consertar.

O SR. – Mas, olha, você tem alguma coisa para falar, presta atenção,...

O SR. – Sim.

O SR. – Você quer falar alguma coisa em particular para falar com a gente? Para contar...

O SR. – Que você não queira...

(falha na gravação)

...para gente. Para contar abobrinha, não!

O SR. – Se você não quer todo mundo ouvindo, podemos fazer isso com você.

O SR. – Você quer contar alguma coisa em particular?

O SR. – Verdade. Não vamos sair daqui para ficar ouvindo lá a mesma coisa daqui, não.

O SR. – Doutor, a conversa que teve foi essa. Não fiz mais nada, entendeu? Esse empréstimo desse carro não houve. Isso aí tenho a consciência tranqüila, gente, que não emprestei.

O SR. – É o seguinte. Sentimos que o senhor é muito suscetível à pressão. Quer dizer, o senhor disse que eles pressionaram, assaltou um caminhão...

O SR. – Sr. Presidente – desculpe-me Pompeu –, vou chamar o Cléverson, enquanto você fala.

O SR. – O senhor é muito suscetível à pressão. Eles lhe pressionaram e o senhor assaltou o caminhão, desviou. Eles lhe pressionaram e o senhor foi lá e registrou a ocorrência. Eles lhe pressionaram e o senhor fez uma ligação, aceitou uma ligação e contou o esquema dessa carga de remédio: vou, não vou, não posso ir, quero ir mas não posso, não posso porque não tenho dinheiro, vou gastar R$300 e é não é certo que o negócio vai fechar.

O SR. – Certo.

O SR. – Também por pressão.

O SR. – Não, doutor.

O SR. – Quer dizer o seguinte: não queremos lhe pressionar. Agora, se o senhor é suscetível só à pressão, vamos apertar o torniquete. Vamos apertar o torniquete, e aí o senhor vai dizer o que faz, o que fez e o que sabe. Porque, apertando, o senhor assaltou; apertando, o senhor registrou um boletim de ocorrência falso; apertando, o senhor deu um serviço aí de uma carga roubada de remédio; Então, se apertar, o senhor conta o resto. E é bom o senhor começar a falar, porque vamos chamar o Cléverson, agora, e vamos começar a apertar. E vai sobrar xadrez, vai sobrar cadeia para o senhor. O senhor só conhece a linguagem do aperto, do bafo na nuca. Então, vai ter bafo na nuca, e comece a abrir o bico.

O SR. – Tudo bem, doutor.

O SR. – Então, vamos lá.

O SR. – Comece a abrir o bico, então.

O SR. – Sobre essa ligação, foi o senhor que ligou para ele ou ele que ligou para o senhor?

O SR. – Não, ele que me ligou.

O SR. – Ligou aonde?

O SR. – Ele ligava no meu telefone da minha casa.

O SR. – Essa ligação foi aonde?

O SR. PRESIDENTE ( ) – Deputado Cabo Júlio, um momento.

A Presidência solicita a assessoria para a colocação correta do depoente.

Com a palavra o Sr. Deputado Cabo Júlio.

O SR. CABO JÚLIO – Seu Francisco, essa ligação foi aonde, na cada do senhor?

O SR. – Se eu não estou lembrado certo, ou no meu celular, ou na minha casa, não sei.

O SR. CABO JÚLIO – Mas o senhor falou que não tinha celular! O senhor falou na ligação, ele pediu o celular e o senhor falou: – Não tenho, não.

O SR. – Que dia que eu falei, doutor?

O SR. – O senhor disse na gravação.

O SR. CABO JÚLIO – Ele perguntou: – Me dá o seu celular. O senhor falou assim: – Eu não tenho celular, não.

O senhor está doido? O senhor lembra que o senhor falou na fita assim: – Eu não tenho celular.

Então, essa ligação foi na sua casa.

O SR. – Ele pediu o número do celular e o senhor disse: – Eu não tenho, vou pegar o celular em poucos dias.

O SR. – Ah, sim, foi.

O SR. – Ah, o senhor lembrou agora.

O SR. – Agora eu lembrei.

O SR. – Então, foi na sua casa essa ligação?

O SR. – Foi, sim, senhor.

O SR. – Você conhece esse moço?

O SR. – Conheço, é o Chiquinho.

O SR. – Conhece?

O SR. – É amigo meu.

O SR. – Ele passou uma carga para vocês?

O SR. – Para mim mesmo, não passou, não. Passou para um colega meu.

O SR. – Quem?

O SR. – O Beto.

O SR. – O Beto?

O SR. – É.

O SR. – Quem é o Beto, Chiquinho?

O SR. – É esse que eu citei para os senhores.

O SR. – É?

O SR. – É.

O SR. – E como é que foi, Cléverson, que ele passou a carga?

O SR. – É o seguinte.

O SR. – Ele está dizendo que foi à força.

O SR. – Não.

O SR. – É o seguinte: essa carga eu já tinha pedido para ele, ia passar para mim. Só que, na hora, o Beto enrolou, falou que eu estava na fita, e eu não estava, e ele passou para o Beto. E, como ele falou para o Beto, o Beto acabou enrolando ele, e não pagou para ele.

O SR. – Não, mas deu a ele um carro!

O SR. – Deram o carro para ele, o Santana.

O SR. – O Santana ele emprestou para você?

O SR. – Para mim, não.

O SR. – Emprestou para quem?

O SR. – Que eu estou sabendo, pela boca do Moisés, emprestou para o Moisés.

O SR. – E aí?

O SR. – Não emprestei, doutor. Tenho a consciência tranqüila. Disso aí, tenho a consciência tranqüila.

O SR. – Tem outras cargas?

O SR. – Não.

O SR. – Você só lembra dessa?

O SR. – Não, que chegou ao meu reconhecimento, não.

O SR. – E o Beto usou você, que iria acontecer com você? É isso o que você explicou?

O SR. – Ele me usou, sim. Porque falou que essa carga era para ser para mim. Mas só que não veio para mim. Foi ele quem foi lá, e ele acabou dando para o Beto. Em vez de dar para mim, deu para o Beto. Não foi para mim.

O SR. – Quem é Ferreira?

O SR. – Ferreira é o motorista que trabalhou junto com ele.

O SR. – É?

O SR. – Exato.

O SR. – Que também participava da fita?

O SR. – É o do remédio?

O SR. – É. Inclusive ele me deu a carga de cigarro.

O SR. – Ele que falou desses remédios.

O SR. – Ele já deu outras cargas?

O SR. – Ele, o Ferreira, me deu uma carga de cigarro da...

O SR. – Não, não, ele, o Chiquinho.

O SR. – Que eu conheça não.

O SR. – Para os outros?

O SR. – Não, para mim não.

O SR. – Para os outros, não deu não? Você sabe?

O SR. – Que eu estou sabendo não.

O SR. – Só essa que você sabe.

O SR. – É a da Nacional Cargas.

O SR. – Só uma. Carga de quê?

O SR. – Variada, transporte, computador, vem diversas coisas.

O SR. – Essa carga tinha o quê, Chiquinho?

O SR. CHIQUINHO – Ah, doutor, vem de tudo, de tudo vem um pouco.

O SR. – Tinha peças, é misturado, é roupa, é tecido.

O SR. – Qual o preço da carga?

O SR. – Valia quanto a carga?

O SR. – Não, doutor eu não tenho....

O SR. – Você tinha um manifesto, que anda com você.

O SR. – O manifesto nosso, doutor, era todo misturado, a coisa. Eu não sabia.

O SR. – Mas embaixo tem o preço.

O SR. – Era mais ou menos, pelo volume da carga, mais ou menos uns R$100.000,00. Inclusive o comprador dessa carga esteve preso aqui em Uberlândia por causa de outras cargas, que é o César lá de São Joaquim da Barra, em Franca.

O SR. – Quem comprou a carga? Quem? O nome.

O SR. – É o César. Ele foi preso como comprador de carga roubada.

O SR. – E você não...

O SR. – Só um minuto. Ele está dando o nome de um receptador. César do quê?

O SR. – Eu não sei o sobrenome dele, ele foi preso aqui em Uberlândia por causa desse negócio da Kuicaseke(???), ele comprou os computadores. Quer dizer, eu não estava nessa (???), mas ele foi preso aqui.

O SR. – Ele já foi preso, mas está solto?

O SR. – Já está solto.

O SR. – Continua comprando carga roubada?

O SR. – Não chegou ao meu conhecimento mais, porque foi o tempo que fui embora daqui de Uberlândia. Mas continua comprando pelas outras informações dos outros colegas.

O SR. – Cachorro que come ovelha só matando, não?

E aí, Chiquinho? Foi para esse que você vendeu a carga?

O SR. CHIQUINHO – Não sei para quem ele vendeu, eu entreguei para esse Beto.

O SR. – Para o Beto?

O SR. CHIQUINHO – Isso. Agora para quem ele vendeu....

O SR. – Quem estava junto com o Beto?

O SR. CHIQUINHO – Senhor?

O SR. – Quem é?

O SR. CHIQUINHO – Um tal de Pedrinho que não conheço, eu vi ele esse dia.

O SR. – E onde anda o Beto?

O SR. CHIQUINHO – Não sei, não senhor.

O SR. – Esse Pedrinho está preso, por informação, em Belo Horizonte, foi preso num roubo de cigarro lá em Igarapava.

O SR. – Foi preso na Furto?

O SR. – E o Beto?

O SR. – O Beto não sei onde ele mora hoje.

O SR. – Sabe quem é o Beto?

O SR. – Sei quem é o Beto, conheço ele muito bem, sei onde a mãe dele mora em Uberaba também.

O SR. – Onde é que ele mora?

O SR. – O Beto, pela última vez, estava morando em Araguari, mudou para o Santa Mônica. Agora não sei se está morando lá ainda.

O SR. – É bom que ele esteja escutando para dar no pé, dá tempo.

O SR. – Como é?

O SR. – É bom que ele esteja escutando para dar no pé, aí da sai da toca e a polícia pega.

O SR. – Esse povo não fica preso, por causa que ele deve ter pagado acerto, uma vez que ele tenha uma carga junto com o Rodrigo, aí o pessoal pegou ele mas acertou, tudo OK.

O SR. – Acertou com quem?

O SR. – Com aquela turma do Zezinho mais o Mário Vam(???).

O SR. – Francisco, você não responde processo?

O SR. CHIQUINHO – Senhor?

O SR. – Você está respondendo processo?

O SR. CHIQUINHO – Estou sim senhor.

O SR. – Desse?

O SR. CHIQUINHO – Não, desse não me chamaram não.

O SR. – Qual é outro?

O SR. CHIQUINHO – O outro foi daquele que fui roubado, realmente, três anos atrás, fui na delegacia agora semana passada prestar depoimento.

O SR. – Quer dizer, do que o senhor foi roubado o senhor está respondendo, do que o senhor roubou não está?

O SR. CHIQUINHO – Não, mas eu prestei depoimento lá em Igarapava.

O SR. – Pois é, mas ficou por isso mesmo por enquanto? Mas o senhor prestou depoimento, conte-me então como é que foi o depoimento que o senhor prestou. Falso ou verdadeiro?

O SR. CHIQUINHO – Senhor?

O SR. – O depoimento que o senhor prestou lá na delegacia foi falso ou verdadeiro, nesse processo?

O SR. CHIQUINHO – Foi a mesma versão que falei da primeira vez.

O SR. – Foi falso.

O SR. – Falso.

O SR. CHIQUINHO – É.

O SR. – O senhor mentiu na delegacia, porque, na verdade, o senhor foi roubado, quando de fato o senhor havia desviado a carga e vendido e entregue para o Beto. É isso?

O SR. CHIQUINHO – Exatamente, porque várias vezes o Beto chegou a ligar na minha casa e me pressionar.

O SR. – E em qual comarca o senhor está respondendo o processo?

O SR. CHIQUINHO – Senhor?

O SR. – Qual a cidade em que o senhor está respondendo o processo?

O SR. CHIQUINHO – Aqui em Uberlândia.

O SR. – Sobre o roubo dessa carga?

O SR. CHIQUINHO – Não, dessa não, da outra....

O SR. – Não, dessa.

O SR. CHIQUINHO – Não, dessa que a gente está conversando foi só essa vez lá em Igarapava.

O SR. – Eu sei, mas onde está tramitando o processo? Lá em Guarapuava(???) mesmo?

O SR. CHIQUINHO – Exato.

O SR. – Quero pedir, Sr. Presidente, **(Corte na fita)**... aqui na CPI e se remeta para a Comarca de Guarapuava(??), para que a Comarca tome conhecimento da confissão dele, porque o que ele prestou lá foi um falso testemunho.

O SR. CHIQUINHO – Inclusive, doutro, eu nem cheguei a falar com o delegado.

O SR. – O delegado estava na fita também, não?

O SR. CHIQUINHO – Não senhor, o delegado não estava lá no momento.

O SR. – Mas o inspetor não o intimou?

O SR. CHIQUINHO – Não, falei com um detetive, não sei.

O SR. – E fico tudo por isso mesmo?

O SR. CHIQUINHO – Me liberaram, me mandaram embora.

O SR. – Claro, o senhor mentiu e eles acreditaram.

Então vamos tirar uma cópia de inteiro teor do depoimento dele e da confissão dele, de que foi ele na verdade que roubou a carga, que desviou, que entregou para o Beto, que prestou...

O SR. – Falsa declaração de crime.

O SR. – Falsa declaração de ocorrência. O senhor cometeu dois crimes. Para que eles possam reativar o inquérito e abrir a denúncia para ele responder por esse processo. É por conta dessas coisas que eles continuam fazendo. Fazem, dizem que não fazem, acredita-se no que eles dizem e fica por isso mesmo. É bom tocarmos para frente isso.

O SR. PRESIDENTE (??) – Está deferido o pedido de V. Exª. Determino à assessoria que tome as providências do teor do requerimento do Deputado Pompeo.

O SR. – Quero informar, Sr. Presidente, que proporei indiciamento do Sr. Francisco de Assis Silva, no primeiro relatório parcial para a CPI para o próximo mês, porque cometeu o crime e não está respondendo pelo mesmo.

O SR. – Está livre.

O SR. – Quero informar também que a fita que você ouviu teve a gravação autorizada por um juiz, essa fita é legal.

De minha parte, Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (??) – Srs. Deputados, há mais algo a indagar?

O SR. – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar, antes de o depoente sair, que o promotor público da área criminal nos ligou e eu conversei com o Relator. S. Exª quer prestar algumas declarações antes que a reunião da CPI acabe. S. Exª está-se deslocando para cá.

O SR. – Deputado, não é necessário que seja público. O importante...

O SR. – A outra testemunha não veio.

O SR. – É a última.

O SR. – É importante aguardarmos para ouvirmos o promotor, até para que possamos fazer o encaminhamento dos atos suscitados pela CPI para que o Ministério Público tome conhecimento e possa dar segmento. A maioria dos crimes cometidos aqui são de responsabilidade da Justiça Estadual. Na Justiça Federal só consta o caso dessa prisão em flagrante. É importante que o Ministério Público tome conhecimento e comece a tomar providências, especialmente quanto ao crime que o Sr. Francisco confessou aqui. Isso é um fato importante nesta tarde na CPI. Tínhamos um crime insolúvel até então, um roubo de carga que havia ficado por isso mesmo. Não se sabia quem era o autor do roubo de carga, ou seja, o autor era desconhecido, a ocorrência estava feita, mas o processo não prosperou porque não se tinha conhecimento. Agora, por meio da CPI, revelou-se quem é o criminoso, quem é o ladrão da carga, quem comprou a carga e intermediou, inclusive quem receptou a carga. Temos o início, o meio e o fim para desvendar um crime que ocorreu há algum tempo e que estava à mercê de uma resposta, encontrada hoje com o depoimento do Chiquinho de Assis da Silva.

O SR. PRESIDENTE (??) – A Mesa agradece a palavra dos Srs. Parlamentares e pede à assessoria para retirar o depoente da audiência.

O SR. – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (??) – Concedo a palavra pela ordem. Solicito à assessoria a retirada

O SR. – Sr. Presidente, estamos chegando ao final do nosso trabalhos na cidade de Uberlândia e eu como único mineiro na CPI, queria agradecer a V. Exª o Presidente, ao Deputado Oscar Andrade, ao Deputado Pompeo de Mattos, ao Presidente Senador Romeu Tuma, pela colaboração nessa ação no nosso Estado de Minas Gerais. Como mineiro queria agradecer em nome do Estado a toda a Comissão, ao Presidente, aos Deputados e Senadores. Faço um agradecimento especial ao Vereador Geraldo Jabbur, que é o nosso Presidente, e quero fazer uma saudação elogiosa ao meu companheiro de caserna e meu companheiro de parlamento, o Tenente Lúcio, muito obrigado. Daqui a duas semanas, estarei de volta. V. Exª pode levar o recado aos companheiros. Desta vez vim pelo trabalho da CPI. Daqui a duas semanas voltarei para ficar por conta de visitar os nossos companheiros. Então eu gostaria que V. Exª, Tenente Lúcio, Vereador, nosso amigo e companheiro, fosse o portador desse recado para a nossa tropa.

Em terceiro lugar, sinto-me no dever de fazer um esclarecimento. A polícia civil enquanto instituição é muito séria. Temos que tirar dela os maus policiais. Maus policiais são bandidos. Esses têm que ser retirados, mas a instituição polícia civil é uma instituição séria. Temos que separar os bons e os maus. Se dissermos que todos são bons estamos cometendo uma injustiça, se dissermos também que todos são maus, também estamos cometendo uma grande injustiça. Sinto-me no dever de ressaltar que o povo de Minas Gerais pode confiar na instituição polícia civil, que aquilo que for do meu alcance, da CPI, dos mineiros, de todos, para tirar os bandidos do meio de qualquer delas, nós vamos trabalhar. Mas fica aqui o meu elogio também a instituição tão séria que é a polícia civil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE ( ) – A Mesa, em atenção ao poder Legislativo deste Município, faculta a palavra às Srªs e aos Srs. Vereadores.

Concedo a palavra ao Vereador Tenente Lúcio.

O SR. TENENTE LÚCIO – Sr. Presidente, em nome do qual cumprimento toda a Mesa e todos os Srs. Deputados e Senadores que aqui estiveram, o Senador Presidente Romeu Tuma, nós, como Parlamentares do Município de Uberlândia, ficamos muito orgulhos de termos uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito em nossa cidade, mostrando o verdadeiro valor, a verdadeira força que tem o Poder Legislativo. O Congresso Nacional, através do Senado, da Câmara dos Deputados, está de parabéns, assim como nós, Vereadores desta Casa. Ao Vereador Presidente, Geraldo Jabbur, eu gostaria de dar os parabéns, porque tudo que foi feito em matéria de apoio a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito passou pelos crivos do nosso Presidente. Ele checou tudo juntamente com sua assessoria mais próxima, juntamente com os Vereadores desta Casa. E eu posso dizer que não me ausentei em momento algum durante toda a CPI, ontem ou hoje, que acabou por volta de meia noite. Ficamos o dia todo até tarde da noite.

Quero me congratular com o Deputado mineiro Cabo Júlio, ao dizer que temos que separar e não poderemos jamais ferir a instituição. Nós, que somos de Uberlândia, conhecemos profundamente o que é o papel da instituição – embora tenha sido militar do Exército, conheço muito bem a polícia militar e a polícia civil. Sei que devemos muito respeito a essas duas instituições. Temos é que separar. Possuímos excepcionais profissionais, seja como delegados ou como detetives. De praças a oficiais na polícia militar. Nossa preocupação é justamente com a sociedade de Uberlândia. Não devemos generalizar nossos policiais. Precisamos tomar muito cuidado; fazer essa separação.

Sr. Presidente, parabenizo V. Exª, o Relator e todos os membros desta Comissão pelo trabalho. Infelizmente, más notícias sobre a nossa cidade foram divulgadas em todo o Brasil. Uberlândia se sente honrada por conhecer Parlamentares brasileiros tão capazes.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Concedo a palavra à Vereadora Liza Prado.

A SRª LIZA PRADO – Sr. Presidente, cumprimento a todos os Deputados que ajudaram a resgatar a credibilidade dos políticos brasileiros, realizando trabalhos tão importantes como este da CPI. Estou certa de que a Câmara Municipal, na pessoa do nosso Presidente Geraldo Jabbur, conseguiu fornecer a infra-estrutura necessária a esta CPI, juntamente com os policiais civis e militares, a Polícia Federal, a promotoria, os juízes. Todos procuraram recepcionar os membros da CPI da melhor maneira possível, com toda a simplicidade. Nossa cidade deseja mostrar que realmente queremos que tudo seja apurado.

Sabemos que o roubo de carga tem uma rede, que fatalmente se envolve com o craque; pessoas acabam roubando para manter seu vício. Isso prejudica nossos jovens, aumenta a violência na nossa cidade. Além disso, muitos motoristas ficam desemprega-

dos, pois, ao serem roubados, tornam-se suspeitos de participar de roubo, embora muitas vezes sejam apenas vítimas. Isso fere a imagem dos motoristas. Sabemos que há mais vítimas que criminosos. Poucos estão no mundo do crime.

Esse trabalho da CPI mostra que queremos mais segurança para os motoristas. V. Exªs conseguirão passar a limpo nosso País, dando credibilidade às polícias, pois estão tendo a oportunidade de tirar maus policiais de circulação. Ontem liguei para o Dr. Gilmar e para o Dr. Ramon, a quem desejo fazer um visita pessoal a fim de demonstrar que precisamos preservar a instituição.

Não podemos generalizar o caráter daqueles que trabalham no Congresso Nacional, na Câmara municipal, nem na polícia. Assim como há bons Deputados, há também bons policiais civis e militares. Sabemos que a CPI está conseguindo separar o joio do trigo.

Como Vereadora, fiquei muito lisonjeada por poder participar desse processo, acompanhando e mostrando à população da nossa cidade, da nossa região e do Brasil que é possível fazer um trabalho sério, que não acaba em pizza. O político está muito desacreditado. Estamos cansados de ser achincalhados, às vezes, comparados com muitos políticos que não prestam. Não é o caso dos integrantes desta CPI. Muitos pensam que Vereadores, Deputados, Senadores ou quaisquer integrantes do Poder Legislativo têm acesso a recursos. Não é o nosso caso. Nesta Casa, há bons Vereadores.

Nós, o Presidente desta Casa e vários Colegas estamos orgulhosos de poder participar dos trabalhos desta tarde, por tentar mostrar para a cidade que essas instituições devem permanecer e quem não é bom delas sair.

Deixo aqui o nosso abraço. Esta Casa estará aberta sempre que V. Exªs precisarem, a fim de mostrarmos que é possível viver com mais segurança. Cada vez que bandidos vão para a cadeia, diminui a possibilidade de nossas crianças, nossos filhos virem a ser viciados em drogas. Agradeço a todos. Em nome do meu Partido, como Presidente do PSB, desejo a todos muita saúde, muita proteção. Espero que tenham sempre coragem. Não tenham medo, porque a verdade não deve doer a quem não teme.

Parabenizo a todos.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Concedo a palavra ao Vereador Antônio Carrijo*.

O SR. ANTÔNIO CARRIJO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Vereadores, servidores do Congresso Nacional e da Câmara Federal, parabenizo a todos pelo belo trabalho que realizaram nesta CPI na cidade de Uberlândia.

O Poder Legislativo Municipal de Uberlândia fica satisfeito por suspender suas sessões para ouvir a CPI, Comissão tão importante, porém desacreditada por muitos brasileiros. V. Exªs provaram aqui, na cidade de Uberlândia – assistimos a três dias e acompanhamos o trabalho que os Deputados e Senadores realizaram aqui na cidade de Uberlândia. Essa cidade foi escolhida porque é o centro dos atacadistas da América Latina. Sem dúvida nenhuma, há a empresa Souza Cruz que tem trazido alguns roubos de carga na cidade de Uberlândia e região. Ficamos satisfeitos com o trabalho do Deputado mineiro Cabo Júlio, o nosso relator, inclusive irmão do nosso presidente do PFL, (?) de Andrade e de todos os que participaram. Ficamos satisfeitos porque fizeram um belo trabalho e mostraram à sociedade que CPI é coisa séria, não é brincadeira. Aqui em Uberlândia, tentamos implantar uma CPI das multas, mas não foi possível. Peço ao Deputados que também façam uma CPI das multas no Brasil. Em todos os Estados e Municípios, hoje está virando fábrica de multas. As multas que foram votadas no Código Nacional de Trânsito são com valores abusivos, que a população está pagando caro.

Para encerrar, quero parabenizar todos que participaram, desde o simples funcionário, os que trabalharam na segurança, a Polícia Militar, a Polícia Civil, aos Deputados. Parabéns a todos e podem contar com o Poder Legislativo, que estaremos à disposição de vocês.

O SR. – Agradecemos V. Exª. Com a palavra, Vereador (?)Cardoso.

O SR. (?)CARDOSO – Boa tarde, Deputado Carlos (?), Deputado Cabo Júlio, Deputado mais bem votado do Estado de Minas Gerais, meus parabéns principalmente, Deputado Pompeo de Matos*, pelo seu trabalho firme aqui na Comissão, Presidente Geraldo Jabor(?), pelos trabalhos nessa CPI.

Primeiramente, gostaria de deixar registrado o resgate da credibilidade do Poder Legislativo, por meio de vocês e desta Câmara que cedeu o espaço. Acredito que foi a partir desta CPI aqui instaurada que podemos elucidar diversos crimes que a população de Uberlândia e da região vem sofrendo. E como diz o nosso amigo (?) Prado, acredito que podemos aprofundar mais para que a CPI não acabe em pizza, que também preservaremos a nossa Polícia Civil, a Militar e a Federal, porque sabemos que aqui em Uberlândia há muita gente séria nessas corporações. Quero deixar o meu crédito para essas pessoas.

No mais, quero dar os parabéns pelo trabalho dos Srs. aqui na cidade de Uberlândia.

O SR. – Agradecemos V. Exª. Com a palavra, o Vereador Edson Zanata.

O SR. EDSON ZANATA – Presidente (?) Dunga, quero cumprimentar o nosso mineiro Cabo Júlio, em nome do qual quero cumprimentar toda a CPI. Realmente é um orgulho grande para nós uberlandenses estar recebendo Deputados, Senadores da estirpe dos Srs., pela determinação, a competência sobre um tema tão polêmico e tão preocupante em todo o Brasil. Como empresário, Diretor da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, é uma preocupação constante de nossa cidade o furto de cargas. Nós ajudamos a criar a Delegacia de Furtos e Roubos de Carga de Uberlândia, mas é preciso, pelas evidências aqui apresentadas, deixar uma coisa bem clara para todos nós: só há ladrão com a conivência de alguns policiais e ter um receptador. Penso que este é o pior crime de todos. Portando, os Srs. terão sempre o apoio do Legislativo de Uberlândia, de todos os empresários de Uberlândia, porque tenho certeza de que pela iniciativa dos Srs. vamos quebrar essa rede de roubo de cargas em todo o Brasil. Uberlândia é uma cidade progressista, é a 3ª economia de Minas Gerais, a 20ª do País, e precisamos, nós empresários, conviver com harmonia e segurança em nossa região. Portanto, meus parabéns. Fiquei bastante impressionado com o conhecimento dos Srs. e a competência com que estão levando essa CPI. Muito obrigado.

O SR. – Agradeço V. Ex. Com a palavra o Vereador Geraldo Resende Júnior.

O SR. GERALDO RESENDE JÚNIOR – Exmo. Sr. Deputado Carlos Dunga, Deputado Cabo Júlio, nosso conterrâneo do Estado de Minas Gerais, em primeiro lugar, quero parabenizar a CPMI e dizer que, em nome do Prefeito Municipal, como Líder do Prefeito na Câmara Municipal, como Presidente do meu Partido, o PMDB, nós nos sentimos gratificados com a presença de vocês aqui. Isso é importante para a nossa cidade, visto que a nossa cidade tem sido considerada uma das cidades mais violentas do País. A banalização da violência fez com que nossa cidade aflorasse em nível nacional e, infelizmente, os meios de comunicação nos trazem, como muito bem disse o tenente Lúcio, sempre de maneira negativa.

É importante essa CPI no Município de Uberlândia para que as autoridades possam se sensibilizar com relação à nossa cidade. Uberlândia, que é hoje a décima cidade, é o décimo nono orçamento do País, mas, ao mesmo tempo, é a quarta cidade em concentração de renda do País. Então, essas desigualdades sociais que ocorrem na nossa cidade fazem com que, realmente, se aflore e banalize a violência.

Considero a CPI um dos instrumentos mais nobres do Poder Legislativo. É importante que a população, que a comunidade saiba que o papel do Poder Legislativo está sendo cumprido. Aguardamos, agora, também, depois do relatório final da CPI, o cumprimento do papel do Poder Judiciário, que tem, por finalidade, punir aquelas pessoas que, realmente, porventura, mereçam ser punidas.

Quero, em nome do Prefeito Zaire Rezende, como Líder dele na Câmara Municipal de Uberlândia, dar os parabéns ao conhecimento profundo que vocês trouxeram a esta Casa Legislativa. No mais, quero agradecer a oportunidade de ter participado com vocês deste processo e deixar que a Câmara Municipal de Uberlândia, principalmente na pessoa do nosso Presidente, o Vereador Geraldo Jabbur, aberta para que vocês possam estar retornando na nossa cidade e nos subsidiar com maiores informações para que possamos cobrar, tanto em nível estadual quanto em nível federal, melhorias na condição, principalmente, Cabo Júlio, da nossa sofrida Polícia Militar, que, infelizmente, hoje esses coletes foram pagos com recursos dos militares. O Governo do Estado, infelizmente, tem-se omitido com relação à responsabilidade dele no aparato policial, principalmente, na cidade de Uberlândia. Está de parabéns a CPI e que, agora, o Poder Judiciário seja aí o mais rápido possível para apurar o relatório e que sejam punidos aquelas pessoas que, realmente, mereçam ser punidas. Muito obrigado.

O SR. GERALDO JABBUR – Agradeço a V. Exª. Com atenção, ouvimos o Vereador Célio Moreira.

O SR. CÉLIO MOREIRA – Sr. Presidente desta Casa, Vereador Geraldo Jabbur, Sr. Presidente dos trabalhos, meu companheiro de Partido, Deputado Carlos Dunga, Deputado Cabo Júlio, Deputado Oscar Andrade, é um prazer muito grande – inclusive o irmão do nosso Clésio Andrade, que é o Presidente da CLT, leve um abraço fraterno –, é um prazer muito grande para nós aqui, em Uberlândia, estar recebendo, infelizmente, um debate como este, mas é um prazer porque precisamos, realmente, estar resolvendo essa questão do roubo de cargas no País e que a nossa região tem sido o ponto estratégico para esse tipo de ação.

Quero fazer uso das mesmas palavras do Deputado Cabo Júlio, quando disse que precisa limpar o nome da instituição Polícia Civil, que está, às vezes, alguns membros sujando o nome da instituição. Com

as mesmas palavras, eu quero também dizer que nós precisamos fazer com que a categoria do transporte, principalmente o motorista, que é o primeiro suspeito quando há um roubo, que seja, definitivamente, que essa CPI, resolva, definitivamente, essa questão para limpar o nome dessa categoria, que tem contribuído de forma brilhante para o desenvolvimento do nosso País e hoje está manchado. Então, é importante. Por isso, quero parabenizar essa CPI pela garra, determinação de políticos brilhantes, os quais, de forma determinada, estão produzindo esse trabalho e tentando resolver esse problema, que está aterrorizando a população de um modo geral e tirando o sossego dos empresários do segmento de transporte e de todos os trabalhadores.

O meu muito obrigado, colocando-me sempre à disposição. A Câmara Municipal, com certeza, estará sempre aberta para receber trabalhos como este.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Dunga) – Agradecendo à bancada dos Srs. Vereadores, que expressaram suas palavras, passo a palavra ao Sr. Presidente desta Casa, Geraldo Jabbur.

O SR. – Desculpe-me, o senhor mudou de lugar e nós não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Dunga) – Com a palavra o Vereador Sílvio de Oliveira.

O SR. SÍLVIO DE OLIVEIRA – Exmºs. Srs. Senadores e Deputados Federais componentes da Mesa que estiveram e estão ainda neste local, estamos extremamente honrados com a presença e a competência de V. Exªs em conduzir esta CPMI aqui em Uberlândia, que é motivo de muita importância porque atende aos interesses nossos com relação à segurança do nosso povo.

Mesmo a Presidente do nosso partido, a quem estou substituindo até o dia 30 deste mês, já tenha dito tudo, eu gostaria apenas de fazer uma sugestão, porque acho que sugerir não fere ninguém. Já pensei em todas as formas que poderíamos utilizar para combater o crime: até em patrulhamento aéreo com helicópteros, mas ele não funciona à noite. Por isso, eu gostaria que fosse verificada a possibilidade de aumentar o contingente das polícias militares estadual e federal para que haja um policiamento mais ostensivo, inclusive com motos, para perseguição no caso de necessidade. A simples presença dos policiais nas rodovias fará com que as pessoas que estejam querendo assaltar ônibus e cargas pensem duas vezes. Essa é a minha sugestão.

Um outro aspecto que eu gostaria de trazer claramente é que temos duas saídas também muito boas para, mais a longo prazo, não em curto prazo, conseguirmos atingir nossos objetivos. A primeira é aplicar mais na educação e a segunda é a geração de empregos. Os desempregados é que estão partindo para o crime e, se eles tiverem o que fazer, isso não ocorrerá. É a mesma coisa com uma penitenciária, que acredito deva ser sempre uma penitenciária agrícola ou uma penitenciária em que haja qualquer tipo de trabalho para o sujeito fazer, porque quem fica à toa só fica pensando em coisa errada. Portanto, vamos aplicar em educação e em geração de empregos.

Agradeço a atenção. Meu nome é Sílvio de Oliveira, vereador daqui de Uberlândia, do PSB(?).

O SR. PRESIDENTE (Carlos Dunga) – Agradeço a V. Exª, Vereador Sílvio de Oliveira, e passo a palavra ao ilustre Presidente desta Casa, Vereador Geraldo Jabbur, que, com muita alegria para nós, expressará seus sentimentos.

O SR. GERALDO JABBUR – Meu nobre Deputado Federal Carlos Dunga, que, neste momento, preside os trabalhos da CPI, por meio de quem quero encaminhar o nosso abraço, o nosso respeito ao Presidente titular, Senador Romeu Tuma, e ao Senador Geraldo Cândido, outro membro do Senado Federal que também presidiu esta CPI; meu caro Relator, Deputado Federal Oscar Andrade, a quem estendo os cumprimentos desta Presidência, em nome deste Parlamento municipal, pelo trabalho eficaz, competente que V. Exª tem demonstrado em todas essas audiências públicas, na função que V. Exª assumiu; Deputado Pompeo de Mattos, que nos honrou com sua presença, com sua brilhante explanação e, principalmente, com o desenvolvimento de seu trabalho; Deputado Cabo Júlio – fica o registro da nossa satisfação, da honra deste Parlamento, não apenas em receber o brilhante Deputado Federal que é V. Exª, mas, também, o grande mineiro que sempre se fez presente na luta dessas Minas Gerais. Nós cumprimentamos a todos os Srs. Vereadores, pela presença de V. Exªs, já nomeados pelo nosso Presidente dos trabalhos.

Gostaríamos de agradecer toda a equipe de assessoria à CPI, na pessoa do Laurides Barros. Antes do início da realização desses trabalhos, foram vários dias de contatos e de presença, inclusive, com o trabalho por telefone e com o trabalho à distância. (interrupção na gravação) agradece os Srs. servidores desta Casa e a nossa assessoria de comunicação social.

Nós agradecemos a presença permanente, nesses três dias de trabalho, dos Ministérios Público Federal e Estadual, dos Poderes Judiciário Federal e

Estadual, da Defensoria Pública, das Polícias Federal – que está conosco desde o início dos trabalhos – Militar, Rodoviária Estadual e Federal e da nossa Polícia Civil. Todas elas, em conjunto, colaboraram com este evento.

Esta Presidência, Sr. Deputado Carlos Dunga, que preside os trabalhos, será breve, porque receberemos, para o término dos trabalhos de hoje, membros do Ministério Público Estadual. Mas, temos certeza, que esta Casa Legislativa, por meio de seus membros, tem desenvolvido um trabalho dentro das suas funções legisladora e fiscalizadora, bem como dos trabalhos em funções atípicas, já aceitando, por completo e com convicção, que aqui é o fórum de debate para tentarmos dirimir todas as lides e conflitos da nossa sociedade.

O povo de Uberlândia e a sociedade brasileira esperam de todos nós, que exercemos funções superiores de Estado, o encontro de caminhos que venham trazer, a cada família, a tranqüilidade e a segurança. A CPI mista do Congresso Nacional deve continuar a trilhar por estes caminhos.

Temos de deixar registrado, Srs. Deputados Federais, que esta Comissão, na qual estiverem presentes os Senadores Romeu Tuma e Geraldo Cândido, já decidiu, com esta Presidência, que teremos o fórum de debates com os grandes Municípios de Minas Gerais para a questão da instituição da guarda municipal. Não a instituição pura e simples, como faremos a partir de janeiro com a Mensagem do Prefeito Municipal, Sr. Deputado, Sr. Relator e Sr. Deputado Presidente, mas, principalmente, dotar a guarda municipal, ou outra denominação que queiram dar, de instrumentos importantes para desenvolver o trabalho de segurança, ou seja, instituir o poder de polícia. Esta Mensagem já está colocada no Congresso Nacional. Ela é de autoria do Senador Romeu Tuma e de demais Deputados Federais, autores intelectuais desta proposta, o que nos foi colocado, Sr. Senador, por (?)inclusive membros desta CPI que aqui estão.

Então, fomos fazer um fórum de debates para que possamos aprovar esta proposta no Congresso Nacional. Posteriormente, desenvolveremos um trabalho, aí sim, a nível de todas as Câmaras, para que possamos sustentar o apoio de base a outra proposta desta augusta Comissão, que já a recepcionou, que é tratar o receptador dentro de uma lei rigorosa.

Entendemos, Srs. Deputados, para encerrar, que, talvez, o elo desta organização criminosa, seja uma das mais fortes a figura do receptador.

Dito isto a V. Exªs, eu quero agradecer, mais uma vez, esta possibilidade. E saibamos, com certeza, que o povo de Uberlândia, o povo da região, o povo mineiro e a sociedade brasileira acredita no trabalho dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores.

O SR. – Gostaria de saber, da Assessoria, se já chegou ao nosso local...

O SR. – Dentro de 5 minutos estará chegando.

O SR. – Então, com a palavra o ilustre Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, colegas Parlamentares da CPI, Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, Srªs e Srs. Vereadores, comunidade de Uberlândia, nós estivemos por 3 dias, aqui, em um convívio fraterno, mas cuja missão, pra nós, foi extremamente árdua. Afinal de contas, é bom dizermos, aqui, que nós Deputados não somos polícia e a nossa missão perspícua, no Congresso Nacional, não é prender bandido. Mas sabemos que isso também faz parte da nossa missão, na medida em que recebemos um mandato popular e que fatos dessa natureza chegam ao conhecimento do Congresso Nacional.

Foi assim quando nós instalamos a CPI do Narcotráfico, da qual me recordo bem. Inclusive, dos que integram a CPMI do Roubo de Cargas, curiosamente eu sou o único Deputado que integrei a outra e que estou nessa.

Temos um arquivo acumulado de informações decorrentes daquela CPI, onde se mostrou a existência do crime organizado no Brasil. Não é mais somente a máfia chinesa, japonesa, italiana, americana. Existe também a máfia brasileira. E formada por pessoas grandes. É aí que está o "X" da questão.

No nosso caso, na CPI do Narcotráfico foram cassados dois Deputados Federais: o Hildebrando Pascoal e, em seguida, o Talvani Albuquerque. Dois Deputados Estaduais, no Maranhão, foram cassados: O José Gerardo e o Chico Caíca.

Infelizmente, vários juizes de direito estavam envolvidos – aqui em Goiás, 5 ou 6, pelo menos – além do Desembargador do Maranhão, – graças a Deus não encontramos nenhum promotor – muitos advogados, delegados. Polícia, polícia, polícia.

No Amapá, nós encontramos uma situação na qual a Presidente do Tribunal de Contas tomou conta da corrupção, no Estado. A Presidente do Tribunal de Contas, a Srª Margareth Salomão.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Amapá, pasmem, mandou fazer uma pista de avião em suas terras e pagou-a com um cheque da Assembléia, pré-datado e sem fundo. Então, aconteceram coisas inconcebíveis.

Houve o envolvimento da polícia em todo o País, ao ponto que foi cunhada a expressão: a banda podre da polícia. No Paraná, vimos a polícia. Chegamos lá e estavam envolvidos o delegado local, o inspetor, o investigador, o chefe de polícia e até o secretário de segurança, ao ponto de no 3º dia em que a CPI estava no Paraná, descobrirmos que o chefe de polícia do Estado do Paraná era foragido da Polícia do Estado do Paraná porque a Justiça lhe tinha decretado a prisão.

Aliás, foi lá que nós levamos tiro. A CPI estava reunida e havia uma porta como aquela, de vidro. Então eles meteram bala contra a porta. Imaginem o que foi aquilo! Todo mundo foi para o chão. Todo mundo, não, menos eu. Empurraram-me e eu não caí. Foi todo mundo, não teve quem ficasse de pé: cinegrafista, todos. Quando estávamos nos recuperando do susto, arrebentou-se a porta. Caiu um vidro que havia rachado com o tiro. Caiu. Passamos por isso.

Sr. Presidente, às vezes, vivenciando a realidade dessa CPI, vemos envolvidos grandes empresários, como é o caso do Ari Natalino, um empresário de São Paulo que vendeu, o ano passado, mais combustível que a Petrobras. Existem 200, quase 300 empresas no nome dele; aliás, no nome dos "laranja" dele, porque no nome dele é somente uma meia dúzia. Dos "laranja" e dos mortos. Há um morto, um fantasma, que tem vinte e poucas empresas no nome dele...(interrupção na gravação) Vivo, tão acesso, que ele entra na Justiça, ganha a questão, perde a questão, paga o que perde, recebe o que ganha e é morto; morreu em 1940 e está vivo na pessoa do irmão dele, que é advogado do Ari Natalino. Então muita gente grande envolvida numa situação perigosa. Eu mesmo fiquei dois anos e meio com a polícia federal me dando segurança. Especialmente os que integravam a CPI do Narcotráfico passaram por ameaças muito graves.

Até me perguntaram esse dia, o nosso Presidente da Câmara, Senador Geraldo: "Mas vocês têm muita coragem vir aí, enfrentar a polícia, bandido, dizer o que diz, têm muita coragem". Aí me faz lembrar aquela história: estava aí uma turma na beirada do rio, e o rio cheio de cobra brava, jacaré, piranha, crocodilo, ariranha, tudo que é bicho bravo, e o pessoal ali desafiando quem tinha coragem de atravessar a nado o rio; obviamente, ninguém ia-se meter, não era louco. Mas, dali a pouco, um gauchinho se atirou dentro d'água e se foi a nado. A bicharada ia atrás, ele foi indo; e a bicharada vindo, e ele indo e atravessou do outro lado. A imprensa entrevistou-o: "Tchê, mas que coragem, heim! Mas que baita coragem! Que coragem que tu tens!" Aí vai ele e diz assim: "Mas que coragem que nada, quero saber que é o sem-vergonha que me empurrou dentro d'água". Então um pouco é isso. Entramos nessa e acho que agora se recuarmos vão dizer: "Entraram para o bolso dos bandidos" e, se seguirmos, corremos o risco. Acho que é melhor corrermos o risco de que ficar no bolso do bandido. Não, não podemos fazer isso, esse é um compromisso que temos conosco mesmos, com a sociedade brasileira, ao ponto que digo e confesso aqui: "Eu tenho medo". Agora, não tenho medo de morrer de medo, nem medo de correr de medo, aí também não. Eu tenho medo – e penso que todos devemos ter – que nem a gente tem a dor. Para que serve a dor? A dor é um sentimento que sentimos para cuidar do corpo, e o medo é um sentimento que sentimos para cuidar da vida. Tu sentes a dor na parte que está-te doendo, sente o medo, arrepia o pêlo, bate forte o coração e tu dás voz para a razão. Covarde é quem tem medo. Não é verdade. Todos temos medo; o covarde não tem a coragem. A gente tem medo, mas tem que ter mais coragem do que medo para superar o medo e enfrentar essas coisas; e esse é o papel que estamos fazendo.

Por isso, nosso Presidente da Câmara, quero aqui fazer um desafio aos senhores e às senhoras vereadoras: na CPI do Narcotráfico, arrodeamos o País e fazíamos apelos às assembléias legislativas estaduais que fizessem CPIs do narcotráfico em cada Estado para checar, para fazer um diagnóstico, um prognóstico, um levantamento, traçar a realidade e apontar caminhos para o enfrentamento do narcotráfico. Muitas assembléias nos atenderam. Câmaras de vereadores de várias cidades grandes nos atenderam e fizeram isso. Pois quero aqui lançar um desafio, um pouco a coragem que sei que o mineiro tem, e muito – e não é por acaso que Minas tem uma história extraordinária em favor da grandeza do nosso País, da sua cultura, do seu povo e da sua gente –, que façamos também uma cruzada nacional de CPIs estaduais. E o caso aqui de Uberlândia requer uma CPI na câmara de vereadores para que esta faça um diagnóstico da realidade do roubo de cargas aqui, porque estão roubando nas barbas de todo mundo. Chega de dizer: "É problema da polícia", e a polícia civil: "É problema da polícia militar". A polícia federal tem que ver. O problema é da secretaria de segurança. O promotor que solucione. O juiz que tem que resolver. E nós? Acho que a câmara de vereadores – deixo esse desafio – pode chamar para si a responsabilidade. Assumam esse papel, e tenho certeza de que temos vereadores aqui à altura, preparados, em condições de fazer esse enfrentamento, fazer esse levantamento com apoio da boa polícia civil, da boa polícia militar, até para mos-

trar para a sociedade quem é quem na polícia civil, porque têm muitos bons policiais civis na polícia civil. Não quero que fique a imagem aqui de que tudo o que está na polícia civil não presta. Não, têm muitos bons policiais, tanto que foram citados aqui uma minoria, a maioria não foi citada; aqui só foi citado quem não prestava, quem prestava não foi citado. Pois, em nome dessa justiça que precisa ser feita, eu gostaria que a câmara de vereadores pudesse chamar a si a responsabilidade e instalar aqui, trabalhar com calma, com jeito, com paciência, mas com seriedade e com firmeza na construção de uma CPI do Roubo de Cargas, porque me parece, sim, hoje, olhando aqui a grosso modo, é tão importante e tão grave quanto a questão das multas que assolam o Brasil inteiro.

E no meu Porto Alegre também é um problema – creio – a questão do roubo de cargas, que está esparramado por todo Brasil. E não por acaso. Subiu de 30 milhões, cinco anos atrás, para aproximadamente um bilhão o prejuízo do roubo de cargas no País. E não pára de crescer.

Então, temos que fazer uma cruzada coletiva, pela qual cada um tenha que fazer um pouco, uns mais, outros menos. Mas cada um tem que fazer a sua parte.

Para encerrar, Sr. Presidente, ainda quero deixar aqui claramente a nossa luta, a nossa posição de envidar esforços no Congresso Nacional para ver aprovado projeto de lei da nossa autoria, que a CPI também está acampando, porque está preocupada, no sentido de transformar o roubo de carga em crime federal. Assim como o tráfico de drogas é um crime estadual e federal ao mesmo tempo, de dupla jurisdição, ou seja, se a droga é fruto do tráfico internacional, o crime é federal; se é fruto do tráfico regional, é estadual. Só que, como a droga sempre vem do exterior, se tu quer e interessa, é crime federal; se tu quer e convém, é crime estadual. Ou seja, é dupla jurisdição.

A mesma coisa é o roubo de carga, porque, via de regra, as cargas são roubadas e carregadas aqui, transitam por outras estradas e são roubadas em São Paulo; são carregadas em São Paulo, transitam por outras estradas e são roubadas aqui. Assim é no Rio Grande do Sul: carregam no Rio Grande do Sul e são roubadas em Santa Catarina. Carregam no Paraná, passam por Santa Catarina e são roubadas no Rio Grande do Sul. Ou seja, o crime é interestadual, portanto, tem que ser nacional, porque a Polícia Civil não tem competência de um Estado para atuar no outro.

Outra: há muita polícia civil, infelizmente, envolvida nessa questão. Eles investigam para eles e não para o Estado. Investigam para eles ficarem sabendo como é e, sabendo como é, passam a fazer o que precisa ser feito para ganhar o tanto que eles querem.

Temos que acabar com isso. Precisamos do apoio, da estrutura e da logística da Polícia Federal.

Para encerrar agora, Sr. Presidente, verdadeiramente, até para não parecer que a gente aqui é um poço de brabeza, um poço de dureza... Somos gente, somos seres humanos sensíveis. Eu, por exemplo, gosto muito da vida. Aliás, a única coisa que reclamo da vida é por mais vida, bem vivida, muita vida, vida com intensidade. Gosto de viver. Dou tempo ao tempo para que, com o tempo, a gente tenha tempo. E acho que o que a gente não pode é perder tempo na vida. Por isso, vivo intensamente.

E quero encerrar dizendo, em poesia – que é a coisa que sei fazer, que é o de que gosto, que está nos meus escritos, nos meus livros e no meu site, para quem quiser acessar –, para amenizar um pouco, Sr. Presidente, que tenho muita esperança no País, no meu Brasil, nesta cidade e no meu povo, na minha gente, que haja uma solução séria, que acabem com essa miséria, que se restaure a confiança, porque é o velho, é o moço e a criança que esperam tanto e não vem. E há muitos que mandam e sabem bem que a esperança é uma quimera. E vão prorrogando a espera daqueles que nada têm. Apelar para a consciência da classe que domina e que é dominante tem sido um pouco do meu trabalho, da minha meta constante neste jogo de paciência, que determina a indigência, que é produto desse modelo. Quem pode não quer fazê-lo. E é por isso que a Pátria mergulha. No buraco de uma agulha, não vai passar um camelo. Não é questão de nobreza, nem de ser rico, de ser paisano ou milico, mas, é, sim, uma questão de grandeza a gente saber que falta na mesa do trabalhador, do operário, o mínimo necessário. E que, infelizmente, o nosso País rico, e até milionário, em benefício de alguns, às vezes, entrega seus meios comuns para o Fundo Monetário. Mas não pensem eles que vão manter a dominação. O povo de Uberaba, de Minas Gerais, do meu Rio Grande e do Brasil, que conhece a razão, não vai se manter calado, pois a gente ainda tem dignidade e sabe que a verdade pode tardar, mas virá. E não vamos não mais nos entregar em nome da liberdade.

Muito obrigado.

O SR. – Com a palavra o Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Dunga) – Eu, na verdade, Deputado, não faria uso da palavra se não fosse por força da expressão que V. Exª usou mas an-

tes disso registramos a nossa consideração e o nosso respeito pelo Deputado Pompeu de Matos.

Entretanto, quando V. Exª tornou público esse desafio, gostaríamos de deixar registrado que esta Câmara, dentro de suas funções atípicas, vem enfrentando todos os desafios. Este parlamento se tornou um fórum de debates para dar encaminhamento ou tentar dirimir os conflitos e as lides.

Quero dizer que esta Presidência, em 1997, quando tive a felicidade de ser Presidente – e estou no quarto mandato – instalamos CPIs nesta Casa. Tínhamos picaretas que loteavam áreas e vendiam aos coitados, aos humildes, para depois procurarem seus direitos na estrutura. A CPI teve eficácia e recebemos vários secretários de Estado para discutirmos – não uma visita festiva – os problemas que afligiam até àquela ocasião a cidade de Uberlândia.

Quero dizer que para constituição de uma CPI tem que ser atendido seus próprios requisitos como o de, no mínimo, sete assinaturas e a Presidência não abre mão de atender a vontade desse colégio de parlamentares quando é solicitado. Temos que ter a responsabilidade de também atender a um dos pré-requisitos da CPI, que é o fato determinado, para não fazermos neste Parlamento um festival de CPIs.

A responsabilidade do Presidente para representar os Srs. Vereadores diante da sociedade é muito grande. Temos que estar atentos exatamente para separarmos o ato da pessoa que praticou o ato, porque o povo quer que respeitamos as leis e defendemos o estado democrático de direito. Quero dizer para V. Exª que o desafio talvez tenha sido colocado de maneira já antecipada, em sonhos passados, como V. Exª demonstrou ser um grande poeta, pois V. Exª sonhou e hoje terminamos um período de CPI porque não há dúvida do apoio e comprometimento deste parlamento municipal com esta CPI, o que já foi dito por todos os membros. Agora, tudo aquilo que for de competência nossa e aquilo que não for vamos desenvolver um fórum de debate onde estaremos à disposição, porque buscamos o interesse coletivo, público, e principalmente, uma qualidade de vida melhor. Sentimos que a qualidade de vida do povo uberlandense e da região está sendo atingida profundamente.

Por isso, fica aqui, mais uma vez, o registro dos cumprimentos desta Presidência a esta CPI, tendo a certeza de que receberemos V. Exªs em outras oportunidades para a tratativa como esta ser colocada.

Agradeço as palavras de V. Exª.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, Deputado Carlos Dunga, Srs. Deputados Pompeo de Mattos e Cabo Júlio, Sr. Presidente da Câmara Vereador Geraldo Jabor, Srs. Vereadores, sociedade uberlandense, gostaria de falar da alegria, ao final deste terceiro dia de trabalho da CPI, estarmos com o sentimento de dever cumprido. Muito mais temos a fazer, a CPI não resolve todos os problemas – todos sabem – mas a partir dela, especialmente a CPI do Roubo de Cargas, que há um ano e meio foi instalada, tivemos no Poder Executivo, através do Ministério da Justiça, a criação de um grupo de trabalho para tratar da segurança nas estradas, vimos ordens de prisão sendo expedidas por onde passamos, a partir do Judiciário. O Legislativo está fazendo o seu papel. Ela não é finita e não daremos solução a tudo do roubo de carga. Mas se nada fizesse a CPI o fato apenas de ela existir, se todos os trabalhos aqui desenvolvidos não tivessem acontecido, mas o fato apenas de ela existir e trazer a público a ferida que é, hoje, o roubo de carga, no Brasil, quando nós falamos em R$650 a R$750 milhões, ela já estaria fazendo um papel importante para a sociedade.

A CPI é muito importante porque abre claramente todos os trabalhos e convida a sociedade a participar. Mais de cinqüenta telefonemas recebemos a partir do Disque Denúncia que irá para a nossa Secretaria, será analisado e as providências serão tomadas. Todos os depoimentos que aqui foram feitos, todos os trabalhos, aqui, executados, todas as informações que nós recebemos, eu não tenho dúvida, de que será de grande valia para a região, aqui, de Uberlândia, essa parte central do Brasil, tão fantástica, tão rica e tão ordeira, que tem um povo maravilhoso e que, infelizmente, os índices de roubo de carga são alarmantes.

Mas nós vamos prosseguir no nosso trabalho Brasil afora, deixando família, deixando o nosso Estado de origem. E, aí, no meu caso, origem empresarial e política, de onde é meu mandato, que é Rondônia. Mas a minha terra, ainda, é Minas Gerais. Mineiro nunca deixa de ser mineiro. E é dessa forma que nós sempre trabalhamos com o coração pulsando, mineiramente, como todos nós, aqui.

Eu queria agradecer profundamente a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Rodoviária Estadual pela presença, pela ajuda, pelo apoio inconteste. A Polícia Civil, que também se mostrou presente e nos auxiliou muito. A Polícia Federal, que tem envidado esforços para nos ajudar em todos os sentidos. E muito, especialmente, a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Coronel Lobato, seu comandante aqui da região, realmente um trabalho fantástico, uma mobilização fantástica que até nos preocupa tanta dedicação se a cidade não ficou um pou-

quinho desamparada. Mas realmente foi um trabalho fantástico e nós queremos agradecer profundamente em nome do Congresso Nacional.

Aos funcionários e colaboradores da Câmara Municipal de Uberlândia, que prontamente nos atendeu sempre com sorriso, sempre com muito boa-vontade. Ao Ministério Público e ao Judiciário, que sempre têm nos apoiado por onde passamos por este País. E aos queridos Vereadores, aqui, na sua Casa, nós fizemos esse trabalho e contamos com a presença de mais de 80% em todo o período da nossa Comissão. Isso é um alento, isso é um apoio fantástico. Na pessoa do Sr. Vereador, Geraldo Jabour, Presidente desta egrégia Casa, nós nos sentimos realmente honrados com tudo que foi feito a nossa Comissão. E tenho certeza de que, se não tivéssemos o apoio que tivemos, aqui, a agilidade, a presteza, não teríamos chegado tanto a bom termo.

Aos transportadores, nossos amigos, na pessoa do Sr. Ary de Souza e, muito especialmente, ao nosso querido povo de Uberlândia, meus conterrâneos queridos, espero que a nossa passagem por aqui tenha sido de valia, tenha sido importante e tenho esse sentimento de que terá sido. E vamos voltar porque é importante, no mínimo, com uma delegação para checar os números, para acompanhar. Mas, se preciso for, instalando uma nova CPI, porque nós vamos estar sempre em contato.

E espero, quando voltarmos, recebermos novamente esse abraço querido do meu povo uberlandense.

Um abraço.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Dunga) – A mesa registra a palavra do ilustre Deputado Oscar Andrade.

E antes de encerrar esta reunião, a Presidência agradece ao povo de Uberlândia pela acolhida que nos deu, a todos que formam a CPI, aos Srs. Senadores, aos Deputados Federais, assessores, funcionários do Congresso Nacional pela acolhida que foi dada à CPI.

Agradecemos à Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente e dos Srs. Vereadores, dos funcionários, de todos que formam o Poder Legislativo deste município.

Agradecemos à Polícia Civil e Militar deste Estado.

Agradecemos à Polícia Federal deste País e que aqui esteve atentamente conosco.

Agradecemos à Polícia Rodoviária Federal.

Ontem, já fiz o meu registro em referência a este trabalho que está sendo feito junto à CPI, inclusive em outros Estados.

Agradeço à imprensa brasileira, que aqui se fez presente: a nacional, estadual e municipal.

Agradeço aos Srs. Juízes, aos Srs. Promotores, aos Srs. Estudantes de Direito, aos Srs. Defensores Públicos que aqui estiveram prestigiando a nossa audiência pública e ao povo em geral.

Ao finalizar, gostaria de dizer de um entrelaçamento, meu caro Pompeu de Matos, meu caro Oscar, que há entre a Paraíba e Minas Gerais. A Paraíba é bem pequena, um Estado lá no extremo do Nordeste, pequenino, mas tem esse entrelaçamento, meu caro Presidente. A Paraíba que já se uniu a Minas Gerais no passado, para defender este País. A História registra isto. A Paraíba recebe um mineiro que foi à Paraíba ajudar os paraibanos, esse mineiro é o conterrâneo de vocês, o Deputado Cabo Júlio. Júlio foi à Paraíba com a intenção de ajudar os paraibanos, exatamente aqueles que prestam a segurança ao meu Estado e precisavam dessa ajuda do nosso Cabo Júlio, do nosso Deputado Federal, do nosso amigo, que ali foi à Paraíba se interligar aos seus companheiros e ele faz isso não só a Minas Gerais, mas presta serviço a todos os 27 Estados desta Federação.

Meus parabéns, Júlio.

Ao finalizar, quero dizer aos senhores que hoje a Paraíba vem também a Minas Gerais. **(Falha na gravação)** Que a Paraíba, pequenina, tem a mesma coragem do povo de Minas Gerais e do povo de Uberlândia para combater o roubo de cargas neste País.

Muito obrigado aos senhores e está encerrada a presente sessão. (Palmas.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 1ª Reunião Realizada em 27/02/2002

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dois, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senhores Senadores Maguito Vilela, Gerson Camata, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Geraldo Cândido, Francelino Pereira e Luiz Pontes e dos Deputados Carlos Dunga, Alberto Fraga, Oscar Andrade, Mário Negromonte, Ari Kara,

Pompeo de Mattos, Robson Tuma e Gonzaga Patriota, reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a apresentação do calendário a ser cumprido até o final da Comissão, passando a palavra ao Senhor Relator Deputado Oscar Andrade, para suas considerações, tendo apresentado o mesmo uma programação de viagens aos Estados de Pernambuco, nos dias 14 e 15 de março, Rio de Janeiro nos dias 04 e 05 de abril, São Paulo (Paulinia e Santos) nos dias 18 e 19 de abril e Rondônia nos dias 02 e 03 de maio. Solicitou que sejam agendadas audiências com os Governadores de Minas Gerais e São Paulo para tratarem de afastamentos de policiais, já solicitados aos respectivos Secretários de Segurança, formalizou ainda uma diligência no Estado de Rondônia, visando a ida da Comissão, tendo marcado a data de 05 de junho para a leitura do Relatório Final, a seguir, o Relator leu uma denúncia sobre o assassinato do cabo Angelo Neto, segurança do Deputado Distrital José Tatico, ocasião em que foi aparteado pelo Deputado Alberto Fraga. Foram discutidos e aprovados os requerimentos nº 80, de autorias dos Deputados Oscar Andrade e Pompeo de Matos, requerendo a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico do Deputado José Fuscadi Cesílio, vulgo Tatico e requerimento nº 81 de autoria do Deputado Pompeo de Matos requerendo uma diligência na cidade de Uberlândia MG, a Presidência foi assumida pelo Deputado Ari Kara, em razão do Senador Romeu Tuma ter que ir ao Plenário para votação. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráficos que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro aberta a primeira reunião do ano 2002 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo do Requerimento nº 23, de 2000, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar em todo País o elevado crescimento de roubo de cargas e transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas.

A Presidência esclarece que a presente reunião é de caráter administrativo.

Indago à Secretaria se existem expedientes recebidos ou expedidos.

São requerimentos que, em seguida, colocaremos em votação.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Oscar Andrade, para suas considerações.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, gostaria que fosse exposto ao plenário, para que possa ser aprovado, sugestão para o transcurso da CPI daqui até a finalização dos trabalhos em 30 de junho.

Além das audiências normais que deveremos ter em Brasília, viagens a Pernambuco nos dias 14 e 15 de março; ao Rio de Janeiro, dias 4 e 5 de abril; a São Paulo, podendo se estender à Paulínea e Santos, nos dias 18 e 19 de abril e a Rondônia nos dias 2 e 3 de maio.

Sugiro audiência de V. Exª com os Governadores de Minas Gerais e São Paulo, em função de nosso pedido aos dois Secretários de Segurança daqueles Estados, para o afastamento de policiais envolvidos diretamente no roubo de carga na cidade de Uberlândia e em São Paulo. Esse afastamento não foi cumprido, os policiais continuam trabalhando – acho que é até desrespeitoso à CPI que trabalha, investiga, deixa às claras e os policiais militares que deveriam estar afastados continuam trabalhando.

Solicito a V. Exª que peça a audiência com os Governadores para que possamos exigir isso dos Governadores.

Uma diligência em Rondônia preparando a nossa ida àquela cidade, em função das informações que também temos sobre o roubo de cargas naquele Estado.

Leitura do Relatório final no dia 5 de junho.

Gostaria que minhas sugestões fossem aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto aos Srs. membros da Comissão se essa cronologia de viagens e audiências públicas propostas pelo Deputado Oscar Andrade é do consentimento dos Srs. Deputados e Senadores. Repetirei para que os Srs. tenham pleno conhecimento:

Pernambuco: 14 e 15 de março;

Rio de Janeiro: 4 e 5 de abril;

São Paulo – Paulínea e Santos: 18 e 19 de abril. Paulínea em razão do grande problema do combustí-

vel e álcool, falsificação, roubo e uma série de ilícitos. Inclusive, o Deputado pode até entrar em contato com a Assembléia Legislativa de São Paulo que fez uma CPI especial e tem muitos dados sobre isso. O Arnaldo Jardim e mais alguns Deputados têm muito conhecimento e se V. Exª puder nos ajudar, ficaremos gratos.

Rondônia: o nosso Relator preparará todo o sentido. Com relação às audiências com os dois Governadores, ficarei encarregado de solicitá-las.

O Delegado Carbone, parece-me, irá elaborar.

Quando à preparação do Relatório, falamos hoje com um dos principais assessores do Senado que está em contato com o Naurides e colocará todo o efetivo necessário para o cruzamento de dados e elaboração do Relatório.

O SR. GONZAGA PATRIOTA – Senador Romeu Tuma, só Santos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para Santos, a Deputada Telma há muito tempo requereu, principalmente pela ocorrência de roubo de cargas e caminhões naquele corredor, também dos contêineres que têm aparecido e denúncias que quem as faz não quer aparecer, gente ligada ao setor de transporte tem colaborado com o roubo de cargas, como receptadores. Provavelmente, ela poderá colocar V. Exª a par, e vamos preparar a pauta para se saber direito a quem ouvir e o tipo de diligência importante naquele segmento.

Se V. Exª quiser acrescentar alguma coisa em São Paulo, poderíamos anotar.

O SR. GONZAGA PATRIOTA – Não, está bom. Gostaria apenas de saber a razão de Santos, porque quanto a Paulínea, ele deu a razão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, está aprovado, e vamos preparar a viagem.

O SR. ***(orador não identificado; nome não declinado)*** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ***(orador não identificado; nome não declinado)*** – Gostaria de ler uma denúncia que entendo ser muito importante, relacionada a um homicídio na cidade de Brasília.

Trata-se da morte do cabo da Polícia Militar Ângelo Neto, cujo corpo foi encontrado na tarde de domingo na estrada DF–395, em Sobradinho. Ele chefiava a segurança pessoal do Deputado Distrital José Tatico.

Segundo o informante, o PM Ângelo foi assassinado pelos demais colegas que faziam a segurança do Deputado José Tatico, que o seqüestraram no dia 04/02, no galpão em que residia na CNM 1, próximo ao Supermercado Tatico, e o mataram. O principal envolvido seria o PM Jefferson, juntamente com o Leão e o Bruno. Disse que Ângelo, Jefferson, Leão e Bruno eram amigos e estavam à disposição do Deputado Tatico, sendo que, anteriormente, trabalhavam para o Coronel PM Alberto Fraga, atual Deputado Federal.

O Deputado Fraga os teria indicado para atuar na segurança de Tatico, seu antigo amigo e colaborador em campanhas eleitorais. O referido grupo de seguranças teria participação em diversos crimes praticados no interesse de José Tatico, dono do Supermercado Tatico, inclusive na cobertura da receptação de mercadorias roubadas.

A decisão da morte ocorreu após uma briga do grupo, e Ângelo Neto teria perdido a confiança de Tatico e de Fraga, por ter feito comentários com terceiros sobre atividades ilícitas de que participaram.

O denunciante informou que trabalhava no Supermercado Tatico e disse que outros empregados também sabem desse fato, mas a ordem é nada falar; senão, certamente, serão mortos por policiais militares.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Fraga a que V. Exª se refere é o nosso Deputado?

O SR. ***(orador não identificado; nome não declinado)*** – Pois é. Isso aqui é um absurdo, e estamos passando à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Será enviada cópia desse documento.

O SR. JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA – Sr. Presidente, gostaria de tomar conhecimento e adiantar para esta Comissão, sem o menor tipo de receio, que esse cidadão, esse rapaz que foi assassinado trabalhou comigo, era meu amigo e trabalhou na minha campanha. Isso tudo é verdadeiro, e há mais de 6 meses eles deixaram o meu gabinete foram trabalhar com o Deputado Tatico. A prova disso é que esse rapaz que foi assassinado era lotado na Câmara Legislativa. Então, não há nada de espúrio nisso aí; os atos são legais, ele era da Câmara Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Proporei que a nossa assessoria vá à Polícia do Distrito Federal para colher melhores informações.

Não pedirei aprovação disso, porque temos de consolidar, e não tem assinatura, não tem nada.

O SR. JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA – Exatamente, é uma denúncia anônima que chegou ao 0800 da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, iremos concretizá-la ou desprezá-la, se não houver consistência.

Há aqui um requerimento do Deputado Oscar Andrade, pedindo a quebra de sigilo bancário de José Fuscaldi Cezílio – o Tatico. Acho que está aprovado, mas tem que justificar corretamente; do contrário, não obteremos essa possibilidade.

Aqui também, do Deputado Pompeo de Mattos, solicitando à Polícia Federal que colha o depoimento de Marcos Paulo Arantes Freitas, preso em caráter provisório na Colônia Penal Jaci de Assis, em Uberlândia, Minas Gerais, por roubo de caminhões e cargas. Aqui não há dificuldade alguma: é só pedirmos à Polícia Federal, e eles vão lá.

Não há número, mas acredito que será aprovado porque é uma diligência e defiro-a porque ela não impõe nenhum tipo de decisão.

Peço licença para ir votar.

Deputado, teve um cronograma de viagens, e é bom V. Exª tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Está franqueada a palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Fraga.

O SR. JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA – Sr. Presidente, gostaria de tomar conhecimento e receber uma cópia porque fui citado. Ou seja, gostaria de saber do que se trata porque estava na Comissão dos Transgênicos e não pude chegar a tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) – Solicito que seja tirada uma cópia e entregue a V. Exª.

Continua franqueada a palavra. (Pausa)

O assunto e o dia da próxima reunião serão devidamente comunicados oportunamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h29min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 2ª Reunião

Realizada em 13/03/2002.

Aos treze dias do mês de março do ano dois mil e dois, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Mário Negromonte, e ainda, com as presenças dos Senhores Senadores Moreira Mendes, Geraldo Cândido e Romeu Tuma, e dos Deputados Carlos Dunga, Robson Tuma e Eduardo Campos.. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir o Dr. João Carlos de Figueiredo Neto, Diretor de Assuntos Corporativos do Grupo Carrefour, sobre o envolvimento de compras de cargas roubadas por esta. Empresa, A seguir a Presidência foi assumida pelo Senador Moreira Mendes, sendo que o Senhor João Carlos foi questionado pelos Parlamentares presentes bem como pelo Relator sendo questionado se conhecia os funcionários, Altair e Ricardo Gomes de Matos da loja de Recife, o Senador Romeu Tuma assume a Presidência e convida o senhor Salvio Barbosa Vilar para fazer uma descrição de como entregava cargas roubadas na rede Carrefour, a seguir o mesmo processo se dá com o informante Cleverson Pereira da Silva. Foram aprovados quatro requerimentos de autoria do Relator Deputado Oscar Andrade a saber: nº **82** quebra de sigilos bancários, telefônicos e fiscais, dos senhores Flávio Ferreira da Silva, Ricardo José Rodrigues Gomes de Matos e Luiz Ricardo Ribeiro Gusmão Filho; nº **83** quebra de sigi-

los bancários, telefônicos e fiscais dos senhores Altair da Silva e Cicero da Silva Amorim; nº **84** quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal da empresa **BRIGNT POINT** do Brasil LTDA, nº **85** quebra do sigilo da conta da loja do Carrefour do bairro da torre em Recife, no Unibanco daquela cidade. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião do ano 2002 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 23, de 2000, com a finalidade de apurar em todo o País o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas.

Esta Presidência esclarece que a presente destina-se a ouvir o depoimento do Sr. João Carlos de Figueiredo Neto, Diretor de Assuntos Corporativos do Grupo Carrefour.

Indago à Secretaria se existe expediente recebidos ou expedidos? Solicito à Secretaria que faça adentrar ao recinto o Sr. João Carlos de Figueiredo Neto.

Há um termo de compromisso, conforme do art. 203 do Código de Processo Civil.

Nome completo.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – João Carlos de Figueiredo Neto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Identidade?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – 13764849.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Idade.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Trinta e oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – CPF?

O SR. JOÃO CARLO DE FIGUEIREDO NETO – 066.401.498-42.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Estado civil.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Residência.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Jorge Eastman, 213.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Profissão.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Local onde exerce a sua atividade atualmente?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – O mesmo endereço: Jorge Eastman, 213.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Local onde exerce a sua atividade.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Na cidade de São Paulo, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – São Paulo.

É parente em algum grau de parte envolvida?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Desconheço por completo.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Gostaria que o senhor assinasse esse documento, por favor.

O depoente compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber no que lhe for perguntado não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do art. 5°, inciso , da Constituição Federal.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Indago ao Sr. João Carlos de Figueiredo Neto se deseja fazer alguma consideração preliminar?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Tem a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Obrigado.

Sr. Presidente desta Comissão, Srs. Parlamentares, componentes da Mesa, demais Parlamentares, senhoras e senhores, inicialmente, Presidente, eu tomo a liberdade de comentar que o Carrefour foi convidado a participar desta Comissão anteriormente

para trazer esclarecimentos, de imediato, aceitamos, Foi marcada esta reunião para esta data, onde os senhores ratificaram o convite e, hoje, me vejo colocado na situação de um depoimento. Como não temos nada a temer, vamos prestar todo e qualquer esclarecimento que for necessário para resolvermos esse assunto.

Bem, eu quero só retomar alguns pontos que vão servir de base para o trabalho que vem desenvolvido pelos Srs. Parlamentares, em especial, pela pessoa do Sr. Relator.

A empresa Ericssom pediu à Delegacia de Repreensão de Roubo de Cargas, no Recife, no dia 14 de setembro de 2000, a abertura de inquérito policial para a apuração de suposta venda de um produto celular na loja, em Recife, do Carrefour. Na petição de abertura de inquérito, a Ericssom menciona o suposto roubo das mercadorias que teria ocorrido no dia 13 de maio de 2000. Todavia, as notas fiscais juntadas naquele procedimento de investigação em Recife datam de 13 de junho.

As provas apresentadas pela Ericsson são, no mínimo, estranhas. Digo isso porque é a primeira vez que nos assentamos numa situação como essa, num local como esse, e isso nos incomoda bastante, porque onde estamos privamos pela lei.

Também uma coisa que nos incomoda muito, Sr. Presidente, nunca vimos boletim de ocorrência dos tais roubos que a Ericsson diz ter sofrido. Infelizmente, isso não está juntado lá em cima no Recife. Também ela diz, entre outras palavras, como se isso estivesse acontecendo de uma forma freqüente. Isso me incomoda muito, ela como um fornecedor de aparelhos celulares no Brasil.

Depois que tudo isso aconteceu, o Carrefour convidou a Ericsson para estar em seus estabelecimentos. Veio um alto executivo da Ericsson, onde relatamos toda essa confusão que estava sendo gerada em volta do nome do Carrefour. A Ericsson, naquele momento, nos pediu desculpas. Firmou um termo de declaração, ratificando a excelência dos trabalhos realizados pelo Carrefour.

Somos tão-somente homens de trabalho, revendemos produtos que esperamos sejam de qualidade e de idoneidade ímpar.

Perdoem-me, pedi esse chiclete para uma pessoa lá atrás! Há uma marca aqui. Agora, essa empresa que me garantir que esse produto é roubado ou não, não sei se ela terá essa capacidade, mas seria sua obrigação fazer isso.

Então, vou, daqui a pouco, comer esse chiclete, cuja procedência não sei qual é.

Quando essa digna CPI despertou todo o fato para o Carrefour, imediatamente apuramos. Temos um procedimento mundial de auditoria interna permanente, o qual realizou imediatamente todas as verificações. Constatamos que alguma parcela do procedimento interno do Carrefour, em termos de contratação, de compra de mercadorias, não havia sido atendida. Não estou falando de roubo de carga. Isso é uma norma mundial, que tem que ser obedecida. Isso nos afetou demais, tanto é que convidamos aqueles dois gerentes a se retirarem da organização, não por compra de roubo de carga, porque nunca vimos isso, mas sim porque descumpriram, dentro do grande procedimento que temos, uma parcela disto.

A decisão foi adotada pelo Grupo Carrefour, pelos rígidos padrões de conduta comercial que tem. Mas um fato ficou muito bem esclarecido: os celulares foram adquiridos de um revendedor regularmente constituído. Eu mesmo fiz contatos com a Ericsson, para que me desse a relação dos seus distribuidores, porque ela vende para distribuidores, que revendem.

Ora, volto à minha história do chiclete. Se esse revendedor vendeu para o bar um chiclete roubado, como o bar vai saber se esse chiclete é roubado ou não?

Os celulares foram adquiridos com nota fiscal emitida pelo revendedor. Nunca entra qualquer mercadoria no Carrefour sem nota fiscal.

Essa mercadoria foi registrada nos estoques do Carrefour corretamente, como manda a lei fiscal, as ordens contábeis, até porque somos auditados. Se não atendermos as normas contábeis, nada mais podemos fazer.

E os celulares foram vendidos pelo Carrefour também com notas fiscais. Não tenho por que ter um procedimento fora deste.

Por dia, numa loja Carrefour, passam cerca de dez, onze mil pessoas. Em sã consciência, nem conseguiria fazer uma operação ilícita dessas. Mas esse também não é o firme propósito do Carrefour. O Grupo Carrefour, com os seus 45 mil funcionários, vou dizer, 45 mil famílias ligadas a ele, repudia qualquer acusação de suposto envolvimento com cargas ilegais. O Grupo Carrefour também refuta todo e qualquer suspeição de envolvimento com cargas ilegais em qualquer de suas unidades. O Carrefour entende como nobre o trabalho realizado por esta digna Comissão. O Carrefour como uma vítima do ocorrido espera que esta digna Comissão não aceite que decla-

rações feitas por pessoas suspeitas de atos ilícitos prevaleçam sobre a verdade de uma empresa que emprega 45 mil funcionários e que tem uma carga tributária da ordem de R$726 milhões por ano.

Nós, do Grupo Carrefour, estamos e sempre estaremos dispostos a prestar esclarecimentos a esta digna Comissão, como forma de mostrar a transparência de nossos atos.

Por fim, tomo a liberdade de sugerir aos nobres Parlamentares que avaliem a possibilidade da criação de uma lei mais rigorosa, mais específica, que venha colocar um fim a essa situação tão descompassada do mercado. Que haja uma maior responsabilidade de todos os envolvidos: o fabricante, o industrial, o transportador, o distribuidor e aquele que faz chegar o produto às mãos do consumidor final.

Eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de dizer – esse pedido me foi feito pelos empregados e não pela administração – que, nesta mão esquerda, tenho duas alianças: uma delas é o compromisso dos meus estudos com as leis do meu País, leis que uso em favor do meu cliente, o Carrefour, empresa onde trabalho como empregado, como Diretor de Assuntos Corporativos. Eu espero que V. Exªs cheguem até a verdade, porque 45 mil famílias do Carrefour estão envergonhadas em razão de tudo isso. Essas pessoas dão o seu sangue semanalmente e estão sendo comprometidas por serem supostamente ladrões, por estarem comprando carga roubada.

A segunda aliança é com a minha família. Eu, de forma alguma, desprestigiaria minha família, estando dentro de uma empresa que não tem uma conduta ilibada e idônea.

Excelência, quero fazer chegar até suas mãos um material que vai colaborar com a Comissão. Trata-se do termo de declaração que a Ericsson assinou, dizendo que ratifica os atos do Carrefour; cópia do relatório policial que foi emitido pela Polícia Civil de Recife. É importante verificar que o nome do Carrefour não está envolvido nisso. Se em algum momento houve alguma atitude de algum funcionário que já não está nem mais conosco é a única coisa que pode ser dita nesse relatório. O terceiro documento é o requerimento para instauração policial, assinado pela Ericsson, em que constam essas data que mencionei. Por fim, os endereços dos dois funcionários. Eu não sabia se V. Exªs tinham, ou não, os endereços desses dois ex-funcionários envolvidos nessa confusão, para facilitar os trabalhos desta digna Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Esta Presidência quer informar a V. Sª que não existe nenhuma armadilha. Nunca fizemos armadilha nenhuma para atrair depoentes. V. Sª não foi intimado, está aqui na condição de convidado, para fazer um depoimento e esclarecer a verdade. É isso que queremos.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nós queremos tirar essa imagem, como V. Sª disse, tão degradante do Carrefour. Quero lembrar também que esta Comissão tem apurado o roubo de cargas em todo País. Esse problema tem ceifado vidas, trazendo um prejuízo enorme para a Nação. A sua participação aqui, hoje, teve o objetivo de esclarecer a verdade. Espero que, com o seu depoimento, possamos esclarecê-la.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Oscar Andrade, para as suas considerações.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. João Carlos, corroborando as palavras do Presidente, no trabalho que a CPI vem fazendo há quase dois anos – V. Sª vai ter oportunidade de notar nesta reunião –, o Carrefour foi citado e não só no caso de Recife. Ainda assim, não é vergonha nenhuma para o Grupo Carrefour estar aqui colaborando, buscando trazer informações para que possamos elucidar vários outros crimes de roubo de carga no Brasil, que hoje remontam a mais de R$600 milhões por ano.

É fato, o senhor vai ouvir aqui, e é importante para o seu grupo. O senhor está aqui depondo, mas como convidado. Não tenha dúvidas de que terá todo o respeito desta Comissão, até porque, no entendimento dos membros da Comissão – já conversamos muito sobre isso -, é inadmissível que um grupo desse porte esteja envolvido. Mas há informações sobre o caso concreto do Carrefour em Recife, e precisamos elucidá-lo, até pelo bom nome da sua empresa.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO – Perfeito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor trabalha na empresa desde quando?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO – Desde março de 1999.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quais funções exerceu na empresa?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO – Exerci a função de Diretor Jurídico, no Departamento Jurídico, e hoje sou o Diretor de Assuntos Corporativos, trabalhando fortemente na veiculação da imagem do Carrefour frente a terceiros – órgãos, empresas, etc.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual é hoje sua função específica?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO – A função mais forte minha hoje é essa de assuntos corporativos, de levar a imagem da empresa a terceiros.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não tem relação com compras diretamente, não é?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor tem todo o conhecimento sobre elas, em função do cargo que exerce, correto?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quais são os procedimentos para ser realizada uma compra pelo Carrefour?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO – Às vezes, somos muito criticados no mercado pela nossa morosidade no credenciamento de algum fornecedor. Temos uma central em São Paulo que recebe solicitações, parte delas de possíveis fornecedores: "Eu gostaria de fornecer ao Carrefour em tal região ou no Brasil inteiro; aqui está o meu cadastro, a questão financeira, etc.".

Às vezes há uma necessidade específica, porque o consumidor pede isso para nós por aqueles boletos de sugestões em loja, dizendo: "Olha, eu gostaria que também tivesse uma paçoca assim, assado aqui". E tentamos localizar fornecedores.

Essas pessoas mandam todas as suas informações – de cunho societário, fiscal, financeiro – para essa organização de compras. Essas informações são analisadas por técnicos, para se verificar a veracidade delas. Depois de avaliado que ele pode legalmente fornecer seu produto, vamos para a segunda etapa, que é para saber se ele tem capacidade de fornecer produtos para nós e em qual região, porque nem todos podem fornecer nacionalmente.

Isso tudo passa pela mão de várias pessoas. Digamos que a pessoa seja qualificada para um fornecimento, e fechamos um contrato com ela. "Bem, temos aqui uma perspectiva de que o seu produto vai vender "x" por ano em tal região ou no Brasil inteiro." Ali fechamos o preço do produto, as condições de pagamento, enfim, todos esses detalhes.

Fechado isso, tudo estará dentro do meu sistema, e comunico o novo fornecedor a todas as minhas lojas no Brasil, que são cerca de 220. Perdoem-me o exemplo da paçoca, mas volto a ele porque aconteceu há pouco tempo. Existe um fornecedor de paçoca no Estado tal. Então, nas minhas lojas daquele Estado, eu posso comprar a paçoca do Fulano. A loja diz que tem a potencialidade de vender – digamos – 1.000 paçocas por dia. Ela faz o pedido para o fornecedor, que está cadastrado, mas a loja não pode mudar nada: não pode mudar preço, não pode mudar condições de pagamento, não pode criar uma situação nova.

É assim que funciona.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, só se tem a liberdade de escolher a quantidade de produtos? Nem preço se negocia?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O controle da compra é centralizado?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO – O termo técnico é: o cadastramento no sistema é todo centralizado por São Paulo. Mas há situações regionais – como eu disse -, muito específicas, ou por que o consumidor pediu ou por que o fornecedor foi lá, é um fornecedor pequeno, e nós tentamos fazer negócio com ele. Temos um procedimento nacional que é a motivação do fornecedor local. Cada vez mais, procuramos um fornecedor local para que possamos dar ênfase ao comércio local. Por isso é que temos o produto de marca própria e primeiro preço, para dar ênfase ao fornecedor local.

Então, pode acontecer também de que o fornecedor pequeno, muito pequeno, vá até a minha loja e diga: "Tenho a possibilidade de fornecer paçoca somente para a sua loja". Se isso não me atrapalhar os negócios na região, a loja pega todas as informações daquele fornecedor – financeiras, comerciais, etc.-, prepara tudo, faz um levantamento regional sobre isso, assina documentos, manda para a sede, que vai verificar se ele usou ou não o procedimento. Se o processo está dentro do procedimento, se não há problemas financeiros ou fiscais, nós cadastramos essa pessoa.

Quando falo em cadastro, é importante mencionar o seguinte: tentamos fazer todos os nossos pagamentos por um sistema único. Por quê? Para justamente evitar riscos nas lojas. Se somente a partir de uma empresa cadastrada, eu posso fazer pagamentos, isso inibe mais ainda qualquer tipo de .....

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esses pagamentos são centralizados em São Paulo?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – São centralizados. Grande parte deles são centralizados.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor paga por São Paulo?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Pagamos por São Paulo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só por São Paulo?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Hoje sim. O procedimento de centralização vem desde 1997.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quais procedimentos foram descumpridos pelos gerentes Cícero da Silva Amorim e Altair da Silva?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Há um número de aprovações obrigatórias, justamente para inibir qualquer tipo de confusão. Não foi atendida essa situação. Também percebemos....

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor poderia explicar melhor o que é aprovação?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Para o chamado "Cadastramento de um Fornecedor"...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Ericsson era cadastrada?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – A Ericsson é cadastrada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, Relator, se interagirmos com perguntas, fica melhor. Eu gostaria que o depoente fizesse uma explicação detalhada do que aconteceu, para que todas as pessoas possam entender o porquê de o representante do Carrefour estar aqui e o que levou a Comissão a convidá-lo, como representante, a vir aqui esclarecer nesse caso específico dos celulares. Mas antes que ele responda, eu percebo que o senhor é advogado?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – De formação, sim.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Só para esclarecer que não há nenhuma novidade no procedimento da Presidência. Percebi que o senhor ficou meio desconfortável ao ser advertido. Essas advertências são de praxe; não é objetivo nem da Presidência nem dos integrantes desta Comissão submeter qualquer pessoa que venha a Comissão a qualquer constrangimento. É obrigação nossa agir dessa forma e é dever seu informar à Comissão tudo o que o senhor souber a respeito do assunto para facilitar nosso trabalho. O nosso objetivo aqui é o de verdadeiramente encontrar os bandidos envolvidos com o roubo de carga no País, que está crescendo assustadoramente. Sempre que existe o roubo de uma carga existe alguém que compra a carga. Não existiria roubo de carga, se não existisse o receptador.

Volto à minha pergunta: por que o Carrefour está hoje aqui prestando esclarecimentos? É porque houve compra de celulares? Queria que o senhor detalhasse isso, para que quem estiver ouvindo possa entender claramente o assunto.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Perfeito. Vou lhe dar uma versão baseada no que tenho visto e ouvido na CPI e no que apuramos internamente. Um detalhe importante: por que Carrefour não percebeu...? Estamos falando de algo que provavelmente tenha acontecido, que não ficou provado ainda, mas que queremos que seja provado, verificado. Queremos inibir isso. Mas por que o Carrefour não percebeu isso? Primeiro, vendia-se um celular credenciado de uma empresa idônea. Pelo menos sabemos dela, Ericsson. Segundo, o preço praticado nessa venda não estava fora – como algumas vezes eu li em depoimentos – do mercado. A variação de preços dele era normal, de "guerra", vamos falar assim, no varejo local.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual é o percentual?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – V. Exª vai me perdoar. Eu tenho um número na cabeça que não sei se é real. Entre o concorrente e nós deve haver uma variação de R$5 ou R$6. Não tenho certeza disso. Já li e reli tantas coisas! Mas posso verificar isso para o senhor; eu posso buscar isso para o senhor. Enfim, isso não chamou a atenção. Não chamou a atenção sabe por que Exª? Porque a Anatel habilitou todos os celulares. A obrigação da empresa habilitadora de celulares qual é? Rejeição total de celular que seja roubado. E a conclusão que chegamos é que a Anatel não foi informada então: ou não havia documentos para informar a Anatel sobre isso, ou outra coisa. Não conseguimos enxergar. Portanto, na verdade a história toda é que um distribuidor local, credenciado, que atua com a Ericsson, ele simplesmente chegou à loja, fez a oferta, que temos lá quinhentos aparelhos celulares. Pelo valor, a compra deu R$85.000,00. Não faço a conta ao contrário, mas chegaremos no preço. Então, ele vendeu esses celulares por esse valor, que é um preço normal, quer dizer, um pouco mais que o mercado, mas que era normal na época. R$85.000,00 é o preço para quinhentos celulares. Esse homem chega lá, faz essa proposta para venda, emite a nota fiscal contra o Carrefour, que recebe os celulares, faz o pagamento, vende os celulares, a Anatel habilita os celulares. De forma alguma eu poderia imaginar que lá poderia estar ocorrendo

algum fato novo que desconhecemos. Essa comissão então alertou para o fato. Perdão, pulei um passo. O advogado da Ericsson local nos procurou dizendo assim: Bem, você, o representante da Ericsson, está vendendo celulares roubados. Eu mesmo me expus e conversei, por telefone, com o diretor jurídico, duas vezes, da Ericsson, dizendo assim: Olha, vamos resolver esse negócio imediatamente. Se tem celular roubado, preciso de toda a identificação possível para averiguação minha, porque quero saber se tem alguma confusão dentro da minha loja. Isso não pode haver.

O que ficou ruim, muito difícil é que pedi que me dessem as séries dos celulares. Não, mas são muitos porque a carga roubada foi muita, não sei o quê. Como é que verifico isso ou não. Segundo, a questão do distribuidor. Eu falei, bem, Ericsson, me dê o distribuidor. Quais são seus distribuidores porque vou checar com quem comprei, não tinha visto ainda nada, é seu distribuidor ou não. E à conclusão que chegou-se é a seguinte: Olha, toda pessoa hábil para fazer vendas, que tenha um galpão, que seja um distribuidor pode ser um distribuidor Ericsson. Eu falei, puxa, fiquei sozinho nessa situação. Porque a minha ânsia era: Para tudo imediatamente, vamos verificar esse negócio para resolver isso de uma vez. Então, fiquei nessa situação. Possivelmente assim a CPI foi informada desse fato acontecendo lá. Foi quando, depois, chamamos a Ericsson para conversar e saber por que essa confusão tão larga assim.

Um detalhe importante, excelência, como lhe falei, o distribuidor local faz vendas localmente. Então, me aborrece também por esse lado, porque na verdade estou entendendo que o meu procedimento estava lícito totalmente, quer dizer, comprando do distribuidor marca Ericsson por preço de mercado, e a Anatel habilitando os tais celulares.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Senador, V. Exª me permite? V. Sª iria responder sobre quais os procedimentos que não foram cumpridos pelos dois gerentes.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Nesse caso específico, a gerência local preparou os cadastros dessa firma, mandou para São Paulo, para preparação dos documentos normais disso aí, e ela teria que passar pelas fases de São Paulo, que são pessoas distintas para fazer um processo de purificação para chegar na assinatura normal. Ele logicamente alegou que: – Olha, eu precisava de uma promoção local, tive que fazer rápido. Isso não existe. O Carrefour não faz a promoção se não tem tudo assinado. Então, nem todos esses documentos internamente foram analisados e assinados por todas as pessoas que estariam envolvidas no processo. Quando isso veio à tona, nos chamou muito a atenção, porque isso não pode acontecer na companhia. Imediatamente fizemos a rescisão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, quer dizer, coincidiu aí a compra de celulares que até então se diz roubados com o erro dos dois gerentes. É uma situação no mínimo atípica. A empresa Sprint, que foi a que vendeu lá, constava na sua lista de fornecedores, em São Paulo?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Mencionamos lá, excelência, dois ou três nomes...

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Qual o critério para vocês entrarem em contato com a empresa para fazer compras? Tem que ter alguma declaração?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – O fornecedor faz o cadastro nacional, dá todos os dados, junta contrato social, junta as provas legais, quer dizer, CGC, inscrição estadual etc., todas para nós...

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Vocês pedem algumas certidões dele, de venda.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Pedimos, mas também fazemos a constatação, porque quando os cadastros...

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Porque, pela documentação que o senhor encaminhou aqui, é uma empresa fresquinha...

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Exato...

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Abriu em 31 de janeiro. Foi na Junta Comercial 11 de fevereiro de 2000.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – De que ano, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – De fevereiro de 2000.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em junho já estava vendendo para o Carrefour.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Houve tempo para fazer parte do cadastro nacional em São Paulo?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não, por isso lhe falei. Porque todo o cadastro, quando foi feito, tem burocracia para chegar ao cadastramento final, e não chegou até o cadastramento

final. Faltaram assinaturas. O processo estava no meio do caminho e eles falaram "bem, veio com o representante...", porque não era somente essa empresa que estava envolvida. A outra, antiga, também estava. Vieram juntas para fazer essa venda. "Olha, aqui está o fulano de tal, essa é a empresa tal, assim, assado, tem os Ericsson, tenho aqui uma promoção assim assado", e a tal da loja fez a compra. Então, São Paulo não enxergou essa operação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas não enxergou que era muito barato também não, Dr. João Carlos?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não, porque o preço de venda...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Porque estava olhando aqui, fiz a conta, dava R$170.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não! O preço de mercado na época era R$170, R$180, o preço de aquisição. Por isso lhe falei que tenho promoções. Faço grandes aquisições de fornecedores porque o preço é para combater mesmo, é para briga. Agora, não enxergamos isso porque tudo estava no Recife. Se vem todo o procedimento para dentro da matriz, na matriz faríamos todo o cadastro, levantamento de preços. Na matriz fecharíamos tudo. Não foi fechado. Já veio pronto da loja.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Carrefour soltou uma nota oficial dizendo que isso era um caso isolado e que a prática também era feita por outras redes?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Desconheço isso totalmente. Não é nem muito nosso procedimento isso. Não...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas temos essa nota oficial.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Desculpa, não...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Com a palavra, o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Dr. João Carlos, tenho informação de que até o final de 1999, o Carrefour ou pelo menos aquela loja, não trabalhava com celulares. Procede essa informação?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não tenho essa informação, mas posso obtê-la para o senhor. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Quero insistir na primeira pergunta...

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – O senhor diz dessa marca ou celulares em geral?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL-RO) – Não, celular. Não vendia celular e, a partir de 2000, começou a trabalhar com celular.

Insisto na primeira pergunta até para que as pessoas possam entender a questão claramente. Vou até ajudar. A informação que temos é de que o Carrefour adquiriu 500 aparelhos celulares de uma empresa, que constato aqui, pelos próprios documentos que o senhor juntou, naquela época recentemente constituída. Tal empresa se dizia revendedora da Ericsson e apresentou ao Carrefour uma nota fria, isso já está constatado pela Polícia e pela própria CPI. A firma de quem comprou não existe. A nota, portanto, é fria. E essa empresa foi quem vendeu para o Carrefour e todos os 500 celulares foram objeto de roubo de carga, e isso está comprovado no inquérito policial. O senhor confirma isso?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Permita-me V. Exª? Nesse inquérito policial, não se tem cópia de boletim de ocorrência de roubo ocorrido dentro ou fora da Ericsson, desculpe-me. Segundo, nunca foi provado que a carga roubada em São Paulo era a mesma de dentro de Recife. Não foi, perdoe-me, porque não há o documento probatório disso. Terceiro, essa empresa, como fala nos autos, as pessoas confirmaram isso, chegou até o Carrefour por intermédio de quem? Dentro de um procedimento de uma outra empresa que também vende Ericsson. Então, ela disse: "Bem, essa aqui é a tal da empresa...", vindo junto, Exª...Estou lhe falando que houve a violação de uma regra dentro do Carrefour – isso, para mim, é claro –, tanto é que houve a rescisão de contrato dos moços lá. Mas, dentro de Recife, fico imaginando o seguinte. Se não foi isso premeditado, porque receberam a tal da empresa junto com a outra que costumava fazer as vendas locais, como sendo um representante. Agora, o que me dá mais preocupação é por que os celulares foram habilitados, porque, pelo menos se não tivessem sido habilitados, eu mesmo, antes dessa confusão toda, teria percebido o que está acontecendo lá. Mas também não tinha qualquer tipo de evidência, e é uma obrigação por parte da empresa que é roubada mencionar isso para dentro da Anatel.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Um erro não justifica o outro, não é, Dr. João Carlos?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não justifica. Na verdade, confirmo que, no Carrefour central, foi quebrada uma regra, ou seja, não che-

gou todo o procedimento até o Carrefour central. Se chegasse, nem isso ocorreria. Se fossem realmente roubados esses celulares, a pessoa teria desespero para vender. Como o meu procedimento é lento, com certeza, eu nem os teria comprado. Mas houve um procedimento quebrado na empresa.

O Relator perguntou-me se foi feita uma nota especial. Explicarei como funciona o Carrefour. Vamos pouco ao jornal: essa é a verdade. Os jornais tratam mais da empresa que vamos ao jornal. Todas as vezes que algum tema vem muito à baila, damos uma declaração ao jornal, simplesmente uma informação, porque eles querem uma resposta, e dizemos que normas precisam ser atendidas. Então, se há algo específico sobre cargas – desculpem-me, mas realmente não consigo lembrar –, pode ter havido nesse contexto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O fato relacionou-se especificamente aos celulares de Recife.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – De Recife ou de São Paulo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A notícia foi veiculada pelos jornais em nível nacional. Disseram que havia ocorrido um caso isolado naquela localidade e que o fato poderia também ocorrer em outras redes ou estaria ocorrendo.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Bem, Excelência, posso verificar. Não é costume nosso falar que os outros compram carga roubada, não.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – O Dr. João Carlos repetiu mais de uma vez que ele não estranhou essa questão dos aparelhos celulares, porque os aparelhos foram habilitados. Quando os aparelhos eram comprados no Carrefour, o Carrefour emitia nota fiscal, não é isso?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Sim, sempre.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – As operadoras exigem do cliente o documento e a nota fiscal. Se o cidadão chegou na operadora com nota fiscal e documento, CPF e tal, é feita a habilitação.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não senhor.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – A operadora não vai procurar saber a procedência do aparelho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A nota fiscal garante a procedência.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – É. O vendedor garante a procedência.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Há uma normatização da Anatel. Por isso, falei da necessidade de uma legislação forte sobre o assunto, para terminarmos com esses fatos, para que não ocorram roubos com outras cargas também. Mas a Anatel obriga que a empresa industrial, se foi roubada ou furtada, imediatamente faça a comunicação, para que seja travado o procedimento. É um procedimento de segurança.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sim, mas essa é uma precaução. Refiro-me à habilitação. Na habilitação, a empresa operadora exige apenas o CPF, a identidade, o endereço do cidadão e a nota fiscal – a nota de compra do aparelho. Se o cliente leva esse documentos, eles fazem a habilitação.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Mas o roubo deve ser notificado na Anatel. Isso que me incomoda muito. A peça da Ericsson diz "sofreu um grande roubo de cargas no dia 13 de maio e em outros". Isso me incomoda muito, porque nós mesmo não sabemos quantos aparelhos da Ericsson estão por aí no País, comigo e com outras pessoas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Carrefour acionou a Anatel ou não?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não, a Anatel não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando a matriz São Paulo tomou conhecimento dessa questão dos celulares?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Se o boletim foi feito no mês de setembro, se não estou enganado, a matriz soube na segunda quinzena de agosto, porque os fatos foram muito próximos. A Ericsson fez um contato conosco, informando-nos o fato; eu fiz um contato com direção jurídica do Grupo Ericsson; e já havia um procedimento instaurado preliminar na delegacia. A melhor data talvez seja a data de pedido de verificação preliminar por parte da Ericsson em delegacia, porque isso motivou o fato de eles irem à minha loja, ligarem para mim; aí começamos a entender ou pressentir que havia algo estranho.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Sr. Relator, convido o Senador Moreira Mendes para assumir esta Presidência por alguns minutos. (Pausa)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A partir então da constatação dessa compra que o senhor... Parece-me que, até agora, o senhor não admitiu que é roubado – estão ainda investigando e colhendo mais

informações. Em momento algum, o senhor admitiu que os celulares eram roubados.

Quando falamos que é roubado, Dr. João Carlos, não digo que o Carrefour roubou. Creio que todos precisamos estar do mesmo lado, para ajudar nessa questão. Os celulares eram roubados – isto aí é claro –, o que não implica o Carrefour ter roubado ou esteja compactuado com a receptação. Pode ter ocorrido que os gerentes, entendendo que o preço era muito bom, descumpriram a norma da empresa e compraram. Penso que, para o Carrefour, fica até melhor aceitar isso e nos ajudar, porque iremos chegar mais rapidamente a um objetivo comum. Mas a partir do momento em que essa situação foi detectada, quais as providências que o Carrefour tomou?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Nós, imediatamente, afastamos os dois gerentes, para investigação interna, e mandamos o grupo de auditoria verificar tanto a matriz de São Paulo quanto a de Recife, para verificar tanto aquele procedimento como os outros – os demais procedimentos –, porque poderia até estar havendo alguma coisa lá dentro muito maior do que a que estávamos pensando. Isso foi feito imediatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a que conclusões chegaram?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Nesse caso específico, chegamos à conclusão de que houve uma quebra de normatização em relação aos seus contratos. Não chegamos à outra conclusão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E outros casos, também, apareceram juntos?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os dois gerentes só erraram nesse caso?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Só pegamos nesse caso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foram 500 aparelhos, não é?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Ressaltando, Excelência, eu não quero esconder a questão, se compramos aparelhos roubados ou não.

Realmente, da forma como foi feito o procedimento... eu fui o primeiro a me oferecer para a Ericsson. Quando ocorre esse tipo de situação dentro da companhia, queremos fazer a investigação imediatamente. Tiramos as pessoas para deixar o caminho todo livre. E eu fui o primeiro a pedir para que eles – quase que clamei – me dessem toda a informação técnica, para que pudéssemos ajudar nesse sentido, e não consegui obtê-las.

A única coisa que fica evidente é que é um único aparelho dito como roubado. Agora, quando digo que não sei é porque nem os boletins, até hoje, não me chegaram às mãos. Eu não conheci os boletins da Ericsson. Eu queria muito ter conhecido, porque lá em São Paulo teriam dito: "Esses são os roubados, assim, assado", e eu poderia ser o primeiro a falar que compramos um aparelho roubado. Mas nem isso eu tenho. As datas, lá dentro, são descasadas, e isso me preocupa.

A minha maior preocupação, Excelência, com 45 mil funcionários, o que as pessoas esperam, para que haja um trato social específico, importante entre os seus funcionários? Até me perguntaram: por que não mandaram por justa causa? Gente, eu não consegui provar. Inclusive esperávamos que a Polícia – falamos com o delegado local – que provasse efetivamente, para que pudéssemos tomar uma providência, pois, para nós, é interessante uma ação enérgica, para seja inibida qualquer outra confusão no Brasil. Não queremos isso, mas eu não tive...

Se V. Exª verificar todo o procedimento de Recife, ele começa sem os documentos que legitimam a situação – são os boletins de ocorrência. Então, até em relação aos empregados, ficou a questão: "os senhores estão demitindo, erroneamente, o empregado? Não. Houve uma quebra de um procedimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os senhores, nessa investigação, tiveram participação, ajuda, auxílio, parceria da Ericsson?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em momento algum, não houve um somatório de interesses para se buscar elucidar o ocorrido?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – As instituições Carrefour e Ericsson têm alguma dificuldade de transação?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não. Pelo contrário, somos um grande revendedor Ericsson e fazemos, juntos, grandes promoções. Isso nos entristeceu muito. Falamos isso para a Direção Executiva da Ericsson, porque isso é inaceitável.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Campos.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Dr. João Carlos, aproveitando a última pergunta do Relator, Deputado Oscar Andrade, o Carrefour continua a vender aparelhos Ericsson?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Continuamos, porque entendemos que trabalhamos com uma empresa de procedimentos lícitos. Depois que a Ericsson assinou a carta conosco, ratificando todos os nossos procedimentos, verificaram que foi criada uma tremenda confusão na cidade de Recife. Por isso, continuamos a vender e também porque o público pede esses aparelhos celulares da Ericsson. É um conjunto de fatores. Mas, primordialmente, se eu soubesse que a Ericsson tinha criado confusão no mercado, eu seria o primeiro a me afastar completamente dela.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Há pouco, o senhor disse que os pagamentos foram sendo centralizados em São Paulo. Esses 500 aparelhos foram pagos por São Paulo?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não, senhor. Esse foi o motivo de não termos conseguido enxergar. Foram pagos pela unidade loja. Aprovado pelo gerente local e pago.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso é praxe também, pode acontecer?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não, senhor. Não, senhor. Isso não existe no Carrefour. No Carrefour, quem paga é a matriz, dentro do procedimento do cadastramento. Lembra que eu lhe falei...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, tem mais esse procedimento errado...

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Então, lembra que eu lhe falei da...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pagou à vista?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não, não foi à vista, mas foi num prazo...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Curto...

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Num prazo curto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cheque?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Cheque.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cheque da filial Recife?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ela tem cheque?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Tem, para fazer frente a pequenas despesas, como custas judiciais, alguma faxina que tenha sido necessária, comprar algum panfleto. Essas coisas. Os valores que eles podem usar são pequenos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas não poderiam ser 85 mil?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não deveria. Não deveria. Por isso lhe falei, dentro do procedimento de assinaturas – por isso que lhe disse de assinaturas – tem todo esse contexto. Então tem as pessoas que podem autorizar essas coisas e as que não podem autorizar.

Então, dentro do projeto todo, entre o fornecedor chegar na porta da loja e ele poder ser um fornecedor vendendo para mim e recebendo de mim, deveria ter chegado até a matriz. Não chegou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É... sem dúvida.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Posso? Dr. João Carlos, compreendemos que num grupo como o Carrefour, instalado no mundo inteiro, seus acionistas não podem estar submetidos a esse tipo de prática, claro, que é um grupo que tem auditoria interna, tem controles, procedimentos. Claro que isso nós compreendemos.

Agora, estamos – e aí eu lhe confesso – encontrando aqui uma clara atitude de não facilitar a nossa compreensão do problema. Quer dizer, há uma contradição na postura de dizer assim "nós queremos ajudar e ao mesmo tempo nós queremos..." esse nós queremos ajudar não se traduz em uma situação clara. Por exemplo, a Ericsson continuar a vender, o senhor valoriza aqui um atestado da Ericsson do procedimento do Carrefour, mas é exatamente o senhor que diz que a Ericsson não fornece as datas batendo nem os boletins de ocorrência. Ora, isso poderia levar o Carrefour a ter a convicção, que hoje a opinião pública tem e essa comissão me parece ter, de que o Carrefour comprou produto roubado, não por vontade dos seus acionistas ou do conselho de administração da empresa ou dos diretores em São Paulo ou lá na Europa.

Mas essa é uma postura que nos entristece. Quer dizer, estamos aqui tratando com todo respeito, com toda compreensão das dificuldades de uma empresa como o Carrefour estar nessa posição hoje e penso que é do interesse dela esclarecer e ao mesmo tempo estamos vendo um certo sofisma. O Carrefour

internamente tem ou não a compreensão de que houve ruptura dos procedimentos e que há uma carga que foi roubada? Há um fornecedor que continua fornecendo que declara que aquilo era produto de furto, e o Carrefour ainda tenta nos levar a crer que ainda não está esclarecido isso.

Ora, se eu tivesse um fornecedor que me colocou numa situação dessas e que me deve boletins, podia meu cliente querer um bocado esse produto, mas não seria de bom senso acreditar que se continuasse a comprar de um fornecedor que negou um boletim.

Então, gostaria de ver da parte de V. Sª uma posição efetiva. Os senhores têm compreensão de que foi furto, botaram duas pessoas para fora, viram os procedimentos normais de rotina quebrados, têm um fornecedor que continua com..., tem a polícia e o senhor vem à CPI para nos dizer que tem tido todo zelo nessa questão e que ainda não tem a comprovação porque falta um boletim. É essa a posição oficial do Carrefour?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eu queria, antes de passar a palavra ao depoente, apenas para elucidar um pouco mais a participação do ilustre Deputado, que foi absolutamente preciso na sua ponderação, e concordo inteiramente com a posição dele, dizer que esta declaração que o depoente trouxe – consigo e coloco à disposição – tem uma série de considerandos, exatamente quatro, e termina dizendo o seguinte:

"Assinam as empresas (subscrevem as duas empresas: a Ericsson e o Carrefour) esse documento para que possa gerar o efeito de esclarecer a quem possa interessar que essas empresas pautam suas atividades dentro de rígidos critérios éticos e legais, não coadunando com qualquer prática ilícita, as quais repudiam veementemente intensificando seus controles, a fim de sempre buscar o maior controle das situações.

Perfeito! É isso realmente. Não tenho dúvida de que é isso que fazem. Mas não é isso que estamos procurando esclarecer. Estamos procurando esclarecer aquilo que, do ponto de vista da polícia, já está claro. Houve um roubo de carga com 500 aparelhos celulares que foram vendidos a uma loja do Carrefour. Com isso, não estou dizendo que o Carrefour não tenha idoneidade. Contudo, esses aparelhos foram vendidos em uma loja do Carrefour, e precisamos de esclarecimento. Lamentavelmente, V. Sª não está colaborando conosco no sentido de trazer esclarecimentos. Temos certeza de que não é o senhor pessoalmente, de que não é nenhum dos diretores da empresa, de que não foi nenhum dos acionistas da empresa, mas houve um fato, e é preciso a colaboração de vocês. Precisamos ir em cima de quem precisamos pegar.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Sr. Presidente, Se V. Sª me permite.

Dessa forma V. Sª não está poupando o Carrefour. Dessa forma V. Sª está poupando os bandidos da empresa que vamos interrogar amanhã ou depois e que dirão que nem o próprio Carrefour sabe dizer se os aparelhos foram roubados ou não. Com base no depoimento que V. Sª está prestando hoje, vai-se pautar a defesa dos bandidos que estão no conluio entre o roubo da carga e sua colocação no mercado. Essa é a minha preocupação. Não estou dizendo com isso que V. Sª, um advogado que tem uma carreira em uma empresa como o Carrefour, tenha algo a ver com essa questão. Tenho absoluta tranqüilidade que não é o caso, mas alerto que entre a imagem da companhia e o interesse público de se acabar com o roubo de cargas, vocês estão exigindo da sociedade um sacrifício que não lhe cabe. Fica muito mais respeitável a posição do Carrefour se nos ajudar do que simplesmente procurando só se ajudar.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Compreendo a angústia dos senhores porque também tenho minha angústia. Com relação ao primeiro ponto – por que o Carrefour continua comprando da empresa Ericsson –, por que não perguntar à Ericsson? Realmente, sabemos que o roubo de cargas existe mundialmente. Isso é um fato. E todos nós que mantemos boas práticas não queremos ser enganados.

Segundo ponto, com relação à conclusão do procedimento instaurado no Recife, pela conclusão do delegado, compramos cargas roubadas. Essa é a conclusão. Se não posso provar isso de forma diferente – até então, pelo menos – foi comprado. Então não posso negar essa situação porque, quando começamos a enxergar o que as pessoas haviam feito na empresa, mandamos uma ordem nacional de revisão imediata de procedimentos porque tínhamos a visão de que poderia ter acontecido. Não estou aqui para defender nenhum empregado. Sei que o que não me facilitou no Recife foi justamente a verificação. Para mim, até pela minha formação, tudo se inicia por um documento que é o do roubo. Isso para mim é importante. Então, para eu falar hoje simplesmente que compramos carga roubada, tudo leva a crer que sim, mas eu precisaria de todos os documentos e não os tenho. Chegou-se à conclusão no caso de um aparelho só que foi alegado lá. Eu não quero defender funci-

onários ou procedimentos errados. Se houve procedimentos errados, temos que corrigi-los, temos de fechar as portas. Não é essa a visão. Se estou dando margem a essa interpretação, perdoem-me. Não é isso. Realmente, não me possibilitaram. Tanto é que falamos para o delegado local que fizesse a verificação e incluísse as pessoas que quiserem; se tivesse que afastar meia loja, eu afastaria meia loja. A idéia é não passar por essa situação. Essas pessoas me lesam lá. É o meu dinheiro que está sendo usado nessa operação.

Quanto à pergunta do Presidente sobre o preço, esse foi o de mercado. Agora, ora, eu paguei esse preço, mas o que fizeram com esse dinheiro, se ela não tem origem, eu não sei. Desculpem-me, fico limitado. E uma afirmação minha como empresa, o senhor há de convir comigo, até pela rigidez da nossa lei em aspectos trabalhistas etc., daqui a pouco posso receber um pedido de indenização por coisas que não foram provadas. Estão dizendo coisas lá nos autos de Recife. É perigoso, é complicado para mim. A minha visão é: contribuir? Contribuo. Querem fazer outras verificações? Vamos verificar; vamos a fundo. Agora, permita-me dizer aquilo que realmente está efetivamente provado. Há um laudo final, uma posição final do procedimento, que diz: "compramos carga roubada". Ouvi isso, mas, na minha avaliação interna, eu me preparei para isso não acontecer de novo. Mas quanto efetivamente foi provado? Essa é a complicação. Falo até com receio de a minha empresa fazer um tipo de alegação e, amanhã, receber uma punição.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que motivou, então, a demissão dos gerentes foi apenas a quebra dos procedimentos?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Exato. Porque se eu tivesse um auto de constatação policial dizendo que estão ali os documentos de compra, aqui está o furto, aqui estão os celulares roubados, que são exatamente esses que estão aqui, não teria dúvidas, porque isso moraliza a empresa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando o V. Sª faz auditoria faz uma investigação interna V. Sª obteve a informação de que a empresa, a Sprint, que vendeu para lá, que ainda não estava cadastrada, que foi motivo da quebra dos procedimentos exigidos pela matriz, não tinha nem endereço? Nem o endereço dela foi localizado?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Perdoe-me. Não me ative a esse detalhe. Lembro-me bem de que revi os documentos dela.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ela teria uma suposta sede na Av. Getúlio Vargas, nº 1.219, Bairro Nova Olinda, Pernambuco. O endereço não foi localizado pela polícia. Não existe o endereço. A empresa é fantasma.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Posso verificar isso, para ver se está constando de nossos documentos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sócios da empresa: Luiz Ricardo Gusmão Filho, Ciro Amorim Melo Neto e Renato Alves de Almeida.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – E, pelo menos, não tive o cuidado de olhar o endereço, porque lá havia o CGC da empresa, a inscrição estadual. Eu, pelo menos, imaginei que fossem corretos, porque a pessoa passou primeiro pela União e pelo Estado, e eles fazem verificação dos endereços. Por isso não me ative a esse detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Uma pergunta: os quinhentos celulares foram todos vendidos?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Vendidos. Os celulares que eu tinha na loja foram vendidos. Esses quinhentos foram vendidos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Estou-me referindo aos quinhentos da nota fiscal.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Sim. Foram vendidos. Por isso eu disse que, quando aconteceu o procedimento, meu desespero era tanto para conseguir barrar e tentar achar, que pedi que fossem mandados para mim os documentos, dizendo quais eram os roubados, para que eu pudesse travar a operação na loja. Nem isso consegui fazer.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – V. Sª teve algum outro caso? Quantas lojas o Carrefour tem no Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Cerca de 220 lojas, entre hipermercados e supermercados.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E outros casos aconteceram em outras localidades?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não conhecemos. Isso nos preocupou, porque conseguiu varar, passar pelo procedimento. Isso nos preocupou bastante, mas não conhecemos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Temos mais informações, Dr. João Carlos. V. Sª vai ouvir aqui. Até reitero o respeito que tem a CPI a essa instituição, mas temos outras informações de outras lojas – lógico que não temos provas como as desse caso do Recife, em que há documentos e foi encontrado celular

lá dentro. V. Sª não tem conhecimento de nenhum outro local que tenha acontecido isso?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não. As informações que tivemos, no sentido de outras lojas que haviam sido solicitadas, parece-me que São José dos Campos, Brasília, enfim, eram quatro ou cinco lojas citadas. Quando obtivemos essa informação, mandamos também logo a auditoria para lá, a fim de fazer a verificação, mas não localizamos. A grande dificuldade nisso tudo é, como eu disse, se o filtro Anatel tivesse funcionado, seria fácil enxergar tudo. Como ele passou direto, quer dizer, entrou celular na companhia e foi vendido com a nota fiscal, não consigo enxergar se esse celular era ou não roubado. Não consigo enxergar isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas era roubado. O senhor não conseguiu enxergar, mas era roubado. Sabemos que o Carrefour não conseguiu, mas o gerente sabia – está claro para nós –, tanto que ele foi demitido. Foi ilegal. O senhor sabe que ele foi demitido. Vamos chegar, mais à frente, com isso aí.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Excelência, há outro detalhe importante: quando conversamos com os empregados, eles negaram o roubo o tempo todo, porque um dos procedimentos é a conversa com eles.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Porque os empregados não roubaram, não; eles receptaram.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Sim, sim, perdão! A compra de uma carga que fosse roubada. A alegação deles, o tempo todo, foi a seguinte: "Se eu soubesse que era roubada, não teria comprado". Eu digo: "Por que quebrou o procedimento"? Eles dizem: "Porque precisávamos de celular na loja". É assim que eles dizem. É terrível isso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor conhece, de citação que seja, Ricardo José Rodrigues Gomes de Matos?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Excelência, não me lembro desse nome. É funcionário ou é externo?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor pode informar se o Carrefour de Recife já adquiriu aparelhos celulares da empresa Bolsa Fone Comércio de Telefones Ltda.?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Neste momento, não sei lhe falar isso. Posso verificar. Nosso cadastro de fornecedores é monstruoso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor sabe dizer o nome do funcionário do Carrefour que trabalhava em Brasília e que teria sido transferido, em 2001, para a filial de Recife?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Tenho dois nomes. Trabalhei sempre com estes dois nomes, Excelência, que são os dois funcionários com os quais rescindimos o contrato: Altair e outro lá. Sabia que um estava no Recife. Só não tive o cuidado de olhar se ele veio transferido de alguma loja. Porque esse também é um procedimento dinâmico dentro do Carrefour.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Altair e Cícero.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Sim, são esses os dois nomes de que me lembro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tem conhecimento desse funcionário que cita o Senador?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Cita quem, Excelência?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Senador citou, ainda há pouco, a transferência de um gerente do Carrefour Brasília para o de Recife.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – O Ricardo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ricardo.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não, Excelência, não me lembro dessa pessoa, mas posso verificar se foi transferido, onde estava e todo o currículo dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quando foi, por favor...

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não há problema.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Se ele ainda está na empresa...

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Ricardo Rodrigues Gomes de Matos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na verdade, não sei se seria...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não sei se é a mesma pessoa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na verdade, temos a informação de que ele figurava como representante dessa Bolsa Fone Comércio de Telefones Ltda., mas não, necessariamente, tem que ser o mesmo Ricardo. Queremos saber o seguinte: houve algum Ricardo gerente do Carrefour Brasília Sul? Aqui há Carrefour Sul e Norte, não há?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Há. Brasília Sul.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode até ser Norte também. Mas, inicialmente...

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Verifico nos dois. Não há problema.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ricardo. Não sabemos o...

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – E se houve transferência para o Recife?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso. E quanto tempo ele trabalhou aqui.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não há problema, Excelência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O Ricardo a que me referi, o Ricardo José Rodrigues Gomes de Matos, é o representante da Splint.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Representante da Split?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – É.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – O senhor está perguntando se ele...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Tenho a informação de que o Carrefour já havia realizado negócios anteriores com os responsáveis pela Splint Celular Comércio e Serviço Ltda. de nome Flávio Ferreira da Silva, José Ricardo Rodrigues Gomes de Matos e Rogério Carneiro Interaminense. Esse Ricardo teria uma ligação também com essa Bolsa Fone Comércio de Telefones Ltda. Daí a razão da pergunta: o Carrefour também comprou ou manteve negociações e transações comerciais com a empresa Bolsafone, Comércio de Telefone Ltda. V. Sª respondeu que não sabe.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não sei, mas posso verificar rapidamente esse fato e se o Sr. José Ricardo pertencia aos nossos quadros. Duvido, mas não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dr. João Carlos, há aqui uma nota de um jornal: "Supermercado Carrefour confirmou, em nota oficial, que uma das suas lojas vendeu celulares provenientes de carga roubada. E foi mais longe: apontou que outras empresas estão comercializando carga roubada. Esse é um problema que também atingiu outras empresas, como se verifica nas apurações feitas na CPI." Essa é a nota de um dos jornais que mostrei para V. Sª.

As informações que obtivemos é que o Carrefour admite que se tratava de carga roubada. Não alega que tenha culpa. Também entendemos assim. Aparece no jornal a notícia da demissão de dois funcionários envolvidos em procedimentos ilegais na empresa. Oficialmente, admitiu. Essa é uma maneira de a CPI avançar mais profundamente no assunto em virtude das outras acusações e informações. Brevemente, pediremos ao Presidente que faça adentrar neste plenário as pessoas que possam informar.

Não se trata de nenhuma acareação. V. Sª não está aqui como criminoso ou depoente, mas como convidado. Mas será importante para a CPI e para o grupo Carrefour obter essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª está falando no Sálvio e no Cléverson.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É fundamental esclarecermos completamente a verdade da situação. Sei o que representa a empresa no cenário econômico nacional. Todos aqui não estão condenando a empresa pelo fato ocorrido. Entretanto, como eles foram presos em razão de participarem de quadrilhas de roubo de cargas e afirmam, com muita segurança, a entrega de mercadoria em outras lojas do Carrefour, peço que eles aqui compareçam para esclarecerem a V. Sª em que local entregaram, quando e como o fizeram. Se V. Sª tiver condições de responder, será ótimo. É bom elucidarmos todos os fatos, porque pode haver algum funcionário que V. Sª desconheça e que lhe possa trazer dissabor no futuro quando o caso for para a Justiça, complicando ainda mais a situação.

O comparecimento deles não será uma acareação, porque não foi essa a idéia do convite feito a V. Sª. Mas seria interessante para V. Sª, para a Comissão e para a própria

sociedade brasileira que se esclareçam esses pontos que ainda estão trazendo dúvida sobre o comportamento moral da empresa Carrefour. Comunico esse fato a V. Sª para não o surpreender.

O advogado de V. Sª está presente?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se houver qualquer dúvida, V. Sª poderá dirigir-se à Presidência e não a ele, para que não haja interferências. Receberemos de bom grado qualquer dúvida que V. Sª tiver a respeito da conduta da Comissão.

Atendendo ao pedido do Relator, convido o Sr. Sálvio para entrar.

Sr. Sálvio, V. Sª sempre tem colaborado conosco. O Diretor do Carrefour está presente. Como há indícios de que V. Sª tem conhecimento de entregas e produtos roubados no Carrefour, gostaria de que continuasse colaborando, relatando esses fatos e respondendo as perguntas do Relator.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – V. Sª poderia esclarecer-nos os casos que envolveram o Carrefour no roubo de cargas, a situação, o local, enfim, o que V. Sª lembrar, por favor.

O SR. SÁLVIO – Senador Romeu Tuma, tenho como falar, aqui há telefones. Se V. Exª me der um telefone agora, ligo para Recife e falo com a pessoa que compra carga. Ele está pensando que estou na rua. Depois que estive no Bope, já liguei para ele duas vezes e ele disse: "Na hora em que você estiver aqui, você pode trazer no mesmo lugar, como fazíamos antes."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faremos desse modo aqui mesmo em breve, utilizando o telefone.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que essa pessoa que compra carga tem a ver com o Carrefour?

O SR. SÁLVIO – Doutor, sei as pessoas e tenho o número do telefone. Falei pela primeira vez do Carrefour na CPI do Narcotráfico e já entreguei carga no Carrefour em dois lugares: São José dos Campos e Recife.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que lugar em São José dos Campos? V. Sª lembra?

O SR. SÁLVIO – Lembro. Mas, na verdade, não estou nem querendo falar. V. Exªs têm me tratado bem. Agradeço ao Senador Romeu Tuma. Passei o Natal e o Ano Novo na rua, só que, depois que voltei, a situação está pior para mim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esse é motivo, inclusive, de conversa nossa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nosso compromisso é dar toda a segurança e tranqüilidade.

O SR. SÁLVIO – Quero conversar com o senhor inclusive em particular.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando terminar, conversaremos.

O SR. SÁLVIO – Fui jurado de morte há poucos dias e tenho algo a falar, mas não quero que seja aqui, porque corro o risco de morrer.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso envolve o Carrefour?

O SR. SÁLVIO – Prefiro não falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está bem. Depois, faremos sessão secreta.

O SR. SÁLVIO – Quero só a sua promessa de que, quando acabar esta sessão, poderei falar com V. Exª e com o Senador Romeu Tuma.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estaremos à disposição para falar com V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Terminada a sessão, faremos uma reunião secreta. Mas a sua segurança...

O SR. SÁLVIO – O senhor quer que eu fale do Carrefour...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Comandante, há segurança correta para ele, porque ele está sendo ameaçado de morte?

O SR. SÁLVIO – Não há, inclusive, para eu fale o que pretendo. Estou cumprindo o regime semi-aberto e não estou algemado. Não preciso estar fugindo. Passei o Natal e o Ano Novo fora da prisão e voltei sozinho. Para que eu continue essa audiência, gostaria de pedir a V. Exªs que o pessoal do Bope saia. Senão, eu paro de falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Solicito à segurança da Casa, responsabilizo-me pela segurança dele. Podem ficar na sala ao lado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na outra sala, há transmissão de som?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esta reunião é pública. V. Sª sabe algo a respeito da morte do rapaz que trabalhava com o Tatico?

O SR. SÁLVIO – Vamos conversar sobre esse assunto depois.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª tem conhecimento dessa questão?

O SR. SÁLVIO – Tenho, e tem uma pessoa que está sendo investigada pela CPI e, com certeza, está correndo um grave risco de vida também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é outro assunto. Fale sobre o Carrefour.

O SR. SÁLVIO – Como eu já falei nas outras CPIs – inclusive na do Narcotráfico, que, na época, disse que deixava o roubo de cargas para outra CPI –, se o senhor pegar as gravações da CPI do Narcotráfico, vai ver que eu já tinha comentado sobre isso. Em 1997, entreguei a primeira carga no Carrefour de Recife.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – V. Sª lembra em que mês?

O SR. SÁLVIO – Para ser mais específico, foi entre maio e junho. Não me lembro do dia certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não era telefone?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De que era a carga?

O SR. SÁLVIO – Essa carga tinha xampu e várias coisas. Mas foram três carretas e não sei especificar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não é a essa a que nos referimos, já identificada como de telefone?

O SR. SÁLVIO – Havia essa e uma de eletrodomésticos. É o que posso falar. Uma metade foi para o Carrefour – é essa mesma pessoa para quem posso ligar hoje daqui, que foi um dos compradores que levou – e a outra foi para aquela loja... Deixe-me ver se lembro o nome. Fui até com o Dr. Lacerda, em Recife, a quem mostrei a loja. Há pouco tempo, ela saiu no jornal. Pegaram realmente os componentes eletrônicos naquela loja. Loja José de Lemos. Até o senhor falou: "Vamos para Recife e os chamaremos." A metade foi para o Carrefour e a outra metade, segundo o que fiquei sabendo pelo Fantástico, foi para a Loja José de Lemos. Essa foi uma das nossas entregas há muito tempo.

Em Recife, o negócio funciona da seguinte maneira: existe um posto de gasolina em frente ao aeroporto dos Guararapes – a uns 100 metros do aeroporto ou 200 metros – que é a base aonde chegam as cargas. Ali chegavam três, quatro carretas, e essa mesma pessoa da qual tenho o telefone aqui – falo com ela, falei há pouco tempo – é uma das pessoas que conduzem as cargas até o Carrefour. Mas não era só uma carga. Eram três, quatro, cinco, até seis cargas por semana. Acredito que ainda continue do mesmo jeito. Porque da última vez que fomos para João Pessoa, passei por lá, com Dr. Lacerda, ainda mostrei, e o Dr. Lacerda disse: "Isto aqui vamos fazer depois, quando for a parte do Carrefour". E o dono do posto é uma das pessoas também que fazem parte da quadrilha, da estrutura.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, peço a ele que esclareça que tipo de carga era entregue no Carrefour.

O SR. SÁLVIO – Senador, geralmente, era xampu, eletrodoméstico, celular, cosméticos e até secos e molhados. Leite moça. Lembro-me de umas duas cargas de Leite Moça que foram entregues lá. Mas essas cargas nem sempre eram roubadas. A maioria das vezes, quando acontecia isso, era conveniência com o próprio motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desviada.

O SR. SÁLVIO – Desviada. Geralmente, eles chegavam a Recife, entregavam a carga, depois se dava a queixa do roubo da carga ou no outro Estado, vamos dizer Alagoas, ou em Sergipe. Era assim que acontecia. As que eram roubadas geralmente chegavam com nota fria. Tenho aqui também o nome e o telefone da pessoa que servia a nota fria. Inclusive uma dessas pessoas faz segurança das cargas. Ele tem uma firma de segurança em São Paulo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Faz segurança de carga roubada?

O SR. SÁLVIO – Não, ele faz a segurança... E ele mesmo rouba a carga e ele mesmo faz a entrega com outra pessoa. Só troca o nome.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Especificamente, você disse que são várias cargas, mas carga que você levou ao Carrefour. Aconteceu isso?

O SR. SÁLVIO – Aconteceu. Uma de eletrodomésticos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você era motorista?

O SR. SÁLVIO – Um comboio de três cargas, mandadas pelo Marquinho e pelo Pérsio, de São Paulo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você levou de São Paulo para lá essas cargas?

O SR. SÁLVIO – De São Paulo para lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Direto para o Carrefour?

O SR. SÁLVIO – Direto para o Carrefour.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quem recebeu essa carga lá? Vamos nos ater a essa carga.

O SR. SÁLVIO – A carga quem recebe é o Marcos e o dono do posto de gasolina.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é o Marcos? Era do Carrefour?

O SR. SÁLVIO – Não, ele é um intermediário.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Excelência, vou ter também direito de fazer algumas perguntas, até para me orientar? Como contribuição?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É lógico.

O SR. SÁLVIO – Então, essas duas pessoas é que faziam a intermediação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Marcos e...?

O SR. SÁLVIO – Pérsio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pérsio.

O SR. SÁLVIO – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esses dois eram do posto?

O SR. SÁLVIO – Não, não. Essas duas pessoas são de São Paulo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está bem.

O SR. SÁLVIO – Certo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Certo. Vamos falar do local.

O SR. SÁLVIO – Espera aí. Em São Paulo, o Marquinho e o Pérsio, que é quem manda as cargas. Essas duas pessoas também...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Intermediários?

O SR. SÁLVIO – Ligados àquela turma do Depatri, que o senhor já conhece.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É.

O SR. SÁLVIO – Então, essas pessoas... Por exemplo, quando a Polícia... Essas cargas não eram roubadas. Quer dizer, eram roubadas, mas não eram roubadas pela quadrilha. Eles eram apenas pessoas que distribuíam as cargas. Essas cargas eram cargas apreendidas pela Polícia. Como eu já disse, metade das cargas era entregue, e a outra metade, revendida. Era assim que funcionava a coisa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com o pessoal do Depatri?

O SR. SÁLVIO – Com o pessoal do Depatri.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aquela história que já sabemos.

O SR. SÁLVIO – Só que essas duas pessoas, Senador e Deputado, há muito tempo venho falando, elas nunca foram investigadas. Inclusive o Dr. Paulo Lacerda me disse: "Até agora não sei por quê. Um é o alemão, que faz parte da quadrilha, o Chiquinho, o Marquinho e o Pérsio. O Pérsio, ainda fui com a Federal daquela vez que o senhor mandou. Fizemos o local e tudo. O Diretor da Federal de São Paulo disse: "Ele deu as coisas certas. Está tudo certinho do jeito que ele falou. É realmente do jeito que ele falou." Mas, lá em Recife, quem recebe as cargas é o Marcos, que é a pessoa para quem posso ligar daqui agora, e o dono do posto. As cargas chegavam no posto de gasolina, e do posto eram desviadas. A outra ramificação de Recife também o senhor já sabe quem é. É o Didi, o doido.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Didi será ouvido lá. Pelo menos, estamos tentando ouvi-lo.

Vamos nos ater a essa carga. Quero saber só sobre aquela em que você foi junto. Você disse que havia um comboio de três carretas?

O SR. SÁLVIO – Eu fui. A que entreguei pessoalmente, foi esse comboio de três carretas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O contato era quem?

O SR. SÁLVIO – Era o Marcos. O Marcos e o dono do posto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E no Carrefour?

O SR. SÁLVIO – No Carrefour, era o gerente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Lembra o nome?

O SR. SÁLVIO – Não, não lembro o nome dele. Faz tempo... Eu não lembro o nome dele. Eu só lembro que a gente foi, e o Marcos foi até o gerente, e o gerente recebeu as cargas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso foi em maio ou junho de...

O SR. SÁLVIO – Maio ou junho de 1997. Outras vezes que houve, aí eu não posso dizer, porque não fui eu que entreguei. Eu apenas ficava lá em Recife. O senhor pode constatar que, inclusive, eu aluguei um tipo de uma lanchonete lá, encostada ao posto. Certo? E ali eu trocava até os cheques dos meninos que chegavam com as cargas. Eu era um ponto de apoio deles lá, no caso. Mas chegavam três, quatro cargas, sim. Eu acredito, pelo que conversei com o Marcos, que o posto continua a mesma coisa, pelo que ele falou para mim. Ele falou para mim: "Você ainda vai tra-

zer coisa para jogar no chão? Aqui você sabe que a gente tem onde colocar". Certo? É o tipo do cara que compra carga, e, se levar cem quilos de cocaína, ele compra do mesmo jeito. Ele é um advogado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O dono do posto?

O SR. SÁLVIO – Não. O Marcos. Ele é amigo do dono do posto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É o que faz o contato.

O SR. SÁLVIO – O que faz o contato.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De concreto, no Carrefour de Recife, quando do recebimento dessas cargas...

O SR. SÁLVIO – Foram três cargas. A minha, que eu estava dirigindo...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Produtos diversos?

O SR. SÁLVIO – É. Eram produtos diversos, mas a minha era mais xampu, mais produtos cosméticos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E eletroeletrônicos?

O SR. SÁLVIO – Eletroeletrônico quem levou foram as outras duas, a outra carreta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – As outras duas carretas?

O SR. SÁLVIO – É, as outras duas carretas. E metade de uma carreta ficou...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E como foi feito o pagamento disso?

O SR. SÁLVIO – O pagamento era feito para o Marcos e para o dono do posto, e ele repassava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você não sabia como que era feito? Em cheque ou em dinheiro?

O SR. SÁLVIO – Era dinheiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dinheiro vivo?

O SR. SÁLVIO – Dinheiro. Esse dinheiro era repassado... Por isso é que falo que até hoje não foi apurado o Pércio, e, se o senhor pegar a conta do Pércio, de São Paulo, o senhor vai ver que esse dinheiro caía na conta dele. Quando não caía na conta dele, caía na conta do Marquinho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor lembra o valor dessas cargas ou não?

O SR. SÁLVIO – Eu sei que as três cargas foram no valor de dois milhões e qualquer coisa. Foram dois milhões e setenta e sete mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles pegavam o dinheiro e faziam a remessa pelo banco?

O SR. SÁLVIO – Pelo banco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É preciso quebrar o sigilo dos caras.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Sr. Presidente, quero fazer apenas uma indagação ao Sr. Sálvio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – O senhor informa que ele entregou a carga diretamente ao Carrefour.

O SR. SÁLVIO – Sim, senhor.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Essa entrega foi feita com que documento fiscal? Haveria condições de saber quem seria...

O SR. SÁLVIO – Nota falsa. Nota fria. Tenho aqui o nome da pessoa que distribuía as notas frias. Doutor, posso dizer para o senhor, como já falei antes: se se sai de São Paulo, pela via Anhangüera, e entra por Uberaba, Uberlândia, passando por Montes Claros, vai-se até praticamente Alagoas, sem passar em um posto fiscal, se quiser. Há as rotas certas, o lugar certo. E, nos lugares que eram para passar, onde havia fiscalização, essa fiscalização já era corrompida por essas pessoas.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Obrigado.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, Deputado.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Essas entregas eram feitas só ao Carrefour, ou o senhor chegou a entregar a algum outro estabelecimento que não o Carrefour em Recife?

O SR. SÁLVIO – Em outros também, como o Magazine José de Lemos, que era a loja. Mas a coisa funciona – eu acredito que ainda funcione, porque não caiu até agora – da seguinte forma: o posto de gasolina era uma referência, e, então, se chegassem três ou quatro caminhões ali, havia os intermediários certos, as pessoas certas. Muitas cargas, às vezes, o caminhoneiro nem ia entregar; ele já tinha o motorista que pegava a carga, e ele mesmo redistribuía.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando saía, chegava ao posto, não sabia o destino?

O SR. SÁLVIO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O destino era dado no posto...

O SR. SÁLVIO – Sabia o destino. O destino era dado no posto, mas geralmente ele não levava o motorista junto. Era raro ele levar o motorista junto. Eu fui uma vez só ao Carrefour: foi quando foi o comboio de três carretas.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – O senhor não chegou a ir a outro estabelecimento, só ao Carrefour...

O SR. SÁLVIO – Só ao Magazine José de Lemos e ao Carrefour.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Só a esses dois?

O SR. SÁLVIO – Só. A gente sabia que entregava para outros lugares, mas geralmente o dono do posto se encarregava disso. Ele já tem os motoristas certos dele. Você chega ao posto, e, dali, do posto em diante, já é problema deles. A carreta, quando era roubada, seguia geralmente para Belém, para a madeireira.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – O senhor sabe o nome e o sobrenome do Marcos, o que é advogado. É Marcos de quê?

O SR. SÁLVIO – Se não me engano, é Marcos Novais.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sálvio, você teria alguma informação de entrega de carga em outras unidades do Carrefour, além da de Recife?

O SR. SÁLVIO – A outra que entreguei foi em São José dos Campos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi você mesmo que entregou?

O SR. SÁLVIO – Eu mesmo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Você mesmo?

O SR. SÁLVIO – Eu, junto com o Marquinhos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Marquinho de São Paulo?

O SR. SÁLVIO – O Marquinho de São Paulo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De que foi a carga? Quanto custou? Você sabe os detalhes?

O SR. SÁLVIO – A carga que ele recebeu...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você lembra da data?

O SR. SÁLVIO – Em 1998. Para ser mais específico, em novembro de 1998.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No Carrefour de São José dos Campos?

O SR. SÁLVIO – No Carrefour de São José dos Campos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que você levou para lá?

O SR. SÁLVIO – Foi óleo, margarina, secos e molhados.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quem conduzia isso era o Marquinho?

O SR. SÁLVIO – Sim, fui apenas o motorista.

Dessa vez, foi o seguinte: a polícia do Depatri apreendeu, no bairro do Limoeiro – o senhor pode até checar isto -, em 1998, dez cargas no galpão, sete cargas foram desviadas e três foram entregues para a Pancare, de volta.

Essa prisão foi feita pelo Celso, que é o Índio, Juvandir, Jura...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles são policiais do Depatri?

O SR. SÁLVIO – Do Depatri, parte daqueles que o senhor inclusive pediu o afastamento lá em São Paulo. E o Dr. Marcelo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Dr. Marcelo também estava?

O SR. SÁLVIO – Estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Marcelo era o que praticamente...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estão todos lá trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a Corregedoria ali, o problema é da...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, em São José dos Campos, com o Marquinho, você acompanhou o recebimento ou alguma coisa assim?

O SR. SÁLVIO – Quatrocentos e poucos mil reais é o que lembro que ele recebeu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em dinheiro também?

O SR. SÁLVIO – Em dinheiro. Uma parte em dinheiro e uma parte em cheque.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não lembra quem era o gerente?

O SR. SÁLVIO – Não lembro. Eu apenas fui até o setor de descarga e essa carreta foi pega depois. Ele tinha um desmanche na cidade próxima a Campos do Jordão onde desmontava os caminhões.

Há pouco tempo, pegaram o mesmo galpão, onde havia mais de dez carretas desmontadas. Ele foi

preso pela mesma equipe do Depatri, e em três dias estava na rua.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem?

O SR. SÁLVIO – O Marquinho. Está aqui o telefone dele. Se o senhor quiser, depois eu passo. O do Pércio também. O do Pércio, eu fiz local, com o pessoal da Federal de São Paulo. O Marquinho, até hoje, não sei se foi investigado ou não.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – A continuação dessa operação, você estando à frente dessas pessoas, aconteceu até quando?

O SR. SÁLVIO – Até o começo de 2000, porque me entreguei à CPI do Narcotráfico em março de 2000.

Foi a última viagem que fiz para Recife. Após a minha volta, o pessoal do Depatri achou que eu sabia demais e ia me silenciar. Então, entreguei-me à CPI. Resolvi falar tudo. Nem à CPI, fui a uma rede de televisão e disse tudo o que eu sabia.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO –A descarga em Recife aconteceu de que forma?

O SR. SÁLVIO – Só chegamos até o pátio de descarga do Carrefour com as três carretas.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – De manhã, de tarde ou de noite?

O SR. SÁLVIO – Não. Se não me engano, descarregamos por volta de seis e meia, sete horas da manhã.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como era lá? Você consegue descrever o local? Detalhes?

O SR. SÁLVIO – Não sei se ainda está do mesmo jeito. Na época, entramos... Não lembro mais o nome da rua... Mas eu lembrava tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há, no caso, um detalhe. Quando alguém vai receber uma mercadoria ilegalmente, ela foge da rotina. Não pode entrar na rotina; se não, é facilmente identificado por outros funcionários que não têm...

O SR. SÁLVIO – Para confirmar mais o que estou falando, existe um outro mercado, em Prazeres, porque, quando fomos entregar a carga de xampu e de vários cosméticos, uma parte das caixas estava estragada, e eles não recebem a caixa que está danificada. Se algum está vazando ou a caixa está suja, eles não recebem. Parte dessa carga foi entregue em outro mercado em Prazeres, que eu mesmo, depois, com a carreta fui entregar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não é do Carrefour?

O SR. SÁLVIO – Não. Foi entregue a parte do Carrefour. Então, danificaram cento e sessenta caixas, mais ou menos, foram entregues... Mandadas e entregues pelo mesmo pessoal do Carrefour. Entregues nesse outro supermercado, que eu não lembro o nome do supermercado. Sei lá...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em Prazeres.

O SR. SÁLVIO – Em Prazeres. Sei lá, se o Sr. vai dizer: "Você vai me levar até lá". Sei quem é a pessoa. Sei que essa pessoa, o dono do mercado, é um sargento ou é um tenente da Aeronáutica lá de Recife. Certo? No dia, eu ainda falei com o Dr. Paulo Lacerda, e o Dr. Paulo falou: "Não, quando a gente voltar aqui em Recife, nós vamos chamar esse pessoal que você está citando".

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Você saiu da loja...

O SR. SÁLVIO – Após descarregar as três carretas, nós pegamos as carretas, voltamos para o posto. Certo? E do posto, essa outra parte foi entregue nesse outro supermercado. Foi a que estava com as caixas danificadas.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Mas você foi acompanhado de um gerente? É isso?

O SR. SÁLVIO – Não. Eu fui acompanhado pelo Marcos, que era o intermediário. Certo? As caixas que estavam danificadas eles não aceitaram. Foram devolvidas as caixas danificadas e entregues nesse outro supermercado.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – E você viu o Carrefour pagando em dinheiro para o tal do Marcos?

O SR. SÁLVIO – Não. Eu não vi pagando. Quando ele chegou no posto, ele já estava com o dinheiro. Certo? Quando ele chegou no posto ele já estava com o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que o senhor queria?

O SR. – (Fora do microfone.) Sr. Presidente, duas perguntas que se relacionam. A primeira delas é se o informante entregou ao Carrefour carga não originária de um procedimento ilícito. E, se assim o fez, ou seja, a entrega de carga sem um procedimento resultante de roubo, se ele fez essa entrega normal e se houve diferença entre a entrega de uma carga normal em relação àquela carga obtida de forma ilícita. O senhor me entendeu, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe-me perguntar. O que ele está questionando, ou

pelo menos pedindo o esclarecimento, porque você, nas explicações, disse que tinha cargas normais que eram desviadas, e não de origem de roubo...

O SR. SÁLVIO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...e outras com notas frias. Então, qual é a diferença na entrega... É isso, Doutor? Na entrega...

O SR. SÁLVIO – Para saber se há uma diferença entre uma carga roubada e uma carga...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De procedimento.

O SR. – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De procedimento.

O SR. – Isso, Excelência. O senhor captou bem a minha dúvida.

O SR. SÁLVIO – Segundo o que eu assisti, o que presenciei na entrega também, não tinha essa diferença. A carga lá é paga 60% da nota. O que a nota tiver, se valer dois milhões, três milhões, não importa. Ela é paga 60%. Quando em São Paulo, Minas e outros Estados são pagos só 40%, ou chegam até a 50%, em Recife se paga 60%. Recife, João Pessoa, 60% do valor da nota. Ela pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sempre em dinheiro?

O SR. SÁLVIO – Sempre em dinheiro. Eles não aceitam cheque, porque cheque pode trazer algum problema. Mas eu acredito que na mão do Marcos, inclusive, em cheque, se não me engano, deve ter uns R$200 mil de cheques que voltaram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foram sem fundo?

O SR. SÁLVIO – Foram sem fundo. Esses cheques, até uns quatro, cinco meses atrás, eu tenho certeza que estavam nas mãos dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São de terceiros?

O SR. SÁLVIO – São de terceiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não são do Carrefour?

O SR. SÁLVIO – São de pessoas ligadas. São de pessoas ligadas, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor prestou atenção?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha a viabilidade de toda essa conexão, o recebimento de várias cargas nas lojas referidas pelo Sálvio? O senhor teria condições de buscar informações de como era controlado o estoque e se essa possibilidade de entrar mercadoria clandestina, como era contabilizado? Ou se era centralizado todo o estoque da empresa?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não. À época a loja tinha o estoque próprio, assim como tem até hoje uma parte do estoque próprio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hoje vocês mudaram o sistema de controle ou não?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Sim, sim. Trabalhamos com centros de distribuição para manter um nível baixo na loja. Então, se tem necessidade para daqui a dois ou três dias, pede para o centro de distribuição, e ele que manda a mercadoria. É assim que funciona. Queria chamar bastante a atenção para a questão dos valores em espécie, porque não se tem nem caixa para isso. Mas, enfim... também estou interessado em saber.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu queria perguntar ao Sálvio se você já teve, alguma vez, algum incidente com alguém do Carrefour, com algum gerente, alguma coisa assim.

O SR. SÁLVIO – Não. Eu vou especificar mais uma coisa. Agora estou lembrado de uma outra parte. Esse mesmo dono de supermercado, que eu falei que foi descarregada a outra parte das caixas que vieram danificadas, se o senhor checar a conta dele, também, de 1998, o senhor vai pegar o cheque dessa pessoa do Carrefour, que havia sido passado para ele também. Dessa pessoa... O dono desse outro supermercado passou para esse pessoal do Carrefour. É o que posso dizer mais certo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Passou para quem? Para o gerente?

O SR. SÁLVIO – Dessas 160 caixas que foram passadas para esse outro supermercado. Esse dono do supermercado, que é o...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Paraíso, não é?

O SR. SÁLVIO – Não, não sei o nome. Não lembro o nome do supermercado agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A cidade é Prazeres, não é?

O SR. SÁLVIO – Prazeres.

Ele deu um cheque, e esse cheque foi para a pessoa do Carrefour, do valor dessa mercadoria que tinha as caixas danificadas.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – O gerente?

O SR. SÁLVIO – Então, se o senhor pegar, acho que vai encontrar. Se não me engano, acho que foi R$27 mil ou R$28 mil, mais ou menos.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Sr. Presidente, há o Marquinhos e o Pérsio em São Paulo, há o Marcos no posto, em Recife.

O SR. SÁLVIO – Ele é advogado do posto. Ele trabalha em conjunto com o dono do posto.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Eles falavam para você se a relação deles era só com aquele gerente de Recife ou era um contato mais acima disso, na organização do Carrefour?

O SR. SÁLVIO – Posso dizer ao senhor que eles tinham contato com o pessoal de São Paulo e com outras pessoas de João Pessoa. Aí eu não acompanhava.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Do Carrefour?

O SR. SÁLVIO – Não, em João Pessoa não tem Carrefour. Em outras lojas. O sistema deles é muito amplo, é muito grande, principalmente naquele posto. Qualquer carga que chega ali – às vezes, até o motorista chega com a carga normal para entregar -, eles conversam ou então eles somem com o motorista, entregam a carga e depois somem com o caminhão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, mas o Deputado Eduardo pergunta se a relação poderia ser com alguém acima da gerência, porque nós temos aí dois fatos: Recife e São José dos Campos. Você afirma que nas duas você entregou, não é isso?

O SR. SÁLVIO – Entreguei. Afirmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E em tudo estava o Marquinho por trás?

O SR. SÁLVIO – O Marquinho, o Pérsio, o Marcos e o dono do posto, do qual não me lembro o nome agora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No caso Recife. Mas, no caso São José dos Campos, era o Marquinho e o Pérsio, mas não tinha o Marcos, do Recife.

O SR. SÁLVIO – Não. Mas eu posso dizer que o Marcos, de Recife, conhece o Marquinho, de São Paulo, conhece o Pérsio, e tinha uma ligação entre eles. Se checar os telefones deles, o senhor vai encontrar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essas cargas saíram de encomenda ou o sujeito furtava e oferecia?

O SR. SÁLVIO – Não. A carga não precisa ser de encomenda. A carga chega, é passada para a pessoa o conteúdo. Se interessar, geralmente, eles têm onde entregar. Agora, as cargas mais valiosas, geralmente, iam para o Carrefour.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eletrodomésticos?

O SR. SÁLVIO – Eletrodomésticos, secos e molhados, cargas mais valiosas, como o Leite Moça. O Leite Moça é uma carga bem valiosa; eles consideram como carga valiosa. Então, para a pessoa que recebia, era lucro, segundo eles. Tanto que eles pagam 60%. Em Recife, qualquer entrega é 60% do valor da nota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tanto o Carrefour como a outra.

O SR. SÁLVIO – Em qualquer outra loja é 60% do valor da nota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Paga bem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Paga mais do que todos.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Esse posto de gasolina é o posto que fica do lado do aeroporto ou do lado contrário do aeroporto, na esquina?

O SR. SÁLVIO – Saindo do aeroporto, ele fica do lado esquerdo, fica bem na esquina. Encostada nele há uma boate que se chama Escolinha.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Do outro lado há uma loja de carros.

O SR. SÁLVIO – O mesmo dono desse posto é o dono do posto de Prazeres, também, na entrada de Jaboatão. É o mesmo dono, é a mesma rede.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhece, Deputado?

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Não. Sei onde fica o posto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu digo conhece...

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – O local. Quando V. Exª sair do aeroporto, vai passar na frente do posto. Não é esse? Porque também há um posto do outro lado.

O SR. SÁLVIO – Pega a avenida Guararapes.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Exatamente.

O SR. SÁLVIO – Na esquina, entrando para Boa Viagem, não é?

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – É. Na Barão de Souza Leão.

O SR. SÁLVIO – Justamente.

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Agora não se entra mais.

O SR. SÁLVIO – Não é mão mais?

O SR. EDUARDO CAMPOS (PSB – PE) – Não.

O SR. SÁLVIO – Foi até reformado, há pouco tempo, aquele posto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer mais algum esclarecimento? Há algo mais, Sálvio?

O senhor pode ficar mais um pouco aí, não é?

O SR. SÁLVIO – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós vamos conversar daqui a pouco.

O SR. SÁLVIO – Peço autorização para fumar um cigarro ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe-o fumar ali, mas não faça propaganda de cigarro, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pedi a presença do Cleverson.(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você esteve lá no julgamento do Nam? Era você que estava lá?

O SR. CLEVERSON – Julgamento de quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No julgamento daquele ex-deputado do Maranhão?

O SR. CLEVERSON – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é o Cleverson, está mais magro, eu estava achando estranho.

Cleverson, você está aqui para nos ajudar a esclarecer o problema do Carrefour. Então, eu gostaria que você respondesse as perguntas do nosso Relator.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu queria que você pudesse relatar quantos ocorridos foram e, com detalhes, os casos que você teve com o Carrefour, Carrefour Brasília especificamente. Não é isso?

O SR. CLEVERSON – Não sei se foi pela última vez que eu estive aqui, que teve aquele, o Cabelo aqui, inclusive até ele assumiu daquela vez que tinha trazido carga minha para o Carrefour, daquela vez com os caminhões dele. Não sei se o senhor lembra.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Lembro.

O SR. CLEVERSON – Você lembra, não é? Que ele chegou a trazer...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lembra que carga era?

O SR. CLEVERSON – Carga de eletrodoméstico que ele trouxe para mim, e trouxe já de secos e molhados também, de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Saiu de onde? Explica direitinho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É, dá detalhes para mim, desde o início de toda essa operação.

O SR. CLEVERSON – Já vendi que veio de Goiânia e que veio de Minas, mas que foi extraviada aqui em Cristalina. Foi guardada em Cristalina, numa fazenda, e a gente trouxe para... Esse colega meu, que é o Cabelo, trouxe no caminhão dele até o Carrefour, aqui no Carrefour Sul, eu acho, aqui ao lado da CPE, aqui perto do Cruzeiro, do Núcleo Bandeirante, ali.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você está falando que foram duas vezes?

O SR. CLEVERSON – Não, vendi umas cinco vezes, umas cinco cargas para eles.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em todas você participou?

O SR. CLEVERSON – Eu participei das cargas, só que não era eu direto que negociava. Mas já cheguei, mas estava sempre junto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sempre junto. Você entregava, acompanhava a entrega?

O SR. CLEVERSON – Eu acompanhava até lá, só não entrava lá pra dentro porque eles não deixavam entrar. Lá tinha descarregador, tinha tudo. Então, a gente não participava do descarregamento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sei. E quem comprava essas cargas pelo Carrefour?

O SR. CLEVERSON – Era o Ricardo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ricardo. Lembra o sobrenome?

O SR. CLEVERSON – Não, o sobrenome não sei. Ele é um rapaz...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O tipo físico dele.

O SR. CLEVERSON – É assim alto, forte, do cabelo grisalho, cabelo bom, grisalho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele era o que no Carrefour?

O SR. CLEVERSON – Não sei a que cargo ele pertencia, que ele ocupava lá dentro. Mas ele falava que era gerente, subgerente. Só que não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Gerente ou subgerente.

O SR. CLEVERSON – É, gerente, subgerente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi o nome que lhe dei, viu Dr. João Carlos?

Você disse que foram cinco cargas. Essas cargas eram o quê?

O SR. CLEVERSON – Eram umas cinco a seis cargas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em que período foi isso?

O SR. CLEVERSON – Tem uma faixa de uns dois, três anos, nessa faixa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Noventa e nove?

O SR. CLEVERSON – É, por aí. Noventa e nove, por aí. Noventa e nove chegando a 2000.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que tipos de carga eram? Eletrodoméstico?

O SR. CLEVERSON – Eletrodoméstico, eu vendi, e supermercado, secos e molhados.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Secos e molhados, não é?

O SR. CLEVERSON – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que detalhes mais você pode dar com relação às entregas, com relação à sua ida lá? O descarregamento você disse que não era você que fazia.

O SR. CLEVERSON – Não, a gente não pertencia. Quem deve explicar melhor sobre o descarregamento é aquele Cabelo, aquele que já vendi pra ele, que ele mesmo assumiu. Não sei se o senhor lembra daquela vez que ele falou que já trouxe mercadoria mesmo para mim para o Carrefour, só que tinha nota, ele trouxe no caminhão dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é preso?

O SR. CLEVERSON – Ele não é preso, não. Por causa que já vendi carga pra ele também, que ele sempre me intermediou também. E ele conhece o Ricardo. Ele, o Moisés, o pessoal tudo conhece o Ricardo, o pessoal que já trabalhou comigo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Ricardo sumiu, não está mais aqui. Teve uma contra-informação de que ele teria ido para o Recife, depois não se confirmou isso. Não é isso, Naurides? Quer dizer, não conseguimos entender. Por isso estamos pedindo ajuda ao Dr. João Carlos. Se houve realmente, por volta de 1999, um gerente ou subgerente da loja Carrefour Sul com o nome de Ricardo, para que possamos elucidar esse fato, ir atrás, buscá-lo.

Você teve algum problema com o Carrefour alguma vez, Cleverson?

O SR. CLEVERSON – Problema?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É alguma coisa que deixasse você com raiva?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ordem de pagamento, o não recebimento de mercadoria, alguma revolta com relação a algum procedimento que não o tenha agradado?

O SR. CLEVERSON – Não, só uma vez, quando esse Ricardo demorou a pagar; ele ficou de depositar o dinheiro para nós. Nós estávamos em Minas, e ele não depositou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas contra a instituição Carrefour, você tem alguma coisa contra? Teria algum motivo que fizesse você vir aqui prejudicar a imagem do Carrefour ou algo assim?

O SR. CLEVERSON – Não, nunca tive. Estou vindo aqui só porque fui chamado pela CPI, então vim aqui declarar a verdade sobre o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cleverson, você disse que eles demoraram para fazer o depósito. Eles faziam remessa de dinheiro através de banco para você? Isso ocorreu mais de uma vez?

O SR. CLEVERSON – Não, ele ia fazer o depósito, mas não fez, porque disse que era muito perigoso depositar na conta. Ele disse que tinha que ser em dinheiro, então tivemos que vir a Brasília para receber o pagamento. Ele não quis depositar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer ele não fez remessa em dinheiro, em cheque ou uma ordem de pagamento?

O SR. CLEVERSON – Não, ele não dava cheque e disse que não gostava de fazer depósito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca fez depósito?

O SR. CLEVERSON – Não fez depósito, ele disse que tinha que ser dinheiro em mão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em espécie?

O SR. CLEVERSON – É, exatamente. Então nós viemos aqui; entramos no Carrefour e recebemos lá dentro mesmo. Entramos pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era ele mesmo quem pagava ou um caixa?

O SR. CLEVERSON – Não, foi ele mesmo que pagou para nós. Ele já veio com um pacote de dinheiro e entregou. Nós nem conferimos o dinheiro na hora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o valor da nota da mercadoria e qual a porcentagem que eles pagaram?

O SR. CLEVERSON – A porcentagem era 50%. O valor da carga, da mercadoria eu não lembro mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o valor acertado era de 50% da nota?

O SR. CLEVERSON – Era 50% do valor da mercadoria.

Então tinha carga de R$60 mil, barata; tinha essa de eletrodoméstico, que eu sei que foi um pouco mais de R$300 mil, e ele pagou 50%, um pouco mais de R$100 mil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Carrefour pagava qual percentual?

O SR. CLEVERSON – Ele pagava metade na hora. No dia que nós entregávamos, esse Ricardo pagava a metade desse valor, dos 50%. A metade desses 50% ele pagava, em dinheiro, na hora, e nós dávamos um prazo de uns dez a quinze dias, para ele pagar o restante. Só que era dinheiro certo; nós chegávamos e ele já acertava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Envolvidos nessas cinco ou seis cargas estavam você, o Cabelo....

O SR. CLEVERSON – O Cabelo não tinha nada a ver; ele só transportou com o caminhão dele. Tinha dois caminhões, e ele trouxe com esses dois caminhões.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então quem eram os envolvidos, os seus parceiros?

O SR. CLEVERSON – Os parceiros que trabalhavam comigo eram o Moisés, o Wanderlei.... Deixa eu ver quem mais trabalhou. Eram várias pessoas, só que variava, em cada vez eram pessoas diferentes das outras, não eram sempre as mesmas, mas o Wanderlei estava sempre junto comigo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você falou mais ou menos em cinco ou seis cargas

O SR. CLEVERSON – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esse período foi entre dois e três anos atrás. Esses casos ocorreram um perto do outro?

O SR. CLEVERSON – O Josiel também já fez comigo, o Josiel que está preso lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Josiel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Preso onde?

O SR. CLEVERSON – Lá em Minas. Ele participou da CPI também, ele estava junto comigo também, ele participou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aquele que está em Belo Horizonte, estava em Uberlândia e foi para Belo Horizonte.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Sr. Presidente, gostaria de saber quem tinha o contato com a pessoa do Carrefour? Qual deles mantinha o contato?

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Quem é que tratava com o Ricardo?

O SR. CLEVERSON – Quem intermediou muito para nós foi o ....

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cabelo.

O SR. CLEVERSON – O Cabelo intermediou e o Raul, aquele Raul que foi chamado aqui na CPI por aquele negócio do Tatico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aquele do Tatico?

O SR. CLEVERSON – É exatamente, aquele mesmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O mesmo que intermediava na questão do Tatico?

O SR. CLEVERSON – Eram eles que tinham o contato direto, então eles ganhavam uma comissão para vender. Então acho que eles vendiam a 60% para o Carrefour e pagavam 50% para nós. Só que no dia do pagamento nós vínhamos para receber. E eu já fui junto com ele lá. Pagou para ele, e ele só pegou o pacote de dinheiro e passou para nós. Nós nem conferir conferíamos, porque eles falaram que já estava tudo certo. Nós saíamos e depois nós conferíamos e rachávamos o dinheiro entre nós que estávamos fazendo o serviço.

O SR. – Sr. Presidente, apenas uma indagação. Quando o informante diz do pagamento que foi trazido dentro de um envelope, que recebeu e nem conferiu. Quando se faz um pagamento faz-se de forma aberta, quer dizer, se fosse uma operação regular, normal. A indicação do informante poderia ser descrita por ele como um procedimento quiçá não normal de entrega de um pacote quanto ao pagamento de 50% de uma nota fiscal?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está perguntando sobre a velocidade com que se faz um pagamento, evitando a conferência e, assim, impedindo que alguém veja a movimentação.

O SR. CLEVERSON – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pagava-se em algum lugar reservado ou era aberto no caixa da loja?

O SR. CLEVERSON – Não era no caixa. Entramos pela frente, no corredor. Fui lá para cima e ele entrou numa salinha. Havia duas salas. Entramos na primeira sala. Ele entrou e já trouxe o dinheiro, dizendo: "O dinheiro está todo aí. Vocês podem conferir".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havia apenas vocês? Não havia ninguém estranho?

O SR. CLEVERSON – Havia uma moça loira sentada numa mesa ao lado do computador e do telefone. Ela estava sentada e falou: "Se você quiser conferir, você pode conferir". Perguntamos: "Está certo o dinheiro?" Ela respondeu: "Está". E fomos embora.

Ele também já se encontrou conosco em outras oportunidades e nos deu dinheiro no pátio do Carrefour.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No pátio do Carrefour?

O SR. CLEVERSON – No pátio do Carrefour. Encostou o carro próximo ao nosso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui em Brasília?

O SR. CLEVERSON – Aqui em Brasília. Já nos pagou lá no pátio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havia reserva ou ele chegava com o pacote de dinheiro?

O SR. CLEVERSON – Não. Ele chegava com o pacote. Às vezes, ele chegava e entrava em nosso carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o pacote era aberto ou o dinheiro ficava num saco?

O SR. CLEVERSON – Ficava no saco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havia alguma embalagem?

O SR. CLEVERSON – Era um saco normal. Às vezes, veio num saco do Banco do Brasil ou em sacos de supermercado. O dinheiro vinha dentro de pacotes e nem conferíamos. Ele entrava no carro com a gente, sentava-se no banco traseiro e entregava o dinheiro, dizendo: "Vocês podem conferir". Pegávamos o dinheiro e íamos embora. Na hora, nem conferíamos, pois dinheiro estava certo. Ele não enrolaria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª deseja outro esclarecimento?

O SR. – Obrigado, Excelência.

O SR. CLEVERSON – Confiávamos na negociação que fazíamos, e ele também tinha que confiar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª se lembra de algum detalhe importante para identificar toda a movimentação e a comercialização da mercadoria?

O SR. CLEVERSON – A única pessoa que eu acredito que poderia ajudar por ter bastante conhecimento com eles é o Moisés.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Moisés?

O SR. CLEVERSON – Moisés.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª já identificou o Moisés? Ele é da loja ou da empresa?

O SR. CLEVERSON – Depois, poderemos conversar sobre o assunto. Eu tenho o telefone dele. Creio que é possível para conversar com ele. Ele não está com mandado de prisão nem nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª conhece o Moisés?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Moisés?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Moisés.

O SR. CLEVERSON – O Moisés trabalhava muito comigo. Ele conhecia bastante lá e conhecia mais gente no Carrefour.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª pode entrar em contato com ele?

O SR. CLEVERSON – Tenho como entrar em contato. Creio que ele até ajudará a CPI, porque tem alguns problemas e está procurando ser ajudado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. CLEVERSON – O processo dele está em aberto. Não há nem mandado de prisão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª deseja levantar alguma questão?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a V. Sª essas informações. V. Sª poderia verificar se houve ou não intermediação para o esclarecimento completo, informando-nos, inclusive, as pessoas citadas.

O SR. CLEVERSON – O Cabelo e o Raul sabem tudo. Eles conheciam o pessoal. Eles chegavam e entravam diretamente na sala. Às vezes, passavam direto e entravam.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se eu for com você até lá, você saberá identificar as localizações que descreveu?

O SR. CLEVERSON – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe chegar à sala?

O SR. CLEVERSON – Sei. Se quiser ir agora ou a qualquer hora, sei chegar à sala em que entrei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Sabe se esse rapaz ainda está lá ou não?

O SR. CLEVERSON – Não, não tenho mais contato com eles. Parei há mais de um ano. Perdi o contato com ele e com as pessoas que tinham contato com ele.

Se eu for conversar com eles, talvez entrem em atrito comigo, porque sabem que estou participando da CPI. O Bezerra, o Raul e o Cabelo, que também já foram chamados, não vão querer mais papo comigo. Se eu ligar para eles, pularão fora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você sente-se inseguro.

O SR. CLEVERSON – Eu me sinto inseguro também. Não tenho medo de falar na Comissão, pois sei que estou sob proteção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ficou claro que não se refere apenas, ao menos comprovadamente, pelo inquérito. Em Recife, está realmente comprovada a operação de compra dos telefones. Porém, esses outros fatos dependem de uma investigação mais aprofundada.

Solicito aos representantes do Carrefour que fiquem à disposição para que seja possível fazer a busca de pessoas, de locais e de documentação, a fim de que, no interesse da própria empresa, esclareçamos completamente todos os fatos.

O SR. CLEVERSON – Sei de outro fato interessante. Creio que tenho o número do telefone celular desse Ricardo. É antigo. Não sei se funciona ainda. Devo tê-lo ainda. Está com o Dr. Celso, da Polícia Federal, naquela papelada. Inclusive, passei para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria de fazer uma pergunta que ficou no ar, para esclarecer a opinião pública sobre o Alexandre, que é uma pessoa que trabalhava para várias empresas. Quando da denúncia de uma operação junto ao Ministério da Saúde surgiu, na abertura do inquérito, uma provável intermediação dele com a CPI sobre o problema do Carrefour, em Recife. Perguntaria ao senhor advogado se realmente houve algum fato que ligasse o Alexandre a qualquer questão apurada pela CPI.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – De forma alguma, nunca foi nosso procurador ou autorizado para esse tipo de assunto. Nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem alguma coisa a dizer nesse sentido?

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Vim, voltei e sai porque sou Relator da CPI do Banespa e também da Comissão Especial de Segurança Pública. Por isso, minhas idas e vindas. Gostaria de fazer uma pergunta semelhante a de V. Exª em relação ao Sr. Alexandre Paes Santos. Enfim, falar de Alexandre e sua ligação com o Carrefour, todo mundo sabe porque foi muito noticiado pela imprensa. O senhor já respondeu à pergunta.

Quero informar e pedir a V. Exª, Sr. Presidente, que deixe claro ao senhor Diretor do Carrefour que S. Sª poderá ser reconvocado ou deixar sua convocação em aberto, não encerrando este depoimento, a fim de que possamos aguardar a resposta a um requerimento de minha autoria que foi para a Interpol. Existem várias informações de que já houvera, há um tempo passado, ações semelhantes que envolviam a rede de Supermercados Carrefour em outros países como, por exemplo, na França, onde houve supermercados que receberam cargas roubadas em uma de suas lojas ou mais. Como esse ofício foi aprovado e remetido às autoridades estrangeiras, gostaria que V. Exª deixasse claro que no momento oportuno, vindo as respostas, possa ser chamado, obviamente, o Diretor do Carrefour para prestar esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Deputado, enquanto esta CPI estiver em funcionamento, o Dr. João Carlos de Figueiredo Neto, Diretor-Geral de operações do Carrefour, já se colocou à disposição e estará sempre atendendo a qualquer convocação ou convite para prestar esclarecimentos. Creio que o que V. Exª pede é urgência na cobrança da informação.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Na cobrança da informação. Gostaria de fazer uma pergunta para o Cleverson. Você sabe de algum tipo de roubo de mercadoria que tenha sido entregue em outro supermercado que não o Carrefour?

O SR. CLEVERSON – De vários outros supermercados. Eu mesmo já vendi. Inclusive, já fui chamado à CPI várias vezes. Falei sobre os que vendi, mas não sobre os que sei que os outros venderam.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sobre os que você vendeu?

O SR. CLEVERSON – Sobre os que vendi já falei aqui na CPI. Se falar dos outros não tenho como provar. Falei só sobre o que eu mesmo negociei, cuja mercadoria foi minha. Isso já foi esclarecido. Se for preciso, falarei novamente.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Eu gostaria.

O SR. CLEVERSON – Já vendi para o Frangão e para o Tatico, aqui em Brasília, e para o Carrefour.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Foram esses três?

O SR. CLEVERSON – E para o Cabelo, lá no Gama.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sobre os seus companheiros, sobre os seus colegas que fazem os mesmo serviço você tem alguma informação quente? Mesmo que não tenha sido você que tenha vendido, se você souber que venderam a mercadoria tal para alguém. Há alguma informação por meio da qual pudéssemos chegar a outro supermercado?

O SR. CLEVERSON – Já, vários. O Brito já comprou também. Só que não fui eu que vendi. Sei por alto. Outros colegas meus...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E que mercadoria teria sido? Você sabe?

O SR.CLEVERSON – De supermercado.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sim. Mas que mercadoria que o supermercado teria?

O SR. CLEVERSON – Secos e molhados. Isso que quero falar. Então, vem essas coisas. É uma carga que vem...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Vem misturada.

O SR. CLEVERSON – Vem misturada. Vem tudo. Tudo o que você pensar vem. Por isso que a gente fala mercado.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Há algum outro que você lembre que os seus colegas comentavam?

O SR. CLEVERSON – Não estou me lembrando. Há bastantes. Mas, de imediato, assim, a gente não recorda. Mas já vendeu bastante. Aqui em Brasília, os meus colegas, inclusive este colega de quem estou falando, o Moisés, já vendeu em vários lugares. No tempo em que eu mexia com isso, ele que era o contato maior. Ele que conhecia o pessoal. Então, já ia nas pessoas certas. Já ligava, e o pessoal já descia do caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só aproveitando...Você sabe de caminhoneiros que tinham parceria com vocês, de companhias de seguro que poderiam ter um trabalho de desvio de mercadoria também?

O SR. CLEVERSON – Já, já aconteceu várias vezes com a gente de caminhão dar a mercadoria, dar a carga para a gente, aqui em Brasília, e fazer o BO lá em Goiás, como se tivesse sido tomado lá, para não saber que a mercadoria está aqui em Brasília. Já aconteceu muitas vezes de eu vir com o mesmo caminhão, encostar lá no fundo Supermercado Tatico e descarregar lá. Até que ele tira os dois caminhões da frente que estão para descarregar, e descarrega logo o nosso, porque é mais urgente. O caminhoneiro fica num lugar, no posto, com os nossos colegas, numa boa, como se nada tivesse acontecido. Sabe como que é... Para ele não saber para onde nem para quem a gente vendeu a mercadoria. Depois, ele mesmo... nós entregamos o caminhão para ele, ele larga lá em Goiás, num lugar lá, fica de pé num lugar, pega uma carona, chega até a delegacia e faz uma queixa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma). – Uma queixa fria.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Que lugar em Goiás? Você sabe?

O SR. CLEVERSON – Cristalina, Catalão. A gente já fez bastante BO em Catalão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas há companhia de seguro também?

O SR. CLEVERSON – Sim. Há bastante gente da Transportadora da União que já nos entregou cargas, da Nacional Cargas. Inclusive, naquela CPI de Uberlândia, o motorista foi lá e confirmou que já tinha dado mercadoria para mim, para outro colega meu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Na audiência Pública da CPI.

O SR. CLEVERSON – O motorista mesmo foi lá e assumiu que nos tinha entregado a mercadoria.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Sr. Presidente, pelo o que o Cléverson alega, a quadrilha é grande. Falamos de muita mercadoria. O próprio nobre parlamentar tinha dito um valor expressivo de roubos no Brasil. Então, podemos concluir, Cléverson, que há muita gente recebendo essa mercadoria.

O SR. CLÉVERSON – Não é só o Carrefour. Eu mesmo já vendi para várias pessoas. Não foi só aqui em Brasília; em Minas, Goiânia, São Paulo, Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo o que ele explica, não há exclusividade na receptação de mercadorias. Há vários empresários, então, é bom não chamar exclusividade para o senhor, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estamos falando em R$ 600 milhões de reais/ano.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E obviamente que há muita gente querendo crescer em cima de cargas roubadas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Já cresceu muita gente.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Cresceu muita gente em cima de cargas roubadas. À pergunta muito sábia do Diretor do Carrefour e obviamente interrompida pelo Sr. Presidente, que também teve a sabedoria mais rápida ainda, é bom salientar que ao Carrefour não foi só uma venda. Existem informações de várias vendas, e algumas já comprovadas. Isso não significa que seja o único que compre. Isso não significa que seja a única rede grande que compra mercadoria roubada. Mas, enfim, lamentavelmente, já foram descobertos alguns.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A diversificação dos produtos roubados nos indica que há vários compradores, porque há produtos que são roubados num aumento assustador, principalmente defensivos agrícolas, em determinados períodos. Creio que o Carrefour não negocia com defensivos agrícolas, pelo menos no atacado. Então, a diversificação é muito grande. Se o senhor pegar a planilha de mercadorias roubadas, levantadas pelas companhias de seguro, pelas próprias entidades dos transportadores, verá que são assustadores os limites que a marginalidade não respeita. E qualquer tipo de mercadoria que o senhor encomendar. Se, amanhã, o senhor encomendar ouro em barra, eles vão buscar ouro em barra para entregar a quem compra. Então, essas quadrilhas têm algumas diversificações no **modus operandi**. O senhor tem a quadrilha de ladrões que vai vai respeitar a determinação de quem é o intermediário. Eu preciso de uma carga de Leite Moça. Então, o sujeito vai traz a carga, aí eles entregam para o intermediário. Aí é outro setor que vai fazer a entrega. Não é isso?

O SR. CLEVERSON – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, esse **modus operandi** tem um intermediário e uma estrutura empresarial forte em que os operários são os ladrões que eles contratam no meio do caminho para poder executar a parte suja da operação.

Então, essa diversificação de produtos e de compradores é um leque muito grande.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – O sistema de compras do Carrefour, acredito eu, mudou depois desse programa, certo?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Ele já estava no procedimento de alteração.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Tudo bem. O que se alegou, pelo menos que eu me lembre, é que a compra era individualizada, ou seja, cada loja faz a sua compra. Era assim que funcionava quando houve alguns desses ocorridos?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Só para eu também não perder, Excelência. Eu posso fazer a pergunta antes e depois responder essa.

Cleverson, só para eu entender o perfil das pessoas, na pequena e média empresa. Quem estava fazendo as compras era o próprio proprietário da empresa, é isso?

O SR. CLEVERSON – Como assim que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, você entregou para outros a que você fez referência. No Carrefour era o gerente, segundo a explicação sua e do Savio. As outras empresas de pequeno porte, pequenos supermercados ou médios, era o próprio dono ou tinha alguém que...

O SR. SÁLVIO – Às vezes tinha um intermediário que nem o Tião Raul, que era quem conhecia o dono lá dentro. Ele é quem negociava com o dono mesmo, que nem negociou com o Tatico, era ele quem negociava. Agora aquele do Frangão, eu já negociei direto com o Zesão.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Com o dono significa com quem compra, porque no restaurante pequeno quem compra é o dono, no grande não é o dono, é algum diretor.

O SR. CLEVERSON – Ele é irmão do dono do supermercado. Eu já negociei direto com ele, o irmão do dono, que é aquele que tem aqui.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – É natural isso. Se não você imagina o dono do Carrefour...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está querendo classificar a parte operacional de quem compra mercadoria de origem ilícita. Não é isso?

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – A pergunta que vou fazer é baseada nisso. Uma rede de supermercado grande, quantas lojas tem em São Paulo?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – No Brasil temos 220 lojas.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – A compra era individualizada por lojas, certo?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Excelência, na sua ausência eu tinha feito essa explanação. Deixa eu tentar em poucas palavras. Nós temos um procedimento, pelo menos de 1997 para cá, que é a iniciação de um cadastro único que nós fizemos no Brasil, onde há uma série de etapas que têm que ser vencidas para depois uma pessoa possa começar a vendar na companhia. Criamos um procedimento dentro de São Paulo. Esse procedimento já estabelecido funciona.

Um fornecedor pode iniciar pela loja se ele é um fornecedor pequeno de uma mercadoria necessária

para aquela região. Então o funcionário tem uma limitação, ele preenche as informações desse fornecedor, isso é mandado para a matriz e passa por uma série de verificações e, depois que é aprovado pela matriz, entra no sistema. Assim a loja pode compra via sistema, até porque os pagamentos acontecem via depósito bancário, enfim, ou pagamento de duplicatas e assim por diante. Esse é o procedimento que funciona hoje.

Anteriormente havia uma possibilidade, até pelo desenvolvimento do Carrefour no Brasil, de a loja fazer a sua aquisição. Mas, a princípio, com grande parte dos fornecedores nacionais era uma negociação visando São Paulo para sabermos com que nós estávamos negociando e permitindo à loja comprar diretamente. Então, havia outros fornecedores pequenos que poderiam ser admitidos pela loja? Sim.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Então, no caso das compras que foram feitas pelo Carrefour em mercadoria roubadas, houve uma prévia concordância da diretoria e do sistema do supermercado? O senhor acabou de confirmar que, se houve alguma compra de produto roubado ou de produto ilícito, ou sem nota, enfim, se existiu algum tipo de compra irregular feita pelo Carrefour, o responsável não é o gerente, mas o sistema todo do supermercado.

Era isso o que eu queria saber e para mim ficou bem claro com a resposta do senhor.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Perdoe-me, está incorreto. Sr. Presidente...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Não, mas o senhor acabou de me dar essa resposta.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não, senhor. Então, vou refazer as minhas palavras aqui, de forma correta.

A loja tinha determinado grau de autonomia para fazer aquisições de mercadorias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando o senhor se refere à loja, identifica o gerente?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Sim, o gerente que está na loja, por exemplo, de Recife.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O administrador?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Exato. Por exemplo, um gerente de eletrodomésticos, porque a loja é dirigida por setores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O gerente do setor?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Exatamente. Então, ele poderia, sim, até determinada capacidade, limitação, fazer essa aquisição lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para suprir algo...

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Deficiência momentânea.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... que, de imediato, estava desfalcado do produto.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele fazia a compra limitada, mas a limitação tinha um teto.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Exatamente. Perfeito.

Então, como falávamos? Bem, está faltando um produto – perdoem-me, apenas como ilustração – Brastemp.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Cite um produto específico de um dos casos de roubo que existiu no Carrefour.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – O único caso que conhecemos e que tudo indica que houve um furto, ou um roubo, é o da Ericsson. Esses todos estão sendo novidade, e estou anotando atentamente para responder à CPI.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Então, vamos passar ao caso específico da Ericsson.

O senhor não estava comprando diretamente?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não, senhor. O senhor não estava aqui. Vou repetir, vou explicar novamente.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Conheço o caso, porque o caso do Carrefour não apareceu na Comissão do Roubo de Cargas, mas veio desde a CPI do Narcotráfico. E, depois, quando foi criada a CPMI do Roubo de Cargas, os casos de roubo de cargas foram, obviamente, deixados para ser investigados neste momento.

Então, conheço bem o processo.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Tomo a liberdade de perguntar a V. Exª se sabe por que mandamos embora os dois empregados.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Por quê?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Houve uma quebra de procedimento.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Quando o senhor mandou embora?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Depois que apuramos o fato lá.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E quando foi apurado o fato?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Os fatos aconteceram em 2000, e fizemos a apuração.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Como é que o senhor apurou o fato? Essa é a pergunta para o senhor.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Vou repetir o que já respondemos hoje.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – O senhor apurou o fato porque saiu no jornal, porque a polícia chegou?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – De forma alguma!

Excelência, tive o cuidado de pormenorizar tudo aqui para que não gerassem dúvidas.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Eu sei que ele acabou de dizer que já foi respondido, mas estou querendo colocar a minha conclusão pessoal dos fatos até o momento. Ou seja, para que um gerente comprasse uma mercadoria roubada... Ele não o faria, pura e simplesmente, porque alguém bateu à sua porta e disse: "Tenho papel para vender, quer comprar?" E ele colocou na loja do Carrefour.

Havia todo um sistema, um procedimento. E não estávamos falando aqui de rapadura, que só vende nos supermercados de uma cidade do Nordeste. Estamos falando de telefones da Ericsson, ou seja, estamos falando de sistemas de telefone, de aparelhos de telefone. Nesses casos, havendo qualquer roubo, imediatamente todos são anulados, porque constam da nota, e todo mundo sabe como se liga um aparelho. Não basta apenas ter o aparelho. É preciso ter o código, que está registrado atrás dele; é preciso a nota fiscal.

Enfim, estamos falando de um produto que fica muito mais difícil de ser comprado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está dentro do processo, do inquérito, a forma com que as notas deram entrada. O distribuidor, praticamente o intermediário do produto roubado, era o mesmo que intermediava a venda legalizada. Pelo menos, pela leitura do processo...

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Provavelmente, o envolvimento do funcionário tenha tido uma força maior do que a confiança que havia na empresa vendedora, que intermediava.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Concordo com o senhor, mas se o funcionário foi mandado embora porque ele pulou o procedimento...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele traiu a confiança.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Se ele comprou de quem o Carrefour comprava e se quem traiu a confiança foi o vendedor... Por exemplo, sou fornecedor de papel para o Carrefour. Aprovado, tudo bem. Compro uma carga de papel roubado, vendo-a e a entrego ao Carrefour, como fiz a vida inteira. Por que, então, o funcionário tem culpa?

Portanto, ele não burlou o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, creio que o procedimento ...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – É por isso que essa história fica estranha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acredito que, na apuração que foi feita, houve a ilegalidade da ação do funcionário.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Exato, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Indicada inclusive pela autoridade policial. Não havia como a empresa manter alguém acusado de ser intermediário na receptação de uma mercadoria. Não sei nem se feriu ou não feriu o regulamento, é uma outra coisa que tem que ser apurada, e a CPI vai apurar, mas não posso conceber que uma empresa mantenha, sob o teto do emprego, quem pactuou com um negócio ilícito, esclarecido e confessado como ilícito, e a prática da compra ilegal da mercadoria, até pela variação de preço, que foi a oferta para concorrer com o vizinho que estava vendendo por aquele preço. Foi a história que nos contaram aqui e que está registrada.

Não quero fugir à verdade, vamos buscar a verdade, mas do que consta dos autos, do que consta dos esclarecimentos não podemos fugir. O que vale é investigar, aprofundar para saber até que ponto vai a responsabilidade criminal da empresa ou se ela não agiu dentro da legalidade.

O que nos preocupa e nos assusta são as denúncias de várias compras de vários tipos de mercadoria. Então, não ficaremos no telefone da Ericsson, porque para isso tem um inquérito policial em andamento. São esses outros fatos que são descritos pelos colaboradores, que não teriam praticamente nada a ganhar porque já estão condenados, estão cumprindo pena, estão com vários processos nas costas e não há nenhuma – vamos dizer – violação de relacionamento por um tratamento inadequado do Carre-

four ou de qualquer outra empresa para que eles pudessem trazer um envenenamento contra essas empresas.

Então, a apuração do telefone está em andamento, mas essas outras entregas nos preocupam e temos que saber a verdade, se realmente o Carrefour é contumaz na receptação de mercadorias. Então, são coisas que têm que ser esclarecidas, para o bem da empresa e da sociedade. Não dá para acharmos que o senhor diz que é mentira ou não é. Não, vamos lá, há dados, nomes, telefones, locais de entrega, caminhos seguidos e tipo de mercadoria que possibilitam fazer-se uma apuração mais correta, mais firme, para que se esclareça definitivamente e não fique essa permanente nuvem de chuva torrencial sobre a empresa. Então, a colaboração de vocês é importante para que se esclareçam todos esses dados que foram fornecidos.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Eu queria apenas uma informação, Relator: já foi perguntado sobre o Cícero da Silva? Já.

No depoimento que ele deu à Polícia Civil, confirma mais ou menos o que o diretor coloca, mas ele deixa taxativo que a autorização de respectiva compra era sempre da matriz. Sempre da matriz. Então, ele deixa bem taxativo no depoimento que fez à Polícia Civil que as compras eram e tinham que ser autorizadas pela matriz. Mas, enfim, as investigações vão continuar e, obviamente, a verdade, como sempre, aparecerá.

O SR. CLEVERSON – Eu queria falar que esse Ricardo também já me comprou duzentos e poucos aparelhos de telefone que a gente trouxe de Belo Horizonte uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para que empresa?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Ricardo do Carrefour?

O SR. CLEVERSON – O Ricardo do Carrefour, ele já me comprou...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas era para o próprio Carrefour ou ele ia...

O SR. CLEVERSON – Não, ele comprou todos esses aparelhos de celular nossos, nós já tínhamos vendido...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Fala no microfone.

O SR. CLEVERSON – Nós tínhamos vendido um pouco em Goiânia, e aí sobraram duzentos e poucos aparelhos, a gente trouxe e eles pagaram tudo à vista para nós. Deu trinta e poucos mil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É bem aquém do valor de mercado?

O SR. CLEVERSON – Não, nós vendemos 50% do valor da nota, também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cinqüenta por cento do valor da nota. Mas você sabe se esses telefones também foram para o Carrefour ou estavam sendo negociados para alguém?

O SR. CLEVERSON – Foram para o Carrefour. Ele comprou, só não sei se foi para colocar lá dentro do Carrefour para vender dentro do Carrefour. Nós vendemos para ele, lá no Carrefour.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Lá no Carrefour?

O SR. CLEVERSON – No Carrefour mesmo. Eram umas caixas grandes e entregamos no pátio do Carrefour para ele.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E o pagamento?

O SR. CLEVERSON – Em dinheiro.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Em dinheiro?

O SR. CLEVERSON – Em dinheiro. Ele pagou dentro de dois dias. Nós voltamos lá e ele nos pagou. Dois dias depois.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Dois dias depois ele voltou e pagou?

O SR. CLEVERSON – Nós voltamos e ele pagou para nós.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E vocês fizeram o que com o dinheiro?

O SR. CLEVERSON – No dia, lá, ele arrumou R$3 mil para nós, na hora. Nós trouxemos os aparelhos, falamos que tínhamos os aparelhos, ele mandou levar. Chegamos e entregamos. Dois dias depois, ele mandou voltarmos para pegar o dinheiro. Foi o Raul, lá de Taguatinga, que vendeu para nós esses aparelhos que vieram de Belo Horizonte. Trouxemos de Belo Horizonte.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está dispensado. Agradeço a colaboração.

O SR. CLEVERSON – Depois eu gostaria de conversar com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois nos falaremos.

Pergunto aos Srs. Deputados se há ainda alguma questão a ser feita.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tenho alguns requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois trataremos disso. Não pretendo mais segurar o doutor aqui.

O senhor tem mais alguma questão? Quer dizer mais alguma coisa?

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Não, Excelência. O que for necessário produzirmos de informações, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor se coloca à disposição.

O SR. JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem alguma reclamação a fazer a respeito do comportamento...

O SR. – Nenhuma, Excelência.

Muito obrigado pela acolhida. Posso falar pelo Carrefour que a Comissão terá todo o apoio que o Carrefour puder dar, em termos informações, enfim, contribuir com esse desiderato.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido à rede Carrefour, na pessoa do Dr. João Carlos, que, com base nas informações que V. Sª recebeu – a CPI também tem outros dados que já constam dos Anais – que se façam alguns levantamentos para o bem do bom nome da empresa. Ainda entendo que a instituição Carrefour não se prestaria a esse tipo de envolvimento, mas também não tenho dúvidas de que, por meio de gerentes e de funcionários, ocorreu várias vezes, em função de tudo o que ouvimos e de tantos levantamentos que foram feitos.

O senhor está dispensado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passamos à discussão de alguns requerimentos.

Requerimento do Deputado Oscar Andrade, Relator da Comissão, que requer a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal da empresa Sprint Celular Comércio e Serviços Ltda., responsável pela emissão de notas fiscais de venda de quinhentos telefones roubados à loja do Carrefour do Bairro da Torre em Recife.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Deputado Oscar Andrade. Requer a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal das pessoas abaixo envolvidas com a venda dos quinhentos telefones ao Carrefour do Bairro da Torre em Recife: Flávio Ferreira da Silva, Ricardo José Rodrigues Gomes de Mato e Luís Ricardo Ribeiro Gusmão.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Sr. Altair da Silva, Gerente do Setor de Eletrodomésticos da Loja Carrefour do Bairro da Torre, Recife, e Cícero da Silva Amorim, Gerente de Departamento do Carrefour, responsável pela receptação dos quinhentos telefones, que pedem a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento solicitando a quebra dos sigilos bancários, telefônico e fiscal da empresa Brinket Point do Brasil Ltda., sediada em Barueri, cujo vendedor Flávio Ferreira da Silva efetuou a venda dos quinhentos telefones roubados à Loja do Carrefour no Bairro da Torre, em Recife.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Por último, a quebra de sigilo da conta da loja do Carrefour do bairro da Torre, em Recife, do Unibanco daquelas cidades, apenas em relação aos pagamentos efetuados por terem sido emitidos cheques dessa conta nos valores de R$85 mil e R$15 mil para o pagamento da compra de telefones celulares roubados, apesar de ter o Dr. João Carlos de Figueiredo Neto, Diretor de Assuntos Corporativos do Grupo Carrefour, afirmado, em depoimento, a esta CPMI, nesta data, que a conta é utilizada pela loja apenas para pequenas despesas.

Em discussão.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª deseja discutir esse requerimento?

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem V. Exª a palavra, Deputado.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sou favorável, obviamente. Nem vou discutir contrariamente. O que eu vou discutir é se ele não deveria ser mais amplo, na medida em que esses telefones foram comprados por São Paulo e não por Recife. Não teríamos um resultado talvez tão eficiente se fosse por Recife.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui ele está falando em uma forma de pagamento. Fala que o pagamento foi efetuado por lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O depoimento do João Carlos afirma que foi feito pela loja de Recife e pago em um cheque de R$85 mil...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Quebraremos todos os sigilos. Vamos por parte. Primeiro, não só desses dois pagamentos, mas a quebra do sigilo da empresa, mesmo porque ele depois comprou, acabou de dizer que foi vendida uma nova coisa, que deu, primeiramente, um sinal de R$3 mil e, depois, pagou o restante após 2 dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos aprovar esse requerimento; posteriormente será feito outro, relacionando, depois da degravação de todas as informações.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Só quebrar o sigilo do loja. E obviamente não aparecendo nenhum pagamento, quebra-se tudo para saber quem pagou, por onde pagou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então é favorável à aprovação do requerimento?

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Do requerimento, da quebra do sigilo da loja do Carrefour de Recife.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não apenas os dois pagamentos.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Não os dois pagamentos, a quebra em geral.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Concordo e subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, V. Exª fará a alteração.

Em discussão.

Aprovado, com a alteração proposta pelo Deputado Robson Tuma.

Não havendo nada a discutir, pergunto se os Srs. Deputados e Senadores desejam se pronunciar.

Encerrada a reunião, convoco audiência pública para amanhã, com o carinho do nosso Deputado que nos receberá em Recife, às 14 horas.

(Levanta-se a reunião às 17h39min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 3ª Reunião Realizada em 14/03/2002

Aos quatorze dias do mês de março do ano dois mil e dois, às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado Pernambuco, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Deputados Carlos Dunga, Domiciano Cabral, Mário Negromonte, Eduardo Campos e Cabo Júlio. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente indicou para funcionar como Relator Ad-hoc o Deputado Eduardo Campos inicialmente foi ouvido o Dr. Washington Luiz, Delegado de Polícia Titular da Delegacia de Roubo de Cargas em Recife que relatou sobre as atividades de sua especializada no Estado de Pernambuco como também foi questionado pelos Parlamentares presentes. Foi registrada a presença do Deputado Federal Gonzaga Patriota a seguir dada a palavra ao Deputado Estadual Pedro Eurico que fez a entrega ao Presidente do Relatório da CPI da Violência que foi realizada na Assembléia Legisltiva daquele Estado. Em continuidade usou da palavra o Deputado Estadual Sérgio Leite que também discorreu sobre a mesma CPI. A

seguir foi inquirido o preso Ronaldo Inácio da Silva. Dando seqüência aos depoimentos foram ouvidos Flávio Ferreira da Silva, Ricardo José Rodrigues Gomes de Matos e Rogério Carneiro Interaminense sobre o caso "Carrefour-Recife" sendo so mesmos acareados. Ainda prestou depoimento o senhor João Azevedo Dantas, Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Drogas e Medicamentos do Estado da Paraíba. Firmalizando os depoimentos falou o Vereador Jorge Chacrinho. Ainda estiveram presentes a reunião os Deputados estaduais João de Deus, Eduardo Araújo, Geraldo Coelho e Augusto Cesar. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SENHOR PRESIDENTE ROMEU TUMA – Boa tarde a todos. Preliminarmente, antes de iniciar os nossos trabalhos, eu queria agradecer a Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco por nos ceder este Plenário a fim de que a CPMI do Roubo de Carga possa exercer sua atividade de audiência pública com respeito a fatos sob investigação com ligações no Estado de Pernambuco. De forma que assim que o presidente chegar a Casa nos faremos presentes para agradecê-lo pessoalmente. Quero agradecer ao Deputado João de Deus, que Deus esteja conosco, para que possamos corresponder às expectativas da sociedade e agradecer à V. Exa. por nos permitir a sua presença nesta audiência pública. Encontra-se conosco o Deputado Carlos Dunga, Deputado Cabo Júlio, Deputado Mário Negromonte, vice-presidente da Comissão e o Deputado Eduardo Campos a quem solicito hoje que seja o nosso relator *ad hoc* em razão do Deputado Oscar atrasar um pouco a sua vinda a Pernambuco. Então, pergunto se o Deputado concorda em ser o relator *ad hoc* desta audiência pública?

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Pois não, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE – De forma que esta Comissão Mista foi criada através do requerimento de nº 23/2000, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar em todo o país o elevado crescimento de roubos de carga transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviários e aqüaviários bem como proceder investigações que no concerne à lavagem de dinheiro, desmanche de caminhão, pessoas envolvidas com quadrilhas do roubo de cargas. Nós temos vários depoimentos para colhermos hoje e amanhã mas, por uma gentileza especial do Dr. Washington Luis, delegado de polícia do Estado de Pernambuco, conhecedor profundo dessa área de roubo de carga, se dispôs a colaborar com a CPMI expondo os fatos que são de seu conhecimento durante investigações que possam orientar e ajudar a CPMI. Pela ordem, Deputado Carlos Dunga.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Presidente, com a intenção de colaborar com V. Exa., gostaria de lembrar à presidência que no mesmo requerimento foi inclusa uma solicitação para que fosse ouvido também o presidente do Sindicato dos Medicamentos do Estado da Paraíba, o Dr. João Azevedo Dantas. Mas, lamentavelmente, isso não está incluído na pauta. Eu pediria a V. Exa. determinasse que a secretaria entrasse em contato com ele.

O SENHOR PRESIDENTE – Ele chegando nós faremos com muito prazer...

O SENHOR CARLOS DUNGA – Presidente, eu gostaria que V. Exa. mandasse incluir no final da pauta de hoje. Eu agradeço a V. Exa., Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE – Podemos passar a palavra ao delegado, Dr. Washington Luis.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Senador Romeu Tuma, de quem eu sou admirador, senhores presentes, Deputado Sérgio Leite.

Primeiramente, quero informar a V. Exas. que estou à frente da Delegacia de Roubo de Cargas há dez meses. E, à frente daquela delegacia complexa, eu constatei uma dificuldade muito grande, principalmente no modo operante, ou seja, na maneira como nós deveríamos trabalhar. Eu iniciaria logo dando um exemplo, é uma espécie de protesto que eu faço, e é muito importante porque é um trabalho que seria vinculado à delegacia mas que, infelizmente, estamos de mãos atadas. Eu não estou querendo justificar nada pois nós continuamos fazendo nossas diligências. Mas eu daria como exemplo: Mais ou menos no mês de janeiro último houve um informe de que num depósito localizado na Embiribeira estariam cargas roubadas e eu mandei uma equipe lá no local. Pouco depois a equipe chegou ao local e ligou para mim dizendo que o vigilante, que estava cumprindo o dever dele, disse que ninguém entrava lá sem um mandado de busca e apreensão. Eu me dirigi ao local mas pensei que não poderia trabalhar pela emoção e sim através da razão. Eu pensei que se eu entrasse lá na marra, quebrasse o cadeado, eu seria processado por abuso de autoridade, dano ao patrimônio e quem sabe até danos morais. Então, eu pensei em convidar um amigo meu que é fiscal da Fazenda. Liguei para

ele e ele disse que iria na hora para lá. Eu pensei que indo com o fiscal da Fazenda ele teria autoridade, poder para entrar no depósito e fazer a averiguação. Ele poderia até dizer para eu esperar lá fora enquanto ele resolvia e eu ia obedecer. Mas, graças a Deus, chegou ao local o fiscal da vigilância e eu adentrei no local e não foi constatado nada. Aí eu fiquei admirado. Eu participei no ano passado de um congresso sobre roubos e furtos de cargas, na Paraíba onde eu levantei essa tese sobre o mandado de busca voltar para termos o direito de expedir o mandado de busca e apreensão...

O SENHOR PRESIDENTE – Eu poderia ajudar no raciocínio, Dr. Washington, porque eu entendo bem essa dificuldade e sei o que representa. Nós sabíamos que até o surgimento da Constituição de 88 à autoridade policial chefiando a diligência era dispensado o mandado de busca e apreensão porque ele era responsável como autoridade judiciária pela execução da busca e apreensão. Com o advento do artigo 7, se não me engano, da Constituição, vários impedimentos de ordem legal foram criados para ação de polícia. Eu não sei a que horas o senhor foi lá. A que horas o senhor foi lá?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Por volta das quatorze, quinze horas.

O SENHOR PRESIDENTE – Às quatorze horas o senhor teria o juiz funcionando para expedir o mandado de busca mas têm regiões no país que o mandado de busca tem que andar dois dias, não tem juiz na comarca, o senhor deve saber como policial. Então, a nossa luta hoje na Comissão Especial é para tentar equacionar um pouquinho mais a habilitação da autoridade policial da busca e apreensão como uma comunicação impeditiva de se conseguir antes mas que posteriormente comunique à autoridade do judiciário porque hoje é permitido, se está ocorrendo um crime invadir a Casa e tentar evitar porque a própria legislação permite. Mas se sabe que há num depósito clandestino um crime, entre a ida e vinda e conseguir buscar o mandado de busca já se esvaziou tudo e não se acha mais nada. Eu acho que é uma tese importante que esta Comissão tem que levantar, pedir ao Cabo Júlio para que na Comissão Especial de Segurança nós possamos discutir...

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Senador, teve um fato que eu necessitava de fazer uma busca e apreensão. Então, eu preparei a documentação e dirigi ao juiz. O juiz recebeu a documentação que foi entregue em mãos, ele leu e disse: "Aguarde que eu vou estudar e lhe dou o retorno." Mais ou menos oito dias após foi que eu recebi o mandado de busca e apreensão. Oito dias depois eu não tinha mais nada, não tinha mais graça.

O SENHOR PRESIDENTE – Uma busca e apreensão não cabe nem oito minutos depois, não se pega mais nada.

O SENHOR CABO JÚLIO – Só gostaria de passar a informação para o senhor que a Comissão Mista já aprovou, inclusive vai ser votado na semana que vem no Plenário da Câmara e depois no Plenário, e é um fato novo, acontece, dando autoridade ao delegado de polícia expedir, como era antigamente, o mandado de busca e apreensão. Isso foi na semana passada e vamos estar votando na semana que vem justamente porque em alguns momentos é imprescindível que o delegado tenha essa autoridade sob pena de aquele informe deixar de existir.

O SENHOR PRESIDENTE – Deputado Cabo Júlio, uma coisa interessante, não é crítica a Deputados não porque eu hoje estou no Parlamento e tenho muito respeito a Deputados. Na época eu estava na Polícia Federal quando houve. Eu conversei com Deputados e eles disseram que eu estava louco em dar mandado de busca para delegado autorizar pois, daqui a pouco, ele vai entrar na minha casa. Como se não há responsabilidade pelo abuso da autoridade que a gente tem que, realmente, agravar sempre a responsabilidade daquele que usando de uma prerrogativa legal ultrapasse os limites do normal. Então, não se pode acabar com qualquer tipo que dificulte a investigação sob o prisma de que pode haver um abuso de autoridade. Eu acho que o Cabo Júlio trás uma notícia boa e agradeço ao senhor por defender essa tese.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – E até, se houver abuso de autoridade o delegado responde, a lei foi feita para isso. Eu queria também me aprofundar em relação à delegacia de Roubos e Furtos de Cargas.

O SENHOR PRESIDENTE – Me lembra aqui o Deputado Negromonte que o hoje delegado de polícia precisa ser bacharel em Direito e fazer concurso público é exigência constitucional. Antigamente nós tínhamos "os calça curta", alguns que não podem mais existir, não pode mais existir aquele que não seja bacharel em Direito para exercer porque a Constituição exige já desde 88 também.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Eu queria ressaltar que aqui em Pernambuco à frente a nossa chefe de polícia, Dra. Olga Câmara, e o nosso Secretário de Defesa Social, Dr. Gustavo, na delegacia eu tenho pouco ou quase nada para reclamar a não ser

as acomodações que são um pouco acanhadas mas hoje eu tenho armamento, tenho colete, viatura. Eu entrei em contato com o sindicato, através do presidente do Sindicato dos Transportadores de Carga, o Jacarandá, e o Dr. Nilson Gibson que é o presidente da Federação. Então, eu estou tentando sugerir que fosse entrar em operação, a primeira operação seria colocar dois policiais vinte e quatro por trinta e duas nos postos fiscais da Fazenda. Os policiais ali teriam duas utilidades: Além de ajudar os fiscais no caso de sonegadores e ajudariam também no caso de carros roubados que iriam passar. Eles fariam um relatório diário para a delegacia. O senhor sabe bem que o motorista vai prestar a queixa na delegacia mas muitas vezes o roubo não aconteceu em Pernambuco, aconteceu no Estado vizinho. Então, vamos pegar ele na mentira quando ele for registrar a queixa e ele passaria a ser suspeito. Esse é um dos planos que eu sugeri para a Dra. Olga e ela vai levar para o Ceará na reunião que vai ter dos delegados. E a segunda ação que eu estou tentando implantar na delegacia eu chamo de "Blitz Itinerante". O que é que eu chamo de Blitz Itinerante? Para a delegacia não ser aquela delegacia que vem o motorista, registra a queixa, o motorista às vezes fica seqüestrado quase 24 horas, quando a gente chega no local não tem mais rastro, não tem mais nada. A Blitz Itinerante seriam duas viaturas com oito policias comandados por um delegado que iriam fazer essas blitz nas BRs de Pernambuco nos locais e horas não sabidos, ou seja, onde pararíamos o caminhão. O motorista que está sendo assaltado ele está deitado coma arma na cabeça e o assaltante passando no posto fiscal ele mostra a nota fiscal e ninguém tá sabendo o que está passando ali dentro. Então, a blitz investigaria o caminhão em si e também os três próximos veículos que viessem atrás que fossem dirigidos por dois elementos do sexo masculino, de preferência esses carros também seriam abordados. Esse trabalho também foi proposto à Chefe de Polícia.

O SENHOR PRESIDENTE – Dr. Washington, a Dra. Olga foi 100% com a gente no caso do roubo dos remédios lá em Goiás e a investigação foi boa, eles foram presos em João Pessoa, eu estive com ela. Ela é muito voluntariosa e me parece com muito boa vontade. Nós fizemos na última visita uma sugestão ao governo, as força-tarefas em conjunto com a Receita. Conseguiram se efetuar alguma atividade conjunta com os órgãos do Governo? Tem algum planejamento que possa entrosar Polícia Civil, Polícia Militar, Receita, para essas operações em estrada?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Aqui no Estado de Pernambuco nós temos o chamado pluriemprego que é uma verba dada de incentivo ao policial que trabalha fora do seu horário de expediente. Vamos dizer que ele trabalhe 24 por 72. Então, naquele horário que ele está de folga ele vai fazer um trabalho, por exemplo, blitz, armamento, homicídio e principalmente no caso que eu estou querendo levar para a delegacia de Carga e que também poderia ser feito pela Delegacia de Furto de Veículo, se tivesse a expansão no Nordeste seria muito importante porque o que está acontecendo é a falta de comunicação entre as polícias no Estado. Aqui, a quantidade de assalto não é tão grande como no Sul do país nem Sudeste, é muito inferior. Então, seria muito mais fácil diminuir, não acabar mas diminuir essa coisa com a participação dos fiscais da Fazenda e os policiais militares.

O SENHOR PRESIDENTE – Dr. Washington, hoje, numa entrevista eu fui questionado por um cidadão através da tv, de que um senhor de nome Jethro que era policial e que esteve envolvido no roubo de uma carga de cigarros e que estaria solto e advogando e nenhuma punição teria recebido. O senhor conhece um pouco a história desse cidadão? Ex-delegado e me parece que foi demitido da função.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Veja bem, quando eu fui diretor do DEPIN, Departamento de Polícia do Interior, da antiga Secretaria de Segurança Pública, já houve problemas da transferência dos mesmos da Delegacia de Garanhuns, houve problemas na Delegacia de Garanhuns e posteriormente eu fui, na época eu era presidente da Comissão de Disciplina da Secretaria de Segurança Pública e foi apurado problemas de desaparecimento de dinheiro numa blitz realizada na cidade de Floresta. E, fora isso, teve o fato desse desaparecimento da carga de cigarro. Eu não posso acrescentar mais porque eu acompanhei pela imprensa e colegas conversando comigo. Eu não estava a par do inquérito. Agora, esse de Floresta eu fui o presidente da Comissão de Disciplina e fui encaminhado...

O SENHOR PRESIDENTE – Foi caso de extorsão?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Antes de ser demitido ele fazia parte do quadro de delegado e até hoje não sei porque cargas d'água pelas provas contundentes ou alguma coisa, eu não posso afirmar taxativamente, ele não retornou ainda aos nossos quadros.

O SENHOR PRESIDENTE – Ele continua solto e advogando, não é isso?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Continua advogando. Eu era delegado de acidentes de veículos há dois anos atrás e ele foi lá para defender um constituinte dele. E ele é inscrito na OAB.

O SENHOR PRESIDENTE – Passo a palavra ao Deputado que quer fazer perguntas ao Sr. Washington.

O SENHOR CABO JÚLIO – Presidente, eu tenho várias perguntas. Primeiro, o senhor está há dez meses à frente da Delegacia de Roubos de Carga. A primeira pergunta é a seguinte: Nesses dez meses, em um número aproximado, quantas ocorrências de roubo de carga nesses dez meses e quais as de maior vulto? A terceira pergunta, eu vou fazer as perguntas em blocos de três pois são importantes para a gente ter um norte. Primeira: Nesses dez meses que o senhor está à frente da delegacia quantos roubos de carga existiram? Segundo: Quais os de maior vulto? Terceira: Desses casos, quais os que foram solucionados? São essas as três perguntas iniciais que queria fazer ao senhor.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Eu posso adiantar a V. Exa. que do mês de janeiro a fevereiro nós já estamos com um montante de carga roubada num valor de setecentos e oitenta e nove mil, trezentos e oitenta e dois reais. Esse é o valor de janeiro e fevereiro. Tivemos 28 casos de carga das mais diversas. Aqui temos cigarro, alimentos enlatados, álcool, carne, côco, bombons. Agora, o de maior montante e que é visado pelo assaltante mais pesado é o eletrodoméstico.

O SENHOR CABO JÚLIO – A carga mais visada? Mais visada que cigarro e medicamento?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Mais visada. O cigarro é visado por eles mas normalmente o cigarro ocorre na área Metropolitana do Recife, nunca no Interior. Agora, essas cargas maiores, mais pesadas, por exemplo, nós tivemos um produto roubado próximo a São Caetano avaliado em oitocentos mil a carga de eletrodoméstico. Essa veio de Manaus. Então, nós temos...

O SENHOR PRESIDENTE – Mas a ocorrência foi aqui no Estado de Pernambuco?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Em Pernambuco.

O SENHOR PRESIDENTE – E não se conseguiu investigar o destino da carga?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Investigamos, inclusive fomos a Natal porque temos o principal suspeito que é um elemento que infelizmente só conhecemos ele pelo nome de "Luizinho de Natal". Mas esse Luizinho opera em todo o Nordeste. Nem o nome completo nós temos mas conseguimos pegar um elemento que nos deu grandes informações, um tal de "Tartaruga". Ele era um elemento que vivíamos procurando, inclusive eu pedi a preventiva dele. Nós conseguimos levar para a delegacia e instaurar o inquérito de três elementos que agem muito com cargas pesadas que é o Nem Barros, que é o Josias José da Silva, o Jair Cândido da Silva, que é irmão do prefeito de Feira Nova e está indiciado em vários assaltos de carga, ele é o intermediário, ele não é assaltante, nenhum desses aqui são os assaltantes, são os intermediários.

O SENHOR PRESIDENTE – Interceptadores ou os que fazem a negociação?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Ele é quem faz a negociação. E esse que é um dos cabeça, que é o José Josélio da Silva, vulgo Tartaruga. O Tartaruga, para se ter uma idéia, ele não tem residência fixa, ele dorme no carro dele. Ele foi preso em Caruaru dormindo próximo à BR. E ele deu o nome de vários receptadores que foram indiciados e estão respondendo processo.

O SENHOR PRESIDENTE – Como é que a justiça tem agido nesses casos? Com presteza? Tem atendido os pedidos de prisão preventiva ou tem dificuldade?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Eu tenho o cuidado de pedir a preventiva de todos eles.

O SENHOR PRESIDENTE – Faz um bom arrasoado para convencer a justiça a expedir? Eles têm expedido com rapidez ou com alguma dificuldade?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Até agora eu tenho sido atendido mas rapidez não é. Por exemplo, eu pedi a preventiva dele e eu pedi a temporária, a temporária demorou a chegar mas eu não podia ficar com o homem preso lá sem nada, eu estava ilegal com ele lá. Então, antes que o prejudicado fosse eu, eu tive que liberá-lo mas ouvi, puxei o que tinha que puxar dele, ele deu as informações sem precisar de violência pois eu sou contra essa espécie de trabalho mas eu queria ele na minha mão mas quando a temporária chego já não tinha mais nada. Mas, quando eu pegar ele de novo já tenho uma temporária pois a preventiva não saiu ainda. É essa a dificuldade que eu tenho. Não é querendo criticar os juizes mas se eu não for amigo ou não conhecer bem o juiz demora. Fica difícil para mim trabalhar desse jeito. Para eu pegar Tartaruga de novo vai ser um caso fortuito, vai ser difícil, Tartaruga é esperto.

O SENHOR CABO JÚLIO – O Senhor me deu um dado de janeiro e fevereiro, 28 casos em cerca de cinqüenta e oito dias, cerca de um roubo a cada dois dias. A pergunta que eu faço é a seguinte: O senhor já disse que a carga preferida dos ladrões é o eletrodoméstico. Desses 28 casos quantos o senhor conseguiu solucionar ou alguma quadrilha – entenda minha pergunta – desses 28 casos quantos a delegacia conseguiu solucionar e se foi detectado que uma quadrilha que atuava em mais de um caso? Porque aqui a gente tem duas situações: Vinte e oito casos. Vinte e oito grupos separados, cada um fazendo assalto ou uma quadrilha que agiu em vários assaltos? Dos 28, quantos foram solucionados e se o senhor detectou o trabalho de uma quadrilha? E a terceira pergunta: quais as empresas que foram mais lesadas nesses 28? Porque em algumas cidades nós encontramos que a empresa X é a mais lesada, em algumas cidades nós descobrimos que de 50 roubos 20 tinham a participação do motorista, 20 tinha a participação de fulano, beltrano, enfim, é esse quadro que a gente quer traçar com o senhor aqui.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Primeiramente eu queria esclarecer que, infelizmente, 70% ou mais tem a participação do motorista. Normalmente, ele já vem preparado de São Paulo para quando chegar em certo setor, por exemplo, vou dar um exemplo: Lá em Goiana, numa ladeira, é mais roubo de combustível. Ali é desvio de mercadoria. O motorista simula o assalto. Ele mesmo pegou a mercadoria e vendeu, passou. Nós aprendemos agora um elemento que disse que foi assaltado perto de Palmares mas, na verdade, a carga estava em Arapiraca, foi ele mesmo quem levou a carga. Eu solicitei a Dra. Olga Câmara que não deixasse que todos os delegados do Interior registrasse queixa e fornecesse certidão porque esse é o ponto crucial de tudo.

O SENHOR PRESIDENTE – Que tipo de certidão?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – A certidão da queixa.

O SENHOR PRESIDENTE – Não, mandar para vocês também para concentrar a informação num lugar só para poder ser analisado.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Certo. Numa delegacia qualquer, vamos dizer, São José do Egito. O motorista vai lá, o delegado tá lá e o motorista chega e diz que foi assaltado, aquele negócio todo. O caminhão está guardado em Afogados da Ingazeira. Ele registra a queixa mas não forneça certidão, o delegado ou escrivão que fornecer certidão, eu disse a todos ele quando teve uma reunião com os regionais do Interior, eu digo que eu vou pedir abertura de inquérito na Corregedoria de Polícia...

O SENHOR PRESIDENTE – O que o Sr. está propondo, se eu entendi, é registrar a queixa e a certidão só poderá ser expedida pela delegacia especializada?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Positivo pois aí o motorista iria à delegacia. Normalmente a gente já conhece o macete da conversa dele, repetitivo e caindo sempre em contradição. Eu disse aos colegas que se eles fornecerem certidão vão correr o risco de ser conivente com o roubo. Isso foi implantado há mais ou menos dois meses e está começando a surtir um efeito bom pois a chave de tudo é a certidão e se a gente fornecer a certidão nunca mais a gente vai ver o motorista porque, normalmente, o motorista é de outro Estado e é a coisa mais complexa localizar esse homem. Ele dá a identidade errada, o endereço errado, diz que roubaram os documentos. Depois que ele registra a queixa, pega a certidão, comunica a empresa, ele vai lá no carro dele e tá lá os documentos, entra no caminhão e vai embora.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Washington, o preso Sálvio, ladrão de carga, em Brasília ontem no seu depoimento, ele afirmara que um dos postos aqui na Barão de Souza Leão é foco de ponto de venda de carga roubada. O senhor tem conhecimento disso?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Não entendi.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Um ladrão de carga que está preso em Brasília, ontem no seu depoimento, frente ao diretor de operações do Carrefour, afirmara que um dos postos na Barão de Souza Leão é ponto de comercialização de carga roubada. O senhor tem conhecimento disso?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Tenho não, excelência.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Marco Novaes, o senhor conhece?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Não, senhor, até agora, não.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tomou conhecimento dos roubos de telefone da Ericson que foi vendido ao Carrefour?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – De onde?

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Que foi vendido ao Carrefour?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Eu soube que teve inquérito. Na época foi com o Dr. Roberto Bruto.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não era delegado ainda?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Eu era delegado mas não da delegacia de Cargas.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Mas o senhor tomou conhecimento de que a carga era roubada?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Tomei e ultimamente a CPI pediu a mim uma cópia do inquérito e eu encaminhei para os senhores.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – E o que é que o senhor sabe de Ronaldo Inácio da Silva?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Ronaldo foi autuado em flagrante, inclusive eu entreguei a cópia...

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Isso, e nós somos muito gratos pela ajuda que o senhor nos tem dado. E o que o senhor sabe sobre ele?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Veja bem, quando eu recebi o flagrante dele que foi feito pela delegada de Casa Amarela, eu fiz a conclusão do inquérito. Quem presidiu o flagrante foi a própria doutora na época. Agora, eu conclui e apresentei o que eu sei que é o que está no flagrante aí. Dra. Belquimar.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – E o senhor tomou conhecimento das cargas de medicamento roubadas? Três cargas roubadas no Interior de Pernambuco? Foi do seu tempo?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Foi do meu tempo mas na época havia uma dúvida, disseram que como ela foi roubada no depósito ela não era de competência da Roubo de Carga, era de competência da Roubos e Furtos. Então, a Delegacia de Roubos e Furtos, através da Dra. Cleide, foi quem estava à frente. Agora, eu me dispus a ajudar para qualquer notícia. Por exemplo, apreendemos ontem na cidade de Condado uma quantidade significante de remédios e nós estamos levantando de onde veio esse remédio.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Quando o senhor prende a mercadoria quem vem buscar? É proprietário da mercadoria ou a seguradora?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Depende, é a própria seguradora quando a mercadoria é segurada. Por exemplo, nós apreendemos agora também dezesseis toneladas de frango congelado. Ali, no caso, não foi a seguradora mas o próprio dono, a empresa lá de Belo Jardim foi quem veio buscar o frango apreendido. Nós apreendemos em Prazeres e o elemento foi indiciado, o receptador.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor falou que foi apreendida uma carga ontem?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Ontem, em Condado. Recebemos o informe do delegado, nos dirigimos ao local e demos ordem de prisão a dois elementos que estavam vendendo remédio.

O SENHOR CABO JÚLIO – E qual foi o total da apreensão?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Não, ainda está acontecendo. Eu estou aqui no momento mas o pessoal se encontra em Xexéu, Palmares.

O SENHOR CABO JÚLIO – O que é que já foi recuperado?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Uma certa quantidade de remédios.

O SENHOR PRESIDENTE – Com licença, Deputado. Eu acho que é interessante porque me parece que tem especialistas em medicamentos aqui na região pois quase toda carga roubada de medicamento vem cheirando por aqui. Tem alguma investigação voltada para os compradores dos medicamentos? Os receptadores tem que estar na região.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Foi em razão disso que eu solicitei a V. Exa. para que fosse ouvido o presidente do Sindicato dos Medicamentos.

O SENHOR PRESIDENTE – Perfeito, eu estou sentindo que muita coisa, que isso pode ser um fio importante.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Presidente, nós estamos aqui com a presença do presidente do Sindicato da Paraíba, dos varejistas da Paraíba e Pernambuco também que querem ter uma conversa reservada e também com o Deputado Sérgio Leite que presidiu aqui a CPI dos Medicamentos e recebeu uma série de denúncias sobre essa questão. E eu queria aproveitar a oportunidade, já que está sendo coberta a reunião pela imprensa, é o telefone do disque-denúncia da CPI da Violência no Estado que servirá de apoio hoje e amanhã para as informações que a população queira passar para contribuir com a CPI Mista. O telefone é o 0800 2812028.

O SENHOR CABO JÚLIO – Washington, esse flagrante dessa carga que foi apreendida de ontem para hoje ainda está acontecendo ou já terminou?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Está acontecendo, excelência. No caso dele eu estou pedindo a temporária.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas ele está preso em flagrante?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Veja bem o que eu estou dizendo, eu estou fazendo muito melhor pois ele era vendedor e foi buscar mercadoria porque se eu pego ele e autuo em flagrante ontem com aquela mercadoria porque ali pode triplicar o valor daquela carga...

O SENHOR PRESIDENTE – O que estava com ele era um tipo de mostruário?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Não, era remédio mesmo, ele estava com caixas, foram dois carros cheios e está tudo lá na delegacia. Ele disse que adquiriu as caixas em Xexéu, Água Preta e Palmares.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor tem informação se já encontraram mais coisa na cidade?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Não, porque neste momento o pessoal está todo lá.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, eu vou solicitar ao Presidente que após a audição do Sr. Washington Luiz ele possa entrar em contato com os agentes que estão lá para que as informações que a delegacia já tem sejam repassadas imediatamente a nós pois isso é muito importante, talvez seja uma ponta para a gente puxar na CPI.

O SENHOR PRESIDENTE – Sá foram identificados os receptadores, tudo direitinho.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Com certeza. Veja bem, eu optei pela temporária porque se eu autuo em flagrante eu teria que, obrigatoriamente, entregar para a Justiça e daí por diante acabou-se, o restante da carga desapareceu porque ele... É uma temporária, eu tenho cinco dias para trabalhar com ele e ele me mostrar tudo. Ele está lá na delegacia, bem tratado, não há problema e eu já venho com a preventiva em cima deles porque tem gente mais pesada do que eles, eles são simples vendedores.

O SENHOR CABO JÚLIO – Qual a distância de Xexéu para cá?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – É distante.

O SENHOR CABO JÚLIO – Presidente, eu queria dar uma sugestão a V. Exa. para V. Exa. analisar se seria interessante ou não a CPI analisar. Que esses dois rapazes que foram presos, se V. Exa. julgar que possam trazer alguma informação, eles fossem ouvidos pela CPI durante a nossa estada aqui.

O SENHOR PRESIDENTE – Eles já estão presos?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Eles se encontram no momento nas cidades de Água Preta, Xexéu e Palmares.

O SENHOR PRESIDENTE – Nós podemos solicitar a remoção deles sob escolta sem prejudicar as diligências que estão fazendo hoje e amanhã eles já podem ser transportados para cá. O senhor consultaria e nós providenciaríamos o pedido de autorização judicial para eles serem removidos para cá.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Com certeza. Talvez hoje já tenhamos mais novidades. Até o cabeça que esta' distribuindo a mercadoria.

O SENHOR CABO JÚLIO – Assim que terminar a audição do senhor o senhor poderia entrar em contato para poder passar informações mais frescas para nós.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Presidente, a nossa CPI, presidida por V. Exa., com a ajuda da Polícia Rodoviária Federal, quando estávamos em Uberlândia fomos informados que vários motoristas, vários caminhoneiros estavam bloqueados no trecho entre Salgueiro e Petrolina. E a CPI, de imediato, em contato com a Polícia Rodoviária Federal, solicitou o acompanhamento de viaturas a esses caminhoneiros e libertamos os mesmos. Nós sabemos também que o trecho da BR 104, compreendido entre a divisa da Paraíba com Alagoas constantemente se verificam furtos de cargas naquela região. Eu pergunto a V. S. quais as providências que foram tomadas nesses dois trechos citados. É público e notório que no Nordeste essas ameaças a caminhoneiros é constante nessas duas regiões. Eu gostaria de ouvir quais foram as providências que foram tomadas para esses dois trechos?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Veja bem, sem querer discordar do que V. Exa. disse, mas o setor hoje crucial e que é a minha dor de cabeça, é por isso que eu estava querendo fazer esse trabalho itinerante, ou seja, o lugar que tem me dado muita dor de cabeça chama-se Algodões...

O SENHOR CARLOS DUNGA – Mas e o trecho Salgueiro – Petrolina? A dor de cabeça é em todo o Nordeste. Esse até a CPI já pediu a Polícia Rodoviária e conseguiu que a polícia acompanhasse.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Lá naquela região há muito assalto, inclusive a ônibus. Agora, em termos da delegacia, o que foi registrado lá, a maior incidência que nós temos é naquela área de Cruzeiro do Nordeste, Sertânia, Salgueiro e...

O SENHOR CARLOS DUNGA – Mas é Salgueiro que eu estou falando.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – É esse quarteto que está me dando dor de cabeça. É por isso que eu estou programando junto ao pessoal, já

fomos duas ou três vezes lá pois o meu objetivo é me antecipar aos bandidos, é fazer blitz constante, toda semana, sem saber o dia nem a hora onde eu estou. A Dra. Olga está me dando apoio, só está faltando o pluriemprego e viatura. No resto, graças a Deus, a delegacia está bem preparada inclusive com o sistema Infoceg que conseguimos instalar na delegacia, muito importante em comunicação. Mas a área de maior dor de cabeça é essa que eu falei V. Exa. que é Custódia...

O SENHOR CARLOS DUNGA – Eu agradeço ao senhor mas eu gostaria, Presidente, de deixar registrado nos anais desta CPI a nossa denúncia quanto a insegurança, quanto ao que está ocorrendo nos trechos compreendidos entre Petrolina, Salgueiro, Serra Talhada, pelos caminhoneiros que me comunicam constantemente da BR104 compreendida entre a divisa de Paraíba e Pernambuco em razão de vários furtos de carga que tem ocorrido naquela região.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Na divisa da Paraíba com Pernambuco a incidência maior é o roubo de combustível. Raramente nós temos conhecimento de outro tipo de roubo. Então, é esse tipo de trabalho que nós estamos fazendo em cima disso aqui para ver que nós diminuímos ou damos por encerrado esse tipo de assalto nessa área. O bandido que opera naquela área gosta de operar no combustível. Agora, há uma suspeita que não é assalto mas uma espécie de simulação. Se conseguirmos flagrar algum bandido, aí sim, é o momento. A gente só vai conseguir desbaratar isso no momento em que nós pegarmos e com certeza, com esse trabalho que eu apresentei para ver se nós pomos em ação o mais rápido possível, com certeza nós vamos chegar a esses elementos.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Presidente, só para concluir, eu gostaria de registrar o meu agradecimento à Polícia Rodoviária Federal que tem nos ajudado muito no trabalho que esta CPI tem prestado ao nosso país.

O SENHOR PRESIDENTE – Hoje eles anunciaram, inclusive, a abertura de inscrição de concurso para a Polícia Rodoviária com salário razoável, me parece dois mil e pouco. Então, os jovens que se interessarem por um serviço útil à sociedade se inscrevam.

O SENHOR CABO JÚLIO – Eu tenho uma pergunta, Presidente. Senhor Washington, eu quero que o senhor me responda a nível de Estado, não localizado. O senhor disse que no Estado de Pernambuco a carga de maior interesse dos bandidos é o eletrodoméstico. Eu queria que o senhor fizesse numa escala de um a cinco, eletrodoméstico é o número um e o dois, o três, o quatro e o cinco?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – O eletrodoméstico é o fato do valor da mercadoria. Depois passa para produto de limpeza. Cigarro, produto de informática. Olha, o primeiro lugar é eletrodoméstico mas os outros vão variando sempre. Pela minha estatística aqui vai variando. Tem aqui estivas, Caldo Knnor, grão de café.

O SENHOR PRESIDENTE – Medicamento não entra?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – É difícil a gente dizer taxativamente. Agora, esses que eu citei os nomes são os mais visados por essas gangs aqui. Esses produtos são os mais visados.

O SENHOR CABO JÚLIO – Na avaliação do senhor quem é o maior receptador de carga roubada em Pernambuco?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – O maior receptador de cargas de alto valor é esse elemento que eu falei que se chama "Luizinho de Natal".

O SENHOR PRESIDENTE – Ele está solto?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Está. Há vinte dias atrás nós fomos a Natal pois tivemos o informe que ele estava lá. Chegamos lá e ele estava em Sousa, na Paraíba. Nós fomos lá...

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas a pergunta que eu faço é em relação a receptador daqui de Pernambuco.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Mas ele age em todo o Nordeste.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas a pergunta que eu faço é aqui em Pernambuco. Quem é o maior receptador aqui?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – O maior hoje se chama José Josélio da Silva, o Tartaruga. Ele era mosca branca...

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Presidente, baseado nas respostas do Sr. Washington, eu gostaria de requerer a esta CPI a quebra do sigilo telefônico, bancário e fiscal dos dois citados.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu acredito que será aprovado.

O SENHOR CABO JÚLIO – Para nós conseguirmos os dados, veja bem, nem conta bancária um homem daquele tem mas não é por nada não, é porque ele não abre conta bancária.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – E os negócios dele estão abertos em Pernambuco?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Ele não tem negócio, ele é um intermediário.

O SENHOR PRESIDENTE – É o que faz a negociação entre o ladrão da carga e o que recebe.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Essas pessoas que eu falei aqui, o Nem Barros, o Jair, o José Josélio e o Cícero Porfírio, eles são os intermediários.

O SENHOR PRESIDENTE – Vamos passar a palavra pra o Deputado Eduardo Campos que conhece bem a região.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Na verdade, Sr. Washington, a CPI tem feito esse trabalho com o objetivo de dar um retorno à sociedade no ponto de vista do preço dos nossos produtos. Nós estamos com um sistema viário totalmente degradado no país com um frete já caro, o furto da carga que é um negócio que envolve hoje quase um bilhão encarece os seguros e isso tudo quem paga é a sociedade. E nós sabemos e o senhor sabe também que o furto de carga tem três estágios que é quem opera diretamente, pega a carga, desvia carga, tem quem faz o negócio e tem quem recebe. O mais difícil tem sido pegar quem recebe, exatamente o "peixe grande". O "peixe miúdo", o motorista, o intermediário, o camarada que faz o trabalho com a mão armada, esse, geralmente, é mais fácil pegar, não tem advogados, não tem a quem recorrer. O que recepta geralmente está muito próximo do poder, ou do poder econômico ou do poder político. Nós vimos ontem um depoimento de dois bandidos que estão contribuindo com a CPI do Narcotráfico e com a CPI do Roubo de Carga e nunca deram informações erradas à CPI. O Senador Romeu Tuma – eu estive um ano afastado por ter assumido a liderança do meu partido na Câmara e não podia compatibilizar com este trabalho – mas todo o esquema de São Paulo, onde está 80% do furto, foi em parte desbaratado, o Senador Romeu Tuma denunciou os bandidos, receptadores e policiais às autoridades por esse pessoal eu tem ajudado a CPI. Esse pessoal depôs por horas, foi feita uma acareação dele e o diretor do Carrefour mostrando que havia uma articulação que até agora o que nós temos é que é por baixo, a nível das gerências, mas pode chegar a níveis mais altos na hierarquia do Carrefour, não querendo dizer que o grupo Carrefour está agindo dessa forma, inclusive tem o interesse do próprio Carrefour de limpar, a sua instituição tem quarenta mil pessoas trabalhando nesse tipo de gente. Mas aqui o importante é ouvir muitas informações, era desejo, inclusive, que o preso tivesse vindo mas por dificuldades operacionais ele não pôde vir. Quando o Deputado Negromonte e o Deputado Cabo Júlio perguntam pelos receptadores nós não estamos perguntando pelo Luizinho de Natal, nós estamos perguntando quem é comerciante que bota. Se o Carrefour, que é um grupo organizado, um grupo que tem controle, tem auditoria interna e externa, não é camelô, foi colocado lá dentro cargas como essa, imaginemos própria polícia de Pernambuco sabe, a CPI daqui da Assembléia tem informações reservadas que vai passar para o Presidente, nós sabemos que existem grupos, empresas, comerciantes estabelecidos que estão receptando carga. E nós não viemos aqui para ouvir Luizinho de Natal, nós viemos para saber quem está praticando como o Carrefour está. Nós sabemos que tem estabelecimentos em várias regiões do Estado, a CPI concluiu aqui e indicou cidades e nós gostaríamos de saber da polícia. Nós sabemos do seu trabalho, da sua postura como profissional, podemos testemunhar isso e queremos saber é o nome dos estabelecimentos que receptam carga para que a gente possa proceder e entregar à Polícia Federal o restante do trabalho que não der para ser feito pela CPI. Não precisa o senhor comprovar mas ouviu falar que tem tal comerciante, tal região que intercepta ou fulano que cresceu e tem inquérito?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Pois não, Deputado. Eu tenho inquérito. Infelizmente eu fui pego de surpresa, às 11 horas comunicaram a minha vinda para cá e eu não tive tempo. Se eu tiver oportunidade de em outra hora fazer a entrega do material eu darei toda a relação pois não são nem cinco nem seis receptadores não, tem mais de dez e eu estou pedindo, inclusive, a preventiva de todos eles.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – De hoje até amanhã teria como ser entregue à CPI? Nós vamos estar aqui o dia inteiro amanhã a partir das 9 horas da manhã.

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Claro que dá. Amanhã eu preparo e por volta das 11 horas eu mesmo venho ou alguém vem e trás o documento para entregar nas mãos de V. Exa..

O SENHOR PRESIDENTE – Se houver necessidade de ser reservado, tenha total liberdade de nos trazer o que seja reservado se está sob investigação pois nós não queremos atrapalhar suas investigações. Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Federal por Pernambuco, Gonzaga Patriota, que nos honra com a sua presença e também repetir os Deputados Estaduais que vem prestigiar esta Comissão: o Deputado João de Deus, Pedro Eurico, Eduardo Araújo, Geraldo Coelho, Sérgio Leite e Augusto César.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O Deputado Pedro Eurico e o Deputado Sérgio Leite querem entregar a V. Exa. o relatório da CPI da Violência como também dos Medicamentos.

O SENHOR PEDRO EURICO – Presidente, Senador Romeu Tuma, Deputados Federais aqui presentes. Nós tivemos a oportunidade de, no ano passado, constituirmos aqui na Assembléia uma CPI estadual de combate ao narcotráfico, à pistolagem e ao roubo de cargas. O relatório dessa CPI se encontra aqui e eu quero passar às mãos da Comissão do Congresso Nacional. Há um capítulo exclusivo sobre roubo de cargas e eu vou me antecipar até para responder as perguntas que foram feitas ao Dr. Washington pelo Deputado Eduardo Campos para informar a V. Exas. que quando nós constituímos a CPI, ela era fundamentalmente de investigação sobre o narcotráfico. A partir das investigações por nós desenvolvidas nós pudemos avançar para que a CPI se transformasse também na da pistolagem, do crime de encomenda e roubo de carga tamanho o volume de crimes neste Estado com relação a essas duas especialidades de delito. Eu concordo com o que disse o Deputado Carlos Dunga, aa BR 104 e a Br 116 são duas BRs que cortam o Estado no sentido Sul-Norte, na região do Agreste e do Sertão, essas duas Brs são locais onde se concentra nas investigações que nós fizemos, roubo de carga. Por outro lado os municípios que nós gostaríamos que fossem objeto de um investigação, aí usando a Polícia Federal que colaborou muito conosco nesta questão, os Municípios de Itaíba, Garanhuns, principalmente o Município de Palmares, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. Esses três últimos são hoje centro de atividade de roubo e furto de carga. E não é difícil identificar que a presença constante da receptação se dá através de pequenos e médios comerciantes no Interior, notadamente, donos de mercadinhos, supermercados que adquirem carga roubada. Nós pudemos identificar não só a questão dos eletrodomésticos mas no Interior há uma priorização para cargas de valor agregado elevado mas também com rapidez em relação à comercialização.....de Pernambuco, entre Pernambuco e Bahia ou principalmente entre Pernambuco e Alagoas e aí gostaria também de denunciar o envolvimento de políticos. Nós identificamos aqui no ano passado, por exemplo, o envolvimento do Prefeito de Delmiro Gouveia, no Estado de Alagoas, o ex-prefeito, me parece, não sei se já houve modificação no quadro mas V. Exas. poderão ter acesso a isso aqui. Este é um relatório público mas, além deste aqui, nós temos um relatório reservado. Nós temos dois relatórios, este aqui nós o tornamos de domínio público e temos um relatório reservado com indiciamento de pessoas e esse relatório foi encaminhado exclusivamente ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal que estão transformando os resultados da CPI em inquéritos competentes.

Além disso, nós constituímos no ano passado a CPI da Violência da qual ocupo também a presidência e hoje nós estamos concluindo os trabalhos. A CPI da Violência foi um desdobramento dessa primeira CPI e o objetivo primordial era a identificação dos casos de homicídios não identificados, a questão da impunidade dos crimes contra a vida que não é o caso de objeto desta Comissão Mista do Congresso Nacional. Agora, é preciso deixar claro que sem uma ação permanente e cuidadosa da Polícia Rodoviária Federal e principalmente da Receita Federal e da Receita Estadual no plano de Pernambuco e das outras Receitas dos outros Estados que fazem limites com Pernambuco, sem a participação efetiva das Receitas Estaduais nós vamos avançar muito pouco. No caso de Santa Cruz do Capibaribe nós conseguimos identificar carga roubada de tecido do Centro-Sul para a região que é um pólo de confecção informal na região Nordeste de que muitas cargas eram desviadas pelos próprios comerciantes do município e, mais grave ainda, algumas cargas entraram no município sob a proteção de carros da Receita Estadual. Na época o Governador Jarbas Vasconcelos tomou providências imediatas, aprovou a CPI e mandou investigar esses casos.

Então, há uma mistura aí não somente de receptação como também de grupos que permanentemente atuam nesses municípios. Por exemplo, Caruaru, na realidade, é hoje um paraíso fiscal em Pernambuco. A informalidade da economia também colabora fortemente para o crescimento desse tipo de atividade. Nós conseguimos prender dono de supermercado no Município de Lajedo, prender no Município de Arcoverde também dono de supermercado. Identificamos, e o Dr. Washington colocou aí a questão do Município de Feira Nova, onde nós identificamos dono de supermercado que é irmão de político na região também envolvido com a questão de furto de carga. No Município de Palmares nós pudemos identificar isso porque concentra Palmares, Joaquim Nabuco, Xexéu, toda aquela região chamada "ponta sul", fronteira com Alagoas e aí há uma articulação de desvio de carga entre a região Sul de Pernambuco e essa parte Norte e Sertão de Alagoas, especialmente Arapiraca e Delmiro Gouveia. Na área da Paraíba nós tivemos informações também do envolvimento de co-

merciantes do Município de Baiê e do Município de Campina Grande receptando cargas que são roubadas no Agreste pernambucano. Gostaria de passar às mãos de V. Exas. o relatório e nos colocamos à disposição da CPI pois já desenvolvemos este trabalho aqui e quero dizer que a partir da CPI o Governo do Estado cuidou de fortalecer a ação da Delegacia de Roubos de Cargas em Pernambuco.

O SENHOR PRESIDENTE – Queria agradecer ao Deputado Pedro Eurico, Presidente da CPI. Nós temos visto que realmente as coisas, do ponto de vista de investigação, estão corretas. Com a CPI do Narcotráfico se chegou a conclusão da necessidade da CPI do Roubo de Carga e agora se vê que também a violência e a pistolagem estão interligadas. Então, o crime organizado faz clínica geral, ele busca, através de suas ações, eliminar tudo aquilo que possa prejudicar os seus objetivos de lucro fácil.

O SENHOR PEDRO EURICO – Eu não tenho dúvida, Senador, de que coloca o dedo – me permita a expressão – na questão central do problema. Todas as três questões estão interligadas e tudo isso passa pelo crime-negócio. Enquanto nós fizermos segurança pública no Brasil, enquanto nós pensarmos no combate à criminalidade do chamado crime individual nós estamos perdendo tempo. A priorização na questão da violência no Brasil tem que ser centrada e aí o Congresso Nacional tem um enorme trabalho a desenvolver, tem que se centrar na problemática do crime organizado porque é por aí que as coisas caminham.

O SENHOR PRESIDENTE – Deputado, é interessante a vida da gente. Eu passei cinqüenta anos em polícia e algumas coisas a gente tem que aprender no trabalho. Nas primeiras reuniões internacionais que eu participei quando assumi a Polícia Federal, falava-se muito em Cartel da Colômbia, Cartel, Cartel. Então eu pedi para explicar o que era cartel que nada mais é do que uma organização empresarial com o objetivo da prática do crime e buscar o lucro através dele. Então, toda organização empresarial tem o presidente, o relações-públicas, diretor de operações, tem tudo isso no crime organizado. Então, por isso é que era um cartel, era uma informação organizacional criminosa que por ser organizada praticava o crime e tinha a parte da corrupção ativamente exercida por esse exercício organizacional que eles tinham. Então, só se começou a vencer quando se viu que tinha que se desmontar a organização, não era individualizar o bandido como o Luizinho que o senhor citou aí, não, tem que se saber a qual organização ele pertence e qual o grupo que exerce sobre ele o poder para que ele tenha essa cobertura de ir para onde quer sem ser molestado até pelas autoridades policiais. Inclusive, o que me assusta, a informação do nosso Deputado de que cargas eram escoltadas por agentes fiscais do Estado. Então, isso é uma organização mesmo, criminosa, não dá para dizer que é cobertura e que é corrupção, fazem parte e por isso que a Comissão Especial de Segurança tem que envolver todos como membros da quadrilha e serem condenados pelo mesmo crime com a mesma pena.

O SENHOR CABO JÚLIO – Presidente, eu já tenho a resposta de Alagoas. A cidade é Delmiro Gouveia, não é?

O SENHOR PEDRO EURICO – Exatamente.

O SENHOR CABO JÚLIO – O prefeito, infelizmente, foi reeleito. Ele se chama Lula alguma coisa, conhecido como Lula Cabeleira, é muito rico e a pessoa que me passou a informação disse que a participação dele em receptação de carga vem de muito tempo e que se nós puxarmos a linha vamos encontrar muita coisa. Então, confirmo o que V. Exa. disse, estão aqui os dados dele e já vamos pedir a alguém lá de Alagoas para trazer para a CPI mais esta informação.

O SENHOR SÉRGIO LEITE – Sr. Presidente, Srs. Deputados. Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui para contribuir com esta CPI e dizer que estou à disposição para dar todas as informações possíveis para ajudar nos trabalhos desta CPI. Eu, que fui membro das duas CPIs da Violência aqui em Pernambuco e tive oportunidade de investigar os diversos crimes na área, principalmente na área de roubo de carga junto com o Deputado Pedro Eurico e também, por provocação da CPI Federal dos Medicamentos, que solicitou que cada um dos Estados da Federação instalasse uma CPI Estadual de Medicamentos, infelizmente, no país, o único Estado que conseguiu instalar foi Pernambuco, por conta do lobby que foi montado pelo esquema de medicamentos, porque não ia atingir só carga mas toda a comercialização de medicamento e o lobby foi forte, vários Estados fizeram a relação para pegar assinatura e não foi possível sequer conseguir o número suficiente de assinaturas para instalar uma CPI. Felizmente, Pernambuco conseguiu e nós tivemos oportunidade de receber um número significativo de denúncias. Nós tivemos oportunidade de verificar que num medicamento que a gente imaginava que não tinha vinculação com outros crimes, pessoas que são vinculadas ao combustível também vincula com medicamento, vincula com roubo de carga, vincula com tráfico de drogas e vários outras modalidade de crime. Então, não é um

crime que funciona de forma isolada. O crime de medicamento faz parte também do crime organizado interligado com diversas outras modalidades de crime. Então, nós tivemos oportunidade de verificar primeiro o enriquecimento ilícito dos comerciantes na área de medicamentos com a visível riqueza crescente em pouco tempo e que possibilita uma concorrência desleal com os que trabalham de forma honesta e que, provavelmente, para se estabilizar os comerciantes da área de medicamentos, marcar presença na sociedade como pessoas honestas, instalam redes de farmácia, rede de distribuição de medicamentos e essas pessoas crescem de forma assustadora, comprando prédios caros, instalando farmácias e colocando preços abaixo do preço do laboratório. Então, qualquer farmácia que for comprar o medicamento tem dificuldade porque tem a margem de lucro muito pequena e, de repente, determinadas redes de farmácia conseguem dar descontos de 30, 40% com prazo até de cem dias para pagar no cartão e, muitos deles, com riquezas que surgiu do dia para a noite.

Com relação à questão do roubo de carga nós tivemos oportunidade de identificar que o crime de carga de medicamento é um crime que não é como o crime da estiva, não é como os crimes que se vendem facilmente. Provavelmente, o comprador de uma carga de medicamento não é o dono de uma farmácia, não é o dono de uma bodega mas as grandes distribuidoras pelo perfil da quantidade de medicamentos que se tem notícia no Brasil que é roubado, diante do percentual entre as cargas roubadas e a quantidade delas o percentual que tem a ver com medicamentos. É impossível farmácias pequenas terem condições de comprar esses medicamentos que são roubados diariamente em nosso país. Então, acreditamos que são os grandes distribuidores, provavelmente, que tem a detenção do controle do roubo de cargas de medicamentos porque conseguem concorrer no mercado. Não temos hoje um controle dos lotes de medicamentos. Então, a gente prende, faz um flagrante de medicamentos mas a gente não pode saber a origem dele pois a burocracia é muito grande, não dá para identificar se ele foi proveniente ou não de carga roubada. O selo da distribuidora obrigatório na embalagem não existe e, depois, a legislação tributária permite que a distribuidora vá à Fazenda, pague o imposto e libere a mercadoria como se fosse uma mercadoria lícita e a gente não tem a possibilidade de saber se é roubada ou não. Só que essas distribuidoras fazem constantemente distribuição de medicamentos sem pagar o imposto e esse medicamento tem suspeita que esse medicamento, parte dele, seja proveniente desse crime organizado pelo crescimento assustador desse comércio como também dessas redes de distribuição. Então, identificamos isso, identificamos que no Estado de Pernambuco, apesar de não termos uma grande quantidade de assalto a carro de medicamentos mas temos a grande receptação porque o centro de distribuição de medicamentos é aqui no Nordeste. Então, temos a suspeita de que aqui, pelos dados estatísticos das delegacias e tudo o que nós levantamos aqui, poucos assaltos pegamos em caminhões pequenos, não tivemos nenhuma notícia de coisa grande. Sabemos que pela origem do medicamento, pelas denúncias que recebemos dos vários Estados do Nordeste, por sermos o único Estado a instalar uma CPI recebemos muitas denúncias que posteriormente iremos passar para a CPI.

É uma coisa muito grave, o crime está interligado com todas as modalidades de crimes, nós investigamos, temos um relatório que foi divulgado publicamente e o relatório que entregamos para o Ministério Público com todas as denúncias, indicando todos os culpados que também poderemos passar posteriormente e todas as denúncias envolvendo o crime organizado de roubo de carga de medicamentos em Pernambuco. Então, participei da de
Medicamentos e da outra também e temos vários nomes que podemos contribuir, pegar a documentação, os nossos arquivos onde temos nomes de pessoas que estão envolvidas com receptação para que possam contribuir com esta CPI que eu acho que é de fundamental importância para o país pois esse crime cada dia mais cresce. Nós temos um cartel que convive na sociedade em várias modalidades e a gente precisa combater isso.

O SENHOR PRESIDENTE – Obrigado, Deputado Sérgio, pela atenção e pela eficiência no trabalho que foi desenvolvido, isso vai ser muito útil para as próximas investigações. Nós temos a suspeita de que quem trabalha com medicamento roubado tranqüilamente coloca no mercado medicamento falsificado. O próprio tipo de distribuição criminosa serve para isso.

O SENHOR SÉRGIO LEITE – Presidente, só para complementar. A gente teve oportunidade, inclusive no relatório da CPI Federal tem, de uma carga que foi apreendida em Uberlândia e que foi distribuída para uma rede de farmácias aqui do Nordeste. Uma carga de produtos de beleza e tal, cosméticos. Está no relatório federal e eu tenho alguma coisa aqui que também posso passar.

O SENHOR PRESIDENTE – Agradeço a V. Exa.. Eu queria dispensar o Delegado Washington Luiz. Agra-

deço e se o senhor puder ficar em contado com o Deputado Cabo Júlio para essas informações?

O SENHOR WASHINGTON LUIS – Só para um esclarecimento, excelência. No ano de 2001 a Delegacia de Roubos de Carga registrou um montante no valor de cinco milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, duzentos e cinqüenta e três reais. Foi o quantitativo de roubo de carga no Estado de Pernambuco no ano passado. Recuperamos quase um milhão em mercadoria através de um trabalho feito, com muita dificuldade, até com a própria sorte também mas recuperamos. O valor é muito alto, muito significativo aqui no nosso Estado. Eu quero agradecer e dizer que estamos à disposição de V. Exas..

O SENHOR PRESIDENTE – Obrigado. Confiamos, então, no contato do senhor com o Deputado Cabo Júlio para passar as informações solicitadas e verificar se podemos ou não trazer os dois presos lá dessa operação. Eu pediria, para adiantar, já que tem um preso aí que está sob escolta, pediria licença para adiantar para que a escolta possa ser liberada rapidamente. Ronaldo Inácio da Silva.

O seu nome, por favor, é Ronaldo Inácio da Silva? Confirma?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Sim, Sr.. Ronaldo Inácio da Silva.

O SENHOR PRESIDENTE – Sua idade?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Trinta e oito anos.

O SENHOR PRESIDENTE – Estado Civil?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Casado.

O SENHOR PRESIDENTE – Residência?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Prazeres. Jardim prazeres.

O SENHOR PRESIDENTE – Profissão?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Motorista.

O SENHOR PRESIDENTE – Onde o senhor exercia suas atividades?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Que cidade o senhor quer falar?

O SENHOR PRESIDENTE – Recife. Tem algum parente do senhor envolvido nos inquéritos que o senhor responde?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não senhor.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor sabe que está aqui e tem um termo de compromisso. O senhor jura falar a verdade e responder a todas as perguntas que lhes serão feitas com sinceridade?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Juro.

O SENHOR PRESIDENTE – Então, eu pediria que o senhor assinasse que vai dizer somente a verdade. Eu pedira ao Deputado Mário Negromonte para assumir um pouco a presidência para eu visitar o Presidente da Casa.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Sr. Ronaldo, o senhor deseja falar alguma coisa? Fazer alguma consideração?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu não sei o que é que o senhor vai perguntar.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Então, eu vou passar a palavra ao relator, Deputado Eduardo Campos, para fazer as considerações.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Sr. Ronaldo, o senhor foi preso em flagrante no dia 11 de outubro por participar do roubo de um caminhão que saiu aqui do cais do porto, foi isso?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Foi.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Foi o senhor quem dirigiu o carro?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Em certo momento não foi eu. Depois foi que me deram o carro.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Deram o carro em que altura?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Na BR.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Quem convidou o senhor para participar desse assalto?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Um pessoal que eu não cheguei a conhecer.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Como não conheceu se eles lhe chamaram?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu vivia lá na beira do cais, minha carteira no memento estava presa, eu precisando de dinheiro, me ofereceram uma quantia e eu entrei.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor estava desempregado?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Estava fazendo biscates ali.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor era motorista profissional e tava desempregado?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Era. Porque no momento minha carteira estava apreendida.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Por quê?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – O problema de um acidente.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E aí, chegaram umas pessoas que o senhor não conhecia e chamaram o senhor para fazer uma assalto?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não chegaram a explicar isso, disseram que era para socorrer, depois foi que eu vi que era um assalto.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Além do senhor, quem mais participou desse assalto?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eram só mais três.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Lembra dos nomes?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Qual era a carga que estava sendo roubada?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Arroz e leite.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Se trouxermos essas pessoas aqui os senhor é capaz de reconhecer todos eles?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Se eu visse, pode ser.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor já tinha algum envolvimento, alguma prisão,feito algum outro assalto?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, graças a Deus, nunca.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Foi a primeira vez?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Foi.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E só caiu o senhor ou caiu mais gente junto com o senhor?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Só caiu eu.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor gostaria de colaborar com esta CPI que está ocorrendo no Brasil inteiro, verificando essa questão do roubo de carga? Se o senhor não sabe, hoje em dia, os que colaboram com a justiça, com o desbaratamento de quadrilhas do crime organizado tem, inclusive, benefícios na pena como também podem ser protegidas pelo serviço de proteção à testemunha que existe não só aqui em Pernambuco mas no Brasil inteiro. O senhor gostaria de falar um pouco aqui contribuindo com coisas que o senhor sabe, ouviu dizer sobre esses assaltos a carga?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor, não sei de nada.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Não sabe de nada?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor nunca foi preso?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, é a primeira vez.

O SENHOR CABO JÚLIO – Nunca? Por nada?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, eu fui preso uma vez por causa do problema de um acidente que eu tive na Av. Norte.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor foi preso porque se envolveu no acidente?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Foi, porque uma senhora morreu embaixo da carreta.

O SENHOR CABO JÚLIO – Por isso que a sua carteira estava presa?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Foi. A carteira que eu tinha era D e eu estava com uma carreta e os homens recolheram a carteira.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor já está condenado?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Até agora não, não sei.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quanto tempo de cadeia o senhor acha que deve tomar?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não sei, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mais ou menos?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não tenho idéia.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor não conhecia as pessoas que lhe chamaram para o assalto?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Conhecia não, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – Narra para nós como é que foi.

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu estava lá no posto onde eu fico.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor trabalha de chapa?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, trabalho mexendo caminhão, puxando ali.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas sem carteira?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Mas é pertinho, ajudando.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas narra para nós como é que foi.

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eles chegaram, conversaram, falaram que o carro tava com problema e queria que eu socorresse. Eu disse que mexo aí...

O SENHOR CABO JÚLIO – Eles queriam o senhor como mecânico?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Era. Aí, vai lá, vem cá, me botaram dentro do carro e eu segui.

O SENHOR CABO JÚLIO – Dentro de qual carro?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Um Fiat Pálio Depois, eles disseram que era problema de um assalto. Eu disse: "Mas rapaz, me envolver numa coisa que eu nunca mexi, minha vida todinha eu nunca mexi." Aí eles disseram que dava uma quantia boa.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quanto?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Me ofereceram cinco mil reais.

O SENHOR CABO JÚLIO – Deram arma para o senhor?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não. Daí, eles abordaram lá o rapaz...

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor estava onde na hora da abordagem?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Estava dentro do veículo pequeno.

O SENHOR CABO JÚLIO – Ficou como motorista?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, não, fiquei esperando. Depois eles me deram a carreta.

O SENHOR CABO JÚLIO – O carro pequeno fechou a carreta para abordar?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Foi.

O SENHOR CABO JÚLIO – Abordaram a carreta onde?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Pegando a BR, ali na Macaxeira.

O SENHOR CABO JÚLIO – A que horas foi isso?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Mais ou menos dez pra onze horas da noite. Aí eu peguei a carreta e não cheguei a andar mais de dois quilômetros e a viatura pegou.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quantos eram?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Três.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas eu quero entender o seguinte: O senhor está lá no local onde o senhor trabalha, chegaram três pessoas, convidando o senhor para socorrer a carreta. Depois, no meio do caminho fala que era assalto, lhe oferece cinco mil e o senhor vem dizer pra mim que não conhece essas pessoas?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Conhecia não, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – Por que escolheram o senhor, então?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Ele disse que me conhecia muito bem ali.

O SENHOR CABO JÚLIO – Essa foi a primeira vez que o senhor viu esses moços?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Foi.

O SENHOR CABO JÚLIO – Eu queria, Presidente, requerer que viesse até via fax a cópia do depoimento do senhor Ronaldo. Está aqui? Então, vamos lá. O senhor nunca viu esses moços?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – E a carga era o quê?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Arroz e leite.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor ia levar para onde?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eles não disseram.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas o senhor não estava dirigindo?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Mas eles não falaram para mim.

O SENHOR CABO JÚLIO – Falaram que era para o senhor seguir o carro pequeno?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Era.

O SENHOR CABO JÚLIO – O carro pequeno estava na frente da carreta?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Estava.

O SENHOR CABO JÚLIO – E a polícia só abordou a carreta?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Foi.

O SENHOR CABO JÚLIO – O carro pequeno fugiu?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Foi.

O SENHOR CABO JÚLIO – O que é que o senhor disse quando a polícia parou?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eles me abordaram e disseram que a carreta tinha sido tomada, tal, eu disse que não era aquela, tal. Aí eles reconheceram que era a carreta.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o motorista?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – O carro pequeno tinha levado ele.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o motorista apareceu depois?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Apareceu.

O SENHOR CABO JÚLIO – Vivo?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Vivo.

O SENHOR CABO JÚLIO – Eu não estou entendendo algumas coisas. O senhor sabe que a cadeia é pesada, não é? O senhor nunca foi preso, deve ser uma experiência não muito boa, o senhor está preso desde outubro de 2001, quase cinco meses. E eu tenho que falar para o senhor que não é nem o começo. A pena depois de condenado é pesada. O senhor tem consciência disso?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu tenho pois se eu mexi em coisa errada eu tenho que pagar por isso.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, o senhor tem consciência que a sua situação é bem mais do que cinco meses, não é?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – É sim, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor tem consciência de que se o senhor ajudar a CPI a situação do senhor pode melhorar bastante?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Tenho sim, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – E tem alguma coisa que o senhor queira nos dizer diferente desse depoimento da polícia para lhe ajudar?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não tenho porque eu não sei.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, o senhor não conhece esses moços?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – Não sabia para onde ia levar a carreta?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor não perguntou onde ia deixar isso? O senhor chegou a receber adiantado, não?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – Ia receber quando?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Quando parasse o veículo.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor não perguntou onde? Quando?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – Presidente, parece que o senhor Ronaldo não quer se ajudar. Então, se ele não quer, infelizmente o problema é dele, eu não tenho nada mais a perguntar.

O SENHOR PRESIDENTE(MÁRIO NEGROMONTE) – Com a palavra o Deputado Carlos Dunga.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Presidente, eu já ouvi várias perguntas e respostas do senhor Ronaldo mas eu gostaria de lhe dizer que o relator já colocou os benefícios que o senhor possa ter caso ajude a CPI. Pergunto se o senhor teria algum depoimento a fazer a CPI secretamente?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor pois eu nunca tinha mexido com isso, foi a primeira vez.

O SENHOR CARLOS DUNGA – O senhor não quer revelar nada?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu não sei o que revelar porque eu não sei de nada. Vou revelar o quê?

O SENHOR CARLOS DUNGA – Mas o senhor sai num carro, recebe o dinheiro, não conhece ninguém e não quer revelar nada?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu não recebi dinheiro, eu ia receber depois que chegasse lá.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Pronto, Sr. Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Sr. Ronaldo, o senhor trabalhou no cais do porto, não é isso?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – É.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Há quanto tempo o senhor fazia isso?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu tirei carteira em 86. A minha categoria foi D e até hoje eu fiquei com ela.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – No cais do porto o senhor trabalhou por quanto tempo?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Cinco anos.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – E ninguém lhe conhecia e o senhor não conhecia ninguém lá?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – O senhor trabalhava no anonimato?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, o pessoal me conhecia, eu é que não conhecia o pessoal que chegou.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Me dê três nomes de pessoas de lá que o senhor convivia.

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu trabalhei na cooperativa lá quase dois anos.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Que cooperativa?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Cooperativa de transporte de carga.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Diga o nome de uma pessoa de lá.

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – O pessoal que eu trabalhei lá foi Manduca, o dono do carro, porque lá é um tipo de cooperativa que tem cento e poucos caminhões, cada qual tem o seu carro no nome e o chofer trabalha clandestino fazendo bico, não é serviço certo.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – O senhor saiu com essas três pessoas para fazer o assalto e nesse caminho o senhor não conversou nada com eles?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Conversei, disse para eles que eu tinha mulher e filho...

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – E não ouviu o nome de ninguém?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eles não chegaram a dar nome não, senhor.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – E para onde ia a carga?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eles não chegaram para mim e disseram também não. Eu digo uma coisa ao senhor, eu dou graças a Deus em estar preso pois eu acho que eu ia morrer.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – O senhor ganhava quanto por mês fazendo bico?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Duzentos contos, cento e cinqüenta.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Tem conta em banco?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor. Nem ler direito eu sei.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Tem mulher?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Sim, senhor.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Quantos filhos?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Duas filhas.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Quem está sustentando sua família?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu estou vendendo amendoim no presídio.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Ninguém está sustentando ela, não? Os donos da carga?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Seus companheiros não estão sustentando ela, não? Tem certeza?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu não sei não, senhor.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Tem telefone na sua casa?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – Presidente, ele deu graças a Deus por estar preso. Por quê?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Porque eu acho que eu ia morrer.

O SENHOR CABO JÚLIO – Por quê?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Porque eles conheciam...

O SENHOR CABO JÚLIO – Eles, quem?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – O pessoal que me chamou...

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas diga o nome do pessoal que lhe chamou, o nome.

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu não tenho nome, eu não sei.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Mas por que o senhor diz que agradece por estar preso?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Porque eu senti que podia morrer.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Quem ia lhe matar?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eles mesmos.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Eles quem?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu não sei não.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Então, o senhor não pode se sentir ameaçado se o senhor não sabe quem está lhe ameaçando.

O SENHOR CABO JÚLIO – Vamos continuar. O senhor conhecia a vítima?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor é um mentiroso, vamos começar a desmentir o senhor aqui. O depoimento do senhor aqui: 6ª Delegacia Policial. 4ª Chefia. Casa Amarela. Depoimento: "*Três elementos desconhecidos que ocupavam um Pálio de cor azul onde se aproximaram dele, o autuado, que perguntaram que mercadoria era aquela que estava sendo colocada na carreta da vítima. Foi quando o senhor informou que era arroz e leite. Disse isso porque já carregou algumas vezes para a vítima e sempre carregou com arroz e leite*". O senhor conhecia ou não a vítima?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Sim, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – E como é que o senhor acabou de dizer que não conhecia?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – A vítima que o senhor fala é o rapaz da carreta?

O SENHOR CABO JÚLIO – E tem outra?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, isso foi há tempos atrás.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, o senhor conhecia ele?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – De vez em quando eu via ele.

O SENHOR CABO JÚLIO – Tá. E o senhor disse que não conhecia. Então, o senhor está mentindo perante a CPI, para complicar ainda mais a sua situação. Aí o senhor disse no início, quando eu comecei a perguntar, que eles convidaram o senhor para socorrer a carreta. Foi isso?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Foi.

O SENHOR CABO JÚLIO – Não foi para fazer o assalto?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – Vamos lá que o senhor está mentindo de novo e se complica mais ainda. " *Disse que carregou para a vítima e sempre carregou arroz e leite, ocasião que lhe ofereceram cinco mil reais para dirigir a carreta pois iam tomá-la de assalto.*" Falaram para o senhor que iam fazer um assalto. Aí, o senhor disse o seguinte: *"Ele se negou a primeira vez, depois vieram mas ele se negou e, na terceira vez ele aceitou pois estava precisando de dinheiro e* – depoimento do senhor – *e resolveu encarar a parada, marcou com eles lá mesmo no porto de maneira que quando a carreta saísse para a viagem eles iam seguindo.*" Então, o senhor sabia que era um assalto.

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não sabia.

O SENHOR CABO JÚLIO – Vem cá. Essa assinatura é do senhor?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – É.

O SENHOR CABO JÚLIO – Pode sentar. Então, esse aqui é o depoimento do senhor. O senhor está mentindo de novo porque o senhor diz aqui que eles chegaram lá e disseram: *Vamos participar de um assalto?* E o senhor disse: *Não. Vamos participar de um assalto?* E o senhor disse: *Não. Vamos participar de um assalto?* E o senhor disse: *Vou.* Então, o se-

nhor está mentindo. O senhor disse aqui que eles lhe chamaram para socorrer a carreta e quando o senhor estava lá dentro do carro já é que eles disseram que era um assalto. O senhor está mentindo?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu não sei, o senhor está falando aí.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas eu estou lendo o depoimento do senhor.

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Esse depoimento foi na delegacia devido a muito problema, não é?

O SENHOR CABO JÚLIO – Muito problema? Então, o senhor está mentindo perante a CPI mais uma vez. Vamos lá: Para onde ia a carga?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu não sei.

O SENHOR CABO JÚLIO – Vamos lá de novo: Posto Sena, onde é?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Foi antes de onde eu fui pego.

O SENHOR CABO JÚLIO – E a carga não era pra deixar lá no Posto Sena?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu era para largar o caminhão ali, no Posto Sena.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – E ele fica localizado onde?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Na BR.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Que BR?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Na 101.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – E o senhor tinha que deixar o carro lá?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Era.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas o senhor não foi pego depois do Posto Sena?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, foi antes.

O SENHOR CABO JÚLIO – E como é que o senhor disse que não sabia onde ia deixar o carro? Eu perguntei e o senhor disse que não sabia e diz agora que ia deixar a carga no Posto Sena.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Conhece alguém do Posto Sena?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, senhor.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Foi lá quantas vezes?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Somente umas duas vezes.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Não conhece ninguém lá?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, passava lá só.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor ia deixar a carga no Posto Sena?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Ia.

O SENHOR CABO JÚLIO – O combinado era deixar no Posto Sena?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Era.

O SENHOR CABO JÚLIO – E lá o senhor recebeu cinco mil?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Ia.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor não me disse agora há pouco que não sabia onde ia deixar a carga? Vamos lá. Na hora do assalto eu perguntei se o senhor tinha descido do carro para participar do assalto e o senhor disse que não. Vamos lá, depoimento do senhor:...

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não, mas aí o senhor perguntou e eu não desci, depois foi que eles me mandaram descer.

O SENHOR CABO JÚLIO – NA hora de pegar a carreta?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Foi.

O SENHOR CABO JÚLIO – Vamos lá, depoimento do senhor: *"Seguindo a carreta e quando chegou próximo à entrada da BR o Pálio aproveitou a subida da ladeira e parou na frente da carreta e desceram os três, o autuado e mais dois armados de revólver."* Então, o senhor desceu na hora do assalto, não na hora de pegar a carreta. O senhor já mentiu e se complicou todo, vamos complicar mais ainda. Nós demos a chance aqui do senhor consertar o que o senhor fez podendo ser beneficiado na sua pena mas o senhor está se complicando mais ainda, tenha consciência disso, cada mentira que o senhor diz, o senhor jurou aqui falar a verdade e nós já provamos que o senhor falou mentira. Em alguns países a pessoa perde até o cargo de presidente se falar mentira. O senhor já mentiu aqui três vezes. Vamos lá para a quarta: O senhor disse no início que desceu para pegar a carreta para ir embora, não sabia para onde. Para o posto, já descobrimos que o senhor mentiu. Na hora do as-

salto diz aqui: *"Ele, o autuado, e mais dois armados de revólver e o senhor foi para o lado esquerdo, o motorista e os outros dois para o lado direito onde anunciaram o assalto. O motorista desceu e foi colocado no Pálio. Aí, sim, o autuado pegou a carreta e rumou ao destino, ou seja, ao Posto Sena."* Então, o senhor não foi só o motorista, o senhor participou do assalto. O senhor está mentindo de novo. Não é isso?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Sim, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor tem a consciência que se enrolou mais hoje?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Sim, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor tem consciência que sai daqui mais complicado do que quando entrou e a sua sorte é que o senhor ainda não foi condenado e que nós vamos fazer questão de colocar tudo nos autos do processo do senhor para que o juiz tenha bastante consciência na hora de lhe condenar? O senhor tem a única chance na sua vida de consertar o erro que o senhor fez e o senhor não quer. Ninguém chega num lugar e convida alguém aleatoriamente para um assalto, isso é história para a carochinha, ninguém chega e diz: "Ei, você aí, vamos fazer um assalto ali comigo?" Isso é conversa, ninguém faz isso. O senhor dizer que não conhece quem o chamou para fazer um assalto. Ora, foi um assalto e o senhor falar que não conhece? Diz isso porque eles não foram presos pois na hora que conseguirem prendê-los e vão conseguir porque na hora da zebra sabe o que é que vai acontecer? Eles vão pegar o depoimento deles e dizer que o senhor sabia e o senhor vai se complicar mais ainda. Então, o senhor está tendo a última oportunidade na vida de consertar o erro e falar para nós o que o senhor não disse no depoimento. O senhor já mudou o depoimento da delegacia para cá com quatro mentiras e o senhor está se complicando. O senhor quer consertar?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Não sei onde o senhor quer chegar.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Se o senhor quiser nós tiramos todo mundo daqui e ficamos só nós. Isso aí não é para mim não, se o senhor for condenado pode ter a pena diminuída em 2/3 como réu colaborador, o senhor pense bem.

O SENHOR CABO JÚLIO – O seu depoimento não convenceu a CPI nem a ninguém. O senhor mentiu e pensa que todo mundo aqui é besta. Isso vai agravar e muito a sua pena. Nós vamos lhe dar a última oportunidade. Se o senhor quiser revelar numa sala reservada para que a imprensa não tenha conhecimento do que o senhor tem a falar nós lhe daremos essa oportunidade.

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Sr. Presidente, eu sou filho de um homem muito pobre, eu fui criado jogado na rua, nunca entrei num problema de assalto e também se eu soubesse eu diria para ficar livre desse peso. Eu sou correto em dizer ao senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – Não pense no senhor, pense nos seus filhos e na sua mulher e revelar para que esta CPI possa ajudá-lo.

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Para o senhor ver que eu não tenho ninguém para me sustentar, eu pedi autorização para vender amendoim lá.

O SENHOR CABO JÚLIO – Por que o senhor não cita o nome de três companheiros seus lá do cais do porto?

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Se eu soubesse eu diria.

O SENHOR CABO JÚLIO – Sr. Ronaldo, a CPI não veio a Recife com o interesse de prejudicar o senhor, nós só estamos aqui para esclarecer os fatos. Pegar o peixe pequeno, o ladrão, isso é para a polícia, pega o menor, o médio até pegar o grande. O nosso interesse é outro, é alcançar outras pessoas, não temos interesse em prejudicar o senhor. Nós saímos daqui com duas convicções: A primeira é que o senhor está mentindo o tempo todo, o senhor conhece essas pessoas ou a segunda é que o senhor é bobo demais e está sendo usado por essas pessoas, o que não justifica o que o senhor fez. Não justifica o senhor ser pobre porque, senão, a gente partia do princípio que todo cidadão pobre, filho de pobre, tem direito de fazer a mesma coisa.

O SENHOR RONALDO INÁCIO DA SILVA – Eu tô pagando pelo que eu fiz.

O SENHOR CABO JÚLIO – Agora, o que nós queremos é sair daqui com a convicção que o senhor quer consertar, primeiro, o seu problema pois quem está com problema aqui é o senhor. Eu quero sair daqui com a seguinte convicção: Primeiro, de que o senhor quer consertar o erro que fez e quer dizer o que não disse, eu não vou insistir, é a última vez que eu falo. E a segunda convicção é que o senhor está mentindo e conhece as pessoas. Eu vou repetir e é a última vez que eu falo: O maior interessado é o senhor. Quem pode ser beneficiado ou extremamente prejudicado, e aí, da nossa parte, se o senhor não colabo-

rar nós vamos fazer com que a lei seja cumprida à risca, é o senhor mesmo.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Então, o senhor está liberado. Gostaria de convidar agora o Sr. Flávio Ferreira da Silva. Por favor, nome completo?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Flávio Ferreira da Silva.

O SENHOR PRESIDENTE(MÁRIO NEGROMONTE) – Identidade?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – 3838186

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Idade?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – 29 anos.

O SENHOR PRESIDENTE(MÁRIO NEGROMONTE) – CPF?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – 711. 419. 954-68.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Estado Civil?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Solteiro.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Residência?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Rua Escritor Cesário de Melo, nº 89.

O SENHOR PRESIDENTE(MÁRIO NEGROMONTE) – Profissão?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Representante Comercial.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Bairro onde reside?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Várzea, Recife.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – Local onde exerce suas atividades?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Na minha própria casa.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – É parente em algum grau da parte ouvida?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – O depoente se compromete nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal sob as penas da lei dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do art. 5º da constituição Federal?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Sim.

O SENHOR PRESIDENTE (MÁRIO NEGROMONTE) – O senhor gostaria de fazer algum esclarecimento?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não, vamos dar e depois...

O SENHOR PRESIDENTE(MÁRIO NEGROMONTE) – Então, passo a palavra ao Deputado Eduardo Campos, relator *ad hoc*, para que proceda.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Presidente, Srs. Deputados. Primeiro, eu queria esclarecer, a pedido do advogado e dever de justiça do Dr. Flávio, que o Dr. Flávio está depondo aqui na condição de testemunha, ele foi convidado a vir e veio, se propôs a vir para contribuir para o esclarecimento de um fato que envolveu a venda de telefones celulares roubados a uma loja do Carrefour aqui em Pernambuco. Eu faço esses esclarecimentos para que não confundam a presença do Dr. Flávio aqui como depoente como na condição de réu. Ele, inclusive, está nessa condição também na 5ª Vara Criminal aqui no Recife já prestou o seu depoimento e aqui também comparece para esses esclarecimentos. Quero dizer isso para também dar ao Dr. Flávio a certeza que a Comissão aqui o tratará durante todo o processo com todo o respeito que cabe ser tratado não só uma testemunha como um réu. Um réu sentado, também da nossa parte é um ser humano que tem direitos e que deve ser tratado como qualquer ser humano. A sua profissão, o senhor disse que era representante comercial. Para que empresas o senhor trabalhou nesta condição?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – OPECO, Orient Trade..

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas representando qual tipo de produto? A Orient Trade representava a Nokia?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não, não. Eram outros produtos.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E o senhor pode dizer as empresas e os produtos?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – A OPECO eram eletroeletrônicos, a parte de CASIO. A Orient Trade, toca-fitas na linha automotiva. E na parte de telefonia a Braipoit do Brasil e a Ligare.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor confirma que em junho de 2000 intermediou a venda de aparelhos celulares da marca Ericson no supermercado Carrefour em Recife?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Sim.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Quem lhe procurou inicialmente propondo que o senhor vendesse esses celulares?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Ricardo Matos.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor mantinha outros negócios com o Sr. Ricardo Matos ou essa foi a primeira vez?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não, eu já o conhecia.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor já havia vendido ao Carrefour em outras oportunidades?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Já. Pela Braipoint do Brasil.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Que tipo de produto?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Celular.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Para vender pela primeira vez ao Carrefour o senhor teve que se credenciar, teve que preencher algum documento, esperar um ritual e a resposta para que o senhor se tornasse um fornecedor ou não houve nenhum processo desse?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não, não houve.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor lembra da primeira vez que vendeu ao Carrefour?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Acho que um ano antes do fato ocorrido, um ano e meio.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor não preencheu nenhuma ficha se cadastrando?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor chegou lá nessa área de eletrônico que o senhor trabalhava e procurou o gerente, S. Altair? Ou foi o Cícero?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Da primeira vez, não. Era outro gerente.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor chegou lá e ofereceu seus produtos?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Foi.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Era ele mesmo quem pagava?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não. Tem a parte de recebimento de mercadoria e tem a parte de pagamentos.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E os pagamentos são feitos em cheque ou em dinheiro?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Todos em cheque. Pelo menos as partes da Braipoint que foram vendidas quando não em cheque, cobrança bancária nominal à empresa.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor chegou a ver os aparelhos antes de oferecê-los ao supermercado?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor foi vender sem ter visto mas sabia o modelo?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Sabia o modelo.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Quando o Ricardo lhe chamou, chamou especificamente para vender exclusivamente esses modelos da Ericson?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não, ele tinha outros telefones.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas ele lhe propôs negócio só em relação à Ericson?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não, no momento o Carrefour ficou interessado pelo Ericson.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Foi o Carrefour que se interessou pelo Ericson?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Foi.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O preço que o senhor ofereceu ao Carrefour era um preço compatível com o mercado?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Era compatível até mesmo porque existem muitas operadoras que fazem, as bonificações que elas fazem, não tem como você memorizar um preço lá em cima ou á em baixo.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Naquele momento era um preço barato?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não, era preço de mercado.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Quando o senhor chegou no Carrefour para vender o senhor disse que representava que empresa? A do Sr. Ricardo Matos ou a que o senhor era sócio?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não, eu não sou sócio de nenhuma, sou apenas representante.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor se apresentou, então, como representante de Ricardo ou da Ericson?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não, também não da Ericson, da Braipoit do Brasil. Nunca me passei por Ericson.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas esses celulares não eram da Braipoint, eram do Sr. Ricardo?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Isso.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E o senhor disse que estava representando a Braipoint?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não, a Braipoint era representante oficial do Ericson, Nokia e Motorolla. Então, o pessoal do Carrefour me conhecia como representante da Braipoint.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E o senhor imagina que foi procurado pelo Sr. Ricardo por saber que o senhor era representante legal da Ericson?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Ericson, não, representante da Braipoint. Olhe, eu não posso afirmar que sim nem que não porque ele já havia me procurado outras vezes, não especificamente para essas vendas.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E o senhor chegou a vender em outras oportunidades produtos que ele havia lhe entregue?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não de Ricardo,de outros clientes e ele era, posso lhe dizer, como um agenciador.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O Ricardo?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Sim.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Ele fazia o contato?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Sim.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas corria nesse mercado que o Ricardo trabalhava com produto roubado?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não. Que eu saiba, não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor nunca tomou conhecimento disso?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Quem foi o seu principal contato no Carrefour? Desde o início as pessoas que foram seus contatos? Desde a primeira venda até a venda do telefone?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Desde a primeira venda no Carrefour existiram três ou quatro gerentes lá.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Poderia dizer os nomes deles?

O SENHOR FLÁVIO FERREIRA DA SILVA – Não me recordo agora mas o último foi o Sr. Altair. Antes dele teve um que não consigo lembrar o nome mas teve uns dois ou três antes.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Como foi o negócio do celular? O senhor chegou lá, como foi? Explica pra gente. Ricardo lhe chamou? Lhe deu a margem de negociação? Como é que foi?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Ele simplesmente falou que tinha os produtos, que ia oferecer para outros clientes também em Recife e o Carrefour, na ocasião, se interessou pelos produtos e foi feita a negociação.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Pelo preço que o senhor ofereceu ele comprou ou ele regatou?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Ele regateou mas aí não tinha mais como pois a margem que tava lá tava boa.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Foi o preço que o senhor disse e ele comprou?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Ele tentou baixar.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E o valor total da venda foi quanto?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Oitenta e cinco mil reais.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E sua remuneração sobre essa venda era quanto?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – 2% do valor total da venda.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – 2% do valor total que o senhor recebeu do Carrefour ou do Ricardo?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Do Ricardo.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Em cheque ou em dinheiro?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Em dinheiro.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E o Carrefour pagou à sua empresa ou nominalmente à empresa de Ricardo?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Nominalmente à empresa de Ricardo.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor lembra do nome da em empresa dele?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Sprinter Celular.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Era uma empresa que tinha muito tempo no ramo ou era recente?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Olha, eu não sei só que ela era cliente da Braipoint também.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Já havia comprado celular ao senhor? Ele?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – A Sprinter não mas era cliente, tinha no cadastro. Sempre quando abre uma loja a própria operadora informa aos distribuidores as lojas que estão sendo abertas.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Sim, mas o senhor tinha vendido alguma vez à Sprinter?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – A Braipoit à Sprinter??

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Sim.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, nunca vendeu.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas como é que ela era cliente se nunca vendeu?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – É isso que eu tô falando. Quando é aberta uma loja de telefonia celular as próprias operadoras passam para os distribuidores tentarem negociar. Então, automaticamente, a empresa capta esse cliente e pede para a gente negociar lá para tentar vender.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Como uma pessoa que já vivia nesse mercado, o senhor já ouviu falar que essa era uma mercadoria muito cobiçada pelo pessoal de roubo de carga, telefone celular? Que é uma carga muito perigosa? Que tem que se ter muito cuidado?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – A gente que está no mercado sempre ouve isso, não é?

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor conhece o Ricardo há quanto tempo?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – De dois a três anos.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Ele é uma pessoa conhecida na área de celular no Recife?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Muito conhecida.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Ele tinha uma fatia grande no mercado?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Olha, ele era bem conhecido, bem conceituado.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Quem é Luiz Ricardo Gusmão Filho?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eu não conheço.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Nunca ouviu falar?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Ouvi no depoimento que ele era o suposto dono da Sprinter, mas não o conheço.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O Ricardo se apresentava como dono da Sprinter?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Sim.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Como conheceu o Rogério Carneiro?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Ele trabalha para mim há muito tempo e eu o conheço desde criança.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E qual é a função dele?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Office-boy.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E o Altair? O senhor conhecia do Carrefour ou fora do Carrefour?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eu o conheci no Carrefour.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E Cícero? Do setor de eletrônico do Carrefour ?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Só o conheci no Carrefour .

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Só no Carrefour ?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Só.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E o Mário Barbosa de Arruda?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eu não tenho certeza mas se for o gerente do Carrefour eu o conheci também no Carrefour .

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Era comum o fornecedor bonificar os compradores do Carrefour ?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Olhe, da minha parte eu nunca ouvi falar mas ouvia-se no Car-

refour que tinha uma verba de propaganda mas nunca foi pedida para nós.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – A verba de propaganda, você vendia um produto e ele dizia: "Olha, você tem que dar um dinheiro que é para fazer a publicidade dentro do showroom da loja." Era isso?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eu não falo nem em dinheiro, isso, geralmente, é dado como bonificação em produtos.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas o senhor chegou a dar dessa venda específica?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Não? Nem falaram desse assunto?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – A quem mais o senhor ofereceu esses Ericson fora o Carrefour, na oportunidade?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Credimóveis Novollar, Grandellar, Real Som.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Eram clientes seus?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eram. E eu queria dizer que o Carrefour era um dos meus melhores clientes.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor já representou a empresa Bolsa Fone Comércio e Telefones Ltda. em Recife?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Veja só, a Bolsa Fone, ela foi cliente da Braipoint do Brasil.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E a Braipoint do Brasil? O senhor tem um contrato de representação com ela?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Tenho.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Em seu nome?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – No nome da empresa.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor tem uma empresa de representação comercial. E essa empresa é no seu nome?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – No meu nome.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Tem mais sócios?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Minha irmã , mas na parte mínima.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Satisfeito, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE – Passo a palavra ao Deputado Dunga.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Gostaria de ouvir do Sr. Flávio se em algum momento ele teve o cuidado de ver se os celulares tinham os seus devidos números de série?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Olhe, eu peguei alguns números desses telefones e mandei para TIM e para a BCP porque eles têm um cadastro nacional de telefones roubados. Então, quer dizer, não constava nenhuma irregularidade.

O SENHOR CARLOS DUNGA – E o senhor tem certidões de que a TIM e a BCP confirmaram isso?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não são certidões, a gente confirma como se fosse habilitar o telefone porque elas não disponibilizam isso.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Sim, mas em depender de um número grande de celular o senhor tem algum documento da TIM ou da BCP dizendo que esses telefones estariam regulares?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, porque todos foram habilitados.

O SENHOR PRESIDENTE – Só para a gente se situar: O senhor acredita que a Ericson, ao ser roubada, pois ela vai saber na hora, ela não comunicou aos órgãos competentes o roubo da carga?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eu acho que não porque se ela tivesse comunicado estaria no cadastro nacional.

O SENHOR CARLOS DUNGA – No entanto, a BCP e a TIM lhe confirmaram que estava ok?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Isso.

O SENHOR CARLOS DUNGA – E o Carrefour teve esse mesmo cuidado de perguntar?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Todos os telefones que foram vendidos foram habilitados. Não houve nenhum aparelho que deu problema.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Eu não estou perguntando isso, eu estou perguntando se no momento da venda o Carrefour lhe perguntou alguma coisa sobre a regularização desses celulares?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, pois eu sempre forneci.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Mas o senhor teve esse cuidado?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Tive, não, tenho.

O SENHOR CARLOS DUNGA – No entanto, o Carrefour não perguntou ao senhor no momento da venda? Não teve esse cuidado?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Só era isso, Sr. Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE – O Deputado Cabo Júlio com a palavra.

O SENHOR CABO JÚLIO – Sr. Flávio, representante comercial é algo como vendedor. O Sr. ganhava as comissões, não é isso?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Isso.

O SENHOR CABO JÚLIO – Antes dessa negociação, quantas vezes o Sr. Ricardo lhe procurou para que o senhor vendesse um produto dele?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Algumas vezes, eu não sei dizer quantas.

O SENHOR CABO JÚLIO – O que é que o senhor chama de algumas?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Quatro, cinco vezes.

O SENHOR CABO JÚLIO – Sempre celular?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Sempre.

O SENHOR CABO JÚLIO – E nunca teve problema?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Nunca.

O SENHOR CABO JÚLIO – Eu estou aqui com o termo do senhor. Quando a Polícia Civil convocou o senhor para prestar depoimento sobre esse caso, o senhor foi questionado sobre o quê?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Primeiro, eu não fui intimado, eu fui pego na rua de surpresa e me levaram para lá.

O SENHOR CABO JÚLIO – E quais foram as indagações da polícia?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, simplesmente chegou dizendo que tinha uma carga roubada e que eu estava envolvido. Agora, eu não sabia, não me deixaram ligar para o meu advogado nem para ninguém, tomaram meus telefones, prestei um depoimento lá que eu nem li, assinei sem ler, alguns até alegaram que eu ia ser preso, que iam bater em mim, isso foi o que aconteceu realmente e, depois disso me fizeram ir com eles na casa de Ricardo e, depois de tudo isso, devolveram meus telefones e me mandaram embora.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quando foi isso? Quando foi essa venda?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – No ano de 2000, em torno de maio, abril.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quando o Sr. Ricardo lhe ofereceu telefone ele falou em outras marcas ou só Ericson?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Ele sempre negociava com outras marcas.

O SENHOR CABO JÚLIO – O Deputado está dizendo aqui que a nota foi de julho. Ele ofereceu outras marcas ou só Ericson?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Ericson e Nokia.

O SENHOR CABO JÚLIO – O Sr. nos disse que consultou algumas séries e nada contava, inclusive elas foram habilitadas pela TIM e BCP. Foram pelas duas?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Só TIM pois o Carrefour é TIM.

O SENHOR CABO JÚLIO – Há quantos anos o senhor trabalha no ramo de celular?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Acho que desde que iniciou no Brasil.

O SENHOR CABO JÚLIO – E em julho de 2000 qual era o preço médio da venda desse aparelho?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – O preço que foi vendido.

O SENHOR CABO JÚLIO – Cento e oitenta reais?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Exato.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, o senhor vendeu no preço de mercado?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Isso.

O SENHOR CABO JÚLIO – Qual o nome dessa empresa que o senhor é dono?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – A de representação?

O SENHOR CABO JÚLIO – Sim.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Flávio Ferreira Representações Ltda.

O SENHOR CABO JÚLIO – Na realidade o senhor é representante e através dessa empresa o senhor vende produtos de outra empresa e ganha comissão em nome da sua empresa pelo que o senhor vende?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Exato.

O SENHOR CABO JÚLIO – E, como representante, o senhor faz o pedido e a própria empresa entrega?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Entrega.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas esse caso foi diferente?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Porque era de Recife.

O SENHOR CABO JÚLIO – E quando é de Recife o senhor mesmo pega e entrega ou foi a primeira vez?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, não, para essa empresa foi a primeira vez.

O SENHOR CABO JÚLIO – Porque no depoimento do senhor no Departamento da Polícia Federal em 29 de novembro de 2001, o senhor disse o seguinte:

"Que não se lembra o preço que o Carrefour colocou o produto para a venda. Que Ricardo Matos emitiu uma nota fiscal da empresa Sprinter Celular Comércio e Serviço tendo entregue o declarante os 500 aparelhos celulares no escritório de Ricardo que fica localizado logo após o viaduto Tancredo Neves, próximo à agência dos Correios, numa rua que o declarante não lembra o nome. Que na entrega dos aparelhos o Ricardo emprestou ao declarante o seu próprio automóvel da marca Mitsubitsh do tipo Van de cor azul" É normal esse procedimento?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Olhe, Tudo se trata em termos de frete também, entendeu? Meu carro não era apropriado para levar.

O SENHOR CABO JÚLIO – Eu pergunto se esse tipo de procedimento do senhor negociar, o senhor mesmo buscar, o senhor mesmo entregar, já que o senhor é um representante, não comprava e vendia, o senhor ganhava comissão da venda e eu não entendo muito da área mas pelo pouco que eu entendo me parece que o representante comercial, ele faz o pedido, manda para a empresa, a própria empresa entrega e ele recebe a comissão, não é isso?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Exato.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas essa operação foi um pouco diferente.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não foi diferente, foi porque a mercadoria já estava em Recife.

O SENHOR CABO JÚLIO – E com outras vendas em Recife o senhor adota o mesmo procedimento?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, essa mercadoria estava em Recife, entendeu? Então, até para agilizar, ser cortês com o cliente, foi feito dessa forma.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas não é comum?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não é comum.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor sabe quais as empresas que o Sr. Ricardo é proprietário?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Essa nota fiscal foi no nome da Sprinter Celular e o senhor nunca negociou com ela? Nunca vendeu para ela?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eu era cliente da Braipoint e a gente estava tentando negociar.

O SENHOR CABO JÚLIO – O que é a Braipoint?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Uma empresa que é revendedora autorizada Ericson, Nokia e Motorolla.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor já vendeu para ela? Já representou?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não entendi.

O SENHOR CABO JÚLIO – Ela é uma empresa de revenda, não é isso?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Isso.

O SENHOR CABO JÚLIO – E ela tem as suas pessoas que vendem direto para as empresas ou usa empresas de representação comercial como a do senhor?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Usa empresas de representação comercial.

O SENHOR CABO JÚLIO – E foi a primeira vez que o senhor fez venda para a Braipoint?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, não, outras vezes. Já fiz para o próprio Carrefour pela Braipoint do Brasil.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas nunca por essa, a Sprinter Celular?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Nunca, essa foi a primeira vez.

O SENHOR PRESIDENTE – Desculpe. Ontem o diretor de Operações do Carrefour disse que não compra de ninguém que não seja cadastrado. Então, a empresa tem um período de hibernação, depois eles pegam algumas amostras e, daí, o cadastro é autorizado a fornecer mercadorias. E o senhor da primeira vez conseguiu fornecer sem cadastramento, sem nada?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Pela Braipoint também.

O SENHOR PRESIDENTE – Isso difere um pouquinho da padronização do que foi exposto ontem.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quando o senhor consultou o número de série não constava nenhum impedimento?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Nada.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, tecnicamente, os aparelhos eram legais, o senhor fez uma operação legal. Eu não entendi esse mecanismo, o senhor fez uma operação, o senhor consultou, todos eram legais, todos foram habilitados e, depois de um tempo, o senhor ouviu da polícia que os telefones eram roubados. Quanto tempo depois?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Um mês, um mês e meio, mais ou menos.

O SENHOR CABO JÚLIO – Eu não entendi essa operação, Sr. Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE – O que nós estamos conversando é sobre isso mesmo. A história é que um vendedor da Ericson passou e viu que o preço estava aquém do preço de mercado, comprou um e levou para a empresa para conferir com o lote que foi roubado e verificou que, realmente, era. Houve, talvez, uma indiferença da empresa em comunicar aos órgãos competentes do bloqueio de negociação com esses telefones. Por isso é que se descobriu que tinha um lote roubado. A queixa deve ter sido feita em um outro Estado, entregue aqui, aquela coisa de falta de informações e acabou circulando um telefone roubado como se bom fosse.

O SENHOR CABO JÚLIO – Sr. Flávio, pela experiência que o senhor tem nesse ramo, me explique: Existe o celular roubado e o contrabandeado?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Certo.

O SENHOR CABO JÚLIO – O contrabandeado, ele não consta como furtado?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Como assim?

O SENHOR CABO JÚLIO – A empresa X, ela, no caso desses telefones terem sido furtados, ela dá a queixa, número de série. Agora, vamos dizer, a Ericson, a Nokia, a Motorolla, aparelho que vem do Paraguai, ele é um aparelho contrabandeado, não pagou imposto. Não consta nenhum impedimento para ele? Será que eu posso entender que esses 500 aparelhos, eles poderiam ser furtados e aí eu não entendo como é que não havia a queixa ou o bloqueio. Eu posso ter a dúvida de que esses aparelhos podiam ser contrabandeados?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, porque eles eram nacionais.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas não pode ter sido vendido para fora do país sem o pagamento do imposto e, depois, ele entrou e, por isso não constava como bloqueado?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eu não sei lhe informar porque...

O SENHOR CABO JÚLIO – Nunca houve casos assim?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE – Deputado Negromonte.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Flávio, qual o nome da empresa que emitiu a nota fiscal para o Carrefour ?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Sprinter Celular.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Quem é o dono?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Ao meu entender era o Ricardo.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Mas parece que no contrato social não consta o nome dele.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Consta Ricardo.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Consta? Parece que não. O que me causou espécie é que a empresa, no contrato social, deu entrada na Junta comercial em fevereiro. Em julho estava vendendo telefone para o Carrefour . Ora, o Carrefour é uma empresa cuidadosa de fazer uma avaliação criteriosa dos seus fornecedores. Eu pergunto por que eles não venderam direto?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Justamente isso, eles não tinham a máquina, o conhecimento dos lojistas. Por isso a pessoa do representante. E a venda não foi exclusiva para o Carrefour .

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Na verdade você foi o intermediário e ele usou a empresa?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Qual empresa?

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – A Sprinter.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Certo.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Foi a que emitiu a nota fiscal?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Foi. Para o Carrefour .

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – E ele já tinha vendido para o Carrefour ?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – O processo foi muito célere da avaliação da empresa e o Carrefour geralmente não faz isso, faz uma avaliação com uma maior profundidade. Quer dizer, uma empresa recém criada para vender telefone e o Carrefour compra assim, do dia para a noite, num período curto de tempo.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Para lhe ser bem sincero, essa parte aí eu não entendo.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Eu estou só lhe informando porque a gente têm acesso ao contrato social e também da forma como foi abordado, ou seja, um representante da Ericson viu no jornal a liquidação desses telefones, foi lá, comprou um e enviou a nota fiscal para São Paulo e lá se verificou que nesse lote de cinco mil e tantos telefones roubados estavam esses quinhentos. Não sei também se não lhe atraiu. Veja bem, a Ericson tava, na época, vendendo a 200, 220 reais esse telefone e o Carrefour vendendo aqui a 190. Comprou a você por 170 e vendeu a 190.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Justamente o que eu falei. Eles colocam um bônus em cima. Então, fica difícil de falar se o preço está baixo ou alto. Tem telefone no jornal que você paga hoje cinqüenta reais.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Você não tinha conhecimento de que era roubado não, não é?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Nenhum.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Você suspeita que Ricardo tinha?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Para ser sincero, acho que não pois eu acho que ele não seria tolo de me oferecer para eu oferecer ao Carrefour que, realmente, repercutiu tanto problema, não é?

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – E se soubesse, o senhor declararia aqui?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Que a origem era irregular? Declararia.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – E se o Ricardo declarar que você sabia?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Aí, vai ficar a palavra dele contra a minha.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor tem conhecimento da demissão dos gerentes?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Tenho.

O SENHOR PRESIDENTE – E foi em razão disso?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Segundo saiu no jornal, foi em razão disso.

O SENHOR PRESIDENTE – Depois disso ninguém mais conversou com o senhor no Carrefour ?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não. Não tive mais nem cara de voltar lá.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor não tem cara ou ele não quiseram mais conversa?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eu não procurei mais eles.

O SENHOR PRESIDENTE – E eles não o procuraram para saber da história?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tinha conhecimento de que o Carrefour já tinha comprado carga roubada?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Sabia que foram comprada seis cargas em Brasília?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – E aqui três?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Que os ladrões de carga afirmaram isso ontem em Brasília, na frente do diretor de Operações do Carrefour ?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor já teve outros negócios com o Ricardo? Já vendeu outras vezes para ele?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Já.

O SENHOR PRESIDENTE – Deputado Eduardo Campos.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Flávio, você falou que só tomou conhecimento pela polícia, não foi isso?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Pela polícia.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Antes disso você não tinha conhecimento de que tinha havido problema nessa venda?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – O gerente do Carrefour tinha me mostrado que tinha recebido uma intimação da polícia.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – A primeira pessoa que lhe avisou, então, foi o gerente? Ele ligou para você?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, quando eu estive lá.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E ele lhe propôs alguma coisa?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, ele também não sabia do que se tratava especifico daquilo ali.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Você chegou a ligar para Ricardo e colocar ele em contato com o gerente do Carrefour ?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, que eu lembre, não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O gerente não lhe propôs em mudar notas? Tirar notas da Sprinter e colocar um outro tipo de nota? Não houve isso?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, não houve isso.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E você não se lembra de ter colocado o gerente Altair em contato com Ricardo?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Que eu lembre, não.

O SENHOR PRESIDENTE – Provavelmente já tenha sido feita essa pergunta mas, só para esclarecer, o gerente do Carrefour tinha independência pra fazer compras?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Fica difícil de explicar se tem ou não.

O SENHOR PRESIDENTE – Mas o senhor fez outros negócios com ele?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Fiz.

O SENHOR PRESIDENTE – E nunca teve dificuldades?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR PRESIDENTE – E como é que o senhor recebeu o pagamento desses telefones?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Foi em cheque nominal à Sprinter Celular.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Que não era cadastrada no Carrefour .

O SENHOR PRESIDENTE – Não era cadastrada a Sprinter?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não sei, vocês estão dizendo que não mas eu acho não. O cheque saiu nominal à empresa.

O SENHOR PRESIDENTE – Lembra quem assinou o cheque?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Acho que o departamento financeiro.

O SENHOR PRESIDENTE – Tesouraria? Não foi o gerente?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, não, acho que não.

O SENHOR PRESIDENTE – Só quero saber se a empresa tinha conhecimento da negociação pois a explicação do diretor de Operações não casa muito com a sua colocação aqui e a sua deve ser sincera porque você sentiu de perto toda a parte operacional. Deputado Negromonte.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Quando o gerente falou com você que tomou conhecimento de que era roubada você teve contato com Ricardo para ligar?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Ele falou num dia, eu não consegui falar com ele por telefone e eu acho que no outro dia a polícia me pegou.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Você não teve tempo de conversar?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – É, não tive tempo.

O SENHOR CABO JÚLIO – Eu estou com o termo de declaração do Sr. Ricardo José Rodrigues Gomes da Costa. Ele diz o seguinte: *"Que na oportunidade Altair indagou ao declarante se podia trocar a nota fiscal da Sprinter Celular, Comércio e Serviços Ltda. por nota fiscal de outra empresa uma vez que dera problema. Que posteriormente o declarante veio a ser procurado por Altair e Cícero que solicitaram a sua presença no* Carrefour ." O senhor sabia disso?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quem é Cícero? Outro gerente do Carrefour ?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – O Altair é gerente de eletro e o Cícero era gerente geral da parte toda.

O SENHOR CABO JÚLIO – E eles procuraram direto o Sr. Ricardo e não procuraram o senhor para trocar a nota?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eu não estou entendendo isso.

O SENHOR CABO JÚLIO – Porque se o Carrefour tivesse contato direto com Ricardo não precisava do senhor no meio nem pagar comissão ao senhor, ele fazia direto.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Exato.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, o senhor não sabia disso?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não sabia.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quem é o dono da Sprinter?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eu pensei que fosse do Ricardo.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas ele diz aqui: *"Luiz Ricardo Ribeiro Gusmão Filho pode ser a pessoa que se apresentava como dono da Sprinter Celular Comércio e Serviços."* O senhor conhece esse moço?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, não. Conheço o Ricardo Matos.

O SENHOR CABO JÚLIO – Não é a mesma pessoa?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eu acho que não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Porque a nota do Carrefour foi emitida em nome da Sprinter. Era isso, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu dou por encerrado mas peço ao senhor para aguardar porque se tiver algum conflito com o depoimento dos outros convocados tiraríamos a dúvida. Eu agradeço, pode ficar à vontade.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Pois não, obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE – Por favor, o Sr. Ricardo José Rodrigues Gomes de Matos. Boa tarde. Por favor, o nome do senhor?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ricardo José Rodrigues Gomes de Matos.

O SENHOR PRESIDENTE – Identidade?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – 1077364 SSP-PE

O SENHOR PRESIDENTE – Idade?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – 47.

O SENHOR PRESIDENTE – CPF?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – 080771184-53

O SENHOR PRESIDENTE – Estado Civil?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Casado.

O SENHOR PRESIDENTE – Residência?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Av. Beira Rio, 1059, apto. 702

O SENHOR PRESIDENTE – Profissão?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Engenheiro Civil.

O SENHOR PRESIDENTE – Local onde exerce suas atividades?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – MDM, Construtora e Incorporadora Ltda.

O SENHOR PRESIDENTE – Nesse processo de venda de mercadoria para o Carrefour e de telefones o senhor tem algum parente envolvido?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não.

O SENHOR PRESIDENTE – De forma que nós pedimos um termo de compromisso onde o senhor dirá sempre a verdade e não negará em responder com a verdade os questionamentos que lhes forem feitos. O senhor concorda? Assine aqui.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Perfeito.

O SENHOR PRESIDENTE – Se o senhor pudesse, preliminarmente, explicar o que aconteceu com o caso Carrefour eu acho que nos ajudaria.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Pois não. Eu prestei um depoimento na Polícia Federal a esta Comissão que se fosse possível eu gostaria que fosse lido para eu ratificar ou retificar.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor poderia ler?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Pois não.

O SENHOR PRESIDENTE – Leia as partes que o senhor acha importante.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – " *Requerido pela autoridade policial sobre os fatos em apuração respondeu que o declarante é engenheiro civil sendo responsável pela MDM, Construtora e Incorporadora Ltda., do Município de Olinda, que o declarante trabalhou no ramo de telefonia tendo sido representante de vendas da Bolsa Fone Comércio Ltda. de Pernambuco, que a referida empresa negociava linhas e aparelhos de telefonia fixa e celular, que o declarante se afastou da Bolsa Fone em 1999 sendo que o então proprietário da referida empresa era o Sr. Luiz Augusto Pinheiro, que entre março e abril do ano 2000 o declarante foi procurado por um conhecido de nome Luiz Ricardo, pessoa da área de telefonia celular, o qual ofereceu ao declarante a possibilidade da venda de mil aparelhos celulares da marca Ericson. Que Luiz Ricardo havia ligado para o declarante que no momento se encontrava no escritório da Rua Ernesto de Paula Santos, pertencente a um amigo, Aluísio Morais, que o declarante marcou um encontro com Luiz Ricardo no referido escritório onde veio a acertar com o mesmo a intermediação da venda dos*

celulares oferecidos, que, se não falha a memória, Luiz Ricardo ofereceu os celulares pelo preço unitário de cento e quarenta reais sendo que a idéia era de revender por cento e setenta reais. Que o declarante conhecia o representante da Braipoint do Brasil Ltda., de nome Flávio Ferreira da Silva, com o qual costumava realizar negócios de celulares sendo que na época manteve um contato com Flávio e ofereceu a possibilidade do mesmo conseguir clientes para mil aparelhos da marca Ericson que haviam sido oferecidos por Luiz Ricardo. Que Flávio interessou-se e ofereceu os telefones ao Supermercado Carrefour *e este resolveu comprar quinhentas unidades. Que ficou acertado que a venda seria em nome da empresa de Luiz Ricardo de nome Sprinter Celular Comércio e Serviços Ltda. a qual funcionava na Av. Getúlio Vargas, Olinda, sendo certo que o declarante esteve na loja onde estavam os aparelhos celulares guardados. Que foi Flávio quem negociou diretamente os aparelhos com o gerente do* Carrefour *sendo também Flávio quem entregou os aparelhos ao referido supermercado. Que deseja esclarecer que foi o declarante que emprestou seu próprio veículo, uma caminhonete Mitsubitsh a Flávio para que este levasse os quinhentos aparelhos ao Supermercado* Carrefour . *Que o pagamento foi feito através de cheque do* Carrefour *nominal à Sprinter ao que parece no valor de oitenta e cinco mil reais. Que o declarante recebeu a sua comissão por meio de um cheque da Sprinter Celular Comércio e Serviços Ltda., se não falha a memória, no valor de cinco mil reais. Que a comissão de Flávio Ferreira da Silva foi paga pela própria Sprinter Celular Comércio e Serviços Ltda. sem a participação do declarante. Que, segundo Flávio informou ao declarante na época, o mesmo tratou do negócio dos celulares com o gerente do* Carrefour *de nomes Altair e Cícero. Que conheceu Rogério Carneiro Interaminense através de Flávio Ferreira da Silva acreditando tratar-se de amigo do mesmo. Que o declarante tomou conhecimento que os aparelhos celulares Ericson eram roubados através de um telefonema de Flávio em meados do ano passado quando este, inclusive, colocou para falar com o declarante o então gerente do* Carrefour , *Altair. Na oportunidade, Altair indagou ao declarante se podia trocar a nota fiscal da Sprinter Celular Comércio e Serviços Ltda. por nota fiscal de outra empresa uma vez que dera problema. Que posteriormente o declarante veio a ser procurado por Altair e Cícero que solicitaram a sua presença no* Carrefour . *Que o declarante lá esteve pessoalmente e, em contato com Altair e Cícero, eles pediram informações que pudessem levá-los a localização de Luiz Ricardo bem como da empresa Sprinter Celular Comércio e Serviços Ltda.. Que o declarante informou que não sabia uma vez que já procurara localizar Luiz Ricardo no endereço anteriormente fornecido mas que foi em vão. Que não conhece Eduardo Antônio Nogueira Amorim, Cícero Albuquerque Neto nem Ciro Amorim de Melo Neto sendo que Luiz Ricardo Ribeiro Gusmão Filho pode ser a pessoa que se apresentava como dono da Sprinter Celular Comércio e Serviços Ltda.. Que esclarece ter tido três contatos pessoais com Luiz Ricardo e não o vê desde que ocorreu o problema com a venda de telefones ao* Carrefour . *Que o declarante atualmente responde a uma ação penal na Justiça Criminal de Recife em razão de ter trabalhado para a empresa Riron Trade Comércio Exterior, de Pernambuco, já tendo apresentado a sua defesa. Que conhece a empresa ArneCell Comércio Varejista Ltda. que pertence a um rapaz de nome João Carlos o qual negocia com acessórios para celular sendo certo que tal empresa funcionava à Rua Tobias Barreto, em Recife, Pernambuco. E nada mais disse ou lhe foi perguntado."*

Eu ratifico.

O SENHOR PRESIDENTE – Confirma todo o depoimento?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Sim.

O SENHOR PRESIDENTE – Então, com a palavra o relator para questionar em razão do depoimento anterior do senhor ter algumas divergências . Antes, eu queria anunciar a presença do Deputado Domiciano Cabral que é da Comissão e vem colaborar conosco no prosseguimento da diligência.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer ao Sr. Ricardo, primeiramente, que ele está depondo na condição de testemunha, convidado que foi e que esta Comissão tem mantido sob a presidência do Senador Romeu Tuma um equilíbrio muito grande, durante dois anos de trabalho procurando ouvir, não confundir a testemunha com réu, tratando o réu, também, como cidadão, com respeito que ele merece e a Constituição do Brasil garante. E, ao longo da ouvida do senhor, o senhor fique tranqüilo pois esse padrão vai ser seguido. O que nos motiva aqui, como já disse anteriormente, é a busca da redução do chamado "custo Brasil", o transporte anda muito caro pelas estradas e pelo volume de furtos que chega a cifra de um bilhão, o que encarece o seguro severamente. Esse episódio do Carrefour ocorreu na CPI há um ano, quando a CPI esteve em João Pessoa e, naquela oportunidade, acontecia

também uma Conferência Nacional dos Transportadores e passou a ser o primeiro momento em que se descobria um grande grupo receptando material roubado. Até então se conheciam pequenos estabelecimentos, pequenas empresas que tinham ligação com produtos roubados. Houve notícia nacional em relação a isso e a CPI tem procurado agir no sentido de mostrar onde estão esses esquemas de furto. Portanto, acho que o senhor pode contribuir no sentido de que a gente atinja essa meta de contribuir com o país ao cabo dessa CPI. O senhor atuou no mercado de telefone por quanto tempo?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Dois anos.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Em que condição?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu trabalhava numa empresa chamada Bolsa Fone que atuava no mercado com telefone celular e fixo aqui, de venda, e que é o grupo que é ligado a essa construtora que eu trabalho, a MDM. Então, eu fazia algumas vendas de telefone.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Aconteceu essa participação até que ano, Dr. Ricardo?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Até 1999. Pode ter sido até 2000. Na construtora eu continuo até hoje e na empresa de telefonia até 99.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – A empresa de telefonia ainda existe?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E esse trabalho consistia em quê? Intermediação de linha telefônica? Aparelho?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – A Bolsa Fone, ela tinha oito lojas aqui em Recife, loja mesmo, comércio varejista. E ela atuava também na parte atacadista vendendo telefones para outras lojas. Tinha a parte de atacado e a de varejo.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Quem é que fornecia os equipamentos? Era direto das fábricas?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Das fábricas, dos distribuidores, dos representantes.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas o senhor não comprava só da fábrica, só do representante?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, comprava de distribuidores também.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Esse mercado de telefone celular, sempre se ouviu falar de furto de carga de celular por ser um equipamento muito caro, é uma carga cobiçada como a de remédio, de cigarro. O senhor, como comerciante, teve alguma carga roubada de celular?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, nunca.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas ouvia dizer que era uma carga perigosa de ser transportada?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – A gente conhecia no mercado. Então, a gente comprava tendo o produto nota fiscal, sendo de um distribuidor conhecido, estabelecido, comprava de São Paulo.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – De revendedor nacional? E importava também?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, só nacional.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Como é que depois do senhor estar fora do mercado de telefone, no ano 2000 apareceu o negócio do Carrefour ? O senhor já estava fora?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Já. Mas eu conhecia, como conheço até hoje, a maioria das lojas do Recife, são meus amigos e sempre me oferecem e nesse dia me ofereceram essa intermediação para que eu vendesse mil aparelhos e me questionaram se eu tinha comprador. Foi aí que eu procurei Flávio, que era representante da Braipoint, que era uma das empresas que nós comprávamos, a Braipoint de São Paulo, ele nos visitava muito, a gente comprava muito a ele. Perguntei se ele tinha cliente para uma quantidade de aparelhos daquela, ele ficou de procurar e depois ligou para mim dizendo que o Carrefour se interessava. Eu questionei o que é que precisava para vender para o Carrefour e ele disse que a empresa precisava ser registrada no Carrefour e ele me disse que estava registrada, que ele podia tirar nota fiscal, entregar os aparelhos e pronto, o Carrefour iria pagar.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O Luiz Ricardo era uma pessoa conhecida do senhor?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não, eu só o vi duas vezes. Eu estive uma vez na loja dele lá em Olinda, na Getúlio Vargas e, depois, o encontrei no dia dele me pagar porque ele recebeu um cheque do Carrefour nominal à Sprinter o qual foi depositado na conta da Sprinter no BBV, eu acho que isso não consta...

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Consta.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Foi depositado no Banco Bilbao Viscaia da Rua da Palma e me pagou com o cheque da Sprinter, a minha Comissão, na época.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Ele, que o senhor só tinha o visto uma vez?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Tinha visto duas vezes. Uma, quando ele me procurou para oferecer, a segunda quando eu fui buscar os aparelhos e a terceira nesse dia.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Quer dizer, era uma pessoa desconhecida que bateu à sua porta ou foi por telefone para lhe acessar?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Usou o telefone.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E se apresentou?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Se apresentou. Disse que vendia telefone e que tinha essa quantidade de telefone e se eu tinha cliente para isso.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E o senhor foi até a loja dele?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Fui.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E ele era estabelecido mesmo? Tinha loja e tudo?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Tinha uma lojinha pequena.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Era uma loja que dava para ter esse volume todo de mil aparelhos?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não era.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E o senhor não desconfiou de nada? De uma loja pequena, de uma pessoa que não atuava, lhe chamar e dizer...

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ele atuava sim, tinha uma loja funcionando.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Sim, mas uma loja de porte que não era para negociar mil aparelhos. Mil aparelhos é um número considerável, não é uma venda qualquer, tanto é que ele não estava conseguindo vender só. Se ele estava lhe chamando para vender é porque ele não tinha costume de fazê-lo corriqueiramente.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, tanto que eu vivia no mercado e não o conhecia.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E, aí, o senhor chamou Flávio por que já o conhecia?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Flávio me vendia telefone, ele era o representante da Braipoint aqui em Recife.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Depois, Flávio foi lá e fez o negócio dos quinhentos telefones. E os outros quinhentos?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não negociamos mais, foram só eles, inclusive porque eu não consegui encontrar o Luiz Ricardo, fechou a loja e não tinha mais nada, a loja estava fechada.

O SENHOR PRESIDENTE – Quando foi que o senhor esteve lá e encontrou a loja fechada?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu não sei precisar o tempo certo, mais ou menos dois meses depois. O que aconteceu é que eu estava em São Paulo e recebi um telefonema na época de Flávio me dizendo que o Carrefour estava com um problema naquelas mercadorias que receberam, problema na nota e queriam que trocasse a nota. Eu disse que era impossível trocar a nota e disse que o que eu podia fazer era procurar Ricardo quando voltasse a Recife e pedir para que ele fosse ao Carrefour esclarecer alguma coisa que eles precisassem.

O SENHOR PRESIDENTE – Licença, trocar a nota por quem? Por qual empresa?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ele queira que eu pegasse com o camarada outra nota e trocasse.

O SENHOR PRESIDENTE – De qualquer pessoa?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – É.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas veja uma coisa, vamos voltar um pouco no tempo para a gente poder entender: O senhor recebeu um telefonema do Luiz Ricardo, que o senhor não conhecia, lhe oferecendo mil telefones. O senhor liga para o Flávio, uma pessoa que o senhor conhecia e que lhe vendia telefone quando o senhor atuava numa empresa que tinha oito lojas. Até aí, tudo bem. O Flávio, que é representante, consegue fazer uma venda de quinhentos telefones. E os outros quinhentos? O senhor pediu a outro representante para colocar no mercado também?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, encerrou a operação aí.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor ganhou cinco mil reais por vender quinhentos. Não é bem pensado, do ponto de vista do comerciante, que ele busque vender os outros quinhentos? O senhor chegou a oferecer o resto?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não cheguei.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Aí, fez essa venda, foi na loja dele na segunda vez, a loja estava funcionando, ele pagou cinco mil em cheque?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, nós fomos ao banco.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E ele lhe pagou cinco mil em cheque?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Pagou e eu descontei na mesma hora.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E aí, passou-se o tempo e o senhor recebe a ligação de Flávio?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Dois meses, mais ou menos, depois.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Propondo a troca da nota?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Que o pessoal do Carrefour estava pedindo para trocar a nota da Sprinter.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor falou com alguém do Carrefour ?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Quando eu recebi essa ligação, não, mas, quando eu voltei fui lá para saber o que estava se passando e foi quando eles me informaram que os aparelhos vendidos tinham sido roubados. E, uma semana depois do fato eu estava num escritório de um amigo em Boa Viagem e recebi a visita de policiais da Delegacia de Roubos de Carga, fizeram um escândalo grande lá dentro, levaram até cliente que estava lá dentro. Quando foi feito esse negócio, foi feito dentro desse escritório e a polícia chegou lá e levou todo mundo. Nós fomos para a Delegacia de Roubos de Carga, ouviram o depoimento de todas as pessoas, inclusive de Aluísio Morais, que estava junto e que também acompanhou a venda que foi feita ao Carrefour. A partir daí não consegui encontrar mais Luiz Ricardo nem ninguém, mais nada.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E Flávio lhe liga em São Paulo e diz que o Carrefour quer uma nota nova?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – É.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E disse que não tem nota nova. Chega aqui, tem um contato com o pessoal do Carrefour ?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Estive lá pessoalmente.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E nessa oportunidade Flávio estava junto?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Estava. E eles disseram que tava tendo problema e que eles queriam saber como resolver. Eu disse que não sabia como resolver.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Licença. Por que o Carrefour procurou o senhor se não foi o senhor que vendeu?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, Flávio me procurou e disse ao gerente que tinha me procurado e o gerente disse que queria falar comigo.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Mas não devia procurar quem vendeu?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Devia.

O SENHOR CARLOS DUNGA – E o senhor se propôs a resolver o problema?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, eu fui lá ouvir o que eles queriam. Eu disse a eles que eles tinham que procurar a empresa. Quem vendeu foi a empresa com nota fiscal, o Carrefour pagou através de um cheque nominal, a empresa depositou na conta dela. Veja bem, eu sei desse fato porque eu recebi um cheque da empresa e saquei, um cheque nominal a mim.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor notou alguma diferença no preço do celular, cento e quarenta reais?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Veja bem, o que acontece é que existe nesse mercado de celular n empresas, por exemplo, aqui em Recife a TIM, a BCP, elas subsidiam os aparelhos, há um subsídios para os aparelhos para a comercialização. Inclusive o Carrefour mesmo, ele conseguia vender a esse preço por causa do subsídio da TIM. Então, ainda hoje existem muitos aparelhos no mercado sendo vendidos, principalmente em São Paulo, aparelhos que são vendidos abaixo do preço de fábrica, telefones pré-pagos. Inclusive, esses aparelhos que foram vendidos ao Carrefour , eles eram pré-pagos. Esses telefones, por causa do subsídio, são vendidos no mercado mais barato que a fábrica vende. É difícil a gente suspeitar de um telefone em função dos subsídios das companhias. Só a titulo de ilustração, hoje, aqui em Recife, um telefone Nokia 8260, o mais comercializado, ele custa ao lojista setecentos reais e o lojista vende ele por quatrocentos e noventa e nove porque existe esse subsídio da companhia para esse tipo de aparelho.

O SENHOR PRESIDENTE – É um bônus?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Exato.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor não conhecia nem o Altair nem o Cícero?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não. Nunca tinha os visto na minha vida, só quando o Flávio me apresentou nesse dia já com o problema estabelecido.

O SENHOR PRESIDENTE – E a troca da nota?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não houve, houve a possibilidade da troca.

O SENHOR PRESIDENTE – Foi aí que o senhor tomou conhecimento das pessoas?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Foi. Não, não, desculpe, eu conheci o Altair antes desse dia porque eu fui junto com o Flávio ao Carrefour receber o cheque.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Dessa venda é comum ou foi proposto – fala-se de uma bonificação para o comprador e que essa bonificação às vezes é dada hora em dinheiro, hora em produto e que é atribuída à divulgação. Foi proposta uma bonificação?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não foi proposta bonificação nenhuma. O que aconteceu é que na hora em que a venda foi feita Flávio tinha a comissão dele a receber.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Lembra quanto era?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não sei lhe precisar mas sei que foi maior do que a minha porque ele disse que ia ter outras despesas. Aí, eu não sei, não posso acusar nem precisar o que ele fez com o produto.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor ganhou cinco mil, não foi?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Foi. Eu, dois e quinhentos e Aluísio Morais, dois e quinhentos.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E o dele era maior, não era?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Era.

O SENHOR PRESIDENTE – Dito por ele mesmo?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Dito por ele mesmo e combinado antes.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Eu estou satisfeito.

O SENHOR PRESIDENTE – Com a palavra o Deputado Mário Negromonte.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Presidente, eu gostaria de perguntar à testemunha se ela tem, por livre iniciativa, ele gostaria também de acrescentar alguma coisa a CPI secretamente se o senhor tem mais alguma coisa a falar?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Não tem nada a dizer a CPI?

O SENHOR PRESIDENTE – Inclusive se o senhor tiver alguma coisa reservada e por qualquer motivo, receio, não queira expor em público, nós podemos suspender a sessão aberta e fazer secreta.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não tenho nada e me coloco à disposição de V. Exa. para qualquer dúvida que tiver.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Nós só temos que agradecer o seu depoimento. Agora, eu pergunto ao senhor se tiver alguma coisa a acrescentar reservadamente, eu solicito à presidência.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – É só, Sr. Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE – Cabo Júlio com a palavra.

O SENHOR CABO JÚLIO – Obrigado, Presidente. O senhor sabe quem é o dono da Bolsa Fone?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Sei. Luiz Augusto Pinheiro e Romero Maranhão.

O SENHOR CABO JÚLIO – Qual é a ligação deles com o senhor?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Romero, eu sou responsável técnico da construtora e Romero é dono da construtora.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor tem alguma participação na Bolsa Fone?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Nenhuma.

O SENHOR CABO JÚLIO – E quem é o dono da Sprinter? O senhor sabe?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu conheci como Luiz Gustavo Gusmão. Existe um processo judicial sobre isso na Justiça, inclusive eu tomei conhecimento disso há muito pouco tempo. Praticamente agora, quando da CPI, eu pedi uma certidão para saber se havia antecedente criminal a meu respeito e apareceu esse processo. Então, eu li esse

processo e vi lá o nome de mais duas pessoas que eu não me recordo agora.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor não sabe, então, o nome do dono?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Só esse Luiz Ricardo. Foi ele que assinou o cheque que eu recebi.

O SENHOR CABO JÚLIO – Sim. Quem é Marcos Mazoni?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – É advogado da Bolsa Fone num processo que ela teve junto à Polícia Federal.

O SENHOR CABO JÚLIO – Advogado da Bolsa Fone?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não chegou a ser constituído mas ele acompanhou...

O SENHOR CABO JÚLIO – Ele é funcionário público?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não sei dizer. Houve uma apreensão da Polícia Federal na Bolsa Fone em 1999, se não me engano, e o Dr. Marcos Mazoni foi quem acompanhou de início a diligência policial.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor já o conhecia antes disso?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Nunca o tinha visto.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas eu estou com o depoimento do senhor aqui...

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Posso falar?

O SENHOR CABO JÚLIO – Pode, claro.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – É o seguinte: Em 1999 houve a apreensão dessa mercadoria...

O SENHOR CABO JÚLIO – Eu perguntei se o senhor o conhecia antes dessa apreensão.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não o conhecia. Eu queria só justificar o que o senhor vai perguntar: É que no dia da apreensão me perguntaram o que é que eu estava fazendo ali e eu respondi que eu estava esperando o Dr. Mazoni pois nós tínhamos marcado de nos encontrar. Eu não estou querendo justificar mas houve o fato, eu não o conhecia, foi uma coisa muito agressiva o que aconteceu, eu, inclusive, prestei depoimento na Polícia Federal negando esse fato, retificando o depoimento que foi dado na época.

O SENHOR CABO JÚLIO – Eu perguntei se o senhor conhecia o Dr. Marcos Mazoni antes dessa apreensão e o senhor disse que não. No depoimento que o senhor deu no dia 17 de abril de 1999 o senhor disse o seguinte: *"Que na data de hoje, por volta das dezesseis horas, quando transitava com o seu veículo nas imediações do Clube Náutico Capibaribe recebeu um telefonema do seu amigo, Marcos Mazoni, para ir até a Bolsa Fone pois este recebera a notícia de que policias federais lá estariam."*

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Certo. Eu não sei se isso faz parte do processo onde houve uma retificação do depoimento da Polícia Federal. Lá, há pouco tempo, no ano passado, se não me engano, onde houve uma retificação desse depoimento.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, eu pediria que o senhor retificasse para nós.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Pois não. Me perguntaram no dia se eu trabalhava na Bolsa Fone, se eu tinha alguma ligação com a Bolsa Fone. Oficialmente, eu não tinha nenhuma ligação, não fazia parte da sociedade, nada. Extra oficialmente eu trabalhava lá porque eu trabalhava na construtora que fazia parte do grupo e normalmente eu comercializava alguns telefones. Tudo isso foi dito no depoimento dado à Polícia Federal, tanto que o delegado no interrogatório perguntou se eu confirmava ou retificava e eu disse que retificava.

O SENHOR PRESIDENTE – Qual é a retificação que o senhor fez?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Que eu tinha dito que não trabalhava na Bolsa Fone.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas não foi isso que eu perguntei. Eu perguntei se o senhor conhecia o Dr. Marcos Mazoni antes disso.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não conhecia.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor ratifica que não conhecia?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ratifico.

O SENHOR CABO JÚLIO – E, como é que o senhor disse que recebeu no dia um telefonema do seu amigo, ele, Marcos Mazoni, para ir até a empresa porque a Polícia Federal lá estava?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Foi. Eu realmente retifiquei por isso, porque foi um momento que houve, um momento de tensão.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas o senhor disse que não o conhecia.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – E não o conhecia.

O SENHOR CABO JÚLIO – E no depoimento o senhor disse que recebeu um telefonema do seu amigo, Dr. Marcos Mazoni, para ir lá. Se ele não conhecia o senhor como é que ligou para o senhor ir lá?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ele não ligou, eu retifiquei.

O SENHOR CABO JÚLIO – Tá escrito aqui. Não, essa parte o senhor não retificou.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Realmente não, essa parte...

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor está retificando aqui que o senhor fazia negociações extra oficialmente com a empresa, não é isso?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Perfeitamente.

O SENHOR CABO JÚLIO – Essa parte está retificada. O que eu estou perguntando é se o senhor conhecia ele ou não?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não conhecia.

O SENHOR CABO JÚLIO – E como é que o senhor explica dele ter ligado para o senhor para o senhor ir lá na empresa porque a Polícia Federal lá estava?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, ele não ligou, eu fui.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas o senhor disse aqui.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu disse.

O SENHOR CABO JÚLIO – Ricardo José Rodrigues Gomes de Matos é o senhor?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – É.

O SENHOR PRESIDENTE – E por que o senhor tinha mentido, então?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Exa., pelo fato como aconteceu, na hora, eu cheguei lá na Bolsa Fone às duas e meia da tarde, sai da Polícia Federal às duas e meia da manhã, sozinho...

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, o senhor mentiu no depoimento?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Essa parte é. E me retifiquei junto ao delegado.

O SENHOR CABO JÚLIO – Não, o que eu perguntei o senhor não retificou.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, tudo bem,...

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Cabo Júlio, licença. Eu tenho interesse em saber o porquê dessa ida da Polícia Federal lá.

O SENHOR PRESIDENTE – Porque, se ninguém ligou nem lhe chamou, por que o senhor foi tentado a ir lá?

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Se o senhor puder fazer um relato do que aconteceu para a gente esclarecer os fatos.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Pois não. Quem me ligou no dia avisando que tinha uns policiais federais lá foram os funcionários da empresa que estavam na limpeza. Que a Polícia Federal estava lá para recolher todos os telefones que estavam lá e queriam que fosse alguém lá e se eu podia ir e eu fui. Depois o pessoal da empresa mandou o Marcos Mazoni e ele se apresentou lá no dia como advogado. Realmente eu não o conhecia.

O SENHOR CABO JÚLIO – Aqui no depoimento da Polícia Federal o senhor disse que a Polícia Federal estava lá na empresa e que esse Dr. Marcos Mazoni ligou para o senhor, o senhor ainda colocou que era seu amigo, *"o qual lhe pediu que fosse até a empresa para se encontrar com ele e ver o que estaria acontecendo pois recebera a notícia de que policiais federais lá estariam."* Ou seja, o Dr. Marcos Mazoni recebeu a notícia de que policias estariam na empresa e ele ligou para o senhor pedindo que o senhor fosse lá ver o que estava acontecendo. Aí, o senhor me diz que não conhece ele. Agora, se o senhor não conhece ele, como é que ele ligou para o senhor?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ele não ligou quem ligou foi um funcionário da empresa.

O SENHOR CABO JÚLIO – Essa parte o senhor retificou?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, ele não me perguntou se eu queria retificar essa parte.

O SENHOR CABO JÚLIO – Qual é o depoimento que está certo? O do dia 17 de abril de 99 onde o senhor diz que seu amigo ligou? Isso é mentira? Qual é o certo? O que o senhor está dizendo agora ou o que o senhor disse no dia 17?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – O que eu estou dizendo agora e o que eu disse no depoimento do ano passado na Polícia Federal.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, esse não é real?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, da maneira que está, não.

O SENHOR PRESIDENTE – O que o senhor não pode é mentir. O senhor fez um depoimento dizendo que recebeu o telefonema desta pessoa que ele se referiu. Não precisa o senhor encobrir a pessoa porque ele não está sendo investigado.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – O que aconteceu foi isso que eu estou dizendo.

O SENHOR CABO JÚLIO – Aí, o senhor continua no seu depoimento: *"Que pediu que fosse até a empresa Bolsa Fone para se encontrar com ele e ver o que estava acontecendo pois recebera a notícia que policiais federais lá estariam. Que antes disso já tinha combinado com o Dr. Marcos Mazoni irem juntos a Maria Farinha."* É verdade isso?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – É verdade que eu disse mas não é verdade o fato.

O SENHOR CABO JÚLIO – Não é verdade o depoimento?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Tá bom, vamos ver o que é errado nesse depoimento aqui: *"Que chegando na empresa os funcionários Amaury e Carlos lhe disseram que os policias queriam vistoriar umas mercadorias."* O senhor é dono da Bolsa Fone?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – E por que os funcionários lhe perguntavam se podiam ou não podiam?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Porque eles ligaram para várias pessoas e não conseguiram falar com ninguém e me encontraram. Por quê? Porque eu estava lá de vez em quando e eu trabalhava na construtora que fazia parte, que era do mesmo dono da Bolsa Fone.

O SENHOR CABO JÚLIO – Vamos lá: *" Que recebendo as chaves do funcionário Amaury, abriu a pedido dos policiais uma sala onde foram encontrados grande parte das mercadorias constituída de aparelhos celulares de procedência estrangeira de várias marcas."* É isso?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – É isso.

O SENHOR CABO JÚLIO – Por que o senhor? O senhor tem que me dar algumas explicações. Primeiro: Vamos dizer que o senhor omitiu ter qualquer conhecimento com o Dr. Marcos Mazoni e aqui no depoimento do senhor na Polícia Federal, o entendimento que o senhor deixou no depoimento é que o senhor era amigo dele, ele ligou para o senhor, antes disso o senhor tinha marcado com ele de ir a Maria Farinha, que na hora que o senhor chegou ele chegou logo depois, que os funcionários perguntaram ao senhor se abria ou não e o senhor diz aqui o seguinte: *"entrando em contato telefônico com o Dr. Marcos Mazoni, este lhe orientou a não colocar obstáculos aos trabalhos e que atendesse no que eles pedissem."*

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Isso é verdade. Porque o pessoal da Bolsa Fone me ligou e me disseram que eu atendesse o que o Dr. Marcos Mazoni dissesse pois eles estavam mandando o Dr. Marcos Mazoni como advogado.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor ligou para ele?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, eu recebi um telefonema.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o Dr. Marcos Mazoni chegou acompanhado de quem?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Do Dr. Emerson.

O SENHOR CABO JÚLIO – Tá. O senhor conhece a empresa Micro Cell?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não. Micro Cell?

O SENHOR CABO JÚLIO – É, telefonia celular.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, pelo nome, não lembro.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor conhece Adair Ribas Neto?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu conheço um Adair mas não sei se é esse.

O SENHOR CABO JÚLIO – Qual Adair o senhor conhece?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ele é dono da empresa Celular Fone.

O SENHOR CABO JÚLIO – Não seria da Micro Cell, não?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Adair Ribas Neto.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu não sei se é o mesmo.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor conhece o Sr. José Carlos Santos Brossa?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Conheço.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quem é?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Vendedor de celular. Ele foi vendedor da BCP.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas o que é vendedor de celular?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ele foi vendedor da BCP, vendia acessórios da BCP e foi vendedor também da Bolsa Fone na época. Conheço.

O SENHOR CABO JÚLIO – Micro Cell. Adair Ribas Neto. Sócio-gerente da loja Micro Cell de telefonia celular. Brossa era representante comercial? Dono de empresa? Ele fazia o mesmo papel que aquele senhor fazia? Ele era vendedor?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Fazia. Ele era vendedor.

O SENHOR CABO JÚLIO – Ele não era dono de empresa?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor teve alguma negociação com ele?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Tive. Durante o tempo da Bolsa Fone nós compramos muitos acessórios da BCP a ele.

O SENHOR CABO JÚLIO – Repita, por favor.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Durante o tempo da Bolsa Fone, a Bolsa Fone comprou diversas vezes acessórios da BCP a Brossa.

O SENHOR CABO JÚLIO – A Bolsa Fone?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Sim.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, pelo que eu estou entendendo, o senhor era como um dono não oficial da Bolsa Fone?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não, deixe eu esclarecer. Eu trabalhava na construtora cujo dono é o mesmo da Bolsa Fone. Eu intermediei algumas vendas da Bolsa Fone, fiz negócios com empresas do ramo de celular, vendi telefones, recebi comissões. Eu nunca tive salário fixo na Bolsa Fone, tive comissões de intermediação de vendas, fiz várias.

O SENHOR CABO JÚLIO – Esse Luiz Augusto Pinheiro, o senhor conhece ele há quanto tempo?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Desde 97.

O SENHOR CABO JÚLIO – Ele trabalhou para o senhor?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não. Eu trabalhava para ele e para Romero na Bolsa Fone.

O SENHOR CABO JÚLIO – E eles são sócios na construtora também?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não. Só o Romero.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor já importou alguma mercadoria?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu? Nunca.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor conhece a empresa DigiCell?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Conheço.

O SENHOR CABO JÚLIO – De onde?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Daqui mesmo de Recife. Era cliente da gente de celular.

O SENHOR CABO JÚLIO – Vamos lá. Adair Ribas Neto. Micro Cell o senhor conhece, não é?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Veja bem, Eu conheço como Celular Fone, pode ser a mesma empresa, eu não tenho certeza.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas essa Celular Fone é do Adair?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – É.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, é a mesma. Porque ele diz aqui que é sócio-gerente da Micro Cell, pode ser. Ele vem contando fatos de uma venda e essa venda, isso é um depoimento de 6 de outubro de 99. É importante, Sr. Presidente, é um pouco longo mas eu queria ler aqui.

O SENHOR PRESIDENTE – Pois não.

O SENHOR CABO JÚLIO – *" Que no dia 16/06/99 o Sr. Brossa, se dizendo representante comercial compareceu na loja do declarante oferecendo aparelho celular Ercson modelo 388, pelo valor de duzentos e quarenta e três reais. Naquela oportunidade foi feito um pedido de cinqüenta aparelhos e que o vendedor Brossa vendia aparelhos oriundos da Bolsa Fone* – frisar isso aqui – *pois o mesmo era representante da Ericson e que os cinqüenta aparelhos foram entregues na loja do declarante, kit completo, a compra custou doze mil cento e cinqüenta. "* Mais adiante diz o seguinte: *"Que, desses cinqüenta aparelhos, vinte foram vendidos e trinta foram devolvidos ao Brossa após terem sido alertados por um funcionário da Ericson de que aqueles aparelhos não eram originais e que ele, declarante, posteriormente constatou a veracidade do fato através da declaração de alguns clientes."* Aí, vem dizendo que ele reclamou, foi lá, comprou cinqüenta, devolveu trinta. Aí é onde eu

quero chegar. Primeiro, os aparelhos eram oriundos da Bolsa Fone, onde o senhor trabalhava, não é?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Trabalhava também.

O SENHOR CABO JÚLIO – *"Que após a compra dos cinqüenta aparelhos foi feita mais uma compra, digo, mais um pedido ao Brossa de aproximadamente trinta aparelhos e que na entrega do pedido, o declarante, ao verificar os aparelhos constatou que os mesmos se encontrava com o selo de posição irregular e ele, declarante, ao remover o selo constatou que havia o selo com a frase: produto re-manufaturado."* O senhor já vendeu produto re-manufaturado?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Já.

O SENHOR CABO JÚLIO – Como é que é?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Produto re-manufaturado é quando a fábrica recebe de volta o aparelho, muitos aparelhos, as operadoras aqui no Brasil, elas recebem muitos aparelhos de volta usados, mandam direto para a fábrica, ela reforma esses aparelhos e eles voltam para o mercado, eles são re-manufaturados, vem escrito.

O SENHOR CABO JÚLIO – Vamos lá: *"Constatou que havia o selo com a frase "produto re-manufaturado". A partir daí o declarante ligou para o Brossa. Esse, por sua vez, colocou o declarante em contato com o Ricardo, este importador."* É o senhor?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não. O Ricardo sou eu mas importador, não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Depoimento do Sr. Adair Ribas Neto. *"Colocou o declarante em contato, se dizendo importador dos aparelhos. Que tentou convencer o declarante que os aparelhos eram genuínos mesmo assim o declarante não aceitou a compra e devolveu as mercadorias."* O senhor trabalha nesse ramo há quanto tempo?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu trabalhei 98, 99. Desde 98. Quatro anos, mais ou menos.

O SENHOR CABO JÚLIO – Aqui em Pernambuco existe quadrilha de contrabandista, falsificador ou estelionatário desse ramo?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não tenho conhecimento.

O SENHOR CABO JÚLIO – Sr. Presidente, eu quero fazer um requerimento a V. Exa.: *"Requeiro nos termos regimentais quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas físicas e jurídicas a seguir relacionadas em face ao envolvimento direto ou indireto da venda de quinhentos aparelhos telefônicos celulares roubados da marca Ericson que foram adquiridos pelo Supermercado Carrefour, filial Recife, PE, em julho de 2000 e revendido pelo citado estabelecimento a preços inferiores ao do mercado. Então, requeiro a quebra de sigilo do Sr. Ricardo José Rodrigues Gomes de Matos, pessoa que colocou à venda e chegou a ter a guarda dos telefones, Flávio Ribeiro da Silva, representante comercial que realizou a negociação dos aparelhos junto ao Carrefour, Altair da Silva, ex-gerente do departamento de eletrodoméstico da loja Carrefour, Cícero da Silva Amorim, ex-gerente da filial do Carrefour, Sprinter Celular Comércio e Serviços."* Tem aqui os dados e eu vou passar a V. Exa. o requerimento.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu coloco em discussão, porém, quero antes alertar que há vários pedidos de quebra de sigilo telefônicos e financeiros de forma que colocamos em discussão e em votação e caso já haja pedido anterior será anulado os que constarem de requerimento anterior. Pergunto aos deputados e senadores que queiram discutir o requerimento do Deputado Cabo Júlio? Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado. Encaminho à secretaria para as providências necessárias.

O SENHOR CABO JÚLIO – Eu gostaria de fazer uma última pergunta ao Sr. Ricardo: Teve uma outra apreensão de celulares, inclusive parece que a justiça determinou a devolução para o senhor desses aparelhos. Como é que é esse caso?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Para mim, não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas como é que é esse caso?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não sei.

O SENHOR PRESIDENTE – Tem algum outro caso que o senhor tenha sido chamado à Polícia Federal ou só esse?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Que eu saiba, só esse.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor desconhece esse caso?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – A apreensão dos telefones na Bolsa Fone, eu conheço, eu tava lá.

O SENHOR CABO JÚLIO – E eles foram devolvidos?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Foram devolvidos.

O SENHOR CABO JÚLIO – Para quem?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Para a Bolsa Fone. Eu não tive mais nenhum contato com esses telefones.

O SENHOR PRESIDENTE – A apreensão se deveu a que?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – A apreensão se deveu à suspeita de contrabando.

O SENHOR PRESIDENTE – E depois foi constatado que não era contrabando?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu não...

O SENHOR PRESIDENTE – Eu acho que a gente pode pedir uma informação mais segura à Polícia Federal.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu queria pedir licença, não sei se ajuda em alguma coisa mas, sobre a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico, se os senhores precisarem de mim, de alguma informação eu me ponho à disposição da CPI. Para mim não tem problema nenhum.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Eu queria perguntar ao Sr. Ricardo a empresa que vendeu os telefones ao Carrefour?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Sprinter.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – E o senhor é sócio?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não, não tenho nenhuma ligação. Eu estive duas vezes na empresa.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – O senhor sabia que essa empresa era do ramo de telefonia?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não conhecia.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Não conviveu com os sócios? Não sabe nada?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, vi três vezes só o sócio principal, o que ofereceu.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Como é o nome do sócio?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Luiz Ricardo Gusmão, se não me engano.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Porque, na realidade, essa empresa foi recém-criada.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ela foi criada antes da venda?

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Foi em fevereiro de 2000 e em julho já estava vendendo telefone celular.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor já abriu alguma empresa?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Já. Tol Comércio...Já faz tanto tempo que eu não lembro.

O SENHOR PRESIDENTE – Foi a única que o senhor abriu?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Em meu nome? Não, não, eu participei de uma empresa em Manaus...

O SENHOR PRESIDENTE – Sempre em telefonia?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não.

O SENHOR CABO JÚLIO – A Tol era de que?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – A Tol era uma loja comercial que vendia ventilador, aqui no Espinheiro.

O SENHOR CABO JÚLIO – E essa de Manaus, era o que?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Construtora Tocantins Ltda.

O SENHOR CABO JÚLIO – Só essas duas?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Só.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor trabalha com o que hoje?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Profissional liberal. Sou engenheiro civil.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Presidente, eu gostaria de fazer uma intervenção. Nó temos também de prestar atenção a uma coisa aqui, o roubo existe porque existe o ladrão e a carga só é vendida porque existe o receptor, é lógico. E nesse caso aí foi o Carrefour. Eu acho muito estranho uma empresa de cunho internacional, que tem suas normas, que tem seus cuidados e tem zelo pelo seu nome que é internacional, chegar e dar uma bobeira dessa de comprar mercadorias baratas em cima de vantagens pois mercadorias estrangeiras exigir do representante legal entrar em entendimento com a fábrica pois eles têm meios para isso. Eu acho que nós temos também que olhar essa empresa, o Carrefour. Neste caso é telefone mas poderá ter outras mercadorias...

O SENHOR PRESIDENTE – Desculpe interromper V. Exa. mas o depoimento de ontem dos dois presos que estavam envolvidos em quadrilha de rou-

bos de carga fizeram referência a outros produtos que foram entregues em outras lojas.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Eu acho que nós temos também que fazer uma ação muito mais forte em cima do Carrefour para que a gente descubra e mostre à sociedade porque o Carrefour, ele está sendo o grande receptor, o que está incentivando o roubo de cargas no país. É esse o meu entendimento, nós precisamos dar um basta nisso e chegar ao final dessa recepção por parte do supermercado Carrefour pois não é possível. Existe o ladrão, existe o que rouba, o intermediário, que é o corretor, que é o que menos tem culpa no cartório e tem o camarada que quer levar vantagem. O receptador, esse é que devia ser mais penalizado pois sem ele não existe praticamente roubo pois o cara vai roubar e não tem a quem vender. O consumidor de um a um não tem um poder grande de venda tudo numa boiada só, como diz o velho ditado popular.

O SENHOR PRESIDENTE – Mas isso tá sendo discutido, é bom que o senhor participe também da Comissão Especial de Segurança objetivamente para coibir um pouco essa violência do crime organizado do roubo de carga e outros tipos de ação, acertar de forma segura o receptador porque o seu enquadramento jurídico é muito difícil. Os juízes, para enquadrar o receptador tem muita dificuldade de buscar a prova material da receptação. Então, tem alguns projetos do Deputado Negromonte que nós estamos lutando para serem aprovados pois vai fazer exigência ao embargador e também o controle do lote e outros dados que praticamente não consta, não identifica e se poder separar o joio do trigo. É interessante que V. Exa., com esta colocação, vá a Comissão Especial de Segurança para a gente fincar o pé nessa situação.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Sr. Ricardo, o Sr. Flávio tinha afirmado aqui e depois ficou em dúvida, dizendo que o senhor era proprietário da Sprinter.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Nunca fui.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Mas você chegou a intermediar essa venda de celular com ele, não?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Intermediei. Eu ofereci a Flávio, Flávio fez a venda ao Carrefour, a empresa entregou os aparelhos, tirou a nota. Eu participei e recebi comissão pela venda.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Quando Flávio foi abordado para fazer a venda, foi oferecido a ele, quais eram as condições?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – O preço?

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O preço e as condições?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, ele disse que ia ver se arrumava o cliente. Ele ofereceu ao Carrefour e quando veio com o Carrefour ele disse as condições que o Carrefour comprava, ele ganhando tanto e pronto, ficou definido.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Quanto era?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – O número certo eu não lembro mas era bem mais do que eu. Eu ganhei cinco mil, dois e quinhentos rachando a comissão com uma pessoa.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor nunca acertou com ele um percentual da venda?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não foi percentual, foi valor especificado, valor definido.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Tem certeza disso?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Absoluta.

O SENHOR PRESIDENTE – Porque tem diferença de preço pois foi oferecido a cento e quarenta. O acerto era vender a cento e setenta? Aqui diz que na mão dele estava a cento e quarenta, não é isso? E a nota fiscal foi feita a cento e setenta e eles compraram a cento e quarenta. Está aqui no depoimento.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Esses valores eu não tenho certeza.

O SENHOR PRESIDENTE – Só citar aqui: *"Que, se não falha a memória, Luiz Ricardo ofereceu celulares ao preço unitário de cento e quarenta reais sendo que a idéia era revender por cento e setenta reais."*

O SENHOR CARLOS DUNGA – Tá errado. A nota fiscal tá cento e setenta.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Vejam bem, eu vi no processo que houve um cheque do Carrefour nominal a Rogério Interaminense. Esse cheque eu não tenho conhecimento dele, o cheque que eu vi foi o nominal à Sprinter.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Como é que o senhor tomou conhecimento de que o telefone era roubado?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ontem, quando eu fui intimado para comparecer aqui, eu solicitei da Justiça se tinha algum processo contra

mim, alguma coisa, inclusive para que se os senhores perguntassem eu pudesse resolver e apareceu esse processo que foi em decorrência policial que houve na época, tinha um processo na Justiça, processo que eu tomei conhecimento ontem dele. E vi em algumas cópias que me apresentaram do processo que um cheque que foi dado, o produto da venda é que tinha sido nominal a Rogério Interaminense. Eu não tinha conhecimento disso, eu vi no processo.

O SENHOR CARLOS DUNGA – O gerente do Carrefour não lhe ligou não, na época?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ligou pedindo o negócio da nota quando eu estava em São Paulo e depois quando eu recebi o dinheiro eu tive contato com ele, eu fui lá receber o cheque, eu e Flávio...

O SENHOR CARLOS DUNGA – Não foi o senhor e o Interaminense não?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – O Rogério também estava.

O SENHOR CARLOS DUNGA – O cheque estava no nome dele?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, eu vi isso, eu estou até levantando um fato aqui que não foi apresentado mas que eu vi no processo.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Não, no processo diz que foi o Rogério quem foi receber o cheque.

O SENHOR CABO JÚLIO – Sr. Ricardo, tem uma coisa aqui que está me encucando, vamos lá: O primeiro caso investigado, da Sprinter, aparece o senhor lá. No caso da Bolsa Fone aparece o senhor lá, no caso do depoimento do Adair Ribas Neto, aparece o senhor lá.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Na Bolsa Fone aparece, eu estava, mas Sprinter não. Tem alguma acusação sobre mim na Sprinter?

O SENHOR CABO JÚLIO – A Sprinter vendeu para quem?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Para o Carrefour.

O SENHOR CABO JÚLIO – E para quem o gerente ligou?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Quem me ligou foi o Flávio.

O SENHOR CABO JÚLIO – Eu vou pegar o depoimento aqui, o senhor disse que quando deu problema e era para trocar a nota o gerente ligou para o senhor.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Quem me ligou foi Flávio em São

Paulo me pedindo para ir no Carrefour.

O SENHOR CABO JÚLIO – Aparece o senhor lá, suspeito, a operação é suspeita, o Carrefour chiou, o número era roubado, o outro não era, tá lá o senhor lá. No da Bolsa Fone aparece o senhor novamente. Tá lá que o amigo que não é amigo do senhor, que o senhor não conhecia mas que tinha marcado de ir em Maria Farinha, aparece o senhor lá. Quando a polícia vai ouvir o Sr. Adair Ribas Neto, ele fala no senhor novamente. Eu não estou entendendo. As informações que chegam para nós são várias, difusas, de todo lado e a gente começa a fechar o negócio, tudo o que a gente tá investigando que deu um probleminha tá lá o senhor. Por que isso?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não sei.

O SENHOR CABO JÚLIO – Sr. Presidente, eu preciso registrar aqui que desde que a CPI começou o Carrefour não ajudou em nada. Se tem algum representante do Carrefour aqui deve essa explicação à CPI. Não vem ajudando em nada, muito pelo contrário, vem é dificultando a apresentação dos gerentes do Carrefour, do Altair, do Cícero e do Diretor Comercial Mário Barbosa de Arrur, sempre alegando que eles foram transferidos ou foram dispensados.

O SENHOR PRESIDENTE – Mas aqui fica a nossa decisão de que na primeira intimação que eles não obedecerem serão conduzidos coercitivamente para liquidar o assunto pois nós não temos mais tempo de tolerar desculpas para a não apresentação.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Ricardo, quando o senhor foi chamado para trocar a nota qual foi a justificativa?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu estava em São Paulo e eles me disseram que teve um problema e se eu podia trocar a nota e eu disse que não, que não tinha como trocar.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas não diziam qual era o problema?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, que tinha um problema e que eu fosse lá pessoalmente.

O SENHOR PRESIDENTE – Dedução de policial: Eles queriam trocar a nota porque quando viesse a investigação sobre a Sprinter, que era originária, eles diriam: "Não, nós não compramos na Sprinter, isso não é conosco."

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Aí, o senhor chegou de São Paulo e foi lá pessoalmente?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Foi.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E lá lhe propuseram novamente trocar a nota?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Novamente.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas nessa segunda oportunidade eles abriram o jogo?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Abriram, disseram que os telefones eram roubados.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E foi aí que o senhor tomou conhecimento?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Foi.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E a sua posição foi dizer que não tinha como trocar a nota?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu disse que ia procurar a empresa e foi aí que eu vi que ela não existia mais.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Quem foi que pagou a Flávio? Foi o senhor?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, foi a Sprinter.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor não pagou um mil e setecentos reais em dinheiro a Flávio por essa intermediação?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Tem certeza?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Absoluta. Tudo foi pago pela Sprinter. Eu recebi o meu e ele recebeu o dele com o cheque da Sprinter. Se vocês fizerem uma investigação na conta da Sprinter vão ver o pagamento da comissão de Flávio lá.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O Flávio afirma no seu depoimento que recebeu mil e setecentos reais proveniente de 2% do valor da venda que é oitenta e cinco mil reais em dinheiro do senhor.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, é mentira, não é verdade.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O que o levaria a mentir?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não sei porque inclusive tem um cheque, eu tava junto, eu assisti. Não foi mil e setecentos reais não, foi muito mais. Dez mil eu acho, não sei.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor conhece Marcos Novais?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Só para encerrar, na conversa com Flávio o senhor disse: "Olha, estou recebendo por cento e quarenta, quero cinco mil, e o que você quiser, você ganha aí em cima." Foi esse o acerto?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Perfeitamente.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E ele disse que tinha que ser assim porque ele tinha que resolver outros custos?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Exato.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Não lhe falou qual era?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não falou.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Tem uma contradição clara aqui no depoimento prestado à Polícia Federal, tem mais de um. Primeiro, o Sr. Flávio Ferreira da Silva, na presença do delegado, em que ele afirma que recebeu do Dr. Ricardo a remuneração dele e ele tá afirmando que jamais pagou nada em dinheiro para o Sr. Flávio, que tudo foi pago pela Sprinter.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – E, se me permite, de fácil comprovação pelo cheque da Sprinter.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O Flávio também negou que tenha colocado na linha o Altair com o Dr. Ricardo. São coisas que a gente precisa compreender melhor esse processo porque, na verdade, não é só essa carga de celular, o nosso interesse tem um processo correndo, é compreender como essas cargas que foram confessadas ontem em depoimento que outras e outras cargas foram entregues, de eletrodoméstico, de cargas muito caras, aparelhos eletrônicos, cosméticos, secos e molhados que estão sendo entregues nessa estrutura do Carrefour aqui. E isso tem conexão com as grandes gangs de transporte. É por isso que a gente tá querendo um esclarecimento no limite dessa questão.

O SENHOR PRESIDENTE – Vamos dar uma esclarecida. Eu peço a ele para comparecer aqui e quem sabe o senhor refresca a memória dele.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – No mercado era conhecido que era Flávio quem tinha a porta do Carrefour , era isso?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu não tinha esse conhecimento não. Agora, foi ele

quem me falou que tinha porta para o Carrefour quando eu ofereci.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – A Bolsa Fone vendeu para o Carrefour ?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Nunca vendeu. Eu acho que o Carrefour nem existia na época da Bolsa Fone.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor nunca ouviu falar em falsificação de celular em Recife não?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ouvi.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o que é que girava?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Que tinha aparelho roubado no mercado, que o pessoal trocava serial de aparelho. Ocorre muito isso no mercado e a gente ouve falar.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor explicou uma coisa que eu não entendi, o gerente do Carrefour , ele ligou para o senhor?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, quem me ligou foi Flávio.

O SENHOR CABO JÚLIO – Certo. Quem foi no Carrefour ?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu fui.

O SENHOR CABO JÚLIO – O Flávio pediu para o senhor ir lá?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Exato.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o gerente pediu ao senhor ou a ele para trocar a nota?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – No telefone quem me pediu foi Flávio e no local...

O SENHOR CABO JÚLIO – Ele quem?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Flávio.

O SENHOR CABO JÚLIO – Você pediu a ele, Flávio?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Ele que pediu para você trocar a nota?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não me pediram para trocar a nota.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas o senhor não tá falando que foi ele que pediu para trocar a nota?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Foi. Eu tava em São Paulo e recebi...

O SENHOR CABO JÚLIO – Quem está mentindo? O senhor ou ele?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ele.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – A única coisa que o Carrefour pediu quando houve a desconfiança de que o aparelho poderia ser roubado ele pediu a nota de compra da Sprinter.

O SENHOR CABO JÚLIO – A origem?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Exato.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas no depoimento diz o seguinte: *"Que o gerente do Carrefour pediu que se trocasse a nota da Sprinter."* É isso?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – É isso.

O SENHOR CABO JÚLIO – Pediu para o senhor?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Pediu para mim.

O SENHOR CABO JÚLIO – Pediu para o senhor trocar a nota?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Pediu.

O SENHOR CABO JÚLIO – Não foi ele que pediu ao senhor?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ele que pediu.

O SENHOR CABO JÚLIO – Ele ou o gerente?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ele.

O SENHOR CABO JÚLIO – Ele pediu para trocar a nota da Sprinter?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Pediu. Eu estava em São Paulo e ele ligou solicitando a troca da nota.

O SENHOR CABO JÚLIO – Como foi que ele disse? Explique.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – "Olha, essa nota tá tendo um problema e eu queria que você trocasse essa nota."

O SENHOR CABO JÚLIO – E o que o senhor disse?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Que não podia. Como é que eu ia trocar uma nota? Eu disse que ao voltar a Recife iria no Carrefour ver o que estava acontecendo e fui no Carrefour junto com ele. O Altair me disse que os telefones eram roubados e eu disse: "Tudo bem, vamos..."

O SENHOR CABO JÚLIO – Ele disse para o senhor que o Altair afirmara que os telefones eram roubados?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Perfeitamente.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas se são roubados adianta trocar a nota?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – É, não.

O SENHOR CABO JÚLIO – E aí, quem tá mentindo?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Aí é que está. Adianta trocar a nota se o telefone é roubado?

O SENHOR CABO JÚLIO – Vamos por partes. Eu entendo que não adianta mas não estou entendendo porque deve ter mais alguma coisa por trás que eu não consegui entender ainda. Eu vejo que trocar a nota não adianta. Agora, qual o interesse do Carrefour de trocar a nota? Ou seja, trocar o nome da empresa que vendera os celulares, pois se trocar a nota vai trocar o nome da empresa que vendeu. Sim ou não?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Perfeitamente.

O SENHOR CABO JÚLIO – Por que o Carrefour queria trocar a nota? Presidente, tem alguma coisa errada aqui. O Sr. Ricardo está dizendo aqui que o Sr. Flávio ligou para ele dizendo que tinha que trocar a nota e o Sr. Ricardo diz que quem pediu para trocar a nota foi ele. E ele diz que nunca pediu nada disso.

O SENHOR PRESIDENTE – Só queria advertí-los que os senhores não podem depor contra si mesmos mas assinaram um compromisso de responsabilidade de só falarem a verdade. De forma que pouca influência tem no processo, o que nós não queremos é deixá-los sob suspeita permanente. Então, se o senhor ligou para ele para tentar propor a torça não vai incriminá-lo mais ou menos. Então, não precisa fugir à responsabilidade do telefonema. Não digo que o senhor está mentindo e ele falando a verdade mas não há uma implicação de que possa aumentar a responsabilidade em todo o procedimento porque trouxeram ao conhecimento a proposta do Carrefour. Grave foi o Carrefour que tentou usar de uma estratégia para fugir à responsabilidade da nota original. O senhor pode responder se fez o telefonema para ele.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR PRESIDENTE – E o senhor?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Fez.

O SENHOR PRESIDENTE – Em que telefone o senhor recebeu essa ligação?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – No meu telefone celular.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor falava com ele sempre por celular ou por telefone fixo?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Na maioria das vezes por telefone celular.

O SENHOR PRESIDENTE – Pode nos ceder o número dos dois telefones?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Pois não. Eu tenho dois: 9151...

O SENHOR PRESIDENTE – Eu pediria a secretaria que anotasse os telefones pois nós vamos pedira a quebra do sigilo e verificarmos a data. O que estiver mentindo nós vamos processar até por dificultar o andamento do procedimento da CPI.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Perfeitamente. 91519770.

O SENHOR PRESIDENTE – Só não vou prender um dos dois porque não tenho certeza pois a fisionomia não está me indicando quem está mentindo. Como o senhor já mentiu uma vez e teve que retificar... Agora, eu tô achando que o senhor está mais sincero que ele pela angústia que ele tá demonstrando. Mas, como o senhor já mentiu eu não posso confiar 100%.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Perfeitamente. O outro telefone por favor, eu dei só um. 99696953.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – 99338187.

O SENHOR CABO JÚLIO – Depoimento do Sr. Ricardo José: O senhor disse num depoimento no dia 30 de novembro de 2001: *"Que o declarante tomou conhecimento de que os aparelhos telefônicos Ericson eram roubados através de um telefonema de Flávio em meados do ano passado quando esse inclusive o colocou para falar com o declarante, o então gerente do Carrefour, o Altair."* O senhor o colocou na linha com o Altair?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, nós vamos ter que achar o Altair para saber quem está mentindo.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eu queria esclarecer que eu nem tive tempo de ligar para ele pois quando eu fiquei sabendo um dia que o Carrefour...

O SENHOR PRESIDENTE – Espera um pouco, a troca da nota não tem nada a ver com o dia...

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, eu não estou falando na troca da nota, eu tô falando como eu entrei em contato com ele como ele tá falando se o Carrefour me informou num dia e no outro eu fui pego pelos policiais, quer dizer, eu não tive tempo de ligar para ninguém, eu, simplesmente, ele sabe disso, que eu fui com os policias na casa dele, que ele não tava e nós fomos no escritório. Como eu ia botar o gerente do Carrefour para falar com ele?

O SENHOR CABO JÚLIO – Eu quero entender algumas coisas. Primeiro: Se o telefone tem problema, qual o interesse em trocar a nota? Não adianta trocar a nota, o telefone vai continuar com problema. Segundo: a nota veio da Sprinter. Então, tinha que ter uma nota de origem de entrada dos aparelhos lá. Quem é que arrumou a nota da Sprinter? Foi você ou foi ele?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Foi a Sprinter quem emitiu.

O SENHOR CABO JÚLIO – Foi a Sprinter quem deu ao senhor?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Foi. Junto com os telefones.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor comprou esses telefones da Sprinter?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, eu ia entregar ao Carrefour, a nota saiu no nome do Carrefour .

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas por que a nota saiu da empresa Sprinter?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Porque foi ela que fez a venda.

O SENHOR CABO JÚLIO – Foi ela que fez a venda?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Foi.

O SENHOR CABO JÚLIO – Através dele?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Através dele. E outra coisa, o pagamento foi feito à Sprinter, saiu o cheque nominal à Sprinter.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Eu acho importante, vou requerer aqui ao Presidente que sejam ouvidos os proprietários da Sprinter pois parece até que é laranja essa empresa que é usada para fazer esse tipo de operação. E eu acho, Deputado Cabo Júlio, que o Carrefour veio atrás para trocar a nota porque sentiu que a empresa não era cadastrada lá, que não tinha passado por um processo de avaliação interna para saber se ela tinha certificado, há quantos anos vinha praticando esse tipo de comercialização, enfim, eu acho que eles quiseram voltar atrás em função disso aí e o Carrefour a nível nacional vai verificar quem é essa empresa, que é uma empresa praticamente fantasma, laranja. Eu até vi as assinaturas dos proprietários, uma assinatura meio garrancho, coisa de semi-analfabeto.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor falou que a Sprinter é de quem?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Luiz Ricardo.

O SENHOR CABO JÚLIO – Só dele?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não sei, não tenho conhecimento.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – O senhor nos afirmou aqui que tinha idéia de que o Ricardo era dono da Sprinter, não foi?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Exato.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Por quê?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Porque foi ele quem me ofereceu os telefones.

O SENHOR CABO JÚLIO – Ele disse ao senhor que era dono?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Na verdade ele não afirmou que era dono, ele falou que tinha os telefones e eu pressupus que era ele o dono.

O SENHOR CABO JÚLIO – Nós temos aí o depoimento do dono da Sprinter?

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Flávio, quem te pagou a comissão foi Ricardo, não foi?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Foi.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Em dinheiro?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Em dinheiro.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mil e setecentos reais referente a 2% do preço da venda?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Isso.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E isso foi o combinado?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Foi o combinado.

O SENHOR PRESIDENTE – O que o senhor tem a dizer?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu tenho a dizer que eu não entendi porque ele disse que me achava dono da Sprinter pois ele me conhecia bastante tempo, ele me conhecia a muito tempo antes disso e sempre soube que eu não tinha nenhuma ligação com a Sprinter. Segundo, a comissão foi paga através de cheque da Sprinter a ele.

O SENHOR CABO JÚLIO – A Sprinter funcionava onde?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Em Olinda.

O SENHOR PRESIDENTE – Se quebrar o seu sigilo bancário não vai aparecer esse cheque?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não vai aparecer.

O SENHOR PRESIDENTE – Não vai aparecer esse cheque lá?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, nenhum problema.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Flávio, quanto o Altair levou nessa venda?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Nada.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Tem mais de quatro contradições no depoimento de vocês e o nosso objetivo é esclarecer. Quem está acompanhando já tem um certo juízo de valor das histórias que estão batendo e das que não estão batendo. Vamos falar a verdade, nosso objetivo aqui não é prejudicar vocês mais do que já foram prejudicados, o nosso objetivo é compreender um esquema de corrupção dentro do Carrefour no Brasil e outros esquemas que receptam roubo de pessoas que morrem nas estradas, pais de família que morrem. E é um grande esquema porque, ao invés de ser um mercadinho lá de Caruaru é um grande grupo internacional até...

O SENHOR PRESIDENTE – Sr. Ricardo, acho melhor, se for necessário, o senhor retificar aqui do que daqui a uma semana.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu não tenho nada a retificar, tudo que eu disse eu quero ratificar.

O SENHOR CABO JÚLIO – Essa Sprinter funciona ainda?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não, um mês depois que aconteceu esse fato, no dia em que o Carrefour chamou lá para ver o que tava acontecendo eu procurei a Sprinter...

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, vamos montar um quebra-cabeça. Ele procurou o senhor dizendo que tinha celular para vender, não é isso?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Exato.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Perfeito.

O SENHOR CABO JÚLIO – E a origem desse celular é de onde mesmo?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – A origem?

O SENHOR CABO JÚLIO – É. O senhor falou para ele que tinha celular para vender. Quantos eram?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Mil.

O SENHOR CABO JÚLIO – Tá. Aí, o senhor procurou ele, ele é representante comercial, para ele intermediar essa venda. E o senhor conseguiu esses celulares onde?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – O Luiz Ricardo me procurou me oferecendo esses celulares e, por isso, eu ofereci a ele.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, Luiz Ricardo, que é o dono da Sprinter, que ninguém sabe onde tá, que no entendimento nosso não sei nem quem é dono ou é laranja de alguém, ele procurou o senhor, que procurou ele, que procurou o Carrefour ?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Perfeitamente. Essa é a seqüência.

O SENHOR CABO JÚLIO – Será que isso aqui é tão grande que precisa de tanto intermediário?

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Flávio, no seu entendimento por que o Carrefour solicitou a permuta da troca?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – É isso que eu to falando...

O SENHOR PRESIDENTE – Posso fazer uma inversão de pergunta? Por que a Sprinter queria trocar a nota junto ao Carrefour ?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – É o que eu falei, eu não tenho conhecimento da nota, o que eu sei...

O SENHOR PRESIDENTE – Era uma preocupação do dono da Sprinter ou dele querer sumir com a nota e trocar por outra qualquer para apagar um pouco do prosseguimento dessas vinculações?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – O que o Carrefour pediu foi a nota de compra da Sprinter.

O SENHOR CABO JÚLIO – A nota de origem?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – De origem.

O SENHOR CABO JÚLIO – Pediu para quem? Para o senhor?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Exato.

O SENHOR CABO JÚLIO – E você pediu para o Ricardo para trocar a nota?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não foi para trocar a nota, a nota de origem, de compra.

O SENHOR CABO JÚLIO – Pediu para trocar por uma nota de venda de outra empresa?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não. O que o Carrefour pediu foi a nota de origem de compra da Sprinter, onde ela tinha comprado os telefones e não para trocar a nota, que eu saiba. Agora, se ele conversou com o Altair como ele tá falando aí, não sei.

O SENHOR PRESIDENTE – E, aí, o senhor procurou por ele?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – E pedi a nota da Sprinter.

O SENHOR PRESIDENTE – O Altair entrou na conversação?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Ele pediu a mim e eu pedi ao Ricardo a nota de origem dos telefones.

O SENHOR PRESIDENTE – Ele entrou em contato com Altair?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Deve ter entrado, não tenho certeza mas, na minha frente, não. Para pedir nota, não.

O SENHOR CABO JÚLIO – E quando o senhor perguntou a ele o que ele falou?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Ele disse que ia mandar.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor mandou?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não. A Sprinter tava fechada.

O SENHOR CABO JÚLIO – Isso foi quanto tempo depois da venda?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Um mês, mais ou menos.

O SENHOR CABO JÚLIO – E fechou a loja assim? Em um mês?

O SENHOR PRESIDENTE – Se for laranja, fecha.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor nunca mais viu o Luiz?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Nunca mais.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor estava acostumado a fazer outros negócios com ele?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu só encontrei com ele três vezes na minha vida.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas das outras vezes o senhor fez negócio?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, só essas três vezes, no dia que ele me ofereceu o aparelho, no dia que ele entregou o aparelho e no dia que eu fui com ele receber o cheque, o pagamento dentro do BBVA.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – E esse Luiz não chegou a afirmar da procedência desses telefones, não?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, não houve desconfiança da procedência.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Nem você desconfiou?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Ele disse que o telefone era nacional, que tinha vindo de São Paulo e foi vendido assim para o Carrefour , como telefone nacional.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – E o senhor não desconfiou da diferença de preço não?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, em função do que eu disse antes, que existem telefones no mercado que são vendidos mais baratos do que a fábrica.

O SENHOR PRESIDENTE – Sobre a conversa dele sobre o pedido da nota original de compra da Sprinter para poder vender ao Carrefour?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Excelência, eu estava em São Paulo e recebi um telefonema dele, Flávio, que o pessoal do Carrefour estava solicitando para se mudar a nota. Eu disse que não podia resolver nada de lá sem saber o que é que tava havendo.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu sou contador e sei que não dá, uma empresa dessa, ela não deixa de contabilizar uma entrada de mercadoria. Então, ele não poderia trocar a nota. Eu estou acreditando mais na versão de que quando surgiu a dúvida sobre a origem dos telefones, o primeiro socorro do Carrefour é saber de onde veio. Então, não dá para achar que ele tinha pedido para trocar a nota. Pode ser um mal entendido seu no telefonema. Eu não estou querendo justificar nada mas eu não estou encontrando lógica.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Eu só estou querendo ratificar que recebi esse telefonema, eu estava em São Paulo, foi, inclusive, uma ligação rápida. Quando cheguei em Recife me dirigi ao Carrefour para saber o que estava acontecendo. Foi quando eu soube que os telefones eram roubados.

O SENHOR PRESIDENTE – Quem falou para o senhor que precisava trocar a nota no Carrefour ?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – No Carrefour, ninguém. Aqui em Recife, ninguém. Só houve a discussão sobre a nota nesse telefonema.

O SENHOR PRESIDENTE – Mas o senhor falou que os dois falaram para o senhor.

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Na ligação de Recife para São Paulo.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Primeiro aí, sem dizer por que, depois, num contato que havia sido feito com o Carrefour o senhor, o Flávio e o Altair, o Carrefour falou o que havia ocorrido e propôs novamente a troca da nota. Não foi isso que o senhor afirmou aqui a pouco?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não. Quando houve a história da nota foi no telefonema que houve de Recife para São Paulo. Eu voltei aqui e disseram a mim que os telefones eram roubados. Aí que eu fui procurar a Sprinter para ver a procedência dos telefones e ver o que é que fazia.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Tava lá proposto, numa reunião no Carrefour , numa ida ao Carrefour foi esclarecido que era a questão de roubo e que era preciso trocar as notas. Não foi isso?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, a história da troca da nota foi na ligação para São Paulo, só aí.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Não teve na conversa no Carrefour ?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Licença, Eduardo. Essa compra foi feita a prazo ou à vista?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – À vista.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – O Carrefour pagou à vista no ato da entrega da mercadoria ou passou alguns dias para fazer o pagamento?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Agora eu estou em dúvida, eu acho que foi a prazo. Você pode me ajudar?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Foi dez dias.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – E quando se deu esse dia de pedir para trocar a nota?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não, foi muito depois.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Depois dele ter pago?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Depois.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Quer dizer que eles perceberam o fato depois de pago a mercadoria?

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Bem depois.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Eu acho estranho, o Carrefour devia ter tomado suas providências, ter chamado a polícia, denunciar que houve essa compra a determinada empresa. É estranho como , depois de paga a mercadoria, uma empresa grande como essa fique à procura de trocar nota e depois, percebendo que a mercadoria tinha indícios que não era bom para a empresa que tem um nome a zelar e não tomou nenhum providência para que as coisas fossem esclarecidas. Até mesmo suspender todas as vendas dos telefones que ainda tinham em estoque e apresentar a polícia pedindo as providências policias. Eu acho muito estranha essa posição do Carrefour . O Carrefour está muito comprometido com esse tipo de operação e nós temos que ser mais duros quanto a isso. Uma empresa que vem de fora, vem fazer concorrência aqui e incentiva roubos, mortes. Essa empresa precisa ter sua punição pois tem culpa no cartório.

O SENHOR PRESIDENTE – Na minha opinião ladrão não procura para intermediar quem não tenha conhecimento do fato. O senhor me desculpe, não estou querendo ofendê-lo. O senhor sabia que a origem era ilegal...

O SENHOR RICARDO J. R. G. de MATOS – Não.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu não estou pedindo a sua opinião, eu estou dizendo o que eu acho. O senhor seria burro em dizer que sim. E o senhor procurou alguém que tinha porta aberta no Carrefour, que era ele. E vocês dois articularam para colocar a mercadoria lá. Essa é a minha visão, é claro que nós vamos buscar provas e elas não estão mais difíceis de serem conseguidas pois as citações que os senhores apresentaram aqui, os nomes, os locais, nós temos como buscar ou através da Polícia Federal ou das pessoas que estão colaborando conosco que são profundos conhecedores de investigação policial. De forma que não tem arrependimento. Se quiserem uma audiência secreta para contar, estamos às ordens, não haverá nenhum tipo de implicação, nós garantiremos a tranqüilidade de vocês mas se nós apurarmos no sentido contrário da exposição não tenham dúvida que nós vamos tomar todas as providências que forem possíveis e se possível meter os dois na cadeia.

O SENHOR CABO JÚLIO – E não é difícil não, agora que colocamos a quebra de sigilo, nós vamos rastrear. Esse cheque entrou na conta da Sprinter e

saiu para alguém. Como a Sprinter deixou de existir um mês depois, é muito fácil analisar o balanço de um mês.

O SENHOR PRESIDENTE – Olha, você me deixa aqui assustado porque quando eu investiguei na CPI dos precatórios essa Sprinter deu uma dor de cabeça desgraçada. Provavelmente usaram nome de fantasia porque era um mal exemplo.

O SENHOR CABO JÚLIO – Infeliz coincidência. Mas é fácil descobrir para onde esse dinheiro foi.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu dispenso os dois e continuo com a advertência que eu fiz. Se quiserem conversar tem membros da Comissão que são daqui da cidade e estão, sem dúvida nenhuma, à disposição dos senhores. O nosso objetivo são os grandes receptadores, não é, desculpe a expressão, "pé de chinelo", não. Nós queremos pegar aqueles que alimentam o crime do roubo de carga e outros crimes que advêm de todas essas operações financeiras. Estão dispensados.

Vamos trazer o Rogério. Vamos fazer rápido, ele é Office-boy e pode nos ajudar.

Gostaria de registrar a presença do Deputado Mariano que vem prestigiar esta Comissão.

Seu nome, por favor.

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Rogério Carneiro Interaminense.

O SENHOR PRESIDENTE – Identidade?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – 5129403 SSP-PE

O SENHOR PRESIDENTE – Idade?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – 24 anos.

O SENHOR PRESIDENTE – CPF? Eu falo e você confirma. 033047904-03?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – É isso.

O SENHOR PRESIDENTE – Estado civil?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Solteiro.

O SENHOR PRESIDENTE – Residência?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Rua Diogo de Vasconcelos, quadra 36, Bloco D, apto. 102.

O SENHOR PRESIDENTE – Profissão?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Office-boy.

O SENHOR PRESIDENTE – Local onde exerce sua atividade?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Para Flávio.

O SENHOR PRESIDENTE – Em Recife mesmo?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Isso.

O SENHOR PRESIDENTE – Você tem algum parente envolvido nesse processo?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu queria que você se comprometesse a falar somente a verdade, de acordo com ao art.203 do Código Penal. Se você se compromete, pediria que assinasse este compromisso.

Rogério, você teria condição de nos ajudar expondo toda essa situação da venda dos telefones ao Carrefour ? Você foi buscar o cheque por ordem de quem? Onde você entregou o cheque? Como foi feita a operação? Depois, se houver alguma dúvida, os parlamentares lhe questionarão.

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Da parte do recebimento, quando foi pago, Flávio que me mandou ir até o Carrefour .

O SENHOR PRESIDENTE – Você trabalha para ele?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Trabalho ainda para ele.

O SENHOR PRESIDENTE – Só uma questão: Ele te orientou em alguma coisa para você falar aqui?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não, não. Eu sou amigo dele de bairro, desde a infância. Então, eu estive no Carrefour , falei com o Altair e ele me mandou para o departamento financeiro. Lá me deram um recibo e dois cheques, se não me falha a memória um no valor de cinqüenta mil reais e outro de trinta e cinco nominais à Sprinter Celular do qual, pegando os cheques, passei para o Ricardo.

O SENHOR PRESIDENTE – Você assinou o recibo?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Assinei.

O SENHOR PRESIDENTE – Era um só?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não, foram dois recibos, um ficou comigo e eu nem assinei esse que ficou comigo. Era uma cópia, foi tirado na impressora. Eu passei para o Ricardo que na ocasião estava no Carrefour, só que fora.

O SENHOR PRESIDENTE – Ele te acompanhou lá?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não, eu fui só.

O SENHOR PRESIDENTE – E o senhor o encontrou casualmente?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não, ele foi para receber o cheque. Eu entreguei o cheque e fui embora.

O SENHOR PRESIDENTE – O Flávio tinha lhe dado ordem de entregar o cheque a ele?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Tinha.

O SENHOR PRESIDENTE – Os dois?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Os dois cheques.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Foi pagamento à vista ou tinha prazo?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Acredito que foi à vista. Eu não tenho certeza mas acredito que para o dia e estava nominal à Sprinter Celular à máquina, datilografia, tudo bonitinho.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Quando foi entregar os celulares você foi acompanhando Flávio?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Fui.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Você pegou eles onde?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – No escritório de Ricardo em Boa Viagem.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Não foi lá em Olinda? Na Sprinter?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Onde era o escritório?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Ficava em frente aos Correios, quando acaba o viaduto Tancredo Neves. Na ocasião, como os aparelhos não davam no carro de Flávio...

O SENHOR PRESIDENTE – Um detalhe: Foram buscar a mercadoria no escritório do Ricardo. A nota fiscal já estava lá ou vocês foram buscar na Sprinter?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Isso eu não lembro.

O SENHOR PRESIDENTE – Porque você foi fazer a entrega.

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Fui mas isso eu não lembro.

O SENHOR PRESIDENTE – A nota ficou na mão de Flávio ou da sua?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Ficou no carro, eu acredito. Flávio entregou lá no Carrefour , no setor de entregas do Carrefour .

O SENHOR PRESIDENTE – Sim, mas a nota, ela viajou ou foi por telegrama? Como é que chegou com vocês para poder fazer a entrega?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Veja, o prédio, ele tem seis andares e eu não subi, fiquei embaixo. Quando desceu a mercadoria já desceu com a nota.

O SENHOR PRESIDENTE – A nota da Sprinter e vocês não pegaram lá. Então, a nota era só para esquentar a mercadoria, provavelmente.

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Eu não sei.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O Deputado Sérgio Leite estava me alertando aqui, está claro. A Sprinter não existe, é laranja, só para emitir nota do Ricardo.

O SENHOR PRESIDENTE – Você conhece Luiz Gustavo Gusmão Filho?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não.

O SENHOR PRESIDENTE – Nunca ouviu falar?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não.

O SENHOR PRESIDENTE – Sabe se ele é laranja?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E da Sprinter o senhor já ouviu falar?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Já porque eu já fiz uma visita lá com Flávio.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E vocês achavam que quem era o dono, era o Ricardo?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – A gente achava que sim.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E existia mesmo a Sprinter?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Existia, uma loja. Eu não sei se com o nome de Sprinter pois existe a razão social e o nome fantasia. Mas quando a Braipoint...

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E quem atendia lá na Sprinter? Era Ricardo?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Veja só, eu estive lá uma vez só com Flávio e quem

atendeu foi uma menina que trabalhava lá e o suposto dono não estava lá.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas você sabia que o suposto dono era Ricardo?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Sabia.

O SENHOR PRESIDENTE – Veja a coincidência. Luiz Ricardo e Ricardo é facilmente rotulado para que se alguém procurar o Luiz Ricardo, o Ricardo está lá.

O SENHOR CABO JÚLIO – Por que o senhor disse o "suposto" dono?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Porque eu já li o processo.

O SENHOR PRESIDENTE – Mas não está se orientando por ele não, está falando a sua verdade?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não, estou falando diretamente.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor tomou conhecimento de que o Carrefour queria trocar a nota?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E, quando você recebeu os dois cheques você recebeu do Ricardo também o dinheiro que era a comissão de Flávio?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não, não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Não foi você que recebeu a comissão?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não, eu recebi um dinheiro depois mas eu não sei se foi...

O SENHOR PRESIDENTE – Foi em dinheiro?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Foi.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – De quem?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – De Ricardo.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Na hora lá?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não, depois, dias depois. Ele me deu num envelope para entregar e eu sabia que se tratava de dinheiro para entregar a Flávio.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Você, sendo amigo de Flávio de infância, você acha que se ele soubesse que os aparelhos eram roubados ele ia fazer essa negociação?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Com certeza não.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Você trabalha com ele há quanto tempo?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Há dois anos.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Foi o primeiro negócio que ele fez que teve esse envolvimento?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Com certeza.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Como ele reagiu ao saber que os telefones eram roubados?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Foi um susto, não é? Ele conversou pouco comigo mas foi um susto. Até porque pegaram Flávio na porta de casa, como ele já deve ter falado, pegaram ele, a polícia civil tratando ele como se fosse um ladrão, quando ele ligou para mim, porque não deixaram ele ligar par ninguém, ele ligou para mim, eu liguei para o advogado, já tinham interrogado ele e tudo e ele ficou maluco na hora.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Você tomou conhecimento de que ele ligou para Ricardo em São Paulo falando da permuta da nota?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – O que eu fiquei sabendo e que, inclusive, eu fui levar lá, foi uma nota fiscal de onde a mercadoria tinha vindo. Tipo de onde ele comprou.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – De onde era essa nota?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Eu não lembro.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor levou no Carrefour ?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Levei.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Depois da confusão?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Depois. Porque o Altair alegou, se eu não me engano, eu não tenho certeza de nada, até porque eu não conversava, eu conheço o Altair mas não conversava, se não me engano ele pediu para que Flávio levasse a nota de onde tinha comprado a mercadoria, a origem. E eu levei, não lembro se era uma segunda via, tava uma coisa meio apagada.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor pegou isso onde?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Quem me deu foi Flávio.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – E quem deu essa nota a você?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Calma que é muita pergunta, vocês estão me perguntando e faz tempo, um ano já e em meio a toda essa confusão a pessoa fica nervosa, eu nunca passei por isso.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – E você é o mais tranqüilo de todos. Quem não mente fica tranqüilo.

O SENHOR PRESIDENTE – Repita direitinho para se entender. O que se buscou não foi troca de nota mas o Carrefour queria saber a origem desses telefones e pediu uma cópia da nota fiscal...

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Segundo eu soube, a Ericson pediu isso ao Carrefour para saber a origem.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Quem levou a nota fiscal?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Fui eu.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Foi o Flávio quem pediu a nota ou o Ricardo?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Como assim?

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Quem lhe deu a nota para levar lá?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Veja só, Flávio deve ter pedido a Ricardo a nota porque o Altair ligou para Flávio pedindo.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Você ia quase que diariamente no Carrefour buscar pagamentos?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não, não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas Flávio falou que vendia...

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Vendia mas não vendia tanto não.

O SENHOR PRESIDENTE – Que produtos vocês vendiam?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Celular e acessórios para celular.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E o contato lá era com Altair?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Com Altair e com o baixinho, se eu não me engano, Cícero.

O SENHOR CABO JÚLIO – Depois que o Carrefour pediu a nota de origem o senhor voltou lá a pedido de Flávio para levar uma outra nota. É isso?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Isso.

O SENHOR CABO JÚLIO – Estava escrito Sprinter?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não. Eu tenho certeza que não era da Sprinter mas não lembro o nome da empresa.

O SENHOR CABO JÚLIO – Era bom trazer o Flávio para se esclarecer a origem dessa nota. Que nota é essa? Pode ser da Micro Cell, não é?

O SENHOR PRESIDENTE – Vamos trazer o Flávio.

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Veja só, vocês me falaram muita coisa e eu posso até nem ter levado a nota.

O SENHOR CABO JÚLIO – Não, não, veja o senhor. O senhor levou uma nota e agora vem dizer que pode não ter levado? Aí, não. Aí, o senhor está brincando e nós não estamos brincando não.

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Eu não estou brincando.

O SENHOR CABO JÚLIO – Por favor, o senhor falar agora que pode não ter levado a nota? O senhor falou, está registrado aqui nas notas taquigráficas.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor disse que viu a nota.

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Eu vi, isso eu confirmo.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Você chegou a dizer que não era da Sprinter. Como agora o senhor fala que não tem certeza que levou a nota lá?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Eu não vi o nome da firma, eu tenho certeza, como tenho certeza também que não foi a nota original. Como eu tenho certeza de que não era a primeira via porque a nota, ela não tem todas as vias. Eu sei que não era a primeira via da nota, foi como a parte de baixo da nota.

O SENHOR CABO JÚLIO – E como o senhor sabia que a nota não era da Sprinter?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Porque eu li a nota.

O SENHOR CABO JÚLIO – Isso é importante. Embora não sendo a primeira via, não era a mesma nota da mesma empresa. É importante saber que segunda nota é essa.

O SENHOR PRESIDENTE – Vamos pedir para que o Flávio entre rapidamente. O Flávio ligou para o Ricardo para que ele desse uma cópia ou um documento para comprovar a origem desses telefones.

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Isso aí eu não posso confirmar.

O SENHOR PRESIDENTE – Não, eu estou só querendo conceituar. E você foi pegar a nota no Ricardo para levar no Carrefour ?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não, eu acredito que eu já peguei isso com o Flávio e levei para lá. Até porque eu faço muito serviço durante o dia, entende? E eu não sabia que se tratava de um problema e não prestei atenção. Eu passo o dia na rua, pego documento, não vou saber.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Além do Carrefour quais eram as outras lojas que vocês forneciam celular?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Todas as lojas de Recife, eu acho.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Cite elas.

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Novolar, Sonzão, que é a Real Som, Grandelar. Os mais fortes que eu tô falando, né? Bompreço comprava bastante, era o maior cliente.

O SENHOR PRESIDENTE – Vocês perderam a confiança depois desse incidente ou continua o mesmo crédito nas vendas?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Perdemos a empresa. Ele, no caso, que é o representante, perdeu a empresa. Apesar de que ele, quando aconteceu, já estava trabalhando para outra empresa. Não é que ele perdeu, pediram o afastamento até que fosse esclarecido tudo.

O SENHOR CABO JÚLIO – Sr. Flávio, o Rogério está dizendo que o senhor mandou ele levar outra nota no Carrefour .

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – A de origem.

O SENHOR CABO JÚLIO – E quem lhe deu essa nota?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – O Ricardo.

O SENHOR CABO JÚLIO – E qual era a empresa?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não lembro o nome.

O SENHOR CABO JÚLIO – Não era da Sprinter?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, não era.

O SENHOR PRESIDENTE – Era outra nota?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Era outra nota.

O SENHOR PRESIDENTE – Ele que trocou a nota, então?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, ele não trocou a nota.

O SENHOR PRESIDENTE – Sim, a empresa que teria vendido para a Sprinter.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Isso, tava em nome da Sprinter, entendeu? Uma outra empresa vendendo para a Sprinter.

O SENHOR PRESIDENTE – O comprador era a Sprinter?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Isso.

O SENHOR PRESIDENTE – O timbre é que o senhor não lembra?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não lembro. Foi isso que eu quis esclarecer, não foi pedido a troca de nota.

O SENHOR PRESIDENTE – Você lembra para quem entregou essa nota?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Acredito que para o Altair.

O SENHOR PRESIDENTE – Se o Altair recebeu, em tese, pelo que você está nos explicando, seria para mostrar à Ercson?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Exato.

O SENHOR PRESIDENTE – Então, a Ericson deve ter cópia dessa nota.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – O senhor já sabia que havia a suspeição de serem telefones roubados quando o Carrefour ligou para pedir a nota. É comum o Carrefour ligar pedindo a nota fiscal de origem?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Mas é aquilo que eu falei, que o Carrefour ligou depois que recebeu a intimação da Polícia Civil.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então, a coisa já estava estourada. E o senhor já sabia que era suspeito.

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Eu já tinha ido para a delegacia.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor, tendo consciência de que era uma coisa suspeita, não lembra de ter olhado qual era e empresa? Mesmo o senhor já tendo ido para a delegacia e tudo mais?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Não, eu lembro que não estava no nome da Sprinter mas não lembro o nome da empresa.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor fala que a polícia lhe pegou no meio da rua, lhe levou, o senhor foi ouvido sem advogado, passou "vexame" por causa disso, foi prejudicado e, de repente, o Sr. Ricardo lhe manda uma nota que poderia ser a sua salvação...

O SENHOR PRESIDENTE – Licença, Deputado. Eu gostaria de saudar o Presidente da Assembléia e convidá-lo a permanecer entre nós e agradecer toda a gentileza de sua assessoria e de V. Exa. pelo atendimento que estamos recebendo.

O SENHOR CABO JÚLIO – Essa nota seria o que iria resolver o problema. A nota é que iria dizer que o telefone não era roubado, seria a prova material sua que o senhor estava livre e que não tinha nada a ver com isso. Era a coisa mais importante naquele momento, concorda?

O SENHOR FLÁVIO F. DA SILVA – Sim. E o Carrefour tem a nota.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas o maior interessado era o senhor, não era nem o Carrefour .

O SENHOR PRESIDENTE – Acho que a gente poderia fazer uma diligência, providenciar aqui ou na sede deles uma diligência para buscar isso. Não adianta intimar pra depois dizer que vai ver se tem, tem que fazer uma diligência.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Rogério, você que é mais moço, vamos avivar sua memória. Você diz que faz um ano, não é isso?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Faz mais ou menos isso. Veja só, se as perguntas fossem feitas na época, mais perto disso, tudo bem, eu falava o nome mas eu não lembro.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Você mexe muito com nota fiscal, não é isso?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não, não é questão de mexer, eu não mexo com nota fiscal mas é que eu pego em tanto documento e eu fiquei tão nervoso com o problema na época pois quando a Justiça me colocou, falou que tinha saído um cheque nominal a mim, saiu coisas no jornal, qualquer um fica doido.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Tem alguma empresa no seu nome?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Você tem talão de cheque?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Tinha, não tenho mais.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – E celular?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Já tive também, não tenho mais, quebrei.

O SENHOR CABO JÚLIO – Eu tinha uma opinião formada, totalmente contrária em relação ao senhor e ao Rogério mas confesso que estou um pouco confuso. Por quê? Porque a nota que seria a resolução dos seus problemas, o senhor não lembra a origem. Aí, o Rogério diz que foi levar a nota. E eu perguntei se a nota era da Sprinter e ele afirmou que não era, com certeza, que ele tinha olhado e que não era da Sprinter. Mas, perguntado de quem era, ele diz que não sabe. Essas convicções que seriam, em tese, a salvação e a resolução seria o senhor dizer que a nota era de tal empresa e que a origem era disso e daquilo, o que poderia também ser uma nota fria. E o Rogério fala que tem convicção que não era da Sprinter mas não sabe de quem é. Isso é complicado, seria importante para vocês.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Na hora em que o Rogério entregou a nota, o Carrefour ficou com a nota, deu algum recibo que recebeu a segunda nota? Foi entregue ao Altair?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Foi.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – E ele recebeu, disse que tava tudo bem?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Eu só fiz deixar a nota com ele e fui embora.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – E ele não abriu anota?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – São detalhes que eu não lembro. O que eu tenho certeza é de que a nota não era da Sprinter e que ele ficou com a nota. Agora, não tenho certeza o nome da empresa.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Presidente, existe a segunda nota, foi entregue ao Altair. Então, o Altair tem que entregar essa nota.

O SENHOR PRESIDENTE – Dá licença de eu colocar direitinho? Pois eu quero colocar o que está sendo entendido aqui. Não existe uma segunda nota, existe uma nota de origem, de "quem" teria vendido

para a Sprinter. Então, não é nota da Sprinter nunca, ela é compradora.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Sim, mas o que eu quero chegar é que o Carrefour recebeu a nota da origem da vendedora para ela e se o Altair recebeu essa nota ele tem que dar conta dela. Se ele anexou junto à nota de compra ele deu por satisfeita a origem do produto.

O SENHOR PRESIDENTE – Se fosse correta a atitude dele, na hora em que eles foram intimados à polícia, levava a nota para a polícia e entregava. É o correto, senão eles estão escondendo mais alguma coisa.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – O que eu estou percebendo é que essa segunda nota de origem, ela não vai aparecer pois ela deveria ou estar no Carrefour ou entregue à polícia para fazer parte do inquérito. Gostaria de saber também se ele tem mais alguma informação que fosse útil à CPI, que você poderia colaborar para que a CPI tomasse esses apontamentos. O depoimento está sendo muito preciso, muito importante.

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não, não, eu não tenho mais nada a falar.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Era só isso, Sr. Presidente.

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Eu tinha o recibo, não sei se ainda tenho mas, se eu achar os recibos dos cheques que eu assinei um e o outro ficou comigo, como o número dos cheques que o Carrefour passou. Eu vou procurar.

O SENHOR PRESIDENTE – Certo, e se você lembrar o nome da empresa...

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Se eu lembrar, com certeza vou falar.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Só para terminar, durante esse período o senhor nunca se sentiu ameaçado por alguém?

O SENHOR ROGÉRIO INTERAMINENSE – Não.

O SENHOR PRESIDENTE – Obrigado. O senhor está dispensado.

O nosso Deputado Dunga tem o depoimento que o senhor Sr. João Dantas indicou, me parece que ele quer fazer em sigilo.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Presidente, eu solicito a V. Exa. que o depoente quer prestar os esclarecimentos a nossa CPI em caráter sigiloso.

O SENHOR PRESIDENTE – Uma parte? Então, me faça um favor, quando o senhor achar que é importante a gente senta separadamente e busca, não é preciso nem estar nesta sala aqui.

O senhor podia se identificar? Não precisa assinar nenhum compromisso pois é espontâneo o seu depoimento.

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Pois não. Eu sou João Azevedo Dantas, sou Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Drogas e Medicamentos do Estado da Paraíba e recebi um convite desta Comissão, através do Deputado Dunga que viu a nossa problemática em nosso Estado e por que não dizer no Nordeste e no Brasil? E levou o assunto para esta Comissão e aqui eu me proponho para colaborar e trazer alguns subsídios. Primeiro, diria que essa primeira parte a gente pode fazer coletivamente mas depois nós precisaríamos de uma coisa mais secreta. O Senador Romeu Tuma é muito identificado com o comércio farmacêutico, ele sabe, quando ele foi da Polícia Federal, nós tivemos vários embates na época do CIPE, Conselho Interministerial de Preços, que exigia a presença do Estado através de controlar os preços havia muita divergência entre indústria, varejo, atacado e o governo. E ele teve na época, 1986, no Plano Sarney, a falta de medicamentos. Então, ele é uma pessoa que sabe profundamente do assunto.

Eu estou aqui representando a sociedade na área farmacêutica. Nós não suportamos mais o descalabro que está na área farmacêutica. Inconcebível ter tido uma CPI dos Medicamentos no Congresso Nacional essa CPI, que foi uma CPI que comandou um leque, um manancial, um rosário de informações, de denúncias as mais diversas possíveis dos 27 Estados da Federação e essa CPI foi jogada na lata do lixo para desespero dos brasileiros.

O SENHOR PRESIDENTE – O que o senhor diz de lata do lixo? Foi no Congresso?

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Foi no Congresso Nacional. Essa CPI, ela está parada lá, ninguém...

O SENHOR PRESIDENTE – Mas ela foi conclusa, se não me engano.

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Teve relatório.

O SENHOR PRESIDENTE – Mas o senhor acha que o relatório não espelha a realidade?

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Não espelha a realidade porque existe envolvimento, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e outros ilícitos penais e não foi apurado isso porque teve empresas envolvi-

das, e o poder econômico e político fez com que isso...

O SENHOR PRESIDENTE – Como V. Exa. tem conhecimento dos fatos, eu pedia que, reservadamente, se pudesse elencar as empresas, a CPI do Roubo de Carga,dentro do possível pois é um envolvimento muito grande nas nossas apurações de roubo e venda ilegal de medicamentos, falsificação de medicamentos, talvez nós pudéssemos melhorar um pouco o aspecto desse combate.

O SENHOR CABO JÚLIO – Dentro da palavra do senhor, me permita abrir um aparte para esclarecer para as pessoas que talvez não conheçam o funcionamento de uma CPI: A CPI é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ela investiga. Depois que uma CPI termina os seus trabalhos, ela envia para o Ministério Público que continua as investigações ou oferece denúncia. Muita gente acha que CPI é para investigar e depois a coisa acontece. Eu vou dar o exemplo claro...

O SENHOR PRESIDENTE – Acham que a CPI tem que punir, ela não tem o dever legal, ela não pode, ela não tem poderes para isso. Hoje me perguntaram na televisão porque que dá tudo em pizza? Não dá tudo em pizza, pelo contrário. Eu vi agora duas CPIs que eu recebi aqui que escancaram os procedimentos que são importantes. Agora, depende do Ministério Público da investigação e que der continuidade e decisão judicial. Eu até já fui intimado para esclarecer participação em CPI.

O SENHOR CABO JÚLIO – Só para o senhor ter uma idéia, eu fui membro da CPI Federal do Narcotráfico. E a nossa CPI vasculhou esse Brasil. Alguns deputados, em razão da CPI, foram cassados. Só para o senhor ver como é que a coisa funciona, eu recebi hoje que alguns deputados que em decorrência da CPI foi cassado, o Deputado do Maranhão, José Gerard, ele foi condenado hoje justamente por roubo de carga e vai pegar 23 anos de cadeia, trabalho da CPI de dois anos atrás. Então, nós mostramos que há problema mas não cabe muitas vezes a nós dar solução que compete ao Judiciário.

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Exatamente. Então, eu vou explicar alguns fatos para que depois a gente transforme esta sessão...

O SENHOR PRESIDENTE – Eu não sei, se for coisa longa e secreta e o senhor quiser fazer um documento sem assinatura...

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – É coisa rápida.

O SENHOR PRESIDENTE – É só para a gente se orientar. Então, o senhor faz a parte pública que achar conveniente, o seu protesto, eu estou sentindo que é um protesto e à parte nós podemos sentar numa sala e ouvi-lo.

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Todos sabem que nós estamos na presença do Deputado Domiciano Cabral, que é um empresário e sabe que hoje o comércio, a indústria não dispõe de recursos para financiar vendas. E inconcebível no ramo farmacêutico, isso é comum aqui, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, se comprar um medicamento em dez vezes no cartão de crédito, cem dias no cheque e, mesmo assim, às vezes essas mercadoria abaixo do preço de fábrica.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor acha que com essas brigas com os laboratórios o preço baixou muito, não?

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Houve uma certa baixa.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu tenho que comprar remédio permanentemente e toda vez que vou à farmácia é 10, 20% a mais. Alguém está levando a diferença por aí.

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Mas aqui no Nordeste é diferente, eles estão sendo generosos e há um crescimento vertiginoso desse pessoal. Esse pessoal está crescendo da noite para o dia, dando desconto e ainda sobra dinheiro para crescimento. Na minha cidade, só numa pequena rua tem 12 farmácias, uma colada na outra. E esse grupo que está lá conseguiu praticamente falir a farmácia do IPEP, farmácia do Governo do Estado da Paraíba. Nem ele teve condição de concorrer com esses emergentes de sucesso passageiro que estão infestando o comércio farmacêutico do país.

O SENHOR PRESIDENTE – Não há fiscalização rigorosa de órgãos competentes para que isso seja coibido? Porque o remédio tem que ter estoque, tem que ter controle como qualquer outra mercadoria.

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Olhe, há uma peregrinação pelo Brasil, há lideranças que têm coragem de vir aqui, como o companheiro José Cláudio Soares, que é o Presidente do Sindicato em Pernambuco e que provavelmente será ouvido também pois tem informações valiosíssimas e esse que vos fala. Mas, praticamente no resto da Federação, não existe ninguém porque tem medo, são omissos e ficam em cima do muro. Para terem uma idéia, a complexidade que nós estamos hoje no complexo farmacêutico é tamanha que nós não sabemos a que situação vai

chegar. A empresa que meu pai fundou tem 54 anos de existência e eu fui obrigado agora a vender a firma porque eu não tinha mais condição de manter a empresa. Por que? Porque os lavadores de dinheiro altíssima sonegação. Com referência à sua pergunta, nós fomos à Paraíba, procuramos o Secretário de Finanças, Dr. José Soares, o Secretário Adjunto, Dr. Castro e o Diretor de Divisão Tributária, Carlos Marinho, explicamos toda a situação, a complexidade que era, o envolvimento de Estado para Estado que envolvia gente ligado ao Governador do Estado, a pessoas, políticos influentes e quando expus, o Secretário disse que era só de governador para governador, palavras dele.

Então, fica difícil a gente enfrentar um rolo compressor desse. Eu vou dizer a V. Exa. um fato que aconteceu em Campina Grande e a Rede Globo de Televisão foi lá fazer o flagrante juntamente com o delgado de Polícia Federal aposentado, Marcos Miçaglia. Ele veio de São Paulo diretamente para Campina Grande porque tinha um lote de *Vick Vaporub* em Campina Grande sendo distribuído lá, esse lote era contrabandeado, fabricado na Venezuela. O Dr. Marcos foi lá, protocolou na Polícia Federal e até agora não deu em nada. Isso é um assunto da maior gravidade. Isso tem um ano e meio.

Nós mandamos uma série de informações à Receita Federal e o Serviço de Inteligência, a mando de Brasília, através da 4ª Região Fiscal, que fica aqui em Recife, nos procurou porque queira fazer uma investigação mais profunda. É público e notório, a imprensa vem divulgando, no Estado da Paraíba a empresa que detém a filiada da Rede Globo, que é o Sr. Eduardo Carlos, deu uma entrevista na televisão que um avião Bandeirantes descia em Campina Grande, descia no aeroclube de João Pessoa, descia em Patos, ia para Maceió, esse avião foi motivo de denúncia do Presidente do Sindicato de Alagoas, denunciou esse avião e nós denunciamos lá e o Sr. Eduardo disse que tudo o que eu disse era verdade pois um dia ele estava lá no aeroclube em João Pessoa, viu o avião Bandeirantes descendo, descarregando mercadoria, vinha com nota fiscal e ela, do mesmo jeito que vinha, voltava. Isso é público e notório e não foi feito nada.

Outras apurações que foram comprovadas na CPI de Pernambuco – e eu quero aqui enaltecer os Deputados – a CPI daqui foi de um destaque a toda prova e o Deputado Sérgio Leite não se curvou, foi corajoso, destemido, policial como é e foi até o fim. Não fez mais porque o tempo não deu e a pressão foi muito grande. Ele tinha vontade de entrar num assunto que se ele entrasse o fio da meada era difícil de chegar ao fim, que é, justamente, a rede hospitalar.

Outro fator também que a gente gostaria de relatar aqui é que a portaria da ANVISA, ela obriga que todo medicamento, ele venha fixado com etiqueta identificadora para que o consumidor, na hora em que for na farmácia comprar o remédio, ele saber de que distribuidora o remédio é oriundo. Essa etiqueta é obrigatória mas não esta sendo exigida aqui no Brasil.

Outro fator: É obrigado colocar no corpo da nota fiscal o número do lote justamente para que se evite o roubo dessa mercadoria. Isso também não esta sendo feito.

Recentemente, não tem um ano, foi público e notório pois foi publicado em toda a imprensa que uma empresa de eletrodoméstico, vendo publicação na mídia que eletrodomésticos estavam sendo vendidos pela metade do preço e através da assistência técnica foi estourada uma gang lá em Goiás. Por que não fazer isso com medicamento para identificar essas redes que estão trabalhando com essas formas?

Outra coisa, a Vigilância Sanitária Estadual é praticamente sucateada, não existem servidores, o número é irrisório para o número de estabelecimentos que mexem com a saúde.

Queremos também registra aqui Que o Conselho Regional de Farmácia, a grande maioria, não são todos, eles só fazem perseguir a pequena e média farmácia e não colabora para a elucidação e o esclarecimento dos fatos verdadeiros no ramo farmacêutico. Eu fui depoente da CPI da Assembléia Legislativa, da CPI do Narcotráfico no Estado da Paraíba porque o governador do nosso Estado, lamentavelmente, eu não sei qual é o motivo, ele fez força para que a CPI dos Medicamentos lá não fosse instalada. E o Deputado sabe que o que eu estou dizendo não é mentiroso. Foi feito um lobby, o Deputado Luiz Couto queria instalar a CPI lá mas foi feito um lobby por S. Exa., o Governador daquele Estado para que a CPI não fosse instalada.

Eu gostaria também de destacar outra coisa que é uma aberração, na Paraíba eu não sei o número exato mas aqui são quase 700 distribuidoras quando, na realidade, legalmente, devem existir 40. eu gostaria de sugerir a Comissão de também ouvir em forma sigilosa o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos em Pernambuco, o Sr. José Cláudio Soares, que tem um leque muito grande de informações a prestar e me proponho, perante esta Comissão à disposição para que a gente tente fazer um saneamento na saúde pública em nos-

so país e melhorar essas dificuldades. A evasão fiscal, a sonegação fiscal, o que o Estado, o município e o país está deixando de arrecadar são cifras elevadíssimas e que a gente não tem condição de detalhar aqui.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Dr. João, agradecemos a sua participação e dizer que estamos aqui admirando a sua coragem de trazer ao conhecimento da CPI denúncias gravíssimas e eu vou solicitar de imediato que esta CPI coloque no calendário -pedindo permissão ao Deputado Carlos Dunga, que é da Paraíba – coloque no roteiro a Paraíba para que nós façamos uma CPI lá, se for necessário dois, três dias lá em Campina Grande para nós debelarmos essa quadrilha que existe lá. O cofre público está sendo dilapidado, as autoridades têm conhecimento e nada fizeram, isso é o mais grave, é o crime da omissão. De forma que, Presidente, diante das denúncias do Dr. João Dantas, eu peço licença ao Deputado Carlos Dunga para sugerir na sua frente e logicamente eu faço questão que assinemos em conjunto esse documento que inclua no roteiro de Audiência Pública a Paraíba.

O SENHOR CARLOS DUNGA – O requerimento já foi apresentado e aprovado pela CPI para uma possível...

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Senador, só para concluir, mais duas informações: Só para os parlamentares tomarem conhecimento da gravidade do assunto, a 8ª empresa arrecadadora de ICM da Paraíba no ano de 2000, 2001 vai sair essa semana, foi a empresa H Brito, um atacadista de medicamentos que fica na cidade de Cabedelo. Essa empresa hoje está passando por sérias dificuldades por conta da quebra do pequeno e médio dono de farmácia e o ingresso de redes de outros Estados, que não são paraibanas. Essas redes possuem incentivos fiscais em suas matrizes, entram em Pernambuco, essa rede é grande, atuando de Belém a Salvador, essas redes têm privilégios lá nas suas matrizes e estão devastando com o comerciante que trabalha dentro da legalidade nas capitais e nas cidades onde eles têm sede.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Eu quero informar ao Dr. João que vamos ouvir amanhã cinco presos que estão vindo de Cabedelo, na Paraíba justamente envolvidos em roubo de medicamentos. Se V. S. pudesse ficar para ouvir e instrumentar esta CPI poderia nos orientar e dar informações preciosas.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Presidente, eu queria parabenizar o Sr. João Dantas pelo depoimento corajoso dele aqui, depoimento de quem está sentindo na pela o que é essa desorganização que todas essas artimanhas utilizadas no esquema da distribuição de medicamentos que foi fruto de uma investigação nacional, outra aqui. Mas eu pediria que o senhor nos desse a dica do fio da meada que o senhor falou. Se não for conveniente fazer de público que o senhor aguardasse para fazer isso de maneira reservada.

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Deputado, como já foi deferido aqui que a Comissão irá para Campina Grande, .

.....

O SENHOR PRESIDENTE – com a Comissão e nós sentimos a importância dela se deslocar para cidades onde as ocorrências são mais graves porque há um estímulo ao cidadão em nos ajudar, em denunciar fatos graves e os depoimentos são mais seguros. E para intimar cada um para ir para Brasília seria um dificuldade imensa e o Congresso tem os seus limites orçamentários, questionam se dá para cortar alguém mas é difícil pois aqueles que tem o assunto na cabeça e os outros auxiliares, dois ou três, que precisam estar presentes. O Presidente Aécio também tem sido compreensivo e colaborado imensamente, não põem, ele e Rames Tebet, nenhuma restrição mas nós não podemos ir a todos os municípios.

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – E o Sr. sabe que o antro é lá perto da sua cidade, Campinas é o grande centro de distribuição de carga. O que a gente gostaria, a sociedade de um modo geral, representada pelos parlamentares que aqui estão, era que, a nível de Ministério Público Federal, porque o Estadual tem limitações, para se ter uma idéia, na Paraíba só tem quatro procuradores federais com uma infinidade de problemas que nós temos.

O SENHOR PRESIDENTE – Nós estamos aprovando agora, me parece, a criação de mais três tribunais em Estados do Norte. Na Amazônia não tinha um tribunal. É claro que as iniciativas tem que ser dos tribunais superiores os senadores ousaram em criar e acho que os Deputados vão aprovar a criação desses três tribunais que vai desafogar um pouco essa parte de super trabalho da Justiça Federal e Ministério Público Federal. O que nós devemos procurar na reforma do Judiciário é reenquadrar algumas disposições que dão competência a esse ou aquele juízo para facilitar o andamento dos processos. E os graves tem que ter prioridade, têm que ser sumários esses processos que envolvem principalmente o prejuízo, a sociedade. Há uma preocupação muito grande,

a reforma do Judiciário, praticamente está avançando bastante e agora, com pessoas na Comissão Especial de Segurança que tem conhecimento na área de segurança, nós acreditamos que alguns projetos já praticamente irem à pauta e nós vamos tentar melhorar bastante. Têm dois projetos importantíssimos da área de roubo de carga, de transporte ilegal de carga, do Deputado Negromonte, que nós estamos lutando para que isso vá com prioridade na aprovação.

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Na minha conclusão, eu queria dizer que não sei se pode ser convocado um juiz mas o juiz de Cabedelo, ele tem sido uma pessoa muito importante nesse processo que houve na Paraíba com a empresa H Brito. Surgiu um comentário e a empresa tava envolvida até, co-participação, né? Eles tiveram três assaltos seguidos e no último houve quase uma tentativa com o vigilante da empresa e isso esclareceu muita coisa e essa gang que foi presa mandava medicamentos para o Rio e São Paulo através de guia de transporte de mudanças.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Eu já juntei na CPI elementos em relação a isso.

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Eu tomaria a liberdade de indicar a que esta Comissão Mista que, se fosse possível, convocasse o Magistrado para esclarecer pois o mesmo tem muitas informações. E, quanto ao que disse o Deputado Eduardo Campos sobre o fio da meada, há condições. Mas para isso eu preciso que outros companheiros meus, presidentes de sindicatos dos Estados também tenham coragem porque eu não vou salvar o Brasil, não é?

O SENHOR PRESIDENTE – Eu pediria ao senhor , em nome da Comissão, que pudesse entrar em contato com seus colegas pois, se eles quiserem uma reunião conjunta fechada conosco, nós estamos dispostos a ir onde for marcado mesmo que for particularmente de cada um de nós. Eu acho que todos concordam com isso e o senhor fica, se possível, responsável pelos contatos e depois falar com Deputado Dunga para que ele nos diga o que ficou marcado.

O SENHOR JOÃO A. DANTAS – Certo. E quero agradecer e estou à disposição. Eu disse aqui a verdade, o Deputado Dunga nos conhece e sabe da nossa tradição em nosso Estado e estamos deixando o comércio farmacêutico, senador, por não ter condição de continuar. Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE – Obrigado. Com a palavra, o relator.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Presidente, eu gostaria de requerer a V. Exa. e ao plenário da Comissão que nós possamos ouvir aqui de forma rápida e breve um depoimento do Vereador do Recife, Jorge Chacrinha, que também é empresário nessa área de medicamentos e gostaria de prestar um breve esclarecimento.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu pediria que, diante do adiantado, fosse rápido, por favor. Pediria que o senhor se identificasse.

O SENHOR JORGE CHACRINHA – Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Senador Romeu Tuma. No dia de hoje a cidade do Recife se sente feliz com a sua presença aqui porque o conceito do senhor no Brasil é o "Xerifão" e Pernambuco está precisando de um xerife para coibir esses roubos de carga aqui na nossa região. Eu sou vereador da cidade do Recife, segundo mandato, tenho uma rede de farmácias chamada Casa Caiada com 15 anos no mercado e eu nunca vi eu descer tanto e outras empresas que estão chegando aqui subirem de uma foram assustadora. Eu tinha 15 lojas e hoje só tenho 6. Lamentavelmente, eu tenho que endossar tudo que o meu colega João Dantas afirmou e ficar solidário ao presidente do nosso sindicato, Cláudio Soares que lamentavelmente, nesse momento, poucos tem a coragem de vir aqui prestar esclarecimentos. O grande problema de roubo de remédio barato na cidade do Recife, Senador, porque o Governo quer que venda barato mas não roubado. Nós dispomos na nossa capital hoje de quatro distribuidoras do mais alto conceito, a Distribuidora Panarelo, a Intermed, a American Farma, a Audifarm que chegou recentemente em Recife e o H Brito, em João Pessoa, que está quase falido por ter sido assaltado diversas vezes. Aqui em Recife tem uma distribuidora, a Panarelo, que vende a medicação com o selo , conforme o Joãozinho falou. Ela sofreu um assalto aqui de um baú de remédio e até hoje ninguém conseguiu pegar esses bandidos. Esses remédios que foram roubados da Panarelo foram vendidos em rede por aí a um real. Eu não posso provar aqui que foi A, B ou C mas o problema não está nos distribuidores, Senador, o problema está nessas quadrilhas montadas que pegam carga nas estradas, está diluindo na cidade do Recife, no Estado de Pernambuco. Graças a Deus remédio falsificado aqui desapareceu mas eu não entendo se comprar remédio com prazo de 28 dias e se vender com 100 dias de prazo. Estão aí as farmácias de Recife com faixas, com promoção. Eu não entendo, Senador, e tenho certeza que V. Exa. com a Comissão que esta´ prestando relevante serviço a Pernambuco, digamos de passagem que o nosso Estado está muito bem cuidado pelo Governador Jarbas Vasconcelos que tem o cuidado na área fazendária, as coisas aqui estão sendo rígidas mas o problema não é só sonegação, é roubo, é bandidagem. Hoje eu estou sendo sacrificado pois já perdi mais da

metade do meu patrimônio e não consigo decolar e os outros crescendo, todo dia inaugura uma farmácia em Recife. Eu não vou citar nome porque não quero citar o nome da farmácia para não ser processado mas o senhor sabe quem é, o Deputado Eduardo Campos sabe quem é e os demais componentes. E quero que o senhor procure de alguma forma, junto aos distribuidores fortalecê-los porque só quem pode nos ajudar hoje são os distribuidores e homens de bem aqui no Recife como a Intermed, Sr. Paulo Panarelo que abriu aqui recentemente, que este etiquetando seus medicamentos, vem com o nome dele. agora, tem farmácia que não vende remédio com a etiqueta do distribuidor. De onde vem esse remédio? O nosso presidente está com um dossiê que irá entregar ao senhor numa sessão secreta juntamente com o João Dantas, estou aqui para hipotecar a coragem de Cláudio e tenho certeza que todos desta CPI vai acabar com essa bandidagem porque não se pode se comprar remédio com 28 dias e se vender com 100.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor está dizendo que alguma empresas estão diminuindo e outras crescendo?

O SENHOR JORGE CHACRINHA – Muitas, não é só uma não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas essas empresas estão crescendo porque estão vendendo mercadoria roubada?

O SENHOR JORGE CHACRINHA – Não estou dizendo roubada mas que estão vendendo barato demais e eu não estou entendendo como. Aí, cabe a V. Exa. investigar isso e o Ministério Público. Eu estou dando um depoimento aqui que não entendo porque esses concorrentes estão vendendo barata e estão me quebrando.

O SENHOR PRESIDENTE – A fonte fornecedora, em tese, seria a mesma? A fonte legal, quer dizer, os distribuidores. Ninguém pode comprar direto com o laboratório ou tem que ser sempre através das distribuidoras?

O SENHOR JORGE CHACRINHA – As grandes redes, pelo poder de barganha, compram ao laboratório porque tem para comprar com desconto. Os pequenos e médios compram com os distribuidores.

O SENHOR PRESIDENTE – Mas essa diferença de preço justificaria a diferença de preço de venda?

O SENHOR JORGE CHACRINHA – De maneira alguma. O preço do Redoxon na Distribuidora Panarelo é o mesmo preço do Redoxon comprado ao Roche. Agora, por que a farmácia A e B estão vendendo com 40 ou 50% mais barato que a minha, eu não entendo.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor acha que é falsificado?

O SENHOR JORGE CHACRINHA – Não sei, cabe à Secretaria da Fazenda, ao Ministério Público, à Vigilância Sanitária, à polícia, a vocês a origem desse remédio estar tão barato.

O SENHOR CABO JÚLIO – Agora a pouco o senhor disse que remédios eram vendidos a um real em algumas farmácias, não é isso?

O SENHOR JORGE CHACRINHA – Pelo menos é o que eu escuto na praça.

O SENHOR CABO JÚLIO – É importante o senhor passar para nós o nome das farmácias fora da sessão.

O SENHOR JORGE CHACRINHA – Cabo Júlio, eu não posso dizer a V. Exa. quais as farmácias que compram, eu escuto no mercado dos que estão quebrando e quebrados é que essa mercadoria roubada é vendida a valor unitário. E, na hora que ela é comprada a preço de banana ela é vendida a preço de banana.

O SENHOR PRESIDENTE – O Sindicato deve identificar essas farmácias que fazem esses movimentos aquém do preço.

O SENHOR JORGE CHACRINHA – eu não posso citar nomes porque podem me processar mas eu digo que há uma defasagem muito grande de venda de remédio barato. Bem, Senador, eu gostaria de agradecer a presença de V. Exa. na nossa cidade e a da Comissão e dizer que vá a fundo, Deputado Cabo Júlio, V. Exa. e coloquem esses bandidos na cadeia porque um homem de bem, um pai de família que paga os seus impostos está hoje sendo crucificado, estamos pagando um preço caro por causa dos bandidos.

O SENHOR PRESIDENTE – O Panarelo teve dois assaltos de mais de um milhão. Foi pega uma das quadrilhas, a delegada daqui identificou e conseguiu esclarecer uma parte dos fatos. A quadrilha agiu em um outro assalto idêntico utilizando o mesmo caminhão em João Pessoa, quando foram presos em flagrante. A polícia foi atrás de uma suspeita e conseguiu prender a mesma quadrilha que agiu aqui.

O SENHOR CABO JÚLIO – Uma carga de dois milhões de reais roubada da noite para o dia, essa carga é desovada no outro dia a preço de banana e é vendida também a preço de banana.

O SENHOR PRESIDENTE – Eles chegam no local com a lista, perguntam ao funcionário onde está tal remédio e já vai pondo no caminhão. É encomenda.

O SENHOR JORGE CHACRINHA – Para finalizar, me coloco à disposição desta Comissão para qualquer esclarecimento e dizer que a sua vinda a Recife é muito boa, sejam bem vindos e que, de uma vez por todas, Senador, desvende esse mistério que vem acontecendo. Muito obrigado.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Presidente, depois de ouvirmos atentamente os dois depoimentos, requeiro a V. Exa. que a gravação deles que a taquigrafia está registrando seja encaminhada para aos Srs. Secretários de Segurança dos Estados da Paraíba e de Pernambuco e à Receita Federal para que a gente possa transmitir urgentemente...

O SENHOR PRESIDENTE – Acho que com a recomendação de uma força-tarefa para tentar coibir essa ação.

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Para concluir, queria dizer que há quatro anos venho ouvindo isso e me comprometi com o João Dantas que na primeira oportunidade levaria a V. Exa. e levei. E quero parabenizar a Assembléia de Pernambuco pelo esforço que tem tido em relação a essas denúncias que aqui foram apresentadas. Gostaria de deixar nas mãos de V. Exa. para que fosse encaminhado este requerimento aos órgãos competentes.

O SENHOR MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, eu saio hoje de Recife satisfeito com os depoimentos aqui prestados. Acho que foi um momento muito rico para a nossa CPI principalmente nas denúncias que aqui nós ouvimos. Poucos sabem o trabalho hercúleo de nós mantermos esta CPI no Congresso Nacional. Se não fosse o Senador Romeu Tuma e meia dúzia de Deputados e Senadores, esta Comissão é constituída de mais de 40 componentes e vejam quantos tem aqui. Não é fácil se envolver numa Comissão de alta periculosidade, nós somos alvo desses criminosos, nossas famílias estão expostas. Se não fosse um homem aguerrido como o Senador Romeu Tuma, que tem uma credibilidade nacional, conhecido internacionalmente, se não fosse a sua postura, sua seriedade de enfrentar, eu, sinceramente, se fosse outro presidente, talvez eu não estaria aqui pois ele nos dá essa retaguarda, essa é que é a grande verdade. DE forma que esse é um crime que é crescente no país porque é impune e é impune porque tem muita autoridade por detrás. Tem muitos juizes, policiais e nós temos que debelar isso. Tem muita gente que diz que eu sou louco, que minha família está exposta, mas tem eleitores que dizem: "Continue para que este país seja um país de pessoas sérias." Principalmente eu acho que temos que fazer política com p maiúsculo, a política da seriedade, da ética, da moral e da credibilidade, é essa política que buscamos, que nós queremos fazer com que a sociedade perca menos. Como disse o Deputado Eduardo Campos, quem sai penalizado com o crime de carga no país que nós sabemos que mais 4.200 carretas já foram roubadas, mais de seiscentos milhões desviados, milhares de vidas ceifadas no país e é por isso que esses depoimentos nos reforçam, fazem com que nós continuemos na CPI.

Então, é um momento rico para a CPI esses depoimentos de pessoas corajosas, sérias e do trabalho da Assembléia Legislativa de Pernambuco, um trabalho exemplar que nós vamos divulgar a nível nacional. Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE – Mais alguma consideração? Eu quero agradecer a presença de todos os depoimentos espontâneos e quero dizer ao vereador que dinheiro mal ganho é dinheiro maldito, não pode trazer a felicidade a ninguém. Aqueles que se aproveitam da desgraça pública para enriquecerem terão castigo. Não vão arder no mármore do inferno não, vão pagar o preço aqui mesmo na cadeia que é o lugar que eles merecem ficar. Quero agradecer e espero que amanhã se repita com o mesmo entusiasmo, com o mesmo valor que deu a esta sessão a sessão de amanhã com a presença dos senhores deputados e com os outros depoentes. Declaro encerrada a sessão.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 4ª Reunião Realizada em 09/05/2002

Aos nove dias do mês de maio do ano dois mil e dois, às nove horas, no Plenário da Câmara dos Vereadores da Cidade de Santos-SP, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Deputados Oscar Andrade, Robson Tuma, Telma de Souza e Cabo Júlio. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente indicou para funcionar como Relator Ad-hoc o Deputado Eduardo Campos inicialmente foi ouvido o Sr. Romulo de Lemos Vasconcelos, que foi questionado pelos Parlamentares presentes sobre seu envolvimento no processo de recptação sobre roubo de cargas na cidade de Gravatá, a seguir foi ouvido o preso e Ex-polici-

al Manuel Soares de Freitas, que foi questionado pelos Senhores Parlamentares por estar envolvido com roubo de cargas no Estado de Pernambuco. A presente reunião foi encerrada em razão de ter sido comunicado que os presos que viriam da Paraíba não foi possivél em razão dos meus terem sido transferidos da cidade de Cabedelo para uma prisão de segurança máxima em João Pessoa, razão pela qual a Presidência informou a transferência para a cidade de João Pessoa em data a ser marcada. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SENHOR PRESIDENTE – Bom dia a todos. Declaro aberta a sessão. Gostaria de chamar o Sr. Rômulo de Lemos Vasconcelos. Eu vou fazendo as pergunta e o senhor repete para eu conferir a numeração e os dados que o senhor forneceu. Nome completo?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Rômulo de Lemos Vasconcelos.

O SENHOR PRESIDENTE – Identidade?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – 2687538 SSP PE

O SENHOR PRESIDENTE – Idade?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Trinta anos.

O SENHOR PRESIDENTE – CPF?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – 385540034-20

O SENHOR PRESIDENTE – Estado civil?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Casado.

O SENHOR PRESIDENTE – Residência?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Rua Quintino Bocaiúva, 336, Gravatá, PE.

O SENHOR PRESIDENTE – Profissão?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Comerciante.

O SENHOR PRESIDENTE – Exerce em Gravatá?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Exerço.

O SENHOR PRESIDENTE – Continua com o comércio aberto?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu trabalho com o ramo de móveis e eletrodomésticos.

O SENHOR PRESIDENTE – E o senhor tem algum parente envolvido com roubo de carga? Alguma coisa que possa identificá-lo com o segmento?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – V. Exa., minha família é toda idônea, viu? Não tenho nenhum.

O SENHOR PRESIDENTE – Isso é uma pergunta não ofensiva que faz parte do questionário aqui, eu não estou me referindo à idoneidade da família do senhor. Queria que, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, se o senhor está disposto a falar somente a verdade? O senhor não é obrigado a depor contra sua pessoa mas gostaria de saber se o senhor se compromete a falar só a verdade a todos os questionamentos que forem feitos pelos membros da CPI?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Com certeza.

O SENHOR PRESIDENTE – Então, pediria que o senhor assinasse. Eu pediria que o senhor fizesse preliminarmente uma descrição do porquê do seu envolvimento nessa compra de mercadoria.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – De qual mercadoria o senhor está falando? Do leite?

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor está envolvido num processo por receptação, não é isso? Responde processo?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Quem responde não sou eu mas o gerente de compras da minha empresa que trabalhava comigo.

O SENHOR PRESIDENTE – Mas ele é seu funcionário.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Ele trabalhava para mim.

O SENHOR PRESIDENTE – Como é que ocorreram os fatos?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu tinha 45 dias de supermercado e me encontrava em viagem a São Paulo fazendo compras para a minha empresa de móveis e eletrodomésticos. Eu só fiquei sabendo do caso após o acontecido.

O SENHOR PRESIDENTE – Móveis e eletrodomésticos e comprou leite?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, excelência, eu botei um supermercado e quando aconteceu esse episódio eu tinha 45 dias de supermercado, meu ramo não era esse, eu sou descendente da família José de Lemos, a gente tem mais de 50 anos no mercado. Eu e meus irmãos, nós todos temos lojas de móveis e eletrodomésticos. Aí, surgiu a oportunidade de eu colocar esse supermercado. Então, eu tinha 45 dias do supermercado aberto quando aconteceu o episódio. Eu estava viajando e a pessoa que era responsável por todas as compras do supermercado fez essa compra de cem caixas de leite Ninho e que eu só fiquei sabendo após o problema acontecido, quando a polícia chegou lá no meu estabelecimento dizendo que aquele leite não era de boa procedência. Eu fui até a delegacia e apresentei o meu gerente, como ele tinha comprado o leite e demos o depoimento lá.

O SENHOR PRESIDENTE – A compra foi documentada?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Foi documentada na delegacia.

O SENHOR PRESIDENTE – Não, eu pergunto se a compra foi feita com nota, com algum documento?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Após o problema, quando a gente chamou ele, ele disse que tinha comprado a uma pessoa que chegou lá oferecendo e que essas latas seriam usadas no próprio supermercado porque lá existia padaria e esses leites seriam para bolos e produtos dentro do próprio supermercado. Ele disse que não fez nem questão por nota, onde ele errou.

O SENHOR CABO JÚLIO – O Magazine José de Lemos é do senhor?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Meu e da minha esposa.

O SENHOR CABO JÚLIO – Rua Vereador Elias Torres, número 5?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Positivo.

O SENHOR CABO JÚLIO – No centro de Gravatá?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – É.

O SENHOR CABO JÚLIO – Magazine José de Lemos, na Rua Vigário Freire, Centro, Caruaru?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – É.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor conhece uma pessoa chamada Sálvio Barbosa?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não conheço.

O SENHOR CABO JÚLIO – Porque esse Sálvio é um cidadão que se encontra preso e ele afirma e nos levou lá, junto com a Polícia Federal nessas lojas que a gente mostrou as fotos agora para o senhor e o senhor disse que são suas, que em 98 ele entregou uma carga de TV e fogão roubado ao senhor.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – É mentira dele.

O SENHOR CABO JÚLIO – E como ele levou a gente nesse lugar?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu sou muito conhecido na cidade.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas, como ele, lá de São Paulo, ia trazer a Polícia Federal aqui em Pernambuco, ia mostrar o lugar, a Polícia Federal fotografou, exatamente dizendo que era o lugar que entregou e, coincidentemente uma loja de móveis e eletrodomésticos? Por que?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu não sei por que ele tá me acusando.

O SENHOR CABO JÚLIO – Então o senhor não o conhece?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor tem outro tipo de inquérito?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – O do Leite Ninho é o único?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – É.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor já comprou e vendeu veículos?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – O Magazine José de Lemos é da sua família ou é do senhor?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – O nome é em nome do meu pai mas eu e meus irmãos usamos o nome. São várias firmas diferentes.

O SENHOR CABO JÚLIO – Qual a explicação eu o senhor teria para a CPI desse motorista que está preso há muito tempo? O interessante é que ele denunciou receptação de carga em Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais. Durante anos ele trabalhou roubando e todos que ele entregou a polícia checou e batia. Por que ele cismou com o senhor?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu não sei dizer.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas ele afiram que nessa empresa que eu mostrei a foto ao senhor que ele entregou em 98 essa carga lá. Então, nós vamos ter que trazer ele aqui e acarear com o senhor.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Tudo bem.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor conhece o Didi? José Luiz de Queiroz?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não conheço.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor conhece a empresa Bruno Móveis?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não conheço.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor conhece o Sebastião Firmino dos Reis?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Conheço.

O SENHOR CABO JÚLIO – Essa loja em Gravatá tem quanto tempo?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Quatorze anos, mais ou menos.

O SENHOR CABO JÚLIO – E essa Bruno Móveis não é de Gravatá? O senhor não conhece?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não conheço.

O SENHOR CABO JÚLIO – Presidente, por hora eu me dou por satisfeito.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Presidente, eu gostaria de indagar ao depoente se esse mercadinho, ele trabalha só com eletrodomésticos ou com todos os produtos, como um magazine, um supermercado normal? É loja de eletrodoméstico sua atividade comercial ou é supermercado?

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor tem os dois ramos?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, após esse episódio que aconteceu, provavelmente uns 30 dias depois eu acabei com o supermercado ficando só com o ramo de eletrodomésticos.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Nunca teve problema com cargas de eletrodomésticos?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas tem conhecimento que essa é uma carga muito perigosa de ser transportada, que o seguro é caro porque é uma carga cobiçada?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Com certeza. Eu sou cliente de uma das maiores empresas de eletrodomésticos e sempre compro carreta fechada da Philips, da Multibrás e sei que vem segurada e tal.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Essa compra de eletrodomésticos se dá geralmente à fábrica?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Representante e fábrica.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Acontece de chegar gente oferecendo carga de eletrodomésticos de forma meio suspeita? Nós tivemos informação que em outros Estados, por exemplo, de comerciantes que é comum, de vez por outra, geralmente nas cidades do Interior, chegar alguém oferecendo carga de eletrodomésticos. Já ocorreu isso lá?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, senhor.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor conhece o S. Dudinha, lá de Bezerros? Ele é de uma pousada na BR232.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Conheço.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Sabe a atividade dele ao certo, não?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, eu o conheço porque ele tem uma revenda de carro lá em Bezerros.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Mas ele já lhe ofereceu a venda de cargas?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, nunca.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Nem de veículos?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor disse que não conhece o Didi, lá de Gravatá?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não conheço.

O SENHOR CABO JÚLIO – Porque esse mesmo moço que denunciou o senhor disse o seguinte depoimento dele em Brasília:*"Agora vamos chegar em Recife. Didi. Esse Didi foi preso, ele não fazia parte do esquema do pessoal do Depatri...*

O SENHOR PRESIDENTE – O Depatri é o Departamento de Patrimônio, em São Paulo, a polícia que cuida dos roubos e furtos. Só para se situar.

O SENHOR CABO JÚLIO – *...ele não fazia parte do esquema do pessoal do Depatri mas pagava certa quantia para ter livre acesso às rodovias, aos esquemas dele. O telefone do Didi em Recife é tal* – ele diz o número –, *ele comanda uma das maiores quadrilhas de roubos de carga no Nordeste, ora na cidade de Gravatá",* cidade onde o senhor tem loja, e vem contando a história. Aí, ele começa a denunciar outras pessoas. *"Seus principais compradores são Reinan, dono de um grande depósito de madeira e material de construção e Marcelo, dono de depósito".* Aí, diz o número do telefone. *"Tem também o dono de várias lojas de eletrodomésticos na cidade de Recife, Gravatá, Caruaru e região. Tem também um fazendeiro de grande porte na cidade de Gravatá e Bezerros."* Aí, ele diz que são 14 caminhões. O senhor conhece Stênio Ferraz?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – Tito Ferraz?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, senhor.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor conhece Manuel Lourenço dos Santos? Ele tem negócio de construção civil lá em Gravatá.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Conheço.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Sabe do envolvimento dele com receptação de carga?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não. Ele vende madeira, tijolo, cimento, é isso que eu compro a ele.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Parece que ele tem um galpão também, quase na esquina da Rua 12 de Outubro, em Gravatá. O senhor já esteve nesse galpão?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, eu conheço na beira da pista que ele tem.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor demitiu o gerente que comprou o leite?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Ele foi demitido mas ele não tem culpa nenhuma. Ele trabalhava

no ramo de móveis comigo e foi trabalhar no mercadinho, só tinha 45 dias de experiência. Então, ele comprou inocentemente também.

O SENHOR PRESIDENTE – Ele trabalhou quanto tempo com o senhor?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Acho que uns 6 anos.

O SENHOR PRESIDENTE – E sempre se conduziu corretamente?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Corretamente.

O SENHOR CABO JÚLIO – Alguma empresa do senhor já foi acusada de comprar mercadoria desviada?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, senhor.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor não tem nenhum processo contra o senhor nem contras nenhum gerente?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, senhor.

O SENHOR PRESIDENTE – Como é o nome do seu gerente do caso do leite?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Reginaldo.

O SENHOR PRESIDENTE – Do quê?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu não sei o nome completo dele, não.

O SENHOR PRESIDENTE – Trabalhando com o senhor há seis anos e o senhor não sabe o nome dele?

O SENHOR DOMICIANO CABRAL – Presidente, peço permissão a V. Exa. para encaminhar à presidência ofício da Secretaria de Segurança Pública da Paraíba onde encaminha a V. Exa. o Dr. Manuel Neto de Magalhães, Delegado de Polícia Civil daquele Estado que vem como observador e estar presente aqui para os assuntos referentes à Paraíba.

O SENHOR PRESIDENTE – Obrigado. Pode proceder.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Qual foi a pergunta?

O SENHOR PRESIDENTE – Ele trabalha com o senhor há seis anos e o senhor não sabe o nome dele?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Reginaldo Cícero, eu não sei correto.

O SENHOR PRESIDENTE – E ele continua em Gravatá?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Continua.

O SENHOR PRESIDENTE – Trabalhando?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Ele trabalha hoje na minha empresa como cobrador.

O SENHOR PRESIDENTE – Ele continua trabalhando na sua empresa?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Ele saiu do supermercado e voltou há pouco para trabalhar como cobrador.

O SENHOR PRESIDENTE – Continua gozando da sua confiança?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Com certeza.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor acha que ele não pactuou com o vendedor da mercadoria?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, ele é inocente.

O SENHOR PRESIDENTE – Depois o senhor acabou sabendo a origem dessa mercadoria?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu acabei depois que chegou o problema na minha empresa.

O SENHOR PRESIDENTE – Foi na polícia que o senhor soube?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu soube pela polícia.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor está indiciado no inquérito?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, quem está é ele que comprou, eu não comprei.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Mas aí a responsabilidade não pode fugir muito do proprietário porque ele não tinha negócio paralelo dentro do seu negócio. Ele poderia vender e comprar sem nenhum procedimento de responsabilidade sua? Ele não comunicava nada?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu nunca comprei nada para o supermercado pois o setor de compra não é comigo pois eu não entendia.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas o supermercado não era do senhor?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Era.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor não pode falar que não entendia.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Com 45 dias fica difícil de entender do ramo, não é?

O SENHOR PRESIDENTE – Vamos colocar as coisas bem claras. O senhor é comerciante há quantos anos?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu sou comerciante no ramo de móveis e eletrodomésticos, desde os 10 anos de idade que eu trabalho.

O SENHOR PRESIDENTE – Então, o senhor não pode dizer que não tem experiência comercial. Pode não ter experiência no ramo mas a responsabilidade pela administração do comércio o senhor tem

que ter. Então, não dá para dizer que não entendia. Então, carga roubada ou não para o senhor era a mesma coisa pois o senhor não entendia e podia entrar o que quisesse?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, senhor.

O SENHOR PRESIDENTE – Só a exigência da nota fiscal simplesmente é uma coisa séria para o comerciante, ou não é para o senhor?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Com certeza é.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor compra tudo sem nota?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Só compro com nota.

O SENHOR PRESIDENTE – E como o senhor não acha estranho entrar dezenas de caixas de leite sem nota no seu estabelecimento? Então, o estabelecimento estava ali para lavar o dinheiro da casa de móveis?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, senhor.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu estou fazendo a pergunta para o senhor sentir de perto que não é uma coisa à toa o que o senhor disse, não é assim que se sai de uma responsabilidade. Espero que o senhor não seja indiferente à cobrança de nota fiscal das mercadorias que entram no seu estabelecimento.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Com certeza.

O SENHOR PRESIDENTE – Mais alguma pergunta?

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Vocês também tem loja em Caruaru?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Tem.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Ela é de quê?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Móveis e eletrodomésticos.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Ela fica na Rua Vigário Freire?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – É.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – E a de Gravatá?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Rua Vereador Elias Torres, nº 5.

O SENHOR CABO JÚLIO – Presidente, eu não saio daqui convencido por que que o preso levou a Polícia Federal e mostrou a loja onde ele entregou carga roubada.

O SENHOR PRESIDENTE – Mostra pra ele a fotografia novamente.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Isso é que tá me encucando. Todas as duas lojas são minhas.

O SENHOR CABO JÚLIO – Esse local é uma zona comercial?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – É, é no centro da cidade.

O SENHOR CABO JÚLIO – O que está me encucando, Sr. Rômulo, é por que o preso levou a Polícia Federal lá nesse lugar, que é um centro comercial, e identificou essa loja em Gravatá. Por que?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu não sei. Se ele tá querendo me incriminar é porque ele tá querendo salvar outra pessoa.

O SENHOR CABO JÚLIO – Ele incriminou gente em São Paulo, bateu. Ele incriminou gente em Uberlândia, bateu. Ele incriminou gente no Rio de Janeiro, bateu. Ele entregou o ex-Deputado do Maranhão e ele foi cassado e condenado. Por que ele identificou a loja do senhor? Não seria muita coincidência? Lá em Gravatá ele mostra a loja do senhor, lá em Caruaru mostra a loja do senhor.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Excelência, essa loja em Caruaru só tem um ano e pouco. E ele tá dizendo que entregou em 98?

O SENHOR CABO JÚLIO – Entregou. O que vamos fazer? Em outra ocasião vamos trazer ele aqui e vamos ver quem é que tá com a razão.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu pediria ao senhor que encaminhasse o contrato social, a abertura da firma posteriormente à CPI, um documento que possa, realmente, confirmar o depoimento. Ninguém está aqui para fazer acusação leviana, a gente tem que ter prova na mão. A nossa grande busca é pelo receptador que alimenta toda essa estrutura. Nós pedimos a colaboração do senhor para esclarecermos os fatos.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor mora na Rua Quintino Bocaiúva?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Moro.

O SENHOR CABO JÚLIO – E adquiriu essa casa há muito tempo?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Uns quatro anos.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quantas lojas o senhor tem hoje? Do senhor.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Minha e da minha esposa, cinco lojas.

O SENHOR PRESIDENTE – Em Gravatá e Caruaru ou tem em mais outra cidade?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – São duas em Gravatá, uma em Caruaru, uma em Chã Grande e uma em Bonito.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor tem ou teve uma Blazer?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Nunca teve?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu troco muito de carro, não lembro se já tive.

O SENHOR CABO JÚLIO – Não lembra?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu acho que já tive mais de uma Blazer. Eu compro e troco, né?

O SENHOR PRESIDENTE – Comercializa um pouco indiretamente, não é?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Indiretamente, né?

O SENHOR PRESIDENTE – Mas já se fez essa pergunta ao senhor e o senhor disse que não.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu não negocio com carro.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor não e comerciante de carro mas compra e vende.

O SENHOR RÔMULO LEMOS – A cada seis, sete meses eu troco meu carro.

O SENHOR PRESIDENTE – Mas para ganhar algum?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, é para mudar de carro mesmo.

O SENHOR CABO JÚLIO – Vamos lá, se o senhor troca de carro a cada seis meses, o senhor troca duas vezes ao ano. Então, em cinco anos, o senhor trocou de carro dez vezes. E o senhor não lembrou-se se já teve uma Blazer? Porque eu to com uma denúncia aqui que fala disso. O supermercado do senhor era na Félix Sobrinho?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Exatamente.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quando o senhor comprou o supermercado?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Isso foi em 98, mais ou menos. Demorei três meses entre a compra e a venda.

O SENHOR CABO JÚLIO – E o senhor o vendeu para o grupo Bonanza?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Foi.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor se importa em dizer por quanto o senhor comprou o seu mercado?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu comprei as instalações com tudo por trezentos mil.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor conhece Beto Doleiro?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Beto Doleiro? É um rapaz que negocia em Gravatá. Conheço.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor conhece o Sérgio Boi?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Conheço em gravatá.

O SENHOR CABO JÚLIO – O que é que ele faz?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Ele vende motos.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor já fez negócio com ele?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Nenhum tipo de negócio?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – Não ou não lembra?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Que eu me lembre, não.

O SENHOR CABO JÚLIO – E já fez algum negócio com Beto Doleiro?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor sabe onde o Sérgio Boi mora, lá em Gravatá?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Mora lá no centro.

O SENHOR CABO JÚLIO – Na Rua Lourenço Correia de Melo, 233?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu não sei o endereço.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor lembra quanto foi a sua casa?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Essa casa foi trocada na minha casa.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quanto ela vale?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Rapaz, hoje eu não sei quanto ela vale. Deve valer uns duzentos mil reais.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor poderia olhar as fotos e verificar se conhece os locais e os nomes citados aqui?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Aqui tem a agência de carro do Dudinha que fica em Bezerros, fica na beira da BR.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor o conhece?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu não conheço o Dudinha pessoalmente, conheço ele como comerciante de carro lá em Bezerros. Como Gravatá e Bezzerros são cidades pequenas e muito próximas quem é comerciante conhece um ao outro.

O SENHOR PRESIDENTE – Não sabe nada dos antecedentes dele?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não.

O SENHOR PRESIDENTE – E é só essa que o senhor reconhece?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Tem aqui também a madeireira de Reinan que fica em Gravatá, todo mundo conhece. Só. Essa outra foto aqui é de Manuel de Penha, do depósito de material de construção.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor o conhece? Teve algum relacionamento comercial?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Eu já comprei areia, tijolo...

O SENHOR PRESIDENTE – Não sabe nada dos antecedentes dele?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, senhor.

O SENHOR PRESIDENTE – Muito obrigado.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Presidente, é muito importante essa informação que o depoente presta de que não tinha a empresa em Caruaru em 98. Nós dissemos ontem aqui e por onde passamos que o nosso objetivo é reduzir esse custo Brasil, a população é quem paga, as estradas já são ruins, o seguir é caro e, no final, o produto chega caro para uma população que já tem dificuldade de ter o básico. Mas nós não temos nenhum objetivo aqui de expor as pessoas ou fazer julgamento, que é uma coisa terrível. E aí um ponto desse pode ser esclarecedor. Nós temos a informação que o senhor não tinha essa empresa em 98 mas tinha outra em Caruaru. Isso é fato, não?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não. Não tinha nenhuma empresa. A primeira foi essa após 98.

O SENHOR PRESIDENTE – Quando o senhor adquiriu essa empresa já funcionava lá e o senhor adquiriu o fundo de comércio ou era uma loja nova e o estabelecimento começou a funcionar a partir daquela data?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, era uma sapataria e no meu ramo começou a partir daquele momento.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Não tinha outra filial nem que fosse com outro nome vendendo eletrodoméstico dentro de Caruaru?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não, senhor.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Não há nenhuma hipótese dele ter levado essa carga que ele disse que dividiu entre a loja de Gravatá e a loja de Caruaru? Não existia essa loja? Nem essa nem outra?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Nem essa nem outra.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – O senhor poderia nos fornecer, então, o número das inscrições estaduais das empresas como uma forma de ter o documento comprobatório de que não havia.

O SENHOR CABO JÚLIO – Em 98 o senhor não tinha loja de eletrodoméstico?

O SENHOR RÔMULO LEMOS – Não em Caruaru. Em Gravatá tinha.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu pediria apenas para que o senhor ficasse aqui mais um pouco até terminarmos esta audiência da manhã. O senhor está dispensado. Eu agradeço a colaboração do senhor. Eu pergunto se o Sr. Manuel Soares de Freitas, ex-policial preso no Presídio Barreto Campelo está presente? Pode sentar, por favor. Sr. Manuel, a fim de qualificá-lo vou fazer umas perguntas. Nome completo?

O SENHOR MANUEL SOARES – Manuel Soares de Freitas.

O SENHOR PRESIDENTE – Identidade?

O SENHOR MANUEL SOARES – 1070296 SSP PE

O SENHOR PRESIDENTE – Idade?

O SENHOR MANUEL SOARES – 52 anos.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor não tem CPF?

O SENHOR MANUEL SOARES – Tenho mas não lembro.

O SENHOR PRESIDENTE – Estado civil?

O SENHOR MANUEL SOARES – Divorciado.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor foi policial?

O SENHOR MANUEL SOARES – Fui.

O SENHOR PRESIDENTE – Foi exonerado?

O SENHOR MANUEL SOARES – Eu fui demitido antes mesmo de ser preso, em 94.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor faz suas atividades no presídio em Recife?

O SENHOR MANUEL SOARES – É. Minha família mora em Água Preta.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu pergunto se o senhor se dispõe a falar a verdade perante a Comis-

são, responder com sinceridade o que lhe for perguntado de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal?

O SENHOR MANUEL SOARES – Sim, senhor.

O SENHOR PRESIDENTE – Por favor, assine o compromisso. Sr. Manuel, por que o senhor foi condenado? Foi ou ainda está sob processo?

O SENHOR MANUEL SOARES – Eu fui condenado por tráfico.

O SENHOR PRESIDENTE – Em que artigo o senhor foi enquadrado?

O SENHOR MANUEL SOARES – Art. 12

O SENHOR PRESIDENTE – Mas o senhor fazia parte de alguma estrutura de distribuição de droga ou era isolado?

O SENHOR MANUEL SOARES – Olhe, tudo o que aconteceu já foi dito na outra CPI.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor tem algum inconveniente em nos responder agora?

O SENHOR MANUEL SOARES – Agora eu queria ter o direito de ficar calado por duas razões: Eu estou muito doente, eu estou com ranseníase desde setembro, estou fazendo um tratamento muito precário, por sinal e não tenho a menor condição de responder nada.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor teve algum envolvimento com roubo de carga?

O SENHOR MANUEL SOARES – Não, graças a Deus, não.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor é de que cidade?

O SENHOR MANUEL SOARES – Sou de Água Preta.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor foi condenado a quantos anos?

O SENHOR MANUEL SOARES – O juiz me deu uma pena de 14 anos. Faz 8 anos que estou preso e já dei entrada em tudo que é recurso e ata agora nada.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor foi expulso da polícia por quê?

O SENHOR MANUEL SOARES – Por causa disso.

O SENHOR CABO JÚLIO – Mas o senhor disse que foi expulso antes da prisão.

O SENHOR MANUEL SOARES – Eu fui preso em 9 de março de 94 e fui solto em seguida. Depois da política de deputado de 94, depois da campanha eu fui preso novamente.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor foi preso em flagrante no dia 9 de março?

O SENHOR MANUEL SOARES – Foi.

O SENHOR CABO JÚLIO – E soltaram o senhor?

O SENHOR MANUEL SOARES – É. Com 76 dias eu fui solto. Depois das eleições de 94 foi relaxado o meu livramento condicional.

O SENHOR CABO JÚLIO – Livramento condicional?

O SENHOR MANUEL SOARES – Não, o alvará que me deram. E fui recolhido novamente.

O SENHOR PRESIDENTE – Mas o senhor participou de campanha depois de solto ou antes de preso?

O SENHOR CABO JÚLIO – O que é que tem a campanha com a condenação?

O SENHOR MANUEL SOARES – Porque depois da campanha de 94 eu fui solto e recolhido novamente.

O SENHOR PRESIDENTE – Mas teve algum envolvimento político? Participou de alguma campanha? Teve influência política na sua prisão e na sua soltura?

O SENHOR MANUEL SOARES – Eu ajudei alguém na campanha mas uma ajuda de pedir...

O SENHOR PRESIDENTE – Mas não foi beneficiado pro essa ajuda?

O SENHOR MANUEL SOARES – Não, não. Foi como eleitor, ajudando e pedindo.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor tinha quanto tempo na polícia?

O SENHOR MANUEL SOARES – 15 anos.

O SENHOR CABO JÚLIO – Como é que um policial com 15 anos de polícia se envolve com tráfico de drogas?

O SENHOR MANUEL SOARES – Aconteceu.

O SENHOR CABO JÚLIO – O senhor sabe que existem duas situação para um cidadão que participa de uma CPI: Se ele não está condenado ainda, se ele colaborar com a CPI ele pode ser beneficiado. Se ele está condenado ele pode ser beneficiado como réu colaborador inclusive tendo vários benefícios. O senhor está condenado a 14 e já cumpriu 8. Então, em tese, faltam 6 para cumprir. E nós estamos propondo o seguinte: O senhor tem duas situações: Se o senhor tiver informações novas pra trazer para a CPI em relação ao roubo de carga, a gente pode, em contrapartida, lhe conceder alguns benefícios.

O SENHOR PRESIDENTE – Se o senhor quiser falar reservadamente nós podemos...

O SENHOR MANUEL SOARES – Não, eu não tenho nada para falar.

O SENHOR PRESIDENTE – O senhor queria falar e se arrependeu ou alguém lhe fez um tipo de pressão?

O SENHOR MANUEL SOARES – De pressão? Não. Eu não vejo é muita sustentação nisso, apesar de não ter nada a informar. Aconteceu isso comigo, eu fiz o que pude, o que tava dentro das normas e, no entanto, só fiz sofrer. De lá para cá tive dois atentados a morte por envenenamento e ninguém deu a menor atenção. Eu pediria, mais uma vez, para ficar calado.

O SENHOR PRESIDENTE – Esses atentados que o senhor teve foi em decorrência de ter colaborado com algum órgão oficial?

O SENHOR MANUEL SOARES – Não posso dizer pois a gente só pode dizer as coisas quando tem certeza.

O SENHOR PRESIDENTE – Mas não foi briga de cadeia, foi?

O SENHOR MANUEL SOARES – A minha ficha, modéstia à parte, é uma das fichas mais limpas. Eu passei um mês e pouco no Hospital da Restauração, da última vez eu não ingeri o veneno porque foi mandado através de uma pizza e eu achei de dar a um gatinho que na época eu criava e o gatinho morreu.

O SENHOR PRESIDENTE – Quem lhe mandou a pizza?

O SENHOR MANUEL SOARES – Não sei.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quando foi isso?

O SENHOR MANUEL SOARES – A CPI passou por aqui em 2000 e mais ou menos um mês depois aconteceu.

O SENHOR CABO JÚLIO – Quem tinha interesse em calar o senhor?

O SENHOR MANUEL SOARES – Não sei dizer. Mas se soubesse também não diria.

O SENHOR PRESIDENTE – Então, o senhor pense e repense, nós estamos à disposição se o senhor quiser colaborar. Eu sei que o senhor sabe muito mas está com medo e é até razoável o medo se sofreu dois atentados. Mas nós garantimos toda a sua estrutura física e de sua família se resolver, realmente, revelar o que possa nos ajudar.

O SENHOR MANUEL SOARES – Excelência, o senhor me desculpe mas tudo isso eu escutei na outra CPI.

O SENHOR PRESIDENTE – Se o senhor foi traído na confiança o senhor pode ter certeza que nós não o faremos. Se o senhor tem alguma queixa contra outra CPI era bom essa CPI também apurar pois senão a confiabilidade daqueles que depõem em confiança e perdem a credibilidade, inviabilizaria futuros depoimentos.

O SENHOR MANUEL SOARES – Hoje eu chego aqui e tenho coragem de dizer mas se forem procurar em outros presídios por aí vai ter milhares de pessoas que vão dizer que não vem porque não existe segurança, não existe isso, não existe aquilo. O clima é desfavorável, a coisa continua de mal a pior.

O SENHOR PRESIDENTE – Bom, eu sinto que o senhor sabe e não está com coragem de nos ajudar. Eu não vou criticá-lo por isso mas quando o senhor falar com Deus pergunte se ele autoriza o senhor a falar.

O SENHOR MANUEL SOARES – O senhor está me dando um bom conselho, obrigado.

O SENHOR CABO JÚLIO – Presidente, o senhor me permite fazer um desabafo aqui?

O SENHOR PRESIDENTE – Claro.

O SENHOR CABO JÚLIO – É lamentável, um policial que a sociedade paga para combater o crime e, de repente, vira traficante. Eu acho que pessoas como ele deviam ter a pena dobrada.

O SENHOR PRESIDENTE – Eu propus e acho isso corretíssimo, policial que se envolve num crime tem que ter, no mínimo, a pena dobrada e sem benefício nenhum. Ele passa a ser o cabeça da quadrilha pela qualificação que ele tem. O cara com a carteira e o bastão na mão acha que é o rei do Sertão e que vai comandar sem nenhum tipo de restrição.

O SENHOR CARLOS DUNGA – Pela ordem, Presidente. Eu fui informado pela assessoria da nossa Comissão que os presos provenientes da Paraíba teriam tomado um novo rumo, o juiz de Cabedelo teria enviado eles para a João Pessoa e seria uma nova determinante do juiz de lá. Eu aproveitei para falar com o observador da Secretaria de Segurança para que ele entrasse em contato com a Segurança Pública do Estado da Paraíba para que enviasse os presos para que a CPI os ouça. Eu gostaria de deixar aqui um veemente apelo ao povo paraibano que em qualquer hipótese esta CPI ouça os presos que o senhor chamou.

O SENHOR PRESIDENTE – Se eles não vieram por decisão judicial eu tenho a impressão é que nós temos que fazer uma diligência em João Pessoa. Mas nós precisamos saber a resposta urgente da

condição que o juiz vai oferecer de trazê-los para cá ou não porque se não fica a CPI aguardando.

O SENHOR EDUARDO CAMPOS – Presidente, aproveito para dizer o número do disque-denúncia que está funcionando 08002812028. Esse disque-denúncia é da CPI da Violência da Assembléia e está servindo como canal de informação para a nossa CPI.

O SENHOR PRESIDENTE – Vamos suspender por 10 minutos até que venha a resposta. Eu queria informar eu diante das dificuldades de ordem judicial da remoção dos presos que estavam intimados a deporem na tarde de hoje, nos comunicamos com o Dr. Inácio Jairo de Queiroz, diretor do Fórum de João Pessoa que vai verificar todos os fatos dessa remoção de Cabedelo para João Pessoa e se comprometeu a colaborar com a CPMI. De forma que nós vamos transferir a audiência daqui para João Pessoa em data oportuna, provavelmente será na próxima sexta-feira. Eu dou por encerrada a audiência e agradeço.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 5ª Reunião Realizada em 09/05/2002.

Aos nove dias do mês de maio do ano dois mil e dois, às nove horas, no Plenário da Câmara dos Vereadores da Cidade de Santos-SP, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Deputados Oscar Andrade, Robson Tuma, Telma de Souza e Cabo Júlio. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir os depoimentos das seguintes pessoas: Heraldo Gomes Andrade, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos; José Camargo Hernandes empresário; Guilherme do Amaral Távora, Secretário Geral da Intersindical Portuária do Estado de São Paulo; Flávio Benatti, Presidente da Federação dos Transportadores de Cargas em São Paulo; Marcelo Marques da Rocha, Presidente do Sindicato das Empresas Comerciais de Cargas no Litoral Paulista; Dr. Jaber Saad, Delegado Chefe da Delegacia Federal de Santos. Fizeram uso ainda da palavra o Vereador José Antônio Marques de Almeida, que falou em nome da Câmara de Vereadores de Santos e o Vereador Carlos Eduardo que na ocasião representava o prefeito Beto Mansur. A seguir os Senhores Parlamentares fizeram seus questionamentos, com a palavra o Senhor Presidente, que agradeceu os presentes e marcou a reunião para o dia seguinte no mesmo local. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom dia, senhores.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o Roubo de Cargas agradece, sensibilizada, ao Vereador Presidente desta Casa, Dr. José Antonio Marques Almeida, que gentilmente cedeu o recinto deste plenário para que aqui se instalasse a reunião de audiência pública da CPMI, que luta para apurar no País o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e ao desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubo de cargas.

Queria registrar a presença, representando o nosso Prefeito Beto Mansur, do Vereador Carlos Eduardo Zadega, a quem agradeço, da Vereadora Sandra Arantes do Nascimento Felinto, do Vereador Antonio Carlos Banha Joaquim, do Delegado de Polícia Federal Jáber Saad, que gentilmente cedeu todos os meios para que pudesse esta Comissão ter toda a tranqüilidade em se deslocar à cidade de Santos. Agradeço com sinceridade ao meu amigo Delegado da Polícia Federal no importante setor que é a cidade de Santos e todo o litoral paulista. Ao Delegado de Polícia Moisés Eduardo Ferreira, que acompanha o Dr. Jáber, também os meus agradecimentos. Quero agradecer também ao Dr. José Paulo Espanha, Delegado de Polícia Civil, assistente do DInter e também ao Delegado Diretor do DInter-6, que por aqui passou, colo-

cando à disposição desta Comissão todos os meios da Polícia Civil. Obrigado, Coraza, pela sua presença e pelo apoio que deu à Comissão.

Então, queria agradecer aos Srs. Vereadores. Penso que o Presidente se retirou do recinto.

O SR. – Já está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se V. Exª pudesse sentar-se conosco à mesa, para nos auxiliar na condução dos trabalhos, agradeceria.

Agradeço também ao Deputado Oscar Andrade, nosso relator; e à Deputada Telma de Souza, responsável por essa audiência pública na cidade de Santos – e espero que atinjamos o nosso objetivo – e que tem-se dedicado muito a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Penso que a Deputada Telma tem-nos colocado a par de todos os fatos que ocorrem nesta região do Estado de São Paulo. Com a sua colaboração, a sua presença e o seu trabalho, sem dúvida nenhuma, conseguiremos minimizar esta situação de aflição que atinge toda a população brasileira, alcançando, como a Deputado Telma sabe, um prejuízo de cerca de R$1 bilhão em função do desvio e roubo de cargas no ano passado. É certo que ninguém afasta de mim a idéia de que este é um dos grandes incentivadores do crime do tráfico de drogas, que também vem crescendo, sendo capitalizado pelo primeiro.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Indago se o Sr. Relator quer fazer uso da palavra.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quero apenas, Senador, reforçar seus agradecimentos e dizer da alegria de retomarmos nosso trabalho. Agradeço muito pela presença da Deputada Telma e de todas as autoridades aqui presentes, em função da importância que tem a cidade de Santos nesse contexto do roubo de cargas no Brasil. Espero que possamos dar a contribuição necessária para esse pedaço tão importante do Brasil: a região de Santos e o litoral paulista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra à Deputada Telma de Souza.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Sr. Presidente, quero saudar na sua pessoa os componentes da Comissão Parlamentar, uma Comissão mista, composta de Senadores e Deputados Federais, da qual também fazem parte o Deputado Robson Tuma e o Deputado Cabo Júlio, e agradecer a presença dos Srs. Vereadores que representam as várias autoridades da região.

Temos dois dias de trabalho. O de hoje terá o depoimento de todos aqueles que se relacionam com a questão rodoviária propriamente dita, desde os caminhoneiros até a questão dos postos de gasolina, e, amanhã, teremos a oitiva da Unafisco. Pediria ao Dr. Naurides que providenciasse um requerimento, pois assim me pediu a Receita Federal.

Quero terminar dizendo que o Senador Romeu Tuma dirige esta Comissão há cerca de dois anos e meio. Temos ido a todo o Brasil de uma maneira, muitas vezes, silenciosa; fazemos, às vezes, vistorias nas próprias rodovias. Os senhores e as senhoras aqui presentes sabem que essa matéria é extremamente difícil de ser averiguada, principalmente em relação aos depoimentos. Ela tem interfaces como a questão do crime organizado. Sabemos que toda essa problemática se deslocou – pelas últimas informações que tivemos – para o Nordeste, não só na questão do roubo das cargas, mas também a receptação e, como se fala, a desova dentro da ação comercial – desculpem-me a palavra, mas é a mais correta. Nós, que temos um porto, que temos tantas dificuldades, precisamos dar a nossa contribuição. Insisto: é uma Comissão difícil. Ela parece ser – penso que o Senador Romeu Tuma e o Deputado Oscar Andrade também entendem assim – uma espécie de continuação da Comissão Federal que tivemos sobre a questão das drogas. Não é à toa que ela se recobre de uma série de dificuldades.

Espero que na cidade de Santos, hoje, possamos fazer avançar essas averiguações para posteriores medidas que se fazem necessárias da parte dos empresários, da parte dos trabalhadores, caminhoneiros, enfim, da sociedade como um todo.

Finalmente, gostaria de agradecer ao Vereador José Antônio Marques de Almeida, mais conhecido entre nós como Jama, pela reunião deste Plenário, uma vez que havia duas atividades ao mesmo tempo, e agradecer realmente a presença de todos aqui, os funcionários da Câmara, repórteres, para que tenhamos um bom dia de trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a palavra ao Presidente da Câmara, Vereador José Antônio Marques de Almeida, para suas colocações.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARQUES DE ALMEIDA – Quero saudar o Senador Romeu Tuma e externar a honra de recebê-lo nesta Casa, a Deputada Telma, que já honrou esta Casa como membro, o Deputado Oscar Andrade, membros desta Comissão Parlamentar sobre um tema muito forte no Brasil, um tema com que a sociedade não só tem preocupação, mas anseia por uma solução adequada que possa

não só trazer a tranqüilidade necessária, em razão do que colocou a Deputada Telma, pelas suas interfaces com o crime organizado, mas à sociedade local, que tem o Porto de Santos o seu maior fator econômico. O Porto de Santos representa um quarto da balança comercial brasileira, portanto insere-se, com peso grande neste contexto e um foco muito visado, pois a sua carga é de alto valor agregado, por isso muito visada por essa área do crime.

Temos certeza de que a direção desta Comissão por uma pessoa que tem uma folha profissional das mais honradas do Brasil à frente da Polícia, sem dúvida alguma, vai tomar os rumos mais adequados, trilhará os caminhos necessários para que possamos, finalmente, dar essa resposta à sociedade. Que a sociedade brasileira possa retomar a tranqüilidade, e que esses US$ 650 milhões que hoje se traduzem no roubo de cargas possam ser usados em benefícios para a mesma.

A Casa sente-se honrada em participar como membro do Congresso Nacional e deseja à Comissão todo o sucesso, colocando-se à disposição para o que for possível e necessário. Sucesso a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, Vereador, pela gentileza da cessão do plenário.

Pergunto ao Vereador Carlos Eduardo, que representa o Prefeito Beto Mansur, se V. Exª deseja fazer uso da palavra.

Com a palavra o Vereador Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO – Senador Romeu Tuma, Deputado Oscar Andrade, Deputada Telma de Souza, em nome do Prefeito Beto Mansur dou boas-vindas aos integrantes desta CPI, que é extremamente importante para a cidade de Santos. Muito se fala genericamente, e o que essa CPI deseja, ao longo desse trabalho árduo dos últimos dois anos, é exatamente impor limites entre a verdade e o que se propaga como sendo o roubo de cargas.

A imposição desses limites é importantíssima para a cidade de Santos, onde está localizado o maior porto da América Latina, por onde passam 43 milhões de toneladas. É lógico que só pode haver roubo de carga onde existe carga, e aqui existem muitas.

Em nome do Prefeito da cidade, desejo as boas-vindas aos senhores, colocando-nos à disposição no que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, Vereador Carlos Eduardo. Leve ao Prefeito Beto Mansur nosso abraço e nosso agradecimento.

Pergunto se algum vereador presente deseja fazer uso da palavra.

Solicito que a Secretaria do Sr. Naurides conduza o Sr. Heraldo Gomes Andrade, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos ao plenário. (Pausa)

Agradeço a presença de V. Sª e acredito que irá colaborar com os trabalhos desta Comissão. Peço que V. Sª use da palavra para expor suas preocupações com a vinda desta Comissão à cidade de Santos.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Primeiramente, cumprimento o Senador Romeu Tuma, a Deputada Federal Telma de Souza, o Deputado Federal Oscar Andrade, irmão do Presidente da Confederação Nacional de Transportes, da qual sou Diretor também, os delegados das Polícias Federal e Civil, assim como os demais vereadores e autoridades presentes.

Trouxe uma pasta, da qual retirarei alguns documentos para apresentá-los e, em seguida, a entregarei a V. Exª, quando faremos melhores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Transformaremos a reunião em reservada, quando V. Sª julgar necessário que seja sigilosa.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Sr. Presidente, preocupa-nos o roubo de cargas, bem como com o furto de caminhões na Baixada Santista, no Estado de São Paulo.

Trago uma cópia de ofício que solicitamos que a nossa federação, a Fetrabens, encaminhasse à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, datado de 25 de outubro de 2000. Isso demonstra que nossa preocupação não é de hoje, mas vem de longo tempo. O ofício deixa bem claro que é para tratar do assunto de roubo de cargas na Baixada Santista. Até hoje, não fomos atendidos pelo Secretário de Segurança Pública, embora o ocupante deste cargo já tenha até mudado. Infelizmente, foi necessário que algumas autoridades, como prefeitos e vereadores, morressem para que o Governador do Estado de São Paulo trocasse o Secretário da referida pasta e tomasse algumas providências.

Também entregamos um ofício à Polícia Federal, o DInter-6, datado de 14 de novembro de 2000, em que apresentávamos os pontos críticos da Baixada Santista. Naquele momento, havia onze pontos críticos de roubo de cargas. Hoje, são 14. Os números têm crescido.

Em seguida, temos a descoberta de um importador fantasma no Estado de São Paulo. Encaminhamos um ofício ao Dr. Jader, que se encontra presente.

A empresa chama-se Trade Soft. Detalhe: essa empresa não existe. Foram levados dois contêineres, que saíram de São Francisco, de Santa Catarina, Eadi, da Rodrimar, em Ribeirão Preto. O que aconteceu lá? Procuraram um caminhoneiro que estava carregado, mas não estava disponível para trazer os contêineres vazios, para que fossem entregues em Santa Catarina. O colega convidou dois caminhoneiros. O senhor que se dizia importador da Trade Soft, que se chama José Carlos, contratou os caminhoneiros, alegando que ia pagar R$2 mil para levar os contêineres vazios até São Francisco. O que aconteceu? Ele não fez o depósito. Essa documentação, como V. Exª pode analisar, foi feita via fax e via **e-mail** para a Rodrimar. Encaminhamos ofício para o...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É este ofício?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Esse mesmo. Encaminhamos o ofício, que está nas outras páginas, como V. Exª vai verificar, para o fiscal da Receita Federal, do Eadi e da Rodrimar, em Ribeirão Preto, por meio do qual passamos nossa preocupação. Ao descobrirmos que não se tratava de um importador ou de um transportador comum, fizemos toda a averiguação. Encaminhamos, então, ao conhecimento da Polícia Federal. Depois, procuramos um distrito policial da Polícia Civil na nossa região, onde registramos também um boletim de ocorrência de preservação de direito. A própria Lady Loyd, que aluga os contêineres, ficou a ver navios. Por quê? Porque eles não têm como acionar a empresa Trade Soft, para pegar os contêineres, que ainda estão em Santos. Não conseguimos localizar nenhum desses importadores. Diga-se de passagem, quando os procurávamos nos telefone pré-pagos, muitas vezes, eles desligavam na nossa cara. A coisa está grave.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Trade Soft nem endereço tinha?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – A Trade Soft tem um endereço em São Paulo. Vou dá-lo a V. Exª: Rua Lisboa nº 574, no bairro de Pinheiros, em São Paulo. Nesse local, nunca existiu transportadora alguma, muito menos um importador de cargas. Detalhe: foi uma operação que chamou a atenção até do próprio fiscal da Receita Federal, do Eadi de Ribeirão Preto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que envolveu essa carga?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Na documentação que está aqui, são equipamentos eletrônicos da marca Aiwa. Detalhe: até o próprio fiscal ficou surpreso. Por que foi descarregado lá? Por que esse contêiner ficou no Eadi para ser descarregado e, depois, ser desembaraçado simplesmente o contêiner vazio, para retornar para Santa Catarina? Houve, então, um contratempo. Os caminhoneiros ficaram aguardando dois ou três dias para fazer esse carregamento porque não havia documentação específica. Pelos documentos que estão com o Senador, S. Exª observará alguns **e-mails** de forma totalmente apagada cujo conteúdo mal se pode identificar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doutor, o senhor está descrevendo uma simulação: um desvio de carga que foi para outro lugar e os contêineres vazios.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Justamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual foi o papel do despachante aduaneiro nessa deliberação?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – O despachante fez uma importação de contêineres com equipamentos eletrônicos para o Eadi. Para o Eadi foram distribuídos esses equipamentos. Onde foram parar esses equipamentos eletrônicos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas os contêineres estavam vazios. Quer dizer, a mercadoria seguiu para outro canto.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Já havia sido descarregada no Eadi. Ele saiu de trânsito de São Francisco, de Santa Catarina, com dois outros caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No Porto de São Francisco?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Isso. E foi entregar no Eadi de Ribeirão Preto. Chegando lá, descarregou, tirou do caminhão e colocou no chão. Depois disso, foi feita a descarga desses contêineres e contrataram outros caminhoneiros. Só descobrimos isso porque não houve pagamento desses caminhões. Detalhe: não havia conhecimento rodoviário, muito menos uma minuta para se transportar o contêiner.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A quem pertencia a carga?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – O importador é a tal de Trade Soft. Não existe. O importador não existe, Deputado. Foi, então, uma surpresa. Esses contêineres continuam aqui em Santos. Estamos fazendo contato com a Lady Loyd, todos os dois contêineres de 40 pés vazios, para tentar entregar para quem é de fato e de direito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O transportador não percebe o peso?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Ele foi contratado no Eadi para trazer o contêiner novamente para entregar lá em Santa Catarina, os contêineres vazios. Não são as mesmas pessoas que trouxeram de Santa Catarina para o Eadi.

Tivemos aqui também várias ocorrências. Temos dois problemas aqui na Baixada Santista. Não é simplesmente o roubo de carga; nós sofremos também com o furto de caminhões, que tem crescido assustadoramente, conforme a ocorrência que os senhores vão ver aí. Tivemos um caso em São Vicente, em que o caminhoneiro teve o caminhão furtado, com carga e tudo, com o detalhe de que ele conseguiu localizar o caminhão, já desmontado, na Via Anhangüera, próximo a Sumaré, nas cabines Loren.

Então, o que acontece? A carga sumiu; a carreta sumiu, e o caminhão já estava sendo desmontado. Alguém foi preso? Ninguém.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi aberto inquérito?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Foi feita somente a ocorrência no Distrito de São Vicente. Há um fato sobre roubo a bordo, que vou discutir depois com o senhor, Senador.

Temos um caso aqui. Isso me trouxe grande preocupação. Fui procurado por um caminhoneiro que disse não poder trabalhar mais numa transportadora, porque sumiu a carga do contêiner que ele transportou. Detalhe: esse contêiner saiu da Rio-Cubatão, está dentro da Cosipa, para Santos. Quando esse contêiner é carregado para fazer a transferência para outro terminal alfandegário, é pesado na saída. Quando chega ao recinto, ele é pesado novamente. Ou seja, ele chegou com a carga, foi pesado, depois essa carga desapareceu, quando chegou ao destino final. Depois de feita a liberação do terminal alfandegário, ela saiu de um recinto alfandegário para outro – em ambos os lados, esse contêiner é pesado -, depois foi feita a retirada por outro veículo para o destino final, para o importador no caso. O que acontece? Esse contêiner chegou vazio.

Solicitei, através de ofício, com a data de 21 de novembro de 2000, ao Grupo Libra a pesagem desse veículo. Até hoje, não me enviaram, senhores. O fato ficou mais estranho ainda porque o caminhoneiro depois...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Grupo Libra era o responsável pelo depósito?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Pelo recebimento e armazenamento desse contêiner, que estava saindo de outro recinto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui no porto?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Isso. Ele saiu da Rio-Cubatão, da Cosipa, onde foi pesado. Quando chegou à Libra, para ser armazenado, foi pesado novamente. Futuramente, quando foi liberado esse contêiner, tinha sumido toda a sua carga. Então, em cima disso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor que sumiu provavelmente entre a transferência...

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Depois de armazenado, para ser entregue ao destino final, ao importador. No caso, desapareceu totalmente a carga. Então, esse caminhoneiro foi proibido de trabalhar numa transportadora – depois, vou citar o nome em sigilo para o senhor.

Fiz contato com a transportadora, queria mais detalhes sobre essa operação. A minha surpresa foi a de que esta, uma hora e meia depois de eu fazer contato, já havia solucionado o problema. O caminhoneiro já não era mais proibido de prestar serviços para ela.

Em cima disso, encaminhei um ofício para o Grupo Libra, solicitando a pesagem desse contêiner, com data de 21 de novembro de 2000. Até hoje, não me foi enviada a pesagem desse contêiner. Existe um código de acesso do Grupo Libra, para essa transportadora, que não me foi fornecido.

Temos outras ocorrências: roubo na Via Anchieta, furto na Praça Iguatemi Martins – são pontos críticos passados para a Polícia Civil, Militar e Federal. Tivemos outra ocorrência, que foi o caso daquele caminhoneiro que citei. Ele teve a carga roubada, foi registrada a ocorrência no 2º Distrito de São Vicente, e o caminhão já foi encontrado, desmontado, na região de Sumaré, no interior de São Paulo. Detalhe: ninguém foi preso também. Encontraram o caminhão já desmontado e ninguém foi preso.

Ocorreu na região de Osasco mais um fato envolvendo um caminhão da Baixada Santista – roubo de caminhão e carga. Houve também na 14ª Delegacia de Polícia um roubo consumado de veículo – roubo de carga.

A averiguação de estelionato e furto também preocupou-nos muito, Sr. Senador, pois percebemos que existe dublê de caminhões com placas da Baixada Santista e dois caminhões com placa de Cubatão.

Num primeiro momento, já sabíamos que tem crescido assustadoramente o roubo de carga.

Passamos a ter foto dos meliantes. Eles montaram um caminhão com placas de caminhões da nossa região e fizeram um furto de 75 toneladas de açúcar cristal – uma mercadoria barata. Então, existe receptador também para o açúcar cristal.

Foi feita uma investigação pela Delegacia de Polícia de Pitangueiras, na região de Ribeirão Preto. Foram encontrados documentos que eles apresentaram para fazer a ficha e o transporte. O Sindicato de Pitangueiras procurou-nos na Baixada Santista e sugerimos que agissem como as grandes transportadoras, ou seja, tirassem fotos do caminhoneiro ao lado do caminhão para que possam identificá-lo melhor. Existe apenas xerox do documento, que mal dá para identificar o cidadão. V. Exª também tem em seus documentos. Houve dois casos aqui.

Recentemente, fomos surpreendidos por um fato, e quem pode falar sobre o assunto é o Dr. Coraza. Há pouco tempo, houve um furto de vários documentos em branco na Delegacia de Trânsito da nossa região.

A situação está muito complicada, Sr. Senador. Atualmente, o caminhoneiro tornou-se uma grande vitrine, e os meliantes escolhem: não querem determinado caminhão por estar com pneu liso e elegem outro. As cargas estão expostas. Nem o rastreamento via satélite hoje inibe a ação dos bandidos. Infelizmente, os assaltantes estão muito ousados.

Fiz questão de trazer um caminhão, que está na praça Mauá. Há uma semana, no dia 2, tentaram roubar o caminhão do caminhoneiro. Ele entrou em luta corporal com os meliantes, na região de Barueri, jogou o bandido para fora do caminhão e foram acertados cinco tiros no caminhão dele. Ele entrou em desespero, porque seria o segundo caminhão a ser roubado. Por isso, entrou em luta. Repudiamos essa ação, porque entendemos que o melhor é não reagir e preservar o bem maior, que é a própria vida. Os fatos são assustadores.

Obtivemos cópia dos documentos falsificados. Há o carimbo do Delegado de Polícia, Dr. Wanderley Mange de Oliveira. Temos o documento original do caminhoneiro, que também é sócio do nosso Sindicato. Há a assinatura do mesmo Delegado – que observamos ser falsificada – e também do encarregado da Ciretran de Cubatão.

No início do ano, presenciamos uma situação incomum em Cubatão. Houve o furto de um caminhão e o caminhoneiro ficou em cativeiro durante uma semana. Não entendemos o porquê, visto que esse tipo de acontecimento não é de praxe do roubo de carga e muito menos do furto de caminhões. Quando é feito o roubo de carga, o caminhoneiro sai de cena durante 12 ou 15 horas e depois é liberado. Este caso foi estranho: ficar uma semana em cativeiro. Há um detalhe: observamos, nessa pesquisa – no mapeamento que fizemos –, que, geralmente, os caminhoneiros são soltos na região de Alphaville, Osasco e Barueri, sempre no mesmo local. Já entramos em contato com os policiais rodoviários. Hoje, quem está lá é o Capitão Carlos Alberto, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conversaram com esse caminhoneiro que ficou no cativeiro por uma semana? Ele ficou sob guarda ou esqueceram-se dele no local?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Ele ficou fechado num cativeiro durante uma semana. O caminhão não apareceu; simplesmente sumiu. Levaram apenas o cavalo mecânico. Vivemos duas situações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conversaram com ele? A Polícia o ouviu?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Sim, Excelência. Foram feitas duas ocorrências: uma do roubo do caminhão na Delegacia de Cubatão e outra, do aparecimento dele numa Delegacia de Osasco ou Barueri – salvo engano –, daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe-me, Dr. Coraza. Há um setor especializado na investigação e na concentração dessas informações, ou cada Delegacia faz a sua própria investigação? Queremos esclarecer os fatos.

O SR. CORAZA – Há, na seccional de Santos, uma Delegacia de Investigações Gerais – DIG –, chefiada pelo Dr. Gaetano Vergini, que acumula investigações de vários tipos de crimes especializados. O roubo de carga é um deles.

O ponto mais crítico é Miracatu, na região de Registro, onde existe um entroncamento entre Paraná e a região de Sorocaba. Dispensamos um cuidado especial para aquele local, em que há falta de Delegados. Entretanto, investigamos os fatos na medida do possível, e os nossos índices de esclarecimento ainda são baixos na minha avaliação.

Em relação a esse caso específico de Cubatão, nossa linha de investigação é muito boa. Ainda não obtivemos resultado positivo, mas estamos buscando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª tem todos os documentos citados pelo depoente? Se V. Sª quiser uma cópia, poderemos encaminhá-la.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Já enviei esses documentos para a seccional.

O SR. CORAZZA – Aproveitando a oportunidade que o ilustre e educado colega Senador me oferece, agradeço a V. Exª se puder enviar-nos os resultados desta Comissão que se referirem à Baixada e ao Vale do Ribeira, que serão de grande valia. Estamos tentando organizar um setor especializado na DIG sobre roubo de carga, que, realmente, está a merecer uma atenção específica – assim como no caso do seqüestro, que teve como solução a criação de uma delegacia especial.

Agradeço, antecipadamente, à Comissão, solicitando que nos encaminhe todas essas informações. Estamos abertos, pelo nosso setor de inteligência, a fornecer os dados complementares de que dispomos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a V. Sª, que é um bom parceiro e policial. Por isso, sei que se empenhará para colaborar não apenas com a CPI, mas, principalmente, com as vítimas, em virtude da ascensão meio assustadora desse tipo de crime.

Tenho em mão um recorte de jornal que V. Sª apresentou.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Sr. Presidente, ainda falarei sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ao ler essa publicação, fiquei um pouco assustado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual a principal preferência de carga?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Atualmente, o caminhoneiro tornou-se uma grande vitrine, ou seja, não existe mais preferência. Quando a carga não interessa, eles levam o cavalo mecânico. Até jacaré – o chamado 110 do Scania – está sendo roubado. Estão ocorrendo inclusive furtos de caminhões Fiat.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, voltaram a roubar o veículo?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Exatamente. Há duas situações na Baixada Santista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Até agora, a Comissão tem percebido que o caminhão é abandonado. Apenas transferem a carga ou fazem a entrega com o próprio caminhão e depois o abandonam.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Não, Excelência. Na Baixada Santista, há vários casos, principalmente na área do porto organizado de caminhões – caminhões velhos, chamados de "pau-velho". Estão levando caminhões não sei se para desmanchar ou para esquentar documento. Ninguém sabe o destino final desses caminhões.

Trouxe um caminhoneiro que, há uma semana, entrou em luta corporal, conforme eu já havia falado. Ele estava puxando para uma empresa de gerenciamento de cargas chamada Pancari – há a Pancari e a Buoni. Pediria que o Sr. Senador prestasse bastante atenção nessas duas empresas, porque, se o caminhoneiro tiver um cheque devolvido por questões particulares, até mesmo por uma conta de telefone não paga, ele fica proibido de prestar serviços e não trabalha para nenhuma transportadora que pede o gerenciamento de cargas da Pancari e da Buoni. Em contrapartida, trouxe para V. Exª alguns cheques de empresários contendo dois carimbos. Continua-se a aplicar golpes nos caminhoneiros na nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Dr. Paulo Lacerda disse que já está a par dessa situação e vem aprofundando a investigação nesse sentido.

Peço a V. Sª que, posteriormente, nos forneça todos os dados.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Os cheques carimbados estão com V. Exª.

Há transportadoras que estão dando cheques de valores até baixos para o caminhoneiro e aplicando o golpe. O caminhoneiro presta o serviço, e não recebe. Então, continua-se aplicando o golpe na praça, enquanto o caminhoneiro, por não ter pago uma conta de telefone, fica proibido de trabalhar.

Chamo a atenção de V. Exª para um detalhe relativo à Pancari. Geralmente, quando se presta um serviço em que o gerenciamento é feito pela Pancari, tem-se o caminhão furtado e roubado, o que se configura em roubo de carga. Exemplo: este caminhoneiro que se encontra aqui na Praça Mauá. A Pancari não quis fazer a ocorrência. O caminhão levou cinco tiros, o caminhoneiro quase perdeu a vida e quase lhe levaram a mercadoria, um material químico para fazer plástico. Não era polietileno, mas um outro elemento químico. A carga estava avaliada em R$63 mil, e a Pancari não fez a ocorrência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pancari é companhia de seguro?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Justamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas estava assegurada pela Pancari.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Estava assegurada pela Pancari.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E qual foi o argumento para recusar?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Porque não levaram a carga, nem mataram o motorista. Mas o caminhão dele está na Praça Mauá para os senhores verem, com cinco tiros, com grande precisão do atirador.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso aconteceu recentemente?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Faz uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está aí o caminhão?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Está na Praça Mauá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o motorista está aí também?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Está também.

No mesmo dia, na Avenida dos Bandeirantes, na Capital, desapareceu um caminhão carregado com 25 toneladas de café. Foi roubo de carga. O caminhoneiro apareceu dez horas depois e é também da nossa região da Baixada Santista. Então, a situação está muito grave. Temos que verificar as empresas de gerenciamento de cargas, não só a Pancari, mas também a Buoni.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual o nome da outra?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Buoni.

Há 99% de chance de o caminhoneiro ter o caminhão roubado se transportar óleo da Mobil para o Rio de Janeiro. Não adianta escolta – chamo atenção para isso. Não adianta escolta. A escolta está servindo para dar armas aos bandidos, porque é rendida e pode estar muito bem armada. Houve um caso de um terminal aqui de Santos, chamado Edimarco, do qual também não se fez ocorrência. O caminhoneiro saía da Cosipa para Santos para entregar esse container à Edimarco. Quando chegou à altura do Jardim São Manoel, na via Anchieta, a escolta foi interceptada. Levaram o armamento da escolta. Ao ouvir os tiros, o caminhoneiro saiu em alta velocidade.

Há uma viatura que fica a 24 horas da entrada da cidade, aqui em Santos, mas ela não estava no local nessa sexta-feira. O caminhoneiro passou direito, parando na região de Sabuó, onde encontrou uma viatura, e o pessoal acabou fugindo. Havia furos de fuzil no container, e o terminal Edimarco não quis fazer ocorrência, por quê? Porque não conseguiram êxito no roubo? Foi feita uma ocorrência no quinto distrito policial sobre o roubo do armamento da escolta. O número de roubos cresceu muito mais do que Fast-Cesp...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Pancari não aceitou como roubo?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Não, não aceitou. Nem se fez ocorrência.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A ocorrência da Polícia foi feita?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Não, também não foi feita. Quanto a este caso de que estou falando especificamente, fez-se ocorrência sobre o roubo da arma da escolta. O container foi armazenado no recinto alfandegário Edimarco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acredita que a escolta é ineficiente, ineficaz?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Não somente a escolta, Senador. O sistema de rastreamento...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É até interessante, porque recebi, no fim da semana passada, um telefonema da transportadora Roberto Mira, informando que sofreu o roubo de duas cargas volumosas de medicamentos, o qual tem aumentado significativamente. Cerca de dois milhões de medicamentos foram roubados. Havia três caminhões com escolta, comboio, mas o grupo de assaltantes imobilizou o rastreador com uma panela de alumínio sobre o sistema. Dois caminhões seguiram. O terceiro travou, como é o compromisso de quem vende esses produtos.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Gostaria de esclarecer quanto ao rastreamento via satélite. Na região de Barueri, próximo à empresa onde esse caminhoneiro foi interceptado por meliantes, tentaram roubar outra carga. O caminhoneiro estava armado e os meliantes fugiram. Ele acionou um botão que trava o caminhão. Sabe quantas horas depois foi dado o sinal? Duas horas e meia. Ele já se encontrava na empresa, descarregando quando começaram a piscar as luzes que cortam a ignição do caminhão. Nem mesmo o rastreamento via satélite inibe a ação dos meliantes atualmente.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Gostaria de fazer uma proposta.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Pois não, Deputada.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – O senhor poderia dar uma exemplificação na média das ques-

tões? Por exemplo: qual é a maneira de fazer o assalto, como é feita a integração entre os vários setores, como tem ficado o caminhoneiro desprotegido, como em alguns casos que estão sendo relatados, em que não houve sequer o boletim de ocorrência.

Em vez de o senhor especificar um ou outro caso, possivelmente um que seja mais acintoso, na média, o que tem acontecido? Diga-me como sindicalista do setor.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Deputada, estamos muito preocupados porque há três anos falávamos que havia meliantes fardados de policiais rodoviários. Tivemos recentemente viatura da Polícia Rodoviária falsificada e o grupo levou três containeres com destino ao Paraguai.

Quinze dias antes desse fato ocorrer na Piaçaguera, tivemos mais um caso, próximo ao pedágio de São Vicente, em que três caminhões com destino ao Paraguai foram roubados. Se foi feita a ocorrência ou não, não temos conhecimento. São blazers e, em algumas situações, os meliantes estão com coletes da Polícia Civil e Federal. Já houve casos aqui a quinhentos metros da empresa onde o caminhoneiro foi interceptado, pensou que fosse uma blitz de policiais e teve a sua carga roubada.

Tivemos um caso grave em Santos, em que interceptaram um caminhoneiro na área portuária, falaram onde ele morava, quantos filhos tinha, o colégio em que o filho estudava, o horário que a esposa ia buscar o filho no colégio e até o que teria que falar na delegacia de polícia. Ele ficou tão assustado que vendeu o caminhão e saiu do ramo. A coisa está muito grave e algo há que ser feito.

Existe uma integração policial na Baixada Santista, temos bons policiais, mas esse trabalho tem que ser levado adiante. Não adianta fazer no momento e, depois que ocorrer mais um caso, voltar a trabalhar em cima disso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há participação, envolvimento de policiais no roubo de carga? V. Sª tem informação?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Não, não tenho conhecimento, mas o que nos surpreende é que ninguém é preso.

Logo que fizemos o mapeamento, que foi entregue para todos os órgãos policiais da nossa região, uma semana depois tivemos um resultado positivo. Prenderam um caminhão carregado que estava sendo roubado, mas de lá para cá a coisa cresceu assustadoramente.

É o tipo de situação da qual preferem não falar. Temos companheiros que não virão a esta CPI porque todos têm medo e há coisas que não podem ser faladas. Se existe a participação de policiais ou de caminhoneiros, não sei. Pode até ser que exista, mas cabe à polícia solucionar esse problema.

Tivemos o caso também de um caminhão de azeite apreendido. Isto quer dizer que o pessoal não tem mais preferência por carga, Senadores.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria de lhe fazer uma pergunta.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Pois não.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esses casos em que o senhor elencou e que há queixa registrada na polícia, há alguém do seu setor acompanhando o andamento dessas investigações?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Repassamos também para a nossa Federação que está acompanhando e, até agora, nenhum caminhão dos furtos de caminhão foi encontrado e a carga também desaparece a toda hora. Não há mais dia ou hora para acontecer.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Haveria alguém com condições de nos dar o resumo das investigações, os procedimentos policiais ou andamento dessas investigações?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Vou pedir a colaboração do Dr. Coraza para pegar o levantamento com a Polícia Civil.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria ao Dr. Coraza se poderia encaminhar à CPMI, para que possamos também pressionar para que vocês tenham o apoio necessário nesse trabalho, que é difícil, há pouca gente. Mas pelo que representa em valores, o prejuízo econômico para o País é muito grande. Inclusive nas mãos de bandidos toda essa dinheirama, todos os outros setores do crime organizado se desenvolvem porque estão capitalizados.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – É verdade. Senador, só ficou uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aliás, há um detalhe importante: o cidadão comum às vezes vai à farmácia comprar um medicamento que hoje pode ser falso ou roubado. Quer dizer, fica com poucas opções de estar comprando...

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Hoje ele vai comprar o genérico, não é? Mas chega lá e acaba comprando até mesmo o roubado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É, porque não dá para você pegar um caminhão de medica-

mentos, ou dois milhões, e dizer que vai vender no camelô. Onde é o principal camelódromo aqui de Santos?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No varejo não vende, não é Senador?

O SR. TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Acho que está disperso. Hoje em dia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então. Às vezes nós brincamos, mas não dá para vender na Praça da Sé. Tem que ter uma rede de distribuição tão importante quanto as redes normais de distribuição de produtos legalmente comercializados. Então eu me assusto um pouco, porque quem vende remédio roubado não tem nenhum escrúpulo em vender remédio falsificado. Então, a população pode estar pensando que está sendo tratada, e está sendo enganada. E acaba tendo um prejuízo enorme porque realmente não sabe o que está tomando. Por isso é importante que se investigue o roubo de cargas em determinados setores, sem ignorar os outros, porque alguns que são importantes. Esse mexe com a saúde pública, e está aumentando, porque a necessidade... Os transportadores já estão querendo desistir de transportar medicamentos. O Mira mesmo me disse que foi em um depósito de uma grande distribuidora de Goiás e um bandido chegou com a lista dos medicamentos que ele queria.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Panarela, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Panarela. Chegou com a lista. E entre eles o Viagra. Queria todo o estoque de Viagra. Então levou todo o estoque, levou esses comprimidos comuns e tal, e foi com a lista. E disse para os funcionários: "Separa todo o estoque desses medicamentos". E levaram embora. Mais de um milhão. Pegamos a quadrilha já em Pernambuco e em Alagoas. Parte da quadrilha. Quer dizer, eles estão interligados pelos Estados. Não há fixação. São Paulo representa 40% e poucos do montante dos furtos e roubos de carga. Mas a distribuição é em todo o território nacional, porque os receptadores estão localizados com estrutura forte empresarial. Tem que ter muito dinheiro para conduzir todo esse trabalho. Então, qualquer coisa que possa nos auxiliar... Não temos o milagre de resolver. A CPMI tem que buscar os fatos e motivos que têm levado a esse roubo, melhorar a legislação, principalmente para o Judiciário alcançar com mais força o receptador. Porque hoje o receptador... Qualquer roubo, você vai no dia seguinte e não acha mais nada. E identificar mercadoria roubada com mercadoria legalmente comprada é difícil. Com o Projeto Negromontes, aprovado agora na Comissão, estamos lutando para identificar o produto, que tem que ter o registro para que se possa separar. Pode haver uma carga de televisão, com quinhentas; você não sabe qual é a roubada e qual não é. Força-tarefa também, a Receita e a Polícia exigirem determinados documentos que a Polícia não tem o alcance de... Fica impedida de ter uma ação mais contundente numa empresa para tentar identificar mercadoria roubada.

Esta é a grande preocupação da Comissão: alcançar principalmente os receptadores, que são os grandes estimuladores do roubo. E quando falamos da carga por encomenda, a grande maioria dos depoentes que são vítimas sabem que os bandidos vêm, se a carga não for aquela que eles querem, eles mandam o caminhão embora. Porque pode confundir na estrada o indicativo. Dentro das empresas deve haver olheiro deles, o informante da carga que vai sair, da carga que está no porto. Essas cargas do Paraguai, deve ter alguém informando: "Olha, está chegando uma carga de computador, de qualquer coisa, vai seguir no caminhão tal".

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Eu queria dar um depoimento aqui baseado em outros depoimentos que nós já tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª poderia assumir um pouquinho a Presidência, por favor?

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou dar uma saidinha rápida.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – Eu gostaria de dar um depoimento. Dr. Jader, depois o senhor me dá a resposta daquela averiguação? Eu agradeço. Muito obrigada.

Em um dos depoimentos – o Deputado Oscar poderia me ajudar -, nós recebemos um senhor representando uma seguradora, em São Paulo, numa das nossas audiências na Assembléia Legislativa. Houve um depoimento desse senhor, do qual não me lembro o nome, mas está nos nossos Anais, em que ele diz que há, pelo menos, de sete a oito maneiras de se abrir o lacre do contêiner sem haver violação, uma vez que há leis internacionais e não se pode mexer neles. E ele inclusive deu a entender que as mercadorias básicas para serem desviadas seriam armas, remédios e suspeitas até (foi falado em **off**, não foi fala-

do na audiência) de órgãos para exportação. São, basicamente, essas três situações.

Há cerca de dois anos, num final de semana de um final de ano, houve um roubo de 100 contêineres do terminal de contêineres do nosso porto, e até hoje isso não se resolveu. Não é "sem", com s; são "cem", com c. Para mim, é algo tão escandaloso. Como nós não temos mais uma guarda portuária pública – inclusive eu fiz um projeto nesse sentido, que está tramitando -, eu gostaria de saber se, na sua função de sindicalista do setor de caminhões, o senhor tem conhecimento de casos assim. Evidentemente o senhor não foi testemunha de uma situação assim, porque o conheço suficientemente e sei que o senhor daria parte dessa situação. Estou citando um caso envolvendo a questão do porto, e nós, que somos de Santos, sabemos quantos casos existem como esse. Eu gostaria de saber se o senhor tem algo a nos dizer, para que pudéssemos estabelecer uma medida, uma prerrogativa e algum alcance para inibir, coibir, exterminar essa possibilidade.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Sem dúvida nenhuma, Deputada. Tivemos algumas informações de que sumiram do Grupo Libra, e também da Santos Brasil, mais de 80 contêineres. Quando perguntamos sobre isso, o pessoal não responde. Perguntamos se há ocorrência sobre o assunto, e também não se responde nada. Então, penso que cabe à Polícia Federal...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sumiram oitenta contêineres de uma empresa? Que empresa?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Libra e Santos Brasil, no Tecon.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que é isso do Terminal nº 37?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – É o Terminal nº 37.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – Se V. Exª me permite, na verdade, é o seguinte: temos, no lado de Guarujá, na outra margem do nosso porto, um terminal exclusivo para contêineres, que se chama Tecon, onde opera a Santos Brasil, e, no Terminal nº 37, basicamente, opera o Grupo Libra. São os dois armadores que conseguiram sobreviver ao modelo liberal. Mesmo assim, agora já estão no conglomerado internacional. Então, são os principais operadores nesse porto.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Temos informações, que não são oficializadas, sobre o desaparecimento desses contêineres. Para o caminhoneiro retirar uma carga desse terminal, ele passa por uma maratona muito grande, além da total falta de planejamento que existe nas operações portuárias, hoje, em Santos. O que estranhamos é que, para desaparecer com esses contêineres, o pessoal passa com grande facilidade. Como o caminhoneiro, para retirar de forma legal, com documentação...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Heraldo, eu gostaria apenas de aprofundar um pouco mais, se a Drª Telma me permitir, até porque já dei essa entrevista a alguns jornais. Nós nos ativemos, nesses dois anos de CPI, até pela falta de condição de ter feito mais – e penso que muito fizemos -, ao roubo de carga rodoviário. Estamos agora, pela primeira vez, indo para portos, aproximando-nos também, que sei é uma loucura.

Então, para eu entender um pouco mais. Você disse 80 contêineres sob a responsabilidade da TECON Santos Brasil – Santos Brasil é o nome do grupo.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você não sabe nem se houve ocorrência?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – É, por incrível que pareça. Só para o senhor ter idéia, a gente procura os operadores portuários, eles não querem falar com sindicalistas. Temos que denunciar vários fatos, porque a porta trancada para nós, que somos sindicalistas. Descobrimos, por meio de companheiros ligados ao porto e, quando vamos averiguar, o pessoal tranca a porta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esses 80 contêineres, o que havia dentro deles?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Não faço nem idéia, Deputado. Quem levou deve saber. E quem estava responsável por esses contêineres é que deve saber também. Porque, se o contêiner...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas como você tem essa informação?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Porque, se o contêiner está armazenado dentro de um estabelecimento que é seu, o senhor sabe o que se encontra lá dentro. Agora, cabe a eles informar qual é a mercadoria. Há contêiner em que se alega na nota fiscal que é uma mercadoria e, quando se abre o contêiner, é outra. Tanto é que a Receita Federal tem feito um excelente trabalho, em conjunto com a Polícia Federal, aqui, apreendendo contêineres com cerâmica que vêm com droga dentro. Quer dizer, esse é um trabalho de grande importância no porto. Agora, cabe a esses operadores passarem essas informações para

os meios policiais, não fazer a omissão. Como eles vão receber essa carga? O seguro vai ter que pagar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas, Heraldo, como você tem esse número 80 contêineres, por exemplo?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Isso aí é levantado nos bastidores, Deputado. Como chegou para Deputado esse número de 100, chegam para nós também, informações. Quando corremos atrás para ver se são verdadeiras ou não essas informações, não temos acesso a elas. Sei que existe uma preocupação nesses terminais. Ora é que eles mudaram toda a segurança, incrementaram a segurança. O senhor vai ver a dificuldade que é entrar nesse terminal. Só que a facilidade de sair é que precisamos combater, as autoridades precisam combater.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu queria propor, porque considero importante, e a Deputada Telma, principalmente pelo conhecimento que tem nessa área, pode até me orientar, já que vamos ficar dois dias aqui, a presença do responsável pela TECON, pela Santos Brasil, para conversarmos sobre esse assunto. Que possa ser intimado, convidado urgentemente, acho que dá até para hoje ainda. Não sei, é perto? Acho que é fácil. Poderia providenciar isso?

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – Com certeza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pedir ao Naurides que providencie, por favor, para podermos entrar um pouco mais nesse assunto.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Eu gostaria de ressaltar também...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tem o nome, Heraldo, de um responsável que poderia vir, da TECON?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Levanto isso aí e passo para a Deputada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por favor. Vamos convidá-lo e ver se é possível a presença dele hoje ainda, para aprofundarmos nesse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – Penso que este caso que está sendo colocado é específico do outro lado, Santos Brasil, mas acho que, até por haver dois armadores com pujança, teríamos que chamar o grupo Libra também, porque faríamos...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É importante.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – Até porque é importante que saibamos... Não estamos conseguindo localizar o último depoente do dia de hoje, que é justamente um cavalheiro que me entregou um dossiê que deu ensejo a que eu pedisse uma CPI sobre a questão do porto. Ele não está sendo localizado. Ele fez a denúncia do desaparecimento de cerca de um milhão de litros de gasolina ou diesel da Ilha Barnabé, um escândalo que a cidade ficou sem resolver. Vejo aqui que o José Camargo sabe disso, e acho que esses fatos virão à tona de uma maneira bem clara. Então, estamos procurando esse último depoente. E é importante, porque as questões que acontecem no porto acabam tendo impacto não só na cidade de Santos, mas sobre toda a região.

Quero aproveitar, Deputado Oscar, para declinar a presença do Vereador Ademir Pestana, do PPS, e da companheira Marisete, representando a Presidente do meu Partido em Santos, que é a Vereadora Cassandra Nunes.

Obrigada.

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Bom, seria só isso, Deputado. Agora, sobre esse gráfico, eu ia conversar em particular com o senhor, dar os detalhes.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual?

O SR. HERALDO GOMES ANDRADE – Esse gráfico que o senhor tem na mão. Falei sobre isso com o Senador, vou fazer um depoimento à parte sobre esse gráfico.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu pediria, Presidente, que a reunião seja suspensa por cinco minutos para que eu conversar com o Heraldo e até que chamemos o próximo depoente.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – O próximo depoente suponho que seja o Sr. José Camargo.

Está suspensa a reunião por cinco minutos, para que possamos dar atenção ao Sr. Heraldo Andrade.

(Suspensa a reunião)

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – Está reaberta a reunião, após a oitiva secreta do Sr. Heraldo, representando o Sindicato dos Caminhoneiros, sindicato autônomo.

Esta Comissão tomará algumas providências, inclusive chamará o representante da Santos Brasil e dos Grupos Libra, Denkmar, Edimarco e Transcaro Transportes.

Pediria ao Dr. Naurides, por sugestão do Dr. Oscar, que esses cinco grupos sejam chamados para oitiva no dia de hoje e no de amanhã, segundo a conveniência e os horários da Comissão.

Vamos chamar o próximo depoente, o Dr. José Camargo Hernandes, a quem pediria que tomasse assento para suas considerações.

Gostaria que o senhor fizesse um arrazoado, um resumo, o senhor que está à frente do sindicato que congrega os postos de gasolina, de como vê a questão do roubo de cargas na nossa região, possivelmente no Brasil e também a questão de combustíveis, que tem sido alvo de muitas notícias pelo País afora e também na nossa região .

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Bom dia, Deputada Telma, Srs. Membros da Comissão, é um prazer estar aqui para tentar de alguma forma trazer um facho de luz a esse problema que aflige a nação inteira, entre outros tantos.

Na nossa região, especificamente, o número de roubos de carga de combustíveis não é tão grande, mas é significativo, na medida em que produtos roubados em outras regiões, não só da Baixada Santista, como aqueles que eventualmente aconteceram na nossa região, acabam sendo desovados em outras regiões do Estado.

O que mais aflige o nosso segmento é que esse produto, como V. Exª lembrou, Deputado, some mais rapidamente do que equipamentos, como televisores e outros tipos de cargas que trazem uma numeração. Esses produtos retornam, infelizmente para alguns postos de gasolina, na forma original que foram roubados e, o pior, na grande maioria das vezes retornam duplicados e até triplicados. Como?

Quando desaparece um caminhão com 15 mil litros de gasolina "c", essa gasolina comercializada nos postos, normalmente vai para um depósito e lá essa gasolina se transforma em 30 ou 45 mil litros de combustível adulterado com a adição de solventes ou outros produtos, álcool, por exemplo.

Aqui na Baixada, tivemos, ano passado – e isso foi largamente noticiado -, na região da rodovia que liga os Municípios de Guarujá ao de Bertioga, na chamada Santos/Rio, felizmente, a atuação da Polícia Rodoviária Estadual, que, juntamente com a Polícia Civil, conseguiu desbaratar uma equipe que roubava os caminhões e, no fundo de um posto de gasolina com uma imagem já bastante ruim, um posto praticamente abandonado, tinha um depósito clandestino de combustíveis. Esse depósito era composto de três ou quatro carretas de capacidade de 30 mil litros cada, nas quais eram feitas as misturas.

Essa matéria foi largamente denunciada por intermédio dos meios de comunicação.

Há uma semana, o Jornal da Globo denunciou, através de filmagem de promotores públicos de São Paulo, um depósito clandestino em Guarulhos que foi identificado e estourado pela polícia, onde havia a manipulação de uma quantidade muito grande de combustíveis. Esse depósito era de uma distribuidora de combustíveis cujo nome infelizmente a Rede Globo não divulgou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor sabe o nome?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Infelizmente não sei, Deputado. Também ficamos sabendo muito através dos meios de comunicação. A imprensa tem desempenhado um papel fundamental e praticamente tomamos conhecimento de todos os problemas por intermédio dela, porque a maioria das distribuidoras que fazem a entrega do combustível aos postos de gasolina têm transporte próprio e esse assunto nem sempre chega ao conhecimento do dono do posto que teve a sua carga roubada. Antes da carga chegar ao posto, a carga ainda não é do dono do posto, que, na grande maioria das vezes, não fica sabendo que a carga que era destinada ao seu posto foi roubada. Apenas aqueles postos que têm transporte próprio, que ainda são minoria no País, ficam sabendo quando a sua carga foi roubada, devido ao roubo do seu caminhão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ainda assim a carga não é dele.

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Desculpe, não entendi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mesmo quando é de transporte próprio, a carga ainda não é dele. Ele está fazendo o transporte, mas...

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Não, a carga é dele, porque o motorista...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando ele retira com risco próprio, não é?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Isso, ele retira com risco próprio. O motorista, lá na base de carregamento, já assina o canhoto de nota fiscal, recebendo a mercadoria. A partir daquele momento, já é de responsabilidade do dono do posto.

Então, Srs. Deputados, o problema maior não está no nosso segmento, mas nos reflexos dessas cargas roubadas. Infelizmente, a volatilidade desse produto, a velocidade com que ele desaparece no mercado é muito grande, muito maior do que os outros produtos, por exemplo: medicamentos e equipamentos que eventualmente ficam nas prateleiras dos receptadores. Uma carga de dez mil litros de gasoli-

na, dependendo do movimento do posto, é vendida em um dia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em dois dias acabam com tudo.

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Esse é o maior problema, porque retorna para a rede de postos muito rapidamente o produto **in natura** e, muitas vezes, o produto misturado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Permita-me cortar o seu depoimento para não passarem despercebidas algumas perguntas importantes.

O senhor é proprietário de postos?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Com certeza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tem quantos postos?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Tenho dois postos de gasolina.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tem mais algum outro negócio, Sr. José Camargo?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Não, só esse. E tenho uma pequena empresa de transporte, com dois caminhões, que faz o transporte dos postos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Sindicato que o senhor preside tem uma estatística, acompanha as ocorrências dos seus sindicalizados?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Não, senhor. Não temos uma estatística...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não tem um número para me dar? Por exemplo: são roubados tantos caminhões...

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Não, temos aquilo que eu lhe disse: o que a imprensa noticia. Não temos dados concretos, até pelos motivos que lhe expus anteriormente: a grande maioria dos vendedores da nossa região depende de transporte das distribuidoras e esse assunto, na grande maioria das vezes, não chega...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É roubado da distribuidora, não é?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantas distribuidoras operam aqui?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Além das tradicionais, operam muitas distribuidoras novas, menores que surgiram no mercado. Eu não saberia lhe dizer quantas, mas mais de 20 distribuidoras além das tradicionais atuam no nosso mercado.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – Eu gostaria de fazer uma questão. V. Sª diria que, junto com o medo de fazer a ocorrência e todas as questões envolvendo um subproduto da questão do roubo de cargas, mais o batismo do combustível, isso provocaria uma inibição maior para as pessoas que fossem vítimas dessa situação não declarassem à polícia nem fizessem boletim de ocorrência, fazendo com que tenhamos uma idéia diminuída do problema? Isso seria possível?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Deputada, com relação ao dono do posto, quando ele tem a sua carga roubada, tem que fazer o boletim de ocorrência, até pela questão do seguro. Na nossa região, o número de proprietário de postos que têm caminhão próprio é muito pequeno e, graças a Deus, não tenho notícias que tenham tido a sua carga ou o seu caminhão roubados. Tenho notícias através da imprensa e do chamado "ouvi dizer" de caminhões das distribuidoras que tiveram os seus produtos roubados. Então não compete ao dono do posto fazer o boletim de ocorrência e sim às distribuidoras, que muito provavelmente devem ter estatísticas, ou ao transportador que prestar serviços às distribuidoras que operam em nosso **pool**.

O **pool** de distribuidoras que operam na base de Cubatão são as chamadas distribuidoras tradicionais: BR, Shell, Esso, Texaco, Ipiranga e Atlantic e Agip. São em número de seis as distribuidoras que operam no Terminal de Cubatão. Dados mais reais poderiam ser conseguidos através das distribuidoras ou das transportadores que operam neste terminal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há uma concentração de transportadoras?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Perfeitamente. Todas elas operam e ficam no Terminal de Cubatão, próximo à Refinaria Presidente Bernardes, ao lado da Rodovia da Via Anchieta. Temos notícias, de "ouvi dizer", através de comentários feitos por motoristas, de que alguns roubos de cargas de caminhões chegaram a ocorrer nas proximidades na base do terminal. O caminhão, praticamente saindo da base, ainda em velocidade reduzida, ou mesmo na subida da Serra de Santos para o Planalto, em função da velocidade, é abordado por motoqueiros acompanhados de carros que conseguem subir na cabine. Enfim, uma metodologia que já é conhecida e já foi descrita aqui por V. Exªs.

O que mais nos causou impacto na região ocorreu no ano passado, dando continuidade ao que a Deputada Telma colocou. A imagem dos revendedores

da nossa região foi muito "prejudicada" porque havia um derrame de produtos adulterados, com baixa qualidade e preços fora dos padrões de normalidade, o que leva o restante da categoria, que trabalha corretamente, a ser taxada de exploradora e de estar trabalhando contra os interesses da população.

Tenho a página do jornal A Tribuna, de Santos, de quinta-feira, 08 de fevereiro de 2001, que noticia, numa matéria de página inteira, o que a Deputada Telma disse no começo da sessão anterior, quando 1,2 milhões de litros de álcool sumiram do Porto de Santos, da unidade de granéis líquidos, que fica bem próxima à chamada Ilha de Barnabé, pequena ilha localizada no canal do porto, onde ficam os tanques de estocagem de combustível.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em contas rápidas, estamos falando em torno de 60 carretas de três eixos, não?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Isso. Foram pouco mais de 30 caretas de 30 mil litros. Trinta e três, trinta e quatro carretas de trinta mil litros.

Esse produto que estava armazenado nos tanques que pertencem a Codesp, que é a estatal que opera o porto, estavam sublocados a uma empresa de nome Miduesco, que é uma distribuidora de combustíveis...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como é nome?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES– Miduesco. Depois, passarei a V. Exª a folha de jornal em que está toda a matéria.

A fraude somente foi descoberta porque um dos tanques apresentou uma fissura e o produto começou a vazar. Descobrir que havia água dentro dos tanques.

Então esse produto sumiu. Simplesmente, as notícias dão conta de que a Receita Federal avalia que perdeu R$1 milhão e que a Codesp sofreu prejuízos de R$300 mil. A reação a esse problema de carga que some, de produto que volta é muito grande. As conseqüências são muito desastrosas para a arrecadação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que produto era?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Álcool.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – Além de registrar a presença da Vereadora Cassandra Maroni Nunes, que eu já tinha declinado por meio da sua assessora, companheira Marisete, quero pedir que se sente junto conosco o Deputado Federal Cabo Júlio, que acabou de chegar e que faz parte também da nossa Comissão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estamos falando de trinta e três carretas. A matéria especifica o prazo?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Não especifica.

Por favor, poderia passar para os Deputados. (Pausa.)

Não sei se foi o Senador Romeu Tuma que, na abertura dos trabalhos, abordou alguns aspectos, no sentido de que, obviamente, a Comissão não tem poderes para solucionar definitivamente o problema, com a rapidez que esperamos. Entretanto, ela tem poderes para recomendar e encaminhar as questões policiais para a Polícia e as questões legislativas no tocante à legislação e à fiscalização.

Se possível, eu gostaria de dar uma sugestão. A Deputada Telma de Souza conhece bastante bem os problemas que cercam a Agência Nacional de Petróleo com relação à fiscalização dos postos de gasolina e das distribuidoras de combustível. Infelizmente, a Agência Nacional de Petróleo não tem o número de fiscais mínimo, necessário e suficiente para fiscalizar como deveria os postos e as distribuidoras.

Então, faço uma solicitação para que também as Secretarias Estaduais de Fazenda procedessem com mais intensidade a fiscalização dos postos de gasolina e das distribuidoras, porque também é um problema de receita estadual, principalmente no que tange ao ICMS. As Secretarias de Fazenda podem e devem intensificar as fiscalizações, porque, por meio do livro de movimentação de combustíveis, que é utilizado obrigatoriamente dentro de cada posto e revendedor, são feitos o controle e o acompanhamento dos volumes comercializados diariamente nos postos. Desse modo, pode-se ter uma fiscalização em que se confrontam os encerrantes das bombas que revendem combustíveis. Esses encerrantes são muito parecidos com o hodômetro do veículo. Esses hodômetros são lançados diariamente nesses livros. Assim é muito fácil se constatar se no tanque há produto a mais de notas fiscais. É muito fácil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É controle simples de estoque.

O SR JOSÉ CAMARGO HERNANDES – É controle muito simples, que policiaria e acabaria com o problema da receptação do produto roubado. Se não houver receptador há quem roube carga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sem dúvida, é o grande responsável pelo roubo de carga no Brasil.

Permita-me fazer uma pergunta: você conhece a Petroforte?

O SR JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ela opera aqui?

O SR JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Opera, sim senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Petroforte é uma das maiores envolvidas em roubo de carga no Brasil, com o seu proprietário Ari Natalino, que será indiciado. Já conseguimos prendê-lo, mas ele consegue sair sempre. Ele é da região de Campinas.

O SR JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Um detalhe, Srs. Deputados: a Deputada inclusive esteve conosco em uma audiência pública memorável há dois anos, quando conseguimos, através do Legislativo nacional, principalmente da Câmara dos Deputados, reverter uma situação iminente, que era a verticalização do setor, ou seja, a permissão para que as distribuidoras operassem diretamente os postos de gasolina.

Graças à ação da Câmara dos Deputados, principalmente naquela audiência pública em que vários representantes de todos os Partidos foram unânimes em rejeitar e rechaçar aquela proposta praticamente imposta pelo David Zylbersztain, à época Diretor Geral da ANP, conseguimos, através dos senhores parlamentares, inverter e manter 28 mil pequenas empresas e negócios que hoje são responsáveis por mais de 280 mil empregos diretos em nosso País.

Infelizmente, algumas distribuidoras de pequeno porte, dentre elas, a Petroforte, conseguem operar postos diretamente. Ela está envolvida em várias denúncias na região de Campinas, inclusive de não-cumprimento de legislação trabalhista. Infelizmente esse é um exemplo clássico...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Ari Natalino tem todo tipo de ilegalidade. São 300 empresas em nome de fantasma. Alguns são fantasmas mesmo, mortos há quarenta anos, e são sócios dele. Isso começou a ser levantado na CPI do Narcotráfico e nós continuamos. Está muito claro, o indiciamento dele mais uma vez será proposto e dependerá muito do Poder Judiciário. A nossa parte vamos cumprir.

Você pode seguir...

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Estou à disposição dos senhores para alguma outra pergunta. Quanto à parte da explanação, espero ter deixado claro que infelizmente acabamos, 90% a 95% de revendedores que pretendem trabalhar corretamente, sendo vítimas desses 5% ou menos que trabalham na ilegalidade e acabam levando a imagem de toda a categoria a uma situação de desrespeito ao consumidor e à legislação em vigor.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – Quero referendar algo que já foi dito no início, mas vale a pena reprisar, até por algumas declarações publicadas hoje no jornal **A Tribuna**.

Esta Comissão trabalha há dois anos e meio. Ela já esteve no Maranhão, em Pernambuco, em São Paulo, no Espírito Santo, em Santa Catarina. No Estado de São Paulo já esteve por duas vezes na capital; em Campinas; agora, em Santos e em Porto Alegre. Ela tem descoberto os mais inusitados tipos de roubo e a existência articulada não só de roubos que incidem basicamente sobre utensílios domésticos, remédios, armas, mas uma ação de receptação extremamente bem organizada que se localizava até três ou quatro anos na Região Sudeste e migrou agora para o Nordeste.

É uma ação complexa para esta Comissão atingir seus objetivos e seus alvos. Assim, veio a sua contribuição, que já está sendo grande. Gostaria que o senhor, independentemente da questão do combustível – que lhe diz respeito mais de perto por ser o representante da Resan -, desse-nos uma radiografia do seu ponto de vista, aproveitando seu depoimento. Como o senhor vê a questão do roubo de cargas envolvendo a nossa região, particularmente o porto? Temos casos de sumiço, quase que por ação de varinha mágica – é preciso que o Deputado Cabo Júlio saiba –, de 100 contêineres de um dia para outro, sem deixar rastros, vestígios. Evaporaram no ar. Há, ainda, outros desdobramentos.

Gostaria que, se for possível, o senhor nos dê uma radiografia do seu ponto de vista, não exclusivamente sobre combustíveis, mas da situação como um todo. A questão do transporte rodoviário é uma das facetas sobre a qual há a incidência gravíssima de roubos. Falo da segurança do próprio caminhoneiro.

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Perfeitamente, Deputada.

Particularmente, meus dois postos de gasolina vendem 80% de óleo diesel, ou seja, são consideramos postos de caminhoneiros. Um deles, inclusive, fica às margens da Via Anchieta, em um trecho de baixada, há 3 km de onde se inicia a viagem pela Via Anchieta.

Meu pai, que me antecedeu, está no ramo desde 1964. Temos muita relação, muito conhecimento, com as grandes empresas de transporte e com muitos caminhoneiros autônomos. O posto de caminhoneiro tem uma relação muito próxima com as empresas e com os carreteiros autônomos. Infelizmente, constatamos, como disse o Heraldo anteriormente, que hoje em dia nem o serviço de segurança com escolta consegue minimizar o problema do roubo de cargas.

Temos conhecimento, por meio de empresas de transportes que são nossas clientes, de que na Baixada um outro item é muito procurado: carne para exportação. Esse produto também tem um grande índice de desvio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Carne?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Carne para exportação. Falo de contêineres frigorificados que vêm dos frigoríficos localizados nos Estados do Mato Grosso, de Goiás e até do Pará. A grande maioria sai pelo Porto de Santos. Ouvimos dizer, não é Heraldo – são os comentários da "Rádio Peão" -, que, como V. Exª mesma falou, as portas dos contêineres são abertas sem se mexerem nos lacres e a carga some. Quando o contêiner chega ao destino, na Europa, e o importador vai abrir para a fiscalização da saúde pública, constata que dentro há sacos de areia, tijolos, obviamente para mascarar o peso. Temos essas notícias a respeito de um produto que é muito procurado.

Temos notícias, que correm entrem os motoristas, a respeito dos postos de gasolina localizados ao longo das rodovias. Estes deveriam ser postos de "apoio" aos motoristas. Fazemos todo o possível nesse sentido. Falarei do meu caso em particular – não gosto muito de usar o meu exemplo, mas servirá para ilustrar. Tenho um serviço de vigilância própria, particular, contratado 24 horas. São vigilantes armados para dar segurança ao posto e, também, aos caminhoneiros. Infelizmente, já fomos vítimas de vários assaltos. O vigilante armado, hoje, é fonte de fornecimento de munição e arma. Eles chegam em um número de seis a oito pessoas e dominam a situação. Além de assaltar o vigilante, assaltam o posto. Infelizmente, tivemos vários casos de motoristas que foram assaltados dentro do posto, não só do meu, mas de vários postos da região, e que são levados. O motorista está dormindo na cabine do caminhão, bate um cidadão lá na janela e o pega desprevenidamente. Às vezes, estão 30, 40, 50 caminhões estacionados no posto, e não há como controlar.

Então, faz-se necessária a presença mais constante da Polícia Rodoviária não só ao longo das rodovias. E aqui vai uma sugestão: que ela passasse a adentrar nos postos, passando pelo pátio do estacionamento. Ela perderá ali dois, três, cinco minutos, no máximo, para dar uma circulada dentro do pátio de estacionamento. Obviamente, isso seria feito de uma maneira ostensiva. É aquele velho policiamento ostensivo preventivo que, com certeza, trará alguma maior segurança aos caminhoneiros.

São esses detalhes que, infelizmente, acontecem também nos postos de gasolina que acabam propiciando, em face da concentração de caminhoneiros, um aumento da ação dos marginais.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – Cabo Júlio, deseja fazer alguma questão?

O SR. CABO JÚLIO – Não, está bom.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – O senhor teria mais algum comentário de livre vontade que pudesse enriquecer a nossa discussão?

O SR. JOSÉ CAMARGO HERNANDES – Não. Só gostaria de agradecer à Comissão, parabenizar e dizer que não só a Baixada Santista, mas, com certeza, toda a população brasileira espera que Deus os ilumine a todos para que os senhores tenham força, saúde e, principalmente, a força política para levar esse trabalho à frente e trazer conseqüências, resultados positivos para toda a sociedade brasileira. Muito obrigado!

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – Agradeço o seu depoimento. Gostaria de informar ao Plenário que vamos fazer uma pausa de uma hora e teremos, no período da tarde, os seguintes depoimentos: Dr. Marcelo Marcos da Rocha, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista; em seguida, Dr. Flávio Benatti, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo; tentamos contar com a presença do Sr. Humberto Verde Cana, que é justamente a pessoa envolvida com esse roubo de um milhão e duzentos mil litros de álcool, da Ilha Barnabé, o qual não estamos conseguindo localizar.

Por outro lado, gostaria de sugerir ao nosso Secretário, Dr. Naurides, o convite a um representante da Guarda Portuária, da Rio-Cubatão, Santos Brasil e Libra; depois, os terminais retroportuários, que são: Denkmar, Edimarco e a Transportadora Transcaro.

O Sr. Everandy Cirino dos Santos não mais é Presidente da Intersindical. Fez-se uma substituição e seu representante, agora, é o companheiro Guilherme, que é representante dos guindasteiros. Ele, ago-

ra, assume a Presidência Intersidical Portuária. Tenho certeza de que ele virá prestar depoimento, até porque o Sr. Everandy deu declarações aos jornais não condizentes com o espírito e os objetivos desta Comissão, mas, até por correção, ele não é mais o Presidente. O companheiro Guilherme é o atual Presidente, que gostaria que fosse chamado pelo Dr. Naurides ainda para o dia de hoje.

Suspenderei a sessão por uma hora, como disse, e convido os Deputados Federais a receberem o Senador Romeu Tuma, que está fazendo o programa **Opinião** na TV-Mar, por isso se ausentou, já deve estar voltando, para comermos o famoso pastel e sanduíches do **Carioca,** o mais típico da nossa cidade, para que não nos afastarmos muito do recinto da Câmara, com o prejuízo de alguns quilos, alguns gramas de calorias, algumas gordurinhas a mais. Então, dentro de uma hora, às duas horas precisamente, estaremos neste recinto. Convido todos a voltarem para os próximos depoimentos. Muito obrigada.

(Suspende-se a reunião)

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – Dando início a segunda parte da nossa reunião, gostaria de declinar a presença de pessoas que já passaram pelo nosso Plenário e das que já estão presentes.

Esteve entre nós o Vereador Ademir Pestana, da Câmara de Santos, o Dr. José Paulo Espanha, Delegado da Polícia Civil, a Vereadora Sandra Arantes do Nascimento Felinto, também da Câmara de Santos, o Vereador Antônio Carlos Banha Joaquim, o Dr. Jader Saad, Delegado da Polícia Federal, o Delegado Moisés Eduardo Ferreira, também da Polícia Federal, o Sr. José Camargo Hernandes, Presidente do Comércio do Sindicato do Varejista de Derivados de Petróleo, Lava-Rápidos e Estacionamentos de Santos e Região, o Presidente da Câmara, Vereador José Antônio Marques de Almeida, o Vereador Carlos Eduardo Odegas, representando o Prefeito Beto Mansur, a Vereadora Cassandra Maroni Nunes, o Vereador Manoel Constantino dos Santos e o Sr. Marcelo Marques da Rocha, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Litoral Paulista.

O Senador Romeu Tuma foi fazer um programa de televisão, exatamente o programa **Opinião**, foi almoçar e daqui a pouco estará entre nós. Estou acompanhada pelo Relator da Comissão, Deputado Oscar Andrade, e também pelo Deputado Cabo Júlio, a quem eu pediria tivesse assento à Mesa.

O primeiro depoente desta tarde será o Sr. Guilherme do Amaral Távora, representando a Intersindical Portuária de Santos, e em seguida teremos os depoimentos do Dr. Marcelo Marques da Rocha e o Dr. Flávio Benatti, que, já tendo respondido e feito os seus depoimentos em outra oportunidade, farão um breve relato. Agradecemos a presença de todos.

Estamos aguardando a presença de um representante da Guarda Portuária. E eu quero declinar entre a presença do Tenente Inchauski, que representa o Comandante da região, Takami Misutami – eu quero agradecer a presença do Tenente.

Então, pediria que se assentasse para a gravação o Sr. Guilherme de Amaral Távora, Presidente do Sindicato dos Vidraceiros, representando a Intersindical Portuária de Santos.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Parece que algumas pessoas que nós iríamos ouvir nesta tarde se ausentaram da cidade justamente para não serem ouvidas. Queria adiantar para essas pessoas que estamos convidando. A partir desta ausência, estaremos convocando para prestar esclarecimentos na CPI em Brasília, até, se necessário for, coercitivamente. Então, se alguém ouviu alguma coisa na CPI durante a manhã e premeditadamente preferiu se ausentar, não há problema, a Polícia Federal vai atrás e nós vamos ouvir nem que seja a força lá em Brasília. É só deixar esclarecido que não adianta, porque aqui na cidade há umas coisas que precisam e que serão, certamente, esclarecidas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – Pois não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É muito oportuna a intervenção do Deputado Cabo Júlio. Quero fazer minhas as suas palavras, Deputado. Vou citar, muito especialmente, o nome das empresas, em função de relatos que já tivemos aqui e de histórias mal contadas.

Como a coisa não chega de forma oficial, precisamos convidar. Tenho certeza de que todos queremos resolver o problema, o exagero, do roubo de carga. Ficamos meio estarrecidos com as coisas que já ouvimos aqui e com informações que nos chegaram pela imprensa e por outras pessoas.

Procuramos fazer contato telefônico – hoje é uma quinta-feira, dia em que todos trabalham, mesmo que morem fora; sabemos que todos vão embora na sexta – e entramos em contato com a Libra, do Terminal 37, onde há histórias de sumiço de oitenta contêineres. Realmente, precisamos saber até que ponto isso é verdade. Qual o número? Onde está a ocorrência? Onde há o envolvimento da polícia, dos agentes e dos responsáve-

is por isso? Da Santos Brasil, Tecon; da Rio/Cubatão, Cosipa; da Denkmar e Edimarco, que são os terminais retroportuários alfandegários, e da Transcaro, ou Isoholding, que talvez seja o novo nome dessa empresa. Tentamos entrar em contato e, coincidentemente, em todas, não há ninguém ou já viajou, o que estamos considerando muito estranho.

Então, Sr. Presidente, requeiro que sejam convocadas para quarta-feira próxima, em Brasília. Tenho certeza que todos têm condições de ir a Brasília e não haverá motivo para negar.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – A Presidente acata o encaminhamento do Deputado Cabo Júlio e também as prerrogativas do Deputado Oscar Andrade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Gostaria de salientar, Srª Presidente, que teremos amanhã o dia todo e hoje à tarde. Isso será noticiado e a imprensa poderia até nos ajudar. Qualquer um que se fizer presente será muito importante, inclusive para manter o nome da empresa, da instituição pela qual responde em condições absolutamente favoráveis.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – É bom esclarecer que as pessoas que estão sendo convidadas, ou convocadas num segundo momento, não estão sendo, absolutamente, acusadas de nada. Elas apenas detêm informações que poderão nos auxiliar, e muito, no encaminhamento das questões que precisamos resolver ou pelo menos minimizar no nosso País.

É uma Comissão de difícil atuação, que já funciona, há dois anos e meio, pelo menos, o que é sempre bom insistir. Assim dou um relato, inclusive, para o Sr. Guilherme do Amaral Távora. Ela já foi a diversos Estados do Brasil, já esteve no Maranhão, em Pernambuco, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, já esteve por duas vezes no Estado de São Paulo, na capital, em Campinas e agora em Santos.

Quero dizer que, apesar da difícil atuação da Comissão, no sentido das interfaces que o problema traz à tona, ela já efetuou inclusive algumas prisões. Então, é preciso que saibamos que não estamos lidando com pouca coisa. Somos uma zona portuária, sujeita a uma série de situações imprevisíveis, mas algumas previsíveis, e não podemos, enquanto representantes da comunidade, com mandatos públicos, fazer vistas grossas ao que acontece.

Sei que o jornal **A Tribuna** está aqui, o jornal **Espaço Aberto**, possivelmente outros jornais, as rádios e as televisões já estiveram pela manhã. Essas empresas foram nominadas, pela manhã, por suas ações e pelo número de problemas que acontecem, à revelia dos seus proprietários. Queremos ajudar no sentido de que essas questões sejam efetivamente esclarecidas. É esse o apelo, neste momento, da Presidente da Comissão.

Daqui a pouco, tenho certeza que o Senador Romeu Tuma estará aqui, exercendo sua função de Presidente. Insisto que é uma comissão mista, formada de Senadores e Deputados Federais, e penso que esse apelo através da imprensa surtirá bastante efeito.

Antes de passar a palavra...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Deputada Telma de Souza, também gostaria de incluir o responsável pela autoridade portuária, que também está sendo procurado, e não se consegue achar. É uma coincidência lamentável, e quero crer que é coincidência. Insistentemente nossos assessores estão ligando e não se encontra ninguém. É muito esquisito isso.

A SRª PRESIDENTE (Telma de Souza) – O Deputado Cabo Júlio é de Minas Gerais, portanto não tem praia nem mar. A autoridade portuária em Santos é um conselho tripartite, formado por empresários, por sindicalistas e pelo Poder Público nos três níveis – municipal, estadual e federal. Compete à direção *(falha na gravação)* o voto não seja exclusivamente de uma pessoa.

Então, assim falando, já cedo meu lugar, com prazer, ao Senador Romeu Tuma, que espero tenha feito um bom programa de televisão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de, pela ordem, concluir nominando as pessoas. O Diretor de Assuntos Corporativos da Santos Brasil, Dr. João Artur Pereira, já entrou em contato e *(falha na gravação)* ficou de vir amanhã, na parte da manhã, a quem agradecemos. Do Grupo Libra, com o Sr. Mauro Salgado, que é o Diretor-Superintendente, não conseguimos contato, nenhum secretário, nenhum assessor consegue informar. Da Rio-Cubatão, Liberato Carione, com o qual também não conseguimos nenhum contato, nem com assessor, nem com a secretária, não se consegue encontrá-lo. Da Denkmar, Adinir Faria, da Edimarco, Edison Antônio Cazoti, da Transcaro, Sr. Carmelindo, e o Superintendente da Guarda Portuária também. Todos esses estamos tentando encontrar. *(Falha na gravação)* Coronel Luís Carlos Afonso. Infelizmente não conseguimos falar com nenhum ainda, nem através de assessores, nem de secretários.

Espero que, como o Sr. João Artur Pereira já se posicionou, os outros também, por favor, façam isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é o Dr. Guilherme do Amaral Távora, Secretário-Geral da Intersindical Portuária do Estado de São Paulo? O senhor poderia cooperar com esta Comissão, esclarecendo fatos que possam levar à responsabilidade desse aumento e crescimento do roubo de cargas? O senhor tem a palavra, por favor, para, em princípio, explicar aquilo que é do seu conhecimento.

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Uma boa tarde aos companheiros que presidem a Mesa, boa tarde aos companheiros do plenário.

Na realidade, Senador Romeu Tuma, a nossa presença neste plenário da Câmara, em nome dos trabalhadores congregados à Intersindical Portuária é para, na realidade, enaltecer o trabalho que vem sendo executado por esta CPI, porque tenho certeza de que o companheiro Heraldo Gomes Andrade, que é presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos (Sindicam), o sindicato dos caminhoneiros, de manhã já deve ter dado todas as informações.

Mas aqui, em nome dos trabalhadores, gostaríamos que não fosse esquecida na discussão – e até na resolução final dessa CPI – a necessidade que temos no porto da presença da Guarda Portuária, porque quando se coloca... Eu, escutando as palavras do Deputado que me antecedeu... É uma Guarda Portuária que era subordinada à administração portuária e hoje ela simplesmente está sendo isolada dentro de terminais, porque o operador portuário hoje... Após essa privatização, eles, dentro dos terminais, se acham donos, põem inclusive uma guarda, que é uma guarda particular, quer dizer, é uma guarda...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o sistema de segurança que funciona hoje no porto? Porque as concessões foram por concorrência pública. Cada segmento empresarial que tem o seu armazém tem uma segurança privada, há alguma segurança que toma conta de todo o porto ou a Polícia Militar faz esse trabalho ostensivo?

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Na realidade, Senador, nos locais públicos ainda continua a Guarda Portuária, subordinada à Codesp, que é a autoridade portuária.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Dentro dos terminais, não. A Guarda Portuária não funciona dentro dos terminais. Na realidade, não teria muito mais a colocar, Senador, mas não poderia deixar passar a oportunidade de colocar a importância da Guarda Portuária nesse processo. Na realidade, eu não teria mais nada a acrescentar, só que, em nome dos trabalhadores da área portuária, a qual represento como intersindical portuária, colocamo-nos à disposição da CPI, na medida do possível, para colaborar para que esta CPI alcance um bom êxito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe-me entender bem. O apelo do senhor é para que se reestruture a guarda portuária, é isso?

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – É, que se garanta o direito a esses trabalhadores que são os guardas portuários antigos, que já vêm de muito tempo. E hoje, simplesmente, não estão sendo tratados com o devido respeito que merecem esses trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Provavelmente, a Deputada Telma...

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não. Tem V. Exª a palavra.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Eu mesma fiz um projeto, em Brasília, para a recuperação da estruturação pública da Guarda Portuária. Atualmente ela não é mais uma carreira nem uma categoria, pelo desmonte que houve do funcionalismo público federal, estadual e, por vezes, até nos municípios. O que houve foi uma diminuição nos postos da Guarda Portuária pública e, em contrapartida, com as privatizações, os terminais alfandegários, os trás – termo que chamamos –, os pequenos portos que nem sempre foram por concorrência, às vezes, por tomada de preço. Aliás, a cidade também debate sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Algum dia se saberá a verdade.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Sim, e a CPI dos Portos está aguardando vez. Na verdade, o que aconteceu é que há outra linha no sentido da segurança, que é a segurança privada. Houve uma terceirização do setor. Evidentemente, como a questão não é pública, há outro tipo de referencial em relação à questão do cais público, daí a necessidade de pensarmos num modelo de gerenciamento desse porto, uma discussão sobre a regionalização e diversos fatos que ocorrem quando não se tem, com clareza, o modelo administrativo e econômico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos dar todo apoio à iniciativa da Deputada Telma a esse respeito, por S. Exª ser profunda conhecedora da situ-

ação. A CPMI, sem dúvida, terá como meta os objetivos já estabelecidos pela Deputada. O senhor... Ele chegou a depor?

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Vou começar agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem conhecimento de sumiço de mercadorias, desvios, contêineres vazios, uma série de fatos que foram descritos pelo seu antecessor, o Presidente Heraldo? Se o senhor tem algum conhecimento de fatos que possam nos ajudar, de ocorrências dentro do porto com respeito...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, deixe-me completar essa pergunta, se V. Exª me permite. O senhor preside a Intersindical, é isso?

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – São 19 sindicatos?

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Congregados sob sua presidência?

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que já ouvimos aqui, nessa manhã de quinta-feira, é realmente estarrecedor, quer dizer, somem 80, 100 contêineres de uma, 40 de outra. E as informações ainda são muito soltas. Em função desse cargo que você ocupa e dessa relação direta com os trabalhadores, que informações você tem? O que você acha que está acontecendo? Como funciona isso? Também a questão de 1 milhão e 200 mil litros de álcool que somem como se tivessem evaporado?

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Na realidade...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É lógico que teremos toda a responsabilidade com a sua segurança. Se houver algum risco a sua integridade física, proponho, Sr. Presidente, até que façamos uma sessão secreta, se necessário for, ou informalmente, depois, se você quiser conversar. O fato é que já temos o fio da meada. Precisamos puxá-lo para chegarmos a bom termo.

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Na realidade, Deputado, assumi agora a presidência da Intersindical... Presidência, não, é uma Secretaria Geral, é a figura maior da Intersindical Portuária. Assumi não faz nenhum mês ainda, mas tenho certeza de que as informações dadas pelo companheiro Heraldo, que também faz parte da Intersindical, Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros...

Em linhas gerais, é uma categoria que está mais prejudicada com respeito a roubos de carga e tal. Eu, com certeza, não seria a pessoa, até porque assumi agora. Eu era participante da Intersindical Portuária, mas sem ocupar cargo na direção, somente agora que fazemos parte dela.

Este é o recado que gostaríamos de deixar aqui: que a Intersindical se coloca à disposição e deseja o sucesso maior a esta CPI.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas antes de assumir a Presidência da Intersindical, o senhor deve ter sido presidente de um dos 19 sindicatos.

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Sim. Faço parte.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual é o sindicato?

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Sindicato dos Operadores de Guindastes e Empilhadeiras do Porto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que deve ajudar a sumir 40, 50, 80 contêineres porque não se pega com a mão para colocar em cima do caminhão. Acho que vamos chegar é por aí, será que não?

São os guindastes que movimentam os contêineres, não é?

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Sinceramente, não posso...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também sou de Minas, não entendo muito desse negócio de porto.

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Até porque, só para esclarecer, com respeito a descarga e embarque de contêineres, isso tudo é feito em terminal. V. Exª nominou uma série de operadoras. São terminais privativos a que não temos acesso. O cais público hoje, na realidade, trabalha com granel, líquido. O contêiner, que era o grosso do cais público, já não existe mais. Está tudo em terminal privativo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que já está privatizado.

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Todos eles: Santos Brasil, Libra, Terminal *(falha na gravação)*, a que nem acesso temos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os um milhão e duzentos mil litros de álcool estavam...

A SR.ª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Na Ilha Barnabé.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na Codesp?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Deputada tem conhecimento, há algum tempo, desse fato e me parece que tínhamos até pedido para vir depor o dono, que parece que está sob ameaça, e temos de procurar as garantias.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Sr. Humberto Verde Cana.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não foi possível entrar em contato com ele? Não o achou?

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Não, até agora não. Até amanhã, temos tempo. Mas eu queria fazer um comentário para o Sr. Guilherme.

Pela manhã, o arrazoado de informações que tivemos é mais ou menos o seguinte: temos lacunas de fiscalização no nosso porto. Também se falou da questão do roubo de cargas nas rodovias, do roubo de combustíveis, pelo depoimento do Sr. José Hernandes, Presidente do Resan, e, principalmente, de questões mais específicas do Porto de Santos, onde temos tido o problema dos contêineres. Uma vez que essa questão é internacional, eles não possam ser violados, embora um agente de seguradora tenha nos dito, em outra oportunidade, que há pelo menos oito maneiras diferentes de se violar um contêiner sem se quebrar o lacre.

Em função de toda essa situação – sei que a sua parte é o setor de empilhadeiras, profissionalmente falando -, uma vez que somos de Santos, temos muitas notícias pelos jornais, pela televisão, e uma Comissão, Sr. Guilherme, com uma difícil atuação porque é um pouco o desdobramento da Comissão das Drogas e do Narcotráfico, há interferências múltiplas. Temos informações oficiosas de que nos contêineres, por vezes, haveria armas, remédios, utilidades domésticas de maneira geral e principalmente drogas. É evidente que existe um cuidado no tipo de depoimento, até porque essas interfaces são extraordinariamente intrincadas.

Por outro tipo de averiguação, particularmente antes de a Comissão se deslocar para Pernambuco, soube-se desde o roubo a combinações com algumas organizações e empresas de seguros, a receptação da carga roubada, a revenda, a estocagem e, principalmente os grupos que se formam em torno de pelo menos quatro atividades. Descobriu-se pela Comissão que cada grupo tinha uma organização particular. Havia o grupo que formava a parte do roubo propriamente dito, o grupo que cuidava da estocagem, o grupo que cuidava da revenda e o grupo que cuidava, principalmente, das interfaces entre as três.

Como houve um poder de polícia mais forte na Região Sudeste, esta organização tendeu a deslocar-se para o Nordeste. Essa informação eu dou pelos depoimentos que ouvimos, enfim, pois são dois anos e meio de Comissão.

Então, em função de todas essas delicadezas, mais as necessidades que temos para buscar novas informações, gostaria que o senhor nos desse, a exemplo do que o Sr. Heraldo fez e o Sr. José Hernandes também, uma radiografia das possibilidades positivas e negativas que temos no porto e, talvez, alguma linha de conduta. Acredito que uma já tenha sido apontada, qual seja, a revitalização da guarda portuária, seja ela de que espécie for. Acredito que se for pública, ela terá outro tipo de referendo e de retaguarda do ponto de vista do poder.

Eu gostaria, até para deixá-lo mais à vontade, que o senhor pudesse nos esclarecer este tipo de ação. O senhor é um homem que trabalha no porto há pelo menos duas ou três décadas e já deve ter visto e esquecido coisas, mas algumas serão relevantes para que possamos aprofundar a nossa discussão e, principalmente, a busca de pessoas que possam nos dar mais informações.

Não sei se me expressei bem, pois o senhor não estava aqui no período da manhã.

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Foi bem colocado, Deputada Telma. O que existe, veja bem, é que, após a implantação da Lei nº 8.630, com a passagem dos trabalhadores para avulso, para dentro do órgão, com a privatização, hoje, na realidade, por exemplo, com o container – eu posso falar mais do container, porque é onde a nossa categoria opera –, todos esses trabalhadores dentro desses terminais não são avulsos. Na verdade, são todos vinculados, são todos CLT. Dentro de cada empresa há um número razoável de trabalhadores. Na realidade, exercer a presidência de um sindicato, hoje, basicamente, Deputada Telma, se resume a tentar – o que foi um outro complicador para nós, trabalhadores – garantir o mercado de trabalho desses trabalhadores.

Com a implantação da Lei nº 8.630, existe, por parte de uma série de trabalhadores e mais ainda dentro dos terminais, a ocupação de pessoal que não cadastra o registro no órgão. A nós, dirigentes sindicais, compete...

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Um momentinho, Sr. Guilherme, pois o Deputado Robson

Tuma se junta a nós. É um prazer recebê-lo em minha cidade.

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Então, Deputada Telma, como direção sindical, na realidade, o nosso foco hoje é o mercado de trabalho. A realidade é essa. Ou você se preocupa com o mercado de trabalho da sua categoria ou então você perderá esse mercado. Aí a coisa fica pior. Como não temos uma atuação maior dentro de um terminal, não há como, não sei de que forma poderíamos ajudar no encaminhamento desta questão. Realmente, hoje, a maior preocupação do dirigente sindical é a questão do mercado de trabalho. Não se pode descuidar, porque, se você descuida, o terminal contrata trabalhadores de fora do sistema e a coisa complica mais ainda.

Na realidade, lamentamos não poder, com mais profundidade, dar alguma linha. A linha que sabemos que tem de ser colocada é a da guarda portuária. Ela fazia um grande trabalho, e hoje ela está sendo alijada do mercado. Na realidade é isso. Mais do que isso não temos como ajudar.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Eu não sei se o Deputado Oscar tem alguma questão a fazer.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Acredito que não. Ele foi claro e as informações são coincidentes com tudo. Na verdade, Deputada, reafirmo em público o que disse antes: a CPI deveria ter vindo antes em Santos. Talvez tenhamos de vir mais, em função das informações que temos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Relator, eu gostaria de saber se dá para suspender por uns cinco minutos a reunião, porque o Dr. Jader, Delegado Federal, acabou de apreender um **container** saindo do porto como vazio, e tem 20 compressores dentro. Ele está fazendo pressão para irmos até lá, para ele nos descrever...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – – Poderemos ir, Sr. Presidente, agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Poderemos ir lá agora?

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – – Eu poderia dar uma sugestão muito rápida, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não. É porque ele tem que tirar uma...

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Eu gostaria de saber o seguinte: o Sr. Deputado Cabo Júlio queria formular uma questão. Talvez encerrássemos o depoimento do Sr. Guilherme, fechando, e depois chegaríamos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá para esperar um pouquinho? A mercadoria, para essa empresa, está sem nota e como se vazio fosse o **container**. É importante que a Comissão acompanhe.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Por favor, é porque eu estava conduzindo o debate.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma rápida pergunta para o Sr. Guilherme.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Sr. Guilherme, sabemos que o senhor assumiu a Presidência da Intersindical há um mês, como o senhor disse. O senhor é do ramo! E como a Deputada disse, há duas ou três décadas.

Eu confesso ao senhor que fiquei abismado com o que estou ouvindo aqui, a exemplo do que foi dito sobre quando um container some, que ele é aberto sem tirar o lacre. Tem alguma coisa errada acontecendo. Isso é óbvio e evidente.

Eu queria perguntar ao senhor: com a experiência que o senhor tem no ramo, a CPI pode sair daqui da cidade com a certeza de que existe uma máfia, no porto, que envolve "n" pessoas, ou "n" tipos de pessoas agindo hoje no porto?

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Olha, eu vou lhe dar um exemplo prático e daí V. Exª tira a sua...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Eu queria que o senhor dissesse sim ou não. Tem ou não tem.

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Acho que não.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, como um container some? Não tem.

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Eu iria lhe dar um exemplo. V. Exª conhece uma empilhadeira estática? Talvez conheça. Uma empilhadeira com capacidade para containeres de 40 toneladas. É normal uma empilhadeira dessa tombar dentro de um terminal e fora do terminal ninguém ter conhecimento disso?

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então tem alguma coisa errada. É isso que eu perguntei para o senhor.

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Aí é o que eu coloco: dentro de um terminal.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Nós estamos, aqui, para puxar uma meada. É óbvio e evidente que alguma coisa errada tem, e muito errada! Porque senão, não aconteceria esse caso que o senhor está descrevendo; não aconteceria esse caso da apreensão de hoje. Tem algo errado.

Creio que há, por parte de vários setores – isso é normal –, um medo, porque estamos mexendo não é com pouca coisa, mas com muita coisa. Agora, cada setor – o senhor, no seu setor, e os outros que irão depor aqui – é importante, nesse contexto, para se puxar esse fio da meada. E é importante, muitas vezes, a conversa informal com a CPI.

Serei sincero com o senhor: eu me assusto quando o senhor diz que não tem, que não! E é óbvio que tem. Há algo errado, e muito errado, acontecendo nesse porto.

Sabemos que existem, como a Deputada disse, algumas partes que foram privatizadas e que talvez não tenham tanto acesso. Aí envolvem essas empresas. A parte pública, que o senhor disse que mexe mais com grãos. Mas há alguma coisa errada – e muito errada – acontecendo. Isso é notório. Só que ninguém tem coragem de mostrar. É preciso acontecer casos como esses de hoje para se mostrar que existe. E a coisa é séria, porque a CPI não iria sair de Brasília para cá em escolha aleatória.

Isso envolve e prejudica os trabalhadores. A guarda portuária – como o senhor disse, pelo que eu entendi – está sendo alijada do processo justamente para facilitar. Então, tudo isso tem a ver.

Agora, saio daqui com a convicção de que há uma quadrilha agindo. Mas há. Tem que haver. De uma forma ou de outra. Porque não somem 80, ou acontece isso ou aquilo.

Estou vendo o doutor balançar a cabeça assim: não tem. Tem que ter! Container não é algo que dois homens pegam, colocam nas costas e saem andando pelo meio. Há alguma coisa errada acontecendo.

O senhor, como os outros, tem suma importância para, formal ou informalmente, darem-nos algumas informações. Pode não ser importante para o senhor, mas em um grande contexto da CPI é muito importante!

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Gostaria que o senhor pudesse arrematar, porque estamos sendo chamados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele não precisa sair. Espera um pouquinho.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – – Não, porque talvez ele fosse liberado. V. Exª é quem sabe.

O senhor queria arrematar a sua fala então?

O SR. GUILHERME DO AMARAL TÁVORA – Não. O que eu gostaria de colocar é que, em nome – e reafirmo isso – dos trabalhadores representados pela Intersindical, continuamos à disposição da CPI para quaisquer outros esclarecimentos.

Muito obrigado pela atenção de todos.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Queria fazer uma ressalva antes de o Senador levantar esta reunião. Tenho impressão, para não causar nenhum tipo de controvérsia desnecessária, de que o Deputado Cabo Júlio tentou dizer, Dr. Jader, é que há um setor organizado agindo. Então o tamanho, se é ou não possível, isso vai depender de averiguações. Penso que foi muito enfática a afirmação, daí o Dr. Jader já ter sentido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, o microfone.

O SR. JADER SAAD – Não digo que não há criminalidade aqui; existe, é lógico, e existe em todo o Brasil, existe no mundo todo, mas o que não há é essa rede que se imagina de corrupção ou uma quadrilha formada para fazer todos esses crimes continuados. Não, existe um grupo que, por exemplo – esse caso de hoje é de uma empresa que tentou tirar um container, uma outra empresa tenta mais dois containeres; mas que aqui... São conjuntos de pessoas, você entendeu? É que eles querem dar uma conotação de que existe uma quadrilha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que S. Exª quis dizer é que o crime está lá, podem ser vários grupos. Queria até fazer um lembrete: você participou comigo, o Carbone e todos na operação "Piratas do Porto", e ficávamos dia e noite circundando, porque era permanente e havia a necessidade. Quer dizer, tiraram a guarda. É como disse o Cabo Júlio: abriram a porta para o ladrão. Então o que se diz não é uma quadrilha unificada, porque teria que estar com a direção do porto; então são vários grupos que, isoladamente, estão agindo em conjunto.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – São locais ou não, Senador, senão os santistas vão ficar apreensivos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A operação "Piratas" era constante porque o rombo era mais aberto ainda, iam dentro do porto, do navio e roubavam. Hoje não sei se isso continua acontecendo. Não havia esse negócio de nota fria para retirar o container; roubavam o container e acabou, e não davam satisfação a ninguém.

O SR. JADER SAAD – E denominavam de pirataria. Hoje, chegamos a zerar, passamos o ano quase – a Deputada sabe disso – sem nenhuma ocorrência em virtude do trabalho conjugado entre Polícia Federal, Guarda Portuária, Alfândega e o Nepon – e o senhor esteve presente na inauguração. Passamos a

fiscalizar 24 horas por dia, patrulhando o costado. Aí eles formam esses grupos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí é instrumental-fiscal, que facilita a nota fria e uma série de outras coisas.

O SR. JADER SAAD – Mesmo porque vamos ver que é falta de documentação essa apreensão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos suspender um pouquinho a reunião para irmos com o senhor até lá.

O senhor está dispensado. Se quiser ficar aqui, será um prazer.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos reabrir a reunião. Convidaria o Dr. Marcelo Marques da Rocha, se pudesse colaborar conosco, dizendo realmente qual é a situação do transporte de cargas, visto que o senhor é Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga no Litoral Paulista.

Obrigado por sua presença. Coloco os microfones à sua disposição.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, gostaria de pedir que se necessário for em alguma intervenção depois falaria...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se for conveniente, os dois já se completariam, e assim daríamos prosseguimento com os dois. O senhor, como Presidente da Federação de Empresas, envolve o sindicato, então seria conjunta, creio que ajudaria e ganharíamos tempo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Dr. Flávio queria fazer uma explicação de forma geral, como opera as coisas, para que nos inteirássemos mais. Ficaria livre, da maneira como vocês acharem melhor, para podermos entender mais o processo.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Na realidade, temos as questões de roubo de cargas no Estado de São Paulo que já são bem conhecidas dos senhores. A Federação tem procurado colaborar ao máximo com a CPI, no sentido de fornecer aos senhores tudo aquilo que conseguimos levantar. Os nossos dados são fornecidos por empresas associadas aos sindicatos, não são dados oficiais, porque não temos acesso a esses dados oficiais lamentavelmente. Então temos um trabalho permanente de levantamento na Federação, uma equipe que é administrada pelo Coronel Souza, e temos procurador colaborar o máximo com a CPI historicamente.

Especificamente em Santos, inclusive porque sou um empresário local – embora seja o Presidente da Federação, a sede da minha empresa é em Santos e a minha base de operação também, ou seja, a minha empresa trabalha basicamente com importação e exportação, e também com contêiner – podemos observar que existe alguma coisa muito bem organizada. Já aconteceu comigo, em algumas oportunidades, retirar um contêiner num determinado terminal designado, posso até citar o terminal da mesquita – se não me engano era a mesquita lemoa –, naquela ocasião, o meu cliente era Reebok, fazia importação de tênis, recebia a documentação da empresa que estava fazendo a liberação, para ir lá retirar os contêineres, porque hoje temos o sistema siscomex, que dá canal verde, amarelo, e coincidente naquele processo ele deu canal verde, então o canal verde não necessita de conferência física da mercadoria, recebi aquela documentação e mandei retirar esses contêineres no terminal. Quando fui retirar esses contêineres, para nossa surpresa, tinha havido uma falsificação de documentação e esses contêineres não existiam mais dentro do terminal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que esse canal verde foi coincidência?

O SR. FLÁVIO BENATTI – Não. É normal, não penso que tenha sido coincidência o canal verde, porque em vários outros processos existiram canais verdes, amarelos, vermelhos. Não acho que isso tenha sido uma coincidência; foi um procedimento normal.

Estou fazendo este relato para que os senhores entendam que provavelmente existe um sistema de informação muito forte das cargas que chegam e de que tipo em cada um dos terminais, porque quando não ocorre desta forma acontece de se estar retirando essa carga do terminal e já haver alguém esperando para seguir o caminhão, sabendo de que o contêiner está carregado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor entende que o caso dos dois caminhões que foram assaltados na estrada, conforme notícia de jornal de 14 de abril, foi assim, não é? Havia componentes eletrônicos com destino ao Paraguai e assaltaram na subida da serra.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Não tenho a menor dúvida de que são contêineres marcados e quem vai roubar a carga sabe o que está roubando. É previamente identificado, ou seja, sabe em que contêiner está, qual tipo de carga. Só se roubam cargas que são de fácil comercialização.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode até parecer ridícula a pergunta mas sou leigo no assunto.

A transportadora é chamada para transportar um contêiner? Não existe um manifesto, um romaneio?

O SR. FLÁVIO BENATTI – Normalmente temos os nossos clientes, que são as empresas importadoras. Então, os nossos contratos de transporte são feitos com vários importadores. Cada importador tem despachantes, empresas contratadas que tratam da liberação da mercadoria. Nós apenas somos chamados quando a mercadoria está liberada para recebermos a documentação, então nos dirigimos ao terminal para fazer o carregamento. Às vezes recebo de um mesmo cliente um lote de 30 contêineres.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas a transportadora é contratada para transportar vinte aparelhos de som ou um contêiner, sem falar o que tem dentro?

O SR. FLÁVIO BENATTI – Um contêiner discriminando o que tem lá, como aparelhos eletrônicos, produtos químicos, matéria-prima etc.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há uma informação detalhada.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Não há informação detalhada. Muitas vezes coloco do meu conhecimento que estou transportando um contêiner de número tal que diz conter determinados itens. Quando recebo a documentação, há clientes que importam componentes industriais, eletrônicos, matéria-prima para indústria química, e não especificam que tipo de produto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas quando ele sai é com algum sinal da Receita. Mesmo que seja sinal verde, ele tem alguma...

O SR. FLÁVIO BENATTI – Ele só sai de zona primária depois de ter sido liberado pela Receita.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse documento sem a descrição completa é visado pela Receita?

O SR. FLÁVIO BENATTI – A Receita foi quem liberou o produto.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Dr. Flávio, vou lhe fazer um pedido. Quanto à parte burocrática, como as guias de encaminhamento acompanham o contêiner?

O SR. FLÁVIO BENATTI – Recebemos uma documentação que se chama CI – Certificado de Importação, que já é praticamente a liberação da mercadoria. Quando chega a mercadoria na alfândega, é submetida a alguma conferência documental e ali recebe o canal verde, amarelo ou vermelho. Nós recebemos essa documentação e a nota fiscal do cliente, porque junto com a mercadoria retiramos a nota fiscal, vamos ao terminal e fazemos o carregamento. É emitido o nosso conhecimento de transporte rodoviário para fazer o transporte.

Quero dizer que quando a mercadoria entra no terminal alguém já sabe que no contêiner tal existe determinado produto, porque não acredito que na fase de documentação de despachante, Receita e transportador esteja nada marcado. Acredito que esteja marcada a mercadoria do manifesto quando ela desce no terminal para se dirigir a algum dos terminais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o contêiner deve ser acompanhado para saber qual caminhão vai carregá-lo e poder interceptá-lo.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Hoje existem os terminais privativos, que são esses que já foram elencados, que operam com vários armadores. Esse contêiner desce e vai para um desses terminais ou para um terminal retroportuário alfandegado, que é o de zona secundária. Ou então ele pode também ir para uma EAD, que é uma Estação Aduaneira do Interior, onde existe o processo de DTA, Despacho de Trânsito Aduaneiro ou DTAS, que é o Despacho de Trânsito Aduaneiro Simplificado. Esses contêineres nem esquentam aqui em Santos, nem param aqui em Santos. Decorrem no máximo 24 horas da descarga do navio até a chegada numa Estação Aduaneira do Interior, e também são roubados esses contêineres.

Pode estar se subentendendo aí que existe informação em algum momento do que está vindo dentro dos contêineres e que tipo de produto é. Se dissesse que só é roubada a mercadoria que fica nos terminais da Libra, da Mesquita, enfim; não é verdade. Também são roubadas aquelas mercadorias que não ficam em terminal algum. Ou seja, mercadorias de trânsito aduaneiro, DTAS, Despacho de Trânsito Aduaneiro Simplificado, também são roubadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que eles buscam realmente é a mercadoria do contêiner...

O SR. FLÁVIO BENATTI – A coisa é extremamente organizada, Senador. O roubo de carga, tanto em São Paulo, junto às empresas, como temos observado – e nós, da Federação, temos dado essas informações à CPI – como cá, é a mesma coisa. Existe, na realidade, uma cadeia de informação muito grande do tipo de mercadoria que chega e aquilo que interessa ao mercado, aquilo que interessa para ser roubado, para ser distribuído no mercado. Não tenho a menor dúvida disso. Não é dizer que é somente dentro dos terminais. O que acontece com o roubo de carga é realmente um grande negócio. São distribuídas pelas grandes cadeias, V. Exª sabe muito bem disso. A mer-

cadoria é roubada e é encontrada em grandes cadeias de distribuição. Realmente, é encomenda, não importa se a mercadoria é nacional, não importa se a mercadoria é estrangeira. O que existe, na realidade, é uma organização muito forte de roubo de carga neste País. Não importa se é Santos, se é Campinas, se é São Paulo. Importa que isso está acontecendo de maneira muito forte em nosso País.

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Sr. Presidente, já que estamos "dando nome aos bois", esses dois contêineres que ele tirou da Mesquita, acho que não há nada demais falar onde foram encontrados. Na mesma cadeia em que, em João Pessoa, apareceram aqueles telefones celulares, no Carrefour.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é um processo bem encaminhado.

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Acho que não é só o Porto que está interessado no roubo de carga. A indústria também está interessada, porque ela vende a mercadoria duas vezes. Com o projeto de lei do Negromonte, acho que a indústria ainda está pondo alguns empecilhos para que saia numerada a mercadoria de dentro da indústria, porque seria muito fácil localizar onde foi roubada, onde foi achada, que indústria fez aquilo e a que nota fiscal se refere.

Acho que isso não é só transportador, não é só terminal, não é só porto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só ia coibir o roubo e a sonegação fiscal.

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Sem dúvida, porque a indústria vende duas vezes uma mesma mercadoria quando ela é roubada. Existem alguns problemas sérios para serem resolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há um problema entre embarcadores e produtores, e eles não querem assumir a responsabilidade. Parece que há uma preocupação dos transportadores que são os embarcadores ou é o produtor que é o embarcador?

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Inclusive, a Federação está propondo, no antigo Irbi, na Fenaseg, que, no roubo de carga, a responsabilidade fique com o embarcador.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Esta é uma discussão antiga que vem... De que é essa responsabilidade? Porque tudo, hoje em dia, recai sobre o transportador, lamentavelmente, inclusive a conta para o transportador está ficando muito cara. Hoje, 14% do faturamento de uma empresa de transporte são para gerenciamento de risco, ou seja, são gastos com escolta, com gerenciamento via satélite...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Seguro e segurança.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Gasto com seguro e segurança. Na realidade, hoje há uma modalidade que está muito pior, inclusive pedi até ao Coronel Souza, neste quadrimestre. O que está ocorrendo? Diminuíram em 8% as ocorrências, porém, aumentou em 15% o valor da carga roubada. Tivemos agora...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estão roubando menos, mas coisas mais valiosas.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O volume caiu 8%, e o valor aumentou.

O SR. FLÁVIO BENATTI – O valor da mercadoria aumentou em 15%.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estão se aperfeiçoando.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Eles estão se aperfeiçoando. Segunda-feira, foi notícia de **Jornal Nacional**, houve uma invasão numa empresa em Guarulhos e o roubo de R$4,2 milhões em telefones celulares, mercadorias que descarregaram no Aeroporto de Guarulhos. Havia uma escolta para essa empresa, uma escolta clonada chegou na frente, e, quando as portas se abriram, entraram mais 30 elementos, renderam a empresa inteira, esperaram chegar o comboio, e, quando chegou, roubaram os telefones celulares, R$4,2 milhões em mercadoria. Só em oito empresas, neste tipo de roubo, nestes quatro meses, foram R$13 milhões em roubo de mercadoria, só em oito empresas dentro da Cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De telefones, todos?

O SR. FLÁVIO BENATTI – Não, vários produtos, R$13 milhões. Outro dia, tivemos, Senador, uma audiência com o Governador do Estado de São Paulo, em que dissemos o seguinte: não adianta somente a polícia, V. Exª sabe bem disso. Ou se cria uma força-tarefa neste País para resolver a questão do roubo de carga ou, isoladamente, não vamos resolvê-la. Tem que haver um envolvimento das Polícias Federal e Estaduais, das Secretarias de Fazenda dos Estados, porque a polícia, sabemos, em determinadas ocasiões, é impotente. Quando chega num determinado depósito, como polícia, não tem o poder de entrar naquele depósito, mas as Secretarias de Fazenda têm. A questão do roubo de carga tem que ser tratada de maneira diferente neste País, não pode mais ser tratada como um crime comum, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É tratamento de choque mesmo.

O SR. FLÁVIO BENATTI – É tratamento de choque, é tratamento de força-tarefa. isso tem muito a ver, inclusive, com o desvio de arrecadação dos impostos. Estamos vendo todos os dias o crescimento do comércio não-oficial, do comércio informal, quer dizer, estamos vendo todos os dias o crescimento da informalidade no comércio. Essa carga vem de onde, meu Deus do céu? Como é que se pode comprar um cartucho de gilette numa farmácia por R$14,00, e, num semáforo, por R$3,00, R$4,00?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um radinho de pilha R$4,00, R$3,50.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Como é que pode isso? De onde vem isso? Não é só da falsificação, não, Senador, sabemos disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É verdade. A falsificação ficaria mais cara.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Está na cara de todo mundo. O caminho, Senador, é este. Se não for este, não sabemos onde vamos chegar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, Dr. Marcelo.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – O senhor me permite uma resposta, Dr. Flávio Benatti? Por acaso, qual foi a resposta do Governador a respeito da sugestão da força-tarefa?

O SR. FLÁVIO BENATTI – Ele realmente está muito receptivo, inclusive, nessa audiência, estava também o Secretário Saulo, e a determinação foi de que ocorresse isso. Ainda hoje, recebi um telefonema do Deputado Sílvio Torres, dando-me um retorno dessa conversa. Deve acontecer alguma coisa nos próximos dias. Ele está muito receptivo a isso. Mas nós já estamos cansados de ouvir essa conversa de receptivo, receptivo, e a coisa não tem andado muito, não é, Senador? Sabemos que a coisa está...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O problema é a base.

A pessoa dá a ordem e esquece de cobrar. Se não cobrar... Deixa isso para depois e resolveremos.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Outra questão, Senador, que eu gostaria de colocar também diz respeito ao roubo. No relatório final da CPI, acho que isso não poderia ser esquecido. O roubo de carga tem que ser federalizado. Ele tem que ser tratado de maneira federal. Ele não pode mais ser tratado da forma como vem ocorrendo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Deixe-me fazer uma...

O SR. FLÁVIO BENATTI – Desculpe-me, Deputado. Uma investigação começa aqui, no Estado, e quando ela passa a fronteira, ela pára, meu Deus do céu, ela não tem uma continuidade. Quer dizer, existe uma outra política, um outro sistema de investigação. Esse crime ele tem que ser tratado de uma maneira federal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nós já estamos informando isso a todos sindicatos, à Federação, à Confederação e a todos que viram o nosso relatório preliminar. Um dos pontos que vamos contemplar, com muita ênfase, é esse. Mas nós já podemos dizer, a exemplo do que aconteceu em várias cidades, quando passa a CPI, depois o Judiciário age, começa a prender quadrilha, o Executivo fica mais ágil também e mais motivado. Tanto que a criação da Força de Combate à Insegurança nas Estradas pelo Ministério da Justiça...

Mas, para nossa alegria, semana retrasada – eu esqueço o número -, já foi assinada uma MP pelo Presidente da República segundo a qual coloca a cargo da Polícia Federal o roubo de carga. Já há duas semanas isso. Quer dizer, é por MP, mas está bom. Depois, vamos acertar tudo isso, ou aprovando a MP com todos os outros itens dela também, ou o encaminhamento das propostas à CPI, quando vamos propor a efetivação dessa lei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está me lembrando aqui, agora. Nós pedimos uma força-tarefa que foi decidida no caso do Ary Natalino. É o caso dos combustíveis, cigarro. Até hoje – foi há uns quatro ou cinco meses – não aconteceu nada.

Agora, o Dr. Jarbes está aí, o Carbone, o Paulo Lacerda. Eles sabem que o art. 144 da Constituição, que prevê o problema do sistema de segurança, é claro: "Quando houver necessidade de uniformidade na apuração de crimes, a Polícia Federal tem que entrar em ação". Então, já é uma determinação constitucional.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Por que não se faz?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só que não há meios.

Tenho visto a Polícia Federal sofrendo em alguns Estados que não têm dinheiro para pagar o telefone. Mas não importa, acho que isso é quase automático, mas não tem meios. É isso que eu digo: investimento. Não adianta o Governo Federal pensar que vai assumir tudo para resolver porque não vai. Se não investir, não criar condições de trabalho, qualquer tipo de crime organizado, em tese, esses que são trans-estaduais ou transnacionais, têm que ser auto-

maticamente de responsabilidade da Polícia Federal. Não tem jeito de não ser, porque ela tem que ter uma central de informações e todos os Estados carrearem para esta área para poderem saber o que está acontecendo no País.

Então, não é um crime que acontece hoje em São Paulo, porque está lá em Campinas, restringe-se a Campinas, absolutamente. Cada braço do crime está num município e num estado brasileiro. Se não houver uma uniformidade no combate, na investigação, pegam a quadrilha, vão para a televisão, mostram a quadrilha, e o receptador da mercadoria está lá; não volta para ninguém. O Estado é o único prejudicado, o maior prejudicado.

Sei que os transportadores, hoje, com 14%, 15% do valor do frete vão à falência. Não dá para ninguém agüentar 15% de despesa com a segurança, que é uma responsabilidade do Estado. Mas o industrial vende outra vez, entrega outra vez. E o Estado perde, porque é dinheiro que é desviado para outro fim.

Então, quando eu digo: crime de roubo de carga está capitalizando outros tipos de crimes organizados, aposto que está. O tráfico de drogas não tem mais venda a varejo nem a prazo, porque o sujeito tem o dinheiro para comprar. Por quê? Porque advém do roubo de carga, que é pagamento à vista.

Creio que, se o governo não combater com seriedade – o governo em geral, todos os estados, não estou falando de São Paulo -, se não houver um combate sério... Esse negócio de vontade política não sei nem o que significa. Temos que arregaçar as mangas e meter o lenho. Se não trabalharmos, não há como termos resultado.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Senador, gostaria de dar uma sugestão. Senador, este ano há eleição, podemos até trocar o time.

O SR. FLÁVIO BENATTI – O problema, Senador, é que o roubo de carga ocorre no Estado de São Paulo, mas a desova dele é, muitas vezes, fora do Estado. Desbaratam-se as quadrilhas é fora é do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor pegar a Mercosul, pode ter certeza de que está passando na fronteira ou entrando pela fronteira. Não tenho dúvida de que esse crime, hoje, é transnacional. E o Mercosul acabou a fronteira, não há mais quase fiscalização e é fácil transportar.

Será que a Argentina, pela sua situação econômica, não estaria entrando numa facilitação desse crime? Não estou responsabilizando as autoridades, mas o bandido se aproveita do desequilíbrio administrativo. Quando falta autoridade, falta tudo. E o bandido sabe crescer na falta de autoridade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não sei se conseguimos tranqüilizar, sabemos bem das agruras que vocês estão vivendo. Não tenho transportadora, só de passageiros. Na verdade, lá no Estado já fui acusado de estar trabalhando em causa própria. Disse, transporto gente, não é carga não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há assaltantes por aí que não é mole!

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É verdade! Vamos tentar trabalhar o nosso relatório final, e isso está cada vez mais forte, nessas três posições que quero colocar: a questão da federalização, tenho que informar que foi aprovada na Câmara e agora está na sua mão, Senador, para ....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Comissão Especial de Segurança se bateu por isso. Então, esses projetos, pelo menos no Senado, estão transcorrendo. Há pedidos do Ministério da Justiça para sustar, porque quer discutir melhor. É a filosofia do Direito, não a prática do Direito para combater o crime. Mas, tudo bem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que é um problema sério que vamos viver agora com o outro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na Câmara, o Presidente Aécio se comprometeu a dar prioridade a todos os projetos que foram estudados pela Comissão Especial de Segurança.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tanto que já foi aprovado. E também havia 23 MPs trancando a pauta, precisavam aprovar e, graças a Deus, entrou o roubo de carga junto. Era seqüestro, extorsão e direitos humanos. Houve um projeto de conversão do Deputado André Benassi, incluindo o roubo de carga. Esse já está contemplado então. Aí vêm as outras duas questões muito importantes. Sabemos quem é a figura central e mais importante do roubo de carga no Brasil: o receptador. Se não houver, vão roubar para vender em camelô? Não roubam. Então vamos aumentar de três para oito anos as penas para a receptação.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Deputado, permita-me ir mais além. Por exemplo, nessa questão das grandes redes, quando se chega e se detecta que a mercadoria roubada está sendo comercializada lá no seu balcão, esse pessoal, quando é interrogado pela Polícia, diz: não, é uma política da empresa em que cada loja compete com uma outra loja e, às vezes, um gerente ou diretor dessa...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Essa é a conversa.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Essa é a conversinha que estamos cansados de ouvir.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas quem responde civilmente é a instituição.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Tudo bem...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas criminalmente teria que ser o gerente mesmo, a lei é assim.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Deputado, eu seria um pouco mais radical, sabe? Faz-se um levantamento nessa loja de quanto tem de mercadoria lá dentro, dá para ele letra do Tesouro Nacional, lacra-se a loja e vamos levantar de quem é essa responsabilidade. Deixem aquela loja fechada até que se apure a responsabilidade. Se fizermos isso com duas ou três lojas dessas cadeias, duvido que eles incentivem o seu dirigente a comprar carga roubada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Benatti, deixe-me dar um exemplo. Penso que essa posição que o senhor expressa aqui é importante, porque, quando estávamos em investigações sobre os crimes do sistema bancário, do sistema financeiro, vamos dizer que o gerente ou alguém dá um tipo de desfalque hoje, toda a direção é responsabilizada diretamente, não é assim, Doutor? Então alcança desde o presidente e se houver qualquer tipo de punição...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De toda sorte, é responsabilizado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...eles são suspensos de qualquer atividade no sistema por cinco anos no mínimo. Assim, responde criminalmente. Nós podemos alcançar o sistema no comércio e buscar alguma coisa nesse sentido. A Deputada já vai fazer um projeto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Além do aumento das penas para a receptação e a federalização, o mais importante é a numeração dos produtos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a certidão de nascimento do produto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso é fantástico, porque ninguém vai querer, em seu estoque, um produto carimbado, todos sabendo que é roubado. Até mesmo o receptador vai pensar duas ou três vezes antes de comprar esse produto. Acho que essa vai ser a grande contribuição da CPI, além das nossas passadas que farão com que o Judiciário e o Executivo possam agir de modo mais forte.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois não.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Eu queria fazer uma consideração e ouvir o Dr. Marcelo.

Logo após aqueles problemas de seqüestro e de morte que ocorreram no Estado de São Paulo, envolvendo prefeitos do Partido dos Trabalhadores, meu Partido, coincidência ou não – lamentavelmente eram pessoas próximas a mim, mas se não fossem também seria lamentável -, houve uma comoção do ponto de vista dos legisladores. Chamou-se a atenção para o fato de que havia algumas injustiças em termos de penalidades, alguns crimes aos quais eram imputadas penas inadequadas, seja para mais, seja para menos. Há um movimento na Câmara, suponho que no Senado também, para a questão violência urbana: estupros, roubo de cargas... Vivemos numa sociedade que no meu entender está altamente adoecida, seja pelo modelo econômico globalizante, excludente, seja pelas nossas condições geográficas, pelo fato de estarmos abaixo do Equador, o G-8 só quer de nós a força de trabalho e a matéria-prima.

Creio que demos alguns passos à frente, mas a questão da violência não pode ser resolvida exclusivamente do ponto de vista legal. Há um conjunto de fatores que apontam nessa direção. Há que se fazer uma incursão a médio e longo prazo sobre o modelo econômico; há que se fazer uma revisão da questão do orçamento, particularmente no que se refere às questões sociais. Isso porque todo o montante do orçamento deste País vai para o pagamento dos juros da dívida externa, como sabemos; finalmente, uma ação, aqui e agora, policial, seja ela profilática, seja ela ostensiva. Vejo isso como parte de uma situação em que temos um tripé: o modelo econômico, a questão das políticas sociais, onde está a questão do desemprego, e a polícia em si.

Há projetos em Brasília de unificação das polícias. Os expertos no assunto dizem que isso é uma tarefa dificílima. Está aqui o Dr. Jader, representante da Polícia Militar. Como entrosar as polícias, como fazer os comandos, se cada uma delas tem uma dinâmica, uma peculiaridade e uma maneira de ser? Do ponto de vista das leis, insisto, Dr. Marcelo, Dr.Flávio, não é resposta final, mas é algum tipo de resposta. O que se pode fazer?

Há uma Comissão Especial Mista que já encaminhou algumas decisões finais. Mas há uma comissão permanente para tratar da questão da violência. Ela foi criada há apenas dois meses. Eu faço parte dessa comissão na condição de suplente. Essa comissão tem-se voltado praticamente para as questões sociais que envolvem crianças, terceira idade.

Mas ela precisa se voltar também para esses casos da violência mais ampla, que demostram uma capacidade de organização inacreditável. Suponho que para mapear esses contêineres haja uma logística de informática, de visores, enfim, de toda uma parafernália que pensamos em filme do 007, mas não é.

Então, já deixo aqui um convite, como membro dessa comissão que não tem a ver com o Senado, é uma comissão da Câmara Federal. Vou fazer o requerimento para que esse setor, da questão da violência, seja ouvido, porque esse setor deflagra outros tipos de violência que acabam atingindo a criança de rua, a mãe de família, o estupro de mulheres, pois é o crime organizado.

Expliquei tudo isso porque muitas vezes não se sabe o que acontece na Câmara. Nem sei se sabiam que havia duas comissões sobre a questão da segurança e da violência. Então, acho que é bom que isso seja esclarecido, que as pessoas aqui presentes saibam que essas questões estão acontecendo e que a nossa taquigrafia possa também relacionar e referendar essas informações. Já fiz o convite e vou fazer o requerimento, em Brasília, na semana que entra.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Flávio, você conhece...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa?

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Tudo que o Flávio falou eu corroboro, sem dúvida alguma.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vocês conhecem a Transcar? É ainda a Transcar ou já mudou de lá?

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Eu o conheço, ele é diretor do nosso sindicato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse gráfico está certo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isoholding?

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Não tem nada a ver com a Transcar, eles são transportadores de contêineres para *(falha na gravação).*

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, é a Isotransportes, não é? Mas a Transcar não virou Isoholding?

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Não estou sabendo, desconheço. Tem a Supertrans, que é do irmão do Varela. A Iso é daquela outra transportadora muito grande, lá de São Paulo, a Sotrange, pertencia à Supertrans, que era do irmão do Varela, e a Isoholding desconheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a Vitória Régia? Não opera aqui?

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – A Vitória Régia também desconheço, não é nem nossa associada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Deixa eu falar um pouco aqui.

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – O Varela, sinceramente, é pessoa idônea, não tenho nada que o desabone.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – – Essa questão que foi levantada oficiosamente para nós, não convém nem dizer por quem, não é necessário, da Libra, Santos Brasil e Rio-Cubatão. Na Libra, há uma conversa de que 80 a 100 contêineres sumiram, desapareceram. Na Santos Brasil, 40 contêineres e na Rio-Cubatão, chapas e bobinas de aço, muitas. Daí a ligação com essa Vitória Régia. O que vocês já ouviram, o que...

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Quanto à Libra, tive um contêiner que chegou ao exterior faltando mercadoria e o meu cliente foi naquela delegacia da ponta da praia para dar queixa. Fui lá porque realmente eu tinha o comprovante de entrega, estava tudo normal, e o delegado... Foi aí que eu soube que, na época, eram 80 contêineres que haviam desaparecido de dentro de 37. Está fazendo uns dois anos aproximadamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E existe inquérito disso? Oitenta contêineres? E o que se apurou, Doutor?

O SR. JADER SAAD – Está sendo apurado, esse fato chegou ao nosso conhecimento depois de algum tempo, chega com informações atrasadas, perdemos o princípio da oportunidade da investigação e faz um ano e pouco que esse inquérito está em andamento. Estamos investigando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está na Polícia Federal?

O SR. JADER SAAD – Está na Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Gostaríamos de tomar conhecimento. Se o senhor puder trazer amanhã para nós.

O SR. JADER SAAD – Sim, são vários volumes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode trazer só um volume para nós...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é o advogado responsável, que está acompanhando?

O SR. JADER SAAD – É o Dr. Cássio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele pode ser convidado, Senador.

O SR. JADER SAAD – Não, não. Ele está de férias, está fora do...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas não há ninguém junto com ele...

O SR. JADER SAAD – Não, eu posso trazer, eu trago um delegado para explicar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Gostaríamos de tomar conhecimento da.... E da Santos/Brasil?

O SR. JADER SAAD – Olha, temos mil e poucos inquéritos, eu não lembro se há, mas deve haver inquérito instaurado também, todas as vezes tem.

Essas comunicações saem da alfândega, vão para a Procuradoria da Fazenda Nacional, para depois serem encaminhadas à Procuradoria da República, chegando à Polícia Federal. Então, perde-se um tempo muito grande, a burocracia atrapalha muito a investigação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E essa de chapas e bobinas?

O SR. JADER SAAD – Dessa eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estamos convidando os responsáveis pelas três empresas, e dois já se posicionaram que virão aqui amanhã. Acho que a sua presença vai ser importante para nós.

O SR. JADER SAAD – Perfeito.

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Deputado, eu queria só comentar sobre a Transcar, é o Varela. A denúncia sobre ele é porque ele se recusou a carregar dois carreteiros que tiveram algum problema lá.

Todos nós, que temos empresas de transporte, somos proibidos de carregar um autônomo que tenha cheque sem fundo, pasmem; quando a maioria dos cidadãos dão cheque sem fundo, um carreteiro, por falta de dinheiro, ou porque uma empresa não pagou o frete na hora certa, é negativado nas seguradoras. E se transportarmos esse carreteiro – e considero isso um absurdo, é uma ofensa -, eles são incapazes de colocar por escrito, mas dão a ordem: se você carregar, não tem cobertura de seguro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem dá essa ordem é Pancare, por exemplo?

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Pancare e todas elas, todas as seguradoras.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, se é esse o caso, se acha que é esse o caso, por que depois aceitou o carreteiro que foi negativado?

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Não, você carrega por sua conta e risco. Se eu quiser carregar um carreteiro que conheço, sei que o cheque é sem fundo...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A corretora não aceita e o risco é seu.

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – O risco é meu. Esse é um problema sério. E é problema que deveria ser de direitos humanos até.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Eu queria fazer talvez uma ligeira correção. Desde o período da manhã, pelo menos nesta audiência, não houve acusação a ninguém.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De jeito nenhum.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – É que estamos tomando o cuidado – talvez isso o Deputado Oscar de Andrade tivesse querido falar – de chamar todas as empresas e os setores citados para trazer informações. Inclusive eu estava explicando aos representantes da Rio-Cubatão que vieram – eu nem sei se ainda estão aí – que estamos fazendo uma audiência nesse sentido.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nós estamos acostumados aqui, talvez até por falta de informação do ramo de delegado, procuramos tudo o que houve para checar. Absolutamente não há nenhuma... quando houver, deixaremos muito claro, falamos mesmo, até porque é nossa obrigação.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Estou dizendo isso, Dr. Marcelo, porque somos da cidade, conhecemos a maioria das pessoas e temos o cuidado no sentido de que... mas não houve absolutamente nenhuma menção, nenhum juízo de valor a nenhuma das firmas aqui colocadas.

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Sem duvida, só estou alertando que pode acontecer isso, de não querer carregar um carreteiro porque tem cheque sem fundo. É um absurdo isso.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Esse é um outro lado, é um outro lado perverso da questão do roubo de carga. Ele está excluindo do mercado de trabalho muitos caminhoneiros autônomos e muitos cidadãos. Para contratar um motorista hoje, é preciso fazer uma verdadeira sindicância da vida dele para a empresa poder continuar tocando o seu negócio, mesmo com aquele custo de 14% de gerenciamento de risco. O sujeito não pode ter um cheque devolvido. Se tiver um

cheque devolvido, ele é suspeito, pode ser um potencial ladrão de carga para cobrir o seu cheque.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não existe.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Isso existe dentro das seguradoras. Quer dizer, é o lado perverso do roubo de carga, que está atingindo, inclusive, o cidadão. Desde que prove o contrário, qualquer elemento é suspeito de roubo de carga, até eu sou.

Na realidade, se houver uma carga roubada na minha empresa, começa a investigação por mim para saber se não sou suspeito, se não fui que facilitei um roubo. A investigação já começa por mim. É lógico, estou com a carga, com todas as informações na mão, a investigação já começa por aqui. Hoje, as seguradoras não pagam mais cargas diretamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas é exigência da seguradora ou da corretora?

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Não, seguradora.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Olha, as corretoras dizem que a exigência é do segurador. Você não tem contato direto com o segurador, mas com os corretores.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Preste atenção, já ouvimos coisas absurdas que acontecem com as corretoras. E não podemos ficar dando crédito a tudo. É lógico que ficamos com a antena ligada e vamos prestar atenção. Mas já houve denúncia sobre corretora que avisa, vai trabalhando transportadores. Se não fizer o seguro com ele, dizem que estão correndo risco. De repente, assalta um carro da transportadora, assalta outro, e na hora que fecha o seguro com ele, pára de assaltar.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Não tenho esse tipo de informação. A informação que posso passar a V. Exª, Deputado, é que não posso contratar nenhum caminhoneiro autônomo e nenhum funcionário na minha empresa, motorista, se não tiver a aprovação da empresa indicada pela companhia seguradora para eu fazer as investigações. Não posso. E hoje também isso está se estendendo. Hoje, o cliente também está fazendo isso. Você está contratando e, antes de mandar o profissional encarregado pela empresa, tem que mandar toda a documentação do motorista para ele, para saber se a empresa que presta serviço de informação a ele autoriza aquele indivíduo a entrar dentro da empresa ou carregar lá.

Só estou fazendo uma explanação do lado perverso que está acontecendo com o roubo de cargas, a que ponto está atingindo, até socialmente, o setor. Isso é muito grave. Quer dizer, você já está prejulgando o cidadão antes de qualquer coisa.

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Uma das maiores corretoras de seguro – vou me preservar, não dizer o nome, porque você também já citou o nome dela -, fazia seguro com ela e mudei de corretora. Quando mudei de corretora, os novos corretores, que eram ex-funcionários dela, avisaram-me que, dentro de uma semana, eu ia ser roubado, para tomar toda atenção possível. No quarto dia, transportando pneu Firestone, de Santo André para Santos, esse caminhão foi roubado, mas, por obra de Deus, entrou numa banguela, bateu numa pedra, estourou o motor. Perdi o motor, porque vazou todo o óleo do carter, mas consegui recuperar toda a carga. Eu tinha sido avisado que ia ser roubado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Já ouvi muito sobre isso.

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Então, isso é real.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hoje, o Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos alertou-nos sobre isso no seu depoimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Federação não tem um estudo apropriado sobre esse assunto que estamos conversando, um pouco veladamente?

O SR. FLÁVIO BENATTI – Dos corretores? Não temos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O coronel não tem?

O SR. FLÁVIO BENATTI – Às vezes, ouvimos alguma história, como a que o Marcelo está falando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estamos falando da mesma empresa e já ouvi de muitos transportadores isso.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Eu nunca trabalhei com essa empresa, então, eu, por exemplo, não posso ter esse tipo de avaliação. Sinceramente, ouvi poucas vezes, mas não tenho essa experiência. Comigo isso nunca aconteceu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, temos que encontrar um caminho e vamos encontrá-lo.

(Falha na gravação)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ela já foi útil e já temos tudo, o caminho está claro. Com essas três leis aprovadas vamos baixar em 80% o roubo de cargas no Brasil. E é verdadeira a nossa contribuição, tem que ser essa a questão legal além dos indiciamentos. Como já disse em outros encontros, suges-

tões são sempre bem-vindas. Estou caminhando para finalizar o relatório até junho. A base são essas três mudanças de lei e os indiciamentos. E a terceira via seria a sugestão de que seja criada uma subcomissão permanente de roubo de carga dentro da Comissão de Viação e Transporte na Câmara dos Deputados, para ficar acompanhando **pari passu** todas essas ações. Creio que com isso vamos fechar bem, mas, como o relatório vai ser fechado até final de junho, outras sugestões, maiores ou menores, é bom que cheguem até à CPI para fazermos trabalho de fechamento com a maior presteza possível. Agradecemos todas as informações e sugestões que chegaram até nós.

O SR. MARCELO MARQUES DA ROCHA – Gostaria de agradecer o convite feito para que viesse conversar com os senhores, e colocamo-nos à disposição para o que precisarem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado. Os senhores tem sido solidários conosco, apoiado em tudo. Esperamos que esta colaboração seja recíproca e, na hora do relatório final, possamos ter o ponto de vista das entidades representativas e assim fortalecer o relatório.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Senador, nós é que agradecemos. Gostaria de parabenizar o trabalho que a CPI vem fazendo. Temos conhecimento do trabalho incansável, que tem procurado de todas as formas realmente buscar caminhos para solucionar esse problema que é muito grave no nosso país. Quero parabenizar o Deputado Oscar Andrade, Deputado Carlos Júlio, Deputada Telma, Deputado Robson Tuma, que estava aqui presente e agradecer aos senhores porque realmente esse assunto esteja sendo tratado por esta Comissão Mista, através do Senado e da Câmara, com a respeitabilidade que merece. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado. Comunico que darei por encerrada a audiência de hoje e amanhã, às 9 horas, voltaremos para cumprir a pauta.

Informo que, quanto ao empresário Humberto Verde Cana, que seria uma das "vítimas" do sumiço de um milhão e duzentos mil litros de álcool, a Polícia Federal diligenciou e disse que há alguns meses desapareceu do seu endereço e tem mais três ou quatro endereços onde vamos tentar localizá-lo. Estranho uma vítima que, em tese, expôs isso à Deputada Telma se recuse a comparecer a uma audiência marcada para esclarecer a sua postura e por que se diz vítima da administração do porto, com o desaparecimento do combustível.

Agradeço a atenção de todos, principalmente à direção da Câmara Municipal pela cessão deste local e, amanhã, às 9 horas, reabriremos nossos trabalhos. Muito obrigado. Dou por encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 6ª Reunião Realizada em 10/05/2002

Aos dez dias do mês de maio do ano dois mil e dois, às nove horas, no Plenário da Câmara dos Vereadores da Cidade de Santos-SP, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Deputados Oscar Andrade, Robson Tuma, Telma de Souza e Cabo Júlio. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir os depoimentos das seguintes pessoas: Marcelo Barbosa Barros Vasconcelos; Ronaldo de Souza Fortes; Mauro Santos Salgado; Artur Kohler; Liberato Carione, Diretor da Empresa Rio-Cubatão; Robson da Silva Cardeira, Despachante Aduaneiro e Elias Carneiro, Presidente do Sindicato dos Auditores da Receita Federal em Santos. Fizeram uso da palavra ainda o Vereador Odair Gonzalez e a Vereadora Sueli Morgado e o Presidente da Câmara José Antônio Marques da Cuhna. A seguir os Senhores Parlamentares fizeram seus questionamentos, com a palavra o Senhor Presidente, que agradeceu os presentes e marcou a reunião para o dia seguinte no mesmo local. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada irá a publicação, juntamente com apanha-

mentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro aberta a sexta reunião do ano de 2002 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000, com a finalidade de apurar, em todo os País, o elevado crescimento do roubo de cargas transportadas pelas empresas de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas.

Antes de dar início aos depoimentos, queria fazer um novo agradecimento ao Presidente da Câmara, o Dr. José Antônio Marques de Almeida, que cedeu este plenário, com toda a gentileza, nos deu todo o apoio e toda a assistência durante o dia de ontem. Mas, hoje, pela manhã, fui surpreendido por um depoimento e, respeitosamente, gostaria de citar o Vereador Adair Gonzales, Líder do Governo nesta Casa. Ontem esteve aqui o Vereador Carlos Eduardo Adegas, que acompanhou todos os depoimentos, muito gentil, abriu a sessão aqui, em nome do Prefeito, ofereceu toda a estrutura da nossa cidade de Santos para que tivéssemos o trabalho tranqüilo, sem nenhuma dificuldade, em que o Prefeito deu o apoio.

Até procurei o Vereador pela manhã, tentei falar na casa dele, tentei o celular, com o auxílio da Secretaria da Presidência. Vi uma parte só da sua entrevista na TV Record, em que ele criticava a CPMI que investiga o passado. Não temos bola de cristal, nem somos cartomantes para adivinhar o futuro. Se investigamos o passado, é porque, infelizmente, as autoridades policiais ainda vivem a reboque do crime. A nossa luta é para ações preventivas, que evitem esses acontecimentos. Mas a investigação é importante, senão temos que jogar fora ou queimar o Código de Processo Penal. Tem que ser investigado, aprofundado, identificar os responsáveis e puni-los exemplarmente. E tudo isso serve para se planejar o futuro e evitar que fatos se repitam, com ocorrências que nos entristecem e dificultam a ação de liberdade da sociedade.

Houve um crescimento vertiginoso do roubo de cargas, que, no ano passado, alcançou cerca de R$1 bilhão, então realmente temos que investigar. Esta CPMI foi formada para isto: mudar a legislação, agir, identificar.

Quis falar com esse vereador para trocar uma idéia. Provavelmente ele tem um conhecimento mais profundo do que possa acontecer no futuro, e não precisaríamos mais investigar. Agora, se partimos para que não se investigue o futuro, o que será deste País quando se investigam políticos inescrupulosos, que desviam dinheiro público, e muitas vezes vêm ao conhecimento através dos jornais, das revistas fatos de dois, três, cinco anos passados que têm que cair no esquecimento? Absolutamente, não! Temos que enfrentar a verdade, trazer a público e punir os responsáveis.

Estou dando uma satisfação à sociedade santista, a uma cidade que desde criança aprendi a amar, admirar e aqui venho sempre. Em respeito a ela e ao próprio Vereador que fez algumas colocações em relação às quais eu não poderia silenciar, em respeito à própria CPMI que presido.

De forma que queria dar esses esclarecimentos antes de iniciarmos os nossos trabalhos. Pergunto se algum dos Srs. Deputados pretendem fazer algum pronunciamento prévio, para que eu possa convidar o Sr. Marcelo Barbosa Barros Vasconcelos e em seguida o Dr. Ronaldo, que aqui já se encontra também.

Convidaria o Sr. Marcelo Barbosa Barros Vasconcelos, despachante aduaneiro, para que tenha assento neste recinto para o seu depoimento. Peço à Secretaria que promova essa urgência da condução do Sr. Marcelo.

Bom dia, Sr. Marcelo, tudo bem? O nome do senhor é Marcelo Barbosa Barros Vasconcelos, não é?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A identidade é 3109191?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Assim, não sei. É 3.191.109.191-X

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade, 58?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jovem?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Jovem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF deve estar certo, 2636...30 ou 36?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – 30, 2636.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 2636?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – 80218.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 80218-53.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é despachante aduaneiro...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como profissão?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E exerce a sua função mais aqui no Porto de Santos?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perguntaria se, de acordo com o Código de Processo Penal, art. 203, apesar de não ser obrigado a depor contra si, promete falar a verdade e somente a verdade?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeitamente. Solicito ao senhor que assine o termo. (Pausa)

O senhor teria condições de expor, preliminarmente, algo a respeito de liberação, fraude, roubo ou furto de cargas no Porto de Santos, para colaborar com a nossa CPMI, ou já podemos iniciar com as perguntas do nosso Relator? Se o senhor quiser fazer um preâmbulo...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Acredito que possa começar a fazer perguntas, porque a princípio, preliminarmente, não tenho nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

Passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Marcelo, qual a atividade profissional que o senhor exerce e em que consiste a função de despachante aduaneiro?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Bom, a atividade profissional é de despachante aduaneiro. A função é classificar, formular papéis, documentos, DI, DTA e apresentar para a Receita Federal, na Alfândega, para liberação das mercadorias, conferência, pagamento de impostos, enfim. Basicamente é essa a função do despachante, além de orientar os importadores a...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Essa é a única atividade profissional do senhor?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tem alguma empresa ou é sócio de alguma empresa?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca foi sócio de alguma empresa?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Fui sócio de uma empresa que tinha o nome do meu pai, Silvio B. Vasconcelos Ltda.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há quantos anos o senhor é despachante?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Há uns... Desde 81, como despachante. Desde 81. Há 20 anos, mais ou menos. Há 19 anos mais ou menos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor já respondeu a inquérito policial ou processo criminal?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nenhum?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Processo? Olha, fui intimado uma vez pela Polícia Federal para declarar, porque houve um roubo em 1992, em Curitiba, e... agora, no ano passado, praticamente, fui intimado a depor nesse processo, que já está em área da Justiça, e não fui pronunciado, nem denunciado, nada disso. Foi um assalto à mão armado lá no Tio Doca, um assalto...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A que se refere o inquérito policial em que o senhor foi indiciado, em 1983, pela Polícia Federal, por facilitação de contrabando de mercadoria? Há um indiciamento.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É esse caso aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É esse que o senhor está falando?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que aconteceu? Detalhe, por favor, para nós.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Bom, não tenho dados bem detalhados, mas...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esse é de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor procure descrever a informação que prestou à Polícia Federal, porque nos ajuda.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Olha, vamos ver se eu me lembro. O fato em si, o fato roubo, o senhor quer...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu quero saber onde que o senhor foi indiciado.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Mas eu não fui indiciado em 83.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi indiciado.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Oitenta e três?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi em 83, pela Polícia Federal de Santos por facilitação ao contrabando de mercadoria. Não há esse indiciamento? E há um segundo também. Pela Polícia Federal de Curitiba, em 92, contrabando de produtos importados.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Esse sim. Esse eu... Eu não estou lembrado...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – São dois indiciamentos que o senhor tem. O senhor não está lembrado?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. Eu não estou lembrado. Desse de 83, não estou lembrando, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De 83...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O tempo fez com que a memória apagasse, não é?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. Eu não estou... Realmente eu não estou lembrado desse...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que a Polícia Federal deu esses indicativos falsamente?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. Claro que não.

Bom, o de 92 foi o roubo de Curitiba e o de 83 eu não tenho... Eu fui indiciado, fui indiciado sim, não sei se em 83, mas não por facilitação de roubo de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Contrabando.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. Não foi esse o caso.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Foi o quê?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Foi uma comissão que houve aí na alfândega de pagamento de propina, de...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Corrupção?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Corrupção.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E isso é facilitação ao contrabando.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. Mas não foi nada de contrabando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tudo bem. Nós não estamos dizendo que o senhor é culpado, não. Nós estamos aqui só querendo saber do assunto. Ninguém aqui está condenando-o.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Certo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nós estamos perguntando o que é para o senhor contar...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. Realmente existe esse caso aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor foi indiciado. Agora, não quero dizer que foi verdade, que o senhor foi condenado, que é culpado...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. Não houve nada disso, inclusive fui testemunha de acusação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Indiciamento houve, não é isso?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Houve. Houve. Houve.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixa ver se eu coloco isso direito. Houve uma Comissão Especial da Receita Federal para apurar o envolvimento de fiscais com despachantes, com propinas, para facilitar a liberação de mercadorias.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E chegaram a conclusão de alguma responsabilidade e encaminharam para a Polícia Federal para abertura do respectivo inquérito.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí passou ao inquérito. Provavelmente, chegaram a apurar algum grau de responsabilidade do senhor...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...e o senhor chegou a se defender, porque tem o indiciamento.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. Não. Eu fui indiciado, mas não fui pronunciado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Eu digo, na Polícia Federal – não estou falando resultado do Judiciário – e esse relatório deve ter apurado alguma responsabilidade que enviou à Polícia Federal, que chegou, indiciou e a Justiça provavelmente com a sua defesa conseguiu...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. Eu não me defendi na Justiça porque eu não fui nem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi denunciado.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – ...denunciado. Eu não fui denunciado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo Ministério Público.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Exato. Eu fui lá como testemunha da acusação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor podia indicar que entre este... Creio que o Deputado Oscar deseja saber, além da apuração de facilitação de liberação de mercadoria, se envolvia algum desvio ou roubo de carga também...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...nesse procedimento que a Receita fez?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – De jeito nenhum.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece o empresário Artur Kohler?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Da ITL?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual a sua relação com ele?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Bom, eu fui despachante da empresa dele durante...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Despachante?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É. Despachante da empresa dele. Eu fazia despacho para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto tempo o senhor trabalhou com ele?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Heim?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto tempo o senhor trabalhou com ele?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Um ano, dois...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como que se chamava a empresa?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – ITL.

Eu trabalhei com ele o ano de 2000. Talvez em 1999 também alguma coisa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor trabalhou como despachante para a empresa Action Importadora e Exportadora?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em Puerto Quijaro?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na Bolívia, não é?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Na Bolívia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi o senhor que atuou como representante da Action, em 11-12-2000, na liberação de três contêineres carregados com aparelhos eletroeletrônicos, relógios, peças de computador, que seriam transportados para a Bolívia pela ITL?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Foi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Fui eu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi o senhor quem assinou as três guias dos três contêineres?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Dos três contêineres.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi o senhor mesmo quem assinou?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Fui eu quem assinei...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor reconheceu as guias e a assinatura é sua?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não, o senhor está dizendo isto e eu estou confirmando. Eu não cheguei a ver o documento. Eu me lembro perfeitamente desse...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Deixe-me mostrar para o senhor.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É a mesma.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – A outra é do senhor também?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Esta é dos contêineres que estavam vazios, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esta é a folha de inquérito da Polícia Federal.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Eles estavam cheios e...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Chegaram vazios.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor pode descrever para nós, passo a passo, como foi esse caso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é lacrado o contêiner, como se deslacra, quem pode deslacrar, como é esse andamento?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isto foi em 2000, não é? Faz pouco tempo.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Foi em 2000.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há um ano e meio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O destino da mercadoria era a Bolívia?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – A mercadoria era da Bolívia. E todo o procedimento da DTA o senhor quer? Todo o procedimento?

Inicialmente, você tem que liberar na Sunaman – a Marinha Mercante. Depois, na Agência Marítima, você libera o conhecimento marítimo e formula à DTA, assina, a Transportadora assina também o termo de responsabilidade e dá entrada na Alfândega. Dois ou três dias depois é carregado. O carregamento é assistido na Libra ou na Santos Brasil. É um procedimento comum, normal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor confere as mercadorias?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não, não. Ela não é conferida. Às vezes, a Alfândega abre para verificar o conteúdo, mas, normalmente, os contêineres não são abertos. É verificado o lacre de origem e, quando embarca a mercadoria, a Alfândega lacra com o lacre da Receita Federal de Santos. Basicamente, é isto, é o carregamento normal efetuado pelo caixeiro da empresa. Você tem que se colocar a ficha do caminhão no Processo da Alfândega, na DTA.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Deixe-me perguntar uma coisa para o senhor. O senhor trabalha nesse ramo já há alguns anos ou há algum tempo e nós chegamos aqui e tivemos notícias – confesso ao senhor que fiquei escandalizado – de que existem grupos que abrem um contêiner lacrado de oito formas diferentes e tiram a mercadoria, e o contêiner continua lacrado. Recebemos informações de mercadorias que chegam ao seu destino – na Europa – com saco areia, em contêineres lacrados. Esse tipo de coisa é normal?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É normal.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – A que o senhor atribui isto?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Eu já recebi contêiner da Ásia com tambores de areia.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Lacrados?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Lacrados – com lacre de origem.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – A que o senhor atribui isto, aqui, no porto de Santos? Onde está o erro ou como se consegue isto? Isto tem facilitação de quem?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É uma técnica que eu desconheço, mas já ouvi falar.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Sim, mas o que tem que falhar para isto acontecer? É a Receita, a Polícia Federal? Quem tem que falhar?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não tem ninguém falhado.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Falha tem, senão não isto não iria acontecer.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Há um sistema de abrir o contêiner sem mexer no lacre.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Sim, mas essa abertura é feita dentro do próprio porto?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Às vezes, não.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Às vezes não? Às vezes, sim, então.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Às vezes, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Posso pedir um aparte? É para tentar ver se nós esclarecemos isto um pouco.

Quanto a essas importações que são fraudadas desta forma, nós, na Polícia Federal, fizemos várias investigações e, na maioria dos casos, há um acordo entre o importador e o exportador. O importador já sabe que vem com areia ou vice-versa na exportação. Eu não sei se o senhor tem conhecimento desses fatos. Quando o senhor confirma, aqui, com certeza, que viu e recebeu desta forma, o que foi feito para que se apurasse esses que o senhor ouviu e tomou conhecimento?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Foi chamada a companhia de seguro, foi feito um relatório e aí foi... aquilo que o senhor falou: a briga entre o seguro e o importador. O seguro vai em cima do armazém onde estava a carga, que no caso era Libra – não sei se era a Libra naquela época ou era a Codesp ainda – mas era o armazém 36.

Foi feito o laudo do seguro e foi encaminhado ao importador para que ele recebesse a indenização. Se houve um acordo entre o importador e o exportador, eu estou totalmente... está fora totalmente do meu alcance e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas as apurações só ficaram no seguro e liquidou o assunto?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Ah, liquidou...

Não, numa vistoria oficial da Receita Federal também, né?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não houve comunicação à polícia? O senhor devia ser interessado no assunto porque deve ter participado da parte administrativa e fiscal.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Isso. Foi feita uma vistoria oficial, onde vai o funcionário da Receita, verifica a mercadoria, quer dizer, tambores lá, identifica o que aconteceu. O seguro também atesta e emite-se um documento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como tem funcionando agora essa questão do sinal verde lá?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Olha, está funcionando... Eu não tenho nada a declarar nesse sentido. O sinal verde eu não sei nem como é que funciona. Na verdade, o sinal verde ou vermelho ou cinza... eu sei que os valores quando são considerados baixos dá cinza automaticamente. Quer dizer, vai para o Coval pra valorar a mercadoria quando o cidadão declara um valor muito baixo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer tomar água? Fique à vontade.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. O sinal verde parece que é aleatório. Eu não sei se ele é provocado ou não. Não tenho conhecimento desse detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conforme a mercadoria, o valor, o fiscal não faz o sinal verde...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não, o próprio sistema acusa, tem seus dados no computador. Os valores básicos... Um copo de água, por exemplo, a US$0,001, o sistema tem declarado lá que vale US$0,05. Então, automaticamente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comparado ao valor da mercadoria, por exemplo, a mercadoria que vale R$1,00 e vem faturado a R$0,30, ele automaticamente é fiscalizado?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Automaticamente cai no cinza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Existe uma tabela mínima de valor...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É vermelho, é amarelo, quer dizer, faz documentação...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Seu Marcelo, deixe-me fazer uma pergunta para o senhor a respeito das mercadorias que entram no País. Quem conhece o conteúdo dos contêineres?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Olha, várias, várias...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Várias quem? Vamos lá.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – As agências marítimas têm o manifesto do navio...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Agência marítima...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Tem os conhecimentos marítimos, eles sabem.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quem mais?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – A própria Receita Federal também recebe a documentação.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quem mais?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – O porto também recebe manifesto, o pessoal do porto.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quem mais?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – No caso de Paraguai, as autoridades paraguaias no porto também passam a conhecer.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Sabe por que é que eu estou lhe perguntando isso? Nós recebemos ontem uma informação de que de algum tempo para cá o número de ocorrências envolvendo o roubo de contêineres diminuiu; em contrapartida, o valor roubado aumentou. Ou seja, quem rouba os contêineres está roubando cada vez menos, porém mais informado e com mercadoria de maior valor.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É. Eu não posso acusar ninguém aqui. Não tenho como acusar. Mas as agências marítimas são os primeiros a saber da carga que está chegando.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor acha que o furo, então, acontece nas agências...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Pode ser na própria Receita Federal.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Na própria Receita Federal...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Pode, porque eles têm acesso à documentação, a...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Onde mais pode ser?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – O despachante aduaneiro também.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Dentro da experiência do senhor, qual a maior probabilidade de estar acontecendo furo e onde?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É difícil dizer, viu? Todas são possíveis. Todas são amplamente possíveis.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – – Cabo Júlio...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Pois não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Deixe-me fazer uma...

Vamos retornar aqui, seu Marcelo, por favor, naquela questão dos contêineres que o senhor liberou em dezembro de 2000. O senhor já reconheceu as assinaturas e liberou três contêineres. Só chegaram dois contêineres em Corumbá. Como foi isso?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Eu libero aqui, em Santos, a mercadoria e entrego ao transporte. A transportadora leva para lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Já não é problema seu?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não me toca...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mais grave: os contêineres chegaram vazios.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Só chegaram dois.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só dois.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Certo. Isso é o que aconteceu. Agora, não tenho nenhuma... Vamos dizer... Fico aqui em Santos, não tenho alcance do que ocorre pelo caminho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A transportadora foi qual? A ITL?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Foi a ITL.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tinha costume de fazer...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Bastante.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com a ITL?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Com a ITL e com outras também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor disse que se refere ao roubo de carga no Paraná.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não, isso foi em 92.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse fato?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Um dos meus indiciamentos na Polícia Federal foi relativo ao roubo de carga no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que não tem nada a ver com este?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Que não tem nada a ver com este.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por isso que estou achando que há três fatos então.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – O primeiro fato não tem nada a ver...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O da investigação de propina, o roubo da carga no Paraná e mais essa tentativa de passagem para a Bolívia de container vazio, que teria mercadoria. São três fatos.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – São três fatos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – – Acho que já deu, Senador.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Esse caso que me interessou, dos três contêineres em que só chegaram dois e, mesmo assim, vazios, o senhor quer dizer então que isso foi culpa da transportadora, é isso? Que o senhor fica aqui e o papel do senhor foi liberar a mercadoria e, a partir daí, é com a transportadora?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É isso aí.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, esse desaparecimento... Mas me dá uma informação: esses contêineres deveriam estar cheios com que mercadoria?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não lembro exatamente, mas está aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Sr. Artur Kohler foi preso?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não, não me consta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele foi preso. Foi preso em flagrante, no dia 21/12/2000.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Eu fiquei sabendo pela Receita Federal, que me informou de que não havia chegado lá a carga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele confessou, no inquérito, que havia um esquema a partir do Porto de Santos, sendo que, na verdade, as mercadorias iam para São Paulo, em vez de seguirem.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Isso aí teria que falar com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Enquanto ele conduziu apenas caminhões vazios. E no inquérito em que ele faz a confissão fica muito claro que foi, a partir do trabalho do despachante, da Receita, aqui em Santos, que saía essa transação.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Sim, o trabalho aqui...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E as assinaturas são suas no documento?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – São minhas.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Sr. Marcelo, de um está consta sistem, DVD, acessório para CD, walkman, home theater, fone e tv. Do segundo, partes de trator, partes de computador, roupas, estéreo para carro, cosméticos, decorações e brinquedos, baterias, parte de bicicleta e cadeira para criança. Do terceiro, relógios diversos e acessórios.

Diga-me uma coisa: o senhor acompanhou quando essa mercadoria saiu do Porto? Sim ou não? Até a saída do Porto?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Mais ou menos. Os meus funcionários vão lá, carregam.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Vamos passo a passo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como é acompanhar mais ou menos?

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Deixe-me ir passo a passo aqui. Esse primeiro container tem um peso. E esse container tem uma tara vazia.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Tem.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Consta nesta guia o peso?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Consta.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, mostre-me aqui, por favor. Peso. Do peso não está. Não está aí. Vamos destrinchar isso aqui, porque isso é meio mágico.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – O peso batia, porque, quando não

bate o peso, o container é aberto pela Receita para verificação do conteúdo.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – É aí que quero chegar. Esse primeiro container, que tinha sistem, tv, acessório, alguém do senhor acompanhou a saída dele do porto.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Certo.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então tinha que constar o peso do contêiner vazio e o peso dele cheio. Concorda?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Nesse documento da DTA, o único documento que sai, vai constando o peso de descarga, o peso de manifestado e a diferença, se houver.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quero entender se esse contêiner já saiu do porto vazio ou se foi conferido seu peso e descarregado fora daqui.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não é conferido o peso quando o contêiner sai daqui.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Qual é a garantia que o porto dá de que a mercadoria foi recebida e saiu daqui via transportadora?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não disse há pouco que, se saiu, foi pesado e que, se não bate o peso, é aberto?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Quando o contêiner chega, ele é pesado. O caminhão descarrega, volta para balança, é pesado e tira-se a tara. Então tem o peso líquido da mercadoria. Esse peso fica constando no armazém.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Deixe-me explicar para o senhor aonde queremos chegar neste caso especificamente. Queremos saber quem errou nessa situação, se quem deixou de pesar ou quem não verificou o peso. Queremos saber se essa mercadoria foi roubada aqui no porto e o contêiner saiu vazio, ou se esse contêiner saiu cheio, e a transportadora retirou a mercadoria. É aí que queremos chegar. Alguma falha houve porque, senão, essa mercadoria não iria desaparecer.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Concordo. Disso não há dúvida.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Neste caso específico, até onde o senhor acompanhou? O senhor pode me afirmar que esses caminhões saíram com a mercadoria dentro do contêiner?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. Não posso afirmar.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor não pode afirmar?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não posso afirmar.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Por que o senhor não pode afirmar?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não posso afirmar porque o contêiner está lacrado.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – E não foi pesado?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Foi pesado na descarga.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então o senhor pode afirmar.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Sim, que tinha. Mas, se saiu... porque às vezes...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor está criando outro intervalo. O senhor está dizendo que o contêiner foi pesado. Em que momento foi pesado?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Quando descarrega do navio.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Do navio para o porto?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Foi pesado?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Foi.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – A mercadoria estava lá dentro?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Estava.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor pode afirmar isso?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Teoricamente, estava lá dentro.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Depois, quando sai, não é pesado?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. Não é pesado obrigatoriamente. A parte interessada pode pesar, se desejar.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Se desejar. O senhor não acompanha a pesagem? Nesses casos, a mercadoria não foi pesada na saída?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não, não, não.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, se a mercadoria for roubada dentro do porto, só se vai ficar sabendo quando chegar?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Só vai saber quando chegar.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – É isso, doutor?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É isso.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – A Alfândega não pesa a mercadoria quando ela sai?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. Quando sai, não pesa.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Em caso nenhum?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Em caso nenhum.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Só se parar no sinal vermelho e for abrir...

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. O sinal vermelho é para DI. No caso, é DTA.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, não se pesa a mercadoria?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não se pesa.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Que absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Parece-me que, agora, a Alfândega e a Polícia Federal estão adotando o critério de pesar todos os contêineres. Saída não?

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, se a mercadoria for roubada dentro do porto, só quando chegar no local é que vamos descobrir?

O SR. – (Intervenção fora dos microfones.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teria alguma coisa para nos ajudar? O senhor é da Santos Brasil? O senhor poderia se identificar, por favor.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Sou diretor da Santos Brasil S.A, operadora e arrendatária do terminal de contêineres do Guarujá. Noto que há uma certa dificuldade em identificar os problemas ocorridos.

O porto, como todos nós que vivemos aqui sabemos, vem passando por uma grande remodelação há algum tempo. O senhor está indagando fatos ocorridos há algum tempo. Hoje em dia, as coisas já são um pouco diferentes.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Mas esse fato foi apurado? Prenderam alguém?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Não sei sobre esse fato. Estou querendo apenas lhe esclarecer que, hoje em dia...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – É diferente.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Hoje em dia, alguns terminais já pesam na entrada e na saída da mercadoria. Sei que todas as cargas que saem para um recinto alfandegário são pesadas no porto – devem ser pesadas no porto – e devem ser pesadas na entrada dos terminais e recintos fora do porto. Essa pesagem deve ocorrer desde 86, no retroporto.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Mas este caso é de 2000.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Não sei onde está este caso.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Este caso é de 2000. Então, já estaria, em tese, dentro dessa nova regra. Este inquérito é de 21 de dezembro de 2000.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Então, ele já deve ter sido pesado na entrada do recinto alfandegário. Ao entrar no recinto alfandegário, ele é pesado; e, na saída, ele é pesado, em alguns terminais. Posso lhe garantir que, no da Santos Brasil, todos os contêineres são pesados na entrada e na saída.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Mas isso não é norma? Não tem que ser pesado?

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Em qual terminal foi feita essa descarga?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Depende. Está atrás também.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O problema é que há alguém roubando e roubando muito.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Qual é o navio?

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Queremos descobrir quem é o ladrão da história. Que há alguém roubando há. Há alguém roubando muito. A mercadoria não some! Esperem aí: são três contêineres de mercadoria. A que equivale isso? Essa mercadoria desapareceu em alguma parte de toda essa trajetória. Em todos esses órgãos envolvidos, sejam públicos ou privados, há um furo. Essa mercadoria sumiu.

Não posso simplesmente sair daqui, dizendo que sumiu porque o sistema é errado e tem falhas. Ele tem falhas onde? Quem está roubando? Quem está facilitando? É transportadora? É aduaneiro? Onde é? Quem é? É o motorista? É o seguro? Seja lá quem for, algo está errado. É isso o que queremos descobrir. Não é isso, Senador Romeu Tuma? Não some um contêiner com tanta coisa. Por que não é pesado na saída?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É por isso que tem de se investigar todo o passado mesmo, para se chegar a uma postura que evite tudo o que está acontecendo. O Dr. Jader trouxe agora relação de inquéritos que dá conta de 93 contêineres saídos fraudulentamente ou desviados dos armazéns.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Há caso de contêineres que desaparecem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São 93 contêineres.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – E um contêiner não é uma coisa que se carregue nas costas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma carga de caminhão.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Não é uma coisa que se carregue nas costas e saia correndo. Para se roubar ou abrir um contêiner... Se o senhor está me dando a garantia de que, neste caso, ele foi pesado na entrada, esse contêiner chegou ao porto com a mercadoria. Não é isso? Assim, a coisa aconteceu do porto para fora até a origem ou até o despacho final. Nessa trajetória, quem estava envolvido? Até onde temos condições, por meio de documentos, de saber que a mercadoria ainda estava ali? Por exemplo: se entrou na ITL ou não sei onde, onde estava a mercadoria, foi dali para frente. Vamos, então, começar a excluir dali para trás. E vamos começar a seguir dali para frente. Mas que aconteceu algo muito errado, aconteceu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Ronaldo, o senhor, que é da Santos Brasil, conhece também um caso de sumiço de 40 contêineres?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Como? Não ouvi?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Existe um caso de 40 contêineres desviados e que saíram da Santos Brasil?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Não. Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não existe inquérito disso? Da Libra são 80 ou 85.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 72.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas há informação também de 40 da Santos Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 72.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Da Santos Brasil não há?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – A Santos Brasil tem dois casos. Dois contêineres que saíram com declaração fraudulenta que está sendo apurada pela polícia. Ainda não há o resultado desse inquérito.

Na parte de indenização ao dono da mercadoria, a Receita Federal cobrou a indenização. O assunto foi decidido administrativamente. Depositamos o valor reclamado pela Receita, contestamos esse valor e estamos tentando reaver a devolução desse valor em juízo, anulando o débito cobrado.

Gostei muito do intróito desta reunião em que foi esclarecido que a intenção desta Comissão Parlamentar de Inquérito é tentar verificar como coibir ou consertar o erro, para evitar erros futuros.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quem é que está roubando.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES Quanto a quem está roubando, ser colocado na cadeia etc., isso já está sendo apurado e deve ser colocado na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Temos que modificar as leis e as normas, para que se evite preventivamente e se busque um sistema que, cada vez mais, dificulte a ação dos criminosos.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES É essa a parte que acho mais válida desta Comissão. Se conseguirmos, realmente, envolver a Alfândega e a Polícia e orientá-las no sentido de que as rotinas têm que ser revistas...

Estou notando que o senhor está indagando de um despachante aduaneiro algumas rotinas, das quais ele tem conhecimento apenas do ponto de vista dele, do despachante. Então, ele sente alguma dificuldade. Quando o senhor pergunta a respeito do depositário, do transportador marítimo, do transportador rodoviário, ele tem alguma dificuldade de visão global da coisa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dr. Ronaldo, é porque temos informações que não revelamos ainda. Há depoimentos de outros, há envolvimento...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é isso. O que ele está dizendo é que, às vezes, ele tem limitações nas informações, quando sai da área aduaneira, de fiscalização, e entra para o armazém, por-

que ali há outro procedimento. Há os armazéns retroportuários, que são fora...

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – E a falta dessa visão global impede que ele dê detalhes que o senhor gostaria de ter. Então, estou notando que há uma preocupação sua em certos detalhes e uma dificuldade dele em esclarecer.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Vamos mudar para fragilidade. Aonde está a maior fragilidade nesse sistema?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Uma das grandes fragilidades que sinto é a grande dificuldade que a própria Alfândega tem de identificar o dono da carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia esclarecer um pouco, porque ela terá dificuldades.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Eu esclareço melhor. Estou provocando justamente para tentar esclarecer. A grande vantagem de o sujeito ser mais velho é conhecer já muitas coisas, mas também não vejo nenhuma outra vantagem. Gostaria de lembrar que, antigamente, a Alfândega tinha uma vinculação da licença de importação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor me dá licença um pouquinho?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só para eu agradecer e anunciar a presença dos Vereadores Suely Morgado Silva e Roberto de Oliveira Teixeira, a quem agradecemos o prestígio da presença nesta reunião. Pode continuar.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Obrigado. Então, antigamente, havia uma vinculação da licença de importação, que era intransferível, com o conhecimento marítimo. Ao ser citado o número da guia da licença de importação no conhecimento, que era intransferível, você identificava perfeitamente quem era o importador daquela mercadoria. Evoluímos, simplificamos e tiramos a licença de importação do conhecimento, essa vinculação.

Hoje em dia, tem-se o conhecimento com um container, dizendo conter determinadas mercadorias, e não identificamos quem é o importador. Ele só é identificado quando apresenta a declaração de importação, juntamente com o conhecimento original liberado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O exportador, quando manda, não diz qual o destinatário, quem é o importador?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Como exportador, ele é embarcador lá no exterior e é identificado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele não manda, num documento, quem é o importador? Não está escrito?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – No PL não consta, que é o conhecimento marítimo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas isso é alguma convenção internacional?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Não. É uma facilitação, porque o conhecimento marítimo, assim como o aéreo, segue regras internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele importa uma mercadoria, vende-me antes de chegar e eu me declaro importador na hora de liberar?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – O senhor se declara importador e apresenta o documento que é a prova da propriedade da mercadoria, que é o conhecimento marítimo, endossado pelo senhor ou já em seu nome, mas só é identificado até 90 dias depois. Enquanto isso, a mercadoria fica com o depositário no porto sem que se consiga identificar quem é o dono dela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se, durante a estadia no porto, for verificado que ela é criminosa, não vai se saber quem é o responsável.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Exatamente. É uma das causas pelas quais a Santos Brasil está contestando o valor cobrado pela Receita, porque o documento apresentado é fraudulento – diz que eram óculos -, tem um valor essa mercadoria e a Receita Federal está me cobrando um valor relativo a óculos. Não sei se eram óculos que havia lá dentro. Tenho um documento falso dizendo que eram óculos. O importador não se apresentou para reclamar nenhum ressarcimento. A impressão que tenho é de que tem alguém roubando. Deve haver o crime organizado mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se desconfiar que a Polícia ou a Receita está investigando, abandona e nunca será atingido.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Apaga a luz e sai do baralho.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – E qual é a proposta?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Penso que quem deve fazer proposta seria a Receita Federal e os órgão competentes. Estou aqui interessado, como brasileiro que sou, como interveniente nas operações.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Deixe-me dizer uma coisa ao senhor. A CPI, além de ser uma comissão de investigação, também pode apresentar propostas, principalmente no caso do Executivo, de mudanças de procedimentos. O que estou entendendo aqui é de que se trata de uma mudança de procedimentos. Já sabemos aqui que existe um acordo internacional proibindo de se abrir um container. Isso é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando sai para um país vizinho que usa o porto nacional, porque foi revisto e é uma exigência da própria aduana abrir, devido ao volume de contrabando e falsificações que estavam entrando no mercado nacional. É uma mudança de acordo que fazia décadas.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Isso é uma mudança de procedimento. Por isso estamos ouvindo todos os segmentos envolvidos: transportadora, aduaneira, a própria Receita, a Polícia Civil e a Polícia Federal. Qual o procedimento que precisa ser modificado? Podemos propor que a Receita ou a Polícia Federal mude o seu procedimento, para que existam regras mais rígidas. Por isso há essa necessidade de se ouvir muito essa CPI.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Sugeriria que essa primeira medida fosse implementada, ou seja, a identificação do importador no momento em que realiza essa importação, porque temos o nome, o CPF, o cigarro que fuma, daquele que está trazendo a mercadoria para o Brasil, no momento em que a mercadoria é embarcada lá, havendo condições de rastrear e verificar se ele tem competência para isso, se tem capacidade, se realmente ele opera com aquilo. Penso que esse é um detalhe importantíssimo e que traria maior tranqüilidade a quem usa, tanto importador como despachante, depositário, a própria Receita Federal ou Polícia Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Dr. Ronaldo, temporariamente, vamos agradecer para que possamos encerrar com o nosso despachante e assim darmos prosseguimento. Penso que foi útil e muito bom. Realmente valeu. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Relator, para que dê continuidade. Depois que terminarmos aqui, pedirei que o senhor permaneça no recinto, caso haja a necessidade de algum outro esclarecimento.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Deixe-me terminar o esclarecimento daquele caso de 11 de dezembro de 2000. Deixe-me entender para saber se ocorreu mais ou menos assim. Perdoe-me V. Exª, mas sou meio neófito nesse tipo de operação.

A mercadoria chegou e foi pesada?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Esse tipo de mercadoria constava dos contêineres? V. Sª disse que, em tese, sim.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Muitas vezes, é roubada no próprio navio. Então, é recolocada alguma mercadoria e o lacre de origem sempre "bate".

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Para manter o peso, coloca-se outra mercadoria, porém sem saber o conteúdo.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – É difícil, tanto que, no conhecimento marítimo, no contêiner, diz-se: STC – é o que diz conter. Nenhuma agência marítima emite um BL em que diz conter.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Afirmar o conteúdo.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Exatamente, porque é carregado no depósito do exportador, chega lacrado e, aparentemente, contém.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Infelizmente, chegamos à conclusão de que o nosso sistema é muito frágil em tudo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Reafirmo que não há nenhuma acusação a V. Sª. Precisamos entender o que está ocorrendo. Preste atenção. Por sermos leigos, procuramos primeiramente aprender para oferecer a nossa contribuição e chegar ao ponto que V. Sª sugeriu. A partir desse momento, receberemos as suas sugestões para que realmente tomemos algumas medidas.

Saem três contêineres que V. Sª liberou, mas chegam apenas dois a Corumbá com o lacre inviolado e vazio. Ajude-me a explicar essa situação. V. Sª está há mais de 20 anos nesse trabalho e deve ter visto muitos fatos semelhantes ocorrerem. Que mágica faz tudo sumir? O peso de um contêiner vazio é diferente do de um cheio. Ontem, presenciamos essa situação **in loco**: um contêiner chegou oficialmente vazio, mas apresentava dois mil quilos. A Polícia Federal apreendeu o contêiner, abriu-o e encontrou alguns motores usados, o que é ilegal. Parece que houve um engano de remessa do porto de origem. Estão apurando o caso.

Como ocorre essa mágica? Quem acompanhar os trabalhar da CPI até o fim perceberá os detalhes, pois vamos inquirir outras pessoas. Em alguns depoimentos, há, por exemplo, a declaração de que existe uma máfia chinesa e coreana atuando no Porto de Santos.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Existe essa situação?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Pode ser. Não tenho contato com nenhum chinês ou coreano. Porém, essa organização pode existir.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas V. Sª tem alguma idéia de como ocorre essa transação, de como um contêiner pode chegar vazio se saiu cheio e o lacre está inviolado? Coloca-se outro lacre? No entanto, o número não é o mesmo. Terá saído vazio?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não tenho essa explicação. Não há como lhe dar essa explicação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando V. Sª despacha, não confere, pelo menos, o peso? Sei que V. Sª não pode abrir.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Confere-se. Se o peso não bater, a própria Receita manda abrir e verifica toda a mercadoria para ver se tem a mais ou se foi roubada, se tiver a menos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Se saiu daqui, é porque o peso estava correto.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Em muitas vezes, está normal. Há apenas uma declaração "chutada" do peso na origem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Chutada?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Exatamente. O sujeito carrega um contêiner e tem a tara dele. E a mercadoria, o exportador "chuta" o peso. Isso é comum acontecer. Aqui é pesado; de acordo com o peso, a Receita manda abrir ou não para verificar a mercadoria.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o peso não pode ser "chutado'. Não estou entendendo isso.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Concordo. Não pode ser "chutado", mas normalmente é.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É aleatório?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Alguns exportadores são organizados, mas muitos não estão nem um pouco preocupados com o que possa ocorrer no destino. "Chutam" o peso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É difícil entender.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Estou lendo a audição das pessoas envolvidas nesse caso. Há pouco, V. Sª afirmou que existe um peso "Y" das mercadorias. Muitas vezes, as quadrilhas, para que não haja disparidade, retiram a mercadoria e colocam areia ou qualquer outro material num peso equivalente para, na hora da pesagem, não haver problemas. A pessoa descobre essa fraude apenas quando chega na mão de quem comprou a mercadoria. Não é assim?

Entretanto, nesse caso – estamos tratando de uma situação específica –, não se falou que os contêineres tinham areia; estavam vazios. Deixe-me entender a questão: o contêiner chegou ao País com determinado peso – em tese, as mercadorias estavam lá. V. Sª concorda comigo?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Em tese, estavam lá.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Esse fato ocorreu no porto, já em nosso País.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – No porto ou já no País.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, esses contêineres entraram com essas mercadorias, porque, senão, conteriam outra mercadoria mas a tara seria diferente. Concorda?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Depende da capacidade do bandido de colocar uma mercadoria com o mesmo peso da anterior.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Mas não havia nada no contêiner; apenas vento.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Então, houve...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Ocorreu em nosso País.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Sem dúvida.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Continuando a análise, quando essa mercadoria desce, ela vai para um depósito?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Fica em Santos Brasil ou na Líder.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O contêiner chegou lacrado e com as mercadorias, teoricamente, em seu interior por causa do peso. Há muita diferen-

ça. Entretanto, desse momento até o inquérito, o contêiner chegou a determinado local também lacrado, porém sem mercadoria.

É verdade que existem várias maneiras de se abrir um contêiner sem romper o lacre?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Já ouvi falar.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Já ouviu falar?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Já ouvi falar, mas eu...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – V. Sª ouviu falar quem faz isso?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – As quadrilhas.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – As quadrilhas que atuam no porto?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não. No transporte ou no porto.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – No transporte?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – No transporte também.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – No porto, não?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – No porto também pode ser.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Pode ser?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Perfeitamente.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, quando esses contêineres saíram – deixe-me entender, pois estamos montando um quebra-cabeça –, chegaram com mercadoria e ficaram lacrados, mas chegaram no outro local com lacre sem mercadoria.

Quando essa mercadoria sai e é repassada para o transportador, não é novamente pesada?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não obrigatoriamente.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Não obrigatoriamente? Quando é pesada?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Quando a transportadora requer para seguridade própria.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Não é um risco para a transportadora receber essa mercadoria sem pesar?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – No porto, ela recebe pesada.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Ela recebe pesada.

O SR. – E deve passar recibo pesada.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, na hora em que essa mercadoria é desembarcada do navio, ela é entregue ou não para a transportadora que fará o transporte? Qual é o meio-termo? Quando essa mercadoria específica chegou, ela foi pesada.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Qual é o navio mencionado?

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Não sei.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Está na DTA, no meio.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – V. Sª está entendendo o meu questionamento?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, vou-lhe explicar. Essa mercadoria entrou no País pesada e lacrada. Não é assim que funciona? Entrou lacrada e pesada?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Entrou, é pesada.

O SR. – É pesada quando entra no depositário.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quem é o depositário nesse caso?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – A Libra.

O SR. – Então, quando a empresa recebeu a mercadoria e esta entrou no seu depósito, ela pesou. Quando sai, ela entrega mediante o recibo do transportador rodoviário designado.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quero solucionar exatamente essa questão. A Libra recebeu essa mercadoria pesada como depositária?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Passou o recibo para o navio.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Passou o recibo para o navio, informando que recebeu a carga e que continha um peso equivalente a tal valor, conforme constou.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Depois do depositário, a Libra, quando vai passar para o transportador, novamente pesa ou não?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Normalmente é pesado.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Normalmente é pesado.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Na Libra, não.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Na Libra não é pesada?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – O terminal da Libra está aqui.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – V. Sª é da Libra? Então, explique-nos esse caso. Tentaremos solucionar esse quebra-cabeça.

V. Sª conhece esse caso específico? V. Sª é o Sr. Mauro Salgado?

O SR. MAURO SANTOS SALGADO – Meu nome é Mauro Santos Salgado.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – V. Sª conhece esse caso específico de que estou falando?

O SR. MAURO SANTOS SALGADO – Cheguei ao plenário às 10 horas e a audiência já estava em andamento. Então, não tenho conhecimento.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, isso ocorreu na data de 11 de dezembro de 2000. De três contêineres, só chegaram dois e ambos vazios. Conhece este caso?

O SR. MAURO SANTOS SALGADO – Não, não conheço.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Tinha sistem, o outro, partes de um trator; o outro, relógios.

O SR. MAURO SANTOS SALGADO – Não, eu não tenho conhecimento.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quero entender o seguinte. Ajude-nos a encontrar onde está o erro aí. Mercadoria chegou do navio e foi entregue para o depositário a Libra. Foi pesada.

O SR. MAURO SANTOS SALGADO – Foi pesada.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Estava lacrado e foi pesado?

O SR. MAURO SANTOS SALGADO – Sim.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, as mercadorias estavam lá dentro.

O SR. MAURO SANTOS SALGADO – Sim, imagino que sim.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Em tese, sim. Depois que a Libra recebe essa mercadoria, é preciso uma transportadora para levar até o local indicado?

O SR. MAURO SANTOS SALGADO – Exatamente. O representante do importador faz o trâmite de despacho aduaneiro, apresenta a documentação e uma transportadora...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quando a Libra vai passar isso para a transportadora, é novamente pesado?

O SR. MAURO SANTOS SALGADO – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Não é pesado?

O SR. MAURO SANTOS SALGADO – Não é, porque essa determinação não existe no regulamento aduaneiro ou na regulação. É pesado ou quando há uma suspeita de alguma coisa da própria Receita Federal, que nos pede para pesar, ou quando o importador solicita a pesagem. Nesses casos, é pesado. Fora isso, não pesamos. A carga fica armazenada em nossa área alfandegada e monitorada 24 horas.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Não há risco?

O SR. MAURO SANTOS SALGADO – Entendemos que o risco é muito próximo de zero.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Já aconteceu algum caso de desaparecer conteúdo enquanto a carga está ali armazenada?

O SR. MAURO SANTOS SALGADO – De abrir container e retirar carga dele, ficando vazio, não temos esse registro.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, nesse caso específico, essa mercadoria, em tese, pelo que o senhor está afirmando, desapareceu depois que a Libra despachou para o transporte?

O SR. MAURO SANTOS SALGADO – Sim, é o que me parece mais provável.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Posteriormente, vamos ouvir o pessoal de transporte.

Nesse caso, que grupo foi transportador?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Inteli.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Sr. Presidente, da minha parte, por enquanto, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor tem mais alguma coisa a acrescentar, Sr. Marcelo?

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Agradeço a sua participação e solicito ao senhor que se retire e que se mantenha na Câmara dos Deputados, mas fora do plenário, pois pode ser necessário o seu retorno à Comissão.

O SR. MARCELO BARBOSA BARROS VASCONCELOS – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Agradeço-lhe antecipadamente.

Vamos ouvir o Sr. Artur Kohler.

Sr. Naurides, por favor.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Vamos fazer esse pingue-pongue para juntar as peças.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Seu nome, por favor.

O SR. ARTUR KOHLER – Kohler. K-o-h-l-e-r.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Sua identidade, por favor.

O SR. ARTUR KOHLER – 490.262

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Idade?

O SR. ARTUR KOHLER – 32 anos.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – CPF?

O SR. ARTUR KOHLER – 481.326.831-53.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Estado civil?

O SR. ARTUR KOHLER – Separado judicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Residência?

O SR. ARTUR KOHLER – Rua Guerra Junqueira, nº 72. Bairro de São Bento. Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Profissão?

O SR. ARTUR KOHLER – Tenho empresa de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor é empresário?

O SR. ARTUR KOHLER – Empresário.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso..., da Constituição Federal?

O SR. ARTUR KOHLER – Comprometo-me, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor pode, por favor, assinar o compromisso?

Desde quando o senhor trabalha no ramo de transporte?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu comecei em 1987, como agenciador de cargas, o famoso agenciador que fica no posto. Ligava para a transportadora, perguntava se havia carga, negociava com o motorista, negociava uma comissãozinha. Comecei assim, em 1987. Depois que eu vim a ter empresa.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor fundou sua empresa quando?

O SR. ARTUR KOHLER – No dia... A ITL, no dia 10 de abril de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Antes o senhor teve outra?

O SR. ARTUR KOHLER –Eu tive uma empresa minha, a Artur Kohler ME, que era a agenciadora de cargas, a prestadora de serviços. Isso em Campo Grande; a ITL foi em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor confirma que a sua empresa, a ITL – Internacional de Transportes foi contratada em dezembro de 2000 para a simulação de transporte de três contêineres?

O SR. ARTUR KOHLER –Conforme depoimento que prestei na DPF de Corumbá, Mato Grosso do Sul, onde ocorreu esse fato e onde inclusive fui detido, fui realmente procurado por pessoas, coagido a fazer isso aí, como está no meu depoimento. Posso...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor foi procurado por pessoas...

O SR. ARTUR KOHLER – Que me coagiram praticamente a fazer isso...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor foi coagido? Quem são essas pessoas?

O SR. ARTUR KOHLER – Quando estava... tenho a empresa desde 1997, conforme relatei para o senhor. O senhor pode fazer um levantamento na Receita de Santos, onde for, a ITL foi aberta para fins de transporte rodoviário internacional. Comecei a operar realmente com ela em outubro de 1997. Eu trabalhava transportando vidros para a Companhia Santa Marina. Vou ter que me alongar um pouco para o senhor entender. Eu transportava vidros para a Companhia Santa Marina de São Vicente, transportava para a Companhia Brasileira de Cristal de Jacareí, de Caçapava, transportava para a Arco do Brasil, de produtos alimentícios, transportava para Dorma, de fechaduras, esses materiais.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor tinha caminhão próprio?

O SR. ARTUR KOHLER –Tinha. Na época, eu tinha seis caminhões, seis conjuntos: cavalo e carreta. Eu vinha sempre trabalhando no transporte nacional, que era mercadoria. Eu carregava aqui e descarregava em Corumbá. Depois eu comecei a fazer o transporte de contêineres, quando conheci o despa-

chante Marcelo Barbosa. Tenho conhecimento também com o pessoal do Expresso Araçatuba e perguntei quem conhecia um bom despachante em Santos. "O Sr. Marcelo Barbosa é nosso despachante". O Expresso Araçatuba é uma empresa nacional de renome...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor contratou o Marcelo?

O SR. ARTUR KOHLER – Não é contratou, porque o processo de trânsito, quem contrata na realidade, quem faz uma procuração para o despachante é o importador, não é a transportadora.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – E nesse caso era qual? A Santos Brasil?

O SR. ARTUR KOHLER – Não, a importadora, no caso, transportava de Santos para Corumbá, que é Brasil, e as cidades bolivianas dali para frente. Então, quem faz essa procuração... primeiro, a Receita exige um credenciamento, que seja feito um cartão de credenciamento para que seja efetuado esse transporte, ou seja, credencia o importador, que vai comprar essa carga lá fora – Estados Unidos, qualquer outro País. Esse importador boliviano vai ter que fazer uma procuração nos moldes da Receita Federal, em nome de um despachante brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Que foi feito pelo Sr. Marcelo?

O SR. ARTUR KOHLER – ...que foi feito pelo Sr. Marcelo. Eu tinha vários clientes, eu sempre transportei. Pegava carga aqui, levava lá, entrava na...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Isso eu já entendi. O senhor transportava para várias empresas daqui, de São Vicente...

O SR. ARTUR KOHLER – Eu só frisei isso porque eu transportava tanto a mercadoria brasileira de exportação dessas empresas que eu citei – Santa Marina, Arco.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Quanto às de importação.

O SR. ARTUR KOHLER – Na realidade, não é importação. Essa mercadoria, quando vem de fora, está destinada, vai para a Bolívia, não é uma importação, é uma passagem, um trânsito. Por isso usa-se até um documento...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Então, vamos falar da coação.

O SR. ARTUR KOHLER – Deixe-me só terminar de falar. Usa-se um documento chamado DTA. Para fazer essa DTA, tem que ter a procuração do importador para o despachante, que assina como representante legal do importador que está no outro país.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Já entendi. O senhor vinha trabalhando normalmente para várias empresas, tudo certo, e foi chamado para fazer o transporte de três contêineres para a Bolívia.

O SR. ARTUR KOHLER – Comecei a receber ligações. Não sei se o senhor tem em mãos o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Tenho, mas não tive acesso a todo ele. Quero que o senhor conte a história para mim.

O SR. ARTUR KOHLER – Tudo bem. É um pouquinho longa, mas vou lhe narrar toda. Aqui em Santos eu vinha muito poucas vezes. Como era o procedimento? O documento chegava, que é o BL Marítimo, eu enviava para o despachante, ele montava a DTA, fazia todo o procedimento na Receita, e falava: "Manda o caminhão tal dia". Carregava e ia embora. Eu raramente vinha aqui. Tinha, às vezes, contato telefônico com ele. Não tinha necessidade de vir aqui. E eu tinha um movimento considerável.

O carregamento é uma grande falha que acho nesses terminais. Só carregava no Terminal 36, que é de onde partem os contêineres para trânsito, tanto Bolívia quanto Paraguai. E essa é uma falha pessoal que eu acho. O terminal é aberto. Qualquer um pode chegar ali, pode olhar, pode pegar a placa do caminhão, pode ver o número do contêiner, certo? Pode ver a placa da carreta, a cor, pode acompanhar a hora que o caminhão sai. O caminhão saiu dali, ele pode acompanhar. Então, no meu entender, é um ato falho que, digamos assim, facilitaria a ação de marginais.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Sei, Sr. Artur. Tudo bem. Gostaria até, para objetivarmos um pouco... Estou entendendo, mas é que temos muito trabalho hoje ainda.

O SR. ARTUR KOHLER – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Alguns detalhes eu gostaria que passassem. Se houver alguma dúvida, perguntaremos. Gostaria de ser um pouco mais objetivo na questão dos três contêineres. O senhor foi contatado, recebeu alguns telefonemas.

O SR. ARTUR KOHLER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor estava aí. Então vamos lá.

O SR. ARTUR KOHLER – Comecei a receber telefonemas mais ou menos no dia 10 de novembro. Dez, doze, mais ou menos.

A pessoa ligou para mim e falou: "Artur, você não é da ITL?" Falei: "Sou". "Você faz transportes?" Falei: "Faço. Minha transportadora é aberta, habilitada, tudo, tem permissão". "É, tem uns contêineres

para carregar." Falei: "Olha, meu amigo, você precisa fazer todo um procedimento". E expliquei os procedimentos. Ele falou: "Não, eu queria conversar com você". Eu falei: "Você pode falar. Não tenho nada que esconder". Falei isso por telefone. Ele falou assim: "É que eu tenho uns contêineres e quero mandar uma mercadoria agora para o Natal. E quero retirar essa mercadoria". Falei: "Mas eu não mexo com importação", ainda falei.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Ele se identificou?

O SR. ARTUR KOHLER – Falou que se chamava Beto. Deu o nome de Beto. Só falou isso. Esse foi o primeiro contato. Eu falei: "Olha, eu não mexo com importação. Com exportação e trânsito".

Aí, quando foi mais ou menos no finalzinho de novembro, não me recordo, 28, início de dezembro, é que realmente...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Não. É desnecessária essa precisão.

O SR. ARTUR KOHLER – Ele me ligou e falou: "O negócio é o seguinte: eu sei que você tem seis caminhões", e me deu as placas dos meus caminhões. E falou: "Você tem a sua senhora. Ela faz faculdade na Uniban, na turma de Direito na unidade Maria Cândida. Você tem um filho de cinco anos, certo? Estuda no Colégio Miosótis, lá em Santa Ignês, em São Paulo..." O cara falou mais da minha vida que até eu às vezes não me recordo. Falou: "Olha, você carrega vidro, você carrega na Arco, certo?" E falou: "Olha, eu vou mandar uns contêineres e você vai ter que tirar para mim. Você vai ter que se virar, se não, eu vou... A coisa vai ficar feia para o seu lado, porque eu tenho um pessoal muito forte atrás de mim". Veja bem, foram as palavras dele.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – E se identificando ainda como Beto?

O SR. ARTUR KOHLER – Como Beto.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – E era a mesma voz?

O SR. ARTUR KOHLER – Mesma voz, certo? Falei: "Moço, mas eu não posso fazer isso". E falei: "Primeiro, vou perder meu ato declaratório, estou arriscado a perder um caminhão, se der algum problema". Expliquei tudo para ele. E falei: "Não é o meu feitio. Eu trabalho certinho. Você pode ver minha documentação, se vier alguma auditoria... Pago os meus impostos. Tudo. Está aqui tudo declarado".

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – E aí, o que você fez?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu relutei, relutei. Ele falou: "Olha,..." Aí, eu já tinha mudado...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Você procurou a Polícia?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu não procurei porque achei que o cara...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Não fez nenhuma denúncia?

O SR. ARTUR KOHLER – Não fiz. Ele ia desistir. Aí ele falou, depois, na terceira ligação... Eu já tinha mudado. Tinha mudado há uns dois meses para Campo Grande. Ele falou: "Olha, você mudou para Campo Grande. Sua esposa está lá sozinha, você vem trabalhar aqui em São Paulo, certo? Você sai às vezes de madrugada num vôo da Vasp, lá pelas 3:50..." Ele começou a dar muitos detalhes, eu comecei a ficar amedrontado. Ele falou: "Olha, o negócio é o seguinte: você vai ter que fazer. Se você não fizer, nós vamos te apagar, vamos incendiar caminhão seu, vamos começar a roubar suas cargas". Ele me deixou realmente... Eu temi mais pela vida do meu filho.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Você chegou a ver o Beto pessoalmente?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele me encontrou um dia de noite, eu estava na esquina da... Eu ficava hospedado ali no Hotel King, na Conselheiro Neves com a Rua Aurora. Eu estava na esquina, na Conselheiro Neves, mais para baixo, numa padaria. Ele me ligou no celular e disse: "Espera que eu vou aí". Foi quando ele me entregou os documentos dos três contêineres. Para o senhor ter uma idéia, ele sabia até o nome das firmas que eu carregava. Então, o que ele fez? Despachou os contêineres em nome das mesmas firmas que eu carregava, para não levantar nenhuma suspeita. Nesse dia, ele me ligou às 9h30min da noite. Eu saí do hotel. Ele disse: "Fica parado na esquina". Eu estava parado nessa esquina, ele subiu pela rua Aurora, virou com o farol alto e encostou. Eu só vi ele dentro do carro. Era um cara de uns 35 ou 38 anos, forte. O carro era importado; não consegui ver...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Além de coagir você, quem mais ele coagiu?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele falou para mim: "Artur, se não der certo, você tem que se virar. Nós queremos a mercadoria."

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Mas você era o transportador, ele precisava também resolver outros desembaraços com outras pessoas. Ele também pressionou o Marcelo?

O SR. ARTUR KOHLER – Não, porque, naquele dia em que ele me entregou os documentos, foi quan-

do eu vi que eram os nomes das firmas para as quais eu fazia o transporte rotineiramente, habitualmente. O senhor veja que até isso ele sabia, porque, na Receita, é aberta a listagem DTA. É também outra falha.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Qualquer pessoa pode saber.

O SR. ARTUR KOHLER – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Então não é "até isso". Qualquer um sabe, então não é "até isso".

O SR. ARTUR KOHLER – Para o senhor ver, ele me trouxe documentos de embarque marítimo em nome dessas empresas. Nesse dia em que ele me entregou os documentos, ele falou: "Você tem que carregar os caminhões e me entregar, senão vamos sumir com os seus caminhões e vamos matar o seu filho." Ele falou dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Como ele desembaraçou os documentos aqui na saída?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele me entregou os documentos, eu enviei para o Marcelo e disse: "Marcelo, esse aqui é mais um caso que o cliente me mandou", como se fosse normal. Eu estava bem amedrontado, bem apavorado. Como se fosse normal, eu entreguei para o Sr. Marcelo e não mencionei o que era.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Como foi feito o transporte para Corumbá? Dois contêineres chegaram lá e um não?

O SR. ARTUR KOHLER – Porque um caminhão não era meu.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Era contratado?

O SR. ARTUR KOHLER – Era contratado.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Mas era contratado para fazer o transporte.

O SR. ARTUR KOHLER – Sim, mas não fui eu que contratei. Eles que mandaram esse caminhão carregar. Eles me passaram os dados; eu passei para o despachante e falei: "Esse caminhão vai carregar". Era o que fazíamos. Eu passava os dados para o despachante.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Dois foram em seus caminhões?

O SR. ARTUR KOHLER – Dois foram em caminhão meu.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Como chegou vazio lá? Você pegou aqui com o produto?

O SR. ARTUR KOHLER – Quando pegamos o contêiner, como eu peguei aqui, nunca vi pesar nenhum contêiner aqui no porto, porque nunca vem um tíquete de pesagem para mim, para conferir o peso. Eu fazia a minha documentação baseada na documentação que eu recebia de fora, que era o BL marítimo e a fatura comercial. É isso o que você precisa para fazer a documentação de trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Você acompanhou o carregamento?

O SR. ARTUR KOHLER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Onde você estava?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu estava em São Paulo nesse dia. Eu não quis nem acompanhar, porque falaram para mim que se desse qualquer problema... Uma que eu não tinha costume de vir aqui. Se eu viesse aqui... Ele falou: "Você nem vá lá, porque pode até chamar a atenção. Você só carrega, manda para lá os caminhões depois do pedágio. Se estiver subindo a Anchieta, pára depois do pedágio e manda o seu motorista descer, porque nós vamos te entregar, depois vamos te ligar e vamos te entregar os seus caminhões." E foi o que eles fizeram, conforme eu relatei.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O transporte não foi feito nem por funcionário seu?

O SR. ARTUR KOHLER – Não. Após o pedágio, eu parei esse caminhão e segui a ordem dele. Mandei o motorista descer e...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Você sabia que isso tudo era rolo, não é?

O SR. ARTUR KOHLER – Sim, mas ele falou para mim que se eu não...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, se eu ligar para o senhor e disser: "Eu sei onde moram a sua mulher, o seu menino, o seu fulano de tal, e o senhor vai ter que carregar um caminhão de cocaína para mim", o senhor vai, com medo de acontecer alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Artur, você acha que está num lugar sério? Acha isso aqui é sério?

O SR. ARTUR KOHLER – Lógico, com certeza, senão não teria vindo.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Porque não é possível que você ache. Não é possível que você possa pensar que vamos acreditar nessa história. Como pode ser possível uma coisa dessas? Como você pega o seu patrimônio, da sua vida, do seu trabalho, e por causa de uma ligação, porque conhecem a sua esposa, porque conhecem os seus clientes, você vai fazer o transporte?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele falou para mim: "Você está vendo o jornal, que estão matando esse chinês ou coreano?" Ele ainda falou naquele dia para mim: "Esse aqui é o seu destino, se você não fizer."

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Você foi preso em flagrante.

O SR. ARTUR KOHLER – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Você agora vai dizer que os seus caminhões foram tomados de você depois da...

O SR. ARTUR KOHLER – Não foram tomados. Mandei, segui as ordens dele para entregar os caminhões depois do pedágio.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Quanto tempo o senhor ficou na cadeia?

O SR. ARTUR KOHLER – Quanto fiquei?

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – É, com a prisão em flagrante. Quanto tempo o senhor ficou preso?

O SR. ARTUR KOHLER – Fiquei, acho, dois ou três dias, uma coisa assim. Acho que dois dias.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor saiu com **habeas corpus**?

O SR. ARTUR KOHLER – Não, saí sob fiança. Estou sob fiança.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Art. 334.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Quando o senhor foi preso?

O SR. ARTUR KOHLER – Foi, acho, no dia 19, 19 ou 20 de dezembro de 2000. Foi numa quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Um ano e meio.

O SR. ARTUR KOHLER – É, um ano e meio.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Vamos lá. Vamos para o depoimento do senhor.

O senhor começou a receber... É comum esse tipo de contrato por telefone, sem o senhor conhecer a pessoa, como o senhor disse aqui no depoimento, só no papel?

Vamos lá.

"Que no início de novembro próximo passado começou a receber telefonemas, celular pré-pago, sem possível identificação, com propostas para que o conduzido transportasse até a Bolívia mercadorias de origem estrangeira só no papel, ou seja, documentação aparentemente correta, mas que as mercadorias ficariam em São Paulo."

Explique-me isso aí. Então, o cara dizia para o senhor: olha, é uma carga para a Bolívia, mas ela não vai para a Bolívia, ela vai ficar em São Paulo. É isso?

O SR. ARTUR KOHLER – Falou para mim. Falei: Não faço esse tipo de coisa. Foi aí que ele começou a me ameaçar.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Foi aí que ele ameaçou o senhor? E o que o senhor fez?

O SR. ARTUR KOHLER – Mas ele não me ameaçou uma vez. Ele começou... Teve caminhão meu que foi perseguido.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor quer dizer que o senhor cometeu esse crime sob ameaça?

O SR. ARTUR KOHLER – Teve caminhão meu que foi perseguido na estrada.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Antes disso, o senhor já tinha algum envolvimento, algum inquérito, algum indiciamento?

O SR. ARTUR KOHLER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Um homem de bem não tem que ligar para a polícia, ir à polícia e denunciar? Procurar a Polícia Federal e dizer: estou correndo risco de vida, está acontecendo isso comigo. Não é isso, Sr. Artur?

O SR. ARTUR KOHLER – Concordo com o senhor. Só que na hora, se o senhor tiver no apavoramento...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Mas, como na hora? Foram três contatos! Deu tempo de você pensar, conversar com sua esposa.

O SR. ARTUR KOHLER – Mas foi um contato um atrás do outro.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor tem filhos?

O SR. ARTUR KOHLER – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – E não falaram de seus filhos?

O SR. ARTUR KOHLER – Mas lógico que falaram! Acabei de falar que citaram meu menino de cinco anos. Falaram: "Olha, vamos matar seu moleque, vamos te mandar ele aos pedaços". Ele foi bem... e ainda falou: "Esse negócio que você está vendo no jornal..." Falou assim: "Você está acompanhando nos jornais sobre essa turma que está morrendo de chineses, de coreanos?" Falou: "Se você não fizer, vai ser o seu destino".

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Qual foi seu contato com o Marcelo sobre esses três...

O SR. ARTUR KOHLER – Não informei nada a ele, porque essa pessoa falou: "Se essa informação vazar, você vai morrer de qualquer jeito, você e sua família".

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – E o Marcelo fez o trabalho com você sem saber?

O SR. ARTUR KOHLER – Sem saber. Mandei os documentos normalmente para ele e, como todo e qualquer outro despacho que ele fazia, ele recebeu, fez a documentação à DTA, marcou o dia de carregar, mandei os dados do motorista e ele carregou, dos caminhões e ele carregou.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O que é a máfia chinesa e coreana?

O SR. ARTUR KOHLER – Que ele citou para mim, os jornais.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Quem citou?

O SR. ARTUR KOHLER – Esse Beto falou: "Você está lendo os jornais, tem acompanhado?" Falou: "Está morrendo aí chinês e coreano". Falou, assim: "Esse vai ser seu destino, se você não resolver isso aí. Você vai ter que..."

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O que o senhor já sabia dessa máfia?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu não sabia nada, o que eu lia nos jornais.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Você não sabia nada?

O SR. ARTUR KOHLER – Que às vezes eles extorquiam, o outro comerciante não pagava. Aí apareceram as reportagens nos jornais, que eram assassinados. Isso que fiquei mais com medo. Quase todo dia sai no jornal que matou um comerciante...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quanto é que custa um transporte desse, normalmente?

O SR. ARTUR KOHLER – Quanto custa?

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – É.

O SR. ARTUR KOHLER – O frete-empresa, US$2 mil.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Dois mil dólares. E qual foi o custo desse?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele me mandou, num envelope, US$3 mil.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Mil a mais?

O SR. ARTUR KOHLER – Mil a mais. Porque eu falei: "Como é que você quer..."

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Foi um incentivo?

O SR. ARTUR KOHLER – Não, não foi um incentivo. Porque ele falou assim: "Você vai ter que pegar esses caminhões, cruzar a fronteira sem dar problema nenhum, porque, se der problema, vai sobrar para você. Se essa operação não for concluída, você vai morrer de qualquer jeito" – ele foi bem claro para mim –, "não só você como toda a sua família". Ele foi bem claro para mim e, olha, por essa luz que me ilumina...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Não fala isso, não, que ela cai na cabeça do senhor.

O SR. ARTUR KOHLER – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Como era grande o esquema de roubo de carga aqui no porto? Você afirmou isso também.

O SR. ARTUR KOHLER – Roubo de carga? Não afirmei isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Desvio de carga.

O SR. ARTUR KOHLER – Acho que o senhor está equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor "temia por sua vida, uma vez que era muito grande o esquema de desvio de cargas, com transporte apenas da documentação das mercadorias". Palavras suas.

O SR. ARTUR KOHLER – Como é? Que eu temia...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor disse ao mesmo policial que "temia por sua vida, uma vez que era muito grande o esquema de desvio de carga com o transporte apenas da documentação das mercadorias".

O SR. ARTUR KOHLER – Eu falei que era muito grande..

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Que o senhor também falou sobre a existência das máfias chinesa e coreana nesse tipo de negócio.

O SR. ARTUR KOHLER – Sim, eu falei para o policial: devem ser máfias coreana e chinesas, porque citei o caso do jornal para ele como solicitando dos jornais, não foi do jornal. Certo? Aí ele falou: "Você tem certeza que é da máfia coreana?" Eu disse: "Eu não sei. Se você quiser colocar no depoimento, coloque, eu não posso nem dizer que sim nem dizer que não. A pessoa me falou que se eu não fizesse o meu destino... eu ia aparecer no jornal, igual esse pessoal que tinha sido assassinado. O primeiro ia ser o meu filho". Ele falou: "Nós vamos retalhar o seu filho em pedaço". O senhor vai sentir o quê, se uma pessoa chegar e falar para o senhor: vamos pegar o seu filho, um menino de cinco anos, arrancar uma perna aqui, uma perna para lá...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Você quer saber o que vou fazer? Você realmente quer saber?

O SR. ARTUR KOHLER – O senhor me desculpe, mas é que...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor quer dizer para nós que cometeu o crime por causa dessa ameaça?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu fiquei realmente com medo da minha família...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor é um cara-de-pau, isso é que o senhor é! Como é que o senhor quer dizer para a CPI: eu cometi esse crime, porque um cara me ligou e disse que ia retalhar meu filho? Qualquer pessoa de bem teria ido à polícia denunciar isso.

Olha o que senhor fez, vamos lá então! O senhor, como transportar, deveria entregar isso para alguém. O que o senhor fez? O senhor pegou os seus caminhões, tirou os seus motoristas, entregou para dois outros motoristas e depois recebeu de volta. Não foi isso que o senhor fez?

O SR. ARTUR KOHLER – Foi.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então! Isso é coisa de uma pessoa honesta fazer? De uma transportadora honesta? O senhor, como transportador decente, tinha que levar isso até o fim e entregar, e o senhor afirma aqui, no seu depoimento, que depois do pedágio o senhor pegou os seus motoristas, tirou os seus motoristas, e entregou o caminhão para outros dois motoristas, para fazer Deus sabe lá o quê!

O SR. ARTUR KOHLER – Eu não estava no pedágio, eu dei ordem....

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Mas o senhor determinou isso.

O SR. ARTUR KOHLER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Quem eram seus motoristas? O senhor lembra o nome deles?

O SR. ARTUR KOHLER – O Davi Murilo Fratari e acho que Otoni Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Eles foram ouvidos já na Polícia?

O SR. ARTUR KOHLER – Foram, foram ouvidos. Não sei se o senhor recebeu aí, eles foram ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – É? Aí depois do pedágio o senhor foi lá e tirou os motoristas?

O SR. ARTUR KOHLER – Não, eu não estive no pedágio.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Ele determinou aos motoristas que entregassem...

O SR. ARTUR KOHLER – Eu determinei aos motoristas que parassem...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) –.... aos motoristas que entregassem a ...

O SR. ARTUR KOHLER – la ter um carro, que parassem... depois do pedágio, eles pararam, provavelmente esse carro devia estar seguindo eles desde aqui de baixo, que ele falou...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – la ter um carro. Qual carro?

O SR. ARTUR KOHLER – Um gol branco. Após pararem no pedágio, automaticamente encostou o carro, desceu dois elementos, isso o motorista me relatou depois, que desceu dois elementos...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Esses elementos foram presos também com a carga lá em Corumbá?

O SR. ARTUR KOHLER – Qual elementos? Os motoristas?

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Esses dois que dirigiram o seu caminhão?

O SR. ARTUR KOHLER – Não, porque eles dirigiram o meu caminhão aqui, depois do pedágio, e depois entregaram esse caminhão no quilômetro 29 da Castello.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quanto tempo demorou? Quanto tempo esses outros dois ficaram com os caminhões em seu poder?

O SR. ARTUR KOHLER – Em torno de quatro horas.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Foi nesse momento que tiraram a carga, não é?

O SR. ARTUR KOHLER – Provavelmente, se tinha carga....

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Mas depois devolveu?

O SR. ARTUR KOHLER – Se tinha a carga...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – ...lacrado e vazio.

O SR. ARTUR KOHLER – Só que só fui constatar que estava vazio lá.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Sim, mas o senhor acha que essa pessoa mandou o senhor entregar os caminhões, o senhor determinou aos seus motoristas que entregassem esses caminhões para quê? O que o senhor imaginou? Que fosse para quê?

O SR. ARTUR KOHLER – Não, eu tinha certeza que iam retirar, agora, falei, a constatação...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor tinha a certeza... Repita, por favor.

O SR. ARTUR KOHLER – Sim, porque se eles pediram para...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor tinha certeza de quê?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu tinha certeza que eles iam retirar, porque se eles pediram ...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Que eles iam tirar?

O SR. ARTUR KOHLER – É. Por quê? Agora falei, a constatação ...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então o senhor está afirmando que tinha certeza de que eles iam tirar as mercadorias. É isso que o senhor disse?

O SR. ARTUR KOHLER – Mas eles falou para mim que eles queriam as mercadorias.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – É isso que o senhor disse?

O SR. ARTUR KOHLER – É, uai!

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então está certo.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Quais eram os seus caminhões?

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então as mercadorias seriam roubadas, e o senhor sabia disso? O senhor sabia que as mercadorias então seriam roubadas ou desviadas ou furtadas?

O SR. ARTUR KOHLER – Na realidade...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor sabia?

O SR. ARTUR KOHLER – Mas ele falou para mim que eu tinha que fazer esse serviço porque ele queria as mercadorias dele.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então o senhor sabia que as mercadorias iam ser retiradas dos contêineres?

O SR. ARTUR KOHLER – Iam ser retiradas? Eu imaginava, não tinha certeza. Só podia ser para isso.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Só podia ser para isso?

O SR. ARTUR KOHLER – Lógico.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então o senhor sabia, então o senhor participou disso, não?

O SR. ARTUR KOHLER – Não, eu não retirei mercadoria

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor está dizendo para nós...

O SR. ARTUR KOHLER – Eu não retirei mercadoria nenhuma.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Deixe eu voltar. O senhor não retirou, claro que o senhor não retirou.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – No mínimo é cúmplice.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Eles ficaram quatro horas com esses contêineres, eu perguntei ao senhor para quê. Ah, não, eu sabia que eles iam retirar as mercadorias.

O SR. ARTUR KOHLER – Tudo indica que sim. Tanto é que foi constatado lá na abertura que não tinha mercadoria.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – É bom o senhor ter afirmado que sabia disso, vai ser muito importante. Esse caso vamos acompanhar de pertinho, com a CPI, esse inquérito, para dar a devida celeridade de que precisa.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Deixe-me só ler um negócio para ele aqui. Seu Artur Kohler...

O SR. ARTUR KOHLER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito.

"Art. 4º Constitui crime: impedir ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de comissão parlamentar de inquérito ou o livre exercício das atribuições de qualquer de seus membros."

"Art. 2º Fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a comissão parlamentar de inquérito (pena do art. 342 do Código Penal)."

O senhor pode ser preso aqui, agora, e sem fiança, sem condição de sair. O senhor perde todo esse direito.

Então, estamos lhe dando o direito de o senhor, por favor, contar a verdade para nós, porque está muito claro para todos que isso é uma grande "engalobação" que o senhor está fazendo com a CPI.

O SR. ARTUR KOHLER – Mas eu estou lhe falando, Deputado, doutor, não sei. Eu estou lhe falando: eu fui realmente procurado, porque eu relatei naquele dia sobre toda essa coação que sofri e venho...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Que caminhão era o do senhor?

O SR. ARTUR KOHLER – O senhor tinha perguntado. Dois scania 112/86.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Que ano?

O SR. ARTUR KOHLER – 86.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Qual é o preço do caminhão?

O SR. ARTUR KOHLER – Em torno aí de, cavalo em carreta...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – 50, 60 mil...

O SR. ARTUR KOHLER – 50, 60 mil cada um.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – E o senhor pega um patrimônio seu, de 50, 60 mil, R$120 mil os dois, e entrega para um pessoa, tudo porque houve telefonema, porque uma pessoa o ameaçou, porque falou de seu filho, de sua mulher. Realmente nisso aí devemos acreditar. Qualquer cidadão faria isso? Pega um patrimônio por que lutou, trabalhou, conseguiu pela vida afora e entrega, deixa pra lá... pode acontecer.

Você pegou seu filho e pôs junto de você pelo menos?

O SR. ARTUR KOHLER – Meu filho... como é que é? Se eu peguei...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Começou a ficar mais próximo de seu filho para proteger?

O SR. ARTUR KOHLER – Fiquei.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor anda armado?

O SR. ARTUR KOHLER – Não, não posso. Uma, que a lei não permite. Não tenho porte.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Não? Ah, o senhor não gosta de infringir lei, não é? A lei não permite que o senhor ande armado.

O SR. ARTUR KOHLER – Eu nunca andei armado.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Mas participar de um roubo pode?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu, na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor sabia que era roubo. O senhor acabou de dizer.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor acabou de afirmar que sabia que eles iam levar a mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Quer dizer, o senhor não pode infringir a lei para usar uma arma para defender um filho seu que está sendo ameaçado e uma esposa. Aí o senhor não pode infringir a lei, mas pode infringir para pactuar com um roubo, com um desvio.

O SR. ARTUR KOHLER – Isso aí, eu estou pagando por isso e ainda vou pagar e vou ter mais a pagar...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor não está pagando ainda; o senhor vai pagar, se Deus quiser.

O SR. ARTUR KOHLER – Eu posso concluir? Primeiro, quando aconteceu esse fato, eu perdi todos os clientes, perdi todo o transporte, me aproximei ainda mais da minha família, porque eu era separado judicialmente e voltei a viver com a minha família, certo? O senhor perguntou se isso reaproximou. Lógico que reaproximou. Hoje meu filho não sai sozinho na rua; ou é comigo ou com a minha esposa. Não sai. O colégio... eu levo, eu busco. Eu tenho medo ainda que esse pessoal venha a me procurar e faça alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Teve contato de novo com o Beto?

O SR. ARTUR KOHLER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Vamos ver até aonde vai continuar essa história aí.

O SR. ARTUR KOHLER – Não tive.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Nunca mais!

O SR. ARTUR KOHLER – Nunca mais. O senhor pode pegar o celular que eu usava, o senhor pode fazer uma checagem se teve alguma ligação.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Não teve?

O SR. ARTUR KOHLER – Não teve.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor disse que o celular era pré-pago, então não constava identificação.

O SR. ARTUR KOHLER – Não. Pega o meu celular que eu recebia a ligação.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Vamos lá. Vamos continuar aqui! Relator, V. Exª me permite? Vamos lá. Depoimento do senhor. Quer ver?

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor me dá seus telefones, por favor? Só para passar o número, que nós já vamos providenciar...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quebrando o sigilo dele? Da época.

O SR. ARTUR KOHLER – 9900 0501

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – De onde?

O SR. ARTUR KOHLER – São Paulo. Meu telefone celular...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – 011?

O SR. ARTUR KOHLER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Outro? Tem?

O SR. ARTUR KOHLER – Os telefones do escritório que eu tinha, só que como eu desativei a empresa, já deve ser...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Mas o senhor lembra o telefone?

O SR. ARTUR KOHLER – Lembro. É... 229... Não lembro se era 63... Posso lhe passar isso, pegar em algum papel... 6387.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – 6387...

O SR. ARTUR KOHLER – Não tenho bem certeza... ou 89. Realmente não me recordo. Faz dois anos quase isso aí. E 229 1673, também... Se não é, é bem parecido, mas eu tenho como levantar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – 16...

O SR. ARTUR KOHLER – 73.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – 73. Os dois são da ITL?

O SR. ARTUR KOHLER – Da ITL.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – E 067 99844652?

O SR. ARTUR KOHLER – Esse era o celular que eu usava, porque eu já residi em Campo Grande.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, 067-99844652. Foi nesse telefone que os motoristas ligaram para o senhor?

O SR. ARTUR KOHLER – Os meus motoristas. Eles estavam na estrada. Quando eu não estava no escritório, eu estava em Campo Grande, quando eu estava em São Paulo, eu usava esse 9900 e quando eu estava em Campo Grande, esse 06799...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Você se lembra do número do Beto? O seu telefone não tinha bina?

O SR. ARTUR KOHLER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Não?

O SR. ARTUR KOHLER – Era um... O aparelho dizia: chamada, identificação não disponível. Bem assim, no visor.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quem mais teve contato com o Beto além do senhor?

O SR. ARTUR KOHLER – Que eu saiba, ninguém. Só eu.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Será que esse Beto existe?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu vi ele. Se ele se chama Beto...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quem mais viu?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu estava sozinho no dia que eu vi ele.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Ninguém mais teve contato com esse moço? Ninguém mais sabe da existência desse tal de Beto?

O SR. ARTUR KOHLER – Da minha empresa, que eu saiba, não.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Mas ninguém mais? O Marcelo também não?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu acho que não. Só se o Beto procurou ele. Porque por meu intermédio, não.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Deputado, vou determinar a quebra de sigilo telefônico desses quatro números que foram passados à Secretaria para oficiar às companhias telefônicas.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor, na época, tinha conta em quais bancos?

O SR. ARTUR KOHLER – Só tenho uma conta no Banco Itaú.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Só essa? Não tem outra? E a empresa, conta jurídica?

O SR. ARTUR KOHLER – No Banco Itaú também.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então o senhor passa para nós os números porque vamos checar, quebrar o sigilo dessas contas.

O SR. ARTUR KOHLER – O senhor quer o número das contas?

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Daqui a pouco pegaremos com o senhor. Dê a ele um papel, para escrever o número das contas. Não há necessidade de torná-las públicas.

Vamos dar entrada a Agesa. A Agesa é a aduana.

O SR. ARTUR KOHLER – É o armazém alfandegado.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O funcionário Washington, o senhor já o conhecia? Era o primeiro contato?

O SR. ARTUR KOHLER – Era.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Como o senhor o convenceu a dar entrada e saída dos cami-

nhões? Os US$3 mil que o senhor recebeu, quem entregou o envelope?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu cheguei no escritório, num sábado de manhã, penso que dia 15 ou 16 de dezembro. Tinha um envelope debaixo da porta.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Debaixo da porta?

O SR. ARTUR KOHLER – Esse prédio o senhor pode mandar chegar na Av. Casper Líbero, 390. O senhor entra lá, ninguém anota RG...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Mas estava debaixo da porta?

O SR. ARTUR KOHLER – É, foi enfiado em baixo da porta.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – E se alguém... Quem trabalhava nesse local além do senhor?

O SR. ARTUR KOHLER – Trabalhava eu e o meu gerente, que é o Sr. Alberto Dibe.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Só os dois?

O SR. ARTUR KOHLER – Só. Tinha uma secretária, mas sábado...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Ele não teve um contato com o senhor onde lhe entregou os documentos? O senhor disse que encontrou com ele, estava de noite, que viu mais ou menos o Beto.

O SR. ARTUR KOHLER – Sim, ele me entregou um envelope e disse "Está aqui os BLs. Você se vira".

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Está certo. Por que ele arriscaria colocar US$3mil debaixo da porta? O senhor que falou: coloque debaixo da porta?

O SR. ARTUR KOHLER – Não. Eu falei: vou ter despesa. Eu disse: olha, você quer que eu faça isso. Estou fazendo coisa, estou super-amedrontado, porque você falou que vai matar minha família – falei dessa forma – vai me matar. Falei: você quer que eu resolva isso. Como é que você quer que eu cruze com três caminhões na fronteira? Preciso ir lá, tentar alguma coisa pra cruzar esses caminhões para encerrar esse trânsito, ou seja, o caminhão chegar lá, cruzar, concluir essa viagem. Ele falou: "Quanto é teu frete?" Eu falei: Eu cobro US$2 mil.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Por caminhão?

O SR. ARTUR KOHLER – Por frete.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Por caminhão?

O SR. ARTUR KOHLER – Por caminhão.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, três caminhões, seriam US$6 mil?

O SR. ARTUR KOHLER – Não, o outro caminhão não era meu.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – E aí?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele deixou. Com esse dinheiro eu custeei a passagem de avião.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Como o senhor combinou para ele deixar o dinheiro embaixo da porta?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu não combinei. Ele falou para mim. Eu falei: "Preciso desse dinheiro pra despesa. Você está me obrigando a fazer tudo isso aí, você quer que ainda tire dinheiro do meu bolso? Você está me coagindo, me forçando, você ainda tira dinheiro do meu bolso?" Ele falou: "Não, vou te dar o dinheiro da tua despesa". Eu falei: Dou um jeito de mandar para você". Foi nisso. Quando cheguei, no sábado de manhã – no dia 16 de dezembro, algo assim, eu não me recordo bem -, abri a porta e estava o envelope...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – E seus funcionários viram isso?

O SR. ARTUR KOHLER – Não, porque, no sábado, ou eu ia ao escritório, quando eu estava em São Paulo, ou o Sr. Alberto. O Sr. Alberto não ia. Raramente, ele ia, apenas se tivesse alguma coisa para fazer.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Essa documentação que ele entregou para o senhor, no dia em que ele teve o contato com o senhor, foi no escuro. O senhor não o viu bem?

O SR. ARTUR KOHLER – Não vi, porque ele estava dentro do carro...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor não sabe descrevê-lo?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele é um cara forte. Não dá para descrever muito.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Forte?

O SR. ARTUR KOHLER – Forte, encorpado. Deve ter uns 35...Não tem mais de 40.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Cabelo?

O SR. ARTUR KOHLER – Baixo.

Ele não acendeu a luz dentro do carro, não dava para...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Moreno?

O SR. ARTUR KOHLER – Mais ou menos a minha cor.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Em que carro ele estava?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele estava numa camionete. Só deu para ver que era importada.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Qual carro?

O SR. ARTUR KOHLER – Uma camionete que, pelo visto, era importada.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Vamos continuar, então.

O senhor encontrou os US$3 mil debaixo da porta?

O SR. ARTUR KOHLER – Que ele colocou num envelope.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Quando ele fazia contato com o senhor, nunca aparecia o número dele? Em todas as vezes que ele ligava, era chamada não identificada?

O SR. ARTUR KOHLER – Nas três vezes em que ele me ligou, aparecia assim: "identificação não disponível". Não sei se ele usa algum aparelho eletrônico ou o que ele usa para não poder identificar. Que tinha Bina, tinha.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Todas as vezes?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele fez três contatos comigo.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – No total, quantas vezes esse tal de Beto fez contato com o senhor, entre ameaças e negociação. O senhor falou: "Estou precisando de dinheiro". Como o senhor entrava em contato com ele?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu não falei que estou precisando de dinheiro.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quantas vezes foram? O total?

O SR. ARTUR KOHLER – Por telefone, ele me ligou umas três, cinco vezes. Não foi mais que isso. Foram umas cinco vezes, no máximo.

Primeiro, ele não me ligou no celular. Ligou umas duas vezes no escritório.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Lá não tem Bina?

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O Sr. Marcelo já trabalhava para o senhor? Já tinha feito despacho de várias mercadorias?

O SR. ARTUR KOHLER – Já. Não é que ele trabalhava para mim.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Como foi o procedimento dessa mercadoria com o Sr. Marcelo?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu peguei os documentos...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Pessoalmente?

O SR. ARTUR KOHLER – Não. Eu quase não vinha em Santos...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor mandou?

O SR. ARTUR KOHLER – Peguei os documentos e mandei para ele aqui em Santos.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Mandou como?

O SR. ARTUR KOHLER – Se não me engano, foi Expresso Luxo. Usávamos muito o Expresso Luxo, que tem uma frota de carros em que, a cada meia hora, sai um carro para...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Ele recebeu a documentação?

O SR. ARTUR KOHLER – Recebeu normalmente, como recebia várias outras.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – As outras também eram assim?

O SR. ARTUR KOHLER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Conversou com ele por telefone?

O SR. ARTUR KOHLER – Não citei o assunto. Falei: "Sr. Marcelo, estão chegando documentos aí. O senhor prepare o despacho. Quando for para carregar, o senhor me avise que mando os caminhões." Uma conversa normal, de sempre, conforme a instrução que ele tinha passado para não gerar nenhuma suspeita, porque, se gerasse suspeita, se tivesse acompanhamento ou alguma coisa, ia sobrar para...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Seu filho morria.

O SR. ARTUR KOHLER – Começaria pelo meu filho. Ele falou: "Vamos começar pelo seu filho, para você ver como a gente é bom". Essas foram as palavras dele.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Se hoje o senhor receber um telefonema do Tião, dizendo que o senhor tem de matar alguém...

O SR. ARTUR KOHLER – Não, senhor. Não.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Senão, o seu filho morre, o senhor faz isso?

O SR. ARTUR KOHLER – O erro que eu cometi, conforme eu acabei de falar...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor aprendeu?

O SR. ARTUR KOHLER – Estou pagando, ainda vou pagar...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor não faz mais?

O SR. ARTUR KOHLER – O filho é uma coisa importante na vida da gente. Se eu tiver de entrar na frente do cara para ele me matar, eu prefiro morrer que ele matar o meu filho.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – No que o senhor acha que dará esse processo?

O SR. ARTUR KOHLER – Provavelmente, devo ser condenado.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – A quantos anos o senhor pensa que será condenado? O senhor pensa que pode ser condenado por quê, além do contrabando?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu não sei. Não tenho conhecimento jurídico.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor pensa que pode ser incriminado também como co-autor desse roubo, já que o senhor afirmou que sabia que as mercadorias iriam ser tiradas do container?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu presumia. Automaticamente, se alguém vai me pedir para parar um caminhão, ele não vai deixar de tirar. Ele não ia armar toda essa parafernália...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Certamente, pelo que o senhor disse, o juiz também vai presumir que o senhor sabia.

O SR. ARTUR KOHLER – Certo.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – No que o senhor pensa que dará isso?

O SR. ARTUR KOHLER – Como eu falei, provavelmente devo ser condenado.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – A quê?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu não sei as penas.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor ficou dois dias presos.

O SR. ARTUR KOHLER – Sim, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Foi a primeira vez que o senhor foi preso?

O SR. ARTUR KOHLER – Foi.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – É uma situação horrível ficar preso, não é?

O SR. ARTUR KOHLER – Horrível e...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Dois dias já foram tão ruins, imaginem se forem anos.

O SR. ARTUR KOHLER – Exatamente. Só que esse é um erro que eu cometi, como eu falei, venho pagando venho pagando desde a data em que cometi e ainda tenho as minhas contas a acertar...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor sabe que a situação do senhor pode mudar? O senhor pode ser beneficiado porque ainda não foi condenado. O senhor sabe que pode ser beneficiado se cooperar com a CPI e com a Justiça?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu sei, mas, Sr. Deputado, o que eu sei eu não tenho porque esconder. É do meu interesse. Se eu soubesse mais coisas, eu chegaria aqui e falaria, porque eu seria o beneficiado.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor continua sendo ameaçado?

O SR. ARTUR KOHLER – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Depois que aconteceu tudo isso, nunca mais o Beto ligou para o senhor?

O SR. ARTUR KOHLER – Não. Ele pegou o que ele queria e – desculpem a expressão – a bomba ficou na minha mão.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Ele nunca mais ligou para o senhor?

O SR. ARTUR KOHLER – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Nunca mais?

O SR. ARTUR KOHLER – Não. Tanto é que esse celular, 9900, está em São Paulo, com a pessoa que foi meu gerente, um senhor de idade. Eu deixei com ele e disse: "Se o senhor precisar, vai usando, porque eu não tenho mais negócio em São Paulo".

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Quando tempo o Sr. Marcelo trabalhou com o senhor?

O SR. ARTUR KOHLER – Se não me engano no meio de 1998. Final de 98 início de 99.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Quanto ele ganhava?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele cobrava...Mandava uma planilha... Lá estava discriminado capatazia, armazenagem, Daitip, SDA, que é o sindicato de despachantes, acompanhamento de carregamento. Vinha uma planilha...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Ele era autônomo?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele mandava essa planilha, certo...Inclusive, esses 3.000 dólares com que o Deputado...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Que o Beto colocou embaixo da porta.

O SR. ARTUR KOHLER – É, que o Deputado me pagou – aí eu abro mais esse leque -, desses 3.000 dólares, no porto, de despesa, gastava mais ou menos entre 900 a 1.000 dólares de despesa. O que são essas despesas? Sindicato dos despachantes, o SDA ou DAS; capatazia, armazenagem, Daitip, taxa de dragagem. Vinha uma relação de uns 13 a 15 itens.

Então eu não peguei esse dinheiro para benefício próprio.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Para encerrar, vamos pegar essa oitiva e encaminhar também para o processo.

Como o senhor convenceu o funcionário Washington que desse entrada nos veículos?

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O Deputado já disse do benefício que o senhor pode ter se o senhor contribuir...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Se o senhor começar a contar a verdade. Sabe o que acho?

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Do contrário, também podemos prejudicá-lo. O senhor vai ser indiciado em mais um artigo. Eu li para o senhor ainda há pouco.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Vamos ver como a história do senhor é complicada. Primeiro, o senhor cometeu um crime porque estava sendo ameaçado, não é isso?

O SR. ARTUR KOHLER – Em tese. O senhor está resumindo.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor cometeu um crime porque ameaçaram matar os seus filhos e a sua família. Por isso o senhor cometeu o crime, não é isso? Esse é o primeiro caso.

Segundo, o senhor foi contatado por um homem que nunca viu, viu uma vez no escuro. Como ele é mesmo?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele é encorpado. Tipo o meu corpo, não chega a ser gordo. Ele estava sentado no carro, cabelo baixo, moreno – da cor da minha pele. É que no escuro não dá para diferenciar.

Ele pegou o envelope, não tirou a cabeça para fora. Ficou conversando no carro ali e eu aqui dentro... Era moreno, sentado. Não tem mais que quarenta anos.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, o senhor foi contatado por um moço que estava em um telefone que o senhor não conseguiu identificar. Quando ele ligou para a empresa do senhor...A empresa do senhor tem Bina?

O SR. ARTUR KOHLER – Não tem. Inclusive essa linha 229 é, inclusive, uma linha de caixa daquelas antigas...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então o senhor fez toda uma operação dessa sem saber para quem.

O SR. ARTUR KOHLER – Só que isso, Sr. Deputado, foi uma questão de cinco ou seis dias, em que ele chegou e falou ou você faz ou...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Não importa. Então o senhor fez uma operação dessa sem saber para quem. Quando encontrou com o moço foi à noite, não vislumbrou bem o moço; quando recebeu o dinheiro, recebeu por debaixo da porta. Depois, quando o senhor determinou aos motoristas que passassem para os outros motoristas, o senhor sabia que a mercadoria seria retirada dali e depois... continuou.

O senhor acha que nós vamos acreditar nessa história? O senhor acha que a Justiça vai acreditar nessa história?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu não sei. O que estou falando é a pura verdade. É o que aconteceu comigo.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Tudo isso aconteceu em volta de um moço, Beto. Acho que vai ser difícil os juízes acreditarem nisso.

O SR. ARTUR KOHLER – É o que eu estou falando. Eles armaram a coisa de uma maneira que quem iria ficar com a bomba era eu.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Como estavam as finanças do senhor? A sua empresa estava indo bem?

O SR. ARTUR KOHLER – Estava. Se o senhor quiser eu possa apresentar toda...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Ela estava bem?

O SR. ARTUR KOHLER – Estava. Toda a...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – É a primeira vez que o senhor tem problemas?

O SR. ARTUR KOHLER – É a primeira vez.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor nunca foi preso?

O SR. ARTUR KOHLER – Nunca fui preso.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Vamos determinar a quebra de seu sigilo bancário e fiscal também.

O SR. ARTUR KOHLER – Podem fazê-lo. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor não precisa entregar. Vamos saber.

O SR. ARTUR KOHLER – Não há problema.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Como é que o senhor convenceu o Washington? Ele é funcionário da Agisa ou é terceirizado?

O SR. ARTUR KOHLER – Creio que é da Agisa, porque ele está lá dentro.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Como é que o senhor conseguiu convencê-lo a dar o OK nos caminhões, sendo que o outro caminhão estava...

O SR. ARTUR KOHLER – Cheguei à portaria e falei: Washington...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor o conhecia?

O SR. ARTUR KOHLER – Conhecia pelo crachá.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor falou: Washington.

O SR. ARTUR KOHLER – Cheguei com os documentos. Os dois caminhões entraram e falei: Washington, aqui tem dois documentos. Estou com mais um aqui. Tive que bolar uma história.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Qual foi a história?

O SR. ARTUR KOHLER – Disse que o terceiro caminhão estava quebrado nesse acesso para a Agisa, de chão. Vou entrando com esses dois, vou liberá-los, dois e depois vou socorrer o outro. Certo? Ele disse que não. Pedi que quebrasse o galho para mim. Ele pegou e fez.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Ele falou não o quê?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele disse: "Eu não posso fazer isso". Falei: "Quebra esse galho para mim? Preciso só deixar esses dois caminhões aqui, vou deixar, está aqui a documentação, vou voltar lá e socorrer o outro caminhão que está quebrado".

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Ele aceitou?

O SR. ARTUR KOHLER – Ele aceitou.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quanto o senhor deu a ele?

O SR. ARTUR KOHLER – Não dei nada.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Ele fez na camaradagem?

O SR. ARTUR KOHLER – Tanto é que ele falou assim: Eu sou evangélico, não posso fazer coisa errada". Eu falei: "Não é errado, você está só me ajudando porque o outro caminhão realmente está quebrado".

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Não era errado? E ele deu entrada nos três caminhões?

O SR. ARTUR KOHLER – Deu entrada nos três caminhões.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Na camaradagem?

O SR. ARTUR KOHLER – Nos autos constam os três documentos de entrada.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – A primeira coisa errada foi na portaria, com Washington.

Vamos passar ao balanceiro. O balanceiro pesou os caminhões?

O SR. ARTUR KOHLER – Pesou.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – E o que ele colocou lá? Qual o peso que colocou? Ele pesou?

O SR. ARTUR KOHLER – O caminhão parou em cima da balança.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Ele pesou?

O SR. ARTUR KOHLER – Acho que não.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Acha que não.

O SR. ARTUR KOHLER – O caminhão parou em cima da balança. Dei entrada na portaria e disse-lhe que iam para a balança. Depois passei os pesos a ele.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor passou os pesos para ele? O peso que deveriam ter?

O SR. ARTUR KOHLER – Tinham que bater com o documento. Eu não tinha um documento?

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – E o peso não era aquele?

O SR. ARTUR KOHLER – Provavelmente não era porque depois, quando abriram, viram que estava vazio.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então o senhor passou ao balanceiro o peso que deveria constar?

O SR. ARTUR KOHLER – Passei.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor sabe que cometeu mais um crime?

O SR. ARTUR KOHLER – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Não sabe? Se, por exemplo, tinha que ter 5 mil kg carregado e 3 mil kg vazio, o senhor pediu que constasse que pesava 5 mil kg, como se estivesse cheio? É isso?

O SR. ARTUR KOHLER – É. Para fazer bater com o peso do documento.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O peso que deveria ter se as mercadorias estivessem ali.

O SR. ARTUR KOHLER – Não perguntei a ele quanto estava pesando.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quanto o senhor deu a ele?

O SR. ARTUR KOHLER – Não dei dinheiro.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Foi também na camaradagem? O senhor é cheio de camaradas, hein?

O SR. ARTUR KOHLER – Não é, meu amigo.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Ele estava cometendo um crime com o senhor. O senhor, na camaradagem, fez com que ele olhasse na balança, visse 10 mil kg e colocasse "x". Por que ele fez isso?

O SR. ARTUR KOHLER – Eu conversei com ele.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor falou o quê?

O SR. ARTUR KOHLER – Contei uma parte da história. Falei o que precisava fazer: precisava fazer bater o peso. Dei uma resumida. Disse-lhe: o pessoal me pegou e estou praticamente sendo forçado a fazer isso aqui.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – "Isso aqui" o quê? O senhor falou que o caminhão estava vazio?

O SR. ARTUR KOHLER – Falei que achava que estava vazio. Quando ele pesou, percebeu que estava vazio. Quando abriu realmente constatou.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – E ele colocou o peso que o senhor quis?

O SR. ARTUR KOHLER – Colocou o peso que eu quis.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Na camaradagem?

O SR. ARTUR KOHLER – Não dei dinheiro a ele. Ele foi revistado e não encontraram nada.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então ele cometeu um crime, a pedido do senhor, na camaradagem? O porteiro, também, cometeu um crime a pedido do senhor, também na camaradagem? O senhor está vendo que cada vez se enrola mais?

O SR. ARTUR KOHLER – Não dei dinheiro.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Tudo bem, mas o senhor está vendo que cada vez que fala se enrola mais? O senhor tem essa consciência?

O SR. ARTUR KOHLER – Tenho a consciência de que não dei dinheiro.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor tem consciência de que cada uma dessas coisas constitui um crime? E que cada vez que o senhor fala está se enrolando mais ainda? Vamos mandar essa nossa audição para ser anexada aos autos, porque aqui não foi perguntado?

O SR. ARTUR KOHLER – O senhor é que me está falando que cada vez que eu falou está complicando.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Ali está o balanceiro O senhor está-lhe pedindo para não colocar o peso certo, e colocar outro peso. Isso é certo?

O SR. ARTUR KOHLER – Não é certo.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – É um crime ou não é?

O SR. ARTUR KOHLER – Acho que é. Se o senhor está falando que é...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor acha que não é?

O SR. ARTUR KOHLER – Não, não acho.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor acha que é o quê?

O SR. ARTUR KOHLER – Se o senhor está falando que é, então, é.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Então, como se chama isso? Um quebra-galho?

O SR. ARTUR KOHLER – É.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Vou mudar o Código Penal.

O SR. ARTUR KOHLER – Não é o jeito, sei lá. Não sabia que era crime isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Você tem os caminhões, hoje?

O SR. ARTUR KOHLER – Não. Tive que me desfazer, porque perdi os clientes todos, tive que acertar com os funcionários, pagar toda a rescisão e tudo. Tive que me desfazer dos caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O que o senhor faz hoje?

O SR. ARTUR KOHLER – Sou separado judicialmente. A minha esposa tem uma loja, na qual eu a ajudo. É uma loja de **lingeries**, em Campo Grande, não é em São Paulo. É isso o que faço hoje.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Acabou, Deputado Cabo Júlio?

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Acabei. Só estava enumerando aqui os crimes que ele cometeu. Vai dar uma lista grande.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Providenciaremos o indiciamento do senhor, sob a Lei nº1.579, e provocar os outros também. Demos a você a oportunidade de dizer a verdade.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Não acredito nessa história do senhor, viu! Certamente, a Justiça também não acreditará. O senhor sabe a quantidade de crimes que o senhor cometeu? Porque não foi só como está aqui, o 334, como está na ficha corrida do senhor. Está aqui. Vou colocar na ficha corrida que me chegou às mãos. Deixe-me ver o Código Penal. O nome do seu pai é Cléo Henrique Kohler, não é? E a mãe, Carmelita Rate Kohler?

O SR. ARTUR KOHLER – Isso. Escreve Kohler, mas diz Keuler.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Art. 334? Não é só isso. Certamente a Justiça... contrabando ou descaminho, importar, exportar. Há mais coisas para se colocar nesse processo que certamente o juiz o fará. O senhor tem uma co-autoria no roubo, já que o senhor disse que sabia da hipótese, que o senhor mandou entregar as mercadorias, isto é, roubo. Depois, o senhor convenceu – e aí cabe à Justiça interpretar, ou provar, ou não, se foi na camaradagem que esses dois funcionários cometeram crimes também, induzidos pelo senhor. E isso vai se acumulando e acumulando. Creio que, se chamarmos o senhor para depor amanhã, o senhor se enrolará mais ainda. O senhor sabe que isso vai se agravando e agravando ainda mais. O senhor há de convir, se o senhor estivesse aqui me ouvindo falar isso, que certamente também não sairia convencido. Então, estou só dizendo para o senhor pensar bem. O senhor ainda não está condenado. Ainda dá tempo de o senhor, pelo menos, tentar consertar tanta coisa errada que fez. Existe o programa de réu-colaborador. O senhor pode ter a sua pena diminuída em muito, e isso tem que acontecer até a condenação. Não vamos dispensá-lo totalmente, não, Sr. Presidente! Vamos pedir que aguarde, porque, daqui a pouco, conversaremos com ele fora da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor pode, por favor, aguardar?

O SR. ARTUR KOHLER – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Obrigado. Está encerrado o seu depoimento.(Pausa)

Sr. Mauro Salgado, a Presidência agradece a sua presença. O senhor está aqui como convidado. Ontem, entramos em contato. Queremos tratar e ouvir de V. Sª os relatos com relação aos 80, 72, 85, não sei o número exato de contêineres que foram desaparecidos sob a responsabilidade da Libra.

Libra é a empresa pela qual o senhor responde aqui. O senhor é o proprietário da empresa?

O SR. MAURO SALGADO – Não, sou o Diretor-Superintende da Libra Terminais em Santos. Eu vim para cá em dezembro de 1999. Até, então, eu trabalhava no Grupo Libra, mas em outra área do grupo. A minha origem é de construção naval e navegação. E vim para Santos em dezembro de 1999, há dois anos e meio agora. Sou responsável pela atividade da empresa em Santos.

Nesse caso dos contêineres, cerca de 72, na verdade a situação, qualitativamente, ou seja, o fato é muito semelhante aquele que o meu colega Ronaldo Fortes apresentou, que ocorreu também na Santos/Brasil e em outros quatro ou cinco terminais em Santos. São contêineres que chegaram, alguém trouxe esses contêineres de fora e, na verdade, eles não foram roubados propriamente dito. Não sou um especialista na área, mas entendo que houve um descaminho, um tipo de contrabando, ou seja, o "importador" – porque entendo a importação como uma operação completa, e no caso não foi completa porque não houve o desembaraço aduaneiro – a pessoa ou empresa que trouxe a carga do exterior retirou a carga do recinto armazenado com documentos forjados, documentos frios, ou seja, ela fraudou, com certeza, a Receita Federal. Esses casos foram na nossa área alfandegada.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O senhor está dizendo que a empresa que transportou, que chegou com os contêineres no Brasil...

O SR. MAURO SALGADO – Desculpe, eu não entendi. Como?

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – A empresa que transportou os contêineres de fora do País para ao Brasil é que fez isso?

O SR. MAURO SALGADO – O que nós temos? O recinto alfandegado é responsável por receber a carga, armazená-la e liberar; atuar estritamente dentro do regulamento aduaneiro e das determinações locais da Alfândega e, como um braço agregado a Alfândega, nós somos alfandegados, então representamos a Alfândega. Com base nesses regulamentos, nessas regras liberamos a carga. E foi o que fizemos. Isso está fazendo parte também de um processo bastante extenso que está na Receita Federal, na Polícia Federal. O que houve realmente foi uma fraude aparentemente muito bem feita em cima de documentos de liberação de cargas.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Os documentos?

O SR. MAURO SALGADO – Documentos.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – A documentação era falsa?

O SR. MAURO SALGADO – Ah, sim, a documentação era falsa. Documentos de liberação de carga. Esses documentos...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Ou seja, então, não existiam os contêineres?

O SR. MAURO SALGADO – Existiam, os contêineres estavam lá e foram retirados mediante uma operação fraudulenta de nacionalização.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Entendi. Qual a empresa que retirou? O senhor lembra?

O SR. MAURO SALGADO – Ah! Tem várias empresas, eu não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – São várias empresas. E todas com a documentação, com as exigências legais atendidas.

O SR. MAURO SALGADO – Eles chegavam ao terminal com documentos frios, documentos que agora nós sabemos que são fraudados. Isso aconteceu. Os casos que nós temos registro, em meados de 1999 até o meio de 2000. Foi mais para início de 1999 até o meio de 2000. Foi quando nós pegamos isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Ah, então não era uma carga só, não é? Não tinha vindo...

O SR. MAURO SALGADO – Não, foram vários eventos. Isso ocorreu durante um período de muitos meses. Isso...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – E a documentação de destino da carga também são várias empresas fechadas.

O SR. MAURO SALGADO – São várias empresas, não são setenta empresas. Eu me lembro... Eu erraria se dissesse a quantidade, mas eram várias empresas, não eram duas ou três não, eram várias empresas, mas algumas se repetiam muito.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Esse inquérito está em andamento, não é?

O SR. MAURO SALGADO – Está em andamento. Logicamente que é de total interesse nosso a elucidação disso. Nós, como recinto alfandegado, além dessa preocupação permanente, essa tensão que gera essa questão da falta de segurança, gastamos muito dinheiro para garantir a segurança. Então, a partir desses eventos, o que temos hoje... Tanto que não tem, felizmente, acontecido, há muito tempo movimentamos, já estamos chegando à marca de 1.400 mil contêineres movimentados e não temos mais tido registro. Isso a troco de muitos investimentos. Gastamos centenas de milhares de reais por mês exclusivamente em segurança patrimonial, televisamento e gravação. Temos quase cem câmaras já gravando há sessenta dias; essas coisas todas.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – E como se começou a descobrir essa trama toda?

O SR. MAURO SALGADO – Começou com uma transportadora que fez o transporte de uns contêineres nesse regime fraudulento e que, por alguma razão, não recebeu o frete e voltou ao terminal para reclamar. Voltou para nós, para reclamar. O transportador queria saber como fazer para achar alguém que pagasse o frete. Começou assim. E nós levamos o assunto à Alfândega.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Quer dizer, não encontrou mais de quem receber o frete...

O SR. MAURO SALGADO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Ele não encontrou mais o cliente para quem transportou, veio...

O SR. MAURO SALGADO – Alguém o contratou para fazer o transporte, ele fez o transporte e não conseguiu receber. Isso é fato. Isso está nos autos. Agora, não me lembro, no final, por que ele não conseguiu receber, porque às vezes se paga até antes. Aí eu não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – E as mercadorias eram o quê? Várias coisas?

O SR. MAURO SALGADO – Diversas mercadorias. Tinha eletrônicos, sapatos, tênis... Eletrônicos eram muito poucos. O que tinha mais era tênis de marca e coisa desse tipo; geralmente, de fácil comercialização.

O que nós fizemos, eu insisto, foi atuar – e isso está bem claro na defesa que fizemos, e sei que os outros terminais tiveram o mesmo tipo de problema – rigorosamente dentro do regulamento aduaneiro, das regras aduaneiras, daquilo que a Alfândega determinava. Muitos dos documentos que recebemos eram falsificados, mas era quase impossível verificar que havia falsificação.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – E quais são esses documentos? Cite alguns para mim. O que se exige para sair?

O SR. MAURO SALGADO – Eu não sou especialista. Talvez tenhamos aqui um dos maiores especialistas de Santos, na área, o Dr. Ronaldo Fortes, que já está na área há muitos anos.

Mas o importador, o representante – se eu errar V. Sª me corrija, por favor – do importador, após a chegada da carga importada no recinto alfandegado, que é o nosso, é feita uma presença de carga, ou seja, o recinto reconhece que aquela carga está ali. Isso é feito. A partir dessa presença de carga...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Deixa eu interromper o senhor. Ele reconhece que o container está ali.

O SR. MAURO SALGADO – Isso. Nós reconhecemos...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor não reconhece conteúdo, não é?

O SR. MAURO SALGADO – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Pois não, continue.

O SR. MAURO SALGADO – Nós recebemos o container, pesamos, colocamos lá, verificamos lacre, se está conforme, se há avarias. Se houver uma avaria grave, por exemplo, já é uma presunção de fraude. Verificamos tudo isso e, na hora da presença de carga, então, nós atestamos. Eu estou vendo, a carga está aqui, sou o fiel depositário, o lacre está correto, o número do container está correto e os documentos estão aqui na minha mão. Eu atesto a presença da carga comigo.

Então o representante do importador vem até o terminal e obtém de nós um documento de que a carga está ali. Com esse documento ele vai à Alfândega começar o trâmite, o desembaraço aduaneiro de importação. Na Alfândega, ele vai obter uma CI. Está correto, não é?

Primeiro é a DI. Na Alfândega ele vai obter uma DI, que é uma Declaração de Importação. Com essa Declaração de Importação, a partir dela é que ele paga os tributos.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – É automático.

O SR. MAURO SALGADO – É automático. Ele paga os tributos na hora em que obtém essa Declaração de Importação na Alfândega.

Uma vez pagos os tributos, na Alfândega, ele obtém a CI, que é o Comprovante de Importação.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Ele é obrigado a provar a liberação do conhecimento marítimo, que é paga também.

O SR. MAURO SALGADO – Se eu puder... porque não sou realmente um conhecedor nessa atividade.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Pode. O senhor pode participar.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Tudo isso era falso?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Eu sou também despachante aduaneiro e o Mauro não é, pelo que sei. Essa parte é intrincada, porque a liberação do conhecimento, que é o documento de propriedade da mercadoria, é o documento mais importante para a Alfândega, provando que...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O mais importante qual é?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Esse documento, o BL, o conhecimento marítimo. Esse é o documento que reconhece que aquela carga é daquele camarada que possui o original e o apresenta à Alfândega. Então, esse documento é liberado perante o transportador marítimo, que diz que recebeu o frete e o frete consta no valor de "x". É recolhido também o adicional – o frete para a renovação da Marinha Mercante – que está em vias de ser informatizado também, porque existe uma série de fraudes no seu recolhimento. Liberado esse documento, ele é apresentado à Alfândega, juntamente com a DI, que comprova o conteúdo que há naqueles volumes, a mercadoria que consta ali está identificada, com a sua classificação tarifária, a alíquota, o valor dos impostos que são devidos...

Como vai, Deputada, tudo bem?

Então, os impostos que são devidos, a propriedade da mercadoria e os documentos correspondentes a cada um daqueles tipos de mercadoria – certificado de origem e fatura –, dependendo do tipo da mercadoria, do tempo de favor aduaneiro solicitado, a mercadoria...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – E para retirar esses 72 contêineres, o que era falso? Qual a documentação...?

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Tudo isso era falso? Todas essas documentações?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Na DI, o conhecimento marítimo aparentemente foi considerado válido, ou seja...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Válido?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – É, ele dava posse da mercadoria; a posse da mercadoria foi identificada como perfeita. Entretanto, a DI era falsificada, o desembaraço era falsificado e, depois de uma determinada época – o Dr. Mauro lembrou –, a partir de agosto de 2000, a Alfândega, em face de um dos casos que foi identificado – parece-me que em março ou coisa assim –, determinou que o depositário passasse a constatar no Siscomex também que a mercadoria havia sido desembaraçada. Até então, não era obrigatório fazer isso e essa constatação era muito demorada no sistema Siscomex. A partir daí, entretanto, todos os terminais, por uma orientação da própria Alfândega, passaram a fazer essa constatação e diminuiu barbaramente essa incidência. Grande parte foi antes de agosto.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – E depois que foi detectado que essa liberação era falsa o verdadeiro proprietário veio retirar a mercadoria?

O SR. MAURO SALGADO – Não, tudo indica – e aí já é uma suposição – que o verdadeiro proprietário – se esse nome proprietário cabe nesse caso – era o próprio que retirou, porque nunca recebemos nenhum **claim**, nenhuma reclamação do dono da carga.

Por isso eu disse aqui, no início, arrisquei-me a dizer que não era um roubo.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quem era o dono da carga?

O SR. MAURO SALGADO – O próprio.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Quer dizer, não houve nenhum...

O SR. MAURO SALGADO – Aparentemente – isso é suposição...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Todos esses são do mesmo dono?

O SR. MAURO SALGADO – Não, são várias empresas, pelo menos aparecem os nomes de várias empresas, é isso que... O documento que recebemos dá o nome de diversas empresas. Tudo indica – repito, isso é suposição, logicamente o caso está sendo investigado pela Polícia Federal e eles chegarão a conclusões –, pelo fato de, já se tendo passado dois a três anos – porque há casos de 1999, eu nem estava aqui ainda...

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – E não ter sido reclamado.

O SR. MAURO SALGADO – Ninguém, nunca. Nunca tivemos uma reclamação de um dono da carga dizendo que... Então, a impressão que dá é que foi descaminho, contrabando, quer dizer, foi intencional. A carga já foi trazida do exterior com o objetivo de, em cima dessa operação fraudulenta, retirar as cargas sem pagar imposto.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – Quer dizer, não foi então roubo, está mais com cara de contrabando.

O SR. MAURO SALGADO – Acho que a expressão seria essa, se me permite: está mais com cara de contrabando, até pelo fato de que nunca ninguém reclamou a propriedade da carga.

O SR. PRESIDENTE (Oscar Andrade) – O que também é roubo da Receita, do erário.

O SR. MAURO SALGADO – Sem dúvida.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quero perguntar para o senhor, que é o representante da empresa Santos Brasil.

O SR. MAURO SALGADO – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Aquele caso de ontem foi a Santos Brasil?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Foi da Santos Brasil, sim.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG)– O que o senhor tem para nos... O que houve ali? Qual foi o erro ali?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Tomei conhecimento desse fato às 10 horas da noite, fui a Brasília e liguei a televisão e tomei conhecimento do fato. Imediatamente tentei apurar o que tinha ocorrido...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O que o senhor apurou?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Apurei o seguinte: que o contêiner vazio ia saindo com um peso além da tara dele, indicando que tinha carga dentro. A Santos Brasil constatou isso na portaria e chamou a Polícia Federal e a Alfândega. Abriram o contêiner e notaram que, realmente, tinha os compressores. E em cima desse fato, a Polícia Federal apreendeu o contêiner junto com a Alfândega e estão tomando as providências devidas.

É importante esclarecermos que todos os contêineres na Santos Brasil, vazios ou cheios, são pesados na saída.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Na saída.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Na saída. Então, para a Santos Brasil houve uma exigência formal do processo...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Mas isso já é pesado a partir de quando? Ou já é um costume da empresa?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Ele é pesado na saída ou na entrada, nas exportações. Passou no **gate**, entrou na Santos do Brasil ou saiu da Santos Brasil...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Deixe-me entender. Isso é e/ou ou e/ou/ou? Ou na entrada ou na saída? Ou entrada e saída?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Na entrada, nas exportações, ele entra para ser embarcado, ou na saída, nas importações. Os contêineres que são descarregados do navio e que são armazenados na própria Santos Brasil também são pesados e, identificado o peso deles, que somos recebidos...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Foi numa dessa pesagem que identificou que tinha...

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Na saída desses contêineres. Ele é indicado como vazio, como tal ele é descarregado do navio e é colocado numa quadra de vazios. À medida que o armador, que é o dono do contêiner, determina para quem esse contêiner deve ser entregue, a Santos Brasil entrega à transportadora indicada pelo armador. Isso acontece com todos os contêineres vazios. Entretanto, ao passar na balança e ser constatada qualquer diferença de peso além da tara que ele indica, imediatamen-

te esse contêiner é retido para tomar uma providência e ver o que ocorreu.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Esse contêiner não estava lacrado não, né?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Esse contêiner não estava lacrado, pelo que tenho conhecimento.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Presidente, a quem pertencia essa carga?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Essa carga, pelo que eu soube também de informações, entre 10 e 11h – não deu para dormir, eu tinha que saber o que tinha ocorrido -, a informação que me deram é que a Maesque, que é a armadora do navio, tinha identificado e estava colhendo dados para esclarecimento tanto à Polícia Federal quanto à Alfândega sobre os compressores que teriam sido encontrados. Isso é o que me deram de informação...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Os compressores eram de quem, então?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Como?

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor falou: a armadora é a empresa proprietária dos contêineres.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – A Maesque, é a armadora do navio.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – E esses compressores eram da propriedade dela?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Não sei. É ela que está coletando os dados para poder justificar perante a Alfândega e...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Polícia Federal...

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Ainda não li os documentos. Estou vindo para cá...

Até gostaria, porque hoje de manhã os senhores me convocaram para as 9h30min, tenho uma preocupação, porque me disseram que a Santos Brasil teria sido convocada para prestar esclarecimentos à Comissão Parlamentar e não teria comparecido. Então, eu gostaria de esclarecer que nunca fomos convidados. Aliás, sobre esse assunto, fui convidado, por uma distinção da própria Deputada Telma, para participar de uma próxima reunião que haveria em Guarujá – não sei se vai haver ainda – a respeito da regionalização do porto. Por coincidência, encontrei-me com a Deputada Telma no dia 25 de abril passado, quando vim a uma audiência que tive com o Deputado Corauci Sobrinho, que é Presidente da Comissão de Economia da Câmara. Eu o havia procurado justamente para fazer um pleito em nome da comunidade de Guarujá. porque sou também Diretor da Associação Comercial e Empresarial de Guarujá, da mesma forma como sou Diretor também da Associação Comercial de Santos.

Guarujá se ressente de uma infra-estrutura não só viária, mas também aduaneira, muito mais importante, dada a razão do movimento de Guarujá. Cumprimento o Deputado Djalma, Presidente desta Casa.

Tenho reclamado, como membro da Associação Comercial e Empresarial de Guarujá, que Guarujá precisa aparecer no mapa do Porto de Santos, não na CPI do Roubo de Cargas, mas nas estatísticas de movimentação e de produtividade do Porto.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – O senhor me permite um aparte?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Pois não.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Imagino que o Deputado Oscar Andrade já tenha feito a apresentação dos diversos Vereadores que aqui estão. Entretanto, vale a pena reiterá-la: Vereadora Sueli Morgado, do PT; Vereador Velascani, e o Presidente da Câmara, Vereador José Antonio Marques; Pastor Roberto – por favor, muito obrigada. Estou esquecendo de alguém?

Saudamos ainda o Sr. Mauro Salgado e o Sr. Ronaldo Fortes, meu particular amigo. Quero fazer uma consideração, Deputado Cabo Júlio, sobre algumas declarações do Dr. Ronaldo Fortes.

Quero informar que tanto eu quanto o Senador Romeu Tuma estamos gravando um programa na **Tri TV**. S. Exª lá ficou, por isso a nossa ausência momentânea do plenário.

Quero dizer que toda a situação envolvendo a questão portuária de Santos é extremamente complexa. Os Srs. Deputados, menos o Senador – o Deputado Oscar Andrade, que é de Roraima, e o Deputado Cabo Júlio, que é de Minas Gerais – não têm a necessária e quotidiana relação com as questões portuárias como nós temos. Não que S. Exªs as desconheçam, mas é evidente que uma cidade portuária sabe, no dia-a-dia, até porque o impacto que a questão portuária tem sobre a cidade é muito grande.

O Deputado Cabo Júlio diz que o Estado dele nem mapa de porto tem. Nós oferecemos, pelo Corredor Leste de exportação, até pela regionalização do Porto, essa possibilidade.

Eu queria dizer que, em função dos roubos de contêineres, genericamente – não é desta ou daquela armadora, desta ou daquela empresa –, em função

das denúncias, muitas anônimas, envolvendo contêineres carregados de armamentos, de remédios – há até uma notícia, escatológica no meu entender, de que haveria, isso talvez por conta das lendas urbanas, mas ficamos apreensivos, órgãos de seres humanos, e até pelas leis internacionais, porque os contêineres são invioláveis, ou seja, a inviolabilidade dos contêineres é garantida por lei, muitas vezes isso não seria possível, teríamos de fazer alguma reformulação nesse sentido –, houve por bem, terminando com o roubo de 1,200 milhão de litros de álcool do Complexo Barnabé, esta Deputada pedir uma CPI do Porto. Mas a CPI do Porto é a 29ª de uma longa lista e teria uma precisão, passando na frente de outras, no caso de ser uma CPI Mista, que congregasse Senadores e Deputados.

Ocorre que o momento político era extremamente tumultuado e coincidiu com o momento do painel, que envolveu o ex-Senador Antonio Carlos Magalhães e uma série de desdobramentos posteriores que atingiram o Senador Jader Barbalho, e a ação política ficou "no **freezer**", uma expressão para se poder entender. Mas esta Comissão continua esperando sua vez, porque tenho certeza de que as empresas, mais do que qualquer outro organismo, têm necessidade e precisão de que se faça uma averiguação clara, porque o roubo de carga, sem usar falsos moralismos ou ações piegas, acaba sendo um produto econômico extremamente perverso, uma vez que é sonegação de impostos. Acaba se vendendo duas vezes aquele material. Dribla-se e de alguma maneira desrespeitam-se as autoridades constituídas. Nós temos problemas no desmonte da máquina de Estado, que era gigantesca, todos sabemos, mas o desmonte da corda portuária aproximou e permitiu outros problemas. Enfim, temos uma infinidade de situações que precisam ser corrigidas, seja sob a forma de penalidades criminais, seja sob a forma de um novo modelo de porto.

Eu não sou a pessoa que propôs a regionalização, mas entendo que temos de ter um modelo de porto onde os senhores possam atuar com racionalidade e competitividade. Nem sempre isso tem acontecido, falando de uma maneira elegante

Por outro lado, desde os caminhoneiros aos próprios empresários, há um desprovimento total da segurança e a implantação da violência que vai desde a sonegação do imposto até uma absoluta ausência de uma autoridade portuária mais complexa e que possa atuar de uma outra maneira. Estou falando isso porque ontem houve aqui um momento em que se pensou que os senhores estavam sendo chamados em função de alguma acusação. Não é isso. Aqui há senhores vereadores. Todos vivemos em função do nosso porto, ainda, não queremos ser uma nova Liverpool, que tinha os **Beatles** e pode hoje viver exclusivamente de turismo. Não. Nós temos de proteger este porto. Com a vinda do petróleo, cuja perspectiva de descoberta concreta acontecerá a partir de agosto, que possamos fazer um trabalho que passa neste momento por esta Comissão. Então, isso é para responder, Dr. Fortes a sua colocação.

O nosso porto já foi por demais objeto de assuntos nem sempre totalmente verdadeiros. Acredito que não são somente os santistas, ou os de Guarujá ou os de Cubatão ou os de São Paulo, são os brasileiros que têm de entender que estamos em uma posição estratégica geograficamente, seja em função da Bacia de Santos, por causa do petróleo, seja em função da rota. Eu tenho a convicção de que podemos ser uma Roterdã, porque estamos na saída do Corredor Leste de exportação, pegamos o setor graneleiro do centro do País – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, que é o setor da soja. Já há conversações em Brasília nesse sentido. O SNV, que é o Sistema Nacional Viário, levou dez anos para ser constituído e está em fase final de votação no Senado Federal.

Evidentemente, este é um ano eleitoral e está tudo um pouco em banho-maria ou no freezer, como queiram. Os senhores precisam saber dessas questões, seja por meio de uma CPI, seja por meio da Comissão dos Portos – da qual eu sou a Presidente – seja para que os nossos Vereadores e Deputados possam atuar, seja para que possamos efetivamente ter uma existência competitiva racional que não desempregue, que seja moderna e integrada. Não é uma equação fácil.

Nesse sentido, somente para arrematar, penso que a regionalização terá dificuldades de acontecer antes das eleições, porque a Antaq – Agência Nacional de Transporte Aquaviário – ainda se pronunciará sobre ela. Em função do passivo da Codesf, há razões reais e também políticas de conflitos, porque, na verdade, o porto mudará de poder. Os poderes que serão constituídos para a administração do porto serão modificados. Alguns me perguntam: "Mas Santos vai comandar o porto? Não é o seu arquiinimigo que está como Prefeito?" Mas, eu disse "Os cargos ficam e as pessoas passam" e o conceito está correto. Mas não sou eu quem fez a proposta. A propositura é do Governo do Estado. Há relações políticas muito fortes, principalmente em um ano eleitoral.

Eu expliquei tudo isso para o senhor ter certeza de que este porto, no que depende desta Deputada,

dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados, não terá uma imagem negativa, até porque não merece e porque nós sabemos da combatividade e da possibilidade de riqueza que ele pode trazer, principalmente no comércio exterior.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Eu gostaria de salientar que agradeço à Deputada esse esclarecimento que veio corroborar aquilo que o Senador já tinha dito logo no início da CPI, dessa reunião, e eu agradeci e aplaudi. Esta CPI parece que está voltada muito mais para o futuro e para a mudança da rotina que precisamos fazer para que outros fatos não aconteçam, como houve antigamente.

Então, eu gostaria de dizer ao Deputado que não tem porto, que o Porto de Santos também serve ao Estado onde ele trabalha. Também nos enche de alegria ter o porto e a Deputada como baluarte do porto, além dos Senadores que compõem esta Comissão.

Eu estava justamente dando um esclarecimento inicial, quando a Deputada me interrompeu para intervir. Eu dizia que estive ontem, em Brasília. Não sabia que a CPI gostaria de ouvir os empresários, por isso não manifestei, ontem, a presença aqui. Ontem, quando eu vinha de Brasília, às 21h, é que eu soube que estava sendo convocado para hoje, às 9h30min, prestar alguns esclarecimentos. Eu os trouxe por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Eu vou deixar para a Comissão. Mas resumidamente queria dizer que fui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Somente um minutinho. Eu queria, também para não perturbar mais, perguntar se o senhor não teria alguma coisa a acrescentar?

O SR. MAURO SALGADO – Eu gostaria apenas de acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só para terminar, porque dispensaremos o senhor.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Pois não. Acrescentar, na mesma linha do...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Libra deve sentir falta do diretor ali para continuar o seu trabalho. Hoje é sexta-feira.

O SR. MAURO SALGADO – Sr. Senador e Srª Deputada, isso aqui, para nós, é prioridade zero de atendimento, de presença, além, logicamente, de respeito.

O que eu queria ressaltar é isso: ontem houve algum mal-entendido e assim que eu soube do mal-entendido, pessoalmente telefonei para cá e tive a oportunidade de falar com o Dr. Naurides. Disse a ele que eu estava ouvindo que alguém tentava falar conosco e não conseguia. Dispus-me, então, a vir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele falava sobre a possibilidade de conseguir o peso de um container para conferir com entrada e saída. E que tinha tido dificuldades em conseguir isso. Não sei se já foi questionado isso para o senhor?

O SR. MAURO SALGADO – Não, isso não foi falado. Isso, em relação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi o Presidente do Sindicado dos Transportadores. Ele queria conferir a entrada do produto, se foi pesado, e a saída. E teve alguma dificuldade.

Nós vamos encaminhar ao senhor, então, direitinho os dados que foram gravados. Encaminharei a degravação e o senhor colaborará no sentido de esclarecer a dúvida que foi levantada no seu depoimento.

O SR. MAURO SALGADO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um dos fatos. Não sei se o senhor tem outro?

O SR. MAURO SALGADO – Não. Não tinha sido me feito esse questionamento até então. E V. Exª se refere a esse caso específico desses containeres principalmente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu não tenho aqui na mão porque...

O SR. MAURO SALGADO – Eu aguardo, então...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Presidente do Sindicato levantou a questão sobre um fato mesmo.

O SR. MAURO SALGADO – E eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele pediu o levantamento. Os documentos estão com o Relator. Ele foi conversar. Não estão aqui na minha mão, mas sem dúvida nenhuma nós poderemos fazer por escrito, até para facilitar para o senhor. Ou antes de sairmos daqui eu mando para a sua empresa os dados.

O SR. MAURO SALGADO – Pois não. Da forma que V. Exª julgar mais proveitoso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não sei se o senhor teria algum fato que pudesse nos ajudar

na Região do Amazonas, porque eu sei que são grandes empresários ali naquela região.

O SR. MAURO SALGADO – Sim. Srs. Senadores, Srª Deputada, desculpem-me. Em relação à movimentação na Amazônia, o Grupo Líbra tem uma empresa que se chama CNA – Companhia de Navegação da Amazônia. Não posso afirmar que é a maior, provavelmente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem sofrido algum tipo de roubos e quadrilhas agindo também na região?

O SR. MAURO SALGADO – Isso eu queria me desculpar. O Grupo Libra tem três áreas bastante segmentadas: a área de navegação – hoje o grupo, na verdade, é minoritário, porque a maior parte de navegação foi vendida para um grupo chileno, uma Empresa que se chama CS Serviço, da Americana de Vapores. Então, essa é a navegação oceânica. A parte de navegação interior, exatamente a que V. Exª está mencionando: Companhia de Navegação da Amazônia; Companhia de Navegação em Terminais do Tietê, aqui no Tietê Paraná, é uma outra parte do grupo. E a outra parte de terminais de logística, que é a parte onde trabalho.

A gestão e até mesmo a composição acionária nessas várias áreas são completamente distintas, então efetivamente não tenho conhecimento sobre problemas na área. É absolutamente fora da minha área para ser até mais sincero.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor pudesse coletar alguns subsídios para nós, eu agradeceria. Como ele está trazendo por escrito, se o senhor pudesse nos mandar ou faríamos uma visita, o que for mais interessante, e que os senhores possam colaborar conosco neste trabalho, que é importante para os senhores também, para que possamos ter ações preventivas para evitar o prejuízo enorme que está havendo no setor de transporte.

O SR. MAURO SALGADO – Sr. Senador e Srª Deputada, não é só importante; eu diria que é a razão da nossa vida, porque nós, terminais e operadores portuários, o que vendemos mais do que simples operação, costumo dizer que vendemos confiança, segurança e informação. Se perdermos isso aí, perdemos o nosso negócio, e vivemos disso.

Aqui em Santos investimos mais US$65 milhões em instalações e não podemos... Efetivamente, isso é a razão da nossa vida profissional. E quando isso começa a ser posto à prova e em risco em função dessas ações fraudulentas de roubo... por isso que digo e repito: esse tempo que estou dedicando aqui é tempo prioridade zero para mim, com certeza. Aqui somos os responsáveis pela atividade. Qualquer coisa que haja, carregamos a responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É importante isso. Muito obrigado pela presença. Se o senhor quiser continuar conosco, será um prazer, mas já está dispensado.

Volto a palavra ao Dr. Ronaldo para que possa concluir. O senhor colaborou hoje desde o início desta sessão. Peço desculpas. Mas penso que a sua presença foi muito importante para os membros da Comissão, porque estão sendo esclarecidos fatos que só a experiência realmente pode-nos ajudar.

Presidente, o senhor não quer aqui sentar conosco?

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – E importante para Santos é a presença dos senhores aqui, como já tivemos a honra também de ter a Comissão de Portos, presidida pela Deputada Telma e Souza, aqui em Santos.

Eu estava contando que ontem soubemos do interesse em ser ouvidos nesta Comissão, o que nos deixa muito honrados. Às nove horas da noite leram-me o fax; e eu, preocupado, trouxe por escrito, porque 9h30min eu gostaria de deixar alguma coisa escrita, como em intróito. O que estou escrevendo é apenas que fui à Brasília, concretizando uma idéia do Deputado Corauci Sobrinho, que nos possibilitou uma entrevista, uma audiência com o Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel.

O Dr. Everardo Maciel esteve em Santos recentemente, e tentamos uma aproximação para convidá-lo a conhecer Guarujá. Como eu disse para a Deputada Telma, eu gostaria da interferência dela também para que Guarujá aparecesse na fotografia. Eu já tinha comentado esse assunto com o Jama também, que é nosso parceiro de Santos. Penso que Guarujá tem que aparecer na fotografia, como eu estava dizendo, pelas realizações que tem de investimentos e pela possibilidade de ampliação muito maior do que a margem direita. Hoje, a margem direita está estrangulada, como a Deputada conhece, e está provocando um investimento maciço e previsto de R$305 milhões numa marginal do porto que é totalmente absorvido pela margem direita e, depois de quatro anos desse investimento, Guarujá vai poder pleitear alguma coisa ou então gritamos ou morremos antes – e eu gostaria de gritar, como sou bom aluno, em tempo. Então é isso que fomos fazer em Brasília.

O Dr. Everardo Maciel nos recebeu muito bem. O Deputado Corauci Sobrinho nos acompanhou na

audiência e o Dr. Adir Jasmim, Presidente da Santos Brasil, também nos acompanhou. Tivemos a oportunidade de tratar de assuntos relevantes, inclusive da criação de um conselho de administradoras portuárias e de transporte de Guarujá. Como tenho dito ultimamente o porto antigo, o porto uno morreu. Hoje temos vários portos individualizados, concorrendo entre si, e muito mais importantes em Santos são duas margens. A margem, ao invés de nos separar, nos une. O que nos separa muito é a concorrência havida. Precisamos do entendimento desse novo porto. Quando a Deputada falou em autoridade portuária, antigamente imaginávamos um monopólio das operações, e essa autoridade existia quase que para suprir as necessidades da Receita Federal e da própria logística do porto.

Hoje em dia, o porto privatizou-se, a Codesp saiu totalmente das operações e cada um dos setores está desenvolvendo um investimento muito grande dentro da atividade que lhe é peculiar.

Então eu gostaria de dizer que um dos pleitos nossos foi na Constituição, estamos auscultando toda a hospedagem de Santos. Ontem participei na Associação Comercial de Santos, da primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômicos de Santos, que é presidido pelo Vice-Prefeito de Santos, Dr. Papa, que honrou a casa, a Associação Comercial de Santos, com a realização dessa reunião ontem de manhã. Tive a oportunidade de participar, pedindo desculpas por me pronunciar rapidamente nessa reunião de nove horas, porque tinha essa outra reunião em Brasília, e eles permitiram que Guarujá comparecesse, fizesse parte oficial desse Conselho. Deixei duas pessoas da Prefeitura de Guarujá fazendo parte desse Conselho, depois vamos integrar.

Realmente creio que regionalização é isto: olhar o porto como sendo de São Paulo. E isso ninguém pode tirar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria que V. Sª pudesse se apressar, porque ainda há duas pessoas a falar.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado. Se V. Sª puder deixar um documento escrito, agradeço.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Senador, além do documento, gostaria de deixar um convite extensivo às pessoas da Comissão, para o debate e audiência sobre a questão portuária, que será no dia 25 de maio no Casagrande Hotel, no Guarujá.

Ocorre que estamos dependendo da presença que já se manifestou favoravelmente do Presidente da Câmara Aécio Neves. Estou na dependência disso. Até me honrou com essa disposição, o que dá um fortalecimento para a questão da regionalização. De qualquer maneira, Senador, Vereadores, tenho uma hierarquia na Câmara e preciso saber a decisão do Presidente para abrilhantar ainda mais, pela conjugação dos vários partidos, essa nossa atividade em Guarujá.

Termino dizendo que são várias audiências. Já são dois anos de audiências da Comissão do Porto, além das audiências de dois anos e meio da CPI de Roubo de Cargas, que pude ver em encontros pontos convergentes como também na questão das drogas na CPI.

Ocorre que vamos terminar toda essa visão de Brasil, vou a Belém, Recife, Vitória, Rio Grande, Porto Alegre, e tenho que fazer a minha campanha na minha região, porque 14, 15 e 16 de agosto, já está definido, vamos fazer a I Conferência Nacional da Questão Portuária em Brasília, nos dias 14, 15 e 16. Será importante para o Brasil inteiro e aquilo que sair será oferecido aos diversos candidatos à Presidência da República, tanto do meu Partido quanto dos outros também.

Então, como o senhor vê, o trabalho de alguns anos passa por Guarujá. Fica o convite e devolvo a palavra ao Presidente da Comissão para oitiva de depoentes.

O SR. RONALDO DE SOUZA FORTES – Agradeço e confirmo o que havia dito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço ao Dr. Ronaldo e o dispenso. Os outros acertos o senhor poderá fazer privadamente com a Deputada.

Gostaria de agradecer sensibilizadamente pela presença dos Vereadores Odair Gonzalez e Valdo Lopes e repetir, mais uma vez, o meu eterno agradecimento ao Presidente José Antônio Marques da Veiga, que se responsabiliza pela CPI, tomando assento a nosso lado e prestigiando o trabalho. e também ao Sr. Edison Antônio de Souza, Presidente do Partido Social Liberal.

Perguntaria se algum dos vereadores desejam fazer uso da palavra?

O SR. ODAIR GONÇALEZ – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª pela oportunidade de estar nesta Casa, os demais deputados, o Presidente da Casa, as autoridades presentes, a Deputada Federal Telma de Souza. Fiz questão de estar presente, Sr. Presidente, para esclarecer algum mal entendido.

Ontem, fiz um pronunciamento nesta Casa e gostaria, de certa forma, de fazer alguns esclarecimentos que são pertinentes e que, com a sensibilidade de Parlamentar de uma Câmara Alta, vai entender.

Ontem, fiz referência a esta CPI e declarei claramente que sou favorável à CPI e apuração de todos os fatos que visem à elucidação de roubo de carga, contrabando de armas, narcotráfico na região, no Brasil, no Estado de São Paulo, em qualquer lugar. Disse também – não colocando em cheque o trabalho de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espero que não seja um desafio.

O SR. ODAIR GONÇALEZ – Muito pelo contrário. Acontece que há dois anos nós tivemos uma experiência muito desagradável, e a Deputada Telma de Souza pode confirmar o que estou dizendo. Numa época eleitoral, uma CPI fez um barulho na cidade, prejudicou pessoas inocentes, em cima de notícias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A CPI tem procurado todos os critérios de respeito.

O SR. ODAIR GONÇALEZ – Espero que esta CPI venha para elucidar, porque naquela oportunidade vimos o estrago que causou a CPI do Narcotráfico num momento em que o prefeito está trabalhando para elevar o nome da cidade para o Brasil e para o mundo. Eventualmente podemos ter o nosso nome maculado por precipitações que podem ocorrer por motivos eleitorais.

Sr. Presidente, primeiramente quero cumprimentá-lo e que se sinta bem-vindo a esta Casa democrática. Tudo que é falado aqui deve ser divulgado. Em determinado momento, o Presidente falou que deveria fazê-lo em segredo. Aqui não devemos falar em segredo, devemos ser claros para que as pessoas nos ouçam e nos vejam, para que possam analisar o nosso posicionamento.

Então, Sr. Presidente, quero dar as boas-vindas a V. Exª, que V. Exª tenha sucesso nesse trabalho e, se possível, em toda sua vida profissional. Conte conosco, com o Prefeito – não estou falando em nome do Prefeito, mas sei que o Prefeito abre a Casa e a cidade para V. Exª e os demais Deputados que estiverem aqui presentes.

Este é o nosso posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a compreensão de V. Exª, a sua vinda para esclarecer o problema da entrevista. Já agradeci hoje ao Prefeito, encontrei-me com ele, popularmente, caminhamos pela rua e tomamos um café. Ontem, tivemos a alegria de contar com o Vereador Carlos Eduardo Adegas que abriu a sessão junto com o nosso Presidente para oferecer todo o apoio da infra-estrutura da Prefeitura para que o sucesso desta audiência pública se fizesse presente, inclusive com praticamente todos os Vereadores passando por aqui. Esse desejo de transparência é o amor que temos pela democracia. Dificilmente, podemos, politicamente, conversar qualquer coisa em segredo que a população não tome conhecimento.

Agradeço a V. Exª, inclusive sua presença e o prestígio que nos dá com a sua espiritual fala a esta Comissão.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Sr. Presidente, antes da minha líder, queria fazer uma ligeira provocação ao Vereador Odair Gonzalez.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª é a Vereadora Sueli Morgado. Tinha visto V. Exª, depois não a vi mais.

Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Queira fazer uma ligeira provocação nesta oportunidade.

Vereador, não é esta CPI, cuidadosa e séria, que trará problemas à cidade. Mas queria deixar uma sugestão a V. Exª, que tem a liderança do Governo, para que atenda aos empresários da região da *(?)*, não fazer cortes de árvores abruptos, fazer uma ciclovia delicada, então esta Deputada terá mais autoridade em Brasília para defender sua cidade.

Espero que V. Exª seja meu colega no ano que vem.

A SRª SUELI MORGADO – Gostaria de cumprimentar o Senador Romeu Tuma, o Presidente desta Casa e a minha companheira Telma de Souza. Sou Vereadora do Partido dos Trabalhadores, estou no meu segundo mandato e tenho pautado o meu mandato pela questão dos direitos humanos. Por isso estou aqui.

Não pude ir ontem porque estava no Congresso Internacional de Educação, em São Paulo. Sinto ter perdido, até para poder ter defendido a Comissão à noite, quando do pronunciamento do Vereador Odair, mas já tinha certeza de que pelos componentes – e saúdo o Deputado que chega neste momento também – da Comissão, há absoluta seriedade e a necessidade dessa apuração.

Obviamente, nos constrange-nos muito ver pessoas fazendo depoimentos que, por vezes, as incriminam, mas isso é necessário. O País tem que ser passado a limpo por políticos sérios, senão corremos o risco de estarmos na mesma vala. Esse orgulho de ser político e de observar que tenho uma companhei-

ra da minha cidade, como Telma de Souza, os Deputados e o Senador que aqui vêm, para, com toda coragem e ousadia, investigar uma questão que é da nossa cidade, que nos penaliza a todos e faz com que tenhamos que trabalhar, como trabalhamos, intensamente na questão dos excluídos, me dá muita honra de estar acontecendo nesta sala, nesta Casa.

Gostaria de me colocar como uma mulher que trabalha com direitos humanos, mas que também tem a coragem – assim como a Deputada Telma – de estar colaborando no que for necessário para que não tenhamos mais nenhum problema no porto, nenhum problema na política, enfim, nenhum problema de corrupção ou de crime no nosso País, porque isso penaliza a nossa população.

Agradeço a presença de todos e coloco-me à disposição, humildemente, para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a V. Exª pelas palavras carinhosas e de apoio à Comissão. Fizemos questão de registrar todos os pronunciamentos dos Vereadores porque, sem dúvida nenhuma, ajudarão a elucidar o relatório final.

Muito obrigado, Vereadora Sueli.

Eu chamaria com urgência o Sr. Liberato Carione, Diretor da Empresa Rio Cubatão.(Pausa)

Sr. Liberato, o senhor deve ter ouvido seus colegas diretores de empresas. O senhor teria algo a acrescentar ao que já foi falado por eles, alguma coisa que pudesse colaborar com a CPMI ou algum fato que tenhamos que investigar em razão do aumento deste tipo de crime nas estradas, no porto e em todas as áreas por onde transportam nossas mercadorias?

O SR. LIBERATO CARIONE – Senador Tuma, falar depois do Dr. Ronaldo fica muito fácil, trabalhamos na mesma área, porto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor tiver alguma coisa a acrescentar, se não...

O SR. LIBERATO CARIONE – Realmente, não tenho nada a acrescentar, mas eu gostaria de deixar alguma coisa aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço muito a sua colaboração.

O SR. LIBERATO CARIONE – Não sou um cidadão de Santos, porém estou aqui há 13 anos. Dentro da minha primeira gestão, que foi exatamente na gestão da Drª Telma, que era a Prefeita da Cidade, fui Cônsul da Finlândia – talvez agora a Drª Telma lembre de mim – fui em Santa Catarina, mas fiz de Santos a minha Cidade porque a minha esposa e a minha família são daqui, e não quero mais sair daqui, espero.

Estou à inteira disposição de V. Exªs para hoje, amanhã, depois, se me chamarem, onde for possível ajudar. Eu muito gostaria, na minha pessoa e na pessoa da minha empresa, porque vemos os fatos desagradáveis em jornais e televisão, e isso depõe muito contra o nosso porto e contra o nosso País em questão de competitividade de custo. Vivemos disso e tanto a Rio Cubatão como eu nos colocamos à inteira disposição de V. Exªs para qualquer tipo de ajuda, qualquer tipo de esclarecimento, pois sabemos que precisam e devemos nos colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto se o Relator tem alguma pergunta?

Então, a palavra com a Deputada Telma.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Pode chamar de Senadora, não tenho nada contra.

Ontem, houve uma série de depoimentos, onde foi falado de uma maneira genérica dos desvios, dos roubos e dos problemas envolvendo a questão dos contêineres na nossa região. Aliás, já tive oportunidade – o Senador ainda não estava aqui – de fazer o relato de alguns roubos de grande vulto a respeito disso. E gostaríamos de saber de que maneira o senhor poderia cooperar, mais do que cooperar, trazer informações para a nossa Comissão, porque há uma operacionalidade em relação à questão portuária que, no meu entender – não sou uma **expert**, sou apenas uma moradora da cidade, uma política da cidade – deveríamos aferir, no sentido de ter alguns detalhamentos, para que essas operações sejam feitas com mais agilidade, até mais competitividade, que será o resultado final, mas, principalmente, com segurança, tanto do ponto de vista do trabalhador quanto do empresário.

Então, eu gostaria que o senhor pudesse nos informar alguma coisa. A Guarda Portuária foi praticamente desmontada do ponto de vista público, isso traz conseqüências, e penso que poderíamos, talvez, a partir de quem administra mais proximamente, ter idéias que acabarão inibindo o roubo, dar mais segurança e, principalmente, trarão mais cargas para nossa região que, como disse o Dr. Ronaldo Fortes, não pode ser carimbada como uma região sem autoridade política e também policial.

O SR. LIBERATO CARIONE – Drª Telma, como a senhora sabe, a Rio-Cubatão ela fica dentro do complexo da Usiminas. Então, nós operamos as áreas alfandegadas em parceria com a Usiminas cuja segurança patrimonial é muito rigorosa. Além disso, dentro do terminal, que é alfandegado por regulamentação da Receita Federal, nós também temos câme-

ras nele inteiro, são gravadas fitas, temos a nossa segurança patrimonial, por quê? Porque nós também temos medo. Apesar disso tudo, nós também temos medo. Fomos um dos terminais em que não houve problema com essas vias falsificadas, mas estamos com eles, estamos a favor deles. Alguma coisa está errada e tem que ser consertada. Hoje, falou-se da casa do exportador até a casa do importador. Então, há muitos manuseios nisso aí.

Então, na regionalização do porto que a senhora acabou de dizer que, no dia 25 de maio vai ter o encontro, no Guarujá, nós gostaríamos de estar, porque gostaríamos de trocar idéias. Nós, também, gostaríamos de dar idéias para a regionalização do porto. Se fosse possível, nós gostaríamos de participar desse encontro.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Então, eu gostaria de fazer um convite. No dia 25, data a ser confirmada, haverá essa audiência, em Guarujá, que dependerá do Deputado Aécio Neves. Posteriormente, eu darei informações.

E queria, pessoalmente, dizer ao Senador e aos meus colegas Deputados que sou frontalmente contra a Portaria nº 94/95, que incide diretamente sobre a ação dos senhores no Porto da Cosipa. Para quem tem desconhecimento, a Portaria tem mais força do que a Lei nº 8.630. E eu entendo que ela desmembra uma parte do estuário, que é a parte da Cosipa, em relação ao restante do porto. Isso faz com que haja operações competitivas de duas ordens: com tarifas de um tipo do porto de Santo e outra no Porto da Cosipa e, agora, da Ultrafértil.

Isento da sua ação direta, já que V. Sª opera lá, V. Sª não avalia que nós deveríamos ter uma outra integração, mudando a portaria, e uma nova maneira de ter uma tarifa para que todos sejam competitivos? Se não nós teremos um gargalo de afunilamento que permitirá inclusive uma série de conseqüências, envolvendo a questão das cargas e roubos. Eu sei que é um ponto muito delicado.

O SR. LIBERATO CARIONE – V. Exª tocou num ponto muito delicado.

A Rio-Cubatão não é detentora do alfandegamento. A detentora do alfandegamento é a Usiminas/Cosipa.

A SRA. TELMA DE SOUZA (PT-SP) – Sim.

O SR. LIBERATO CARIONE – Então, essa parte que foi tirada da área portuária não me pertence. Eu simplesmente opero. Exploramos as áreas alfandegadas e temos as responsabilidades perante a Usiminas e Receita Federal.

Quanto ao fato de estarmos ou não em zona portuária, ela não me pertence. Seria algo que é Usiminas e Cosipa. Antigamente, Cosipa, agora, Grupo Usiminas. Mas nós temos a parceria só para operar com eles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Creio que está se ilustrando o tema, porque ela não envolve...

A SRª TELMA DE SOUZA (PT-SP) – Só pedi pela oportunidade. Porque evidentemente quem terá a última palavra...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Só para dizer ao senhor que tenha tranqüilidade, porque está ilustrando o debate do tema que não chega à apuração da CPMI. Creio que é para colaborar com a Comissão Especial.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT-SP) – Terminaria a minha indagação, pedindo alguma sugestão no sentido de alguma situação que o senhor tenha vivido ou no sentido de uma possibilidade de inibição da questão do roubo de cargas, que tem acontecido também no terminal em que o senhor opera.

O SR. LIBERATO CARIONE – Entendo que o Dr. Ronaldo foi muito feliz quando falou...

A SRª TELMA DE SOUZA (PT-SP) – Dr. Ronaldo?

O SR. LIBERATO CARIONE – Dr. Ronaldo... em cadastro de importadores. Eu acho que parte disso aí, porque a mercadoria, quando sai do porto de embarque e chega até aqui, tem muitos manuseios. Não se tem a mínima idéia do que acontece nisso aí. Agora, sim, o importador já está cadastrado, sabemos que ele existe, e é primordial saber quem está importando, se ele existe ou não. Isso é primordial. Hoje temos que começar por aí. O Dr. Ronaldo falou também que pesa todas as cargas de saída. Pesamos todas as de entrada. Informamos à Receita Federal a saída, por que não?

Então, tudo isso são sugestões para que possamos ir em busca de inibir isso daí. Estamos à inteira disposição da senhora, do Senador Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Deputada é que está cuidando aí.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Sim, até para colocar o tema no seu devido lugar, já o convido de antemão para essa audiência, onde o senhor poderá falar mais especificamente sobre o tema e suas sugestões.

O SR. LIBERATO CARIONE – Muito obrigado, eu estarei lá para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço. Fica então para combinar a presença, para elaborar o convite. Espero que S. Exª me convide também.

Queria chamar o Sr. Robson da Silva Cardeira, despachante aduaneiro. Por favor, peço à Secretaria que o conduza. (Pausa.)

Por favor, o senhor é o Robson da Silva Cardeira?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor já depôs ou não?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele pode ser ouvido. Pediria, se o senhor não se importa, o senhor não deve esclarecer nada que possa ser usado contra o senhor. Mas, de acordo com o Código de Processo Penal, o senhor tem que se compromissar a falar a verdade, somente a verdade.

Pergunto se o senhor faria esse compromisso com a Comissão.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Assim será feito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, depois eu dou o termo para o senhor assinar, porque houve uma confusão.

O senhor poderia nos auxiliar, iniciando com um depoimento sobre o seu trabalho, como funciona e o que tem dificultado ou facilitado a vida das quadrilhas que agem no setor de transporte, no desvio de carga e que seja do seu conhecimento.

Pode começar, por favor.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Tenho uma empresa de transporte, Marselha Transporte. Essa empresa foi fundada em 1982. Realmente, até há mais ou menos três anos, vínhamos enfrentando dificuldades em transportar mercadorias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode continuar, está sendo gravado.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Aconteceu, na Marselha, já uma média de cinco roubos de mercadorias, nesse transporte de retirar mercadoria do Porto de Santos e levar ao destino do importador, que, às vezes, é São Paulo ou interior.

Então, nesses vinte anos, comigo só aconteceram cinco roubos e, desses cinco roubos, três, por felicidade, a Polícia Civil conseguiu recuperar, ficando, assim, duas cargas de importadores que realmente sumiram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O despachante aduaneiro foi quem cuidou dessas cargas?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não, na verdade não sou despachante aduaneiro; sou dono de uma empresa de transportes aqui em Santos, que faz parte do Grupo Marselha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há um engano aqui, o senhor é?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Sou dono de uma empresa de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem nada a ver com despachante aduaneiro?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca foi despachante?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Já tive uma comissária de despacho em São Paulo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor é dono de qual empresa?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não entendi a pergunta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De qual empresa o senhor é proprietário?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Marselha Transportes. A Marselha atua há vinte anos em Santos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há outra empresa?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Temos uma importadora do grupo, Marcegroup do Brasil. Trazemos mercadorias do Oriente, da área química.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a DA Servicom?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – A Servicom foi minha no passado. É uma comissária de despacho. A Servicom foi minha durante cinco anos, e há três anos saí dela.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – As suas empresas já tiveram envolvidas de alguma forma nesse desvio de mercadorias estrangeiras?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não, em nenhum momento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não responde a nenhum inquérito?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não, nenhum caso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não houve nenhum envolvimento de suas empresas?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Nada. Já tivemos, transportando mercadoria, no meio dessa viagem, num trânsito, aconteceu um roubo

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não responde a nenhum inquérito?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não, a nenhum inquérito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor nunca foi arrolado em nenhum inquérito?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Em nenhum inquérito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em 1995?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Em 1995... Se V. Exª puder especificar melhor...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor disse "nenhum inquérito". Eu sei que eu nunca tive nenhum inquérito.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – De repente eu posso ter participado como testemunha de alguma coisa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu vou dizer o que consta aqui. Em outubro de 1995, em razão da apreensão, em local próximo da Rodovia Anchieta, de vários contêineres com mercadorias estrangeiras que haviam sido desviadas, o senhor responde a um inquérito policial, na Polícia Federal de São Paulo.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não, eu não respondo a nenhum inquérito policial em São Paulo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Desde outubro de 1995.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Como transportador?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não responde, respondeu. Foi arquivado.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não, não tenho nenhum processo na polícia de São Paulo, Polícia Federal, Polícia Civil. Já aconteceu de eu prestar esclarecimentos na Polícia Federal em São Paulo sobre mercadoria cujos impostos foram pagos a menor do que o devido. Mas isso é responsabilidade do importador.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Robson, o senhor sabe que isto aqui é uma CPI, não sabe?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Lei 1.579, que rege a CPI, no seu art. 4º, inciso II, estabelece que fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor, intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito... O senhor poderá ser indiciado por crime, pena do art. 342 do Código Penal. Eu perguntei-lhe várias vezes se responde a alguma inquérito, se respondeu a algum inquérito e o senhor está afirmando que não. O senhor é indiciado. O senhor está afirmando que não. O senhor não pode mentir aqui.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Se V. Exª sabe que eu fui indiciado e tem um caso presente, concreto, por favor, me diga qual é.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas eu perguntei-lhe e o senhor está dizendo que não.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Eu fui prestar esclarecimentos em São Paulo, à Polícia Federal, como conhecedor de um fato e não que eu tivesse envolvido numa operação ilícita. Se lá me indiciaram, isso não é do meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Inquérito policial, Processo nº 00021320, instaurado pela DPF Fazenda/SR/DPF – SP, 30/10/95, como incluso no art. 334, contrabando ou descaminho. O senhor não sabe disso?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Se houve contrabando e descaminho, por que esse inquérito foi arquivado?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu perguntei-lhe se respondeu a algum inquérito.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Eu disse que fui prestar esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Eu pediria ao senhor que não desafiasse o membro da Comissão. O senhor deve se limitar a responder às perguntas e dar as informações que tem conhecimento, sem interrogar o membro da Comissão. Estamos respeitando o senhor e peço respeito. Fique calmo. Tragam um copo d'água para ele. Não nos desafie nem tente...

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não é essa a intenção, Senador. Desculpe-me.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É fácil, Sr. Robson. Eu só perguntei se o senhor respondeu a algum inquérito. Era só dizer que sim e que foi arquivado. Não era essa a resposta? Aí o senhor disse que não. Eu perguntei de novo. Está aqui o documento, é lógico que o senhor respondeu. O senhor foi indiciado no art. 334. Era só dizer: já fui sim e está arquivado.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não é do meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não é do seu conhecimento?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Fui lá para prestar esclarecimento, é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixem eu fazer uma colocação. O senhor foi intimado a prestar depoimento sobre o inquérito. O senhor fez um depoimento ou foi interrogado sobre a ocorrência?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Prestei um depoimento. Perguntaram sobre a mercadoria que eu transportei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qualificaram o senhor direito? Não houve...

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Numa mesa como esta, um escrivão de polícia me perguntou se eu tinha conhecimento de que a empresa importadora tenha praticado algum ato ilícito ou tenha pagado menos imposto do que era devido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor vê como a sua memória é boa? Então, por que o senhor respondeu para ele que não queria... Mandou perguntar que se ele soubesse... O senhor estava com medo de esclarecer alguma coisa? O senhor tem o direito de não prestar depoimento contra si mesmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi sobre qual assunto, Sr. Robson? O senhor foi chamado lá para falar sobre qual assunto?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Houve um transporte que fiz e essa mercadoria foi apreendida pela Inspetoria de Santos e, automaticamente, correu um processo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde foi apreendido? Na Anchieta?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não. É por isso que eu gostaria que o senhor me falasse sobre o caso para que eu explicasse para o senhor melhor a situação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas eu não sei o caso. Eu queria que você me contasse o caso. Sei muito pouco. Sei que são dez carretas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está com a memória boa. Então, relate o restante do que o senhor estava esclarecendo.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Senador, eu não tenho idéia de onde foi apreendida essa carga. Fui chamado na Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor já disse que foi chamado pela Polícia Federal. O senhor já disse que sim. Estou perguntando para responder sobre o quê. E ainda estou ajudando. As carretas foram presas. Perguntei: foi na Anchieta? Se não foi na Anchieta, foi onde?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não sei onde foi. Estive na Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que diz o indiciamento é o 334, contrabando ou descaminho, ou facilitação, que é o 333. Mas eu pediria, para ficar claro, por que o nosso Relator está perguntando, que o senhor descreva o que é do seu conhecimento, por que o senhor foi intimado e qual foi a sua relação, não quero dizer criminosa, com o evento, com o fato, e que levou a Polícia Federal a fazer uma prisão em flagrante, parece-me.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Apenas dos membros. O senhor fez o transporte, era o seu caminhão, foi apreendido o seu caminhão com a carga e o seu motorista respondeu a quê?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Veja bem. Preciso saber...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Deixa só eu fazer uma correção. Eu falei que foi na Anchieta. Na verdade, a informação é de que foi próximo à Rodovia Anchieta. Então, deve ter sido alguma rodovia paralela.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Mas não tem nenhuma apreensão de caminhão meu próximo à via Anchieta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, o senhor foi chamado a São Paulo, na Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faz uma identificação próxima à via Anchieta porque a área do porto tem quase uma ligação com a Anchieta, é próximo à via Anchieta ou à própria área do porto. Parece-me que a apreensão foi feita pela Aduana, na área do porto, fora já dos portões da Aduana, provavelmente, para ter essa identificação próxima.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Veja bem. Fui chamado na Polícia Federal, em São Paulo, e me perguntaram lá o que eu sabia sobre a operação. Como não sou importador, sou transportador, então, eu não sei como funciona, como foi feita a liberação da mercadoria. E foi isso o que disse na Federal. Não tenho conhecimento, sei que foi apreendida a mercadoria, e só transportei, como Marselha transportes. Agora, meu caminhão, na época, ficou preso na polícia, ou melhor, na Inspetoria, em São Paulo. E eu tive que entrar com advogado para poder liberar esse meu veículo. Então, se a Polícia Federal me indiciou, eu não tenho conhecimento desse fato. Não tenho. Eu fui lá realmente para prestar esclarecimentos, agora não como indiciado. Eu posso até ter sido indiciado, mas não sei disso, eu fui lá realmente. Existiu a

operação de transporte, existiu a apreensão, na hora da descarga, agora na porta do importador...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor constituiu advogado à época?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi sem advogado?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Fui sem advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) –Depois não mandou ninguém verificar o andamento do inquérito?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não, Senador, eu fui lá...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o seu caminhão ficou apreendido...

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não, não para liberar o veículo eu tive que mexer com advogado, para liberar o veículo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o seu advogado não informou se havia indiciamento? Nada?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Foi uma outra fase, porque eu fui sozinho na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fazer o depoimento?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou responder ao interrogatório.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Aí como eu não consegui retirar o meu caminhão de lá eu contratei o advogado para fazer a parte documental. Por isso...

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor disse que é proprietário ou faz parte de quais empresas?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Marselha Transportes, fundada em 1982, temos a Masegrupe do Brasil, uma importadora na área química, eu importo mercadoria do Oriente e do Sul da África. Temos a Marselha Terminal de Containeres, aqui na Zona Noroeste.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Marselha Comércio Internacional, Transporte Rodoviário de Cargas em Geral, Servicon – serviços prestados principalmente a empresas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Robson, você não me disse ainda há pouco que você não entende nada de importação?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não, não, eu não sei, eu não posso saber por exemplo, se o importador vai declarar a mercadoria dele mais baixa, pagar menos impostos, a isso eu não tenho acesso. Se ele apresenta uma fatura comercial para a nossa comissária de despacho...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas importação você conhece?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Eu trabalho há vinte anos com isso, há vinte anos com transporte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nossa comissária? Quem é a sua comissária?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Essa comissária é a Servicom...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem nada com despacho de... mas não tem nada como despachante aduaneiro, não tem nenhum trabalho.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Qualificação de despachante aduaneiro, ela é um autônomo, certo? E a comissária funciona no mesmo sentido, mas como uma empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor tem a comissária?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Tinha a comissária, Servicom, em São Paulo, eu me desliguei dela há três, quatro anos.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor se desligou de onde?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Da Servicom. E tenho a Marselha Comércio Internacional, que foi aberta no Governo Collor, e eu não consegui fazer importação na época, porque ele reteve o dinheiro da empresa, então eu transformei essa Marselha Comércio Internacional em Marselha Terminal de Containeres, que funciona até hoje na Zona Noroeste.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor disse que trabalha nessa área há quanto tempo?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Eu trabalho com transporte desde 82, 85, agora na parte de despacho, de comissária é mais recente. Comecei a mexer com comissária há cinco, seis anos, quando entrei na empresa Servicom.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – O senhor já ouviu falar de muito furto de mercadoria no porto?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Muito furto? Sim.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Como acontece? O que o povo diz?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Veja bem, essa é uma preocupação da empresa nossa, porque quando temos uma mercadoria roubada, perante o cliente importador, ficamos numa situação difícil, então a gente procura atuar para evitar o roubo. Então, como aconteceu há um ano e meio atrás um roubo de contêiner nosso que, graças a Deus, localizamos.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Localizaram onde?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Em São Paulo.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Continha o quê?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Esse contêiner era do nosso cliente Carrefour.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Esse roubo aconteceu onde? Aqui dentro, lá fora, na estrada?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Esse roubo aconteceu em São Paulo.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Na estrada?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Entre São Bernardo, chegando em São Paulo. E esse caminhão foi abandonado, ou melhor, levaram o cavalo mecânico, que é a parte da frente, e deixaram a carreta, porque perceberam que a mercadoria não era tão valiosa – eram pratos, panelas, etc., um valor pequeno. Então, assim foi deixada lá a mercadoria e localizamos isso lá em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o cavalo foi embora?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – O cavalo sumiu, era uma Scania nossa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não localizaram mais?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Não mais.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Tinha seguro?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Sim. O seguro é uma coisa que a gente tem que ter para se resguardar de uma ação de regresso da seguradora do importador. Então, isso se faz necessário.

Então, com essa preocupação que o senhor falou sobre o furto de carga no Porto de Santos, a gente começou a se preocupar, porque começamos a ser mal vistos perante o nosso cliente, perante o nosso importador. Automaticamente, começamos a pensar até no rastreamento do veículo, porque assim facilitaria a localização, via satélite, do nosso caminhão.

E a Marselha, mesmo com o caixa hoje em dificuldade, como todo mundo sabe, por que estão passando as empresas, financiou isso e pagamos o rastreamento desses veículos. E hoje, de um ano e meio para cá, temos a felicidade de não ter mais surpresa. Ou melhor, tivemos uma surpresa de uma ação ilícita em cima de um caminhão nosso, novamente, há uns sete, oito meses atrás. Graças a Deus, através desse rastreador, a gente foi mantendo contato com a empresa que faz gerenciamento de risco e conseguimos bloquear o caminhão num ponto que quiséssemos.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – A empresa do senhor tem quantos caminhões?

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Hoje, estamos com 30 caminhões. Tínhamos mais. Face a esses problemas, vendemos alguns.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria então agradecer, se houver alguma dúvida voltaremos a falar com o senhor. O senhor está dispensado, pode ir. Qualquer coisa, através da Polícia Federal, Dr. Jader, ou da Polícia Civil, voltaremos a contatar com o senhor.

O SR. ROBSON DA SILVA CARDEIRA – Se precisar, estou à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço e espero que o senhor fique à disposição da CPI.

Chamo o Sr. Elias Carneiro, último depoente, visto que o Sr. Luiz Rodrigues Filho, o Delegado, Dr. Paulo Lacerda está conversando com ele, esclarecendo. Se o Dr. Jader quisesse ficar com ele também, porque a materialidade ainda não está bem consubstanciada no inquérito em que ele se vê envolvido.

Então, o senhor é o Dr. Elias Carneiro, último depoente. Agradeço a vinda do senhor. Perguntaria se o senhor poderia iniciar dando-nos alguns esclarecimentos sobre o andamento do trabalho na...

O SR. ELIAS CARNEIRO – Inicialmente, Sr. Presidente, Sr. Senador, queria cumprimentá-lo em nome do Sindicato dos Auditores da Receita Federal. V. Exª, assim como os demais Deputados aqui presentes, pessoas com as quais comungamos a nossa amizade em particular, Srs. Vereadores e demais pessoas aqui presentes, meus colegas auditores e a imprensa como um todo.

Ficaria mais à vontade, Excelência e demais membros, se fosse iniciada a nossa participação com algumas questões que, talvez, me sentiria mais à

vontade de esclarecer. E, ao final, se assim me permitir, expor algumas idéias sobre o assunto como um todo. Seria mais interessante expor questionamentos que os membros da Mesa tenham necessidade, algum esclarecimento que se faz necessário por parte do Sindicato dos Auditores da Receita Federal.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Gostaria de falar, Senador

A indicação do seu nome partiu de uma sugestão vinda desta Deputada. Sei que o senhor tem atuado muito, até pela sua função, e é portador de uma série de informações e de indignações em relação à questão inclusive do controle e da fiscalização das cargas.

Gostaria que o senhor fizesse uma radiografia, desse suas impressões, sobre aquilo que, nas suas atribuições, tem presenciado na Alfândega e que tipo de correções nós, enquanto Comissão, poderíamos elencar a fim de que pudéssemos coibir a questão do roubo de cargas, desde a parte burocrática até – vou falar no senso comum – uma ação mais racional e mais forte da própria Guarda Portuária, da própria Polícia, enfim uma radiografia do que o senhor tem visto. O senhor já prestou depoimentos em outras comissões das quais sou membro ou presido, como é o caso da Comissão de Esportes. Gostaria que o senhor nos desse essas informações, sempre lembrando que esta é uma Comissão de Inquérito, então tem outro peso e outras atribuições. Obrigada.

O SR. ELIAS CARNEIRO – Perfeito. Na realidade, temos nos pautado, desde 1999, a tecer algumas críticas ao modelo adotado, não propriamente pela Receita Federal, mas pelo Estado brasileiro como um todo. Vou me abster de tecer maiores comentários, até porque são assuntos que não estão diretamente ligados. Em que pese a segurança do Porto de Santos – e é importante deixar bem claro a todos os presentes que estamos falando não só em relação ao Porto de Santos, e sim em relação a toda a fronteira brasileira e todos os locais onde a Receita Federal está presente -, o principal problema que vivemos hoje em termos de organização é o problema de pessoal. Temos dados estatísticos oficiais da própria Secretaria da Receita Federal, por exemplo, que demonstram, no Porto de Santos, que temos 170 auditores em campo, e na realidade deveríamos ter um quantitativo mínimo de 500 auditores. Isso são dados da própria Receita Federal, através de um estudo. Para isso trago um comparativo que o Brasil, em termos de estrutura de fiscalização fazendária, quer seja na área interna, como na área externa, ou seja, na área tributos internos e no comércio exterior, o Brasil hoje possui, entre auditores, técnicos e demais colegas de trabalho, em torno de 18.500 funcionários. Pegamos como exemplo a França, que possui de 84 mil. A França tem uma população que corresponde a 1/3 da população brasileira. Esse é o primeiro "raio x" que nós detectamos e que, de maneira direta ou indireta, fragiliza indiscutivelmente a nossa fronteira. Isso é dado inconteste.

Por outro lado, temos alguns questionamentos que o nosso sindicato vem trilhando nesses últimos três anos, principalmente com relação às instruções normativas. Por exemplo: quando o importador resolve fazer um processo de importação, o que chamamos de Declaração de Importação – perdoem-me se serei redundante em alguns momentos, mas deduzo que alguns parlamentares não conheçam, e até natural porque não são da área, é natural que não conheçam – temos a fragilização de que essa parte documental, que antes ficava em poder da Receita Federal, hoje fica em poder do importador. Então exemplifico: se estou importando equipamentos eletrônicos e preciso dar início a um processo de importação, faço isto, em regra, através de um despachante aduaneiro e faço esse início de procedimento no meu escritório. Se, porventura, esse despacho aduaneiro for registrado no canal verde, que libera a carga como um todo, a Receita Federal terá a incumbência somente de emitir um documento que chamamos CI, que é o Certificado de Importação, o qual o importador vai encaminhar ao armazém onde a carga está depositada e a pegará para o seu destino final.

Onde vem a crítica a esse modelo? A crítica que a parte documental a que, indiscutivelmente, nós poderíamos ter acesso e temos, como obrigação, porque necessariamente passará por nós, hoje fica à disposição da Receita, no escritório do importador. Se por uma lado esse processo facilitou o Fisco, por não ter que armazenar essa documentação, de outro lado facilitou indiscutivelmente a falsificação de documentação. Por que digo isso?

No canal amarelo, canal vermelho e canal cinza, onde tem conferência documental e conferência física, isso já não ocorre. Necessariamente o portador terá que apresentar a documentação ao Fisco. Só que, a contra-senso, o percentual de amostragem, que chamamos de parametrização, é um percentual que hoje varia em torno de 5% a 15%, ou seja, somente de 5% a 15% da parte documental temos acesso na rotina atual.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Gostaria de conhecer um pouco mais. São cinco canais?

O SR. ELIAS CARNEIRO – Pois não, Deputado. Temos o Siscomex, que é o Sistema de Comércio

Exterior. Aliás, faço um elogio à Receita federal, é um sistema de vanguarda no mundo inteiro hoje, reconhecido mundialmente, até pelo próprio Bill Gates em suas palestras. Ele parametriza a carga no canal verde, que é liberação total.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não olha nada.

O SR. ELIAS CARNEIRO – Nada. A Receita Federal vai expedir uma CI, no caso de importação, e o procedimento de exportação é um pouco diferente. O amarelo, que é a parte documental, ou seja, aquele processo sofrerá uma avaliação única de documentos. Cabe aqui uma observação: a qualquer momento, tanto o canal verde quanto o canal amarelo poderão ser necessariamente... Perdão, podemos avermelhar e fazer a conferência física. É importante deixar bem claro isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Essa é uma decisão...

O SR. ELIAS CARNEIRO – É uma decisão da autoridade local. Evidentemente, essa decisão passa por uma série de confrontos de dados, para ver se não tem divergências, por exemplo, entre o montante importado e o capital social da empresa. Essa é uma divergência que pegamos. Outro exemplo: entre o peso declarado e o peso realmente registrado lá na frente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí pode avermelhar.

O SR. ELIAS CARNEIRO – Pode avermelhar a qualquer momento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O amarelo então é apenas vistoria documental. Aí vem o cinza.

O SR. ELIAS CARNEIRO – Não, aí vem o vermelho, em que é feita a documental e a conferência física, ou seja, o colega auditor irá se dirigir ao armazém e irá fazer a abertura do container, fará a conferência física.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E confere mercadoria por mercadoria?

O SR. ELIAS CARNEIRO – Fisicamente, mercadoria por mercadoria.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o cinza?

O SR. ELIAS CARNEIRO – O cinza é mais abrangente, ele faz essas duas etapas, documental e conferência física e faz a valoração. Temos um setor específico que irá verificar se o valor declarado da importação está compatível com o valor praticado no mercado internacional. É assim que funciona a sistemática.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E é aleatório?

O SR. ELIAS CARNEIRO – É aleatório. Essa parametrização hoje está estruturada em Brasília. E temos, em cada unidade local, a liberdade de, manualmente, separar os envelopes para conferência.

Se me permite a Mesa, gostaria de convidar o colega Ramalho, que está aqui comigo, e o Sandro também, para que pudessem, talvez na condição de sindicalistas, e não na condição de funcionários da Receita Federal, porque teria um trâmite diferenciado, em alguns momentos me ajudar, porque, apesar de ser auditor da Receita Federal, a Receita é muito ampla e a minha área de atuação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria ao senhor que concluísse. Eles participarão se for necessário, porque a minha idéia, dentro do seu depoimento, dos empresários que aqui compareceram e todos os elementos necessários ao esclarecimento, será encaminharmos... O senhor é chefe, não é?

O SR. ELIAS CARNEIRO – Não, é o colega...

OSR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, vamos encaminhar à direção da Receita, da Alfândega, para que nos esclareça se tomaram ou não providências. De forma que se houver necessidade de algum esclarecimento posterior, o senhor peça, e nós autorizaremos. Gostaria que o senhor concluísse devido ao adiantado da hora e que fizesse a exposição que se dispôs a fazer com a Deputada Telma de Souza. Agradeceríamos por isso.

O SR. ELIAS CARNEIRO – Perfeito. Então...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A intervenção imediata vai complicar um pouco os nossos trabalhos.

O SR. ELIAS CARNEIRO – Perfeito. Não há problema, Sr. Senador.

Então, na realidade, temos os canais verde, amarelo, vermelho e cinza. É assim que funciona o processo da liberação de uma carga hoje na importação.

Na exportação, por sua vez, é um processo um pouco mais simplificado. Na exportação, o importador dirige-se à Receita Federal e faz o registro do envelope. Nesse envelope, feito o registro, é feita também a parametrização. Feita a parametrização e dado o canal verde, esse documento, que, na importação, é expedido hoje pelas autoridades da Receita Federal, na exportação, é expedido pelo próprio exportador. No próprio escritório dele tem condições de imprimir e entregar para o armazém a liberação para embarque para o exterior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor trouxe material por escrito?

O SR. ELIAS CARNEIRO – Olha, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor tiver, depois, se puder deixar... Só estou pedindo...

O SR. ELIAS CARNEIRO – Tenho aqui os dados da...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tenho recebido muito material do sindicato, da Unafisco sobre o problema dessa mudança do sistema de fiscalização e estou encaminhando para o Relator. Se o senhor tiver alguns dados, agradeceria se pudesse deixar ou, se quiser elaborar mais detalhado com o Presidente do Sindicato e encaminhar através da Deputada Telma de Souza, seria muito bom para nós.

O SR. ELIAS CARNEIRO – Perfeito. Entrego sem problemas para o senhor.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT-SP) – Eu iria sugerir isso.

O senhor me concede um aparte? Acho que já estamos no final da nossa reunião, mas a nossa intenção, tanto ontem como hoje, as minhas intervenções foram no sentido de mostrar, com os cuidados que estamos tendo de não fazer levantamento nem acusações levianas... Tivemos uma experiência na cidade com a CPI das drogas que foi muito marcante.

Então, entendemos que essa Comissão tem desdobramentos e interfaces com a CPI das drogas, mas também tem interface com a questão básica, que é o nosso porto, que é justamente a possibilidade de um novo modelo, de um outro tipo de fiscalização, um novo tipo de operacionalização. Evidentemente, por serem terminais alfandegados, as propostas, as sugestões que não firam a ética do trabalho nem as chefias, mas que possam fazer parte desta Comissão, para que possamos fazer no relatório final não apenas ter um libelo de acusações, mas uma série de indicações para resoluções... Sei que é difícil. É matéria extremamente difícil. Envolve diversos órgãos do nosso País. Nem sempre a vontade política, chamemos assim, é comum. Há interesses diversificados, não é? Há sentidos políticos também diversificados, tanto que somos plurais aqui. Temos um membro do PSDB, do PFL e do PT.

O SR. – Do PPS.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT-SP) – Desculpe, o senhor mudou de Partido. Essas coisas são rápidas na política. Desculpe, PPS, não foi ironia.

E gostaria que pudéssemos ter esse arrazoado com sugestões, inclusive o seu colega que se dispôs a vir, para que possamos, no relatório da Comissão, que deverá terminar no dia 30 de junho, depois de quase três anos de ação, ter uma parte de inquérito propriamente dita e outra parte relativa a encaminhamentos, para que possamos verdadeiramente ter uma ação conjugada. Se isso fosse possível, ficaria muito agradecida, e tenho certeza de que falo em nome dos demais colegas e em nome do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Deputado.

O senhor não se preocupe porque está tudo sendo gravado...

O SR. ELIAS CARNEIRO – Perfeito. Ótimo.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT-SP) – Estou aqui chamando a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está comentando comigo a importância do seu depoimento.

O SR. ELIAS CARNEIRO – Apesar de que é importante tornar público que o Senador Romeu Tuma foi nosso superior hierárquico durante um bom tempo. Conhece bem a estrutura da Receita Federal. O que poderíamos talvez, finalizando a minha parte, colocar é que temos uma limitação muito séria de pessoal. Isto é flagrante, é público. Temos, juntamente com os colegas da Polícia Federal, com demais policiais e outros colegas de trabalho, direta ou indiretamente, procurado dentro do possível fazer aquilo que a legislação e o tempo nos permitem.

Dentre as medidas que foram recentemente adotadas, há cerca de um ano, nós restringimos todos os acessos à faixa portuária.

Hoje, o cidadão ou o profissional, para ter acesso à faixa portuária, necessita de uma autorização expressa da Receita Federal, senão tanto o veículo como a pessoa física não conseguem adentrar a faixa portuária, pelo menos de maneira legalizada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais alguma coisa?

Então agradeço e pediria encarecidamente ao.... Como é o nome do nosso?

O SR. ELIAS CARNEIRO – O colega é o Ramalho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ramalho, se o senhor pudesse, depois, com o nosso depoente, fazer um documento para que pudéssemos fortalecer o relatório final, eu ficaria agradecido. E as notas taquigráficas, a degravação, nós vamos encaminhar, porque as sugestões que foram apresentadas pelo Presidente do Sindicato dos Transportadores e pelos empresários que aqui estiveram provavelmente

já devem ter sido até... tendo encaminhamento para solução Mas se não tiver, discutiríamos qual seria a menor maneira legal de introduzir uma segurança maior no aspecto da ação da Receita Federal dentro dos portos brasileiros.

Eu agradeço muito sua presença.

O SR. ELIAS CARNEIRO – Eu que agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não havendo mais depoentes, queria, antes de encerrar, agradecer o espírito de cidadania, de brasilidade do nosso Presidente da Câmara, que acompanhou por todo o tempo os depoimentos, sem negar nenhum apoio estrutural, inclusive nos dando água quando temos sede. Eu lhe disse que a água era muito boa aqui. Ele disse que vem diretamente de Lindóia.

Fico sensibilizado com esse tratamento recebido do nosso Presidente e, sem dúvida alguma nós o faremos, por escrito, na primeira oportunidade que chegarmos à Brasília. Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço aos Vereadores que aqui compareceram, a todos que deram seus depoimentos voluntários, à Deputada Telma, ao Deputado Oscar, Deputado Cabo Júlio, Deputado Robson e a outros que participaram dessas audiências. Esperamos que realmente elas tenham tido o resultado desejado pelo nosso...

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – V. Exª permite um aparte muito rápido antes de encerrar?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então eu passarei a palavra a Deputada Telma e em seguida ao Deputado Oscar.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Eu queria agradecer também, em meu nome e dos demais componentes da Comissão, na pessoa do Vereador Jama, extensivo aos diversos Vereadores que aqui estiveram, à minha Líder Sueli Morgado, mas queria um especial cumprimento à equipe da televisão e à equipe da retaguarda, não é? Porque o pessoal fica em silêncio, mas é extremamente ágil. Muitos dos requerimentos e nosso trabalho não poderiam acontecer se nós não tivéssemos a retaguarda. É como na trincheira de luta, não é? Não somos militares, mas somos militares de algum jeito.

Queria agradecer aos senhores. Espero que minha cidade os tenha tratado bem. Encomendamos hoje um sol depois daquela chuva para que os senhores tenham uma boa referência e depois nos encontra novamente em Rondônia, na terra do Deputado Federal Oscar Andrade, onde faremos uma outra sindicância e outra audiência.

Muito obrigada aos senhores e obrigada também à estrutura da Câmara, na pessoa dos seus funcionários, e à imprensa em geral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Deputado Oscar Andrade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Uma menção de agradecimento, Sr. Presidente, muito especialmente aos Vereadores que cederam esta Casa, na pessoa do Presidente, Vereador Jama, pela gentileza com que fomos atendidos aqui, aos funcionários que estiveram à disposição e ao povo da cidade de Santos. Saio daqui bastante preocupado. Creio, quanto ao problema de roubo, desvio de carga e contrabando, que, realmente, pelo pouco que pudemos ouvir, precisaríamos muitos mais dias. Estamos tentando caminhar para o fechamento desta CPI até junho, em função de há dois anos estarmos trabalhando, debruçando-nos sobre esse problema que assola o País de maneira muito grave atualmente, mas o meu sentimento, Sr. Presidente, é de que precisaríamos voltar aqui. Se isso não for possível, dentro das nossas determinações anteriores, de caminharmos para o fechamento da CPI, teremos que ouvir mais pessoas daqui, pedir documentações, propostas e sugestões para que possamos – como faremos com todos os outros tipos de trabalho que tivemos – levar sugestões valiosas para diminuir esse mal tão grande que, hoje, é um dos crimes mais fortes do nosso País.

De toda sorte, muito obrigado ao povo de Santos, na pessoa dos seus representantes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Deputado Cabo Júlio, em seguida o nosso Presidente.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Sr. Presidente, eu me somo nos agradecimentos ao Presidente da Câmara porque nos cedeu este espaço e, mais do que isto, está conosco, aqui presente, e mostra um outro lado da CPI. No Brasil, infelizmente, vendeu-se a cultura de que CPI nunca termina em nada. Quero dar um exemplo concreto da última CPI de que participei, que foi a CPI do Narcotráfico, que esteve aqui, em São Paulo.

Só para que as pessoas saibam, a CPI do Narcotráfico indiciou cerca de 800 pessoas.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Permite V. Exª um aparte? É apenas para um esclarecimento. Houve duas CPIs em Santos: uma, estadual, que causou uma série de desdobramentos nem sempre agradáveis, e a que o senhor está citando, para não haver confusão das duas. É só para ressalvar, se não ficará confuso.

O SR. CABO JÚLIO (PST – MG) – Quando criamos a CPI Federal, solicitamos, inclusive, a algumas Assembléias Legislativas que criassem a sua CPI Municipal. E nós mostramos o que estamos fazendo, aqui, com esta CPI: existem problemas, é preciso colocar o dedo na ferida e é preciso que todas as pessoas de bem e todos os poderes constituídos se alinhem para lutar contra o crime. Lembro que, na época, ela começou muito – como todas – desprestigiada e chegou o momento em que a CPI era febre na Câmara dos Deputados. Ela sobreviveu durante dois anos e meio de trabalho, quando estivemos no Acre e expulsamos de lá mais de 50 policiais envolvidos com o narcotráfico. Conseguimos seqüestrar um patrimônio considerável do Fernandinho Beira-Mar, o que, depois, culminou tornando-o um homem público, porque ele era um traficante desconhecido quando começamos puxar. Ou seja, nós mostramos que a CPI, quando é composta de pessoas competentes, como a Deputada Telma de Souza, o Senador Romeu Tuma e o Deputado Oscar Andrade, é possível dar uma resposta rápida.

Isso vai mostrar que a nossa CPI de Roubo de Cargas esta percorrendo o Brasil para traçar um Raio-X da verdade, da realidade. As pessoas pensam que a CPI vai chegar a uma cidade e vai prender. Não é assim. O nosso papel é exatamente contrário ao da Polícia. A Polícia trabalha de baixo para cima. Nós queremos trabalhar de cima para baixo, onde, muitas vezes, por "n" motivos, as polícias ou o próprio Ministério Público sozinhos não conseguem chegar.

Agradeço a Santos pelo carinho e à Srª Deputada Telma de Souza, que é da Casa, tendo sido Vereadora, depois Deputada aqui, foi, também, Prefeita e conhece bem. Estamos agradecendo ao povo de Santos pelo carinho. Quero dizer que podem ter certeza de que o que verificamos aqui será levado às autoridades. Quem sabe possamos voltar ainda aqui, depois de confrontarmos todas as informações que recebemos com aquelas que já temos.

Então, o nosso muito obrigado ao Presidente da Câmara, a todo o povo de Santos e a todos que participaram e que, direta ou indiretamente, estão participando desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Presidente da Câmara, Dr. José Antônio Marques da Cunha, para as suas palavras finais.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARQUES DA CUNHA – Sr. Senador Romeu Tuma, Presidente da Comissão, Deputada Telma de Souza, Deputado Oscar Andrade, Deputado Júlio – meu irmão –, que constituem essa Comissão, como Presidente desta Casa, em nome dos 21 Vereadores, espero que tenhamos correspondido à expectativa desta Comissão e a atendido todas as suas necessidades. Sentimo-nos honrados de estarmos representando a cidade de Santos ao receber tão importante grupo de trabalho.

Esta Casa sente-se honrada em prestar modesto serviço para que esta elevada Comissão consiga esclarecer uma questão tão aflitiva e tão ameaçadora para a economia deste País, não só pelos danos materiais, mas principalmente por aquelas questões intangíveis, como a própria credibilidade do comércio, do transporte, da logística como um todo.

Senador, quero cumprimentá-lo pela coragem, pois para tratar de questões como essas há que se ter homens de coragem, como já havia dito ao Deputado Oscar. Homens no sentido de seres humanos, Deputada. V. Exª tem sido sempre uma demonstração dessa coragem em todas as lutas.

Quero finalizar, dizendo que não só nos honra por ter participado, mas colocamo-nos à disposição naquilo que for necessário para continuar esse trabalho investigatório tão importante. Também quero dizer que tenho certeza de que esse momento enriquece a história desta Casa.

Quero, então, cumprimentar todos os membros desta Comissão e desejar pleno sucesso na sua tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria, antes de encerrar, agradecer ao Sr. Naurides, que tem, como Secretário trazido todas as equipes necessárias para que nada falhe. Quando ao nosso equipamento de som, vou requerer ao Presidente que arrume uma verba para melhorá-lo, como foi o pedido de nossos membros, e até falar com a Receita Federal para ver se ela doa as mercadorias apreendidas no sentido de melhorar o som.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – O presidente esteve às voltas com inseticida para matar barata. Houve um problema aqui, no plenário, envolvendo a senhora dele. É um caso meio cômico da cidade, só para ter um pouco de leveza no final da reunião. Por isso a verba não foi para o som.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu queria agradecer à Polícia Federal, na pessoa do Dr. Jáder, Diretor da Polícia, pela eficiência com que atendeu a todos os pedidos da CPMI, inclusive com a diligência de ontem, que foi importante para ilustrar a necessidade desta audiência pública, e a todos os policiais que colaboraram, inclusive à Polícia Militar, que

deu toda a segurança necessária, acompanhou-nos nos deslocamentos. E ao Cabo Júlio, comandante efetivo de todas as polícias militares do Brasil, pelo seu trabalho eficiente em benefício dessa grande instituição. Faço os agradecimentos por intermédio dele, que falará com o tenente que colaborou com as informações necessárias aqui. Quero agradecer também à Polícia Civil, que aqui esteve presente, na pessoa do Diretor Regional e dos delegados, que se colocou à disposição para tudo que se fizesse necessário visando ao efetivo trabalho desta Comissão.

Agradeço mais uma vez ao nosso querido Presidente, à equipe de televisão a que a Deputada já fez referência, e espero que tenha saído bom o trabalho, pois ela vai ilustrar o relatório final. Gostaria que fosse enviada uma cópia ao Presidente da Câmara para que pudesse colocar nos arquivos e fizesse o uso que bem lhe aprouver.

Portanto agradeço e dou por encerrada esta audiência pública na cidade de Santos.

Muito obrigado. (Palmas)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 7ª Reunião Realizada em 06/06/2002

Aos seis dias do mês de junho do ano dois mil e dois, às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia,, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças do Senador Geraldo Cândido e os Deputados Oscar Andrade, Carlos Dunga e Mário Negromonte, Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente anunciou a presença do Deputado Estadual Edésio Martinelli, segundo Vice-Presidente da Assembléia de Rondônia, e do Deputado Estadual Chico Paraíba 1º Secretário da Casa. O Senhor Presidente ainda agradeceu ao Deputado Estadual Natanael Silva, por ter cedido o Plenário da Assembléia para essa audiência . pela ordem fora ouvidas as seguintes pessoas: Dr. Jeremias Mendes, Delegado da Polícia Civil em Cacoal – RO; Que foi inicialmente inquerido pelo Relator e pelos demais Parlamentares; Gilvanir Ferreira Rocha, Motorista; Rui Barbosa de Melo, Garimpeiro em Cacoal; Aparecido Escórcio, Mecânico em Ariquemes; Lourival Claudino, Vulgo Biela, Comerciante em Ariquemes; Antonio Cursio, Comerciante em Buritis, que foi acareado com Rui Barbosa de Melo; Israel Modesto dos Santos, Aposentado e residente em Ariquemes; Altair Francisco da Silva, Comerciante em Presidente Médici; Milton César da Silva, Motorista em Ouro Preto do Oeste; Veroci Severino Adalberto Filho, Técnico em Informática que se encontra preso em regime semi aberto que foi acareado com Altair Francisco da Silva; Oswaldo Alcântara, Comerciante em Ariquemes, dono do Supermercado Corbélia; Person Pacheco, Comerciante em Cacoal, que se preso em regime semi aberto naquela cidade; José Adriano Pereira dos Santos, Laboratorista que se encontra preso em Vilhena; Márcio Rodrigues de Jesus, Motorista preso em Vilhena. Houve ainda uma acareação entre Rui Barbosa de Melo, Person Pacheco e Antonio Cursio. Todos os depoentes foram questionados pelos Senhores Parlamentares presentes. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro aberta a 7ª reunião, no ano 2002, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigação no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com quadrilhas de roubos de cargas.

Nesta oportunidade, quero preliminarmente agradecer o Deputado Ataniel Silva, Presidente desta Casa, com quem estive ontem durante a tarde em Brasília, no Congresso Nacional e, por razões por eles mencionadas, não pode comparecer esta manhã

para o início dos trabalhos desta Comissão. Gostaria de agradecer a Assembléia Legislativa de Rondônia, a oferta de usarmos esse recinto, para a realização desta importante audiência pública requerida pelo Deputado Oscar Andrade e pelo Senador Moreira Mendes, representantes no Parlamento do Estado de Rondônia.

Gostaria de anunciar a presença do Deputado Edésio Martenelli, 2° vice-presidente da Assembléia Legislativa de Rondônia, a quem convido para participar da Mesa, e o Deputado Chico Paraíba, 1° Secretário desta Casa.

Apresento também, aos senhores presentes nesta Audiência Pública, os Parlamentares membros desta comissão: Senador Geraldo Cândido, Deputado Oscar Andrade, Relator, Deputado Mário Negromonte,vice-presidente e Deputado Carlos Dunga. De forma, acho que teremos a oportunidade de esclarecer pontos ainda obscuros da participação de quadrilhas de receptadores nesta região do País, com uma grande preocupação, tendo em vista a própria dificuldade dos narcotraficantes que habitam a Região Norte do Continente Sul-Americano em buscar meios de sobrevivência em razão do próprio aumento do confronto entre as forças legais da Colômbia, narcotraficantes e as força revolucionárias colombianas a FARC com dificuldade na aquisição de suprimentos, há informes, que estamos investigando, da possibilidade das mercadorias roubadas em território brasileiro – como a CPI do Narcotráfico chegou a estabelecer o vínculo dos narcotraficantes com o roubo de cargas e isto deu origem a essa CPMI – hoje surge a hipótese das mercadorias roubadas passarem pela Região Norte do Brasil e entrando em territórios da Bolívia, da Colômbia e outras regiões, para suprimir as necessidades, principalmente alimentar e de vestuário das Forças Armadas Revolucionária e dos grupos produtores de drogas nesses paises vizinhos.

Eu passaria a palavra ao Relator Deputado Oscar Andrade para que faça uma explicação de tudo aquilo que já foi relatado e, em seguida, se os outros membros da Comissão quiserem, poderão fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, Senador Geraldo Cândido, Deputado Mário Negromonte, Deputado Carlos Dunga, Deputado Chico Paraíba e Deputado Edésio Matenelli, Senhoras e Senhores com alegria e satisfação venho dizer que depois de dois anos de caminhada pelo país afora estarmos aqui na minha cidade, no meu querido Estado. Dois anos de muito trabalho na CPMI criada em maio de 2000, a partir de um requerimento meu e mais de trezentas assinaturas de Deputados e Senadores viemos completar um trabalho que vimos acontecer na CPI do Narcotráfico e que tinha uma inter-relação muito grande com o roubo de cargas. Mas, por questões legais, a CPI do Narcotráfico tinha que se ater ao narcotráfico.

Aliado a isso, há o grande crescimento que vinha sendo estudado por mim e a minha equipe, em Brasília, em função da minha ligação com o transporte, na década de 1992 a 2002, quando subimos de 20 milhões de reais, por ano, de prejuízo com o roubo de cargas, para mais de 650 milhões de reais, em números oficiais; números esses que, extra-oficialmente, podem chegar à casa de um bilhão de reais.

Deixou de ser um crime artesanal, aquele crime em que se roubava o caminhão, guardava a carga, desaparecia com o veículo e, passados alguns meses, tentava-se infiltrar no mercado essa mercadoria roubada. Passou a ser uma grande indústria no nosso País. Quadrilhas absolutamente organizadas, muito bem preparadas, passaram a agir, com a novidade da presença de um criminoso que legalmente já existia, mas que passou a ser realmente um grande elo de ligação, que é o receptador, os agenciadores. A carga hoje é roubada depois de encomendada e, não raro, algumas horas depois já está no seu destino final com tudo absolutamente legalizado.

O escopo desse nosso trabalho... Tivemos mais de cinqüenta reuniões em Brasília e em várias cidades do Brasil, ouvimos mais de duzentas pessoas, mapeamos toda a questão do roubo de carga no Brasil, bem como os outros envolvimentos adjacentes e preparamos o nosso relatório. Não poderíamos deixar de vir aqui. Foi o apelo que fiz, juntamente com o Senador Moreira Mendes, que é membro da CPI e que pede que eu traga aqui o abraço ao nosso povo de Rondônia e a todos os presentes por sua ausência, uma vez que hoje ele está no Senado defendendo duas coisas importantes para o nosso Estado. O empréstimo de 35 milhões de reais da CAF deverá ser aprovado hoje para a nossa alegria e, também, a Lei do Rodeio. S.Exª pede desculpas aos Srs. Senadores por estar ausente, mas está numa missão honrosa para o nosso Estado.

A partir desse requerimento, então, o Senador Romeu Tuma se dignou a marcar esta nossa reunião aqui. Espero que, ao final do dia, depois de ouvirmos todos os envolvidos, as pessoas que vão contribuir com o nosso trabalho, possamos levar o espelho da nossa região, do nosso querido Estado, com relação

a esse mal tão grande que assola o nosso País, que é o roubo de carga.

Agradeço a sua gentileza, Senador, de ter marcado esta reunião e trago o abraço e o agradecimento sincero do povo de Rondônia por esse trabalho que deverá ser realizado aqui no dia de hoje, a V.Exª e aos Deputados Carlos Dunga, Mário Negromonte e ao Senador Geraldo Cândido que deixaram seus afazeres, neste momento difícil de pré-campanha e de organização de convenções, que todos os políticos precisam fazer, para atender o meu chamamento, para a nossa alegria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto aos Srs. membros se querem usar da palavra.

Com a palavra o Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Srs. Deputados, membros da CPI, Deputado Mário Negromonte, Oscar Andrade, Carlos Dunga, Srs. Deputados da Assembléia Legislativa de Rondônia, Deputado Chico Paraíba, Edésio Martenelli e demais presentes nesta atividade da CPI, não podemos deixar de ressaltar a importância da CPI do Roubo de Carga, que tem tido um papel fundamental na investigação desse crime que permeia o nosso Estado de Norte a Sul do nosso País.

A CPI tem feito uma verdadeira maratona pelo País e estamos tentando concluir o nosso trabalho na região Norte.

O crime organizado no Brasil é muito forte, e a CPI do Roubo de Cargas tem investigado todo esse tipo de atividade criminosa, e nós sabemos que existe também uma conexão com o narcotráfico.

Enfim, tivemos a CPI do Narcotráfico, tivemos a CPI do Futebol – da qual fomos membros participantes –, tivemos a CPI do Judiciário e as CPIs têm demonstrado a sua importância, a sua eficácia, a sua eficiência nesse tipo de trabalho investigativo e tem levado inclusive à cadeia várias pessoas envolvidas, como foi com a CPI do Judiciário, em que levamos à cadeia o Juiz Nicolau dos Santos Neto, outros empresários estão presos também em São Paulo, e culminou com a cassação do Senador Luiz Estevão, e outros mais. Então, isso demonstra a eficiência do trabalho das CPIs.

A CPI do Futebol, como resultado do seu trabalho, teve o indiciamento de várias pessoas envolvidas na questão, dirigentes de federação, de clube de futebol, tem aí o processo de cassação do Deputado Eurico Miranda, do Vasco da Gama, do Rio de Janeiro. Enfim, isso é uma demonstração do trabalho da CPI, da sua importância.

Por isso acho que estamos aqui hoje, a pedido do Deputado Oscar Andrade, com a maior satisfação de vir aqui nesta Região para dar também a nossa contribuição, o nosso trabalho, que tem sido fundamental na medida da investigação do roubo de cargas e dessa conexão com o narcotráfico.

Sou do Rio de Janeiro e a nossa cidade, o Estado do Rio de Janeiro tem sofrido muito com a questão da violência – violência do crime organizado. Assumimos o Governo do Estado e temos enfrentado uma "barra" pesadíssima. V. Exª.ªs têm notícias, através do noticiário de rádio e televisão, dos jornais, da situação do Estado do Rio de Janeiro. Portanto, este País está literalmente tomado e dominado, de certa forma, pelo crime organizado, e todos nós, que somos Parlamentares e dirigentes, enfim, dos Partidos, Governadores, prefeitos, autoridades policiais, militares, temos o dever, a obrigação e a tarefa de combater esse tipo de câncer que está corroendo a nossa sociedade. É uma tarefa de todos nós, da sociedade civil organizada e consciente, que deseja um País livre, sem violência, justo. Essa é a nossa tarefa. Acho que a CPI também cumpre esse papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Deputado Carlos Dunga.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente desta CPI, Senador Romeu Tuma; meu querido amigo Oscar Andrade, Relator desta CPI; meus caros Deputado Mário Negromonte e Senador Geraldo Cândido; meu caro conterrâneo, Chico Paraíba – e no nome desse grande representante deste co-irmãos da Paraíba e Rondônia, que aqui trabalham pelo desenvolvimento do nosso País, quero saudar a todos os companheiros desta Casa; senhores membros da nossa equipe, quero saudá-los em nome do nosso Laurides que, juntamente com todos os companheiros da imprensa, tem desenvolvido um grande papel junto a esta CPI em todos os Estados da Federação.

Sr. Presidente, eu gostaria de, inicialmente, parabenizar a V. Exª pela coragem que tem tido à frente desta CPI, pela prorrogação que foi dada agora para que possamos chegar a outras regiões do nosso País para que o crime que aí se desenvolve seja desvendado, seja trazido com transparência para a sociedade e que o Deputado, o Senador, que o político possa também cooperar com a opinião pública, mostrando aquilo que está sendo desenvolvido negativamente na nossa Nação.

Eu gostaria de parabenizar o nosso grande companheiro, Deputado Oscar Andrade, que ativamente, diuturnamente, sempre esteve no Congresso Nacional, desenvolvendo mais suas atividades ligadas a esta defesa da nossa pátria, e hoje aqui chega à sua terra, trazendo os companheiros para esse desenvolvimento político, administrativo, que é a nossa CPI.

Então, Deputado Oscar Andrade, tenho certeza de que o povo de Rondônia e o Congresso Nacional estão gratos por V. Ex.ª estar à frente desse trabalho, procurando contribuir para que Rondônia se livre desse prejuízo que também negativamente está contribuindo para o nosso País. Portanto, meus parabéns. E gostaria, Sr. Presidente, de concluir meu raciocínio, dizendo que o meu Estado, o pequenino Estado da Paraíba, passa mais uma vez por um grande prejuízo por causa do roubo de cargas. Nessa semana, tivemos um assassinato de um Prefeito, e o mandante foi o vice-prefeito, que é o chefe da gangue do roubo de cargas na região, onde várias cargas foram aprisionadas exatamente no dia da morte do Prefeito. E 42 comerciantes de uma pequena cidade estão envolvidos como receptadores do roubo de cargas, de um pequeno e pobre Estado do Nordeste.

Faria mais um apelo a esta CPI para que fôssemos à Paraíba, para que analisássemos o roubo de remédios, para que analisássemos o que já está sendo preso no porto de Cabedelo e agora desbaratar essa gangue que trouxe esse crime que contribui negativamente para que a Paraíba esteja no rol daqueles Estados que fazem parte do roubo de cargas no nosso País.

Agradeço V. Exª e parabenizo o vosso trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passaria a palavra ao Deputado Negromonte, vice-presidente da comissão.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Senador Geraldo Cândido, nobre eminente Parlamentar, nosso relator, Oscar Andrade, Deputado Carlos Dunga, Deputado Chico Paraíba, e Edésio Martenelli, da Assembléia Legislativa de Rondônia, é um prazer enorme estar aqui a convite do Deputado Oscar Andrade, excelente Parlamentar, que tem honrado o povo de Rondônia no Congresso Nacional, relator corajoso, pois não é fácil essa nossa atividade investigativa da CPI. Temos rodado o País inteiro, e sempre tenho dito que o crime organizado tem crescido muito. Infelizmente, não temos tido a capacidade investigativa em função até da organicidade desse crime, envolvendo muita gente, autoridades de diversos setores da sociedade. Não é fácil, mas temos prendido policiais, comerciantes em todo o Brasil. O nosso papel além de investigar é aprimorar as leis. Na medida provisória votada na semana retrasada, conseguimos introduzir a federalização do roubo de cargas, fazendo com que a polícia federal investigue também, sem prejuízo das outras polícias.

Há um projeto também de nossa autoria, tramitando no Congresso Nacional, que é um grande avanço. O Senador Romeu Tuma fará um esforço junto ao Presidente Aécio Neves para que entre em matéria urgente, urgentíssima, porque um dos pontos importantes desse projeto é carimbar, identificar as mercadorias. Penso que é um avanço enorme. É a certidão de nascimento das mercadorias, como o Senador Romeu Tuma carimbou. Aí sim, podemos identificar, como aconteceu com os telefones celulares do Carrefour, em Recife. Os telefones têm a numeração, e pudemos identificar e apreender a carga que foi comprada pelo supermercado em Recife.

De forma que é um trabalho excelente feito pela CPI há dois anos. Não é fácil. Para se ter uma idéia, há muitos Parlamentares inscritos, mas nem todos têm condição ou tempo para participar. Constitui também uma atividade de alto risco, estamos expostos a esses marginais, que estão escondidos, ninguém sabe quem são, e com proteção de muita gente grande, de políticos, de polícia. Isso tem causado enorme prejuízo à sociedade. A sociedade tem que identificar isso e nos ajudar, elucidando os nomes. Quando se vê uma farmácia vendendo barato, pode-se ver atrás que certamente é roubado. Um posto de combustível vendendo gasolina barata, certamente é gasolina adulterada ou roubada. A sociedade tem que mostrar isso. Por quê? Porque quem paga o preço alto é a sociedade. Hoje, a seguradora está cobrando um preço altíssimo na carga do cigarro, pneu, produtos químicos, eletrodomésticos em função justamente da vulnerabilidade do roubo, de forma que, no preço final, quem paga é a sociedade. Então, ela também tem que nos ajudar, tem que estar atenta. Este é o nosso intuito: vir aqui, procurar e investigar de forma que venhamos elucidar e desbaratar essa gangue que vem afligindo a sociedade. Hoje identificamos mais de 1 bilhão já desviado de cargas no País. É um número significante. Podemos ter e temos tido sucesso em função de alguns Parlamentares, Senadores e Deputados Federais, com a ajuda da Polícia Federal, o Dr. Paulo Lacerda, que tem aqui assessorado o Senador Romeu Tuma, que tem sido um baluarte nessa briga. Estamos aqui para fazer esse trabalho a convite do eminente e amigo Deputado Oscar Andrade, um

grande Líder de Rondônia, que tem feito um trabalho exemplar ao lado do Senador Romeu Tuma. Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, Deputado. Parabéns pelo seu projeto. Há uma enorme força, principalmente dos transportadores e embarcadores, tentando convencer a Câmara Federal da importância da aprovação desse projeto. É o que vai diretamente favorecer as autoridades que investigam a identificação dos capitalistas da estrutura do crime do roubo de cargas, que são os receptadores. É um crime difícil de ser identificado porque, hoje, como disse o Deputado Oscar Andrade, a maioria da mercadoria é roubada já por encomenda previamente estabelecida pelo intermediário das negociações entre a quadrilha e o receptador, fazendo com que se busque, através de informantes e de uma estrutura bem formada dentro desse crime organizado, a mercadoria a ser roubada. O Deputado Carlos Dunga falou aqui sobre medicamentos. Agora, nos últimos quinze dias de maio, houve dois assaltos – chamo o roubo de assalto – e R$5 milhões foram roubados só de medicamentos. Assaltaram um depósito de uma companhia transportadora e três caminhões na estrada, de forma que, às vezes, nem o rastreador via satélite tem surtido efeito porque os marginais já descobriram sistema de imobilização do rastreador e, com isso, tem tempo suficiente para dar sumiço na carga até que os acompanhantes identifiquem que o sinal sumiu da tela do acompanhamento.

Sobre o problema de a Polícia Federal participar, é praticamente uma redundância essa medida provisória, que é um projeto de conversão, porque tinha que, realmente, impor legalmente a participação da Polícia Federal na investigação, porque o art. 144, da Constituição, já é muito claro, em um de seus parágrafos: quando há necessidade de uma investigação uniforme no Território nacional, a Polícia Federal tem a competência e obrigação de intervir. Mas sentimos muito, em várias fases das nossas audiências e diligências, a falta de uma força tarefa para que possa, realmente, fazer um trabalho sério na identificação das mercadorias roubadas. Recentemente, fizemos uma experiência em Campinas, na região de Paulínia, com o delegado de Polícia Estadual, o Seccional de Paulínia, Dr. Tadeu, nós da CPI, a Receita, a Polícia Rodoviária e um agente da Agência Nacional de Petróleo. Fizemos três **blitze** em três pontos da região onde o trabalho conjunto poderia identificar a mercadoria e a legalidade da ação de cada segmento da administração pública, pôde se fazer valer. A polícia rodoviária, se pegar um caminhão, só conferirá a parte da legalidade do motorista e a nota. Ela não pode procurar talvez quebrar um lacre ou abrir a mercadoria para ver se a nota corresponde àquilo ou se há excesso de carga em razão do desvio ou da transferência de produtos de um caminhão do transportador correto para um caminhão da quadrilha.

Com isso, hoje poderemos ter a certeza de que haverá, em breve, a formação dessa força-tarefa. Tenho esperança de que esse compromisso assumido pelo Ministério da Justiça por meio da imprensa se faça presente e que não fique só no papel como muitas vezes tem sido feito com os pacotes de segurança, cuja presença não conseguimos ainda identificar nas ruas, em combate ao crime.

Tenho certeza de que, inclusive, na operação de Paulínea, a CPMI fez uma investigação muito forte numa empresa distribuidora de combustível cujo proprietário, Ari Natalino, teve de ser quase que conduzido coercitivamente à presença da CPMI, porque a ela se negava a comparecer. Conseguimos uma ordem judicial para a condução coercitiva nessa operação de Paulínea. O delegado está enviando, para a CPMI, vários documentos de apreensão de produtos roubados, de documentos e instrumentos de adulteração de chassis de caminhões, bem como uma série de fatores que trazem a confirmação de que a investigação procedida pela CPMI estava correta.

De forma que a CPI não está aguardando o final de seus trabalhos para, no relatório do Deputado Oscar Andrade, deste Estado, fazer-se representar junto ao Ministério Público. Todas as diligências e audiências públicas têm sido comunicadas de imediato, às vezes até mesmo com a presença da autoridade policial do Ministério Público para que se dê prosseguimento à investigação e à abertura do inquérito, a fim de que não haja retardamento na condenação dos responsáveis por esse crime.

Trata-se de um crime grave em razão do custo que provoca junto às transportadoras. Se há algum tempo ele representava de 3 a 5% no custo operacional, hoje vai de 13 a 15%, o que faz com que várias empresas fechem as suas portas e desistam desse comércio de transportes. É claro que os embarcadores têm um prejuízo menor, porque as mercadorias seguradas são ressarcidas pelas companhias de seguro. Entretanto, entre as companhias de seguro hoje, poucas têm a capacidade de fazer o seguro. A grande maioria desistiu de fazê-lo em razão do grande risco que oferece o transporte de mercadorias pelas nossas estradas.

Acho que a CPI tem esse valor. Não há CPI que acabe em **pizza**, como, muitas vezes, dizem. Absolu-

tamente nunca, nenhuma CPI acaba em **pizza**, porque todos os dados são fornecidos ao Ministério Público e, posteriormente, à Justiça, para que ela se encarregue de realmente cumprir o que a lei determina, condenando os responsáveis.

O Senador Geraldo Cândido se referiu a várias CPIs, mas eu gostaria de destacar também uma, a dos precatórios, Senador, da qual tivemos a honra de ter participado, em que se descobriu a ligação forte entre as fraudes dos precatórios e as autoridades, como governadores e prefeitos, que montaram uma estrutura para fraudar, junto à Justiça, os precatórios. E, com isso, descobriu-se também o grande sistema de lavagem de dinheiro nas fronteiras brasileiras, que, até hoje, estão sob investigação por vários crimes praticados, e que eram instrumento para a lavagem de dinheiro.

Portanto, as CPIs têm um valor imenso e, às vezes, o sacrifício de Parlamentares que se deslocam para longe de suas regiões de importância política e de suas famílias, mas que se envolvem com a obrigação de prestar um serviço à Nação, porque representam o povo brasileiro no Congresso Nacional. O Deputado Martenelli ou o Secretário da Câmara deseja usar a palavra?.

O SR. CHICO PARAÍBA – Sr. Presidente, desejo usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Deputado Chico Paraíba deseja usar a palavra. Passo a palavra ao Deputado Chico Paraíba, para, em seguida, iniciarmos os nossos trabalhos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Primeiramente o Deputado Chico Paraíba. A seguir, concedo a palavra a V. Exª

O SR. CHICO PARAÍBA – De fato, gostaria de cumprimentar toda a Mesa, em nome dos Senadores Romeu Tuma e Geraldo Cândido. Manifesto a minha grande alegria de encontrar o nosso conterrâneo, o Deputado Carlos Dunga, conhecido na minha região. Registro a importância que esta CPI traz para o País. Parabenizo o Deputado Oscar de Andrade pelo seu trabalho, capacidade e eficiência. De fato, Rondônia e o Brasil reconhecerão todos os trabalhos feitos por esta CPI e prestados à nação.

O nosso Estado, com toda a humildade, e a Assembléia Legislativa tem um grande gratidão em receber essas autoridades no nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Darei um exemplo, somente para ilustrar o que falou o Deputado Carlos Dunga. Em uma diligência, audiência pública, que fizeram no Norte do País, tivemos todo o apoio – está aí a Governadora Roseana Sarney -, nós identificamos prefeitos que pagavam mercadorias roubadas com cheque pré-datado das prefeituras. Verifiquem os senhores a grande audácia e a tristeza daqueles que usam cargo pública para se beneficiarem e se locupletarem em vantagem de ordem pessoal. Prefeito pagava mercadoria roubada com cheque pré-datado da Prefeitura. É vergonhoso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele está preso e fazia cheque dele na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está preso e fazia cheque dele na cadeia. Agora, esperamos que a justiça do Maranhão dê realmente uma condenação exemplar àqueles que pretendam disputar cargo público objetivando interesses de ordem social.

Passo a palavra ao Senador Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer às polícias civil, militar e federal que se fazem presente e dão apoio à CPI e de convidar, se assim ainda não foi feito, pedir ao Secretário Naurides que possa fazer este convite, pois ainda há tempo de que um membro do Ministério Público esteja presente. Seria também muito importante para a CPI e para o nosso Estado.

Já divulgo, de antemão – não sei se está anotado aqui – o Disque-Denúncia da CPI, que tem ajudado muito pelo Brasil afora. O número para contato é o 0800-612211. Será importante, principalmente se a imprensa puder divulgar isso, haja vista que a nossa CPI perdurará até dezembro, já que pedimos a prorrogação novamente. Teremos um período em que os trabalhos serão suspensos, em função das campanhas eleitorais pelo Brasil. Mas, em outubro, voltaremos e concluiremos o nosso relatório até final de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui está o número do telefone do disque-denúncia. Se a televisão puder registrá-lo.

Darei início aos trabalhos, pedindo que a Secretaria providencie o Dr. Jeremias Mendes, Delegado da Polícia Civil, com exercício em Cacoal, que gentilmente concordou em nos trazer informações de tudo o que apurou nas suas investigações sobre o roubo de cargas. Agradeço a presença do Dr. Jeremias. Peço ao senhor que seja o mais ilustrativo possível

para favorecer os trabalhos da CPI e ajudar o conterrâneo, o Dr. Oscar, na elaboração do seu relatório.

Com a palavra o Dr. Jeremias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, posso fazer um questionamento?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois, não, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Jeremias, sabendo do trabalho de V. Sª nesse crime, inicialmente, agradeço o seu empenho e a sua ajuda, principalmente nesses últimos trinta, quarenta dias, nos dando suporte aqui. Gostaríamos que V. Sª fizesse uma explanação geral sobre o seu entendimento quanto à questão do roubo de cargas no nosso Estado e depois passaremos a algumas perguntas específicas.

O SR. JEREMIAS MENDES – Primeiramente, eu gostaria de agradecer a presença do nobre Senador Romeu Tuma que em uma ocasião, em Presidente Prudente, ministrou uma palestra referente à criminalidade no Brasil; e eu, na época acadêmico, prestigiei-a com muita atenção.

Com relação aos delitos de roubo de cargas que ocorreram no Estado de Rondônia...

O SR.(orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JEREMIAS MENDES – Delegado na época. E muito. Não vou dizer o número.

Com relação aos crimes de roubos de carga que vêm ocorrendo no Estado e em outros estados que acabam acarretando aqui a consumação da receptação, a Polícia Civil, na pessoa do Diretor-Geral, colocou nos à frente – eu fui convidado – para chefiar essa operação e me deu liberdade de escolher, dentro do Estado, uma equipe de policiais que correspondesse com a minha forma de trabalho. Houve então a escolha dos policiais. A Secretaria nos forneceu todos os equipamentos e fizemos uma prisão de três quadrilhas, sendo a última integrada por 8 pessoas, com envolvimento de pessoas do Mato Grosso, São Paulo, Acre e Amazonas, em Apuí.

Quando fui convidado para também dar seqüência às investigações por meio da CPI, foi feito um levantamento em todo o Estado e percebeu-se que em Rondônia não existem muitos registros de ocorrência de assalto, de roubo e, sim, da receptação. Eu percebi, durante esse tempo de trabalho, que a Região Norte hoje é uma das que mais recebe a mercadoria roubada.

Eu tenho investigado e há informações de que as cargas vendidas de São Paulo para Santa Catarina, Paraná, são roubadas naquele Estado. Existem firmas legalizadas que encaminham aquela mercadoria roubada, passam para um caminhão totalmente legalizado, cortam a nota fiscal e a mercadoria vem para a Região Norte. Quanto a isso, eu tenho informações de pessoas que foram expulsas do Estado, trabalharam na Secretaria de Fazenda e conhecem tudo.

Porque um caminhão de uma firma montada em São Paulo, uma distribuidora, corta a nota e somente dá saída às mercadorias. Mas a Secretaria de Fazenda, para chegar até essa pessoa, essa empresa que está trabalhando de forma irregular, demora. Aí trata-se de uma empresa fantasma, com "laranja", que quando percebe que está sendo descoberta, muda de endereço, de firma, de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Somente de fachada.

O SR. JEREMIAS MENDES – Só de fachada. Isso tem dificultado as investigações.

Eu estava ouvindo V. Exª falar da participação de vários órgãos: Polícia Federal, Secretaria de Fazenda. Então, eu volto a dizer que uma mercadoria é vendida para Rondônia e aqui é distribuída para os receptadores. A Sefaz vem em uma **blitz** volante, simplesmente multa o empresário e ele acaba esquentando aquela mercadoria. Ele já pode colocá-la no mercado e vai para as prateleiras normalmente, porque a Sefaz esteve ali e tudo certinho.

A importância de a polícia trabalhar em conjunto com a Sefaz ajudará, e muito, nas investigações, porque a polícia fará uma busca e apreensão, conforme foi feito a semana passada em Ariquemes. Já a trabalho da CPI, eu estive naquela cidade e fiquei ali por 10 dias. Foram feitos vários cumprimentos de mandados de busca, eu fiz a investigação, nossa equipe fez a investigação, foram levantados os depósitos, o juiz deferiu os pedidos feitos por mim e convidei o pessoal da Sefaz, um auditor fiscal, para acompanhar. E, na oportunidade, eu explicava para ele a importância de a polícia estar junto, porque aí ele falou: "Na semana passada mesmo, atuei uma empresa aqui". E falei: "Você já sabia da origem?" "Não, eu simplesmente..." "Então você acabou esquentando essa mercadoria; ela passou a ser quente." Então convidei esse pessoal, e fizemos ali um bom trabalho: foram apreendidos alguns materiais, produtos alimentícios, e esse material foi encaminhado para a Sefaz, foi instaurado inquérito policial. Quer dizer, de alguma forma aquela empresa já está prejudicada para funcionar conforme vinha funcionando legalmente pelo fato de a polícia ter interferido no trabalho. Por outro lado, dessa im-

portância... A mercadoria distribuída aqui em Rondônia, Acre e também passa pelo Amazonas, tem envolvimento das pessoas de Cuiabá. Já temos investigações, após o convite do Deputado Oscar Andrade, em andamento e escutas, e policiais trabalhando na área. Pretendemos não parar por aí porque a intenção que foi passada para mim pela direção geral é que a polícia civil, como sempre tem feito, vai dedicar exclusivamente uma equipe no combate a esse crime.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, eu gostaria também de agradecer – mais um esquecimento aqui – ao governo do Estado, Governador Bianco, pela estrutura e pelo apoio que tem dado à CPI aqui no nosso Estado.

Dr. Jeremias, primeiramente, eu gostaria de agradecer muito o trabalho que você vem realizando, principalmente nesses últimos dois meses, a nosso pedido e te fazer algumas perguntas pontuais. Você trabalha na polícia há quanto tempo?

O SR. JEREMIAS MENDES – Vai fazer oito anos agora em dezembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Cacoal, há quanto tempo?

O SR. JEREMIAS MENDES – Em Cacoal três anos, em agosto, vai completar.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como ocorreu a ação conjunta das polícias aqui na Região Norte, no ano de 2000, que resultou na desarticulação de várias quadrilhas de roubo de cargas?

O SR. JEREMIAS MENDES – Com a consumação de delito ocorrida em Vilhena, fomos designados para voltar ao BR porque até então tinham parado os crimes, então a equipe tinha retornado às bases. Voltamos às investigações, aí foi realizada a prisão dos envolvidos, porque o crime ocorreu em Vilhena. Foi forjado um assalto e, na verdade, os motoristas e seus auxiliares estavam envolvidos. De início, passamos a oitiva dessas pessoas e dali por diante...

O SR. OSCAR ANDRADE – E havia o envolvimento de empresas como os supermercados Corbélia, Yamamoto, Douglas, Bandeirantes, Dianiqueses e também as lojas Amazon Móveis de Cacuau, Buriti e Inapuí Amazonas?

O SR. JEREMIAS MENDES – Exatamente, com a prisão do..;

O SR. OSCAR ANDRADE – Os receptadores?

O SR. JEREMIAS MENDES – Esses grandes supermercados aí foram os receptadores da mercadoria e parte da mercadoria também foi apreendida em depósitos dessas empresas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os proprietários foram indiciados?

O SR. JEREMIAS MENDES – Todos foram presos e indiciados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que são: do Supermercado Corbélia, Oswaldo Alcântara; do Supermercado Yamamoto, Odair Yamamoto; do Supermercado Douglas, Antônio Isídio de Oliveira; do Bandeirantes e Amazon Móveis, Rui Barbosa de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alguma dessas empresas foi fechada também?

O SR. OSCAR ANDRADE – Alguns estão aí para prestar depoimento.

O SR. JEREMIAS MENDES – Alguns. O Oswaldo Alcântara; o Antônio se envolveu em outros delitos e está foragido; o Odair também está foragido, que, segundo informações, está no Mato Grosso do Sul, e a empresa dele acabou fechando, faliu.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Rui Barbosa?

O SR. JEREMIAS MENDES – O Rui Barbosa está presente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor falou que no Estado de São Paulo, as firmas de fachada, o senhor identificou também as empresas?

O SR. JEREMIAS MENDES – Temos a informação, o nome das pessoas que inclusive são ex-funcionários do Estado de Rondônia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São funcionários da Receita?

O SR. JEREMIAS MENDES – Isso. Foi demitido já.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele então com a experiência que adquiriu começou a trabalhar para o esquema de roubo de cargas, para o crime organizados.

O SR. JEREMIAS MENDES – Exatamente. Ele montou uma empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem tido colaboração das polícias de outros estados quando tem dificuldade na identificação da investigação?

O SR. JEREMIAS MENDES – Mantemos contato com as autoridades de outro estado e todos têm mantido ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por isso eu estava dizendo da importância do que falou o Deputado Negromonte de a Polícia Federal entrar para se montar uma central de informações. Vocês têm difi-

culdade em obter porque é lenta a resposta e isso dá uma chance muito grande de a quadrilha desaparecer com tudo aquilo que possa comprovar seu envolvimento. Tem que ter uma central para poder...

O SR. OSCAR ANDRADE – Presidente, com a nossa é sonhada, porque já estamos há um ano e meio identificando e a nossa primeira proposta foi a federalização do roubo de cargas. Isso já aconteceu. E junto com essa determinação da lei também há o arquivo central que será coordenado pela Polícia Federal. Além de quebrar as dificuldades jurisdicionais que os estados têm, que as polícias civil e militar têm, com a entrada da Polícia Federal esse arquivo central também deverá ser...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a manifestação pública do Ministro da Justiça de criar a força tarefa tem que incluir uma central de informações que vai colaborar inclusive com o trabalho exemplar do Dr. Jeremias. Gostaria de pedir, se ele pudesse fazer, um organograma de como funciona a quadrilha, a distribuição, a vinculação, para termos uma idéia de como é a operacionalidade da quadrilha aqui nessa região norte.

O SR. JEREMIAS MENDES – Como eu estava dizendo para o delegado Paulo Lacerda, se trabalhar em conjunto, conforme o senhor diz, as empresas e dar entrada nas barreiras com as notas fiscais, e fazermos um levantamento de todas essas empresas se elas são laranjas, conferir endereços, porque tendo a central de informações, igual o senhor mencionou, fica bem mais fácil. Porque quando fomos solicitados para este trabalho tivemos essa dificuldade. Tivemos que percorrer o estado todo para obter as informações, porque muitas vezes o registro de ocorrência é de autoria desconhecida, é feita investigação por alguns dias e não tendo êxito, acaba entrando no esquecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era a participação na quadrilha dos indivíduos Person Pacheco, Cleberson Paulo Pacheco, Gilvani Ferreira da Rocha e Guedes Arcanjo Tavares?

O SR. JEREMIAS MENDES – Essas pessoas se organizaram para introduzir no estado as mercadorias que interessavam para eles, mercadorias de grandes valores.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esses eram agenciadores então?

O SR. JEREMIAS MENDES – Tinha o agenciador, eles executavam, era uma quadrilha e dividiam o lucro entre eles mesmos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Faziam parte da quadrilha?

O SR. JEREMIAS MENDES – Todos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Gilvani vai estar presente, já está por aí. O Lourival também. E o Guedes Arcanjo. Tem conhecimento?

O SR. JEREMIAS MENDES – Todas essas pessoas fazem parte de uma quadrilha só. São oito pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esses estão presos.

O SR. JEREMIAS MENDES – Parte deles já foram liberados, estão cumprindo suas penas em liberdade. Apenas o Person Pacheco está preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Gilvani também.

O SR. JEREMIAS MENDES – O Gilvani sim, mas não em decorrência...

O SR. OSCAR ANDRADE – Por outro crime.

O SR. JEREMIAS MENDES – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como foi o envolvimento do Guedes Arcanjo Tavares em roubo de combustível desviados de caminhões tanque na localidade conhecida como Lanchonete do Castanhal, há quinze quilômetros de Cacoal.

O SR. JEREMIAS MENDES – Logo depois que foi realizada a prisão desse pessoal e inclusive do Guedes, que foi quem agenciou a carga e tem uma lanchonete na BR. Ele faz amizade com os caminhoneiros e dali fica sabendo se o caminhoneiro tem interesse ou não em fazer a jogada com eles. O Guedes ficou esperto e foi crescendo e começou adquirindo o combustível dos caminhoneiros que tinham excesso, que tiravam o combustível e colocavam água e ele ficava com o combustível e revendia para a população da Cacoal e para o próprio caminhoneiro. Então, ele fez um posto clandestino na lanchonete dele.

Tivemos informação, fizemos campana, filmamos e fizemos apreensão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês fizeram uma operação policial, que resultou na apreensão das mercadorias.

O SR. JEREMIAS MENDES – E a mercadoria encontra-se na delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Houve apreensão de veículos e armas?

O SR. JEREMIAS MENDES – Não, foi só combustível.

O SR. OSCAR ANDRADE – A quadrilha não tinha...

O SR. JEREMIAS MENDES – Tinha uma bomba só que fazia a sucção do diesel para aos tanques dele e do tanque dele para os caminhões.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sr. acredita que há inter-relação dessa quadrilha com pessoas de outros Estados?

O SR. JEREMIAS MENDES – Tem o envolvimento a nível estadual, porque os caminhoneiros estão envolvidos de certa forma, mas nem todos. Essa investigação não teve prosseguimento tendo em vista que não houve interesse por parte dos proprietários. Convidamos, intimamos, fomos atrás e eles alegaram não estarem tendo prejuízo porque saía uma quantidade de litros da empresa dele com destino a Porto Velho e era entregue. Agora, a qualidade do produto não era a mesma mas eles não tinham como provar. Para se fazer uma perícia no caminhão só através de exames.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse desinteresse dos proprietários pode indicar uma co-participação?

O SR. JEREMIAS MENDES – Não posso afirmar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou eles não querem se envolver por medo ou outra coisa qualquer.

O SR. JEREMIAS MENDES – Eles foram orientados, tomaram conhecimento do que estava acontecendo. Daí por diante eles não se interessaram e estão dando margem aos próprios caminhoneiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso demonstra falta de civilidade e de amor à justiça, porque aquele que deixa de colaborar com as autoridades na repressão ao crime já identificado merece o desrespeito da sociedade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Além desses casos, Dr. Jeremias, o Sr. trabalhou em investigação de roubo de carga de Altair Francisco da Silva?

O SR. JEREMIAS MENDES – Sim. Foi em 2000 e estava lotado no Colorado e removido para Cacoal, quando comecei a auxiliar nessas investigações e era roubo de carga de café.

O SR. OSCAR ANDRADE – E Veroci Severino Adalberto Filho?

O SR. JEREMIAS MENDES – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou citar todos os nomes e o Sr. me diz: Ceóbulo da Silva Gomes, Mílton César da Silva.

O SR. JEREMIAS MENDES – Essa quadrilha estava especializada em carga de café.

O SR. OSCAR ANDRADE – São de Ouro Preto?

O SR. JEREMIAS MENDES – Dois deles estão presos por este delito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estão aqui?

O SR. JEREMIAS MENDES – Estão presentes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Identificou receptação?

O SR. JEREMIAS ANDRADE – Identificamos receptação e os receptadores estão sendo indiciados e estão presentes, foram intimados e estão todos aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Valdeci Luiz Araldi e Natalino Rosimere Serraraldi de Jiparaná.

O SR. JEREMIAS MENDES – Esse caso foi um furto porque o Valdeci era motorista de uma empresa e transportou uma carga de queijo de R$80mil com destino ao Rio de Janeiro. Ele saiu com o caminhão da empresa, foi para o Rio de Janeiro e simplesmente ligou e falou que foi vítima de roubo estou aqui, falou o que vai fazer, o que não vai porque não foi feito nada nesse caso. O crime ocorreu em São Paulo, não foi aqui. A vítima registrou ocorrência em Ji-Paraná. Fica esclarecido que tem condições de chegar a elucidação desse caso, que foi 80 mil Reais essa carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, de minha parte, inicialmente, com o Dr. Jeremias eu encerro. Gostaria de pedir ao Dr. Jeremias que se mantenha presente porque o seu auxílio está sendo muito grande e poderemos precisar do Sr. a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Negromonte, queria fazer um apelo ao Governador José Bianco que tem sido tão gentil e tão cooperativo com esta CPI, na defesa dos interesses do Estado contra a criminalidade, e mais ao Secretário de Segurança, Dr. Carlos Eduardo e o Coronel Félix. Ontem obtive boas informações sobre o Coronel Félix e é do interesse dele colaborar com a CPI.

Faço um apelo, pois parece-me que não tem um departamento, uma divisão, uma Delegacia especializada no combate ao roubo de carga aqui. Tem Dr. Jeremias?

O SR. JEREMIAS MENDES – Após esses crimes o Dr. Carlos Eduardo, Diretor-Geral, tive reunião com ele e essa idéia foi levada a ele. Ele já disse que está em pata.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o apelo que faço, que se crie o mais urgente possível e que dê a chefia ao Sr. que já está se especializando no as-

sunto. O prejuízo que causa ao país é enorme e acredito que poderia ser benéfico para estrutura do combate ao crime organizado. Temos que nos organizar para não ficarmos a reboque do crime.

Pergunto se o Sr. tem alguma idéia de passagem de mercadoria por aqui através do Acre para chegar na Bolívia trocar por cocaína, por mercadoria ou alguma outra forma dessa ligação entre os dois tipos de crime?

O SR. JEREMIAS MENDES – Temos informações. Foi apreendido na casa do Person Pacheco dessa quadrilha, quando cumprimos o mandado de busca na casa dele à procura da carga roubada em Vilhena, fizemos apreensão de outra carga. Foi feito um levantamento de produtos da Maquita, produto caro, furadeira, lixadeira, aconteceu um roubo em Santos, na cidade de São Paulo. Um container em Santos, essa mercadoria, metade dela ficou em Rondônia e metade foi para o Acre. No Acre ela foi entregue para o grande receptador lá que é proprietário de postos de gasolina. Também foi roubada uma carga de lubrificante em Cacoal e essa carga também temos informações que ela foi vendida para o pessoal do Rio Branco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que foi mais para levar para fora do país.

O SR. JEREMIAS MENDES – Levar para a Bolívia porque a ligação lá não tem rio, é seco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essas informações que temos obtido são trocas de mercadorias por cocaína e que o roubo de carga hoje tem capitalizado um pouco os grupos do narcotraficante no Brasil.

O SR. JEREMIAS MENDES – Esse receptador a quadrilha dele já está englobada com o pessoal da cocaína, retorna para cá a cocaína.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É importante essa informação do Sr.

Concedo a palavra ao Deputado Mário Negromonte.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Dr. Jeremias, gostaria que o senhor me falasse mais sobre o ex – funcionário da Receita, ele está preso atualmente?

O SR. JEREMIAS MENDES – Não, ele já foi identificado, estamos investigando.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Onde ele se encontra?

O SR. JEREMIAS MENDES – Acho que pelo fato de estar em fase investigatória ainda, não era bom eu citar nome e local onde ele se encontra, para não prejudicar as investigações.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Fale-me mais sobre como ele atuava. O Sr. me falou que ele criava firma fantasma em São Paulo.

O SR. JEREMINAS MENDES – É em São Paulo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele tinha ligação com alguém em São Paulo para fazer isso?

O SR. JEREMIAS MENDES – As cargas ele mantém contato com os receptadores e passa fax da carga. Se interessar, ele vende 50% mais barato. Por exemplo, o Supermercado Corbélia em Ariquemes. O agenciador lá entra em contato com o receptador daqui e fala: tenho uma carga de eletrodomésticos, te interessa? Aí passa fax da carga. Passa fax, vai ver o produto se...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Vai documentado isso?

O SR. JEREMIAS MENDES – Não, isso tudo clandestino. Entre eles lá, passa fax. Aí, ele vê a mercadoria, se interessa para ele, ele pega, se não interessa...Às vezes, eles dividem a mercadoria. Por exemplo, ele não vende eletrodoméstico, ele vende produto alimentício... Porque as agências de carga faz o transporte de várias empresas. Aí vem eletrodoméstico, produto de limpeza, produto alimentício, chocolate, que é uma carga bem aceita.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o senhor identificou com quem ele se comunicava em São Paulo.

O SR. JEREMIAS MENDES – O senhor fala o agenciador de lá?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É.

O SR. JEREMIAS MENDES – Estamos trabalhando nesse caso. Como disse, eu não poderia citar aqui para não atrapalhar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim, mas identificou?

O SR. JEREMIAS MENDES – Não, já identificamos. Temos a identificação dessa pessoa que está fazendo isso, agora quem tá...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O receptador também?

O SR. JEREMIAS MENDES – Do receptador também . O receptador 1 já está preso, faz parte dessa quadrilha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Jeremias, dá licença. Eu queria colocar à CPI porque ela, como tem poder judicante, qualquer dificuldade, podemos requerer, através da CPI, informações ou quebra de sigilo, o que for necessário, para dar respaldo à sua investigação. E, se precisar alguma coisa de qualquer Estado, o senhor nos comunique hoje que já en-

traremos em ação para facilitar e dar rapidez as suas investigações.

O SR. JEREMIAS MENDES – O que precisa, era o que eu estava dizendo, é haver essa integração entre Receita e a polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que é a força-tarefa.

O SR. JEREMIAS MENDES – Uma força-tarefa. As pessoas, os contatos, já sabemos, estamos tendo dificuldade em identificar o nome da empresa dele. Está entendendo? Estamos trabalhando nesta fase, agora, de identificar o nome da empresa, porque ele muda sempre, como eu falei, o nome da empresa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quero corroborar com o que o Senador disse. Se tiver alguma dificuldade, podemos solicitar a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pergunto se já foi quebrado algum?

O SR. JEREMIAS MENDES – Nós temos tido apoio do Judiciário. Fora de Estado, ainda não chegamos a essa fase. Estamos trabalhando, quando concluirmos as investigações, posso pedir apoio, conforme...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Assim que o senhor terminar, enviar o mais rápido possível...

O SR. OSCAR ANDRADE – Deverão ser sigilosas.

O SR. JEREMIAS MENDES – É, está sendo sigilosa no momento. Se eu tiver alguma dificuldade, entrarei em contato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faz contato, manteremos o sigilo e colaboraremos com tudo o que for possível para facilitar e tentar alcançar a estrutura toda da quadrilha.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor identificou quantas firmas fantasmas foram criadas nesse período, através dessa quadrilha?

O SR. JEREMIAS MENDES – Nesta investigação que estamos fazendo já trocou duas vezes o nome da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comprovadas?

O SR. JEREMIAS MENDES – É, esses dois nomes já estão fora, já ficou esclarecido que não atua mais com esses nomes. Agora, está difícil de saber, não sei se pela própria CPI que assustou um pouco o pessoal, mas estão sendo mais cautelosos, está tendo dificuldade para esse tipo de... Tanto é que mudaram a tática, antigamente, roubavam em Mato Grosso, e a carga ia para Rondônia, hoje, não se faz mais isso, não transporta mais a carreta, assalta e vem levando, mudaram a tática. E o jeito mais fácil é esquentar. É fácil esquentar uma carga. Então, a carga não é roubada mais aqui, não tem registro de ocorrência. Porque, se registrar aqui, vamos cercar, a Polícia Civil de Mato Grosso...Porque estamos mantendo contato. O Delegado do Mato Grosso comunica que foi roubada uma carga aqui. Eles vão ligar para cá, porque a carga não desce, ela sobe, jamais vai descer, vai para a Região Norte, Amazonas, Acre ou Bolívia, como finalidade, às vezes, também, até Costa Marques. Uma operação que fizemos em Costa Marques, não com a finalidade de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Costa Marques fica na fronteira, não é?

O SR. JEREMIAS MENDES – É, fronteira. Estávamos em Costa Marques investigando uma quadrilha de narcotráfico e acabamos nos deparando com um caminhão de óleo que ia passar para a Bolívia. Ali, ficou evidenciado que passam pelas fronteiras, com balsas, para o outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Geraldo Cândido.

Dr. Jeremias, eu pediria, se o senhor pudesse ficar conosco para quando formos ouvir os elementos identificados pelo senhor qualquer dúvida o senhor colaborasse conosco. Eu agradeço e cumprimento o trabalho que vem desenvolvendo no sentido de esclarecer essa estrutura do crime organizado. Então, o senhor fique à vontade em permanecer conosco aqui. E, depois, se puder, fazer aquele organograma de como funciona o roubo, a transferência, a distribuição, mas eu agradeceria...

O SR. JEREMIAS MENDES – Eu vou fazer um relatório e encaminho para v.Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está perfeito. Muito obrigado.

Eu pediria à Secretaria que conduzisse o Sr. Gilvani Ferreira Rocha.

Seu nome, por favor.

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA -Gilvani Ferreira Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Identidade, o senhor lembra o número.

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – 665066.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade.

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – 23 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil.

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Solteiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência atual.

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Jaru.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jaru, Rua Ricardo Canhede.

Profissão.

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Exerce sua atividade em Jaru.

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Exerço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente em algum grau das pessoas envolvidas nas investigações?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe que pelo art. 203,o senhor concorda em dizer a verdade, somente a verdade, perante esta Comissão.

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor assina o termo de compromisso em dizer somente a verdade.

Eu gostaria, preliminarmente, que o senhor...Tem o microfone lá para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, está ali. Fizesse uma explicação da sua participação nas investigações que foram feitas pela delegacia aqui de Rondônia.

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Minha participação foi que fui autuado em...Fizeram uma proposta para mim se eu podia aceitar fazer um acordo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 30 de março de 2000.

O SR. GILVANY FERREIRA ROCHA – Isso. Para poder coisar... E eu estava coisando...Ah, eu não posso, não é.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é motorista e estava com o caminhão. Qual carga que era?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Era uma carga de transportadora da Rápido Roraima.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o quê que era a carga?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Olha, tinha...

O SR. OSCAR ANDRADE – Produtos diversos.

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Produtos diversos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, foi feito uma simulação de assalto?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como que se deu?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Olha, o cara falou, assim: " vamos embora fazer que não vai ter problema"

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – O Person.

O SR. OSCAR ANDRADE– O Person. Ele que chegou em você e fez a proposta?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos armar aqui um roubo de carga.

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como que ele te orientou, de que forma que foi feito?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Ele falou, assim: "vamos embora fazer a simulação: você larga o caminhão para mim num lugar e eu levo você no mato, te amarro e te solto e você pega e fala que foi roubado, registra a ocorrência e não dá problema. "

O SR. OSCAR ANDRADE –E, assim, aconteceu?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Assim, aconteceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você aceitou?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Ah, eu aceitei, porque eu...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto você recebeu por isso?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Olha, eu cheguei a pegar num total de mil reais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mil. Você foi preso?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Fui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo você ficou na cadeia?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Cinco meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está ainda respondendo a inquérito ou já foi condenado?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Fui condenado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Três anos...aí transformou sete mil e duzentos de multa e um ano de albergue.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já está liberado.

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Eu estou cumprindo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Jairton José Sobral. Qual a participação dele?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Ele apenas foi comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era seu ajudante?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, ele é meu concunhado e foi comigo só para conhecer, viajar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele sabia também o que estava sendo armado?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele também foi indiciado?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? Não ganhou nada com isso?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não ganhou não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem planejou o roubo?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Foi o Person quem planejou.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí você ficou amarrado?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não fiquei amarrado, fizeram só a simulação e me soltaram. Fui a um posto e liguei para a Polícia Rodoviária.

O SR. OSCAR ANDRADE – Registrou a ocorrência?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Registrei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Em Vilhena.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a carga?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Ficou com o Person. Não sei para onde ele levou.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ela foi transferida?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, ele levou a carga com o caminhão e tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o caminhão foi encontrado onde?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Foi encontrado em Ariquemes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você registrou a ocorrência como vítima?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Como vítima.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a entrega das mercadorias no Supermercado Corbélia, Yamamoto, Douglas e Bandeirante? Foi você quem fez a entrega?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Eu entreguei o caminhão para o motorista do Person. Foi ele quem pegou o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era o motorista do Person?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – O Oswaldo, não, o Orlando.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foram essas empresas que receberam a mercadoria? Você tem conhecimento disso?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Eu entreguei o caminhão para ele. Não sei quem recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Orlando ou Oswaldo Alcântara?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Orlando.

O SR. OSCAR ANDRADE – É Orlando, esse Oswaldo é outro aí.

Essas mercadorias foram entregues a esses vários supermercados. Você tem conhecimento disso?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, não tenho conhecimento. Não sei se foram entregues aos supermercados.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua participação só se dava até aí?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Só até o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você recebeu mil reais para simular um assalto e entregou ao Pérsio?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não tem outras informações sobre as empresas que compraram, que receptaram a carga?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O caminhão foi encontrado depois e devolvido à empresa?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Foi devolvido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Além dessa simulação, de qual outra você participou?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Só essa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais nenhuma?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você faz hoje?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sou motorista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você trabalha onde?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Trabalho em Jaru.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jaru?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Companhia de transporte?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, puxa madeira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Madeira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Puxa madeira? É madeireira ou serraria?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Madeireira, tira do mato e traz para a serraria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há alguma operação clandestina nessas madeireiras? Estão legalizadas? Você conduz a madeira com nota?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Altair Francisco da Silva?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – Veroci Severino Adalberto Filho?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – Seóbulo da Silva Gomes?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – Milton César da Silva?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – José Adriane Ferreira?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – Waldeci Luís Araldi?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – Nataline Rosimeire?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece nenhum desses que eu citei?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua condenação foi de quanto tempo?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Três anos. Puxei cinco meses, não é? Deu um ano de albergue e sete mil e duzentos de multa.

O SR. OSCAR ANDRADE – E depois que você saiu, quando você saiu da cadeia?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Fez dois anos, dia 29 agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já esteve mais alguma vez com o Person ou não?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conheceu o Pérsio como?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Eu estava em um posto em Cacoal, ele parou o carro e ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava num posto descansando?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, parei para abastecer e lavar o pára-brisas e ele chegou e me fez a oferta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você não o conhecia?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – Chegou, te ofereceu e você sem conhecê-lo foi logo topando? Como foi isso?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não senhor! Antes de acontecer isso eu trabalhava com outro caminhão, ele me fez uma proposta, em que eu

disse "não vou! Não vou!..." Até um dia em que peguei um caminhão e ele ....

O SR. OSCAR ANDRADE – O próprio Pérsio?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – O próprio Person.

O SR. OSCAR ANDRADE – Várias vezes então ele te procurou?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele trabalha principalmente em qual tipo de carga?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você aceitou, o que te moveu para aceitar essa simulação?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Eu estava precisando de dinheiro e ele me fez a proposta. Pensei. Ele me disse: não precisa ficar com medo, porque não dá problema! Aceitei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você recebeu dinheiro antecipado?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi depois?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Depois.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como foi descoberto esse roubo?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Foi a Civil de Ji-Paraná que trabalhou na investigação e conseguiu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como chegaram em você? Foi através de você?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Foi investigação e aí conseguiram a preventiva.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você foi ouvido? Mas foi a partir de você que foi identificada a simulação?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA –Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois disso você não esteve mais com o Person?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Person assume isso?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Assume.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele está preso?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Eu não sei dizer se ele está preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele foi condenado por esse caso?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Foi condenado também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A pena dele é igual à sua?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Eu creio que sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você cumpriu pena onde?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Em Vilhena.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Também em Vilhena.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês estiveram juntos lá?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Juntos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês pegaram o mesmo tanto?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – O mesmo tanto. Ele ficou mais do que eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já está solto hoje?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Deve estar. Eu nunca mais tive notícia dele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você pagou a multa de R$7 mil?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, ela foi parcelada para pagar na Apae, em Jaru. Ver o que ela estava precisando para eu comprar e pagar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Person não o ameaçou para fazê-lo participar?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Foi combinado?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Foi combinado certinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é casado?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sou casado, mas não no cartório?

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem filhos?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe por quanto foi vendida a carga?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua participação só se deu então até esse momento?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essas empresas, depois que foi revendida a cargas, você não teve relação com nenhuma delas?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi solto onde?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Eu fui solto lá em ...

O SR. OSCAR ANDRADE – A simulação....

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – A simulação foi lá perto do Posto Gaúcho, chegando em Vilhena.

O SR. OSCAR ANDRADE – No meio da estrada?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, entrei dentro de uma mata, uma estrada abandonada e foi feita a simulação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ficou lá só?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ninguém da quadrilha do Person?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dali você se dirigiu à delegacia e fez a ocorrência?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Fiz a ocorrência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi em Vilhena que você fez a ocorrência?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Em Vilhena.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Person já tinha prática disso em outras situações?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você sabe disso?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – O que eu sei é só essa. Ele disse que estava acostumado a fazer isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele tranqüilizou-o, disse-lhe que estava acostumado a fazer isso, disse-lhe que não precisava se preocupar, não foi ?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Mas não falou quantas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas disse que estava acostumado a fazer?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Estava acostumado a fazer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem conhecimento de outros casos que tenham gerado inquérito ou indiciamento?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele só disse-lhe que estava acostumado a fazer?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Person mora onde?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Em Cacoal.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Essa foi a sua primeira participação?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Foi a minha primeira participação.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem distribuiu a carga?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Eu passei a carga para o motorista do Person e eles fizeram a distribuição.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você não teve conhecimento de para onde a carga foi?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não tive conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma)– Você já se viu envolvido em outro tipo de crime?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem certeza?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Crime de roubo não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E condução de drogas? Já participou disso?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA –Já.

O SR PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em qual artigo você foi enquadrado?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Eu paguei multa.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o art. 16?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma)– Você foi considerado traficante?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, viciado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Usuário?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Então não foi condenado pelo art. 12, foi pelo art. 16.

Você conheceu o Benedito da Silva?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, era o dono do caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha cocaína no seu caminhão?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele declara aqui que comunicou de forma sigilosa que seu caminhão estaria apreendido no Estado de Mato Grosso, pois a polícia havia feito uma vistoria e havia encontrado droga no mesmo.

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, vou precisar de me retirar por uns vinte minutos ou meia hora. V. Exª pode indicar um relator **ad hoc** ?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Volte logo.

Quem é o Giovane?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Giovane é meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma – Seu vulgo é "calango", é apelidado de "calango", e você foi só enquadrado como usuário de drogas?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem outro crime, qualquer um que você tenha respondido por ele?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Só esse, Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você é usuário de drogas, você chegou a vender para alguém em pequena ou quantidade relativa?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, eu só usava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a origem da droga que você usava?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – De Jarú.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jarú é longe da fronteira da Bolívia. Você tem idéia de como essa droga entrava aqui, no Brasil, a cocaína, para ser vendida? Era por Guajará-Mirim?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não tenho idéia, Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você comprava na praça de Jarú?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Sim, Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O traficante foi preso na época?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não. Ele sumiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não pediram para você identificá-lo? Ninguém te perguntou quem era o traficante de quem você comprou? A polícia não se preocupou em identificar o traficante?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, ninguém perguntou. A polícia só se preocupou em aplicar em mim o art. 16 .

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que encontrou cocaína com você?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Uma pequena quantia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não se preocupou em prosseguir na investigação para saber a estrutura, como entrava, quem vendia, quem era o traficante?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, Senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você teria mais alguma coisa a acrescentar à CPI? Algo que não quisesse dizer publicamente, mas separadamente?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Não, Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De forma reservada podemos transformar em reunião secreta e você, se quiser colaborar...

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Posso colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você quer sessão secreta ou pode falar abertamente?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Secreta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem informações que podem nos ajudar?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, vou pedir a gentileza da retirada de todas as pessoas, desligar a televisão... Não. Vamos sair desse local para uma sala... A sua colaboração vai fazer com que procuremos uma segurança e também tentar ajudá-lo no aspecto de diminuição de pena, o que pudermos ajudar junto ao Judiciário. De forma que irei suspender e a Comissão irá, numa sala, consigo, para que possa depor com tranqüilidade e segurança. Por favor, peço à secretaria que pro-

videncie. Pode ficar a televisão aqui e todos os demais. Iremos para uma sala mais reservada. Faz agora ou deixamos para o final? Ele não está preso. Você pode permanecer no recinto?

O SR. GILVANI FERREIRA ROCHA – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, vamos deixar para depois dar prosseguimento. Ele fica no recinto. Eu pediria só que o Dr. Paulo Lacerda já fosse conversando com ele, por favor, o que adiantaria para nós as informações. Solicito a presença do Sr. Rui Barbosa de Melo. O Deputado Dunga vai acompanhar o depoimento, em nome da Comissão, e assim poderá dar o respaldo das informações que forem fornecidas. Bom dia. Seu nome?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Rui Barbosa de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua identidade?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – 15.426 RR.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Daqui de Rondônia?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – De Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua idade?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – 46 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu CPF?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – 085...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Veja se confere, 085.538.442.63.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência atual?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Cacoal, Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cacoal?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua profissão?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Hoje eu estou sendo garimpeiro. Hoje eu estou mexendo com garimpo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Garimpeiro em que região?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Cacoal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cacoal mesmo. É parente em algum grau com pessoa envolvida com as investigações que estão sendo feitas?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com art. 203, do Código de Processo Penal, eu pergunto se o senhor concorda em falar a verdade, somente a verdade? O senhor não precisa depor contra o senhor, mas não negar a verdade à Comissão, e colaborar no que for possível.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria que o senhor assinasse o compromisso de dizer somente a verdade – Solange, se precisar ver o mapa para ver a cidade onde eles estão depondo está aqui.

O senhor poderia esclarecer qual foi a participação no delito do crime do roubo de carga e interceptação? Qual foi a sua participação?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu comprei a mercadoria sem saber que era roubada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi considerado receptador?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode escrever por favor. Como o senhor recebeu, qual foi o meio usado, como recebeu a mercadoria, qual era o valor, quanto o senhor pagou.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu tinha uma loja em Cacoal e uma em Buritis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Loja de?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Móveis. Então, uma pessoa ligou de Ariquemes, esqueci o nome, mas no processo tem o nome dessa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhecia?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não conhecia. Essa pessoa falou que comprava carga de seguro, caminhão tombado, e que ele tinha uns móveis, falou o que era e dava 20% abaixo do valor do custo. Eu falei para ele que poderia levar para a loja de Buriti que o menino lá conferia e ele pegava o cheque em Cacoal, comigo. Eu dei cheque meu mesmo, da minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nominal? E pagou para ele com o nome dele?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Sem nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor mandou em branco? O senhor sabe que o cheque hoje não é mais ao portador, tem que ser nominal.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É, mas na época ele pediu que não fosse nominal. Foram quatro cheques... três cheques de quatro mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando foi descontado no banco, tinha nome esse cheque do beneficiário?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não recebeu nenhuma informação do banco?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Olha, o primeiro cheque eu paguei, foi pago.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em dinheiro, trocou o cheque por dinheiro ou ...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, foi depositado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não chegou a identificar quem era o beneficiário do cheque, o nome que colocaram.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – O advogado pediu esse cheque e está no processo a cópia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já está no processo?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Polícia então já identificou.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu cancelei o último cheque. Eu paguei dois cheques desse de quatro mil e o terceiro foi cancelado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto valia a mercadoria, em tese?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Valia uns dezesseis mil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pagou doze?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Paguei doze, isso porque ele falou que era mercadoria de carga tombada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chegou com nota? Ele falou que era mercadoria roubada.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, falou que era arrematador de carro que tombava, de seguradora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele te deu algum documento da mercadoria.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Ele falou que iria levar a mercadoria com nota para a Cidade de Buritis. Depois, na hora que o meu gerente recebeu, lá no Buritis, a mercadoria aí eu perguntei se ele entregou, como estava, se não tinha coisa estragada, não estão todas abertas as caixas, estão doas inteiras. Então ele falou que a nota ele iria dar depois que pegasse o cheque em Cacoal. E eu fiz o cheque em Cacoal, deixei com a secretária e na hora que passou uma pessoa para pegar eu não estava na loja, e ela entregou o cheque para essa pessoa, eu não conheço a pessoa que pegou o cheque.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu passo a palavra ao Senador Geraldo...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu quero falar que eu comprei a mercadoria de boa fé, achando que era mercadoria séria, de seguradora, essas coisas, tanto é que eu dei cheque meu, em meu nome, se fosse coisa que eu soubesse que era mercadoria ilícita eu não teria dado cheque meu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O processo está em...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Está em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas esse negócio de cheque, existem prefeitos que pagaram com cheques pré-datados mercadorias roubadas, sabendo que disso, isso na prefeitura inclusive. Então, essa consciência da impunidade faz com que não nos preocupemos em preservar até a própria dignidade.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu tinha loja em Cacoal. Moro em Cacoal há 25 anos, sempre mexi com loja, a primeira vez que aconteceu um caso desse de eu comprar mercadoria que não fosse de fábrica.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi a ambição pela diferença de preço?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu acho que nem tanto assim, porque na época – a minha loja está até hoje fechada, as duas lojas – eu estava em dificuldade e estava até sem crédito para comprar nas fábricas, achei até que era uma oportunidade. Eu não sabia que era mercadoria roubada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo ao relator **ad hoc**, Senador Geraldo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Rui, o senhor mora em Cacoal há 25 anos?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – 25 anos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O senhor teve loja em Cacoal, Buritis e Apuí também? Estão todas fechadas as suas lojas?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Sim. Estão todas fechadas.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Quer dizer que o senhor não teve nenhuma outra participação em outra empresa, além dessas lojas, como sócio ou dono de estabelecimento, de outra espécie?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não. Eu tocava o Cacoal Palace Hotel também. Arrendei esse hotel oito anos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O senhor era como arrendatário do hotel, não era sócio ou dono de estabelecimento?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Que tipo de mercadoria o senhor comercializava nas suas lojas?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Móveis e eletrodomésticos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Como o senhor conheceu as pessoas Person Pacheco, Cleberson, Paulo Pacheco, Guedes Arcanjo, Gilvani Ferreira da Rocha, Jairton José Sobral? Essas pessoas foram acusadas de terem vendido ao depoente produto roubado.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não conheço nenhuma dessas pessoas. Só conheço de vista, até de Ferro Velho, o Person Pacheco.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas ele é acusado de ter vendido mercadoria roubada para o senhor.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Só que eu nunca tive relação com essas pessoas. Conheço o Pacheco de Ferro Velho, e acostumado a comprar até peça de Ferro Velho lá com ele para caminhão.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – É verdade que, no ano 2000, a polícia apreendeu produtos roubados nas suas lojas, Cacoal, Buritis e Apuí?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É verdade. Prendeu na de Buriti. A de Apuí, quando soube que era roubada, eu mesmo mandei entregar na delegacia.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas essas pessoas que lhe acusaram de ter comprado mercadoria roubada o senhor disse que não conhece, mas aqui o senhor está confirmando que foi apreendido na sua loja produto roubado. O senhor comprou de quem esse produto?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Acabei de falar que comprei esse produto achando que não era produto de furto. Achei que era produto de seguradora, de carga tombada.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sim, mas imagina que, quando você comprou esses produtos, em geral são vendidos por preços mais baratos, porque produto roubado sempre os que roubam o produto vendem ao receptador produtos mais baratos, porque foram conseguidos com facilidade. Então, o senhor não desconfiou que esse produto poderia ser roubado?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – A história da pessoa é que o produto era de carga tombada.

O SR. MÁRIO MONTENEGRO – Qual era a pessoa? O nome

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É dessa pessoa, não sei se vocês têm o processo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O nome. O senhor não conhecia?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não lembro. Foi por telefone. Não conhecia.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Não foi nenhum desses nomes que citamos aqui?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Nenhum desses daí. Mas está no processo o nome da pessoa. No meu depoimento tem, se vocês tiverem aí, não sei.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas, então, quais foram os produtos que foram apreendidos na ocasião em que o senhor havia comprado a mercadoria?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Fogão, ventilador.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Foram produtos eletrodomésticos. Todos eles foram eletrodomésticos.

No ano 2000, durante a ação conjunta das polícias da Região Norte destinadas a desarticular as quadrilhas de roubo de carga, o senhor chegou a ser considerado um dos principais receptadores da região.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Isso é verdade?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Isso aí é mentira.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas a polícia conseguiu apurar, foi uma ação articulada das polícias e constataram que o senhor era um dos principais receptadores.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, só comprei essa carga. Não comprei nunca além de uma carga. Eu comprei essa carga.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Quer dizer, essa foi a única carga que o senhor comprou.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Foi.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O senhor disse que não conhece o Altair, o Francisco da Silva, o Veroci Severino Alberto.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Chamo a atenção do Rui Barbosa, porque é importante que se fale

a verdade,porque isso pode contribuir para o aumento da sua pena.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Certo, estou falando a verdade.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Futuramente vamos fazer acareações e estou lhe alertando em função disso.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Pode fazer.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não sabia que a carga era roubada?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não sabia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E não sabe o nome de ninguém, onde comprou?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Nesse processo eu conheço o Pacheco, do ferro velho, e o Toninho, o Antonio, que é o gerente da minha loja.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O senhor está afirmando que só conhece essas duas pessoas, isso depois...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É só vocês perguntarem aos outros se eles me conheciam na época, eles podem me conhecer hoje, de ir em audiência. Essas pessoas aí o único que vai me conhecer é o Pacheco e o Antônio.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Muito bem, o deputado fez uma advertência para você e você está depondo sob juramento e depois, na acareação, isso pode complicar a sua pena aí, caso as pessoas possam confirmar que lhe conhecem. Você disse que não conheceu, bom, isso aí você é que vai arcar com as conseqüências.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Está certo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Além do caso que resultou na sua condenação, alguma outra vez o senhor respondeu a inquérito policial ou processo criminal?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Já.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Processo criminal sobre que delito?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Uma nota fiscal que dei sem data e adulteraram a data dela.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Você deu sem data...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – E fizeram a data antes da fabricação até do talão.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – E por isso você respondeu a processo?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Respondi.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – E qual foi a pena, em função desse processo?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Peguei albergue, já paguei essa pena.

O SR. MÁRIO MONTENEGRO – Aqui a Justiça é benevolente, não é?

O SR. GERALDO CÂNDIDO – A Justiça aqui é boa. O cidadão comete crime e a pena é albergue, enfim. Mas é uma questão da Justiça local.

Então, o Deputado Dunga gostaria de fazer alguma pergunta?

O SR. CARLOS DUNGA – Pergunto se existia um laranja na sua empresa, que é quem fazia todos esses negócios?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não é laranja, essa pessoa era o meu gerente. Ele trabalhava comigo há muitos anos e na época de abrir essa firma eu estava em Roraima, fomos para Buritis, com um contador lá, abrir a firma. E eu estava em Roraima e tinha que abrir ela meio rápido e o contador, autorizei....

O SR. CARLOS DUNGA – Na sua empresa consta que ele era o gerente, formalmente?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não.

O SR. CARLOS DUNGA – Você não pode mentir aqui.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Consta que a minha empresa, estou assumindo a empresa, que era minha, mas está no nome dele e da mulher dele, da esposa.

O SR. CARLOS DUNGA – Então não era seu funcionário. Se a empresa estava no nome dele, ele não era seu funcionário.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Na verdade ele era meu gerente.

O SR. CARLOS DUNGA – E como é que consta que ele é o proprietário da empresa?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Porque está no documento que é dele e da esposa.

O SR. CARLOS DUNGA – Então ele era o proprietário, ele era um laranja, não era o gerente.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Bom, se isso aí for laranja, porque...

O SR. CARLOS DUNGA – Você está dizendo que ele era seu funcionário.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Gerente.

O SR. CARLOS DUNGA – E em seguida você diz que ele era o proprietário, que você estaria comprando essa empresa.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, a empresa foi aberta no nome dele e da esposa dele porque eu não estava...

O SR. CARLOS DUNGA – Então, se foi aberta no nome dele e da esposa, ele era o proprietário, não era seu gerente, então, ele era um laranja seu.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Bom, se isso aí for laranja, ele era.

O SR. CARLOS DUNGA – Então, você não pode dizer que ele era seu gerente, porque aí você está mentindo diante da CPI.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Estou falando a verdade, porque na verdade a firma era minha, só que foi aberta no nome dele e da esposa dele e os dois trabalhavam comigo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É importante, Deputado Carlos Dunga, que essa CPI alerte ao Rui Barbosa de Melo de que se ele mentir, ele pode sair daqui preso. De forma que ele tome conhecimento disso porque o seu depoimento não está convencendo a ninguém, o seu depoimento está entrando em contradição e o importante é que daqui para frente ele não continue mentindo, porque se mentir, vai sair daqui preso.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Rui, é o seguinte, olha só, se a empresa era sua e no documento constava ele como dona da empresa, embora você fosse proprietário, isso daí chama-se laranja.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Tudo bem então, então era.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Esse tipo de artifício que são utilizados por muitas pessoas. Então é isso, para você ele era seu gerente, mas na verdade, para a Justiça, para nós, para a CPI ...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – A firma que eu tinha em Cacoal era no nome do meu filho.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Essa relação é chamada de laranja, ou seja, o cara não é o dono, mas aparece no documento como se fosse proprietário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Por que a firma não era no seu nome, qual o motivo?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Porque eu não podia abrir uma firma no meu nome, porque eu tinha uma outra que não tinha dado baixa.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você estava com os antecedentes já prejudicados.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então colocou esse como seu testa de ferro, não é isso? Laranja, testa de ferro.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor não conheceu o motorista que estava transportando a carga?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não ouviu falar em Gilvani Ferreira Rocha?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Ouvi falar no processo. Não o conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não sabia que foi...se ele chegar aqui você o conhecerá?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não conhece?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E se ele disser que o conhece?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Pode chamá-lo, eu...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E o Cléverson Paulo Pacheco Guedes.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Esse conheço. O Pacheco conheço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Foi esse que negociou a carga com o senhor?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não. Nenhuma dessas pessoas negociou.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Quem negociou?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu esqueço o nome, mas estou falando que está no processo o nome da pessoa. Na época eu lembrava. Tem dois anos isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor não sabe o nome, mas conhece também a pessoa.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E a quem o senhor pagou?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Ele foi buscar esse cheque lá em Cacoal na minha loja, e não estava na época que entregaram. Fiz o cheque, deixei no cofre e ele foi pegar em um horário que eu não estava na loja.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então o senhor não teve contato nenhum?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não. Foi por telefone. Meu contato com ele foi por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E quem teve contato com ele?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – A minha secretária entregou o cheque para essa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você não acha esquisito a secretária entregar o cheque sem conhecer, sem saber...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Mas chegou procurando.,,

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Um cheque de R$12 mil. Foram três cheques, não é isso?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Foram três cheques de R$4 mil.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor não acha esquisito e difícil para a gente acreditar? Um valor tão alto ser entregue por uma secretária...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Fiz e deixei no cofre. Falei: fulano de tal vem pegar esse cheque aqui, esse fulano de tal que não lembro o nome.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E o senhor também não lembra o nome?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Mas está no processo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) –Sim, o processo...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Se pegar o meu depoimento, sei o nome da pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor esqueceu o nome, então?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Esqueci.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Mas está no depoimento seu?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Está sim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Contradição.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – É muito esquisito você comprar a mercadoria de uma pessoa que não conhece pessoalmente. Faz o negócio por telefone, não é isso? Faz por telefone, sem conhecer a pessoa, e, depois, ainda faz o cheque e deixa para a secretária pagar. Isso significa que o seu depoimento não nos convence. Portanto, você está avisado que, se mentir para a CPI, pode sair daqui preso. O Deputado já avisou. Apenas estou reafirmando isso, porque o seu depoimento é muito contraditório e não convence a ninguém as suas afirmações.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor falou que respondeu por outro inquérito.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Foi falsificação, adulteração de nota fiscal.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não. Dei uma nota fiscal sem data e a pessoa que pegou a nota adulterou a nota, colocou uma data anterior até da fabricação do talão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor está respondendo ainda o processo?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Já foi encerrado?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Já. Há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deputado Carlos Dunga?

O SR. CARLOS DUNGA – Nada mais a perguntar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Na realidade, Senador Relator, o Sr. Rui Barbosa de Melo é o principal, é o receptador que todos conhecem. Essa é a realidade. Ele está se negando. É importante. Esse seu depoimento está sendo gravado. Depois, nos depoimentos futuros de outras pessoas envolvidas, vamos fazer as acareações. O senhor está perdendo a oportunidade de falar a verdade, porque esse seu depoimento não convenceu a ninguém. O senhor pagou, não conhece o nome, não conhece a pessoa, não conhece o motorista, não conhece o Pacheco.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – O Pacheco falei que conheço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E as mercadorias? O senhor vendeu todas na loja?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – – Pois não.

O SR. CARLOS DUNGA – Gostaria de perguntar a V. Exª e que V. Exª solicite ao depoente, se esse gerente dele está relacionado entre os que vamos ouvir hoje?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É o Antonio Cúrcio.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Antonio Escorcio...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, Antonio Cúrcio de Araujo.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, requeiro uma acareação entre eles, depois de ouvirmos o Sr. Antonio Cúrcio.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – V. Exª será atendido.

O SR. CARLOS DUNGA – Gostaria também de solicitar a V. Exª e também ao depoente se ele teria alguma informação a dar à CPI secretamente, para ajudar a CPI.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não.

O SR. CARLOS DUNGA – Isso inclusive é útil ao senhor, se o senhor tiver alguma informação e queira nos dar secretamente, como foi feito pelo motorista que falou anteriormente.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Como?

O SR. CARLOS DUNGA – A CPI lhe pergunta se o senhor teria alguma informação que pudesse passar para a CPI secretamente, que o senhor não queira dar aqui de conhecimento público, que queira ajudar a CPI com alguma informação secreta que o senhor tenha...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não tenho.

O SR. CARLOS DUNGA – Não tem nenhuma informação secreta.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – E até essas lojas foram todas fechadas. Quebrei. Estou mexendo em outro ramo. Estou em garimpo.

O SR. CARLOS DUNGA – Está bom. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor chegou a comercializar as mercadorias?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Uma parte.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Outra parte, o que o senhor fez?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Foi devolvida. Foi pega.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor devolveu espontaneamente ou a polícia levou?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Essa do Buritis foi a Polícia que pegou e a de Apuí mandamos o gerente de lá devolver na delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Esse gerente era o dono?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não. Esse é um lá do Apuí. Então, foi devolvida na delegacia.

O SR. CARLOS DUNGA – Não é o Antônio Cúrcio.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não. É outro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O cheque que passou foi seu?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Meu.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor ainda tem conta em banco hoje?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não sei se está fechada ou não, porque faz tempo que não movimento nada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Declara Imposto de Renda?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Este ano não declarei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pessoa física ou jurídica?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Física, eu declarei o ano passado. Este ano, não fiz declaração.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Senador Geraldo Cândido, gostaria de fazer mais alguma pergunta?

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Vamos liberar o senhor, mas ele vai ficar aguardando para a acareação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Irá aguardar. Solicito à Secretaria liberar e convidar o próximo, Aparecido Escorcio, e pedir que o Rui Barbosa de Melo continue.

Seu nome.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Aparecido Escorcio.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sabe o número da identidade?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – 4211846 – SSP/São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Idade.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Cinqüenta e dois.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – CPF.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – CPF não tenho de cor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Se eu disser aqui, o senhor sabe? 508 687 568 49?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Estado civil.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Residência.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Ariquemes.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – BR 364, é essa?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – BR 364, km 191, nº879, bairro Marechal Rondon, Ariquemes, Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Profissão.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Mecânico comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) –Onde exerce sua atividade atualmente.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – No mesmo endereço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ariquemes?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É parente, em algum grau, de parte envolvida?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor se compromete apenas dizer a verdade do que for perguntado?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então, assine aqui, por favor.

Com a palavra, o Senador Geraldo Cândido, para o interrogatório.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Aparecido, esta CPI recebeu a informação de que o senhor teria participado da operação como receptador do caminhão de carga roubada. Quando perguntamos qual foi a sua participação nesse processo de roubo de carga como receptador do caminhão, o que o senhor tem a dizer para a CPI sobre esse assunto?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – O que tenho a dizer é que nunca comprei nenhum caminhão roubado. Simplesmente, uma vez, suspeitaram de um veículo meu, foi checado, foi preso, nada provou, porque era tudo legal o documento do veículo e tudo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas como suspeitaram assim? O senhor disse que suspeitaram, como assim?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Suspeitaram, porque houve uma coincidência na época e acharam que o veículo que eu estava reformando poderia ser o mesmo veículo que estavam procurando e no entanto não era. Depois foi provado através de documentação, de perícia e tudo e aí não liberado o veículo porque não tinha nada a ver.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O senhor nunca foi acusado de envolvimento em questão de roubo de carga nenhuma vez?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Não, senhor.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Nunca foi preso?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Nunca.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Nunca respondeu a nenhum inquérito?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Fui preso nessa época que acusaram o meu veículo, me prenderam, mas não teve nada que provasse porque não era o veículo que estavam procurando. Tanto é que posteriormente encontraram o veículo que estavam procurando.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O senhor ficou preso quanto tempo?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Trinta e cinco dias.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas o senhor respondeu inquérito em função até...

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Não.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Não respondeu inquérito?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Não.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Porque seu nome consta na relação das pessoas que são envolvidas com receptação de roubo de carga. O senhor está vindo à CPI em função da denúncia que pesa contra o senhor.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Pode ser que esteja constando, mas até hoje nunca nem fui informado disso e nem nunca me interrogaram a respeito. Nunca fui interrogado a respeito e não fui preso por esse motivo. Fui preso pelo motivo que suspeitaram... que o caminhão que era meu, que eu estava reformando, diz que tinha problema e achavam que peças dele não eram dele. Não foi provado e não respondi nenhum processo, nem inquérito nem nada a respeito.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Nós temos informação da polícia que o laudo feito comprovou que o veículo estava adulterado. Então, se houve adulteração é porque na verdade havia irregularidade.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Não, não era adulterado...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas está no...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Laudo percial.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Tem um documento da polícia que comprova isso, o laudo pericial feito pela polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu queria advertir o senhor, com respeito, que o senhor não pode mentir.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Não, mas não tô mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor faltar com a verdade e for comprovado, o senhor pode sair daqui preso e nós não queremos que isso aconteça.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Eu entendo perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chamo a atenção do senhor... é minha obrigação alertá-lo que o senhor não pode mentir. Então responde corretamente o que o senador lhe perguntou.

Confirma a adulteração **apontada como** prova material no exame técnico da Polícia de Rondônia?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – O veículo que era de minha propriedade não estava adulterado o chassis, não tinha nada adulterado, não tinha nada que envolvesse?? que era procurado..

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas houve uma acareação, seu Aparecido, entre o senhor e seu Lourival Claudino e ele confirma na acareação que realmente que o senhor estaria envolvido nessa questão, inclusive na receptação de roubo de cargo e do veículo. Está nos autos aqui, no depoimento... no inquérito policial.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Bom, então eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teve acareação?

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então nós vamos fazer uma.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – Pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prossiga.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Não, Sr. Presidente, eu passo a palavra a V. Exª ou ao Deputado Carlos Dunga, se quiser fazer alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Dunga, o senhor pretende fazer...?

O SR. CARLOS DUNGA – Estou aguardando a acareação do outro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pediu agora?

O SR. CARLOS DUNGA – (*fora do microfone. Inaudível)*

O SR. GERALDO CÂNDIDO – ...depoente anterior

O SR. CARLOS DUNGA – (*fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com ele?

Então vou pedir ao senhor que não se afaste do recinto, para que nós possamos esclarecer corretamente a sua postura e as informações que a polícia tem.

O SR. APARECIDO ESCORCIO – OK.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então eu pediria que o senhor pudesse deixar o recinto mas não se afastar do prédio aqui, por favor. Eu pediria à segurança que ele estivesse numa sala aguardando.

Eu queria comunicar ao Plenário que o Senador Moreira Mendes acabou de ligar, inclusive angustiado por pertencer a esta comissão e foi um dos requerentes da vinda da Comissão à Rondônia, mas estava vigilante no plenário acompanhando a aprovação de um acordo internacional de empréstimo de US$ 35 milhões ao Estado de Rondônia. Esta semana o Governador José Bianco esteve em Brasília participando da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e o Senador Moreira Mendes se responsabilizou pelo acompanhamento de sua aprovação e, agora, informou-me que, por unanimidade, foi aprovado o empréstimo.

S. Exª continua em plenário na expectativa da aprovação de um projeto do qual participamos ativamente. Trata-se do projeto de autoria do Deputado Jair Menegueli, do PT, que regulamenta os rodeios no País. Hoje pela manhã encontrei vários peões de rodeio no hotel. Já conseguimos a aprovação da profissão de peão boiadeiro e, agora, lutamos pela aprovação da regulamentação dos rodeios e da proteção aos animais que participam da interação homem-animal. O Senador Moreira Mendes está acompanhando a apreciação da matéria porque S. Exª é o relator de voto em separado na Comissão de Assuntos Sociais. Preocupado com isso, pedi a S. Exª que ficasse em plenário porque eu teria de presidir esta reunião. S. Exª aquiesceu e lá se encontra nos prestando as informações necessárias.

Assim, é mais que justificável a ausência do Senador Moreira Mendes, que precisou ficar em Brasília acompanhando de perto esses dois projetos importantes. Um deles é muito importante para Rondônia e, o outro, para o País, visto que mais de mil Municípios brasileiros realizam rodeios, sendo o de Barretos, no Estado de São Paulo, um dos principais rodeios mundiais do qual participam peões de todas as partes do mundo, inclusive do Estado do Texas, Estados Unidos.

Sei que hoje será aberto rodeio em Rondônia, na cidade de Porto Velho. Acredito que hoje o rodeio é um esporte bastante aceito pela população. Quase todos que têm condições comparecem para prestigiar a festa e o esporte, um espetáculo muito bonito.

Assim, justifico a ausência do Senador Moreira Mendes neste plenário para discutir o roubo de cargas.

Peço que seja conduzido o Sr. Lourival Claudino a este plenário. (Pausa.)

Bom-dia. Seu nome por favor.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Lourival Claudino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua identidade.

Lerei o número, e o senhor o confere: 252.491.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi expedido por quem? Não estou colocando o órgão expedidor. É daqui de Rondônia?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Quer saber se sou daqui?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. A identidade do senhor foi expedida onde?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Em Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a idade do senhor?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Trinta e sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra o seu CPF?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lerei o número, e o senhor o confere: 337.403.721–68.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o seu estado civil?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Solteiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a residência do senhor?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Ariquemes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a profissão do senhor?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é parente em algum grau de pessoas envolvidas no roubo de carga?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tenho aqui um termo de compromisso. De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, o senhor não é obrigado a depor contra si. Pergunto se responderá com sinceridade e falando somente a verdade, perante esta Comissão. O senhor se compromete a falar a verdade?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, pediria que o senhor assinasse esse compromisso.

O senhor poderia dar uma explicação o por quê do seu envolvimento nesses casos de roubo de cargas, como é que o senhor foi envolvido, qual foi a sua participação, em que circunstância o senhor foi arrolado no inquérito.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Esse caso foi o seguinte: conhecia o Pacheco, que tem um comércio, como eu, de peças.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comércio de quê?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – De peças usadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peças de automóvel?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, de caminhão. Então, ele tinha muita peça de ônibus, e eu comprava muita peça dele. Tinha muito acesso a ele. Quando houve esse problema com ele, acharam que eu tinha um envolvimento, que eu tinha o mesmo comércio de peças que ele. Então, fui envolvido nisso, por causa desse comércio, mas não tenho nada a ver com esse negócio de carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, então, o senhor comprou, em tese, peças roubadas, de desmanche.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não. Comprei peças do desmanche deles, compreendeu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do desmanche dele.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eu pergunto se o senhor sabia se ele tinha ou não peças roubadas, produto de desmanche, de roubo de veículos, ou a origem.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não. Ele tem um comércio de vender peças.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas essa venda de peças era documentada com nota, ou forma de pagamento? Como é que era feito?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu comprava dele com nota, assim como passava para a cliente que precisava de peça para comprar dele, da mesma forma que ele comprava peça minha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor também tinha um comércio ...

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu tenho um comércio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... e também vende peças de outra origens.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Peças de caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas de outras origens, que não só do Pacheco.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não. De outras origens.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ma os dois têm um comércio igual. São concorrentes em princípio, mas têm uma relação comercial de vez em quando.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – De vez em quando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria ao Relator **ad hoc** que fizesse os questionamentos necessários.

Passo a palavra ao Senador Geraldo Cândido

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Lourival, você está sendo acusado de envolvimento nessa questão de roubo de carga, venda de peças e comércio ilegal, inclusive de carros roubados e de caminhões, como receptadores de roubo de cargas. Perguntaria se você conhece o Aparecido Escorcio?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Conheço sim.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Você teve com ele alguma relação comercial, como venda de peça e caminhão, coisas desse tipo.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Conheço o Aparecido há muitos anos. Ele tem uma oficina e um comércio de peças. Em Ariquemes, eu e ele temos um comércio de peças; agora, peças roubada, não. Nunca comprei peça. Ele tem um comércio igual ao meu. Trabalhamos no mesmo ramos. Assim como ele tem uma oficina, eu tenho a minha.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O Sr. Aparecido é dono de oficina também?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tem uma oficina também e um comércio de peças usadas, assim como eu tenho.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Porque temos informações de que o Sr. Aparecido, inclusive, teria comprado um caminhão roubado. Ele foi receptador de caminhão, de carro roubado, e que a Polícia fez um inquérito e conseguir apurar o envolvimento do Sr. Aparecido nessa questão de carro roubado e caminhões. Então, você tem algum conhecimento de que o Sr. Aparecido esteja envolvido nessa questão de roubo de caminhões ou de carros roubados?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Ele foi acusado, mas o caminhão dito roubado foi legalizado e (inaudível). Esse caminhão dele que foi acusado de roubado era legal. Ele ficou preso por seis ou oito meses e foi liberado pela justiça

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas o inquérito policial prova que havia adulteração inclusive no chassi do caminhão.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não sei desse caso. Só sei que a Justiça liberou o caminhão dele para ele vender. Ele foi liberado pela justiça; agora, se tinha esse caso, eu não sei.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Quantos meses ele ficou preso?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, o caminhão dele ficou preso na justiça por uns seis, sete meses.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas ele foi preso também.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Foi.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Então, por esse motivo, ele acabou ficando preso por um período. Por quanto tempo ele esteve preso?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Acho esteve preso por uns 30, 35, 33 dias.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – O senhor conhece alguém da região que esteja envolvido nessa questão de roubo de caminhão, receptação de carro roubado?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Não conhece ninguém? V. Sª está depondo sob juramento, devendo falar a verdade. V. Sª poderá, inclusive, sair preso, se for o caso e se for necessário, se V. Sª mentir para a CPI. V. Sª deve levar esse fato em consideração. Os depoentes, muitas vezes, acabam negando os fatos que conhecem e que sabem. Depois fazemos acareação com outras pessoas e eles acabam caindo em contradição, ficando provado que os depoentes não falaram a verdade. Essa situação é muito grave para o seu lado ou para qualquer um que venha a depor aqui.

Então, V. Sª não tem nenhum conhecimento sobre essa questão de carga roubada, de caminhões? V. Sª não conhece ninguém?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tenho um comércio de peças usadas. Todos pensam, como o Delegado acreditou, que todo cidadão que tem comércio possui carga roubada. Nenhuma mercadoria minha é roubada. É comprada em São Paulo, com nota. Eu compro diretamente a mercadoria, porque eu trabalho nesse ramo há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde V. Sª compra? V. Sª pode descrever a empresa que vende?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – No JR em São Paulo, no ferro-velho São Luís, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No JR e onde mais?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – No JR. No ferro-velho São Luís, compro desde 1994. Há uma pessoa que me fornece.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo com nota?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tudo com nota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não minta.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Com nota. Compro sempre dele qualquer mercadoria. Ele tem desmanche de ônibus e arremata caminhão de seguro. Ele fornece peças para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – JR?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – JR e ferro-velho São Luís, em Rio Claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Solicito à Secretaria que anote o nome das duas empresas.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – A empresa JR situa-se em São Paulo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Exatamente. E o auto-socorro São Luís fica em Rio Claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Também em São Paulo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Rio Claro, São Paulo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Rio Claro, São Paulo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Como essas peças chegam até aqui? Por onde vêm? V. Sª vai buscá-las?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Vou buscar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Vai de quê?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As peças são em grande quantidade.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tudo tem nota fiscal?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – As peças vêm com nota, porque compramos a mercadoria e a revisamos. Compra-se do mesmo modo que ele arremata. Temos uma oficina em que abrimos a peça e a revisamos para poder vender.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – A sua empresa declara imposto de renda?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Declara.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – V. Sª nunca esteve envolvido em nenhuma investigação policial em relação a essas irregularidades?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Já estiveram no ferro-velho para verificar, porque é comércio de peças usadas. Se sumir um caminhão no Estado ou ocorrer qualquer fato, vão ao ferro-velho verificar. Em ferro-velho sempre há investigação para analisar se há alguma mercadoria roubada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sua atividade é um comércio de risco?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um comércio de risco?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É um comércio de risco, porque ao se trabalhar com peças usadas, se some um caminhão, o cara fala que o dono do ferro-velho comprou. Porém, existe um engano muito grande, porque compro mercadorias com nota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª tem sócio?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª tem sócio?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é o seu sócio e qual é a atividade principal dele?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tenho uma menina que é minha namorada, a Jaqueline.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não precisa explicar; quero apenas saber.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Mas ela trabalha mais com a parte de guincho. Temos um comércio que trabalha com guincho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De estrutura de atividade, há algum funcionário público que

seja sócio oculto ou que receba alguma taxa sua para não incomodar?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não. O nosso comércio tem padrão pequeno.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – V. Sª conhece o Gilvani Ferreira Rocha?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Motorista de caminhão, conhece?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o Person Pacheco?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – O Person Pacheco eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É seu fornecedor?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É. Ele tem o comércio semelhante ao meu.

O SR.MÁRIO NEGROMONTE – Qual é a atividade dele?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Do Person Pacheco? Ele tem um ferro-velho, assim como eu. Ele tem um comércio na beira da BR. Eu o conheci por meio desse comércio. Na beira da BR, chegando a Cacoal, ele tem um comércio.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas V. Sª não tem conhecimento de que ele compra, vende ou encomenda carga roubada?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não. Não tenho conhecimento disso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca teve conhecimento?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem certeza?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando V. Sª foi intimado a vir a esta Comissão, V. Sª conversou com ele ou com alguém, recebeu algum tipo de ameaça para não falar o que não deve ou qualquer fato semelhante?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, porque esse papel chegou ontem. A única pessoa que eu conhecia em Ariquemes era o Aparecido Escorcio. Ele perguntou-me se eu havia recebido a intimação e respondi que sim. Viemos inclusive juntos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Escorcio?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele trocou outras idéias com V. Sª?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Ele não trocou idéia nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fez apenas a pergunta?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Perguntou se eu havia recebido um papel. Eu disse que sim. Ele perguntou: "Você vai para lá?". Respondi: "Vou". Então, viemos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo.

Há algo mais a acrescentar?

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Não, Sr. Presidente, a menos que o Sr. Deputado queira fazê-lo.

O SR. CARLOS DUNGA – V. Sª disse, em seu depoimento, que não conhecia nenhuma pessoa envolvida em roubo de carga ou em qualquer delito atinente a roubo. V. Sª afirmou também que comprava peças do Sr. Pacheco até porque ele fazia o mesmo comércio que V. Sª. Não é assim?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Sim, Excelência.

O SR. CARLOS DUNGA – V. Sª nunca tomou conhecimento do que a imprensa divulgava – por exemplo: " Quadrilha que roubava carros está no xadrez"? Há outra manchete: "Integrantes da quadrilha são presos". Todos eles estão citados nas reportagens. A imprensa do seu Estado está alegando isto: "Quadrilha é investigada" e "Mercadoria roubada era mandada para a Bolívia. É a imprensa do seu Estado que o está denunciando. V. Sª nunca soube dessas notícias?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Só soube dessa história depois de ter sido preso.

O SR. CARLOS DUNGA – Essas publicações são do ano de 2000. V. Sª nunca tomou conhecimento dessas reportagens? V. Sª comprava a mercadoria?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – De Pacheco, não.

O SR. CARLOS DUNGA – Todos os que estou mostrando a V. Sª estão denunciados pela imprensa do seu Estado. E V. Sª afirma que não sabia que eles estariam envolvidos em roubo de cargas e alega, ainda, que é comprador deles de peças usadas?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Fui comprador deles de peças, sim. Fui, mas de roubo de cargas vim saber depois de ter sido falado.

O SR. CARLOS DUNGA – Quando?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Após o problema dessa prisão.

O SR. CARLOS DUNGA – V. Sª, há poucos instantes, dizia não ter conhecimento.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Só fiquei sabendo isso, mas não tenho nenhum documento.

O SR. CARLOS DUNGA – V. Sª, há pouco, revelava que não sabia que eles estariam envolvidos. V. Sª tem algo a dizer ao nosso Presidente e para a CPI secretamente, como fez o motorista há poucos instantes, que deu depoimento secreto no que tange a alguns tópicos que ele não gostaria que outras pessoas soubessem? V. Sª estaria ajudando a CPI e eliminando essa questão. V. Sª tem algo a dizer?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não tenho, porque já estou falando sobre a minha mercadoria e quando trabalhei com ele.

O SR. CARLOS DUNGA – Não é esse fato. V. Sª não dispõe de algum elemento que pretenda relatar secretamente?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, Excelência.

O SR. CARLOS DUNGA – Está bem. Sr. Presidente, era apenas isso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, gostaria de fazer questionamentos. V. Sª afirmou que tinha um relacionamento comercial com o Sr. Person. V. Sª comprava dele?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Comprava.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – V. Sª tem, em seus arquivos e em sua contabilidade, nota fiscal da empresa dele?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As compras que V. Sª fez foram fiscalizadas?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – V. Sª tem, em sua contabilidade, nota fiscal da empresa do Sr. Pérsio?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Creio que não tenho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Então, V. Sª não comprou com nota fiscal. V. Sª está mentindo. Na sua contabilidade, não há nota fiscal da empresa do Sr. Person Pacheco. V. Sª tem ou não?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não tenho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço à Secretaria de Fazenda para determinar que um agente da Receita Federal compareça a esta Comissão para diligenciar a empresa do depoente a fim de sabermos a estrutura fiscal dessas compras feitas do Sr. Pérsio, uma vez que o depoente mentiu-nos ao dizer que comprou com nota fiscal.

Perguntei três vezes a V. Sª sobre esse assunto. V. Sª não pode mentir, pois assinou um compromisso e jurou falar a verdade. Não deponha contra si próprio. Faltando com a verdade, V. Sª está cometendo perjúrio e pode sair preso daqui.

Desse modo, V. Sª ficará neste recinto. Peço a presença urgente de um fiscal da Receita Federal de Rondônia para acompanhar o depoente numa fiscalização e verificar se a documentação do seu comércio está em ordem.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, pergunto ao depoente se ele tem em mente o valor dos recursos que movimenta anualmente. Quanto V. Sª compra e quanto vende? V. Sª tem idéia desse montante?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tenho que verificar com o contador. Não adianta falar para V. Exª, pois não me lembro de memória.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quanto V. Sª vende mensalmente em peças?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É baixa a venda: três, quatro ou seis. Varia. O comércio nosso é baixo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Três, quatro, seis mil reais?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Nessa faixa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Qual o lucro que você tem nisso?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Como?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Qual o lucro em cima de seis mil de peças? O lucro? O senhor vende seis mil e ganha quanto?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – O lucro varia de 25 a 30%. Depende da situação ao comprar e revisar a mercadoria, entende? Se a mercadoria estiver boa, o lucro é pequeno. Ao revisá-la, dá para ganhar mais um pouquinho. Temos a oficina para podermos revisá-la.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor vende cem mil reais por ano de peças?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Creio que não vendo cem, não. A gente tem mais é mão-de-obra no comércio. Há oficina também.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem conta em banco em seu nome?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tenho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Em nome da empresa também?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Da empresa também. Bradesco.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor conversou por telefone com o Sr. Person Pacheco alguma vez? Sim ou não?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Conversei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Diversas vezes? Para tratar de que assunto? Compra e peça?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu estava precisando de uma caçamba. Nesse dia, eu conversei para ver se ele a tinha, mas já havia vendido a caçamba. Até liguei na firma dele. Ele não estava lá, entende?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor conhece alguma empresa em que o senhor comprou em São Paulo que ouviu dizer que seja fantasma, laranja? O senhor tomou conhecimento de alguma empresa em São Paulo em que o senhor compra que faz algum comércio ilícito?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, porque as empresas onde compro têm de ser boas, porque têm de haver nota.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não estou dizendo que o senhor compra, mas que ouviu falar que existe empresa que comercializa carga roubada?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que tenha caminhões ou veículos roubados?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As empresas a que o senhor se referiu – a JR e a outra, de Rio Claro – têm estabelecimento aberto ao público?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Têm.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fisicamente abertas? Tudo direitinho?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Têm um auto-socorro na beira da pista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos obter o endereço lá no seu comércio.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – No meu comércio, há nota dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem ferro-velho lá em Ariquemes?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tenho, em Ariquemes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor disse aqui que foi preso?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Fui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor, voluntariamente, se entregou à Polícia ou fugiu?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não. Eu fui para Boa Vista, onde me entregaram e onde fui preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor fugiu porque existia mandado de prisão?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não. O meu advogado na época me disse para eu não esperar quebrar... Como se disse?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A preventiva.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – A preventiva, entende?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor esteve fora do País?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, estive em Boa Vista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esteve em Boa Vista. Não chegou a passar para o outro lado?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E lá foi preso? Foi localizado, identificado e preso?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Sim, porque eu estava fazendo um serviço lá para uma firma – eu mexo com volvo – lá fui localizado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por quanto tempo o senhor ficou foragido? Lembra?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Ah! Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito tempo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, não fiquei muito tempo, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor estava fazendo um trabalho do quê lá? De forno?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, volvo . Eu estava mexendo com numa firma lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer tomar um pouquinho de água?

O SR. OSCAR ANDRADE – Caminhão volvo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É. Caminhão volvo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é mecânico também?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Sou mecânico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando se deu essa sua prisão? Foi em função de receptação de peças roubadas, desmanche?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não. Foi sobre esse caminhão. Eles alegavam que eu tinha desmanchado o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor desmanchou?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por que alegaram?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Porque eu tinha um comércio de peças igual ao que o Pacheco tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma pessoa alega que o senhor desmanchou simplesmente porque a pessoa não gostava do senhor? Havia algo nesse sentido? Quem alegou?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Foi a justiça que foi...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é que foi reconhecer o caminhão? Foi alguém que seria vítima? O proprietário do caminhão?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não. Não sei. Sei que pediram uma preventiva de que eu era envolvido, agora...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não foram encontradas peças do caminhões desmanchados no seu estabelecimento?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi. Estou recebendo a informação do Dr. Jeremias e ele foi quem acompanhou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que você vai ser preso sem ter prova? Penso no que você vai responder. Se você foi preso é porque encontraram prova material porque, senão, o juiz não daria a preventiva.

Não há invenção em processo-crime. Não há documento falso em processo-crime.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está sob juramento, Lourival. Está sabendo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Estou sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você assinou, o Presidente te identificou e você sabe que é crime mentir. Estamos te dando uma oportunidade para rever a sua posição porque você está cometendo mais um crime e isso pode complicar muito a tua vida.

Nós te damos o direito de – posso pedir ao Presidente para tornar essa sessão secreta se você quiser – dizer alguma coisa de maneira reservada para a CPI, mas ficar mentindo estará incorrendo no crime da Lei nº 1579, que dispõe sobre os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vou ler para você:

"Constitui crime fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Pena do art. 342 do Código Penal".

Podemos te enquadrar nesse crime se você continuar tergiversando. Precisamos da sua verdade como assegurou que a traria. Foi identificado nos autos as peças em sua propriedade. Você assume isso ou não?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não teve a apreensão de mercadoria na sua casa ou em seu estabelecimento comercial? Não foi apreendido nada?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Foi apreendida uma mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A tua memória é muito fraca, rapaz. Você tem que ser mais sincero e pensar na resposta.

Ninguém quer te forçar a nada. Se você não colaborar e continuar mentindo não vou te ouvir mais e te mando levar preso para o delegado te ouvir novamente por perjúrio. Você será autuado em flagrante por estar desafiando a comissão.

Estou te tratando com educação e com respeito e você tem que ter respeito com a comissão, não começar a mentir e achar que a memória está falha porque se você foi preso e apreenderam mercadoria está tão na cara que alguma razão tem. Jamais o delegado pediria uma prisão preventiva se não tivesse nenhuma juridicidade ou prova real e material. Você não está lidando com trouxas aqui.

Você repensa para sair daqui tranqüilo e continuar respondendo o seu processo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que foi apreendido no seu estabelecimento?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Foram apreendidos uns móveis de casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Móveis?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não tem é um ferro velho?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, mas o que foi apreendido foram uns móveis de casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esses móveis eram provenientes de onde?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Esses móveis...Vocês não estão entendendo e vou explicar para vocês.

Nós estávamos falando de peças, só que foram apreendidos uns móveis. Troquei uma carcaça de 1519 usada em uns móveis. Tenho o nome do rapaz no contrato lá em casa. Não lembro o nome, mas acho que é Roberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – A pessoa que te levou os móveis?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – A pessoa que me vendeu a mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Móveis usados ou novos?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Ele me vendeu novo. Essa pessoa precisava de uma carcaça, veio de uma cidade, Cacoal e me pegou essa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma carcaça de diferencial?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É, uma carcaça de 1519, e foi trocada por essas peças. Ele não tinha dinheiro, e falou: "Eu tenho umas peças e precisava de uns móveis". Eu precisava dos móveis, então falei: "Eu pego os móveis".

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais móveis eram?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Era um fogão, uns armários. Eu não me lembro totalmente o quais eram, porque faz tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto valiam?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu não me lembro se era R$1 mil e pouco ou R$800,00 e pouco, não tenho muita certeza, porque eu peguei nesse negócio.

O SR. OSCAR ANDRADE – E esses móveis eram roubados?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Dizem que eram roubados. Só que eu tinha um contrato com esse cara, com o nome dele, constando que ele quitaria com a loja, para trazer a nota. Foi quando foi preso esse material.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, ele era o receptador dos móveis?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Ele que me trouxe os móveis.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lógico, o outro foi o intermediário. Você foi o interceptador.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Pois é. Eu fiquei como receptador, porque eu fiz um contrato com ele para trazer, só que, quando foram fazer a investigação, disseram que os móveis haviam sido roubados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Contrato por escrito?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Por escrito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você apresentou esse contrato?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Foi apresentado na Justiça.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como se chama o rapaz?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu não me lembro bem se era Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem cópia do contrato?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu devo ter cópia desse contrato. Eu tenho que achar, mas devo ter.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem empresa onde?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Em Ariquemes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só em Ariquemes?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – E aqui, também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui também, em Porto Velho?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Sim. Aqui eu sou junto com a Jaqueline na firma de guincho.

O SR. OSCAR ANRADE – De guincho?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Sim. Nós estávamos montando, na época, a firma de guincho aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – E está funcionando?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Está.

O SR. OSCAR ANDRADE – É guincho e ferro-velho?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, é mais guincho, entende?

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui é só guincho?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É mais guincho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Ariquemes é ferro-velho?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Em Ariquemes, há o ferro-velho, o guincho e a oficina.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor já ouviu falar em Rui Barbosa de Melo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não estou lembrado, não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Um comerciante que vende eletrodomésticos?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não conheço, não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor nunca ouviu falar nesse nome, que comprou carga roubada?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu já ouvi falar nesse Rui, mas não conheço essa pessoa, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está há quantos anos em Rondônia?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu estou desde 1983 em Ariquemes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com esse negócio de ferro-velho, há quanto tempo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Com ferro-velho não faz muito tempo, não, porque eu trabalhava de empregado para a São Cristóvão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo é seu o negócio?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu montei oficina em 1989.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há treze anos, então.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem casa?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Casa própria?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Ariquemes ou aqui?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Em Ariquemes mesmo. Eu moro na mesma firma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui também você tem?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não. Aqui, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que mais você tem? Qual carro você tem?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Como?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual carro você tem? Qual é o seu veículo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu tenho um caminhão Cargo, entendeu? E, no momento, estou sem carro pequeno, porque eu o vendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fazenda?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não tenho fazenda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sítio?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tenho o sítio da minha mãe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um sítio?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Só o sítio da minha mãe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Casa, sítio. O que mais você tem?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – E o terreno da oficina.

O SR. OSCAR ANDRADE – Olhe aqui, eu estou perguntando. Preste bem atenção. O Presidente já advertiu o senhor para dizer o que tem, porque nós poderemos saber o que o senhor tem. Eu vou pedir a quebra do seu sigilo fiscal, e vamos poder saber. Não minta, por favor. Vamos lá. Diga mais o que o senhor tem.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tenho os caminhões junto com a Jaqueline.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos caminhões são?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Deixe-me ver...São cinco caminhões.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde está a Jaqueline?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Hã?

O SR. OSCAR ANDRADE – A Jaqueline.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – A Jaqueline fica aqui em Porto Velho.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Jaqueline é sua esposa?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Ela é minha namorada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Namorada e sócia?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela tem carro?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Ela tem uma F 1.000.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você está sem carro?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu estou sem carro porque eu vendi o meu esses dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual carro era?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Era um Versailles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está comprando outro?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu compro e vendo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eu gostaria de mostrar esse artigo no jornal local. O senhor já viu essa matéria aqui?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Já vi.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Já conhece ela?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Conheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – "Policiais que integram a força-tarefa... Está aqui e o senhor negou. O senhor disse que não foi apreendido. Está aqui a fotografia dos trabalhadores que embarcaram o móvel apreendido no escritório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá um pulinho aqui para ver se reconhece esse.... (Pausa.)

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Leva para ele a foto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a porta da sua casa ou do seu comércio?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Do comércio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E é verdade isso aí?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E esses caminhões estão em nome de quem? Da Jaqueline? Estes caminhões de guincho?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Está no nome da empresa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Da empresa?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Comprado onde?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Hã?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Este caminhão, eles compraram onde?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Comprado aqui mesmo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Aqui mesmo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E este guincho é o quê? Carro roubado, ou carro quebrado?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, o guincho é carro quebrado. É para a seguradora que ele trabalha. Trabalha para a seguradora.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Guincho é carro roubado, depois conserta e extermina o carro não, não é?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, graças a Deus, não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Lá vocês não vão exterminar o carro e vender as peças não, não é?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Porque tem muita gente que tem empresa de guincho para isso. Guincha carro roubado, leva para a empresa e lá larga o carro e vende as peças.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, aqui se trabalha para seguro. Nosso serviço é só seguro. Só para seguro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero agradecer a presença do Deputado Ronílton Capixaba, que vem prestigiar a nossa Comissão, e agradecer a amabilidade com que estamos sendo tratados aqui nesta Casa.

Obrigado, Deputado.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. CARLOS DUNGA – Quero perguntar ao depoente se ele conhece o Sr. Rui Barbosa de Melo.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. CARLOS DUNGA – O senhor vai ter acareação com ele, viu? Não minta.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Posso conhecer ele por outro nome.

O SR. CARLOS DUNGA – Pode conhecer, o senhor já está admitindo.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, só se ele tiver outro nome. Mas, por este nome...

O SR. CARLOS DUNGA – É um comerciante do seu Estado, tem várias lojas. Quero saber se o senhor o conhece ou não.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, não conheço.

O SR. CARLOS DUNGA – Não conhece.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não conheço.

O SR. CARLOS DUNGA – Conhece o Sr. Antonio Curcio?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Antonio?

O SR. CARLOS DUNGA – Curcio.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Também não.

O SR. CARLOS DUNGA – O Sr. Lourival Claudino?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Lourival Claudino sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aparecido Escórcio?

O SR. CARLOS DUNGA – O Sr. Aparecido Escórcio?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a sua relação com ele?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Aparecido Escórcio, quando cheguei em Rondônia, trabalhei de empregado para ele uns quatro anos, cinco anos. Quatro ou cinco anos, trabalhei de empregado para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o ramo dele?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o ramo dele de comércio?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Ele tem oficina e comércio de peça também. E tem uma oficina mecânica grande na beira da BR.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, em Ariquemes.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Carteira assinada, quando o senhor trabalhava com ele?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Na época, não era carteira assinada, não. Era 50% do que fazia. Faz muitos anos já.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era sócio dele, então?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É, era mecânico. Eu sou mecânico.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor desmontava carro?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, na época ele tinha uma empresa de ônibus e tinha oficina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A empresa de ônibus dele era de ônibus urbano?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Era pequeninho, uns sete...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era urbano, lá para a cidade?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era a empresa?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não. Era a São Cristóvão. Empresa São Cristóvão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fazia vicinais, ali.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É, as vicinais ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas como é 50%? Trabalhar, consertando os ônibus dele, manutenção dos ônibus?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Além da empresa de ônibus, ele tinha outro tipo de atividade?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não. Nós trabalhávamos com mecânica particular. Ele tinha empresa de ônibus e eu trabalhava de mecânico, mas mecânico de caminhão. Ele tinha oficina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Ele era seu sócio na oficina?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É. Aí, na mão-de-obra, era sócio, não tinha carteira, era 50%.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Além desse inquérito, você responde a algum outro, ou já respondeu a outro?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Respondo a outro.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quê?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – De uma briga que tive com a minha ex-esposa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lesão corporal?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais algum outro? Lembra bem, não fala mentira aqui, não. A gente sabe tudo, viu? Só precisamos te ouvir.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Acho que tem outro, mas eu não lembro. Acho que tem uns dois ou três processos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem mais uns dois ou três! Não é importante, não é? Você não tem que lembrar, não é? Você tem inquérito, responde processo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que essa indiferença, tenho uns dois ou três, como se nada fosse importante?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Porque, se eu falar para vocês assim, de cabeça assim...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, mas por que essa indiferença? Você não dá bola?

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos devagar. Não lembra de dois ou três, não. Vamos em um.

Este aqui é por receptação que você é enquadrado?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É, receptação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Este aqui é por receptação. Vamos para outro.

Lesão corporal, você já falou, da ex-mulher. O que mais? Vamos em um só.

Tráfico?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Graças a Deus, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roubo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi? Há muito tempo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Foi em 96.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 96.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só você lembrar agora o que é, já lembrou até a data.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, esse da ex-mulher foi em 96.

O SR. OSCAR AMDRADE – Qual?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Da lesão corporal da ex-mulher foi em 96.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei. Homicídio, tem? Tentativa de homicídio?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É, tentativa de homicídio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse foi com sua ex-mulher?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer, você é um praticante da violência contra a mulher? Você atirou na sua esposa?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, nos desentendemos e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chegou a agredi-la?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só atirou?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Só atirei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria eliminar mesmo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, não é eliminar, é que a gente, perdeu o controle, tudo que a gente vai pegando é uma situação difícil, a gente perdeu o controle.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você costuma andar armado?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, não ando armado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha porte de arma à época do incidente?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você comprou essa arma de que forma? Trocou por mercadoria também, não?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, esse era, lembro como hoje, um 32 que fazia muito tempo que tinha ele. Foi comprado, muitos anos que tinha, nem arma uso mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca se preocupou em registrar, tirar porte, nada, nunca? Nunca foi molestado por ter a arma? Nada?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem um processo por porte ilegal de arma também?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lembrou.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tem sim, um processo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você que precisava lembrar para nós. Vou ficar lembrando você ou você mesmo vai lembrar?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É porque são muitos, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que mais que tem?

Você quando vai comprar, por exemplo, chega lá um motor no ferro velho seu, você chega e compra ou procura saber procedência?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, motor, essa mercadoria eu não trabalho porque tem que ter nota e uma origem muito grande, entendeu, para poder trabalhar, porque para vender motor....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você não tem nota de onde compra.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você compra?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, mas lá onde nós trabalhamos, eu trabalho mais com molejo, com outro tipos de peças, porque motor é muito caro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Suspensão, diferencial, caixa.

O SR.MÁRIO NEGROMONTE – (*fora do microfone. Inaudível.*))

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Tem.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Todo eles têm documento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo em nome dela?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Em nome da firma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da qual ela é sua sócia?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só vocês dois?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Faz uns quatro anos.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu falei as coisas que aconteceu, ela sim da minha ex-mulher, a situação ela sabe

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu não trabalho com peça roubada, ela sabe que tenho comércio de peças.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ela sabe que *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, eu tenho nota fiscal para vender.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, lá em são Paulo só compro com nota.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E aqui do Person Pacheco, o senhor comercializava com ele e comprava sem nota fiscal

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Do Person Pacheco foi comprado alguma coisinha com ele sim.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sem nota fiscal. E ela tem conhecimento disso?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Ela não tem.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é alguma coisinha?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – A Jaqueline trabalha com parte de guincho, parte de ferro velho só eu que mexo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só operação, não?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – A Jaqueline mexe com...

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é alguma coisinha que foi comprada do Person?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Hã?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor falou que foi comprada alguma coisinha.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Eu comprei molejo do ônibus dele, porque ele tinha um desmanche do ônibus, porque em Ariquemes vende muita mola.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que mais?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Comprei uma caçamba uma vez, uma caçamba usada também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só a caçamba?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Só a caçamba. O basculante que ele tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Person há quanto tempo?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – O Person eu conheço ele há uns três anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até agora falou em dois negócios com ele, tem mais? Ele vai estar aqui. Você sabia que essa caçamba era de caminhão roubado?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Essa era uma caçamba velha que eu tive que reformar, não era caçamba nova não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Consta que alguém está preso por causa de caminhão roubado. Essa caçamba foi identificada como produto do desmanche. Você está sabendo disso? Não ouviu nada a respeito dela?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Odair Yamamoto?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Conheci o Odair Yamamoto quando estava preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi preso junto com ele?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não, conheci-o quando fui transferido para Vilhena.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Person você conhece. Você conhece o Guedes?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Guedes Arcanjo Tavares.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Juvanir?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jailton José Cabral.

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Oswaldo de Alcântara?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Já ouvi falar muito dele, mas nunca tive contado com ele. Moro em Ariquemes, mas nunca tive contato com o Oswaldo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você trabalhava com ele sem ter contato?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Nunca tive contato com o Oswaldo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Consta que todos esses nomes que eu citei trabalhavam com você. Como você diz que não conhece dois deles? É outra perna da quadrilha que você não conhecia?

O SR. LOURIVAL CLAUDINO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. Sª quer mais alguma coisa?

O SR. CARLOS DUNGA – Quero só lembrar a questão do inspetor fiscal para analisar aquilo que foi já determinado pela Presidência, o acompanhamento da entrada e da saída de mercadorias das lojas do Sr. Lourival Claudino.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, acho que ele pode aguardar, porque é provável que tenha que ser feita alguma acareação. De minha parte, por enquanto, é só.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Agradeço, libero-o e convido o próximo.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª falasse sobre nossa solicitação sobre o fiscal da Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não. Havíamos solicitado, juntamente com o Presidente Romeu Tuma e V. Exª. V. Exªs serão atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já estão presentes dois agentes da Receita Estadual de Rondônia. O Dr. Jeremias está indicando um policial para acompanhar o depoente Lourival até a empresa dele para a confirmação ou não da regularidade contábil dos produtos que ele diz que compra com nota. Ficamos na dúvida de que isso seja verdadeiro. Informa à Casa que essa diligência será feita agora com o depoente, com o agente da Polícia de Rondônia determinado pelo Dr. Jeremias e mais dois fiscais de rendas do Estado de Rondônia. Acredito que ainda hoje recebamos o resultado dessa específica diligência sobre a contabilidade e a compra de mercadorias em São Paulo e também do Person, que é um dos responsáveis, segundo ele, na aquisição de mercadorias que a polícia informa que são roubadas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nome completo. Antônio Cúrsio. Repita no microfone, por favor.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Antônio Cúrsio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Identidade.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – 426399 SSP-RO.

O SR. OSCAR ANDRADE – Idade.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – 34 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – CPF.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – De cor não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – 313152082-53.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estado civil.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Casado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Endereço.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Rua Castanheira, 1790 Buritis, Rondônia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Profissão.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Comerciante.

O SR. OSCAR ANDRADE – A atividade é exercida em Buritis?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É parente em algum grau de parte envolvida na CPI?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O depoente compromete-se nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do art. 5º da Constituição Federal?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Faça o favor de assinar. (Pausa.)

Deputado Carlos Dunga.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Antônio Cúrsio, pelo que vejo, o senhor está aqui apenas como uma pessoa que vem auxiliar a nossa CPI, um informante.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Sim, senhor.

O SR. CARLOS DUNGA – É lógico que nós gostaríamos de ouvir do senhor todas as informações que o senhor achar conveniente, conforme o seu compromisso com a CPI. Farei algumas perguntas ao senhor para que o senhor possa nos esclarecer. O senhor foi possuidor de algumas lojas em Cacoal e também em Buritis?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não entendi a pergunta.

O SR. CARLOS DUNGA – O senhor já possuiu alguma loja nas cidades de Cacoal ou em Buritis?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – A loja de Buritis estava no meu nome mas não era minha. Na época eu abri a loja, a empresa era constituída em meu nome e da minha esposa por motivo da Secretaria da Fazenda que estava apurando para abrir a empresa. Eu recebi um auto de determinado tempo para ser aberto.

Como eu era funcionário antigo do proprietário, que é Rui Barbosa de Melo, então conversei com ele, que estava em Roraima, e ele pediu que abrisse em meu nome. Como eu seria o dono em papel e de confiança, eu mesmo ia pagar...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor emprestou o nome?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Isso. Eu ia pagar os encargos da empresa...

O SR. CARLOS DUNGA – O senhor não acha que isso prejudicaria o senhor, não?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Até o momento que eu trabalhei dedicado à empresa, na pessoa dele, acho que não teria...

O SR. CARLOS DUNGA – Sim, mas só o fato de o senhor não estar envolvido hoje...

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Sim, hoje pelo que passei, pelo passado, pelo presente, pela minha pessoa e pela pessoa da minha família, fui prejudicado, sim, até politicamente.

O SR. CARLOS DUNGA – Além dessa empresa que o senhor ofereceu seu nome, o senhor era sócio ou teve o seu nome ou o de sua esposa noutras empresas?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Além dessa, tive sim. pelo intuito de ser de confiança da empresa de Rui Barbosa de Melo.

O SR. CARLOS DUNGA – Então o senhor consta como um laranja, porque o senhor era proprietário de uma empresa.... O senhor era proprietário e ele é quem fazia os seus negócios.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Exato.

O SR. CARLOS DUNGA – E já está dizendo aqui que de outras empresas o senhor também participou... O senhor era um laranja.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Laranja bem, não, porque eu que dei o nome. Seria laranja se fosse escondido, um documento escondido, tipo assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não.

O SR. CARLOS DUNGA – Qual o tipo de mercadoria que era comercializada nessas empresas?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Eletrodoméstico.

O SR. CARLOS DUNGA – Eletrodoméstico. O senhor conhecia o Sr. Person Pacheco?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Só de vista.

O SR. CARLOS DUNGA – O Sr. Clebérson Paulo Pacheco?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Só de vista também.

O SR. CARLOS DUNGA – O Sr. Guedes Arcanjo Tavares?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não conhecia.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Geovani Ferreira Rocha?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Também não.

O SR. CARLOS DUNGA – Eles não venderam produtos a essa empresa, que estava no nome do senhor?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Para mim, não.

O SR. CARLOS DUNGA – A empresa não estava no seu nome?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Como eu já disse, eu era gerente da empresa...

O SR. CARLOS DUNGA – Gerente, não. O senhor era dono.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Dono no papel e gerenciava a empresa para o Rui Barbosa de Melo.

O SR. CARLOS DUNGA – No ano de 2000, a polícia apreendeu produtos roubados nessas lojas em que o senhor trabalhava, em Cacoal?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, em Buritis.

O SR. CARLOS DUNGA – Na filial da loja de que o senhor era dono e não era dono.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Exatamente.

O SR. CARLOS DUNGA – Pronto, Sr. Presidente. Ele esboçou tudo o que gostaríamos de ouvir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais produtos foram apreendidos lá?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Foram apreendidos ventilador, armários de cozinha...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eletrodoméstico?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – É, eletrodoméstico em geral.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era carga grande?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como foi comprada?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Como foi comprada não é do meu conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor é gerente. Seu nome constava como dono, mas já explicou que emprestou o nome.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – É, emprestei o nome...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não quer ser chamado de laranja...

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Que seja chamado de laranja. Pela boca dos senhores. Eu não me consi-

dero de laranja, porque eu era de confiança da empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem empresta o nome é laranja.

O senhor era gerente?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Gerente.

O SR. OSCAR ANDRADE – O gerente sabe o que entra, o que sai na empresa.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Desde que se trabalhe na matriz, sim. Eu trabalhava na filial.

O SR. CARLOS DUNGA – No início, quando emprestou o nome à empresa, foi o senhor que deu origem a essa idéia de criar uma empresa?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Foi.

O SR. CARLOS DUNGA – O senhor não tinha nenhuma atividade com esse cidadão que, depois, passou a ser seu empresário?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não.

O SR. CARLOS DUNGA – Aí, ele chega....

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, eu tinha atividade anterior com ele como funcionário.

O SR. CARLOS DUNGA – Aí, ele chega e o senhor, simplesmente, pega tudo que está formado e entrega para ele comercializar?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Isso.

O SR. CARLOS DUNGA – É um coração muito bom.

Sim, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero agradecer a colaboração e a presença do Dr. Carlos Eduardo Ferreira, Delegado Geral de Polícia de Rondônia. Muito obrigado, Dr. Carlos, pelo apoio e por ter permitido que o Dr. Jeremias aqui comparecesse, ajudando-nos a esclarecer a estrutura do crime organizado do roubo de cargas neste Estado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, devo agradecer demais o Dr. Carlos, pois, há quarenta dias, a equipe dele, liderada pelo Dr. Jeremias, com apoio inconteste dele, tem nos ajudado a nos propiciar o dia de hoje para o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. CARLOS DUNGA – Quem foi que fez a entrega das mercadorias para os Supermercados Corbélia, Yamamoto, Douglas e Bandeirantes?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não tenho conhecimento.

O SR. CARLOS DUNGA – A loja não era sua?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, a loja recebeu um tipo de mercadoria. Mercado...

O SR. CARLOS DUNGA – Como?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – A loja recebeu eletrodoméstico. Supermercado Corbélia trata de secos e molhados, não é?

O SR. CARLOS DUNGA – Tinha nota fiscal?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Da mercadoria que foi entregue na loja?

O SR. CARLOS DUNGA – Sim.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não tenho, porque a pessoa que entregou a mercadoria na loja – inclusive a tal quando o Dr. Jeremias estava presente, no dia em que dei o meu depoimento -, como não tinha pegado o cheque do proprietário da empresa, falou que somente entregaria a nota fiscal com o cheque que seria passado para ele posteriormente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Recebe a mercadoria sem a nota, mas, na hora em que vier o cheque...

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não. No dia do meu depoimento para o Dr. Jeremias, que é o Delegado de Cacoal que esteve na loja comigo, ele passou para mim que ele estava lá a respeito de uma carga roubada. Foi quando eu tive ciência do que se tratava, porque, se eu soubesse do que se tratava, ele jamais ia achar uma carga roubada dentro da loja. Se eu fosse um profissional no assunto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor gerenciava a loja?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Sim, gerenciava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Recebeu uma carga roubada sem saber que era roubada...

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não tinha nota.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – O proprietário da carga, que disse que tinha comprado uma carga tombada – a palavra que me passaram foi essa -, só disse que entregaria a nota...

O SR. OSCAR ANDRADE – Chama salvado.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Isso, que seja.

Só me entregaria a nota mediante recebimento dos cheques parcelados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou seja, o senhor recebeu a mercadoria sem nota

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Dei ciência de que havia recebido para a matriz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que documento?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Para a matriz passando um documento da relação das mercadorias

que eu recebi, dando autorização para a matriz passar o cheque mediante a nota fiscal. Posteriormente, ele ia passar essa nota fiscal para a empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essa é uma forma legal de transacionar?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Na questão da negociação dele com o proprietário da loja, para mim, que não tinha...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Responsabilidade?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Responsabilidade sobre o pagamento, eu achei que seria...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas uma mercadoria não pode andar sem a nota. Você sabe disso.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Na empresa, recebeu-se com nota. Ele veio e entregou. Eu dei ciência de que recebi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A mercadoria sem a nota?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – A mercadoria sem a nota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor disse que seria dada a nota mediante o pagamento. Ele deu o cheque e a nota. Eles fizeram isso?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Lá em Cacoal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles fizeram isso?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Isso não é meu departamento porque eu não assino cheques para a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você soube se tinha nota ou não?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Assim...

O SR. CARLOS DUNGA – Foram três cheques o pagamento, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dois.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Eu não posso responder pela quantidade de cheques, porque eu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está bem, mas sobre a nota, a mercadoria ficou...

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Ficou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E essa nota teria de vir para a sua pessoa para poder contabilizar e mostrar à fiscalização. Ela veio?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, inclusive, está no meu depoimento que não recebi a nota.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, vamos conversar claro e parar de tergiversar. Preste bem atenção, você recebeu mercadoria sem nota? Sim ou não?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era só isso o que eu gostaria de saber. Você sabe que cometeu uma ilegalidade? Está claro ou não?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Eu não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – É ilegal receber mercadoria sem nota. Você sabe disso.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Sem nota, sim. Só que a matriz me pediu para receber a mercadoria...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você recebeu sem nota. Está errado.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – A empresa está no seu nome. Não sou o dono, mas está no meu nome. Recebo sem nota, mas a nota vai aparecer depois na hora do cheque.

Vamos conversar com...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um momento, essa mercadoria ficou toda na sua loja ou você revendeu parte?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Eu revendi parte. As que ficaram na loja quando o Dr. Jeremias...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E como você fez com a nota para mandar essa mercadoria...para onde foi uma parte da mercadoria?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Uma parte da mercadoria autorizado pelo dono, em nome...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está só responsabilizando o dono da empresa, porque ele autorizou você fazer. Isso você vai nos explicar.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – O senhor me pediu para responder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então explique.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Como tinha uma empresa em Apui no Amazonas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Também filiada a vocês?

O SR. OSCAR ANDRADE – Era sua também?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Foi o que senhor me perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor mandou parte dessa mercadoria para a Amazônia? E foi sem nota também?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, com nota fiscal...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua? Você esquentou a mercadoria. Se você não tinha compra como ia vender com nota?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – A matriz autorizou a fazer isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A nota de transferência ou venda?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Venda.

O SR. CARLOS DUNGA – Saiu de Buritis para a Amazônia, não é isso?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas aí sai com nota quente?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Com nota normal...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas como você ia contabilizar se não tinha nota de compra?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – As notas que eu passei para o Amazonas eu contabilizei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas e a compra? Como aquela mercadoria, havendo uma conferência de estoque como fica?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – A compra...a matriz ficou de mandar a nota fiscal para mim. Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como você registra uma data bem posterior à venda?

O SR. OSCAR ANDRADE – A empresa de Cacoal é em nome de quem.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Rui Barbosa de Melo, eu acho que sim, acho que é isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Rui Barbosa?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – O ex-patrão. Acho que não é nem isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O filho.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – É o filho dele. Alexandre...

O SR. OSCAR ANDRADE – A de Cacoal está em nome de Alexandre. A de Buritis e de Apui em seu nome. E o Rui?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se considera "laranja" dele?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não é que eu me considerava "laranja". Como ele tinha confiança em mim de receber, pagar combustível de transporte da empresa ele confiou em colocar o dele em meu nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ele não colocava em nome dele?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Aí, essa resposta eu não posso dar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você sabe porquê?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não perguntou?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você sabe ou não.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É importante o senhor não negar isso. Você sabe porque a empresa não estava em nome dele, e sim em seu nome?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o que você acha? Eu vou montar uma empresa. Chamo o meu filho; para a outra eu chamo o gerente. Vou colocando tudo em nome dos outros. Por quê? Você não considera estranho.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não posso dizer que é estranho, porque, para ser sincero, na época em que eu trabalhei para ele, não levava...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto você recebia?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Eu recebia R$700,00 por mês.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Com carteira assinada?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Com carteira assinada. Por um período.

O SR. CARLOS DUNGA – Como poderia ser com carteira assinada se a empresa estava em seu nome?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Como estou dizendo. Eu ganhava um valor x por mês.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você era patrão e empregado?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Patrão e empregado.

O SR. CARLOS DUNGA – Muito bem. Você era empregado de si mesmo?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Isso.

O SR. CARLOS DUNGA – Você mesmo assinou sua carteira?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não. Eu era registrado na empresa de Cacoal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que não era em seu nome, mas no do Alexandre?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Exatamente. Era do Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você só emprestava seu nome para a empresa? Proprietário você não era?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não era. Era fictício.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostei da expressão fictício.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tinha conhecimento de que Rui Barbosa de Melo comprava mercadoria roubada?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, Excelência. Até o momento da apreensão eu não sabia. Por isso, digo que o dono da mercadoria chegou à loja que eu gerenciava – e no papel era dono – e encontrou todos os lacres de sua empresa. Se eu soubesse não teria esses lacres.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você nunca tomou conhecimento?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você conheceu o motorista Gilvani Ferreira Rocha?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Pessoalmente não. Quando ele esteve lá e deixou a mercadoria eu não o conhecia. A carreta nem de Rondônia era.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o Person Pacheco?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Person Pacheco conheço por meio do ferro-velho que tem em Cacoal. Ele tem um comércio em Cacoal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já transacionou com ele?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já fez negócio com ele?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Para não dizer que nunca fiz negócios, comprava peças para camioneta. Era uma camioneta Chevrolet.

O SR. OSCAR ANDRADE – No ferro-velho?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – No ferro-velho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E essas peças tinham nota fiscal?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não. Inclusive, pelo jornal houve uma batida da Polícia Civil no estabelecimento dele. Havia carro da Polícia Civil para desmanche com nota fiscal. Foi comprado por ele mesmo. Assim saiu no jornal.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o Lourival Claudino?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não conheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem ferro-velho também.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Além de Person Pacheco o resto não conheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sobre Rui Barbosa Melo o senhor afirma que não tinha conhecimento de que comprava carga roubada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem levou a mercadoria que o senhor recebeu? A mercadoria sobre a qual estamos conversando, de Buritis. Depois a nota viria para a matriz...

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Pelo que disse em meu depoimento ao Dr. Jeremias...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quero saber agora, você não precisa falar sobre o seu depoimento.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – É o que vou responder.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode responder.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Fiquei sabendo que a pessoa que levou a mercadoria era funcionário de Person Pacheco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ficou sabendo? Não o viu?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Vi que ele estava entregando a mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como era o nome dele?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – O nome dele não sei. Do jeito que estou respondendo respondi há 2 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era funcionário do Person?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Pelo que fiquei sabendo sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não era o Biela?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não era esse o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra-se dele?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode descrevê-lo mais ou menos?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era branco, louro, moreno?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não tenho recordação da pessoa.

O SR. CARLOS DUNGA – Quem recebeu o cheque?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Se não me engano era branco, de estatura média. Mais ou menos 1,70, se não me falhe a memória. Já faz tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual caminhão foi levado?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – A marca correta não me lembro. Se não me engano, era um 2219.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um Mercedes.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Um Mercedes cor laranja bem antigo, cabina dupla, com algumas manchas amarelas nos pára-lamas. Foi encostado na frente da empresa e a mercadoria foi descarregada.

O SR. OSCAR ANDRADE – É engraçado. Trata-se de um 2219, Mercedes, laranja, tinham manchas amarelos. Era antigo, cabine dupla. Você tem todos os detalhes do carro, mas da pessoa não.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não. A pessoa que deixou os chapas na porta do depósito para descarregarem não vi. Ficaram só os chapas descarregando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele ficou dentro do caminhão?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Onde ficou não sei. Sei que ele deixou os chapas descarregando no depósito, inclusive levei a Polícia Civil lá e entregue a chave. Foi o policial Milton que me acompanhou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele foi pego em flagrante descarregando?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não. Foi posteriormente. Creio que 2 meses depois.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele largou o caminhão lá e foi embora?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, não, ele largou o caminhão descarregando e depois veio buscar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas houve prisão em flagrante lá?

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua prisão foi em flagrante.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – A minha foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A mercadoria estava toda lá?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Exatamente, entreguei uma por uma, imediato a apreensão da mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, pediria a acareação do depoente com Rui Barbosa de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer fazer agora ou deixaríamos para depois da audiência com o Governador?

O SR. OSCAR ANDRADE –Vamos fazer agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) –Então, vamos trazê-lo.

Peço a presença do Sr. Rui Barbosa de Melo. Providenciem uma cadeira, por favor.

Não fica muito perto, dá um pouquinho de distância, porque, de repente, eles se pegam nos tapas.

Dr. Oscar as suas dúvidas.

Já foi ouvido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Rui Barbosa, o Sr. reconhece quem é?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É o Antonio Cúrsio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é o que seu?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É meu gerente.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quais lojas?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Na de Apui e Buritis.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é gerente das duas?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Ele era gerente da do Buritsi, da do Apuí ele ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma)– Era só gerente?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas lojas o senhor tem?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu tinha 3 lojas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Cacoal, Buritis e Apuí? Por que nenhuma era em seu nome?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Porque, como falei, não podia abrir firma em meu nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Porque tinha problema de dívida.

O SR. OSCAR ANDRADE – De dívida? O senhor. já tinha falido?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, era uma firma que não dei baixa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor. acha que ele tinha conhecimento disso?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Tinha.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, a primeira mentira dele. Anotar aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabia, não sabia Antonio que era por isso?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Até o momento disso aí, eu não sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas hoje você sabia?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Hoje, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi perguntado hoje para você aqui.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Na época.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Rui Barbosa está dizendo que sabia.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Na época eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Rui, ele sabia ou não sabia? Tem que ser sincero aqui.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Sabia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que o senhor explicou para ele, por que iria colocar em nome dele a empresa? Quando o Sr. o convidou para ser o seu "laranja"?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Porque eu não podia colocar firma no meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Falou para ele? Deu os motivos? Ele lhe perguntou por quê?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, vamos listar a primeira mentira: se tiver 3 mentiras, vamos dar chance. Tem que sair daqui preso. Não é possível que ele venha para cá prejudicar os trabalhos da CPI.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o salário do Antonio?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só para esclarecer essa parte: você confirma que ele não lhe falou nada?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Na época, eu confirmo que não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele lhe convidou para ser e qual foi o argumento que ele usou?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – A de Buritis, como já disse, abri por motivos da Secretaria da Fazenda, para não levar multa, ele estava viajando. Abri por isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em seu nome? Por sua iniciativa?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Eu liguei e falei que a Secretaria da Fazenda está pedindo que abra a empresa, a empresa já está com mais de 6 meses, se não me engano, está sem nada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela estava trabalhando clandestinamente, sem documentação, sem nada?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, estava em andamento, na mão do contador Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas estava aberta, funcionando, sem documentação?

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava em andamento a fundação da empresa?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em nome de quem?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Era para ser no nome dele, como ele não estava e a Secretaria da Fazenda me deu um prazo para abrir a empresa, peguei e falei, já que o Rui está viajando, a minha esposa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava viajando há seis meses?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, estava viajando na época em que a Secretaria da Fazenda me deu o prazo. Aí eu falei com a minha esposa: Olha, vamos abrir a firma no nosso nome? Nós é que vamos tomar conta, que vamos pagar, então não tem problema.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Rui, o senhor estava tentando abrir a empresa em seu nome, mesmo sabendo que o senhor tinha...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É verdade o que ele disse, senhor?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É verdade. Na época da abertura da firma, eu queria abrir no meu nome. O contador consultou e não poderia sair firma no meu nome. Então ele ligou para mim em Roraima e disse que não poderia sair firma no meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então o senhor já sabia que não podia...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha negócio em Roraima também?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não a minha família mora em Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é porque você se afobou?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não se afobou porque ele estava ausente. É porque o contador informou que não poderia pôr no nome dele?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Posteriormente, sim. Ele disse que não podia e eu disse: Então vamos abrir no meu nome, já que está os documentos ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Toma cuidado. O senhor viu que já mudou a versão. Toma cuidado quando o senhor vai contar a história. Se o senhor não lembra, pensa um pouquinho. Você já mu-

dou a versão duas vezes e o Deputado tem razão, o senhor acaba saindo preso aqui por bobagem. E nós não queremos isso; queremos é sinceridade para esclarecer os fatos e apontar quem são os responsáveis realmente pelas mercadorias recebidas de origem ilícita.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Rui, as mercadorias que originaram o inquérito e que foram apreendidas em flagrante delito, foi o senhor que comprou?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde o senhor comprou?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Uma pessoa me ligou de Ariquemes me oferecendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual pessoa?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Essa pessoa que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não lembra o nome.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu não lembro o nome.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eu gostaria de perguntar ao Antônio Cúrsio o seguinte: Quem pagou a mercadoria roubada?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – O Rui Barbosa de Melo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Foi ele quem pagou?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Pelo que fiquei sabendo, sim senhor; com o cheque pré-datado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Com o cheque; foi ele quem pagou?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Três cheques, não é? O senhor suspendeu o terceiro.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não; a quantidade de cheque eu não sei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas foi ele quem pagou?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele declarou aqui, no depoimento, que pagou com três cheques nominais – ele, o Secretário –, e sustou o último cheque, é isso?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – O último foi sustado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ao portador; o que o senhor não podia ter feito. Não foi dirigido ao beneficiário. E não sabe quem é o beneficiário mas os cheques já estão nos autos.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Estão nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Confirma isso?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Confirmo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele afirmou, Sr. Presidente, que tinha sido a Secretária, que ele não estava presente.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Que entregou o cheque.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor assinou os cheques?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu assinei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas o Antônio está dizendo que foi o senhor quem pagou.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Fui eu que paguei. É porque os cheques são dele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim. Há diferença.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu falo pagou, igual eu já disse, pagou porque ele pagou pela matriz. Não fui eu. Ele ficava lá no Buritis. Então ele sabe que fui eu que paguei, mas não tem o detalhe que foi a Secretária que entregou o cheque.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos retornar aqui então, Sr. Rui Barbosa. O senhor disse que recebeu um telefonema de Ariquemes?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – De uma pessoa?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não lembra o nome?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Está nos autos.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o Person?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não lembra o nome?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, mas se vocês estiverem os autos eu confirmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essa pessoa te ligou oferecendo mercadoria? E era prática sua comprar assim?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não. Nunca comprei mercadoria sem ser de indústria. Foi a primeira vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como foi? Você aceitou por quê?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Porque eu estava em falta desse tipo de mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual foi a mercadoria?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Fogão, ventilador...

O SR. OSCAR ANDRADE – Era uma carga completa?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Era uma parte de uma carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quanto custava a mercadoria? Quanto você pagou?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu paguei doze mil reais.

O SR. OSCAR ANDRADE – O preço normal seria quanto?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Dezesseis mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ganhou uns quatro, então. Isso preço de compra?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É. De custo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não chegou a vender nada, não é?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Vendeu uma parte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E essa que ele disse, o senhor tinha conhecimento de que foi para o Amazonas?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Tinha. Ele ligou para mim falando que ia mandar para lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor determinou que ele expedisse nota fiscal?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor não tinha nota de compra como o senhor ia fazer a venda?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É porque a pessoa ficou de levar a nota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas se o senhor comprou dia 10, teria que ter a nota do dia 10. Se o senhor revendeu dia 15, como o senhor vai registrar uma compra que vendeu dia 15, depois do dia 15.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Nessa parte, eu acho que errei; porque ele falou que a pessoa ficou de levar a nota lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que o senhor acreditou no vendedor com tanta tranqüilidade?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Como assim?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele lhe vendeu por telefone e faz a entrega... Por que o senhor acredita...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu só paguei depois que a mercadoria estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Person Pacheco, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas e o senhor não soube...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Olha, se foi ele, ele deu o nome de outra pessoa, porque foi por telefone, como eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele te falou algum problema da origem dessa mercadoria que ele comprou, da forma que comprou?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – O senhor está fazendo essa pergunta para mim?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – O senhor pode repetir, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele te explicou, na hora que ele mandou você receber a mercadoria, que não ia ter nota, como ia...?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não. Ficou de a pessoa que entregou a mercadoria...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espere um momento. Você não foi... Você negociou a mercadoria?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então você não sabe.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Ah, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então responde o que ele te falou.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Ah, tá. O que ele me falou?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que ele te falou.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Falou que ia chegar uma mercadoria, que era para eu receber, que a pessoa não ia levar a nota, que ia receber com ele lá e passar a nota para ele e pegar os cheques com ele. Foi essa a informação que eu tive.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É verdade isso?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – É verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é gerente, com a empresa em seu nome, e não teve nenhuma preocupação?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, pela confiança, primeiro de ter emprestado o nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A responsabilidade é dele aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Eu assumi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se ele mandou um funcionário dele receber...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem te ligou e ofereceu foi o Person Pacheco, correto?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, foi uma pessoa, que pode até ter sido ele, mas se identificou com outra nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor chegou a ver a pessoa ou só foi por telefone?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Só foi por telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Leva uma água para ele, porque ele está com a boca seca.

E você não lembra o nome de quem foi?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Os senhores não têm os autos?

O SR. OSCAR ANDRADE – Temos, está escrito Person Pacheco.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – No meu depoimento, não. Tenho o nome. Se alguém falar o nome eu...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor sabe o nome da pessoa?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Da pessoa que vendeu a mercadoria? Não sei, não, senhor. Só sei que veio da parte de Person Pacheco, agora se foi ele que vendeu, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra para quem entregou os cheques?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para quem entregou os cheques?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É como eu falei, não fui eu que entreguei, eu preenchi o cheque, saí e deixei no cofre...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sua funcionária lembra? A pessoa se identificou?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Ela tem que lembrar, ela deve lembrar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que interessante, não é? Você deixa um cheque de uma mercadoria que você não viu, de um telefonema de uma pessoa que você não conhece...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Mas o Antônio Cúrcio...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você deixa o cheque com a secretária, você não vai conhecer, não vai nada.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Ele tinha ligado que tinham entregado a mercadoria lá, que eu podia dar o cheque. Então, fiz o cheque e deixei no cofre. A pessoa foi buscar o cheque e a secretária entregou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Foi do Person Pacheco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Person?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você sabia que foi o Person.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É como eu falei, foi por telefone. Se foi ele, ele deu outro nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Hoje você sabe, não sabe?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Como?

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou perguntando hoje. Não quero saber o que você falou no seu depoimento. Você não sabe que foi o Person?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu estou falando... Tem indício de que seja ele, eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pergunta para ele, vamos ver.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Hoje eu sei que é o Person.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você não sabe?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Bem, na época eu não sabia, hoje...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas eu estou perguntando é agora, não estamos lá na época.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Person?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu não sei se foi o Person, porque a pessoa que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhece o Person?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele poderia ter usado de uma estratégia...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Ele pode muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... de dar outro nome?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para não ser identificado?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Pode ser.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ficou preso?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não conhece a voz dele?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não conheço a voz dele, por telefone, porque eu não tinha... Eu conheço...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas chegou a falar pessoalmente com ele?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu já falei, é como falei, que já fiz compra em ferro-velho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, mas eu digo: se ele usou um outro nome...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu nunca... Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... para não se identificar, acha que essa hipótese é correta?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quantas vezes o revendedor falou consigo por telefone?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Como assim?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quantas vezes? Ele fez a oferta da mercadoria, depois para receber ele entrou em contato outra vez?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não. Foi só uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não lhe disse se ia mandar outra pessoa, ou qualquer coisa, para receber?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, falou que ia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se ia mandar um bilhete, se ia ter alguma...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, ele ia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... identificação para que...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Ele falou assim: que ia entregar a mercadoria no Buritis e que ia pegar o cheque lá na loja.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele que pediu para entregar no Buritis ou o senhor que pediu para ele entregar?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, porque ele falou que a mercadoria estava em Ariquemes, que ele era comprador de seguros e carro tombado, e se eu queria a mercadoria. Eu perguntei o que era, ele falou os tipos de mercadoria, e eu falei: "Então, você leva na loja do Buriti que quando chegar lá você tem que...*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor que indicou o Buritis, não foi ele que pediu para entregar lá...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, fui eu que indiquei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... para facilitar o transporte?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu que indiquei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Rui Barbosa de Melo, o senhor comprou peça de Person Pacheco, da loja dele?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Peças, já.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Comprou?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Já, várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Várias vezes o senhor comercializa também...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Comprei peças usadas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Comprou do Lourival também?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Quem é Lourival?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Lourival Claudino, o Biela.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não conheço Lourival. Moro em Cacoal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – corresponde um desses fatos relatados pelo seu Rui?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Sim, a respeito de comprar peça do Person Pacheco, como já tinha dito, sim. A mercadoria, foi dito na época que também ele que ia entregar. O irmão dele que seria o entregador dessa mercadoria. Só que a pessoa que foi lá não era o irmão dele, não foi o irmão dele. Até no dia, eu passei por Dr. Jeremias. Não é o irmão dele que foi entregar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se sente decepcionado com a relação com seu Rui por ter se envolvido nesse processo?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Nessa parte sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antônio, além da mercadoria que foi identificada, foram outras mercadorias juntas?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Não, senhor. Fui eu mesmo que, inclusive é um rapaz trazendo uma mudança para Buritis. Eles moram lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aproveitou o retorno?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – É, o retorno. Fiz nota fiscal direitinho, recolhi no dia. Paguei imposto todo. Está no inquérito com Dr. Jeremias, as cópias da nota. Fiz questão de mostrar para ele que eu fiz corretamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – A transferência?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – A transferência para outra empresa. Tudo dentro da lei. A partir do Comércio de Móveis Amazônia LTDA para Cúrsio e Araújo, que era no Apuí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se sente traído?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Nessa parte até o momento que fui indiciado, que fui preso, tudo, nessa parte...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso te amargura?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Te decepciona?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – É, um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você nunca respondeu nenhum processo?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Na minha vida, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E este você joga a responsabilidade sobre ele?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – É, porque inclusive cortou a minha carreira política, na época.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Imagina você no Congresso...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem andava com talão de cheques da empresa?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Da Comércio Móveis da Amazônia LTDA?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ação preventiva.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Quem andava sou eu.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Certo.

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Cúrsio e Araújo, era ele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas era ele quem andava?

O SR. ANTÔNIO CÚRSIO – Só que o cheque que ele deu não era de nenhuma dessas duas empresas. Era da empresa matriz em Cacoal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Presidente, está chegando o Person que será ouvido também. Penso que será importante um acareação com os três. Temos um compromisso com o Governador agora, sugiro suspender.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos suspender a sessão. Pediria que os Srs. permanecessem. E pediria para a secretaria, para providenciar almoço para as pessoas que estão aqui à nossa disposição, que amanhã não queixem que foram mal tratados pela comissão.

De forma que suspendo a sessão. Por volta das 2 horas, estaremos de volta para dar continuidade.

(A reunião é suspensa às 14 horas e reaberta às 15h35min.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Boa tarde, Senhores. Dou por reaberta a audiência pública na Assembléia Legislativa de Porto Velho. Para não haver mais perda de tempo, solicito a presença do Sr. Israel Modesto dos Santos.

Boa tarde, seu Israel.

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Sr. confirma é Israel Modesto dos Santos?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS -, sou eu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A identidade do senhor é 295.778?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Secretaria de Segurança Pública de Rondônia.

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Idade, por favor?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – 53, entrando para 54.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O CPF o senhor sabe de cor...

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...ou quer que eu fale e o senhor confere se o número está certo?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Peraí, deixa eu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É 290213242-53, é isso? Copiaram do seu...

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Foi sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil do senhor?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil e não onde o senhor nasceu.

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Casado ou solteiro?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência em Ariquemes*?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é aposentado?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trabalha em Ariquemes?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É só como aposentado. Não tem nenhum parente envolvido nesse caso do roubo de cargas?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não, senhor. Que eu saiba, não. Dos que tem aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, o senhor não é obrigado a depor contra o senhor, mas pergunto se o senhor se dispõe a falar somente a verdade como testemunha que vem nos ajudar nesse depoimento.

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – A verdade eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, eu pediria ao senhor para assinar o compromisso porque o senhor está aqui na qualidade de testemunha para nos ajudar, de forma que passo a palavra ao nosso Relator. Peço som para o Relator, por favor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Israel, há quanto tempo o senhor mora em Ariquemes?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Rapaz, está quase fazendo vinte anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é vizinho lá de um depósito onde a polícia apreendeu mercadorias roubadas?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Sou.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe dessa história?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Sou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem eram os responsáveis por aquele depósito? O senhor sabe?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não sei não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não via lá o pessoal lá?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Olha, eu via o movimento, ele, como conhecido meu, mas aquilo... Eu não importava com aquilo. Eu não queria nem saber daquilo ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antonio Izido de Oliveira o senhor conheceu ou não?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – É esse mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – É esse.

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – É o vizinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Odair Yamamoto Araújo?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não, nunca conheci não.

O SR. OSCAR ANDRADE (PL – RO) – Mas o Antonio Izido sim?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Hum, hum, que é o vizinho meu, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes que a polícia fez aquelas apreensões lá, o que que o senhor costumava ver lá, entrada e saída de mercadoria? O senhor via alguma coisa estranha, o senhor via...

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não, o que eu via... Eu falei com as autoridades lá de Ariquemes que, mercado e depósito, sempre a gente vê somente carro chegando de mercadoria, né? Eu via aquele movimento, mas eu não tinha nada com isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles costumavam usar o depósito que hora?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não tinha hora não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O dia inteiro. De noite também?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não tinha hora não.

O SR. OSCAR ANDRADE – De noite também usava?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Também.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não via nada estranho não? Tudo normal? O depósito era identificado? Tinha nome, tinha alguma coisa, não?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Em quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha alguma identificação, nome de empresa?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, né?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Eu não reparava não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabia que ali existia um depósito de mercadoria roubada, não?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não sabia não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois o senhor veio a saber?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Depois que a polícia... Fiquei agoniado com aquilo. Minha menina quase que morre com aquilo ali. E eu, operado, então, eu, operado, também passei um pouco mal com aquilo ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que foi o fato? O senhor pode descrever como é que aconteceu, por favor? O senhor disse que passou mal.

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas como foi o fato? O senhor pode descrever para gente?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Olha, porque... Espera aquilo ali, né, daquele problema ali, aquele vizinho ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor era vizinho?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – É, sou vizinho dele, da casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A menina que o senhor fala é a sua filha?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Minha filha. Aí então, eu estou lá para a cozinha lá cuidando, porque minha mulher trabalha – eu fico cuidando da casa, eu e a minha filha –, aí então a minha menina foi lá dentro: pai, aí chegou uns homens e quebrou a porta aí do homem aí. Digo: qualquer coisa assim, o que acontece aí. Quando eu vi um carro branco lá, digo: ah, minha filha, das duas coisas... Aí foi quando eles foram lá em casa. Eles ficaram lá. As polícias ficaram lá tudo e levaram as máquinas para lá, bateram tudo lá em casa. Então...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem, a polícia?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Sim, senhor. Esses que estão aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sei, sei. Só para a gente esclarecer.

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Aí, pronto, aquilo eu passei um dia de aflição. Quando eu fui fazer uma merendinha era 2h da tarde, porque nunca aconteceu um negócio daquele ali...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chamaram para o senhor testemunhar ali, para ver a apreensão...

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Para me perguntar das coisas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor tinha visto alguma coisa diferente...

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – É, como era aquilo ali. Digo: olha, eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor, no inquérito, o senhor foi testemunha da apreensão da mercadoria?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – É, eu estava lá, espiando aquilo ali. Vi aquele movimento, mas sem saber, né?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, não, eu sei, mas chamaram para o senhor ver que estavam apreendendo...

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Sim, sim. Foram tudo lá para casa. As polícias...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor nunca chegou a ver nenhum movimento estranho que pudesse trazer alguma preocupação para o senhor? Como era o comportamento deles?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Olha, para mim, era um bom vizinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não entrava carro, não parava gente estranha, nada?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não, porque o senhor sabe, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Um negócio normal, não é?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Um negócio normal. Pois, tinha esse mercado cá, primeiro cá na nove, depois ele comprou outro cá, no centro, e ficou de cá o depósito. Eu disse: "Bom, o homem está

crescendo". O que a gente vai dizer, se não sabe de nada?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quantos anos tem sua filha, por favor?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Dezesseis anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ela também nunca concedeu não?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não, puxa, ela ficou em tempo de dar um ataque.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Assustou-se?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Assustou com aquilo ali. Mas agora, graças a Deus, tomaram camaradagem comigo e tudo, as polícias, e vão para lá e coisa. Porque sabem que não devo nada, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – É lógico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está aqui para ajudar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está só nos auxiliando, como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois do fato, o senhor viu se ocorreu alguma coisa? Depois que terminou essa diligência policial, alguém voltou lá ou alguém foi conversar com o senhor, pedir alguma coisa para o senhor não contar? Houve alguma ocorrência que o senhor pudesse nos revelar e nos ajudar?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca voltou ninguém lá, para fazer...

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não, não. Quem voltou, depois, passados uns tempos, foi a polícia, com intimação, procurando ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas eu digo: lá no armazém.

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sr. Antônio Izido o senhor conheceu lá?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Conheci.

O SR. OSCAR ANDRADE – De vez em quando ele ia lá?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conversava com ele?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Conversava, mas muito conhecido demais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era o quê?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Conhecido da gente demais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era bom amigo, bom vizinho?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Era bom amigo. Todo mundo ali conhecia ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tomou um susto? Assustou-se e decepcionou-se com o fato?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Foi, com aquilo ali. Acostumado a quase comer junto ali e acontecer um negócio desse, fiquei abismado com isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O depósito era dele então, do Antônio Izido?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Era do Antônio Izido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor confirma tudo o que disse na polícia?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Se eu confirmo tudo o que falei?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo o que o senhor disse no depoimento. O senhor leu o depoimento que o senhor deu na polícia? O senhor fez um depoimento?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Fiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Assinou?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Assinei tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor confirma, não quer acrescentar nada mais?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Tanto que, lá em Ariquemes, com pouco tempo me liberaram, porque falei tudo certinho o que estava acontecendo, e eles, portanto, me liberaram logo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos considerar o seu depoimento como correto. O delegado nos fornecerá a cópia. De forma que pergunto se o senhor tem alguma coisa a acrescentar que queira nos ajudar, algum fato que possa colaborar com esta CPI.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que possa ser relevante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não concorda com o que ocorre?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Não concordo, não. Era um batalhador, né... (inaudível) O policial estava conversando comigo, ele disse...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é uma pessoa de bem e não concorda com a ladroeira, não é isso?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Sim, não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo.

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Quando eu estava conversando com as polícias agora, ele disse: "Ah, e está por aí tudo", e eu disse: "Mas, rapaz, não me fale isso. Eu estou pensando que esse negócio estava aqui, somente em Ariquemes e está por esse mundão todo. Ó, meu Deus, tenha misericórdia."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

Pergunto se alguém deseja fazer alguma pergunta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, Sr. Presidente, de minha parte, está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a presença do senhor. Se o senhor lembrar qualquer coisa, informe ao delegado para a gente.

Muito obrigado por ter vindo aqui.

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua filha está bem, agora?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Está bem, graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está mais tranqüila?

O SR. ISRAEL MODESTO SANTOS – Está mais tranqüila. Está até se acostumando com as polícias. Quando chegam lá, ela nem se importa mais, quer brincar com ela e fica por ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então está bom. Tranqüilidade para o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muito obrigado, viu, Sr. Israel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor fique à vontade.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor pode sair.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço a presença do Sr. Altair Francisco da Silva.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o seu nome, por favor?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Altair Francisco da Silva.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe qual é o número da sua identidade?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O número da identidade eu sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o número 4099882-9.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – É do Paraná?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Do Paraná.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a sua idade?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – 37 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Coloque o microfone para ele, por favor.

Qual o número do seu CPF?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O CPF é 559.508.339-53.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o seu estado civil?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Casado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a sua residência?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Presidente Médici.

O SR. OSCAR ANDRADE – Avenida 30 de junho...

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Avenida 30 de junho, nº 975.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a sua profissão?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Comerciante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você exerce a sua atividade profissional em Presidente Médici?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Em Presidente Médici.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é parente de algum envolvido na questão do roubo de carga?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você se compromete a dizer a verdade, conforme o art. 203, do Código Penal?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, prosseguirei com o interrogatório. Qual é a sua profissão, Altair?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Comerciante.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quê?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – De cereais. Eu sou cerealista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo você mora em Rondônia?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu moro em Rondônia há dezessete anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Presidente Médici mesmo?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Em Médici mesmo. Em Giparaná, eu morei um ano. Morei em Alvorada quatro anos também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você compra e vende cereais?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Cereais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já respondeu ou responde algum inquérito policial ou a algum processo criminal?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu somente respondi uma vez. Mas, não era para mim. Foi uma outra coisa. O meu pai tinha carregado um caminhão aqui...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O meu pai carregou um caminhão com uma cerveja importada, de marca Polar. O caminhão era dele, mas esse inquérito foi para mim, e eu o respondi por dois anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – A esse inquérito.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que tinha a cerveja? Era roubada?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, ela não era roubada. Ela era de fabricação venezuelana.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era contrabando?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Sim, era contrabando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, era o seu pai que estava transportando?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não. O meu pai era o dono do caminhão e era o dono da firma. Mas, o motorista dele ligou, dizendo que falou comigo. Mas, não foi comigo que ele tinha falado. Foi com o meu finado pai que tinha conversado para carregar o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês faziam normalmente este tipo de transporte?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não era normal trazer cerveja?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, com essa cerveja se deu o seguinte: o caminhão veio para cá, para Porto Velho, e o Baiano pediu que levasse a cerveja para ele até Ouro Preto; para descarregar lá. O meu pai tinha carreta e aproveitou a viagem de volta. O motorista dele veio, carregou o caminhão, e levou. Não levou, porque a polícia pegou sem a nota fiscal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava sem nota?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Estava sem nota.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor confirma que no dia 06 de junho de 2000, o senhor negociou com uma pessoa de Ouro Preto a compra de uma carga roubada com mais de quatrocentas sacas de café beneficiado?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Sim, eu comprei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor comprou esta carga. Em que condições o senhor comprou?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu comprei essa carga dele a R$75 a saca. Só que ele não falou para mim....

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto o senhor pagou?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu paguei R$75 a saca de café.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto custou tudo?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Deu R$34.500,00.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, o senhor pagou R$16 mil.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu dei para ele R$8 mil na hora, em dinheiro. Na hora, não. Em dinheiro, não. Eu dei no banco para ele um recibo de pagamento de depósito de cem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor depositou em nome dele?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, em outra firma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só que ele forneceu o nome da empresa. O senhor se lembra do nome?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – IRRCosta e Cia, algo assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, onde é a empresa.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Isso, acho que a empresa é de Vilhena.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome desta pessoa?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – De quem eu comprei o café?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim, com quem você negociou.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Alessandro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alessandro?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é de onde?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – De Ouro Preto. Eu o conheci de Ouro Preto. Conheci não. Ele foi lá em Médici e ofereceu esse café para mim?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É Ouro Preto, Minas Gerais?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, Ouro Preto do Oeste de Rondônia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Explique-nos, pois consta que você pagou R$16 mil.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe-me esclarecer. Você fez um juramento ainda há pouco e nós temos documentos. Se mentir na CPI, você pode ser até preso.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu não estou mentindo para o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, por favor.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Isso eu afirmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Relata com calma, direitinho a história.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Ele foi até a minha cerealista em Presidente Médici, uns dias antes. Ofereceu-me 300 sacas de café, não 460 sacas igual ele chegou para me entregar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foram quantas?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Trezentas sacas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trezentas ou 360?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ofereceu trezentas?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Trezentas sacas, somente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trezentas. E quanto era... qual era a quantidade? Por que 400?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Porque ele chegou lá com a carreta carregada. Eu até me assustei quando ele chegou com a carreta. Seria levada em dois caminhões-toco, porque ele falou que o café estava na Associação, que era de uns parentes dele e dele. Quando ele chegou com o caminhão, com a carreta, eu falei assim: eu não tenho dinheiro para pagar isso tudo. Entendeu? Aí ele falou: Não tem problema, eu dou um prazo para você pagar o restante.

Eu dei para ele um cheque de R$6 mil. Fiz um depósito de R$6.100 nessa firma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O cheque que o senhor deu é nominal? O senhor deu em nome dele, ou ao portador?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deu em branco, ao beneficiário.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não. Não foi nominal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Beba um pouco d'água.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não foi nominal o cheque.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi nominal. O senhor deu ao beneficiário, em branco?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Cheque em branco. É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E depois, quando o banco pagou... chegou a ser descontado esse cheque?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O cheque não foi descontado. Desapareceu. O cheque nunca caiu na conta do banco não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Somente o dinheiro que ele levou?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Só o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – R$8 mil ele pegou. Um depósito de R$6.100 e R$1.900 em dinheiro, na boca do caixa. Porque o banco não tinha dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer, ele somente levou R$8 mil reais?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele levou só R$8 mil. E uma promissória que eu dei para ele receber no final de semana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De quanto?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – De R$20.500.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor deu a promissória?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu dei uma promissória para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que também nunca apareceu?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não apareceu também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que o senhor ficou devendo para ele, em tese?

O SR. OSCAR ANDRADE – E cadê o Alessandro?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu fiquei devendo para ele o restante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O cheque que ele não descontou e mais a promissória?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – E mais a promissória.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que ele sumiu porque ficou com medo de alguma coisa, ou...

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu não sei porque ele não apareceu. Ele não apareceu porque foi descoberto o café já de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes do vencimento?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Antes do vencimento. Então, desse cheque eu não sei. Desapareceu. Ele não deve ter trocado o cheque porque a polícia descobriu o café, que era roubado e estava em poder da minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor chegou a cancelar o cheque agora?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu cancelei o cheque. Foi cancelado no banco.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o senhor não desconfiava que era roubada essa carga?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não desconfiei, em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A diferença de preço não o ...

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não. A diferença de preço não, porque era o ...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E se ele chegar aqui agora e disser que o senhor sabia que era roubado?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Vai ficar a palavra dele contra a minha, porque eu sei, de ciência, que eu não sabia que era roubado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando soube?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu soube depois que a polícia achou o café.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Achou o café no seu armazém?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Achou o café no meu armazém.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sempre trabalhou com café?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Sempre trabalhei com café. Sempre, não. Eu trabalhei, antigamente, quando era rapaz novo, com caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas com café o senhor já trabalhava, não foi a única vez que comprou?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não. Que eu comprei, não. Já era comerciante antes. Eu trabalhei com o meu finado pai. Depois que o meu pai faleceu, eu vim trabalhar sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com café?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Com café.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o senhor trabalhava com nota, ou sem?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Com nota. Sempre com nota.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E esse aí foi vendido sem nota, não é isso?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Ele trouxe para mim sem nota, só que pegou os dados da minha firma para trazer a nota e não a levou. Ele ficou de levar a nota para mim quando viesse para receber o resto do dinheiro. Nesse meio tempo, a polícia descobriu o café e ele desapareceu.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E qual era o preço do café no mercado?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Era de R$75 a 80.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Era esse o preço?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Era. Era esse o preço de mercado na época.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A saca?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – A saca.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha carro?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto o senhor pagou?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não. Não tinha carro. Eu tinha uma moto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto o senhor pagou?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha uma moto?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – À época o senhor não tinha carro, não?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não. Não tinha carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem um pedido de preventiva seu e eu vou ler um trecho dela aqui: "Policiais desta Distrital deslocaram-se até a cidade de Presidente Médici, onde, em conjunto com policiais daquela cidade, acabaram por descobrir a cerealista onde fora vendida a carga de café, sendo apreendida parte da carga e identificado o proprietário da mesma como sendo Altair Francisco da Silva, o qual iria pagar, pela carga, a importância de R$16 mil, quando o valor mínimo da saca de café era de R$84, dando um total de R$38 mil pelas 460 sacas de café, conilon beneficiado, roubadas da vítima."

Isso depois de uma investigação, de tudo ter sido feito. Por que essa afirmação aqui?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Mas eu não afirmei isso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Altair, está falando aqui que foi investigado e chegaram a essa conclusão, está certo? O senhor fala que deu R$8 mil, mais uma promissória de R$8 mil e mais uma de R$20 mil?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, não. A promissória de R$20.500...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que não aparece.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – E um cheque...

O SR. OSCAR ANDRADE – De R$6 mil.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – De R$6 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí o senhor quer que eu acredite?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Mas foi o que foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer, não aparece promissória nem cheque. O cheque não cai na conta.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O cheque não caiu na conta. Eles devem ter rasgado, não sei, feito alguma coisa, queimado. Como eu vou saber? Que foi feito, foi feito.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Altair, quantas sacas de café o senhor comprou? Foram trezentas, foram quatrocentas?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, eu combinei com o menino 300 sacas, só que ele chegou com 460 sacas numa carreta. Eu falei para ele: "Não tenho dinheiro para te pagar esse café todo na hora". Ele falou assim: "Te dou um prazo para você pagar o restante, não tem problema". É que outros meninos, que são parentes dele, não sei – ele falou para mim que eram parentes dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse menino, você conhecia ele?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, não conhecia ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você compra café assim: chegou, comprou?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Comprei.

O SR. OSCAR ANDRADE – E é natural assim?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu compro de todo mundo. Sou comprador, uma pessoa chega para vender, e eu compro e vendo, sempre com nota.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha nota?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, não tinha nota esse café, ele não levou nota para mim. Ficou de levar a nota e não levou a nota.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi preso?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu não fui preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é normal comprar uma mercadoria e nota vir posteriormente?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, não é normal. Eu só recebi a mercadoria...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é natural já receber já com a nota, com a data?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Teria que ter a nota, pronto e certinho. Eu recebi porque ele estava com pressa para descarregar porque o caminhão tinha que ir embora. Eu falei assim: "Não posso descarregar hoje esse caminhão, só posso descarre-

gar esse caminhão amanhã". Ele falou assim: "Não, tenho que descarregar hoje porque o caminhão vai ter que ir para frente, viajar, para carregar outra carga e vai embora; você tem que liberar o motorista". Eu falei: "Tudo bem, vou ver se arrumo o pessoal para descarregar então". Eu fui, achei o pessoal que trabalha para mim, fui e descarreguei o caminhão.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor conhece o Veroci Severino Adalberto Filho?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Quem?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Veroci Severino Adalberto Filho.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não conhece?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não conheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca ouviu falar?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Ouvi falar, claro. Ele estava envolvido nesse negócio também, nesse roubo dessa carga.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ouviu falar que ele que tinha assaltado.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Ele, o Alexandro e mais uns outros; quem, eu não sei. Eu só conheci o Alexandro. O Alexandro foi lá no meu armazém, depois, para receber o café, no outro dia, depois que descarregou, no outro dia de manhã, ele foi lá no armazém para receber e eu fiz o pagamento para o Alexandro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas o senhor não sabia antes que ia ser assaltada essa carga?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não sabia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não tinha informação?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Veroci você não conhece?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O Veroci não conhecia, vi ele depois.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Cleóbio?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Também não conhecia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conheceu depois.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Depois, também.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Alexandro? Cadê ele?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O Alexandro eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nunca mais viu?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Só vi ele em Ouro Preto, quando fui dar o depoimento no fórum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele deu o depoimento?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Ele deu o depoimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele é quem roubou a carga?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não sei se foi ele quem roubou; quem me vendeu foi ele. Não posso afirmar que foi ele que roubou porque não sei, mas quem me vendeu foi ele que me vendeu.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele respondeu a inquérito também?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não chegou a ser preso.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não fui preso, não cheguei a ser preso.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Altair, você pagou quanto por cada saca de café?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – R$ 75,00 que eu combinei com ele, foi o que eu paguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não pagou, não.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, não paguei, está certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pagou R$8 mil; você pagou 20% do que valia a carga.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – 20%, e eu devolvi...

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque você falou em promissória e em cheque que caiu na conta. Você só pagou 20%, o que caracteriza muito claramente para nós a receptação, porque é em torno disso aí mesmo, chega a 50%, no máximo.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Certo, mas ele deve ter rasgado o resto do documento que eu dei para ele do pagamento da mercadoria. Com certeza, ele rasgou, jogou fora, sei lá o que ele fez.

O SR. OSCAR ANDRADE – É esse aí o problema, Presidente, por isso que queremos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem o canhoto do cheque que forneceu a ele?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não sei se tenho mais. É perigoso até ter, mas não tenho certeza que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se você o localizar, forneça ao delegado.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Forneço, claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você comprou de quem essa carga? Você lembra?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Do Alexandro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É só isso que você sabe do nome dele?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O nome dele só esse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você já o tinha visto alguma vez?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, nunca tinha visto antes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Viu depois?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, vi ele só no dia em que ele foi no armazém me oferecer esse café.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o motorista?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O motorista só vi ele de noite lá e nunca mais vi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só quando fez a entrega?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Só quando foi levar o café.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabe se ele era da região, se veio de outro Estado?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chegou a saber a origem do café?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Antes, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, depois?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Depois, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De quem era? De onde veio?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Veio de Ouro Preto, de um maquinista lá de Ouro Preto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Daqui mesmo. E a produção era de lá do café ou o café tem uma origem: de São Paulo?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não sei. Da onde era o café, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem nenhuma marca no saco de café?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Nenhuma, sacaria de estopa normal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim. Era café em coco?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Café limpo, beneficiado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E foi apreendido tudo?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Foi apreendido tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não tinha vendido nenhuma saca?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Nenhuma saca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor ainda não tinha vendido nenhuma saca?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não. Eu tinha vendido, só que não entreguei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi feita só apreensão por inquérito ou o senhor foi autuado em flagrante?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Só foi feito apreensão e inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor responde a inquérito, não foi preso?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Não. Já respondi ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O processo está onde?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Está em Presidente Médice.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já foi à justiça? Tem alguma decisão.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Acabei de cumprir a pena em liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor fez fiança?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Sim. Paguei, fiz prestação de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então o senhor foi preso em flagrante, ou já foi condenado?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Já fui condenado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A condenação é que o senhor pagou, não pagou fiança. O senhor recebeu uma pena alternativa?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Recebi uma pena em liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi enquadrado como receptador?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não foi preso na época?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Na época não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem um mandado de prisão aqui. O senhor fugiu?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Eu estava em São Paulo. Fui para São Paulo e me apresentei na data em que o juiz solicitou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fugiu?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Fugi.

O SR. OSCAR ANDRADE – E depois que relaxou a prisão o senhor voltou.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Eu voltei e me apresentei em Ouro Preto, no fórum, e o juiz me liberou.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Veroci o senhor conhece?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Veroci eu fiquei conhecendo depois.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Cleobio?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -O Cleobio eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Milton Cézar da Silva?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Também não conheço. Conheço só o Alexandre que me vendeu café e um outro rapaz que estava com ele que não sei o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Renato Cadilac?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Também não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era uma carreta?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Era uma scânia.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você dividiu em dois tocos?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Não. A carreta foi descarregada direta no meu armazém. Não foi para lugar nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não foi encontrado dentro do seu galpão o Renato com outro caminhão?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O Renato deve ser o motorista de Ouro Preto que foi buscar o café que eu tinha vendido para o outro maquinista, mas esse era outro café, não era esse café.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor dividiu com outro?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Não. Eu vendia café para Ouro Preto direto para o Tuta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do mesmo jeito que você pegou?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA -Não. Esse era outro café. Esse café estava lá guardado ainda, eu não tinha negociado ele ainda. Eu não ia carregar ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, vou tocar aqui. Altair vou pedir que você aguarde. Se precisarmos, chamamos novamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou suspender por cindo minutos enquanto se prepara a documentação do próximo depoente Milton Cézar da Silva e Veroci Severino Adalberto Filho.

O número da identidade é 950915?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espírito Santo?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 32 anos?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ouro Preto do oeste em Rondônia.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente em algum grau de alguém envolvido com o caso de roubo de cargos nesses inquéritos? O Sr. tem parentesco com alguém?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Do roubo de cargas?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senhor tem algum vínculo de parentesco com algum dos envolvidos?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal o Sr. não é obrigado a depor contra o Sr. mas pergunto se o Sr. se dispõe a falar a verdade, somente a verdade, do que lhe for perguntado por esta Comissão.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Sim Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria então que assinasse esse compromisso.

Sr. Mílton, o Senhor poderia preliminarmente descrever as circunstâncias que lhe levaram à prisão, o envolvimento com este caso?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Nesse dia, o Creóbulo estava com o meu carro e foi preso no dia seguinte com o carro. No depoimento dele afirmou que eu tinha passado com o Pampa na frente da carreta, mas eu não passei. Quando fiquei sabendo do ocorrido, liguei para um advogado, Dr. Oscar, que pediu que o meu irmão conversasse com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senhor pode dar o nome completo?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Oscar Teixeira. Ele conversou com o meu irmão e pediu para ele me apresentar e esclarecer o fato do carro estar com o Creóbulo. Então...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Creóbulo era seu empregado?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, o Creóbulo foi quem roubou.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele estava com o seu carro?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, ele pediu o meu carro para buscar um televisor mas se ele estava com o meu carro lá eu não sei. Fiquei sabendo, no depoimento que li, que eu tinha passado o Pampa na frente.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Senhor está preso?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Hoje estou cumprindo pena no regime semi-aberto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele disse que você cedeu o caminhão para ele?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, o Pampa, porque foi usado o Pampa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele teria feito escolta da carga?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Usou o Pampa para roubar?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É. A carreta, segundo sei, saiu da Cagero, da balança e quando saiu na BR foi abordado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o Pampa?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não. Não sei. Eles falaram que eu tinha passado o Pampa na frente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos esclarecer. Tem a carreta com uma carga e a Pampa veio na frente para bloquear o caminhão e fazer o roubo dela.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Para poder parar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele achou que você estava dirigindo o Pampa. Ele acusou você de estar dirigindo o Pampa e, portanto, teria participado do evento.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Eu teria essa participação de ter passado o carro na frente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o Pampa era seu?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Era meu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas como foi parar nas mãos dele?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Eu emprestei para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é seu amigo?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Ele era conhecido meu. Já o conhecia há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E qual foi a desculpa que ele deu para pedir o Pampa?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Ele pediu para buscar um televisor na casa da sogra dele, na linha 4 da 81.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E por que ele te acusou? Tinha alguma coisa de ordem pessoal?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Quando eu fui preso eu perguntei porque ele tinha feito. Ele disse para mim que eles bateram nele e o advogado Oscar

tinha mandado ele dar esse depoimento, que ele ia embora e que era para me colocar no meio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas era seu ou dele?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – O Oscar era advogado e se apresentou lá como advogado dos meninos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De quem participou do assalto?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então não são meninos.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Dos homens lá. Diz ele que o advogado mandou ele dar esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha um menor no meio?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – O Alex era menor. Depois eu fiquei sabendo que o Alex era quem tinha feito todo o negócio da carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele que tinha feito toda que é o menor ou responsabilizaram ele por ser menor ou ser inimputável ?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Eu fiquei sabendo que era quem tinha feito realmente o negócio. Tinha vendido a carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O menor?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – O menor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vê como é importante se estabelecer a participação de menores nas quadrilhas, não são mais instrumentos dos maiores. Muitos deles são chefes de quadrilhas. Quando se analisa a responsabilidade criminal de maior de 16 e menor de 18, tem que se analisar o que realmente está acontecendo.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Aí eles me colocaram nessa participação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está preso por isso?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Estou preso por isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer, você está preso porque emprestou uma pampa?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Estou preso porque emprestei a pampa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Interessante, você empresta a pampa para uma pessoa que você conhece, ajudando ele e depois ele te acusa de estar participando.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Ele me acusou de estar participando.

O SR. PRESIDETE (Romeu Tuma) – O advogado te traiu, você está acusando aqui que o advogado te usou de instrumento.

O seu irmão o conhecia?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – O Dr. Teixeira?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, ele não o conhecia, eu é quem falei com ele para conversar com o Dr. Teixeira para ele poder me apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como você chegou a esse advogado?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Ele é da cidade de Ouro Preto e eu já ouvi falar muito dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é advogado seu e do outro também.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Quando ele chegou à Delegacia, ele entrou com advogado do Cleóbolo e do Veroci, foi o que fiquei sabendo. Ele mandou os meninos darem o depoimento. Quando os meninos acabaram de dar o depoimento, ele pegou e falou que não era advogado dos meninos, que ele era advogado da firma, da vítima. Depois, ele foi trabalhar para a vítima e tivemos que arrumar outros advogados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer, ele é advogado dos assaltantes e também da vítima?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Ele entrou como advogado da vítima. Depois, ele disse que não era mais dos assaltantes, que seria da vítima.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí, você pegou ele como seu advogado?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, não peguei ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse seu depoimento na polícia você relatou tudo isso?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, não dei depoimento na polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não deu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que você foi condenado? Só deu em juízo?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Só em juízo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você relatou isso direitinho?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – O Dr. Glauco, à época, não deixou muito jeito para a gente poder falar. Por sinal, o meu depoimento foi pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que o Sr. está falando aqui é indicativo de que esta Comissão tem que comunicar à Ordem dos Advogados. Então, cuida para depor dentro da verdade, por favor.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Foi dentro da verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Milton, você está preso a quanto tempo?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Dia 9 de junho fará 2 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi condenado a quantos anos?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – A 7 anos e 6 meses.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você acha que foi condenado por ter emprestado um carro, só por isso, a 7 anos?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, eu acredito que fui condenado pelo fato de o menino ter falado que eu passei o pampa na frente. Tive essa participação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não conseguiu provar aquilo que você acha que é verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe o que é uma CPI?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – A fundo, não, né.

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta por Senador e Deputado e estamos aqui estudando o roubo de cargas.

Você já está condenado, não tem jeito, você vai cumprir, e você está querendo proteger alguém. Vou te fazer uma proposta, isso aqui é uma audiência pública, tem gente aqui, estão todos, está aberto porque é assim que funciona a CPI.

Vou te fazer uma proposta: nós podemos fechar isso aqui e conversar com você só, somente os membros da CPI para você dizer a verdade. Não tem nada de verdade no que você está dizendo Não adianta que você não vai me convencer, você não vai convencer ninguém. Você quer conversar a verdade com a gente? Além da condenação que você já tem, nós podemos também te indiciar por mentir par a CPI – a sua situação piorará mais ainda.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Sei, tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADDE – Vamos começar com a verdade. Se você quiser, vamos esvaziar, vamos fechar e fazer somente com você aqui para você realmente relatar a verdade. Sabemos que tem gente por trás, sabemos que os mandantes acabam não chegando neles, são só os bobos que vão caindo igual a você. Você quer fazer um jogo limpo com a gente, nós vamos fazer. Você está falando mentira aqui e não está adiantando nada. Você já está preso mesmo.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Mas eu não tenho conhecimento, não posso falar uma coisa que não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não tem conhecimento? Você pega 7 anos de cadeia e você quer que a gente acha que foi porque você seqüestrou uma Pampa?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem advogado?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Na época, eu tinha o Dr. Ermínio. Na época, quando conversei com o Dr. Ermínio, assim depois que eles me pegaram e que eu vim preso. Dr. Ermínio disse que iria trabalhar para mim e que eu só ia pegar uma participação mínima que seria o fato que os meninos tinham falado que eu tinha passado o Pampa na frente – sendo que não aconteceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Altair?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não. Da turma que eu conheço é só o Veroci, o Cleóbolo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Este Cleóbolo, você sabe onde ele está?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Olha, parece-me que ele está preso lá em Mato Grosso, em Pontes de Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você soube que há possibilidade de fuga? Você tem medo, se ele fugir?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Se eu sei se ele fugiu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se ele fugir, você tem medo de que ele possa lhe fazer algum mal, para não contar a verdade?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Veroci era seu amigo também?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – O Veroci tinha de 20 a 30 dias que eu tinha conhecido ele. Em Ouro Preto do Oeste.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o Cleóbolo?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, ele até conheceu o Cleóbolo através de mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você emprestou a pampa para os dois?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, emprestei a pampa para o Cleóbolo. Só para o Cleóbolo, só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem te identificou como tendo passado na frente da carreta? Foi o motorista?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, ninguém me identificou. Por sinal, o...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como que foi falado, então?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi o Cleóbolo que...

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Foi o Cleóbolo que falou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que você cercou o caminhão com a pampa?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Isso, que eu tinha passado. Por sinal, no depoimento do motorista, ele disse que parou a carreta porque, quando ele viu os dos meninos sentados do lado assim, ele até pensou que seria o saqueiro do Marcelino, da vítima, né. E ele pegou e já parou a carreta. Aí, quando ele viu, os meninos já estavam um com o revólver, e o outro com a chave de roda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais as armas que eles usaram?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Um revólver e uma chave de roda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desceram do seu carro com um revólver e uma chave de roda.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É isso aí que eu não sei, se eles desceram do meu carro, né.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tomou conhecimento pelo inquérito?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É, eu tomei esse conhecimento através do depoimento dos meninos e que o Cleóbolo falou para mim também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quanto foi vendida essa carga?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vai continuar na cadeia, tranqüilo, cumprindo pelo que você não fez sem falar de nada?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, eu, assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – É isso que você quer mesmo? Está bom assim para você?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – O que eu mais quero na vida é conseguir provar minha inocência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, então, deixa eu te falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está sem advogado agora, não tem recurso, nada?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Eu não tenho mais nada, minhas coisas acabaram, tudo que eu tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é casado? Tem filho?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem filho de quantos anos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não conseguiu nenhum advogado para continuar a sua defesa?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – A Juíza falou que ia arrumar uma advogada pública para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos anos tem seu filho?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você depôs com advogado dativo? Só estou perguntando para ver se ele teve assistência correta. Você teve advogado dativo?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É, eu tive a Dr Ermínio, né.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela pediu a presença de um advogado, a juíza ou o juiz?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Na época, eu tinha o Dr. Ermínio, porque eu tinha condições, eu paguei para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo, ele te acompanhou.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É, ele me acompanhou, por sinal, não fez nada para me ajudar até essa altura.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pagou ele?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Paguei, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto você pagou?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Ficou na média de R$3.500,00.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele acompanhou os depoimentos, tudo?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Ele acompanhou os depoimentos até que, quando foi para poder condenar a gente lá, até pedi para fazer uma acareação entre eu e o menor, o Alex, aí, nem isso eles fizeram para mim. Quando fui condenado...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É o primeiro processo a que você responde?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Como?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É o primeiro processo?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Primeiro processo. Nunca tive passagem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Primeiro e único?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o único ou tem outro?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, este é o único.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você parece conformado com esse processo?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Senhor?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você parece, no semblante, conformado com isso.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É, falar assim, né, conformado, conformado, não, né, porque, né... Hoje, vou fazer dois anos, já estou com a minha cadeia quase toda paga. Então, se eu for questionar em cima, né. Mas eu gostaria, sim, de fazer uma revisão no meu processo e ver se eu conseguiria...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que você quer? Passar o tempo com bom comportamento para ser liberado ou quer provar que você é inocente?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, eu gostaria de provar que eu sou inocente, né. E também sempre permaneci com bom comportamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mílton, a CPI pode te ajudar também. Ainda há pouco, eu te disse, e acho que é uma oportunidade que você tem. Se você quiser contar para a gente as coisas que você sabe, você pode ser enquadrado até no plano de proteção à testemunha...

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é um instrumento jurídico que existe, hoje, para pessoas que querem ajudar a diminuir a criminalidade no Brasil .Só que é com jogo limpo, sabe, Mílton, não é assim, não pode ser assim.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, mas é, como se diz, eu não posso falar uma coisa que eu não sei, né.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha que estar pelo menos revoltado, rapaz, pegou 7 anos de cadeia...

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Mas a minha revolta...

O SR. OSCAR ANDRADE – ...porque emprestou uma pampa e está satisfeito.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Mas a minha revolta já passou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Passou?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Passou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, está tudo bem.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Eu orei muito a Deus, pedi muito a Deus para me dar muita força.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Diga-me uma coisa, Mílton: se você quisesse provar sua inocência, dê-nos três motivos, vamos supor aqui que tivesse uma banca de advogados, para inocentá-lo. Quais seriam os três motivos?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Os três motivos?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para provar sua inocência.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Primeiro, quando eu cheguei aqui, no Estado de Rondônia, cheguei trabalhando, vim foi trabalhar mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De onde você é?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Sou de Icoporã, Espírito Santo. Cheguei aqui foi trabalhando direto, tive boa conduta, nunca mexi com nada de ninguém, nunca mexi com coisa errada, né. E não bebo, não fumo, não tenho vício de nada.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor é casado?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa pampa, você comprou com seu trabalho?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA –Olha, essa pampa eu não tinha nem pago ela ainda.

Porque eu tinha saído na época – eu estava mexendo com táxi – aí eu não tinha condições de manter o carro, aí eu negociei o carro e comprei essa pampa até do meu irmão. Pai me deu seis meses de prazo para poder pagar ela. Aí eu comecei a mexer com

som. Ele justamente me deu esse carro carregar a aparelhagem de som. Foi nessa época que o Cleóbolo me pediu emprestado e eu emprestei para ele. Nessa época, eu nem queria emprestar o carro para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – É aparelhagem de som ou é televisão?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, aparelhagem de som.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha dito televisão.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, a televisão o Cleóbolo pegou o carro emprestado para buscar a televisão. O carro eu usava ele para carregar aparelhagem de som minha, para fazer o meu trabalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, eu entendi. Está certo! Eu confundi.

Quem que planejou o assalto?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Olha, segundo o que eu sei, foi o Alex.

O SR. OSCAR ANDRADE – O menor?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – O menor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse eu acho que ele chefiava a estrutura da quadrilha.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É.

Foi o que o Cleóbolo passou para mim. Porque o Cleóbolo ele disse que realmente ele fez e que realmente tinha roubado a carga. Então, quando ele falou para mim que tinha roubado, ele já pegou e falou para mim também que o Alex é que era o mentor, que tinha feito tudo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor sabe quem comprou a carga?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não sei, não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Na época nem agora?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Hã?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Agora, também, não sabe não?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Agora, também, eu não sei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Na época também não sabia também que é furto?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não sabia, porque não tive tempo de conversar com Alex.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca ouviu falar em Altair?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Altair?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Altair Francisco da Silva.

O SR. HAMILTON – Eu vi o nome do Altair no processo, quando eu peguei a cópia para mim ver como é que estava. Mas eu não conhecia ele não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabe do Alexandre, onde ele anda...

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Alexandre, o menor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Eu tenho informação, segundo, assim, que ele está nos Estados Unidos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você ver o conforto do cara, quer dizer, largou todo o mundo aí na cadeia e está nos Estados Unidos.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Está nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos tentar localizar lá e pedir apoio da Polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o pai do Alex?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – O pai do Alex? Conheço, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Quando eu vim morar com o meu irmão, o pai dele morava vizinho do meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O pai dele teve algum envolvimento criminal? Carlos Roberto da Silva, não é?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Isso. Dessa nossa, não, que estão incluído nesse inquérito aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi envolvido num escândalo fiscal?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É eu fique sabendo que sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá, na cidade você soube.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É fiquei sabendo, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Problema de café também, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Me conta como você conheceu o Veroci.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Ah, o Veroci eu conheci ele porque eu tenho muita vontade, assim, de aprender eletrônica, não é, de mexer com esses

tipo, assim, de computador e coisa, assim. Aí, eu estava passando de frente a loja dele, aí começei a conversar com ele lá e chegou o Chicão, Francisco...Eu conheço ele mais por Chicão. Ai Chicão, já conhecia ele, e me apresentou ele e ficamos conversando por ali. Eu disse para ele que tinha muito interesse de aprender...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem te apresentou o Veroci foi o Chicão?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É, foi o Chicão. Assim, eu já estava parado já que eu tinha vontade de conversar com ele para ver se eu aprendia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Veroci tinha uma loja de eletrônica.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É de computador, não é? Informática é; ele dava assistência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas que ele roubava carga, você não sabia?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, senhor.

Eu tinha de vinte a trinta dias que eu..., quando aconteceu esse fato, que eu conheci ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava parado aí, não estava na atividade, estava sem serviço, sem trabalho?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Sem serviço? Não, senhor. Eu estava com esse pampinha trabalhando com som.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava conseguindo vencer, se auto-sustentar...

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Estava porque eu estava fazendo esse som lá na 16.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua senhora trabalha?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Agora, está trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes, não?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Antes, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Hamilton, vamos abrir o jogo aqui. Como é que foi a compra do café com o Altair? Não fala mentira não.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Eu não sei informar para o senhor porque eu não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não tenho. Não tenho. Eu estou pagando por uma coisa que eu não fiz. Hoje, eu estou até conformado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todo o mundo senta aí é assim.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Perdão da palavra. Não sei nem se eu vou expressar certo. E igual...La dentro da cadeia mesmo, eu falo com os meninos que eu não tenho nada a ver. Aí eles pegam e falam assim: "Mas, aqui, é lugar de inocente, porque aqui ninguém faz nada".

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Por sinal, até me isolei deles. Assim, eu ficava mais para o canto porque todas as conversas deles era assim comigo. Agora, depois, já de um ano e pouco que eu estava acabando de pagar a cadeia, lá, estou pagando, eles simplesmente chegavam perto de mim e falavam: "Rapaz, eu não tenho nada a ver com isso, não. Eles ainda, falavam, assim,: "Milton, você, hoje, você está com a sua cadeia paga; se você falar ou não, rapaz, você está no meio dos ladrão mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ficou sabendo que o Altair sabia que a carga era roubada?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois, não precisa...

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não fiquei sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – É um santo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você sabia quantas sacas de café tinha?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Olha, eles me informaram que parece que tinha 360 sacas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Trezentos e sessenta?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É o Jumbo trezentos, quatrocentos e trezentos e sessenta.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Quando eu vi no processo. Me parece que foi trezentos e sessenta ou quatrocentos sessenta.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não, no inquérito é quatrocentos e sessenta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, o que o rapaz explicou que ele tinha oferecido trezentos e sessenta sacas. Depois chegou com a carreta lotada, quatrocentas e poucas sacas e ele disse que não

podia ficar tudo, foi dado um prazo para que ele ficasse com toda a carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – O café já estava limpo?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Estava limpo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava limpo?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que você sabe?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Eu sei, porque o Cleóbolo me falou. As coisas que sei no momento me foram passadas por eles. Eles me informaram.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele comprou o café limpo? Não comprou em coco não?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Altair.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Quando eles roubaram a carreta, esta estava com o café já limpo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, normalmente, compram o café em coco?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você nunca trabalhou com café, nada?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, já trabalhei. A cerealista mesmo, quando eu puxei café para o Daniel Miranda, trazia em coco do Machadinho, da Tatilândia. Eu carregava café em coco. Mas passei a trabalhar só com o transporte.

O SR. OSCAR ANDRADE – A cerealista compra o café em coco para beneficiar, não é isso?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Hã?

O SR. OSCAR ANDRADE – A cerealista compra o café em coco, beneficia e vende?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Para vender.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o interesse de já se comprar o café beneficiado de um cerealista?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – O interesse de comprar?

O SR. OSCAR ANDRADE – É?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não sei. Só sei que eu puxava, eu era freteiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só se for muito barato, não é? Para ganhar um dinheirinho extra?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não sei, não tenho conhecimento disso, porque quando eu puxava, eu puxava o café em coco. Eu puxava do Machadinho e puxava da Tatilândia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que você usa a expressão "puxar" e não "transportar"? É uma expressão comum, gíria de caminhoneiro?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É uma expressão que usei toda a vida. O Antônio Miranda ligava para mim e falava: Milton, quero que você puxe um café lá do 70, lá do Machadinho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE– O carro era uma saveiro ou uma pampa?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – O meu era uma pampa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha uma saveiro também envolvida?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Tinha uma saveiro do Veroci.

O SR. OSCAR ANDRADE – É do Veroci. Então, foram usados dois?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A pampa chegou a ser usada no assalto?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não sei se a pampa foi usada ou não, porque o Cleóbolo estava com ela. Ele disse, no depoimento da Civil, que eu passei a pampa na frente. Depois eles que me informaram que quando eles saíram, porque eles acompanharam a carreta, não é?, que foi na saveiro do Veroci.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que quer dizer "passou a pampa na frente"? Passou o caminhão e foi embora?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Parou para conduzir os assaltantes? Para fechar o caminhão?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Acredito que quando eles falaram que "passou a pampa na frente" foi para interditar, para fazer a carreta parar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas funcionou desse ponto ou você não sabe? Ela chegou a parar o caminhão, a carreta?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – A pampa? Não sei. Tenho quase certeza que não, porque no depoimento do motorista ele falou que não viu pampa na frente, que não me viu, que não tem conhecimento comigo, que, quando ele parou a carreta, quando os meninos chegaram para roubar a carreta, ele estava parando, porque ele achou que dos dois meninos que estavam lá ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na saveiro?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Sim, os dois homens.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os dois estavam na saveiro?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, estavam sentados em uma tora, em um pau na beira da estrada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na estrada? Já estavam sentados?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Isso. A carreta passou pela balança, pesou e saiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, espera um pouquinho. Quer dizer, o caminhão viu dois carros na rua e encostou para ...

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, a carreta saiu da balança ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se não fez um sinal, se não fez uma ameaça, porque ele passaria direto.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, segundo o depoimento do motorista, quando ele vinha passando os meninos estavam sentados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fumando um cigarrinho, olhando, ele parou para cumprimentar e aí o assaltaram?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, ele viu os meninos levantando, parou a carreta – isso no depoimento ele -, pensou que os meninos eram saqueiros do Marcelino, não é? Estava faltando uma saca de café e ele achou que os meninos eram saqueiros do Marcelino. Só que quando ele viu os meninos chegarem, um o maquinou, apontou o revólver para ele, e o outro entrou pela outra porta, do lado da carona.

Tenho conhecimento de que é da saveiro, porque o baiano falou que a saveiro acompanhou a carreta até Presidente Médici, que foi onde ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabe se o motorista foi ouvido como envolvido ou como vítima para esclarecimento? Está estranho isso daí.

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Olha, sei que no depoimento do Alex, o Alex me disse que está no depoimento que o motorista sabia do roubo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É difícil estabelecer o roubo de uma carreta, o sujeito sai de uma balança, vê dois garotos na estrada e pára, achando que é saqueiro de não sei quem, entrega o caminhão com a carga ...

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – É porque é dentro da cidade, não é? Os meninos fizeram o motorista levar ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabe mais coisas que esteja com medo de contar?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não senhor!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem toda a proteção?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Não, se eu soubesse de algumas coisas eu falaria, porque seria bom para mim, que não tenho nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que você faz na cadeia hoje?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Eu estava na Civil, dando manutenção em computador. Ajudava a mexer com as impressoras, mexendo com as coisas lá no pátio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá na delegacia onde você está preso?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Sim, lá onde eu estou preso. Estou preso ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você colabora com a administração?

O SR. MILTON CÉZAR DA SILVA – Isso! Quando eles precisam de mim, estou sempre lá para ajudá-los.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, vou querer a presença do Veroci. Vamos suspender o depoimento dele. Se for necessário...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, fique aguardando.

O senhor já almoçou?

Seu nome?

O SR.VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Veroci Severino Adalberto Filho.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Identidade?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Nº 492 432.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Rondônia?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Vinte e cinco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF: nº 604 660 812 –00?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sim.

O SR PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Solteiro, amasiado

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERO FILHO – Técnico em informática.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Está preso?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Em regime semi-aberto.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – Tem algum parente envolvido nesse caso?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não é obrigado a depor contra você. Mas eu pergunto se se dispõe, de acordo com o art. 203 do Código do Processo Penal, a dizer só a verdade, somente a verdade perante os membros desta Comissão?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual á sua profissão, Veroci?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Técnico em informática.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem empresa?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Empresa minha, minha não, mas estou trabalhando com uma empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a empresa?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO –Studio Artes, em Ouro Preto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa é a empresa que você tinha à época?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não. A que eu tinha era a Megasoft.

O SR. OSCAR ANDRAADE – Era sua mesmo?

O SR. VEROCI SEVERNO ADALBERTO FILHO – Era minha mesmo. Era sociedade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi preso em Ouro Preto, depois que assaltou uma Scania carregada de café?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu fui preso em Ouro Preto, depois que foi feito o assalto. Fui preso com o carro, uma Saveiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode descrever todas as circunstâncias desse assalto? Pode descrever a participação do Milton, do César? Faça um relato sobre isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conta a história para nós.

Você sabe o que é uma CPI, Veroci?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você assinou um documento se comprometendo a falar a verdade.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está em regime semi-aberto, não está?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Estou em regime semi-aberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então vamos fazer aqui um jogo de verdade, porque isso pode piorar tudo, mas pode também melhorar, se você quiser contribuir. Você é que vai dar o tom para nós.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O que eu vou falar é a verdade.

O Alexander trabalhava comigo na empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é o Alexander?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O Alexander é que comandou, que fez tudo, que vendeu a carga, que negociou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era menor de idade?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era seu funcionário?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO –Era meu funcionário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era registrado?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, ele trabalhava como vendedor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele pegou seu carro?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele pegou meu carro, eu estava em casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o carro?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Era um Saveiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você emprestou-lhe o carro?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Emprestei não. Ele sempre usava o carro para fazer entrega de computador, entrega das vendas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com 16 anos?

O SR. VEROCI SEVERIN ADALBERTO FILHO – Com dezessete anos e meio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você o deixava dirigir?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tinha habilitação?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele dirigia, dentro da cidade mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sem carteira?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem habilitação?

O SR. OSCAR ANDRADE – Podia?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Poder não podia, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele pegou o seu carro?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – – Pegou o meu carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sem avisar-lhe?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele avisou-o?

O SR VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele pegou o meu carro porque eu deixei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você deu autorização para que sempre que necessário ele usasse o carro?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente, para que ele pudesse resolver os problemas da empresa, vendas.

O SR PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tinha as chaves?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, ele não tinha as chaves. Ele pegava as chaves do carro, como o outro sócio também pegava, o Ivan, o pai do Ivan. Todo mundo pegava.

O SR.PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era o carro da empresa?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Era o carro da empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha outro carro?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, somente o carro da empresa, que era uma Saveiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continue.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele pegou esse carro, ficou com ele o dia todo, a noite também. Aí ele me devolveu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não perguntou a ele o porquê?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele sempre usava o carro. Ele saía e fazia o que tinha que fazer, mas devolvia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha um carro. Aí o cara pega o carro, fica com o carro um dia... Você vai começar a história assim? Presta atenção. Você tem um carro só. O cara vai e pega o carro, fica uma noite, aparece no outro dia...

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu não disse que aquele dia eu estava ruim em casa, estava doente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você estava doente?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sim. Estava passando mal em casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prossiga, então.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Aí ele usou o carro, devolveu à noite, era mais ou menos 1h da manhã, deixou o carro lá, foi embora, e, no outro dia, fui trabalhar normalmente. Foi quando fui preso, junto com o carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que você não sabe de nada do roubo? Só foi citado por ele por ter cedido o carro?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, deixa eu contar o restante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então conte.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Aí fui preso e, quando cheguei à delegacia, acharam debaixo do tapete um cheque rasgado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um cheque de quem?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Um cheque do motorista da carreta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um cheque, uma folha?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, o talão todo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Ademir ?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Acho que sim, do motorista. Pedi que chamassem um advogado e eles chamaram o Dr. Teixeira...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem chamou?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Quem chamou foi o delegado, que mandou ele vir para ser meu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Oscar Teixeira?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não conhecia? O delegado foi quem indicou o Oscar para você?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Foi o delegado quem indicou o Oscar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Combinou o preço com você?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não combinou preço, não combinou nada. Ele só chamou lá. O delegado falou que ele era o meu advogado, que eu ia ser ouvido, que ele ia me orientar a dar o depoimento. Quem o mandou foi o Ivan, que era o meu sócio e sempre resolvia isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você acabou de dizer que foi o delegado...

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O delegado falou que quem tinha mandado tinha sido o Ivan.

O SR. OSCAR ANDRADE – O delegado mentiu?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, o delegado falou que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Ivan confirmou para você que tinha combinado...

O SR. – Depois o Ivan falou que não tinha mandado advogado nenhum. Aí o Teixeira me orientou a dar esse depoimento que dei na delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual foi o depoimento?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Foi um monte de coisas que ele mandou eu falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha algumas distorções, algumas mentiras?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Tinha muitas coisas. Aí, o que acontece?

O SR. OSCAR ANDRADE – Um advogado que você não conhecia mandou você falar uma mentira e você falou.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Se ele era o meu advogado... Nunca tinha passado por isso. Confiei, acreditei nele. No entanto, ele deu o maior golpe em Ouro Preto e foi embora. Ele mandou eu dar esse depoimento. Aí, quando estou lá dentro da cela, ele disse que eu dando aquele depoimento iria embora na hora. Quando estou lá na cela é que fiquei sabendo que ele era advogado de acusação e não da minha defesa. Ele era advogado de acusação, do dono do café e não da minha defesa, mas eu já tinha dado o meu depoimento. Ele assinou como testemunha no meu depoimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi condenado a quanto tempo?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Fui condenado a 7 anos e 6 meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem dois anos que você está preso?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Tem dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o advogado mandou você assumir que ia receber parte? Pelo menos no interrogatório diz isso, que você ia receber parte do valor da mercadoria. Você vai falar que roubou por que o advogado mandou?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele mandou eu falar. Ele prometeu que eu iria embora naquela hora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não tem cara de trouxa e não está falando para otário aqui. Como é que o advogado diz para você confessar que roubou por que ele está te defendendo? Você acreditou?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele mandou eu falar e eu falei. Se sou orientado, tem uma pessoa para me orientar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ninguém orienta alguém a assumir um roubo, uma participação num roubo.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Mesmo o cara sendo o advogado de acusação?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não importa. Mas você nunca aceitaria a palavra ... Como é que você vai aceitar que ele diga para você assumir o roubo por que está te defendendo?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu nunca havia passado por isso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Como foi a história da Pampa. Como aconteceu?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Olha, a história da Pampa pelo que fiquei sabendo , que eu tive preso com o baianinho, com o Milton, que a Pampa foi emprestada para o baiano, que é o Cleóbolo, foi emprestada para ele, para ele buscar uma televisão.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E quem usou a Pampa na hora para cercar o caminhão?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Isso eu não sei se foi cercado com a Pampa ou não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a Saveiro você sabe?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a Saveiro disseram que foi o Alexandre que fez toda a operação, ele estava com a Saveiro, ou você quem estava usando a Saveiro?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Alexander

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, não se contradiga.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E por que no interrogatório você diz que sabia... quanto foi o valor negociado?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu não sei de valor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você sabe, no seu interrogatório você diz aqui. Vamos lá avivar a sua memória.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O que eu falei no interrogatório foi o que o advogado mandou falar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim, quanto que o advogado mandou dizer?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu não lembro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Então você era um boneco que o advogado mandava você dizer e você dizia. É isso?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Hoje eu não lembro quanto foi que ele mandou dizer.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você não lembra, não?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E a sua parte? Você diz aqui que levaria à soma total de R$16 mil e pela carga no final seria dividida entre cinco participantes. Você diz aqui e assina. No interrogatório, que seria dividido entre cinco. O advogado mandou você dizer isso também?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Mandou eu dizer isso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Muito bem. Quer dizer que se o advogado chegar aqui agora e mandar você morrer você morre?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, hoje é diferente. Hoje, o que eu passei aqui...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Rasgar dinheiro você rasga?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O que eu passei por tudo nessa vida, hoje eu já sei como agir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pegou sete anos de cadeia?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sete anos e meio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo isso porque você emprestou uma Saveiro?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Isso, estava com ele a Saveiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está satisfeito?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Deputado Oscar, veja como ele está mentindo aqui desde quando chegou. Aqui no interrogatório disse que para fazer o assalto, ou seja, a parada obrigatória do caminhão, o Milton atravessou a Pampa na frente da carreta. Você diz aqui no interrogatório. Como eu perguntei sobre a questão da Pampa e você não disse nada?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Foi o que eu falei para o senhor, o que eu disse nesse interrogatório foi por causa do advogado, pode ver que a assinatura dele está como testemunha. O Dr. Teixeira, está como testemunha e não como meu advogado. Deveria ser como advogado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Então você vai fazer um interrogatório novo, faz de conta que esse aqui não vale nada, foi o advogado que mandou fazer. Você vai fazer um novo agora.

Escreva o que aconteceu. Vamos dizer que esse aqui não vale nada, agora hoje você está consciente, errou, então descreva o que aconteceu no passado. Conta aí.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu descrevo é que naquele dia, o que aconteceu naquele dia é que eu emprestei o carro para o Alex, estava como Alex, porque ele usava para fazer o trabalho da empresa. Certo? Eu estava em casa, passando mal, e ele usou, fez o que tinha que fazer e me devolveu o carro à noite.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Esse Alex é um cara muito inteligente, 17 anos de idade, manipula todos vocês.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Só que o senhor tem que ver a criação dele, o pai dele, o que o pai dele é.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que tem o pai dele?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O pai dele foi indiciado num negócio...

O SR. OSCAR ANDRADE – Fiscal da receita?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente. Porque ele é procurado, foram milhões que ele conseguiu enrolar o pessoal lá. Inclusive até hoje não deu nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Ouro Preto?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – É em Ouro Preto do Oeste. O pai dele está nos Estados Unidos junto com o Alex.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo numa boa?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Tudo numa boa e só nós pagando cadeia aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não vai contar para nós a verdade?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Contar o quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – Vai continuar inventando essa história aí.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Mas eu não estou inventando. Já dei o número do telefone dele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Deputado, ...

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Vocês podem encontrá-lo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Milton sabia que a carga era roubada?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O Milton? Eu acho que não, porque ele não participou.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E a Pampa, foi usada para fechar o caminhão. Sim ou não?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – A Pampa? A Pampa foi usada pelo baiano para buscar a televisão.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim, mas não foi usada para fechar o caminhão?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Que eu saiba não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim ou não?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você tem certeza que não foi?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O que eu estou falando para o senhor que o que eu sei não foi.

O SR. CARLOS DUNGA – O caminhão foi vendido a quem?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu não sei se foi vendido.

O SR. CARLOS DUNGA – Não sabe de nada?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O que eu sei foi vendida a carga, o caminhão não foi. O caminhão, se eu não me engano, foi abandonado.

O SR. OSCAR ANDRADE – A carga de café que a cerealista comprou do Altair. A Carga de café era em coco ou já beneficiada?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não sei, não entendo de café. Eu mexo com computador.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não recebeu nada nessa história?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Só prejuízo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE– E o Altair, você conhecia?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Foi o que comprou a carga. Você soube disso?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu soube que ele comprou.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas você não conhecia.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu soube que ele comprou a carga , mas não conhecia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o senhor sabia que ele comprou a carga e tinha conhecimento que era roubada?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O conhecimento que tive, pelo Cleóbolo, ele sabia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele sabia que a carga era roubada. Viu, Deputado Oscar, ele está aqui afirmando que o Altair sabia que a carga era roubada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que ele sabia?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu sei que ele sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como que você sabe?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Pelo Cleóbolo, que é o baiano.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Cleóbolo que disse para você?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente, porque estive preso junto com ele.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sr. Presidente, vou pedir a presença do Altair aqui.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas também ele afirmou aqui, é importante, que a Pampa não foi utilizada para fechar o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Dunga) – Está deferido o pedido. Solicito à Secretaria para dar entrada ao Altair para a acareação com o Veroci Severino e Adalberto Filho.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O que eu estou falando é o que ouvi pelo Cleóbolo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem que falar só o que você sabe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Dunga) – Mais uma vez, para alertar ao senhor que se deve falar só a verdade. O senhor já assinou um documento onde expressa essa declaração.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Cleóbolo disse que foi procurado pelo senhor, se o mesmo queria participar de um assalto, pois tinha conhecimentos que o interrogado estava endividado e com o lucro do roubo pagaria as suas contas. O senhor confirma isso?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Esse depoimento meu e do Cleóbolo foi o mesmo advogado que fez.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Então, o Cleóbolo disse que o advogado...Esse advogado é bom. É feiticeiro.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Como te falei, ele deu um golpe em Ouro Preto e foi embora da cidade, sem saber para onde.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse, ainda há pouco, que ouviu do Cleóbolo na cadeia. O que você ouviu dele?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O que eu ouvi, que o Cleóbolo disse, falou lá dentro, que a carga de café foi vendida e quem comprou estava sabendo que era roubada. Isso foi o Cleóbolo que disse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Altair, você costuma comprar café já beneficiado ou compra normalmente em coco.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Ultimamente, estou comprando em coco, beneficiado, a minha máquina está desmontada. Nem montei a máquina, depois que aconteceu isso, eu compro beneficiado.

O SR. OSCAR ANDRADE– Você compra café beneficiado? Porque uma cerealista compra em coco e transforma o café, beneficiando-o. Não é esse o trabalho?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – É, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você comprou esse café beneficiado?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu comprava café beneficiado.

O SR. OSCAR ANDRADE– Comprava?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Sempre comprei.

O SR. OSCAR ANDRADE–Me dá o nome de três empresas fornecedoras sua.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Eu comprava sempre lá no do Estrela, do Laurentino.

O SR. OSCAR ANDRADE – Indústria?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, da associação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já beneficiado?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Ele beneficiava e eu comprava dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para quê?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Desde o finado meu pai, ele já comprava café e continuei comprando depois. E o pessoal da roça também vai na associação, limpa o café e traz para gente limpo. Quem é associado, eles vendem café limpo para gente. Não é só em coco. A gente compra em coco também porque tem a máquina de benefício. Agora, eu não tenho mais a máquina de benefício. Tem dois anos que desmontei e parei. Nunca mais mexi com café para eu beneficiar. Mas eu compro, limpo na máquina, seco o café no secador, limpo o café lá. E compro beneficiado pouquinho, mas compro muito pouco café. Depois que aconteceu isso comigo não estou nem mais comprando café. Perdi o crédito, perdi tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual foi a sua relação com o Cleóbolo?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Com o Cleóbolo nenhuma. Nenhuma com ele, nem conheço aquela...

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu negócio foi só com o Alex?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O negócio que fiz foi com o Alex.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um rapaz de dezessete anos?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Um rapaz novo. E ele disse que o café nem dele era, era dos parentes dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como que o Alex foi lá com você?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Ele chegou lá na minha cerealista e ofereceu...

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o carro?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, ele não estava de carro, quando ele foi ele estava a pé, ele estava de ônibus.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quê?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – De ônibus, ele pegou o ônibus até ali, do lado da minha cerealista tem um ponto de ônibus...

O SR. OSCAR ANDRADE – Chega um rapaz de dezessete anos, na sua cerealista, te oferecendo um café, de ônibus, e você não achou nada de anormal?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, ele pediu até o documento meu para fazer a nota para trazer o café. Ele disse que mandaram ele lá para negociar o café, os parentes dele, tinham um café para vender, trezentas sacas de café e eu falei para ele que pagava o café dele, trezentas sacas de café. E ele pegou meus dados todinhos, da minha firma e foi embora. O Veroci foi com ele e depois que entregaram o café para mim, no outro dia de manhã, para receber o café.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí ele foi com..?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Ele estava no carro com o Alex, esse Alessandro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você não contou isso aqui? Não te perguntamos?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O senhor perguntou, mas eu não estive lá, eu não fui lá com o Alex.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi, Altair?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Foi numa saveiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Numa saveiro, que cor?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Era marrom prata, parece, coisa assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que cor é o seu carro?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Prata.

O SR. OSCAR ANDRADE – É essa mesmo?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você foi lá?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele que levou o Alex lá. Ele que estava dirigindo?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Ele e o Alex que foram lá e ele que estava dirigindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que tal?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu não fui lá nesse dia com ele. Eu não estive, tenho certeza absoluta.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ou foi o advogado que mandou você negar?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu estava na minha empresa trabalhando nesse dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que você não merece prisão albergue não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, vou requerer que a CPI possa notificar ao juiz responsável pela prisão albergue dele para que ela possa ser cancelada. A secretaria faça um ofício urgente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria que extraísse depois essa acareação, essa semi-acareação, apenas a confrontação de depoimento para a gente encaminhar ao juiz competente, com a sugestão do Deputado Oscar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Me conta os detalhes da ida dele lá.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – De ele ter ido lá?

O SR. OSCAR ANDRADE – É. Foi no outro dia, não é? O café já estava lá.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Foi no outro dia de manhã. O café já estava na máquina, descarregado, ele chegou lá para receber.

O SR. OSCAR ANDRADE –O primeiro contato seu foi só com o Alex?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Com ele, eu nem entrei em contato com ele, minha conversa foi só com o Alex e ele ficou no carro. No outro dia ele chegou, ficou lá no carro, o Alex foi lá acertar comigo. E falei para ele: Não tenho dinheiro para te dar tudo hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pegou cheque, promissórias...

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Pegou cheque, a promissória e outro menino que trabalhava comigo foi lá passar o dinheiro para ele no banco. E ele foi junto no banco, estava lá no banco e eu fui lá no banco depois...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o outro menino?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O Alex e ele, não, o rapaz que trabalhava comigo, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – O rapaz que trabalhava?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – É, ele foi lá no banco para passar o dinheiro, porque eu não podia ir, eu tinha que ficar no armazém...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O dinheiro que você entregou, aqueles oito e pouco?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Oito mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para quem você entregou, para o Alexandre ou para ele?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, foi com um depósito de R$6.100,00 numa conta que eles deram o nome, para colocar o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor exibiu o recibo para eles?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O recibo está comigo, até hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi deposito na conta?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Foi depositado numa conta, R$6.100,00

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E quem seria o beneficiário?

O SR. OSCAR ANDRADE – O número da conta você se lembra?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – O número da conta eu não lembro, eu tenho o recibo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele vai entregar para o delegado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O nome era Veroci?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, não era, era uma empresa, uma firma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é chamada a sua empresa?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Megasoft.

O SR. OSCAR ANDRADE – Megasoft é o nome fantasia?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – É Oliveira e Dalberto.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não é essa empresa não. É IR não sei o que Costa. Tenho o recibo guardado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois o senhor dá uma cópia para o delegado, por favor.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Dou, claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, certeza que ele foi com a Saveiro lá, ...

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Estava ele e o Alex, Alexander, uma coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E para eles o senhor mostrou o depósito?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Mostrei, lá no banco, na agência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas foi com eles à agência, ficou junto?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Fui, não, eu não fui, o outro menino é que foi. E guardei o recibo de depósito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Confirma?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sua ida?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sim, eu estive lá, com o Alexander.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que é que você estava negando? Esquece o advogado, ele não é mandraque, nem é Jesus Cristo para fazer você passar pelo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Veroci, vou reafirmar para você, preste atenção. Você está todo enrolado, você está em prisão albergue, você pode voltar, porque vamos pedir para você voltar, está certo? Vamos pensar na sua vida um pouquinho, larga de ser insistente, vamos falar a verdade, vamos conversar a verdade aqui? Vamos?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – A partir de agora...você já demonstrou o que você quer. Já demonstrou? Já assumiu que foi lá. Não foi?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, pronto. Vamos agora voltar com as outras verdades, porque vamos chegar em quem nos interessa. Estamos mexendo até agora aqui só com os que vão presos, com os que vão para a linha de frente e "tomam ferro". Os outros, não. Então. queremos esses. Tem gente por trás disso aí. Sabemos disso. Mas precisamos dos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem? O menino da Pampa?

O SR.OSCAR ANDRADE – O Milton, não é? Chama o Milton, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque estou achando que ele é o mais inocente aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Milton da Silva.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Mas o Milton, realmente não participou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE– Então não é preciso dele aqui?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que ele foi...

O SR. OSCAR ANDRADE– Você vai ajudar sozinho por enquanto?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele não participou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que ele foi condenado, então, a 7 anos de cadeia?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Porque...não entendo. Simplesmente garanto que não participou. Ele não teve nada a ver com isso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE– Ele apenas emprestou a Pampa dele para transportar...

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – A Pampa dele estava com o Cleóbolo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está com medo de quê?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – De nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alguma coisa está fazendo você mentir. Você já começou agora a tentar consertar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você mudou o perfil. Mudou o semblante.

O SR. OSCAR ANDRADE – A gente entende perfeitamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mudou até a própria força da expressão. Se você quiser, transformo em secreta essa sessão e você aí abre o jogo. Em vez de prejudicá-lo, podemos ajudá-lo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você conhecia o Milton?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Conheci o Milton com uns 30 dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Uns 30 dias que conheci o Milton.

O SR. OSCAR ANDRADE – 30 dias antes?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você conhecia o Milton?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, o Milton, não. Nunca tinha visto. Esse Milton, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse rapaz você nunca viu?

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – Não, nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem durante a negociação, nada.

O SR. ALTAIR FRANCISCO DA SILVA – De jeito nenhum. Hora nenhuma, dia nenhum, nunca. Estou vendo hoje aqui.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem foi que lhe incriminou?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem te apresentou ele?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só um minutinho, queria registrar a presença do Deputado Paulo Moraes. Agradeço a presença de S. Exª e o prestígio a esta Comissão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem te apresentou a ele?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Quando soube que a Pampa...eu já o conhecia com a Pampa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O dia que você foi apresentado, não é isso?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE– Como você foi apresentado para ele? Me dá os detalhes. Onde foi?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Conheci o Alex. Ele namorava inclusive a sobrinha do Milton. Aí ele...conhecendo, andando em um bar...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Alex trabalhava para você, não é?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Trabalhava comigo. Andando com o Alex...

O SR. OSCAR ANDRADE– Ele conhecia o Alex?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele conhecia o Alex.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Alex namorava a sobrinha dele.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – A sobrinha dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Confirma aí ??

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Ele namorou com ela uns dias sim, mas nem eu sabia. Fiquei sabendo depois também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estamos procurando identificar realmente...o Deputado Negromonte está preocupado em identificar realmente as circunstâncias que o levaram a essa condição de condenado. Ajude, então, no que for possível, porque a preocupação dele é buscar se realmente você é inocente ou responsável também pelo ocorrido.

O SR. OSCAR ANDRADE– Deixe-me voltar aqui, Presidente.

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Licença um pouquinho, porque quando o Alex namorou minha sobrinha, eu trabalhava no sítio essa época. Trabalhava puxando leite.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabia?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Eu não sabia. Tomei conhecimento depois.

O SR. OSCAR ANDRADE– Você já me contou como o conheceu. Você se lembra?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, tá. Deixe-o contar. Quero vê-lo contar. Pode contar da maneira como quiser. Você lembra o dia que o conheceu?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sim. Fui apresentado pelo Alex, tudo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Foi em um bar.

O SR. OSCAR ANDRADE– Em um bar?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE– Em qual bar?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não lembro o nome do bar, não.

O SR. OSCAR ANDRADE– Mas lá em...

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ouro Preto?

O SR. OSCAR ANDRADE – ...em Ouro Preto?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Isso. Estava de passagem. Coisa rápida mesmo. Conheci...

O SR. OSCAR ANDRADE– Você estava de passagem ou ele?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu e o Alex. Conheci...

O SR. OSCAR ANDRADE– Aí ele estava em um bar.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Conheci rapidamente e fui embora. Depois

continuamos encontrando. Tudo bom. Sendo amigo. Nada mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, volta o microfone para ele. É verdade?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – É tivemos encontros no bar, mas quando ele me conheceu, quando eu conheci ele, foi em frente à loja dele, que o Chicão me apresentou para ele. Eu já estava conversando com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Volta o microfone para ele. Quem é o Chicão?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Chicão é amigo do ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem lhe apresentou ele? Foi o Chicão ou foi o Alex?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Foi o Alex. O Chicão também eu conhecia. Eu já conhecia com o Alex. Já tinha visto ele junto.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Deputado Oscar, gostaria de fazer uma intervenção. Quero saber o seguinte: por que o Milton está envolvido nisso? Quem foi que orientou para que o nome dele fosse envolvido? Foi o Alex? Quem foi?

A CPI não quer culpar inocente. Se realmente ele for inocente nisso, temos até, Sr. Presidente, que mandar a cópia para o Juiz para rever. Acho que tem tanto marginal neste País solto e inocente preso, que não podemos cometer essa injustiça.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Só sei que, naquele dia, o Milton não passou a pampa dele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas induziu você, ou foi o advogado, dizer que ele passou com o carro na frente?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O que eu falei daquele advogado ali. Eu impedi para o que eu falei, inclusive ele assinou....

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Porque no seu interrogatório, você diz isso.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sim, ele aceitou como testemunha em vez de ser meu advogado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Hoje você nega.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O quê?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele não passou?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele não passou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Milton, você confirma que foi o mesmo advogado também que orientou no depoimento? O advogado, também, o Oscar, orientou no seu depoimento?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Não, ele me orientou a sair da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não no depor?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Não, no depor, não, senhor, porque, quando meu irmão conversou com ele lá, que era para ele me apresentar para poder justificar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você o procurou, que queria ir à Polícia para esclarecer.

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Para esclarecer o que estava acontecendo, que o menino estava com o meu carro e tal. Ele pegou e falou com meu irmão para me tirar da cidade, porque se não eles iam querer bater em mim, para eu dar conta de coisas que não sabia. Então, peguei e fiquei foragido dezesseis dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E depois o localizaram ou você se apresentou?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Depois, quando consegui esse advogado que era o Dr. Hermínio, ele me orientou o seguinte: falou: – Milton, você espera, ouve o depoimento dos meninos. Assim que eles derem o depoimento, vou apresentar você, para quebrarmos a preventiva. Só que, antes de acontecer isso, os policiais de Ouro Preto me localizaram e me trouxeram para a delegacia. Só prestei depoimento em juízo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não foi orientado em falar mentira, nada, como ele disse que foi?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Não, senhor. Não fui, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você fez um depoimento tranqüilo?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – O depoimento que eu fiz foi justamente o que foi acontecido. Por sinal, queria até, no dia, falar com o Dr. Glauco um pouquinho a mais, só que não deu, devido a ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Cleóbolo, quando pegou o seu carro, você estava fazendo o que e onde você se encontrava quando ele usou o seu carro?

O SR.MILTON CEZAR DA SILVA – Quando ele pegou o meu carro, eu estava em casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na sua casa?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – É. Eu estava até gravando um CD e umas fitas, para poder fazer o som na 16, que pegava no sábado. Quando ele me pediu o carro emprestado, eu até disse para ele: – Não posso emprestar o meu carro, porque esse aqui é de eu trabalhar, carregar o som. Não tenho outro serviço. Você não sabe dirigir, vai quebrar o meu carro todo no sítio que ele ia buscar, na quadra 81. Ele pegou e falou: – Milton, mas é assim que você faz? Um dia você pode precisar de mim. E aí?

Peguei e emprestei o carro para ele. Quando ele foi sair, o carro até afogou. Eu ainda empurrei o carro no meio da rua para ele, para ele poder sair com o carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E depois, ele lhe devolveu no dia seguinte?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Não, senhor. Quando foi umas 10 e meia da noite para onze horas, eu tinha acabado de gravar as fitas, eu estava tomando banho, ele chegou em casa e me chamou.

Falou assim: – Milton, vamos na 4 buscar o carro, porque o seu carro deu um problema lá e não está querendo andar.

Simplesmente, de dentro do banheiro mesmo, falei para ele: – Baiano, você pegou o meu carro aqui, então você me devolve ele aqui.

Aí, ele pegou e saiu.

Quando foi no outro dia, fui sair para me encontrar com o meu irmão, aí os meninos falaram para mim que ele tinha passado com o carro, que a PM estava arrastando o Pampa já.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entrega o microfone para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos voltar lá, Juraci. No dia em que você chegou lá, no outro dia, após a entrega da carga. Você confirma então que você esteve lá?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Estive lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com Alex?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Com Alex.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi fazer o que, lá, com Alex?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Fui levar o Alex lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí o Alex lhe chamou para ir receber uma carga?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Para ir lá. O que ele fez ou deixou de fazer, sei que eu estive lá com Alex.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só foi lá...

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Fui lá, deixei ele lá. Tanto que eu nem entrei no estabelecimento dele, não queria nem saber o que é que estava acontecendo. Levei ele lá e o que ele fez eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O negócio começou a melhorar, mas empacou de novo. Espere aí. Primeiro você empresta o carro para um menino que não tem habilitação, pega a hora que quer, volta a hora que quer, fica até de madrugada. Está muito estranho. Até aí estava tudo muito ruim, até a hora que você começou a assumir a verdade aqui. Você foi lá com ele sabendo o que era, né?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu levei ele lá pra ele...

O SR. OSCAR ANDRADE– Preste atenção. Pense na sua prisão, como que está sua vida. Estou te falando aqui, entendeu? E nós podemos te ajudar. O Presidente já te ofereceu. Nós podemos esvaziar aqui, nós podemos trabalhar a verdade com você pra gente chegar em quem a gente quer sem te comprometer, sem ninguém estar ouvindo. Até isso nós podemos fazer pra realmente ajudar. Eu estou inclinado a tentar ajudar já o Milton, porque a gente tá notando mais sinceridade nisso aí. Vamos continuar na linha que você começou. Vamos lá!

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Tá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então vamos lá. Nessa linha, tá? Se você quiser, nós vamos fazer do jeito que você quiser, mas vai ter que dizer a verdade pra nós, tá?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE– Você foi lá sabendo o que é que era, não foi?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – É... fui levar ele...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode ter coragem! Vamos lá!

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem orientou colocar o nome de Milton no processo?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Quem orientou colocar o nome de Milton?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE– Foi Alexandre. Foi ele que disse pra colocar o nome dele?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE– Por quê?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Porque foi preso o carro dele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Então ele orientou pra que ele fosse o culpado?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Orientação dele?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Orientação dele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Do advogado ou dele?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Do Alexander.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Alexander tava com a pampa?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, Alexander tava com a saveiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o outro tava com a pampa? E os dois participaram do assalto?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você não estava na hora?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você quer fazer reunião fechada, quer?

Presidente, requeiro que seja fechada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então pode levar pra outra sala ou quer fazer aqui?

O SR. OSCAR ANDRADE– Grava lá?

Porque gravar, nós vamos gravar, mas é pra CPI e não sai de jeito nenhum, viu Veroci. Você pode ter nossa garantia aqui, tá

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E se precisar de proteção, nós vamos te oferecer proteção.

O SR. OSCAR ANDRADE– Tá bom, tá bom, nós estamos satisfeitos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alivia essa angústia que você tá aí, tá na cara.

O SR. OSCAR ANDRADE– Peço que seja suspensa por cinco minutos pra gente decidir como é que faz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou suspender por cinco minutos para podermos estabelecer a forma de ouvir...

Nem os dois você quer aqui também? Nem os dois?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles podem ficar.

As pessoas que estão aí, se puder esvaziar por alguns minutos enquanto ele faz o depoimento. Mas os Srs. Deputados... não vejo nenhum constrangimento.

O SR. OSCAR ANDRADE– Os assessores, por favor, vamos deixar a sala vazia. Os jornalistas também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os Deputados podem permanecer, por favor.

O delegado fica com a gente

O senhor poderia nos explicar quais os motivos de suas aflições e porque elas levaram a esta confissão e à acusação do Sr. Milton? O senhor poderia esclarecer melhor isso, sob garantia da nossa proteção.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se o senhor realmente ajudar, vamos recomendar tudo que for possível na lei, dentro do Programa de Proteção à Testemunha. Vamos recomendar a sua colaboração, pela qual podemos negociar coisas boas para você.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO– O que falarei aqui é o que aconteceu aquele dia. Vocês tiram as conclusões que quiserem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antecedente ao dia e posterior à negociação.

O SR. OSCAR ANDRADE– Desde o início.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Aquele dia estava passando mal em casa, realmente. O Alex ficou com meu carro, foi atrás para ver tudo que teve que fazer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi atrás?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Foi atrás ver onde estava o caminhão e tudo. Nisso, ele já tinha...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi praticar o roubo mesmo, com o Alex dirigindo?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Só que ele já tinha ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Com mais quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos deixá-lo falar um pouco. Fale você e, depois, vamos questionar algumas coisas.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele foi lá, verificou tudo, descobriu o horário

que o caminhão ia sair e tudo. Combinou junto com o Baianinho, com o Gaguinho, que é o Parazinho...

O SR. OSCAR ANDRADE – Baianinho é o Cleóbolo.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – ... que é o Parazinho. E ainda tinha um outro menor junto, que era um tal de Cássio. Certo? Ele também ficava junto com o Alex.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cássio?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Cássio. Aí, ele pegou e arrumou tudo. Foi, fez o negócio todo. Falou que já tinha combinado a venda, tudo. Já tinha ligado e combinado a venda, como seria feita, onde seria entregue. Certo? Fez o negócio e me entregou o carro à noite. Era de madrugada, mais ou menos 1 hora. No outro dia, fui lá com ele para verificar, para ele fazer o acerto com quem tinha vendido.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor ia ganhar quanto nisso?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Estava mais junto com ele. Ele tinha me prometido dar uns R$ 2 mil ou R$ 3 mil. É isso que ele iria dar para mim. Em relação à Pampa do Milton, tenho certeza absoluta de que não foi passada na frente, de que não foi usada.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Pampa nem usada foi?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não foi usada, porque o Milton não passou na frente com ela.

O SR. OSCAR ANDRADE– Mas o Cleóbolo...

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Tenho certeza absoluta porque, no momento em que estava acontecendo o negócio, o Milton tinha passado na minha casa. Eu estava em casa, estava doente.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Alex ia te dar R$ 3 mil?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Isso. Ia dar uns...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ia dar de R$ 2 mil a R$ 3 mil. Isso combinou com você, não é?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele falou o preço por que ia ser vendido o café?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele falou em torno de R$ 16 mil, por aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – R$ 16 mil. E dessa forma foi feito?

Olhe bem. Você foi lá ...

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Fui lá, mas, como ele mesmo confirma...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ele saiu com o dinheiro? Não se importe porque ele está aqui. Ele está colaborando também. Não vamos prejudicar ninguém que esteja colaborando. Creio que ele sabe também, mas não quero a opinião dele agora. Pode esquecer que ele está aqui. Estamos fazendo jogo limpo aqui. Depois, vamos ter a conversa com ele.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – De que forma ele chegou dentro do seu carro, na hora em que fez o acerto? Quanto de dinheiro na mão, em que situação? Foi em algum banco?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Se não me engano, ele estava com R$ 2 mil e alguma coisa na mão, e ele disse que tinha sido transferido uma conta, que não sei qual era.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não me lembro da quantidade. Só sei que tinha sido uma quantia transferida para a conta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já tinha sido transferida?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Já tinha sido transferida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem indicou a conta foi o Alex?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Foi o Alex.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você acha que o Altair sabia que a carta era roubada?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Pelo que o Alex falou para mim e o que o Baianinho sempre disse, ele sabia que era roubada, agora eu não mantive com ele contato, em momento algum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe se Alex fez contato com ele antes do roubo, porque você disse aqui agora que ele já tinha recebido a encomenda da carga, da sabia para quem vender. Você acha que foi conversa com ele anterior?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele já tinha feito o contato todo com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) –Ele já tinha feito contato.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Já tinha feito contato. Agora, não sei se era ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E se o Alex te confirmou?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O Alex me confirmou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se ele foi lá para te fazer a cobrança é porque já tinha estabelecido a negociação.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Já tinha feito contato tudo certo. Agora não sei se era realmente com o Altair que ele tinha feito o negócio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se circunscreve aos fatos de que tem conhecimento e às informações que o Alex te passou.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Do que eu participei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do que você participou e daquilo que o Alex te informou, porque, nessa altura, ele não estava mentindo para você.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Inclusive, gostaria que vocês verificassem, porque o pai do Alex ... ele foi muito bem orientado pelo pai.

O SR. OSCAR ANDRADE – O pai tem antecedentes.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O pai dele tem antecedentes grandes. Tinha vários postos no Estado de Rondônia, inclusive o Alex ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A marginalidade do Alex já era de DNA. Já era genético.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você disse que o Alex foi com um outro menor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É. Ele estava envolvido com outro menor também.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Naquele dia, ele estava envolvido com outro menor. Com o Cássio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cássio?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso apareceu no inquérito?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não. Não apareceu. Ele não foi citado em momento algum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não apareceu?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é mais menor. Seguraram...

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque seguraram a ....

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Porque o Alex não disse o nome dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você falou de três: era o Alex, o Cássio e mais um.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Cleóbolo e o Parazinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem participou diretamente do assalto? Quem interrompeu o caminhão? Quem apontou a arma?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Foi o Cleóbolo e o Parazinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles é que estavam na estrada, conforme a sua discrição.

O SR. OSCAR ANDRADE – Provavelmente foi com a Pampa mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você acha que o motorista tinha alguma coisa?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele estava com a Saveiro. Alex estava com a Saveiro. Foi ele que levou o pessoal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas o Cleóbolo estava com a Pampa dele.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não sei dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Alex te falou alguma coisa de comprometimento do motorista?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O que eu sei em relação ao Alex é que ele havia dito que o motorista estava sabendo do negócio, que, no entanto, ele teve que queria muito rápido. Pelo tempo, ele teve as informações muito rápido: que hora que ia sair; quando que ia sair; onde é que estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Digo isso porque a forma da discrição que fizeram para o Milton era de que ele saiu da balança, encontrou dois rapazes sentados num tronco de árvore ...

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Inclusive o motorista parou, achando que o saqueiro do homem lá, que faria o saque.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o processo de um saqueiro estar sentado ali, próximo à balança?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando sai da balança, vem chapa, vem saqueiro, esse pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois é, mas o cara parar é porque tem combinação, senão ele estaria de arma na mão para interromper a passagem.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO –Deveria ter sido feita a investigação mais fundo, só que não quiseram saber disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não detalharam a investigação.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não detalharam.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem orientou para proteger, blindar, o Alex e o outro menor?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O problema foi o seguinte: o Alex foi preso. Ele chegou lá. Foram presos, eu, o Alex, o baianinho e esse Cássio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Cássio foi preso?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O Cássio esteve junto lá.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Foi o pai do Alex que ofereceu dinheiro para todo mundo protegê-lo?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Olha, eu ouvi contar isso aí também, agora não tenho de que foi realmente, porque, para você ter uma idéia, no primeiro depoimento, o Alex não apareceu. Ele simplesmente foi embora e não apareceu. No segundo, ele apareceu.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim. Mas você acredita que deram dinheiro a quem para essa proteção excessiva do Alex?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Alex não constou nem do inquérito inicial?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Nem no inquérito inicial. Ele foi como nossa testemunha de acusação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi nem encaminhado para programa de menor?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Depois ele foi. Mas ele foi como testemunha de acusação minha, do Milton e do Baiano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Voce queria acrescentar algo? Parecia que V. Sª deseja acrescentar outro fato em relação ao que ele está falando.

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Eu iria acrescentar algo em relação ao saqueiro, como V. Exª disse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Sobre o saqueiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Saqueiro é chapa?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carrega o saco.

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Fiquei sabendo, pela boca do Cleóbolo mesmo, e um depoimento que ouvi do motorista, que o motorista realmente sabia. Então, se ele sabia, por isso, quando ele viu os dois rapazes parados, ele automaticamente parou a carreta. O Cleóbolo é meio brincalhão. Ele chegou rindo, dizendo: "Rapaz, quando ele parou a carreta para estacionar, a carreta deu cada soprado! E o cara comprava carreta só para poder fazer aquilo também. Ele ainda usou essa expressão.

O SR. OSCAS ANDRADE – Você acredita que o motorista estava envolvido?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – Por aquilo que eles me falaram, acredito que sim, e pelo que está no depoimento do Alex.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Alex acusa o motorista?

O SR. MILTON CEZAR DA SILVA – No depoimento do Alex, ele acusa o motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O motorista foi indiciado?

O SR. (orador não identificado) – O motorista foi quem descobriu a parada dele. Na hora em que amarraram o motorista atrás do carro, o motorista, com medo deles, pegou o cheque rasgou e jogou debaixo do tapete. Aí o motorista falou: "A prova está ali debaixo, por isso que eu rasguei.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Esse negócio desse cheque, tenho quase certeza de que isso foi armado. Tenho quase certeza absoluta. O Alex, o Parazinho e o menino que levou o motorista para passear com ele e levá-lo lá...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Enquanto fazia a entrega, ele sumiu?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eles foram levá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Levaram na sua saveiro ou no pampa?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Dentro da saveiro. Ele deu certeza absoluta de que o motorista não foi para trás. Então, não havia como colocar o cheque lá atrás.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Esse Parazinho, que está preso no Paraná, é o mesmo que participou com vocês?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª acredita que o cheque foi para o exterior?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O Parazinho, a informação que eu tive pela própria Polícia Civil, é que ele foi morto.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas é o mesmo que participou com vocês?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Quem está preso?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Parazinho, lá no Paraná. Não tem um Parazinho preso no Paraná?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – A informação que tive foi de que o Parazinho morreu; mataram ele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas tem um preso no Paraná?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Tem um preso aqui.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Em Jiparaná?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É esse que participou com vocês?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não tem nada a ver. Esse é o Francisco Romão da Silva. Não tem nada a ver com esse caso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você já o viu?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Como?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você já viu esse cara, já o identificou?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não. Não me levaram para identificar. Mas, pelo nome, não tem nada a ver. Mas se me levarem para reconhecer e identificar, eu falo se é ou não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o nome do Parazinho?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu conheci o Parazinho pelo nome de Ronaldo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ronaldo?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ronaldo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse outro Parazinho é Francisco?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Francisco Romão da Silva ou algo assim, talvez da Rocha. Esse que está preso não tem nada a ver com o caso. Não o conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem são realmente os participantes? O Alex, o Parazinho, o Cássio, o Cleóbolo. São esses quatro?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esses participaram da operação.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Esses participaram da operação. Eu participei, quer dizer, eu fiquei sabendo, porque eu sabia o que estava ocorrendo. Eu não fui, não fiz nada, negociação nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que esse Cássio não aparece de jeito nenhum de nenhum inquérito nem nada?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Porque ele não foi citado. No começo, para não envolver muitas pessoas, deixaram quieto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o advogado mandou você falar até o que não existia contra você. Você falou. E deixa passar uma situação dessa?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Mas ele deixou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você falou sobre o Alex?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele conversou primeiramente com o Alex. Falei sobre o Alex.

O SR. OSCAR ANDRADE – No seu depoimento, você assume a participação.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Assumo a participação.

O SR. OSCAR ANDRADE – De que forma? Dessa que você está falando agora?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da negociação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você assume?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Que eu estava junto. Não assumi da negociação, porque eu não estive na negociação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você assumiu que foi lá na carreta?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Foi isso que o advogado me orientou a falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o que realmente ocorreu com a sua pessoa?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Com a minha pessoa, eu estava, no dia em que ocorreu esse fato, eu estava...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando ocorreu o assalto.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu estava na minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas V. Sª sabia que iam fazer?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu sabia que iam fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª participou da conversa do Alex que explicou tudo que seria feito?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele explicou e falou o que estava ocorrendo e que já havia negociado. Bastava apenas chegar, entregar e receber.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele já sabia que a carreta ia chegar?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Já sabia de tudo. Tinha informação de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª acredita que o motorista passou para ele essas informações?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Creio que sim, porque para ele ter essas informações foi muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando ele voltou com a saveiro, ele disse que deu certo?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele falou que tinha dado certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, tranquilizou-se e foi dormir?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E, no dia seguinte, V. Sª foi lá para verificar.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Inclusive, nesse dia, o Sr. Milton passou lá. Eu dividia o apartamento com uma mulher. Nós morávamos juntos e dividíamos o aluguel. Ela levou remédio para mim, na cama. Eu falei isso. Mas, quando dei meu depoimento para o Dr. Glauco, ele simplesmente fez uma pergunta e disse que estava bom, sem querer saber de mais nada. Ele não me deu oportunidade de falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O motorista foi conduzido na saveiro?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele até descreve que o motorista não poderia ter ido para trás e que o cheque deve ter sido plantado para inocentar o motorista. Não é isso?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente, Excelência. Inclusive, os policiais tiraram o conector da ventoinha do carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª leu o depoimento? Ele disse que foi atrás. Havia alguém fazendo segurança ou ele poderia ter pulado e fugido?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele foi atrás... Se ele tivesse ido atrás, poderia ter pulado e corrido. Era aberto.

O SR.OSCAR ANDRADE – Você afirmou que tiraram o conector?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A saveiro era baixa?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sim, era baixa. Era aquela quadrada, 1994. Eles tiraram. Inclusive, a Polícia, um dia antes, na noite, eles tiraram o conector da ventoinha do meu carro para que, quando eu saísse, ele esquentasse e parasse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Será necessário reinterrogar o outro.

O SR. OSCAR ANDRADE – A polícia tirou?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – A polícia tirou. Eles revistaram a minha casa – só que eu não falo. Mas eu conheço o meu carro. Quando eu estava, foi tudo revistado e revirado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, é importante que o Sr. Veroci Severino Adalberto Filho confirme que o Sr. Milton César da Silva não estava envolvido.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O Sr. Milton César não estava envolvido.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE– Apenas foi envolvido por orientação do Alex, não é isso?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente, Excelência.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem mais tem conhecimento de que o Sr. Milton não está envolvido?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Quem mais tem conhecimento?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Todos os que estavam presente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE– Creio que V. Sª se sente mais aliviado hoje, não é?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Hoje, estou bem melhor.

O SR. OSCAR ANDRADE– Contar a verdade é bom, não é Sr. Veroci?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Há outro assunto importante. V. Sª afirmou e eu gostaria que falasse se o Sr. Altair Francisco da Silva, comerciante, tinha conhecimento de que a carga era roubada.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Afirmo, porque o Alex me disse e o Cleóbolo falou. Mas, em momento algum, tive contato com eles.

O SR. OSCARA ANDRADE – Você afirma que o Alex e o Cleóbolo informaram-lhe que ele já sabia.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente. E o Alex ainda informou-me que já havia feito contato. Mas não me falou que seria com o Altair.

O SR. OSCAR ANDRADE– Então, voltemos ao outro dia – carga entregue. Você foi lá com o Alex na empresa dele?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Na empresa dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ficou na porta? Lembra-se a que horas chegou?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Fiquei na porta, lá fora, até debaixo de uma árvore. Cheguei às oito ou às nove horas da manhã. Não me lembro. Foi de manhã.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo você ficou?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Até uma hora aproximadamente – ou uma e meia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, você ficou quatro ou cinco horas?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá fora, parado?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Lá fora, parado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deu tempo, então, foi suficiente para ir, fazer transferência em banco? Ele não usou V. Sª?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Creio que era um senhor que estava com ele que o acompanhou ao banco e fez tudo. Não sei se ele fez a transferência. Realmente, ele me mostrou um cheque.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quanto?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não me lembro. Penso que foi de R$6mil ou R$7mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Havia dinheiro também?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele tinha R$2mil ou um pouco mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não havia citado os R$2mil em dinheiro?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, do dinheiro ele falou.

O SR. OSCAR ANDRADE – R$1.900,00? Está certo, que inteiravam R$8mil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você sabia que a mercadoria era roubada? O Alex disse para o Vinícius que o Veroci...

O SR. OSCAR ANDRADE – Havia promissória?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, ele não me mostrou promissória. De quanto era a promissória? De R$20.500,00? Ele não me mostrou promissória.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que ele não apresentou o cheque? Foi preso antes?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O cheque ele mostrou a V. Sª?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ficou tudo com ele. Até hoje não sei se isso foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe se o cheque foi apreendido ou não – ou a promissória?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Creio que não foi apreendido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não sabe a que horas chega.

O SR. (Orador Não Identificado) – *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O meu acerto só foi com o Alex, mais ninguém. Ele foi lá a pé e me ofereceu café.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma)– O senhor só acompanhou, não participou da conversa e ficou lá, sabendo o que ia fazer lá.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sabendo o que já tinha feito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor hoje se sente arrependido disso? Dá o microfone para ele

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Perdi a minha empresa, a Saveiro. O meu sócio me deu o cano e perdi tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor daria algum conselho aos jovens que pensam que é vantagem participar de uma aventura dessas para enriquecer com facilidade?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, de maneira alguma. Isso é a pior besteira do mundo que se faz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor serve de exemplo de que não se deve fazer o que fez?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Sirvo muito de exemplo. Hoje sei o que passei e o que estou passando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a sua família, como se sente?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Os meus pais moram em Manaus, mas tenho muitos amigos. Os meus pais de criação moram aqui em Porto Velho. Morei por doze anos aqui em Porto Velho. Inclusive, da empresa Fênix Sistema era sócio e trabalhava prestando serviços, vendas, tudo. Morei por doze anos aqui e nunca tive problema nenhum. Nunca, em momento algum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Veroci, o grande mentor disso tudo é o Alex?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O Alex.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não acha que é o pai dele?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O pai dele tem algum negócio?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O pai dele tem negócio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que o pai dele tem o senhor sabe?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O pai dele tem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Posto de gasolina?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Posto gasolina, tem uma fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continua a ter posto de gasolina?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui em Rondônia mesmo.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele tinha em várias cidades.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem? O pai dele?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O pai dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra quais as cidades?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Pimenta Bueno, Jarú.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é fiscal da Receita?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, ele deu o golpe na Receita.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele que agenciava alguns fiscais e empresários?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Ele trabalhava junto com o Edgar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Darf falso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Provavelmente, esse fiscal que foi mandado embora, que o delegado disse que montou as firmas de fachada, tem a origem nessa relação?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não sei dizer para o senhor, não. Eu sei que o pai dele mexia com isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os dois estão nos Estados Unidos, o pai e o filho?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – O pai e o filho, estão nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O pai, então, não tem mais negócio aqui?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, ele tem. O pai dele já veio aqui umas três, quatro vezes. Sempre vem aqui e volta para os Estados Unidos. Sempre está por aqui para ver os negócios dele e volta para os Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. CARLOS DUNGA – Creio que o interesse da CPI é exatamente o esclarecimento, para que possamos levar à sociedade o resultado dos fatos. Há 15 minutos, o nosso Relator dizia da vontade de cientificar o Dr. Juiz do depoimento que aqui estava sendo feito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria pedir uma autorização reservadamente no sentido de enviar ao juiz competente a sua afirmativa da inocência do Milton. O senhor autoriza isso, porque estamos em reunião secreta e não vou falhar no compromisso que a Comissão tem consigo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Até para mostrar que a CPI não é carrasco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como há esse compromisso de reserva, pediria sua autorização para que pudesse mandar o juiz comprovar.

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Autorizo. Inclusive, perante o juiz, eu disse que o Milton não teve nada a ver, que não resolveu nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. A autorização está dada. Vamos encaminhá-la por ofício e pedir ao delegado que faça essa diligência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quero também, Sr. Presidente, recomendar ao juiz, dentro das normas estabelecidas no Programa de Proteção a Testemunha, que lhe assegure a participação e a ajuda dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No caso de qualquer tipo de ameaça ou qualquer tipo de situação que lhe ponha em dúvida e insegurança, comunique imediatamente à CPI, que tomaremos todas as providências.

O senhor quer agora que se comunique ao Ministério da Justiça para fins de proteção à testemunha ou, por enquanto, você acha desnecessário?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Não, é desnecessário. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma)– O Dr. Oscar Andrade é Deputado. Você foi sincero, não acusou ninguém...

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Eu simplesmente disse o que aconteceu lá.

O SR. OSCAR ANDRADE– Deixo meu telefone com você e qualquer coisa que acontecer me ligue. Está bem?

O SR. VEROCI SEVERINO ADALBERTO FILHO – Está.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quero recomendar, Sr. Presidente, o que puder ser feito dentro da lei, pela maneira como ele se comportou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou levar para o juiz a sinceridade dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E que seja tudo feito através da Assessoria Parlamentar da Câmara e do Senado junto ao Ministério de Relações Exteriores e vamos buscar o Alex e o pai dele nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já pedi que a Interpol seja cientificada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlos Alberto Silva e Alex Pereira da Silva.

Vamos recomendar ao Ministério das Relações Exteriores e assim poderemos achá-los nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex.ª quer pedir mais alguma coisa?

O SR. OSCAR ANDRADE – A extradição deles, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Podemos suspender a secreta e reabrir a sessão.

Estão dispensados temporariamente. Qualquer outra coisa voltaremos a conversar com o compromisso de comunicarmos o esclarecimento dele ao juiz.

Você está sem advogado?

O SR. (Orador Não Identificado) – *(fora do microfone. Inaudível)*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Falamos com o Ministério Público para acompanharem de perto e, se for o caso...

O SR. OSCAR ANDRADE – Estamos orientando.

Você está vendo como jogamos limpo. De repente, você comprou mais barato sem saber...

O SR. (Orador Não Identificado) – *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem fé nela? Você acredita nela?

O SR. (Orador Não Identificado) – *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você comunica a ela que houve esse fato e se ela quiser procurar a CPI conversamos com ela.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, gostaria de sugerir que V. Ex.ª, como presidente da CPI, fizesse uma ligação ao juiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou falar agora com a advogada dele. Se tiver interesse, nos procure que estamos dispostos a fazer os esclarecimentos de que precisar. (Pausa)

Pode mandar entrar quem quiser. (Toca a campainha). Está reaberta a sessão ao público. Oswaldo Alcântara. Sua identidade é nº 99555, de Rondônia.

Qual é a sua idade?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Trinta e nove anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF nº 113874/672-04.

Qual é a sua profissão?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Local onde exerce a atividade atualmente?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Em Ariquemes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem algum grau de parentesco com pessoa envolvida no caso de roubo de cargas ou que está sob investigação desta Comissão?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor, de acordo com o art. 203, do Código de Processo Penal, não sendo obrigado a depor contra si, conforme o art. 5º da Constituição. Eu pergunto se o senhor se dispõe a responder com a verdade e somente com a verdade, perante essa Comissão, o que lhe for perguntado.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O microfone está sem som.

O senhor pode ler o final, que é sobre dizer a verdade, somente a verdade, para a sua proteção.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, eu queria antes esclarecer às pessoas que retornaram à sala a importância de termos fechado a sessão. Foi de muita valia à CPI, pelas informações que colhemos. É um fato inusitado. Eu saio daqui hoje com a certeza de que há um inocente preso, e eu quero que a CPI também faça justiça, porque não estamos aqui para condenar. Eu penso que, como está esclarecido desta forma, também constará do meu relatório. Faremos o que pudermos para tentar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós obtivemos do depoente a autorização para que se encaminhe esse depoimento sigiloso, que foi gravado, ao juiz ou à juíza competente, para que ela reveja a condenação, tendo em vista a afirmativa peremptória da inocência de Milton César da Silva, que descreveu todas as circunstâncias anteriores, durante a operação e posteriores à negociação. De maneira que foi gratificante poder ter estabelecido esse contato. É claro que a Polícia aprofundará as investigações, fará uma reabertura, reverá o procedimento, e, com essa autorização, isso será encaminhado ao juízo competente, o Ministério Público, para, diante das novas informações, tomar uma decisão a respeito. Então, eu cumprimento o Deputado Negromonte, o Deputado Oscar, o Senador e mais o Deputado Dunga, pela insistência em querer que se buscasse a verdade. O depoente começou a se angustiar, o que nos deu a impressão de que, psicologicamente, ele estava guardando algo que precisava falar para se aliviar. Ele foi estimulado e correspondeu à expectativa da Comissão.

Então, vamos ao depoimento do Sr. Oswaldo Alcântara. Eu peço que ele descreva a circunstância em que se viu envolvido no caso sob investigação.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor prefere falar algo ou ser perguntado. O senhor sabe o assunto pelo qual está aqui.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Eu acho melhor perguntarem.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe o motivo por que está aqui?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está preso?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não.

O SR. OCAR ANDRADE – Esteve preso?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Estive preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Responda ao microfone, por favor.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Por uma faixa de 22 dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vinte e dois dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Preventivamente?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE– Em função de receptação de carga roubada?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE– O senhor mora há quantos anos em Rondônia?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Há vinte e dois anos.

O SR. OSCAR ANDRADE– O senhor é dono do supermercado Corbélia?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Era.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era? Quais outras empresas o senhor teve?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Eu fui dono da Casa São Bento.

O SR. OSCAR ANDRADE– Casa São Bento?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Sim. Depois, com o tempo, comprei esse supermercado Corbélia.

O SR. OSCAR ANDRADE– Outras?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Tive comércio em Buritis também. Só esses aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só esses três?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor já teve mais.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mudou de nome algumas?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, nunca mudei de nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Foi Casa São Bento e Supermercado Corbélia. Não mudei de nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a do Buritis é que nome?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – São Bento.

O SR. OSCAR ANDRADE – São Bento.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Casa São Bento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Hoje não existe mais o Corbélia?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, o Corbélia, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem o São Bento?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não. Estou, hoje, de sócio com uma cunhada minha, tocando a Casa São Bento de novo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor comercializa?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Secos e molhados. É um supermercado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Supermercado, não é?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor só tem uma firma, teve outras, trocou de nome?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, não. Primeiro, eu tinha a Casa São Bento. Depois, comprei o Corbélia, comprei com firma e tudo. Depois, não deu para tocar e aí comecei de novo a outra nova firma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua empresa hoje está me nome de quem?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Da minha cunhada, que é minha sócia hoje.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, está em nome dela, o seu nome não aparece?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, o meu não.

O SR. (Orador Não Identificado) – *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Era, uma porcentagem era. Setenta e cinco por cento era.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece Person Pacheco?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Ah, não. Fiquei conhecendo depois que eu tive esse problema com o japonês.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Cléberson Paulo Pacheco?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é o japonês que você falou?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Yamamoto.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – É, o Yamamoto. Esse eu conheci.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antonio Yamamoto.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, Odair, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Odair Yamamoto.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – É, esse eu conheci.

O SR. OSCAR ANDRADE – Guedes Arcanjo Tavares?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Gilvani Ferreira Rocha?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jaírton José Sobral?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – A polícia apreendeu produtos roubados em seu supermercado, em Ariquemes?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Olha, não foi preso nada no meu supermercado. Porque, peguei desse Odair, ele levou lá umas caixas de, pegou uns fardos de açúcar meu emprestado, na época – não é? –, e levou uma mercadoria lá. Mas, não me disse que era roubado, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Odair ou Yamamoto?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, o Yamamoto.

O SR. OSCAR ANDRADE – É seu amigo?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – É. Não, não é meu amigo. Ele tinha um comércio grande na época. Ele vendia para todo mundo na cidade. Então, não era só para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele pegou sacos de açúcar emprestado?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – É, ele pegou vinte fardos de açúcar, foi o negócio que eu tive com ele. Aí, não pagava, não pagava. Com algum tempo, ele levou lá umas caixas de, não me recordo, eu nem estava na cidade, na época, não é? Aí, depois, passaram uns vinte dias, ou mais, ou trinta, apareceu o delegado lá, para dar uma olhada lá. Até não tinha achado nada. Depois, viu uns vidrinhos na prateleira, que deu, acho, umas duas ou três caixinhas, entendeu? E aí...

O SR. OSCAR ANDRADE – De que eram essas caixas?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Ah, eram umas caixinhas de molho, molho de pimenta, molho de massa de tomate, esses negócios.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como eles identificaram como produto roubado?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não sei. O Dr. Jeremias esteve lá e aí ficou uma semana lá, no supermercado, indo e voltando.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha nota de compra dessas mercadorias?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, foi assim. Desse jeito foi, então.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Como desse jeito?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não tinha nota de compra e o produto estava na prateleira? Se não foi comprado! Não é isso? Vou ser claro aqui.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, só que aí... Não, mas estou sendo claro. Estou dizendo que peguei a...

O SR. OSCARA ANDRADE – Não, presta atenção. Tudo bem. Você está numa CPI, você sabe, não é? Sabe?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Estou sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi convocado para isso.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Estou sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe o que é uma CPI? Não sabe?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Estou sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Tem dois anos que ela existe, estamos andando o Brasil inteiro. Estamos aqui, agora, na nossa terra. E vamos fazer o mesmo trabalho aqui que fizemos em outros lugares. Então, vamos falar claro, não tem problema.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – E estou disposto a ajudar no que for possível.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui, é o seguinte: o jogo é do jeito que você quiser. Vamos falar a verdade? Podemos te ajudar, até. Podemos te orientar, aqui, como fizemos ainda há pouco. Você ouviu aqui. Ou, então, podemos trabalhar em outra linha. Mas, vamos trabalhar de todo jeito. Está bem?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Sem problema.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, está bem.

Os produtos que foram apreendidos – vamos voltar –, não as caixinhas de pimenta...

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Umas caixinhas que não coube nem no Saveiro, não forrou o fundo do Saveiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas caixas?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, na época, não sei, porque eu não estava, não fui eu que foi levar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual pimenta que era? Molho de pimenta?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Era molho de pimenta. Eu não vi.

O SR. OSCARA ANDRADE – Da Cica?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, não era da Cica, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da Parmalat?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, era da Wilson.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da Wilson?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Isso. Não deu um fundo de um Saveiro. Deu uma meia dúzia de caixa, de caixinha pequena.

O SR. OSCAR ANDRADE – E isso pagava os vinte sacos?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, não pagava nem a metade.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você recebeu?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, mas eu não estava lá. Ele pegou e deixou essa mercadoria no supermercado...

O SR. OSCAR ANDRADE – Largou lá.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – É, deixa para o Oswaldo aqui...

O SR. OSCAR ANDRADE – Com quem?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Deve ser o meu gerente na época. Deixa aqui com o Oswaldo e assina a notinha, que eu tenho acerto com ele dos açúcar que ele tinha pegado meu. Entendeu? Essa é a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você tem a dizer sobre a seguinte informação que tem a CPI.: No ano de 2000, havia uma força tarefa do Norte do Brasil – não era só de Rondônia, não –, e tinham no senhor a pessoas mais articulada no roubo de cargas e receptação aqui no nosso Estado.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não é do meu conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o seu sentimento a respeito disso?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – O meu sentimento é que acho que... Se entendi a pergunta, o trabalho de vocês está excelente, agora que o meu nome está envolvido aí...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acha que é uma coincidência?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, acho até mesmo que é um absurdo, porque nunca pegou nada roubado no estabelecimento meu, nunca, nada, nada aconteceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não pegou as caixas de pimenta?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, foram essas caixinhas agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acabou agora de dizer do Yamamoto. O Yamamoto, ele fazia era isso não é?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, para mim ele não fazia isso, não, eu não tinha como isso não, que ele era um cara até bem conceituado na cidade na época, tinha um supermercado grande.

O SR. OSCARA ANDRADE – Qual que era o supermercado dele?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Supermercado Yamamoto, muito grande por sinal o supermercado dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi ele mesmo que foi lá levar as caixas?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, eu não sei, porque no dia que ele levou eu não estava na cidade, eu não estava no supermercado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era fornecedor, não era?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, ele vendia para todo mundo, atacado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Atacadista?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, ele tinha um supermercado grande, então ele vendia atacado para todo mundo na cidade, não era só para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para os menores?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é estranho ele ir lá levar algumas caixas?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, mas é o que estou dizendo, eu não estava lá no dia que ele levou , eu não sei se foi ele que levou. O meu açúcar foi eu que emprestei para ele, eu pessoalmente que emprestei.

O SR.OSCAR ANDRADE – Você respondeu a inquérito sobre isso?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Respondi

O SR. OSCAR ANDRADE – O inquérito já foi concluído?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Foi concluído, fui condenado, estou recorrendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi condenado?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Fui condenado, estou recorrendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi condenado a quanto tempo?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Acho que três anos e pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Três anos. O senhor tem direito a **sursis**?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – É a primeira vez que o senhor tem um inquérito?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Primeira vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou repetir a pergunta. É a primeira vez que o senhor responde a um inquérito? Vou repetir de novo.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, não, não estou entendendo a pergunta.

O SR. OSCAR ANDRADE– O senhor responde a algum outro inquérito ou já respondeu?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, respondo, tenho mais dois processos na Justiça em andamento.

O SR. OSCAR ANDRADE– Dois processos. Quais são?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Olha aí, quais são ao certo eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei, porque tenho aqui. Quero que o senhor responda.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Tenho dois processos tramitando na Justiça. Entendeu? Isso que estou dizendo para o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE– Quais são? Você pode falar o artigo ou o que que é. É roubo de carga também? Receptação?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, não é receptação. Um é um cheque que comprei, que peguei na época...

O SR. OSCAR ANDRADE– Um cheque.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – ....em 92, foi em 92, foi uma troca de um cheque que eu dei um valor meio alto e o cheque teve problema, mas eu não tinha problema.

O SR. OSCAR ANDRADE– Você trocou o cheque?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – É , cobrei uma conta no cheque.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cheque seu?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você...Alguém trocou o cheque com você?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Trocou o cheque comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE– Cheque de quanto?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Cheque de Cz$ 10 mil na época ou Cr$ 10 mil, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Representava o que hoje?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Ah, não tenho nem idéia.

O SR. OSCAR ANDRADE– Dava para comprar o quê?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Ah, foi 90 isso aí, 91.

O SR. OSCAR ANDRADE– Um caminhão novo?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, aí não dá.

O SR. OSCAR ANDRADE– Não. Uma caminhonete nova?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – O que vou falar? Era Cz$ 10 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE– Mas você sabe o que comprava na época. Não lembra não?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, na época não lembro o que comprava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você mesmo disse que era um cheque de valor.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – É, o valor eu sei, Cz$ 10 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais ou menos o valor de um carro novo hoje?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – É, deve ser tipo aí uns R$25 mil aproximado.

O SR. OSCAR ANDRADE– Você trocou esse cheque?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Troquei esse cheque.

O SR. OSCAR ANDRADE– Para quem?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Esse cheque foi trocado por um cidadão que fazia compra no meu comércio na época, foi em 91, entendeu? Comprei, dei uma parte do troco para ele e depois fui dando o troco de acordo que ia entrando um dinheiro ia passando para ele aí depois esse cheque deu problema.

O SR. OSCAR ANDRADE– Qual problema que deu?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Ah, deu que era de um minério que eles tinham roubado e vendido, mas eu devia deixar o cheque quieto e fui executar o cheque, aí que meu nome apareceu nisso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE– Coincidência. E o outro processo? (Pausa)

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – O outro processo que deve ter não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE– Você falou desse aí do cheque já, o inquérito que você respondeu e está condenado. E o terceiro qual que é? Vamos lembrar. (Pausa)

Não quero ler não, queria que você falasse, fica melhor para você.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Ah, o senhor pode ler, não me recordo não. Foi de 90.

O SR. OSCAR ANDRADE– Você disse que teve dois.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Sim, foi de 90, não me recordo, com certeza não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O motivo, nada, você não sabe? Esse aí você lembrou, foi o cheque.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Foi o cheque.

O SR. OSCAR ANDRADE– O outro foi também receptação de carga roubada. Não foi?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Eu não sei, se foi, como foi colocado. Eu não sei como foi, informar não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE– E que mais tem aí?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, que eu sei não tenho mais nada, as pendências que tenho na Justiça são essas daí.

O SR. OSCAR ANDRADE– Você não conhece o Person?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não conheço. Não, conheci no jornal, e aí agora que chegou ali algemado, mas nunca tinha nem visto antes.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É verdade que se fazia fila para comprar no seu supermercado?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Como?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Fazia-se fila grande para comprar no seu supermercado? Muita gente comprava no seu supermercado?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, era um comércio normal.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não havia procura excessiva por suas mercadorias?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, movimento normal.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas temos informação de que faziam fila para comprar suas mercadorias pelo preço acessível. Você fazia de vez em quando liquidação? Era bom de preço?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Toda vida fiz promoção como todo supermercado faz. Em todo final de semana sempre fiz promoção, é por isso que nunca ganhei dinheiro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor é bom de preço.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – O que eu consigo comprar no preço menos, realmente coloco...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Então o senhor faz mágica.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Mágica não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor paga imposto?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Sim senhor. Eu faço promoção como todo supermercado faz.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem talão de cheques?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Tenho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem cartão de crédito?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Tenho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Declara imposto de renda.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Declaro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Da sua empresa também?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Também.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Como o senhor declara as mercadorias que compra sem nota fiscal?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Como sem nota fiscal?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nesse instante o senhor falou que comprou mercadoria sem nota fiscal. Como o senhor declara essas mercadorias?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não é que eu compre mercadoria sem nota fiscal. Alguma coisa acontece, como acontece com todo comerciante, compra-se com uma nota mais baixa. Não sou só eu, no caso. Todo comerciante faz isso. Não compra 100% com nota.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quer dizer que o senhor generaliza, todo mundo compra mercadoria sem nota?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não existe 100% com nota.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É uma acusação altamente perigosa a que o senhor está fazendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como chama a empresa que o senhor tem hoje que está em nome da sua cunhada.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – M. A. Luciete.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é qual supermercado?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Casa São Bento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem um depósito além disso?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse depósito é outra empresa?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – É outra empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não me falou dela. Está em nome de quem?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – O barracão era meu. Aluguei para um rapaz há muito tempo, em 1997 ou em 1998. Ele abriu uma firma que mexia só com bebida. Eu não mexia com ele ainda. Não sei o que houve com ele, um problema de fiscalização, ele recebeu um auto de infração de R$38 mil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não me recordo quando, mas deve haver no autos. Aí ele vendeu o caminhão e pagou o auto de infração.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso tem muito tempo?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Tem muito tempo. Ele pagou o auto de infração e não agüentou. Passou para mim, disse que não poderia trabalhar. Depois, quando as coisas melhoraram um pouco, comecei a comprar e vender nesse local. Agora, depois de muito tempo que abri essa Casa São Bento. Faz 5 meses, mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ali é um galpão.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – É um barracão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem suporte para a varejo.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Lá não vende varejo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você comprava e vendia no atacado?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Lá é só atacado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Houve uma busca lá na semana passada?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Houve uma busca lá, A Secretaria da Fazenda foi lá e conseguiu autuar em R$800,00. O que estava ilegal no meu depósito era de R$800,00. Ficaram de manhã até a tarde fazendo levantamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a multa que o senhor tomou?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Deram um auto de infração de R$800,00.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá está em nome de quem?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Está no nome do rapaz para quem alugava, Devon José da Silva.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Devon José da Silva.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele emprestou o nome para o senhor montar?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não é que ele emprestou, ele passou o nome para eu trabalhar. Ele foi para o Paraná e passou para eu trabalhar. Tenho procuração e tudo mais dele para trabalhar.

O SR. OSCAR ANDRADE – É um laranja.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Se dá esse nome, não sei. Sei que ele trabalhou muito tempo lá.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Oswaldo, você era famoso por participar da quadrilha mais famosa de um dos principais receptadores da região?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não sabia de maneira nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabia sim.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor já apareceu alguma vez no jornal?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Apareci quando fui preso. Há um ano e pouco.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Está aqui sua foto.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Eu falei que fui preso, não falei?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – A manchete aqui fala da sua participação. Você era um dos receptadores mais famosos.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Mas quem informou está mal informado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É a Polícia quem informa que flagrou no seu supermercado mercadoria roubada. O senhor sabe que a CPI está atrás de receptador e não de motorista que rouba carga? Está justamente atrás do receptador, que é quem encomenda a carga, é o perigoso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Este comentário é importante. A prova maior de que estamos no caminho certo é que estamos querendo transferir de três anos, com direito a sursis, a pena do receptador, para oito. Olha, que coincidência: quantos anos você pegou?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Três anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Três anos, sursis, está solto. Quer dizer, quem mais alimenta o crime no Brasil...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E não deve ser mais réu primário porque tem diversos processos.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Para você ver o que foi pego na minha empresa sem nota foi coisa até insignificante. Acho um absurdo pegar lá duas ou três caixinhas de molho...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você já foi investigado pela Receita Estadual e Federal?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Olha, eu acho que não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Pois é. Nós vamos solicitar essa fiscalização para saber como você está funcionando.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Pode fiscalizar. Estou aqui para colaborar com a justiça. O que eu puder fazer.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem casa própria?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carro?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual carro?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Tenho um Palio Weekend e tenho um Corsa financiado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fazenda?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Outros bens?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor declara imposto de renda direito?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Declaro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou requerer, Sr. Presidente, que seja quebrado o sigilo bancário e fiscal e telefônico do Sr. Oswaldo Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A Presidência acata a sua solicitação, Deputado.

O senhor ouvir falar no empresário Dourival Gaudino?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele tem uma empresa de guincho, ferro velho.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Biela, né?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Biela.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Esse eu conheço porque moro lá há muito tempo, conheço de vista.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nunca teve transação comercial ele?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Nunca fiz negócio com ele.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sabia que ele estava envolvido, ouviu fala?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Só ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Que ele está envolvido em roubo de carga? Pois é, você está famoso, seu nome está em todos os jornais da região como receptador mais famoso. Você devia processar esses jornalistas, viu?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Mas pode prosseguir a investigação... É falta de dinheiro, senão já teria feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Já pensou se a coisa pega? Já ouviu falar no Natalina Rosemary?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Nunca ouvi falar. Não sei nem quem é.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Natalina Rosemary Serra...

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Nunca ouvi falar.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Oswaldo, você era proprietário do supermercado Corbélia, é isso?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Era.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – E você falou que esse supermercado tinha muito movimento porque você fazia muita promoção. Então vendia muito e tinha bastante movimento. Você vendeu a empresa, fechou o supermercado, o que você fez com ela?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – A empresa chegou num ponto que não tive mais condição de tocar. Aí eu vendi para o Ravel, que assumiu a dívida e ficou com o supermercado.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Você vendeu o supermercado mas abriu um outro tipo de negócio?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Na verdade comprei fiado. Não estava dando conta de pagar, então passei para o Ravel. Ele assumiu as dívidas e ficou com a empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quanto você vendeu o seu mercado?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Na época vendi por R$276 mil.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Fora o passivo que ele teve de assumir.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor aplicou o dinheiro em quê?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, não peguei dinheiro, ele só assumiu a dívida. Não peguei um Real em dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor deu pelo passivo? O fundo de estoque pelo passivo?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – O fundo de estoque pela dívida. Não me deram um Real. Só assumiram a dívida para não dar problema.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi que comprou?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Foi o Supermercado Ravel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Supermercado Ravel.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Mas você negou que tenha envolvimento no roubo de cargas como interceptador. Agora como você justifica que foi condenado a três anos e quatro meses de prisão, foi com relação a quê? Qual foi o motivo?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Foi em relação a esse processo que ele falou de uma caixinhas de molho. O japonês, na época, nem me falou que seria mercadoria de...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas umas caixinhas de molho que pegou lá acabaram lhe dando uma condenação. Você foi ouvido em juízo, teve advogado, teve tudo. Como foi isso? Quem depôs contra você, dizendo que isso era roubado?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, quem depôs contra mim... Na verdade, nem sei quem depôs, porque...

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Ninguém é condenado sem prova. Se o juiz tomou os depoimentos, a polícia investigou e você foi julgado e condenado, naturalmente foi porque existiam provas concretas contra você. O juiz não julgaria uma pessoa...

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Por isso mesmo, estamos recorrendo, porque não existe prova contra mim. Eu nunca comprei nada roubado de ninguém. Portanto, nunca pegaram nada roubado. Então, foram essas caixinhas que eu não sabia que eram roubadas.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – A investigação diz o contrário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acha que uma mercadoria roubada dentro do seu supermercado não é prova?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, desde...

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é prova?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Mas eu não sabia que era roubada. Ele não falou que a mercadoria era roubada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não falou, não?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, não falou que era roubada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por isso, você não está sendo condenado por roubo. Você está sendo condenado por receptação.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Mas eu não sabia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você não sabia? Comprando sem nota, você está correndo esse risco.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, mas não é bem assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – É como, então?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não é bem assim. Quando alguém vai vender um tomate e tal, é mercadoria roubada? Também não é por aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Existe a possibilidade de ser.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Barato, do jeito que você compra, não é?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, eu não compro barato, não. Compro pelo preço normal, pelo preço que todos compram.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E faz liquidação no seu supermercado?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, eu não faço liquidação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Liquidação.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Faço promoção como todos os supermercados fazem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Liquidação, com filas quilométricas lá.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, é assim, não.

Então, monta uma CPI na porta para acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Agora é que se vai aprofundar mesmo.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Mas pode aprofundar mesmo. Estou lá de portas abertas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não adianta querer fazer deboche, não, porque aqui não aceitamos. Da mesma forma que estamos aqui para inocentar, estamos também aqui para prender.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem uma condenação. Mesmo que esteja solto e recorrendo dela, você está diante de uma CPI a quem tem de ter respeito, Oswaldo.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Estou tendo. Estou simplesmente respondendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, você não está. Você está tripudiando da CPI e podemos prendê-lo aqui e agora por isso. É melhor que você se contenha e tenha respeito. Não estamos aqui para brincar. Estamos rodando há dois anos neste País, buscando ladrão de carga. Não estamos aqui brincando, não. Não perca o respeito, por favor.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Aí, ao invés de você conseguir anular sua condenação, você pode ter a sua pena aumentada. Você está respondendo sob juramento.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deputado Carlos Dunga, tem alguma pergunta?

O SR. CARLOS DUNGA () – No depoimento que ele faz, ele diz que outros compram da mesma maneira que ele compra. Quem seria esses outros?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Todas as empresas, todos os supermercados, todo o comércio compra mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sem nota?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, eu não vou dizer sem nota.

O SR. CARLOS DUNGA – Mas você disse que, da mesma forma como você comprou, outros compram. Qual seria esses outros?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Com esses outros, eu quero dizer o seguinte: o comércio local. Porque esse japonês vendia mercadoria para todo mundo, para todo comércio. Agora, especificar nome eu não sei. Exatamente para quem ele vendia, eu não sei.

O SR. CARLOS DUNGA – Mas você disse que outros compram. Você reafirma que outros compram ou não?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Que outros compraram mercadoria dele, eu reafirmo, com certeza. Agora...

O SR. CARLOS DUNGA – Mas não quer citar quais foram esses outros?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, não quero citar porque não sei. Ele tinha um comércio grande. Ele vendia por vários comércios. Agora...

O SR. CARLOS DUNGA – Se você não sabe, não deve afirmar. Se você afirma, seria bom você dizer quais seriam esses outros. Se você não diz quais são esses outros, sua afirmação não é convincente. Afirma ou não?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não. Que ele vendia mercadoria, eu afirmo. Agora, para quem, eu não vou afirmar, porque eu também não sei. Ele tinha um comércio grande.

O SR. CARLOS DUNGA – Quem afirmou foi você.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, estou dizendo o seguinte: ele vendia mercadoria para a cidade inteira. Agora, se ele vendia sem nota ou com nota, eu não estava a par disso aí.

O SR. CARLOS DUNGA – Há poucos instantes, você afirmou. Então, eu gostaria que você dissesse apenas "sim" ou "não". Ele vendia para outros? Você diria quais são esses outros?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, eu não sei para quem ele vendia.

O SR. CARLOS DUNGA – Então, a afirmativa dele não é convincente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele apenas quis generalizar para inocentá-lo.

Vou fazer uma pergunta, Sr. Oswaldo Alcântara, que o Deputado Oscar Andrade, nosso Relator, já fez. No entanto, gostaria de reforçar essa pergunta porque é importante.

Quando e como conheceu as pessoas de Person Pacheco, Cleberson Paulo Pacheco, Guedes Arcanjo Tavares, Gilvani Ferreira Rocha e Jairton José Sobral? O senhor conhece essas pessoas?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não as conheço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Conhece ou não.

O SR. OSWALDO ALCÂNTASRA – Não as conheço. Fiquei conhecendo a partir do momento em que fui preso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Esses são os acusados de terem vendido ao depoente os produtos roubados. Todos esses dizem que venderam os produtos roubados ao senhor. O senhor está dizendo, agora, que não os conhece. Vou dar outra oportunidade. Se mentir será preso. Vou dar outra oportunidade ao senhor de rever o que disse no passado. Já conversou com algum deles ao telefone?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Com nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pessoalmente não os conhece?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Nem ouviu falar?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Ouvi falar quando fui preso. Quando fui preso ouvi falar em Person Pacheco. Nos outros nem ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Está gravado que o senhor dizendo que nem ouviu falar.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Nem ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Vamos fazer uma acareação.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Depois, vamos saber ser realmente o senhor está dizendo a verdade.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Eles dizem, no depoimento à Polícia, que venderam produtos roubados ao senhor.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Para mim nunca venderam nada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Está bom.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Então, vamos fazer uma acareação entre essas pessoas e o Sr. Oswaldo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Passo a palavra ao Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, quero ouvir...

O SR. CARLOS DUNGA – Você teria alguma informação para dar à CPI em reunião reservada?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Como assim?

O SR. CARLOS DUNGA – Alguma informação que você entenda ser útil que a CPI saiba, mas que você não gostaria de dar em público. Quem sabe se reservadamente...

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não tenho nenhuma informação.

O SR. CARLOS DUNGA – Não tem?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Tenho uma pergunta a fazer. Gostaria de saber como foi a transação com Odair Yamamoto? Como você negociou com ele?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Com ele foi o seguinte: comprei dele um caminhão de som. Até então não tinha negócio nenhum com ele. Comprei um caminhão de fazer propaganda. Um dia, ele foi até lá e pegou 20 fardos de açúcar emprestado. Disse-me que estava sem açúcar, que o dele estava para chegar, e pediu-me 20 fardos. Emprestei os 20 fardos. Foi a relação que tive com ele. Nenhum negócio a mais, a não ser o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Em troca ele não deixou nada?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Ele deixou umas caixas de molho no meu supermercado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Largou lá.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Fez a notinha para depois acertar comigo. Depois, aconteceu isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você trocou por açúcar?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não troquei. Até hoje ele não me pagou o açúcar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Veja bem, o senhor está mentindo.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – No seu depoimento, o senhor diz que em troca de açúcar fez a negociação.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Ele pegou meu açúcar, nunca pagou, e deixou...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Perguntei se senhor tinha trocado por açúcar. O senhor acabou de dizer que não. Está gravado.

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Mas não disse...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Reveja: trocou por açúcar ou não? O senhor reafirma o que disse aqui ou quer mudar?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Afirmo que não foi nem feito um acerto. Aconteceu esse tipo de coisa e...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor mentiu?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Se menti não sei. Ele pegou meu açúcar e não me pagou. Deixou a mercadoria para depois acertarmos.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deputado Oscar Andrade (Pausa.). Está liberado...

O SR OSCAR ANDRADE – Eu gostaria que ele aguardasse.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não. Está certo, Sr. Oswaldo. O senhor aguarde...

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O próximo é Person Pacheco. (Pausa.) Qual o seu nome completo. O senhor pode falar ao microfone.

O SR PERSON PACHECO – Person Pacheco.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor sabe o número da sua cédula de identidade?

O SR PERSON PACHECO – 3933622-7, SSP/PR.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Qual a sua idade?

O SR PERSON PACHECO – Trinta e cinco anos.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Qual é o seu CPF?

O SR PERSON PACHECO – 571446059-68.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Qual é o seu estado civil?

O SR PERSON PACHECO – Casado.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Residência?

O SR PERSON PACHECO – Cacoal, Rondônia.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Avenida Castelo Branco...

O SR PERSON PACHECO – Avenida Castelo Branco, nº 21838. Jardim dos Bandeirantes.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Qual é a sua profissão?

O SR PERSON PACHECO – Comerciante.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Em que local onde exerce essa atividade atualmente?

O SR PERSON PACHECO – No mesmo endereço.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Em cacoal?

O SR PERSON PACHECO – Isso.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você é parente em algum grau de parte envolvida?

O SR PERSON PACHECO – Na época em que fui denunciado por esse crime o meu irmão foi denunciado pelo art. 180.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Qual é o nome do seu irmão?

O SR PERSON PACHECO – Cléberson.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Você se compromete a dizer a verdade, somente a verdade?

O SR PERSON PACHECO – Sim.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Então, faça o favor de assinar aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – V. Exª tem a palavra, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu gostaria de aproveitar a presença do Coronel Ferro nas dependências ao lado e, em nome dele, agradecer à Secretaria de Defesa da Segurança e Cidadania pela gentileza e pela maneira cortês como vem acompanhando a CPI há mais de quinze dias, principalmente culminando nos trabalhos de hoje, quando foi mobilizado avião em função das informações, que demoraram a trazer as pessoas aqui.

O SR PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Está feito o registro, nobre Deputado.

Passo a palavra ao Deputado Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está preso?

O SR PERSON PACHECO – Em regime semi-aberto, pelo art. 180, que está terminando daqui a 10 dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – A que se refere o art. 180?

O SR PERSON PACHECO – É receptação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em função de no dia 30.03.00 haver participado de um roubo de caminhão na empresa Rápido Rondônia?

O SR PERSON PACHECO – Essa foi a denúncia. Não ficou provado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só ficou provada a receptação?

O SR PERSON PACHECO – Fui sentenciado pela receptação de uma caminhão, o qual foi encontrado posteriormente e devolvido ao seu legítimo dono.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da carga, não?

O SR PERSON PACHECO – Da carga não ficou nada provado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só a receptação do caminhão?

O SR PERSON PACHECO – Fui preso sem qualquer flagrante de nada. Nada foi encontrado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você quer nos contar a história até para facilitar e ficarmos sabendo um pouco mais?

O SR PERSON PACHECO – Eu tenho um comércio em Cacoal, compro e vendo ônibus; desmancho ônibus e caminhões. Compro de seguradoras...

O SR. OSCAR ANDRADE – Salvados?

O SR PERSON PACHECO – Salvados. Eu tinha contrato com a Sul América há tempos e perdi o contrato para empresas maiores, mas continuo comprando de particular.

Fui procurado por um rapaz que já deve ter prestado esclarecimentos aqui na época oferecendo se eu queria comprar um caminhão para ser desmanche...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era?

O SR. OSWALDO ALCÂNTARA – Eu acho que era Gilvani. Eu acho.,

O SR. OSCAR ANDRADE – Ferreira das Rocha.

O SR PERSON PACHECO – Eu não sei sobrenome Senhor. ... se eu queria comprá-lo o caminhão com...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Jairton também estava junto?

O SR PERSON PACHECO – Sim. O objetivo era que eu desmancha-se o caminhão. Eu não quis comprar, eu não comprei o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor viu o caminhão?

O SR PERSON PACHECO – Eu vi o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual caminhão que era?

O SR PERSON PACHECO – Um Mercedes vermelho velho de ano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era da Rápido Rondônia?

O SR PERSON PACHECO – Não, a carga era da Rápido Rondônia, o caminhão era frentista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era carreteiro.

O SR PERSON PACHECO – O que aconteceu na época foi uma apropriação indébita por essa pessoa Gilvani que eu não comprei, mais possivelmente ele vendeu para alguém. E o que foi apurado os fatos o Senhor tem em mãos e no dia o Senhor me chamou lá, mas eu não comprei, simplesmente no dia, por eu ter um comércio de peças eu vendi um pneu para ele e foi só isso que aconteceu. Fui denunciado depois. Nada foi encontrado comigo ou na minha empresa. Respondi por esse processo. Fiquei preso algum tempo. Fui solto e posteriormente saiu a sentença.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Senhor foi então condenado por receptação de caminhão ou de carga também? Então por delito, não tem nenhuma...

O SR PERSON PACHECO – Do caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você fez um compromisso de dizer a verdade aqui. Está certo? Por isso estamos perguntando.

O SR PERSON PACHECO – Sim, Senhor. Sem problemas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais as mercadorias que foram roubadas?

O SR PERSON PACHECO – Na época eu soube porque eu fui denunciá-lo. Acho que eram mercadorias de diversas transportadoras, não é? Acho que tinham diversos donos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Cargas fracionadas.

O SR PERSON PACHECO – Eu acho que tinha de tudo no meio, não é. Tinha gêneros alimentícios,

cadeira, geladeira, tinha de tudo. Era uma carga alta e eram diversos donos e diversas mercadorias, bem diversas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cargas fracionadas que chama, não é?

O SR PERSON PACHECO – Não sei Senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o seu Cleberson Paulo Pacheco. Qual a participação dele nisso?

O SR PERSON PACHECO – Na época foi encontrado com ele algum objeto nada que se ligasse a isso aí, que no dia foi encontrado e acharam que a nota não era verídica.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o produto que era?

O SR PERSON PACHECO – Era um produto maquita, um produto Lixadeira, furadeira, uma coisa assim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Novo?

O SR PERSON PACHECO – Novo Senhor. Tinha a nota mas acharam que a nota...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele tinha comprado?

O SR PERSON PACHECO – Isso ele vai responder, senhor. Mas não tinha comprado era de um amigo dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – **Ele está aí?**

O SR PERSON PACHECO – – Ele não está aí também que ele está viajando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então ele não vai responder, por isso é que eu quero que o Senhor responda.

O SR PERSON PACHECO – Mas ele pode vir posteriormente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele ganhou?

O SR PERSON PACHECO – Não ele estava guardando só, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para quem?

O SR PERSON PACHECO – Para um conhecido dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem nome?

O SR PERSON PACHECO – Eu não sei Senhor. Faz muito tempo inclusive

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava guardando?

O SR PERSON PACHECO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que era? Era maquita, lixadeira...

O SR PERSON PACHECO – Não era só isso. maquita é uma marca, não é. Na qual tem lixadeira, furadeira, tudo da mesma marca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, tá!

O SR PERSON PACHECO – Mas nada que se ligasse a essa carga aí Rápido Rondônia, não tinha nada haver.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Guedes Arcanjo Tavares.

O SR PERSON PACHECO – Guedes foi um rapaz que o Gilvani estava no comércio dele no dia em que me ligou para mim até lá para me oferecer a carga, a qual eu não comprei. Mas isso era simplesmente ele tinha um...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah a carga foi oferecida também?

O SR PERSON PACHECO – O caminhão com a carga foi oferecida, mas eu não comprei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah sei, nem o caminhão e nem a carga. Só foi oferecido...

O SR PERSON PACHECO – Só foi oferecido no restaurante do Guedes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi no restaurante do Guedes, ou seja, o Guedes estava intermediando?

O SR PERSON PACHECO – Não. Os rapazes estavam lá parados, no restaurante público, à beira da BR, usaram esse local de parada para me ligarem.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por que o Guedes está envolvido?

O SR PERSON PACHECO – Ele foi absolvido, Senhor. O Senhor tem o processo em mãos. Pelo que eu soube ele foi absolvido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa carga foi roubada ou foi simulado o roubo?

O SR PERSON PACHECO – É foi, segundo, pelo próprio Gilvani foi apropriação indébita, não é? Ele tentou simular um roubo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é apropriação indébita. É roubo mesmo. Porque simular roubo é ele que estava como proprietário da carga, fingiu que foi roubada... Quer dizer, ele também roubou. Na verdade, não foi apropriação indébita, foi roubo, do mesmo jeito.

Então, o Gilvani, que é o motorista, também tinha participação efetiva nisso. Tanto que foi ele quem foi com você.

O SR PERSON PACHECO – Foi ele quem me ligou oferecendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – A carga chegou a ser transferida para outro veículo?

O SR PERSON PACHECO – Eu não tenho conhecimento, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR PERSON PACHECO – Não; sobre isso aí não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois você chegou a ver o caminhão vazio?

O SR PERSON PACHECO – Também não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR PERSON PACHECO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles te chamaram no Bar do Guedes, restaurante do Guedes?

O SR PERSON PACHECO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor estava na sua empresa?

O SR PERSON PACHECO – Eu estava na minha empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi que te chamou?

O SR PERSON PACHECO – O Gilvani.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já conhecia ele?

O SR PERSON PACHECO – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR PERSON PACHECO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava na sua empresa e ele ligou?

O SR PERSON PACHECO – Eu tenho uma empresa bastante conhecida no Estado. Meu telefone, todo mundo sabe; vendo peças...

O SR. OSCAR ANDRADE – Lógico; aí ele ligou para você oferecendo?

O SR PERSON PACHECO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O quê?

O SR PERSON PACHECO – Me chamou pra ir lá pra comprar um pneu meu, e ele até comprou um pneu meu, que ele precisava. Eu fui levar com o meu carro, um carro da firma, uma pick up; fui fazer a entrega, né? Chegando lá, ele me ofereceu o caminhão e a carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem um ferro velho, que dizer, desmanche e tal... É uma oficina, né?

O SR PERSON PACHECO – É uma oficina; a Alan Diesel.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você faz entrega assim, a domicílio?

O SR PERSON PACHECO – Se tiver uma caminhão quebrado, senhor, a dez quilômetros da minha firma e o caminhoneiro ligar, se eu não puder ir, eu mando um peão meu, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Manda alguém ir, né?

O SR PERSON PACHECO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesse dia você mesmo foi?

O SR PERSON PACHECO – Eu fui e levei um secretário meu junto, inclusive, para eu não pôr a mão em pneu, e tal. Eu fui dirigindo a caminhoneta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer, ele te chamou, ele te atraiu, querendo comprar um pneu?

O SR PERSON PACHECO – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você foi lá com o pneu pra vender pra ele.

O SR PERSON PACHECO – Fui levar, já, né senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Lógico.

O SR PERSON PACHECO – Nós acertamos o preço por telefone e eu fui só entregar; socorrer um caminhoneiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Natural, né? É isso mesmo.

O SR PERSON PACHECO – Natural. Socorrer um caminhoneiro. É natural.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí chegou lá, no bar do Guedes?

O SR PERSON PACHECO – Isso. Fica a, aproximadamente, 13 quilômetros da minha firma.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quando o senhor estava entregando o pneu, que ele comprou e pagou...

O SR PERSON PACHECO – Duzentos reais, na época. Acho que foi isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pneu usado, né?

O SR PERSON PACHECO – Usado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí ele fez a proposta?

O SR PERSON PACHECO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou com aquele caminhão ali... Como é que foi?

O SR PERSON PACHECO – Se eu tinha interesse de comprar o caminhão para fins de desmanche e consumir com a carga. Eu disse que não era do meu ramo, não era o que eu fazia e não quis.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não fez?

O SR PERSON PACHECO – Conversei com ele, por quinze ou vinte minutos, aproximadamente, mas não quis; não comprei.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por que o senhor foi arrolado então nesse inquérito?

O SR PERSON PACHECO – Porque eu tinha o telefone deles ligando pra mim, né? E eu não neguei isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha gravado ou não?

O SR PERSON PACHECO – Não, acho que só pelas contas telefônicas, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Só pegou a relação, né? Quantas ligações ele fez?

O SR PERSON PACHECO – Creio que duas; uma ou duas, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma ou duas?

O SR PERSON PACHECO – Não. Ele ligou e não fui na hora, porque sou muito ocupado; era, na época. Ele ligou de novo e eu fui em seguida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi através dessa ligação que você foi...

O SR PERSON PACHECO – Depois que eles foram presos eles falaram que haviam vendido essa carga para um amigo meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem?

O SR PERSON PACHECO – Não sei. Isso eles que sabem. Eles disseram que o meu envolvimento seria esse, que eu teria indicado um amigo meu pra comprar. Foi o que ele disse para mim, em juízo. Mas eu neguei e nego que eu tenha indicado alguém, certo? Mas ele falou isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas eles falaram amigo e falaram o nome?

O SR PERSON PACHECO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não checou para ver se você conhecia pelo menos o nome?

O SR PERSON PACHECO – Na época, Sr. Deputado, foram denunciadas acho que treze pessoas, das quais, aproximadamente, oito ou nove eram empresários conhecidos na região. Eu era um deles. Saiu preventiva para todos. Eu fui preso na minha casa e fiquei à disposição da Justiça por um certo tempo. Depois de algum tempo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que oito ou nove empresários foram denunciados? Foi por eles?

O SR PERSON PACHECO – Através de uma investigação policial foi encontrada alguma mercadoria... Parte dessa carga, como eu disse para o senhor era uma carga diversa, foi encontrada em vários locais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem vendeu?

O SR PERSON PACHECO – Não é do meu conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe? Supermercado Corbélia?

O SR PERSON PACHECO – Eu sei que esse nome apareceu na época.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece ele, o Oswaldo?

O SR PERSON PACHECO – Se não me engano, o Oswaldo, de nome. Pessoalmente não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR PERSON PACHECO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca viu?

O SR PERSON PACHECO – Não, esse não. Conheço de nome, sim, já ouvi muito falar o nome dele, mas não... Eu o vi, um dia, durante um depoimento em Vilhena*. Nem conversei com ele, mas eu vi a...

O SR. OSCAR ANDRADE – A única vez que você o viu foi esse dia?

O SR PERSON PACHECO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Hoje você não o viu?

O SR PERSON PACHECO – Não, eu entrei numa sala ali e vi alguns conhecidos meus ali, mas acho que ele não estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Yamamoto?

O SR PERSON PACHECO – Esse eu conhecia bem. Ele mexia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Odair Yamamoto?

O SR PERSON PACHECO – Odair Yamamoto. Esse era meu amigo, eu tinha vários negócios com ele. Ele tinha compra de cheque, **factory**, esses negócios, e nós tínhamos negócios. Vendi carro para ele, comprei carro dele, vendi peça para ele. Ele também era um empresário de Ariquemes, tinha um mercado lá, e mexia com dinheiro, então eu o conhecia, sim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor sabia que ele comprava carga roubada?

O SR PERSON PACHECO – Fiquei sabendo porque parte dessa carga foi encontrada com ele, ele mesmo confessou ter vendido parte dessa carga aí para esse nome que o doutor... É Oswaldo, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Oswaldo.

O SR PERSON PACHECO – É, e mais um outro também, parece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Douglas.

O SR PERSON PACHECO – Não sei ao certo, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Bandeirantes.

O SR PERSON PACHECO – É, acho que é isso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Supermercado Bandeirantes.

O SR PERSON PACHECO – Acho que foi isso aí. Mas ele assumiu isso aí, senhor, que ele comprou e que ele vendeu. Perante o Juiz da Vara de Vilhena ele assumiu.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele declarou que comprava carga roubada.

O SR PERSON PACHECO – Que comprou essa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Como?

O SR PERSON PACHECO – Ele declarou ter comprado essa, não?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não, ele declarou que comprou parte de três cargas roubadas.

O SR PERSON PACHECO – É?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele falou. O interrogatório dele já está aqui.

O SR PERSON PACHECO – É, eu não...

O SR. OSCAR ANDRADE – Amazon Móveis também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Do seu irmão também. O depoimento dele está aqui.

O SR PERSON PACHECO – O processo é muito grande, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Não se preocupe.

O SR PERSON PACHECO – É muito grande e não temos informação de tudo. Não sou nem advogado do caso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O que o senhor me diz a respeito do Biela?

O SR PERSON PACHECO – É um empresário respeitável, tem uma empresa de guincho grande aqui em Porto Velho, é antigo no ramo de peças, é meu amigo pessoal, que vende peças aqui em Ariquemes para mim, do que eu tenho lá, liga para mim para ver se tenho tal coisa, eu mando, às vezes eu compro dele. Conheço há muito...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor vende a ele peça com nota fiscal ou sem nota fiscal?

O SR PERSON PACHECO – Com nota, senhor. Com nota.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E ele compra em São Paulo...

O SR PERSON PACHECO – Com nota.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com nota?

O SR PERSON PACHECO – Com nota, assim como eu também compro em São Paulo. Às vezes compro peças e às vezes compro ônibus rodando, inteiro, desmancho e vendo as peças.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor responde...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor desmancha ônibus? Caminhão também você desmancha?

O SR PERSON PACHECO – Não, caminhão é difícil eu comprar, senhor, é muito concorrido, então...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, o que você compra em São Paulo é com nota também?

O SR PERSON PACHECO – Tenho nota para provar, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem o nome das empresas onde você adquire as maiores...

O SR PERSON PACHECO – Aqui, não, senhor, mas tenho...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... lá em São Paulo?

O SR PERSON PACHECO – ... nos meus arquivos, na minha firma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você desmancha um ônibus você dá baixa no documento?

O SR PERSON PACHECO – Não, doutor, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não se lembra de nenhuma firma de que comprou?

O SR PERSON PACHECO – Não me lembro... JR Caminhões, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – JR?

O SR PERSON PACHECO – Tenho várias notas de peças que compro lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem mais?

O SR PERSON PACHECO – É a mais conhecida é a JR. Outras peças... Campinas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde fica a JR?

O SR PERSON PACHECO – Em São Paulo, na Avenida... na Marginal Pinheiros, acho. Em frente ao rio, ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma grande, de caminhões?

O SR PERSON PACHECO – Uma grande, bem grande, próxima ao... Ali na Anhangüera, quando chega em São Paulo, Anhangüera e Bandeirantes, não é? Ponte dos Remédios, bem próximo dali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sei, sai da Anhangüera, à direita...

O SR PERSON PACHECO – No sentido Bandeirantes, no sentido...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... tem uma grande... Está cheio de Mercedes, caminhões Mercedes...

O SR PERSON PACHECO – Isso, no sentido Bandeirantes, não é? Sentido via Castelo Branco, aliás.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá ele vende o caminhão inteiro, o ônibus inteiro e você desmancha?

O SR PERSON PACHECO – Não, lá eles vendem peças.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peças.

O SR PERSON PACHECO – Lá eles vendem peças. Ônibus eu compro das empresas de ônibus. Hoje o meu irmão não está aqui presente porque está no Rio de Janeiro há dez dias, deve estar saindo de lá hoje com três ônibus rodando, devidamente documentados, e não para desmanche, para vender rodando.

Ele tem, na cidade de Pimenta Bueno, onde ele reside hoje, quatro ônibus para vender lá, que ele buscou em Porto Alegre, comprou lá. Dessa vez ele foi a Porto Alegre, não conseguiu comprar lá, foi para o Rio de Janeiro, comprou no Rio de Janeiro, só que as empresas lá vendem e só entregam... Depois que pagamos é que eles dão o documento, e eles demoram três dias para entregar o ônibus para nós, enquanto pintam para tirar o nome da empresa deles. O ônibus só nos é entregue depois de eles tirarem o nome da empresa deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ônibus sinistrado ou acidentado, vocês compram também? Em leilão, em companhia de seguros?

O O SR PERSON PACHECO – Não deu certo comprar, senhor. Tenho comprado muito carro batido do Governo de Rondônia nos leilões aqui de Porto Velho, inclusive. Se puxar por todos os leilões de todas as secretarias, tem o meu nome, pessoa física, que adquiri mais de 50 lotes de veículos do Governo de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se adquire como pessoa física, como você revende? Como pessoa jurídica ou como pessoas física?

O SR PERSON PACHECO – Nos dois, nos dois jeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se você compra como pessoa física...

O SR PERSON PACHECO – Eu vendo como pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você revende para sua firma para, depois, refaturar? Como você faz?

O SR PERSON PACHECO – Isso é feito com meu contador, ele é quem faz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faz um trampinho ali?

O SR PERSON PACHECO – A gente paga imposto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você dá um banho na Receita?

O SR PERSON PACHECO – O Senhor sabe que quando se compra alguma coisa do Governo, o Imposto é recolhido na hora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você é tão inteligente para fazer como para falar.

O SR PERSON PACHECO – Não, Senhor. Quando se compra alguma coisa do Governo, o Senhor sabe que o preço na hora de se pagar é adicionado 5% de ICMS do leiloeiro, 2,5% do ICMS na hora. É recolhido na hora, antes de se apossar do veículo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A boca é rica.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, gostaria de fazer...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você desmancha ônibus, que é melhor de desmanchar do que caminhão, menos concorrido, você não dá baixa na documentação?

O SR PERSON PACHECO – Os ônibus costumam ter multas. E se for pagar multa para dar baixa nele, é melhor deixar o chassis em aberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você guarda documento?

O SR PERSON PACHECO – Eu guardo documento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vende com a ponta do chassis?

O SR PERSON PACHECO – Se vender, teria que legalizar documento. Se legalizar, é melhor vender ele inteiro, e não desmanchar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por um outro roubado, não, né?

O SR PERSON PACHECO – Mas, se...

O SR. OSCAR ANDRADE – Legaliza um roubado mais novo, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está dando uma boa aula.

O SR PERSON PACHECO – Que eu saiba, acho que nem tem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que temos até que tomar cuidado para te ouvir para você não começar dar muita aula para o pessoal com pouca experiência no ramo.

O SR PERSON PACHECO – Eu nem soube que há queixa de ônibus roubado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós dois estamos sabendo o que estamos falando, não é? Por que você sabe que um ônibus pode se transformar em caminhão, legalizar?

O SR PERSON PACHECO – Podia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não precisamos chegar nisso, né?

O SR PERSON PACHECO – Foi proibido tempo atrás.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas dá para fazer ainda, né?

O SR PERSON PACHECO – Isso, eu não sei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Gostaria de fazer uma intervenção. Pode ser, com a sua permissão?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois, não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Senhor falou que Odair Yamamoto Araújo era seu amigo?

O SR PERSON PACHECO – Sim, conhecido, não era amigo. Tinha um negócio com ele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E amigo o Biela. Amigo, irmão.

O SR PERSON PACHECO – Ele tem um comércio semelhante ao meu.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Senhor falou...

O SR PERSON PACHECO – É meu amigo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É elogio?

O SR PERSON PACHECO – Ele tem um comércio semelhante ao meu.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Deixe-me dizer uma coisa: você está mal de amigos, viu? Está muito mal de amigo. Vou citar aqui, porque esses dois aqui estão envolvidos. O Biela está aqui nas páginas principais da região, sendo flagrado, apreendido com carga roubada, e disse aqui que, em São Paulo, tem diversas firmas que fabricam notas, onde vocês compram, as notas frias para esquentar as mercadorias. Isso afirmou aqui. Veja aquele ditado: diga com quem andas, que eu te direi quem és. Sabe o que foi o Odair disse no depoimento dele? É importante, Presidente, que todos ouçam. Vou fazer questão de ler um trecho aqui: " O segundo acareado, que foi Odair, afirma que não tem a participação no roubo da carga, apenas recebeu parte da carga na cidade de Ariquemes e que não sabe dizer onde o caminhão da vítima, Benedito da Silva, poderá ser localizado. E que sua participação foi apenas na receptação da mercadoria e que, na presença do primeiro acareado, que foi o Sr. Person Pacheco, o segundo afirma que já negociou com o primeiro acareado parte de 3 cargas roubadas. Que o segundo acareado afirma que o primeiro acareado disse que o caminhão pode ser localizado através de um elemento conhecido por Biela, morador de Ariquemes, que tem uma mecânica denominada Biela.

Confirma isso?

O SR PERSON PACHECO – O Senhor é que está dizendo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Confirma isso?

O SR PERSON PACHECO – Que eu estava presente? Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Os seus amigos. Os seus amigos nos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fez acareação durante as investigações? Houve acareação? Ele se refere a uma acareação.

O SR PERSON PACHECO – Entre eu e Biela, não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não, entre ele e o Odair.

O SR PERSON PACHECO – Entre eu e o Odair, nós demos depoimento juntos. Na época, fomos presos no mesmo dia praticamente, fomos levados à mesma delegacia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor confirma isso?

O SR PERSON PACHECO – Que nós fomos presos juntos?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O que eu li aqui, o que acabei de ler. O senhor confirma?

O SR PERSON PACHECO – Parcialmente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Parcialmente não. Sim ou não, porque está a assinatura do senhor aqui.

O SR PERSON PACHECO – Sim, nós demos depoimento juntos.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor confirma tudo o que eu li?

O SR PERSON PACHECO – Eu confirmo que eu dei depoimento junto com ele na época.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Que ele falou que o senhor, porque o senhor não contestou, participou de compra de parte de carga roubada. Está aqui.

O SR PERSON PACHECO – É isso que eu estou dizendo que eu não fiz.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Como não fez se o senhor estava presente e não contestou?

O SR PERSON PACHECO – Eu não estava presente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ah, o senhor está brincando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Disse que deu depoimento junto.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Aqui, deu depoimento junto. O senhor acabou de falar...

O SR PERSON PACHECO – Durante o depoimento, nós estávamos juntos. Durante o depoimento, nós estivemos juntos. O senhor está dizendo que, durante a negociação...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Depoimento. Falei no depoimento, no auto da acareação. Se houve acareação, o senhor estava junto.

O SR PERSON PACHECO – Não houve acareação. Nós depomos juntos, na mesma sala, eu, ele e mais algumas pessoas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Isso. E o senhor ouviu tudo isso ele falar. E o senhor não contestou?

O SR PERSON PACHECO – Sim, mas foi contestado pelo meu advogado. Perante o juiz, a gente fala muito pouco.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor assinou o que ele falou.

O SR PERSON PACHECO – Perante o juiz a gente fala muito pouco.

O SR.MÁRIO NEGROMONTE – O senhor assinou. Você quer rever?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está preso há quanto tempo?

O SR PERSON PACHECO – Seis meses, em regime semi-aberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Semi-aberto?

O SR PERSON PACHECO – Semi-aberto, por receptação de um... Na minha empresa, foi colocada uma caçamba de um caminhão – só a caçamba, é um equipamento que vai em cima e constatou-se, mais tarde, que essa caçamba era produto de furto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na sua empresa foi colocada?

O SR PERSON PACHECO – Foi colocada na minha empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem colocou?

O SR PERSON PACHECO – Meus funcionários. Tirou de um caminhão, fez um serviço por carro de alongamento de chassis no caminhão da pessoa. Essa caçamba ficou sobrando no meu pátio. Eu adquiri ela dessa pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era?

O SR PERSON PACHECO – Falei tanto no nome do homem que... Já faz cinco anos isso, doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daqui a pouco você lembra.

O SR PERSON PACHECO – Já faz cinco anos isso e esse...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor responde a mais inquéritos ou já respondeu?

O SR PERSON PACHECO – Já.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos?

O SR PERSON PACHECO – Por art. 180 também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Hã?

O SR PERSON PACHECO – Também por art. 180.

O SR. OSCAR ANDRADE – Receptação também?

O SR PERSON PACHECO – Isso, mas respondi a mais dois inquéritos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sobre o quê?

O SR PERSON PACHECO – 180, só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo 180?

O SR PERSON PACHECO – Só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, o senhor tem três ou quatro. Quatro: um condenado e três que você respondeu.

O SR PERSON PACHECO – São três ao todo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estão em andamento ainda?

O SR PERSON PACHECO – Não. Em fase de recurso. Foi sentenciado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um, né?

O SR PERSON PACHECO – Um foi pago e o outro...

O SR. OSCAR ANDRADE – Um o senhor cumpriu pena?

O SR PERSON PACHECO – Eu cumpri a pena.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo?

O SR PERSON PACHECO – Um sexto de três anos e quatro meses, né, que foi na época.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uns quatro meses.

O SR PERSON PACHECO – Não, deu mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais um pouco.

O SR PERSON PACHECO – Deu uns dez meses e pouco ao todo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uns dez meses. Então, esse você cumpriu?

O SR PERSON PACHECO – Cumpri.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem outros dois em andamento.

O SR PERSON PACHECO – Aí eu fui... por esse, um, que o senhor está perguntando para mim, que eu fui denunciado e cumpri uma parte. Aí fui sentenciado acho que três anos e alguma coisa em regime aberto...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é esse que você está cumprindo?

O SR PERSON PACHECO – Não, que é esse que o senhor está me perguntando a respeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, eu estou perguntando todos.

O SR PERSON PACHECO – Não, desse...

O SR. OSCAR ANDRADE – Um o senhor já pagou, tem mais tempo.

O SR PERSON PACHECO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o senhor está hoje preso?

O SR PERSON PACHECO – Estou preso há sete meses e cinco dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está em fase de...

O SR PERSON PACHECO – Estou recorrendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está em fase de recurso?

O SR PERSON PACHECO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem outros dois aí no meio, esta certo? Falamos em quatro.

O SR PERSON PACHECO – Nós falamos em três.

O SR. OSCAR ANDRADE – Três. Então, tem mais um. Qual que é?

O SR PERSON PACHECO – É esse dessa carga que o senhor está perguntando para mim aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, que é essa carga.

O SR PERSON PACHECO – Isso que o senhor está perguntando para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do caminhão da Rápido Rondônia.

O SR PERSON PACHECO – Isso. É isso aí que o senhor está perguntando para mim agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse ainda está em andamento?

O SR PERSON PACHECO – Esse foi sentenciado, não sei ao certo, em torno de três anos em regime aberto, com direito de recurso, de recorrer em liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que você cumpre esse regime aberto? Como é que você cumpre?

O SR PERSON PACHECO – Eu estou preso no pátio da delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No pátio da delegacia?

O SR PERSON PACHECO – No pátio do presídio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas sai?

O SR PERSON PACHECO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fica só no pátio?

O SR PERSON PACHECO – Fico só no pátio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque não tem...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem curso superior?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas e como é que o senhor dorme à noite?

O SR PERSON PACHECO – Trancado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você é recolhido e fica no pátio o dia inteiro, dando trabalho para a polícia te vigiar.

O SR PERSON PACHECO – Não, senhor. Todos os presos do regime semi-aberto saem às 8h da manhã para o pátio e são recolhidos às 6h da tarde para a cela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não saem para a rua, só no pátio?

O SR PERSON PACHECO – Não saem, só no pátio. E não sou só eu. Todos os presos da Comarca de Rondônia, os juízes adotam essa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por isso que eu estou perguntando porque o Deputado Mário Negromonte disse que, praticamente, os condenados querem cumprir pena aqui, em Rondônia, porque todo mundo está no semi-aberto.

O SR PERSON PACHECO –Não, senhor. Os crimes mais graves são sentenciados em regime fechado. O semi-aberto também é fechado, só que não é o dia inteiro na tranca, fica o dia no pátio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ficam jogando uma bolinha, fazendo...

O SR PERSON PACHECO – Artesanato, quem queira fazer. Quem gosta de trabalhar, como eu, ajuda a zelar do pátio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vende peças lá dentro?

O SR PERSON PACHECO – Não tem como.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conserta um carburador lá dentro?

O SR PERSON PACHECO – Não tenho contato externo, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ajuda a consertar as viaturas da polícia?

O SR PERSON PACHECO – Só tem uma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há muito o que perguntar a ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe-me voltar aqui: um o senhor já pagou, o outro o senhor está condenado, e outro está aguardando sentença.

O SR PERSON PACHECO – Um eu paguei e em dois estou em recurso, que é esse segundo que o senhor está perguntando para mim, da carga, concedido pelo próprio...

O SR. OSCAR ANDRADE – Um é da caçamba, o outro é da carga e há um mais antigo, que o senhor já pagou.

O SR PERSON PACHECO – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o da caçamba que o senhor está cumprindo?

O SR PERSON PACHECO – Estou cumprindo. Fui sentenciado, inicialmente, em 8 anos de regime fechado. Recorri, em Porto Velho, e ganhei, caindo para 4 anos de regime semi-aberto – inicialmente, semi-aberto. Só que aproveitei os prazos devidos que existem na lei e recorri para Brasília, porque, em momento algum, assumi. Essa caçamba foi trocada no meu ferro-velho 5 anos atrás, quando, na época, eu era praticamente primário e nunca tinha tido envolvimento com nada. Foi um serviço prestado.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o da carga aqui? Por que o senhor foi condenado?

O SR PERSON PACHECO – Fui denunciado...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pelo quê?

O SR PERSON PACHECO – Por receptação. Só que sem flagrante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas por quem?

O SR PERSON PACHECO – Pelo juiz da comarca de Vilhena, Dr. Léo Antônio Faquini.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê? Ele ouviu de quem? Ele não criou isso. Alguém denunciou o senhor?

O SR PERSON PACHECO – O delegado na época da comissão, o delegado que investigava esse caso – parece-me que o Dr. Jeremias fazia parte desse pessoal, dessa equipe de policiais de Ji-Paraná, de Cacoal. Não sei, ao certo, é muito complexo, é muito grande, e não tenho tanta informação assim. Então, fui denunciado, aguardei como réu preso, enquanto a lei diz que oitenta...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi denunciado porque o senhor procurou o Gilvani para comprar a carga.

O SR PERSON PACHECO – Ele me procurou.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que realmente gostaríamos de ouvir aqui era isto: a verdade. Não há nada de que ele o procurou, não há nada de pneu no meio, sabemos disso, eu e o senhor. As outras pessoas estão sabendo agora. Não há nada desse pneu, o cara do pneu é história. O senhor o procurou. O senhor sabe que foi isso e nós sabemos também.

O SR PERSON PACHECO – O senhor está enganado. O senhor está enganado, com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – É lógico que estou enganado. O senhor tem 4 processos de art. 180, de receptação. O senhor está numa coincidência terrível, numa injustiça. Nunca vi tanta injustiça, ainda mais com tanta coincidência: nem o artigo muda. Nunca vi tanta coincidência.

Estou satisfeito, porque sei o que está ocorrendo no Brasil todo e estou vendo hoje um receptador preso, o que me deixa pelo menos feliz. Quem mais alimenta isso e quem mais está levando isso ao número de roubos de carga no Brasil são os receptadores, e hoje estou vendo um preso. Vamos procurar ajudar, deixando o senhor lá, para o bem da Nação.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor continua com a empresa?

O SR PERSON PACHECO – Sim.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem toma conta de lá?

O SR. OSCAR ANDRADE – O irmão, que já aprendeu também.

O SR PERSON PACHECO – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem é?

O SR PERSON PACHECO – Tenho um funcionário lá. Ela está aberta porque é minha. Não pago aluguel, nem nada, e tenho um funcionário meu lá.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Na época em que o senhor estava lá, quanto o senhor comercializava em termos de faturamento?

O SR PERSON PACHECO – R$40 mil mensais.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor é casado, tem família?

O SR PERSON PACHECO – Sou. Tenho família.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E seu irmão era seu sócio?

O SR PERSON PACHECO – Sim.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Era seu sócio.

O SR PERSON PACHECO – Era.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele sabia de tudo, de todas as suas transações?

O SR PERSON PACHECO – Dos meus negócios ele sabe.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Certo, dos seus negócios.

O SR PERSON PACHECO – Dos meus negócios ele sabe.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Lícitos ou ilícitos, ele sabia, não é isso?

O SR PERSON PACHECO – Dos meus negócios ele sabe.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sabia tudo.

O SR PERSON PACHECO – Ninguém sabe tudo a respeito de ninguém. Ninguém sabe tudo a respeito dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem a namorada?

O SR PERSON PACHECO – Ninguém sabe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Diga-me uma coisa: como hoje prestam contas os seus funcionários que administram sua empresa?

O SR PERSON PACHECO – Só tem 2 funcionários lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas como é que eles prestam contas? O senhor tem contato com eles?

O SR PERSON PACHECO – Temos visitas às quartas-feiras, e ele vai lá e presta conta para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Leva o talão de notas, faz a conta.

O SR PERSON PACHECO – Não, só leva papel e me mostra o que foi feito. Mas está vendendo em torno de R$4 mil ou R$5 mil por mês, quase nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas dá para quebrar o galho?

O SR PERSON PACHECO – Não, não dá, está comendo do que está ganho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como paga os advogados para recursar em Brasília?

O SR PERSON PACHECO – Porque tenho bens. Tenho caminhão, tenho alguma coisa. Vai vendendo. Eu vendi a minha caminhoneta, vendendo Dr.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem bens? O quê você tem? Você tem casa?

O SR PERSON PACHECO – A casa é o barracão da oficina, que é meu.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você declarava no imposto de renda?

O SR PERSON PACHECO – É muito pouco o valor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Está declarado?

O SR PERSON PACHECO – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não está declarado?

O SR PERSON PACHECO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem fazendas?

O SR PERSON PACHECO – Não, senhor, não tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – E outros negócios?

O SR PERSON PACHECO – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem carro?

O SR PERSON PACHECO – Eu vendi o carro, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu requeiro a quebra dos sigilos bancário e fiscal do senhor.

O SR PERSON PACHECO – Sem problema.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se tivesse problema, estaria requerido da mesma maneira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não está perguntado ao senhor. Ele está requerendo à Comissão, à Mesa, para provar ou não. Não está lhe perguntando ou não se deve ou não quebrá-lo.

Eu pediria que o senhor somente se limitasse a responder o que lhe for perguntado, por favor.

O SR PERSON PACHECO – Sim, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem talão de cheque?

O SR PERSON PACHECO – Tenho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Atualmente?

O SR PERSON PACHECO – Tenho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem cartão de crédito?

O SR PERSON PACHECO – Tenho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor declara imposto de renda anualmente?

O SR PERSON PACHECO – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não?

O SR PERSON PACHECO – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor também não declara imposto de renda da empresa?

O SR PERSON PACHECO – Também não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não declara imposto de renda?

O SR PERSON PACHECO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando desconta o IOF do senhor, a receita federal nunca o molestou por não haver declarado imposto de renda, pois, se tem talão de cheque, usa o cheque. A sua conta é aberta regularmente?

O SR PERSON PACHECO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é nome frio?

O SR PERSON PACHECO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está em seu nome mesmo?

O SR PERSON PACHECO – Sim.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Vejam, senhores, ele não contribui com impostos, não declara imposto de renda, não paga impostos, usa todos os artifícios para burlar o fisco. O senhor já foi fiscalizado pelas receitas estadual ou federal?

O SR PERSON PACHECO – O movimento é muito baixinho, senhor. O movimento é muito pequeno.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O que o senhor declara. Fora o que o senhor não declara. Quando o senhor vai a São Paulo comprar peça, compra é de caminhão, não é?

O SR PERSON PACHECO – Vem pela transportadora, senhor. É coisa velha. É barata.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor nunca declarou imposto de renda?

O SR PERSON PACHECO – Não.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – No início, ele falou que faturava quarenta mil por mês. Praticamente, quinhentos mil por ano.

O SR PERSON PACHECO – Giro mensal, senhor, não é lucro.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Não, mas rendia faturamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É faturamento. Não desvirtue. O Senador está falando de faturamento de cerca de quinhentos mil/ano. Se é quarenta mil de faturamento, são quinhentos mil por ano. De lucro, não sei quanto o senhor coloca sobre o valor da peça e não é isso que estamos efetivamente tratando.

O SR PERSON PACHECO – Em Rondônia, senhor, acredito que seja o único Estado que, quando entra na barreira, o imposto é recolhido na hora, se não, não entra no Estado. É pago à vista na entrada do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, você não declara nada. Nem contabilidade você deve ter.

O SR PERSON PACHECO – Mas, se é emitida uma nota, se vem pela transportadora, se chega na entrada do Estado, é pago o imposto.

O SR. PRESIDENTE (ROMEU TUMA) – Você apresenta, mas se traz clandestinamente, você não vai apresentar.

O SR PERSON PACHECO – Como não apresentar? A própria transportadora não traz se não pagar imposto.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas, a nota fiscal é falsificada em São Paulo. Há firma que faz isso. O Biela, seu amigo, afirmou isso aqui.

O SR PERSON PACHECO – Mas, na entrada do Estado, não tem como falsificar. Ali, na cercania de Rondônia, toda a mercadoria que entra no Estado é pago o imposto à vista, em dinheiro. Nem cheque eles aceitam. Toda a mercadoria quando entra no Estado é pago o imposto.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois, não.

O SR. CARLOS DUNGA – Eu gostaria de, apenas para concluir o nosso pedido de informação, infor-

mar o seguinte. O senhor tem uma loja de peças usadas, não é isso?

O SR PERSON PACHECO – Oficina.

O SR. CARLOS DUNGA – Exatamente. O senhor vendeu sem nota fiscal ao senhor Biela. Várias vendas efetuadas sem nenhum documento fiscal ao Sr. Biela.

O SR PERSON PACHECO – Está correto. Eu vendi alguma coisa para ele, sim. Um eixo, alguma coisa assim.

O SR. CARLOS DUNGA – Alguma coisa, não. O senhor sempre vendeu a ele e comprou mercadoria dele.

O SR PERSON PACHECO – Pessoa física sim.

O SR. CARLOS DUNGA – Então, como o senhor disse, há poucos instantes, que aqui no Estado somente entra mercadoria com nota? Como o senhor iria vender sem nota, se a sua escrita é contabilizada com as notas fiscais que o senhor compra?

O SR PERSON PACHECO – Quando se compra em São Paulo?

O SR. CARLOS DUNGA – Não. Eu perguntei se o senhor vendia sem nota para o Biela. O senhor disse que sim, não é isso?

O SR PERSON PACHECO – Eu adquiria, por exemplo, peças em leilão do Estado de Rondônia. Essas mercadorias são do próprio Governo do Estado. É pago o imposto na hora.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de confirmar a declaração dele, no que foi dito aqui pelo Biela. Porque a fiscalização que foi determinada no Biela vai exatamente comprovar a veracidade da informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em seguida, acho que com o resultado, tem que ir à empresa dele.

O SR. CARLOS DUNGA – Às lojas dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas disso a Receita já está cuidando. Acredito que nos dará alguma informação até o final do dia.

Quando o senhor compra em São Paulo, eles fornecem normalmente nota, tudo direitinho?

O SR PERSON PACHECO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é feita a nota?

O SR PERSON PACHECO – É discriminada a mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Discriminada. Por exemplo, o senhor compra um ônibus, vem a (inaudível). Se o senhor compra biela, mola, chassis, vem discriminada cada peça em separado, ou um lote?

O SR PERSON PACHECO – Um ônibus se compra como pessoa física, às vezes. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim.

O SR PERSON PACHECO – E as peças, quando o senhor compra, é uma nota fiscal feita normalmente. Preenche-se cada item discriminado.

SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor comprou em nome de pessoa física, nunca em nome da sua empresa?

O SR PERSON PACHECO – Eu comecei a comprar não há muito tempo. A minha firminha começou a crescer há pouco tempo. Antes era só uma oficina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois da carga roubada.

O SR PERSON PACHECO – Não senhor, Doutor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cresce mais rápido, não é?

O SR PERSON PACHECO – Eu não comprei essa carga, senhor. Não ficou provado. Eu não comprei. Comigo não foi encontrado nada, absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos ver se tem o São Person. Vamos pedir para o Papa canonizar o Person.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o Rui Barbosa, o senhor conheceu ele?

O SR PERSON PACHECO – Conheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Rui Barbosa?

O SR PERSON PACHECO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Baiano, não? O Rui Barbosa baiano?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Gilvani o senhor conhece também, não é?

O SR PERSON PACHECO – Vim a conhecer após esse episódio aí.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O motorista do caminhão.

O SR PERSON PACHECO – Vim a conhecer após essa data desse crime.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Somente depois desse problema que o Gilvanir foi apresentado ao senhor?

O SR PERSON PACHECO – Só depois, senhor. Antes eu não o conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca teve nenhum contato com ele?

O SR PERSON PACHECO – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que o senhor acha dele?

O SR PERSON PACHECO – Um rapaz novo, inexperiente, com vontade de ganhar dinheiro, que cometeu um crime.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Inexperiente.

O SR PERSON PACHECO – Que cometeu um crime por inexperiência. Se soubesse o peso que é, não teria feito, imagino eu.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Qual foi a transação que o senhor teve com Rui Barbosa?

O SR PERSON PACHECO – Nenhuma. Eu o conheço porque ele é um empresário da cidade há muitos anos.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca vendeu mercadoria a ele, nada?

O SR PERSON PACHECO – Não. Ele é um empresário da cidade de Cacoal há muitos anos. Todos o conhecem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é de Cacoal também?

O SR PERSON PACHECO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá tem muito narcotráfico?

O SR PERSON PACHECO – Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem muito tráfico de drogas lá em Cacoal?

O SR PERSON PACHECO – Se ouve muito falar nisso, mas não é tanto quanto se diz. Após aquele episódio com o Rabelo, Cacoal ficou conhecida nacionalmente. Em viagens, quando viajamos com carro de placa de Cacoal, sempre se é perguntado e lembrado por esse episódio. Marcou a cidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um episódio real e comprovado. Eu participei da operação até nos Estados Unidos, na apreensão de 500 quilos que ele remeteu.

O SR PERSON PACHECO – Sim. Mas eu digo que Cacoal ficou conhecido nacionalmente como sinônimo de Rabelo, devido àquele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E morando lá, o senhor se sente triste com isso?

O SR PERSON PACHECO – Com certeza, Doutor. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor então discorda desse tipo de trabalho?

O SR PERSON PACHECO – Com certeza. Cem por cento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não votaria nele nunca?

O SR PERSON PACHECO – O senhor pode ver que está falando que eu sou amigo do Biela, e tal. Mas o senhor pode ver que o nosso nome não se envolve com nenhuma pessoa que tenha envolvimento com esse tipo de coisa aí. Eu tenho filhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só com mercadoria roubada?

O SR PERSON PACHECO – Também não, Doutor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com droga, não.

O SR PERSON PACHECO – Também não, Doutor. Todavia, se há denúncia, há denúncia. Mas com essa outra mercadoria que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está preso. É injustiçado? O senhor se sente injustiçado?

O SR PERSON PACHECO – Eu estou respondendo por isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor se sente injustiçado, se diz que não deve nada.

O SR PERSON PACHECO – Sinto e vou provar isso ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu espero que sim. Aí eu peço ao Papa para canonizá-lo. Acho que não tem nenhum santo com o seu nome. Tem? Person. Acho que não.

O SR. (Orador não identificado) – Ele está liberado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, ele está esperando a juíza. Ele foi fazer uma consulta, só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você almoçou?

O SR PERSON PACHECO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você já estava aqui?

O SR PERSON PACHECO – Não, cheguei após o almoço.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua condenação está em recurso.

O SR PERSON PACHECO – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pegou oito anos, o Tribunal baixou para três anos e quatro meses.

O SR PERSON PACHECO – Para quatro anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quatro anos e semi-aberto.

O SR PERSON PACHECO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ainda está recurso, pode voltar para os oito ou pode manter nisso. É isso?

O SR PERSON PACHECO – Não, pode voltar não, está recorrendo para Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O recurso é seu, não é do Ministério Público?

O SR PERSON PACHECO – Não, é meu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para reduzir mais ainda?

O SR PERSON PACHECO – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você quer que baixe mais ainda. O recurso é seu?

O SR PERSON PACHECO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O recurso é dele.

O SR PERSON PACHECO – Eu tenho provas nos autos que me dá esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ninguém está discutindo os seus direitos, a sua liberdade de defesa; não é essa a discussão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas já está em Brasília o recurso seu?

O SR PERSON PACHECO – Isso é com a minha advogada, não posso falar 100% para o senhor; é ela que cuida disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é a sua advogada, por favor?

O SR PERSON PACHECO – Drª Carla Falcão de Vilhena.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É daqui de Rondônia?

O SR PERSON PACHECO – Do Estado de Rondônia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu falei com a juíza agora ali. De minha parte, está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está a sua disposição. Olha o prejuízo aí para a Assembléia.

Peço que conduza o Sr. José Adriano Pereira dos Santos, preso.

O senhor poderia tirar a algema dele, por favor?

Já tirou. O seu nome?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – José Adriano Pereira dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – 25/01/71.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 31 anos?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência atual? São José?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Vilhena.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Laboratorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente em algum grau com as pessoas envolvidas nos inquéritos?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Tenho um primo que foi preso em Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é pelo mesmo fato?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É outro fato, está preso por outra razão e não envolvimento...

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não é obrigado a depor contra você mesmo, conforme preceitua a Constituição no seu art. 5º, mas pergunto se você se dispõe a responder com a verdade somente com a verdade perante esta Comissão.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, assine o compromisso.

Você poderia, por favor, fazer um preâmbulo esclarecendo qual é o seu envolvimento e porque você foi preso, em que circunstâncias isso aconteceu?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Doutor, eu envolvi nisso aí nesse processo que estou sendo... Entendeu? Pagando a minha cadeia, não devo crime nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Explique para nós o que aconteceu para chegar a essa sua pri-

são. Explique só, depois você faz a sua defesa, mas fale das circunstâncias que levaram a Justiça a te manter preso.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Envolvimento em roubo de duas carretas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com mercadoria? Que tipo de mercadoria?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Vazias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Duas carretas vazias. Então era só a carreta mesmo. O que aconteceu.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eu envolvi através de outra pessoa, como laranja. Fui primário, condenado a doze anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele te convidou a efetuar esse roubo?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele te convidou para participar?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você não sabia ou sabia o que ele ia fazer?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não sabia o destino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como foi feito o roubo, o assalto? Foi à mão armada ou vocês apenas pegaram o caminhão e saíram?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Foi à mão armada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E quem estava armado? Você estava junto?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Estava junto mas não estava armado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então você viu que ele usou a arma para poder imobilizar o motorista?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Vi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E tinha você e mais quantos?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eram cinco pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você estava com ele? Por que você se julga laranja? Você participou do assalto?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eu era primário. Participei. Só que assumi o meu erro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Assumiu sozinho?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Assumiu que participou?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – O outro que foi condenado fugiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Houve alguma morte, algum ferimento, algo que pudesse implicar?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo roubo das duas carretas houve violência. E você foi condenado a doze anos pelo roubo da carreta?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Primário, peguei doze anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não houve vítima?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E onde foram parar essas duas carretas?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não sei o destino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês roubaram e alguém conduziu para... depois do inquérito você não ficou sabendo de nenhum detalhe, o que ocorreu posteriormente? Você ficou quieto, ninguém te explicou nada?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eu tenho advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele não viu o processo, o que aconteceu? Como foi conduzida a investigação?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não estou sabendo como foi o processo das carretas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele diz que foi laranja por ser primário, mas participou da quadrilha e assumiu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você participou da operação do roubo?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Operação. E assumi perante o juiz pelo meu erro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você participou com quem mais?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Com o Roni. E ele foi condenado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está preso?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não. Fugiu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem mais?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu parceiro fugiu?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – O meu parceiro fugiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E os outros?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não foram capturados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foram presos? Como você foi preso então? Não foi em flagrante?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não foi flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele foi preso e te acusou ou você foi preso ...

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Ele foi preso e me acusou e eu assumi perante o juiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi reconhecido pelo motorista?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não, senhor. Não teve reconhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês foram presos depois que entregaram a carreta? Estavam retornando?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – É. Fomos presos depois.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roni e quem mais?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Está no processo. É o Roni, o Nizomar e o Ramon.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Nizomar e o Ramon fugiram?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não foram pegos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Roni está preso?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – O Roni fugiu da cadeia depois de dez meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – É foragido. A carga era de quê?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Era vazia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era só roubo de caminhão?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o que vocês fizeram com o motorista?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – O motorista não foi judiado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês jogaram ele para fora do caminhão? Ele não foi conduzido a um trecho para depois ser...

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Ficamos com ele um pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês roubaram onde essa carreta?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – No município de Vilhena.

O SR. OSCAR ANDRADE – As duas?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – As duas.

O SR. OSCAR ANDRADE – A operação foi no mesmo dia?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Foi junto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem conduziu a carreta?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Foi o Ramon.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a outra?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Nizomar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês venderam onde?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não sei o destino. Fui chamado de última hora e não tinha conhecimento do caso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você ia receber alguma coisa pelo trabalho?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – R$2.000,00.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tinha participação na divisão total que fosse...

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que carreta era?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – 1935.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a outra?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – A mesma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todas as duas 1935. Era de empresa?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Era particular.

O SR. OSCAR ANDRADE – Elas foram recuperadas?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sumiu. Onde foi vendida?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deve ter sido para desmanche.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era o chefe da quadrilha?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não sei. Fui chamado e não sei..

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem te convidou?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – O Ramon e o Isamar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E eles é que organizaram o roubo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Partiu deles a idéia, o planejamento e o roubo? Vocês foram juntos e renderam o motorista armado?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Vilhena? Num posto? Conta para a gente.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Foi no buraco no Guaporé.

O SR. OSCAR ANDRADE – Buraco, asfalto e o caminhão devagar e vocês renderam.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês estavam em qual carro?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – No Vectra branco e em um Gol vinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem era o Vectra?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Era deles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Ramon e do Isamar? E o Gol também?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Soube que você tem uma habilidade especial e com uma faca consegue subir por trás do caminhão, rasgar a lona e saber qual a mercadoria que está sendo conduzida.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senhor não tem nenhum ferimento no corpo?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Tenho um braço quebrado mas foi acidente de moto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Caiu da moto e não da carroceria de um caminhão.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Caí da moto em Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Sr. nunca roubou nenhum veículo com carga?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só vazio?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – As únicas que roubei foram essas que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essas são as que a polícia identificou.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não Senhor. O que eu fiz eu assumi e não devo mais nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deve sim porque você está pagando ainda. Tem que acabar de pagar. Você respondeu a outros inquéritos?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Tenho mas não devo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E é o quê?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Um negócio de Mato Grosso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eu vendi um carro e não transferi e o pessoal usou ele...

O SR. OSCAR ANDRADE – Usaram para assalto?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Sim Senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – A carreta também?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí você foi envolvido.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eu não fui envolvido. Tem um processo para eu responder mas eu não devo. Doutor, eu quero dizer uma coisa: jamais se devesse alguma coisa...quando a cadeia de Vilhena foi aberta fugiu quem quis. Quero pagar o que devo. A cadeia de Vilhena foi aberta para quem quisesse ir embora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem abriu?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Os presos mesmos. Foi uma fuga em massa e quem quis ir embora foi. Quero pagar pelo erro cometido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senhor tem medo de ser morto pelos seus companheiros?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – A única coisa que fiz eu assumi, que foram essas duas carretas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senhor nunca mais falou com os parceiros do roubo?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Nunca mais falei com ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca mais encontrou com eles?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não tenho conhecimento com eles. Eu os conheci há pouco tempo. Eu sempre trabalhei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que o Sr. faz?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Laticínios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Sr. tinha emprego regular?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Sim. Trabalhei 6 anos com laticínios, em Mato Grosso, e depois vim para Vilhena.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí que o você conheceu e participou do...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem é Décio?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roberto?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Roberto é meu cunhado. Roberto de quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sei de quê. E Nílson?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – O Nílson participou comigo e o Roberto eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você não me deu o nome dele então?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Dei o Nílson agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu te pedi e o você falou Roni, Nilsomar e Ramon.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eu falei Nilsomar, Ramon e Roni.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem o Nílson ainda.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Nilsomar eu falei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou falando Nilson.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eu falei Nilsomar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem Nilson não?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Tem não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece Nilson

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Roberto é seu cunhado?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não, o Roberto não. Eu tenho um cunhado que se chama Roberto, mas esse aí é o Roberto que ficou preso lá, mas não tinha conhecimento com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto era vendida a carreta?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para quem era vendida?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não tenho conhecimento. A única coisa

que assumi, que falei para o Juiz que ia assumir, estou pagando pelo meu erro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essas carretas foram levadas para Cuiabá?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senhor chegou a receber os 3 mil?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não, Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi preso logo depois?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Fui preso uns dias depois.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Décio?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não o conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – As carretas eram levadas para o Décio.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem te convidou para fazer esse trabalho foi o Nilsomar e o Ramon?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Sim, Senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você os conhecia há quanto tempo?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Mais ou menos há uma semana.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma semana apenas? Você confiou neles e foi?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eu trabalhava de chapa em Vilhena.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chapa, com esse físico, aí?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Isso mesmo. A cadeia acaba com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que você carregava?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eu trabalhava fazendo entrega, fazendo mudança.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você ficou conhecendo o Nilsomar e o Ramon? Como você os conheceu?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Através do Roni.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que já era seu amigo há mais tempo?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não, o Roni eu o conheci trabalhando de chapa também. Eu tenho pouco tempo que moro em Vilhena.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Person Pacheco?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Conheço-o há 9 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – De onde?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eu morava na Linha 192, perto de Rolim de Moura, e ele tinha um sítio próximo a Machado e nós tirávamos madeira lá. Eu e meu irmão tirávamos madeira do sogro dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já fez negócios com ele?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não, Senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Cleberson?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cleberson Pacheco, irmão.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – O Cleberson não conheço. Conheci o Derson porque o Pacheco foi na fazenda dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nunca fez negócios com eles?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não, Senhor. De Vilhena? Em Juiz?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você diz que não conhecia o Décio?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não conheço o Décio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se sentiu interrogado, que é o Senhor, vinha passando por dificuldades financeiras e por isso resolveu montar um grupo para roubar caminhos, tendo em vista que conhecia Décio, proprietário de uma oficina em Várzea Grande que já havia demonstrado interesse em comprar caminhões roubados e que pagaria por eles a quantia de 12 mil Reais.

O primeiro caminhão a ser roubado foi o do Posto Míriam, tendo naquela oportunidade contado com a participação de Rone e Ivan, vulgo Polaco.

Você se chama José Adriane Pereira dos Santos?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Sou eu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que você declarou isso e disse que não conhecia o Décio?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Falei isso aí porque apanhei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conversa, rapaz, está aqui, você assinou, está tudo direitinho. Está o seu depoimento.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Apanhei bastante de um policial.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual policial?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não sei o nome deles, só sei que apanhei muito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhum?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não me lembro do nome deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você confirma que participou do roubo?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Desses dois?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desse aí e de outro que aqui diz: depois, já contando com a participação de Ramon, Márcio, Nilson, Roni, Roberto e seu irmão Aldernir, subtrairam, mediante violência, duas carretas – essa já era a primeira, depois mais duas – da rodovia que liga Coxim à Sanora, um Scania Vermelha, na BR-364, próximo à Cidade de Pimenta Bueno e mais duas no dia 6.6.2001.

Que dos veículos acima citados somente a scânia vermelha foi abandonada por Décio, que não tinha interesse em scânia 112. Esclarecendo que as demais foram entregues para o Décio.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não, senhor, não tenho conhecimento desse caso aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você mentiu aqui? Você mentiu?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eu acabei de falar agora, eu falei porque apanhei, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você mentiu?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eu menti sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas como é que ele dá detalhes? Apanhou e conta detalhes, como? Eles puseram isso para você assinar sem você declarar isso?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi encontrado um bilhete do Person Pacheco lá também, né, junto com vocês lá?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não, não tenho conhecimento, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está também no seu depoimento. Você falou muita coisa que não sabia, então.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando você terminou o depoimento, foi lido para você?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando você terminou o depoimento, foi lido para você assinar?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não li não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hein?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não li, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não leu?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você assinou, alguém leu? Você estava acompanhado de advogado, alguma coisa?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não, senhor. Na hora em que fui preso, o advogado chegou depois, demorou a chegar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hein?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS –O advogado chegou, eu já tinha terminado o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conversou que foi forçado a assinar um depoimento falso, segundo você?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Até fiz corpo delito depois, fiz exame, entendeu, e esse exame não apareceu até hoje, eu não vi o exame. Eu fiquei com hematoma em cima do coração porque levei cotovelada, entendeu? Fiquei um mês sem poder respirar na cadeia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pegou 12 anos?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – 12 anos e primário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está há quanto tempo na cadeia?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Tenho um ano na cadeia. Dia 15, faço um ano, agora, 15 de junho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Faltam 11, mas você vai ter mais uns dois, no mínimo, você fica, né?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não fico. Dois anos?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – É.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Como assim? É 1/6, sou primário, 1/6 é 2 anos de 12 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, você fica, no mínimo, mais um?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que beleza! Essa lei...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É prisão albergue?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não, senhor, peguei dois anos fechado. Senhor, fala uma coisa para mim: o primário, acho que peguei uma cadeia grande demais para ser primário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Primário na condenação, mas você tem três ou quatro fatos relatados aqui. O grande problema da justiça é que o cara é sempre primário com 20 homicídios porque nunca foi julgado. Então, esse negócio de primarismo é uma infantilidade da própria lei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse que conheceu o Person no sítio dele.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele tem o sítio ainda?

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não sei, senhor, não sei porque faz tempo que não o vejo, vi-o hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que não tem muito o que perguntar, vai negar tudo, vai dizer que não sabe, perdeu a memória ao longo do tempo.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Sr. Deputado, vou falar uma coisa para o senhor, igual você falou primário igual eu, eu assumi o meu erro, entendeu, estou pagando pelo meu erro. Quero voltar à sociedade, entendeu? É por isso que teve a fuga lá e eu não fugi, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deus queira que você esteja sendo sincero agora porque você não....

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não, estou sendo sincero, estou sendo sincero. Entendeu? Pode ver, não tenho nada, não tenho nada, minha família está quase passando fome lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem mais alguma coisa?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, acho que não. Deixe-me fazer-lhe uma proposta: você não quer auxiliar a CPI, ajudar a CPI, com verdades, contando para a gente verdades, as coisas que você sabe sobre roubo de cargas, sobre caminhão

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe-me acabar de fazer a proposta. Porque, com isso, podemos até procurar enquadrá-lo no programa de proteção à testemunha, que diminui pena, costuma acabar com a pena, inclusive, cuidar da sua família, de você. É um programa novo no Brasil, que tem funcionado muito bem, e só a nossa CPI já deu essa oportunidade de maneira gratificante a 4 que quiseram se reintegrar à sociedade de maneira digna, ajudando a CPI a desenvolver seus trabalhos.

Você está entendendo o que eu estou falando? A gente ter uma conversa franca aqui. De repente, a gente esvazia o plenário, fica só nós aqui para você contar a verdade para a gente e a gente poder recomendar isso para você.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Doutor, eu fui sincero na declaração. Eu não tenho conhecimento de nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu estou vendo que você foi muito sincero.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – Eu fui sincero.

O SR. JOSÉ ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS – De minha parte, está encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço para conduzir o preso Márcio Rodrigues de Jesus.

Pode pegar o microfone.

O seu nome é Márcio Rodrigues de Jesus?

Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem vinte e oito anos de idade?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil casado?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão motorista?

O SR. MARCIO RODRIGUES DE JESUS – Motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você é de Várzea Grande, Mato Grosso?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente em algum grau de pessoa envolvida com roubo de carga, com os casos que estão sendo investigados pela CPI?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor, de acordo com o art. 5° da Constituição, não é obrigado a depor contra você. Mas, pelo art. 203 do Código de Processo Penal, nós pedimos e perguntamos se você dispõe a responder a esta Comissão com a verdade, sempre com a verdade?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo você mora em Rondônia?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não, não moro em Rondônia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não mora aqui, não.

Porque motivo o senhor está preso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode descrever as circunstâncias que te levaram...Você já está condenado, ou, ainda, está sob prisão?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Fui condenado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode descrever as circunstâncias do crime que você está envolvido?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES E JESUS – Fui preso com uma carreta roubada chegando em Porto Lacerda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roubada aqui?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Põe, por favor...Fala no microfone.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Foi roubada em Vilhena.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Vilhena.

Você estava chegando em Porto Lacerda.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Chegando em Porto Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você participou do roubo?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi entregue a carreta...

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Foi entregue a carreta para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas sabendo que era roubada?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não, não falaram. Só quando chegaram em comodoro que falaram que era roubada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hein?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Em comodoro me avisaram que era roubada a carreta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes de ser preso?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Antes de ser preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem avisou?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – O Pedro, o rapaz que me entregou a carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava junto?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Ele estava numa pampa branca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Atrás.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JEUS – Atrás.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fazendo escolta?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Fazendo escolta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi chamado por ele para conduzir essa carreta?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS -É ele pediu para mim levar a carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já conhecia ele?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não, não conhecia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você morava onde?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Em Cuiabá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí, ele te pegou em Cuiabá?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não, não eu estava em Vilhena. Eu estava com um carro preso, em Vilhena. Eu estava em Vilhena, tentando tirar o meu carro que estava preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Automóvel?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Automóvel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Preso por quê?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – **Foi preso com ele, o ano passado, dia 15 de julho.**

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que que ele foi preso?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Fui preso, quando esse rapaz, que saiu daqui dentro, José Adriano, foi preso, lá, em Vilhena, com uma quadrilha de roubo de carreta, também fui preso junto com eles. Eu fui absolvido e eles ficaram presos. O meu carro não saiu, ficou preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer, não condenação do Adriano, você foi absolvido?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Fui absolvido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você estava junto?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não, não estava junto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não? Por que você foi arrolado?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Porque fui preso no mesmo dia que ele, lá no Cetreme.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por que você foi arrolado junto à quadrilha?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Porque foram pegos dois carros com a placa de Cuiabá, no mesmo dia, lá no Cetreme, foram pegos o meu carro e o dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está preso devido a outra carreta? Tinha participação deles ou não?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem eram os componentes da quadrilha?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Quem me entregou a carreta foi só esse Pedro mesmo, da pampa branca, que me ofereceu a carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Ramón, você conhece?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – O Nilson?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – O Roberto?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Também não, conheci todos na cadeia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Roni?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Adriano você já conhecia?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – O Adriano não, conhecia o irmão dele, o Ademir, que foi preso também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando? Nessa mesma ...

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – No ano passado, em julho, quando fomos absolvidos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o Aldenir foi condenado ou não?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não, foi absolvido também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Também.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Décio?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – O Décio eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece!

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não conheço!

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?! De Várzea Grande? Vizinho seu. Você é de Cuiabá, não é?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Sou de Cuiabá, Várzea Grande, perto do aeroporto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei. Quantas carretas foram roubadas nesse dia?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Qual dia? No ano passado?

O SR. OSCAR ANDRADE – Da carreta quando você foi preso.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Foi uma carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só uma? Quem roubou?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não sei. Só sei quem me passou a carreta, para eu poder levar a carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ia levar a carreta para onde?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Ele não me disse o lugar certo para eu levar a carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ia dirigindo sem destino?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Eu ia levando a carreta para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava em Vilhena?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Estava em Vilhena.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tentando tirar o seu carro que estava preso?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Que estava preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí o Pedro ...

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Me ofereceu a carreta para poder levar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Pedro já te conhecia?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – O Pedro? Não, me ofereceu lá no posto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Te viu lá no posto e perguntou: você dirige carreta?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Perguntou se eu dirigia, eu falei que dirigia, ele me ofereceu a carreta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto ele ia te pagar?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Trezentos reais para levar até Comodoro. Ai em Comodoro ele me perguntou se eu não queria levar mais para a frente. O lugar certo ele não falou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ai você largou o seu carro para lá?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Ai eu larguei para ganhar um dinheiro, estava sem dinheiro até para pagar o hotel.

O SR. OSCAR ANDRADE– Quer dizer, você está preso injustamente?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Bom, eu levei a carreta roubada, não é injustamente.

O SR. OSCAR ANDRADE– Quantos anos você pegou?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Cinco anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você voltou depois e o seu carro estava lá?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não, o carro o advogado tirou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para quem ele ia levar a carreta?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Ele não disse, não me informou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem comprava?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Também não falou o nome, não comentou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Além de você, quem mais levava carreta para Cuiabá?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Eu não cheguei a levar nenhuma, ia levar essa daí que o Pedro pediu para eu levar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu carro está preso ainda?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não, a Drª Carla tirou, a advogada.

O SR. OSCAR ANDRADE– Você conhece o Décio?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE– Nem de nome?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Só por nome, quando eu fui preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você conhecia dele?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Dele? Só fui conhecer o nome dele na cadeia, quando fui preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – A carreta ia para ele?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não sei, não tenho conhecimento. Não sei não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na cadeia como? Quem te contou sobre o Décio?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Quando fomos presos, na cadeia saiu o nome do Décio, do Ramon, Nilsimar. No nosso papel também há o nome deles. Ele foi conhecido pelo nome, na cadeia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Person Pacheco, você conhece?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não, vim a conhecer hoje, no avião.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vindo de lá, não é?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Vindo de lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está preso em Vilhena?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Estou preso em Vilhena.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor falou que não conhecia o José Adriano, não é?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Isso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Conhecia quem?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Conhecia o Aldemir Pereira dos Santos.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O irmão?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Isso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Está bom. E aqui, no seu interrogatório, você diz que conheceu há seis meses o Aldemir, que é seu vizinho, e desde então passou a sair com ele, acrescentando que há dois meses conheceu o Adriano, irmão do Aldemir.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Há dois meses? Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Aqui está dizendo. Não sou eu que estou dizendo.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Eu conheci o Adriano quando nós viajamos para Rondônia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Aqui se diz que há dois meses você conheceu...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando vocês viajaram para Rondônia?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Quando eu vim preso, porque meu carro ficou preso aqui em Vilhena. Foi quando eu conheci o irmão do Aldemir, porque ele morava aqui em Vilhena. O José Adriano mora aqui. O Aldemir mora em Cuiabá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você veio com...?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Com o Aldemir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês vieram de quê?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – De carro pequeno. De carro próprio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vieram tirar o seu carro?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não. Viemos aqui para Rondônia com o meu carro. Aí fomos presos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que vocês vieram fazer aqui?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Nós íamos para o sítio do pai dele, em Rolim de Moura.

O SR OSCAR ANDRADE – Não chegaram lá?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não chegamos lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O carro foi preso por quê?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Foi preso por causa dessa quadrilha que estava roubando carretas em Vilhena, Pimenta Bueno...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas vocês estavam de carro!

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Estávamos de carro, mas a placa do carro que roubou a carreta era de Cuiabá e no dia indicaram nosso carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era a marca do carro?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Era um Logus.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era um Logus com placa de Cuiabá?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Um Logus com placa de Cuiabá e um Gol com placa de Cuiabá.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor já teve um Logus?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Já tive um Logus.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Como o senhor conseguiu esse Logus?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Trabalhando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em quê?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Como motorista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Motorista de caminhão?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Motorista de caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o seu salário?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não foi dado como prêmio?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto você ganhava?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Em função das carretas que você roubou?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não. Eu trabalhei na Coca-Cola, em Cuiabá, e na Ortobom, em Cuiabá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o salário que você recebia.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Na Coca eu ganhava oitocentos e pouco, na Ortobom eu tirava R$1100, R$1200. Eu trabalhei durante onze anos como motorista.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Relator, eu gostaria apenas de avivar a memória dele e dizer-lhe o que ele falou no interrogatório, só para ele se lembrar, pois acho que ele está mentindo desde o início.

Para você parar de mentir, em primeiro lugar, você conhecia – isso foi dito aqui por você – o Adriano, irmão do Aldemir. Você conhecia o Aldemir há seis meses, eram vizinhos e depois conheceu o Adriano.

Primeira mentira: você disse que não conhecia.

Você afirma isso aqui e foi convidado para roubar caminhos. Confessa que participou do roubo de uma carreta Scania 112, cor vermelha, no trecho entre Pimenta Bueno e Vilhena. Ela foi abandonada horas depois, porque o Sr. Décio, que o senhor não conhece, proprietário de uma oficina em Várzea Grande, queria uma Scania 113 e não 112, e duas Mercedez Benz 1935, subtraídas no dia 6 do corrente ano. Que a quadrilha era formada por Adriano, Roni, Roberto, Nilson, Ramon, Aldemir, conhecido por Aldo, e o interrogado.

Confessa também que no mês passado roubaram duas carretas Scania 113, entre as cidades de Conxin e Sonora, tendo sido levadas para Cuiabá, a fim de serem entregues a Décio, a quem o senhor não conhecia. Esclareceu ainda que uma foi conduzida pelo interrogado e outra pelo Ramon. O senhor conduziu uma e o Ramon outra.

Vamos agora ao Logus. O senhor mentiu. Que em relação aos veículos usados nos assaltos, tem a esclarecer que o Logus de cor prata e o Gol de cor preta eram de Adriano e que após o assalto do dia 6 recebeu o Logus como pagamento pela sua participação nos três assaltos acima descritos. O Gol foi entregue a Roni também como forma de pagamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Veja se a assinatura é dele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Interrogado: Márcio Rodrigues de Jesus.

O SR. OSCAR ANDRADE – Veja se ele reconhece esta assinatura aqui. Pega para ele, por favor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É sua?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – É sim, Senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tudo que você afirmou no interrogatório é mentira?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não participei do roubo dessas carretas. Tanto é que fui...

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você falou?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Isso podem ter colocado sem eu ter falado. Chegar com o livro e me dar para assinar. Eu estava preso...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi assim? É desse jeito que funciona? Assina aqui!

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Senhor não pegou um advogado e foi reclamar disso?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você tinha que pegar um advogado e processar o delegado, por que ele forjou o interrogatório do Senhor. Não é isso?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Eu nunca participei de roubo de carreta nenhum.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está escrito aqui e tem testemunha , o Wilson Deflon Tabalipa.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Esse Tabalipa é o policial que me prendeu no dia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é testemunha do que você estava falando. Você lembra de ter dado esse depoimento?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Lembro de ter dado o depoimento, mas de ter confessado ter feito esse negócio não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está escrito, ele leu para você.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem levava as carretas para Cuiabá?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Eu não seria. Não sei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você sabe.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos ver se isso você falou.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, já que ele nega a participação no roubo, gostaria de pedir a V. Exª que chamasse os outros dois para uma acareação bem rápida com ele aqui. É muito mais fácil de se saber se sim ou não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Deixa eu concluir aqui com o Deputado Oscar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quero ler só esse pedaço, Deputado. A função do interrogado, a sua, na quadrilha, era transportar veículos roubados. Seu negócio era só transportar.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – No dia em que a gente foi preso, lá em Vilhena, esse papel já estava quase todo pronto. O policial perguntava para gente se tinha acontecido daquele jeito e eu falava não. Aí eles batiam e eu continuava dizendo que não. Mas está no papel. Como está escrito aí? Eu não falei que tinha feito nada do que está aí.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Senhor conheceu o Person?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem cuidou das vítimas?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Quando cheguei lá já tinha dois presos. Pelo depoimento dos dois presos é que eles fizeram o nosso depoimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem segurava as vítimas lá?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Era o tal de Roni e o Roberto, que foi preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está vendo como você está sabendo? Agora você respondeu.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Mas eles foram condenados...

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes você só me disse que foi receber 300 reais para transportar uma carreta. Você não sabia de nada. Agora você já sabe até quem cuidava das vítimas.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Vocês estão falando do primeiro roubo, que envolve o José Adriano, ou é esse de agora?

O SR. OSCAR ANDRADE – São dois. A quantos inquéritos você respondeu?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Dois. Num fui absolvido e no outro fui condenado a 5 anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – É esse aqui?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não sei de qual vocês estão falando. Deve ser esse aí.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E por que você não disse em juízo, na presença do juiz ou da juíza, não sei quem foi, que a polícia forjou esse inquérito? Você disse à justiça, ao seu advogado?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Não fui condenado...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não foi condenado ainda?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você me disse que está condenado a cinco anos.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Nesse de agora. Esse depoimento que o Senhor está lendo é o depoimento passado, em que fui absolvido.

O SR. OSCAR ANDRADE – 16 de junho de 2001. Nesse você não tem condenação?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Fui absolvido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi absolvido?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES DE JESUS – Fui sim, Senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desse aqui?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a condenação é de quando?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – De dezembro agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – De 2002, já?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – Isso.

O SR. CARLOS DUNGA – De 2001, de 2002 não é de dezembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – De 2001?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – 2002.

O SR. CARLOS DUNGA – Mas 2002 não houve dezembro ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – De dezembro de 2001.

O SR. CARLOS DUNGA – Vai ser depois da eleição dezembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – De junho você não foi condenado?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – Não fui condenado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é esse que estava junto com o Aldo, com Roni, com Roberto, com Adriano.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – Isso mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesse você não foi condenado.

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – Foi absolvido eu, o Valdemir e o Roberto Borges.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Por falta de provas, foi?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – Por falta de provas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como que você foi arrolado nesse processo?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – Arrolado, como assim, eu não estou entendendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você foi chamado para esse processo?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem foi o advogado nesse processo? Quem foi?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – Drª Carla Falcão.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem pagou?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – Quem pagou, eu devo para ela até hoje, eu não a paguei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem certeza que você não pagou?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – Tenho certeza de que eu não paguei. Ela tirou o carro agora, agora que ela conseguiu tirar o carro e ficou de me devolver dois mil no meu carro, pelo pagamento dos processos que ela trabalhou.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o Person Pacheco, qual é o relacionamento que você tem com ele?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – Conheci ele dentro do avião, hoje, eu não conhecia ele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não sabia que ele tinha negócio com peças, loja de peças?

O SR. MÁRCIO RODRIGUES JESUS – Não sabia, não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Está dispensado o Sr. Márcio Rodrigues Jesus.

O SR OSCAR ANDRADE – Vamos voltar à nossa situação da manhã, quando conversamos.

A carga que você recebeu em Curitiba, da qual a empresa era dele, mas estava em seu nome.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – A carga foi recebida por você. Quem levou?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não recordo se o nome é este, mas, se não me falha a memória, parece que é Orlando o nome da pessoa que me entregou essa mercadoria lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Orlando. Foi bom esse descanso seu. Você já lembrou. Para você ver como é que melhorou. Orlando. É Orlando mesmo.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não tenho certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Orlando trabalha para o ...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Person Pacheco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Person Pacheco. Isso mesmo. Confirma, Rui?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Orlando?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É essa pessoa mesmo que está no meu depoimento. Orlando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que foi o Orlando, que era funcionário dos Pérsio Pacheco.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu não sabia se era ou não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é que sabe.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas você sabia que o Person comprava mercadoria roubada.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, não sabia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Antônio sabia?

O SR. OSCAR ANDRADE – Que foi o Orlando que trabalhava com Person Pacheco?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas o Antônio afirmou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabia que vinha do Person.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Na imediata entrega, sim. Fiquei sabendo que foi ele que mandou a mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Person que mandou.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Ele que vendeu a mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que foi quem vendeu para você. Foi Orlando. Você sabe que o Orlando trabalhava para o Person.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – E era carga de...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eletrodoméstico.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o caminhão, que ele falou que não quis comprar. Vou pedir a presença do Person de novo. Secretaria, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trazer o Person.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Vocês temem o Person.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Oi?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não tem medo do Person?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não. Medo de homem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só de mulher. Mulher é perigoso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Person, você conhece os dois?

O SR. PERSON PACHECO – O Sr. Rui, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não?

O SR. PERSON PACHECO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a sua relação com o Rui?

O SR. PERSON PACHECO – Conhecimento, porque ele é empresário na cidade, antigo na cidade. Todo mundo o conhece na cidade. Só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que ele tem na cidade?

O SR. PERSON PACHECO – Ele tocou, durante algum tempo, o hotel Cacoal Palace Hotel.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Cacoal?

O SR. PERSON PACHECO – Cacoal Palace Hotel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Divino?

O SR. PERSON PACHECO – Isso. Era arrendado. Ele é quem tocava até esses tempos atrás. Ele tinha a loja Cacoal Eletromóveis. Acho que fechou recente. Amazon Móveis. Há muito tempo, ele tem loja de móveis na cidade. O nome da razão social não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Antônio aqui, você não conhecia não?

O SR. PERSON PACHECO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você chegou a vender alguma mercadoria para ele?

O SR. PERSON PACHECO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é Orlando?

O SR. PERSON PACHECO – Conheço. Eu tenho um funcionário com nome de Orlando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Motorista seu?

O SR. PERSON PACHECO – Não. Um funcionário da firma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Funcionário da firma.

O SR. PERSOM PACHECO – Ele dirigia caminhão. Dirige...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é motorista? Tem habilitação?

O SR. PERSON PACHECO – Tem.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Orlando fazia negócio para você?

O SR. PERSON PACHECO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era de confiança?

O SR. PERSON PACHECO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele trabalha até hoje com você?

O SR. PERSON PACHECO – Trabalha até hoje comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele cuida do negócio para você.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Faz entrega de mercadorias?

O SR. PERSON PACHECO – Não. Ele está meio velho já. Fica por perto de mim. Só ajudando. Vai ao banco, vai comprar peça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode descrever o Orlando para nós?

O SR. PERSON PACHECO – Como já tem dois anos, é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais ou menos.

O SR. PERSON PACHECO – Ele é um senhor branco, se não me falha a memória. Mais ou menos 1,75 por 80.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Altura?

O SR. PERSON PACHECO – Altura. Cabelo não recordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É gordo, magro?

O SR. PERSON PACHECO – Ele não é gordo nem magro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade aproximada. É mais velho, é moço...

O SR. PERSON PACHECO – Ele é um senhor de idade, sim, mas idade aproxidamente não posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é de idade, um senhor?

O SR. PERSON PACHECO – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É mais ou menos isso o Orlando?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Ele é claro. Ele é meio moreno.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É moreno claro.

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Cabelo meio branco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Altura?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – 1,60 e poucos metros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Passa o microfone para o Barbosa.

Rui, quem lhe vendeu a mercadoria que foi apreendida em Buritis?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – O Orlando mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Orlando.

O SR. ANTONIO CÚRCIO – E quero falar que eu não me lembrava o nome, mas está esse nome no meu depoimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem se reavivou foi o Orlando, não é isso?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Ele que me lembrou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está certo. Foi o Orlando quem te entregou a mercadoria?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Foi o Orlando quem me entregou.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem era a mercadoria.

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Ele me falou para mim que era do Person Pacheco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Achamos sua mercadoria? Achou? O Orlando negociou para você, não é? O caminhão que você disse que não comprou, a carga que você disse que não comprou, um pedacinho dela achamos. O que você diz a respeito disso?

O SR. PERSON PACHECO – Que não tenho conhecimento disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. PERSON PACHECO – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Orlando que vendeu para que o homem que você elogiou sentasse aí. Um homem de respeito, da cidade de Cacoal, conhecido. Ele está dizendo que foi o Orlando que vendeu para ele. E o Orlando disse para ele que a mercadoria era sua, ele estava só vendendo para você.

O SR. ANTONIO CÚRCIO – E inclusive no dia que ele ia entregar a mercadoria, como eu era gerente, não era dono, fiz um vale de R$500,00 para ele, aliás, a minha esposa fez o vale, ele assinou o vale, fiz uma retirada no meu caixa, para passar para a matriz e, se não me engano, entreguei uma cópia desse vale para o Dr. Jeremias. Eu não tenho certeza disso, porque se eu entregasse a original, daria furo no meu caixa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele te deu cópia do...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Orlando tinha liberdade de negociar?

O SR. PERSON PACHECO – Não, para mim não, em meu nome não. A liberdade que ele tem é de abastecer no posto em meu nome, porque dirige meu carro. A única autorização que ele tem em meu nome é comprar pecinha na....

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o caminhão que foi...

O SR. ANTONIO CÚRCIO – É um caminhão da Mercedes. Para ser sincero, corretamente dizer o tipo de caminhão, não tenho certeza, como disse na primeira vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha descrito de manhã, não? Caminhão laranja, pára-choque amarelo, com umas manchas....

O SR ANTONIO CÚRCIO – Isso. Só que o caminhão não é do Person Pacheco, era arrendatário, era locado o caminhão, não é do Person Pacheco. Inclusive esse dinheiro foi para pagar o frete de Ariquemes para Buritis. Então, no dia que o Doutor me fez..., dei o depoimento para ele de que não exigi prejuízo nem nada, dei para ele o depoimento dentro da empresa. Falei para ele que o caminhão era locado, porque o próprio motorista falou comigo: – Esse caminhão é meu, é locado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você diz disso aí, Person? O Orlando está lá entregando mercadoria em seu nome, num processo onde você está arrolado e disse que apenas viu o caminhão. Foi levar um pneu, não é?

O SR. PERSON PACHECO – Foi oferecido para mim, mas eu não comprei o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Será que o Orlando comprou?

O SR. PERSON PACHECO – Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tem capacidade financeira para fazer isso? Tem inteligência para fazer isso?

O SR. PERSON PACHECO – Até isso eu acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então era seu mesmo?

O SR. PERSON PACHECO – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu sítio de Rolim de Moura você vendeu?

O SR. PERSON PACHECO – Nunca tive sítio em Rolim de Moura.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu pai tinha ou não?

O SR. PERSON PACHECO – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde é que você tinha um sítio que tirava madeira?

O SR. PERSOM PACHECO – Em Cacoal mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vendeu?

O SR. PERSON PACHECO – Vendi e usei o dinheiro para comprar o barracão da oficina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos encerrar, porque acho que aqui não adianta.

Você confirma, honestamente, que o caminhão foi o Orlando que te entregou e disse que era dele a mercadoria?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do que se tratava a mercadoria?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Eletrodoméstico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eletrodoméstico. Geladeira, fogão?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Não, geladeira não tinha, tinha fogão, tinha liqüidificador, armário de cozinha, cozinha americana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse caminhão que te ofereceram tinha essas mercadorias, que você não quis comprar?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Tinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De quem era?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Era da Rápido Rondônia ou Roraima, não sei. Era carga de transportadora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só para a gente deixar bem caracterizado aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi a entregue essa mercadoria, você se lembra?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – A data não me recordo, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas foi entregue na loja que você gerenciava?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você comunicou ao Rui Barbosa?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele autorizou a receber...

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Ele autorizou a receber.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você teve contato pessoal com o Orlando? Você comprou por telefone?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso ele falou no depoimento.

Mas o Orlando, você sabia que tinha ligação com o Person?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não, nem conheço o Orlando. Falei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando falou com você não fez referência nenhuma...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...a quem pertencia, a quem não...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não falou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por telefone...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, com a descrição feita...você não conhecia a pessoa do Orlando?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conheceu.

O SR. RUI BARBOSA DE MELO– Não conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E nunca mais...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – *(fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele conheceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, Barbosa, você compra por telefone mercadoria para a sua empresa sem conhecer com quem você está falando?

O SR. RUI BARBOSA – Mas é tal coisa...

O SR. OSCAR ANDRADE – O preço foi chamativo, não é?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Eu iria pagar depois que tivesse na loja para vender.

O SR. OSCAR ANDRADE – O preço foi muito bom, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Razoável, não é?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – 20%?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas isso ele esclareceu no depoimento. Queremos saber a responsabilidade do Orlando, de vinculação...

O SR. OSCAR ANDRADE – Gostaria, então, Sr. Presidente, que esse depoimento fosse consignado ao inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...consignada aí, encaminhada inclusive ao Dr. Jeremias que precisa dessa citação.

O SR. OSCAR ANDRADE – O caso dele já não é da Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas acho que está com você, não está?

Está com ele, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, que se fizesse constar no inquérito do Dr. Jeremias a informação ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você confirma que não tem nada com isso...

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Não tenho nada com isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...que não comprou carga, não o caminhão, a carga...Não comprou a carga. Nem mandou o Orlando fazer a entrega e a negociação depois. Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sugiro, também, Dr. Jeremias, que o Orlando possa ser ouvido e, se preciso, acareado com o Antônio Cúrcio.

Da minha parte, está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que aqui ficou muito claro. Pela sinceridade, acho que você nessa se machucou. Se você não quer manter a sua posição, não há nada que o faça falar contrariamente ao que você está disposto a depor aqui. Você quer retificar, quer manter?

O SR. RUI BARBOSA DE MELO – Quero manter.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, está bom. O senhor tem alguma coisa a acrescentar?

O SR. ANTONIO CÚRCIO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para mim, falta apenas formalizar e encaminhar às autoridades competentes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode retirar aqui, a Polícia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Podem sair.

Por favor, seguranças. (Pausa)

Ficou muito claro o depoimento do Sr. Antônio, que não teve dúvidas em descrever o Orlando, nem a forma de entrega, nem o pagamento.

Acredito, apenas para esclarecer os senhores, que o objetivo da CPI é esse mesmo: descobrir o **modus operandi**, estabelecer o vínculo entre o receptador e as quadrilhas de roubo e colaborar com as autoridades policiais no que tiverem dificuldade para prosseguir no esclarecimento e consubstanciar as provas necessárias para que a Justiça realmente possa condenar os responsáveis.

Aqui, em Rondônia, acredito que os objetivos foram alcançados. As interrogações a respeito de algumas vinculações internacionais do roubo de cargas com os países vizinhos foram confirmadas, não só pelo trabalho excelente do Dr. Jeremias, como durante os depoimentos aqui prestados.

Quero novamente agradecer à Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, à sua Presidência, Deputado Natanael Silva, que colocou à nossa disposição todos os meios e serviços, o que correspondeu à expectativa e pudemos trabalhar com tranqüilidade e segurança. Aos Srs. Deputados que aqui compareceram e permaneceram praticamente todo o tempo conosco, o nosso eterno agradecimento.

Agradeço também ao Senador Moreira Mendes e ao Sr. Oscar Andrade, pela iniciativa do requerimento. Todos trabalharam comigo. São, então, os Oscares da minha vida.

Agradeço aos funcionários da Assembléia Legislativa, desde o garçom, que nos trouxe sempre o cafezinho quente e a água, aos funcionários do som, às assessorias administrativas, enfim, a todos aqueles que colaboraram para que em um dia conseguíssemos realmente efetuar o nosso trabalho.

À Polícia Civil, pela presença permanente na busca de informações e no trabalho do inquérito, na pessoa do Dr. Jeremias, Delegado-Geral, que aqui permaneceu todo o tempo.

Aos senhores oficiais da Polícia Militar, ao Secretário de Segurança, que não tiveram nenhuma dificuldade em atender até a remoção de presos por avião cedido pelo Governador do Estado, Dr. José Bianco, que foi 100%, que compareceu conosco em um almoço e trocamos idéias sobre algumas iniciativas preventivas condições propostas pelo Delegado-Geral e pelo o Comandante da PM com respeito ao roubo de cargas.

Enfim, à toda a sociedade de Rondônia, que acompanhou conosco, de perto, esses depoimentos na certeza de que em breve a situação de segurança nesse País tem que ser revertida. A sociedade, atualmente prisioneira do medo, não pode mais viver sob a égide da insegurança e da intranqüilidade. A criminalidade atingiu níveis alarmantes, o que, sem dúvida, amedronta, escraviza e impede a sociedade de caminhar pelas ruas e pelas cidades.

Vamos continuar trabalhando com afinco, terminando ou não essa CPI, buscando, com a ajuda de nova legislação, coibir a marginalidade, que é também fruto da desesperança da nossa sociedade.

Agradeço a todos e pergunto a alguns dos Srs. Senadores ou Deputados gostariam de usar da palavra final. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Negromonte.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, produzimos muito no dia de hoje, aqui, em Rondônia.

Essas audiências têm sido para nós uma continuidade do trabalho parlamentar. Isso aqui também representa a nossa atividade parlamentar. Não são apenas as comissões e as sessões em plenário, os Ministérios, a Presidência da República e as visitas aos redutos nos seus Estados que envolvem a ação parlamentar. O que ocorreu aqui foi profundamente rico para o aprendizado sobre o dia-a-dia do Parlamento, da nossa atividade parlamentar.

Em primeiro lugar, tivemos aqui, Sr. Presidente, e é importante ressaltar isso, a oportunidade de sentarmos com o réu. Tal situação possibilita que a CPI seja justa, encaminhando ao juiz o processo para que seja revista a pena do Sr. Milton César da Silva. Essa CPI não é carrasca, não visa perseguir, maltratar ou prender. A política me humanizou muito. Tenho outra visão de mundo. Em sendo assim, fico comovido com a tentativa de inocentar uma pessoa injustamente acusada. Esse fato foi muito importante.

Um fato inusitado foi a questão da prisão albergue. O que ouvimos aqui faz com que venhamos a aprimorar a lei para que no futuro tal situação não aconteça. Tal como está, a prisão albergue, uma prisão **light**, é um incentivo, Sr. Presidente, para que as pessoas continuem a praticar delitos. Os fãs do Belo devem sugerir também a prisão albergue, e não sei se é culpado ou inocente, mas, se essa situação pegar, será nacionalmente. Por isso, esse encontro faz com que nós, no Congresso Nacional, trabalhemos no aprimoramento, no endurecimento da lei para que sejam evitadas tais situações.

Por tudo isso, saio daqui hoje satisfeito.

Quero agradecer também ao Deputado Oscar Andrade, Deputado muito atuante, e não tenho dúvida de que seu relatório terá repercussão nacional, porque S. Exª tem sido uma pessoa zelosa e estudiosa e tem se dedicado profundamente e com coragem a essa questão. De forma que, Deputado Oscar Andrade, posso dizer que sentimos orgulho de participar dessa CPI porque tem um presidente e um relator que são dignos da sociedade brasileira, que representam com austeridade, com decência e dignidade o povo brasileiro. E dizer que fico feliz de estar aqui ao lado do Senador Geraldo Cândido, do Deputado Carlos Dunga e dos Deputados Estaduais da Assembléia de Rondônia, dos companheiros que nos ajudaram muito, da polícia, na pessoa do Dr. Jeremias, que tem sido muito eficaz, competente. Isso é importante, pois uma polícia séria e honrada faz com que esse trabalho que fazemos evolua e possa produzir bons frutos.

De forma que saio daqui muito feliz e quero dizer que aqui aprendemos. Temos dois ouvidos e uma boca. A verdade é que saímos daqui aprendendo mais ainda, o que é muito gratificante.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srs. componentes da CPI, os agradecimentos já foram feitos pelo nosso Presidente, Senador Romeu Tuma, só quero enfatizar a importância do trabalho da CPI. Foi mais um dia de trabalho e ao final nos sentimos gratificados pelo que conseguimos aqui apurar e debater. Essa CPI para nós é uma tarefa muito importante, assim como no Congresso Nacional, este ano, a Comissão Mista que discutiu a segurança, da qual o Senador Romeu Tuma e eu fomos membros e lá fizemos uma dobradinha na Comissão do Futebol e agora na Comissão do Narcotráfico também.

Penso que é fundamental que nós, parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pena que não moramos na mesma cidade para fazermos uma dobradinha na candidatura também.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Podia ser também. Exatamente.

Somos parlamentares que temos compromisso com nosso povo, com o povo brasileiro, com a segurança da nossa sociedade, o que julgo muito importante. A Comissão Mista deu um passo muito importante propondo leis mais rigorosas em relação a crimes hediondos, seqüestro e outros e a CPI faz tam-

bém seu trabalho, contribuindo sobremaneira para garantir segurança ao nosso povo e à sociedade.

Portanto, foi muito importante para mim estar aqui e foi um prazer estar com os senhores, pela primeira vez na cidade de Porto Velho, visitando o Estado de Rondônia e espero voltar aqui outras vezes. O povo de Rondônia demonstrou muita hospitalidade, recebendo-nos com muito carinho e afago.

Muito obrigado e um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o nosso relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, minhas palavras são de muito agradecimento, muito especialmente a V. Exª, que se dignou a nos visitar no nosso Estado, trazendo a CPI. Este é o Estado que há vinte anos escolhi para viver e do qual, nesses últimos dois anos, em função principalmente da CPI, ando um pouco sumido e precisava demonstrar esse trabalho aqui. Lógico que não viemos com esse objetivo, mas saio daqui realmente muito feliz de poder ter realizado o trabalho na minha cidade, no meu Estado. Quem acompanhou o trabalho vê que tem consistência e que não pára aqui, pois não é esse só nosso trabalho. Além de todos os referenciais que já tem a CPI, vamos, com as informações aqui colhidas e estudos realizados, fazer as nossas propostas. Por exemplo, o Person Pacheco, conversei ainda há pouco com a Drª Tânia, juíza, e encontrei um caminho que a CPI vai recomendar para que ele saia dessa prisão flexibilizada, semi-aberta, porque ele está comandando os negócios. Ficou claro para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É prisão jardim de infância – está sempre no recreio brincando.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como vamos tentar também corrigir uma injustiça que sentimos com o depoimento dos outros. Quanto ao Person, vou tentar colocá-lo nas grades mesmo para que ele pare de operar. Isso ficou muito claro para nós. Todos os outros trabalhos concernentes à CPI vão continuar com a secretaria e irá enriquecer ainda mais nosso relatório.

Saio com a certeza de que um dos caminhos, de tantos outros que escolhemos, é exatamente o que acertamos, qual seja o de que o ponto principal do roubo de cargas no Brasil é o receptador. Isso ficou muito claro e patente mais uma vez. Nesse ponto vamos trabalhar. Vamos aumentar a pena dos receptadores para que deixem de ter a tranqüilidade de saber que, em três ou quatro processos, pegará apenas três anos de prisão e segure a situação tranqüila, continuando a operar de todo jeito.

Temos a certeza de que a federalização ajudará muito, a qual demorou 10 anos para chegar a quase R$ 1 bilhão. Demorará alguns anos para baixar, mas vamos conseguir isso se numerarmos nossos produtos a partir de uma preparação paulatina com nossas indústrias. Assim, coibiremos também a receptação porque estará no depósito do receptador o produto numerado.

Sr. Presidente, também vamos acrescentar em nosso relatório que seja criada, na Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados, a Subcomissão Permanente de Roubo de Cargas. Considero isso muito importante para que nosso trabalho continue de forma latente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Que essa subcomissão seja mista.

O SR. OSCAR ANDRADE – De preferência, que seja mista.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Para que tenhamos o Senador nela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O problema é que a Comissão Mista de Segurança, criada pelo prazo de 60 dias, fez um trabalho eficiente. Consegui analisar vinte projetos, os quais já estão sendo aprovados pelos Plenários. Há alguns erros, algumas coisas que precisam ser corrigidas, mas a eficácia foi muito grande. Essa situação é difícil em função da qual a sociedade exige um comprometimento mais sério das autoridades no combate à criminalidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Concluindo, com as questões específicas de Rondônia, procuraremos trazer as sugestões ao Governador. Se a melhor maneira é a criação de delegacias especializadas, de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já pedi ao Governador no almoço. O Delegado-Geral fará um documento pedindo essa autorização.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, quero agradecer ao Presidente da Assembléia, Deputado Natanael Silva, por ceder o espaço. Agradeço muito aos Deputados Paulo Moraes e Ronildo Capixaba pelas presenças que abrilhantam a reunião. Ambos são liberais, membros do meu Partido. Agradeço ao Secretário de Segurança e Cidadania, Coronel Ferro, assim como à Polícia Civil, nas pessoas do Delegado Carlos Eduardo e muito especialmente ao Dr. Jeremias, esse companheiro por quem temos muito carinho. Faço um agradecimento especial pelos 40 dias de dedicação. Muito nos orgulha saber que existem homens como o senhor nos quadros da Polícia

Civil. Agradeço aos efetivos da Polícia Militar e da Polícia Federal que se fizeram presentes nos ajudando, ao Governo do Estado de modo geral e ao meu querido povo do Rondônia, especialmente aos amigos de Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes de encerrar, não posso deixar de agradecer às equipes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que tanto têm colaborado como nosso trabalho, apesar de algumas vicissitudes do nosso Naurides, que está sempre desejo de ofícios para assinar. Agradeço aos delegados que nos acompanham nessa luta, produzindo informações e relatórios, antecipando nossas viagens na busca de informações, o que tem sido um sustentáculo à atividade permanente da Comissão. Agradeço também à **TV Senado** que algumas vezes, autorizada por sua diretora, tem acompanhado a CPI, dando respaldo nacional com suas transmissões, a quem faço um agradecimento especial na figura dos repórteres, dos **cameramen**, daqueles que trabalham no carregamento do instrumental. Fiquei assustado ontem, quando chegou o avião. Havia um volume imenso de aparelhamentos, mais de oito, e eles estavam carregando com boa vontade, dispostos a colaborar com a Comissão, apresentando para o Brasil o que representa uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e trazendo um estímulo àqueles que, podendo, através do telefone 0800-612211, poderão, pela TV Senado ou por **e-mail**, comunicar as informações que possam ter sobre suspeita de quadrilhas ou de pessoas que tenham receptação de mercadorias.

Como nenhum dos Deputados gostaria de manifestar-se, agradeço e dou por encerrada mais essa audiência pública na cidade de Rondônia. (Palmas.)

Aqui está a pauta de amanhã, em Manaus, que me foi solicitada. A audiência pública terá início às 10h30min da manhã na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas em Manaus. Serão ouvidos diretores da CCE: Marcílio Reis de Avelar Junqueira; Dr. José Américo Nogueira de Matos, Procurador da empresa; para informações importantes, a Drª Maria Lins Alves de Andrade, inspetora da Alfândega e os dois delegados federais que estão cuidando do caso especial – Sérgio Lúcio Marfontes e Santiago Amaral Fernandes.

De modo que, amanhã, passaremos o dia em audiência pública em Manaus no Amazonas.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 20h25min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 8ª Reunião Realizada em 07/06/2002

Aos sete dias do mês de junho do ano dois mil e dois, às nove horas, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas na Cidade de Manaus, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senadores Moreira Mendes e Geraldo Cândido e os Deputados Oscar Andrade Mário Negromonte. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir os depoimentos dos Delgados da Polícia Federal: Sérgio Luciomar Fontes e Santiago Amaral Mendes Fernandes. Ainda foram ouvidos em caráter reservado a Srª Maria Eliza Alves de Andrade, Inspetora da Alfândega em Manaus; Srª Maristela Santos de Araújo Lopez, Auditora da Receita Federal em Manaus e Senhor Marcos Fabrizzio, Técnico da Receita Federal em Manaus. Ainda estavam convocados para esta reunião os senhores: Marcílio Reis de Avelar Junqueira, Diretor da CCE AMAZÔNIA e Dr. José Américo Nogueira de Matos, Procurador da CCE AMAZÔNIA, que não compareceram e justificaram suas ausências através de um Advogado. A seguir os Senhores Parlamentares fizeram seus questionamentos aos senhores Delegados. Com a palavra o Senhor Presidente, que agradeceu os presentes e marcou a reunião para o dia seguinte no mesmo local. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom dia, senhores.

Dou por aberta a 8ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, que apura o crescimento do roubo de cargas transportado pelas empresas de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como procede a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Eu acrescentaria aquaviários e marítimos, para ficar mais claro à população.

Preliminarmente, quero agradecer ao Deputado Lupércio Ramos, que, por razões de trabalho, não pode comparecer a esta abertura, pela gentileza da cessão do ambiente da Assembléia Legislativa, para que pudéssemos ter tranqüilidade em nosso trabalho, bem como agradecer aos funcionários que prontamente ascenderam ao nosso pedido e nos deram condições de iniciarmos os nossos trabalhos. Agradeço profundamente.

Se algum dos Srs. Deputados se encontrar no recinto e quiser nos dar a honra de participar da audiência, ficaremos muito satisfeitos.

Pergunto se algum dos Srs. Parlamentares quer fazer uso da palavra antes de iniciarmos a oitiva dos convidados.

Tenho, ao meu lado direito, o Senador Geraldo Cândido, membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Negromonte, Vice-Presidente da Comissão, o Senador Moreira Mendes, também membro, e o Senador Oscar Andrade, que é o Relator.

Constituída a Comissão, daremos início aos nossos trabalhos.

Antes, porém, indago ao Deputado Oscar se deseja, preliminarmente, como Relator, fazer alguma referência.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, Sr. Presidente, quero apenas reforçar o agradecimento ao Presidente desta Casa e dizer da satisfação de trazer a CPI aqui e estar com o Senador Romeu Tuma, Senador Moreira Mendes, Senador Geraldo Cândido e o Deputado Mário Negromonte.

Em maio de 2000 iniciamos os trabalhos desta CPI, rodamos quase o Brasil todo, chegamos ao Amazonas e vamos procurar, também aqui, trazer realizações importantes, conhecer bastante desse mal que assola o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Viemos aqui em razão de indícios que, ontem, praticamente, se confirmaram durante os depoimentos em Rondônia, do que deu razão ao nascimento desta Comissão Comissão Parlamentar de Inquérito, que é a capitalização do tráfico de drogas por meio do roubo de cargas.

Sentimos a possibilidade do escambo, ou seja, a troca de mercadoria roubada por cocaína, principalmente na região de fronteira Norte do País. Isto porque hoje as Farcs e os narcotraficantes têm encontrado dificuldades em entrar em território brasileiro para a compra de suprimentos para sua manutenção. Veja-se o caso do traficante do Rio de Janeiro, o Fernandinho Beira-Mar, que foi preso na Colômbia, onde estabeleceu uma íntima ligação comercial e empresarial entre as Farcs, o narcotráfico e as quadrilhas do Rio de Janeiro que ele comandava. Hoje, está claro que mercadorias roubadas, principalmente produtos alimentícios, podem estar sendo trocados por cocaína, assim facilitando a vida dos traficantes em território brasileiro. O crescimento organizado desse crime tem afligido em muito alguns Estados, que até apelam para formação de grupos-tarefas e ameaças de intervenção.

Além disso, recebemos algumas informações de autoridade da Polícia Federal de que empresas têm sofrido roubos vultosos de suas mercadorias. Essas empresas, praticamente amedrontadas com a possibilidade de envolvimento de policiais, não têm insistido nas suas investigações. Elas enfrentam dificuldade de transporte e de segurar essas cargas, porque as companhias de seguro não querem mais pagar o prêmio alto e o custo operacional do transporte de cargas, que passou de três ou cinco por cento para treze a quinze. Isso dificultou muito esse tipo de operação.

Essa é, portanto, uma explicação inicial para o fato de a CPI, em razão de requerimentos de seus membros, ter realizado esta audiência pública aqui, em Manaus.

Solicito a presença do Dr. Sérgio Lúcio Marques Fontes, Delegado da Polícia Federal, que aquiesceu ao nosso convite e veio esclarecer alguns dados sobre os inquéritos que preside. Convido o Dr. Sérgio a pronunciar-se da tribuna ou mesmo da mesa, se assim o preferir.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – O caso que investigamos na Polícia Federal iniciou-se em janeiro deste ano, com uma denúncia anônima, bastante fundamentada. Na verdade não chegava a ser anônima, porque citava um nome e um CPF. O nome e o CPF eram de uma pessoa que já havia res-

pondido a um crime previsto pelo art. 334 do Código Penal. Tentamos localizá-la, mas não conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esclarecendo, o art. 334 dispõe sobre crimes de contrabando e descaminho. Pergunto – estamos sendo transmitidos -: a pessoa disse o nome na denúncia ou vocês a identificaram através da denúncia?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Não, a denúncia trazia o nome e o CPF dessa pessoa. Depois, constatamos que, na verdade, os dados de nome e CPF não eram da pessoa que fez a denúncia. A denúncia era anônima e esse nome constava ali simplesmente para descaracterizar a denúncia anônima, para dar uma veracidade. Essa pessoa que assinou a denúncia anônima já tinha respondido a um crime de contrabando na Polícia Federal. Então, baseado nos fatos, como eles encontraram respaldo com as nossas investigações, a Delegacia de Fazendária dessa delegacia regional solicitou à Justiça Federal autorização para monitorar o número telefônico dos celulares dos membros da empresa.

Os primeiros quinze dias de monitoração demonstraram que tudo o que constava nessa denúncia anônima era verdadeiro e que de fato havia a participação de empresários da Zona Franca de Manaus, em conluio com fiscais da Receita Federal e outros funcionários públicos, no sentido de fraudar os incentivos fornecidos pela Zona Franca de Manaus, ou seja, realizar importações de insumos, que têm o incentivo de 80, 88%, quando da internação, incentivos de ICMS, Imposto de Importação, imposto de produção, trazendo produtos acabados como se fossem insumos.

No bojo dessa monitoração, por força de dever funcional, não conseguimos alongar mais a escuta, porque apareceu um grande carregamento de contêineres e tivemos de intervir. Eram vinte e poucos contêineres, Deputado, mais os contêineres apreendidos pela Receita Federal. Apreendemos esses contêineres já fora do Porto de Manaus, fora da Zona Alfandegária. E prendemos em flagrante...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já estava interiorizada?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Já. Sim, Senador. Inclusive um deles tinha passado pelo canal vermelho, como se estivesse tudo ok, e estava com produtos montados no pátio da empresa DM, quando a Polícia Federal lá chegou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S.ª poderia esclarecer o que é o canal vermelho?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – O canal vermelho, Senador, é uma parametrização da Receita Federal. Há quatro tipos: há o canal verde, que passa direto; o canal vermelho, onde há uma vistoria física da mercadoria; o canal amarelo, onde há uma vistoria documental da mercadoria; e o canal cinza, onde há uma vistoria física, documental e de valores. Então, o canal vermelho é quando a mercadoria tem que ser fiscalizada documental e fisicamente.

No caso, o fiscal assinou como se estivesse ok a mercadoria, mas estava toda montada, e na DI, constavam insumos.

As pessoas da DM foram presas. Três funcionários da DM foram presos. A monitoração demonstrou que mais pessoas estavam envolvidas. Posteriormente, dois funcionários da Receita Federal foram presos por prisão preventiva. A auditora fiscal supervisora do porto...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dr. Sérgio, vamos interromper um pouco...

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – ...até porque, como S. Sª tem o assunto todo pronto e estamos precisando aprender o assunto, algo vai passar despercebido, inclusive não conhecemos alguns pontos técnicos. Vamos, então, fazer algumas perguntas durante o seu depoimento, mesmo que preliminarmente.

Por favor, prossiga. Por enquanto...

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Quem estava envolvido, quem capitaneava todo o esquema de fraude, na Receita Federal, era a Supervisora do Porto, a Fiscal Maristela, auxiliada por outros fiscais que foram denunciados pelo Ministério Público, fiscais e técnicos da Receita Federal.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Qual o nome da fiscal?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Maristela, Exª.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Maristela. Ela está presa?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Ela foi presa por prisão preventiva, mas encontra-se solta atualmente.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Obrigado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – O senhor poderia narrar como isso acontecia? Chegava de navio e ela comandava a fiscalização?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Exatamente. O que constatamos é que ela trabalhava, pelo menos no caso da empresa DM... A empresa DM operava em um porto chamado Superterminais, onde a Maristela trabalhava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor sabe o sobrenome da Maristela?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Deputado, ela vai verificar o nome.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, requeiro que seja convocada a fiscal Maristela. O sobrenome virá daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço à Secretaria que providencie o ofício e à Polícia Federal, a localização da Fiscal Maristela.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim, Exª. Ela se encontra na cidade. Pelo que sei, está afastada, respondendo processo, mas seria realmente muito interessante, porque toda a fraude passava por ela. Ela trabalhava no Porto Superterminais, a DM operava no Porto Superterminais.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA)– Ela assumiu ou negou?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Na Polícia, ela se negou a depor. Na Justiça, sei que já depôs, mas não tenho conhecimento do que ela falou lá. O problema dela é que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está sob sigilo o processo?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – O inquérito e a ação estão sob sigilo, Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o juiz tem toda essa documentação com a possibilidade de abrir para a CPI?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim, senhor. Tem.

Então, a Maristela foi o epicentro da corrupção, o elo da corrupção...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era o núcleo central da estrutura.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim, senhor. Era o núcleo central, porque ela tinha o poder, na Alfândega do Porto, de designar fiscais para realizar ações específicas. Então, na posição em que se encontrava, ela poderia designar o fiscal que quisesse para fiscalizar a carga que ela quisesse. A posição dela era privilegiada.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – No seu entendimento, com a saída dela, o senhor acha que parou ou continua?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Acredito que tenha parado, Exª. Acredito que, nesse momento, o esquema não esteja mais funcionando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O esquema era o seguinte: comprava legalmente insumo, mas, na verdade, entrava produto acabado.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Declarava as importações como se fossem insumos e eram produtos acabados ou semi-acabados.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – E esses insumos tinham incentivos fiscais de 80% a 100%?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Os incentivos são de 80%, mas só são pagos por ocasião do IPI e do II e quando da internação do produto.

Na entrada, só se paga 80% do que deveria pagar e somente no momento em que for internar o produto industrializado. São os incentivos da Zona Franca de Manaus, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem algum desses produtos apreendidos?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Temos centenas de milhares.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Algum que pudesse ser trazido e apresentado aqui? Pelo menos um aparelho desse para mostrar como é que vinha embalado, que tipo de embalagem. É possível?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – Que tipo de equipamento? Eram componentes para televisão, som? É isso?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Vinham peças e vinha a televisão pronta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou o senhor acha melhor irmos ao local onde estão apreendidos para ver isso?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Para o senhor ter uma idéia global e ver a quantidade de mercadoria que estava sendo introduzida ilegalmente no território nacional, acredito que seria bom ir ao Porto. O Porto é aqui e está tudo depositado. Depois que fizemos a apreensão, entregamos à Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, iremos. Depois, na hora em que o senhor puder, nós faremos uma constatação física para saber realmente a dimensão do problema.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – E ainda, se o senhor me permite, não dá a visão global, porque ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem apreensões em Belém e em São Paulo?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Exatamente isso que eu ia dizer ao senhor. Tem muitas apreensões em São Paulo e muitas apreensões em Belém, que dão uma visão global. E tem muitas outras apreensões que foram feitas na seqüência da DM, de outras empresas. Por exemplo, empresas de telefone, que pedem insumos e já vinha o telefone na caixa, com o selo, produzido na Zona Franca de Manaus.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Já vinha de fora assim?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Exatamente. De Hong Kong, já vinha pronto, com o selo do produto. Outras apreensões...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A empresa filial da DM era em Hong Kong?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Não. A DM, como a maioria das empresas da Zona Franca de Manaus, compram seus insumos de fábrica na Ásia, Hong Kong, Coréia. Então, é comum. Não precisa ter filial. Compram e recebem os insumos e aqui montam com os incentivos da Zona Franca de Manaus, gerando emprego, renda.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – Essas empresas em Hong Kong são brasileiras?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Não, senhor. São empresas nacionais do país.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São normais.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – Não são empresas que o brasileiro instala lá fantasma, não?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Não, senhor. São empresas reais que fazem a venda. Se o senhor pedir insumo, eles mandam insumo. Se o senhor pedir produtos acabados, eles vão mandar produtos acabados.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – Pensei que eles montavam lá...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a documentação original não era real também?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – A documentação era ideologicamente falsa, porque dizia que se tratava de um tipo de mercadoria, permitida, em que incidem benefícios fiscais, e, na verdade, era outro tipo de mercadoria que deveria ser recolhido imposto integral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela operação da Receita, para se conhecer o comprador, é pela DI. Depois que a DI dá entrada é que vai se saber para quem se destina a mercadoria ou ela já vinha documentada com o destino certo?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Não, a sua primeira colocação é a correta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só se conhece o destinatário com a DI. O que acho terrível, porque colocou um "laranja" lá, vai...

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Existem outros procedimentos que facilitam isso, como, por exemplo, a possibilidade ainda não definida em lei, se eu descobrir que o produto não é aquele produto que está constante na DI, de poder entrar com um requerimento para pagar o imposto integral.

Ora, sendo assim, importo cem containeres e, se um for pego, pago o imposto dele, porque, se não me engano, o percentual é 70% no canal verde e o restante distribuído no vermelho, no amarelo e no cinza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O risco, no máximo, é de 12%, 15%.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Exatamente, Excelência. Isso já é um problema da legislação.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – O senhor sabe informar o nome das empresas ou ...

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Eu não sei se eu poderia declinar o nome das empresas, Excelência, porque todos os processos estão sob sigilo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, com o nome completo agora, eu gostaria de requerer que sejam convidados Maristela Santos de Araújo Lopes e Marcos Fabrízio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Marcos Fabrízio é Técnico da Receita Federal e Maristela, Auditora Fiscal da Receita Federal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, peço que eles sejam convocados, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria o ofício urgente; o ofício de convite para os dois e para que a Polícia Federal tente localizá-los.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – A Polícia Federal e a Receita Federal apreenderam carregamentos que deveriam desembarcar, para internação na Zona Franca, e que acabaram sendo transformados para carga em trânsito para o exterior?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Exatamente, Excelência, esse foi um dos eventos mais significativos do começo das investigações.

Ocorre que, quando a investigação começou em cima da DM e as pessoas foram presas, alguns contêineres foram presos em Manaus e outros em São Paulo, já havia carregamentos da DM em trânsito para Manaus. Ou seja, já estavam em território nacional para vir para Manaus. O que é que as pessoas responsáveis pela DM fizeram? Elas alteraram o destino e fizeram, em resumo, o seguinte: estava vindo de um local, que não me recordo agora, do exterior para Manaus e eles alteraram a documentação, dizendo que estava vindo para o mesmo local. Ou seja, não ia mais ficar em Manaus; ia voltar para o exterior, porque eles sabiam que a carga estava comprometida e que iria ser apreendida se fosse descarregada.

A Polícia Federal, tomando conhecimento desses fatos juntamente com a Receita Federal, interceptou quatro contêineres em Manaus e vinte e poucos contêineres na saída do navio em Belém do Pará.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – Esses contêineres não retornaram?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Não chegaram a retornar porque nós os interceptamos.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – Mas estava tudo certo para retornar?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim, eles já estavam indo embora. O valor do frete – e aí acredito que até a transportadora não tinha participação nisso – é infinitamente menor ao valor da mercadoria que ia, certamente, ser apreendida pela Polícia e pela Receita, se desembarcada aqui, em Manaus.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – E esses contêineres estão apreendidos?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Estão apreendidos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Sérgio, o senhor sabe quais são os diretores da DM ou isso está sob sigilo?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Não. Eu posso fornecer uma relação com os nomes dos diretores, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Agradeço.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Esse fato é público, porque está na Junta Comercial.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esclareço que o delegado é obrigado, por dever de ofício, a respeitar a decisão judicial do sigilo nos autos. De forma que podemos procurar as informações, mas eles não podem revelar publicamente, sob pena de serem responsabilizados.

Então, agradeço a atenção e peço desculpas por estar dando essa explicação, mas faço isso para não pensarem que se trata de medo ou de algo semelhante o fato de o senhor não querer revelar. É dever de ofício da autoridade policial não revelar aquilo que está sob sigilo, decretado pela Justiça.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – Dr. Sérgio, vocês identificaram também a saída de contêineres do porto de Manaus como se estivessem vazios e, no entanto, estavam carregados de mercadoria. Houve isso também?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Houve esse fato, Excelência, mas...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – Eu chamaria a atenção dos nobres Deputados e Senadores para essa pergunta que acabei de formular, porque é importante para o questionamento futuro.

Perguntei se eles identificaram e comprovaram a saída de contêineres do porto de Manaus como se estivessem vazios, estando os mesmos cheios.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Nós constatamos, Excelência, a tentativa de saída de um contêiner. Pessoalmente, acredito que foi um erro e não algo de má-fé, porque a mercadoria estava declarada e, certamente, seria procurada pela Receita Federal, e a empresa teria de dar conta. Ela já estava no Siscomex. Acredito que essa tentativa foi tão-somente um erro. Fora disso, não constatamos saídas ilegais do porto.

Há um inquérito que está apurando essa questão, o qual ainda não está concluído. Por isso, ainda não temos uma convicção formada sobre esse assunto.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB – BA) – Essa pergunta seria dirigida ao pessoal da Receita Federal. Mas o senhor tem idéia do montante que está sendo desviado?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Não, Excelência. Não tenho idéia. Na verdade, não fizemos esse questionamento nos autos dos aproximadamente 30 inquéritos instaurados para apurar esse tipo de fraude.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esse tipo de fraude que o senhor acabou de narrar agora. Ou seja, troca de insumo por produto acabado.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só desse tipo já são 30 inquéritos?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Fizemos uma operação conjunta com a Receita Federal, denominada Rio Negro. Estamos trabalhando em conjunto, e todos esses inquéritos investigam especificamente esse tipo de fraude.

Como eu acumulava essas funções com a Delegacia de Entorpecentes, o superintendente avaliou que era melhor trazer um delegado especificamente para cuidar desses assuntos, que é o Dr. Rangel.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É que envolve equipamentos que preenchem quase 800 contêineres. Seria isso?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Não tenho idéia do número de contêineres que apreendemos até agora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Chegou-nos um número aleatoriamente.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – São 800 contêineres? Acredito que não é tudo isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De 700 a 800 contêineres.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Não chega a tudo isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com relação ao primeiro caso, o senhor falou em 20 contêineres, não é isso?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim. Foram 20. Depois, foram mais 20 do navio Serrina, e uma quantidade muito grande que estava fora de contêineres em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Creio que pegaram carretas com contêineres em São Paulo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O número não está muito longe. Da Maristela também foram 20. Se multiplicarmos por 30, teremos pouco mais de 600 contêineres.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Não. Nem todos os inquéritos têm 30 contêineres. Há inquéritos que têm apenas um contêiner.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas é coisa muito grande, não é? Disso o senhor não tem dúvidas.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim, senhor. É coisa muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é apenas uma remessa. Podem ter ocorrido remessas anteriores.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim, com certeza. Não descartamos a possibilidade. Certamente, já vinha ocorrendo há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe o montante, o valor exato do que foi apreendido, embora saiba que ainda falta perícia? O Dr. Lacerda me disse da dificuldade que está tendo na realização das perícias. Faremos um apelo ao Ministério da Justiça e à Diretoria da Polícia Federal no sentido de fazer um **tutti force** para que os peritos realizem com urgência as perícias. Esse inquérito prejudica a imagem do Estado do Amazonas pela demora do esclarecimento total e da responsabilização daqueles que realmente praticaram falcatruas. Não é isso, doutor?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Senador, não temos o valor, primeiramente, por essa dificuldade de perícia. Depois, porque, na verdade, a Receita Federal está fazendo esse levantamento de valores decorrentes da mercadoria apreendida.

Posso dizer a V. Exª que estamos dando uma celeridade maior a esse caso, já que há um delegado e uma equipe de policiais exclusiva para investigar essa questão. Isso não ocorria comigo porque acumulava as funções da Delegacia de Entorpecentes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Dr. Sérgio, depois de toda movimentação da Polícia Federal e da apreensão de toda essa mercadoria, do desbaratamento dessa quadrilha, que observação o senhor pode fazer no tocante ao que deveria ser mudado na legislação no sentido de aperfeiçoar o trabalho de investigação da polícia e do Ministério Público?

Quero fazer um esclarecimento. Essa pergunta tem um fundamento porque a CPI, ao concluir os seus trabalhos, pode propor modificações na legislação, no sentido de melhorá-la e aperfeiçoá-la. Então, essa é a pergunta que deixo feita. O que o senhor considera que poderia ser modificado, no sentido de melhorar não apenas a atuação da polícia em si, mas o que poderia ser modificado na legislação, no sentido de coibir esse tipo de crime?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Poderia dar a minha opinião pessoal.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sem dúvida.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Primeiro, acho que os mecanismos de fiscalização das empresas na Zona de Manaus ainda são deficientes. Eles precisam ser aperfeiçoados e melhorados. Segundo, a ótica da Receita Federal, permita-me colocar, é muito voltada para a arrecadação tão-somente. Então, ocorrem esses casos em que se traz a

mercadoria e, quando ela não bate com o que foi declarado, a pessoa vai lá, oferece-se a pagar e acabou. Quer dizer, isso é um incentivo a essa prática, porque se sabe que o canal verde é a grande maioria dos produtos que não vão ser fiscalizados. Se, nos outros canais, eu for fiscalizado, arco com os prejuízos e pago. Quer dizer, dependendo da situação, isso deveria ser evitado.

Outra coisa que nos prejudica muito é o sigilo fiscal nesse tipo de investigação. Na verdade, a Receita fica impossibilitada de nos prestar informações, ficamos impossibilitados de saber...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria aqui fazer uma proposta.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o senhor quem está coordenando as investigações?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Agora, não sou mais, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Deputado Negromonte estava alertando aqui para o fato de que se necessidade da quebra de sigilo, vamos tentar por meio da CPMI requisitar essa quebra, para colaborar na rapidez da investigação. O senhor verifica lá com o Dr. Lacerda. Estamos à disposição também.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Gostaria que o senhor concluísse o seu raciocínio. Considero muito importante a sua observação.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – No caso, o sigilo é necessário, mas, para determinados casos, teria que ter – e temos sempre a colaboração do Judiciário Federal – mecanismos mais ágeis de fazer esse tipo de investigação. Na verdade é isto: a fiscalização é deficiente. Entendo que há poucos funcionários na Suframa, para fiscalizar se as empresas estão realmente produzindo. Existem alguns tipos de operações industriais que ainda estão nebulosas. Gostaria de lembrar aos senhores esse regime de OIM – eu autorizo você a fazer o meu produto. Aonde está regulado isso? Como é que se garante o direito do consumidor? Como é que se garante que os recolhimentos vão ser feitos de maneira correta, e o produto vai ser feito com as cautelas e a qualidade da marca inicial?

Então, esses são problemas que a nossa Zona Franca vai ter que equacionar para evitar esse tipo de fraude.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – No mês de janeiro do corrente ano, vocês fizeram operação conjunta, não é?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Essa operação ainda está em andamento. Operação Rio Negro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Foram identificadas mercadorias pertencentes a duas empresas: CCE e ADM.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Exato, entre outras.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Entre outras. Que não eram para estar no porto de Manaus, e essas mercadorias estavam aqui. A princípio é isso, não é?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sobre esse assunto específico, está incluído no sigilo, Senador.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Certo, mas, na verdade, isso aconteceu?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sigilo relativo, porque isso já é do conhecimento da CPI. O senhor tem a segurança de que a responsabilidade é nossa.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Dr. Sérgio, essas mercadorias não eram para estar aqui no porto de Manaus, nos contêineres de Manaus. Eram para estar aonde, se não eram para estar no porto de Manaus e apareceram aqui?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o destino da carga? Porque o que está em Belém é o que já estava liberado.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Agora estou entendendo a sua pergunta. O senhor está falando daquela carga que veio do exterior e tentou retornar para fora do País? Ah, sim. Ela foi descarregada no porto de Manaus por acidente, apenas por uma questão de movimentação de contêineres. Nesse momento, dois fiscais da Receita Federal que atuavam na Operação Rio Negro acharam estranha aquela carga e a retiveram, só que, no tempo que eles levaram para abrir a carga, para fazer os procedimentos fiscais, o navio saiu. Então, descobriu-se que aqueles quatro contêineres eram parte de um total muito maior que estava retornando para o exterior. Os fiscais e os agentes foram à empresa Piloyd, se não

me engano, e obtiveram o documento original. Na verdade, a empresa de transporte serve para isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que estava retornando? Já estava o esquema descoberto e para evitar novas apreensões...

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Exatamente. A carga estava ilegal.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Era mais barato retornar para o exterior do que ele perder a carga. É isso?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Exatamente. A carga era ilegal e seria toda apreendida como, de fato, foi. Então, eles mandaram voltar para o exterior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O navio retornou?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sr. Presidente, como disse, não apuramos, por parte da empresa transportadora, nenhuma irregularidade. Essa operação, até certo ponto, não é ilegal. No meio do caminho, a empresa pode falir ou podem não pagar as parcelas necessárias. Então, o fornecedor solicita a carga de volta e diz que não entregará mais. Não necessariamente o navio e a transportadora têm envolvimento na fraude.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – V. Sªs tem conhecimento da empresa lá fora?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Temos.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Razão social?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – De qual empresa?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – A que fornece.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – As asiáticas?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Exatamente.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim, Excelência.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Essas que fornecem os componentes?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim. São várias. A maioria encontra-se na Ásia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na China.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Na China.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em Hong Kong.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cingapura.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Há várias em Hong Kong, que é a China hoje.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – V. Sª acredita que essas empresas vendem conscientes de que haverá uma evasão fiscal aqui ou para que ele venda já montado ou desmontado?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Não tenho a menor dúvida de que eles sabem que estão cometendo crime. Trazendo o produto montado, não contratam empregados, não geram renda. Simplesmente, há um ponto que mascara uma importação ilegal. Atualmente, sabe-se que todo produto asiático é muito mais barato que o nosso. Então, trazê-los para cá e dar uma aparência de que foram montados aqui, sem dúvida nenhuma, é fraude, é um crime de estelionato, como o Procurador bem mencionou. Trata-se de um crime de estelionato, um crime de corrupção passiva e ativa, um crime de organização criminosa, de evasão fiscal. A mesma conduta tipifica todos esses crimes.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Senador Romeu Tuma, na interpretação dele, ele acredita que as empresas que vendem sabem que realmente poderá ocorrer evasão fiscal, a fraude, dolosamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª sabe de outro fato importante a esclarecer?

O destino da mercadoria que já foi mencionado, foi localizada alguma já liberada, já posta à venda no mercado?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Fizemos uma operação desse tipo para localizar os pontos de venda dos produtos da DM. Entretanto, isso é muito difícil, porque não se sabe exatamente a partir de que momento a DM deixou de fabricar os seus produtos e começou a simplesmente maquiá-los, ou seja, colocar o selo da Zona Franca de Manaus e internar no mercado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Dr. Sérgio, solicito a V. Sª uma ponderação como advogado. Que sugestão V. Sª daria para nós, Parlamentares, no Congresso Nacional, aprimorarmos a legislação para que esse tipo de ilícito não seja cometido?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Excelência, sou amazonense. O modelo da Zona Franca de Manaus é muito bom e essencial para o desenvolvimento da nossa região. Faltam pequenos detalhes. Esse tipo de corrupção existe, de maneiras diferentes, em outros locais do Brasil.

Devem-se aprimorar os mecanismos de fiscalização. Os órgãos precisam trabalhar em conjunto – a Sefaz, a Receita Federal, a Polícia Federal, a Suframa. Deve haver uma coordenação para coibir esse tipo de crime.

Citarei um exemplo de algo que observei e que, na minha ótica, não se inclui no sigilo. Poderia dizer o seguinte: a Secretaria de Fazenda fica fora do porto de Manaus. A sua parametrização é diferente daquela da Receita, ou seja, algo pode ser liberado pela Receita, mas não pela Sefaz. Esse sistema é muito bom, mas ao se examinar a parametrização do começo deste ano, não se verá a empresa DM, nenhuma vez, caindo no canal vermelho da Sefaz.

É preciso haver uma coordenação. Esses órgãos de fiscalização devem estar integrados para atuar na inibição desse tipo de fraude, que é antiga. Há muito tempo, ouve-se falar em maquiagem na Zona Franca de Manaus. Volto a dizer a V. Exª, como amazonense e natural dessa cidade, que é um modelo que representa muito para o nosso desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero deixar claro que foram boas as ponderações de V. Sª sobre a importância da Zona Franca de Manaus. Nenhum dos Parlamentares que aqui se encontram são contrários à sua melhoria e ao seu fortalecimento.

Temos acompanhado inteiramente a ação dos três Senadores do Amazonas, Senadores Bernardo Cabral, Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres, na sua luta pela permanência e pelo fortalecimento da Zona Franca de Manaus. Inclusive, a própria pergunta do Deputado Mário Negromonte refere-se ao que pode ser feito em matéria de legislação para melhorar essa possibilidade de crescimento da indústria de Manaus.

Há alguns anos, participei da chamada "operação colarinho verde", que se relacionava com o aproveitamento de valores para vender cotas. Era fajuta – desculpem-me a expressão, que não é muito regimental – essa leva de dólares para lá e para cá. Razão pela qual a imprensa rotulou a atividade de "operação colarinho verde".

Queremos ajudar a melhorar e estamos apoiando inteiramente as propostas referentes da Zona Franca. Essa é a nossa idéia, a fim de que não haja uma cortina de fumaça, fazendo entender que na Zona Franca existem apenas falcatruas, o que não é verdade.

O pedido do Sr. Deputado está vinculado a essa questão. Portanto, com a experiência de V. Sªs da Receita Federal, poderemos buscar o aperfeiçoamento da legislação no sentido de fortalecer a posição, no cenário nacional e internacional, da Zona Franca de Manaus.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Reforçando o que V. Exª está dizendo, Senador Romeu Tuma, o atrativo de Manaus é o incentivo. Ora, nem incentivo, nem o que é de lei estão querendo fazer, que é pagar. E o que vai acontecer? A região vai-se afundar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela ficará sob suspeita permanente. Futuramente, poderá até haver alguma vinculação internacional que cause prejuízo.

Lembro-me de quando inauguraram as indústrias da Região Amazônica, no distrito industrial. Os trabalhadores de Manaus tiveram um aprendizado primordial das indústrias que se instalaram aqui. Portanto, a qualificação foi eficiente. Eles foram aprendendo, na própria indústria, uma série de comportamentos. Percebíamos uma limpeza absoluta em suas instalações. Numa indústria de motos, por exemplo, o trabalhador vestia-se inteiramente de branco, usava luvas brancas e não se sujava. O chão estava sempre limpo. Havia a qualidade de uma indústria nova, que nascia para concorrer com os produtos internacionais. Esse fato é importante para o Brasil.

Desse modo, a sua postura em defender a situação, investigando, a fim de que não se cometam falcatruas e não se considere a Zona Franca de Manaus como suspeita, é importante. Pretendemos apoiar V. Sª.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Inclusive, Senador Romeu Tuma, há uma colocação que é importante fazer: dentro desse procedimento, já instaurei inquérito em que, em uma determinada empresa, nada foi apurado. Não posso dizer o seu nome, em virtude do sigilo, mas ela teria uma aparência de irregularidade e foi investigada. A referida empresa está instalando-se na Zona Franca de Manaus e, no fim do procedimento, realizado o mais rápido possível, as perícias concluíram que não havia nada irregular.

Algumas empresas, infelizmente, nesse acirramento de investigação, sofrem um pequeno prejuízo, em benefício, entretanto, do modelo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a V. Sª, alertando-o de que continuaremos a incomodá-lo para obtermos mais informações durante a nossa estada aqui e, posteriormente, em Brasília, por meio do Dr. Lacerda.

Muito obrigado, Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Eu que agradeço, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acredita que o outro Delegado tem algo mais a acrescentar?

O SR. SÉRGIO LÚCIO MARQUES FONTES – Sr. Presidente, creio que só se for para que V. Exªs tenham uma idéia de como será o andamento, porque, de agora em diante, não depende mais de mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Dr. Santiago, que assumiu a coordenação das investigações, para darmos continuidade à reunião.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Sr. Presidente, eu e a minha equipe fomos designados especialmente para prosseguir com a apuração desses inquéritos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi designado para Manaus ou veio especialmente dar prosseguimento a esses inquéritos?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Sr. Presidente, sou lotado na Superintendência Regional da Polícia Federal em Recife, Pernambuco.

Fui designado para prosseguir os trabalhos iniciados pelo Dr. Sérgio, juntamente com a equipe de Manaus. Portanto, estamos aqui há 30 dias apenas, e, efetivamente, não temos os conhecimentos adquiridos pelo Dr. Sérgio a respeito de determinados assuntos. Por exemplo, hoje, temos uma gama de servidores da Receita Federal e de empresários denunciados pelo Ministério Público Federal e respondendo à ação penal na Justiça Federal do Amazonas. Esses inquéritos foram o carro-chefe para que se ampliassem as investigações em relação a outras empresas, já que tais inquéritos fortaleceram-se como instrumento de investigação, pois considerado de extrema relevância, qual seja, o da interceptação telefônica.

Julgo – essa é uma opinião pessoal – que, caso não houvesse esse instrumento, provavelmente não teríamos chegado até os servidores da Receita. Certamente teríamos esbarrado nos empresários, já que foi possível detectar e confirmar a promiscuidade existente entre o Poder Público e a iniciativa privada. Os demais inquéritos foram instaurados em decorrência do aprofundamento das investigações pela Polícia Federal e pela Receita Federal.

Portanto, Sr. Presidente, nesses 30 inquéritos, aproximadamente, há os que não apuram apenas importações ilegais, mas também emissão de laudos fraudulentos pela Suframa.

Que laudos são esses? São aqueles que, aprovando o chamado processo produtivo básico das empresas – trocando em miúdos –, dizem que tais empresas têm condições e linha de montagem para receberem insumos e transformá-los em produto acabado. Embora, na verdade, constatou-se que no caso da DM Eletrônica da Amazônia Ltda. não houve o laudo pericial.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Não tinha capacidade para fazer tal transformação.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Não tem nenhuma capacidade para tal.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – E quem assinava esse laudo?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – A seção de criminalística da Polícia Federal.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Refiro-me aos laudos da Suframa. Quem os assinava? Era o Superintendente?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Não. Os laudos são assinados por técnicos da Suframa que têm qualificações diversas: engenheiros, economistas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – E foram diversos laudos? Diversas empresas?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Diversos laudos. Estamos apurando isso também em inquéritos policiais.

Então, os inquéritos não se restringem a importações ilegais, que foram muitas. Houve inclusive – posso ilustrar aqui para os senhores – um caso bastante significativo. É o caso de uma grande empresa comercial da Amazônia que tem filiais no Norte e Nordeste, que importou nove toneladas de roupas da Indonésia, as quais aqui chegaram com indicativo de produção nacional de indústria brasileira e, não somente isso, com o nome e o CNPJ de uma empresa brasileira sediada no Ceará. O que ocorre?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – (Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Bom, estamos diante de um novo tipo de fraude e não é mais o insumo chegando à Zona Franca para a produção da mercadoria acabada, do equipamento. E, em vez do insumo, vem o próprio equipamento. Não

estamos mais diante disso, mas, sim, de um outro tipo de fraude que envolveria...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Como é essa tramitação? Como é que chegam com a nota da empresa daqui?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – A mercadoria foi importada como se estrangeira fosse.

Em uma análise mais apurada da Receita Federal... infelizmente a parametrização, como é chamada a conferência aduaneira, praticamente faz com que a maior parte das importações, chegada em navio ou via aeroporto, seja desembaraçada sem verificação da carga. Provavelmente mais de 50% – essa é uma informação que a Receita Federal poderá fornecer...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Setenta por cento está no vermelho.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Hoje, temos, com o acirramento a fiscalização pela Receita, praticamente todos os contêineres chegados ao Porto de Manaus são lacrados para a verificação física; mas em situação normal – isso ocorre em todos os portos brasileiros – mais de 50% das importações chegadas ao Brasil recebem canal verde e o restante recebe canal cinza, vermelho ou amarelo, quando haveria uma verificação da mercadoria e da documentação. O que provoca isso? Justamente a facilidade. Se eu posso trazer uma mercadoria queimando etapas do processo produtivo, vou trazer com menores custos. Se, de repente, a Receita Federal cair no canal vermelho e eu puder retificar uma declaração de importação e pagar os impostos, vale a pena arriscar e o mau empresário fará isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso pode ser feito?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Pode e está sendo feito.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Não caberia a aplicação de multa nessa hipótese?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Não. Na zona primária pode e está sendo feito, mas o caso a que me reportei, dessa transação com a empresa da Indonésia, causa também uma evasão de ICMS. Quando importo e tiro da Zona Franca para o restante do País, tenho que internar essa mercadoria, ou seja, pagar os impostos federais, o de importação e o sobre produtos industrializados.

O que ocorre? A investigação está em andamento, mas já conversamos com o pessoal da Secretaria da Fazenda e da Receita Federal e temos um norte: se o produto é nacional, posso retirá-lo da Zona Franca sem maiores problemas. Na realidade, não está caracterizado como produto importado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E já vinha pronto, como o caso das camisas, já com as etiquetas, CGC, tudo direito.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Tudo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Poderia estar sendo importado um fardo de tecido. Deveria, em situação normal.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – O tecido ou a camisa com a etiqueta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De fora, porque aí é importação mesmo.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É o caso, também, dos telefones. Já vinha o telefone com o nome, como se fabricado aqui.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Com a inscrição: produzido na Zona Franca de Manaus.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Essas roupas foram apreendidas?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Elas estão apreendidas. As nove toneladas estão na Receita Federal.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – E as etiquetas são da empresa, como se fossem fabricadas no Ceará? Já vêm de lá com as etiquetas do Ceará?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Exato, e tem relacionamento comercial com a empresa amazonense.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – E o senhor acha que quem faz isso lá é brasileiro ou a empresa estrangeira que já está...

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Não, é brasileiro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Eles montam lá?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Eu estou ilustrando, porque V. Exªs terão uma visão mais abrangente dos fatos.

Já detectamos outro caso: muitas das empresas que exportam para o Brasil têm, na sua constituição societária, as mesmas pessoas que estão importando aqui. Então, o exportador e o importador se confundem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – São o mesmo?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Exato, são o mesmo. Essa é uma empresa americana, instalada nos Estados Unidos, que tem os mesmos sócios. Então, ele não pode alegar que houve erro do exportador, como a maioria tem alegado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Que houve um equívoco, não é?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Não houve equívoco. Por quê? Porque a própria empresa mandou para outra empresa aqui, que é do mesmo grupo. Eu diria que o Delegado Sérgio foi enfático na defesa do modelo, que também acredito não esteja minimamente afetado pelo esquema de corrupção. Por quê? Temos 30 inquéritos e devemos ter centenas e centenas de empresas instaladas na Zona Franca de Manaus.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ou seja, o modelo é bom.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – O modelo é muito bom para o desenvolvimento da região. Não tenho conhecimento específico, técnico, para fazer uma avaliação mais precisa, mas nós podemos dizer que esses fatos não são a tônica. A tônica é a importação feita no modelo. Agora, isso não deixa de ser extremamente grave, porque, como o Senador Romeu Tuma disse, põe sob suspeição permanente a existência e o desenvolvimento da Zona Franca.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Claro. Na sua opinião, a maioria das empresas praticam esse ilícito?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Eu acredito que a possibilidade de retificar uma importação no momento da fiscalização é um estímulo para fraudar a importação. Por quê? Porque vão deixar de pagar salários a empregados, vão deixar de recolher obrigações sociais e de ter uma linha de montagem com todos os seus custos e vão importar. Ou seja, vão deixar de fazer exatamente...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na verdade, não se trata de uma importação legal, porque não estão importando o produto acabado.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Exato.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Se não houver o órgão inibidor, a Receita e a Polícia Federal, e se a legislação não for modificada, penalizando a empresa que fizer isso a sair do ramo e não participar mais dos incentivos...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Essa retificação é absolutamente legal?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Absolutamente legal. Inclusive não há interferência de setores da Receita Federal. É um juízo de valor que o auditor fiscal faz, e, em condições normais, ela pode ser feita. Dadas as circunstâncias do esquema de corrupção aqui, defendemos na Polícia Federal que ela não seja feita em hipótese alguma nesse momento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dê-me um exemplo de uma condição normal em que deverá ser feito

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Desculpe-me a interrupção, mas é só para completar o raciocínio: tanto é assim, que uma das nossas grandes empresas aqui instaladas entrou com uma quantidade imensa de retificações. Agora, o mais interessante é que as retificações são feitas e o produto que ela está declarando agora é o mesmo que ela se propõe a fabricar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E não tem capacidade técnica.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Ela se propõe a fabricar aquele modelo para a Suframa, no projeto aprovado pela Suframa, e, quando ela retifica, está trazendo exatamente o mesmo equipamento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que se deve manter essa possibilidade? Por que existe a possibilidade de retificação em situação normal e justa? Você entendeu?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Entendi, entendi. Por quê? Porque, em situações...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Oscilação de dólar, alguma coisa assim?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – É. A própria especificação do tipo de mercadoria importada, não há impedimento nenhum a que se retifique. O importador solicita uma mercadoria ao fornecedor e ele encaminha uma mercadoria com uma pequena diferença. Isso terá que ser retificado em quantidade menor ou maior.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Coisas leves, não é?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Exatamente. Agora, o que estamos vendo aqui é um absurdo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – O senhor acha que isso vem acontecendo há muito tempo?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Acredito que sim. Acredito que sim, porque existem grandes empresas envolvidas nisso, utilizando, inclusive, braços que não contaminem a sua marca, ou seja, utilizando outras empresas. Acredito que se esteja utilizando isso há muito tempo.

Senadores, não posso perder a oportunidade de fazer referência ao contrabando: o problema do contrabando no país não é localizado. Acredito que em todos os portos brasileiros tenhamos problemas como a constituição de empresas fantasmas para realizar importações. Isso é um fato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teria alguma coisa a acrescentar?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Senador, julgo extremamente relevante o trabalho desta Comissão. Estão sendo investigados fatos envolvendo grupos empresariais com grande poder econômico, pessoas com grande prestígio social que, em geral, sentem-se acima do bem e do mal, acima da lei. Certamente a comissão nos trará prestígio, tanto para a Polícia Federal e para a Receita Federal como para outros setores que estão interessados em desmantelar esse esquema fraudulento nas importações na Zona Franca. Isso nos fortalece, com certeza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Santiago, o que falei ao Dr. Sérgio vale agora para o senhor. A Comissão está pronta a requerer o que for necessário para colaborar com o andamento dos inquéritos e o apresamento.

O fato de nossos trabalhos estarem sendo transmitidos pela TV Senado e a pela TV Assembléia vai mexer com as autoridades em Brasília, que darão o apoio necessário para que esse processo se desenvolva com rapidez.

O senhor tem os nossos telefones. Na hora em que quiser, é só ligar. O Dr. Paulo Lacerda e o Dr. Cavallero são colegas de vocês e estão lá conosco, prontos para responder a qualquer solicitação.

Passo a palavra aos senadores.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Dr. Santiago, penso que já estamos encerrando a sua ouvida, mas quero fazer a mesma pergunta que também fiz ao Dr. Sérgio. O que o senhor pensa que deve ser modificado na legislação? Percebo, no seu depoimento, um forte sentimento de que as coisas precisam mudar no País, e até têm mudado muito, o próprio Congresso Nacional – o Senado Federal e a Câmara dos Deputados – tem dado um testemunho disso, cortando a sua própria carne. Acredito que estamos caminhando na direção dessas mudanças. E quando vejo sua juventude, assim como a do Dr. Sérgio, e essa disposição para mudanças, isso nos dá força para realmente tentar essas modificações.

Então, repetindo o que já disse, o que o senhor pensa que deve ser modificado na legislação para melhorar a situação, respeitando e não prejudicando os limites de terceiros e as garantias individuais asseguradas na Constituição? O que o senhor imagina que pode ser mudado?

Por fim, ainda gostaria de fazer uma rápida consideração. É lamentável que isso ocorra na Zona Franca de Manaus, tantas vezes vilipendiada por outros políticos na tentativa de impedir a continuidade dessa área, que gerou um desenvolvimento enorme para essa região, incontestável. E ao acontecer isso, os que a combatiam, e ainda hoje fazem isso, usam do argumento de que não funciona, de que há corrupção, de que é descaminho. O que o senhor pensa que deve ser mudado ou acrescentado na legislação no sentido de melhorá-la?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Senador, é raro termos esta oportunidade, então vou aproveitá-la.

Os inquéritos policiais poderiam ser mais céleres caso dispuséssemos de instrumentos para que as quebras de sigilo fossem executadas de maneira mais ágil. Os sigilos bancário e fiscal são direitos e garantias assegurados na Constituição. Isso é ponto pacífico. O Estado democrático de direto exige a observação desses direitos, mas infelizmente, no Brasil, esses sigilos servem mais ao infrator do que ao cidadão comum. E para se obter judicialmente essa medida, a despeito de todo o empenho dos juízes e dos procuradores da República, isso ainda vem sendo um grande entrave para qualquer investigação, porque às vezes demanda meses até a obtenção de uma informação que, muitas vezes, vem parcial ou de forma confusa, ou seja, exigindo mais tempo para ser apreciada.

A questão dos sigilos, o simples fato de se apreender computadores em uma empresa requer a quebra do sigilo dos dados, o que implica uma série de burocracias, isso para a investigação, para o modelo. Acredito que precisamos de mecanismos de controle e de fiscalização mais eficientes. A Secretária da Fazenda e a Receita Federal, por exemplo, deveriam trabalhar em conjunto, o que não acontece. Elas trabalham de forma completamente separadas, são arrecadadoras de tributos e não se comunicam. A Secretaria da Fazenda está fora do porto e por que isso acontece? E também por que ela não tem acesso ao

desembaraço aduaneiro? Acredito que um simples convênio já poderia ser realizado entre as secretarias de fazenda, não apenas na Amazônia, mas em todo País. Por que o Governo Federal e os governos estaduais não agem nesse sentido?

Uma outra questão, além deste relacionamento Receita Federal/Secretaria da Fazenda, é a disponibilização do Siscomex para a Polícia Federal, que tem, na sua estrutura, uma divisão de polícia fazendária, ou seja, fico fazendo exercício de adivinhação, porque não tenho dados a respeito do comércio exterior. Eu tenho que solicitá-los.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Existe um grupo-tarefa?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Não existe. Existem iniciativas pessoais do delegado, do superintendente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Um trabalho artesanal.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Exato. Comunicando-se com o superintendente, ou seja, uma iniciativa pessoal. Não existe doutrina de força-tarefa, a despeito de pilares da Polícia Federal, como os Drs. Paulo Lacerda e Cavaleiro, terem semeado isso ao longo da carreira. Infelizmente, não há.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª acha isso importante?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – De suma importância. Eu não veria a disponibilização do Siscomex, porque temos o Sisbacen, que controlaria os contratos de câmbio para as importações. Envolve outras questões que desconheço, portanto não quero ingressar nelas. Quanto ao Siscomex, não haveria problema se esses dados fossem disponibilizados para a Polícia Federal, que tem na sua estrutura uma polícia fazendária.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há razão para sigilo.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Não há razão. Isso é quase uma reserva de mercado da Receita Federal, infelizmente. Inclusive, nem as secretarias de Fazenda têm acesso ao Siscomex.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Nesse caso, Senador, creio que temos que conversar com o Secretário da Receita Federal, Sr. Everardo Maciel, para liberar essas informações à Polícia Federal. Deve haver essa interação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senão vai dificultar muito o andamento do processo, procrastinando-o por um tempo quase imprevisível.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é o Procurador de Justiça que está com o caso? Ele também está acompanhando bem o fato?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – O Dr. Sérgio Lauria formulou uma denúncia primorosa a respeito desse esquema de corrupção. Temos conhecimento de que há na Receita Federal um processo envolvendo mais de 15 servidores que estão respondendo administrativa e criminalmente. Há, inclusive, seis servidores denunciados pelo Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª acha que ele estaria disposto a vir aqui fazer um pronunciamento?

Pedirei à Secretaria para convidar o Dr. Sérgio Lauria Ferreira a comparecer nesta Comissão.

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – Inclusive, Senador, foi dada na denúncia uma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na denúncia havia um esquema de como funcionava?

O SR. SANTIAGO AMARAL FERNANDES – A denúncia é uma peça fundamental. Ele captou muito bem o espírito da investigação e deu o tom de organização criminosa. Porque, apesar de termos muita confusão no conceito do que seria organização criminosa, há entre o mecanismo desse esquema de corrupção requisitos para a organização criminosa, que é essa promiscuidade entre Poder Público...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Comissão Especial de Segurança tentou estudar uma forma de legislar para dar um aclaramento melhor. Seria bom se V. Sª pudesse colaborar conosco, na parte legislativa, sobre o equacionamento da formação de bando ou de quadrilha. Não temos a dimensão da estrutura de um crime organizado para fazer um enquadramento mais amplo, principalmente com envolvimento de funcionários públicos ou de autoridades administrativas.

Estamos à disposição e o procuraremos, se houver necessidade de alguma informação.

Suspenderei temporariamente, porque a Drª Maria Luíza se encontra no recinto e vamos dirigir-nos a uma sala reservada para conversarmos com ela.

Antes de terminar, o Deputado Oscar Andrade, contando com o apoio dos demais membros, pede a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das seguintes pessoas... (interrupção da gravação)

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queremos informar que contamos com a presença do Dr. Marcos Ademir Ferreira Rivas que, em respeito à CPI, trouxe um ofício justificando a ausência dos senhores convidados das empresas que estão sob investigação desse caso que tratarmos nesta audiência pública. De forma que se coloca à disposição para apresentar seus clientes em tempo oportuno visto terem, por várias razões, dificuldade em se apresentarem em tempo hábil a esta Comissão. Já combinamos com o Dr. Marcos, vamos marcar uma nova data para ouvirmos com mais tranqüilidade as pessoas intimadas pela Polícia Federal. São eles: Dr. Marcílio, Dr. Lacerda Carlos Júnior e todos que já constam da marcação de audiência antecipadamente distribuída.

Agradecemos a presença do Dr. Marcos e oportunamente voltaremos, por intermédio da Polícia Federal, a combinar nova data e sabermos se serão ouvidos em nova diligência aqui ou em São Paulo, onde têm empresas.

Então fica justificada a ausência.

Eu gostaria, antes de encerrar, de agradecer à Drª Maria Elisa Alves de Andrade, Inspetora da Alfândega, por toda a colaboração com esta Comissão de Inquérito, que nos deu um depoimento esclarecedor, reservado, porque era de sua obrigação manter o sigilo sobre alguns fatos de que tem conhecimento e sobre o funcionamento da alfândega. Também a nossa diligência no Porto para conhecermos de perto como foi efetuada a fraude de produtos vindos do exterior como componentes, produtos pronto e etiquetados, com catálogos escritos em português e como insumos e que, realmente, eram prontos.

Eu queria agradecer ao Governador do Estado e ao Vice-Governador, que hoje nos acompanhou no almoço por toda a estrutura que nos ofereceu, a Polícia Militar, a Polícia Civil, de Manaus e a Polícia Federal que preside esses inquéritos e dirige as investigações; pelo apoio do Dr. Lacerda, que conosco esteve praticamente o dia inteiro, e também fornecendo-nos documentos importantes para que possamos analisar com mais profundidade toa a evolução dessa prática fraudulenta.

Quero agradecer aos funcionários da Assembléia Legislativa, que foram corteses em acompanhar-nos, aos assessores de imprensa desta Casa e a todos os que colaboraram conosco, como a **TV Senado**, que acompanhou de perto todo o trabalho, as diligências externas e tudo aquilo que possa ter sido registrado para que a sociedade brasileira tome conhecimento das investigações desta Comissão.

Passo a palavra ao Deputado Mário Negromonte e, em seguida, ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Senador Geraldo Cândido, acabamos de chegar do porto e da alfândega, onde fizemos uma visita para ver de perto as mercadorias apreendidas pela Polícia Federal. Elas vinham de outros países como insumos e seriam vendidas aqui como produtos acabados. Isso quer dizer que a importante finalidade social da Zona Franca de Manaus, que é a de, com isenções, atrair empresas para gerar emprego e renda, está sendo totalmente desviada. Temos conhecimento de que isso já vem acontecendo há mais de cinco anos. As apurações estão sendo feitas. A Polícia Federal está atuante e, além de apreender as mercadorias, prendeu funcionários da Receita. É lamentável.

Depois de conhecermos de perto a grandiosidade do porto, sabemos que o efetivo da Receita Federal não é suficiente para ter o controle absoluto da alfândega. Vamos levar isso ao conhecimento do Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e ao Ministro da Justiça, para pedir uma força-tarefa a fim de investigar isso com profundidade. A Zona Franca foi criada para fazer com que esta região cresça, buscando atrair empresas de diversos lugares do País e tendo uma única finalidade: a geração de emprego e renda e a distribuição equânime da grandeza e da riqueza do Brasil.

Penso que este trabalho, Senadores Romeu Tuma e Geraldo Cândido, foi exemplar. Estivemos aqui, conhecemos tudo de perto, recebemos instruções e informações de técnicos da Receita, ouvimos os funcionários que estavam envolvidos e saímos daqui já com diversas informações para que a CPI possa aprofundar ainda mais o trabalho. Se for possível, em Brasília ou em São Paulo, ouviremos as empresas envolvidas que são mais de quinze.

Isso é importante. A CPI está cumprindo o seu papel, investigando, apurando o desvio de carga, para que a sociedade não venha a ser penalizada.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço aos funcionários da Receita Federal e da Polícia Federal, à imprensa, ao Presidente da Assembléia Legislativa e ao Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

Não podemos esquecer o que foi dito sobre os laudos que a Suframa oferece por antecipação para autorizar a importação de insumos e sobre qual a efetiva fiscalização para verificar se esses insumos estão realmente sendo usados na fabricação dos produtos.

V. Exª mesmo abordou essa questão. Penso que é importante.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PSDB – BA) – Seria até uma forma de mudarmos a legislação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Temos de verificar direito a legislação atual, já que a Receita tem procurado, com seu Secretário, melhorar o sistema, por meio de portarias, resoluções, medidas provisórias. Então, vamos analisar bem o tratamento dado a esse sistema atual da Zona Franca.

Passo a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Deputado Mário Negromonte, nosso Vice-Presidente, assessores, delegados da Polícia Federal que nos acompanham, equipe da **TV Senado**, profissionais da imprensa presentes, demais senhoras e senhores que estão aqui nos acompanhando, mais uma vez, ressalto a importância fundamental da CPI. Nós temos tido um trabalho intenso. São quase dois anos percorrendo este imenso Brasil de norte a sul. É uma verdadeira maratona que deve encerrar-se lá para o final deste ano. Nesse período, colhemos centenas de depoimentos. Pela ação da CPI, muitos criminosos já foram presos e estão respondendo a inquérito por envolvimento com o crime organizado.

Portanto, a CPI tem cumprido seu papel constitucional de contribuir, de colaborar com o Poder Legislativo, com o Poder Judiciário e com a polícia. No que lhe cabe, a CPI tem cumprido seu papel de forma bastante intensa.

Os membros da CPI têm feito um esforço muito grande. S. Exªs têm viajado para ficar três, quatro, cinco dias fora de suas casas, de seus Estados. Sempre que é necessário, cada membro está presente para dar sua contribuição cívica de Parlamentar comprometido com as causas do País, principalmente na luta contra o crime organizado.

Sabemos que o crime organizado é uma das mazelas do Brasil e atua de norte a sul, seja no roubo de cargas, nas fraudes – como a do porto de Manaus –, na corrupção, no narcotráfico. Em suas várias vertentes de atuação, por meio de vários tentáculos, atua de forma bastante agressiva. Leva a Nação a ficar atônita, assustada, apavorada com a violência.

Compete a cada um de nós, cidadãos, dar sua contribuição – independentemente da condição de parlamentar – para combater esse câncer que assola o nosso País.

Quero agradecer a presença de todos. Nós, da CPI, estaremos sempre atentos e vigilantes. Vamos cumprir o papel que nos foi dado pelo Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente. Um abraço para todos. Até a próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria de deixar registrado o apoio que o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, e que o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, têm oferecido a esta Comissão, para que esta possa deslocar-se e cumprir sua obrigação com um bom resultado para a sociedade brasileira. S. Exªs não têm negado, de forma alguma, o apoio necessário para que possamos cumprir a obrigação estabelecida no requerimento que criou esta Comissão.

Quero agradecer ao Presidente da Assembléia de Manaus ter permitido este trabalho. Agradeço, também, à **TV Assembléia**, que nos deu oportunidade de transmitir aos cidadãos deste importante Estado todo o andamento dos trabalhos da Comissão.

O SR. CAUBY SEQUINU – Em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, em nome do Presidente da Assembléia, Deputado Lupércio Ramos, e de todo seu corpo administrativo, agradecemos suas palavras, Senador.

Como repórter da **TV Assembléia**, gostaria que V. Exª fizesse um pequeno resumo dos trabalhos. Em dois anos, a CPI já conseguiu muitas coisas, há muitas pessoas presas. V. Exª acredita que esse é mesmo o trabalho do Parlamentar: a fiscalização, a moralização, principalmente no momento em que a sociedade brasileira clama por um trabalho nesse sentido? Neste momento, o Parlamentar brasileiro está sendo alvo, também, de críticas, etc. É esse o trabalho de CPI? V. Exª acredita que são esses afazeres que permitem que o Parlamentar tenha uma nova imagem perante a sociedade brasileira?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço ao repórter e ao Deputado Lupércio Ramos, mas é difícil resumir em poucas palavras o trabalho todo que a CPI vem desenvolvendo. Começamos com algumas dificuldades em razão da falta de um sistema de investigação do roubo de cargas. O nosso trabalho tem sido de alguma forma alcançar os alimentadores do roubo de cargas que são os receptadores, a parte econômica desse tipo de crime. E temos avançado muito. A cada audiência pública as autoridades locais sentem a necessidade de criar departamentos e setores especializados na investigação. Com isso, não há necessidade da espera do término do trabalho da CPI

e do relatório final para que o Ministério Público e a polícia passem a investigar o que está sendo apurado.

Já há vários inquéritos abertos, pessoas ouvidas e, durante audiências, inclusive, tivemos a oportunidade – o que foi ruim até para nós – de prendermos testemunhas que procuravam dissuadir a sua participação ou levar a CPI por caminhos que nunca resultariam em benefício da sociedade.

O Senador Geraldo Cândido e o Deputado Mário Negromonte já explicaram o trabalho contra a violência e o crime organizado, no qual circulam milhões e milhões de reais e de dólares, às vezes, o que alimenta toda essa violência, pois a razão para todo esse desvio de dinheiro traz a intranqüilidade social. Com isso são violentados os direitos do cidadão, que precisa receber do Estado uma assistência melhor.

Esse combate tem eficiência. Hoje, você nos acompanhou. Vemos o prejuízo social que a Zona Franca tem. Ela foi criada para levar desenvolvimento industrial para esta região, com empregos e com a melhoria social para os cidadãos que aqui vivem e hoje se vêm prejudicados porque os empregos ficam lá fora assim como o dinheiro dos impostos devidos.

Assim, agradecemos a sua atenção e a oportunidade que a população do Amazonas teve com a assistência da TV Assembléia e dou por encerrada a presente audiência.

(Levanta-se a reunião às 19h40min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 9ª Reunião Realizada em 09/09/2002.

Aos nove dias do mês de setembro do ano dois mil e dois, às nove horas, no Auditório da Capitânia dos Portos na Cidade de Vitória no Espírito Santo, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Deputados Oscar Andrade e Robson Tuma, reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir os depoimentos das seguintes pessoas: Nilton Souza Siqueira – Delegado da Polícia Federal; Ezedir Enéas Gomes – Agente de Polícia Federal; Sérgio dos Santos Calazans – Agente de Polícia; Selma Cristina Sampaio Pereira Couto – Delegada de Polícia da SSP/ES; Danilo Bahiense – Delegado da Polícia da SSP/ES; João Rildo Souza Aguiar – Preso; Cleveland Moreira Júnior – Preso; Jéferson Foratini Peixoto de Lima – Policial aposentado da SSP/ES. Em prosseguimento foi feita uma apresentação em áudio e vídeo pelos Policiais Federais sobre o mudus operandi da quadrilha que foi desbaratada com a operação carga pesada levada a efeito no Estado. A depoente Selma Couto – Delegada de Policia discorreu sobre como a policia civil informando haver indícios de envolvimento de integrantes de instituição policial civil no roubo de cargas. O preso Cleveland Moreira disse ser réu confesso e acusou o advogado José Carlos Stein de ter-lhe tomado seus bens, bem solicitou para que fosse mantido na prisão em que se encontrava-se recolhido e para que obtivesse tratamento médico. A seguir foram ouvidos o Dr. José Maria Rodrigues de Oliveira Filho – Procurador – Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo e o Dr. Fábio Velo Correia – Promotor de Justiça que prestavam esclarecimentos aos senhores Parlamentares. Foi ainda feita uma acareação entre Cleveland e Jéferson. Durante os trabalhos a Presidência foi exercida pelo Deputado Robson Tuma. Os Senhores Parlamentares fizeram seus questionamentos aos senhores Delegados, Policiais e presos. Com a palavra o Senhor Presidente, que agradeceu os presentes e marcou a reunião para o dia seguinte no mesmo local. Não havendo nada mais a tratar, eu Francisco Nauri des Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Declaro aberta a 9ª reunião do ano de 2002, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23/2000 – Congresso Nacional –, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas em-

presas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e ao desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com quadrilhas de roubo de cargas.

Gostaria de agradecer ao Capitão Ferreira e à Capitania dos Portos por ceder o espaço, para que pudéssemos fazer um trabalho tranqüilo no estado.

Essa presidência esclarece que as convocações são de pauta própria e que, obviamente, já existem 22 pessoas para serem ouvidas e, provavelmente, ela possa aumentar à medida que começamos as investigações.

Já gostaria, de antemão, de pedir à assessoria que ligasse ao Procurador Geral, a fim de convidá-lo para vir à Comissão para que possa prestar esclarecimento sobre o que o Ministério Público fez em relação às denúncias da Comissão do Narcotráfico. O Presidente efetivo dessa Comissão, Senador Romeu Tuma, chegará amanhã, pela manhã. Portanto, eu, membro da Comissão e parlamentar com maior número de mandatos, exerço a função de presidente da Comissão por uma designação regimental.

Solicito à Secretaria que faça adentrar ao recinto o Dr. Nilton Souza Siqueira, Delegado de Polícia Federal, junto com Ezedir Enéas Gomes, Agente da Polícia Federal.

Estamos começando atrasados não por uma falha da Comissão, mas por uma questão ambiental: a chuva acabou atrasando os vôos que vinham para o Estado. Só para a assessoria não esquecer, parece que o Dr. José Maria Rodrigues, Chefe do Ministério Público, foi convidado para, ainda hoje, comparecer.

Concedo a palavra ao Dr. Nilton Souza Siqueira e ao Dr. Ezedir Enéas Gomes, a fim de que possam fazer a explicação.

Muito obrigado.

O SR. EZEDIR ENÉAS GOMES – Senhores, boa tarde. Para que possamos conhecer melhor o trabalho e o **modus operandi** da operação "Carga Pesada", desenvolvido pela Polícia Federal do Estado, passaremos duas programações no Power Point, filmagens que vão explicar corretamente essa operação.

Por favor, técnica.

(Preparação das projeções)

A operação iniciou-se através da investigação procedida pela área de entorpecentes da SR/DPF – Espírito Santo em outubro de 1999. Envolvidos: Cleveland Moreira Junior e os irmãos Juarez Grechi, Jaire Grechi e Pedro Grechi.

Durante as investigações, verificou-se que tais elementos agiam com roubo de caminhões e cargas, o que originou a instauração do IPL 02/2000, SR/DPF – Espírito Santo, para apurar, além destes, outros delitos praticados pela organização criminosa, tais como assassinatos, corrupção e tráfico de drogas.

Anteriormente, foi apreendido um carregamento de 33 kg de cocaína, porém, não nessa operação, mas na operação que estava sendo investigada pela DRE. Na atuação da quadrilha, as mercadorias roubadas em São Paulo eram transportadas para o Espírito Santo e Minas Gerais, quase que imediatamente. As cargas trazidas para esses estados, através de Cleveland e Juarez, eram distribuídas no próprio estado, Bahia, Minas Gerais e Ceará. As mercadorias roubadas nas estradas do Espírito Santo geralmente eram transportadas para a Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, fazendo o trajeto inverso, ou seja, as mercadorias roubadas aqui eram levadas para São Paulo, as de São Paulo eram transportadas para cá. Uma das formas mais utilizadas por Juarez Grechi para efetivar o roubo de uma carga previamente escolhida era se utilizar de caminhões e motoristas contratados por ele. Esses se ofereciam para realizar o transporte para as empresas distribuidoras fabricantes, quando, durante o trajeto, o motorista simulava um roubo, e o carregamento era desviado para receptadores, principalmente de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa mercadoria do roubo era conhecida como "roubo dado" que, no outro programa, veremos como é feito.

A atuação em outros Estados:

São Paulo – A Polícia Federal detectou e conseguiu identificar Ronaldo Teruia, Chirus Arusi, da Empresa Girus Racing e outros envolvidos, ainda sendo investigados. Cidade: São Paulo, capital, mais precisamente no bairro Brás, Campinas.

Minas Gerais – envolvidos ainda sob investigação.

Bahia – Quatney Cerqueira da Silva (Nei), Paulo Roberto Matta Rodrigues Filho (Betão), e outros envolvidos, ainda sob investigação. Cidades: Salvador, Feira de Santana e Eunápolis.

Rio de Janeiro – Envolvidos ainda sob investigação, principalmente na Cidade de Campos dos Goitacazes.

Ceará – Envolvidos ainda sob investigação. Cidade: Fortaleza.

Esses envolvidos sob investigação eram na época em que a Polícia Federal estava atuando no

Espírito Santo e, às vezes, fazendo diligência para esses Estados, porque a operação era muito complexa.

BALANÇO DA OPERAÇÃO:

Prisões:
Espírito Santo = 14;
Bahia = 2;
São Paulo = 2;
Total = 18 prisões.
Mandados de busca efetuados na época: 33.

Tipos de materiais apreendidos: vários computadores, componentes eletrônicos, material elétrico, cosméticos, material de papelaria, óleo lubrificante, veículos roubados, peças de caminhões e materiais para adulteração de chassis, plaquetas de identificação de veículos automotores, etc.

Esse inquérito instaurado, nº 2000, gerou vários outros inquéritos, o nº 713/2000 do flagrante, foram indiciados Fernando Brás Moreira, Cleveland Moreira Júnior, Juarez Grechi, Jéferson Foratini Peixoto de Lima.

IPL 716/2000, por Portaria. Indiciados: Marco Antônio Malini Lamego, Cleveland Moreira Júnior, Fernando Brás Moreira Júnior. É de se ressaltar que, às vezes, há inquéritos diferentes, porém as mesmas pessoas indiciadas, devido à complexidade do problema.

IPL 717/2000, por Portaria. Indiciados: Juarez Grechi, Marina (que é esposa de Juarez), David da Silva Carvalho Filho, Jackson Rodrigues Pinto, Gustavo Machado Fardini e Paulo Fernando Carvalho.

IPL 718, por Portaria. Indiciados: Jéferson Foratini Peixoto de Lima, Luciana de Souza Goulart, Xiro Laruse e Juarez Grechi.

IPL 719, por Portaria. Indiciados: João César Marques, Cleveland Moreira Júnior, Juarez Grechi, Marina Mendes Machado Grechi e Geila de Rodrigues Moreira. A Geila é esposa do Cleveland.

IPL 720, Portaria. Indiciados: Ademir Ademar Vidigal, Jânio Jacinto Araújo, Juarez Grechi, Marina Mendes Machado Grechi, Cleveland Moreira Júnior, Geila de Rodrigues Moreira, David da Silva Carvalho Filho, Jéferson Foratini Peixoto de Lima, Leonardo Delgado Monteiro, Jackson Rodrigues Pinto, Ideraldo Wanderlei Pereira, Gustavo Machado Hifardine e Xiro Naruse.

IPL 721. Indiciados: Ideraldo Wanderlei Pereira, Leonardo Delgado Monteiro, Juarez Grechi, Marina Mendes Machado Grechi.

IPL 722, Portaria. Indiciados: Wanderlei Damasceno Alves, Marcelo Haasha, de São Paulo, Carlos Zico Baldine, Cleveland Moreira Júnior e Geila Rodrigues Moreira.

IPL 723/2000, por Portaria. Indiciados: Luciana Souza Goulart, Cleveland Moreira Júnior, Jéferson Foratini Peixoto de Lima, Fernando Brás Moreira, Reginaldo Júlio de Souza, Juarez Grechi, Marina Mendes Machado Grechi e Geila Rodrigues Moreira. Indiciados: Cleveland Moreira Júnior, Ronaldo Teruia, Paulo Roberto Matos Rodrigues Filho, Xiro Naruse, Odair Silva Mascarenhas, Watchinei Cerqueira da Silva (da Bahia).

IPL 030/2001. Indiciado: Pedro Grechi.

Total de inquéritos: o Inquérito 02000 foi-se desdobrando, e com os flagrantes e mandatos de busca, totalizaram-se 11 inquéritos.

Agora, vamos às considerações gerais:

Pessoas condenadas em razão de processos decorrentes das investigações da Operação Carga Pesada:

Cleveland Moreira Júnior – Processo nº 6995/2000. Condenado a 8 anos e 4 meses de reclusão e 60 dias de multa, também nos artigos de roubo de carga e contravenção;

Jéferson Foratini de Lima – Processo nº 6995/2000. Condenado a 2 anos e 6 meses de reclusão;

Ricardo Valentini Oliveira – Condenado a 5 anos e 4 meses de reclusão e 60 dias de multa;

Juarez Grechi – Processo nº 6995/2000. Condenado a 2 anos e 6 meses de reclusão;

Marco Antônio Malini Lamego – Processo nº 6995/2000. Condenado a 3 anos de reclusão e 60 dias de multa;

Fernando Brás Moreira – Condenado a 3 anos de reclusão e 60 dias de multa;

Luciana de Souza Goulart – Essa também é receptadora, a qual veremos depois no filme recebendo as mercadorias. Condenada a 5 anos e 6 meses de reclusão e 60 dias de multa.

Por último, Franco Júlio Moreira, condenado a 2 anos e 6 meses de reclusão.

Todos esses no artigo que envolve receptação de mercadoria.

Jucimar Repossi, processo 6.995, condenado também a 8 anos de reclusão e 60 dias de multa.

Jarbas de Lima Bonfim, também condenado a 8 anos, 1 mês, 97 dias de reclusão e 60 dias de multa.

Por último, Geila Coelho Rodrigues Moreira, esposa de Cleveland, condenada a 6 anos e 10 meses de reclusão e 82 dias de multa.

Pois bem, esse é o resultado da operação "Carga Pesada", que foi a investigação. A Polícia Federal levou a juízo essas pessoas, e a Justiça as condenou.

Agora vamos ver o objetivo da operação "Carga Pesada" e os filmes que vamos passar sobre o roubo de carga.

(Projeção)

O objetivo dessa operação foi desarticular quadrilhas que operavam com característica de crime organizado, relacionadas a roubo de carga e com ramificações em diversos estados da Federação. Se vocês quiserem ver melhor esse prédio é só abrir essa cortina e vocês verão ao vivo. Esse prédio fica onde ficava o quartel-general de Cleveland, segundo andar, onde comandava o esquema de roubo de carga referentemente à legalização de mercadorias.

Empresários do crime:

Juarez Grechi comandava os grupos de roubo de cargas dentro e fora do Estado, desmanche de caminhões, venda de peças, cabines, motores, eixos, essas coisas de desmonte de carros. Ele entrava em contato direto com Cleveland, onde fazia os trabalhos.

Cleveland Moreira Júnior coordenava a distribuição e a legalização dentro e fora do Estado das cargas roubadas. Ou seja, ele "legalizava" as cargas, as mercadorias, para colocar no mercado.

Oriosvaldo gerenciava os assaltos dentro e fora do estado com os membros do roubo, que eram denominados de "meninos". Essa palavra "meninos" era sempre usada quando terceirizado. Quando se queria fazer um assalto, contratavam-se os meninos, que faziam o assalto e depois entregavam o caminhão a quem de direito com a mercadoria. É de se ressaltar que esses meninos do roubo têm compartimentação. Ou seja, eles não conhecem os níveis acima. Eles só fazem o assalto e depois entregam a mercadoria, ninguém fica sabendo quem era.

Foratini, no caso, apoiava as ações e as organizações.

(Exibe-se gravação)

Um miado era o código entre eles para falar um com o outro.

"– Alô?

– Fala.

– Já tudo certo, amanhã é só negociar. Gostou, não é? Você gosta do seu advogado seu, não é?

– É isso aí.

– Seu advogado é bom, não é?

– Afinal, você se formou para isso.

– Claro.

– Não é isso?

– É isso aí.

– Mas se viesse nos...".

(Exibe-se outro trecho)

"Jefinho, você não tem ninguém lá, na Bahia, que pode guardar um negócio para mim lá, não?

– Em que lugar?

– Qualquer lugar, cara. Feira de Santana.

– Teixeira serve?

– Teixeira.

– Teixeira?

– Teixeira eu vou ver se...

– Teixeira pode contar que eu tenho um lugar lá.

– Pô, bicho eu estou com uma carreta de tinta Coral.

– Então, pode arriar lá?

– Pode arriar lá?

– Pode.

– Pô, um negócio muito bom, né, cara? Setenta e cinco mil, um negócio que vende fácil, não é, chefia?

– É só você marcar que eu levo o menino lá.

– Você tem cliente?

– O menino de lá mesmo fica com eles tudo lá.

– Então, vou fazer o seguinte. Vou correr em cima do cara amanhã cedo, quando a gente se encontrar a gente arma as duas coisas. Tá bom? Eu ligo amanhã cedo para você. Um abraço. Boa noite.

– Tá certo. Tchau."

O SR. EZEDIR ENÉAS GOMES – Essa carreta teria sido roubada um dia anterior e já estava acertando para a distribuição da mercadoria. O próximo, por favor.

(Exibe-se outro trecho)

Essa conversa é entre o Jefinho e o Cleveland.

"– Tudo fita boa. Tudo cara bom carregando dois, três caminhões. Eles carregando dois, três caminhões. Derrubaram dois caminhões num dia só, foi tudo certinho, operação perfeita, estou com um lugar bom para guardar, tudo direitinho. Tem que fazer o negócio com muita calma, porque, senão, se além de perder... eu não posso perder mais dois negócios desse aqui, Jefinho, eu saio do vermelho, cara. Eu tenho que, até o dia 23 deste mês, tenho que ter um dinheiro para pagar na Girus, cara. E eu vou ter. Além de pagar você, pagar uma parte para o Juarez, vou ter um dinheiro para pagar na Girus, pelo menos uns 20

mil de cheque eu tenho que dar lá, meu irmão, porque não posso perder esse negócio não, cara. Esse negócio que tenho da Girus, se ele não me der dinheiro, mas ele me dá legalidade para trabalhar. Não posso ser igual ao Juarez, que só faz isso. Tenho que dar uma fachada."

O SR. EZEDIR ENÉAS GOMES – A Girus seria uma fachada do Cleveland. Mesmo falando que seria para dar legalidade para ele trabalhar. O próximo, por favor.

(Exibe-se outro trecho)

"– O cara que matou comprava três mil... (trecho inaudível).

– Como é que você fez aí o negócio? Você viu até o final?

– Vi até o final. (Inaudível), cinco na cara.

– Ahn?

– Cinco na cara, depois botei fogo.

– (Inaudível). Engilhou. Ninguém conhece não. Entendeu? (Inaudível) entrou em casa e me roubou o dinheiro lá, moço. (Inaudível). Não vou dar mole para um cara desses...?"

O SR. EZEDIR ENÉAS GOMES – Esse caso foi o seguinte: o Rildo estava no hotel, juntamente com um comparsa dele, e o comparsa dele comentou com o gerente do hotel que ele seria o maior ladrão de roubo de cargas. Chamou ele para trabalhar "junto" e matou o rapaz. Esse caso foi investigado, descobriu-se, tivemos o apoio da Polícia Civil para desenvolver esse trabalho, e acabou sendo solucionado, e depois o Rildo foi sendo preso.

O próximo.

O SR. PRESIDENTE *(Robson Tuma) – Foi condenado já por isso também?*

O SR. EZEDIR ENÉAS GOMES *– Ele não foi (inaudível).*

(Exibe-se outro trecho)

"– Tu é o maior ladrão de cargas do Estado do Espírito Santo.

– É mesmo?

– Aí, eu fico sem saber, descobrir, chamei ele para fazer o negócio ontem e passei o cal.

– (Inaudível).

– Passei. Você acha que dá algum pepino? Dá não, não é? Que a roupa está ali, no hotel, não é? E ele vai sumir. Não vai achar não. Vai achar que é mato.

– Rapaz, sei lá... Era melhor você ter deixado esse troço de lado.

– Não. Já fez, Negão, tá feito.

– Agora é tarde.

– Agora é com Deus, deixa para lá. Me arruma um advogado aí, porque, se sujar alguma coisa, ligo para o cara. Não tem testemunha, não tem prova, não tem nada...?

– Você não devia nem ter falado..."

O SR. EZEDIR ENÉAS GOMES – A questão é a seguinte: o Primo ficou com medo de esse crime depois ser descoberto e avisou ao Cleveland que, se caso acontecesse, ele arrumasse um advogado para defender ele. Mas o Cleveland, até então, não tinha envolvimento na morte da pessoa. Ou seja, ele comunicou ao Cleveland que ele – possivelmente ele fazia roubo de carga para o Cleveland – fez esse crime, e, se caso viesse à tona e descobrissem, ficou preocupado com o corpo, aí o Cleveland arrumaria uma pessoa para defendê-lo. Vejam que ele pede ao Cleveland para, caso necessário, arrumar um advogado para ele.

O próximo, por favor.

Isso é o Cleveland, sobre a pessoa dele, a residência dele na Ilha do Boi. Pode passar para frente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ilha do Boi é bairro nobre aqui, não é?

O SR. EZEDIR ENÉAS GOMES – Isso. Por sinal, perto daqui.

O **modus operandi** do roubo.

Isso foi através de acompanhamento de agentes federais, constatou-se isso **in loco**.

CARACTERÍSTICA DO ROUBO.

Ele divide-se em dois tipos. O dado e o tomado. O dado é quando o caminhão é roubado com a cumplicidade do motorista. O tomado é quando é roubado e executado com a ameaça e seqüestro do motorista ou a morte deste.

O próximo, por favor.

(Exibe-se projeção)

Esse é o esquema do fluxograma do roubo.

Primeiro, o motorista seleciona o tipo de mercadoria desejada pela organização criminosa. Ele carrega o caminhão, manifesta a carga e, em seguida, cientifica o chefe, usando o código "filé" e pede para ser roubado fora do Estado. Ou seja, às vezes, a pessoa é tanto roubada aqui, no Estado, que já fica manjada e pede para ser roubada em outro Estado para não complicá-lo muito. Ele está telefonando para o chefe e ele o autoriza a fazer o roubo.

O chefe Alvo entra em contato com os meninos, ou seja, com os meninos do roubo, e passa as coordenadas de quando, onde e como deverão interceptar

o veículo e o local estrategicamente preparado para armazenar as mercadorias.

Em seguida, o caminhão retorna, o motorista abandona o caminhão, os meninos membros do roubo vêm com o segundo caminhão, retomam a carga e seguem para o lugar onde previamente foi combinado entre o chefe da organização e o receptador da carga roubada. Uma terceira pessoa fica responsável pelo roubo ou o abandono do caminhão.

O caminhão roubado é levado para um local já preestabelecido pela organização criminosa e, posteriormente, é feito o desmanche em terrenos ou galpões apropriados e lugares distintos. Após o desaparecimento do caminhão e da carga, é feito o grito, o berro, ou seja, o boletim de ocorrência, BO.

Esse fato ocorre geralmente em delegacias do interior fora do Estado de jurisdição onde se originam os carros e as cargas. Isso é para, por exemplo, demorar fazer o BO, ganhar tempo para a mercadoria ser distribuída. As cargas que são roubadas trata-se de mercadorias de fácil saída de mercado, tais como gêneros alimentícios, utensílios domésticos, informática, veículos, etc.

O próximo, por favor.

(Exibe-se projeção)

Aí estão as ligações, no caso do flagrante, as pessoas que foram presas na época, a ramificação. Há de ressaltar que essa parte de baixo não tem contatos com a de cima, ou seja, eles praticam os assaltos sem saberem. Só recebem ordem para fazer e entregarem o caminhão, eles não sabem. Então, existe uma certa compartimentação no roubo.

Não adianta você pegar só a pessoa daquela, porque ninguém vai saber nada. Se não tiver uma investigação de inteligência, de trabalho para poder desmantelar a organização, senão vai continuar fazendo roubo e ninguém vai ficar sabendo de onde está partindo.

O próximo, por favor.

(Exibe-se projeção)

Esses são os depósitos utilizados pela quadrilha. E havia um rodízio permanente. Ficava um mês, dois meses num depósito desse, depois transferia para outros depósitos, justamente para não correr o risco de ser descoberto pela polícia.

O próximo, por favor. São todos os depósitos, inclusive na casa de Cleveland, debaixo da piscina, onde tinha um incinerador. Eles trocavam as etiquetas originais das mercadorias e fabricavam a segunda etiqueta, que foi apreendido também esse material que fazia nova etiqueta das mercadorias, onde seriam confeccionadas notas fiscais frias – até quente mesmo, mas a partir daí.

FILMAGEM SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS.

Nunca a mercadoria roubada ia para um local determinado só.

Vai rodar o filme aí?

Isso aí seria a casa de Cleveland, o caminhão pegando as mercadorias. Foi levantado o motorista, a placa do caminhão, para onde esse caminhão foi.

Nós vamos ao próximo.

(Exibe-se projeção)

Não sei o que houve com a mídia lá, porque aí tem um filme na casa de Cleveland, com ele. Deu problema na filmagem lá.

Mas eu vou só explicar. Cada filme desse aí feito pelos agentes é o seguinte: a mercadoria para a casa do Cleveland permanecia gelando trinta dias, daí era transportada para um segundo depósito. Só desse depósito iria para um terceiro, que seria o distribuidor, que seria a loja da Luciana, que estaria ali.

Veja o próximo, por favor, acho que ele não está rodando. O computador dele foi testado, mas não está rodando o CD.

(Exibe-se projeção)

Essa aí é a casa do Cleveland, eles retirando as mercadorias de dentro do depósito da casa dele, colocando no caminhão baú para ser transportado para Carapina e de lá eles transportaram para a Bahia.

O próximo, por favor, já está terminando.

(Exibe-se projeção)

O Cleveland, o próprio, transportando as mercadorias de um depósito para outro.

O próximo, por favor.

(Exibe-se projeção)

Esse depósito de Carapina, geralmente, em questão de segundos, entrava um caminhão e permanecia por três, cinco horas. Depois saía num outro segundo o caminhão, onde a mercadoria foi transportada para o Estado da Bahia.

O próximo, por favor. Pode seguir, por favor.

(Exibe-se projeção)

Esses foram os mandados de busca e apreensão.

A piscina da casa do Cleveland. Embaixo, é um grande depósito do tamanho disso aqui, que tinha todo o aparato de guardar as mercadorias e também confeccionar as etiquetas fazer novas etiquetas para as mercadorias.

Próximo, por favor.

(Exibe-se projeção)

Depósito da Luciano, o carro da Polícia Federal no dia da apreensão. Tudo isso são mercadorias apreendidas, computadores, etc.

Próximo, por favor.

(Exibe-se projeção)

A quadrilha possuía, tinha um membro da quadrilha, dono da Só Periféricos, que os computadores roubados eram desmontados, conforme está no mandado de busca, na realização da busca, eram desmontados e anunciava as peças nos jornais. Então, a partir daí como você vai saber que a mercadoria seria roubada?

Próximo, por favor.

(Exibe-se projeção)

São os materiais apreendidos pela Polícia Federal. Diversos. Até óleo combustível, todo tipo de mercadoria.

Próximo, por favor.

(Exibe-se projeção)

Essas seriam as oficinas de desmonte de caminhão. No caso, na época, foi apreendido até marcador de chassis.

Próximo, por favor.

(Exibe-se projeção)

Está aí o marcador de chassis e as peças que foram apreendidas.

Próximo, por favor.

(Exibe-se projeção)

Essa operação contou com as polícias federal, civil e militar, foi a união das polícias para prender no dia desse flagrante. Então, foram as pessoas presas pela Polícia Militar e pela Polícia Civil. Está aqui a doutora que também colaborou com o nosso trabalho.

Próximo, por favor.

(Exibe-se projeção)

As prisões efetuadas pela Polícia Federal na época da operação.

Próximo, por favor.

Acabou. As reportagens, isso não interessa. Não se vocês conseguiram entender o que falei.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ótimo. Depois, por favor, se puder dar uma cópia do Senado e para a Câmara dos Deputados, para a Comissão, agradecemos.

Vou fazer uma pergunta para o senhor ou para quem dos dois puder me responder: os caminhões roubados eram desmanchados aqui, no Estado, e depois remontados, aquele mesmo esquema que a CPI do Narcotráfico tinha levantado, é isso?

O SR. EZEDIR ENÉAS GOMES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Depois eram revendidos e remarcados com documentos falsos?

O SR. EZEDIR ENÉAS GOMES – Possivelmente, porque para esses caminhões depois apareciam compradores e eram lançados no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Também há alguns mais novos que tRotam por droga na fronteira?

O SR. EZEDIR ENÉAS GOMES – Nós não ouvimos falar...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Aqui não?

O SR. EZEDIR ENÉAS GOMES – Aqui, no Estado, não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Existiam alguns policiais que foram, tinham, em algum momento, participação direta ou indireta na proteção ou no desenvolvimento dessas quadrilhas?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Sobre esse assunto queria falar sem a presença da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, passaremos depois para uma sessão reservada para que ele pudesse dar os nomes.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso, a Drª Selma também achou mais importante isso. Vamos fechar isso daqui a pouco. Mas há que se perguntar ainda ao Dr. Nilton.

Na verdade, tudo o que vimos aqui não é diferente do que vimos no Brasil inteiro. Na verdade, está muito organizado, com transparência, muito organizado o trabalho de apresentação. Mas é assim que se trabalha no Brasil inteiro: é um crime compartimentado, onde o pé de chinelo é o que rouba, mas não conhece o chefe, tem um intermediário no meio, tudo da mesma forma. É uma indústria fantástica que virou hoje. Nós já elegemos há mais de um ano na CPI – e vimos buscando isso em alguns locais e dando resultado – a figura central e importante de todo esse crime, que é o receptador ou o agente do receptador, aquele que faz a negociação, que determina quem vai buscar, o que buscar, porque o receptador já encomendou isso. Então, queremos falar sobre esse assunto, que é o principal. Até porque ficou muito claro que é o mesmo trabalho efetuado no Brasil inteiro, eles são muito organizados, são muito competentes e conseguem, em função das dificuldades e de tantas outras, dos problemas das nossas polícias e da falta até de apoio, desenvolver e crescer, como vêm cres-

cendo, 3.000%, se considerarmos a década passada com o início dessa década.

Então, queremos falar sobre receptação: o que foi identificado, o que foi levado a bom termo, o que tem de processo e de indiciamento sobre receptadores.

O senhor prefere também conversar sobre isso reservadamente? Porque acho que o que já é público é público.

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – O principal criminoso, que era quem determinava, escolhia a mercadoria a ser roubada, quer dizer, não era quem praticava o crime, era o Cleveland. E várias cargas foram identificadas, localizadas e recuperadas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ele vendia para quem?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Para várias pessoas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Porque ele era o chefe da quadrilha que fazia toda essa ligação, não é?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Exato. Ele não tinha um comprador específico, dependia da mercadoria que eles roubassem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E vários foram identificados?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Vários foram identificados. Tem um exemplo que teve uma repercussão muito grande, que é a recuperação de computadores da prefeitura de Vitória.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi vendido para a prefeitura mesmo?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Não, foi roubado da prefeitura de Vitória e vendido para pessoas da área de computadores, foram recuperadas e posteriormente devolvidas para a prefeitura.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estamos falando aqui, Dr. Nilton, de uma quadrilha, está certo? Provavelmente tem mais, têm outras, essa deve ser a principal.

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Tem, essa é a principal, mas temos conhecimento de outras.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vocês também já têm trabalho sobre outras, onde vamos falar nisso aqui reservadamente.

Eu gostaria de esclarecer para a imprensa, principalmente para a imprensa, que, quando a CPI fecha os trabalhos e pede às pessoas que deixem os trabalhos em sigilo, é exatamente para não prejudicar as investigações, porque pode soltar coisa que não convém, quebra todo o trabalho de investigação. E também para que a CPI se informe bem e possa continuar os seus trabalhos. Então, quando se faz necessário, a gente pede a gentileza do público e da imprensa para que possamos conduzir os trabalhos de maneira a não ferir, a não atrapalhar. Queria dar essa explicação.

Pois não, Dr. Nilton.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Só para esclarecer à Capitania dos Portos que a sessão é aberta, e, portanto qualquer cidadão pode entrar no recinto, a não ser no momento que seja em sessão reservada.

Tenho até uma curiosidade, Doutor: recebe-se muita ameaça aqui?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Algumas. Nesse caso mesmo eu recebi, mas em meu trabalho vivo de vez em quando recebendo ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por isso também há uma preocupação de as pessoas se preservarem nas denúncias, não é isso?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Não, no caso, a primeira pergunta que me foi feita é com relação a envolvimento de policiais civis.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o envolvimento de parlamentares ou políticos?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Não, não temos conhecimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Não, no caso de roubo de carga não. A primeira pergunta que foi feita é a respeito de envolvimento de policiais. Sei que tem tramitando na Polícia Civil alguns procedimentos administrativos, talvez até policiais, ainda em andamento e qualquer coisa dita aqui pode atrapalhar as investigações lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tá, vamos conversar sobre isso na sessão fechada, então.

Mas o envolvimento de políticos não foi identificado? Nem em caráter não oficial?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Existe, como os senhores fizeram ali, um intercâmbio de quadrilhas, uma troca de mercadoria roubada entre as quadrilhas. E a pergunta que faço para o senhor é: há um intercâmbio também entre as polícias, no sentido de trocarem informações?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Sim. Nosso trabalho, quando foi desenvolvido, como tínhamos conhecimento de pessoas de outros Estados, de to-

dos esses Estados que foram citados, vieram policiais da Polícia Federal aqui e tomaram pleno conhecimento de tudo, inclusive tínhamos prisões e buscas a serem efetuadas, como, de fato, foram em outros Estados. Foi feito um trabalho conjunto. Nada disso ficou em branco.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Peço que seja, então, Sr. Presidente, transformada em reunião reservada por alguns minutos, para que possamos receber as informações.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, transformo a reunião em reservada por cinco minutos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Um pouco mais, não?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Peço a todos, então, por favor, que se retirem do recinto, e que o som continue sendo gravado, porém sem volume. Não sem volume na gravação, não é?

(Pausa)

O SR. (orador não identificado) – Gostaria, então, de que pudéssemos aqui fazer um depoimento conjunto para ficar mais fácil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Drª Selma, a senhora e o Dr. Danilo querem fazer alguma consideração inicial, preliminar, ou não, ou a senhora quer só responder, e o senhor também, perguntas?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Pode. Está ligado. Está gravando. Apenas não está com som para não sair o som lá.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Quero justificar o pedido de prestar um depoimento em caráter reservado, haja visto que existem ainda investigações nos âmbitos administrativo e criminal que acabam envolvendo integrantes da instituição policial civil. Então, para que não haja quebra do sigilo profissional e não haja publicidade prejudicando as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A senhora é o que na polícia aí?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Hoje, sou Delegada de Polícia Classe Especial e estou em missão especial na Secretaria de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E era?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Era Delegada-Chefe da Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A senhora saiu por quê?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Acredito que é um cargo...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A reunião está reservada e vamos manter...

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – O cargo de Chefe de Polícia é um cargo político – não é? – de confiança, e logo depois, realmente, da Operação Carga Pesada, que aconteceu em 2000, foi iniciada em 2001, saí do cargo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem tem ingerência política sobre a Polícia?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Ingerência política acho que é o Governo, com relação ao cargo comissionado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quero apenas esclarecer que tudo o que for dito aqui será mantido sob reserva.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Gostaria também que não fosse dado publicidade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Estou falando até para que a senhora pudesse...

Qualquer coisa que for usada, com certeza será dito que é denúncia anônima, enfim, mas jamais que foi dito em uma reunião reservada.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Mas com relação aos cargos, a colocação de delegados, designação, exoneração, o que existe é a ingerência da própria Administração, no caso.

O SR. (orador não identificado) – (Inaudível).

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – É complicado, mas eu, por exemplo, submetia isso não como Chefe de Polícia.

O SR. (orador não identificado) – Por isso é que a senhora (inaudível)

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Pode ser. Não posso garantir que não.

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – A verdade é a seguinte: a Drª Selma estava incomodando.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sim, mas está incomodando alguém. Quem?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – A um... Não sei explicar...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu vou fazer o seguinte: vou pedir para conversar reservadamente com cada um, em separado. Eu quero. Posso, como Presidente?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Com certeza.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não, acho que o senhor pode.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, vou pedir aos dois cinco minutos. Termino com ele e chamo a senhora.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Obrigado.

Dr. Nilton, o senhor estava me dizendo dos policiais, quando transferimos a reunião para reservada. O senhor poderia me dar o nome de cada um deles, o envolvimento e onde estão neste momento?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Uma explicação um pouco antes, até porque a Drª Selma, apesar de ser pessoa de extrema confiança, não estava no momento em que a operação aconteceu. Porque, como eu disse anteriormente, havia envolvimento de outros Estados, outros Delegados de outros Estados vieram aqui, planejamos a operação para acontecer, primeiro, na terça-feira, depois, por problemas com colegas de outros Estados ficou para uma quinta, e, por azar, é óbvio que com todo mundo investigando o roubo de cargas, a Polícia Militar, por sorte, por ter prendido por azar nosso, do nosso plano, num domingo que antecedeu, efetuou a prisão de algumas pessoas dessa quadrilha. Então, tivemos que antecipar essas prisões, essas buscas e não deu para fazer como a coisa foi planejada. Então, nosso plano era comunicar a Drª Selma para participar da operação com a gente, para tomar conta da área que tivesse envolvimento dos policiais, a coisa estourou, e tivemos que agir com muita urgência. Então, a coisa não saiu como planejada, até com a vinda de policiais de fora, porque nosso efetivo foi muito reduzido para cumprir essas buscas. Mas esse trabalho foi feito por um delegado especial que veio de fora e ficou quase um ano investigando, foi um trabalho basicamente de interceptação de telefone e, durante esse trabalho, não investigamos policial, diga-se de passagem, nenhum telefone de policial foi interceptado, mas os policiais que faziam contato com essas pessoas dessas quadrilhas é óbvio que tiveram suas ligações interceptadas. Tivemos um caso de maior repercussão na Polícia Civil, que era um Policial Civil aposentado, que é o Jéferson, que o pessoal chama de Jéferson Foratini.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É o Jefinho.

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – É o Jefinho. Ele é um escrivão aposentado, mas pode-se dizer que um braço desta organização criminosa, que, apesar de aposentado, tinha muita ingerência na Polícia Civil...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Era apadrinhado de quem?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Do Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Cleveland, não, Cleveland é bandido.

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Não, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Para ter ingerência precisa ter alguém acima dele.

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Ele tem um irmão e uma irmã na Polícia Civil, Delegados.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Com poder para dar para ele?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Eu creio que sim. Esse delegado, o senhor pode procurar saber da Drª Selma, quando essa operação aconteceu que o irmão dele foi preso, ela não estava na chefatura de polícia mas soube que ele esteve lá e fez um escândalo terrível que ele não poderia ter feito aquilo e, com isso, sei que ela vem sofrendo grande pressão dele e de outros...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – A Drª Selma. Sofreu, na ocasião, muita pressão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como é o nome do Delegado?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Dos irmãos.

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Ismael. Esse delegado chegou a segui-la, ele mora num local completamente diferente, ela confidenciou para mim...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E a irmã?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – A irmã, sei que tem uma irmã também que me parece que é delegada, de uma certa...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E, hoje, este Ismael é o quê?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Ele era delegado, se não me falha a memória na delegacia da Praia do Canto, que é a delegacia mais importante de um bairro nobre que tem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem pôs ele lá?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Como?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem o indicou para assumi-la?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Não sei, não sei. Tem, inclusive, uma interceptação do Cleveland em que ele o instrui como teria que depor na Justiça.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tem isso?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Tem isso aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele não está convocado?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Vamos convocá-lo.

Fala no microfone, por favor.

O SR. EZEDIR ENÉAS GOMES – Quando o Juarez tinha algum caminhão para ser transportado de um Estado para outro, ele ligava para esse Foratini, para esse Jéferson, para saber se tinha operação policial. E ele falava: "A Federal vai ser amanhã. Agora, a relâmpago" – que seria a deles – "será depois de amanhã e aguarde os caminhões." Inclusive, foi preciso jogar uma outra informação para pegar porque nós queríamos os caminhões retidos para pegar nos depósitos. Usamos, então, essa operação porque ele, justamente, era informado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Vamos suspender por dois minutos.

(Suspende-se a reunião)

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – São policiais – o David, o Jackson, o Gustavo –, mas creio que aqui não estejam todos – não são todos . Mas, dando uma olhada nesse Relatório do Inquérito, temos, mais ou menos um Raio-X do que é essa organização criminosa, e achei que seria de valia para os senhores. Não estão todos nesse caso, porque esse Juarez é o da carga, essa Maria não, esse David. Mas eu informo...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Um é investigador, o outro é investigador...

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eles estão convocados, Dr. (inaudível)?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Eu lhe forneço: é o Ademar Vidigal...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ele também é investigador?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – É. Temos David da Silva Carvalho Filho...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tem também o David Jackson.

Tem o Jackson – o Jackson é outro – e o Ideraldo Vanderlei Pereira, Jânio Jacinto Araújo – esses, de qualquer forma, foram os que caíram na interceptação –, mas não são, por assim dizer, os mais importantes. O Jackson e o Leonardo Delgado Botelho.

Na ocasião, quando nós vimos que havia esse envolvimento de policiais – é claro que eles foram indiciados no Inquérito mas teve até notícia de envolvimento de Delegado – e vários Delegados que estavam atuando nisto aí e, inclusive, tivemos uma reunião com o Superintendente, entendemos, por bem, encaminhar esses fatos para a Polícia Civil para que tomasse providências administrativas. A Drª Selma, então, recebeu cópia dessas degravações, inclusive com a fita dos diálogos desses policiais com o pessoal envolvido no crime de roubo de carga.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O que nós gostaríamos era de saber o nome dos policiais.

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – De todos esses criminosos, só estão presos os principais. Com certeza, sem nenhuma sombra de dúvida, o Cleveland – esse está preso – e o Juarez Grechi – esse já foi posto em liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por qual juiz?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Se não me falha a memória, esse Processo estaria tramitando junto à Segunda Vara – não estou bem certo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Foi pelo Tribunal...

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Eu não estou bem certo – não foi o Juiz quem conseguiu. Creio ter sido o Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor sabe o nome do Desembargador do Tribunal...

O RELATOR (Oscar Andrade) – Provavelmente, o Desembargador que ficou como Relator...

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Eu não acompanhei; terminou na esfera policial.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – (Inaudível) para mim?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Eu posso ver.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu agradeço.

O RELATOR (Oscar Andrade) – Eu queria fechar com mais uma pergunta: Dr. Nilton, me dê o nome dos principais receptadores.

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Essa empresa Só Periféricos, do Fernando, né?

O SR. (orador não identificado) – (Inaudível).

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – É. São diversos. Que é que acontece? As cargas que eram roubadas aqui, como lhe disse, ele mandava para outro Estado: Bahia, Minas e outros Estados e lá eram vendidas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – As roubadas foram eram descarregadas aqui.

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, tinha receptador aqui. Além da Só Periféricos, que é que você lembra?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – O Cleveland quando roubava uma determinada carga, ou ia roubar, ele saía procurando quem era do ramo pra comprar aquilo. Às vezes a pessoa nem sabia que... Ele arrumava nota fiscal, vamos dizer assim. Então...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Uma receptação passiva, mas é...

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – É, em muitos casos, usando linguagem popular, ele "esquentava" com uma nota fiscal, e muitas pessoas muitas vezes nem tinham conhecimento.

O SR. (orador não identificado) – O senhor chegou a achar alguma?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Teve nota fiscal apreendida, sim.

O SR. (Orador não identificado. Fala fora do microfone) – E essa empresa existia?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Ele tinha a empresa.

O SR. (Orador não identificado. Fala fora do microfone) – Era dele ou de outra pessoa?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Tinha empresas...

O SR. EZEDIR ENÉAS GOMES – Essa Luciana aqui era uma importante receptadora. Pegou oito anos de cadeia.

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Essa Luciane está prevista de depor? Essa Luciane é uma que recebeu mercadorias...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – As notas fiscais eram só de empresas dele ou eram de empresas...

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Não, ele tinha a empresa... Quero ver aquela empresa dele. Ele tinha uma empresa de pneus, tinha outra empresa de outro ramo que agora não recordo...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É o Júlio?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Do Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor não entendeu minha pergunta.

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Entendi, sim. Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Tinha alguma nota que não era de empresa dele e que foi achada?

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – De empresa que não era dele, de memória não me recordo, sinceramente. Foi muita mercadoria, muito material apreendido.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Agradeço ao senhor, Dr. Nilton, e também ao Dr. Ezedir Enéas Gomes, porque há necessidade de incomodá-los mais uma vez.

O SR. NILTON SOUZA SIQUEIRA – Estou à inteira disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Suspensa a reunião por três minutos.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Reabrimos nossos trabalhos.

Estamos aqui com a Drª Selma Cristina Sampaio Pereira Couto, Delegada de Polícia da Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo.

A senhora quer fazer alguma consideração inicial ou quer que os parlamentares perguntem para a senhora?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu gostaria, Presidente, que ela pudesse fazer um intróito, explicando todo o seu trabalho, como que aconteceu.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Durante o período em que exerci o cargo, e exerço, o cargo de Delegada de Polícia, com relação ao assunto de furto e roubo de carga e receptação tenho conhecimento de dois episódios de repercussão, e que lamentavelmente quando nos aprofundamos mais no assunto, nos deparamos com indícios de envolvimento de integrantes da instituição.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Policial?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Sim, policiais civis, no caso.

Então, um dos episódios, um dos casos que foram investigados diz respeito a um latrocínio – acredito que os senhores tenham recebido a cópia desse inquérito policial, que está relacionado à carga de grades de cerveja da Skol.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O 840.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – É.

Razão pela qual acredito que o Dr. Danilo tenha sido chamado. Ele, que presidiu inicialmente e fez as investigações, pode tecer maiores detalhes.

E o outro episódio com repercussão foi o da operação "Carga Pesada", da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deixe-me fazer, então... Vamos por partes. Quero interromper um pouco a senhora.

Esse da carga de cerveja. Recebi uma informação reservada de que era para uma festa de um político.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Ouça bem. São informes que não podemos provar. O inquérito não terminou ainda...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas há indícios de que era para uma festa...

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Existem denúncias, mas nada comprovado. Então, isso tem que ser melhor investigado, tem que ser colocado. Na minha opinião – aproveitando que a Lei nº 10.446, de 2002, abre esse precedente para que a Polícia Federal dê continuidade –, esse inquérito deveria ir para a Polícia Federal, até porque, se há envolvimento de integrantes da instituição policial civil do Estado, e se existe a possibilidade de envolvimento de pessoas influentes, que nós não...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Seria o Presidente da Assembléia, não é isso? A denúncia que nós recebemos...

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Eu não posso confirmar... Eu não posso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não estou falando para a senhora acusar. Não estou pedindo para a senhora acusar. Estamos em uma sessão reservada. Quero saber se as denúncias que vocês receberam são as mesmas que recebemos.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não tenho em mãos. Foi coisa assim, ventilada, mas nada comprovadamente.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não precisa ter medo. A senhora tem medo.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Se eu tenho receio de afirmar aquilo que não está provado?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não. Se a senhora tem medo de falar, porque a senhora recebeu uma denúncia. Se a senhora não está querendo me falar é porque a senhora tem medo de não viver depois de a senhora falar.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não, porque eu não tenho provas. Não tenho provas. Então, a gente, não tendo provas...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Tudo bem, minha senhora. A senhora me desculpe. A senhora é Delegada de Polícia, eu não sou policial, mas sou bacharel em Direito e de família de policial. Quando uma polícia recebe uma denúncia, o mínimo que ela faz é apurar. A senhora não quer me dizer nem a denúncia, a senhora não quer me dizer nem o nome do denunciado é porque a senhora tem medo.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não, não há ainda denunciado dentro dos autos. Existem pessoas... Esse inquérito não tem número ainda.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A senhora acabou de me dizer... Vamos lá, porque, senão, vamos ficar aqui até amanhã, a senhora com medo de falar, e eu chateado porque a senhora não fala.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não, não. Na verdade, não é medo. Não, não é medo. Eu tenho, também, por uma questão de ética...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ela está se baseando mais em ética, Sr. Presidente, e ela já explicou que não está com medo. Na verdade, é o seguinte. A denúncia com relação às caixas de cerveja já também chegou à CPI de que era para o Presidente da Assembléia, uma festa do Presidente da Assembléia. A senhora ouviu isso também? Não estou dizendo que tenha que provar. A senhora também ouviu isso?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Eu acho que essa informação deverá ser prestada pelo Delegado, Dr. Danilo Bahiense, haja vista que as denúncias eram passadas para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aquele que estava acompanhando a senhora, não é? Aquele que estava aqui com a senhora.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não, ele não está me acompanhando. Ele também foi convocado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi convocado também. Está certo.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Ele presidiu e... Ventila-se.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vamos perguntar a ele, então. Mas antes, Sr. Presidente, quero pedir à Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sim, mas ela acabou de responder. "Ventila-se" é a mesma coisa, portanto, a informação é correta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nós também já ouvimos isso.

Quero, em nome da relatoria da CPI, pedir que seja notificado o Ministério da Justiça da possibilidade de a Polícia Federal assumir esse inquérito.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – É a minha sugestão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que a CPI possa notificar o Ministério da Justiça e pedir que seja tomada providência a partir da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está ótimo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, vamos continuar, Drª Selma.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – O outro episódio de repercussão de que tomei conhecimento... Porque existem vários, digamos assim, campos de cargas...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A senhora não quer falar mais sobre esse?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Posso falar, apesar de eu não ter presidido...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Há alguns outros detalhes...

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Há indícios de envolvimento de integrantes da instituição policial civil. E, quando um delegado de polícia – os senhores, que têm experiência de trabalho e de vida –, quando um policial investiga outro policial, ele acaba criando um clima de animosidade interno, administrativo, para ele, porque eles entendem que tem que ser corporativista, mas corporativismo não é para o lado negativo, não é dessa forma que se procede. Então, acaba... O próprio delegado, Dr. Danilo, pode falar o que aconteceu com ele, por ele ter investigado e ter...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sim, mas os nomes de integrantes, de policiais, isso já aparece nos autos?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Eles aparecem dentro dos autos. Aparecem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a senhora lembra alguns?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Teria que olhar. Acho que o delegado, Dr. Danilo, nesse caso, pode explicar melhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Teria mais presteza?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Com certeza. Porque, no "Carga Pesada", eu tenho condições de falar mais.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, vamos falar do "Carga Pesada". O que a senhora pode falar sobre o "Carga Pesada"?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Que foi um excelente trabalho. Acho que quem não se omite, acaba incomodando. Esse é o problema.

Com relação à Carga Pesada, o trabalho da Polícia Federal só tenho a dizer que foi um excelente trabalho. Deu oportunidade para mim, como Chefe de Polícia, poder conhecer e saber o que é o joio e o trigo dentro da instituição policial civil.

Então, no dia 03 de dezembro, quando a Polícia Militar levou a ocorrência da carga, com relação à receptação de carga envolvendo o Cleveland, eles também levaram preso um escrivão de Polícia aposentado, chamado Jéferson Foratini Peixoto de Lima.

A princípio, ele queria dizer que estava trabalhando para a Delegacia Patrimonial e que ele estaria ali como um informante. A verdade é que se, em parte, não houvesse um contato com o delegado de plantão esclarecendo que ele não estava trabalhando para a delegacia, talvez o flagrante nem tivesse sido feito. Um dos inquéritos que foi citado pela Polícia Federal, que ensejou a prisão desse policial aposentado, foi lavrado no plantão de delegacia de Polícia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esse é o Jéferson?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Jéferson Foratini.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que é irmão de um delegado?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Irmão de Ismael Foratini.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que é delegado?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Que é Delegado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora sofreu alguma pressão por parte do Delegado Ismael?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – O que quero explicar é o seguinte: a operação Carga Pesada colocou em cheque vários policiais civis, incluindo delegados, porque eles aparecem nas transcrições fonográficas realizadas pela Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quais foram? A senhora sabe?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há, inclusive, o caso do Delegado orientando um preso como deveria se defender...

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Orientando o Cleveland. Isso consta no laudo que me foi enviado pela Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que é a degravação de uma escuta telefônica?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Isso. É proveniente de uma escuta telefônica, autorizada pela Justiça, para que a Polícia Federal assim o fizesse.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Algum político ameaçou a senhora ou ofereceu para a senhora um cargo melhor para a senhora não ficar assombrando tanto os quadrilheiros aqui?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Na verdade, o que fiz foi cumprir com o meu dever. Eu não me omiti. Eu não deixei de tomar providências tão logo tomei conhecimento da participação desses policiais civis.

O que aconteceu é que os policiais civis, incluindo delegados, passaram a fazer pressões contra a minha pessoa, representaram contra mim. Esse Delegado, Ismael Foratini, fez quatro representações contra mim, fez representação com a atual Delegada-Chefe da Polícia, Drª Almerinda, também, representou contra o Dr. Danilo. Isso depois da operação Carga Pesada.

O Delegado Eli Shimitel, que era titular da Delegacia de Roubo de Cargas, que foi transferido de lá a meu pedido... Pedi ao Secretário de Segurança, porque, para mim, toda a Delegacia, incluindo policiais, investigadores, escrivães e delegados, todos estavam sob suspeita. A partir do momento em que a Polícia Federal pediu a prisão de vários integrantes e que faziam parte da Delegacia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esses integrantes estão, hoje, trabalhando normalmente?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Normalmente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nenhum sofreu nenhum tipo de afastamento, nada?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Até o presente momento, não.

E esses delegados, que também foram afastados, não ficaram satisfeitos com a minha atuação como chefe de Polícia, mandando apurar. Inclusive, olhe aqui, para o senhor ter uma idéia, o comprovante que na época entreguei para a Corregedoria.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Os que foram denunciados não ficaram satisfeitos?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Nem todos foram denunciados, mas aqueles que aparecem...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Os que aparecem nas degravações, não foram todos?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Indiciados não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não? Mas eles aparecem nas degravações e não foram indiciados?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, estavam conversando com quadrilheiro.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Com Cleveland. E, tendo conhecimento, no mínimo, prevaricado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem fez os indiciamentos?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Dos onze inquéritos, foi a Polícia Federal, e eu tive que mandar instaurar os inquéritos no âmbito da Polícia Civil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora foi tirada no meio do processo.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Fui tirada no meio do processo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eles não indiciaram todos os que apareceram nas degravações?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora tinha um cargo de confiança do Governador. Concorda?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – É um cargo de chefe de Polícia e está previsto na Constituição.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora foi convidada por ele?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não, pelo Secretário de Estado de Segurança Pública, Dr. José Resende de Andrade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que ainda é o Secretário?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não é. Passou para o Dr. Luís Carlos, Procurador.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora saiu quando ele saiu? Ou a senhora permaneceu?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Permaneci.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele deixou de ser Secretário.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Ele entregou o cargo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a senhora ainda permaneceu com o outro.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Porque entrou o Dr. Luis Carlos Nunes, Procurador de Justiça, que ficou como Secretário.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a senhora permaneceu?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Permaneci.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Durante muito tempo ainda?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não. Acho que o Dr. Luís Carlos ficou menos. O Dr. Zé Rezende saiu em 2000 e, eu, em 2001.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, a senhora ainda ficou por um ano com o novo Secretário?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Fiquei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem tirou a senhora foi o Secretário Luis Carlos Nunes?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não. Agora, não sei quem sugeriu a minha saída. Minha exoneração saiu do Governo. É um cargo de confiança do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A senhora sabe de alguma pressão da Assembléia Legislativa para tirar a senhora?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Diretamente, não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu gostaria de saber se a senhora tem alguma informação, se algum dia te disseram algo. A senhora não precisa ser enfática nem se preocupar.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Tomei conhecimento de que a indicação do novo chefe que me substituiu partiu, realmente, da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – De quem?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Como assim? Quem era o novo chefe?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem indicou na Assembléia Legislativa? Qual foi o deputado que o indicou?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Aí, fica complicado. Penso que não foi um. Deve ter sido um consenso. Talvez, deputados e delegados. Talvez. Não posso afirmar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ligados à base do Governo, não é?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Mas não posso afirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quais são os dois mortos? Bem, isso vamos tratar com o Dr. Danilo.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Ele dará informações precisas a respeito.

Com relação à carga, eu gostaria de voltar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – À Carga Pesada?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – É. O número de integrantes da instituição é muito elevado, e o mal do protegido é o protetor. Em minha opinião, se o roubo de carga hoje está alcançando, digamos, sucesso no Estado é porque quem deveria oferecer assistência não o está fazendo. Se um policial civil, por menor que seja sua participação, coopera para que continue havendo impunidade, penso que sua punição deve ser o dobro, porque ele tem o dever de fazer alguma coisa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele é bandido duas vezes.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – O que entendi com o Dr. Nilton é que eles fi-

caram mais presos e voltados àqueles que furtaram, que roubaram e mataram. Mas aqueles que, digamos, acabaram dando uma certa proteção, uma certa facilidade...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A autoridade que fez o salvo-conduto (inaudível)?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Pois é. Esses deveriam também estar indiciados. Esses delegados que aparecem aqui deveriam ter decretada a quebra dos sigilos bancário e telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Alguns dos delegados de que ela está falando nós indiciamos no relatório...

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Da CPI do Narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Foram indiciados por nós. Para você ver o nível deles...

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Só que prescreveu o crime. A prevaricação, no caso, prescreve em quatro anos, e já são dois anos de Carga Pesada. Então, se a Polícia Federal também não tratar disso, com o tempo, também acabará prescrevendo. Por essa razão, apesar de a CPI do Narcotráfico ter tido obtido sucesso e êxito, teve desfecho final de indiciamento prejudicado com o decurso de prazo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso já diz respeito ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Sr. Presidente, tudo isso foi comunicado ao Ministério Público, conforme posso comprovar.

O que aconteceu? Justamente os delegados que aparecem...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – *(Intervenção fora do microfone.)*

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Os senhores não querem saber de mais nenhum detalhe?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Queremos. A senhora pode falar.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – V. Exªs podem me inquirir. Realmente, o meu carro foi seguido.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A senhora sabe por quem?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Sim. Pelo Delegado Ismael Foratini. E eu estava ao lado de outro policial chamado Hudson. Fui ao Chefe de Polícia e falei que estava sendo seguida. Ele disse que não estava me seguindo, que era mera coincidência. Admito a mera coincidência, mas não para uma pessoa que já havia representado contra mim por quatro vezes, como é o caso dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora tem medo de morrer?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não. Não tenho de morrer. Tenho família e creio que temo mais pela vida dos meus filhos. Não temo tanto quanto pela minha, mas quero trabalhar com tranqüilidade, quero ser, digamos assim, quero que o meu trabalho tenha respaldo, quero ver o resultado disso. Não posso nivelar a instituição policial civil por baixo. Assim, não tenho medo de morrer – senão não seria Delegada de Polícia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando o Ismael a seguiu, você apresentou representação contra ele novamente?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Fui até a presença do Chefe de Polícia e lhe disse que ele estava me seguindo. Ele disse que não estava me seguindo e que era uma coincidência. O Delegado-Chefe acreditou que realmente foi uma mera coincidência. Os documentos que tenho são procedimentos administrativos que dispõem sobre isso ao Secretário de Segurança, a quem relatei que estava sendo assediada administrativamente – no caso, ameaçada, pressionada administrativamente – por conta desses delegados.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quantos policiais tiveram degravações?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Quantos aparecem em degravações?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sim.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Bastantes. Trouxe até um jornal para que o senhor tenha idéia. Há o Ademar Vidigal...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O número somente.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Seis, que foram presos pela Polícia Federal. Mas, entre os que aparecem, há o Dr. Ismael Foratini, Dr. Walter, Dr. Eli Shimitel – algumas pessoas falam algo a respeito dele, mas ele era o titular da Delegacia de Roubo de Cargas no momento em que aconteceu o fato, no momento em que a Polícia Federal fez a operação.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Falam, mais ou menos, em 10 ou 11, e seis foram indiciados. É isso?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Fala-se, mais ou menos... Sim. De 12, foram seis indiciados, que aparecem nas degravações.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você quer fazer mais alguma pergunta? Está satisfeito?

A senhora vai nos deixar isso, não vai?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Sim, sim, sim, sim. Vou deixar para comprovar que as medidas administrativas...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Aqui há o nome dos 11 policiais?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Nas degravações há. Estão aqui, mas eu teria que assinalá-los para o senhor. O senhor quer que eu assinale até o final?

O SR. (orador não identificado) – Nós temos cópia disso, não temos?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Apresentei tudo isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Drª Selma, na sua opinião, por todo o trabalho que a senhora realizou especificamente sobre o roubo de cargas e outros crimes, o crime organizado existe aqui, no Espírito Santo?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – A princípio eu não acreditava, mas, em decorrência do resultado dos trabalhos da CPI do Narcotráfico, dos trabalhos realizados pela Polícia Federal com alguns resultados alcançados – ainda que tímidos porque não foram concluídos –, hoje, acredito que existem organizações criminosas, sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Muito bem organizadas.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Elas são bem organizadas porque, dos diversos segmentos e instituições dentro dela, há sempre um que aparece. Se são instituições que têm poder de influência, poder de mascarar um resultado, com certeza, elas acabam sendo organizadas. Dentro de um segmento ou de uma instituição, sempre há uma pessoa que faz parte **(falha na gravação)** para poder mascarar a verdade. Assim, elas acabam sendo bem organizadas, porque, dentro de cada instituição, pelos indícios dos trabalhos realizados, há pessoas envolvidas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foram abertos?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Procedimentos administrativos e criminais.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Botou alguém na rua?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não, porque não terminaram. Pedi o acompanhamento do Ministério Público. Levei ao conhecimento do Grupo de Trabalho em Repressão e Combate ao Crime Organizado, do Ministério Público. Dei conhecimento ao Dr. Altamir. Ele estava representando esse grupo, e dei conhecimento a ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – (Inaudível)?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Na Corregedoria da Polícia Civil? A atual Chefe de Polícia, Drª Almerinda (inaudível).

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – (Inaudível) pessoa correta?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Correta. E também foram feitas apresentações por partes dos delegados contra ela, só que ela também saiu de lá. Quando eu saí, mudou a chefia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Drª Selma, quando da vinda da CPI do Narcotráfico, pela primeira vez, tinha um preso chamado Toninho do Mamão. A Senhora estava como chefe de Polícia, não era?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Mas os fatos apurados ainda não tinham ocorrido a minha gestão, mas, quando da vinda da CPI, eu era chefe de Polícia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele estava preso no quartel da Polícia?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Sim. No norte do Estado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí a CPI pediu que ele fosse para a cadeia comum, e ele foi. Por que ele estava preso no quartel da Polícia?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Desconheço, porque ele não era ex-Policial Militar, nem era Policial Militar preso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Apadrinhamento político?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Prestígio político?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não sei por quê, mas me lembro de que isso foi apuração.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A senhora está mais política do que os políticos.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não, Excelência, não estou. Agora, realmente, quem foi que colocou o elemento lá e o motivo,

eu não sei. Na época, o Juiz responsável pela Vara de Execuções era o Dr. Leopoldo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quando a senhora era Chefe de Polícia, quais os políticos que ligavam, pedindo um favor ou outro?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Vários políticos ligavam, mas eu não atendia.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quais?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – O Chefe da Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O nome era?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – José Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem mais?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Às vezes, ligavam, querendo saber informações. Quem mais ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Deputado Gilson Lopes?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Chegou a ligar para mim sim, fazendo contato, ainda mais sendo delegado de Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem mais?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pedindo alguma coisa?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Acho que, pelo fato de eu não ser uma pessoa muito flexível, eles não pediam muita coisa, não. A única coisa que eles falavam: "Ah, por que é que está sendo transferido policial tal de tal lugar?" Agora, com relação à investigação, nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quais mais? Como é que chama? O chefe da Casa Civil?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Deputado José Tasso, Gilsinho, até pela proximidade, por ele ser delegado. Deixe-me ver quem mais. Deixe-me lembrar: Enivaldo dos Anjos – já fez contato comigo, já ligou para mim para saber... Agora, o resto, acho que não tinha ...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O (inaudível) nunca ligou para a senhora?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Ah, para mim, não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por que a senhora esse ar de "para mim, não"?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De alívio.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não. É porque uma vez ele declarou no jornal que eu não era a Delegada-Chefe ideal na opinião dele.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por que a senhora acha que ele fez aquilo?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não sei. Isso saiu no jornal.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A senhora foi indicação política?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Não. A minha indicação foi do Secretário de Estado da Segurança Pública, porque ele viu o meu trabalho na Corregedoria de Polícia... Ele achou que o meu trabalho na Corregedoria de Polícia, como corregedora, estava sendo bem feito e levado a sério – delegados que praticavam delitos e eram processados. Até já teve delegado de classe especial preso, coisa que nunca aconteceu. Acho que foi por isso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Estou satisfeito e gostaria de agradecer a presença da senhora, Drª Selma, a sua contribuição e dizer que, se houver necessidade, iremos chamá-la novamente.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Gostaria de fazer apenas uma consideração final. Imaginei que os questionamentos fossem feitos de outra forma com relação à Carga Pesada. A Polícia Federal, na verdade, custou a nos repassar os dados. Necessariamente, tomei conhecimento do envolvimento de policiais civis por intermédio dessa ocorrência que foi levada pela Polícia Militar. Depois disso, soube que havia uma investigação que estava sendo realizada pela Polícia Federal, mas as informações não foram compartilhadas com a Polícia Civil, talvez pelo fato de ter envolvimento de integrantes da instituição policial civil.

Isso me criou uma situação muito ruim, porque, quando nos deparamos e tomamos providências com colegas nossos de trabalho, o clima já não passa a ser o mesmo internamente. O sindicato não ficou satisfeito com isso, porque foram seis policias que mandei transferir da delegacia imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por que a senhora não tirou todos os que estavam no processo, mas apenas seis, e não os doze que a senhora está falando que existem?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Porque os outros eram Delegados de Polícia, e o ato, na época em que eu estava Chefe de Localização e Transferência de delegados, era do Secretário de Estado da Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A senhora comunicou, por escrito, ao Secretário que ele deveria transferir?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Comuniquei por escrito, há recortes nos jornais falando que ele se reuniu comigo, e justamente os únicos dois delegados que consegui transferir, porque pedi ao Secretário de Estado da Segurança Pública, foram os que começaram a fazer representações e pressão interna contra a minha pessoa aqui. Um é o delegado que pediu para sair porque se sentiu incomodado, uma vez que eu já havia adiantado, e o outro foi por meio de um contato comigo, quando pedi que saísse, que foi Eli Shimitel.

Outro detalhe que não ficou registrado é que, enquanto a Polícia Federal não me passava as informações, avoquei todo e qualquer expediente de dentro da Delegacia que fosse relacionado a carga. Quando se registra um BO, se é crime, imediatamente tem que ser instaurado inquérito policial. Essa é a minha visão como Delegada de Polícia. Se tomei conhecimento de um crime, tenho que instaurar o inquérito. A ocorrência foi registrada em 23 de agosto de 2000, na delegacia do Dr. Eli Shimitel, e o inquérito só foi instaurado quando avoquei. Isso é uma peça do quebra-cabeça que se encaixa no trabalho de investigação da Polícia Federal, porque os delegados que aparecem na interceptação telefônica são os que estão dentro dessas ocorrências cujos inquéritos não eram instaurados. Por que não se instaurava inquérito? Foi o que mandei apurar na Corregedoria da Polícia Civil.

O Delegado Walter Emilino Barcelos, que aparece na declaração da Luciane, que foi indiciada pela Polícia Federal, também trabalhava no inquérito da delegacia de roubos de cargas e era de outra delegacia. O trabalho da Polícia Federal para mim foi muito positivo e acabei tomando conhecimento de que os inquéritos passeavam dentro da instituição policial civil. Cada hora ia para a mão de um delegado, e esses delegados são os que aparecem nas degravações das interceptações telefônicas da Polícia Federal...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Coincidentemente.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Coincidentemente.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Então, os inquéritos só foram instaurados quando avoquei as ocorrências. Está aqui a data: 4 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A desgraça da sociedade e o benefício do crime no País são os inquéritos. Essa desgraça tem que acabar.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Creio que não é só isso, mas também a impunidade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – (Inaudível) num inquérito e pega um bandido (inaudível) inocente. Para onde ele vai (inaudível). Por que essa troca de delegado? Por que a senhora foi tirada? (Inaudível) modificar o inquérito. E eu quero dizer aqui ao Deputado (inaudível) de três anos e meio de CPI do Narcotráfico (inaudível) – aliás, você está falando muito pouco disso, você não fala das ameaças de morte sofridas ao longo desses três anos e meio (inaudível) Deputado também (inaudível) que essa é um dos quadros de bem da Polícia do Espírito Santo. Ela foi tirada porque é de bem.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Eu procuro ser ética. Não estou aqui para fazer nada direcionado a quem quer que seja. Mas a informação de uma irregularidade chegou ao meu conhecimento. Eu não poderia omitir-me. Então, eles não souberam separar que o meu trabalho não era pessoal. Na verdade, o Direito Administrativo prevê a impessoalidade, direito que não foi respeitado.

Em virtude da CPI do Narcotráfico, que também ocorreu – estou, de certo modo, fugindo do assunto –, durante a minha administração como chefe de polícia, vários policiais civis foram também indiciados. Esse fato também me trouxe um sério problema administrativo interno e – por que não dizer? – político.

Estou esperando o trâmite da CPI do Roubo de Cargas há dois anos, porque talvez consigamos obter o que não tem sido possível no âmbito do Estado. Pode ser que, por intermédio da CPI, obtenhamos um pedido de quebra de sigilos bancário e telefônico. A Polícia Federal somente descobriu a participação dos policiais porque eles ligavam para os criminosos, e não pelo fato de seus telefones estarem no grampo.

Excelência, para mim, foi muito boa a vinda de V. Exªs aqui. Serve para prestigiar o trabalho das pessoas honestas, porque a instituição policial civil é composta de uma maioria muito boa, mas existe uma minoria que pode ter o poder de contaminar e estragar os outros. Os envolvidos, mesmo sendo uma parcela pequena de envolvimento, precisam ser punidos exemplarmente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – (Inaudível) indicados.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Eles aparecem na interceptação telefônica, mas ainda não foram indiciados.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não foram indiciados?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Ainda não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – São seis?

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – V. Exª precisaria verificar essa situação, porque há nomes na interceptação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu quero pedir a quebra.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – E não é só, Delegado. Além disso, não são apenas delegados. Há mais policiais – mais seis, incluindo delegados. Estou falando porque tomei conhecimento do fato em decorrência do cargo que eu exercia como Chefe de Polícia. Então, não posso agir como se não tivesse conhecimento do caso, que passou por mim quando eu era Chefe de Polícia. Baseio-me nos documentos que a Polícia Federal me entregou e eu precisava tomar providências. Assim, realmente fui perseguida administrativamente.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Drª Selma, agradeço a V. Sª a contribuição.

A SRª SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO – Agradeço a oportunidade de poder colaborar. Lamento apenas que essa contribuição não tenha ocorrido de imediato, porque, quando se está no calor do fato, é muito mais fácil obter as informações. Por isso, apelo para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Muito obrigado.

Suspendo a reunião por dois minutos.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Chamo agora o Dr. Danilo Bahiense. É esse o seu nome?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Exatamente. Danilo Bahiense Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sr. Delegado de Polícia, V. Sª pretende fazer algumas considerações, ou podemos iniciar fazendo as perguntas?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – V. Exª pode iniciar. Lembro-lhe apenas que nunca trabalhei em delegacia de cargas, mas estou na Polícia há 16 anos e já fui titular da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, além de outras especializadas. No momento, estou no DPJ de Vila Velha.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Perguntarei, de imediato, o que considero importante para mim e depois passarei a palavra ao Deputado Oscar.

Quanto a essa operação que culminou na apreensão desse caminhão de cerveja, quando houve duas mortes, V. Sª pode esclarecer-me o que realmente ocorreu? De quem era a carga? Para onde iria a carga? Quem roubou e por quê? Quem foi morto?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Na ocasião, eu era titular da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, em 1998, quando houve o roubo de carreta com o cavalinho e a carga. A carreta era do norte do Estado, e essa carga foi trazida, salvo engano, do Rio de Janeiro ou de São Paulo para o Espírito Santo. Naquela ocasião, demos início às investigações e recebemos uma denúncia de que essa carga poderia estar em um local em Timbuí, aqui perto. A carreta foi recuperada vazia, e a carga do caminhão, posteriormente, localizamos na propriedade do Sr. Francisco Costa Guedes, salvo engano, onde estavam todas as 840 grades de cerveja – creio que da marca Skol –, sem faltar nenhuma garrafa. Naquele momento, os nossos policiais iniciaram as investigações e recebemos algumas denúncias de que essa carga seria de policiais. Foi citado, na ocasião, o nome de um policial.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Qual o nome desse policial?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Sr. Francisco Costa Guedes era empresário?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – O Sr. Francisco era dono de comércio aqui e um grande receptador, segundo denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Qual o nome do policial citado?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – O policial citado inicialmente foi Derly Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Esse empresário era distribuidor de bebidas?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Não. Ele era um receptador muito conhecido no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Esse policial recebeu alguma sanção? Ele foi investigado? Houve inquérito administrativo sobre ele?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Nas investigações, chegamos a essa carga. A apuração, inicialmente, ficou na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos. Autuamos em flagrante o Sr. Bolivar Costa Guedes e também o seu irmão, Sr. Francisco, que era dono da propriedade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por que os dois morreram?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Explicarei a V. Exª o que ocorreu inicialmente para chegarmos ao local. A Divisão de Crimes contra o Patrimônio solicitou-nos que encaminhássemos toda a investigação – o flagrante que já havia sido lavrado –, mas, considerando que houve o roubo de uma carreta, de um cavalo e da bebida, a carreta e o cavalo seriam competências da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos. Já havíamos recebido várias solicitações para que nos empenhássemos na localização do motorista, que, até então, estava desaparecido. Desse modo, encaminhei à Delegacia de Segurança Patrimonial somente a parte que dizia respeito à cerveja e fiquei com a parte relativa ao caminhão e ao cavalo. Eles solicitaram-nos mais algumas vezes e eu não encaminhei. Pedi a quebra de sigilo telefônico. Penso que ficaram um pouco aborrecidos e devolveram-me a parte da cerveja também e esse inquérito tramitou na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos.

Poucos dias depois, obtivemos a notícia de que o cavalinho estaria escondido em Vila Velha. Estávamos investigando o caso e dirigimo-nos para o local. Localizamos o cavalinho e também uma testemunha que viu a carreta ser escoltada no dia do assalto. A carreta estava no Município de Cariacica e quem a viu sendo escoltada foi um sargento da Polícia Militar de nome Mário. Esse sargento mora na região e viu essa carreta sendo escoltada. O Comandante da DINS **(sigla não reconhecida)** na ocasião, o Coronel Batista, hoje Secretário de Segurança, informou-nos o fato. Esse policial foi chamado à Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos e falou, sem sombra de dúvida, quem estaria escoltando a carreta com a carga roubada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A carreta estava sendo escoltada com carro oficial?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Não, não estava com carro oficial.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem estava escoltando?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Quem estava escoltando e foi identificado por aquele policial era um policial civil de nome Derly Aguiar, que trabalhava exatamente na Delegacia de Cargas, na Patrimonial.

Tendo em vista esses levantamentos que se seguiram na quebra de sigilo telefônico, apareceram vários nomes de pessoas já bastante conhecidas, inclusive o Coronel Walter Gomes Ferreira, o Sr. Paulo Jorge Ferreira e o Sr. Derly Aguiar. Inclusive no dia em que a carreta foi tomada de assalto, as ligações do telefone dele para o telefone do Sr. Bolivar já começaram a ocorrer por volta das 5 horas da manhã. Eram ligações contínuas, como se estivessem monitorando. Isso apareceu na investigação.

Fizemos um contanto com o Sr. Bolivar no momento da prisão e eu insisti muito para que ele nos delatasse o nome ou os nomes dos proprietários da carga, até informando que seria fácil ele segurar uma receptação, porque a pena para esse crime é muito pequena. Considerando também que acreditávamos que o motorista seria assassinado, porque ele obviamente reconheceria os responsáveis, e mesmo ele sabendo que eu estava investigando o caso, seria difícil ele segurar um latrocínio cuja pena já começaria com 20 anos. Ainda assim, ele não falou, segurou a receptação.

Em seguida, enquanto ele estava sendo autuado, recebemos uma solicitação para que ele fosse encaminhado para a Delegacia de Crimes contra o Patrimônio. O preso Bolivar foi encaminhado a essa Delegacia. Posteriormente, eu soube que ele foi internado e depois solto. Tempos depois, ele foi assassinado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem pediu para ele sair da sua custódia e ir para lá?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Na nossa delegacia não há cela. Então, quando um preso é autuado, geralmente procuramos um local para encaminhá-lo. E a Delegacia Patrimonial também recebe presos. Ele foi solicitado pela Divisão. Não lembro se, na ocasião, foi o Dr. Coutinho ou o Dr. Sérgio Lucas que solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você acha que colocaram-no ali, de propósito, para matarem-no?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Não, acredito que não, porque, com certeza, como informamos a ele, se não dissesse a verdade, acabaria sendo morto e ali não era o local adequado para que ele morresse. Ou seja, seria solto e depois assassinado na rua.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi o que aconteceu?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Foi o que aconteceu. No ano de 2000, estávamos lá no DPJ da Serra, quando a Corregedoria nos pediu informação sobre o inquérito da morte do Bolivar Costa Guedes, assassinado com muitos tiros na porta de casa, e esse inquérito não havia sido instaurado até 2000.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não tinha sido instaurado?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Não tinha sido instaurado. Eu era chefe do DPJ e a Crimes contra a Vida era subordinada a mim, na Serra. Então, solicitei informação tanto ao delegado, que me disse que não havia inquérito, quanto à Divisão de Homicídios, que também me disse que não havia inquérito, e eu soube que posteriormente a esses fatos é que foi instaurado inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por quê? O senhor acredita que estavam encobrindo alguma coisa?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Penso que não queriam que descobrissem o crime. O crime da bebida até hoje é uma incógnita, porque toda vez que se mexe nesse inquérito há algum problema, como ocorreu recentemente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual foi o problema?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Recentemente, eu estava na Divisão de Homicídios, para onde foi este inquérito, e quem estava apurando era o Dr. André, porque eu não queria trabalhar mais nisso, tendo em vista alguns problemas que haviam ocorrido anteriormente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que tipo de problemas?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Problemas com relação a repressões dentro do próprio trabalho, à retirada de meios para que se trabalhasse e até avocações de alguns inquéritos. Então, este caso específico deixei por conta do Delegado adjunto, que é muito competente, Dr. André Luiz Cunha Pereira, que estava dando prosseguimento, ouvindo as pessoas. O próprio Sargento Mário esteve na Delegacia e disse que não era nem necessário colocar o policial à frente dele, porque ele já o conhecia e falou com todas as palavras que estava escoltando a carga.

Para minha surpresa, era atravessar uma denúncia que, para mim, foi montada, para que o inquérito saísse da divisão, uma denúncia dizendo que eu e o Delegado André havíamos relatado que iríamos pedir a prisão de um superintendente, Dr. Sérgio Lucas.

Fui chamado ao gabinete do chefe de Polícia, que me perguntou se eu havia dito aquilo, o que neguei, até mesmo porque não estava presidindo o inquérito, que já havia passado por vários delegados. Eu não estava presidindo o inquérito. Então, ele me disse que depois conversara comigo. Posteriormente, chamou-me novamente ao gabinete, onde estava presente o chefe de Polícia, Dr. João Manoel, bem como o Dr. Pedro Moacir, Presidente do Sindicato, e o Dr. Sérgio Lucas, os quais me perguntaram novamente se eu havia dito aquilo, o que voltei a negar, até porque eu não estava presidindo o feito e acrescentei que poderiam ficar bem à vontade se quisessem avocar o inquérito, o que realmente aconteceu. O inquérito foi passado para a titularidade de outro delegado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deixe-me fazer-lhe uma pergunta direta e clara... Pode completar.

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Não satisfeitos com a minha palavra, que eu não teria cometido nenhum crime – entendo eu – em dizer ou deixar de dizer que iria pedir a prisão de alguém, mas eu não tinha falado, eles mandaram para a Corregedoria, visando apurar a minha responsabilidade por ter dito ou deixado de dizer que iria pedir a prisão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – O próprio superintendente, Dr. Sérgio Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deixe-me fazer-lhe uma pergunta. Recebemos uma denúncia que gostaria de mencionar-lhe, porque o senhor cuidou desse inquérito por mais de uma vez, pelo menos, passou próximo do senhor algumas vezes: que a cerveja tinha sido roubada para festa política de um parlamentar. O senhor chegou a receber essa denúncia também?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Dentro dos autos, não há nada que comprove isso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sim, mas o senhor recebeu essa denúncia?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Não, oficialmente, não. Por ouvir dizer, algumas pessoas comentam isto ou aquilo, mas não recebemos nada, não há nos autos nada que comprove a ligação com quem quer que seja, até mesmo porque...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem denunciou o fez de maneira que não era possível constar no papel. É isso?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Isso é conversa que se ouve nos bastidores. V. Exª, como Delegado de Polícia, sabe que ouvimos várias conversas, muitas das quais as pessoas transcrevem em forma de denúncia; outras, não. Na ocasião, esse inquérito ficou comigo até o final de 1998, quando fui exonerado da Delegacia de Furtos de Veículos e designado para um outro local e, preocupado com a seqüência que seria dada ao inquérito na apuração, providenciei um despacho remetendo o inquérito para a

Justiça e solicitando que ao retorno esse inquérito fosse encaminhado para a Corregedoria. Entretanto, o inquérito não foi para a Corregedoria e, como pude observar, ficou cerca de dois anos parado, sem que ninguém o investigasse.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Há uma denúncia de que era uma cerveja usada para festa política do Deputado Gratz (nome não encontrado). O senhor está deixando bem claro que, sempre que se envolve nesse processo, há uma interferência por parte de alguém no sentido de atrapalhar a investigação. Quem que conseguiria atrapalhar a investigação e por que motivo?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Nesse caso, em tese, o senhor viu claramente, no que eu já relatei, que foi através de uma denúncia datilografada, que certamente foi uma denúncia montada para que o inquérito saísse da nossa mão e ele foi retirado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu entendi que ele teve interferência. Eu estou conversando com o senhor, se o senhor está dizendo que é só conversa mole essas denúncias que falam do Parlamentar, se é conversa mole é porque o senhor deve ter alguma certeza de que há interferência de alguém específico. Quem é o interessado para estar interferindo nesse processo?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Nesse caso específico, houve a interferência direta de um Superintendente nosso, que era o Chefe da Divisão de Crimes contra o Patrimônio...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Na segunda etapa.

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Na segunda etapa.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu estou falando desde a primeira.

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Na primeira etapa eu saí da Delegacia, eu fui exonerado, na ocasião, da Delegacia de Furtos...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, a cerveja, o superintendente faz parte da quadrilha?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Eu não sei se ele faz. Ele era Chefe da Divisão de Crimes contra o Patrimônio, houve a interferência direta dele agora para que o inquérito saísse da (inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Qual o nome dele?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Dr. Sérgio Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ele está vindo aí, o Dr. Sérgio?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, ainda não chegou.

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – O policial Derly trabalhava para ele, inclusive na Divisão, na ocasião dos fatos. Na quebra de sigilo telefônico, apareceu o nome de várias pessoas, dentre elas apareceu o nome do Dr. Sérgio Lucas e do policial Derly.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O Derly está vindo, não é isso? Está no inquérito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Derly Aguiar está convocado, Dr. Paulo?

O SR. (orador não identificado) – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu gostaria, então, Sr. Presidente, de convocar o Sérgio Lucas e o Derly Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eles são ligados politicamente a alguém?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Não sei a quem são ligados politicamente, mas que existe interferência, isso eu posso afirmar para o senhor, que é claro, porque inclusive quando a Drª Selma assumiu a chefia da polícia...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Todo mundo que vem aqui ou tem medo de me dizer ou tudo o que se falou sobre o Deputado Gratz é a maior injustiça que tem no mundo. Eu fico com qual das opções? Que ele é um injustiçado ou que todos têm receio de falar?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Uma coisa eu posso dizer para o senhor. Inquérito policial que eu pego para apurar...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, eu estou perguntando só...

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Eu só vou dizer para o senhor. Inquérito policial que eu pego para apurar não importa em quem recaia, se recair sobre determinada pessoa eu apuro. Inclusive, nesse caso específico, eu estou falando para o senhor que o Dr. Sérgio interferiu diretamente, e olha que até há duas semanas atrás ele era o meu chefe, ele é Superintendente e eu, não, sou delegado de terceira.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Tudo bem. Eu estou perguntando com qual das duas opções eu fico: o Deputado Gratz é um injustiçado ou as pessoas têm medo dele?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Eu nunca apurei delito em que ele estivesse envolvido, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, eu não estou perguntando do senhor, eu estou falando do que o senhor ouve falar, o senhor é da cidade.

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Eu sou da cidade, a gente sabe que ele é uma pessoa forte aqui, é Presidente da Assembléia já há muitos anos, há vários mandatos ele é presidente da Assembléia e se sabe que ele é muito forte aqui.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por exemplo, aquele negócio que falam que ele era ligado com o desmanche de carro, com droga, com jogo, isso é tudo mentira.

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Eu trabalhei na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, e, inclusive, na época, estouramos o maior desmanche de carro no Estado do Espírito Santo, onde só num desmanche foram 199 caixas de marcha roubadas e 167 motores roubados. Só nesse desmanche. E ele, nesse caso, não apareceu. Quanto ao jogo do bicho, ele mesmo fala que é ligado ao jogo, que já acomodou o jogo durante muito tempo, que tem casas de jogos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quantas vezes o senhor recebeu a ligação dele?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Para esse caso nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não.

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Ele já ligou para mim algumas vezes, e eu já liguei para ele algumas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Para quê?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Numa ocasião em que eu estava na Fuji Veículos, nós estávamos aqui com veículos apreendidos, vários veículos apreendidos aqui no Estado, e esses veículos são veículos novos e que não tinham condições técnicas de serem identificados. Foi feito um projeto de lei aqui naquela ocasião, onde passou pela Assembléia Legislativa, e eu fiz um contato com o Deputado para ver a viabilidade de aprovar, se ele achava que tinha condições de ser aprovado ou não esse projeto, e o projeto realmente foi aprovado, e os veículos roubados que não têm identificação estão sendo usados como viatura.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, o senhor nunca ouviu falar nada que dissesse que o Deputado Gratz tivesse algum problema?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Dentre os inquéritos que eu fiz, me recordo agora, em 1998 ou 1999, nós, numa **blitz** aqui na rua, apreendemos um veículo Tempra que pertenceu ao Deputado e que era adulterado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Que era adulterado?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Era adulterado. Faz parte de um inquérito policial que está na Sétima Vara Criminal de Vitória. Inclusive, naquela ocasião tivemos o desprazer de o receptador que foi preso posteriormente por nove carros nos denunciar à Justiça ou representar contra a minha pessoa na Justiça por crime de calúnia, o cidadão foi até assassinado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E qual foi o papel do Deputado quando foi feita essa apreensão?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Nessa apreensão, tramitou normalmente. A pessoa que trabalhava com ele e que estava de posse do veículo foi para a Furto de Veículos, foi ouvida, na Furto de Veículos. Era um Tempra, salvo engano, 96, que foi adulterado para 94. Essa Tempra inclusive está sendo usado também como viatura da Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ele não fez interferência nenhuma?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Não pediu nada com relação ao veículo. O veículo inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Só morreu o indivíduo que...

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – O indivíduo morreu. Foi assassinado, o João Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O processo morreu?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Não. Eu não sei, porque eu não trabalhava na Divisão de Homicídios na ocasião, mas sei que o inquérito tramitou, foi apurada inclusive a autoria do homicídio, foi pedida a prisão desse cidadão, certo, e ele está solto. Pelo que sei, no momento está solto, que é o Paulo Jorge. O Tenente Paulo Jorge.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele foi o homicida?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Segundo consta, foi ele que executou. Inclusive, mais de uma pessoa morreu nesse mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Eu não sei o nome das pessoas. Mas eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor acha que ele pode ter sido morto porque poderia falar alguma coisa?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – O João Luiz, na realidade, eu indiciei em muitos inquéritos policiais. Ele era um camarada muito problemático. Quando eu presidi esse inquérito, o João Luiz já estava indiciado em, salvo engano, doze inquéritos policiais. Tinha doze processos contra ele na Justiça. Inclusive pelo assassinato da própria sogra. Ele assassinou a sogra. Esteve preso, e era um camarada muito problemático, tirado a bravo na Praia do Suá, e um grande receptador. E diziam que ele, inclusive, adulterava muitos veículos. Ele foi indiciado em vários inquéritos na Furto de Veículos. Eu devo ter apreendido em torno de quinze veículos, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ele tinha ligação com alguém?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Segundo consta no inquérito, aquele veículo Tempra, o Deputado teria comprado dele.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, ele tinha ligação com o Deputado?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Pelo menos, é o que consta do inquérito, que ele vendeu o carro para o Deputado, esse Tempra.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por isso que ele era preso, tinha vários inquéritos e nunca era preso definitivamente?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Aí eu não sei, porque os inquéritos são tão antigos, que eu não estava nem na Polícia na ocasião em que ele cometeu os primeiros delitos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então eu agradeço o senhor, Dr. Danilo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tem mais alguma a acrescentar, doutor?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Não. Eu trabalhei aqui na Furto de Veículos durante muito tempo. E na Delegacia de Cargas eu trabalhei não muito tempo. Aliás, nunca trabalhei na Delegacia de Cargas. Apreendi algumas cargas. Eu queria voltar ao problema da interferência, que eu já tinha relatado anteriormente para o senhor. Quando a Drª Selma assumiu a Chefia de Polícia, a Drª Selma me chamou ao gabinete dela, e ela queria que eu assumisse, que auxiliasse e assumisse, uma divisão. Eu falei com a Drª Selma que ficava muito satisfeito com o convite dela, está certo, e que eu estava à disposição para colaborar com quem fosse possível, inclusive com ela. E a Drª Selma me disse que precisava de mim na Divisão de Crimes contra o Patrimônio. Eu agradeci o convite novamente e falei para a Drª Selma que ela não ia conseguir me levar para a Delegacia de Furtos contra o Patrimônio. E foi exatamente o que aconteceu: ela não conseguiu. Recentemente, o Dr. João Manoel...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por quê?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Porque houve a interferência, obviamente. E ela me perguntou quem não queria. Quem é que não deixaria.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem foi para o seu lugar? Quem foi de chefe? Houve indicação política?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Eu não sei se teve indicação política. Mas sempre tem interferência política. Sempre tem interferência.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E de quem foi a interferência para você não ir...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Interferência política geralmente de quem?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – As interferências vêm de cima para baixo. E a gente não consegue detectar quem foi. Mas, por exemplo, vou dar um exemplo para o senhor. Agora, recentemente, eu estava na Divisão de Homicídios, e esse inquérito foi para a Divisão de Homicídios. Bem como começamos a investigar a ligação de outras pessoas com os crimes de mando do Estado do Espírito Santo, inclusive o Coronel Walter Ferreira, Walter Gomes Ferreira.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Crimes de quê?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Crimes de mando. Homicídios.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sei.

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Fizemos uma quebra de sigilo telefônico lá que durou alguns dias. E o próprio, um dos advogados, que era advogado do João Luiz e que é advogado inclusive de algumas das pessoas que estão envolvidas nesse inquérito, que é o Dr. Dorian Túnis, dentre outras pessoas até indiciadas, disseram que iam transferir um delegado que estava presidindo o inquérito para o interior, que era o mesmo delegado que estava presidindo o inquérito de cargas e também o inquérito dos crimes de mando. E esse delegado acabou sendo transferido. Mas o mais curioso é que no dia 25 de outubro de 2001, eu estava chegando à DHDP, e quando fui até à minha porta para abrir, veio, da esquerda para a direita, esse mesmo advogado, o Sr. Dorian Túnis. Ele chegou perto de mim e se dirigiu dizendo o seguinte: "Doutor, como eu havia dito que o Delegado André iria ser transferido para o interior, já está no Diário Oficial

de hoje. E o senhor vai ter que decidir sobre os meus pedidos aqui dentro da delegacia. Então, há interferência. Foi dito, anteriormente, que seria transferido. O delegado realmente foi transferido e afastado do caso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Esse advogado é ligado a que deputado?

O SR. DANILO BAHIENSE MOREIRA – Não sei a quem é ligado, mas eu sei que, segundo ouvimos comentários, a irmã dele era secretária do Élcio Álvares. Ele é advogado do João Luiz, foi advogado do Paulo Bessa e do irmão do Paulo Bessa, que inclusive são todos puxadores e receptadores de veículos roubados, comprovadamente. Eu inclusive cheguei a apreender muitos carros e pedaços de carros, motores e agregados, dentro do ferro-velho do Paulo Bessa, e esse advogado, na ocasião, chegou a representar contra mim e contra o juiz, porque teríamos cometido uma grande injustiça. Então, veja V. Exª que existe interferência.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu agradeço ao senhor, Dr. Danilo. Qualquer coisa, nós o chamaremos novamente.

A sessão está suspensa por dois minutos.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu gostaria de solicitar à assessoria que convocasse ainda hoje, se possível, o Sr. Derly Aguiar e o Dr. Sérgio Lucas, para que venham ainda no dia de hoje à CPI. Parece que o Dr. Sérgio é o Superintendente da Polícia no Estado. Solicito também que faça um ofício ao Ministério da Justiça, para que assuma o inquérito policial do caso da roubo das cervejas, da Divisão de Repressão a Crime contra o Patrimônio, que é o Inquérito nº 180/98.

Antes de dar continuidade, eu gostaria, com muita satisfação, de marcar a presença do meu colega Deputado Federal Magno Malta. Nós estivemos juntos na CPI do Narcotráfico por cerca de três anos, num trabalho árduo em todo o País, inclusive nesse Estado. No relatório desse Estado, existem vários indiciamentos de autoridades importantes, e, entre tantas outras páginas que fazem parte dos relatórios reservados e documentos usados, há 102 páginas citando o Espírito Santo só nas conclusões. O Deputado Magno Malta que presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, e, para mim, que fui membro sub-relator da Comissão, é um enorme prazer tê-lo agora entre os parlamentares que estão trabalhando, ajudando e participando da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Roubo de Cargas, fruto daquela investigação que fizemos na CPI do Narcotráfico. É um prazer e um orgulho muito grandes, Deputados Magno Malta.

Dr. Naurides, não sei se você ouviu, mas eu pedi para convocar o Sr. Derly Aguiar, que parece que é policial, e o Dr. Sérgio Lucas, que é o Superintendente da Polícia do Espírito Santo. Pedi para que se faça um ofício, para que a Polícia Federal passe a cuidar do Inquérito nº 180/98, da Delegacia de Crimes contra os Passageiros e Cargas, para que o Ministério da Justiça assuma esse inquérito, já que existe a informação de que há interferências políticas graves em relação a esse inquérito e que esse roubo era destinado a uma festa de participação política. Portanto, para que possamos ter isenção na investigação e conseguir terminar o inquérito sem tanta ingerência, passar à Polícia Federal para que cuide deste inquérito.

Pode tirar a algema dele aqui. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Termo de compromisso.

O nome do senhor é Cleveland Moreira Júnior?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sua identidade é nº 549879, da Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Talvez.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Como é que é?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Talvez. Eu falei de cabeça e tem dois anos que não vejo minha identidade. Não tenho certeza exata dessa numeração.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Vou pedir para a Polícia levantar a identidade dele.

A idade do senhor é 39 anos?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Casado?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Residente? Não precisa dizer o...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Era residente na Ilha do Frade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Tudo bem.

Profissão?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Empresário.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Onde exerce sua função no momento, a sua atividade atualmente?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – No momento, exerço na cela nº 45 do presídio de... *(risada)*

Não tem...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não está exercendo atividade. Sim, mas tenho que questionar aquilo que o termo de compromisso pede.

O senhor é parente, ou tem parentesco, mesmo que não seja de primeiro grau, com algum envolvido?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Parente, não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tem minha esposa.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Parentesco jurídico: esposa.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si, nos termos do art. 5º, inciso, da Constituição Federal?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, o senhor jura dizer a verdade, somente a verdade no que souber e lhe for perguntado?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não juro nada, não juro nada. Minha palavra é sim, sim, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sim, mas o senhor se compromete a dizer...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Me comprometo.

Então, está ótimo. Por favor, o senhor assine o termo de compromisso. (Pausa.)

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu tenho um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Só um minutinho.

Convido o advogado para fazer parte da Mesa. Por favor, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor quer falar? Por favor.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Primeiro, quero deixar um protesto, porque seu sou uma pessoa que tem um problema grave de vista, fiz 29 cirurgias nesta vista para voltar a enxergar, e tem um ano e quatro meses que eu pedi à Secretaria de Justiça de Vitória para ir ao médico, e nunca teve escolta para me levar e em uma semana arrumaram uma escolta, um aparato para levar como se fosse Pablo Escobar, para trazer aqui.

Não sou atendido, tenho um ofício, meu advogado conhece, tem um ano e três meses, fui espancado por alguns policiais da Choque, tive de novo um descolamento de retina, estou correndo o risco de ficar cego dentro do presídio porque não me atendem. E engraçado que para matar outro morto me trouxeram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Vou pedir que, imediatamente, Dr. Naurides, seja noticiado o secretário responsável pela custódia e determinado que, logo após a oitiva da Comissão, seja encaminhado à autoridade médica competente para resolver o problema de saúde dele; que ele saia daqui direto para autoridade médica com todo o aparato policial suficiente para manter a sua integridade física.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Terminando, queria fazer uma pergunta ao senhor diante da imprensa e de todas as pessoas aqui. Se for constatado que em algum dos processos em que estou condenado eu for inocente, a CPMI vai me ajudar em alguma coisa?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Prontamente.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não há a menor dúvida de que, se o senhor for injustiçado, vamos imediatamente nos comunicar com a autoridade judicial que o condenou e, dentro da lei, saber todos os direitos que podem ser direcionados ao senhor.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Então, tudo bem. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – É o mínimo que se pode fazer com alguém que possa ter sido injustiçado.

Senhor Cleveland, se quiser poderá fazer uso da palavra por até 20 minutos para expor o que sabe em relação ao crime organizado, roubo de carga. Se não quiser, abrirei espaço para as perguntas dos parlamentares.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que tenho para falar é a meu a respeito. Então, acredito eu não interessar nada ao roubo de carga ou à CPMI do Roubo de Carga.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Passo a palavra ao Deputado Oscar, o relator.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Cleveland, qual era a sua principal atividade antes de ser preso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A minha principal atividade era comércio exterior, compra e venda, importação de pneus, rodas e outros produtos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quais eram os nomes das suas empresas? O senhor tinha mais de uma empresa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tinha várias empresas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quais os nomes das empresas?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Uma delas foi a Melc (nome não encontrado), a outra Cleveland Moreira Júnior ME e Pneuam (nome não encontrado).

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sempre ligada a pneus?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Pneus, importação e exportação. Acho que o senhor sabe que aqui é um pólo de importação e exportação com vários incentivos ficais, ou melhor, nem incentivo fiscal, incentivo fiscal tem em Manaus, aqui não tem incentivo fiscal, é o Projeto Fundap.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a Vitória Export?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também não? E a Vitória Pneus também?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Porque isso aí se tornou um nome, foi alterando os nomes e se chegou a esse nome.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tinha mais empresas em nome de outras pessoas?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Laranja, não?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca teve?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que o senhor tem a dizer a respeito do assalto ao almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação em 27/10/2000?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Um minuto por favor. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – São anotações suas?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – São anotações não! São as provas e a confissão, o reconhecimento dos verdadeiros assaltantes. O senhor demorou dois anos a vir aqui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu não demorei dois anos não.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, mas para mim foi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não havia me convidado.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O senhor não sabe o quanto eu estava ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor está achando boa a nossa presença aqui?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Excelente.

Cópias das declarações prestadas por outro policial. Está aqui.

Sim, o senhor quer saber o que eu...

Qual é a pergunta que o senhor fez?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu quero saber o que o senhor tem a dizer a respeito do assalto ao almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tenho a dizer que não assaltei, eu nunca tive participação nisso, a única coisa que tenho, que infelizmente...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor foi indiciado por isso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Fui indiciado e condenado a oito anos e quatro meses. O senhor vai deixar eu responder a primeira pergunta?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode responder. O senhor está-nos tratando com respeito?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estou sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, pode continuar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Trato o senhor com respeito, o senhor não é um Deputado?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estamos aqui para te ouvir.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sou um preso inocente. Minha indignação é clara.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não tem que se indignar com a CPI. Aceitamos aquele pedido que você fez inicialmente.

Vamos conversar tranqüilamente.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estou conversando tranqüilamente. Esse é o meu jeito de falar. Perdoe-me parecer arrogante. É o meu jeito de falar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não é arrogância?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, de jeito nenhum.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, pode continuar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sempre me dirigirei ao senhor com por favor e muito obrigado. Pode ficar tranqüilo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está ótimo, vamos continuar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estão aqui as provas de que não assaltei nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Naurides, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quais são as provas?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – As provas são o reconhecimento das pessoas que assaltaram e a confissão delas.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Na Polícia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Isso. O desinteresse da vara em fazer com que esse processo seja denunciado. Só agora foi denunciado, com muito esforço. Eu gostaria que meu advogado viesse aqui, separasse direitinho e entregasse.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você está condenado a quanto tempo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A oito anos e quatro meses por esse assalto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há outras condenações.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Uma condenação de nove anos e sete meses na receptação de carga roubada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com relação a isso, consta que o senhor contratou 12 homens armados. É lógico que, se houve inquérito, indiciamento, todo um processo, foram ouvidas várias pessoas, e houve a condenação. Como se deu isso sem a sua participação efetiva, principalmente você mostrando as pessoas assumindo? É isso que você está mandando para a CPI?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não entendi sua pergunta, sinceramente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Consta que o senhor contratou 12 pessoas que realizaram um roubo após renderem os funcionários da Secretaria.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi dessa forma que o senhor foi indiciado, houve todo um inquérito, e o senhor foi condenado?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Foi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nesse momento o senhor não tinha documentos para mostrar como agora?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Nunca consegui falar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não foi ouvido?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Fui ouvido em juízo e falei para o juiz. Quando fui à delegacia patrimonial prestar outros esclarecimentos, o delegado me comunicou que, quanto a esse assalto, eu não precisava me preocupar porque já tinham sido averiguados os culpados.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual delegado?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Adroaldo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que ele fez isso? Ele queria te prejudicar?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, porque eu falei com ele que estava preocupado por estar sendo acusado de um assalto a mão armada. Sem reconhecimento e sem nada. Para mim sempre foi visível o interesse do juiz da vara que respondia em não me deixar nenhuma abertura para defesa.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por que ele tem esse interesse?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Porque aqui, na frente deste prédio, há um advogado chamado José Carlos Stein ocupando dez salas minhas, minha casa na Ilha do Frade, que vale uma pequena fortuna, está no nome do advogado, a irmã dele é Promotora e ligada ao Ministério Público. Essas pessoas são os maiores interessados em ver minha ruína. Pessoas em quem tive plena confiança. Vocês poderiam atravessar a rua e trazê-lo aqui para inquiri-lo. Vejam quantos processos ele movia a meu

favor e em quantos ele está contra mim, nos mesmos processos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual é o nome dele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – José Carlos Stein Júnior e Drª Carla Stein, Promotora de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por que seus bens estavam em nome dele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Porque eu confiava nele.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor não podia colocar no seu nome?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu estava passando para o meu nome, ele mesmo me aconselhou. Eu devia um dinheiro ao agiota Hélio Pimentel, então eu transferi essa casa minha para o nome do primo dele para poder fugir dessa dívida com o agiota.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, se V. Exª permitir, convocarei o Dr. José Carlos Stein e a Drª Carla Stein.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor tem o telefone deles?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não falo com eles há dois anos. Corro até risco de vida por causa dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Dr. Naurides, convide o Juiz para vir. É outro Juiz?

O senhor quer declinar o nome do Juiz que o condenou?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Dr. Guilherme Rizzo. Se eu morrer, o senhor pode ver que essas pessoas que estou falando o nome para o senhor foi que me mataram.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor acha que tem ingerência política aí?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – De quem?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Dessas pessoas. Ele foi Procurador do Prefeito de Vitória; está envolvido no desvio de US$20 milhões do fundo de campanha do Prefeito de Vitória, do Paulo Hartung. Isso está uma sujeirada só, e eu só pagando por isso. Não vou aceitar isso não, estou cansado. Tem dois anos que estou esperando vocês aqui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é; nos chegamos. Então vamos por tudo às claras e está bom você falar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tem alguns nomes de empresas dele que eu não sei o nome, mas posso...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quem?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Do Stein. Onde era feita lavagem de dinheiro de roubo de Prefeitura. Essa é a pessoas que está contra mim.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ele é ligado a algum Deputado?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não. Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vamos ver então aqui, Cleveland. O Dr. José Carlos Stein era seu advogado?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Vou te contar a história. Nós temos tempo, não temos?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Temos.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estou um pouco nervoso, entendeu, porque é muito tempo de...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas fique calmo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Podiam trazer um copo de água para ele e para quem desejar? (Pausa.)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você está tranqüilo em fazer esse depoimento aberto?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Só se o advogado não quiser que eu fale.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, ele não tem nada contra.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Só fale perto do microfone, por causa do...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A minha vida foi para todos os jornais, para o **Linha Direta**, para todo lugar. Sou tido aqui, no Espírito Santo, como o maior bandido.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No momento que você achar que deva falar em segredo é só solicitar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Vamos trazer a público as coisas que tem de ser trazidas a público.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está certo.

Você era amigo do Ricardo Valentim Oliveira...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim. Sou amigo dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Chefe da Capacitação da Secretaria Municipal da Educação?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Para mim, ele dava manutenção em computadores.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim, ele dava manutenção nos meus computadores.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele era Funcionário público, não é? Ele era o Chefe de Capacitação da Secretaria Municipal de Educação. Você não sabia disso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu sabia que ele trabalhava numa escola pública.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi ele quem conversou com você sobre os computadores?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não? Você não teve nenhuma conversa com ele sobre computador?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Com alguém o senhor teve?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Tem certeza?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Absoluta. Sim, eu conversei com o Ricardo sobre os computadores que ele foi no meu escritório consertar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você esteve lá no almoxarifado para bater papo com ele, ou por qualquer coisa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estive.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Antes do roubo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não lembra?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei dizer.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Jucimar Repossi.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Esse rapaz comprou roda, toca-fita e pneu comigo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Há quanto tempo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mais ou menos uns quatro meses antes de eu ser preso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor foi preso quanto tempo depois do assalto?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei o tempo do assalto. Sei que fui preso no dia 04 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Em que dia foi o assalto?

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – 27 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor começou a ter contato com esse comprador quatro meses antes?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não. Preste atenção: eu equipei um carro dele uns dois três meses antes de eu ser preso.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Mas, Cleveland você lembra de todos que você equipa o carro? Você tem uma empresa de...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não equipo carro de ninguém. Por amizade, porque eu o conheci, fiz, numa loja aqui, porque eu estava precisando de dinheiro. Como eu vendia para aquela loja, levei para minha casa e fiz tudo o que ele queria no carro. Não sou varejista, sou atacadista.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Então foi por pura amizade?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Necessidade.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Mas você ia ganhar com isso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É claro, eu não vendi?

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Mas foi em outra loja...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, eu tirei da loja.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Da sua?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, da loja de uma pessoa que eu fornecia.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Você vendeu e recebeu?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Claro.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Ficou devendo outro?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, não fiquei devendo, não. Eu fornecia para aquela loja pneu e roda. Ele estava ali, querendo equipar o carro dele. Eu tirei ele dali, coloquei na minha casa e equi-

pei o carro dele. Vendi, arrumei outra loja para ele ir lá instalar o pneu, botar roda, botar o toca-fita, etc.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Agenciou, então, para ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É, porque quem tinha os produtos, na realidade, sou eu.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Você vendia ou deixava em consignação?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Vendia.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Paulo Roberto Nascimento Mendes.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Não conhece?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – E Laércio de Oliveira Alves?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Alexandre Alves de Lima?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Quem é ?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Era o encarregado de Juarez.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Quem é o Juarez?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Juarez Grechi, um rapaz para quem eu aluguei uma casa aqui, na Enseada do Suá.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Juarez Grechi está envolvido também em roubo de carga.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O senhor está falando.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Estou perguntando.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – O senhor não sabe?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Ele é até condenado e você não sabe?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, não sei se ele é condenado, não.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Ele é. Franco Júlio Corrêa.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Também é encarregado do Juarez.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Também é encarregado?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Só conhece assim?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, conheço por causa da casa. Eu alugava uma casa para eles.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Para o Juarez?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Para o Juarez e a família.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – E esses eram encarregados dele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É, encarregados dele. Eu vi eles chegando lá com uma Toyota e já cumprimentei, já falei.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – E o Fernando Brás Moreira?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Para o Fernando Brás Moreira, eu vendi caixas de som de computador, teclados de computador e mouse.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Computador não? Você não vendeu 180 microcomputadores?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Não?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Por que ele havia deposto, então, dizendo que comprou de você?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Porque ele não quer falar de quem ele comprou. Se ele falar de quem ele comprou, ele morre.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – De quem é que ele comprou? Você pode falar?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não sei.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – E o Marco Antônio Malini Lamego?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Como foi a venda para ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não vendi nada para ele.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Mas quem vendeu?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei. Eu arrumei nota fiscal para ele.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Arrumou nota fiscal?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Esquentou a mercadoria dele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Isso. Seis meses antes do roubo, segundo o que consta.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Você arrumou nota fiscal para esquentar computador?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Foi. Ele me pediu computador.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – A nota fiscal era da sua empresa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Da minha empresa. Até estão aqui as cópias delas, se o senhor quiser.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Vou querer, sim.

É da Vitória Export?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Acredito que sim.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – E a Luciane de Souza Goulart?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Vendi para ela a mesma coisa que vendi para o Fernando.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Quantas peças?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Algumas. Não sei. Não lembro.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Quais outros produtos você vendeu para ela?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Só isso.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Mil teclados, quatrocentas caixas de som, mil mouses.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Depois, na segunda vez, computadores.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, nunca vendi computador para ela. E tenho certeza que ela não declarou isso também, não.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – E o irmão dela, o Júlio?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – O irmão da Luciane?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Não?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Se você era um negociador de rodas, por que estava vendendo outros produtos?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, sempre negociei vários produtos. Minha empresa sempre comprou e vendeu vários produtos.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Cite outros produtos, por exemplo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Carro. Importamos oito mil para o Brasil. Veleiro.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Combustível?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Combustível, não.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Nunca vendeu?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Nunca vendi.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Manteiga?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Já vendi.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Palmito?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não vendi.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Como foi a manteiga?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Isso foi achado lá em casa. O senhor quer que eu fale o quê? Que isso aí era compra de carga roubada?

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – É.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Então, por que não falou? É isso que eu queria.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O senhor não perguntou isso, não.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Eu perguntei: manteiga, palmito, combustível...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas o senhor não perguntou se era carga roubada.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O senhor me perguntou se o que acharam lá em casa é fruto de carga roubada. É.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ele está dizendo que é.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Então, foi mais claro. Foi mais rápido.

Então, isso era de carga roubada?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Você tinha receptado de quem?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Reinaldo Lopes Primo.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Reinaldo Lopes Primo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Essa carga era roubada de onde?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei. Primeiro, ele me vendeu como salvado.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – De seguro?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – De seguro.

Depois eu comprei, e era roubado.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Você já sabia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Adianta eu dizer se sabia ou não?

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Para mim adianta.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Então, não sabia.

O SR. RELATOR (Oscar de Andrade) – Não sabia. Era como "salvado"?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O que mais de carga roubada você comprou?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Aquilo que foi pego na minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E essas outras?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – E o que foi pego no depósito de Carapina.Dava exatamente uma carreta cheia.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – No depósito de onde?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – De Carapina. Dava uma carreta cheia. Eu dividi: o que tinha menos valor em Carapina e o que tinha mais valor eu coloquei dentro da minha casa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em um depósito embaixo da piscina?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não tinha um depósito embaixo da piscina. Tinha um lugar. Não era um depósito.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Desse tamanho, mais ou menos? (Pausa.)

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Desse tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Uma casinha de máquinas?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A casa é bem grande. Se o senhor for ver.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deixe-me fazer uma pergunta: esses produtos que você vendeu anteriormente eram carga roubada?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não. Qual produto?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Esses que você vendeu para a moça; os pneus que você vendia, enfim...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tudo isso que o senhor está falando diz respeito a uma apreensão que foi feita há duas semanas em Carapina.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você estava desovando carga que tinha sido...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Deixe-me explicar uma coisa para o senhor. Foi preso um depósito em Carapina, e, depois – quinze dias depois –, eu tirando a mercadoria da minha casa, foi pego o que estava lá. O que estava em Carapina – inclusive no inquérito... no inquérito, não, no processo é apresentado – é do mesmo caminhão que consta como roubado, o que estava na minha casa, era uma parte da carga.

Deram-me dois processos: receptação e crime continuado. Para Cleveland, não: são dois crimes, sendo que do mesmo caminhão, ele receptou duas vezes o mesmo caminhão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você é amigo do Jéferson Foratini?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele é ex-policial?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É ex-policial.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual é a participação dele nos dois crimes, que, na verdade, é um só, pelo que você disse aí?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Nenhuma. Ele foi chamado pela minha esposa porque eu evadi do local.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele foi chamado para quê?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Para ajudar, porque ela pensava que ele era policial ainda.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E nas conversas que o senhor tinha com ele por telefone?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Se o senhor puder me falar as conversas, eu posso te responder.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você já ouviu ou não?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu já vi o que estava escrito. Eu nunca ouvi nada. A única conversa que eu vi foi a da **Linha Direta**, que é até cômica?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que é cômica?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – "– Tudo bem, Cleveland?" "– Tudo bem". "– Miau, miau".

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era um código?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Pô, sinceridade...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você ouviu? Era com você mesmo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Cleveland sou eu, agora...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas a voz era sua. Era você conversando.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ali era sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, porque o "miau, miau", do Jéferson? Não é o "Jefinho"? Você não o trata por "Jefinho"?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu o trato ele como "Jefinho". Não tenho nenhum motivo para dizer "miau, miau".

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não tinha nenhum?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Nenhum. Como poderia dizer outra coisa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele não tinha qualquer participação nesses roubos...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Em roubo de cargas, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em que ele tinha?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quanto à esposa dele, a Geila?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não. Ela é minha esposa, ainda.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ela também foi condenada?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A minha esposa foi condenada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pelo mesmo crime?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Pelo flagrante da minha casa e por uma frase que falei, respondendo ao juiz. O juiz me perguntou se ela sabia que havia mercadoria dentro de casa. Eu guardava dentro de casa pneu, roda, toda a parte legal que tinha na minha vida. Falei a ela que sabia sobre a mercadoria que havia dentro da casa. O que eram? Pneus e rodas. O juiz a condenou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Porque ela sabia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Porque ela sabia que tinha pneus e rodas dentro de casa. Da outra mercadoria ela não sabia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é Jarbas de Almeida Bonfim?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Jarbas é distribuidor de produtos cosméticos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Reinaldo Bolshou (nome não encontrado), Roberto Bolshou (nome não encontrado), Geraldo Emílio Vieira Torres, Josenildo Vieira Silva, Edvaldo Tadeu Faroni?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – São todos empregados deles?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quem?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Do Jarbas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estavam todos na sua casa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estavam todos na minha casa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que estavam fazendo lá?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Pedi ao Jarbas para tirar aquela mercadoria porque queria levá-la para outro lugar. Ele alugou-me os caminhões.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele tinha caminhões?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tinha 2 caminhões tipo 608, mas da marca Agrale, se não me engano. São 4 pequenos caminhões. Cabem 3 toneladas cada um.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estava só fazendo um frete?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Só fazendo um frete.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Juarez Grechi?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É meu inquilino.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Da rua Quintino Nascimento, lá em Carapina?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, ele é meu inquilino na residência que tinha. Aluguei para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem alugou o depósito da rua Quintino Nascimento, em Carapina?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não é lá que você tinha um depósito?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não. Eu tinha um depósito no posto Chapada Grande.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Dr. Ismael Foratini?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estudou comigo no Colégio Salesiano

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há muitos anos. É irmão do Jéferson. É seu amigo, então.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Amigo não, pois há muito tempo que não tinha contato com ele. Foi meu amigo de colégio e, com certeza, me conhece.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Teve alguma interferência na questão do irmão dele que foi condenado?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Que eu saiba...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Jefinho.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei do detalhe da condenação dos outros.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há coisas que você sabe. Tem coisas que você não quer falar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei dos detalhes da condenação dos outros.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você falou agora há pouco que ia abrir o jogo. Tem que abrir tudo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu falei que iria abrir o jogo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você lembra-se que falou agora ainda há pouco?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu ia abrir o jogo sobre o que está acontecendo comigo aqui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Exatamente. Então, tem que abrir tudo. Exatamente para atender...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Da vida dos outros não sei. Se soubesse, jamais falaria, porque tenho amor à minha vida. Tenho certeza de que, como Deputado, V. Exª tem que preservar a vida de um cidadão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É minha obrigação.

Você manteve conversas com o Ismael, quando estava foragido? Por que você fugiu, não é?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca conversou com ele, nem ao telefone?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Falei com minha mulher, em casa. Depois, falei com ela na delegacia. Se ligasse para um delegado, este ia querer prender-me.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você já esta preso.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mas na época não estava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dr. Paulo, vê se acha o Dr. Nilton. Quero que ele ouça.

Há uma degravação aqui de você falando com o Ismael. No entanto, você disse que não falou com ele. Vamos lá.

"– Oi, Cleveland!

– Oi, Ismael", é você falando.

– "Rapaz, é o seguinte, você tem que apresentar hoje, bicho, para poder você depor e aliviar a barra da sua mulher e do resto do pessoal todinho".

Lembra-se disso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vou continuar.

"– Você é a única pessoa que está me falando isso, Ismael. Todo mundo está falando para mim não me apresentar. Os meus advogados estão falando para mim não me apresentar para ser mais um preso".

Você não se lembra desta conversa? Dessa conversa com ele?

E aí segue. Pedi a fita para você ouvir, porque talvez você lembre, ouvindo a sua voz.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Se é a minha voz, não há necessidade nem de lembrar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Queria que você ouvisse e falasse. Está dizendo que não falou com ele...

Quem estava negociando o seu **habeas corpus** quando você estava foragido?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – **Habeas corpus**? Fiquei foragido três horas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não. Você fugiu, e havia uma conversa de que entregava, não entregava. Não houve isso aí? Você já admitiu que houve. No microfone, por favor!

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Isso aí não quer dizer nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Para nós, quer.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim, o que o senhor quer que diga? Que alguém estava negociando um **habeas corpus** para mim?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso, isso. Quero saber.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não há ninguém negociando **habeas corpus** para mim porque não dava nem tempo. Quem poderia estar negociando um **habeas corpus** era um advogado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que poderia.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Que poderia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quero saber quem.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A minha advogada, na época, era a Drª Fátima Miguel.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ela era, então?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, se isso consta aí, a única pessoa com quem eu falava, como advogada, era ela, na época.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, porque, no momento da degravação, entra alguma pessoa falando sobre isso. É porque você não está lembrado que você conversou com o Dr. Ismael, não é?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, é isso.

E o João Rildo Souza Aguiar?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não sabe quem é?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É um motorista.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, não sei quem é, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele depôs, dizendo que foi solto porque o senhor pagou R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) aos policiais.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Se eu estava precisando de dinheiro para botar comida em casa, eu iria pagar R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) para soltar ele?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, por que o João Rildo falaria isso no depoimento dele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei, talvez porque seja mais fácil jogar tudo em cima de Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ficou mais fácil, não é?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É. Está tudo nas minhas costas mesmo!?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o roubo da carga que foi apreendida no posto Chapada Grande?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É a mesma continuação que está lá em casa. Está nos autos, está no processo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Essa que você diz que ficou dividida em duas?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É a mesma. É do mesmo caminhão roubado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Uma parte foi apreendida na sua casa; a outra na...?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Justo. Sendo que estou respondendo a dois processos por isso aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pela mesma carga.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Pela mesma cara.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas esse outro depósito era seu também?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tinha alugado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em Serra? Você tinha um outro depósito ali perto, do Motel Charm também?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Rodovia do Contorno?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Perto da Coca Cola?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, senhor!

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não tem um depósito lá?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não tenho um depósito lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas foi filmado você lá.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, mas uma coisa é você ter um depósito; outra coisa é ser filmado lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É de quem o depósito?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não tem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Se você foi filmado lá, é porque você foi lá.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Fui lá várias vezes. Tinha a intenção de comprar o imóvel. Inclusive, fui a Curitiba para negociar o imóvel.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você foi para comprar?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quem era o imóvel?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Segundo me consta, do Fernando Crafart.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tinha negócios com pessoas do Rio, São Paulo, Bahia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Bem antes de mudar para os Estados Unidos, tinha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ligados a quê?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ligados à compra e venda de automóveis importados.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é Oriosvaldo Elias Salviano?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Acho que é uma pessoa que transportou pneu para mim para São Paulo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É o Ari?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Isso. Agora, lembrei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É o Ari?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele que transportou?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Transportou pneu para mim, para São Paulo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Carga roubada?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, nacionalizada aqui, com nota fiscal, tudo bonitinho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tudo oficial.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tudo oficial.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Afinal, a quantos inquéritos você respondeu e responde?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Respondo a quatro inquéritos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quatro. Quais são?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei o número deles, não. Sei de dois em que estou condenado; um que foi anulado; e outro a que estou respondendo na Serra.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quê?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – De receptação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De receptação também.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – De receptação também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você citou aqui Dr. José Carlos Stein, Drª Carla Stein, que é uma autoridade. Quais as outras que estariam envolvidas

para atrapalhar você, para buscá-lo, para condená-lo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Sr. Hélio Pimentel.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é o Sr. Hélio Pimentel?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É um agiota ao qual consta um contrato de empréstimo de dinheiro no Cartório Amorim com 5% de juros ao mês, em que dou a minha casa de garantia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele é o quê, o Hélio Pimentel?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Agiota.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ele é autoridade, tinha algum cargo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, nada. É um ex-engenheiro da Aracruz Celulose.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E é agiota?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Agiota.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E qual é a influência que ele tem para prejudicar você?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É o acordo que ele tem com o Dr. José Carlos Stein. Os dois fizeram um acordo do dia para a noite, e a casa sumiu, desapareceu do mapa, saiu do nome do Dr. Abel Stein, que é primo do Dr. José Carlos Stein, e sumiu, não existe mais, foi feito um acordo. O cara deu uma casa que vale oitocentos mil reais.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que hoje está em nome de quem?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei; mas sei que existem mais de dez processos em que eu me defendo com relação a essa casa, nos quais o Dr. José Carlos Stein é o meu advogado. E, de uma hora para outra, ele é advogado para a outra parte, faz acordo. De uma hora para a outra, a pessoa para cujo nome ele manda eu transferir a casa, sem mais nem menos, doa a casa para o agiota.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que é a Carla?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde a Drª Carla entra nisso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A única coisa que eu vejo é que, para uma pessoa poder conseguir tantas coisas, eu não consegui falar na Justiça aqui do Estado, só com uma força lá de dentro. A única pessoa que eu vejo que apóia ele lá, porque eu já falei com ela pelo telefone no dia em que eu estava sendo despejado, é que ela apoiava o irmão em 100% de tudo que ele fazia.

Eu não estou acusando a Drª Carla, não estou falando nada dela. O que estou falando é que essa é a única condição que eu vejo, em relação a essa casa, que, de uma hora para a outra, mudou de dono, mudou de dono pela segunda vez, foi para o agiota, do agiota foi para o Stein, ou para alguém dele, saiu do nome do primo dele e foi para outra pessoa... O primo dele me afirma que ele foi ameaçado por três capangas e levado para resolver o problema no cartório, o que não acredito, porque é um homem prevenido, eu conheço ele...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele fala o que com você?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Comigo ele não fala nada, ele falou com a minha esposa, o Abel Stein.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Dr. José Carlos fala o quê?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ele não fala nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem com a sua esposa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ele não fala comigo. Ele, de meu melhor amigo, se tornou o meu inimigo. Ele, que me defendia em todos os processos, hoje é contra mim em todos os processos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com o Hélio Pimentel você tinha uma dívida?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tinha uma dívida com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pagava cinco por cento?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A cinco por cento. Eu entreguei o Ultracenter, que é uma coisa que eu fiz, ali, na Adalberto Simon Nader, entreguei para ele como pagamento. E ele não me deu recibo, porque existia confiabilidade, dia-a-dia, empréstimo de dinheiro, troca de cheques e essas coisas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você pagou e ele não lhe deu recibo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não me deu recibo. Quem inclusive pagou ele foi o meu cunhado. Na época eu era amigo do meu cunhado, que trabalhava comigo. Eu passei o Ultracenter para o nome dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que é um imóvel?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Que é um imóvel, ali no aeroporto, aonde o senhor chegou, é um centro de entretenimento que eu estava construindo e eu estava devendo, pegando esse dinheiro com o Hélio Pimentel, para isso. Mas o que aconteceu? Ele começou a me apertar, e eu entreguei para ele. Só que antes disso eu fiz um contrato da casa, mas para quitar eu dei aquilo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E não pegou o contrato de volta?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – E não peguei o contrato de volta. Fiquei de pegar depois.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está bem. Quem mais – já citou três aqui – que deveria estar te prejudicando?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Somente. Eu não posso ficar acusando um juiz, o Dr. Guilherme Rizzo, certo?

É só o senhor ver onde a Drª Carla trabalhou e onde os meus processos passaram, e eu perdi todos.

É só o senhor ver qual o Desembargador e quando ela foi promotora e qual ele deu negativo para mim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Dr. Guilherme Rizzo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, o Dr. Guilherme Rizzo é uma pessoa que eu só tenho uma coisa a falar dele: é que ele não nos deu oportunidade de defesa em nada no processo da Prefeitura. É isso o que eu tenho a falar para o Dr. Guilherme Rizzo. Ele é Promotor, perdão, ele foi Promotor antes de ser juiz.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas hoje ele é Juiz?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Hoje ele é Juiz.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E qual é o Desembargador a que o senhor está se referindo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Se não me engano, ela trabalhou com o Manoel Rabelo e outros, o qual me deu negativo na casa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No processo que você moveu?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Em vários processos. Isso aí é um emaranhado de coisas que tinha que ser levantado na Justiça e trazido à tona, entendeu?

Porque eu nunca vi um cara que é dono de uma casa doar uma casa para um agiota depois de ter lutado na Justiça, ter feito eu gastar mais de oitenta mil reais com advogado, certo, que é a Drª Fátima, de repente, ele doar a casa como se não tivesse pagado a casa, porque até imposto de renda ele declarou da casa, o Dr. Abel Stein. Dr. Abel Stein não, Abel Stein.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cleveland...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Deputado...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois não.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não questiono, nem estou aqui para dar uma de bobo. Não sou um homem muito inteligente, mas burro eu não sou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É verdade.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu comprei carga roubada, vendi carga roubada. Isso é inquestionável.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É isso aí que eu queria.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Certo? Isso é inquestionável.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Para quem você vendeu?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não posso falar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Se eu fechar a sessão?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não falo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quem você comprou?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Reinaldo Lopes Primo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto tempo você comprou e vendeu carga?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Aproximadamente um ano.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Muita carga?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual o tipo de carga que você comprava?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Pneu eu comprei. Um caminhão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como o Reinaldo adquiria essas cargas?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Um caminhão. Ele falava que era salvado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A história do salvado.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu descarregava isso de dia, na porta da minha casa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É, hoje está acontecendo assim, está tranqüilo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Entendeu? Não, o pneu eu não sabia que era roubado, não. O senhor não é juiz, o senhor não pode me condenar...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, não estou condenando de jeito nenhum.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não preciso contar mentira para o senhor, certo? Então, presta atenção: o pneu eu descarreguei lá, na hora, na frente de todo mundo. Agora, depois eu comprei mais essa carreta com várias coisas. E isso aí... Foi isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, mas foi um ano, houve mais coisas, não é?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, foram três ou quatro vezes que eu comprei do Reinaldo Lopes Primo, no máximo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você não sabia como ele arrumava? Depois você veio a saber. Como era?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Depois do pneu...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era ele que assaltava ou ele que comprava? É isso que eu quero saber.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Olha, vou falar uma coisa para o senhor: eu não acredito que ele seja uma pessoa que assaltasse.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ele podia coordenar a quadrilha.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você tem as confissões aí das pessoas que confessaram que fizeram o roubo no qual você foi condenado, certo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Confissão e reconhecimento pela polícia – e pelas vítimas, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Certo. Agora, a pergunta que te faço: essas pessoas é que forneciam as cargas para você?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você não as conhecia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não conhece?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Só chamar o Juiz que fez a condenação...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Doutor...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Robson Tuma.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Robson Tuma. É simples: tem um ano e meio gravado, meu, pela Polícia Federal. Vê se eu falo com algum deles.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, tudo bem. Mas qual é o nome do Juiz?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Dr. Guilherme Rizzo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Depois pedirei para tentar encontrar o Juiz Guilherme Rizzo, que fez a condenação, para que S. Exª possa vir aqui.

Vou, então, dispensá-lo, mas pedirei para que permaneça ainda aqui a fim de que possamos aguardar os outros que virão depor para, eventualmente, fazer uma acareação.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu queria pedir desculpas ao senhor pela minha maneira, porque venho de duas rebeliões, ouviu?

Então, quem está preso sabe o que está passando.

Gostaria de ser encaminhado pela própria Polícia Federal de volta para o presídio onde estou, porque lá não corro risco.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ótimo. O senhor quer ir ao médico também, não é?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ao médico, hoje, não tem jeito. Se der, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Determino à Polícia Federal que tome as devidas providências no sentido de atendê-lo e comunique à autoridade responsável pela custódia que ele se considera uma pessoa que corre risco de vida, a fim de que a autoridade se responsabilize por ele.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Dr. Tuma, os presos são protegidos por presos em qualquer lugar do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Suspendo a sessão por dois minutos.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Declaro reabertos os trabalhos.

Termo de compromisso.

Lerei os dados do senhor. Se não estiverem corretos, por favor, modifique-os ao microfone.

Seu nome é João Rildo Souza Aguiar; identidade nº 6.430.423, da Secretaria de Segurança Pública da Bahia; idade 28 anos; CPF nº 657.779.805-20; casado; residente à Rua Rio de Janeiro, Vila Velha – o número será mantido sob reserva; profissão motorista; trabalha em Vitória e não tem parentesco em grau nenhum com nenhuma parte envolvida.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Dados corretos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor se compromete, nos termos da lei, a dizer a verdade, toda a verdade do que souber ou lhe for perguntado?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Excelência, já prestei depoimento, na Polícia Federal, ao Delegado Nilton, dei meu testemunho perante o MM. Juiz e não tenho mais nada a declarar a esta CPI.

Aproveito para avisá-los de que conheci o preso Celso, que depôs na CPI do Narcotráfico, na Polícia Federal. Ele está fazendo greve de fome – está há oito dias sem comer –, pois depôs como testemunha na CPI, há quase dois anos, esperando o benefício do Programa de Proteção à Testemunha e está em más condições. Até fiquei com pena dele.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Qual é o nome dele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Celso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – De que?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não sei. Está na Polícia Federal, na custódia.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Solicito à Polícia Federal informações a respeito do preso Celso. Ele está sob guarda?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, Excelência. No Programa de Proteção à Testemunha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele já está inscrito no Programa de Proteção à Testemunha?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Já. Já depôs na CPI e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quero saber o que não está sendo cumprido em relação ao Programa de Proteção à Testemunha para que a CPI imediatamente tome providências junto ao Ministério da Justiça.

Quanto ao senhor dizer que não vai dizer nada nesta CPI, quero esclarecer que o funcionamento desta Comissão é um pouco diferente da Polícia. Na Polícia, o senhor tem o direito de não dizer nada. Aqui pode apenas dizer que não responderá porque pode se auto-incriminar. O Relator, eu e os Parlamentares faremos perguntas. Não querendo responder, poderá dizer: "Não vou responder, porque posso me incriminar". Mas não pode ficar em silêncio.

Se assim desejar, o senhor poderá fazer alguma explanação por vinte minutos. Deseja usar da palavra ou posso começar a fazer as perguntas?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Gostaria de um minuto para conversar com o meu advogado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que conceda um minuto ao preso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Já estava concedido. Sabia o pensamento de V. Exª.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Passo a palavra ao Relator, Deputado Oscar.

Peço antes que o Sr. Rildo assine o termo de compromisso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Rildo, o Sr. está preso por quê?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sou acusado de participar de uma quadrilha de roubo de cargas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Sr. já foi condenado?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, Senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ainda não?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, Senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Sr. está com prisão temporária?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Preventiva.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Preventiva?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, Senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto tempo?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Estou preso há um ano.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Sr. está respondendo a inquérito?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, Sr.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Conte-me sobre esse inquérito, o que está acontecendo. Por que o Sr. foi preso e é acusado de quê?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sou acusado de participar de uma quadrilha de roubo de cargas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantos roubos?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não posso responder ao Sr. Não tenho informação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Sr. conhece o Cleveland ?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não conhece o Cleveland? Cleveland Júnior.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você nunca o viu? Já participou de algum assalto ou de desvio de carga?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com o Cleveland?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Trabalhou para ele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Sr. faz parte de alguma quadrilha?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Negativo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você está respondendo esse inquérito por quê?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Na verdade, esse inquérito, já estou até com meu alvará.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Certo.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – E estou respondendo na Bahia. Tem um mandado de prisão preventiva na Bahia. Tenho audiência amanhã marcada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está preso aqui?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Estou preso em Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, você tem dois mandados.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Um daqui e um da Bahia?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não. Aqui ainda tenho um mandado de soltura, né? Responder em liberdade. Na Bahia, vou ser ouvido amanhã, a audiência amanhã, precatória.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual cidade?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Itapebi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E por que você vai ser ouvido?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – É carga também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também é carga?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E qual carga foi roubada lá?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não tenho informação nenhuma, nenhuma. Só tenho mandado de prisão. Vou ser ouvido amanhã.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não sabe nem o que é que foi?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quais as outras pessoas que foram envolvidas junto com você?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não sei informar ao senhor, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi você só?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não tenho conhecimento do processo. Só tenho mandado de prisão e vou ser ouvido na audiência agora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está quase um ano preso, e não sabe de nada?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não sei porque não marcaram audiência. É a Justiça, não sou eu. A Justiça marcou audiência, e não tenho conhecimento o que tem contra mim lá na Bahia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem o motivo você sabe?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Motivo é carga, mas por que ou não por que não sei falar para o senhor porque não tenho conhecimento dos autos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O seu advogado não o orientou, não fala nada sobre o assunto?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, a minha audiência está marcada para amanhã. O meu advogado não tem conhecimento do processo também não. Não foi a Bahia ainda não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele é seu advogado há quanto tempo?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Há um ano.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Desde que foi preso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele não o orientou em nada ainda sobre o por quê de você estar preso, qual o motivo, por que teve inquérito...

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Vou ser ouvido, né?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – ... qual o tipo de carga que foi roubado, quando, as pessoas que estavam juntas?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor, porque não tenho conhecimento do processo ainda.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conversa com o seu advogado?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Converso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi só agora que o senhor conseguiu conversar com ele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor. Ele não tem conhecimento do processo. O senhor pode até perguntar para ele, que ele não tem conhecimento do processo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. (orador não identificado) – Na Bahia, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há um ano que ele está preso, e o senhor não tem conhecimento do processo?

O SR. (orador não identificado) – Ele está preso pela Bahia tem uns quatro meses. Agora é que vai ser interrogado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E por aqui?

O SR. (orador não identificado) – Por aqui já está com mandado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, mas ele ficou preso quanto tempo? Dez meses?

O SR. (orador não identificado) – Tem uns sete meses.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o senhor não tem conhecimento do processo?

O SR. (orador não identificado) – Daqui eu tenho. Mas esse é da Bahia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas estamos falando do daqui. Então, vamos falar do daqui. Por que o senhor está preso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Já falei para o senhor que é por suspeita de envolvimento de roubo de cargas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual carga? Vamos lá, então, vamos esclarecer.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não tem especialidade da carga. É roubo de carga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qualquer carga? São vários...

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Isso não posso responder para o senhor porque, como o senhor disse no início, se eu não quisesse responder, para não me complicar. Então, é carga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor quer que eu encerre a sessão, para falarmos de maneira mais...

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não. Estou tranqüilo. Eu gostaria até de não falar mais nada, de ir embora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não. O senhor tem de falar. Vamos falando, porque acho que, daqui a pouco, o senhor consegue dizer o que precisa ser dito. Sobre o daqui, o senhor já conversou com o seu advogado, não conversou?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, quero saber qual carga foi roubada, a respeito da qual o acusaram injustamente – o senhor diz que injustamente.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não sei não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em 25 de outubro de 2001, há pouco mais de 1 ano, o senhor deu um depoimento e o assinou. O senhor confirma esse depoimento?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Onde foi dado esse depoimento?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na 2ª Vara Criminal de Vitória.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Confirmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Confirma? Então, o senhor sabe mais coisas, não é? Vamos lá, vou lembrar-lhe algumas coisas aqui: que quem comandava a quadrilha do roubo de cargas era Cleveland Moreira Júnior; que o Cleveland pagou os R$16 mil aos policiais para que o declarante fosse posto em liberdade sem ao menos ser ouvido; que chegaram a tirar uma foto do declarante na Delegacia de Furtos e Roubos de Cargas com uma placa de identificação no peito, e o declarante estabelece aqui para que depois lhe tirassem mais dinheiro; que no dia em que esteve na Delegacia de Furtos e Roubos de Cargas em Vitória, os policiais Marcão, Pica-Pau e Branquinho de Óculos não estavam de serviço. Esse depoimento é seu?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Isso não posso responder ao senhor, devido às circunstâncias...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor teria dito ainda há pouco que confirma que o depoimento é seu.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – O depoimento foi em juízo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E foi o senhor quem prestou o depoimento?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Assinou-o e o reconhece como seu?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, o senhor conhece o Cleveland? O senhor está dizendo aqui.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Mas eu já falei para o senhor, como o senhor já falou, que só respondo às perguntas se eu quiser responder, no caso. Esse tipo de pergunta não posso responder, porque senão vou me complicar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o depoimento é seu? Isso o senhor já aceitou?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – O depoimento é meu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que o Cleveland pagou R$16 mil para soltar o senhor?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Como eu falei para o senhor, não posso responder isso para o senhor, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor participou do assalto ao almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não tenho conhecimento nenhum.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não? O senhor conhece o Jucimar Repossi, o Mazinho?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – De vista.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De vista? Ele é seu amigo?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde o senhor o conheceu?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu conheci ele nas estradas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele também é motorista?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Ele é motorista também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Paulo Roberto Nascimento Mendes?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não conheço não, Senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Laércio de Oliveira Alves?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Também não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Alexandre Alves de Lima?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Também não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Franco Júlio Corrêa?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Também não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem no dia o senhor os ficou conhecendo?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem os contratou?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Contratou para quê?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem os contratou para o roubo do almoxarifado da Secretaria de Educação?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Isso eu não sei informar o senhor, não. Não é do meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não estava lá não?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Jarbas de Almeida Bonfim, o senhor o conheceu?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu nunca o vi na minha vida.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Ricardo Valentim?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Também não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não?

Como o senhor se chama, doutor?

O SR. JOSÉ ARNOLDO – José Arnoldo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. José Arnoldo, eu vou ler para o seu cliente o texto de uma lei e depois, darei alguns segundos para o senhor orientá-lo.

Trata-se da Lei nº 1.569, de 18 de março de 1952. Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito:

"Constitui crime impedir ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assoado, regular funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ou o livre exercício das atribuições de qualquer um de seus membros, fazer afirmações falsas, negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pena do art. 342 do Código Penal."

Se ele tem dois inquéritos, poderá ter um terceiro se ele continuar agindo dessa forma. Se o senhor quiser orientá-lo, eu permitirei que o senhor o faça, ou eu o indiciarei no art. 342.

O SR. JOSÉ ARNOLDO – Posso falar com ele?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor pode falar.

(Pausa.)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esclareço-lhe, Sr. Rildo, que a intenção da CPI é chegar aos receptadores e às pessoas que realmente comandam tudo isso. Eu estou me baseando em um depoimento seu. Eu não quero que o senhor se incrimine mais. Eu nem tenho esse direito, mas eu não posso admitir a maneira como o senhor está se conduzindo. Nós sabemos que o senhor sabe, ou seja, eu sei que o senhor sabe que eu sei, não é? Então, não há porque ficarmos tergiversando aqui.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Posso ir ao banheiro, doutor?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor deseja ir ao banheiro? Pode ir.

A reunião está suspensa por três minutos, com a sua autorização, Sr. Presidente.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – *(Trecho não gravado)* a que ele se referiu, não faz parte do Programa de Proteção à Testemunha. Ele está na Polícia Federal porque ele se sentiu ameaçado de morte. Portanto, está na Polícia Federal. O que ele deseja é ser transferido para uma cadeia mais "light", onde ele tenha um espaço maior. Foi esta a informação que eu acabei de obter. Portanto, é importante deixar também nos anais e esclarecer que ele não faz parte do Programa de Proteção à Testemunha. Ele simplesmente está custodiado na Polícia Federal porque foi a maneira que encontraram de dar maior garantia de vida a ele.

Os trabalhos estão suspensos por dois minutos.

(Suspende-se a reunião.)

***O SR. RELATOR** (Oscar Andrade) – Quem contratou os homens para realizarem o roubo?*

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Segundo informação, foi o Cleveland. Jornal, fita. Segundo jornal, fita, o Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas antes de jornal ou de fita, o senhor já sabia?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não. Não tinha conhecimento não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não? E o Jarbas de Almeida Bonfim?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Esse eu não conheço não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cunhado do Ricardo Valentim?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não conheço não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não conhece não? Ele era chefe do setor na Secretaria Municipal de Educação.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu não conheço não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não teve nenhum contato com ele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Nenhum contato com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Jucimar Repossi?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Jucimar é o Mazinho?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Mazinho.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – O Mazinho eu conheço de estrada, como falei para V. Exª.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Somente de estrada?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Do roubo, não? O senhor não sabia de nada dele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor. Eu não tenho conhecimento nenhum desse roubo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não sabia de nada dele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Nada. Eu não tenho conhecimento nenhum.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E sobre a apreensão de grande quantidade de carga na casa do Cleveland?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Fiquei sabendo pela imprensa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Somente pela imprensa?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor não estava preso nessa época?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor lia bastante jornal?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu leio jornal todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Todos os dias.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Fui preso nove meses depois.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por quê?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Acusação que recai...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por que o senhor foi preso nove meses depois? Por que o senhor acha que foi preso nove meses depois?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu estava em Vitória. A polícia não me prendeu não sei por que motivo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas a acusação que pesa sobre o senhor diz respeito a essa carga?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sobre qual carga se refere?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu nem sei, porque fui enquadrado, e minha prisão foi pedida em cima de fitas telefônicas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que o senhor falava com o Cleveland?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O que o senhor falava com ele?

Onde está a degravação que estava aqui? Está ali.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que o senhor falava com o Cleveland que gerou motivo para o senhor ser preso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Tem uma fita de um crime que nem existiu. Uma brincadeira. Eu até assumi o crime. Por causa dessa fita, foi pedida a minha prisão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor assumiu o crime?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – É. Mas eu nunca matei ninguém. Sou inocente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E por que o senhor assumiu?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu assumi por causa da polícia. Eu nunca fui preso. Sou réu primário. Sou um cara humilde, do interior.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Bateram no senhor?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Bateram em mim bastante. Falaram que eu tinha de assumir aquilo. A Rotam de Minas Gerais. Eu cheguei muito machucado. Sinto dor até hoje. Recebi coronhada de doze nos peitos. Eles falaram que eu tinha de assumir aquilo. Eu falava que não tinha nada a ver e que aquilo era simplesmente uma brincadeira. Eu queria ser uma pessoa que eu não sou, na verdade. Eu queria ser aquela pessoa que eu não sou, entendeu? Aí chegaram, me quebraram no pau e falaram comigo que eu precisava assumir aquilo ali.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na fita gravada, o senhor conversa com o Cleveland sobre isso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – É. Conversamos sobre carga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sobre carga e sobre...

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sobre brincadeira. Brinquei com ele porque na verdade eu ficava com medo de acontecer alguma coisa comigo, porque...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor já conhecia ele há mais tempo?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor. Conhecia ele há uns dois meses.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Fazia uns dois meses?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor estava amigo dele. Como o senhor o conheceu? Lembra-se?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Conheci através de Ari.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi o Ari quem apresentou-o ao senhor?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Foi sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aonde?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Bem, não apresentou. Ele simplesmente falou que conhecia um rapaz que mexia com carga. Aí me apresentou. Porque eu sou motorista e pegava o caminhão, dirigia, botava no posto e outro cara para pegar o caminhão e levar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você ajudava no desvio, só?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não roubava...

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – ... você só ajudava a desviar?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Só era motorista, só.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você era motorista de transportadora?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, já trabalhei com caminhão na pista.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas, quando aconteceu esses desvios, você era motorista de transportadora ou de carreteiro?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Transportadora, nunca trabalhei de transportadora; motorista autônomo. O "cara" tem o caminhão, me dá, eu ganho 10% da carga, viajo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, é de carreteiro, então, que é chamado, não é isso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – É, é caminhoneiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí você acertava com a transportadora o transporte...

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, não, negativo. O pessoal, que não tenho conhecimento quem é, fazia o assalto e deixava em determinado lugar; eu pegava o caminhão e levava em outro posto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você já entrava na segunda etapa, então?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Depois de o assalto feito, você só transportava o caminhão para outro local.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Mas, no início, eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Como você não sabe quem é se você pegava o caminhão com eles?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, porque o caminhão é deixado no posto, parado, só fala a cor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Com a chave no contato?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Debaixo do tapete. Eu não tinha contato nenhum com o pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E você deixava aonde?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Levava para outro posto e já era outro motorista que caminhava, e eu não tenho conhecimento quem é também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí você deixava também com a chave debaixo do tapete?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você nunca teve uma curiosidadezinha de ficar esperando para ver quem ia pegar o caminhão?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, porque é o seguinte: a gente que trabalha, no caso trabalhava, de pegar o caminhão não tinha contato porque podia a polícia prender e saber quem era que estava envolvido, de quem era o depósito.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E como você recebia o dinheiro? Era debaixo do tapete também?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, como era?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Que eu recebia o dinheiro?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como eles te pagavam?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu ganhava por mês, R$800,00 por mês.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E quem pagava?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Era o Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas você acabou de me dizer que você recebia 10% do carreto.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, eu falei com o senhor o seguinte: que eu trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Foi isso que ele falou ou eu ouvi...?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu recebo, trabalho em cima de nota, 10% em cima de viagem, entendeu? 10% a 15% em cima de viagem. Se você viaja uma viagem de R$400,00, você ganha R$40,00, o valor do frete.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas a carga desviada era outra história; você ganhava R$800,00?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor, eu ganhava R$800,00 só para pegar o caminhão de um posto para colocar no outro. Só isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual distância, normalmente?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Normalmente, na beirada da pista, daqui até Vitória.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você que levou essa carga que foi apreendida na casa do Cleveland?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem que levou?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não sei não, senhor, porque essa parte aí eu não conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sabe sim, porque era ele quem pagava você, você que pegava o caminhão.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu pegava de um posto para entregar no outro; isso aí já era outro pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Tudo bem, mas você sabia que era dele. De repente, aparece uma carga lá na casa dele, foi você que levou.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, mas eu não sei nem onde é a casa do Cleveland, não. O senhor veio me perguntar onde era a casa do Cleveland ontem...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Onde você recebia dele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Na beirada da pista, Praia da Costa, Camburi, qualquer lugar; pagava no meio da rua.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Combinava por telefone para receber?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eram R$800,00 por transporte?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, por mês.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por mês. Quantas vezes no mês você fazia isso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Doutor, eu fiz umas três vezes porque eu estava precisando, tenho família, pago aluguel, tenho duas filhas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantas?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Fiz umas duas vezes.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Umas duas por mês?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deixe-me te falar uma coisa: se fossem só duas vezes, você teria certeza, foram duas vezes. Então, foram mais.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Duas por mês que ele disse, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Duas vezes que eu peguei o caminhão para ele, duas vezes. Trabalho de taxista também.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quantas vezes foram?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Foi duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, não foram só duas vezes. Você falou três; depois, você voltou para duas. Quero saber exatamente quantas vezes foram. Se foi uma ou se foram cem, não importa, o crime é o mesmo. Só estou perguntando quantas vezes foram.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Foram duas vezes, eu falei com o senhor: duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, você falou três; depois, você voltou em dúvida; depois, você falou: "Acho que foram duas". Se fossem somente duas, você teria certeza absoluta.

Como o Cleveland te chamava?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Rildo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – De Rildo?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Jucimar era quem levava os caminhões até o posto onde se pegava?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, Senhor. Não tenho informação, porque eu não sabia que era o pessoal que deixava no posto. Só sabia a cor do caminhão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, vamos ao seu depoimento, que você já disse que é seu. Que Jucimar Repossi fazia parte da quadrilha de Cleveland e dirigia os caminhões roubados, que o declarante já tinha local certo para apanhar os caminhões com as cargas roubadas nas estradas, pois tudo era planejado previamente por Beto e Jorge, com o conhecimento de Cleveland.

Foi você quem disse isso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, quem participava diretamente era o Jucimar, que é o Mazinho, não é?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, geralmente era o Beto quem telefonava para mim e dizia em que lugar estava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas quem levava até lá você não sabia?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aqui você disse que sabia.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, quem me telefonava para eu pegar o caminhão era o Beto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você disse que sabia que o Jucimar era quem levava os caminhões até lá. Está escrito aqui que você disse: "que o Cleveland tinha informações privilegiadas sobre a atuação da polícia e dizia para o declarante e demais integrantes da quadrilha os dias que eles não deveriam agir roubando nas estradas, porque havia sido avisado pelo Secretário de Segurança.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Isso aí, segundo ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele contou isso para você?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Segundo ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você ouviu isso dele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Isso foi o Beto quem falou comigo que havia falado com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é o Beto?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – O Beto era um integrante da quadrilha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tinha o Jorge?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Também.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E onde eu acho o Beto?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele está preso ou não?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E onde eu acho ele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não sei, foi pouco tempo que fiquei. Foram dois caminhões que eu peguei com eles e não tenho contato, não sei o nome, não sei onde moram.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Como você pegou o caminhão com ele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Pegava no posto. Segundo ele, ele ligava...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, você pegou mais do que dois, dois do..., dois do Beto.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, peguei dois caminhões. Dois do Beto não. O Beto e o Jorge eram juntos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Beto é o mesmo Betão?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não senhor. É outro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Betão é quem?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – O Betão, segundo a imprensa, é o cunhado do Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ah, é o cunhado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deixe-me fazer uma pergunta. Você sabe que as gravações telefônicas tiveram ordem judicial?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você sabe que elas são provas contra você, não é?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O que você me diz das ligações telefônicas, das suas conversas ao telefone?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Isso eu não vou falar para o senhor, porque provavelmente eu posso me complicar. Ele falou que eu poderia responder ou não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deixe-me fazer uma outra pergunta. Você, na gravação telefônica, fala de uma pessoa e conta que deu 5 tiros nele. Por que você matou essa pessoa?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu nunca matei ninguém. Aquilo eu falei para me engrandecer, como eu falei para o doutor aí. Falei aquilo para me engrandecer e assumi devido... Fui coagido, foi "pau que eu tomei". Tomei muita porrada, fiquei todo arrebentado e até hoje sinto dor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você contou para o seu advogado na hora? Você foi fazer exame de corpo delito?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não senhor, porque fiquei na polícia Rotam, em Minas Gerais, 5 dias na mão deles, da P2 e da Rotam.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sim, mas se você apanhou tanto quanto você está dizendo, mesmo depois de 5 dias, você teria marcas suficientes para o seu advogado levá-lo. Você mostrou as marcas para o seu advogado?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Cheguei com marcas.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E ele te levou para o médico?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Foi feito o exame.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E onde está esse exame?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não sei. Só sei que muita sacola com gás me colocaram na cabeça, me engarganharam bastante, subiram na minha coluna – estou com a coluna toda estourada –, deram-me bastante gás para que eu falasse alguma coisa de Minas Gerais, e eu não tinha nada a ver com aquilo lá. Estava passeando.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Daí, você falou que matou a pessoa com 5 tiros?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Isso. Eu estava brincando com o Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, espera aí. Você estava ao telefone com o Cleveland, ninguém estava te batendo.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu falei aquilo para me engrandecer.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas ele quem fez a pergunta para você. Você falou para ele: – Já dei conta do rapaz, já dei cinco.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Exatamente o que falei para o senhor. Aquilo eu falei para me engrandecer.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Uma coisa é dizer: "inclusive, já matei, já dei cinco tiros em um". Outra coisa é dizer: " – O que você fez com o cara lá? – Dei cinco tiros nele, não se preocupa que já está liquidado". É bem diferente falar para se engrandecer e responder uma pergunta.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Por isso falei para o senhor, disse aquilo para me engrandecer.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não repete o disco. Já não aceitei essa resposta. Estou dizendo para você me contar a verdade.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Mas falei para o senhor que nunca matei ninguém. Como é que vou assumir aqui uma coisa que nunca fiz. Já assumi lá na Federal "debaixo de pau". Não vou assumir aqui porque não devo nada, nunca matei ninguém. Como vou assumir um crime que não fiz.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você disse que ficou preso no Rotam e tomou pau lá. Agora é a Polícia Federal que te bateu. Escuta, o mundo não gosta de você, o mundo vem aqui bate em você.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Pelo contrário, a Polícia Federal não me tocou a mão.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deixa te falar uma coisa. Parte do princípio que ninguém aqui é idiota. Você não vai conseguir me enganar. Se você conseguiu enganar alguém até aqui, sorte tua. Mas a mim você não vai enganar, bobo não sou.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não estou chamando o senhor de bobo não, doutor. Que é isso!

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Tudo bem. Uma hora você apanhou em Minas, da Rotam, depois você apanhou da Polícia Federal.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não falei para o senhor que a Polícia Federal me bateu, pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Falou fazem dois segundos aqui. Você quer que eu volte a fita?

Quero que você, por favor, me fale porque você matou o rapaz. Ele sabia de muita coisa? Ele ameaçou entregar vocês?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Nunca houve esse crime, nunca matei ninguém, falei aquilo para me engrandecer.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Qual era a graça de se engrandecer?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – É que na vida do crime cada um quer ser melhor do que o outro.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, quer dizer que você é um criminoso.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, não era um criminoso. Eu era um cara que sempre trabalhei na minha vida, trabalhei na Viação Praiana, Viação Alvorada, Expresso Brasileiro, taxista, trabalhei com caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quantas vezes você foi assaltado quando você trabalhava nessas empresas?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Nunca fui.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Nunca teve nenhum roubo. Então, por que você saiu dessas empresas?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Mandado embora.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por quê?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Redução de quadro. Às vezes porque faltava ao serviço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Rildo, você tinha me dito que lá na prefeitura, na Secretaria de Educação, você não participou?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que você disse aqui que participou?

"Foi chamado por Cleveland para fazer roubo na Prefeitura de Vitória, pois no local havia uma carreta de computadores..."

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Fui chamado para dirigir o caminhão. Só que não fui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem foi?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não sei informar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que é o César?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Uma pessoa conhecida de Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É lá da quadrilha também?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – É conhecido de Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você conhece ele de onde?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não conheço ele de lugar nenhum. Conheço ele de vista.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem dirigiu o caminhão até o local?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você disse que sabe.

"Sendo que o caminhão que levou os computadores do local foi dirigido por Mazinho..."

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Falei, segundo informação que tive pela imprensa, que foi o Mazinho que estava nesse assalto. Negócio de fita telefônica. Não falei que foi o Mazinho que dirigiu o caminhão. Em momento algum, eu falei que foi o Mazinho que dirigiu o caminhão. Porque essa informação eu não tenho, não vou mentir.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está falando aqui. Você disse que esse depoimento era verdadeiro. Você lembra, no início?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – É verdadeiro...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, vamos lá.

"Que foi chamado por Cleveland para fazer o roubo na Prefeitura, pois no local havia uma carreta de computadores.

Que foi César que organizou o assalto, sendo que o caminhão que levou os computadores do local foi dirigido por Mazinho."

São suas palavras. Você não disse aqui que ouviu dizer; você está afirmando.

"... que tem conhecimento que o Betão, cunhado de Cleveland comprava cargas roubadas..."

Quais cargas que ele comprava?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Conhecimento pela imprensa. Foi isso que falei lá.

Nem o Betão eu conheço, para falar a verdade para o senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só de imprensa?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Só de imprensa. Pela imprensa que ele foi preso, suspeito de comprar roubo de carga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Paraíba?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Paraíba é amigo do Ari.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que ele fazia na história?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Esse Paraíba aí também mexe com carga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele que vendia as cargas

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor. Ele tem carreta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Paraíba tem carreta?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele é caminhoneiro?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Carreteiro.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você é muito esperto. Fizemos várias perguntas, que foram respondidas, lembra de todo mundo, mas só conhece de vista todos, não tem envolvimento com nenhum. Quando eu lhe perguntei da gravação do telefone, o senhor disse que não poderia responder porque poderia lhe incriminar. Então, estou vendo que você é muito esperto. É tão esperto a ponto de saber das coisas. Você não foi chamado lá para carregar o caminhão, sabendo que só estava dirigindo o caminhão. O senhor sabia de toda a trama, que a carga era roubada, mesmo porque se não fosse você não pegaria no posto. Certo?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Como foi a primeira vez que te chamaram, quem te chamou e que proposta fizeram para que o senhor fizesse parte da quadrilha?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Já falei com o senhor que estava desempregado, pago aluguel, tenho uma filha...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não estou perguntando por que o senhor aceitou. Estou perguntando onde te acharam. O senhor está nervoso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, não faça careta feia, porque se eu tivesse medo de careta feia eu não estaria aqui.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Estou explicando para o senhor do início para chegar até a resposta do que o senhor me perguntou. Sou casado, tenho uma filha, pago aluguel, trabalho de taxista, conheci o Ari que me perguntou se eu queria dividir os caminhões, porque ele conhecia o Cleveland e me fez uma oferta de R$800,00 por mês.

Falei que tinha medo de ser preso, e ele me disse que eu iria pegar em um posto e colocar no outro. A primeira vez que fiz foi essa aí. Aceitei porque estava desempregado e tinha rodado Vitória inteira e não tinha encontrado emprego.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor falou que era taxista?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Exatamente, defensor. E tenho carteirinha para provar ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Se era taxista, não estava desempregado.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Porque, como taxista, você trabalha como defensor, e é difícil encontrar um carro para trabalhar, é 30%.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Como o senhor conheceu o Ari? De onde você conheceu?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Conheci ele em Coqueiral de Itaparica.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por quê?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Conheci ele em um bar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E ele era o que do Cleveland?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Amigo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ele sabia que ele fazia roubo de carga?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sabia.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sabia que fazia parte da quadrilha?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quanto tempo você ficou trabalhando com eles?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Peguei caminhão duas vezes para eles.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quanto tempo?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Uma faixa de 45 dias mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Vamos suspender a sessão por dois minutos e você permanecerá.

Pediremos para que venha o Cleveland para fazermos uma acareação.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Reabertos os trabalhos.

Você pediu para que fosse transformada em reservada, uma vez que tinha algumas coisas para falar, inclusive sobre policiais. Estamos próximos de você exatamente para ninguém ouvir.

Vou passar o microfone para você fazer as denúncias que entenda necessário.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Fui preso uma vez pelo Cabo Arauto, da Polícia Militar, e o Pica-Pau.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pica-pau é outro policial.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Isso. E me levaram para a Roubo de Cargas, a Patrimonial. Liguei para o Cleveland, falando que estavam me levando para lá, ele me mandou o doutor advogado, que é o doutor...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – José Carlos Stein?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, é um forte, gordo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Fale no microfone. Falou do Cabo Adauto, repete tudo.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – O Cabo Adauto me prendeu e me entregou ao Pica-Pau. Chegou na Patrimonial e já tinha um advogado lá me esperando. Aí o advogado chegou para mim e falou que ficasse tranqüilo, tal e tal, e que os policiais perguntaram quanto que eu tinha para pagar. Eu falei que não tinha dinheiro, não, tal, tal e tal, que eu não roubava carga, só dirigia. Aí eles disseram: "não, eu vou descer o pau, você rouba carga". "Não, eu sou motorista só, pego num posto e entrego no outro". Aí falou: "Então, tudo bem". Aí, o Delson Mota, advogado Delson Mota, falou que fez um acordo, senão a "casa ia cair" para o lado de Cleveland, e ele pagou dezessete mil para me soltar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Dezessete mil?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dezessete ou dezesseis?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Foi dezessete.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No depoimento está dezesseis.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Dezesseis!? Dezesseis ou dezessete.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – (Inaudível) depois?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Já depois, em juízo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí ele falou...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ou seja, até agora você (inaudível)?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ali você não falou que era o Cabo Adauto, do Cabo Adauto e o Pica-pau, não é? Lá no depoimento não está.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Cabo Adauto que me prendeu, militar, e colocou para o Pica-pau me levar para o Patrimonial. Chegou no Patrimonial...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Me fala tudo que você que você sabe.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por exemplo, o assalto.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – O assalto foi Cleveland que falava que tinha influência forte – como eu confirmei para vocês, que era privilegiado – e que tinha informações que tinha uma carga lá de computador no negócio. E passou para o César...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na Secretaria de Educação.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Isso. E passou para o César, que o César que fez o assalto.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não me fala coisa que a gente já sabe.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não. Mas porque isso ele não tinha assumido isso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Tudo bem, mas isso a Polícia já sabe. Assumindo ou não, isso já é público e notório. Quero o que ele sabe e que não falou.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Que ele era o chefe da quadrilha.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Isso também a Polícia sabe. Tanto é que está condenado.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Entendeu? Era o chefe da quadrilha. Tinham outras pessoas envolvidas que eu não conheço. Sinceramente, eu não conheço esse senhor. Se eu falar para o senhor aqui eu vou mentir, que...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aqueles nomes todos que eu lhe dei.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor. Eu não conheço nenhum daqueles caras lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas eles estavam lá.

Você pegou a carga de computador aonde?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu não dirigi aquela carga. Não participei de nada. A Polícia Federal mesma sabe disso, que aquilo ali eu não tenho nada a ver com aquilo ali. Não participei de nada daquilo ali.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aquela você só ficou sabendo, não é?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Só fiquei sabendo. Não participei de nada naquilo ali.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – As cargas que você participou foram quais?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Foram duas cargas. Foram dois caminhões fechados. Que eu não sei, eu só pegava de um posto e levava para outro posto. Não tinha conhecimento de que carga era, não.

Entendeu, doutor! Isso aqui não estou mentindo, estou falando a pura verdade para o senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foram duas só?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Só.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não foram só duas, não.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não. Foram duas cargas que eu peguei num posto e levei no outro posto.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Está bem, você não quer falar. Então, está bem. Então, vamos reabrir a sessão. Perder tempo, então, não dá. Deixa, ele não quer falar.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não. Eu não tenho nada para falar mais. Eu não sei de mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você não sabe, então, está bom. Tudo bem.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu não sei de mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Isso tudo a gente já sabe.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Como é que eu vou falar uma coisa que eu não sei, não é doutor? Eu estou tentando ajudar ao máximo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não. Você não está tentando ajudar. Não se faça de coitado aqui, porque coitado você não é.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Doutor, doutor, eu não sou coitado, mas eu não posso falar uma coisa que eu não sei, doutor. Eu não posso chegar aqui e mentir para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você não tem mais nada para contribuir?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não tenho. Não sei mais de nada.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, está bem. Eu vou suspender a sessão por dois minutos e reabri-la.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Estão reabertos os trabalhos.

Rildo, você conhece ele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem é?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Da onde o senhor o conhece?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Conheço ele da rua.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Hein?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Da rua.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Da rua só, passando assim? Nunca conversou com ele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Já sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quantas vezes?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não tenho nem idéia.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Cleveland, você conhece ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O microfone está...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Espera só um pouquinho. Dá uma batida no microfone para ver se está...

Cleveland, você conhece ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Nunca o viu?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Nunca o vi.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E como é que ele diz que te conhece?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Só se ele é Reinaldo Lopes Primo, que me vendia a carga por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Só se ele é quem?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Reinaldo Lopes Primo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem é o Reinaldo Lopes Primo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A pessoa que me vendia a carga por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, o nome dele é João Rildo Souza Aguiar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu conversava com um Rildo, se é ele...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quando é que você conversava com o Rildo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Várias vezes, por telefone.

Recebia a carga, nunca recebia a carga... Eu mesmo dirigia o caminhão até o lugar onde guardava.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E onde você pegava o caminhão?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Às vezes, pegava no posto Texaco de Carapina, às vezes pegava no posto do outro lado, mais para frente um pouco, que é um Esso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você conhece esses postos, Rildo?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Entreguei dois caminhões lá.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Para ele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Para ele. Eu era motorista, pegava de um posto e levava no outro, como falei para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Aí, ele ia lá e pegava com você?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, deixava no posto.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E ele é que pegava?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não sei informar o senhor, não, deixava no posto. A pessoa que pegava lá não sei.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem está mentindo, você ou ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Dr. Tuma, essas coisas são feitas sem se ver, o caminhão é deixado, o número da placa, a chave na ignição, eu pego, eu levo, somente isso. Estou falando para o senhor a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E aí?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Está falando a pura verdade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, você não conhece ele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Só por telefone. Conheço ele, já conversei com ele.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você tem medo dele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, por que você não conta que recebe R$800,00 por mês...

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu recebi R$800,00 para pegar um caminhão e levar de um posto para o outro.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Se você diz agora que não conhece ele...

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu disse que não conhecia ele? Eu falei que conheço ele, não tenho amizade com ele.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas agora o senhor disse que não conhece ele.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não tenho amizade com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como que era feito o pagamento, Rildo?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu peguei dois caminhões em um posto e levei para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O pagamento do seu salário, como era feito?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – R$800,00.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não perguntei quanto, perguntei como. Você disse ainda há pouco para a gente, na rua, você lembra?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Aham.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como que era feito o pagamento? Em dinheiro?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Em dinheiro, qualquer lugar a gente pagava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem fazia o pagamento?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Senhor?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem fazia o pagamento a você?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Ele mesmo passava o dinheiro para mim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele mesmo? Então, você conversava com ele pessoalmente?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E como é que você diz que não conhece ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu nunca paguei ele pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você pagava como?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu sempre deixava num local, e ele pegava.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Onde você deixava?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Deixava no envelope, no canto.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – No canto da onde?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – No canto da onde?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Aqui embaixo do meu escritório. O meu escritório é aqui na frente, Doutor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você pagava ele o quê?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Pagava oitocentos reais por dois caminhões que ele dirigiu.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, bate a história aqui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E os policiais, o Cabo...

Bom, o Delson Mota. Quem é Delson Mota?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Delson Mota é advogado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você contratou o Delson Mota para tirar ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não. Eu contratei... O Delson Mota trabalhava num escritório de um advogado, que trabalhou para mim, me defendendo quando o Stein virou as costas para mim e começou a advogar contra mim em relação à casa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sei. E não foi o Delson Mota que foi lá tirar ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Olha, eu desconheço isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você chegou a pagar à Polícia quando ele foi preso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Doutor, nunca paguei nada para a Polícia, nunca tive acerto com Polícia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem o Marcão, nem o Pica-Pau?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei quem são.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu vou fazer uma pergunta para você. Quando vocês foram presos, quando você foi preso, você foi para o mesmo presídio que ele estava. Você pediu para sair. Por que você pediu para sair?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Posso interromper, Doutor?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não deixei ele entrar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não pode interromper, por favor.

Por quê?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – O pessoal do presídio não me aceitou.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não é verdade isso.

Por que você pediu para sair?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Porque o pessoal do presídio não me aceitou.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem não aceitou?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – O pessoal do presídio lá não aceitou.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Os presos?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Os presos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por quê?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – O motivo que eu dei uma entrevista na **Linha Direta.**

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Queriam te matar?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Possivelmente.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por causa dele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Que outro lá que tinha raiva de você?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Ninguém. Mas quando você dá alguma entrevista, alguma coisa, você... os presos não gostam.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você não pediu para mudar de lá depois da entrevista; foi antes da entrevista.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Se foi antes da entrevista, você não podia, eles não podiam estar com raiva de você por causa da entrevista.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu fui para lá depois que passou na **Linha Direta.**

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você afirma que o Cleveland pagou dezesseis mil reais aos policiais...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Dezessete.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dezessete mil reais aos policiais para que você fosse posto em liberdade sem ao menos ser ouvido. É verdade isso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Pagou ao doutor, o advogado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pagou o Delson Mota.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Para fazer um acordo com os policiais.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Pagou ao advogado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não. "Delson Mota fez um acordo de pagar propina no valor de dezessete mil reais aos policiais Marcão e Pica-Pau e a um outro terceiro, que é branco e usa óculos". Delson pagou dezessete mil reais para os três. Depoimento seu que você diz que é verdadeiro. Você pagou isso, ô, Cleveland?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem era o advogado?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Dr. Delson Mota.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – De onde você conhece Dr. Delson Mota?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Dr. Delson Mota trabalhava junto com o Dr. Roberto, que tem procurações minhas e me defende na área cível contra o próprio advogado Stein, o qual naquele embaraço todinho da casa. Quanto à não-entrada dele no presídio, fui eu que não deixei entrar, porque ele ia ser morto, e quem ia levar a culpa era eu. Ele é primário; eu estou dois anos dentro da cadeia; eu conheço o sistema da cadeia. A cadeia é o seguinte: ele ia entrar – e sou uma pessoa que todo mundo gosta de mim –, ouviram ele falando na **Linha Direta** – e ele sabe disso, você pode falar a verdade – e quem impediu ele de entrar, quem chegou no Chapão e falou que, se ele entrasse, ele morria, fui eu. Não tenho medo de falar isso, porque ele sabe que eu não quero matar ele.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – É verdade?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por que você está mentindo para a gente?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não estou mentindo, não, senhor. Ele está falando a pura verdade.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você viu que você está se arrebentando aqui. Você está com medo de falar, você fica enrolando e cada vez mais você está se... Até ele está desmentindo você.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que o Delson Mota foi tirar ele da cadeia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não tenho conhecimento desse fato, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É coincidência, então, desse advogado seu...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não tenho conhecimento desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ele disse que ligou para você quando ele foi preso e você mandou o advogado lá e pagou dezessete mil reais para ele ser solto.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Está enganado. Eu estava precisando de dezessete mil reais. Ele está louco de eu pagar dezessete mil reais para tirar ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi, assim, ô, Rildo?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Paguei o advogado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ele pagou advogado?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você ligou para ele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Essa pergunta não posso responder para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por quê?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Posso me complicar (inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, mas isso você não pode se complicar na Justiça. Você pode se complicar com ele, é isso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, me complicar na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, isso não vai te complicar na Justiça. Te complicaria o que na Justiça? Então, você responde. Pode responder.

(Pausa.)

Você tem medo dele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, responde.

(Pausa.)

Estou esperando você responder.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – O que o senhor quer que eu responda?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O que eu te perguntei.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – O que...?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Te perguntei agora, faz dois segundos. Não vou repetir a pergunta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cleveland, o telefone 967-0738...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deixe-o responder.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Tem como o senhor repetir a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você ligou para ele...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando você estava sendo preso.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Solicitando um advogado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E ele mandou o advogado e pagou...

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Pagou um advogado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – ... para os policiais que tinham te prendido?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Paguei o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E o advogado te liberou?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Soltou.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E aí, Cleveland?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei nem por que ele foi preso. Tem que dizer por que ele foi preso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Porque ele estava puxando um caminhão de carga roubada contratado por você.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Para mim ele não foi preso assim não. Os dois caminhões que ele levou para mim ele me entregou.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas não foram só dois.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, por que ele foi preso?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você, quando foi solto por R$17mil...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – ...você foi solto, você e o caminhão também foi liberado, não é isso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não pegaram nada comigo. Me pegaram no meio da rua.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você já não estava mais com o caminhão?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não tinha nada comigo. Não pegaram nada comigo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Prenderam você no meio da rua baseado em que, então?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não sei explicar para o senhor, não. Sei que fui até a delegacia como suspeito.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você é esperto. Você é muito esperto, mas não é mais do que nós.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é o Negão?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quero só dizer...

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Se falar que estou mentindo aí, vai falar que estou mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Só quero dizer para você que atrapalhar o trabalho da CPI, obstruir o trabalho da CPI é crime, e você pode ser preso. Como você já está preso, você só pode agravar a sua pena. Então, cuidado, porque você está se enrolando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem era o Negão?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Negão é o carreteiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Morava lá em Viana?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual é o celular que o Negão utilizava?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não lembro não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – 967-3807 ou 967-0738? Um dos dois, não é?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não me lembro não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas está no seu depoimento.

E você afirma que, segundo Cleveland, pertencia à filha do Secretário de Segurança do Estado o telefone.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não disse que o seu depoimento era verdadeiro, tudo o que você falou aqui?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Isso eu não afirmo não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você afirmou, por quê?

"Porque Negão utilizava o telefone celular linha, salvo engano, 967-3807 ou 967-0738, que, segundo Cleveland, pertencia à filha do Secretário de Segurança do Estado; que o Cleveland disse para o declarante não se preocupar, porque, se alguém da quadrilha fosse preso na Delegacia de Roubo de Cargas, lá ele segurava, porque fazia acordo, pagando propinas aos policiais que sabiam das atividades da quadrilha."

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Isso não foi ele que falou comigo não. Isso quem falou co-

migo foi o Beto. Nunca conversei com o Cleveland sobre isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – "Que Cleveland Moreira disse para o declarante...", o declarante é você, "...não se preocupar porque, se alguém da quadrilha fosse preso na Delegacia de Roubo de Carga, lá ele segurava, porque fazia acordo, pagando propinas...". Você afirma aqui que ele disse. Ele, o Cleveland.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Mas nunca falou comigo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – "Que, quando a quadrilha chefiada por Cleveland roubava o caminhão com a carga nas estradas, o motorista, a vítima, ficava refém dos marginais até que o declarante levasse o caminhão e a carga e deixasse em um posto de gasolina próximo ao Ceasa, em Cariacica." Era isso mesmo, não é?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Segundo o Beto, que passava o caminhão para mim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Beto era quem passava?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Cleveland, como é que você contrata uma pessoa para carregar seu caminhão sem nunca tê-la visto?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Doutor, a principal coisa que protege o roubo de carga é nunca saber quem roubou e nunca saber para onde o caminhão foi e quem dirigiu. Funciona assim.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas você sabia quem dirigiu.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu estou sabendo que era ele quem dirigia, nunca o vi. Vou afirmar para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Vocês batiam papo no telefone.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Batíamos papo no telefone, conversávamos, acertávamos preço, pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por quê você perguntou se ele tinha matado a pessoa e ele confirmou que tinha dado cinco tiros?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O mais engraçado disso tudo é que existem três ligações sobre esse assunto. Só mostraram uma. As outras duas desapareceram.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – As outras duas eram o quê?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Era ele falando do mesmo assunto. Pergunta por que ele me ligou falando isso? Por que eu devia a ele. Ele estava dizendo que matava um cara por R$ 35,00 (trinta e cinco reais), e eu devia para ele R$ 800,00 (oitocentos reais) que eu tinha que pagar. E estava vencido. Se ele mata um por 35, ele mata também um por 800.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Isso que ele está falando é verdade?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – É, eu liguei para ele ameaçando porque ele estava me devendo o meu dinheiro que eu precisava para comprar (inaudível) da minha filha.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você não ameaçou, você disse que tinha matado...

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Se engrandecendo, porque nunca matei ninguém, graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu vou fazer o seguinte: se você não começar a falar a verdade, vou pedir para a assessoria pegar as notas taquigráficas, pedir a transcrição delas, encaminhar para a autoridade judicial que está julgando ele para dizer que ele mentiu, não colaborou, está atrapalhando e obstruindo os trabalhos da Comissão. E é óbvio que a autoridade judicial vai entender bem o que estamos dizendo, para que, obviamente, ele, se a autoridade judicial assim entender, faça a condenação com o agravante.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tem um momento que você fala aqui que entregou uns quatro caminhões com carga roubada. Você está, o tempo todo, afirmando que são duas cargas. Aqui, você já tinha dito que eram quatro. Que Mazinho, que na verdade é Jucimar Repossi, é conhecido de vista e fazia parte da quadrilha de Cleveland e dirigia os caminhões roubados. Está certo isso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Isso eu fiquei sabendo pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Agora foi pela imprensa, mas antes não tinha sido.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu falei para o Senhor que conheci ele de viagem.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Depois que ele sentou aí, você começou a falar tudo diferente do que você falou até agora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – "Que o Cleveland Moreira Júnior tinha informações privilegiadas sobre a atuação da polícia e dizia para o declarante e demais integrantes da quadrilha..." – era tudo por telefone, era uma conferência, vários no telefone? – "... os

dias que não deveriam agir roubando nas estradas, porque tinha sido avisado pelo Secretário de Segurança do Estado de que havia **blitz** nas estradas".

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Isso aí quem me falou foi o Beto. Com o Cleveland eu nunca conversei sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você conhece o Beto?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Diz que é seu cunhado?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não é o Betão, não. É o Beto. É outra pessoa.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Beto que é meu cunhado não tem nada a ver com isso. Eu nem conheço essa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, tão íntimo o Betão, meu cunhado. Sabe até como o chamam, de Betão, e você não conhece. Realmente, todos aqui são bobões e acham que você realmente é o cara mais puro do mundo.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu estou falando a verdade para o senhor: eu não conheço o Betão.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu estou percebendo que você está me falando a verdade.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Pode perguntar ao Cleveland se eu conheço o Betão. Responde aí, Cleveland, se eu conheço o Betão.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Você nunca me viu, só falou comigo por telefone e agora quer que eu afirme que você não conhece o Betão.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Vocês viram que impressionante o desconhecimento mútuo de vocês aqui está me deixando numa situação tão... Estou abismado! Que justiça é essa que só comete injustiça.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Paraíba, quem é?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – O Paraíba é amigo do Ari.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E era o Paraíba que participava da quadrilha também? Quem é o Paraíba, Cleveland?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Nunca ouvi falar em Paraíba na minha vida.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Ari?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Já falei o que o Ari fazia para mim. Ele transportou duas ou três vezes pneu da Dunlop para São Paulo, com nota fiscal, nacionalizada na alfândega do Espírito Santo, aqui mesmo...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tudo legal?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tudo legal nessa parte.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que é o Oriosvaldo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Deputado, é o seguinte: receptador de carga eu fui, não estou discutindo isso. Ele tem as coisas dele para falar, ele tem que falar o que sabe. Se ele quiser falar, ele fala. De mim ele não pode ter medo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você já o salvou uma vez, não é?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas tem.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não tem medo de mim não. Vou te dizer do que ele tem medo. O senhor quer ouvir do que ele tem medo? Ele tem medo do sistema penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, ele tem medo de você.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não tem medo de mim não. Você está preso onde?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Barra de São Francisco.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Quantas pessoas tem lá com você que me conhecem?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Umas três.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Se eu falar para você morrer lá, você morre? Morre. Você morre lá. Se eu falar para você morrer lá, você morre. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você não é bandido... Como é que você conhece tanta gente que está preso assim para...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Alguma vez eu falei para alguém te matar lá?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que falei de você para todas as pessoas que passaram?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Bem.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Então, pronto. Você não tem que ter medo de mim.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas eu não tenho medo de você.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mas é que ele está insinuando que eu sou uma pessoa que tenho o poder de te matar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não estou insinuando, estou afirmando.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Então, afirmando!

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Afirmando que ele tem medo de você; é bem diferente de insinuar. E digo mais: você diz que não é bandido. Se não é bandido, como é que você conhece tanta gente que é?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estou há dois anos preso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas aí já é um outro presídio.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Conheço todos os presídios. Fiquei preso na Custódia, fiquei preso no Esesp, agora estou preso em Cachoeiro. O Senhor está vindo aqui...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde você vai preso você lidera facilmente?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu, lidero? Faço **habeas corpus** para preso, faço progressão de regime para preso, presido o culto em todas as penitenciárias em que passo. Errei, comprei carga roubada, estou pagando pelo meu erro. Não desminto aquilo que é verdadeiro. Quantas cargas comprei? Algumas. Quantos anos fiquei nisso? Um ano e três meses. Por que fiquei? Não justifica o meu erro. Agora não vou ficar aqui, Deputado, trazendo problemas para a minha família, problemas para mim e problemas para pessoas que não estão envolvidas com isso. As que estão envolvidas a Federal pesquisou todas, a maioria delas não foi presa, um monte de gente inocente foi presa, não tem nenhuma prova contra elas, isso tudo que aconteceu partiu de uma investigação federal...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, vamos começar a fazer justiça. Vou conversar com o delegado para soltar os inocentes. Agora, você me fala quem são os inocentes que estão no processo da Polícia Federal.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não conheço assaltante de carga. Eu compro, e o cara deixa lá.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Se você sabe que a Polícia Federal apurou, sabe os nomes, prendeu os inocentes e deixou...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Foram 68 pessoas presas. Foi caso em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Os culpados que estão fora você deve saber.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei quem rouba carga. Sei de quem eu compro, do Reinaldo Lopes Primo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Como é que você sabe que a Polícia Federal prendeu os inocentes? Como você sabe que eles são inocentes?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Porque eu nunca tive contato com eles. Essas pessoas, por exemplo, esse ex-policial que está aí fora. Falaram que o cara é receptador, o cara não tem nada a ver com esse negócio.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Como é que você sabe que esse é o policial que nós chamamos?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Porque o senhor mesmo me perguntou se eu o conhecia. Eu o conheço. Ele está sentado lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você conhece ele? Como é que você acabou de dizer que não tem contato com ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Com quem eu não tenho contato?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ou estou surdo ou estou louco.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Doutor, o senhor é muito bem treinado para confundir as pessoas. Eu falei que não tinha contato com o Jéferson? Não tenho contato com ele há dois anos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ao contrário. Eu sou muito bem treinado para não deixar vocês me confundirem. Há uma grande diferença.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não falei que a minha esposa ligou para ele ir para a porta da minha casa?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cleveland, você estava indo bem. Vamos continuar no ritmo em que você estava, com calma.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Prefiro terminar esse assunto, esclarecer.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem tem que preferir aqui somos nós. Se eu falar que vamos para outro assunto,...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Vocês vão preferir o quê? Falar que eu falei de alguém para os outros me matarem?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De jeito nenhum.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Acredito que Deputados da condição de vocês não vão ficar aqui querendo lidar com um bandidinho como eu.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Também não vamos sair daqui com você nos enrolando. Somos bem treinados para não deixar ninguém nos enrolar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não estou enrolando ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você disse que não conhecia o policial, mas sabe que é ele que está na porta e sabe que ele é inocente, afirmou que ele é inocente.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – De qual policial o senhor está falando?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não sei, você foi quem falou do policial. Não conheço nenhum policial daqui.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O ex-policial está aí. O ex-policial que o senhor me perguntou se ele tinha algum envolvimento com a polícia...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual é o nome do ex-policial de que você falando?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Jéferson.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Jéferson do quê?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – É o Jefinho.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Senhor não me perguntou sobre ele? O que falei com o senhor? Que a minha esposa, depois de eu ter evadido do local, ligou para ele e pediu que fosse lá. Não foi isso o que falei?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Se você não conhece ele, como é que sua esposa ia ligar para ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu nunca falei que não o conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Qual era a amizade que você tinha com ele a ponto de a sua esposa ligar para ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ele estudou comigo no Salesiano. Não foi um ano só. Ele estudou da 4ª série ao 3º científico.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, você tem bastante amizade com ele.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A minha família tem 180 anos no Espírito Santo. É por isso que está essa confusão toda. Sou conhecido como a Coca-Cola nesse lugar. Conheço o senhor. O senhor sabia que eu conheço o Senhor? Em 1991, na Academia de Tênis, do Farani, eu conversei com o Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você freqüentava a Academia de Brasília também?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Claro. Conheci o seu pai.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O que você fazia em Brasília?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Lobby.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Em Brasília?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Lá. O Senhor se lembra de nacionalização de veículo? Quarta via?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Isso não é 1991, isso foi no Governo Fernando Collor.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Em 1991 acabou, que foi o Fernando Collor, mas naquela época ainda existia isso. O Senhor já não morou lá?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu moro lá, sou Deputado Federal.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O senhor estava na casa da Zélia Cardoso de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, senhor, nunca fui na casa da Ministra Zélia.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Devo estar confundindo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deve estar mesmo. Malandro, você, continua...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não sou malandro não. Vocês estão querendo uma coisa que ninguém vai falar aqui. Ninguém vai falar aqui nada.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você está querendo insinuar o quê?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu vou ajudar o senhor no que o senhor quiser, mas não vou... Não estou insinuando nada.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu nunca fui à casa da Ministra. Mas iria porque é uma Ministra...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu afirmo uma coisa: não vou falar nada mais do que já falei. Por que não vou falar? Porque não tenho motivo para falar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas sabe.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sei o quê? Sei o seguinte: não tenho motivo. Estou condenado, estou sem direito de defesa...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Estamos dando a maior oportunidade de você se defender aqui, e você não quer.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Doutor, estou me defendendo. Agora, não quero que o Senhor chegue para mim e fale que não conheço uma pessoa desde que eu já tenha dito que já conheço em depoimento ao senhor. Eu lhe trato com a maior dignidade possível e sei que o senhor é um homem sério. Quando falei que já o conhecia e que já o havia visto no Farani é porque realmente vi. Isso já tem onze anos. Já vi, sou uma pessoa viajada, tenho muitos conhecidos, e nenhum deles usei para influência nenhuma, nunca pedi nada a ninguém, estou aqui preso segurando a minha barra, passando por quatro rebeliões dentro de cadeia, enquanto que as pessoas que se beneficiaram em me acusar tiveram cadeia especial sem ter direito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem são essas pessoas?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Fernando Brás.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que você não conta a verdade e se beneficia também?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tem uma coisa que me beneficia mais que tudo: a minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você acha que se contar a verdade você pode morrer?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E quem pode te matar?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ah, aí não vou te dizer.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E se fizermos uma sessão reservada você conta para nós?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Claro que não. Você vai me transformar num filme de John Travolta, mudar a minha cara, me dar um passaporte para eu morar nos Estados Unidos? Eu morreria e não falaria nada. Por quê? Porque não sou alcagüete. Errei, assumi o meu erro.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Agora, se você é só um receptador, como é que você sabe de todos os criminosos?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E nem dos que lhe prejudicaram?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – E nem dos que me prejudicaram.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você falou agora do Fernando Moreira.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estou te falando o seguinte: esse falou que comprou material de mim e não comprou. O que ele comprou de mim eu falei: é roubado, vendi para ele. Falei para o senhor o que vendi para ele. Foi achado lá no...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor está dizendo aqui que foi só receptador e comprou algumas cargas, foram poucas, e ficou um ano e três meses.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Agora, você está falando que sabe muito, que sabe o suficiente para te matarem se você começar a falar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Vou falar o quê?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Qual é o seu envolvimento realmente no crime?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não falei que se eu falasse iria morrer. Nada disso. O que sei...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você disse que se falar tem certeza de que vai morrer.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mas é claro que vou morrer.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas eu pergunto: se você não é tão envolvido no crime, era só um receptador, como é que você sabe de tanta coisa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Você acha que quem está envolvido com receptação não vai...? Está comprando?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sabe de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas você acabou de dizer que não vê nada, não sabe de nada...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Então, eu sei de tudo...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por favor, fale no microfone.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O senhor entra numa conversa, vai para outra e para outra

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor vê que estou conseguindo você falar um monte de coisa...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que eu falei até agora? Que eu conheci o senhor em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor acha que foi só isso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Talvez tenha falado aí que vendi carga para o Capitão da Marinha aqui...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por quê? O senhor vendeu carga para o Capitão da Marinha?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não ele é um homem sério.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor conhece ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Como o senhor sabe que ele é um homem sério?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Porque a gente pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Falar é fácil?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É fácil.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Me fala uma coisa, de tudo o que ele falou aí, ele sabe de tudo, certo?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não sei não, senhor, ele é que tem que responder. Não posso responder por ele, eu não sei de nada.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas você sabe que ele sabe?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu sei que ele sabe?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ele é o chefe da quadrilha.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não sei, eu sei isso pela imprensa. Sei pela imprensa, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor sabe o que pela imprensa?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Pelo que ele falou aí, que ele é receptador

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por que agora você está olhando para ele e está nervoso? Está com medo?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não estou com medo não, doutor. Tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, fala para a gente. Por que você liga para uma pessoa para dizer "fui preso", e ele paga R$17 mil para você ser solto? Qual o motivo que teria para fazer isso? Vou ficar aqui esperando você me responder.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Doutor, quando a polícia me pegou, ela falou que eu era suspeito de roubo de carga, entendeu? O acerto quem pagou foi o advogado. Não foi eu que paguei.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A polícia te prendeu e você disse que ela disse para você que era suspeito de roubo de carga. Aí você pega o telefone e liga para ele.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Para conseguir o advogado para mim.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por que para ele?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Porque eu tinha entregado um caminhão a ele no posto de gasolina, eu tinha colocado um caminhão de um local para o outro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como a polícia chegou até você?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Como você sabe que era para ele se ele disse que não sabia que você que deixava o caminhão? Como você sabe que ele ia buscar o caminhão?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, ele confirmou que eu levei dois caminhões para ele. Ele confirmou para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, o senhor conhecia ele pessoalmente?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Igual falei para o senhor: vi ele uma ou duas vezes, eu acho, rápido.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E aí, Cleveland?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Continuo negando, doutor. Eu continuo negando, nunca o vi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como a polícia chegou até você? Você foi preso na rua onde? Qual lugar?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Cubilândia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Lá em Cubilândia.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você estava vindo da onde?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Estava passeando.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas a polícia não prende alguém na rua, andando, passeando assim.

O delegado que prendeu está aí?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como chegaram até você? Você sabe?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Fui abordado na rua pela polícia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Suspeito, de dia, de noite, como foi?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Foi à noite.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Já estava com a preventiva?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você foi preso por qual polícia? Civil ou Militar?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quando que você foi preso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Agora? O senhor fala agora? Fui preso em Governador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quantas vezes o senhor foi preso?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – As duas vezes foi pela Polícia Militar?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Todas duas pela Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E essa vez que você disse que a polícia disse que você era suspeito de roubo de carga?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor estava sem carga nenhuma.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não tinha nada.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem te liberou, foi na delegacia que te liberaram?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Foi o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sim, mas aonde? Na delegacia, com o delegado da Polícia Civil, ou ainda com os policiais militares?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Eu nem cheguei a falar com delegado, meu advogado chegou lá e tirou.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas a Polícia Militar te levou para onde?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – A Polícia Militar me levou para o DPM e comunicou a Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Aí, a Polícia Civil...

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – É que foi me buscar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Faz um favor para mim, alguém da polícia aí pega o nome dele. Eu queria uma cópia urgente do boletim de ocorrência. Quem pode fazer isso? O senhor consegue para mim?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Rildo, você sabe como chegaram até você? É isso que estou perguntando.

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual a delegacia que te levaram?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Patrimonial.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Patrimonial? E em que dia que foi?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Era só suspeito, o advogado foi lá e me soltou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está bom. O dia?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não lembro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O mês?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não lembro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem o ano?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não lembra de nada?

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não se preocupe, que eu vou fazer a sua memória... Vamos pegar o nome dele, tem na ficha da Polícia Militar e também na ficha da Polícia Civil, e nós vamos realmente saber se ele foi preso... Se o senhor estiver mentindo...

O SR. JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR – Estou falando a verdade para o senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor consegue para mim? Eu precisava agora dar uma ligada para o Comandante da Polícia Militar.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Estão reabertos os trabalhos. Convidamos o Procurador-Geral de Justiça, que aceitou o nosso convite e está presente: o Dr. José Maria Rodrigues de Oliveira Filho.

Dr. José Maria, o senhor é o Procurador-Geral de Justiça aqui, do Espírito Santo, certo?

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES DE OLVEIRA FILHO – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor recebeu o relatório da CPI do Narcotráfico?

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES DE OLVEIRA FILHO – É evidente.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Nele constava vários indiciamentos e várias acusações referente a várias pessoas aqui, inclusive autoridades. Gostaria que o senhor dissesse o que foi feito, quais foram os encaminhamentos feitos em relação a todas essas autoridades que foram denunciadas no relatório da CPI do Narcotráfico.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES DE OLVEIRA FILHO – Eminente Deputado Robson Tuma, eminente Deputado Oscar, cumprimentando-os, devo dizer que recebemos o relatório da CPI do Narcotráfico, não me recordo bem se de forma incompleta, e fizemos uma solicitação de alguns outros documentos, mas o Dr. Fábio Velo Correia, que está aqui e preside o Grupo de Combate ao Crime Organizado, possivelmente terá informações adicionais relativamente ao andamento desse procedimento. Devo informar que, no prazo que me cabia, remeti ao GSO para as análises e providências que eram pertinentes ao primeiro grau, delegando ainda a atribuição ao Grupo para que atuasse tanto em outros casos de prerrogativa de função de alguma pessoa que viesse a ser investigada, e o Ministério Público, através do seu GRCO, vem adotando as providências e comunicando formalmente ao Deputado Aécio Neves e ao Deputado Ronaldo Vasconcelos, que me parece preside a Comissão de Crime Organizado, Violência e Narcotráfico, do qual V. Exª também faz parte como suplente, não é isso?

Então, enviamos formalmente, em 25 de abril e, posteriormente, em 17 de junho de 2002, um relatório onde informamos as providências adotadas pelo Grupo de Combate ao Crime Organizado, que, na verdade, é o Ministério Público do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Essas pessoas foram já encaminhadas os devidos inquéritos para a Justiça?

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES DE OLVEIRA FILHO – Olha, teria que saber. Valendo-me do Dr. Fábio Velo Correia, gostaria que V. Exª, se pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Pode convidar o Dr. Fábio.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES DE OLVEIRA FILHO – Que é quem comanda a equipe de combate ao crime organizado e possivelmente terá as informações já em fase mais detalhada.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Dr. Fábio Velo Correia, Promotor de Justiça.

Doutor, todas as pessoas que foram citadas e indiciadas pela CPI do Narcotráfico, já foram encaminhadas para a Justiça?

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – É, o relatório citava envolvimento de várias pessoas, porém alguns fatos estavam prescritos, esses inquéritos já foram remetidos para a Justiça, e em alguns deles essas prescrições já foram decretadas. Com base nessa documentação, abrimos um inquérito civil, que chamamos de 006, para verificar se as providências que deveriam ser tomadas teriam sido ou não tomadas pelas autoridades competentes. Verificamos que a maioria dos inquéritos que envolviam os policiais civis, a maioria teria sido já encaminhada à Justiça. Em vários deles havia sido decretada a prescrição pela ocorrência de lapso temporal previsto. O Ministério Público continuou as investigações. Esse relatório era elaborado de forma bastante ampla e dizia sobre toda a criminalidade ocorrida no Estado do Espírito Santo, ela fazia menção a todas as conexões, mencionava os tipos de crime e mencionava as pessoas que estariam sendo envolvidas.

Na análise que fizemos do material não havia ainda prova suficiente nesses outros fatos para responsabilizar as pessoas ali apontadas. Como era uma investigação de grande vulto, começamos a fazer al-

gumas investigações por conta própria. E começamos a investigar algumas pessoas que teriam sido apontadas como integrantes do crime organizado.

Nessas investigações, conseguimos chegar a uma testemunha, e essa testemunha nos entregou alguma arma e conseguimos elucidar o crime do sindicalista João Nato (nome não pesquisado) com denúncia contra um coronel da Polícia Militar. Posteriormente a esse fato, fizemos uma promoção nos autos, achando que a investigação estava se ampliando demais e a estrutura que possuíamos não era suficiente para chegar à responsabilização.

Solicitamos, então, ao Procurador-Geral que houvesse uma repressão uniforme através de uma força tarefa federal. Essa promoção, depois de deferida, passamos isso para Brasília, através de um relatório que fizemos, e remetemos ao coordenador José Paulo (inaudível) Rodrigues essas investigações para que elas tenham seguimento.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quero fazer uma pergunta para o senhor: Quando que o senhor abriu o primeiro documento investigatório?

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Abrimos um inquérito civil, salvo engano, em julho de 2001, o inquérito civil que ...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E quantas páginas tem hoje esse inquérito?

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Olha, fazem parte integrante dele os 10 anexos remetidos à Polícia Federal. Ele deve ter mais de 2 mil páginas.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, sem os anexos, que foram de investigações aqui, quantas páginas?

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – As investigações? Nossa. Olha, creio que foram cerca de 500 ou 600 folhas.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Acrescentadas aqui?

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – São 102 páginas de acusações vindas da Comissão de Inquérito da CPI do Narcotráfico.

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mais de dezenas de pessoas foram acusadas, indiciadas, e nenhuma delas foi para frente?

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Não é questão de ir para frente, Deputado. São os fatos. Mencionaram, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Tudo bem, o senhor está me dizendo que a CPI do Narcotráfico só citou pessoas com crimes prescritos. Então, quer dizer que, por exemplo...

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Não, não citei isso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – ...as matérias que saíram nos últimos dias, por exemplo, do José Carlos Gratz e de outras tantas pessoas são todas falsas, porque são todos crimes prescritos. São todas injustas. Os jornalistas todos aqui ficam fazendo uma injustiça todo o tempo. Vamos lá...

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Deputado, não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O Sr. Adauto Martinelli foi dispensado. Marcelo Queiroga, dono do Bingão Real, foi dispensado.

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Não, Doutor, espere aí, me desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Todos os crimes foram prescritos?

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Vou terminar agora. Alexandre Espinosa, Bravo Barbosa, Elisandro Oliveira, Frederico Nobre, Paulo Roberto...

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES DE OLVEIRA FILHO – Deputado, se V. Exª me permite um aparte, esses são Procuradores da República.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Esses aqui?

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES DE OLVEIRA FILHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E o que estão fazendo?

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES DE OLVEIRA FILHO – Não sei. O senhor está lendo um documento que não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Estão no relatório da CPI...

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES DE OLVEIRA FILHO – São Procuradores da República.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sim, e estão fazendo a investigação?

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES DE OLVEIRA FILHO – Não sei. Não sei o que contém nessa fase.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Exatamente. Quero ver se o senhor está prestando atenção. São Procuradores que ajudaram a CPI e que fazem parte de um processo de investigação. Nenhum

deles foi mandado para a Justiça pedindo a condenação?

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Deputado, o Adauto Martinelli está denunciado e está preso. Os fatos relatados aqui do Adauto Martinelli são objeto de uma ação penal que corre na Serra. O Deputado José Carlos Gratz, existem 14 ações contra o Deputado, algumas delas ingressadas pelo Ministério Público Estadual. Gostaria que o senhor pudesse ser específico e perguntasse sobre o caso em si, para que eu pudesse dar a resposta aos senhores.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, deixe-me fazer uma pergunta a V. Exª até para não confundirmos aqui. Quantas proposituras de indiciamento foram no relatório? O senhor lembra mais ou menos?

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Não me recordo agora a quantidade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mais de 100?

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Não posso. Não tenho essa estimativa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas é um número grande, bem grande.

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – É um número expressivo, mas não me recordo o número expressivo, nem se eram 10, 20, 30 ou 50.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há quanto tempo o senhor recebeu esse relatório?

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Esse relatório chegou em minhas mãos, completo, em julho de 2001, quer dizer, o completo seria com todos os anexos que teriam, porque, para eu... Antes, esse relatório veio para o Ministério Público em janeiro ou em fevereiro de 2001, porém sem os anexos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sei.

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – E como esses anexos eram imprescindíveis para a análise, solicitamos através do Procurador-Geral e foi remetido ao Ministério Público, e começamos a analisá-lo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, quer dizer, há 14 meses chegaram completos os relatórios.

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Perfeito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E, Dr. Fábio e Dr. José Maria, estamos muito satisfeitos pelo atendimento de V. Exªs ao convite de vir aqui.

Esclareço a todos os ouvintes aqui que a função nossa é sobre o roubo de carga, mas, na verdade, o roubo de carga nasceu do narcotráfico. Por isso, o interesse, e o Robson sempre foi atuante na CPI do Narcotráfico, e há prerrogativas na CPI nossa para pelo menos saber o que está acontecendo.

Quero expressar a minha estranheza aqui, sem nenhuma crítica e com todo o respeito, porque 14 meses era para se ter um pouco mais de coisa, sabe? Até em respeito ao trabalho de três anos de Parlamentares que rodam o Brasil inteiro. No nosso caso, já está indo para dois anos e meio. O meu relatório vai ficar pronto em dezembro, se Deus quiser, e queremos ver as coisas realmente acontecerem.

De forma que há esse pedido veemente de nossa parte de que as coisas possam acontecer com mais presteza, para que a nossa sociedade passe a ter mais credibilidade nas instituições, não apenas aos Deputados e Senadores, mas também quanto à Procuradoria e a todas instituições importantes para o estabelecimento da nossa democracia, principalmente.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Deputado, V. Exª me permite uma colocação?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois não.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Eu gostaria de dizer e frisar bem o seguinte: recebi um convite do Deputado Robson Tuma e o atendi com o maior prazer, pois creio que o papel do Ministério Público é estar presente e, a tempo e a hora, prestar as informações que lhe são afetas.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – De imediato.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Mas evidentemente faço uma ressalva aqui, porque não tenho como prestar todas as informações, até porque foge da mente humana o arquivo de determinadas informações, e o Ministério Público não é uma pessoa só. O Ministério Público são 208 promotores que atuam – alguns, de forma dirigida ao grupo, como o Dr. Fábio mais dois promotores hoje – e, no primeiro grau, há diversos promotores, mas não são poucas as ações, são muitas. Inclusive, tenho absoluta convicção de que se for oportunizado ao Dr. Fábio e ao Procurador-Geral mandar formalmente a V. Exª e ao Deputado Robson Tuma todas as informações ... Elas representam um trabalho bastante árduo e, com toda a deficiência que existe hoje nos quadros do Ministério Público, com mais de 57% de membros – tenho absoluta convicção que o trabalho não se prende somente à CPI do Narcotráfico, temos "n" frentes de trabalho, como a carga pesada, que é um trabalho que vem sendo desenvolvido de forma árdua pelo Ministério Público –, tenho certeza de que o Dr. Fábio Velo tem outras informações que podem ser fornecidas, inclu-

sive agora, neste momento, mas, formalmente, se V. Exª assim entender, mandaremos por escrito a relação item por item, porque fiz isso à Comissão de Direitos Humanos – pena que eu não trouxe isso aqui –, abordando todas as ações empreendidas, não só na CPI do Narcotráfico, como também naquelas outras que o então Secretário de Direitos Humanos, Gilberto Sabóia, havia solicitado com relação a crimes envolvendo a prostituição infantil, que é um trabalho que é prioridade também do Ministério Público, e também nas demais áreas.

Eu tenho a impressão de que o Dr. Fábio Velo tem como nominar, se V.Exª assim o fizer, pontualmente, aqueles dados que foram solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Fui Vice-Presidente da CPI da Prostituição Juvenil.

Doutor, vou dizer muito sinceramente a V.Exª que, quando cheguei aqui fiquei, muito triste, porque a primeira pergunta que toda a imprensa me fez foi: "A CPI, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Roubo de Cargas, será um trabalho frustrante como foi o da CPI do Narcotráfico?" Eu disse: "Não, nós fazemos o nosso papel. Agora, vamos cobrar do Ministério Público e do Judiciário." E é isto que estou fazendo agora. Porque, para mim, é muito triste. Fiquei por mais de três anos com alguns Colegas Parlamentares andando por todo o Brasil. Até hoje, não temos tranqüilidade pessoal de vida. Até hoje, sofremos ameaças. Para mim, seria muito frustrante saber que depois de todo aquele trabalho que fizemos, as autoridades competentes para fazer as condenações daqueles indivíduos e colocá-los nas cadeias nada fizeram.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Permite-me, V. Exª, um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Pois não.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Posso afirmar a V. Exª que ao Ministério Público não tem sido concedido nenhum tipo de adormecimento em qualquer tipo de procedimento. Temos trabalhado de sol a sol e, evidentemente, os resultados não são imediatos. Todo trabalho que é feito nesse sentido – V. Exª conhece bem isso, disse que ficou três anos –, é um trabalho incessante que todos os brasileiros conhecem e cobram resultados. E é justo. Eu creio que estamos aqui exatamente para dar respostas. E evidentemente faço a ressalva de que, pontualmente, alguns fatos, no geral, fogem evidentemente à memória.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Doutor, vou dizer uma coisa para o senhor: demoramos três anos exatamente para dar tudo absolutamente mastigado para o Ministério Público, para que ele pudesse, no prazo mais curto possível, entrar na Justiça pedindo a condenação desses indivíduos. Não foi à toa que todos nós arriscamos a vida até hoje, inclusive o Presidente da Comissão é daqui do Estado, o Deputado Magno Malta. Por nada. Fizemos um trabalho que está absolutamente... Como V. Exª mesmo acabou de me dizer, são mais de 10 volumes, cerca de 2 mil páginas que foram encaminhadas. Agora – tudo bem –, aceito a ponderação de que V. Exª, Procurador, não tem tudo de cabeça. Aceito. Vou esperar que V. Exª me mande, por favor, item por item, nome por nome, o que aconteceu com cada um desses nomes e em que posição eles estão.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Eu posso fazer isso amanhã ainda. Se V. Exª ainda estiver em Vitória amanhã, eu posso fazer isso amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu vou estar e, inclusive, o nobre Senador Romeu Tuma também estará chegando a Vitória. Eu gostaria, se V. Exª tiver tempo até amanhã, porque são 102 páginas somente nas conclusões, onde o Espírito Santo está citado. Mas eu queria. Não quero sair triste daqui, sabendo que, quanto mais se investiga, mais poderosos ficam os criminosos. Estamos vendo, aí, todo o processo do crime, e o Espírito Santo continua sendo um assunto jornalístico nacional pelo desmando criminal que está havendo no Estado. Então, aquele trabalho que fizemos depende muito do trabalho de V. Exªs e depende muito da condenação pela autoridade judicial.

Então, como foi um incansável trabalho da CPI do Narcotráfico, vou cobrar, vou continuar cobrando e vou brigar, porque penso que não é justo deixarmos todos... E lembro-me muito bem do Sr. Deputado Magno Malta quando, às vezes, conversávamos e falávamos "Como é que nós, acabando a CPI, vamos ficar nos nossos Estados, com tantos acusados?" E dizíamos que "Deus protege os homens de bem". E tanto é verdade que nunca andei armado na minha vida, não tenho segurança e continuo, aqui, bem inteiro e já numa outra CPI.

Agora, eu gostaria, sim, que V. Exª me encaminhasse nome por nome, assunto por assunto e o que aconteceu com cada um desses casos.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Deputado, como eu já havia lhe informado, volto a repetir: tenha a certeza de que o Ministério Público capixaba não dorme, não: trabalha de sol a sol, com defasagem – volto a repetir – de 57% dos seus quadros, e o resultado é muito positivo, tenha certeza absoluta dis-

so. E tenho condições de lhe fornecer todos os dados item por item. Não posso, até porque fui surpresado com relação à CPI do Narcotráfico. E trouxe até para V. Exª, aqui, um relatório relativo à carga pesada, porque foi o que V. Exª já havia falado comigo. Então, trouxe um pequeno e sucinto relatório para ver se V. Exª precisa de mais alguma outra coisa, mas, em relação à CPI do Narcotráfico, tenho absoluta convicção de que tenho condições de, até amanhã, se possível a V. Exªs estarem ainda – e já me disseram que estarão – aqui, em Vitória, o Dr. Fábio Velo se encarregará de fazer a resposta. Eu quero crer que V. Exª quer saber sobre as pessoas indiciadas, não é isto?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E sobre os citados, que foi pedido para ser feita a continuidade da investigação, aqui, no Estado. Há alguns que já foram indiciados, e outros que foi pedido...

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Sobre essas investigações a que estava me referindo, posso garantir a V. Exª que as provas que havia ali foram utilizadas. Se havia alguma prova ali, o Ministério Público não deixou de tomar as providências. É isso que eu gostaria de registrar...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu espero que V. Exª não me traga, amanhã, o fornecimento da informação de que não havia prova suficiente em relação a nenhuma das pessoas.

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Nobre Deputado, se eu fizer isso é porque, realmente, não havia prova contra nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – V. Exª está querendo insinuar que a CPI fez um trabalho todo e que não houve prova suficiente. Se isso acontecer, vou insinuar que V. Exªs não quiserem fazer nenhum trabalho no sentido de condenar os acusados – não sei se por medo ou por causa do Estado.

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Deputado, não insinuo quanto ao senhor nem quanto a ninguém, mas o que eu disse aqui é sobre a correção na minha vida pessoal, particular e profissional. Se havia alguma prova contra alguém, essa providência que deveria ter sido tomada foi tomada; se não havia, não foi tomada. É isso que eu coloquei, não é em relação a desmerecer quem quer que seja. O que estou reafirmando, aqui, é a minha conduta profissional.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu vou saber e tenho certeza de que V. Exª vai me mostrar que ela é boa amanhã, quando me mostrar, nome a nome, o que foi feito em cada um dos casos. E quero saber sobre aqueles em que já foi pedida a condenação para a Justiça, porque, daí, vou cobrar do Judiciário também o que foi feito.

Então, eu queria agradecer muito a V. Exª por ter atendido a minha ligação. Foi um compromisso que assumi quando cheguei aqui: cobrar o trabalho da CPI do Narcotráfico. Estou fazendo isso e vou continuar fazendo. E se V. Exª não conseguir me entregar, ou entregar aqui na Comissão até amanhã – porque são muitos nomes, e eu gostaria de ter todos, caso a caso, bem resumido, sucinto: fulano de tal, foi tomada essa providência, esse plano – para que discutamos na CPI, vou também conversar com os membros da CPI do Narcotráfico e mostrar a eles o bom trabalho ou as minhas queixas em relação ao trabalho.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Eu só gostaria de confirmar com V. Exª se o Deputado Ronaldo era quem... Porque, olha só, eu até remeti – trouxe uma cópia, isso já foi em 17 de julho de 2002. Não sei em que fase se encontravam alguns dados. Até porque ele fez um requerimento indevido, mandou para outro órgão que não o Ministério Público Estadual. Então, fiz aqui ver a ele que ele tinha encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado, e não ao Ministério Público Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – A Câmara está cobrando das autoridades a quem foi encaminhado o relatório para saber quais foram as providências tomadas.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Mas verifique V. Exª que o Ministério Público tem-se antecipado; não tem deixado para depois. E repito a V. Exª que, de certa forma, e V. Exª como experiente Deputado que é, já em três mandatos, sabe que, para que eu pudesse – e o Dr. Fábio Velo – atender V. Exª dentro das expectativas, eu deveria conhecer previamente. Então, eu não poderia adivinhar e atendi a um convite verbal de V. Exª, porque nunca me escusei em momento algum de minha vida de prestar nenhum esclarecimento que se fizesse necessário. E o Ministério Público Estadual tem-se pautado... Mesmo não sendo o Procurador-Geral o autor, porque a ele não são dirigidas as ações... Evidentemente que ele fiscaliza e dá o tom naquilo que é pertinente às ações de um modo geral, mas naquilo que é específico, o respeito ao Promotor natural tem que ser observado – e V. Exª como advogado também sabe disso... E o Ministério Público tem-se pautado sempre no respeito ao Promotor natural e feito as comunicações de estilo como essa que fiz por três vezes ao Presidente da CPI e ao Presidente da Câmara uma única vez solicitando aqueles documentos sobre os quais eu havia falado e não sabia o prazo correto, mas que vieram de forma

incompleta. E o Ministério Público tem-se batido, tem trabalhado de sol a sol.

E quero dizer a V. Exª que eu também guardo a fé, a esperança e tenho absoluta convicção de que o Ministério Público dará a resposta, e vem dando. E, evidentemente, preservado algum sigilo, como lhe disse, em alguns fatos, porque assim determina a Justiça. Em nem em todos os casos se pode falar publicamente, mas, confidencialmente, será informado a V. Exª tudo o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Espero que realmente cheguemos ao denominador que a CPI sempre desejou: a condenação dos acusados.

O SR. FÁBIO VELO CORREIA – Eu gostaria de ressaltar que, assim como o Ministério Público Estadual, o Ministro Público Federal também recebeu esse relatório que relata vários crimes de competência da Justiça Federal.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quando citei os Procuradores Federais, "nada mais recomendável" – isso é parte da página 368 do relatório da CPI – "para demonstrar a situação de calamidade por que passa a população capixaba do que o relatório enviado ao Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, em 13 de abril de 1998, pelos Procuradores da República no Estado do Espírito Santo".

Foram os nomes que li naquele momento. Desde 98, eles fizeram um relatório nesse sentido. Agora, sabemos que existe muita ingerência política, e isso só se resolve no tribunal. Então, se a Procuradoria não conseguir se unir ao Congresso e a todas as autoridades no sentido de parar essas ingerências que existem, não importando qual seja a autoridade que faça as ingerências políticas, nunca vamos conseguir investigar nada, porque a polícia vai estar sempre sob pressão. Exatamente, este é o grande trabalho que temos que desenvolver nesse sentido.

Eu queria agradecer...

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Sr. Presidente, só para encerrar. O que o Dr. Fábio Velo quis dizer, e eu quero também dizer a V. Exª é o seguinte: o Ministério Público Estadual não se tem quedado a nenhuma ingerência, seja ela de que ordem for; ele se queda à lei. Esse é o princípio maior que norteia a nossa conduta: a Constituição Federal e as leis. Então, a essas, nós nos quedamos.

Não posso entrar na consciência de cada um, mas o exemplo que damos é de independência, seja quem for a autoridade investigada. Agora, o que o Dr. Fábio Velo quis ressaltar, e eu reafirmo, é que temos – e V. Exª conhece bastante – que respeitar a atribuição de cada um de nós. E eu não posso, não estou fazendo nenhuma acusação, até porque seria uma leviandade, por termos atuado, em alguns casos, em parceria, em atribuição dos outros órgãos. Não posso, tenho uma limitação constitucional que me impede de ir além de alguns fatos. Tenho um limite.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sim, mas o senhor, como Ministério Público, faz a denúncia. Se o Judiciário aceita ou não... O juiz que responda por ter aceitado ou não.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Não, não. O que quero dizer é o seguinte: às vezes, a competência não é do Ministério Público Estadual, é do Procurador-Geral da República. E, assim, tenho feito, tenho encaminhado...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Nós também vamos cobrar, estamos cobrando...

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – E, por isso, os senhores encaminharam o relatório, de igual forma, à Procuradoria-Geral da República no Estado do Espírito Santo, porque há crimes de atribuição dos Procuradores da República.

Então, nesses eventos, o Ministério Público Estadual...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Todos estão sendo cobrados.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Estou entendendo. Estou ressaltando o que o Dr. Fábio quis dizer, que foi exatamente isto: respeitada a atribuição de cada um de nós, aí, sim, tenho e devo, e estou aqui por isso, porque não vou me omitir nunca. Então, fique certo V. Exª, mais uma vez, de que, amanhã, estará em suas mãos, se Deus quiser – o Dr. Fábio estará aqui... Eu não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Espero que seja um relatório de forma bem satisfatória.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Tenho absoluta convicção...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Até para podermos dar, por meio da imprensa, uma demonstração de que V. Exª e todos os procuradores estão fazendo um grande trabalho sobre o relatório apresentado à CPI.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Uma das coisas com que não tenho me preocupado, Sr. Deputado, e até em respeito ao homem público, é de dar publicidade aos meus atos. Nunca fiz...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não há publicidade aos atos, porém, a população tem que saber que está sendo guardada e preservada, e que

não é bandido que comanda a polícia, que vai mandar mais do que a autoridade pública.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – É claro. Mas é exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – É disso que está todo mundo com medo. Aqui, ninguém depõe nada, ninguém fala nada, todo mundo tem medo. Um vem aqui, fica fazendo chacota; o outro fica ali, com medo do outro que está ali, porque diz, na cara dura: "Se eu ligar no presídio, você vai ser morto". Não estou dizendo aqui... Todos nós ouvimos isso: "Você não fala, porque você sabe que eu tenho três amigos lá, e, se eu ligar lá, você vai ser morto." Então, é esse poder paralelo que está se estruturando que não podemos deixar, porque autoridade todo mundo tem. O procurador tem família também, ele também tem receio que ele seja...

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – É claro, é lógico. E ninguém quer mais bem ao Espírito Santo do que eu, que nasci e moro aqui. Mas digo o seguinte: ouvi o que o rapaz falou ali – não sei qual deles... Parece que é o Cleveland...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – É isso mesmo.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Mas esse rapaz está regularmente preso, por ação do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Está condenado, inclusive.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Por ação do Ministério Público na "Carga Pesada". Então, a ação está aí. Agora, impedi-lo de falar, de verbalizar o que pensa, às vezes, de forma imprópria ou não, eu não posso fazer. E tenho o dever constitucional até de remeter a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas V. Exª ouviu?

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – V. Exª o ouviu falar, bem claro, aqui: "Se eu pegar o telefone e ligar lá, no presídio em que você está...", referindo-se ao outro?

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – E que não havia feito ameaça nenhuma a ele, não é?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E "Você está morto".

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – Mas esse moço está preso regularmente.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, se ele, de dentro da cadeia, tem condições de pegar um telefone, ligar para outro presídio, chamar um outro preso, para matar um outro preso, é porque não há o menor controle.

O SR. JOSÉ MARIA RODRIGUES FILHO – É. Pelo Ministério Público, posso garantir a V. Exª que o Ministério Público controla, e bem. Agora, eu não posso responder pelos atos de terceiros.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Eu queria agradecer bastante ao Dr. Fábio, pela presença, e a V. Exª, Dr. José Maria, por ter vindo, por ter atendido o meu pedido.

Vou pegar o relatório que V. Exªs vão me encaminhar, e tenho certeza de que vamos conversar, em um futuro breve, a respeito do trabalho desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e também pela Comissão Mista do Roubo de Cargas.

Muito obrigado.

Está suspensa a sessão, por dois minutos.

(Suspende-se a reunião por 2 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Neste tempo em que suspendemos os trabalhos, esteve presente o Dr. José Carlos Stein Júnior para prestar os esclarecimentos em relação às colocações feitas pelo Cleveland. E ele nos pediu para ouvir as acusações que foram feitas contra a pessoa dele. Nós pedimos à Assessoria, como ele é convidado obviamente e foi tão de imediato, ele não sabia o motivo, pedimos para tirar cópia para que ele pudesse ouvir. Não havia fórmula para se copiar imediatamente a fita. Então, estão providenciando a cópia da fita para que ele saiba as acusações que ele recebeu e, obviamente, no momento oportuno, venha a dar os esclarecimentos, ou aqui, ou em Brasília.

Então, ele atendeu ao pedido e vai ser convocado novamente, após ele saber realmente do que foi acusado.

Eu gostaria de pedir para chamar o Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Peixoto de Lima?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Identidade?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – 426899 – Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Idade?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Trinta e sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – CPF?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – 832 984 877 – 91.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Estado civil?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Viúvo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Residência?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Rua Dr. Antônio Basílio, 525, Jardim da Penha, Vitória, Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Profissão?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Funcionário público aposentado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor se compromete, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor assine, por favor.

Pode perguntar, Doutor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Jefferson, quando o senhor ingressou na Polícia?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Em 86.

Excelência, eu queria fazer o meu depoimento em sigilo. Há possibilidade de fazer isso? Porque tem pessoas aqui na sala, no auditório aqui, que entendo que é melhor não ouvir, não é?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas podemos tirar as pessoas.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Poderia ser em sigilo o meu depoimento?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Pode. Transformo-o em reservado, desde que o senhor realmente tenha alguma coisa para contar, porque, se o senhor não tiver, vamos começar a colocar as perguntas, e eu reabro.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – É para contar. Não sei o que os senhores vão me perguntar. Estou aqui como testemunha, mas tem pessoas que, na época, me pressionaram para ...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem pressionou o senhor?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – A chefe de Polícia anterior, que está presente ali. Acho que...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) — Drª Telma?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Drª Selma. Ela tem problema com meu irmão também. Então, são coisas que... Entendeu? E ela vai ouvir. Automaticamente, vai estar aqui amanhã também meu irmão, que é Delegado... Não tenho nada contra ela pessoalmente, mas acho que ela...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não tem problema nenhum. A senhora pode tomar um cafezinho e voltar daqui a uma hora? Muito obrigado. Pronto. Está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sr. Relator, por favor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor já é aposentado?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Ok. Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em quais delegacias o senhor trabalhou?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Trabalhei na Homicídio. Trabalhei mais no interior.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor já esteve afastado da Polícia em razão de demissão do serviço público?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Estive afastado, acho que um ano, e retornei retroativo, né?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que o senhor foi afastado?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Me envolveram numa situação, entendeu? Aí, que acontece? Provei que não tinha culpa de nada, entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual foi a situação?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que foi em 89. O processo está na Justiça e já foi "trancado".

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O processo é sobre o quê?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Foi uma conexão Vitória-Bolívia, né? Eu era escrivão, então policial, que, à época, ele respondia pela delegacia. Eu era escrivão dele e tal. Mas não provaram nada contra mim, porque eu era escrivão da delegacia na época, e a Justiça entendeu que eu não devia nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor foi arrolado em qual tipo de processo? Estou perguntando porque não sei mesmo e preciso saber.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Mas, olha só, estou aqui como testemunha ou como acusado de alguma coisa?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor está como depoente aqui, e precisamos de saber das coisas pelo senhor, por isso estamos perguntando. O senhor sabe que essa é uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Eu sei. O processo está arquivado no Tribunal de Justiça. É só pedir cópia. Acho que vocês também têm acesso aos autos também lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Se quisésemos pedir, teríamos feito isso. Mas precisávamos ouvir isso de você.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – O que eu tenho que falar, eu falei em juízo, né? O processo está lá, está arquivado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor falou em sua defesa?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Falei em minha defesa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você pode continuar falando em sua defesa.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Estou explicando a situação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não vamos te forçar a incriminar-se.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que se V. Exªs têm acesso, é só ir ao Tribunal de Justiça e puxar lá...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Prefiro ouvir de você, porque temos pouco tempo.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Mas não tenho mais nada a falar sobre isso. O que eu tinha para falar já falei em minha defesa lá, fui ouvido e tal...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esse processo foi no ano de 1989?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que foi em 89.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Houve mais alguma coisa?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, não. Mais nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece o Cleveland?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Conheço-o desde a época do Colégio Salesiano.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tinha amizade com ele?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Amizade, amizade, no Salesiano.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E negócios?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Negócios?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Negócios, olha só. Negócios relativos à amizade, mas nada que viesse a desabonar minha conduta ou a dele. Entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor teve negócios com ele?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Que tipo de negócios?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não sei. Estou lhe perguntando. Não sei. O senhor teve negócios com ele, vendeu ou comprou carro?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Ah, comprei o carro dele e vendi carro para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é. Isso é negócio. Não o estou acusando de nada. Estou só perguntando. Você está na defesa. Deixe para o senhor se defender quando houver acusação. Ainda não teve nenhuma.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Claro, tranqüilo. Não, eu estou assim, sabe o que acontece? É pela, olha só, é pela situação em que me envolveram. Tenho uma filha menor, minha esposa foi assassinada. Tudo isso aí, então, acho que tenho que preservar a mim e à minha filha, entendeu? Estou vivendo exclusivamente para ela, entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sinto muito se atingi sua filha. Também sou pai, mas preciso fazer meu trabalho.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – É isso aí. Também estou pronto para ajudar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estamos há dois anos e meio andando por este País tentando fazer este trabalho e estamos conseguindo.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Estou pronto para ajudar no que for...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Se o senhor está pronto para ajudar, vamos continuar.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Claro, é isso aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor disse que era amigo do Cleveland. Qual é a atividade dele?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Quando o conheci, na época do Salesiano, estudava e tal, ele sempre mexia com surfe, tinha loja de surfe, tinha roupas. Entendeu? Depois, quando passei a ter mais intimidade com ele, ele tinha uma loja de pneu, a Pneuam, botei pneus no meu carro lá, entendeu? Tudo isso aí, olha, agora...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor responde a alguma acusação de participar de alguma coisa com ele?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Me envolveram como receptador de carga roubada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Nesse processo aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor me falou do processo de 89, do qual eu sequer tinha conhecimento. O senhor ficou preocupado em falar do assunto, e até deixamos de tratar dele. Eu lhe perguntei se havia mais alguma coisa, e o senhor respondeu que não.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que já é passado. E acho que passado, acho que é melhor esquecer o passado, as coisas ruins e ter as coisas boas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois, é. Mas temos de buscar o passado para não deixar o futuro piorar.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – É, então, mas acho que o futuro não piora nunca, porque, olha só, pelo que passei na prisão, pela desmoralização, tudo isso aí para mim, para minha família, para minha mulher e o caramba a quatro... Acho que tudo isso aí desgasta o ser humano. Eu preferia a morte, porque, olha só, o que estou sofrendo hoje é uma coisa inconseqüente isso aí, entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Imagino.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que o senhor como chefe de família deve entender o que acontece. Pô, estive internado em clínicas. Pô, tudo isso aí, olha só, isso aí ninguém recupera isso do ser humano, entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É verdade. Vou te falar outra coisa.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Deputado, pode falar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De 1992 a 2002 – estou falando de 10 anos –, o Brasil tinha um prejuízo de R$20 milhões por ano com roubo de cargas. Hoje, o prejuízo é de mais de R$700 milhões. Estou falando em 3.000%. Transformou-se numa indústria fantástica. E estamos trabalhando para reduzir isso.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, Deputado...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não sonho que vai acabar, mas que vamos conseguir reduzir, vamos conseguir.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Claro. Claro. Isso aí. Tranqüilo

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sinto muito pelo que você passou, mas temos que continuar nosso trabalho.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Está certo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu gostaria que você nos ajudasse. Mesmo que seja para lhe defender – que é a sua obrigação...

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que eu não estou aqui para me defender. Estou aqui para responder o que vocês tiverem de comum acordo, não é isso?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, vamos lá. Você teve alguma participação no assalto do almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – De maneira alguma.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você foi acusado?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Fui acusado...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De ter recebido os computadores?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Mas, olha só, eu queria que provassem a situação que ocorreu porque a acusação foi infundada, né?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Encontrou a fita?

É lógico que você já foi informado da sua conversa com o Cleveland?.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – O Cleveland? Aquele negócio de miau, miau?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É. Esse é o início da conversa.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – É, olha só, eu brincava com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Miau, miau era um código?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não. Eu brincava com ele, porque ele parece um gato gordo. Desde a época do Salesiano, eu falava para ele: "Cleveland, você parece um surfista gato." Ele é gordão, pesadão, com aquele cabelão louro. Então, eu brincava com ele direto, brincava com ele, ora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Ricardo Valentim de Oliveira?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só, ele é irmão da Regina, que formou com minha falecida esposa, Virgínia. Mas nunca tive assim contato de oferecer nada para ele nem comprar nada dele, nada disso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas foi ele quem deu as informações para o Cleveland.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Eu tive acesso a isso aí quando estava preso. Na cadeia, eles falavam que eu estava sendo...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você ficou preso quanto tempo?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que um ano. Eles me falavam que a denúncia tinha sido aditada contra mim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você estava cumprindo prisão preventiva?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que foi preventiva.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você foi condenado?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Fui condenado, fui condenado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você foi condenado a quantos anos?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que a oito anos e um mês. O processo está em fase de recurso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conseguiu sair. E você conhece o Jucimar Repossi?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Eu o conheci no Fórum, no dia em que me falaram: "Este é o Jucimar Repossi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Paulo Roberto Nascimento Mendes?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não conheço, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Laércio de Oliveira?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Alexandre Alves de Lima?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não conheço, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Franco Júlio Correia?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você só conheceu o Jucimar?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Conheci no Fórum quando me falaram que aquele era o Jucimar, mas nunca tivesse acesso a ele. Houve um exemplo agora com referência ao Rildo. Eu conheci o Rildo aqui. Não sabia nem quem era o Rildo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Fernando Braz Moreira?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Conheço o Fernando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é o Fernando?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – O Fernando, olha, só eu comprei computador na mão dele, porque ele tinha a empresa **Só Periféricos**. Minha esposa foi sorteada num prêmio, um consórcio do Banco do Brasil e, com a carta de crédito, comprei o computador na mão dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só um computador?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Um computador na mão do Fernando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Marco Antônio Malini Lamego?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Conheci ele no processo também, lá, né?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Luciane de Souza Goulart?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Também conheci no processo lá. Foi ela quem me pediu desculpas, porque tinha me acusado, não sei o quê. Eu lhe falei: "Minha senhora..."

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ela o acusou?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Ela me acusou, nos autos lá ta dizendo ela, lá, né? Ela veio me pedir de desculpas. Eu disse a ela: "Minha senhora, a senhora não tem que me pedir desculpas, não. A senhora só tem que falar a verdade."

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor disse que era amigo do Cleveland. Qual é a atividade dele?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Quando o conheci, na época do Salesiano, estudava e tal, ele sempre mexia com surfe, tinha loja de surfe, tinha roupas. Entendeu? Depois, quando passei a ter mais intimidade com ele, ele tinha uma loja de pneu, a Pneuam, botei pneus no meu carro lá, entendeu? Tudo isso aí, olha, agora...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor responde a alguma acusação de participar de alguma coisa com ele?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Me envolveram como receptador de carga roubada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Nesse processo aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor me falou do processo de 89, do qual eu sequer tinha conhecimento. O senhor ficou preocupado em falar do assunto, e até deixamos de tratar dele. Eu lhe perguntei se havia mais alguma coisa, e o senhor respondeu que não.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que já é passado. E acho que passado, acho que é melhor esquecer o passado, as coisas ruins e ter as coisas boas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois, é. Mas temos de buscar o passado para não deixar o futuro piorar.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – É, então, mas acho que o futuro não piora nunca, porque, olha só, pelo que passei na prisão, pela desmoralização, tudo isso aí para mim, para minha família, para minha mulher e o caramba a quatro... Acho que tudo isso aí desgasta o ser humano. Eu preferia a morte, porque, olha só, o que estou sofrendo hoje é uma coisa inconseqüente isso aí, entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Imagino.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que o senhor como chefe de família deve entender o que acontece. Pô, estive internado em clínicas. Pô, tudo isso aí, olha só, isso aí ninguém recupera isso do ser humano, entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É verdade. Vou te falar outra coisa.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Deputado, pode falar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De 1992 a 2002 – estou falando de 10 anos –, o Brasil tinha um prejuízo de R$20 milhões por ano com roubo de cargas. Hoje, o prejuízo é de mais de R$700 milhões. Estou falando em 3.000%. Transformou-se numa indústria fantástica. E estamos trabalhando para reduzir isso.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, Deputado...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não sonho que vai acabar, mas que vamos conseguir reduzir, vamos conseguir.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Claro. Claro. Isso aí. Tranqüilo

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sinto muito pelo que você passou, mas temos que continuar nosso trabalho.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Está certo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu gostaria que você nos ajudasse. Mesmo que seja para lhe defender – que é a sua obrigação...

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que eu não estou aqui para me defender. Estou aqui para responder o que vocês tiverem de comum acordo, não é isso?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, vamos lá. Você teve alguma participação no assalto do almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – De maneira alguma.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você foi acusado?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Fui acusado...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De ter recebido os computadores?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Mas, olha só, eu queria que provassem a situação que ocorreu porque a acusação foi infundada, né?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Encontrou a fita?

É lógico que você já foi informado da sua conversa com o Cleveland?.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – O Cleveland? Aquele negócio de miau, miau?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É. Esse é o início da conversa.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – É, olha só, eu brincava com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Miau, miau era um código?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não. Eu brincava com ele, porque ele parece um gato gordo. Desde a época do Salesiano, eu falava para ele: "Cleveland, você parece um surfista gato." Ele é gordão, pesadão, com aquele cabelão louro. Então, eu brincava com ele direto, brincava com ele, ora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Ricardo Valentim de Oliveira?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só, ele é irmão da Regina, que formou com minha falecida esposa, Virgínia. Mas nunca tive assim contato de oferecer nada para ele nem comprar nada dele, nada disso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas foi ele quem deu as informações para o Cleveland.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Eu tive acesso a isso aí quando estava preso. Na cadeia, eles falavam que eu estava sendo...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você ficou preso quanto tempo?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que um ano. Eles me falavam que a denúncia tinha sido aditada contra mim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você estava cumprindo prisão preventiva?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que foi preventiva.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você foi condenado?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Fui condenado, fui condenado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você foi condenado a quantos anos?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que a oito anos e um mês. O processo está em fase de recurso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conseguiu sair. E você conhece o Jucimar Repossi?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Eu o conheci no Fórum, no dia em que me falaram: "Este é o Jucimar Repossi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Paulo Roberto Nascimento Mendes?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não conheço, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Laércio de Oliveira?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Alexandre Alves de Lima?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não conheço, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Franco Júlio Correia?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você só conheceu o Jucimar?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Conheci no Fórum quando me falaram que aquele era o Jucimar, mas nunca tivesse acesso a ele. Houve um exemplo agora com referência ao Rildo. Eu conheci o Rildo aqui. Não sabia nem quem era o Rildo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Fernando Braz Moreira?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Conheço o Fernando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é o Fernando?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – O Fernando, olha, só eu comprei computador na mão dele, porque ele tinha a empresa **Só Periféricos**. Minha esposa foi sorteada num prêmio, um consórcio do Banco do Brasil e, com a carta de crédito, comprei o computador na mão dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só um computador?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Um computador na mão do Fernando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Marco Antônio Malini Lamego?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Conheci ele no processo também, lá, né?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Luciane de Souza Goulart?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Também conheci no processo lá. Foi ela quem me pediu desculpas, porque tinha me acusado, não sei o quê. Eu lhe falei: "Minha senhora..."

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ela o acusou?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Ela me acusou, nos autos lá ta dizendo ela, lá, né? Ela veio me pedir de desculpas. Eu disse a ela: "Minha senhora, a senhora não tem que me pedir desculpas, não. A senhora só tem que falar a verdade."

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que ela o acusou?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não sei qual foi o motivo da acusação dela.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tem que haver um motivo.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Eu só pedi a ela: "Minha senhora, fale a verdade em juízo, porque é melhor para a senhora, porque não conheço a senhora, nunca te ofereci nada..."

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ela o acusou do nada?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não sei qual foi o argumento dela.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ela tinha algo contra você?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não. Contra mim, nada. Nem eu contra ela também. Vim a conhecer ela no Fórum.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que ela iria acusá-lo?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não sei. É questão dela, não é?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tem que haver, pelo menos, um motivo, né?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – É claro. Ela deve ter algum motivo, não é? Eu desconheço, eu desconheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sobre a venda dos 180 computadores...

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Eu desconheço isso aí. Desconheço completamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não sabe nada. Nem adianta perguntar. E as notas fiscais, quem é que fornecia?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Desconheço. Não tenho nem acesso a nota fiscal de Cleveland, nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ah, foi o Cleveland?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Desconheço qualquer coisa que você está falando aí – nota fiscal de Cleveland ou de quem que seja.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não. Só perguntei sobre as notas fiscais. Você é que disse que é do Cleveland.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Desconheço qualquer ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Juarez?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Comprei uma moto dele, uma moto, uma Shadow.

O SR.RELATOR (Oscar Andrade) – Onde ele tinha um depósito? Você sabe?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não sei onde ele tinha depósito, não. Peguei essa moto, na casa dele, em Cubilândia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você estava no dia em que foram apreendidas as mercadorias lá, na casa do Cleveland?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Cheguei lá quando a PM se encontrava no local.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que você foi fazer lá?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Ela me ligou apavorada, pedindo para eu dar um pulinho lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – A esposa do Cleveland, a Geila. Estive lá. Chegando lá, o que acontece? Estava no meio da rua, a porta do caminhão aberta, uma viatura, um fiesta branco, da Polícia Militar, com dois PMs. A Geila veia a mim, dizendo que o Cleveland estava lá dentro de casa e não sabia o que estava acontecendo e tal e tal. Perguntei a ela o que estava acontecendo, ela me disse que não sabia, e o Cleveland iria explicar. Quando foram chamar Cleveland, Cleveland não estava mais em casa. E o que acontece? Aí ficou ali, eu falei assim "Eu não devo nada, eu não vou correr. Estou aqui,no meio da rua." E o que acontece?

Aí veio um delegado de plantão, pedindo para eu comparecer à Delegacia de plantão para servir como testemunha, e saí de lá como acusado. O Delegado foi bem claro: "Eu sei que o senhor não deve nada – falou comigo o Delegado –, mas vou te dar uma receptação culposa, e você, em juízo, explica isso aí."

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você achou que estava bom assim?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Doutor, achei nada. Até bati boca com ele, entendeu? Até bati boca com ele. Falei: "Doutor, por causa de quê... a mercadoria não é minha. A esposa do Cleveland está falando que a mercadoria não é minha."

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que você foi lá na hora em que ela te chamou urgentemente? Aí você largou a praia, que é muito melhor, e foi para lá?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só. Era caminho para a praia da Costa. Eu sempre fre-

qüento a praia da Costa, entendeu? Moro em Camburi e freqüento a praia da Costa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí ela te ligou, e você passou lá.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Passei lá, e o que acontece? A situação que está aí: perdi minha mulher, minha filha está depressiva, eu depressivo. Essa situação todinha aí. Agora, quem vai reparar isso para mim? É fácil colocar na cadeia. E a situação que aconteceu com a minha esposa? E agora, como é que fica a situação toda?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor exercia alguma atividade profissional, na época em que foi preso?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor está na polícia, na ativa?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Nada. Estava aposentado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor se aposentou novo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor pode me explicar o que um policial faz, tendo uma relação de intimidade, de amizade íntima, em que o senhor brincava até de "miau-miau", com uma pessoa criminosa?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só, eu não sabia que o Cleveland era criminoso. Ele só freqüentava locais bons no Espírito Santo, tinha acesso a todo mundo. No Salesiano, todo mundo gostava do Sr. Cleveland. Ele tinha um bom relacionamento com todo mundo. É uma pessoa de boa comunicação, de boa influência. Isso aí, acho que isso aí não... O rapaz morando ali no Frade; todo mundo, em Vitória, gosta do Cleveland. São raras as pessoas que... Na atual conjuntura, agora ...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quando a mulher dele ligou para você, o que ela disse?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – "Jefferson, dá para você dar uma passadinha urgente aqui?" Ela não disse que estava a Polícia lá, nem nada. Eu falei: "O que está havendo, Geila?" Não falei mais nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí você chegou lá, e a Polícia estava?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Cheguei lá, e a Polícia estava no local.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí você desceu.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Para você ter uma idéia, o policial disse que eu dei carteirada, que a minha carteira de polícia é vermelha. Ele falou isso em juízo. Ele pediu para eu sair fora de uma sala no dia do sumário de acusação.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você não se apresentou como policial de crimes contra o patrimônio, não?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Eu, nada. De maneira alguma disse que era policial.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está lá no depoimento dos policiais.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Então, mas ele diz que a minha carteira era vermelha. Se eu me identifico como um policial, dou uma carteirada no PM, como ele falou, no policial, ele fala no depoimento dele que a minha carteira era vermelha. Então, ele está mentindo. Está mentindo, ou não está?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De que cor ela é?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Preta. A minha carteira de polícia é preta. Ele fala que foi vermelha. Há depoimento dele, dizendo que me identifiquei com uma carteira vermelha.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por que um policial ia estar mentindo para te prejudicar?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que houve uma situação de, a qualquer custo, querer me incriminar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Vamos fazer uma quebra-cabeça aqui com isso tudo?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que as situações que estão ocorrendo, olha só, o meu irmão Ismael está em atrito com vários outros delegados. Não sei qual foi o motivo...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quando começaram esses atritos?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Bem antes de acontecer o fato comigo, bem antes, não foi depois.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Tem certeza?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Vamos tentar refazer esse quebra-cabeça.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não quero ser vítima de uma situação.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor está saindo daqui como uma grande vítima do mundo. Então, vamos lá.

Existe um monte de policiais acusando você e seu irmão. Você é o injustiçado que está ali, e a única amizade que você tem é com um indivíduo que está preso, condenado por crime baseado em outros fatos e também por uma gravação telefônica feita com autorização judicial, que prova que existe ligação sua com ele, falando exatamente dos crimes.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Mas, olha só, não tem eu pedindo mercadoria para ele e nem comprando mercadoria dele. Não existe isso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quero perguntar como é que você consegue me esclarecer e me convencer de que você é um sujeito injustiçado, perseguido por causa do seu irmão, se, de um lado, tem policiais, e, do outro, tem um policial que tem uma relação íntima com uma pessoa que foi presa por crime de roubo, condenada, e existem gravações telefônicas feitas com autorização judicial, onde aparecem conversas suas.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – A minha conversa faz referência a algum pedido a ele?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Vou colocar a sua gravação para ser ouvida.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Geila, quando te chamou, estava preocupada?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que sim, pela situação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor correu lá para acudi-la?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, fui para ver o que estava acontecendo, porque, pô, olha só, eu tinha amizade com o Cleveland e com a esposa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor acredita que ela tinha alguma participação?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – É meio difícil eu falar isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Difícil quando não conhece, mas o senhor era íntimo.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Mas a minha intimidade com ela limitava-se a encontros em restaurantes. Desde a época do Salesiano, tinha uma intimidade boa com o Cleveland, jogava bola no Salesiano, ele sempre estava no pátio, lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que ela ligou para você?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Acho que, olha só, pela situação que estava ocorrendo com o Cleveland, que estava sendo ameaçado de morte também. Inclusive, na época em que eu trabalhava na Delegacia de Homicídios, ele pediu uma garantia de vida. Acho que, nisso aí, pela amizade que eu tinha com ele desde a época do Salesiano, acho que ela me via como um amigo, uma situação de amizade, mesmo, entendeu? Falei: "Geila, já que o Cleveland estava sendo ameaçado de morte, ela deveria colocar isso no papel, porque, amanhã, ele vem a falecer... São situações que podem ocorrer. Acho que ela pegou uma amizade por mim maior diante disso aí. Eu expliquei para ela, né?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Vou colocar a gravação para que possamos ouvir.

O SR. (Advogado do depoente) – Excelência, pela ordem. Precisa ser em público?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor não tem autorização regimental para se manifestar. O senhor se manifeste pessoalmente aqui comigo, não pelo microfone.

O SR. (Advogado do depoente) – Mas eu...(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor não tem autorização regimental para falar.

O SR. (Advogado do depoente) – (Intervenção fora do microfone).

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Conheço, porque sou bacharel em Direito e posso afirmar tanto quanto o senhor.

O SR. (Advogado do depoente) – Então, o senhor deve tratar com respeito o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Estou tratando, mas pedi que o senhor não falasse no microfone. O senhor não vai discursar; se quiser, fale comigo em particular. Até ofereço uma cadeira para o senhor sentar e educadamente...

O SR. (Advogado do depoente) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Suspendo a reunião por dois minutos e quero lembrar ao senhor que o senhor pode falar baixo...

(Fora do microfone)

Há duas questões de ordem. A primeira é que ele estaria sendo interrogado e não estaria aqui na condição de testemunha. Digo ao senhor que ele está, sim, na condição de testemunha e indefiro a questão de ordem do senhor.

A segunda é pedir para que seja a fita ouvida sob sigilo, alegando que seu cliente não tem conhecimento da fita.

Ele, na sua exposição, disse que poderíamos ouvir a fita, porque não havia nenhum tipo de conversa de compra nem de venda de produto.

Portanto, entende-se que ele sabe da fita e que pediu que ouvíssemos a fita. Assim faremos.

Por isso, indefiro o pedido de V. Exª.

Por favor, proceda-se à demonstração da fita.

O SR. (Advogado do depoente) – O Supremo Tribunal Federal considerou essa escuta ilegal, prova obtida por meio ilícito. Então, é por isso que estou querendo desvalorizar a prova por essa questão.

(PASSA-SE À AUDIÇÃO DA FITA)

O SR. – Alô?

O SR. – Miaaaaauuuuuuuuu!!! É o miaaaau. Fala?

O SR. – Tudo certo amanhã. Só negociar.

O SR. – Está certo.

O SR. – Gostou, né?

O SR. – É assim, né?

O SR. – Você gosta do advogado seu?

O SR. – É isso aí.

O SR. – Seu advogado é bom, não é?

O SR. – Se formou para isso,né?

O SR. – O quê?

O SR. – Afinal, você se formou para isso, não é?

O SR. – Claro.

O SR. – Não é isso?

O SR. – É isso aí.

O SR. – Mas se viesse...

(INTERRUPÇÃO NA AUDIÇÃO DA FITA)

O SR. – Chefinho, você não tem ninguém lá na Bahia que pode guardar o negócio para mim, não?

O SR. – Em que lugar?

O SR. – Qualquer lugar. Na Feira de Santana...

O SR. – Teixeira serve?

O SR. – Teixeira?

O SR. – Teixeira?

O SR. – Teixeira eu vou ver se serve.

O SR. – Teixeira pode contar porque eu tenho lugar lá.

O SR. – Pô, bicho, estou com um carreta de Coral, tinta Coral.

O SR. – Pode arriar lá.

O SR. – Pode arriar lá?

O SR. – Pode.

O SR. – Pô, negócio bom, né, cara? Setenta e cinco mil. Negócio que vende fácil, não é, chefinho?

O SR. – Pode. Só você marcar que eu levo o menino lá.

O SR. – Você tem cliente?

O SR. – O quê?

O SR. – Você tem cliente?

O SR. – O menino de lá mesmo fica com tudo, lá.

O SR. – Então, vou fazer o seguinte, cara. Olha só o que eu vou fazer: vou correr em cima do cara amanhã cedo. Quando a gente se encontrar, a gente arma as duas coisas. Tá bom?

O SR. – Beleza. Sem problema.

O SR. – Eu ligo para você amanhã cedo, então.

O SR. – Falou, então.

O SR. – Um abraço, bicho. Boa noite.

O SR. – Tchau.

(INTERRUPÇÃO NA AUDIÇÃO DA FITA)

O SR. – Bicho, tenho uma fita boa, os caras estão num lugar bom, carregando. Dois, três caminhões. Roubaram dois caminhões no Rio. Foi tudo certinho. Operação perfeita. Tô com lugar bom para guardar. Tudo bonitinho. Agora, tem que ser... Tem que fazer o negócio com muita calma, sabe? Porque, senão, além de perder... Não posso perder. Com mais dois negócios desse aqui, chefinho, eu saio do vermelho, cara. Entendeu? Até o dia 23 desse mês, eu tenho que ter um dinheiro para pagar na Girus, cara. E eu vou ter. Além de pagar a você, pagar uma parte para Juarez, eu vou ter um dinheiro para pagar na Girus. Pelo menos uns vinte mil de cheque eu tenho que dar lá, meu irmão, porque eu não posso perder esse negócio. Esse negócio que eu tenho da Girus, se ele não me der dinheiro, mas ele me dá legalidade para trabalhar. Eu não posso ser igual a Juarez, que só faz isso, não. Entendeu? Tem que ter uma fachada. Então é isso aí. Mas eu...

(INTERRUPÇÃO NA AUDIÇÃO DA FITA)

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – (Fora do microfone) da Rocha colocou aqui que a imprensa receberá isso com indignação por estar sendo exposto o sigilo telefônico. Ele me colocou que a própria imprensa tratará do assunto com indignação aos Parlamentares por terem colocado aqui...

O SR. – Não foi o que eu disse,não. A imprensa,não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – V. Exª disse para mim que o senhor, assim como a imprensa, todos tratariam do assunto com indignação, por-

que não estava sendo mantido – desculpe-me, doutor, mas ouvi bem o que V. Exª disse. E você não ouviu porque estava escrevendo – o princípio da inviolabilidade. Certo? Então, está bom.

Devo esclarecer a V. Exª que essa fita foi apresentada aqui pelo Delegado de Polícia, na sua explanação, quando ele veio depor. V. Exª também me disse que o Programa **Linha Direta** já havia apresentado alguns segundos dessa fita.

Em momento nenhum, quando a autoridade policial estava expondo aqui, foi levantado qualquer tipo de questionamento a respeito dessa questão. No momento que estávamos querendo ouvir a fita, porque o Deputado Oscar, Relator, pediu para escutá-la, que o Sr. Jefferson disse claramente que poderíamos ouvir a fita, pois não existia nenhum tipo de negociação dele... Ele ainda questionou: "Existe alguma negociação comigo? Eu não tenho." No depoimento, confirmou que fazia a brincadeira do gato.

Nesse ponto, os senhores advogados resolveram fazer todos esses questionamentos. Porém, sou bacharel em Direito e não vou discutir esse assunto, mesmo porque é um dever de V. Exªs defender e proteger seu cliente.

O SR. – Solicito a V. Exª que conste dos autos esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Colocarei nos autos, mas não posso aceitá-lo como documento oficial, porque para mim não é.

Prosseguirei com as perguntas. Concedo a palavra ao Deputado Oscar. Peço a V. Exª, Relator, que use o menos possível do que ouviu. Não cite a gravação, porém V. Exª poderá citar aquilo que o Delegado apresentou. As gravações estão apresentadas entre a explanação da investigação do Delegado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Jefferson, o senhor disse que não havia nada de negociação na fita. O senhor já tinha ouvido a fita?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Nunca ouvi a fita. Ouvi apenas o "miau, miau". Mas nunca tive acesso ao restante. Além do mais, como foi dito ali, "Cadê a tinta? Cadê isso?"

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não se pode fazer referência apenas à tinta. Relembremos o que ocorreu. Às 10 horas da manhã para negociar?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Às 10 horas da manhã para negociar, eu estive na casa dela...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Se quiser, voltarei a fita para o senhor ouvir. Ouve-se na fita: "Você não conhece ninguém na Bahia para guardar o material para mim?"

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não. O Cleveland estava alucinado ao falar um negócio desse.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele estava alucinado? Mas você perguntou: "Teixeira serve?" Teixeira significa o quê? É uma pessoa?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Teixeira é um município do Estado da Bahia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que coincidência! Ele referiu-se à Bahia, e o senhor falou: "Teixeira serve?" Primeiramente, o senhor perguntou: "Em que lugar?" Ele fala: "Feira de Santana, qualquer um". O senhor fala: "Teixeira serve?" A resposta foi: "Teixeira serve."

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – A tinta. "Cadê a tinta? Cadê isso aqui?"

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – "Pode arriar lá." O que significa isso?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Pergunte a ele. Ele vai responder ao senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, foi você que disse "Pode arriar lá", em Teixeira.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Eu sei lá o que ele disse "arriar lá".

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, foi você que disse: "Pode arriar lá".

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Mas arriar o quê?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – 75 mil de tintas Suvinil de que ele lhe falou.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – E cadê essa tinta?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não sei.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Eu também não sei. Eu também não sei, ora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tinta coral?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Cadê essa Tinta coral? Quem tem que responder é ele, não eu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi você que mandou arriar lá, em Teixeira. Você conseguiu o lugar, não?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Mas olha só, não tenho acesso e contato com ninguém em Teixeira. Ele falou "Teixeira", e eu falei: "Que Teixeira? Que tinta coral é essa? Cadê a tinta? Em que dia isso aconteceu? Eu queria saber, ora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu quero saber. É você que estava conversando com ele.

Sr. Presidente, solicito a V. Exª que mande entrar o Cleveland, para procedermos a uma acareação.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Pode fazer a acareação, ora. Para mim, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Suspendo a reunião por dois minutos e peço que tragam o Cleveland. (Pausa.)

Estão reabertos os trabalhos.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cleveland, conhece quem é Jefferson?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Podem tirar as algemas.

Deputado Oscar Andrade, só quero salientar que a Justiça inclusive autorizou o Programa **Linha Direta** a usar as fitas.

Então, por que a CPI não vai usá-las?

Desculpe-me, pode continuar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, você conhece o...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Jefferson?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Jefferson, seu conhecido de muitos anos?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estudou comigo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E negociou com você cargas? Ajudou em alguma coisa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, a única coisa que o Jefferson fez comigo foi emprestar-me dinheiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi? Passe a fita, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Enquanto ele providencia a fita, responda-me, Jefferson, onde você conseguiu dinheiro para emprestar para ele?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só. A minha primeira esposa era filha de um dos maiores produtores de café do Estado, falecido, João Avanza. E ela, como filha única, tinha recurso do pai. Eu sempre a ajudava a aplicar seu dinheiro, eu dava orientação a ela, com quem tenho um filho. Ela faleceu de aneurisma cerebral.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Bem, o senhor já ouviu a fita de gravação da conversa sua com o Jefferson?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu conversava várias vezes com o Jefinho por telefone.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é. "Oi, Jefinho, tudo bem?" Ele disse: "Miau, miau", a umas dez da manhã, para negociar. Então, vocês começaram a conversar. O que estavam negociando?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, eu já ofereci para Jefinho coisas que pagariam a dívida que eu tinha com ele. Mas nunca vendi nada para Jefinho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – "Você não tem ninguém na Bahia para guardar um negócio para mim?" O que você tinha de guardar na Bahia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei. Faz tempo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Muito tempo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Faz dois anos e pouco.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não era uma carga de tinta coral?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ah, sim, sim, sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que custava 75 mil reais?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Que seja tinha coral.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, ele perguntou: "Onde?"

Aí você perguntou: "Onde? Pode ser Feira de Santana..."

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Era tinta Coral?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, presta atenção numa coisa que eu vou falar para o senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nós estamos prestando atenção. Bastante.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Existe uma queixa de roubo aqui no Espírito Santo ou na Bahia de tinta Coral?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Muitas, no País inteiro.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, mas, aqui, existe?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não sei, posso levantar para você.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Porque eu nunca consegui. Eu nunca consegui comprar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tudo bem, mas estamos falando dessa carga de tinta coral que você estava falando. Era de alguém que você estava guardando?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então era de quem?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Isso poderia ter vindo para minha mão e não veio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ah, não veio.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E por que não veio?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não veio porque eu não consegui comprar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você estava adiantando uma situação então?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você já estava adiantando, pedindo ou concordando?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu estava perguntando a ele se ele tinha um local na Bahia para guardar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso, exatamente.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Certo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, aí ficou mais claro.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Foi isso aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí ele pergunta: "Aonde?" E você falou: "Feira de Santana."

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, não falei Feira de Santana, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qualquer lugar assim?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Qualquer lugar eu guardaria.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E aí?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Mas quem tem que dar explicação sobre isso aí é ele, não sou eu não. Como que eu vou explicar uma coisa que eu não tenho isso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu é que devia explicação, eu devia a ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cada um vai explicar o que está falando ali na fita.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu devia a ele, por isso é que eu falei isso para ele.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não foi somente uma pergunta. Existiu um diálogo, os dois falaram sobre o assunto.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim, tudo bem. O que estou falando é o seguinte: eu, devendo a Jefferson, oferecia várias coisas para ele. Nunca aceitou nada.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Vamos ver, então.

(PASSA-SE À AUDIÇÃO DA FITA)

O SR. – Alô.

O SR. – Miaaaauuu.

O SR. – Fala. Já tudo certo amanhã, só negociar.

O SR. – Está certo.

O SR. – Gostou, né?

O SR. – Sim, né?

O SR. – Você gosta do advogado seu, né?

O SR. – É isso aí. Afinal, né?

O SR. – Está lá depondo, né?

O SR. – Se formou para isso, né?

O SR. – O quê?

O SR. – Afinal você se formou para isso, né?

O SR. – Claro.

O SR. – Não é isso?

O SR. – É isso aí.

O SR. – Mas se vier...

(FIM DA REPRODUÇÃO)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Segura um pouco aí. Você é advogado?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sou bacharel. Formado em Direito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Solta.

(PASSA-SE À AUDIÇÃO DE FITA)

O SR. – Chefe, você não tem ninguém lá na Bahia que pode guardar um negócio para mim não?

O SR. – Ah, em que lugar?

O SR. – Qualquer lugar Feira de Santana...

O SR. – Teixeira serve?

O SR. – Teixeira?

O SR. – Teixeira.

O SR. – Teixeira eu vou ver se...

O SR. – Teixeira pode contar que eu tenho lugar lá.

O SR. – Pô, bicho, estou com uma carreta de Coral, cara, tinta Coral.

O SR. – Então? Pode arriar lá.

O SR. – Pode arriar lá?

(FIM DE REPRODUÇÃO DE FITA)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Segura aí.

(PASSA-SE À AUDIÇÃO DE FITA)

O SR. – Pô, negócio bom, né, cara? Setenta e cinco mil, é um negócio que vende fácil, né, chefe?

(FIM DE REPRODUÇÃO DE FITA)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ficou claro? Ficou, né?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ficou claro que eu estava oferecendo o negócio para ele, pedindo para ele guardar para mim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E em Teixeira você tinha um lugar?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Desconheço qualquer lugar em Teixeira para guardar qualquer coisa lá, ora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que você falou com ele?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só. Ele perguntou, e eu, querendo receber dívida de Cleveland, o que acontece? Chutei isso aí. Agora, com referência a guardar, eu nunca guardei nada para ele. Nunca guardei nada para Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É alguém que tinha um depósito, conhecido seu?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, não, eu desconheço, eu desconheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Um conhecido, um amigo, nada não?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não tenho acesso a ninguém em Teixeira, vocês podem investigar lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Teixeira veio assim, na cabeça?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Teixeira veio na cabeça, porque, olha só, porque ele...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Se eu quebrar seu sigilo de telefone, não tem nenhuma ligação para a Bahia?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Pode, pode quebrar. Pode, pode quebrar meu sigilo como foi quebrado num inquérito que está aí, no processo que está aí foi quebrado...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Deixa eu só...

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Pode ir, eu estou pronto.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Só para a gente não esquecer. Você cada hora está num lugar. Só para a gente não esquecer, requerer para a Secretaria de Segurança Pública da Bahia todas as ocorrências que tiveram de roubo a carga de tinta no ano 2000. Para tentar reconstituir...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, a prática era a carga de fora que era negociada aqui, se lembra? Isso pode ter sido roubado em São Paulo, em Minas...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ele não correria o risco de levar carga para guardar na Bahia. Ele deve ter comprado uma carga roubada lá, guardado, até vender para alguém de fora e mandar a carga direto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ou requerer a Tintas Coral.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Também, requerer a Tintas Coral...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – ... Ou aos distribuidores, que fica mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – ... para que eles, junto aos distribuidores, façam o relatório do ano 2000 das cargas que foram roubadas, e onde foram roubadas...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – ... a essa época.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Solta a fita.

(PASSA-SE À AUDIÇÃO DE FITA)

O SR. – Chefinho, você não tem ninguém lá na Bahia que pode guardar um negócio para mim, não?

O SR. – Ah, em que lugar?

O SR. – Qualquer lugar. Feira de Santana...

O SR. – Teixeira serve?

O SR. – Teixeira.

O SR. – Teixeira?

O SR. – Teixeira eu vou ver se...

O SR. – Teixeira pode contar que eu tenho lugar lá.

O SR. – Pô, bicho, estou com uma carreta de Coral, cara, Tinta Coral.

O SR. – Então? Pode arriar lá.

O SR. – Pode arriar lá?

O SR. – Pode.

O SR. – Pô, negócio bom, né, cara? Setenta e cinco mil, é um negócio que vende fácil...

SR. – Pode... É só você marcar que eu levo o menino lá.

SR. – Você tem cliente?

SR. – O quê?

SR. – Você tem cliente?

SR. – Tenho. O menino de lá mesmo fica com...

SR. – Então, vamos fazer o seguinte. Olha só o que eu vou fazer: eu vou correr em cima do cara amanhã cedo. Quando a gente se encontrar, a gente arma as duas coisas.

SR. – Beleza.

SR. – Está bom?

SR. – Sem problema.

SR. – Eu ligo para você amanhã cedo, então.

SR. – Falou.

SR. – Um abraço. Boa noite.

SR. – Tchau.

(FINAL DA AUDIÇÃO DA FITA)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual menino que você ia levar lá?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Eu desconheço esse menino. Não tenho menino nenhum na Bahia, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que você falou com ele isso?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Foi uma forma de receber dele, porque o Cleveland, ele tinha uma mania o seguinte...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele te devia quanto?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Devia, na época, foi R$35 mil que o Cleveland estava me devendo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Trinta e cinco?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Trinta e cinco mil reais. E, olha só, eu peguei esse dinheiro com outras pessoas para repassar para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quais pessoas?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Com um senhor, que até já faleceu...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas não era sua esposa?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não. Olha só. Eu peguei porque na época eu não tinha dinheiro disponível para emprestar para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas era sua esposa que tinha o dinheiro.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Mas, olha só, ela era falecida. O que acontece? O dinheiro que tinha na minha mão, eu já tinha repassado para outras pessoas já. Entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Jefferson, nós temos gravado aqui o que você falou ainda há pouco da esposa. Agora, o dinheiro já é com outro. Você não pode mentir aqui, que você sai preso daqui.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você, para receber a dívida que ele tinha com você, você receberia qualquer coisa? Até tinta roubada?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só. Eu queria, olha só... Nota fiscal da tinta, eu pegaria a nota fiscal da tinta dele, ora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem eram os meninos? Vou insistir mais um pouco.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só, eu desconheço. Eu desconheço. Eu desconheço, meninos, meninas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é. O Teixeira foi uma invenção. Os meninos é outra história também.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só, porque ele vinha com mais mentira do que verdade para cima de mim para pagar a dívida dele. Ele ficava me enrolando. Eu ia direto...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você é mentiroso?

O SR. – (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE **(Robson Tuma) – Pode usar o microfone.**

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu criava uma situação, porque eu devia a ele e tinha que enrolar ele de alguma maneira.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está certo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Deputado, ele não está envolvido com roubo de cargas não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cleveland, não deu, não, porque... Cleveland não, Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Todo mundo vem aqui e fala que ele que tem que se virar, que ele que tem que responder, que ele que é o acusado, o condenado. E você protege todo mundo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não protejo todo mundo. O Jefinho me emprestou o dinheiro. Se eu tenho que acusar ele de alguma coisa, porque ele me emprestou um dinheiro...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto ele emprestou?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Trinta e cinco mil. E se tem que acusar ele de alguma coisa é de ele ter me emprestado os trinta e cinco mil. Essa é a acusação que vocês podem botar contra ele. Agora, ele nunca pegou carga roubada minha. Eu estava falando com ele ali, e se vocês prestaram atenção direitinho, eu conheço a verdade: "Eu vou encontrar com o menino amanhã para ver se dá tudo certo, e a gente entra em contato". Não deu certo. Eu não consegui comprar essa carga. Por que eu não consegui comprar essa carga? Porque eu já estava endividado. Por que entrei em roubo de carga? Porque eu estava endividado. Por que eu comprei carga?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você tinha me dito que...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Para lutar contra a pessoa que eu falei para vocês.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Espera aí. Você tinha me dito que você não roubava carga. Que você só receptava carga.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mas por que eu entrei...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Agora você disse que entrou em roubo de carga.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, doutor, quem compra roubo de carga entrou no roubo de carga...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É verdade.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não é verdade?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também concordo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Então não vamos... O senhor é um homem inteligente demais para ficar jogando com palavras comigo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E de boa memória, você já notou também, não é?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – De boa memória.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que é meu, não escondo nada, certo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Certo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Agora, eu não tenho nada a ver com a vida dos outros.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quer dizer que não deu certo o Teixeira, não?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não deu certo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas tinha lá a situação para receber a carga?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sabe de uma coisa? Eu estava desacreditado até...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quem eram os meninos? Vou perguntar a você, já que ele não quer falar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei quem eram os meninos, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ele disse que tinha os meninos lá.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu precisava de guardar alguma coisa na Bahia. E ele precisava receber o dinheiro dele.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas você acabou de dizer que você ia falar com o menino lá. Mas daí falou com o menino e não deu certo a compra da carga. Então, você sabe quem é o menino.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Porque era telefone. E falou comigo e não compareceu com o negócio.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Furou o negócio?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem falou com você?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Reinaldo Lopes Primo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ah, o Reinaldo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sempre a mesma pessoa que sempre falou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Esse é o menino?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Esse é o menino.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quantos anos ele tem?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mais ou menos uns trinta anos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O menino dele é outro. Os meninos lá de Teixeira é outra situação. Não é?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não tem menino nenhum em Teixeira não, Excelência.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não tem menino nenhum em Teixeira, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os amigos? Os amigos?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – O Cleveland, olha só, eu ia no escritório dele, ia na casa dele. O que acontece? Cobrar Cleveland, cobrar Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas e chamar de menino... Engraçado, que você estava numa posição muito diferente mais cedo. Agora aqui você está o tempo inteiro sendo acusado de mentiroso e você falou que tinha que enrolar. Você está aceitando. É isso mesmo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O senhor não sabe como eu estava vivendo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, não sei mesmo, não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você entrou aqui e a primeira coisa que você falou foi assim: "Eu só falo" – em outras palavras – "eu só falo se eu mostrar para o senhor que eu sou um injustiçado, e o que a CPI vai fazer?" Eu falei: "Vai lutar para ser corrigida a injustiça". Essa foi nossa primeira conversa. Aí, o tempo passou, e você virou receptador. Agora, você já virou mentiroso, pegador de dinheiro e mau pagador, receptador e partícipe de quadrilha de roubo de carga, e você já está aceitando tudo isso. Você tem medo que lhe façam algum mal, que a Polícia te "sacaneie" depois que você saia da?...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não tenho medo de ninguém. Eu simplesmente quero virar essa página da minha vida, ao qual estou condenado. Todas as pessoas dessa CPI...Com todo o respeito que tenho pelo senhor, o senhor está tentando ressuscitar uma coisa que já foi sentenciado todo mundo, já foi condenado todo mundo, entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu estou querendo corrigir a injustiça, porque você foi o único condenado. Há tanta gente que participou disso.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O senhor está enganado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não pode ter roubado a carga, pego a carga, dirigido a carga, vendido a carga, entregue a carga, tudo sozinho. E você é o único que está preso. Então, eu quero saber quem roubou a carga, quem pegou a carga, quem dirigiu o caminhão, para onde levou, quem comprou e quanto pagou. Eu quero todo mundo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mas, para descobrir isso, a Polícia Federal gastou R$15 milhões.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ela gastou R$15 milhões para descobrir isso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Claro. Cem agentes, durante um ano e meio, investigando a minha vida. É só fazer um cálculo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Polícia Federal colocou 100 agentes para investigar a sua vida?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Foi o que me falaram.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cem agentes?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Vinte e cinco, no Rio de Janeiro; 25, na Bahia; 25, no Espírito Santo e 25, em Minas Gerais.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas eles não eram **full time** para você, não? Eles estavam trabalhando em outros casos...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, para a Polícia Federal fazer isso, você deve ser um grande chefe de quadrilha.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Só pode ser, não é? Pegaram o maior chefe de quadrilha de roubo de carga do Brasil, que não deu duas 608 cheias.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que pegou, não é? E o que passou?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que passou...o que eu posso fazer?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Passou para Teixeira e passou para outros locais.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mas o senhor mesmo disse: passou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Passou, passou?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que eu posso fazer?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Solta o resto da outra fita.

(PASSA-SE À AUDIÇÃO DA FITA)

O SR. – Bicho, tou com uma fita boa. Os caras estão num lugar bom, carregando dois ou três caminhões, que seguem, entendeu? Roubaram dois caminhões num dia só. Foi tudo certinho. Operação perfeita. 'Tou com um lugar bom para guardar."

(FINAL DA AUDIÇÃO DA FITA)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Segura um pouco. O que é que derrubaram nesse dia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mas eu não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aquela voz é de quem?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A fita é que vai dizer. A voz é minha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É sua?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É minha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não sabe o que foi derrubado? Dois ou três caminhões?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por favor, responda no microfone.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Solta a fita.

(PASSA-SE À AUDIÇÃO DA FITA)

O SR. – Bicho, tou com uma fita boa. Os caras estão num lugar bom, carregando dois ou três caminhões, que seguem, entendeu? Roubaram dois caminhões num dia só. Foi tudo certinho. Operação perfeita. 'Tou com um lugar bom para guardar; tudo bonitinho. Agora, tem que ser... tem que fazer o negócio...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pára a fita.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Isso aí eu estou dando explicação para alguém que eu devo. Pode olhar. Pode continuar a fita.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Continua a fita.

(PASSA-SE À AUDIÇÃO DA FITA)

O SR. – Bicho, tou com uma fita boa. Os caras estão num lugar bom, carregando dois ou três caminhões, que seguem, entendeu? Roubaram dois caminhões num dia só. Foi tudo certinho. Operação perfeita. 'Tou com um lugar bom para guardar; tudo bonitinho.

Agora, tem que ser... tem que fazer um negócio com muita calma, sabe? Porque, senão, além de perder... Eu não posso perder. Com mais dois negócios desse aqui, Jefinho, eu saio do vermelho, cara. Entendeu? Eu tenho que até dia 23...

(FINAL DE AUDIÇÃO DE FITA)

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não falei que eu estava falando com alguém que eu estava devendo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Agora.

(PASSA-SE À AUDIÇÃO DA FITA)

O SR. – Eu tenho que ter um dinheiro para pagar lá na Girus, cara, e eu vou ter. Além de pagar você, pagar uma parte para o Juarez, eu vou ter um dinheiro para pagar lá na Girus. Pelo menos uns R$20 mil de cheque eu tenho que dar lá, meu irmão, porque eu não posso perder esse negócio, não. Esse negócio que eu tenho da Girus, se ele não me der dinheiro, mas ele me dá legalidade para trabalhar. Eu não posso ser igual ao Juarez, não, que só faz isso, não, entendeu? Eu tenho que ter uma fachada.

(FINAL DE AUDIÇÃO DA FITA)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que o Juarez faz, que você não pode ser igual a ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você acabou de dizer: "Eu não posso ser igual ao Juarez".

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – No microfone, por favor.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Isso aí, o que eu estava fazendo ali? Enrolando Jefinho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, está bom. Então, agora eu quero fazer uma pergunta do lado de cá. Se um policial ouve uma conversa dessa, um indivíduo dizendo que está roubando carga, passando a carga para frente, para conseguir dinheiro para pagar uma conta... E o que você fez?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só. Jamais ele falou que a carga era roubada. Ele falou que a carga era roubada ali?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Derrubou dois ou três caminhões. Você, que é da Polícia, sabe o que é derrubar.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Sabe o que é derrubar caminhão?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, não sei o que é derrubar caminhão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ah, não sabe!

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Desculpa, você só fez o concurso de polícia, e teu irmão te colocou em casa, sem fazer nada, porque policial que se preza conhece pelo menos um pouco de gíria.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, mas olha só: derrubar, derrubar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não sabe o que é derrubar?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Derrubar, roubar caminhão. Eu que não sou polícia sei mais do que nunca que isso significa roubar.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Derrubar caminhão, não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estou numa "fita" aí. Você sabe o que é isso?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Quando o policial fala "estou numa fita" é investigar alguma coisa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ah, está certo. Ou encaminhando uma situação, não é? E derrubar um caminhão, o que é? Estão derrubando dois, três caminhões por dia.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Quem tem que explicar isso aí... Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O que significa "a casa caiu"?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – A casa caiu? Eu falei para ele? A casa caiu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, na gíria.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você sabe, na gíria policial, o que é "a casa caiu"?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – A casa caiu... Acho que pode ter sido preso, alguma coisa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dançou, não é?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Nesse sentido aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sabe quase todas. Derrubar, o senhor não sabia?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só: acho que todo mundo sabe. O senhor, como deputado, sabe também.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E ganso, o senhor sabe o que é ganso?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ganso é cagüeta. Sabe o que é cagüeta?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Cagüeta é o X9, como se fala na polícia, né?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Está vendo como você conhece gíria? Você só não conhece aquilo que não te interessa.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha, quem tem que explicar isso aí – já falei aqui – é o Sr. Cleveland. Não sou eu, não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não, isso não. Isso não. Ele falou bem claro que estava fazendo roubo de carga, ligando para você, pedindo lugar para guardar a carga roubada que ia vender para pagar você. E você é um policial!

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Eu queria que ele me pagasse o dinheiro que ele me devia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, e você é um policial! Ouviu que ele estava roubando e vendendo carga e não fez nada.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só: ele mexia com pneu, com roda. O que acontece? Coloquei pneu no meu carro, roda no meu carro. Ele não me deu nota fiscal, tá?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, não estou discutindo. Vamos fazer o seguinte: vou te perguntar com muita calma para você, bem calminho, entender. Acho que você não está entendendo a minha pergunta. Não perguntei se você pediu nota fiscal da mercadoria. Vou repetir a pergunta para você. Você é um policial, não é um policial? Você fala com uma pessoa ao telefone, e esta pessoa fala para você que está roubando, pegando uma carga roubada, pede para você arrumar um lugar para guardar essa carga roubada, porque ela vai vender essa carga roubada por um valor, e que esse valor vai ser pago tanto disso, tanto daquilo, e diz "vou pagar você" – que é a expressão que ele usa – e ainda vai me sobrar mais ou menos uns vinte mil. Como policial, qual foi a providência que você tomou?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só. Eu, de maneira alguma, acusei ele ou deixei de comprar alguma coisa dele. Quando ele falou "carga" comigo, ele não falou carga de tinta Coral.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor prestou bem atenção no que o senhor falou? O senhor está calmo?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Entendi. Estou calmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não respondeu nada nervoso?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Nada, tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor falou: "Em momento nenhum acusei ele, primeiro."

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – O senhor falou que ele me ofereceu carga roubada de tinta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu estava conversando com o senhor. Não disse que ele lhe ofereceu a carga roubada. Eu disse que ele pediu que o senhor o ajudasse a guardar a carga roubada, que é o que está na gravação. O senhor falou que, "em momento nenhum, acusou ele."

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Claro. Estou falando. Não acusei ele de nada, como ele também, como ele também não está me acusando de

nada também. Por causa de quê? Porque não foi feito nada com ele, ora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sim, mas ele falou, ao telefone, para um policial que estava e pediu o seu auxílio para guardar uma carga roubada.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Agora, o senhor pergunta a ele se houve isso, se existiu isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não importa se existiu ou não existiu, no momento. O que importa é que um policial recebe uma ligação, é colocado para ele um pedido para guardar uma carga roubada até ela ser vendida e que parte desse dinheiro seria para pagar uma dívida com este policial, e este policial não toma providência nenhuma.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Mas olha só: pergunta a ele se existiu isso. Eu queria, Deputado, que o senhor perguntasse a ele se existiu isso.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não estou discutindo se existiu. Não é essa a questão.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Porque olha só: como vou guardar uma coisa que não existe?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não estou discutindo se existiu ou não existiu. Estou discutindo se o senhor foi na delegacia de polícia e disse: "Acabei de receber uma ligação de um indivíduo que pediu para eu guardar uma carga roubada. Vamos fazer campana para ver se existe ou não existe."

Aí, foram lá, fizeram a ocorrência, não existiu, tudo bem. Não foi feita a prisão em flagrante, mas tem lá a missão policial, a ocorrência do fato, a ligação. Isso, pelo menos, o senhor fez?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, eu desconhecia isso aí dele.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor desconhecia o quê?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Desconhecia que existia isso aí, que existia isso dele.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas o senhor falou com ele pelo telefone, ele falou claramente que estava com uma carga tombada.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Deputado, ele mentia. Ele mentia. Eu ia na casa dele, eu ia no escritório dele. Ele mentia veemente, Cleveland para se ver livre.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Está bom, ele mentiu que tinha uma carga roubada, ele mentiu. Vamos supor que seja mentira que ele tinha a carga roubada...

Você tinha que ter, no mínimo, como policial, ter ido saber se era verdade ou mentira, ter feito a ocorrência da carga roubada. Você fez isso?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Mas olha só, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – – Responda.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Eu não era policial, estava aposentado. Como que vou dar uma dura nele? Prender Cleveland? O senhor está me entendendo, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então quer dizer que a conversa existiu, mas o senhor não fez nada, porque o senhor já não era mais policial?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Porque, olha só, a conversa, ele deve ter me ligado ....

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quanto tempo faz que o senhor se aposentou?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Uns três anos.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – E o senhor se aposentou por quê?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Por invalidez.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Por invalidez?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Levei um tiro, fiquei em coma.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor tomou um tiro em que operação?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Não onde. Em que situação?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Foi numa missão, o Tacibar que eu estava...

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – De?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não me recordo a época.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Que fato foi? O senhor não se recorda da época em que o senhor tomou um tiro e ficou em coma?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, não me lembro, não.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Mas que era? Era uma operação do quê?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Olha só. Eu fui... Não sei em que situação foi. Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – O senhor me desculpa, mas tomar um tiro, ficar em coma, ter que se aposentar por invalidez, e o senhor me dizer que não se recorda. O senhor me desculpa. Vou até esperar um pouquinho, porque acredito que o senhor pode se recordar, ou o senhor não quer dizer porque foi alguma operação ilícita.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, ilícita de maneira alguma.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Então, se não foi ilícita, o senhor tem que se lembrar.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não foi ilícita nenhuma. (esboço de riso.) É fácil descobrir, tenho um inquérito policial que levei um tiro. É só vocês pegarem cópia e tirar lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi aqui em Vitória?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, foi em Cariacica.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Você lembra onde foi, mas não lembra a operação que foi?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não me recordo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você estava a trabalho com outros policiais junto?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, não estava não, estava sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem presidiu esse inquérito do seu tiro?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Foi o delegado da Homicídio na época.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Quem era?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não me recordo do nome do delegado, não. Só fala em delegado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Doutor, eu sei que o senhor tem preocupação com o seu cliente. Eu queria pedir, Naurides, que encaminhasse ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tem algum processo na Justiça?

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Com referência a quê?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A qualquer coisa.

O SR. JEFFERSON PEIXOTO DE LIMA – Não, com referência a isso aí que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Ótimo. Então, eu queria que mandasse cópia das notas taquigráficas para a autoridade judicial e para a Corregedoria da Polícia também de tudo que foi falado. Eu queria fazer um alerta importante para a polícia – seja ela estadual ou federal – que detenha a custódia de todos aqueles que estão prestando depoimento aqui: aumentem a segurança dessas pessoas, porque elas podem estar correndo sério risco de vida depois do depoimento que prestaram aqui e também porque podem vir a depor novamente. Então, para que não haja nenhum tipo de problema, peço que coloquem essas pessoas sob forte segurança, a fim de manter a integridade física de todas essas pessoas que vierem aqui depor nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Antes de encerrar os trabalhos, quero convocar uma reunião para amanhã, às dez horas da manhã. Obrigado.

Estão encerrados os trabalhos desta reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h40min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 10ª Reunião otRealizada em 10/09/2002

Aos dez dias do mês de setembro do ano dois mil e dois, às nove horas, no Auditório da Capitânia dos Portos na Cidade de Vitória no Espírito Santo, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Deputados Oscar Andrade e Robson Tuma, reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir os depoimentos das seguintes pessoas: Ricardo Valentin Oliveira; Fernando Braz Moreira; Juarez Grechi; Marco Antônio Malini Lamêgo e Luciene de Souza Goulart. A seguir os Se-

nhores Parlamentares fizeram seus questionamentos aos senhores depoentes. O preso Cleveland Moreira foi acareado com as seguintes pessoas: Fernando Braz Moreira e Marco Antonio Malini Lamêgo. Durante as acareações por autorização da Presidência houve intervenção do advogado do preso Cleveland, Dr. Paulo Henrique. Ainda foi realizada uma diligência com o preso Cleveland que foi acompanhado pelo Delegado de Policia Federal, Dr. Marco Antonio Cavaleiro, Assessor da CPMI, Com a palavra o Senhor Presidente, que agradeceu os presentes e marcou nova reunião para o mês de outubro, ainda no Estado do Espírito Santo. Não havendo nada mais a tratar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro aberta a 10ª reunião, de 2002, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do requerimento n.º 23, de 2000, com a finalidade de apurar em todo o País o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e ao desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubo de cargas.

Preliminarmente, agradeço ao Capitão Almeida e à Capitania dos Portos pela gentileza em ceder o ambiente militar para que a CPI pudesse se reunir. Evitávamos, por uma decisão da Comissão, ocupar qualquer lugar próprio do Estado, em razão das próprias denúncias de envolvimento de autoridades estaduais em todos os campos com o crime organizado no Espírito Santo, o que provocou até um pedido de intervenção federal.

Essa condescendência da Capitania dos Portos colabora com que haja isenção no trabalho e na apuração da CPI de Roubo de Cargas. Fica registrado nos Anais da CPI e, no Congresso Nacional, faremos, na primeira oportunidade, o agradecimento oficial desta gentileza e desta estrutura, com a conseqüente tranqüilidade dos depoentes e dos membros da Comissão.

Ouviremos o Sr. Ricardo Valentin de Oliveira.

Solicito à Secretaria que conduza o Sr. Ricardo Valentin de Oliveira, funcionário da Secretaria Municipal da Educação de Vitória.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, solicito a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Solicito que V. Exª suspenda a reunião por dois minutos e peça à Assessoria que retire da sala aqueles que irão depor, para que eles não tenham contato nem ouçam o que está será dito por quem está prestando depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Solicito que a Secretaria encaminhe os depoentes convidados pela CPI a uma sala para que aguardem serem chamados ao seu tempo.

Suspenderei a reunião por dois minutos para que o Relator, Deputado Oscar Andrade compareça à Mesa, para o que peço urgência. (Pausa.)

PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – 009650407-20.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Moacir (??), 165.403.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Analista de sistemas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Local onde exerce atividade hoje?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – SOS (inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente em algum grau de pessoa envolvida?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem a liberdade de assinar ou não o compromisso, pelo art. 203 do Código de Processo Penal, em que o senhor se compromete a dizer somente a verdade.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço que o senhor assine o termo.

Sr. Ricardo, peço que, se possível, o senhor dê preliminarmente uma explicação do conhecimento que tem sobre o que ocorre no segmento do roubo de car-

gas e outros crimes dos quais, por ventura, o senhor tenha conhecimento no Estado do Espírito Santo.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não tenho maiores esclarecimentos sobre o crime de roubo de carga, não. Meu envolvimento foi porque assaltaram a prefeitura onde eu trabalhava. Mas não conheço esses envolvidos, não tenho nenhum benefício direto ou indireto com qualquer ação dessa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor assistiu ao assalto, foi vítima?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não, eu estava na secretaria, e o assalto foi num depósito externo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor tem alguma coisa a relatar sobre este fato?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a palavra ao Relator para questionar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual a sua profissão?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Analista de Sistemas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual a sua atividade antes de ser preso?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Eu trabalhava na Prefeitura Municipal de Vitória, na capacitação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você participa de alguma sociedade comercial?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não, trabalho numa loja fazendo projetos de rede e Internet.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual foi o período em que trabalhou na Secretaria de Educação?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Trabalhei por um ano e oito meses.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você exercia a função de Chefe de Capacitação?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A convite de quem o senhor foi trabalhar lá?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Da Secretaria Ana Maria Marreco.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual era sua atribuição?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Curso de capacitação, que dá treinamento a professores e funcionários da Prefeitura.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você também gerenciava o estoque?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – O estoque ficava no almoxarifado, e os laboratórios das 38 escolas, à medida que ficava pronta a estrutura para receber os computadores, eu liberava a saída do para as escolas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você quem autorizava a distribuição?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Houve um roubo de 250 computadores no almoxarifado, em 27 de outubro?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Teve um roubo, mas a quantidade não sei se foi essa, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esse material estava guardado lá há quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você era responsável pelo almoxarifado?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não; eu só fazia o pedido para a liberação dos equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você soube do roubo e não sabe qual a quantidade?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Ele falou 250; parece-me que foi pouco mais de 180.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como chegou ao seu conhecimento esse roubo?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – O roubo foi numa sexta-feira, quando cheguei na segunda-feira para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tomou conhecimento do número de computadores que foram roubados...

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Na segunda-feira.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Desde quando o material roubado estava guardado lá?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – A compra foi fracionada em três, porque algumas escolas não tinham estrutura pronta. Por isso não foram direto para as escolas. À medida que ia ficando pronta, íamos despachando os equipamentos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece o Cleveland Moreira Júnior?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual era o seu relacionamento com ele?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Sou amigo dele desde a infância.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a esposa dele?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Conheço também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você costumava visitá-lo em seu escritório?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Eu dava assistência de informática no escritório e na casa dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual é o endereço do escritório dele?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Do outro lado da rua, nesse prédio, na ATL(.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aqui perto, né?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor levou o Cleveland no seu local de trabalho?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Ele esteve lá, sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que ele foi fazer lá?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – No dia, o computador dele tinha quebrado e ele foi me buscar para ver o computador dele, que tinha dado defeito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como foi a operação do roubo? O que você sabe da operação?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Sei que uns elementos chegaram lá, invadiram, prenderam todos e levaram os equipamentos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Havia quantas pessoas trabalhando?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Trabalhando não sei informar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foram rendidos todos?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Foram.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E foram armados esse pessoal?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantas pessoas, você sabe?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não sei informar, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece Marco Antônio Malini Lamego?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual a sua relação com ele?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Já trabalhei na empresa dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você estudou com ele também?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Formamos juntos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você trabalhou com ele na empresa dele?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi ele quem foi o receptador dos computadores?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não sei não, senhor.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Fernando Braz Moreira?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como foi o roubo dos computadores? Houve arrombamento...

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Acho que chegaram lá, armados, e prenderam todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De que forma o senhor tomou conhecimento da ação dos criminosos?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Quando eu cheguei à Secretaria, na segunda-feira, todo mundo estava comentando que tinha sido assaltado, que tinha sido levado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem lhe relatou a forma da ação dos criminosos?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – O pessoal da Secretaria, que trabalhava comigo. Precisamente a pessoa, eu não recordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alguns dos que foram retidos pelos quadrilheiros chegaram a lhe falar?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não, era em outro lugar. O depósito era separado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você disse que o roubo foi na sexta. Ou no sábado?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Creio que foi na sexta, sim, porque foi num dia útil...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você foi trabalhar na segunda, sem saber?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Sem saber.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ninguém ligou para você?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sendo um chefe lá?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Eu era chefe da capacitação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, mas era onde você trabalhava.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Capacitação dá treinamento. Eu estava, no caso, respondendo essa parte aí, porque não tinha outra pessoa para fazer.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você não foi acionado, não foi avisado, nem nada?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não. Eu fiquei sabendo que, no dia do assalto, que foi sexta-feira, eles ficaram lá até tarde da noite, mas ninguém me chamou, ninguém me comunicou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não achou isso estranho, não?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não, não achei estranho, não, porque as pessoas que foram lá são as que tinham poder para decidir alguma coisa, que são as pessoas que trabalhavam no cargo de direção.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Fernando Braz Moreira?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é ele?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Ele trabalha na área de informática também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele tem empresa?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Ele tinha. Não sei como ele está agora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quanto tempo é sua relação com ele?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não, é relação comercial, de licitações públicas, de encontros, assim, mas não...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a Luciane de Souza Goulart?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não conheço. Sei quem é, mas também não tenho intimidade, não...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você a conhece?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Teve alguma relação comercial com ela?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não, nem comercial, nem nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Jefferson Foratini Peixoto?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Sei quem é.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você o conhece?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É seu amigo?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A sua irmã estudou com a esposa dele?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Estudou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, você já era seu conhecido há mais tempo?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Eu já o encontrei em festas do meu sobrinho e tal, porque ele também tem filhos, mas comercialmente e fora dessas coisas, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Juarez Grechi?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Conheci durante esse processo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Jucimar Repossi?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Paulo Roberto Nascimento Mendes?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ilácio de Oliveira?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Também não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Alexandre Alves de Lima?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Franco Júlio Corrêa?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você nunca ouviu falar deles?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Jarbas de Almeida Bonfim?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Esse era casado com a minha irmã.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Seu cunhado?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele também está envolvido nisso?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Ele foi condenado também, mas não foi desse processo aí do roubo, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi de quê?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Acho que foi de receptação de cargas ou alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele está preso?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Reinaldo Bolshou?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Era o motorista dele, eu acho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Roberto Bolshou?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Eram os motoristas que trabalhavam para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Geraldo Emílio Vieira Torres?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Motorista também dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também? E Josenildo Vieira da Silva?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não me recordo desse nome, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Edvaldo Tadeu Faroni?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Esse aí trabalhava com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que eles faziam?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Trabalhavam...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era uma quadrilha?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não, senhor. Ele tem uma firma... Era uma firma distribuidora de cosméticos, e eles trabalhavam para o meu cunhado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E as ações ilícitas do seu cunhado? Você acompanhava?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não tenho conhecimento de nada, não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Secretaria Municipal de Vitória abriu inquérito administrativo para apurar a possível responsabilidade de servidores?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sabe?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Acho que não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não abriu?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que não abriu? Você sabe dizer?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Acho que porque eles viram que eu não tinha envolvimento nenhum com isso aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas não é só você. Qualquer outro...

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Ah, não, acho que teve um inquérito civil, sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sabe o resultado?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não sei, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não foi apontado?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi interrogado na 2ª Vara Criminal de Vitória?

O SR RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Fui. Fui condenado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas por esse roubo dos computadores?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você acha que é inocente?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Sou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E por que você acha que o juiz te condenou apesar da sua afirmativa de que é inocente?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Esse tempo todo estive tranqüilo, porque não tinha envolvimento algum com essas pessoas, com esses atos. Para mim foi uma surpresa essa condenação. O que levou a isso eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando você ia à loja do Cleveland, você não chegou a ver nenhum dos computadores que você tinha conhecimento serem da Prefeitura?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não, lá não havia máquina alguma da Prefeitura. Eu cuidei de todas as máquinas dele. Ele trouxe do exterior e tudo. Desde o primeiro computador que ele comprou, eu sempre cuidei de todos os computadores dele. Eu não vi nenhum computador lá que fosse igual ao da Prefeitura.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você foi condenado por que período?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Eu acho que cinco anos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você acha?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tem certeza ou você acha?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Eu acho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas uma condenação a gente não esquece.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Talvez quem lide com isso. Como eu fui condenado, mas não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você ficou preso?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você recorreu?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Estou recorrendo. Quando sai, eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está com defesa prévia lá?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem ainda julgamento?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não. Estou aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está em liberdade condicional ou foi um **habeas corpus**?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não. Eu fui condenado ao regime semi-aberto, mas estou recorrendo em liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não quer colaborar?...

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Eu já estou colaborando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está colaborando com o quê? Você está colaborando com você mesmo.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Estou dando as informações que eu tenho conhecimento. O que eu não sei não posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não tem qualquer conhecimento da ação criminosa do Cleveland e dos outros que participaram?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem antes nem depois do fato?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se desligou deles ou continua ainda tendo amizade?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não. Olha, eu não tenho conhecimento. Eu não posso inventar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas continua com a amizade com eles?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Sim, até ele ser preso, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não conversaram nada sobre isso nem você o questionou, porque você se disse surpreso que ele tenha participado.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Isso. Quando ele foi preso, quando saiu no jornal – parece-me que ele não foi preso junto com os outros – para mim foi surpresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você não o questionou por ser amigo de infância, não quis saber dele se era ou não verdade?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não perguntou, não falou?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode-se levantar a hipótese de que você era sócio dele no negócio? Por que quando a pessoa é séria, vendo que um amigo de infância participa de um roubo, a primeira coisa é questionar se é verdade ou mentira.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não. Durante... depois ele foi preso. Quando eu encontrei no depoimento, na 2ª Vara, eu perguntei, mas ele negou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então fale. Ninguém está...Eu estou te perguntando.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não há ninguém me pressionando...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não tem dúvida de que houve o crime. Você acompanhou o processo, está dentro do processo, dos inquéritos todos...

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Eu não tenho dúvida de que não fui eu e de que não tenho nada a ver com isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você foi condenado em que circunstância? Qual foi o despacho do juiz quando ele te condenou?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Eu não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, espere. Há um inquérito?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você trabalhava em outro setor.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Monitoramento e orientação. Então, roubaram do almoxarifado. Era um prédio distante?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Era distante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como a investigação policial chegou em você?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Chamaram-me, primeiro, como testemunha e depois fui arrolado como réu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por quê?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Por eu ser íntimo de uma pessoa que estava sendo suspeita, creio, me colocaram também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi condenado pela amizade.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem cabimento.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Por isso que eu penso que a minha pena está errada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não está. Alguma coisa...Temos que examinar o seu inquérito, porque jamais você seria indiciado porque... Você trabalhava com ele, convivia com ele, era especialista em computadores, e o roubo foi de computadores. Tudo isso dá, circunstancialmente, a indicação de que você poderia ter participado. Durante o processo, você não teve nenhuma prova de que não era verdade. Senão, o juiz não o teria condenado. Está certo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ricardo, se você quiser, vou pedir ao Presidente para transformar a reunião em uma reunião sigilosa, caso você queira conversar mais abertamente conosco. Você pode receber benefícios por isso, pois a lê prevê.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Nada tenho a acrescentar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os (??) a que temos que chegar são perfeitamente...

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Nada tenho a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem receio de alguma coisa? De alguma ameaça à sua vida?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não estou sendo ameaçado nem pressionado, mas também estou bem à vontade para dizer que não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estou perguntando sobre este momento. Aqui, você vai ter toda a garantia, toda a tranqüilidade para depor. Pergunto se durante esse período você sofreu alguma ameaça, alguma pressão?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Medo existe, até porque nunca passei por uma situação dessa natureza. Minha vida andou para trás 10 anos. No entanto, fisicamente – eu e minha família – não tenho receio de nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem medo do futuro?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – É, eu gosto de trabalhar, mas não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou ler parte da sentença do juiz.

"Para a efetivação do roubo foi necessário o conhecimento prévio do local do crime, de como se fazia a rotina da repartição e onde se encontravam posicionados os computados, pois durante a operação os acusados sabiam do horário da troca da guarda e como deveriam proceder em relação às pessoas que se encontravam no local para darem início ao carregamento.

Nesse ponto, fica evidente a participação do acusado Ricardo Valentin de Oliveira. Se a logística ficou a cargo de Cleveland, o acusado Ricardo fora quem forneceu elementos fundamentais, desde a existência do material, quando da visita ao almoxarifado, e do dia-a-dia do local.

Seu interrogatório, na fase judicial, demonstra estreita ligação com os co-autores. Pelas provas trazidas à baila perante este magistrado, ficou evidente que a quadrilha contou com a participação de um componente que conhecia além do normal, pois o roubo somente aconteceu após a visita conjunta dos acusados Ricardo Valentin de Oliveira e Cleveland Moreira Júnior ao local do crime."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está claro o que levou o Juiz a condená-lo?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Sim, mas eu não trabalhava naquele lugar, não sabia os horários da repartição nem quem trabalhava lá. Não tinha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi algumas vezes lá? Nunca entrou?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Quando eu ia lá era só para entregar documentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha a chave do local?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Levou o Cleveland alguma vez?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Nesse dia em que fui buscar o computador dele, ele tinha documentos para entregar lá. Ele passou lá comigo, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele chegou a ver o depósito?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Deve ter visto. Mas não tinha conhecimento de quem trabalhava lá, quantas pessoas, qual o horário da repartição. Nada disso, porque não trabalhava lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ricardo, era você que liberava os computadores. Você disse isso ainda há pouco.

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Falei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você liberava equipamentos sem nem conhecer onde estava?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não falei que não sabia onde estavam, falei que não sabia quantas pessoas trabalhavam lá, qual era o horário. Os detalhes eu não conhecia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Se você os libera e não sabe quem está guardando?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Libero por meio de documentos. O documento ia para lá e eles entregavam também, mas isso não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pessoalmente você nunca foi liberar?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Não. Depois que chegavam à escola eu ia montar a rede. Na escola.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chegou a ir algumas vezes ao depósito?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Ia ao depósito só...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não conhecia a formatação do local, onde eram armazenados. Você chegou a ter uma visão completa?

O SR. RICARDO VALENTIN DE OLIVEIRA – Já conhecia, pois tinha entrado lá dentro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, de minha parte, se ele não quiser acrescentar mais nada será desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos estudar. Provavelmente, o senhor será convocado outra vez para o aprofundamento de outros depoimentos. Talvez, necessitaremos de uma acareação do senhor com Cleveland. Está certo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vamos pedir, então, que ele aguarde.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim. Ele aguarda mais um pouco aí; depois, se for necessário, chamamos.

Agora, é o Fernando Braz Moreira? Ele está aqui?

Sr. Fernando Braz Moreira.

Vou conferir o termo de compromisso. Seu nome completo, por favor?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Fernando Braz Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Identidade?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – 677283.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É da Secretaria de Segurança do Espírito Santo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – 36 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Um minutinho, por favor. 844764607-63.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Avenida Gerônimo (inaudível) nº 885

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Local onde exerce a sua atividade atualmente?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Praia do Canto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vitória mesmo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Vitória, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É de parente o grau da pessoa envolvida?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem aqui um termo de compromisso em que o senhor se compromete, de acordo com o art. 203 do Código Penal, a dizer somente a verdade. Pergunto se concorda e pediria que assinasse então.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia, preliminarmente, descrever o seu envolvimento neste caso, historiar um pouco?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Na ocasião, tinha uma empresa de informática, e uma pessoa de nome Cleveland ofereceu umas máquinas, uns computadores, para me vender. Comprei os computadores, e, na ocasião,...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como chamava a pessoa?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Cleveland... Na ocasião, pedi que ele me desse as notas fiscais. Pelo atraso de demora da nota fiscal, para eu dar entrada na empresa, comecei a devolver os computadores para ele. Foi assim que estive envolvido nesse problema aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor chegou a vender algum computador antes dessa devolução?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, cheguei a desmontar alguns computadores e algumas peças.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que desmontar?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Porque, na ocasião em que ele me entregou as máquinas, elas estavam dentro de caixas, e faltavam algumas peças. Em algumas, tinha que colocar HDs, outras memórias, porque eram montadas as máquinas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não eram completas?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Naurides, eu pediria à Secretaria que requisitasse à Se-

cretaria de Educação o processo de concorrência da compra dessas máquinas, porque é impossível uma escola, uma secretaria adquirir computadores pela metade, sem componentes suficientes para poder funcionar. Achei estranho.

Então, você vê o depoimento do Ricardo, em que o computador já era levado direto para a escola. Então, estou achando estranha essa sua colocação com a do Ricardo. O Ricardo disse que a escola era montada e que os computadores já eram levados para os alunos aprenderem a movimentar. Como que esses computadores eram completos, e os outros, não?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Na ocasião em que recebi os equipamentos dessa pessoa, eles estavam na caixa como computadores normais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Novos?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Novos. Em alguns, faltavam HDs; em outros, faltava a memória. Porque eram máquinas montadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, deixe-me perguntar, então: o senhor recebia a caixa fechada?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era como se estivesse vindo do fornecedor?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não havia indícios de que abriram antes para tirar alguma peça e lacraram outra vez?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, as máquinas estavam nas caixas lacradas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Originais?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – É porque o computador que eu comprei dele eram só gabinetes, as caixas vêm em branco, sem nome, sem nada. Dentro do equipamento... porque é normal em informática a pessoa comprar terminais burros, ou terminais inteligentes, com ou sem HD e memória. Isso é normal para quem pratica o ramo de informática.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas se é para escola, ele poderia ir sem a inteligência, sem nada? Ele funcionaria?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Acontece o seguinte: desde o início desse processo, eles me acusam por eu ter comprado esses computadores de escola. Só que eu não posso dizer que eram computadores de escola, porque vinham numa caixa em branco, sem nome, sem nada, e eram máquinas livres de nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que essa é uma informação importante, Dr. Paulo, que a gente tem que requisitar concorrência, nota do fornecedor e tudo para saber.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você comprou os computadores, os 180 computadores?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Na ocasião, comprei cento e poucos computadores, não me lembro exatamente a quantidade, porque ele me oferecia uma quantidade de máquinas e depois ele nunca fechava direito a questão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você comprou de quem?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Do Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto pagou?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não me recordo o valor na época, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas era aquém do preço de mercado?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, o preço estava compatível com o mercado. A única diferença de eu comprar com ele, ou não, é que ele me entregaria os computadores, e eu não teria o ônus só de transportadora, mas o preço era igual ao do mercado à época.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Normalmente você tinha um estoque que variava com uma quantidade expressiva assim na sua empresa? Você comprava nessas quantidades mesmo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sempre comprava menos?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sempre tive a oportunidade de comprar... Porque em informática você só compra à vista, então quando eu tive essa oportunidade de comprar com ele, que me daria um prazo, foi que aumentei a quantidade que eu poderia ter.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como você pagou?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Na ocasião em que fizemos negócio, eu pagaria em uma entrada, trinta e sessenta, o valor das máquinas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quanto era?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Me diga uma coisa aqui, você pagou 950 reais por unidade?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu não me recordo muito bem, mas na ocasião era mais ou menos isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E quanto era o valor de mercado?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Na faixa de 980, 960.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas, segundo informações que temos aqui, a Secretaria pagou 4.500.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – É o que estou falando para o senhor. Eu inclusive contestei essa vinculação com esses computadores na ocasião, no meu processo, junto aos meus advogados, primeiro porque eram computadores montados, quer dizer, só o gabinete, né?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O CPU?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Só o CPU.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas dá para forçar um pouquinho a memória, não é, de quanto pagou? Em torno de 160, 170 mil?

O senhor pagou foi em cheque?

Era uma, mais duas?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Inicialmente, eu ia comprar cinqüenta máquinas com ele e, quando ele me entregasse, a gente fecharia os valores, e eu daria os cheques para ele, que seriam uma entrada, trinta e sessenta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você deu uma entrada?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu dei uma entrada em dinheiro para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quanto?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Na época de dez mil, eu acho. Não me recordo muito bem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em dinheiro? Essa foi em dinheiro mesmo? Não foi cheque não?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E os cheques?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não cheguei a dar os cheques, porque ele não me entregou a nota fiscal, e eu não ia terminar o negócio se eu não tivesse...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor recebeu os computadores?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Recebi os computadores.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E é normal isso, primeiro vem o computador, depois vem a nota, primeiro paga, não combina valor...

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, eu estava aguardando que ele me entregasse as máquinas junto com a nota para fecharmos o valor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, Fernando, vamos conversar aqui comercialmente, não é? Vamos falar bem claro. Se eu compro, eu pergunto quanto custa, primeiro, acerto o valor, acerto forma de pagamento e recebo a mercadoria. Mesmo que ela venha sem nota, que é ilegal, pode acontecer de a nota vir depois e tal, mas é de valores que eu estou falando. Será que na sua empresa você não se preocupa com o valor pelo qual você está comprando as coisas?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – O meu erro, justamente, foi esse afã de dar uma melhorada na minha vida...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você achou uma oportunidade boa, não é?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – ... porque eu não tinha costume de ter grandes compras, nem prazo, não é?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem entregou os equipamentos lá?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Na ocasião foram duas pessoas que levaram até a minha casa...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quais pessoas?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu não conhecia as pessoas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual o veículo que transportou?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Levaram um caminhão lá em casa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual caminhão?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu não tenho conhecimento de caminhão, não sei qual. Foi um caminhão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cor? Cor do caminhão?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu não me lembro. Era de tardinha...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não? Era baú o caminhão?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Era à tardinha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era baú o caminhão?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Caminhão normal, carroceria de madeira?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Normal, é. Normal, o caminhão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E duas pessoas chegaram lá?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E essas duas pessoas descarregaram?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu ajudei a descarregar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você ajudou também?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É normal você ajudar a descarregar a carga na sua empresa?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – É normal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Marco Antônio Malini Lamego?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Conheço. Conheço através desse processo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o envolvimento dele é qual, nessa história?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não conheço o envolvimento dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você disse que conhece, do processo.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – É porque, quando eu estava com os computadores na minha casa, e eu insistia para que...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estavam na sua casa?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Estavam na minha casa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não eram da empresa?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, na minha casa, porque a minha casa era perto, do lado da empresa.

Quando os computadores estavam lá, guardados, eu insistia para que ele me entregasse a nota fiscal para poder dar entrada no contador. Como ele não me deu essa nota fiscal, eu comecei a pressioná-lo para poder devolver as máquinas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Cleveland?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – O Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Malini?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Aí foi quando, nessa devolução das máquinas, o Cleveland mandou, pediu que eu entregasse as máquinas para o Malini. Foi o que eu fiz, foi através daí que eu conheci ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você entregou?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu entreguei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Todas?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não me recordo, mas acho que eram 40 máquinas, uma coisa assim. Não me lembro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foram apreendidas na sua casa as máquinas?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Como? Não, eu já tinha devolvido tudo para ele, as máquinas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tudo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E como as investigações chegaram até você?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Porque, segundo o que me consta, estavam sendo gravados os telefonemas dele, e eu apareço nas gravações cobrando justamente essa nota fiscal dele, para que eu não tivesse mais problemas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Malini, então, entra na história comprando parte dos seus computadores?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, de mim, não. Comprou do Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E aí você só entregou?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Repassou para ele?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Só entreguei para ele porque eu queria retirar os equipamentos da minha casa, já que eu não tinha nota fiscal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantos?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Como assim?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantos equipamentos?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu não me recordo muito bem, mas acredito que sejam 40 ou 50 máquinas, não me lembro. Cinqüenta gabinetes.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, ficaram ainda cento e poucas com você?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – É, nesse período em que eu pressionava ele para retirar os equipamentos, ele determinava para algumas pessoas para ir lá e retirar para acabarem as máquinas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quais outras pessoas?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu não conhecia. Ele falava assim: "Uma pessoa vai aí e vai pegar os computadores".

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Uma pessoa?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E aí chegava uma pessoa...?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu liberava, porque eu estava doido para me livrar daquele problema.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qualquer pessoa que chegasse?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, quem ele mandava. Ele ligava e falava assim: "Olha"...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ligava e dizia que ia uma pessoa lá. Não era fulano de tal, não?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor. Aí pegava as máquinas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – "Vai uma pessoa aí". Ele falava assim?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não dava nome de ninguém?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não. Falava comigo: "Olha, vai aí fulano de tal – não me lembro nomes – e vai tirar, vai pegar tantas máquinas". E eu devolvia.

Na realidade eu queria era, na minha condição de comerciante pequeno, continuar do meu jeito, sem ter mais problema nenhum.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a Luciane de Souza Goulart? Você conhece?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Conheço através do ramo de informática, também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é Jefferson Foratini?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Jefferson Foratini é uma das pessoas que estão envolvidas nesse problema aí, o qual era a pessoa que eu conhecia, era a única pessoa com quem eu tinha vínculo de amizade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Envolvido como?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Envolveram ele nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era agiota?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era agiota?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não sei dizer ao senhor se ele é agiota, qual o... Eu sei que ele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você descontava cheque com ele?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu sei que ele é um policial civil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É policial civil?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Era, era um policial e ele, na ocasião em que montei minha empresa, me ajudou, trocava alguns cheques para mim, sem juros. Não me cobrava juros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Três por cento, diz você.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – É, ele cobrava juros simbólicos, só para me ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que ele cobrava 3% ao mês.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem nada de simbólico. Juros de 3% não tem nada de simbólico.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas, de qualquer forma, essa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E cobrava juros.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De qualquer forma, essa negociação ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E como é que ele entrou na história do roubo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não sei dizer.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantas pessoas retiraram esse equipamento de lá?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não me lembro do número certo de pessoas. Sei que estava com tanta ânsia de me livrar desse problema – já que eu não tinha nota fiscal e temia uma fiscalização – que ele só ligava, e eu liberava as máquinas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Perguntarei novamente: quantas pessoas tiraram equipamento de lá?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não me recordo.

O Sr. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tem alguns equipamentos dentro da sua empresa ou da sua casa, recebe um telefonema mandando pessoas retirarem de lá e não tem a preocupação de saber quantas pessoas?

O senhor sabe que está depondo numa CPI, não sabe?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, lerei para o senhor um artigo da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952:

"Constitui crime fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Pena do art. 342, do Código Penal, de 1 a 3 anos de reclusão."

Podemos indiciá-lo, se entendermos dessa forma. Temos todos os inquéritos, os depoimentos, então pediria que fosse mais claro, por favor. Não estamos aqui para perder tempo, nem temos tempo para isso.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Excelência, na ocasião...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, vamos falar: quantas pessoas retiraram materiais da sua casa?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Acho que umas cinco pessoas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Já melhorou. Umas cinco. O nome deles?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não lembro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De alguns?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não lembro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De nenhum?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não lembro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E no seu depoimento, lembrava?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Enumerei no meu depoimento, na ocasião em que o problema havia ocorrido. Mas já se passaram muitos anos...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi você que levou para o Malini ou ele que buscou?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu levei para o Malini.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você disse que ele que tinha vindo buscar.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Está aí no depoimento?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está que você entregou quantos computadores?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você entregou cinqüenta para ele.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor. Eu entreguei para o Malini cinqüenta máquinas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vinte e nove foram para quem?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não me recordo. Tinha dias que mandavam uma pessoa buscar, ia lá com o carro e levava. Na verdade, eu estava louco para me livrar do problema.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pelo jeito, você virou depositário do Cleveland?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Oi?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você virou depositário do Cleveland?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Ele não me dava nota fiscal, eu não tinha como comercializar as máquinas, então, como já estavam comigo, essa foi a oportunidade que tive dele levá-las embora. Então, ficou alguns dias.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você nunca vendeu nada sem nota na sua firma?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca comprou nada sem nota?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, sempre vendi com nota, direitinho. De Vitória. Sempre os grandes negócios que fazia, nunca foi grande coisa. A minha empresa é uma empresa pequena.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Aí tem a descrição de algumas entregas e retiradas. Você alguma vez vendeu para o Governo ou Prefeitura, participou de alguma licitação ou concorrência pública?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vendeu sempre para particular?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sempre para particular.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Seus clientes eram sempre pessoas físicas?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor levanta suspeitas de que aqueles computadores não eram escolares. De acordo com sua descrição, não tinham a possibilidade de serem usados em escolas pelos alunos.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Quando recebi os equipamentos, eram iguais a todos os que comprávamos normalmente, as mesmas marcas de HDs. Não eram equipamentos que continham algum programa escolar. Havia ainda terminais burros e outros inteligentes – uns tinham HDs e outros não. Também, se uma pessoa fosse me oferecer uma máquina com nome de colégio, jamais iria comprar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não falo pela marca, mas pela estrutura da máquina, por seus componentes. Não preenchiam os requisitos de uma máquina normal...

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, era uma máquina comum, montada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Montada?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Montada, você diz que alguma oficina montou?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Compra as peças separadas em vários lugares e monta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando o Cleveland foi preso, você tinha alguns computadores em casa ainda?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando o Cleveland foi preso, você ainda tinha alguns computadores em casa?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou ler um trecho de seu depoimento:

"Que reafirma que não tinha conhecimento do roubo de 184 computadores na Prefeitura de Vitória; que, antes do acusado Cleveland ser preso, ainda existiam 30 computadores na casa do interrogando e, com medo de ser roubado, resolveu guardá-los na casa de D. Sônia."

Quem é D. Sônia?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Como era final de ano e como eu tinha pago a ele 20 mil reais, fiquei com esses computadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tinha pago 10 antes.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Dez mil reais para ele, esses computadores...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois você deu mais dez?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, aí eu ia acabar de fechar os valores com ele e fiquei com medo de ir, porque onde eu moro é no Maria Ortisa, um lugar meio perigoso de ficar na minha casa lá. Aí eu deixei eles guardados na casa de uma amiga, porque eu ia viajar, e eles iam ficar lá. Seria assim: o valor que paguei para ele. Esses computadores que estavam na casa da D. Sônia, que ela devolveu para a Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que representava os 20 mil?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Mais ou menos isso, uns 10 mil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era 300 reais cada um?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, porque eu teria que dar uma entrada para ele, e ele dividiria o resto em 30 e 60. Esses computadores que estavam lá seria a entrada, e eu pagaria o resto para ele em 30 e 60. Só que quando aquela confusão toda dele devolver as máquinas tudo, nós ficamos de ter-

minar de devolver, e eu pagaria ele e nunca mais ia nem querer saber dessa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi condenado a qual período?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu fiquei preso 10 meses e 15 dias, fui condenado a 3 anos e meio, se não me engano.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você saiu por quê?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Porque houve a condenação e eu já tinha cumprido 1/3 do...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É isso mesmo, 1/3.

Você conhece o Ricardo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Conheço através desse processo aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Antes, você não o conhecia?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Antes eu conhecia no ramo de informática, né?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que ele fazia? Você tinha alguma relação com ele?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Trabalhava com venda de informática, de computadores.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sua firma ainda está aberta?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, Senhor.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – O que você faz hoje?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Trabalho como... faço algumas manutenções, bico de manutenções e estou tentando ver se consigo montar uma nova empresa para mim de venda de computadores, que é o meu ramo em que trabalho. Trabalho há mais de 15 anos com isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Conhece o Jucimar?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, Senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Paulo Roberto Nascimento?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, Senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Inácio?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Alexandre?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, Senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Franco, Júlio?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Jefferson?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – O Jefferson...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foratini Peixoto.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Como já havia dito, conheço ele já anos atrás.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De muito tempo, né?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Juarez Grechi?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que você sabe sobre o envolvimento dele?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não sei nada sobre o envolvimento dele, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem do processo? Você não acompanhou?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sei que dessa forma conheço ele através de, nesse período de prisão aí, que era sempre conduzido a fórum, mas antes não tinha nenhum tipo de amizade com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Jarbas de Almeida?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Reinaldo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Roberto?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Josenildo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Edvaldo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nenhum você conhece?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não foi eles que descarregaram na sua casa?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Na ocasião em que descarregaram lá em casa, não conhecia as pessoas. Descarregaram e pronto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conheceu, porque ajudou até a descarregar.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, mas não sei nome.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem depois ficou sabendo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem teve a curiosidade?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não fazendo nada errado, recebendo os computadores. Depois você já sabia que aqueles computadores eram roubados. Depois você ficou sabendo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ah, não? No processo você não ficou sabendo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Fiquei sabendo no processo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é. E o senhor nem teve a curiosidade de saber o nome de quem descarregou com o senhor?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor, infelizmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como o senhor sabia que havia os 2 menores?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor disse que havia 2 menores.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eles tinham cara de menores, foi isso que eu falei na Polícia Federal. Eles pareciam ser menores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ninguém chamou ninguém por nome, nada?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor, não me recordo. São 2 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alguns deles foram presos?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Ari, o senhor conhece?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Oriosvaldo Elíseo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor já respondeu a algum outro inquérito?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A nenhum? Não é processado por nada?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Quando eu tinha 18 anos, eu tive uma briga, mas foi só isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que foi? Lesão?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Numa boate, briguei com um rapaz numa boate, mas foi só isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Lesão corporal? O que foi? O senhor foi indiciado?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas tinha processo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Houve um processo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Houve um inquérito?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Houve um inquérito policial. Mas eu tinha 18 anos.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma) – O senhor chegou a ler a sentença do juiz que o condenou?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele faz aqui referências à comprovação da sua participação em toda a estrutura do crime, pela guarda da mercadoria, pela confissão e pelas circunstâncias apresentadas. Então, não há injustiça na sua condenação.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – A única injustiça que vejo nesse caso é, no meu afã de querer melhorar a minha vida, no mercado, cometi o erro de comprar de uma pessoa sem procurar saber de uma

indicação dela antes. Agora, tentei, de todas as formas... Tentamos, por 2 vezes, periciar os computadores, porque achava muito descabida a diferença de uma máquina para a outra do que eu estava sendo acusado. Fiquei 10 meses e 15 dias preso pelo art. 180, e não foi me dado direito a nada. O juiz não me deu direito a recorrer do processo ou responder em liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor tinha advogado constituído?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Tenho, sim, senhor, mas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele interveio no processo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Interveio, mas em hipótese...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como o juiz não lhe deu o direito de defesa?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não deu. Foi pedido várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Negou provimento de alguma coisa, por razões jurídicas que ele achou não deveria conceder. É outra coisa. Direito de defesa o senhor teve.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor. São coisas que, como o senhor me perguntou, achei que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, não. Tudo bem.

Aguardaremos um pouquinho. Suspenderei o depoimento por 5 minutos, porque há uma informação, e o nosso Relator vai lá. Suspendo a reunião por 5 minutos até que o nosso Relator retorne.

(Suspende-se a reunião por 5 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos reiniciar, Deputado Oscar Andrade, nosso Relator.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Fernando, o senhor confirma ter comprado 180 computadores do Cleveland?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Comprei não foram 180 máquinas, não, mas cento e poucas, não me recordo...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cento e poucas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cento e oitenta e quatro.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor, confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O depoimento tem 184.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto o senhor pagou?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Na ocasião, cada máquina se negociava em torno de R$950,00, não me lembro muito bem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual foi a forma de pagamento?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Uma entrada, 30 e 60.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E com quem o senhor negociou?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Diretamente com o Sr. Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cleveland, o que o senhor tem a dizer a respeito disso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que vendi para ele foi periférico de computador. Foi achada uma parte na minha casa e uma parte na loja dele. Nunca vendi computador nenhum para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Periférico é o CPU?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, periférico são o mouse, o teclado e as caixinhas de som, da marca – se não me engano – **clone**, de uma carga roubada aqui no Espírito Santo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De qual empresa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Que não tem nada a ver com a da prefeitura. Da prefeitura, é o seguinte: ele é maçom. A pessoa que foi presa com os computadores junto com ele é maçom.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Malini. O advogado dele é maçom. Eu conversei tudo isso com o promotor lá, que, pelo jeito, o promotor também é maçom. Então, o que acontece? Eles sabem quem roubou a prefeitura. Eles sabem de quem eles compraram, só que eles não têm coragem de falar, porque as próprias pessoas que roubaram a prefeitura estão aí, reconhecidas, são rés confessas e reconhecidas por vítimas. Quem apareceu no programa "Linha Direta", com o revólver na mão, assaltando a prefeitura, foi um artista me imitando. Mas das vinte e oito vítimas que têm lá nenhuma me viu, e é muito fácil me reconhecer, certo? Então, o que acontece?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas este artista que te imitou botou a sua cara, uma máscara?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, mas apareceu a minha cara o tempo todo. Eu tive um programa no "Linha Direta" que foi o primeiro, no Bra-

sil, que durou o tempo todo. Geralmente, eles dividem em dois, mas o meu durou o tempo todo, porque o subsídio que eles têm para me condenar nesse assalto à mão armada são provas montadas e fatos descritos pela televisão que induzem as pessoas a me julgarem como assaltante. Eu não sou assaltante. Eu não vim aqui ontem – e o Deputado foi testemunha disso... Eu não passei a mão em coisa errada. Eu sou um homem que estou pagando a minha pena. Eu quero sair da cadeia e reconstituir a minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor chegou a praticar roubo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu nunca pratiquei roubo. Eu sempre comprei carga. Comprei carga há dois anos atrás. Não por encomenda.

Dr. Romeu, eu quero dizer uma coisa bem clara para o senhor: nada do que se passou, no passado, em relação ao roubo de carga, aqui no Espírito Santo, está em obscuro. A polícia tem todas as informações. Não da minha boca, que eles jamais teriam. O senhor é um homem inteligente e sabe que eu não vou morrer delatando os outros. Eu prefiro morrer nas mãos da polícia. Eu sou um cara que estou há dois anos dentro da cadeia. A cadeia me respeita. Ela, hoje, é o meu lar. Eu jamais denunciaria ninguém, porque, quando eu voltasse para a cadeia, eu morreria. Eu não estou conversando, desde ontem, com o seu filho. Com o Deputado, aqui, a minha conversa não tem desvios. O que eu não quero falar, eu não falo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem roubou os computadores? O senhor disse que já está claro.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estão aí. Eles são réus confessos e reconhecidos. Eu não vou falar o nome deles; eu não preciso. Estão aí os depoimentos deles, que foram tomados, e reconhecidos por todas as vítimas Está tudo aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Marco Antônio Malini?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, o Marco Antônio Malini é receptador junto com ele. Agora, o desbarate disso tudo aí, que não interessou à Justiça Estadual, foi porque eu vendi uma nota fiscal para o Sr. Marco Antônio Malini e, se não me engano, ela está aí, em julho ou junho do ano. Quando eu falei isso para o Dr. Guilherme Rizzo, ele falou para mim "O papel aceita tudo. A data você põe a que quiser." Aí, eu disse para ele "Então, há duas coisas para provar a validade desta nota fiscal: eu tenho a data da nota e eu tenho os cheques que foram endossados, de um empresa aqui de Vitória, do grupo Roncetti, que tinha de ter sido feita uma lista..." Uma lista não, como é mesmo o nome?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso consta do inquérito?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tudo que eu falo consta. Só que não foi analisado, pois não houve diligência. Esta é a palavra que eu queria falar. Não houve diligência nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem perícia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Nem perícia de computador. Um exemplo. Nós chegaremos lá, Senador. Olhe só. Não houve diligências para descobrir se os cheques que eu fui descontar na boca do caixa, que veio no nome da firma do Malini e que foram endossados para minha pessoa, eram de julho, de junho ou de outubro. Eu não posso vender uma coisa em junho, certo, que foi roubada em outubro. Essa é uma questão de inteligência. Mas o juiz se fez cego para isso. Por quê? Porque há outras coisas que envolvem isso tudo e que vamos chegar lá. Elas envolvem desvio de dinheiro de prefeitura, fundo de campanha. Então, o que acontece.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que o....

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Deixe-me só terminar a explicação. Eu estou há dois anos preso, e os senhores têm todo o tempo do mundo para me ouvir, certo? Olha, só, o que acontece: essas notas fiscais foram emitidas. Se eu for ao Banco Safra, na Avenida Princesa Isabel... Se puderem me levar lá, algemado, com as mãos para trás e com os pés, tudinho, porque eu não sou um bandido de alta periculosidade, mas o que a polícia quiser fazer, eu vou lá e olho na cara da gerente que está lá e falo com ela: "Você se lembra que eu estive aqui, que eu saquei este cheque?" Porque eu não tenho o nome exato da empresa, mas eu sei, porque ele me falou "Eu preciso de acobertar esses computadores em julho. Não são os supostos computadores, os supostos computadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem falou?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Malini. Certo? Eu preciso acobertar esses computadores que comprei para dar legalidade à minha empresa. Então, estou vendendo – não para o Grupo Roncetti, em si – para uma pessoa da família Roncetti.

Quando se fala no nome desse aqui, todo mundo foge.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Roncetti é do Espírito Santo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Do Espírito Santo. É a maior cadeia de supermercado que tinha aqui e foi vendida para o Carrefour.

Eu não estou dizendo que eles estão envolvidos em roubo de carga. Estou dizendo que vendi uma nota fiscal para o Sr. Malini, se não me engano de 25 computadores. Tem aí a nota fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ok. Vamos esclarecer. O Sr. Malini queria a nota para cobrir a mercadoria que vendeu para o Supermercado Roncetti?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Justo. Quando eu caí preso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes de o Carrefour adquirir esse supermercado?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não. Já tinha adquirido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já estava em nome do Carrefour?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mas a empresa que adquiriu esses computadores do Malini é aqui na Enseada do Suá. O Malini sabe informar perfeitamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele vai depor aqui. Agora o senhor aguarda somente um pouco. O senhor vai falar mais.

PRESIDENTE **(Romeu Tuma) – O problema é o seguinte: Nós temos um processo em andamento na Justiça. O senhor está trazendo ao nosso conhecimento fatos novos que, pelo que o senhor descreve, não foram incluídos na apuração da investigação.**

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem diligência foi feita.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Dr. Romeu, o caso é complexo. Vou dar um exemplo para V. Exª.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu estou somente perguntando para dividir, porque nós vamos investigar esses fatos novos que o senhor está trazendo ao nosso conhecimento.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Com certeza. Esse é um. Eu tenho cinco fatos novos para explicar para V. Exª. É complexa essa acusação que vem contra mim, é complexa essa condenação que eu tive por assalto a mão armada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor daria um bom advogado.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu tenho até o segundo ano de direito e deveria ter sido um advogado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aguarde-me somente um pouquinho, Sr. Cleveland.

Sr. Fernando?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor está escutando as colocações dele. O senhor reafirma que comprou os computadores dele?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde foi feito o negócio?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Quando eu fechei o negócio com ele, vim aqui no edifício, aqui pertinho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No escritório dele?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – No escritório dele. No sexto andar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor foi lá?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele o chamou?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Ligou-me, e eu fui lá fechar negócio.

Quando foi isso?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Somente um detalhe. Cleveland, o senhor sabe se foi feita perícia nesses periféricos que o senhor vendeu, e nos computadores?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Preste atenção!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Atenção eu estou prestando! Não precisa me chamar a atenção toda vez para prestar atenção.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É que eu tenho o costume. V. Exª me perdoe.

O juiz indeferiu a perícia, porque os computadores que foram achados com eles não condizem com os que foram roubados da prefeitura. Esse é um fato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque aqui, pelo depoimento dele, que está mais ou menos dentro disso, houve a suspeita de que a concorrência foi fraudada.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Com certeza a concorrência da prefeitura foi fraudada, porque esses computadores que foram apreendidos... Foi um Deputado chamado Luciano Resende para a televisão dizer que eu tinha roubado os computadores da prefeitura. Ele soube observar muito bem e me acusar de um roubo que eu não pratiquei. Mas ele não pôde avaliar um homem que estudou comigo no Colégio Salesiano, fez as melhores faculdades do Espírito Santo, um homem conhecido no mundo todo, porque é um médico famoso inclusive desse negócio de olimpíada, que mexe com tóxico em olimpíada, mas ele não soube dizer como um computador pode custar, no mercado, R$1.500, e a prefeitura está pagando R$4.600 pelos computadores? Eles não sabem explicar isso. Sabem explicar que Cleveland é ladrão, é o chefe da quadrilha, é isso e aquilo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é somente o receptador?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu sou receptador.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor entrou nisso aí de boi de piranha?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não. Não entrei de boi de piranha. Entrei por necessidade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu estou dizendo essa do roubo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR MOREIRA – De que roubo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não praticou? Está dizendo que não praticou.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – De que roubo? Do roubo do computador?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Do computador?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O roubo do computador é o seguinte: Ele me comprou os periféricos, e é a maneira mais fácil de ele jogar em cima de mim. Ele pensou que eu iria receber a receptação. Crime continuado. Isso ele falou comigo lá no...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem falou?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Fernando. "Rapaz, você está com receptação. É crime continuado. Não vai cair nada mais sobre você. É um crime só. Segura essa." Eu falei: Vou segurar o quê, rapaz! Isso aí vai dar assalto a mão armada pra mim. Falei isso pra ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Fernando, o senhor falou isso?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está mentindo?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, vamos lá e me dê os detalhes de como o senhor comprou dele os computadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não o conhecia?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não o conhecia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como o senhor ficou conhecendo ele?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Ele me ligou oferecendo periféricos de informática: teclado e mouse.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele ligou para o senhor sem o conhecer?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Para a empresa. É praxe de quem quer vender informática ligar para todas as empresas. Eu estive umas duas vezes no escritório dele para negociar questão de valores, configuração. E foi isso. Um dia ele me ligou dizendo que os equipamentos já estavam chegando de São Paulo, e queria fechar o negócio comigo. Eu precisaria ter dez mil na mão para dar a ele na hora. E foi o que aconteceu. Ele levou as máquinas lá, eu pedi insistentemente nota fiscal dos equipamentos para dar entrada na empresa; não me deu, e eu comecei a pressionar para fazer a devolução dos equipamentos para ele, só isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você deu os R$10 mil em dinheiro?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você recebeu os R$10 mil?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você pagou em dinheiro ou em cheque?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Em dinheiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E os outros cheques de 30 e 60 você não tinha como pagar?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – É porque, já que iria ter a devolução dos equipamentos, eu ia passar os cheques para ele **a posteriori**. Foi que houve a prisão da gente, que culminou nesse processo inteiro.

PRESIDENTE **(Romeu Tuma) – Você não chegou a emitir os cheques?**

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E não era estranho mais de cem computadores – não é 180, não? Você não tem o quebrado...

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – 184.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você dar apenas R$10 mil? Se é a vista, 30 e 60, são três parcelas iguais.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Até porque eu pensava que ia comprar uns 50 computadores só, eu não tinha costume de comprar cento e poucos computadores. Como eu disse para o senhor, minha empresa é pequenininha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você deu R$10 mil para receber 50?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – É que seria, mais ou menos, a quantidade que eu tinha, e o restante eu pagaria em 30 e 60.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O restante do pagamento de 50?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E aí você recebeu 184?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está normal isso?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Como eu falei com senhor, é no afã de fazer o negócio, né?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Malini foi mandado pelo Cleveland?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Ele me ligou e pediu que eu fizesse o favor de entregar as máquinas para o Malini, 50 computadores.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi assim, Cleveland?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, senhor. Eu tenho um aparte?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode falar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Você tem conta no banco Sudameris?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Tenho.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Você emitiu um cheque do Sudameris para mim?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – E por que você falou que você não me deu cheque?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espere um pouquinho. Você disse que não deu cheque nenhum, não emitiu nenhum.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Mas não foi na compra desses computadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você disse que só tomou conhecimento com ele quando ele foi te vender os computadores. Você não comece a mentir aqui e nem arrumar confusão. Você está fora da cadeia, mas a gente põe outra vez.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou você é sincero; se comprometeu a falar a verdade, então, fale a verdade. E não é ele que vai te interrogar não.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continue.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Dr. Tuma, não estou querendo interrogá-lo, mas a forma que tenho de me defender é esclarecer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qualquer colocação passe para mim que eu faço a pergunta.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Dr. Tuma, eu gostaria que o senhor perguntasse a ele se ele não me deu mais de um cheque de R$5 mil pela compra dos periféricos, os quais estão sacados na boca do caixa e alguns devolvidos no meu nome e no nome de uma outra pessoa que chamo de Rodrigo, que era um viciado em drogas que eu estava ajudando, na época, porque eu trabalhava, mesmo com essa parte podre da minha vida, com a evangelização de viciados em drogas. Já fui um viciado, não tenho vergonha de falar isso. Aqui, em Vitória, é notório o meu abandono das drogas, isso aí é público, foi até um fato que repercutiu muito. É o seguinte: eu tenho, se não me engano, dois ou três cheques sacados dele do banco Sudameris, no valor de R$5 mil cada um, assinados pela esposa dele e por ele, cientes do que estavam comprando de mim e que eram os periféricos de computador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você ouviu bem? Você emitiu esses dois ou três cheques no valor de R$5 mil?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Senhor, eu não falei desses cheques porque está sendo perguntado sobre os computadores. Mas, na ocasião em que fiz o negócio dos computadores com ele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando te perguntei, você me disse que não conhecia ele antes.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu não conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você foi e deu os cheques para ele e como não o conhecia?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Eu comprei os periféricos, teclados e **mouse** com ele, dei os cheques para ele e, depois que eu comprei os teclados e os **mouses**, ele me ofereceu os computadores. Foi tudo na mesma ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espere um pouquinho. Você deu os três cheques?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele te deu a nota fiscal dessa compra anterior aos que ele...

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você aí não teve problema, pagou e vendeu?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Ele ficou de me dar a nota fiscal e não me deu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não embroma. Então esses três cheques foram descontados?

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Foram descontados; um voltou sem fundo, se não me engano.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então quer dizer que já era praxe ele comprar sem nota fiscal.

O SR. FERNANDO BRAZ MOREIRA – Os outros foram descontados; é só ir ao banco, fazer o levantamento, quebrar o sigilo bancário dele. O cheque foi sacado ou por Cleveland de Moreira ou foi sacado... É só encontrar ali perto das datas que fui preso...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era nominal?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Claro, porque para sacar tem que ser nominal... Ou pelo Rodrigo – esqueço o nome do Rodrigo –, não é uma pessoa que está envolvida com roubo de carga. Era uma pessoa que eu estava acolhendo na minha casa que, inclusive, posso ser até responsabilizado por estar usando-o para isso. Eu não tenho vergonha disso, porque o que fiz de errado, fiz de errado. Estou querendo acabar com isso, virar essa página da minha vida. Não quero virar santo, não sou santo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi o Rodrigo que foi sacar com você?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Foi comigo, e não me lembro se saquei no nome dele ou no meu. Mas têm vários cheques de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), se não me engano, três. Nunca houve pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Jamais teria uma carga de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) – que é o que vale o que ele falou – que eu receberia 10 mil dele e nenhum cheque. Sendo que, para ele me comprar 15 mil de periféricos, ele teve que me pagar dinheiro à vista, um cheque à vista e dois para frente. Existem vários cheques dele emitidos com agiota, aqui em Vitória. É só quebrar o sigilo bancário do agiota.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O agiota é o ex-policial?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que ele nominou aqui.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Esse é outro agiota; ele é dono de uma loja, que eu falei que tirei o Franco de dentro da loja dele para vender os equipamentos. É o dono da – esqueci o nome da loja dele, fica em frente à Elias Miguel, praticamente.

O SR. PRESIDENTE **(Romeu Tuma) – Consta do inquérito?**

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não consta, porque não houve necessidade de se falar nisso. Eu não quis envolver outras pessoas, e ele está praticando o crime de agiotagem. O problema é da polícia investigar, não vou ficar cagüetando ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo. É só para esclarecermos essa situação de pagamento ou não pagamento.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ele tem vários cheques que foram compensados. Paulo Eliotério, ex-gerente do Banco Bradesco, se não me engano.

O SR. O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele era quem fazia os descontos?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ele descontava cheque para mim e me comprava pneu e roda. Era uma pessoa que tinha envolvimento comigo

em coisas lícitas. Eu era representante da Girus e representante da Dunlop, para o Brasil todo.

O SR. O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o que te levou a passar a receptador de mercadorias?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Fui envolvido por uma pessoa durante 12 anos que, por burrice minha, foi minando a minha vida. Meu filho de 12 anos perguntou porque eu era tão burro. Eu não sou burro, sou até inteligente, mas eu confio nas pessoas. O Dr. José Carlos Stein, que foi meu advogado durante 12 anos, o qual ficou com a minha casa, na Ilha do Frade, que usa o andar inteiro que tenho neste prédio aqui, também adquirido por ele de forma fraudulenta, o qual ele é meu advogado nos dois processos, tanto da casa quanto das salas, o qual ele me fez, para desviar uma dívida que eu possuía com o Sr. Hélio Pimentel, para fazer uma confissão de dívida dessas salas com a Empresa Pinheiro Paz, que mexe com petróleo aqui no Espírito Santo, a qual ele defende com esses tipos de burlar a sonegação fiscal, que é com substituição tributária, etc. Uma empresa que tem sede em Campos e sede aqui em Carapina. Não me lembro, agora, o nome do proprietário dela.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como se chama a empresa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Pinheiro Paz. Fiz uma confissão de dívida, dando de garantia essas salas, para salvaguardar a briga que eu estava tendo com um sócio meu no Rio de Janeiro. Isso é uma parte do que o Stein fez comigo. Quando fiz essa confissão de dívida, fiz um contrato de aluguel dessas salas com o Dr. José Carlos Stein. E aí, ele foi apresentado à Justiça da Serra, que a Pinheiro Paz entrou executando, porque o meu sócio, no Rio, queria as salas para ele, e eu queria para mim. A forma que tive de manter essas salas sobre o meu domínio foi essa, orientado pelo meu advogado. Essa é uma parte. Esse processo está na Serra. Esse processo... Ele, que me defendeu no processo o tempo todo e defendeu a Pinheiro Paz o tempo todo, de uma hora para outra, fez um acordo com um cara, no Rio, e as salas hoje são dele. Se isso for investigado pela Polícia Federal, ou se a justiça aqui investigar isso, vai ver que é um quebra-cabeça fácil de ser montado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está em nome dele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Deve estar em nome dele.

Em relação a minha casa – estou falando o que me levou a comprar a carga roubada –, tenho uma confissão de dívida com o Sr. Hélio Pimentel, que é um agiota conhecido no Espírito Santo, ao qual, no Cartório Amorim, existe uma confissão de dívida, um contrato, eu dando a casa como garantia. Assinei esse contrato na base de pressão psicológica – eu e minha esposa -, dizendo que ele me emprestou R$ 250 mil e me cobrando 5% de juros ao mês. Tudo em contrato, uma operação de agiotagem explícita. Sendo que este homem, qual foi a condição que consegui para tirar a casa, e defender a casa: cancelei o contrato com o comprador da casa e fiz um novo contrato com o vendedor da casa com o Abel Stein, que é primo do José Carlos Stein – que era meu advogado.

O que foi feito dias depois que fui preso?

Foi feito um acordo do cara que é dono da casa, tem ela declarada em imposto de renda, tudo direitinho, doando a casa para o agiota.

Então, é uma coisa que não tenho como mostrar um crime explícito, mas vou mostrar a má fé de um advogado que advoga naquela causa para mim durante anos e, de repente, ele advoga contra mim, da mesma forma.

É isso que me prende nesse 157, nesse assalto à mão armada, na Prefeitura. O Dr. José Carlos Stein é irmão da Dr.ª Carla Stein, que é promotora, uma pessoa influente no Ministério Público.

O que acontece?

Tudo meu dá errado.

Vou dar um exemplo para o senhor. Seu filho, quando começou ontem aqui – eu estava muito nervoso –, a primeira pergunta que fiz para ele: me explica uma coisa, existe um pedido, fui espancado pelo BME, existe um processo aberto contra os policiais há um ano atrás para eu ir fazer um exame de descolamento de retina. O Secretário de Justiça, o Coronel César Rodrigues que é Diretor Geral dos Presídios do Espírito Santo nunca permitiu que eu fosse ao médico, porque disse que sou um bandido de alta periculosidade, e que a escolta ele não tinha preparada para me levar. Estou sujeito a perder esta vista, depois de 29 cirurgias. Agora para vim aqui falar de uma coisa – não estou tirando a importância disso aqui, pelo contrário, que, para mim, isso aqui é a coisa mais importante da minha vida, hoje, pois é a primeira vez que estou sendo ouvido – da qual já estou condenado – todas as pessoas que vocês estão ouvindo aí estão condenadas –, para mim, graças a Deus, isso veio para cá, mas é como tentar ressuscitar um morto, porque, pela Justiça do Espírito Santo, esse é um fato terminado, eles estão satisfeitos do Cleveland ser o ladrão da Prefeitura de Vitória. Por quê? Porque mantêm Cleveland preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas nós não estamos ressuscitando nada morto. Estamos buscando novos dados para poder investigar. Se for sincera a sua exposição, vamos clarear através de investigação. Hoje tem o Grupo-tarefa, da área Federal que vai – com o pessoal que trabalha na CPI – investigar todos os dados que estão sendo fornecidos por você, que, além da anotação, está sendo gravado. Eu gostaria que soubesse que está sendo gravado.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com isso, vamos aprofundar todas essas histórias que você está contando.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A única coisa que continua uma dúvida minha no ar, Senador Romeu Tuma, é que o Ministério Público do Espírito Santo não tem força contra essas pessoas. É por isso que está a força tarefa aí, e é por isso que eles estão investigando tudo, mas eles vão mostrar um monte de coisa errada, e não vai dar em nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espera um pouco.

O que estamos pretendendo é que, como a Força-tarefa está aqui, e não houve possibilidade da intervenção Federal que foi requisitada, tenho certeza que a esfera Federal vai ter o procedimento judicial.

O que a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito vai pedir é que a esfera Federal dê prosseguimento às investigações que forem apuradas em decorrência de toda essa maracutaia que envolveu, infelizmente, trazendo uma amargura muito grande à sociedade do Espírito Santo.

Um Estado como este ficar sempre sob a égide de que tem que sofrer uma intervenção deve ser terrível para o cidadão que mora e nasceu aqui.

Acho que temos que ajudar para que realmente se limpe de uma vez essa peste que cai sobre o Espírito Santo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Acredito que, com o respaldo que V. Exª tem devido todo seu trabalho na polícia e agora com um mandato de Senador eleito pelo povo, se houver um empenho de V. Exª, um apoio à Polícia Federal e junto com o Ministério Público Capixaba, com as pessoas de bem que tem lá, junto com o apoio do Ministério Público Federal, com gente de fora do Estado, V. Exªs vão colher muita coisa aqui que interessa aos Srs. Muito mais do que uma pessoa que dá uma revolvada em motorista de caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui tem muita gente séria e que estão coibidas de agir por pressão. Temos que pegar agora essas pessoas que estão confiando na CPI para trazerem ao nosso conhecimento todo esse drama que estão sofrendo pela impossibilidade de aplicar a lei.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que eu quero deixar bem claro é que não estou aqui para acusar ninguém. Sou um condenado, assumo que sou receptador de carga, aliás, fui receptador de carga, quero consertar a minha vida, acredito que o próprio sistema penitenciário existe para ajudar a pessoa a consertar a vida. Errei, não estão negando isso, não estou vindo aqui de santo, não quero que ninguém pense aqui, nem imprensa, nem autoridade nem nada, dizendo que o cara aqui é vítima e ele está agora querendo cuspir para tudo quanto é lado. Não estou cuspindo para lado nenhum. Estou dizendo simplesmente que, por trás do que aconteceu na minha vida, existem crimes muito maiores do que uma "revolvada" em um motorista de caminhão.

PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A vida é a coisa mais sagrada que tem. Se você ameaça ou elimina um cidadão é a coisa mais difícil de ser aceita. O senhor que se diz pregador, como pode aceitar a violência contra a pessoa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Deixe-me explicar uma coisa para o Sr. Usei um termo aqui usado na cadeia. Revolvada não é tiro e, sim, enquadrar a pessoa. Se o senhor pegar no Espírito Santo, de 1994 para cá, não existe um motorista morto em assalto de carga. Falo para o senhor o seguinte: se eu comprar algum caminhão de um motorista que tenha sido assassinado é de trato entre a pessoa que compra e a pessoa que vende, porque quem compra vai denunciá-lo. O motorista de caminhão praticamente já é preparado para não reagir ao assalto. A carga não é dele, ela está assegurada.

Estou dando detalhes de coisas que o senhor deve conhecer também.

PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conheço. A história é diferente um pouco. Há alguns anos atrás, matava-se o motorista, e a investigação era sobre homicídio, que é muito mais séria do que roubo de cargas. Então, as quadrilhas acharam que tinham um prejuízo muito maior eliminando motorista do que seqüestrando e mantendo em cativeiro até a entrega da mercadoria, porque não teria investigação do homicídio e, sim, do roubo de carga, que até há pouco não se concentrava com inteligência. Atualmente, a estrutura policial está sendo pressionada pela CPMI no sentido

de centralizar a investigação, tem que ter a inteligência, porque a estrutura do roubo de carga é muito mais bem aparelhada do que se possa imaginar. É por esse motivo que não se mata mais motorista.

O bandido que permanentemente está nessa ação pouco está se importando se mata ou não, porque ele é quem entrega a mercadoria, recebe o dele e o resto acabou.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não é simplesmente assim. Uma pessoa que rouba carga não recebe o dinheiro no dia, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não recebe nada na hora, porque a estrutura do crime é diferente. Tem um intermediário que vai fazer a entrega e recebe e depois passa? Isso eu sei.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Se a carga tiver um homicídio em cima dela, o cara que comprou a carga vai delatar o ladrão, porque ele não vai segurar um latrocínio. O que estou explicando para o senhor é isso. É um fato técnico para esclarecer. O que quero deixar bem claro aqui é que conheço a estrutura, apesar de não ser ladrão de carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É beneficiário dela.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Fui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Se o senhor quer se tornar um cidadão de bem, ajuda e denuncia todos os fatos que o senhor conhece, até reservadamente.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que posso denunciar são as mentiras contra mim. Vou ser claro, já falei perante a imprensa, o seu filho e agora perante o senhor: não estou aqui para denunciar coisas que não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem eu quero que o senhor invente estória.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que eu contar para o senhor terá fatos, documentos que comprovem que são reais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cleveland, esse inquérito da Divisão de repressão aos crimes contra o patrimônio que você forneceu, você sabe se teve prosseguimento? Até onde ele foi?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Agora ele virou um processo. Meu advogado pode explicar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O advogado dele está aí, por favor?

O SR. (Advogado) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia nos explicar ou há algum sigilo de proteção ao seu... Pode tornar públicas as suas preocupações?

Fique à vontade, doutor, se o senhor tiver qualquer restrição...

O SR. (Advogado) – Não, eu vou tratar de assuntos que estão dentro dos autos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo.

O SR. (Advogado) – Esse assalto à prefeitura a que é dado esse destaque todo aqui, e que Cleveland vem o tempo todo dizendo que ele é inocente, tinha acontecido em 27 de outubro de 2000. No dia 28 de outubro, aliás, no dia 30 de outubro, três dias depois, a Polícia Civil, através da delegacia que cuida dos crimes contra o patrimônio, instaurou o inquérito, que tramitou paralelo ao inquérito que estava sendo realizado pela Polícia Federal que investigava uma série de outros crimes e não só o assalto à prefeitura.

Em função de gravações telefônicas, Cleveland foi indiciado através do desmembramento do inquérito principal e considerado denunciado como tendo cometido o crime de assalto à prefeitura.

Ao mesmo tempo, a Polícia Civil continua as investigações dela. Não sei por que não houve colaboração entre as duas polícias. A Polícia Civil não tomou conhecimento do que havia na Polícia Federal e a Polícia Federal não tomou conhecimento do que havia na Polícia Civil. O trabalho da Polícia Federal andou mais rápido. A denúncia contra Cleveland no assalto à prefeitura veio mais rápido, tanto que ele já está até condenado.

Quando comecei a trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Condenado pela Justiça Federal?

O SR. (Advogado) – Condenado pela Justiça Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O inquérito começou...

O SR. (Advogado) – O inquérito começou pela Polícia Federal. Havia uma dúvida sobre que tipo de crime, se era interesse da União ou não, depois o Juiz Federal se julgou incompetente e passou para a Justiça Estadual.

Mas o grande lance aí é que quando comecei a trabalhar no caso Cleveland, ele começou a insistir que era inocente – igual ele está aqui o tempo insistindo que é inocente no assalto à prefeitura e o tempo todo reconhecendo que é integrante de quadrilha de assaltante de carga – precisei começar a procurar elementos que demonstrassem, que trouxessem pro-

vas de que talvez ele fosse realmente inocente. Chegou ao meu conhecimento – nós não sabíamos a respeito disso aqui – que a Polícia Civil tinha feito um outro inquérito investigando a mesma coisa e que dentro daquele inquérito havia pessoas que tinham sido reconhecidas como os assaltantes e que confessaram o crime.

Isso me chamou muito a atenção. Como é um processo muito grande (dois tantos desse aqui assim), ainda não conheci o processo inteiro.

Quando comecei a folhear o processo, para minha surpresa, verifiquei que, já desde o início do processo, havia informação – um advogado anterior já havia informado a Justiça Estadual de que tinha um outro inquérito pela Polícia Civil em que tinha pessoas que confessaram o crime e foram reconhecidas pelas vítimas.

Comecei a trabalhar em cima disso. Foram recursos, requerimentos e alegações finais.

Atualmente, estou em fase de levar recurso para o STJ.

Quando entrei com o primeiro **habeas corpus** aqui, no Tribunal de Justiça, questionando essa falta de legitimidade passiva ou então um descaso em relação aos fatos apontados pela Polícia Civil, apareceu uma denúncia em relação àquele inquérito que estava parado. Não tinha denúncia contra ele. Passaram-se dez meses até que resolveram fazer essa denúncia.

E hoje tem um processo. Cleveland está condenado por um fato, inclusive como autor. A condenação dele não é como receptador, mas como autor, como se realmente ele tivesse entrado dentro da prefeitura.

Está condenado por esse fato, e uma série de outras pessoas estão condenadas por esse fato aí também, sendo que existe um outro processo, que deve estar agora na fase, se conseguiram ouvir agora os denunciados, porque, por duas audiências, eles se recusaram a ir ao fórum, apesar de estarem presos, se conseguiram ouvir, talvez, agora, na segunda fase de audiência de testemunha de defesa, talvez até já em alegações finais, mas não 'tô conseguindo ter acesso aos processos. Estou tendo um pouco de dificuldade.

Vou ver essa história, inclusive, de impetrar um **habeas corpus**, questionando essa dificuldade de olhar um inquérito num processo, porque o inquérito está dentro desse processo. Temos três pessoas que foram reconhecidas como os assaltantes, que confessaram o crime, outras duas que já teriam morrido, não foram denunciadas, que também teriam participado do crime, e temos o relatório policial do dia do assalto e o relatório da prefeitura narrando de que forma aconteceu o crime, dando conta de que cinco pessoas fizeram aquele assalto.

Eu nunca consegui fazer com que essas pessoas fossem trazidas para dentro do processo do Cleveland para serem escutadas, sequer como testemunhas. Apesar disso ter sido reclamado o tempo todo.

Esse é ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que motivo o senhor dá para essa dificuldade?

O SR. (Advogado) – Que eu acredito dessa dificuldade? Bom, é uma dificuldade processual. O processo está...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só? Não há uma segunda...

O SR. (Advogado) – Bom, quando eu entrei para trabalhar nesse processo e comecei a questionar esse fato, já estava quase na fase da sentença. Já tinha terminado tudo. Havia... As diligências já tinha terminado, estava na fase das alegações finais. Eu entrei no processo para fazer alegações finais, já estava correndo o prazo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está sendo cerceado agora o seu direito...

O SR. (Advogado) – Olha, houve uma... eu considero que sim. Eu não julguei necessário ter muita discussão com quem me negava esse direito, porque havia outras formas de eu ter acesso a esse processo. Não havia necessidade... Eu, pessoalmente, como advogado, vou querer... um outro advogado poderia querer, um estagiário, alguém poderia querer. Então, estou tendo informações. Deve ter algumas semanas que eu não tenho. Então, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, oficialmente, a seu pedido, você não foi informado? Autorizado?

O SR. (Advogado) – Não, fiz um pedido de vistas dos autos, certo? Para que eu pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Oficial?

O SR. (Advogado) – Oficial. Esse pedido foi deferido pelo juiz, mas nas férias forenses. Quando tomei conhecimento do deferimento e fui verificar se poderia levar os autos para dar uma olhada, o juiz que retornou disse que eu não poderia mais vê-lo. Aí, eu resolvi não ficar batendo muito de frente, não. Eu tinha outras formas de ter acesso aos autos, e tive. Eu não tenho é como trazer essa informação de qual é o momento processual que está hoje.

O que eu, como advogado do Cleveland, estou fazendo essa observação aqui, sou encarregado de

produzir provas para ele e reclamar dos direitos dele que talvez não tenham sido observados. E a questão aqui é o princípio do contraditório, direito constitucional, correto? O que eu chamei ao senhor, ali, Dr. Oscar, seria da possibilidade, então – já que existe essa dúvida de quem participou, quem receptou –, de trazer aqui para prestar depoimento as pessoas que estão presas e confessaram o crime. Estão aqui do lado. Em 15 minutos...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que V. Exª entende, Presidente? Há os que confessaram o crime e estão presos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Penso o seguinte, vou fazer uma proposta aqui. O problema está um pouco confuso. Há suspeita de fraude na licitação. Então, não ouviria agora os envolvidos, porque pode ter sido um mascaramento para apagar provas de uma licitação irregular. Não estou fazendo acusação aqui, é uma suposição de inteligência para saber se houve, ou não, algum interesse escuso, quem montou, poderia ter montado um assalto, que acho que pode ter sido real se foi para investigação.

O que a gente deveria, agora, é estabelecer o que está aqui e voltarmos, imediatamente após as eleições, mas já deixando o Dr. Paulo Lacerda levantando tudo, a concorrência, todos os dados, ouvir os presos lá na cadeia, fazer um levantamento, para não gerar mais a confusão que está começando ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu cheguei a questionar, no início de nossos trabalhos, se realmente teríamos uma materialidade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se V. Exª concordar, a gente suspende os trabalhos, não dá por encerrado no Espírito Santo, e voltaríamos imediatamente após as eleições quando reabre-se o Congresso.

Eu queria até perguntar uma coisa para ele. O Ricardo disse aqui que você foi com ele no armazém, no almoxarifado, onde estava...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na Prefeitura.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim, fui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que você foi fazer lá?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ele dava manutenção nos meus aparelhos. Ele dava manutenção nos meus aparelhos. Eu conheço esse cara desde criança. Eu fui com ele lá a convite dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Fazer o quê?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele ia dar manutenção nos meus aparelhos, me pegou, eu estava sem carro, me pegou, se não me engano, no **shopping center**, me levou lá e voltou para o meu escritório para dar manutenção nos meus aparelhos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que ele te levou lá?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Porque ele teria que passar lá. Eu não sabia o que ele tinha que fazer lá. Ele foi lá conversar, se não me engano, com alguém, com o qual ele era – inferior, não, sujeito; eu não sei, eu não estou sabendo o fato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Subordinado?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Subordinado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você entrou lá, viu o armazém, viu os computadores...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu não vi computadores, não. Lá é um armazém que dá trinta salas dessa aqui. Eu não tive nem acesso onde estavam os computadores. Eu fui com ele na sala de onde...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do Diretor?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não é diretor, não sei. Encarregado do almoxarifado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do superintendente?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Alguma coisa assim. Fiquei ali na porta, ele falou e fomos embora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo?

Os computadores desapareceram...

O SR. – Senador.?...

O SR. – Nós estamos com alguns computadores apreendidos, e não sabemos se são da perícia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi feito perícia, nada?...

O SR. – Não, não. Houve o indeferimento da perícia. A nota fiscal do que foi roubado não bate com aquilo que foi localizado. Então, nós não temos como provar que aqueles computadores são da Prefeitura. E a Prefeitura nunca pediu também, não vejo nos autos nenhum pedido de restituição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Paulo, tem que falar com a Polícia Federal para requisitar perícia nesses computadores dos dois tipos: o que foi apreendido nele e os que foram apreendidos da Pre-

feitura inclusive para saber se a ... Então, eu acho que a gente tem que ter um pouco de fôlego para restabelecer a ordem.

(Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode retirar o Cleveland.

O SR. – Deputado, vai ser servido almoço, hoje, pra gente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vai. Tem que servir.

O SR. – Porque, ontem, eu fiquei sem almoçar, até porque chegamos tarde.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria à Secretaria que providenciasse a alimentação.

Por favor, vamos inquirir...

O seu nome, por favor?

O SR. JUAREZ GRECHI – Juarez Grechi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua identidade?

O SR. JUAREZ GRECHI – 597993.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. JUAREZ GRECHI – Trinta e nove anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu CPF?

O SR. JUAREZ GRECHI – 751037707-25.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. JUAREZ GRECHI – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. JUAREZ GRECHI – Rua Francisco Mercadante, nº 170.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. JUAREZ GRECHI – Motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você exerce atividade em Vitória?

O SR. JUAREZ GRECHI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem algum parente envolvido no caso que está sendo investigado pela Comissão?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203, do Código de Processo Penal, pergunto se você se dispõe a falar somente a verdade.

O SR. JUAREZ GRECHI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, por favor, assine esse compromisso ? (Pausa)

Você poderia descrever qual o seu envolvimento no procedimento?

O SR. JUAREZ GRECHI – Para eu descrever o meu envolvimento, é até difícil, porque não sei nem em que fui enquadrado até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você já foi condenado?

O SR. JUAREZ GRECHI – Fui condenado por formação de quadrilha...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você teve advogado?

O SR. JUAREZ GRECHI – Tive advogado e recorri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu advogado nunca te informou, nunca te perguntou, nunca te questionou?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não. O problema é que roubaram o computador na Prefeitura de Vitória. Fui preso dia 4 de dezembro e fui aditado nesse processo dia 26 de janeiro e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por quê? Qual é a ligação?

O SR. JUAREZ GRECHI – Formação de quadrilha. Não conheço ninguém dentro do processo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a sua participação? Você participou na entrega, trabalhava no escritório, trabalhava na Prefeitura?

O SR. JUAREZ GRECHI – A própria Polícia Federal, que foi a minha testemunha de acusação, me defendeu no processo. Disse que eu não tinha envolvimento nenhum no processo, mesmo assim fui condenado pela mídia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, pela mídia não. Foi condenado pelo Juiz?

O SR. JUAREZ GRECHI – Pelo Juiz, mas por conta da mídia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você é amigo do Cleveland?

O SR. JUAREZ GRECHI – Aluguei uma casa dele em 98 ou 99 e passei a conhecê-lo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tem empresa?

O SR. JUAREZ GRECHI – Tenho uma firma.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De?

O SR. JUAREZ GRECHI – Tenho uma firma de distribuição e prestação de serviços.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Distribuição de quê?

O SR. JUAREZ GRECHI – Distribuição de louças.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual é o nome dessa firma?

O SR. JUAREZ GRECHI – Distribuidora Estrela Dalva.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E tem sócio?

O SR. JUAREZ GRECHI – Tem, a minha esposa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só a sua esposa?

O SR. JUAREZ GRECHI – É. Marina.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Cleveland há quanto tempo?

O SR. JUAREZ GRECHI – Há dois anos. Não, de 98 para 99.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você o conheceu?

E a esposa dele, a Geila?

O SR. JUAREZ GRECHI – Vi junto com ele, mas não tenho amizade, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vocês fizeram juntos um contrato de aluguel de um galpão na Rua Quintino Nascimento, Carapina?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que você alugou para ele?

O SR. JUAREZ GRECHI – Aluguei uma casa dele aqui na Enseada do Suá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Para ele morar?

O SR. JUAREZ GRECHI – Para eu morar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há uma casa de propriedade dele?

O SR. JUAREZ GRECHI – Exato.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você era inquilino dele?

O SR. JUAREZ GRECHI – Eu era inquilino dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele usava a casa?

O SR. JUAREZ GRECHI – Quem usava era eu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, e esse galpão em Carapina você não alugou, não?

O SR. JUAREZ GRECHI – Esse galpão em Carapina eu aluguei para guardar os caminhões-caçamba, porque eu trabalhava na área da CST. Fica bem próximo da portaria, e eu guardava esses caminhões lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tinha um caminhão também?

O SR. JUAREZ GRECHI – Tenho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Perguntei qual era o seu negócio, e você falou que era negócio de louças...

O SR. – Falei prestação de serviços.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo, de caminhão.

O SR.RELATOR (Oscar Andrade) – Você transporta qual tipo de carga?

O SR. JUAREZ GRECHI – Areia, brita.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais para construção?

O SR. JUAREZ GRECHI – Tudo para construção.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual caminhão você tem?

O SR. JUAREZ GRECHI – Basculante. Eu tinha, não é?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Cleveland foi visto algumas vezes com a caminhonete carregada de mercadorias saindo do galpão. Como é isso?

O SR. JUAREZ GRECHI – Gostaria que provasse, porque ele nem sabia onde era o meu depósito lá, e era uma garagem. Entendeu? Lá não era depósito. Era uma garagem dos meus caminhões.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele não tem nenhum participação nesse aluguel?

O SR. JUAREZ GRECHI – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ainda está em seu nome?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não. Devido ao acontecimento, o contrato se rescindiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tinha um contrato?

O SR. JUAREZ GRECHI – Eu tinha um contrato de aluguel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem era o proprietário?

O SR. JUAREZ GRECHI – Fernando Nunes, que, inclusive, com as gravações telefônicas, confundiram Fernando com Fernando, com outros fernandos, e me prejudicou. É igual ao Juarez com outro Juarez, porque o Cleveland tinha um funcionário chamado Juarez, e eu entrei nessa história todinha devido ao nome.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você foi condenado?

O SR. JUAREZ GRECHI – Fui condenado a dois anos e seis meses e recorri.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não foi preso?

O SR. JUAREZ GRECHI – Fui preso e fiquei 10 meses e meio preso. Era um crime afiançável, mas ninguém decretou a minha fiança.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você possuía uma propriedade próxima da entrada do Bairro Universal Viana?

O SR. JUAREZ GRECHI – Eu possuía 1.500 metros de terra, lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E lá era garagem de caminhões também?

O SR. JUAREZ GRECHI – Continua sendo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantos caminhões você tinha?

O SR. JUAREZ GRECHI – Eu tinha dez caminhões caçamba.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E eles não cabiam só numa garagem, não?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não, porque, se eu viesse da CST até Viana...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Gastava muito?

O SR. JUAREZ GRECHI – Gastava muito. E eu tinha ganhado o depósito dentro da área da CST. Reformei o depósito, comprei as chaves, troquei as fechaduras. Depois, entrou outra empresa...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que você desse crime, desse assalto ao almoxarifado da secretaria?

O SR. JUAREZ GRECHI – Nada, eu não sabia de nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que você foi envolvido nisso?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não sei, eu gostaria até de saber. Eu não sei porque fui envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi pela gravação?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não tenho gravação nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas há confusão nos nomes?

O SR. JUAREZ GRECHI – Pode ser.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você foi ouvido, você teve direito de defesa, o que você alegou?... Seu advogado está aí?

O SR. JUAREZ GRECHI – Eu aleguei...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Seu advogado está aí?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Ari?

O SR. JUAREZ GRECHI – Oriosvaldo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É.

O SR. JUAREZ GRECHI – Eu conheço, porque eu vendi um carro pra ele, um automóvel.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A apreensão de mercadoria lá no Posto Chapada Grande, em Serra, o que você sabe disso?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não tenho conhecimento nem pelos jornais, porque eu não tinha tempo, eu trabalhava das 6 da manhã às 6 da manhã, de segunda-feira a segunda-feira, dentro da área da CST, fazendo limpeza de planta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E as mercadorias presas na casa do Cleveland?

O SR. JUAREZ GRECHI – Também não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não chegou nem a ler pelos jornais, nem...

O SR. JUAREZ GRECHI – Doutor, eu não tinha tempo pra ler...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você não conversava com ele nem quando ia pagar aluguel?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não, é lógico que fiquei sabendo posteriormente da apreensão...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Conversaram sobre isso?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não, da apreensão na casa dele, que apreenderam a mercadoria no domingo e me prenderam na segunda-feira, eu trabalhando...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na casa dele mesmo, não na que ele te alugou?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não, na casa dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Alexandre Alves Lima, você conhece?

O SR. JUAREZ GRECHI – O Alexandre era meu motorista.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele está envolvido.

O SR. JUAREZ GRECHI – O Alexandre? O Alexandre não tem nada envolvido. O Alexandre fez alguns favores em emprestar um talão de cheque para o Cleveland, entendeu? E depois...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como emprestar um talão de cheque?

O SR. JUAREZ GRECHI – Emprestou folhas de cheque, foi emprestando ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em branco?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não, assinava para ele fazer algumas coisas, porque o Cleveland, depois que você passa a conhecer ele, ele atraía a gente, entendeu? É uma pessoa de boa índole, entendeu? Você acabava...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ganhava confiança e ?...

O SR. JUAREZ GRECHI – Ganhava confiança. Eu mesmo fui um que emprestei, sinto até vergonha de falar, mas emprestei...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cheques?

O SR. JUAREZ GRECHI – Cheque.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Assinado, pré-datada, sem valor, sem nada?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não, meu, ele pegou valor para pagar a Rodas Girus, que ele representava a Rodas Girus, comprava pneu importado...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele te restituía os valores, depois?

O SR. JUAREZ GRECHI – Meu, até hoje, não restituiu, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece a Luciane?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Jéferson?

O SR. JUAREZ GRECHI – O Jéferson, eu também conheço ele. Conheci há pouco tempo, vendi uma motocicleta para ele, que eu tinha. Uma motocicleta Honda.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Já tem dois negócios aqui que mostra que você tem negócios com ele.

O SR. JUAREZ GRECHI – Como?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em um, você vendeu um carro; em outro, você vendeu uma moto.

E o Marco Antonio Malini?

O SR. JUAREZ GRECHI – Também não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Conhece não?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ricardo Valentin?

O SR. JUAREZ GRECHI – Também, não. Passei a conhecer depois do processo, né? Anteriormente, eu não conhecia ninguém.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Fernando?

O SR. JUAREZ GRECHI – Também não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Houve alguma acareação durante o processo como você?

O SR. JUAREZ GRECHI – Eu pedi ao Juiz que fizesse as acareações, mas não foi feito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E perícia, nada?

O SR. JUAREZ GRECHI – Nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como está o seu processo agora?

O SR. JUAREZ GRECHI – Está em fase de... o meu advogado recorreu. Não sei porque a gente não tem acesso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O seu advogado não te informa?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não, doutor, a gente tem que trabalhar tanto... se trabalhava bastante antes, agora, tem que trabalhar dobrado, porque a gente já 'tá tudo sujo, né, com esses negócios que acontece na vida da gente. A família da gente suja. Todos os parentes meu é tudo camioneiro e 'tá todo mundo prejudicado. Então, a gente não pode ficar atrás do advogado mais, não, tem que ficar correndo atrás, porque tem que pagar água, luz, telefone, tem que pagar tudo, a gente tem que continuar vivendo. Se ficar na porta do advogado... Não posso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor comprou um caminhão do Cleveland?

O SR. JUAREZ GRECHI – Comprei, mas o caminhão era alienado, e devolvi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi no seu caminhão que foram transportados os computadores? Você tem conhecimento?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não, porque eu não tinha... Só se foi transportado em caminhão caçamba, por que eu só tinha caçamba.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas esse caminhão que você comprou do Cleveland era caçamba também?

O SR. JUAREZ GRECHI – Esse que comprei dele foi no final. Quando transportaram não foi nesse caminhão. Segundo, foi num caminhão **truck**, esse caminhão é (toquinho?).

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Sr. Franco Júlio?

O SR. JUAREZ GRECHI – Era mecânico, trabalhava na área da CST para mim, nem carteira ele tinha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que ele foi arrolado também?

O SR. JUAREZ GRECHI – Foi arrolado do mesmo jeito que eu, por que era funcionário meu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer que eu leia a sentença?

O SR. JUAREZ GRECHI – Pode ler.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou ler.

"Para a direção do veículo concedido por Juarez Alves Grechi."

É você?

O SR. JUAREZ GRECHI – Botaram até um nome a mais para mim, aí. O Alves, tira.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode tirar o Alves?

O SR. JUAREZ GRECHI – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continuo.

"... pelo presente o acusado Franco Júlio Correia..."

É o seu mecânico?

O SR. JUAREZ GRECHI – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continuo a leitura.

"Esse na direção do citado caminhão foi escolhido para o serviço pelo seu patrão à época – era você – dos fatos... que teve a ... do veículo no almoxarifado da prefeitura e encaminhá-lo ao local do depósito ... durante a operação da quadrilha, através da escuta, devidamente autorizada pela Justiça, acompanhada pelo Ministério Público, ao constatar a presença ativa do acusado Franco Júlio Correa para a eficácia do crime em apreço."

É isso aí e mais alguma coisa. Você confirma isso?

O SR. JUAREZ GRECHI – Bom, o Franco é uma pessoa de idade, é casado, tem filho. Não posso responder por ele, respondo por mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi escolhido por você para fazer esse serviço?

O SR. JUAREZ GRECHI – Por mim, eu te garanto que não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas foi o seu caminhão que foi lá?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não. Eu nem sabia do roubo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nos autos...

O SR. JUAREZ GRECHI – Nos autos está descrevido o caminhão que foi lá. Inclusive, o caminhão que eu tinha apanhado dele era um caminhão 1418 cara chata azul, baú.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o que foi lá, você sabe?

O SR. JUAREZ GRECHI – Era um caminhão vermelho, **truck**.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você comprou um caminhão baú para quê?

O SR. JUAREZ GRECHI – Eu não tinha comprado. Devido aos cheques que ele tinha pegado comigo, eu peguei esse caminhão para receber uma dívida. O caminhão tinha dois ou três donos, alienado, placa da Bahia, e devolvi para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Recebeu a dívida?

O SR. JUAREZ GRECHI – Até hoje não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quanto era a dívida?

O SR. JUAREZ GRECHI – Nem me lembro mais. Pelo tempo que tem... Se for calcular juros...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na época.

O SR. JUAREZ GRECHI – Na época, a dívida parece que era...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A dívida nominal?

O SR. JUAREZ GRECHI – Nominal? Nem me recordo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É dos cheques que você emprestou para ele?

O SR. JUAREZ GRECHI – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não sabe quanto?

O SR. JUAREZ GRECHI – Não sei. Deveria ser uns vinte mil reais, mais ou menos, eu calculo. Para não falar besteira, prefiro não falar em valores.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele te contou...

O SR. JUAREZ GRECHI – Ele passou meu cheque para frente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas foi cobrado o cheque.

O SR. JUAREZ GRECHI – Foi cobrado, mas ele nunca negou. Ele me dava cheque de terceiros, de cli-

ente dele, nenhum valia nada. Devolvi para ele. Mas foi indo...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vamos ouvir o próximo, Sr. Presidente.

O SR. JUAREZ GRECHI – Obrigado, Doutor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Identidade do Senhor?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – 664656 – Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – 33.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF ?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – 862.638.387-87.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado Civil?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. MARCO ANTONIO MALINI LAMEGO – Rua Itaquari nº 300, apt. 101, A, Praia de Itapari.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Exerce a sua atividade ainda?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem nenhum parente...

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, pergunto se o senhor se compromete a dizer somente a verdade?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (inaudível).

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Cleveland?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senhor poderia descrever ...?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Eu, inicialmente, em junho do ano de 2000, tive uma relação comercial com o Sr. Cleveland e comprei dele 25 computadores que ele tinha recebido de uma dívida de alguém de São Paulo, eu vi uma nota fiscal, ele me mostrou...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual a data?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Em meados do ano de 2000, anterior ao roubo da prefeitura. Eu comprei, ele emitiu nota da Vitória Export, que é a empresa de exportação dele, paguei com cheque nominal, os cheques foram sacados por ele, não sei se o Senhor tem aí a parte da Justiça, mas nas minhas alegações de defesa isso consta, e, em novembro, fui novamente procurado por ele para me vender novos computadores ... informática e estava fazendo uma verificação dos equipamentos, e que o Fernando me entregaria esses equipamentos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto você pagou?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Setecentos e cinqüenta reais por equipamento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantos?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – O pactuado foram 45.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quantos você recebeu?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Na verdade, o Cleveland foi preso em flagrante no dia 4, uma segunda-feira, em dezembro. Negociei isso com ele na semana anterior. Ou seja...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então foi preso em flagrante. O crime foi em 27 de outubro.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não, ele foi preso numa operação, não da... Quando isso aconteceu, a nossa negociação aconteceu na semana anterior ao dia 4, que foi o dia em que o Cleveland foi preso, e a imprensa noticiou que ele era uma das pessoas que estavam na formação da quadrilha de roubo de cargas. Até então, ninguém da sociedade tinha conhecimento desses atos do Sr. Cleveland.

Então, na semana anterior, dia 27 ou 28 de novembro, fui procurado por ele querendo me vender um lote de equipamentos. Eu tinha dito que 45 já é nessa segunda vez...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – (inaudível)

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Pactuado era 45 equipamentos. Aí o Fernando tinha um automóvel Fiorino e veio entregar uma parte – Não me recordo, mas acho que foram vinte e poucos, 29 – e depois entregou uma segunda parte, mas não entregou os quarenta e cinco. Eu reclamei para ele na

sexta-feira, falei: Fernando, cadê o resto? Ele falou: "Não, o Cleveland vai trazer para você."

Na primeira entrega, o Cleveland veio e me pegou quatro cheques: um no valor de doze mil e pouco; dois no valor de quatro; um outro no valor de doze mil e pouco e mais mil e poucos reais em dinheiro, que totalizavam o total da compra. Os cheques pré-datados.

Na segunda-feira, de manhã, o Cleveland foi preso. Na parte da tarde, tive uma incidência da Polícia Federal com um mandado de busca e apreensão de armas, drogas e mercadorias de procedência duvidosa. Os policiais federais olharam dentro da minha empresa, pegaram cópias de várias notas, não retiraram nada de lá, ou seja, não retiraram nenhum produto da nossa empresa, não houve nenhuma apreensão, e foram embora.

Na quarta-feira, dessa mesma semana – conversei com o meu advogado, na terça-feira -, meu advogado falou assim: "Se você tem esse material – na terça-feira o caso Cleveland veio à tona, ou seja, o Cleveland envolvido – vá à polícia e entregue-o.

Eu fui à polícia, fiz um auto espontâneo de entrega. Entreguei esses equipamentos e disse: "Comprei isso aqui dessa pessoa." E narrei todos esses fatos, que estou dizendo para os senhores, em pormenores.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – (Fora do microfone)

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Eu fui indiciado por interceptação, por que não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você foi entregar tentando ser enquadrado como terceiro de boa-fé?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Sim, e são as provas que levo aos autos, porque comprei de boa-fé, paguei com cheque da empresa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tinha nota fiscal?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – A nota fiscal o Cleveland ia entregar na segunda-feira – que foi o dia pactuado, o dia em que ele foi preso – do lote do equipamento inteiro que o Sr. Fernando tinha transportado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – (Fora do microfone)

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Eu vi uma ... Eu vi duas... Era uma situação nova. Na primeira vez que ele ligou... O Cleveland era uma pessoa que tinha uma concessionária de carro aqui, uma pessoa da sociedade. Na primeira visita que me fez – o conheci através do Ricardo Valentim, quando fazia faculdade, eles eram amigos pessoais – ele disse:

"Olha, Malini, eu sei que não sou dessa área. Tenho aqui uma nota fiscal."

E me mostrou uma nota fiscal de uma empresa de São Paulo, que ele disse que estava recebendo aqueles computadores em pagamento de dívida.

E eu disse para ele o seguinte:

"Quero ver um equipamento desse para ver se tenho interesse ou não em comprar."

Isso lá em junho, anterior ao roubo da prefeitura.

Ele me trouxe um equipamento, e eu falei assim:

"Esse equipamento está legal, dá para comprar sim."

Eu comprei vinte e cinco equipamentos, paguei com cheque nominal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Recebeu?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Recebi, o procedimento fiscal foi todo correto . Nessa segunda... E ele disse o seguinte:

"Esse cara me deve muito dinheiro, talvez eu receba mais computadores."

Eu falei assim:

"Olha, esse computador, se for do mesmo, eu tenho interesse em comprá-los também."

Eram computadores nacionais, corretos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E eram dos mesmos?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Eram exatamente iguais, inclusive...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era CPU?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Era a mesma CPU.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual marca?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não tinha marca. Os equipamentos eram montados. Não tinham marca nenhuma, eram equipamentos montados.

Na segunda remessa, ele não me entregou caixa de som, **mouse** e teclado. Mas eu também comprei assim, porque eu tinha isso na minha empresa e ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foram identificados os 45 do segundo lote como sendo da prefeitura?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não, uma pessoa, que foi o Fernando, entrou com uma solicitação, depois que fomos indiciados, apresentei as minhas provas, e o Fernando parece que

entrou com um pedido, no juiz, de perícia. E isso não foi feito. O juiz negou essa coisa, apesar de que os equipamentos que entreguei na prefeitura tinham 64 mega de memória.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na prefeitura?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Desculpe, na polícia. Tinham 64 mega de memória e CD-ROM de 52 X, 50 X. A nota fiscal que consta nesses autos, que são os equipamentos da prefeitura, o CD-ROM é de 32 X e a memória é de 128 mega.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A perícia foi negada para o senhor também?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – A perícia foi negada para o Fernando. Eu, na verdade, disse que estava em boa-fé e entrei com uma ação de rescisão dos cheques que eu tinha dado para o Cleveland. Olha, entreguei os equipamentos para a polícia, aqui estão os equipamentos que comprei do Cleveland e mandei cancelar os pagamentos por via judicial. Isso ainda está tramitando, sendo que só um dos cheques entrou. Os outros três cheques nunca apareceram na minha conta. Mas quero ter a sustação judicial dos cheques, explicando essa situação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você foi condenado?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Eu fui condenado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em que circunstância? O que estabelece...

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Ele está dizendo, o meritíssimo juiz que julgou diz que é receptação, mas eu estarei indo a todos os recursos possíveis e imagináveis para que isso seja revertido, porque acho que se isso que eu fiz não é comprar de boa-fé não existe nenhuma outra situação que seja.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Comprar de boa-fé a gente compra com nota fiscal.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Sim, no pacto...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não tinha nem nota fiscal?

O SR. MARCO ANTONIO MALINI LAMEGO – Sim, tinha nota fiscal da Vitória Export, eles não tinham entregue a nota ainda porque os equipamentos estavam com outra empresa, mas como é uma empresa... quando você é comerciante você não... e tem um relacionamento comercial, tive um relacionamento comercial anterior...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O equipamento não pode nem andar sem nota fiscal, você sabe disso.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Sim, mas ele trouxe...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não pode nem ser descarregado, não pode nem ser colocado em cima do caminhão sem nota fiscal.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Sim, mas eu não poderia impedir alguém de fazer isso, quem fez isso foi o Fernando, eu só falei cadê a nota...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você poderia não receber, você recebeu, você não prova ter agido de boa-fé dessa forma. Você devolveu os equipamentos?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Quando descobri isso, fui à polícia e, nos autos da polícia, ela diz que poderia ser roubo da prefeitura de Vitória ou do Porto de Santos, nem ela sabia a procedência desses equipamentos que eu estava entregando. Entreguei porque eu falei assim, eu comprei do Cleveland, ele está envolvido nisso, eu vou entregar à polícia que é quem de direito... Eu estava num processo de negociação, eu não... essa coisa de eu comprei, comprei, mas o processo de compra eu não tinha finalizado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor negociou diretamente?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Fui eu que negociei diretamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o senhor está falando que comprou CPU dele?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – CPU.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com quantos mega?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – 64 mega e CD-ROM de 50x.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi isso que você comprou dele?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Foi isso que comprei dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E recebeu isso?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Recebi isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quarenta e cinco unidades?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não recebi 45, recebi 35, 29...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade)– Dezesseis iriam depois?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Isso. Tem um outro fato. Na verdade, essa compra para figurar a boa-fé, nesse mesmo dia que eu estava comprando, tinha um outro empresário de Guarapari comigo, na minha sala, que, porventura, por um relacionamento anterior conhecia o Cleveland. E essa pessoa comprou cinco, e também devolveu à polícia no mesmo dia em que eu devolvi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele teve algum problema?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Ele não foi indiciado, não teve problema nenhum.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Naurides, o Cleveland está por aí?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – (fora do microfone).

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Pois não. Nota, o cheque da minha empresa saiu nominal; um dos cheques que eu pedi cópia, anexei. Não sei se o senhor tem a minha defesa, o senhor tem? Na minha defesa anexei a nota fiscal... Na primeira compra, ele emitiu a nota, eu emiti os cheques nominais à empresa dele, e dois dos cheques ele me deu duplicata; e um terceiro cheque ele sacou na boca do caixa, mas com a cópia do contrato social e a assinatura dele nas costas, porque eu conferi na cópia depois eu conseguir ver.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não, só tem um inquérito. Ah, sim, sim.

(Conversas fora do microfone)

O SR. (Advogado) – Poderíamos, em algum momento, também estar fazendo esse pedido. O que a defesa está alegando é que a compra foi de boa fé, já havia uma compra anterior plenamente documentada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí é que estava o grau de confiabilidade.

O SR. (Advogado) – Nessa segunda compra, houve o pagamento antecipado da mercadoria, e a mercadoria tem que ser entregue com a nota, mas a mercadoria não tinha sido entregue ainda totalmente. Há notícia e imaginação até de que a nota fiscal viria completa para acobertar toda a entrega. Não tinha sido entregue completamente. E na boa fé, ele estava recebendo a mercadoria, comprando de empresa. Então, a defesa está dizendo que a compra foi de boa fé e também a defesa está dizendo que, se houve o roubo, porque ele não está sendo acusado de roubo, ele está sendo acusado de receptação, mas a receptação pressupõe o crime anterior de roubo. Então, se houve o roubo, nos autos não comprova, não ficou materializado. A mercadoria que ele comprou não bate com a mercadoria que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um desrespeito. Não foi feita a perícia.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – A própria polícia, quando entregamos os computadores à prefeitura, ela conseguiu dois locais de que poderiam ter vindo, que era o Porto de Santos e a Prefeitura de Vitória. E isso nunca foi elucidado, no caso, a sentença saiu...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto tempo você pegou de prisão?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Acho que três anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É, porque receptação é só três anos.

O SR. (Advogado) – É, mas tem que qualificar, porque é receptação de empresa. Então, deu três anos e 60 dias.

Agora, o que estamos pensando é que o processo ficou muito volumoso, com muitos réus, não houve uma separação para avaliação melhor dos procedimentos.

Então, eu entendo que na defesa o que estamos dizendo é que não houve apreciação mais profunda das provas pelo juiz. Então, estamos com apelação, os autos ainda não foram remetidos para o tribunal, o processo está cada vez maior, existe uma série de solicitações. E, no tribunal, nós queremos oportunidade para uma efetiva verificação, porque não existe prova da materialidade do roubo e, nesse caso do meu cliente, a boa fé, embora o senhor até tenha dito que não se compra de boa fé sem nota, mas a entrega da mercadoria é que tem que ter nota... Mas ele comprou quarenta e cinco computadores e não recebeu quarenta e cinco, ele estava recebendo a mercadoria. E a mercadoria poderia estar acobertada com nota fiscal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Se fosse entregar de um a um, ele teria que ter quarenta e cinco notas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós queremos é a verdade. Não estamos aqui para condenar ninguém. Queremos buscar a verdade, porque agora o senhores vêem que se tem que tomar algumas providências para esclarecer, para poder...

O senhor vai almoçar agora, não é? Só um minutinho.

O SR. – Já almocei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senta aí um minutinho só para esclarecer o depoimento do seu cliente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cleveland, você negociou com o Marco Antônio?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Negociei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O quê?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Nota fiscal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só nota fiscal?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Só nota fiscal e periférico de computador também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não vendeu para ele CPU não?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que você vendeu para ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Vendi os periféricos de computador e vendi para ele nota fiscal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantos periféricos?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Olha, não tenho noção não, mas foi bastante.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a data foi antes do roubo da prefeitura?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, presta a atenção.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estou prestando.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Costumo falar assim, perdão, sei que o senhor está prestando atenção, é só uma força de expressão minha. A nota fiscal foi vendida em junho, se não me engano, a data dela está tem aí e pode ser comprovada com o cheque daquela empresa do Banco Safra, o qual saquei em meu nome, é só fazer uma diligência, lá, simples no Banco Safra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas espera um pouquinho, só para esclarecer: você negociou a nota fiscal, o valor do cheque, em tese, seria correspondente ao imposto? Não pode ser do total, porque o total...Você não entregou a mercadoria.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, presta atenção: recebi o valor total em cheque, saquei e devolvi para ele, porque ele não quis sacar. Veio nominal à empresa dele; da outra empresa veio direto nominal à empresa dele, ele endossou para mim. Em junho.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – O cheque estava nominal à empresa dele, o cheque estava nominal à empresa do Cleveland, chamada Vitória Export, e ele foi lá e sacou o cheque como a primeira parcela de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E correspondia à mercadoria e não à nota fiscal.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Correspondia à mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a prova disso é que o senhor retornou à polícia...

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – A prova disso está nos autos, que a empresa dele era uma empresa que funcionava, que estava funcionando e que não tinha nenhuma restrição...

(falha na gravação)

Na minha defesa prévia. Então, a cópia dos cheques que ele assinou, as duplicatas assinadas dizendo que recebeu os cheques referentes àquela notas fiscais.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas, espera aí, você falou que fez dois negócios com ele.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O primeiro foi em junho?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – O primeiro foi em junho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foram periféricos ou...

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Foram 25 computadores da mesma configuração da Prefeitura...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De 64 mega, com CD-ROM de 50...

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Isso, a mesma configuração. E dei 3 ou 4 cheques pagando esse...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espera um pouquinho. De 32...

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor descreveu...

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Ah, sim. Foram computadores Pentium 3, 500, com 64 mega de memória e CD...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E esse não era da Prefeitura?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Esse não era da Prefeitura, porque o roubo da Prefeitura foi depois...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor disse que tem a mesma descrição da Prefeitura.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Os equipamentos eram exatamente iguais, tanto da primeira compra que aconteceu...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você só falou errado o meu e o da Prefeitura, porque o da Prefeitura você falou que é 32X.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não, o da Prefeitura é que está...o da Prefeitura também é 50X. O que está conciliado na nota fiscal da Prefeitura é 32X, mas o equipamento que recebi do Cleveland era 50X.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor disse que não sabia se era da Prefeitura ou da ...

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não, os equipamentos que entreguei na Polícia eram 50X.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que não tem nada a ver com o da Prefeitura?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Que...Consta nos autos que ele era do porto de Santos ou da Prefeitura. Coloco a dúvida...No processo que estamos, estão falando do roubo da Prefeitura, e a nota fiscal da Prefeitura era um CD-ROM de 32X. Ficou claro?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então não poderia ser o mesmo.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não poderia ser o mesmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estávamos falando da primeira compra, que foi em junho.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Sim, a primeira compra foi em junho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pagou, recebeu tudo direitinho...

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Ele entregou os equipamentos...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Comprou dele quantos?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – 25. Ele entregou um para eu ver e mais 24 depois.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E aí, Cleveland? (Pausa)

Não?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que ele está falando isso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tenho que fazer a pergunta para o Dr. Romeu ou para o senhor para fazer a pergunta para ele, para esclarecer os fatos, não é?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode fazer.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É simples. Ele disse que me deu o cheque em julho da empresa dele. Certo? Cheques do Banco Safra.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não, cheques do Banco Real e do Banco Itaú.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Em julho?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Em junho.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Então, por que tenho cheques da tua empresa endossados para mim em julho, da empresa daquele rapaz Roncetti, aqui na enseada, endossado aqui para mim em julho, o que é simples, é só procurar a gerente-geral do Banco Safra ir lá e pedir. Tem...

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não sei do que se trata isso.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ah, o senhor não sabe do que se trata?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os cheques da Roncetti?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É só checar que ele tem nota emitida contra essa empresa da Roncetti?. É só checar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não endossou?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tinha negócio com a Roncetti?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Sou amigo pessoal dos Roncetti.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas fez negócio com eles?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Tinha negócio, mas negócio de empresas. Represento no Estado uma das maiores empresas, um dos maiores fabricantes – prefiro não dizer o nome – que vendem automação comercial. Vendi toda parte de

automação comercial direto do fabricante para o Roncetti, e, por isso, tenho relacionamento comercial com ele, mas não...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E aí você recebeu o cheque dele?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não recebi cheque nenhum, porque eles pagam direto a quem represento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você é só o representante?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Só sou o representante.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você afirma que recebeu o cheque da Roncetti nominal à empresa dele.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É só quebrar o sigilo bancário da empresa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele só...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ele só endossou atrás para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Temos que ...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ele me conhece. Ele sabe que jamais falaria isso aqui se ele não tivesse jogado esse negócio de computador em cima de mim. Eu morreria sem falar dele, sem falar dessa porcaria dessa empresa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sacou ou depositou?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu saquei. Tem o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi essa nota que você emitiu para ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Foi essa nota que emiti para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É sua letra, tudo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, essa letra não é minha, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é da sua firma...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É essa nota que você negociou com ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Negociei com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só a nota?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Só a nota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não entregou essa mercadoria, só a nota?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não entreguei. Ele acobertou essas notas aqui, porque ele tinha esses computadores lá. Ainda perguntei para ele se iria dar saída nesses computadores, tanto que ele falou e eu provo. Se quiser pegar os policiais federais aqui comigo ir lá em baixo agora no Banco Safra, procura a gerente-geral e procura...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vai ter que quebrar o sigilo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Pega o negócio lá e vai descobrir na hora.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Exª, todas essas notas estão conciliadas nos autos também com os referidos cheques que foram pagos ao Sr. Cleveland, cheques do Banco Itaú...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Seu?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Cheque da minha empresa, a empresa que está aí, nominais à Vitória Export, que é a empresa dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os cheques, você não juntou, por quê?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Os cheques estão no processo. Juntei no processo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Senador Romeu Tuma, ele é inocente de falar isso, porque os cheques que ele supostamente me dava, a Cleveland Moreira Júnior, não são dessa data. Manda ele pegar a data. Manda ele apresentar o cheque. Ele quer se complicar mais? Bota aí, vai botando as provas dele aí.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Os cheques... Eu não preciso me complicar mais. Os cheques referentes a isso fazem parte da minha defesa prévia que está na Justiça.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Você, junto com o Fernando, fizeram acordo com a Polícia para jogar isso em cima de mim, rapaz, junto com esse negócio de maçonaria, que vocês estão envolvido aí. Vocês pensam que não sei?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espera um pouquinho, vamos procurar esclarecer os fatos e não entrar em acusação. Queremos buscar a verdade. Agora, acusação pessoal...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Está certo. O senhor me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso aí não tem dificuldade.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Eu não sei... Vocês têm...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor teve sigilo quebrado?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teve sigilo quebrado?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não, porque o sigilo é da empresa, mas eu ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quebraram o sigilo da empresa?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não. Eu peguei toda a parte de ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os cheques fazem parte dos autos, você disse?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Os cheques fazem parte do processo judicial. Tirei cópia dos cheques no banco e anexei tantos cheques quanto as duplicatas quitadas do Sr. Cleveland a essa compra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E esse cheque do Safra que ele diz?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Esse cheque do Safra não sei do que ele está dizendo. Não tenho nenhum cheque endossado para mim no Safra. Ele pode ir lá, buscar. Não sei do que ele está falando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você lembra dos valores?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não tenho exatamente os valores, não, mas a prova vai aparecer. O tempo vai provar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas me diz aqui: você tem algum detalhe do Safra? Data mais ou menos aproximada?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O senhor pode me fornecer essas notas fiscais de novo? (Pausa.)

O período aqui está dizendo... Só um minuto, deixe-me achar a data.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Não tenho nem conta no Safra.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mas você endossou cheque para mim do Safra do Sr. Roncetti, que comprou os aparelhos de você. 28/06/2000. Deve ter sido 28/07/2000, ou data parecida. Quebrou nesse período aí, vai encontrar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu não entendi. Por favor,...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Aqui a nota fiscal está emitida no dia 28/06/2000. Se quebrar o sigilo bancário da empresa, que eu posso achar o nome, ele tem a sede dela, é aqui na Enseada do Sul, se não trocou, certo? É só pegar as notas fiscais dele, com o contador dele, nessa mesma data ou num período de quarenta e cinco dias para frente ou quarenta dias nesse intervalo, vocês vão encontrar essa mesma nota faturada para essa empresa, da empresa dele. E aí ele recebe uns cheques dessa empresa que não sei o nome aqui, agora, mas sei que é de uma pessoa da família Roncetti, que não sei se está envolvido com roubo de carga ou não, porque nunca vendi carga para eles. Vai ser constatado que ele endossou, com carimbo da firma dele atrás, para que eu fosse no banco e recebesse o dinheiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas, espera aí, você disse que era da Roncetti, agora você nem sabe se é.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A empresa pertence a uma pessoa Roncetti, é Roncetti, está registrada como Roncetti, porque, na hora em que cheguei no banco, a coisa mais fácil que tinha no mundo era sacar aquele cheque devido ao volume de dinheiro que tinha ali.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Roncetti, além do nome da empresa, é sobrenome da família?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sobrenome da pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por isso que faço questão de dizer que é daqui do Espírito Santo, porque tem Roncetti de empresários grandes, em São Paulo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, é daqui do Espírito Santo. Posso falar uma coisa para o senhor? Não existe nenhuma ligação entre eles, nenhum tipo de coisa ilícita do meu passado. Eu só recebi o dinheiro através desses cheques. O que quero mostrar com isso é que não vendi computador nenhum para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, o senhor autorizaria que a Polícia Federal levasse ele até essa empresa, para identificar, para trazer o nome para nós?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A escolta teria condições?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, vocês fazem isso para nós.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Se ela existe lá ainda...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque ele está preso. Ele está preso, e o juiz tem que autorizar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não precisa, não, doutor. Precisa? Aqui do lado, com esse aparato que tenho aí, dá para enfrentar até Pablo Escobar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não o Fernandinho Beira-Mar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Dá. Está igual.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, vai, mas tem que ir alguém nosso para constatar. Alguém tem que ir para constatar. O cavalheiro pode ir? O cavalheiro vai com ele.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tem condições de eu não andar atrás do cofre, porque eu almocei agora e vou passar mal de novo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí, depende dele. Ele não pode é te levar no colo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos suspender um pouco. Vamos chamar a moça. Doutor, por favor, fique aí mais um pouco, por favor? É somente para identificar a empresa.

O SR. – É só para identificar?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para identificar e, se a pessoa estiver lá, perguntar se, realmente, ele esteve lá para comprar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eles estão ouvindo lá fora?

O SR. – Lá fora não ouvem, não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dona Luciane?

Boa tarde. Nome completo da senhora, por favor.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Luciane de Souza Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Identidade?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Nº 608620.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Trinta e sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF – a senhora lembra de cor?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – CPF 81899742700.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Casada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Endereço.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Rua 3, Condomínio Água Doce, Edifício Asa Branca, nº. 1.202.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Local onde exerce a atividade – Vila Velha?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Vila Velha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora tem algum parente envolvido nesse processo?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, pergunto se a senhora se dispõe a dizer somente a verdade?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Somente a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço, então, que assine o Termo de Compromisso.

Doutora, a senhora é Advogada dela? A senhora querendo intervir em qualquer coisa, por favor, dirija-se à Presidência que nós tomaremos todas as medidas que a senhora requisitar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Srª Luciane, qual é a sua profissão?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Eu sou comerciante.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora tem empresa?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Tenho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual é a empresa?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – É uma lojinha de informática – LS Shopping Informática.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora tem sócio?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Na verdade, a firma está no nome da minha sobrinha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não está no nome da senhora?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não, está no nome da minha sobrinha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só o sobrinho?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Da minha sobrinha e do meu companheiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O nome dos dois.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Brena de Souza Abrão e Vinícius Piedade Júnior.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora conhece o Cleveland?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Conheci.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há quanto tempo a senhora conhece ele?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Conheço ele – Cleveland – há uns dois anos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem te apresentou a ele?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – O Cleveland entrou em contato comigo através de telefone e, depois, procurou-me na minha firma.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi por telefone – ele te ligou?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Ele entrou em contato comigo por telefone – foi o primeiro contato que ele fez comigo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Jefferson – você conhece?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – O Jefferson, eu o conheci ... vi Jefferson uma vez.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora comprou mercadoria do Cleveland?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Comprei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual o tipo de mercadoria?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Teclado, móveis e caixinha de som.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi só isso que a senhora comprou?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Só isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E os computadores?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não existe computadores.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele deixou com a senhora?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pra guardar?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Nenhum.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nenhum?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Nenhum. Não sei de história de computador.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora comprou dele periféricos?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – É. Teclado, **mouse**, caixa de som.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantos teclados?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não lembro quantos teclados; na faixa de teclado, **mouse** e caixa de som umas seiscentas peças ao todo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não foram mil teclados, quatrocentas caixas de som e mil **mouses**? ... o depoimento da senhora.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – É. Consta no meu depoimento, né?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – É o que consta no meu depoimento...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Consta também que na segunda vez deixou alguns computadores para serem entregues a Fernando Braz.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não. Não consta...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora não afirmou isso?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não, em hora nenhuma.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso aqui é seu depoimento, que vou ler:

"Que há cerca de dez dias, Cleveland mandou seu empregado Marcelo entregar algumas caixas de computador na loja da interrogada – que é a senhora – para serem entregues a um cliente de Fernando Braz Moreira. A interrogada e seu irmão Reginaldo Júlio, residente em Linhares, são representantes de uma empresa Martins Distribuidora."

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Eu era representante dessa empresa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Hum, hum... A senhora afirmou isso, está assinado.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não, não. Tava no processo, mas eu não afirmei hora nenhuma que não existe... eu nem vendia computador na minha...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas a senhora assinou.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não, eu não... Não consta eu dizendo que comprei, que peguei computador. Não consta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Veja se a assinatura é dela.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Essa assinatura é sua?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – É minha assinatura.

(Fora do microfone)

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não, não foi entregue computador nenhum, e esse depoimento...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora foi coagida?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Esse depoimento é o da Polícia Federal?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Da Polícia Federal?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Olha só, não fui coagida, não. Foi feita uma pressão psicológica, porque fui pra lá era 10 horas da noite, e me interrogaram até de madrugada. Mas não teve... teve pressão psicológica somente. Mas eu não recebi...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora estava com advogado? Era a senhora?

A SRª (Advogada) – Não.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Olha só... Não, não era. Eu não estava com advogado; eles não deixaram advogado subir.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas aí a senhora assinou sem ler?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Dr. Ronaldo?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Dr. Ronaldo... pois é, ele não subiu, ele não acompanhou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele assinou também.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Tá. Na hora que eu fui interrogada, eu subi sozinha pra sala do delegado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dr. Ronaldo era seu advogado?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vou ler:

"Acompanhada de seu advogado, Dr. Ronaldo Moreira Machado, OAB do Espírito Santo, com inscrição nº" ... tal, tal, tal...

Certificada das imputações que lhe são atribuídas, a inquirida foi pela autoridade às perguntas formuladas.

Respondeu que, há cerca de dois meses, a interrogada foi procurada por Jefferson, vulgo 'Jefinho', na loja da qual a declarante é sócia-proprietária. Ofereceu para venda teclados, **mouses** e caixas de som, equipamentos e acessórios de informática."

O SR. RELATOR **(Oscar Andrade) – Foi ele que te vendeu? O "Jefinho"?**

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não. Ele me ofereceu, e eu não quis.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Fernando? Fernando Braz Moreira?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Ele tem uma loja de informática também. Eu conheço ele do ramo de informática.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto a senhora pagou no material que a senhora comprou dele?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Eu não me recordo. Precisamente, não me recordo o preço. Um kit... Não lembro, não lembro mesmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você esteve na residência do Cleveland?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Estive uma vez.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que é que você foi fazer lá?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não sei... Fazer um acerto... Não lembro, não me recordo. Fazer um acerto, acredito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi fazer?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Deve ter sido um acerto, para pagar. Alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não comprou da empresa dele?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Comprei com ele o teclado, o **mouse** e a caixinha de som. Comprei com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A esposa do Cleveland, a Geila, você conhece?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Conheci.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ela te perguntou se você sabia da origem dos produtos?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Perguntou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o que é que você disse?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Que não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que não sabia?

E, naquele momento, o que é que o Cleveland falou?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Foi quando eu fiquei sabendo da origem da mercadoria.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E qual era a origem?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – A mercadoria era roubada. Era de carga roubada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ele não te informou isso na hora, lá?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está no seu depoimento, também:

"que, naquele momento, Cleveland disse que tais mercadorias haviam sido roubadas, não informando o nome da vítima do roubo."

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Foi na hora...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na hora, lá, na casa dele?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Exato.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E, ainda assim, você ficou com a mercadoria?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Fiquei. A mercadoria estava paga. Eu fiquei...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você foi condenada, Luciana?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Fui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A quanto tempo?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Acho que foram oito anos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Oito anos?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Isso.

(Falhas na gravação.)

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Acredito que cinco ou oito. É... Cinco anos, uma coisa assim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cinco?

Por que você foi condenada, Luciana? Você está recorrendo, não é? Você está solta. Não está presa, não?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – O processo está em recurso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você ficou presa?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Fiquei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por quanto tempo?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Nove dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doutora, a senhora entrou agora no caso ou já acompanhou desde o início do processo? Mais recente. Não durante o inquérito, não?

A SRª (Advogada) – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que você sabe sobre o assalto da Prefeitura?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Nada. Não sei nada. Dos computadores não sei de nada. Se está aí, eu assinei que não sei de nada. Não foi pego computador nenhum na minha firma. A minha firma é de periféricos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que você foi arrolada no processo?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Porque comprei esse material para o Cleveland, mas computador, não estava sabendo de nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você comprou periféricos?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Periféricos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que não tem nada a ver com os computadores.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Nada a ver. Também não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você comprou com nota fiscal?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não, sem nota.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi sem nota.

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Também não sei de história de computador. Minha firma nem vende computador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que sei, Deputado Oscar, é que as pessoas que aqui vieram depor são todas condenadas, estão recorrendo da sentença. Então, vão sempre alegar inocência. O que compete à CPMI é aprofundar as investigações e os dados novos que surgiram dos depoimentos. Então, não vamos contestar a senhora, porque não vai adiantar. A senhora vai gritar permanentemente sobre a sua inocência, porque a advogada deve estar recorrendo da sentença. Para pegar cinco anos e seis meses é algo pesado que foi feito, porque dificilmente o juiz condena alguém a uma pena dessa, a pessoa ignorando até que houve o assalto, até que houve receptação e tudo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora tem algum outro processo? Já foi acusada em alguma outra situação?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Algum outro envolvimento anterior?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Há onze atrás, foi pega uma mercadoria comigo; umas impressoras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Também sem nota?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Sem nota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De receptação também?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Que não era nem meu, era de uma pessoa que eu trabalhava para ele. Não era meu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora foi condenada?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não fui condenada, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava onde? Na sua casa?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele foi?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Também não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E era produto de roubo também?

A SRª LUCIANE DE SOUZA GOULART – Não, era mercadoria sem nota fiscal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era elisão fiscal. É, Presidente, creio que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É, acho que não tem mais nenhuma informação. Vamos dispensar. Voltaremos, provavelmente, no dia dez ou onze de outubro e vamos ter mais dados fortalecidos das investigações que começaram com esses novos depoimentos que acrescentaram algumas histórias.

Vou suspender por vinte minutos, até a volta do Cleveland. Depois, veremos o que foi confirmado ou não pela diligência que está sendo feita.

Doutor, cavalheiro, o senhor poderia transmitir a diligência que fez com ele para confirmar o endereço?

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, cumprindo determinação de V. Exª, deslocamo-nos com o preso até o local onde ele realmente indicou e onde funcionou uma loja de um minishopping, até meados de 2001, uma central da loja Roncetti, onde, numa sala que nos foi indicada pelo zelador atual, de número 105, estava funcionando uma central de informática da empresa. A empresa ocupou, até meados de 2001, todo o primeiro andar do prédio, que tem como proprietário o Sr. Maurício Horta e tinha como gerente à época e responsável pela Roncetti, no local, o Sr. César Roncetti.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Cleveland, o senhor poderia repetir por que o nome do Sr. Roncetti apareceu no cheque?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Sr. Malini me comprou as notas fiscais para dar origem aos computadores que ele tinha, e o Caiu me falou que ia ser vendido para aquela empresa. Quero deixar bem claro que não tenho nenhum vínculo com aquela empresa e que eles não são pessoas ligadas à compra de carga. Simplesmente, esquentei alguns computadores dele, via nota fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dele quem?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Do Malini. Só isso. Se são roubados, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, o cheque estava nominal ao senhor e foi endossado.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estava nominal à empresa dele e foi endossado para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E estava nominal ao Sr. Roncetti. A expedição do cheque era ...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR– Não havia o sobrenome Roncetti, mas, no banco, fiquei sabendo que era uma pessoa ligada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se compromete a tentar lembrar quem era a pessoa ou tem dificuldade para isso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não é o César Roncetti.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É outro nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E onde foi descontado o cheque?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O cheque foi descontado no banco Safra, na agência da Avenida Princesa Isabel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra em que período?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O senhor pode calcular entre zero a 45 e 60 dias da emissão da nota fiscal, zero a 60 dias

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da data da nota?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É. De zero a 60 dias.

Quantas notas o senhor tem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Três.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – São da mesma data? É só pesquisar esse período.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São notas frias?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – São notas verdadeiras, mas não existiu a mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As notas são da sua empresa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – São.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pagou imposto?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor forneceu essas notas para "esquentar" mercadoria. Recebeu algo em troca?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Cinco por cento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cinco por cento do valor?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sacou o dinheiro, devolveu o restante e ficou com 5%?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que corresponde ao valor do cheque?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não tem cheque com o valor de 5%. O valor do cheque é o integral da nota.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele sacou e devolveu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não adianta pedir ao Roncetti porque a conta é de terceiro.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É da empresa que está lotada naquele local.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No endereço a que vocês foram hoje. Está certo. Pode ser o gerente ou o diretor.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Essa é uma pesquisa que as pessoas têm que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer falar alguma coisa?

Eu gostaria que fosse rápido, por favor.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Esses cheques são de uma empresa chamada SVR Sistemas, que pertence a uma das pessoas do Roncetti, a quem ele vendeu os computadores. Há uma nota da empresa dele na contabilidade dessa empresa e um cheque da empresa pagando essa nota. O nome da empresa é SVR Sistemas ou RVS Sistemas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Funcionava nesse endereço?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Funcionava nesse endereço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma pessoa que o senhor apresentou a ele?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Quando ele me vendeu os 25 computadores, ele tinha mais computadores. Ele perguntou se tinha alguém mais, e respondi-lhe que quem havia me procurado recentemente sobre pronta-entrega tinha sido esse pessoal. Ele vendeu lá diretamente, recebeu um cheque deles do banco Safra e, certamente, o descontou da forma que ele disse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos esclarecer isso.

Obrigado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor só lembrou disso depois?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Como estávamos falando em roubo de prefeitura, eu

não estava me recordando da colocação de ele estava falando. Ele já tinha se referido ao Sr. Romeu Tuma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele já havia se referido... O senhor já havia se referido antes.

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Eu já havia me referido com o Senador Romeu Tuma depois lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas tem que ficar consignado aqui para poder ficar mais claro, sabe, doutor?

O SR. MARCO ANTONIO MALINE LAMEGO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em todo caso, as informações foram colhidas, vamos degravá-las e aprofundar as investigações. Creio que os dois processos que foram abertos – um, pela Polícia Federal, e outro, pela Polícia Civil – têm conflito entre si. Temos que apurar as histórias que foram aqui contadas, com alguns dados novos, e, inclusive, requerer o fornecimento do processo de licitação, porque surgiram algumas dúvidas sobre a legalidade da licitação, e mais um aprofundamento, porque ficou claro que houve dois roubos: um, da Prefeitura, que seriam os computadores diferentes daqueles que o senhor descreveu aqui, e outro, com a hipótese de ter sido originário do Porto de Santos, segundo o próprio relatório da Polícia Federal que o senhor descreveu aqui.

De forma que vamos suspender essas audiências e devemos retornar à Vitória por volta do dia 10 ou 11 de outubro, já com todos os dados, inclusive novos depoimentos que foram colhidos de pessoas envolvidas, segundo informação que o Dr. Paulo Lacerda obteve aqui.

Vamos requisitar a perícia dos dois tipos de computadores que foram noticiados aqui para, assim, equacionarmos e vermos se descobrimos a origem do outro roubo: se é do Porto de Santos, porque houve realmente um roubo de cargas de computadores em Santos.

Está registrado na CPI, não é Paulo? Foi roubado e assaltado na própria via Anchieta. Quando saía do porto, já identificado pelos ladrões, eles assaltaram um caminhão de computadores e não se descobriu o destino na distribuição. Provavelmente, tenha vindo para cá ou para outros lugares.

Temos o Ismael F. Peixoto de Lima, Delegado de polícia; Franco Júlio Correia, motorista; Jucimar Repossi, motorista; Jarbas de Almeida Bonfim, comerciante; Geila Coelho de Rodrigues Moreira, comerciante... Ela é sua esposa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Minha esposa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E mais: Edvaldo Tadeu Faroni, motorista; José Ronaldo Candote, comerciante; Carlos Rico Bondrini, e mais alguns policiais citados serão intimados para a próxima diligência de audiência pública da CPMI.

Agradeço aos senhores. Temos que retornar urgentemente a Brasília. Então, deixamos para o início de outubro a volta da CPMI, com mais consistência, porque o Dr. Paulo Lacerda e o Dr. Naurides permanecerão aqui para tomar as providências.

Essa foi a decisão da reunião que eu e o Relator fizemos agora para que se busquem as informações necessárias à perícia.

Tem que requisitar à Polícia Federal, com urgência, uma perícia nos computadores, mais cópia da licitação e ver se há algum processo administrativo na Prefeitura com respeito ao roubo dos computadores.

Agradeço aos senhores. Daremos continuidade aos trabalhos no início de outubro. Muito obrigado.

Se você se lembrar de mais alguma coisa, você também pode ligar e falar com o Dr. Paulo Lacerda e nos ajudar em alguns esclarecimentos.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que tenho vontade de esclarecer é justamente essa parte que envolve todo o meu patrimônio, trabalhado e comprado antes do meu envolvimento com carga, que está tudo nas mãos de um advogado que advogava para mim e mudou. Até por isso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você já descreveu aqui...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Já descrevi isso tudo e creio que o Deputado vai tomar as providências.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso. Vamos degravar tudo isso...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Se possível, ele representar isso aí junto à OAB porque não tenho condições financeiras...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A OAB já foi comunicada?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não foi comunicada, não, porque para todo mundo que falo sobre isso, em Vitória, nenhum advogado quer combater contra ele. É uma pessoa influente e está com muito dinheiro em caixa. É difícil de atingi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Agradeço aos senhores.

Dou por encerrada a audiência e agradeço à Capitania dos Portos pela gentileza em nos ceder a área para podermos realizar essas audiências e, inclusive, a amabilidade com que fomos recebidos e tratados na Capitania.

Deputado Oscar Andrade, V. Exª quer dizer mais alguma coisa?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, apenas me despeço e agradeço à Capitania dos Portos, por intermédio do Comandante Capitão Pinto Almeida...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – À Polícia Federal, que acompanhou...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também à Polícia Federal e aos policiais civis.

Quero dizer da satisfação de poder estar aqui, em Vitória, e que os resultados foram importantes para a CPMI.

Vamos voltar nos dias 10 e 11 de outubro para concluir nosso trabalho aqui.

Essa decisão foi tomada a partir de estratégias que achamos importantes para continuar ouvindo já com mais consistência e depois dos levantamentos que temos que fazer.

Obrigado a todos que estiveram envolvidos aqui e até os dias 10 e 11 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h40min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 11ª Reunião Realizada em 20/11/2002

Aos vinte dias do mês de novembro do ano dois mil e dois, às nove horas, no Auditório da Capitânia dos Portos na Cidade de Vitória no Espírito Santo, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Deputados Oscar Andrade e Pompeo de Mattos, reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir os depoimentos das seguintes pessoas: Cleveland Moreira Júnior (preso), Ismael Foratini Peixoto de Lima (Delegado), Heli Schimittel (Delegado), Ademar Vidigal (Investigador), Geila Coelho de Rodrigues Moreira, José Ronaldo Candoti, Zico Boldrin e Aristone Pimentel que por recomendação da Juíza competente, estando sob proteção de vida pelo Programa Provita; depôs sem ser identificado. Registrada ainda a presença do Deputado Max Mauro, do Espírito Santo que participou dos depoimentos. No decorrer da audiência foram recebidas dos Juízes Dr. Carlos Eduardo Ribeiro Lemos e Dr. Alexandre Martins de Castro documentos que foram lidos pela Presidência. Não havendo nada mais a tratar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom dia, senhores. Pretendo dar início à CPMI do Roubo de Cargas, que, por decisão da maioria, marcou nova audiência no Estado do Espírito Santo.

Quero, preliminarmente, agradecer ao Comandante Pinto de Almeida, o Capitão dos Portos, pela sempre gentil recepção que nos tem feito e por toda a tranqüilidade que tem dado aos membros da CPMI para que esta Comissão possa desenvolver o seu trabalho em segurança, com tranqüilidade e liberdade.

Muito obrigado, Comandante.

Quero cumprimentar o Deputado Federal Max Mauro e convidá-lo para fazer parte da Mesa.

Coronel Ribeiro, Secretário de Segurança, convido-o a estar conosco à Mesa, se quiser, e agradeço pela presença e pela facilidade que tem nos oferecido em autorizar a vinda de policiais de interesse na oitiva pela CPMI.

Muito obrigado aos demais senhores oficiais da Marinha que gentilmente estão conosco e à Imprensa, que vem oferecer a sua cobertura a esse trabalho.

Não vamos perder mais tempo, visto que temos um prazo curto para permanecer – somente hoje – aqui; amanhã, temos que estar no Rio de Janeiro. Outros membros da CPMI não puderam comparecer,

porque o Congresso está com várias medidas provisórias, vários assuntos em discussão, como a Reforma do Judiciário. Então, estão tumultuadas as pautas do Congresso Nacional.

Provavelmente, mais um Deputado virá do Rio Grande do Sul. Está confirmado: o Deputado Pompeo de Mattos. Estará aqui o Relator, Dr. Oscar Andrade, e creio que será possível a nós dois mesmos tocarmos a CPMI, juntamente com os delegados da Polícia Federal e toda a estrutura da CPMI que está conosco aqui. Vamos tocar o barco, o mais rápido possível, para darmos conta de oito oitivas.

Lerei os nomes: Cleveland Moreira Júnior, que é preso e está sendo conduzido pela polícia; Ismael Foratini Peixoto de Lima, Delegado de Polícia; Heli Schimittel, também Delegado; Ademar Vidigal, investigador; Geila Coelho de Rodrigues Moreira, testemunha; José Ronaldo Candoti, testemunha; Carlos Zico Boldrim, motorista; e Aristone Pimentel, que está sob proteção de testemunha, deverá também ser protegido pela Polícia Federal durante o seu depoimento nesta CPI.

Estando aberta a reunião, pergunto ao Sr. Relator se tem algo a esclarecer antes do início das oitivas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, Sr. Presidente. Quero apenas cumprimentar e agradecer também ao Capitão e a toda a Marinha, bem como a presença do nosso querido amigo, Deputado Max Mauro, e dizer que estamos cumprindo a nossa obrigação, voltando a Vitória, conforme tínhamos programado – apenas 30 dias depois não foi possível, em função da campanha.

Queremos dar aqui a contribuição a esta CPMI, que há dois anos e meio percorre o País, buscando minimizar esse grave problema no Brasil, hoje, que traz prejuízos no valor de R$700 milhões por ano, que é o roubo de cargas, além de uma série de outros envolvimentos nesse crime que virou uma indústria fantástica. Sabemos que os outros envolvimentos ligados ao roubo de cargas são muitos. O nosso relatório estará esclarecendo isso e procurando ajudar os Poderes constituídos a dar continuidade, porque a CPI tem que acabar, e o prazo final dela é 15 de dezembro. Os relatórios já estão sendo elaborados e, até 10 de dezembro, nós os estaremos entregando.

No entanto, não poderíamos fechar esse relatório sem voltar a Vitória, em função das pendências. Então, espero que possamos desenvolver esse trabalho aqui e agora, principalmente com a presença do Deputado Max Mauro, que tem um conhecimento mais específico e vai nos orientar, nos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria à Secretaria que conduzisse Cleveland Moreira Júnior.

O Cleveland foi o principal líder da quadrilha interestadual do roubo de carga, sediada no Espírito Santo, que foi desarticulada na "Operação Carga Pesada". Ele coordenava a venda e a distribuição das mercadorias roubadas, além do preparo da documentação falsa. Encontra-se preso em razão de condenações por roubo, receptação e formação de quadrilha em vários processos criminais.

Acredito que, com seus esclarecimentos, ele poderá colaborar para inteirar-nos de toda a formação do grupo que operava neste Estado, no roubo de cargas.

(É introduzido no recinto o Sr. Cleveland Moreira Júnior.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom dia, Cleveland.

V. Sª já foi compromissado. V. Sª daria continuação ao seu depoimento, visto que temos de encerrar a CPMI. Eu pediria a sua colaboração para esclarecer as dúvidas que possam ter ficado e alguma novidade que tenha deixado de nos comunicar no seu primeiro depoimento.

Passo a palavra ao Deputado Oscar Andrade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Cleveland, V. Sª confirma o que declarou, perante a Comissão, em depoimento das acareações realizadas na ocasião da última audiência, aqui, na Capital?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim, senhor. Confirmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Todas?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – As que foram filmadas, declaradas e que devem estar datilografadas, sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – V. Sª poderia, de forma resumida, repetir as principais declarações com relação à receptação de mercadorias?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não tenho condições, porque há certos detalhes, e é um grande depoimento. Então, para fazer uma revisão de tudo isso... O que posso é tentar sintetizar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Exatamente.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – De forma nenhuma, escondi desta Comissão Parlamentar que comprei carga roubada e que vendi carga rou-

bada. No começo, quando comprei, não sabia a procedência e depois sabia. Sou réu confesso, não no inquérito policial, mas no interrogatório em juízo, de que realmente comprei e vendi carga roubada. A pessoa da qual comprei é Reinaldo Lopes Primo, como foi declarado ao juiz.

Quanto às outras coisas, foram alguns interrogatórios e acareações. Caíram as máscaras das pessoas que me acusam, porque até hoje...

Eu gostaria de interromper por alguns minutos a palavra a qual me foi perguntada e eu gostaria de pedir ao Presidente e Senador, Dr. Romeu Tuma, e ao Deputado, que, da outra vez, me foram concedidos 20 minutos para dar algumas declarações pelo filho, o Deputado Robson Tuma, as quais, tenho certeza, foram preciosas tanto para vocês quanto para minha própria vida. Como vocês sabem, da outra vez, eu estava muito mais nervoso. Peço desculpas ao nobre Deputado, que até teve de me interromper. Dessa vez, acredito que estou mais bem preparado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor está mais tranqüilo, não é?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estou mais tranqüilo. Eu gostaria de que, se fosse possível, vocês me concedessem esses 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queremos que o senhor tenha toda tranqüilidade, porque precisamos dos seus esclarecimentos. Por isso, o senhor terá o tempo de que necessita. Peço que resuma, porque teremos de ouvir várias pessoas. Contudo, o senhor tem a liberdade para fazê-lo. Quando julgar importantes para esta CPI seus esclarecimentos, o senhor pode iniciar seu depoimento.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Aproveito a presença da imprensa e peço que a mesma divulgue que sou uma pessoa que não aceita a minha condenação por assalto. Fui condenado por assalto à mão armada, juntamente com mais onze pessoas, pelo Dr. Guilherme Rizo, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal, que tinha ciência da existência de um inquérito policial e de um processo policial já formado envolvendo cinco pessoas já indiciadas e devidamente reconhecidas, as quais já haviam confessado o crime. Até hoje, não foi proferida sentença nesse processo. Essas cinco pessoas são declaradas pelas vítimas da prefeitura como as pessoas que lá entraram e roubaram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cleveland, esse é o caso do roubo dos computadores?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem os dados do inquérito?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Já forneci todos esses dados.

Então, não digo que essa é minha revolta, mas, simplesmente, essa situação é muito constrangedora para minha pessoa. Inclusive, o programa **Linha Direta** colocou um artista me imitando, que levava um revólver na mão e comandava todo o assalto. Isso é uma grande mentira.

Informei esse juiz do inquérito, do processo que estava na Vara dele. Ele mesmo era o juiz do mesmo processo que tratava dessas outras pessoas. E ele não me deu ouvido. Isso é o que eu gostaria de falar para a imprensa.

Preciso comunicar ao Senador, ao Deputado, à Mesa Diretora e a todas as pessoas que estão aqui – espero que estejam aqui representantes da OAB e dos Direitos Humanos – que tive uma felicidade muito grande quando esta CPI chegou ao Espírito Santo. Depois que ela foi embora, corri risco de vida várias vezes.

Quero deixar bem claro que existe uma pessoa responsável por mim junto ao sistema penal. Essa pessoa é o Exmo. Juiz Carlos Alberto Ribeiro Lemos. Tenho provas de que ele tem manipulado minha condição carcerária, colocando-me em grave risco de vida dentro da cadeia.

Darei um exemplo: sou uma pessoa que ficou presa, por ordem judicial, no "seguro" do Mosesp , durante um ano e um mês. Sem nenhuma acusação verdadeira, sem nenhuma prova real, fui transferido, de uma hora para outra, desse "seguro", um local para presos que correm risco de vida, para a cadeia em Cachoeiro do Itapemirim, que fica a 150km do meu domicílio familiar. Com isso, saí do "seguro" e fui encaminhado para o "cadeião". Na cadeia, todo preso de "seguro" que lá cai é morto. Isso é claro e conhecido por todas as pessoas que estão lidando com a Vara de Execuções Penais, com os diretores de presídios.

Foi determinado pelo Coronel César Rodrigues que eu fosse colocado na cadeia. Minha sorte nisso tudo foi a de que, mesmo estando no "seguro", não tenho o que os presos chamam de "mixa" no crime. Eu não sou cagüete, eu não sou pistoleiro, falando no vocabulário da cadeia. Enfim, eu não devo nada ao crime, porque a minha passagem pelo crime como receptador não permitiu que eu levasse ninguém para a cadeia junto comigo. Não existe nos meus depoimen-

tos – o que tive de provar dentro da cadeia – nenhuma delação.

Então, quando a CPI esteve aqui, tenho certeza de que o Deputado e o Senador Romeu Tuma intervieram, não a meu favor, mas a favor de um preso condenado, pois é um direito que eu fosse para o IRS. A resposta que as pessoas que encaminham meu processo tiveram na 5ª Vara foi a de que "o Senador Romeu Tuma e o nobre Deputado têm mandatos em Brasília e que quem manda aqui são os juízes da 5ª Vara". Isso ocasionou, uma semana depois de esta CPI ter saído daqui, a minha transferência para o Mosesp, cadeia na qual fiquei um ano e um mês no "seguro". Quando entrei nessa cadeia, me deparei com 150 presos contra mim, correndo eu risco de vida. Graças a Deus, pela minha conduta dentro do "seguro" e por de novo provar que não sou cagüete – desculpe a palavra – ou delator, pela palavra mais correta, consegui mudar a minha situação dentro da cadeia, na qual hoje me sinto protegido, pois não sou cagüete.

Continuando, fui pressionado pelos presos, naquele dia, por falta de informação da parte deles, para que escrevesse um bilhete no dia 23 de setembro de 2002, o qual chegou à mão do Exmo. Juiz Carlos Alberto Ribeiro Lemos, nesta data, dia 23 de setembro de 2002, pedindo a minha imediata remoção para o "seguro" daquela cadeia, porque tinha tido a promessa dos presos de que não fariam nada comigo até que o juiz tomasse essa decisão. Não foi tomada essa decisão. Passei 31 dias dentro da cadeia. Quando houve a descoberta de uma tentativa de fuga na cadeia, a "Choque" invadiu o presídio, imediatamente dando tiros para dentro da cela onde eu estava. Eles me transferiram, insinuando que eu tinha informado esses buracos ou o que se chama na cadeia de "futuro". Todos que estavam ali naquela cadeia sabiam que eu não tive acesso a nenhum tipo de telefone ou lugar no qual pudesse passar esse tipo de informação para o Batalhão BME ou para qualquer outra autoridade.

Continuando o esclarecimento, fui colocado dentro do "seguro", mas pedi à Diretora que me trouxesse de volta para a cadeia. No dia 24, houve uma reunião entre os juízes da 5ª Vara e os detentos que estão presos em todas as cadeias do Espírito Santo para reivindicações de melhor tratamento dentro da cadeia. Quando os presos do Mosesp, onde estou recolhido hoje, na cadeia e não no "seguro", questionaram a minha retirada, o Dr. Alexandre Martins e o Dr. Carlos Alberto explicaram aos presos que eu fui retirado da cadeia, porque passei um bilhete que chegou às mãos deles e que eu estava correndo risco na cadeia por causa dos presos, ainda deixando transparecer que eu teria escrito aquele bilhete num breve tempo antes daquela reunião com os detentos.

Quero dizer a todos aqui e à Mesa Diretora que, em um segundo dentro da cadeia, tira-se um cadáver. Com 150 homens em cima de um preso, não dura mais que 30 segundos catar os pedaços dele. É o que tem acontecido dentro das cadeias do Espírito Santo

O que quero dizer é que esses juízes estão me tratando de uma forma leviana, conduzindo-me para a cadeia e para o "seguro", colocando-me em risco de vida, porque todos esses juízes são ligados ao Ministério Público, dentre os quais Guilherme Rizo, que já foi promotor, e é amigo da Drª. Carla Stein.

Tudo isso tem acontecido na minha vida. Aceito a minha condenação por receptação, todas as outras, rejeito. Rejeito a forma irresponsável com a qual os juízes da 5ª Vara têm tratado o meu caso.

Denuncio aqui, perante o Senador, o meu problema de vista, sobre o qual ele determinou, naquele microfone, que eu fosse atendido, e não fui até hoje. Tenho um laudo expedido por um dos principais psiquiatras do Estado do Espírito Santo dizendo que tenho problema de insanidade mental e a minha pessoa sequer foi enviada para um exame no manicômio. Todas as petições que o meu advogado, que está aí em Plenário, emitiu e mandou para a 5ª Vara e para todos os juízes foram negadas.

Sou um preso tratado de forma diferente de todos os outros da carga pesada. Agradeço, porque todos estão do lado de fora, muitas coisas ali são mentiras. Vejo sempre a necessidade de eu estar informando coisas que a Polícia Federal investigou por um ano e meio e fez um trabalho excelente em todos os aspectos. Tenho o nome de todas as pessoas envolvidas, mas, infelizmente, estou entregue às mãos da Justiça do Estado do Espírito Santo, na qual não confio, que deu privilégios para uns e condenação para outros.

Portanto, o que quero falar ao nobre Senador e a todas as pessoas que estão aqui é que, quando vocês retirarem-se daqui, se eu não estiver dentro da cadeia com os presos, com a escória da sociedade, não estou protegido. Quem me protege são os presos; a polícia não me protege, os juízes não me protegem, ninguém me protege. É por isso que peço que não me tirem de novo da cadeia onde estou, porque, num transporte da polícia militar ou de uma cadeia para outra, posso vir a sofrer um atentado e me matarem. Confio nos presos, mas não na polícia.

Era esse o desabafo que eu tinha a fazer e é isso que quero que o nobre Senador Romeu Tuma, que é um homem experimentado na polícia, observe e converse seriamente com esses juízes. Inclusive, um deles está sendo cogitado para Secretário de Justiça capixaba, está participando da transição de Governo, sendo que declaro aqui que é um homem irresponsável junto ao cargo que ocupa hoje, que é o cargo responsável por manter os presos vivos.

A outra coisa que eu gostaria de falar é que, de forma alguma, falei que o Senador e agora eleito Governador do Estado, Paulo Hartung, está envolvido em qualquer coisa ilícita. Quando o Deputado Max Mauro e o derrotado nas eleições pegaram um depoimento meu aqui, cortando uma parte e outra, não deixaram transparecer a verdade, em que me dirijo ao Dr. José Carlos Stein Júnior como a corja, a patota que me roubou e ao fundo de campanha dos partidos dos quais ele era o Caixa.

Portanto, de forma alguma coloquei nenhum político capixaba como ladrão, muito menos o Governador Paulo Hartung. Se ele, por um acaso, vier a ouvir essa fita agora, irá poder ver a outra fita e irá saber que, de forma nenhuma, eu o coloquei como pessoa desonesta, mas, sim, como uma pessoa lesada com o seu grupo político pelo Dr. José Carlos Stein Júnior.

Há uma farta documentação com o meu advogado de todos os meus processos na Justiça, nos quais em todos sou lesado, e todas essas pessoas que me lesaram na Justiça têm ligação com a Drª Carla Stein, que é promotora de justiça.

Tenho muitas coisas mais a falar, mas prolongaria demais.

Senador Romeu Tuma, esse é o protesto que faço ao senhor. Sei que o senhor é um homem sério e justo, que vai se importar com a preservação da minha vida, pois o que quero é pagar a minha pena e ser reintegrado à sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço ao Coronel Ribeiro, que ouviu o depoimento, que cuide da integridade física do preso. Comunicaremos ao juiz competente essa solicitação para a preservação de sua vida.

Não estou confirmando o que ele disse. Acredito, por uma questão humanitária, porque seu temor é claro. Psicologicamente, sentimos esse fato.

Desse modo, peço o apoio de V. Sª, Coronel, para que ele seja mantido em segurança. Informaremos ao juiz, à Presidência do Tribunal, o depoimento aqui prestado sobre o risco de vida que, segundo ele, ele corre no presídio.

Solicito ao Relator que continue o interrogatório visto que a oportunidade já foi dada ao Sr. Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cleveland, você afirma que não participou do crime pelo qual foi condenado, do roubo de computadores.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não participei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem participou?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – As pessoas que participaram são réus confessos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há três nomes aqui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem são?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não sei o nome das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gilcimar da Silva, Cleison Luiz de Oliveira, o conhecido Adônis, e Emerson Batista Antunes.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São os que estão no inquérito.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – São os que estão no inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, apontados como os responsáveis pelo roubo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim. Além de ser os que estão no inquérito, são esses que constam do processo, que está em fase de alegações finais na 2ª Vara, o mesmo lugar em que fui condenado, sendo eles réus confessos e reconhecidos pelas vítimas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles já foram condenados?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eles devem estar sendo condenados a qualquer momento. Não estão presos. Por incrível que pareça, o que me surpreende é que, depois da abertura da CPMI, essas pessoas não se encontram mais nos presídios em que estavam detidas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como você soube dessa informação?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Saiu no jornal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Além desses três, há mais alguém que você acredita que

esteja envolvido no roubo dos computadores? Não se trata de delação.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sr. Senador, a 2ª Vara Criminal da Comarca de Vitória tem todas as informações de que V. Exª precisa. Na sua frente, há o inquérito policial, se não me engano, o auto de reconhecimento e, além disso, a declaração dos devidos meliantes, que confessam ter praticado o crime. Esse processo, hoje, é presidido pela Exmª Srª Juíza Lúcia de Barros, que, salvo engano, está com problemas de saúde e deixou a Vara, devendo o processo estar nas mãos do substituto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª acompanha bem a Justiça, não é?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Senador, se uma pessoa que está na condição que eu estou não fizer uma investigação por si própria, a qualquer momento ela vai ter novos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doutor, o senhor deseja fazer alguma interferência?

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – Eu gostaria de entregar alguns documentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para ele ou para a Comissão?

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – São diversos documentos relativos ao processo dele e, se houver necessidade de tocar nesse assunto, as provas estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, se houver algum depoimento relevante para a CPMI, solicito que o senhor nos forneça.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Senador, todos esses documentos são de extrema importância para a CPMI. Somente falarei a V. Exª que isso me custou bastante dinheiro e não disponho de mais recursos para tirar outras cópias.

Então, peço a V. Exª que procure uma repartição pública ou qualquer lugar onde haja uma máquina copiadora, e eu cederia toda essa documentação para V. Exª a fim de que possa copiá-la e, depois, V. Exª me devolveria o material, porque, independentemente de eu ser justamente pela Justiça capixaba, há aqui, pelo menos, algo que olho e em que acredito, porque sei que foi feito sem intenção alguma de prejudicar ninguém ou de me livrar de algo que eu tenha feito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doutor, qual é o seu nome, por favor?

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – Dr. Paulo Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Paulo Henrique, depois, o Dr. Paulo entrará em contato com o senhor para examinar esses documentos. Os que forem importantes, nós nos responsabilizaremos pelas cópias que tiraremos. Assim que estiverem prontas, restituiremos os documentos ao senhor. Depois, o Dr. Paulo examinará a documentação para que não precisemos tirar cópia de todos. Provavelmente, a maioria é de interesse dele. A CPI poderá ter algum outro relatório que seja importante. Pergunto-lhe se o senhor concorda com isso? (Pausa.) Está certo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Delegado Ismael Foratini Peixoto de Lima?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Desde quando?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Dr. Ismael Foratini estudou comigo no Colégio Salesiano, se não me engano, da 5ª série primária à 7ª ou 8ª séries. Jogávamos bola ao mastro no Colégio Salesiano e, às vezes, futebol, handebol e outros esportes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cleveland, em seu depoimento inicial, você diz que tem problemas psiquiátricos. Você foi examinado por médico para chegar a essa conclusão ou ela é uma dedução sua?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Na minha adolescência, tomei alguns remédios controlados, como Comital L, Gardenal e etc. Fui usuário de drogas de 12 a 29 anos, de LSD, cocaína, crack, maconha e bebidas alcoólicas de todos os tipos. Mas quero dizer que abro mão dessa insanidade mental, porque creio que sou um homem curado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não me parece que você tenha insanidade mental.

Devolvo a palavra ao Dr. Oscar Andrade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Jefinho?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Jefferson também estudou comigo no Colégio Salesiano.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É irmão, não é?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É irmão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Do Dr. Ismael.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o investigador preso?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É. Ele foi condenado, mas está solto.

Cleveland, há uma degravação em que você conversa com o Dr. Ismael. Você se lembra de ter conversado com ele quando você estava foragido?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Segundo me consta, ele estava na delegacia e me pediu para me apresentar. Eu falava para ele que não me apresentaria. Acho que o teor principal dessa degravação é esse.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – "Rapaz, é o seguinte: você tem que apresentar hoje, bicho (...)". Interessante, não é? "(...) Para poder você depor e aliviar a barra da sua mulher e do resto do pessoal todinho".

Quem é o "pessoal todinho"?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Quem estava preso lá: o Jarbas, os carregadores do Jarbas e o Jefferson, o qual minha esposa chamou quando viu que a polícia estava na porta da minha casa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí você disse que todo o mundo fala para você não apresentar e ele era o único que estava falando para apresentar?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É claro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não achou estranho?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não. O irmão dele estava detido, não é? Então, ele, com certeza, tendo ciência de que o irmão dele, com a minha apresentação, poderia sair, acho que ele não fez, nada mais, nada menos, do que interceder pelo irmão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o irmão estava envolvido na mesma questão sua?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Porque, então, ele estava preso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Porque ele foi chamado por minha esposa quando me evadi do local e compareceu no local para ver o que estava acontecendo. Os próprios policiais militares, que abordaram os caminhões que estavam parados na porta da minha casa, só entraram na minha casa com o Jefferson, que convenceu minha esposa de abrir a porta e permitir que entrassem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo que você está falando, o Jefferson não teria nada com o resultado do roubo ou a receptação.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Olha, o Jefferson era uma pessoa que me emprestou dinheiro. Quando seu filho esteve aqui e passou algumas degravações entre mim e o Jefferson, numa delas ele começou... eu comecei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas aí na CPI do Narcotráfico.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não. Eu não estou envolvido com CPI do Narcotráfico, apesar da CPI do Roubo de Cargas surgir da CPI do Narcotráfico, a qual, é claro para a sociedade capixaba, inclusive para uma juíza, que me deu uma sentença, agora, por porte de arma, há mais ou menos uns três meses, ela declara na sua sentença duas coisas que me surpreendem, não por serem mentira, mas porque o Dr. Guilherme Rizo e o Dr. Alexandre Martins não citam isso nas suas sentenças à minha pessoa. Porque ela me dá uma sentença um ano e alguns meses depois de eu ser sentenciado pelos dois Ex^{mos} Juízes e declara que eu sou tecnicamente primário e ainda me faz um elogio, dizendo que eu sou uma pessoa considerada pela sociedade combatente ao narcotráfico e que estou ligado diretamente à recuperação de drogados, ao qual eu sempre fiz, inclusive morei dois anos nos Estados Unidos, onde fundei um centro de recuperação de viciados em drogas. Então, isso é que me surpreende. Eu tenho, em cada processo meu, um, ao qual é uma grande montagem da Justiça capixaba para me condenar e para que eu permaneça mais tempo dentro da cadeia, com isso as pessoas que estão com o meu patrimônio consigam manipular, ao qual está tudo comprovado aqui, despacho de desembargador, despacho de juiz, como que uma pessoa dá uma sentença de um caso que envolve R$2 milhões, sendo ele juiz substituto numas férias em trinta dias, onde o Ex^{mo} Juiz, que é titular da Vara, Dr. Carlos Alberto Mignone, que é um homem sério, conhecido por toda a sociedade, está avaliando a situação, porque é muito complicada, entra o Dr. Samuel Meira Brasil e sentencia contra mim. Depois, ele é substituto de um desembargador e, também em férias, puxa o meu processo e sentencia contra mim. Eu não tenho medo de morrer, porque juiz mandou me matar aqui, não. Um homem que está vivendo o que eu estou vivendo não tem medo de morrer em lugar nenhum. Ainda tenho a certeza de uma coisa, que se eu morrer vou estar num lugar melhor do que este aqui, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cleveland, tudo bem, você já fez o seu depoimento pessoal...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria para você evitar repetir esse problema, porque já é do conhecimento público, já é do conhecimento das autoridades todas as suas dificuldades. Então, eu pediria para você, por favor, só para ser mais objetivo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Está certo, vou procurar ser mais objetivo. O senhor me desculpe.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cleveland, quem é Maurício?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Que Maurício?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que você conversa por telefone com ele também.

Quer que lembre aqui o que você falou?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Quero.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – "Não tem jeito de eu falar com você? Passa lá à tarde. Você está na primeira Vara?" – você falando.

"Estou" – resposta.

Você: "Porque o negócio é de caráter de urgência. Para você ter uma idéia, minha esposa está internada. Ontem eu tirei tudo de dentro de minha casa. Quando chegou às dezessete horas é que eu consegui reverter. Estou entrando com uma ação hoje, anulatória. É o Abel que está entrando e nós temos medo que está tudo lá, tudo arrumado lá."

Resposta: "Você tem que entrar na mesma Vara que o juiz deu aí. Não tem, não. Não tem vínculo. Eu posso entrar e ser distribuído para qualquer Vara. Ação anulatória pode cair em qualquer Vara. Então, eu tenho como direcionar, eu preciso falar com você. "

Resposta: "Vai lá à tarde. E outra coisa: leva aquela arma lá, que eu estou precisando. Vou te pagar de volta aquele negócio. Não, eu te devolvo, não esquenta. Não fica preocupado com isso não."

Quem é?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É o Dr. Maurício Camata.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é o Dr. Maurício Camata?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É o juiz de Direito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você levou a arma para ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A arma dele é de coleção dele, a Quality MW, para limpar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas espera um pouquinho. E esta arma estava com você?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não estava preso ainda?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, um revólver desses antigos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É colecionador...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Schmith Welson, não sei se é colecionador. Um revólver antigo como esse Schmith Welson, inclusive com os tambores interrompidos, que é uma arma só de coleção.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E por que ele ia te pagar. Vai lá a tarde e, outra coisa, leva aquela arma que eu estou precisando. Vou te pagar de volta aquele negócio? Qual é o negócio?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O spray de limpeza de metal importado que eu representava aqui em Vitória e que era usado para limpar rodas de liga-leve e que era usado na arma, mas eu só tinha um usado, e ele queria, e, daquele jeito, eu usava para limpar as rodas que punha em exposição.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você levou lá?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Levei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você disse que não ia levar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mas levei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Levou?

Você disse "Não, não levo, não, porque não posso andar com isso. Você passa na minha casa e leva".

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mas levei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Resolveu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que você teria receio de ser preso por porte ilegal de arma?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A arma não tinha registro, e eu não tinha porte dela. Porte de arma, eu sempre tive...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra se ela tinha número?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, não lembro. Foi uma arma que usei somente para limpar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí, ele fala "Você pega e fala que é minha. Qual é o problema? Fala que é do juiz, estou levando para o juiz".

E vocês dois deram uma risadinha.

"Você pega, põe dentro de uma bolsa com as balas. E você está preocupado com isso?"

Por isso é que você foi? Ele te tranqüilizou?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não é verdade, não está aí?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você: "É lógico, eu quero que você leve essa arma lá hoje."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você ainda tem amizade com esse juiz?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, ele é meu amigo de rua desde doze, treze anos de idade.

Eu não mantenho amizade somente com o Dr. Maurício Camata, não. Tenho amizade com vários juízes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você era um moço da sociedade. Pelo menos você disse da outra vez...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não é questão de ser moço da sociedade. Eu era uma pessoa que, quando o senhor vir toda essa documentação, vai ver que eu era uma pessoa ativa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Dr. Maurício é colecionador de armas?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – No caso de uma arma dessa que não seria para uso, acredito que sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E por que é que tinha as balas então?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a arma funcionava?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A arma não servia para uso...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Acredito que não porque os tambores têm as balas estavam interrompidos...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você levou as balas também?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – **Não.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que calibre que era?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – 32.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ele pede para você colocar dentro da bolsa a arma e as balas dizendo "Coloca a arma e as balas e traz, fala que é minha, do juiz."

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Talvez sejam balas comuns para chupar. Não lembro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ah, mas, aí, nós vamos mudar um pouco. Estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cleveland, você não pode brincar com a Comissão.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Mas não estou brincando com a Comissão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Te demos tempo para falar e para fazer as suas reclamações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mantenha o respeito com a Comissão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não é nem só por falta de respeito. É porque você quer só ser ajudado e ponto final? Você acha que a CPI serve só para isso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não estou falando que quero ser ajudado, não. Eu não preciso da ajuda de ninguém. Eu quero que a Justiça seja feita.

Vocês se empenharam em me ajudar, mas não houve nada que me ajudasse. Muito pelo contrário. Depois que vocês saíram daqui, a minha vida ficou em risco várias vezes e se, por minha habilidade, não contorno a situação, vocês teriam ido hoje ao cemitério visitar o meu túmulo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nós não estamos te pedindo para ser cagüete nem absolutamente nada. Mas precisamos que as coisas sejam esclarecidas por você. Porque você fala de maneira muito clara coisas que são importantes para você dizer e outras, não. Então, vamos fazer o jogo do jeito que tem que ser.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que é importante eu dizer sobre Maurício Camata, o qual uma pessoa que eu conheço...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É importante dizer qual a sua relação com um juiz?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A minha relação com ele é uma só. Eu fui amigo dele, ele era surfista, eu era surfista também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você vendeu arma para ele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Nunca vendi arma para ele, nunca comprei arma para ele.

Usei um spray que eu tinha para limpar rodas de liga-leve que é metal para limpar uma arma que ele tinha.

Vocês têm tudo aí gravado. Realmente, eu me preocupei em ir dentro do fórum...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um minuto, com licença. Vou requerer ao juiz uma explicação sobre essa arma que é uma arma de defesa e não me parece, pela conversa, que seja arma de colecionador, e saber quais são as condições da arma e se ele estava com ela legalizada. E vou fazer um requerimento ao Juiz para que possa nos informar sobre a situação da arma.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então vamos deixar de lado o problema da arma, que já está bem esclarecido.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como você conheceu o Shiro Maruzi?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Shiro Maruzi me emprestou dinheiro em São Paulo. Eu trabalhava com uma fábrica de roda, chamada Giros Reis. E eu precisava comprar uma certa quantidade de rodas para trazer para o Espírito Santo, sendo que eu teria um desconto. E ele me emprestou US$12 mil, o qual eu paguei US$9.300,00 ou US$9 mil aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em dólar mesmo ou em real? Você pagou em dólar?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Em dólar. Eu paguei em dólar. Peguei em dólar e paguei em dólar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cobrou juros de você?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Cobrou um **spreadizinho** no dólar. Me emprestou US$12 mil, e eu teria que pagar a ele US$13 mil...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foram presos?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ele esteve preso...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi junto com Ronaldo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Ronaldo Teruia.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que ele era do Ronaldo Teruia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eram sócios?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Amigos?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não. Não sei. Não tenho conhecimento que os dois...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem o depoimento deles aqui, feito em São Paulo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – ...se conheciam.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E eles foram presos por quê?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Segundo eles,...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Ronaldo você conhecia também?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Ronaldo era cliente meu de pneu e de roda. Ele, tenho certeza que pode apresentar várias notas fiscais das empresas em que eu trabalhava faturando diretamente o produto para ele, Pneus Dunlop, Pneus Toio, Roda Giros, etc., etc., etc.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele era comerciante?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ele tem uma loja em São Paulo...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E por que ele foi preso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Ele foi preso porque ele estava em contato comigo. Porque falava comigo de negócios por telefone. Inclusive o processo pelo qual ele foi preso foi extinto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É o mesmo processo que o Shiro também vai preso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim. Que também foi extinto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Shiro não comprava nada seu?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Shiro, depois de... Da mesma forma como teve aquela ligação com o Jefferson, a qual eu falava que estava recebendo tal mercadoria, estava recebendo isso, da mesma forma que eu falava para ganhar tempo para pagar, eu fazia tanto com o Shiro quanto com o Jefferson. Agora, o Shiro nunca comprou nada de mim. Nem eu nunca comprei nada dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem vendeu?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Nem vendeu. Para mim, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quem você comprava?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Reinaldo Lopes Primo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só dele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Só dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Todo o seu envolvimento em receptação de carga foi sempre com o Reinaldo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sempre foi com o Reinaldo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantas vezes?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Umas... Entre quatro, cinco, seis vezes que eu comprei carga roubada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o que você comprava?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que eu comprei está devidamente explicado no laudo de apreensão da Polícia Federal aí, ao qual eles pegaram tudo dentro da minha casa. E num depósito na Serra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você podia rememorar, por favor?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Olha, tinha sola de sapato, tinha material escolar, um pouco, tinha periféricos de computador, tinha agrotóxico, e tinha algumas coisas a qual eu nem sabia para que servia. Tinha um pouco também de, se não me engano, xarope para fabricação de refrigerante.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Hildo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Hildo dirigia...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Para você?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Pegou uns dois, três caminhões. Ele mesmo declarou aí, e eu falo aqui, que ele ganhava R$800 para transportar o caminhão do lugar onde ele pegava com a pessoa do Reinaldo Lopes Primo até um depósito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só isso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Só isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ele sabia o que era?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Olha, agora já sabe, né?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – À época ele não sabia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não. A primeira vez que ele dirigiu o caminhão ele não sabia não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quando ele foi preso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Quando ele foi preso, eu acredito que ele soube na mesma hora do que ele estava fazendo. Só que eu não sei qual a circunstância que ele foi preso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o que você fez por ele, quando ele foi preso?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não fiz nada. Ele foi preso na Bahia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele foi preso na Bahia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Foi preso na Bahia. Não foi preso na Bahia?...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, aqui no Espírito Santo.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Quando ele foi preso aqui no Espírito Santo, mandei um advogado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Foi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Lá na delegacia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Como?

O SR. – Na delegacia?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Foi, na delegacia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual advogado?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Dr. Délson.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dr. Délson. Foi ele que negociou com os policiais a saída dele?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Olha, acredito que um advogado não negocia com policiais. Acredito que o advogado o retirou de lá porque não existia nenhuma materialidade a qual pudesse o comprometer.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não deu a ele R$16 mil, para ele acertar isso lá?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, não. A Polícia Federal tem muitos telefonemas meus. Ela sabe que, se eu tivesse R$16 mil, eu resolveria grande parte dos meus problemas. A Polícia Federal

também sabe porque eu comprei e vendi carga roubada. Porque até um convertido dentro da minha igreja tinha, que é o Moreira, que tem o mesmo sobrenome que eu, a qual também declara na 2ª Vara que eu não estou envolvido e não pratiquei nenhum assalto – o que é deixado de lado pelo Excelentíssimo Juiz, pessoa que me seguiu durante um ano e meio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a carga que foi presa em dezembro de 2000, no Posto Chapada Grande?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Era minha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era sua. Qual sua participação nisso? Você comprou de ladrão de carga, ou você também participou do roubo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não. O Reinaldo Lopes Primo me vendeu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A mesma coisa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A mesma coisa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sempre o Reinaldo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sempre o Reinaldo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Reinaldo é que roubava?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não sei. O que sei é que ele alega que tinha uma empresa de salvado, em Teixeira de Freitas. Certo? Muitas coisas dessas mercadorias que comprei, a qual não escondo, tinham notas fiscais que acompanhavam. O que eu poderia ter declarado em juízo é que eu era terceiro de boa fé, o qual não estou fazendo hoje e nem fiz em juízo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabia que estava comprando roubo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Depois de um certo tempo, sabia. Entendeu? Por que estou falando isso, Deputado? Deixa eu lhe explicar uma coisa. O senhor é um homem que fala que sou inteligente, mas o senhor é mais inteligente do que eu, tanto que o senhor é Deputado e eu estou aqui como um preso. Certo?

O que acontece é o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa não é a diferença.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não, claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A diferença não é pela inteligência.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tudo bem. Quero dizer o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É pelo caráter da pessoa.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Com certeza. Mas o caráter o homem pode restaurar ele, é só haver arrependimento. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem dúvida. Tenho esperança de que você recupere.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – E de forma nenhuma estou retrucando as suas palavras. Certo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, não. Estamos conversando.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – De forma nenhuma, porque a autoridade aqui é o senhor, e conheço o princípio da autoridade.

O que quero dizer para o Deputado é o seguinte: sei da minha vida, Deputado. E posso falar da minha vida. Posso ser réu confesso dos crimes que eu pratiquei. Agora, para ser mais conciso, a Polícia Federal tem todas as informações que vocês estão pedindo a mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, olha. Você tem que entender, você é uma pessoa que tem conhecimento jurídico, a gente sente que você acompanha de perto seu processo. Precisamos, provavelmente, repetir o que a Polícia Federal tem porque tem que vir para os autos da CPMI. Então, é um depoimento seu. Não adianta eu copiar o que tem. Precisamos da sua confirmação.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É por isso que ele está lhe fazendo perguntas com base no que já leu sobre a sua passagem por esse mundo que, parece-me, você quer se livrar.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Já me livrei, graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, quando ele te perguntou sobre o pagamento dos R$16 mil, estou pedindo cópia do depoimento do João Rildo, do Souza Aguiar, porque me parece que ele declarou que você dispôs de R$16 mil para ele poder ser liberado, que pagou policiais que o teriam prendido.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Pagou policiais, você sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, estou pedindo o depoimento dele para confirmar que essa colocação nesse resumo está correta, ou não.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Olha, desconheço o pagamento de qualquer policial e desconheço que o advogado, Dr. Délson, tenha pago, em qualquer delegacia, R$16 mil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sei que você tem uma grande preocupação em não delatar ninguém. Você já foi bastante conciso na sua preliminar exposição, em que não delata ninguém. Temos que ter a obrigação de interpretar a sua resposta, se ela está sendo sincera, ou não.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Com certeza. Mas, cabe a vocês que estão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem dúvida.

Então, peço a sua colaboração, para evitar que a gente...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Colaboro...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você quer depor sob sigilo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – De forma nenhuma.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não precisa, não?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só esperar o depoimento, há mais alguma coisa?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Deixa ele aguardar aí, porque pode fazer acareação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu vou pedir para ele ficar por aqui... certo, doutor?

Cleveland, você vai permanecer algum tempo conosco numa sala e se houver necessidade. ....

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Quero fazer uma pergunta já que fui citado. De qualquer sorte, eu previa uma participação nas atividades da CPI.

Em primeiro lugar, como deputado capixaba, acredito ter o dever de desejar aos integrantes da CPI, Srs. Parlamentares e servidores do Senado Federal, as boas-vindas. Em especial, porque esta CPI é presidida pelo Senador Romeu Tuma, a quem, há 13 anos, quando governei o Espírito Santo, procurei, tive oportunidade de bater às portas do Ministério da Justiça e posteriormente às portas da Polícia Federal, em busca do apoio, da colaboração na investigação do crime organizado no Espírito Santo e encontrei a melhor boa vontade e total guarida em relação àquela solicitação que fazia em nome do povo do meu Estado.

A nossa Polícia Federal, esta instituição a quem também quero render as minhas homenagens, aqui no Espírito Santo prestou um extraordinário serviço à comunidade capixaba, quando começamos a enfrentar de fato o crime organizado no Estado.

Feito esse registro, porque é de Justiça que se reconheça a importante colaboração da Polícia Federal e do Senador Romeu Tuma, à época à frente desta instituição policial.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, a minha saudação também ao Deputado Relator.

Tive oportunidade de assistir, pela **TV Senado**, ao depoimento do senhor Cleveland, quando da última estada em Vitória da CPI do Roubo de Cargas. E lá ele fez uma referência a um fato da maior gravidade e que interessa a todos nós capixabas o seu esclarecimento. Ao depor e falar sobre o roubo dos computadores da Prefeitura de Vitória, ele levantou uma questão, ele falou em caixinha de campanha do atual prefeito de Vitória e do prefeito que o antecedeu, do desvio de recursos, falou em cerca de R$ 20 milhões. Esse episódio ficou no ar.

Como estávamos em período de campanha julgamos que o momento era muito oportuno para se discutir todas essas questões, até porque a minha candidatura tinha esse compromisso, mostrar à opinião pública todas as mazelas que os capixabas experimentam nos dias de hoje, quando denunciávamos o crime organizado e lutávamos, apresentávamos nossas propostas para combatê-lo, então julguei que seria interessante mostrar à opinião pública um trecho desse depoimento no programa do TRE na televisão.

Quero esclarecer esse fato e permita-me, Presidente, que questione o Sr. Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como Deputado o senhor tem...

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Na condição de Deputado, agradeço, Sr. Presidente.

Eu queria perguntar inicialmente ao Sr. Cleveland qual o nível de relacionamento dele com o advogado, Dr. José Carlos Stein Júnior.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O nível de relacionamento que tinha com o Dr. José Carlos Stein Júnior, até 1998, foi o mais estreito e íntimo possível no sentido profissional e de amizade. Eu confidenciava meus problemas a ele, e ele, meu advogado de confiança, o irmão homem que eu não tinha e, tenho certeza, o irmão homem que ele não

teve. Freqüentava minha casa constantemente, passou férias e descansou, por problemas emocionais, nos Estados Unidos, num apartamento em que eu vivia. Foi agraciado com honorários e com empréstimo de salas para ele trabalhar, dei presentes para ele por ser seu amigo pessoal, por ter inteira confiança nele e por ele me ajudar juridicamente, apesar de eu não estar envolvido com o crime no período em que ele era meu advogado. Esse é o grau de intimidade.

Se o senhor quiser fazer outra pergunta, tudo bem. Mas, se o senhor quiser que eu fale mais de José Carlos Stein, talvez batamos na mesma tecla da perseguição jurídica da qual tenho sido vítima. Não de toda Justiça capixaba, mas são indeferidas todas as petições do meu advogado e todos os processos da área cível que estão sendo julgados, que dizem respeito a bens meus em poder de José Carlos Stein, são julgados por juízes substitutos de férias e sempre a mesma pessoa julgando contra mim. Continuarei batendo nisso, ilustre Deputado Max Mauro.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – O senhor poderia dizer que tipo de assistência jurídica o Dr. José Carlos Stein lhe deu?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Aconselhamento em assuntos tributários de empresas de importação que eu tinha. Ele sempre acompanhou e sempre foi meu advogado, o que está fartamente provado aqui, em todas as minhas causas cíveis. Ele me defendeu quanto ao relacionamento de agiotagem com o Hélio Pimentel e há pouco tempo fez um acordo doando a minha casa na Ilha do Frade para o mesmo agiota. Foi advogado meu num processo no qual fui julgado à revelia, também em conjunto...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doando sem a sua autorização?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sem a minha autorização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua assinatura consta?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Não consta minha assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era teu procurador?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Prestem atenção, vou esclarecer. Quando fiz a dívida com o agiota Hélio Pimentel, paguei-lhe com o centro de entretenimento construído com o meu dinheiro na praia de Camburi, na avenida Adalberto Simon Nader, Ultra Center. Dei um apartamento registrado no Cartório Amorim, em que eu tinha o direito a quatro quartos no Bairro Vermelho e dei uma BMW M3, ano 1994, para quitar minha dívida com ele, de um empréstimo que está aqui também.

Peço à Polícia Federal, que está aqui, que encaminhe à Junta Especial no Espírito Santo, que tem procurado saber onde estão os agiotas. Tenho prova aqui, de um contrato de 5% de juros ao mês de pessoa física para pessoa física, o que é ilegal, não darei mais detalhes.

O Stein sempre me defendeu nisso. O Hélio Pimentel, por haver um relacionamento diário com ele, passei esses bens para ele para receber a quitação da casa, a qual ele não fez, e depois continuou executando a casa. Por conselho do José Carlos Stein, fiz um distrato da casa e pedi à pessoa que me vendeu a casa que vendesse a casa para o Abel Stein, primo dele, o qual cassou a procuração há pouco tempo e, ao mesmo tempo, aparece no último acordo doando a minha casa o Dr. Abel Stein, o Dr. José Carlos Stein, que é cassado pelo próprio Dr. Abel Stein – está aqui a petição que cassa a sua procuração.

Para resumir, quanto ao Stein, meu amigo pessoal, desde a década de 1970 até final da década de 1990, 1997/1998. Rompi com ele porque ele usa as minhas salas aqui na frente, as quais comprei de Dr. Marcos Abaurri e todo documento vasto de pagamento, quitação cheque, tudo bonitinho, que ele também me fez desviar fazendo confissão de dívida para uma empresa de Campos situada na Serra. Isso tudo está bem explicado, porque se eu for ficar falando nisso, Deputado Max Mauro, é uma coisa que levará horas e horas.

O resumo disso tudo é que existe um grande interesse além, não da CPMI, mas além Cleveland, receptador de carga, para que ele seja totalmente destruído e calado, porque o que há aqui é um consórcio do advogados roubando todos os meus bens.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – O que você já recebeu de volta?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O que eu recebi de volta foram as minhas roupas, algumas televisões, alguns móveis, os quais foram deferidos no últimos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Imóvel, nada?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Imóvel, nada. Essa é uma questão jurídica muito complicada. Eu podia fazer aqui o que Paulo fez diante do rei Agripa, apelar para o Presidente do Tribunal como Paulo apelou para César. Agora, eu gostaria de ter uma conversa pessoal com ele, porque eu posso pagar qualquer advogado, não destituindo ou menospre-

zando o meu advogado, o qual tem sido um homem brilhante na minha defesa, mas o Juiz não segue o Código Civil nem o Código Penal. Sabemos que a caneta do Juiz é o que vale. Se eu tenho direito de estar solto, se o Juiz falar que eu tenho que estar preso, eu vou estar preso – só estou ilustrando. Se o Juiz fala que a casa é do Stein, acabou. O direito nem sempre é questionado dentro da lei. Então é isso, Deputado. Tem mais algum esclarecimento que o senhor precisa de mim?

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Eu gostaria.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Agora, o senhor corrigiu porque o senhor tinha falado em reais.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – US$20 milhões!

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – E que o Stein era o caixa.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – E que este fundo era do atual Prefeito de Vitória e o do ex-Prefeito que o antecedeu.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – E que o Stein havia desviado.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Eu gostaria que o senhor esclarecesse minuciosamente esse episódio.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – O Stein esteve me pedindo que eu desocupasse as quatro salas da frente do sexto andar do edifício que está na nossa frente chamado Centro Empresarial Enseada, o qual todo o andar é meu. Ele usa, tenho contrato de aluguel para ele, certo? Que era procurador, se não me engano, da Câmara dos Vereadores e também foi Procurador da Prefeitura de Vitória na primeira gestão do Luiz Paulo Veloso Lucas. O que ele me falava é que toda a parte financeira do Partido e dos políticos que ele representava estava na mão dele e que agora, finalmente, ele poderia estar fazendo a sua independência financeira e que todos os contratos da Prefeitura de Vitória estariam sendo feitos dentro do seu escritório de advocacia.

Com isso, ele me pediu de forma muito rude, porque já tinha falado comigo que ele já tinha desviado esse fundo de campanha – isso é muito fácil de ser rastreado: Banco Santander, Reta da Penha; uma gerente personal dele senão me engano Cristina ou Cristiane; a gerente do banco, Raílda , que, se não me engano, agora está no Boa Vista ou saiu para outro banco. Ele tinha contas no Santander, no qual ele financiou um carro por essa empresa, que estava prestando serviço a ele e a esse grupo político.

Também o Dr. José Carlos Stein foi aos Estados Unidos, à minha casa. Ele procurou o Banco Santander e abriu uma conta. É de praxe, nos Estados Unidos, uma pessoa comprar uma empresa em paraíso fiscal; é de praxe, nos Estados Unidos, ser procurador dessa empresa e o dono dessa empresa, no paraíso fiscal, não ter nenhum domínio jurídico sobre ela; é de praxe a pessoa fazer um pequeno depósito bancário e, depois, passar alguns milhões de dólares para essa conta. Foi assim como fui recebido lá; foi assim, tenho certeza, como o Dr. José Carlos Stein foi recebido lá.

Por informações que eu não posso provar, também tinha dinheiro na Europa – se não me engano, na França; na Suíça, não, que é de praxe, mas na França.

Em relação aos bens e ao dinheiro colocados nos Estados Unidos, é muito fácil rastrear. Vejo que rastrearam o dinheiro de Paulo Maluf, vejo que rastrearam o dinheiro de Paulo Octávio, vejo que rastrearam o dinheiro de todo mundo. O Governo Federal tem informações precisas. Tenho certeza de que nenhuma dessas duas gerentes tem capacidade de ficar aqui, olhando para os senhores, e ter sangue frio, porque elas podem vir a serem presas também.

Então, o que acontece? Em relação a isso, eu vi um depósito numa conta, que é de uma empresa nacional da qual o Stein é procurador. Tinha mais ou menos R$6 milhões e poucos nessa conta do Santander. Depois foi para o Boa Vista. Não sei se continuou. Há várias carretas financiadas em nome dessa empresa, da qual ele é procurador.

Podem ver que muitas das empresas que estão ligadas à gestão do Luiz Paulo Veloso Lucas – não estou acusando o Luiz Paulo Veloso Lucas, estou falando do José Carlos Stein. Agora, a coligação tem de ser feita pelos senhores, a investigação tem de ser feita pelos senhores. Ele manuseava todos os contratos. Um exemplo: eu sei, porque ele falou da boca dele que, se o Luiz Paulo tentasse alguma coisa em relação ao dinheiro, se outra pessoa – da qual me reservo o direito de não dizer o nome porque pode estar sendo envolvida nisso inocentemente – resolvesse brigar com ele sobre o escritório do qual ele era dono, se ela tentasse alguma coisa, ele tem um dossiê da coleta de lixo da Prefeitura de Vitória que comprometeria a todos eles.

Então, são coisas que fico falando aqui. Agora, sinceramente, Deputado, não acredito... Não estou, de forma alguma, subestimando o Deputado ou o Senador Romeu Tuma; não estou subestimando a sua pessoa, pois tenho certeza de que terei oportunidade de estar com o senhor frente a frente um dia, não como um preso, mas como um cidadão, e esclareceremos certos fatos do uso que o senhor fez do meu nome. Quero dizer bem claro que jamais tenho intenção de ver, da sua parte, boas intenções de levar isso à Justiça, vendo no senhor boa intenção. Mas, se por um acaso, houver, da sua parte, o que já acho que houve, naquele período, uma extrema imprudência com a minha pessoa – é uma crítica pessoal, como homem, estou falando ao senhor, de forma nenhuma querendo colocá-lo em situação difícil –, mas se eu vir que existe uma intenção do senhor, fora de averiguar os fatos, eu serei seu inimigo judicial para o resto da minha vida. Não estou ameaçando o senhor também, não; estou sendo homem de declarar isso ao senhor. Só isso.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Eu queria ainda esclarecer algum ponto. Então, esses U$20 milhões do fundo de campanha...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Foi falado pelo Dr. José Carlos Stein...

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – ...a você. Esse depósito era feito no exterior?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Uma parte no exterior e uma parte em empresas das quais ele era procurador aqui no Estado do Espírito Santo e em outras empresas que prestavam serviço à Prefeitura e que o escritório dele representava. Ele, sendo procurador, naturalmente, passava o direito de representação dessa advocacia a pessoas ligadas a ele no escritório, porque o escritório dele é uma sumidade, considerado um dos melhores do Espírito Santo, sendo que ele, em litígio judicial, não tem grandes causas.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Sim. Permita-me perguntar: quais eram essas empresas?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não tenho essa informação. Mas...

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Você viu um cheque que ia ser depositado. Em nome de que empresa?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu vi o cheque. Existe uma Dodge-Ran, comprada do grupo Coimex, que é representante da Chrysler ...Ali é um primeiro fio da meada para buscar isso. Porque essa Dod Ran foi financiada.

Existe também nos endereços dos meus escritórios, sem eu saber, uma empresa fundada no nome de José Carlos Stein Júnior e sua secretária, Elissa, da qual eu não sei o nome completo, e que está tudo aqui também. Essa senhora hoje mora nos Estados Unidos, toma conta de vários imóveis, ou de um imóvel com certeza bem caro, como o do Juiz "Lalau", nos Estados Unidos, para o Dr. José Carlos Stein. Isso é fato provado. Basta haver investigação da Polícia Federal, com interesse – sabemos que eles têm interesse. Mas muitas vezes quando se começa a mexer nisso desaparece...Como desapareceu um processo dos meliantes que roubaram a Prefeitura, durante vários meses na segunda vara.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Você sabe me dizer a placa desse veículo?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não sei, mas tenho a certeza de que minha esposa vai depor aqui hoje, e ela talvez saiba a placa. Muitos documentos foram subtraídos da minha casa, na apreensão... Quem doou a minha casa e pegou os móveis foi o José Carlos Stein Júnior e o Hélio Pimentel.

Foi-me devolvido tudo agora – vocês vão ver pelo depoimento da minha esposa, onde eu acho notas fiscais de muitos produtos devidamente carimbados em fronteira etc, os quais estão presos até hoje pela Polícia e a Promotoria e os juízes se negam a me devolver.

O que eu quero falar, sintetizando é que eu, como réu, não tive direito à ampla, à plena defesa. Tudo o que falo é desconsiderado, até chegar a CPI aqui no Espírito Santo.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – O senhor conhece o Sr. Arimatéia Campos Gomes?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Conheço.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Como e quando o conheceu?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu o conheci através do Dr. José Carlos Stein, com quem ele tinha sociedade no escritório de Advocacia, o qual é locatário das minhas salas, o qual foi expulso do escritório, inclusive com a grosseria de ser trocado o miolo das chaves pelo José Carlos Stein, porque o Sr. Arimatéia estava contra o proceder do José Carlos Stein em relação à forma com que ele conduzia as coisas da Prefeitura e dos respectivos representantes políticos os quais ele representava.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – O Dr. Arimatéia era Procurador-Geral da Prefeitura de Vitória.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim, Senhor.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – O Sr. Stein também era Procurador da Prefeitura e trabalhava com ele...

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – E ambos eram sócios no escritório particular?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Sim.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES)– E ambos cuidavam desse Fundo de Campanha?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu não posso afirmar isso, porque...

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Do Sr. José Carlos Stein o senhor afirma?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Afirmo, porque a indignação do Arimatéia em relação ao proceder do Stein foi muito radical.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Que proceder?....

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – A condição de ele ter manipulado. Parece que o Arimatéia descobriu fraudes do Stein na Prefeitura de Vitória e no Fundo de Campanha. Eu não posso dar detalhes maiores sobre isso, mas...

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Fraudes no Fundo de Campanha como?

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Preste a atenção. O que estou falando é o seguinte: não adianta eu dizer que o Arimatéia tinha conhecimento de Fundo de Campanha, porque se é isso o que o senhor quer ouvir, eu não posso afirmar isso, porque nunca ouvi isso do Arimatéia. O que eu ouvi e fui questionado e foi-me pedido, pelo Arimatéia, que eu interferisse junto ao Stein para que ele não continuasse envolvendo a Prefeitura de Vitória em problemas de desvio de verba e de outras coisas.

Agora, até então, se ele estava participando disso ou não, eu não acredito, porque um homem que estivesse participando disso não pediria ao outro que parasse com suas ações ilícitas.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Sr. Presidente, é um fato grave trazido pelo Sr. Cleveland, no depoimento anterior, hoje já com mais informações, que dizem respeito à remessa de recursos, de dinheiro para o exterior, um fundo de campanha. Disse aqui que esses contratos da prefeitura eram feitos no gabinete, no escritório particular do advogado Stein, que por sua vez acumulava também a função de procurador da prefeitura.

O fato é que o Dr. Stein e o Dr. Arimatéia, que era o Procurador-Geral, desentenderam-se. Hoje, o Dr. Arimatéia é assessor do Deputado José Carlos Prates na Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Esse fato narrado pelo Cleveland tem sido muito comentado na nossa cidade, no nosso Estado, a respeito da existência desse fundo de campanha, de denúncias feitas na Câmara Municipal de contratos superfaturados da Prefeitura de Vitória, de licitações indevidas, ilegais. De modo que esse fato precisa ser mais investigado. Sei que a CPI está investigando o roubo de cargas, mas também não pode desconhecer uma acusação tão grave como essa.

Eu queria propor à CPI, por meio de seu Presidente, que seja ouvido, se já não foi ouvido, o Dr. Stein a respeito do roubo de computadores e das denúncias que acaba de fazer o Sr. Cleveland, e que se solicite a participação de outros órgãos públicos na investigação disso, principalmente da Polícia Federal, já que diz respeito à lavagem de dinheiro, à remessa de dinheiro ao exterior. Neste momento, a Polícia Federal está centralizando todo esse trabalho de apurações, de investigações em torno de lavagem de dinheiro, de remessas irregulares ao exterior. No Paraná, investigam-se milhares de pessoas, não só no País, como também no exterior...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, esse é um caso oriundo da CPI dos Precatórios. Ela surgiu e tive a oportunidade de participar da investigação. Na região da fronteira do Brasil com o Paraguai é que se reiniciou essa investigação sobre lavagem de dinheiro e transferência para o Paraguai.

Trata-se de algo um pouco complicado, mas que atinge centenas de pessoas. Vem por intermédio de um promotor que está montando um trabalho sério com a Polícia Federal e já atingiu algumas centenas de pessoas que faziam a lavagem de dinheiro.

Isso é um fato...

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – É mais uma contribuição que V. Exª tem dado ao esclarecer o combate do crime organizado no País.

Mas o que eu sugeriria, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, é que a CPI solicitasse à Polícia Federal a investigação dessa grave denúncia. E certamente outros órgãos, tipo Coaf, poderiam ser envolvidos nessas apurações.

O fato em si, denunciado no depoimento anterior dele e no de hoje, reiterado e até ampliado por mais fatos, não pode deixar de ser investigado. Há uma expectativa muito grande da opinião pública capixaba de que esse fato seja esclarecido e não passe sem

ser devidamente apurado para se verificarem responsabilidades. Primeiramente, para apurar a veracidade das acusações, as quais, se comprovadas, que os responsáveis sejam também punidos, a exemplo do que ocorreu também com o Sr. Cleveland, por estar envolvido em receptação de cargas roubadas.

No mais, quero dizer a esta Comissão que o Sr. Cleveland se referiu ao episódio, no final da minha campanha, no meu último programa na televisão, quando coloquei no ar um trecho do depoimento dele em que ele faz essa acusação. Não estive aqui no depoimento anterior, mas devo dizer que o fiz, porque assisti, apesar de estar em campanha, ao depoimento dele, pela **TV Senado**, que divulgou na íntegra e também todos os trabalhos da CPI aqui do Espírito Santo, por duas vezes. Já, então, que o fato era do domínio público, coloquei no ar, em um programa, para que a população capixaba fosse informada desse fato e pudesse naturalmente refletir, diante das acusações feitas, comprometendo um esquema de campanha na Prefeitura de Vitória. E isso é do conhecimento público. Ninguém nesse Estado desconhece que lá existe um poderoso esquema de financiamento de campanha. E o fizeram, imbatíveis eleitoralmente. Foi assim na eleição do Sr. Luiz Paulo e se repetiu na eleição do Governador este ano. Esse fato precisa ser apurado. Gostaria de contar com a atenção da CPI, no sentido de que solicite à Polícia Federal a investigação.

Devo dizer que está presente, ainda, em Vitória uma missão especial, nomeada pelo Procurador da República, com a participação das polícias federal e rodoviária. Tive a oportunidade de colocar isso no papel. Depois que o senhor deu o depoimento, coloquei-o no papel. Já havia feito anteriormente um documento, fiz outro, levando esse fato à missão especial do Estado do Espírito Santo para que fosse apurado. Por isso, estou insistindo, até porque não há notícias de que essa missão tenha-se preocupado em apurar esse fato.

Sr. Presidente, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, como está sendo transmitindo ao vivo, se o Dr. José Carlos Stein estiver-nos ouvindo, está convidado a vir depor. Agora, vamos expedir um ofício convidando, embora não haja tempo hábil, porque teria que haver um prazo, mas acredito que possa ter interesse em vir esclarecer todos esses pontos.

Vamos preparar a extração do questionamento que V. Exª fez ao depoente e enviar à Polícia Federal e aos órgãos competentes para investigação mais aprofundada, porque é uma coisa grave, e é importante que se investigue, que se esclareça e se defina, de uma vez por todas, toda essa andança dessas acusações, sem que haja realmente uma resposta à sociedade do Espírito Santo, que tem sofrido um desgaste enorme, perante a opinião pública nacional, em razão do crescimento do crime e envolvimento de autoridades nesse segmento de tanta traumatização aos homens e mulheres de bem desse Estado.

Vamos colaborar, pedir a investigação e cobrar. É claro que a CPMI do Roubo de Cargas não pode, em razão das limitações que tem, fazer essa investigação. Mas a extração de todos os dados fornecidos pelo Cleveland será encaminhada aos órgãos competentes, e acredito que as investigações serão, sem dúvida alguma, completadas.

O fato da parte eleitoral provavelmente será encaminhado ao juiz eleitoral para que, se necessário, S. Exª determine a abertura de processo, ou não, visto que ele já está com um procedimento importante, que é o do Presidente da Assembléia, que já teve a oportunidade de decidir em Primeira Instância.

Solicitarei à Polícia Federal um contato com o juiz eleitoral e com o promotor que está cuidando dessas investigações.

Pois não, Cleveland!

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Senador, um fato de extrema importância que não pude falar é que, na última vinda da CPI aqui, fui primeira página do Jornal **A Tribuna**, o qual mostrou uma foto minha, cercado por policiais federais, e o nobre amigo ali cujo nome não sei, sendo que, em cima, o título do **A Tribuna** dizia: **"Agora vai se dar nome aos bois"**.

Quero deixar aqui claro o poder do Dr. José Carlos Stein. Como o senhor mesmo declarou aí, eu falei na outra e aqui que não delataria ninguém envolvido com roubo de carga e **A Tribuna**, da qual o Dr. José Carlos Stein Júnior é advogado, põe a minha foto e **"Agora vai se dar nomes aos bois"**.

Estamos lidando com um poder igual ao do sal, que quando é jogado na carne ninguém vê o que faz, mas ele a conserva. Esse senhor está infiltrado em todo tipo de segmento da sociedade. Então, o que quero falar para o senhor é o seguinte – não acusando **A Tribuna**, porque não posso fazer essa acusação. Vira-se a página, aí fala-se do crime de Denadai. Nome aos bois dos assassinos do crime de Denadai, e depois uma foto minha com o senhor, com o microfone.

É no mínimo leviana e maliciosa uma página dessas, uma capa dessas. A minha foto, sendo devolvido para um presídio, e escrito **"Agora vai se dar no-**

mes aos bois." Entra para a cadeia e aparece enforcado, amassado, porque é – desculpe o termo – cagüete.

Então, é isto, Dr. Romeu Tuma, que preciso, se possível, que o coronel César Rodrigues e o Juiz da 5ª Vara, na qual eu ainda posso depositar a minha vida e a minha confiança, tenham dois minutos, depois disso tudo aqui, para conversar comigo e com o senhor e ver o simples pedido que tenho para fazer para eles. Um simples pedido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Eu queria comunicar que se encontram presentes, conforme sua solicitação – que foi atendida – o Sr. Isaías Santana da Rocha, do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, do Espírito Santo, acompanhado do Sr. Jesus Alves Bezerra.

Eu pediria que os senhores se levantassem para confirmar a presença aqui. E o senhor continua sendo assistido por seu advogado, Paulo Henrique da Rocha Júnior, o que lhe garante toda tranqüilidade nos seus depoimentos.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há nenhuma posição de "forçar a barra" desta CPMI. Temos agido com toda lisura e procurando realmente buscar a verdade, de forma que seu depoimento tem uma importância... O questionamento que fez o nobre Deputado Max Mauro será sem dúvida nenhuma encaminhado às autoridades competentes e eu renovo o convite ao Dr. Stein para que aqui compareça espontaneamente para atender, e vamos fazer um ofício e solicitar à polícia, tentar um contato para ver se ele nos atende, independente do requerimento de presença.

Então, eu pediria que ele fosse para uma sala e aguardasse qualquer posição. Se o Dr. Stein estiver presente, nós poderíamos ter uma conversa formal aqui, com uma acareação, provavelmente necessária.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Senador, os documentos, estou deixando aqui, se o senhor puder providenciar as cópias...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso. Pedirei para o seu advogado trocar uma idéia com o Dr. Paulo Lacerda sobre o que é importante, porque senão é muito material. Se for necessário todo ele, nós copiaremos.

O SR. CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR – Tudo bem, mas também estão à disposição da Polícia Federal e da Justiça estadual porque há muitas coisas aqui que fraudam a Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Obrigado. Se você lembrar alguma outra coisa que ache...

Ele vai ficar numa sala, e eu gostaria, depois, que, na hora do almoço, fosse providenciado almoço para ele. Obrigado.

Peço a presença do Sr. Ismael Foratini Peixoto de Lima, delegado de polícia.

A SRª – Eu poderia conversar com meu irmão? Faz tempo que não converso com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com quem?

A SRª – Eu poderia ter um contato pessoal com meu irmão?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ela é irmã.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com o delegado?

A SRª – Com o Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode. Por favor, acompanhe... Pode conversar com ele, sim.

A SRª – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por nada.

Eu pediria que alguém fosse acompanhá-la, por favor.

Dr. Ismael, pedir-lhe-ei um favor. O senhor sabe que, de acordo com o Código de Processo Penal, art. 203, sou obrigado a perguntar se o senhor concorda em depor e dizer somente a verdade.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Somente a verdade!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, eu gostaria que o senhor conferisse seus dados pessoais e assinasse esta declaração de que vai depor, dizendo somente a verdade.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Conferi os dados. Estão certos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado.

Passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É isto o que lhe perguntarei, Dr. Ismael, se o senhor tem interesse em depor reservadamente.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor prefere falar em sigilo?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, transformarei em reunião secreta. Pediria a saída, por favor, de todos, menos da Polícia Federal, que eu gostaria que ficasse aqui conosco. Se pudesse ficar o doutor e mais um agente, agradeceria. Os demais, por favor, tenham a bondade de sair. O advogado ficaria aqui conosco, mais próximo.

Quem é o advogado?

O SR. LUIZ ALFREDO – Sou eu, o Dr. Luiz Alfredo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor, por favor, permaneça.

Tem que cortar o som?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Se não estiver ouvindo lá fora, é melhor deixar. É importante saber se não está ouvindo lá fora o som. Aí, pode deixar, porque não há problema.

Dr. Ismael, há quanto tempo o senhor trabalha na Polícia Civil do Espírito Santo?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Como delegado, há 10 anos e, como escrivão, trabalhei de 1987 até 1992.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quais as funções que o senhor já exerceu além de escrivão e delegado?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Fui escrivão de 1987 até 1992. De agosto de 1992 até hoje, delegado de Polícia Civil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o senhor exerce a função até hoje?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Exerço a função de delegado de Polícia Civil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não foi afastado?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor trabalhou na Delegacia Especializada de Roubo de Cargas?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Nunca trabalhei em Delegacia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não trabalhou?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Nunca, nessa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Já operou em alguma situação...

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Nunca.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – ...desenvolvendo seu trabalho, alguma coisa relacionada com roubo de cargas?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Nunca. As únicas delegacias em que trabalhei foram a de Fundão, quando assumi o cargo de delegado em 1992, e, depois, na Delegacia de Homicídios, de Fraudações, na Praia do Canto, e, por último, na Divisão de Transportes, área administrativa.

O SR. RELATO R (Oscar Andrade) – O senhor já teve ou tem alguma participação em empresa?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Empresa? Nunca tive, porque é vedado também ter participação em empresa, funcionário público. Nunca tive participação em empresa nenhuma.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca teve. O senhor conhece o Cleveland?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Bom, o seu Cleveland, eu o conheci no Salesiano na época de adolescência. Num breve histórico, vou falar o quê? É que nunca mais tive contato com ele. Aí, em 1995, fui em uma feira de exposição em Carapina, um bairro situado no Município da Serra, de carros importados. Fui com um compadre meu. Lá que vi o Cleveland de novo e fiquei sabendo que ele era sócio da empresa Cominepex, de carros importados. Só o cumprimentei e, depois, nunca mais tive contato com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só nessa época? Quando foi?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Foi em 1995. Ele era sócio da Cominepex. Ele, com seu Fábio Varejão, que eu conhecia, e o senhor Euzébio também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em 1995?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Em 1995, eu conheci ele. Voltei a ter contato com ele, que fiquei sabendo, "o Cleveland, não sei o quê, ele é sócio da hoje a empresa Cominepex, de importação de carros".

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas as afirmações do Cleveland que você era amigo desde rapaz, jogava bola com ele.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – No Salesiano, como eu afirmei, eu era adolescente, isso era na 5ª ou 6ª série. Eu o conheci no Salesiano. Depois, nunca mais tive contato com ele. Em 1995, na feira de exposição de Carapina de carros importados, voltei a vê-lo. Até me surpreendi quando me disseram

que esse era o Cleveland. Aí que fiquei sabendo que ele tinha problema no olho, tinha perdido em um acidente. Até o sócio dele comentou isso aí na época.

Eu só cumprimentei e não tive contato nenhum.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o que o senhor sabe sobre a quadrilha que ele chefiava de roubo de carga?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Nada, porque não tinha contato com ele. Como eu ia saber disso?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E seu irmão?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Também nenhum. Fiquei sabendo no dia em que meu irmão foi preso só.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Seu irmão, o Jefferson.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – O dia em que meu irmão foi preso é que fiquei sabendo que ele havia sido detido, eu estava de plantão neste dia, foi um domingo. Aí me avisaram que ele estava detido. Aí, falei com o delegado, que disse: "Ismael, ele tá envolvido aqui na receptação de cargas." Eu falei: "O que posso fazer? Nada." Eu pedi só que no final do flagrante que fosse feita uma cópia a mais do flagrante para poder dar para o advogado dele, mas...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Seu irmão foi condenado?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Ele foi condenado, fiquei sabendo depois.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por receptação.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Por receptação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele está preso?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas foi preso?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Foi preso nesse dia. Acho que foi no dia 3 ou 5 de dezembro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele foi condenado e não ficou preso?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Ele ficou preso, ficou preso acho que um ano e pouco, ele deve ter ficado preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cumpriu parte da pena e conseguiu a decisão judicial para ser liberado, não é?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Ele foi preso, foi condenado, aí, pela progressão da pena, né? Tá em liberdade hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cumpriu parte da pena

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Cumpriu, pelo regime da pena, acho, ele foi posto em liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele fez uma referência que o seu irmão em tese seria agiota, emprestou US$12 mil para ele com juros...

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Doutor, eu não tenho ligação com meu irmão, nenhuma. Depois que casou meu irmão, tem mais de uns 10 anos, nunca mais tive contato cm meu irmão para saber o que ele fazia ou deixava de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele morava em outra cidade?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Ele morava em Vitória. Hoje, o meu contato com meu irmão é esporádico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Familiar?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É familiar, na casa do meu pai, dia de domingo, é uma vez por mês que ele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não havia rompimento do senhor com o seu irmão?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não, de jeito maneira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era apenas por dificuldades da vida?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É só para não parecer que tinha tido alguma coisa.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não, de jeito maneira. Dou-me muito bem com meus irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não gostaria de explicar para a gente, um pouco, as coisas, por que o senhor pediu que fosse reservado o depoimento e tudo.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Porque, no final, quero fazer umas denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode fazer já. Depois fazemos...

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Mas antes eu queria saber, de fato, o motivo da minha convocação porque eu mesmo fui surpreendido. Sabe por quê? Eu nunca trabalhei em delegacia de patrimônio, de cargas, de furtos. Não tenho ligação com nenhuma, com esse problema de carga roubada. Eu tenho por um irmão meu, que foi envolvido nisso, certo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É exatamente por causa disto: um irmão e uma gravação que tem você conversando com o Cleveland.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Olha bem. Com o Cleveland foi o seguinte: no dia que o meu irmão foi preso – quero que a verdade venha à tona –, ele foi preso, eu estava de plantão, aí me comunicaram, eu desci, aí fui conversar com o delegado, que era até o Dr. Paulo César Raico. Aí ele falou: "Ismael, eu vou fazer a ocorrência, mas, a princípio, acho que vou autuar o seu irmão na receptação." Falei: "Fique à vontade." Vou fazer o quê? Nisso, eu perguntei ao Jefferson: "Jefferson, o que você fez?" "Nada", ele disse. A princípio, nada. Aí nisso, o telefone é da Geila, que é a esposa dele que eu conheci naquele dia, que eu não conhecia a Geila.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que era a esposa do Cleveland?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Do Cleveland, que eu conhecia. Jefferson, quem é essa mulher? É a esposa do Cleveland. Aí eu peguei o telefone dela... (Ininteligível) com o delegado Ismael. "Que que é, doutor?" "Rapaz, você se apresenta para poder falar a verdade e para poder inocentar por quem não deve. É por quem deve que você tem que afirmar que deve." Disse: "Não, doutor, mas meus advogados falaram para não me apresentar." "Rapaz, mas se apresenta", porque, até então, eu achava que o meu irmão não tivesse nada a ver com isso e estava ele detido.

Aí disse: "Doutor, vou polarizar". Aí eu passei o telefone para a esposa dele e falei: "Jefferson..." "E aí, Ismael?" "Falei assim: ele não vai se apresentar não. Certo?" Essa é a gravação.

Tem uma outra gravação, se não tiver aí, eu quero falar a verdade mesmo: em 1995, não, foi em 1997 ou 1998, eu estava com o meu carro, (ininteligível) de 1994, aí eu tinha que comprar pneu para o meu carro. Aí eu falei para o meu compadre que vende carro, para o Eusébio: "Eusébio, tenho que comprar pneu para o meu carro". Ele falou: "Ismael, não precisa, não. Faz o seguinte: o Cleveland me deve dinheiro. Faz o seguinte: ele vai abater com a dívida dele comigo aqui, e você pega quatro pneus e paga a metade, é meu compadre."

Falei: "Tudo bem, Eusébio. Como eu faço para fazer isso?"

Ele disse: "Ismael, eu vou ligar para ele e depois você liga para ele. Eu não tenho o telefone dele. Então, toma, liga para ele."

Aí eu peguei e liguei para ele. "Aqui é o delegado Ismael, é que o Eusébio pediu que eu ligasse para você." "Ah, ele me falou já. É para quatro pneus. Aí nisso, falou: "É que o pneu vai chegar de São Paulo e, quando chegar, te aviso."

Aí, isso já deve estar caducando, já, isso foi em 1999, lembrando bem. Aí o que aconteceu? Aí peguei e liguei para ele, e o pneu não tinha chegado ainda.

"O pneu chegou?" "Não chegou, não." "Tá, obrigado."

Aí quando o pneu chegou, o Eusébio me ligou e disse que meu pneu chegou. Aí liguei para o Cleveland. "O pneu chegou?" "Chegou." Ele disse: "Ismael, está aqui em casa o pneu." "Você mora aonde?" "Rapaz, eu não vou porque estou ocupado na delegacia, com um serviço meu. Eu tava com três delegacias, na época: (ininteligível) e para o meio ambiente. "Não estou podendo agora, não. Faça o seguinte: deixa o pneu no posto de Eusébio (ininteligível) que eu passo à tarde e pego."

Aí nem à tarde eu passei. Eu estava muito ocupado e pedi para um policial meu para ir ao posto de Eusébio apanhar os pneus e fazer a troca para mim e botei no meu carro.

Aí, quando o Cleveland foi preso, em 2000, federal, aí eu falei: "Pô, então esse cara... Fiquei até assustado, o pneu do meu carro e tal, tal, mas eu não troquei o pneu do meu carro em momento algum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que o pneu tinha má origem.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – É Dunlop.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era má origem.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – O quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Devia ser de má origem. Receptação.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não. É porque, olha bem, é porque o Eusébio havia me dito que era para o Cleveland... Ele tinha empresa de pneu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tem nota fiscal?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não. Ele pegou o pneu e me deu o pneu. Eu peguei o pneu no posto e botei no meu carro, certo? E fiquei rodando com o pneu mesmo depois de ele preso. Em momento algum, me assustei porque não pratiquei nada de errado. Os pneus ficaram no meu carro.

Aí agora, em 2002, é que eu troquei para o meu carro. Se eu estivesse com medo, trocaria o pneu na hora. Não fiz nada de errado. Na minha presunção, não pratiquei crime nenhum. É o mesmo do pneu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas expediu nota desse pneu?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não pedi nota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem doou foi o outro?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Eusébio é comerciante de carro e meu compadre. Ele falou que o Cleveland devia dinheiro a ele. Disse-lhe que estava pagando a dívida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entendi. Mas o Cleveland, ao abater a dívida, expediu uma nota para ele? O senhor sabe?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queremos saber se a origem dos pneus é legal, se foi comprada pelo Cleveland ou se é produto de roubo?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Em momento algum, preocupei-me...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vamos seguir. Daí para a frente o que você falou?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – O outro contato foi com o Promotor Elias Faiçal Júnior. S. Exª ligou-me, "Ismael, (ininteligível) e disse-me que houve uma ameaça de morte para o Cleveland e o Advogado Stein Júnior. Vou encaminhar para o senhor um expediente. O senhor ouve o Cleveland e também o Stein Júnior por ameaça. É na sua área.

Falei que tudo bem. Ele encaminhou-me o expediente peguei para ouvir o Stein Júnior, o advogado. Depois, mandei intimar o senhor Cleveland para ser ouvido. O Cleveland, na época, até comentou que tinha um problema com o Stein Júnior, um problema de salas. Nem sabia disso. Peguei para ouvir os frentistas do posto, não sabia o que houve no dia e os encaminhei para a Justiça.

Tenho minha consciência tranqüila. Não estou vinculado a nada disso. Quem deu meu nome para depor pressuponho que tenha sido a Delegada Selma. Eu a processei diversas vezes. S. Exª quis vincular-me ao meu irmão e ao Cleveland, mas vai dar com os burros n'água.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que ela foi processada?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Porque praticou diversos delitos como chefe de polícia. Até queria falar a respeito da missão da minha Corregedoria de Política Civil. Hoje eu fui convocado para depor, o Dr. Heli e mais um policial cível que está aqui. Era obrigação do Corregedor estar aqui. Se algum delegado ou policial tivesse praticado um delito ele, já, de ofício, deveria proceder à investigação. Ficam no gabinete esperando que, depois do relatório dos senhores, se alguém dever alguma coisa, possam tomar as providências. É uma omissão da Polícia Civil. A culpa é dela mesma. Tinham que estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queremos sua colaboração. Não são suspeitas sobre a sua pessoa, mas precisamos esclarecer alguns pontos. Há indícios do seu envolvimento, até por essas ligações e contatos.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Tanto que na época o Dr. Rizo era o Juiz da Vara. No dia em que meu irmão foi preso nem sabia que havia um inquérito da carga pesada. Nem sabia. Peguei um advogado para o meu irmão, o Dr. Roberto Carlos e Dr. Délson, para levar os documentos dele e pedir a fiança, que acho que foi só receptação de tinha sido autuado. Levei na segunda-feira, pela manhã, para o advogado. Fui ao fórum à tarde. Quando encontrei com o Juiz Guilherme Rizo: "Faz favor, suba aqui". Ele disse-me: " Rapaz, seu irmão está envolvido nisso aqui. Ele foi preso". Aí que fiquei sabendo e disse-lhe: " Rapaz, que história mais doida. Ele me disse que não estava envolvido em nada disso." Até surpreendi-me naquele dia. Foi uma decepção para mim, o cara falou uma coisa e depois vem esse inquérito da carga pesada. Disse-me que não sabe nada, que ainda está sendo apurado. Até conversei com ele, que disse "Ismael, tem uma gravação sua com o Cleveland?" Disse-lhe que sim e que poderia ouvir. É o que está no papel, está aí. Não devo nada, estou tranqüilo. Nunca mandei ninguém fazer nada, não sabia de nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que você pediu a ele para entregar-se?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Pelo sentimento que tenho de irmão para irmão. Por mais que meu irmão seja bom, ou não, ele me disse que não devia nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para esclarecer os fatos.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Disse-lhe: " Você se apresente". Se eu mandasse ele fugir, seria diferente. Disse-lhe: "Rapaz você se apresente para poder falar a verdade de quem deve e de quem não deve". Se meu irmão dever o que vou fazer? Irmão você não escolhe, ele nasce. É diferente de um amigo.

Tenho a consciência tranqüila. Quem quis envolver-me nisso vai dar com os burros n'água. Não devo nada. No negócio de carga pesada, não conheço ninguém. A única pessoa que conheço é o Cleveland. Há até fatos que não estão na gravação. É a pura verdade. Acontece sabe o quê? É que mais uma vez estou sendo perseguido. Quando fui indiciado pela CPI do Narcotráfico federal, em dezembro – queria até fazer um capítulo disso aqui, porque eu fui indiciado pelo inquérito do Carlos Batista, pois eu desvendei este caso, como advogado, para o tal de um Joaquim (ininteligível), que morreu recentemente. Foi ele que auxiliou, esse advogado. Eu consegui desvendar este caso. O Dr. Badenes tinha raiva do delegado Júlio César, que é meu amigo. Ele, por tabela, me indiciou neste inquérito e encaminhou para a Justiça. Crente que iria ser denunciado, o promotor não me denunciou. Ele devolveu para a Corregedoria. Eu fui investigado; eu posso falar. E no final, nada da prevaricação foi consignada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas por que você foi indiciado no inquérito de tráfico de drogas?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Veja bem. Ele me indiciou no caso Batista, por prevaricação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por prevaricação.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Por prevaricação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há envolvimento...?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não, veja bem o que ele fez. Aí, o inquérito não prosperou em denúncia, nem em ação penal. Ele foi arquivado. Eu fui investigado pela Corregedoria para ser arquivado no final. No dia 24 de outubro ele transitou em julgado e arquivado; nem denunciado eu fui. Em dezembro, em depoimento à CPI, os mesmos fatos do Carlos Batista, na CPI. Eu falei "Pô, qual a relação da CPI do Narcotráfico, de drogas, o roubo de carga, ou o que seja, com a prevaricação que ele quis colocar contra mim? Nada a ver." Eu falei "tudo bem."

Aí, depois, veio a intervenção federal no Espírito Santo. Ele pegou e colocou um capítulo do Carlos Batista Novo. Ele colocou "Ismael, que foi indiciado na CPI, no caso Batista." Eu falei "O que tem a ver intervenção, no ano 2002, agora, com Ismael e com prevaricação, que já estava arquivado, desde 24 de outubro de 2000, com CPI do Narcotráfico e com intervenção federal? Só para queimar o meu filme.

Então, depois de 2000 para cá, depois que a CPI do Narcotráfico saiu daqui, é para prejudicar a minha carreira, só me prejudicou. A minha carreira está toda encerrada hoje. Eu não consigo mais ascender.

O SR. – (Inaudível)

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Nunca foi. E tem outra coisa. Eu estive na casa do Deputado Nílton Baiano, antes de sair oficialmente a CPI do Narcotráfico, em dezembro. Foi divulgado em dezembro e pela Câmara dos Deputados, em fevereiro.

O SR. RELATOR **(Oscar Andrade) – Deixe-me andar um pouco, Dr. Ismael, na sua conversa com ele.**

"Oi, Cleveland."

"Oi, Ismael."

"Rapaz, é o seguinte, você tem que se apresentar hoje, bicho, para depois, você poder aliviar a barra da sua mulher e a do pessoal todinho."

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não, eu falei para ele ir lá e se apresentar....

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Essa é uma degravação.

Isso está aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A expressão é sua. É somente o senhor explicar o que queria dizer com isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu quero dizer é que a conversa parece muito íntima.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não, não, eu não sou amigo dele, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu estou dizendo isso, mas o senhor tem todo o direito de se explicar.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Eu não sou amigo do Cleveland. Se eu fosse amigo do Cleveland, eu teria me encontrado com ele diversas vezes. Eu nunca saí com ele para bar, para jantar,

para reunião nenhuma. Eu não conheci a esposa dele, nem os seus filhos. Eu não conheci ninguém da família dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você disse, para poder depor e aliviar a barra da sua mulher e do resto do pessoal todinho.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – A esposa dele com o meu irmão disse "você não deve nada, não. Isso aqui tudo é armação".

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi o seu irmão que levou os policiais a casa dele?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Como?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na casa do Cleveland?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Veja bem. Eu não presenciei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sabe desta história? Você conversou com o seu irmão.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Ele falou que ele teria levado os policiais lá da PM e da civil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os policiais chegaram lá, e ela ligou para ele. A mulher do Cleveland ligou para ele. O Jefferson chegou e convenceu dizendo "Não, deixe eles entrar que é melhor".

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Eu só tomei conhecimento deste fato lá no plantão, quando eles foram detidos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí, ele refuta dizendo que você era o único que estava dizendo para ele se entregar. Todo mundo estava falando que não, que era melhor não apresentar. Aí, você diz "Não, porque eu tenho a garantia de que você viria para Vitória. O seu advogado vai apresentar para o juiz lá. Ele vai soltar todo mundo e vai decretar a sua prisão. Você vai ficar preso, mais ou menos, por um mês – em torno de um mês. Depois, você ganha a rua. Depois, retorna à liberdade.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Mas, isso é para ele vir. É porque ele não queria se apresentar. Ele falou "Não vou me apresentar, não. Eu falei "Pô, venha, rapaz." Eu tenho a minha consciência tranqüila, pois eu não tive participação nisso, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu peço para constar que estava presente aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí ele disse que estava conversando com a Drª Fátima. "Se tiver que fazer isso, eu vou fazer, mas quero a orientação dela."

"Outra coisa, ela está tentando um **habeas corpus** preventivo para mim hoje." Aí você diz: "Entendi." Ele diz: "E ela consegue, ela é sobrinha de 1º grau do Zé, entendeu?" Você fala: "Quem?" Aí ele: "Do Tom."

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Eu sei também quem é.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – "O Desembargador Fel Rosa. E é prima de 1º grau do Pedrinho Fel Rosa, cara. Entendeu?" Lembra disso?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não me recordo disso, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí você diz: "Ah, sei! Se você quer tentar, tudo bem."

"Então, eu estou tentando" – ele falando. "Isso para poder..."

"Olhe o que acontece! Independente disso, anote o seguinte: hoje será arbitrada a fiança desse pessoal aí. Paga fiança e tira eles – isso ele falando para você. Porque se eu for para aí, eu não vou sair, cara! E outra coisa ... aí você corta, você falando "E agora, se por acaso, se é para você não – aí dá um corte – ela vai aparecer." Ele pergunta: "Hein? Ela pode sabe o quê? Depois, com base nisso aqui, e pra você pegar e fazer declaração pública em cartório." Sua orientação. Ele: "certo." Você falando: "Aí você vai arrumar todinho. Aí propõe para esse advogado para entregar lá na delegacia." Ele fala: "Sem problema, sem problema. Aí fazer isso amanhã pra poder ir à delegacia." Ele: "Tranqüilo." Você de novo: "Aí você vai." Há uma parte ininteligível. Depois, esposa em cima da mesa dos dois..."

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Eu quero (ininteligível).

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Essa conversa...

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Eu vou falar uma coisa mais aqui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele fala em desembargador, ele fala... Você está batendo um papo com ele normalmente.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – É. Teve essa conversa aí, que está falando aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, somente uma pergunta antes para completar: O senhor que ligou para ele, ou ele que ligou para o senhor?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – A esposa dele estava falando com ele pelo telefone. Eu não conhecia o (ininteligível). Eu perguntei ao (ininteligível).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque ele estava foragido.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Ele está foragido desde o flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não sabia onde ele se encontrava?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não sabia de jeito maneira. Aí, o Jefferson... "Jefferson, quem é essa mulher?" "É a esposa do Cleveland." Eu não conhecia. Ela estava falando com quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jefferson?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – O meu irmão Jefferson.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estava com quem?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Estava preso na sala, detido lá para ser autuado.

"Quem é essa senhora aqui, Jefferson?" Ele disse: "Ismael, essa aqui é a Geila, esposa do Cleveland." "Ela estava falando com quem?" "Com o Cleveland." "Você dá licença, posso falar com o seu esposo?" "Pode." Aí eu peguei para falar com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não. Era um homem que estava falando com ele, que não é identificado aqui.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Era a Geila.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Eu peguei o telefone da Geila.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era um homem.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Só se fosse o advogado dele. Ele estava próximo. Eu peguei o telefone da Geila. Esse advogado estava com o telefone falando com ele e depois passou. Eu peguei na mão de Geila esse telefone.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então vamos lá. Antes de você pegar o telefone, começa assim: O Cleveland: "Sei." Aí esse homem: "Arbitrou em 3 salários, quer dizer, se partir de 3 salários, no fim dá 450 vezes. Dá R$2.500." "Isso."

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Fiança?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – "É. Esse de hoje daria o que...?" Aí o Cleveland: "Não, espera aí."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes de o senhor falar. Ele estava falando com alguém que provavelmente é o advogado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vamos chegar até a hora em que você entrou!

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – É o advogado dele, com certeza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vamos chegar até a hora em que você entrou.

"Espera aí, deixa eu explicar uma coisa para você: com exceção da Geila, fiança Jefinho paga a dele, e Jarbas paga a dele."

Isso você estava conversando com esse homem.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – É com o advogado. Só pode ser!

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele dizendo: Não, claro! O tal Jarbas mandou eu pegar com o Jefinho. Dinheiro? Pergunta o Cleveland. Eu já falei com o Jefinho, esse homem falando. O que o Jefinho falou? Pergunta o Cleveland. Que não vai botar um tostão até agora. Aí ele diz: Desgraçado do Jefinho, não vai querer sair da cadeia! Vê aí quanto é. Vai dar, que eu dou jeito, cara! Não, que vai dar. Mas isso é com ela. Eu estou indo pro Fórum agora, às 11h, e vou ver. Olha, se for arbitrado, ficaria em R$2.55 mil. O pessoal dá R$450, não sei o que e tal. E esse que está, vai ficar por R$2.35 mil, mais ou menos. Aí ele afirma: Já arrumei o dinheiro da fiança da Geila, agora, vou atrás do dinheiro do resto e das outras. O homem fala: A Geila deve girar em torno de R$ 1.5 mil, mais ou menos. Você está entendendo? Não. Eu não falo. Se eu não pagar a fiança desse pessoal, hoje, eu pago amanhã, entendeu? O Kleber falando. Eu sei, mas, pelo menos, temos que tirar esse Jarbas de lá. Não, tudo bem, com certeza. Agora, por exemplo, os irmãos Dialvinha. Isso, agora, é por conta deles. Não estou mais responsável por esse povo. Aí, o homem disse: Ah, certo. O Cleveland disse: Não, vou pagar os honorários, mas fiança deles eu não pago. Aí, o homem disse: Não, os honorários que eu combinei com você, estão combinados. O Cleveland disse: Está bem, não esquenta, vai vendo aí. Aí, entra o homem: Espera aí. Existem duas questões ininteligíveis e aí o homem fala: Espera aí, você vai falar com ele. E passa o telefone para você. Ele fala: Está bom. Aí você entra: Oi, Cleveland. E entra naquilo tudo que já li.

Quer dizer, quem te passou o telefone foi um homem, não foi uma mulher.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Mas estava a esposa ali próxima. Eu não conhecia a esposa dele. Eu conheci naquele dia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi o advogado dele?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não....o advogado que estava próximo é para a Geila.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quem era?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Tinha o Dr. Roberto, que eu conheço, e tinha um rapaz moreno, não me recordo o nome dele. Era um senhor de óculos.

Mas, só presumi isso... Eu não pratiquei...por delito nenhum. Não estou por dentro de operação de carga pesada, não mandei nego roubar, nego furtar, porque não sabia, não tinha conivência com nada. No dia seguinte, o Cleveland foi preso. O meu irmão foi condenado, ele foi, a esposa e todos os envolvidos foram condenados. Quer dizer, isso, para mim, essa gravação que estava na mão do promotor de justiça, do juiz, do delegado federal que apurava o caso, em momento algum, eles me convocaram para depor na Federal, no Ministério Público ou até na Justiça, porque eles acharam que isso não tinha a menor importância, porque, acho que isso não tem problema nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Importância tem para esclarecer o fato de que o Senhor está...

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Para poder dizer que não tenho participação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tanto tem importância que o Senhor está esclarecendo os fatos. É importante para o Senhor mais do que talvez para a própria CPMI. Acho que, se o advogado quiser intervir, estamos aqui...E, outra coisa, acho que tudo que foi conversado, aqui, até agora, é público.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, queria a parte reservada que o senhor pediu, pois acho que isso que é importante para nós, o fato de que o senhor possa revelar que tem o interesse do sigilo.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – A parte que tenho que fazer é mais com denúncia com relação a pôr a culpa na polícia civil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto se o senhor tem algum fato que interesse à CPMI, que seja reservado, pelo menos, foi o que entendi. O senhor, ao final, teria algo importante a trazer a conhecimento.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – O que é mais.... pôr a culpa na polícia civil, são os crimes que eles praticam, diversos, e que não tem um bom andamento aqui, porque eles engavetam as coisas. Eu quero que alguma coisa...tomar uma providência...para ter direito. O importante é a coisa andar. Era mais nesse sentido.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Senhor tem conhecimento daquele assalto que, segundo consta, ele praticou no almoxarifado da prefeitura?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não tenho conhecimento de nada, Doutor. Só fiquei sabendo disso mesmo foi no dia em que eles foram presos, lá pelo dia 5 ou 3 de dezembro, porque eu estava de plantão em cima, desci e fiquei sabendo. E, também, fiquei sabendo do problema da polícia federal, de carga pesada, no dia seguinte, com o juiz. Não sabia nada disso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Ricardo Valentim de Oliveira?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não conheço ninguém. A única pessoa que conheço é o Jefferson, que é meu irmão, e o Cleveland. Acho que antes, falei que conhecia o Salesiano, depois ...em 1995, e depois dos pneus, que falei. É um dado que nem estava... estou falando do pneu também.

Quero falar somente a verdade, não estou aqui para convencer ninguém.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas, com seu irmão você conversou?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Conversei no dia em que ele foi preso. Somente. A minha ligação com o Jefferson é – se hoje se fizer a investigação com a Polícia Federal e com qualquer polícia – muito distante. É tanto que, quando ele casou pela primeira vez, até hoje também, eu com a minha esposa e a esposa dele, nunca saímos juntos, fomos para lugar nenhum. Quando há festa lá em casa, ele vai, pô, raramente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece o Juarez Granchi?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Eu não conheço ninguém.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dr. Ismael, você está falando que não conhece ninguém. Como não conhece ninguém? Lógico que você conhece.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não vem com isso não. O senhor pode convocar e colocar na minha frente, que eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele somente está perguntando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece. O senhor pode até dizer "Não, eu conheci depois".

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não. Nem depois eu conheci.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pelo menos o inquérito o senhor acompanhou, até como policial que o senhor é. Quer dizer, o seu irmão foi preso, envolvido com bandido de receptação de carga e de computadores. O seu irmão está nesse rolo todo, e o senhor nem se debruçou sobre os inquéritos para saber os nomes envolvidos e o que o seu irmão fez?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – A única coisa que eu fiz foi tentar, num primeiro momento, pôr uma fiança para ele, para ele responder em liberdade, pois ele foi autuado em flagrante.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nós temos todo o respeito ao seu cargo, à sua condição e ao seu trabalho. Agora, eu preciso que o senhor tenha tranqüilidade para nos orientar e nos ajudar. O senhor dizer que não conhece ninguém em nenhum momento. Não é verdade. O senhor me perdoe. Mas, nem que seja depois do acontecido, é lógico que o senhor conhece. O senhor já viu todos os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo menos pelo noticiário.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor pode afirmar isso, pelo menos.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Após, no dia seguinte, quando tomei conhecimento que tinha a operação "Carga Pesada", que era investigação da Polícia Federal, na segunda-feira – ele fui preso no domingo – que eu tomei conhecimento disso, eu olhei para a situação e falei "pô, esse cara tá envolvido também nisso". Eu pensei comigo. Até comentei com a minha esposa "olha, só, eu só tenho com a minha vida e com a minha profissão. E disse "Não vou auxiliar nada, nem advogar, nem nada. Ele tem o advogado dele. É quem ele tem para falar. Tanto que, na cadeia, ele ficou um ano e pouco preso, eu ia lá..."

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando o senhor falou com o Cleveland, em qual delegacia o senhor estava?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Eu estava em um plantão diretor?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era lá que o seu irmão estava preso?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não. Eles foram me procurar no plantão. Depois, o meu irmão foi encaminhado para Vila Velha, onde ficam os policiais presos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele foi autuado enquanto o senhor estava de plantão, ou seja, o senhor estava de plantão nesse dia?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – No plantão, no mutirão. Não era o plantão para autuar alguém; mas era mutirão com os inquéritos de dentro. Eu, como delegado, estava de plantão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí, o senhor ficou sabendo do seu irmão e desceu lá?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Aí, eu desci. Aí, eu fui conversar com o delegado e ele me disse "Ismael, ele vai ser autuado por receptação." "O que eu posso fazer?" – eu perguntei. "Nada", ele me respondeu. Aí, eu peguei e fiquei na minha. Aí que eu peguei, na hora, e disse "essa mulher, o que ela está falando no telefone?" Deixa eu falar com o Cleveland. Aí, eu falei "se apresenta e tal, tal".

Foi só isso que eu fiz; mais nada. Aí, no dia seguinte, eu quis ir no fórum para tentar a fiança para ele, mas quando eu fiquei sabendo que era carga pesada...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tinha uma pessoa conversando com o Cleveland, negociando honorários e fiança e passou o telefone para o senhor. Não tem nada de mulher conversando, não. O telefone foi passado diretamente. A degravação é clara.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – O advogado, esse Roberto aí, o outro advogado dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É perfeitamente natural, Dr. Ismael, e qualquer pessoa entenderá aqui, que um irmão tem de proteger o outro. Mesmo que seja bandido, é irmão. São todos do mesmo sangue.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Com certeza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que eu acho que o senhor precisaria é se despreocupar aqui, até para ser mais claro nas questões, pois não há ninguém querendo acusar o senhor. Mas, para chegarmos um pouco mais à frente, nós precisamos ouvir do senhor as verdades. O senhor estava lá, de plantão, no andar de cima. Desceu de lá, porque o seu irmão estava preso. É perfeitamente natural. Qualquer um aqui faria isso pelo irmão e conversou com o advogado, que passou o telefone do Cleveland, que o senhor

tentou trazer aqui para aliviar a situação do seu irmão. Até aí, tudo bem. Qual é o problema? Você pode até tratar carinhosamente o rapaz, mas sem ser amigo, até para criar uma confiança. Isso está tudo bem; está tudo entendido. O que é muito estranho é o senhor tentar dizer que não conhece e não sabe. Não é necessário.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Eu não conheço ninguém que esteja envolvido nessa carga pesada. O que eu falei foi "é o Cleveland", o que eu já tinha dito, e o meu irmão, o Jefferson.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – No inquérito da morte do advogado Carlos Batista você foi acusado de quê?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Eu presidia o inquérito policial. O meu antecessor era o Júlio Cezar, o meu chefe de divisão, e, por questões pessoais com o Júlio Cezar, aí é para esse inquérito. Quando fui ouvir o Júlio Cezar, delegado, o promotor acompanhava o caso e o ... também advogado. Fiz as minhas perguntas ao Júlio Cezar. Ao término, encerrei a audiência. O promotor queria fazer pergunta para o Júlio Cezar. E ele se recusou, porque se é inquisitivo, o inquérito policial, não há o contraditório, então não há razão para o promotor fazer pergunta. Aí o promotor ficou nervoso, porque não podia fazer pergunta ao Júlio Cezar e então pediu o meu afastamento do caso. Aí o Badenes disse que eu quis impedir a oitiva de Júlio. Uma coisa impessoal.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Nesse material que você tem para denunciar tem alguma coisa a ver com o roubo de cargas?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não.

O MAX MAURO (PTB – ES) – Então por que você trouxe isso para cá?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Eu trouxe porque as autoridades da Polícia Civil, vou lá no protocolo e não tem andamento lá. Está engavetado.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Mas não tem nada a ver com o roubo de cargas?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Mas eu gostaria que através da política vocês pudessem dar encaminhamento para mim disso aí.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Com qual objetivo?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Porque, se eu não consigo isso, os senhores, com poder, encaminhando é outra situação.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Não entendi.

(Fora do microfone)

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Com certeza, também. Tem o Danilo, a Selma também aqui, eles foram ouvidos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem alguma coisa a acrescentar que possa colaborar?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – De fato, eu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com sinceridade, a reunião secreta poderia ser aberta até no seu interesse. Não tinha nenhuma razão para ser secreta.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Era mais por conta das denúncias que eu ia fazer contra vários delegados da cúpula da Polícia Civil. Está tudo aqui documentado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então pode fazer a denúncia. O senhor vai nos entregar?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Está tudo escrito. Vou entregar o material todinho e vocês me dão o recibo. É muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a gente encaminha para as autoridades.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Eu gostaria disso mesmo. Aqui no Estado as coisas não tomam o andamento devido. Vou ao protocolo e não tem andamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Diz o que tem aí para a gente saber.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – São delitos de cobrança de taxas ilegais para a Polícia Civil. O chefe da Polícia Civil pegou, no meio do ano, majorou taxas de cobrança em mais de 2000% e mandou aplicar, em vez de passar para a Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não pôs no bolso?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Ele recolheu para o próprio Estado, de forma indevida.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Quem é ele?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – É o Dr. (ininteligível), que hoje é chefe. O Danilo fez uma tabela, ele pegou, aprovou e mandou cobrar. Uma ordem de R$1,3 milhão para os contribuintes. Entrei com uma ação para poder devolver para os contribuintes e até hoje, nada. É um crime isso aí. Isso foi encaminhado para as chefias de polícia. Eles não

instauraram o inquérito policial que eu encaminhei e fizeram um ... administrativo e arquivaram. Estou acompanhando tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está em disputa com a direção da polícia?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Estou a favor da verdade. Mas me comunicaram um fato...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo ponto de vista dos órgãos superiores de polícia, o senhor está em disputa com eles, estou entendendo isso.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Não é disputa, não. É porque eles, depois que fui indiciado de forma indevida na CPI do Narcotráfico, de forma injusta, eles passaram a me ver como se eu fosse a pessoa errada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor respondeu processo administrativo?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Foi feito um inquérito policial por isso aí. Fui absolvido. Não devo nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Administrativo também?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Administrativo também.

Nunca fui envolvido em droga, carro roubado, homicídio nada disso. Em qualquer Policia Estadual da Federação, como na Polícia Federal, nunca fui envolvida em nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito bem.

Pode receber para mim os documentos? O senhor é testemunha de que ele está entregando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só tem esse caso?

Quais são os outros casos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá o resumo para o Doutor.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – ... Tem um outro caso aqui. É que na época eu apurava Carlos Batista, um PM da Piedade e dois civis, acho o tal do França do Marvila. Eles encomendaram a minha cabeça por R$ 50 mil.

Descobri, levei o fato ao conhecimento do Adão que era o secretário de segurança da época. Ela nada fez.

Hoje sou prisioneiro de mim mesmo, de casa para o serviço, não tenho lazer nenhum, tomo calmante e tudo, desde 1997.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A gente percebe que o senhor está nervoso.

Qualquer delegado tem que tomar calmante de vez em quando.

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Você vai para apurar os fatos, com o apóio da sua cúpula. E você é largado para as traças.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito bem.

Sr. Conhece o Dr. Heli Schimittel?

O SR. ISMAEL FORATINI PEIXOTO DE LIMA – Conheço.

Na verdade Heli é meu colega de turma, nós viemos em 1992, da Academia de São Paulo.

De 2001 para cá é que passamos a ter uma convivência maior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado.

Está aqui presente o Sr. Heli Schimittel. Dr. Heli, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, o senhor é diretor jurídico do sindicato e gostaria de saber se o senhor concorda em falar somente a verdade?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor se dispõe a assinar o termo de compromisso de dizer apenas a verdade e a conferir os seus dados, por favor.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Esta reaberta a audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para ouvir o Dr. Heli Schimittel, Delegado de Polícia.

Tem a palavra o Relator da CPI. Já foi compromissado, já prestou o compromisso de dizer a verdade, nos termos da lei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há quanto tempo o senhor trabalha na polícia?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Há cerca 11 anos. Entrei como investigador em 1991, depois fiz concurso para delegado e, desde 1992, sou delegado de polícia.

O SR.RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor chefiou a Delegacia Especializada em Repressão ao Roubo de Cargas?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, no período de 1999 a 2000.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tem participação ou já teve em alguma empresa?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Participação societária?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Nunca tive.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Desde quando o senhor conhece o Cleveland?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Eu não conheço o Cleveland. Ele somente esteve na minha delegacia para ser ouvido em inquérito uma vez. Pessoalmente, eu não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi o senhor quem o ouviu?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Foi tomado o depoimento na minha delegacia sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pelo senhor?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Acredito que sim. Nem me lembro do fato.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas a sua delegacia que chefiou a investigação.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor acompanhou todos os passos do trabalho de investigação?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, na parte de depoimento. Foi a única vez que tive o contato visual com o Cleveland. Sei que ele esteve lá uma vez.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor não se lembra se foi o senhor quem o inquiriu?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Devo ter feito. Faz mais de dois anos, e o movimento da delegacia era muito grande. Devo ter feito algumas perguntas mas geralmente o escrivão...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor se lembra do envolvimento de policiais, inclusive da sua delegacia, com a quadrilha chefiada pelo Cleveland?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Isso não procede.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não. Quando aconteceu essa operação que foi denominada "Carga Pesada", eu estava de férias quando a operação foi desencadeada. Assim que retornei, fui transferido para outra unidade policial. Durante o período em que estive na Delegacia, não constatei nenhum envolvimento com policial meu com qualquer tipo de quadrilha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual foi o inquérito que o senhor trabalhou com relação ao Cleveland?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não me recordo, acho que ele estava como indiciado, indiciei ele, ele foi ouvido como suspeito de recepção de carga, não me lembro, faz muito tempo isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em 2000?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Isso. O volume de trabalho era muito grande, depois disso já passei por outras unidades policiais e fica difícil dizer qual situação, qual inquérito, qual fato que ele foi ouvido. Nem sei também se foi como indiciado ou como testemunha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vou dizer o nome de alguns policiais e o senhor afirma se estava ou não sob seu comando.

Ademar Vidigal.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Estava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Jânio Jacinto Araújo.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Estava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Jackson Rodrigues Pinto.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Idelrado Vanderley Pereira.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Davi da Silva Carvalho.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Leonardo Delgado Botelho.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Somente os dois então. O Ademar e o Jânio Jacinto?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eles trabalhavam sob o seu comando. Eles tiveram a prisão decretada?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Eles tiveram a prisão decretada, foi revogada alguns dias depois, e a informação que tenho extra-oficial, não é oficial porque não acompanhei isso aí, é que eles não foram nem indiciados, nem denunciado pelo Ministério Público. Não foram ouvidos, e ficou só essa prisão temporária.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas houve um inquérito para pedir a prisão?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não sei, ficou por conta da Polícia Federal, eu não acompanhei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Jefferson Foratini Peixoto de Lima?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não, nunca trabalhei com o Jefferson.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você o conhecia?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Conhecia de vista.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E do envolvimento dele, você sabia?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não, fiquei sabendo pelos jornais depois.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando o senhor chefiou essa Delegacia de Roubo de Carga?

O SR. HELI SCHIMITTEL – No ano de 1999 e no ano de 2000.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E sobre o incidente registrado em 99, em Cobilândia, Vila Velha, quando os policiais militares teriam apreendido um caminhão com carga suspeita de roubo, pertencente a Jair Granchi que estaria tendo a cobertura de policiais civis. O senhor se lembra disso?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Lembro, lembro desse fato.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por favor, relate-me esse fato.

O SR. HELI SCHIMITTEL – O que posso recordar desse fato foi que por aqueles dias tínhamos apreendido uma carga roubada de fermento. A pessoa que estava com a carga foi autuada em flagrante por receptação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi o Jair?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Era o dono de um supermercado em Cariacica, não me recordo direito, mas acho que era em Cariacica. Essa mercadoria estava no mercado dele. A mercadoria, tendo a procedência, nós entregamos ao legítimo dono. Era fácil identificar porque era uma carga de fermento importada que só ele... então, foi entregue ao legítimo dono. Esse proprietário, o legítimo proprietário da carga, teria contratado, pelo que fiquei sabendo, um caminhão do Jair Granchi, e o caminhão teria dado defeito. Quando eles estavam fazendo o transporte dessa carga para um outro caminhão que tinha dado defeito, alguém ligou para a Delegacia Patrimonial, deve ter ligado para a Polícia Militar também, não para mim, e o Delegado da Patrimonial encaminhou para lá dois policiais para verificar se se tratava realmente de carga roubada, e o Policial Vidigal também foi logo depois. Chegando lá, viu se tratar da mesma carga que já tinha sido apreendida e que estava, efetivamente, em poder do seu legítimo dono.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A carga foi apreendida e devolvida imediatamente?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Foram dias depois.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ou oficialmente?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Oficialmente, teve auto de apreensão, auto de entrega, tudo. Bom, aí, houve uma suspeita por parte da Polícia Militar com relação ao fato de terem policiais civis acompanhando o transporte dessa carga. Houve uma discussão, eu não acompanhei porque quem foi até esse local foi o Dr. Coutinho, que era o meu chefe e o delegado responsável pela Delegacia Patrimonial.

Houve uma discussão lá, não sei como é que foi que se tratou essa discussão, a partir daí, resolveram fazer uma busca e apreensão na, resolveram entrar na casa do, no depósito que tinha lá perto, era do Jair Granchi, e encontraram lá materiais, que foram trazidos para a minha delegacia, e o Jair Granchi foi autuado por mim em flagrante.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor o autuou em flagrante por quê?

O SR. HELI SCHIMITTEL – É difícil capitular mas, com certeza, receptação. Não sei se foi por roubo, é difícil capitular porque não tenho na memória, mas é só olhar nos autos, inclusive a Polícia Federal faz menção a isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, nos autos está claro que o senhor não o autuou por receptação nem nada ligado a roubo de carga.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não, o Jair Granchi, com certeza. Esse foi um fato que chamou atenção porque...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor o autuou por outro motivo. Qual motivo foi?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não lembro. Foi com assalto ou receptação, com certeza, isso é pacífico.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, não foi receptação.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não lembro, então, tem que dar uma olhada nos autos, tem que ver...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o fato de ter policial civil junto com a carga, o senhor não achou isso muito estranho?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não, porque eles foram – é aquilo que eu expliquei para o senhor – encaminhados ao local pelo Delegado Coutinho, eles receberam uma ordem para ir no local verificar a denúncia. Foi uma denúncia anônima, uma pessoa ligou:

tem um caminhão transportando uma carga de fermento. Eles foram lá ver se era mais uma carga roubada, eles foram por ordem oficial, por isso que não estranhei, não houve nenhum fato, eles estavam cumprindo o dever deles.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, não tinha motivo para o Jair ser autuado?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Tinha porque eles entraram, é o que falei para o senhor, acho que o senhor não entendeu, eles foram verificar uma situação...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E, aí, foram no depósito dele?

O SR. HELI SCHIMITTEL – E aí foram no depósito. Ao entrar no depósito, na casa dele, não sei, é difícil falar porque eu não estava presente lá, encontraram esse material, proveniente de outros roubos. Eles foram levados para o batalhão da Polícia Militar onde foi tudo catalogado e, depois, foram levados para a minha Delegacia, e autuou em flagrante, e ele ficou preso. Agora, eu não sei qual o artigo que foi, teria que olhar, não sei se foi formação de quadrilha, qual o artigo que foi colocado nele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o primo? Quem é o primo?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Primo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Primo. Você sabe quem é?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não, não sei, não.

(Fora do microfone)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece o Juarez Granchi?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que é DHPP?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há uma conversa do Cleveland com o Juarez, em que o senhor é citado, dizendo que o senhor fez questão de se reunir com os meninos e lhes deu uma bronca, dizendo que estavam falando alto quando bebiam.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Desconheço isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esquisito isso, não é, doutor?

E o Cleveland, conversando com o primo, o primo deve ser o Reinaldo Lopes Primo, de quem o Cleveland afirma, o tempo inteiro, que comprava as cargas roubadas.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não o conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também usaram o seu nome, durante a conversa, o advogado disse que o negócio era entre ele e o Dr. Schimittel.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Desconheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor recebeu uma denúncia do motorista Marcos Paulo de Oliveira Sales, em 23 de agosto de 2000, sobre o roubo do caminhão. O senhor se lembra disso?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E não abriu inquérito?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não sei do que se trata, a respeito de que roubo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Roubo do caminhão dele. O motorista foi a sua delegacia e denunciou o roubo do seu caminhão, em 23 de agosto de 2000.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Olha, eu não registrava ....

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o inquérito só foi aberto em 4 de dezembro de 2000, por outro delegado.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não era eu quem registrava a ocorrência, não é função do Delegado. Quem deveria registrar a ocorrência seria o escrivão ou o investigador. Isso não era minha função.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor é quem instalaria o inquérito?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, mas o boletim de ocorrência é feito pelo escrivão e pelos investigadores.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor colheu o depoimento do Marcos Paulo de Oliveira Sales?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não me recordo. Pode ter acontecido de, em uma determinada situação, o escrivão estar impossibilitado de ouvir, e eu posso ter ouvido. Mas, conforme falei para o senhor, isso foi coisa de 2000. Faz muito tempo. Já trabalhei em outras unidades policiais. Fica difícil especificar em qual caso ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não faz muito tempo, faz dois anos, doutor.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, em dois anos acontecem ....

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É muito pouco tempo, dá para lembrar muita coisa.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Uma Delegacia que tem mais de cem inquéritos e de lá para cá já trabalhei em outras tantas com milhares de inquéritos,

você se lembrar de um caso específico é muito complicado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Doutor, sou o Deputado Federal de Pompeo de Mattos e está me chamando a atenção algumas curiosidades aqui. Por exemplo, o senhor disse que não se lembra se indiciou o Cleveland. O senhor o indiciou ou o ouviu? O senhor se lembra?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Ouvido com certeza ele foi.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, e aí?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não sei se ele foi ouvido como testemunha ou como indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como testemunha ou indiciado?

O SR. HELI SCHIMITTEL – E se, ao final do inquérito, cheguei a indiciá-lo. Não me lembro disso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor não se lembra? Faz muito tempo?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Faz muito tempo, faz mais de dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Faz mais de dois anos. E dos policiais, Vidigal e Araújo?

O SR. HELI SCHIMITTEL – O que tem eles?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Senhor falou que... Lembra se eles foram processados ou não?

O SR. HELI SCHIMITTEL – É aquilo que eu disse ao senhor. Eu estava de férias quando aconteceu, quando foi desencadeada essa operação. Fiquei sabendo que eles foram presos, ficaram sete ou dez dias presos e, a partir daí, voltaram às suas atividades normais. A informação que tenho, volto a dizer, extra-oficial, porque não acompanho, é de que eles não foram nem denunciados, não foi encontrado nada contra os mesmos. Não fiz esse acompanhamento processual, não me interessou mais. Fui removido para outra unidade policial e tive muito pouco contato com eles.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Doutor, a curiosidade, vou lhe colocar, até para que o senhor possa tentar nos esclarecer. O senhor não lembra se viu o Cleveland, se o indiciou ou não?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não lembro, eram muitos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Isso porque faz muito tempo, faz dois anos.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – No entanto, o que aconteceu com os policiais aproxima isso também. O senhor não participou, estava de férias, não viu, não sabe, nem estava interessado, extra-oficialmente sabe mais do que aquele que o senhor ouviu. O senhor tem a memória curta sobre aquilo que o senhor fez, mas está muito esperto sobre aquilo que o senhor não sabe. Isso o senhor acaba sabendo.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não sei onde o senhor quer chegar.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Você está sabendo onde quero chegar. Sobre o Cleveland o senhor não sabe, mesmo tendo trabalhado em cima do processo. E aquele processo em que o senhor não trabalhou o senhor sabe de tudo. Ou seja, o senhor está atuando para defender os dois policiais, ignorando o que sabe sobre o Cleveland porque pesa contra o senhor.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Posso falar?

O PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pois não.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Absolutamente. Tenho uma relação pessoal com os dois policiais porque eles eram meus subordinados. Então, o que saiu no jornal a respeito deles, o contato que tenho com eles na polícia... Não tenho relação de amizade com o Cleveland, nunca mantive nenhum contato pessoal, profissional com ele. Por que me interessa saber em que ele foi indiciado, o que respondeu depois? Isso é natural. Acho que o senhor está sofismado nessa questão de dizer que o que me interessa é o Cleveland. Não me interesso pelo Cleveland, nunca tive contato com ele. Se o colocarem na minha frente, provavelmente, ele nem vai me reconhecer.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas o senhor sabe que existem suspeitas de que o senhor tenha uma relação com ele. Então, é natural que o senhor esteja interessado sobre as coisas dele, até para fazer a sua defesa. No entanto, o que o senhor tem a dizer é que não sabe, não se lembra se indiciou ou não... Ora, se alguém me acusa de envolvimento com alguém, eu, mais que rapidamente, vou dizer: olha, essa pessoa eu vi em tal data, indiciei e, se não me lembrasse, eu iria buscar para informar. Olha, indiciei... O senhor não procurou se informar se indiciou ou não o Cleveland?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Veja bem. Se eu soubesse que iria ser inquirido aqui a respeito disso teria procurado na delegacia os autos, teria me informado. Não sabia que ia ser ouvido a respeito disso.

Até por que me causa muita estranheza o fato de estar prestando depoimento aqui, porque, desde que aconteceram esses fatos, em dezembro de 2000, nunca fui ouvido na Corregedoria de Polícia, nunca fui ouvido na Polícia Federal e nunca na Justiça Estadual. Então, é muito estranho. Agora, sei porque estou sendo ouvido aqui. Há uma motivação política por trás disso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Há. Vou explicar o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Explique.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Explique para nós.

O SR. HELI SCHIMITTEL – A Drª Selma Cristina, que era a nossa ex-chefe de polícia, eu a processei administrativamente, penalmente, criminalmente. A partir daí, ela criou um ranço, um rancor muito grande. Tudo que ela fala a meu respeito é revestido de ódio e ela está participando desse grupo de repressão, grupo de elite, ela está participando, está nos jornais. Aqui está a cópia da representação que fiz contra ela. Não tenho nada a esconder. O que fiz foi às claras. Processei a ex-chefe de polícia. Em cima disso, ela motivou a vinda dos senhores aqui. Esses fatos que os senhores estão falando, estão inquirindo, já foram investigados, apurados, reapurados, diversas vezes. Em dois anos, é a primeira vez que estou sendo ouvido. Por que agora, passados dois anos? Porque ela está nesse grupo e ela vislumbrou a possibilidade de me atingir.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só para dizer ao Senhor...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não há nenhuma indicação da Drª Selma, preciso te afirmar isso...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Para a CPI, não.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Está aqui no jornal. A Drª Selma participou da reunião, que foi chamada à CPI, foi convocada para a CPI...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Senhor está sendo ouvido... Ela foi ouvida.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Estou respondendo. Ela foi ouvida. Justamente, ela fez o depoimento dela e...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – o Sr. Ismael saiu daqui agora, foi ouvido.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Por que ela não fala abertamente, eu faço questão de que todos estejam presente, eu não tenha nada o que esconder. Inclusive, apresento até uma sugestão aos senhores que são parlamentares. Não sei se os senhores foram reeleitos e tal, mas que apresentem na próxima legislatura um projeto de lei no sentido de que qualquer funcionário do Executivo, do Judiciário e do Legislativo tenham imediatamente suas contas, seu sigilo fiscal e bancário abertos, para todo o cidadão comum. De antemão, já deixo aberto aos senhores a quebra do meu sigilo fiscal e bancário. Os senhores podem revirar tudo na minha conta, os senhores não vão encontrar nada.

Eu sou um cara que tenho uma ficha, nesses dez anos, limpa, fiquei à frente das delegacias mais operacionais do Estado, comandei a assessoria de informações, comandei a Divisão de Seqüestro, Delegacia de Homicídios, Delegacia de Roubo a Carros, hoje estou na Delegacia de Crimes contra Administração Pública. E em nenhum momento usei a minha função para me locupletar. Inclusive essa força política que estão usando contra mim tive possibilidade de usar e não usei. O Deputado Max Mauro, que acompanha aqui, o filho dele tem um caso da Marval aqui no Estado, recebi recados por parte de pessoas do Governo para que eu carregasse na tinta, em cima do caso Marval, porque está comigo o inquérito. Que carregasse na tinta contra o filho dele, que é Prefeito de Vila Velha. Em momento nenhum, eu quis usar isso. Não é do meu feitio usar. Agora, eu sei que isso está sendo usado de uma forma política para tentar atingir o, hoje, Governador Paulo Hartung.

Essa Drª Selma e o Delegado Badenes eles têm um lado político e eles estão usando isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tá bom, mas não viemos para fazer política.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Fico feliz, mas é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nós queremos questionar o senhor sobre fatos.

Vou lhe dar um fato que não é político e que aliás o Relator, Oscar Andrade, já mencionou mas quero, faço questão de reprisá-lo.

Quando o senhor ouviu o Marcos Paulo de Oliveira Sales, sabe quem é né?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não se recorda sobre a prisão do roubo do caminhão.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Esse fato aí, pode ser que eu tenha ouvido ele, não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor ouviu ele, eu tenho aqui, o senhor colheu o depoimento dele em agosto de 2000, o senhor tomou o depoimento dele, o senhor tomou mais depoimentos, o senhor tomou o depoimento de Euclides Meireles sobre o mesmo fato. O senhor ouviu as partes, enfim, no entanto o senhor não abriu inquérito, ficou lá na Delegacia esperando "descascar os ovos da gansa".

Depois, em dezembro, veio um outro delegado de polícia, quatro meses depois, quase cinco meses, aí abriu o inquérito. Por que nesse período, nesse processo, que era uma acusação grave, envolvendo roubo de carga, roubo de caminhão, tentando inclusive usar a polícia, ludibriar a Justiça. Quer dizer, por que o senhor não abriu o inquérito e o outro abriu. Por que o senhor ficou esperando?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Pode ter acontecido, muitas vezes, quando é registrada a ocorrência, nem toda a ocorrência é aberta imediatamente o inquérito, a gente vai juntando documentos, depoimentos e tal e só então é instaurado o inquérito policial. Como o período aí foi muito curto ele já devia estar sendo ....

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Quatro meses?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, é como eu falei para o senhor, nesse período eu fiquei ... porque o senhor não conhece a estrutura do Estado. Eu fiquei à disposição três semanas da Divisão de Homicídios, respondendo um tal de mutirão, existiam muitos inquéritos parados na Homicídios e eu fiquei lá três semanas, logo depois eu entrei de férias.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nessa época?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Foi, foi nessa época, foi... eu acho que foi novembro e eu entrei em férias em dezembro, início de dezembro. Só aí já foram dois meses. Então, pode ter acontecido isso. Agora, essa parte cartorária fica muito ao escrivão. Tem que ver o escrivão às vezes para o .....

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas não é o escrivão que abre inquérito.

O SR. HELI SCHIMITTEL – A parte burocrática é o escrivão quem faz.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas quem determina a abertura de inquérito é o delegado, ele tem autonomia para abrir inquérito, se ele não determinar escrivão nenhum vai abrir inquérito.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, mas aí é que estou falando para o senhor. Muitas vezes a gente aguardava o período de uma, duas semanas, até se juntar a prova, porque uma vez instaurado o inquérito, tínhamos 30 dias para concluir. Isso é prazo processual penal. E o que acontecia? Para não perdermos esse prazo, nós instaurávamos o inquérito quando tivesse mais elementos. Isso é uma prática. Não é recomendável do ponto de vista jurídico, mas, tendo em vista a precariedade da nossa instituição, algumas vezes isso era feito. A minha delegacia contava com um escrivão e quatro investigadores somente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, o senhor dá as desculpas, mas sem a obrigação de citar fatos.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor ouviu Marcos Paulo na data de 23/08 e depois o ouviu em 24/08. O senhor tomou dois depoimentos dele.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Temos aqui. O senhor tomou dois depoimentos dele. Quer dizer, quando alguém toma um depoimento e depois vai e toma um outro depoimento, é como tomarmos um depoimento do senhor. O senhor sai, e amanhã a CPI permanece e chama o senhor novamente. Isso é um fato inusitado.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não, às vezes tem um determinado fato que não ficou devidamente esclarecido, que, de acordo com o desenrolar das investigações, você pode reinquirir a pessoa para esclarecer aquele fato.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não é do cotidiano.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não, é muito comum.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É muito comum? Todo dia acontece isso?

O SR. HELI SCHIMITTEL – É muito comum.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor não pode também pensar que somos despreparados. Sou advogado e vou dizer para o senhor que não dá 10% dos inquéritos onde a parte é ouvida novamente.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Eu lhe digo que dá 80%. Eu te provo isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Na delegacia, não dá.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, eu provo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E quando há o depoimento de novo, sendo ouvido novamente, é porque há o interesse no processo.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, às vezes um fato que não ficou esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Há o interesse, senão não chamaria no outro dia a pessoa para vir depor novamente. Há o interesse. No entanto, o interesse era tanto, tal e tamanho, e o que o senhor fez? Colocou na gaveta. Ouviu ele uma vez, ouviu outra vez e engavetou. Quer dizer, interessado que o senhor estava em ouvi-lo e depois engavetar. Essas coisas não dependem da Drª Selma, de ninguém, são fatos que saltam aos nossos olhos e que temos que colocar para o senhor. O senhor não vai ouvir duas vezes a mesma pessoa interessada no fato e depois guarda quatro meses o inquérito. E o inquérito só vai avante depois que a Polícia Federal desencadeia a operação "Carga Pesada", e ainda sendo aberto inquérito por um outro delegado da polícia que não o senhor.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Era um delegado que trabalhava na minha unidade. Isso era comum lá. Às vezes, muitos inquéritos que, na minha ausência, ele fazia, e na ausência dele eu fazia, isso era comum – ficava em cima. O senhor está entendendo? Não causa nenhuma estranheza. Havia casos de roubos de carga que era instaurado e feito pelo Delegado Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, é normal na sua delegacia, num caso desse, ouvir uma vez a parte, ouvir outra vez a parte, no caso aí, o que em tese seria indiciado, e depois levar quatro meses para instaurar o inquérito. É normal isso no seu procedimento?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Veja bem, nesse procedimento a pessoa é ouvida então como testemunha. Durante as investigações comprova-se indícios contra essa determinada pessoa. O delegado pode chamar perfeitamente para ouvi-la não mais como testemunha, mas como indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Como é?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não sei, é o que falei para o senhor, faz tempo, não lembro detalhes desse inquérito, mas pode ter acontecido isso. Era praxe, por exemplo, no caso de um caminhoneiro registrar a ocorrência, tomarmos o depoimento dele narrando como aconteceu, a abordagem, como ele foi preso, etc. A partir daí, os policiais faziam o acompanhamento dele para ver se a história checava. Encontrando algum tipo de contradição ou alguma coisa que precisava ser melhor esclarecida, ele imediatamente era ouvido novamente. Isso era muito comum.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E daí, nessa segunda vez, ele seria ouvido de que forma?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Até então como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – De novo como testemunha?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim. Se tivesse elementos em contradição muito contundentes, ele passaria a ser indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pois é, engraçado, porque o senhor o ouviu como testemunha, deve ter despertado uma curiosidade sobre o testemunho dele, ouviu de novo como testemunha e guardou o inquérito. Ninguém o ouviu mais, e chega um outro delegado e indiciou.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Essa parte de guardou o inquérito é uma interpretação que o senhor está dando, porque o inquérito não fica na minha sala. Se eu tivesse guardado, se eu tivesse algum interesse teria sumido com isso aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Consta que o senhor o viu no dia 23/08 e depois no dia 24/08.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Eu não me recordo. É chover no molhado, é um fato que aconteceu no dia 23 de agosto do ano 2000.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A data do primeiro, apesar de 23/08, está sendo 08/08, tinha até data errada.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Eu não sei,não lembro. Se o senhor tivesse falado... teria olhado, teria lido.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas é bom que o senhor não leu, porque a gente tem aqui e pode confrontar e colocar as contradições, acho que isso é importante. Não houve fato novo nenhum superveniente? Nenhum fato superveniente? Chegou outro delegado e indiciou, por quê? Porque a Polícia Federal estava em cima. A gente faz isso, doutor, porque estamos acostumados nessa questão do roubo de carga, via de regra, lamentavelmente, há alguns maus policiais, e estamos tentando ver quem é quem, porque é complicado. A gente não sabe até quando é autoridade, até quando se mistura com bandido. E tem acontecido, aliás, é lamentável que a Polícia Federal tenha que cercar, ao invés de cercar um armazém de bandido ou ir lá na favela onde se escondem os bandidos, os traficantes, sei lá, os assaltantes, tem que cercar uma delegacia de polícia para prender gente suspeita. É lamentável que isso esteja acontecendo no Brasil, e nós estamos vivendo isso.

Eu tenho vivenciado isso há quatro anos no Congresso Nacional, na CPI do Narcotráfico, na CPI do Roubo de Cargas agora, onde o crime só se organiza porque tem um policial no meio dando cobertura, dando informação, colocando panos quentes, acertando, não estou dizendo que é o seu caso, mas estamos tentando averiguar o seu caso, e isso se averigua não com o morto, a faca na mão do outro e pingando sangue e o DNA ao lado, quer dizer, não tem uma coisa pronta, são indícios, vai pegando um indício aqui outro indício ali, quer dizer, um outro fato, para juntarmos as provas para ter a leitura clara. A sociedade cobra isso de nós, e é o que estamos tentando fazer. É um trabalho árduo, duro, difícil, complexo, complicado, mas tem mostrado resultado. Onde o crime se organizou, onde os bandidos agem impunemente, onde o crime leva vantagem é porque tem alguém dentro da estrutura do Poder, dentro da estrutura de polícia tem alguém dando informação.

Aliás tenho uma expressão que faz horas que até não uso mas vou dizer para o senhor que tenho dito que não tem crime organizado sem polícia no meio. E digo que a polícia para o crime organizado o que o cavalo é para o jogo do xadrez. No jogo do xadrez, o cavalo não é a peça mais importante mas só o cavalo consegue pular por cima do peão, do bispo, da torre, da rainha, do rei, pula por cima de todos. A polícia também não é a estrutura mais importante da hierarquia do poder mas só ela consegue pular por cima do juiz, do promotor, da CPI, do desembargador, até do governador, porque anda no fio da navalha, então pode ser polícia um momento, pode dar informação e favorecer um bandido ou outro. Então, é no detalhe a coisa, por isso que a gente tem que apertar e ver a fundo essas questões, e esses detalhes aparecem, e nós temos que mostrar.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Quanto a esses detalhes estou tranqüilo, porque sei que da minha parte não houve nenhuma prevaricação, não agi de má-fé. Então, o senhor pode investigar à vontade, de minha parte estou muito tranqüilo com relação a isso. É aquilo que falei. Pode quebrar o meu sigilo bancário, fiscal, tudo que tenho hoje está declarado em imposto de renda, de forma nenhuma... fiquei quatro anos na assessoria e informação da Polícia Civil...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor nunca respondeu a inquérito administrativo?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Nunca. A minha ficha policial está aqui, está entendendo? Não tenho nenhum processo administrativo na minha ficha, sou uma pessoa muito tranqüila com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Muito bom. Já lhe foi perguntado, o policial, o Jefferson, o Foratini?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Conheço ele de vista, não tenho nenhum contato pessoal com ele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele nunca trabalhou com o senhor?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Trabalhou na sua delegacia, sob suas ordens?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas o senhor sabe que ele teve algum envolvimento com quadrilha?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Fiquei sabendo pelo jornal.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ficou sabendo pelo jornal. E aí procurou se informar se era verdadeiro ou não?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não. Não me interessava. É o que falei, como está o processo desses policiais que trabalhavam para mim, eu não sei. É o que estou falando, fiquei sabendo por alto, comentários, fulano de tal ainda não foi ouvido pela Polícia Federal, fulano de tal não nem denunciado, são as informações que estou passando para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas em relação ao Vidigal e ao Araújo o senhor disse antes que se interessou e ficou sabendo...

O SR. HELI SCHIMITTEL – Eu me interessei, eram policiais meus, chefes de investigação, eu me interessei como amigo. Você convive com dois policiais durante dois anos, sempre foram policiais de frente, policiais que, até então, eu não tenho nada que desabone a conduta deles. O senhor está entendendo? E se os senhores puxarem a ficha dos dois na polícia ou até mesmo criminal, o senhor vai ver que não há nenhuma denúncia contra eles. Então, quer dizer, o que é...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor pode continuar.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Então, o que há aí é, dá a impressão de que, que eu fiquei e que a sociedade capixaba ficou também, é muito barulho por nada. Não sei se (inaudível). Porque eu imagino o seguinte: se há o estardalhaço que houve, se há esse envolvimento total desses policiais com esses fatos era para eles terem sido denunciados, era para eles terem sido julgados e, efetivamente, condenados, o que não ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o senhor sabe se esse policial já teve algum outro envolvimento em outros fatos ou só esse?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor disse que foi muito barulho para pouco fato, na sua opinião...

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – ...e o senhor sabe se ele tinha algum outro envolvimento em outros fatos?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Qual policial?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O Foratini, o Jefferson.

O SR. HELI SCHIMITTEL – O Jefferson, é como falei. Eu não tenho com ele, eu o conheço de vista, de oi, oi, como é que vai, tudo bem, quando passava no pátio da Polícia Civil, não sei como é a ficha dele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E do Ademar Vidigal?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Do Ademar Vidigal, envolvimento com relação a ilícito penal de roubo de carga, tal, foi somente depois que eu saí de lá, com esses fatos que foram noticiados no jornal. Agora, se ele já respondeu a outros processos, a outros inquéritos administrativos, não sei informar ao senhor. Ele, parece-me que uma vez ele respondeu a um homicídio, parece-me, não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É? Ele tem várias ocorrências.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, mas eu não...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor não se interessou?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não me interessa. Interessa-me o que a pessoa faz comigo sob a minha supervisão. Se o senhor for pegar hoje na Polícia Civil, na Polícia Militar, um policial linha de frente que não responda a nenhuma sumária, a nenhum administrativo, o senhor não trabalha com ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É. E extorsão também é da regra?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Durante o período que ele trabalhou comigo, de 1999 a 2000, posso afirmar com certeza que ele não respondeu a nenhum processo por extorsão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ele não respondeu, mas já tinha respondido a um processo por extorsão e tinha sido suspenso.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, mas não comigo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só para citar, né, a ficha dele é caprichada.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, doutor, quando você assume uma unidade policial, o senhor não pega a ficha de todos os policiais e analisa se a pessoa já respondeu, se a pessoa já foi, se ela já foi condenada, se ela está trabalhando na instituição, ela está apta a trabalhar em qualquer setor da polícia, este é o meu pensamento, porque uma pessoa que não pode trabalhar no setor A, ela não pode trabalhar em nenhum outro setor, ela tem que ficar afastada, ela tem que ser punida, tem que ser colocada para fora da polícia, este é o meu pensamento. Se, quando eu cheguei na unidade policial, ele já se encontrava lá trabalhando e comigo ele sempre agiu de forma correta, cumpridor das suas obrigações, eu não tinha por que motivo expulsá-lo da minha delegacia. Ele não tinha nenhum problema pessoal comigo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, não se trata disso, não estou falando disso, só estou usando as suas próprias palavras que, às vezes, o senhor se interessa em saber dele porque era seu funcionário, trabalhava com o senhor, era seu amigo, era chefe, enfim, o senhor estava interessado, quer dizer, num momento, o senhor estava interessado, noutro momento, o senhor diz que não está.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, mas por que eu vou me interessar por Cleveland?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, não estou falando no Cleveland.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, mas foi o fato que vocês citaram aí.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Estou falando do Vidigal.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Jefferson. Não tenho nenhum contato com Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas estou falando agora no Vidigal, que, uma hora, o senhor diz que interessa, outra hora não interessa. Mas tudo bem.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Sim, interessa a partir do momento em que eu passei a ter um relacionamento profissional com ele, que foi, isso que eu falei, de 99 a 2000.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E o conceito que o senhor tem dele é de um bom profissional?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Muito bom policial.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Muito bom policial. Muito bem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Paulo Roberto Marcondes trabalhava com você lá também?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Trabalhava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi ele e o Ademar Vidigal que você mandou ir lá no caminhão do Granchi, que estava lá transladando as cargas?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não fui eu que mandei, foi o Dr. Coutinho que mandou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dr. Coutinho?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Coutinho era seu substituto?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Não, era meu superior. Eu não estava na delegacia no momento desse fato.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Já está bom, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Agradecemos sua disposição em participar e colaborar com os trabalhos da CPI. O senhor já assinou o termo de compromisso?

O SR. HELI SCHIMITTEL – Já.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então, agradecemos e o senhor está dispensado.

Por favor, chamem o Ademar Vidigal. (Pausa.)

Senhor Ademar Vidigal, o senhor se compromete, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Por favor, assine.

Sr. Ademar Vidigal, o senhor é investigador de Polícia?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Sou investigador de Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor é aposentado?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor é da ativa?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Da ativa. Trabalho na Delegacia de Vila Velha.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Para o senhor ter conhecimento, esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, formada pela Câmara e pelo Senado, com o objetivo de investigar a incidência do crime de roubo de carga em todo o País. Já estivemos em vários Estados da Federação e hoje investigamos alguns fatos e algumas denúncias no Espírito Santo. O senhor foi chamado em função desses fatos. Nosso Relator, Deputado Oscar Andrade, vai questionar o senhor inicialmente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há quanto tempo o senhor trabalha na Polícia?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Fiz o concurso em 1986 e tomei posse em 1988.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor exerceu a chefia da Seção de Investigação da Delegacia de Crimes Contra Transporte de Passageiro e Carga?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Chefia Operacional da Delegacia de Roubo de Carga do Estado do Espírito Santo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual delegado te levou para lá?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Primeiramente, o Dr. Coutinho Correia e, depois, o Dr. Heli Schimittel.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor era subordinado a eles?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu era diretamente subordinado a eles.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece o Cleveland?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quando?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – De quando recebemos uma denúncia anônima referente a uma carga. Chegamos ao local, o rapaz disse que pertencia a ele, fomos ao escritório...

O SR. RELATOR(Oscar Andrade) – Qual rapaz?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Um vigia que tomava conta do depósito. Pegamos o telefone com ele e ligamos para ver onde ele trabalhava. Seria um empresário que mexia com pneus. Até esse momento, eu não o conhecia pessoalmente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual era a denúncia?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Era em relação ao depósito de cargas roubadas. Fui ao escritório com outro policial, detive-o e o conduzi à delegacia. Pedi que me acompanhasse para prestar esclarecimentos à autoridade.

O SR. RELATOR(Oscar Andrade) – Quando foi isso?

O SR. – Não me recordo. Deve ter o quê? Um ano, um ano e meio, dois anos? Não me recordo da data exata.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor fez o trabalho de investigação?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Isso. Foi aí, então, que apareceu o nome de Cleaveland para nós da delegacia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O trabalho de investigação que o senhor fez chegou a que ponto?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Demos prosseguimento a outras investigações.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sobre o Cleveland?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Sobre o Cleveland, começamos a tentar fazer um contato com ele com relação a criar... Ele prestou declaração. Não sei o que aconteceu na delegacia. Nós o levamos para a delegacia. Éramos quatro policiais para o Estado todo e tentamos começar a fazer levantamentos com relação a ele. Mas, até esse momento, não o conhecíamos...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E os levantamentos que foram feitos?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não me recordo. Para dizer exatamente o que foi feito, não posso precisar para V. Exª.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor buscou ele na empresa dele. Ele estava trabalhando...

O SR. ADEMAR VIDIGAL – No escritório dele, aqui em frente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o levou para a delegacia?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Para prestar esclarecimentos na delegacia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E os esclarecimentos sobre a carga que o senhor tinha achado? A carga era roubada?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – A carga era roubada. Uma carga de perfumes, se não me engano, da L'acqua Di Fiori, que foi entregue à seguradora, se não engano.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde era o depósito?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Era num depósito no contorno de Cariacica, num motel abandonado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi identificada a carga. O vigia identificou quem era o dono, que era o Cleveland.

O SR. HELI SCHIMITTEL – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor foi no escritório dele, busco-o e o levou para a delegacia preso ou não?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não me recordo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A quem o senhor entregou ele?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – À autoridade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Ao Dr. Heli.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi o Dr. Heli quem o ouviu?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não sei se foi ele quem ouviu. Havia dois escrivões na Delegacia de Cargas. Não sei se ele ouviu diretamente ou se passou para algum escrivão. Não posso precisar para V. Exª.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não estava presente?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não porque saímos para fazer outras diligências na rua.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Acabou sua participação na questão do Cleveland? Nunca mais o senhor fez mais nenhuma investigação ou outra diligência?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não me recordo. Não me recordo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tinha conhecimento do envolvimento de policiais civis na quadrilha?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, não tinha conhecimento. Posso fazer uma introdução para V. Exª?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Na realidade, eu trabalhava na Delegacia de Roubo de Cargas há aproximadamente um ano e meio, dois anos, não me recordo. Fiquei 10 dias preso, fui exposto na imprensa nacional, fui execrado perante a opinião pública, jogaram meu nome e o da minha família na lama, fui desmoralizado dentro do meu Estado, onde estou há 42 anos. Sou funcionário público, tenho residência fixa, sou pai de família. Jogaram-me na lama, me prenderam, o juiz...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem jogou o senhor na lama?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Veja bem: como aconteceu isso? Eu me recordo. Vou tentar... Num

certo dia, cheguei à delegacia e o Dr. Coutinho, se não me engano, me disse que haveria dois policiais no Cobilândia e me pediu que eu me dirigisse para lá, porque haveria um caminhão abandonado com uma carga de fermento nesse local. Chamei o outro policial, o Paulo Roberto, e fui até esse local. No caminho, entrei em contato com o Marcelo, que era o rapaz da transportadora e que era exclusivo para fazer o transporte de fermento. Ele fazia esse transporte de fermento no Estado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele era o dono?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Ele fretava os carros para fazer esse tipo de transporte. Entrei em contato com ele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele terceirizava, não é?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Acredito que sim. Entrei em contato com ele e lhe pedi que arrumasse um caminhão que fosse até esse local. Dei a ele as coordenadas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso aconteceu antes de você chegar lá.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – No caminho. Já fui acionando ele para ele arrumar um caminhão, encaminhá-lo para lá para não perdermos muito tempo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o Dr. Coutinho te chamou e mandou você ir lá ver?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, ele falou que já havia dois policiais lá que estavam escoltando uma carga que fora abandonada na rua?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem eram os policiais?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Era Assírio Porfírio e o Francisco, Chiquinho, não me recordo o nome.

Quando eu cheguei lá, o rapaz chegou logo, meia hora depois, uma hora e começou a fazer o abalreamento de um caminhão para o outro, e o motorista dessa carga de fermento havia fugido, e o rapaz que foi comigo, o Paulo Roberto, havia sofrido um problema no coração e colocou uma molinha e tinha que tomar um remédio de tantas e tantas horas. E ali em Cobilândia não tem um restaurante, não conheço nenhum restaurante em Cobilândia.

O que aconteceu? Falei com ele "Vamos em São Torquato que é aqui pertinho, vamos lá que tem o restaurante de um amigo meu, você almoça, toma seu remédio, e a gente volta". Aí, falei para o Marcelo "a gente vai almoçar rapidinho e vamos retornar".

O que aconteceu? Quando fomos almoçar que retornamos tinha mais ou menos dez viaturas da Polícia Militar fazendo o maior barulho na rua e prendendo pessoas. Entraram em uma casa – não sei se tinham mandato ou não – prenderam Jair Granchi, e nós não sabíamos que esse elemento morava lá. Prendeu o Jair Granchi e, aí, a Polícia Militar, a partir desse momento...Nós éramos a delegacia... O que eu fiz? Acionei o Delegado dizendo "Doutor, está havendo um fato aqui. A Polícia Militar...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual Delegado?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Entrei em contato com o Dr. Coutinho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ainda com o Dr. Coutinho?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não era o Dr. Coutinho, era o Dr. Heli e não sei por qual motivo não consegui falar com ele e entrei em contato com o Dr. Coutinho que era o chefe da divisão.

A Delegacia de Roubo de Carga era subordinada à Divisão de Patrimônio e falei:

"Dr. Coutinho, está aqui um barulho danado. Fiquei...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não tinha chegado lá ainda ou já tinha chegado e saído para almoçar?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu saí para almoçar e retornei quando o rapaz, o transportador da carga estava fazendo o abalreamento de um caminhão para o outro.

O que aconteceu? O Dr. Coutinho foi lá, mas nós éramos a especializada de onde ia ser levada essa carga para a delegacia, ia fazer o auto de apreensão ao de entrega e ia ser entregue ao rapaz da transportadora que estava no local e ia-se dar prosseguimento nas investigações dessa carga.

O que aconteceu? A Polícia Militar... e, aí, começou-se a criar uma idéia de policiais estariam envolvidos e foi aí que entraram em contato como Dr. Guilherme Rizo, juiz de Vila Velha e não queriam levar essa carga para a especializada que era a nossa delegacia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Polícia Militar?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – A Polícia Militar queria levar para o fórum, queria levar para outro lugar menos para nossa delegacia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por quê?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Porque eles achavam que a gente estava ali dando cobertura a essa carga. Foi aí que se criou essa idéia. O que aconteceu?

O Dr. Guilherme Rizo tentou entregar essa carga no Departamento de Polícia Judiciária de Vila Velha e não conseguiu. Essa carga foi, por volta de onze horas, meia noite...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que ele não conseguiu?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Porque o delegado do DPJ explicou para ele que a especializada era a nossa delegacia, e não tinha porque entregar lá, uma vez que depois ia passar para a gente e nós íamos prosseguir nas investigações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não fez nenhuma comunicação, nada?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Que tipo de comunicação, Doutor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Posterior ao fato ou ele não explicou a razão por não ter recebido a carga?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não posso precisar uma informação com relação a isso a V. Ex.ª. O que posso dizer é que essa carga foi, por volta de onze e trinta, meia-noite, para a nossa delegacia, e os policiais militares estavam aborrecidos, não queriam e se criou, a partir daí, um atrito e a Polícia Militar, através da P-2, P-3, P-4, P-5, não sei qual o "P", começou...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é um serviço reservado?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – É um serviço reservado da Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – P-2?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – É. Que tira da rua aproximadamente mil policiais que deveriam fazer o trabalho ostensivo e ficam entrando em investigações que não dizem respeito a eles e que é da Polícia Judiciária.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Aproveitando a deixa: às vezes para investigar os investigadores que estão envolvidos na investigação do outro lado.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, eles deveriam investigar seus próprios policiais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quer dizer que o senhor quer que mude a lei, então?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, não quero que mude a lei. A Polícia Militar P-2 é para investigar os próprios PMs.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não vamos alimentar o debate. Acho que eles estavam em um serviço apurando um crime.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não é de competência deles, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, se não é de competência, então, o bandido fica solto?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – É de nossa competência. Está na Carta, está na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você estava investigando?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu sou investigador. Estamos investigando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espere um pouquinho. Eu conheço bem e sei quais são as missões de cada polícia, acho que não tem que haver superposição, tudo bem. Mas, se qualquer um do povo pode prender alguém em flagrante, eles estão com uma carga, em tese, roubada, tem que encaminhar o que eles fizeram para a autoridade competente, que era a polícia civil.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Que era nós.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que não quiseram receber.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, nós não quisemos... Nós queríamos receber. Eles não queriam entregar à gente. Eles não queriam entregar à gente. É diferente, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eles não levaram para uma delegacia?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Levaram para uma delegacia... Não é delegacia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o correto... Eu digo o seguinte: a autoridade policial não tem que recusar. Se a missão não é da polícia militar de investigar, se vem para uma autoridade da polícia civil, ela tem que receber e dar o encaminhamento correto, ela, e não dispensar.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Concordo. Exª, veja bem. Se for apreendida uma carga de tóxico...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você, em tese, está achando que eles estavam sob suspeita de seu trabalho?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Exato. Estávamos lá trabalhando. Eles não estavam acreditando na gente. Aí, foi chamada a perícia, no local, foi feito todo um trabalho. Correto. Então, a partir daí que começou esse burburinho de achar que a gente estava ali fazendo esse tipo de coisa. E o que aconteceu? E acredito até que a Polícia Federal poderia ter feito um trabalho melhor aqui no Estado. Não o fez porque foi induzida a erro, pela própria polícia militar e por esse juiz.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você teve a sua prisão decretada, não teve?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Tive.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Junto com (inaudível) Jânio Jacinto Araújo, Jackson Rodrigues Pinto, Ilderado Vanderlei Pereira, David da Silva Carvalho e Leonardo Delgado Botelho. Está certo?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sob qual acusação?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Tinha mais ou menos uns dez artigos no meu mandado de prisão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o principal a que se refere a CPI? Extorsão...

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Tinha art. 121, 157, 288, art. 10. Não tinha um artigo específico; eram vários artigos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade)– Tá. Vamos lá. Você foi para lá, junto com o Paulo Roberto, que tinha a inauguração. Chegou lá já tinha dois...

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Tinha dois policiais lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Chiquinho e...

O SR. ADEMAR VIDIGAL – E Assírio Porfírio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Assírio. Interessante que o Chiquinho, que deve chamar Francisco, não teve a prisão decretada.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Exato.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem esse Porfírio.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Exato. Eles não trabalham em delegacia de roubo a cargas; eles trabalham na divisão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Crime contra o patrimônio?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Crime contra o patrimônio. Eu é que trabalhava na delegacia de roubo a cargas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eles tinham sido mandados por alguém, também?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não sei se eles chegaram mais cedo na delegacia, e já tinha essa informação lá, e eles foram na frente verificar... Porque, na divisão, éramos da delegacia de roubo a cargas, mas todo mundo investigava roubo de cargas, certo? Todo mundo fazia, colaborava um com o trabalho do outro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Dr. Coutinho mandou você e o Paulo Roberto ir lá?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Ir lá verificar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você acha que ele já tinha mandado dois, antes?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, esses dois foram antes... Até antes de ele chegar, e eles comunicaram a ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esses dois foram por conta própria?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – **Porque tinham essa informação, acredito, por conta própria, e chegaram e foram.**

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E onde entra a participação dos outros aqui: Jânio Jacinto Araújo, Jackson, Ilderaldo Vanderlei, David?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Pois é. Veja bem, senhor. Eu era chefe operacional da delegacia, Jânio Jacinto era chefe de gabinete da delegacia. Eram dois chefes e dois policiais que trabalhavam com a gente, subordinados. E esses outros policiais eu nunca trabalhei com eles, nunca fiz nenhum tipo de trabalho com eles. No entanto, fui colocado junto com eles, para o senhor ver o tipo de trabalho que foi feito. Para o senhor ver que... Não sei qual foi o princípio desse trabalho, mas eu só sei que foi muito prejudicial para a minha vida profissional, acabou com a minha vida profissional, acabou com a minha estrutura familiar. Hoje, nós, todo mês, vamos ao médico, ao psiquiatra, certo? É desagradável isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu imagino.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Porque, hoje, o que a Polícia Federal tem contra mim? Por que eu nunca fui chamado na Justiça? Por que nunca fui chamado na Justiça para prestar esclarecimentos já que fui preso?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não sei. O senhor foi chamado aqui.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Pois é. Agradeço ao senhor por estar aqui, por estar me dando a oportunidade de me defender.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Exatamente. E é em público. Fica até melhor para você.

Você já teve acesso à conversa telefônica do Juarez?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dizendo para o Marinho... O Juarez dizendo: "O Marinho já falou com o Vidigal e pediu para ele não mexer mais, que quando ele chegar eles vão acertar".

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, não tive acesso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade)– Quem é o Marinho?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Marinho eu desconheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele não falou com você?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não me recordo de ter falado com esse elemento, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não conhece ele?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, não me recordo. Conheço Juarez Granchi, já intimei ele na delegacia. Eu trabalhava na delegacia de roubo de cargas, perseguia esses elementos e fui preso junto com eles. Acho que eles poderiam, se quisessem até me prejudicar, ter dito coisas e acabado comigo, porque eles não gostavam de mim, não eram meus amigos, não almoçavam na minha casa. Eu não ia na casa deles.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Esses elementos que foram presos: Cleveland, Juarez.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A amizade é uma coisa diferente de negociar o aspecto sobre corrupção. Não precisa existir amizade, pelo contrário. Então, estamos apurando se há envolvimento seu ou não. Não estamos analisando o comportamento familiar ou de amizade do senhor. Não se preocupe em esclarecer se era amigo ou não.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Está ok.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem aí a gravação?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade)– Não sei. Onde está o Dr. Paulo? Tem a degravação de alguma coisa aqui?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aquela que tem Vidigal, mas outra coisa que diz respeito a essa daqui.

Só se estiver mais para trás.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Posso colocar até uma coisa aqui, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode, sim.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Na Polícia Civil, há delegados, cheios de orgulho, arrumam grupos na nossa Polícia e brigam entre si, prejudicando até a instituição. A gente ouve falar. É uma briga da Drª Selma com o Dr. Heli, com o Dr. Ismael. Sou investigador. Faço o meu trabalho. Sou do trabalho de rua. Sou trabalhador. Isso transcende. Eles deveriam resolver uma coisa interna.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tem algum outro inquérito administrativo, algum outro problema, durante esses anos todos que o senhor trabalhou na Polícia?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Já tive.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sobre o quê?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Sobre corrupção.

O SR.RELATOR (Oscar Andrade) – De novo?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não de novo. Sobre corrupção, porque a Polícia Civil tem muita interferência política do Estado. E, na época, desse fato, tinha um delegado, Dr. Barreto, se não me engano, que mandava na Polícia. E aquelas pessoas que não pertenciam ao grupo dele – ele é aposentado hoje –, eles perseguiam e prejudicavam.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O grupo dele fazia o quê?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eles fazem, conduzem a Polícia da maneira que acham conveniente. Quem é amigo, eles fazem de uma maneira; quem não é, é de outra. A nossa instituição é muito fragilizada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele era Secretário?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, ele não era Secretário. Era Superintendente.

Lembro que o Secretário de Segurança da época – não me recordo o nome dele –, ele falou: se falar de envolvimento de policiais, não posso garantir que há envolvimento dos policiais. O que há é uma decretação de prisão preventiva, solicitada pela Polícia Federal e decretada pelo juiz, Dr. Guilherme Rizo. Há que se investigar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Deixe-me fazer uma pergunta: O senhor participava da Escuderia de Detetives chamada **Scuderie Le Coq** – SDLC?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nunca participou?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Nunca participei dessa instituição. Nunca participei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tem conhecimento da sua existência?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Tenho conhecimento dela. Fui convidado a dela participar, muitos

amigos meus participavam, mas eu não nunca participei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor nunca participou?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor tem certeza disso?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Tenho. Inclusive, fui convidado, pedi até cópia da minha ficha funcional para nela entrar, mas não cheguei a entrar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem te convidou?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Quem me convidou foi o Gerson, um amigo policial.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas está registrado na sua ficha funcional que o senhor requereu a cópia da ficha funcional para fins de apresentação junto à **Scuderie Le Coq** , o que foi providenciado.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Isso foi providenciado, mas eu não ingressei nela. O senhor pode ficar à vontade para investigar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só estou colocando isso porque está na sua ficha e o senhor...

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não. Se eu tivesse participado, com certeza, eu falaria para o senhor. Não há problema nenhum. Estou aqui para falar a verdade. Se eu estivesse participado da **Scuderie Le Coq**, eu falaria.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que faria a **Scuderie Le Coq**? Qual era o seu objetivo?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não sei qual o objetivo porque não entrei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas quando o senhor foi convidado, ficou sabendo. Tanto ficou sabendo que quis entrar. Tanto o quis que solicitou a cópia da ficha funcional. Depois, desistiu. Por quê?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Porque fui orientado por uma colega de trabalho que me disse para não entrar na escuderia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, o senhor se informou sobre o assunto. Conte-nos do que o senhor foi informado.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não tenho conhecimento do que a **Scuderie Le Coq** fazia ou deixava de fazer. Um amigo meu falou que era uma associação de amigos, que era bom e que era para eu entrar. Eu concordei. Ele insistiu comigo. Depois, tirei a ficha e levantei documentos, mas essa colega me disse para não entrar na escuderia, e eu não entrei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor foi condenado por extorsão?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não respondi a nenhum processo criminal por extorsão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Respondeu a processo administrativo?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Houve processo administrativo. Se a Polícia Civil tivesse trabalhado corretamente e concluísse que eu era realmente culpado, deveria ter ido, automaticamente, à Corregedoria, aberto inquérito criminal e o encaminhado à Justiça para que eu respondesse criminalmente por corrupção. Eu não respondi a processo criminal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pelo que percebo, tudo é culpa dos outros. Até quando o senhor não é condenado, os outros são culpados.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Isso é negligente. Culpar por quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ou é culpa da briga dos delegados ou é briga da Polícia. Agora, o senhor está declarando que é incompetência da Polícia. O senhor teve uma suspensão de 60 dias, com base no Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu recorri, e a mesma caiu para 30 dias. Está correndo na Justiça criminal um recurso da decisão do Conselho de Polícia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor cumpriu a pena?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Fiquei 60 dias sem trabalhar. Recorri, e a mesma caiu para 30 dias. Se o senhor verificar, isso está registrado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estou verificando. Tenho o dado aqui.

A acusação é ter extorquido o Sr. Atalino Queiroz Santana. O senhor conhece o Sr. Atalino?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor o extorquiu?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não o extorqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que o senhor fez com ele?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Ele prestou declarações na delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o que senhor fez com ele?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem era o Sr. Atalino?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Posso relembrar. Atalino era o porteiro de um edifício na praia da Costa. Quando o dono do prédio saiu, deixou a chave na portaria. O Atalino pegou a chave, foi ao apartamento e furtou vários objetos daquele senhor. Esse senhor foi à delegacia registrar ocorrência e me relatou esse fato. Junto com um colega, fui à residência do Atalino, o pegamos, fizemos um trabalho, recuperamos os objetos do senhor e os entregamos a ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tudo isso foi oficial?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Tudo oficial. E o que aconteceu? Se não me engano, depois que o inquérito já tinha sido encaminhado para a Justiça... Não sei o que aconteceu. Não me recordo. Depois disso, esse senhor informou que ainda faltava uma agenda eletrônica ou algo assim. Disse a ele que o processo já tinha sido encaminhado à Justiça. Estávamos fazendo outras investigações. Ele sentiu que eu não o atendi bem e procurou outro policial. Esse policial pegou o rapaz, tomou as declarações dele e quis armar uma situação comigo, no sentido de me prejudicar. Era um desafeto meu, com quem eu não falava. À época esse policial trabalhava na Divisão de Patrimônio e, eu, na Delegacia de Vila Velha, onde trabalho hoje.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Coincidiu que ele foi reclamar logo com um desafeto?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – E foi lá. O que aconteceu? Ele prestou a declaração e tal, e depois, na Corregedoria, desmentiu tudo o que tinha falado lá. Inclusive o Advogado dele na época, Dr. Mozine, é juiz hoje, trabalha no Município de Anchieta. O Dr. Mozine foi minha testemunha.

Por isso eu entrei na Justiça, porque a Polícia Civil não entrou com processo criminal, porque eu iria arrolar o Dr. Mozine como minha testemunha e anular esse ato administrativo deles.

Mas eu não estou aqui dizendo que sou santo, que sou perfeito. Tenho defeitos, sim. Sou um ser humano cheio de defeitos, tenho mais defeitos que virtudes. Mas sou um homem nascido e criado aqui. Sou um pai de família com dois filhos, um na faculdade e outro na escola. E me lembro bem que moro em São Torquato, no morro, em um lugar pobre e, no dia em que fui preso, os bandidos fizeram dois dias de churrasco. Eles queriam expulsar a minha família do morro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor conhece o Rogério Fernandes Lima?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quando o senhor foi lá para verificar a questão da carga que estava sendo transposto do caminhão que havia sido quebrado quem foi com o senhor?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Paulo Roberto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor e ele?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu e ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quando o senhor chegou lá tinha policial militar lá?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só civil, dois...

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Só dois policiais civis.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E então?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eles me passaram a situação. Eu era chefe operacional da delegacia. Eu comuniquei a autoridade...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que situação eles passaram para você?

O SR. ADEMAR VIDIGA – A desse caminhão, com essa carga de fermento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas disseram o quê do caminhão?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Com a carga de fermento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas eles disseram que estava normal, que estava correto ou não?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Disseram que se tratava de uma carga roubada e que o motorista teria fugido.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foram os dois que prenderam? O Chiquinho e...

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Assírio Porfírio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foram os dois que prenderam?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – A carga?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sim.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Ele é que chegaram antes. Eles chegaram na situação primeiro. Eu fui depois, porque representava a Delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E quando o senhor chegou já havia policial militar?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não. O policial militar chegou quando eu saí com o meu colega que ha-

via sofrido um problema no coração e colocou uma mola no coração.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor já contou isso.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu fui levá-lo para almoçar e tomar um remédio. Eu estou repetindo para V. Exª, porque V. Exª está perguntando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Essa carga estava onde?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Estava na rua, em Cobilândia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que horas eram?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Era pela manhã, umas 9h.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eram 10h?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o senhor conhece o depoimento que...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De Cobilândia o senhor saiu para almoçar onde?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Fui no meu bairro em São Torquato, que é do lado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É perto?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Sim. E em Cobilândia eu desconhecia qualquer restaurante.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o senhor não conhece então o Rogério Fernandes Lima?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É o policial militar que deu o depoimento, que estava lá.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não conheço esse policial militar. Só se for de vista. Não posso garantir para V. Exª que o conheço, eu teria de vê-lo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor não tomou conhecimento do depoimento dele?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não tomei conhecimento do depoimento dele e de mais ninguém.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor estava sendo preso e acusado e não teve sequer essa preocupação?!

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Como assim? O senhor está falando de quando fui preso? Se eu não tomei conhecimento do depoimento dele? Não tomei conhecimento do depoimento dele. O senhor sabe onde eu estava? Na sexta-feira, nós prendemos uma quadrilha na Chapada Grande com várias cargas roubadas. Eu saí da Delegacia às 02h30min. da manhã para dar prosseguimento... Saímos da Delegacia, tomei uma cerveja, relaxei e fui para casa dormir, para prosseguir as investigações na semana que vem, tranqüilo. Fizemos o nosso trabalho e foram autuadas oito pessoas naquele dia, naquela sexta-feira, se não me engano.

O que aconteceu? No domingo, abri o jornal e li, no jornal, que na casa do Cleveland, foram apreendidas mercadorias juntamente como policial aposentado escrivão Jefferson Foratini. A Polícia Militar prendeu e o conduziu à Delegacia.

Na segunda-feira, o Delegado me ligou cedo – o Dr. Coutinho – vem cedo para a Delegacia, porque temos de ir lá e dar prosseguimento, chamar a perícia, fazer os trâmites legais. Fui até a Delegacia cedo, peguei a viatura e fomos até a Ilha do Frade, onde morava o Cleveland. Chegando lá... levei comigo um caminhão e, chegando lá, a perícia foi feita, e começamos a carregar o caminhão com essas mercadorias, a fim de levar até a delegacia. Quando estava carregando o caminhão, o Dr. Coutinho foi até lá e falou que eu deveria acompanhá-lo e que deixaria apenas o policial Jorge, porque a chefe de polícia queria falar comigo. Concordei prontamente e fui até o gabinete da chefe de polícia. Ela falou que estava perplexa com o que estávamos fazendo, pois tinha um mandado de prisão da Polícia Federal contra mim, com os arts. 151 e 157, além de vários outros. Recolheu as nossas armas e prendeu-nos. Fui encaminhado e não pude nem ir para a delegacia onde ficam os policiais, que é a Delegacia de Vila Velha. Fui para a Delegacia da Praia do Canto, com outros bandidos que estavam lá e que não têm nada a ver com policiais, porque não podiam nos colocar juntos, dizendo que éramos uma quadrilha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ademar, a pergunta foi se o senhor teve acesso aos depoimentos.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não tive. Estou falando para V. Exª que estou aqui hoje...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não teve a curiosidade de saber o que falaram a seu respeito?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Pedi ao advogado que consultasse os autos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Já que o senhor não se informou – o que, aliás, duvido muito, pois tenho o direito de duvidar, embora não possa ter certeza da dúvida –, no depoimento do Rogério Fernandes de Lima ele diz que, quando encon-

trado naquele local, estava uma viatura da polícia civil e que, inclusive, o declarante tinha conhecimento, por intermédio dos próprios detidos, que a viatura já tinha estado ali e liberado a carga. Mesmo assim, já havia ocorrido uma revista na residência, ou seja, a polícia civil tinha estado ali e liberado a carga. Relata que, conforme acima declarado, tinha conhecimento de que uma viatura da polícia civil havia estado naquele local e que um policial civil havia liberado a carga, mas devido ao não conhecimento de documento fiscal, achou por bem apreender a devida carga, que naquele quintal foi apreendido um caminhão e aí vai todos os detalhes. Isso é o que o policial diz. Corresponde à verdade?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não. O policial desconhece os trâmites da delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor tinha liberado a carga?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não tinha liberado a carga, não tenho poder para isso. Sou apenas um investigador, que tem poder de liberar carga é a autoridade policial. Pego a carga na rua, levo para a autoridade, que faz o auto de apreensão e o auto de entrega para, aí sim, ser liberada a carga. O corpo dessa carga ia ser levada para a delegacia. Era isso que ia acontecer.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito. O senhor esteve lá por duas vezes? Esteve, saiu, e voltou?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Já expliquei que estive lá para levar o caminhão e fui levar um colega para almoçar. Já falei para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor largou uma carga roubada lá e saiu para almoçar?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não. Coloquem-se na minha situação. Um colega tem um problema no coração e precisava tomar um remédio. Fui almoçar com ele. Quem estava lá era o transportador da carga, era a pessoa...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas havia dois policias lá também.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, esses policiais já haviam saído.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Chiquinho e o Porfírio?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Já haviam ido embora. Quem estava lá era o rapaz que fazia o transporte da carga. Estava passando para o outro caminhão que demora, é caixa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como era o nome do rapaz que estava fazendo o transporte?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Marcelo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o dono da casa?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Jair Granchi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor o conhece?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Já prendi esse elemento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É bandido?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – É bandido.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É curioso. O senhor está na frente da casa de uma pessoa que o senhor sabe que é bandido, que está descarregando uma carga, e o senhor libera a carga.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – O bandido não estava descarregando a carga junto. Não sabia quem morava nessa casa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Marcelo foi o senhor quem mandou ir até lá.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – O Marcelo fui eu que chamei para que levasse o outro caminhão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Marcelo é transportador, seu amigo?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – É transportador, mas não é meu amigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vamos ouvir o que disse o Jair Granchi. Disse que o veículo quebrou quando procurou o declarante e providenciaram a transferência da carga para uma carreta. Foi quando fazia a transferência da carga, em frente à residência do declarante, quando chegou um policial civil, tendo o declarante explicado do que se tratava. Logo em seguida, também ali chegou o Policial Civil Vidigal e outro. É V. Sª?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Vidigal sou eu.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª chegou com outro?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Cheguei com outro, com o Paulo Roberto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Disseram que haviam recebido um telefonema informando que estava ocorrendo uma transferência de carga. Após o referido policial constatar que se tratava de mercadoria legal, pediu que, após transportar a carga, deveriam dirigir-se até a Delegacia de Polícia para as formalidades de praxe. O Policial foi embora e,

quando voltou novamente, já estavam vários Policiais Militares, e a Polícia Civil tentou explicar do que se tratava, inclusive dizendo que a mercadoria era legal e estava sendo conduzida por nossos fiscais. Mesmo assim, os Policiais Militares disseram que levariam a mercadoria até o batalhão.

Até eu desconfiava da minha mãe numa hora dessa. Quem está fazendo essa afirmação é a pessoa que está sendo conduzida e presa.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – A Polícia Militar não tem conhecimento desse trabalho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas a carga era roubada.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não estou negando que a carga era roubada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas ele está dizendo que V. Sª disse que a carga não era roubada, que era legal.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele mente também?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu sou claro. Levei o dono da carga lá na hora. Estou falando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O dono?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não o dono, o transportador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço que V. Sª leia o depoimento.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Estou vendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Leia o depoimento e veja. É preciso saber se ele foi condenado. Como não saberá o depoimento e a acusação contra ele?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª tem conhecimento desse depoimento?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não. Não tenho conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou lê-lo para V. Sª e peço que me acompanhe: "O veículo quebrou, foi quando procurou o declarante e providenciaram a transferência de carga para uma carreta; foi quando faziam a transferência da carga, em frente à residência do declarante, quando chegou um PC, tendo o declarante explicado o que se tratava e, logo em seguida também, chegaram o Policial Civil Vidigal e outro, que disseram que haviam recebido um telefonema de que estava ocorrendo uma transferência de carga. Após o referido policial constatar que se tratava de mercadoria legal, pediu para que, após transpor ou transportar a carga, deveriam (*sic*) vir até a Delegacia de Polícia para as formalidades de praxe."

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Peço-lhe um minuto. "Deveriam vir até a Delegacia de Polícia" – é o que estou expondo a V. Exª – a fim de proceder ao auto de apreensão e ao auto de entrega.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. Então, vamos continuar: "Que a polícia foi embora."

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Se fosse uma mercadoria legal, não iria para a Delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas, assim, V. Sª não iria embora e teria que prender todos.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu não iria para a Delegacia. Se fosse mercadoria legal, eu iria embora, iria viajar. Só foi para a Delegacia porque era uma mercadoria roubada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não foi para a Delegacia. Vamos continuar: "que a polícia foi embora e, quando esta voltou novamente, já estavam vários Policiais Militares". V. Sª foi ao local e liberou a carga, dizendo para, depois, passarem na Delegacia. V. Sª não levou a carga nem o suspeito para a Delegacia, inclusive afirmando que a mercadoria era legal e estava sendo conduzida por notas fiscais. Mesmo assim, os Policiais Militares disseram que levariam a mercadoria até o 14º Batalhão.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Excelência, fui preso durante 10 dias, tendo sido humilhado. A Polícia Federal me prendeu por causa disso? O Juiz tomou uma atitude irresponsável, decretando uma prisão preventiva e prendendo-me por 10 dias por esse motivo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª chega a um lugar em que há carga roubada, vai e volta, está presente a Polícia Militar, V. Sª discute que a carga é legal e ainda alega, agora, que o Juiz é irresponsável?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não discuti que a carga era legal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas há duas pessoas dizendo o mesmo: um Policial Militar e um bandido.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Se essa carga fosse legal, ela não iria para a Delegacia. Ela seguiria o destino dela. A carga era roubada e estava ali com o transportador, que era (ininteligível) dois caminhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas não foi o que V. Sª disse.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não está sendo falado nada do que eu disse. Trata-se de uma pessoa que está declarando.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – São duas pessoas que estão declarando.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Sou eu que estou declarando? É a minha declaração e a minha assinatura que estão aí?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. São duas pessoas declarando. V. Sª sabe o que significa testemunha?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Calma, não vamos debater.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – São duas pessoas que prestaram depoimentos. Uma delas é Policial Militar e a outra V. Sª afirmou – é sua responsabilidade – que se tratava de um bandido. Eu não conheço nenhum dos dois, e cada um deles alegou o mesmo sobre o seu procedimento. Eles estão errados, o Juiz está errado, a Polícia briga com a Polícia, ninguém se entende, o mundo está errado, a Polícia é incompetente já que sequer sabe como fazer os inquéritos contra V. Sª. Tudo está errado. Apenas V. Sª está certo.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não estou dizendo que estou certo nem afirmando que sou santo. Fui muito claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Devo dizer, como o Colega me lembrou, o caso do leão: tem pata de leão, dente de leão, juba de leão e bafo de leão. O que V. Sª pensa que é?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Um gato.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, parece um gato, um gatão mesmo.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu acho o seguinte: a Polícia Militar foi no local. Criou-se isso aí. Não havia comando lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor lembra quem era o policial que estava no controle?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não. Havia policiais. Liguei imediatamente, mas não me lembro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Algum dos policiais militares que estavam lá... Havia uns 10, 12, 15?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Havia dez viaturas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, havia, no mínimo, 20 policiais.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu conhecia muitos deles.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Havia algum desafeto seu?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não. Nenhum era desafeto meu. Que eu me recorde, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, por que eles fizeram isso com você?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eles não fizeram comigo. Quando acabamos de almoçar e chegamos lá, eles acionaram o oficial e estavam aguardando o oficial chegar. Eu, imediatamente, liguei para o delegado. Falei: "Doutor, está acontecendo esta situação aqui. Eu gostaria que o senhor viesse aqui. Está chegando um oficial da Polícia Militar. Já acionaram o Juiz, Dr. Guilherme Rizo".

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ligou e falou que melou?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, não falei que melou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Doutor, por favor, o senhor não está autorizado a questionar.

O SR. – (Fora do microfone.)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está sendo ouvido agora. Se o senhor quiser se dirigir à Presidência dos trabalhos, autorizaremos o senhor a fazê-lo. Peço-lhe que se aproxime. O senhor não pode interferir, não. O senhor não pode interferir. O senhor pode vir aqui, por favor, e conversar com o Presidente.

(Conversa fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Eu não o conheço, mas se alguém o conhece, é o Dr. Lídio Campanholli Júnior. Alguém o conhece? Com certeza. Está ótimo. Não há problema, doutor. Só para nos certificarmos disso.

(Conversa fora do microfone.)

O SR. ADVOGADO (Lídio Campanholli Júnior) – Excelência, este rapaz foi preso. Houve inquérito, houve prisões posteriores. E até hoje ele não foi ouvido por ninguém. Não consta, nos autos, a história dele. Ele hoje está passando a história dele. (Inaudível.) até respeito com relação ao que (inaudível). Ele não está dizendo que pegou a carga. Ele está dizendo que deu ordens para que a carga, após o translado de um caminhão para outro, fosse para a delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas isso é ele que responde.

O SR. ADVOGADO (Lídio Campanholli Júnior) – Há o depoimento de um bandido e de um policial, que se respeita. Mas ele não teve a condição de mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas esta é a oportunidade, doutor. Recebemos sua manifestação e sua preocupação legítimas como advogado. Como advogado que sou, entendo que sua preocupação é mais do que justa, mas temos um trabalho a fazer e um questionamento a ser feito. Esta é a oportunidade que ele tem de contar a história dele. Esta reunião está sendo gravada e será degravada. E, possivelmente, por solicitação sua, do próprio juiz ou da parte interessada, pode integrar os autos do processo depois.

O SR. ADVOGADO (Lídio Campanholli Júnior) – Estou dizendo que está sendo dada fé a um depoimento (inaudível).

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De policial militar também.

O SR. ADVOGADO (Lídio Campanholli Júnior) – Mas houve um atrito. Isso tem de ser considerado. É só isso o que peço.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito. Faremos nosso trabalho, os questionamentos...

O SR. ADVOGADO (Lídio Campanholli Júnior) – O trabalho é admirável.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Muito obrigado. É nosso dever fazermos questionamento, e é dever do depoente prestar os esclarecimentos que ele entender necessários e dar a posição dele. Mas é nosso dever também, com base nos depoimentos de testemunhas que temos – não foi uma, foram duas, embora saibamos o que pode significar a testemunha... São duas testemunhas do mesmo fato, no mesmo momento e com qualificações diferentes que estão falando. E nós estamos falando dessas testemunhas exatamente para fazer a inquirição.

O SR. ADVOGADO (Lídio Campanholli Júnior) – Mas o que estou querendo dizer é que ouviram todas essas pessoas, e ele não foi ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Isso é do processo, mas hoje não estamos ouvindo as testemunhas, e estamos ouvindo ele. Então, ele está tendo a oportunidade única, e nós vamos dar prosseguimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Jair estava presente lá?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não me lembro. Na hora em que eu cheguei, depois do almoço ele já estava algemado na grade da casa...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pela polícia militar?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Pela polícia militar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas quando o senhor chegou a primeira vez o senhor não lembra?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu não estava procurando casa de Jair Granchi, eu não conhecia, eu não sabia que ele morava lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas eu não falei da casa, não. Eu falei se ele estava presente.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Mas eu estou colocando para V. Exª que eu não cheguei lá procurando casa. Eu fui lá por uma carga roubada que estava na rua. E fui lá por um caminhão para pegar e levar para a delegacia e tomar as providências legais. Eu não fui lá procurar bandido. Eu não fui lá procurar... Eu fui lá atrás de uma carga, e já tinha policiais lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ademar...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor chegou lá, o senhor não viu ele.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não viu ele?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E não sabe se ele estava lá?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não posso precisar para o senhor. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só depois é que o senhor viu ele preso?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Isso. Cheguei, ele já estava preso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Se ele estivesse lá, o senhor o veria?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Talvez. Essa situação foi uma situação muito confusa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A primeira vez que o senhor foi lá o senhor ficou quanto tempo perto do caminhão?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu devo ter chegado lá entre nove e meia, dez horas, e saí tipo onze horas com os policiais.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, o senhor ficou no mínimo uma hora e meia.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Isso foi o tempo do rapaz chegar com o caminhão para a gente sair.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Chegar o Marcelo?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – É, o Marcelo chegar com o caminhão e nós saímos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O senhor ficou lá dando proteção para alguma coisa? Qual é o cuidado que o senhor estava tendo? Por que o senhor ficou lá? Se o senhor olhou que tudo era legal, tudo estava certinho, ficou lá fazendo o quê?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, verificou-se que a carga era roubada, e aí o rapaz que fazia o transporte da carga foi lá e levou outro caminhão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Marcelo.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – O Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas se era carga roubada, por que o senhor ficou lá uma hora e meia?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Bom, eu tinha que ficar lá com o rapaz. Eu só saí para esse rapaz...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, o senhor tinha que prender ele.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – O dono da carga? O rapaz que estava transportando a carga?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Prende quem está com a carga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem era o dono da carga?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não tinha ninguém com a carga. A carga estava em cima de um caminhão que foi abandonado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E quem é que estava transportando a carga?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estava abandonado?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Estava na rua, estava na rua essa carga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Parado o caminhão?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Parado o caminhão, o caminhão fechado...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E como é que alguém chegou para transpor a carga?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você disse que o motorista tinha fugido.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – A cabine do caminhão fica fechada, mas o caminhão é lonado, é só abrir a lona e passar de um caminhão para outro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E por que o senhor foi lá?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Porque eu recebi a determinação do meu delegado para ir lá para fazer esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E por que o delegado lhe deu essa determinação?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Porque eu era o chefe da delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Eu sei que o senhor era o chefe, mas como é que chegaram a essa conclusão?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Porque os outros policiais que já estavam lá ligaram para o delegado e pediram a ele que encaminhasse alguém da delegacia de carga.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Para quê? Que estava acontecendo o quê?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Que tinha um caminhão lá na rua.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sim, mas caminhão na rua tem em tudo que é lugar. Agora, tem um caminhão na rua, chame a polícia.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eles devem ter recebido uma denúncia anônima que essa carga era roubada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Que a carga era roubada?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, é bem como ele diz aqui. Cada vez me convenço mais que estavam transpondo a carga, o senhor estava lá dando apoio logístico, estavam transpondo a carga de um caminhão para outro, está na cara.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Está dizendo isso aí, que eu estava dando apoio logístico?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O caminhão foi levado para a delegacia de noite?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Com certeza. Foi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual dos caminhões?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Foram levados, eu acho, os dois caminhões. Chegou lá às onze e meia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi chamado mecânico para consertar o caminhão?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, o outro caminhão grande, que o senhor está falando? O que estava com a carga quando nós chegamos? Não, esse não. Foi levado... Eu acho que foi chamado o chaveiro, sim. Foi chamado o chaveiro para levar esse caminhão. Depois de ter feito o transbordo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Chaveiro?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Para abrir o caminhão, a boléia, né?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não foi... Você não levou... não pediu ao Marcelo para levar um

outro caminhão porque o caminhão estava quebrado?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Não, não é que estava quebrado o caminhão. Ele estava sem o motorista. O motorista tinha fugido.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O caminhão estava quebrado no início do seu depoimento, está aí, nós temos tudo gravado.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Do meu depoimento? Que é isso?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É, você falou a informação de que o caminhão estava quebrado, você já passou e chamou o Marcelo, lembra?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Então o senhor coloca para mim ouvir, porque eu não me lembro de ter falado isso, não. Eu falei que o caminhão estava...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso aí então está bom. É praxe então. Peraí. Tem uma denúncia de uma carga roubada. Eu estou indo lá. Aí eu já chamo logo um transportador? É assim que funciona? Você prende caminhão, motorista, dono, tudo o que está perto?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Peraí, deixa eu colocar. Posso falar?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode colocar, é isso que eu quero que você coloque.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu tinha conhecimento de quem fazia o transporte de fermento era só esse rapaz, essa empresa desse rapaz. O que é que eu fiz? Eu já entrei em contato com ele, falei: Marcelo, tem uma carga de vocês em Cobilândia, nós estamos indo para lá, você faz um favor, arruma um caminhão aí para fazer o transbordo, que parece que o motorista desse caminhão fugiu, segundo informação. Estou chegando ao local e, quando chegar, te dou as coordenadas de onde é direitinho.

Foi isso que falei. Não estou me enrolando não, Excelência.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quer dizer que pelo telefone você já sabia que o motorista tinha sumido?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Os policiais que estavam lá passaram essas informações para o delegado, e o delegado passou para mim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você pediu um caminhão para apoiar?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Isso.

(O Senador Romeu Tuma assume a presidência)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a certeza era que a carga era roubada então?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você já sabia até de quem era a carga?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Acredito até que já teria a ocorrência dessa carga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Marcelo foi?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Heim?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Marcelo foi?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Foi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele pessoalmente?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Ele pessoalmente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com o caminhão dele?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Com o caminhão dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a carga era dele?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – A carga não era dele, ele transportava essa carga, fazia esse serviço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a carga era dele? Por que quando estou transportando a carga é minha.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – O transporte era dele, Excelência.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tinha sido roubado dele?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Tinha sido roubado dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele foi lá e identificou?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Ele foi lá e identificou. Era o fermento, ele foi lá e identificou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na hora em que a Polícia Militar chegou ele estava lá?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – A Polícia Militar levou ele como se fosse preso. A Polícia Militar fez um barulho danado e depois ficou tudo esclarecido na delegacia, que ele era vítima.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Levou ele preso?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Levou ele preso também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que o Granchi fazia lá?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele foi preso por que estava roubando a carga dele mesmo?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Exatamente. Para o senhor ver o tumulto que a Polícia Militar fez.

(Conversas fora do microfone)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quero apenas dizer que a sua estória é a tradicional de todo o roubo de carga. É exatamente isso: o policial vai lá, está dando proteção, mas daqui há pouco está ali para prender. Então, não se sabe se é bandido ou se é polícia. Conforme convém é polícia, conforme convém é bandido. Estamos ficando carecas de ouvir essas estórias. É a mesma estória, no mesmo lugar, nas mesmas situações, sempre do mesmo jeito.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – O policial não liga para o transportador e não leva o transportador no local.

Eu levei o transportador no local, eu levei o transportador no local.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A sua estória é clássica.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele também foi indiciado?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Foi indiciado porque verificou-se que ele era e estava transportando a carga.

A confusão estava sendo feita pela Polícia Militar. Aonde é que o senhor está querendo chegar? Pôxa, eu estou respondendo com a maior boa vontade aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos pedir à Polícia Federal que, se possível, ouça os responsáveis da Polícia Militar que fizeram a apreensão para que possamos realmente identificar o policial militar que chefiava a diligência para ser ouvido.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Inclusive o dono, o rapaz, o Marcelo e o rapaz que transportava a carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto se há mais alguma pergunta ao depoente?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu pediria que fosse mantido aqui, Sr. Presidente, e, se necessário for até a gente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo.

Faço somente uma pergunta sobre o caso da extorsão. Houve um só processo administrativo?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Só o processo administrativo. Não houve inquérito policial, e eu queria que houvesse o inquérito policial justamente para eu ter a minha defesa na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estranho porque extorsão é um crime grave.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Para o senhor ver.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu acho que a polícia deveria ter tomado uma providência mais drástica no caso.

Em todo o caso, peço que o senhor permaneça para se houver alguma dúvida?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Estou a disposição de V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou suspender por mais ou menos uma hora e, em seguida, voltaremos aos outros depoentes para completarmos a audiência.

Está suspensa a reunião. Reabriremos às 15:00 horas.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Boa tarde, senhores! Dou por reiniciada a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o Roubo de Cargas e outros fins.

Já está à Mesa o Sr. Aristone Pimentel.

Por recomendação da juíza competente, estando sob proteção de vida pelas autoridades designadas, a juíza pede que ele não seja identificado fisicamente e que haja prioridade e rapidez no seu depoimento para que, logo depois de terminado, ele seja dispensado para ser reconduzido ao seu destino.

Então, no termo de compromisso que assinará não constará nem o seu endereço nem um dado que possa identificá-lo.

Eu pediria que ele tomasse conhecimento e assinasse.

Por favor, veja os dados que estão aí, o restante o senhor não preenche.

O senhor assinou o compromisso de dizer só a verdade, perante esta Comissão, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal. O senhor leu. Confirma com a sua assinatura e concorda em colaborar com a CPMI?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço.

Vamos, então, dar início ao seu depoimento. Passo a palavra ao Relator, Deputado Oscar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aristone, qual era a sua profissão, a sua atividade?

O SR. ARISTONE PIMENTEL– A minha profissão era de padeiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor confirma os depoimentos prestados ao Ministério Público, em São José do Calçado, em 19 de junho de 2002, e o da Polícia Federal, em 11 de julho de 2002?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Confirmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na íntegra?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Confirmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor pode-nos dizer novamente o nome de policiais civis ou militares ligados ao roubo de carga, ou que dão proteção à quadrilha do roubo de cargas?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Posso, sim, senhor. Inclusive vou até falar mais um pouquinho, porque não me senti seguro naquele dia e vou esclarecer melhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está tranqüilo?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Está um pouco quente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria água para o depoente. Aqui há um pouco de ar condicionado. Só não pedirei que o senhor tire a máscara, porque a juíza pediu que não o fizesse, para que tenha proteção completa.

Está sob proteção da Polícia Federal e terá todos os meios de tranqüilidade. Ou seja, pode ficar bem tranqüilo e à vontade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode relatar os fatos para nós.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Posso falar?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode falar. Se, durante sua fala, precisar intervir e perguntar alguma coisa, vamos batendo um papo.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Entrei para essa organização, já há muito tempo, desde novo. Mas quando assumi mesmo o comando foi em 1995 para 1996.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como é denominada a organização?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – A organização mexe com roubo de carga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ela é uma quadrilha?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É grande. Conheço muitos integrantes, não ela toda. Uma parte dela onde era a minha jurisdição.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem era o comandante dela?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O comandante da jurisdição daqui do Espírito Santo era o filho do Prefeito à época, José Vieira de Rezende, de São José do Calçado, chamado Fernando Vieira Rezende.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era Prefeito?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Era. Hoje, ele é Vice-Prefeito da cidade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De Vitória?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não, de São José do Calçado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode ir falando.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Aí, entrei, comecei a trabalhar com ele. E, cada destino de carga, por exemplo, combustível, remédio, carga de remédio, carga de combustível, carga de cigarro, óleo de soja, em determinado local, era distribuído no Estado aqui todo do Espírito Santo, também no Estado de Minas e Rio de Janeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem distribuía?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – No Estado de Minas quem é o cabeça...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem é que fazia a distribuição?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Quem fazia a distribuição era eu mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a pedido de quem?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – A pedido de Fernando Vieira Rezende.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a carga? Vocês planejavam o roubo da carga?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não, eu não roubava carga. A carga vinha de Campos, a mando de Lourinho, que é outro cabeça da organização.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era roubada fora, então?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É, tanto aqui... Por exemplo, a carga que era roubada aqui, se tivesse destino rápido, era entregue aqui mesmo. Mas, se não tivesse, ela ia para o Estado de Minas, para a cidade de Ipatinga, e lá eles davam destino a ela.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Certo. E as cargas de fora?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Vinham para cá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vinham para cá?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Como cigarro, óleo de soja, combustível. E em cada cidade a organização tem todo o apoio da polícia militar, do prefeito da cidade e também da polícia civil, entendeu? Nas barreiras que ligam o Estado do Espírito Santo com o Estado do Rio de Janeiro, era a fiscalização, a polícia rodoviária e alguns policiais federais que aqui trabalhavam, certo?

E, por exemplo, quando a carga vinha de lá, quando era uma carga pequena, eu a atravessava pela estrada de chão. Quando era uma carga maior, grande, aí já comunicava mesmo à polícia rodoviária, ao posto fiscal, e passava tranqüilamente. E essa carga ia mesmo para o sítio do José Vieira de Rezende, ia para dentro de Cachoeiro, vários locais ali dentro de Cachoeiro também, que a polícia dava o maior apoio ali, entendeu? E toda cidade aqui do Estado do Espírito Santo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você era um dos membros dessa quadrilha. Quantas pessoas compunham essa quadrilha?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eu não tenho a quantidade certa, não, mas tem no mínimo... Assim, são mais de mil pessoas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mais...?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Mais de mil pessoas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mil pessoas?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É muito grande essa organização, ela liga o país da Bolívia, Colômbia e Paraguai, entendeu? E a maioria dos Estados brasileiros.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E qual a relação que tinha com esses países? Carga também ou caminhão?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Com carga... Lembro uma vez, que... carga de arma. Eu não... Foi feita em Presidente Kennedy e também em Marataízes. Na época foi feita essa carga, foi paga pela mão de Cacaio, que mora em Presidente Kennedy, e um que faleceu, chamado Pintinho. Ele já faleceu. E as pessoas que já trabalhavam para ele, que nem todas... Só conheço mesmo a pessoa que pagava, e eu levava o dinheiro a essa pessoa, chamada Fernando. Inclusive, o nosso Governador do Estado do Espírito Santo estava presente quando eu fiz um pagamento de R$3 milhões, num almoço, lá na casa do prefeito. Entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aqui em Vitória?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Lá em São José do Calçado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Lá em São José do Calçado.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – E várias vezes eu fui pego pela Polícia Federal...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o governador?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O governador atual.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como é o nome dele?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – José Inácio. E também José Carlos Gratz. São essas pessoas. Posso falar o nome de todo mundo aqui?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pode.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O José Carlos Gratz, Fátima Couzi...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que tem o Gratz?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ele também faz parte dessa organização, entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual era a atuação dele?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ele é um dos integrantes cabeça da organização. Ele é um integrante cabeça da organização. A gente o vê pouco. Eu o vi duas vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Você se encontrou com ele alguma vez, em algum lugar?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Duas vezes.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Na casa do José Vieira de Rezende.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Uma vez?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Do prefeito de São José do Calçado?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – De São José do Calçado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – As duas vezes você encontrou com ele lá?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Lá. Com ele lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conversou com ele, ou não?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não, só fiz o pagamento do dinheiro e saí...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na frente dele?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Na frente dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nesse dia que você levou os R$3 milhões?

O SR. – Não, esse dia foi feito lá com o governador, que estava presente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O governador estava presente?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ele estava presente na mesa...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E viu você pagando?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ele me viu entregando a mala ao rapaz, ele estava na mesa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você entregou a mala a quem, ao José Vieira?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ao Fernando Vieira Rezende, o filho...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Fernando, que é o filho, não é?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O filho dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que época foi isso?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso... Na época que eu fiz essa entrega ele não era governador ainda, entendeu? Ele não era o governador.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em que ano foi?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então foi antes de 1999?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Foi antes da eleição. Ele está agora. Foi antes da eleição que ele está agora...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, a eleição foi em 1998, isso aconteceu de 1998 para trás?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É, foi 1998 para trás. As vezes que ele estava presente, que a gente trabalhava muito, ele dava o maior apoio à gente aqui...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esse dinheiro que você foi levar, quem te deu o dinheiro?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Quem me pagou esse dinheiro chama-se... São grupos de pessoas que compram carga. Esse grupo de pessoas é do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Eles dividem a...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você recebeu picado esse dinheiro?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eu recebi assim, 600 mil de um, 400 mil de outro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas quem é um, quem é outro?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Um chama-se Márcio, inclusive a esposa dele trabalha na **TV Gazeta**, de... Hoje é a **TV Cachoeiro**, do Espírito Santo. E o Adriano, também lá de Cachoeiro de Itapemirim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E...

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O outro chama-se Tenório, mora em Uru, aqui no Estado do Espírito Santo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como chama a esposa do Márcio, você sabe?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não sei o nome dela, não. Eu esqueci o nome dela, não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você também só sabe o primeiro nome do Márcio?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É, só o primeiro nome.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O outro foi quem?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O outro foi Tenório, ele mora em Apiacá. Carlos Elpide, um dono do Supermercado em São José do Calçado, o Supermercado Povo. E o Cacaio, daqui de Presidente Kennedy, que na época também trabalhava junto conosco...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cacai?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Cacaio. É o nome que a gente se identificava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quer dizer que com esses quatro você juntou os R$3 milhões, é isso?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É isso aí. E na cidade de Itaperuna tem o chamado Cirin, que é dono da Superlar, que era no centro, que também comprava a nossa carga e pagava em dinheiro e cheque, entendeu?

Na época, quem comandava lá era o Deputado Federal José Egydio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Comandava a...

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Que é o cabeça dali, do pólo de Itaperuna.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Lá de Itaperuna?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – José Egydio?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E você conhece o Marcelino, do supermercado?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que ano foi esse... Esse José Egydio não é mais deputado?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não, ele não é mais deputado, mas até hoje ele comanda... Na época, ele era deputado, mas até hoje ele é dessa organização. Isso eu posso afirmar para vocês.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Marcelino?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Conheço, ele é de Apiacá, ele é dono do Supermercado Marcelino, também compra carga nossa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Compra carga roubada?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Compra carga roubada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tem algum fato específico com que você pode provar isso?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Se você tiver o telefone, eu ligo para ele e marco uma carga para ele agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas você chegou, você mesmo, a vender alguma carga para ele de que você possa lembrar agora, que você possa relatar?

O SR.ARISTONE PIMENTEL – Se eu lembro a data?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A data, sim, os fatos.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Olha, data... Eu vendia várias cargas quase todo dia, eu trazia de lá para cá pela estrada de chão e já tinha meu destino para entregar. É igual dentro de...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas para o Marcelino?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Se lembro data?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Data não lembro, não, mas...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Você entregou várias cargas para ele?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Já, várias cargas para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É grande o mercado dele?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ele tem dois mercados dentro de Apiacá. Tanto ele, como também em Mimoso do Sul, Supermercado... Deixe ver se eu lembro o nome aqui... Não sei se é Poubel... Não, espere aí. Supermercado Lopes. Tem o Fluminense, em Itaperuna, tem a Superlar, que é em Bom Jesus do Itabapoana.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Todos compravam?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Todos esses...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto eles pagavam?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso varia de carga, varia de preço de carga. Por exemplo, carga de gasolina eu entregava em Presidente Kennedy, entregava aqui em Itabapoana para o filho do ex-prefeito também de São José do Calçado, o falecido Alair Borges Pimentel, e também em... Acho que é Santa Maria, não... Santa Maria de Campos, uma cidadezinha que tem antes de Campos, daqui para lá. Tem outro posto ali também que ele pegava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você se lembra mais ou menos do percentual que pagava?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ah, rapaz! Vou lembrar aqui, peraí um pouquinho, por exemplo,...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você entregava ou recebia?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Entregava e recebia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por exemplo, uma carga de R$ 300mil de supermercado?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É... lata de óleo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por exemplo.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Lata de óleo, por exemplo, o caminhão de lata de óleo fechado ele está em R$250 mil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o preço seria uns quinhentos?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O preço seria uns quinhentos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Paga a metade, não é isso?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ele paga a metade do preço, entendeu? Varia de preço. Isso é negociação

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês entregavam direto ao supermercado ou tinha intermediário?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Direto. Direto ao supermercado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você identificou quais os supermercados?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Alguns estão anotados aqui, mas há muito mais. Você já tem tudo dito no seu depoimento?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eu tenho muita coisa dita num depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há dois depoimentos. Um do Ministério Público e outro para a Polícia Federal, não é?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Inclusive esse primeiro depoimento que dei, fiz a denúncia aqui no Estado do Espírito Santo para a Juíza de São José do Calçado, e o promotor não estava, ele estava de férias, e tinha um outro promotor que estava assumindo o cargo dele lá, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava respondendo por algum tempo.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso. Aí eu fiz a denúncia a eles. Falei tudo para eles. E o quê que eles fizeram? Pedi proteção a eles, porque estava sendo ameaçado de morte dentro da minha casa, entendeu? E o quê que eles fizeram? Eles pegaram a denúncia e mandaram para o Estado do Rio de Janeiro, quer dizer, fiz a denúncia aqui no Estado do Espírito Santo e mandaram para o Estado do Rio de Janeiro, e a minha vida virou um inferno, entendeu? Eu tive que fazer pressão em cima desse novo promotor agora, que eu tava dentro do jornal **A Tribuna,** de Cachoeiro de Itapemirim, e todo o jornal que tão aqui, eles receberam a minha denúncia e ninguém foram me socorrer. Todos eles saiu fora, ninguém quis apanhar esse caso ali, porque eu tava fazendo pressão para seguro de vida. Aí, o promotor viu, eu tava dentro do jornal **A Tribuna** de Cachoeiro de Itapemirim, aí foi aonde ele me colocou sob a proteção dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas hoje está tranqüilo? Está se sentindo seguro, a família, tudo tranqüilo?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Hoje, graças a Deus, tá tudo tranqüilo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Queira voltar um pouco aqui, Aristone, na organização em si. Depois vamos entrar em outros detalhes. Você disse que o Fernando Vieira Resende era o chefe, tá?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ele era o chefe do pólo aqui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele era receptador intermediário de carga e vendia as carga roubadas ou ele operava também no roubo? Ele tinha a equipe que roubava?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não, a equipe que rouba é a equipe do Lourinho, do Lenos, que mora no Rio de Janeiro; a equipe do Magela, que mora em Ipatinga, Minas Gerais, entendeu? Essas eram as equipes que traziam a carga pra ele. Ele apenas tinha o freguês pra...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aristone, você seria capaz de ajudar a fazer um organograma, mostrando quem era o chefe, para a gente fazer um bolotário aqui sobre a estrutura da quadrilha?

SR. ARISTONE PIMENTEL – Não entendi direito a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem era o principal elemento?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Daqui do Espírito Santo, chamava Fernando Vieira Resende, Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem se subordinava a ele?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Quem mandava a carga para ele: Magela, de Ipatinga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Magela, Ipatinga?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ipatinga, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem mais?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – E Lourinho, do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lourinho, Rio de Janeiro. Aqui para baixo, você sabe?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Em cima do Lourinho, ele tinha um chefe que chamava Lenos, chama-se Lemos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Que chama-se Lemos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lemos? Chefe do Lourinho, não é?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso, o Lourinho mandava pra cá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse não tinha? Esse era direto? O Magela?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Direto, direto com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para baixo quem que tinha?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não, era esses daqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E quem roubava? Porque aqui eles faziam a entrega.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Era esses daqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles mesmos já faziam a quadrilha que roubava?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Receptador.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Esse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele revendia para alguém ou ele fazia venda a varejo, tinha supermercado, tinha...

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Tinha o pessoal também que vendia pra ele, como os vendedores, né? O vendedor, mas tenho outra pessoa aqui que eu ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais para cima tem? E você não conhece?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que era chefe.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O que era chefe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos botar aqui uma interrogação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso aqui é um braço da quadrilha, né?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E do Espírito Santo esse?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Esse aí é o que age aqui no Espírito Santo. De Ipatinga aí era o que mandava para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é. Você está informando aqui três que roubavam: o Magela, o Lemos e o Loirinho, os três que alimentavam aqui o Fernando.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É isso aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não é isso? E o Fernando vendia para muitos?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Muitos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tá. Vamos falar, então, do nome das pessoas que compravam. Pode falar: supermercado, posto de gasolina, tudo que você for lembrar.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Posto de gasolina, eu entregava aqui, em Presidente Kennedy, entregava...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas tinha o posto? O posto se chama Presidente Kennedy ou é a cidade?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O posto é texaco, o nome eu não sei não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um posto texaco, na cidade de Presidente Kennedy.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É o único que tem na cidade de Presidente Kennedy.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Texaco. O combustível era o roubado? Não tinha mistura, nada?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Direto?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Direto para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês faziam transporte de um tanque para o outro ou roubava já com o caminhão para fazer entrega?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não, o caminhão vinha completo. Eu pegava com tudo. Eu não roubava não, eu trazia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, eu estou perguntando. Você fazia transporte só?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E recebia?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, quer dizer que a carga já era carregada para roubar então? Chegava a ser roubada então?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, alguém dava informação de que estava saindo o caminhão ou...

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso, nós ligávamos para a casa dele, ligava para a casa do Fernando, o Fernando já mandava encontrar com a carga para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era só entregar a carga. Só te entregava. Você não sabe como ela chegou às mãos de quem te entregava?

O SR. – ARISTONE PIMENTEL Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – (Ininteligível) é a simulação do roubo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É, pode ser simulação também.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Faz de conta que rouba e, na verdade...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O motorista é envolvido também. Tá. Você falou um posto, que é o Texaco, de Presidente Kennedy. Quem mais?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso. É um posto Tear, em Itabapoana.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tear é o nome do posto?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É o nome do posto. O nome do posto lá eu lembro. É posto Itabapoana. A marca é Tear. E um outro posto tear, ali em...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tear é uma bandeira, né?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É uma bandeira... que é do mesmo dono em... Não sei se é Santa Maria de Campo. Acho que é Santa Maria de Campo, sim, é na BR 101.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aristone, você tem algum dos fatos com toda a história e tal, se houve queixa na polícia, se não houve...

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um fato. Poderia nos descrever um deles por completo, desde a hora que você recebeu essa carga, como entregou e qual foi a seqüência com a polícia, por favor, só para a gente ter a idéia de como funcionava a estrutura da quadrilha.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Em São José do Calçado, tem uma ponte que liga ao Estado do Rio de Janeiro. Ela passa dentro do sítio do José Vieira de Rezende. E essa carga nós mandamos um carro pequeno, entendeu? Inclusive eu estava nele e paramos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carro pequeno você quer dizer carro de carga ou um veículo?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Veículo, automóvel, inclusive essa parati é de Ipatinga, Ela estava lotada de mercadoria, cigarro. Aí o que nós fizemos? Chegamos, paramos para almoçar, dois policiais militares estavam e fizeram a pressão. Nisso que eles fizeram a pressão, tinha em torno de R$100 mil de mercadorias dentro do carro, porque isso para eles é uma mercadoria barata. O interesse deles não era esse carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem fez a apreensão?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Dois policiais militares de Vargem Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi uma operação normal ou eles já eram conhecidos?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não. Eles operaram normal. Eles não têm culpa não. Pegaram e prenderam.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prenderam, certo.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Nisso que eles prenderam, nós passamos com duas cargas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês mandaram uma isca, então?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso, duas cargas com caminhão. Mas, assim mesmo, eles viram o caminhão e pararam o caminhão. Nisso que ele parou o caminhão, o filho do Prefeito já estava, porque ele enrolou, ficou demorando porque o carro estava sendo... foi pego e aquele negócio todo, e demorou, né?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O filho de?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Do Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do Prefeito da cidade?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É, o Fernando Vieira. Aí ele chegou e deixou, conversou com eles lá, e as duas cargas passaram, foram para Superlar. Na época, era Superlar, em Itaperuna.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Superlar é um supermercado?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Superlar é loja de eletrodomésticos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Superlar?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso. Loja de eletrodomésticos.

E fomos para o prédio da Polícia Civil em Bom Jesus do Itabapoana. Como o valor da mercadoria que estava lá, que estava nos carros era de R$100 mil, na mesma hora em que chegamos – ficamos ali umas 2 horas, mais ou menos –, chegou a Polícia Federal do Estado do Rio de Janeiro. Ele saiu e pegou R$5 mil. Vi a hora em que ele deu aos caras, e os caras liberaram a gente, colocando a mercadoria pequenininha, e ninguém foi preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espere um pouquinho: o senhor disse a Polícia Federal?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Polícia Federal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ou Polícia Rodoviária Federal?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não. Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como o senhor sabe que era a Polícia Federal?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Sei que é a Polícia Federal porque a gente conhece. Eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhecia as pessoas?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – As pessoas, por exemplo, o nome, se o senhor falar, não descrevo, mas as pessoas eu conheço. Eles não dão o nome deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era do Rio de Janeiro?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Essa era a Polícia Federal do Rio. Mas também houve o caso em que fui pego, aqui no posto fiscal, também como isca. Paramos e deixamos a carga, no valor de R$50 mil, o posto fiscal prendeu a carga e, quando estavam prendendo a carga, estávamos passando com a outra carga por debaixo. Mas na época de café aqui, eles fecharam o...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Operação Café?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas faz muito tempo.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eles fecharam. E o que aconteceu? Um dos policiais que estavam lá e o fiscal chegaram e chamaram a Polícia Federal daqui do Estado do Espírito Santo, porque a carga era um caminhão e estávamos passando no ponto de Itabapoana para Santo Eduardo, que liga ali o ponto de Itabapoana a Santo Eduardo. Tem um posto fiscal ali. E realmente eles receberam propina e não fizeram nada. O senhor pode ver aqui que eu já fui pego umas cem vezes no Estado. Se o senhor procurar, não tenho o nome sujo porque eles não deixam, têm um equilíbrio danado. É a mesma coisa com carro, com desmanche de carro, a operação é muito grande. Tem gente infiltrada no INSS, na Polícia Militar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – INSS por quê?

O SR. ARISTONE PIMENTEL –Tem gente e eles conseguem as coisas muito fácil, entendeu? Tem gente no INSS, tem gente no Detran.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é que faz esse trabalho todo?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – No INSS é um vereador, não sei se ele é vereador ainda, o Ézio. Ele já mexe com política ali, o cara manda ele lá, ele dá um jeitinho lá, aposenta o cara...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Edson?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ézio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Équio?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ézio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De onde?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ele mora em Patrimônio do Divino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque Ézio, o vereador, também é Édio. Agora, se for... O nome é Édio por ser vereador ou é o nome dele?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ele é vereador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o nome dele qual é?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ézio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esdras?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ézio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ézio. Ele é vereador onde?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em que município ele é vereador?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – São José do Calçado. E ele trabalha em Bom Jesus do Itabapoana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom Jesus do Itabapoana?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso. No Detran, até emplacamento de carro, como, por exemplo, caminhão que eles pegam com tudo, reformam o caminhão e trabalham.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E conseguem documentar?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Documentar o caminhão e trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Detran de onde?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Daqui do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De Vitória mesmo?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não sei explicar ao senhor, não. Só sei que é o Detran daqui do Espírito Santo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E pode citar...

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Espere aí, deixe eu acabar de contar. Patrimônio do Divino é uma cidadezinha, um distrito pequeno, que deve ter 1.200 habitantes, mais ou menos, e era um depósito grande do filho do prefeito. O depósito era um galpão no sítio do José Elydio. E tinha um policial chamado – tem até hoje – José Augusto Diniz, que dava apoio lá. E ele via que a carga tinha problema, porque era um lugar pequeno com muito movimento, e ninguém fazia nada. Ali em São José do Calçado tem uma pessoa que mora de frente à casa dele chamada Alcedino Bareli. Num determinado dia, muita bagunça com carga ali na porta, aquele negócio todo, ele cansava de chamar a polícia, e a polícia não resolvia nada. Eles ficaram até de matar o rapaz se acontecesse de ele perder alguma carga ali, alguma coisa. No dia em que eles iam fazer o serviço, eu cheguei e falei com eles que, se eles fizessem isso, eu iria ser o primeiro a denunciá-los. Mora de frente. Ele era um oficial de justiça e trabalha no fórum de São José do Calçado. Mesmo o promotor – eu não sei se ele está aqui – de lá também via a bagunça, mas não fazia nada. A cidade é dominada mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Há quanto tempo isso aconteceu?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Rapaz, vamos contar uns cinco meses, desde que eu estou fora disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Este fato que o senhor está narrando faz cinco, seis, meses?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Este fato que eu estou narrando sobre esse rapaz? Não. Esse já faz uns dois anos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que você resolveu fazer essas denúncias, Aristone?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eu resolvi fazer as denúncias porque eu tenho uma segunda família, e eu não vivia pela minha segunda família, entendeu? Eu tinha de viver vinte e quatro horas para eles. O meu trabalho lá era por comissão, por viagem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto você ganhava lá?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eu ganhava cinco por cento por cada viagem que eu fazia, no valor da carga. Esse dinheiro, eles não me passavam porque era muito dinheiro e ficava guardado com eles, entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ficava somente no crédito?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ficava só no crédito e, então, eu ia procurar. Eles me davam tudo. Pagavam o meu aluguel, a minha água e o carro, essas coisas, mas dinheiro que era bom não rendia nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto eles ficaram te devendo?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O Fernando ficou devendo, hoje, R$ 70 mil. O Magela, a carga que vendíamos por fora, ficou devendo uns R$ 80 mil. E esse lourinho aí, R$ 112 mil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quer dizer que você perdeu uns R$ 270 mil?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Uns R$ 270 mil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ninguém te pagava?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ninguém me pagava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por isso, você resolveu, então, fazer a denúncia?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso. A juíza de São José do Calçado me soltou. Eu nem fui julgado. Por eles, eu fui colocado na rua. Fizeram pressão em cima da minha mulher e me colocaram na rua, entendeu? Eles me ofereceram R$ 300 mil para eu não falar nada. Os próprios PMs que eu tinha denunciado: o Faria, o Mota, de Itaperuna. São os PMs de Itaperuna, o Fabrício, entendeu? Os PMs que eu denunciei – que falei que eu não podia ir para a casa de custódia, nem nada, porque eles sabiam, pois a mulher mandou depoimento para o Estado do Rio de Janeiro – vieram me pegar na delegacia de Guaçuí, onde eu não estava preso, pois eu estava preso em São José do Calçado, e me mandaram para a casa de custódia, onde o lourinho domina o tráfico e aquele negócio todo, entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era para te apagar?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Era para me apagar. Só não me apagaram, porque a minha mulher fez pressão em cima dela e fez pressão em cima do jornal **A Tribuna** – o senhor pode ligar lá para saber. Foi quando eles botaram os pés atrás. Mas o serviço de inteligência da polícia militar, no dia em que eles me soltaram, o que eles fizeram? Eles me prometeram Deus e o mundo. No dia eu falei "Olha rapaz, eu estou com uma carga. Vou entregar hoje em Cachoeiro do Itapemirim e você podia fazer um favor para mim. Você vai lá ver, porque você verá a realidade da

situação". E não apareceu ninguém. Nessa carga, ninguém apareceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Escuta, você citou o nome de vários policiais e o de Itaperuna. Você poderia me repetir um a um o nome deles, de Itaperuna e de São José do Calçado?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Em São José do Calçado, só se eu falar o nome de todos. De Itaperuna, é o Mota, o Faria, o Fabrício, e um que trabalha em Guaçuí, se chama sargento Juá. Eles fizeram pressão em cima de mim. Foram eles que me pegaram na delegacia lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas esses estão envolvidos no roubo de carga, também?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Também. Eles recebem a propina do Cirim. Não é que estejam envolvidos. Eles dão apoio. Chega a carga, eles dão apoio.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eles dão cobertura?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eles dão cobertura...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eles sabem tudo?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – A um determinado local lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Nélio?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Esses são de São José do Calçado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. Quem mais, além do Nélio, é de São José do Calçado?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Bom, ali só tira dois.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem são os dois?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O Rubens e o Valdemir. Eles não estão envolvidos. O resto, todos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ou é porque esses pagaram você direitinho?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não, esses não. Esses são honestos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, porque tu dissestes aqui que o lourinho te logrou com tanto, o outro com tanto, o outro com tanto, o outro com tanto. Quer dizer, se eles não te lograssem, tu denunciarias eles?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Com tanto? Como assim?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tu mencionaste 3 valores em que tu foste logrado, não é?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eu não entendi a pergunta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tu foste roubado por 3 bandidos que deviam ter pago pra ti valores?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso. Eles não me pagaram porque alegavam o seguinte: que se eu ficasse, sei lá, ganhasse dinheiro ou fizesse qualquer coisa, colocava a operação em risco.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E tem alguém que devia pra ti, te pagou e tu não estás entregando?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não. Eles não me diziam não. Eu só trabalhava pra eles.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só para esses?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Cabo Pedrinho, onde entra nisso?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Cabo Pedrinho?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eu não falei de Cabo Pedrinho, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, não, eu quero tirar dele.

Tu conheces Bom Jesus do Norte?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Conheço. Agora, Cabo Pedrinho o senhor falou aí. Eu não falei isso aí não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tu não falaste, mas falaste no teu depoimento.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eu conheço um Pedrinho, mas não está envolvido nisso aí, não. Posso ter falado sobre ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É isso mesmo que eu queria tirar de ti. Mas tu falaste que lá em Bom Jesus do Norte também os PMs estão envolvidos, menos o Cabo Pedrinho, por isso eu perguntei exatamente sobre aquele que tu disseste que não está envolvido.

Veja bem, o que nós queremos tirar de ti não é um discurso, um "causo", um conto! Nós queremos tirar fatos que tu estás dizendo aqui. Tu estás falando publicamente de pessoas, isso está sendo gravado. É

para uma CPMI do Congresso Nacional. Quer dizer, são fatos que estão sendo levados para a Justiça. Então, é algo de muita repercussão. Nós queremos, com certeza, que tu tenhas firmeza do que estás dizendo, tenhas convicção, porque, é claro, tu estavas lá. Nós sabemos. Nem por isso te diminui o valor, ao contrário, até te dá valor. O lobo só sabe o que aconteceu no covil porque está no meio. Então, tu sabes porque tu conheces.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É isso aí. Eu estou falando o que aconteceu comigo, certo?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Porque tu vivenciaste isso também.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tu passaste para o outro lado, és bem-vindo! Que bom que tu vieste. Estamos contentes. Mas precisamos de segurança para poder aprofundar, não é?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Senão perdemos a autoridade, está entendendo?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Daqui há pouco vamos lá e se pegamos um inocente, teremos de soltar 20 bandidos, para poder se limpar por conta daquele inocente, porque os outros vão dizer: "Tu pegaste um inocente!" Aí os outros todos se enchem de razão. Por isso queremos algo com mais fundamento.

E o Cabo Toninho? Conheces o Cabo Toninho, o Machado, o Cristiano, o Oliveira?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O Machado?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O Machado também eu conheço. O Machado é de São José do Calçado. Não está envolvido não. Mas ele não trabalha lá, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não? E de Cachoeiro do Itapemirim, quem tu conheces?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Rapaz, Cachoeira do Itapemirim, eu conheço vários policiais ali, entendeu? Vários policiais que dão cobertura, mas os nomes deles são outro tipo de nomes. Agora, às pessoas que eu entregava, conheço todas elas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – As que tu entregavas a carga?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É isso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Depois eu vou querer essas pessoas. Por enquanto, eu quero ficar na polícia.

E a questão do Vice-Prefeito de São José do Calçado?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Vice-Prefeito de São José do Calçado?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – A questão dele? O que ele diz?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, não. A questão dele. Tu colocastes que ele é o chefe.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Olha bem, ele não se envolvia igual o filho dele se envolvia em entregar carga; aquele negócio, não. Mas o dinheiro que vinha, ele resolvia esse problema, porque toda vez que eu entregava o dinheiro ele estava presente. Ele não era assim um participante...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Operacional.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Operacional. Ele era tipo um...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Um caixa?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É. Ele se envolvia com isso, tanto ele quanto o outro irmão dele, que é o José Júnior. Eu não posso falar que ele estava envolvido porque ele nunca mexeu comigo, mas quando eu ia acertar a conta com ele, ia pagar ou ia receber...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com o Fernando?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Com o Fernando, ele estava sempre presente dando conselho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o José Júnior?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O José Júnior também, da mesma forma.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que ele é do...

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ele é irmão do Fernando.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É irmão do Fernando. É filho do José?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É filho do José Vieira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Harley?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O Harley era Vereador e vendia carga de remédio.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vendia carga de remédio para quem?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Rapaz, remédio. Aí ele vendia a carga. Eu não tenho descrição, não. Tem uma farmácia do lado do Marcelino, onde já fiz a entrega para ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ao lado do Marcelino?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em São José do Calçado?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não. Em Apiacá. Agora, a carga de remédios era ele mesmo que fazia a entrega.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Jefferson? O prefeito de Alegre?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Quem?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O prefeito de São José do Calçado é o Jefferson, não é?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É o Jefferson. Na época ele estava envolvido, mas, também, não o vi. Esse pessoal sempre estava lá, fazendo conta, mas não participava diretamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Caléu?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O Caléu é o prefeito de Alegre. Ele dava todo o apoio, ali, também, quando se precisava de alguma, quando acontecia alguma coisa, inclusive, o batalhão ia lá e ninguém fazia nada. Ninguém faz, até hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Cacaio?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O Cacaio era o Presidente da Câmara de Presidente Kennedy.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E em torno desse pessoal? Eu vi que são todos políticos.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual a influência que o José Carlos Gratz exercia em torno desse pessoal?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – A influência dele era política, troca de favores. E ele recebia por isso, porque, no dia em que fiz o pagamento, vi o Fernando entregando a quantia a ele. É troca de favores.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que quer dizer troca de favores?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Troca de favores é o seguinte: vamos supor que o senhor seja um deputado, você tem um funcionário e você fez algo errado. Então, pelo fato dele ser um deputado, ele aliviava e recebia a troco disso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Recebia o quê?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Dinheiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Você viu alguma vez?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Vi, lá na casa do homem, também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Na casa de quem?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Do José Vieira de Resende.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do vice-prefeito?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Do vice-prefeito, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O próprio Deputado Gratz?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O próprio Deputado Gratz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode descrevê-lo fisicamente? Você viu como ele estava?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Estava de roupa, terno, igual ao Senhor. É magro, alto. Estava bem arrumado e o pessoal estava no carro dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que carro ele estava usando? Mais ou menos.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Se não me engano, acho que era um Ômega ou um Vectra. Não posso descrever isso para o Senhor, porque não tenho certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Você chegou a conversar com ele alguma vez?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantas vezes você o encontrou lá?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Duas vezes, porque não ficávamos ali direto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Você ia muitas vezes, lá? Quantas vezes você foi lá?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Na casa de quem?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Do Vice-Prefeito.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Todo santo dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele chegou a comentar alguma coisa sobre o deputado ou você só viu e ele nunca comentou nada?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – A única coisa que ele falava era que se alguém passasse a perna nele, o Brasil seria pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem falou isso?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso, tanto o José Vieira como o filho dele, porque o poder dele era muito alto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eu pergunto: o deputado era muito forte?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É, porque ninguém poderia passar a perna nele, porque senão teria problema. Ajustaria contas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Você contou dos policiais, do envolvimento dos políticos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas existem mais policiais...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele citou, pelo menos, um dos policiais.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Deixe-me falar uma coisa aos senhores, por exemplo, toda cidade do Espírito Santo, na minha jurisdição, se for falar todas, aqui, são 77.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sua jurisdição? Qual?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Jurisdição criminosa?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jurisdição da quadrilha?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É, a jurisdição da quadrilha. Na minha jurisdição, tudo tinha o apoio de prefeitos e de policiais. Só uma que eu não via que tinha apoio era o Açuí. Mas, o policial, ali, dava apoio, agora, o prefeito, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só uma coisa, pois me pediram para esclarecer, aquele caso que você falou dos policiais federais, aonde, realmente, aconteceu?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Aconteceu, não tem a divisa de Bom Jesus do Norte com...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Paulo, vamos prestar atenção, pois ele está descrevendo a ocorrência do...

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não tem o lugar que liga Bom Jesus do Norte ao estado do Rio de Janeiro? Não tem um posto fiscal grande, ali, cá embaixo, perto de um posto que abriu novo, ali...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu não conheço.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É ali. Ali que fui pego.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os policiais você acha que eram da Superintendência do Rio ou de alguma delegacia?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De Cachoeiro do Itapemerim?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Era do Espírito Santo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não eram do Rio, porque você falou que eram do Rio?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não, do Rio, foi lá em Bom Jesus do Itabopoana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São dois fatos com policiais federais?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – São dois fatos que expliquei ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então você poderia repetir os dois que é para poder anotar com cuidado, por favor?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Posso sim. Eu estava indo ali por dentro, em estrada de chão, e deixei uma Parati, placa de Ipatinga, então os dois policiais que estavam presentes lá prenderam e levaram...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eram policiais militares do Estado?

O SR.ARISTONE PIMENTEL – Estou falando agora do Estado do Rio, depois vou falar do Espírito Santo – o senhor pediu para descrever. Então eles pegaram o carro e levaram para a delegacia de polícia civil no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era a cidade?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Bom Jesus do Itabapoana. A carga tinha um valor. Isso passou as duas cargas grandes, cada uma dava uns R$700 mil, e foi embora. O carro, que tinha um valor de R$100 mil, eles levaram para Bom Jesus do Itabapoana, delegacia da polícia civil. Ligaram para a polícia federal, que esteve lá. O Fernando pagou R$5 mil, e eles colocaram uma carga baixa e não levou ninguém preso. E aqui aconteceu, ligando a ponte de Itabapoana...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só um pouquinho. Penso que é importante até para nós. Tu dizes que é polícia federal, mas como pode alguém chegar e dizer: "Sou polícia federal", como, aliás, muito acontece.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Mas eu conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Conhece as pessoas?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É por viatura?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eles estavam com um carro preto, que a polícia federal usa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava escrito?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Estava escrito "Polícia Federal".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na porta?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não, no peito deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles estavam com distintivo. Estavam com colete?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não, não estavam com colete, não. Eu conheço eles, agora nome, se o senhor me perguntar, não sei não. E aqui, no Espírito Santo, foi ali ligando ponte do Itabapoana com Santo Eduardo, quando eles pegaram um caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra as datas?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Rapaz, não lembro datas, porque todo dia a gente vivia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem a época, mais ou menos?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – A época?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes, alguma coisa assim?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Deixe-me ver se lembro a época direitinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando você diz que fizeram uma carga pequena, ela foi apreendida?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – A carga pequena?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Até a carga pequena foi apreendida metade dela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ela foi apreendida essa parte?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E não tinha nenhum responsável?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Como assim?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem estava transportando não foi anotado nome, nem preso, nem nada?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Foi. Fui eu; eu que estava transportando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então tem a ocorrência lá?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Tem a ocorrência, que está no Estado do Rio, na polícia federal do Estado do Rio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na polícia federal do Estado do Rio. Está em seu nome?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Está em meu nome. Agora, a daqui, do Estado do Espírito Santo, não tem nada não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem uma ocorrência na polícia federal do Estado do Rio, em seu nome, com ocorrência em Bom Jesus do Itabapoana.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Houve a ocorrência, e tu não chegou a ser preso em flagrante então?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eu estava em flagrante e não me levaram preso não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E não levaram preso?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem anotaram nada?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então não deram o flagrante?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Só pegaram o meu nome, porque eu não podia sujar o nome deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não pôs depoimento, nada?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não botou nada disso não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Levaram a mercadoria?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Só levaram a metade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como você sabe que tem ocorrência registrada lá?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Porque eu recebi um papel deles que era para mim ir lá e não era nada não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma intimação?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Recebi uma intimação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você foi?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Fui em uma só. Depois ele me falou que não precisava ir mais não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi aonde?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Fui em Campos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas foi no fórum ou na delegacia?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na delegacia de Campos da polícia federal?

O SR.ARISTONE PIMENTEL – Foi na delegacia de Campos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De Campos?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – De Campos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No Rio de Janeiro?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Isso aí. Agora, a da aqui, não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem delegacia lá em Campos?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Agora, a da daqui não deu nada não, entendeu? A daqui nem fui chamado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Continue. E essa daqui?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Essa daqui a fiscalização também fez pela mesma forma: colocou pequeno, mas não deu em nada. E lá, em Santo Eduardo, na hora em que estávamos passando com a carga grande, foi pego por dois policiais que estavam trabalhando lá, entendeu? Mas receberam e não colocou, a Polícia Federal chegou, recebeu a propina e não foi para, não deu ocorrência não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem apreendeu?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não apreendeu nada. Foi embora. Se o senhor, não sei, se quiser levo vocês nos depósitos daqui, do Estado do Rio e de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depósito?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Depósito. Onde a gente levava a carga, o supermercado todinho, que são muitos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos fazer diligência, viu Dr. Paulo, como fizemos nas outras vezes, identificar os locais, pedir autorização judicial para poder fotografar os locais de armazenamento da carga roubada que ele está disposto a nos mostrar. Vou conversar com a juíza para que possa autorizar isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Exª podia solicitar que a CPI peça à Justiça Federal dados desse eventual inquérito que possa existir em Campos, se é que essa ocorrência...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª não tem a cópia da intimação?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Comigo, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Deixa eu seguir então nesse fato relativamente aos empresários. V. Sª falou dos policiais, dos políticos e agora dos empresários. Quem você conhece que vendia. Você falou no Supermercado Marcelino.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – São muitos. Supermercado Marcelino, Supermercado Fluminense, Itaperuna.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Fale o supermercado e a cidade.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O Supermercado Marcelino é em Apiacá. Lopes, Supermercado é em Mimoso do Sul. A farmácia fica ao lado do Supermercado Marcelino. Supermercado Fluminense é em Itaperuna. Supermercado do Povo em São José do Calçado mesmo, esse é forte. Almir Material de Construção, São José do Calçado. Superlar em Bom Jesus de Itabapoana, também é grande. Italeite em Itaperuna.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que tipo de mercadoria ele recebia?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Leite em pó.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês também transportavam leite em pó?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Também, tudo que o senhor imaginar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Italeite fica onde?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Em Itaperuna. O dono é o Cirim que faz parte da organização. Café

Varre-e-sai, em Varre-e-sai. Supermercado Fluminense em Itaperuna.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem é o proprietário?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não conheço o proprietário. Sempre quem pega lá é o Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ricardo é quem fazia o pagamento?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Sim. Ele fazia o pagamento e recebia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem mais de Itaperuna?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Tem o São Caetano em Bom Jesus de Itabapoana.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a distribuidora Teixeirão?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – A Teixeirão é de Itaperuna, mas eu... E Eletrocentro também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Genial fica onde?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Genial fica em Itaperuna também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eles também compravam carga roubada?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Compravam.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Teixeirão também comprava?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O Teixeirão, não. Eram muitos. O Teixeirão ele era o antigo depósito de São Caetano, depois ele vendeu para o Teixeirão, um negócio assim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como é o nome desse café?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Café Varriçai.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Fica onde?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Em Varre-e-sai, Rio de Janeiro, Supermercado São João, em Porciúncula

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Carlos Euclides Pinheiro, esse quem é?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Esse é o dono do Supermercado do Povo, em São José do Gonçalo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Vitória?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Vitória não era jurisdição minha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aqui não tem ninguém que você vendia não?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Só entreguei uma carga, mas não é vitória também não. Era Pontal da Fruta, para um tal de Fernandes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual era o nome da empresa?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Era particular.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual era a carga?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Foi uma carga pequena, cocaína.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era droga?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Era droga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tinha droga no meio aí?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Tinha, mas eu não vendia. Vinha nomeio das cargas. Quem passava era um tal de Giovan, de Marataízes, ele já ia apanhava e passava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era muito?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Era tudo caixa quadrada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Coelho, aonde ficava o Coelho, posto?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Esse eu já falei que já: Itabapoana e BR-101.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Almir Borges Pimentel?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Já falei dele aqui, São José do Calçado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde você morava?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Morava em São José do Calçado, na rua Manoel Ferreira Matos nº 113, Centro. Depois fui para Itaperuna, depois fui para Salvador...Espera Feliz.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cachoeiro?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Entregava. Mas não era para mercado não. Era particular. Entregava, por exemplo, caminhão mesmo, a pessoa não pegava, entregava naquela desmanche do Ney.

Quanto às cargas já falei para o senhor. Várias pessoas: Cachoeiro, Márcio, José Adriano, várias pessoas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tu falou que eles abriam conta corrente em banco em nome de pessoas humildes, em nome de terceiros.

Como é isso?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eles usavam várias pessoas, mas só conheço duas, porque esse não era meu trabalho, depositava uma quantia de dinheiro, usava, estourava a conta do cara.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem são essas duas pessoas?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Que eu conheço é o Roque e o Marx, mora em Itaperuna.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Os dois tiveram a conta estragada?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Inclusive um tal de Marx, uma pessoa simples, segundo ele é dono da Superlar, em Bom José do Itabapoana. Ele recebe, acho que um salário mínimo, por mês, para sujar o nome dele lá, o cara fez um acordo com ele lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tinha droga no meio disso tudo?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Tinha droga mas eu não mexia. Mandava muito para Cachoeiro do Itapemirim, Presidente Kennedy, Marataízes. Vinha gente de Ipiúna, Vargem Alegre, Vitória que desmanchavam rápido.

Inclusive liguei para o capitão Capito do Serviço de Inteligência, assim como a minha esposa, e falei que iria chegar uma carga de maconha e cocaína que eu iria trazer. Ele pegou o número do telefone e logo eu entrei no programa e não deu para fazer essa entrega. Uma carga de óleo de soja e balcão gelopar eu cheguei a ligar para eles e falei onde entregaria, pois estava num caminhão grande, eles sabiam de tudo e ninguém apareceu para fazer nada, entendeu? Serviço de inteligência do Espírito Santo aí.

E essa juíza que mandou esse papel para o Rio de Janeiro soltou 5 bandidos que trabalham junto com a gente. Ela fez soltar e não me dava proteção.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Gostaríamos que o senhor desse uma declaração aqui falando sobre o trânsito da droga, citando várias pessoas, o Marcelo, o filho do Antônio Borges, o Pablo, o filho da Gracinha...

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Essas eram as pessoas que pegavam pouco.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou deixar de questionar sobre isso, embora entendamos que a CPI trata da questão do roubo de carga e tivemos uma outra CPI que tratou da questão do narcotráfico. Sabemos que é importante e que a Justiça investigará, com toda a certeza, mas só podemos tratar do roubo de cargas, que é a especificidade da missão que a CPI recebeu dos demais Colegas deputados para investigar. Interessa a nós as polícias que participam do roubo de carga, eventualmente políticos que estejam envolvidos direta ou indiretamente na questão do roubo de cargas, empresários como receptadores e os que estão roubando as cargas, conforme os dados.

O SR. ARISTONE PIMENTEL – É isso aí. Se os senhores Precisarem ir onde eu entregava eu vou.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – O Sr. Trabalhou no transporte de carga roubada, percorreu vários municípios do Estado e conhece, além desse braço do roubo de cargas no sul do Estado, o senhor tem conhecimento de outros braços em outras regiões do Espírito Santo?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Do Espírito Santo é deles mesmos.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Atinge todo o Estado? O senhor falou em policiais civis militares, políticos, chegou a declarar que em todos os municípios há uma conivência, proteção das autoridades municipais a esse tipo de atividade. O senhor poderia citar outros casos de prefeitos envolvidos na proteção àqueles que lidam com carga roubada?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Se eu tivesse que entregar uma carga, como eu passava, em estrada de chão e vazava o Estado do Rio, antes de passar eu tinha que ter certeza de que a carga não teria problemas. De lá eles entravam em contato para falar liberar. Se acontecesse qualquer coisa...

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Então o senhor não conhece um outro prefeito envolvido com...

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não conheço. Possa falar sobre o que fiz.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – O senhor falou em militares, civis e militares. O senhor tem conhecimento do envolvimento de algum militar de patente, inclusive, envolvido na proteção a esse tipo de atividade?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eu conheço do Espírito Santo.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Quem?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – O Sr. quer saber assim, dando cobertura, envolvido?

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Dando cobertura, envolvido nesse tipo de coisa?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Eu conheço, por exemplo, a cidade de São José dos Calçados, posso falar com o Sr. José Augusto Diniz...

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Hoje, ele é o quê?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ele é cabo. Ele mora nesse distrito onde era o depósito, ele não fazia nada.

Os policiais que trabalham ali, Evilásio, Marcelo, que é Policial Civil, o Fábio, que é Policial Civil também, me foge da mente, mas são muitos de lá de dentro. Os dois que estou falando que não eram envolvidos é o Valdemir e o Rubens, que nunca os vi em nada, não ia à casa do homem nem nada. O resto dali, todos eles iam.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Você falou do envolvimento do Presidente da Assembléia, o Deputado José Carlos Gratz, que daria proteção, principalmente a esses que lidam com o roubo de cargas e...

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Quero deixar bem claro para o Sr. Ele, as duas vezes em que o vi na casa do Vice-Prefeito José Vieira de Rezende, o Sr. José sempre falava com a gente, "Olha vi o Fernando. Nunca queira pegar um centavo nosso porque se pegar vocês sabem o que vai acontecer, o Brasil é pequeno."

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Você falou isso, eu ouvi.

O Deputado estava acompanhado de algum militar nessas visitas que ele por duas vezes fez?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ele estava acompanhado de algumas pessoas, agora se ele estava vestido de militar, não tava, não.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Você tem conhecimento de algum assassinato de pessoas que estavam incomodando esse tipo de atividade, criando dificuldades?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Ia haver um assassinato, eles iam assassinar o Alcedino Bareli, só isso, mas não deixamos acontecer isso, não.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Você não tem conhecimento de alguém que tenha morrido por envolvimento com roubo de carga aqui no Espírito Santo?

O SR. ARISTONE PIMENTEL – Não. Na nossa organização, não. Cada um tem o seu...

(Conversas fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A diligência que será feita, desde que a juíza nos autorize, será aos locais onde ele fazia a entrega das mercadorias.

Nesse intervalo, enquanto eles combinam, eu queria agradecer a pronta resposta do Dr. Carlos Isidoro Ribeiro Lemos e do Dr. Alexandre Martins de Castro, visto citações feitas pelo primeiro depoente o Cleveland Moreira Júnior.

Então, eles trouxeram a documentação para responder as citações que vou me permitir ler. Vou ler os dois documentos encaminhados, o primeiro, pelo Dr. Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, Juiz de Direito:

"Tendo chegado ao meu conhecimento que V. Exª teria declarado (dirigido a mim), através da **Rádio Gazeta AM** que o preso Cleveland Júnior ouvido por essa CPI de Roubo de Cargas teria feito acusações e ilações contra a minha pessoa.

Considerando que o aludido preso..."

Não dei nenhuma entrevista sobre isso, só falei aqui da... Viu, doutor, não dei entrevista sobre o depoimento dele, só me referi aqui da Presidência da CPMI, e pedi ao Secretário da Segurança que providenciasse a integridade física dele pelas colocações que fez aqui.

"Considerando que o aludido preso se diz em risco de vida com transferências de presídio por mim determinadas, como que se eu estivesse participando de algum conluio contra a vida do depoente, venho por meio deste solicitar os bons ofícios de V. Exª no sentido de me enviar cópia do depoimento do mesmo para as providências judiciais cabíveis contra as sérias e tendenciosas calúnias e difamações."

Assim que estiverem degravadas, encaminharei a V. Exª.

"O justo pleito se faz em razão da mácula que traz declarações com certeza acarretam a minha pessoa, reconhecidamente envolvido no combate ao crime organizado dentro e fora dos presídios, tendo, inclusive, atuado efetivamente junto à Missão Especial Federal nesse Estado, o que me faz até suspeitar de ser justamente isso que motivou tais infundadas denúncias, só vem dar forças àqueles que não querem um Judiciário atuante, austero, corajoso, porém, sereno e cumpridor de suas obrigações.

Sirvo-me ainda deste momento para informar a V. Exª que todas as transferências de presos por mim determinadas foram sempre em decorrência de comunicações feitas pela Secretaria de Justiça do Estado dando conta do cometimento de diversos crimes, tráficos, corrupção, tentativas de fuga, incitação de rebeliões e outros pelo declarante, e mais que tudo possa ser documentalmente comprovado junto ao processo do mesmo que, atualmente, se encontra na Vara de Execuções Penais de Cachoeiro do Itapemirim, já tendo sido requisitado para comprovação do que ora informo a V. Exª.

Esperando ter aquiescência à solicitação em tela com a urgência que o caso requer, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimento, agradeço antecipadamente ao tempo que aproveito da oportunidade para apresentar meus protestos de estima e apreço."

Assinado

Dr. Carlos Eduardo Ribeiro Lemos.

Agradeço a rapidez da atenção do senhor e encaminharemos a solicitação feita o mais rápido possível.

Peço à Secretaria que já providencie.

O Dr. Alexandre, da Vara de Execuções Penais, encaminhou o documento que passo a ler também:

"Alexandre Martins de Castro Filho, atualmente em atuação junto à Vara de Execuções Penais do Estado do Espírito Santo e tendo proferido sentença condenatória de Cleveland Moreira Júnior, Jefferson Foratini Peixoto de Lima, Geila Coelho de Rodrigues Moreira, casada com Cleveland, e outros, em processo envolvendo roubo de carga, vem informar a V. Exª que estou à disposição, caso entenda necessário, para mencionar fatos que possam ser de relevância nesta CPI, a prestar informações sobre conduta carcerária dos apenados, aproveitando a oportunidade para meter a V. Exª cópia da sentença de minha lavra da condenação acima citada.

Informo a V. Exª que sempre exerci atividade diretamente relacionada a combate ao crime organizado, tendo, inclusive, atuado como juiz designado para atender a pedidos da Missão Especial por ordem do Ministro da Justiça.

Acredito que a condenação mencionada neste documento e minha atuação direcionada ao combate ao crime organizado possa trazer algum sentimento de rancor, ódio ou medo por parte de qualquer pessoa com envolvimento em crime organizado ou roubo de cargas para com este Magistrado, o que, de forma alguma, fará com que a minha atuação deixe de ser imediatamente apoiada na absoluta imparcialidade e demais princípios para o exercício de minha judicatura.

Apresento este documento confeccionado nesta data, tendo em vista, através de noticiário de rádio, ter tomado conhecimento de referência feita pelo Sr. Cleveland Moreira Júnior, ao juízo da Vara de Execuções Penais, informando ainda que possa trazer melhor esclarecimento, caso entenda ser necessária a minha oitiva, necessário seria ceder-me alguns dias para que pudesse reestudar a minha sentença e o volumoso processo, mais de duas mil laudas, e os incidentes envolvendo esse acusado junto à Vara de Execuções Penais.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos.

Assinado: Dr. Alexandre Martins de Castro – Juiz de Direito."

Para nós é o suficiente.

Agradeço a atenção e a presteza pelas informações que V. Exª venha a prestar a esta Comissão.

Qualquer outro fato que julgue importante, eu pediria que informasse à Comissão.

Obrigado pela presença e pelo respeito que tiveram com esta Comissão.

Solicito à Secretaria que conduza a Srª Geila Coelho de Rodrigues Moreira para que assine o termo de compromisso de dizer a verdade, somente a verdade.

A Srª é Geila Coelho Rodrigues de Moreira?

A SRª GEILA COELHO DE RODRIGUES MOREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, a senhora se dispõe a falar a verdade, somente a verdade perante esta Comissão?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES DE MOREIRA – Eu me comprometo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então eu pediria que conferisse os dados que estão nesse termo de compromisso e que depois o assinasse.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dª Geila, qual é a sua profissão, sua principal atividade?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES DE MOREIRA – Comerciante.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora tinha ou tem participação em alguma sociedade comercial com o seu marido ?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES DE MOREIRA – Sociedade não, eu trabalhava no escritório de rodas e pneus.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ajudava na administração?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES DE MOREIRA – É, na administração.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quais empresas?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES DE MOREIRA – Na Victória Sport.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a Vitória Pneus?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES DE MOREIRA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É só a Victoria Sport? Não existe a Victória Pneus?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES DE MOREIRA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde era o escritório?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES DE MOREIRA – Aqui na frente, na enseada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No prédio aqui na frente.

E aquela área do antigo Motel Charme, na rodovia do Contorno?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES DE MOREIRA – Quanto àquela área o Cleveland falou que a havia comprado...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que funcionava lá?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES DE MOREIRA – Para mim, nada. O interesse dele ali era reconstruir ou fazer um hotel. Era isso que ele falava para mim, mas não tinha capital para isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E lá não funcionava como um armazém, onde ele guardava a mercadoria?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não sabe. A Senhora conhece o Ricardo Valentin Oliveira?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Ricardo eu conheço desde a infância e ele fazia manutenção dos computadores do escritório.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele era ex-chefe da Secretaria Municipal de Educação?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu nem sabia que ele trabalhava na prefeitura. Sempre soube que ele trabalhava com manutenção de informática, de computador, tanto é que, quando dava algum problema nos meus computadores a gente o chamava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só depois é que você veio a saber?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Nem sabia que ele trabalhava na prefeitura. Fiquei sabendo depois que fui presa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele era amigo do Cleveland também?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Era amigo. Ele estudou na mesma escola que eu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando do roubo dos computadores, a senhora sabe quem deu as informações?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu estava presa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando aconteceu o roubo?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, quando houve a denúncia. Quando houve a denúncia de que o Cleveland havia participado desse roubo, eu estava presa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando houve a denúncia, mas e quando aconteceu o roubo?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não sabia, nunca soube.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não teria sido o Ricardo quem passou as informações?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu não sabia que ele trabalhava na prefeitura. Outra coisa. Ele não trabalhava para a gente todos os dias. Lembro-me que da última vez em que estive com ele no escritório houve uma pane de luz aqui, em Vitória, e os computadores tiveram problemas e, ao que lembro, essa foi a última vez.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora conhecia o Fernando Braz Moreira?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Marco Antônio Malini Lamego?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Também não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Luciane de Souza Goulart?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Também não. Conheci sim dentro da cadeia em um dia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eles também foram presos junto com a Senhora?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não foram presos junto comigo. Ela ficou só um dia na cadeia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Luciane?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – É. Eu conhecia de nome, o Cleveland já havia falado o nome dela, mas, pessoalmente...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Conhecia de nome antes de ser presa?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – É, antes de ser presa, o Cleveland havia falado alguma coisa, falado no telefone alguma coisa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi quando estavam planejando, alguma coisa assim?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não sei, eu não ficava escutando os telefonemas deles.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você emitiu nota fiscal da Victória Sport sobre esses computadores?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Emiti. Não sei de que, não lembro do que emiti, mas pode ter sido.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode ter emitido para calçar esses computadores.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não sei se foram esses computadores. O Cleveland me pediu uma vez que eu emitisse uma nota fiscal ou duas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quantos equipamentos?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Está no processo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas estou perguntando.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não lembro, isso faz dois anos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas eram muitos?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, não lembro. Muito para o Senhor é quanto?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Duzentos.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, não sei. Acho que isso é muito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Muito para você é quanto?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Dois mil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Duzentos é pouco?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Para mim é.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, foram poucos?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Que eu emiti? Acho que não foram nem cinco, não lembro, está no processo. Esse processo não tenho aqui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Juarez Granchi?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Conheço de vista, porque o Cleveland alugou uma casa para ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em Carapina?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, aqui na praia do Canto. Não conheço nada em Carapina.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o depósito na rua Quintino Nascimento, no bairro de Carapina?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Nem sei onde fica, não conheço. Posso perguntar uma coisa?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Na primeira CPI ouvi o depoimento de Cleveland e eles deram vinte minutos para a pessoa falar no começo. Eu não vou ter esse direito?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você acha necessário?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu acho necessário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Deixe-me explicar à senhora. Não é que a senhora tenha o direito. Se a senhora quiser, se a senhora achar que a senhora precisa, agora não é para discursar, é para falar sobre o tema da investigação.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Por que nós não estamos dando esse prazo? É exatamente porque as pessoas vêm aqui e começam a reclamar desse, falar mal do outro, a questionar aquele outro. Só estou esclarecendo à senhora. A senhora pode ter esse direito, agora desde que a senhora não venha discursar.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu quero saber se eu tenho o direito de falar, porque eu sou condenada por receptação de roubo de carga, então eu vim falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora pode falar, sim. Pode falar.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Se a senhora tem vontade de falar pode falar, agora sobre o crime do roubo de carga, mas se a senhora ficar dizendo que o culpado é o juiz, o promotor, o delegado, o outro, como alguns fazem, eu lhe caço a palavra.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, não, não. Eu quero saber se eu tenho o direito de falar durante vinte minutos?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode falar.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Bem, primeiro eu quero dizer que como eu fui condenada, para mim é muito mais fácil eu falar, mostrar papéis, provando, porque eu acho que a minha palavra não vale, depois que eu fui presa.

Então, eu requeri uma restituição de bens que tem dois anos que está na Polícia Federal, que tem muita documentação. Todos os bens das outras pessoas foram devolvidos, menos os meus. Sobre isso eu já havia falado com o senhor, na outra vez, e gostaria muito de ter tido isso em minhas mãos, mas não pude.

Segunda coisa, quando fui presa todos os meus bens foram apreendidos, e eu no dia 11 de outubro tive a oportunidade de reaver os meus bens de família.

No meu depoimento eu falei que eu recebia mercadoria, algumas mercadorias na minha casa, só que eram mercadorias lícitas, porque para mim todas as mercadorias eram lícitas. Havia nota fiscal, era de transportadora conhecida no Estado. Eu não tive oportunidade de provar isso, porque tudo meu foi apreendido. Entendeu? Então, agora, no mês de outubro, como eu recuperei meus bens, como roupa, meus bens, a minha casa inteira vieram alguns documentos. Por sorte, veio uma nota fiscal, que está incluída na restituição de bens que são de oito pneus, que vieram de São Paulo, da Transportadora Continental e Colatinense. Como diz o meu depoimento, eu falei que eu recebia de transportadora, mas eu não sabia se era Continental ou Colatinense. Veio também da Transportadora Bernardina, veio um recibo de uma coisa que está aí também. Consegui também a nota fiscal do computador do meu filho, que foi apreendido na minha casa. Tem o alarme, a nota fiscal do alarme que foi apreendido dentro do meu escritório. E também um atestado do Consulado Americano, porque quando eu morava lá peguei esse atestado comprovando que eu morei lá, eu e o Cleveland, durante dois anos para ter direito a trazer uma mudança, a minha mudança. Então eu precisava desse documento. Esse documento, na época, foi usado na minha acusação como se eu tivesse um **Greencard**, um direito, um passaporte americano com direito a retornar aos Estados Unidos como cidadã americana.

Achei muito ... fiquei muito assustada porque a Polícia Federal acusando a ... a não saber o que é um **Greencard**, alegando que eu tenho um **Greencard** e negando a minha soltura. Os motivos foram esses. Os meus bens foram devolvidos muito depreciados. Tenho as fotos aqui – os documentos todos comidos.

Fiquei presa durante onze meses. Fui condenada a seis anos e dez meses. Quando fui presa, no outro dia, recebi uma ordem, um despacho – não sei como fala, porque sou leiga nesse assunto – de uma prisão preventiva, que os senhores já devem ter ouvido, que foi decretada pelo juiz, foi pedida pelo Procurador da República Henrique Herkenhoff, em caráter de urgência, no dia 17 de novembro, fora do horário, às 18h30 min. E no dia 17 de novembro, foi pedida essa prisão preventiva acho que para 32 pessoas, inclusive eu. E esse pedido de prisão preventiva não foi cumprido, e recebi ele um dia após estar presa.

Mesmo sendo leiga, aqui estou sendo acusada de nove artigos seriíssimos, inclusive homicídio. Fiquei assustada quando vi, porque já estava totalmente desprotegida, eu não entendia. Para mim, que sou leiga no assunto, é como se fosse num hospital e você tem uma doença, a gente confia no médico. Então, não sei nada de lei, quer dizer, aprendi muito.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sabe de crime?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não sei de crime.

Então, não tive a oportunidade nenhuma de me defender, tudo para mim era negado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tinha advogado?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu tinha advogado. Tudo para mim era negado. Todos os meus **habeas corpus** eram negados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora tem que se queixar para o advogado.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, pelo advogado eu estaria solta. A questão é o juiz que estava competente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – É isso que eu estou dizendo a senhora. A senhora tem o poder de falar, se a senhora veio falar mal de juiz...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu não vim falar mal do juiz.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nós já tivemos uma experiência aqui de manhã. O senhor Cleveland veio aqui só falar mal do juiz. O juiz é o bandido, e ele é o santo.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não estou falando isso. Estou falando que não tive oportunidade de defesa, porque...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Só para esclarecer para a senhora.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu pedi vinte minutos de...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Perfeito, mas aqui é o presidente que manda na reunião, não é a senhora.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu sei disso.

Mas o senhor quer que eu colabore?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Eu quero que a senhora colabore, mas para colaborar a senhora vai ter que também entender algumas coisas...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu entendo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – ...que eu lhe adverti desde o começo. Se a senhora vir aqui falar só que o juiz é culpado disso, é culpado daquilo, como, aliás...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – O senhor fez uma pergunta e eu respondi.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Dá licença, deixa eu conversar. O presidente sempre tem prioridade quando...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Desculpa, como é o seu nome, que eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Deputado Pompeo de Mattos.

Veja bem, se a Justiça decretou a sua prisão e se numa outra instância a Justiça também decretou a sua prisão, em absoluto uma não impede a outra, porque a senhora não pode ser presa duas vezes, porque a prisão é uma só. Não vamos discutir aqui ato jurídico. Não cabe aqui na CPI discutir um ato jurídico, porque o ato jurídico é um ato acabado. Então, isso para nós está superado. Quero que a senhora coloque os seus argumentos, mas não entre no detalhe, até por que a senhora mesmo disse que não conhece, a senhora não é advogada. É só isso que eu não quero que seja tratado.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu só respondi porque o senhor falou por causa do meu advogado. E estou falando que se dependesse do meu advogado na época, estaria solta, entendeu? Não depende de mim.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora pode continuar.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Então, não vim aqui falar mal de juiz. Estou falando que não tive a oportunidade de defesa, porque tudo meu foi apreendido. E a minha palavra não vale, nunca valeu, por causa da manipulação.

Então, meus cachorros de raça foram dados – está aqui. Na realidade, quem se sente roubada sou eu, porque se Cleveland é réu confesso e confessou que realmente praticou a receptação, continuo afirmando que eu não participei de nada. E quero saber como nos processos não tem nenhuma prova contra mim. Só tem uma prova contra mim. Sabe qual? Que eu falei que eu recebi mercadoria; estou provando que realmente recebi, mas de transportadora, coisa lícita. E outra coisa que eu preenchi nota fiscal? Preenchi, uma, duas no máximo, não sei quantas, está no processo. Eu falei. Agora para mim eram coisas lícitas, por quê? Porque eu só trabalhava com coisas lícitas. A única coisa ilícita que eu vi na minha vida foi a Justiça comigo, porque me manteve onze meses presa sem nenhuma prova contra mim, a única prova é que sou esposa de Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você vai continuar tendo o seu tempo, mas até para nós não perdermos o assunto, o que foi preso na sua casa?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não sabe?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não sei porque me levaram embora 11h30min da manhã, fiquei até 21h30min da noite dentro da delegacia, um monte de gente entrando e saindo, entrando e saindo, levaram-me para delegacia para prestar depoimento e 11h da noite me deram voz de prisão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como foi feita a apreensão, a abordagem inicial, às 11h30min da manhã?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu cheguei do vestibular, tinha acabado de chegar do vestibular, tinha dez minutos que eu tinha chegado em casa, coloquei o meu carro do lado de fora, entrei, fui falar direto com o meu filho que estava dormindo ainda, estava deitado. Vi Cleveland nervoso, saiu, eu entrei, ele saiu, e a porta estava fechada, os cachorros soltos. De repente, porque da minha casa quando se olha assim dá para ver do lado de fora e tinha muita gente do lado de fora, tinham dois caminhões do lado de fora, eu entrei, entendeu? E eu vi um monte de polícia. Liguei para Jefinho, que é amigo de Cleveland e perguntei o que estava acontecendo porque o Cleveland não estava lá, o Cleveland tinha saído e estava cheio de polícia do lado de fora...

O SR. – Porque o Jefinho deveria saber?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não é que deveria saber, mas é a única pessoa que conhecia que era polícia, é amigo de Cleveland, era ele e que eu consegui falar, porque liguei para o advogado também para falar... pensei até que era uma ordem de despejo na hora, porque tinha uns vinte... eu tinha passado por um constrangimento anterior em relação a isso e eu pensei até que fosse isso. Como não consegui falar com o advogado, eu liguei para Jefinho. Agora quando abri a porta os policiais entraram de arma em punho na frente do meu filho e festejando e atirando. Eu disse o que é isso, vocês têm alguma ordem judicial? E eu só deixei entrar porque Jefinho estava do lado de fora e falou pode abrir, Geila.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então deu tempo, você esperou ele chegar, ele estava fora ou ele estava lá já?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, eu liguei para o celular dele. Ele não estava lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Deu tempo para ele chegar, demorou um tempo.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – É porque Vitória é tudo perto. Se não me engano acho que ele estava indo para a praia. Não lembro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Voltou e veio para a sua casa?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não lembro, faz muito tempo que... Só sei que quase fui agredida pelo policial e lembro que Jefinho entrou na frente e falou: pelo amor de Deus, ela está muito nervosa. Porque eu não estava entendendo o que estava acontecendo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E aí os policiais entraram?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Entraram e começaram a fazer...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os caminhões estavam vazios?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não sei, estavam fechados. Tinha muita gente do lado de fora quando eu entrei, tipo carregador, os carregadores, foi até todo mundo para a delegacia. Eu não fui no carro de polícia, entendeu? Eu fui no carro... não lembro de quem. Mantiveram-me lá até às 11h da noite, eu passei mal e fui para o hospital... Passei a noite no hospital. No outro dia levaram-me para a delegacia novamente e me falaram que na madrugada eu assinei uns documentos, eu não lembro, estava dopada e a minha nota de culpa, que eu nem sabia o que era isso, era o art. 180, e no outro dia estava numa sala de passagem, porque aquilo para mim aquilo ali não é sala de passagem é sala de loucura, veio com essa prisão preventiva que, para mim, foi forjada, para me manter presa. Agora, o senhor falou em relação a depósito, essas coisas todinhas...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tá, mas estou falando em relação ao material que foi preso na sua casa.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Na minha casa? Não, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora não tem conhecimento?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, o conhecimento que eu tenho é de que o que eu tinha dentro da minha casa era roda, pneu, coisas que Cleveland vendia, eu sabia que Cleveland tava em extrema dificuldade financeira e estava sendo perseguido, muito perseguido pelos problemas jurídicos, briga com o Stein, aquela coisa toda, e os outros materiais que foram apreendidos na minha casa estavam em uma área a que eu não tinha acesso, porque eu não morava numa casa, eu morava numa mansão. Então, era um local a que eu não tinha acesso, de manhã, eu ia malhar, à tarde, eu ia trabalhar...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não tinha acesso?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, não é que eu não tinha acesso...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era proibido?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – ...eu não tinha tempo para isso, para ir ficar olhando tudo dentro da minha casa, eu tinha 4 empregados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Os empregados faziam o quê? Cuidavam das coisas?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Cuidavam o que?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Cuidavam desse depósito? Era um depósito?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, não cuidavam de depósito.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – O que os empregados faziam?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu tinha uma empregada, que fazia comida...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas a senhora disse que tinha 4.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – É, tinha uma empregada que fazia comida, tinha um rapaz que tomava conta da piscina, ia duas vezes por semana, tinha um rapaz que adestrava meus cachorros, ia duas vezes por semana, tinha um rapaz que fazia jardinagem, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E do depósito, quem é que cuidava?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, não tinha depósito.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Veja bem, Dona Geila, a senhora sabia que o seu marido estava com problemas com a Justiça, perseguição, mal financeiramente.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – É, cível, problema cível.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora disse mal financeiramente. E com um monte de material lá.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu não sabia que aqueles materiais estavam lá. O que eu mexia era roda de caminhão...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora não sabia que ele estava mal? Ou sabia?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Ahn?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora sabia que ele estava mal?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Como?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora sabia que ele estava mal financeiramente?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Sabia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Sabia? Não bastava dar um recorrido na casa vende isso, vende aquilo, aquilo outro, tendo um caminhão de depósito lá. A senhora não se dignou a tomar conhecimento disso, ir lá e vender?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, eu não sabia que aquela mercadoria estava lá em casa, porque onde estava, estava lá embaixo, eu não ia lá embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Pelo que a senhora sabe, aquela mercadoria é roubada, não?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, para mim, tudo o que estava dentro da minha casa era lícito.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora não sabe, disse que não sabia que tinha. Hoje, sabendo...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Hoje, sabendo, para mim, se eu soubesse...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, não é para a senhora, para o mundo.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Para o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Para a senhora, a senhora é esposa dele.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Reformule a pergunta, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, a senhora que dê a resposta, a senhora entendeu bem.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, não entendi a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – De quem que era aquela mercadoria que estava lá?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Oi? Era de Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E como é que ele conseguiu aquela mercadoria?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não sei, pergunte a ele.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, estou perguntando para a senhora.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora não sabe?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nem imagina?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, ele falou que foi, que ele comprou. Eu vi pelo depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Que ele comprou?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Que ele comprou.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas a senhora disse que ele estava mal financeiramente, como é que vai estar comprando pneu, isso e aquilo, aquilo outro?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Aí não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu te perguntei no início sobre as mercadorias, a senhora disse que o que tinha lá era pouca coisa.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, a que eu tinha acesso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não consigo, se eu passar a tarde inteira aqui, ler tudo o que foi apreendido.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, não foi pouca coisa.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Mas o senhor já foi na casa?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, não fui não. Vou mostrar rapidamente para a senhora.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu conheço, eu tenho a cópia aqui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – As folhas. Você tem a cópia de tudo, né?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Tenho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, você sabe que isso aqui não tem jeito da gente entender que isso aqui é pouca coisa.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Agora, deixa eu te fazer uma pergunta: todas essas mercadorias foram entregues às pessoas, às vítimas?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que vítimas?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora virou fiscal da lei. Ele rouba, e, agora, a senhora está perguntando se devolveram o roubo.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu estou perguntando...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora não tem que perguntar, a senhora tem que responder aqui, a senhora está sendo questionada aqui.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu fui presa, como é que eu vou saber. Eu estou perguntando aos senhores .

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, não, isso não cabe à senhora, se foi devolvido ou não.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Lógico que cabe.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não cabe.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Se não foi a mercadoria, se foi a mercadoria encontrada na minha casa...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Não, não, não, a senhora tem que responder...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Se a mercadoria foi entregue na minha casa...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – ...se a mercadoria é ou não é roubada, se a senhora tem ou não conhecimento do roubo da mercadoria.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não sei se é roubada, eu sei que eu tenho muita nota fiscal dentro da minha casa e tenho muita nota fiscal dentro da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Isso aí não cabe é a senhora questionar para onde foi a mercadoria, isso aí a senhora questiona na justiça, aqui, não.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – O senhor não atendeu a minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Eu estou entendendo a resposta, a senhora quer perguntar em vez de responder. Está com um caminhão de produtos lá.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Se a mercadoria não tem vítima, e eu não tive condições, e Cleveland não teve condições

de mostrar a nota fiscal. A mercadoria está onde, na Polícia Federal?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora sabe muito bem. Tem mercadoria que vocês não sabem nem de quem roubaram. Não tem nem para quem entregar porque não sabe de quem!...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Isso quem está falando é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Eu estou falando por minha conta.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – E eu estou te falando que tenho fiscal, como tenho do pneus aqui. Tenho do boleto do coisa que eu fui. Nós não tivemos oportunidade de mostrar a nota fiscal porque tudo meu foi apreendido. É isso que estou alegando.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Se a senhora tem fiscal oficia para o Juiz. O seu advogado sabe.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Já está oficiado, só que aqui em Vitória...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Então pronto; esse é assunto superado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Voltando lá, eu te perguntei sobre as mercadorias apreendidas. O que eu preciso saber de você, Geila, é que você já foi condenada com participação?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – É, coisa que eu não fiz.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você já afirmou e tem todo direito de afirmar. Acontece que a quantidade de mercadoria que existia na sua casa, é impossível a dona da casa não saber das mercadorias.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Já te falei..

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Até dizer que acreditava que era coisa lícita não vamos discutir aqui porque você tem todo direito e eu não vou questionar isso.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Com certeza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas não foi pouca coisa e é muito estranho que tanta mercadoria, com uma diversidade tão grande esteja numa residência, por mais que a residência seja grande.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Vou responder ao senhor. Quando fui depor na Federal, eles alegaram que tinha muita fita gravada minha comandando carregamento de caminhão. Inclusive a uma semana antes, duas semanas, vinte dias, não sei, que fui presa, eles alegaram que eu tinha uma fita na qual eu tinha sido presa em São Torquato e por isso que não me soltavam, porque eu tinha, como fala, subornado o Delegado. Isso é mentira. Penso o seguinte: eu fiquei sabendo que a Federal investigou, gastou R$16 milhões para investigar a nossa vida, entendeu? Bem, o senhor está rindo. Eu acho que eu não sou palhaça.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Ninguém aqui é palhaço. A senhora está invertendo os papéis.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Da mesma forma que o senhor quer respeito, também quero.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora está invertendo os papéis. Eu dei um tempo para a senhora falar e se a senhora continuar, vou lhe cassar a palavra do seu discurso.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Estou respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora responda à pergunta que ele lhe fez. Agora, a senhora por outro rumo, fala mal do Juiz.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu não falei mal de Juiz!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Falou mal antes. Agora fala mal da Polícia Federal, a senhora só fica falando mal dos outros. Então a senhora responda ao questionamento dele.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Estou respondendo. A Polícia Federal alegou que investigou nossa vida durante um ano e meio. É o que estava na Linha Direta em programa nacional. Então, se a Polícia Federal investigou, ela deve ter prova!

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É verdade, tanto que a senhora foi condenada.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, pra mim não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora foi condenada sem prova?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Sem provas tanto é que a prova que eu estou mostrando aqui vou mostra em apelação.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – A senhora conhece as gravações que a polícia federal fez? Em diversos telefonas que Cleveland fez com Jefinho, Vidigal, enfim? A senhora conhece?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Ora, vou falar com a maior sinceridade para o senhor. Fiquei sabendo a partir do momento que fui presa. Não tinha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas agora a senhora conhece, sabe que foi gravado. A senhora chegou a ler as gravações?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Nunca leu?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não,nunca li.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – a senhora quando viu o problema na porta sua casa a primeira foi Jefinho que a senhora.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Foi mas ele estava fazendo outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – Mas as ligações que o Cleveland fazia era exatamente com Jefinho, exatamente fazendo negócio de roubo de carga, acertando negócio quando dava problema, quando deixava de dar problema, quando ia bem motorista que fazia as coisas erradas enfim tudo relacionado.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Nunca li essas degravações.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) – E a senhora diz que eles fizeram a investigação. Aqui tudo gravado e degravado todas as conversas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora conhece o Jarbas de Almeida Bonfim?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é ele?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Amigo de Cleveland. Às vezes fazia frete para Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Reinaldo Buchoa?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Roberto Buchoa?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Geraldo Emílio Vieira Torres?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Também não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Josenildo Vieira da Silva,

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Também não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Edivaldo Tadeu Faroni?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Também nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só o primeiro? Só o Jarbas?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Só o Jarbas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era motorista?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – O Jarbas? Não sei se ele é motorista, sei que o Cleveland fazia... Acho que contratava frete dele. Tanto é que ele está no meu processo. Mas eu não tenho amizade com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o depósito lá no posto Chapada Grande?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Que é que tem?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A senhora conhecia?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Já fui lá, já fui na churrascaria. Na churrascaria que tem lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o depósito?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, nunca fui. Nem sabia que tinha depósito lá. Nunca soube que tinha depósito lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Lá foram encontradas cargas também.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – É, anterior.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sabe, né?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Sei, eu vi no jornal.

Bem, posso falar?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Pode, claro.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, porque o senhor não deixa eu falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Não é que eu não deixe. Eu só adverti muito claramente para a senhora não vir aqui fazer discurso contra juiz, só isso.

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, eu não estou fazendo juízo, não estou fazendo, eu não falei nada de juiz.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Fatos a senhora pode relatar e a gente faz questão que a senhora fale.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre problema do juiz, doutora, o Cleveland já fez tão...

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu não falei nada de juiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós demos vinte minutos, ou mais de meia hora, para o Cleveland falar tudo o que ele quisesse a respeito do processo dele, transferências do presídio e tudo. Então, apenas o Deputado está pedindo para não ser repetitivo nessa situação.

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Mas eu não falei nada, e ele está me cortando. Então, eu estou me sentindo aqui... Eu vim aqui para ajudar, não sou obrigada a falar nada, porque eu sou condenada, e ele está me irritando, eu não estou gostando, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se a senhora não quiser falar, nós interrompemos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Não é obrigada a falar também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se a senhora se recusa, nós interrompemos.

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Entendeu? Não, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então pode falar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você quer água?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Maurício, por favor, providencia a água.

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu queria falar, mas não pode.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode falar. A senhora até é simpática, pode falar. Quem é advogado dela?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tinha tido...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Advogado, o senhor tem alguma interferência...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tinha tido já outro processo, algum outro inquérito, nada?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabia de negócios do Cleveland na Bahia, Rio de Janeiro, Minas, São Paulo?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, nunca soube. Não, Cleveland é uma pessoa que mexia com importação e exportação. Ele tinha negócios no Brasil inteiro. Agora, eu não vivia atrás de Cleveland falando o que ele tinha, o que ele não tinha, entendeu? O que eu tomava conta era da minha distribuição de rodas e pneus, que eu tinha e que eu perdi, e hoje eu não tenho trabalho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era sua?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Era minha e dele, né? Era dele, né? Mas eu trabalhava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você é que coordenava, né? Que administrava.

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – É, eu administrava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Carlos Zico Boldrini?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele foi preso em flagrante lá no posto Chapada Grande.

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele afirmou que aquela carga lá era do Cleveland.

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – De Cleveland é uma coisa, de Geila é outra.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Lógico. Nós queremos saber do seu conhecimento. Você tinha conhecimento disso?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu não conheço ele, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, né?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Muito me admira a volta...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dona Geila, me dá licença um pouquinho. Eu vou pedir para a senhora só cinco minutos até chegar a água, a senhora toma a água, acalmar, e aí a gente volta, já falei

com seu advogado e ele fez as ponderações. A senhora pediu para chegar a água, a senhora toma sua água, acalma e rapidamente nós vamos terminar aqui o seu depoimento.

Cadê a água? (Pausa) A senhora já tomou a água?

A SRª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Estou tomando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fique à vontade. A senhora... Só tem uma pergunta que o Deputado quer fazer...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu esqueci o nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do Deputado?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pompeo.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Pompeo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Pompeo.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Pois não. O senhor desculpa meu nervosismo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, fique tranqüila.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – É porque é muita coisa que eu passei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está sob tensão, tudo bem. Fica tranqüila aí, que a senhora terá todo o respeito da Comissão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nosso trabalho, Dona Geila, não é absolutamente pessoal contra esse ou contra aquele. Nós combatemos o crime do roubo de cargas onde ele estiver e onde a gente suspeitar que tem. Mas absolutamente nós não estamos aqui marcando: Oh, tem que ser contra essa pessoa ou contra aquela outra pessoa.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Mas eu, quando...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A gente nem lhe conhece.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu achei que o senhor...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu nem lhe conheço. A senhora não se preocupe. Eu nem lhe conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria só...

O SR. – O colega perguntou sobre a questão do Carlos Zico Boldrini, que a senhora conhece, não é?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora não conhece? Mas a senhora ficou sabendo que quando ele foi preso...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Ahn, ahn.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...com a mercadoria, ele acusou que a mercadoria era do Cleveland.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Ahn, ahn.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tá. E a senhora não chegou a conversar com o Cleveland sobre se realmente era verdadeiro... Porque a senhora está dizendo assim...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, mas quando ele... Quando aconteceu isso, foi... Acho que não acusaram o Cleveland na época no jornal, essas coisas. Eu não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. Mas ele disse claramente. O Carlos Zico Boldrini, quando foi preso, no depoimento dele, afirmou assim, de forma clara e pronta...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Mas logo depois eu fui presa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. Não, mas eu quero só dizer para a senhora o que ele disse.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Ahn, ahn.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É que a mercadoria, que o dono da mercadoria apreendida era do Cleveland, que foi quem contratou caminhão para levar a carga roubada de Linhares para Serra. Ele disse isso. Isso também os jornais divulgaram. A gente tem aqui as notícias dos jornais, que divulgaram esse fato que ficou público. O questionamento que eu lhe faço, quer dizer, há uma... A senhora diz: "Olha, não sou o Cleveland. O Cleveland é o Cleveland, e eu sou a Geila."

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É. E a gente sabe que uma pessoa não pode pagar pela outra.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – No entanto, a senhora é casada com ele, e aqui me desperta a curiosidade. A senhora diz: "Olha, ele está sendo acusado desse, daquele e daquele crime". A senhora é esposa dele. Foi presa por causa disso. Não sabe de nada. Podia chegar e dizer: "Olha, eu estou sendo presa por uma coisa que eu não sei, não devo".

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu entendi sua pergunta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quer dizer, tu não fez isso? A senhora não perguntou para ele se isso era verdade ou era mentira?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Perguntei. Perguntei. Ele falou para mim que era mercadoria lícita, que ele tinha nota fiscal e que ele ia provar que as mercadorias eram... como é que fala?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Legais.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eram legais...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eram legais e que estavam na Polícia e que ele ia resolver o problema. Só isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essa é a explicação. E é a mesma que ele continua lhe dando ainda?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Oi? Não. Agora não. Agora ele falou a verdade. Inclusive falou diante de todo mundo. Só que na época ele falou. Por quê? Porque ele sabia que se eu soubesse de alguma coisa eu não iria aceitar uma coisa dessas. Porque eu não gosto de coisa errada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. A senhora continua...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – E nem admitiria uma coisa dessas dentro da minha casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. E agora, sabendo,...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Como assim?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Agora a senhora ficou sabendo. A senhora disse que não admitiria isso na sua casa.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Nem admito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E agora ficou sabendo...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Nem admito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não admite?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Também não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora ainda é casada com ele?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Ainda sou.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso não abalou o casamento?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Muito. Só que eu tenho um filho de quinze anos que depende...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. Tá bom. Tudo bem. Não, isso a senhora explicou.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – ...que depende da minha estrutura familiar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tá bom. Tá bom. Agora, ele comprava muita mercadoria. De onde ele comprava essa mercadoria?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Pergunte a ele. Eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora não acompanhava? Ele não perguntou... A senhora sabendo...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Esse tipo de mercadoria não. Agora, o tipo de mercadoria que eu distribuía eu posso lhe dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – De onde?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Dos Estados Unidos. Da Dunlop Tire, Intersire Tire, que tem até a documentação aí, que eram todas lícitas. E da Giros Racing, que eram rodas. E algum tipo de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pneus também?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Os pneus vinham dos Estados Unidos.

O SR. – **(Fora do microfone.)**

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – É. Ahn, ahn. E tinham algumas coisas assim de parafuso, essas coisas, que eu não me lembro do nome da...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Parte mecânica, não é?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, não mexi de mecânica. Era coisa mais assim... Artigo de carro. Material automotivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Cleveland... A senhora negociava com os Estados Unidos. E tinha negócios com alguns empresários da Bahia, São Paulo, Rio?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora, não, e ele?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Cleveland trabalhava no Brasil inteiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – No Brasil inteiro? Muito bem.

A senhora, antes desse fato, havia respondido a algum processo?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sabia se o Cleveland havia respondido?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Havia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sabia disso?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora tinha conhecimento se ele tinha sido preso alguma vez?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu fiquei sabendo, eu estava morando nos Estados Unidos, e ele, aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que ele havia sido preso?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a senhora estava com ele?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não, eu estava morando, eu estava nos Estados...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sei que a senhora estava morando nos Estados Unidos, mas a senhora tinha uma... Era casada com ele? Era separada?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Era casada, mas eu estava morando nos Estados Unidos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estava morando, mas estava casada com ele.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Era casada com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Você tinha uma relação marido-mulher.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ainda que a distância, mas a relação familiar existia?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – É, mas eu estava morando fora.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E ficou sabendo que ele foi preso?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ficou sabendo que ele foi preso, em função de quê?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Pelo jornal e, depois, pela família.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em função de que ele foi preso, pelo que a senhora ficou sabendo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual a razão da prisão?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Da prisão? Foi porte ilegal de arma.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só porte ilegal de arma?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – D. Geila, a senhora quer acrescentar alguma coisa, com mais tranqüilidade?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora esteja à vontade.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Primeiro, quero dizer que, para mim, foi

uma surpresa a volta de vocês, porque, inclusive, estive até com o Deputado Max, e ele afirmou que achava que vocês não retornariam. Para mim, foi uma surpresa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora sabe, D. Geila, nós nos comprometemos aqui que voltaríamos. Como agora, dentro dos depoimentos que foram tomados, estamos achando que, depois de analisados e das diligências que forem feitas em razão dos depoimentos, provavelmente, antes do término da CPMI, tenhamos que voltar para algumas acareações. Acho que ela jamais vai ser impedida ou antecipar se vai deixar ou não de ir. Depende das circunstâncias e do desenvolvimento das investigações. Não veio com nenhuma outra razão. Se a senhora está interpretando que veio por alguma razão, fique tranqüila, porque viemos por necessidade.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não. Só estou dizendo que, para mim, foi uma surpresa, porque a maioria das pessoas achava que vocês não voltariam, e vocês voltaram.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Uma surpresa agradável?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Muito, muito agradável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado. E se a senhora tiver mais alguma coisa que seja importante, nos telefone, que nós voltaremos. O importante é buscar a verdade.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – E outra coisa: para mim é muito difícil... O Deputado Pompeo não estava aqui na primeira coisa – eu também na participei, só assisti pela televisão – e, para mim, isso tudo que eu passei, é muito difícil confiar nas pessoas, entendeu? Então, de repente, fui até mal interpretada pelo senhor. O senhor me desculpa. Porque eu sofri muito, entendeu? Porque a minha palavra não vale, e isso, como cidadã, é muito difícil. Por isso é que gosto de provas, e por isso que eu juntei tudo o que eu pude para tentar mostrar a minha inocência agora, porque, na época em que eu estava presa, eu não tinha condições, entendeu? Por ser esposa dele, de Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora, quando foi presa, lá, pelo menos no depoimento que entendi – desculpe –, a senhora estava, quando a polícia chegou à porta da sua residência...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu tinha acabado de chegar em casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a senhora chamou o outro rapaz, que solicitou à senhora autorização para entrar na casa.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Provavelmente, a senhora até desconhecia o que havia lá dentro...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu desconhecia. Se eu tivesse maldade, se eu tivesse maldade, eu exigiria uma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ordem judicial.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Uma ordem judicial para entrar na minha casa, entendeu? E eu não exigi, eu deixei eles entrarem, eu não sabia do que estava se tratando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No seu depoimento em juízo, a senhora esclareceu esses pontos?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Esclareci, mas eu não fui interrogada, eu fui massacrada, porque, no começo, aqui, eu fui massacrada pelo Deputado Pompeo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é um bom interrogador.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Ele é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um bom interrogador. Ele faz falta quando não comparece às comissões.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Pois é. E fui... Ele tentou me massacrar.

(Fora do microfone.)

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Desculpe, mas eu me senti assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas está mais tranqüila agora?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Agora, estou. E eu não tive oportunidade de me defender, porque, quando falei que meus bens, cada dia, quando eu estava presa, era uma notícia que eu recebia – um dia, era que minha casa, todas as minhas coisas foram pegas por uma ação monitória. Depois, meu carro; depois, foi minha casa; cada hora uma coisa. Então, não tinha como me defender, porque meus documentos estavam dentro da minha casa ou dentro do meu escritório, nota fiscal, essas coisas. Como que eu ia provar que o computador do meu filho tinha nota fiscal?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca fizeram uma diligência com a senhora?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Nunca fizeram. Tudo o que foi pedido ao meu favor, para minha defesa foi negado. Tudo. Só agora que o Desembargador Álvaro, que até agradeço a ele por ter me concedido o efeito suspensivo e me devolveu os meus bens de família, que tive condições de... Por Deus, porque meus bens vieram tão deteriorados que os meus documentos vieram todos com cupim e, por sorte, veio essa nota fiscal, que está na restituição de bens, está no boleto da transportadora, que até falo que poderia até ter recebido mercadorias na minha casa, mas nunca recebi mercadoria de caminhão sem nota fiscal, essas coisas. O que recebia na minha casa era com nota fiscal, ou o rapaz que trabalhava em casa, ou a menina. Eu não ficava muito em casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora tinha um depósito em casa?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não tinha um depósito na minha casa. Eles falam que eu tinha um depósito na minha casa. Minha casa tinha uma garagem só. Como eu tinha muito cachorro, eu não colocava o carro na garagem, porque, na hora em que eu colocava o carro na garagem, eu ficava com medo do cachorro sair.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E guardava a mercadoria que recebia legalmente...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Lá, nesse local.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois era vendida fragmentada?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Por isso que comecei a falar da Federal...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era vendida a varejo?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Nunca vi isso. O horário que Cleveland fazia isso era um horário em que eu não estava em casa. Chegava em casa à meia-noite. Eu fazia faculdade. Agora, é o que falei. Ele falou que eu falei mal da Polícia Federal. Não falei mal da Polícia Federal. Só falei o seguinte: quando fui interrogada na Polícia Federal, eles falaram que tinha fita gravada minha, comandando carregamento de caminhão. Quero ver. Falaram que tinha fita gravada minha, que eu tinha sido presa e subornando delegado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora tem algum documento que queira nos deixar? Doutor? Tem alguma coisa que possa nos ajudar?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Depois, ele vai passar para o senhor.

(Conversas fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim. Pode. Depois o senhor faz por escrito. Se quiser comunicar. O senhor quer o microfone?

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – O requerimento é o seguinte: sou Advogado da Geila e sou Advogado de Cleveland. Estou acompanhando o depoimento dos dois aqui dentro e estou muito satisfeito, mas tenho escutado falar por algumas pessoas, e o Deputado Pompeo também comentou comigo, ali, agora, que o Cleveland teria tecido críticas a juízes e verifiquei que vieram dois juízes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dois juízes justificando e foram prontamente ...

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – Prestaram uma resposta, inclusive muita rápida, e dá a entender que existe a intenção de mais um processo aberto em relação a Cleveland provavelmente por calúnia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles requisitam o depoimento.

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – Daí o meu requerimento. Acho que é um direito de defesa pelos juízes, muito bom, mas estranho a velocidade com que essa decisão foi tomada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles estavam vendo pela televisão e me parece que alguém ligou para comentar, mas não tenho nenhuma...

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – É de conhecimento da CPI... Nós estamos sempre comentando – isso não é crítica a juiz, é uma crítica ao Judiciário, que funciona de uma forma lenta naquilo que é o interesse de quem está sendo submetido a um processo penal. De uma forma lenta, porque existem poucas condições de funcionar de uma forma mais rápida. Mas a CPI tem conhecimento de que um requerimento, por exemplo, que Cleveland formulou aqui no início do requerimento dele, na CPI anterior, dizendo "Tem um ano e meio que estou dizendo que tenho um problema de vista e estou prestes a ficar cego."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora mesmo falei com o Secretário de Segurança da importância do tratamento.

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – Essa é uma crítica. É uma crítica que também formulo como Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor não entrou com o pedido?

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – Com vários.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca foi atendido por um oftalmologista?

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – Não. Uma vez tivemos uma ordem judicial para que ele fosse submetido a exame médico, como o que os senhores deram aqui também, mas esse nunca aconteceu. Tenho adotado uma política de arrumar a menor quantidade de inimizades possíveis. Por isso, vou tentando contornar a situação. Quanto a essa questão oftalmológica, por exemplo, eu iria dar um jeito de tentar levar um médico oftalmologista ao presídio para visitá-lo. Esse é um requerimento.

Outro requerimento é sobre a questão dos bens. Dentro dos bens apreendidos na casa, eu tinha provas que poderiam ter sido usadas na defesa da Geila. Na época, eu não era advogado dela. Eu estou me apresentando como seu advogado na fase de apelação. Realmente existem nos autos pedidos de restituição desses documentos que foram devolvidos agora. Há anos isso aconteceu. Tanto o é que os documentos estão deteriorados.

Isso faz com que a pessoa venha aqui e queira desabafar. Tenho conversado bastante com a Geila e com Cleveland sempre os orientando no sentido de não tecermos críticas à polícia ou a juízes porque a CPI não é local adequado para produzir provas para defesa deles. Para isso, o advogado faz o trabalho dentro do processo. Essa é uma explicação do porquê do meu requerimento.

Observei que foram requeridas pelos juízes cópias das informações prestadas aqui pelo Cleveland. Entendo de forma diferente. Não entendo que tenham sido feitas denúncias caluniosas, mas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tenho a impressão de que eles querem analisar se houve ou não denúncias caluniosas no depoimento dele, mais em razão de autoproteção, pelo que entendi. Ele está dizendo que corre risco de vida e pediria que fosse mantido no local em que se encontra.

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – É uma pessoa que, a cada dia que passa – e a vida dentro da cadeia é assim –, está sem a menor noção se amanhã vai estar viva. Por isso, a pessoa fica desesperada. Eu gostaria de requerer uma cópia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu gostaria de dar uma explicação para o senhor.

Segundo o ofício do juiz, as transferências são solicitadas pela administração do presídio em razão do comportamento dele como tráfico de drogas e de outras coisas. O senhor tem a cópia do ofício. Eu lhe forneço a cópia se o senhor quiser. O senhor precisa do ofício do juiz?

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – Eu gostaria de ter uma cópia das declarações prestadas por ele porque preciso analisá-las.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Assim que a reunião for degravada, o senhor pode solicitar à secretaria que lhe enviaremos.

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – Não quero ser interpretado de forma diferente pelos meus clientes, mas não existem ilegalidades nas transferências. A única crítica que eu teria é a de que essas poderiam ter sido analisadas de forma mais humana. Se o Cleveland tivesse tido um tratamento mais humano – o que parece que vamos conseguir –, talvez hoje estivesse nesta CPI uma pessoa prestando informações que vocês gostariam de ter. Isso aconteceu com aquele outro rapaz que está se sentindo confiante. Ele veio aqui e disse que precisou entrar em um jornal e implorar a um promotor para que fosse, finalmente, submetido a um Programa de Proteção à Testemunha. Eu não tenho essa certeza em relação ao Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu ofereci ao Cleveland essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele disse que não precisava da ajuda de ninguém.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ofereci isso várias vezes a ele. Perguntei se ele queria fazer parte do Programa de Proteção à Testemunha, se ele queria contribuir. Ofereci a ele tudo o que o outro tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tem um princípio que não quer ser cagüete. Ele diz que não delata ninguém.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele diz isso o tempo inteiro. Parte-se do princípio de que, para haver a proteção, tem que haver colaboração para esclarecer. Isso não deixa de ser delatar nomes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se não houver a colaboração direta, não dá para ter proteção.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está determinado em lei que, para haver proteção, tem que haver colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem que haver colaboração para esclarecer e identificar os outros membros da quadrilha.

Agora, ele disse que não precisa da ajuda de ninguém. Ele disse isso claramente. Não acredito que o senhor esteja se queixando. Estou apenas explicando.

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – Não. Tenho a mesma satisfação que a Geila tem de ver a CPI retornar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor está querendo só o documento?

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – Quero a cópia do depoimento do Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está autorizado. Assim que a reunião for degravada, serão enviadas cópias para ele e para o juiz.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Sr. Presidente, farei uma pergunta apenas para satisfazer a curiosidade de capixaba. Certamente, outros têm a mesma curiosidade, que nada tem a ver com o roubo de cargas.

As importações que a firma do Cleveland fez foram via Fundap?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Pergunte a ele. Não sei te responder.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Não sabe informar, não é?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Ele esteve aqui e o senhor não fez essa pergunta a ele?

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Não, não me ocorreu. Ele não falou sobre as importações, mas só sobre o roubo de cargas.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Sei o seguinte, o que posso te responder é o seguinte: a empresa dele não fazia as importações. Ele terceirizava.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Essas empresas eram do sistema Fundap, as terceirizadas?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Acredito que sim.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Acredita que sim. Sabe o nome de algumas assim?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não. Não lembro.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois podemos perguntar para o Cleveland, porque ele não escondeu nada aqui e não teve nenhuma dificuldade para responder. O que é de responsabilidade dele em nenhuma vez ele se negou a esclarecer.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu só queria terminar. Tem mais alguma pergunta?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não sei se consegui entender bem, mas o colega advogado, como é o seu nome?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Paulo Henrique.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Dr. Paulo Henrique questionou aqui que havia feito um requerimento, acho que até da outra vez em que a CPI esteve aqui, para que o Cleveland fosse submetido a um exame médico...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Oftalmológico.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Oftalmológico. E até hoje não foi feito?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só isso. Foi feito isso e até agora não foi resolvido? Quero fazer a inclusão disso, Sr. Presidente, porque acho que temos de ser positivos. Sou muito positivo, sou advogado também, advogado criminalista, e acho que direito é direito e dever é dever. O preso tem os deveres e os direitos também. O preso tem o direito de ser submetido a exame médico quando ele requer, e a necessidade impõe.

Quero aqui, Sr. Presidente, fazer um apelo para que V. Exª, na condição de Presidente, se isso já foi oficiado ao Poder Judiciário na área de Execuções Penais, reitere o ofício, mandando cópia do outro ofício e pedindo que, assim que isso for providenciado, o Poder Judiciário responda à CPI as providências tomadas.

Faço essa solicitação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pedirei à Secretaria dois ofícios: um para o juiz da Vara de Execuções Criminais, reiterando o pedido de exame, e um ao juiz corregedor da Justiça do Espírito Santo com cópia dos dois ofícios.

Aguardaremos a resposta e, se não houver, tomaremos alguma outra providência que possa fazer com que ele seja atendido.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Quando – vou colocar a minha pessoa: se estou vindo aqui como testemunha, o que eu falo os senhores vão averiguar?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Claro. É investigação para...

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Se eu falo alguma coisa, vai ser averiguado, concorda?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Se achar necessário.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Se for da CPI de Roubo de Carga etc, etc.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A CPI tem limitações de ordem legal. Ela não pode fugir àquilo que foi proposto.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Eu sei. Mas se eu falasse alguma coisa sobre roubo de carga seria investigado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem dúvida.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – E só seria tomada providência depois de concluído?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois de comprovado.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Comprovado, né?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – E os senhores... Vou falar por mim. Não vou falar por Cleveland, porque não tenho que falar por ele. A partir do momento em que a CPI esteve aqui e remexeu com a minha família de novo, porque lembrou tudo, aquela coisa toda, mais ainda – porque a gente fica, a gente está numa situação de falta de confiança, medo, incerteza em quem confiar, porque aqui no Espírito Santo é complicado – a partir do momento em que a imagem de Cleveland foi usada pelo Deputado Max Mauro para campanha eleitoral e, logo após, no outro dia, o Deputado Robson Tuma escreveu uma carta defendendo o Senador Paulo Hartung, isso me deixou numa situação muito difícil. Eu, como cidadã, que ando na rua, entendeu, e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A carta do Deputado Robson Tuma não defendeu, mas apenas esclareceu que não havia acusação.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Esclareceu e falando que não levasse em consideração o que o Cleveland tinha falado. Só que o que ele tinha falado não está concluso ainda, porque a CPI não está. Pelo meu entender é isso. E isso me causou um prejuízo muito grande, porque já fui ameaçada duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De que forma, senhora?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Na rua.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por pessoas conhecidas?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Nunca vi na minha vida. Conversei com o Deputado, que está aqui de prova, e levei ao conhecimento do Sr. Naurides, porque nem saio de casa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora fez uma queixa formal à polícia?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria à Polícia Federal que fizesse e, se possível, reproduzisse o retrato falado.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Posso fazer. Inclusive, antes de vir aqui, pediram-me que ficasse quieta. Não sei de nada. Ligaram para minha casa. O que queria ressaltar é que, da mesma forma que foi muito bom a CPI, fico muito preocupada com a minha integridade e com a do meu filho. É como disse o Deputado Robson Tuma sobre a integridade física e psicológica. Aí vem a transferência de Cleveland, de Cachoeiro, como o senhor pediu e que foi de uma forma muito brutal, quando recebi um telefonema anônimo na hora, tenho testemunha, dizendo que ele estava amarrado e que ia morrer. Está sendo muito complicado remexer nisso tudo. Não sei como isso seria revertido. Estou sabendo agora, porque não assisti ao que Cleveland falou dos juízes da Vara de Execuções, e quem toma conta do meu processo, creio que são eles. Não quero que haja um confronto e ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Represália?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Isso, porque aqui as pessoas levam as coisas para o lado pessoal, o que fica muito complicado para nós.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tenho a impressão de que a senhora está fazendo um esclarecimento. Os juízes, pelo que vi, estão acompanhan-

do o depoimento e vão entender a preocupação da senhora.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Sr. Presidente, queria saber como foram essas ameaças.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Já falei para o senhor.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Queria que dissesse à CPI.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Foram duas ameaças. Quando estava saindo da minha casa, um Gol branco, foi logo depois da...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria ao Dr. Paulo que fizesse uma representação à Polícia Federal sobre essas ameaças, e que ela contribuísse com o retrato falado, a fim de que se faça uma investigação para identificar o responsável.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – É difícil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não anotou a placa do Gol?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não tinha, porque, na hora que me abordou, pensei que fosse para pedir alguma informação.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – Como é que foi a abordagem?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Estava saindo de casa e o Gol parou na minha frente querendo uma informação, quando falou o recado. Até anotei, porque estou com a minha cabeça confusa. Mas foi algo como: "Você está sozinha, não tem ninguém por você, cuidado".

Anotei tudinho, porque anoto as coisas na minha agenda para não esquecer. Até comentei com o senhor, não sei se o senhor lembra o que falei. Não lembro agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essa foi a primeira vez. E a outra vez?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – A outra vez foi a mesma coisa. Eu estava atravessando a rua, no...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A mesma pessoa?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Não. Foi um carro escuro, creio que um Uno. Não tinha placa, parou do meu lado e falou algo como se fosse uma piadinha: "Estamos de olho em você 24 horas por dia".

É algo assim, eu anotei o que era.

O SR. MAX MAURO (PTB – ES) – E como foi o telefonema de hoje?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Alguém disse para eu ficar quieta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Era homem ou mulher?

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Homem. É somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr.ª Geila, está terminando. Agradeço a sua colaboração e a do Dr. Paulo.

Tomaremos as providências referentes ao exame oftalmológico. Não podemos determinar, mas procuraremos saber o porquê dessa demora.

Quanto às ameaças, solicito-lhe que represente ou, pelo menos, faça uma comunicação para que a Polícia possa tomar providências.

Está encerrado, Sr.ª Geila.

A SR.ª GEILA COELHO RODRIGUES MOREIRA – Certo, Excelência.

O SR. ADVOGADO (Paulo Henrique) – Quanto à questão do exame a que quis me referir, não é apenas isso que requeremos e não conseguimos. Existem outros pontos que o Deputado e o Colega criminalista entenderia. São vários incidentes que vão ocorrendo na execução penal que vou exigindo e vamos tendo dificuldade para receber um provimento. Mas o trâmite é demorado mesmo.

Comentei essa questão do exame somente porque quem está preso e lê a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal acredita que tudo deve acontecer na velocidade em que lê. Se se solicita um requerimento para ir ao médico, deve-se ser atendido em um dia no máximo. Se o preso tem direito à progressão de regime por já ter cumprido a pena, para ele, no dia seguinte, deve ser solto. Mas quando o exercício de determinado direito começa a demorar muito tempo, um ou dois anos, ele fica revoltado.

O que foi realizado aqui hoje é apenas um desabafo. Nem os meus clientes nem eu temos intenção de fazer críticas ao Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Apenas comunico que enviamos um ofício ao Juiz da 1ª Vara Cível de Vitória, Dr. Maurício Rangel Camata, que foi citado na gravação que a Polícia Federal nos encaminhou, esclarecendo que ele teria procurado comprar uma arma do Sr. Cleveland.

Então, ele mandou resposta informando todos os fatos, que anexaremos ao nosso relatório.

Ele afirma:

"Que confesso que tomei conhecimento dos fatos (...) face ao relacionamento que mantinha com o referido acusado, inclusive com conversas regulares por telefone quando conversávamos sobre assuntos diversos, sobretudo religiosos."

Parece que são amigos de infância – os dois, segundo Cleveland comunicou aqui.

E continua:

"Numa das conversas, certamente aquela gravada pela PF, quando já tinha tomado conhecimento informalmente da participação do acusado em crimes, pedi a esse que me devolvesse uma arma de uso próprio, um revólver calibre 22, que pretendia vender, sendo combinado que permaneceria com a arma por poucos dias para experimentá-la e decidir se a compraria.

Esse, eminente Senador, foi o teor da conversa que mantive com o acusado, preocupado que estava com a permanência da arma com este, já que poderia muito bem ser usada em algum ato criminoso.

Por derradeiro, esclareço que a compra da arma não foi efetivada."

Então, a idéia é que o Sr. Cleveland pretendia comprar a arma do Meritíssimo Juiz; o negócio não foi realmente efetuado, e a Polícia Federal está fazendo o levantamento dos registros de arma.

Assim, agradeço ao Dr. Maurício a atitude de responder prontamente o ofício com a pergunta que lhe fizemos a respeito da arma.

Peço a Secretaria que tome as devidas providências.

Solicito a presença do Sr. Carlos Zico Boldrini, último depoente presente nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Carlos, é que tem um termo de compromisso, se o senhor concorda, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, a dizer a verdade, somente a verdade, a esta Comissão. Então, por favor, o senhor poderia assinar? Confira os outros dados que constam do documento, se correspondem à sua identificação. O senhor é advogado, doutor? Qualquer coisa, o senhor pode se dirigir à Mesa que tomaremos as providências.

O SR. CARLOS ZICO – É para conferir isso aqui só e depois tem que assinar?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Carlos, você está preso ou já está solto?

O SR. CARLOS ZICO – Não. Estou solto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ficou preso quanto tempo?

O SR. CARLOS ZICO – Cinco meses.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cinco meses?

O SR. CARLOS ZICO – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sabe o que é aqui onde você está? A CPI?

O SR. CARLOS ZICO – É. A minha intimação está como vítima, né? O que eu recebi foi isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como vítima?

O SR. CARLOS ZICO – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cadê a intimação dele? Está dizendo que foi intimado como vítima. É como testemunha.

O SR. CARLOS ZICO – Testemunha vítima.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não. Para ser depoente aqui sobre os fatos que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas testemunha... Seu advogado está aí? Se é vítima, pode ser uma testemunha dos fatos. Não se preocupe com isso. Ninguém está te indiciando.

O SR. CARLOS ZICO – Oh, não sei. Estou dizendo o que está escrito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Inicialmente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não se preocupe. O fato de você estar aqui é como testemunha. Não está sendo indiciado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso aqui é uma CPI, você sabe, não é?

O SR. CARLOS ZICO – Não. Eu estou tranqüilo. Eu vim aqui só para responder mesmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Você sabe o que é isso, não é? Uma CPI. Formada por senadores e por deputados.

O SR. CARLOS ZICO – Mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está acompanhado de advogado, fica tranqüilo.

O SR. CARLOS ZICO – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qualquer coisa, eles podem intervir.

O SR. CARLOS ZICO – Eu preferia não as fotos, tá? Eu não gosto muito de foto não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não se julga simpático?

O SR. CARLOS ZICO – Não. É porque quando eu fui preso, pegaram minhas fotos e colocaram no jornal, como era isso, aquilo, eu tinha roubado um mi-

lhão. Eu acho que se eu tivesse um milhão eu não estava andando de carro velho, o mesmo carro que eu tenho há três anos atrás, né?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Bem, me cabe oferecer e lhe informar que a CPI pode trazer benefícios para você. Seu advogado está aí, e se você quiser conversar com ele... Como, por exemplo, a inclusão no Programa de Proteção à Testemunha, que te dá toda segurança, a você e à família, isso tudo dentro da lei (Lei nº 9.807, de 1999), caso o senhor queira contribuir com a CPI, buscando elucidar uma série de envolvimentos sobre o roubo de cargas. Você quer pensar sobre isso? Quer conversar com o seu advogado?

O SR. CARLOS ZICO – Não. Eu vim para responder o que vocês me perguntarem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Diretamente mesmo, né?

O SR. CARLOS ZICO – É. O que eu tenho para falar todo mundo pode ouvir.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está certo. Qual é a sua profissão?

O SR. CARLOS ZICO – Eu sou motorista. Trabalho com o meu carro mesmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com automóvel?

O SR. CARLOS ZICO – Não. Caminhão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Caminhão. O senhor ficou preso quanto tempo?

O SR. CARLOS ZICO – Cinco meses.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cinco meses. Quando o senhor foi preso?

O SR. CARLOS ZICO – Foi no dia 29 de novembro de 2000, acho, 2001, não sei. Não lembro não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantas vezes o senhor foi preso?

O SR. CARLOS ZICO – Duas vezes.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A outra foi o quê?

O SR. CARLOS ZICO – A outra foi que eu estava com um rapaz, não é? Aí... Assim, um amigo, não é? Estava com um rapaz fica até mal, não é? Eu estava com um amigo. Aí, esse cara eu não sei se ele era errado ou o que era.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem era?

O SR. CARLOS ZICO – Eu sei que eu peguei e tomei o art. 157. Entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Art. 157 é roubo, não é?

O SR. CARLOS ZICO – É. Esse cara já sumiu no mundo, ninguém sabe dizer dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é?

O SR. CARLOS ZICO – É um tal de Roosevelt.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Roosevelt?

O SR. CARLOS ZICO – É, Ormi Moreira. É o nome dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso foi antes dessa aqui? Que se refere a esse caso aqui?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como e quando aconteceu a questão da carga da Gessy Lever?

O SR. CARLOS ZICO – Não aconteceu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não aconteceu?

O SR. CARLOS ZICO – Não. Isso não aconteceu. Foi esse lance do 157, que estou dizendo para o senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com o Roosevelt?

O SR. CARLOS ZICO – É. Inclusive, creio que se tem alguém que deve alguma coisa é ele, porque ele não compareceu nas audiências. Eu não faltei uma.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não foi autuado em flagrante?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não? Quando o senhor foi preso?

O SR. CARLOS ZICO – Autuado em flagrante, quando eu fui preso em Chapada Grande.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí já não é na questão da carga da Gessy Lever?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Essa é outra? A Chapada Grande é a do Cleveland, da carga do Cleveland?

O SR. CARLOS ZICO – É, do Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você estava lá, no caminhão?

O SR. CARLOS ZICO – Estava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O caminhão era seu?

O SR. CARLOS ZICO – Meu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você estava transportando a carga para ele?

O SR. CARLOS ZICO – É. Eu iria transportar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ia ainda?

O SR. CARLOS ZICO – É, não cheguei a transportar, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estava no depósito?

O SR. CARLOS ZICO – Não, só fui até o posto e peguei o carro carregado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ah, o carro já estava carregado?

O SR. CARLOS ZICO – É, não cheguei a ir onde carregou, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas não era seu o caminhão?

O SR. CARLOS ZICO – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, quem levou o caminhão?

O SR. CARLOS ZICO – Entendeu? O meu carro, fui contratado para fazer um serviço, correto? Aí, automaticamente, quando você é contratado, às vezes você contrata o caminhão com ou sem motorista. É relativo, não é? Aí, no caso, entreguei o caminhão ao Cleveland e ele carregou. Aí, eu fui e apanhei no posto. Aí, quando apanhei no posto...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Já vazio?

O SR. CARLOS ZICO – Não, carregado. Entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não deu para entender, não. O caminhão foi sozinho para lá?

O SR. CARLOS ZICO – Não. Não sei quem levou. Apanhei na mão do Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você emprestou o caminhão? Alugou o caminhão, então?

O SR. CARLOS ZICO – Isso, é.

O SR.RELATOR (Oscar Andrade) – Então, você não foi contratado. Você alugou o caminhão?

O SR. CARLOS ZICO – Sim, aluguei, fui contratado. Entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sei.

O SR. CARLOS ZICO – Automaticamente, fui contratado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sei. Você deu o caminhão, alguém levou.

O SR. CARLOS ZICO – Isso. Alguém levou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você nem sabe quem. Você pegou seu caminhão e...

O SR. CARLOS ZICO – Entreguei na mão do Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ah, você entregou na mão. Ele mesmo saiu dirigindo?

O SR. CARLOS ZICO – Não, não vi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você entregou e virou as costas?

O SR. CARLOS ZICO – Isso

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem viu?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Seu caminhão?

O SR. CARLOS ZICO – Meu caminhão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Seu ganha-pão?

O SR. CARLOS ZICO – Meu ganha-pão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A única coisa que você tinha?

O SR. CARLOS ZICO – A única coisa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você entregou, saiu e nem quis saber quem estava dirigindo?

O SR. CARLOS ZICO – Eu não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que caminhão que é?

O SR. CARLOS ZICO – Um 2213, Mercedes Benz.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que ano?

O SR. CARLOS ZICO – 1980.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Precisava de cuidados, não é? É de 1980, caminhão com 20 anos.

O SR. CARLOS ZICO – É um maquinão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tem ele ainda?

O SR. CARLOS ZICO – Tenho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí alguém levou lá para Chapada Grande?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi carregado?

O SR. CARLOS ZICO – Foi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E aí você foi buscar ele carregado?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você só não queria ver carregar?

O SR. CARLOS ZICO – Não, não é questão de não querer ver e nem de querer. Entendeu? Ele pegou o carro e foi carregar. O senhor está entendendo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ele não te contratou para te entregar o caminhão vazio depois, não?

O SR. CARLOS ZICO – Não, aí depois eu ia ver, se eu ia para algum lugar, ou se eu ia levar, ou se o motorista dele ia levar, entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sei. Há quanto tempo você conhece o Cleveland?

O SR. CARLOS ZICO – Ah, nessa época tinha uns 20 dias.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você chegou, seu caminhão estava carregado?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E por que você não saiu com o caminhão? Ficou esperando o quê?

O SR. CARLOS ZICO – Ah, eu estava aguardando para ver se ia levar para algum lugar. Entendeu? Se ia ficar na Chapada mesmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é o Marley Damasceno Alves?

O SR. CARLOS ZICO – Fiquei sabendo que ele era caseiro do Cleveland.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Marcelo Racher?

O SR. CARLOS ZICO – Marcelo trabalhava como representante de rodas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Paulo Roberto Marcondes?

O SR. CARLOS ZICO – Não sei quem é, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não trabalha no Posto Casagrande, não?

O SR. CARLOS ZICO – Não sei quem é, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cláudio Dantas Teixeira?

O SR. CARLOS ZICO – Também não sei quem é, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Roney Leonardo dos Santos?

O SR. CARLOS ZICO – Também não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Luciano Dantas Teixeira?

O SR. CARLOS ZICO – Também não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você participou de alguma outra operação com o Cleveland?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem mais fazia parte dessa turma do Cleveland?

O SR. CARLOS ZICO – Não sei dizer, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não via ninguém?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele estava sempre só?

O SR. CARLOS ZICO – Eu via ele só.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantas vezes você alugou o caminhão para ele?

O SR. CARLOS ZICO – Uma vez.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só essa vez?

O SR. CARLOS ZICO – Só.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Azarado, hein?!

E o envolvimento com policiais?

O SR. CARLOS ZICO – Não sei dizer.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não? Nenhum?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o assalto ao almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação?

O SR. CARLOS ZICO – Também não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dos 250 computadores?

O SR. CARLOS ZICO – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não foi o seu caminhão que transportou?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Jucimar Reposse?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Mazinho?

O SR. CARLOS ZICO – Também não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Paulo Roberto Nascimento Mendes?

O SR. CARLOS ZICO – Também não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Laércio de Oliveira Alves?

O SR. CARLOS ZICO – Já vi ele no Ceasa, esse rapaz, ele é caminhoneiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele é caminhoneiro também?

O SR. CARLOS ZICO – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Alexandre Alves de Lima?

O SR. CARLOS ZICO – Também conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Conhece?

O SR. CARLOS ZICO – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é?

O SR. CARLOS ZICO – Alexandre, ele trabalhava na mesma firma que eu, acho que foi em 98.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Trabalhava com o Cleveland também?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Franco Júlio Correa?

O SR. CARLOS ZICO – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Ricardo Valentin de Oliveira?

O SR. CARLOS ZICO – Também não.

O SR.RELATOR (Oscar Andrade) – Não conhece ele?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Jarbas de Almeida Bonfim?

O SR. CARLOS ZICO – Também não.

O SR.RELATOR (Oscar Andrade) – Também não conhece?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que você sabe da carga que foi apreendida lá na casa do Cleveland?

O SR. CARLOS ZICO – Eu não sei nada. Eu sei do que foi preso em cima do caminhão. Isso aí o ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Do seu caminhão?

O SR. CARLOS ZICO – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que dia que foi?

O SR. CARLOS ZICO – Foi no dia 29 de novembro, não lembro de qual ano, se foi 2000 ou 2001. Não...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi 2000.

O SR. CARLOS ZICO – Foi 2000.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nesse dia você foi preso?

O SR. CARLOS ZICO – Fui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você não ficou sabendo de mais nada?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca te foi perguntado isso?

O SR. CARLOS ZICO – Não. Foi perguntado na época da investigação. No dia que fui autuado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Reinaldo Bochoua?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Roberto?

O SR. CARLOS ZICO – Também não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Geraldo Emílio Vieira?

O SR. CARLOS ZICO – Também não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Josenildo Vieira?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Edivaldo Tadeu?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há quando tempo você conhecia o Cleveland?

O SR. CARLOS ZICO – Tinha uns 20 dias mais ou menos, ele foi no posto para procurar um caminhão para carregar uns negócios do escritório dele, parece que estava com ação de despejo, alguma coisa mais ou menos assim, aí ia tirar as coisas de lá, aí depois parece que ele ganhou a causa por alguns dias e resolveu não tirar. Correto?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tinha tido só um contato com ele?

O SR. CARLOS ZICO – Só um contato. Esse contato.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Apenas um contato. Só ele?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem te apresentou a ele?

O SR. CARLOS ZICO – Ele estava no posto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Assim, sozinho?

O SR. CARLOS ZICO – É, não, eu vou para o posto para pegar carga, e geralmente a gente vai e aí tem os agenciadores.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Chegou, procurou ...

O SR. CARLOS ZICO – É aí o cara chega procurando um carro e sempre acha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele ia precisar de um carro para aquele dia?

O SR. CARLOS ZICO – Precisava. Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Para aquele dia?

O SR. CARLOS ZICO – Para aquele dia, para carregar as coisas, material de escritório.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E acabou não precisando?

O SR. CARLOS ZICO – Aí deu a tarde, ele ganhou a causa, adiou, parece, alguma coisa mais ou menos assim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí dispensou?

O SR. CARLOS ZICO – Aí dispensou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí nunca mais você viu?

O SR. CARLOS ZICO – Não, vi só no dia que eu ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Uns 20 dias depois?

O SR. CARLOS ZICO – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Porque aí foi lá no posto de novo?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde foi?

O SR. CARLOS ZICO – Ele ligou para mim, porque eu deixei meu telefone com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí ele te ligou?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E aí?

O SR. CARLOS ZICO – Aí ele me chamou para fazer esse..., carregar esse material.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde você foi? Onde você estava na hora em que ele te ligou?

O SR. CARLOS ZICO – Eu estava em casa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em casa. Que é longe do posto?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí você tratou com ele onde?

O SR. CARLOS ZICO – Eu tratei pelo meu pelo telefone.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Para encontrar onde?

O SR. CARLOS ZICO – Combinei com ele, aí a gente se encontrou no posto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Lá no posto mesmo?

O SR. CARLOS ZICO – Não, num posto na serra.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Outro posto?

O SR.CARLOS ZICO – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual posto?

O SR. CARLOS ZICO – Ah! eu não sei dizer o nome para o senhor não, é depois da linha, ali em Carapina.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sei. Aí você tratou lá?

O SR. CARLOS ZICO – Isso. Foi onde eu deixei o carro com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí você chegou e o Cleveland já estava lá?

O SR. CARLOS ZICO – Isso. Ele já estava lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só?

O SR. CARLOS ZICO – Estava só.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estava só? Sem carro?

O SR. CARLOS ZICO – Não. Estava de carro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É? Ele sozinho com o carro?

O SR. CARLOS ZICO – Ele sozinho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí você chegou e entregou a ele o caminhão?

O SR. CARLOS ZICO – Aí entreguei a chave a ele e fiquei com o documento. Não entreguei o documento a ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Recebeu alguma coisa?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quer dizer, uma pessoa que você conhecia há 20 dias, tinha tido um contato, você chegou e entregou o único bem da sua vida.

O SR. CARLOS ZICO – Ah! eu fui no escritório dele, o cara com um escritório todo montado, entendeu? muito bem estruturado. Você não vai achar que a pessoa é uma pessoa de má-fé.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você me empresta o seu caminhão amanhã?

O SR. CARLOS ZICO ZICO – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você acha que sou de má-fé?

O SR. CARLOS ZICO ZICO – Pode ser que sim, pode ser que não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele você não achou? Você entregou seu caminhão.

O SR. CARLOS ZICO ZICO – Num dia cometemos um deslize.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi um deslize.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Carlos Zico Boldrini?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Uma das razões de terem apreendido a mercadoria roubada lá, além das denúncias, é o fato de que o caminhão que o senhor estava dirigindo, que alega ser seu, tinha um registro de roubo.

O SR. CARLOS ZICO – Ele tinha. Inclusive, eu tinha o laudo dele de encontrado, mas creio que houve um erro da Polícia Civil, que não deu baixa. Fui lá e dei baixa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você que tinha denunciado?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem tinha denunciado?

O SR. CARLOS ZICO – Eu tinha vendido esse caminhão. Inclusive, está no nome do rapaz, ainda não transferi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Você vendeu? Por que está no nome dele?

O SR. CARLOS ZICO – Porque eu ainda não transferi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor vendeu e passou para o nome. Como o caminhão está com o senhor?

O SR. CARLOS ZICO – Porque eu o peguei de volta, ele não me pagou o restante.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor fez algum documento para pegar de volta?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor foi lá e pegou o caminhão de volta simplesmente?

O SR. CARLOS ZICO – Peguei, devolvi o resto do dinheiro que ele tinha me passado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Fizeram algum documento nesse sentido?

O SR. CARLOS ZICO – Não, só tenho uma procuração registrada em cartório. Acho que o senhor conhece, com papel timbrado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sei como funciona.

O Cleveland procurou o senhor para fazer um transporte?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que tipo de transporte ele alegou?

O SR. CARLOS ZICO – O primeiro transporte era de material de escritório. Não deu certo devido ao que acabei de falar. Depois, foi para carregar essa mercadoria diversa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor viu que mercadoria era?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não estava ajudando a carregar?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem estava ajudando a carregar?

O SR. CARLOS ZICO – Não sei, não fui ao carregamento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não foi ao carregamento?

O senhor conhece o Marley Damaceno?

O SR. CARLOS ZICO – Conheci no dia em que fui preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que ele estava fazendo?

O SR. CARLOS ZICO – Ele tinha ido ao posto mexer na carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, veja o que ele diz: "Que o declarante seguiu para o posto Chapada Grande e ali, em frente à casa de Rodrigo, amigo íntimo de Cleveland, estava o caminhão ora apreendido pelos policiais desta e, de Cleveland, o declarante recebeu a determinação para ajudar alguns rapazes a colocar a lona no dito caminhão, que estava carregado com várias mercadorias. Que o declarante nada indagou. Que ali estava o motorista Zico, que declarante passou a ajudá-lo."

O SR. CARLOS ZICO – Eu estava lá para acertar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se você ajudou a colocar a lona não viu que mercadoria era?

O SR. CARLOS ZICO – O carro chegou lá com a lona mal colocada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas para o senhor ajudar a colocar a lona não vê a mercadoria que tem.

O SR. CARLOS ZICO – Não senhor, não chegamos a retirar a lona do carro. Íamos mexer e, quando começamos a desamarrar as cordas, os investigadores da Polícia chegaram e ninguém mexeu mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o senhor tinha acertado para onde ia a mercadoria?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor carrega o caminhão e não sabe nem para que lado vai?

O SR. CARLOS ZICO – Não. Era um trato de diária ou de R$0,70 o quilômetro rodado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sem saber aonde você ia?

O SR. CARLOS ZICO – Para onde você for, vai contar a quilometragem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não acha isto engraçado: Carregar seu caminhão, não sabe aonde vai, não sabe o que tem dentro e não sabe quanto custará?

O SR. CARLOS ZICO – Geralmente, ninguém olha a nota.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Geralmente olha, sei porque sou caminhoneiro. Eu e meu irmão não carregamos nosso caminhão sem saber do que, aonde vai e quanto será pago. Aliás, ninguém, em lugar nenhum, carrega, só o senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você dá o seu caminhão para os outros.

O SR. CARLOS ZICO – Não dei meu caminhão para os outros.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você emprestou seu caminhão para quem não conhece.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É difícil de acreditarmos nisso, pois aqui não acreditamos em Papai Noel.

O SR. CARLOS ZICO – Pode ser.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Veja bem: tenho um caminhão, se alguém me chamar para fazer uma corrida eu pergunto para onde, levar o que e quanto me paga. Isso é o mínimo, ainda mais de uma pessoa que não conheço, que faz dez dias que eu vi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vou ler o texto de uma vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Olha que a mentira tem perna curta, hein?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você pode consultar o seu advogado se quiser.

Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. No seu art. 4º: "Constitui crime fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor, intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Pena do art. 342 do Código Penal."

Não há dúvida para nós, pelo seu depoimento e tudo que você já disse, pelas controvérsias que você está entrando aqui, as contradições você está mentindo. Você pode ser enquadrado nessa lei e prejudicar ainda mais a sua vida. Então podemos a partir de agora, dar a chance de você consertar isso se quiser contar a verdade para nós. Então está muito claro.

O SR. CARLOS ZICO – **A verdade é essa que falei.**

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou dar mais uma dele então. O que diz o Marley Damasceno? "Que ainda recebeu a informação de que o caminhão também era produto de furto, que indagado ao declarante de onde conhece Zico, respondeu que o conhece da casa de Cleveland onde o mesmo é freqüentador assíduo."

O SR. CARLOS ZICO – Não confirmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Senhor tinha ido à casa do Cleveland?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor nunca foi à casa do Cleveland?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor. Fui saber onde era depois que eu estava preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não foi lá para carregar...

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nunca foi?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Senhor conhece o Jefferson Foratini Peixoto de Lima, ex-policial?

O SR. CARLOS ZICO – Não senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca viu?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem depois que você foi preso ouvir falar dele?

O SR. CARLOS ZICO – Não; ouvi falar no jornal. Mas a pessoa dele, a fisionomia dele não conheço, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando você deixou o caminhão lá você falou que foi lá na serra, né?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em Carapina.

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi na rua Quintino Nascimento?

O SR. CARLOS ZICO – Não conheço essa rua, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sabe onde era o antigo Motel Charme?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não? Perto da Coca-Cola.

O SR. CARLOS ZICO – Sei onde é a Coca-Cola, agora o motel, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Já foi o entreposto da Coca-Cola?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você nunca esteve lá também?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conheceu o Juarez Granchi?

O SR. CARLOS ZICO – Conheci, trabalhei para ele em 1998.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quê?

O SR. CARLOS ZICO – Ele tinha umas caçambas, e eu trabalhei de motorista.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De caçamba?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde era a garagem dele?

O SR. CARLOS ZICO – Na casa dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No bairro universal Viana?

O SR. CARLOS ZICO – Não, na rua Jetiba, no bairro Cobilândia, próximo da minha casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – De onde tu conhecia o Marcelo?

O SR. CARLOS ZICO – O Marcelo?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Sim.

O SR. CARLOS ZICO – O Marcelo eu conheci no escritório.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – No escritório de quem?

O SR. CARLOS ZICO – Do Cleveland.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantas vezes você esteve no escritório do Cleveland?

O SR. CARLOS ZICO – Estive uma vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quando?

O SR. CARLOS ZICO – No dia que fui para pegar o material de escritório.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Jair Granchi?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só um pouquinho. Você foi lá pegar o material de escritório dele e não pegou?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – E como você foi ao escritório dele?

O SR. CARLOS ZICO – Foi o dia que ele foi ao posto procurar um caminhão para fazer essa... tipo uma mudança, né?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – E ele foi procurar por ti?

O SR. CARLOS ZICO – Não, não foi procurar por mim, foi procurar um caminhão, e eu estava no posto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – E ele te pegou?

O SR. CARLOS ZICO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – E depois não fez a mudança?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Como foi que você acertou com ele para fazer essa tal de carga?

O SR. CARLOS ZICO – Deixei meu telefone com ele, que me ligou depois de alguns dias. Falou que eu poderia mudar a qualquer hora, caso perdesse a causa e me chamou para carregar umas mercadorias diversas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – E daí?

O SR. CARLOS ZICO – Aí pegou e contratou. No caso, a diária do carro ou a quilometragem, como eu disse para o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Sim, e daí?

O SR. CARLOS ZICO – Só que ele disse que não ia precisar de mim e se dava para eu deixar o carro com ele, porque ele tinha o rapaz que ia dirigir.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Você acredita em coelhinho da Páscoa?

O SR. CARLOS ZICO – Aí, não sei quem foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Aí, você deixou o caminhão para ele?

O SR. CARLOS ZICO – Deixei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Onde?

O SR. CARLOS ZICO – Deixei no posto, na serra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – No mesmo posto?

O SR. CARLOS ZICO – Não, não foi na chapada, não. Perto da linha da CST.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – A que distância de onde o senhor mora?

O SR. CARLOS ZICO – Eu moro em Vila Velha.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Dá quantos quilômetros daqui até lá?

O SR. CARLOS ZICO – Acho que dá uns vinte.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Vinte quilômetros?

O SR. CARLOS ZICO – Por aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Como o senhor voltou?

O SR. CARLOS ZICO – Voltei de ônibus.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Deixou o caminhão para quem?

O SR. CARLOS ZICO – Para Cleveland.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Para Cleveland?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Com chave, com lenço, com documento, com tudo?

O SR. CARLOS ZICO – Não, o documento ficou comigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Ele foi com o caminhão, sem documento?

O SR. CARLOS ZICO – Sem documento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Meu Deus.

Aí, ele foi lá e carregou?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – O que ele alegou? O senhor não disse para ele: "Como? Não vou dar meu caminhão."

O SR. CARLOS ZICO – Não, não tinha porquê. Eu o conhecia há poucos dias. Isso foi um erro, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Está bom.

Então, o senhor deu o caminhão e não desconfiou de nada?

O SR. CARLOS ZICO – Não. Eu segurei o documento do caminhão. Se ele acaso não aparecesse, eu registrava uma ocorrência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Depois, o senhor foi lá buscar o caminhão?

O SR. CARLOS ZICO – Depois, ele ligou para mim no outro dia, e eu fui lá buscar o carro carregado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Onde é que estava?

O SR. CARLOS ZICO – Estava no mesmo posto. Aí, eu conduzi o caminhão até o Chapada Grande.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – O senhor não sabe onde ele carregou?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Não ficou sabendo depois?

O SR. CARLOS ZICO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Eu não acredito em nada.

O SR. CARLOS ZICO – Não ficamos presos juntos. Não tinha como conversar também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Conversaram antes.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Jair Granchi?

O SR. CARLOS ZICO – O Jair é irmão do Juarez.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que negócio você teve com ele?

O SR. CARLOS ZICO – Dirigi o carro dele e fui a uma cidade chamada Juazeiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual a placa do seu carro?

O SR. CARLOS ZICO – BPX–5975.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O caminhão?

O SR. CARLOS ZICO – O meu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O seu caminhão?

O SR. CARLOS ZICO – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o BTG–7913?

O SR. CARLOS ZICO – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não sabe?

O SR. CARLOS ZICO – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que mercadoria você carregou?

O SR. CARLOS ZICO – Eu não vi a mercadoria, não. Não chegamos a deslonar o carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele entregou já lonado?

O SR. CARLOS ZICO – Isso. Quando fomos mexer, os investigadores chegaram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não chegou a ver o que tinha dentro? Não abriram na sua frente, não foi feita a apreensão?

O SR. CARLOS ZICO – Foi feita a apreensão, mas eles não mostraram para nós, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você acompanhou a apreensão?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles o levaram, e você deixou o caminhão?

O SR. CARLOS ZICO – Isso. Eles me colocaram na viatura, e o caminhão ficou na mão dos investigadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não soube mais nada do que aconteceu?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor. Só o que saiu nos jornais.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O caminhão Mercedes Benz, placa BTG-7913. Que caminhão é esse?

O SR. CARLOS ZICO – Eu não sei dizer para o senhor, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vou perguntar de novo: placa BTG-7913.

O SR. CARLOS ZICO – Não sei dizer.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O documento está em seu nome.

O SR. CARLOS ZICO – Não está.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E estava com Jair Granchi.

O SR. CARLOS ZICO – Nunca foi na minha mão esse carro. O meu carro é BPX–5975. Ele está na porta da minha casa, para quem quiser ver. Está carregado, ainda.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Mercedes Benz BTG-7913?

O SR. CARLOS ZICO – Não sei dizer.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Carlos Zico Boldrini é você?

O SR. CARLOS ZICO – Sou eu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O documento está em seu nome. O que é esse caminhão?

O SR. CARLOS ZICO – Pode estar, mas como vou saber?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você acha que Granchi pode tê-lo posto em seu nome?

O SR. CARLOS ZICO – Pode ser que sim. Não está em meu nome? Não estão afirmando?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou pedir para a Polícia Federal investigar a propriedade e os documentos desse veículo.

O SR. CARLOS ZICO – Pode procurar saber disso. Esse carro nunca foi na porta da minha casa. O único carro que está lá é o meu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para ser seu, ele não precisa ir para a porta da sua casa. Você pode deixar numa outra garagem.

O SR. CARLOS ZICO – Qual o interesse que eu teria em recusar um carro?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mostra para ele o documento do carro. Doutor, por favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Documento referente ao veículo Mercedes Benz L2213, ano 1980, chassi número tal, placa BTG-7913 – já ouviu falar dessa placa? –, em nome de Carlos Zico Boldrini. É um certificado de registro; Documento de Transferência – DETRAN nº..., Renavan, Caminhão Mercedez Bens...

O SR. CARLOS ZICO – Você podem conferir a minha assinatura.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nós gostaríamos que fosse apurado isso.

O SR. CARLOS ZICO – Quero que confirmem a assinatura. Se for minha quando foi transferido podem dizer que o carro era meu.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor nunca teve um carro assim, um Mercedes Benz?

O SR. CARLOS ZICO – Eu tenho um Mercedes Benz, inclusive, só que a placa é BPX 5975. Está lá para averiguar qualquer coisa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é a placa?

O SR. CARLOS ZICO – A placa do meu carro é BPX 5975.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E está no seu nome?

O SR. CARLOS ZICO – Não. Está em nome de Durval José Machado Filho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor tem o documento aí do carro?

O SR. CARLOS ZICO – Tem, Doutor. Foi provado em juízo. Até a liberação do veículo foi tudo lícito. Nós mostramos que vocês apurassem isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nós vamos apurar juntos isso, porque está assinado aqui Jair Granchi.

O SR. CARLOS ZICO – Mas não tem nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conhece a assinatura?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não tem a assinatura dele aqui. Quem recebeu foi Jair Granchi. (Pausa.)

Não tem CPF. O carro é ano 80, o caminhão?

O SR. CARLOS ZICO – O meu, é.

O SR.POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pode haver erro de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a placa do seu?

O SR. CARLOS ZICO – BPX 5975. O meu carro ficou na Furtos e Roubos, tem laudo, tudo certinho. Está lá para quem quiser ver.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esse outro caminhão o senhor nunca teve?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então você ganhou um caminhão. Acabou de ganhar um caminhão.

O SR. CARLOS ZICO – Pode conferir aí, se tiver a assinatura minha... Eu afirmo para vocês que não tem assinatura minha.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pode haver erro da...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nós vamos averiguar. Sr. Presidente, de minha parte está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doutor, vamos verificar para ver se ele realmente está falando a verdade, ou não. Estamos requerendo a identificação do veículo.

Vocês têm alguma coisa a acrescentar?

O SR. CARLOS ZICO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E quanto ao senhor, doutor?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dou por encerrado. O senhor está dispensado. Havendo qualquer coisa voltaremos a falar.

Antes de encerrar, encontra-se ainda na Casa o investigador Ademar Vidigal? (Pausa.)

Eu gostaria que ele viesse aqui por um minuto. (Pausa.)

(Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é o Advogado dele?

O SR. ADVOGADO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, eu gostaria que o senhor esclarecesse que ele não pode mentir. Pode deixar de falar, mas não pode mentir para a Comissão, sob pena de ser preso em flagrante por desacato ou por faltar com a verdade.

Você falou que o caminhão tinha uma carga de fermento. Você confirma isso? Você não quer rever o que falou?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Pelo que eu me recordo era uma carga de fermento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou te dizer uma coisa: não vamos tomar nenhuma providência agora porque vamos confirmar os dados do relatório da Polícia Militar e as informações que nos foram prestadas pelo Coronel Ribeiro. A carga era variada, de várias mercadorias apreendidas, e relacionadas por um relatório da Polícia Militar no dia da apreensão.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Essa carga foi a encontrada dentro da residência. A que estava na rua era de fermento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por isso vamos esclarecer, e eu estou te dando a oportunidade.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo indica que você teria procurado facilitar a saída da mercadoria. Estou falando. Não estou cobrando agora porque vamos voltar a ver esse assunto, doutor. O relatório foi entregue agora. Vamos analisá-lo e voltaremos a pedir, provavelmente, pela Polícia Federal, uma investigação melhor sobre os fatos. São 2 apreensões, 2 cargas diferentes. Nenhuma faz referência ao fermento, nenhuma das duas.

Portanto, se V. Sª quiser rever.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Continuo reafirmando o que falei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª chegou a ver o fermento?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – A carga que estava na rua era de fermento, era perecível. Entrei em contato com o Marcelo, que era o único...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era a granel?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Era enfatado?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Era de padaria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era a granel?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eram pacotes?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eram pacotes. Ele era o único transportador desse tipo de fermento. Já tínhamos apreendido outras cargas dessa e devolvido. Por isso, entrei em contato...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª Pode ter acesso ao documento da PM, que é público. Falo do relatório e ...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o outro material? Qual era?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – O outro material foi encontrado pela Polícia Militar dentro da residência. Não era do caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E foram carregados juntos?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eram materiais diversos. Foram todos para a delegacia. Depois, eu mesmo recebi na delegacia, às 23h30min.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eram mercadorias variadas?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eram variadas. Eu mesmo as recebi na delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eram 2 caminhões, 2 apreensões? Ou foi uma e depois outra, em outro dia, outra época?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Foi tudo junto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eles levaram no mesmo caminhão? Levaram para a delegacia?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Levaram para a delegacia em um caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – No mesmo caminhão?

O SR. – Não sei se foi no mesmo. Não posso precisar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a mercadoria foi descarregada?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Na delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na delegacia de roubos?

O SR. ADEMAR VIDIGAL – De roubo de carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só queria esclarecer essa questão.

O SR. ADEMAR VIDIGAL – Eu queria até fazer uma correção. Quando falei hoje pela manhã estava nervoso. Foi a primeira vez que compareci à presença de V. Exªs, à presença da CPI. Inclusive, falei do Judiciário, do Juiz Guilherme Rizo. Quero retirar o que falei contra S. Exª, porque eu estava nervoso, como estou agora. É natural. Quero, inclusive, desculpar-me com S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Serão consignadas as duas declarações.

V. Sª está dispensado. Peço que examine, pois vamos examinar – estou antecipando – o relatório da PM. Já recebemos a cópia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O relatório está com a PM, mas é público. É um inquérito policial militar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como V. Sª viu, requisitei uma cópia, e imediatamente o Coronel providenciou. Agradeço a S. Sª, que foi muito gentil e trouxe rapidamente.

Antes de encerrar, quero agradecer ao Comando da Marinha pela oportunidade, aos senhores oficiais e aos demais servidores da Casa por toda a atenção e o carinho com que fomos tratados durante esses dias. Agradeço, também, à Polícia Federal que deu toda a cobertura e todo o carinho aos membros da CPI e mais o apoio logístico para as providências que foram tomadas durante a audiência pública.

Agradeço à imprensa, que colaborou bastante respeitando os Membros da CPMI, traduzindo para a população do Espírito Santo tudo o que se passou nesta audiência pública. Se necessário for, voltaremos a este Estado.

As diligências mais importantes já estão sendo requisitadas à Polícia Federal para que não haja atraso no relatório, que deverá que ser concluído até 15 de dezembro. Agradeço aos presentes e dou por encerrada a presente reunião.

Aviso que, amanhã, estaremos no Rio de Janeiro em audiência pública com a CPI do Roubo de Cargas.

(Levanta-se a reunião às 18h40min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 12ª Reunião, realizada em 21/11/2002.

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano dois mil e dois, às nove horas, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com

as presenças do Senador Moreira Mendes e os Deputados Oscar Andrade, Pompeo de Mattos e Telma de Souza. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir os depoimentos das seguintes pessoas: Mário Arruda, Mauro Vieira Monteiro, Zuldech Anunciação, Avrignhy José de Souza Cunha, Eduardo Targa Teixeira, Cristiano Dias da Silva, Dario Piedade Torres, Alexandre Garcia da Silva e Antônio da Silva Marques. A seguir os Senhores Parlamentares fizeram seus questionamentos aos senhores depoentes. Com a palavra o Senhor Presidente, que agradeceu os presentes e marcou a reunião para o dia seguinte no mesmo local. Não havendo nada mais a tratar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom dia.

Damos início à 12ª reunião do ano de 2002 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2002, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar em todo o País o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas.

Antes de dar início à oitiva dos intimados, queria agradecer ao Deputado Sérgio Cabral pela amabilidade em nos ceder este recinto para a realização desta audiência pública.

Pergunto aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores se desejam manifestar-se, preliminarmente, nesta Comissão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, saliento a satisfação de estar na cidade do Rio de Janeiro. A CPI devia uma visita a esta cidade. Estamos aqui e vamos procurar dar um pouco do nosso trabalho a esta cidade tão importante do nosso País.

Solicito a V. Exª que autorize a Secretaria a reafirmar o convite à imprensa. É importante que a imprensa esteja aqui para informar às pessoas que estão nos ajudando e permitir que elas acompanhem o nosso trabalho de dois anos e meio pelo Brasil. A importância da cidade do Rio de Janeiro neste contexto é enorme.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Sr. Presidente, reitero o agradecimento de V. Exª pelo espaço colocado à nossa disposição. Agradeço também a todos os funcionários e colaboradores que estão aqui gentilmente nos atendendo, bem como às polícias civil e militar e ainda à Polícia Federal, que também está à nossa disposição nos auxiliando nos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria que a Secretaria, posteriormente, preparasse um ofício ao Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, agradecendo ao Delegado Maurício e sua equipe que, desde ontem à noite, nos acompanham para nos dar segurança e até mobilidade no Estado do Rio de Janeiro, e a todos os funcionários da Assembléia por nos fornecer os meios necessários à realização desta audiência.

Solicitaria à Secretaria que convidasse o Agente da Polícia Federal Mauro Vieira Monteiro para comparecer perante a Comissão.

Bom dia e obrigado por sua presença aqui.

Pediria ao Dr. Paulo Lacerda que ficasse junto à Mesa para podermos acompanhar de perto as informações do Mauro sobre as investigações que realizou a respeito do roubo de cargas.

Poderia vir também o Sr. Zuldech Anunciação.

(Pausa)

Preliminarmente, os senhores poderiam nos expor o trabalho que estão realizando a respeito da investigação? Fiquem à vontade para ver no que podem nos ajudar nessa investigação.

O Sr. Mauro poderia iniciar o depoimento e, depois, o Sr. Zuldech pode complementar.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Claro, com prazer.

Houve uma ocorrência de um roubo de carga no terminal do cais do porto do Rio de Janeiro, foi comunicado à Polícia FederaL – creio que, no início de março de 2000, a ocorrência já havia sido alguns dias antes – que a empresa que cuida do terminal de produtos siderúrgicos no cais do porto só se deu conta da falta do material em março, por ocasião de um carregamento de um navio, que viu que havia uma falta de bobina de aço e, em razão disso, foi feita uma conta-

gem e verificaram que havia uma falta grande de material. E a empresa quando fez o registro dessa ocorrência na Polícia Federal já sabia, através de um funcionário da vigilância, que havia tido realmente um caso em que esse funcionário havia sido ameaçado por um grupo durante um domingo e que haviam subtraído uma quantidade grande, se não me falha a memória, 74 bobinas de aço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São bobinas grandes?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Isso, são bobinas grandes, que pesam em média 8 a 9 toneladas cada uma.

Então, foi feito esse registro e iniciada uma investigação que foi para a Delegacia Fazendária onde trabalhávamos, a qual se deu início para tentar descobrir quem havia subtraído essas bobinas.

Então, o trabalho que fizemos, o Zuldech era até o chefe da equipe na ocasião, foi tentar identificar como essas bobinas foram transportadas para fora do cais do porto, que não chamavam atenção tantas bobinas saírem, certamente saíram em carretas porque é a forma que tem delas saírem, então, alguém tinha que ter visto alguma coisa, alguma coisa tinha que...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantas bobinas cabem em cada carreta?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Duas, se elas forem pequenas, dá para colocar três mas, normalmente, são duas bobinas em cada carreta. Então, movimentou uma quantidade muito grande de carretas, uma operação com bastante...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – 30 viagens.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – O quê?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – 30 viagens.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – 30 viagens, exatamente, se fosse uma carreta, seriam 30 viagens pelo menos.

Então, alguma coisa tinha que ter despertado a atenção de alguém para essa saída. Tentamos verificar a saída das carretas pela guarda portuária, não tivemos êxito, não havia uma saída de carretas significativa nos dias possíveis de ter havido esse roubo, que foi o dia em que o rapaz falou que foi ameaçado, ameaçaram-no e à família dele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era carga importada?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Parte, sim, era dividida, uma parte era uma carga que o terminal de produtos siderúrgicos tanto fica com a carga de produtos siderúrgicos que é importada para sair, para acabar o desembaraço da aduana e tirar como com a carga que vai ser exportada das siderúrgicas daqui. No caso, foi a CSN, no caso o material que foi subtraído, nacional, era tudo da Companhia Siderúrgica Nacional. Podia ser até de outra da Cosipa, mas, enfim, era tudo da CSN, era meio a meio, metade das bobinas eram russas, importadas, e a outra metade eram de flandres da CSN, onde se verificou a falta, justamente numa exportação, para carregar determinado navio para exportar as bobinas da CSN que verificaram que o lote não estava todo ali, estava faltando bobina, foi isso que desencadeou o processo.

E, nessa tentativa de verificar como é que foi feito esse transporte, chegamos, foi até o próprio Zuldech que teve uma informação de que uma das carretas teria o nome Líder escrito numa das carretas. E tentamos, então, todas as transportadoras que tivessem o nome Líder, para verificar se alguma delas tinha feito, e são umas 5 ou 6 transportadoras que têm esse nome. E, de fato, em uma delas tivemos êxito, e a transportadora confirmou que, naquela data – estamos com uma cópia do inquérito, se precisar de alguma coisa, podemos verificar. Mas, naquela data, realmente, a Transportadora Líder tinha feito um transporte grande de bobinas de aço saindo do cais do porto.

Perguntamos logo se havia documentação fiscal, se tinha nota, e a Transportadora confirmou que tinha nota e foi tudo para Belo Horizonte com nota. E conseguimos cópia das notas, que eram de duas empresas daqui do Estado do Rio, uma, de Barra Mansa, outra, de Volta Redonda.

A nossa equipe foi para essas Cidades, nessas empresas, para verificar se haviam vendido aquele material porque, até então, tínhamos quase certeza de que era material roubado, mas não tínhamos certeza ainda, podia ter sido um carregamento normal e regular. Mas as notas não conferiam com as notas dessas empresas, ou seja, as notas que foram usadas nesse transporte da Líder, essas empresas nunca tinham emitido essas notas, embora tivesse o nome das empresas, o **layout** das notas era diferente, a numeração não batia, uma numeração era atrasada, e a outra era uma numeração que a empresa só vai chegar em 2005.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Era nota falsificada?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Exatamente, as notas eram falsificadas, o que, praticamente, confirmou que se tratava, então, da mercadoria roubada com essas notas. Essa empresa nos ajudou, a Líder, porque nos deu exatamente onde foi descar-

regado esse material. Fizeram contato com um dos motorista que falou que descarregou em Belo Horizonte, na verdade, em Contagem. As notas eram destinadas a uma firma em Belo Horizonte, na Avenida Amazonas, mas o descarregamento dessas bobinas foi feito em outro local, isto é, o carregamento desse motorista, em Contagem.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – A firma em Belo Horizonte existia?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – A firma existia, fomos para Belo Horizonte, localizamos a firma, o dono da firma tem envolvimento mesmo com o caso. Não descarregaram na firma, na verdade, porque ele não tem maquinário suficiente para descarregar uma bobina de nove ou dez toneladas de uma carreta, porque não é em qualquer lugar que se tira aquela bobina, deve-se ter um certo ferramentário, maquinário especializado para isso. Essa firma Manchester, que fica em Contagem, tem esse equipamento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Manchester?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Manchester. As notas eram enderaçadas à Multiferro e parte da mercadoria foi descarregada na firma Manchester, todas as bobinas de flandres foram descarregadas na Transporte São Geraldo e as outras na Manchester.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As folhas-de-flandres?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Não eram folhas, não, eram bobinas de flandres.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bobinas de flandres?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E havia de aço e de flandres?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Tinha de aço, acho que era aço frio ou aço quente.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – É, eles têm uma denominação.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Mas uma que era mais grossa, que era de aço sem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem acabamento?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Exatamente, foram todas para essa firma Manchester, que eram todas russas, e as nacionais, que eram de flandres, foram descarregadas também em razão do equipamento. Aqui há outra particularidade, as bobinas de aço flandres ficam deitadas, o eixo é vertical, e as outras bobinas não, elas ficam em pé, o eixo é horizontal. Então, o maquinário para descarregar é diferente para uma e para outra.

Há diversas particularidades que também precisamos aprender por ocasião do trabalho, e descobrimos que foram descarregadas em dois locais diferentes, mas as bobinas eram da Multiferro, onde estavam as notas falsificadas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Entre a data que essa empresa recebeu essas bobinas e os senhores descobriram isso, quanto tempo se passou?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Acho que 15 dias mais ou menos, houve o Carnaval no meio, e não conseguimos fazer nada por causa do feriado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então foram poucos dias entre o sumiço e ...

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Sim, foram poucos dias.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Entre o sumiço, a falta da empresa, e a conclusão da parte investigativa de rua, que no caso fizemos, levou menos de um mês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Houve alguma queixa desse desaparecimento? Houve algum registro desse desaparecimento?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Houve, e foi isso que ocasionou a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês chegaram a verificar o comprometimento de alguém da aduana do porto na investigação?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Sim, tentamos a guarda portuária, mas não conseguimos. A guarda portuária, na verdade, deveria ter um registro da saída das carretas, quando passam pelo portão. Descobrimos, pela Receita Federal, que é normal não haver esse controle, porque a Receita Federal não dispõe de gente suficiente para ter um fiscal ou dois em cada portão do cais do porto e não pode ter um portão só porque senão o cais não seria operacional.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O sistema é falho.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – O sistema é falho, exatamente, não há pessoal suficiente para isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A mercadoria roubada foi apreendida?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Parte dela foi. Das 74 bobinas, a Polícia Federal recuperou 28. Descobrimos para onde foram todas, mas algu-

mas já haviam sido processadas, ou seja, viraram tubos, chapas, perfis e não houve como...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É rápido esse processo.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – É rápido, é muito rápido, processa-se uma bobina em uma hora mais ou menos. O maquinário de que a Manchester dispõe, nós verificamos, a mesma máquina que desenrola a bobina já vai cortando e vai entrando para uma máquina que vai ....

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o resultado da investigação? Foram indiciados?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O inquérito já foi concluído?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Conseguimos, até por causa dessa convocação da CPMI, o Zuldech conseguiu saber o que foi feito com o inquérito policial. O Ministério Público Federal entendeu que não era competência da Justiça Federal o caso, então o remeteu para a central de inquéritos do Estado que o remeteu para uma delegacia de polícia civil, para dar continuidade à investigação; na verdade o juízo estadual ainda não tomou conhecimento disso, o Ministério Público Estadual, sim, e determinou mais algumas diligências. Isso deu-se agora em setembro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há quanto tempo?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quando é que foi o fato?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Em março de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dois anos, e ainda o juiz não tomou conhecimento?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Com franqueza, Excelência, o trabalho que tem no inquérito foi o que fizemos em 30, 40 dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O porto não é federal?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Sim, mas o Judiciário entendeu que, apesar de o porto ser federal, o entendimento inicial era que como havia mercadoria importada, e que por isso a Polícia Federal deveria atuar, o Ministério Público Federal entendeu que não, que era um roubo comum e que não era competência nem da Polícia Federal nem da Justiça Federal, seria um caso de autoridades estaduais.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E no Estado praticamente foi congelado?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – É, eu não diria que no Estado foi congelado, porque o Estado só tomou conhecimento agora, em setembro de 2002. Esse trâmite entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que ficou parado na Justiça?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – É, ficou parado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Sr. Presidente, seria... Inclusive farei uma sugestão aqui à CPI...

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Não sei, mas existem as notas fiscais aqui...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL –RO) – ... para depois oficiar. O Ministério Público, que é tão diligente para umas coisas, às vezes se omite numa dessas. Então, oficiar ao...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Oficiar ao Ministério Público, para saber...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – ... Procurador-Geral da República, para que informe por que ficou tanto tempo parado um inquérito desses na mão do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é que foi mais retardado no Ministério Público estadual, não é? Por que o Federal... V. Sª vai deixar cópia...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Desde quando está no Ministério Público?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª pode nos deixar cópia?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Claro que sim. Essas cópias aqui são nossas, não sei se tem como providenciar... Na verdade não são nem nossas, a empresa interessada é que foi lá e conseguiu cópia do inquérito, porque nós não o achamos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Onde está o inquérito agora, hoje?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Hoje ele está na 4ª DP.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Acho que seria até interessante alguém fazer um contato com o responsável da 4ª DP e chamá-lo aqui, nem que seja informalmente, saber dele como está...

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Temos a guia de remessa que o remeteu da Central de Inquéritos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Quando foi remetido para lá?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Ele foi remetido para lá em 10.09.2002, através da Guia de Remessa 191...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Foi remetido de onde?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Da Central de Inquéritos.

O SR. – Central de Inquéritos do Estado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – E para a Central de Inquéritos foi remetido quando?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Sr. Mauro, e do Ministério Público federal para o estadual, quando foi remetido? V. Sª tem essa informação?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Em 31.07.2002 a Justiça Federal entendeu que o Ministério Público federal estava correto. Em 31 de julho de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A demora foi na Justiça Federal mesmo. Ficou mais de ano lá.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Então a sugestão é oficiar ao Juízo para saber.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É, faremos isso depois...

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Não sei se houve diligência nesse período.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT RS) – É o vai e vem, até exceção de incompetência. Devem ter questionado sobre a exceção de incompetência, para saber de quem era a competência.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL –RO) – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso é demorado, porque vai e volta várias vezes, e além de um dizer que não é competente e mandar para o outro, o outro tem que estudar para ver se é competente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já se passaram dois anos.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – É possível que tenha havido diligência e juntada de documento durante esse tempo, que é o que normalmente acontece.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Acho que seria interessante fazermos um contato com o delegado responsável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para apressar.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Isso, para agilizar essa...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Porque praticamente o inquérito está montado.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Está.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – É só juntar as peças e encaminhar o quanto antes para o Ministério Público. Não tem sentido. Mas...

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Praticamente os autores... A autoria está praticamente identificada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Pois é, essa é a pergunta que quero fazer: na opinião de vocês, embora não tenha sido concluído, quem seria o responsável, o autor?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – São diversos, não houve uma pessoa. Não sabemos quando começou a idéia disso, mas houve, em algum momento, alguma pessoa que conhece aço e ferro, da região de Barra Mansa e Volta Redonda, que conheceu alguém do cais do porto e tiveram essa idéia de fazer essa subtração.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos falar com o delegado lá da 4ª DP sobre esse inquérito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT– RS) – Vamos chamá-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É, vamos pedir que ele venha aqui informalmente...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Pediremos que ele venha aqui amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já tem o registro lá. Já está registrado?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Mas vamos chamá-lo não para vir depor, mas para falar informalmente com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já tem o registro de entrada do inquérito na 4ª DP?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Já.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Deve ter. O documento que temos aqui é de uma advogada dessa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas lá consta que está na 4ª DP?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Sim, tem até o número da guia de remessa do qual ela foi informada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Mas sim, então algumas pessoas...

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Algumas dessas pessoas se juntaram com esse rapaz de Belo Horizonte, que tinha interesse nessa carga, que disse que conseguia vender essa carga com facilidade. Essas pessoas se juntaram, então essa quadrilha

tem gente que é daqui do Rio de Janeiro, do cais do porto, daqui do Caju, tem gente que é de aço e ferro da região de Barra Mansa e Volta Redonda, porque os corretores de aço e ferro, as pessoas que conhecem esse material, de um modo geral, são de lá, porque é a região que produz, e gente de Belo Horizonte, que estava receptando essa carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o valor aproximado da carga?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – O valor da carga, eu tive conhecimento de que ele está em torno de 800... Na época... O preço é em dólar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deve valer mais de um milhão?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – O preço era em dólar, a tonelada custa... É US$1 mil o preço por tonelada. Cada bobina...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sessenta, setenta mil dólares.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Foram setenta e quatro... no caso, US$800 mil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O total?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – O total. Mil. Setenta e quatro mil, desculpe...

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Não, setecentos e quarenta mesmo, cada bobina tem dez toneladas.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – É, cada bobina tem dez toneladas, sai em torno de US$740 mil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dá um milhão e meio.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – E inclusive nós tínhamos conhecimento de que a operação só foi nas 73, 74 bobinas porque houve um fato na operação que eles estavam realizando dentro do cais do porto que impediu que eles levassem mais. A intenção era levar em torno de 150 bobinas, mais ou menos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a participação de funcionários, agentes, arrendatários do Armazém 8 – porque saiu de lá, não?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – V. Sª tem tudo identificado aí também?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Sim, dois funcionários... O rapaz que foi rendido reconheceu dois funcionários da empresa, que é a Empresa Triunfo. Foram os operadores de empilhadeira que fizeram este mecanismo de tirar as bobinas e carregá-las. Foram contratados para isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A empresa opera dentro do cais?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Sim, opera dentro do cais do porto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas eles tinham conhecimento de que estavam roubando?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Se a empresa tinha conhecimento? Certamente que sim. Estão convocados, até porque, inicialmente, eles negaram que tivessem feito esse carregamento.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – É comum roubo dessa natureza no cais do porto?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Dessa natureza eu acho que não.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – É o primeiro?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Roubo no cais do porto, infelizmente, é comum, tipo haver falta dentro de um contêiner, mas desse tamanho, com essa magnitude, eu só vi esse.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Setecentas toneladas...

(Fora microfone).

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Isso, Avrignhy Cunha. Acho que está escrito Aurignhy em alguns documentos, mas, na verdade, é um "V", é Avrignhy. É "V" em vez de "U".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se eles pudessem ficar aí durante a oitiva dele...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Antes de ele entrar, qual foi a participação do Avrignhy?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Ele é uma pessoa de Barra Mansa, que já conhecia o Evandro Torquete, que é o dono da Multifer, em Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Multifer é uma das firmas que receberam...

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – É uma das que receberam, exatamente. As notas eram destinadas à Multifer, que é de propriedade do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela tem responsabilidade?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – O Evandro Torquete tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em Belo Horizonte?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Em Belo Horizonte. Era uma pessoa, não sei hoje, mas na época, socialmente influente em Belo Horizonte. Era uma pessoa que freqüentava a alta sociedade de Belo Ho-

rizonte. Era Presidente da Câmara Brasil/Chile de Comércio, de Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é mesmo o nome dele?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Evandro Torquete.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Há mais um nome.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Tem, mas eu não me lembro.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E esse Avrignhy?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é o que fez o roubo.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Esse é um corretor de ferro e aço que fez essa ponte, que fez essa ligação entre as pessoas de Barra Mansa, do cais do porto e de Belo Horizonte, para fazer esse...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A outra empresa que recebeu parte era...?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – A Manchester.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – No inquérito ele nega?

O SR. – Há depoimento do Avrignhy e do Evandro Torquete no inquérito.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ele nega a participação?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Ele nega a participação no roubo. Ele nega que estivesse no cais do porto quando elas foram roubadas. Mas ele estava na estrada esperando elas passarem. O resto ele não nega. Ele não nega que houve essa conversa. Ele não nega que estava vendendo as bobinas em Belo Horizonte junto com o Evandro Torquete, porque ele estava em Belo Horizonte, inclusive hospedado em um hotel de Belo Horizonte. Está no corpo do inquérito uma cópia da guia da Embratur preenchida pelo Hotel Royal de Belo Horizonte, com o nome dele, Avrignhy, porque ele estava em Belo Horizonte fazendo a venda das bobinas. Nada disso ele nega. Ele nega que tenha participado do roubo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só participou da distribuição, da comercialização.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Exatamente. Ele assume ter participado da idéia, do planejamento e da execução da receptação e da venda. Ele nega ter participado da ameaça e do roubo em si, que se deu no cais do porto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é o principal, é o cabeça.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Um deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o Evandro e o ...?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – O Evandro Torquete, o Avrignhy Cunha. Há uma pessoa que eu acho que não está convocada para vir aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Avrignhy Cunha?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Sim, Avrignhy, é um nome complicado mesmo.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Aí consta Aurinir, mas é Avrignhy.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Há uma pessoa que não está convocada e que nós identificamos no inquérito, uma pessoa daqui do Rio. Essa pessoa chama-se Luiz Marreiro de Lima

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eles reconhecem que estavam vendendo produto roubado?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E eles devolveram esse dinheiro? Fizeram algum acerto com a empresa, com a CSN?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Eu desconheço isso. Acredito que não. Pode até ele aparecer com uma novidade de ter feito.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Segundo eu tenho informação, quando eu fui convocado eu fui procurar... Nós participamos de uma parte, vamos dizer assim, de um mês, de 45 dias da investigação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pegaram o fio da meada?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Sim. Quando passa para a Justiça, é o delegado que vai tomar depoimentos, vai chamar as pessoas. Aí nós vamos cuidar de outras coisas. Até a parte da recuperação nós tivemos atuação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fizeram a investigação preliminar?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Tudo isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a parte que foi recuperada foi trazida para o Rio novamente?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Foi entregue para a CSN. As que foram recuperadas foram as bobinas da CSN. Inclusive, tivemos que voltar a Belo Horizonte, porque nós que fizemos a apreensão, para

poder fazer a restituição das bobinas recuperadas, ou seja, que não tinham sido processadas ainda.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E essas outras, as russas, eram de quem?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – As russas foram importadas pela empresa Ferrosider.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que tomou prejuízo?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Ela tomou prejuízo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não sabe se a Ferrosider entrou com alguma ação de...

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – O que tenho conhecimento é que a empresa Triunfo estaria com uma ação de ressarcimento do prejuízo correndo. Não sei em que situação está, mas ela tem uma ação. Pelo porto ou pelas pessoas, as empresas que participaram...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pode ser direto. Você provou que está com aquele... Se você vai entrar contra o porto ele entra com uma denunciação à lide do outro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem importou foi a Ferrosider?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Foi a Ferrosider, com "s", de siderurgia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não sabia que o Brasil importava aço russo.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Importa muito aço, principalmente da Rússia e da Ucrânia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pensei que tivéssemos auto-suficiência na produção e exportava.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – São apenas algumas modalidades.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Normalmente é o aço mais barato. Não é que não exista aço no Brasil, elas também fazem, mas descobrimos que para comprar uma bobina de aço na CSN é muito difícil, mesmo que eu tenha uma empresa. Se eu abrir hoje uma empresa para processar aço não consigo. Há cotas. Às vezes, preferem importar para poder trabalhar do que esperar a Cosipa ou a CSN porque não é fácil comprar. Eles têm uma cota exata para quem já é cliente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A própria dificuldade de aquisição faz com que se importe.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Também faz com que haja crime.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A CSN tem exportado a maior parte da produção.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vocês já tinham trabalhado em alguma outra operação de carga?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Especificamente, não. Fui por oito anos da polícia civil do estado do Rio. Estava até um pouco mais acostumado a esse tipo de ocorrência do que na Polícia Federal, onde não se faz tanto isso, mas também nunca tinha sido especializado em carga. Tinha trabalhado na delegacia de cargas, por exemplo. Já tinha visto ocorrências.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a medida provisória que o governo baixou, a Polícia Federal entrou mais forte. Teve a operação de Goiânia, bem sucedida. Mas esse caso do aço é daquele rapaz que era delegado da Polícia Federal. Esse caso das bobinas é daquele rapaz que falou conosco, que era ex-delegado da Polícia Federal. Soubemos por acaso. Um ex-delegado federal estava trabalhando particularmente nesse caso. Faz tempo. Uma coisa terrível é tirar carga de um porto e ninguém saber. Isso em Santos, aqui. Tem que ter uma estrutura...

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Inclusive, a própria empresa não só ter conhecimento na hora em que for embarcar uma carga. Quantos caminhões? Mais de 30, e eles tinham mais de 50.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dez toneladas cada bobina. O caminhão carrega 50, 60 toneladas.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Não, cada caminhão carrega 30, 35. Cada caminhão carrega em média duas bobinas. Às vezes três se forem mais leves, mas, em média, duas bobinas por caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E os caras não viram nada? Ninguém anotou nada? O movimento é grande também.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Com certeza. Não há como uma movimentação dessa... Foi num domingo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A guarda portuária não tomou nenhuma outra medida depois desse fato?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – A guarda portuária abriu uma sindicância interna para apurar isso. Não temos conhecimento do resultado, mas parte da sindicância foi remetida à Polícia Federal e faz parte dos autos. Não sei se a conclusão está aqui.

Acho que não. Ela foi concluída não para dentro do inquérito. Talvez a guarda portuária tenha concluído e não sei qual foi o resultado disso...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esse empresário de Belo Horizonte que vem amanhã tem algum envolvimento nisso?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Mas não sei se houve algum modificação operacional da guarda portuária depois disso. Infelizmente, não sei informar. Eles abriram uma sindicância.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque lá em Santos nós tivemos... até fomos convidados na hora pelo delegado da Polícia Federal, um sujeito tirou um **container** como vazio. Mas eles suspeitaram porque passou na pesagem e aí verificaram que havia uma diferença, abriram e tinha motores de ar condicionado, de refrigeração, tinha 23 motores e saindo como vazio. Tinham importado para uma empresa da própria importadora. Então, fazem o que querem dentro do porto, a Receita e a Polícia acharam que tinham que repassar os caminhões com **container** vazio em cima da balança, para saber se estava saindo vazio mesmo ou não, aí pegaram, no dia que estávamos lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nós vamos ouvir, acho o Avrignhy Cunha?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês poderiam ficar conosco.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eles vão ser ouvidos hoje ou amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hoje, hoje. Agora, ele já está aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Seria bom que aguardassem na sala até para poder nos dar um apoio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele já está aí, poderíamos chamá-lo, e aqui o senhor vai permitir que tiremos cópia?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Claro que sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois vamos ver, eles precisam.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – É justamente isso nos foi emprestado pela empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas empresta aqui para podermos ....

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Claro, claro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vocês identificaram se isso foi um caso isolado? Ou tinha prática disso?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Aparentemente foi um caso isolado, até porque eles tentaram fazer isso, o Avrignhy Cunha vai explicar isso melhor, porque isso tem no depoimento dele. Mas eles tentaram fazer isso semanas, repetidamente fazer esse roubo, e não conseguiram por alguma razão dos envolvidos no caso do porto eles não conseguiram fazer. Quer dizer, eles contrataram os caminhões diversas vezes. Os caminhões esperaram, mas não carregaram e foram embora; contrataram na outra semana, os caminhões esperaram, mas não carregaram e foram embora. Isso se deu três ou quatro semanas, até que finalmente eles conseguiram operacionalizar o roubo dentro do porto e os caminhões carregaram.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A transportadora não tem nada a ver?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Nada a ver, os motoristas não desconfiavam...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi contratada, paga.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Exatamente, os motoristas não desconfiaram, deram a nota nas mãos deles e saíram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem a Triunfo.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Não, nem a Triunfo; a Triunfo quando soube do envolvimento dos dois funcionários, o que tive conhecimento é que eles até demitiram. Não conseguiram demitir por causa disso, por razões trabalhistas, mas conseguiram achar uma brecha, alguma coisa que eles fizeram que seria falta na empresa, acho que entraram no porto sem ser pela porta, entraram no porto por baixo da ponte, o que eles não poderia ter feito, isso no outro dia, não no dia do caso, enfim, demitiram eles por outra razão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto tempo a Triunfo levou para detectar a falta?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Acho que uma semana e pouco. A Triunfo foi que comunicou a falta, acho que ela levou uma ou duas semanas para notar a falta desde a data do roubo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deveria ter lá mais de 500 bobinas?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Não, é muita, é muita bobina.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – É muita bobina, porque quando se passa pelo pátio na área que é operada pela Triunfo se vê....

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – É um armazém inteiro, o armazém 8 e mais uma outra parte ali no Caju.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Inclusive agora eles estão com uma área que deve ter mais de 20 mil, 30 mil bobinas preparadas para exportação, no caso, aguardando exportação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A CSN exporta acho que 80%.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E é tudo bobina?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Tudo bobina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vi outro dia um caminhão passar e tinha uma bobina só em cima.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Depende, é que hoje em dia ... na época do fato os caminhões carregavam no máximo três bobinas, hoje em dia eles têm caminhões que carregam até cinco, que eles chamam de "biminhão". Com vários eixos e por causa dos vários eixos pode carregar mais toneladas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Traminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São três eixos?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Eles são engatados, é um trator e duas carretas. Um caminhão e duas carretas, então por ter mais eixo eles podem carregar um maior número de bobinas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O nome certo é "bitrem".

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – "Bitrem" ou "traminhão".

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – O termo exato eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o nome formado é "bitrem". Quem faz muito isso é a Michelon; é amigo do presidente, Sr. Ladair, que é gaúcho, da minha cidade. Transportes Michelon.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, vamos fazer o seguinte: se os senhores puderem ficar aqui...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele podia passar para o lado ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor passa para cá.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Inclusive, Exª, eu gostaria de pedir só um aparte, porque, apesar de termos sido convocados o Mauro e eu para dar este depoimento, os dois colegas que fizeram parte da equipe... Eles também participaram. De repente, eles podem ter alguma idéia para...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu queria depois o nome dos senhores para fazer um ofício para a chefia, agradecendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como é o nome do seu colega?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – É Marcelo Gomes e Aldemar Moreira. Eles estão ali, acompanhando.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Podem sentar ao seu lado.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – É que eles podem ter idéias também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peça a eles para entrarem.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Eles participaram ativamente também, não fomos só nós dois, e podem ter idéia de algum fato que, às vezes, eu possa estar esquecendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O depoimento do Avrignhy.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Exª, só mais um aparte agora que ele também falou.

A coisa foi tão bem feita nessa operação – eles procuraram dar maior legalidade ao transporte – que uma das bobinas em deslocamento para Belo Horizonte caiu da carreta, e a Polícia Rodoviária foi ao local, balizou o local, a seguradora da transportadora foi lá, pagou, providenciou a retirada, colocou em outro...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso é prova de que a transportadora não tinha nada com isso.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Que a transportadora não tinha conhecimento do fato. Houve esse acidente com uma das bobinas no transporte, e a Polícia Rodoviária, a seguradora, a empresa colocou outro caminhão para poder fazer o transporte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava tudo documentado então?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Aparentemente tudo documentado, por isso não temos condições de dizer que a transportadora...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os documentos foram apreendidos, existem cópia deles?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Acho que tem sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Até por que é uma coisa inusitada alguém imaginar que alguém estaria roubando aquilo. A olho nu, em sã consciência, não acreditávamos que alguém estava roubando aquela coisa. É inusitado.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – É normal a entrada e saída de carretas do porto com o material. Então, a única coisa que começamos a ter foi quando o rapaz disse que foi ameaçado o vigilante – eles não chamam de vigilante o porteiro lá do armazém –, que foi ameaçado com uma arma, para ficar na dele e fazer toda a operação. Então, quem passava pelo local achava que era uma operação normal de transporte de bobina.

Agora, a saída, se existe algum tipo de documentação que a Empresa Triunfo teria que dar para sair no cais do porto, ou se estava faltando algum documento, não temos condições. Questão de envolvimento ou de guarda portuária.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – O guarda então ficou sabendo no dia que era um assalto?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Quando fizemos contato com a guarda portuária procuramos saber quem era o guarda que estava de serviço lá, mas ele falou que não tinha conhecimento do roubo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por que ele foi ameaçado com arma?

(Fora do microfone.)

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Não, esse daí tinha conhecimento. É um vigia da empresa que fica no armazém. A guarda portuária fica...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele acabou sendo demitido depois? Não. Está lá ainda?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Tomei conhecimento de que ele foi demitido, quando fomos intimá-lo agora para participar, porque ele está convocado. Fui na empresa onde ele trabalhava e ele já tinha sido demitido em 2001, se não me engano.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não o encontraram mais?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Aí fomos para a residência dele e fizemos a convocação através da sua mãe.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele veio?

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Acredito que sim. Foi convocado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está bem detalhado o depoimento do Avrignhy. Ele detalha bem e mostra o envolvimento do Evandro também.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Outra coisa, desculpe-me, outro fato aqui que o colega acha relevante também informar é que essa empresa Manchester, aparentemente, negou, não sabia que estava processando bobinas roubadas. Mas a gente pediu a documentação de entrada na empresa e a saída, eles falaram que eram muitos documentos e que nos apresentariam no dia seguinte, enquanto estávamos em Belo Horizonte. No dia seguinte, eles estiveram se apresentando na delegacia de Minas Gerais, e notamos que as notas fiscais de saída foram feitas posteriormente a nossa estada na empresa, quer dizer, então, para a gente é um fato de que eles estariam envolvidos ou sabiam que estava ocorrendo algo de errado naquela situação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tiveram peito de expedir a nota.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – É, por um acaso, vimos, pelo computador, a hora, que foi impressa na noite do dia que estivemos lá, estivemos à tarde e à noite é que foram impressas as notas fiscais de saída.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom dia.

Como se pronuncia o seu nome?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Avrignhy .

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Avrignhy, temos aqui um termo de compromisso que, de acordo com art. 203, do Código de Processo Penal, o senhor tem que prestar depoimento declarando somente a verdade perante esta Comissão.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, eu gostaria que o senhor conferisse todos os dados colocados e assinasse o termo.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor assinou o compromisso e sabe que não pode mentir perante esta Comissão.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sei, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Serão garantidos todos os seus direitos. O senhor tem algum advogado que o acompanha?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não senhor, estou sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia nos descrever como ocorreu... Tenho o seu depoimento aqui, o senhor confirma o depoimento?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Confirmo ele todinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia nos relatar como foi a ocorrência, quais os contatos, se alguém no porto colaborou com o senhor, tudo aquilo que se refere a esse processo, o roubo das bobinas do cais do porto, até a entrega e a comercialização?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Pois não, Senador. Esse material me foi oferecido por um senhor, em Barra Mansa, onde moro, em Volta Redonda, moro em Barra Mansa, são duas cidades coladas. Foi-me oferecido, mexo com ferro e aço, mexia, não mexo mais, há algum tempo, sempre comissionado, conseguia material, vendia e ganhava uma comissão sobre aquela venda que eu fazia. Procurou-me, se a gente teria condição de comprar uma quantidade "x" de material acidentado do Cais do Porto do Rio de Janeiro. Eu disse, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele se referiu como material acidentado?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Exatamente, me foi colocado como material acidentado no Rio de Janeiro. Falei que não tinha problema, a gente vende tudo, sem problemas. Então, ele fez o contato com a pessoa e me chamou de novo na casa dele. Estive lá, conversamos...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem lhe procurou? O nome da pessoa.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Roberto Parreira, de Volta Redonda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era de onde?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Ele é de Volta Redonda e mexe com ferro e aço, é do ramo, mexe com aço. E, então, fui na casa dele e conheci duas pessoas que estavam lá, dizendo sobre o material, que se encontrava no Rio de Janeiro, no Cais do Porto, e que o fiel, acho que o termo é esse mesmo, Senador, fiel do armazém...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fiel do armazém, é o responsável pelo armazém.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É, o termo era esse. E o assessor dele, desse fiel, tinha condições de ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não lembra o nome dele?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Lembro-me de todos os dois.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Fiel do armazém.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sr. Tonico. **ANTÔNIO DA SILVA MARQUES** "não sei o quê". Tonico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O armazém sabia o número do Antônio?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode prosseguir, por favor.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Então, falei: "Quero ter contato com ele." Aí viemos ao Rio de Janeiro e encontramos com o Sr. Tonico e o Sr. Marreiro, que era, então, assessor do Sr. Tonico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode prosseguir. Pode continuar.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Perfeito. Então, vim, conversei com eles, e ele me explicou: "Não, o senhor só vai trazer seus caminhões, colocar aqui, vamos entrar no cais do porto, retirar o material e vender para o senhor".

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor era autônomo? O senhor não trabalhava lá na CSN, não?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. Sou autônomo. Sempre fui. O senhor perguntou se eu trabalhava onde?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na CSN.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, não, não. Nunca trabalhei na CSN. Sempre fui autônomo, como comissionado de ferro e aço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Comprava e vendia?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Comprava e vendia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Paulo Roberto... É Paulo Roberto de que o senhor falou?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É Roberto Parreira.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Roberto Parreira lhe procurou...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o senhor queria vender?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu trabalhava, inclusive, também com ele. Eu trabalhava para todo mundo: "Cunha, vende para mim isso..."

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor queria vender essas bobinas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí o senhor fez o contato para a venda?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Ainda não. Primeiro, eu queria ver o material, queria ver quem eram as pessoas. Vim até o Rio, encontrei com o tal do Sr. Tonico.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí o senhor foi lá e viu o material?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Aí foi uma outra vez.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Mas onde o senhor viu o material?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Dentro do cais do porto.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor foi lá dentro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Fui lá dentro, com o Sr. Marreiro. Entramos pelo portão, ele falou com os guardas, que abriram... Fomos lá dentro, olhamos o material.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem abriu o portão? Quem recebeu os senhores no porto?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. Fomos eu e o Sr. Marreiro. Eu e o Sr. Marreiro. Agora, tinha uma pessoa que eu não me lembro, realmente, quem era, mas tinha. Eu e o Sr. Marreiro, no meu carro, entramos no cais do porto, embaixo de um viaduto. Ele só fez um gesto para os guardas, que abriram o portão; entramos e olhamos o material. Falei: "O material serve. Está bom". Então, voltei, fiz os contatos todos, para vender o material. Foi aí que esse tal de Sr. Marreiro, que conhecia tudo dentro do cais do porto, na minha opinião... Ele rodava lá à vontade. Entramos no armazém, olhamos...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Esse que é o Fiel do...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. Esse me foi apresentado como assessor do Fiel, que é o Sr. Tonico. Assim me foi apresentado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E ele tinha intimidade com tudo lá dentro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Tinha. Eu achei que tinha.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Deixe-me fazer uma pergunta. Quando o senhor entrou no armazém, quando ele lhe mostrou a bobina ou as bobinas, havia muitas bobinas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Muitas.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Muitas, muitas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Muitas, muitas, muitas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas não era estranho? O contato que ele fez com o senhor era de comprar bobinas acidentadas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não achou isso estranho, não?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, porque...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Essa era a pergunta que eu ia fazer.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Nesse ramo, qualquer arranhão na bobina de folha-de-flandres, por exemplo, faz com que ela seja acidentada. A Nestlé, por exemplo, se pingar uma gota de água na bobina da folha-de-flandres, rejeita esse material. Aí, eles vendem como seguradores.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Mas o senhor procurou saber onde é que estava o resultado do acidentado?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Nas bobinas?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quando eles lhe mostraram as bobinas, o senhor procurou saber qual era a avaria da bobina?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. Confesso que a gente não faz isso. A gente vê o material, sabe que é bom, o sujeito quer vender... Não fiz isso.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sim, continue.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Aí, voltei, fiz os contatos. Mas aí o Sr. Marreiro tinha me dito que eu ia vender o material e ia pagando para eles de acordo com a venda. Falei: "Perfeitamente". Fiz o contato com São Paulo, e "vamos vender". Mas, nisso, no decorrer, o próprio Sr. Marreiro – tudo foi tratado com o Sr. Marreiro; o Sr. Tonico saiu, um pouco,

até, de circulação – disse: "Cunha, tem que pagar na hora". Falei: "Eu não tenho um tostão. Eu não tenho, sou comissionado". Ele disse: "Não, tem que pagar na hora, no cais do porto". Falei: "Não. Então, estou fora". Foi aí que, então, eu mesmo liguei para o Sr. Evandro, de Belo Horizonte, e disse a ele... Porque, antes disso – a coisa é bastante longa; até pelo meu depoimento, o senhor vai ver –, o Sr. Ladstone (?), também de Belo Horizonte, tinha me procurado, sabendo que eu estava com esse material para sair, e falou: "Vamos fazer juntos?". Falei: "Vamos. Não tem problema nenhum". Foi aí, então, que o Evandro Torquete, meu amigo de muitos anos atrás – a gente sempre lidou com ferro e aço –, procurou-me dizendo que ele estava interessado em comprar as bobinas. Falei: "Perfeitamente".

Foi feito isso. O Marreiro carregou o material todinho do cais do porto e levou para Belo Horizonte. O Sr. Evandro me chamou: "Cunha...". Porque foi muito material para... Aí é que está: quando o material chegou em Belo Horizonte, foi folha-de-flandres no meio, e não era folha-de-flandres o que ele estava vendendo para a gente. Era bobina fina quente e bobina fina fria, que é usada para fazer tubo. Mercado de folha-de-flandres em Belo Horizonte não existe. Folha-de-flandres, você vende no Rio de Janeiro e o resto todo em São Paulo. O que bobinas e folhas-de-flandres vão fazer em Belo Horizonte?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você acompanhou a carga?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Nem o embarque, nem o desembarque?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Tenho uma notícia que o senhor encontrou as carretas transportando na estrada?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não foi na estrada, foi na saída do cais.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o senhor não percebeu que tinha folha-de-flandres?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Estamos falando de uma coisa que não é uma caneta, é uma bobina que pesa dez toneladas. O senhor não percebeu que era de folha-de-flandres?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, porque 20% da folha-de-flandres, o resto era tudo...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Vou fazer uma pergunta para o senhor: o senhor já foi preso ou processado alguma vez?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZACUNHA – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Nunca?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Preso nunca.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor nunca respondeu nenhum processo, nenhum inquérito, nada?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu respondi um inquérito na minha vida, na Prefeitura Municipal de Volta Redonda, como funcionário público.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Só?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Só.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Deixa eu perguntar um negócio aqui: qual é o preço médio de mercado de uma bobina dessa?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Deputado, estou fora disso, exatamente, há dois anos e meio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está bom. Qual era o preço, em média, à época, você que vivia disso? Preço normal, de venda lícita.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Material novo ou material acidentado?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Material novo. Como aquele era tido como material acidentado...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O material novo, de fino a frio, que é para fazer tubo, em torno de R$ 0,40 o quilo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aqui vai dar R$ 40 mil a bobina?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, a bobina pesa seis, sete mil quilos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – R$ 2,8 mil, R$ 3 mil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E por quanto você vendeu?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – A venda foi feita em Belo Horizonte pelo Sr. Torquete.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas foi você o agenciador da venda. Você negociou o valor.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, R$ 0,40. Com o Sr. Marreiro, que era o dono do

material, negociamos, se não me engano, R$ 0,30. Deve ter no meu depoimento.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Qual foi a firma que vendeu?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Para nós?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você foi o intermediário, não foi? Alguém comprou e alguém vendeu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Evandro...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O alguém que comprou quem foi?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – A Multiferro, de Belo Horizonte.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o alguém que vendeu, quem foi?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sr. Marreiro. Com M.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – A firma, qual era a firma?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não tinha firma. Era material acidentado. Não tem nota, não tem nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era tido como salvado, por exemplo?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Isso. Salvado, exatamente.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor com tanta experiência nesse ramo, em nenhum momento passou-lhe pela cabeça que aquilo pudesse ser objeto de crime?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, não passou pela minha cabeça. Na minha opinião, depois que isso tudo surgiu, depois desse processo todo, fomos três bobos: eu, o Evandro e o Ladstone. Para não dizer um palavrão.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você, o Evandro e quem mais?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Ladstone, que é o de Belo Horizonte, também, que tinha me proposto, do início, a sociedade naquilo. "Vamos fazer juntos?" "Vamos". Eu não tenho dinheiro para comprar nada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Como é que um caminhão transita com um material desse, mesmo sendo salvado ou – como o senhor disse – avariado? Como é que ele transita sem nota?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Aí que está. Muitas vezes transita apenas sem nota. Vai sem nota. Corre-se o risco da fiscalização pegar. Muitas vezes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E esse transporte? Tinha nota?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Esse tinha nota.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Nota de quem?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Nota fiscal feita numa gráfica chamada Nota Fria.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ah, o senhor sabia que era nota fria?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Para responder isso para o senhor... Estou sem advogado, não sei se devo. O senhor pode até me ajudar.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O seu dever é falar a verdade. Agora, você tem o direito, também, de não falar. Mas é sua obrigação falar a verdade. Você assinou um compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, sob pena de cometer crime. Outro crime. O nosso objetivo é apurar os fatos. O senhor, há pouco, declarou que em nenhum momento podia imaginar que aquilo fosse objeto de crime.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E, agora, o senhor mesmo declara que a nota é fria. Isso o senhor já declarou. Não tem nem como dizer que não sabe. O senhor acabou de dizer que a nota é fria. Estou só querendo aprofundar. Nós, aliás. O nosso objetivo não é prejudicar ninguém. Nosso objetivo é apurar a verdade para que, depois, seja punido quem deve sê-lo. E não seremos nós que puniremos. Apenas encaminhamos as conclusões às autoridades que tomarão as providências.

Entendo que o melhor é que o senhor diga a verdade. Mas queremos que o senhor fique à vontade. Não estamos aqui para obrigar ou para desobrigar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Onde era a gráfica?

O SR. AURIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Em Volta Redonda.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor conhece a gráfica?

O SR. AURIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem fez a nota?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Sr. Dário Torres foi a pessoa que estava na casa do

Sr. Roberto Parreira no primeiro dia em que foi feito o contato comigo sobre esse material.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É o Sr. Dário Torres?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Onde mora o Sr. Dário Torres?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Em Volta Redonda.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi ele quem fez as notas frias?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – A gráfica do amigo dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor sabia que as notas eram frias?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi o Sr. Dário Torres que providenciou as notas. Qual é o nome da pessoa da Gráfica?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não sei. Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E qual é o nome da Gráfica?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor sabe onde fica?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sei.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Deputado, V. Exª me permite fazer mais uma pergunta a ele?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois, não.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor já disse que conhece o Dário, que é a pessoa que cuidou da nota. Quem é o Evandro Torquete?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É o dono da Multifer de Belo Horizonte.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor conhece o Cristiano Dias da Silva?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não sei.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Eduardo Targa Teixeira.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não conheço.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Alexandre Garcia da Silva.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Conheço o Alexandre, de Volta Redonda.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Antônio da Silva Marques.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Esse deve ser o Tonico.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Roberto Parreira.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Acabei de falar.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Carlos Roberto Marra.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, senhor.

O SR. O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Reinoel Borges dos Reis.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não conheço.

Com a palavra o Deputado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Avrignhy, foi você quem contratou a transportadora?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Foi eu quem contratei, através de fax da Multifer com a transportadora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você fez o contato?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Por telefone.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A operação era para acontecer num domingo. Antes de acontecer, primeiramente, furou. Não foi isso?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Foi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantas vezes isso aconteceu?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Umas três vezes.

Os caminhões iam lá, não carregavam nada e vinham o Sr. Tonico e o Sr. Marreiro explicar que houve um problema no cais, que o navio ia carregar...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que não deu para operar e tudo?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a transportadora ficava no prejuízo com os caminhões parados?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não porque, nas primeiras vezes – parece-me que foram duas –, eu contratei caminhões na estrada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sei. Caminhão carreteiro.

O senhor pagava a diária?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Isso mesmo. Paguei para 10% porque o resto nem quis receber.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O resto aceitava. Sei.

Quantos caminhões estavam envolvidos?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Em cada operação dessa, de 15 a 20 caminhões.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Duas ou três isso deu errado?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os caminhões iam para lá, esperavam. Para alguns você pagava e para outros, não.

Quem mais pagou diária de caminhão parado?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Sr. Mareiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem mais? Só o Sr. Mareiro.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Só. Que eu me lembro, só.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não pediu ao empresário de Belo Horizonte que também pagasse?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não porque ele não estava nessas operações em que não houve carregamento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando o senhor ajeitou para transportar, já estava acertada a venda. Concorda?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. No início, como eu falei, eu ia vender o material para São Paulo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu sei. Mas, depois que você fechou a venda de Belo Horizonte...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Aí, sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O empresário de Belo Horizonte já estava contactado, acertou preço e tudo.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Depois que o empresário de Belo Horizonte, o Evandro, foi contactado falhou apenas uma vez. E tinha um sócio de cinco carretas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele pagou a diária?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não me lembro, não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem pagou? Alguém pagou.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu acho que não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Deixe-me perguntar outra coisa. Como o senhor tinha o costume de fazer essas vendas, o senhor considerou comum ser num domingo?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sempre me disseram o seguinte...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vai num domingo, fura, não deu.

Vai no outro domingo, fura, não deu.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O que me falaram, o seu Dário Torres, o seu Tonico e o seu Marreiro, é que toda operação cais de porto era feita no sábado à noite e no domingo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto é o preço, por quilo, da bobina perfeita, sem ser salvado?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – R$0,40 o salvado, e a perfeita, o dobro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor comprou por R$0,30 e vendeu por R$0,40?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por R$0,40, ou seja, 50%? Era R$0,80 e o senhor vendeu por R$0,40?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Porque as bobinas eram perfeitas.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, mas a venda quem fez foi seu Evandro Torquete, do material fina frio. Fui chamado para ajudar na venda de folha-de-flandres, que é uma espécie de uma especialidade minha. Especialidade, em termos, porque não sou especialista.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor mexia mais com isso?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim. Fui a Belo Horizonte tentar vender a bobina fina frio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor disse que em Belo Horizonte não tinha mercado para folha-de-flandres, como o senhor contatou Belo Horizonte?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, as bobinas foram parar lá, e fui até lá vendê-las.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas se lá não tinha mercado para folha-de-flandres?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Vendi para São Paulo, para Juiz de Fora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor acabou de afirmar que foi chamado para vender folha-de-flandres. Certo?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Certo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como o senhor faz um contato em uma terra que não mexe com folha-de-flandres? Não tem mercado.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não fiz o contato. Fui para Belo Horizonte, porque as bobinas estavam lá. Inclusive para tirar a relação das bobinas para, de onde eu estivesse, vendê-las para o Brasil inteiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – As bobinas estavam no porto do Rio...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, já estão em Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ah, isso depois já de transportadas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Claro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas antes o senhor entrou na operação. O senhor foi lá no cais ver as bobinas, contatou primeiro e conversou. Foi o senhor que agenciou o negócio?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Foi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como o senhor vende folha-de-flandres para um mercado que não usa esse material?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Contatei só bobina fina frio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o senhor falou que a sua especialidade era vender folha-de-flandres.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Mas isso não impede, tanto é que o Evandro disse estar com todo o material. Eu vendo esse material todinho em Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Lógico, porque nesse preço, Avrignhy ... Por metade do preço o senhor vende qualquer coisa, em qualquer lugar.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não é bem assim não. Tem material acidentado...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas não era acidentado, estamos sabendo que não era.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não era mesmo, mas...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quando as bobinas saíram do porto, já não tinham destino certo. Já não estava acertado o negócio em Belo Horizonte?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – A fina frio.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A fina frio estava acertado?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Estava acertado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas quando chegaram lá não era aquele produto?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não era só aquele produto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Aquele que não era ficou separado lá?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Ficou separado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Para vender para outro lugar?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Exato. São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas, para todos os efeitos, independente de ser uma ou outra, o negócio estava feito em Belo Horizonte? Deu errado porque misturou?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor sabia que foi tirada nota fria, foi feito talão frio?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi feito no domingo?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Viu as bobinas e verificou que, na verdade, as bobinas eram boas? Não eram bobinas falhas.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, salvo se abrir.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas, pelo que o senhor olhou, viu que era coisa boa? O senhor tem experiência.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – A minha experiência me disse que era um salvado muito bom.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Era um salvado muito bom. Está bem, vamos admitir que seja. Salvou-se bem e está tentando salvar-se melhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o senhor vendeu para o Evandro, de Paulo Torquete, em Belo Horizonte?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – As bobinas foram para lá com a nota fria, que o senhor sabia que era fria?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, o senhor esteve com o Dário Torres e o Alexandre?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Na casa do Roberto Parreira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Do Roberto Marreiro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Parreira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor esteve lá e acertou com o Dário a questão das notas? Ficou sabendo que foi acertada a questão das notas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Veio aqui e olhou. Vieram num domingo para carregar, no outro domingo e no outro domingo?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Obviamente, o senhor sabia que ali era um negócio que não era claro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas como é que o senhor vai carregar um negócio com nota fria?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O material salvado não tem nota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor que ajeitou a nota?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. – Não tem nota, mas tem documento, pelo menos na companhia de seguro?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Todo salvado tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo tem nota, inclusive salvado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nota, não, tem o documento de salvado.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Alguns, sim; outros, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como o senhor ajeitou a nota fiscal?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Foi entregue um talão para preencher.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem te entregou o talão?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Dário Torres, o pessoal da gráfica, amigo do Dário Torres.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é a gráfica?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não sei. Sei onde é.

O SR. PRESIDENTE **(Romeu Tuma) – É aqui no Rio de janeiro?**

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. Em Volta Redonda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode identificar o local? Sabe o endereço?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sei ir lá, mas não sei o endereço. Com certeza sei ir lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe onde é a gráfica?...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Doutor, vocês identificaram a gráfica, ou não?

Não?

O SR. – Na ocasião, não tivemos conhecimento de onde tenham sido feitas essas notas fiscais.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, requeiro uma diligência com o Avregnir, para que ele possa ser levado à gráfica.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Avrignhy, você mora onde?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Moro em Barra Mansa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As notas foram feitas lá?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Foram feitas em Volta Redonda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pertinho, não é?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Pertinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acompanharia a Polícia para nos mostrar o local?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim. Para mostrar, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi em nome de quem?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Da Multifer.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A falsificação foi feita no nome da Multifer?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O destino, né?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estou perguntando sobre a nota fiscal? A nota tem que ter o nome de uma empresa.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Ah, sim. Prensa Volta Redonda Ltda e Barrasul Metais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Empresa Volta Redonda é a vendedora?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Prensa Volta Redonda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o que está no timbre da nota?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas a empresa não sabia?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não sabia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vocês usaram o nome da empresa?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E usaram também o nome da Barrasul Metais?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sem que eles soubessem?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sem que eles soubessem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vocês pegaram uma nota deles e mandaram fazer uma igual?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Exatamente isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Uma nota parecida com números aleatórios?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Exatamente isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Falsificaram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Clonaram.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Essa foi a parte do Dário? Foi isso o que você disse?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, não digo que seja a parte dele. Também. Foi o Dário quem arrumou a gráfica que fez a nota.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi ele quem arrumou a gráfica?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, foi ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi você quem pediu a ele para arrumar a gráfica?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. Ele que arrumou.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Você foi à gráfica?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantas vezes?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele também fazia parte do negócio?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Dário fazia. Foi ele quem me trouxe esse negócio, na casa do Roberto Parreira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi ele quem puxou a frente. E o senhor foi à gráfica várias vezes?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Duas vezes, se não engano.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o senhor conhece o dono da gráfica?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Com quem o senhor falou?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Com ele. Com o dono.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E não conhece eles?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se o senhor falou com eles, o senhor conhece eles?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. Se o senhor quer colocar assim, então, eu conheço. Eu o vi. Se eu o vir hoje, não sei se o reconheço. Acho que sim. Tenho uma boa memória.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não era amigo nem conhecido?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor o viu na hora?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como um cliente normal que foi comprar um talonário?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Exatamente isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que o Dário falou? Ele era acostumado a fazer nota fria?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É. Houve um comentário deste: "Deixe comigo que eu arrumo".

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso tudo foi antes da venda? Concorda?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da entrega.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi antes da entrega.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para legalizar a entrega.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, você sabia que era uma coisa ilícita?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. A única coisa que o senhor pode dizer que eu sabia é que não tinha nota. Mas que a venda era ilícita, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando alguma mercadoria não tem nota, o que se faz? Dirigi-se à Receita Estadual e se pede uma nota avulsa. Não é assim que funciona?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Aí você vai pagar de novo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na Receita Estadual, pede-se a nota avulsa e se paga o imposto.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quanto vocês pagaram pela nota fria?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não me lembro. Não me lembro. Realmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas pagaram algo extra?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A gráfica cobrou extra para imprimir a nota?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Claro.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor não se lembra o nome da gráfica nem do seu dono?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele sabe o local.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sei o local.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Providenciarei já uma diligência.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor declarou que é divorciado.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sou.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Qual é sua ocupação atual?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Tenho uma firma de extração de areia.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor tem filhos?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Tenho. Duas meninas.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Do primeiro casamento ou do segundo?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não tenho ninguém. Sou solteiro.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Qual a idade das suas filhas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Uma tem 23 anos e a outra tem 17 anos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor não acha que poderia colaborar um pouco mais conosco? Está claro que o senhor sabe tudo o que aconteceu. O que nos interessa não é o miúdo; precisamos saber o graúdo. Quem foi que orientou e fez isso. É melhor para o senhor. Porque o senhor vai responder a um inquérito. Não tenha dúvida de que o senhor responderá a um processo pesado face tudo o que já consta aqui e o que o senhor está declarando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não pode assumir isso sozinho nem deve.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Exatamente. O senhor amenizará a situação, na medida em que colaborar conosco, dizendo quem está recebendo esse material e quem está dentro do porto facilitando.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Senador, quero deixar bem claro para os senhores: estou aqui exatamente, quando fui procurado pelos Policiais Federais, Sr. Mauro, Sr. Zuldech e outros dois de quem não lembro o nome, estou desde aquele dia pronto a colaborar com tudo. Meu pai era tabelião, e fui criado nesse regime de austeridade.

O SR. MOREIRA MENDES – Então, em homenagem às suas filhas, ajude a gente.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O senhor está me pedindo uma coisa que estou prontíssimo para fazer.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Então, quem são as pessoas do porto? Quem são os receptadores?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Acabei de dizer para o senhor. Nós vendemos, eu e o Lázaro, e o Sr. Evandro Torquete, da Multifer, que vendeu, em Belo Horizonte, para a Manchester.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem tratou do assunto no porto?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Mas o comprador de Belo Horizonte sabia de tudo isso?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZACUNHA – Não sei, porque nem conheço...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O outro bobo... O senhor se referiu a três bobos: o senhor, um de Belo Horizonte... Esse outro bobo também sabia de tudo, da nota fria, de pegar no sábado à noite, do domingo?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Com certeza. Essa pessoa da Manchester...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi convidado a participar?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim. Até queria fazer um adendo. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Este convite – não sei se chamo assim – que recebi diz:

"Pelo presente e de ordem do Senador Romeu Tuma, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, intimo V. Sª a comparecer no dia 21, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sita à rua tal, nº tal, para participar de audiência pública promovida pela aludida comissão". Esse documento foi entregue aberto na portaria do meu prédio.

Para mim, ele deveria ter sido lacrado. Minha filha perguntou: "Pai, isso veio aberto?" E eu respondi: "Veio, filha." Ela, então, falou: "Está errado, não é, pai?" Eu falei: "Vou falar isso na Comissão."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós vamos tomar providências a respeito disso, para não se repetir.

Apenas para estabelecer desde o início, o que é uma preocupação do Senador Moreira Mendes, como começou o negócio?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi convidado por quem?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Pelo Roberto Parreira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi nessa reunião na casa dele...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZACUNHA – Na casa dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... com os outros dois?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu estava num posto de gasolina, abastecendo o meu carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que o Roberto já tinha esquematizado no porto a possibilidade de retirada das bobinas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Senador, tenho certeza que não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele falou alguma coisa?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Tenho certeza que não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por quê?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Roberto Parreira não me traz toda essa capacidade de engendrar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem o senhor acha que foi ao porto e fez o acerto para retirar as bobinas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZACUNHA – O Marreiro. O Marreiro sabia tudo e fez tudo, tudo, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Barreiro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZACUNHA – Marreiro. O sobrenome é parecido: É Roberto Parreira e Sr. Marreiro. Não sei o nome dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Marreiro foi ouvido?

O SR. – Não. Não o localizamos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que o Marreiro é o principal elemento?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZACUNHA – Tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De onde é o Marreiro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZACUNHA – Ele é do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você já o conhecia?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conheceu na casa...?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. Conheci aqui no Rio de Janeiro, quando vim conhecer o tal fiel..

O SR. MOREIRA MENDES – Esse é o assessor do fiel do armazém?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Esse é o assessor do Fiel.

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – O nome dele é Luiz Marreiro de Lima. Nós conseguimos identificá-lo – isso está até no corpo do inquérito – pelo nome dele, e o endereço dele é naquela favelinha do Caju, próxima ao cais do porto, onde ele é pessoa conhecida. Mas nunca conseguimos encontrá-lo sequer para intimá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele sumiu depois disso?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Sumiu. Fomos à casa dele mais de uma vez, mas nunca conseguimos encontrá-lo. Ele até conhecia os rapazes. Inclusive um dos que operavam a empilhadeira e fizeram a operação morava numa casa muito próxima à dele na favela. Certamente, era conhecido dele. Então, sabemos que o nome completo é Luiz Marreiro de Lima, que nunca foi ouvido porque não conseguimos achá-lo depois disso.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Conseguiram a identificação dele?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Temos a filiação e data de nascimento em razão do cadastro da pessoa. Mas não conseguimos qualificá-lo totalmente, porque nunca conseguimos encontrá-lo. Tentamos, mas não conseguimos. Quem o conhece é o Antônio, o Tonico.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E esse que ele chama de fiel do armazém?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem o conhece é o fiel, o Antônio?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – O fiel, o Antônio, que, na verdade, nunca foi fiel de armazém nenhum. Ele trabalha com pesca, tem barco de pesca, mas é também uma pessoa conhecida, antiga no cais do porto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas esse foi localizado?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Foi localizado, está convocado por V. Exªs. É Antônio, acho que da Silva Matos, se não me engano...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele foi ouvido por vocês?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Foi ouvido por nós. Foi ouvido pela Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que o Marreiro era auxiliar do Fiel?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, depois disso tudo, é exatamente o contrário. O Tonico foi que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Marreiro é que comandava?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Isso. Com certeza. Essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo. E vocês tiveram contato com o Marreiro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá no porto?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade)– Primeiro na casa do...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, o Marreiro nunca esteve na casa do Roberto Parreira. Quem esteve na casa do Roberto Parreira foi o Sr. Dário Torres.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, você esteve na casa do Parreira?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, eu trabalhava com Roberto Parreira.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com Roberto Parreira.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Na casa dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas, Avrignhy, o Senador que estava presidindo aqui, falou muito claramente para você do seu juramento e das implicações que pode ter. Não sei se falou das implicações. Você está numa CPI e há uma lei criada para regulamentar a CPI, que dispõe que é crime negar, falsear, mentir aqui na CPI.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Perfeitamente, eu estou sabendo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Crime passível inclusive de prisão imediata.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Perfeitamente. Mentir na Comissão, não é isso o que o senhor disse?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Trata-se da Lei nº 1.579, que, no art. 4º, dispõe:

"Constitui crime:

I – Fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pena do art. 342 do Código Penal, que dá até três anos de cadeia."

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Então, o senhor pode repetir, por favor? Eu não ouvi o senhor falar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sim.

"Constitui crime:

I – Fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito."

Esse é o artigo.

"Pena do art. 342 do Código Penal."

Esse artigo dá até três anos de cadeia.

Esse aviso que fazemos – o que é de nossa obrigação – é no sentido de buscar sempre o seu sentimento de que deve, cada vez mais, só falar a verdade.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Estou imbuído desse sentimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Solicito ao Presidente que transformemos esta reunião em secreta, com a presença somente dos Parlamentares e do Sr. Avrignhy.

Então, Avrignhy, se você quiser contar toda a verdade para nós, a verdade verdadeira mesmo, terá essa chance agora. Inclusive, a sua participação muito clara nisso. A sua colaboração pode lhe favorecer muito. Primeiro, porque nós não vamos indiciá-lo aqui. Segundo, que a recomendação da CPI é, estando o processo em andamento, havendo a sua ajuda, a sua colaboração, é de que pode amenizar muito o seu delito, que é claro entre nós. Você não vai querer dizer que é inocente nessa situação, porque nós já sabemos, nós estamos vendo isso claramente.

Então, eu lhe faço esta pergunta: você quer fazer isso? Abrir todo o jogo para nós aqui? Isso facilitará muito a sua vida; eu posso lhe garantir isso. Até, como disse o Senador, em homenagem a seus filhos, porque creio que você não é um homem do crime, pelo que parece.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, não sou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas cometeu um. Nós estamos vendo isso.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, os senhores estão vendo isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é. Então você tem essa oportunidade. Você está sem advogado, nós estamos falando aqui claramente com você. Nós somos Parlamentares e não estamos aqui para prejudicar ninguém, mas precisamos dar uma resposta à sociedade do nosso trabalho, que vem sendo desenvolvido há dois anos e meio pelo Brasil afora. Sabe?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, o que nós queremos? Nós queremos os nomes dos

grandes receptadores, daqueles que fazem realmente o negócio acontecer no roubo de cargas no Brasil, e não dos peixinhos. Nós queremos os tubarões, entendeu o que estamos falando?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Estou entendendo, estou entendendo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é. E de repente a sua ajuda pode ser muito importante e pode amenizar problemas futuros seus.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Inclusive se você quiser falar reservadamente só com os Parlamentares, sem ninguém, é possível. Podemos ir para uma outra sala, onde você conversará só conosco e nada será gravado. É possível, se você quiser.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, eu estou entendendo. Eu entendi bem o que o Deputado disse.

Veja bem, vou colocar isso como uma proposta do senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É uma proposta, sim.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu faria sim, tranqüilamente. Eu só não sei se vai mudar muita coisa. Mas, com certeza, estou, como já disse, pronto a ajudar em tudo, tudo, tudo, tudo, e pronto a pagar pelo que fiz. Isso é um negócio de que já estou imbuído.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você teria então... Pode responder lá.

(Conversas fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Avrignhy!

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, senhor?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Além de ser Senador... Aliás, sou Senador por acaso. Na verdade, sou advogado há 32 anos e posso lhe garantir que a sua sinceridade, se você ajudar, só lhe beneficia. Não lhe prejudica em nada!

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Senador, estou disposto...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Entendeu? Nós não queremos forçar nada, mas é muito melhor se você puder colaborar conosco.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu sei. Eu posso e quero!

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Queremos encontrar os "grandões". Isso é o que queremos e precisamos.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, não tenho dúvida. Eu e o Mauro acabamos nos tornando mais próximos, tamanha foi a identificação, talvez, não sei... Como disse ao Deputado, não sou homem do crime mesmo. Faço questão de dizer. Cometi essa falha, vamos colocar dessa forma, mas estou disposto a ajudá-lo em tudo e aceito a sua proposta, sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Falando da minha proposta, você acha necessário que façamos reservado? Você teria coisas a mais para nos dizer? Estamos vendo que há sinceridade em você. Você dá só uma escorregada, mas isso é natural porque tem que se defender.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Veja bem, pelo que está me parecendo, os senhores, até por acúmulo de serviço, não conhecem a história toda, e eu queria lhes contar. É o que posso fazer, ajudando em tudo o que for possível e em tudo o que for perguntado.

Se eu souber vou lhes dizer. Vou contar tudo, tudo, tudo o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você pode começar isso agora, então?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Posso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com detalhes, abrindo o jogo mesmo, foi chamado para isso e para aquilo e foi mesmo, nós sabemos.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O senhor disse que seria uma reunião secreta. Qual é o benefício que tenho em ser secreta?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Apenas para te proteger.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Está bom!

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A nossa recomendação de que você colaborou com as investigações...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Está bom, então prefiro que seja secreta mesmo. Só com os Parlamentares, não é isso?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Se os agentes quiserem ficar, para mim...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os agentes estão por dentro de tudo e não atrapalhariam. Ele mesmo disse que é melhor.

De praxe tem que ser só isso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Peço à Secretaria que desligue a gravação e também peço às pessoas que estão presentes no recinto, assim que o Senador Romeu Tuma terminar sua entrevista, que, por favor, deixem o recinto porque transformaremos esta reunião em reunião secreta para atender a um apelo e podermos ouvir o depoente de forma sigilosa.

Suspendo a reunião por alguns minutos para que o Senador Romeu Tuma possa terminar a sua entrevista. (Pausa.)

(Suspende-se a reunião)

(REUNIÃO SECRETA)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles são seus protetores aqui, Sr. Avrignhy. Eles disseram que o senhor colaborou bastante com o trabalho.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Foi exatamente o que me propus a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espero que também mereçamos que o senhor colabore conosco.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Senador, é possível.

(Conversas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fiquem à vontade aí.

(Conversas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Avrignhy, eu sei que você falou algumas coisas privadamente, e não quis colocar no papel. Os policiais me disseram que você pode falar.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu fiz um depoimento com os Agentes Federais na Praça Mauá, com duração de cinco horas e meia. Eles estiveram na minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor relatou sem possibilidade de constar dos autos.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – E, depois, fomos para outra sala com o escrivão, e eles mesmo fizeram o depoimento.

Não tenho advogado, não tenho dinheiro para isso.

Vou ter, evidentemente, que contratar alguém. Não sei o que vou fazer. Esse era o meu depoimento. E eu li. Exatamente a verdade. Porque não há, Senador, como, mesmo que eu fosse um artista, não há como fugir da verdade. Só se eu fosse um gênio. Porque o universo é muito grande. E eu não quero cair, hora nenhuma, em contradição. E não vou cair. Em hipótese alguma eu cairia em contradição com os senhores porque não há a menor hipótese. Eu quero, porque eu estou falando estritamente a verdade. O que pode acontecer – não é omitir – é eu não ter dito alguma coisa. Isso, com certeza. Posso ter esquecido. E realmente acontece.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem você acha que foi o grande mentor dessa história?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Marreiro. Eu tenho a minha opinião a respeito de tudo. Não sou burro. Sou um sujeito...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então dê a sua opinião. Como tu achas que foi montado?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Marreiro bolou esse roubo todo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor acha que teve outros, além desse?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Outro, lá no cais do porto?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Marreiro operava com outros tipos de...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. Senador, o que eu ouvi dizer... Veja bem, de qualquer forma, você não sendo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não precisa provar nada. Conta o que o senhor ouviu dizer...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, eu estou contando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E nós já estamos em sessão secreta. Só há os parlamentares aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só nós aqui.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O que eu pude sentir participando, porque de qualquer forma eu acabei participando dessa corja, porque isso é uma corja... O policial falou: "Avrignhy, como é que você foi entrar nisso?". Eu falei... Eu só dei uma resposta: "Dinheiro". Foi essa minha colocação. Eu queria ganhar dinheiro. Vivo lutando desde que nasci. E o negócio era muito bom para mim. Ia me dar uns R$20 mil, R$30 mil. Então, o que eu acho é que esse Marreiro providenciou tudo, tudo, tudo, tudo, para tirar proveito. E depois disso tudo, eu tenho certeza, é a certeza que eu tenho, que ele sabia que (INAUDÍVEL)

Por isso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Marreiro falou mais de uma vez com o senhor?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Marreiro.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Falou, sim senhor, várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Contou algum fato, alguma coisa que tivesse...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. O que... Pois é. É onde eu queria chegar. O que eu senti nisso tudo foi que o Dário Torres tinha várias passagens pelo cais do porto. Quer dizer, vários negócios que...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Eu não me lembro onde entra o Dário nessa história. Eu não peguei o...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Dário é aquela pessoa que estava na casa do Roberto Parreira quando eu fui chamado para lá.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Entendi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Esse já sabia o que é que era. Cá entre nós, agora,...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Deputado, nós estamos em **off?**

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estamos em **off.**

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu sabia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor sabia, não é?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sabia. Com certeza, sabia. Hora nenhuma, veja bem, inclusive no meu depoimento com os agentes, eu me "reservei o direito" de ter essa saída.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Salvado, não é?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É. A saída que eu digo: Eu não sabia. Essa é a minha saída. O senhor me entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sim.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Porque o senhor está me pedindo para ser...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sincero. E isso aí vai te beneficiar. Pode ter certeza.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu não. Todos nós sabíamos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E inclusive o seguinte: o cara lá em Minas Gerais, o que comprou, sabia também?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Todos nós. Todos nós sabíamos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele já esperava a chegada dessa carga? Já tinha negociado?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Já tinha negociado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a participação do Roberto Pereira aí?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Roberto Parreira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, Parreira.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Esse que, na minha opinião, é nenhuma. Seria o início a participação e, depois, ele saiu fora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele sabia que era produto do...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Com certeza, sabia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele deve ter tido um ganho nisso.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nenhum. Ele saiu fora?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você chegou a receber?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Voluntariamente?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Também não recebeu?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Nada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Os agentes chegaram antes da...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Porque o negócio que foi vendido foi para mandar dinheiro para os guardas do cais do porto, através das esposas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, pagou?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Pagou, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os guardas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Os guardas...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem são os guardas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Veja bem... Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é que pagou?

(Fora do microfone.)

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não sei, Senador, tem que ver no meu depoimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ah, mas dos guardas tu não falou isso.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Então não falei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é que foi que pagou os guardas? Sabe quem operacionalizava? Foi o Parreira?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Essa operação foi feita em Belo Horizonte, através de Doc, para a conta de, me foi dito, de esposas dos guardas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, mas foi pago com documento bancário?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Foi, com Doc bancário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela empresa?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quanto receberam? Sabe quanto receberam?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Espera só um minutinho. Quem pagou, digamos,...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem era a empresa que remeteu?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, o Evandro Torquete. O secretário dele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele que mandou os Doc?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim. Foi. Só não vi o documento...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – As esposas dos guardas.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem especificou o valor foi o Marreiro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Marreiro. E isso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Moreira, alguém aí requer a quebra do sigilo do Evandro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E das esposas?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, da esposa dos guardas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu já... Se bem que essa quebra do sigilo do Evandro... Mas acho que é interessante que se faça até para ver se ele tem negócio ilícito. Mas provavelmente nesse aí deve ser um valor insignificante.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É coisa mínima.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas vai aparecer.

(Intervenção fora do microfone)

E depois disso, o secretário... Como é o nome do secretário dele?

O SR. MAURO VIEIRA MONTEIRO – Está no processo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não lembra de cabeça?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, está aqui: Evandro Torquete. Ele vai depor aqui hoje.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Vai, ele me ligou. Quando ele recebeu o comunicado do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele te pediu alguma coisa?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Ele falou que é hoje, às 16 horas.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ah é?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Bom, se ele vier, está ótimo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O que ele falou para você? Ele te pediu alguma coisa: não fale, ou faça, ou deixa de fazer?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, o Evandro me ligou mil vezes, depois que tudo aconteceu. Depois me ligou dizendo que tinha recebido: "Olha aqui o que eu recebi: o Romeu Tuma, Senador, CPI. Você recebeu?" Falei: "Não, não recebi nada. Porque eu não tinha recebido nada mesmo." E ele falou "que vem para cá, que fomos dois idiotas, dois bobos, dois ingênuos."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhece o Sr. Paulo Fernando Miranda?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Senador, o sobrenome Miranda, tem uma família em Barra Mansa que é Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era um dos sócios da Multifer.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Paulo Fernando Miranda.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Acho que estive com ele lá. É um senhor já idoso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É um senhor já idoso. Estive com ele lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É porque ele foi encontrado morto e há a tese de suicídio. Você ouviu falar alguma coisa?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Estou sabendo agora. Não sei nem se é a pessoa com quem estive.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dizem que ele teria se suicidado. Então, a dúvida é se ele se suicidou ou se houve alguma pressão.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não sei nem se é a pessoa que estou pensando. Mas acho que é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era uma pessoa de idade? O senhor conheceu o Miranda, um senhor de idade?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, um senhor de idade. Estava lá na Multifer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na Multifer, não é?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Suicidou-se, segundo o relatório da polícia. Estava envolvido no caso. Porque ele viu, ele estava comprometido.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É, essa pessoa que eu vi lá – vamos dizer que seja o Miranda, estou me lembrando pouco do nome – trabalhava lá, depois eu vim a saber que era um dos donos da Multifer, porque o Evandro parece que comprou a Multifer.

Senador, estamos jogando aberto. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, estamos falando aqui, uma conversa...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – E eu não estou mesmo a fim – e nem posso fazer isso – de proteger ninguém. A única pessoa que acho que tenho que proteger sou eu mesmo. Sei que errei...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Que é a parte mais fraca.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Com certeza, sou. Porque o Marreiro, Senador, ninguém vai achar, na minha opinião.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Por quê?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não sei, não sei. Não acharam! Foi o homem que engendrou isso tudo, foi o Marreiro.

O SR. ZULDECH ANUNCIAÇÃO – Mas é o seguinte: o Marreiro não foi achado porque, quando foi localizado o endereço e o paradeiro dele, a investigação foi passada para o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há dois anos está parada a investigação. Então, ninguém mais foi atrás dele. Agora, pode pegá-lo.

O SR. – Mas o cara está com (?)...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu sei. Agora, se ele está por aí, não sei. Porque, na minha opinião, depois que tudo aconteceu, fiquei imaginando e falei: "O Marreiro fez isso tudo e por que tinha que pagar na hora?" Pagava na hora e sumia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele recebeu?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, acredito que não. O dinheiro que ele recebeu ele disse que ia passar para os guardas, além daqueles dólares.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quanto ele recebeu?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não sei, Senador.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Não tem nem idéia? Quem pagou a ele foi o Evandro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Ao Marreiro?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – É.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, se houve um pagamento ao Marreiro, foi o Evandro. Porque o Torres, o Alexandre, as pessoas que estavam envolvidas também nessa operação, quem pagou fui eu, lá na Multifer, com dinheiro trazido, do Evandro, do banco. Sentei à mesa e paguei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deu na sua mão?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quanto?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Quanto?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quanto ele te deu de dinheiro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Olha, o Torres recebeu R$16 mil; o Alexandre, R$ 4; o Germano, R$ 16; e o Tonico, R$ 8.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o valor do produto, por quanto vendeu, sabe?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não houve a compensação da venda toda, não é?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas era ...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu não sei também, porque esse material dessa fina a frio, que falei para o senhor aquela hora, o flandres...

A bobina é feita de fina a quente, de fina a frio, em folha de flandres.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o tipo do aço?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É, é como ela é feita, é feita a frio, a outra é feita a quente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas era em torno de R$250 mil.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O total todo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É.

O total todo, uma conta rápida, a R$3,50, a R$ 4,00.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu estou calculando 60 bobinas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Setenta e quatro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não me lembro quantas eram.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Setenta e quatro. É só multiplicar por quatro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A média de sete mil quilos, você disse?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Média sete mil quilos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então estamos falando em 50 mil quilos vezes quatro?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Duzentos e oitenta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Duzentos e ... é.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Porque esse material todinho, é outra opinião minha, esse material todinho, essa fina frio, para fazer tubo, o Evandro falou comigo. O Evandro é um sujeito, vocês vão compreender, é um sujeito espertíssimo, muito, muito, ele é, porra, ele é realmente ... Não é problema meu. Ele vendeu isso para o – não sei o nome – Ricardo Marra, se não me engano é isso. É isso?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Da Manchester?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É. Ricardo Marra da Manchester.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Isso tudo foi vendido para o Ricardo Marra. O Ricardo, sim, comprou e deve ter ganho o burro do dinheiro, porque transformou tudo em tubo, e quando os agentes chegaram em Belo Horizonte, até me encontraram lá, e explodiu tudo, o Evandro na noite, naquela noite, ficou no telefone com o Ricardo, foi para a casa do Ricardo, me parece que transferiu para o Ricardo uma notas da própria Multifer, isentando o Ricardo disse tudo. Isso eu me lembro. Eu peguei um avião e vim embora. Eu falei: Eu vou sair daqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eles ficaram fazendo nota a noite inteira?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu não sei, eu acho que sim, porque o Evandro me falou: "Eu dei um jeito.."

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E você acha que o Ricardo está no meio disso tudo ou o Ricardo entrou na fria?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, desde o início o Ricardo sabe que ia chegar um material para ele vindo do cais do porto do Rio de Janeiro. Isso ele sabe.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O Ricardo, de Belo Horizonte?

O SR. – Acho que não.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Como é o nome dele?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Ricardo Marra.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, vou querer também ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Ricardo é de Belo Horizonte, não é?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi ele que apresentou posteriormente a documentação na polícia com as notas com a data posterior?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não estou sabendo disso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É o da Manchester?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É da Manchester, mas me parece que já vendeu a Manchester, acho que já vendeu a Manchester. Ficou muito comentado no ramo, foi uma operação muito grande...

Então, os guardas sabiam, o operador da.... O Marreiro tinha uma equipe lá dentro do cais do porto. Agora como que ele tinha realmente eu não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você acha que o contato com o Roberto foi o Marreiro que fez? Ou não? O contato foi você, não? Você foi chamado para isso.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Chamado pelo Roberto Parreira para saber se tinha possibilidade da gente vender esse material. Eram 100 toneladas, 60 toneladas. Cunha, tem possibilidade de vender? Tem. Você aqui? Eu estava no posto de gasolina. Foi na casa do Roberto. Estava lá o Dário Torres conversando e o Roberto Parreira? Você bota os caminhões lá? Ponho. E vim embora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí você fez o contato em Belo Horizonte.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Vim embora. Agora a coisa – deixa eu explicar para vocês entenderem tudo. Temos tempo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Temos.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Então vamos lá. Eu estava no posto de gasolina em Barra Mansa, abastecendo o meu carro quando o celular tocou. O que eu fazia? Eu ia para a casa de um e para a casa de outro fazer esses contatos, ganhar minha comissão, como sempre fiz. Estava lá Dário Torres me oferecendo material de bobina galvanizada, 043, 050, que é o filé mignon da galvanizada no Brasil. Bobina galvanizada 043, 050. São 60 toneladas, 60 a 100 toneladas. A gente fica com isso? Perfeitamente. Você tem colocação? Tenho. Isso é o quê? Isso é um material do cais do porto. Proveniente de quê? Isso é, vulgarmente dizem "truta". Você coloca? Coloco. Fiz uns contatos em São Paulo e vendi em 20 minutos. Bobina galvanizada a R$350, você vende em 20 minutos. Não sei hoje, mas com certeza. Vendi tudo. Um dia depois ou dois, o Roberto me liga novamente: Cunha, não são 60 toneladas, são 200 toneladas, 300 toneladas.

Falei ao Roberto que seria difícil. Ele disse que colocaríamos no depósito dele. Eu disse tudo bem, colocaríamos lá e venderíamos aos poucos, sem problema.

Fizemos contato com o Dário Torres, e aí começou: conheci o Tonico e o Marreiro, que marcaram para um sábado. Contratei todos esses carreteiros. Chegamos lá às 17h da tarde, e eles voltaram às 19:30 da noite. Disseram que não havia como, de manhã cedo daria. Os carreteiros dormiram lá. Essa foi a primeira incursão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como você iria calçar o transporte sendo só um carreteiro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Como?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como você ia legalizar o transporte sendo um só carreteiro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Nada!

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ele levou uma vez e não deu certo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso eu entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – **Tinha as notas?**

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas quem contrata o carreteiro, só para não perder o fio da meada, é a transportadora. De todo jeito, mesmo sendo o carreteiro autônomo, ele tem que ter documento do transporte, conhecimento.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. Não, do Rio de Janeiro para Volta Redonda, não. No Estado, vamos dizer assim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ele tem que calçar o transporte, tem que estar legalizado.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Ele tem uma nota .

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só com a nota?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Só com a nota.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tudo bem.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Inclusive, nota de Volta Redonda. Quando o carreteiro é parado, ele fala: "Não, mas estou carregando isso". Aí, o carreteiro dá o seu chamado pulo.

Então, fiquei com o caminhão e com algumas carretas – que não eram poucas, eram muitas – e com as notas. Nessa operação, peguei algumas notas. Uma determinada pessoa, não sei se preciso falar...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Fale tudo.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Falarei tudo. Peguei essas notas com o Sr. Rogério, da Barra Sul Metais, que era o sujeito que mexia com notas frias.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como é o nome dele?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Rogério da Barra Sul Metais.

Eu disse ao Rogério que precisava de umas notas. Mas a pessoa de quem você vai pegar uma nota para fazer qualquer coisa – uma nota fria, ela já está sabendo o que é – não vai lhe dar uma nota em branco. Por quê? Porque ele cobra de acordo com o valor que você põe na nota. Se você colocar R$100, pagará 2%; se você colocar R$15 mil, pagará muito mais. E eu precisava das notas em branco.

Falei: "Rogério, eu vou fazer uma operação em Ribeirão Preto e preciso levar vinte notas e eu trago a cópia para você." "Ah, tudo bem." Ele deu-me as notas e vim ao Rio fazer essa operação. Preenchi algumas notas, iriam entrar 8 caminhões, depois saiam os 8 e entravam mais 8.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem preencheu as notas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Com a sua letra?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Com a minha letra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essas notas foram apreendidas depois?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Essas notas sumiram. As outras eu rasguei. Dessas outras que foram apreendidas, metade também foi preenchida com a minha letra; a outra, com a letra do Alexandre.

Às 19h ou 19:30, da noite o Marreiro e o Tonico voltaram dizendo que não tinham condições de carregar naquele dia, mas carregariam, com certeza, no dia seguinte cedo: "Você pode pagar as diárias desses homens porque eu tenho certeza de que amanhã carregamos." O navio, problemas, não vai poder fazer a operação porque tem gente, tem um dos caras que voltou de férias hoje e não está no esquema. "

Aí, chamei os carreteiros expliquei situação: "Não, nós vamos ficar." Um ou dois foram embora, mas o resto ficou.

No dia seguinte, às 7h, acordamos ali, estavam o Dário Torres, o Alexandre e eu. Acordamos, ficamos esperando e, às 10h, chegaram e disseram que não havia como carregar. Fui ao banco, tirei um talão de cheques e paguei alguns.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem deu o dinheiro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, talão de cheque.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Seu mesmo?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Meu. Alguns foram pagos, outros eu sustei. Depois que saiu no jornal, as pessoas nem me procuraram mais, talvez com medo de se envolverem. Dei o cheque aos carreteiros e todos foram embora.

O Marreiro tornou a me procurar na outra semana. Conversamos a respeito e na outra semana fizemos o mesmo esquema: arrumei carreteiros novamente e, mesma coisa, falhou tudo de novo. Eu falei ao Marreiro: "Eu não dou mais para ninguém." Aí, o próprio Marreiro usou cheque da esposa dele. Por que estou dizendo isso? Porque ele mandou buscar o talão da esposa dele na hora, preencheu os cheques e pagou os carreteiros. Foi todo mundo embora.

Na terceira tentativa, eu falei: "Eu não agüento mais sair pela Dutra afora." Nesse negócio de posto em posto... Num porto você acha um; em um outro, acham-se dois. É uma loucura! Então, eu contratei uma transportadora. Não me lembro se era a Líder.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Triunfo.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Acho que foi a Líder ou outra que não me lembro, de Volta Redonda. Eu estive lá com uma pessoa. Você vai a uma transportadora e eles perguntam qual é a firma: Multifer. Ligaram para a Multifer, e a firma autorizou e mandaram as carretas à noite, num sábado à noite, se não me engano. Antes disso tudo, o Ladstone me ligou, de Belo Horizonte, falando: "Cunha, quero entrar nessa." "Tá, tudo bem".

Nos reunimos em Barra Mansa, eu, Ladstone, Dário Torres, o Alexandre. Até então, eu ia pegar a mercadoria, ia vender, junto com Roberto Parreira, e ia ganhar uma comissão. Comprava por 40 e vendia

por 80; ganhava 40. Agora, 20/20; esse era o esquema. Mas, a partir daí, o Dário Torres começou a falar que teria de ser pago na hora. Eu falei: "Não posso fazer isso." Então, o Dário falou: "Cunha, o Ladstone, de Belo Horizonte, você conhece?" "Conheço, da Cometa, filho de Luiz, sujeito de integridade – o pai dele é muito sério". "Ele tem dinheiro?" "Tem". "Então esse cara interessa pra gente".

Eu estava na minha lavadeira, tocou o celular, era o Torres. "Cunha, sabe onde é a FuniDiesel(?)?" "Sei." "Aqui onde é a Tora(?)". "Não; a FuniDiesel(?) não é a Tora"! "A Tora é o Estrela do Sol". "Ah, nós estamos aqui; o Ladstone está aqui." Fui lá. O Ladstone (?) conversou comigo. Eu conversava com o Ladstone (?) há dez anos pelo telefone; fui conhecê-lo naquele dia. Foi então que ele pediu participação no negócio. Falei: "Não tem problema. Vamos fazer isso". Mais tarde o Ladstone me ligou: "O Evandro Torquete(?), lembra do Torquete?" "Lembro – o Torquete, o conheço há 15 anos –; ele está querendo entrar, ele vende tudo aqui pra nós e segura qualquer pepino." Eu falei: "Ladstone, eu não tenho dinheiro; Então, tudo bem. Eu quero a minha participação". "Não, a sua participação está garantida. Vamos dividir por três".

Nessa terceira vez em que a firma foi contactada, mandou as carretas, já com roda Multifer, as carretas também voltaram. Não sei se essa firma entrou em contato com a Multifer para receber alguma coisa. Isso não sei. E, na última vez... Mas, até então, o Ladstone (?) veio, o Evandro veio, conversamos com Marreiro...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Foi só na quarta vez é que saiu a mercadoria?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tudo, sendo domingo.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sábado à noite e domingo. Todas às vezes. Aí, nos reunimos no Rio de Janeiro com esse tal de Marreiro; Evandro veio, vamos dizer, como o grande poderoso. Evandro é membro do Mercosul, esse negócio todo aí do Chile. Os caras também, né, tem que sair de circulação porque já era um prejuízo grande. Eu estava preocupado com os meus cheques. Da última vez, fizemos contato com essa firma. Aí eu tomei a decisão de contratar qualquer empresa que fosse, pelo telefone, porque eu não tinha mais cara de chegar perto de alguém, quem quer que seja, e furar. Aí, eu contratei pelo telefone, na casa do Alexandre, essa empresa que carregou o material. E falei para o Alexandre: "Você faz isso, porque eu não vou lá, porque eu não agüento mais me queimar tanto". "Ah, Cunha, vou com você"! Realmente, eu pedi para ele: "Você vai comigo"? "Vou". Vieram e fizeram a operação. Eu estava em casa, no domingo, no dia da operação, para fazer o transporte do material. Eu estava vendo um jogo de vôlei na televisão. Falei: "Vou lá". E vim aqui no rio e parei na porta do cais, encontrei com o Dário, encontrei com um rapaz que estava com ele, que eu não sei quem era, e as carretas foram saindo. Quando as carretas saíram, eu falei: "Bom, carregou". Fui lá para a casa do Alemão e fiquei esperando o Alexandre, o Germano, e fizeram a operação lá dentro. Chegaram e conversaram comigo, dizendo que íamos a Belo Horizonte atrás da nossa grana. No dia seguinte, fomos a Belo Horizonte e começamos a vender. O Ricardo Marra comprou todo o material fina frio(?), todo ele. E as folhas-de-flandres eu comecei a vender. Eu vendi o material para Juiz de Fora...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ricardo Marra é da Manchester?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É da Manchester.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sabia também?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não posso garantir. Não posso dizer que ele sabia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto ele pagou?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Isso o Evandro sabe, eu não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele pagou os 80?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, de jeito nenhum. Não pagaria isso tudo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não era o preço de mercado os 80?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Ah, tá, baseado nesse raciocínio, então ele sabia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele pagou quanto?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Ele pagou bem menos, 50, 55.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É lógico que sabia.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Baseado nesse raciocínio, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos chamar esse senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E as folhas-de-flandres?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu vendi, mas foram apreendidas em Barra Mansa. Por que Barra Mansa? Quando vendemos para a pessoa, ela não compra a bobina, ela compra a (?) cortada. É em Barra Mansa que corta a bobina. Mandei pra Barra Mansa cortar a bobina. Aí, nisso, estourou a coisa...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL-RO) – Qual a diferença entre folha de flandres e galvanizada? Não é a mesma coisa?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. Com folha-de-flandres, faz-se a lata. Ao comprar castanha de caju ou leite Ninho, aquele material é especial, estanhado. Leva estanho.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Por dentro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Por dentro e por fora. É estanhado dos dois lados.

A galvanizada é para fazer telha, calha.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Essa aí é estanhada também?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Ela é galvanizada...

O SR. OSCAR ANDRADE (PFL – RO) – A flandres é que faz essas latinhas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – A flandres é com estanho?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Flandres é folha estanhada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ela não faz calha?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não faz calha. Faz a latinha.

O SR. – A latinha é mais cara?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Muito mais.

O SR. – Que preço é a flandres?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Hoje eu não sei. Naquela época, R$1.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Então, uma carga dava mais do que aquela **(Inaudível)**

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Tem a folha-de-flandres estanhada e tem a folha-de-flandres cromada, que leva cromo. É um outro material, que é mais barato.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Avrignhy, você iria ganhar uns 70?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O cálculo, nessa operação toda, depois que dividimos por três, era de R$40 a R$50.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o inicial era setenta. Aí, depois, você teve de redividir para outro que entrou.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – No início de tudo?

Era dividido só por dois, os quarenta.

O SR. RELATOR **(Oscar Andrade) – Quando a coisa toda começou.**

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É, mas era só sessenta na lata.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Depois, entrou outro e teve de dividir por três...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Mas era só sessenta na lata.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O grande mentor: Roberto Marreiro. Não vamos achar esse. Esse foi quem operou as coisas todas. Como chama o de Belo Horizonte?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Torquete?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Evandro...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Evandro Torquete. Não acho que ele seja o mentor, não. Mentor é o Marreiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele é um grande comprador.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, claro.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Então, é o Marreiro e o Torquete.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Evandro Torquete. Depois, entrou o Ricardo aí. Depois, entrou o Ricardo comprando baratinho. Sabe que é rolo. Receptador.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O resto é miúdo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já é suficiente, Senador Moreira Mendes?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Estou esclarecido.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cumprindo todo nosso compromisso, eu, como Relator, farei todo o relatório da CPI, que será entregue no mês que vem, vou recomendar que a sua situação seja vista com muito carinho, em função da sua colaboração.

Vou perguntar um pouco mais.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – À vontade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Agora, é outra questão. Vamos ouvir o Evandro. É lógico que ele vai escorregar, escorregar...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Com certeza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você falaria na frente dele?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Na frente dele. Na frente dele, não; na frente de qualquer um. Eu me propus, quando cheguei aqui, a fazer isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí, melhora mais ainda.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Os senhores é que sabem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor faria uma acareação com ele?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Qualquer uma com quem o senhor quiser.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, vamos ajudá-lo bem.

Sr. Presidente, da minha parte, precisamos que ele fique à nossa disposição para...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL-RO) – Ele está disposto, inclusive, a uma acareação com os outros envolvidos?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Até uma acareação, ele aceita. Vamos ter de ajudá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço que o senhor permaneça aqui, durante a presença da Comissão. E, assim que terminarmos,...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL-RO) – Lá de fora, os outros envolvidos não sabem que ele está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, já terminou?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O que eu faço?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vão arranjar uma sala para você. Como ele está colaborando, ele pode sair, almoçar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poder ir almoçar.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu volto a que horas?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Volte depois do almoço. Na verdade, o Evandro está marcado para amanhã, mas você está falando que ele vem às 16 horas...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Ele me falou hoje, mil vezes, que seria às quatro horas da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A que horas o Evandro vem?

O SR. – O Evandro é amanhã. Aquele de Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Evandro Torquete.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cadê a lista de amanhã?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas não iríamos tentar ver se ele...

O SR. – Pois é, mas ele, ao invés de vir à tarde, virá de manhã

O SR. – Em vez de vir à tarde, pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Amanhã.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, vamos precisar de você amanhã cedo também. Você pode...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Para mim seria melhor, porque eu iria trabalhar, fazer...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece alguns dos que vão depor hoje?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Alguns eu não conheço, esse Cristiano eu não sei quem é...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eduardo Targa Teixeira?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cristiano Dias da Silva?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alexandre Garcia?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o envolvimento...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Alexandre?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é o que recebeu 4 mil.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Antonio da Silva Marques deve ser o Tonico.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É o Tonico. Com certeza. É o que o Mauro falou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o fiel.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Dário...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Dário Torres, claro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Dário responde processo por assassinato...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Dário é bandido...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pode retornar às 15h, está bem?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Deputado, eu não devo nada. Quer dizer, devo aqui...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com essa ajuda, tenha a certeza de que ajudará muito aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hoje, às 14h30min ou 15h. Esses três aqui...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Deixe-me perguntar aos senhores... É fundamental isso. Eu começo a correr risco de vida...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se você precisar de proteção...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Com certeza, eu começo a correr risco de vida.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – É porque se for acarear ele com todo esse pessoal da...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu não tenho dúvida disso.

O Evandro, nem tanto...

Mas, com certeza eu passo a correr risco de vida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só será feita a acareação se for necessário.

Dou toda a garantia, não vamos correr risco...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Estão me deixando à vontade, mas preciso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí, se for o caso, vamos pedir...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ou conseguimos garantias ou abrimos mão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos suspender por cinco minutos para reabrir. Obrigado.

(Pausa.)

(REUNIÃO SECRETA)

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – ... Sem a devida escuta, sem a devida gravação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu acho que já estão aqui. Os dois são delegados federais e trabalham com a CPI, não estão em atividade na Polícia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Corte o som. Já cortou?

O SR. – Senador, há dois funcionários que trabalham na...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eles podem ficar lá e fechar a porta. Peço, por favor, que não se movimentem para cá.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço ao senhor que fique do lado de lá, porque ele quer que saiam todos. O senhor faz a segurança lá. Pode ficar tranqüilo. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A palavra é sua.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu conversei com um advogado, o Dr. Marcos, porque vocês me perguntaram... A única coisa que eu sei é que não recebi dinheiro do Sr. Cunha. Isso eu garanto para o senhor, eu não recebi dinheiro do Sr. Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu não estou ouvindo. O senhor poderia falar...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu não recebi dinheiro do Sr. Cunha, como ele falou que me deu 16 mil reais. Eu não recebi 16 mil reais. Isso o senhor pode constatar.

Eu os apresentei ao Marreiro, eu confirmo. Apresentei. Eu não sabia... Nunca estive no cais do porto. Eu garanto ao senhor pelos meus dois filhos. Nunca pisei no cais do porto. Nunca vi, nem sei o que é isso aí. Dinheiro eu não peguei.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Mas a sua estada em Belo Horizonte...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tinha conhecimento? Foi a Belo Horizonte com ele...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – ...posteriormente vim a saber porque li. Inclusive, em meu depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu li.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – ...na Polícia Federal eu vim a saber disso, porque o meu vizinho...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Marreiro... O rapaz que está aí, o Cristiano?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não. O Cristiano é meu vizinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Cristiano é seu vizinho. Está no seu depoimento.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não é meu vizinho, é vizinho da minha sogra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele te contou que foi intimado para depor na Polícia Federal?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – No dia em que aconteceu isso, ele foi levado pela Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele foi detido e levado à Polícia Federal.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Por intermédio disso, soube que houve o furto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas e os contatos o senhor fez com todos eles?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Nunca fiz contatos. Apresentei o Marreiro a eles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Marreiro.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso. (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E quando pediu para o senhor apresentar-lhe o Marreiro, disse-lhe a razão?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – O Marreiro sempre disse que trabalhava no cais do porto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por isso ele quis conhecer o Marreiro?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso. O seu Dário, lá no Caju, sempre trabalhou com esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O cheque que o Dário recebeu do senhor, pelo que entendi, é coisa particular. Não tem nada a ver.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Ele é meu amigo. Deixou de ser meu amigo quando... (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele fez por escrito. Era um cheque de R$6,5 mil, depositado no Unibanco, e que o senhor sustou o pagamento.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Sustei?!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele reclamou com o senhor algumas vezes, e depois o senhor foi grosseiro.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Deixe-me contar para o senhor uma parte dessa história.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou dizendo isso para não esquecermos que isso não tem nada a ver com o assunto.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Foi a minha casa uma pessoa, com o cheque na mão, dizendo que era de uma agência de automóveis. Disseram-me que o seu Dário teria comprado um carro com esse seu cheque, e o apresentou. Disse-lhes que não havia dado cheque para ninguém comprar carro. As pessoas que estavam com o cheque eram policiais civis e tentaram me levar preso. Meu irmão chegou e não deixou. Está contado no depoimento.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Na verdade, então, o seu Dário sempre teve...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Ele sempre conviveu no Caju.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Estou falando dessa...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – O seu Dário conhece o cais do porto.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Conhece e participa desses esquemas de venda?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não vou dizer que ele participa, porque a amizade que tinha com ele não chegava a ponto de que ele abrir tais questões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que o Senador está dizendo é que ele participa de negociações de aço e não de roubo.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Ele foi chefe da Segurança da CSN, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele foi chefe 20 e poucos anos.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu o conheço, tinha amizade com ele. Tanto é que ele freqüentava minha casa. Ia à casa da minha sogra.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Antônio. Não está gravando. Estamos só os quatro e o seu advogado. O jogo era outro. O senhor foi lá. Tem que voltar aqui e falar a verdade. Vamos falar a verdade!

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Estou falando a verdade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É só para a gente saber.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Inclusive, estou falando para o senhor que quem apresentou fui eu...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estamos puxando o fio. Entendeu?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Nunca me reuni.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A história de Belo Horizonte não está bem contada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas no final você ficou sabendo da história?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Lógico que fiquei sabendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas a história de Belo Horizonte...

Como é a história de Belo Horizonte? O senhor foi a Belo Horizonte, todos dizem muito claramente, para acertar. Se acertaram, não sei. Só sei o que estão dizendo: que o senhor foi para acertar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comprou um produto... (inaudível).

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não sei quem comprou. Estou sendo sincero. Quem fez acertos com o Marreiro, foi o seu Dário. Quem conversou com o Marreiro foi o seu Dário.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O contato da venda foi o Cunha?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Junto com o Marreiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como é que o senhor participou desse negócio?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Só para apresentá-los. Apresentei-os.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor levou vantagem também. Qual?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não levei vantagem. Não recebi nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor esteve em Belo Horizonte?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Estive em Belo Horizonte. Fiquei no hotel.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas não foi para comprar peixe?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não foi a Belo Horizonte para ver peixe.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Fui ver peixe também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pode até ter ido para ver peixe também. Pode até ter aproveitado como um zagueiro de time ruim: passa a bola, mas não passa o centroavante.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não negociei. Não sei preços. Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas sabia o que estava acontecendo e esteve presente durante?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor foi lá!

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – (Inaudível). Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi a Belo Horizonte com eles?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi com eles a Belo Horizonte.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não. Eu estava em um hotel, e o seu Cunha disse que me viu. Não vi o seu Cunha no hotel em que ele disse que me viu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não mudou nada.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Apresentei-os. Posteriormente, vim a saber desse por causa do garoto que é vizinho da minha sogra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Cristiano?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso. Porque a Polícia Federal pegou o garoto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele trabalha no porto?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Trabalhava na ....

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor só foi saber roubo das bobinas depois? Antes o senhor não soube?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Antes não. Eles estavam conversando sobre isso.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor sabia que eles estavam conversando?

O SR.ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Sabia.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E nunca soube quem foi que as comprou?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Quem comprou não sei. Quem intermediou foi o seu Cunha.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Mas foi em Belo Horizonte?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem foi que intermediou?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conheceu o Evandro?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – O Evandro passou, eu o vi...

Conhecer, não conheço, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor viu o Evandro no hotel?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Evandro é o receptador.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não sei nem que o nome dele é Evandro. A única coisa que sabia era Torquete. Ele nunca foi apresentado a mim. Não sei se o nome dele é Evandro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você os viu conversando?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – O Sr. Cunha tinha um grande acesso ao Torquete.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já ficou claro que o Torquete negociou alguma coisa, e ele assistiu, presenciou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A interrupção que o senhor fez não adiantou nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele já confirmou que esteve lá, que viu as pessoas. Já falou do Torquete. Agora, a polícia aprofunda e procura saber até que ponto vai o envolvimento dele. Colaborar, o senhor não colaborou com nada conosco.

O SR. ADVOGADO – Inclusive, a defesa agradece, perante a Comissão Técnica, esta oportunidade que a Comissão deu ao meu cliente, pelo próprio advogado, com relação a essa particularidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estamos aqui para buscar tão só a verdade, e não para fazer demonstração de força.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dr. Marcos, mas tenho que ser muito sincero. Sou o Relator e vou preparar o relatório. É lógico que eles terão que votar, aprovando ou não. E não me atendeu em nada que pedi. Em nada. Demos o benefício. Realmente pedimos. Fiz vários pedidos. Não adiantou nada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Como é o nome? Manchester?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Manchester.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Uma metalúrgica ou sei lá o quê. Uma empresa de Belo Horizonte.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Sr. Moreira Mendes, não conheço nem tenho acesso a esse tipo de pessoa. Se o senhor me perguntar sobre quem compra peixe, eu digo para o senhor. Mas isso aí não sei. Nunca entrei no porto. Sei que eles estavam tratando sobre isso. Agora, não tratei nada. Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doutor, quando ele foi depor na polícia, o senhor o acompanhou?

O SR. ADVOGADO – Não. Quem o acompanhou foi o Dr. Murilo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece o Alexandre?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Conheço. É o rapaz que está aí fora?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É. O senhor o conhece desde quando?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Ele dirigiu para o Sr. Dário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é o motorista.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Avrignhy disse aqui, na sua frente, que o senhor entrou no porto. Talvez não no galpão 8.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não, senhor. Ele não disse que eu entrei no porto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No Galpão 8, não sei. Mas, dentro do porto, ele entrou.

O SR. – Não, ele ficou na portaria.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Nunca pisei num cais de porto. O senhor pode perguntar a quem quiser.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor foi até o porto?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Já estive na portaria, mas nunca entrei no cais do porto. Inclusive, Sr.....

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Oscar.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Sr. Oscar, o meu irmão puxava sardinha para a Beira Alta. Eu teria que ir lá, mas eu não entrava no porto. Eu dava o recibo a ele de fora do porto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por quê? O senhor não gosta do porto?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não gosto de entrar no cais do porto.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Como é o nome do rapaz?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cristiano. É o Cristiano que ele conhece. É vizinho dele.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – É vizinho da minha sogra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É aquele rapaz de cor?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nesse dia, ele estava lá também? O Cristiano?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não sei, porque não entrei no porto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não entrou, mas chegou lá perto. Viu a alteração acontecendo.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não vi.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – O Cristiano, de alguma forma, está envolvido na história?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Acho que não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi pago para trabalhar algumas horas. Não tem envolvimento nenhum. É um bobo que está negando aí.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Ele é empregado da Triunfo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele é empregado, mas não é para trabalhar domingo.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não, ele era empregado daquela empresa, da Triunfo. Tanto é que, posteriormente, foi mandado embora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Explicarei para o senhor por que ele foi mandado embora. Foi porque ele desobedeceu à empresa e carregou mercadoria roubada. Então, eles verificaram o comportamento errado dele e mandaram dois embora.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Quem arrumou um advogado para defendê-lo perante a empresa é o mesmo que foi comigo à Polícia Federal. O Dr. Murilo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quem pagou ao Dr. Murilo?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quem pagou o seu honorário a ele?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – O quê?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem pagou o honorário do Dr. Murilo para defendê-lo?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – O Dr. Murilo é parente da minha família.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E para o Cristiano?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Para o Cristiano, eu não sei. Foi eles que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Ele pediu uma indicação, eu indiquei o Dr. Murilo para ele. Tanto é que o Dr. Murilo não defendeu ele, porque o rapaz foi mandado embora. Eu nunca paguei advogado para ninguém, eu não tenho condições de pagar advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Olhe, Doutor, ele vai "dar o cano" no senhor...

O SR. – É amizade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é parente seu também?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – O Dr. Marcos Paulo é amigo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL –RO) – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu ainda não. Quero chamar o Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alexandre?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É, ele está aí fora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pede para chamar o Alexandre.

O Alexandre o senhor conhece?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Conheço. Fui apresentado também pelo Sr. Dário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele trabalhava...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Essas pessoas todas a quem fui apresentado, foi tudo pelo Sr. Dário.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Dário foi quem armou essa situação toda?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – O Sr. Dário foi quem me apresentou essas pessoas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, ele é o mentor?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – E eu apresentei ele para o Marreiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor que os apresentou?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – O Sr. Dário para o Marreiro fui eu que apresentei. Eu já falei aqui para o senhor...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O mentor... Sente aí, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está muito doente, não é?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Dário está muito doente?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu não sei, Doutor. Ele inclusive depois ligou para a minha casa e fez ameaças, até na casa do meu irmão, no telefone do meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Dário?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – É...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que tipo de ameaças?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Falando que ia me "foder", que ia me "ferrar"...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso quem foi? O Dário?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso. Fez ameaça no telefone do meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas qual o sentido de ele fazer essas ameaças?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não sei, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não falava nada?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Nunca falou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou porque ele achou que o senhor...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É por isso que o senhor não está falando as coisas?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não, ele nunca falou comigo. Ele só ligava para lá e fazia ameaças. Aí depois, passando um tempo, ele ligou dizendo que queria falar comigo, mas para a minha cunhada, dizendo que ia lá...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ele não é seu amigo?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Era meu amigo. Era meu amigo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que ele iria te ameaçar, então?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É, está muito difícil, doutor. Alexandre, você conhece?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem é?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – É o Sr. Tonico.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Sr. Tonico esteve lá no cais do porto?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sinceramente, sem...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dentro daquilo que nós conversamos, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bem sinceramente, não precisa...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele esteve lá?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Ele esteve na frente lá, não chegou a entrar dentro, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só na frente ele esteve. E ele está na questão toda daquela conversa que estamos desenvolvendo com você, com relação às bobinas? A participação dele é clara? Clara? Ele, o Marreiro e os outros todos? É.

Como você o conheceu?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Através do Sr. Dário.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Sr. Dário, porque você levava o Sr. Dário lá para esse objetivo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou a ouvir alguma conversa deles com o Sr. Dário?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Eles sempre faziam uma conversa meio reservada, mas alguma coisa a gente ouvia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais ou menos...

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais ou menos o quê?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, que tinha um amigo que trabalhava no porto, tinha acesso, que a gente poderia retirar esse material...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que era o Marreiro?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E aí ele apresentou o Dário ao Marreiro? Mas quem falou que o Marreiro vivia no porto? Foi ele ou foi o Dário?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, foi o Tonico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi o Sr. Tonico.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – É, mas isso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, tudo bem.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já ficou esclarecido que o senhor não entrou no porto, mas fez a apresentação...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que esteve lá, que participou...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... e recomendou o Marreiro como uma pessoa que tinha muita intimidade com o porto.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não, o que eu sabia é que ele trabalhava no porto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que tinha intimidade com o porto.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso. Não, ele trabalhava no porto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque ele sempre disse que era fiel àquele porto, não é?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso, ele sempre falava para os outros que era, para mim também ele falava isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor nunca viu ele...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não, porque eu não ia no porto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, mas quem foi apresentado como fiel foi ele, e o Marreiro como assessor dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Marreiro assessor do Tonico.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Tonico que foi apresentado para o (?) como fiel. Essa é a história.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não, eu nunca fui fiel de porto nenhum.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sei que você não foi, mas foi apresentado como tal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Alexandre, o senhor poderia voltar amanhã de manhã aqui? Se tiver alguma despesa nós ressarciremos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você está dispensado agora, Alexandre. Agradecemos sua participação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E amanhã cedo, 9 horas, aguardamos você aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor.

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – É isso que o senhor ia falar? Para eu estar amanhã às 09 horas aqui?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É. Obrigado. O senhor almoçou? Estou vendo que ele não almoçou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, mas eu não sei por que ele não almoçou. Tinha que ter comido.

(Conversas fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É mas isso não tem nada com ele pessoal (?) Ele apenas estava manifestando o respeito que tem pela minha pessoa, sentindo-se envergonhado de participar disso.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Também tenho respeito pelo senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você não está demonstrando, não, Antônio.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Estou demonstrando ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, quero requerer que V. Exª determine a vinda também do seu Antônio amanhã cedo.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Vou trabalhar hoje, saio para pescar (?)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Justificamos a sua ausência.

O SR. – (Inaudível) porque sou tripulante, sou empregado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Precisamos do senhor aqui amanhã. O senhor está convocado, se o Presidente assim determinar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O requerimento está aceito.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, o senhor está convocado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Colabore conosco amanhã para vermos se conseguimos liquidar com isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Amanhã, às 9 horas, estamos aguardando você aqui.

O SR. – Às 9 horas, Excelência?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Doutor, ele está convocado, se não vier, terá de vir coercitivamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele virá, sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, o senhor está dispensado.

(Conversas fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Eduardo, temos aqui um termo de compromisso, de acordo com o art. 203, do Código de Processo Penal, em que o senhor se comprometeria a dizer somente a verdade perante a Comissão de Inquérito. O senhor se dispõe a se comprometer perante a Mesa de dizer só a verdade e somente a verdade?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia conferir os dados de identificação e assinar o compromisso? (Pausa.)

Só um minutinho, Relator, Deputado Oscar Andrade.

Onde o senhor trabalha hoje?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Atualmente, fiz o contrato de trabalho com uma empreiteira, construção predial. Eu fiquei de segurança por sete meses lá e, atualmente, há cinco dias, rescindiu-se o contrato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe por que o senhor está aqui? O senhor trabalha no porto ou alguma coisa?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não. Eu trabalhei no porto, prestando serviço para uma firma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era a firma?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Five Stars(?).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hein?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Five Stars.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Diga-me uma coisa: o senhor tem conhecimento desse roubo das bobinas de aço?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Sim, senhor. Tenho conhecimento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia descrever qual é o seu envolvimento nesse processo?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – O meu envolvimento é que eu estava presente no dia do citado furto, né, que eu fui ameaçado e me omiti da questão. O senhor está entendendo? Para salvar a minha vida, eu me omiti. E essa é a parte que me cabe dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como salvar a vida? O senhor foi ameaçado?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não morrer. Fui ameaçado de ser jogado no fundo do mar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – É, amarrado numa peça, que não sei se o senhor conhece, chamada cunhete(?), é onde se apóia a bobina. Então, eu ia parar no fundo do mar. E outras ameaças que me fizeram também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como o senhor conseguiu se salvar?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Consegui porque eu me omiti. É com vocês, vocês roubam, vocês levam. Eu me omiti. Não me interessava envolver nisso. Essa é a parte que me cabe, a omissão, não conivência, omissão. Eu me omiti da situação. Primeiro, porque eu estava numa função que não era a minha, entendeu? E não achei... porque eu estava de porteiro, minha carteira está sendo como porteiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era um domingo?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Eu não sei dizer para o senhor se era um sábado ou se era um domingo. Acho que era um final de semana. Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Final de semana. Normalmente, não tinha trabalha no porto, né?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Tinha. Dia de domingo, tinha. Dia de sábado, tinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, quando é para descarregar e tal, né?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Carregar, descarregar, fazer transporte, mudança.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem foi que te ameaçou?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Foi um senhor que... Quando ele desceu do carro, eram três carros, saíram pessoas muito bem trajadas dos carros, né? Eu não sei o modelo. Eu fiquei muito nervoso, eu não sei o modelo de carro. Eram carros novos. São pessoas trajadas de terno e um chegou perto de mim, encostou a arma em mim e me ameaçou. E eu... Falou o que ia acontecer, falou até o endereço onde eu morava. Ameaçou minha família, ameaçou de me matar lá na hora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso no dia em que saíram os caminhões carregados?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Exatamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E nos outros dias que eles tentaram? Os caminhões não estavam próximos?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Como assim, nos outros dias que tentaram?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Porque, na verdade, houve quatro tentativas. Só na quarta que deu certo. Você sabe disso, né?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não, não estou ciente disso não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, né?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – O que eu sei dessa parte é que só foi naquele dia. Eu não estou nem sabendo que teve mais três tentativas. Não estou sabendo disso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sei. E você estava só na portaria?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não, não é a portaria. Eu estava fazendo um serviço que não me convinha no dia. Eu estava fazendo um serviço de segurança. A firma me colocou ali numa coisa que não tinha nada a ver. Eu já tinha reclamado para a firma. Eu não tenho nada a ver com isso. É portaria...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor foi contratado para quê?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Porteiro. Eu era porteiro. Era, não; sou ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas da Five Stars?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Five Stars. Entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na hora lá você estava fazendo serviço de segurança?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Para mim, é, porque, se você fica tomando conta de alguma coisa valiosa, você está assegurando uma coisa, entendeu? E a gente não trabalhava armado nem nada. Não tem como reagir num lance desse, de pessoas vindo armadas, de pistola. Tinha gente até de arma pesada...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eles chegaram com a pistola em você?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – É, embaixo... Eu me lembro como se fosse hoje. Foi no armazém... não posso dizer se foi no oito ou foi no sete.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor estava lá no armazém, o senhor não estava na portaria?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não, os armazéns são abertos, não sei se o senhor tem a... Eles são abertos os armazéns. Isso já passou tanto tempo. Não sei se era o 7 ou se eu estava no 8.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Era o 8.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Eu sei que era debaixo de uma... Onde fica o pessoal do Ogmo, naquela beirada, ficava sempre encostado ali. Aí o cara chegou, passa a gente pra lá, passa a gente pra cá no porto – é normal – até visitante...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor estava só?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Só.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí chegaram quantas pessoas?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Chegaram várias. Era comboio. Eram uns 3 carros. Um pessoal muito bem vestido, as pessoas muito bem vestidas mesmo, como os senhores aqui, não eram pessoas assim, não. Tinham também os carregadores, os emplilhadores jogados, mas tinham pessoas bem trajadas. Inclusive, o que me rendeu estava bem trajado, entendeu? Encostou a pistola na minha costela e falou: "Amigo, o negócio é isso, isso, isso. Você tem essa alternativa: "Não morrer ou morrer. Teu endereço é tal, tal, tal." Pô, daí descreveu tudo: "Vai você, vai sua família. Acho que você, pelo que você ganha aqui, não vale a pena se envolver nisso." Não pensei duas vezes. Realmente subi, ele me mandou lá para trás onde fica a mecânica e fiquei lá em cima, entendeu, porque tinha um andar em cima onde ficava o pessoal da mecânica. Fiquei lá para cima e rolou. Quando chegou, ele falou: "Passa o serviço normal". Passei o serviço para o outro colega e fui pra casa, está entendendo? Fui pra casa. Não vou me envolver num negócio, entendeu? Acho que a parte errada talvez fiz isso, eu me acovardei. Minha falha foi omissão. Isso daí eu me acuso mesmo. Eu me omiti do negócio, lavei minha mão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No outro dia, normal...

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Normal, não vou falar, não quis me envolver. Normal. Estava trabalhando normal.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor recebeu algum dinheiro?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não, nunca, nada. Não recebi nada, nenhuma propina. Vocês podem analisar minha vida. Minha vida é limpa. Continuei trabalhando naquele dia normal, trabalho até hoje, estou trabalhando numa firma, entendeu? Pode revirar as minhas contas, não tenho nada, não recebi nada. Não recebi nada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor viu as carretas saírem?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Durante uns 25 minutos, sim. Depois a minha rendição chegou, passei um rádio para ele e fui embora. Não descrevi nada, nem passei nada. Passei normal e fui embora, apesar de o colega ver meu nervosismo, que até no outro dia ele falou: "Pô, você estava nervoso." E continuei falando: "Não, está tranqüilo, está tranqüilo, cara. Não aconteceu nada."

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quer dizer, nos 25 minutos, o senhor viu a operação.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Vi, vi a operação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Depois o senhor foi lá para trás.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Fui lá para trás.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E, por exemplo, quem estava operando as máquinas? Porque as bobinas são colocadas nas máquinas.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Olha só. Reconheci, na época, um empilhador, entendeu? Talvez não sei se eu lembre do rosto dele hoje, mas, na época, eu o conheci, entendeu?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E, na época, ele já trabalhava lá?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Ele trabalhava lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Um empilhador. O senhor não se lembra do nome dele?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não lembro o nome dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem mais o senhor reconheceu?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Ninguém mais. Ninguém mais.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Da gente do porto, foi só o empilhador que o senhor reconheceu?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não sei, pessoa, os próprios donos... Fui na guarda... Já depus tantas vezes, essa não é a primeira vez. Estou cansado até de dar depoimento. Fui na guarda portuária, depus lá, os donos me apresentaram fotos de empilhadores que trabalhavam no outro armazém, que era o 30. Não sei, parece que houve uma discussão entre eles e um entregou o outro. Não sei. Falou que estava presente lá, mas eu não vi. Num nervosismo desses, você não vai ficar prestando atenção em rosto de ninguém, não é?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Imagino.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Pensei, sinceramente, que ia morrer. Então, não fiquei prestando atenção em rosto de ninguém. Ele me rendeu, fui lá pra trás e tudo, deu para ver a cara do empilhador porque ele entrava, tirava bobina e tudo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não pensou em fugir? Porque largaram o senhor quieto lá atrás.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não, não deu para fugir. Como? Correr? Você podia morrer. É melhor você sair tranqüilo. O meu colega que também rendeu ficou na dele também. Então...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem era seu colega que estava junto com você?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Colega de trabalho, né? Acho que é Márcio. Acho que é Rogério; é Rogério.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E, durante seus depoimentos, o senhor tentou identificar alguns dos que o renderam?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Eles colocaram algumas pessoas, mas não identifiquei ninguém como... Talvez algumas dúvidas na minha cabeça, mas não vou identificar alguém que eu não tenha certeza, entendeu? Não sei, alguns fiquei na dúvida, mas não vou identificar ninguém que eu esteja na dúvida. Agora, o que me rendeu, com certeza, não estava lá. Agora, tinha muita gente lá. Não vou identificar alguém e falar "É esse ou não é esse", entendeu, e comprometer uma coisa que, depois...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só com a certeza, não é?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Com certeza absoluta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT – RS) – O senhor conhece o Rogério Conceição Domingues?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Eu conheço o Rogério, que trabalhou comigo na época. Acho que foi o Rogério, mas eu não sei o nome dele completo. Ele é o quê? Ele é o vigia?

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT – RS) – É.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – É. Eu conheço. Conheço assim, pois eu trabalhei com ele. Eu não tenho intimidade com ele.

O SR. O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT – RS) – Não foi o Rogério que foi rendido juntamente com o senhor?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT – RS) – Quem foi rendido juntamente com o senhor?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Só eu estava. Só eu fui rendido.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em que momento o senhor resolveu contar?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Eu não sei. Contei primeiro para o chefe da minha firma, o Mineiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Antes do envolvimento da polícia?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não, antes. Eu contei "pô, aconteceu isso e isso, e eu não sei o que fazer, e tudo". Aí, ele falou "Cara, a melhor coisa é você relatar". Eu falei "Eu acho que não. Eu acho melhor deixar isso rolar. Eu não sei de nada, eu não vi nada e não quero saber de nada". Ele falou "Cara, quer uma opinião?" Aí, ele me explicou "Vai lá e fala pra alguém". Aí, eu falei para o pessoal da guarda portuária, que também já sabia de alguns envolvidos. Aí, depois, eles chamaram vocês daqui, e começou esse inquérito, entendeu? Mas, sinceramente, hoje, eu não relataria nada. Sinceramente. Eu evitaria isso no Judiciário. Talvez, se eu estivesse no "Não sei; não vi", hoje, eu não estaria aqui, entendeu? Eu acho que eu não diria nada. Hoje. Não sei, não vi e não quero saber. Desculpe eu estar falando assim – eu não sei –, mas eu tenho trabalho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu estou entendendo.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Agora, eu saí de uma firma; não estou trabalhando. Eu estou há sete dias parado. Quer dizer, se eu estivesse trabalhando, eu teria de vir aqui, o que não é interessante. Quer dizer, até quando eu terei de vir? Ainda bem que os senhores chamam em tempos espaçados.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A lei dá ao senhor o direito de não perder o dia de serviço.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – É. Mas, como a firma encararia isso?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como explicar para eles?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Trabalhador de empilhadeira, o senhor tinha somente um?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Eu não sei. Eu acho que um, dois ou três. Eu não sei

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor relatou aqui que havia umas trinta pessoas envolvidas na operação.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Mais ou menos isso aí. Era muita gente. Eu estou falando por alto. Era muita gente. Eu não tenho como falar quantos tinham, não.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor tem idéia de quantas bobinas foram levadas?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Eu não tenho idéia não, senhor, e nem fiquei sabendo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Não ficou sabendo?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não fiquei sabendo não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto tempo demorou a operação?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Eu não sei. Eu só fiquei 25, 30 minutos, no máximo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor ficou 25 minutos vendo. Aí, te levaram para trás. Não foi isso?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – É, uns 25 minutos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Muito bem. Aí, você foi rendido.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas, em 25 minutos, não se retiram setenta e quatro bobinas.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não, mas não foi tudo no meu expediente, no meu horário. Eu deixei lá e fui embora.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Muito bem. Aí, veio outro substituto.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – É. Eu passei o rádio.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E como é o nome do outro?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Rogério.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – É o Rogério.

O Rogério está intimado a comparecer aqui, Sr. Secretário?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece o Avrignhy?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Dário?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Deputado, só um instante, por favor. Como o senhor passou o serviço para uma outra pessoa e o outro não desconfiou de nada, não viu nada?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Olha só. Eu já estava rendido. O cara que meu rendeu, ele mesmo falou "Passa o serviço normal para ele e vai embora". Foi o que eu fiz.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a coisa acontecendo.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – E a coisa acontecendo. Eu não abri a minha boca. Eu fui embora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o outro nem te perguntou "E aquele pessoal ali?" e tal.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Ah, o colega veio nervoso e perguntou "Está acontecendo o quê? Eu respondi "Não, eu estou com uns problemas em casa" e fui embora, entendeu? Que eu deixei o colega num rabo de foguete, disso, eu tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E ele comentou algo com você no dia seguinte, ou seja, se foi rendido também, se foi ameaçado, se não foi?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mas, como? Não é possível. O cidadão encosta um revólver na sua cabeça, na sua costela, faz uma ameaça e diz o que você tem de fazer "Vá e fique escondido" até na hora de ser rendido pela pessoa que vai substituí-lo. O outro vem. Você vai embora e não fala nada com ele. No dia seguinte, você não fica sequer curioso para perguntar ao seu colega o que aconteceu?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não. Eu perguntei e ele respondeu "Trabalho normal, trabalho normal". Foi o que eu passei, senhor. Eu não me envolvi não. Não poderia chegar para o colega e dizer "Aconteceu isso". Eu me omiti mesmo. Eu não quis saber e, sinceramente, eu ia me omitir até o final disso aí. Ele sabia. Ele falou que o serviço era normal. Depois, ele ficou sabendo também dessa situação. Pô, era aquilo, e tu...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Mas aqui você não pode se omitir, viu? Aqui você tem que falar o que sabe, até porque você assinou um documento que o obrigou a dizer a verdade, somente a verdade, sob pena de cometer um crime. A sua responsabilidade é nos orientar e ajudar a Comissão Parlamentar a encontrar o caminho. Ninguém quer prejudicá-lo, mas nós precisamos saber quem são as pessoas, quem está envolvido nisso, quem comanda essa quadrilha que há ali dentro, e o senhor tem o dever de nos ajudar a encontrar.

O que o senhor sabe mais a respeito disso? Quem é o mandachuva dessa história? Quem comanda esse negócio ali dentro?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Eu não sei, senhor, eu não sei. Eu não posso dizer para o senhor coisa que eu não sei. Eu só vi essas pessoas uma vez na minha vida, como é que eu posso saber?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Isso aconteceu outras vezes?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Nunca aconteceu isso. Olha, ele está falando, ali, que foram quatro vezes que aconteceu. Isso só aconteceu comigo uma vez. É palavra! É o que está escrito aí. O que eu assinei é a verdade. Eu não vi isso acontecer outra vez.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu disse que foram três tentativas.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não. Eu não vi essas três tentativas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Provavelmente você não estava trabalhando nos outros dias.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você está trabalhando, ainda, no mesmo local?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não. Eu já passei para outra firma. Já trabalhei em outra firma. Agora, saí de outra firma também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por que tu saíste da empresa que estavas trabalhando?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Por que eu saí dessa empresa que eu estava trabalhando? Contenção de custo. Depois que aconteceu esse fato, eu trabalhei mais um ano e dois meses. Contenção de custo, a firma foi vendida para outro dono. Não sei o que aconteceu, fui mandado embora.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ficou trabalhando mais um ano e pouco?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Mais um ano e pouco, em outro posto. E depois disso eu fui mandado embora.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Lá no cais?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não. Outro posto. Quiseram me colocar em outro local lá do cais. Eu já me recusei. É furada, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quanto tempo você continuou no porto, na mesma empresa, depois do incidente?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – No porto, para a mesma empresa, eu me recusei a voltar. Depois, eu fui trabalhar no porto de Sepetiba. Eu trabalhei acho que três ou quatro meses e pedi para me retirar de lá, porque eu não queria mais trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quanto tempo você trabalhou nesse cais aqui?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Acho que eu só tinha uns três meses.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você ouviu algum zunzum? Porque isso ocorre, a rádio peão, um fala para o outro sobre rolo, esquema de roubo lá dentro. Você ouviu, alguma vez, de alguém?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Eu nunca ouvi a respeito disso, não. Eu ouvia muito a respeito de droga. O que rola no porto é droga. Isso eu ouvia muito. Cansava de ouvir. É droga pra comprar aqui, droga pra comprar ali. O que mais rola lá dentro é droga. Mas a respeito disso, não. Tráfico, droga. O que eles fazem fora, contam lá dentro, entendeu? Porque nem todo mundo que trabalha lá dentro...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Usando o porto para droga, é isso que você quer dizer? Ou para o uso só?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Eu não sei. Eu já estou até falando demais, né?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Aqui você pode falar o que quiser. Aqui você tem sigilo, segurança. Você está falando com dois Deputados e dois Senadores. Nós não temos nenhum interesse em... Só queremos averiguar e descobrir as coisas.

Essa história de droga não tem nenhuma ligação com o que estamos discutindo, mas apenas uma curiosidade minha.

Esse papo de droga é de consumo de coisa pequena ou era sobre o que vem de fora, o que vai para fora nos navios que estão lá?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Eu não sei muito sobre isso, não. Eu não me envolvo...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ou sabe e não quer dizer?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não, eu não sei. Realmente, não sei. Eu sei que rola, rola. Eu não sei se é vício. A única coisa que eu vejo é isso. Papo, vai buscar, vai apanhar, pega, leva, entendeu? Sempre vi. E lá é um lugar descarado, entendeu? É na frente de todo mundo.

Até eu tomava conta não só dos armazéns, mas também do escritório de lá. O pessoal da firma era assim. Os donos estão ali passando, eles pegavam, apertavam um bagulho e fumavam na frente do escritório, na frente, descaradamente! Aí o dono vinha... Mas doutor, vou fazer o quê? O que eu posso fazer?

Lá dentro, é pessoal limpando arma, lubrificando. Eu cansei de ver isso. Dentro do meu setor, mesmo! Gente monta a arma todinha, lubrifica, sentado; depois torna a montar tudo, bota. Quer dizer, num lugar desse, você não pode chegar e meter cara com ninguém. Eu simplesmente abaixava a cabeça para tudo. Não vi, não sei.

Fumava na frente do escritório lá, o dono vinha falar comigo. Vou fazer o quê? O senhor quer que eu faça o quê? Primeiro, que a firma me colocou lá desarmado. Segundo, que eu estava em uma função que não me pertencia.

Agora, voltando para o assunto que o senhor está interessado: aconteceu esse lance lá, eu não me envolvi. Omiti? Omiti, eu não sei. Eu não entendo de leis, mais pra entender de leis são os senhores. Se omissão é crime, então me prenda, porque me omiti mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tu não tinhas arma?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Não. Sem arma! Sem arma, sem arma! Parado. É a expressão chula do mundo: bucha. Tá de bucha. Quer dizer, que não vou ficar entrando em contexto com esses caras.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Você é casado?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Solteiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Mora com os pais ou sozinho?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Moro com os pais.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Que idade você tem?

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Vinte e nove.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Deputado, alguma pergunta mais?

O SR. – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Relator, podemos dispensar?

O SR – Sim. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eduardo, obrigado pela sua colaboração. A Comissão agradece o seu atendimento ao nosso chamamento, e você está dispensado.

O SR. EDUARDO TARGA TEIXEIRA – Muito obrigado. Espero que o que falei, aqui, possa ter ajudado os senhores, porque é a única coisa que realmente sei.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Suspenderemos os trabalhos por 2 horas e vamos reiniciá-los, exatamente, às 14h.

(Suspende-se a reunião por 2 horas)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Boa tarde. O nome do senhor é Dario Piedade Torres?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Existe, aqui, um termo de compromisso, Sr. Dario. O Senhor está me ouvindo?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E agora, está me ouvindo?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Agora, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Dario, de acordo com o art. 203, há um compromisso no qual o senhor se dispõe a falar a verdade, somente a verdade, perante essa Comissão?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor poderia ver se os dados que constam deste documento correspondem ao senhor e assiná-lo, por favor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Dario, qual a sua profissão?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Aposentado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor é sócio ou proprietário de alguma empresa, de algum negócio?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Não.

O SR RELATOR (Oscar Andrade) – O Senhor já trabalhou para a CSN?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – De 1960 a 1984. E me aposentei lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Desde quando o senhor conhece o Avrignhy José de Souza Cunha?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Eu fiquei conhecendo há 2 anos atrás, mas já o conhecia de vista há uns 20 anos atrás.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Senhor participou de uma reunião, na casa do Roberto Parreira com o Avrignhy e outras pessoas, com relação à venda de umas bobinas de aço, em fevereiro de 2000?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – De reunião, não. Fiz umas apresentações pensando de modo diferente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Apresentações de quê?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – O senhor quer que eu conte toda a história?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero. Se o Senhor puder relatar, é melhor. O Senhor pode ficar à vontade e falar.

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Eu conheci o Sr. Tonico, só conheço por esse nome.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tonico é o fiel do ...

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Não, o morador em...

Não, morador em São Cristóvão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o Tonico. O nome dele...

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Conheci num subúrbio da central – não sei bem se Marechal Hermes –, num café, quando ele, em conversa, me disse que era vendedor e que tinha no cais do porto um amigo que tinha material de seguro para venda e que ele, através desse amigo, daria preferência às pessoas, e se eu não tinha alguém para comprar esse material. E daí eu fui embora, e, um mês ou dias depois, encontrei com uma pessoa e ofereci esse material, da mesma forma que me foi colocado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual pessoa?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Como?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual pessoa?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Ofereci a um engenheiro, que agora não me lembro o nome, mas está aí no meu depoimento passado, que tinha

uma firma que trabalhava com o material citado, e essa pessoa me disse que não, que não interessava a ele, mas ele tinha um amigo que estava trabalhando com essa espécie de material. E telefonou para esse amigo e, posteriormente, esse amigo chegou, que é o Seu Cunha, e se interessou pelo material. Eu liguei para esse Tonico – na época ele deixou o telefone comigo – e falei sobre essa pessoa. Ele marcou um encontro comigo e essa pessoa, em São Cristóvão, próximo a casa dele, onde apresentei a pessoa, e ele ficou de apresentar essa pessoa para outro amigo dele, que ele disse ser encarregado de um depósito no cais do porto do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Marreiro.

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Barreiros.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Marreiro.

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Um nome assim parecido.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quer dizer que o senhor foi quem apresentou o Avrignhy, que é o Cunha...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ao Seu Tonico. Posteriormente, o Seu Tonico marcou um dia, um encontro, e nos levou ao Sr. Barreiros, que disse que tinha esse material, tinha outros, falou de vários materiais, e o Cunha se interessou por esse material e que ia trazer dois empresários de Belo Horizonte para ver o material e ver se fechava negócio. E os trouxe, posteriormente. Encontraram-se aqui, conversaram e negociaram. Para mim, se tratava de material de seguro. Daí, foi-me oferecida pelo Sr. Tonico na época, se eu arranjasse um comprador, uma comissão. Eu fiquei ligando, esporadicamente eu ligava para o Sr. Tonico.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto ele te ofereceu de comissão?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Não ofereceu quantia, disse que daria uma comissão para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os dois empresários que foram lá é o Evandro Torquete e o Ladistone?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São esses dois?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Certo. Posteriormente, eu ligava sempre para eles se tinham feito negócio, porque, na época, eu não tinha – como não tenho hoje – carro, nem condição para ir e vir. Para você ter uma idéia, hoje, para eu estar aqui, tive que arrumar emprestado dentro de ônibus. Então, a minha situação é de aposentado. E uma certa vez, ligando para o Tonico, ele me disse que o negócio já tinha sido fechado e se eu podia ir a casa dele num domingo.

E eu vim. Pedi a um amigo que me trouxesse de carro e vim à casa dele, por volta de quatro, cinco horas aproximadamente. E ele não estava. Estava o sobrinho dele. Esperei por ele, o sobrinho dele também estava à espera dele. Como ele não apareceu, fui embora. Minutos depois ele me seguiu e me parou no centro de São Cristóvão. Aí eu disse: já estava indo embora. Aí voltei à casa dele e ele me disse que não tinha o dinheiro, que iria receber em Belo Horizonte. Não daria para o seu amigo me levar a Belo Horizonte? Eu disse que só falando com ele, porque ele está me prestando um favor. Combinaram lá a despesa, ele pagou alguma coisa ao rapaz, e ele o levou em Belo Horizonte para pegar o dinheiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem combinou isso?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Tonico.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tonico com quem?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Combinou com o motorista, com esse amigo meu, que veio me trazer ao Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como ele chama?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Maurílio. Aí ele nos levou a Belo Horizonte, nos deixou no centro, recebeu o pagamento, recebeu o combustível e voltou. Nós nos hospedamos num hotel e de lá hotel ele ficou se comunicando com a pessoa. Então passou a segunda-feira. Na terça-feira, ele recebeu o comunicado de que poderia apanhar o dinheiro. Foi lá apanhou o dinheiro. Apanhamos um carro de praça, ele entrou numa firma e apanhou o dinheiro. Dali mesmo o carro de praça nos levou ao aeroporto. Pegamos um avião em Belo Horizonte às 18h30min. Chegamos no Rio de Janeiro, ele pegou outro táxi, foi para a casa dele, eu fui junto. Ele me deu um cheque de seis mil e poucos reais, da esposa dele, como comissão. E pagou o táxi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem te deu o cheque?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – O Tonico que me deu a comissão que havia me prometido, R$6,5 reais. O cheque está no processo também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nisso as bobinas já tinham ido, entregue e tudo.

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – O negócio já tinha sido fechado, disse ele.

Aí eu coloquei esse cheque na conta da minha mulher, no outro dia, e o cheque voltou sustado. Telefonei para ele, e ele deu uma desculpa. Telefonei a segunda vez, outra desculpa. Aí ele não me atendeu mais. Posteriormente, vim saber pelo **Jornal do Brasil** o que ocorreu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aguarde só um minuto. Onde está o Pompeo?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Eu estava usando o telefone e não pude prestar atenção na primeira resposta que V. Sª deu ao Relator. V. Sª foi convidado a participar dessa negociação e lhe foi oferecido...

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Oferecido pelo Tonico. Perguntou se eu sabia de um comprador para bobina de aço, vergalhão...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E V. Sª disse "e outras coisas mais". Quais são essas outras coisas?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Vergalhão, que ele mencionou, zinco, etc. material de seguro. Ele tinha uma pessoa que era encarregada do entreposto que dava preferência para essas vendas.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem foi que lhe ofereceu isso?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – O Tonico.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Onde entra nesta história o Cunha?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – O Cunha foi a pessoa que, indiretamente, ofereceu um conhecido que trabalha com esses materiais, não-ferrosos, etc. Ele me disse que não estava interessado, que estava descapitalizado. Ele tinha uma pessoa que comprava.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem é esse segundo que telefonou para o Cunha?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Está no meu primeiro depoimento, mas não me lembro o nome dele.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Essa história desse engenheiro com o Tonico, que depois ligaram para o Cunha e aí é que o Cunha entra na história, arrumando comprador em Belo Horizonte?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Trouxe o Cunha, apresentei ao Tonico, e o Tonico apresentou o Barreiros, seu amigo, que era encarregado do depósito.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quer dizer que desde o começo o senhor está sabendo que essa mercadoria era meio desviada lá por dentro?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Não sabia, fiquei sabendo depois do fato do jornal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que ele disse que era de seguro, era porque era avariada... Foi essa a explicação que deram para o senhor?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é que disse isso? Foi o Cunha ou o Tonico?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – O Tonico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Tonico é que deu a informação de que era mercadoria de seguro?

Quando o senhor olhou, o senhor não percebeu que tinha avaria ou não? Ou o senhor não conhece?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Não, não olhei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor trabalha com aço de...?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Não trabalho. Fui chefe da segurança da Companhia Siderúrgica Nacional entre 1960 e 1984.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor recebeu, nesse negócio, R$6,5 mil de comissão.

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Eu não recebi. Deram-me um cheque, de comissão, por eu ter apresentado o comprador. Esse cheque foi sustado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cheque nominal?

O senhor tem ainda essa cópia?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – O cheque apresentei no inquérito, no depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está no inquérito?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É que não consta, não sei se está no inquérito.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, da minha parte nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe se está no inquérito o cheque? O senhor apresentou na Polícia Federal?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor entregou o cheque?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Entreguei o cheque. Inclusive, quando eu soube, pelos jornais, do fato, fiz uma carta, e andava com ela no bolso, dizendo que, se alguma coisa me acontecesse, poderia ser dessas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse manuscrito que o senhor fez está nos autos. O senhor guardou uma cópia com senhor para que, se houvesse qualquer ameaça contra a sua vida...

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Porque depois de eu saber pelos jornais, vi que se tratava de negócios irregulares.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor, então, se sentiu ameaçado a partir daí? O senhor já respondeu algum processo alguma vez?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Nunca foi preso nem processado?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Nem respondeu inquérito, nada, nunca?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor recebeu alguma ameaça real ou só achou que poderia sofrer?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Em telefonemas que fiz a cobrança. Não havia ocorrido nada e o cheque foi sustado. E eu liguei para ele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ligou para quem?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Para o Tonico, duas vezes, cobrando. Fui mal respondido e alguma coisa nesse sentido. Daí, não me atendeu mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor passou a ficar com receio?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Depois de saber do fato no jornal. Eu queria colocar uma coisa que não é igual, mas é parecido. Eu passo pelo senhor, o senhor diz que tem um carro para vender. Eu chego aqui para este senhor e digo que o senhor tem um carro para vender, o senhor me oferece uma comissão. Eu digo para ele, ele se interessa e vai ao senhor. Depois, ocorre um fato na compra desse carro dele com o senhor, e eu me envolvi, assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O carro era roubado e o senhor não sabia.

Pompeo, tem alguma coisa, está aí o depoimento.

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Sr. Senador, no caso do material de seguro, sabe que a Companhia Siderúrgica Nacional nessa época toda em que trabalhei lá tinha esses negócios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É normal.

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Havia, era normal, é material no cais, etc. Inclusive, nessa época, eu era chefe da segurança da Companhia Siderúrgica Nacional e cumpri muita determinação do senhor, indiretamente. O senhor deve ter recebido, porque eu trabalhava junto à Polícia Federal, junto ao DOPS, ao Exército, ao SNI, com vários generais, relatórios meus com indicações. Se me perguntassem se eu conhecia o senhor, eu não conhecia, estou conhecendo hoje, por caminhos diferentes.

Desculpe alguma coisa porque estou operado, há 15 dias fiz uma cirurgia cardíaca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fica tranqüilo, se o senhor estiver cansado nós paramos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele falou a respeito do Avrignhy...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele apresentou o Tonico para o Avenir, foi ele quem fez a intermediação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor o conhece, atualmente o Sr. tem conversado com o Avrignhy Cunha?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desde àquela época não teve contato com mais ele?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Com mais ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Dario, o senhor tem mais alguma coisa que queira nos ajudar expondo?

O SR. DARIO PIEDADE TORRES – Não, acrescentar não, a não ser que haja alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor fica com o telefone do secretário e se tiver alguma ameaça, alguma coisa, o senhor pode nos comunicar. Eles estão vendo se localizam o cheque que o senhor teria apresentado.

Pode sair que ele o acompanha. Por favor, dá uma passadinha com o policial para ver esse negócio do cheque.

Solicito a presença do Sr. Cristiano Dias da Silva.

Boa tarde. O seu nome é Cristiano Dias da Silva?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tenho aqui um termo de compromisso que, de acordo com o art. 203, do Código de Processo Penal, o senhor se

compromete a dizer a verdade, somente a verdade, perante esta Comissão. O senhor se compromete?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Comprometo-me.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, Naurides, examine se os dados se os dados constantes deste termos estão de acordo com sua identidade e, o senhor, por favor, assine.

(Pausa)

O SR. – Aqui nós encontramos o depoimento dele, fala sobre cheques, mas dentro dos autos não tem cheque.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele pode ter mostrado e guardado, não entregando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual é sua profissão?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Operador de empilhadeira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era só para identificar quem assinou o cheque.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você trabalha no cais do porto?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Trabalhava, agora estou desempregado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Trabalhava e saiu. Em 2000 você trabalhava lá?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando você tinha que fazer alguma operação de carregar os caminhões usando as empilhadeiras como era, como se procedia o seu trabalho, quem determinava?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – O encarregado quem passava para a gente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O encarregado. Tinha algum documento?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Era com o conferente, eu só carregava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você só recebia ordem verbal?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No dia 26 de fevereiro de 2000, um sábado, o operou a empilhadeira transportando 74 bobinas de aço?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, trabalhei na sexta à noite, de sexta para sábado, com o cunhete, descarregando para dentro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não carregou o caminhão antes com bobinas de aço?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para que empresa o senhor trabalhava?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Para a Triunfo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que trabalha com os guinchos dentro do porto?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, trabalho com empilhadeira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na empilhadeira, mas dentro do porto?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A empilhadeira é da Triunfo?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – É

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não carregou? Você só descarregou?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Só descarreguei dois vagões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O trem corre dentro do porto, faz a carga e tem que tirar com o guincho.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, tem que tirar com a empilhadeira, a cunhete, os quadradinhos pequenos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor já foi chamado para depor na Polícia Federal alguma vez sobre o assunto de um roubo de 74...

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Fui, fui.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O que o senhor declarou lá?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não tinha como declarar nada. Eles chegaram em casa, me buscaram, falando...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estou te perguntando se você carregou e você disse que não.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Descarreguei carreta, assim normal, no meu dia-a-dia, trabalho normal, meu último dia, no sábado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sim, mas perguntei naquele dia.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Então, descarreguei 2 vagões.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você descarregou ou carregou em cima da carreta.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Descarreguei e botei dentro do armazém – cunhete, não foi bobina, foi cunhete.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você os viu tirarem as bobinas de lá?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, a gente ia entrar de férias, foi meu último dia esse dia, foram os 2 vagões – aí entrei em férias.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, nesse dia você não carregou caminhões?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tirou do vagão e colocou no depósito?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Dentro do armazém.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era o aço ou não?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, era um cunhetinho assim pequeno, um quadrinho de 900 quilos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De aço?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Acho que deve ser de aço

Deve ser de aço. Caixotinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Novecentos. Então, era pequeno.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – É.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor ter notícia desse roubo de 74?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Teve, teve. Quando o Federal foi lá em casa me buscar é que eu vim saber.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque você estava no dia lá, foi reconhecido?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não. Fui reconhecido assim: eu passei dentro do porto com um amigo meu, aí falaram que eu estava lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem era seu amigo? Foi ouvido também?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – É outro operador de empilhadeira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hein?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA (Romeu Tuma) – É outro operador de empilhadeira. Acho que ele foi ouvido na Federal sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele carregou?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Aí eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês tomaram cerveja?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Ele é de um armazém, eu sou de outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tomou cerveja com ele?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Tomamos cerveja.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E depois? Foi você que o convidou para tomar cerveja?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Fui eu. Não!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que ele chamava?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, ele foi lá em casa e saímos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que ele se chama?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – O nome dele é Sidnei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que ele foi ouvido. Há o depoimento dele descrevendo, ele até estranhou ser convidado para tomar cerveja próximo ao porto, não é isso?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Realmente, passamos por dentro do porto. Aqui na Mauá. Fomos para a Mauá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês tomaram duas vezes...

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – A rota, as duas vezes. Entramos e voltamos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Indo e voltando. E foram até o final?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Até o Caju?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então é isso mesmo. Li esse depoimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele foi indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Li um depoimento sobre isso.

Vocês tomaram cerveja em mais de um local, não é?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Isso, aqui na Mauá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês tomaram duas vezes cerveja?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, duas vezes não. Bebemos uma cerveja, de lá passamos por dentro do porto, comemos uma carne ali, atravessamos o valão ali...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E vocês viram o movimento no domingo e estranharam?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não. Normal. Todo mundo trabalhando normal. Só que eu não estava, já estava de férias. Trabalho à noite, passei de tarde.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que se chama o seu colega?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Sidnei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Sidnei não estranhou ali?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não comentou nada?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não. A gente passou, ainda gritamos com um pessoal que estava trabalhando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você mora onde?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Moro no Caju.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É perto?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – É perto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque eles pegaram a condução dentro do porto e foram até o Caju, porque o Sidnei quis te acompanhar, né? Porque ele tinha que descer antes.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Cristiano, no dia, quando você passou lá, você viu que tinha gente trabalhando?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Tinha. Operação normal da Triunfo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Operação normal não, porque não era normal...

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Aí eu não sei se era normal, estava todo mundo...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas você conhecia lá o ambiente?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Conhecia o pessoal todinho que estava trabalhando.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Chegou a trabalhar lá no porto?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, nesse dia não. Eu trabalho à noite.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Eu trabalho à noite. Quando passei era dia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas você trabalha no porto?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Trabalho no porto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que você é lá?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Operador de empilhadeira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Você é operador de empilhadeira? Você conhecia o Armazém 8?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Conhecia. Trabalhava lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não era normal um movimento daqueles num domingo?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Era operação normal. Sabíamos que ia ter operação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sabia?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Sabia que ia ter operação, só não ia ter à noite.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como é que você sabia?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Porque quando eu passei estava a operação, todo mundo trabalhando normal. O encarregado tinha avisado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas é normal trabalhar no domingo?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Se tiver carga para descarregar, tem trabalho, de segunda a segunda, e vai direto. Se tiver escala, escala o pessoal para ir trabalhar, e tem que ir trabalhar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você não estava trabalhando?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você foi passear no porto?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Isso. Fomos tomar uma cerveja, entramos por dentro do porto, tomamos cerveja, voltamos, a operação continuava e fomos embora.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E você conhece o Mário Meira?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Mário Meira? Conheço o Mário Meira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem é Mário Meira?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Mário Meira, não sei se é gerente, alguma coisa de lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Gerente do quê?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Deve ser da Triunfo lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Dessa Triunfo?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Deve ser.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Você conhece ele?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Mário Meira eu conheço de vista. Olhando para ele, eu falo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se você o vir, você o reconhece?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Mário Meira eu conheço de vista.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mário Meira.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Acho que é gerente, não sei, não sei dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É o gerente. E o carro dele, que carro ele tinha?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Se não me engano, o Gol era do outro. Acho que era um Fiat Picape. Acho que era isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Marreiro? Você o conhecia?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Marreiro?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Marreiro?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – O Marreiro eu conheço lá de dentro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conhece?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem alguma outra relação?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só de trabalho? De amizade?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não. Conheço porque ele mora lá onde eu moro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Lá na vila?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – É. Lá onde eu moro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Onde é que você mora?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Na Manilha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha muita amizade com ele?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele tem estado por lá ultimamente?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Ele está lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Aí você viu nesse dia o carro do Mário Meira lá na Triunfo, no Armazém 8?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Nesse dia?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Se eu vi, não reparei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Você viu diversas pessoas trabalhando lá dentro?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Diversas pessoas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Marreiro tem alguma relação familiar com você?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com a sua irmã?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca teve nada?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Nonato?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Nonato?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Acho que o Nonato é um operador de empilhadeira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Da Triunfo?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Ribeiro?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E os dois estavam lá no dia?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Nesse dia eles realmente estavam.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Os dois estavam trabalhando?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Estavam trabalhando normalmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Com as máquinas?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Com as máquinas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto tempo você demora para carregar duas ou três bobinas de aço – quando o caminhão permite – num caminhão.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Depende do conferente, esperamos o conferente colocar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas, em média, quanto demora? Você tem experiência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só para carregar, pegar e colocar.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Uns cinco minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em cinco minutos você coloca duas ou três bobinas?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Duas bobinas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que é o normal para cada caminhão.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Uma empilhadeira a levanta?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É uma espécie de guindaste.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Depende do peso da bobina. Podem caber seis se forem de determinados tipos, depende do peso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quer dizer que, em uma hora, você carrega uns vinte caminhões.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, é muita carreta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Dez caminhões.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não dá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se foram duas ou três bobinas em cada caminhão.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Uma hora não dá, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Se são cinco minutos.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Mas tem-se que conferir peso, não dá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas quando não há conferência.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Se não precisar conferir? For pegando e jogando lá? É mais rápido.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não é tão rápido assim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nessa operação de lá foram 74 bobinas. Você sabia disso?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não sabia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto tempo você acha que demorou?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Só quem fez sabe.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que tempo você demorou entre tomar a cerveja e voltar?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Uns 40 a 45 minutos, quase uma hora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eles continuavam lá?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Quando eu passei, estavam; quando eu voltei, também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantas empilhadeiras estavam trabalhando?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Vi dois empilhadores, um sentado na empilhadeira e outro em pé na porta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você também estranhou eles estarem de **short**?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Eu estranhei, porque a gente trabalhava de calça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você e seu colega acharam estranho eles trabalharem de **short**? Por que vocês estranharam?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Agora o **short** é normal lá, usamos bermuda azul da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eles estavam com isso?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Depois que fiquei sabendo que só o pessoal que trabalhava de dia podia usar bermuda, por causa do calor. À noite, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você reconheceu algum deles? Eram profissionais do porto ou trouxeram de fora?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – No dia em que passei lá, vi o Ribeiro e o Nonato. Acho que era o Nonato que vi de costas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem mandou eles irem trabalhar?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – O encarregado ou o chefe.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você, quem mandou?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Eu tinha que ir, estava na escala. Sexta-feira é um dia normal para trabalhar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não estou dizendo na sexta, eu quero saber no dia em que eles estavam trabalhando e você estava de folga.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Acho que foi num sábado. Não sei dizer, não me lembro direito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que o vigia teria dito que te reconheceu? Você teve alguma desavença com ele?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Eu nem sabia que o vigia tinha me reconhecido. Estou por fora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele te reconheceu como um dos membros que ajudaram na remoção das bobinas.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Isso é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como chama o vigia?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eduardo Targa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece o Eduardo Targa?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não. Não conheço nenhum vigia pelo nome. Eu os conhecia como guardinha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com quem você estava tomando cerveja?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Com o Sidney.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele é operador de empilhadeira também?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De empilhadeira também?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele ajudou a carregar? Onde ele mora?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não sei nem onde ele fica, muito menos onde mora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Explique para eu entender o local. Há o porto e o Bairro do Caju é num canto do porto?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Quase encostado no final do porto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde você estava, que teve que atravessar todo o porto para ir ao Caju?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Peguei um ônibus direto no começo do porto e saltamos...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que você estava fazendo no começo do porto?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Eu estava em casa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você não tomou um ônibus no Caju também?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Eu estava ali, um colega, o Sidney, foi em casa, me chamou, paramos ali no Caju, debaixo de um prédio lá, bebemos uma cerveja, de lá voltamos para dentro do porto, fomos aqui pra Mauá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que vocês passaram por dentro do porto?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Verba. É que era de graça o ônibus.

O SR. – Como é a história? Repete.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O ônibus interno do porto é de graça?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – É de graça o ônibus de dentro. Deixaram a gente lá na Mauá direto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você tem autorização para entrar qualquer hora no porto?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Tenho. Tinha, né?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sua credencial? Tinha, não é?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Tinha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual cerveja você tomou?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Ah! Cerveja? Acho que foi a Sckol. Só bebo Sckol.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estava geladinha?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Estava, com certeza.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você é solteiro ou casado?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Sou juntado com minha esposa.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Tem filhos?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Tenho dois filhos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Esse documento que você assinou, você o leu?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Este aqui agora?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Isso.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Ah...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ali você tem o compromisso de dizer a verdade.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Ele pegou meus dados só, mas na folha mesmo não diz, não.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você está compromissado a dizer a verdade sob pena de cometer outro crime. Isso está comprovado no inquérito que existe ali. Você já foi reconhecido. Você não acha mais prudente colaborar conosco?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Colaborar com uma coisa que não sei é que fica chato.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Contar tudo. O nosso objetivo não é você. O nosso objetivo é saber quem que comanda esse roubo, quem recebe a mercadoria furtada.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – "Tô" por fora, "tô" por fora.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Está por fora ou não quer colaborar?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, "tô" por fora, não sei. A cabeça fica até girando com tanta pergunta.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – A polícia é mais esperta que todos nós juntos, viu? Pode te pegar depois lá na frente. Se você colaborar agora, pode ser beneficiado.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Sei. É que estou colaborando. Estou falando as coisas de que eu sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Deixe-me perguntar uma pra ti, aqui. Tu disseste que conhece o Nonato e o Ribeiro.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – O Nonato e o Ribeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E os dois estavam lá lidando com as empilhadeiras no dia?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – De dia, estavam.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E tu passaste lá?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Passei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quer dizer, então, que eles estavam carregando a carga?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, estavam dentro do armazém. Se estavam carregando, eu não sei. Um estava sentado na empilhadeira, e o outro estava na porta, mas não...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas estavam fazendo o quê?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não mexendo com carga. Um estava entrando...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Era só no oito que estavam lá trabalhando?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Agora "tu me pegou". Não sei se era no sete ou se era no oito. Aí "tu me pegou". Acho que era no oito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tu já disseste que era no oito. Tenho aqui o teu depoimento.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Acho que era no oito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Já disseste aqui que era no oito.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Acho que foi no oito, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E aí, quando tu subiste no ônibus, entraram mais algumas pessoas contigo, dali do porto. Tu te lembras quem entrou?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Entrou muita gente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Foi um... Acho que era o encarregado... Os nomes, acho que foi... Eu conheço ele como Pato Rouco; as outras, eu não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pato Rouco? Quem mais?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Esqueci os nomes. Acho que eram uns dois ou três.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Lingüiça, tu conheces?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – O Lingüiça que tinha a cara marcada aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Biro-Biro?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Biro-Biro? É, Biro-Biro. Não sei se ele está. Deve estar sim. Eu esqueci. Nesse dia, tinha muita gente da Triunfo dentro. Até, no depoimento da Federal, falei no nome desses caras.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tu disseste o nome de todos eles, o Biro-Biro e o Sr. Bento.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – O Sr. Bento estava. Agora, não me lembro mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Esses dois estavam lá na empilhadeira, o Nonato e o Ribeiro?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Isso, lá dentro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como é o nome do Nonato e do Ribeiro? Tu sabes?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Provavelmente, eles estavam participando da operação, então?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E tu não participaste da operação?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, com certeza, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tu sabes que eles te reconheceram?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Ah, se me reconheceram... Preto é fogo, né?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O quê?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Preto é... Com aquela cara... É parecido...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. Não é por isso.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Já que me reconheceram... Não tem certeza disso. "Tô" por fora. De repente, foi até que eu passei. Eu falei até com ela... De repente, até gritei: "Ô, seus peões, estão zoando aí?". Passei. Foi a hora em que passei direto pra lá. Gritei e fui direto para Mauá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É um pouco de coincidência, não?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – É, pode ser.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só que há mais um que agora diz que te conhece e que tu estavas lá.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – É?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É. Conhece o Avanir?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Salvanir?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – O Salvanir era o operador.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Era o quê?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Salvanir? Salvanir, conheço como operador de empilhadeira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. É Avanir.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Avanir, não sei quem é.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você sabe que houve o desvio, então, das 74 ou 76 minas.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Quantidade não sei, não.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você ouviu alguma coisa no outro dia de trabalho ou não ouviu?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Ouvi, sim, cara.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E aí?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – No meu último dia que fui trabalhar é que vim saber isso aí. Eu ainda estava trabalhando.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Porque você furtar uma caneta dessas, pôr no bolso, ninguém ia ver. Agora, 76 trambolhos daquele tamanho, é uma fila de carretas uma atrás da outra. Isso tem a conivência de alguém lá de dentro; Quem estava envolvido com isso?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Eu não sei, cara.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Gente da Triunfo inclusive tinha que estar, porque não se opera para colocar...

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Na minha opinião tem que ter algum chefe.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem era?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Eu não sei.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Não era você?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, com certeza, não. A Triunfo me deu de tudo ali. Não vou sacaneá-la nunca.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quantas bobinas carrega um caminhão?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Depende do peso da bobina. Há muitos pesos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Demora muito para carregar um caminhão, uma carreta com bobinas?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Demora um pouco. Vai depender da quantidade de bobinas, do peso, do tamanho.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Um pouco quanto? Uma bobina dessa grande...

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Temos que saber o peso.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sete mil quilos, oito mil quilos.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Sete mil? Três bobinas. Eu acho que lá dentro do porto são três bobinas. Tinha limite de...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quanto tempo demora para carregar?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Cinco a seis minutos, por aí.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Tinha limite de quê?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Lá dentro do porto tinha limite para levar para o navio pegar a carga, tinha limite de carga.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Por quê?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não sei. Se botassem muita bobina, a carga caía e avariava a carga, porque os carros lá dentro eram todos velhos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tem advogado?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando você foi ouvido lá na polícia você não levou advogado?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Eu fiquei até com um advogado, o Dr. Murilo. Mas agora eu não sei nem onde está esse danado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você já foi preso ou processado?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, esta é a primeira vez que está acontecendo isso em minha vida.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, aqui você não está sendo...

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Eu sei. Realmente. É o que está acontecendo em minha vida: federal, essas coisas, eu nunca...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você nunca respondeu a um inquérito, nunca foi condenado?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Nunca, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O reconhecimento foi feito por fotografia ou pessoalmente?

O SR. – Pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como você diz que não sabia? Você não pode mentir aqui, rapaz! Como você não sabia que foi reconhecido se assinou o termo?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não sabe que foi reconhecido? É isso que ele está perguntando.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Foi o dia em que eu fui tirar um negócio na Federal e eles me mandaram assinar, e eu assinei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não leu?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não li. Dei uma olhada. Era muita coisa. Eu não sei ler.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não pode mentir, porque se você mentir sai preso daqui. Você quer ser preso?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então não minta. Não fica embromando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sabe que está numa CPI, que isto aqui é uma CPI?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – CPI?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sabe o que é CPI?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Estou por fora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isto aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Você conhece o Dr. Tuma, não conhece? Ele é Senador.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nós somos Deputados e ele é Senador. Nós estamos aqui averiguando uma série de ilícitos que aconteceram no porto, dentre eles o roubo dessas bobinas. Há uma lei que rege a CPI, a Lei nº 1.579, que estabelece o seguinte em seu art. 4º:

"Constitui crime fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito", que é a CPI. Você já assinou um termo e está infringindo uma lei ao mentir.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Eu não li.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Preste atenção, você está infringindo essa lei. Isso pode dar um acréscimo de pena para você de três anos, com base no art. 342 do Código Penal. Se você continuar mentindo, ele pode te dar voz de prisão agora.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Mas eu vou falar o quê?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em contrapartida, nós podemos te oferecer, até porque não estamos atrás de pessoas que participaram, alguns até foram forçados, outros receberam um pouquinho, mas estão cumprindo quase que a obrigação de estar trabalhando, mesmo sabendo que estão errados. Nós não estamos atrás de você. Não é esse o nosso objetivo. Mas se você ficar atrapalhando, vamos querer você também. Nós queremos muito mais. Se você quiser ajudar a CPI, isso ficará muito mais simpático e mais confortável para você. Se você quiser, nós podemos fechar a reunião, ficaremos só nós quatro. Nós quatro vamos conversar com você para que fale a verdade. Aí nós vamos poder recomendar uma situação mais confortável para você. Entendeu? Eu estou lhe propondo um negócio. Entendeu?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Sei, estou entendendo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que você tem a dizer a respeito disso? Quer pensar um pouco?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, o que eu tenho a dizer é isso ai, cara. Não sei de nada, estou por fora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É mesmo, cara?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Tenho certeza disso. Certeza

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem o depoimento do Eduardo...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vamos perguntar ao Doutor. Doutor, o reconhecimento dele foi feito pessoalmente ou com o vidro que não vê do outro lado?

O SR. – Com o vidro. Ele foi colocado com quatro ou cinco homens.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você estava presente?

O SR. – Estava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele sabe que foi reconhecido?

O SR. – Ele tem que saber se ele assinou.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não li, mas assinei.

O SR. – Os dois assinam o reconhecimento. Após o reconhecimento, é lavrado um auto de que o reconhecimento foi positivo para a pessoa de Cristiano, e os dois assinam. O que reconheceu o e reconhecido.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Eu assinei. Tudo que me mandaram assinar eu assinei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É assim? Tudo que mandar assinar você assina? Vou mandar fazer um documento e você assina, está bem?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não sei ler. Era muita coisa. Sei ler pouca coisa, mas não dava para ler aquela folha toda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que você entrou lá no Porto? Você passou pela guarida do guarda? O guarda viu você entrar?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Tem que mostrar a permissão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí mostrou a carteira e entrou.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Isso. Peguei o ônibus.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi para o armazém 8?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, fui direto para Mauá. Saltamos ali na rodoviária do Rio de Janeiro, atravessei pelo valão, peguei um churrasquinho e dali voltamos direto para Mauá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou ler para você. Presta bem atenção. Vou lhe pedir para não mentir. Vou ler o depoimento do guarda Eduardo Targa Teixeira. "Não reconheceu dentre as pessoas enfileiradas quem apontou a arma para a sua pessoa. Foi ameaçado na entrada. Entretanto, pode afirmar que a pessoa Cristiano Dias da Silva... Quem é?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... foi funcionário do cais do Porto do Rio de Janeiro, quem

operou a empilhadeira, carregando os caminhões com as bobinas roubadas naquela data do assalto. Está aqui assinado pelo reconhecedor, pela testemunha e a dele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele está mentindo?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você já foi preso alguma vez, Cristiano?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem a assinatura dele aqui. A autoridade policial, o reconhecedor e as duas testemunhas. Você não assinou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tem estado com o Marreiro?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não assinou essa folha. Que você tem a dizer com esse reconhecimento firmado?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Nem sei o que dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele te viu entrar? Naquele dia você operou com a empilhadeira?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Qual? De dia? Não, eu trabalho à noite. Qual dia?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No sábado.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Tenho certeza que não. Trabalhei de sexta para sábado à noite. Eu trabalhava à noite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vinte e sete de fevereiro?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Aí o Senhor me pegou de novo. Aí eu enrolo a cabeça.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tem estado com o Marreiro?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não. Não se dou com ele, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Há muito tempo que você não o vê?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Vejo ele assim... É normal lá...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pô, onde é a casa onde ele mora é meio difícil. Mas é lá dentro onde moro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É perto de onde você mora?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, moro logo no começo da favela.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É? E ele mora mais no fundo?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – É, mora lá pra dentro.

(Fora do microfone)

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, tem asfalto lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Marreiro está por lá? Esses dias você tem visto ele? Viu algum dia aí?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Vi, acho que foi segunda...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que horário ele trabalha? Qual é o horário de trabalho dele?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – O horário de trabalho dele? Pô, nem sei se ele trabalha...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vocês trabalham em escala variável ou é fixo?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Na Triunfo? Onde a gente trabalhava?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele trabalhava na Triunfo também?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não. Nunca vi ele lá, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele só intermedia. Ele não trabalha no porto?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não, podia trabalhar em outro armazém, mas lá nunca vi, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ele tem estado por aí agora. Você o vê de vez em quando?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Vi, vi, sim.

(Fora do microfone)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Sr. Presidente, quero fazer uma consideração a V. Exª.

O Valdemir Bueno é um dos maiores ladrões de carga do País. Ele já foi preso e já fugiu várias vezes, inclusive, a CPMI esteve lá em Uberlândia, e ele havia fugido há poucos dias, com a conivência da polícia de um município próximo a Uberlândia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Um agente?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – É, um agente. Pois bem. Só que ele fugiu de novo, e eu estou fazendo um requerimento a V. Exª para que a CPMI, como ato derradeiro, quem sabe, da sua atividade, pudesse chamar o Valdemir em Brasília, por-

que ele é até um simbolismo, porque ele é um dos maiores ladrões de carga deste País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De agrotóxico?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – De agrotóxico, mas de outras cargas também. Ele é especialista em agrotóxico, mas rouba outras cargas. Inclusive, eu estive falando com o Dr. Mira, em São Paulo, que foi vítima dele, e com outras pessoas que foram vítimas.

Então, que nós pudéssemos ouvi-lo, que a CPI fizesse uma requisição para o Poder Judiciário lá de Uberlândia para, quem sabe, na semana que vem ou na outra semana, nós pudéssemos ouvi-lo, porque tenho certeza de que a CPI está prestando uma grande contribuição, e daria uma visibilidade, inclusive, para o trabalho da CPI, porque ele tem muita coisa para mostrar.

Aí, ele iria a Brasília; nós não iríamos a Uberlândia. Ele iria a Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Pompeo, nós já entramos em contato com a juíza, ela já nos colocou o Valdemir à disposição da CPI.

De forma que acho que não acho nenhum voto contrário, fica aceito o requerimento. Peço para entrar em contato urgente para saber a possibilidade da remoção dele e pedir para a Polícia Federal a condução dele.

(Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode sair e aguardar. Não vá embora, não.

Naurides, o Cristiano fica aí um pouco aguardando.

É Luiz Marreiro, você sabe o nome todo dele?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Luiz Marreiro, você sabe, não sabe?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – fora do microfone.

(Conversas fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alexandre Garcia da Silva.

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alexandre, temos aqui um termo de compromisso, de acordo com o art. 203, do Código de Processo Penal. O senhor concorda em falar a verdade, somente a verdade, perante esta Comissão?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, eu gostaria que o senhor conferisse os dados e assinasse o termo.

Ele vai levar para o senhor, pode ficar tranqüilo.

Dr. Paulo, tem os dados dele?

Alexandre Garcia da Silva, é isso mesmo?

O senhor trabalhou no porto?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe por que o senhor está envolvido no caso?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Eu tenho uma idéia, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor podia nos descrever qual é essa idéia que o senhor tem de envolvimento?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Bom, tudo começou – sou morador de Volta Redonda –, conheci...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor mora em Volta Redonda?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Moro em Volta Redonda. Conheci o Sr. Torres, em Volta Redonda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o Dario Piedade Torres?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Isso. E ele tinha um conhecimento aqui embaixo, aqui no Rio, e me pediu que o trouxesse aqui no Rio, porque ele não tinha carro. Aí eu trouxe ele. Aí, acabei me vendo envolvido nessa situação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você só trouxe ele?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Isso, eu trouxe ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que se viu envolvido?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, porque isso tudo é uma história, que a gente fica sem saber como é que a gente conseguiu entrar nisso. Então, o que aconteceu? Eu estava precisando de um emprego, em Volta Redonda, e ele me ofereceu, dizendo: você me leva lá e eu pago a diária, e tal. Eu falei: sem problema, desde que não atrapalhe o meu trabalho. Na época, eu era vendedor autônomo. E comecei a trazer ele aqui no Rio. Trouxe ele umas quatro vezes aqui.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Mas você trazia no seu carro?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – No meu carro.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ele pagava a sua diária para você trazer ele aqui? É isso?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Isso, sim, senhor.

Então, continuando, aí apareceu de o Torres estar vindo fazer um negócio aqui e me pediu que eu trouxesse ele. Eu trouxe ele, e ele entrou em contato com um rapaz de São Cristóvão, e parece que eles eram amigos também, e parece que tinha alguma coisa de sucata, não sei o quê – isso estou falando agora porque eu não sabia – – e que ia apresentar uma pessoa que tinha condições de tirar e vender uma sucata do porto, barato. Isso gerou a história.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem é a pessoa do porto a que ele se referia?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Se não me falha a memória, o nome dele era Marreiro ou Barreiro, não tenho muita certeza. Mas acho que era Marreiro.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor conhece o Marreiro?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Estive com ele.

O SR. MOREIRA MENDES – O que você me fala dele? Como ele é?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Era uma pessoa muito expansiva, falava muito. "Eu faço, eu aconteço". Era uma pessoa muito expansiva.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você chegou a receber dinheiro por conta dessa...

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem as diárias?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, as diárias o Sr. Torres me pagou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Foi um tanque de combustível, mais 25 reais; uns 500, 600 reais.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi só isso que você recebeu?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na hora?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, mais tarde, bem mais tarde, depois. Praticamente estava perdida por ali, depois é que vim a receber.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor já conhecia o Sr...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto foi, no total? Porque você fez quatro ou cinco viagens, você disse.

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – É, mais ou menos...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto foi, no total, que você recebeu?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – O Sr. Torres é uma pessoa que conheci e que acreditei nele. Emprestei alguns cheques para ele, e ele comprou material de construção, alguma coisa assim, e acabei me enredando cada vez mais com ele. Mas, receber mesmo, ele só me pagou uns cheques que ele pegou emprestado comigo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto? Espera aí que sei; vou falar quanto. Quatro mil reais. Foi o que você emprestou para ele?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Emprestei, não; foi o que ele me devolveu, que ele ressarciu as pessoas de quem ele comprou material de construção.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você tinha emprestado dinheiro para ele?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, emprestei o cheque. O cheque bateu na minha conta sem fundo e depois ele cobriu. Eu disse que os caras estavam me cobrando, e ele disse que eu podia deixar que ele ia resolver a situação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí ele te deu os quatro mil para você cobrir o cheque?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Para cobrir os cheques.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Te deu em dinheiro?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Em dinheiro. Na verdade, foi até ele mesmo que cobriu esses...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quatro mil reais?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – É.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E aí os cheques foram reapresentados?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, estão comigo, eram meus, não foram reapresentados duas vezes, estão comigo, lá em casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não achou estranho o Deputado Oscar dizer que sabia quanto era o valor? Como é que ele sabia?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Provavelmente o Sr. Torres deve ter falado, não?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, não falou não. Foi outra pessoa que falou.

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Outra pessoa?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É. E disse até do que é que eram os quatro mil; e não era disso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi quatro para você, dezesseis para o Torres, dezesseis para o Germano. Conhece o Germano?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E foi oito para o Tonico. Você conhece também, não conhece?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Isso tudo foi dinheiro emprestado?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, isso aí foi por causa do advento lá no Porto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então você recebeu quatro mil! Não tem nada de cheque emprestado!

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Ah! Não. Isso aí o Sr. Torres, com o dinheiro que ele recebeu, ele pagou essas coisas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ah! Pagou. Então ele te pagou quatro mil. Você recebeu quatro mil para dar quatro viagens aqui no Rio?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não. Isso aí, o Torres pegou emprestado comigo esses cheques e assim que ele recebesse pelo serviço que ele prestaria aí nessa venda, nessa sucata, ele me pagaria. E aquilo foi virando uma bola de neve, e eu me vi apertado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele pediu emprestado quatro mil reais a você. Pediu emprestado?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, ele pediu os cheques emprestados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma)– Pediu os cheques como? Um cheque seu?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Uns cheques meus.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a sua assinatura?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Com a minha assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De quatro mil. E você deu?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, foi um de mil e pouco, dava dois mil e pouco.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O cheque é uma coisa e a comissão que você recebeu do negócio do Porto é outra?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – É outra, isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então o cheque, esquece isso aí. Você recebeu quatro mil pela comissão desse serviço aqui?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Isso.

O SR. MOREIRA MENDES (PDT – RS) – Você quatro mil, o outro dezesseis, o outro oito, é isso aí?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, eu recebi quatro mil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você recebeu quatro mil...

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Mas não foi nem o Torres, nem..., quem me deu isso aí foi o Tonico, que ficou com pena de mim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quem é o Tonico?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Era o rapaz que eu via. Quando a gente veio aqui no Rio, o Torres tinha contato com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que ele deu quatro mil para você?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ficou com pena de ti?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Ficou com pena de mim, porque eu fiz o serviço lá, ajudei lá, e eles não iam me dar nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o que você fez?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Esse serviço. Depois, o que aconteceu?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Qual é o serviço? Pode falar claramente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi com o Dario? Foi o serviço em que o Dario estava intermediando a negociação?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Isso. Não, ele veio aqui embaixo, aí, apresentou o Sr. Tonico, depois, ele apresentou esse Marreiro, e depois, entrou o Cunha.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Muito bem, e qual foi o negócio?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Senador, eu queria só fazer um parêntese aqui.

Alexandre, esta é uma CPI.

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Eu sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sabe, não é?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O art. 4º da Lei nº 1.579 dispõe que, se você mentir, se você falsear, se você calar a verdade aqui, você estará cometendo um crime. E você pode ser enquadrado no art. 342 do Código Penal, que dá até três anos de cadeia.

Além disso, se nós entendermos isso aqui, podemos prendê-lo agora. Então, vou fingir que não escutei nada, para não pensar que você mentiu, e vamos partir agora da verdade. Você vai responder a verdade para nós, está certo?

Se você quiser, nós podemos pedir para evacuar a sala, a fim de conversarmos apenas nós quatro com você, em sigilo, para você contar a verdade para nós. Você tem esse direito; nós podemos lhe dar esse direito. Estou lhe dando todas as condições para você falar a verdade para nós. E, se você falar a verdade – e nós sabemos qual é a verdade –, você pode ter certeza de que a CPI lhe ajudará, por estar contribuindo com os nossos trabalhos. Do contrário, não tem como fazer diferente. Está certo?

Então, vamos agora falar a verdade. Esquece esse negócio de cheque, porque sabemos que isso não é verdade.

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não. É verdade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode até ser verdade, mas não tem nada a ver com esse assunto. Então, não vamos enrolar.

Você recebeu R$4 mil para ajudar a fazer um determinado trabalho, com relação ao desvio, ao roubo dessas 74 bobinas. Está certo?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Certo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você recebeu de quem?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Do Sr. Tonico.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Do Sr. Tonico, R$4 mil? Qual foi a sua função?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – A sua participação no negócio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Muito claro. O que você fez...

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – A minha participação foi só contratar os caminhões, colocar ali dentro e, depois... Só isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estamos chegando. É isso aí. Você é desse tamanhinho, meu filho.

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Eu sei, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não é você que nós queremos. Então, vamos jogar limpo, que será melhor para você. Pode ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alexandre, veja aqui o que o Cunha disse, no depoimento dele: "Avrignhy Cunha pediu a Alexandre para que o mesmo trabalhasse na operação de comercialização e transporte das bobinas de aço." Está certo isso?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele lhe pediu?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Pediu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí, você contratou os caminhões?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Intermediou?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – As quatro vezes? Porque houve três vezes em que o acerto furou, não é isso?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os caminhões foram, mas não tinha nada...

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não tinha nada... Aí, voltou outra vez. Aí...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E da última vez que foi contratado com a transportadora, você foi lá?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não. Eu fiz através de telefone, de contato por telefone.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com a Líder?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Com a Líder.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí, já direto com a transportadora?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Direto com a transportadora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não saiu procurando carreteiro?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi você ou foi o Avrignhy que fez isso? Foi você ou o Cunha?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não. Fui eu... Nós dois, na realidade, porque foi lá em casa, no telefone da minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí, vocês ligaram para a transportadora.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Agora melhorou. Agora a coisa está clara.

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Eu tinha que saber o que vocês queriam saber, se era como tudo começou...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nós só queríamos saber a verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nós queríamos saber como tudo começou e como tudo terminou. Saber os dois. Começo, meio e fim.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem, lá dentro do porto, comandou esse negócio? Quem é que levou esse negócio para o Cunha?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você ficou presente lá, na hora do carregamento?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Fiquei perto dos caminhões.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Não. Como é que o Cunha descobriu esse negócio? Quem foi dar a dica para ele: "olha, tenho um negócio aí, fácil; arrume o comprador que eu tiro de dentro do porto"? Quem foi?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Foi o Sr. Dário.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Dário?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – É, o Sr. Dário é que apareceu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você viu os empilhadores trabalhando, lá? Você seria capaz de reconhecer quem está com a empilhadeira?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Seria difícil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tinha alguém mais além do Cristiano?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Na noite em que embarcou?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, porque eles estavam todos uniformizados, normal...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A cor da pele você não sabe?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas esse que estava aí, o Cristiano, você o viu?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Aquele rapaz que estava lá fora?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É. Esse você viu lá? Esse estava lá? Quem mais?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não daria, porque eram pessoas estranhas, que a gente nunca tinha visto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas ele estava lá?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não tenho certeza. Eu não conheço o Cristiano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não o viu lá trabalhando?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Eu não o conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ele perguntou, agora: "você viu o Cristiano ali fora?". Você falou: "Vi".

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Vi, porque quando nós tivemos uma outra...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Viu aqui?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Vi, porque quando estive na Polícia Federal, ele estava lá também, mas não sabia do que se tratava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você lembra dele lá no porto?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Alexandre, vamos falar a verdade; volto a fazer um apelo: Você estava indo bem aí...

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Vamos falar a verdade. Só posso falar o que sei. Se vi esse rapaz foi uma vez olhando e não sei mais quem é. Realmente não posso afirmar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele passou rápido com a empilhadeira?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – É.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A empilhadeira anda devagar.

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Mas eu não estava. Não fiquei lá onde estavam as empilhadeiras.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas ele estava lá.

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Provavelmente devia estar. Se eu estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabe se o Cunha ficou lá, no carregamento?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Não. Eu estive com ele lá fora.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você ficou no carregamento?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Eu fiquei perto dos caminhões.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Deixe eu te animar aqui, Alexandre. Presta atenção: Você entendeu bem o início, estava indo bem aqui. A CPI está aqui investigando esse e outros delitos sobre roubo de carga. Está certo? Estamos há dois anos e meio andando o Brasil com isso.

A CPI pode recomendar, em função de ajuda que ela recebe, flexibilizar a situação de alguém, e muito. Estou te falando isso com toda a verdade. Estão aqui pessoas que você sabe que não têm por que estar aqui com outro motivo. Você conhece principalmente o Dr. Tuma, não conhece? Pois é. Então, vou repetir: não queremos você, não queremos o Cristiano, mas precisamos de seus depoimentos para chegar aonde queremos chegar, que são os mentores, que foi quem armou...

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Mas preciso falar que conheço esse Cristiano...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você o viu lá. E ele está um pouco temeroso. Ele parece que é um pouquinho menos sincero do que você.

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Posso até falar: eu vi esse rapaz.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não quero que você fale se não for verdade. Agora, eu sei que você estava lá dentro.

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Estava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não é? Sei que ele estava operando; quer dizer, não é cagüete, não é nada não. É uma verdade que é importante para você agora. Você foi envolvido num negócio muito grande, ganhando a mixaria de R$4 mil e, de repente, vai estar pagando igual ou muito mais do que quem ganhou, quem operou tudo. Penso que a recomendação nossa aqui favorável a você é muito importante. Por isso estou querendo que você não desvie. Não estamos querendo incriminá-lo mais do que você fez. Acho que foi muito pequeno o que você fez, mas fez. (Pausa.)

Pede para trazer o Cristiano para mim. Vou fazer uma pergunta e depois eu te libero. Seja firme também. Só quero mostrar para ele: "Olha, você estava mentindo, eu te pedi..."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso não tem nenhuma implicação. Quer dizer, estava lá, não estava; trabalhou ou não trabalhou.

Cristiano, vou lhe dar a chance de você responder com sinceridade para que não tenhamos nenhum problema: você estava trabalhando naquele dia com as bobinas e as empilhadeiras?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Alexandre?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não reconheci ele direito, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca viu?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Posso ter visto, mas reconhecer ele para falar que conheço, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quando você passou, já que está dizendo que não estava trabalhando, duas ou três vezes que você veio da cerveja, você o viu?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você viu os caminhões?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não. Não tinha caminhão, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tinha caminhão?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nenhum caminhão?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Saíram com a bobina nas costas?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não sei. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está gozando. Não goze, não.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não sei. Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Alexandre, você o reconhece? Ele estava lá?

O SR. ALEXANDRE GARCIA DA SILVA – Acho que estava.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele estava operando uma empilhadeira?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está dispensado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Aliás, desde o começo ele está sentado ali e rindo. Toda vez que responde a uma pergunta, o faz rindo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Cristiano, o senhor já foi reconhecido. Estou te falando desde o início que isso é sério, que nosso objetivo não é você, que você é piabinha, e que teremos todo cuidado se tivermos sua ajuda, como teremos com ele. E não é porque ele entregou alguém, mas porque ele contou a verdade dele. Começou mentir, mas o avisei de que sabíamos o que ocorria, e contou direito o que já sabemos. Você está entendendo?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E você continua desse jeito.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não posso falar o que ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pela última vez, vou te pedir para que esqueçamos o que você disse antes. Perguntarei se você quer mudar seu depoimento e ser verdadeiro? Em caso negativo, pedirei sua prisão agora.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – É isso mesmo. Não sei mesmo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não sabe?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Estão me acusando de uma coisa que nem eu sei. Sinceridade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Rapaz, todo mundo sabe que você carregou os caminhões.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Todo mundo sabe e só eu não sei. Todo mundo sabe, menos eu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não quer colaborar mesmo? Não quer falar a verdade?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não vou colaborar porque não sei o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que aconteceu aqui será comunicado à autoridade competente. Inclusive, será comunicado que você foi reconhecido aqui, já foi reconhecido na Polícia e se nega a confirmar que estava lá trabalhando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você é casado?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Sou.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tem filhos?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Tenho dois filhos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantos anos eles tem?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Tenho um de cinco anos e um de um ano.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O de cinco anos já entende bem as coisas, não é?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não entende não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em respeito aos seus filhos, não vamos te prender agora. Faremos toda força para que você seja condenado.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Por causa de quê?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você desacatou, desrespeitou a Comissão, está mentindo e fica com gozação, querendo falar as coisas com sorriso no rosto.

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não estou não. Quando rio, não é porque estou zombando. É porque sou assim mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alegria permanente?

O SR. CRISTIANO DIAS DA SILVA – Não é isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem mais alguma coisa para ele?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele está numa sala só, não é, Naurides? Ele não pode telefonar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Antônio não veio?

Esse é o Tonico? O seu Tonico não compareceu, não justificou. Vamos fazer a exposição, depois vamos esperar até às 17 horas. O Antônio não está aí?

O SR. – Não veio.

(CONVERSAS PARALELAS)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Boa tarde a todos!

Vim a convite desta Comissão para lhes mostrar parte do trabalho que a Polícia Federal desenvolve.

Este trabalho teve o interregno entre os anos de 1999 e 2000 e visava a desbaratar uma quadrilha organizada no desvio de óleo na baía de Guanabara. O trabalho continua em andamento e está na fase de indiciamento para que o Ministério Público ofereça de-

núncia e, enfim, coloque na prisão os elementos que tanto mal causam ao País.

A operação foi desencadeada pela Coordenação Central de Polícia por meio da Divisão de Repressão ao Crime Organizado. Sob a minha Presidência, montamos essa comissão especial no Rio de Janeiro.

A máfia do óleo, assim denominada, tem características bem comuns do crime organizado porque tem estabilidade, permanência e associação para a prática de crimes; tem previsão de lucros, hierarquia, planejamento operacional e empresarial, procedimentos rígidos, enfim, todas as características que compõem o crime organizado. É uma empresa mesmo, com divisões bem detalhadas para cada participante. Utilizam muito o método mafioso, ou seja, apelam para a intimidação, forjam clima de terror, medo e silêncio total.

Com esse trabalho, visávamos ao crescimento de convicção e às provas para a prisão dos membros da máfia. Principalmente, buscávamos o tempo de duração da atividade criminosa, que tem mais de 10 anos, o descobrimento de vários crimes perpetrados pela organização, especialmente contra a ordem tributária – lavagem de dinheiro, crime organizado, homicídios –, o valor total do proveito auferido pela atividade delituosa, tentando ajudar a polícia estadual na elucidação das mortes vinculadas ao caso em tela e no conhecimento geral da organização – **modus operandi**, hierarquização, etc.

Fora isso, montamos uma força tarefa para a qual contamos com o apoio da Receita Federal e da Petrobrás. Como o trabalho era quase todo feito nas águas da baía de Guanabara, precisávamos de uma história de cobertura perfeita, além de um aparato que nos foi fornecido pela Petrobrás. Uma equipe nossa se vestiu de técnicos da Petrobrás para fazer o trabalho com cobertura total.

Deflagramos, no mínimo, três modalidades de fraude para o desvio do óleo. Ele sai da refinaria Duque de Caxias, no caso do Rio de Janeiro – ela não incide somente no Rio de Janeiro, porque, infelizmente, ela tem-se espalhado pelo País afora –, e uma empresa terceirizada faz o transporte do óleo do terminal até os navios. A Petrobrás terceiriza esses serviços. Geralmente, um navio armazena cerca de 500 toneladas de óleo, variando e podendo chegar a 800 ou 900 toneladas. Parte do óleo, cerca de 20%, é desviada. Tendo em vista a quantidade de navio abastecido por dia, tem-se uma noção do óleo desviado.

O óleo serve para o abastecimento principalmente dos navios estrangeiros de longo curso. Alguns navios estrangeiros abasteceram no Brasil e pararam em alto mar por insuficiência de combustível. É claro que, muitas vezes, essa modalidade depende da aquiescência do comandante do navio ou do chefe da casa de máquinas. Muitas vezes, por ser navio de bandeira de país pobre, ele acaba aceitando suborno para desviar parte do óleo, tentando aproveitar as correntes marítimas para que o navio chegue ao seu destino com um pouco menos de óleo. Mas, algumas vezes, acontece de ficar sem combustível em pleno alto-mar.

Infelizmente, como toda organização criminosa, há uma concorrência muito grande entre os membros dessa atividade ilícita e isso acarretou diversas mortes. Como tem que ser, todo produto furtado ou roubado deve ter um receptador. Conseguimos identificar vários deles, como será visto mais à frente.

Como também é praxe numa organização criminosa crescente, infelizmente, em nosso País, o Poder Público está sendo muito utilizado. A organização criminosa tem conseguido infiltrar vários membros do Poder Público em suas divisas de organização.

Essa é outra modalidade de desvio de óleo, que é bombeado, dependendo basicamente da participação dos comandantes de navio. Tentarei ser mais rápido.

Essa é também uma modalidade bastante **sui generis**, uma vez que todo navio, quando aporta, deve retirar o óleo sujo, imprestável, que, até há alguns anos, era descarregado em alto-mar, o que causava grande poluição. Então, em razão do controle ambiental, todas as vezes em que o navio aporta, esse óleo precisa ser retirado. Na retirada do óleo sujo, que tem um valor ínfimo de mercado – serve para alimentar caldeiras –, parte dessas embarcações usam, na realidade, um fundo falso para retirar também o óleo limpo. Então, é uma história-cobertura perfeita, porque se a polícia ou a fiscalização investigarem o transporte desse óleo sujo, só mesmo um perito com grande conhecimento saberá diferenciar um tipo de óleo do outro.

Essa é uma vítima da máfia do óleo, que também fazia parte do esquema. (Parece que o áudio não está funcionando.)

EXIBIÇÃO DE REPORTAGEM EM VÍDEO

"A SRª – Quem participava desse esquema na Petrobras? Havia conivência de funcionários?

O SR. VANILSON – Vários funcionários, inclusive de alto escalão.

A SRª – Por exemplo.

O SR. VANILSON – O engenheiro químico Marco Antônio.

A SRª – V. Sª conhece o sobrenome dele?

O SR. VANILSON – Sei o telefone e o número de sua residência, mas esses dados estão guardados em casa.

A SRª – Quem mais?

O SR. VANILSON – Há o Fernando, que faz parte da administração da Fonap; chefe Maia, chefe de máquinas do navio Alagoas, se não me engano, da Petrobras, entre outras pessoas de cujos nomes agora não me recordo.

A SRª – Que tipo de provas V. Sª tem para comprovarem a participação de funcionários da Petrobras nesse esquema?

O SR. VANILSON – Tenho o Caixa 2 e as contas de telefone da própria empresa com quem eles mantinham contato direto. Há uma empresa – de que acabo de me lembrar – que um deles comprou em sociedade com meu pai: a Dina Rio, adquirida pelo Sr. Fernando e pelo Sr. Luiz Sérgio. Essa empresa Dina Rio, pode inclusive embalar e retalhar, por exemplo, comprar um caminhão de lubrificantes, enlatar e vender o produto por litro aos postos de gasolina.

A SRª – Essas duas pessoas também são funcionárias da Petrobras?

O SR. VANILSON – Sim. Elas fazem parte da Petrobras. Com relação a todos os outros elementos, disponho de provas cabais e indiscutíveis, mas também sei do envolvimento deles com armas e com o narcotráfico.

A SRª – Quem está envolvido?

O SR. VANILSON – A pessoa que faz parte da mais estreita ligação do Dr. Omar Saraiva, detetive. O tal Cunha, Henrique, vendeu as armas e parte da droga para o Morro do Juramento por R$400 mil.

A SRª – Quando esse fato ocorreu?

O SR. VANILSON – Há um ano e pouco.

A SRª – Agora, você, Vanilson, participou o tempo todo dessa máfia do óleo. Você sabia, ao menos, que tudo isso estava acontecendo debaixo de seus olhos.

O SR. VANILSON – Correto.

A SRª – Então, por que você está denunciando isso tudo?

O SR. – Disseram que fui eu que matei o meu pai, a fim de que eu não conseguisse mais intervir ou ser uma pedra no sapato dele. Isso daí foi o cume, porque esse tipo de acusação eu acho que nunca na minha vida eu poderia olhar para o rosto do meu filho enquanto eu fosse vivo.

A SRª – Você tem medo de morrer?

O SR. – Não, se morresse, para mim, seria até um descanso. Não tenho medo de morrer, não. Para mim o que importa agora é Justiça."

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Aí, logo depois dessa entrevista aí, realmente, passados dois meses, ele veio a falecer, estava sob proteção testemunhal da Polícia Civil, estava na casa da testemunha e, segundo alegação da polícia, ele fugiu da casa e foi morto a pauladas. Sofreu as lesões no dia 12 e no dia 16 veio a falecer. Em seguida, nós temos aí uma outra.

O SR. – (Manifestação fora do microfone)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Sim.

Toda vez que a gente conseguia chegar próximo de alguns dos envolvidos com as mortes que foram acarretadas pela máfia aí, muito provável que, quando a gente chegava próximo a desbaratar, a própria máfia do óleo dava cabo dessa pessoa, como nós vamos ver agora, que um dos maiores matadores da máfia do óleo, que a gente estava próximo de prender, infelizmente ele veio a falecer, mataram ele.

EXIBIÇÃO DE REPORTAGEM EM VÍDEO:

"O assassinato do ex-presidente de honra da escola de samba Porto da Pedra, Jorge Lambel, pode estar ligado à máfia do óleo, que atua na Baía da Guanabara. Ele e um segurança foram mortos ontem em Niterói.

'Os dois corpos foram velados durante toda a manhã nesta capela, em frente ao cemitério municipal, no centro de São Gonçalo. As famílias não quiseram falar sobre o caso.

Muitos integrantes da Escola de Samba Unidos do Porto da Pedra compareceram para prestar uma homenagem ao ex-patrono.

Jorge Luiz Guinâncio, conhecido como Jorge Lambel, foi morto ontem, no início da noite, com dois tiros. O segurança dele, o Cabo reformado da PM, Josias Correia, foi atingido por apenas um disparo. Lambel e o segurança costumavam caminhar todos os dias nesse estaleiro abandonado às margens da Avenida do Contorno, em Niterói.'

'O SR. – Quatro homens teriam chegado ao local, em dois carros, teriam pulado o muro, o local é cercado e tem um enorme portão com cadeado, e abordado as duas vitimas que faziam **cooper**.'

A polícia descarta a possibilidade de assalto. A jóias de Lambel não foram levadas. Segundo o delegado, o caso pode estar ligado à máfia do óleo.

Jorge Lambel era dono de uma empresa especializada em retirar o combustível queimado e limpar os tanques de navios na Baia de Guanabara. As investigações da Receita e da Polícia Federal revelaram que a máfia do óleo atua em vários Estados do País, roubando e desviando combustível de empresas e navios. Uma das formas de atuação seria a venda de óleo para embarcações estrangeiras sem o pagamento de impostos. Parte da quadrilha foi presa em Vitória, no Espírito Santo, durante a Operação Pelicano, da Polícia Federal. Dez pessoas envolvidas com a máfia já teriam sido assassinadas. O caso mais recente aconteceu em julho deste ano, quando o detetive aposentado, José Carlos Gusmão de Castro, o "Castrinho", foi morto no centro de Niterói."

(Fim da exibição da reportagem)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Bom, com a morte desse Jorge Lambel, infelizmente o Delegado da Polícia Civil também falou demais para a imprensa, o que atrapalhou muito o nosso trabalho, uma vez que a investigação estava sob total sigilo. E revelou que parte do motivo da morte do Jorge Lambel seria a ligação com a máfia do óleo, e isso, realmente, prejudicou demais o trabalho. Tivemos que dar uma paralisada para tomar um outro rumo.

(Manifestação fora do microfone)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Qual? O Delegado? Sim, porque ele estava investigando o homicídio.

(Manifestação fora do microfone)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Não, não, o Delegado, não. Mataram o Jorge Lambel, que também era o único presidente de escola de samba do grupo especial aqui no Rio que não estava ligado ao jogo-do-bicho, mas sim à máfia do óleo.

(Manifestação fora do microfone)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Bom, aí é a parte da nossa investigação: são as filmagens vendo a saída do rebocador com as balsas carregadas de óleo, para tentarmos descobrir os pontos por onde esse óleo poderia escoar. A princípio, tínhamos a previsão de que esse óleo era armazenado dentro de bóias chatas na baía de Guanabara, mas depois descobrimos que esse óleo é disseminado rapidamente.

A princípio, havia a suspeita de que esse navio-tanque participava do esquema do desvio de óleo. Esse navio pertence a um Almirante reformado. Ele pertencia à Petrobrás, mas foi vendido. Pertencia ao Almirante em sociedade com Paulo Figueiredo, filho do Presidente Figueiredo. Essa sociedade foi desfeita, e acredito que esse navio tenha sido vendido. Ele atuava na baía de Sepetiba.

Existe a hipótese do envolvimento dele, mas parece que houve a dissolução da sociedade porque o Almirante não concordava com certas atitudes do Paulo Figueiredo.

(Projeção)

Acreditamos que este seja um dos pontos onde havia o desvio de óleo na baía de Sepetiba.

(Projeção)

Estes são modelos de balsas utilizadas para o armazenamento e abastecimento de óleo.

(Projeção)

Esta é uma das empresas envolvidas investigadas, que faz o transporte do óleo da Reduque até os navios, não só na Reduque, porque também atuam em Santos, Bahia e em outros portos.

(Projeção)

Este é um abastecimento normal feito na Reduque, em que as balsas vazias estão sendo abastecidas. Este também é na Reduque. Um mapinha da área de atuação, onde acontece o desvio de óleo na baía de Guanabara. Aqui um pouco mais pormenorizado. Aí é na área de Angra dos Reis.

(Pergunta fora do microfone)

Sim, o senhor verá que eles têm bombas que conseguem sugar esse óleo em poucos minutos. Também descobrimos que parte do esquema foi expandido para a Bahia e outros portos, como Paranaguá, Santos, Rio de Janeiro, Angra, Vitória, Belém. Eles estão tentando expandir seu mercado. É o mesmo grupo.

(Projeção)

Esse rol não é taxativo, mas sabemos que há mais de cinqüenta mortes em que a máfia do óleo está envolvida. Todos, de alguma forma, trabalham no setor, como sócio. Aqueles que tentaram entrar no mercado paralelo do óleo foram mortos covardemente, como é o caso de um dos mortos identificados, José Carlos Ferreira de Castro.

(Fora do microfone)

Há várias modalidades. Existem também as empresas que compram esse óleo queimado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sob esse óleo tem um fundo falso?

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Na realidade, as balsas possuem também divisões em que são armazenados tanto o óleo queimado, que é vendido por R$0,7 o litro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É óleo de motor?

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Sim.

(Fora do microfone)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Eles roubam o óleo bom junto com o óleo inservível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor abastece com um litro, eles tiram 10%...

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Na realidade, são quinhentas toneladas por navio. Eles tiram 20% do óleo bom e, ao mesmo tempo, o óleo inservível.

(Fora do microfone)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Muitas das vezes, ele está conivente com isso. Como expliquei, principalmente os navios de bandeira de países pobres.

(Fora do microfone)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Há outra coisa. O balanço do navio, que é chamado o balanço do navio, que é o chamado "trim".

Muitas das vezes, para medir esse óleo, vai um técnico da Petrobras, que também, certamente, está conivente com o esquema. Nesse balanço do navio, principalmente no dia em que está ventando, ele consegue mostrar que está cheio, quando, na realidade, está mais vazio do que deveria.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem são os lesados?

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Olha, a Petrobras tem a sua imagem desgastada, uma vez que há navios que param em alto mar por falta de combustível. A imagem dela também fica manchada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pior são os armadores...

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Os armadores, com certeza, sim. Além deles, a própria União, porque o óleo para abastecimento de navios estrangeiros é isento de tributação. Aí está a competência também da Polícia Federal.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E os receptadores?

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Os receptadores... Vai ser mostrado também.

Esses aí são sócios de empresas. Essa Control é que faz o transporte. Esse era um dos diretores da empresa e foi morto porque tinha divergência com esse Jorge Luiz Seixas Venâncio – o Jorge Lambel, aquele que foi assassinado também; a gente acreditava que era um dos maiores mandantes dos crimes.

Esse aí é proprietário de outra empresa que tentou entrar no mercado. Por ser concorrência a essa atividade paralela, também foi morto.

(Fora do microfone.)

Opera há muitos anos.

É. Esse aí foi outro sócio. Coincidentemente, os três sócios da Control foram assassinados.

(Fora do microfone.)

É.

(Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Todos (tiveram) mortes violentas?

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Todos (tiveram) mortes violentas.

(Fora do microfone.)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – É. Esse aí pertencia a outra empresa; fazia a retirada do óleo sujo.

E outro: esse Saul de Oliveira é sócio da outra empresa. Não me recordo o nome agora.

Esses aí são empregados da L-Nolasco**(?)**, que é a empresa do pai daquele rapaz que deu entrevista, que foi assassinado. Eles também morreram estranhamente numa embarcação desativada – foram encontrados mortos nessa embarcação desativada.

Bem, esse aí é um marinheiro que trabalhava na empresa Pelicano, em Vitória. Ele também foi alvo do nosso trabalho, um flagrante feito – foram presas mais de dez pessoas.

Esse aí foi morto vítima de explosão.

Esse é um oficial da Marinha Mercante que também tentou entrar no mercado paralelo do óleo e foi eliminado porque era um concorrente sério.

Esse é um detetive da Polícia Civil que era proprietário de um posto de gasolina, possivelmente receptador do óleo. Ele tinha um rebocador que facilita-

va o transporte nas chapas e também estava ligado à máfia do óleo, além de (estar envolvido em) contravenção e tráfico de armas.

Todos, coincidentemente, tinham alguma divergência com o Saul de Oliveira, que é um dos investigados no fato.

Outro oficial. Esse está vivo.

Outro oficial da Marinha Mercante. Ele teria denunciado o esquema e por isso também foi morto.

Esse é Joel Nolasco, pai daquele primeiro rapaz, que era proprietário dessa empresa L-Nolasco, que cuidava da retirada do resíduo oleoso. Ele estava envolvido em muitas atividades escusas, além de ser sócio daquele navio que foi mostrado e que pertencia a esse almirante e ao Paulo Figueiredo.

Esse é um outro policial que presenciou o homicídio do Fulgêncio, que era policial também. Por isso, representou perigo para os autores.

Esse é o gerente da empresa São Miguel, que também morreu em uma situação inusitada. Ninguém sabe explicar a motivação do homicídio dele.

Esse é o rapaz... Também foi vítima de homicídio.

Esse é o rapaz que deu a entrevista e, logo em seguida, morreu.

Esse é um policial militar que fazia a segurança do pai desse rapaz, também o mataram.

Esse também era outro segurança dessa empresa L. Nolasco. Todos policiais.

Esses homens não identificados são revelados pelo próprio pai do Vanílson como tendo sido morto por ele mesmo.

Esse gerente aí era gerente da empresa São Miguel e cunhado do Marcelino dos Anjos Nascimento, que também é investigado, está vivo e em plena atividade.

Ele apareceu morto na ponte Rio-Niterói e, segundo o laudo, a necropsia, constava que ele tinha sido vítima de um ataque cardíaco. A viúva discorda disso, e o próprio médico da família diz que, pelas condições cadavéricas dele, no enterro, não tinha condições daquilo ter sido um infarto. Então, a morte ainda é bem suspeita.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – É, na época, acho que não foi feito, não. Não foi feito, não.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Sim, teve inquérito na Polícia Civil. Não sei no que resultou.

Esse aí foi o Jorge Luiz Seixas Guinâncio, que era o presidente da escola de samba e era sócio dessa empresa Control, que tira o resíduo oleoso dos navios. E todos que tentavam entrar no mercado, eram eliminados, de alguma forma, pelo pessoal dessa empresa aí.

Esse é o segurança dele, morto junto com ele, com um tiro na cabeça.

A maioria das mortes era feita, a gente acredita, por pessoas de motocicleta que vinham e, geralmente com um ou dois tiros, eliminavam as vítimas. São matadores profissionais. E acreditamos que estão ligados a policiais militares do Espírito Santo.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Esta é a reportagem.

Aí foi a busca e apreensão que fizemos na empresa, uma vez que o trabalho já estava bastante comprometido pelos vazamentos que houve.

(REPRODUÇÃO DA REPORTAGEM)

(A seguir, procede-se à exibição de fotografias)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Há fotos complementando. Esta é do abastecimento na empresa são Miguel, filmamos a distância. Essas são empresas receptadoras do óleo. Algumas pertencentes a policiais civis e federais, que também atuam dando segurança ao crime, atuam com a omissão do poder. São policiais civis, militares e federais.

Mas como eu falei para o senhor, está em fase de análise.

(Comentários fora do microfone.)

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – A barcaça vai quase afundando com tanto óleo. Ela, saindo da Reduc, abastecendo o navio. Essa é uma das receptadoras, outro receptador, também é receptador. Esses são os caminhões que apreendemos que, teoricamente, estariam transportando óleo inservível, gasto. Feita uma análise pericial, foi comprovado que era óleo bom. Foram cinco caminhões.

Em síntese, é esse o trabalho que ainda está em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço que acendam a luz, por favor.

Cumprimento, primeiro, o Dr. Cláudio pelo trabalho e quero ressaltar a importância para a CPMI dessa operação, que é considerada o roubo de carga líquida. Ele vai fornecer-nos uma cópia do disquete. Parece-me que o inquérito está sob sigilo, e ele vai verificar corretamente.

Nós vamos requisitar ao Juiz competente uma cópia do inquérito. Acredito que esta é uma das operações mais importantes sobre o roubo de carga líquida, identificando-se os receptadores, o **modus operandi**. Penso que a Polícia Federal, sob o comando do Dr. Cláudio, fez um belo trabalho. Eu o cumprimento e peço para registrar nos Anais da CPMI. Conto com sua ajuda para trazer toda a documentação necessária, para que isso faça parte da nossa investigação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, gostaria também de salientar, até para a nossa alegria, se podemos dizer isso, que estamos perseguindo o caminho certo há mais de dois anos. Desde o começo – V. Exª lembra bem –, algumas definições nós tíramos. Primeiro, o pivô disso tudo, o responsável e a nossa procura incessante, o receptador. E o mais importante de tudo: já conseguimos a ação da Polícia Federal em si. Onde temos andado, como ontem, em Vitória, onde há a ação da Polícia Federal, está existindo, realmente, a elucidação dos crimes. Infelizmente, apesar de termos sempre sido muito bem recebidos pelas Polícias Civil e Militar em todas as cidades aonde vamos, as ações que têm surtido efeito são as da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Polícia Federal sempre desenvolveu, com grande competência, o Serviço de Inteligência, o que as outras polícias praticamente não têm. Elas desconhecem como funciona um setor de inteligência. É difícil esclarecer o crime organizado, porque ele está sempre à frente. A polícia só anda a reboque do ocorrido, do que aconteceu, e o Serviço de Inteligência tenta impedir que o crime aconteça. Ele se antecipa a essa atividade, e é o que se está vendo aí.

Houve algumas operações também em Paulínea. Não sei se V. Sª identificou alguma coisa em Paulínea, mas ali também o furto de combustível, de carga líquida é muito grande. Lá, um delegado tem-se empenhado, mas é isolado o trabalho dele. Fica muito difícil alcançar o receptador, se não houver uma interligação, a formação de uma estrutura. Temos 200 provas para apresentar contra receptadores que não respondem ao crime perante a Justiça.

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Eu gostaria de salientar que, na qualidade de Delegado da Polícia Federal, sou coordenador de doutrina e inteligência da Polícia Federal, hoje. Penso que é muito importante demonstrar que as polícias precisam preparar-se, principalmente na área de contra-inteligência, uma vez que o crime organizado tem se infiltrado no poder público.

Então, precisamos de um combate eficaz de contra-inteligência que, na realidade, é combater os criminosos que estão dentro da nossa Polícia. É o que temos feito muito dentro da Polícia Federal. Basta ver os últimos resultados que ocorreram em Recife, em Goiás, no próprio Rio de Janeiro, em São Paulo, em que fizemos várias prisões de policiais federais.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Operação Carga Pesada, não é?

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – Isso.

As próprias Polícias estaduais precisam rever o conceito de contra-inteligência e fazer um trabalho de purificação dentro da própria casa, porque, se não se combater o próprio pessoal de casa que está envolvido com o crime, ficará difícil combatermos a criminalidade cada vez mais organizada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, Dr. Cláudio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Parabéns.

Eu gostaria que pudéssemos programar uma palestra sua sobre doutrina de inteligência, inclusive explicando bem o trabalho de contra-informação e de contra-inteligência, para mostrar que as Corregedorias de Polícia têm de ter desenvolvimento, força e autoridade a fim de desenvolver esse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL (Cláudio Nogueira) – E dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem de ter dinheiro, autoridade, força. Se você faz e alguém muito importante quebra o galho, não resolve nada.

(Intervenções fora do microfone.)

Hoje, eu soube que o Fernandinho Beira-Mar está cheio de dólares para poder fazer o que quiser. Segundo informes, Fernandinho possui US$40 milhões. Estoque em caixa. É algo bárbaro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, o Tonico, o outro depoente, chegou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, vamos continuar.

(Pausa na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Antônio, o senhor está diante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que averigua o roubo de cargas em todo o País.

Nos termos do que dispõe a legislação, o senhor está convidado a dizer a verdade, somente a verdade, sobre tudo que lhe for perguntado. Se o senhor concordar com essa afirmação, por favor, confirme os dados que estão aqui e assine. Recomendo ao advogado presente que, havendo qualquer dúvida, ele se dirija à Mesa e faça qualquer pergunta.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Apenas à Mesa, pois o senhor não pode se dirigir a ele, por favor.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Aqui, eu coloco "sim"?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É só assinar.

Preliminarmente, o senhor gostaria de fazer alguma...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu gostaria de ratificar o depoimento que dei à Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor quer fazer alguma consideração inicial? O senhor sabe qual o assunto, não é?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu soube, porque o senhor falou comigo ali fora.

Eu sou casado, tenho dois filhos, moro na mesma residência há 46 anos, nunca tive problema nenhum com a Polícia, nunca tive problema nenhum, nunca entrei numa Delegacia...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca respondeu a nenhum inquérito?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Nunca na minha vida. Nunca entrei numa Delegacia. Fui lá naquela primeira vez, porque fui convidado a ir lá. Fui lá depor e estou sendo envolvido numa coisa que não tenho nada a ver. Não sei de nada, não vi nada, não conheço ninguém. As pessoas que conheço conheci lá no meu trabalho, porque sou pescador, vivo da pesca, desde os doze anos de idade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não trabalha em outro negócio?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não, só trabalho na pesca. Trabalho em barco de pesca. Trabalho numa traineira.

No meu depoimento, está isso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor conheceu ou conhece o Sr. Dario Piedade Torres?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Conheci em 98 ou 97, não me recordo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, quero antes de iniciar – você pode perguntar ao seu Advogado -, ler um trecho da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, que é onde o senhor está sendo inquirido. No seu art. 4º temos o seguinte:

"Constitui crime... II – Fazer afirmações falsas ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou interprete ante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pena do art. 342 do Código Penal".

Eu quis informá-lo dessa lei primeiro, porque, independente de o senhor estar envolvido ou não, já assinou um termo de dizer a verdade. A Comissão pode agravar o seu delito, se assim for provado, se aqui o senhor negar tudo e tiver feito. Ou seja, está explicado ao senhor que podemos agravar ou até pode atenuar. Esse é um poder que a CPI tem, quando é ajudada ela pode perfeitamente ajudar também.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Na medida em que o senhor colaborar conosco.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Tudo bem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Está certo?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Está certo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, gostaríamos de primeiro salientar de forma muito clara que o senhor está sob juramento e se entendermos ou ficar provado que o senhor está mentindo aqui, vamos recomendar o agravamento da sua pena.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual é a relação que o senhor tem com o cidadão Avrignhy Cunha?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu conheci ele por intermédio do Sr. Dário. Eu fui apresentado a ele pelo Sr. Dário.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Sr. Dário o apresentou?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em que circunstância?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu trabalho com peixe e ele com carga. Ele trabalhava lá no Caju. Então me apresentou ele. Conheci por intermédio do Sr. Dário.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor queria vender peixe para ele?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não. Eu trabalho com peixe.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sim. O senhor trabalha com peixe.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu vendo peixe para quem quiser comprar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o senhor é amigo do Sr. Dário?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu conheci o Sr. Dário. Eu conheço o Sr. Dário.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece o Sr. Dário há quanto tempo?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Há uns quatro anos, por aí.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele comprava do senhor?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não. Eu conheci ele lá no Caju.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele mora no bairro?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não. Ele não mora no bairro do Caju. Não sei onde ele mora.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tinha negócios com o Sr. Dário?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não. Eu nunca fiz negócio com o Sr. Dário.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o senhor Avrignhy Cunha o senhor conheceu através do Sr. Dário?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em que circunstância foi? Estava passando na rua...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Ele me apresentou no rua.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Meu amigo...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu freqüento muito o Caju. Fui nascido e criado no Caju. Eu moro em São Cristóvão há trinta anos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Alexandre Garcia da Silva?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Andava muito com o Sr. Dário, dirigia o carro do Sr. Dário.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele dirigia o carro do Sr. Dário?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Dirigia o carro com o Sr. Dário. Se era do Sr. Dário eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor conhece o Marreiro?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Conheço o Marreiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor participou de uma reunião, juntamente com o Sr. Dário, o Avrignhy Cunha?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu nunca participei de reunião.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Alexandre?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu nunca participei de reunião.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O nunca se encontrou com o Avrignhy, o Marreiro...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não. Eu simplesmente lá no Caju apresentei o Sr. Dário ao Marreiro. Só isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Dário e o Marreiro, que esteve lá.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso. O Marreiro é cria do Caju. Foi criado no Caju.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor sabe onde ele mora?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não. Hoje não sei onde ele mora.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ele é figura muito conhecida?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não. Figura conhecida, não, porque não vivia muito no Caju.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em fevereiro de 2000 o senhor não se reuniu com eles?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas nós temos depoimento do Avrignhy, do Dário...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eles podem falar o que quiserem. Eu tenho certeza de que não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tem certeza de que não se reuniu com eles?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não me reuni com eles. Eu apresentei o Marreiro lá no Caju ao Sr. Dário.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E a questão das bobinas de aço lá do porto? Como ficou isso?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu não sei. Nunca entrei no cais do porto na minha vida.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Nunca entrei no cais do porto na minha vida.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Nunca entrei no cais do porto.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor mora há quase 40 anos no Caju e nunca entrou no porto?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – No cais do porto, nunca entrei. Só conheço o porto que está aí no documento; e a colina do Caju, onde faço a descarga de peixe. No cais do porto, nunca entrei; nem para ver o cais do porto, nunca entrei. Já passamos de barco, pois pescamos perto do cais do porto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em março de 2002, o senhor foi a Belo Horizonte?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não me recordo. Vendo peixe. Trabalho também com a venda de peixe.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor vende peixes para Belo Horizonte?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Vendo para todos os Estados.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas Belo Horizonte é outro Estado. Eventualmente, o senhor vai a algum Estado?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Vou, lógico. Vou ver como está o preço do peixe, ver se as pessoas estão recebendo o peixe direito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o senhor foi a Belo Horizonte?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Fui. Não me lembro se foi nessa data.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor encontrou com algum deles?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Encontrei-me com o Seu Dário no hotel.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No mesmo hotel em que o senhor estava?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele estava fazendo o quê?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi coincidência?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Foi coincidência.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas o Cunha estava também?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não o vi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não encontrou os dois?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o Cunha disse que o senhor encontrou lá.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Podem dizer-me que ele falou, mas eu não o encontrei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas foi ele que contou que o senhor estava lá.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não estou negando que estava lá. Eu estava lá, estava no hotel.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sabemos porque ele contou que o senhor estava lá.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – No meu depoimento, eu disse que estava no hotel.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que o senhor foi fazer em Belo Horizonte?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Fui ver o preço do peixe, pois a gente ia fornecer ao Carrefour do Shopping BH. Íamos fornecer peixe para eles. Não ficou acertado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Para o Carrefour do Shopping BH?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E quais os contatos que o senhor tinha por lá?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Vendíamos muito para o Frigorífico Teixeira e para o Carlos Santana.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nesse dia, o senhor foi para fazer o contato com o Carrefour?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Só para fazer levantamento de preço e acertar a venda.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não foi para vender?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Primeiro, fazemos a preliminar. Se a pessoa aceitar o preço, a gente manda; caso contrário não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor teve um contato com o Carrefour nesse dia?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Como?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Com algum gerente do Carrefour?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Fui ver preço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor só olhou o preço?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Como é que o senhor olha preço?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Na peixaria.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na peixaria!

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Por quanto o senhor acertou a bobina de aço?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não acertei preço com ninguém. Nunca peguei em bobina de aço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece o Evandro Torquete?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não o conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nunca ouviu falar dele?

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Quando o senhor recebeu na transação?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não recebi nada. Não fiz transação alguma. Não tenho envolvimento nenhum no que V. Exª está falando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece a Multifer?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor já foi preso ou processado alguma vez?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Nunca na minha vida. Nunca entrei em uma delegacia. Fui, pela primeira vez, à Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O senhor é casado?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Sou casado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Tem filhos?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Tenho dois filhos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Que idade têm os seus filhos?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – O mais velho tem 17 anos e o mais novo, 11.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Sr. Tonico, percebemos que o senhor não quer mesmo colaborar conosco?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não posso colaborar com algo que não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o pior é que temos consciência de que o senhor sabe.

Há cinco ou seis depoimentos de pessoas diferentes nesse sentido.

Todo mundo diz que o senhor sabe, que o senhor participou, que estava lá, que o senhor se reuniu, que o senhor foi a Belo Horizonte, que intermediou o negócio no cais do porto.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Nunca intermediei nada, nunca entrei no cais do porto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não estou dizendo que o senhor entrou no cais do porto. Estou dizendo que o senhor intermediou. Para intermediar, não precisa entrar.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Quero que alguém me prove que entrei no cais do porto. Nunca coloquei meu pé lá. Tenho minha consciência tranqüila de que nunca coloquei meu pé no cais do porto. Nunca entrei no cais do porto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor entrou calçado? Como não foi descalço, o senhor não pôs o pé no chão. É o que o senhor está dizendo?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – É o senhor que está falando. Nunca entrei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor conhece o Alvrignhy Cunha?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Conheço. Fui apresentado pelo Sr. Dário.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Onde?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – No Caju.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Por quê? No cais do porto?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – No Caju.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – E por que o senhor foi apresentado a ele?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Por coincidência.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Ele foi comprar peixe?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Foi acertar o negócio das bobinas de aço?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Comigo, não. Não tenho nada que ver com isso. Não vendi. Não roubei nada de ninguém. Nunca mexi em nada de ninguém na minha vida. Nunca tirei um grão de arroz de ninguém.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, o senhor estava no lugar errado. Conheceu o Avrignhy por acaso.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Posso estar no lugar errado. Nunca peguei nada de ninguém.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não estou dizendo que o senhor pegou. Estamos questionando sobre alguns aspectos, que o senhor conheceu o Avrignhy e se encontrou com ele no Caju.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Conheci o Sr. Avrignhy. Não sei o primeiro nome, mas o conheci como Cunha.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Marreiro?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – O Marreiro conheci no Caju.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor foi lá em Belo Horizonte e se encontrou com quem lá?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Fui ao hotel fazer sondagem de peixe.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Encontrou com quem lá?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Encontrei com o S. Dário no hotel.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Com o S. Dário. Coincidência também.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Avrignhy Cunha estava lá, enxergou o senhor e disse, aqui, temos tudo gravado, que o senhor estava lá também. Coincidência, não é? E que daí, ele disse mais, que o senhor estava no negócio e foi lá para acertar o negócio.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu, não. Não estou em negócio nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas ele disse isso do senhor.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Ele pode dizer o que ele quiser. É um direito dele. Não estou em negócio nenhum. Não tenho negócio nenhum. Não fiz nada de errado. E não ganhei nada. Não ganhei nada. É só o senhor ver a minha situação financeira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Até achamos que o senhor não ganhou nada, mas estava tentando ganhar.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Pode ver a minha situação financeira. Devo dois anos de água. Devo luz. Devo telefone. Já perdi três telefones. É só ver a minha situação financeira. Pode levantar a minha vida. Como falei da outra vez ao delegado lá: levantem a minha vida. Nunca pisei em lugar nenhum. Nunca entrei numa delegacia. Não tenho vício nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como senhor foi para Belo Horizonte?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Fui ver negócio de peixe.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como o senhor foi para lá?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – De carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Carro de quem?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Carro do meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem foi dirigindo?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu. Tenho carteira de motorista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor mesmo foi dirigindo. Só o senhor?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ninguém mais foi com o senhor?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, quero que seja conduzido aqui o Avrignhy Cunha, por favor.

Avrignhy, você conhece esse senhor.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sr. Tonico. Conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem o apresentou a ele?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Dário Torres.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – No Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas em qual local do Rio de Janeiro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Na Rua do Gasômetro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele foi apresentado ao senhor como quem?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Como o fiel do armazém do cais do porto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Fiel do armazém do cais do porto.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Como homem de confiança de quem?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. Ele me foi apresentado como fiel do armazém, e o homem de confiança dele era o senhor Marreiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com que objetivo ele foi apresentado?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Com o objetivo de nos vender a mercadoria que estava dentro do cais do porto.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Qual era a mercadoria?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Bobina.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – As 74 bobinas?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Várias bobinas galvanizadas, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Em toda aquela participação dos caminhões de vai, de vem, de não dar certo num dia, vai no outro, ele esteve presente?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Todas as vezes?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele esteve com o senhor no cais do porto.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele entrou lá dentro?

(O Senador Romeu Tuma reassume a presidência)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No Armazém 8?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. No Armazém, não. No portão do cais do porto. Estou considerando como cais do porto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele chegou e içou o portão?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele chegou a ir em algum posto buscar caminhoneiro com o senhor?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – No posto?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É. O senhor buscava caminhoneiro em postos de gasolina. Em vários postos.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E no dia em que houve o carregamento, o acerto com a transportadora, ele estava lá também?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Aí, não estava presente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não estava presente?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor foi a Belo Horizonte, não foi?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor foi com ele? Ele foi com o senhor? Como é que foi?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não, senhor. Fui sozinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E ele?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Também sozinho, não sei. O Tonico estava lá em Belo Horizonte.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele estava lá em Belo Horizonte?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR.POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vocês estavam no mesmo hotel?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em qual hotel?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não sei o nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não sabe o nome. Quem mais?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu estava sozinho no meu apartamento. Estava o Tonico, o Dário Torres, depois, chegou o Alexandre e o Germano.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Todos estavam lá?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E qual é o objetivo de todos eles?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Receber o dinheiro da venda da mercadoria que nós tínhamos comprado...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. O senhor falou que cada um recebeu um tanto daí?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quanto o Sr. Tonico recebeu?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Que eu me recorde, R$16 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele recebeu R$16 mil?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Quero que prove que recebi esse dinheiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Dê licença, só um pouco. Em dinheiro ou em cheque?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Em dinheiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem mais recebeu? O senhor não falou.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Tonico, Dário Torres...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quanto?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – R$16 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Também.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Germano, R$16 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Cada um dos três recebeu...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim. Se não foi 16, foi 18, não estou certo disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas é em torno disso?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o dinheiro é para pagamento do acerto do...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Da venda da mercadoria que nós tínhamos...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E ele era o fiel do Marreiro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Me foi apresentado como fiel do cais do porto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Do cais do porto?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – E o Marreiro assessor do Sr. Tonico.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – E o Marreiro era o cabeça dele?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Ele era então o chefe do processo ali? Tido como chefe?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim, como fiel do armazém do cais do porto, que controlava o armazém. Me foi apresentado dessa forma o Sr. Tonico, e o Sr. Marreiro como assessor dele, pelo Dário Torres.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Durante o tempo que vocês estiveram juntos, você, ele, os outros, o Tonico sempre comentou a história do material, etc? Ele mostrava conhecimento de como funcionava a história no porto?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não. Não mostrava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é isso, Tonico? Está ouvindo aí?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem pagou as comissões em dinheiro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Em dinheiro fui eu.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você pagou para quem?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Para o Sr. Tonico, para o Sr. Dário, para o Sr. Germano.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto o Tonico recebeu?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – É o que eu disse, 16 ou 18 mil reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Onde é que você pagou para ele, lembra?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Na Multifer.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Lá na empresa?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Lá na empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Lá em Belo Horizonte?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tinha alguém perto? Tinha alguém junto?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Evandro Torquete, o secretário do Evandro, que não lembro o nome, e a secretária. E todas essas pessoas.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL –RO) – O Alexandre?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – O Alexandre, o Dário Torres, o próprio Tonico e o Germano.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Todo mundo viu ele receber esse dinheiro?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele contou o dinheiro? Como foi?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Eu prefiro dizer... Creio que sim, creio que contou.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Era em...

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Era em espécie.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, eu sei, era em espécie, mas lembra se era em nota de 100 ou 50?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não lembro. Com certeza 100 ou 50.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL –RO) – E aí, Sr. Tonico?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Pois eu queria que ele provasse que eu recebi esse dinheiro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Antônio...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL –RO) – Não, mas há várias pessoas que já comprovaram, como é que o senhor...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Farei uma pergunta para o senhor.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Pode fazer.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor ouviu ele aí por alguns minutos e uma série de perguntas.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele está mentindo?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Está mentindo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em todas essas...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL –RO) – Passaram quatro pessoas por aqui e disseram a mesma coisa, Sr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu não sou fiel, nunca falei para ninguém que sou fiel de nada, nunca trabalhei no cais do porto. Como vou ser fiel de uma coisa que não sei? Ele falou bem claro que eu não conheço, porque não conheço realmente nada disso. Eu nunca entrei no cais do porto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – No que ele falou... O senhor aproveita o que ele falou que é verdade, e é verdade: ele não sabe se o senhor é ou não é fiel, ele foi apresentado como se fosse, ele não sabe. Agora ele sabe...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu não sei nem o que é isso, o que é bobina.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Agora ele sabe...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu não sei o que é nem bobina.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o que ele sabe é que ele deu o dinheiro para o senhor.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Ele que prove.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor deu ou não deu o dinheiro para ele?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu não recebi dinheiro nenhum.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Na mão dele?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Na mão dele.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu não recebi dinheiro nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ... maior prova que essa não tem.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu não recebi dinheiro nenhum.

O SR. – Eu sei...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Tenho minha consciência tranqüila.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Seus filhos têm quantos anos?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Têm 17 e 11. Eles me respeitam e eu respeito eles.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É, não parece, Sr. Antônio. Não parece.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Pergunte para eles.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tem bens?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Nada, eu não tenho nada, eu nunca tive um automóvel, eu não tenho casa, eu não tenho nada. Eu moro na casa do meu pai com a minha esposa há 20 anos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tem conta em banco?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu tinha uma conta há muito tempo atrás, mas está encerrada, há muito tempo que não paguei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quanto tempo?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Desde 1995.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sua esposa tem?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Minha esposa tem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Conta em banco?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Tem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ela trabalha?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Minha esposa não, porque eu usava a conta dela para depositar meu dinheiro, porque eu trabalho como pescador.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E esse dinheiro você depositou na conta dela?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não depositei dinheiro nenhum na conta dela, não...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor tem algum depósito, nesse período, mais significativo na conta dela?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Sempre teve depósito na conta da minha mulher, porque eu sempre depositei, sou pescador...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Vou explicar para o senhor: o pescador, a gente tem mês de ganhar dois, três mil, como tem mês de ganhar 500 reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas ganhar dez mil, por exemplo?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se tiver um valor a mais de 10 mil depositado na conta, dá para suspeitar.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Depende, tem que ver o que...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual o nome de sua esposa?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Denise da Silva Marques.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Denise?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Denise da Silva Marques.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual banco que ela tem conta?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Unibanco.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, requeiro a quebra do sigilo bancário da senhora Denise da Silva Marques, do banco Unibanco. A agência o senhor sabe?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Agora não me recordo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não é necessário.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Presidente Vargas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Presidente Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a dele fechou quando? Antes da ocorrência?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em 1995.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – A minha, desde de 1995, estou devendo ao Unibanco até hoje.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas gostaria também, Sr. Presidente, que fosse feita uma busca, por intermédio do Banco Central, se há conta em nome dele.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – ... até hoje. Pode ver ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que você diz da colocação do Cunha?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Torno a dizer, eu nego. Não tenho nada a ver com isso. Não recebi dinheiro nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi orientado no sentido de negar?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) –Você foi orientado no sentido de negar?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não, senhor. Estou usando as minhas palavras. Ninguém me orienta. Tenho 46 anos, e a cabeça quem me orienta sou eu próprio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu advogado está aqui por que?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Porque eu gosto que ele me acompanhe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem uma procuração para ele?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não. Vou fazer uma procuração para ele. Ele me acompanha toda vez que eu saio...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem procuração, Doutor?

O SR. – Olha, Excelência, acontece que tomei ciência do presente depoimento na terça-feira, antecedente ao feriado. Mas se V. Exª necessitar?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, estou perguntando para saber. Não vou impedir o seu trabalho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você disse que não tem casa...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Quando eu fui lá na Polícia Federal...

O SR. – A procuração é verbal também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só para situar.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Inclusive quando fui à Polícia Federal, fui com o Dr. Murilo, que é parente da minha família, só que ele está adiantado. É casado com uma prima minha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você acha que ele está mentindo?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Acho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você que fala a verdade?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Olha, tenho uma experiência de policial há muito tempo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que ele estaria mentindo? Ele teria alguma coisa contra você?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tenho uma experiência policial há muito tempo, o senhor vai me desculpar a expressão mas o senhor é cínico. Viu, Doutor, o senhor me desculpe, mas o senhor está falando com cinismo em não reconhecer a verdade perante esta Comissão, que pode tomar medidas drásticas contra o senhor.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Estou falando a minha verdade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor quer... vou fazer uma proposta para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é a sua verdade. Não é a sua verdade que queremos. Queremos a verdade dos fatos. A sua pode ser uma mentira.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Doutor, o senhor quer conversar com ele alguns minutos? Orientá-lo ou reorientá-lo em função daquilo que iniciei

mostrando a boa vontade da CPI para com todos que vieram aqui.

O SR. – Excelência, **data venia**, a verdade real está sendo exposta aqui pelo meu cliente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode falar.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está te chamando de mentiroso.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Ô Tonico, deixe eu te falar. Vocês não olharam para mim, o Senador olhou, por isso que eu pedi. Tudo que aconteceu, tenho que falar isso, tudo que aconteceu, nós erramos com tudo. Então, acho que tá na hora da gente contar tudo, tudo em pratos limpos. É bom pra mim, é bom pra você, é bom pra todos nós, que erramos nisso tudo.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não vou assumir uma coisa que na tenho culpa.

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Está bom.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Vou assumir uma coisa que não tenho culpa?

O SR. AVRIGNHY JOSÉ DE SOUZA CUNHA – Não disse que você tem culpa. Não diria isso. Só estou alertando para o fato.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estamos sabendo quem são os maiores culpados, quem ganhou com isso, porque R$8 mil que você ganhou é porcaria.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – É nada, é porcaria.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Porcaria perto dos trezentos e tantos que os outros ganharam.

O SR. – ...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que vai estar aqui respondendo, não pense você que não vai estar, não.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não cortando o senhor, deveriam procurar essas pessoas.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Estamos. Só que para chegar nelas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por meio de vocês é que podemos chegar neles.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Quem opera...

O SR. – ... e falei a outra pessoa, que foi criada por mim. Agora não sei onde está morando.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Seu Antônio, veja bem. O Avrignhy falou, outros têm falado. E precisamos de testemunhas, de provas. Queremos pegar esses empresários grandes, sabe por quê? Porque eles têm empresas grandes. Hoje, eles compram do senhor. O senhor cai, sujou, descarta. Avrignhy cai, sujou, descarta. Outro cai, sujou descarta. E vai descartando. Mas eles vão comprando porque quem sujou e é descartado fica quieto, agüenta o ferro e fica sozinho. Agora, eles continuam numa boa. Hoje eles compram um desses que roubou, porque o grave no País não é só quem rouba a carga, mas quem a recepta. Quem rouba, às vezes, é o pequeno, porque o grande compra, estimula e se oferece...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – V. Sªs nem roubaram...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – O que eu estou querendo dizer é que eu não roubei nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...desvia, entra no esquema...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sabemos que V. Sª não roubou, mas agenciou. V. Sª foi usado. É isso aí. Já sabemos disso. V. Sª foi usado.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não mexi em nada.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sabemos de toda a história. Agora, está aqui o Avrignhy. Vai ser recomendado. A CPI vai ajudá-lo em tudo que for possível. E olha que a gente pode, está entendendo? Porque está demonstrando claramente que foi usado pelos grandes. Como estamos há dois anos e meio nisso, sabemos, por exemplo... Vou dar outros exemplos: há grandes supermercados do Brasil comprando carga roubada, carga roubada, carga roubada. E sabe quem é apanhado? É o pé-de-chinelo, que assalta o caminhão. Esse é apanhado e preso. Não é isso que nós queremos.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Eu leio todos os jornais e vejo televisão todo dia.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, V. Sª sabe do nosso trabalho, não sabe?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Lógico.

O RELATOR (Oscar Andrade) – Pelo menos um pouco V. Sª sabe.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Ou melhor, eu acompanho o trabalho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – (Ininteligível) .Os senhores estiveram em Vitória, eu vi na televisão que estiveram em Vitória.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é. Então, estamos querendo é isso: em Vitória, também temos muita coisa forte, mas não queremos mexer com os Tonicos da vida, com os Avrignhys da vida, não. Esses, na verdade, precisam ser resgatados, porque foram usados. E V. Sª vai ficar insistindo em coisas aí que não precisa. Amanhã, vai estar o Evandro, vão estar outros aqui porque a gente sabe que vai chegar a eles.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Queremos pegar... Se ele está falando que foi esse Evandro que comprou, deveria então vir esse Evandro para falar a verdade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vamos pegar. Mas vamos recomendar, se você continuar mantendo essa posição, o agravamento da sua...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como era esse terreno? E o cheque que V. Sª deu ao Dario para comprar um terreno? Como era?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não, eu emprestei um cheque... Ele me pediu um cheque emprestado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Dario?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Para o Sr. Dario para ele comprar um terreno lá onde ele mora. Eu emprestei mediante... Porque ele não depositou, minha esposa sustou o cheque.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o valor do cheque?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não recordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O cheque existe? V. Sª tem esse cheque?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Dario tem esse cheque?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está em mãos dele?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não sei. Nunca mais ele me procurou.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A sustação do cheque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sustou, mas não recebeu de volta o cheque?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas se sustou o cheque, V. Sª tem um documento do banco então?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Tenho o documento do banco.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Documento do banco sustando o cheque.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Tenho o documento na minha residência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quando foi isso?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Ah, não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E não se lembra do valor do cheque?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Não lembro. Assim de imediato, não lembro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O cheque foi da sua esposa?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas isso também não é importante.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Sr. Antônio, V. Sª tem a possibilidade, se entender que isso pode ajudar em alguma coisa, se o senhor quiser, de conversar conosco, apenas com os quatro Parlamentares, sem ninguém na sala, sem gravação, sem nada, no sentido de ajudar, transformar isso aqui em uma audiência secreta, isso pode ajudá-lo. Temos feito isso no Brasil todo. Temos ajudado pessoas. Nosso interesse não é prejudicar um pequeno. Se V. Sª quiser, podemos agora, neste momento, pedir a evacuação da sala e ouvi-lo aqui, sem anotação alguma, sem nada gravado, sem nada. Nosso objetivo é elucidar as coisas...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pelo respeito aos seus filhos, Sr. Antônio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vale a pena, Sr. Antônio.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Se V. Sª quiser consultar o seu advogado, isoladamente, em outra sala, poderá fazê-lo. Se V. Sª quiser trazer o seu advogado para ouvir essa conversa reservada conosco, também pode. Não estamos aqui para criar nenhum tipo de obstáculo. Queremos ajudar. Estou dando uma última oportunidade, deixando essa possibilidade.

O SR. MARCOS – Excelência, pela ordem.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Pois não.

O SR. MARCOS – Requeiro a V. Exª que me seja dada a palavra, particularmente, entre mim e meu cliente, se possível.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – À vontade. V. Sª quer fazer reservadamente?

É. Arruma uma sala para eles aí.

O SR. – Ele permanece aqui, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele fica um pouco aí. Manda servir água ou café para ele. Desculpe-me, não perguntei o nome do senhor. Qual o seu nome, por favor? (Pausa) Dr. Marcos, é só para podermos nos dirigir um ao outro para ficar mais... Sente-se, por favor. V. Exª tem algo a comunicar ou...

O SR. MARCOS – Sim. Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pega o microfone, por favor. Teve toda a liberdade? Nenhum constrangimento lá?

O SR. MARCOS – Excelência...

Requeiro a V. Exª da Comissão Parlamentar de Inquérito que seja feito o novo depoimento de meu cliente somente na presença de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só na nossa? Perfeitamente.

Então, solicito... Não quer também o...

O SR. MARCOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, desculpem-me, mas é reservada a audiência. Eu pediria que todos se retirassem. (Pausa.)

O SR. DELEGADO ALAN – O que eu estava falando é exatamente que o receptador tem de ter uma pena mais pesada. Você, às vezes, faz grandes trabalhos de investigação, você intercepta, você...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Veja as dificuldades que temos: tenho falado muito com os juízes do Tribunal de Alçada Criminal em São Paulo, que não conseguem... Eles estão forçando a mão para condenar receptadores. E há grande dificuldade em materializar...

O SR. DELEGADO ALAN – Excelência, é que às vezes está até materializado, mas o problema é que a legislação permite liberdade condicional com fiança e sem fiança. Para V. Exª ter uma idéia: se você prende pelo **caput** do artigo, quer dizer, pelo crime menor, ele é obrigado a pagar fiança. Se você prende pelo parágrafo, em que a pena é maior, ele não precisa nem pagar fiança em juízo, ele sai sem pagar fiança. Estou há dois meses e meio só na Carga, mas tenho dois anos na Roubo e Furto de Automóveis, que você bate com receptador. É muito parecido o tipo de ação. Temos mais de duzentas prisões no ano de 2001, quando se combateu muito aqui no Estado, a gente tem prisão, em São Paulo, em Minas, de receptadores de carro e a média de prisão, que o receptador fica preso, é de 22 dias. Às vezes, você investiga três, quatro meses para ele ficar 22 dias preso. Então, isso desestimula e você vê que não consegue o resultado. Porque tem aquela coisa do "tecnicamente primário". Às vezes, ele é preso, mas, como a sentença não transitou em julgado, ele é tecnicamente primário. Então, se ele for preso novamente pelo crime de receptação, novamente ele tem direito ao benefício da fiança, independente de já ter tido maus antecedentes. Dificilmente o juiz tem essa visão do receptador da mesma forma que ele tem do ladrão. O ladrão é tratado severamente – não digo aquele ladrão que aponta a arma, que dificilmente sai –, mas o receptador, que, na verdade, é o alimentador, é tratado com muita benevolência no Judiciário. Aí a desculpa, é claro, é que a legislação permite, mas, principalmente, a de que a carceragem está lotada, a carceragem não ressocializa ninguém. Em compensação, ele ganha milhões, quando é pego, gasta alguma coisa com advogado, e o pior, toda aquela estratégia de investigação que se tem, ele muda tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sai limpo.

O SR. DELEGADO ALAN – Por quê? Porque você tinha um telefone grampeado, você sabia onde ele escondia, você tinha o galpão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor trouxe algum dado estatístico de acompanhamento, alguma coisa assim da delegacia?

O SR. DELEGADO ALAN – Fui pego de surpresa. Na verdade, vim trazer o documento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor tiver, por favor, remeta para nós. Mas deixe-me fazer-lhe uma pergunta importante aqui: e o envolvimento de policiais?

O SR. DELEGADO ALAN – Há o envolvimento de policiais civis e militares no problema, mas, geralmente, quando você pega através de interceptação, você forma uma quadrilha maior. Mas o problema é o seguinte: o que a gente vê, por exemplo, com policiais militares. Em Três Rios, houve uma investigação conduzida pelo Dr. Mário, em que se comprovou que policiais militares participavam da ação. Os policiais militares foram presos, mas os receptadores continuam soltos. Não se chegou ao receptador. Então, na verdade, você chega a uma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles não entregam.

O SR. DELEGADO ALAN – Não entregam.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eles são afastados pelo menos?

O SR. DELEGADO ALAN– Estão presos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os policiais?

O SR. DELEGADO ALAN– Todos estão presos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual foi a ação deles?

O SR. DELEGADO ALAN– Na verdade, eles são os autores dos roubos. Eles roubam e entregam para os receptadores deles. Na verdade, o Dr. Mário pode falar melhor, mas, pelo que eu vi do inquérito, roubada uma determinada carga, quando não em conluio com o próprio motorista da firma, ele já tem: "Olha, roubamos hoje, passou um vergalhão, conseguimos roubar um caminhão de vergalhão". Ele já tem um receptador conhecido, a quem ele já leva a carga, às vezes num outro Estado, como V. Exª falou, em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Normalmente é por encomenda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muitas vezes por encomenda.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL-RO) – Mas, Senador Romeu Tuma, a idéia dele é, realmente, o que deve constar do relatório. Tem de encrudescer a pena para o receptador.

O SR. PRESIDENTE **(Romeu Tuma) – É uma forma de colocar o receptador na cadeia.**

O SR. MOREIRA MENDES (PFL-RO) – E meter a mão no bolso dele. Este é o grande segredo, o grande. Quando se surrupiar o que é dele, aí, ele vai.

Criar um modo de poder cobrar fiança com o valor da carga.

O SR. DELEGADO ALAN– E que só tivesse direito a este benefício uma única vez. Se tiver maus antecedentes... Eu não sei, exatamente, o que poderia ser feito juridicamente, em matéria de legislação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Reincidente só é considerado depois de passar em julgado.

O SR. DELEGADO ALAN – Exatamente. E o processo o advogado consegue arrastar por muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teria cópia de algum destes inquéritos.

(intervenções fora do microfone)

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Eu tenho, inclusive, aqui, cópia de um flagrante que fizemos, há pouco tempo, de dois que foram presos roubando a carga. Eles, inclusive, foram presos na cidade de Três Rios, mas são do Estado do Espírito Santo. Vejam os senhores a ousadia deles. Eles saem do Estado do Espírito Santo para vir roubar aqui, na minha circunscrição, em Três Rios, bem no interior do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso interessa, pois, ontem, nós fizemos uma audiência no Espírito Santo. Lá, o interrogado abriu o jogo. Há políticos envolvidos. Ele deu o nome de vários policiais.

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Eu estou com a cópia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Inclusive, ele citou policiais federais que ele não podia identificar, mas deu o nome do local em que ele foi abordado e que teria pago "um pau" para eles e tudo. Eu gostaria que, se puder, o senhor desse uma cópia deste flagrante.

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Eu tenho cópia aqui e já deixarei. No mais, o que o Dr. Alan falou que é o (?). Eu tenho até a cópia de um depoimento de uma pessoa nós prendemos e que nos ajudou muito. Ele era o envolvido. Ele era um dos motoristas que participava diretamente dos roubos, como motorista. Foi ele que fez a acusação aos policiais militares e forneceu os nomes deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele quer depor mascarado ou aberto. É necessário perguntar a ele se ele deseja usar um capuz. Nós temos feito os interrogatórios com capuz, para evitar publicidade, pois, de repente, ele pode ser filmado. A juíza, quando nos cede alguém, pede sempre para não ser identificado fisicamente.

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Isso. Eu estive conversando com o Dr. Lacerda, na Polinter, para saber se ele poderia nos ajudar aqui. Ele ficou meio receoso. Mas, eu tenho o depoimento dele, bem minucioso, quanto a isso tudo. Inclusive, já até passei para o Dr. Lacerda e se S.Ex quiser mais uma cópia eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ótimo.

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Isso envolvia policiais militares. É a nossa dificuldade, também, investigar onde há policiais envolvidos. Há, inclusive, um que já era vereador na cidade. É um político que também estava envolvido e que também está preso, por conta disso e por conta

de homicídio na cidade. No mais, o nosso trabalho foi esse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês têm tido apoio da divisão de vocês?

O SR. DELEGADO ALAN – Eu estive, como falei, por dois anos na divisão de roubo de automóveis. Lá, realmente, houve um apoio e viaturas. Realmente, muito se investiu no crime de roubo de carro, principalmente, porque é um crime meio, ou seja, é utilizado para todos os crimes. Mas, o roubo de carga tem a sua estrutura toda diferente. Ele ocorre pela manhã. É algo diferente. No Rio de Janeiro, estamos vivendo um problema também, pois o roubo de carga está relacionado ao tráfico de drogas. Nas beiras de favela, está havendo um grande número de roubo de carga. Não do profissional da carga, exatamente como esse que buscamos na CPI, o grande profissional, o grande receptador. Mas, na verdade, traficantes roubam mercadorias para trocar, para fazer o bem à comunidade, vendem cerveja a R$ 0,50, frango a R$1,00; televisores e eletrodomésticos. Então, hoje, vendo a análise da estatística da criminalidade do roubo de carga, vamos ver que nas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas no roubo, para o aspecto social?

O SR. DELEGADO ALAN – Para o aspecto social e pilantropia, exatamente. E o que acontece? É só olhar as estatísticas que veremos que as ruas onde mais ocorre isso são exatamente as ruas beirando favela.

Então, hoje, se temos esse problema no Rio de Janeiro, é porque o tráfico está diretamente vinculado ao roubo de carga, principalmente de alimentos, bebidas e eletrodomésticos. E, é claro, algumas regiões do Estado como Ceropédica; Campos lá em cima, na parte de Macaé; na região de Itaboraí, aí sim, temos profissionais realmente de roubo de carga, que atuam com receptação. Todo aquele molde de profissional. Já tem a encomenda. Envolvimento exatamente de policiais. Crimes realmente organizados.

Mas tem esse outro lado que realmente está pesando muito nas estatísticas, que é a coisa não profissional. Isso acontece não só...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você falou em bebida, eletrodomésticos e alimentos.

O SR. DELEGADO ALAN – Bebidas, alimentos e eletrodomésticos. São materiais, na verdade, que vão ser utilizados na própria população das favelas. Distribuição interna.

Só como exemplo, na época de São Cosme e Damião, nós entramos em uma favela, pegamos um estoque imenso de chocolates que seriam distribuídos no dia da distribuição dos doces. Enfim, é fazer benefício a custo zero, né? Você rouba a carga e de certa forma é uma ação Robin Hoodiana, mal comparada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é mesmo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Olha, uns 6 policiais militares. Inclusive um vereador também encontra-se preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O vereador que era o PM?

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Ele era sargento PM. Estava licenciado para cumprir o mandato.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, mas se ele puder vir amanhã, para ficar conosco somente para dar um apoio?

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – É. Estava marcado para amanhã.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está deixando os documentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Quase certeza que vão negar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estão presos aí, e tudo. O sujeito vai se negar a falar.

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Tenho quase certeza que vai se negar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, mas eu acho que sacrifica quem tem de viajar. Talvez, o senhor que é daqui poderia ficar conosco.

O SR. – Posso

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele pode. É porque ele tem compromisso lá. Não pode abandonar. Daqui há pouco vem bronca aí. Acontece algum fato lá. Você fez outra vez?

O SR. – Brasília, 19 de novembro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Eu acho que tem a testemunha. Aquela testemunha que é a principal. Eu acho que ele chegando aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Eu até aconselho a estar com... Com o depoimento dele na mão, ele não vai ter como, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O depoimento dele foi fechado junto ao Ministério Público.

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Não, esse que eu trouxe...

O SR. – Da GM?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, da testemunha, quando ele narra todos os crimes cometidos pela quadrilha, foi prestado ao delegado no gabinete do Ministério Público.

O SR. – Então, é bom ouvirmos primeiro, amanhã...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se tem o depoimento dele, é fácil ouvi-lo, porque se ele vai dizer que confirma, aí dá algum detalhe.

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – E de mais, eu, nessas investigações, só consegui um receptador. Também tenho cópia, aqui, do inquérito dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu gostaria, se o senhor puder...

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Tem cópia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem uma quadrilha do Espírito Santo que assaltou em Três Rios.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – É. Três Rios. Ele é dono de umas panificadoras, padarias. Ele tem umas 4 padarias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não era fermento?

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – Não, não. Biscoito, caixa de panetone.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu estou dizendo fermento, porque deu um rolo ontem, no Espírito Santo, de uma carga de fermento que não seria fermento. O sujeito disse que era fermento, para padaria.

Eles roubaram carga para vender para a padaria.

O SR. – Aquela testemunha que estava falando lá, o Aristone Pimentel, é padeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é padeiro. O ladrão é padeiro. Ele foi padeiro.

O SR. DELEGADO DE TRÊS RIOS (Mário Arruda) – O que podemos constatar também,...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não vê o padeirinho do Amazonas? **(Inaudível)**

Não havendo mais nada a tratar hoje, em nome de Deus, dou por encerrada a reunião, convocando a próxima para amanhã, às 9 horas, neste mesmo local.

Muito obrigado àqueles que aqui compareceram e, principalmente, à senhora que está dando toda a atenção aqui durante o dia todo e ao Presidente, por nos ter cedido o local.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 19h05min.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro aberta a 13ª reunião do ano de 2002 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 23/2000, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aqüaviários, bem como proceder investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e ao desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubo de cargas.

Pediríamos a presença do Sr. Carlos Ribeiro de Carvalho, Cabo, preso por envolvimento com roubo de carga.

Queria aproveitar para alertar os Srs. Senadores e Deputados que a respeito da exposição feita ontem pelo delegado federal sobre a Operação Ouro Negro, esta CPMI vai procurar mais dados de investigação, visto que, ontem à noite, obteve mais algumas informações sobre o roubo de carga líquida no porto do Rio de Janeiro e nos entrepostos de fornecimento de óleo de abastecimento ao setor de navegação.

O senhor não é preso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu sou preso pela Justiça, porque estou respondendo a um processo de homicídio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De homicídio?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está preso no quartel?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Estou. No 7º batalhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem envolvimento com roubo de carga, o homicídio se relaciona com alguma coisa sobre roubo de carga?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor. Inclusive estou sendo acusado desse homicídio injustamente.

O número de identidade de policial? É 55.355. (Pausa.)

Casado.

925866787-53.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia se identificar, por favor.

(Fora do microfone)

Bairro Palhares – Nova Iguaçu – Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cabo Carlos, este é um termo de compromisso, que o senhor, se o aceitar, pelo Código de Processo Penal, art. 203, deve falar somente a verdade perante esta Comissão e colaborar com ela no que for possível. O senhor concorda?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, por favor, confira os dados e assine.

Sargento da escolta, o senhor fique à vontade onde quiser e achar melhor sentar.

Só uma pergunta: Cabo, qual é o homicídio que o senhor está sendo acusado?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Cidade de Três Rios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é algum marginal a vítima?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – É traficante de drogas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Traficante?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele não tinha nada com o roubo de cargas?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Que eu saiba, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que você saiba, não.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Sargento PM Carlos Augusto da Silva?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor, eu o conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual é a sua relação com ele? Você é amigo dele?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu trabalhava com ele; ele era sargento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Trabalhava com ele aonde?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Lá em Três Rios.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele que comandava?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Foi meu comandante na época em que eu trabalhei lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Renato Demétrio de Souza?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Renato Demétrio de Souza é primo da minha ex-esposa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Primo da sua esposa. E o irmão dele também, o Robertinho?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Robertinho é irmão dele, é Roberto de Souza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também são seus amigos?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, somente o Roberto de Souza, trabalhamos juntos também, ele é policial também, inclusive ele é até meu padrinho de casamento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Farias?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Cabo Farias também trabalhou junto comigo lá em Três Rios.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Passos?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Trabalhamos juntos também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Barros?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Também trabalhamos juntos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o policial civil que tem o apelido de Baiano?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não o conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como você explica as acusações de que você participava de

uma quadrilha de roubo de cargas, liderada por Renato Demétrio?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu desconheço isso aí; é uma denúncia anônima.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não sei se ela é anônima. Mas você sabe que está sendo acusado?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Já respondi à averiguação, no ano de 2000.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que se deram essas acusações?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei informar para o senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você já prestou depoimento sobre isso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Junto com esses outros que eu citei?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Só com o Demétrio; na época de 2000, com o Demétrio de Souza e o Barros.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o Roberto, por que ele está preso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Também sendo acusado de homicídio.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Homicídio ou formação de quadrilha com roubo de cargas?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Homicídio. Que eu saiba, é homicídio; está preso por homicídio. Inclusive ele está no mesmo batalhão em que eu estou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É José Luiz More Barbosa a vítima?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Desse homicídio de que me estão acusando?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do homicídio.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor, é Cleber. Este homicídio pelo qual estou preso e sendo acusado é do Cleber, é um casal; não me lembro agora o nome da esposa dele, a falecida.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E do Roberto, qual é a vítima do homicídio do Roberto?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Ele está sendo acusado de dois homicídios: do casal também de Entre Rios e, se não me engano, de um tal de Bimbo – não sei o nome dele –, vulgo Bimbo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o Cleber?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – O Cleber foi junto com a esposa. Está sendo acusado de ter praticado o homicídio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – José Luiz More Barbosa...

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não tem nada com a morte dele?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem era o Lingüiça?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não o conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Luizinho?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não o conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também não?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Lino?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não o conheço também. O Lino que eu conheço, não sei se é o mesmo, eu conheço um policial Lino, que trabalhava na delegacia de Três Rios; ele é até deficiente visual.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era sócio do Renato?

O SR. CARLOS RIBEIRO – O Seu Lino? Não sei informar ao senhor não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o motorista Pedro de Oliveira Alves?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Conheço ele de vista.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O chocolate?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Vulgo Chocolate.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De onde você conhece ele?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Conheço lá de Três Rios, porque ele foi motorista de ônibus na cidade. A cidade é pequena.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o José Luiz More Barbosa?

O SR. CARLOS RIBEIRO – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi assassinado. Você não sabe quem é ele não?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você sabe quem matou ou mandou matar o José Luiz More?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o motorista Jorge Iberi de Melo Júnior?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não conheço também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É bom ler para ele as acusações, os assaltos de que ele está sendo acusado de participar.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – "Roubo cometido em Jamapará Sapucaia, no Rio de Janeiro, quando foi levado um caminhão Mercedes Benz, cor azul, com carga de produtos químicos, que depois foi conduzido para Guarulhos, sendo deixado no posto Sacamoto."

O que o senhor sabe disso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei nada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – "Tentativa de roubo de caminhão carregando madeiras, ocorrido em Vassouras, Rio de Janeiro, quando dominaram o motorista. E, depois que examinaram a carga, desistiram de levá-lo em razão do baixo valor."

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Também não sei informar isso não.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Roubo de caminhão Mercedes Benz, laranja, na estrada de Três Rios, Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei informar não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você sabe que está sendo acusado disso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor. Sendo acusado, sei sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você está falando que não sabe informar!

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sei que estou sendo acusado de envolvimento em roubo de cargas, mas eu não participei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que você foi acusado? E por quem?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Fiquei sabendo por denúncia anônima. Não sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Denúncia anônima?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – É sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Todos esses assaltos?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Pelo que fiquei sabendo, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São sete assaltos?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei informar ao senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor é casado?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sou.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Tem filhos?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Do primeiro casamento.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E que idade tem?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabe que essas acusações não são anônimas.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São de um membro da quadrilha que está sob proteção. Então, o nome dele não é citado. Há pessoa física que confirma a sua participação nesses eventos.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Se tem a pessoa que acusa, cabe a ela provar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não pode mentir para a Comissão.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não estou mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você corre o risco de uma condenação pesada.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Agora, se você colaborar conosco, pode abrandar, posteriormente, a sua pena na hora da condenação, porque a Comissão tem poderes para sugerir ao juiz da causa posteriormente que você colaborou. Inclusive, se você estiver disposto e quiser falar conosco sozinho, só você e os membros da Comissão, nós pediremos

para todos saírem, e não se grava, não se registra nada, e você conversa pessoalmente conosco.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não tenho nada para falar. Estou sendo acusado de uma coisa que não fiz. Entendeu? No que eu puder colaborar, vou colaborar. Mas estou sendo acusado de uma coisa que não fiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que você entrou na PM?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Por que entrei na PM?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É. O que te levou à decisão de entrar na Polícia Militar?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Entrei na Polícia, porque sempre quis ser policial. Desde o tempo de Exército, sempre quis ser policial, para combater o crime. Agora, o senhor veja bem: estou sendo acusado de cometer crime. Eu, policial, cometendo crime?!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem amor à farda que usa?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É até estranho o senhor andar fardado e estar preso.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu ainda estou na condição de policial. Estou sendo acusado de homicídio. Estou preso pela Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está sendo acusado de sete participações em roubo de carga.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Estou sendo acusado. Só estou tomando conhecimento agora que tem uma pessoa me acusando. Tinha conhecimento de que era denúncia anônima.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faço um apelo a você, pelo amor à farda – sou policial, tenho 50 anos de polícia, e a gente tem que ter amor à profissão e o respeito com a sociedade, que você tem obrigação de defender –, se você souber alguma coisa e quiser nos revelar em caráter pessoal, particular, em homenagem a sua corporação, estou às ordens.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ao seu filho à sua família?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Tenho amor, sim senhor.

Pode puxar a minha ficha policial...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estou fazendo apelo sentimental, estou pedindo a vocação que o senhor disse que tem.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Vocação. Estou dizendo para o senhor, pode puxar a minha ficha. Nesses dez anos de polícia, fiz boas ocorrências, apesar de trabalhar no interior: apreensão de drogas, apreensão de armas. Pode puxar a minha ficha, tem elogio, tem boletim, tem tudo. De repente, estou sendo acusado de uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou ler uma parte do depoimento de um dos presos que teria participado com vocês:

"O declarante, dando prosseguimento, também esclarece que pertencia a uma organização criminosa que visava roubo de caminhões com cargas e sua participação sempre foi de dirigir os veículos roubados. Que os envolvidos nessa organização criminosa tratavam-se das seguintes pessoas: Augusto, Vereador; Renato, ex-policial militar; e Carvalho, Robertinho, Farias, Passos, Barros, policiais militares; além de Baiano, civil, sendo certo que tal organização tinha como chefe os dois primeiros citados, ou seja, Augusto e Renato".

Você confirma isso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não confirmo, não. Está me acusando de uma coisa que não fiz. Quanto aos demais, não posso dizer nada. Só sei da minha conduta. Da minha conduta, com certeza estou aqui para dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse depoimento está no inquérito. Você tem advogado, deve ter visto, deve ter lido, de forma que ele é peremptório na acusação que lhe faz.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que é quebrar coco?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Na gíria de policial, é matar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quebrar coco é matar?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Na gíria de policial, é sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quebrar coco é assassinar?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não é assassinar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É eliminar testemunha?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei se é isso.

Vemos no jornal matéria que vem escrito: "quebra-coco".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou ler mais um trecho aqui para você para ver se sua memória lhe ajuda:

"Declarante em prosseguimento quer esclarecer os fatos pertinentes que teria também participado, ou seja, informa que, em dia e mês e no ano não recordados, fora procurado por Robertinho, policial militar..."

Você conhece?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Robertinho? Conheço, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É seu companheiro?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Foi meu padrinho de casamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... *"de Carvalho..."* É você?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sou eu, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (Continua a proceder à leitura)

"...policial militar, e Baiano, civil, os quais o convocaram para sair, em ocasião que disseram que iriam 'quebrar uns cocos'. Nada informando sobre o local ou o que seria isso. O veículo utilizado foi marca Fiat, tipo Uno, cor verde, partindo por determinação deles para o pátio da estação. Chegando no local citado, eis que os referidos mandaram o declarante manobrar, deixando o veículo em ponto de partida, de frente, pois não haveria demora, sendo certo que o declarante, nesse momento, viu chegar também ao local, pilotando uma motocicleta cor azul, não sabendo informar a marca, Augusto, sargento da Polícia Militar, à época candidato a vereador, o qual atualmente exerce mandato. Sendo certo que o referido foi de encontro aos outros, ou seja, Robertinho de Carvalho, o Baiano."

O conhece o baiano?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (Continua a proceder à leitura)

"Onde todos juntos se deslocaram para perpetração do crime de homicídio, o que realmente ocorreu. Esclarece o declarante que do local onde se encontrava não dava para visualizar a cena do crime, somente escutando os disparos de armas de fogo, que não podemos afirmar quantos."

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Esse é o homicídio que estou sendo acusado e estou preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (Continua a proceder à leitura)

"Que comentários na saída do local informaram que haviam quebrado um casal, não declinando nome, sendo certo que o declarante somente ficou sabendo no dia seguinte os nomes, não sabendo dizer agora pelo fato de não ter se ligado."

Esse é o crime que está sendo acusado. O senhor disse que não participou da quebra do coco dos dois?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E quem é o casal?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Fiquei sabendo que era um casal que tinha um trailer no local e faziam traficância...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o nome?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Kleber.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ela?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei. Acho que é Sandra.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor não participou? Não sabe quem matou?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o homicídio houve?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foram mortos a tiros?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Segundo o que o advogado pegou pela cópia do processo e me mostrou foi tiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Houve exame de balística com as armas do senhor?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois de muito tempo o senhor foi acusado ou foi logo em seguida?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Depois de muito tempo. Fiquei sabendo que na época estavam acusando um policial que estava de serviço no dia chamado Marcos Teixeira, que sofreu até uma sindicância. Depois de dois anos, surgiu essa denún-

cia. Eu inclusive estava em núpcias – e tenho como provar – e estava de férias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No dia da morte o senhor estava...

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Estava na cidade de Búzios, na casa da minha cunhada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Em que cidade?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Búzios.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Como é o nome da sua cunhada?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Lúcia.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor estava na casa dela?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E quem mais estava com o senhor?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu e minha esposa.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Não tinha mais ninguém na casa?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – A casa é de praia, férias.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E quem poderia testemunhar que o senhor esteve lá?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Lá é um condomínio particular e tem condomínio que aluga casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem guarda na entrada?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor, e outras casas que são alugadas.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Tinha vizinho?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Na época em que estava lá tinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conversou com esse vizinho, esteve na padaria...

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – As costas da casa fica de frente para a praia e tem uma varanda que divide. Então, não temos intimidade e é temporada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor não ficou preso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, eu saí, fiz amizade, fui para praia, tirei fotos, fiz uma caminhada ecológica no condomínio, minha esposa fez ginástica, fui para a praia e deixava o carro guardado com o rapaz, dei cheques na cidade.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor já foi preso ou processado alguma vez além dessa?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Nunca.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Nem contra civil?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quantos anos de serviço o senhor tem?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – 10 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem punição administrativa?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Tinha punição administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por quê?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Teve um acidente com uma viatura com um colega meu onde eu era o motorista e na área que eu trabalhava estava tendo muito assalto e conseguimos... uma menina foi assaltada e falou que o rapaz estava no local. Chegando no local ele saiu para dentro do mato e nós dois saímos para perseguir o acusado. Quando entramos dentro do mato, ele saiu pela outra ponta e o meu patrulheiro pegou a viatura e foi seguir ele e bateu com a viatura para persegui-lo e bateu a viatura. Fui responsabilizado porque eu era o motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só a parte administrativa.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Só da parte administrativa mesmo, nunca fui preso por outro motivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem alguma coisa que queira falar?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Tenho, sim. Esse depoimento do Chocolate que o senhor acabou de ler para mim, segundo meu advogado, que esteve com o advogado dele, foi conseguido porque ele foi coagido. Ele foi coagido a dar esse depoimento, foi torturado, segundo palavras dele, e o advogado dele passou isso para o meu advogado. Inclusive, agora houve uma sindicância pela Polícia Militar sobre o cabo Farias, que não foi pronunciado neste homicídio do qual estou sendo acusado. O Te-

nente esteve lá, pegou os nossos depoimentos. Segundo o advogado dele, que passou para o meu advogado, ele está dizendo que foi obrigado a assinar esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Farias?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, o Chocolate.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é o nome do Chocolate?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – É Pedro.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Como você sabe que esse depoimento é do Chocolate?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Porque tem o depoimento dele em que ele fala isso tudo que falou aí sobre esse homicídio do qual estou sendo acusado.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está nos autos, seu advogado falou.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Nesse homicídio de que estou sendo acusado está o depoimento dele.

Desse homicídio que estou sendo acusado fiquei preso por depoimento desse Chocolate, porque as testemunhas de acusação, que, no caso, são parentes das vítimas, como teve o reconhecimento, não foi reconhecido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você fez acareação com o Chocolate?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi ouvido na Delegacia da Polícia Civil, em Três Rios, que está com esse inquérito. Não tem conclusão ainda?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Desse depoimento que dei lá?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, do inquérito, o processo, seu advogado deu alguma informação?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não. Já fui pronunciado, estou aguardando o julgamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi denunciado?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Fui, no depoimento do Chocolate. Só fui pronunciado porque, nesse depoimento, ele diz que fui motorista e que participei desse homicídio. Estou falando que eu não estava. Eu estava em Búzios, estava em núpcias e não teria como estar no local.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depreende-se daqui que a morte dessa pessoa e de outro que você está sendo referido é eliminação de testemunhas, pessoas que poderiam te acusar da participação nos eventos aqui descritos.

Você sabe disso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não. O senhor está falado do Bimbo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Nesse não estou sendo acusado, quem está sendo é o Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse casal também, o rapaz teria envolvimento com o roubo de carga e teria te ameaçado te denunciar.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Quem, o casal?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, disso eu discordo.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor está sendo acusado, além do assassinato, de formação de quadrilha no roubo de carga. O senhor. Sabe se essa quadrilha existe?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor nunca se interessou em ver se existe a quadrilha?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, se eu tivesse conhecimento, no meu dever de policial, deveria prendê-los, usar da minha função.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Você não procurou se informar, ver com essas pessoas, as pessoas estão inventando isso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Tomei conhecimento disso quando fui preso, eu estava sendo acusado justamente com eles.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Não é a primeira vez que te acusam disso.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, já respondi a uma averiguação em 2000.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Você não foi averiguar: "Olha, se me acusarem assim – eu sou o Deputado Pompeu de Mattos –: o Deputado Pompeu de Mattos está sendo acusado de participar de uma quadrilha. Eu penso comigo: mas eu não devo nada disso. Mas estão te acusando. Vou dizer

para você que a primeira coisa que faço é ver – e eu não sou policial. Eu vou ver se tem fundamento essa quadrilha. Agora, imagine você que é policial, sendo acusado de estar sendo acusado de estar mancomunado com outros bandidos, quer dizer, você virou bandido, para efeito de conversa de rua, e agora já não é mais conversa de rua.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Mas eu não conheço as outras pessoas que estão sendo acusadas. Conheço o Roberto de Souza, ele é meu amigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como é que ele deu o depoimento dando todas as descrições ali?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Quem, o Roberto?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – O Roberto deu depoimento?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. O Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Chocolate.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Chocolate. Ele deu depoimento descrevendo tudo, tintim por tintim.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor. Eu falo para o senhor o seguinte: fiquei sabendo do meu advogado que esteve com o dele que esse depoimento que ele deu não foi ele que escreveu isso aí, ele só assinou.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Com certeza não foi ele que escreveu, quem escreve é o escrivão. Ele é o que diz, ele disse, o escrivão escreve.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não foi ele que disse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espera um pouquinho, espera aí. Também seu advogado está exagerando. Então, o cara escreveu um romance, deu para ele assinar com os nomes corretos?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu também fiquei perplexo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não dá, rapaz, isso aí não faz sentido.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Essa pessoa, é assinar a própria sentença.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Claro que o cara tem que dar dados. Você pode achar que ele te incluiu num fato que aconteceu, porque o corpo estava lá.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Aconteceu, mas eu falo o seguinte: eu sou inocente, eu não estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é uma história que escreveram para ele assinar.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não participei disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, não vem com conversa de que deram para ele assinar e envolveram você de graça.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Carlos, nós...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tinha algum conhecimento com o Pedro, com o Chocolate?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, por que ele incluiu teu nome no depoimento? Ou o delegado tinha raiva de você? Você conhecia a delegacia? Teve algum entrevero com eles?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Na época do Delegado (?), eu já não estava mais trabalhando mais na cidade. Eu estava trabalhando em Barra do Piraí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você vê muito menos razão para poder por de graça seu nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ninguém põe de graça o nome, Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você é polícia, tem que saber disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Sr. Carlos, estamos investigando o crime de roubo de cargas, há tempos, e o senhor sabe, como policial, tem conhecimento, lê notícia, que todo dia o crime de roubo de carga é cada vez maior. E estão roubando carga, seqüestrando motorista, matando motorista, matando testemunha, matando gente, tem gente grande comprando as cargas roubadas. E vou dizer para o senhor, funciona com três ingredientes, três elementos: primeiro, quem rouba, vai lá, rouba, assalta, faz o atraque no motorista; segundo, quem compra a carga, um empresário, uma empresa, via de regra, tamanho, pode ser pequena, média, mas os grandes estão se achegando; e o terceiro, sempre que a organização for grande, tem um polícia no meio, infelizmente. Não é um polícia, é um bandido que se diz polícia, é um mau policial que denigre a imagem dos co-

legas, da Instituição. Não somos contra a Polícia, pelo contrário, somos a favor da Polícia, tanto que estamos brigando com os maus policiais para valorizar os bons. Não é nessa quadrilha, mas em todas as quadrilhas. Cresceu a quadrilha, tem um polícia para dar informação, chama-se a Polícia, vem o bandido, chama-se o bandido, vem a Polícia, misturou. E o seu caso se encaixa como uma luva na mão e nos dedos, encaixa-se perfeitamente.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor. Agora, falando para o senhor: pode estar havendo uma injustiça, com certeza, porque veja bem: o senhor falou que se lê jornal, essas coisas. Se fizer um levantamento lá na cidade, porque tenho amigos que moram lá ainda, a minha esposa mora numa cidade próxima, estão acontecendo roubo de cargas na área, os homicídios estão acontecendo, então, como é que estamos sendo acusados de uma coisa, se ainda continua o crime lá? Se tivesse terminado...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Até porque não é só o senhor que age, o senhor é mais um dos que age. Cada dia aumenta mais, sabe por quê? Pela impunidade, ninguém pega, ninguém prende, ninguém descobre, todo mundo nega, todo mundo mente. E aí vai ficando um rolo, a Justiça está demorada. Então, a CPI veio exatamente para adiantar. E queremos a verdade. Não adianta o senhor vir aqui...

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu quero a verdade também, quero provar minha inocência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...e dizer que inventaram um romance, e ele foi lá e assinou. O cara escreveu tudo isso aqui, tirou da cabeça do delegado, o nome de um monte de pessoas, dados, elementos, fatos, dia, hora, local, quem morreu, quem não morreu. Inventou isso?

O SR. RIBEIRO DE CARVALHO – Não, os homicídios houve, aconteceram, mas tem que saber se tem a prova realmente, estão me acusando de uma coisa que eu não estava, não participei disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tomara que lhe tirem da Polícia, porque assim, não merece ficar na Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você mesmo reconhece que está havendo assalto. E não existe nada para coibir isso? Não tem nenhuma ação de Polícia que possa impedir a ação para diminuir essa criminalidade, que você diz que com toda força continua? Continuam matando, continuam asaltando...

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Tenho até a matéria...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...com uma indiferença total.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, está prendendo, tenho até matéria de jornal de depois que fomos presos, que fala que prenderam uma quadrilha lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe por que continua? Porque, infelizmente, para vergonha nossa como policial, há policiais envolvidos. Por isso os bandidos estão ganhando.

E qualquer dia os bandidos vão matar colegas seus. Essa é a vergonha do policial que participa do crime e não tem lealdade com os companheiros, sujeitando aqueles que trabalham com dignidade a morrer na mão daqueles que vocês protegem.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Concordo com o senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você disse que o Pedro assinou sem ler os documentos, o depoimento?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, eu não disse. Eu falei que o advogado dele passou isso para o meu advogado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Informe ao seu advogado que ele também deu um depoimento ao Ministério Público. Não foi só esse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não só depôs na polícia como frente ao Ministério Público, espontaneamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele diz as mesmas coisas frente ao Ministério Público. Ou você acha que ele também assinou forçado lá?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei. Não posso falar isso. Não posso falar uma coisa que não posso provar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vocês davam cobertura ou participavam diretamente das ações?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Senhor, eu nunca participei, nunca dei cobertura a nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Deixem-me só relatar um fato, para reavivar a sua memória, se é que você tem consciência.

Diz que:

"Sobre a carga de açúcar, esclarece que houve participação do declarante e dos policiais militares D. Carvalho e Farias."

Você conhece o Farias não é?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que a ação se deu da seguinte forma: "...que o autocarga, um Mercedes Benz, cor laranja, 1113, quando transitava saindo da BR-040 pegando a BR-393..."

Sabe onde é a BR-040?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sei sim, senhor. Passa em Três Rios.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a BR-393?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Passa em Três Rios também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – "Na entrada dessa cidade, eis que os autores pararam o veículo marca Santana de cor cinza, pertencente a de Carvalho, no meio da pista, obrigando o condutor da carga a parar."

Você tem um carro desses?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Teve um carro desses?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Um Santana azul eu tive.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É um Santana.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Azul.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT –RS) – Cinza!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Também na história que ele montou, ele imaginou que você tinha esse carro?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Ele contou essa história me acusando de participar?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estou lendo para você...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está lendo o que está escrito e assinado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele contou. Daí você foi lá e parou, atravessou no meio da pista o seu auto, obrigando-os a parar.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Com o meu carro eu ia fazer isso?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Tá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – (Continua a proceder à leitura)

"Após, com arma de fogo, um revólver, obrigaram um condutor a descer, ocasião em que o referido foi levado para o interior do veículo Santana [seu carro] já descrito, sendo certo que o declarante assumiu o volante [ele foi dirigindo o carro], já com a determinação para o local para que procederia, ou seja, o Posto Nova Niterói..."

Sabe onde fica o Posto Nova Niterói?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – (Continua a proceder à leitura)

"...à época em funcionamento precário, com pouco movimento, onde o declarante ficaria aguardando as instruções. Já amanhecendo o dia seguinte ao fato, apareceu o policial militar D. Carvalho, sozinho, o qual determinou que o declarante se deslocasse com aquele veículo e sua carga para o Município de Pati do Alferes."

Sabe onde é?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Conheço sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Esteve lá?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Minha cunhada já morou lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então tinha um apoio lá. (Continua a proceder à leitura)

"...local onde deixaria, informando ser a rua Eldorado ou Esplanada."

Conhece essas ruas?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nem Eldorado nem Esplanada?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vontade de ir lá e levá-lo, para você ver que conhece.

"...o que efetivamente aconteceu."

E lá se consumou o roubo. Ele deixou lá.

Ele conta depois como foi o roubo do Scania, vai contando o roubo de cada um e a sua participação.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Nenhuma. Não participei disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não vi, não sei, não estava lá.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Estou falando a verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nego e faço um griteto. Está bom.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Estou falando a verdade, estou aqui para falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você teve alguma propriedade?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada? Só o carro?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Só o carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ainda tem esse carro?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o carro que você tem?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não tenho carro nenhum no momento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já vendeu esse?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Vendi para pagar o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para pagar o advogado?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – De que adiantou? Perdeu tudo!

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Senador, peço que seja encerrado, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria um favor à escolta: que o mantivesse um pouco ainda aí. Se precisarmos outra vez dele, vou pedir que venha. Agradeço. Está dispensado temporariamente, mas permaneça no local.

Vou pedir para trazerem o Sr. Carlos Augusto da Silva.

(Pausa.)

Anuncio a presença do 2º Vice-Presidente, Deputado Pedro Fernandes, que muito nos honra. Agradecemos a gentileza da Casa, pelo seu Presidente, e a visita de V. Exª. Ontem, o Deputado Paulo Ramos também nos deu a honra de sua visita e foi muito gentil nos apoiando aqui. Obrigado, Deputado Pedro Fernandes. Fique à vontade. Se quiser ficar mais perto de nós, por favor.

O seu nome é Carlos Augusto da Silva?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203...

O senhor é Sargento, não?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sargento da PM e Vereador no Município de Três Rios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo Código de Processo Penal, art. 203, pergunto se o senhor concorda em dizer a verdade e somente a verdade perante esta Comissão?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor leia se está tudo em ordem os dados constantes do termo de compromisso. Se o senhor concorda, por favor, assine. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor é um policial militar?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sargento?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor é Vereador também?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que o senhor está preso atualmente?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Estou preso, prisão preventiva, art. 121, homicídio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Homicídio?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor é sócio ou proprietário de alguma empresa ou já foi?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não? O senhor conhece o ex-policial Renato Demétrio de Sousa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheço, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É seu amigo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Ele trabalhou comigo durante muitos anos na 2ª Companhia do 10º Batalhão em Paraíba do Sul.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Roberto de Sousa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Roberto de Souza é irmão dele, também trabalhou lá e é sargento da Polícia Militar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o soldado De Carvalho?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Soldado, não. Ele hoje é cabo e também pertence à 2ª Companhia do 10º Batalhão. Hoje não sei onde está lotado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor sabe que o senhor é acusado de liderar uma quadrilha de roubo de carga junto com o Renato? Sabe, né?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Meu Chefe, fui responder na PM a uma denúncia anônima de que eu, juntamente com o Renato e mais alguns outros policiais...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Farias, o Passos, o Barros?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – ...vários outros policiais, seríamos de uma quadrilha de roubo de cargas, mas tudo isso é mentira, como eu tenho aqui documentos que posso provar ao senhor aqui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí prova que é mentira?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Pelo menos, o Major Rosano, na época, fez um relatório aqui e diz: "supostamente envolvido". Ele, como chefe do setor operacional de roubo de cargas do Estado do Rio de Janeiro, se fosse verdade, ele teria nos prendido em flagrante ou, então, estaríamos respondendo a algum inquérito policial, coisa que até hoje não estou respondendo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E vocês não estão respondendo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não foram citados ainda?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Eu não respondo a inquérito nenhum sobre isso aí.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) (PFL – RO) – E com relação ao homicídio que o senhor é...

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – O homicídio, eu tenho documentos aqui. Não sei qual a função do senhor. O senhor é Senador?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Senador Moreira Mendes.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sr. Senador, eu tenho os documentos aqui que comprovam que a Promotoria de Três Rios, devido à minha atuação como Vereador lá, que ganhei no primeiro ano que fui candidato, depoimento de testemunhas, ela forjando documentos, depoimentos de testemunhas. Eu tenho aqui cópias...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece o Baiano?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheço de vista um cidadão baiano lá de Três Rios.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Deputado, deixa ele só concluir essa explicação desse depoimento.

Como é a história do Ministério Público?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Eu tenho cópias. Eu fui denunciado após um ano e pouco desses homicídios, no gabinete da Promotoria de Justiça de Três Rios, Drª Tânia Torres Faria Nunes. Essas acusações são uma mentira. Estou preso há nove meses injustamente. Essa testemunha que ela forjou veio prestar depoimento tanto em juízo quanto na Corregedoria Interna de Polícia Civil, porque pedi ao Deputado Sivuca que me ajudasse a elucidar o crime, porque eu não cometi esse crime.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Passe esse documento para o senhor que está à sua frente para que o traga até aqui. O que contém esse documento?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Esse documento é da Corregedoria Interna de Polícia Civil. Pena que eu não tenha o dele aqui – está com o meu advogado –, prestado em juízo, lá na comarca de Três Rios, ele desmentindo tudo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem desmentiu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – A testemunha, na época, como foi feito. O senhor pode ler, está aí.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem acusou vocês?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Primeiramente, Excelência, houve o depoimento de uma jovem menor de idade, de 16 anos. Em 2000, no dia 7 de janeiro de 2000, eu prendi um cidadão em Três Rios, sob a acusação de roubar uma residência, sub-

trair várias coisas e manter a família – uma senhora de idade, empregada, várias pessoas – na mira de uma arma. Ele levou vários objetos. E essa menina, no dia em que eu prendi esse rapaz, parece-me que no dia 7 de janeiro de 2000, essa menina estava dentro dessa casa com esse cidadão e várias outras pessoas, com os objetos roubados. Pelo cheiro que estava dentro da residência teriam consumido maconha lá dentro. Eu os prendi e os levei para a delegacia. Ela, como menor, foi testemunha do caso. Posteriormente, ela denunciou uma rede de policiais supostamente envolvidos com extorsão ao tráfico de drogas. Ela citou o meu nome, dizendo que eu pedia R$800 ao suposto traficante para dar proteção semanal a ele. Decretaram a prisão de vários policiais militares. O meu não. Como vereador, eu peguei a documentação que tinha, porque a rádio local divulgou, procurei o radialista, mostrei-lhe a documentação. Ou seja, que no ano de 2000 eu tinha prendido aquela menina e que aquilo tudo era mentira...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Nós estamos falando de outra coisa. Você conhece o Chocolate?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheço, sim senhor, de vista.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ele fez alguma denúncia contra vocês?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Estão falando que fez. Eu ainda não vi.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Nós estamos apurando a questão da formação de quadrilha para roubo de carga. Esses assassinatos são conseqüência do roubo de cargas. O que o senhor tem a dizer sobre o roubo de cargas? Consta aqui um roubo cometido em Jamapará, quando foi levado um caminhão Mercedes Benz, cor azul. Em todos eles o senhor está envolvido. Tentativa de roubo de um caminhão carregando madeiras, que deixou de ser levado porque a madeira não tem valor; roubo de um caminhão Mercedes laranja na entrada de Três Rios, quando foi levado para Pati do Alferes; roubo de um caminhão Scania 111, Jacaré, de cor vermelha, com vergalhão; roubo de um caminhão Ford cargo conduzido para Sete Lagoas; roubo de um caminhão Mercedes, cor verde, com carga de sabão em pó, sabão em pedra; roubo de um caminhão Mercedes, cor vermelha, conduzido para o mercado de São Sebastião da Penha, na Penha, Rio de Janeiro, e assim vai. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Excelência, eu nunca participei de nenhum desses roubos...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que o Pedro estaria acusando você?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Eu não sei. Não posso afirmar por que ele está me acusando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você o conhece?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheço-o de vista.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele é desafeto seu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Nunca tive nada com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você fez algum mal para ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então por que ele falaria isso?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Em detalhes. Ele dá detalhes de tudo. Descreve as circunstâncias.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Excelência, os detalhes que ele dá, ele terá que provar. Até hoje, eu não respondo a nenhum inquérito sobre roubo de carga. Estou há nove meses presos. Aquilo no jornal, para mim foi um desgaste muito grande para mim, porque vinha trabalhando pelo povo. Como que eu, que solicitei ao Cel. Josias Quintal a implantação de uma Companhia de Polícia Militar independente em Três Rios, porque o número de policiais ali era pequeno, estaria envolvido em qualquer ilícito penal? Sempre trabalhei com a minha ficha – o senhor pode ver na Polícia Militar –, durante vinte anos; nunca me envolvi com crime nenhum, sempre defendendo o crime.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O rapaz não é seu desafeto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não fez mal nenhum a ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele não tem motivos para estar te acusando, concorda? Só um motivo ele tem: ser verdade. Mais nenhum.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Deixa eu dizer uma coisa para o senhor. Como nos homicídios, também – o senhor pode ver –, as testemunhas estão dizendo que a Promotora de Justiça de Três Rios montou os depoimentos para que eles assinassem. O Sr. Pedro de Oliveira...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – A Promotora de Justiça vai inventar uma coisa... A Promotora conhecia o senhor?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Excelência, a testemunha está aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – A Promotora conhecia o senhor?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Eu trabalhei lá em Três Rios durante vinte anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E quantos anos fazia que a Promotora estava lá? O senhor a conheceu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Ela está lá há cinco anos. Eu a conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor tem alguma inimizade com ela?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Uma vez ela falou de uma situação minha com um Major da PM, e fui ao gabinete dela, porque eu resido em Três Rios, Paraíba do Sul, durante 45 anos; a minha vida lá é tranqüila, sempre fui um cidadão, tanto que fui eleito vereador. Fui na sala dela e a interpelei, porque aquela era uma acusação muito grave, e eu fazia questão que ela apurasse aquilo. Devido à minha atuação como vereador do município, empenhei-me o máximo possível para melhorar a qualidade de vida do nosso município.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual a acusação que ela fez sobre você?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Ela falou para o Major que eu era chefe do tráfico de drogas de Levy Gasparian ou Três Rios, não me lembro bem. Eu sempre combati o crime lá, como o senhor pode ver. Tenho várias prisões.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você acha que ela também tinha alguma coisa contra o Renato, contra o de Carvalho, contra o Roberto, o Farias, o Passos, o Barros?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Isso eu não posso falar, porque...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você acha que ela poderia ter?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eles estão envolvidos do mesmo jeito. Ela montou, mas montou para os outros também. Interessante, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Deixa eu dizer uma coisa para o senhor: sou inocente, vou provar a minha inocência, tenho fé em Deus, nos crimes dos quais estou sendo acusado. Agora, sobre o roubo de carga não tenho nada a declarar porque não participei e não participo. Sempre combati, inclusive já prendi lá, entre Levy Gasparian, quando era Comandante da DPO, um cidadão que estava forjando um roubo de carga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Espero que você consiga provar a sua inocência. Você ainda vai ser ouvido. Foram abertos 8 inquéritos, você está envolvido e será chamado.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Vamos lá, sim, senhor, em nome de Jesus.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu gostaria mesmo que você provasse a sua inocência, porque é muito triste um policial e um político, que representa o povo e defende o povo, estar envolvido nisso. Gostaria muito que você provasse a sua inocência, mas lamento dizer que não acredito.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – E mais triste fico eu, Excelência, porque sempre defendi o povo e quem quiser pode ir lá em Três Rios para fazer um apanhado na sociedade, uma pesquisa, para ver que sempre combati o crime. Inclusive, ganhei até pecúnia do Governo do Estado por combater o crime. Como é que eu estaria envolvido com algum crime? (Pausa.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Augusto, na declaração do Pedro ele diz que fizeram uma operação. Foi procurado pelo Robertinho, um Policial Militar que o senhor conhece, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheço, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o de Carvalho?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheço sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É Policial Militar também?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Baiano, você conhece?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Se for quem estou pensando, conheço de vista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eles saíram e disseram que iam quebrar uns cocos. O que significa isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Na gíria policial, quebrar uns cocos é matar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Matar, exatamente. Nada informando sobre o local ou o que seria isso. O Pedro de Oliveira Alves não é militar, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, a linguagem não é dele, é militar. O veículo utilizado foi da marca Fiat, tipo Uno, cor verde. Você conhece esse carro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Fiat Uno. Pois bem, partindo por determinação deles, para o pátio da estação. O senhor sabe onde é pátio da estação?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que é o pa'tio da estação.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Pátio da Estação de Entre Rios tem a estação da rede ferroviária e tem um bairro chamado Pátio da Estação, inclusive nesse bairro já atuei várias vezes com prisão, artigo 12, artigo 16 e vários outros artigos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É ponto de tráfico de drogas?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Usuário ou...?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Tinha vários pontos de vendas de drogas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma)– Nesse pátio da estação?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a polícia?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sempre prendeu.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois bem. Aí chegando no local citado, os (?) mandaram o declarante manobrar, deixando o veículo pronto para a partida, para arrancar correndo se fosse o caso, pois não haveria demora. Sendo certo que o declarante viu-o, nesse momento, chegar ao local pilotando. O senhor tem carro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Tenho carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que mais?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Moto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que moto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Tenho uma moto Yamaha.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual a cilindrada?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – 125.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Uma Yamaha, 125.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Da minha esposa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Uma RX ou RD?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Essa 2000.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, eu conheço. Pois bem, ele diz que o senhor chegou exatamente numa moto. Qual a cor da moto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Azul.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Da cor azul. Está aqui.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Mas Três Rios. O senhor conhece Três Rios?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – (Procede à leitura)

"Azul, não sabendo informar a marca, não lembra a marca. Augusto, sargento da Polícia Militar. Na época candidato a vereador, o qual atualmente exerce o mandato, sendo certo que o indivíduo foi ao encontro dos outros, ou seja, Robertinho Carvalho e Baiano, onde todos juntos deslocaram-se ao local para a perpetração do crime de homicídio, o que realmente ocorreu, esclarece o declarante que do local, onde se encontrava não deu para visualizar a cena do crime, somente escutando tiros de arma de fogo, não podendo afirmar quantos. Após todos juntos voltaram ao local, onde estava o declarante. Ocasião em que Augusto pegou a motocicleta e saiu depressa e os outros entraram no veículo, determinado que o declarante saísse dali de modo apressado, ocasião que após todos tomaram destinos diversos.

Em comentário na saída do local, eles informaram que tinham quebrado um casal, não declinando nomes, sendo certo que o declarante somente ficou sabendo no dia seguinte o nome."

Quem é o casal que morreu lá?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – No dia desse crime eu estava...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não foi o que eu perguntei. Perguntei qual é o casal que foi assassinado lá?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Morreu lá um rapaz chamado Tetinho e, posteriormente, apareceu uma senhora lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Tetinho. O que ele era?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheci ele lá em Três Rios e falavam lá que ele vendia drogas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Drogas.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Falavam, eu nunca prendi ele, né, chefe, eu não posso falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a mulher?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Eu acho que era a esposa dele que estava grávida.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Quer dizer que ele não inventou a história. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foram mortos a tiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – O senhor leu o meu depoimento nesse processo, Excelência?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Deve ser, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estamos pedindo para o senhor relatar.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Eu vou relatar para o senhor.

Infelizmente, eu tenho um filho com uma senhora, Rafael dos Santos Virgílio da Silva, hoje ele está com 20 anos. Esse meu filho, quando eu ganhei a eleição em outubro, ele é viciado, morava com a mãe dele, ela foi ao fórum fazer uma queixa dele. Eu fui chamado lá no fórum. Levei ele para morar comigo, dali começou uma tragédia na minha vida. Qual a tragédia. Eu tenho outros filhos, a minha esposa, o Rafael, meu filho que amo muito e fico até triste de vê-lo metido nesse mundo de drogas – graças a Deus só ele partiu, todos são direitos, inclusive um é policial militar. Ele começou a sair de casa e só chegar de madrugada. Eu por diversas vezes saía e ia a uma padaria, onde ficava reunido ele, vários outros garotos e meninas lá naquela padaria. Nesse dia eu estava com reunião com os vereadores – o senhor é político e sabe – montando um grupo para ganhar a Presidência da Câmara de Três Rios. Fomos eleitos e todo dia fazíamos uma reunião com seis vereadores reeleitos e três novos. São nove, seria a maioria lá. E todo dia a gente se reunia e também para aprender a função de vereador, qual seria o meu papel.

Nesse dia, de dia, participei com eles, e fui para casa. Era m jogo do Vasco disputando a final do Brasileiro. E dei ordem ao Tiago, meu filho, ao Renan e ao Rafael que chegassem no máximo até às 22 horas. O Tiago e o Renan sempre chegavam antes, porque vinham do colégio e tal, direto para casa. O Rafael só chegava de madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Rafael era ...

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Esse meu filho, esse usuário.

E eu nesse dia, quando deu por volta de meia-noite e pouco, levantei e perguntei à minha esposa: Rose, as crianças já chegaram? Rafael, Tiago, Renan? Ela falou assim: o Tiago e o Renan já chegaram. O Rafael não.

Eu saí da minha casa, passei – que fica a 400 metros dessa padaria – peguei a moto – de camiseta, de short, chinelo, sem capacete – fui àquele local onde eles ficavam. Cheguei ali e não encontrei ninguém naquele local. Sempre eles ficavam ali, a madrugada inteira. Pode ir lá e ele sabia que ia ver isso, certo? Não estava ali. Dirigi-me ao posto de gasolina do Zé Manoel, um pouco mais à frente, e me informaram que tinham matado um jovem, um rapaz, no pátio da estação.

Fiz uma contramão na avenida Condessa do Rio Novo, que do posto a esse local onde mataram esse cidadão Tetinho, dava uma linha reta de 400 metros no máximo. Se eu fosse dar a volta pelo trajeto normal, daria três quilômetros e pouco a quatro. Eu fiz uma contramão, parei a minha moto em cima da calçada da avenida Condessa do Rio Novo, atravessei a linha correndo, pensando que poderia ser o meu filho. Falaram que era um jovem, não tinham falado que era um casal. O senhor pode ver a ocorrência que o senhor vai ver. Cheguei no local, já tinha lá muita gente. Eu olhei no local, vi que o meu filho não estava ali.

Ainda perguntei a algumas pessoas que estavam lá se tinham visto ele e ninguém viu.

Como só tinha aquele corpo caído ali, várias pessoas, a polícia já trabalhando, saí, voltei pelo mesmo caminho que fiz, peguei a minha moto lá na avenida Condessa do Rio Novo, fui para a casa da mãe dele, lá no Bairro Caixa D'água. Cheguei lá, desesperado, porque ele estava sumido, e ficou sumido durante dois dias, e perguntei a mãe dele: Ceciliana, onde nós podemos encontrar o Rafael, porque já não estou agüentando mais. Todo dia tenho que sair de casa para procurar o Rafael. Vamos ter que tomar uma providência com ele, ou internar ele ou ver o que vamos fazer com ele. Dali continuei a procurá-lo, no centro da cidade, num local perto da prefeitura, numa boatezinha que tem lá na...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi ao local do homicídio?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Estive no local do homicídio, sim senhor.

Várias pessoas me viram no local do homicídio, quando eu cheguei lá já tinham mais de 50 pessoas, aquilo já devia ter acontecido há mais tempo. Saí dali e voltei pelo mesmo caminho, desarmado, porque nem arma praticamente eu uso. Quando o meu filho entrou para a PM, peguei a minha pistola e dei a ele, passei para o nome dele. Fui para a casa dela, da Ceciliana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual dos filhos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – O meu filho se chama Cristiano da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi o Rafael?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

Aí fui para a casa da Ceciliana, o marido dela me atendeu, ela veio também e me atendeu. Aí, perguntei a ela e ela falou que não sei onde vou poder encontrar ele não, tem que procurar ele. Saí procurando ele, passei pela prefeitura, passei pelo Caia, passei por essa boate, fui numa residência perto do depósito da rede ferroviária, onde tinha um barzinho que funcionava, já estava fechado. Voltei, fui para a minha casa. Só sabia do homicídio de um rapaz, não sabia de homicídio de mulher nenhuma.

No outro dia, pela rádio, é que tomei conhecimento do homicídio dessa senhora grávida.

Como que uma mulher que tem na sua família um sargento da Polícia Militar do Estado do Rio, que é casado com a irmã dela, ela tem um filho que é policial militar, e sabe que alguém matou o teu irmão e a tua cunhada grávida, um crime bárbaro, e demoraria – o senhor, que eu conheço pela televião, um delegado de polícia federal –, como que uma pessoal, Excelência, vai guardar isso, tendo um sargento da polícia militar cunhado dela e um policial filho dela durante um ano e pouco, excelência? E não vai dizer nada? Sendo que o juiz de Três Rios era o mesmo, a promotora era a mesma. O senhor está me entendendo?

Isso é porque eu fui em defesa dos policiais militares, porque a acusação que fizeram a eles, que o delegado de polícia pegou nessa menina, da extorsão, é uma farsa, é uma montagem. E ela demorou um ano e três meses para me acusar.

Qual é a pessoa que faria isso tendo um policial na família?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só uma coisa: o senhor chegou a identificar o fornecedor de drogas ao seu filho?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Excelência, não, senhor. Eu já prendi...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não era esse Tedinho?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor. Eu já prendi vários traficantes em Três Rios pelo artigo 12. A maior apreensão de cocaína no município de Três Rios fui eu quem fiz. Eu e mais dois policiais. Maconha, em Três Rios, nesse pátio da Estação, eu também já prendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo. O que nos interessa aqui, e permitimos que o senhor nos relatasse, porque é importante saber que isso nos parece que foi eliminação de testemunhas.

Então, é importante realmente saber a vinculação do senhor dentro desse esquema.

Agora, o senhor tem conhecimento de algum fato que possa ajudar esta Comissão no aspecto do roubo de carga? Porque o cabo que aqui esteve disse que continua havendo, lá na região de Três Rios, mortes, assaltos, roubo de carga da mesma forma.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Excelência, aquela região lá ... eu trabalhei no DPO de Sapucaia, de 91 a 95, mais ou menos. Durante esse tempo, sempre antes, durante e depois, sempre houve roubo de carga lá. Um dia eu cheguei para o Major Pedro, Comandante lá da área operacional nossa, e falei para ele "Major, não tem como eu dizer para o senhor quem é, porque eu não tenho prova. Mas eu queria que o senhor visse com a polícia militar, com os órgãos competentes da Polícia Militar, um modo de mandar agentes nossos, descaracterizados, para dar

um ronda por essa região, que está tendo muito roubo de carga.

E fomos, aí, ele, lá, inventou uns nomes de policiais, na época, e fomos para o gabinete do Subcomandante. Eu não poderia dar nomes, porque eu não tinha certeza, certo? Mas fiz essa reclamação com ele, não sei se consta na Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto se algum Membro da Comissão ainda tem algo a questionar. Senador Moreira Mendes?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Geraldo?

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT-RJ) – Não, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, tem mais alguma coisa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Creio que não. Eu gostaria de ouvir o outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria a escolta, por favor. Se V. Sª pudesse permanecer aqui por mais um tempo...

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor. E eu gostaria de pedir a V. Exª, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Como delegado que o senhor é, que o senhor me ajude, em nome de Jesus – quero pedir isso ao senhor – que apure esses roubos de carga com todo rigor, porque eu não tenho participação nenhuma nisso, certo?

Foi muito triste para mim, vereador do município, o 7º mais votado, membro do meu partido, trabalhando para a sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor mantém o mandato? Não foi cassado?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Mantenho, sim, senhor. Eu pediria que o senhor me ajudasse nessa missão, porque eu não tenho participação nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Colabore conosco... Se o senhor colaborar...

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Estou colaborando, sem dúvida. Não sei se isso vai estar escrito lá na Polícia Militar, que em noventa – não lembro a data, mas é de 91 a 95, por isso aí –, eu fiz verbalmente ao Major Pedro – e ele me levou ao gabinete do Subcomandante, um pedido que colocasse, lá, agentes nossos para identificar o roubo de cargas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E tomaram essa providência? O delegado de polícia foi comunicado também?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Se o senhor quiser, dei aquela cópia para o senhor aí, se o tiver onde tirar xerox, tenho aqui mais uma xerox aqui de um major da PM e que ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor já deu para o Deputado?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Dei, sim, senhor. Agora tem outra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a mesma?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, é outra aqui, certo? Que o Major da PM, Sr. Rosano, hoje Coronel da PM, numa leviandade muito grande, porque é uma autoridade, que é responsável por apurar o setor que apura o roubo de cargas, escrever que policiais supostamente envolvidos é uma acusação muito grave, ele teria que ter provas disso, certo? E ele coloca aqui nesse relatório que o Renato Demétrio é meu assessor na Câmara de Vereadores. Como o senhor sabe, o senhor pode ir lá na Câmara, pedir à Câmara que ela vai dar laudo dizendo se ele é meu assessor na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Ele não é meu assessor, nunca foi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Conhece o Zanata?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Zanata? Eu, inclusive, tenho um compadre de nome Renato Zanata.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que ele faz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – O Renato Zanata, meu compadre, é dono de uma fábrica de Patê Bunel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pega a cópia desse depoimento.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Se o senhor puder tirar cópia dos dois, porque eu só tenho um.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Naurides, ele pode ficar aí, por favor, mais um pouco. Tira a cópia dos dois e a gente devolve. Ele vai ficar um pouco aí, separado do outro.

Obrigado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tudo anjo. O senhor fica trazendo anjo para nós, Dr. Paulo, aí é duro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, conduzam o Pedro de Oliveira Alves à presença desta Comissão.

Tirem a algema dele, por favor.

O seu nome é Pedro de Oliveira Alves?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você, pelo art. 203, Pedro, assumiria o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade perante esta Comissão?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor, por favor, confira os dados fornecidos aqui e assine o termo.

Põe o microfone mais perto dele.

Você, Pedro de Oliveira Alves, prestou um depoimento na 108ª Delegacia de Três Rios?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você confirma esse depoimento?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não confirmo, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E perante o Ministério Público?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Também, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que aconteceu no Ministério Público? Você estava só ou tinha gente por perto?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Tinha mais gente por perto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O seu advogado estava presente?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não tinha advogado não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você fez... Por que você prestou esse depoimento?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Fiz isso aí porque fui ameaçado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo promotor?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eles me ofereceram um montão de coisa, falou que era só para mim assinar, só, e confirmar em juízo. Mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E essas descrições que você fez aqui?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Isso não fiz, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que eles souberam?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Isso aí, já sabia já. Tem muita coisa aí que eu nem sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você leu o seu depoimento?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Nem tudo eu li.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você disse que tem muita coisa que você nem sabe.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Tem muita coisa que eu nem sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, tem alguma coisa que você sabe?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Que eu sei, assim, falando. Sei falando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conte para nós a história que você sabe.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só o que você sabe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só a verdade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aqui, você não é forçado a nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você recebeu alguma ameaça para desmentir o depoimento?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, não recebi, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sofreu alguma pressão?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, de ninguém.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você está preso junto com o Renato?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eu estou junto com o Renato há um mês. Estou um mês na Polinter, que fui para lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É, Sr. Presidente, eu preciso de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está junto com esse Renato?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, junto, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu preciso lamentar, Sr. Presidente, como uma testemunha que assinou dois termos de declaração em uma delegacia, outros no Ministério Público, aí, depois, ele é colocado como um dos suspeitos mais fortes...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o Renato Demétrio?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – O Renato Demétrio, eu trabalhei no caminhão dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você está preso com ele?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, não estou preso com ele. Nós estamos na mesma delegacia, que é na Polinter.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na mesma área. Vocês tomam banho de sol juntos?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, não, não. Ele tem a cela dele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Têm contato?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Ele tem a cela dele, separado, porque ele é ex-polícia, e eu tenho a minha cela, separado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não tem nenhum contato com ele?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – É muito difícil eu ver ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De vez em quando, vê?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – De vez em quando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conversou com ele lá no presídio?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Conversei com ele foi ontem. Ontem, estive com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você veio junto com ele agora?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Agora, vim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na mesma viatura?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Mesma viatura.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Do lado dele?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não. Ele de um lado, e eu, do outro. É separada a viatura.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No camburão ou no...

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Uma viatura... Tipo um furgão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como ele veio? Veio fechado?

O SR. – (Fora do microfone.) É uma viatura com dois compartimentos, não tem contato uma com a outra.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem ouve?

O SR. – (Fora do microfone.) Não, não. Um não consegue falar com o outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não teve nenhuma proteção de testemunha, nada, depois do depoimento?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Me ofereceram, mas, na delegacia, dia 11 de março, quando fui preso, a promotora mais o delegado me ofereceram uma porção de coisa. Mas não é por causa disso que estou negando nada, não. Não é por causa disso que estou negando nada, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conta a sua história, aí, da participação.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não tenho participação. Eu nunca participei de roubo de carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você foi preso porque você vai bonito ou mais feio?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eu fui preso porque eu trabalho para o Renato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Renato tinha envolvimento?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Renato tem participação?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – O Renato, não tenho certeza, não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você desconfia?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não desconfio também, não. Eu sempre trabalhei no caminhão dele, eu sempre viajava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O caminhão dele transportava o quê?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Era eu que carregava as carga para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para onde você carregava?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eu ia para São Paulo, carregar tijolo de Três Rios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a carga, você tinha documentação, tudo?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Tinha, tinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você sabe quem eram os clientes para quem você entregava?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Entregava mais em obra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em obra? Era material de construção?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você levava de Três Rios para onde?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Era cimento, cimento de Barroso para Três Rios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá na região, mesmo?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – É, lá mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tinha depósito de material de construção?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, ele não tinha, não. Era frete.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era só o frete?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Era só frete.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Terceirizava o transporte?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se você não quer colaborar, não quer confirmar, não sei... Você não quer a proteção à testemunha, não quer falar reservadamente com a gente?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, não, não. Eu não posso falar uma coisa que não participei, não vi.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Olha, você, aqui, está diante de três Senadores, o Senador Tuma, que é uma pessoa muito conhecida no País, inclusive, ligado à Polícia, dois Deputados Federais... O nosso objetivo não é prejudicar ninguém; estamos aqui apurando o problema de roubo de cargas...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Principalmente você.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Principalmente roubo de cargas. Se você estiver disposto a colaborar conosco, nós verdadeiramente podemos te auxiliar, abrandar a sua responsabilidade, a sua eventual pena, em uma condenação; podemos dar garantias a você; você pode conversar conosco sozinho, sem ninguém aqui dentro, sem gravação, sem nada, você só vai conversar com os parlamentares, mas você precisa colaborar com a gente, de realmente... Porque o nosso objetivo, nós queremos saber é quem compra carga, não é você. Você é só um peixinho; nós queremos pegar o tubarão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você está tendo uma oportunidade única.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sei como é que é.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sabe muito bem de tudo o que você fez, você assinou dois documentos, relatando a mesma história, em vários casos...

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Assinar, doutor...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, você assinou. Deixa só eu te explicar. Depois você pode negar.

Aqui você está tendo a única oportunidade de, realmente, reavaliar a sua vida. Eu peço até que você pense no seu filho – você me disse que tem ...

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Tenho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é. Você pode trilhar caminhos novos a partir da conversa que tiver conosco.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Estou sabendo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É a única oportunidade que você tem. Você não vai ter outra não.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Você quer conversar separadamente?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, senhor. Não tenho nada para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem estava sentado ao seu lado, de short, agora?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – É o Renato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você estava junto com ele? Do lado dele?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Agora estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele lhe falou alguma coisa?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – A única coisa que ele falou comigo foi: "Poxa, você está me acusando de roubo de carga? De assassinato lá em

Três Rios? Você participou de algum assassinato?" Eu falei: "Eu, não." Aí, ele falou: "Pois, é. Eu também não. Por que você não me procurou na Polinter para a gente conversar?" Eu falei: "Não tenho nada para conversar".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês tiveram contato?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Agora, ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas teve contato. Estou perguntando se teve contato, se conversou.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Só agora, cinco minutos, dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas conversaram. Estou perguntando se conversaram, trataram do assunto. Você está dizendo que sim.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Conversamos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você o seu testemunho passa a ser suspeito. Tenho a impressão de que você sofreu pressão, rapaz.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não sofri pressão nenhuma, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque está muito detalhado o seu depoimento. Você detalha bem os fatos, relaciona tudo isso.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você já foi ouvido pelo juiz?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Por isso aí? Não. O juiz nunca me perguntou sobre roubo de carga.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Não, como testemunha do homicídio.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Do homicídio, já.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o que você declarou para o juiz?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eu falei com ele que eu não sei nada de homicídio.

No homicídio no pátio, diz que fui eu que dirigi. Eu nunca dirigi carro nenhum de homicídio no pátio! Homicídio de José Luís. Eu nunca dirigi carro nenhum do homicídio de José Luís!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Homicídio de quem?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Homicídio de José Luís. O cara é meu compadre. Como é que eu ia dirigir o carro e matar o cara que é meu compadre?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas quem é o Tetinho?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Esse cara eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é seu compadre?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Zé Luís.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que foi morto?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o casal que foi morto?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Lá no pátio?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Então, ele disse que fui eu que dirigi o carro. Eu não dirigi carro nenhum, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas é Zé Luís ou Tetinho?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, eu sou acusado da morte do Zé Luís.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantos depoimentos você deu?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Fui em delegacia uma dez vezes. Saí do Rio e fui em delegacia uma dez vezes mais ou menos.

O SR. RELATOR **(Oscar Andrade) – Pois é, mas você fez quantos depoimentos? Você lembra quantos assinou?**

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Assinei muita folha lá.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E por que você assinou? Você foi ameaçado?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eu assinei, porque o delegado chegou perto de mim... No dia 11 de março, quando fui preso, eu falei para ele: "O que eu tenho que falar só falo em juízo ou perante o meu advogado". Ele falou assim: "Então, está bom." Eu fui e o meu advogado chegou lá, mais ou menos às onze e meia da manhã. Não estou recordando o horário direito. Ele falou para o meu advogado assim: "Eu não posso tomar o depoimento dele agora". O advogado: "Por causa de quê?" "Porque agora o escrivão tem que fazer não sei o quê. Só às oito horas da noite".

Às oito horas da noite, o delegado veio em mim – o Dr. Mário Arruda – e falou assim: " O seu advogado não veio. Te abandonou, está vendo? Tenho que pegar o seu depoimento agora." Eu falei: "Só falo perante

o juiz." Ele falou assim: "Não tenho tempo disso, não, rapaz. Você fica vendo televisão, essas coisas todas. Está pensando que aqui é assim? Não é assim não". Falei: "Perante o juiz, né?" Respondeu: "Então tá." Quando foi dez horas da noite, ele me tirou, me tirou e me levou para a sala lá e me botou saco na cabeça e me deu uma porção de paulada. Falei assim: "Doutor, pára de me bater. O que o senhor quer?" Ele falou assim: "Eu quero que você assine e confirme em juízo. Mais nada".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que não tem nada para ouvir aqui, Dr. Paulo Lacerda. Não adianta, é perder tempo, porque ele está manipulado e vai começar a fazer acusações.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ele depois... Perante a promotora também?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Promotora também.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E a promotora também pôs saco na sua cabeça, bateu também?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – A promotora me prometeu um montão de coisa.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E aí você assinou?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Te prometeu?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Me prometeu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está com raiva porque não foi cumprido?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, não estou com raiva de nada não. Depois é que fui analisando direito e vi que isso não está certo, porque isso não é verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se prometermos aqui, você assina qualquer coisa?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, agora não assino mais não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Agora não assina nada?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não assino mais, não. Pode me matar, pode me bater, que não assino mais não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pedro, até entendemos a sua mudança de comportamento em relação ao depoimento que você deu na Polícia. Quer dizer, um raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Sabe que não cai, né?

Dizer que você foi lá e aconteceu isso na Polícia, aconteceu isso no Ministério Público... No Ministério Público não batem em ninguém, não surram ninguém, não exigem de ninguém. Conhecemos bem e você sabe disso. Então, não adianta o senhor pensar que nos engana. Sabemos que o senhor está sabendo, e é bom que o senhor saiba que estamos sabendo que o senhor sabe. É bom deixarmos as coisas bem claras entre nós. Mais do que isso: sabemos que o senhor foi ameaçado. Claro que o senhor foi ameaçado. Agora diz "nem que me matem", porque tem medo que matem o senhor lá.

Nesse aspecto, temos a compreensão de que alguém que foi ameaçado e corre risco de vida pode chegar aqui e desdizer tudo que disse, mentir, negar. Até compreendemos isso. Mas é bom saber que não vamos nos enganar com isso.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É claro que vamos cobrar.

Aliás, Sr. Presidente, quanto a esse aspecto, penso que temos de cobrar das autoridades do País, fazendo constar no relatório da CPI. Não tem sentido uma pessoa entregar o nome de dois policiais, dando dados, detalhes, fato, dia, local, hora, roupa...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Inclusive, auto-incriminou-se.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Se o auto foi forjado, como a autoridade saberia dos detalhes?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso é verdade.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O que é quebrar coco?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eu também não sabia.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Estou perguntando se o senhor sabe o que é quebrar coco?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Vim saber agora. Quebrar coco é matar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o senhor é bom motorista?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sou motorista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E é bom?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Bom motorista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu sei. Pegaram o senhor porque é bom. Então, o que acontece? Ele está dizendo isso, e não posso tirar o direito dele de proceder assim, mas isso não quer dizer que estou lhe dando razão, que o senhor é santo. Não. O senhor é tudo o que disse ao seu respeito aqui. Tanto o é que disse. Se não o fosse, não o diria. Compreendo que venha negar. O senhor pode pensar: vou reafirmar isso, eles serão condenados, mas me pegam e me matam, porque têm poder. O senhor está com medo. Não vou tirar a razão desse medo. Agora, não pense que vamos aceitar que diga que é mentira, que apanhou na delegacia, que a promotora lhe passou conversa. Isso é conversa para boi dormir. Tudo o que o senhor disse é verdade. Contudo, não tiro do senhor o direito de negar, embora tudo seja verdade. Grave na sua cabeça que os Deputados e Senadores sabem que o que o senhor disse é verdade e também por que o senhor nega as suas afirmações anteriores. O senhor vai negar porque está com medo, e não tiro sua razão porque esses loucos matam mesmo.

Precisamos que a CPI tome o exemplo dele como lição. Quando pegarmos alguém que entregou outras pessoas, temos que tirá-la do esquema. Do contrário, a pessoa vem aqui e nega. Assim, não vai preso nem ele, nem o outro bandido, porque não sobra ninguém. Prefiro que lhe dêem proteção, que lhe tirem de lá e até que lhe dêem mordomias, embora seja bandido, para que possamos prender os outros bandidos. Da maneira como está, não vai o senhor e ninguém mais para a cadeira. Daqui a uns dias estará solto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele vai. Gostaria de esclarecer uma coisa. Pedro, você não sabe o que é roubo de carga. Você é o chamado pé-de-chinelo. Os grandes mandam você e alguns outros fazerem o serviço, mas quem ganha muito e quem não será acusado, tocado, porque você está agindo dessa forma, são os grandes, as pessoas responsáveis. Mas você quer pagar por eles. Vai pagar. E vai continuar assim até encontrarmos – como já aconteceu – pessoas de coragem que querem mudar de vida, que não querem mais participar dessas coisas.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Posso falar?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Este mês, o delegado esteve na Polinter. Ele me perguntou se eu queria depor na CPI do Roubo de Cargas e respondi que não queria. Ele disse que eu era obrigado a vir. Primeiro, ele me pediu para vir, depois, falou que eu era obrigado. Não o entendi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele deveria estar perguntando se você queria vir colaborar. Vou repetir, você está tendo a chance única de se safar de muita coisa. Não prometeremos mentiras, o céu, para você. Mas você pode atenuar em muito sua culpa em tudo que aconteceu se, realmente, resolver colaborar de forma forte e contundente. Agora, sim, você está diante de Senadores e Deputados. Agora, sim, o senhor tem a chance verdadeira. A promotora iria pedir a sua inclusão num programa de proteção à testemunha, o delegado e o juiz podiam querer te ajudar, mas nós, não, temos o poder de fazer isso verdadeiramente, e rápido. Daqui, o senhor não vai ter mais contato com eles. É a única chance que o senhor tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Veja bem, Pedro, a CPI pode te dar o apoio suficiente para que saias da Polinter. Para que o senhor vire testemunha, com proteção. Porque não adianta para a CPI que o senhor fique lá à mercê dos bandidos. Não queremos que os verdadeiros bandidos, que são os grandes e que, se não são grandes, estão crescendo e vão ficar maiores, fiquem impunes. Precisamos de uma testemunha que seja macho, que colabore, que diga, que receba o apoio da CPI e que entre para o programa de proteção. É isso que queremos te oferecer, mas o senhor tem que chegar lá e dizer o que é. Tu sabes o que é, aliás, tu já disseste, mas é preciso confirmar, dar detalhes. Temos o teu depoimento como verdadeiro, ainda que tu digas que não é, porque é rico de detalhes. Tu contas qual dia, qual hora, qual lugar, qual carro, qual cor, qual pessoa, se estava de moto, chegou com não sei o quê, deu tantos tiros, ouviu os tiros, estava lá e disseram que mataram duas pessoas e no outro dia estavam lá os dois mortos, etc. É um roteiro de filme, montado. Tu não és roteirista de novela?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A Janete Clair ganha de ti. O que tu estás dizendo não é imaginação. Tu não inventaste aquilo ali e nem o delegado e a promotora inventaram. Como é que a promotora ia inventar a mesma coisa que o delegado, com a riqueza de detalhes, se não sabe nem onde é a estação? Porque tu contaste, dando a riqueza de detalhes, e eles redigiram e tu assinaste. Sabemos que isso é verdade.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Mas não participei desse crime. Posso ser condenado por esse crime, mas não participei. Minha família está passan-

do fome, estou há oito meses preso e agora, há dois meses e pouco, é que estou tendo advogado. Todo mundo está juntando uma mixaria de dinheiro para tentar me defender. Se eu tivesse um advogado no dia, penso que não estaria preso. Não tinha falado nada, não tinha assinado nada, não tinha feito nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor hoje está tendo a chance.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Pedro, o senhor disse que não participou do crime, mas como é que o senhor foi preso com a acusação de ter participado? Por que o senhor foi acusado?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Quando fui preso, o delegado falou que eu estava denunciado no crime do Zé Luís. Eu disse que estava tudo bem, que todo mundo havia me visto no velório e como é que depois de cinco meses eu era o principal suspeito? Não tem jeito. Ele disse que era porque o carro que levou o cara é um carro igual. Eu falei: o que é que tem? Tem uma porção de carros iguais.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Mas esse álibi não vale. O fato de o senhor dizer que o Zé Luís era seu compadre e que o senhor foi ao velório não justifica nada. O senhor veja o exemplo da filha que tramou o assassinato dos pais e foi chorar no enterro. Portanto, isso não é prova.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Matou e foi chorar no velório.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não afirma, em momento algum, que matou.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nem sabia que iam matar?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não sabia de nada, não dirigi carro nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tu foste lá, mas não sabia que iam matar?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, não teve nada disso. Nego o depoimento todinho que dei no fórum e na delegacia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que houve?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pode fazer o protesto na OAB, doutor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é advogado dele?

(INAUDÍVEL, intervenção fora do microfone).

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E desse aqui, o senhor é advogado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor, por favor, retire-se. O senhor não é advogado dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não é advogado dele, então se retire.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vamos pedir à segurança para retirá-lo do recinto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – É advogado do outro cara que está aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Claro, porque ele está louco de medo que ele entregue. Essa cena do advogado é característica. Na verdade, é uma forma de intimidar, ameaçar, conferir.

(O Senador Geraldo Cândido assume a presidência)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Mais alguma pergunta ao depoente?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pedro, você está vendo o que está acontecendo, não é?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Estou vendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Há até um advogado que nem o conhece querendo defendê-lo. Você o conhece? Não, não é?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Meu advogado também deve estar aí, mas não deve ter encontrado este lugar aqui, não. Ele vinha me visitar hoje na Polinter.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não quer colaborar?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se você colaborar conosco, vamos falar com o juiz para que o solte da Polinter, para que lhe garanta proteção, para desmontarmos a quadrilha. Você sabe que há uma quadrilha roubando carga e matando pessoas.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não sei, não. Eu estive trabalhando com o Renato durante um ano. Depois, saí e fui trabalhar de biscate em uma empresa onde trabalhei empregado. Depois, ele descobriu que eu trabalhei para o Renato e também não me quis mais.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Pedro, quando você trabalhou para o Renato, você levava para São Paulo caminhão carregado de tijolos, não é isso?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Tijolos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – E o que você trazia de volta? O caminhão vinha vazio?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sempre vinha vazio, só com os paletes. O tijolo é paletizado. Na firma, levávamos o tijolo. Ganhávamos um dinheiro para trazer o palete de volta. O caminhão vinha vazio com carga garantida de volta de novo. Eu só fazia isso.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Vamos dispensar o depoente.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Vamos convocar o outro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Solicito escolta, por favor, para levá-lo. Deixem-no separado lá. Não o deixem junto com os outros.

A SRª. TELMA DE SOUZA (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, antes de ouvirmos o próximo depoente, eu gostaria de fazer uma observação sem ninguém na sala.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Após a retirada do depoente, a Srª Deputada quer fazer uma observação.

A SRª. TELMA DE SOUZA (Bloco/PT-SP) – Muito rapidamente. Em que pese o acontecimento de agora, seria prudente que a Comissão realmente não entrasse em outras subdivisões do problema do roubo de cargas até para a própria política da Comissão. Embora o advogado não fosse o advogado do depoente, não podemos abrir flancos para outras situações. É essa a observação que faço para que não tenhamos problemas futuros.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma consideração para a ilustre Deputada. S. Exª chegou agora. E a questão do homicídio está ligada à questão do roubo de cargas, porque é queima de arquivo. Não é apenas um. São vários homicídios ocorridos nesta região como queima de arquivo. Assim, invariavelmente, temos de entrar por esses meios e acabar perguntando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os crimes são correlacionados. Foi assassinado um casal que ia denunciar.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Também pode haver o problema de drogas no meio.

A SRª. TELMA DE SOUZA (Bloco/PT-SP) – Sim. No final, sabemos que é esta a realidade, lamentavelmente. Que tenhamos o cuidado na formulação de perguntas para que não ofereçamos nenhum tipo de flanco. É apenas uma sugestão. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Façam adentrar o Sr. Renato Demétrio de Souza. (Pausa.)

O seu nome é Renato Demétrio de Souza?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Renato, o que o senhor está assinando é um compromisso de falar a verdade, tão-somente a verdade. O senhor se compromete?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está OK.

Sr. Renato, V. Sª foi Policial Militar?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual era o seu posto na Polícia?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – SDPM, ou seja, soldado da PM.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Soldado?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª saiu da Polícia?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por quê?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu fazia cobrança de cheques, quando estava de folga, e prenderam-me como se eu estivesse fazendo uma extorsão. Então, excluíram-me da PM.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por extorsão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª foi excluído da PM por extorsão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor. Eu cobrava cheques.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Certo, mas a acusação foi de extorsão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor, de extorsão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A sua alegação era de que estava cobrando cheques, mas a decisão foi outra.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu realmente cobrava cheques.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Certo, mas a decisão da PM de excluí-lo foi por extorsão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Hoje, V. Sª está preso, não é?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por que V. Sª está preso?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Estou respondendo conforme o art. 121 do Código Penal.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Art. 121?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o fato?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Homicídio.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas qual é o fato?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Foram assassinadas duas pessoas em Três Rios, e estou sendo acusado de ser o praticante do crime.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Junto com quem?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Com meu irmão.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Qual o nome do seu irmão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Roberto de Souza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem mais?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É o Robertinho?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É o Roberto de Souza, Sargento da PM.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o apelido dele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Meu irmão não tem apelido. O nome dele é Roberto de Souza.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é Robertinho?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É Roberto de Souza.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Roberto de Souza é o nome do seu irmão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele foi acusado de matar quem?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – No momento, não me recordo dos nomes das vítimas. No fórum, até tomei ciência, mas agora não lembro. Sei o apelido de um deles, que era Tetinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem o acusou?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Parece-me que foi a irmã da vítima.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A irmã da vítima acusou V. Sª?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ela e quem mais?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Pelo que sei, a principal testemunha dessa acusação é a Srª Penha, irmã da vítima.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A que horas ocorreu o assassinato?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não me recordo, Excelência, porque não fui eu que pratiquei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas V. Sª ficou sabendo.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, mas não me lembro. Tomei ciência no fórum, quando fui depor em juízo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas não lhe disseram o nome das vítimas, a data e a hora em que foram mortas? Foi de manhã, à tarde, à noite ou de madrugada?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Excelência, pelo que sei, esse homicídio aconteceu em 2000.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas foi de dia ou de noite?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Creio que tenha sido à noite.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª acredita que foi de noite?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, Excelência.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – V. Sª conhece o Chocolate?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Como?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – V. Sª conhece um rapaz cujo apelido é Chocolate?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele trabalhava para mim quando fui excluído da PM. Comprei um caminhão, e ele trabalhou comigo como motorista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Sr. Pedro de Oliveira Alves?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O que está acontecendo com o Chocolate hoje? Onde está o Chocolate? Peço apenas um minuto.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Onde ele está?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sim.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele está preso na Polinter junto comigo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ele está com V. Sª. V. Sª tem contato com ele lá na Polinter?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tenho, senhor. Sempre.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sempre?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sempre.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – V. Sª veio junto com ele hoje?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Vim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Conversaram muito hoje?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, porque a viatura tem uma divisória: ele veio de um lado, e eu vim de outro. Conversei com ele quando já estava sentado aqui.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E lá, V. Sªs acertaram os depoimentos ontem ou anteontem?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor. Eu nem sabia que vinha depor hoje.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – V. Sª não recebeu uma intimação da CPI?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Recebi hoje de manhã.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Sr. Pedro de Oliveira Alves é o Chocolate?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele tem o apelido de Chocolate, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) V – É o mesmo Chocolate?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª sabe que ele também o acusou de ser a pessoa que foi àquele local para matar as vítimas?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Excelência, quando fui responder por esse homicídio no fórum, a própria testemunha, que é irmã do Tetinho, não me reconheceu nem me acusou diretamente por estar participando de tal crime. Fui assinar uma pronúncia em que o Juiz alega que estou sendo pronunciado, porque sabia do fato. Tenho a sã consciência e estou muito tranqüilo. Estou preso há oito meses, minha família está sofrendo, mas estou tranqüilo, pois sei da minha inocência e que ela será provada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – V. Sª conhece o Sr. Carvalho?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Da PM? Conheço, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O irmão do Pedro.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – De Carvalho?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – De Carvalho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele também participou do crime?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele está sendo acusado de homicídio também.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Trata-se do mesmo homicídio de que V. Sª é acusado?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É o mesmo homicídio.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Então, são três: V. Sª ... ou quatro?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu, o de Carvalho, o meu irmão e o sargento Augusto...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O sargento Augusto, Carlos Augusto, vereador, não é?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É vereador, sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o que é que o senhor tem a dizer para mim do roubo de cargas, dessa quadrilha que funciona lá na cidade de Três Rios?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Excelência, eu, graças a Deus, não tenho participação nenhuma em roubo de carga. Eu, inclusive, assim que fui preso na Polinter, tinha uns vinte dias que eu estava preso, me pegaram lá na Polinter para ir depor na Carga, o senhor não imagina o que eles fizeram comigo lá.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O que é que fizeram? Descreva.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu fui preso foi em março, me levaram para lá, encostaram a viatura de traseira com o mato que tem lá, e me largaram lá, dentro da caçapa, por volta de umas três horas. Eu saí de lá simplesmente todo molhado. Aí cheguei no delegado e fui falar com o delegado por que que estavam fazendo aquilo comigo, por que que eu estava naquele estado. Aí, ele virou para mim e falou para mim: "Não, me falaram que você tomou banho".

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Tomou o quê?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Banho. De ironia comigo. Aí, ele falou: "Você vai responder aqui sobre o roubo de carga. Eu falei: "Pois não. Só que não precisavam fazer aquilo comigo". E ele começou a me fazer as perguntas e eu respondi às perguntas, inclusive ele falou que tinha um montão de motorista lá para me reconhecer. Eu fui e dei graças a Deus. Falei: "Tomara que tenha mesmo, porque eu não tenho envolvimento em nenhum roubo de carga, e, se eles estão aí, melhor eles do que ninguém para fazer o reconhecimento".

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Olha o que que o Pedro disse na delegacia:

"O depoente Pedro, o Chocolate, que é teu parceiro, esclarece que pertence à organização criminosa que visava ao roubo de caminhões com carga e sua participação sempre foi de dirigir os veículos roubados".

E ele já disse aqui na CPI que ele é um excelente motorista.

"Que os envolvidos nessa organização criminosa tratavam-se dos seguintes pessoas: Augusto, o vereador...

Conhece o Augusto?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Conheço, sim senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Renato...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sou eu.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – ... que é o senhor, ex-policial militar. De Carvalho, o senhor conhece?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Robertinho...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Seu irmão.

Farias...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Conhece. Passos...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Barros...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Todos eles?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Conheço todos os policiais que estão envolvidos nisso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – O que eles eram? Policiais?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – São policiais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – São policiais militares. Além de Baiano – conhece o Baiano, não é?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Baiano?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Baiano, que é civil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ex.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Baiano? Baiano não conheço. Baiano não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – É parceiro de vocês.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, parceiro meu, não, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Sendo certo que tal organização tinha como chefes os dois primeiros citados, ou seja, Augusto e Renato – o senhor e o vereador é que comandavam.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor. Mentira. Ele falou aqui pro senhor que ele foi preso? O Pedro, ele foi preso ao meio-dia e só foi tomado o depoimento dele às 8 horas da noite? Ele falou isso pro senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – O senhor estava junto?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, mas ele comunicou isso para mim. Ele falou isso comigo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que dia que ele te falou isso?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Me falou na Polinter.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – O senhor ameaçou ele lá na Polinter?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – O que é que o senhor fez com ele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu não fiz nada. Ele nem estava preso na Polinter. Ele estava preso na Cargas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – O senhor ameaçou ele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Porque ele disse isso aqui, não, para a polícia. Ele disse isso aqui para a polícia, e disse também, Sr. Renato, pro Ministério Público. Também pro Ministério Público. A mesma coisa, sobre os mesmos fatos, com a mesma riqueza de detalhe.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Três depoimentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Tal dia, tal lugar, em tal hora, tal fato.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Excelência, se ele disse isso tudo que ele está falando aí, que ele está alegando aí, porque para mim, quando ele chegou na Polinter, não ameacei ele. Se o senhor procurar saber meu comportamento dentro da Polinter, o senhor vai ver que eu estou lá como um preso exemplar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que você acha, Renato, que você está envolvido nisso? Você tem pensado nisso, não tem? Pelo menos lamentando: "Meu Deus, o que que virou a minha vida?" Você pensou por que que você está sendo envolvido nisso?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Vou dizer uma coisa para o senhor...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você fez algum mal para o Pedro, quando ele era seu funcionário?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Pelo contrário.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pagou a ele direitinho, ajudou ele, tudo?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Paguei a ele direitinho, ajudei, sim senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tá. O delegado, alguma coisa, alguma desavença para trás?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Senhor, vou relatar uma coisa para o senhor aqui...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois não.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Falo na presença dos senhores e falo na presença do delegado também. O delegado prendeu minha esposa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Bebe um pouco d'água, você está com a boca seca.

O delegado prendeu a minha esposa, porque o advogado pediu para que ela levasse um documento para uma testemunha. O delegado foi lá e prendeu a minha esposa, a levou para a delegacia e começou a fazer com a minha esposa uma tortura psicológica.

Minha esposa jamais ia mentir para mim e nem quero que ela se envolva nisso. Ela se envolveu sem eu saber.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em quê?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Nesse meu processo tanto que ela vai ter que responder a um processo por causa desse delegado que foi lá e prendeu ela.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele prendeu a sua esposa antes?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, depois que eu já estava preso.

Na delegacia, ele começou a fazer uma tortura psicológica com a minha esposa. Ela ficava quietinha, e ele vinha "tu vai ser presa" e a minha esposa começava a chorar. Ele fez isso umas três vezes com ela. Virou para a minha esposa – não conheço esse delegado, só o vi uma vez – e falou assim "pô, tu está casada com o teu marido e não conhece ele, quem sabe da vida dele sou eu".

Quem é esse delegado para falar da minha vida? O que é que ele tem contra mim?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas isso ele já tinha ouvido...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Olha o que o Pedro diz de ti dentre os diversos roubos:

"O segundo roubo tratava-se de carga de sabão em pó e sabão de pedra conduzido para a cidade de Volta Redonda no Rio de Janeiro, sendo veículo marca Mercedes-Benz, cor verde, placa nº 1418, sendo que nesse caso Augusto e Renato acompanharam o declarante em um veículo marca Volkswagen Gol...".

O senhor tem um veículo Wolkswagem Gol?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tenho um veículo Wokswagen Golf.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Cor prata?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Cor preto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Preto. Teve?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tem. "...pertencente a Augusto e que chegando no centro da cidade de Volta Redonda, Renato assumiu a direção do auto solicitando a Augusto que pegasse..."

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Augusto tem um Golf também?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – "...no mesmo local após quarenta minutos, o que foi feito. O terceiro foi de marca Mercedes-Benz, cor vermelha, carregado com eletrodos, sendo certo que o declarante apanhou tal veículo no posto Ponto Azul, recebendo de conduzi-lo para a cidade do Rio de Janeiro no mercado São Sebastião,...".

Você sabe onde é o mercado São Sebastião?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sei, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sabe porque foi lá levar a carga.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não fui levar carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – "...Que deixasse o veículo na rua do milho quando deveria aguardar um pouco. Depois, um veículo chegaria para apanhá-lo levando onde fosse necessário. Chegou um veículo tipo chevete, cor amarelo, conduzindo o declarante até a rodoviária nova, ocasião em que retornou de Transrio. nessa ocasião, estavam presentes Augusto e Renato e o de Carvalho também".

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Negativo. Ele está mentindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele está mentindo, está fazendo um enredo de tudo isso?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Está mentindo, sim senhor. Respondo com clareza que está mentindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mentiu para o delegado, mentiu para o promotor e mentiu para a CPI.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Posso falar para o senhor o que ele falou para mim dentro da Polinter?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele falou que foram o delegado e a promotora que montaram isso tudo. Ele falou essas palavras para mim. Eu não ameacei e nem falei nada. Pelo contrário, ele é um cara lá dentro que procuro ajudar.

Não o ameacei. Ele chegou para mim e falou que foi preso ao meio-dia e só viram ele às oito horas da noite, que não o deixaram ter advogado. Isso foi o que ele falou para mim. Agora, isso tudo que ele está falando a meu respeito, digo para o senhor que é mentira.

Se ele realmente falou isso aí, não si o porquê. Eu sempre o tratei bem, sempre paguei as porcentagens dele de frete normal e nunca falou um tostão do dinheiro a que ele tinha direito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele tem medo de ti?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Medo por quê? Não sou nenhum monstro. Não sou nenhum bicho. Vai ter medo de mim por quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não precisa ser monstro, para ter medo não precisa ser monstro.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sou um ser humano como outro qualquer.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A gente tem medo de gente e o outro não é um monstro, mas pode virar.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu acho difícil.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O caminhão Mercedes-Benz, branco, placa KPL7922, Rio de Janeiro é seu?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Era, foi vendido.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quando?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tem uns dois anos e pouco que vendi esse caminhão.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Tem um registro, uma ocorrência de roubo registrada no dia 2/5/2001 na delegacia de Sapucaia, no Estado do Rio de Janeiro e este caminhão está em nome de Renato Demétrio de Souza.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sou eu.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Pois, então.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Estou há oito meses preso. Quando fui preso, já não tinha o caminhão. Tenho conhecimento desse registro, dessa ocorrência, de que esse caminhão foi roubado. E não foi uma vez só não. Ele foi roubado duas ou três vezes. Mas eu vendi esse caminhão. Deixa eu ver se me recordo. Eu vendi esse caminhão para São Paulo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor conhece o motorista Jorge Iberê de Melo Júnior?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não senhor. Jorge?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Iberê.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Iberê?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Iberê. De Melo Júnior.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Conhece o motorista José Luiz Barbosa?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – José Luiz? Conheço sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O que você sabe dele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu sei que ele foi assassinado também.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem matou ele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não sei.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor conhece o Lingüiça?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Luizinho?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor estava conversando com o Pedro lá fora?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Na hora em que eu estava sentado e que ele estava do meu lado, estava conversando sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você comentou o caso com ele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu falei com ele que a gente estava aqui para responder sobre roubo de carga. E até brinquei com ele: "Nós estamos ficando importantes. Nós estamos na CPI". Porque aqui que eu fui comunicado que era a CPI do Roubo de Cargas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era seu funcionário?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Era, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o trabalho que ele fazia?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele era motorista do meu caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando o senhor conversou com ele agora, houve algum tipo de ameaça ou ele se justificou porque fez o depoimento?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teve algum outro contato com ele antes desse depoimento no presídio?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor. No presídio, a gente está sempre em contato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês estão sempre em contato?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É. Sempre em contato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês estão no mesmo presídio?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu trabalho também ajudando na carceragem, fazendo faxina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele te ajuda?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele ajuda. E eu também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês estão juntos.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Só que eu só fiquei sabendo que vinha depor hoje.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Então quer dizer que habitualmente você fala com ele lá?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Falo sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que ele se sentiu depois de fazer o depoimento, acusando o senhor e outras pessoas? Durante as conversas, ele fez alguma justificativa?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Lá na Polinter, quando a gente estava conversando, ele chegou para mim e falou que não falou nada disso, que quem fez isso foram o delegado e a promotora, que ele foi preso ao meio-dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está algemado?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor. Ele disse que foi preso ao meio-dia, que só ouviram ele às oito horas da noite, que o delegado não deixou ele ter um advogado lá, que o delegado foi e falou que ele tinha que acusar a gente. Inclusive, estou-me recordando agora, na semana passada ou retrasada, não me recordo bem, o delegado esteve na Polinter e chamou o Pedro. Eu não sabia que ele tinha estado lá. Chamou o Pedro e virou para o Pedro e falou assim: "Olha, você vai ter que depor na Cargas, no Roubo de Cargas, e vai ter que acusar ele, hein?" Depois que o Pedro voltou lá para dentro, que eu fiquei sabendo. E ele relatando para mim que o delegado tinha falado isso com ele. E que ele falou que não faria isso, que ele não teria como acusar ninguém por roubo de cargas. Aí o delegado falou para ele: "Não, mas vamos resolver isso aí. Eu vou te levar para Três Rios. Você vai ficar lá perto de mim. E quando você for depor, você acusa eles". Eu nem sabia que vinha aqui, não. Para mim, seria lá na Carga, que ia depor na Carga novamente. E o delegado esteve lá forçando que o Pedro fosse depor contra a gente. Inclusive, liguei para o advogado do Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, o senhor ligou para o advogado do Pedro?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É. Para ele ver isso aí, que o delegado tinha ido lá falar com ele que ele tinha que depor contra a gente.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E você tem advogado?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tenho sim, senhor.

Hoje? É, tenho. Mas meu advogado não está aqui, não. Mas eu tenho advogado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você não sabia que vinha para cá hoje?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor. Não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que o senhor fez contato com o advogado do Pedro? De dentro da Polinter, ligou para ele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não. A gente pede uma pessoa da visita para fazer essa ligação lá fora para a gente. E o advogado dele esteve lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esteve contigo e com ele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Esteve lá, ficou sabendo, veio na Corregedoria de Polícia e fez uma denúncia contra o delegado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O Pedro não disse a você que vinha aqui hoje?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Hoje de manhã, eu acordei. Acordo às oito horas para poder trabalhar. Aí o outro colega chegou e falou: "Você vai ter que ir depor na Assembléia a respeito de roubo de carga, você e o Pedro". Tomamos um banho e viemos para cá. Hoje pela manhã que tomei ciência que vinha depor aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não recebeu nenhuma notificação? Nada?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Só hoje de manhã que me foi mostrado o ofício, para eu vir depor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o Pedro nunca te falou nada?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele também não sabia?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Que eu saiba, não. Porque a gente estava de manhã lá, e chamaram a gente para vir depor. Acredito que ele não sabia.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Mas o Pedro sabia e falou para ele que vinha para cá. Os dois sabiam. Um fala uma coisa. Tudo foi combinado. Um fala uma coisa e o outro está caindo em contradição.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, não, Excelência. Excelência, não estou caindo em contradição. O que estou falando é verdade, está cer-

to? Fiquei sabendo que vinha depor aqui na CPI hoje de manhã, na hora que acordei. Tanto que, quando o policial chegou: – Vamos trabalhar? Respondi: – Não sei. Chegou um ofício aqui tenho que depor, vou lá para a Assembléia depor. Eu fiquei sabendo hoje de manhã. Se ele ficou sabendo primeiro do que eu, não me falou nada. Agora, eu fiquei sabendo hoje de manhã. E não estou mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E vocês ficaram conversando aí?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Fiquei conversando com ele, sim, senhor, sentado ali fora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu vi os dois.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou lhe dar mais uma dica do que o Pedro disse sobre você na promotoria e na Polícia, que não é nenhum conto, não é conto de novela e nem novela.

"Que o declarante esclarece que nunca tomou conhecimento dos receptadores das cargas roubadas e que, conforme o seu depoimento acima, sempre tinha destino outras cidades" – ele levava para outras cidades –, "lá deixando a carga em ruas ou postos de gasolina, sem saber seu destino final. Que tem conhecimento que, nessa cidade, o dono da loja de materiais de construção Confertril(?), localizada em frente à Praça Arzonval(?) Macedo, Vila Isabel, seria comprador de carga roubada. Porém, afirma que nunca transacionou com o referido cidadão, que Augusto e Renato é que tinham ligações com referida pessoa.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Mentira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele é um mentiroso de marca maior. E trabalhava com o senhor. Aprendeu a mentir lá, acho.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Aí o senhor já está me ofendendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor é que está me ofendendo com as mentiras.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Porque estamos aqui ouvindo mentiras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Olha, não vamos ter discussão aqui. O senhor respeita...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não estou desmentindo o senhor, não estou desmentindo o senhor. Estou desmentindo o que o Pedro está dizendo. E o senhor está me chamando de mentiroso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estou chamando o Pedro de mentiroso. O senhor o está chamando, e eu disse que ele aprendeu com o senhor.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Está me chamando de mentiroso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor disse que ele era mentiroso.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, se ele realmente disse esses fatos todos, ele é mentiroso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está assinado. Ele está lendo um documento do depoimento do Pedro.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Então, Excelência. Entenda a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor respeite a Comissão.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Estou respeitando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não desafie.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não estou desafiando, não, Excelência. Vim aqui para respeitar. Sou um cidadão. Estou preso, mas sou um cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. E nós te respeitamos como cidadão.

Mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, acho desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais alguma pergunta?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputada, alguma pergunta?

A SRª TELMA DE SOUZA (Bloco/PT-SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele poderia permanecer aqui mais um pouco até que terminemos, mas ele está dispensado neste momento. Peço, por favor, que a escolta o mantenha aí por mais um tempo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde está o Roberto?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Roberto é seu irmão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por onde ele anda?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele está preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – No Batalhão, em Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Em Alcântara, 7º Batalhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer tomar um pouquinho de água?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Quero, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Arruma uma água aqui para o depoente, por favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – O senhor sabe por que ele está preso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Roberto está preso pela mesma razão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele está preso... (interrompe)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Calma. (Pausa)

O senhor tinha depósito de material de construção?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tinha depósito de material de construção?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Se eu tinha depósito de material de construção? Não, eu tinha uma firma que prestava serviço para a prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só o caminhão.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Só o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, o senhor prestava serviço à Prefeitura de Três Rios?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu tinha uma firma e aí a gente entrava em licitação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Toma água, toma água. (Pausa)

Tinha uma firma que prestava serviço à Prefeitura...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É, a LJB(?).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Pedro era o motorista.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor. A firma não tinha nada a ver com o caminhão, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, sim. Ela prestava serviços, terceirizava serviços.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É uma firma de construção, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor tinha dois tipos de atividade: transporte de material de construção...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor, Excelência. O caminhão, quando eu vinha aqui para o Rio carregar, ele carregava qualquer tipo de carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, qualquer tipo. Não era só material...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não era só uma carga, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É porque o Pedro falou aqui em tijolo e material...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, carregava tijolo, quando carregava lá em Três Rios, porque lá só sai tijolo, carregava o tijolo para Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E mais outros materiais quando era encomendado o transporte?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É, porque a gente vai para um determinado local, para ver se tem carga, aí a carga que tiver...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nenhuma vez o senhor suspeitou que uma dessas cargas era roubada?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que nenhuma delas era roubada?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – O Pedro me apresentou por umas três vezes ocorrência que o caminhão tinha sido roubado, delegacia e tudo, o pessoal do seguro veio e conversou comigo, conversou com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O caminhão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A carga do caminhão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi roubada, segundo o Pedro lhe disse.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É, ele disse e me apresentou as ocorrências.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que pode ter havido desvio, ele ter colaborado para que realmente essa mercadoria fosse desviada e, depois, com a queixa do furto, do roubo, receber o seguro? O senhor acredita nessa hipótese?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Fica muito difícil eu fazer uma afirmativa dessa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu estou levantando uma hipótese.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA –...porque eu não sei eu ... ouvi até ele mesmo falar que a carga foi desviada e para receber do seguro. Eu não posso afirmar isso ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, pela descrição da circunstância do roubo, o senhor achou que ele foi assaltado, foi com arma de fogo, como é que ele descreveu? Há registro dessas ocorrências em alguma delegacia?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tem, sim, senhor, tem sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São três?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tem um registro, acho que na delegacia de Sapucaia; acho que tem dois registros aqui na baixada Fluminense.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lembra qual era o tipo de carga que tinha?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não me recordo, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E foi localizado o caminhão? As três vezes, o caminhão foi localizado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Roubaram só a mercadoria, não é?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele foi abandonado, ele e o caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quer dizer, roubaram a mercadoria com o caminhão junto?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Com o caminhão junto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Depois o caminhão aparecia?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantas vezes?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Por três vezes, assim que ele me apresentou as ocorrências.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem localizou o caminhão, a polícia ou ele mesmo?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, a polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A polícia que localizava o caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em quanto tempo houve esse roubo de carga? Qual é o período em que houve essas três cargas roubadas?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – No período de um ano, menos de um ano?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, acho que não tinha um período de um ano não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não deu um ano e houve roubos?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Azarado esse caminhoneiro!

O que tinha nas cargas?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não lembra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não lembra?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está bom.

Se você lembrar o tipo de carga, onde foi registrado, pediria que você colaborasse com a gente.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Excelência, eu vim aqui para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu vim para colaborar, está certo, Excelência? Só que eu não posso..

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, mas, se você lembrar o tipo de carga e mais ou menos os locais onde foram efetuados o furto ou o roubo da carga, você poderia nos avisar.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim senhor, com certeza o farei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você está dispensando, só permaneça mais algum tempo até que possamos terminar. Se houver alguma dúvida, eu te chamo outra vez aqui. Está bom?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu irmão já chegou aqui. Está tudo bem.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço à Secretaria que traga o Roberto de Souza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, antes gostaria de informar que recebemos do Sindicarga, Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Rio de Janeiro, uma estatística da evolução do roubo de cargas no Estado do Rio de Janeiro, desde 1992. Essa evolução...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor tiver interesse em ver o gráfico está aqui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – ...como já detectamos em vários Estados do País, em 1992, saiu de 411 roubos, num ano, para 3.346.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só aqui?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só aqui no Rio de Janeiro. Com prejuízos, esse ano, da ordem de R$ 48 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o escolta quiser se sentar esteja à vontade. Está armado?

O SR. – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Divisão de Ocorrências no Estado e no Município do Rio de Janeiro, interior, rodovias federais, Baixada Fluminense, incidência por rodovia, incidência por tipo de carga apresenta o mesmo percentual da maioria dos Estados: alimentos vêm na frente registrando 17%; depois eletrodomésticos, cigarros, bebidas, sempre dentro da mesma proporcionalidade do resto do Estado. E há incidência por mês, por dias da semana e por horário, um trabalho muito bem feito do Sindicarga, que enriquecerá o relatório final que prepararemos até o próximo mês.

Eu gostaria que fizesse parte dos documentos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já está incorporado.

O Senhor é Roberto de Souza?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É sargento?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Terceiro sargento, PM 49.058.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está preso, sargento?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Estou, sim, senhor. À disposição da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continua uniformizado?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem autorização para andar fardado como sargento, mesmo preso?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203, do Código de Processo Penal, o senhor tem alguma razão para não se comprometer a dizer a verdade, somente a verdade perante esta Comissão?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só quer falar a verdade?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Examine aqui os dados fornecidos e, por favor, assine o termo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Roberto, onde o senhor está preso?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Estou no 7º Batalhão, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Eu só gostaria de um esclarecimento: mesmo preso o senhor continua na atividade?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, sou preso da Justiça.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Explique para entendermos o que é preso da Justiça e por que o senhor está fardado.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Até então, ainda não fui condenado, não fui expulso da corporação. Encontro-me preso, à disposição da Justiça, respondendo por um inquérito.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor está preso num quartel?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor tem alguma atividade na rua?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor veio algemado.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Seria muito esquisito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não poderia ser algemado com a farda. Seria uma desonra para a corporação.

Você tem orgulho de ser PM?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você entrou por vocação ou por que queria um emprego?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Excelência, eu moro no interior e, na época, entrei por necessidade, mas hoje se tornou vocação, devido ao tempo que tenho de Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não entrou porque gostava de ser da polícia?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Entrei por necessidade, por morar no interior, e a opção de emprego ser muito pequena, optei por isso. Fiz a prova e passei. Depois, que eu incorporei, eu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é sua ficha administrativa na PM.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Comportamento bom.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca teve nenhuma punição?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Punição por atraso de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nenhuma outra ocorrência?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Nada que desabone minha conduta, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor é casado?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tem filho?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tenho uma filha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quantos anos?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Ela tem seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu gostaria de fazer um alerta: sou policial, trabalhei 50 anos na Polícia, e a pior deslealdade que existe é o policial se envolver nas quadrilhas do crime. Você oferece a vida do seu companheiro à morte trabalhando para que ele fracasse e venha a morrer amanhã. A dignidade pessoal, de foro íntimo é a ação que você tem que ter em defesa da sua instituição e com a lealdade com seus colegas. Peço, encarecidamente, que o senhor colabore com esta Comissão para se redimir de qualquer coisa de que tenha participado e das acusações que recebeu em homenagem aos seus companheiros de farda.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tem conhecimento das acusações que pesam sobre o senhor com relação ao roubo de carga?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tenho, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Conte-me da sua participação.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Negativo, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Negativo quer dizer que não contará? Conte-me da sua participação.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não tenho participação nenhuma.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nenhuma?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que isso foi inventado contra você?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não sei explicar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Pedro?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Pedro de quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – O Chocolate.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Pedro de Oliveira?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Eu o conheço de vista, sim senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você já fez algum mal a ele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você já o prendeu?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Nunca.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Já teve alguma desavença com ele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que ele falaria de você tudo que falou?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Infelizmente, não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – À toa?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sinceramente, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – V. Sª nunca procurou saber. Afinal de contas, se alguém me acusasse de ser ladrão de carga, eu ia resistir, e eu iria atrás para saber. Eu não sou policial, e V. Sª é. Nunca interessou ao senhor e a seus colegas? A gente vê até em filme um policial sendo acusado e o outro colega faz pela vida para descobrir e provar que o colega que está preso não é. Alguém está vendo isso?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tomei ciência dessa situação depois que eu estava preso. Depois que vim preso é que tomei ciência dessa situação de que eu estava sendo acusado. E tenho condições de dizer que tudo que foi levantado é falso. Com certeza ele pode ter sido manipulado por alguém para poder prejudicar a gente, não sei por quê. Muita coisa que tem acontecido com a gente agora, nesse processo, muitas coisas que foram levantadas...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Qual processo?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Nesse processo que está falando do roubo de carga, onde Pedro me acusa.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – E V. Sª está preso porque está acusado de homicídio?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – E com relação ao homicídio, o que V. Sª a dizer?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Nego também. Não tive participação nenhuma.

O SR. MOREIRA MENDES – Nenhuma?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Homicídio de quem?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Homicídio.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu sei, de quem?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Dá licença. Estou sendo acusado de dois homicídios, um duplo, de um casal; e um simples, de um rapaz. Nego tudo isso, porque eu não estava, não participei e tenho certeza do que eu estou falando. Não estou aqui diante desta Comissão...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Escute o que o Deputado vai ler para o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª conheceu o Tetinho?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Já ouviu falar?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Já.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem é?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Na época que eu trabalhava em Três Rios, ele era citado como traficante, que fazia movimento na área. Mas nessa época eu já trabalhava como interno, não estava mais na rua.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem matou ele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Se eu sei quem matou?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não sei, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas V. Sª está sendo acusado.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Estou sendo acusado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª sabe da acusação?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Se eu tenho ciência?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É. Quem o acusou?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Segundo li na pronúncia foi a irmã dele, me parece que uma irmã.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A irmã dele e quem mais?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Uma irmã dele e depois o Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem do casal tem policial militar na família, desse casal que foi morto?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Se tem parentes? Tem, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na polícia militar.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Eles têm um cunhado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cunhado dele ou da esposa?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Cunhado da vítima.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas foram os dois vítima! Esse cunhado é irmão de quem?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Cunhado do rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cunhado de um PM?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, o cunhado do rapaz que faleceu é policial militar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É casado com a irmã dele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo. E me parece, não tenho certeza, que ela tem um filho que é policial militar, a irmã da vítima, do rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que está tudo em família.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª tem a cópia da pronúncia?

O SR. ROBERTO DE SOUZA –Tenho, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª está com o advogado aí?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor; não deu tempo de eu informar porque me chamaram agora. Eu nem sabia que eu vinha aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Aqui não temos a pronúncia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe que dá constrangimento?...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É, fica até chato. Estando com a farda, é autoridade. A gente respeita. É prática da polícia, eu penso. Se foi preso, fica sem a farda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É estranho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas aí ele está como... Quando há farda, é autoridade. A gente respeita, no caso, a polícia militar pela farda e depois pela pessoa. É a farda que indica que ele é autoridade. Se o encontramos na rua, vemos que é autoridade. Na verdade, é um preso e um preso não tem autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª pediu a ele um documento?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Eu pedi-lhe a pronúncia.

(Comentários entre o Deputado e o Presidente fora microfone.)

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Excelência, só estou com a sentença.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já teve sentença?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Está escrito ali "sentença".

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Deve ser a sentença de pronúncia.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É de pronúncia, sim, senhor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Deixe-me ver o final da pronúncia.

(Pausa.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Quem é que está lhe acusando?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Na sentença, Dona Maria da Penha, que é a irmã da vítima, do rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lembra o nome do rapaz?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – O nome do rapaz?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O outro Sargento, o Vereador, deu o apelido dele aqui.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Ele é conhecido como Tetinha ou Tetinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – E o nome dele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – O nome eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era traficante mesmo?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Segundo lá, ele fazia um tráfico de drogas. Parece-me que até têm, nas brochuras dos DPOs do pelotão da cidade, várias denúncias relacionadas ao nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A esposa dele estava grávida mesmo?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Estava, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foram mortos os dois juntos?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não sei, não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Roberto, você está preso no batalhão?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Você declarou que conhece o Chocolate?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Conheço de vista, sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Nunca teve contato com ele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Muito pouco de falar, porque a cidade lá é pequena. Eu o conheci como motorista de ônibus. Depois, ele veio até a trabalhar com meu irmão. Só que meu irmão mora em Paraíba do Sul, e eu moro em Sapucaia-Anta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem trabalhava para o seu irmão?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Que veio a trabalhar para ele.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Chocolate.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era assessor do seu irmão?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não. Trabalhava junto com ele. Não sei se ele era motorista para ele, ele dirigia para ele.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – O irmão não é o Vereador?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, não. Meu irmão é o Renato Demétrio.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Depois de preso, você teve algum contato com o Chocolate?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor. Estou há oito meses preso...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Hoje, você falou com ele ali?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Nem vi ele ali, Excelência.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Com seu irmão você tem tido contato?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Só quando minha irmã visita ele é que me comunica. Às vezes, vai me visitar e leva... Fala como estou, pergunta como estou. Esse é o nosso contato, porque ele está na Polinter, e eu estou no 7°.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Você tem advogado?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tenho, sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – É o mesmo advogado do seu irmão?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É, sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – É o mesmo?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É o mesmo, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece o Renato Demétrio de Sousa?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É meu irmão, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É seu irmão também?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Ele é o meu irmão, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é que é seu irmão.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele trabalhava com o Sargento e Vereador Carlos Augusto?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor. Eles eram conhecidos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca trabalhou?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca trabalhou junto?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não. A não ser na Polícia, porque o meu irmão é ex-PM.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, eu sei. Dentro da Polícia, não, mas na Câmara de Vereadores, como assessor?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Veja bem o que diz o Pedro. Você conhece o depoimento do Pedro?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Nunca leu o depoimento dele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu advogado já dele ter lido.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É, mas não foi passado nada para mim, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Ele diz que, no dia e mês, foi procurado por Robertinho, policial militar... Quem é Robertinho?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Meu nome é Roberto de Souza, mas eles me chamam de Robertinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Ele lhe chama de Robertinho. Então, o senhor é Robertinho. De Carvalho? Conhece?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Conheço, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Policial Militar.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – E Baiano, Civil, os quais o convocaram para sair, ocasião em que disseram que iriam quebrar uns cocos, nada informando sobre o local ou o que seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe o que é quebrar coco?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Na gíria popular, isso é tirar a vida de alguém.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Isso não é gíria popular.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na Polícia.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Desculpe, eu digo popular entre ...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Na gíria militar.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Na gíria militar. Desculpa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Entre a corporação. Não é popular.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Coloquei mal, desculpe-me.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Está bom.

O veículo utilizado foi um Fiat Tipo Uno, cor verde. Conhece?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Não sabe?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Partindo, por determinação deles, para o Pátio da Estação. O que é Pátio da Estação?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Pátio da Estação é um bairro localizado na cidade de Três Rios. É onde impera o movimento de drogas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Chegando ao local citado, eis que os indivíduos mandaram o declarante manobrar, deixando o carro em ponto de partida de frente, pois não haveria demora, sendo certo que o declarante nesse momento viu chegar também ao local, pilotando uma motocicleta cor azul, não sabendo informar a marca, Augusto, Sargento da Polícia Militar..."

Você conhece o Augusto?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Vocês formaram um time pesado.

"...à época, candidato a vereador, o qual atualmente exerce o mandato, sendo certo que o (...) foi de encontro aos outros, ou seja, a Robertinho de Carvalho e Baiano, onde, todos juntos, se deslocaram ao local para a perpetração do crime de homicídio, o que realmente ocorreu. Esclarece o declarante que, do local onde se encontrava, não deu para averiguar a cena do crime. Somente ouvindo os disparos de arma de fogo, não podendo afirmar quantos. Após, todos juntos, voltaram ao local onde estava o declarante, ocasião em que Augusto pegou a motocicleta e saiu depressa e os outros entraram no veículo determinando que saíssem dali rapidamente, de modo apressado, ocasião em que após todos tomaram destinos diversos. Em comentário, na saída do local, eles informaram que tinham quebrado um casal, não declinando nomes, sendo certo que o declarante somente ficou sabendo no dia seguinte os nomes, não sabendo dizer agora, face não ter se ligado".

Olha, Roberto, isso tudo que está acontecendo, vi aqui o que falou o Augusto, Sr. Presidente – eu captei a mensagem -, dizendo: "mas era um traficante, o meu filho entrou no mundo da droga e..."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o seu sobrinho, não é?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É o seu sobrinho?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu sobrinho é usuário de drogas?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, ele não é irmão. O irmão dele é o outro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – O que você é do Augusto?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o filho do Sargento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – O que você é do Augusto?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sou conhecido. Apenas conhecido, colega de trabalho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – O Augusto não é nada teu?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Pois é, o Augusto tentou com isso querer justificar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por isso eu perguntei se era o fornecedor de drogas dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Tipo assim: "merecia morrer porque era traficante". Eu não tenho Paixão alguma por traficante, mas não acho que eles mereçam o esquadrão da morte. Aqui vocês formaram o esquadrão da morte.

Não acho que eles mereçam o esquadrão da morte. Mas o que é pior – e esse não é um fato isolado. Vocês formaram um esquadrão para eliminar um traficante, que em um primeiro momento vocês podem até entender que está bem – o que não acho –, mas, com certeza, vocês continuaram perpetrando outros crimes, roubando carga. Roubando de tudo um pouco.

Veja o que ele narrou lá na frente: "Robertinho e Farias, que estavam andando e chegaram em um posto, lá deixando o veículo ainda ligado e que pediram que saísse para fora do caminhão. A ação deu-se da seguinte maneira a saber: que esse caminhão estava trocando pneu no acostamento quando chegaram juntos Robertinho, Farias e Baiano" – ou seja, dois policiais militares – ameaçando o motorista com arma de fogo, o qual foi colocado dentro do carro de passeio, um Santana vinho pertencente a Baiano; que o declarante acabou de trocar o pneu" – ele trocou o pneu. Veja a riqueza de detalhes. Pegaram o caminhão na estrada, que estava trocando o pneu e aí vocês fizeram o atraque, prenderam no carro, o Santana. Ele, o Chocolate, terminou de trocar o pneu – "e seguiu para local acima mencionado. Em seguida, informa da participação de todos, menos de Augusto e Renato..." – veja bem que ele está colocando o Augusto e Renato em uma série de crimes. Aqui consta que todos participaram da quadrilha. Só que nessa aqui o Augusto e Renato não estavam – "...no roubo perpetrado no caminhão carregado de madeira, fato ocorrido no município de Vassouras, tendo como veículo de participação um Fiat de cor preta, pertencente ao policial militar Farias e mais um veículo Fiat Tempra, cor vinho, pertencente ao policial militar Roberto..."

Você tinha um carro desses?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tinha um gol.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – E não tinha um veículo Fiat Tempra?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tive um Tempra também, senhor, cor vinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Pois é, ele sabe tudo. "...Roberto, conhecido como Robertinho; que a ação se deu da seguinte forma: em uma subida, quando o veículo se dirigia em baixa velocidade, eis que baiano subiu no veículo citado pelo lado do motorista e que Robertinho" – o senhor – "subiu pelo lado do carona, rendendo o motorista, ameaçando-o com armas de fogo, determinando que parasse no acostamento, ocasião em que o declarante assumiu o volante e foi de motorista. Porém, ao parar em um posto de gasolina, verificando a carga, observaram que não compensava, sendo a mesma abandonada juntamente com o motorista, não sabendo se houve registro desse fato".

Aí vem; "sobre a carga de açúcar..." E segue citando. Não vou ficar perdendo tempo aqui lendo.

Ele cita toda a história do roubo da carga de açúcar, com a sua participação também. Ou seja, vocês formaram uma quadrilha para fazer justiça em relação a um traficante, para matá-lo, como um esquadrão da morte e uma quadrilha para furtar carros. Estavam acima do bem e do mal, da lei. Matavam para fazer justiça, na visão de vocês, e furtavam para satisfazer suas necessidades. É o que está acontecendo. É lamentável, porque o roubo de cargas alastra-se no País.

Aqui estão os dados fornecidos pela Associação dos Transportadores do Rio de Janeiro mostrando o crescimento do roubo de cargas. Os crimes envolvem o bandido que assalta o caminhão, é o caso do baiano; envolvem os empresários que receptam e maus policiais, que intermedeiam. Não há uma quadrilha organizada se não houver um policial com logística, metodologia, informação e conhecimento para contar o que vai acontecer.

O senhor faz esse papel usando a farda. Chamamos a Polícia, chamamos o de Souza, vem um bandido. Chamamos um bandido e vem o de Souza. O que é isso? A que ponto chegamos? É isso o que queremos desbaratar. É o que não dá mais para aceitar em nosso País. É lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há mais alguma pergunta?

Está encerrado.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não tenho direito de defesa?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer falar mais alguma coisa?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Gostaria de solicitar que outras pessoas viessem depor como, por exemplo, o Pedro.

Só recebi acusações. Não tive um momento de defesa. Estou sendo acusado por atos que não cometi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está sendo acusado pela leitura dos depoimentos.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Estou sendo acusado por coisas que não cometi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor quiser falar mais alguma coisa.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tenho depoimentos que são relacionados aos homicídios. Fui pronunciado por um homicídio no qual a testemunha diz tudo o que estava acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pode fornecer à Comissão.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Ele diz que foi forçado a apontar-me e ao Sargento Augusto, por meio de fotos. Fui reconhecido dentro do Fórum de Três Rios pela testemunha. Eram 5 pessoas acusadas, mas não houve mais ninguém para sentar do nosso lado e fazer o reconhecimento. Foram os 5 sentados, enfileirados, para serem reconhecidos pela testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um problema da Polícia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Qual era a testemunha?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – A Dona Maria da Penha.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – E o Chocolate precisava de fotografia para reconhecê-lo?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Excelência, é o que estou falando: chamem-no para depor. Eu não sei. Sinceramente, ou ele é insano...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Ele já depôs.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos cuidar disso. Está registrado o que o senhor falou.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Está bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Ele tem que aguardar a folha. Foram tirar cópia e vão devolver.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor espera um pouco para pegar o documento que emprestou: a sentença de pronúncia.

Qualquer outro documento que o senhor julgar necessário pode encaminhar à Comissão.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Entrego a quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mande para a Comissão que aqui mesmo alguém encaminhará à Brasília. Esteja à vontade.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor, por favor, espere um pouquinho.

Muito obrigado, agradeça ao Comandante.

Quero comunicar à Comissão que o Evandro de Paulo Torquete justificou sua dificuldade de vir. Se os senhores Membros concordarem, solicitarei à Polícia Federal que providencie a oitiva do Evandro e as acareações que sentirem necessidade durante o depoimento.

O SR. – Não dá mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não dá mais tempo.

Depois, farei um ofício à Polícia Federal para ouvir o Evandro. V. Exªs estão por dentro do assunto. O depoimento ficaria até mais fácil. Se houver necessidade de acareação entre alguns dos elementos envolvidos já faremos constar do ofício para que não haja dificuldades com a Justiça.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma solicitação. Ontem fiz um requerimento a V. Exª para ouvir uma testemunha, um bandido, o maior ladrão de cargas do País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De Uberlândia?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Sim, de Uberlândia, Minas Gerais. Quero, Sr. Presidente – até em homenagem ao trabalho da CPI e considerando que ele é o maior ladrão de cargas do País , o Valtenir Bueno, (?), que é tido e havido como um dos maiores ladrões de carga do País, inclusive especialista no roubo de agrotóxico.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que, se fosse da intenção de V. Exª ouvi-lo ainda antes do encerramento da CPI, pudéssemos, para a mesma reunião, convocar o Evandro de Paula Torquete (?) e o Carlos Marra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pede o deslocamento da Comissão até Uberlândia?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, Sr. Presidente. Já que vamos ouvir o Valtenir Bueno em Brasília, faríamos, então, a última reunião de oitiva da CPMI, e ouviríamos os três.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou dar por aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vamos incluir, então, o Evandro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Faço esse requerimento, então, pedindo a inclusão do Evandro de Paula Torquete e do Carlos Marra. Que ouvíssemos esses três na CPMI, em Brasília.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em Brasília?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em Brasília, na semana que vem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Acompanho o Deputado no requerimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer e pedir a V. Exª que me permita sair antes, porque já estou atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já estamos encerrando. Apenas para encerrar, eu gostaria de agradecer ao Presidente da Assembléia.

A SRª TELMA DE SOUZA (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, antes de o senhor encerrar, eu gostaria de fazer uma solicitação à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não!

A SRª TELMA DE SOUZA (Bloco/PT – SP) – Como sou autora de um pedido de CPI sobre a questão portuária, e como ela finda este ano, porque teremos um outro mandato no ano que vem, eu já queria promover a repetição desse pedido e, inclusive, receber os documentos particularizados sobre a questão da ação do roubo de carga nos portos brasileiros, particularmente no porto de onde venho, Santos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria à Secretaria que providenciasse, inclusive o caso de ontem também, do roubo das bobinas de aço, que é do porto do Rio, que deverá servir.

A SRª TELMA DE SOUZA (Bloco/PT – SP) – Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Assim, dou por encerrada a reunião, não antes de agradecer ao Presidente da Assembléia, à Polícia Militar, à Polícia Federal, pelo entusiasmo na investigação do caso que foi apresentado aqui. Estou providenciando um ofício de agradecimento direto ao superintendente.

À Polícia do Estado também vamos agradecer por toda a segurança e carinho que nos deram durante esta estada, garantindo assim os nossos trabalhos.

À Srª Regina Maria Barbosa Soares, do Departamento de Apoio às Comissões Especiais de Inquérito, o agradecimento por todo o apoio que nos deu, e à Srª Ivaina Ramos Afonso, da Chefia para Assuntos de Cerimonial, também pelo apoio que nos deu.

Faremos isso, por escrito, ao Presidente da Assembléia.

Agradeço ao Senador Moreira Mendes, ao Deputado Oscar Andrade, ao Deputado Pompeo de Mattos, ao Senador Geraldo Cândido, à Deputada Telma de Souza, pela colaboração de comparecer às reuniões da CPMI, e à segurança da Assembléia, que permaneceu todo o tempo à disposição dos membros da CPMI.

Muito obrigado e dou por encerrada esta audiência pública.

Agradeço também aos nossos companheiros de trabalho da Secretaria, ao Naurides, ao nosso Secretário-Geral e a todos aqueles que colaboram com esta Comissão, como o Paulo Lacerda e o Cavaleiro.

Agradeço imensamente a colaboração, a disposição e até o sacrifício em colaborar conosco.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h10min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 13ª Reunião, realizada em 22/11/2002.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e dois, às nove horas, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senadores Moreira Mendes e Geraldo Cândido e os Deputados Oscar Andrade Pompeo de Mattos e Telma de Souza. Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário

e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir os depoimentos das seguintes pessoas: Pedro de Oliveira Alves, Renato Demétrio de Souza, Carlos Augusto da Silva, Roberto de Souza e Carlos Roberto de Carvalho. O Senhor Presidente agradeceu os presentes e dando por encerrado os trabalhos no Estado do Rio de Janeiro e marcou a próxima reunião para o dia 11 de dezembro em Brasília para apresentação, leitura e votação do Relatório Final. Não havendo nada mais a tratar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro aberta a 13ª reunião do ano de 2002 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 23/2000, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aqüaviários, bem como proceder investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e ao desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubo de cargas.

Pediríamos a presença do Sr. Carlos Ribeiro de Carvalho, Cabo, preso por envolvimento com roubo de carga.

Queria aproveitar para alertar os Srs. Senadores e Deputados que a respeito da exposição feita ontem pelo delegado federal sobre a Operação Ouro Negro, esta CPMI vai procurar mais dados de investigação, visto que, ontem à noite, obteve mais algumas informações sobre o roubo de carga líquida no porto do Rio de Janeiro e nos entrepostos de fornecimento de óleo de abastecimento ao setor de navegação.

O senhor não é preso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu sou preso pela Justiça, porque estou respondendo a um processo de homicídio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De homicídio?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está preso no quartel?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Estou. No 7º batalhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem envolvimento com roubo de carga, o homicídio se relaciona com alguma coisa sobre roubo de carga?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor. Inclusive estou sendo acusado desse homicídio injustamente.

O número de identidade de policial? É 55.355. (Pausa.)

Casado.

925866787-53.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia se identificar, por favor.

(Fora do microfone)

Bairro Palhares – Nova Iguaçu – Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cabo Carlos, este é um termo de compromisso, que o senhor, se o aceitar, pelo Código de Processo Penal, art. 203, deve falar somente a verdade perante esta Comissão e colaborar com ela no que for possível. O senhor concorda?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, por favor, confira os dados e assine.

Sargento da escolta, o senhor fique à vontade onde quiser e achar melhor sentar.

Só uma pergunta: Cabo, qual é o homicídio que o senhor está sendo acusado?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Cidade de Três Rios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é algum marginal a vítima?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – É traficante de drogas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Traficante?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele não tinha nada com o roubo de cargas?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Que eu saiba, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que você saiba, não.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Sargento PM Carlos Augusto da Silva?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor, eu o conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual é a sua relação com ele? Você é amigo dele?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu trabalhava com ele; ele era sargento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Trabalhava com ele aonde?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Lá em Três Rios.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele que comandava?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Foi meu comandante na época em que eu trabalhei lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Renato Demétrio de Souza?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Renato Demétrio de Souza é primo da minha ex-esposa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Primo da sua esposa. E o irmão dele também, o Robertinho?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Robertinho é irmão dele, é Roberto de Souza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também são seus amigos?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, somente o Roberto de Souza, trabalhamos juntos também, ele é policial também, inclusive ele é até meu padrinho de casamento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Farias?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Cabo Farias também trabalhou junto comigo lá em Três Rios.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E Passos?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Trabalhamos juntos também.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Barros?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Também trabalhamos juntos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o policial civil que tem o apelido de Baiano?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não o conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como você explica as acusações de que você participava de uma quadrilha de roubo de cargas, liderada por Renato Demétrio?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu desconheço isso aí; é uma denúncia anônima.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não sei se ela é anônima. Mas você sabe que está sendo acusado?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Já respondi à averiguação, no ano de 2000.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que se deram essas acusações?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei informar para o senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você já prestou depoimento sobre isso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Junto com esses outros que eu citei?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Só com o Demétrio; na época de 2000, com o Demétrio de Souza e o Barros.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o Roberto, por que ele está preso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Também sendo acusado de homicídio.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Homicídio ou formação de quadrilha com roubo de cargas?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Homicídio. Que eu saiba, é homicídio; está preso por homicídio. Inclusive ele está no mesmo batalhão em que eu estou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É José Luiz More Barbosa a vítima?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Desse homicídio de que me estão acusando?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do homicídio.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor, é Cleber. Este homicídio pelo qual estou preso e sendo acusado é do Cleber, é um casal; não me lembro agora o nome da esposa dele, a falecida.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E do Roberto, qual é a vítima do homicídio do Roberto?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Ele está sendo acusado de dois homicídios: do casal também de Entre Rios e, se não me engano, de um tal de Bimbo – não sei o nome dele –, vulgo Bimbo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o Cleber?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – O Cleber foi junto com a esposa. Está sendo acusado de ter praticado o homicídio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – José Luiz More Barbosa...

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não tem nada com a morte dele?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem era o Lingüiça?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não o conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Luizinho?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não o conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Também não?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Lino?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não o conheço também. O Lino que eu conheço, não sei se é o mesmo, eu conheço um policial Lino, que trabalhava na delegacia de Três Rios; ele é até deficiente visual.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era sócio do Renato?

O SR. CARLOS RIBEIRO – O Seu Lino? Não sei informar ao senhor não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o motorista Pedro de Oliveira Alves?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Conheço ele de vista.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O chocolate?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Vulgo Chocolate.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De onde você conhece ele?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Conheço lá de Três Rios, porque ele foi motorista de ônibus na cidade. A cidade é pequena.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o José Luiz More Barbosa?

O SR. CARLOS RIBEIRO – Não conheço.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Foi assassinado. Você não sabe quem é ele não?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você sabe quem matou ou mandou matar o José Luiz More?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o motorista Jorge Iberi de Melo Júnior?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não conheço também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É bom ler para ele as acusações, os assaltos de que ele está sendo acusado de participar.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – "Roubo cometido em Jamapará Sapucaia, no Rio de Janeiro, quando foi levado um caminhão Mercedes Benz, cor azul, com carga de produtos químicos, que depois foi conduzido para Guarulhos, sendo deixado no posto Sacamoto."

O que o senhor sabe disso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei nada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – "Tentativa de roubo de caminhão carregando madeiras, ocorrido em Vassouras, Rio de Janeiro, quando dominaram o motorista. E, depois que examinaram a carga, desistiram de levá-lo em razão do baixo valor."

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Também não sei informar isso não.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Roubo de caminhão Mercedes Benz, laranja, na estrada de Três Rios, Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei informar não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você sabe que está sendo acusado disso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor. Sendo acusado, sei sim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você está falando que não sabe informar!

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sei que estou sendo acusado de envolvimento em roubo de cargas, mas eu não participei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que você foi acusado? E por quem?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Fiquei sabendo por denúncia anônima. Não sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Denúncia anônima?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – É sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Todos esses assaltos?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Pelo que fiquei sabendo, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São sete assaltos?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei informar ao senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor é casado?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sou.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Tem filhos?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Do primeiro casamento.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E que idade tem?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabe que essas acusações não são anônimas.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São de um membro da quadrilha que está sob proteção. Então, o nome dele não é citado. Há pessoa física que confirma a sua participação nesses eventos.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Se tem a pessoa que acusa, cabe a ela provar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não pode mentir para a Comissão.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não estou mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você corre o risco de uma condenação pesada.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Agora, se você colaborar conosco, pode abrandar, posteriormente, a sua pena na hora da condenação, porque a Comissão tem poderes para sugerir ao juiz da causa posteriormente que você colaborou. Inclusive, se você estiver disposto e quiser falar conosco sozinho, só você e os membros da Comissão, nós pediremos para todos saírem, e não se grava, não se registra nada, e você conversa pessoalmente conosco.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não tenho nada para falar. Estou sendo acusado de uma coisa que não fiz. Entendeu? No que eu puder colaborar, vou colaborar. Mas estou sendo acusado de uma coisa que não fiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que você entrou na PM?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Por que entrei na PM?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É. O que te levou à decisão de entrar na Polícia Militar?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Entrei na Polícia, porque sempre quis ser policial. Desde o tempo de Exército, sempre quis ser policial, para combater o crime. Agora, o senhor veja bem: estou sendo acusado de cometer crime. Eu, policial, cometendo crime?!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem amor à farda que usa?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É até estranho o senhor andar fardado e estar preso.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu ainda estou na condição de policial. Estou sendo acusado de homicídio. Estou preso pela Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está sendo acusado de sete participações em roubo de carga.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Estou sendo acusado. Só estou tomando conhecimento agora que tem uma pessoa me acusando. Tinha conhecimento de que era denúncia anônima.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faço um apelo a você, pelo amor à farda – sou policial, tenho 50 anos de polícia, e a gente tem que ter amor à profissão e o respeito com a sociedade, que você tem obrigação de defender –, se você souber alguma coisa e quiser nos revelar em caráter pessoal, particular, em homenagem a sua corporação, estou às ordens.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ao seu filho à sua família?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Tenho amor, sim senhor.

Pode puxar a minha ficha policial...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estou fazendo apelo sentimental, estou pedindo a vocação que o senhor disse que tem.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Vocação. Estou dizendo para o senhor, pode puxar a minha ficha. Nesses dez anos de polícia, fiz boas ocorrências, apesar de trabalhar no interior: apreensão de drogas, apreensão de armas. Pode puxar a minha ficha, tem elogio, tem boletim, tem tudo. De repente, estou sendo acusado de uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou ler uma parte do depoimento de um dos presos que teria participado com vocês:

"O declarante, dando prosseguimento, também esclarece que pertencia a uma organização criminosa que visava roubo de caminhões com cargas e sua participação sempre foi de dirigir os veículos roubados. Que os envolvidos nessa organização criminosa tratavam-se das seguintes pessoas: Augusto, Vereador; Renato, ex-policial militar; e Carvalho, Robertinho, Farias, Passos, Barros, policiais militares; além de Baiano, civil, sendo certo que tal organização tinha como chefe os dois primeiros citados, ou seja, Augusto e Renato".

Você confirma isso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não confirmo, não. Está me acusando de uma coisa que não fiz. Quanto aos demais, não posso dizer nada. Só sei da minha conduta. Da minha conduta, com certeza estou aqui para dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse depoimento está no inquérito. Você tem advogado, deve ter visto, deve ter lido, de forma que ele é peremptório na acusação que lhe faz.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que é quebrar coco?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Na gíria de policial, é matar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quebrar coco é matar?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Na gíria de policial, é sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quebrar coco é assassinar?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não é assassinar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É eliminar testemunha?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei se é isso.

Vemos no jornal matéria que vem escrito: "quebra-coco".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou ler mais um trecho aqui para você para ver se sua memória lhe ajuda:

"Declarante em prosseguimento quer esclarecer os fatos pertinentes que teria também participado, ou seja, informa que, em dia e mês e no ano não recordados, fora procurado por Robertinho, policial militar..."

Você conhece?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Robertinho? Conheço, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É seu companheiro?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Foi meu padrinho de casamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... *"de Carvalho..."* É você?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sou eu, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (Continua a proceder à leitura)

"...policial militar, e Baiano, civil, os quais o convocaram para sair, em ocasião que disseram que iriam 'quebrar uns cocos'. Nada informando sobre o local ou o que seria isso. O veículo utilizado foi marca Fiat, tipo Uno, cor verde, partindo por determinação deles para o pátio da estação. Chegando no local citado, eis que os referidos mandaram o declarante manobrar, deixando o veículo em ponto de partida, de frente, pois não haveria demora, sendo certo que o declarante, nesse momento, viu chegar também ao local, pilotando uma motocicleta cor azul, não sabendo informar a marca, Augusto, sargento da Polícia Militar, à época candidato a vereador, o qual atualmente exerce mandato. Sendo certo que o referido foi de encontro aos outros, ou seja, Robertinho de Carvalho, o Baiano."

O conhece o baiano?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (Continua a proceder à leitura)

"Onde todos juntos se deslocaram para perpetração do crime de homicídio, o que realmente ocorreu. Esclarece o declarante que do local onde se encontrava não dava para visualizar a cena do crime, somente escutando os disparos de armas de fogo, que não podemos afirmar quantos."

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Esse é o homicídio que estou sendo acusado e estou preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (Continua a proceder à leitura)

"Que comentários na saída do local informaram que haviam quebrado um casal, não declinando nome, sendo certo que o declarante somente ficou sabendo no dia seguinte os nomes, não sabendo dizer agora pelo fato de não ter se ligado."

Esse é o crime que está sendo acusado. O senhor disse que não participou da quebra do coco dos dois?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E quem é o casal?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Fiquei sabendo que era um casal que tinha um trailer no local e faziam traficância...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o nome?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Kleber.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ela?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei. Acho que é Sandra.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor não participou? Não sabe quem matou?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o homicídio houve?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foram mortos a tiros?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Segundo o que o advogado pegou pela cópia do processo e me mostrou foi tiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Houve exame de balística com as armas do senhor?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois de muito tempo o senhor foi acusado ou foi logo em seguida?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Depois de muito tempo. Fiquei sabendo que na época estavam acusando um policial que estava de serviço no dia chamado Marcos Teixeira, que sofreu até uma sindicância. Depois de dois anos, surgiu essa denúncia. Eu inclusive estava em núpcias – e tenho como provar – e estava de férias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No dia da morte o senhor estava...

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Estava na cidade de Búzios, na casa da minha cunhada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Em que cidade?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Búzios.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Como é o nome da sua cunhada?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Lúcia.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor estava na casa dela?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E quem mais estava com o senhor?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu e minha esposa.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Não tinha mais ninguém na casa?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – A casa é de praia, férias.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E quem poderia testemunhar que o senhor esteve lá?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Lá é um condomínio particular e tem condomínio que aluga casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem guarda na entrada?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor, e outras casas que são alugadas.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Tinha vizinho?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Na época em que estava lá tinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conversou com esse vizinho, esteve na padaria...

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – As costas da casa fica de frente para a praia e tem uma varanda que divide. Então, não temos intimidade e é temporada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor não ficou preso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, eu saí, fiz amizade, fui para praia, tirei fotos, fiz uma caminhada ecológica no condomínio, minha esposa fez ginástica, fui para a praia e deixava o carro guardado com o rapaz, dei cheques na cidade.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor já foi preso ou processado alguma vez além dessa?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Nunca.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Nem contra civil?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quantos anos de serviço o senhor tem?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – 10 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem punição administrativa?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Tinha punição administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por quê?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Teve um acidente com uma viatura com um colega meu onde eu era o motorista e na área que eu trabalhava estava tendo muito assalto e conseguimos... uma menina foi assaltada e falou que o rapaz estava no local. Chegando no local ele saiu para dentro do mato e nós dois saímos para perseguir o acusado. Quando entramos dentro do mato, ele saiu pela outra ponta e o meu patrulheiro pegou a viatura e foi seguir ele e bateu com a viatura para persegui-lo e bateu a viatura. Fui responsabilizado porque eu era o motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só a parte administrativa.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Só da parte administrativa mesmo, nunca fui preso por outro motivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem alguma coisa que queira falar?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Tenho, sim. Esse depoimento do Chocolate que o senhor acabou de ler para mim, segundo meu advogado, que esteve com o advogado dele, foi conseguido porque ele foi coagido. Ele foi coagido a dar esse depoimento, foi torturado, segundo palavras dele, e o advogado dele passou isso para o meu advogado. Inclusive, agora houve uma sindicância pela Polícia Militar sobre o cabo Farias, que não foi pronunciado neste homicídio do qual estou sendo acusado. O Tenente esteve lá, pegou os nossos depoimentos. Segundo o advogado dele, que passou para o meu advogado, ele está dizendo que foi obrigado a assinar esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Farias?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, o Chocolate.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é o nome do Chocolate?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – É Pedro.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Como você sabe que esse depoimento é do Chocolate?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Porque tem o depoimento dele em que ele fala isso tudo que falou aí sobre esse homicídio do qual estou sendo acusado.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está nos autos, seu advogado falou.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Nesse homicídio de que estou sendo acusado está o depoimento dele.

Desse homicídio que estou sendo acusado fiquei preso por depoimento desse Chocolate, porque as testemunhas de acusação, que, no caso, são parentes das vítimas, como teve o reconhecimento, não foi reconhecido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você fez acareação com o Chocolate?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi ouvido na Delegacia da Polícia Civil, em Três Rios, que está com esse inquérito. Não tem conclusão ainda?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Desse depoimento que dei lá?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, do inquérito, o processo, seu advogado deu alguma informação?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não. Já fui pronunciado, estou aguardando o julgamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi denunciado?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Fui, no depoimento do Chocolate. Só fui pronunciado

porque, nesse depoimento, ele diz que fui motorista e que participei desse homicídio. Estou falando que eu não estava. Eu estava em Búzios, estava em núpcias e não teria como estar no local.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depreende-se daqui que a morte dessa pessoa e de outro que você está sendo referido é eliminação de testemunhas, pessoas que poderiam te acusar da participação nos eventos aqui descritos.

Você sabe disso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não. O senhor está falado do Bimbo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Nesse não estou sendo acusado, quem está sendo é o Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse casal também, o rapaz teria envolvimento com o roubo de carga e teria te ameaçado te denunciar.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Quem, o casal?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, disso eu discordo.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor está sendo acusado, além do assassinato, de formação de quadrilha no roubo de carga. O senhor. Sabe se essa quadrilha existe?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor nunca se interessou em ver se existe a quadrilha?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, se eu tivesse conhecimento, no meu dever de policial, deveria prendê-los, usar da minha função.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Você não procurou se informar, ver com essas pessoas, as pessoas estão inventando isso?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Tomei conhecimento disso quando fui preso, eu estava sendo acusado justamente com eles.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Não é a primeira vez que te acusam disso.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, já respondi a uma averiguação em 2000.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Você não foi averiguar: "Olha, se me acusarem assim – eu sou o Deputado Pompeu de Mattos –: o Deputado Pompeu de Mattos está sendo acusado de participar de uma quadrilha. Eu penso comigo: mas eu não devo nada disso. Mas estão te acusando. Vou dizer para você que a primeira coisa que faço é ver – e eu não sou policial. Eu vou ver se tem fundamento essa quadrilha. Agora, imagine você que é policial, sendo acusado de estar sendo acusado de estar mancomunado com outros bandidos, quer dizer, você virou bandido, para efeito de conversa de rua, e agora já não é mais conversa de rua.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Mas eu não conheço as outras pessoas que estão sendo acusadas. Conheço o Roberto de Souza, ele é meu amigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como é que ele deu o depoimento dando todas as descrições ali?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Quem, o Roberto?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – O Roberto deu depoimento?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. O Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Chocolate.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Chocolate. Ele deu depoimento descrevendo tudo, tintim por tintim.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor. Eu falo para o senhor o seguinte: fiquei sabendo do meu advogado que esteve com o dele que esse depoimento que ele deu não foi ele que escreveu isso aí, ele só assinou.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Com certeza não foi ele que escreveu, quem escreve é o escrivão. Ele é o que diz, ele disse, o escrivão escreve.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não foi ele que disse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espera um pouquinho, espera aí. Também seu advogado está exagerando. Então, o cara escreveu um romance, deu para ele assinar com os nomes corretos?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu também fiquei perplexo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não dá, rapaz, isso aí não faz sentido.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Essa pessoa, é assinar a própria sentença.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Claro que o cara tem que dar dados. Você pode achar que ele te incluiu num fato que aconteceu, porque o corpo estava lá.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Aconteceu, mas eu falo o seguinte: eu sou inocente, eu não estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é uma história que escreveram para ele assinar.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não participei disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, não vem com conversa de que deram para ele assinar e envolveram você de graça.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Carlos, nós...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tinha algum conhecimento com o Pedro, com o Chocolate?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, por que ele incluiu teu nome no depoimento? Ou o delegado tinha raiva de você? Você conhecia a delegacia? Teve algum entrevero com eles?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Na época do Delegado (?), eu já não estava mais trabalhando mais na cidade. Eu estava trabalhando em Barra do Piraí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você vê muito menos razão para poder por de graça seu nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ninguém põe de graça o nome, Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você é polícia, tem que saber disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Sr. Carlos, estamos investigando o crime de roubo de cargas, há tempos, e o senhor sabe, como policial, tem conhecimento, lê notícia, que todo dia o crime de roubo de carga é cada vez maior. E estão roubando carga, seqüestrando motorista, matando motorista, matando testemunha, matando gente, tem gente grande comprando as cargas roubadas. E vou dizer para o senhor, funciona com três ingredientes, três elementos: primeiro, quem rouba, vai lá, rouba, assalta, faz o atraque no motorista; segundo, quem compra a carga, um empresário, uma empresa, via de regra, tamanho, pode ser pequena, média, mas os grandes estão se achegando; e o terceiro, sempre que a organização for grande, tem um polícia no meio, infelizmente. Não é um polícia, é um bandido que se diz polícia, é um mau policial que denigre a imagem dos colegas, da Instituição. Não somos contra a Polícia, pelo contrário, somos a favor da Polícia, tanto que estamos brigando com os maus policiais para valorizar os bons. Não é nessa quadrilha, mas em todas as quadrilhas. Cresceu a quadrilha, tem um polícia para dar informação, chama-se a Polícia, vem o bandido, chama-se o bandido, vem a Polícia, misturou. E o seu caso se encaixa como uma luva na mão e nos dedos, encaixa-se perfeitamente.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor. Agora, falando para o senhor: pode estar havendo uma injustiça, com certeza, porque veja bem: o senhor falou que se lê jornal, essas coisas. Se fizer um levantamento lá na cidade, porque tenho amigos que moram lá ainda, a minha esposa mora numa cidade próxima, estão acontecendo roubo de cargas na área, os homicídios estão acontecendo, então, como é que estamos sendo acusados de uma coisa, se ainda continua o crime lá? Se tivesse terminado...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Até porque não é só o senhor que age, o senhor é mais um dos que age. Cada dia aumenta mais, sabe por quê? Pela impunidade, ninguém pega, ninguém prende, ninguém descobre, todo mundo nega, todo mundo mente. E aí vai ficando um rolo, a Justiça está demorada. Então, a CPI veio exatamente para adiantar. E queremos a verdade. Não adianta o senhor vir aqui...

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Eu quero a verdade também, quero provar minha inocência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...e dizer que inventaram um romance, e ele foi lá e assinou. O cara escreveu tudo isso aqui, tirou da cabeça do delegado, o nome de um monte de pessoas, dados, elementos, fatos, dia, hora, local, quem morreu, quem não morreu. Inventou isso?

O SR. RIBEIRO DE CARVALHO – Não, os homicídios houve, aconteceram, mas tem que saber se tem a prova realmente, estão me acusando de uma coisa que eu não estava, não participei disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tomara que lhe tirem da Polícia, porque assim, não merece ficar na Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você mesmo reconhece que está havendo assalto. E não existe nada para coibir isso? Não tem nenhuma ação

de Polícia que possa impedir a ação para diminuir essa criminalidade, que você diz que com toda força continua? Continuam matando, continuam asaltando...

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Tenho até a matéria...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...com uma indiferença total.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, está prendendo, tenho até matéria de jornal de depois que fomos presos, que fala que prenderam uma quadrilha lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe por que continua? Porque, infelizmente, para vergonha nossa como policial, há policiais envolvidos. Por isso os bandidos estão ganhando.

E qualquer dia os bandidos vão matar colegas seus. Essa é a vergonha do policial que participa do crime e não tem lealdade com os companheiros, sujeitando aqueles que trabalham com dignidade a morrer na mão daqueles que vocês protegem.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Concordo com o senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você disse que o Pedro assinou sem ler os documentos, o depoimento?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, eu não disse. Eu falei que o advogado dele passou isso para o meu advogado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Informe ao seu advogado que ele também deu um depoimento ao Ministério Público. Não foi só esse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não só depôs na polícia como frente ao Ministério Público, espontaneamente.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele diz as mesmas coisas frente ao Ministério Público. Ou você acha que ele também assinou forçado lá?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não sei. Não posso falar isso. Não posso falar uma coisa que não posso provar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vocês davam cobertura ou participavam diretamente das ações?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Senhor, eu nunca participei, nunca dei cobertura a nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Deixem-me só relatar um fato, para reavivar a sua memória, se é que você tem consciência.

Diz que:

"Sobre a carga de açúcar, esclarece que houve participação do declarante e dos policiais militares D. Carvalho e Farias."

Você conhece o Farias não é?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que a ação se deu da seguinte forma: "...que o autocarga, um Mercedes Benz, cor laranja, 1113, quando transitava saindo da BR-040 pegando a BR-393..."

Sabe onde é a BR-040?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sei sim, senhor. Passa em Três Rios.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a BR-393?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Passa em Três Rios também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – "Na entrada dessa cidade, eis que os autores pararam o veículo marca Santana de cor cinza, pertencente a de Carvalho, no meio da pista, obrigando o condutor da carga a parar."

Você tem um carro desses?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Teve um carro desses?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Um Santana azul eu tive.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É um Santana.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Azul.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT –RS) – Cinza!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Também na história que ele montou, ele imaginou que você tinha esse carro?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Ele contou essa história me acusando de participar?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estou lendo para você...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está lendo o que está escrito e assinado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele contou. Daí você foi lá e parou, atravessou no meio da pista o seu auto, obrigando-os a parar.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Com o meu carro eu ia fazer isso?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Tá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – (Continua a proceder à leitura)

"Após, com arma de fogo, um revólver, obrigaram um condutor a descer, ocasião em que o referido foi levado para o interior do veículo Santana [seu carro] já descrito, sendo certo que o declarante assumiu o volante [ele foi dirigindo o carro], já com a determinação para o local para que procederia, ou seja, o Posto Nova Niterói..."

Sabe onde fica o Posto Nova Niterói?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – (Continua a proceder à leitura)

"...à época em funcionamento precário, com pouco movimento, onde o declarante ficaria aguardando as instruções. Já amanhecendo o dia seguinte ao fato, apareceu o policial militar D. Carvalho, sozinho, o qual determinou que o declarante se deslocasse com aquele veículo e sua carga para o Município de Pati do Alferes."

Sabe onde é?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Conheço sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Esteve lá?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Minha cunhada já morou lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então tinha um apoio lá. (Continua a proceder à leitura)

"...local onde deixaria, informando ser a rua Eldorado ou Esplanada."

Conhece essas ruas?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nem Eldorado nem Esplanada?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vontade de ir lá e levá-lo, para você ver que conhece.

"...o que efetivamente aconteceu."

E lá se consumou o roubo. Ele deixou lá.

Ele conta depois como foi o roubo do Scania, vai contando o roubo de cada um e a sua participação.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Nenhuma. Não participei disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não vi, não sei, não estava lá.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Estou falando a verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nego e faço um griteto. Está bom.

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Estou falando a verdade, estou aqui para falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você teve alguma propriedade?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada? Só o carro?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Só o carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ainda tem esse carro?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o carro que você tem?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Não tenho carro nenhum no momento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já vendeu esse?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Vendi para pagar o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para pagar o advogado?

O SR. CARLOS RIBEIRO DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – De que adiantou? Perdeu tudo!

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Senador, peço que seja encerrado, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria um favor à escolta: que o mantivesse um pouco ainda aí. Se precisarmos outra vez dele, vou pedir que venha. Agradeço. Está dispensado temporariamente, mas permaneça no local.

Vou pedir para trazerem o Sr. Carlos Augusto da Silva.

(Pausa.)

Anuncio a presença do 2º Vice-Presidente, Deputado Pedro Fernandes, que muito nos honra. Agradecemos a gentileza da Casa, pelo seu Presidente, e

a visita de V. Exª. Ontem, o Deputado Paulo Ramos também nos deu a honra de sua visita e foi muito gentil nos apoiando aqui. Obrigado, Deputado Pedro Fernandes. Fique à vontade. Se quiser ficar mais perto de nós, por favor.

O seu nome é Carlos Augusto da Silva?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203...

O senhor é Sargento, não?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sargento da PM e Vereador no Município de Três Rios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo Código de Processo Penal, art. 203, pergunto se o senhor concorda em dizer a verdade e somente a verdade perante esta Comissão?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor leia se está tudo em ordem os dados constantes do termo de compromisso. Se o senhor concorda, por favor, assine. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor é um policial militar?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sargento?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor é Vereador também?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que o senhor está preso atualmente?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Estou preso, prisão preventiva, art. 121, homicídio.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Homicídio?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor é sócio ou proprietário de alguma empresa ou já foi?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não? O senhor conhece o ex-policial Renato Demétrio de Sousa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheço, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É seu amigo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Ele trabalhou comigo durante muitos anos na 2ª Companhia do 10º Batalhão em Paraíba do Sul.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o Roberto de Sousa?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Roberto de Souza é irmão dele, também trabalhou lá e é sargento da Polícia Militar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E o soldado De Carvalho?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Soldado, não. Ele hoje é cabo e também pertence à 2ª Companhia do 10º Batalhão. Hoje não sei onde está lotado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor sabe que o senhor é acusado de liderar uma quadrilha de roubo de carga junto com o Renato? Sabe, né?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Meu Chefe, fui responder na PM a uma denúncia anônima de que eu, juntamente com o Renato e mais alguns outros policiais...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Farias, o Passos, o Barros?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – ...vários outros policiais, seríamos de uma quadrilha de roubo de cargas, mas tudo isso é mentira, como eu tenho aqui documentos que posso provar ao senhor aqui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aí prova que é mentira?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Pelo menos, o Major Rosano, na época, fez um relatório aqui e diz: "supostamente envolvido". Ele, como chefe do setor operacional de roubo de cargas do Estado do Rio de Janeiro, se fosse verdade, ele teria nos prendido em flagrante ou, então, estaríamos respondendo a algum inquérito policial, coisa que até hoje não estou respondendo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E vocês não estão respondendo?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não foram citados ainda?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Eu não respondo a inquérito nenhum sobre isso aí.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) (PFL – RO) – E com relação ao homicídio que o senhor é...

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – O homicídio, eu tenho documentos aqui. Não sei qual a função do senhor. O senhor é Senador?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Senador Moreira Mendes.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sr. Senador, eu tenho os documentos aqui que comprovam que a Promotoria de Três Rios, devido à minha atuação como Vereador lá, que ganhei no primeiro ano que fui candidato, depoimento de testemunhas, ela forjando documentos, depoimentos de testemunhas. Eu tenho aqui cópias...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor conhece o Baiano?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheço de vista um cidadão baiano lá de Três Rios.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Deputado, deixa ele só concluir essa explicação desse depoimento.

Como é a história do Ministério Público?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Eu tenho cópias. Eu fui denunciado após um ano e pouco desses homicídios, no gabinete da Promotoria de Justiça de Três Rios, Drª Tânia Torres Faria Nunes. Essas acusações são uma mentira. Estou preso há nove meses injustamente. Essa testemunha que ela forjou veio prestar depoimento tanto em juízo quanto na Corregedoria Interna de Polícia Civil, porque pedi ao Deputado Sivuca que me ajudasse a elucidar o crime, porque eu não cometi esse crime.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Passe esse documento para o senhor que está à sua frente para que o traga até aqui. O que contém esse documento?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Esse documento é da Corregedoria Interna de Polícia Civil. Pena que eu não tenha o dele aqui – está com o meu advogado –, prestado em juízo, lá na comarca de Três Rios, ele desmentindo tudo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem desmentiu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – A testemunha, na época, como foi feito. O senhor pode ler, está aí.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem acusou vocês?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Primeiramente, Excelência, houve o depoimento de uma jovem menor de idade, de 16 anos. Em 2000, no dia 7 de janeiro de 2000, eu prendi um cidadão em Três Rios, sob a acusação de roubar uma residência, subtrair várias coisas e manter a família – uma senhora de idade, empregada, várias pessoas – na mira de uma arma. Ele levou vários objetos. E essa menina, no dia em que eu prendi esse rapaz, parece-me que no dia 7 de janeiro de 2000, essa menina estava dentro dessa casa com esse cidadão e várias outras pessoas, com os objetos roubados. Pelo cheiro que estava dentro da residência teriam consumido maconha lá dentro. Eu os prendi e os levei para a delegacia. Ela, como menor, foi testemunha do caso. Posteriormente, ela denunciou uma rede de policiais supostamente envolvidos com extorsão ao tráfico de drogas. Ela citou o meu nome, dizendo que eu pedia R$800 ao suposto traficante para dar proteção semanal a ele. Decretaram a prisão de vários policiais militares. O meu não. Como vereador, eu peguei a documentação que tinha, porque a rádio local divulgou, procurei o radialista, mostrei-lhe a documentação. Ou seja, que no ano de 2000 eu tinha prendido aquela menina e que aquilo tudo era mentira...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Nós estamos falando de outra coisa. Você conhece o Chocolate?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheço, sim senhor, de vista.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ele fez alguma denúncia contra vocês?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Estão falando que fez. Eu ainda não vi.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Nós estamos apurando a questão da formação de quadrilha para roubo de carga. Esses assassinatos são conseqüência do roubo de cargas. O que o senhor tem a dizer sobre o roubo de cargas? Consta aqui um roubo cometido em Jamapará, quando foi levado um caminhão Mercedes Benz, cor azul. Em todos eles o senhor está envolvido. Tentativa de roubo de um caminhão carregando madeiras, que deixou de ser levado porque a madeira não tem valor; roubo de um caminhão Mercedes laranja na entrada de Três Rios, quando foi levado para Pati do Alferes; roubo de um caminhão Scania 111, Jacaré, de cor vermelha, com vergalhão; roubo de um caminhão Ford cargo conduzido para Sete Lagoas; roubo de um caminhão Mercedes, cor verde, com carga de sabão em pó, sabão em pedra; roubo de um caminhão Mercedes, cor vermelha, conduzido para o mercado de São Sebastião da Penha, na Penha, Rio de Janeiro, e assim vai. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Excelência, eu nunca participei de nenhum desses roubos...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que o Pedro estaria acusando você?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Eu não sei. Não posso afirmar por que ele está me acusando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você o conhece?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheço-o de vista.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele é desafeto seu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Nunca tive nada com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você fez algum mal para ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então por que ele falaria isso?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Em detalhes. Ele dá detalhes de tudo. Descreve as circunstâncias.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Excelência, os detalhes que ele dá, ele terá que provar. Até hoje, eu não respondo a nenhum inquérito sobre roubo de carga. Estou há nove meses presos. Aquilo no jornal, para mim foi um desgaste muito grande para mim, porque vinha trabalhando pelo povo. Como que eu, que solicitei ao Cel. Josias Quintal a implantação de uma Companhia de Polícia Militar independente em Três Rios, porque o número de policiais ali era pequeno, estaria envolvido em qualquer ilícito penal? Sempre trabalhei com a minha ficha – o senhor pode ver na Polícia Militar –, durante vinte anos; nunca me envolvi com crime nenhum, sempre defendendo o crime.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O rapaz não é seu desafeto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não fez mal nenhum a ele?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – E ele não tem motivos para estar te acusando, concorda? Só um motivo ele tem: ser verdade. Mais nenhum.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Deixa eu dizer uma coisa para o senhor. Como nos homicídios, também – o senhor pode ver –, as testemunhas estão dizendo que a Promotora de Justiça de Três Rios montou os depoimentos para que eles assinassem. O Sr. Pedro de Oliveira...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – A Promotora de Justiça vai inventar uma coisa... A Promotora conhecia o senhor?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Excelência, a testemunha está aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – A Promotora conhecia o senhor?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Eu trabalhei lá em Três Rios durante vinte anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E quantos anos fazia que a Promotora estava lá? O senhor a conheceu?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Ela está lá há cinco anos. Eu a conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor tem alguma inimizade com ela?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Uma vez ela falou de uma situação minha com um Major da PM, e fui ao gabinete dela, porque eu resido em Três Rios, Paraíba do Sul, durante 45 anos; a minha vida lá é tranqüila, sempre fui um cidadão, tanto que fui eleito vereador. Fui na sala dela e a interpelei, porque aquela era uma acusação muito grave, e eu fazia questão que ela apurasse aquilo. Devido à minha atuação como vereador do município, empenhei-me o máximo possível para melhorar a qualidade de vida do nosso município.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Qual a acusação que ela fez sobre você?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Ela falou para o Major que eu era chefe do tráfico de drogas de Levy Gasparian ou Três Rios, não me lembro bem. Eu sempre combati o crime lá, como o senhor pode ver. Tenho várias prisões.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você acha que ela também tinha alguma coisa contra o Renato, contra o de Carvalho, contra o Roberto, o Farias, o Passos, o Barros?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Isso eu não posso falar, porque...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você acha que ela poderia ter?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eles estão envolvidos do mesmo jeito. Ela montou, mas montou para os outros também. Interessante, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Deixa eu dizer uma coisa para o senhor: sou inocente, vou provar a minha inocência, tenho fé em Deus, nos crimes dos quais estou sendo acusado. Agora, sobre o roubo de carga não tenho nada a declarar porque não participei e não participo. Sempre combati, inclusive já prendi lá, entre Levy Gasparian, quando era Comandante da DPO, um cidadão que estava forjando um roubo de carga.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Espero que você consiga provar a sua inocência. Você ainda vai ser ouvido. Foram abertos 8 inquéritos, você está envolvido e será chamado.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Vamos lá, sim, senhor, em nome de Jesus.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu gostaria mesmo que você provasse a sua inocência, porque é muito triste um policial e um político, que representa o povo e defende o povo, estar envolvido nisso. Gostaria muito que você provasse a sua inocência, mas lamento dizer que não acredito.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – E mais triste fico eu, Excelência, porque sempre defendi o povo e quem quiser pode ir lá em Três Rios para fazer um apanhado na sociedade, uma pesquisa, para ver que sempre combati o crime. Inclusive, ganhei até pecúnia do Governo do Estado por combater o crime. Como é que eu estaria envolvido com algum crime? (Pausa.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Augusto, na declaração do Pedro ele diz que fizeram uma operação. Foi procurado pelo Robertinho, um Policial Militar que o senhor conhece, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheço, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o de Carvalho?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheço sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É Policial Militar também?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Baiano, você conhece?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Se for quem estou pensando, conheço de vista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eles saíram e disseram que iam quebrar uns cocos. O que significa isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Na gíria policial, quebrar uns cocos é matar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Matar, exatamente. Nada informando sobre o local ou o que seria isso. O Pedro de Oliveira Alves não é militar, não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, a linguagem não é dele, é militar. O veículo utilizado foi da marca Fiat, tipo Uno, cor verde. Você conhece esse carro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Fiat Uno. Pois bem, partindo por determinação deles, para o pátio da estação. O senhor sabe onde é pátio da estação?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que é o pa´tio da estação.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Pátio da Estação de Entre Rios tem a estação da rede ferroviária e tem um bairro chamado Pátio da Estação, inclusive nesse bairro já atuei várias vezes com prisão, artigo 12, artigo 16 e vários outros artigos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É ponto de tráfico de drogas?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Usuário ou...?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Tinha vários pontos de vendas de drogas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma)– Nesse pátio da estação?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a polícia?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sempre prendeu.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois bem. Aí chegando no local citado, os (?) mandaram o declarante manobrar, deixando o veículo pronto para a partida, para arrancar correndo se fosse o

caso, pois não haveria demora. Sendo certo que o declarante viu-o, nesse momento, chegar ao local pilotando. O senhor tem carro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Tenho carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que mais?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Moto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que moto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Tenho uma moto Yamaha.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual a cilindrada?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – 125.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Uma Yamaha, 125.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Da minha esposa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Uma RX ou RD?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Essa 2000.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, eu conheço. Pois bem, ele diz que o senhor chegou exatamente numa moto. Qual a cor da moto?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Azul.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Da cor azul. Está aqui.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Mas Três Rios. O senhor conhece Três Rios?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – (Procede à leitura)

"Azul, não sabendo informar a marca, não lembra a marca. Augusto, sargento da Polícia Militar. Na época candidato a vereador, o qual atualmente exerce o mandato, sendo certo que o indivíduo foi ao encontro dos outros, ou seja, Robertinho Carvalho e Baiano, onde todos juntos deslocaram-se ao local para a perpetração do crime de homicídio, o que realmente ocorreu, esclarece o declarante que do local, onde se encontrava não deu para visualizar a cena do crime, somente escutando tiros de arma de fogo, não podendo afirmar quantos. Após todos juntos voltaram ao local, onde estava o declarante. Ocasião em que Augusto pegou a motocicleta e saiu depressa e os outros entraram no veículo, determinado que o declarante saísse dali de modo apressado, ocasião que após todos tomaram destinos diversos.

Em comentário na saída do local, eles informaram que tinham quebrado um casal, não declinando nomes, sendo certo que o declarante somente ficou sabendo no dia seguinte o nome."

Quem é o casal que morreu lá?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – No dia desse crime eu estava...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não foi o que eu perguntei. Perguntei qual é o casal que foi assassinado lá?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Morreu lá um rapaz chamado Tetinho e, posteriormente, apareceu uma senhora lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Tetinho. O que ele era?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Conheci ele lá em Três Rios e falavam lá que ele vendia drogas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Drogas.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Falavam, eu nunca prendi ele, né, chefe, eu não posso falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a mulher?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Eu acho que era a esposa dele que estava grávida.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Quer dizer que ele não inventou a história. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foram mortos a tiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – O senhor leu o meu depoimento nesse processo, Excelência?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Deve ser, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estamos pedindo para o senhor relatar.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Eu vou relatar para o senhor.

Infelizmente, eu tenho um filho com uma senhora, Rafael dos Santos Virgílio da Silva, hoje ele está com 20 anos. Esse meu filho, quando eu ganhei a eleição em outubro, ele é viciado, morava com a mãe dele, ela foi ao fórum fazer uma queixa dele. Eu fui chamado lá no fórum. Levei ele para morar comigo, dali começou uma tragédia na minha vida. Qual a tragédia. Eu tenho outros filhos, a minha esposa, o Rafael, meu filho que amo muito e fico até triste de vê-lo metido nesse mundo de drogas – graças a Deus só

ele partiu, todos são direitos, inclusive um é policial militar. Ele começou a sair de casa e só chegar de madrugada. Eu por diversas vezes saía e ia a uma padaria, onde ficava reunido ele, vários outros garotos e meninas lá naquela padaria. Nesse dia eu estava com reunião com os vereadores – o senhor é político e sabe – montando um grupo para ganhar a Presidência da Câmara de Três Rios. Fomos eleitos e todo dia fazíamos uma reunião com seis vereadores reeleitos e três novos. São nove, seria a maioria lá. E todo dia a gente se reunia e também para aprender a função de vereador, qual seria o meu papel.

Nesse dia, de dia, participei com eles, e fui para casa. Era m jogo do Vasco disputando a final do Brasileiro. E dei ordem ao Tiago, meu filho, ao Renan e ao Rafael que chegassem no máximo até às 22 horas. O Tiago e o Renan sempre chegavam antes, porque vinham do colégio e tal, direto para casa. O Rafael só chegava de madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Rafael era ...

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Esse meu filho, esse usuário.

E eu nesse dia, quando deu por volta de meia-noite e pouco, levantei e perguntei à minha esposa: Rose, as crianças já chegaram? Rafael, Tiago, Renan? Ela falou assim: o Tiago e o Renan já chegaram. O Rafael não.

Eu saí da minha casa, passei – que fica a 400 metros dessa padaria – peguei a moto – de camiseta, de short, chinelo, sem capacete – fui àquele local onde eles ficavam. Cheguei ali e não encontrei ninguém naquele local. Sempre eles ficavam ali, a madrugada inteira. Pode ir lá e ele sabia que ia ver isso, certo? Não estava ali. Dirigi-me ao posto de gasolina do Zé Manoel, um pouco mais à frente, e me informaram que tinham matado um jovem, um rapaz, no pátio da estação.

Fiz uma contramão na avenida Condessa do Rio Novo, que do posto a esse local onde mataram esse cidadão Tetinho, dava uma linha reta de 400 metros no máximo. Se eu fosse dar a volta pelo trajeto normal, daria três quilômetros e pouco a quatro. Eu fiz uma contramão, parei a minha moto em cima da calçada da avenida Condessa do Rio Novo, atravessei a linha correndo, pensando que poderia ser o meu filho. Falaram que era um jovem, não tinham falado que era um casal. O senhor pode ver a ocorrência que o senhor vai ver. Cheguei no local, já tinha lá muita gente. Eu olhei no local, vi que o meu filho não estava ali. Ainda perguntei a algumas pessoas que estavam lá se tinham visto ele e ninguém viu.

Como só tinha aquele corpo caído ali, várias pessoas, a polícia já trabalhando, saí, voltei pelo mesmo caminho que fiz, peguei a minha moto lá na avenida Condessa do Rio Novo, fui para a casa da mãe dele, lá no Bairro Caixa D'água. Cheguei lá, desesperado, porque ele estava sumido, e ficou sumido durante dois dias, e perguntei a mãe dele: Ceciliana, onde nós podemos encontrar o Rafael, porque já não estou agüentando mais. Todo dia tenho que sair de casa para procurar o Rafael. Vamos ter que tomar uma providência com ele, ou internar ele ou ver o que vamos fazer com ele. Dali continuei a procurá-lo, no centro da cidade, num local perto da prefeitura, numa boatezinha que tem lá na...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor foi ao local do homicídio?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Estive no local do homicídio, sim senhor.

Várias pessoas me viram no local do homicídio, quando eu cheguei lá já tinham mais de 50 pessoas, aquilo já devia ter acontecido há mais tempo. Saí dali e voltei pelo mesmo caminho, desarmado, porque nem arma praticamente eu uso. Quando o meu filho entrou para a PM, peguei a minha pistola e dei a ele, passei para o nome dele. Fui para a casa dela, da Ceciliana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual dos filhos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – O meu filho se chama Cristiano da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi o Rafael?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor.

Aí fui para a casa da Ceciliana, o marido dela me atendeu, ela veio também e me atendeu. Aí, perguntei a ela e ela falou que não sei onde vou poder encontrar ele não, tem que procurar ele. Saí procurando ele, passei pela prefeitura, passei pelo Caia, passei por essa boate, fui numa residência perto do depósito da rede ferroviária, onde tinha um barzinho que funcionava, já estava fechado. Voltei, fui para a minha casa. Só sabia do homicídio de um rapaz, não sabia de homicídio de mulher nenhuma.

No outro dia, pela rádio, é que tomei conhecimento do homicídio dessa senhora grávida.

Como que uma mulher que tem na sua família um sargento da Polícia Militar do Estado do Rio, que é casado com a irmã dela, ela tem um filho que é polici-

al militar, e sabe que alguém matou o teu irmão e a tua cunhada grávida, um crime bárbaro, e demoraria – o senhor, que eu conheço pela televião, um delegado de polícia federal –, como que uma pessoal, Excelência, vai guardar isso, tendo um sargento da polícia militar cunhado dela e um policial filho dela durante um ano e pouco, excelência? E não vai dizer nada? Sendo que o juiz de Três Rios era o mesmo, a promotora era a mesma. O senhor está me entendendo?

Isso é porque eu fui em defesa dos policiais militares, porque a acusação que fizeram a eles, que o delegado de polícia pegou nessa menina, da extorsão, é uma farsa, é uma montagem. E ela demorou um ano e três meses para me acusar.

Qual é a pessoa que faria isso tendo um policial na família?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só uma coisa: o senhor chegou a identificar o fornecedor de drogas ao seu filho?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Excelência, não, senhor. Eu já prendi...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não era esse Tedinho?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, senhor. Eu já prendi vários traficantes em Três Rios pelo artigo 12. A maior apreensão de cocaína no município de Três Rios fui eu quem fiz. Eu e mais dois policiais. Maconha, em Três Rios, nesse pátio da Estação, eu também já prendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo. O que nos interessa aqui, e permitimos que o senhor nos relatasse, porque é importante saber que isso nos parece que foi eliminação de testemunhas.

Então, é importante realmente saber a vinculação do senhor dentro desse esquema.

Agora, o senhor tem conhecimento de algum fato que possa ajudar esta Comissão no aspecto do roubo de carga? Porque o cabo que aqui esteve disse que continua havendo, lá na região de Três Rios, mortes, assaltos, roubo de carga da mesma forma.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Excelência, aquela região lá ... eu trabalhei no DPO de Sapucaia, de 91 a 95, mais ou menos. Durante esse tempo, sempre antes, durante e depois, sempre houve roubo de carga lá. Um dia eu cheguei para o Major Pedro, Comandante lá da área operacional nossa, e falei para ele "Major, não tem como eu dizer para o senhor quem é, porque eu não tenho prova. Mas eu queria que o senhor visse com a polícia militar, com os órgãos competentes da Polícia Militar, um modo de mandar agentes nossos, descaracterizados, para dar um ronda por essa região, que está tendo muito roubo de carga.

E fomos, aí, ele, lá, inventou uns nomes de policiais, na época, e fomos para o gabinete do Subcomandante. Eu não poderia dar nomes, porque eu não tinha certeza, certo? Mas fiz essa reclamação com ele, não sei se consta na Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto se algum Membro da Comissão ainda tem algo a questionar. Senador Moreira Mendes?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Geraldo?

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT-RJ) – Não, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, tem mais alguma coisa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Creio que não. Eu gostaria de ouvir o outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria a escolta, por favor. Se V. Sª pudesse permanecer aqui por mais um tempo...

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Sim, senhor. E eu gostaria de pedir a V. Exª, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Como delegado que o senhor é, que o senhor me ajude, em nome de Jesus – quero pedir isso ao senhor – que apure esses roubos de carga com todo rigor, porque eu não tenho participação nenhuma nisso, certo?

Foi muito triste para mim, vereador do município, o 7º mais votado, membro do meu partido, trabalhando para a sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor mantém o mandato? Não foi cassado?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Mantenho, sim, senhor. Eu pediria que o senhor me ajudasse nessa missão, porque eu não tenho participação nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Colabore conosco... Se o senhor colaborar...

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Estou colaborando, sem dúvida. Não sei se isso vai estar escrito lá na Polícia Militar, que em noventa – não lembro a data, mas é de 91 a 95, por isso aí –, eu fiz verbalmente ao Major Pedro – e ele me levou ao gabinete do Subcomandante, um pedido que colocasse, lá, agentes nossos para identificar o roubo de cargas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E tomaram essa providência? O delegado de polícia foi comunicado também?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Se o senhor quiser, dei aquela cópia para o senhor aí, se o tiver onde tirar xerox, tenho aqui mais uma xerox aqui de um major da PM e que ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor já deu para o Deputado?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Dei, sim, senhor. Agora tem outra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a mesma?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Não, é outra aqui, certo? Que o Major da PM, Sr. Rosano, hoje Coronel da PM, numa leviandade muito grande, porque é uma autoridade, que é responsável por apurar o setor que apura o roubo de cargas, escrever que policiais supostamente envolvidos é uma acusação muito grave, ele teria que ter provas disso, certo? E ele coloca aqui nesse relatório que o Renato Demétrio é meu assessor na Câmara de Vereadores. Como o senhor sabe, o senhor pode ir lá na Câmara, pedir à Câmara que ela vai dar laudo dizendo se ele é meu assessor na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele não é?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Ele não é meu assessor, nunca foi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Conhece o Zanata?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – Zanata? Eu, inclusive, tenho um compadre de nome Renato Zanata.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O que ele faz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DA SILVA – O Renato Zanata, meu compadre, é dono de uma fábrica de Patê Bunel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pega a cópia desse depoimento.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Se o senhor puder tirar cópia dos dois, porque eu só tenho um.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Naurides, ele pode ficar aí, por favor, mais um pouco. Tira a cópia dos dois e a gente devolve. Ele vai ficar um pouco aí, separado do outro.

Obrigado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tudo anjo. O senhor fica trazendo anjo para nós, Dr. Paulo, aí é duro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, conduzam o Pedro de Oliveira Alves à presença desta Comissão.

Tirem a algema dele, por favor.

O seu nome é Pedro de Oliveira Alves?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você, pelo art. 203, Pedro, assumiria o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade perante esta Comissão?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor, por favor, confira os dados fornecidos aqui e assine o termo.

Põe o microfone mais perto dele.

Você, Pedro de Oliveira Alves, prestou um depoimento na 108ª Delegacia de Três Rios?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você confirma esse depoimento?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não confirmo, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E perante o Ministério Público?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Também, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que aconteceu no Ministério Público? Você estava só ou tinha gente por perto?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Tinha mais gente por perto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O seu advogado estava presente?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não tinha advogado não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você fez... Por que você prestou esse depoimento?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Fiz isso aí porque fui ameaçado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo promotor?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eles me ofereceram um montão de coisa, falou que era só

para mim assinar, só, e confirmar em juízo. Mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E essas descrições que você fez aqui?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Isso não fiz, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que eles souberam?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Isso aí, já sabia já. Tem muita coisa aí que eu nem sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você leu o seu depoimento?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Nem tudo eu li.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você disse que tem muita coisa que você nem sabe.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Tem muita coisa que eu nem sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Então, tem alguma coisa que você sabe?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Que eu sei, assim, falando. Sei falando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conte para nós a história que você sabe.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só o que você sabe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só a verdade.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Aqui, você não é forçado a nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você recebeu alguma ameaça para desmentir o depoimento?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, não recebi, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sofreu alguma pressão?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, de ninguém.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você está preso junto com o Renato?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eu estou junto com o Renato há um mês. Estou um mês na Polinter, que fui para lá.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É, Sr. Presidente, eu preciso de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está junto com esse Renato?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, junto, não.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Eu preciso lamentar, Sr. Presidente, como uma testemunha que assinou dois termos de declaração em uma delegacia, outros no Ministério Público, aí, depois, ele é colocado como um dos suspeitos mais fortes...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o Renato Demétrio?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – O Renato Demétrio, eu trabalhei no caminhão dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você está preso com ele?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, não estou preso com ele. Nós estamos na mesma delegacia, que é na Polinter.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na mesma área. Vocês tomam banho de sol juntos?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, não, não. Ele tem a cela dele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Têm contato?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Ele tem a cela dele, separado, porque ele é ex-polícia, e eu tenho a minha cela, separado.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você não tem nenhum contato com ele?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – É muito difícil eu ver ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De vez em quando, vê?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – De vez em quando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conversou com ele lá no presídio?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Conversei com ele foi ontem. Ontem, estive com ele.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você veio junto com ele agora?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Agora, vim.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Na mesma viatura?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Mesma viatura.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Do lado dele?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não. Ele de um lado, e eu, do outro. É separada a viatura.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – No camburão ou no...

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Uma viatura... Tipo um furgão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Como ele veio? Veio fechado?

O SR. – (Fora do microfone.) É uma viatura com dois compartimentos, não tem contato uma com a outra.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nem ouve?

O SR. – (Fora do microfone.) Não, não. Um não consegue falar com o outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não teve nenhuma proteção de testemunha, nada, depois do depoimento?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Me ofereceram, mas, na delegacia, dia 11 de março, quando fui preso, a promotora mais o delegado me ofereceram uma porção de coisa. Mas não é por causa disso que estou negando nada, não. Não é por causa disso que estou negando nada, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conta a sua história, aí, da participação.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não tenho participação. Eu nunca participei de roubo de carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você foi preso porque você vai bonito ou mais feio?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eu fui preso porque eu trabalho para o Renato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Renato tinha envolvimento?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Renato tem participação?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – O Renato, não tenho certeza, não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas você desconfia?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não desconfio também, não. Eu sempre trabalhei no caminhão dele, eu sempre viajava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O caminhão dele transportava o quê?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Era eu que carregava as carga para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para onde você carregava?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eu ia para São Paulo, carregar tijolo de Três Rios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a carga, você tinha documentação, tudo?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Tinha, tinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você sabe quem eram os clientes para quem você entregava?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Entregava mais em obra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em obra? Era material de construção?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você levava de Três Rios para onde?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Era cimento, cimento de Barroso para Três Rios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá na região, mesmo?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – É, lá mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tinha depósito de material de construção?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, ele não tinha, não. Era frete.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era só o frete?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Era só frete.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Terceirizava o transporte?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se você não quer colaborar, não quer confirmar, não sei... Você não quer a proteção à testemunha, não quer falar reservadamente com a gente?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, não, não. Eu não posso falar uma coisa que não participei, não vi.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Olha, você, aqui, está diante de três Senadores, o Senador Tuma, que é uma pessoa muito conhecida no País, inclusive, ligado à Polícia, dois Deputados Federais... O nosso objetivo não é prejudicar ninguém; estamos aqui apurando o problema de roubo de cargas...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Principalmente você.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Principalmente roubo de cargas. Se você estiver disposto a colaborar conosco, nós verdadeiramente podemos te auxiliar, abrandar a sua responsabilidade, a sua

eventual pena, em uma condenação; podemos dar garantias a você; você pode conversar conosco sozinho, sem ninguém aqui dentro, sem gravação, sem nada, você só vai conversar com os parlamentares, mas você precisa colaborar com a gente, de realmente... Porque o nosso objetivo, nós queremos saber é quem compra carga, não é você. Você é só um peixinho; nós queremos pegar o tubarão.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você está tendo uma oportunidade única.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sei como é que é.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você sabe muito bem de tudo o que você fez, você assinou dois documentos, relatando a mesma história, em vários casos...

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Assinar, doutor...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, você assinou. Deixa só eu te explicar. Depois você pode negar.

Aqui você está tendo a única oportunidade de, realmente, reavaliar a sua vida. Eu peço até que você pense no seu filho – você me disse que tem ...

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Tenho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é. Você pode trilhar caminhos novos a partir da conversa que tiver conosco.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Estou sabendo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É a única oportunidade que você tem. Você não vai ter outra não.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Você quer conversar separadamente?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, senhor. Não tenho nada para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem estava sentado ao seu lado, de short, agora?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – É o Renato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você estava junto com ele? Do lado dele?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Agora estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele lhe falou alguma coisa?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – A única coisa que ele falou comigo foi: "Poxa, você está me acusando de roubo de carga? De assassinato lá em Três Rios? Você participou de algum assassinato?" Eu falei: "Eu, não." Aí, ele falou: "Pois, é. Eu também não. Por que você não me procurou na Polinter para a gente conversar?" Eu falei: "Não tenho nada para conversar".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês tiveram contato?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Agora, ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas teve contato. Estou perguntando se teve contato, se conversou.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Só agora, cinco minutos, dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas conversaram. Estou perguntando se conversaram, trataram do assunto. Você está dizendo que sim.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Conversamos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você o seu testemunho passa a ser suspeito. Tenho a impressão de que você sofreu pressão, rapaz.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não sofri pressão nenhuma, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque está muito detalhado o seu depoimento. Você detalha bem os fatos, relaciona tudo isso.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você já foi ouvido pelo juiz?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Por isso aí? Não. O juiz nunca me perguntou sobre roubo de carga.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Não, como testemunha do homicídio.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Do homicídio, já.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o que você declarou para o juiz?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eu falei com ele que eu não sei nada de homicídio.

No homicídio no pátio, diz que fui eu que dirigi. Eu nunca dirigi carro nenhum de homicídio no pátio! Homicídio de José Luís. Eu nunca dirigi carro nenhum do homicídio de José Luís!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Homicídio de quem?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Homicídio de José Luís. O cara é meu compadre. Como é que eu ia dirigir o carro e matar o cara que é meu compadre?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas quem é o Tetinho?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Esse cara eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é seu compadre?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Zé Luís.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que foi morto?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o casal que foi morto?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Lá no pátio?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Então, ele disse que fui eu que dirigi o carro. Eu não dirigi carro nenhum, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas é Zé Luís ou Tetinho?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, eu sou acusado da morte do Zé Luís.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quantos depoimentos você deu?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Fui em delegacia uma dez vezes. Saí do Rio e fui em delegacia uma dez vezes mais ou menos.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois é, mas você fez quantos depoimentos? Você lembra quantos assinou?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Assinei muita folha lá.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E por que você assinou? Você foi ameaçado?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eu assinei, porque o delegado chegou perto de mim... No dia 11 de março, quando fui preso, eu falei para ele: "O que eu tenho que falar só falo em juízo ou perante o meu advogado". Ele falou assim: "Então, está bom." Eu fui e o meu advogado chegou lá, mais ou menos às onze e meia da manhã. Não estou recordando o horário direito. Ele falou para o meu advogado assim: "Eu não posso tomar o depoimento dele agora". O advogado: "Por causa de quê?" "Porque agora o escrivão tem que fazer não sei o quê. Só às oito horas da noite".

Às oito horas da noite, o delegado veio em mim – o Dr. Mário Arruda – e falou assim: " O seu advogado não veio. Te abandonou, está vendo? Tenho que pegar o seu depoimento agora." Eu falei: "Só falo perante o juiz." Ele falou assim: "Não tenho tempo disso, não, rapaz. Você fica vendo televisão, essas coisas todas. Está pensando que aqui é assim? Não é assim não". Falei: "Perante o juiz, né?" Respondeu: "Então tá." Quando foi dez horas da noite, ele me tirou, me tirou e me levou para a sala lá e me botou saco na cabeça e me deu uma porção de paulada. Falei assim: "Doutor, pára de me bater. O que o senhor quer?" Ele falou assim: "Eu quero que você assine e confirme em juízo. Mais nada".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que não tem nada para ouvir aqui, Dr. Paulo Lacerda. Não adianta, é perder tempo, porque ele está manipulado e vai começar a fazer acusações.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ele depois... Perante a promotora também?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Promotora também.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E a promotora também pôs saco na sua cabeça, bateu também?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – A promotora me prometeu um montão de coisa.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E aí você assinou?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Te prometeu?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Me prometeu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está com raiva porque não foi cumprido?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, não estou com raiva de nada não. Depois é que fui analisando direito e vi que isso não está certo, porque isso não é verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se prometermos aqui, você assina qualquer coisa?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, agora não assino mais não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Agora não assina nada?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não assino mais, não. Pode me matar, pode me bater, que não assino mais não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pedro, até entendemos a sua mudança de comportamento em relação ao depoimento que você deu na Polícia. Quer dizer, um raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Sabe que não cai, né?

Dizer que você foi lá e aconteceu isso na Polícia, aconteceu isso no Ministério Público... No Ministério Público não batem em ninguém, não surram ninguém, não exigem de ninguém. Conhecemos bem e você sabe disso. Então, não adianta o senhor pensar que nos engana. Sabemos que o senhor está sabendo, e é bom que o senhor saiba que estamos sabendo que o senhor sabe. É bom deixarmos as coisas bem claras entre nós. Mais do que isso: sabemos que o senhor foi ameaçado. Claro que o senhor foi ameaçado. Agora diz "nem que me matem", porque tem medo que matem o senhor lá.

Nesse aspecto, temos a compreensão de que alguém que foi ameaçado e corre risco de vida pode chegar aqui e desdizer tudo que disse, mentir, negar. Até compreendemos isso. Mas é bom saber que não vamos nos enganar com isso.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É claro que vamos cobrar.

Aliás, Sr. Presidente, quanto a esse aspecto, penso que temos de cobrar das autoridades do País, fazendo constar no relatório da CPI. Não tem sentido uma pessoa entregar o nome de dois policiais, dando dados, detalhes, fato, dia, local, hora, roupa...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Inclusive, auto-incriminou-se.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Se o auto foi forjado, como a autoridade saberia dos detalhes?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso é verdade.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O que é quebrar coco?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Eu também não sabia.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Estou perguntando se o senhor sabe o que é quebrar coco?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Vim saber agora. Quebrar coco é matar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o senhor é bom motorista?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sou motorista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E é bom?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Bom motorista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu sei. Pegaram o senhor porque é bom. Então, o que acontece? Ele está dizendo isso, e não posso tirar o direito dele de proceder assim, mas isso não quer dizer que estou lhe dando razão, que o senhor é santo. Não. O senhor é tudo o que disse ao seu respeito aqui. Tanto o é que disse. Se não o fosse, não o diria. Compreendo que venha negar. O senhor pode pensar: vou reafirmar isso, eles serão condenados, mas me pegam e me matam, porque têm poder. O senhor está com medo. Não vou tirar a razão desse medo. Agora, não pense que vamos aceitar que diga que é mentira, que apanhou na delegacia, que a promotora lhe passou conversa. Isso é conversa para boi dormir. Tudo o que o senhor disse é verdade. Contudo, não tiro do senhor o direito de negar, embora tudo seja verdade. Grave na sua cabeça que os Deputados e Senadores sabem que o que o senhor disse é verdade e também por que o senhor nega as suas afirmações anteriores. O senhor vai negar porque está com medo, e não tiro sua razão porque esses loucos matam mesmo.

Precisamos que a CPI tome o exemplo dele como lição. Quando pegarmos alguém que entregou outras pessoas, temos que tirá-la do esquema. Do contrário, a pessoa vem aqui e nega. Assim, não vai preso nem ele, nem o outro bandido, porque não sobra ninguém. Prefiro que lhe dêem proteção, que lhe tirem de lá e até que lhe dêem mordomias, embora seja bandido, para que possamos prender os outros bandidos. Da maneira como está, não vai o senhor e ninguém mais para a cadeira. Daqui a uns dias estará solto.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele vai. Gostaria de esclarecer uma coisa. Pedro, você não sabe o que é roubo de carga. Você é o chamado pé-de-chinelo. Os grandes mandam você e alguns outros fazerem o serviço, mas quem ganha muito e quem não será acusado, tocado, porque você está agindo dessa forma, são os grandes, as pessoas responsáveis. Mas você quer pagar por eles. Vai pagar. E vai continuar assim até encontrarmos – como já aconteceu – pessoas de coragem que querem mudar de vida, que não querem mais participar dessas coisas.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Posso falar?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pode.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Este mês, o delegado esteve na Polinter. Ele me perguntou se eu queria depor na CPI do Roubo de Cargas e respondi que não queria. Ele disse que eu era obrigado a

vir. Primeiro, ele me pediu para vir, depois, falou que eu era obrigado. Não o entendi.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele deveria estar perguntando se você queria vir colaborar. Vou repetir, você está tendo a chance única de se safar de muita coisa. Não prometeremos mentiras, o céu, para você. Mas você pode atenuar em muito sua culpa em tudo que aconteceu se, realmente, resolver colaborar de forma forte e contundente. Agora, sim, você está diante de Senadores e Deputados. Agora, sim, o senhor tem a chance verdadeira. A promotora iria pedir a sua inclusão num programa de proteção à testemunha, o delegado e o juiz podiam querer te ajudar, mas nós, não, temos o poder de fazer isso verdadeiramente, e rápido. Daqui, o senhor não vai ter mais contato com eles. É a única chance que o senhor tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Veja bem, Pedro, a CPI pode te dar o apoio suficiente para que saias da Polinter. Para que o senhor vire testemunha, com proteção. Porque não adianta para a CPI que o senhor fique lá à mercê dos bandidos. Não queremos que os verdadeiros bandidos, que são os grandes e que, se não são grandes, estão crescendo e vão ficar maiores, fiquem impunes. Precisamos de uma testemunha que seja macho, que colabore, que diga, que receba o apoio da CPI e que entre para o programa de proteção. É isso que queremos te oferecer, mas o senhor tem que chegar lá e dizer o que é. Tu sabes o que é, aliás, tu já disseste, mas é preciso confirmar, dar detalhes. Temos o teu depoimento como verdadeiro, ainda que tu digas que não é, porque é rico de detalhes. Tu contas qual dia, qual hora, qual lugar, qual carro, qual cor, qual pessoa, se estava de moto, chegou com não sei o quê, deu tantos tiros, ouviu os tiros, estava lá e disseram que mataram duas pessoas e no outro dia estavam lá os dois mortos, etc. É um roteiro de filme, montado. Tu não és roteirista de novela?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A Janete Clair ganha de ti. O que tu estás dizendo não é imaginação. Tu não inventaste aquilo ali e nem o delegado e a promotora inventaram. Como é que a promotora ia inventar a mesma coisa que o delegado, com a riqueza de detalhes, se não sabe nem onde é a estação? Porque tu contaste, dando a riqueza de detalhes, e eles redigiram e tu assinaste. Sabemos que isso é verdade.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Mas não participei desse crime. Posso ser condenado por esse crime, mas não participei. Minha família está passando fome, estou há oito meses preso e agora, há dois meses e pouco, é que estou tendo advogado. Todo mundo está juntando uma mixaria de dinheiro para tentar me defender. Se eu tivesse um advogado no dia, penso que não estaria preso. Não tinha falado nada, não tinha assinado nada, não tinha feito nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor hoje está tendo a chance.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Pedro, o senhor disse que não participou do crime, mas como é que o senhor foi preso com a acusação de ter participado? Por que o senhor foi acusado?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Quando fui preso, o delegado falou que eu estava denunciado no crime do Zé Luís. Eu disse que estava tudo bem, que todo mundo havia me visto no velório e como é que depois de cinco meses eu era o principal suspeito? Não tem jeito. Ele disse que era porque o carro que levou o cara é um carro igual. Eu falei: o que é que tem? Tem uma porção de carros iguais.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Mas esse álibi não vale. O fato de o senhor dizer que o Zé Luís era seu compadre e que o senhor foi ao velório não justifica nada. O senhor veja o exemplo da filha que tramou o assassinato dos pais e foi chorar no enterro. Portanto, isso não é prova.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Matou e foi chorar no velório.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor não afirma, em momento algum, que matou.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nem sabia que iam matar?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não sabia de nada, não dirigi carro nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tu foste lá, mas não sabia que iam matar?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não, não teve nada disso. Nego o depoimento todinho que dei no fórum e na delegacia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que houve?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pode fazer o protesto na OAB, doutor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é advogado dele?

(INAUDÍVEL, intervenção fora do microfone).

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E desse aqui, o senhor é advogado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor, por favor, retire-se. O senhor não é advogado dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não é advogado dele, então se retire.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vamos pedir à segurança para retirá-lo do recinto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – É advogado do outro cara que está aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Claro, porque ele está louco de medo que ele entregue. Essa cena do advogado é característica. Na verdade, é uma forma de intimidar, ameaçar, conferir.

(O Senador Geraldo Cândido assume a presidência)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Mais alguma pergunta ao depoente?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pedro, você está vendo o que está acontecendo, não é?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Estou vendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Há até um advogado que nem o conhece querendo defendê-lo. Você o conhece? Não, não é?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Meu advogado também deve estar aí, mas não deve ter encontrado este lugar aqui, não. Ele vinha me visitar hoje na Polinter.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não quer colaborar?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se você colaborar conosco, vamos falar com o juiz para que o solte da Polinter, para que lhe garanta proteção, para desmontarmos a quadrilha. Você sabe que há uma quadrilha roubando carga e matando pessoas.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Não sei, não. Eu estive trabalhando com o Renato durante um ano. Depois, saí e fui trabalhar de biscate em uma empresa onde trabalhei empregado. Depois, ele descobriu que eu trabalhei para o Renato e também não me quis mais.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Pedro, quando você trabalhou para o Renato, você levava para São Paulo caminhão carregado de tijolos, não é isso?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Tijolos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – E o que você trazia de volta? O caminhão vinha vazio?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA ALVES – Sempre vinha vazio, só com os paletes. O tijolo é paletizado. Na firma, levávamos o tijolo. Ganhávamos um dinheiro para trazer o palete de volta. O caminhão vinha vazio com carga garantida de volta de novo. Eu só fazia isso.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Vamos dispensar o depoente.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Vamos convocar o outro.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Solicito escolta, por favor, para levá-lo. Deixem-no separado lá. Não o deixem junto com os outros.

A SRª. TELMA DE SOUZA (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, antes de ouvirmos o próximo depoente, eu gostaria de fazer uma observação sem ninguém na sala.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Após a retirada do depoente, a Srª Deputada quer fazer uma observação.

A SRª. TELMA DE SOUZA (Bloco/PT-SP) – Muito rapidamente. Em que pese o acontecimento de agora, seria prudente que a Comissão realmente não entrasse em outras subdivisões do problema do roubo de cargas até para a própria política da Comissão. Embora o advogado não fosse o advogado do depoente, não podemos abrir flancos para outras situações. É essa a observação que faço para que não tenhamos problemas futuros.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma consideração para a ilustre Deputada. S. Exª chegou agora. E a questão do homicídio está ligada à questão do roubo de cargas, porque é queima de arquivo. Não é apenas um. São vários homicídios ocorridos nesta região como queima de arquivo. Assim, invariavelmente, temos de entrar por esses meios e acabar perguntando.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Os crimes são correlacionados. Foi assassinado um casal que ia denunciar.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Também pode haver o problema de drogas no meio.

A SRª. TELMA DE SOUZA (Bloco/PT-SP) – Sim. No final, sabemos que é esta a realidade, lamentavelmente. Que tenhamos o cuidado na formulação de perguntas para que não ofereçamos nenhum tipo de flanco. É apenas uma sugestão. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cândido) – Façam adentrar o Sr. Renato Demétrio de Souza. (Pausa.)

O seu nome é Renato Demétrio de Souza?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Renato, o que o senhor está assinando é um compromisso de falar a verdade, tão-somente a verdade. O senhor se compromete?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está OK.

Sr. Renato, V. Sª foi Policial Militar?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual era o seu posto na Polícia?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – SDPM, ou seja, soldado da PM.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Soldado?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª saiu da Polícia?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por quê?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu fazia cobrança de cheques, quando estava de folga, e prenderam-me como se eu estivesse fazendo uma extorsão. Então, excluíram-me da PM.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por extorsão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª foi excluído da PM por extorsão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor. Eu cobrava cheques.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Certo, mas a acusação foi de extorsão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor, de extorsão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A sua alegação era de que estava cobrando cheques, mas a decisão foi outra.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu realmente cobrava cheques.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Certo, mas a decisão da PM de excluí-lo foi por extorsão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Hoje, V. Sª está preso, não é?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Por que V. Sª está preso?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Estou respondendo conforme o art. 121 do Código Penal.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Art. 121?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o fato?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Homicídio.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas qual é o fato?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Foram assassinadas duas pessoas em Três Rios, e estou sendo acusado de ser o praticante do crime.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Junto com quem?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Com meu irmão.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Qual o nome do seu irmão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Roberto de Souza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Quem mais?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É o Robertinho?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É o Roberto de Souza, Sargento da PM.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o apelido dele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Meu irmão não tem apelido. O nome dele é Roberto de Souza.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é Robertinho?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É Roberto de Souza.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Roberto de Souza é o nome do seu irmão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele foi acusado de matar quem?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – No momento, não me recordo dos nomes das vítimas. No fórum, até tomei ciência, mas agora não lembro. Sei o apelido de um deles, que era Tetinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem o acusou?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Parece-me que foi a irmã da vítima.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A irmã da vítima acusou V. Sª?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ela e quem mais?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Pelo que sei, a principal testemunha dessa acusação é a Srª Penha, irmã da vítima.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A que horas ocorreu o assassinato?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não me recordo, Excelência, porque não fui eu que praticquei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas V. Sª ficou sabendo.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, mas não me lembro. Tomei ciência no fórum, quando fui depor em juízo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas não lhe disseram o nome das vítimas, a data e a hora em que foram mortas? Foi de manhã, à tarde, à noite ou de madrugada?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Excelência, pelo que sei, esse homicídio aconteceu em 2000.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas foi de dia ou de noite?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Creio que tenha sido à noite.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª acredita que foi de noite?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, Excelência.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – V. Sª conhece o Chocolate?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Como?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – V. Sª conhece um rapaz cujo apelido é Chocolate?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele trabalhava para mim quando fui excluído da PM. Comprei um caminhão, e ele trabalhou comigo como motorista.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o Sr. Pedro de Oliveira Alves?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O que está acontecendo com o Chocolate hoje? Onde está o Chocolate? Peço apenas um minuto.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Onde ele está?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sim.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele está preso na Polinter junto comigo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Ele está com V. Sª. V. Sª tem contato com ele lá na Polinter?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tenho, senhor. Sempre.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sempre?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sempre.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – V. Sª veio junto com ele hoje?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Vim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Conversaram muito hoje?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, porque a viatura tem uma divisória: ele veio de um lado, e eu vim de outro. Conversei com ele quando já estava sentado aqui.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E lá, V. Sªs acertaram os depoimentos ontem ou anteontem?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor. Eu nem sabia que vinha depor hoje.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – V. Sª não recebeu uma intimação da CPI?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Recebi hoje de manhã.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Sr. Pedro de Oliveira Alves é o Chocolate?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele tem o apelido de Chocolate, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) V – É o mesmo Chocolate?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª sabe que ele também o acusou de ser a pessoa que foi àquele local para matar as vítimas?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Excelência, quando fui responder por esse homicídio no fórum, a própria testemunha, que é irmã do Tetinho, não me reconheceu nem me acusou diretamente por estar participando de tal crime. Fui assinar uma pronúncia em que o Juiz alega que estou sendo pronunciado, porque sabia do fato. Tenho a sã consciência e estou muito tranqüilo. Estou preso há oito meses, minha família está sofrendo, mas estou tranqüilo, pois sei da minha inocência e que ela será provada.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – V. Sª conhece o Sr. Carvalho?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Da PM? Conheço, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O irmão do Pedro.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – De Carvalho?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – De Carvalho.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele também participou do crime?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele está sendo acusado de homicídio também.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Trata-se do mesmo homicídio de que V. Sª é acusado?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É o mesmo homicídio.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Então, são três: V. Sª ... ou quatro?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu, o de Carvalho, o meu irmão e o sargento Augusto...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O sargento Augusto, Carlos Augusto, vereador, não é?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É vereador, sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o que é que o senhor tem a dizer para mim do roubo de cargas, dessa quadrilha que funciona lá na cidade de Três Rios?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Excelência, eu, graças a Deus, não tenho participação nenhuma em roubo de carga. Eu, inclusive, assim que fui preso na Polinter, tinha uns vinte dias que eu estava preso, me pegaram lá na Polinter para ir depor na Carga, o senhor não imagina o que eles fizeram comigo lá.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O que é que fizeram? Descreva.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu fui preso foi em março, me levaram para lá, encostaram a viatura de traseira com o mato que tem lá, e me largaram lá, dentro da caçapa, por volta de umas três horas. Eu saí de lá simplesmente todo molhado. Aí cheguei no delegado e fui falar com o delegado por que que estavam fazendo aquilo comigo, por que que eu estava naquele estado. Aí, ele virou para mim e falou para mim: "Não, me falaram que você tomou banho".

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Tomou o quê?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Banho. De ironia comigo. Aí, ele falou: "Você vai responder aqui sobre o roubo de carga. Eu falei: "Pois não. Só que não precisavam fazer aquilo comigo". E ele começou a me fazer as perguntas e eu respondi às perguntas, inclusive ele falou que tinha um montão de motorista lá para me reconhecer. Eu fui e dei graças a Deus. Falei: "Tomara que tenha mesmo, porque eu não tenho envolvimento em nenhum roubo de carga, e, se eles estão aí, melhor eles do que ninguém para fazer o reconhecimento".

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Olha o que que o Pedro disse na delegacia:

"O depoente Pedro, o Chocolate, que é teu parceiro, esclarece que pertence à organização criminosa que visava ao roubo de caminhões com carga e sua participação sempre foi de dirigir os veículos roubados".

E ele já disse aqui na CPI que ele é um excelente motorista.

"Que os envolvidos nessa organização criminosa tratavam-se dos seguintes pessoas: Augusto, o vereador...

Conhece o Augusto?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Conheço, sim senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Renato...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sou eu.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – ... que é o senhor, ex-policial militar. De Carvalho, o senhor conhece?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Robertinho...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Seu irmão.

Farias...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Conhece. Passos...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Barros...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Todos eles?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Conheço todos os policiais que estão envolvidos nisso aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – O que eles eram? Policiais?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – São policiais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – São policiais militares. Além de Baiano – conhece o Baiano, não é?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Baiano?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Baiano, que é civil.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ex.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Baiano? Baiano não conheço. Baiano não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – É parceiro de vocês.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, parceiro meu, não, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Sendo certo que tal organização tinha como chefes os dois primeiros citados, ou seja, Augusto e Renato – o senhor e o vereador é que comandavam.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor. Mentira. Ele falou aqui pro senhor que ele foi preso? O Pedro, ele foi preso ao meio-dia e só foi tomado o depoimento dele às 8 horas da noite? Ele falou isso pro senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – O senhor estava junto?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, mas ele comunicou isso para mim. Ele falou isso comigo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Que dia que ele te falou isso?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Me falou na Polinter.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – O senhor ameaçou ele lá na Polinter?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – O que é que o senhor fez com ele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu não fiz nada. Ele nem estava preso na Polinter. Ele estava preso na Cargas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – O senhor ameaçou ele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Porque ele disse isso aqui, não, para a polícia. Ele disse isso aqui para a polícia, e disse também, Sr. Renato, pro Ministério Público. Também pro Ministério Público. A mesma coisa, sobre os mesmos fatos, com a mesma riqueza de detalhe.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Três depoimentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Tal dia, tal lugar, em tal hora, tal fato.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Excelência, se ele disse isso tudo que ele está falando aí, que ele está alegando aí, porque para mim, quando ele chegou na Polinter, não ameacei ele. Se o senhor procurar saber meu comportamento dentro da Polinter, o senhor vai ver que eu estou lá como um preso exemplar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que você acha, Renato, que você está envolvido nisso? Você tem pensado nisso, não tem? Pelo menos lamentando: "Meu Deus, o que que virou a minha vida?" Você pensou por que que você está sendo envolvido nisso?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Vou dizer uma coisa para o senhor...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você fez algum mal para o Pedro, quando ele era seu funcionário?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Pelo contrário.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pagou a ele direitinho, ajudou ele, tudo?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Paguei a ele direitinho, ajudei, sim senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tá. O delegado, alguma coisa, alguma desavença para trás?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Senhor, vou relatar uma coisa para o senhor aqui...

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Pois não.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Falo na presença dos senhores e falo na presença do delegado também. O delegado prendeu minha esposa.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Bebe um pouco d'água, você está com a boca seca.

O delegado prendeu a minha esposa, porque o advogado pediu para que ela levasse um documento para uma testemunha. O delegado foi lá e prendeu a minha esposa, a levou para a delegacia e começou a fazer com a minha esposa uma tortura psicológica.

Minha esposa jamais ia mentir para mim e nem quero que ela se envolva nisso. Ela se envolveu sem eu saber.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em quê?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Nesse meu processo tanto que ela vai ter que responder a um processo por causa desse delegado que foi lá e prendeu ela.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Ele prendeu a sua esposa antes?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, depois que eu já estava preso.

Na delegacia, ele começou a fazer uma tortura psicológica com a minha esposa. Ela ficava quietinha, e ele vinha "tu vai ser presa" e a minha esposa começava a chorar. Ele fez isso umas três vezes com ela. Virou para a minha esposa – não conheço esse delegado, só o vi uma vez – e falou assim "pô, tu está casada com o teu marido e não conhece ele, quem sabe da vida dele sou eu".

Quem é esse delegado para falar da minha vida? O que é que ele tem contra mim?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Mas isso ele já tinha ouvido...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Olha o que o Pedro diz de ti dentre os diversos roubos:

"O segundo roubo tratava-se de carga de sabão em pó e sabão de pedra conduzido para a cidade de Volta Redonda no Rio de Janeiro, sendo veículo marca Mercedes-Benz, cor verde, placa nº 1418, sendo que nesse caso Augusto e Renato acompanharam o declarante em um veículo marca Volkswagen Gol...".

O senhor tem um veículo Wolkswagem Gol?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tenho um veículo Wokswagen Golf.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Cor prata?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Cor preto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Preto. Teve?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tem. "...pertencente a Augusto e que chegando no centro da cidade de Volta Redonda, Renato assumiu a direção do auto solicitando a Augusto que pegasse..."

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O Augusto tem um Golf também?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – "...no mesmo local após quarenta minutos, o que foi feito. O terceiro foi de marca Mercedes-Benz, cor vermelha, carregado com eletrodos, sendo certo que o declarante apanhou tal veículo no posto Ponto Azul, recebendo de conduzi-lo para a cidade do Rio de Janeiro no mercado São Sebastião,...".

Você sabe onde é o mercado São Sebastião?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sei, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sabe porque foi lá levar a carga.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não fui levar carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – "...Que deixasse o veículo na rua do milho quando deveria aguardar um pouco. Depois, um veículo chegaria para apanhá-lo levando onde fosse necessário. Chegou um veículo tipo chevete, cor amarelo, conduzindo o declarante até a rodoviária nova, ocasião em que retornou de Transrio. nessa ocasião, estavam

presentes Augusto e Renato e o de Carvalho também".

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Negativo. Ele está mentindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele está mentindo, está fazendo um enredo de tudo isso?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Está mentindo, sim senhor. Respondo com clareza que está mentindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mentiu para o delegado, mentiu para o promotor e mentiu para a CPI.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Posso falar para o senhor o que ele falou para mim dentro da Polinter?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele falou que foram o delegado e a promotora que montaram isso tudo. Ele falou essas palavras para mim. Eu não ameacei e nem falei nada. Pelo contrário, ele é um cara lá dentro que procuro ajudar.

Não o ameacei. Ele chegou para mim e falou que foi preso ao meio-dia e só viram ele às oito horas da noite, que não o deixaram ter advogado. Isso foi o que ele falou para mim. Agora, isso tudo que ele está falando a meu respeito, digo para o senhor que é mentira.

Se ele realmente falou isso aí, não si o porquê. Eu sempre o tratei bem, sempre paguei as porcentagens dele de frete normal e nunca falou um tostão do dinheiro a que ele tinha direito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele tem medo de ti?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Medo por quê? Não sou nenhum monstro. Não sou nenhum bicho. Vai ter medo de mim por quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não precisa ser monstro, para ter medo não precisa ser monstro.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sou um ser humano como outro qualquer.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A gente tem medo de gente e o outro não é um monstro, mas pode virar.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu acho difícil.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O caminhão Mercedes-Benz, branco, placa KPL7922, Rio de Janeiro é seu?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Era, foi vendido.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quando?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tem uns dois anos e pouco que vendi esse caminhão.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Tem um registro, uma ocorrência de roubo registrada no dia 2/5/2001 na delegacia de Sapucaia, no Estado do Rio de Janeiro e este caminhão está em nome de Renato Demétrio de Souza.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sou eu.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Pois, então.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Estou há oito meses preso. Quando fui preso, já não tinha o caminhão. Tenho conhecimento desse registro, dessa ocorrência, de que esse caminhão foi roubado. E não foi uma vez só não. Ele foi roubado duas ou três vezes. Mas eu vendi esse caminhão. Deixa eu ver se me recordo. Eu vendi esse caminhão para São Paulo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor conhece o motorista Jorge Iberê de Melo Júnior?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não senhor. Jorge?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Iberê.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Iberê?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Iberê. De Melo Júnior.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Conhece o motorista José Luiz Barbosa?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – José Luiz? Conheço sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O que você sabe dele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu sei que ele foi assassinado também.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Quem matou ele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não sei.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor conhece o Lingüiça?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Luizinho?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor estava conversando com o Pedro lá fora?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Na hora em que eu estava sentado e que ele estava do meu lado, estava conversando sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você comentou o caso com ele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu falei com ele que a gente estava aqui para responder sobre roubo de carga. E até brinquei com ele: "Nós estamos ficando importantes. Nós estamos na CPI". Porque aqui que eu fui comunicado que era a CPI do Roubo de Cargas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era seu funcionário?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Era, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o trabalho que ele fazia?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele era motorista do meu caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando o senhor conversou com ele agora, houve algum tipo de ameaça ou ele se justificou porque fez o depoimento?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teve algum outro contato com ele antes desse depoimento no presídio?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor. No presídio, a gente está sempre em contato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês estão sempre em contato?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É. Sempre em contato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês estão no mesmo presídio?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu trabalho também ajudando na carceragem, fazendo faxina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele te ajuda?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele ajuda. E eu também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês estão juntos.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Só que eu só fiquei sabendo que vinha depor hoje.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Então quer dizer que habitualmente você fala com ele lá?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Falo sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que ele se sentiu depois de fazer o depoimento, acusando o senhor e outras pessoas? Durante as conversas, ele fez alguma justificativa?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Lá na Polinter, quando a gente estava conversando, ele chegou para mim e falou que não falou nada disso, que quem fez isso foram o delegado e a promotora, que ele foi preso ao meio-dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está algemado?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor. Ele disse que foi preso ao meio-dia, que só ouviram ele às oito horas da noite, que o delegado não deixou ele ter um advogado lá, que o delegado foi e falou que ele tinha que acusar a gente. Inclusive, estou-me recordando agora, na semana passada ou retrasada, não me recordo bem, o delegado esteve na Polinter e chamou o Pedro. Eu não sabia que ele tinha estado lá. Chamou o Pedro e virou para o Pedro e falou assim: "Olha, você vai ter que depor na Cargas, no Roubo de Cargas, e vai ter que acusar ele, hein?" Depois que o Pedro voltou lá para dentro, que eu fiquei sabendo. E ele relatando para mim que o delegado tinha falado isso com ele. E que ele falou que não faria isso, que ele não teria como acusar ninguém por roubo de cargas. Aí o delegado falou para ele: "Não, mas vamos resolver isso aí. Eu vou te levar para Três Rios. Você vai ficar lá perto de mim. E quando você for depor, você acusa eles". Eu nem sabia que vinha aqui, não. Para mim, seria lá na Carga, que ia depor na Carga novamente. E o delegado esteve lá forçando que o Pedro fosse depor contra a gente. Inclusive, liguei para o advogado do Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, o senhor ligou para o advogado do Pedro?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É. Para ele ver isso aí, que o delegado tinha ido lá falar com ele que ele tinha que depor contra a gente.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E você tem advogado?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tenho sim, senhor.

Hoje? É, tenho. Mas meu advogado não está aqui, não. Mas eu tenho advogado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Você não sabia que vinha para cá hoje?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor. Não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que o senhor fez contato com o advogado do Pedro? De dentro da Polinter, ligou para ele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não. A gente pede uma pessoa da visita para fazer essa ligação lá fora para a gente. E o advogado dele esteve lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esteve contigo e com ele?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Esteve lá, ficou sabendo, veio na Corregedoria de Polícia e fez uma denúncia contra o delegado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O Pedro não disse a você que vinha aqui hoje?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Hoje de manhã, eu acordei. Acordo às oito horas para poder trabalhar. Aí o outro colega chegou e falou: "Você vai ter que ir depor na Assembléia a respeito de roubo de carga, você e o Pedro". Tomamos um banho e viemos para cá. Hoje pela manhã que tomei ciência que vinha depor aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não recebeu nenhuma notificação? Nada?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Só hoje de manhã que me foi mostrado o ofício, para eu vir depor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E o Pedro nunca te falou nada?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele também não sabia?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Que eu saiba, não. Porque a gente estava de manhã lá, e chamaram a gente para vir depor. Acredito que ele não sabia.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Mas o Pedro sabia e falou para ele que vinha para cá. Os dois sabiam. Um fala uma coisa. Tudo foi combinado. Um fala uma coisa e o outro está caindo em contradição.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, não, Excelência. Excelência, não estou caindo em contradição. O que estou falando é verdade, está certo? Fiquei sabendo que vinha depor aqui na CPI hoje de manhã, na hora que acordei. Tanto que, quando o policial chegou: – Vamos trabalhar? Respondi: – Não sei. Chegou um ofício aqui tenho que depor, vou lá para a Assembléia depor. Eu fiquei sabendo hoje de manhã. Se ele ficou sabendo primeiro do que eu, não me falou nada. Agora, eu fiquei sabendo hoje de manhã. E não estou mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E vocês ficaram conversando aí?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Fiquei conversando com ele, sim, senhor, sentado ali fora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu vi os dois.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou lhe dar mais uma dica do que o Pedro disse sobre você na promotoria e na Polícia, que não é nenhum conto, não é conto de novela e nem novela.

"Que o declarante esclarece que nunca tomou conhecimento dos receptadores das cargas roubadas e que, conforme o seu depoimento acima, sempre tinha destino outras cidades" – ele levava para outras cidades –, "lá deixando a carga em ruas ou postos de gasolina, sem saber seu destino final. Que tem conhecimento que, nessa cidade, o dono da loja de materiais de construção Confertril(?), localizada em frente à Praça Arzonval(?) Macedo, Vila Isabel, seria comprador de carga roubada. Porém, afirma que nunca transacionou com o referido cidadão, que Augusto e Renato é que tinham ligações com referida pessoa.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Mentira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele é um mentiroso de marca maior. E trabalhava com o senhor. Aprendeu a mentir lá, acho.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Aí o senhor já está me ofendendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor é que está me ofendendo com as mentiras.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Porque estamos aqui ouvindo mentiras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Olha, não vamos ter discussão aqui. O senhor respeita...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não estou desmentindo o senhor, não estou desmentindo o senhor. Estou desmentindo o que o Pedro está dizendo. E o senhor está me chamando de mentiroso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Estou chamando o Pedro de mentiroso. O senhor o está chamando, e eu disse que ele aprendeu com o senhor.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Está me chamando de mentiroso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor disse que ele era mentiroso.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, se ele realmente disse esses fatos todos, ele é mentiroso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está assinado. Ele está lendo um documento do depoimento do Pedro.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Então, Excelência. Entenda a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor respeite a Comissão.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Estou respeitando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não desafie.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não estou desafiando, não, Excelência. Vim aqui para respeitar. Sou um cidadão. Estou preso, mas sou um cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. E nós te respeitamos como cidadão.

Mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Não, acho desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais alguma pergunta?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputada, alguma pergunta?

A SRª TELMA DE SOUZA (Bloco/PT-SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele poderia permanecer aqui mais um pouco até que terminemos, mas ele está dispensado neste momento. Peço, por favor, que a escolta o mantenha aí por mais um tempo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Onde está o Roberto?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Roberto é seu irmão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por onde ele anda?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele está preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – No Batalhão, em Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Em Alcântara, 7º Batalhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer tomar um pouquinho de água?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Quero, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Arruma uma água aqui para o depoente, por favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – O senhor sabe por que ele está preso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Roberto está preso pela mesma razão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele está preso... (interrompe)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Calma. (Pausa)

O senhor tinha depósito de material de construção?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tinha depósito de material de construção?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Se eu tinha depósito de material de construção? Não, eu tinha uma firma que prestava serviço para a prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só o caminhão.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Só o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, o senhor prestava serviço à Prefeitura de Três Rios?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu tinha uma firma e aí a gente entrava em licitação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Toma água, toma água. (Pausa)

Tinha uma firma que prestava serviço à Prefeitura...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É, a LJB(?).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Pedro era o motorista.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor. A firma não tinha nada a ver com o caminhão, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, sim. Ela prestava serviços, terceirizava serviços.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É uma firma de construção, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor tinha dois tipos de atividade: transporte de material de construção...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor, Excelência. O caminhão, quando eu vinha aqui para o Rio carregar, ele carregava qualquer tipo de carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, qualquer tipo. Não era só material...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não era só uma carga, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É porque o Pedro falou aqui em tijolo e material...

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, carregava tijolo, quando carregava lá em Três Rios, porque lá só sai tijolo, carregava o tijolo para Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E mais outros materiais quando era encomendado o transporte?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É, porque a gente vai para um determinado local, para ver se tem carga, aí a carga que tiver...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nenhuma vez o senhor suspeitou que uma dessas cargas era roubada?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que nenhuma delas era roubada?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – O Pedro me apresentou por umas três vezes ocorrência que o caminhão tinha sido roubado, delegacia e tudo, o pessoal do seguro veio e conversou comigo, conversou com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O caminhão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A carga do caminhão?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi roubada, segundo o Pedro lhe disse.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – É, ele disse e me apresentou as ocorrências.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que pode ter havido desvio, ele ter colaborado para que realmente essa mercadoria fosse desviada e, depois, com a queixa do furto, do roubo, receber o seguro? O senhor acredita nessa hipótese?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Fica muito difícil eu fazer uma afirmativa dessa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu estou levantando uma hipótese.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA –...porque eu não sei eu ... ouvi até ele mesmo falar que a carga foi desviada e para receber do seguro. Eu não posso afirmar isso ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, pela descrição da circunstância do roubo, o senhor achou que ele foi assaltado, foi com arma de fogo, como é que ele descreveu? Há registro dessas ocorrências em alguma delegacia?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tem, sim, senhor, tem sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São três?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Tem um registro, acho que na delegacia de Sapucaia; acho que tem dois registros aqui na baixada Fluminense.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lembra qual era o tipo de carga que tinha?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não me recordo, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E foi localizado o caminhão? As três vezes, o caminhão foi localizado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Roubaram só a mercadoria, não é?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Ele foi abandonado, ele e o caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quer dizer, roubaram a mercadoria com o caminhão junto?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Com o caminhão junto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Depois o caminhão aparecia?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantas vezes?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Por três vezes, assim que ele me apresentou as ocorrências.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem localizou o caminhão, a polícia ou ele mesmo?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, a polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A polícia que localizava o caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em quanto tempo houve esse roubo de carga? Qual é o período em que houve essas três cargas roubadas?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – No período de um ano, menos de um ano?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não, acho que não tinha um período de um ano não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não deu um ano e houve roubos?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Azarado esse caminhoneiro!

O que tinha nas cargas?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não lembra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não lembra?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está bom.

Se você lembrar o tipo de carga, onde foi registrado, pediria que você colaborasse com a gente.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Excelência, eu vim aqui para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Eu vim para colaborar, está certo, Excelência? Só que eu não posso..

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, mas, se você lembrar o tipo de carga e mais ou menos os locais onde foram efetuados o furto ou o roubo da carga, você poderia nos avisar.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim senhor, com certeza o farei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você está dispensando, só permaneça mais algum tempo até que possamos terminar. Se houver alguma dúvida, eu te chamo outra vez aqui. Está bom?

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu irmão já chegou aqui. Está tudo bem.

O SR. RENATO DEMÉTRIO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço à Secretaria que traga o Roberto de Souza.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, antes gostaria de informar que recebemos do Sindicarga, Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Rio de Janeiro, uma estatística da evolução do roubo de cargas no Estado do Rio de Janeiro, desde 1992. Essa evolução...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor tiver interesse em ver o gráfico está aqui.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – ...como já detectamos em vários Estados do País, em 1992, saiu de 411 roubos, num ano, para 3.346.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só aqui?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Só aqui no Rio de Janeiro. Com prejuízos, esse ano, da ordem de R$ 48 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o escolta quiser se sentar esteja à vontade. Está armado?

O SR. – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – A Divisão de Ocorrências no Estado e no Município do Rio de Janeiro, interior, rodovias federais, Baixada Fluminense, incidência por rodovia, incidência por tipo de carga apresenta o mesmo percentual da maioria dos Estados: alimentos vêm na frente registrando 17%; depois eletrodomésticos, cigarros, bebidas, sempre dentro da mesma proporcionalidade do resto do Estado. E há incidência por mês, por dias da semana e por horário, um trabalho muito bem feito do Sindicarga, que enriquecerá o relatório final que prepararemos até o próximo mês.

Eu gostaria que fizesse parte dos documentos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já está incorporado.

O Senhor é Roberto de Souza?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É sargento?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Terceiro sargento, PM 49.058.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está preso, sargento?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Estou, sim, senhor. À disposição da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continua uniformizado?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem autorização para andar fardado como sargento, mesmo preso?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 203, do Código de Processo Penal, o senhor tem alguma razão para não se comprometer a dizer a verdade, somente a verdade perante esta Comissão?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só quer falar a verdade?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Examine aqui os dados fornecidos e, por favor, assine o termo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Roberto, onde o senhor está preso?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Estou no 7º Batalhão, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Eu só gostaria de um esclarecimento: mesmo preso o senhor continua na atividade?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, sou preso da Justiça.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Explique para entendermos o que é preso da Justiça e por que o senhor está fardado.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Até então, ainda não fui condenado, não fui expulso da corporação. Encontro-me preso, à disposição da Justiça, respondendo por um inquérito.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor está preso num quartel?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – O senhor tem alguma atividade na rua?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor veio algemado.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Seria muito esquisito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não poderia ser algemado com a farda. Seria uma desonra para a corporação.

Você tem orgulho de ser PM?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você entrou por vocação ou por que queria um emprego?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Excelência, eu moro no interior e, na época, entrei por necessidade, mas hoje se tornou vocação, devido ao tempo que tenho de Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não entrou porque gostava de ser da polícia?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Entrei por necessidade, por morar no interior, e a opção de emprego ser muito pequena, optei por isso. Fiz a prova e passei. Depois, que eu incorporei, eu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é sua ficha administrativa na PM.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Comportamento bom.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca teve nenhuma punição?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Punição por atraso de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nenhuma outra ocorrência?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Nada que desabone minha conduta, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor é casado?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Tem filho?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tenho uma filha.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – De quantos anos?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Ela tem seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu gostaria de fazer um alerta: sou policial, trabalhei 50 anos

na Polícia, e a pior deslealdade que existe é o policial se envolver nas quadrilhas do crime. Você oferece a vida do seu companheiro à morte trabalhando para que ele fracasse e venha a morrer amanhã. A dignidade pessoal, de foro íntimo é a ação que você tem que ter em defesa da sua instituição e com a lealdade com seus colegas. Peço, encarecidamente, que o senhor colabore com esta Comissão para se redimir de qualquer coisa de que tenha participado e das acusações que recebeu em homenagem aos seus companheiros de farda.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – O senhor tem conhecimento das acusações que pesam sobre o senhor com relação ao roubo de carga?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tenho, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Conte-me da sua participação.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Negativo, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Negativo quer dizer que não contará? Conte-me da sua participação.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não tenho participação nenhuma.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Nenhuma?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que isso foi inventado contra você?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não sei explicar.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você conhece o Pedro?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Pedro de quê?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – O Chocolate.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Pedro de Oliveira?

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – É.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Eu o conheço de vista, sim senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você já fez algum mal a ele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Você já o prendeu?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Nunca.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Já teve alguma desavença com ele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Por que ele falaria de você tudo que falou?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Infelizmente, não sei.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – À toa?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sinceramente, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – V. Sª nunca procurou saber. Afinal de contas, se alguém me acusasse de ser ladrão de carga, eu ia resistir, e eu iria atrás para saber. Eu não sou policial, e V. Sª é. Nunca interessou ao senhor e a seus colegas? A gente vê até em filme um policial sendo acusado e o outro colega faz pela vida para descobrir e provar que o colega que está preso não é. Alguém está vendo isso?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tomei ciência dessa situação depois que eu estava preso. Depois que vim preso é que tomei ciência dessa situação de que eu estava sendo acusado. E tenho condições de dizer que tudo que foi levantado é falso. Com certeza ele pode ter sido manipulado por alguém para poder prejudicar a gente, não sei por quê. Muita coisa que tem acontecido com a gente agora, nesse processo, muitas coisas que foram levantadas...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Qual processo?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Nesse processo que está falando do roubo de carga, onde Pedro me acusa.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – E V. Sª está preso porque está acusado de homicídio?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – E com relação ao homicídio, o que V. Sª a dizer?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Nego também. Não tive participação nenhuma.

O SR. MOREIRA MENDES – Nenhuma?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Homicídio de quem?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Homicídio.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu sei, de quem?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Dá licença. Estou sendo acusado de dois homicídios, um duplo, de um casal; e um simples, de um rapaz. Nego tudo isso, porque eu não estava, não participei e tenho cer-

teza do que eu estou falando. Não estou aqui diante desta Comissão...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Escute o que o Deputado vai ler para o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª conheceu o Tetinho?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Já ouviu falar?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Já.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem é?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Na época que eu trabalhava em Três Rios, ele era citado como traficante, que fazia movimento na área. Mas nessa época eu já trabalhava como interno, não estava mais na rua.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem matou ele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Se eu sei quem matou?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não sei, não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas V. Sª está sendo acusado.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Estou sendo acusado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª sabe da acusação?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Se eu tenho ciência?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É. Quem o acusou?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Segundo li na pronúncia foi a irmã dele, me parece que uma irmã.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A irmã dele e quem mais?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Uma irmã dele e depois o Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem do casal tem policial militar na família, desse casal que foi morto?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Se tem parentes? Tem, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na polícia militar.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Eles têm um cunhado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cunhado dele ou da esposa?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Cunhado da vítima.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas foram os dois vítima! Esse cunhado é irmão de quem?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Cunhado do rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cunhado de um PM?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, o cunhado do rapaz que faleceu é policial militar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É casado com a irmã dele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo. E me parece, não tenho certeza, que ela tem um filho que é policial militar, a irmã da vítima, do rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que está tudo em família.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – V. Sª tem a cópia da pronúncia?

O SR. ROBERTO DE SOUZA –Tenho, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sª está com o advogado aí?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor; não deu tempo de eu informar porque me chamaram agora. Eu nem sabia que eu vinha aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Aqui não temos a pronúncia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe que dá constrangimento?...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É, fica até chato. Estando com a farda, é autoridade. A gente respeita. É prática da polícia, eu penso. Se foi preso, fica sem a farda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É estranho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas aí ele está como... Quando há farda, é autoridade. A gente respeita, no caso, a polícia militar pela farda e depois pela pessoa. É a farda que indica que ele é autoridade. Se o encontramos na rua, vemos que é autoridade. Na verdade, é um preso e um preso não tem autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª pediu a ele um documento?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Eu pedi-lhe a pronúncia.

(Comentários entre o Deputado e o Presidente fora microfone.)

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Excelência, só estou com a sentença.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já teve sentença?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Está escrito ali "sentença".

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Deve ser a sentença de pronúncia.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É de pronúncia, sim, senhor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Deixe-me ver o final da pronúncia.

(Pausa.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Quem é que está lhe acusando?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Na sentença, Dona Maria da Penha, que é a irmã da vítima, do rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lembra o nome do rapaz?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – O nome do rapaz?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O outro Sargento, o Vereador, deu o apelido dele aqui.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Ele é conhecido como Tetinha ou Tetinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – E o nome dele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – O nome eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era traficante mesmo?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Segundo lá, ele fazia um tráfico de drogas. Parece-me que até têm, nas brochuras dos DPOs do pelotão da cidade, várias denúncias relacionadas ao nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A esposa dele estava grávida mesmo?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Estava, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foram mortos os dois juntos?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não sei, não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Roberto, você está preso no batalhão?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Você declarou que conhece o Chocolate?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Conheço de vista, sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Nunca teve contato com ele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Muito pouco de falar, porque a cidade lá é pequena. Eu o conheci como motorista de ônibus. Depois, ele veio até a trabalhar com meu irmão. Só que meu irmão mora em Paraíba do Sul, e eu moro em Sapucaia-Anta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem trabalhava para o seu irmão?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Que veio a trabalhar para ele.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Chocolate.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era assessor do seu irmão?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não. Trabalhava junto com ele. Não sei se ele era motorista para ele, ele dirigia para ele.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – O irmão não é o Vereador?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, não. Meu irmão é o Renato Demétrio.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Depois de preso, você teve algum contato com o Chocolate?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor. Estou há oito meses preso...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Hoje, você falou com ele ali?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Nem vi ele ali, Excelência.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Com seu irmão você tem tido contato?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Só quando minha irmã visita ele é que me comunica. Às vezes, vai me visitar e leva... Fala como estou, pergunta como estou. Esse é o nosso contato, porque ele está na Polinter, e eu estou no 7º.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – Você tem advogado?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tenho, sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – É o mesmo advogado do seu irmão?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É, sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL–RO) – É o mesmo?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É o mesmo, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece o Renato Demétrio de Sousa?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É meu irmão, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É seu irmão também?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Ele é o meu irmão, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é que é seu irmão.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele trabalhava com o Sargento e Vereador Carlos Augusto?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor. Eles eram conhecidos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca trabalhou?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca trabalhou junto?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não. A não ser na Polícia, porque o meu irmão é ex-PM.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, eu sei. Dentro da Polícia, não, mas na Câmara de Vereadores, como assessor?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Veja bem o que diz o Pedro. Você conhece o depoimento do Pedro?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Nunca leu o depoimento dele?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu advogado já dele ter lido.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É, mas não foi passado nada para mim, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Ele diz que, no dia e mês, foi procurado por Robertinho, policial militar... Quem é Robertinho?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Meu nome é Roberto de Souza, mas eles me chamam de Robertinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Ele lhe chama de Robertinho. Então, o senhor é Robertinho. De Carvalho? Conhece?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Conheço, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Policial Militar.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Positivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – E Baiano, Civil, os quais o convocaram para sair, ocasião em que disseram que iriam quebrar uns cocos, nada informando sobre o local ou o que seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe o que é quebrar coco?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Na gíria popular, isso é tirar a vida de alguém.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Isso não é gíria popular.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na Polícia.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Desculpe, eu digo popular entre ...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Na gíria militar.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Na gíria militar. Desculpa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Entre a corporação. Não é popular.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Coloquei mal, desculpe-me.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Está bom.

O veículo utilizado foi um Fiat Tipo Uno, cor verde. Conhece?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Não sabe?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Partindo, por determinação deles, para o Pátio da Estação. O que é Pátio da Estação?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Pátio da Estação é um bairro localizado na cidade de Três Rios. É onde impera o movimento de drogas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Chegando ao local citado, eis que os indivíduos mandaram o declarante manobrar, deixando o carro em pon-

to de partida de frente, pois não haveria demora, sendo certo que o declarante nesse momento viu chegar também ao local, pilotando uma motocicleta cor azul, não sabendo informar a marca, Augusto, Sargento da Polícia Militar..."

Você conhece o Augusto?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Vocês formaram um time pesado.

"...à época, candidato a vereador, o qual atualmente exerce o mandato, sendo certo que o (...) foi de encontro aos outros, ou seja, a Robertinho de Carvalho e Baiano, onde, todos juntos, se deslocaram ao local para a perpetração do crime de homicídio, o que realmente ocorreu. Esclarece o declarante que, do local onde se encontrava, não deu para averiguar a cena do crime. Somente ouvindo os disparos de arma de fogo, não podendo afirmar quantos. Após, todos juntos, voltaram ao local onde estava o declarante, ocasião em que Augusto pegou a motocicleta e saiu depressa e os outros entraram no veículo determinando que saíssem dali rapidamente, de modo apressado, ocasião em que após todos tomaram destinos diversos. Em comentário, na saída do local, eles informaram que tinham quebrado um casal, não declinando nomes, sendo certo que o declarante somente ficou sabendo no dia seguinte os nomes, não sabendo dizer agora, face não ter se ligado".

Olha, Roberto, isso tudo que está acontecendo, vi aqui o que falou o Augusto, Sr. Presidente – eu captei a mensagem -, dizendo: "mas era um traficante, o meu filho entrou no mundo da droga e..."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o seu sobrinho, não é?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – É o seu sobrinho?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu sobrinho é usuário de drogas?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, ele não é irmão. O irmão dele é o outro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – O que você é do Augusto?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o filho do Sargento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – O que você é do Augusto?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Sou conhecido. Apenas conhecido, colega de trabalho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – O Augusto não é nada teu?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Pois é, o Augusto tentou com isso querer justificar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por isso eu perguntei se era o fornecedor de drogas dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Tipo assim: "merecia morrer porque era traficante". Eu não tenho Paixão alguma por traficante, mas não acho que eles mereçam o esquadrão da morte. Aqui vocês formaram o esquadrão da morte.

Não acho que eles mereçam o esquadrão da morte. Mas o que é pior – e esse não é um fato isolado. Vocês formaram um esquadrão para eliminar um traficante, que em um primeiro momento vocês podem até entender que está bem – o que não acho –, mas, com certeza, vocês continuaram perpetrando outros crimes, roubando carga. Roubando de tudo um pouco.

Veja o que ele narrou lá na frente: "Robertinho e Farias, que estavam andando e chegaram em um posto, lá deixando o veículo ainda ligado e que pediram que saísse para fora do caminhão. A ação deu-se da seguinte maneira a saber: que esse caminhão estava trocando pneu no acostamento quando chegaram juntos Robertinho, Farias e Baiano" – ou seja, dois policiais militares – ameaçando o motorista com arma de fogo, o qual foi colocado dentro do carro de passeio, um Santana vinho pertencente a Baiano; que o declarante acabou de trocar o pneu" – ele trocou o pneu. Veja a riqueza de detalhes. Pegaram o caminhão na estrada, que estava trocando o pneu e aí vocês fizeram o atraque, prenderam no carro, o Santana. Ele, o Chocolate, terminou de trocar o pneu – "e seguiu para local acima mencionado. Em seguida, informa da participação de todos, menos de Augusto e Renato..." – veja bem que ele está colocando o Augusto e Renato em uma série de crimes. Aqui consta que todos participaram da quadrilha. Só que nessa aqui o Augusto e Renato não estavam – "...no roubo perpetrado no caminhão carregado de madeira, fato ocorrido no município de Vassouras, tendo como veículo de participação um Fiat de cor preta, pertencente ao policial militar Farias e mais um veículo Fiat Tempra, cor vinho, pertencente ao policial militar Roberto..."

Você tinha um carro desses?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tinha um gol.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – E não tinha um veículo Fiat Tempra?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tive um Tempra também, senhor, cor vinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Pois é, ele sabe tudo. "...Roberto, conhecido como Robertinho; que a ação se deu da seguinte forma: em uma subida, quando o veículo se dirigia em baixa velocidade, eis que baiano subiu no veículo citado pelo lado do motorista e que Robertinho" – o senhor – "subiu pelo lado do carona, rendendo o motorista, ameaçando-o com armas de fogo, determinando que parasse no acostamento, ocasião em que o declarante assumiu o volante e foi de motorista. Porém, ao parar em um posto de gasolina, verificando a carga, observaram que não compensava, sendo a mesma abandonada juntamente com o motorista, não sabendo se houve registro desse fato".

Aí vem; "sobre a carga de açúcar..." E segue citando. Não vou ficar perdendo tempo aqui lendo.

Ele cita toda a história do roubo da carga de açúcar, com a sua participação também. Ou seja, vocês formaram uma quadrilha para fazer justiça em relação a um traficante, para matá-lo, como um esquadrão da morte e uma quadrilha para furtar carros. Estavam acima do bem e do mal, da lei. Matavam para fazer justiça, na visão de vocês, e furtavam para satisfazer suas necessidades. É o que está acontecendo. É lamentável, porque o roubo de cargas alastra-se no País.

Aqui estão os dados fornecidos pela Associação dos Transportadores do Rio de Janeiro mostrando o crescimento do roubo de cargas. Os crimes envolvem o bandido que assalta o caminhão, é o caso do baiano; envolvem os empresários que receptam e maus policiais, que intermedeiam. Não há uma quadrilha organizada se não houver um policial com logística, metodologia, informação e conhecimento para contar o que vai acontecer.

O senhor faz esse papel usando a farda. Chamamos a Polícia, chamamos o de Souza, vem um bandido. Chamamos um bandido e vem o de Souza. O que é isso? A que ponto chegamos? É isso o que queremos desbaratar. É o que não dá mais para aceitar em nosso País. É lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há mais alguma pergunta?

Está encerrado.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Não tenho direito de defesa?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer falar mais alguma coisa?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Gostaria de solicitar que outras pessoas viessem depor como, por exemplo, o Pedro.

Só recebi acusações. Não tive um momento de defesa. Estou sendo acusado por atos que não cometi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está sendo acusado pela leitura dos depoimentos.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Estou sendo acusado por coisas que não cometi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor quiser falar mais alguma coisa.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Tenho depoimentos que são relacionados aos homicídios. Fui pronunciado por um homicídio no qual a testemunha diz tudo o que estava acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pode fornecer à Comissão.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Ele diz que foi forçado a apontar-me e ao Sargento Augusto, por meio de fotos. Fui reconhecido dentro do Fórum de Três Rios pela testemunha. Eram 5 pessoas acusadas, mas não houve mais ninguém para sentar do nosso lado e fazer o reconhecimento. Foram os 5 sentados, enfileirados, para serem reconhecidos pela testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um problema da Polícia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Qual era a testemunha?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – A Dona Maria da Penha.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – E o Chocolate precisava de fotografia para reconhecê-lo?

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Excelência, é o que estou falando: chamem-no para depor. Eu não sei. Sinceramente, ou ele é insano...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Ele já depôs.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos cuidar disso. Está registrado o que o senhor falou.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Está bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Ele tem que aguardar a folha. Foram tirar cópia e vão devolver.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor espera um pouco para pegar o documento que emprestou: a sentença de pronúncia.

Qualquer outro documento que o senhor julgar necessário pode encaminhar à Comissão.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Entrego a quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mande para a Comissão que aqui mesmo alguém encaminhará à Brasília. Esteja à vontade.

O SR. ROBERTO DE SOUZA – Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor, por favor, espere um pouquinho.

Muito obrigado, agradeça ao Comandante.

Quero comunicar à Comissão que o Evandro de Paulo Torquete justificou sua dificuldade de vir. Se os senhores Membros concordarem, solicitarei à Polícia Federal que providencie a oitiva do Evandro e as acareações que sentirem necessidade durante o depoimento.

O SR. – Não dá mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não dá mais tempo.

Depois, farei um ofício à Polícia Federal para ouvir o Evandro. V. Exªs estão por dentro do assunto. O depoimento ficaria até mais fácil. Se houver necessidade de acareação entre alguns dos elementos envolvidos já faremos constar do ofício para que não haja dificuldades com a Justiça.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma solicitação. Ontem fiz um requerimento a V. Exª para ouvir uma testemunha, um bandido, o maior ladrão de cargas do País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De Uberlândia?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT–RS) – Sim, de Uberlândia, Minas Gerais. Quero, Sr. Presidente – até em homenagem ao trabalho da CPI e considerando que ele é o maior ladrão de cargas do País , o Valtenir Bueno, (?), que é tido e havido como um dos maiores ladrões de carga do País, inclusive especialista no roubo de agrotóxico.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que, se fosse da intenção de V. Exª ouvi-lo ainda antes do encerramento da CPI, pudéssemos, para a mesma reunião, convocar o Evandro de Paula Torquete (?) e o Carlos Marra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor pede o deslocamento da Comissão até Uberlândia?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, Sr. Presidente. Já que vamos ouvir o Valtenir Bueno em Brasília, faríamos, então, a última reunião de oitiva da CPMI, e ouviríamos os três.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou dar por aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Vamos incluir, então, o Evandro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Faço esse requerimento, então, pedindo a inclusão do Evandro de Paula Torquete e do Carlos Marra. Que ouvíssemos esses três na CPMI, em Brasília.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Em Brasília?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em Brasília, na semana que vem.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Acompanho o Deputado no requerimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer e pedir a V. Exª que me permita sair antes, porque já estou atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já estamos encerrando. Apenas para encerrar, eu gostaria de agradecer ao Presidente da Assembléia.

A SRª TELMA DE SOUZA (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, antes de o senhor encerrar, eu gostaria de fazer uma solicitação à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não!

A SRª TELMA DE SOUZA (Bloco/PT – SP) – Como sou autora de um pedido de CPI sobre a questão portuária, e como ela finda este ano, porque teremos um outro mandato no ano que vem, eu já queria promover a repetição desse pedido e, inclusive, receber os documentos particularizados sobre a questão da ação do roubo de carga nos portos brasileiros, particularmente no porto de onde venho, Santos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria à Secretaria que providenciasse, inclusive o caso de ontem também, do roubo das bobinas de aço, que é do porto do Rio, que deverá servir.

A SRª TELMA DE SOUZA (Bloco/PT – SP) – Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Assim, dou por encerrada a reunião, não antes de agradecer ao Presidente da Assembléia, à Polícia Militar, à Polícia Federal, pelo entusiasmo na investigação do caso que foi apresentado aqui. Estou providenciando um ofício de agradecimento direto ao superintendente.

À Polícia do Estado também vamos agradecer por toda a segurança e carinho que nos deram durante esta estada, garantindo assim os nossos trabalhos.

À Srª Regina Maria Barbosa Soares, do Departamento de Apoio às Comissões Especiais de Inquérito, o agradecimento por todo o apoio que nos deu, e à Srª Ivaina Ramos Afonso, da Chefia para Assuntos de Cerimonial, também pelo apoio que nos deu.

Faremos isso, por escrito, ao Presidente da Assembléia.

Agradeço ao Senador Moreira Mendes, ao Deputado Oscar Andrade, ao Deputado Pompeo de Mattos, ao Senador Geraldo Cândido, à Deputada Telma de Souza, pela colaboração de comparecer às reuniões da CPMI, e à segurança da Assembléia, que permaneceu todo o tempo à disposição dos membros da CPMI.

Muito obrigado e dou por encerrada esta audiência pública.

Agradeço também aos nossos companheiros de trabalho da Secretaria, ao Naurides, ao nosso Secretário-Geral e a todos aqueles que colaboram com esta Comissão, como o Paulo Lacerda e o Cavaleiro.

Agradeço imensamente a colaboração, a disposição e até o sacrifício em colaborar conosco.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h10min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCECDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 14ª Reunião, realizada em 11/12/2002.

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dois, às quinze horas e quarenta minutos, na sala 02 da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Mário Negromonte, e ainda com as presenças dos Senadores Maguito Vilela Marluce Pinto Gerson Camata Francelino Pereira Geraldo Cândido Leomar Quintanilha e Jonas Pinheiro e os Deputados Carlos Dunga Jaime Martins Oscar Andrade Mário Negromonte Pompeo de Mattos Robson Tuma Eduardo Campos e Cabo Júlio Reuniu-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a apresentação, leitura e votação do Relatório Final, sendo aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente agradeceu os presentes, dando por encerrados os trabalhos da Comissão. Não havendo nada mais a tratar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com apanhamentos taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mario Negromonte) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, do ano de 2002, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 23, de 2000, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder às investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à apresentação da leitura e votação do relatório final.

Indago à Secretaria se existe expediente a ser lido. (Pausa.)

Não existe.

Eu gostaria de convidar, para fazer parte da Mesa, o Deputado Estadual Francisco Áppio, do Rio Grande do Sul, Relator da CPI sobre Crime Organizado 2000, que acabou de se eleger Deputado Federal.

Registro a presença do Presidente da Federação Interestadual dos Caminhoneiros e Transportadores Autônomos de Carga em Geral (Fetrabens), José da Fonseca Lopes.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Oscar Andrade, para proceder à apresentação do seu relatório.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, Srs Senadores e Srs Deputados, passo à leitura do relatório.

Introdução.

A presente CPMI foi criada por meio do Requerimento nº 23, de 2000, de minha autoria, com a finali-

dade de apurar, em todo o Brasil, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder à investigação no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubo de carga.

A matéria trata da preocupação da sociedade como um todo e dos segmentos que, direta ou indiretamente, são responsáveis pelo transporte de carga, Parlamentares em particular, no sentido de coibir, o quanto possível, o crime organizado no Brasil.

É sabido que as forças e os órgãos constituídos para combater o crime organizado, por via de regra, encontram-se menos aparelhados, até porque, logisticamente, estão aquém das estruturas criminosas que hoje agem no Brasil. Contudo, esforços elogiáveis são desenvolvidos pelos diversos segmentos governamentais, quando guardadas as suas respectivas competências.

Durante nossas investigações, constatamos o envolvimento de policiais que atuam em colóquio com os ladrões e receptadores de cargas. Exemplo é o que tivemos nas audiências levadas a cabo na cidade de São Paulo, quando ouvimos e tivemos de prender policiais do Depatri.

A segurança pública é, hoje, preocupação prioritária de toda a sociedade e do Governo em geral, considerando a acentuada evolução da escalada incontrolável da violência no País. O desequilíbrio sócio-econômico vigente cria as condições favoráveis de causa e efeito, à medida que, a cada dia, aumenta o abismo entre as fontes geradoras da produção, consumo, desemprego e outros fatores que contribuem para as distorções e contradições sociais, as quais, em regra, desembocam e materializam a criação nefasta de grupos criminosos.

Foi por intermédio de inúmeras informações e ocorrências referentes a esses fatos que a CPMI constatou a forte ligação entre organizações criminosas e o roubo de carga. Ficou constatado, ainda, tratar-se de organizações apoiadas e estruturadas por uma logística acima da capacidade preventiva e repressiva do poder constituído.

Todo esse cenário inspirou aos legisladores solicitar a criação da CPMI, cujos trabalhos se desenvolveram norteados pelos mais rígidos padrões de conduta previstos nas leis e regulamentos pertinentes.

Na seqüência, será demonstrada uma síntese de todos os procedimentos preestabelecidos, visando achegar-se aos receptadores, a causa principal da existência das quadrilhas que operam com roubo de carga.

Procuramos ler aqui, hoje, apenas uma síntese do que foi a CPI. Mais de mil páginas farão parte do relatório, e acho que sua leitura tomaria um tempo exaustivo a todos aqui. Procuramos dar a síntese a toda a imprensa e a todos os órgãos que precisarão desse relatório, para darem continuidade a esse trabalho de dois anos e sete meses da CPI.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Visando a coibir a escalada vertiginosa do crime organizado referente ao roubo de cargas, identificando e enquadrando os receptadores segundo os ditames da lei, a CPI veio atender aos anseios da população, de empresários, de seguradoras e de trabalhadores, que, direta ou indiretamente, operam na área de transporte de cargas, apresentando medidas ao seu combate e garantindo-lhe segurança para o desenvolvimento de suas atividades.

Em 16 de maio de 2000, estabeleceu-se a primeira reunião, tendo sido eleitos para a condução dos trabalhos o Senador Romeu Tuma – Presidente; o Deputado Mário Negromonte, Vice-Presidente; e eu, Deputado Oscar Andrade, como Relator. Saliento que o Senador Romeu Tuma está em viagem com o Presidente da República e, infelizmente, depois de seu magnífico trabalho na CPI, não pôde estar presente. Contudo, na segunda-feira, o Senador estará aqui e já sabe de todo o conteúdo do relatório.

A partir da criação da CPI, que durou quase três anos, foram aprovados 85 requerimentos contendo as propostas dentro do cronograma previamente estabelecido.

REUNIÕES REALIZADAS

No período de 29/03/2000 a 15/12/2000, foram realizadas 21 reuniões, sendo 18 ordinárias e 3 administrativas. No ano de 2001, no período de 15 de março a 14 de novembro, foram realizadas 20 reuniões, sendo 19 ordinárias e uma administrativa. No ano de 2002, no período de 27 de fevereiro a 22 de novembro, foram realizadas 13 reuniões, sendo 12 ordinárias e uma administrativa.

As reuniões tiveram a ativa participação de parlamentares integrantes desta CPMI, bem como a colaboração de vários depoentes interessados na apuração dos fatos, tecendo considerações sobre suas experiências e conhecimento na área e também sugerindo medidas visando a coibir o roubo de cargas no Brasil.

A comissão realizou viagens aos Estados do Maranhão, São Paulo – capital, Campinas e Santos -,

Paraíba, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais – Uberlândia -, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rondônia e Amazonas, no sentido de diligenciar **in loco**, buscando e coletando informações por meio de oitivas e de outras provas permitidas em Direito.

No ano de 2000, foram realizadas quatro viagens, a saber: Florianópolis, João Pessoa, São Paulo e, depois, São Paulo. No ano de 2001, foram realizadas cinco viagens, a saber: São Luís, Campinas, Porto Alegre, Joinville e Uberlândia. No ano de 2002, foram realizadas sete viagens: Recife, Santos, Porto Velho, Manaus, Vitória, novamente Vitória e Rio de Janeiro.

ACAREAÇÕES

Durante as audiências, foram realizadas diversas acareações, no intuito de esclarecer as contradições ocorridas durante a fase investigatória, nas cidades de São Paulo, São Luís, Brasília, Campinas, João Pessoa, Porto Alegre, Joinville, Uberlândia, Recife, Porto Velho, Vitória e Rio de Janeiro.

DEPOIMENTOS

Tivemos, como convidados, 67 depoentes; não vou ler o nome de todos.

DEPOENTES CONVOCADOS

Foram recebidos 167 depoimentos pela CPI.

O QUE AINDA FALTA FAZER NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DO ROUBO DE CARGA?

Hoje, quando uma carga é roubada, ela atravessa os limites de um Estado para o outro, normalmente. Os policiais e as autoridades que investigam a ocorrência não podem, por impedimento legal, prosseguir nas investigações, em razão dos limites territoriais e jurisdicionais para agirem fora do Estado onde ocorreu o fato.

Para corrigir essa lacuna legal, que interrompe a cadeia investigatória e contempla o crime, mister se faz regulamentar o que preconiza o art. 144 da Constituição Federal de 1988, que, em seu Capítulo III, trata da Segurança Pública. O inciso I, do § 1º, do mesmo artigo, versa sobre a competência da Polícia Federal quando prescreve apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exige a repressão uniforme, segundo o que se dispuser.

Isso foi motivo de muita discussão durante nosso trabalho na CPI, e entendemos que, em vez de esperar tantos anos para fazer essa regulamentação, mudamos uma MP que em maio de 2002 se transformou na Lei nº 10.446 em apenas uma palavra, para dar condição de a Polícia Federal atuar no crime de roubo de carga, quando envolve dois ou mais Estados e crime internacional. Ao final, estaremos procedendo à leitura dessa Lei.

Outra sugestão trazida à discussão é a de impelir o setor industrial e embarcadores a promover a identificação das mercadorias, controlando os lotes e seus respectivos números de série, exercendo o controle e a prevenção do roubo de carga e escoamento de produção. Por outro lado, o agravamento das penas para o crime de receptação – hoje punido com apenas três anos de detenção, com direito a sursis – estimula o risco pelos grandes lucros auferidos. Estamos ainda estudando meios para que a penalidade possa abranger também medidas pecuniárias e tributárias por meio de multas pesadas.

Esse caso também já resultou em projeto de lei de minha autoria, que apresentei ontem na Câmara dos Deputados, que estabelece claramente quem é o receptador qualificado, não mais aquele receptador que compra um produto na rua roubado, mas o receptador que recebe carga. Ao final do nosso trabalho, leremos o nosso projeto de lei.

A par dessas sugestões, deve ser estudada a hipótese de o seguro da carga ser de responsabilidade do embarcador, sugestão essa recebida pelos transportadores, ficando o seguro do caminhão e do motorista a cargo da transportadora.

No que concerne ao avanço de nossas investigações, a pedido nosso, a Polícia Federal prendeu o delinqüente Cleverson Pereira da Cruz, que é ligado ao roubo de cargas no eixo São Paulo, Minas e Goiás e que esteve envolvido também com roubo de ouro no avião da Vasp, no ano de 2000, no Aeroporto de Brasília. O preso apontou 67 nomes de pessoas e empresas ligadas ao roubo de carga nessas regiões.

No ano de 2000, a Comissão promoveu várias diligências, sendo no Estado de São Paulo: Campinas, Mogi Mirim*, Limeira, São Pedro, Piracicaba e Sumaré. No Estado do Maranhão: São Luís, Viana, Pinheiro, Santa Helena, Turilândia, Amapá do Maranhão, Maracassumé, Vitorino Freire, Nova Olinda, Santa Inês, Cândido Mendes, Presidente Médici e Santa Luzia do Paruá. No Estado de Pernambuco: Vitória de Santo Antão, Gravatá e Bezerros. No ano de 2001, no Estado do Mato Grosso do Sul: Campo Grande e Corumbá. No Estado de Pernambuco: Recife. No Estado de São Paulo: na capital e em Paulínea. No Estado de Minas Gerais: em Uberlândia. No ano

de 2002, nos Estados de São Paulo, Goiás e Espírito Santo.

Esta Comissão, por meio de requerimento assinado por esta relatoria, solicitou a criação de uma força-tarefa composta por representantes dos Ministérios da Justiça e da Fazenda, por membros da Receita Federal, do Banco Central, do Banco do Brasil, do Ministério Público e da Agência Nacional do Petróleo, visando a apurar em toda extensão os inúmeros fatos de natureza grave envolvendo as empresas do Grupo Petroforte* e o Sr. Ari Natalino da Silva, especialmente no que diz respeito à utilização de prepostos ou laranjas.

Quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário. Do Grupo de Ari Natalino, composto de várias pessoas – desnecessário se faz ler todos os nomes. Do Grupo Pólos, também do Sr. Ari Natalino, outras dezesseis pessoas. Do Depatri, policiais. Infelizmente, em todas as cidades em que fomos, no Brasil, sempre há participação de policiais, diretamente envolvidos em roubo de carga ou dando cobertura a bandidos.

A pedido do Presidente, lerei o nome dos policiais: Alexandre Francisco R. da Costa, Celso dos Santos, Daniel Rubens de Oliveira, Joacir Esteves, Jorge Luiz Alves da Silva, Jurandir Lino da Silva, Laurindo Marques, Marcelo Fernandes de Andrade, Marcelo Silva Liger, Marcelo Teixeira Lima, Marco Antônio Fragoso, Marcos Pereira, Mucine Rodrigues S. da Silva, Sérgio Adriano Gimenez e Walter Fonseca Inácio. No Estado do Maranhão: Antônio Lisboa Ferreira, Avenir Andrade Pacheco, Carlos Antônio Maia Silva, DS Borges Empreendimentos – não são policiais, são indiciados, empresas e pessoas -, os ex-Deputados Francisco Caíque Ushoa e Zé Geraldo de Abreu, entre outros, no Estado do Maranhão. No Estado de Pernambuco, seis pessoas. Na cidade de Joinville, vinte pessoas; na cidade de Santos, quatro pessoas; em Brasília, José Fuscal de Cecílio, o Deputado Distrital Tatico; na cidade de Campinas, vinte e cinco pessoas; na cidade de Recife, seis pessoas.

Conclusão

Este relatório final demonstra um cenário muito mais preocupante do que o que se imaginava. É a própria economia e segurança do País, como um todo, que estão seriamente ameaçadas, pois são inúmeros os desdobramentos e conseqüências nefastas advindas do roubo de carga.

O aumento, em média, de 40% no custo do seguro inviabiliza, em parte, a rentabilidade das empresas dentro da relação de causa e efeito do custo benefício. Das 130 seguradoras, aproximadamente, somente dez fazem seguro de roubo de carga, impondo condições quase impossíveis de serem cumpridas. Situação essa que levou mais de 200 empresas à falência, nos últimos dois anos.

Esse cenário é grave, pois nenhum empresário tem condições de bancar o roubo de cargas. Essa escalada poderá chegar a ponto de comprometer seriamente o abastecimento, no País, considerando-se que, aproximadamente, 80% do transporte de cargas são feitos através de caminhões. Esses fatores contribuem para o aumento dos custos, pressionando a inflação. O prejuízo das empresas do setor de cargas chegou a aproximadamente R$700 milhões no ano de 2001, segundo dados oficiais. Foram registradas mais de 6.000 ocorrências, no último ano. Os sindicatos da categoria empresarial estimam que tenha ultrapassado 9 mil tais ocorrências.

Assim sendo, é de grande responsabilidade a atuação desta CPMI, razão pela qual todos os seus membros, somando-se aos segmentos empresariais de seguro, órgãos representantes dessa categoria, autoridades e a sociedade como um todo envidem esforços no sentido de bem cumprir as propostas e objetivos que nortearam a criação e condução dos trabalhos desta CPMI.

Há muito ainda a se fazer, contudo, a maior vontade é a certeza de que alcançaremos, ao final, nosso objetivo, no sentido de desbaratar essas quadrilhas organizadas e alimentadas pelos seus receptadores.

Finalmente, apresentamos, nas conclusões finais, quatro propostas para aperfeiçoamento das leis que versam sobre a matéria.

Recomendações

Aprovação, em caráter de urgência, da legislação que cria o sistema nacional de prevenção, fiscalização e repressão ao furto de roubo de veículos e cargas, conforme Projeto de Lei Complementar nº 187/97, recentemente aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, Projeto de Lei nº 2097/99, atualmente em tramitação na citada Comissão. Ambos de autoria do nobre Deputado Federal Mário Negromonte, nosso Vice-Presidente.

Nesses projetos, dentre outros aspectos de maior importância, ficam definidas a implementação de mecanismos de cooperação, entre a União e os Estados, permitindo que se crie medidas de respostas integradas para os delitos que ultrapassem as fronteiras estaduais. A participação obrigatória dos órgãos fazendários, Receita Federal e Fazenda dos Estados, no combate aos delitos de veículos e cargas. A obrigatoriedade de identificação dos produtos pelos fabri-

cantes, o que permitirá o controle das mercadorias, inibindo a receptação. A criação de um fundo nacional a ser gerido pelo Ministério da Justiça com a finalidade de implantar e manter o sistema e financiar os órgãos integrantes do mesmo. O perdimento de bens móveis e imóveis usados para a prática do crime. O restabelecimento da antiga matrícula termo, permitindo a vinculação entre o motorista e o veículo. A responsabilidade do Conselho Nacional de Trânsito, Contran, no estabelecimento dos dispositivos antifurto obrigatórios nos veículos, bem como nos requisitos técnicos e de segurança da documentação de propriedade e de transferência de propriedade de veículo. A obrigatoriedade que incumbe as autoridades fazendárias de informar à autoridade policial competente as autuações procedidas em qualquer ação fiscal referente a veículos e mercadorias desacompanhadas do documento regular de aquisição.

2) Aprovação da legislação federal específica para regulamentar o desmanche de veículos. A respeito da matéria, sabe-se da tramitação na Câmara dos Deputados atualmente dos Projetos de Lei nº 3.694, de 2000, do Deputado Federal Pompeo de Mattos; nº 6.442, de 2002, do Deputado Enir Voltoline; nº 6.857, de 2002, do Deputado Serafim Venson; bem como do art. 4º do já citado PL nº 2.097, de 1999, do Deputado Mário Negromonte, cujo teor deve ser mais bem debatido, embora a iniciativa, em si, mereça desde logo integral o apoio;

3) Apoio político e material à imediata implantação do banco de dados nacional para delitos de carga, ora em implantação pelo Ministério da Justiça. O sistema integra os bancos de dados estaduais, cabendo, portanto, aos estados viabilizarem os seus respectivos bancos de dados. O banco de dados nacional quando em funcionamento será um valioso instrumento a permitir o intercâmbio de informações entre as polícias, o mapeamento estatístico dos sinistros, a recuperação de cargas roubadas;

4) Ampliação de recursos humanos e materiais da atual infra-estrutura do Departamento de Polícia Federal, para possibilitar ao órgão cumprir suas atribuições definidas pela Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002;

5) Engajamento da Receita Federal e do Ministério Público federal e estadual no combate aos delitos relativos a carga, considerando o contexto maior da ação contra o crime organizado;

6) Apoio à criação de delegacias especializadas no combate ao roubo e furto de cargas em todas as unidades da federação;

7) Prioridade absoluta à investigação e ao combate à receptação, o que, segundo entendemos, requer uma força tarefa que integre os diferentes organismos: Polícia Federal, polícias estaduais, fiscais fazendários, Ministério Público, outros órgãos públicos estaduais e municipais, conforme suas competências e a necessidade de cada operação;

8) Estabelecer as obrigações e responsabilidades que devam incumbir ao setor industrial embarcador pela identificação de seus produtos, controle de lotes, número, serial etc, como forma de controle e prevenção a roubos, furtos desses produtos, previstos no art. 1º do inciso IX do PL nº 2.097, de 1999;

9) Estabelecimento de mecanismos legais ou contratuais que obriguem as concessionárias de rodovias de todo o País a colocarem à disposição das autoridades policiais competentes as imagens obtidas pelas suas câmaras de controle, bem como o sistema de comunicação de que dispõem para fins de prevenção e repreensão aos crimes em geral e, em especial, aos roubos e furtos de veículos e carga;

10) Atualização de sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança pública, Infoseg, regido pelo Ministério da Justiça, que se destina a permitir o inter-relacionamento entre os bancos de dados SSP estaduais, Renavan, Renac, Sinarm, informações criminais. Compete às Secretarias de Segurança Pública Estadual a atualização dos seus respectivos bancos de dados de modo a viabilizar a eficácia do Infoceg.

Outras recomendações julgadas pertinentes capaz de tornar a lei mais severa e o trâmite processual mais ágil em relação aos delitos contra o patrimônio.

Aumentar a pena prevista para o crime: de receptação dolosa, qualificada, considerada a possibilidade de tornar o delito inconfiável de modo inafiançável, de modo a manter o receptador preso e evitar penas alternativas. Criar varas especializadas de justiça nas capitais das unidades federativas com competência ampliada para toda a unidade federativa com a finalidade de combate ao crime organizado em todas as suas possibilidades.

Considerar a possibilidade de criação de juizados especiais para delitos de veículos e cargas; limitar a tramitação recursal na justiça resolvendo a ampla maioria das questões em níveis de primeiro e segunda instância.

Simplificar o rito processual.

Estabelecer a instauração de inquéritos policiais, independentemente, de se tratar de autoria inicial

conhecida ou desconhecida, dando maior prioridade e agilidade ao procedimento investigatório.

Selerisar procedimentos administrativos quanto ao expurgo de funcionários corruptos e desonestos.

Sugestões da indústria de medicamentos: a obrigatoriedade da gravação em códigos de barra, ou numéricos na embalagem de medicamentos do número de lotes de fabricação do produto.

Resulta de antigo pleito das indústrias produtoras de empresas distribuidoras. Trata-se de medida que irá evitar a falsificação do medicamento e para dar maior segurança na identificação da procedência. Em conseqüência a proposta poderá assegurar também a redução de incidência de roubo que vem ocorrendo em alta escalada nesse segmento de mercado.

A adoção de critérios para gravação na embalagem do medicamento apondo de forma adequada ao número de lote de fabricação é objeto do Projeto de Lei nº 2.706/2000, de autoria do Deputado Raimundo de Gomes de Matos, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Na atualidade a liberação de medicamentos para comercialização é feita em lotes para o controle no mercado. A indústria faz constar em cada embalagem o número do lote de fabricação, entretanto, a maioria como é gravado hoje o número do lote, é demorada e ineficiente, dificultando o trabalho de fiscalização do serviço de vigilância sanitária e demais órgão públicos. É oportuno lembrar que a gravação numérica ou em código de barras, do número do lote de fabricação em cada embalagem do medicamento tem por objetivo a proteção quanto a falsificação e agilização do processo de fiscalização que, em última análise, irá dificultar as vendas das cargas a serem roubadas.

Isso porque a adulteração do código de barras é bem mais difícil do que a da simples posição de um número da embalagem do medicamento. Além do mais assegura mais rapidez no controle de qualidade do medicamento vinculado ao lote que foi produzido.

Por todos esses motivos, essa Comissão Parlamentar recomenda aos nobres parlamentares o apoio ao Projeto de Lei nº 2.706/2000, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Incluído no Programa de Proteção à Testemunha – Provita: Jorge Meres; Salvo Barbosa Vilar; Cleverson Pereira da Cruz; Jasiel Rodrigues da Silva e Aristone Pimentel. Todos eis bandidos que contribuíram de maneira muito forte com os trabalhos da CPI.

Indiciamentos:

No caso Ari Natalino, do Grupo Petroforte: 26 pessoas; em Pernambuco: 4; supermercados: 10; do De Patri de São Paulo 17; de Campinas: 2; do Distrito Federal: 5; de Uberlândia: 10; do Amazonas não existe; Santa Catarina, cinco; Rio Grande do Sul, 11; Santos, três; Espírito Santo, nove; Rio de Janeiro, 15; Goiás, 39, totalizando 156 pessoas. Não foram incluídas entre os indiciados as pessoas já indiciadas por roubo de carga pela CPI do Narcotráfico, quando dos trabalhos da mesma. Ainda foram indiciadas 218 empresas de São Paulo, identificadas em nosso trabalho.

Vou ler os projetos de lei. Além do grande projeto do Deputado Negromonte, lerei os de minha autoria, a partir dos trabalhos da CPI, aos quais dei entrada ontem na Câmara dos Deputados: Lei nº 5.172, de 25.10.66, Código Tributário Nacional. Acrescente-se ao art. 156 da Lei nº 5.172, de 25.10.66, mais um inciso com a seguinte redação: "O roubo da mercadoria antes da sua entrega ao destinatário". Pedimos a isenção das mercadorias das cargas roubadas, isenção do pagamento de impostos quando o empresário compra e não recebe a mercadoria. Apesar de a nota fiscal ter sido destinada a ele, o empresário não tem de pagar o imposto, porque, se pagá-lo, quando comprar a mercadoria outra irá pagar o imposto.

O Estado é obrigado a garantir a segurança do cidadão contra a onda de assaltos à mão armada ou, em especial, contra o roubo de cargas. Não se justifica que o Estado, tendo deixado de cumprir o seu dever, ainda se beneficie da cobrança de impostos pela operação que não se consumou, em razão da ação de criminosos e da ineficiência estatal em garantir a segurança patrimonial.

Decreto Lei nº 2.848, de 07.12.48, Código Penal, art. 180. Acrescente-se ao art. 180 mais um parágrafo com a seguinte redação: "Sendo o receptador comerciante ou industrial, aplica-se a pena prevista no § 1º, ainda que se configure a hipótese prevista no § 3º.

Justificativa.

Torna-se necessário separar o comerciante ou o industrial que praticam receptação presumida do indivíduo que pode incorrer no mesmo delito. A receptação para uso individual deve ser enquadrada na forma prevista no § 3º enquanto o comerciante ou o industrial que praticam a receptação para giro do seu negócio têm total conhecimento do ato que estão praticando, havendo o caso até mesmo de mandantes para o crime organizado que praticam o roubo por encomenda, por parte de receptadores altamente qualificados, que não merecem ser beneficiados pelo enquadramento da simples receptação presumida. Por

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Agradecemos, aí, a interferência do Deputado cabo Júlio.

Passamos a palavra ao Deputado-Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Cabo Júlio, algumas considerações que nós temos que tecer aqui em função das suas colocações.

A Lei de Isenção. Nós vamos estar criando talvez algum risco de maus empresários estar forjando roubo para criar isenção. Isso já existe na verdade. Agora, o fato é que eu tenho certeza que vai atender a mais 90% daqueles que são penalizados porque compraram, pagaram imposto e não receberam a mercadoria, têm que comprar de novo, pagar outra vez. Então, realmente, entendemos durante todas as nossas discussões que era justo fazer isso.

Com relação à lei que estabelece e que nós estamos mudando de poderá para caberá, ou seja, passa a ser obrigação da Polícia Federal, entendemos que, quando ela estabelece essa mudança: "caberá ao departamento da Polícia Federal e ao Ministério da Justiça sem prejuízo da responsabilidade do órgão de segurança pública arrolado". Então, aqui, já estabeleceu que continua lá a participação da Polícia Federal não isenta a responsabilidade dos outros órgãos. É para dar exatamente agilidade em função das dificuldades jurisdicionais. Mas é lógico que o processo fica no Estado de origem. Eu acho que aqui já está contemplado dessa forma.

O SR. CABO JÚLIO – Nós não poderíamos então somente acrescentar isso que V.Exª está falando para ficar mais claro. Porque nós sabemos que infelizmente em cada juiz interpreta a lei da forma como acha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Acho que sim.

Mas, aí, eu pergunto ao Presidente ou ao Secretário, já que nós estamos lendo o relatório final se há tempo para isso, Sr. Presidente ou Secretário, ou se

O SR. CABO JÚLIO – V.Exª, como Relator, acatar a sugestão e incluir no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Claro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode, sim. De minha parte, sim.

O SR. CABO JÚLIO – Porque, aí, não há problema de tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, fica acatado, Sr. Presidente, o esclarecimento.

O SR. CABO JÚLIO – Fica havendo a apuração, no caso, aí, um no nosso meio – nós temos um jurista no nosso meio. Como é que fica a redação do texto?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. São situações distintas. Uma questão é o Código Penal; a outra é o Código de Processo Penal.

O SR. CABO JÚLIO – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há que se fazer uma leitura clara, senão vai haver conflito de competência.

A proposta que o Relator está fazendo é para alterar o Código de Processo Penal. Aliás, já tenho uma proposta nesse sentido tramitando desde o ano 2000. Depois quero trazer uma cópia e pedir a sua inclusão no relatório.

Mas é importante termos a compreensão de que poderia constar que a competência seria de quem dele primeiro tomasse conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Estado de origem?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Se o Poder Judiciário Federal for o primeiro a tomar conhecimento... Por exemplo, imaginemos uma situação concreta: a Polícia Federal quer investigar uma quadrilha que atua em cinco Estados. É preciso quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo telefônico. A Polícia Federal entra na Justiça Federal e pede, preventivamente, a quebra do sigilo. Bom, aí já há competência pelo chamado conhecimento. O primeiro que tomou conhecimento daquele fato, daquela possibilidade de crime, foi a Justiça Federal. Obviamente, para dar seqüência àquele processo, a Justiça Federal vai dar seguimento.

Se esse processo começou na Justiça Estadual, ela dará seguimento. Trata-se exatamente do princípio da prevenção.

O SR. CABO JÚLIO – Eu sei, Deputado, mas veja a forma como está escrito aqui: sem prejuízo da responsabilidade do órgão de segurança pública arrolado no art. 144 da Constituição Federal, e, em especial, das Polícias Militar e Civil do Estado, proceder à investigação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não altera nada.

O SR. CABO JÚLIO – O que estou dizendo? Um exemplo típico que V. Exª colocou: a Polícia Federal está investigando. E este texto aqui diz que essas outras também vão investigar. Mas aí temos que deixar claro, por exemplo, que, se a Polícia Civil também está fazendo uma investigação – temos duas investigações –, e se ela precisar, por exemplo, de uma escuta, de uma autorização judicial, a quem ela vai pedir? À Justiça Estadual ou Federal? Vamos ter um pedido lá e outro cá?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Àquele que primeiro tomou conhecimento .

O SR. CABO JÚLIO – Então temos que colocar isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Temos que alterar.

O SR. CABO JÚLIO – Porque, no caso, a autoridade de Polícia Estadual deverá solicitar à Justiça Federal, nesse caso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por prevenção.

O SR. CABO JÚLIO – E pode haver aqui uma interpretação dúbia. É essa dúvida que queremos tirar. É isso que eu queria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Acato, Sr. Presidente, a idéia do nobre Deputado. Que possa ser procedida pela Secretaria a adequação da redação dessa determinação: a cargo de quem fica a investigação. Também na dos portos.

Eu queria salientar que a intenção da Deputada Telma de Souza, que é de Santos e que nos acompanhou em todas as idas a São Paulo e ao Rio de Janeiro, e em muitas reuniões aqui, vai pedir a abertura de uma CPI específica para os portos.

Não sei, Cabo Júlio, se V. Exª esteve presente, mas a questão aduaneira é muito séria. Tudo o que V. Exª disse aí é extremamente verdadeiro. Nem 10% dos contêineres são investigados. E o lacre é inviolável, é algo que realmente não dá a mínima condição de investigação.

Por isso, entramos com essa possibilidade. Quando as investigações chegarem a um contêiner ou a uma carga lacrada, haverá o direito de romper o lacre, verificar e proceder ao lacre novamente, o que hoje não é possível.

Estamos dando condição para se chegar quando investigado. Mas o que V. Exª disse é muito maior, e verdadeiro. Agora, demanda um estudo muito grande, demanda investimentos fabulosos, porque o número é muito grande e não existe hoje condição de operacionalidade. Há que se criar tudo isso. Toda carga que entra no Brasil e toda carga que sai deveria ser verificada, e não mais aleatoriamente, de acordo com a luz verde e a luz vermelha. Só que para se criar isso...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Cabo Júlio, uma preocupação de V. Exª, acho que o meu projeto já atende: a implementação de mecanismos de cooperação entre a União e os Estados, permitindo que se criem medidas de respostas integradas para os delitos que ultrapassem as fronteiras estaduais.

O SR. CABO JÚLIO – Eu queria ser um pouco mais profundo, Sr. Presidente. O que eu estou dizendo na última consideração que tenho para fazer? Acredito que essa idéia de que não temos condições é muito vaga. Por que acho que é muito vaga? O que acontece hoje? Além de mercadorias roubadas, contrabandeadas, nós temos também...Se eu declaro, por exemplo, que dentro de um contêiner tem isso e somente 10%... Eu acho que V. Exª foi até otimista de – mais. Eu creio que muito menos de 10% é fiscalizado.

O SR. OSCAR ANDRADE – A informação do Porto de Santos é de que 10%...

O SR. CABO JÚLIO – Sinceramente, eu não creio nessa informação. Luzinha vermelha, luzinha verde...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – É muito pouco.

O SR. CABO JÚLIO – É muito pouco. Que fosse 10%. Estamos fiscalizando 10%, não há sonegação, não há mercadorias roubadas e 90 % passam.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O efetivo é muito pouco.

O SR. CABO JÚLIO – Sim, Presidente. Acho que nós não podemos mais partir do princípio de que não podemos fiscalizar porque não temos condições. Ora, se tivermos condições de fiscalizar, vamos, no mínimo, combater a impunidade, o contrabando e, mais do que isso, a sonegação. Será que com relação a esses 90%, onde se subentende que as mercadorias declaradas não são as verdadeiras pelo valor de quantidade – nós estamos falando de contêineres, de mercadorias importadas –, a fiscalização efetiva não daria condições para que houvesse uma fiscalização maior? No mínimo, cem vezes mais.

Sinceramente, eu não concordo com pensamento, seja da Receita Federal, seja da própria Polícia Federal, de que não devemos estabelecer uma fiscalização mais dura porque não temos efetivo. Não, nós vamos obrigar que se tenha uma fiscalização mais dura, até para obrigar que o Poder Público exerça uma fiscalização mais rigorosa. É preciso que o Poder Público invista na Receita e na Polícia Federal.

Aí, Sr. Presidente, Sr. Relator, teremos dinheiro sobrando para contratar muita gente. O que é sonegado ali é um absurdo.

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma sonegação muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – V. Exª tem toda a razão. Nós tivemos uma experiência **in loco** no Porto de Manaus. A própria Superintendência da Receita nos relatou que o quadro é insuficiente para atender as demandas.

O que nós sentimos é que não existe boa vontade de parte do Governo Federal. Eu posso até dizer que com relação aos projetos que estão aqui tramitando desde 1997 – sou autor de um deles –, o próprio Governo Federal orientava os deputados ligados à

base governista para impedir sua aprovação, dizendo que eles eram inconstitucionais. O próprio Governo Federal também não mandava uma proposta nesse sentido. Acho até que a má-vontade do Governo Federal com relação à questão do roubo de cargas no País é uma questão de visão distorcida. O Governo pensa que isso está prejudicando os empresários. Essa é uma visão totalmente equivocada. Quem paga isso, no final, é a sociedade, porque o preço do transporte está mais caro, o seguro está mais caro. No momento em que um motorista é assaltado ou morto, a sociedade está pagando um preço mais caro. No entanto, o Governo Federal fica insensível a tudo isso.

Esta Comissão está fazendo um trabalho hercúleo para buscar mecanismo de impedir que esses roubos ocorram, mas não tem apoio do Governo Federal. Essa é uma situação muito delicada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, para finalizar, com relação às considerações do Deputado Cabo Júlio, especialmente no que se refere à questão dos portos, há que se fazer, pelo pouco que pudemos trabalhar, na verdade 2 anos e 7 meses de trabalho da CPI, mais de 80% do nosso trabalho foi em cima da questão rodoviária. Isso é natural porque 80% da carga do nosso País é transportada por caminhões. Do pouco que pudemos ver, constatamos que há que se fazer uma reforma geral nas leis que regem a questão aduaneira. Isso que V. Exª falou é um pouco de tudo que é necessário.

Gostaria de propor que a Deputada Telma de Souza participe dos trabalhos, porque é uma conhecedora profunda da questão aduaneira no País. Ela é de Santos e já disse que vai pedir a instalação de uma CPI dos portos no Brasil. Não tenho dúvidas de que será muito importante para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiramente, gostaria de compartilhar das preocupações do Deputado Cabo Júlio. Penso que S. Exª fez aqui algumas sugestões importantes, e o nosso Relator já afirmou que vai acatar a sua proposta, para que esta seja incluída no relatório final.

Para conseguirmos fechar os trabalhos da CPMI, o seu relatório final, queria fazer algumas observações em relação ao relatório, com o qual estou de acordo. Mas creio que algumas questões deveriam ser melhor especificadas.

Por exemplo, na apresentação final do resumo do relatório da CPI do Futebol, o Relator apresentou o nome dos indiciados. Ao final, a CPI propôs os nomes dos indiciados. E constam nos relatórios, separadamente, os nomes das pessoas, mas penso que eles deveriam constar no resumo final, até por que isso daria mais uma garantia de que não há problema algum, de que não paira dúvida alguma em relação a essa questão.

Faço essa observação, porque penso que isso fundamental, uma vez que é um procedimento que sempre se faz em fechamento de relatório de CPI.

Gostaria de elogiar o nosso trabalho, que foi exaustivo. Foram mais de dois anos de trabalho, viajando pelo Brasil inteiro, com a colaboração de todos os membros da CPMI, da equipe técnica, daqueles que nos ajudaram, que deram a sua contribuição e que já estão citados no relatório.

Tenho que me retirar, porque está havendo sessão no Senado – inclusive, deve haver votação nominal. Quero retirar-me deixando o meu voto pela aprovação do relatório, mas gostaria que os nomes dos indiciados fossem citados, inclusive, no plenário desta Comissão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Senador Geraldo Cândido, procuramos, na verdade, fazer uma síntese do relatório, para que dele a imprensa e a Comissão pudessem ter uma visão geral. Não citei, por exemplo, 167 nomes e outros 67 nomes que foram ouvidos; fiz um resumo geral do nome das pessoas. Mas a imprensa e todos os membros da CPMI receberão o relatório completo, em que, caso a caso, está explicitado o indiciamento, o motivo, o porquê, a forma com que se está propondo o indiciamento. Esse é o texto do relatório geral. Fizemos apenas uma síntese aqui. Se eu fosse falar aqui de mais de duzentos indiciados, de outras tantas empresas, caso a caso, com detalhes de cada um dos indiciados, ficaríamos aqui por dois dias lendo o relatório. Mas, o relatório estará compacto, com todos os detalhes. Procurei fazer apenas uma síntese.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sei disso, Sr. Relator, mas o fato é que os depoentes, os presos, estão relacionados no resumo. Talvez nem fosse preciso citá-los nominalmente, mas eles poderiam constar daquela relação que dizia "a seguir, o indiciado". Penso que isso seria bom.

Por exemplo, há o caso do Carrefour, em que dois gerentes foram presos em Recife e foram depor na Polícia. Eles disseram que a ordem para comprar mercadoria roubada tinha vindo da matriz. Mas não sabemos qual foi o diretor que ordenou a compra do produto roubado no Carrefour. O gerente disse que comprou porque houve ordem da matriz do Carrefour.

Por isso, é importante citar. Cita-se o nome do diretor João Carlos, um diretor do Carrefour. Esse grupo é muito poderoso, e para ele temos que dar tratamento igual ao que é dado aos demais. Não se pode "refrescar" com A ou B, porque, para a CPMI, todos são iguais perante a lei. O tratamento tem que ser igual para todos.

O SR. OSCAR ANDRADE – No caso do Carrefour, convocamos um diretor, e aqui veio o diretor de relações externas. Entendo, como Relator, que não tenho que indiciá-lo. Houve problemas no Carrefour de Recife, no de Brasília e no de São José dos Campos. Ele é um diretor de uma área do Carrefour. É preciso que haja uma investigação mais aprofundada – e aí é questão do Ministério Público – para determinar quem vai ser indiciado, que pessoas vão ser indiciadas. Procedemos assim nesse caso exatamente pela complexidade, pois aqui, absolutamente, não há nenhum motivo para proteger ninguém. Foi até por uma questão legal. Vamos indiciar uma pessoa porque ela veio aqui? Ela veio convidada pela CPI para tentar explicar o que aconteceu, e não conseguiu explicar. Nós identificamos claramente que foi recebida carga roubada em Brasília, em Recife – que é motivo de inquérito público – e em São José dos Campos, pelos depoimentos. Acredito que é preciso haver um aprofundamento nas investigações para determinar quem deverá ser indiciado. A CPI não tem condição de fazer isso.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Evidentemente, Sr. Relator, que a tarefa, a atribuição de indiciamento é do Ministério Público, sem dúvida, mas a citação do nome já é um indício, e o Ministério Público pode, a partir daí, iniciar o processo de investigação para saber, efetivamente, quem está envolvido com essa questão, enfim, quem tem responsabilidade na autorização da compra de carga roubada.

Feitas essas observações, vou me retirar. O meu voto é pela aprovação do relatório, dentro das observações que fiz. Quero que fique bem claro, para depois não haver nenhum problema.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem, Senador, V. Exª vai receber o relatório completo, com detalhes de todos os indiciamentos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JAIME MARTINS (PFL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra o Deputado Jaime Martins.

O SR. JAIME MARTINS – Sr. Presidente, eu gostaria, ao finalizarmos esta discussão sobre o relatório desta CPMI, de deixar expresso o meu voto favorável ao relatório e de louvar o trabalho realizado, por quase três anos, por esta Comissão. Foi um trabalho que sabemos ter sido exaustivo, pois a Comissão percorreu diversos Estados da Federação, procurando se aprofundar, investigar.

No entanto, eu não poderia deixar de registrar que o nosso sentimento, neste final, é de que mal arranhamos a estrutura do problema. Infelizmente, constatamos que deveríamos ter uma CPI quase permanente, dada a dimensão dos problemas do Brasil. Vimos que as próprias instituições estão, muitas vezes, comprometidas com a criminalidade.

A partir da apuração desta CPI, surge uma questão tão ou mais grave, que é a questão aduaneira, a questão dos portos. Participo de atividades empresariais no interior de Minas Gerais, e temos conhecimento de que, na área aduaneira, a questão é também extremamente grave.

Queria também deixar registradas as preocupações de que pudéssemos – seguindo a sugestão do Senador Geraldo Cândido – explicitar, de maneira bem clara, a questão dos indiciados. Considero que, embora possa ser questão do Ministério Público a realização dos indiciamentos, esse relatório tem um peso político importante. Naturalmente, não foi possível ler o relatório nesses minutos em que estivemos aqui, mas, nas páginas que procurei, pude constatar que alguns casos – o de Vitória e o do Rio de Janeiro – ficaram bastante explicitados no relatório, enquanto que em relação a outros – o caso de Goiás, por exemplo – não vi essa explicitação com a mesma clareza. Então, eu gostaria de sugerir que deixássemos tudo explicitado, tanto para a imprensa, como para as autoridades a quem serão encaminhados os relatórios, da maneira mais clara possível.

Ademais, quero apenas cumprimentá-lo pela dimensão do trabalho realizado e pelo fôlego com que realizou essa missão que lhe foi confiada e que está aqui nas páginas desse relatório. Meus parabéns, Sr. Relator!

Meus parabéns também ao Presidente da Comissão – que infelizmente não está participando aqui hoje –, Senador Romeu Tuma, que foi parte importante desse processo investigatório.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Muito obrigado, Deputado Jaime Martins.

Com a palavra o Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Jaime, na verdade, a sua sugestão vai ao encontro da sugestão do Senador Geraldo Cândido, e será acatada. Em função do prazo da CPI, dia 15 de dezembro – e estivemos na semana retrasada no Rio de Janeiro e Vitória –, não houve como colocar neste resumo que fizemos do relatório final. Todavia, todos os indiciados serão contemplados no nosso relatório de maneira muito clara, isso até na redação final que deve sair na segunda ou terça-feira. V. Exª receberá uma cópia com esses detalhes todos.

O SR. JAIME MARTINS – Obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, primeiro, quero cumprimentar V. Exª e o nosso Presidente, Senador Romeu Tuma. V. Exª, como vice-Presidente, tem contribuído ao máximo para que esta CPI chegasse ao termos que chegou. Quero também, de forma especial, cumprimentar o Deputado Oscar Andrade, nosso Relator, que não mediu esforços em percorrer o Brasil inteiro, exatamente na persecussão do que significa hoje o crime organizado, do que significa o roubo de carga.

Sr. Presidente, ao final destes trabalhos, naturalmente cabe agradecer especialmente a Polícia Federal, a Polícia Civil – a sua parte boa –, a Polícia Militar, as Assembléias Legislativas, enfim, os funcionários desta Casa, e também prestar algumas colaborações que entendo importante. A primeira é no sentido de pedir para incluir no relatório final uma recomendação de apoiamento ao Projeto de Lei 3.657/00, que estabelece competência federal para investigação e aplicação de penalidade de crime de roubo de carga, que já está tramitando desde o ano de 2000 e cujo projeto é da nossa autoria. Este projeto também trata da federalização do crime de roubo de carga. Até por questão de anterioridade, possivelmente, qualquer outro projeto que possa ser encaminhado nestes termos acabará sendo apensado a este. Então, recomendar o apoiamento a este, sem prejuízo a um encaminhamento do projeto que a Comissão já está elaborando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um aparte, Deputado.

A Lei 10.446 não atenderia? O que seria a federalização? Não é a ação da Polícia Federal?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É competência como crime federal para investigar e para julgar.

Então, pedimos recomendação para apoiamento ao Projeto de Lei 3.657, de 2000, de nossa autoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Acatado, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, outra questão que entendo necessária diz respeito ao reaparelhamento da Polícia Federal. Quero ampliar e colocar um termo no sentido de criar dentro da Polícia Federal uma polícia técnico-científica. Se quisermos combater o crime do roubo de carga, a Polícia Federal tem que ter uma polícia ténico-científica contra o crime do roubo de carga, especializar-se em computação, em análise de gravações telefônicas, degravações telefônicas, grampeamento telefônico...

O SR. OSCAR ANDRADE – Serviço de inteligência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E também, como lembra V. Exª, de serviço de inteligência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessas recomendações ao Executivo, não é Deputado, que V. Exª está dizendo?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exatamente.

No mesmo sentido, quero também fazer um encaminhamento relativamente aos indiciamentos. Pelo que ouvi na conexão Brasília, há o indiciamento de José Fuscaldi Cecílio, conhecido por Tático, que é no presente momento, Deputado Distrital de Brasília.

O SR. OSCAR ANDRADE – E Federal eleito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E como se constata é Federal eleito. Havendo o indiciamento por parte de CPI, entendo que se faz necessário, Presidente, que, além disso, a CPI encaminhe todas as notas taquigráficas relativamente à conexão que ele representa na parte do crime de roubo de carga de Brasília, para a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados para procedimentos que ela entender necessários. Sendo S. Exª um parlamentar da Casa, se nós, simplesmente, o indiciarmos e não tomarmos providência dessa natureza, estaremos fazendo o serviço pela metade. Temos de fazer o serviço completo.

Temos a convicção de que se faz necessário que a Comissão de Ética analise, sob o aspecto ético e de decoro parlamentar, o procedimento do parlamentar que agora chega à Casa. Não se podia fazer antes porque S. Exª não era deputado federal, mas, agora, o é. Em vez de encaminharmos isso à Câmara Legislativa do Distrito Federal, encaminharemos à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Pompeo, acato sua sugestão porque também já tinha essa intenção. Faço parte do Conselho de Ética da Câmara. Entregarei à solicitação ao Presidente, assim como à Corregedoria da Câmara Legislativa porque S. Exª ainda é Deputado Distrital.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perfeito. Muito obrigado.

Na mesma linha, Sr. Presidente, eu gostaria de saber qual a compreensão de V. Exª em relação à conexão Rio Grande do Sul, onde foram indiciadas 11 pessoas por receptação: Vitalino Favaretto, Alínio Manfroi, Lindo Conrati, Lindo Kin Kun, Eliseu Jair Sheffer, Geraldo José Schmidt, Arao Ossírio Capell, Rudimar Baccio, Ademir José Albarelo, José Luis Rodrigues, Adelino Antônio Ribeiro. Além disso, recomenda-se o envio dos autos e dos documentos obtidos ao Ministério Público para instrução do processo. Esses são os indiciamentos do Rio Grande do Sul.

Faço questão de fazer essa leitura para que tenhamos bem claro o trabalho feito pela CPI no meu Estado – o qual represento –, que, aliás, foi muito bem feito, a exemplo de outros Estados onde a CPI também atuou com denodo, afirmação e muita determinação.

De resto, Sr. Presidente, além de apoiarmos o relatório muito bem elaborado por V. Exª e pela equipe da CPI – muito bem conduzida por V. Exª, como Relator –, queremos fazer tão-somente um enfoque final.

Assistimos, nesta semana, no meu Estado, ao mais inusitado roubo de cargas já havido no País. Em termos de valores, é o segundo roubo, perdendo somente para um roubo havido em São Paulo há alguns anos. A carga roubada está avaliada em quase R$6 milhões. A carga foi roubada, nada a mais, nada a menos, do que de dentro da Receita Federal, na cidade de Jaguarão. A carga havia sido apreendida numa fiscalização de rotina. Tratava-se de equipamento eletrônico importado de Miami, resultado de contrabando. A equipe de 10 ou 20 bandidos usou até sonífero nas pessoas rendidas para que eles pudessem fugir. Ou seja, foi um crime muito bem organizado, dos mais organizados, perpetrado não contra o cidadão comum, não contra a empresa, mas contra o Estado, contra o Poder Público, contra a Receita Federal, contra a União. Até há pouco, era inimaginável que a ousadia dos bandidos chegasse a esse ponto ainda mais no meu Estado. Dizemos que o Triângulo das Bermudas, no que se refere ao roubo de cargas, é São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, numa comparação ao local do bar do Caribe onde somem navios e aviões. Tive agora minha boca tapada porque, no meu Estado, roubaram uma carga maior. Se nos serve de consolo, dizem todos que, possivelmente, a carga tenha ido para São Paulo ou Rio de Janeiro porque, lamentavelmente, conforme as pessoas que prestaram depoimento, o sotaque dos bandidos era ou de carioca ou de paulista.

A verdade é que os bandidos não escolhem Estado, lugar ou empresa. Eles vão aonde está a carga. Se tiverem de ir à Receita Federal, se tiveram de ir à Polícia Federal, eles são capazes de roubar dentro da própria Polícia Federal. Se precisarem entrar na Polícia Civil, são capazes de fazê-lo.

Na minha convicção, essa situação ocorre em virtude da impunidade – é preciso esclarecer esse ponto ao fim da CPMI. Os bandidos têm certeza de que ficarão impunes, de que não serão apanhados e de que tudo dará certo. O pior é que tem dado certo.

A CPMI conseguiu desmanchar um pouco essa estrutura com o trabalho da Polícia Federal, em conexão com as Justiças Estaduais e Federal e com as Polícias Estaduais. No entanto, é muito pouco comparado ao muito que estão fazendo por conta da impunidade. Aliás, esse aspecto contribuiu para que o receptador se agigantasse. Geralmente, os receptadores são empresas, pessoas, empresários conhecidos como cidadãos de bem, acima de qualquer suspeita, mas que se envolvem nessa situação porque algum conhecido logrou êxito comprando carga sem nota – como eles dizem. Admitem ser sonegadores, mas jamais aceitam ser receptadores. Dos males o menor: sonega-se, mas não se recepta. Na verdade, fazem os dois: sonegam e receptam. No porto do Rio de Janeiro, roubaram 700 toneladas de aço – 74 bobinas de nove toneladas cada uma. Essa carga foi retirada do porto, carregada por 40 caminhões e levada para Minas Gerais, onde a maior parte foi processada. Ninguém sabe de nada; ninguém viu nada. Os empresários compraram a carga pela certeza da impunidade.

É preciso dizer ao País – e a CPI deve transmitir claramente esse fato – que há um confronto contra a impunidade neste País, a começar aqui pela Casa. Se há um Deputado envolvido em roubo de carga, por mais que haja inicialmente uma suspeita, deve-se buscar a certeza de ser inocente ou culpado. Esta Casa deve exercer o seu dever, como fez na CPI do Narcotráfico, para servir de exemplo aos outros segmentos. Devemos enfrentar a impunidade, que, em última análise, tem alimentado o crime e aumentado a ousadia dos bandidos, haja vista que se insere, neste contexto, a figura mais importante do crime do roubo de carga: o receptador, que é gente grande, gente importante, gente fina, gente boa, e, às vezes, acima de qualquer suspeita. Nem podemos levantar a voz para essas pessoas, porque há o risco da instauração de um processo contra quem está investigando, ou seja, o suspeito deixa de ser o bandido e passa a ser aquele que antes desconfiou da situação.

Sr. Presidente, após essas afirmações, interpreto que, nesta Legislatura, entre as várias CPIs que atuaram nesta Casa, duas foram de extraordinário valor para a sociedade brasileira. A primeira delas é a CPI do Narcotráfico – não é primeira pela importância, mas pela ocorrência, visto que desencadeou a CPI do Roubo de Cargas. As duas são muito importantes em sua esfera, em seu conteúdo, em suas implicações, em relação a tudo que revelaram para a sociedade.

Ao concluir a minha manifestação, ressalto que estamos encerrando esta CPI com o relatório proposto, que, certamente, será aprovado pela unanimidade dos Membros da Comissão, Parlamentares da Câmara e do Senado. Talvez possamos, no próximo ano, formar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, valendo-nos do que representou a CPI do Narcotráfico e do que foi e é a CPMI do Roubo de Carga, e juntar esses dois fatos, porque são conexos, que andam juntos. O bandido faz o narcotráfico e também migra para o roubo de cargas. Conforme está a situação, ele varia de ação. Ele vai para um lado ou para outro, por exemplo, é o seqüestro-relâmpago, o assalto a banco. Enfim, as quadrilhas organizam-se entre si, ajudam-se mutuamente, comunicam-se e auxiliam-se. É preciso fazer esse enfrentamento. Se pararmos nesse ponto, haverá a sensação de que simplesmente chutamos o formigueiro e extraviamos as formigas, mas não matamos nenhuma. Amanhã, ao voltarmos ao formigueiro, perceberemos que as formigas trabalharam durante toda a noite e refizeram o formigueiro.

Refez-se tudo, Deputado Francisco Ápio, meu Colega, Deputado Estadual do meu Estado, o Rio Grande do Sul, que haverá de ser Deputado Federal, porque assumirá uma vaga nesta Casa. É o primeiro Suplente de sua Bancada, mas há espaço reservado para V. Exª. Precisamos de sua experiência, já adquirida na Assembléia Legislativa do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Precisamos enfrentá-los de forma ainda mais prática em virtude da experiência que adquirimos, analisando fatos concretos, que estão encalacrados e não foram resolvidos e fatos de grande repercussão. Devemos fazer uma verdadeira força-tarefa, unindo o Poder Judiciário Federal, o Poder Judiciário Estadual, o Ministério Público Federal e o Estadual, ou seja, o Poder Judiciário, as Polícias Civis e Militares e a Polícia Federal, dos políticos e do Poder Executivo.

Está na hora de o Governo Federal, que está agindo de modo muito devagar, acordar e passar para o nosso lado, fazendo com que a sociedade volte a participar. Afinal, se não empreendermos uma ação conjunta, não lograremos êxito. É a velha história da droga, um empurra para o outro. – Ah! Isso é problema dos políticos, que têm que fazer lei. – Ah! O problema é da Polícia, que precisa investigar. – Ah! Isso aí é problema do professor, porque a escola está cheia de droga. Ninguém fala que é um problema da família também. Então, os políticos viram as costas, o Promotor não gosta do Juiz, que não entende o que o Policial fez, que não gosta do inquérito como foi feito. Enfim, um empurra o caso para o outro, e a realidade é muito dura.

Esta Casa deu duas grandes contribuições nesta Legislatura, que foi um marco no Congresso Nacional. Primeiramente, houve a ação da Câmara, numa primeira etapa, e da Câmara e do Senado, nesta segunda etapa, a CPMI do Roubo de Cargas. Não podemos prescindir dessa experiência, na qual precisamos avançar.

Pretendo dar a minha contribuição, ainda que outro não o faça. Quero me somar a tantos outros que tenham o mesmo objetivo: fazer uma CPMI do Narcotráfico e do Roubo de Cargas, valendo-nos da experiência de uma e de outra, não começando tudo novamente, mas retomando do ponto em que uma parou para que se possa avançar muito mais. Temos condições, experiência e capacidade para tanto. Certamente, não faltará vontade ao Congresso Nacional para aceitar mais esse desafio.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos. Agradeço a sua participação na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. V. Exª é um Deputado experiente e competente, o que é muito importante. A sua experiência trouxe-nos um trabalho exemplar nesta Comissão.

Quero ser o segundo a assinar o requerimento da criação da CPMI. Creio que apenas dessa forma chamaremos a atenção do Congresso Nacional e da sociedade.

Concedo a palavra ao Deputado Domiciano Cabral.

O SR. DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, para a sociedade, que vem acompanhando o trabalho desta CPMI, tenho certeza absoluta de que ficou bem caracterizado que, para diminuirmos esses índices, é necessário que as Polícias realmente façam um trabalho bem intensivo na sua própria instituição, realizando o primeiro combate, ou seja, cortando o mal pela raiz.

O envolvimento de policiais, demonstrado com as investigações feitas por esta Comissão, evidencia que as Polícias Civil, Militar e Federal – que têm, em

seus quadros, membros com mais ou com menos envolvimento – devem realizar, de fato, um trabalho voltado para as suas próprias instituições a fim de que haja uma ação muito enérgica sobre os envolvidos.

O Governo Federal, igualmente, deve dar sua participação, melhorando os salários e organizando concursos para que haja renovação dos quadros, com pessoas mais qualificadas, para que possamos ter uma Polícia mais combativa e que não esteja envolvida nas situações reveladas pela CPMI durante o andamento das investigações.

Era esse o meu registro. Trata-se de detalhe que ficou muito claro no relatório. Espero que as instituições tomem as providências. Não devemos desprezar o Judiciário, que também precisa rever algumas posições, e nós, aqui no Congresso, elaborar leis mais enérgicas, para que realmente sejam punidas com severidade as pessoas que compõem esses quadros, que têm esses envolvimentos tão prejudiciais, nocivos à sociedade.

Muito obrigado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deputado Oscar Andrade, nosso Relator, na verdade, fiz uma manifestação aqui e gostaria de ter a aquiescência de V. Exª, para que constasse, como indicativo do relatório, a necessidade de fazermos essa CPMI conjunta no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ou seja, dar continuidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exatamente. Constasse do seu relatório o indicativo de juntarem-se os dois temas, aproveitando tudo aquilo que já se acumulou, como recomendação.

Faço essa solicitação, para que conste do seu relatório, porque V. Exª, infelizmente, não estará conosco no ano que vem, não porque não se reelegeu, mas porque não concorreu ao cargo de Deputado Federal, porque, se concorresse, não tenho dúvida de que seu Estado – e, nesta altura, qualquer Estado da Federação –, em reconhecimento ao seu trabalho, não hesitaria em lhe garantir mais quatro anos nesta Casa. Vamos sentir a sua falta, mas a sua recomendação será um combustível para entusiasmar outros colegas Parlamentares a somarem-se conosco, até em sua homenagem, por não estar conosco na próxima Legislatura. Esperamos que essa ausência seja breve, muito breve, e que possamos nos encontrar também em tarefas semelhantes aqui no Congresso Nacional.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Acredito, Deputado Pompeo de Mattos, que vamos sempre convidar o Deputado Oscar Andrade para dar consultoria à CPMI.

Antes de encerrar, ouço o Deputado Francisco Appio, nosso futuro colega na Câmara Federal.

O SR. FRANCISCO APPIO – Registro, com satisfação, em nome da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que deu todo o apoio quando da presença da CPMI no Estado, que está vindo para cá o Presidente atual, Sérgio Zambiazi, eleito Senador, também com ligações na área do transporte, e, se Deus quiser, nas próximas vinte e quatro horas, também teremos a confirmação da vinda ou não deste Deputado, que é primeiro suplente, apesar dos 80.626 votos.

De qualquer sorte, vindo ou não, ficou na condição do nosso Relator de continuarmos esta luta, nessa trincheira. Trata-se de uma causa nobre, e é preciso avançar. Não foi o crime que se organizou; foi a sociedade que se desorganizou. No elenco das sugestões e recomendações apresentadas, percebe-se que estão aí falhas cometidas por instituições, por organismos. Por exemplo, a questão da matrícula, retirada à época do Ministro da Desburocratização, facilitou a vida da bandidagem. Hoje temos as concessões rodoviárias no País, e elas não são obrigadas a fazer a leitura ótica ou o controle, até para rastreamento dos veículos roubados. Temos hoje o código de barras para um sabonete e não temos para um caminhão, para uma mercadoria. Isto é um absurdo: o fabricante de caminhões continua produzindo caminhões com estribo descoberto, que permite o acesso do assaltante na sinaleira, numa redução de velocidade, em pardais, etc. Quer dizer, o fabricante já deveria ter produzido um caminhão mais seguro, porque estamos tratando de preservar a vida, mas também de preservar a carga.

Pergunto ao nosso Relator: em alguma audiência da CPMI os embarcadores compareceram? Jamais, a não ser que sejam convocados. Eles não comparecem a lugar nenhum para ajudar os donos da carga. Deveriam ser os primeiros, não é?

Há também outra coisa que me intriga muito. Gostaria que tivéssemos logo a implantação, no Brasil, da inspeção de segurança veicular. Estamos desconfiados – eu presidi uma CPI do Detran no Rio Grande do Sul, quando Beto Albuquerque renunciou à Presidência, levei até o final – de que, lá no nosso Estado, 25% da frota é irregular, 25% da frota! E ninguém está tendo coragem de mexer nisso. O próprio

Executivo não está mexendo nisso. Tem em medida simples o uso do tacógrafo e se conservamos os últimos cinco discos ele vai contar histórias e o ataque ao receptador que vi foi o conjunto principal das medidas deste Relator, brilhante trabalho.

Olha, imagino passamos um ano lá com a CPI do crime organizado e os Senhores passaram três anos. Sabemos das dificuldades de encontrar apoio até de testemunhas que se recusam a depor. Assim, meus cumprimentos aos Srs. Senadores e Deputados por quem tenho uma admiração pessoal porque é um trabalho que não dá voto, a maioria de quem se mete nesse tipo de trabalho acaba até não se reelegendo, mas faz um trabalho produtivo para a Nação.

Gostaria, a título de colaboração, que o Relator deixasse em apenso o trabalho que realizamos em uma comissão permanente que temos na assembléia gaúcha onde quarenta e uma bandeira foram elencadas e muitas delas já foram atendidas e que o relatório da CPI do crime organizado da qual fui Relator ficasse também como anexo para consulta dentro do trabalho.

Quero cumprimentar o trabalho do Deputado Mário Negromonte que é autor de vários projetos, o Deputado Pompeo de Mattos e tenho a soberba de dizer que o instiguei muito a ingressar nessa área. Tínhamos até combinado uma "dobradinha". Ele para Federal e, eu, para Estadual. Não fui eu que o traí, mas as circunstâncias me remeteram nessa combinação de regiões e a disputa, abrindo mão da Assembléia Legislativa.

Quero cumprimentar o Relator e tenho absoluta certeza de que essas foram as maiores contribuições que o setor político deu no combate à criminalidade. Tivemos avanços espetaculares com o reconhecimento da federalização do roubo de carga. É sim um crime federal e não demora muito teremos a Polícia Federal do Roubo de Cargas.

Hoje temos uma consciência desse problema e tenho certeza, meu caro Deputado Oscar Andrade, que o vosso relatório será pedagógico e ampliado em sua divulgação, vai instigar sindicatos e federações a discutirem essas medidas. Muito mais do que indiciar – e esse é um fato importante que caberá ao Ministério Público diante dessa notícia-crime – o seu relatório vai ter caráter pedagógico sim porque segurança nas estradas não é só responsabilidade do Estado, direito do cidadão, mas é também responsabilidade de tosos nós. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonete) – Com a palavra o Sr. Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, quero agradecer as palavras desse querido amigo que nesses dois anos e meio em que estivemos juntos, Deputado Pompeo de Mattos, meu grande poeta e um dos condutores fortes de nossa CPI.

Quero agradecer ao Deputado Appio e dizer que seja benvindo. O trabalho que V. Ex.ª fez na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul tenho certeza de que te habilita para ser um dos grandes Deputados desta Casa e como não vou estar aqui, levante essa bandeira junto com os Deputados Pompeo de Mattos, Telma de Souza, com o Deputado Mário Negromonte para continuar a dar essa importante ajuda à Nação através do Legislativo.

Quero informar também, no nosso relatório, e vem aí a redação final que é um pouco mais complicado – acredito que lá pela terça-feira ou quarta-feira deverá estar pronto – há a recomendação da criação de uma subcomissão permanente do Roubo de Carga na Comissão de Viação e Transporte. Espero que o Deputado Mário Negromonte que sempre participou dela, seja o nosso autor e, quem sabe, o condutor desse cuidado importante.

Antes de fechar, gostaria de fazer alguns agradecimentos importante. E entendo que esteja fazendo em meu nome e em nome do nosso grande Presidente, que para a nossa tristeza, que nos conduziu tão bem e de maneira a nos deixar orgulhosos sob sua batuta, Senador Romeu Tuma, infelizmente está em viajem com o Presidente da República. Tenho certeza que farei esses agradecimentos em seu nome também.

Do Senado Federal, aquele que suportou todas as nossas agruras, nossos incômodos, o Sr. Naurides Barros, nosso secretário. Muito obrigado, Naurides, por toda sua paciência, dedicação e competência. Ao Will de Moura Vanderlei, à Cleide Barbosa da Cruz, ao Paulo Artur Alves, ao Iranir Ribeiro dos Santos, ao Luiz Cláudio Silveira, ao Humberto Lucena Pereira da Fonseca.

Do Departamento de Polícia Federal, a tantos outros, mas especialmente a Paulo Fernando da Costa Lacerda, Paulo Magalhães, Marco Antônio Cavalleiro e Artur Carbone Filho.

Do Banco Central, Luciano Sales Oliveira e o Silvério Rodrigues Campos.

Do Tribunal de Contas da União, Marcelo Jacó Barros e Élder César Cavalcanti.

Pires Serviço de Informática: Amélia Sandra Viana da Silva, Cléber Batista de Almeida, Eliúde Aparecida Ferreira Nunes, Elisana Melo da Silva, Elizete de Souza Braga, Jefferson Aires Cunha, José Américo Serrão Ribeiro, Juliana da Abadia Oliveira, Maria Carolina Moreira da Costa, Marli Antônia da Cruz Alves. As estagiárias Daniela Costa Silva e Ana Carolina de Souza.

Dos órgãos representativos, muito importantes para a realização desta CPMI, o Presidente da Confederação Nacional dos Transportes, que nos auxiliou muito em todas as necessidades, por ser um grande lutador do transporte no Brasil, Dr. Clésio Andrade, hoje vice-governador de Minas Gerais, de quem tenho orgulho de ser irmão. Ao Dr. Newton Gibson, Presidente da ABTC. A Flávio Bernardes, do Fetcesp (Federação dos Transportes de Carga do Estado de São Paulo), Geraldo Brito Viana, da Associação Nacional de Transportes de Carga, Augusto Dalçóquio, da Fetrancesc, e Pedro Lopes, também da Fetrancesc. A Gésio Inácio de Araújo, da Fetcemg, José Hélio Fernandes, da Fenatac, e Paulo Roberto de Souza, da Fetsesp.

Das Assembléias Legislativas do Maranhão, de São Paulo, Pernambuco, do Rio Grande do Sul, de Rondônia, do Amazonas e do Rio de Janeiro. Das Câmaras de Vereadores de Uberlândia, Campinas, Joinville e Santos. Da Capitania dos Portos de Vitória.

E, finalmente, agradecer aos vinte e dois membros efetivos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e aos vinte e dois suplentes. Mas, em especial, muito especialmente, àqueles que se dedicaram, em todos os aspectos, em todas as reuniões, em todas as nossas viagens, sem, é lógico, diminuir os outros, que sempre estiveram atentos e puderam, dentro do tempo parlamentar, que é muito difícil, estar presentes. Ao Deputado Robson Tuma, ao Deputado Domiciano Cabral, ao Deputado Carlos Dunga, ao Deputado Pompeo de Mattos, ao nosso vice-Presidente, Mário Negromonte, ao Senador Geraldo Cândido, ao Senador Moreira Mendes, e especialmente ao nosso Presidente, Senador Romeu Tuma.

Muito obrigado, Sr. Presidente. É para mim motivo de alegria poder concluir este relatório. Um sonho que embalei há dois anos e meio. Fui o requerente desta CPMI. Entendo que, deixando de lado a modéstia, foi um trabalho de todos os parlamentares, um trabalho muito importante para a Nação. Se cumprida metade das nossas recomendações, tenho certeza de que o roubo de carga voltará a ser um ilícito convivível com maior facilidade, e não esse absurdo que é hoje.

Muito obrigado a todos. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Coloco em votação o relatório apresentado. O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Declaro aprovado. Nada mais havendo a tratar...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pela ordem, o Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Em primeiro lugar, parabenizo o Relator pelo brilhante relatório. E agradeço o Dr. Paulo Lacerda, que muito fez por esta Comissão. Enfim, por toda a equipe, o pessoal do Banco Central, o Luciano, enfim, muitos que nos ajudaram na CPI do Narcotráfico. E justificar que o Senador Romeu Tuma hoje se encontra na ONU. S. Exª representa o Brasil na reunião da ONU, por isso não está presente na reunião de hoje. E obviamente, com este relatório, espero que as organizações governamentais, muitas delas, façam como fizeram as da CPI do Narcotráfico. E às outras que não deram tanta importância, como algumas – poderíamos citar aqui alguns Estados, mas talvez criaríamos um problema político, não vamos ficar aqui discutindo com alguns Estados -, estamos cobrando atitudes, como cobramos do Espírito Santo. Por exemplo, atitude em relação às providências da CPI do Narcotráfico, que tomem providência em relação àquilo que está neste documento que foi aprovado neste momento.

Não adianta nada o Congresso Nacional fazer toda essa caminhada, em todo o País, fazer um documento, vários indiciamentos, várias questões importantes, e a autoridade pública do Estado, a autoridade pública federal não tomar nenhuma providência no sentido de acabar, de minimizar o problema de roubo de carga.

Tenho certeza que vamos ter uma resposta. Porque, se não tivermos uma resposta, tenho certeza que vou contar com os colegas que se reelegeram para refazermos a CPI a fim de cobrarmos da autoridade do Ministério Público, da autoridade policial, da autoridade governamental que não tomaram as providências. É este o grande acontecimento político, é a continuidade. Aqueles que se reelegeram têm a obrigação de cobrar atitude das autoridades competentes.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e parabenizar todos os companheiros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Quero dar um abraço, agradecer também e referendar a homenagem que todos prestaram ao Senador Romeu Tuma, pelo grande trabalho, pela sua experiência policial, pela credibilidade que ele deu à CPI. Quero agradecer ao Dr. Paulo Lacerda. Se não fosse a Polícia Federal nos acompanhando, jamais teríamos tido o sucesso exemplar nessas caminhadas que fizemos pelo Brasil afora. O Relatório do Deputado Oscar Andrade foi muito sensível e, plagiando o Deputado Francisco Áppio, acho que isso é uma recomendação pedagógica. Foi um apanhado o que fizemos, a experiência que colhemos no Brasil inteiro, para oferecê-lo ao Governo Federal para tomar as decisões importantes para debelar de uma vez por todas o roubo de cargas.

Está encerrada a reunião. Um grande abraço.

(Levanta-se a reunião às 18h35min.)

EDIÇÃO DE HOJE: 1.194 PÁGINAS